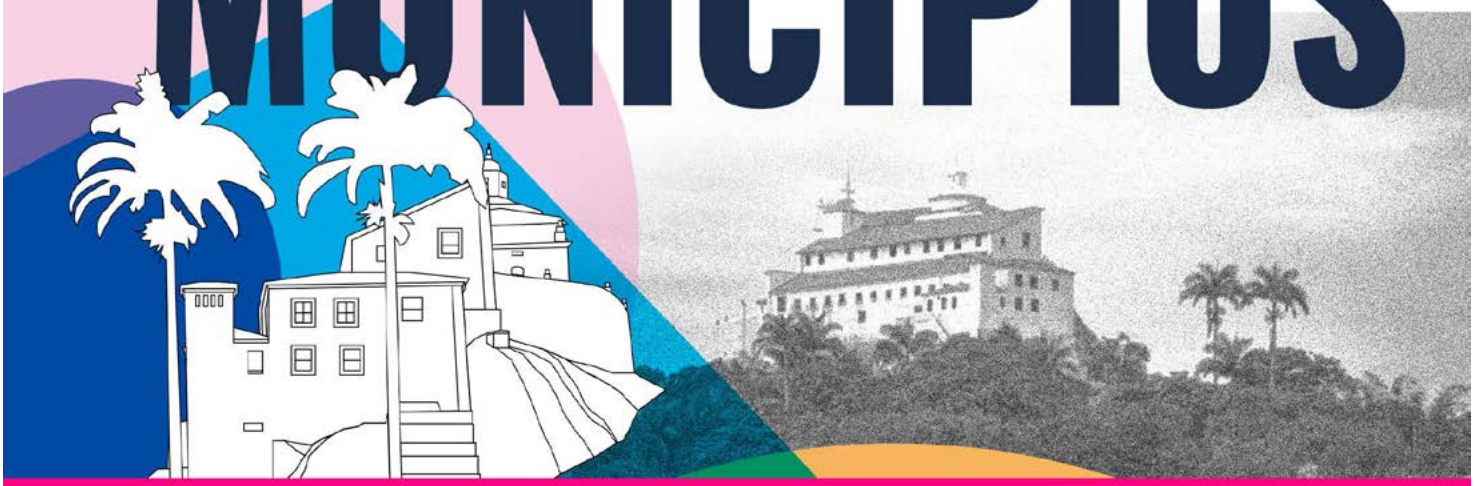
DIÁRIO AMUNES OFICIAL
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ESPÍRITO SANTO
www.amunes.org.br

DOS MUNICÍPIOS



Edição Nº2.694 **quinta-feira, 30 de Janeiro de 2025** **Vitória/ES**

Associação dos Municípios do Espírito Santo

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente - Luciano Miranda Salgado
Secretário - Augusto Astori Ferreira
Vice-presidente - Sidiclei Gilesde Andrade
Tesoureiro - Gedson Brandão Paulino

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos - Romero Luiz Endringer / Helio Carlos Ribeiro Cândido
Edmilson Meireles de Oliveira
Membros Suplentes - Josafá Storch / Jaime Santos Oliveira Junior / Dorlei Fontão da Cruz

CONSELHO DE ÉTICA

Membros Efetivos - Romário Batista Vieira / Gilmar de Souza Borges
Fernando Videira Lafayette
Membros Suplentes - Luciano Roncetti Pimenta / Marcos Geraldo Guerra
Eleardo Aparício Costa Brasil

DIRETORES REGIONAIS

Euclério de Azevedo Sampaio Júnior - Região Metropolitana / Marcos Antônio Guerra Wandermurem - Região Nordeste / Lastênio Luiz Cardoso - Região Centro Oeste / Luiz Carlos Coutinho - Região Rio Doce / Cleudenir José de Carvalho Neto - Região Caparaó / Elieser Rabello - Região Central Sul / Jocenei Marconcini Castelari - Região Litoral Sul / Leví Marques de Souza - Região Sudoeste Serrana / Vander Patrício - Região Central Serrana / Jaílson José Quiuqui - Região Noroeste

DIRETORIA DE SAÚDE

Diretor - Gesi Antônio Da Silva Júnior
Vice-diretor - Luiz Américo Borel

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO

Diretor - André Dos Santos Sampaio
Vice-diretor - Antônio Gualhano Azevedo

DIRETORIA DE INOVAÇÃO E CIDADES INTELIGENTES

Diretor - Nemrod Emerick
Vice-diretor - Uelikson Boone

DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA

Diretor - Diego Krentz
Vice-diretor - Josemar Machado Fernandes

DIRETORIA DE PETRÓLEO E GÁS

Diretor - Fabrício Petri
Vice-diretor - Antônio da Rocha Sales

DIRETORIA DE MINERAÇÃO

Diretor - Leonardo Prando Finco
Vice-diretor - Paulo Sérgio de Nardi

DIRETORIA DE CONSÓRCIOS

Diretor - Sérgio Fonseca
Vice-diretor - André Wiler Silva Fagundes

DIRETORIA DE POLÍTICAS PARA MULHERES

Diretora - Fernanda Siqueira Sussai Milanese
Vice-diretora - Ana Izabel Malacarne de Oliveira

DIRETORIA DE AGRICULTURA

Diretor - David Mozdzen Pires Ramos
Vice-diretor - Aílton da Costa Silva

DIRETORIA DE POLÍTICAS PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Diretor - Tiago Rocha
Vice-diretor - Marcos Jauhar

Avenida Princesa Isabel, 629 - Ed. Vitória Center - Sala 401 - Centro
Vitória/ES - CEP: 29010-904 - (27) 9 9842-8048

Prefeituras

Afonso Cláudio

Decreto

DECRETO Nº 057/2025

EXONERA SERVIDOR

O Prefeito Municipal de Afonso Cláudio, Estado do Espírito Santo, no uso de atribuições que lhe são conferidas; e
Considerando o requerimento protocolizado sob o nº 2133/2025 em 29 de janeiro de 2025.

R E S O L V E

Art. 1º. Exonerar, a pedido, nos termos do art. 57, inciso I, da Lei Municipal nº 1.448/97, o servidor **MATEUS MARTINS LOOSE**, do cargo de provimento efetivo de **TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO**, Matrícula 008950, a partir de 02 de fevereiro de 2025.

Parágrafo único. Em decorrência do disposto no caput deste artigo, inclusive para fins de exoneração e rescisão do vínculo, fica considerado o dia 01 de fevereiro de 2025 como o último dia de vínculo (trabalho).

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Afonso Cláudio, 29 de janeiro de 2025.

ASSINADO DIGITALMENTE
LUCIANO RONCETTI PIMENTA - PREFEITO MUNICIPAL

ASSINADO DIGITALMENTE
PAULO HENRIQUE PAGOTTO - SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Protocolo 1481214

DECRETO Nº 0000051/2025, 28 de janeiro de 2025

O Prefeito Municipal de AFONSO CLAUDIO, no Estado do ESPIRITO SANTO, usando de atributos legais que lhe são conferidas através da Lei Nº 0002612/2024.

Fica suplementado no orçamento da despesa prevista para o exercício de 2025 a importância de R$ 703.937,69 (setecentos e três mil novecentos e trinta e sete re ais e sessenta e nove centavos), nas seguintes dotações:
Dotações Suplementadas
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.020 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO			
33903000000 - MATERIAL DE CONSUMO	Fonte:	166900000	30.000,00
Total do Projeto/Atividade			30.000,00
Total da Unidade			30.000,00
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS			
0.008 - CONTRIBUIÇÃO P/ FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PASEP			
33904100000 - CONTRIBUIÇÕES	Fonte:	150000000	400.000,00
Total do Projeto/Atividade			400.000,00
2.042 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS			
33903900000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	Fonte:	150000000	44.004,25
Total do Projeto/Atividade			44.004,25
Total da Unidade			444.004,25
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
2.056 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL-CRECHE			
33909200000 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	Fonte:	150000250	4.557,00
Total do Projeto/Atividade			4.557,00
2.067 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL			
33909200000 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	Fonte:	150000250	1.882,60
Total do Projeto/Atividade			1.882,60
2.076 - MANUTENÇÃO E FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL			
33909200000 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	Fonte:	150000250	4.944,80
Total do Projeto/Atividade			4.944,80
2.071 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
33909200000 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	Fonte:	150000250	3.360,00
Total do Projeto/Atividade			3.360,00
Total da Unidade			14.744,40
12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVICOS URBANOS			
2.088 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA E OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			

33909200000 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	Fonte:	150000000	87.497,32
Total do Projeto/Atividade			87.497,32
Total da Unidade			87.497,32
15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO			
2.110 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO			
33903900000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	Fonte:	150000000	127.691,72
Total do Projeto/Atividade			127.691,72
Total da Unidade			127.691,72
Total			703.937,69
Para a cobertura das suplementações relacionadas no artigo anteiror, serão utilizados os seguintes recursos:			

Dotações Anuladas

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.028 - BENEFÍCIO EVENTUAL POR VULNERABILIDADE TEMPORÁRIA

33903200000 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	Fonte:	166900000	30.000,00
Total do Projeto/Atividade			30.000,00
Total da Unidade			30.000,00
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS			

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS

2.042 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE FINANÇAS			
33909300000 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	Fonte:	150000000	44.004,25
Total do Projeto/Atividade			44.004,25
Total da Unidade			44.004,25
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
2.063 - MATERIAL DIDÁTICO E PEDAGÓGICO PARA O ENSINO FUNDAMENTAL			
44905200000 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	Fonte:	150000250	14.744,40
Total do Projeto/Atividade			14.744,40
Total da Unidade			14.744,40
11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO			
2.085 - REALIZAÇÃO DE EVENTOS E PREMIAÇÕES			
33903100000 - PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	Fonte:	150000000	60.000,00
Total do Projeto/Atividade			60.000,00
Total da Unidade			60.000,00
12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVICOS URBANOS			
1.029 - EXTENSÃO DE REDE E MELHORIAS NA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA			
44903000000 - MATERIAL DE CONSUMO	Fonte:	150000000	87.497,32
Total do Projeto/Atividade			87.497,32
Total da Unidade			87.497,32
13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE			
2.094 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE			
33903000000 - MATERIAL DE CONSUMO	Fonte:	150000000	50.000,00
Total do Projeto/Atividade			50.000,00
1.036 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E MELHORAS DE EDIFICAÇÕES			
33903000000 - MATERIAL DE CONSUMO	Fonte:	150000000	10.000,00
Total do Projeto/Atividade			10.000,00
Total da Unidade			60.000,00
14 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER			
2.105 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER			
33903900000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	Fonte:	150000000	70.000,00
Total do Projeto/Atividade			70.000,00
2.107 - APOIO E INCENTIVO A EQUIPES E ATLETAS EM ATIVIDADES ESPORTIVAS			
33903000000 - MATERIAL DE CONSUMO	Fonte:	150000000	30.000,00

33903100000 - PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	Fonte:	150000000	30.000,00
Total do Projeto/Atividade 2.108 - PROMOVER E APOIAR EVENTOS VOLTADOS AO ESPORTE E LAZER			60.000,00
33903900000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	Fonte:	150000000	80.000,00
Total do Projeto/Atividade			80.000,00
Total da Unidade 15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO			210.000,00
1.039 - INFRAESTRUTURA TURÍSTICA			
33903000000 - MATERIAL DE CONSUMO	Fonte:	150000000	70.000,00
33903900000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	Fonte:	150000000	100.000,00
Total do Projeto/Atividade 2.111 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE CENTROS DE APOIO E DE EVENTOS TURÍSTICOS			170.000,00
33903900000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	Fonte:	150000000	27.691,72
Total do Projeto/Atividade			27.691,72
Total da Unidade			197.691,72
Total			703.937,69

Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

AFONSO CLAUDIO, 28 Janeiro de 2025
LUCIANO RONCETTI PIMENTA
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1481314

DECRETO Nº 0000052/2025, 28 de janeiro de 2025

O Prefeito Municipal de AFONSO CLAUDIO, no Estado do ESPIRITO SANTO, usando de atributos legais que lhe são conferidas através da Lei Nº 0002612/2024.

Fica suplementado no orçamento da despesa prevista para o exercício de 2025 a importância de R$ 43.951,84 (quarenta e três mil novecentos e cinqüenta e um r eais e oitenta e quatro centavos), nas seguintes dotações:
Dotações Suplementadas
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.022 - SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	

31901100000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	Fonte:	166900000	14.418,89
31901300000 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	Fonte:	166900000	1.372,55
Total do Projeto/Atividade 2.023 - SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES DE PSE-MÉDIA COMPLEXIDADE			15.791,44
31901100000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	Fonte:	166900000	24.645,90
31901300000 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	Fonte:	166900000	2.852,63
Total do Projeto/Atividade			27.498,53
Total da Unidade			43.289,97
12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVICOS URBANOS			
2.088 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA E OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
31909200000-DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	Fonte:	150000000	661,87
Total do Projeto/Atividade			661,87
Total da Unidade			661,87
Total			43.951,84
Para a cobertura das suplementações relacionadas no artigo anteiror, serão utilizados os seguintes recursos:			

Dotações Anuladas
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2.013 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FMAS E DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

31901100000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	Fonte:	166900000	39.064,79
31901300000 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	Fonte:	166900000	4.225,18
Total do Projeto/Atividade			43.289,97
Total da Unidade 12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVICOS URBANOS			43.289,97
1.029 - EXTENSÃO DE REDE E MELHORIAS NA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA			
44903000000 - MATERIAL DE CONSUMO	Fonte:	150000000	661,87

Total do Projeto/Atividade			661,87
Total da Unidade			661,87
Total			43.951,84

Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

AFONSO CLAUDIO, 28 Janeiro de 2025
LUCIANO RONCETTI PIMENTA
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1481319

DECRETO Nº 0000053/2025, 28 de janeiro de 2025

O Prefeito Municipal de AFONSO CLAUDIO, no Estado do ESPIRITO SANTO, usando de atributos legais que lhe são conferidas através da Lei Nº 0002612/2024.

Fica suplementado no orçamento da despesa prevista para o exercício de 2025 a importância de R$ 1.507.636,34 (um milhão quinhentos e sete mil seiscentos e t rinta e seis reais e trinta e quatro centavos), nas seguintes dotações:
Dotações Suplementadas
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2.054 - MANUTENÇÃO DO ENSINO E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - FUNDEB 70% - CRECHE			
31900400000 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	Fonte:	254000700	2.862,85
31901100000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	Fonte:	254000700	410.064,85
31901300000 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	Fonte:	254000700	50.671,72
Total do Projeto/Atividade			463.599,42
2.057 - MANUTENÇÃO DO ENSINO E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - FUNDEB 70% - PRÉ-ESCOLA			
31901100000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	Fonte:	254000700	150.871,12
31901300000 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	Fonte:	254000700	19.161,30
Total do Projeto/Atividade			170.032,42
2.065 - MANUTENÇÃO DO ENSINO E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 70%			
31900400000 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	Fonte:	254000700	20.801,27
31901100000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	Fonte:	254000700	756.555,05
31901300000 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	Fonte:	254000700	96.648,18
Total do Projeto/Atividade			874.004,50
Total da Unidade			1.507.636,34
Total			1.507.636,34
Para a cobertura das suplementações relacionadas no artigo anteiror, serão utilizados os seguintes recursos:			
I - Superávit R$ 1.507.636,34 (um milhão quinhentos e sete mil seiscentos e trinta e seis reais e trinta e quatro centavos)			

Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

AFONSO CLAUDIO, 28 Janeiro de 2025
LUCIANO RONCETTI PIMENTA
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1481321

DECRETO Nº 0000054/2025, 28 de janeiro de 2025

O Prefeito Municipal de AFONSO CLAUDIO, no Estado do ESPIRITO SANTO, usando de atributos legais que lhe são conferidas através da Lei Nº 0002612/2024.

Fica suplementado no orçamento da despesa prevista para o exercício de 2025 a importância de R$ 595.642,58 (quinhentos e noventa e cinco mil seiscentos e q uarenta e dois reais e cinqüenta e oito centavos), nas seguintes dotações:
Dotações Suplementadas
10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

2.121 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 31901100000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	Fonte:	160500000	196,05
Total do Projeto/Atividade			196,05
2.128 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE			
31900400000 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	Fonte:	160000009	32.689,86
31900400000 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	Fonte:	160500000	30.965,55
Total do Projeto/Atividade			63.655,41
2.130 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE			

31901300000 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	Fonte:	160400000	36.362,51
Total do Projeto/Atividade 2.131 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL			36.362,51
31900400000 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	Fonte:	150000150	42.522,70
31901100000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	Fonte:	160000009	370.000,00
31901300000 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	Fonte:	160000009	50.000,00
31901300000 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	Fonte:	150000150	6.419,74
Total do Projeto/Atividade 2.138 - INTENSIFICAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, AMBIENTAL E SAÚDE			468.942,44
31901100000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	Fonte:	150000150	15.931,30
31901300000 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	Fonte:	150000150	2.405,18
Total do Projeto/Atividade 2.139 - INTENSIFICAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA			18.336,48
31901100000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	Fonte:	150000150	8.149,69
Total do Projeto/Atividade			8.149,69
Total da Unidade			595.642,58
Total			595.642,58
Para a cobertura das suplementações relacionadas no artigo anteiror, serão utilizados os seguintes recursos:			

Dotações Anuladas
10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
2.128 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE

31900400000 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	Fonte:	150000150	66.603,69
31901100000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	Fonte:	160000009	32.689,86
31901100000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	Fonte:	160500000	31.161,60
Total do Projeto/Atividade 2.130 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE			130.455,15
31900400000 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	Fonte:	160400000	36.362,51
31901300000 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	Fonte:	150000150	8.824,92
Total do Projeto/Atividade 2.131 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL			45.187,43
33903000000 - MATERIAL DE CONSUMO	Fonte:	160000009	420.000,00
Total do Projeto/Atividade			420.000,00
Total da Unidade			595.642,58
Total			595.642,58

Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

AFONSO CLAUDIO, 28 Janeiro de 2025
LUCIANO RONCETTI PIMENTA
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1481323

DECRETO Nº 0000055/2025, 28 de janeiro de 2025

O Prefeito Municipal de AFONSO CLAUDIO, no Estado do ESPIRITO SANTO, usando de atributos legais que lhe são conferidas através da Lei Nº 0002612/2024.

Fica suplementado no orçamento da despesa prevista para o exercício de 2025 a importância de R$ 9.824,00 (nove mil oitocentos e vinte e quatro reais), nas se guintes dotações:
Dotações Suplementadas
10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
2.128 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE

33901400000 - DIARIAS - PESSOAL CIVIL	Fonte:	150000150	9.824,00
Total do Projeto/Atividade			9.824,00
Total da Unidade			9.824,00
Total			9.824,00
Para a cobertura das suplementações relacionadas no artigo anteiror, serão utilizados os seguintes recursos:			

Dotações Anuladas
10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
2.121 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO

MUNICIPAL DE SAÚDE

33901400000 - DIARIAS - PESSOAL CIVIL	Fonte:	150000150	9.824,00
Total do Projeto/Atividade			9.824,00
Total da Unidade			9.824,00
Total			9.824,00

Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

AFONSO CLAUDIO, 28 Janeiro de 2025
LUCIANO RONCETTI PIMENTA
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1481327

DECRETO Nº 0000056/2025, 28 de janeiro de 2025

O Prefeito Municipal de AFONSO CLAUDIO, no Estado do ESPIRITO SANTO, usando de atributos legais que lhe são conferidas através da Lei Nº 0002612/2024.

Fica suplementado no orçamento da despesa prevista para o exercício de 2025 a importância de R$ 122.589,66 (cento e vinte e dois mil quinhentos e oitenta e n ove reais e sessenta e seis centavos), nas seguintes dotações:

Dotações Suplementadas

10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

2.121 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 31901100000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	Fonte:	260500000	196,05
Total do Projeto/Atividade 2.128 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE			196,05
31900400000 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	Fonte:	260500000	30.965,55
31901100000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	Fonte:	260500000	15.216,07
33903000000 - MATERIAL DE CONSUMO	Fonte:	260000009	18.314,00
Total do Projeto/Atividade 2.133 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DE SAÚDE			64.495,62
33503900000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	Fonte:	260500000	57.897,99
Total do Projeto/Atividade			57.897,99
Total da Unidade			122.589,66
Total			122.589,66
Para a cobertura das suplementações relacionadas no artigo anteiror, serão utilizados os seguintes recursos:			
I - Superávit R$ 122.589,66 (cento e vinte e dois mil quinhentos e oitenta e nove reais e sessenta e seis centavos)			

Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

AFONSO CLAUDIO, 28 Janeiro de 2025
LUCIANO RONCETTI PIMENTA
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1481329

Água Doce do Norte

Portaria

PORTARIA - Nº 40/2025.
"*Coloca à disposição e dá outras providências*"

O Prefeito Municipal de Água Doce do Norte, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º) - Colocar o (a) Servidor (a) Sr. (a) **TAINA MARIA DE LIMA ALVES**, brasileiro (a), solteiro (a), nascido (a) em 29 de dezembro de 1997, portador (a) do (a) CPF 155.155.807-61 e RG 3.449.634 SPTC-ES, filha de Gercino Teodoro Alves e Zilda Maria de Lima Alves, do Cargo em Comissão de Confiança de Encarregado de Area, da Secretaria Municipal de Educação à disposição da Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º) - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 02 de janeiro de 2025.

Art. 3º) - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Água Doce do Norte, Estado do Espírito Santo, aos vinte e três dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco - 37º Ano de sua Emancipação Política e Administrativa.

Abraão Lincon Elizeu
Prefeito Municipal

Protocolo 1481216

Águia Branca

Decreto

DECRETO N.º 11.177/2025 E X O N E R A SERVIDOR CONTRATADO A PEDIDO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA, do Estado do Espírito Santo, usando de suas atribuições que lhe confere o art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica

Municipal, e tendo em vista o que consta do processo n.º 000.474/2025,

D E C R E T A:
Art. 1º - Fica exonerada a pedido, a partir de 03/02/2025, nos termos do art.º 6, da Lei n.º 1.669/2021 de 01 de dezembro de 2021, o servidor abaixo relacionado ocupante do cargo contratado de AUXILIAR DE SECRETARIA ESCOLAR:

ELOISA DE SOUZA VIEIRA

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Águia Branca, em 28 de janeiro de 2025.

JAILSON JOSÉ QUIUQUI
Prefeito Municipal

Protocolo 1480940

DECRETO N.º 11.178/2025 E X O N E R A SERVIDOR CONTRATADO A PEDIDO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA, do Estado do Espírito Santo, usando de suas atribuições que lhe confere o art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o que consta do processo n.º 000.477/2025,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica exonerada a pedido, a partir de 03/02/2025, nos termos do art.º 6, da Lei n.º 1.669/2021 de 01 de dezembro de 2021, o servidor abaixo relacionado ocupante do cargo contratado de AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL ESF:

LORENA MARQUES POLEZE

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Águia Branca, em 28 de janeiro de 2025.

JAILSON JOSÉ QUIUQUI
Prefeito Municipal

Protocolo 1480941

DECRETO N.º 11.179/2025 E X O N E R A SERVIDOR CONTRATADO A PEDIDO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA, do Estado do Espírito Santo, usando de suas atribuições que lhe confere o art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o que consta do processo n.º 000.448/2025,

D E C R E T A:
Art. 1º - Fica exonerada a pedido, a partir de 03/02/2025, nos termos do art.º 6, da Lei n.º 1.670/2021 de 01 de dezembro de 2021, o servidor abaixo relacionado ocupante do cargo contratado de PROFESSOR (MATRICULA 66307):

DAIANE CRIVELARES GOBBI

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Águia Branca, em 28 de janeiro de 2025.

JAILSON JOSÉ QUIUQUI
Prefeito Municipal

Protocolo 1480942

DECRETO N.º 11.180/2025 E X O N E R A SERVIDOR CONTRATADO A PEDIDO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA, do Estado do Espírito Santo, usando de suas atribuições que lhe confere o art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o que consta do processo n.º 000.439/2025,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica exonerada a pedido, a partir de 03/02/2025, nos termos do art.º 6, da Lei n.º 1.670/2021 de 01 de dezembro de 2021, o servidor abaixo relacionado ocupante do cargo contratado de PROFESSOR:

LUIZA BETANIA GEVERGI LACERDA

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Águia Branca, em 28 de janeiro de 2025.

JAILSON JOSÉ QUIUQUI
Prefeito Municipal

Protocolo 1480943

DECRETO Nº 11.181/2025 P R O R R O G A PRAZO PARA ENTRADA EM EXERCICIO DE SERVIDOR EFETIVO NOMEADO ATRAVES DO DECRETO 11.114/2025 DE 03/01/2025 E EMPOSSADO EM 24-01-2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Águia Branca, Estado do Espírito Santo, e tendo em vista o que consta no processo n.º 000.422/2025,

DECRETA:

Art. 1.º Considerar conforme Art.º 15, § 1.º da Lei 111/91, prorrogado por 30 dias a partir de 24/01/2025 o prazo para a entrada em exercício do servidor **GABRIEL BREDA DOS SANTOS**,

aprovado no concurso Público n.º 002/2022, para exercer o cargo efetivo de **ESCRITURÁRIO**, com carga horaria de 40 (quarenta) horas semanais, **NOMEADO**, através do Decreto 11.114/2025 de 03/01/2025.

Art. 2.º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação,

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Águia Branca, em 28 de janeiro de 2025

JAILSON JOSÉ QUIUQUI
Prefeito Municipal

Protocolo 1480945

DECRETO Nº 11.182/2025 N O M E I A SERVIDOR PARA CARGO EFETIVO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Águia Branca, Estado do Espírito Santo,

DECRETA:

Art. 1.º Fica **NOMEADO**, na forma do Artigo 9.º, Inciso I, da Lei 111/91 - REGIME JURÍDICO ÚNICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DO MUNICIPIO DE ÁGUIA BRANCA - **IRINEU TARCILIO MOZER**, aprovado no concurso Público n.º 001/2022, para exercer o cargo efetivo de MOTORISTA, com carga horaria de 40 (Quarenta) horas semanais.

Art. 2.º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Águia Branca, em 28 de janeiro de 2025.

JAILSON JOSÉ QUIUQUI
Prefeito Municipal

Protocolo 1480946

DECRETO Nº 11.183/2025 N O M E I A SERVIDOR PARA CARGO EFETIVO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Águia Branca, Estado do Espírito Santo,

DECRETA:

Art. 1.º Fica **NOMEADO**, na forma do Artigo 9.º, Inciso I, da Lei 111/91 - REGIME JURÍDICO ÚNICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DO MUNICIPIO DE ÁGUIA BRANCA - **VANDERLEI CARDOSO DOS SANTOS**, aprovado no concurso Público n.º 001/2022, para exercer o cargo efetivo de MOTORISTA, com carga horaria de 40 (Quarenta) horas semanais.

Art. 2.º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Águia Branca, em 28 de janeiro de 2025.

JAILSON JOSÉ QUIUQUI
Prefeito Municipal

Protocolo 1480947

DECRETO Nº 11.184/2025 N O M E I A SERVIDOR PARA CARGO EFETIVO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Águia Branca, Estado do Espírito Santo,

DECRETA:

Art. 1.º Fica **NOMEADA**, na forma do Artigo 9.º, Inciso I, da Lei 111/91 - REGIME JURÍDICO ÚNICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DO MUNICIPIO DE ÁGUIA BRANCA - **JULIANA DELEVEDOVE BERGAMI**, aprovada no concurso Público n.º 001/2022, para exercer o cargo efetivo de ESCRITURÁRIO, com carga horaria de 40 (Quarenta) horas semanais.

Art. 2.º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Águia Branca, em 28 de janeiro de 2025.

JAILSON JOSÉ QUIUQUI
Prefeito Municipal

Protocolo 1480958

DECRETO Nº 11.185/2025 N O M E I A SERVIDOR PARA CARGO EFETIVO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Águia Branca, Estado do Espírito Santo,

DECRETA:

Art. 1.º Fica **NOMEADO**, na forma do Artigo 9.º, Inciso I, da Lei 111/91 - REGIME JURÍDICO ÚNICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DO MUNICIPIO DE ÁGUIA BRANCA - **ADENILTON MENINI PERUSINI**, aprovado no concurso Público n.º 001/2022, para exercer o cargo efetivo de TÉCNICO EM CONTABILIDADE, com carga horaria de 40 (Quarenta) horas semanais.

Art. 2.º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Águia Branca, em 28 de janeiro de 2025.
JAILSON JOSÉ QUIUQUI
Prefeito Municipal

Protocolo 1480961

DECRETO Nº 11.186/2025 N O M E I A SERVIDOR PARA CARGO EFETIVO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Águia Branca, Estado do Espírito Santo,

DECRETA:

Art. 1.º Fica **NOMEADO**, na forma do Artigo 9.º, Inciso I, da Lei 111/91 - REGIME JURÍDICO ÚNICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DO MUNICIPIO DE ÁGUIA BRANCA - **PEDRO HOFFMAN JUNIOR**, aprovado no concurso Público n.º 001/2022, para exercer o cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, com carga horaria de 40 (Quarenta) horas semanais.

Art. 2.º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Águia Branca, em 28 de janeiro de 2025.

JAILSON JOSÉ QUIUQUI
Prefeito Municipal

Protocolo 1480964

DECRETO Nº 11.187/2025 N O M E I A SERVIDOR PARA CARGO EFETIVO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Águia Branca, Estado do Espírito Santo,

DECRETA:

Art. 1.º Fica **NOMEADA**, na forma do Artigo 9.º, Inciso I, da Lei 111/91 - REGIME JURÍDICO ÚNICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DO MUNICIPIO DE ÁGUIA BRANCA - **ANA CAROLINA GOBBI AMICI** aprovada no concurso Público n.º 002/2022, para exercer o cargo efetivo de SECRETARIO ESCOLAR, com carga horaria de 40 (Quarenta) horas semanais.

Art. 2.º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Águia Branca, em 28 de janeiro de 2025.

JAILSON JOSÉ QUIUQUI
Prefeito Municipal

Protocolo 1480970

Edital

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 022/2025 - CARGOS DIVERSOS
ID Cidades: 003E0700001.2022.001

Convocação dos Candidatos aprovados no Concurso Público 001/2022 (ID Cidades: 003E0700001.2022.001), para o provimento efetivo de vagas no quadro de pessoal da *Prefeitura Municipal de Águia Branca/ES*

O Prefeito Municipal de Águia Branca, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, convoca os candidatos abaixo relacionados aprovados no **Concurso Público** - **Edital nº 001/2022** para preenchimento de cargos no quadro da Prefeitura Municipal de Águia Branca, para comparecerem no **prazo de 30 (trinta) dias a partir de 30/01/2025**, no horário das 7:30h às 11:00h e das 12:30h às 15:00h, de segunda a quinta-feira e no horário de 7:00h ás 12:00h na sexta-feira, no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Águia Branca, situado a Rua Vicente Pissinatti, nº 71, Centro, Águia Branca/ES.
Os convocados deverão comparecer munidos dos documentos relacionados no Edital do Concurso Público 001/2022, item 16.5 e suas alíneas.

16.5. O candidato deverá atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos:
a) Aprovação prévia em todas as etapas da seleção;
b) **Comprovação do pré-requisito do cargo**;
c) Ter nacionalidade brasileira; no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do §1º do art. 12 da Constituição da República Federativa do Brasil e na forma do disposto no art. 13 do Decreto nº 70.436, de 18 de abril de 1972. O mesmo se aplica a outros indivíduos naturalizados;
d) Ter 18 (dezoito anos) completos na data da posse;
e) apresentar diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso, conforme requisito do cargo pretendido, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelos órgãos competentes, comprovado por meio da apresentação de original e cópia do respectivo documento;
f) apresentar documentos pessoais (originais) e suas respectivas cópias:

- RG;
- CPF (deve apresentar o comprovante de situação cadastral do CPF obtido no site da Receita Federal do Brasil, em:
- https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp
- Título de Eleitor e dois últimos comprovantes de votação;
- Carteira Profissional;

- 02 (duas) fotos 3x4;
- Extrato do PIS/PASEP (o documento precisa ser retirado na Caixa Econômica Federal ou no Banco do Brasil);
- Comprovante de residência;
- Certidão de Nascimento;
- Certidão de Casamento (quando aplicável);
- Certidão de Nascimento e CPF de filhos menores de 18 anos; e
- Exames médicos pré-admissionais; (Médico Medicina do Trabalho)

g) estar registrado e com a situação regularizada no órgão de conselho de classe correspondente à sua formação profissional, **quando for o caso**, devidamente comprovado com a documentação exigida;
h) ter nacionalidade brasileira. No caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos art. 12, §1º da Constituição da República Federativa do Brasil e na forma do disposto no art. 13 no Decreto Federal nº 70.436/1972;
i) estar em pleno gozo dos direitos políticos (Certidão de Crimes eleitorais, obtida por meio do link: Certidão de crimes eleitorais - Tribunal Superior Eleitoral (tse.jus.br);
j) estar quite com as obrigações eleitorais (Certidão de quitação eleitoral, obtida por meio do link: Certidão de quitação eleitoral - Tribunal Superior Eleitoral (tse.jus.br);
k) estar quite com os deveres do Serviço Militar, se do **sexo masculino** (Certificado de reservista);
l) estar apto, física e mentalmente, não apresentando deficiência que o incapacite para o exercício das funções do cargo, fato apurado pela Perícia Médica Oficial a ser designada;
m) não ter sido condenado a pena privativa de liberdade transitada em julgado ou qualquer outra condenação incompatível com a função pública (Certidões negativas podem ser emitidas nos sítios eletrônicos abaixo):
- Certidão negativa de natureza criminal e cível em 1ª e 2ª instância - Justiça Estadual: https://sistemas.tjes.jus.br/certidaonegativa/sistemas/certidao/CERTIDAOPESQUISA.cfm;
- Certidão negativa de natureza criminal e cível - Justiça Federal: https://certidoes.trf2.jus.br/certidoes/#/principal/solicitar;

n) estar inscrito regularmente no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF: Certidão obtida por meio do link: https://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/SSL/ATCTA/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica;
o) não acumular cargos, empregos ou funções públicas, salvo nos casos constitucionalmente admitidos: (formulário disponível no **ANEXO I - deste EDITAL)**;
p) cumprir, na íntegra, as determinações previstas no edital.

16.6. Caso haja necessidade, a Prefeitura Municipal de Águia Branca/ES poderá solicitar outros documentos complementares:

- **Certidão Negativa de Débitos de tributos municipais** junto a Prefeitura Municipal de Águia Branca (obtida por meio do link: https://gpi12.cloud.el.com.br/ServerExec/acessoBase/?idPortal=0d5c283a-937f-4b76-8b0a-8ae2b66f92a8

- **Declaração de bens (**formulário disponível no **ANEXO II - deste Edital)**;

- **Laudo Médico (original e cópia)** atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças - CID, para os candidatos aprovados nas vagas destinadas à pessoa com deficiência (PCD), **emitido em até 12 (doze) meses anteriores a data do Edital de Convocação, respeitadas as exigências previstas no item 5.13 do Edital de Concurso Público nº 001/2022.**

OBS: Conforme art.11 do Decreto Federal 10.977/2022 de 23/02/2022, o prazo da validade de Identidade é de 10 (dez) anos, para os cidadãos com idade de 12 a 59 anos.

OBS: Considerando o entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em atenção aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade inerentes a Administração Pública, quanto a **alínea "e" do item 16.5**, o Município de Águia Branca declara que o candidato(a) aprovado para o cargo pretendido poderá apresentar, em substituição ao Diploma, o **Certificado de Conclusão de Curso e/ou Histórico escolar**, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelos órgãos competentes, comprovado por meio da apresentação de original e cópia do respectivo documento.
OBS: A convocação do candidato aprovado nas vagas reservadas às pessoas com deficiência, não garante a sua entrada em exercício, devendo ainda, ser submetido a **PERÍCIA MÉDICA**, que será promovida pela Prefeitura Municipal de Águia Branca/ES, ao qual terá decisão terminativa sobre a qualificação da deficiência do candidato aprovado em concurso público.

RELAÇÃO DE CANDIDATOS CONVOCADOS

MOTORISTA				
Classificação	Inscrição	Nome do Candidato	Cargo	Decreto de Nomeação
17.º	0001984	IRINEU TARCILIO MOZER	MOTORISTA	11.182/2025

18.º	0001779	VANDERLEI CARDOSO DOS SANTOS	MOTORISTA	11.183/2025

ESCRITURÁRIO				
Classificação	Inscrição	Nome do Candidato	Cargo	Decreto de Nomeação
06.º	0002005	JULIANA DELEVEDOVE BERGAMI	ESCRITURÁRIO	11.184/2025

TECNICO EM CONTABILIDADE				
Classificação	Inscrição	Nome do Candidato	Cargo	Decreto de Nomeação
01.º	0001672	ADENILTON MENINI PERUSINI	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	11.185/2025

AGENTE ADMINISTRATIVO				
Classificação	Inscrição	Nome do Candidato	Cargo	Decreto de Nomeação
02.º	0000827	PEDRO HOFFMAN JUNIOR	AGENTE ADMINISTRATIVO	11.186/2025

Gabinete do Prefeito Municipal de Águia Branca/ES, 29 de janeiro de 2025.

JAILSON JOSÉ QUIUQUI
Prefeito Municipal

ANEXO I - EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 022/2025
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 001/2022 - CARGOS DIVERSOS

ID Cidades: 003E0700001.2022.001

DECLARAÇÃO DE ACÚMULO DE CARGOS E VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS

Eu, _____, RG_____ , em relação à posse do cargo _____ DECLARO:

1. Para fins do contido no §14 do art. 37 da Constituição Federal de 1988.
( ) não sou aposentado ( ) sou aposentado por tempo de contribuição decorrente de cargo _____, emprego_____ ou função pública_____.

2. Para fins do contido nos incisos XVI, XVII e do §14 do art. 37 da Constituição Federal de 1988, sob pena de responsabilidade, para fins de acumulação remunerada, que:
( ) não exerço ( ) exerço
( ) outro cargo ( ) emprego ( ) função pública

Os campos abaixo somente deverão ser preenchidos no caso o declarante ocupar outro cargo, emprego ou função pública.

1 - IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE/CARGO
Unidade:
Fone:
Endereço:
Bairro:
Cidade:
Estado:
Cargo/Emprego/Função:
Regime Jurídico:

2- HORÁRIO DE TRABALHO

Dia da Semana	Horário
2ª-feira	Das ___ : ___ horas às ___ : ___ horas
3ª-feira	Das ___ : ___ horas às ___ : ___ horas
4ª-feira	Das ___ : ___ horas às ___ : ___ horas
5ª-feira	Das ___ : ___ horas às ___ : ___ horas
6ª-feira	Das ___ : ___ horas às ___ : ___ horas

Sábado	Das ___ : ___ horas às ___ : ___ horas
Domingo	Das ___ : ___ horas às ___ : ___ horas
Total da Carga Horaria Semana	_____ horas

Caso venha a assumir vínculo nestas condições ou alterar as informações horas prestadas, assumo o compromisso de comunicar a este Setor de Recursos Humanos no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

Águia Branca/ES, _____/_____/2025.

Assinatura do candidato:
CPF:

ANEXO II - EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 022/2025 CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 001/2022 - CARGOS DIVERSOS

IDCidades: 003E0700001.2022.001

DECLARAÇÃO DE BENS

Eu, _____abaixo-assinado, candidato ao cargo de _____, portador da Cédula de Identidade Registro Geral nº _____, órgão emissor_____/_____ e CPF nº _____,

DECLARO, para os devidos fins previstos no Art 13, § 5º do REGIME JURÍDICO ÚNICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DO MUNICÍPIO DE ÁGUIA BRANCA, Lei n.º 111/91, de 27 de dezembro de 1991,
( ) Declaro não possuir bens
( ) Declaro possuir os bens constantes da relação abaixo:

01 - _____, no valor de R$ _____
02 - _____, no valor de R$ _____
03 - _____, no valor de R$ _____
04 - _____, no valor de R$ _____
05 - _____, no valor de R$ _____
06 - _____, no valor de R$ _____
07 - _____, no valor de R$ _____
08 - _____, no valor de R$ _____ 09 - _____ _____, no valor de R$ _____ 10 - _____, no valor de R$ _____

Águia Branca/ES, _____ de _____ de 2025.

Assinatura: _____

CPF:
Decreto Federal 10.977/2022 de 23/02/2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/d10977.htm

Protocolo 1480967

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 021/2025

ID Cidades: 003E0700001.2022.002

Convocação dos Candidatos aprovados no Concurso Público 002/2022 (ID Cidades: 003E0700001.2022.002), para o provimento efetivo de vagas no quadro de pessoal da *Prefeitura Municipal de Águia Branca/ES*

O Prefeito Municipal de Águia Branca, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, convoca os candidatos abaixo relacionados aprovados no **Concurso Público** - **Edital nº 002/2022** para preenchimento de cargos no quadro da Prefeitura Municipal de Águia Branca, para comparecerem no **prazo de 30 (trinta) dias a partir de 30/01/2025**, no horário das 7:30h às 11:00h e das 12:30h às 15:00h, de segunda a quinta-feira e no horário de 7:00h ás 12:00h na sexta-feira, no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Águia Branca, situado a Rua Vicente Pissinatti, nº 71, Centro, Águia Branca/ES.
Os convocados deverão comparecer munidos dos documentos relacionados no Edital do Concurso Público 002/2022, item 15.5 e suas alíneas.

15.5. O candidato deverá atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos:
a) Aprovação prévia em todas as etapas da seleção;
b) Comprovação do pré-requisito do cargo;
c) Ter nacionalidade brasileira; no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do

§1º do art. 12 da Constituição da República Federativa do Brasil e na forma do disposto no art. 13 do Decreto nº 70.436, de 18 de abril de 1972. O mesmo se aplica a outros indivíduos naturalizados;
d) Ter 18 (dezoito anos) completos na data da posse;
e) apresentar diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso, conforme requisito do cargo pretendido, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelos órgãos competentes, comprovado por meio da apresentação de original e cópia do respectivo documento;
f) apresentar documentos pessoais (originais) e suas respectivas cópias:

- RG;
- CPF (deve apresentar o comprovante de situação cadastral do CPF obtido no site da Receita Federal do Brasil, em: https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp
- Título de Eleitor e dois últimos comprovantes de votação;
- Carteira Profissional;
- 02 (duas) fotos 3x4;
- Extrato do PIS/PASEP (o documento precisa ser retirado na Caixa Econômica Federal ou no Banco do Brasil);
- Comprovante de residência;
- Certidão de Nascimento;
- Certidão de Casamento (quando aplicável);
- Certidão de Nascimento e CPF de filhos menores de 18 anos; e
- Exames médicos pré-admissionais; (Médico Medicina do Trabalho)

g) estar registrado e com a situação regularizada no órgão de conselho de classe correspondente à sua formação profissional, **quando for o caso**, devidamente comprovado com a documentação exigida;
h) ter nacionalidade brasileira. No caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos art. 12, §1º da Constituição da República Federativa do Brasil e na forma do disposto no art. 13 no Decreto Federal nº 70.436/1972;
i) estar em pleno gozo dos direitos políticos (Certidão de Crimes eleitorais, obtida por meio do link: Certidão de crimes eleitorais - Tribunal Superior Eleitoral (tse.jus.br);
j) estar quite com as obrigações eleitorais (Certidão de quitação eleitoral, obtida por meio do link: Certidão de quitação eleitoral - Tribunal Superior Eleitoral (tse.jus.br);
k) estar quite com os deveres do Serviço Militar, se do **sexo masculino** (Certificado de reservista);
l) estar apto, física e mentalmente, não apresentando deficiência que o incapacite para o exercício das funções do cargo, fato apurado pela Perícia Médica Oficial a ser designada;
m) não ter sido condenado a pena privativa de liberdade transitada em julgado ou qualquer outra condenação incompatível com a função pública (Certidões negativas podem ser emitidas nos sítios eletrônicos abaixo):
- Certidão negativa de natureza criminal e cível em 1ª e 2ª instância - Justiça Estadual: https://sistemas.tjes.jus.br/certidaonegativa/sistemas/certidao/CERTIDAOPESQUISA.cfm;
- Certidão negativa de natureza criminal e cível - Justiça Federal: https://certidoes.trf2.jus.br/certidoes/#/principal/solicitar;

n) estar inscrito regularmente no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF: Certidão obtida por meio do link: https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp
o) não acumular cargos, empregos ou funções públicas, salvo nos casos constitucionalmente admitidos: (formulário disponível no **ANEXO I - deste EDITAL)**;
p) cumprir, na íntegra, as determinações previstas no edital.

15.6. Caso haja necessidade, a Prefeitura Municipal de Águia Branca/ES poderá solicitar outros documentos complementares:

- **CertidãoNegativadeDébitosdetributosmunicipais**juntoaPrefeituraMunicipaldeÁguiaBranca(obtidapormeio do link: https://gpi12.cloud.el.com.br/ServerExec/acessoBase/?idPortal=0d5c283a-937f-4b76-8b0a-8ae2b66f92a8

- **Declaração de bens (**formulário disponível no **ANEXO II - deste Edital)**;

OBS: Conforme art.11 do Decreto Federal 10.977/2022 de 23/02/2022, o prazo da validade de Identidade é de 10 (dez) anos, para os cidadãos com idade de 12 a 59 anos.

OBS: Considerando o entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em atenção aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade inerentes a Administração Pública, quanto a **alínea "e" do item 15.5**, o Município de Águia Branca declara que o candidato(a) aprovado para o cargo pretendido poderá apresentar, em substituição ao Diploma, o **Certificado de Conclusão de Curso e Histórico escolar**, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelos órgãos competentes, comprovado por meio da apresentação de original e cópia do respectivo documento.

RELAÇÃO DE CANDIDATOS CONVOCADOS

SECRETARIO ESCOLAR				
Classificação	Inscrição	Nome do Candidato	Cargo	Decreto de Nomeação
21.º	0000175	ANA CAROLINA GOBBI AMICI	SECRETARIO ESCOLAR	11.187/2025

Gabinete do Prefeito Municipal de Águia Branca/ES, 29 de janeiro de 2025

JAILSON JOSÉ QUIUQUI
Prefeito Municipal

ANEXO I - EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 021/2025
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 002/2022

ID Cidades: 003E0700001.2022.002

DECLARAÇÃO DE ACÚMULO DE CARGOS E VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS

Eu, _____, RG_____ , em relação à posse do cargo _____ DECLARO:

1. Para fins do contido no §14 do art. 37 da Constituição Federal de 1988.
( ) não sou aposentado ( ) sou aposentado por tempo de contribuição decorrente de cargo _____, emprego_____ ou função pública_____.

2. Para fins do contido nos incisos XVI, XVII e do §14 do art. 37 da Constituição Federal de 1988, sob pena de responsabilidade, para fins de acumulação remunerada, que:
( ) não exerço ( ) exerço
( ) outro cargo ( ) emprego ( ) função pública

Os campos abaixo somente deverão ser preenchidos no caso o declarante ocupar outro cargo, emprego ou função pública.

1 - IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE/CARGO
Unidade:
Fone:
Endereço:
Bairro:
Cidade:
Estado:
Cargo/Emprego/Função:
Regime Jurídico:

2- HORÁRIO DE TRABALHO

Dia da Semana	Horário
2ª-feira	Das ___ : ___ horas às ___ : ___ horas
3ª-feira	Das ___ : ___ horas às ___ : ___ horas
4ª-feira	Das ___ : ___ horas às ___ : ___ horas
5ª-feira	Das ___ : ___ horas às ___ : ___ horas
6ª-feira	Das ___ : ___ horas às ___ : ___ horas
Sábado	Das ___ : ___ horas às ___ : ___ horas
Domingo	Das ___ : ___ horas às ___ : ___ horas
Total da Carga Horaria Semana	_____ horas

Caso venha a assumir vínculo nestas condições ou alterar as informações horas prestadas, assumo o compromisso de comunicar a este Setor de Recursos Humanos no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

Águia Branca/ES, _____/_____/2025.

Assinatura do candidato:
CPF:

ANEXO II- EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 021/2025
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 002/2022

ID Cidades: 003E0700001.2022.002

DECLARAÇÃO DE BENS

Eu, _____abaixo-assinado, candidato ao cargo de _____, portador da Cédula de Identidade Registro Geral nº _____, órgão emissor_____/____ e CPF nº _____ _____,

DECLARO, para os devidos fins previstos no Art 13, § 5º do REGIME JURÍDICO ÚNICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DO MUNICÍPIO DE ÁGUIA BRANCA, Lei n.º 111/91, de 27 de dezembro de 1991,
( ) Declaro não possuir bens
( ) Declaro possuir os bens constantes da relação abaixo:

01 - _____, no valor de R$ _____
02 - _____, no valor de R$ _____
03 - _____, no valor de R$ _____
04 - _____, no valor de R$ _____
05 - _____, no valor de R$ _____
06 - _____, no valor de R$ _____
07 - _____, no valor de R$ _____
08 - _____, no valor de R$ _____ 09 - _____, no valor de R$ _____ 10 - _____, no valor de R$ _____

Águia Branca/ES, _____ de _____ de 2025.

Assinatura: _____

CPF:

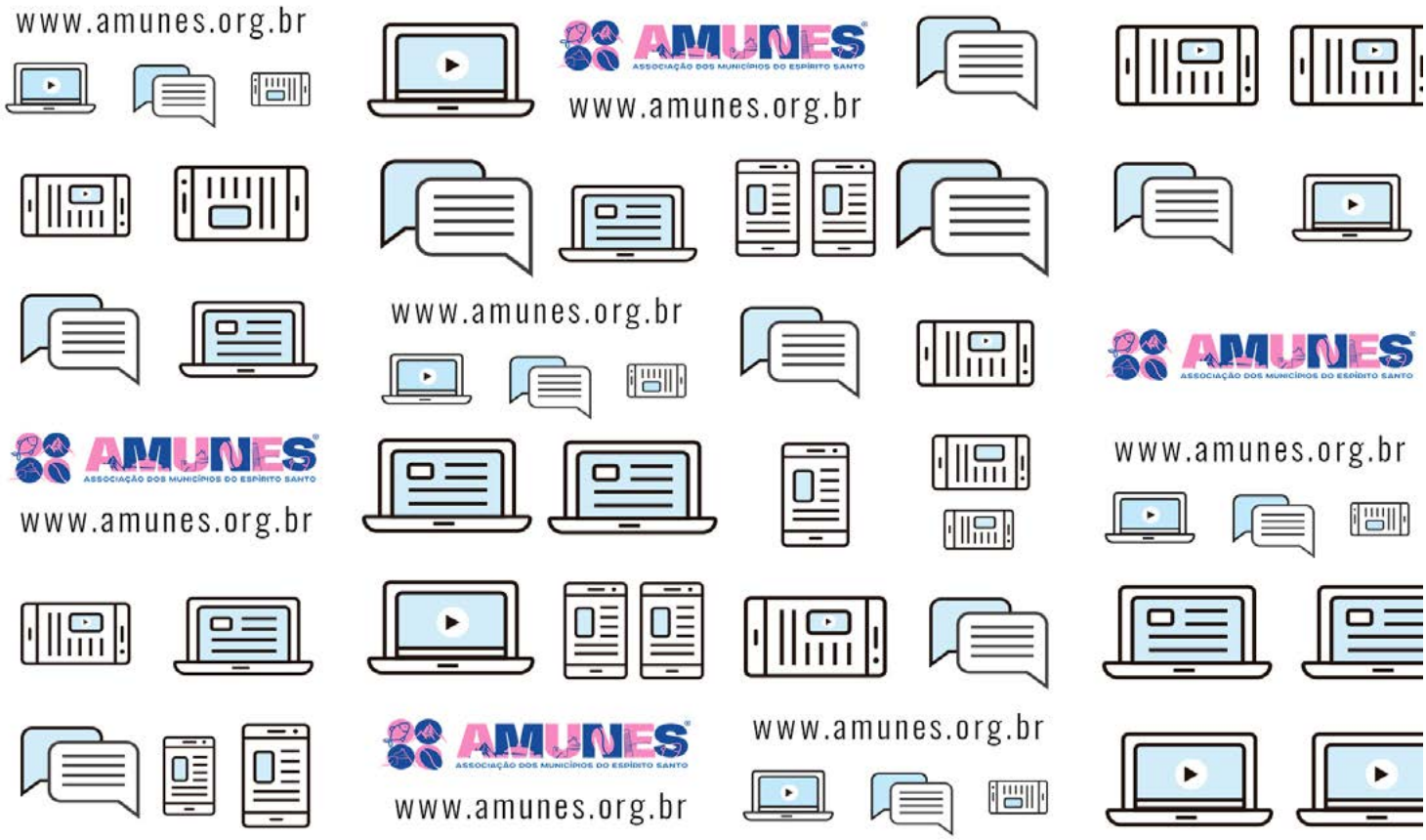
Decreto Federal 10.977/2022 de 23/02/2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/d10977.htm

Protocolo 1480972

Contrato

EXTRATO DO CONTRATO Nº 006/2024
CONTRATANTE: Município de Águia Branca/Fundo Municipal de Saúde
CONTRATADO: CIM NOROESTE
DATA ASSINATURA: 29/01/2025
OBJETO: O presente contrato tem como objeto a gestão associada de serviços, por meio de entidade filantrópica ou de fins não econômicos, integrado ao conceito de empreendedorismo social, para prestar serviços contínuos de apoio técnico operacional, administrativo e de serviços gerais, com dedicação exclusiva de mão de obra, nas atividades desenvolvidas pelo CONTRATANTE junto a seus entes consorciados, no âmbito da cooperação interfederativa, com contrapartida social, na forma das especificações contidas neste Instrumento.
VALOR GLOBAL: R$ 659.115,36 (seiscentos e cinquenta e nove mil, cento e quinze reais e trinta e seis centavos).
VIGÊNCIA: 31/01/2026
Processo Administrativo nº 397/2025.

Protocolo 1480993



Relatórios

Município de Águia Branca - ES - PODER EXECUTIVO STN/SICONFI
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	JAN/2024	FEV/2024	MAR/2024	ABR/2024	MAI/2024	JUN/2024	JUL/2024	AGO/2024	SET/2024	OUT/2024	NOV/2024	DEZ/2024	Total (Últimos 12 meses) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**2.628.915,92**	**2.615.081,61**	**2.643.583,19**	**2.792.819,11**	**2.772.358,79**	**2.803.278,15**	**2.827.084,64**	**2.851.177,21**	**2.801.239,61**	**2.851.437,57**	**2.891.037,21**	**4.630.863,09**	**35.108.876,10**	
Pessoal Ativo	2.231.546,84	2.200.587,94	2.208.232,64	2.352.378,65	2.320.883,80	2.348.041,40	2.361.851,58	2.390.851,10	2.327.177,28	2.375.040,36	2.412.276,33	3.718.731,29	29.247.599,21	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis.	1.861.350,12	1.810.639,51	1.806.965,94	1.815.719,85	1.780.067,59	1.812.750,96	1.833.543,46	1.851.466,11	1.794.026,64	1.835.261,57	1.881.077,06	3.007.428,17	23.090.296,98	
Obrigações Patronais	370.196,72	389.948,43	401.266,70	536.658,80	540.816,21	535.290,44	528.308,12	539.384,99	533.150,64	539.778,79	531.199,27	711.303,12	6.157.302,23	
Pessoal Inativo e Pensionistas	397.369,08	414.493,67	435.350,55	440.440,46	451.474,99	455.236,75	465.233,06	460.326,11	474.062,33	476.397,21	478.760,88	912.131,80	5.861.276,89	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	352.418,70	372.665,92	393.295,12	398.385,03	409.419,56	413.181,32	422.297,39	419.779,66	430.202,40	431.784,40	430.903,63	832.238,86	5.306.571,99	
Pensões	44.950,38	41.827,75	42.055,43	42.055,43	42.055,43	42.055,43	42.935,67	40.546,45	43.859,93	44.612,81	47.857,25	79.892,94	554.704,90	
Outras desp. pessoal decorr. contr. terceir. ou Contrat. de forma indiret														
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	**462.185,53**	**478.320,47**	**504.888,16**	**504.960,12**	**517.004,80**	**517.649,60**	**534.670,79**	**528.037,50**	**535.308,14**	**543.615,96**	**578.180,51**	**1.054.404,14**	**6.759.225,72**	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária														
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração														
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	370.911,83	389.605,85	409.121,35	416.600,07	425.940,20	429.039,48	438.377,58	438.038,92	445.001,06	452.556,82	450.543,29	885.467,41	5.551.203,86	
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recu	91.273,70	88.714,62	95.766,81	88.360,05	91.064,60	88.610,12	96.293,21	89.998,58	90.307,08	91.059,14	127.637,22	168.936,73	1.208.021,86	
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de														
Outras Deduções Constitucionais ou Legais														
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**2.166.730,39**	**2.136.761,14**	**2.138.695,03**	**2.287.858,99**	**2.255.353,99**	**2.285.628,55**	**2.292.413,85**	**2.323.139,71**	**2.265.931,47**	**2.307.821,61**	**2.312.856,70**	**3.576.458,95**	**28.349.650,38**	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**76.581.660,46**	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art 166-A, § 1º da CF)	850.000,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF)		
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)		
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais		
= RECEITA CORRENTE LÍ• QUIDA AJUSTADA PARA CALCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	**75.731.660,46**	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III a + III b)	**28.349.650,38**	**37,43**
LIMITE MÁ• XIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	**40.895.096,65**	**54,00**
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	**38.850.341,82**	**51,30**
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	**36.805.586,98**	**48,60**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças, Emissão: 29/01/2025 , as 15:17:01

JAILSON JOSÉ QUIUQUI
PREFEITO MUNICIPAL

MENARA SCALDAFERRO RODRIGUES
CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO
DEC. 9.245/2021

MARGARETH DE JESUS OLIVEIRA MOZDZEN
SECRETÁRIA DE FINANÇAS

IMPRESSÃO: Marco Antonio Bregonci

Município de Águia Branca - ES
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

STN/SICONFI

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") — R$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2024	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)			
Dívida Mobiliária			
Dívida Contratual			
Empréstimos			
Internos			
Externos			
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios			
Financiamentos			
Internos			
Externos			
Parcelamento e Renegociação de dívidas			
De Tributos			
De Contribuições Previdenciárias			
De Demais Contribuições Sociais			
Do FGTS			
Com Instituição Não Financeira			
Demais Dívidas Contratuais			
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos			
Outras Dívidas			
DEDUÇÕES (II)	**49.043.930,30**	**54.931.296,15**	**49.080.186,39**
Disponibilidade de Caixa	49.043.930,30	54.931.296,15	49.080.186,39
Disponibilidade de Caixa Bruta	49.174.286,74	55.395.241,45	49.328.399,73
(-) Restos a Pagar Processados	101.292,22	306,69	191.202,87
(-) Depósitos Restituíves e Valores Vinculados	29.064,22	463.638,61	57.010,47
Demais Haveres Financeiros			
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	**(49.043.930,30)**	**(54.931.296,15)**	**(49.080.186,39)**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**57.486.387,50**	**69.518.645,45**	**76.581.660,46**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)			**850.000,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	**57.486.387,50**	**69.518.645,45**	**75.731.660,46**
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)			
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	**(85,31)**	**(79,02)**	**(64,81)**
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120,00%	**68.983.665,00**	**83.422.374,54**	**90.877.992,55**
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	**62.085.298,50**	**75.080.137,09**	**81.790.193,30**

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2024	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000			
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)			
PASSIVO ATUARIAL	94.339.594,53	94.339.594,53	97.080.858,51
RP NÃO-PROCESSADOS	14.456.682,81	11.204.147,64	7.159.788,58
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO			
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP			
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS			

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças, Emissão: 29/01/2025 , as 15:17:46

Município de Águia Branca - ES
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

STN/SICONFI

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") R$ 1,00

JAILSON JOSÉ QUIUQUI
PREFEITO MUNICIPAL

MENARA SCALDAFERRO RODRIGUES
CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO
DEC. 9.245/2021

MARGARETH DE JESUS OLIVEIRA MOZDZEN
SECRETÁRIA DE FINANÇAS

Município de Águia Branca - ES
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024
RGF - ANEXO 3 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40 § 1º)

STN/SICONFI

R$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2024	
		Até o 1º semestre	Até o 2º semestre
AOS ESTADOS (I)			
Em Operações de Crédito Externas			
Em Operações de Crédito Internas			
AOS MUNICÍPIOS (II)			
Em Operações de Crédito Externas			
Em Operações de Crédito Internas			
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)			
Em Operações de Crédito Externas			
Em Operações de Crédito Internas			
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)			
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	57.486.387,50	69.518.645,45	76.581.660,46
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)			850.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	57.486.387,50	69.518.645,45	75.731.660,46
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)			
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22,00 %	12.647.005,25	15.294.102,00	16.660.965,30
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 90,00 %	11.382.304,72	13.764.691,80	14.994.868,77

CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2024	
		Até o 1º semestre	Até o 2º semestre
DOS ESTADOS (IX)			
Em Garantia às operações de Crédito Externas			
Em Garantia às operações de Crédito Internas			
DOS MUNICÍPIOS (X)			
Em Garantia às operações de Crédito Externas			
Em Garantia às operações de Crédito Internas			
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)			
Em Garantia às operações de Crédito Externas			
Em Garantia às operações de Crédito Internas			
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)			
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)			
MEDIDAS CORRETIVAS			

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças, Emissão: 29/01/2025 , as 15:17:15

JAILSON JOSÉ QUIUQUI
PREFEITO MUNICIPAL

MENARA SCALDAFERRO RODRIGUES
CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO
DEC. 9.245/2021

MARGARETH DE JESUS OLIVEIRA MOZDZEN
SECRETÁRIA DE FINANÇAS

Protocolo 1481903

Município de Águia Branca - ES
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024
RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

STN/SICONFI

R$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de Referência	Até o Semestre de Referência (a)
Mobiliária		
Interna		
Externa		
Contratual		
Interna		
Empréstimos		
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro		
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços		
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)		
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (I)		
Externa		
Empréstimos		
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro		
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços		
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)		
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação[1] (II)		
TOTAL (III)		

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	76.581.660,46	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 1º, art. 166-A da CF) (V)	850.000,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	75.731.660,46	
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)		
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)		
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	12.117.065,67	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	10.905.359,10	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	5.301.216,23	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Parcelamentos de Dívidas		
Tributos		
Contribuições Previdenciárias		
FGTS		
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas		

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças, Emissão: 29/01/2025 , as 15:17:32

JAILSON JOSÉ QUIUQUI
PREFEITO MUNICIPAL

MENARA SCALDAFERRO RODRIGUES
CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO
DEC. 9.245/2021

MARGARETH DE JESUS OLIVEIRA MOZDZEN
SECRETÁRIA DE FINANÇAS

Protocolo 1481905

Município de Águia Branca - ES - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

RGF - ANEXO 5 (LRF, Art. 55, inciso III, alínea "a") R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g) = (a - (b + c + d + e)-f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)					
		De Execícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	**4.125.196,78**		**80.992,32**	**3.304,64**	**22.856,94**		**4.018.042,88**	**361.797,16**		3.656.245,72
Recursos Não Vinculados de Impostos	4.125.196,78		80.992,32	3.304,64	22.856,94		4.018.042,88	361.797,16		3.656.245,72
Outros Recursos não Vinculados										
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS) (II)	**45.203.202,95**	**56.699,28**	**53.511,27**	**5.570.081,41**	**34.153,53**		**39.488.757,46**	**1.224.605,37**		38.264.152,09
Recursos Vinculados à Educação	**7.495.185,26**			**3.900.000,00**	**2.916,50**		**3.592.268,76**	**14.266,27**		3.578.002,49
Transferências do FUNDEB	123.504,54				568,76		122.935,78	5.200,00		117.735,78
Outros Recursos Vinculados à Educação	7.371.680,72			3.900.000,00	2.347,74		3.469.332,98	9.066,27		3.460.266,71
Recursos Vinculados à Saúde	**3.080.392,48**	**56.699,28**	**28.398,19**	**388.579,92**	**1.049,60**		**2.605.665,49**	**63.320,43**		2.542.345,06
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS	2.227.914,79		3.210,00	1.207,70			2.223.497,09	2.303,00		2.221.194,09
Outros Recursos Vinculados à Saúde	852.477,69	56.699,28	25.188,19	387.372,22	1.049,60		382.168,40	61.017,43		321.150,97
Recursos Vinculados à Assistência Social	**1.476.618,41**		**2.775,08**		**8.550,00**		**1.465.293,33**	**687,95**		1.464.605,38
Recursos Vinculados à Previdência Social (Exceto ao RPPS)										
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	**4.743.734,42**		**22.338,00**	**39.272,71**	**13.284,55**		**4.668.839,16**	**346.545,13**		4.322.294,03
Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres (exceto Educação, Saúde e Assistência)	1.871.599,25		22.338,00	39.272,71	207,03		1.809.781,51	333.751,19		1.476.030,32
Outras Vinculações Decorrentes de Transferências	2.872.135,17				13.077,52		2.859.057,65	12.793,94		2.846.263,71
Demais Vinculações Legais	**2.197.424,75**				**8.352,88**		**2.189.071,87**	**649.785,59**		1.539.286,28
Outras Vinculações Legais	54.749,34						54.749,34			54.749,34
Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à Saúde)										
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	2.142.675,41				8.352,88		2.134.322,53	649.785,59		1.484.536,94
Recursos Vinculados a Fundos (exceto Educação, Saúde, Assistência e Previdência)										
Recursos Extraorçamentários										
Outras Vinculações	**26.209.847,63**			**1.242.228,78**			**24.967.618,85**	**150.000,00**		24.817.618,85
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS AO RPPS (III)	**739.695,07**				**456,00**		**739.239,07**	**14.501,92**		724.737,15
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)²	714.792,71				456,00		714.336,71			714.336,71
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)										
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	24.902,36						24.902,36	14.501,92		10.400,44
TOTAL (IV) = (I + II + III)	**50.068.094,80**	**56.699,28**	**134.503,59**	**5.573.386,05**	**57.466,47**		**44.246.039,41**	**1.600.904,45**		42.645.134,96

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: , Emissão: , as

JAILSON JOSÉ QUIUQUI
PREFEITO MUNICIPAL

MENARA SCALDAFERRO RODRIGUES
CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO
DEC. 9.245/2021

MARGARETH DE JESUS OLIVEIRA MOZDZEN
SECRETÁRIA DE FINANÇAS

Município de Águia Branca - ES - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

STN/SICONFI

LRF, art. 48 - Anexo 6 — R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O SEMESTRE
Receita Corrente Líquida	76.581.660,46
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	75.731.660,46
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	75.731.660,46

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	28.349.650,38	37,43
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 54,00 %	40.895.096,65	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 51,30 %	38.850.341,82	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 48,60 %	36.805.586,98	48,60

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	(49.080.186,39)	
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	90.877.992,55	120,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	16.660.965,30	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	12.117.065,67	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	5.301.216,23	7,00

RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS NO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	1.600.904,45	42.645.134,96

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças, Emissão: 29/01/2025 , as 15:19:19

JAILSON JOSÉ QUIUQUI
PREFEITO MUNICIPAL

MENARA SCALDAFERRO RODRIGUES
CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO
DEC. 9.245/2021

MARGARETH DE JESUS OLIVEIRA MOZDZEN
SECRETÁRIA DE FINANÇAS

Protocolo 1481914

Alegre

Termos

MUNICÍPIO DE ALEGRE - ES - CONSOLIDADO — **ESTADO/TRIBUNAL**
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") — R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	LIQUIDADAS													
	JAN/2024	FEV/2024	MAR/2024	ABR/2024	MAI/2024	JUN/2024	JUL/2024	AGO/2024	SET/2024	OUT/2024	NOV/2024	DEZ/2024	Total (Últimos 12 meses) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**6.983.817,50**	**7.372.707,73**	**7.203.017,42**	**7.519.860,10**	**7.680.382,99**	**7.388.952,94**	**8.289.518,97**	**7.818.330,32**	**7.703.902,69**	**7.633.894,38**	**7.666.830,54**	**13.214.538,92**	**96.475.754,50**	
Pessoal Ativo	5.500.969,00	5.812.732,71	5.640.488,80	5.956.845,74	5.971.475,93	5.708.104,39	6.658.467,29	6.194.289,13	6.062.494,21	6.001.590,07	5.947.597,07	10.831.099,21	76.286.153,55	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis.	3.770.261,67	3.561.972,47	3.840.861,07	3.940.832,96	4.087.284,01	4.182.752,80	4.424.931,21	4.260.534,68	4.312.361,14	4.083.053,45	4.048.934,65	7.262.892,04	51.776.672,15	
Obrigações Patronais	1.730.707,33	2.250.760,24	1.799.627,73	2.016.012,78	1.884.191,92	1.525.351,59	2.233.536,08	1.933.754,45	1.750.133,07	1.918.536,62	1.898.662,42	3.568.207,17	24.509.481,40	
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.482.848,50	1.559.975,02	1.562.528,62	1.563.014,36	1.708.907,06	1.680.848,55	1.631.051,68	1.624.041,19	1.641.408,48	1.632.304,31	1.719.233,47	2.383.439,71	20.189.600,95	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.258.455,42	1.333.014,59	1.326.940,20	1.338.557,16	1.478.327,09	1.453.190,36	1.398.100,42	1.391.215,18	1.406.425,15	1.392.005,40	1.473.439,43	2.042.412,25	17.292.082,65	
Pensões	224.393,08	226.960,43	235.588,42	224.457,20	230.579,97	227.658,19	232.951,26	232.826,01	234.983,33	240.298,91	245.794,04	341.027,46	2.897.518,30	
Outras desp. pessoal decorr. contr. terceir. ou Contrat. de forma indiret														
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	**2.516.404,28**	**2.305.492,36**	**2.273.793,42**	**2.409.692,85**	**2.511.007,55**	**2.486.356,73**	**2.421.450,53**	**2.415.698,41**	**2.415.574,54**	**2.422.086,99**	**2.508.466,54**	**5.006.921,19**	**31.692.945,39**	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária e Dedu														
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	42.451,36	3.532,04	26.461,35	26.906,80	9.949,90	3.532,04	3.532,04	6.289,70	3.532,04	9.941,81	3.532,04	742.848,91	882.510,03	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	374.155,58	388.575,38	381.256,42	385.910,81	388.184,19	391.230,55	394.600,65	376.595,34	370.462,48	371.685,07	374.883,59	1.187.042,24	5.384.582,30	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.482.848,50	1.559.975,02	1.562.528,62	1.563.014,36	1.708.907,06	1.680.848,55	1.631.051,68	1.624.041,19	1.641.408,48	1.632.304,31	1.719.233,47	2.377.439,71	20.183.600,95	
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recur	237.864,41	281.550,83	197.498,77	259.570,60	263.657,76	274.810,08	255.153,32	271.659,34	261.728,32	271.195,92	268.536,40	425.377,45	3.268.603,20	
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de E	379.084,43	71.859,09	106.048,26	174.290,28	140.308,64	135.935,51	137.112,84	137.112,84	138.443,22	136.959,88	142.281,04	274.212,88	1.973.648,91	
Outras Deduções Constitucionais ou Legais														
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**4.467.413,22**	**5.067.215,37**	**4.929.224,00**	**5.110.167,25**	**5.169.375,44**	**4.902.596,21**	**5.868.068,44**	**5.402.631,91**	**5.288.328,15**	**5.211.807,39**	**5.158.364,00**	**8.207.617,73**	**64.782.809,11**	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**142.693.087,73**	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art 166-A, § 1º da CF)		
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF)		
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)	2.942.272,00	
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais		
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CALCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	**139.750.815,73**	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III a + III b)	**64.782.809,11**	**46,36**
LIMITE MÁXIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	**83.850.489,44**	**60,00**
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	**79.657.964,97**	**57,00**
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	**75.465.440,50**	**54,00**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Assistencia Comunitaria, Emissão: 28/01/2025 , as 08:47:58

NEMROD EMERICK:27048542896 — Assinado de forma digital por NEMROD EMERICK:27048542896 Dados: 2025.01.28 10:31:29 -03'00'
NEMROD EMERICK
PREFEITO MUNICIPAL

WILLIAN FADINI FAIAN:14765291758 — Assinado de forma digital por WILLIAN FADINI FAIAN:14765291758 Dados: 2025.01.28 10:30:18 -03'00'
WILLIAN FADINI FAIAN
SEC. EXEC. DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

MARCOS ANTONIO RABELO VARGAS:89702964768 — Assinado de forma digital por MARCOS ANTONIO RABELO VARGAS:89702964768 Dados: 2025.01.28 10:29:41 -03'00'
MARCOS ANTONIO RABELO VARGAS
CONTADOR - CRC ES - 021990

KASSIO VALADARES AMORIM:13326281765 — Assinado de forma digital por KASSIO VALADARES AMORIM:13326281765 Dados: 2025.01.28 10:50:28 -03'00'
KASSIO VALADARES AMORIM
CONTROLE INTERNO

IMPRESSÃO: marcos vargas

Sistema de Administração de Finanças Públicas — *Page 1 of 1* — *E&L Produções de Software LTDA*

Protocolo 1480914

MUNICÍPIO DE ALEGRE - ES
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

ESTADO/TRIBUNAL

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") R$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2024	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	**58.879.631,87**	**56.395.154,51**	**53.995.211,75**
Dívida Mobiliária			
Dívida Contratual	58.879.631,87	56.395.154,51	53.995.211,75
Empréstimos			
Internos			
Externos			
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios			
Financiamentos	1.065.058,73	1.065.058,73	1.065.058,73
Internos	1.065.058,73	1.065.058,73	1.065.058,73
Externos			
Parcelamento e Renegociação de dívidas	57.814.573,14	55.330.095,78	52.930.153,02
De Tributos	534.948,96	493.036,16	450.027,41
De Contribuições Previdenciárias	57.279.624,18	54.837.059,62	52.480.125,61
De Demais Contribuições Sociais			
Do FGTS			
Com Instituição Não Financeira			
Demais Dívidas Contratuais			
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos			
Outras Dívidas			
DEDUÇÕES (II)	**68.234.123,98**	**79.873.089,94**	**56.510.431,41**
Disponibilidade de Caixa	68.234.123,98	79.873.089,94	56.510.431,41
Disponibilidade de Caixa Bruta	68.912.939,08	80.989.513,47	57.491.865,45
(-) Restos a Pagar Processados	434.230,01	302.700,68	466.210,46
(-) Depósitos Restituíves e Valores Vinculados	244.585,09	813.722,85	515.223,58
Demais Haveres Financeiros			
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	**(9.354.492,11)**	**(23.477.935,43)**	**(2.515.219,66)**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**134.090.715,43**	**143.656.377,17**	**142.693.087,73**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	**134.090.715,43**	**143.656.377,17**	**142.693.087,73**
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	**43,91**	**39,26**	**37,84**
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	**(6,98)**	**(16,34)**	**(1,76)**
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120,00%	**160.908.858,52**	**172.387.652,60**	**171.231.705,28**
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	**144.817.972,67**	**155.148.887,34**	**154.108.534,75**

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2024	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000			
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)			732.584,64
PASSIVO ATUARIAL	564.494.072,50	564.494.072,50	564.494.072,50
RP NÃO-PROCESSADOS	612.334,58	105.507,42	1.019.360,36
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO			
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP			
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS			

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Assistencia Comunitaria, Emissão: 28/01/2025 , as 08:50:08

MUNICÍPIO DE ALEGRE - ES
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

ESTADO/TRIBUNAL

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") R$ 1,00

NEMROD EMERICK:27048542896
Assinado de forma digital por NEMROD EMERICK:27048542896
Dados: 2025.01.28 10:32:09 -03'00'

NEMROD EMERICK
PREFEITO MUNICIPAL

WILLIAN FADINI FAIAN:14765291758
Assinado de forma digital por WILLIAN FADINI FAIAN:14765291758
Dados: 2025.01.28 10:32:31 -03'00'

WILLIANFADINI FAIAN
SEC. EXEC. DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

MARCOS ANTONIO RABELO VARGAS:89702964768
Assinado de forma digital por MARCOS ANTONIO RABELO VARGAS:89702964768
Dados: 2025.01.28 10:33:05 -03'00'

MARCOS ANTONIO RABELO VARGAS
CONTADOR - CRC ES - 021990

KASSIO VALADARES AMORIM:13326281765
Assinado de forma digital por KASSIO VALADARES AMORIM:13326281765
Dados: 2025.01.28 10:51:24 -03'00'

KASSIO VALADARES AMORIM
CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE ALEGRE - ES
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024
RGF - ANEXO 3 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40 § 1º) **ESTADO/TRIBUNAL**

R$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2024	
		Até o 1º semestre	Até o 2º semestre
AOS ESTADOS (I)			
Em Operações de Crédito Externas			
Em Operações de Crédito Internas			
AOS MUNICÍPIOS (II)			
Em Operações de Crédito Externas			
Em Operações de Crédito Internas			
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)			
Em Operações de Crédito Externas			
Em Operações de Crédito Internas			
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)			
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	134.090.715,43	143.656.377,17	142.693.087,73
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	134.090.715,43	143.656.377,17	142.693.087,73
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)			
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22,00 %	29.499.957,39	31.604.402,98	31.392.479,30
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 90,00 %	26.549.961,65	28.443.962,68	28.253.231,37

CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2024	
		Até o 1º semestre	Até o 2º semestre
DOS ESTADOS (IX)			
Em Garantia às operações de Crédito Externas			
Em Garantia às operações de Crédito Internas			
DOS MUNICÍPIOS (X)			
Em Garantia às operações de Crédito Externas			
Em Garantia às operações de Crédito Internas			
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)			
Em Garantia às operações de Crédito Externas			
Em Garantia às operações de Crédito Internas			
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)			
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)			
MEDIDAS CORRETIVAS			

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Assistencia Comunitaria, Emissão: 28/01/2025 , as 09:06:39

EMERSON GOMES ALVES:02007804760
Assinado de forma digital por EMERSON GOMES ALVES:02007804760
Dados: 2025.01.28 10:34:42 -03'00'

NEMROD EMERICK
PREFEITO MUNICIPAL

WILLIAN FADINI FAIAN:14765291758
Assinado de forma digital por WILLIAN FADINI FAIAN:14765291758
Dados: 2025.01.28 10:35:07 -03'00'

WILLIAN FADINI FAIAN
SEC. EXEC. DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

MARCOS ANTONIO RABELO VARGAS:89702964768
Assinado de forma digital por MARCOS ANTONIO RABELO VARGAS:89702964768
Dados: 2025.01.28 10:33:44 -03'00'

MARCOS ANTONIO RABELO VARGAS
CONTADOR - CRC ES - 021990

KASSIO VALADARES AMORIM:13326281765
Assinado de forma digital por KASSIO VALADARES AMORIM:13326281765
Dados: 2025.01.28 10:52:16 -03'00'

KASSIO VALADARES AMORIM
CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE ALEGRE - ES
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024
RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

ESTADO/TRIBUNAL

R$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de Referência	Até o Semeste de Referência (a)
Mobiliária		
Interna		
Externa		
Contratual		
Interna		
Empréstimos		
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro		
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços		
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)		
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (I)		
Externa		
Empréstimos		
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro		
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços		
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)		
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação[1] (II)		
TOTAL (III)		

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	142.693.087,73	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 1º, art. 166-A da CF) (V)		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	142.693.087,73	
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)		
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)		
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	22.830.894,04	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	20.547.804,64	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	9.988.516,14	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Parcelamentos de Dívidas		
Tributos		
Contribuições Previdenciárias		
FGTS		
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas		

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Assistencia Comunitaria, Emissão: 28/01/2025 , as 09:08:26

NEMROD EMERICK:27048542896 — Assinado de forma digital por NEMROD EMERICK:27048542896 Dados: 2025.01.28 10:37:03 -03'00'

NEMROD EMERICK
PREFEITO MUNICIPAL

WILLIAN FADINI FAIAN:14765291758 — Assinado de forma digital por WILLIAN FADINI FAIAN:14765291758 Dados: 2025.01.28 10:35:55 -03'00'

WILLIAN FADINI FAIAN
SEC. EXEC. DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

MARCOS ANTONIO RABELO VARGAS:89702964768 — Assinado de forma digital por MARCOS ANTONIO RABELO VARGAS:89702964768 Dados: 2025.01.28 10:37:28 -03'00'

MARCOS ANTONIO RABELO VARGAS
CONTADOR - CRC ES - 021990

KASSIO VALADARES AMORIM:13326281765 — Assinado de forma digital por KASSIO VALADARES AMORIM:13326281765 Dados: 2025.01.28 10:52:47 -03'00'

KASSIO VALADARES AMORIM
CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE ALEGRE - ES - CONSOLIDADO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

RGF - ANEXO 5 (LRF, Art. 55, inciso III, alínea "a") — R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g) = (a - (b + c + d + e)-f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)					
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	**6.181.591,40**	**165.271,90**	**244.416,35**	**28.732,73**	**303.551,27**		**5.439.619,15**	**849.740,11**		4.589.879,04
RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	6.180.591,40	165.271,90	244.416,35	28.732,73	303.551,27		5.438.619,15	849.740,11		4.588.879,04
OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS	1.000,00						1.000,00			1.000,00
RECURSOS NÃO VINCULADOS DA COMPENSAÇÃO DE IMPOSTOS										
APOIO FINANCEIRO DA UNIÃO EM DECORRÊNCIA DE ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA										
AUXÍLIO FINANCEIRO - OUTORGA CRÉDITO TRIBUTÁRIO ICMS - ART. 5º, INCISO V, EC Nº 123/2022										
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	**51.248.371,53**	**51.265,47**	**5.256,74**	**29.264,69**	**392.475,18**		**50.770.109,45**	**111.622,83**		50.658.486,62
Recursos Vinculados à Educação	**3.889.408,65**				**28.334,07**		**3.861.074,58**			3.861.074,58
RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE	308.734,55				2.285,32		306.449,23			306.449,23
RECURSOS NÃO VINCULADOS DA COMPENSAÇÃO DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO										
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS (30%)					75,89		(75,89)			(75,89)
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS (70%)	1.570,06				25.972,86		(24.402,80)			(24.402,80)
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAF - 30%										
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAF - 70%										
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT - 30%										
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT - 70%										
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO – VAAR										
RECURSOS DE PRECATÓRIOS DO FUNDEF										
TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	639.280,51						639.280,51			639.280,51
TRANSF. DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE)	1.217,96						1.217,96			1.217,96
TRANSF. DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)										
TRANSF. DE RECUR. DO FNDE REFERENTES AO PROG. NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR (PNATE)	918,50						918,50			918,50
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE	448.454,93						448.454,93			448.454,93
TRANSFERÊNCIAS DO GOVERNO FEDERAL REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À EDUCAÇÃO										
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À EDUCAÇÃO										
TRANSFERÊNCIAS DE MUNICÍPIOS REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À EDUCAÇÃO										
ROYALTIES DO PETRÓLEO E GÁS NATURAL VINCULADOS À EDUCAÇÃO	18.570,06						18.570,06			18.570,06
OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO										
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À EDUCAÇÃO										
TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DOS ESTADOS PARA PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	1.158.164,23						1.158.164,23			1.158.164,23
OUTROS RECURSOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO	1.312.497,85						1.312.497,85			1.312.497,85
AUXÍLIO FINANCEIRO - OUTORGA CRÉDITO TRIBUTÁRIO ICMS - ART.5º, INCISO V, EC 123/2022 - EDUCAÇÃO										
Recursos Vinculados à Saúde	**6.713.918,23**	**31.641,74**	**5.256,74**	**29.264,69**	**100.308,37**		**6.547.446,69**	**111.619,53**		6.435.827,16
RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE	522.173,23	435,00	4.484,10	7.581,65	5.492,96		504.179,52	69,88		504.109,64
RECURSOS NÃO VINCULADOS DA COMPENSAÇÃO DE IMPOSTOS - SAÚDE										
TRANSF. FUNDO A FUNDO RECUR. DO SUS PROVENIENTES DO GOV. FEDERAL (Bloco de Manutenção das Ações e Serv. Púb. de Saúde)	2.266.760,82	6.224,32	772,64	21.683,04	52.454,49		2.185.626,33	42.849,65		2.142.776,68
TRANSF. FUNDO A FUNDO RECUR. DO SUS PROVENIENTES DO GOV. FEDERAL (Bloco de Estruturação na Rede de Serv. Púb. de Saúde)	2.651.475,87	24.981,92			113,34		2.626.380,61	68.700,00		2.557.680,61
TRANSF. FUNDO A FUNDO DE RECUR. DO SUS PROVENIENTES DO GOV. FEDERAL (Bloco de Manutenção das Ações e Serv. Púb. de Saúde – Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21CO)										
TRANSF. FUNDO A FUNDO DE RECUR. DO SUS PROVENIENTES DO GOV. FEDERAL (Bloco de Estruturação na Rede de Serv. Púb. de Saúde – Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21CO)	49.577,43	0,50					49.576,93			49.576,93
TRANSF. DO GOVERNO FEDERAL DESTINADAS AO VENCIMENTO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DE COMBATE ÀS ENDEMIAS.	19.843,52				42.247,58		(22.404,06)			(22.404,06)

MUNICÍPIO DE ALEGRE - ES - CONSOLIDADO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

RGF - ANEXO 5 (LRF, Art. 55, inciso III, alínea "a") — R$ 1,00

TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO ESTADUAL	1.067.945,01						1.067.945,01			1.067.945,01
TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROVENIENTES DOS GOVERNOS MUNICIPAIS										
TRANSFERÊNCIAS DO GOVERNO FEDERAL REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À SAÚDE										
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À SAÚDE										
TRANSFERÊNCIAS DE MUNICÍPIOS REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À SAÚDE										
OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE										
ROYALTIES DO PETRÓLEO E GÁS NATURAL VINCULADOS À SAÚDE										
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À SAÚDE										
OUTROS RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE	136.142,35						136.142,35			136.142,35
Recursos vinculados à Previdência Social - RPPS					**151.211,56**		**(151.211,56)**			(151.211,56)
RECURSOS VINCULADOS AO RPPS – FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)					125.917,27		(125.917,27)			(125.917,27)
RECURSOS VINCULADOS AO RPPS – FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)										
RECURSOS VINCULADOS AO RPPS – TAXA DE ADMINISTRAÇÃO					25.294,29		(25.294,29)			(25.294,29)
Recursos Vinculados à Seguridade Social	**3.499.154,61**						**3.499.154,61**			3.499.154,61
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSINTÊNCIA SOCIAL - FNAS	2.976.258,77						2.976.258,77			2.976.258,77
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DOS FUNDOS ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	522.895,84						522.895,84			522.895,84
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DOS FUNDOS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL										
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À ASSISTÊNCIA SOCIAL										
OUTROS RECURSOS VINCULADOS À ASSINTÊNCIA SOCIAL										
Outras Vinculações de Recursos	**37.145.890,04**	**19.623,73**			**112.621,18**		**37.013.645,13**	**3,30**		37.013.641,83
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU REPASSES DA UNIÃO	4.000.272,25				14.733,45		3.985.538,80			3.985.538,80
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU REPASSES DOS ESTADOS	7.233.819,88	2.759,56					7.231.060,32			7.231.060,32
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DOS MUNICÍPIOS										
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DE OUTRAS ENTIDADES										
TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTES A COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS										
TRANSFERÊNCIA DOS ESTADOS REFERENTES A COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	92.938,29				1.532,53		91.405,76			91.405,76
TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO	2.845.059,71						2.845.059,71			2.845.059,71
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO – INCISO I DO ARTIGO 5º DA LC 173/2020										
TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTE À COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE RECURSOS MINERAIS	650,40						650,40			650,40
TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTE À COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE RECURSOS HÍDRICOS										
TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DOS ESTADOS										
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS NÃO DECORRENTES DE REPARTIÇÕES DE RECEITAS										
TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO FUNDO PENITENCIÁRIO - FUNPEN										
TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO FUNDO DE SEGURANÇA PÚBLICA - FSP										
TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR - FAT										
TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS AO SETOR CULTURAL - LC 195/2022 - ART. 5º - AUDIOVISUAL	27.037,09						27.037,09			27.037,09
TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS AO SETOR CULTURAL - LC 195/2022 - ART. 8º - DEMAIS SETORES DA CULTURA	12.135,01						12.135,01			12.135,01
ASSISTÊNCIA FINANCEIRA TRANSPORTE COLETIVO - ART. 5º, INCISO IV, EC 123/2022										
TRANSFERÊNCIAS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA - LEI Nº 14.399/2022	25.968,90						25.968,90			25.968,90
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO REFERENTES ÀS PARTICIPAÇÕES NA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL DESTINADAS AO FEP - LEI 9.478/1997	376.644,46	16.864,17			65.784,73		293.995,56			293.995,56
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO REFERENTES A CESSÃO ONEROSA DE PETRÓLEO – LEI Nº 13.885/2019										
OUTRAS VINCULAÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS										
RECURSOS DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE	106.574,25						106.574,25			106.574,25
RECURSOS DA CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP	703.607,48				2,50		703.604,98			703.604,98
RECURSOS VINCULADOS AO TRÂNSITO										

MUNICÍPIO DE ALEGRE - ES - CONSOLIDADO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

RGF - ANEXO 5 (LRF, Art. 55, inciso III, alínea "a") R$ 1,00

RECURSOS PROVENIENTES DE TAXAS, CONTRIBUIÇÕES E PREÇOS PÚBLICOS										
RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO										
RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE BENS/ATIVOS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	438.438,18						438.438,18			438.438,18
RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE BENS/ATIVOS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA										
RECURSOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS – LIDES DAS QUAIS O ENTE FAZ PARTE										
RECURSOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS – LIDES DAS QUAIS O ENTE NÃO FAZ PARTE										
RECURSOS VINCULADOS A FUNDOS										
RECURSOS DE EMOLUMENTOS, TAXAS E CUSTAS										
RECURSOS VINCULADOS AO FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA OBRIGATÓRIAS NÃO DECORRENTES DE REPARTIÇÕES DE RECEITAS										
OUTRAS VINCULAÇÕES LEGAIS										
OUTROS RECURSOS VINCULADOS	21.282.744,14				30.567,97		21.252.176,17	3,30		21.252.172,87
Recursos Extraorçamentários										
RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS VINCULADOS A PRECATÓRIOS										
RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS VINCULADOS A DEPÓSITOS JUDICIAIS										
RECURSOS DE DEPÓSITOS DE TERCEIROS										
OUTROS RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS										
TOTAL (III) = (I + II)	**57.429.962,93**	**216.537,37**	**249.673,09**	**57.997,42**	**696.026,45**		**56.209.728,60**	**961.362,94**		55.248.365,66

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: , Emissão: , as

NEMROD EMERICK:27048542896
Assinado de forma digital por NEMROD EMERICK:27048542896
Dados: 2025.01.28 10:39:05 -03'00'

NEMROD EMERICK
PREFEITO MUNICIPAL

WILLIAN FADINI FAIAN:14765291758
Assinado de forma digital por WILLIAN FADINI FAIAN:14765291758
Dados: 2025.01.28 10:38:36 -03'00'

WILLIAN FADINI FAIAN
SEC. EXEC. DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

MARCOS ANTONIO RABELO VARGAS:89702964768
Assinado de forma digital por MARCOS ANTONIO RABELO VARGAS:89702964768
Dados: 2025.01.28 10:38:05 -03'00'

MARCOS ANTONIO RABELO VARGAS
CONTADOR - CRC ES - 021990

KASSIO VALADARES AMORIM:13326281765
Assinado de forma digital por KASSIO VALADARES AMORIM:13326281765
Dados: 2025.01.28 10:53:16 -03'00'

KASSIO VALADARES AMORIM
CONTROLE INTERNO

Protocolo 1480918

MUNICÍPIO DE ALEGRE - ES - CONSOLIDADO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

ESTADO/TRIBUNAL

LRF, art. 48 - Anexo 6 — R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O SEMESTRE
Receita Corrente Líquida	142.693.087,73
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	142.693.087,73
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	2.942.272,00

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	64.782.809,11	46,36
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 60,00 %	83.850.489,44	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 57,00 %	79.657.964,97	57,00
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 54,00 %	75.465.440,50	54,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	(2.515.219,66)	37,84
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	171.231.705,28	120,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	31.392.479,30	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	22.830.894,04	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	9.988.516,14	7,00

RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS NO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Assistencia Comunitaria, Emissão: 28/01/2025 , as 09:09:38

NEMROD EMERICK:27048542896
Assinado de forma digital por NEMROD EMERICK:27048542896
Dados: 2025.01.28 10:39:44 -03'00'

NEMROD EMERICK
PREFEITO MUNICIPAL

WILLIAN FADINI FAIAN:14765291758
Assinado de forma digital por WILLIAN FADINI FAIAN:14765291758
Dados: 2025.01.28 10:40:10 -03'00'

WILLIAN FADINI FAIAN
SEC. EXEC. DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

MARCOS ANTONIO RABELO VARGAS:89702964768
Assinado de forma digital por MARCOS ANTONIO RABELO VARGAS:89702964768
Dados: 2025.01.28 10:40:34 -03'00'

MARCOS ANTONIO RABELO VARGAS
CONTADOR - CRC ES - 021990

KASSIO VALADARES AMORIM:13326281765
Assinado de forma digital por KASSIO VALADARES AMORIM:13326281765
Dados: 2025.01.28 10:53:44 -03'00'

KASSIO VALADARES AMORIM
CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE ALEGRE - ES **ESTADO/TRIBUNAL**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) Em Reais

ACIMA DA LINHA

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Período
		RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	**146.832.889,36**	**158.540.279,36**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	10.897.000,00	15.069.996,91
IPTU	2.152.089,00	1.917.880,06
ISS	4.540.000,00	6.565.553,48
ITBI	400.000,00	690.345,94
IRRF	1.979.911,00	2.575.649,96
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.825.000,00	3.320.567,47
Contribuições	5.927.700,00	5.419.907,58
Receita Patrimonial	4.653.092,83	5.287.766,04
Aplicações Financeiras (II)	4.653.092,83	5.287.766,04
Outras Receitas Patrimoniais		
Transferências Correntes	119.201.096,53	124.898.589,73
Cota-Parte do FPM	42.510.571,62	46.126.019,25
Cota-Parte do ICMS	19.747.916,85	24.270.675,51
Cota-Parte do IPVA	2.000.700,00	2.951.001,72
Cota-Parte do ITR	5.000,00	26.925,85
Transferências da LC 61/1989	250.000,00	286.291,30
Transferências do FUNDEB	18.702.738,70	19.018.950,20
Outras Transferências Correntes	35.984.169,36	32.218.725,90
Demais Receitas Correntes	6.154.000,00	7.864.019,10
Outras Receitas Financeiras (III)		
Receitas Correntes Restantes	6.154.000,00	7.864.019,10
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	**142.179.796,53**	**153.252.513,32**
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	**18.296.959,00**	**25.252.282,70**
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	**1.303.041,00**	**3.589.228,15**
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	**2.922.366,17**	**20.422.568,73**
Operações de Crédito (VIII)		
Amortização de Empréstimos (IX)		
Alienação de Bens	2.000,00	20.000,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)		
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)		
Outras Alienações de Bens	2.000,00	20.000,00
Transferências de Capital	2.920.366,17	20.402.568,73
Convênios	2.000,00	9.273.587,44
Outras Transferências de Capital	2.918.366,17	11.128.981,29
Outras Receitas de Capital		
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)		
Outras Receitas de Capital Primárias		
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	**2.922.366,17**	**20.422.568,73**
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)		
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)		
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	**163.399.121,70**	**198.927.364,75**
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	**145.102.162,70**	**173.675.082,05**

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Período					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RP PROC PAGOS (b)	RP NÃO PROC	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	**165.411.265,73**	**156.472.694,06**	**155.580.735,37**	**155.409.341,59**	**218.295,46**	**543.227,16**	**542.624,34**
Pessoal e Encargos Sociais	77.762.555,92	76.241.364,96	76.241.364,96	76.170.553,13		275.973,16	275.973,16
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	100,00						
Outras Despesas Correntes	87.648.609,81	80.231.329,10	79.339.370,41	79.238.788,46	218.295,46	267.254,00	266.651,18
Transferências Constitucionais e Legais							
Demais Depesas Correntes	87.648.609,81	80.231.329,10	79.339.370,41	79.238.788,46	218.295,46	267.254,00	266.651,18
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	**165.411.165,73**	**156.472.694,06**	**155.580.735,37**	**155.409.341,59**	**218.295,46**	**543.227,16**	**542.624,34**
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	**21.220.432,10**	**21.034.597,13**	**21.034.597,13**	**21.034.597,13**	**0,10**		
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)							
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	**31.138.669,67**	**20.791.169,90**	**20.721.765,65**	**20.643.486,34**			
Investimentos	30.620.176,80	20.412.077,03	20.342.672,78	20.264.393,47			
Inversões Financeiras							
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)							
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)							
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)							
Demais Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida (XXVII)	518.492,87	379.092,87	379.092,87	379.092,87			
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	**30.620.176,80**	**20.412.077,03**	**20.342.672,78**	**20.264.393,47**			
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)							
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	103.567,90	103.163,00	103.163,00	103.163,00			
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)							
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	**217.355.342,53**	**198.022.531,22**	**197.061.168,28**	**196.811.495,19**	**218.295,56**	**543.227,16**	**542.624,34**
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	**196.031.342,53**	**176.884.771,09**	**175.923.408,15**	**175.673.735,06**	**218.295,46**	**543.227,16**	**542.624,34**

RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]	**1.354.949,66**
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]	**(2.759.572,81)**

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	**(2.314.410,43)**

JUROS NOMINAIS	Até o Período
	VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	5.287.181,25
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	970.585,75

RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	**1.557.022,69**

ABAIXO DA LINHA

CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/ 2023 (a)	Até o Período (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	**58.879.631,87**	**53.995.211,75**
DEDUÇÕES (XL)	**68.234.123,98**	**56.510.431,41**
Disponibilidade de Caixa	68.234.123,98	56.510.431,41
Disponibilidade de Caixa Bruta	68.912.939,08	57.491.865,45
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	434.230,01	466.210,46
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	244.585,09	515.223,58
Demais Haveres Financeiros		
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	**(9.354.492,11)**	**(2.515.219,66)**
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)		**(6.839.272,45)**

IMPRESSÃO: marcos vargas

MUNICÍPIO DE ALEGRE - ES **ESTADO/TRIBUNAL**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) Em Reais

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	**(3.614.294,18)**

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Período (b)
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	31.980,45
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV + XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLXIX)]	(6.807.292,00)

RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	**(11.123.887,50)**

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	**51.865.385,62**
Recursos Arrecados em Exercícios Anteriores - RPPS	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	51.865.385,62
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	**1.000.000,00**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Assistencia Comunitaria, Emissão: 28/01/2025 , às 09:46:50

NEMROD EMERICK:27048542896
Assinado de forma digital por NEMROD EMERICK:27048542896
Dados: 2025.01.28 10:49:30 -03'00'

NEMROD EMERICK
PREFEITO MUNICIPAL

WILLIAN FADINI FAIAN:14765291758
Assinado de forma digital por WILLIAN FADINI FAIAN:14765291758
Dados: 2025.01.28 10:48:55 -03'00'

WILLIAN FADINI FAIAN
SEC. EXEC. DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

MARCOS ANTONIO RABELO VARGAS:89702964768
Assinado de forma digital por MARCOS ANTONIO RABELO VARGAS:89702964768
Dados: 2025.01.28 10:48:27 -03'00'

MARCOS ANTONIO RABELO VARGAS
CONTADOR - CRC ES - 021990

KASSIO VALADARES AMORIM:13326281765
Assinado de forma digital por KASSIO VALADARES AMORIM:13326281765
Dados: 2025.01.28 11:09:53 -03'00'

KASSIO VALADARES AMORIM
CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE ALEGRE - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JANEIRO DE 2024 A DEZEMBRO DE 2024

ESTADO/TRIBUNAL

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2024
	JAN/2024	FEV/2024	MAR/2024	ABR/2024	MAI/2024	JUN/2024	JUL/2024	AGO/2024	SET/2024	OUT/2024	NOV/2024	DEZ/2024		
RECEITAS CORRENTES (I)	**11.938.108,41**	**12.365.451,69**	**13.443.210,16**	**13.248.206,08**	**15.534.513,72**	**17.634.104,24**	**15.898.213,36**	**13.147.182,28**	**11.925.513,77**	**11.933.178,31**	**11.385.088,50**	**17.644.165,06**	**166.096.935,58**	**152.231.430,36**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	709.983,55	825.681,95	915.583,15	1.129.866,44	1.455.771,63	1.807.411,63	2.611.126,23	1.353.358,49	1.116.526,02	946.255,81	713.440,94	1.484.991,07	15.069.996,91	10.897.000,00
IPTU	26.596,20	28.183,81	24.464,81	84.610,44	176.949,81	418.320,51	876.355,30	98.038,26	82.118,51	37.181,97	30.714,19	34.346,25	1.917.880,06	2.152.089,00
ISS	455.673,58	357.937,29	464.434,25	594.956,86	591.995,68	570.442,91	497.931,92	772.795,77	601.876,08	561.420,40	404.779,00	691.309,74	6.565.553,48	4.540.000,00
ITBI	82.159,98	52.834,95	30.675,99	25.719,97	107.358,22	40.819,98	66.357,46	47.000,01	77.505,65	48.489,45	52.414,33	59.009,95	690.345,94	400.000,00
IRRF	65.336,88	185.523,76	108.756,99	150.646,24	300.077,56	200.028,65	230.853,30	213.110,91	195.902,30	191.526,04	147.524,67	586.362,66	2.575.649,96	1.979.911,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	80.216,91	201.202,14	287.251,11	273.932,93	279.390,36	577.799,58	939.628,25	222.413,54	159.123,48	107.637,95	78.008,75	113.962,47	3.320.567,47	1.825.000,00
Contribuições	535.936,49	723.851,56	718.925,13	895.085,52	898.909,64	829.429,55	824.708,93	761.184,63	808.788,70	(557.495,12)	612.937,75	1.136.341,30	8.188.604,08	9.561.200,00
Receita Patrimonial	753.851,27	700.446,66	685.871,16	594.034,91	805.703,02	630.171,98	1.058.909,96	895.154,04	676.352,52	800.811,53	634.649,67	641.037,47	8.876.994,19	5.956.133,83
Rendimentos de Aplicação Financeira	753.851,27	700.446,66	685.871,16	594.034,91	805.703,02	630.171,98	1.058.909,96	895.154,04	676.352,52	800.811,53	634.649,67	641.037,47	8.876.994,19	5.956.133,83
Outras Receitas Patrimoniais														
Receita Agropecuária														
Receita Industrial														
Receita de Serviços	695.654,17	427.170,78	529.150,27	618.878,58	584.344,09	611.621,39	610.700,66	555.703,37	430.272,88	659.852,92	565.553,84	715.809,46	7.004.712,41	6.056.000,00
Transferências Correntes	9.197.522,29	9.622.359,11	10.552.949,77	9.926.629,45	11.385.147,35	13.694.415,53	10.700.357,84	9.530.159,87	8.792.500,27	10.029.167,59	8.789.587,72	12.677.792,94	124.898.589,73	119.251.096,53
Cota-Parte do FPM	3.567.054,05	4.850.305,20	3.023.899,30	3.171.628,19	3.689.785,06	3.962.213,93	4.293.396,04	3.358.607,22	3.497.519,39	2.925.620,39	3.744.927,68	6.041.062,80	46.126.019,25	42.510.571,62
Cota-Parte do ICMS	2.089.975,42	1.744.319,13	1.746.000,09	2.076.170,89	1.974.803,24	2.120.965,74	2.198.289,38	2.089.059,70	2.004.130,67	2.058.546,24	2.092.597,59	2.075.817,42	24.270.675,51	19.747.916,85
Cota-Parte do IPVA	129.541,09	101.538,29	191.174,64	986.697,52	321.983,95	253.379,35	229.081,11	232.849,14	214.902,86	140.762,34	76.610,58	72.480,85	2.951.001,72	2.000.700,00
Cota-Parte do ITR	245,68	102,82	518,34	706,74	239,49	219,13	390,81	598,91	8.124,13	14.434,02	882,47	463,31	26.925,85	5.000,00
Transferências da LC 61/1989	18.130,49	18.856,50	22.153,17	19.158,03	20.164,49	25.338,06	22.396,66	30.310,16	33.086,61	22.463,50	24.946,44	29.287,19	286.291,30	250.000,00
Transferências do FUNDEB	1.665.856,64	1.400.588,49	1.489.273,64	1.852.728,48	1.494.976,50	1.639.810,46	1.561.182,62	1.566.207,09	1.367.512,68	1.682.988,88	1.505.291,79	1.792.532,93	19.018.950,20	18.702.738,70
Outras Transferências Correntes	1.726.718,92	1.506.648,68	4.079.930,59	1.819.539,60	3.883.194,62	5.692.488,86	2.395.621,22	2.252.527,65	1.667.223,93	3.184.352,22	1.344.331,17	2.666.148,44	32.218.725,90	36.034.169,36
Outras Receitas Correntes	45.160,64	65.941,63	40.730,68	83.711,18	404.637,99	61.054,16	92.409,74	51.621,88	101.073,38	54.585,58	68.918,58	988.192,82	2.058.038,26	510.000,00
DEDUÇÕES (II)	**1.766.877,43**	**1.836.489,78**	**1.574.777,03**	**1.832.161,80**	**2.291.251,20**	**1.876.344,50**	**1.868.466,88**	**1.956.931,68**	**1.728.293,89**	**1.611.296,42**	**1.793.726,61**	**3.267.230,63**	**23.403.847,85**	**16.993.877,63**
Contribuição do Servidor para o Plano de Previdência	3.436,71	199.105,87	201.448,04	199.050,43	200.459,82	217.631,76	219.250,89	232.061,41	218.135,50	216.236,68	214.327,44	621.348,19	2.742.492,74	3.274.500,00
Compensação Financeira entre Regimes de Previdência	3.498,71	3.498,71	3.628,50	36.311,78	359.920,40	6.550,27	6.550,27	6.550,27	6.335,28	5.964,71	5.964,71	882.286,87	1.327.060,48	160.000,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	286.973,08	291.489,63	265.424,06	135.482,55	385.664,10	234.236,02	501.378,25	439.932,64	261.245,68	324.832,49	249.842,38	212.727,27	3.589.228,15	1.303.041,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	1.163.156,27	1.342.395,57	996.010,55	1.250.233,52	1.200.722,93	1.271.578,48	1.002.844,34	1.141.274,52	999.820,57	1.031.616,40	1.187.161,31	1.275.346,19	13.862.160,65	10.499.000,00
Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem (Art 1º da EC 127/2022).	309.812,66		108.265,88	211.083,52	144.483,95	146.347,97	138.443,13	137.112,84	242.756,86	32.646,14	136.430,77	275.522,11	1.882.905,83	1.757.336,63
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	**10.171.230,98**	**10.528.961,91**	**11.868.433,13**	**11.416.044,28**	**13.243.262,52**	**15.757.759,74**	**14.029.746,48**	**11.190.250,60**	**10.197.219,88**	**10.321.881,89**	**9.591.361,89**	**14.376.934,43**	**142.693.087,73**	**135.237.552,73**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)														
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	**10.171.230,98**	**10.528.961,91**	**11.868.433,13**	**11.416.044,28**	**13.243.262,52**	**15.757.759,74**	**14.029.746,48**	**11.190.250,60**	**10.197.219,88**	**10.321.881,89**	**9.591.361,89**	**14.376.934,43**	**142.693.087,73**	**135.237.552,73**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)														
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)(VII)	251.000,00	225.920,00	225.920,00	225.920,00	225.920,00	225.920,00	223.096,00	223.096,00	223.096,00	223.096,00	197.680,00	471.608,00	2.942.272,00	2.349.532,96
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)														
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	**9.920.230,98**	**10.303.041,91**	**11.642.513,13**	**11.190.124,28**	**13.017.342,52**	**15.531.839,74**	**13.806.650,48**	**10.967.154,60**	**9.974.123,88**	**10.098.785,89**	**9.393.681,89**	**13.905.326,43**	**139.750.815,73**	**132.888.019,77**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Assistencia Comunitaria, Emissão: 28/01/2025 , às 09:39:17

MUNICÍPIO DE ALEGRE - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JANEIRO DE 2024 A DEZEMBRO DE 2024

ESTADO/TRIBUNAL

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R$ 1,00

NEMROD EMERICK:27048542896
Assinado de forma digital por NEMROD EMERICK:27048542896
Dados: 2025.01.28 10:45:05 -03'00'

NEMROD EMERICK
PREFEITO MUNICIPAL

WILLIAN FADINI FAIAN:14765291758
Assinado de forma digital por WILLIAN FADINI FAIAN:14765291758
Dados: 2025.01.28 10:45:31 -03'00'

WILLIAN FADINI FAIAN
SEC.EXEC. DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

MARCOS ANTONIO RABELO VARGAS:89702964768
Assinado de forma digital por MARCOS ANTONIO RABELO VARGAS:89702964768
Dados: 2025.01.28 10:45:58 -03'00'

MARCOS ANTONIO RABELO VARGAS
CONTADOR - CRC ES - 021990

KASSIO VALADARES AMORIM:13326281765
Assinado de forma digital por KASSIO VALADARES AMORIM:13326281765
Dados: 2025.01.28 11:12:03 -03'00'

KASSIO VALADARES AMORIM
CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE ALEGRE - ES **ESTADO/TRIBUNAL**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) Em Reais

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Semestre (b)
RECEITAS CORRENTES (I)	**17.937.959,00**	**26.267.651,29**
Receita de Contribuições dos Segurados	10.654.359,00	14.868.089,89
Ativo	10.654.359,00	14.868.089,89
Inativo		
Pensionista		
Receita de Contribuições Patronais	6.871.600,00	7.440.953,70
Ativo	6.871.600,00	7.440.953,70
Inativo		
Pensionista		
Receita Patrimonial		2.625.604,49
Receitas Imobiliárias		
Receitas de Valores Mobiliários		2.625.604,49
Outras Receitas Patrimoniais		
Receita de Serviços		
Outras Receitas Correntes	412.000,00	1.333.003,21
Compensação Financeira entre os Regimes	160.000,00	1.327.060,48
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)		
Demais Receitas Correntes	252.000,00	5.942,73
RECEITAS DE CAPITAL (III)		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		
Amortização de Empréstimos		
Outras Receitas de Capital		
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	**17.937.959,00**	**26.267.651,29**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Semestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Semestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Semestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Benefícios	**20.302.252,34**	**20.183.600,95**	**20.183.600,95**	**20.183.600,95**	
Aposentadorias	17.394.904,77	17.286.082,65	17.286.082,65	17.286.082,65	
Pensões por Morte	2.907.347,57	2.897.518,30	2.897.518,30	2.897.518,30	
Outras Despesas Previdenciárias	3.000,00				
Compensação Financeira entre os Regimes					
Demais Despesas Previdenciárias	3.000,00				
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	**20.305.252,34**	**20.183.600,95**	**20.183.600,95**	**20.183.600,95**	

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV – V)²	**(2.367.293,34)**	**6.084.050,34**	**6.084.050,34**	**6.084.050,34**	**26.267.651,29**

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	**1.000.000,00**

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	27.719,79
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	
Outros Aportes para o RPPS	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	8.889.999,10

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	
Investimentos e Aplicações	48.335.526,09
Outros Bens e Direitos	297.545.859,20

MUNICÍPIO DE ALEGRE - ES **ESTADO/TRIBUNAL**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) Em Reais

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Semestre (b)
RECEITAS CORRENTES (VII)		
Receita de Contribuições dos Segurados		
Ativo		
Inativo		
Pensionista		
Receita de Contribuições Patronais		
Ativo		
Inativo		
Pensionista		
Receita Patrimonial		
Receitas Imobiliárias		
Receitas de Valores Mobiliários		
Outras Receitas Patrimoniais		
Receita de Serviços		
Outras Receitas Correntes		
Compensação Financeiras entre os Regimes		
Demais Receitas Correntes		
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		
Amortização de Empréstimos		
Outras Receitas de Capital		
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)		

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Semestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Semestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Semestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Benefícios					
Aposentadorias					
Pensões por Morte					
Outras Despesas Previdenciárias					
Compensação Previdenciária entre os Regimes					
Demais Despesas Previdenciárias					
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)					

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX – X)²					

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	
Recursos para Formação de Reserva	

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	
Investimentos e Aplicações	
Outros Bens e Direitos	

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Semestre (b)
Receitas Correntes	1.303.041,00	963.623,66
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	**1.303.041,00**	**963.623,66**

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Semestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Semestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Semestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	914.179,76	850.996,18	850.996,18	850.996,18	
Pessoal e Encargos Sociais	160.828,76	149.961,89	149.961,89	149.961,89	
Demais Despesas Correntes	753.351,00	701.034,29	701.034,29	701.034,29	
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	103.567,90	103.163,00	103.163,00	103.163,00	
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	**1.017.747,66**	**954.159,18**	**954.159,18**	**954.159,18**	

RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)	**285.293,34**	**9.464,48**	**9.464,48**	**9.464,48**	**963.623,66**

MUNICÍPIO DE ALEGRE - ES **ESTADO/TRIBUNAL**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) Em Reais

BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	
Investimentos e Aplicações	
Outros Bens e Direitos	

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO					
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Semestre (b)			
Contribuições dos Servidores					
Demais Receitas Previdenciárias					
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)					
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Semestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Semestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Semestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Aposentadorias					
Pensões					
Outras Despesas Previdenciárias					
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)					
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)2					

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Assistencia Comunitaria, Emissão: 28/01/2025 , às 09:43:58

NEMROD EMERICK:27048542896
Assinado de forma digital por NEMROD EMERICK:27048542896
Dados: 2025.01.28 10:46:56 -03'00'
NEMROD EMERICK
PREFEITO MUNICIPAL

WILLIAN FADINI FAIAN:14765291758
Assinado de forma digital por WILLIAN FADINI FAIAN:14765291758
Dados: 2025.01.28 10:47:18 -03'00'
WILLIAN FADINI FAIAN
SEC. EXEC. DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

MARCOS ANTONIO RABELO VARGAS:89702964768
Assinado de forma digital por MARCOS ANTONIO RABELO VARGAS:89702964768
Dados: 2025.01.28 10:47:44 -03'00'
MARCOS ANTONIO RABELO VARGAS
CONTADOR - CRC ES - 021990

KASSIO VALADARES AMORIM:13326281765
Assinado de forma digital por KASSIO VALADARES AMORIM:13326281765
Dados: 2025.01.28 11:10:24 -03'00'
KASSIO VALADARES AMORIM
CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE ALEGRE - ES

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

RREO - Anexo 7 (LRF, art 53, inciso V)

ESTADO/TRIBUNAL

R$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	Saldo Total
	Em exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2023				Em exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2023					
	(a)	(b)	(c)	(d)	e = (a+b) - (c+d)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j)	k = (f+g) - (i+j)	L = (e + k)
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	**75.193,64**	**358.710,69**	**218.295,56**		**215.608,77**	**277.973,16**	**334.361,42**	**543.227,16**	**542.624,34**	**11.110,00**	**58.600,24**	**274.209,01**
EXECUTIVO	75.193,64	358.710,69	218.295,56		215.608,77	277.973,16	334.361,42	543.227,16	542.624,34	11.110,00	58.600,24	274.209,01
FAFIA FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS DE ALEGRE		41.559,75	24.650,00		16.909,75		41.490,00	41.490,00	41.490,00			16.909,75
Fundo de Educação de Alegre		0,40	0,40									
Fundo de Saúde de Alegre	30.207,01	5.702,73			35.909,74		58.912,44	29.647,75	29.647,75		29.264,69	65.174,43
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ALEGRE - ES		0,10	0,10									
Prefeitura Municipal de Alegre	41.046,83	12.823,58			53.870,41	277.973,16	9.110,00	275.973,16	275.973,16	11.110,00		53.870,41
SAAE SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO	3.939,80	298.624,13	193.645,06		108.918,87		224.848,98	196.116,25	195.513,43		29.335,55	138.254,42
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	**325,78**				**325,78**							**325,78**
EXECUTIVO	325,78				325,78							325,78
Prefeitura Municipal de Alegre	325,78				325,78							325,78
Total (III) = (I + II)	**75.519,42**	**358.710,69**	**218.295,56**		**215.934,55**	**277.973,16**	**334.361,42**	**543.227,16**	**542.624,34**	**11.110,00**	**58.600,24**	**274.534,79**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Assistencia Comunitaria, Emissão: 28/01/2025 , às 09:54:03

NEMROD EMERICK:27048542896 — Assinado de forma digital por NEMROD EMERICK:27048542896 Dados: 2025.01.28 10:52:44 -03'00'

NEMROD EMERICK
PREFEITO MUNICIPAL

WILLIAN FADINI FAIAN:14765291758 — Assinado de forma digital por WILLIAN FADINI FAIAN:14765291758 Dados: 2025.01.28 10:51:19 -03'00'

WILLIAN FADINI FAIAN
SEC. EXEC. DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

MARCOS ANTONIO RABELO VARGAS:89702964768 — Assinado de forma digital por MARCOS ANTONIO RABELO VARGAS:89702964768 Dados: 2025.01.28 10:50:34 -03'00'

MARCOS ANTONIO RABELO VARGAS
CONTADOR - CRC ES - 021990

KASSIO VALADARES AMORIM:13326281765 — Assinado de forma digital por KASSIO VALADARES AMORIM:13326281765 Dados: 2025.01.28 11:09:14 -03'00'

KASSIO VALADARES AMORIM
CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE ALEGRE - ES

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO - PRIVADAS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2024 / SEMESTRE - JULHO A DEZEMBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22,25 e 28)

ESTADO/TRIBUNAL

R$ 1,00

IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	REGISTROS EFETUADOS EM 2024	
		No Bimestre	Até Bimestre
TOTAL DE ATIVOS			
Ativos Constituídos pela SPE			
TOTAL DE PASSIVOS			
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE			
Provisões de PPP			
Outros Passivos			
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS			
Obrigações Contratuais			
Riscos Não Provisionados			
Garantias Concedidas			
Outros Passivos Contingentes			

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.2)											
Contratadas (I.1)											
A contratar (I.2)											
DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)											
Contratadas (II.1)											
A contratar (II.2)											
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)											
RECEITA CORRENTE LIQUIDA (RCL) (IV)	134.090.715,43	142.693.087,73									
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)											
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)											

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Assistencia Comunitaria, Emissão: 28/01/2025 , às 09:56:53

NEMROD EMERICK:27048542896 — Assinado de forma digital por NEMROD EMERICK:27048542896 Dados: 2025.01.28 10:54:23 -03'00'

NEMROD EMERICK
PREFEITO MUNICIPAL

WILLIAN FADINI FAIAN:14765291758 — Assinado de forma digital por WILLIAN FADINI FAIAN:14765291758 Dados: 2025.01.28 10:54:48 -03'00'

WILLIAN FADINI FAIAN
SEC. EXEC. DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

MARCOS ANTONIO RABELO VARGAS:89702964768 — Assinado de forma digital por MARCOS ANTONIO RABELO VARGAS:89702964768 Dados: 2025.01.28 10:55:12 -03'00'

MARCOS ANTONIO RABELO VARGAS
CONTADOR - CRC ES - 021990

KASSIO VALADARES AMORIM:13326281765 — Assinado de forma digital por KASSIO VALADARES AMORIM:13326281765 Dados: 2025.01.28 11:08:07 -03'00'

KASSIO VALADARES AMORIM
CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE ALEGRE - ES **ESTADO/TRIBUNAL**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48) Em Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até Bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	125.000.000,00
Previsão Atualizada	158.906.255,53
Receitas Realizadas	193.942.198,29
Déficit Orçamentário	
Saldos de Exercícios Anteriores(Utilizados Para Créditos Adicionais)	51.865.386,00
DESPESAS	
Dotação Inicial	125.000.000,00
Dotação Atualizada	218.873.935,40
Despesas Empenhadas	198.401.624,09
Despesas Liquidadas	197.440.261,15
Despesas Pagas	197.190.588,06
Superávit Orçamentário	(3.498.062,86)

DESPESA POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Até Bimestre
Despesas Empenhadas	**198.401.624,09**
Despesas Liquidadas	**197.440.261,15**

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até Bimestre
Receita Corrente Líquida	142.693.087,73
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	142.693.087,73
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	139.750.815,73

RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES E DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL	Até Bimestre
Fundo em Capitalização - PLANO PREVIDENCIÁRIO	**92.902.504,48**
Receitas Precidenciárias Realizadas	26.267.651,29
Despesas Previdenciárias Empenhadas	20.183.600,95
Despesas Previdenciárias Liquidadas	20.183.600,95
Despesas Previdenciárias Pagas	20.183.600,95
Resultado Previdenciário	6.084.050,34
Fundo em Repartição - PLANO FINANCEIRO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	
Despesas Previdenciárias Empenhadas	
Despesas Previdenciárias Liquidadas	
Despesas Previdenciárias Pagas	
Resultado Previdenciário	
Sistema de Proteção Social dos Militares - Inativos e Pensionistas	
Receitas Realizadas	
Despesas Empenhadas	
Despesas Liquidadas	
Despesas Pagas	
Resultado Associado às Pensões e aos Inativos Militares	

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	Metas Fixadas no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Primário - Acima da Linha	**(2.314.410,43)**	**1.354.949,66**	**(58,54)**
Resultado Nominal - Acima da Linha	**(3.614.294,18)**	**1.557.022,69**	

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	**434.230,11**		**218.295,56**	**215.934,55**
Poder Executivo	434.230,11		218.295,56	215.934,55
Poder Legislativo				
Poder Juduciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	**612.334,58**	**11.110,00**	**542.624,34**	**58.600,24**
Poder Executivo	612.334,58	11.110,00	542.624,34	58.600,24
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
TOTAL	**1.046.564,69**	**11.110,00**	**760.919,90**	**274.534,79**

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de <18% a 25%> das Receitas de Impostos em MDE	22.752.212,44	<18% / 25%>	26,63
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	22.813.934,25	70%	119,36
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil		50%	
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital		15%	

RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito		
Despesa de Capital Líquida	**20.894.332,90**	**10.347.904,67**

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA E DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	**35.798.400,92**	**37.291.881,56**	**38.941.613,28**	**41.745.404,40**
Receitas Previdenciárias	17.899.200,46	18.645.940,78	19.470.806,64	20.872.702,20
Despesas Previdenciárias	18.922.760,31	25.962.223,37	26.681.109,41	18.967.103,72
Resultado Previdenciário	(1.023.559,85)	(7.316.282,59)	(7.210.302,77)	1.905.598,48
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias				

MUNICÍPIO DE ALEGRE - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48) — Em Reais

ESTADO/TRIBUNAL

Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário				
Pensões e Inativos Militares				
Receitas de Contribuições				
Despesas com Pensões e Inativos				
Resultado Associado às Pensões e aos Inativos Militares				

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receitas de Alienação de Ativos	**29.708,84**	**(27.708,84)**
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	**264.800,00**	**1.000,00**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executados com recursos de impostos	**16.958.915,01**	**15,00**	**20,91**

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado No Exercício Corrente
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	

NEMROD EMERICK:27048542896
Assinado de forma digital por NEMROD EMERICK:27048542896
Dados: 2025.01.28 10:55:55 -03'00'

NEMROD EMERICK
PREFEITO MUNICIPAL

WILLIAN FADINI FAIAN:14765291758
Assinado de forma digital por WILLIAN FADINI FAIAN:14765291758
Dados: 2025.01.28 10:56:31 -03'00'

WILLIAN FADINI FAIAN
SEC. EXEC. DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

MARCOS ANTONIO RABELO VARGAS:89702964768
Assinado de forma digital por MARCOS ANTONIO RABELO VARGAS:89702964768
Dados: 2025.01.28 10:57:59 -03'00'

MARCOS ANTONIO RABELO VARGAS
CONTADOR - CRC ES - 021990

KASSIO VALADARES AMORIM:13326281765
Assinado de forma digital por KASSIO VALADARES AMORIM:13326281765
Dados: 2025.01.28 11:07:16 -03'00'

KASSIO VALADARES AMORIM
CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE ALEGRE - ES — **ESTADO/TRIBUNAL**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) — Em Reais

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas			% (c/a)	Saldo (a-c)
			No Período (b)	%(b/a)	Até o Período (c)		
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**110.748.541,00**	**144.654.796,53**	**28.838.740,57**	**19,94**	**172.657.343,66**	**119,36**	**(28.002.547,13)**
RECEITAS CORRENTES	110.744.541,00	141.732.430,36	26.566.746,06	18,74	152.234.774,93	107,41	(10.502.344,57)
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	10.897.000,00	10.897.000,00	2.198.432,01	20,17	15.069.996,91	138,29	(4.172.996,91)
Impostos	9.072.000,00	9.072.000,00	2.006.460,79	22,12	11.749.429,44	129,51	(2.677.429,44)
Taxas	1.825.000,00	1.825.000,00	191.971,22	10,52	3.320.567,47	181,95	(1.495.567,47)
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	9.522.500,00	9.561.200,00	1.749.279,05	18,30	8.188.604,08	85,64	1.372.595,92
Contribuições Sociais	6.172.500,00	6.172.500,00	1.107.504,24	17,94	4.220.708,61	68,38	1.951.791,39
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Forma							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	3.350.000,00	3.388.700,00	641.774,81	18,94	3.967.895,47	117,09	(579.195,47)
RECEITA PATRIMONIAL	2.357.041,00	5.956.133,83	1.275.687,14	21,42	8.876.994,19	149,04	(2.920.860,36)
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários	2.357.041,00	5.956.133,83	1.275.687,14	21,42	8.876.994,19	149,04	(2.920.860,36)
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Au							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS	6.056.000,00	6.056.000,00	1.281.363,30	21,16	7.004.712,41	115,67	(948.712,41)
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	6.036.000,00	6.036.000,00	1.281.363,30	21,23	7.004.712,41	116,05	(968.712,41)
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços	20.000,00	20.000,00					20.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	81.402.000,00	108.752.096,53	19.004.873,16	17,48	111.036.429,08	102,10	(2.284.332,55)
Transferências da União e de suas Entidades	43.731.600,00	58.223.794,08	11.821.181,33	20,30	60.128.727,55	103,27	(1.904.933,47)
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	22.950.400,00	32.006.421,57	3.885.867,11	12,14	32.039.609,15	100,10	(33.187,58)
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas					30.000,00		(30.000,00)
Transferências de Outras Instituições Públicas	14.720.000,00	18.521.880,88	3.297.824,72	17,81	18.838.092,38	101,71	(316.211,50)
Transferências do Exterior							
Demais Transferências Correntes							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	510.000,00	510.000,00	1.057.111,40	207,28	2.058.038,26	403,54	(1.548.038,26)
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos							
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							
Demais Receitas Correntes	510.000,00	510.000,00	1.057.111,40	207,28	2.058.038,26	403,54	(1.548.038,26)
RECEITAS DE CAPITAL	4.000,00	2.922.366,17	2.271.994,51	77,75	20.422.568,73	698,84	(17.500.202,56)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS	2.000,00	2.000,00			20.000,00	1.000,00	(18.000,00)
Alienação de Bens Móveis	2.000,00	2.000,00			20.000,00	1.000,00	(18.000,00)
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.000,00	2.920.366,17	2.271.994,51	77,80	20.402.568,73	698,63	(17.482.202,56)
Transferências da União e de suas Entidades	1.000,00	1.174.513,44	1.741.123,00	148,24	11.244.192,23	957,35	(10.069.678,79)
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	1.000,00	1.745.852,73	530.871,51	30,41	9.158.376,50	524,58	(7.412.523,77)
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Tranferências de Capital							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	**14.251.459,00**	**14.251.459,00**	**5.818.333,02**	**40,83**	**21.284.854,63**	**149,35**	**(7.033.395,63)**
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	**125.000.000,00**	**158.906.255,53**	**34.657.073,59**	**21,81**	**193.942.198,29**	**122,05**	**(35.035.942,76)**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
Mobiliária							
Contratual							
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	125.000.000,00	158.906.255,53	34.657.073,59	21,81	193.942.198,29	122,05	(35.035.942,76)
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	4.459.425,80	—	—
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	125.000.000,00	158.906.255,53	34.657.073,59	21,81	198.401.624,09	122,05	(35.035.942,76)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	—	51.865.385,62	—	—	51.865.385,62	100,00	—
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	—	—	—	—	—	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	—	51.865.385,62	—	—	51.865.385,62	100,00	—

Despesas	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas		Saldo	Despesas Liquidadas		Saldo	Despesas Pagas Até o Período (j)	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados(k)
			No Período	Até Período (f)	(g) = (e - f)	No Período	Até Período (h)	(i) = (e - h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (	**109.748.541,00**	**195.966.217,14**	**9.716.466,96**	**176.991.516,98**	**18.974.700,16**	**35.824.479,38**	**176.030.154,04**	**19.936.063,10**	**175.818.035,21**	**961.362,94**
DESPESAS CORRENTES	103.274.148,98	164.723.979,57	19.225.743,73	156.097.184,08	8.626.795,49	32.560.579,17	155.205.225,39	9.518.754,18	155.071.385,87	891.958,69
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	57.247.859,19	76.975.623,24	14.215.669,32	75.374.754,66	1.600.868,58	16.122.429,94	75.374.754,66	1.600.868,58	75.341.497,09	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	50.100,00	100,00			100,00			100,00		
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	45.976.189,79	87.748.256,33	5.010.074,41	80.722.429,42	7.025.826,91	16.438.149,23	79.830.470,73	7.917.785,60	79.729.888,78	891.958,69
DESPESAS DE CAPITAL	6.374.392,02	31.242.237,57	(9.509.276,77)	20.894.332,90	10.347.904,67	3.263.900,21	20.824.928,65	10.417.308,92	20.746.649,34	69.404,25
INVESTIMENTOS	2.767.567,27	30.723.744,70	(9.478.650,17)	20.515.240,03	10.208.504,67	3.287.310,51	20.445.835,78	10.277.908,92	20.367.556,47	69.404,25
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	3.606.824,75	518.492,87	(30.626,60)	379.092,87	139.400,00	(23.410,30)	379.092,87	139.400,00	379.092,87	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00									
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	**14.251.459,00**	**21.907.718,26**	**4.478.621,10**	**21.410.107,11**	**497.611,15**	**4.700.010,33**	**21.410.107,11**	**497.611,15**	**21.372.552,85**	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	**124.000.000,00**	**217.873.935,40**	**14.195.088,06**	**198.401.624,09**	**19.472.311,31**	**40.524.489,71**	**197.440.261,15**	**20.433.674,25**	**197.190.588,06**	**961.362,94**
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI										
Amortização da Dívida Interna										
Dívida Mobiliária										
Dívida Contratual										
Amortização da Dívida Externa										
Dívida Mobiliária										

MUNICÍPIO DE ALEGRE - ES **ESTADO/TRIBUNAL**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) Em Reais

Divida Contratual										
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	124.000.000,00	217.873.935,40	14.195.088,06	198.401.624,09	19.472.311,31	40.524.489,71	197.440.261,15	20.433.674,25	197.190.588,06	961.362,94
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—			—				—
TOTAL COM SUPERAVIT (XIV) = (XII + XIII)	124.000.000,00	217.873.935,40	14.195.088,06	198.401.624,09	19.472.311,31	40.524.489,71	197.440.261,15	20.433.674,25	197.190.588,06	961.362,94
RESERVA DO RPPS	1.000.000,00	1.000.000,00	—		1.000.000,00	—		1.000.000,00		—

Receitas Intra	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas			% (c/a)	Saldo (a-c)
			No Período (b)	%(b/a)	Até o Período (c)		
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	**14.251.459,00**	**14.251.459,00**	**5.818.333,02**	**40,83**	**21.284.854,63**	**149,35**	
RECEITAS CORRENTES	14.251.459,00	14.251.459,00	5.818.333,02	40,83	21.284.854,63	149,35	
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA							
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	14.251.459,00	14.251.459,00	5.818.333,02	40,83	21.150.582,99	148,41	
Contribuições Sociais	14.251.459,00	14.251.459,00	5.818.333,02	40,83	21.150.582,99	148,41	
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Forma							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL							
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários							
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Au							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS					134.271,64		
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais					134.271,64		
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Transferências Correntes							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES							
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos							
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							
Demais Receitas Correntes							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Tranferências de Capital							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							

Despesas Intra	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas		Saldo (g) = (e - f)	Despesas Liquidadas		Saldo (i) = (e - h)	Despesas Pagas Até o Periodo (j)	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados(k)	
			No Período	Até Período (f)		No Período	Até Período (h)				
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	**14.251.459,00**	**21.907.718,26**	**4.478.621,10**	**21.410.107,11**	**497.611,15**	**4.700.010,33**	**21.410.107,11**	**497.611,15**	**21.372.552,85**	—	
DESPESAS CORRENTES	14.251.459,00	21.907.718,26	4.478.621,10	21.410.107,11	497.611,15	4.700.010,33	21.410.107,11	497.611,15	21.372.552,85	—	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.251.459,00	21.253.013,78	4.554.482,85	21.200.173,14	52.840,64	4.728.126,09	21.200.173,14	52.840,64	21.162.618,88	—	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										—	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		654.704,48	(75.861,75)	209.933,97	444.770,51	(28.115,76)	209.933,97	444.770,51	209.933,97	—	0,00
DESPESAS DE CAPITAL										—	
INVESTIMENTOS										—	
INVERSÕES FINANCEIRAS										—	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										—	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										—	

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Assistencia Comunitaria, Emissão: 28/01/2025 , às 09:35:22

MUNICÍPIO DE ALEGRE - ES **ESTADO/TRIBUNAL**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) Em Reais

NEMROD EMERICK:27048542896
Assinado de forma digital por NEMROD EMERICK:27048542896
Dados: 2025.01.28 11:09:45 -03'00'

NEMROD EMERICK
PREFEITO MUNICIPAL

WILLIAN FADINI FAIAN:14765291758
Assinado de forma digital por WILLIAN FADINI FAIAN:14765291758
Dados: 2025.01.28 11:10:10 -03'00'

WILLIAN FADINI FAIAN
SEC.EXEC. DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

MARCOS ANTONIO RABELO VARGAS:89702964768
Assinado de forma digital por MARCOS ANTONIO RABELO VARGAS:89702964768
Dados: 2025.01.28 11:10:42 -03'00'

MARCOS ANTONIO RABELO VARGAS
CONTADOR - CRC ES - 021990

KASSIO VALADARES AMORIM:13326281765
Assinado de forma digital por KASSIO VALADARES AMORIM:13326281765
Dados: 2025.01.28 12:02:45 -03'00'

KASSIO VALADARES AMORIM
CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE ALEGRE - ES **ESTADO/TRIBUNAL**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	**9.072.000,00**	**11.749.429,44**
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	2.152.089,00	1.917.880,06
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	400.000,00	690.345,94
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	4.540.000,00	6.565.553,48
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.979.911,00	2.575.649,96
2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**64.514.188,47**	**73.677.542,34**
2.1 - Cota-Parte FPM	**42.510.571,62**	**46.126.019,25**
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	40.499.371,62	41.809.775,39
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d e e	2.011.200,00	4.316.243,86
2.2 - Cota-Parte ICMS	19.747.916,85	24.270.675,51
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	250.000,00	286.291,30
2.4 - Cota-Parte ITR	5.000,00	26.925,85
2.5 - Cota-Parte IPVA	2.000.700,00	2.951.001,72
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro		
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais		16.628,71
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	**73.586.188,47**	**85.426.971,78**

4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	**10.499.000,00**	**13.862.160,65**
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6)	**5.895.949,42**	**7.484.483,25**

FUNDEB

RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	**18.818.738,70**	**19.113.390,74**
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	**18.637.880,88**	**18.932.532,92**
6.1.1- Principal	18.521.880,88	18.838.092,38
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	116.000,00	94.440,54
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF		
6.2.1- Principal		
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira		
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	**180.857,82**	**180.857,82**
6.3.1- Principal	180.857,82	180.857,82
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira		
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR		
6.4.1- Principal		
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira		
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 - 4)[1]	**8.022.880,88**	**4.975.931,73**

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	**13.192,43**
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	13.349,05
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	(156,62)

9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	**19.126.583,17**

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB - (Por Subfunção) 6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	**23.882.430,55**	**18.381.559,80**	**18.379.370,19**	**17.706.175,33**	**2.189,61**
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	**23.073.704,20**	**17.753.503,24**	**17.751.313,63**	**17.105.142,51**	**2.189,61**
10.1.1 - Educação Infantil					
10.1.2- Ensino Fundamental	23.073.704,20	17.753.503,24	17.751.313,63	17.105.142,51	2.189,61
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos					
10.1.4- Educação Especial					
10.1.5- Administração Geral					
10.2- OUTRAS DESPESAS	**808.726,35**	**628.056,56**	**628.056,56**	**601.032,82**	
10.2.1- Educação Infantil					
10.2.2- Ensino Fundamental	808.726,35	628.056,56	628.056,56	601.032,82	
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos					
10.2.4- Educação Especial					
10.2.5- Administração Geral					
10.2.6- Transporte (Escolar)					
10.2.7- Outras					

MUNICÍPIO DE ALEGRE - ES **ESTADO/TRIBUNAL**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

INDICADORES DO FUNDEB

DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)	DESPESAS LIQUIDADAS / EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**23.620.843,72**	**23.620.843,72**	**23.620.843,72**			**4.507.452,98**
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	23.423.338,30	23.423.338,30	23.423.338,30			4.490.805,38
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF						
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	197.505,42	197.505,42	197.505,42			16.647,60
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR						
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	22.813.934,25	22.813.934,25	22.813.934,25			
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL						
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL						

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal2	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15- MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	13.379.373,52	22.813.934,25	22.813.934,25	119,36
16 - PERCENTUAL DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL				
17- MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL	27.128,67			

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)3	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18- TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	**1.911.339,07**	**(4.507.452,98)**	**(4.507.452,98)**		**(23,58)**
18.1- Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício - Impostos e Transferências de Impostos	1.893.253,29	(4.490.805,38)	(4.490.805,38)		(23,72)
18.2- Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	18.085,78	(16.647,60)	(16.647,60)		(9,20)

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)3	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	**1.725.180,70**	**(495.500,00)**				
19.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	1.682.573,71	(510.391,04)				
19.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	42.606,99	14.891,04				14.891,04

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB - (Por Área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE	**10.505.203,00**	**8.890.051,79**	**8.224.747,44**	**8.196.496,17**	**665.304,35**
20.1- Educação Infantil	2.781.057,13	2.190.348,21	2.189.988,21	2.170.907,19	360,00
20.2- Ensino Fundamental	7.724.145,87	6.699.703,58	6.034.759,23	6.025.588,98	664.944,35
20.3- Educação de Jovens e Adultos					
20.4- Educação Especial					
20.5- Administração Geral					
20.6- Transporte (Escolar)					
20.7- Outras					

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEI

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB - (Por Área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE	**34.387.633,55**	**27.271.611,59**	**26.604.117,63**	**25.902.671,50**	**667.493,96**
21.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	**2.781.057,13**	**2.190.348,21**	**2.189.988,21**	**2.170.907,19**	**360,00**
21.1.1- Creche	1.388.303,72	1.093.421,83	1.093.242,11	1.083.716,87	179,71
21.1.2- Pré-escola	1.392.753,41	1.096.926,38	1.096.746,10	1.087.190,32	180,29
21.2- ENSINO FUNDAMENTAL	31.606.576,42	25.081.263,38	24.414.129,42	23.731.764,31	667.133,96

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	8.890.051,79
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	13.862.160,65
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18.1(q)	
25- (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL = L19.1(x)	
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4	
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))	
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27)	22.752.212,44

MUNICÍPIO DE ALEGRE - ES **ESTADO/TRIBUNAL**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL2 e 5	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	21.356.742,95	22.752.212,44	26,63

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE8	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE					
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos					
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos					
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)					

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**7.905.498,74**	**8.387.582,11**
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	**1.702.406,40**	**2.136.818,16**
31.1.1 - Salário-Educação	832.738,94	1.272.621,25
31.1.2 - PDDE	1.100,00	90,31
31.1.3 - PNAE	418.567,46	406.634,42
31.1.4 - PNATE	220.000,00	220.951,87
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	230.000,00	236.520,31
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO		
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO		
31.5- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	6.203.092,34	6.250.763,95

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO - (Por Subfunção)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**20.874.585,25**	**18.201.594,16**	**15.504.102,71**	**15.418.477,10**	**2.697.491,45**
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.386.340,82	1.560.098,00	1.254.840,32	1.253.485,07	305.257,68
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	16.271.611,06	13.803.293,07	11.649.505,59	11.637.358,98	2.153.787,48
32.3- ENSINO MÉDIO					
32.4- ENSINO SUPERIOR	3.177.933,37	2.799.503,09	2.577.612,09	2.505.535,22	221.891,00
32.5- ENSINO PROFISSIONAL					
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	38.700,00	38.700,00	22.144,71	22.097,83	16.555,29
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL					
32.8- OUTRAS					

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	**54.047.658,57**	**53.620.682,03**	**53.620.682,03**	**53.594.934,87**	
33.1- Despesas Correntes	**47.508.304,00**	**47.081.327,46**	**47.081.327,46**	**47.055.580,30**	
33.1.1- Pessoal Ativo	29.503.139,05	29.126.335,70	29.126.335,70	29.100.588,54	
33.1.2- Pessoal Inativo					
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos					
33.1.4- Outras Despesas Correntes	18.005.164,95	17.954.991,76	17.954.991,76	17.954.991,76	
33.2- Despesas de Capital	**6.539.354,57**	**6.539.354,57**	**6.539.354,57**	**6.539.354,57**	
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos					
33.2.2- Outras Despesas de Capital	6.539.354,57	6.539.354,57	6.539.354,57	6.539.354,57	

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	14.455,90	56.222,92
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	19.113.390,74	1.272.621,25
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	23.620.843,72	673.264,30
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	(4.492.997,08)	655.579,87
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)		
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)		
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	(4.492.997,08)	655.579,87

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Assistencia Comunitaria, Emissão: 28/01/2025 , às 09:24:25

MUNICÍPIO DE ALEGRE - ES **ESTADO/TRIBUNAL**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

NEMROD EMERICK:27048542896
Assinado de forma digital por NEMROD EMERICK:27048542896
Dados: 2025.01.28 11:13:38 -03'00'

NEMROD EMERICK
PREFEITO MUNICIPAL

WILLIAN FADINI FAIAN:14765291758
Assinado de forma digital por WILLIAN FADINI FAIAN:14765291758
Dados: 2025.01.28 11:14:07 -03'00'

WILLIANFADINI FAIAN
SEC. EXEC. DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

MARCOS ANTONIO RABELO VARGAS:89702964768
Assinado de forma digital por MARCOS ANTONIO RABELO VARGAS:89702964768
Dados: 2025.01.28 11:14:44 -03'00'

MARCOS ANTONIO RABELO VARGAS
CONTADOR - CRC ES - 021990

KASSIO VALADARES AMORIM:13326281765
Assinado de forma digital por KASSIO VALADARES AMORIM:13326281765
Dados: 2025.01.28 12:00:10 -03'00'

KASSIO VALADARES AMORIM
CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE ALEGRE - ES **ESTADO/TRIBUNAL**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO– ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35) 1,00

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b /a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	**9.072.000,00**	**9.072.000,00**	**11.749.429,44**	**129,51**
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	2.152.089,00	2.152.089,00	1.917.880,06	89,12
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ITBI	400.000,00	400.000,00	690.345,94	172,59
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	4.540.000,00	4.540.000,00	6.565.553,48	144,62
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	1.979.911,00	1.979.911,00	2.575.649,96	130,09
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	**52.495.000,00**	**62.502.988,47**	**69.358.527,03**	**110,97**
Cota-Parte FPM	34.240.000,00	40.499.371,62	41.809.775,39	103,24
Cota-Parte ITR	5.000,00	5.000,00	26.925,85	538,52
Cota-Parte IPVA	2.000.000,00	2.000.700,00	2.951.001,72	147,50
Cota-Parte ICMS	16.000.000,00	19.747.916,85	24.270.675,51	122,90
Cota-Parte IPI - Exportação	250.000,00	250.000,00	286.291,30	114,52
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais			13.857,26	
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	**61.567.000,00**	**71.574.988,47**	**81.107.956,47**	**113,32**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (g)
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x100	Até o <Din> (e)	% (e/c) x100	Até o Bimestre (i)	% (f/c) x100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	**531.397,57**	**502.144,19**	**500.787,86**	**99,73**	**500.787,86**	**99,73**	**500.787,86**	**99,73**	
Despesas Correntes	530.997,57	228.498,57	227.497,80	99,56	227.497,80	99,56	227.497,80	99,56	
Despesas de Capital	400,00	273.645,62	273.290,06	99,87	273.290,06	99,87	273.290,06	99,87	
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	**419.152,00**	**509.902,91**	**509.190,90**	**99,86**	**509.190,90**	**99,86**	**509.190,90**	**99,86**	
Despesas Correntes	418.652,00	452.602,91	452.302,90	99,93	452.302,90	99,93	452.302,90	99,93	
Despesas de Capital	500,00	57.300,00	56.888,00	99,28	56.888,00	99,28	56.888,00	99,28	
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	**100,00**	**100,00**							
Despesas Correntes									
Despesas de Capital	100,00	100,00							
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	**3.200,00**	**1.700,00**	**251,94**	**14,82**	**251,94**	**14,82**	**251,94**	**14,82**	
Despesas Correntes	3.100,00	1.600,00	251,94	15,75	251,94	15,75	251,94	15,75	
Despesas de Capital	100,00	100,00							
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	**1.200,00**	**1.200,00**							
Despesas Correntes	600,00	600,00							
Despesas de Capital	600,00	600,00							
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)									
Despesas Correntes									
Despesas de Capital									
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	**12.277.632,20**	**16.270.616,63**	**15.948.754,19**	**98,02**	**15.948.684,31**	**98,02**	**15.944.200,21**	**97,99**	**69,88**
Despesas Correntes	12.267.432,20	16.248.068,71	15.935.561,61	98,08	15.935.491,73	98,08	15.931.007,63	98,05	69,88
Despesas de Capital	10.200,00	22.547,92	13.192,58	58,51	13.192,58	58,51	13.192,58	58,51	
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**13.232.681,77**	**17.285.663,73**	**16.958.984,89**	**98,11**	**16.958.915,01**	**98,11**	**16.954.430,91**	**98,08**	**69,88**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	**16.958.984,89**	**16.958.915,01**	**16.954.430,91**
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)			
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)			
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)			
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	**16.958.984,89**	**16.958.915,01**	**16.954.430,91**
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			12.166.193,47
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)			
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)[1]	4.792.791,42	4.792.721,54	4.788.237,44
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)			
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	20,91	20,91	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012LIMITE	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)[1] (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2024 (saldo final = XIXd)					
Diferença de limite não cumprido em 2023 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)					

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR

EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no (n)	Valor aplicado além do limite (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2024										
Empenhos de 2023										
Empenhos de 2022										
Empenhos de 2021										
Empenhos de 2020 e anteriores										

MUNICÍPIO DE ALEGRE - ES **ESTADO/TRIBUNAL**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024

RREO– ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35) 1,00

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "v")	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)	

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012RESTOS	**RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS**				
	Saldo Inicial (w)	**Despesas Custeadas no Exercício de Referência**			**Saldo Final (não aplicado)¹ (aa) = (w - (x ou y))**
		Empenhadas (x)	**Liquidadas (y)**	**Pagas (z)**	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2024 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial = XXIII)					
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2023 a serem compensados (XXV) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)					

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			Até o Bimestre (b)	**% (b /a) x 100**
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	**11.683.200,00**	**17.802.929,22**	**17.018.641,84**	**95,59**
Provenientes da União	10.001.000,00	16.120.729,22	15.725.838,29	97,55
Provenientes dos Estados	1.682.200,00	1.682.200,00	1.292.803,55	76,85
Provenientes de Outros Municípios				
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)				
OUTRAS RECEITAS (XXX)	**10.000,00**	**493.377,58**	**79.234,83**	**16,06**
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	**11.693.200,00**	**18.296.306,80**	**17.097.876,67**	**93,45**

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**		**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (g)**
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c) x100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c) x100**	**Até o Bimestre (i)**	**% (f/c) x100**	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	**5.229.000,00**	**12.822.636,54**	**12.682.946,04**	**98,91**	**12.571.803,35**	**98,04**	**12.571.794,35**	**98,04**	**111.142,69**
Despesas Correntes	5.203.700,00	12.537.071,66	12.397.996,92	98,89	12.355.554,23	98,55	12.355.545,23	98,55	42.442,69
Despesas de Capital	25.300,00	285.564,88	284.949,12	99,78	216.249,12	75,73	216.249,12	75,73	68.700,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	**3.758.600,00**	**9.004.605,54**	**8.909.315,74**	**98,94**	**8.909.315,74**	**98,94**	**8.909.304,74**	**98,94**	
Despesas Correntes	3.758.000,00	8.787.827,36	8.693.137,56	98,92	8.693.137,56	98,92	8.693.126,56	98,92	
Despesas de Capital	600,00	216.778,18	216.178,18	99,72	216.178,18	99,72	216.178,18	99,72	
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	**100,00**	**100,00**							
Despesas Correntes									
Despesas de Capital	100,00	100,00							
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	**30.100,00**	**2.300,00**	**393,65**	**17,12**	**393,65**	**17,12**	**393,65**	**17,12**	
Despesas Correntes	30.000,00	2.200,00	393,65	17,89	393,65	17,89	393,65	17,89	
Despesas de Capital	100,00	100,00							
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	**191.200,00**	**719.838,89**	**682.995,02**	**94,88**	**682.588,06**	**94,83**	**682.588,06**	**94,83**	**406,96**
Despesas Correntes	191.100,00	719.738,89	682.995,02	94,89	682.588,06	94,84	682.588,06	94,84	406,96
Despesas de Capital	100,00	100,00							
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)									
Despesas Correntes									
Despesas de Capital									
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	**1.753.100,00**	**4.660.424,42**	**4.163.288,92**	**89,33**	**4.163.288,92**	**89,33**	**4.162.536,28**	**89,32**	
Despesas Correntes	1.683.000,00	4.660.324,22	4.163.288,92	89,33	4.163.288,92	89,33	4.162.536,28	89,32	
Despesas de Capital	70.100,00	100,20							
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	**10.962.100,00**	**27.209.905,39**	**26.438.939,37**	**97,17**	**26.327.389,72**	**96,76**	**26.326.617,08**	**96,75**	**111.549,65**

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**		**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (g)**
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c) x100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c) x100**	**Até o Bimestre (i)**	**% (f/c) x100**	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	**5.760.397,57**	**13.324.780,73**	**13.183.733,90**	**30,38**	**13.072.591,21**	**30,20**	**13.072.582,21**	**30,20**	**111.142,69**
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	**4.177.752,00**	**9.514.508,45**	**9.418.506,64**	**21,70**	**9.418.506,64**	**21,76**	**9.418.495,64**	**21,76**	
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	**200,00**	**200,00**							
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	**33.300,00**	**4.000,00**	**645,59**		**645,59**		**645,59**		
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	**192.400,00**	**721.038,89**	**682.995,02**	**1,57**	**682.588,06**	**1,58**	**682.588,06**	**1,58**	**406,96**
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (IX + XXXVII)									
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	**14.030.732,20**	**20.931.041,05**	**20.112.043,11**	**46,34**	**20.111.973,23**	**46,46**	**20.106.736,49**	**46,46**	**69,88**
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	**24.194.781,77**	**44.495.569,12**	**43.397.924,26**	**100,00**	**43.286.304,73**	**100,00**	**43.281.047,99**	**100,00**	**111.619,53**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Assistencia Comunitaria, Emissão: 28/01/2025 , às 09:31:01

MUNICÍPIO DE ALEGRE - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO– ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35)

ESTADO/TRIBUNAL
1,00

NEMROD EMERICK:27048542896
Assinado de forma digital por NEMROD EMERICK:27048542896
Dados: 2025.01.28 11:16:03 -03'00'

NEMROD EMERICK
PREFEITO MUNICIPAL

WILLIAN FADINI FAIAN:14765291758
Assinado de forma digital por WILLIAN FADINI FAIAN:14765291758
Dados: 2025.01.28 11:16:40 -03'00'

WILLIAN FADINI FAIAN
SEC. EXEC. DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

MARCOS ANTONIO RABELO VARGAS:89702964768
Assinado de forma digital por MARCOS ANTONIO RABELO VARGAS:89702964768
Dados: 2025.01.28 11:17:11 -03'00'

MARCOS ANTONIO RABELO VARGAS
CONTADOR-CRC ES - 021990

KASSIO VALADARES AMORIM:13326281765
Assinado de forma digital por KASSIO VALADARES AMORIM:13326281765
Dados: 2025.01.28 11:58:47 -03'00'

KASSIO VALADARES AMORIM
CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE ALEGRE - ES **ESTADO/TRIBUNAL**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**109.748.541,00**	**195.966.217,14**	**9.716.466,96**	**176.991.516,98**	**89,21**	**18.974.700,16**	**35.824.479,38**	**176.030.154,04**	**89,16**	**19.936.063,10**	**961.362,94**
Legislativa	**2.892.970,00**	**2.713.822,21**	**(57.375,91)**	**2.372.458,45**	**1,20**	**341.363,76**	**456.285,87**	**2.372.458,45**	**1,20**	**341.363,76**	
Ação Legislativa	2.892.970,00	2.713.822,21	(57.375,91)	2.372.458,45	1,20	341.363,76	456.285,87	2.372.458,45	1,20	341.363,76	
Controle Externo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Judiciária	**522.800,00**	**635.273,80**	**107.479,99**	**609.247,63**	**0,31**	**26.026,17**	**113.988,81**	**608.497,86**	**0,31**	**26.775,94**	**749,77**
Ação Judiciária	522.800,00	635.273,80	107.479,99	609.247,63	0,31	26.026,17	113.988,81	608.497,86	0,31	26.775,94	749,77
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Essencial à Justiça											
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Administração	**8.576.630,00**	**14.790.329,15**	**1.822.594,30**	**13.359.774,46**	**6,73**	**1.430.554,69**	**3.373.931,98**	**13.223.941,42**	**6,70**	**1.566.387,73**	**135.833,04**
Planejamento e Orçamento											
Administração Geral	6.720.780,00	10.183.770,75	862.099,94	9.024.729,64	4,55	1.159.041,11	2.122.982,76	8.901.166,87	4,51	1.282.603,88	123.562,77
Administração Financeira	1.494.100,00	4.397.508,40	936.693,15	4.147.963,10	2,09	249.545,30	1.199.645,93	4.135.692,83	2,09	261.815,57	12.270,27
Controle Interno	138.700,00	138.700,00	23.801,21	133.958,33	0,07	4.741,67	23.825,90	133.958,33	0,07	4.741,67	
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação	203.050,00	60.350,00		49.877,39	0,03	10.472,61	27.477,39	49.877,39	0,03	10.472,61	
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas	20.000,00	10.000,00		3.246,00	0,00	6.754,00		3.246,00	0,00	6.754,00	
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
Demais Subfunções											
Defesa Nacional											
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Segurança Pública	**61.200,00**	**2.385.385,10**	**(250.221,17)**	**1.887.494,39**	**0,95**	**497.890,71**	**107.809,77**	**1.887.494,39**	**0,96**	**497.890,71**	
Policiamento											
Defesa Civil	57.100,00	2.365.285,10	(237.281,17)	1.873.794,39	0,94	491.490,71	107.809,77	1.873.794,39	0,95	491.490,71	
Informação e Inteligência	4.100,00	20.100,00	(12.940,00)	13.700,00	0,01	6.400,00		13.700,00	0,01	6.400,00	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Assistência Social	**3.723.150,00**	**5.097.161,94**	**549.784,30**	**4.553.384,49**	**2,30**	**543.777,45**	**682.341,33**	**4.553.384,49**	**2,31**	**543.777,45**	
Assistência ao Idoso											
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente	391.100,00	669.592,51	71.065,07	637.904,27	0,32	31.688,24	75.010,96	637.904,27	0,32	31.688,24	
Assistência Comunitária	3.332.050,00	4.427.569,43	478.719,23	3.915.480,22	1,97	512.089,21	607.330,37	3.915.480,22	1,98	512.089,21	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Previdência Social	**18.396.149,00**	**21.050.149,00**	**4.099.226,21**	**20.864.099,65**	**10,52**	**186.049,35**	**4.141.800,43**	**20.864.099,65**	**10,57**	**186.049,35**	
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário	17.289.149,00	20.311.252,34	4.102.673,18	20.189.600,95	10,18	121.651,39	4.102.673,18	20.189.600,95	10,23	121.651,39	
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
Administração Geral	1.107.000,00	738.896,66	(3.446,97)	674.498,70	0,34	64.397,96	39.127,25	674.498,70	0,34	64.397,96	
Demais Subfunções											
Saúde	**21.632.766,20**	**40.918.987,03**	**3.273.681,13**	**40.285.593,06**	**20,31**	**633.393,97**	**8.210.629,17**	**40.173.973,53**	**20,35**	**745.013,50**	**111.619,53**
Atenção Básica	5.760.397,57	13.246.780,73	1.160.514,39	13.155.310,26	6,63	91.470,47	3.458.342,34	13.044.167,57	6,61	202.613,16	111.142,69
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	4.177.752,00	9.506.508,45	841.304,30	9.417.958,62	4,75	88.549,83	1.377.331,45	9.417.958,62	4,77	88.549,83	
Suporte Profilático e Terapêutico	200,00	200,00				200,00				200,00	
Vigilância Sanitária	33.300,00	4.000,00	(1.748,06)	645,59	0,00	3.354,41		645,59	0,00	3.354,41	
Vigilância Epidemiológica	192.400,00	713.038,89	107.414,76	682.158,67	0,34	30.880,22	142.395,03	681.751,71	0,35	31.287,18	406,96

MUNICÍPIO DE ALEGRE - ES **ESTADO/TRIBUNAL**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
Alimentação e Nutrição											
Administração Geral	11.468.716,63	17.448.458,96	1.166.195,74	17.029.519,92	8,58	418.939,04	3.232.560,35	17.029.450,04	8,63	419.008,92	69,88
Demais Subfunções											
Trabalho	**3.000,00**	**3.000,00**				**3.000,00**				**3.000,00**	
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade	3.000,00	3.000,00				3.000,00				3.000,00	
Fomento ao Trabalho											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Educação	**28.791.200,05**	**45.819.915,70**	**6.771.082,77**	**45.392.939,16**	**22,88**	**426.976,54**	**9.648.618,01**	**45.392.939,16**	**22,99**	**426.976,54**	
Ensino Fundamental	22.742.200,05	38.614.183,55	6.139.738,73	38.351.687,73	19,33	262.495,82	8.491.754,91	38.351.687,73	19,42	262.495,82	
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior	2.625.100,00	3.118.811,73	269.739,52	3.024.050,40	1,52	94.761,33	491.630,52	3.024.050,40	1,53	94.761,33	
Educação Infantil	3.357.000,00	4.048.220,42	362.534,69	3.979.431,20	2,01	68.789,22	649.607,46	3.979.431,20	2,02	68.789,22	
Educação de Jovens e Adultos	66.900,00	38.700,00	(930,17)	37.769,83	0,02	930,17	15.625,12	37.769,83	0,02	930,17	
Educação Especial											
Educação Básica											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Cultura	**1.015.000,00**	**3.086.704,48**	**750.328,90**	**3.060.178,62**	**1,54**	**26.525,86**	**772.055,72**	**3.060.178,62**	**1,55**	**26.525,86**	
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural	1.015.000,00	3.086.704,48	750.328,90	3.060.178,62	1,54	26.525,86	772.055,72	3.060.178,62	1,55	26.525,86	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania											
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Urbanismo	**7.209.500,00**	**38.700.420,03**	**(9.418.250,49)**	**25.351.338,07**	**12,78**	**13.349.081,96**	**4.625.222,94**	**25.351.338,07**	**12,84**	**13.349.081,96**	
Infra-Estrutura Urbana	651.900,00	24.918.961,54	(10.089.023,36)	13.528.277,35	6,82	11.390.684,19	1.774.742,62	13.528.277,35	6,85	11.390.684,19	
Serviços Urbanos	6.548.000,00	13.771.858,49	670.772,87	11.823.060,72	5,96	1.948.797,77	2.850.480,32	11.823.060,72	5,99	1.948.797,77	
Transportes Coletivos Urbanos	7.100,00	7.100,00				7.100,00				7.100,00	
Administração Geral											
Demais Subfunções	2.500,00	2.500,00				2.500,00				2.500,00	
Habitação	**3.100,00**	**5.100,00**		**1.500,00**	**0,00**	**3.600,00**		**1.500,00**	**0,00**	**3.600,00**	
Habitação Rural											
Habitação Urbana	3.100,00	5.100,00		1.500,00	0,00	3.600,00		1.500,00	0,00	3.600,00	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saneamento	**4.331.000,00**	**4.357.985,26**	**117.974,89**	**3.859.038,17**	**1,95**	**498.947,09**	**469.529,44**	**3.148.152,41**	**1,59**	**1.209.832,85**	**710.885,76**
Saneamento Básico Rural	51.000,00	1.000,00				1.000,00				1.000,00	
Saneamento Básico Urbano	3.999.000,00	4.356.985,26	117.974,89	3.859.038,17	1,95	497.947,09	469.529,44	3.148.152,41	1,59	1.208.832,85	710.885,76
Administração Geral	281.000,00										
Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	**1.218.900,00**	**1.943.787,84**	**(65.380,66)**	**1.583.691,52**	**0,80**	**360.096,32**	**380.913,95**	**1.583.691,52**	**0,80**	**360.096,32**	
Preservação e Conservação Ambiental	1.215.600,00	1.940.487,84	(65.380,66)	1.583.691,52	0,80	356.796,32	380.913,95	1.583.691,52	0,80	356.796,32	
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos	3.300,00	3.300,00				3.300,00				3.300,00	
Meteorologia											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia	**3.000,00**	**3.000,00**				**3.000,00**				**3.000,00**	
Desenvolvimento Científico	3.000,00	3.000,00				3.000,00				3.000,00	
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Agricultura	**3.768.700,00**	**7.741.599,32**	**415.895,45**	**7.310.863,82**	**3,68**	**430.735,50**	**1.143.722,56**	**7.310.863,82**	**3,70**	**430.735,50**	
Abastecimento	3.768.500,00	7.741.399,32	415.895,45	7.310.863,82	3,68	430.535,50	1.143.722,56	7.310.863,82	3,70	430.535,50	
Extensão Rural	200,00	200,00				200,00				200,00	
Irrigação											

MUNICÍPIO DE ALEGRE - ES **ESTADO/TRIBUNAL**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Organização Agrária											
Reforma Agrária											
Colonização											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Indústria	**1.300,00**	**1.300,00**				**1.300,00**				**1.300,00**	
Promoção Industrial	1.300,00	1.300,00				1.300,00				1.300,00	
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	**55.000,00**	**28.000,00**	**900,00**	**13.600,00**	**0,01**	**14.400,00**	**900,00**	**13.600,00**	**0,01**	**14.400,00**	
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo	55.000,00	28.000,00	900,00	13.600,00	0,01	14.400,00	900,00	13.600,00	0,01	14.400,00	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comunicações											
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Energia	**3.003.800,00**	**4.405.667,77**	**887.630,84**	**4.395.544,51**	**2,22**	**10.123,26**	**887.630,84**	**4.395.544,51**	**2,23**	**10.123,26**	
Conservação de Energia											
Energia Elétrica	3.003.800,00	4.405.667,77	887.630,84	4.395.544,51	2,22	10.123,26	887.630,84	4.395.544,51	2,23	10.123,26	
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Transporte											
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	**30.700,00**	**67.700,00**	**7.250,00**	**65.238,30**	**0,03**	**2.461,70**	**7.250,00**	**65.238,30**	**0,03**	**2.461,70**	
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário	30.700,00	67.700,00	7.250,00	65.238,30	0,03	2.461,70	7.250,00	65.238,30	0,03	2.461,70	
Lazer											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Encargos Especiais	**4.408.675,75**	**2.210.928,51**	**703.866,41**	**2.025.532,68**	**1,02**	**185.395,83**	**801.848,56**	**2.023.257,84**	**1,02**	**187.670,67**	**2.274,84**
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna	3.606.824,75	518.492,87	(30.626,60)	379.092,87	0,19	139.400,00	(23.410,30)	379.092,87	0,19	139.400,00	
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais	801.851,00	1.692.435,64	734.493,01	1.646.439,81	0,83	45.995,83	825.258,86	1.644.164,97	0,83	48.270,67	2.274,84
Transferências para a Educação Básica											
Demais Subfunções											
Reserva de Contigência	**100.000,00**		**----**	**----**	**----**		**----**	**----**	**----**		**----**
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	**14.251.459,00**	**21.907.718,26**	**4.478.621,10**	**21.410.107,11**	**10,79**	**497.611,15**	**4.700.010,33**	**21.410.107,11**	**10,84**	**497.611,15**	
TOTAL (III) = (I + II)	**124.000.000,00**	**217.873.935,40**	**14.195.088,06**	**198.401.624,09**	**100,00**	**19.472.311,31**	**40.524.489,71**	**197.440.261,15**	**100,00**	**20.433.674,25**	**961.362,94**

MUNICÍPIO DE ALEGRE - ES **ESTADO/TRIBUNAL**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	**14.251.459,00**	**21.907.718,26**	**4.478.621,10**	**21.410.107,11**	**10,79**	**497.611,15**	**4.700.010,33**	**21.410.107,11**	**10,84**	**497.611,15**	
Legislativa	**255.000,00**	**274.147,79**	**19.147,79**	**274.147,79**	**0,14**		**64.208,66**	**274.147,79**	**0,14**		
Ação Legislativa	255.000,00	274.147,79	19.147,79	274.147,79	0,14		64.208,66	274.147,79	0,14		
Controle Externo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Judiciária	**500,00**	**500,00**				**500,00**				**500,00**	
Ação Judiciária	500,00	500,00				500,00				500,00	
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Essencial à Justiça											
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Administração	**3.963.010,00**	**4.938.165,74**	**998.470,12**	**4.896.735,70**	**2,47**	**41.430,04**	**1.126.815,38**	**4.896.735,70**	**2,48**	**41.430,04**	
Planejamento e Orçamento											
Administração Geral	3.962.000,00	4.937.155,74	998.470,12	4.896.735,70	2,47	40.420,04	1.126.815,38	4.896.735,70	2,48	40.420,04	
Administração Financeira	500,00	500,00				500,00				500,00	
Controle Interno	500,00	500,00				500,00				500,00	
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação	10,00	10,00				10,00				10,00	
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
Demais Subfunções											
Defesa Nacional											
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Segurança Pública											
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Assistência Social	**70.000,00**	**170.885,31**	**39.354,45**	**170.885,31**	**0,09**		**39.354,45**	**170.885,31**	**0,09**		
Assistência ao Idoso											
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente											
Assistência Comunitária	70.000,00	170.885,31	39.354,45	170.885,31	0,09		39.354,45	170.885,31	0,09		
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Previdência Social											
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário											
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saúde	**2.590.100,00**	**3.582.923,95**	**597.110,95**	**3.135.613,94**	**1,58**	**447.310,01**	**644.734,05**	**3.135.613,94**	**1,59**	**447.310,01**	
Atenção Básica		78.000,00	(9.576,36)	28.423,64	0,01	49.576,36	9.243,63	28.423,64	0,01	49.576,36	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial		8.000,00	(2.451,98)	548,02	0,00	7.451,98	94,90	548,02	0,00	7.451,98	
Suporte Profilático e Terapêutico											
Vigilância Sanitária											
Vigilância Epidemiológica		8.000,00	(5.163,65)	836,35	0,00	7.163,65	166,61	836,35	0,00	7.163,65	

MUNICÍPIO DE ALEGRE - ES **ESTADO/TRIBUNAL**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
Alimentação e Nutrição											
Administração Geral	2.590.100,00	3.488.923,95	614.302,94	3.105.805,93	1,57	383.118,02	635.228,91	3.105.805,93	1,57	383.118,02	
Demais Subfunções											
Trabalho											
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Educação	**4.720.500,01**	**8.227.742,87**	**1.922.695,91**	**8.227.742,87**	**4,15**		**1.923.055,91**	**8.227.742,87**	**4,17**		
Ensino Fundamental	3.700.500,01	8.049.443,70	1.889.702,79	8.049.443,70	4,06		1.889.702,79	8.049.443,70	4,08		
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior	70.000,00	59.121,64	13.929,43	59.121,64	0,03		13.929,43	59.121,64	0,03		
Educação Infantil	950.000,00	119.177,53	19.063,69	119.177,53	0,06		19.423,69	119.177,53	0,06		
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial											
Educação Básica											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Cultura											
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania											
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Urbanismo	**500,00**	**500,00**				**500,00**				**500,00**	
Infra-Estrutura Urbana											
Serviços Urbanos	500,00	500,00				500,00				500,00	
Transportes Coletivos Urbanos											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Habitação											
Habitação Rural											
Habitação Urbana											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saneamento											
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	**500,00**	**500,00**				**500,00**				**500,00**	
Preservação e Conservação Ambiental	500,00	500,00				500,00				500,00	
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia											
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Agricultura	**500,00**	**500,00**				**500,00**				**500,00**	
Abastecimento	500,00	500,00				500,00				500,00	
Extensão Rural											
Irrigação											

MUNICÍPIO DE ALEGRE - ES **ESTADO/TRIBUNAL**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Organização Agrária											
Reforma Agrária											
Colonização											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Indústria											
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comércio e Serviços											
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comunicações											
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Energia											
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Transporte											
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Desporto e Lazer											
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário											
Lazer											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Encargos Especiais	**2.650.848,99**	**4.711.852,60**	**901.841,88**	**4.704.981,50**	**2,37**	**6.871,10**	**901.841,88**	**4.704.981,50**	**2,38**	**6.871,10**	
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna	2.650.848,99	4.711.852,60	901.841,88	4.704.981,50	2,37	6.871,10	901.841,88	4.704.981,50	2,38	6.871,10	
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
Demais Subfunções											
Reserva de Contigência											
TOTAL DA INTRA	**14.251.459,00**	**21.907.718,26**	**4.478.621,10**	**21.410.107,11**	**10,79**	**497.611,15**	**4.700.010,33**	**21.410.107,11**	**10,84**	**497.611,15**	

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Assistencia Comunitaria, Emissão: 28/01/2025 , às 09:36:42

MUNICÍPIO DE ALEGRE - ES **ESTADO/TRIBUNAL**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

NEMROD EMERICK:27048542896
Assinado de forma digital por NEMROD EMERICK:27048542896
Dados: 2025.01.28 11:12:01 -03'00'

NEMROD EMERICK
PREFEITO MUNICIPAL

WILLIAN FADINI FAIAN:14765291758
Assinado de forma digital por WILLIAN FADINI FAIAN:14765291758
Dados: 2025.01.28 11:12:21 -03'00'

WILLIAN FADINI FAIAN
SEC. EXEC. DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

MARCOS ANTONIO RABELO VARGAS:89702964768
Assinado de forma digital por MARCOS ANTONIO RABELO VARGAS:89702964768
Dados: 2025.01.28 11:12:42 -03'00'

MARCOS ANTONIO RABELO VARGAS
CONTADOR - CRC ES-021990

KASSIO VALADARES AMORIM:13326281765
Assinado de forma digital por KASSIO VALADARES AMORIM:13326281765
Dados: 2025.01.28 12:08:03 -03'00'

KASSIO VALADARES AMORIM
CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE ALEGRE - ES
STADO/TRIBUNAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2024 - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)
Em Reais

RECEITAS	PREVISAO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)			

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d – e)
DESPESAS DE CAPITAL	31.242.237,57	20.894.332,90	10.347.904,67
Investimentos	30.723.744,70	20.515.240,03	10.208.504,67
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida	518.492,87	379.092,87	139.400,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte			
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte Por Instituições Financeiras			
DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	31.242.237,57	20.894.332,90	10.347.904,67
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II - I)	31.242.237,57	20.894.332,90	10.347.904,67

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Assistencia Comunitaria, Emissão: 28/01/2025 , às 10:14:32

NEMROD EMERICK:27048542896
Assinado de forma digital por NEMROD EMERICK:27048542896
Dados: 2025.01.28 11:24:45 -03'00'

NEMROD EMERICK
PREFEITO MUNICIPAL

WILLIAN FADINI FAIAN:14765291758
Assinado de forma digital por WILLIAN FADINI FAIAN:14765291758
Dados: 2025.01.28 11:26:09 -03'00'

WILLIAN FADINI FAIAN
SEC. EXEC. DE FIANÇAS E PLANEJAMENTO

MARCOS ANTONIO RABELO VARGAS:89702964768
Assinado de forma digital por MARCOS ANTONIO RABELO VARGAS:89702964768
Dados: 2025.01.28 11:26:55 -03'00'

MARCOS ANTONIO RABELO VARGAS
CONTADOR - CRC ES - 021990

KASSIO VALADARES AMORIM:13326281765
Assinado de forma digital por KASSIO VALADARES AMORIM:13326281765
Dados: 2025.01.28 12:12:20 -03'00'

KASSIO VALADARES AMORIM
CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE ALEGRE - ES **ESTADO/TRIBUNAL**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2024 - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2024

RREO – ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III) **Em Reais**

RECEITAS	Pervisão Atualizada (a)	Receitas Realizadas (b)	Saldo (c) = (a - b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	2.000,00	29.708,84	(27.708,84)
Receita de Alienação de Bens Móveis	2.000,00	20.000,00	(18.000,00)
Receita de Alienação de Bens Imóveis			
Receitas de Alienação de Bens Intangíveis			
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras		9.708,84	(9.708,84)

DESPESAS	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas (e)	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas (f)	Despesas Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Pagamento de Restos a Pagar (g)	Saldo (h) = (d - e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	265.800,00	264.800,00	264.800,00	264.800,00			1.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	265.800,00	264.800,00	264.800,00	264.800,00			1.000,00
Investimentos	265.800,00	264.800,00	264.800,00	264.800,00			1.000,00
Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida							
DESPESAS CORRENTES DO REGIME DE PREVIDÊNCIA							
Regime Próprio dos Servidores Públicos							

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2023 (i)	2024 (j) = (Ib - (IIf + IIg))	Saldo Atual (k)= (IIIi + IIIj)
VALOR (III)	772.359,34	(235.091,16)	537.268,18

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Assistencia Comunitaria, Emissão: 28/01/2025 , às 10:21:19

NEMROD EMERICK:27048542896
Assinado de forma digital por NEMROD EMERICK:27048542896
Dados: 2025.01.28 11:29:24 -03'00'

NEMROD EMERICK
PREFEITO MUNICIPAL

WILLIAN FADINI FAIAN:14765291758
Assinado de forma digital por WILLIAN FADINI FAIAN:14765291758
Dados: 2025.01.28 11:29:46 -03'00'

WILLIAN FADINI FAIAN
SEC. EXEC. DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

MARCOS ANTONIO RABELO VARGAS:89702964768
Assinado de forma digital por MARCOS ANTONIO RABELO VARGAS:89702964768
Dados: 2025.01.28 11:30:08 -03'00'

MARCOS ANTONIO RABELO VARGAS
CONTADOR - CRC ES - 021990

KASSIO VALADARES AMORIM:13326281765
Assinado de forma digital por KASSIO VALADARES AMORIM:13326281765
Dados: 2025.01.28 12:12:44 -03'00'

KASSIO VALADARES AMORIM
CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE ALEGRE - ES

ESTADO/TRIBUNAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCÍCIO DE 2024 - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2024

R$ 1,00

RREO - Anexo 10 (LRF, Art. 53, § 1°, inciso II)

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO(PLANO PREVIDENCIÁRIO)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2023	17.479.918,01	18.034.726,82	(554.808,81)	(554.808,81)
2024	17.899.200,46	18.922.760,31	(1.023.559,85)	(1.578.368,66)
2025	17.970.575,45	19.792.210,99	(1.821.635,54)	(3.400.004,20)
2026	18.042.664,19	20.101.233,05	(2.058.568,86)	(5.458.573,06)
2027	18.115.473,82	20.278.278,21	(2.162.804,39)	(7.621.377,45)
2028	18.189.011,54	20.554.017,65	(2.365.006,11)	(9.986.383,56)
2029	18.263.284,64	21.978.882,12	(3.715.597,48)	(13.701.981,04)
2030	18.338.300,48	22.594.753,88	(4.256.453,40)	(17.958.434,44)
2031	18.414.066,46	24.042.852,17	(5.628.785,71)	(23.587.220,15)
2032	18.490.590,11	25.010.368,79	(6.519.778,68)	(30.106.998,83)
2033	18.567.879,00	25.578.956,03	(7.011.077,03)	(37.118.075,86)
2034	18.645.940,78	25.962.223,37	(7.316.282,59)	(44.434.358,45)
2035	18.724.783,17	26.535.380,57	(7.810.597,40)	(52.244.955,85)
2036	18.804.413,98	26.755.132,71	(7.950.718,73)	(60.195.674,58)
2037	18.884.841,11	27.740.970,58	(8.856.129,47)	(69.051.804,05)
2038	18.966.072,51	27.731.387,86	(8.765.315,35)	(77.817.119,40)
2039	19.048.116,21	27.822.794,21	(8.774.678,00)	(86.591.797,40)
2040	19.130.980,36	28.012.214,07	(8.881.233,71)	(95.473.031,11)
2041	19.214.673,15	28.027.945,81	(8.813.272,66)	(104.286.303,77)
2042	19.299.202,87	27.606.895,52	(8.307.692,65)	(112.593.996,42)
2043	19.384.577,88	27.101.363,23	(7.716.785,35)	(120.310.781,77)
2044	19.470.806,64	26.681.109,41	(7.210.302,77)	(127.521.084,54)
2045	19.557.897,70	26.243.059,04	(6.685.161,34)	(134.206.245,88)
2046	19.645.859,66	25.854.534,85	(6.208.675,19)	(140.414.921,07)
2047	19.734.701,24	25.546.909,29	(5.812.208,05)	(146.227.129,12)
2048	19.824.431,24	24.977.868,41	(5.153.437,17)	(151.380.566,29)
2049	19.915.058,53	24.268.462,28	(4.353.403,75)	(155.733.970,04)
2050	20.006.592,10	23.559.383,44	(3.552.791,34)	(159.286.761,38)
2051	20.099.041,01	22.883.721,09	(2.784.680,08)	(162.071.441,46)
2052	20.192.414,40	22.239.995,22	(2.047.580,82)	(164.119.022,28)
2053	20.286.721,53	21.626.794,22	(1.340.072,69)	(165.459.094,97)
2054	20.381.971,73	21.042.771,61	(660.799,88)	(166.119.894,85)
2055	20.478.174,44	20.486.642,97	(8.468,53)	(166.128.363,38)
2056	20.575.339,16	19.957.182,94	618.156,22	(165.510.207,16)
2057	20.673.475,54	19.453.222,50	1.220.253,04	(164.289.954,12)
2058	20.772.593,28	18.897.146,99	1.875.446,29	(162.414.507,83)
2059	20.872.702,20	18.967.103,72	1.905.598,48	(160.508.909,35)
2060	20.973.812,21	19.037.506,23	1.936.305,98	(158.572.603,37)
2061	21.075.933,31	19.108.344,60	1.967.588,71	(156.605.014,66)
2062	21.179.075,63	19.112.943,55	2.066.132,08	(154.538.882,58)
2063	21.283.249,37	19.117.682,15	2.165.567,22	(152.373.315,36)
2064	21.388.464,85	19.122.559,81	2.265.905,04	(150.107.410,32)
2065	21.494.732,48	19.127.575,97	2.367.156,51	(147.740.253,81)
2066	10.840.361,28	19.132.730,14	(8.292.368,86)	(156.032.622,67)

MUNICÍPIO DE ALEGRE - ES

ESTADO/TRIBUNAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCÍCIO DE 2024 - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2024

R$ 1,00

RREO - Anexo 10 (LRF, Art. 53, § 1°, inciso II)

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO(PLANO PREVIDENCIÁRIO)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2067	10.948.764,89	19.138.021,82	(8.189.256,93)	(164.221.879,60)
2068	11.058.252,54	19.143.450,58	(8.085.198,04)	(172.307.077,64)
2069	11.168.835,07	19.149.016,00	(7.980.180,93)	(180.287.258,57)
2070	11.280.523,42	19.154.717,70	(7.874.194,28)	(188.161.452,85)
2071	11.393.328,65	19.160.555,34	(7.767.226,69)	(195.928.679,54)
2072	11.507.261,94	19.166.528,61	(7.659.266,67)	(203.587.946,21)
2073	11.622.334,56	19.172.637,23	(7.550.302,67)	(211.138.248,88)
2074	11.738.557,91	19.178.880,94	(7.440.323,03)	(218.578.571,91)
2075	11.855.943,48	19.185.259,54	(7.329.316,06)	(225.907.887,97)
2076	11.974.502,92	19.191.772,84	(7.217.269,92)	(233.125.157,89)
2077	12.094.247,95	19.198.420,68	(7.104.172,73)	(240.229.330,62)
2078	12.215.190,43	19.205.202,93	(6.990.012,50)	(247.219.343,12)
2079	12.337.342,33	18.311.151,02	(5.973.808,69)	(253.193.151,81)
2080	12.460.715,76	18.336.221,23	(5.875.505,47)	(259.068.657,28)
2081	12.585.322,91	18.361.065,26	(5.775.742,35)	(264.844.399,63)
2082	12.711.176,14	18.385.690,33	(5.674.514,19)	(270.518.913,82)
2083	12.838.287,90	18.410.103,51	(5.571.815,61)	(276.090.729,43)
2084	12.966.670,78	18.434.311,78	(5.467.641,00)	(281.558.370,43)
2085	13.096.337,49	18.458.321,99	(5.361.984,50)	(286.920.354,93)
2086	13.227.300,87	18.482.140,91	(5.254.840,04)	(292.175.194,97)
2087	13.359.573,87	18.505.775,16	(5.146.201,29)	(297.321.396,26)
2088	13.493.169,61	18.529.231,31	(5.036.061,70)	(302.357.457,96)
2089	13.628.101,31	18.552.515,78	(4.924.414,47)	(307.281.872,43)
2090	13.764.382,32	18.575.634,93	(4.811.252,61)	(312.093.125,04)
2091	13.902.026,15	18.598.595,00	(4.696.568,85)	(316.789.693,89)
2092	14.041.046,41	18.621.402,14	(4.580.355,73)	(321.370.049,62)
2093	14.181.456,87	18.644.062,41	(4.462.605,54)	(325.832.655,16)
2094	14.323.271,44	18.666.581,79	(4.343.310,35)	(330.175.965,51)
2095	14.466.504,15	18.688.966,15	(4.222.462,00)	(334.398.427,51)
2096	14.611.169,20	18.711.221,29	(4.100.052,09)	(338.498.479,60)
2097	14.757.280,89	18.733.352,92	(3.976.072,03)	(342.474.551,63)

MUNICÍPIO DE ALEGRE - ES

ESTADO/TRIBUNAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCÍCIO DE 2024 - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2024

R$ 1,00

RREO - Anexo 10 (LRF, Art. 53, § 1º, inciso II)

FUNDO EM REPARTIÇÃO(PLANO FINANCEIRO)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	(1.578.368,66)
2025	0,00	0,00	0,00	(1.578.368,66)
2026	0,00	0,00	0,00	(5.458.573,06)
2027	0,00	0,00	0,00	(5.458.573,06)
2028	0,00	0,00	0,00	(9.986.383,56)
2029	0,00	0,00	0,00	(9.986.383,56)
2030	0,00	0,00	0,00	(17.958.434,44)
2031	0,00	0,00	0,00	(17.958.434,44)
2032	0,00	0,00	0,00	(30.106.998,83)
2033	0,00	0,00	0,00	(30.106.998,83)
2034	0,00	0,00	0,00	(44.434.358,45)
2035	0,00	0,00	0,00	(44.434.358,45)
2036	0,00	0,00	0,00	(60.195.674,58)
2037	0,00	0,00	0,00	(60.195.674,58)
2038	0,00	0,00	0,00	(77.817.119,40)
2039	0,00	0,00	0,00	(77.817.119,40)
2040	0,00	0,00	0,00	(95.473.031,11)
2041	0,00	0,00	0,00	(95.473.031,11)
2042	0,00	0,00	0,00	(112.593.996,42)
2043	0,00	0,00	0,00	(112.593.996,42)
2044	0,00	0,00	0,00	(127.521.084,54)
2045	0,00	0,00	0,00	(127.521.084,54)
2046	0,00	0,00	0,00	(140.414.921,07)
2047	0,00	0,00	0,00	(140.414.921,07)
2048	0,00	0,00	0,00	(151.380.566,29)
2049	0,00	0,00	0,00	(151.380.566,29)
2050	0,00	0,00	0,00	(159.286.761,38)
2051	0,00	0,00	0,00	(159.286.761,38)
2052	0,00	0,00	0,00	(164.119.022,28)
2053	0,00	0,00	0,00	(164.119.022,28)
2054	0,00	0,00	0,00	(166.119.894,85)
2055	0,00	0,00	0,00	(166.119.894,85)
2056	0,00	0,00	0,00	(165.510.207,16)
2057	0,00	0,00	0,00	(165.510.207,16)
2058	0,00	0,00	0,00	(162.414.507,83)
2059	0,00	0,00	0,00	(162.414.507,83)
2060	0,00	0,00	0,00	(158.572.603,37)
2061	0,00	0,00	0,00	(158.572.603,37)
2062	0,00	0,00	0,00	(154.538.882,58)
2063	0,00	0,00	0,00	(154.538.882,58)
2064	0,00	0,00	0,00	(150.107.410,32)
2065	0,00	0,00	0,00	(150.107.410,32)
2066	0,00	0,00	0,00	(156.032.622,67)

MUNICÍPIO DE ALEGRE - ES

ESTADO/TRIBUNAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCÍCIO DE 2024 - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2024

R$ 1,00

RREO - Anexo 10 (LRF, Art. 53, § 1°, inciso II)

FUNDO EM REPARTIÇÃO(PLANO FINANCEIRO)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2067	0,00	0,00	0,00	(156.032.622,67)
2068	0,00	0,00	0,00	(172.307.077,64)
2069	0,00	0,00	0,00	(172.307.077,64)
2070	0,00	0,00	0,00	(188.161.452,85)
2071	0,00	0,00	0,00	(188.161.452,85)
2072	0,00	0,00	0,00	(203.587.946,21)
2073	0,00	0,00	0,00	(203.587.946,21)
2074	0,00	0,00	0,00	(218.578.571,91)
2075	0,00	0,00	0,00	(218.578.571,91)
2076	0,00	0,00	0,00	(233.125.157,89)
2077	0,00	0,00	0,00	(233.125.157,89)
2078	0,00	0,00	0,00	(247.219.343,12)
2079	0,00	0,00	0,00	(247.219.343,12)
2080	0,00	0,00	0,00	(259.068.657,28)
2081	0,00	0,00	0,00	(259.068.657,28)
2082	0,00	0,00	0,00	(270.518.913,82)
2083	0,00	0,00	0,00	(270.518.913,82)
2084	0,00	0,00	0,00	(281.558.370,43)
2085	0,00	0,00	0,00	(281.558.370,43)
2086	0,00	0,00	0,00	(292.175.194,97)
2087	0,00	0,00	0,00	(292.175.194,97)
2088	0,00	0,00	0,00	(302.357.457,96)
2089	0,00	0,00	0,00	(302.357.457,96)
2090	0,00	0,00	0,00	(312.093.125,04)
2091	0,00	0,00	0,00	(312.093.125,04)
2092	0,00	0,00	0,00	(321.370.049,62)
2093	0,00	0,00	0,00	(321.370.049,62)
2094	0,00	0,00	0,00	(330.175.965,51)
2095	0,00	0,00	0,00	(330.175.965,51)
2096	0,00	0,00	0,00	(338.498.479,60)
2097	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Assistencia Comunitaria, Emissão: 28/01/2025 , às 10:17:28

NEMROD EMERICK:27048542896 Assinado de forma digital por NEMROD EMERICK:27048542896 Dados: 2025.01.28 11:28:02 -03'00'

WILLIAN FADINI FAIAN:14765291758 Assinado de forma digital por WILLIAN FADINI FAIAN:14765291758 Dados: 2025.01.28 11:28:26 -03'00'

MARCOS ANTONIO RABELO VARGAS:89702964768 Assinado de forma digital por MARCOS ANTONIO RABELO VARGAS:89702964768 Dados: 2025.01.28 11:28:51 -03'00'

KASSIO VALADARES AMORIM:13326281765 Assinado de forma digital por KASSIO VALADARES AMORIM:13326281765 Dados: 2025.01.28 12:13:16 -03'00'

Contrato

- EXTRATO -
CONTRATO Nº. 022/2025
PE Nº 079/2023
(PROC. Nº. 8071/2023)
Cód. ID. CidadES/TCE-ES:
2023.004E0700001.02.0032

FUNDAMENTO LEGAL:
Lei nº 10.520/2002, Lei nº 8.666/1993 e LC nº 123/06 e suas alterações.
CONTRATADA:
MARIANA DALRIO DINO-ME
- CNPJ nº 43.818.484/0001-93
CONTRATANTE:
MUNICIPIO DE ALEGRE/ES.
OBJETO: LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS INFANTIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E DISTRIBUIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, COMPREENDENDO CHURROS, PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE ALEGRE/ES (UG SAÚDE).
VALOR: R$ 36.347,10 (trinta e seis mil, trezentos e quarenta e sete reais, dez centavos).
PRAZO: O contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2025 (31/12/2025).
FONTES DE RECURSO:
014001.1012200542.035 - 3390390000 - 1500001500000 - Ficha: 00018 (Recurso Prórpio - FMS);
014002.1030100562.570 - 33903900000 - 16000000000000/26000000000000 - Ficha: 00067 (APS);
014003.1030200562.571 - 33903900000 - 160000000000/26000000000000 - Ficha: 00067 (CAPS);
014004.1030500562.572 - 33903900000 - 160000000000/26000000000000 - Ficha: 00081 (CAPS).
ASSINATURA: 29/01/2025
Alegre/ES, 29/01/2025.
NEMROD EMERICK
Prefeito Municipal de Alegre/ES
Protocolo 1481360

- EXTRATO -
CONTRATO Nº. 023/2025
PE Nº 079/2023
(PROC. Nº. 8071/2023)
Cód. ID. CidadES/TCE-ES:
2023.004E0700001.02.0032

FUNDAMENTO LEGAL:
Lei nº 10.520/2002, Lei nº 8.666/1993 e LC nº 123/06 e suas alterações.
CONTRATADA:
PREMIUM COMERCIO E SERVICOS LTDA
- CNPJ nº 97.530.106/0001-39
CONTRATANTE:
MUNICIPIO DE ALEGRE/ES.
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E DISTRIBUIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, COMPREENDENDO, CACHORRO QUENTE, MAÇÃ DO AMOR E LOCAÇÃO DE CARRINHO DE PICOLÉ, PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE ALEGRE/ES (UG SAÚDE).
VALOR: R$ 17.447,20 (dezessete mil, quatrocentos e quarenta e sete reais, vinte centavos).
PRAZO: O contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2025 (31/12/2025).
FONTES DE RECURSO:
014001.1012200542.035 - 3390300000, 33903900000 - 150000150000 - Ficha: 00014 e 00018 (Recurso Próprio - FMS);
014001.1012200542.035 - 3390300000, 33903900000 - 150000150000 - Ficha: 00042 e 00044 (Recurso Federal - APS);
014003.1030200562.571 - 3390300000 - 16000000000/260000000000 - Ficha: 00065 e 00067(Recurso Federal CAPS);
014004.1030500562.572 - 3390300000, 339000000 - 16000000000/260000000000 - Ficha: 00079 e 00081 (Vigilância em Saúde).
ASSINATURA: 29/01/2025
Alegre/ES, 29/01/2025.
NEMROD EMERICK
Prefeito Municipal de Alegre/ES
Protocolo 1481366

- EXTRATO -
CONTRATO Nº. 025/2025
PE Nº 079/2023
(PROC. Nº. 8071/2023)
Cód. ID. CidadES/TCE-ES:
2023.004E0700001.02.0032

FUNDAMENTO LEGAL:
Lei nº 10.520/2002, Lei nº 8.666/1993 e LC nº 123/06 e suas alterações.
CONTRATADA:
MARIANA DALRIO DINO-ME
- CNPJ nº 43.818.484/0001-93
CONTRATANTE:
MUNICIPIO DE ALEGRE/ES.
OBJETO: LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS INFANTIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E DISTRIBUIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, COMPREENDENDO CHURROS, PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE ALEGRE/ES (UG PREFEITURA).
VALOR: R$ 104.002,75 (cento e quatro mil e dois reais, setenta e cinco centavos).
PRAZO: O contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2025 (31/12/2025).
FONTES DE RECURSO:
007001.0412200442.010 - 33903900000 - 150000009999 - Ficha: 00116.
ASSINATURA: 29/01/2025
Alegre/ES, 29/01/2025.
NEMROD EMERICK
Prefeito Municipal de Alegre/ES
Protocolo 1481390

- EXTRATO -
CONTRATO Nº. 026/2025
PE Nº 079/2023
(PROC. Nº. 8071/2023)
Cód. ID. CidadES/TCE-ES:
2023.004E0700001.02.0032

FUNDAMENTO LEGAL:
Lei nº 10.520/2002, Lei nº 8.666/1993 e LC nº 123/06 e suas alterações.
CONTRATADA:
PREMIUM COMERCIO E SERVICOS LTDA
- CNPJ nº 97.530.106/0001-39
CONTRATANTE:
MUNICIPIO DE ALEGRE/ES.
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E DISTRIBUIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, COMPREENDENDO, CACHORRO QUENTE, MAÇÃ DO AMOR E LOCAÇÃO DE CARRINHO DE PICOLÉ, PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE ALEGRE/ES (UG PREFEITURA).
VALOR: R$ 45.561,00 (quarenta e cinco mil, quinhentos e sessenta reais).
PRAZO: O contrato terá vigência até 31 de dezembro

de 2025 (31/12/2025).
FONTES DE RECURSO:
007001.0412200442.010 - 33903900000 - 150000009999 - Ficha: 00116.
ASSINATURA: 29/01/2025
Alegre/ES, 29/01/2025.
NEMROD EMERICK
Prefeito Municipal de Alegre/ES
Protocolo 1481396

Aditivo

EXTRATO DE ADITIVO
5º TERMO ADITIVO AO
CONTRATO Nº 238/2023
(TP 026/2023)
Cód. CidadES/TCE-ES:
2023.004E0700001.01.0031
CONTRATADA:
TREZE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA - EPP - CNPJ Nº 01.070.171/0001-50
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ALEGRE-ES.
DO OBJETO: *O presente instrumento tem por objetivo "alterações no contrato", conforme informações e justificativas apresentadas aos autos do Proc. Nº 7194/2023 - protocolo nº 11.986 de 06/12/2024, cujo objeto é a EXECUÇÃO DA DRENAGEM NO PARQUE DE EXPOSIÇÃO GERALDO SANTOS, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE ALEGRE/ES.*
DO PREÇO E REAJUSTAMENTO: *Será ACRESCIDO ao objeto inicialmente contratado o valor de R$ 251.529,99 (duzentos e cinquenta e um mil, quinhentos e vinte e nove reais, noventa e nove centavos) equivalente a □ 54,37%, e DECRESCIDO o valor de R$ 14.731,92 (quatorze mil, setecentos e trinta e um reais, noventa e dois centavos) equivalente a □ 3,18%. Assim, a partir deste termo o valor global do contrato será de R$ 699.393,64 (seiscentos e noventa e nove mil, trezentos e noventa e três reais, sessenta e quatro centavos).*
DO PRAZO: *O Contrato e a execução da obra serão prorrogados por mais 03 (três) meses, vigendo, portanto, até 09/05/2025.*
DAS FONTES DE RECURSOS:
- 011001.1545100071.037 - 44905100000 - 289900000000 - Ficha: 00158 (Outros Recursos Vinculados).
ASSINATURA: 27/01/2025
Alegre/ES, 27/01/2025.
NEMROD EMERICK
Prefeito Municipal
Protocolo 1480137

Alfredo Chaves

Decreto

DECRETO Nº. 0215-P/2025

EMENTA: Torna sem efeito a nomeação de servidor comissionado.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ALFREDO CHAVES**, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas previstas no artigo 45, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Alfredo Chaves.

DECRETA:

Art. 1º. Torna sem efeito o Decreto nº **0080-P/2025** de 06 de janeiro de 2025, que nomeou o(a) senhor(a) **Amanda Galvão Gomes** para exercer o cargo de provimento em comissão de **Coordenador de Posto de Saúde**

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

ALFREDO CHAVES (ES), EM 24 DE JANEIRO DE 2025.

HUGO LUIZ PICOLI MENEGHEL
PREFEITO
Protocolo 1480954

DECRETO Nº. 0216-P/2025

EMENTA: Torna sem efeito a nomeação de servidor comissionado.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ALFREDO CHAVES**, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas previstas no artigo 45, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Alfredo Chaves.

DECRETA:

Art. 1º. Torna sem efeito o Decreto nº **0102-P/2025** de 06 de janeiro de 2025, que nomeou o(a) senhor(a) **Vanuza Giacomin Barcelos Nalesso** para exercer o cargo de provimento em comissão de **Gerente de Vigilância Sanitária**

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

ALFREDO CHAVES (ES), EM 24 DE JANEIRO DE 2025.

HUGO LUIZ PICOLI MENEGHEL
PREFEITO
Protocolo 1480956

DECRETO Nº. 0217-P/2025

EMENTA: Dispõe sobre nomeação para cargo de provimento em comissão, e dá outras providências

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ALFREDO CHAVES**, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas previstas no artigo 45, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Alfredo Chaves (ES);

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado(a), o(a) Senhor(a) **Vanuza Giacomin Barcelos Nalesso** para exercer o cargo de provimento em comissão de **Chefe de Setor do Conselho Municipal de Saúde**.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02/01/2025

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se, **Publica-se e Cumpra-se**.

ALFREDO CHAVES (ES), EM 24 DE JANEIRO DE 2025.

HUGO LUIZ PICOLI MENEGHEL
PREFEITO

Protocolo 1480957

DECRETO Nº. 0218-P/2025

EMENTA: Dispõe sobre concessão de licença a servidor estatutário.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ALFREDO CHAVES**, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas previstas no artigo 45, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Alfredo Chaves;

DECRETA:

Art. 1º. Conceder Licença sem vencimentos ao Senhor **Edigar Corrêa Vieira**, servidor nomeado em cargo de provimento efetivo de **Professor MAPB**, prorrogação da licença pelo prazo de 01 (um) ano a partir de **01/02/2025** a **31/01/2026** com base no **art. 106** da **Lei nº 672/90**, conforme processo nº **692**, protocolizado em **20/01/2025**.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ALFREDO CHAVES (ES), EM 27 DE JANEIRO DE 2025.

HUGO LUIZ PICOLI MENEGHEL
PREFEITO

Protocolo 1480959

EMENTA: Dispõe sobre concessão de retorno as funções de servidor estatutário.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ALFREDO CHAVES**, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas previstas no artigo 45, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Alfredo Chaves;

DECRETA:

Art. 1º. Concede a Senhora **Luziane de Souza**, servidora nomeada em cargo de provimento efetivo de **Oficial Administrativo**, retorno as suas funções a partir de **22/01/2025**, com base no art. 106 da Lei nº 672/90, conforme processo **nº 768/2025**, protocolizado em **21/01/2025.**

Art. 2º. Este Decreto retroage seus efeitos para a data de 22 de janeiro de 2025

ALFREDO CHAVES (ES), EM 27 DE JANEIRO 2025.

HUGO LUIZ PICOLI MENEGHEL
PREFEITO

Protocolo 1480963

Portaria

PORTARIA Nº007/2025, DE 29 DE JANEIRO DE 2025.

EMENTA: Designa servidor como Membro Titular da Comissão Permanente de Cadastro de Materiais e Serviços do Município de Alfredo Chaves/ES.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ALFREDO CHAVES**, **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, no uso de suas atribuições legais, em especial o art. 45, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Alfredo Chaves e Lei Complementar 02/2025;

Considerando a necessidade de aplicação da Lei Federal n° 14.133/21;

Considerando o inteiro cumprimento do que dispõe o artigo 15, VII da Lei Complementar 02/2025 que dispõe sobre Licitações e contratos administrativos, no âmbito do Poder Executivo de Alfredo Chaves/ES;

DECRETA:

Art. 1º Designar a servidora **Martha Natali Cesati** para exercer a função de Membro Titular da Comissão Permanente de Cadastro de Materiais e Serviços do Município de Alfredo Chaves/ES.

Art. 2º Os integrantes desta comissão, desempenharão suas funções sem prejuízos das atribuições do Cargo ou Função ocupada, fazendo jus a qualquer gratificação adcional ou beneficio pecuniário, conforme art. 17 da Lei nº 053 de 06 de janeiro de 2025.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Alfredo Chaves/ES, 29 de janeiro de 2025.

HUGO LUIZ PICOLI MENEGHEL
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1481528

Contrato

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ALFREDO CHAVES-ES.
Extrato de Contrato de Rateio n° 004/2025
Id. CidadES nº 2025.005E0500001.09.0005
Processo nº 112/2025
Dispensa de Licitação embasada no Inc. III do §1º do Art. 2º da Lei Federal 11.107/2005, o qual se regerá pela Lei Federal 11.107/2005, pelo Decreto Federal 6.017/2007, pela Portaria STN/SOF nº 274/16.
Consorciado: Município de Alfredo Chaves, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde.
Consórcio: Consórcio Público da Região Polo Sul - CIM Polo Sul.
Objeto: O presente instrumento tem por objeto ratear as despesas do CONSÓRCIO entre os Entes

CONSORCIADOS nos termos do art. 8º da Lei n.º 11.107/2005, e, com base na Resolução Orçamentária aprovada pela Assembleia Geral, tendo por fim o efetivo funcionamento da sede administrativa do CONSÓRCIO, para fins de execução dos objetivos e finalidades do CONSÓRCIO na área de saúde, nos termos do Contrato de Consórcio Público firmado.
Valor Total: R$ 73.720,00
Dotação: 120003.1030200182.226
Elemento de Despesa: 33903900000
Fontes de Recursos: 150000150000
Ficha nº: 076, 077 e 080
Vigência: 02/01/2025 até 31/12/2025.
Assinatura: 28/01/2025
Taís Lima Teixeira Uliana
Secretária Municipal de Saúde

Protocolo 1480949

Alto Rio Novo

Decreto

DECRETO N°6.843/2025
De 22 de janeiro de 2025

EXONERAR DIRETOR DE DEPARTAMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Alto Rio Novo, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:
Art. 1°) EXONERAR, a partir do dia **22/01/2025**, a Senhorita **KARINY KELLEM GONÇALVES**, Portadora do CPF n°138.624.897-52 e Carteira de Identidade Nº 4.440.716-ES, para exercer o Cargo em Comissão de **DIRETOR DE DEPARTAMENTO CC3.3, da Secretaria Municipal de Educação.**
Art. 2°) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 3°) Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Rio Novo, Estado do Espírito Santo, aos vinte e dois (22) dias do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e vinte e cinco (2025).

ALEXANDRO DE MELO VALIM
Prefeito Municipal

Protocolo 1480909

DECRETO MUNICIPAL Nº 6.845 DE 28 DE JANEIRO DE 2025

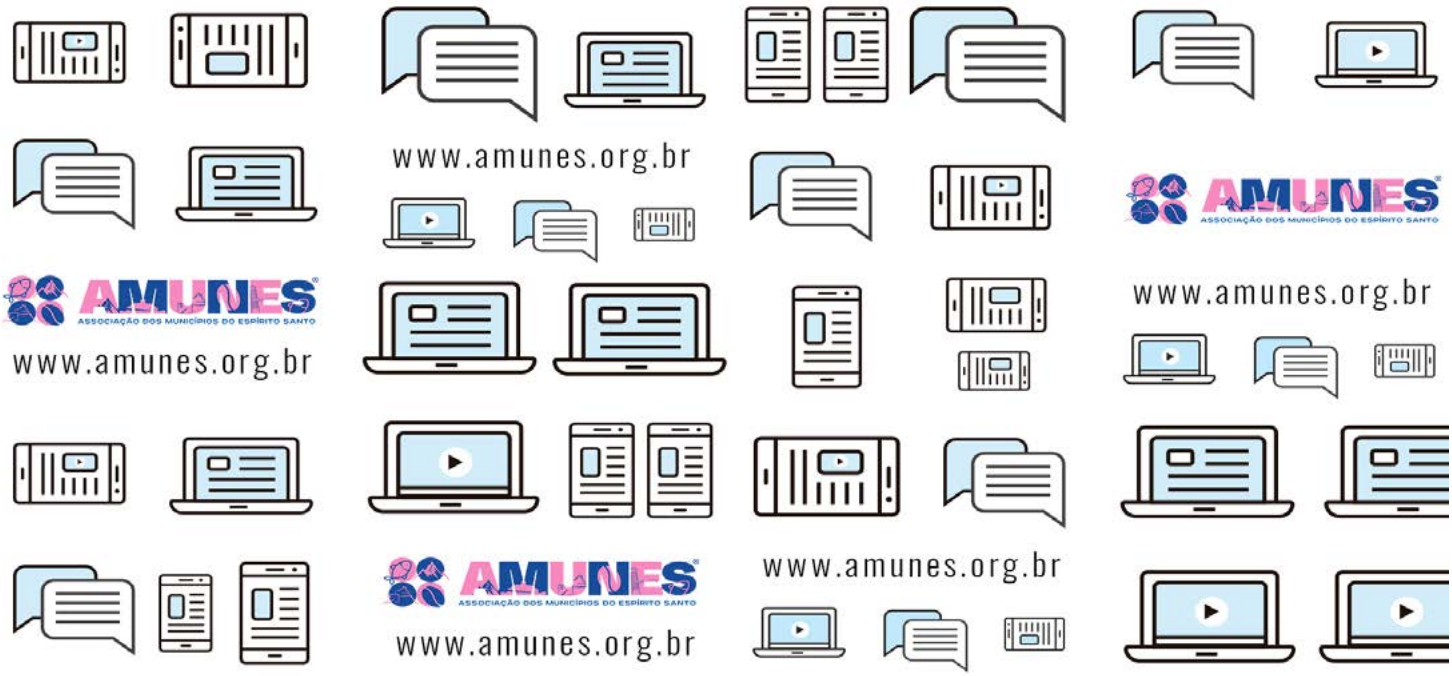
REVOGA O INCISO I DO ART. 1º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 6162/2022 E DA OUTRA PROVIDENCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO RIO NOVO - ES, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica, Constituição Federal, etc., e,

DECRETA:
Art. 1º Fica revogado o inciso I do art. 1º do Decreto Municipal nº 69162/2022, e via de consequência, restabeleço a Concessão de Serviços de Taxi ao Sr. João Ricart, portador do CPF nº 793.510.857-91.
Art. 2º Determino ao Departamento Tributário que agende e notifique o Sr. João Ricart, para vistoria de seu veículo de taxi, devendo apresentar os documentos necessários ao exercício da concessão, no prazo de 10 (dez) dias a conta da publicação deste Decreto.
Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Rio Novo - ES, aos vinte e oito (28) dias do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e vinte e cinco (2025).

ALEXANDRO DE MELO VALIM
Prefeito Municipal

Protocolo 1480911



Anchieta

Lei

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO DE BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2024 - 6º Bimestre
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas — Em Reais

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas			% (c/a)	Saldo (a-c)
			No Período (b)	% (b/a)	Até o Período (c)		
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**398.818.031,23**	**439.352.768,18**	**80.064.224,29**	**18,22**	**447.148.908,01**	**101,77**	**(7.796.139,83)**
RECEITAS CORRENTES	369.515.672,47	403.477.807,64	72.258.747,63	17,91	420.621.863,13	104,25	(17.144.055,49)
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	61.122.682,28	62.832.481,34	12.017.259,63	19,13	73.598.782,50	117,13	(10.766.301,16)
Impostos	60.386.540,12	62.096.339,18	10.959.725,65	17,65	69.611.740,00	112,10	(7.515.400,82)
Taxas	736.142,16	736.142,16	1.057.533,98	143,66	3.987.042,50	541,61	(3.250.900,34)
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	14.458.400,00	14.458.400,00	2.937.078,68	20,31	16.259.040,34	112,45	(1.800.640,34)
Contribuições Sociais	8.958.400,00	8.958.400,00	2.071.930,28	23,13	10.909.872,16	121,78	(1.951.472,16)
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	5.500.000,00	5.500.000,00	865.148,40	15,73	5.349.168,18	97,26	150.831,82
RECEITA PATRIMONIAL	4.158.370,00	4.324.749,90	946.098,18	21,88	6.022.240,78	139,25	(1.697.490,88)
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	120.000,00	120.000,00	19.527,36	16,27	114.553,12	95,46	5.446,88
Valores Mobiliários	4.038.370,00	4.204.749,90	926.570,82	22,04	5.907.687,66	140,50	(1.702.937,76)
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS							
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	288.473.120,19	320.559.076,40	55.590.937,19	17,34	322.495.723,28	100,60	(1.936.646,88)
Transferências da União e de suas Entidades	82.020.056,80	86.545.365,26	14.639.095,81	16,91	86.076.569,88	99,46	468.795,38
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	168.453.063,39	189.614.022,10	33.379.901,59	17,60	192.000.961,43	101,26	(2.386.939,33)
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas	38.000.000,00	44.399.689,04	7.571.939,79	17,05	44.418.191,97	100,04	(18.502,93)
Transferências do Exterior							
Demais Transferências Correntes							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.303.100,00	1.303.100,00	767.373,95	58,89	2.246.076,23	172,36	(942.976,23)
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	12.000,00	12.000,00	403,04	3,36	21.471,24	178,93	(9.471,24)
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	520.000,00	520.000,00	428.003,70	82,31	1.149.636,20	221,08	(629.636,20)
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							
Demais Receitas Correntes	771.100,00	771.100,00	338.967,21	43,96	1.074.968,79	139,41	(303.868,79)
RECEITAS DE CAPITAL	29.302.358,76	35.874.960,54	7.805.476,66	21,76	26.527.044,88	73,94	9.347.915,66
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS	250.000,00	6.604.031,67		0,00	8.008.168,45	121,26	(1.404.136,78)
Alienação de Bens Móveis	250.000,00	576.802,43					576.802,43
Alienação de Bens Imóveis		6.027.229,24		0,00	8.008.168,45	132,87	(1.980.939,21)
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	29.052.358,76	29.270.928,87	7.805.476,66	26,67	18.518.876,43	63,27	10.752.052,44
Transferências da União e de suas Entidades	5.100.000,00	5.318.570,11	1.018.652,11	19,15	1.018.652,11	19,15	4.299.918,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	23.952.358,76	23.952.358,76	5.241.370,00	21,88	15.954.769,77	66,61	7.997.588,99
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas			1.545.454,55	154.545.455,00	1.545.454,55	154.545.455,00	(1.545.454,55)
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Demais Tranferências de Capital							
Transferências do Exterior							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	**11.340.300,00**	**11.340.300,00**	**2.380.284,05**	**20,99**	**12.658.655,70**	**111,63**	**(1.318.355,70)**
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	**410.158.331,23**	**450.693.068,18**	**82.444.508,34**	**18,29**	**459.807.563,71**	**102,02**	**(9.114.495,53)**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
Mobiliária							
Contratual							
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	**410.158.331,23**	**450.693.068,18**	**82.444.508,34**	**18,29**	**459.807.563,71**	**102,02**	**(9.114.495,53)**
DÉFICIT (VI)							
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	**410.158.331,23**	**450.693.068,18**	**82.444.508,34**	**18,29**	**478.004.617,12**	**102,02**	**(9.114.495,53)**
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		**33.987.213,86**			**33.987.213,86**		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS							
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		33.987.213,86			33.987.213,86		

Despesas	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas		Saldo (g) = (e - f)	Despesas Liquidadas		Saldo (i) = (e - h)	Despesas Pagas Até o Período (j)	Resto a Pagar Não Processados(k)
			No Período	Até o Período (f)		No Período	Até o Período (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	**387.554.456,19**	**479.732.062,87**	**63.861.280,17**	**452.213.127,49**	**27.518.935,38**	**88.684.924,74**	**435.650.382,00**	**44.081.680,87**	**433.695.755,62**	**16.562.745,49**
DESPESAS CORRENTES	337.561.742,75	405.522.836,07	59.955.138,07	397.508.517,03	8.014.319,04	80.916.701,51	383.278.348,04	22.244.488,03	381.646.327,48	14.230.168,99
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	181.132.359,43	206.021.155,44	42.693.163,95	204.520.733,96	1.500.421,48	45.512.872,21	204.096.619,77	1.924.535,67	203.655.050,73	424.114,19
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1,00	1,00			1,00			1,00		
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	156.429.382,32	199.501.679,63	17.261.974,12	192.987.783,07	6.513.896,56	35.403.829,30	179.181.728,27	20.319.951,36	177.991.276,75	13.806.054,80
DESPESAS DE CAPITAL	49.942.713,44	74.209.226,80	3.906.142,10	54.704.610,46	19.504.616,34	7.768.223,23	52.372.033,96	21.837.192,84	52.049.428,14	2.332.576,50
INVESTIMENTOS	46.664.434,24	71.030.947,60	3.376.428,90	51.526.331,26	19.504.616,34	7.238.510,03	49.193.754,76	21.837.192,84	48.871.148,94	2.332.576,50
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	3.278.279,20	3.178.279,20	529.713,20	3.178.279,20		529.713,20	3.178.279,20		3.178.279,20	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00									
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	**13.103.875,04**	**13.303.222,26**	**2.457.582,72**	**13.132.833,93**	**170.388,33**	**2.615.913,18**	**13.132.833,93**	**170.388,33**	**11.696.417,57**	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	**400.658.331,23**	**493.035.285,13**	**66.318.862,89**	**465.345.961,42**	**27.689.323,71**	**91.300.837,92**	**448.783.215,93**	**44.252.069,20**	**445.392.173,19**	**16.562.745,49**
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)										
Amortização da Dívida Interna										
Dívida Mobiliária										
Dívida Contratual										

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO DE BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2024 - 6º Bimestre
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas

Em Reais

Despesas	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas		Saldo (g) = (e - f)	Despesas Liquidadas		Saldo (i) = (e - h)	Despesas Pagas Até o Período (j)	Resto a Pagar Não Processados(k)
			No Período	Até o Período (f)		No Período	Até o Período (h)			
Amortização da Dívida Externa										
Dívida Mobiliária										
Dívida Contratual										
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	**400.658.331,23**	**493.035.285,13**	**66.318.862,89**	**465.345.961,42**	**27.689.323,71**	**91.300.837,92**	**448.783.215,93**	**44.252.069,20**	**445.392.173,19**	**16.562.745,49**
SUPERÁVIT (XIII)							**11.024.347,78**		**14.415.390,52**	
TOTAL COM SUPERAVIT (XIV) = (XII + XIII)	**400.658.331,23**	**493.035.285,13**	**66.318.862,89**	**465.345.961,42**	**27.689.323,71**	**91.300.837,92**	**459.807.563,71**	**44.252.069,20**	**459.807.563,71**	
RESERVA DO RPPS	**9.500.000,00**	**9.500.000,00**			**9.500.000,00**			**9.500.000,00**		

Receitas Intra	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas			% (c/a)	Saldo (a-c)
			No Período (b)	% (b/a)	Até o Período (c)		
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	**11.340.300,00**	**11.340.300,00**	**2.380.284,05**	**20,99**	**12.658.655,70**	**111,63**	**(1.318.355,70)**
RECEITAS CORRENTES	11.340.300,00	11.340.300,00	2.380.284,05	20,99	12.658.655,70	111,63	(1.318.355,70)
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA							
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	11.340.300,00	11.340.300,00	2.380.284,05	20,99	12.658.655,70	111,63	(1.318.355,70)
Contribuições Sociais	11.340.300,00	11.340.300,00	2.380.284,05	20,99	12.658.655,70	111,63	(1.318.355,70)
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL							
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários							
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS							
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Transferências Correntes							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES							
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos							
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							
Demais Receitas Correntes							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Demais Tranferências de Capital							
Transferências do Exterior							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							

Despesas Intra	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas		Saldo (g) = (e - f)	Despesas Liquidadas		Saldo (i) = (e - h)	Despesas Pagas Até o Período (j)	Resto a Pagar Não Processados(k)
			No Período	Até o Período (f)		No Período	Até o Período (h)			
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	**13.103.875,04**	**13.303.222,26**	**2.457.582,72**	**13.132.833,93**	**170.388,33**	**2.615.913,18**	**13.132.833,93**	**170.388,33**	**11.696.417,57**	
DESPESAS CORRENTES	**13.103.875,04**	**13.303.222,26**	**2.457.582,72**	**13.132.833,93**	**170.388,33**	**2.615.913,18**	**13.132.833,93**	**170.388,33**	**11.696.417,57**	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**13.103.874,04**	**13.303.221,26**	**2.457.582,72**	**13.132.833,93**	**170.387,33**	**2.615.913,18**	**13.132.833,93**	**170.387,33**	**11.696.417,57**	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**1,00**	**1,00**			**1,00**			**1,00**		
DESPESAS DE CAPITAL										
INVESTIMENTOS										
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: GABINETE DO PREFEITO, Emissão: 28/01/2025 13:30:30

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO DE BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2024 - 6º Bimestre
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas Em Reais

LEONARDO ANTONIO ABRANTES
068.593.547-71
Prefeito(a)

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - ES **STN/SICONFI**

RELATÓRIO DE DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL

2024 - 6º Bimestre

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo (c) = (a - b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e) = (a - d)	Inscritas em resto a pagar Não processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)		No Período	Até Período (d)	% (b/ total d)		
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**387.554.456,19**	**479.732.062,87**	**63.861.280,17**	**452.213.127,49**	**97,18**	**27.518.935,38**	**88.684.924,74**	**435.650.382,00**	**97,07**	**44.081.680,87**	**16.562.745,49**
Legislativa	**17.380.000,00**	**16.388.564,01**	**152.073,90**	**16.196.384,07**	**3,48**	**192.179,94**	**3.929.946,58**	**15.438.483,27**	**3,44**	**950.080,74**	**757.900,80**
Ação Legislativa	17.380.000,00	16.388.564,01	152.073,90	16.196.384,07	3,48	192.179,94	3.929.946,58	15.438.483,27	3,44	950.080,74	757.900,80
Controle Externo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Judiciária											
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Essencial à Justiça	**407.415,00**	**284.164,16**	**51.735,88**	**284.149,59**	**0,06**	**14,57**	**51.735,88**	**284.149,59**	**0,06**	**14,57**	
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial	407.415,00	284.164,16	51.735,88	284.149,59	0,06	14,57	51.735,88	284.149,59	0,06	14,57	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Administração	**50.850.563,02**	**71.482.361,70**	**11.023.907,50**	**70.983.580,17**	**15,25**	**498.781,53**	**12.808.473,08**	**67.638.124,37**	**15,07**	**3.844.237,33**	**3.345.455,80**
Planejamento e Orçamento	405.503,00	257.506,03	57.934,92	257.483,00	0,06	23,03	56.963,42	255.535,00	0,06	1.971,03	1.948,00
Administração Geral	44.379.239,02	65.319.645,77	10.424.285,27	64.946.368,66	13,96	373.277,11	11.371.140,99	62.207.318,75	13,86	3.112.327,02	2.739.049,91
Administração Financeira	2.350.100,00	1.958.657,83	(193.068,88)	1.958.557,83	0,42	100,00	644.067,80	1.527.875,57	0,34	430.782,26	430.682,26
Controle Interno	820.406,00	867.599,87	179.841,15	857.287,87	0,18	10.312,00	188.891,15	855.940,02	0,19	11.659,85	1.347,85
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação	743.403,00	724.022,97	(2.753,86)	620.211,08	0,13	103.811,89	80.544,64	602.032,08	0,13	121.990,89	18.179,00
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos	50.100,00										
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social	691.705,00	1.211.622,01	259.303,15	1.200.405,49	0,26	11.216,52	267.199,75	1.168.855,50	0,26	42.766,51	31.549,99
Demais Subfunções	1.410.107,00	1.143.307,22	298.365,75	1.143.266,24	0,25	40,98	199.665,33	1.020.567,45	0,23	122.739,77	122.698,79
Defesa Nacional											
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Segurança Pública	**10.364.812,00**	**12.370.886,29**	**1.925.365,13**	**12.116.498,26**	**2,60**	**254.388,03**	**2.591.319,98**	**11.791.362,49**	**2,63**	**579.523,80**	**325.135,77**
Policiamento	9.176.608,00	11.247.121,07	1.677.344,35	10.992.793,16	2,36	254.327,91	2.342.627,20	10.667.657,39	2,38	579.463,68	325.135,77
Defesa Civil	1.188.204,00	1.123.765,22	248.020,78	1.123.705,10	0,24	60,12	248.692,78	1.123.705,10	0,25	60,12	
Informação e Inteligência											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Assistência Social	**12.867.275,00**	**10.822.678,84**	**708.747,19**	**7.978.601,54**	**1,71**	**2.844.077,30**	**1.593.293,62**	**7.436.496,72**	**1,66**	**3.386.182,12**	**542.104,82**
Assistência ao Idoso	769.610,00	765.303,81	50.357,88	636.171,84	0,14	129.131,97	274.508,13	523.298,24	0,12	242.005,57	112.873,60
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.884.404,00	1.761.256,40	151.712,81	973.525,08	0,21	787.731,32	204.803,78	968.561,48	0,22	792.694,92	4.963,60
Assistência Comunitária	3.438.559,00	3.534.115,03	241.151,94	3.227.232,38	0,69	306.882,65	616.451,18	2.910.633,20	0,65	623.481,83	316.599,18
Serviços Socioassistenciais											
Segurança de Renda											
Administração Geral	478.901,00	482.964,83	61.954,56	480.109,84	0,10	2.854,99	80.945,34	457.503,11	0,10	25.461,72	22.606,73
Demais Subfunções	6.295.801,00	4.279.038,77	203.570,00	2.661.562,40	0,57	1.617.476,37	416.585,19	2.576.500,69	0,57	1.702.538,08	85.061,71
Previdência Social	**17.650.050,00**	**30.061.575,68**	**6.796.612,36**	**29.123.140,31**	**6,26**	**938.435,37**	**6.862.693,31**	**29.123.140,31**	**6,49**	**938.435,37**	
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário	16.200.000,00	28.461.525,68	6.596.739,13	27.833.772,25	5,98	627.753,43	6.596.739,13	27.833.772,25	6,20	627.753,43	

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - ES **STN/SICONFI**

RELATÓRIO DE DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL

2024 - 6º Bimestre

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo (c) = (a - b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e) = (a - d)	Inscritas em resto a pagar Não processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)		No Período	Até Período (d)	% (b/ total d)		
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
Administração Geral	1.450.050,00	1.600.050,00	199.873,23	1.289.368,06	0,28	310.681,94	265.954,18	1.289.368,06	0,29	310.681,94	
Demais Subfunções											
Saúde	**79.928.896,86**	**96.684.384,62**	**12.381.750,45**	**85.225.368,55**	**18,31**	**11.459.016,07**	**17.923.694,41**	**82.980.456,33**	**18,49**	**13.703.928,29**	**2.244.912,22**
Atenção Básica	34.316.895,86	46.404.205,86	6.964.514,45	41.984.757,96	9,02	4.419.447,90	8.603.758,26	41.161.403,26	9,17	5.242.802,60	823.354,70
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	29.036.785,78	30.224.196,01	1.998.459,07	24.036.503,52	5,17	6.187.692,49	4.988.738,28	23.014.827,35	5,13	7.209.368,66	1.021.676,17
Suporte Profilático e Terapêutico	1.493.316,28	2.293.507,82	73.974,33	2.199.294,87	0,47	94.212,95	228.656,49	2.164.093,90	0,48	129.413,92	35.200,97
Vigilância Sanitária	3.851.543,14	4.209.456,42	653.615,85	4.002.997,32	0,86	206.459,10	801.091,45	3.919.905,12	0,87	289.551,30	83.092,20
Vigilância Epidemiológica	1.706.811,55	1.837.548,43	344.512,11	1.753.088,07	0,38	84.460,36	358.268,72	1.753.088,07	0,39	84.460,36	
Alimentação e Nutrição											
Administração Geral	9.510.344,25	11.679.208,04	2.346.674,64	11.248.726,81	2,42	430.481,23	2.943.181,21	10.967.138,63	2,44	712.069,41	281.588,18
Demais Subfunções	13.200,00	36.262,04				36.262,04				36.262,04	
Trabalho	**1.944.249,00**	**1.075.702,12**	**97.656,58**	**1.062.756,46**	**0,23**	**12.945,66**	**115.277,73**	**1.062.756,46**	**0,24**	**12.945,66**	
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	90.000,00	1.500,00		1.500,00				1.500,00			
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho	1.854.249,00	1.074.202,12	97.656,58	1.061.256,46	0,23	12.945,66	115.277,73	1.061.256,46	0,24	12.945,66	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Educação	**107.617.456,12**	**126.815.960,37**	**21.358.084,01**	**125.924.921,74**	**27,06**	**891.038,63**	**27.632.621,95**	**122.811.278,79**	**27,37**	**4.004.681,58**	**3.113.642,95**
Ensino Fundamental	50.523.470,78	64.889.696,32	10.775.818,25	64.149.952,80	13,79	739.743,52	14.237.387,04	62.040.715,53	13,82	2.848.980,79	2.109.237,27
Ensino Médio											
Ensino Profissional	474.550,00	714.170,29	3.150,00	705.170,82	0,15	8.999,47	135.748,22	702.045,00	0,16	12.125,29	3.125,82
Ensino Superior	1.471.050,00	1.606.756,01	4.865,22	1.599.270,22	0,34	7.485,79	9.645,22	1.599.270,22	0,36	7.485,79	
Educação Infantil	33.774.133,01	33.949.342,68	6.068.792,72	33.902.778,20	7,29	46.564,48	7.573.145,69	33.477.236,52	7,46	472.106,16	425.541,68
Educação de Jovens e Adultos	968.906,00	1.324.803,46	314.877,97	1.324.329,45	0,28	474,01	395.394,37	1.316.326,89	0,29	8.476,57	8.002,56
Educação Especial	8.079.155,89	11.154.629,63	2.738.876,65	11.152.278,34	2,40	2.351,29	2.898.004,54	11.134.230,71	2,48	20.398,92	18.047,63
Educação Básica											
Administração Geral	7.066.180,44	9.028.349,16	1.741.993,73	8.990.761,51	1,93	37.587,65	1.895.293,31	8.602.629,10	1,92	425.720,06	388.132,41
Demais Subfunções	5.260.010,00	4.148.212,82	(290.290,53)	4.100.380,40	0,88	47.832,42	488.003,56	3.938.824,82	0,88	209.388,00	161.555,58
Cultura	**4.292.325,00**	**2.505.513,77**	**512.517,71**	**2.343.245,09**	**0,50**	**162.268,68**	**543.477,56**	**2.337.867,03**	**0,52**	**167.646,74**	**5.378,06**
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	1.036.100,00	0,01				0,01				0,01	
Difusão Cultural	2.610.617,00	1.815.129,80	366.905,76	1.657.531,31	0,36	157.598,49	396.300,61	1.652.153,25	0,37	162.976,55	5.378,06
Administração Geral	645.608,00	690.383,96	145.611,95	685.713,78	0,15	4.670,18	147.176,95	685.713,78	0,15	4.670,18	
Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania											
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Urbanismo	**45.485.152,00**	**58.392.005,19**	**5.323.900,69**	**49.566.789,73**	**10,65**	**8.825.215,46**	**7.235.397,15**	**45.595.662,47**	**10,16**	**12.796.342,72**	**3.971.127,26**
Infra-Estrutura Urbana	36.196.252,00	35.550.934,81	1.306.737,09	26.965.223,01	5,79	8.585.711,80	3.570.643,98	25.652.502,56	5,72	9.898.432,25	1.312.720,45
Serviços Urbanos	9.288.900,00	22.841.070,38	4.017.163,60	22.601.566,72	4,86	239.503,66	3.664.753,17	19.943.159,91	4,44	2.897.910,47	2.658.406,81
Transportes Coletivos Urbanos											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Habitação											
Habitação Rural											
Habitação Urbana											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saneamento	**1.130.110,00**	**784.327,94**	**(126.455,09)**	**784.327,89**	**0,17**	**0,05**	**396.414,70**	**710.760,13**	**0,16**	**73.567,81**	**73.567,76**
Saneamento Básico Rural	930.100,00	579.327,94	(131.455,09)	579.327,89	0,12	0,05	363.597,10	529.024,93	0,12	50.303,01	50.302,96
Saneamento Básico Urbano	200.010,00	205.000,00	5.000,00	205.000,00	0,04		32.817,60	181.735,20	0,04	23.264,80	23.264,80
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	**3.562.618,00**	**3.138.042,81**	**(224.949,66)**	**3.071.306,81**	**0,66**	**66.736,00**	**271.040,49**	**2.890.683,17**	**0,64**	**247.359,64**	**180.623,64**
Preservação e Conservação Ambiental	1.397.415,00	931.053,29		910.537,21	0,20	20.516,08	141.822,44	867.839,41	0,19	63.213,88	42.697,80

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - ES **STN/SICONFI**

RELATÓRIO DE DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL

2024 - 6º Bimestre

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo (c) = (a - b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e) = (a - d)	Inscritas em resto a pagar Não processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)		No Período	Até Período (d)	% (b/ total d)		
Controle Ambiental	1.765.201,00	2.018.556,54	550,34	1.982.698,01	0,43	35.858,53	129.218,05	1.844.772,17	0,41	173.784,37	137.925,84
Recuperação de Áreas Degradadas	400.002,00	188.432,98	(225.500,00)	178.071,59	0,04	10.361,39		178.071,59	0,04	10.361,39	
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia	**3.900,00**	**19.455,08**		**18.554,92**		**900,16**	**18.554,92**	**18.554,92**		**900,16**	
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	3.900,00	19.455,08		18.554,92		900,16	18.554,92	18.554,92		900,16	
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Agricultura	**10.526.747,99**	**15.342.241,26**	**437.244,11**	**14.231.860,53**	**3,06**	**1.110.380,73**	**1.405.814,39**	**13.733.718,78**	**3,06**	**1.608.522,48**	**498.141,75**
Abastecimento	2.319.904,00	2.574.290,47	(65.063,02)	2.361.891,53	0,51	212.398,94	447.763,30	2.236.581,80	0,50	337.708,67	125.309,73
Extensão Rural	8.141.643,99	12.767.750,77	502.307,13	11.869.969,00	2,55	897.781,77	958.051,09	11.497.136,98	2,56	1.270.613,79	372.832,02
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
Administração Geral											
Demais Subfunções	65.200,00	200,02				200,02				200,02	
Organização Agrária											
Reforma Agrária											
Colonização											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Indústria											
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	**4.779.603,00**	**8.009.143,70**	**494.663,01**	**8.008.552,84**	**1,72**	**590,86**	**300.448,51**	**7.458.388,40**	**1,66**	**550.755,30**	**550.164,44**
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo	4.779.603,00	8.009.143,70	494.663,01	8.008.552,84	1,72	590,86	300.448,51	7.458.388,40	1,66	550.755,30	550.164,44
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comunicações											
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Energia	**5.760.000,00**	**5.982.971,24**	**(100.873,18)**	**5.887.540,97**	**1,27**	**95.430,27**	**744.818,95**	**5.424.602,62**	**1,21**	**558.368,62**	**462.938,35**
Conservação de Energia											
Energia Elétrica	5.760.000,00	5.982.971,24	(100.873,18)	5.887.540,97	1,27	95.430,27	744.818,95	5.424.602,62	1,21	558.368,62	462.938,35
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Transporte	**100.000,00**	**19.998,02**		**19.998,00**		**0,02**				**19.998,02**	**19.998,00**
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário	100.000,00	19.998,02		19.998,00		0,02				19.998,02	19.998,00
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
Administração Geral											

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - ES **STN/SICONFI**

RELATÓRIO DE DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL

2024 - 6º Bimestre

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo (c) = (a - b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e) = (a - d)	Inscritas em resto a pagar Não processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)		No Período	Até Período (d)	% (b/ total d)		
Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	**3.634.633,00**	**7.568.534,22**	**549.197,99**	**7.479.298,26**	**1,61**	**89.235,96**	**925.436,59**	**7.415.193,21**	**1,65**	**153.341,01**	**64.105,05**
Desporto de Rendimento	300.000,00	469.188,01		469.188,00	0,10	0,01	70.500,00	469.188,00	0,10	0,01	
Desporto Comunitário	2.067.633,00	3.571.208,03	526.639,00	3.481.972,09	0,75	89.235,94	764.542,36	3.417.867,04	0,76	153.340,99	64.105,05
Lazer	1.267.000,00	3.528.138,18	22.558,99	3.528.138,17	0,76	0,01	90.394,23	3.528.138,17	0,79	0,01	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Encargos Especiais	**9.218.650,20**	**11.983.551,85**	**2.500.101,59**	**11.906.251,76**	**2,56**	**77.300,09**	**3.334.464,94**	**11.498.702,94**	**2,56**	**484.848,91**	**407.548,82**
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna	3.278.280,20	3.178.280,20	529.713,20	3.178.279,20	0,68	1,00	529.713,20	3.178.279,20	0,71	1,00	
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais	5.940.370,00	8.805.271,65	1.970.388,39	8.727.972,56	1,88	77.299,09	2.804.751,74	8.320.423,74	1,85	484.847,91	407.548,82
Transferências para a Educação Básica											
Demais Subfunções											
Reserva de Contigência	**50.000,00**										
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	**13.103.875,04**	**13.303.222,26**	**2.457.582,72**	**13.132.833,93**	**2,82**	**170.388,33**	**2.615.913,18**	**13.132.833,93**	**2,93**	**170.388,33**	
TOTAL (III) = (I + II)	**400.658.331,23**	**493.035.285,13**	**66.318.862,89**	**465.345.961,42**	**100,00**	**27.689.323,71**	**91.300.837,92**	**448.783.215,93**	**100,00**	**44.252.069,20**	**16.562.745,49**

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - ES **STN/SICONFI**

RELATÓRIO DE DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL

2024 - 6º Bimestre

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo (c) = (a - b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e) = (a - d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/ total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/III d)		
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	**13.103.875,04**	**13.303.222,26**	**2.457.582,72**	**13.132.833,93**	**2,82**	**170.388,33**	**2.615.913,18**	**13.132.833,93**	**2,93**	**170.388,33**	
Legislativa	**620.000,00**	**582.422,97**	**(24.635,83)**	**575.364,17**	**0,12**	**7.058,80**	**133.694,62**	**575.364,17**	**0,13**	**7.058,80**	
Ação Legislativa	620.000,00	582.422,97	(24.635,83)	575.364,17	0,12	7.058,80	133.694,62	575.364,17	0,13	7.058,80	
Controle Externo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Judiciária											
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Essencial à Justiça	**18.502,00**	**21.475,75**	**3.788,05**	**21.474,75**		**1,00**	**3.788,05**	**21.474,75**		**1,00**	
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial	18.502,00	21.475,75	3.788,05	21.474,75		1,00	3.788,05	21.474,75		1,00	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Administração	**2.487.504,00**	**2.439.776,72**	**464.215,83**	**2.392.937,59**	**0,51**	**46.839,13**	**464.215,84**	**2.392.937,59**	**0,53**	**46.839,13**	
Planejamento e Orçamento	37.600,00	20.974,13	4.291,22	20.974,13			4.291,22	20.974,13			
Administração Geral	2.293.303,00	2.284.031,92	432.710,09	2.242.367,34	0,48	41.664,58	432.710,10	2.242.367,34	0,50	41.664,58	
Administração Financeira											
Controle Interno	18.200,00	16.651,00	2.462,82	13.789,55		2.861,45	2.462,82	13.789,55		2.861,45	
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação	12.700,00	12.757,33	2.542,00	12.757,33			2.542,00	12.757,33			
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social	1,00	1,00				1,00				1,00	
Demais Subfunções	125.700,00	105.361,34	22.209,70	103.049,24	0,02	2.312,10	22.209,70	103.049,24	0,02	2.312,10	
Defesa Nacional											
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Segurança Pública	**759.500,00**	**775.227,43**	**166.396,75**	**775.227,42**	**0,17**	**0,01**	**166.396,75**	**775.227,42**	**0,17**	**0,01**	
Policiamento	730.700,00	746.371,08	160.968,01	746.371,08	0,16		160.968,01	746.371,08	0,17		
Defesa Civil	28.800,00	28.856,35	5.428,74	28.856,34	0,01	0,01	5.428,74	28.856,34	0,01	0,01	
Informação e Inteligência											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Assistência Social	**22.103,00**	**29.196,99**	**5.954,19**	**26.262,47**	**0,01**	**2.934,52**	**5.954,19**	**26.262,47**	**0,01**	**2.934,52**	
Assistência ao Idoso											
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente	1,00	6.698,44	1.547,90	6.697,42		1,02	1.547,90	6.697,42		1,02	
Assistência Comunitária	21.601,00	21.997,55	4.406,29	19.565,05		2.432,50	4.406,29	19.565,05		2.432,50	
Serviços Socioassistenciais											
Segurança de Renda											
Administração Geral	1,00	1,00				1,00				1,00	
Demais Subfunções	500,00	500,00				500,00				500,00	
Previdência Social	**50,00**	**50,00**				**50,00**				**50,00**	
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário											

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - ES **STN/SICONFI**

RELATÓRIO DE DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL

2024 - 6º Bimestre

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo (c) = (a - b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e) = (a - d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/ total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/III d)		
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
Administração Geral	50,00	50,00				50,00				50,00	
Demais Subfunções											
Saúde	**3.895.888,04**	**4.521.389,52**	**858.044,88**	**4.422.556,81**	**0,95**	**98.832,71**	**858.044,88**	**4.422.556,81**	**0,99**	**98.832,71**	
Atenção Básica	2.514.096,53	2.855.610,02	503.616,59	2.792.189,79	0,60	63.420,23	503.616,59	2.792.189,79	0,62	63.420,23	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	462.576,45	505.805,38	89.089,10	483.313,56	0,10	22.491,82	89.089,10	483.313,56	0,11	22.491,82	
Suporte Profilático e Terapêutico	33.339,06	36.959,09	6.783,69	36.959,09	0,01		6.783,69	36.959,09	0,01		
Vigilância Sanitária	347.286,98	409.911,10	73.996,54	404.691,89	0,09	5.219,21	73.996,54	404.691,89	0,09	5.219,21	
Vigilância Epidemiológica	175.113,71	183.956,61	39.639,73	182.174,81	0,04	1.781,80	39.639,73	182.174,81	0,04	1.781,80	
Alimentação e Nutrição											
Administração Geral	363.475,31	529.147,32	144.919,23	523.227,67	0,11	5.919,65	144.919,23	523.227,67	0,12	5.919,65	
Demais Subfunções											
Trabalho	**5.321,00**	**5.005,78**	**807,08**	**5.005,78**			**807,08**	**5.005,78**			
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho	5.321,00	5.005,78	807,08	5.005,78			807,08	5.005,78			
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Educação	**5.197.103,00**	**4.832.432,50**	**961.604,39**	**4.817.764,31**	**1,04**	**14.668,19**	**961.604,39**	**4.817.764,31**	**1,07**	**14.668,19**	
Ensino Fundamental	2.649.001,00	2.393.594,78	474.384,83	2.393.305,87	0,51	288,91	474.384,83	2.393.305,87	0,53	288,91	
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil	1.863.800,00	1.712.331,37	322.921,78	1.698.124,64	0,36	14.206,73	322.921,78	1.698.124,64	0,38	14.206,73	
Educação de Jovens e Adultos	94.801,00	134.391,87	45.826,96	134.220,30	0,03	171,57	45.826,96	134.220,30	0,03	171,57	
Educação Especial	190.901,00	161.770,53	27.696,42	161.770,45	0,03	0,08	27.696,42	161.770,45	0,04	0,08	
Educação Básica											
Administração Geral	398.600,00	430.343,95	90.774,40	430.343,05	0,09	0,90	90.774,40	430.343,05	0,10	0,90	
Demais Subfunções											
Cultura	**91.300,00**	**94.461,60**	**21.407,38**	**94.461,39**	**0,02**	**0,21**	**21.407,38**	**94.461,39**	**0,02**	**0,21**	
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural	54.400,00	50.334,52	11.857,33	50.334,31	0,01	0,21	11.857,33	50.334,31	0,01	0,21	
Administração Geral	36.900,00	44.127,08	9.550,05	44.127,08	0,01		9.550,05	44.127,08	0,01		
Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania											
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Urbanismo											
Infra-Estrutura Urbana											
Serviços Urbanos											
Transportes Coletivos Urbanos											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Habitação											
Habitação Rural											
Habitação Urbana											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saneamento											
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Gestão Ambiental											
Preservação e Conservação Ambiental											

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO DE DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
2024 - 6º Bimestre
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo (c) = (a - b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e) = (a - d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/ total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/III d)		
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia											
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Agricultura	**6.602,00**	**1.782,00**		**1.779,24**		**2,76**		**1.779,24**		**2,76**	
Abastecimento	1,00	1,00				1,00				1,00	
Extensão Rural	6.601,00	1.781,00		1.779,24		1,76		1.779,24		1,76	
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Organização Agrária											
Reforma Agrária											
Colonização											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Indústria											
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comércio e Serviços											
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comunicações											
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Energia											
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Transporte											
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
Administração Geral											

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - ES **STN/SICONFI**

RELATÓRIO DE DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL

2024 - 6º Bimestre

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo (c) = (a - b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e) = (a - d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/ total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/III d)		
Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	**1,00**										
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário	1,00										
Lazer											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Encargos Especiais	**1,00**	**1,00**				**1,00**				**1,00**	
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna	1,00	1,00				1,00				1,00	
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
Demais Subfunções											
Reserva de Contigência											

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: GABINETE DO PREFEITO, Emissão:28/01/2025 13:35:24

LEONARDO ANTONIO ABRANTES
068.593.547-71
Prefeito(a)

SANDRO AZEVEDO ALPOHIM
020.218.217-73
Secretário(a) Municipal de Fazenda

ARACELI ZORZANELLI
/ -
Contador(a)

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - ES STN/SICONFI

RELATÓRIO DE DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2024 - 6º Bimestre

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2024
	Jan/2024	Fev/2024	Mar/2024	Abr/2024	Mai/2024	Jun/2024	Jul/2024	Ago/2024	Set/2024	Out/2024	Nov/2024	Dez/2024		
RECEITAS CORRENTES (I)	**38.587.901,82**	**37.384.183,65**	**36.629.527,61**	**39.493.116,69**	**40.452.056,23**	**37.486.804,79**	**40.441.397,54**	**40.234.721,95**	**44.073.533,43**	**37.518.174,72**	**38.037.241,23**	**43.365.973,48**	**473.704.633,14**	**450.621.785,97**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.828.843,69	4.759.050,10	5.322.433,09	5.941.584,95	5.219.336,16	5.878.801,30	6.243.236,24	5.610.231,23	12.157.258,09	5.620.748,02	5.677.755,94	6.339.503,69	73.598.782,50	62.832.481,34
IPTU	278.095,36	226.331,16	296.619,63	262.979,86	327.226,72	305.687,85	484.709,10	420.374,00	6.822.502,58	399.339,07	308.220,64	391.512,67	10.523.598,64	8.304.557,95
ISS	3.389.870,20	2.977.345,73	3.261.710,73	3.551.501,90	3.402.255,69	3.803.488,70	3.613.972,56	3.389.323,53	3.250.309,64	3.146.433,61	3.197.879,18	3.548.289,01	40.532.380,48	38.780.919,93
ITBI	119.291,84	508.308,03	465.658,81	538.464,67	270.629,77	235.752,24	366.705,18	229.580,67	304.957,41	406.496,05	205.145,54	238.943,14	3.889.933,35	2.922.578,13
IRRF	826.053,10	822.221,33	1.020.797,40	1.321.517,65	1.046.088,47	1.251.919,36	1.292.253,20	1.238.886,77	1.245.829,72	1.530.525,06	1.443.632,90	1.626.102,57	14.665.827,53	12.088.283,17
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	215.533,19	224.843,85	277.646,52	267.120,87	173.135,51	281.953,15	485.596,20	332.066,26	533.658,74	137.954,23	522.877,68	534.656,30	3.987.042,50	736.142,16
Contribuições	1.195.836,02	1.342.506,56	1.285.176,29	1.364.987,58	1.351.780,90	1.380.956,19	1.376.922,25	1.338.343,27	1.287.592,35	1.397.860,25	1.447.581,24	1.489.497,44	16.259.040,34	14.458.400,00
Receita Patrimonial	473.352,27	470.435,47	486.692,82	543.997,29	526.510,20	508.798,29	558.312,12	511.353,85	448.966,03	547.724,26	404.095,56	542.002,62	6.022.240,78	4.324.749,90
Rendimentos de Aplicação Financeira	461.203,14	455.831,44	479.316,16	532.419,67	517.274,90	500.637,54	548.874,60	504.550,95	440.776,68	540.231,76	394.975,37	531.595,45	5.907.687,66	4.204.749,90
Outras Receitas Patrimoniais	12.149,13	14.604,03	7.376,66	11.577,62	9.235,30	8.160,75	9.437,52	6.802,90	8.189,35	7.492,50	9.120,19	10.407,17	114.553,12	120.000,00
Receita Agropecuária														
Receita Industrial														
Receita de Serviços														
Transferências Correntes	31.712.482,99	30.441.012,57	29.154.389,96	31.035.335,48	33.305.573,18	30.124.387,84	32.221.554,69	32.752.069,28	30.163.550,03	29.932.733,00	30.079.229,56	34.656.174,71	375.578.493,29	367.703.054,73
Cota-Parte do FPM	3.173.690,84	4.315.429,22	2.690.433,43	2.821.871,25	3.282.887,45	3.525.273,76	3.819.934,20	2.988.230,86	3.111.824,19	2.602.992,41	3.331.949,12	5.374.873,89	41.039.390,62	38.128.840,01
Cota-Parte do ICMS	18.933.388,87	15.857.797,70	16.021.500,49	18.848.137,95	17.946.458,63	19.279.102,48	19.982.194,02	18.992.979,79	18.218.547,28	18.711.667,44	19.025.585,04	18.873.083,50	220.690.443,19	214.985.978,99
Cota-Parte do IPVA	210.658,28	195.099,21	249.698,86	1.442.200,16	439.803,60	334.152,02	323.524,91	307.435,25	322.419,03	269.643,34	96.823,47	289.028,16	4.480.486,29	3.600.000,00
Cota-Parte do ITR	3.227,75	1.497,88	1.637,41	1.560,81	454,23	231,89	724,84	477,57	3.962,45	352.391,27	5.982,79	1.312,14	373.461,03	400.000,00
Transferências da LC 61/1989	171.708,61	178.586,26	209.806,29	181.440,29	155.550,55	239.969,40	212.112,37	287.058,87	313.353,76	212.745,37	236.260,63	122.242,02	2.520.834,42	1.500.000,00
Transferências do FUNDEB	3.718.571,58	3.377.991,28	3.594.034,43	3.864.805,24	3.622.937,43	4.414.696,68	3.917.205,38	3.804.341,43	3.167.500,64	4.064.775,68	3.646.081,23	4.422.160,21	45.615.101,21	45.139.472,44
Outras Transferências Correntes	5.501.237,06	6.514.611,02	6.387.279,05	3.875.319,78	7.857.481,29	2.330.961,61	3.965.858,97	6.371.545,51	5.025.942,68	3.718.517,49	3.736.547,28	5.573.474,79	60.858.776,53	63.948.763,29
Outras Receitas Correntes	377.386,85	371.178,95	380.835,45	607.211,39	48.855,79	(406.138,83)	41.372,24	22.724,32	16.166,93	19.109,19	428.578,93	338.795,02	2.246.076,23	1.303.100,00
DEDUÇÕES (II)	**5.370.433,78**	**4.976.485,35**	**4.698.722,83**	**5.532.773,54**	**5.286.138,95**	**5.602.741,82**	**5.501.741,38**	**5.412.408,45**	**5.128.391,04**	**5.471.908,02**	**5.537.360,98**	**5.992.652,52**	**64.511.758,66**	**56.103.778,33**
Contribuição do Servidor para o Plano de Previdência	762.061,91	861.405,10	847.812,67	864.801,67	896.738,38	922.602,94	936.725,78	893.571,67	864.334,10	987.887,66	998.028,59	1.073.901,69	10.909.872,16	8.958.400,00
Compensação Financeira entre Regimes de Previdência	78.065,50	3.047,67	15.198,01	3.298,06	22.726,59	3.500,23	3.500,23	3.500,23	3.500,23	3.500,23		313.616,14	453.453,12	1.100,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	13.143,98	2.082,04	682,77							49.754,58			65.663,37	300,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	4.517.162,39	4.109.950,54	3.835.029,38	4.664.673,81	4.366.673,98	4.676.638,65	4.561.515,37	4.515.336,55	4.260.556,71	4.430.765,55	4.539.332,39	4.605.134,69	53.082.770,01	47.143.978,33
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	**33.217.468,04**	**32.407.698,30**	**31.930.804,78**	**33.960.343,15**	**35.165.917,28**	**31.884.062,97**	**34.939.656,16**	**34.822.313,50**	**38.945.142,39**	**32.046.266,70**	**32.499.880,25**	**37.373.320,96**	**409.192.874,48**	**394.518.007,64**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1°, da CF) (IV)							200.000,00					200.000,00	400.000,00	200.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	**33.217.468,04**	**32.407.698,30**	**31.930.804,78**	**33.960.343,15**	**35.165.917,28**	**31.884.062,97**	**34.739.656,16**	**34.822.313,50**	**38.945.142,39**	**32.046.266,70**	**32.499.880,25**	**37.173.320,96**	**408.792.874,48**	**394.318.007,64**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)														
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)(VII)	213.014,00	187.934,00	187.934,00	187.934,00	187.934,00	187.934,00	187.934,00	187.934,00	187.934,00	187.934,00	187.934,00	375.868,00	2.468.222,00	2.153.023,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)														
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	**33.004.454,04**	**32.219.764,30**	**31.742.870,78**	**33.772.409,15**	**34.977.983,28**	**31.696.128,97**	**34.551.722,16**	**34.634.379,50**	**38.757.208,39**	**31.858.332,70**	**32.311.946,25**	**36.797.452,96**	**406.324.652,48**	**392.164.984,64**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: GABINETE DO PREFEITO, Emissão: 28/01/2025 13:41:17

SANDRO AZEVEDO ALPOHIM
020.218.217-73
Secretário(a) Municipal de Fazenda

ARACELI ZORZANELLI
/ -
Contador(a)

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - ES **STN/SICONFI**

RELATÓRIO DE DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2024 - 6º Bimestre

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) Em Reais

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
RECEITAS CORRENTES (I)	**12.000.000,00**	13.927.221,48
Receita de Contribuições dos Segurados	5.505.875,00	6.636.776,43
Ativo	5.500.025,00	6.623.591,51
Inativo	5.800,00	13.184,92
Pensionista	50,00	
Receita de Contribuições Patronais	6.493.925,00	7.240.690,47
Ativo	6.493.925,00	7.240.690,47
Inativo		
Pensionista		
Receita Patrimonial	100,00	49.754,58
Receitas Imobiliárias		
Receitas de Valores Mobiliários	100,00	49.754,58
Outras Receitas Patrimoniais		
Receita de Serviços		
Outras Receitas Correntes	100,00	
Compensação Financeira entre os Regimes	100,00	
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)		
Demais Receitas Correntes		
RECEITAS DE CAPITAL (III)		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		
Amortização de Empréstimos		
Outras Receitas de Capital		
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	**12.000.000,00**	**13.927.221,48**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Benefícios	**2.347.000,00**	**1.865.909,74**	**1.865.909,74**	1.865.909,74	
Aposentadorias	1.548.000,00	1.423.681,37	1.423.681,37	1.423.681,37	
Pensões por Morte	799.000,00	442.228,37	442.228,37	442.228,37	
Outras Despesas Previdenciárias	153.000,00	6.336,88	6.336,88	6.336,88	
Compensação Financeira entre os Regimes	50.000,00				
Demais Despesas Previdenciárias	103.000,00	6.336,88	6.336,88	6.336,88	
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	**2.500.000,00**	**1.872.246,62**	**1.872.246,62**	**1.872.246,62**	
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV – V)²	**9.500.000,00**	**12.054.974,86**	**12.054.974,86**	**12.054.974,86**	**13.927.221,48**

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	9.500.000,00

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
Investimentos e Aplicações	227.023.538,48
Outros Bens e Direitos	(53.291,57)

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
RECEITAS CORRENTES (VII)	6.700.000,00	8.649.391,71
Receita de Contribuições dos Segurados	3.452.525,00	4.183.731,98
Ativo	3.250.025,00	3.935.477,15
Inativo	195.000,00	240.299,97
Pensionista	7.500,00	7.954,86
Receita de Contribuições Patronais	3.246.375,00	3.982.510,58
Ativo	3.246.375,00	3.982.510,58
Inativo		
Pensionista		
Receita Patrimonial	100,00	15.024,47
Receitas Imobiliárias		
Receitas de Valores Mobiliários	100,00	15.024,47
Outras Receitas Patrimoniais		
Receita de Serviços		
Outras Receitas Correntes	1.000,00	468.124,68
Compensação Financeiras entre os Regimes	1.000,00	453.453,12

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO DE DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2024 - 6º Bimestre
RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) Em Reais

Demais Receitas Correntes		14.671,56
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		
Amortização de Empréstimos		
Outras Receitas de Capital		
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	**6.700.000,00**	**8.649.391,71**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Benefícios	25.928.114,40	25.928.114,35	25.928.114,35	25.928.114,35	
Aposentadorias	23.349.491,02	23.349.490,97	23.349.490,97	23.349.490,97	
Pensões por Morte	2.578.623,38	2.578.623,38	2.578.623,38	2.578.623,38	
Outras Despesas Previdenciárias	33.411,28	33.411,28	33.411,28	33.411,28	
Compensação Previdenciária entre os Regimes	1.078,93	1.078,93	1.078,93	1.078,93	
Demais Despesas Previdenciárias	32.332,35	32.332,35	32.332,35	32.332,35	
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	**25.961.525,68**	**25.961.525,63**	**25.961.525,63**	**25.961.525,63**	
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX – X)²	**(19.261.525,68)**	**(17.312.133,92)**	**(17.312.133,92)**	**(17.312.133,92)**	

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	7.893.420,69
Recursos para Formação de Reserva	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.034.853,70
Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	927.034,21

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
Receitas Correntes	1.600.100,00	1.527.977,75
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	**1.600.100,00**	**1.527.977,75**

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	1.567.100,00	1.284.118,06	1.284.118,06	1.284.118,06	
Pessoal e Encargos Sociais	1.027.150,00	897.969,73	897.969,73	897.969,73	
Demais Despesas Correntes	539.950,00	386.148,33	386.148,33	386.148,33	
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	33.000,00	5.250,00	5.250,00	5.250,00	
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	**1.600.100,00**	**1.289.368,06**	**1.289.368,06**	**1.289.368,06**	
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)		**238.609,69**	**238.609,69**	**238.609,69**	**1.527.977,75**

BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	998.951,81
Investimentos e Aplicações	
Outros Bens e Direitos	

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
Contribuições dos Servidores		
Demais Receitas Previdenciárias		
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)		

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS Até o Bimestre (g)
Aposentadorias					
Pensões					
Outras Despesas Previdenciárias					
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)					
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)2					

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO DE DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2024 - 6º Bimestre
RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) Em Reais

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: GABINETE DO PREFEITO, Emissão:28/01/2025 13:42:29

LEONARDO ANTONIO ABRANTES
068.593.547-71
Prefeito(a)

SANDRO AZEVEDO ALPOHIM
020.218.217-73
Secretário(a) Municipal de Fazenda

ARACELI ZORZANELLI
/ -
Contador(a)

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - ES **STN/SICONFI**

RELATÓRIO DE DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2024 - 6º Bimestre

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) Em Reais

ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Período RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	**394.518.007,64**	**409.175.927,89**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	62.832.481,34	73.598.782,50
IPTU	8.304.557,95	10.523.598,64
ISS	38.780.919,93	40.532.380,48
ITBI	2.922.578,13	3.889.933,35
IRRF	12.088.283,17	14.665.827,53
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	736.142,16	3.987.042,50
Contribuições	5.500.000,00	5.349.168,18
Receita Patrimonial	4.324.449,90	5.956.577,41
Aplicações Financeiras (II)	4.204.449,90	5.842.024,29
Outras Receitas Patrimoniais	120.000,00	114.553,12
Transferências Correntes	320.559.076,40	322.495.723,28
Cota-Parte do FPM	31.065.032,48	33.599.565,42
Cota-Parte do ICMS	176.005.808,19	176.539.972,64
Cota-Parte do IPVA	2.880.000,00	3.587.820,08
Cota-Parte do ITR	320.000,00	298.768,97
Transferências da LC 61/1989	1.200.000,00	2.016.667,64
Transferências do FUNDEB	45.139.472,44	45.615.101,21
Outras Transferências Correntes	63.948.763,29	60.837.827,32
Demais Receitas Correntes	1.302.000,00	1.775.676,52
Outras Receitas Financeiras (III)	5.000,00	
Receitas Correntes Restantes	1.297.000,00	1.775.676,52
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	**390.308.557,74**	**403.333.903,60**
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	**20.299.800,00**	**24.021.980,98**
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	**300,00**	**82.609,96**
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	**35.874.960,54**	**26.527.044,88**
Operações de Crédito (VIII)		
Amortização de Empréstimos (IX)		
Alienação de Bens	6.604.031,67	8.008.168,45
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)		
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)		
Outras Alienações de Bens	6.604.031,67	8.008.168,45
Transferências de Capital	29.270.928,87	18.518.876,43
Convênios	21.441.764,78	11.224.009,88
Outras Transferências de Capital	7.829.164,09	7.294.866,55
Outras Receitas de Capital		
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)		
Outras Receitas de Capital Primárias		
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	**35.874.960,54**	**26.527.044,88**
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)		
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)		
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	**446.483.318,28**	**453.882.929,46**
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	**426.183.518,28**	**429.860.948,48**

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Período					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RP PROC PAGOS (b)	RP NÃO PROC	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	**392.914.593,11**	**389.416.685,56**	**375.186.516,57**	**372.118.079,65**	**1.892.542,47**	**10.184.028,60**	**10.182.773,05**
Pessoal e Encargos Sociais	194.544.930,37	196.815.050,82	196.390.936,63	194.512.951,23	1.650.029,07	218.127,10	218.127,10
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	1,00						
Outras Despesas Correntes	198.369.661,74	192.601.634,74	178.795.579,94	177.605.128,42	242.513,40	9.965.901,50	9.964.645,95
Transferências Constitucionais e Legais							
Demais Despesas Correntes	198.369.661,74	192.601.634,74	178.795.579,94	177.605.128,42	242.513,40	9.965.901,50	9.964.645,95
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	**392.914.592,11**	**389.416.685,56**	**375.186.516,57**	**372.118.079,65**	**1.892.542,47**	**10.184.028,60**	**10.182.773,05**
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	**22.135.400,77**	**21.224.665,40**	**21.224.665,40**	**21.224.665,40**	**7.943,52**		
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)							
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	**74.016.743,15**	**54.699.360,46**	**52.366.783,96**	**52.044.178,14**	**503.122,08**	**2.747.965,41**	**2.747.965,41**
Investimentos	70.838.463,95	51.521.081,26	49.188.504,76	48.865.898,94	503.122,08	2.747.965,41	2.747.965,41
Inversões Financeiras							
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)							
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)							
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)							
Demais Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida (XXVII)	3.178.279,20	3.178.279,20	3.178.279,20	3.178.279,20			
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	**70.838.463,95**	**51.521.081,26**	**49.188.504,76**	**48.865.898,94**	**503.122,08**	**2.747.965,41**	**2.747.965,41**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)							
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	33.000,00	5.250,00	5.250,00	5.250,00			
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)							
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	**485.921.456,83**	**462.167.682,22**	**445.604.936,73**	**442.213.893,99**	**2.403.608,07**	**12.931.994,01**	**12.930.738,46**
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	**463.753.056,06**	**440.937.766,82**	**424.375.021,33**	**420.983.978,59**	**2.395.664,55**	**12.931.994,01**	**12.930.738,46**

RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]	(3.665.311,06)
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]	(6.449.433,12)

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

JUROS NOMINAIS	Até o Período VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	5.842.024,29
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	670,57

RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	**(608.079,40)**

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - ES **STN/SICONFI**

RELATÓRIO DE DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2024 - 6º Bimestre

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) Em Reais

CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2023 (a)	Até o Período (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	10.225.226,81	7.046.947,61
DEDUÇÕES (XL)	51.401.583,87	43.210.693,87
Disponibilidade de Caixa	51.379.110,79	43.188.220,79
Disponibilidade de Caixa Bruta	57.294.617,85	54.079.537,44
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	3.673.551,86	7.951.385,20
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.241.955,20	2.939.931,45
Demais Haveres Financeiros	22.473,08	22.473,08
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	(41.176.357,06)	(36.163.746,26)

RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)	**(5.012.610,80)**

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Período
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	4.277.833,34
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	
OUTROS AJUSTES (XLIX)	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV + XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLIX)]	**(734.777,46)**

RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	(6.576.131,18)

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	**33.987.213,86**
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	33.987.213,86
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	**9.500.000,00**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: GABINETE DO PREFEITO, Emissão:28/01/2025 13:44:44

LEONARDO ANTONIO ABRANTES
068.593.547-71
Prefeito(a)

SANDRO AZEVEDO ALPOHIM
020.218.217-73
Secretário(a) Municipal de Fazenda

ARACELI ZORZANELLI
/ -
Contador(a)

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - ES STN/SICONFI

RELATÓRIO DE DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2024 - 6º Bimestre

RREO - Anexo 7 (LRF, art 53, inciso V) R$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	Saldo Total
	Em exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2023				Em exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2023					
	(a)	(b)	(c)	(d)	e = (a+b) - (c+d)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j)	k = (f+g) - (i+j)	L = (e + k)
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	**1.182.004,28**	**1.649.342,90**	**1.559.303,96**	**122.408,31**	**1.149.634,91**	**161.504,13**	**14.574.173,94**	**12.931.994,01**	**12.930.738,46**	**1.802.751,52**	**2.188,09**	**1.151.823,00**
EXECUTIVO	1.182.004,28	1.584.465,31	1.494.426,37	122.408,31	1.149.634,91	161.504,13	14.556.340,45	12.914.160,52	12.912.904,97	1.802.751,52	2.188,09	1.151.823,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA	0,00	296.345,52	296.345,52	0,00	0,00	1.550,00	2.787.045,07	2.375.473,20	2.374.217,65	413.121,87	1.255,55	1.255,55
INSTITUTO DE PREV. DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE ANCHIETA	0,00	7.943,52	7.943,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA	1.182.004,28	1.280.176,27	1.190.137,33	122.408,31	1.149.634,91	159.954,13	11.769.295,38	10.538.687,32	10.538.687,32	1.389.629,65	932,54	1.150.567,45
LEGISLATIVO	0,00	64.877,59	64.877,59	0,00	0,00	0,00	17.833,49	17.833,49	17.833,49	0,00	0,00	0,00
CAMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA	0,00	64.877,59	64.877,59	0,00	0,00	0,00	17.833,49	17.833,49	17.833,49	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	**0,00**	**850.148,20**	**844.304,11**	**5.844,09**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
EXECUTIVO	0,00	850.148,20	844.304,11	5.844,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA	0,00	304.377,06	298.533,01	5.844,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA	0,00	545.771,14	545.771,10	0,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	**1.182.004,28**	**2.499.491,10**	**2.403.608,07**	**128.252,40**	**1.149.634,91**	**161.504,13**	**14.574.173,94**	**12.931.994,01**	**12.930.738,46**	**1.802.751,52**	**2.188,09**	**1.151.823,00**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: GABINETE DO PREFEITO, Emissão: 28/01/2025 13:50:08

SANDRO AZEVEDO ALPOHIM
020.218.217-73
Secretário(a) Municipal de Fazenda

ARACELI ZORZANELLI
/ -
Contador(a)

Protocolo 1480790

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - ES **STN/SICONFI**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2024 - 6º Bimestre

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	**62.096.339,18**	**69.611.740,00**
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	8.304.557,95	10.523.598,64
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	2.922.578,13	3.889.933,35
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	38.780.919,93	40.532.380,48
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	12.088.283,17	14.665.827,53
2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**258.659.929,00**	**269.192.211,93**
2.1 - Cota-Parte FPM	38.128.840,01	41.039.390,62
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	36.120.000,00	37.199.128,19
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d e e	2.008.840,01	3.840.262,43
2.2 - Cota-Parte ICMS	214.985.978,99	220.690.443,19
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	1.500.000,00	2.520.834,42
2.4 - Cota-Parte ITR	400.000,00	373.461,03
2.5 - Cota-Parte IPVA	3.600.000,00	4.480.486,29
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	45.110,00	87.596,38
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	**320.756.268,18**	**338.803.951,93**

4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	**47.143.978,33**	**53.082.770,01**
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6)	**28.858.849,25**	**31.630.598,09**

FUNDEB

RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	**45.422.598,04**	**46.025.155,41**
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	44.682.814,64	44.828.246,17
6.1.1- Principal	44.362.760,56	44.418.191,97
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	320.054,08	410.054,20
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF		
6.2.1- Principal		
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira		
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT		
6.3.1- Principal		
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira		
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	739.783,40	1.196.909,24
6.4.1- Principal	739.783,40	1.196.909,24
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira		
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 - 4)[1]	**(2.781.217,77)**	**(8.664.578,04)**

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	**1.981.358,55**
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	1.984.454,21
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	(3.095,66)
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	**48.006.513,96**

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB - (Por Subfunção) 6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	**48.225.878,85**	**48.213.917,50**	**48.000.017,93**	**47.640.832,31**	**213.899,57**
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	46.997.355,85	46.986.291,02	46.772.391,45	46.413.205,83	213.899,57
10.1.1 - Educação Infantil	17.423.449,50	17.414.658,25	17.414.658,25	17.271.660,66	
10.1.2- Ensino Fundamental	26.320.624,12	26.319.125,40	26.105.225,83	25.907.175,89	213.899,57
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos					
10.1.4- Educação Especial	2.237.558,33	2.236.783,52	2.236.783,52	2.224.718,74	
10.1.5- Administração Geral	1.015.723,90	1.015.723,85	1.015.723,85	1.009.650,54	
10.2- OUTRAS DESPESAS	1.228.523,00	1.227.626,48	1.227.626,48	1.227.626,48	
10.2.1- Educação Infantil	905.109,64	904.213,12	904.213,12	904.213,12	
10.2.2- Ensino Fundamental	282.263,36	282.263,36	282.263,36	282.263,36	
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos					
10.2.4- Educação Especial	27.650,00	27.650,00	27.650,00	27.650,00	
10.2.5- Administração Geral	13.500,00	13.500,00	13.500,00	13.500,00	
10.2.6- Transporte (Escolar)					
10.2.7- Outras					

INDICADORES DO FUNDEB

DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)	DESPESAS LIQUIDADAS / EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i) (i)
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	46.337.128,23	46.111.758,66	45.752.573,04	225.369,57		311.972,82
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	45.601.665,11	45.376.295,54	45.017.109,92	225.369,57		773.418,94
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF						
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT						
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	735.463,12	735.463,12	735.463,12			
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	45.093.516,05	44.879.616,48	44.520.430,86	213.899,57		
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL						
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL						

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - ES **STN/SICONFI**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2024 - 6º Bimestre

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal2	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15- MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA 16 - PERCENTUAL DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL (INDICADOR IEI) 17- MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL	31.379.772,32	45.093.516,05	44.879.616,48	100,11

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)3	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18- TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	4.602.515,54				

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)3	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DO SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	**3.925.676,36**	**1.847.765,36**	**1.892.775,01**	**-0,04**	**-45.009,61**	**0,00**
19.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	3.925.676,36	1.847.765,36	1.892.775,01	-0,04	-45.009,61	0,00
19.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB - (Por Área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	**52.972.158,01**	**52.878.567,24**	**51.203.304,08**	**50.394.898,96**	**1.675.263,16**
20.1- Educação Infantil	12.882.711,58	12.834.653,98	12.497.670,91	12.411.586,31	336.983,07
20.2- Ensino Fundamental	21.858.555,33	21.847.941,80	20.843.251,15	20.267.064,85	1.004.690,65
20.3- Educação de Jovens e Adultos	1.459.195,33	1.458.549,75	1.450.547,19	1.431.825,62	8.002,56
20.4- Educação Especial	8.914.780,63	8.913.204,07	8.900.501,16	8.837.818,36	12.702,91
20.5- Administração Geral	7.856.915,14	7.824.217,64	7.511.333,67	7.446.603,82	312.883,97
20.6- Transporte (Escolar)					0,00
20.7- Outras					0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB - (Por Área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	**101.214.325,57**	**101.108.470,44**	**99.207.837,71**	**98.040.246,97**	**1.900.632,73**
21.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	36.909.275,40	36.840.639,99	36.402.104,76	36.131.634,22	438.535,23
21.1.1- Creche	20.898.873,21	20.859.329,89	20.606.589,48	20.453.178,01	252.740,41
21.1.2- Pré-escola	16.010.402,19	15.981.310,10	15.795.515,28	15.678.456,21	185.794,82
21.2- ENSINO FUNDAMENTAL	64.305.050,17	64.267.830,45	62.805.732,95	61.908.612,75	1.462.097,50

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	52.878.567,24
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	53.082.770,01
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	
25- (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL = L19(x)	
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4	
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))	219.519,73
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27)	**105.741.817,52**

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL2 e 5	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	84.700.987,98	105.741.817,52	31,21

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE8	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	**2.662.205,55**	**1.752.229,34**	**2.241.932,56**	**219.519,73**	**200.753,26**
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	2.141.539,06	1.650.787,30	1.785.783,92	155.001,88	200.753,26
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	520.666,49	101.442,04	456.148,64	64.517,85	0,00
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)				0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**9.436.224,09**	**11.757.268,64**
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	3.337.060,00	4.316.040,65
31.1.1 - Salário-Educação	1.885.000,00	2.810.223,01
31.1.2 - PDDE		64,37
31.1.3 - PNAE	1.332.000,00	1.050.044,01
31.1.4 - PNATE	120.060,00	205.661,16
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE		250.048,10
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.970.000,00	1.582.897,99

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2024 - 6º Bimestre
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO		
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO		
31.5- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	4.129.164,09	5.858.330,00

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO - (Por Subfunção)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**30.434.067,30**	**29.634.215,61**	**28.421.205,39**	**28.322.873,61**	**1.213.010,22**
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	4.450.392,33	4.447.377,49	4.358.818,88	4.358.639,14	88.558,61
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	18.583.769,68	17.857.113,91	16.978.186,76	16.881.286,81	878.927,15
32.3- ENSINO MÉDIO					0,00
32.4- ENSINO SUPERIOR	1.606.756,01	1.599.270,22	1.599.270,22	1.599.270,22	0,00
32.5- ENSINO PROFISSIONAL	714.170,29	705.170,82	702.045,00	702.045,00	3.125,82
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS					0,00
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL	136.411,20	136.411,20	131.066,48	131.066,48	5.344,72
32.8- OUTRAS	4.942.567,79	4.888.871,97	4.651.818,05	4.650.565,96	237.053,92

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	**129.114.553,33**	**130.742.686,05**	**127.629.043,10**	**126.363.120,58**	**3.113.642,95**
33.1- Despesas Correntes	116.219.132,86	118.244.683,41	115.196.616,65	113.930.694,13	3.048.066,76
33.1.1- Pessoal Ativo	72.834.937,15	75.325.531,20	74.987.249,21	74.272.558,01	338.281,99
33.1.2- Pessoal Inativo					0,00
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	2.963.585,06	2.959.369,23	2.784.369,23	2.761.869,23	175.000,00
33.1.4- Outras Despesas Correntes	40.420.610,65	39.959.782,98	37.424.998,21	36.896.266,89	2.534.784,77
33.2- Despesas de Capital	12.895.420,47	12.498.002,64	12.432.426,45	12.432.426,45	65.576,19
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	700.200,00	699.321,00	699.321,00	699.321,00	0,00
33.2.2- Outras Despesas de Capital	12.195.220,47	11.798.681,64	11.733.105,45	11.733.105,45	65.576,19

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	2.947.969,54	384.898,80
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	46.025.155,41	2.810.223,01
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	48.101.496,65	3.054.188,23
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	871.628,30	140.933,58
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)		
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)		
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	871.628,30	140.933,58

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: GABINETE DO PREFEITO, Emissão:28/01/2025 15:47:10

LEONARDO ANTONIO ABRANTES
068.593.547-71
Prefeito(a)

SANDRO AZEVEDO ALPOHIM
020.218.217-73
Secretário(a) Municipal de Fazenda

ARACELI ZORZANELLI
/ -
Contador(a)

Protocolo 1480791

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - ES STN/SICONFI

RELATÓRIO DE DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2024 - 6º Bimestre

RREO – ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III) Em Reais

RECEITAS	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas (b)	Saldo (c) = (a - b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	**6.605.331,67**	**8.402.890,13**	**(1.797.558,46)**
Receita de Alienação de Bens Móveis	576.802,43		576.802,43
Receita de Alienação de Bens Imóveis	6.027.229,24	8.008.168,45	(1.980.939,21)
Receitas de Alienação de Bens Intangíveis			
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	1.300,00	394.721,68	(393.421,68)

DESPESAS	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas (e)	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas (f)	Despesas Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Pagamento de Restos a Pagar (g)	Saldo (h) = (d -e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	**8.606.559,73**	**7.927.992,71**	**7.757.375,44**	**7.757.375,44**		**149.723,04**	**678.567,02**
DESPESAS DE CAPITAL	8.606.559,73	7.927.992,71	7.757.375,44	7.757.375,44		149.723,04	678.567,02
Investimentos	8.606.559,73	7.927.992,71	7.757.375,44	7.757.375,44		149.723,04	678.567,02
Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida							
DESPESAS CORRENTES DO REGIME DE PREVIDÊNCIA							
Regime Próprio dos Servidores Públicos							

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2023 (i)	2024 (j) = (Ib - (IIf + IIg))	Saldo Atual (k) = (IIIi + IIIj)
VALOR (III)		**495.791,65**	**495.791,65**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: GABINETE DO PREFEITO, Emissão:28/01/2025 15:59:11

LEONARDO ANTONIO ABRANTES
068.593.547-71
Prefeito(a)

SANDRO AZEVEDO ALPOHIM
020.218.217-73
Secretário(a) Municipal de Fazenda

ARACELI ZORZANELLI
/ -
Contador(a)

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - ES **STN/SICONFI**

RELATÓRIO DE DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2024 - 6º Bimestre

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1,00

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b /a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	**60.386.540,12**	**62.096.339,18**	**69.611.740,00**	**112,10**
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	8.304.557,95	8.304.557,95	10.523.598,64	126,72
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ITBI	2.922.578,13	2.922.578,13	3.889.933,35	133,10
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	37.159.404,04	38.780.919,93	40.532.380,48	104,52
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	12.000.000,00	12.088.283,17	14.665.827,53	121,32
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	**236.500.000,00**	**256.651.088,99**	**265.351.949,50**	**103,39**
Cota-Parte FPM	36.000.000,00	36.120.000,00	37.199.128,19	102,99
Cota-Parte ITR	400.000,00	400.000,00	373.461,03	93,37
Cota-Parte IPVA	3.600.000,00	3.600.000,00	4.480.486,29	124,46
Cota-Parte ICMS	195.000.000,00	214.985.978,99	220.690.443,19	102,65
Cota-Parte IPI - Exportação	1.500.000,00	1.500.000,00	2.520.834,42	168,06
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais		45.110,00	87.596,38	194,18
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	**296.886.540,12**	**318.747.428,17**	**334.963.689,50**	**105,09**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	**24.360.510,36**	**31.940.895,33**	**31.747.850,09**	**99,40**	**31.418.755,75**	**98,37**	**31.160.217,08**	**97,56**	**329.094,34**
Despesas Correntes	24.359.510,36	30.482.496,30	30.299.373,27	99,40	29.971.584,94	98,32	29.713.046,27	97,48	327.788,33
Despesas de Capital	1.000,00	1.458.399,03	1.448.476,82	99,32	1.447.170,81	99,23	1.447.170,81	99,23	1.306,01
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	**14.505.681,39**	**17.542.913,48**	**17.440.038,78**	**99,41**	**17.337.046,82**	**98,83**	**17.253.652,63**	**98,35**	**102.991,96**
Despesas Correntes	14.504.981,39	17.520.658,22	17.418.457,56	99,42	17.315.465,60	98,83	17.232.071,41	98,35	102.991,96
Despesas de Capital	700,00	22.255,26	21.581,22	96,97	21.581,22	96,97	21.581,22	96,97	
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	**1.163.514,66**	**1.630.521,41**	**1.623.859,32**	**99,59**	**1.606.582,02**	**98,53**	**1.601.290,52**	**98,21**	**17.277,30**
Despesas Correntes	1.163.214,66	1.630.175,41	1.623.859,32	99,61	1.606.582,02	98,55	1.601.290,52	98,23	17.277,30
Despesas de Capital	300,00	346,00							
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	**3.697.657,48**	**3.793.749,18**	**3.732.670,91**	**98,39**	**3.686.227,64**	**97,17**	**3.661.336,19**	**96,51**	**46.443,27**
Despesas Correntes	3.694.857,48	3.763.446,13	3.705.461,61	98,46	3.665.542,98	97,40	3.640.651,53	96,74	39.918,63
Despesas de Capital	2.800,00	30.303,05	27.209,30	89,79	20.684,66	68,26	20.684,66	68,26	6.524,64
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	**1.750.555,58**	**1.788.262,21**	**1.764.761,08**	**98,69**	**1.764.761,08**	**98,69**	**1.749.524,38**	**97,83**	
Despesas Correntes	1.749.755,58	1.783.562,21	1.761.911,08	98,79	1.761.911,08	98,79	1.746.674,38	97,93	
Despesas de Capital	800,00	4.700,00	2.850,00	60,64	2.850,00	60,64	2.850,00	60,64	
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)									
Despesas Correntes									
Despesas de Capital									
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	**7.396.019,56**	**9.430.064,71**	**9.267.118,80**	**98,27**	**9.172.391,91**	**97,27**	**9.029.890,01**	**95,76**	**94.726,89**
Despesas Correntes	7.395.619,56	9.264.451,66	9.102.808,80	98,26	9.008.081,91	97,23	8.865.580,01	95,69	94.726,89
Despesas de Capital	400,00	165.613,05	164.310,00	99,21	164.310,00	99,21	164.310,00	99,21	
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**52.873.939,03**	**66.126.406,32**	**65.576.298,98**	**99,17**	**64.985.765,22**	**98,28**	**64.455.910,81**	**97,47**	**590.533,76**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	**65.576.298,98**	**64.985.765,22**	**64.455.910,81**
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)			
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)			
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)			
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	**65.576.298,98**	**64.985.765,22**	**64.455.910,81**
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			**50.244.553,43**
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)			
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)[1]	**15.331.745,55**	**14.741.211,79**	**14.211.357,38**
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)			
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	**19,58**	**19,40**	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012LIMITE	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	CUMPRIDOSaldo Inicial (no exercicio atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)1 (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2024 (saldo final = XIXd)					
Diferença de limite não cumprido em 2023 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)					

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t) = (p) - (s) - (u)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2024	**50.244.553,43**	**65.576.298,98**	**15.331.745,55**							**15.331.745,55**
Empenhos de 2023				**1.238.332,12**		**1.238.332,12**	**985.937,66**	**1.255,55**	**251.138,91**	**(251.138,91)**
Empenhos de 2022								**(1.550,00)**	**1.550,00**	**(1.550,00)**
Empenhos de 2021										
Empenhos de 2020 e anteriores										

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "v")	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)	

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - ES **STN/SICONFI**

RELATÓRIO DE DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2024 - 6º Bimestre

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1,00

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012RESTOS	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)1 (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2024 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial = XXIII)					
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2023 a serem compensados (XXV) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)					

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b /a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	18.295.503,87	20.454.669,40	16.466.549,77	80,50
Provenientes da União	14.575.256,80	16.604.773,46	14.417.768,77	86,83
Provenientes dos Estados	3.720.247,07	3.849.895,94	2.048.781,00	53,22
Provenientes de Outros Municípios				
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)				
OUTRAS RECEITAS (XXX)			77,52	
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	18.295.503,87	20.454.669,40	16.466.627,29	80,50

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO									
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	12.470.482,03	17.318.920,55	13.029.097,66	75,23	12.534.837,30	72,38	12.191.442,62	70,39	494.260,36
Despesas Correntes	8.049.428,88	12.281.434,29	10.459.019,98	85,16	10.158.919,15	82,72	9.815.524,47	79,92	300.100,83
Despesas de Capital	4.421.053,15	5.037.486,26	2.570.077,68	51,02	2.375.918,15	47,16	2.375.918,15	47,16	194.159,53
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	14.784.638,84	12.934.124,91	6.826.818,30	52,78	5.908.134,09	45,68	5.838.270,25	45,14	918.684,21
Despesas Correntes	9.782.338,84	8.001.713,82	6.798.863,85	84,97	5.892.289,59	73,64	5.828.980,25	72,85	906.574,26
Despesas de Capital	5.002.300,00	4.932.411,09	27.954,45	0,57	15.844,50	0,32	9.290,00	0,19	12.109,95
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	363.140,68	699.945,50	612.394,64	87,49	594.470,97	84,93	568.281,42	81,19	17.923,67
Despesas Correntes	363.140,68	699.945,50	612.394,64	87,49	594.470,97	84,93	568.281,42	81,19	17.923,67
Despesas de Capital									
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	501.172,64	825.618,34	675.018,30	81,76	638.369,37	77,32	617.078,58	74,74	36.648,93
Despesas Correntes	499.772,64	824.318,34	675.018,30	81,89	638.369,37	77,44	617.078,58	74,86	36.648,93
Despesas de Capital	1.400,00	1.300,00							
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	131.369,68	233.242,83	170.501,80	73,10	170.501,80	73,10	165.413,13	70,92	
Despesas Correntes	131.369,68	233.242,83	170.501,80	73,10	170.501,80	73,10	165.413,13	70,92	
Despesas de Capital									
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)									
Despesas Correntes									
Despesas de Capital									
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	2.491.000,00	2.814.552,69	2.504.835,68	89,00	2.317.974,39	82,36	2.243.064,72	79,70	186.861,29
Despesas Correntes	2.490.400,00	2.744.394,19	2.500.852,68	91,13	2.313.991,39	84,32	2.239.081,72	81,59	186.861,29
Despesas de Capital	600,00	70.158,50	3.983,00	5,68	3.983,00	5,68	3.983,00	5,68	
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	30.741.803,87	34.826.404,82	23.818.666,38	68,39	22.164.287,92	63,64	21.623.550,72	62,09	1.654.378,46

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	36.830.992,39	49.259.815,88	44.776.947,75	90,90	43.953.593,05	89,23	43.351.659,70	88,01	823.354,70
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	29.290.320,23	30.477.038,39	24.266.857,08	79,62	23.245.180,91	76,27	23.091.922,88	75,77	1.021.676,17
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	1.526.655,34	2.330.466,91	2.236.253,96	95,96	2.201.052,99	94,45	2.169.571,94	93,10	35.200,97
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	4.198.830,12	4.619.367,52	4.407.689,21	95,42	4.324.597,01	93,62	4.278.414,77	92,62	83.092,20
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	1.881.925,26	2.021.505,04	1.935.262,88	95,73	1.935.262,88	95,73	1.914.937,51	94,73	
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)									
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	9.887.019,56	12.244.617,40	11.771.954,48	96,14	11.490.366,30	93,84	11.272.954,73	92,06	281.588,18
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	83.615.742,90	100.952.811,14	89.394.965,36	88,55	87.150.053,14	86,33	86.079.461,53	85,27	2.244.912,22

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: GABINETE DO PREFEITO, Emissão:28/01/2025 16:04:00

LEONARDO ANTONIO ABRANTES
068.593.547-71
Prefeito(a)

SANDRO AZEVEDO ALPOHIM
020.218.217-73
Secretário(a) Municipal de Fazenda

ARACELI ZORZANELLI
/ -
Contador(a)

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - ES **STN/SICONFI**

RELATÓRIO DE DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2024 - 6º Bimestre

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1,00

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO DE DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2024 - 6º Bimestre
RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22,25 e 28) Em reais

IMPACTOS DAS CONTRATAES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO FINAL até o bimestre
TOTAL DE ATIVOS		
Ativos Constituídos pela SPE		
TOTAL DE PASSIVOS		
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE		
Provisões de PPP		
Outros Passivos		
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
Obrigações Contratuais		
Riscos Não Provisionados		
Garantias Concedidas		
Outros Passivos Contingentes		

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.2)											
Contratadas (I.1)											
A contratar (I.2)											
DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)											
Contratadas (II.1)											
A contratar (II.2)											
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	334.522.032,98	408.792.874,48									
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)											
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)											

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: GABINETE DO PREFEITO, Emissão: 28/01/2025 16:05:10

SANDRO AZEVEDO ALPOHIM
020.218.217-73
Secretário(a) Municipal de Fazenda

ARACELI ZORZANELLI
/ -
Contador(a)

Protocolo 1480795

MUNICÍPIO DE ANCHIETA **STN/SICONFI**
RELATÓRIO DE DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2024 - 6º Bimestre
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (ÚLTIMOS 12 MESES) LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	Jan/2024	Fev/2024	Mar/2024	Abr/2024	Mai/2024	Jun/2024	Jul/2024	Ago/2024	Set/2024	Out/2024	Nov/2024	Dez/2024	Total (Últimos 12 Meses) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**12.741.104,12**	**14.562.890,22**	**15.195.423,25**	**16.079.838,08**	**16.709.533,80**	**17.160.140,41**	**16.633.686,16**	**16.820.610,73**	**16.866.033,75**	**17.292.094,44**	**16.546.208,87**	**28.942.692,04**	**205.550.255,87**	**218.127,10**
Pessoal Ativo	10.809.945,02	12.617.161,66	13.209.431,46	13.965.087,63	14.570.392,33	14.988.501,80	14.453.320,01	14.632.981,88	14.669.094,11	15.095.295,77	14.334.122,99	24.602.504,97	177.947.839,63	218.127,10
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis.	9.640.983,12	11.299.102,41	11.741.930,42	12.472.381,73	12.934.678,31	13.428.693,16	12.919.570,70	13.074.781,14	13.089.309,35	13.475.016,45	12.793.296,36	22.323.080,11	159.192.823,26	178.837,39
Obrigações Patronais	1.168.961,90	1.318.059,25	1.467.501,04	1.492.705,90	1.635.714,02	1.559.808,64	1.533.749,31	1.558.200,74	1.579.784,76	1.620.279,32	1.540.826,63	2.279.424,86	18.755.016,37	39.289,71
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.931.159,10	1.945.728,56	1.985.991,79	2.114.750,45	2.139.141,47	2.171.638,61	2.180.366,15	2.187.628,85	2.196.939,64	2.196.798,67	2.212.085,88	4.340.187,07	27.602.416,24	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.702.098,76	1.719.767,53	1.760.821,22	1.875.821,19	1.906.683,40	1.933.503,58	1.944.974,98	1.952.237,68	1.964.214,49	1.962.975,30	1.978.262,51	3.880.203,85	24.581.564,49	
Pensões	229.060,34	225.961,03	225.170,57	238.929,26	232.458,07	238.135,03	235.391,17	235.391,17	232.725,15	233.823,37	233.823,37	459.983,22	3.020.851,75	
Outras desp. pessoal decorr. contr. terceir. ou Contrat. de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)														
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	**1.999.405,33**	**1.945.728,56**	**1.986.598,91**	**2.154.841,33**	**2.145.738,37**	**2.550.456,48**	**1.327.029,93**	**1.307.279,25**	**827.572,95**	**1.204.298,24**	**1.080.085,00**	**3.532.373,64**	**22.061.407,99**	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	483,33		607,12	1.421,65									2.512,10	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	67.762,90				6.596,90	20.470,66		3.218,12		31.108,12			129.156,70	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.931.159,10	1.945.728,56	1.985.991,79	2.153.419,68	2.139.141,47	2.171.638,61	967.728,12	777.446,51	827.572,95	839.314,35	921.401,88	3.087.317,54	19.747.860,56	
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §11)						358.347,21	359.301,81	526.614,62		333.875,77	158.683,12	445.056,10	2.181.878,63	
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)														
Outras Deduções Constitucionais ou Legais														
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**10.741.698,79**	**12.617.161,66**	**13.208.824,34**	**13.924.996,75**	**14.563.795,43**	**14.609.683,93**	**15.306.656,23**	**15.513.331,48**	**16.038.460,80**	**16.087.796,20**	**15.466.123,87**	**25.410.318,40**	**183.488.847,88**	**218.127,10**

APURAO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**409.192.874,48**	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art 166-A, § 1º da CF)	400.000,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF)		
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)	2.468.222,00	
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais		
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CALCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	**406.324.652,48**	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III a + III b)	**183.706.974,98**	**45,21**
LIMITE MÁXIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	**219.415.312,34**	**54,00**
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	**208.444.546,72**	**51,30**
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	**197.473.781,11**	**48,60**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: GABINETE DO PREFEITO, Emissão: 28/01/2025 13:40:10

SANDRO AZEVEDO ALPOHIM
020.218.217-73
Secretário(a) Municipal de Fazenda

PAMELA AMELIA DA SILVA OLIOSI BERNARDI
136.391.917-22
Controladora Geral do Município

ARACELI ZORZANELLI
/ -
Contador(a)

Protocolo 1480797

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO DE DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2024 - 6º Bimestre
RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea R$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2024		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	**10.225.226,81**	**9.165.800,41**	**8.178.328,15**	**7.046.947,61**
Dívida Mobiliária				
Dívida Contratual	10.225.226,81	9.165.800,41	8.178.328,15	7.046.947,61
Empréstimos			71.954,14	
Internos			71.954,14	
Externos				
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios				
Financiamentos	10.225.226,81	9.165.800,41	8.106.374,01	7.046.947,61
Internos	10.225.226,81	9.165.800,41	8.106.374,01	7.046.947,61
Externos				
Parcelamento e Renegociação de dívidas				
De Tributos				
De Contribuições Previdenciárias				
De Demais Contribuições Sociais				
Do FGTS				
Com Instituição Não Financeira				
Demais Dívidas Contratuais				
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos				
Outras Dívidas				
DEDUÇÕES (II)	**51.314.079,90**	**76.360.249,08**	**64.449.692,59**	**42.251.833,53**
Disponibilidade de Caixa	51.291.606,82	76.337.776,00	64.427.219,51	42.229.360,45
Disponibilidade de Caixa Bruta	57.140.900,85	80.149.452,27	68.774.663,59	53.081.122,80
(-) Restos a Pagar Processados	3.608.674,27	1.395.229,55	1.175.937,94	7.915.166,92
(-) Depósitos Restituíves e Valores Vinculados	2.240.619,76	2.416.446,72	3.171.506,14	2.936.595,43
Demais Haveres Financeiros	22.473,08	22.473,08	22.473,08	22.473,08
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	**(41.088.853,09)**	**(67.194.448,67)**	**(56.271.364,44)**	**(35.204.885,92)**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	334.522.032,98	366.152.521,46	392.617.307,56	409.192.874,48
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	500.000,00	500.000,00	200.000,00	400.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	**334.022.032,98**	**365.652.521,46**	**392.417.307,56**	**408.792.874,48**
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	3,06	2,51	2,08	1,72
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	**(12,30)**	**(18,38)**	**(14,34)**	**(8,61)**
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120,00%	400.826.439,58	438.783.025,75	470.900.769,07	490.551.449,38
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	360.743.795,62	394.904.723,18	423.810.692,16	441.496.304,44

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2024		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000				
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	1.543.092,61	1.543.092,61	1.640.183,36	1.678.430,32
PASSIVO ATUARIAL	726.587.957,42	726.587.957,42	726.587.957,42	726.587.957,42
RP NÃO-PROCESSADOS	14.717.844,58	2.812.009,91	1.604.236,33	15.808.738,87
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO				
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP				
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS				

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: GABINETE DO PREFEITO, Emissão:28/01/2025 13:42:58

PAMELA AMELIA DA SILVA OLIOSI BERNARDI
136.391.917-22
Controladora Geral do Município

SANDRO AZEVEDO ALPOHIM
020.218.217-73
Secretário(a) Municipal de Fazenda

ARACELI ZORZANELLI
/ -
Contador(a)

Protocolo 1480799

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - ES **STN/SICONFI**

RELATÓRIO DE DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2024 - 6º Bimestre

RGF - ANEXO 3 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea R$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2024		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)				
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas				
AOS MUNICÍPIOS (II)				
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas				
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)				
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas				
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)				
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	334.522.032,98	366.152.521,46	392.617.307,56	409.192.874,48
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)	500.000,00	500.000,00	200.000,00	400.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	**334.022.032,98**	**365.652.521,46**	**392.417.307,56**	**408.792.874,48**
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)				
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22,00 %	**73.484.847,26**	**80.443.554,72**	**86.331.807,66**	**89.934.432,39**
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 90,00 %	66.136.362,53	72.399.199,25	77.698.626,89	80.940.989,15

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2024		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (IX)				
Em Garantia às operações de Crédito Externas				
Em Garantia às operações de Crédito Internas				
DOS MUNICÍPIOS (X)				
Em Garantia às operações de Crédito Externas				
Em Garantia às operações de Crédito Internas				
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)				
Em Garantia às operações de Crédito Externas				
Em Garantia às operações de Crédito Internas				
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)				
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)				
MEDIDAS CORRETIVAS:				

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: GABINETE DO PREFEITO, Emissão:28/01/2025 13:48:04

PAMELA AMELIA DA SILVA OLIOSI BERNARDI
136.391.917-22
Controladora Geral do Município

SANDRO AZEVEDO ALPOHIM
020.218.217-73
Secretário(a) Municipal de Fazenda

ARACELI ZORZANELLI
/ -
Contador(a)

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO DE DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2024 - 6º Bimestre
RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea R$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Mobiliária		
Interna		
Externa		
Contratual		
Interna		
Empréstimos		
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro		
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços		
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)		
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (I)		
Externa		
Empréstimos		
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro		
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços		
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)		
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação[1] (II)		
TOTAL (III)		

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	409.192.874,48	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 1º, art. 166-A da CF) (V)	400.000,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	408.792.874,48	
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)		
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)		
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	65.406.859,92	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	58.866.173,93	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	28.615.501,21	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Parcelamentos de Dívidas		
Tributos		
Contribuições Previdenciárias		
FGTS		
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas		

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: GABINETE DO PREFEITO, Emissão:28/01/2025 13:50:50

PAMELA AMELIA DA SILVA OLIOSI BERNARDI
136.391.917-22
Controladora Geral do Município

ARACELI ZORZANELLI
/ -
Contador(a)

MUNICÍPIO DE ANCHIETA STN/SICONFI
RELATÓRIO DE DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2024 - 2º Semestre
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea

R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (ÚLTIMOS 12 MESES)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	LIQUIDADAS													
	Jan/2024	Fev/2024	Mar/2024	Abr/2024	Mai/2024	Jun/2024	Jul/2024	Ago/2024	Set/2024	Out/2024	Nov/2024	Dez/2024	Total (Últimos 12 Meses) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**797.363,93**	**885.138,81**	**858.437,11**	**922.601,51**	**947.099,26**	**884.608,86**	**911.613,72**	**890.903,85**	**907.118,03**	**886.207,67**	**909.206,28**	**1.686.212,02**	**11.486.511,05**	
Pessoal Ativo	797.363,93	885.138,81	858.437,11	922.601,51	947.099,26	884.608,86	911.613,72	890.903,85	907.118,03	886.207,67	909.206,28	1.686.212,02	11.486.511,05	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis.	680.329,10	759.158,07	729.589,41	784.019,55	805.250,92	797.749,88	824.026,97	803.490,85	818.852,52	798.861,45	821.107,63	1.516.765,10	10.139.201,45	
Obrigações Patronais	117.034,83	125.980,74	128.847,70	138.581,96	141.848,34	86.858,98	87.586,75	87.413,00	88.265,51	87.346,22	88.098,65	169.446,92	1.347.309,60	
Pessoal Inativo e Pensionistas														
Aposentadorias, Reserva e Reformas														
Pensões														
Outras desp. pessoal decorr. contr. terceir. ou Contrat. de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)														
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	**11.596,51**	**56.292,41**	**4.531,58**	**7.204,83**	**22.158,40**	**7.133,22**	**24.275,20**	**9.514,50**	**14.034,70**	**4.984,88**	**11.693,08**	**820,85**	**174.240,16**	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	11.596,51	56.292,41	3.861,01	7.204,83	22.158,40	7.133,22	24.275,20	9.514,50	14.034,70	4.984,88	11.693,08		172.748,74	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração			670,57										670,57	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração												820,85	820,85	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados														
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §11)														
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)														
Outras Deduções Constitucionais ou Legais														
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**785.767,42**	**828.846,40**	**853.905,53**	**915.396,68**	**924.940,86**	**877.475,64**	**887.338,52**	**881.389,35**	**893.083,33**	**881.222,79**	**897.513,20**	**1.685.391,17**	**11.312.270,89**	

APURAO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**409.093.595,16**	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art 166-A, § 1º da CF)	400.000,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF)		
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)	2.468.222,00	
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais		
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CALCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	**406.225.373,16**	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III a + III b)	**11.312.270,89**	**2,78**
LIMITE MÁXIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	**24.373.522,39**	**6,00**
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	**23.154.846,27**	**5,70**
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	**21.936.170,15**	**5,40**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA, Emissão: 24/01/2025 13:52:54

JANAINA ALVES MULINARI	RENAN DE OLIVEIRA DELFINO	ADSON PINTO NOGUEIRA
contadora	**112.025.337-36**	**096.062.057-54**
	Diretor(a) Presidente	**Controlador Geral**

Protocolo 1480815

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - ES - PODER LEGISLATIVO - PODER EXECUTIVO STN/SICONFI
RELATÓRIO DE DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR - PODER LEGISLATIVO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2024 - ANUAL
RGF - ANEXO 5 (LRF, Art. 55, inciso III, alínea

R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e	Demais Obrigações					
	(a)	De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)	(d)	(e)	(f)	(g) = (a - (b + c + d + e) - f)	(h)		(i) = (g - h)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	**998.414,64**		**38.528,78**		**3.336,02**		**956.549,84**	**757.900,80**		**198.649,04**
Recursos Não Vinculados de Impostos	998.414,64		38.528,78		3.336,02		956.549,84	757.900,80		198.649,04
Outros Recursos não Vinculados										
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS) (II)										
Recursos Vinculados à Educação										
Transferências do FUNDEB										
Outros Recursos Vinculados à Educação										
Recursos Vinculados à Saúde										
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS										
Outros Recursos Vinculados à Saúde										
Recursos Vinculados à Assistência Social										
Recursos Vinculados à Previdência Social (Exceto ao RPPS)										
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências										
Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres (exceto Educação, Saúde e Assistência)										
Outras Vinculações Decorrentes de Transferências										
Demais Vinculações Legais										
Outras Vinculações Legais										
Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à Saúde)										
Recursos de Alienação de Bens/Ativos										
Recursos Vinculados a Fundos (exceto Educação, Saúde, Assistência e Previdência)										
Recursos Extraorçamentários										
Outras Vinculações										
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS AO RPPS (III)										
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)²										
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)										
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração										
TOTAL (IV) = (I + II + III)	**998.414,64**		**38.528,78**		**3.336,02**		**956.549,84**	**757.900,80**		**198.649,04**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA, Emissão: 24/01/2025 12:36:23

Renan de Oliveira Delfino	Adson Pinto Nogueira	Janaina Alves Mulinari
Presidente	Controlador Geral	Contadora

Protocolo 1480816

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - PODER LEGISLATIVO **STN/SICONFI**

RELATÓRIO DE DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - PODER LEGISLATIVO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2024 - 2º Semestre

LRF, art. 48 - Anexo 6 R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O SEMESTRE	
Receita Corrente Líquida	409.093.595,16	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	408.693.595,16	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	406.225.373,16	
DESPESA COM PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Despesa Total com Pessoal - DTP	11.312.270,89	2,78
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 6.00 %	24.373.522,39	6
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 5.70 %	23.154.846,27	5,7
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 5.40 %	21.936.170,15	5,4
DÍVIDA CONSOLIDADA	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Dívida Consolidada Líquida		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	490.432.314,19	120
GARANTIAS DE VALORES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Total das Garantias Concedidas		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	89.912.590,94	22
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL AJUSTADA**
Operações de Crédito Internas e Externas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	65.390.975,23	16
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	28.608.551,66	7
RESTOS A PAGAR	**RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO**	**DISPONIBILIDADE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO**
Valor Total	757.900,80	198.649,04

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA, Emissão:24/01/2025 13:55:54

RENAN DE OLIVEIRA DELFINO

Diretor(a) Presidente

JANAINA ALVES MULINARI

contadora

ADSON PINTO NOGUEIRA

Controlador Geral

Protocolo 1480818

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO DE DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2024 - 6º Bimestre
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48) Em Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até 6º Bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	410.158.331,23
Previsão Atualizada	450.693.068,18
Receitas Realizadas	459.807.563,71
Déficit Orçamentário	
Saldos de Exercícios Anteriores(Utilizados Para Créditos Adicionais)	33.987.213,86
DESPESAS	
Dotação Inicial	400.658.331,23
Dotação Atualizada	493.035.285,13
Despesas Empenhadas	465.345.961,42
Despesas Liquidadas	448.783.215,93
Despesas Pagas	445.392.173,19
Superávit Orçamentário	11.024.347,78

DESPESA POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Até 6º Bimestre
Despesas Empenhadas	465.345.961,42
Despesas Liquidadas	448.783.215,93

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até 6º Bimestre
Receita Corrente Líquida	409.192.874,48
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	408.792.874,48
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	406.324.652,48

RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES E DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES	Até 6º Bimestre
Fundo em Capitalização - PLANO PREVIDENCIÁRIO	
Receitas Precidenciárias Realizadas	13.927.221,48
Despesas Previdenciárias Empenhadas	1.872.246,62
Despesas Previdenciárias Liquidadas	1.872.246,62
Despesas Previdenciárias Pagas	1.872.246,62
Resultado Previdenciário	12.054.974,86
Fundo em Repartição - PLANO FINANCEIRO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	8.649.391,71
Despesas Previdenciárias Empenhadas	25.961.525,63
Despesas Previdenciárias Liquidadas	25.961.525,63
Despesas Previdenciárias Pagas	25.961.525,63
Resultado Previdenciário	(17.312.133,92)
Sistema de Proteção Social dos Militares - Inativos e Pensionistas	
Receitas Realizadas	
Despesas Empenhadas	
Despesas Liquidadas	
Despesas Pagas	
Resultado Associado às Pensões e aos Inativos Militares	

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	Metas Fixadas no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o 6º Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha		(6.449.433,12)	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha		(5.012.610,80)	

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o 6º Bimestre	Pagamento Até o 6º Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	**3.681.495,38**	**128.252,40**	**2.403.608,07**	**1.149.634,91**
Poder Executivo	3.616.617,79	128.252,40	2.338.730,48	1.149.634,91
Poder Legislativo	64.877,59		64.877,59	
Poder Juduciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	**14.734.407,27**	**1.799.789,88**	**12.930.723,21**	**3.894,18**
Poder Executivo	14.716.573,78	1.799.789,88	12.912.889,72	3.894,18
Poder Legislativo	17.833,49		17.833,49	
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
TOTAL	**18.415.902,65**	**1.928.042,28**	**15.334.331,28**	**1.153.529,09**

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até o 6º Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o 6º Bimestre
Mínimo Anual de <18% a 25%> das Receitas de Impostos em MDE	105.744.779,16	<18% / 25%>	31,21
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	45.093.516,05	70%	100,11
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil		50%	
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital		15%	

RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado Até o 6º Bimestre	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito		
Despesa de Capital Líquida	54.704.610,46	19.345.132,69

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA E DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	**23.922.070,22**	**26.424.848,06**	**29.189.471,82**	**33.888.070,60**
Receitas Previdenciárias	11.961.035,11	13.212.424,03	14.594.735,91	16.944.035,30
Despesas Previdenciárias	4.069.979,02	12.925.682,09	34.382.657,75	42.132.338,99

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - ES **STN/SICONFI**

RELATÓRIO DE DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2024 - 6º Bimestre

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48) Em Reais

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA E DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Resultado Previdenciário	7.891.056,09	286.741,94	(19.787.921,84)	(25.188.303,69)
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	**11.941.565,64**	**2.693.071,90**	**354.295,16**	**197.825,64**
Receitas Previdenciárias	5.970.782,82	1.346.535,95	177.147,58	98.912,82
Despesas Previdenciárias	22.606.845,51	36.627.515,16	33.310.771,57	23.056.738,01
Resultado Previdenciário	(16.636.062,69)	(35.280.979,21)	(33.133.623,99)	(22.957.825,19)
Pensões e Inativos Militares				
Receitas de Contribuições				
Despesas com Pensões e Inativos				
Resultado Associado às Pensões e aos Inativos Militares				

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado Até o 6º Bimestre	Saldo Não Realizado
Receitas de Alienação de Ativos	8.402.890,13	(1.797.558,46)
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	7.757.375,44	678.567,02

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o 6º Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o 6º Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executados com recursos de impostos	64.985.765,22	15%	19,40

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado No Exercício Corrente
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: GABINETE DO PREFEITO, Emissão:28/01/2025 16:28:50

LEONARDO ANTONIO ABRANTES
068.593.547-71
Prefeito(a)

SANDRO AZEVEDO ALPOHIM
020.218.217-73
Secretário(a) Municipal de Fazenda

ARACELI ZORZANELLI
/ -
Contador(a)

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO DE DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2024 - 6º Bimestre
RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) Em Reais

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)			

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)
DESPESAS DE CAPITAL	**74.049.743,15**	**54.704.610,46**	**19.345.132,69**
Investimentos	70.871.463,95	51.526.331,26	19.345.132,69
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida	3.178.279,20	3.178.279,20	
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte			
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte Por Instituições Financeiras			
DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	**74.049.743,15**	**54.704.610,46**	**19.345.132,69**
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II - I)	**74.049.743,15**	**54.704.610,46**	**19.345.132,69**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: GABINETE DO PREFEITO, Emissão:28/01/2025 15:58:02

LEONARDO ANTONIO ABRANTES
068.593.547-71
Prefeito(a)

SANDRO AZEVEDO ALPOHIM
020.218.217-73
Secretário(a) Municipal de Fazenda

ARACELI ZORZANELLI
/ -
Contador(a)

Protocolo 1481108

MUNICÍPIO DE ANCHIETA - ES - PODER EXECUTIVO **STN/SICONFI**
RELATÓRIO DE DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2024 - 6º Bimestre
RGF - ANEXO 5 (LRF, Art. 55, inciso III, alínea R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
		De Execícios Anteriores	Do Exercício							
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = (a - (b + c + d + e) - f)	(h)		(i) = (g - h)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)					**1.927.860,08**		**(1.927.860,08)**			**(1.927.860,08)**
Recursos Não Vinculados de Impostos					1.927.860,08		(1.927.860,08)			(1.927.860,08)
Outros Recursos não Vinculados										
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS) (II)					**1.667.147,22**		**(1.667.147,22)**			**(1.667.147,22)**
Recursos Vinculados à Educação					**902.477,50**		**(902.477,50)**			**(902.477,50)**
Transferências do FUNDEB					895.919,44		(895.919,44)			(895.919,44)
Outros Recursos Vinculados à Educação					6.558,06		(6.558,06)			(6.558,06)
Recursos Vinculados à Saúde					**458.171,47**		**(458.171,47)**			**(458.171,47)**
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS					458.171,47		(458.171,47)			(458.171,47)
Outros Recursos Vinculados à Saúde										
Recursos Vinculados à Assistência Social					2.607,18		(2.607,18)			(2.607,18)
Recursos Vinculados à Previdência Social (Exceto ao RPPS)										
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências					**303.891,07**		**(303.891,07)**			**(303.891,07)**
Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres (exceto Educação, Saúde e Assistência)					3.903,87		(3.903,87)			(3.903,87)
Outras Vinculações Decorrentes de Transferências					299.987,20		(299.987,20)			(299.987,20)
Demais Vinculações Legais										
Outras Vinculações Legais										
Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à Saúde)										
Recursos de Alienação de Bens/Ativos										
Recursos Vinculados a Fundos (exceto Educação, Saúde, Assistência e Previdência)										
Recursos Extraorçamentários										
Outras Vinculações										
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS AO RPPS (III)					**492.946,20**		**(492.946,20)**			**(492.946,20)**
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)²					1.321,82		(1.321,82)			(1.321,82)
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)					491.624,38		(491.624,38)			(491.624,38)
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração										
TOTAL (IV) = (I + II + III)					**4.087.953,50**		**(4.087.953,50)**			**(4.087.953,50)**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: GABINETE DO PREFEITO, Emissão: 28/01/2025 16:18:45

PAMELA AMELIA DA SILVA OLIOSI BERNARDI
136.391.917-22
Controladora Geral do Município

SANDRO AZEVEDO ALPOHIM
020.218.217-73
Secretário(a) Municipal de Fazenda

ARACELI ZORZANELLI
/ -
Contador(a)

Protocolo 1481109

Portaria

PORTARIA DE NOMEAÇÃO DE FISCAL

PORTARIA Nº 034, DE 28 DE JANEIRO DE 2025.

Designa servidores (as) para exercer a função de Fiscal Titular e Fiscal Substituto conforme abaixo.

O Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Anchieta/ES, nomeado através da Portaria 022/2025, no uso de suas atribuições legais e,
CONSIDERANDO que cabe à Unidade Requisitante designar o fiscal titular e seu substituto conforme artigos 11 e 12 da Instrução Normativa (IN) SCL nº 007/2017 de 29/09/2017, Versão 02, aprovada pelo Decreto Municipal n. 5.716/2017, que normatiza os procedimentos para acompanhamento e controle de execução desta autorização, uniformizando os procedimentos e norteando as atividades desempenhadas pelos diversos setores da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Município de Anchieta/ES.
CONSIDERANDO as competências do Fiscal previstas nos artigos 6º, 19 e 20 da Instrução Normativa acima citada, além daquelas previstas no art. 117 da Lei 14.133/2021;

RESOLVE:
Art. 1º Designar o seguinte servidor para atuar como fiscal, tendo em vista o Protocolo Digital Nº 616/2025, celebrado com as empresas **ESCELSA**/ **EDP ESPIRITO SANTO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A**, CNPJ **28.152.650/0001-71**, cujo objeto é a contratação de empresas para fornecimento de serviços de Água e esgoto, devidamente adjudicado e homologado pelo Prefeito, em atendimento à Lei nº 14.133/2021:
Fiscal Titular: **Carlos Alberto Pinheiro, Matrícula 1813-06**
Fiscal Substituto: **Ana Carolina Borges Santos Souza, Matrícula 4493-02Art. 2º**. Esta Portaria terá validade após sua publicação na forma da Lei Orgânica Municipal e desde acompanhada do aceite dos fiscais indicados no artigo 1° desta.
Registre-se. Publique-se e cumpra-se.

Anchieta (ES) 28 de Janeiro de 2025.

JILVAN CARVALHO DOS SANTOS
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Portaria nº 022/2025

Protocolo 1481100

PORTARIA DE NOMEAÇÃO DE FISCAL

PORTARIA Nº 033, DE 28 DE JANEIRO DE 2025.

Designa servidores (as) para exercer a função de Fiscal Titular e Fiscal Substituto conforme abaixo.

O Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Anchieta/ES, nomeado através da Portaria 022/2025, no uso de suas atribuições legais e,
CONSIDERANDO que cabe à Unidade Requisitante designar o fiscal titular e seu substituto conforme artigos 11 e 12 da Instrução Normativa (IN) SCL nº 007/2017 de 29/09/2017, Versão 02, aprovada pelo Decreto Municipal n. 5.716/2017, que normatiza os procedimentos para acompanhamento e controle de execução desta autorização, uniformizando os procedimentos e norteando as atividades desempenhadas pelos diversos setores da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Município de Anchieta/ES.
CONSIDERANDO as competências do Fiscal previstas nos artigos 6º, 19 e 20 da Instrução Normativa acima citada, além daquelas previstas no art. 117 da Lei 14.133/2021;

RESOLVE:

Art. 1º Designar o seguinte servidor para atuar como fiscal, tendo em vista o Protocolo Digital Nº 635/2025, celebrado com as empresas **COMPANHIA ESPIRITO SANTENSE DE SANEAMENTO CESAN**, CNPJ **28.151.363/0001-47**, cujo objeto é a contratação de empresas para fornecimento de serviços de Água e esgoto, devidamente adjudicado e homologado pelo Prefeito, em atendimento à Lei nº 14.133/2021:
Fiscal Titular: **Carlos Alberto Pinheiro, Matrícula 1813-06**
Fiscal Substituto: **Ana Carolina Borges Santos Souza, Matrícula 4493-02**
Art. 2º. Esta Portaria terá validade após sua publicação na forma da Lei Orgânica Municipal e desde acompanhada do aceite dos fiscais indicados no artigo 1° desta.
Registre-se. Publique-se e cumpra-se.

Anchieta (ES) 28 de Janeiro de 2025.

JILVAN CARVALHO DOS SANTOS
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Portaria nº 022/2025

Protocolo 1481103

PORTARIA Nº 011, DE 29 DE JANEIRO DE 2025.

Designa servidores para exercer a função de Fiscal do contrato abaixo.

O Secretário Municipal de Saúde do Município de Anchieta/ES, Renato Lorencini, nomeado através da PORTARIA Nº 015/2025, no uso de suas atribuições legais e,
CONSIDERANDO que cabe à Unidade Requisitante designar o fiscal titular e seu substituto conforme artigos 11 e 12 da Instrução Normativa (IN) SCL nº 007/2017 de 29/09/2017, Versão 02, aprovada pelo Decreto Municipal n. 5.716/2017, que normatiza os procedimentos para acompanhamento e controle de execução desta autorização, uniformizando os procedimentos e norteando as atividades desempenhadas pelos diversos setores da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Município de Anchieta/ES.
CONSIDERANDO as competências do Fiscal previstas nos artigos 6º, 19 e 20 da Instrução Normativa acima citada, além daquelas previstas no art. 117 da Lei 14.133/2021;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os seguintes servidores para atuarem como fiscais, tendo em vista o Protocolo Digital Nº 725/2025, Autorização de Inexigibilidade de Licitação nº 002/2025, celebrado com a empresa **COMPANHIA ESPIRITO SANTENSE CESAN**, CNPJ **28.151.363/0001-47**, cujo objeto é estimativa de serviços de água e esgoto para atender as demandas do Fundo Municipal de Saúde, em atendimento à Lei nº 14.133/2021:

Fiscal Titular: Regiane Fantinato e Silva, Matrícula 5081-01
Fiscal Substituto: Phernnanda Serafim e Silva Magalhães, Matrícula 5083-01

Art. 2º. Esta Portaria terá validade após sua publicação na forma da Lei Orgânica Municipal e desde acompanhada do aceite dos fiscais indicados no artigo 1° desta.

Registre-se. Publique-se e cumpra-se.

Anchieta/ES, 29 de janeiro de 2025.

RENATO LORENCINI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 015/2025

Protocolo 1481157

PORTARIA Nº 010, DE 29 DE JANEIRO DE 2025.

Designa servidores para exercer a função de Fiscal do contrato abaixo.

O Secretário Municipal de Saúde do Município de Anchieta/ES, Renato Lorencini, nomeado através da PORTARIA Nº 015/2025, no uso de suas atribuições legais e,
CONSIDERANDO que cabe à Unidade Requisitante designar o fiscal titular e seu substituto conforme artigos 11 e 12 da Instrução Normativa (IN) SCL nº 007/2017 de 29/09/2017, Versão 02, aprovada pelo Decreto Municipal n. 5.716/2017, que normatiza os procedimentos para acompanhamento e controle de execução desta autorização, uniformizando os procedimentos e norteando as atividades desempenhadas pelos diversos setores da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Município de Anchieta/ES.
CONSIDERANDO as competências do Fiscal previstas nos artigos 6º, 19 e 20 da Instrução Normativa acima citada, além daquelas previstas no art. 117 da Lei 14.133/2021;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os seguintes servidores para atuarem como fiscais, tendo em vista o Protocolo Digital Nº 721/2025, Autorização de Inexigibilidade de licitação nº 001/2025, celebrado com a empresa **ESCELSA/EDP ESPÍRITO SANTO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A**, CNPJ **28.152.650/0001-71**, cujo objeto é estimativa de serviços de fornecimento de energia elétrica para atender as demandas do Fundo Municipal de Saúde, em atendimento à Lei nº 14.133/2021:

Fiscal Titular: Regiane Fantinato e Silva, Matrícula 5081-01
Fiscal Substituto: Phernnanda Serafim e Silva Magalhães, Matrícula 5083-01

Art. 2º. Esta Portaria terá validade após sua publicação na forma da Lei Orgânica Municipal e desde acompanhada do aceite dos fiscais indicados no artigo 1° desta.

Registre-se. Publique-se e cumpra-se.

Anchieta/ES, 29 de janeiro de 2025.

RENATO LORENCINI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 015/2025

Protocolo 1481163

PORTARIA Nº 012, DE 29 DE JANEIRO DE 2025.

Designa servidores para exercer a função de Fiscal do contrato abaixo.

O Secretário Municipal de Saúde do Município de Anchieta/ES, Renato Lorencini, nomeado através da PORTARIA Nº 015/2025, no uso de suas atribuições legais e,
CONSIDERANDO que cabe à Unidade Requisitante designar o fiscal titular e seu substituto conforme artigos 11 e 12 da Instrução Normativa (IN) SCL nº 007/2017 de 29/09/2017, Versão 02, aprovada pelo Decreto Municipal n. 5.716/2017, que normatiza os procedimentos para acompanhamento e controle de execução desta autorização, uniformizando os procedimentos e norteando as atividades desempenhadas pelos diversos setores da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Município de Anchieta/ES.
CONSIDERANDO as competências do Fiscal previstas nos artigos 6º, 19 e 20 da Instrução Normativa acima citada, além daquelas previstas no art. 117 da Lei 14.133/2021;

RESOLVE:
Art. 1º Designar os seguintes servidores para atuarem como fiscais, tendo em vista o Protocolo Digital Nº 728/2025, Autorização de Inexigibilidade de licitação nº 003/2025, celebrado com a empresa **EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS**, CNPJ **34.028.316/0001-03**, cujo objeto é estimativa de serviços de correios para atender as demandas do Fundo Municipal de Saúde, em atendimento à Lei nº 14.133/2021:

Fiscal Titular: Regiane Fantinato e Silva, Matrícula 5081-01
Fiscal Substituto: Phernnanda Serafim e Silva Magalhães, Matrícula 5083-01

Art. 2º. Esta Portaria terá validade após sua publicação na forma da Lei Orgânica Municipal e desde acompanhada do aceite dos fiscais indicados no artigo 1° desta.

Registre-se. Publique-se e cumpra-se.

Anchieta/ES, 29 de janeiro de 2025.

RENATO LORENCINI
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 015/2025

Protocolo 1481166

PORTARIA DE NOMEAÇÃO DE FISCAL

PORTARIA Nº 006, DE 27 DE JANEIRO DE 2025.

Designa servidores (as) para exercer a função de Fiscal Titular e Fiscal Substituto conforme abaixo.

O Secretário Municipal Infraestrutura do Município de Anchieta/ES, nomeado através da Portaria 580/2024, no uso de suas atribuições legais e,
CONSIDERANDO que cabe à Unidade Requisitante designar o fiscal titular e seu substituto conforme artigos 11 e 12 da Instrução Normativa (IN) SCL nº 007/2017 de 25/09/2023, Versão 02, aprovada pelo Decreto Municipal n. 6439 de 25/09/2023, que normatiza os procedimentos para acompanhamento e controle de execução desta autorização, uniformizando os procedimentos e norteando as atividades desempenhadas pelos diversos setores da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Município de Anchieta/ES.
CONSIDERANDO as competências do Fiscal previstas nos artigos 6º, 19 e 20 da Instrução Normativa acima citada, além daquelas previstas no art. 117 da Lei 14.133/2021;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os seguintes servidores para atuar como fiscal, tendo em vista o Protocolo Digital N°552/2025, celebrado com as empresas 'ESCELSA/ EDP ESPIRITO SANTO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A', CNPJ 28.152.650/0001-71, cujo objeto é a contratação SERVIÇOS DE ENERGIA ELETRICA (LIGAÇÃO DE PROVISÓRIAS) devidamente adjudicado e homologado pelo Prefeito, em atendimento à Lei nº 14.133/2021:
Fiscal Titular: **Otavio Picoli Ferrari, Portaria:085/2025**
Fiscal Substituto: **Paulo Cesar Vieira, Portaria:068/2021**

Art. 2º. Esta Portaria terá validade após sua publicação na forma da Lei Orgânica Municipal e desde acompanhada do aceite dos fiscais indicados no artigo 1° desta.
Registre-se. Publique-se e cumpra-se.

Anchieta (ES) 27 de Janeiro de 2025.

ROBSON LORENCINI CECCON
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
Portaria nº 580/2024

Protocolo 1481185

PORTARIA DE NOMEAÇÃO DE FISCAL

PORTARIA Nº 005, DE 27 DE JANEIRO DE 2025.

Designa servidores (as) para exercer a função de Fiscal Titular e Fiscal Substituto conforme abaixo.

O Secretário Municipal Infraestrutura do Município de Anchieta/ES, nomeado através da Portaria 580/2024, no uso de suas atribuições legais e,
CONSIDERANDO que cabe à Unidade Requisitante designar o fiscal titular e seu substituto conforme artigos 11 e 12 da Instrução Normativa (IN) SCL nº 007/2017 de 25/09/2023, Versão 02, aprovada pelo Decreto Municipal n. 6439 de 25/09/2023, que normatiza os procedimentos para acompanhamento e controle de execução desta autorização, uniformizando os procedimentos e norteando as atividades desempenhadas pelos diversos setores da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Município de Anchieta/ES.
CONSIDERANDO as competências do Fiscal previstas nos artigos 6º, 19 e 20 da Instrução Normativa acima citada, além daquelas previstas no art. 117 da Lei 14.133/2021;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os seguintes servidores para atuar como fiscal, tendo em vista o Protocolo Digital N°551/2025, celebrado com as empresas 'ESCELSA/ EDP ESPIRITO SANTO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A', CNPJ 28.152.650/0001-71, cujo objeto é a contratação SERVIÇOS DE ENERGIA ELETRICA (EXTENSÃO DE REDE) devidamente adjudicado e homologado pelo Prefeito, em atendimento à Lei nº 14.133/2021:
Fiscal Titular: **Paulo Cesar Vieira, Portaria:068/2021**
Fiscal Substituto: **Otavio Picoli Ferrari, Portaria:085/2025**

Art. 2º. Esta Portaria terá validade após sua publicação na forma da Lei Orgânica Municipal e desde acompanhada do aceite dos fiscais indicados no artigo 1° desta.
Registre-se. Publique-se e cumpra-se.

Anchieta (ES) 27 de Janeiro de 2025.

ROBSON LORENCINI CECCON
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
Portaria nº 580/2024

Protocolo 1481190

PORTARIA Nº 126/2025, DE 27 DE JANEIRO DE 2025.

Dispõe sobre prorrogação de prazo para apurar os fatos narrados no processo administrativo digital nº 11119/2023.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições, previstas no Art. 183 § único, tendo em vista o disposto no artigo 185 da Lei Complementar nº 27, de 02 de junho de 2012 e considerando o que consta do Processo Administrativo Digital nº 11119/2023.

Resolve:

Art. 1º Prorrogar por 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão da Sindicância Investigativa referente ao Processo Administrativo Digital nº 11119/2023, sob a responsabilidade da 1ª Comissão Permanente de Disciplina, instaurada através da Portaria nº 1158 de 28 de setembro de 2023, publicada no D.O.M. em 16 de outubro de 2023, prorrogada pelas Portarias nº 1385 de 21/11/2023, nº 007/2024 de 02/01/2024, nº 059 de 18/01/2024, nº 259 de 01/03/2024, nº 350 de 04/04/2024, nº 475 de 30/04/2024, nº 587 de 12/06/2024, nº 685 de 01/07/2024, nº 969 de 13/09/2024, nº 970 de 13/09/2024 e nº 1245 de 06/12/2024, e em face das razões apresentadas pelo Presidente da 1ª CPD, constantes no **Memorando**

nº 453/2024.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **11 de outubro de 2024.**

Registre-se. Publique-se e cumpra-se.

Anchieta/ES, 27 de janeiro de 2025.

Leonardo Antônio Abrantes
Prefeito de Anchieta

Protocolo 1481657

PORTARIA Nº 127/2025, DE 27 DE JANEIRO DE 2025.

Dispõe sobre prorrogação de prazo para apurar os fatos narrados no processo administrativo digital nº 12020/2023.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições, previstas no Art. 183 § único, tendo em vista o disposto no artigo 185 da Lei Complementar nº 27, de 02 de junho de 2012 e considerando o que consta do Processo Administrativo Digital nº 12020/2023.

Resolve:
Art. 1º Prorrogar por 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão da Sindicância Investigativa referente ao Processo Administrativo Digital nº 12020/2023, sob a responsabilidade da 1ª Comissão Permanente de Disciplina, instaurada através da Portaria nº 1157 de 28 de setembro de 2023, publicada no D.O.M. em 16 de outubro de 2023, prorrogada conforme as Portarias nº 1384 de 21/11/2023, nº 039 de 10/01/2024, nº 168 de 19/02/2024, nº 325 de 27/03/2024, nº 326 de 27/03/2024, nº 471 de 30/04/2024, nº 585 de 12/06/2024, nº 684 de 11/07/2024, nº 966 de 13/09/2024 e nº 1248 de 06/12/2024, e em face das razões apresentadas pelo Presidente da 1ª CPD, constantes no **Memorando nº 452/2024**.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **11 de outubro de 2024.**

Registre-se. Publique-se e cumpra-se.

Anchieta/ES, 27 de janeiro de 2025.

Leonardo Antônio Abrantes
Prefeito de Anchieta

Protocolo 1481661

PORTARIA Nº 128/2025, DE 27 DE JANEIRO DE 2025.

Dispõe sobre prorrogação de prazo para apurar os fatos narrados no processo administrativo digital nº 13786/2023.

.
O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições, previstas no Art. 183 § único, tendo em vista o disposto no artigo 185 da Lei Complementar nº 27, de 02 de junho de 2012 e considerando o que consta do Processo Administrativo Digital nº 13786/2023.

Resolve:
Art. 1º Prorrogar por 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão da Sindicância Investigativa referente ao Processo Administrativo Digital nº 13786/2023, sob a responsabilidade da 1ª Comissão Permanente de Disciplina, instaurada através da Portaria nº 1454 de 04 de dezembro de 2023, publicada no D.O.M. em 07 de dezembro de 2023, prorrogada conforme as Portarias nº 057 de 18/01/2024, nº 261 de 01/03/2024, nº 324 de 27/03/2024, nº 473 de 30/04/2024, nº 584 de 12/06/2024, nº 679 de 01/07/2024, nº 963 de 13/09/2024, nº 964 de 13/09/2024 e nº 1250 de 06/12/2024, e em face das razões apresentadas pelo Presidente da 1ª CPD, constantes no **Memorando nº 457/2024**.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **03 de outubro de 2024.**

Registre-se. Publique-se e cumpra-se.

Anchieta/ES, 27 de janeiro de 2025.

Leonardo Antônio Abrantes
Prefeito de Anchieta

Protocolo 1481666

PORTARIA Nº 129/2025, DE 27 DE JANEIRO DE 2025.

Dispõe sobre prorrogação de prazo para apurar os fatos narrados no processos administrativo digital nº 17554/2023.

.
O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições, previstas no Art. 183 § único, tendo em vista o disposto no artigo 185 da Lei Complementar nº 27, de 02 de junho de 2012 e considerando o que consta do Processo Administrativo Digital nº 17554/2023.

Resolve:
Art. 1º Prorrogar por 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão da Sindicância Investigativa referente ao Processo Administrativo Digital nº 17554/2023, sob a responsabilidade da 1ª Comissão Permanente de Disciplina, instaurada através da Portaria nº 1404 de 29 de novembro de 2023, publicada no D.O.M. em 07 de dezembro de 2023, prorrogada conforme Portaria nº 056 de 18/01/2024, nº 249 de 01/03/2024, nº 351 de 04/04/2024, nº 470 de 30/04/2024, nº 583 de 12/06/2024, nº 807 de 26/07/2024, nº 961 de 13/09/2024 e nº 962 de 13/09/2024, e em face das razões apresentadas pelo Presidente da 1ª CPD, constantes no **Memorando nº 456/2024**.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **03 de outubro de 2024.**

Registre-se. Publique-se e cumpra-se.

Anchieta/ES, 27 de janeiro de 2025.

Leonardo Antônio Abrantes
Prefeito de Anchieta

Protocolo 1481669

PORTARIA Nº 130/2025, DE 27 DE JANEIRO DE 2025.

Dispõe sobre prorrogação de prazo para apurar os fatos narrados no processo administrativo nº 18356/2023.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições, previstas no Art. 183 § único, tendo em vista o disposto no artigo 185 da Lei Complementar nº 27, de 02 de junho de 2012 e considerando o que consta do Processo Administrativo Digital nº 18356/2023.

Resolve:

Art. 1º Prorrogar por 60 (sessenta) dias o prazo para conclusão dos trabalhos da 1ª Comissão Permanente de Disciplina, referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 18356/2023, sob a responsabilidade da 1ª Comissão Permanente de Disciplina, instaurada através da Portaria nº 272 de 04 de março de 2024, publicada no D.O.M. em 14 de março 2024, prorrogada conforme Portarias nº 683 de 01/07/2024, nº 989 de 13/09/2024 e nº 1252 de 06/12/2024, e em face das razões apresentadas pelo Presidente da 1ª CPD, constantes no **Memorando nº 495/2024**.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **14 de dezembro de 2024.**

Registre-se. Publique-se e cumpra-se.

Anchieta/ES, 27 de janeiro de 2025.

Leonardo Antônio Abrantes
Prefeito de Anchieta

Protocolo 1481674

PORTARIA Nº 131/2025, DE 27 DE JANEIRO DE 2025.

Dispõe sobre prorrogação de prazo para apurar os fatos narrados no processos administrativo digital nº 19844/2023.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições, previstas no Art. 183 § único, tendo em vista o disposto no artigo 185 da Lei Complementar nº 27, de 02 de junho de 2012 e considerando o que consta do Processo Administrativo Digital nº 19844/2023.

Resolve:
Art. 1º Prorrogar por 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão da Sindicância Investigativa referente ao Processo Administrativo Digital nº 19844/2023, sob a responsabilidade da 1ª Comissão Permanente de Disciplina, instaurada através da Portaria nº 169 de 19 de fevereiro de 2024, publicada no D.O.M. em 29 de fevereiro de 2024, prorrogada por meio das Portarias nº 353 de 04/04/2024, nº 581 de 12/06/2024, nº 582 de 12/06/2024, nº 692 de 01/07/2024, nº 959 de 13/09/2024, nº 960 de 13/09/2024 e n1253 de 06/12/2024, e em face das razões apresentadas pelo Presidente da 1ª CPD, constantes no **Memorando nº 461/2024**.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **27 de outubro de 2024.**

Registre-se. Publique-se e cumpra-se.

Anchieta/ES, 27 de janeiro de 2025.
Leonardo Antônio Abrantes
Prefeito de Anchieta

Protocolo 1481682

PORTARIA Nº 132/2025, DE 27 DE JANEIRO DE 2025.

Dispõe sobre prorrogação de prazo para apurar os fatos narrados no processos administrativo digital nº 19844/2023.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições, previstas no Art. 183 § único, tendo em vista o disposto no artigo 185 da Lei Complementar nº 27, de 02 de junho de 2012 e considerando o que consta do Processo Administrativo Digital nº 19844/2023.

Resolve:
Art. 1º Prorrogar por 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão da Sindicância Investigativa referente ao Processo Administrativo Digital nº 19844/2023, sob a responsabilidade da 1ª Comissão Permanente de Disciplina, instaurada através da Portaria nº 169 de 19 de fevereiro de 2024, publicada no D.O.M. em 29 de fevereiro de 2024, prorrogada por meio das Portarias nº 353 de 04/04/2024, nº 581 de 12/06/2024, nº 582 de 12/06/2024, nº 692 de 01/07/2024, nº 959 de 13/09/2024, nº 960 de 13/09/2024 e nº 1253 de 06/12/2024, e em face das razões apresentadas pelo Presidente da 1ª CPD, constantes no **Memorando nº 455/2024**.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **01 de outubro de 2024.**

Registre-se. Publique-se e cumpra-se.

Anchieta/ES, 27 de janeiro de 2025.

Leonardo Antônio Abrantes
Prefeito de Anchieta

Protocolo 1481686

PORTARIA Nº 133/2025, DE 27 DE JANEIRO DE 2025.

Dispõem sobre prorrogação de prazo para apurar os fatos narrados no processo administrativo nº 21236/2023.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 183 § único, tendo em vista o disposto nos artigos 187 e 188 da Lei Complementar nº 27, de 02 de junho de 2012 e considerando o que consta do Processo Administrativo Digital nº 21236/2023.

Resolve:
Art. 1º Prorrogar por 30 (trinta dias) dias o prazo para conclusão dos trabalhos da 1ª Comissão Permanente de Disciplina, referente ao Processo Administrativo Digital nº 21236/2023, instaurado através da Portaria nº 281 de 06 de março de 2024, publicada no D.O.M. em 15 de março de 2024, prorrogada conforme Portaria nº 507 de 07/05/2024, nº 596 de 15/06/2024, nº 703 de 01/07/2024, nº 1092 de 15/10/2024, nº 1093 de 15/10/2024 e nº 1255 de 09/12/2024, e em face das razões apresentadas pela Presidente da 1ª CPD constantes no **Memorando nº 463/2024.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia **12 de outubro de 2024.**

Registre-se. Publique-se e cumpra-se.
Anchieta/ES, 27 de janeiro de 2025.

Leonardo Antônio Abrantes
Prefeito de Anchieta

Protocolo 1481690

PORTARIA Nº 134/2025, DE 27 DE JANEIRO DE 2025.

Dispõe sobre prorrogação de prazo para apurar os fatos narrados no processo administrativo Digital 22707/2023.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 183 § único, tendo em vista o disposto nos artigos 187 e 188 da Lei Complementar nº 27, de 02 de junho de 2012 e considerando o que consta do Processo Administrativo Digital nº 22707/2023.

Resolve:

Art. 1º Prorrogar por 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar referente ao Processo Administrativo Digital nº 22707/2023, sob a responsabilidade da 1ª Comissão Permanente de Disciplina, instaurada através da Portaria nº 271 de 04/03/2024, publicada no D.O.M. em 21 de março de 2024, prorrogada conforme Portarias nº 595 de 13/06/2024, nº 806 de 26/07/2024 e nº 1256 de 09/12/2024, e em face das razões apresentadas pelo Presidente da 1ª CPD, constantes no **Memorando nº 464/2024.**
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia **19 de outubro de 2024.**

Registre-se. Publique-se e cumpra-se.

Anchieta/ES, 27 de janeiro de 2025.

Leonardo Antônio Abrantes
Prefeito de Anchieta

Protocolo 1481694

PORTARIA Nº 135/2025, DE 27 DE JANEIRO DE 2025.

Dispõe sobre prorrogação de prazo para apurar os fatos narrados no processo administrativo digital nº 22849/2023.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições, previstas no Art. 183 § único, tendo em vista o disposto no artigo 185 da Lei Complementar nº 27, de 02 de junho de 2012 e considerando o que consta do Processo Administrativo Digital nº 22849/2023.

Resolve:
Art. 1º Prorrogar por 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão da Sindicância Investigativa referente ao Processo Administrativo Digital nº 22849/2023, sob a responsabilidade da 1ª Comissão Permanente de Disciplina, instaurada através da Portaria nº 082 de 23 de janeiro de 2024, publicada no D.O.M. em 29 de janeiro de 2023, prorrogada por meio das Portarias nº 263 de 01/03/2024, nº 396 de 17/04/2024, nº 592 de 13/06/2024, nº 593 de 13/06/2024, nº 701 de 01/07/2024, nº 993 de 16/09/2024, nº 994 de 16/09/2024 e nº 1258 de 08/12/2024, e em face das razões apresentadas pelo Presidente da 1ª CPD, constantes no **Memorando nº 459/2024**.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **26 de outubro de 2024.**

Registre-se. Publique-se e cumpra-se.

Anchieta/ES, 27 de janeiro de 2025.

Leonardo Antônio Abrantes
Prefeito de Anchieta

Protocolo 1481697

PORTARIA Nº 136/2025, DE 27 DE JANEIRO DE 2025.

Determinar a instauração de sindicância investigativa para apurar os fatos narrados no processo administrativo digital nº 29257/2024.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições, previstas no Art. 183 § único, tendo em vista o disposto no artigo 185 da Lei Complementar nº 27, de 02 de junho de 2012 e considerando o que consta do Processo Administrativo Digital nº 29257/2024.

Resolve:

Art. 1º Instaurar Sindicância Administrativa, para sob a responsabilidade da 2ª Comissão Permanente de Disciplina, apurar os fatos narrados no Processo Administrativo Digital nº 29257/2024.

Art. 2º O prazo para conclusão dos trabalhos será de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado a pedido devidamente fundamentado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se e cumpra-se.

Anchieta/ES, 27 de janeiro de 2025.

Leonardo Antônio Abrantes
Prefeito de Anchieta

Protocolo 1481702

PORTARIA Nº 138/2025, DE 27 DE JANEIRO DE 2025.

Dispõe sobre prorrogação de prazo para apurar os fatos narrados no administrativo digital nº 21154/2023.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições, previstas no Art. 183 § único, tendo em vista o disposto no artigo 185 da Lei Complementar nº 27, de 02 de junho de 2012 e considerando o que consta do Processo Administrativo Digital nº 21154/2023.

Resolve:

Art. 1º Prorrogar por 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão da Sindicância Investigativa referente ao Processo Administrativo Digital nº 21154/2023, sob a responsabilidade da 2ª Comissão Permanente de Disciplina, instaurada através da Portaria nº 866 de 13 de agosto de 2024, publicada no D.O.M em 15/08/2024, prorrogada conforme Portaria nº 1187 de 12/11/2024, nº 1188 de 12/11/2024, nº 1189 de 12/11/2024 nº 1190 de 12/11/2024, e em face das razões apresentadas pela Presidente da 2ª CPD, constantes no **Memorando 427/2024.**
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia **14 de dezembro de 2025**.

Registre-se. Publique-se e cumpra-se.
Anchieta/ES, 27 de janeiro de 2025.

Leonardo Antônio Abrantes
Prefeito de Anchieta

Protocolo 1481708

PORTARIA Nº 139/2025, DE 11 DE JANEIRO DE 2025.

Dispõe sobre prorrogação de prazo para apurar os fatos narrados no processo administrativo digital nº 12515/2023.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições, previstas no Art. 183 § único, tendo em vista o disposto no artigo 185 da Lei Complementar nº 27, de 02 de junho de 2012 e considerando o que consta do Processo Administrativo Digital nº 12515/2023.

Resolve:

Art. 1º Prorrogar por 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão da Sindicância Investigativa referente ao Processo Administrativo Digital nº 12515/2023, sob a responsabilidade da 2ª Comissão Permanente de Disciplina, instaurada através da Portaria nº 1156 de 28 de setembro de 2023, publicada no D.O.M. em 16 de outubro de 2023, prorrogada pelas Portarias 1383 de 21/11/2023, 072 de 22/01/2024, nº 073 de 22/01/2024, nº 1195 de 14/11/2024, nº 1196 de 14/11/2024, nº 1197 de 14/11/2024, nº 1198 de 14/11/2024, nº 1199 de 14/11/2024, nº 1200 de 14/11/2024, nº 1201 de 14/11/2024, nº 1202 de 14/11/2024, nº 1203 de 14/11/2024, nº 1204 de 14/11/2024 e nº 1289 de 11/12/2024, e em face das razões apresentadas pelo Presidente da 2ª CPD, constantes no **Memorando nº 008/2025**.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **08 de janeiro de 2025.**

Registre-se. Publique-se e cumpra-se.

Anchieta/ES, 27 de janeiro de 2025.

Leonardo Antônio Abrantes
Prefeito de Anchieta

Protocolo 1481712

PORTARIA Nº 140/2025, DE 27 DE JANEIRO DE 2025.

Dispõe sobre prorrogação de prazo para apurar os fatos narrados no processo administrativo digital nº 26631/2024.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições, previstas no Art. 183 § único, tendo em vista o disposto no artigo 185 da Lei Complementar nº 27, de 02 de junho de 2012 e considerando o que consta do Processo Administrativo Digital nº 26631/2024.

Resolve:
Art. 1º Prorrogar por 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão da Sindicância Investigativa referente ao Processo Administrativo Digital nº 26631/2024, sob a responsabilidade da 2ª Comissão Permanente de Disciplina, instaurada através da Portaria nº 1227 de 25 de novembro 2024, publicada no D.O.M. em 27 de novembro de 2024, e em face das razões apresentadas pelo Presidente da 2ª CPD, constantes no **Memorando nº 006/2025**.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **28 de novembro de 2024.**

Registre-se. Publique-se e cumpra-se.

Anchieta/ES, 27 de janeiro de 2025.

Leonardo Antônio Abrantes
Prefeito de Anchieta

Protocolo 1481719

PORTARIA Nº 142/2025, DE 27 DE JANEIRO DE 2025.

Dispõe sobre prorrogação de prazo para apurar os fatos narrados no administrativo digital nº 785/2023.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições, previstas no Art. 183 § único, tendo em vista o disposto no artigo 185 da Lei Complementar nº 27, de 02 de junho de 2012 e considerando o que consta do Processo Administrativo Digital nº 785/2023.

Resolve:
Art. 1º Prorrogar por 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar referente ao Processo Administrativo Digital nº 785/2023, sob a responsabilidade da 2ª Comissão Permanente de Disciplina, instaurada através da Portaria nº 727 de 09 de maio de 2023, publicada no D.O.M. em 17 de maio de 2023, e prorrogada conforme Portarias nº 977 de 16/07/23, nº 1231 de 17/10/2023, nº 1405 de 29/11/2023, nº 080 de 22/01/2024, nº 464 de 30/04/2024, nº 513 de 09/05/2024, nº 792 de 24/07/2024, nº 1013 de 30/09/2024 e nº 1186 de 12/11/2024, e em face das razões apresentadas pela Presidente da 2ª CPD, constantes no **Memorando 004/2025.**
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia **04 de janeiro de 2025**.

Registre-se. Publique-se e cumpra-se.
Anchieta/ES, 27 de janeiro de 2025.
Leonardo Antônio Abrantes
Prefeito de Anchieta

Protocolo 1481722

PORTARIA Nº 143/2025, DE 27 DE JANEIRO DE 2025.

Dispõe sobre prorrogação de prazo para apurar os fatos narrados no administrativo digital nº 7603/2023.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições, previstas no Art. 183 § único, tendo em vista o disposto no artigo 185 da Lei Complementar nº 27, de 02 de junho de 2012 e considerando o que consta do Processo Administrativo Digital nº 7603/2023.

Resolve:
Art. 1º Prorrogar por 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão da Sindicância Investigativa referente ao Processo Administrativo Digital nº 7603/2023, sob a responsabilidade da 2ª Comissão Permanente de Disciplina, instaurada através da Portaria nº 816 de 12 de junho de 2023, publicada no D.O.M. em 15 de junho de 2023 e prorrogada conforme Portarias nº 986 de 21/07/2023, nº 1074 de 11/08/2023, nº 1218 de 16/10/2023, nº 1291 de 07/11/2023, nº 1393 de 21/11/2024, nº 1266 de 09/12/2024, nº 1267 de 09/12/2024, nº 1268 de 09/12/2024, nº 1269 de 09/12/2024, nº 1270 de 09/12/2024, nº 1271 de 09/12/2024, nº 1272 de 09/12/2024, nº 1273 de 09/12/2024, nº 1274 de 09/12/2024, nº 1275 de 09/12/2024, nº 1276 de 09/12/2024, nº 1277 de 09/12/2024 e nº 1285 de 11/12/2024, e em face das razões apresentadas pela Presidente da 2ª CPD, constantes no **Memorando 003/2025**.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia **05 de janeiro de 2025**.

Registre-se. Publique-se e cumpra-se.
Anchieta/ES, 27 de janeiro de 2025.

Leonardo Antônio Abrantes
Prefeito de Anchieta

Protocolo 1481725

PORTARIA Nº 144/2025, DE 27 DE JANEIRO DE 2025.

Dispõe sobre prorrogação de prazo para apurar os fatos narrados no administrativo digital nº 11042/2023.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições, previstas no Art. 183 § único, tendo em vista o disposto no artigo 185 da Lei Complementar nº 27, de 02 de junho de 2012 e considerando o que consta do Processo Administrativo Digital nº 11042/2023.
Resolve:
Art. 1º Prorrogar por 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão da Sindicância Investigativa referente ao Processo Administrativo Digital nº 11042/2023, sob a responsabilidade da 2ª Comissão Permanente de Disciplina, instaurada através da Portaria nº 1006 de 01 de agosto de 2023, publicada no D.O.M. em 09 de agosto de 2023, prorrogada conforme Portarias nº 1216 de 16/10/2023, nº 1287 de 06/11/2023, nº 1319 de 13/11/2023, nº 378 de 12/04/2024, nº 379 de 12/04/2024, nº 380 de 12/04/2024, nº 381 de 12/04/2024, nº 382 de 12/04/2024, nº 512 de 09/05/2024, nº 660 de 25/06/2024, nº 801 de 25/07/2024, nº 859 de 12/08/2024, nº 1011 de 30/09/2024, nº 1134 de 04/11/2024, nº 1135 de 04/11/2024, nº 1136 de 04/11/2024 e nº 1136 de 04/11/2024, e em face das razões apresentadas pela Presidente da 2ª CPD, constantes no **Memorando 002/2025**.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia **31 de dezembro de 2024**.

Registre-se. Publique-se e cumpra-se.
Anchieta/ES, 27 de janeiro de 2025.

Leonardo Antônio Abrantes
Prefeito de Anchieta

Protocolo 1481729

PORTARIA Nº 145/2025, DE 27 DE JANEIRO DE 2025.

Dispõe sobre prorrogação de prazo para apurar os fatos narrados no administrativo digital nº 21154/2023.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições, previstas no Art. 183 § único, tendo em vista o disposto no artigo 185 da Lei Complementar nº 27, de 02 de junho de 2012 e considerando o que consta do Processo Administrativo Digital nº 21154/2023.

Resolve:
Art. 1º Prorrogar por 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão da Sindicância Investigativa referente ao Processo Administrativo Digital nº 21154/2023, sob a responsabilidade da 2ª Comissão Permanente de Disciplina, instaurada através da Portaria nº 866 de 13 de agosto de 2024, publicada no D.O.M em 15/08/2024, prorrogada conforme Portaria nº 1187 de 12/11/2024, nº 1188 de 12/11/2024, nº 1189 de 12/11/2024, nº 1190 de 12/11/2024 e nº 138 de 27/01/2025, e em face das razões apresentadas pela Presidente da 2ª CPD, constantes no **Memorando 009/2025.**
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia **13 de janeiro de 2025**.

Registre-se. Publique-se e cumpra-se.
Anchieta/ES, 27 de janeiro de 2025.

Leonardo Antônio Abrantes
Prefeito de Anchieta

Protocolo 1481733

PORTARIA Nº 146/2025, DE 27 DE JANEIRO DE 2025.

Dispõe sobre prorrogação de prazo para apurar os fatos narrados no administrativo digital nº 22170/2024.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições, previstas no Art. 183 § único, tendo em vista o disposto no artigo 185 da Lei Complementar nº 27, de 02 de junho de 2012 e considerando o que consta do Processo Administrativo Digital nº 22170/2024.
Resolve:
Art. 1º Prorrogar por 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão da Sindicância Investigativa referente ao Processo Administrativo Digital nº 22170/2024, sob

a responsabilidade da 2ª Comissão Permanente de Disciplina, instaurada através da Portaria nº 925 de 09 de setembro de 2024, publicada no D.O.M. em 17 de setembro de 2024, prorrogado conforme Portarias nº 1137 de 04/11/2024 e nº 1138 de 04/11/2024, e em face das razões apresentadas pela Presidente da 2ª CPD, constantes no **Memorando 001/2025**.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia **16 de dezembro de 2024**.

Registre-se. Publique-se e cumpra-se.
Anchieta/ES, 27 de janeiro de 2025.

Leonardo Antônio Abrantes
Prefeito de Anchieta

Protocolo 1481735

PORTARIA Nº 147/2025, DE 27 DE JANEIRO DE 2025.

Dispõe sobre prorrogação de prazo para apurar os fatos narrados no administrativo digital nº 22170/2024.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições, previstas no Art. 183 § único, tendo em vista o disposto no artigo 185 da Lei Complementar nº 27, de 02 de junho de 2012 e considerando o que consta do Processo Administrativo Digital nº 22170/2024.
Resolve:
Art. 1º Prorrogar por 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão da Sindicância Investigativa referente ao Processo Administrativo Digital nº 22170/2024, sob a responsabilidade da 2ª Comissão Permanente de Disciplina, instaurada através da Portaria nº 925 de 09 de setembro de 2024, publicada no D.O.M. em 17 de setembro de 2024, prorrogado conforme Portarias nº 1137 de 04/11/2024, nº 1138 de 04/11/2024 e nº 146 de 27/01/2025, e em face das razões apresentadas pela Presidente da 2ª CPD, constantes no **Memorando 005/2025**.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia **15 de janeiro de 2025**.

Registre-se. Publique-se e cumpra-se.
Anchieta/ES, 27 de janeiro de 2025.

Leonardo Antônio Abrantes
Prefeito de Anchieta

Protocolo 1481741

PORTARIA Nº 148/2025, DE 27 DE JANEIRO DE 2025.

Dispõe sobre prorrogação de prazo para apurar os fatos narrados no processo administrativo nº 003197/2021.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições, previstas no Art. 183 § único, tendo em vista o disposto no artigo 185 da Lei Complementar nº 27, de 02 de junho de 2012 e considerando o que consta do Processo nº 003197/2021.

Resolve:
Art. 1º Prorrogar por 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão da Sindicância Investigativa referente ao Processo Administrativo nº 3197/2021, sob a responsabilidade da 1ª Comissão Permanente de Disciplina, instaurada através da Portaria nº 862 de 08 de junho de 2021, publicada no D.O.M. em 23 de junho 2021 e prorrogada conforme Portarias nº 1058 de 18/08/2021, nº 1099 de 30/08/2021, nº 1225 de 18/11/2021, nº 1374 de 07/12/2021, nº 042 de 06/01/2022, nº 114 de 28/01/2022, nº 422 de 2406/2022, nº 494 de 27/06/2022, nº 578 de 04/07/2022, nº 664 de 26/07/2022, nº 819 de 28/08/2022, nº 915 de 26/09/2022, nº 1013 de 03/10/2022, nº 1100 de 13/10/2022, nº 1207 de 08/11/2022, nº 1346 de 12/12/2022, nº 170 de 23/01/2023, nº 224 de 30/01/2023, nº 418 de 07/03/2023, nº 497 de 22/03/2023, nº 537 de 30/03/2023, nº 697 de 08/05/2023, nº 741 de 15/05/2023, nº 844 de 20/06/2023, nº 922 de 11/07/2023, nº 1062 de 08/08/2023, nº 1122 de 11/09/2023, nº 1333 de 14/11/2023, nº 1415 de 01/12/2023, nº 035 de 08/01/2024, nº 182 de 20/02/2024, n° 204 de 23/02/2024, nº 285 de 06/03/2024, nº 386 de 15/04/2024, nº 503 de 07/05/2024, nº 662 de 25/06/2024, nº 740 de 08/07/2024, nº 874 de 20/08/2024, nº 921 de 09/09/2024 e nº 1101 de 18/10/2024, e em face das razões apresentadas pela Presidente da 1ª CPD, constantes no **Memorando 435/2024.**
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia **05 de novembro de 2024**.

Registre-se. Publique-se e cumpra-se.
Anchieta/ES, 27 de janeiro de 2025.

Leonardo Antônio Abrantes
Prefeito de Anchieta

Protocolo 1481745

PORTARIA Nº 149/2025, DE 27 DE JANEIRO DE 2025.

Dispõe sobre prorrogação de prazo para apurar os fatos narrados no processo administrativo nº 003197/2021.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições, previstas no Art. 183 § único, tendo em vista o disposto no artigo 185 da Lei Complementar nº 27, de 02 de junho de 2012 e considerando o que consta do Processo nº 003197/2021.

Resolve:
Art. 1º Prorrogar por 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão da Sindicância Investigativa referente ao Processo Administrativo nº 3197/2021, sob a responsabilidade da 1ª Comissão Permanente de Disciplina, instaurada através da Portaria nº 862 de 08 de junho de 2021, publicada no D.O.M. em 23 de junho 2021 e prorrogada conforme Portarias nº 1058 de 18/08/2021, nº 1099 de 30/08/2021, nº 1225 de 18/11/2021, nº 1374 de 07/12/2021, nº 042 de 06/01/2022, nº 114 de 28/01/2022, nº 422 de 2406/2022, nº 494 de 27/06/2022, nº 578 de 04/07/2022, nº 664 de 26/07/2022, nº 819 de 28/08/2022, nº 915 de 26/09/2022, nº 1013 de 03/10/2022, nº 1100 de 13/10/2022, nº 1207 de 08/11/2022, nº 1346 de 12/12/2022, nº 170 de 23/01/2023, nº 224 de 30/01/2023, nº 418 de 07/03/2023, nº 497 de 22/03/2023, nº 537 de 30/03/2023, nº 697 de 08/05/2023, nº 741 de

15/05/2023, nº 844 de 20/06/2023, nº 922 de 11/07/2023, nº 1062 de 08/08/2023, nº 1122 de 11/09/2023, nº 1333 de 14/11/2023, nº 1415 de 01/12/2023, nº 035 de 08/01/2024, nº 182 de 20/02/2024, nº 204 de 23/02/2024, nº 285 de 06/03/2024, nº 386 de 15/04/2024, nº 503 de 07/05/2024, nº 662 de 25/06/2024, nº 740 de 08/07/2024, nº 874 de 20/08/2024, nº 921 de 09/09/2024, nº 1101 de 18/10/2024 e nº 148 de 27/01/2025, e em face das razões apresentadas pela Presidente da 1ª CPD, constantes no **Memorando 485/2024.**
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia **05 de dezembro de 2024**.

Registre-se. Publique-se e cumpra-se.
Anchieta/ES, 27 de janeiro de 2025.

Leonardo Antônio Abrantes
Prefeito de Anchieta

Protocolo 1481754

PORTARIA Nº 150/2025, DE 27 DE JANEIRO DE 2025.

Dispõe sobre prorrogação de prazo para apurar os fatos narrados no processo administrativo nº 003197/2021.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições, previstas no Art. 183 § único, tendo em vista o disposto no artigo 185 da Lei Complementar nº 27, de 02 de junho de 2012 e considerando o que consta do Processo nº 003197/2021.

Resolve:
Art. 1º Prorrogar por 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão da Sindicância Investigativa referente ao Processo Administrativo nº 3197/2021, sob a responsabilidade da 1ª Comissão Permanente de Disciplina, instaurada através da Portaria nº 862 de 08 de junho de 2021, publicada no D.O.M. em 23 de junho 2021 e prorrogada conforme Portarias nº 1058 de 18/08/2021, nº 1099 de 30/08/2021, nº 1225 de 18/11/2021, nº 1374 de 07/12/2021, nº 042 de 06/01/2022, nº 114 de 28/01/2022, nº 422 de 2406/2022, nº 494 de 27/06/2022, nº 578 de 04/07/2022, nº 664 de 26/07/2022, nº 819 de 28/08/2022, nº 915 de 26/09/2022, nº 1013 de 03/10/2022, nº 1100 de 13/10/2022, nº 1207 de 08/11/2022, nº 1346 de 12/12/2022, nº 170 de 23/01/2023, nº 224 de 30/01/2023, nº 418 de 07/03/2023, nº 497 de 22/03/2023, nº 537 de 30/03/2023, nº 697 de 08/05/2023, nº 741 de 15/05/2023, nº 844 de 20/06/2023, nº 922 de 11/07/2023, nº 1062 de 08/08/2023, nº 1122 de 11/09/2023, nº 1333 de 14/11/2023, nº 1415 de 01/12/2023, nº 035 de 08/01/2024, nº 182 de 20/02/2024, nº 204 de 23/02/2024, nº 285 de 06/03/2024, nº 386 de 15/04/2024, nº 503 de 07/05/2024, nº 662 de 25/06/2024, nº 740 de 08/07/2024, nº 874 de 20/08/2024, nº 921 de 09/09/2024, nº 1101 de 18/10/2024, nº 148 de 27/01/2025 e nº 149 de 27/01/2025, e em face das razões apresentadas pela Presidente da 1ª CPD, constantes no **Memorando 001/2025.**
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia **04 de janeiro de 2025**.

Registre-se. Publique-se e cumpra-se.
Anchieta/ES, 27 de janeiro de 2025.

Leonardo Antônio Abrantes
Prefeito de Anchieta

Protocolo 1481760

PORTARIA Nº 151/2025, DE 27 DE JANEIRO DE 2025.

Dispõe sobre prorrogação do prazo para apurar os fatos narrados no processo administrativo nº 011809/2021.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições, previstas no Art. 183 § único, tendo em vista o disposto no artigo 185 da Lei Complementar nº 27, de 02 de junho de 2012 e considerando o que consta do Processo nº 011809/2021.
Resolve:
Art. 1º Prorrogar por 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão da Sindicância Investigativa referente ao Processo Administrativo nº 011809/2021, sob a responsabilidade da 1ª Comissão Permanente de Disciplina, instaurada através da Portaria nº 1135 de 17 de setembro de 2021, publicada no D.O.M em 01 de outubro de 2021 e prorrogada pelas Portarias nº 059 de 06/01/2022, nº 431 de 24/06/2022, nº 593 de 04/07/2022, nº 872 de 23/09/2022, nº 1147 de 17/10/2022, nº 1213 de 08/11/2022, nº 175 de 23/01/2023, nº 430 de 08/03/2023, nº 652 de 26/04/2023, nº 796 de 25/05/2023, nº 995 de 31/07/2023, nº 1132 de 13/09/2023, nº 1428 de 01/12/2023, nº 227 de 26/02/2024, nº 286 de 06/03/2024, nº 609 de 14/06/2024, nº 811 de 26/07/2024 e nº 1032 de 01/10/2024, e em face das razões apresentadas pelo Presidente da 1ª CPD, constantes no **Memorando nº 441/2024.**
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia **15 de novembro de 2024.**

Registre-se. Publique-se e cumpra-se.

Anchieta/ES, 27 de janeiro de 2025.

Leonardo Antônio Abrantes
Prefeito de Anchieta

Protocolo 1481766

PORTARIA Nº 152/2025, DE 27 DE JANEIRO DE 2025.

Dispõe sobre prorrogação do prazo para apurar os fatos narrados no processo administrativo nº 011809/2021.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições, previstas no Art. 183 § único, tendo em vista o disposto no artigo 185 da Lei Complementar nº 27, de 02 de junho de 2012 e considerando o que consta do Processo nº 011809/2021.
Resolve:
Art. 1º Prorrogar por 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão da Sindicância Investigativa referente ao Processo Administrativo nº 011809/2021, sob a responsabilidade da 1ª

Comissão Permanente de Disciplina, instaurada através da Portaria nº 1135 de 17 de setembro de 2021, publicada no D.O.M em 01 de outubro de 2021 e prorrogada pelas Portarias nº 059 de 06/01/2022, nº 431 de 24/06/2022, nº 593 de 04/07/2022, nº 872 de 23/09/2022, nº 1147 de 17/10/2022, nº 1213 de 08/11/2022, nº 175 de 23/01/2023, nº 430 de 08/03/2023, nº 652 de 26/04/2023, nº 796 de 25/05/2023, nº 995 de 31/07/2023, nº 1132 de 13/09/2023, nº 1428 de 01/12/2023, nº 227 de 26/02/2024, nº 286 de 06/03/2024, nº 609 de 14/06/2024, nº 811 de 26/07/2024, nº 1032 de 01/10/2024 e nº 151 de 27/01/2025, e em face das razões apresentadas pelo Presidente da 1ª CPD, constantes no **Memorando nº 003/2025.**
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia **14 de janeiro de 2025.**

Registre-se. Publique-se e cumpra-se.

Anchieta/ES, 27 de janeiro de 2025.

Leonardo Antônio Abrantes
Prefeito de Anchieta

Protocolo 1481774

PORTARIA Nº 153/2025, DE 27 DE JANEIRO DE 2025

Dispõe sobre prorrogação de prazo para apurar os fatos narrados no processo administrativo nº 025336/2022.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições, previstas no Art. 183 § único, tendo em vista o disposto no artigo 185 da Lei Complementar nº 27, de 02 de junho de 2012 e considerando o que consta do Processo nº 025336/2022.

Resolve:

Art. 1º Prorrogar por 60 (trinta) dias, o prazo para a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar referente ao Processo Administrativo nº 025336/2022, sob a responsabilidade da 1ª Comissão Permanente de Disciplina, instaurada através da Portaria nº 465 de 16 de março de 2023, publicada no D.O.M. em 23 de março de 2023, e prorrogada conforme Portaria nº 813 de 01/06/2023, nº 1018 de 02/08/2023, nº 037 de 10/01/2024, nº 038 de 10/01/2024, nº 228 de 26/02/2024, nº 282 de 06/03/2024, nº 633 de 21/06/2024, nº 810 de 26/07/2024 e nº 999 de 17/09/2024, e em face das razões apresentadas pelo Presidente da 1ª CPD, constantes no **Memorando nº 436/2024.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **13 de novembro de 2024.**

Registre-se. Publique-se e cumpra-se.

Anchieta/ES, 27 de janeiro de 2025.

Leonardo Antônio Abrantes
Prefeito de Anchieta

Protocolo 1481785

PORTARIA Nº 154/2025, DE 27 DE JANEIRO DE 2025

Dispõe sobre prorrogação de prazo para apurar os fatos narrados no processo administrativo nº 025336/2022.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições, previstas no Art. 183 § único, tendo em vista o disposto no artigo 185 da Lei Complementar nº 27, de 02 de junho de 2012 e considerando o que consta do Processo nº 025336/2022.

Resolve:

Art. 1º Prorrogar por 60 (trinta) dias, o prazo para a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar referente ao Processo Administrativo nº 025336/2022, sob a responsabilidade da 1ª Comissão Permanente de Disciplina, instaurada através da Portaria nº 465 de 16 de março de 2023, publicada no D.O.M. em 23 de março de 2023, e prorrogada conforme Portaria nº 813 de 01/06/2023, nº 1018 de 02/08/2023, nº 037 de 10/01/2024, nº 038 de 10/01/2024, nº 228 de 26/02/2024, nº 282 de 06/03/2024, nº 633 de 21/06/2024, nº 810 de 26/07/2024, nº 999 de 17/09/2024 e nº 153 de 27/01/2025, e em face das razões apresentadas pelo Presidente da 1ª CPD, constantes no **Memorando nº 007/2025.**
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **112 de janeiro de 2025.**

Registre-se. Publique-se e cumpra-se.

Anchieta/ES, 27 de janeiro de 2025.

Leonardo Antônio Abrantes
Prefeito de Anchieta

Protocolo 1481793

PORTARIA Nº 155/2025, DE 27 DE JANEIRO DE 2025.

Dispõe sobre prorrogação de prazo para apurar os fatos narrados no processo administrativo nº 11739/2019.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições, previstas no Art. 183 § único, tendo em vista o disposto no artigo 185 da Lei Complementar nº 27, de 02 de junho de 2012 e considerando o que consta do Processo nº 11739/2019.
Resolve:
Art. 1º Prorrogar por 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão da Sindicância Investigativa referente ao Processo Administrativo nº 11739/2019, sob a responsabilidade da 1ª Comissão Permanente de Disciplina, instaurada através da Portaria nº 378 de 09/08/2019, publicada no D.O.M. em 23 de agosto de 2019, prorrogada através das Portarias nº 450 de 30/09/2019, nº 502 de 31/10/2019, nº 546 de 25/11/2019, nº 052 de 03/01/2020, nº 080 de 21/01/2020, nº 216 de 19/02/2020, nº 329 de 17/08/2020, nº 344 de 18/08/2020, nº 402 de 14/09/2020, nº 492 de 30/11/2020, nº 500 de 30/11/2020, nº 551 de 14/12/2020, nº 284 de 18/01/2021, nº 607 de 24/02/2021, nº 709 de 08/04/2021, nº 746 de 19/04/2021, nº 818 de

17/05/2021, nº 884 de 25/06/2021, nº 1038 de 18/08/2021, nº 1073 de 20/0/2021, nº 1187 de 21/10/2021, nº 1285 de 23/11/2021, nº 023 de 05/01/2022, nº 090 de 26/01/2022, nº 289 de 07/04/2022, nº 445 de 24/06/2022, nº'525 de 28/06/2022, nº 619 de 25/07/2022, nº 710 de 27/07/2022, nº 879 de 26/09/2022, nº 969 de 30/09/2022, nº 1056 de 10/10/2022, nº 1170 de 24/10/2022, nº 1219 de 08/11/2022, nº 129 de 11/01/2023, nº 180 de 23/01/2023, nº 310 de 17/02/2023, nº 442 de 09/03/2023, nº 520 de 27/03/2023, nº 663 de 05/05/2023, nº 750 de 16/05/2023, nº 871 de 26/06/2023, nº 944 de 13/07/2023, nº 1016 de 02/08/2023, nº 1098 de 29/08/2023, nº 1438 de 04/12/2023, nº 1465 de 06/12/2023, nº 020 de 05/01/2024, n° 029 de 08/01/2024, n° 135 de 08/02/2024, nº 238 de 26/02/2024, nº 423 de 22/04/2024, nº 440 de 25/04/2024, nº 645 de 24/06/2024, nº 819 de 26/07/2024, nº 900 de 26/08/2024, nº 1035 de 01/10/2024, nº 1108 de 31/10/2024 e nº 1303 de 12/12/2024, e em face das razões apresentadas pela Presidente da 1ª CPD, constantes no **Memorando nº 496/2024**.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia **22 de dezembro de 2024.**
Registre-se. Publique-se e cumpra-se.
Anchieta/ES, 27 de janeiro de 2025.

Leonardo Antônio Abrantes
Prefeito de Anchieta

Protocolo 1481797

PORTARIA Nº 160/2025, DE 28 DE JANEIRO DE 2025.

Dispõe sobre prorrogação do prazo para apurar os fatos narrados no processo administrativo nº 001128/2021.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições, previstas no Art. 183 § único, tendo em vista o disposto no artigo 185 da Lei Complementar nº 27, de 02 de junho de 2012 e considerando o que consta do Processo nº 001128/2021.
Resolve:
Art. 1º Prorrogar por 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão da Sindicância Investigativa referente ao Processo Administrativo nº 001128/2021, sob a responsabilidade da 1ª Comissão Permanente de Disciplina, instaurada através da Portaria nº 574 de 12 de fevereiro de 2021, publicada no D.O.M. em 15 de março de 2021 e prorrogada conforme Portarias nº 757 de 19/04/2021, nº 826 de 18/05/2021, nº 893 de 25/06/2021, nº 1045 de 18/08/2021, nº 1086 de 30/08/2021, nº 1193 de 21/10/2021, nº 1299 de 23/11/2021, nº 029 de 06/01/2022, nº 096 de 26/01/2022, nº 342 de 27/04/2022, nº 449 de 24/06/2022, nº 530 de 28/06/2022, nº 624 de 25/07/2022, nº 716 de 27/07/2022, nº 888 de 26/09/2022, nº 972 de 30/09/2022, nº 1062 de 10/10/2022, nº 1211 de 08/11/2022, nº 1337 de 12/12/2022, nº 134 de 11/01/2023, nº 212 de 30/01/2023, nº 315 de 17/02/2023, nº 444 de 09/03/2023, nº 523 de 27/03/2023, nº 666 de 05/05/2023, nº 753 de 16/05/2023, nº 874 de 26/06/2023, nº 948 de 13/07/2023, nº 1011 de 02/08/2023, nº 1105 de 30/08/2023, nº 1175 de 02/10/2023, nº 1329 de 14/11/2023, nº 1431 de 01/12/2023, n° 023 de 05/01/2024, n° 117 de 07/02/2024, nº 234 de 26/02/2024, nº 419 de 22/04/2024, nº 458 de 29/04/2024, nº 638 de 24/06/2024, nº 673 de 27/06/2024, nº 817 de 27/07/2024, nº 899 de 26/08/2024, nº 1036 de 01/10/2024, nº 1116 de 01/11/2024 e nº 1304 de 12/12/2024, e em face das razões apresentadas pelo Presidente da 1ª CPD, constantes no **Memorando nº 497/2024.**
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia **25 de dezembro de 2025**.

Registre-se. Publique-se e cumpra-se.

Anchieta/ES, 28 de janeiro de 2025.

Leonardo Antônio Abrantes
Prefeito de Anchieta

Protocolo 1481800

PORTARIA Nº 161/2025, DE 28 DE JANEIRO DE 2025.

Dispõe sobre prorrogação do prazo para apurar os fatos narrados no processo administrativo nº 10980/2019.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições, previstas no Art. 183 § único, tendo em vista o disposto no artigo 185 da Lei Complementar nº 27, de 02 de junho de 2012 e considerando o que consta do Processo nº 10980/2019.

Resolve:
Art. 1º Prorrogar por 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão da Sindicância Investigativa referente ao Processo Administrativo nº 10980/2019, sob a responsabilidade da 1ª Comissão Permanente de Disciplina, instaurada através da Portaria nº 379 de 31 de maio de 2022, publicada no D.O.M. em 08 de junho de 2022 e prorrogada através das Portarias nº 1262 de 09/11/2022, nº 1275 de 23/11/2022, nº 1294 de 01/12/2022, nº 1312 de 12/12/2022, nº 138 de 12/01/2023, nº 216 de 30/01/2023, nº 319 de 17/02/2023, nº 448 de 09/03/2023, nº 527 de 27/03/2023, nº 670 de 05/05/2023, nº 757 de 16/05/2023, nº 878 de 26/06/2023, nº 951 de 13/07/2023, nº 1014 de 02/08/2023, nº 1108 de 30/08/2023, nº 1178 de 02/10/2023, nº 1326 de 14/11/2023, nº 1433 de 01/12/2023, nº 027 de 08/01/2024, n°120 de 07/02/2024, nº 237 de 26/02/2024, nº 422 de 22/04/2024, nº 455 de 29/04/2024, nº 641 de 24/06/2024, nº 735 de 08/07/2024, nº 816 de 26/07/2024, nº 898 de 26/08/2024, nº 1037 de 01/10/2024, nº 1117 de 01/11/2024 e nº 1305 de 12/12/2024, e em face das razões apresentadas pela Presidente da 1ª CPD, constantes no **Memorando 498/2024.**
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia **25 de dezembro de 2024**.

Registre-se. Publique-se e cumpra-se.

Anchieta/ES, 28 de janeiro de 2025.

Leonardo Antônio Abrantes
Prefeito de Anchieta

Protocolo 1481808

PORTARIA Nº 162/2025, DE 28 DE JANEIRO DE 2025.

Dispõe sobre prorrogação do prazo para apurar os fatos narrados no processo administrativo nº 004568/2021 e apensos nº 013199/2021, nº 006865/2020, nº 006861/2020 e nº 006863/2020.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições, previstas no Art. 183 § único, tendo em vista o disposto no artigo 185 da Lei Complementar nº 27, de 02 de junho de 2012 e considerando o que consta do Processo nº 004568/2021 e apensos nº 013199/2021, nº 006865/2020, nº 006861/2020 e nº 006863/2020.

Resolve:
Art. 1º Prorrogar por 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão da Sindicância Investigativa referente ao Processo Administrativo nº 004568/2021 e apensos nº 013199/2021, nº 006865/2020, nº 006861/2020 e nº 006863/2020 001129/2021, sob a responsabilidade da 1ª Comissão Permanente de Disciplina, instaurada através da Portaria nº 007/2022, de 04 de janeiro de 2022, publicada no D.O.M. em 11 de janeiro de 2022, e prorrogada conforme Portaria nº 452 de 24/06/2022, nº 534 de 28/06/2022, nº 629 de 25/07/2022, nº 802 de 26/08/2022, nº 892 de 26/09/2022, nº 979 de 30/09/2022, nº 1068 de 10/10/2022, nº 1209 de 08/11/2022, nº 1338 de 12/12/2022, nº 049 de 02/01/2023, nº 217 de 30/01/2023, nº 321 de 17/02/2023, nº 440 de 09/03/2023, nº 539 de 30/03/2023, nº 671 de 05/05/2023, nº 758 de 16/05/2023, nº 952 de 13/07/2023, nº 1017 de 02/08/2023, nº 1057 de 07/08/2023, nº 1373 de 20/11/2023, nº 1472 de 01/12/2023, nº 1475 de 06/12/2023, nº 021 de 05/01/2024, nº 181 de 20/02/2024, nº 205 de 23/02/2024, nº 289 de 06/03/2024, nº 385 de 15/04/2024, nº 502 de 07/05/2024, nº 661 de 25/06/2024, nº 741 de 08/07/2024, nº 818 de 26/07/2024, nº 897 de 26/08/2024, nº 1038 de 01/10/2024, nº 1118 de 01/11/2024 e nº 1306 de 12/12/2024, e em face das razões apresentadas pelo Presidente da 1ª CPD, constantes no **Memorando nº 499/2024**.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia **28 de dezembro 2024**.

Registre-se. Publique-se e cumpra-se.
Anchieta/ES, 28 de janeiro de 2025.

Leonardo Antônio Abrantes
Prefeito de Anchieta

Protocolo 1481814

PORTARIA Nº 163/2025, DE 28 DE JANEIRO DE 2025.

Dispõe sobre prorrogação do prazo para apurar os fatos narrados no processo administrativo nº 1913/2023.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições, previstas no Art. 183 § único, tendo em vista o disposto no artigo 185 da Lei Complementar nº 27, de 02 de junho de 2012 e considerando o que consta do Processo nº 1913/2023.
Resolve:
Art. 1º Prorrogar por 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão da Sindicância Investigativa referente ao Processo Administrativo nº 1913/2023, sob a responsabilidade da 1ª Comissão Permanente de Disciplina, instaurada através da Portaria nº 731 de 12 de maio de 2023, publicada no D.O.M. em 06 de junho de 2023 e prorrogado pelas Portarias nº 923 de 11/07/2023, nº 1055 de 07/08/2023, nº 1117 de 11/09/2023, nº 1332 de 14/11/2023, nº 1414 de 01/12/2023, nº 189 de 21/02/2024, nº 202 de 23/02/2024, nº 203 de 23/02/2024, nº 283 de 06/03/2024, nº 388 de 15/04/2024, nº 505 de 07/05/2024, nº 738 de 08/07/2024, nº 822 de 26/07/2024, nº 896 de 26/08/2024, nº 1034 de 01/10/2024, nº 1115 de 01/11/2024 e nº 1309 de 12/12/2024, e em face das razões apresentadas pela Presidente da 1ª CPD, constantes no **Memorando 501/2024**.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia **28 de dezembro de 2024**.

Registre-se. Publique-se e cumpra-se.

Anchieta/ES, 28 de janeiro de 2025.

Leonardo Antônio Abrantes
Prefeito de Anchieta

Protocolo 1481820

PORTARIA Nº 164/2025, DE 28 DE JANEIRO DE 2025.

Dispõe sobre prorrogação do prazo para apurar os fatos narrados no processo administrativo nº 24985/2019.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições, previstas no Art. 183 § único, tendo em vista o disposto no artigo 185 da Lei Complementar nº 27, de 02 de junho de 2012 e considerando o que consta do Processo nº 24985/2019.

Resolve:
Art. 1º Prorrogar por 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão da Sindicância Investigativa referente ao Processo Administrativo nº 24985/2019, sob a responsabilidade da 1ª Comissão Permanente de Disciplina, instaurada através da Portaria nº 600 de 23 de fevereiro de 2021, publicada no D.O.M. em 15 de março de 2021 e prorrogada conforme Portarias nº 759 de 19/04/2021, nº 823 de 17/05/2021, nº 891 de 25/06/2021, nº 1043 de 18/08/2021, nº 1084 de 30/08/2021, nº 1191 de 21/10/2021, nº 1297 de 23/11/2021, nº 028 de 06/01/2022, nº 097 de 26/01/2022, nº 341 de 27/04/2022, nº 450 de 24/06/2022, 531 de 28/06/2022, nº 626 de 25/07/2022, nº 727 de 01/08/2022, nº 890 de 26/09/2022, nº 973 de 30/09/2022, nº 1064 de 10/10/2022, nº 1212 de 08/11/2022, nº 1336 de 12/12/2022, nº 136 de 11/01/2023, nº 214 de 20/01/2023, nº 317 de 17/02/2023, nº 446 de 09/03/2023, nº 525 de 27/03/2023, nº 668 de 05/05/2023, nº 755 de 16/05/2023, nº 877 de 26/06/2023, nº 950 de 13/07/2023, nº 1013 de 02/08/2023, nº 1107 de 30/08/2023, nº 1177 de 02/10/2023, nº 1327 de 14/11/2023, nº 1432 de 01/12/2023, nº 028 de 08/01/2024, nº 119 de 07/02/2024, nº 236 de 26/02/2024, nº 421 de 22/04/2024, nº 456 de 29/04/2024, nº 640 de

24/06/2024, nº 734 de 08/07/2024, nº 821 de 26/07/2024, nº 893 de 26/08/2024, nº 1033 de 01/10/2024, nº 1113 de 01/11/2024 e nº 308 de 12/12/2024, e em face das razões apresentadas pelo Presidente da 1ª CPD, constantes no **Memorando nº 493/2024.**
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia **25 de dezembro de 2024**.

Registre-se. Publique-se e cumpra-se.

Anchieta/ES, 28 de janeiro de 2025.

Leonardo Antônio Abrantes
Prefeito de Anchieta

Protocolo 1481827

PORTARIA Nº 165/2025, DE 28 DE JANEIRO DE 2025.

Dispõe sobre prorrogação do prazo para apurar os fatos narrados no processo administrativo nº 12030/2020.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 183 § único, tendo em vista o disposto nos artigos 187 e 188 da Lei Complementar nº 27, de 02 de junho de 2012 e considerando o que consta do Processo nº 12030/2020.

Resolve:
Art. 1º Prorrogar por 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão da Sindicância Investigativa referente ao Processo Administrativo nº 12030/2020, sob a responsabilidade da 1ª Comissão Permanente de Disciplina, instaurada através da Portaria nº 452 de 12 de novembro de 2020, publicada no D.O.M. em 16 de novembro de 2020 e prorrogada conforme Portarias nº 290 de 18/01/2021, nº 717 de 08/04/2021, nº 828 de 18/05/2021, nº 1033 de 17/08/2021, nº 1198 de 21/10/2021, nº 034 de 06/01/2022, nº 338 de 27/04/2022, nº 533 de 28/06/2022, nº 729 de 01/08/2022, nº 978 de 30/09/2022, nº 1208 de 08/11/2022, nº 140 de 11/01/2023, nº 320 de 17/02/2023, nº 519 de 27/03/2023, nº 749 de 16/05/2023, nº 942 de 13/07/2023, nº 1118 de 11/09/2023, nº 1368 de 20/11/2023, nº 142 de 15/02/2024, nº 287 de 06/03/2024, nº 461 de 29/04/2024, nº 736 de 08/07/2024, nº 894 de 26/08/2024 e nº 1114 de 01/11/2024, e em face das razões apresentadas pela Presidente da 1ª CPD, constantes no **Memorando nº 494/2024.**
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **27 de dezembro de 2024.**

Registre-se. Publique-se e cumpra-se.

Anchieta/ES, 28 de janeiro de 2025.

Leonardo Antônio Abrantes
Prefeito de Anchieta

Protocolo 1481834

PORTARIA Nº 166/2025, DE 28 DE JANEIRO DE 2025.
Dispõe sobre prorrogação do prazo para apurar os fatos narrados no processo administrativo nº 1111/2023.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições, previstas no Art. 183 § único, tendo em vista o disposto no artigo 185 da Lei Complementar nº 27, de 02 de junho de 2012 e considerando o que consta do Processo nº 1111/2023.

Resolve:
Art. 1º Prorrogar por 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão da Sindicância Investigativa referente ao Processo Administrativo nº 1111/2023, sob a responsabilidade da 1ª Comissão Permanente de Disciplina, instaurada através da Portaria nº 618 de 19 de abril de 2023, publicada no D.O.M. em 11 de maio de 2023 e prorrogada conforme Portarias nº 924 de 11/07/2023, nº 955 de 13/07/2023, nº 1065 de 08/08/2023, nº 1375 de 20/11/2023, nº 044 de 15/01/2024, nº 103 de 31/01/2024, nº 177 de 20/02/2024, nº 193 de 21/02/2024, nº 194 de 21/02/2024, nº 284 de 06/03/2024, nº 387 de 15/04/2024, nº 504 de 07/05/2024, nº 663 de 25/06/2024, nº 739 de 08/07/2024, nº 875 de 20/08/2024, nº 922 de 09/09/2024 e nº 1102 de 18/10/2024, e em face das razões apresentadas pela Presidente da 1ª CPD, constantes no **Memorando 434/2024**.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia **02 de novembro de 2024**.

Registre-se. Publique-se e cumpra-se.

Anchieta/ES, 28 de janeiro de 2025.

Leonardo Antônio Abrantes
Prefeito de Anchieta

Protocolo 1481842

PORTARIA Nº 167/2025, DE 28 DE JANEIRO DE 2025.

Dispõe sobre prorrogação do prazo para apurar os fatos narrados no processo administrativo nº 1111/2023.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições, previstas no Art. 183 § único, tendo em vista o disposto no artigo 185 da Lei Complementar nº 27, de 02 de junho de 2012 e considerando o que consta do Processo nº 1111/2023.

Resolve:
Art. 1º Prorrogar por 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão da Sindicância Investigativa referente ao Processo Administrativo nº 1111/2023, sob a responsabilidade da 1ª Comissão Permanente de Disciplina, instaurada através da Portaria nº 618 de 19 de abril de 2023, publicada no D.O.M. em 11 de maio de 2023 e prorrogada conforme Portarias nº 924 de 11/07/2023, nº 955 de 13/07/2023, nº 1065 de 08/08/2023, nº 1375 de 20/11/2023, nº 044 de 15/01/2024, nº 103 de 31/01/2024, nº 177 de 20/02/2024, nº 193 de 21/02/2024, nº 194 de 21/02/2024, nº 284 de 06/03/2024, nº 387 de 15/04/2024, nº 504 de 07/05/2024, nº 663 de 25/06/2024, nº 739 de 08/07/2024, nº 875 de 20/08/2024, nº 922 de 09/09/2024, nº 1102 de 18/10/2024 e nº 166 de 28/01/2025, e em face das razões apresentadas pela Presidente da 1ª CPD, constantes no **Memorando 486/2024**.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua

publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia **02 de dezembro de 2024**.

Registre-se. Publique-se e cumpra-se.

Anchieta/ES, 28 de janeiro de 2025.

Leonardo Antônio Abrantes
Prefeito de Anchieta

Protocolo 1481846

PORTARIA Nº 168/2025, DE 28 DE JANEIRO DE 2025.

Dispõe sobre prorrogação do prazo para apurar os fatos narrados no processo administrativo nº 1111/2023.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições, previstas no Art. 183 § único, tendo em vista o disposto no artigo 185 da Lei Complementar nº 27, de 02 de junho de 2012 e considerando o que consta do Processo nº 1111/2023.

Resolve:

Art. 1º Prorrogar por 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão da Sindicância Investigativa referente ao Processo Administrativo nº 1111/2023, sob a responsabilidade da 1ª Comissão Permanente de Disciplina, instaurada através da Portaria nº 618 de 19 de abril de 2023, publicada no D.O.M. em 11 de maio de 2023 e prorrogada conforme Portarias nº 924 de 11/07/2023, nº 955 de 13/07/2023, nº 1065 de 08/08/2023, nº 1375 de 20/11/2023, nº 044 de 15/01/2024, nº 103 de 31/01/2024, nº 177 de 20/02/2024, nº 193 de 21/02/2024, nº 194 de 21/02/2024, nº 284 de 06/03/2024, nº 387 de 15/04/2024, nº 504 de 07/05/2024, nº 663 de 25/06/2024, nº 739 de 08/07/2024, nº 875 de 20/08/2024, nº 922 de 09/09/2024, nº 1102 de 18/10/2024, nº 166 de 28/01/2025 e nº 167 de 28/01/2025, e em face das razões apresentadas pela Presidente da 1ª CPD, constantes no **Memorando 502/2024**.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia **31 de dezembro de 2024**.

Registre-se. Publique-se e cumpra-se.

Anchieta/ES, 28 de janeiro de 2025.

Leonardo Antônio Abrantes
Prefeito de Anchieta

Protocolo 1481853

Errata

ERRATA
Na publicação de edição nº 2.690 Protocolo nº 1477160, realizada no dia 24 de Janeiro de 2025, PORTARIA/ CORREGEDORIA GCMA Nº 04/2025, processo nº 1691/2025.
Onde se lê: Art.*1*° - Determinar a Instauração de Processo Administrativo Disciplinar, nos termos do artigo 45 e seguintes da Lei Municipal nº 1542/2022, com a finalidade de apurar a conduta dos servidores R.B.S, F.A.D, J.O.A. e A.P.M.M. e suas respectivas responsabilidades, durante a Ocorrência do dia 25/12/2024.
Leia-se: Art.*1*° - Determinar a Instauração de Processo Administrativo Disciplinar, nos termos do artigo 45 e seguintes da Lei Municipal nº 1542/2022, com a finalidade de apurar a conduta dos servidores R.B.S, P.A.D, J.O.A. e A.P.M.M. e suas respectivas responsabilidades, durante a Ocorrência do dia 25/12/2024.

Protocolo 1481077

Aracruz

Decreto

DECRETO N.º 47.895, DE 28/01/2025.

NOMEIA PARA CARGO EM COMISSÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI N.º 2.898, DE 31/03/2006;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Senhor EDINANDE GUIDOTE RIBEIRO, para exercer o Cargo em Comissão de Gerência de Oportunidade e Geração de Renda -Secretaria de Assistência Social do Município de Aracruz - SEMAS, Símbolo CC 7, conforme Processo nº 1606/2025.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 28 de janeiro de 2025.

LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito Municipal

Protocolo 1481531

DECRETO N.º 47.896, DE 28/01/2025.

NOMEIA PARA CARGO EM COMISSÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFEREM AS LEIS N.º 2.898, DE 31/03/2006;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Senhora MONICA MATIAS BORGES, para exercer o Cargo em Comissão de Supervisor de Área da SEMOB - Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - Símbolo CC12 , conforme Processo Eletrônico n.º 2936/2025.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 28 de janeiro de 2025.

LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito Municipal

Protocolo 1481540

DECRETO N.º 47.901, DE 29/01/2025.
SUPLEMENTA DESPESA PREVISTA NO ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 2025.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI N.º 4.750/2024;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito Suplementar a importância de R$ 195.000,00 (cento e noventa e cinco mil reais) nas dotações descritas a seguir:

Dotação	1130	
Unidade Orçamentária	07.01.00	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
Classificação Funcional	04.122.0010.2019	Implementação/Revisão de Planos Municipais Pertine
Categoria Econômica	3.3.90.36.00	OUTROS SERV DE TERC-PES.FISICA
Vínculo	1.500.0000.0000	RECURSOS ORDINÁRIOS - EXERCÍCIO CORRENTE
Valor	145.000,00	
Dotação	807	
Unidade Orçamentária	17.01.00	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Classificação Funcional	04.122.0011.2022	Administração e Manutenção da Unidade
Categoria Econômica	3.1.90.94.00	INDENIZACOES TRABALHISTAS
Vínculo	1.500.0000.0000	RECURSOS ORDINÁRIOS - EXERCÍCIO CORRENTE
Valor	40.000,00	
Dotação	648	
Unidade Orçamentária	13.01.00	SECRETARIA DE TRANSPORTE E SERVIÇOS URBANOS
Classificação Funcional	15.122.0011.2022	Administração e Manutenção da Unidade
Categoria Econômica	3.1.91.92.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - OP. INTRA ORÇA
Vínculo	1.500.0000.0000	RECURSOS ORDINÁRIOS - EXERCÍCIO CORRENTE
Valor	10.000,00	
Total	195.000,00	

Art. 2º Para cobertura das suplementações relacionadas no artigo anterior, será utilizado recursos de anulação parcial de dotação, conforme demonstrado a seguir:

Dotação	208	
Unidade Orçamentária	07.01.00	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
Classificação Funcional	04.122.0010.2019	Implementação/Revisão de Planos Municipais Pertine
Categoria Econômica	3.3.90.39.00	OUTROS SERV TERC PES. JURIDICA
Vínculo	1.500.0000.0000	RECURSOS ORDINÁRIOS - EXERCÍCIO CORRENTE
Valor	145.000,00	
Dotação	803	
Unidade Orçamentária	17.01.00	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Classificação Funcional	04.122.0011.2022	Administração e Manutenção da Unidade
Categoria Econômica	3.1.90.11.00	VENCTOS E VANT FIXAS PES.CIVIL
Vínculo	1.500.0000.0000	RECURSOS ORDINÁRIOS - EXERCÍCIO CORRENTE
Valor	40.000,00	
Dotação	649	
Unidade Orçamentária	13.01.00	SECRETARIA DE TRANSPORTE E SERVIÇOS URBANOS
Classificação Funcional	15.122.0011.2022	Administração e Manutenção da Unidade
Categoria Econômica	3.1.91.96.00	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO O
Vínculo	1.500.0000.0000	RECURSOS ORDINÁRIOS - EXERCÍCIO CORRENTE
Valor	10.000,00	
Total Anulações	195.000,00	
Total	195.000,00	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 29 de janeiro de 2025.

LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito Municipal

Protocolo 1481895

DECRETO N.º 47.900, DE 29/01/2025.
SUPLEMENTA DESPESA PREVISTA NO ORÇAMENTO PARA O EXERCICIO DE 2025.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI Nº 4.750/2024;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito Suplementar a importância de R$ 300.080,00 (trezentos mil e oitenta reais) nas dotações descritas a seguir:

Dotação	956	
Unidade Orçamentária	22.01.00	SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE
Classificação Funcional	27.812.0053.2165	Apoio ao Esporte Amador, Lazer, Eventos, Escolinha
Categoria Econômica	4.4.90.52.00	EQUIP E MATERIAL PERMANENTE
Vínculo	2.706.0000.3110	TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO
Valor	300.000,00	
Dotação	1129	
Unidade Orçamentária	16.01.00	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
Classificação Funcional	18.541.0043.2139	Estruturação, Implementação, Ampliação, Revisão em
Categoria Econômica	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO

Vínculo	2.899.0017.0000	UNID. CONSERV.DES. PIRAQUEAÇU/MIRIM 28970374
Valor	80,00	
Total	300.080,00	

Art. 2º Para cobertura das suplementações relacionadas no artigo anterior, será utilizado do superávit financeiro do exercício de 2024, conforme demonstrado a seguir:

Superávit Financeiro	300.080,00
Total	300.080,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 29 de janeiro de 2025

LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito Municipal

Protocolo 1481902

DECRETO N.º 47.898, DE 29/01/2025.

NOMEIA PARA CARGO EM COMISSÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFEREM AS LEIS N.º 2.898, DE 31/03/2006;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Senhor JOSÉ FLORIANO FERNANDES, para exercer o Cargo em Comissão de Supervisor de Área - Secretaria de Transporte e Serviços Públicos do município de Aracruz - SETRANS, Símbolo CC12, conforme Processo Eletrônico n.º 2935/2025.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 29 de janeiro de 2025.

LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito Municipal

Protocolo 1481917

Deliberação

TERMO DE COMPROMISSO
EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS N.º 004/2024 - SEMTUR
Lei nº 14.399/2022 - Lei Aldir Blanc
Referência: Processo n.º 39.403/2024

1. COMPROMITENTE: O **MUNICÍPIO DE ARACRUZ - ES**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 27.142.702/0001-66, com sede na Avenida Morobá, nº. 20, Bairro Morobá, Aracruz-ES, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Turismo e Cultura, Moisés dos Santos Mercier, brasileiro, portador do CPF n.º 079.561.897-21 e do RG n.º 1.522.195 - SPTC/ES.

2. COMPROMISSADO: PF
NOME COMPLETO: SAMUEL AUGUSTO MARTINS LIMA
RG: :3.997.052
CPF: 180.269.917-10
ENDEREÇO COMPLETO: Rua Norbininho Ramos , nº 210, Barra do Riacho, Aracruz, Espírito Santo, CEP: 29.197-521
TELEFONE: (27) 99754-4207
E-MAIL: samuellima1597@gmail.com

3. DO OBJETO:
3.1. O presente Termo tem por objeto a concessão pela SEMTUR de Prêmio ao COMPROMISSADO, cujo projeto intitulado **IMPÉRIO LETRISTA**, **Processo nº 39.398/2024**, foi selecionado pela Comissão Julgadora do Edital em epígrafe, conforme Ata e resultado final publicado no Diário Oficial de 16/12/2024.

4. DO VALOR DO PRÊMIO:
4.1. O valor total do Prêmio a ser concedido pela COMPROMITENTE ao COMPROMISSADO é de **R$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais)**, a ser pago em parcela única.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
5.1. O pagamento da importância relativa ao Termo de Compromisso correrá por conta de Dotação Orçamentária, já consignada no orçamento vigente, assim discriminada:

12.00.00	Secretaria de Turismo e Cultura - SEMTUR
12.02.00	Fundo Municipal de Cultura de Aracruz - FMCA
13.392.0021.2.0209	Apoio Emergencial Cultural (Aldir Blanc)
3.3.50.41.00	Contribuições
3.3.60.45.00	Subvenções Econômicas
3.3.90.31.00	Premiações Cult. Art. Cient
3.3.90.48.00	Outros Auxílios Financeiros a Pessoa Física

6. DO COMPROMISSO DAS PARTES: As partes signatárias deste Termo comprometem-se, em razão ao seu objeto, ao seguinte:
6.1- Caberá ao COMPROMITENTE:
a) Conceder ao COMPROMISSADO o Prêmio nas condições estabelecidas no Edital de Seleção de Projetos n.º 004/2024 - SEMTUR.
b) Exigir do COMPROMISSADO o relatório de cumprimento do objeto, conforme estabelecido no Edital de Seleção de Projetos n.º 004/2024 - SEMTUR.

6.2- Caberá ao COMPROMISSADO:
6.2.1- DA CONTRAPARTIDA:
Itens Obrigatórios:
Uma apresentação artística e cultural de conteúdo musical, individual ou coletiva, autoral ou não, à serem executadas presencialmente e ao vivo, com duração de, no mínimo, 40 (quarenta) minutos, pública e gratuita no município de Aracruz-ES;
Acesso gratuito às atividades/apresentações;
Itens Adicionais:
Contemplar medidas que promovam a circulação e o fomento cultural, e a inclusão social, as camadas da população menos assistidas ou excluídas do exercício de seus direitos culturais por sua condição socioeconômica, etnia, deficiência, gênero, faixa etária, domicílio, ocupação;
6.2.2- OBRIGAÇÕES:
a) O prazo para execução desta proposta contemplada será de até 180 (cento e oitenta) dias

após o recebimento dos recursos, de acordo com agendamento com a SEMTUR.
b) O proponente contemplado deverá comprovar a realização, de acordo com o projeto selecionado, para apresentação dos resultados e produtos obtidos com a realização do projeto, de forma pública, gratuita e com anuência prévia da SEMTUR.
c) O proponente contemplado será responsável pela completa execução do projeto selecionado, de acordo com o conteúdo apresentado na inscrição e selecionado pela Comissão Julgadora, bem como pelas ações visando à mobilização de público e divulgação. Quaisquer alterações de formato e conteúdo deverão ser solicitadas e autorizadas antecipadamente pela SEMTUR.
d) O proponente contemplado ficará responsável pelas despesas relativas aos direitos autorais (ECAD e SBAT), nos termos da Lei Federal 9.610/98, bem como demais taxas incidentes sobre a execução ou apresentação do projeto cultural a ser executado, eximindo-se a SEMTUR de quaisquer responsabilidades. Deverá, ainda, observar as determinações da Lei 6.533/1978.
e) Ao término de realização do projeto, o contemplado deverá encaminhar relatório detalhado da execução do projeto. Obriga-se, ainda, a manter arquivado ou sob a sua posse comprovantes das despesas realizadas com os recursos financeiros oriundos do Prêmio recebido, referentes a notas fiscais, recibos e outros documentos contábeis, para fim de auditoria, se necessário for, da SEMTUR ou por órgãos de controle externo, inclusive a Receita Federal.
f) O proponente obriga-se a divulgar o que se solicita no item 15.1 do Edital de Seleção de Projetos - SEMTUR - n.º 004/2024, observado cada caso.
g) Na divulgação do projeto contemplado é vedada a utilização de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
h) O proponente contemplado, nos termos do que dispõe a Lei Federal 9.610/98 (Direitos Autorais), autoriza a SEMTUR a arquivar, armazenar e divulgar os resultados do projeto em diferentes plataformas digitais sob sua responsabilidade, com fins educativos e culturais, de acordo com as modalidades previstas na referida Lei.
i) O proponente contemplado que optar pela aquisição de equipamentos, instrumentos musicais e outros itens de estruturação, deverá obrigatoriamente realizar a compra de materiais exclusivamente novos, ficando vedada a aquisição de usados. Na prestação de contas deverão ser apresentadas as notas fiscais dos mesmos.

j) O proponente contemplado será responsável por cumprir integralmente todas as recomendações e exigências deste termo de compromisso bem como do Edital de Seleção de Projetos n.º 004/2024 - SEMTUR.

7. DAS PENALIDADES:
7.1- O não cumprimento das exigências do Edital de Seleção de Projetos - SEMTUR - n.º 004/2024 ou de qualquer das cláusulas do Termo de Compromisso a ser celebrado, implicará, cumulativamente, na impossibilidade do contemplado para firmar novos compromissos, contratar ou licitar com o Município de Aracruz/ES, pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, com registro no CADIN-ES (Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Estado) e inscrição em Dívida Ativa, além de ficar o mesmo obrigado a devolver a importância recebida, com correção monetária baseada na conversão do valor pela VRTE (Valor de Referência do Tesouro Estadual) e juros de 1% ao mês, assegurado o contraditório e a ampla defesa previsto no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal.

8. DAS CONDIÇÕES GERAIS:
8.1. É vedado ao COMPROMISSADO o início ou a realização de despesas em razão ao objeto deste Termo, antes da autorização da SEMTUR.

9. DA LGPD - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS
9.1. Em cumprimento a Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados, o proponente, bem como os demais integrantes que, por este, estejam sendo representados, declaram, inequivocamente, ciência e consente em fornecer, de livre vontade, dados pessoas a serem tratados pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura de Aracruz, para uso, nos termos do Edital nº 004/2024 - Edital da Lei Aldir Blanc, e para divulgação, institucional ou não, que a Prefeitura Municipal de Aracruz entender necessária.

10. DA VIGÊNCIA:
10.1 O presente Termo vigorará, a partir da data de sua assinatura, até 30 (trinta) dias após entrega do RELATÓRIO DETALHADO DE EXECUÇÃO DA PROPOSTA

11. DO FORO:
11.1. Fica eleito o foro de Aracruz - Espírito Santo, para serem dirimidas as dúvidas ou questões oriundas deste Termo. E por estarem de comum acordo com todos os itens e condições estabelecidos neste Termo, assinam-no as partes, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para os fins de direito, na presença das testemunhas infrafirmadas.
Aracruz/ES, 26 de dezembro de 2024.
MOISÉS DOS SANTOS MERCIER
Secretário Municipal de Turismo e Cultura
DECRETO N.º 39.017, DE 01/01/2021.
SAMUEL AUGUSTO MARTINS LIMA

Protocolo 1481448

TERMO DE COMPROMISSO
EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS N.º 004/2024 - SEMTUR
Lei nº 14.399/2022 - Lei Aldir Blanc
Referência: Processo n.º 38.416/2024
1. COMPROMITENTE: O **MUNICÍPIO DE ARACRUZ - ES**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 27.142.702/0001-66, com sede na Avenida Morobá, nº. 20, Bairro Morobá, Aracruz-ES, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Turismo e Cultura, Moisés dos Santos Mercier, brasileiro, portador do CPF n.º 079.561.897-21 e do RG n.º 1.522.195 - SPTC/ES.
COMPROMISSADO PJ
RAZÃO SOCIAL: 54.654.127 THIARA URCULA COSTA
CNPJ: 54.654.127/0001-53
ENDEREÇO: Rua Cidade De Curitiba, nº 0, Itaputera, Aracruz/ES, CEP 29193-300
TELEFONE: (27) 98864-9218
E-MAIL: thiaracantodosamba@gmail.com
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL: THIARA URÇULA COSTA
RG DO REPRESENTANTE LEGAL: 2.242.046
CPF DO REPRESENTANTE LEGAL:

119.896.787-00

3. DO OBJETO:
3.1. O presente Termo tem por objeto a concessão pela SEMTUR de Prêmio ao COMPROMISSADO, cujo projeto intitulado **Show "Vem comigo sambar"** Processo **nº 39.095/2024**, foi selecionado pela Comissão Julgadora do Edital em epígrafe, conforme Ata e resultado final publicado no Diário Oficial de 16/12/2024.

4. DO VALOR DO PRÊMIO:
4.1. O valor total do Prêmio a ser concedido pela COMPROMITENTE ao COMPROMISSADO é de **R$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais)**, a ser pago em parcela única.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
5.1. O pagamento da importância relativa ao Termo de Compromisso correrá por conta de Dotação Orçamentária, já consignada no orçamento vigente, assim discriminada:

12.00.00	Secretaria de Turismo e Cultura - SEMTUR
12.02.00	Fundo Municipal de Cultura de Aracruz - FMCA
13.392.0021.2.0209	Apoio Emergencial Cultural (Aldir Blanc)
3.3.50.41.00	Contribuições
3.3.60.45.00	Subvenções Econômicas
3.3.90.31.00	Premiações Cult. Art. Cient
3.3.90.48.00	Outros Auxílios Financeiros a Pessoa Física

6. DO COMPROMISSO DAS PARTES: As partes signatárias deste Termo comprometem-se, em razão ao seu objeto, ao seguinte:
6.1- Caberá ao COMPROMITENTE:
a) Conceder ao COMPROMISSADO o Prêmio nas condições estabelecidas no Edital de Seleção de Projetos n.º 004/2024 - SEMTUR.
b) Exigir do COMPROMISSADO o relatório de cumprimento do objeto, conforme estabelecido no Edital de Seleção de Projetos n.º 004/2024 - SEMTUR.

6.2- Caberá ao COMPROMISSADO:

6.2.1-DA CONTRAPARTIDA:
Itens Obrigatórios:
Uma apresentação artística e cultural de conteúdo musical, individual ou coletiva, autoral ou não, à serem executadas presencialmente e ao vivo, com duração de, no mínimo, 40 (quarenta) minutos, pública e gratuita no município de Aracruz-ES;
Acesso gratuito às atividades/apresentações;
Itens Adicionais:
Contemplar medidas que promovam a circulação e o fomento cultural, e a inclusão social, as camadas da população menos assistidas ou excluídas do exercício de seus direitos culturais por sua condição socioeconômica, etnia, deficiência, gênero, faixa etária, domicílio, ocupação;
6.2.2- OBRIGAÇÕES:
a) O prazo para execução desta proposta contemplada será de até 180 (cento e oitenta) dias após o recebimento dos recursos, de acordo com agendamento com a SEMTUR.
b) O proponente contemplado deverá comprovar a realização, de acordo com o projeto selecionado, para apresentação dos resultados e produtos obtidos com a realização do projeto, de forma pública, gratuita e com anuência prévia da SEMTUR.
c) O proponente contemplado será responsável pela completa execução do projeto selecionado, de acordo com o conteúdo apresentado na inscrição e selecionado pela Comissão Julgadora, bem como pelas ações visando à mobilização de público e divulgação. Quaisquer alterações de formato e conteúdo deverão ser solicitadas e autorizadas antecipadamente pela SEMTUR.
d) O proponente contemplado ficará responsável pelas despesas relativas aos direitos autorais (ECAD e SBAT), nos termos da Lei Federal 9.610/98, bem como demais taxas incidentes sobre a execução ou apresentação do projeto cultural a ser executado, eximindo-se a SEMTUR de quaisquer responsabilidades. Deverá, ainda, observar as determinações da Lei 6.533/1978.
e) Ao término de realização do projeto, o contemplado deverá encaminhar relatório detalhado da execução do projeto. Obriga-se, ainda, a manter arquivado ou sob a sua posse comprovantes das despesas realizadas com os recursos financeiros oriundos do Prêmio recebido, referentes a notas fiscais, recibos e outros documentos contábeis, para fim de auditoria, se necessário for, da SEMTUR ou por órgãos de controle externo, inclusive a Receita Federal.
f) O proponente obriga-se a divulgar o que se solicita no item 15.1 do Edital de Seleção de Projetos - SEMTUR - n.º 004/2024, observado cada caso.
g) Na divulgação do projeto contemplado é vedada a utilização de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
h) O proponente contemplado, nos termos do que dispõe a Lei Federal 9.610/98 (Direitos Autorais), autoriza a SEMTUR a arquivar, armazenar e divulgar os resultados do projeto em diferentes plataformas digitais sob sua responsabilidade, com fins educativos e culturais, de acordo com as modalidades previstas na referida Lei.
i) O proponente contemplado que optar pela aquisição de equipamentos, instrumentos musicais e outros itens de estruturação, deverá obrigatoriamente realizar a compra de materiais exclusivamente novos, ficando vedada a aquisição de usados. Na prestação de contas deverão ser apresentadas as notas fiscais dos mesmos.

j) O proponente contemplado será responsável por cumprir integralmente todas as recomendações e exigências deste termo de compromisso bem como do Edital de Seleção de Projetos n.º 004/2024 - SEMTUR.

7. DAS PENALIDADES:

7.1- O não cumprimento das exigências do Edital de Seleção de Projetos - SEMTUR - n.º 004/2024 ou de qualquer das cláusulas do Termo de Compromisso a ser celebrado, implicará, cumulativamente, na impossibilidade do contemplado para firmar novos compromissos, contratar ou licitar com o Município de Aracruz/ES, pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, com registro no CADIN-ES (Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Estado) e inscrição em Dívida Ativa, além de ficar o mesmo obrigado a devolver a importância recebida, com correção monetária baseada na conversão do valor pela VRTE (Valor de Referência do Tesouro Estadual) e juros de

1% ao mês, assegurado o contraditório e a ampla defesa previsto no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal.

8. DAS CONDIÇÕES GERAIS:

8.1. É vedado ao COMPROMISSADO o início ou a realização de despesas em razão ao objeto deste Termo, antes da autorização da SEMTUR.

9. DA LGPD - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

9.1. Em cumprimento a Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados, o proponente, bem como os demais integrantes que, por este, estejam sendo representados, declaram, inequivocamente, ciência e consente em fornecer, de livre vontade, dados pessoas a serem tratados pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura de Aracruz, para uso, nos termos do Edital nº 004/2024 - Edital da Lei Paulo Gustavo, e para divulgação, institucional ou não, que a Prefeitura Municipal de Aracruz entender necessária.

10. DA VIGÊNCIA:
10.1 O presente Termo vigorará, a partir da data de sua assinatura, até 30 (trinta) dias após entrega do RELATÓRIO DETALHADO DE EXECUÇÃO DA PROPOSTA

11. DO FORO:
11.1. Fica eleito o foro de Aracruz - Espírito Santo, para serem dirimidas as dúvidas ou questões oriundas deste Termo. E por estarem de comum acordo com todos os itens e condições estabelecidos neste Termo, assinam-no as partes, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para os fins de direito, na presença das testemunhas infrafirmadas.
Aracruz/ES, 26 de dezembro de 2024.

MOISÉS DOS SANTOS MERCIER
Secretário Municipal de Turismo e Cultura
DECRETO N.º 39.017, DE 01/01/2021.

THIARA URCULA COSTA

Protocolo 1481452

TERMO DE COMPROMISSO
EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS N.º 004/2024 - SEMTUR
Lei nº 14.399/2022 - Lei Aldir Blanc
Referência: Processo n.º 39.403/2024
1. COMPROMITENTE: O **MUNICÍPIO DE ARACRUZ - ES**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 27.142.702/0001-66, com sede na Avenida Morobá, nº. 20, Bairro Morobá, Aracruz-ES, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Turismo e Cultura, Moisés dos Santos Mercier, brasileiro, portador do CPF n.º 079.561.897-21 e do RG n.º 1.522.195 - SPTC/ES.
2. COMPROMISSADO: PF
NOME COMPLETO: WELLITON SOARES DE OLIVEIRA
RG: 2146619
CPF: 117.055.217-03
ENDEREÇO COMPLETO: Rua Rio Córrego das Pedras , nº 4, Fátima, Aracruz, Espírito Santo, CEP: 29192-225
TELEFONE: (27) 99753-0253
E-MAIL: tonoliver@outlook.com

3. DO OBJETO:
3.1. O presente Termo tem por objeto a concessão pela SEMTUR de Prêmio ao COMPROMISSADO, cujo projeto intitulado **IMPÉRIO LETRISTA**, **Processo nº 38270/2024**, foi selecionado pela Comissão Julgadora do Edital em epígrafe, conforme Ata e resultado final publicado no Diário Oficial de 16/12/2024.

4. DO VALOR DO PRÊMIO:
4.1. O valor total do Prêmio a ser concedido pela COMPROMITENTE ao COMPROMISSADO é de **R$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais)**, a ser pago em parcela única.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
5.1. O pagamento da importância relativa ao Termo de Compromisso correrá por conta de Dotação Orçamentária, já consignada no orçamento vigente, assim discriminada:

12.00.00	Secretaria de Turismo e Cultura - SEMTUR
12.02.00	Fundo Municipal de Cultura de Aracruz - FMCA
13.392.0021.2.0209	Apoio Emergencial Cultural (Aldir Blanc)
3.3.50.41.00	Contribuições
3.3.60.45.00	Subvenções Econômicas
3.3.90.31.00	Premiações Cult. Art. Cient
3.3.90.48.00	Outros Auxílios Financeiros a Pessoa Física

6. DO COMPROMISSO DAS PARTES: As partes signatárias deste Termo comprometem-se, em razão ao seu objeto, ao seguinte:
6.1- Caberá ao COMPROMITENTE:
a) Conceder ao COMPROMISSADO o Prêmio nas condições estabelecidas no Edital de Seleção de Projetos n.º 004/2024 - SEMTUR.
b) Exigir do COMPROMISSADO o relatório de cumprimento do objeto, conforme estabelecido no Edital de Seleção de Projetos n.º 004/2024 - SEMTUR.

6.2- Caberá ao COMPROMISSADO:
6.2.1- DA CONTRAPARTIDA:
Itens Obrigatórios:
Uma apresentação artística e cultural de conteúdo musical, individual ou coletiva, autoral ou não, à serem executadas presencialmente e ao vivo, com duração de, no mínimo, 40 (quarenta) minutos, pública e gratuita no município de Aracruz-ES;
Acesso gratuito às atividades/apresentações;
Itens Adicionais:
Contemplar medidas que promovam a circulação e o fomento cultural, e a inclusão social, as camadas da população menos assistidas ou excluídas do exercício de seus direitos culturais por sua condição socioeconômica, etnia, deficiência, gênero, faixa etária, domicílio, ocupação;
6.2.2- OBRIGAÇÕES:
a) O prazo para execução desta proposta contemplada será de até 180 (cento e oitenta) dias após o recebimento dos recursos, de acordo com agendamento com a SEMTUR.
b) O proponente contemplado deverá comprovar a realização, de acordo com o projeto selecionado, para apresentação dos resultados e produtos obtidos com a realização do projeto, de forma pública, gratuita e com anuência prévia da SEMTUR.

c) O proponente contemplado será responsável pela completa execução do projeto selecionado, de acordo com o conteúdo apresentado na inscrição e selecionado pela Comissão Julgadora, bem como pelas ações visando à mobilização de público e divulgação. Quaisquer alterações de formato e conteúdo deverão ser solicitadas e autorizadas antecipadamente pela SEMTUR.
d) O proponente contemplado ficará responsável pelas despesas relativas aos direitos autorais (ECAD e SBAT), nos termos da Lei Federal 9.610/98, bem como demais taxas incidentes sobre a execução ou apresentação do projeto cultural a ser executado, eximindo-se a SEMTUR de quaisquer responsabilidades. Deverá, ainda, observar as determinações da Lei 6.533/1978.
e) Ao término de realização do projeto, o contemplado deverá encaminhar relatório detalhado da execução do projeto. Obriga-se, ainda, a manter arquivado ou sob a sua posse comprovantes das despesas realizadas com os recursos financeiros oriundos do Prêmio recebido, referentes a notas fiscais, recibos e outros documentos contábeis, para fim de auditoria, se necessário for, da SEMTUR ou por órgãos de controle externo, inclusive a Receita Federal.
f) O proponente obriga-se a divulgar o que se solicita no item 15.1 do Edital de Seleção de Projetos - SEMTUR - n.º 004/2024, observado cada caso.
g) Na divulgação do projeto contemplado é vedada a utilização de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
h) O proponente contemplado, nos termos do que dispõe a Lei Federal 9.610/98 (Direitos Autorais), autoriza a SEMTUR a arquivar, armazenar e divulgar os resultados do projeto em diferentes plataformas digitais sob sua responsabilidade, com fins educativos e culturais, de acordo com as modalidades previstas na referida Lei.
i) O proponente contemplado que optar pela aquisição de equipamentos, instrumentos musicais e outros itens de estruturação, deverá obrigatoriamente realizar a compra de materiais exclusivamente novos, ficando vedada a aquisição de usados. Na prestação de contas deverão ser apresentadas as notas fiscais dos mesmos.
j) O proponente contemplado será responsável por cumprir integralmente todas as recomendações e exigências deste termo de compromisso bem como do Edital de Seleção de Projetos n.º 004/2024 - SEMTUR.

7. DAS PENALIDADES:
7.1- O não cumprimento das exigências do Edital de Seleção de Projetos - SEMTUR - n.º 004/2024 ou de qualquer das cláusulas do Termo de Compromisso a ser celebrado, implicará, cumulativamente, na impossibilidade do contemplado para firmar novos compromissos, contratar ou licitar com o Município de Aracruz/ES, pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, com registro no CADIN-ES (Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Estado) e inscrição em Dívida Ativa, além de ficar o mesmo obrigado a devolver a importância recebida, com correção monetária baseada na conversão do valor pela VRTE (Valor de Referência do Tesouro Estadual) e juros de 1% ao mês, assegurado o contraditório e a ampla defesa previsto no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal.

8. DAS CONDIÇÕES GERAIS:
8.1. É vedado ao COMPROMISSADO o início ou a realização de despesas em razão ao objeto deste Termo, antes da autorização da SEMTUR.

9. DA LGPD - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS
9.1. Em cumprimento a Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados, o proponente, bem como os demais integrantes que, por este, estejam sendo representados, declaram, inequivocamente, ciência e consente em fornecer, de livre vontade, dados pessoas a serem tratados pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura de Aracruz, para uso, nos termos do Edital nº 004/2024 - Edital da Lei Aldir Blanc, e para divulgação, institucional ou não, que a Prefeitura Municipal de Aracruz entender necessária.

10. DA VIGÊNCIA:
10.1 O presente Termo vigorará, a partir da data de sua assinatura, até 30 (trinta) dias após entrega do RELATÓRIO DETALHADO DE EXECUÇÃO DA PROPOSTA

11. DO FORO:
11.1. Fica eleito o foro de Aracruz - Espírito Santo, para serem dirimidas as dúvidas ou questões oriundas deste Termo. E por estarem de comum acordo com todos os itens e condições estabelecidos neste Termo, assinam-no as partes, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para os fins de direito, na presença das testemunhas infrafirmadas.
Aracruz/ES, 26 de dezembro de 2024.
MOISÉS DOS SANTOS MERCIER
Secretário Municipal de Turismo e Cultura
DECRETO N.º 39.017, DE 01/01/2021.
WELLITON SOARES DE OLIVEIRA

Protocolo 1481455

O SETOR DE COMPRAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ CONVOCA AOS QUE SE FIZEREM INTERESSADOS A FORMULAREM ORÇAMENTO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (LEITE E COMPLEMENTO NUTRICIONAL), PARA ATENDER AOS BENEFICIÁRIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, POR MEIO DO ATENDIMENTO SOCIAL DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, VIA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO (SRP), MENOR PREÇO POR ITEM NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.

Processo: 3084/2025
Objeto: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (LEITE E COMPLEMENTO NUTRICIONAL), para atender aos beneficiários da assistência social, por meio do atendimento social da Secretaria de Assistência Social, pelo período de 12 (doze) meses, com base na Lei 14.133/2021. O formulário para cotação com as respectivas especificações dos itens poderá ser solicitado através do e-mail: gloureiro@aracruz.es.gov.br. Período de recebimento da cotação: **30/01/2025 a 05/02/2025**.
O orçamento deverá ser encaminhado para o e-mail acima descrito, ou entregue fisicamente na sede da Secretaria de Suprimentos, situada à Av. Morobá, nº 20, Bairro Morobá - CEP: 29.192-733, Aracruz - ES, de segunda a sexta, das 7h às 17h. Dúvidas poderão ser sanadas através do telefone 27 99619-8323
Aracruz/ES, 29 de janeiro de 2025
Secretaria de Suprimentos

Protocolo 1481658

Portaria

PORTARIA SEMED Nº 63, de 28 de janeiro de 2025.
DESIGNA SERVIDOR PRA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO PROCESSO 43450/2024
A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ DO ESPÍRITO SANTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSIDERANDO O DISPOSTO NO ART. 7º DA LEI 14133, DE 01 DE ABRIL DE 2021, E PROCESSO 43450/2024 FIRMADO ENTRE A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, DENOMINADA CONTRATANTE E A BRINK MOBIL EQUIPAMENTOS EDUCACIONAIS LTDA DENOMINADA CONTRATADA
RESOLVE:
Art. 1º Designar a servidora RAFAELA PANDOLFI MAI, matrícula 27988, ocupante do cargo de Assistente de Biblioteca, CPF nº 081.498.637-45, **para exercer a fiscalização do Processo 43450/2024, cujo objeto é** aquisição de materiais do Laboratório Lúdico**.**
Art. 2º Na ausência do servidor qualificado no Art.1º, fica designada a servidora ELYNE MARA DEVENS COSTALONGA, matrícula 0652, ocupante do cargo de Gerente Técnico Pedagógica, CPF nº 969.060.307-87, na condição de fiscal adjunto/substituto.
Art. 3º Dê-se ciência aos servidores e publique-se.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.
Ciente,_____
RAFAELA PANDOLFI MAI
Assistente de Biblioteca
ELYNE MARA DEVENS COSTALONGA
Gerente Técnico Pedagógica
JENILZA SPINASSÉ MORELLATO
Secretária de Educação
Decreto nº 39.008, de 01/01/2021

Protocolo 1480796

PORTARIA SEMED Nº 66, de 28 de janeiro de 2025.

DESIGNA SERVIDOR PRA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE CONTRATO.
A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ DO ESPÍRITO SANTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSIDERANDO O DISPOSTO NO ART. 7º DA LEI 14133, DE 01 DE ABRIL DE 2021, E OS CONTRATOS DE Nº 338/2024 FIRMADO ENTRE A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, DENOMINADA CONTRATANTE E A MARCOS GASPARINI SELVATICI EPP DENOMINADA CONTRATADA

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora RAFAELA PANDOLFI MAI, matrícula 27988, ocupante do cargo de Assistente de Biblioteca, CPF nº 081.498.637-45, **para exercer a fiscalização do Contrato Nº 338/2024, cujo objeto é** aquisição de aparelhos de ar condicionado**.**
Art. 2º Na ausência do servidor qualificado no Art.1º, fica designada a servidora ELYNE MARA DEVENS COSTALONGA, matrícula 0652, ocupante do cargo de Gerente Técnico Pedagógica, CPF nº 969.060.307-87, na condição de fiscal adjunto/substituto.
Art. 3º Dê-se ciência aos servidores e publique-se.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Ciente,
RAFAELA PANDOLFI MAI
Assistente de Biblioteca
ELYNE MARA DEVENS COSTALONGA
Gerente Técnico Pedagógica
JENILZA SPINASSÉ MORELLATO
Secretária de Educação
Decreto nº 39.008, de 01/01/2021

Protocolo 1480800

PORTARIA Nº 065, DE 28/01/2025.

AUTORIZA A RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO QUE MENCIONA.

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO INTERINO, DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ, ESTADO D O ESPÍRITO SANTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS ATRAVÉS DO DECRETO N.º 41.820, DE 05/04/2022;

RESOLVE:

Art. 1º Fica o Secretário Municipal de Educação do Município de Aracruz, autorizado a rescindir o contrato de trabalho a pedido, da Senhora abaixo descrito:

Nome	Matrícula	Secretaria	A partir	Processo
SABRINA DA SILVA LEMOS	38935	SEMED	31/01/2025	3022/2025

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 28 de janeiro de 2025.
JENILZA SPINASSE MORELLATO
Secretária Municipal de Educação
Decreto nº 39.008/2021

Protocolo 1480805

PORTARIA SEMED Nº 64, de 28 de janeiro de 2025.
DESIGNA SERVIDOR PRA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE CONTRATO.
A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ DO ESPÍRITO SANTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSIDERANDO O DISPOSTO NO ART. 7º DA LEI 14133, DE 01 DE ABRIL DE 2021, E OS CONTRATOS DE Nº 267 A 273/2024.

RESOLVE:Art. 1º Designar a servidora RAFAELA PANDOLFI MAI, matrícula 27988, ocupante do cargo de Assistente de Biblioteca, CPF nº 081.498.637-45, **para exercer a fiscalização dos Contratos Nº 267 A 273/2024**, **cujo objeto é** aquisição de Gêneros Alimentícios (polpa de frutas, iogurte, gêneros não perecíveis e hortifrutigranjeiros) da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural**.**
Art. 2º Na ausência do servidor qualificado no Art.1º, fica designada a servidora ELYNE MARA DEVENS COSTALONGA, matrícula 0652, ocupante do cargo de Gerente Técnico Pedagógica, CPF nº 969.060.307-87, na condição de fiscal adjunto/substituto.
Art. 3º Dê-se ciência aos servidores e publique-se.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.
Ciente,

_____
RAFAELA PANDOLFI MAI
Assistente de Biblioteca

_____
ELYNE MARA DEVENS COSTALONGA
Gerente Técnico Pedagógica
JENILZA SPINASSÉ MORELLATO
Secretária de Educação
Decreto nº 39.008, de 01/01/2021

Protocolo 1480831

PORTARIA N.º 017, DE 28/01/2025.

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL NA ÁREA DE SAÚDE, POR TEMPO DETERMINADO, APROVADO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO SEMSA N.º 002/2023, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A SECRETÁRIA DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NA LEI N.º 2.994, DE 12/02/2007, E SUAS ALTERAÇÕES, BEM COMO NO DECRETO N.º 41.820, DE 05/04/2022, APÓS O RESULTADO FINAL HOMOLOGADO ATRAVÉS DA PORTARIA N.º 053, DE 18/07/2023;

RESOLVE:
Art. 1º Proceder à contratação por tempo determinado dos candidatos constantes do Quadro de Contratação anexo, no respectivo cargo, carga horária e salário, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, conforme classificação obtida no Processo Seletivo Simplificado SEMSA - Edital n.º 002/2023, autorizado através do Processo Eletrônico n.º 14.761/2023.

Art. 2º A contratação dos candidatos será de 12 (doze) meses a contar da data de admissão da mesma, podendo ser prorrogado até o limite de 36 meses a critério do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 28 de janeiro de 2025.

ROSIANE SCARPATT TOFFOLI
Secretária Municipal de Saúde

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO SEMSA
EDITAL N.º 002/2023

QUADRO DE CONTRATAÇÃO
Cargo: **ASSISTENTE ADMINISTRATIVO DE SAÚDE**

Classificação	Nome do Candidato	Cargo	Carga Horária Semanal	Vencimento Mensal
106	Roberta dos Santos Valério	Assistente Administrativo de Saúde	40 horas semanais, podendo a critério da administração trabalhar por escala 12 X 36 horas	R$ 1.953,73 + R$ 600,00 (Auxilio Alimentação)

Cargo: **AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL**

Classificação	Nome do Candidato	Cargo	Carga Horária Semanal	Vencimento Mensal
09	Maria Aparecida de Oliveira	Auxiliar de Saúde Bucal	40 horas	R$ 1.953,73 + R$ 600,00 (Auxilio Alimentação) + Adicional de Insalubridade

Cargo: **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**

Classificação	Nome do Candidato	Cargo	Carga Horária Semanal	Vencimento Mensal
93	Regina Celia Lombardi	Auxiliar de Serviços Gerais	40 horas semanais, podendo a critério da administração trabalhar por escala 12 X 36 horas	R$ 1.953,73 + R$ 600,00 (Auxilio Alimentação)
94	Claudiane Adao	Auxiliar de Serviços Gerais	40 horas semanais, podendo a critério da administração trabalhar por escala 12 X 36 horas	R$ 1.953,73 + R$ 600,00 (Auxilio Alimentação)

Cargo: **TÉCNICO DE ENFERMAGEM**

Classificação	Nome do Candidato	Cargo	Carga Horária Semanal	Vencimento Mensal
169	Valquiria Claudino Simoes	Técnico de Enfermagem	40 (quarenta) horas semanais, podendo a critério da administração trabalhar por escala 12 X 36 horas (diurno ou noturno)	R$ 2.099,68 + R$ 600,00 (Auxilio Alimentação) + Adicional de Insalubridade
170	Viviane Anacleto Pignaton	Técnico de Enfermagem	40 (quarenta) horas semanais, podendo a critério da administração trabalhar por escala 12 X 36 horas (diurno ou noturno)	R$ 2.099,68 + R$ 600,00 (Auxilio Alimentação) + Adicional de Insalubridade
172	Josinete Teodosio dos Santos	Técnico de Enfermagem	40 (quarenta) horas semanais, podendo a critério da administração trabalhar por escala 12 X 36 horas (diurno ou noturno)	R$ 2.099,68 + R$ 600,00 (Auxilio Alimentação) + Adicional de Insalubridade

Protocolo 1480883

PORTARIA N.º 20.448, DE 24/01/2025.

DESIGNA SERVIDORES PARA COMPOREM AS COMISSÕES RESPONSÁVEIS PELAS MODALIDADES DE LICITAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPIRITO SANTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NOS TERMOS DO ART. 7º E 8º DA LEI FEDERAL N.º 14.133, DE 01/04/2021 E DA LEI MUNICIPAL N.º 4.606, de 22/06/2023, CONFORME PROCESSO ELETRÔNICO N.º 1241/2025;

RESOLVE:
Art. 1º Designar os servidores, abaixo relacionados, para Comporem as Comissões responsáveis pelas modalidades de Licitação constantes no artigo 28 e nos procedimentos auxiliares descritos nos incisos de I a IV, do artigo 78, ambos da Lei Federal N.º 14.133/2021, junto a Secretaria de Saúde - SEMSA, conforme segue:

I - Comissão para a Modalidade de Licitação: Pregão com ou sem Registro de Preços, bem como os procedimentos de Dispensa Eletrônica.

a) Comissão Única:

NOME	MATRÍCULA	VÍNCULO	FUNÇÃO
Juliana Estan Grazziotti	22.097	Efetivo	Agente de Contratação
Yuri Musso Gramacho Batista	33.404	Efetivo	Membro
Miguel Martins da Silva	37.442	Efetivo	Membro
Neemias Mercier Loureiro	360	Efetivo	Membro
Ana Maria Sibien Musso	33.401	Efetivo	Membro

II - Comissão para as modalidades de Licitação: Concorrência com ou sem Registro de Preços, concurso e diálogo competitivo, bem como dos procedimentos auxiliares das Licitações: credenciamento, pré-qualificação, procedimento de manifestação de interesse.

a) Comissão Única:

NOME	MATRÍCULA	VÍNCULO	FUNÇÃO
Juliana Estan Grazziotti	22.097	Efetivo	Agente de Contratação
Maria Luiza Depiante Oliveira	40.412	Comissionado	Membro
Anilda Evangelista de Souza	40.384	Comissionado	Membro
Estéfanie dos Santos Tavares	34.835	Efetivo	Membro

§ 1º No caso de ausências ou impedimentos do Agente de Contratação designado, poderá haver substituição pelos membros de cada Comissão, a ser definido através de Portaria, pelo Secretário de Saúde - SEMSA, no momento da emissão do Edital ou da realização do Pregão.

§ 2º Nos meses em que houver substituição, será devida ao membro substituto somente o valor da gratificação de maior valor, não havendo acumulação de valores.

Art. 2º O Agente de Contratação designado, nos termos desta portaria, deverá ainda observar, no desempenho das suas funções, os regulamentos atuais e que vierem a ser aprovados e promulgados, pelo Poder Executivo Municipal, e que serão recepcionados por esta portaria.

Art. 3º Integram o rol de atribuições do Agente de Contratação a tomada de decisões, o acompanhamento do trâmite da licitação, o impulsionamento do procedimento licitatório e a execução de quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação e das contratações diretas caso seja demandado, incluindo a solicitação de emissão de pareceres técnicos e jurídicos, para subsidiar as suas decisões.

§ 1º O Agente de Contratação convocará os membros da equipe de apoio, quando necessário, e delegará as atribuições para o regular desenvolvimento das licitações e contratações desta Prefeitura Municipal.

§ 2º O Agente de Contratação poderá convocar servidores públicos efetivos, que possuam conhecimento técnico acerca do objeto da licitação, para auxiliarem em atos dos certames.

Art. 4º Os servidores nomeados nos incisos I e II do artigo 1º, para comporem as Comissões de Licitação, com base na Lei Federal n.º 14.133/2021, deverão operar também os procedimentos iniciados através das Leis Federais n.º 8.666/1993 e 10.520/2002, até o encerramento total dos procedimentos.

Parágrafo único. Os servidores nomeados para comporem as Comissões de Licitação, conforme "caput" do artigo, deverão cumprir a carga horária diária mínima de 08 horas, conforme o § 5º do artigo 28 da Lei Municipal n.º 4.406/2023.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 24 de janeiro de 2025.

LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito de Aracruz

Protocolo 1480898

PORTARIA SEMSU Nº 02/2025
DISPÕE SOBRE CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE FORAM CONFERIDAS PELA LEI Nº 3.652/2013, EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO DECRETO Nº 39.083, DE 12/01/2021.
RESOLVE
Art. 1º - Dar publicidade na forma do Anexo Único desta Portaria, à relação de restos a pagar a serem cancelados, nos termos do Artigo 3º do Decreto nº 39.067, de 08/01/2021.
Art. 2º - Os restos a pagar listados no Anexo Único desta Portaria satisfazem as condições constantes no Artigo 2º do Decreto nº 39.067, de 08/01/2021.
Art. 3º - Eventual reconhecimento de direitos após a efetivação do cancelamento dos restos a pagar listados no Anexo Único desta Portaria, poderá ser empenhado em dotações do corrente exercício à conta de despesas de exercícios anteriores, nos termos do Artigo 37 da Lei Federal nº 4.320/1964.
Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Prefeitura Municipal de Aracruz, 29 de janeiro de 2025
MARCELO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Suprimentos
Decreto nº39.083, de 12/01/2021

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA DE CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR
RELAÇÃO DE RESTOS A PAGAR A SEREM CANCELADOS

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
PROCESSO	FOLHA	RESERVA	EMPENHO/ANO	CPF/CNPJ-CREDOR	VALOR A CANCELAR
51.892/2023	347	101/2024	136/2024	45.049.219/0001-13 VANDISON ANTONIO VICENTE PORTELA	R$ 5.250,00

MARCELO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Suprimentos
Decreto nº39.083, de 12/01/2021

Protocolo 1481555

PORTARIA N.º 042, DE 29/01/2025.
DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA - SEMTUR, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Municipal nº 3.337, de 25 de agosto de 2010, e sua alteração, no DECRETO N.º 47.893, DE 28/01/2025, e considerando o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021,
RESOLVE:
Art. 1º Designar o servidor **Adrian Matuchac Lopes** , matrícula nº **40.525** ocupante do cargo de **COORDENADOR DE INFRAESTRUTURA**, para atuar como Fiscal do Contrato de Prestação de Serviços nº 045/2025, celebrado entre a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura - SEMTUR e empresa **Nobre e Rodrigues Music Ltda** , inscrito no CNPJ número **32.824.132/0001-24**, cujo objeto é a realização de apresentação artística do cantor ÁLVARO NOBRE com sua banda durante a programação da TEMPORADA DE VERÃO DE ARACRUZ 2025, **no dia 01/02/2025 às 23:30h em BARRA DO SAHY**, **Aracruz-ES**.
Art. 2º São atribuições do Fiscal do Contrato:
I - Acompanhar e monitorar a execução do contrato, verificando se a contratada cumpre integralmente as obrigações previstas;
II - Fiscalizar a qualidade e a tempestividade dos serviços prestados, garantindo que estejam em conformidade com o especificado no contrato;
III - Registrar, por meio de relatórios ou outros documentos, as ocorrências e medidas adotadas no curso da execução contratual;
IV - Atestar as medições e/ou serviços realizados para fins de pagamento, conforme previsto no contrato;
V - Notificar a contratada sobre quaisquer descumprimentos contratuais, adotando as providências cabíveis, sempre informando à autoridade superior;
VI - Zelar pela correta aplicação dos recursos públicos e garantir a observância dos princípios da legalidade, eficiência e transparência;
Art. 3º. O servidor designado deverá observar rigorosamente os normativos aplicáveis à fiscalização contratual, especialmente os princípios e diretrizes estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021 e legislações correlatas.
Art. 4ª. A fiscalização da execução do Contrato de Prestação de Serviços **nº 045/2025** será transferida automaticamente para o(a) novo(a) Gerente de Eventos, após sua nomeação e posse no cargo, sem prejuízo da continuidade do acompanhamento e monitoramento do contrato.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.
Secretaria de Turismo e Cultura de Aracruz, 29 de janeiro de 2025
HELDER TABOSA DELFINO
Secretário Interino de Turismo e Cultura
DECRETO N.º 47.893, DE 28/01/2025
Protocolo 1481590

PORTARIA N.º 018, de 29/01/2025.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NO DECRETO N.º 41.820, DE 05/04/2022.

AUTORIZA A RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO QUE MENCIONA.

Determina:

Art. 1º Fica a Gerência de Recursos Humanos - Secretaria de Administração e Recursos Humanos do Município de Aracruz, autorizada a rescindir o contrato de trabalho, a pedido, da servidora abaixo relacionada:

Nome	Matrícula	Processo	Secretaria
ELOIDES FERREIRA DE OLIVEIRA	38379	3016/2025	SEMSA

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Secretaria Municipal de Saúde de Aracruz, 29 de janeiro de 2025.

Rosiane Scarpatt Tóffoli
Secretária Municipal de Saúde
Decreto nº 39.858 de 02/06/2021
Protocolo 1481737

PORTARIA N.º 038, DE 29/01/2025.
DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA - SEMTUR, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Municipal nº 3.337, de 25 de agosto de 2010, e sua alteração, no DECRETO N.º 47.893, DE 28/01/2025, e considerando o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021,
RESOLVE:
Art. 1º **º** Designar o servidor **CARLOS EDUARDO LYRA DE OLIVEIRA**, **matrícula nº 40.475 ocupante do cargo de GERENTE DE EVENTOS**, para atuar como Fiscal do Contrato de Prestação de Serviços nº 044/2025, celebrado entre a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura - SEMTUR e ***S*** & ***S LOCACOES***, ***PRODUCOES E EVENTOS LTDA***, inscrita no CNPJ nº **09.208.990/0001-22**, cujo objeto é apresentação artística da banda O GIRO, durante a programação da **TEMPORADA DE VERÃO DE ARACRUZ 2025**, no dia 02/**02/2025 (domingo)**, às 15:00hrs (três horas) em **BARRA DO SAHY** - ARACRUZ-ES
Art. 2º São atribuições do Fiscal do Contrato:
I - Acompanhar e monitorar a execução do contrato, verificando se a contratada cumpre integralmente as obrigações previstas;
II - Fiscalizar a qualidade e a tempestividade dos serviços prestados, garantindo que estejam em conformidade com o especificado no contrato;
III - Registrar, por meio de relatórios ou outros documentos, as ocorrências e medidas adotadas no curso da execução contratual;
IV - Atestar as medições e/ou serviços realizados para fins de pagamento, conforme previsto no contrato;
V - Notificar a contratada sobre quaisquer descumprimentos contratuais, adotando as

providências cabíveis, sempre informando à autoridade superior;
VI - Zelar pela correta aplicação dos recursos públicos e garantir a observância dos princípios da legalidade, eficiência e transparência;
Art. 3º. O servidor designado deverá observar rigorosamente os normativos aplicáveis à fiscalização contratual, especialmente os princípios e diretrizes estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021 e legislações correlatas.
Art. 4ª. A fiscalização da execução do Contrato de Prestação de Serviços **nº 044/2025** será transferida automaticamente para o(a) novo(a) Gerente de Eventos, após sua nomeação e posse no cargo, sem prejuízo da continuidade do acompanhamento e monitoramento do contrato.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.
Secretaria de Turismo e Cultura de Aracruz, 29 de janeiro de 2025
HELDER TABOSA DELFINO
Secretário Interino de Turismo e Cultura
DECRETO N.º 47.893, DE 28/01/2025

Protocolo 1481884

PORTARIA N.º 039, DE 29/01/2025.
DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA - SEMTUR, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Municipal nº 3.337, de 25 de agosto de 2010, e sua alteração, no DECRETO N.º 47.893, DE 28/01/2025, e considerando o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021,
RESOLVE:
Art. 1º **º** Designar o servidor **CARLOS EDUARDO LYRA DE OLIVEIRA**, **matrícula nº 40.475 ocupante do cargo de GERENTE DE EVENTOS**, para atuar como Fiscal do Contrato de Prestação de Serviços nº 043/2025, celebrado entre a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura - SEMTUR e ***VALDIRENEDOSSANTOS-AGITU***'S ***PRODUCOES***, inscrita no CNPJ nº **07.352.028/0001-37**, cujo objeto é apresentação artística da banda AGITOS, durante a programação da **TEMPORADA DE VERÃO DE ARACRUZ 2025**, no dia 01/**02/2025 (sabado)**, às 20:30hrs (duas horas) em **SANTA CRUZ** - ARACRUZ-ES
Art. 2º São atribuições do Fiscal do Contrato:
I - Acompanhar e monitorar a execução do contrato, verificando se a contratada cumpre integralmente as obrigações previstas;
II - Fiscalizar a qualidade e a tempestividade dos serviços prestados, garantindo que estejam em conformidade com o especificado no contrato;
III - Registrar, por meio de relatórios ou outros documentos, as ocorrências e medidas adotadas no curso da execução contratual;
IV - Atestar as medições e/ou serviços realizados para fins de pagamento, conforme previsto no contrato;
V - Notificar a contratada sobre quaisquer descumprimentos contratuais, adotando as providências cabíveis, sempre informando à autoridade superior;
VI - Zelar pela correta aplicação dos recursos públicos e garantir a observância dos princípios da legalidade, eficiência e transparência;
Art. 3º. O servidor designado deverá observar rigorosamente os normativos aplicáveis à fiscalização contratual, especialmente os princípios e diretrizes estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021 e legislações correlatas.
Art. 4ª. A fiscalização da execução do Contrato de Prestação de Serviços **nº 043/2025** será transferida automaticamente para o(a) novo(a) Gerente de Eventos, após sua nomeação e posse no cargo, sem prejuízo da continuidade do acompanhamento e monitoramento do contrato.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.
Secretaria de Turismo e Cultura de Aracruz, 29 de janeiro de 2025
HELDER TABOSA DELFINO
Secretário Interino de Turismo e Cultura
DECRETO N.º 47.893, DE 28/01/2025

Protocolo 1481889

PORTARIA N.º 041, DE 28/01/2025.
DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA - SEMTUR, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Municipal nº 3.337, de 25 de agosto de 2010, e sua alteração, no DECRETO N.º 47.893, DE 28/01/2025, e considerando o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021,
RESOLVE:
Art. 1º Designar o servidor **Adrian Matuchac Lopes** , matrícula nº **40.525** ocupante do cargo de **COORDENADOR DE INFRAESTRUTURA**, para atuar como Fiscal do Contrato de Prestação de Serviços nº 047/2025, celebrado entre a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura - SEMTUR e empresa **AGITUS PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA**, inscrito no CNPJ número 40.613.595/0001-75, cujo objeto é a realização de apresentação artística da banda SAMBA + com sua banda durante a programação da TEMPORADA DE VERÃO DE ARACRUZ 2025, **no dia 01/02/2025 às 23:00h em COQUEIRAL, Aracruz-ES**.
Art. 2º São atribuições do Fiscal do Contrato:
I - Acompanhar e monitorar a execução do contrato, verificando se a contratada cumpre integralmente as obrigações previstas;
II - Fiscalizar a qualidade e a tempestividade dos serviços prestados, garantindo que estejam em conformidade com o especificado no contrato;
III - Registrar, por meio de relatórios ou outros documentos, as ocorrências e medidas adotadas no curso da execução contratual;
IV - Atestar as medições e/ou serviços realizados para fins de pagamento, conforme previsto no contrato;
V - Notificar a contratada sobre quaisquer descumprimentos contratuais, adotando as providências cabíveis, sempre informando à autoridade superior;
VI - Zelar pela correta aplicação dos recursos públicos e garantir a observância dos princípios da legalidade, eficiência e transparência;
Art. 3º. O servidor designado deverá observar

rigorosamente os normativos aplicáveis à fiscalização contratual, especialmente os princípios e diretrizes estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021 e legislações correlatas.
Art. 4ª. A fiscalização da execução do Contrato de Prestação de Serviços **nº 047/2025** será transferida automaticamente para o(a) novo(a) Gerente de Eventos, após sua nomeação e posse no cargo, sem prejuízo da continuidade do acompanhamento e monitoramento do contrato.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.
Secretaria de Turismo e Cultura de
Aracruz, 29 de janeiro de 2025
HELDER TABOSA DELFINO
Secretário Interino de Turismo e Cultura
DECRETO N.º 47.893, DE 28/01/2025

Protocolo 1481932

PORTARIA N.º 20.458, DE 29/01/2025.

DESIGNA SERVIDORES PARA COMPOREM AS COMISSÕES RESPONSÁVEIS PELAS MODALIDADES DE LICITAÇÃO, BEM COMO A COMISSÃO DE REGISTRO CADASTRAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPIRITO SANTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NOS TERMOS DO ART. 7º E 8º DA LEI FEDERAL N.º 14.133, de 01/04/2021 E DA LEI MUNICIPAL N.º 4.606, de 22/06/2023, CONFORME PROCESSO ELETRÔNICO N.º 22.523/2023;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os Servidores abaixo relacionados, para Comporem as Comissões responsáveis pelas modalidades de Licitação constantes no artigo 28 e nos procedimentos auxiliares descritos nos incisos de I a IV, do artigo 78, ambos da Lei Federal 14.133/2021, bem como a Comissão de Registro Cadastral, para atuar no procedimento auxiliar descrito no inciso V do artigo 78 e no registro de sanções aplicadas descrito no art. 161, ambos do mesmo diploma legal, junto a Secretaria de Suprimentos - SEMSU, conforme segue:

I - Comissão para a Modalidade de Licitação: Pregão com ou sem Registro de Preços, bem como os procedimentos de Dispensa Eletrônica.

a) Comissão 01:

NOME	MATRÍCULA	VÍNCULO	FUNÇÃO
Gilvan Ribeiro Souza	31.073	Efetivo	Agente de Contratação
Adrian Carlos Raimundo	27.366	Efetivo	Equipe de Apoio
Andressa Miranda Barros	22.079	Efetivo	Equipe de Apoio
Cinthia Pavesi Lopes	40.527	Comissionado	Equipe de Apoio
Tatiane de Souza Ramos	31.228	Efetivo	Equipe de Apoio

b) Comissão 02:

NOME	MATRÍCULA	VÍNCULO	FUNÇÃO
Jane Maura Del Caro Calil	1.018	Efetivo	Agente de Contratação
Gleide Jean de Souza F. Loureiro	21.850	Efetivo	Equipe de Apoio
Marta Aparecida R.B. Ferreira	2.831	Efetivo	Equipe de Apoio
Marlileida Garcia Duarte	40.536	Comissionado	Equipe de Apoio
José Carlos Ribeiro Pereira	2.773	Efetivo	Equipe de Apoio

II - Comissão para as modalidades de Licitação: Concorrência com ou sem Registro de Preços, concurso e diálogo competitivo, bem como dos procedimentos auxiliares das Licitações: credenciamento, pré-qualificação, procedimento de manifestação de interesse.

a) Comissão Única:

NOME	MATRÍCULA	VÍNCULO	FUNÇÃO
Aline de Almeida S.Perovano	40.406	Comissionado	Agente de Contratação
Fernando Antonio F.Teixeira	35.413	Comissionado	Equipe de Apoio
Erlon Coutinho Pereira	33.733	Comissionado	Equipe de Apoio
Patrícia Souza N.Galavotti	3.580	Efetivo	Equipe de Apoio
Angela Maria Cunha Peluchi	31.244	Efetivo	Equipe de Apoio
Romildo Broetto	40.381	Comissionado	Equipe de Apoio

III - Comissão de Registro Cadastral para o procedimento auxiliar de Cadastro e Controle e registro de Sanções aplicadas.

a) Comissão Única:

NOME	MATRÍCULA	VÍNCULO	FUNÇÃO
Robson Guimarães Neres	2.778	Efetivo	Presidente
Jandira Rosa Scopel	2.852	Efetivo	Membro
Claudinei Coutinho Bof	2.818	Efetivo	Membro
Claydson Pimentel Rodrigues	26.441	Efetivo	Membro
Antônio Carlos Cunha Teixeira	35.448	Comissionado	Membro

§ 1º No caso de ausências ou impedimentos dos Agentes de Contratação e Presidente designados, poderá haver substituição pelos membros de cada

Comissão, a ser definido através de Portaria, pelo Secretário de Suprimentos - SEMSU, no momento da emissão do Edital ou da realização do Pregão.

§ 2º Nos meses em que houver substituição, será devida ao membro substituto somente o valor da gratificação de maior valor, não havendo acumulação de valores.

Art. 2º Os Agentes de Contratação e Presidente, designados nos termos desta portaria, deverão ainda observar, no desempenho das suas funções, os regulamentos atuais e que vierem a ser aprovados e promulgados pelo Poder Executivo Municipal e que serão recepcionados por esta portaria.

Art. 3º Integram o rol de atribuições dos Agentes de Contratação a tomada de decisões, o acompanhamento do trâmite da licitação, o impulsionamento do procedimento licitatório e a execução de quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação e das contratações diretas caso seja demandado, incluindo a solicitação de emissão de pareceres técnicos e jurídicos, para subsidiar as suas decisões.

§ 1º - O Agente de Contratação convocará os membros da equipe de apoio quando necessário e delegará as atribuições para o regular desenvolvimento das licitações e contratações desta Prefeitura Municipal.

§ 2º - O Agente de Contratação poderá convocar servidores públicos efetivos, que possuam conhecimento técnico acerca do objeto da licitação, para auxiliarem em atos dos certames.

Art. 4º Os servidores nomeados nos incisos I e II, do artigo 1º, para comporem as Comissões de Licitação, com base na Lei Federal n.º 14.133/2021, deverão operar também os procedimentos iniciados através das Leis Federais n.º 8.666/1993 e 10.520/2002, até o encerramento total dos procedimentos.

Parágrafo único - Os servidores nomeados para comporem as Comissões de Licitação, conforme "caput" do artigo, deverão cumprir a carga horária diária mínima de 08 horas, conforme o § 5º do artigo 28 da Lei Municipal n.º 4.406/2023.

Art. 5º Fica revogada a Portaria n.º 20.423/2024, de 08/01/2025.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 29 de janeiro de 2025.

LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito Municipal

Protocolo 1481936

PORTARIA N.º 20.457, DE 29/01/2025.

NOMEIA SERVIDORES PARA COMPOR A COMISSÃO PERMANENTE DE APOIO ÀS AÇÕES DE ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PLANO PLURIANUAL - PPA E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E, NOS TERMOS DO DECRETO N.º 15.132, DE 17/04/2006 E DO ART. 5º DA LEI N.º 3.529, DE 13/12/2011;

RESOLVE:
Art. 1º Nomear os Servidores abaixo relacionados para compor a Comissão Permanente de Apoio às ações de Elaboração e Acompanhamento do Plano Plurianual - PPA e da Lei Orçamentária anual - LOA, na função de Agente PPA.

NOME	LOCALIDADE
Maria das Graças Frigini Cuzzuol - 664	Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEMPLA
Elecilda Vieira Martins Petri - 2829	Secretaria de Educação - SEMED
Lucimara Aparecida Scopel de Amorim - 2822	Secretaria de Educação - SEMED
Gabriel Cruz Viana - 27.728	Secretaria de Educação - SEMED
Isaías Oliveira dos Santos - 28.477	Secretaria de Educação - SEMED
Lediane Barbosa da Silva - 21.871	Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude - SEMESP
Ana Carolina Peruchi - 21.878	Secretaria de Obras - SEMOB
Denise Ferreira de Araújo - 26.494	Secretaria de Saúde - SEMSA
Erica Lombardi de Oliveira - 34.683	Secretaria de Saúde - SEMSA
Patrick da Silva Oliveira - 3517	Secretaria de Saúde - SEMSA
Cristiana do Nascimento Loyola - 21.896	Secretaria de Transportes e Serviços Urbanos - SETRANS
Claudinei Coutinho Bof - 2818	Secretaria de Transportes e Serviços Urbanos - SETRANS
Jandira Rosa Scopel - 2852	Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SEMDE
Maria José Gonçalves Mai - 21.967	Secretaria de Finanças - SEMFI
Tatiane de Souza Ramos - 31.228	Secretaria de Suprimentos - SEMSU
Priscila Donata Barcelos - 26.938	Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEMPLA
Sérgio Luiz Santos de Oliveira	Secretaria de Turismo - SEMTUR
Thainá Machado Vassoler - 27.181	Controladoria Geral do Município - CGM
Rayanne dos Santos Oliveira - 28.038	Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEMDUR
Lucineia Segal Farage - 347	Secretaria de Governo - SEGOV
Geane Barreto Teixeira Pimentel - 26.563	Procuradoria Geral do Município - PROGE
Ana Paula Carlos Fracalossi Gourlart - 21.867	Secretaria de Administração e Recursos Humanos - SEMAD
Sandra Nágile de Lima Vescovi - 2619	Secretaria de Agricultura - SEMAG
Brenda Costa Barbosa - 22.009	Secretaria de Meio Ambiente - SEMAM
Myrela Barbarioli Siqueira - 2720	Secretaria de Assistência Social - SEMAS
Noemia Mendes Coimbra - 33796	Secretaria de Assistência Social - SEMAS
Jussara Silva Florêncio	Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Município de Aracruz - IPASMA
Kesia Pereira de Souza - 40.424	Secretaria de Comunicação - SECOM
Salete Pereira Santos - 900231	Câmara Municipal de Aracruz

Parágrafo único. As Autarquias do Município e a Câmara Municipal deverão indicar os Servidores para exercer as atribuições do Agente PPA - LOA que integrarão a referida Comissão.

Art. 2º Nomear a Agente PPA MARIA DAS GRAÇAS FRIGINI CUZZUOL - Matricula n.º 664, da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão para exercer a Função de Presidente da Comissão Permanente de Apoio às Ações de Elaboração e Acompanhamento do Plano Plurianual - PPA e da Lei Orçamentária Anual.

Art. 3º A Comissão Permanente de Apoio às Ações de Elaboração e Acompanhamento do Plano Plurianual - PPA e da Lei Orçamentária Anual - LOA, será remunerada de acordo com o Art. 5º da Lei n.º 3.529, de 13/12/2011.

Art. 4º Fica revogada as Portarias n.º 20.421, de 06/01/2025 e n.º Portaria n.º 20.435, de 14/01/2025.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 29 de janeiro de 2025.

LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito Municipal

Protocolo 1481950

Termos

TERMO DE COMPROMISSO
EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS N.º 004/2024 - SEMTUR
Lei nº 14.399/2022 - Lei Aldir Blanc
Referência: Processo n.º 35.954/24
1. COMPROMITENTE: O **MUNICÍPIO DE ARACRUZ - ES**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 27.142.702/0001-66, com sede na Avenida Morobá, nº. 20, Bairro Morobá, Aracruz-ES, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Turismo e Cultura, Moisés dos Santos Mercier, brasileiro, portador do CPF n.º 079.561.897-21 e do RG n.º 1.522.195 - SPTC/ES.

2. COMPROMISSADO: PF
NOME COMPLETO: ANDRÉ PEREIRA RIBEIRO
RG: 3.698.235
CPF: 169.466.467-89
ENDEREÇO COMPLETO: Rua Giuseppe Testa, nº 17, Bela Vista, Aracruz, Espírito Santo, CEP: 29.192-080
TELEFONE: (27) 9-9800-2435
E-MAIL: andremp04@gmail.com

3. DO OBJETO:
3.1. O presente Termo tem por objeto a concessão pela SEMTUR de Prêmio ao COMPROMISSADO, cujo projeto intitulado **CDA ESPECIAL DE ANIVERSÁRIO**, Processo nº 39.690/2024, foi selecionado pela Comissão Julgadora do Edital em epígrafe, conforme Ata e resultado final publicado no Diário Oficial de 16/12/2024.

4. DO VALOR DO PRÊMIO:
4.1. O valor total do Prêmio a ser concedido pela COMPROMITENTE ao COMPROMISSADO é de **R$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais)**, a ser pago em parcela única.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

5.1. O pagamento da importância relativa ao Termo de Compromisso correrá por conta de Dotação Orçamentária, já consignada no orçamento vigente, assim discriminada:

12.00.00	Secretaria de Turismo e Cultura - SEMTUR
12.02.00	Fundo Municipal de Cultura de Aracruz - FMCA
13.392.0021.2.0209	Apoio Emergencial Cultural (Aldir Blanc)
3.3.50.41.00	Contribuições
3.3.60.45.00	Subvenções Econômicas
3.3.90.31.00	Premiações Cult. Art. Cient
3.3.90.48.00	Outros Auxílios Financeiros a Pessoa Física

6. DO COMPROMISSO DAS PARTES: As partes signatárias deste Termo comprometem-se, em razão ao seu objeto, ao seguinte:
6.1- Caberá ao COMPROMITENTE:
a) Conceder ao COMPROMISSADO o Prêmio nas condições estabelecidas no Edital de Seleção de Projetos n.º 004/2024 - SEMTUR.
b) Exigir do COMPROMISSADO o relatório de cumprimento do objeto, conforme estabelecido no Edital de Seleção de Projetos n.º 004/2024 - SEMTUR.

6.2- Caberá ao COMPROMISSADO:

6.2.1- DA CONTRAPARTIDA:
Itens Obrigatórios:
Uma apresentação artística e cultural de conteúdo musical, individual ou coletiva, autoral ou não, à serem executadas presencialmente e ao vivo, com duração de, no mínimo, 40 (quarenta) minutos, pública e gratuita no município de Aracruz-ES;
Acesso gratuito às atividades/apresentações;
Itens Adicionais:
Contemplar medidas que promovam a circulação e o fomento cultural, e a inclusão social, as camadas da população menos assistidas ou excluídas do exercício de seus direitos culturais por sua condição socioeconômica, etnia, deficiência, gênero, faixa etária, domicílio, ocupação;
6.2.2- OBRIGAÇÕES:
a) O prazo para execução desta proposta contemplada será de até 180 (cento e oitenta) dias após o recebimento dos recursos, de acordo com agendamento com a SEMTUR.
b) O proponente contemplado deverá comprovar a realização, de acordo com o projeto selecionado, para apresentação dos resultados e produtos obtidos com a realização do projeto, de forma pública, gratuita e com anuência prévia da SEMTUR.
c) O proponente contemplado será responsável pela completa execução do projeto selecionado, de acordo com o conteúdo apresentado na inscrição e selecionado pela Comissão Julgadora, bem como pelas ações visando à mobilização de público e divulgação. Quaisquer alterações de formato e conteúdo deverão ser solicitadas e autorizadas antecipadamente pela SEMTUR.
d) O proponente contemplado ficará responsável pelas despesas relativas aos direitos autorais (ECAD

e SBAT), nos termos da Lei Federal 9.610/98, bem como demais taxas incidentes sobre a execução ou apresentação do projeto cultural a ser executado, eximindo-se a SEMTUR de quaisquer responsabilidades. Deverá, ainda, observar as determinações da Lei 6.533/1978.
e) Ao término de realização do projeto, o contemplado deverá encaminhar relatório detalhado da execução do projeto. Obriga-se, ainda, a manter arquivado ou sob a sua posse comprovantes das despesas realizadas com os recursos financeiros oriundos do Prêmio recebido, referentes a notas fiscais, recibos e outros documentos contábeis, para fim de auditoria, se necessário for, da SEMTUR ou por órgãos de controle externo, inclusive a Receita Federal.
f) O proponente obriga-se a divulgar o que se solicita no item 15.1 do Edital de Seleção de Projetos - SEMTUR - n.º 004/2024, observado cada caso.
g) Na divulgação do projeto contemplado é vedada a utilização de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
h) O proponente contemplado, nos termos do que dispõe a Lei Federal 9.610/98 (Direitos Autorais), autoriza a SEMTUR a arquivar, armazenar e divulgar os resultados do projeto em diferentes plataformas digitais sob sua responsabilidade, com fins educativos e culturais, de acordo com as modalidades previstas na referida Lei.
i) O proponente contemplado que optar pela aquisição de equipamentos, instrumentos musicais e outros itens de estruturação, deverá obrigatoriamente realizar a compra de materiais exclusivamente novos, ficando vedada a aquisição de usados. Na prestação de contas deverão ser apresentadas as notas fiscais dos mesmos.

j) O proponente contemplado será responsável por cumprir integralmente todas as recomendações e exigências deste termo de compromisso bem como do Edital de Seleção de Projetos n.º 004/2024 - SEMTUR.

7. DAS PENALIDADES:

7.1- O não cumprimento das exigências do Edital de Seleção de Projetos - SEMTUR - n.º 004/2024 ou de qualquer das cláusulas do Termo de Compromisso a ser celebrado, implicará, cumulativamente, na impossibilidade do contemplado para firmar novos compromissos, contratar ou licitar com o Município de Aracruz/ES, pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, com registro no CADIN-ES (Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Estado) e inscrição em Dívida Ativa, além de ficar o mesmo obrigado a devolver a importância recebida, com correção monetária baseada na conversão do valor pela VRTE (Valor de Referência do Tesouro Estadual) e juros de 1% ao mês, assegurado o contraditório e a ampla defesa previsto no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal.

8. DAS CONDIÇÕES GERAIS:

8.1. É vedado ao COMPROMISSADO o início ou a realização de despesas em razão ao objeto deste Termo, antes da autorização da SEMTUR.

9. DA LGPD - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

9.1. Em cumprimento a Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados, o proponente, bem como os demais integrantes que, por este, estejam sendo representados, declaram, inequivocamente, ciência e consente em fornecer, de livre vontade, dados pessoas a serem tratados pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura de Aracruz, para uso, nos termos do Edital nº 004/2024 - Edital da Lei Aldir Blanc, e para divulgação, institucional ou não, que a Prefeitura Municipal de Aracruz entender necessária.

10. DA VIGÊNCIA:

10.1 O presente Termo vigorará, a partir da data de sua assinatura, até 30 (trinta) dias após entrega do RELATÓRIO DETALHADO DE EXECUÇÃO DA PROPOSTA

11. DO FORO:
11.1. Fica eleito o foro de Aracruz - Espírito Santo, para serem dirimidas as dúvidas ou questões oriundas deste Termo. E por estarem de comum acordo com todos os itens e condições estabelecidos neste Termo, assinam-no as partes, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para os fins de direito, na presença das testemunhas infrafirmadas.
Aracruz/ES, 26 de dezembro de 2024.
MOISÉS DOS SANTOS MERCIER
Secretário Municipal de Turismo e Cultura
DECRETO N.º 39.017, DE 01/01/2021.
ANDRÉ PEREIRA RIBEIRO

Protocolo 1481457

TERMO DE COMPROMISSO
EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS N.º 004/2024 - SEMTUR
Lei nº 14.399/2022 - Lei Aldir Blanc
Referência: Processo n.º 39.403/2024
1. COMPROMITENTE: O **MUNICÍPIO DE ARACRUZ - ES**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 27.142.702/0001-66, com sede na Avenida Morobá, nº. 20, Bairro Morobá, Aracruz-ES, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Turismo e Cultura, Moisés dos Santos Mercier, brasileiro, portador do CPF n.º 079.561.897-21 e do RG n.º 1.522.195 - SPTC/ES.

2. COMPROMISSADO: PF
NOME COMPLETO: CLEBERSON SANTOS MEIRA
RG: 4.047.588
CPF: 179.337.897-57
ENDEREÇO COMPLETO: Rua Giuseppe Testa, nº 17, Bela Vista, Aracruz, Espírito Santo, CEP: 29.192-080
TELEFONE: (27) 99777-1933
E-MAIL: : levantcleber18@gmail.com

3. DO OBJETO:
3.1. O presente Termo tem por objeto a concessão pela SEMTUR de Prêmio ao COMPROMISSADO, cujo projeto intitulado **LOVEDRILI**, Processo nº 39.403/2024, foi selecionado pela Comissão Julgadora do Edital em epígrafe, conforme Ata e resultado final publicado no Diário Oficial de 16/12/2024.

4. DO VALOR DO PRÊMIO:
4.1. O valor total do Prêmio a ser concedido pela COMPROMITENTE ao COMPROMISSADO é de **R$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais)**, a ser pago em parcela única.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

5.1. O pagamento da importância relativa ao Termo de Compromisso correrá por conta de Dotação Orçamentária, já consignada no orçamento vigente, assim discriminada:

12.00.00	Secretaria de Turismo e Cultura - SEMTUR
12.02.00	Fundo Municipal de Cultura de Aracruz - FMCA
13.392.0021.2.0209	Apoio Emergencial Cultural (Aldir Blanc)
3.3.50.41.00	Contribuições
3.3.60.45.00	Subvenções Econômicas
3.3.90.31.00	Premiações Cult. Art. Cient
3.3.90.48.00	Outros Auxílios Financeiros a Pessoa Física

6. DO COMPROMISSO DAS PARTES: As partes signatárias deste Termo comprometem-se, em razão ao seu objeto, ao seguinte:

6.1- Caberá ao COMPROMITENTE:

a) Conceder ao COMPROMISSADO o Prêmio nas condições estabelecidas no Edital de Seleção de Projetos n.º 004/2024 - SEMTUR.

b) Exigir do COMPROMISSADO o relatório de cumprimento do objeto, conforme estabelecido no Edital de Seleção de Projetos n.º 004/2024 - SEMTUR.

6.2- Caberá ao COMPROMISSADO:

6.2.1- DA CONTRAPARTIDA:

Itens Obrigatórios:

Uma apresentação artística e cultural de conteúdo musical, individual ou coletiva, autoral ou não, à serem executadas presencialmente e ao vivo, com duração de, no mínimo, 40 (quarenta) minutos, pública e gratuita no município de Aracruz-ES;
Acesso gratuito às atividades/apresentações;

Itens Adicionais:

Contemplar medidas que promovam a circulação e o fomento cultural, e a inclusão social, as camadas da população menos assistidas ou excluídas do exercício de seus direitos culturais por sua condição socioeconômica, etnia, deficiência, gênero, faixa etária, domicílio, ocupação;

6.2.2- OBRIGAÇÕES:

a) O prazo para execução desta proposta contemplada será de até 180 (cento e oitenta) dias após o recebimento dos recursos, de acordo com agendamento com a SEMTUR.

b) O proponente contemplado deverá comprovar a realização, de acordo com o projeto selecionado, para apresentação dos resultados e produtos obtidos com a realização do projeto, de forma pública, gratuita e com anuência prévia da SEMTUR.

c) O proponente contemplado será responsável pela completa execução do projeto selecionado, de acordo com o conteúdo apresentado na inscrição e selecionado pela Comissão Julgadora, bem como pelas ações visando à mobilização de público e divulgação. Quaisquer alterações de formato e conteúdo deverão ser solicitadas e autorizadas antecipadamente pela SEMTUR.

d) O proponente contemplado ficará responsável pelas despesas relativas aos direitos autorais (ECAD e SBAT), nos termos da Lei Federal 9.610/98, bem como demais taxas incidentes sobre a execução ou apresentação do projeto cultural a ser executado, eximindo-se a SEMTUR de quaisquer responsabilidades. Deverá, ainda, observar as determinações da Lei 6.533/1978.

e) Ao término de realização do projeto, o contemplado deverá encaminhar relatório detalhado da execução do projeto. Obriga-se, ainda, a manter arquivado ou sob a sua posse comprovantes das despesas realizadas com os recursos financeiros oriundos do Prêmio recebido, referentes a notas fiscais, recibos e outros documentos contábeis, para fim de auditoria, se necessário for, da SEMTUR ou por órgãos de controle externo, inclusive a Receita Federal.

f) O proponente obriga-se a divulgar o que se solicita no item 15.1 do Edital de Seleção de Projetos - SEMTUR - n.º 004/2024, observado cada caso.

g) Na divulgação do projeto contemplado é vedada a utilização de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

h) O proponente contemplado, nos termos do que dispõe a Lei Federal 9.610/98 (Direitos Autorais), autoriza a SEMTUR a arquivar, armazenar e divulgar os resultados do projeto em diferentes plataformas digitais sob sua responsabilidade, com fins educativos e culturais, de acordo com as modalidades previstas na referida Lei.

i) O proponente contemplado que optar pela aquisição de equipamentos, instrumentos musicais e outros itens de estruturação, deverá obrigatoriamente realizar a compra de materiais exclusivamente novos, ficando vedada a aquisição de usados. Na prestação de contas deverão ser apresentadas as notas fiscais dos mesmos.

j) O proponente contemplado será responsável por cumprir integralmente todas as recomendações e exigências deste termo de compromisso bem como do Edital de Seleção de Projetos n.º 004/2024 - SEMTUR.

7. DAS PENALIDADES:

7.1- O não cumprimento das exigências do Edital de Seleção de Projetos - SEMTUR - n.º 004/2024 ou de qualquer das cláusulas do Termo de Compromisso a ser celebrado, implicará, cumulativamente, na impossibilidade do contemplado para firmar novos compromissos, contratar ou licitar com o Município de Aracruz/ES, pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, com registro no CADIN-ES (Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Estado) e inscrição em Dívida Ativa, além de ficar o mesmo obrigado a devolver a importância recebida, com correção monetária baseada na conversão do valor pela VRTE (Valor de Referência do Tesouro Estadual) e juros de 1% ao mês, assegurado o contraditório e a ampla defesa previsto no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal.

8. DAS CONDIÇÕES GERAIS:

8.1. É vedado ao COMPROMISSADO o início ou a realização de despesas em razão ao objeto deste Termo, antes da autorização da SEMTUR.

9. DA LGPD - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

9.1. Em cumprimento a Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados, o proponente, bem como os demais integrantes que, por este, estejam

sendo representados, declaram, inequivocamente, ciência e consente em fornecer, de livre vontade, dados pessoas a serem tratados pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura de Aracruz, para uso, nos termos do Edital nº 004/2024 - Edital da Lei Aldir Blanc, e para divulgação, institucional ou não, que a Prefeitura Municipal de Aracruz entender necessária.

10. DA VIGÊNCIA:

10.1 O presente Termo vigorará, a partir da data de sua assinatura, até 30 (trinta) dias após entrega do RELATÓRIO DETALHADO DE EXECUÇÃO DA PROPOSTA

11. DO FORO:

11.1. Fica eleito o foro de Aracruz - Espírito Santo, para serem dirimidas as dúvidas ou questões oriundas deste Termo. E por estarem de comum acordo com todos os itens e condições estabelecidos neste Termo, assinam-no as partes, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para os fins de direito, na presença das testemunhas infrafirmadas.

Aracruz/ES, 26 de dezembro de 2024.

MOISÉS DOS SANTOS MERCIER
Secretário Municipal de Turismo e Cultura
DECRETO N.º 39.017, DE 01/01/2021.

CLEBERSON SANTOS MEIRA

Protocolo 1481461

TERMO DE COMPROMISSO
EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS N.º 004/2024 - SEMTUR
Lei nº 14.399/2022 - Lei Aldir Blanc
Referência: Processo n.º 39.403/2024

1. COMPROMITENTE: O **MUNICÍPIO DE ARACRUZ** - **ES**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 27.142.702/0001-66, com sede na Avenida Morobá, nº. 20, Bairro Morobá, Aracruz-ES, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Turismo e Cultura, Moisés dos Santos Mercier, brasileiro, portador do CPF n.º 079.561.897-21 e do RG n.º 1.522.195 - SPTC/ES.

2. COMPROMISSADO: PF
NOME COMPLETO: PEDRO HENRIQUE BARBOSA DA SILVA
RG: 3.677.366
CPF: 144.944.947-63
ENDEREÇO COMPLETO: Rua Giuseppe Testa, nº 16, Bela Vista, Aracruz, Espírito Santo, CEP: 29192-080
TELEFONE: : (27) 99916-7531
E-MAIL: : pedrohbarbosa2012@hotmail.com

3. DO OBJETO:

3.1. O presente Termo tem por objeto a concessão pela SEMTUR de Prêmio ao COMPROMISSADO, cujo projeto intitulado **COPA FRESTYLE DE MCS DO NORTE**, **Processo nº 40.052/2024**, foi selecionado pela Comissão Julgadora do Edital em epígrafe, conforme Ata e resultado final publicado no Diário Oficial de 16/12/2024.

4. DO VALOR DO PRÊMIO:

4.1. O valor total do Prêmio a ser concedido pela COMPROMITENTE ao COMPROMISSADO é de **R$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais)**, a ser pago em parcela única.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

5.1. O pagamento da importância relativa ao Termo de Compromisso correrá por conta de Dotação Orçamentária, já consignada no orçamento vigente, assim discriminada:

12.00.00	Secretaria de Turismo e Cultura - SEMTUR
12.02.00	Fundo Municipal de Cultura de Aracruz - FMCA
13.392.0021.2.0209	Apoio Emergencial Cultural (Aldir Blanc)
3.3.50.41.00	Contribuições
3.3.60.45.00	Subvenções Econômicas
3.3.90.31.00	Premiações Cult. Art. Cient
3.3.90.48.00	Outros Auxílios Financeiros a Pessoa Física

6. DO COMPROMISSO DAS PARTES: As partes signatárias deste Termo comprometem-se, em razão ao seu objeto, ao seguinte:

6.1- Caberá ao COMPROMITENTE:

a) Conceder ao COMPROMISSADO o Prêmio nas condições estabelecidas no Edital de Seleção de Projetos n.º 004/2024 - SEMTUR.

b) Exigir do COMPROMISSADO o relatório de cumprimento do objeto, conforme estabelecido no Edital de Seleção de Projetos n.º 004/2024 - SEMTUR.

6.2- Caberá ao COMPROMISSADO:

6.2.1- DA CONTRAPARTIDA:

Itens Obrigatórios:

Uma apresentação artística e cultural de conteúdo musical, individual ou coletiva, autoral ou não, à serem executadas presencialmente e ao vivo, com duração de, no mínimo, 40 (quarenta) minutos, pública e gratuita no município de Aracruz-ES;
Acesso gratuito às atividades/apresentações;

Itens Adicionais:

Contemplar medidas que promovam a circulação e o fomento cultural, e a inclusão social, as camadas da população menos assistidas ou excluídas do exercício de seus direitos culturais por sua condição socioeconômica, etnia, deficiência, gênero, faixa etária, domicílio, ocupação;

6.2.2- OBRIGAÇÕES:

a) O prazo para execução desta proposta contemplada será de até 180 (cento e oitenta) dias após o recebimento dos recursos, de acordo com agendamento com a SEMTUR.

b) O proponente contemplado deverá comprovar a realização, de acordo com o projeto selecionado, para apresentação dos resultados e produtos obtidos com a realização do projeto, de forma pública, gratuita e com anuência prévia da SEMTUR.

c) O proponente contemplado será responsável pela completa execução do projeto selecionado, de acordo com o conteúdo apresentado na inscrição e selecionado pela Comissão Julgadora, bem como pelas ações visando à mobilização de público e divulgação. Quaisquer alterações de formato e conteúdo deverão ser solicitadas e autorizadas antecipadamente pela SEMTUR.

d) O proponente contemplado ficará responsável pelas despesas relativas aos direitos autorais (ECAD e SBAT), nos termos da Lei Federal 9.610/98, bem como demais taxas incidentes sobre a execução ou apresentação do projeto cultural a ser executado, eximindo-se a SEMTUR de quaisquer responsabilidades. Deverá, ainda, observar as determinações da Lei 6.533/1978.

e) Ao término de realização do projeto, o contemplado deverá encaminhar relatório detalhado da execução do projeto. Obriga-se, ainda, a manter arquivado ou sob a sua posse comprovantes das despesas realizadas com os recursos financeiros oriundos do

Prêmio recebido, referentes a notas fiscais, recibos e outros documentos contábeis, para fim de auditoria, se necessário for, da SEMTUR ou por órgãos de controle externo, inclusive a Receita Federal.
f) O proponente obriga-se a divulgar o que se solicita no item 15.1 do Edital de Seleção de Projetos - SEMTUR - n.º 004/2024, observado cada caso.
g) Na divulgação do projeto contemplado é vedada a utilização de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
h) O proponente contemplado, nos termos do que dispõe a Lei Federal 9.610/98 (Direitos Autorais), autoriza a SEMTUR a arquivar, armazenar e divulgar os resultados do projeto em diferentes plataformas digitais sob sua responsabilidade, com fins educativos e culturais, de acordo com as modalidades previstas na referida Lei.
i) O proponente contemplado que optar pela aquisição de equipamentos, instrumentos musicais e outros itens de estruturação, deverá obrigatoriamente realizar a compra de materiais exclusivamente novos, ficando vedada a aquisição de usados. Na prestação de contas deverão ser apresentadas as notas fiscais dos mesmos.
j) O proponente contemplado será responsável por cumprir integralmente todas as recomendações e exigências deste termo de compromisso bem como do Edital de Seleção de Projetos n.º 004/2024 - SEMTUR.

7. DAS PENALIDADES:
7.1- O não cumprimento das exigências do Edital de Seleção de Projetos - SEMTUR - n.º 004/2024 ou de qualquer das cláusulas do Termo de Compromisso a ser celebrado, implicará, cumulativamente, na impossibilidade do contemplado para firmar novos compromissos, contratar ou licitar com o Município de Aracruz/ES, pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, com registro no CADIN-ES (Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Estado) e inscrição em Dívida Ativa, além de ficar o mesmo obrigado a devolver a importância recebida, com correção monetária baseada na conversão do valor pela VRTE (Valor de Referência do Tesouro Estadual) e juros de 1% ao mês, assegurado o contraditório e a ampla defesa previsto no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal.

8. DAS CONDIÇÕES GERAIS:
8.1. É vedado ao COMPROMISSADO o início ou a realização de despesas em razão ao objeto deste Termo, antes da autorização da SEMTUR.

9. DA LGPD - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS
9.1. Em cumprimento a Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados, o proponente, bem como os demais integrantes que, por este, estejam sendo representados, declaram, inequivocamente, ciência e consente em fornecer, de livre vontade, dados pessoas a serem tratados pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura de Aracruz, para uso, nos termos do Edital nº 004/2024 - Edital da Lei Aldir Blanc, e para divulgação, institucional ou não, que a Prefeitura Municipal de Aracruz entender necessária.

10. DA VIGÊNCIA:
10.1 O presente Termo vigorará, a partir da data de sua assinatura, até 30 (trinta) dias após entrega do RELATÓRIO DETALHADO DE EXECUÇÃO DA PROPOSTA
11. DO FORO:
11.1. Fica eleito o foro de Aracruz - Espírito Santo, para serem dirimidas as dúvidas ou questões oriundas deste Termo. E por estarem de comum acordo com todos os itens e condições estabelecidos neste Termo, assinam-no as partes, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para os fins de direito, na presença das testemunhas infrafirmadas.
Aracruz/ES, 26 de dezembro de 2024.
MOISÉS DOS SANTOS MERCIER
Secretário Municipal de Turismo e Cultura
DECRETO N.º 39.017, DE 01/01/2021.
PEDRO HENRIQUE BARBOSA DA SILVA

Protocolo 1481463

TERMO DE COMPROMISSO
EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS N.º 004/2024 - SEMTUR
Lei nº 14.399/2022 - Lei Aldir Blanc
Referência: Processo n.º 38.416/2024
1. COMPROMITENTE: O **MUNICÍPIO DE ARACRUZ - ES**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 27.142.702/0001-66, com sede na Avenida Morobá, nº. 20, Bairro Morobá, Aracruz-ES, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Turismo e Cultura, Moisés dos Santos Mercier, brasileiro, portador do CPF n.º 079.561.897-21 e do RG n.º 1.522.195 - SPTC/ES.
COMPROMISSADO PJ
RAZÃO SOCIAL: AMOC- ASSOCIACAO DE MORADORES DO BAIRRO COQUEIRAL.
CNPJ: 10.647.226/0001-32
ENDEREÇO: Avenida dos Vinháticos, s/nº, Sala 4, Coqueiral, Aracruz/ES, CEP 29199-033
TELEFONE: : (27)3250-2367 / (27) 98882-8535
E-MAIL: oficinateatraloda@gmail.com
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL: MARCO ANTÔNIO VIANA VELASCO
CPF DO REPRESENTANTE LEGAL: 008.069.350-49

3. DO OBJETO:
3.1. O presente Termo tem por objeto a concessão pela SEMTUR de Prêmio ao COMPROMISSADO, cujo projeto intitulado "**Socorro**, **Jundu**" **Contando sua História**" Processo **nº 38.663/2024**, foi selecionado pela Comissão Julgadora do Edital em epígrafe, conforme Ata e resultado final publicado no Diário Oficial de 16/12/2024.

4. DO VALOR DO PRÊMIO:
4.1. O valor total do Prêmio a ser concedido pela COMPROMITENTE ao COMPROMISSADO é de **R$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais)**, a ser pago em parcela única.

5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

5.1. O pagamento da importância relativa ao Termo de Compromisso correrá por conta de Dotação Orçamentária, já consignada no orçamento vigente, assim discriminada:

12.00.00	Secretaria de Turismo e Cultura - SEMTUR
12.02.00	Fundo Municipal de Cultura de Aracruz - FMCA
13.392.0021.2.0209	Apoio Emergencial Cultural (Aldir Blanc)
3.3.50.41.00	Contribuições

3.3.60.45.00	Subvenções Econômicas
3.3.90.31.00	Premiações Cult. Art. Cient
3.3.90.48.00	Outros Auxílios Financeiros a Pessoa Física

6. DO COMPROMISSO DAS PARTES: As partes signatárias deste Termo comprometem-se, em razão ao seu objeto, ao seguinte:
6.1- **Caberá ao COMPROMITENTE:**
a) Conceder ao COMPROMISSADO o Prêmio nas condições estabelecidas no Edital de Seleção de Projetos n.º 004/2024 - SEMTUR.
b) Exigir do COMPROMISSADO o relatório de cumprimento do objeto, conforme estabelecido no Edital de Seleção de Projetos n.º 004/2024 - SEMTUR.

6.2- **Caberá ao COMPROMISSADO:**

6.2.1-DA CONTRAPARTIDA:
Itens Obrigatórios:
Uma apresentação de circulação artística e cultural de manifestações de artes cênicas e dança: Contemplando apresentações de cênicas, apresentações de danças populares e esquetes teatrais, à serem executadas presencialmente e ao vivo, com duração de, no mínimo, 40 (quarenta) minutos, de forma pública e gratuitamente no município de Aracruz/ES,
Acesso gratuito às atividades/apresentações;
Itens Adicionais:
Contemplar medidas que promovam a circulação e o fomento cultural, e a inclusão social, as camadas da população menos assistidas ou excluídas do exercício de seus direitos culturais por sua condição socioeconômica, etnia, deficiência, gênero, faixa etária, domicílio, ocupação;

6.2.2- OBRIGAÇÕES:
a) O prazo para execução desta proposta contemplada será de até 180 (cento e oitenta) dias após o recebimento dos recursos, de acordo com agendamento com a SEMTUR.
b) O proponente contemplado deverá comprovar a realização, de acordo com o projeto selecionado, para apresentação dos resultados e produtos obtidos com a realização do projeto, de forma pública, gratuita e com anuência prévia da SEMTUR.
c) O proponente contemplado será responsável pela completa execução do projeto selecionado, de acordo com o conteúdo apresentado na inscrição e selecionado pela Comissão Julgadora, bem como pelas ações visando à mobilização de público e divulgação. Quaisquer alterações de formato e conteúdo deverão ser solicitadas e autorizadas antecipadamente pela SEMTUR.
d) O proponente contemplado ficará responsável pelas despesas relativas aos direitos autorais (ECAD e SBAT), nos termos da Lei Federal 9.610/98, bem como demais taxas incidentes sobre a execução ou apresentação do projeto cultural a ser executado, eximindo-se a SEMTUR de quaisquer responsabilidades. Deverá, ainda, observar as determinações da Lei 6.533/1978.
e) Ao término de realização do projeto, o contemplado deverá encaminhar relatório detalhado da execução do projeto. Obriga-se, ainda, a manter arquivado ou sob a sua posse comprovantes das despesas realizadas com os recursos financeiros oriundos do Prêmio recebido, referentes a notas fiscais, recibos e outros documentos contábeis, para fim de auditoria, se necessário for, da SEMTUR ou por órgãos de controle externo, inclusive a Receita Federal.
f) O proponente obriga-se a divulgar o que se solicita no item 15.1 do Edital de Seleção de Projetos - SEMTUR - n.º 004/2024, observado cada caso.
g) Na divulgação do projeto contemplado é vedada a utilização de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
h) O proponente contemplado, nos termos do que dispõe a Lei Federal 9.610/98 (Direitos Autorais), autoriza a SEMTUR a arquivar, armazenar e divulgar os resultados do projeto em diferentes plataformas digitais sob sua responsabilidade, com fins educativos e culturais, de acordo com as modalidades previstas na referida Lei.
i) O proponente contemplado que optar pela aquisição de equipamentos, instrumentos musicais e outros itens de estruturação, deverá obrigatoriamente realizar a compra de materiais exclusivamente novos, ficando vedada a aquisição de usados. Na prestação de contas deverão ser apresentadas as notas fiscais dos mesmos.

j) O proponente contemplado será responsável por cumprir integralmente todas as recomendações e exigências deste termo de compromisso bem como do Edital de Seleção de Projetos n.º 004/2024 - SEMTUR.

7. DAS PENALIDADES:

7.1- O não cumprimento das exigências do Edital de Seleção de Projetos - SEMTUR - n.º 004/2024 ou de qualquer das cláusulas do Termo de Compromisso a ser celebrado, implicará, cumulativamente, na impossibilidade do contemplado para firmar novos compromissos, contratar ou licitar com o Município de Aracruz/ES, pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, com registro no CADIN-ES (Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Estado) e inscrição em Dívida Ativa, além de ficar o mesmo obrigado a devolver a importância recebida, com correção monetária baseada na conversão do valor pela VRTE (Valor de Referência do Tesouro Estadual) e juros de 1% ao mês, assegurado o contraditório e a ampla defesa previsto no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal.

8. DAS CONDIÇÕES GERAIS:

8.1. É vedado ao COMPROMISSADO o início ou a realização de despesas em razão ao objeto deste Termo, antes da autorização da SEMTUR.

9. DA LGPD - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

9.1. Em cumprimento a Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados, o proponente, bem como os demais integrantes que, por este, estejam sendo representados, declaram, inequivocamente, ciência e consente em fornecer, de livre vontade, dados pessoas a serem tratados pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura de Aracruz, para uso, nos termos do Edital nº 004/2024 - Edital da Lei Paulo Gustavo, e para divulgação, institucional ou não, que a Prefeitura Municipal de Aracruz entender necessária.

10. DA VIGÊNCIA:

10.1 O presente Termo vigorará, a partir da data de sua assinatura, até 30 (trinta) dias após entrega do RELATÓRIO DETALHADO DE EXECUÇÃO DA PROPOSTA

11. DO FORO:
11.1. Fica eleito o foro de Aracruz - Espírito Santo, para serem dirimidas as dúvidas ou questões oriundas deste Termo. E por estarem de comum acordo com todos os itens e condições estabelecidos neste Termo, assinam-no as partes, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para os fins de direito, na presença das testemunhas infrafirmadas.
Aracruz/ES, 26 de dezembro de 2024.

MOISÉS DOS SANTOS MERCIER
Secretário Municipal de Turismo e Cultura
DECRETO N.º 39.017, DE 01/01/2021.

MARCO ANTÔNIO VIANA VELASCO
AMOC - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO COQUEIRAL.

Protocolo 1481537

Contrato

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 045/2025.
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ARACRUZ/ES E NOBRE E RODRIGUES MUSIC LTDA
O **MUNICÍPIO DE ARACRUZ** - **ES**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 27.142.702/0001-66, com sede na Avenida Morobá, n.º 20, Bairro Morobá, Aracruz-ES, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Secretário de Turismo e Cultura, **Sr. Helder Tabosa Delfino**, brasileiro, casado, administrador, inscrito no Cadastro de Pessoa Física - **CPF n° 695.706.127-20**, Cédula de Identidade de **n° 535.162** SESP/ES, residente à Rua Urophyla, nº 92, Coqueiral, Aracruz, CEP: 29.199-183, nos termos da Lei nº. 3.337 de 25/08/2010 e do DECRETO N.º 47.893, DE 28/01/2025, **e** empresa **Nobre e Rodrigues Music Ltda** inscrita no CNPJ: **32.824.132/0001-24**, com sede administrativa na Rua Espírito Santo, município de Mimoso do Sul/ES, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo **Sr. Álvaro Luiz Nobre Filho**, inscrito no CPF: 116.145.727-55 e RG 2.260.101 - ES SPTC, residente a Rua Costa Pereira, nº 142, centro, Cachoeiro de Itapemirim. Tendo como base o Termo de Referência da Secretaria de Turismo e Cultura, constante do Processo Administrativo **nº 2023/2025** resolvem assinar o presente contrato, com fulcro no art. 74, inciso II no Caput do art. 92, da Lei nº 14.133/2021, por Inexigibilidade de Licitação, que reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1. O objeto deste contrato é a contratação da empresa Nobre **e Rodrigues Music Ltda**, para a realização de um show musical do cantor **ALVARO NOBRE E BANDA**, como parte da **Programação da Temporada de Verão de Aracruz 2025**. A contratada será responsável pela execução de todos os serviços necessários para a realização do evento, incluindo apresentação artística, infraestrutura, camarim, transporte, hospedagem, alimentação, segurança do artista e demais serviços relacionados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, QUANTITATIVO E VALOR

2.1 Prazo para Execução dos Serviços:
- A data da apresentação musical do cantor é: 01 de fevereiro de 2025.
- A apresentação do show ocorrerá às **23:30h**, na localidade de **Barra do Sahy**, **na Praça dos Corais**, município de **Aracruz**/**ES**.
- O evento terá início conforme o horário acordado e será concluído ao término da apresentação, no mesmo dia.

2.2. O prazo deste contrato é de 60 (sessenta) dias contados da data de sua publicação extrato do contrato na Imprensa Oficial, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133 de 2021.
2.3 Quantitativo dos Serviços:
A contratada deverá fornecer os seguintes serviços:
- **Apresentação musical** da cantor **ÁLVARO NOBRE**, com **duração mínima de 2 horas**.
- Fornecimento de **infraestrutura** necessária para o evento, incluindo transporte, alimentação, segurança e equipe técnica para a execução do show.

2.4 Valor Total do Contrato:
- O valor total para a execução dos serviços é de **R$ 40.000,00 (quarenta mil reais)**.

2.5. Resumo da apresentação:

Data	Artista/Banda	Horário	Local	Valor
01/02/2025	Alvaro Nobre	23:30h	Barra do Sahy	R$ 40.000,00

2.6. Os valores pactuados não serão objeto de revisão, salvo nos casos previstos na legislação vigente ou mediante justificativa formalmente aceita pela Contratante.
2.7. A programação do evento será encaminhada pelo setor administrativo da Secretaria Contratante à Contratada, acompanhada da Ordem de Serviço/Autorização de Fornecimento, que será emitida para formalizar a prestação do serviço.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE PAGAMENTO (Art. 92, V e VI)

3.1. O pagamento será efetuado através de pagamento único. O valor total será pago em até 30 dias após a apresentação da nota fiscal e comprovante de execução do serviço.
3.2. Documentação Fiscal: A Contratada deverá emitir nota fiscal de serviços, com todos os dados fiscais da Contratante. A nota fiscal deverá ser apresentada junto com a solicitação de pagamento, com as certidões negativas, devendo o fornecedor proceder à abertura de um processo de solicitação de pagamento no Setor de Protocolo, localizado na Casa do Cidadão, sito na Rua Padre Luiz Parenzi, nº 710, CEP: 29190-940 - Bairro Centro - Aracruz - ES, ou através do e-mail: *turismo.cultura@aracruz.es.gov.br.*
3.3. O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 dias úteis após a apresentação da documentação completa (nota fiscal e comprovante de execução do serviço).
3.4.O pagamento será realizado, através da conta bancária da Contratada informada na Nota Fiscal.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 92, VIII)
4.1. A despesa decorrente da execução do objeto deste contrato será custeada com recursos provenientes da seguinte dotação orçamentária, conforme especificado no orçamento vigente:

625	Código Reduzido.
12.01.00	Secretaria de Turismo e Cultura
23.695.0033.2.0108	Marketing, Divulgação, Promoção, Apoio e Realização de Eventos Turísticos, Culturais e Institucionais
3.3.90.39.00	Outros Serv. Terc. Pes. Jurídica
1.500.0000.000	RECURSOS ORDINÁRIOS - EXERCÍCIO CORRENTE

4.2. A alocação dos recursos financeiros necessários à execução do contrato está devidamente autorizada na previsão orçamentária e aprovada em conformidade com as normas legais aplicáveis.
4.3. Qualquer eventual necessidade de suplementação ou remanejamento de recursos será comunicada previamente às partes, observando-se os dispositivos da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações pertinentes.

CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO
5.1. A execução do presente contrato será acompanhada e fiscalizada pela Secretaria de Turismo e Cultura, designada como responsável pelo controle e supervisão da prestação dos serviços contratados, conforme disposto no Artigo 117 da Lei nº 14.133/2021.
5.2. A fiscalização deverá assegurar que os serviços sejam executados de acordo com as especificações, condições e prazos estabelecidos neste instrumento, devendo emitir o correspondente atesto de conformidade, como condição essencial para o processamento de eventuais pagamentos.
5.3. Caso sejam constatadas irregularidades na execução dos serviços, a fiscalização deverá notificar imediatamente a Contratada, com indicação do prazo para saneamento das falhas ou adequação às condições contratuais, sob pena de aplicação das sanções previstas neste contrato e na legislação vigente.
5.4. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade exclusiva da Contratada pela execução integral do objeto, nem confere à Contratante qualquer responsabilidade solidária por eventuais falhas, prejuízos ou danos causados a terceiros.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO
6.1. O presente contrato poderá ser rescindido de pleno direito, a qualquer tempo, por razões de **interesse público devidamente justificadas**, sem necessidade de notificação judicial, não gerando direito a qualquer indenização à Contratada.
6.2. Constituem motivos para a rescisão deste contrato a sua inexecução total ou parcial, nos termos dos artigos 137, 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como suas alterações.
6.3. A Contratante poderá rescindir este contrato, **sem qualquer ônus**, em caso de descumprimento, total ou parcial, de qualquer cláusula ou obrigação contratual por parte da Contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas neste instrumento e na legislação vigente.
6.4. Em caso de rescisão por descumprimento contratual, serão aplicadas as penalidades cabíveis, incluindo:
a) a execução de valores relativos a multas e indenizações devidas;
b) a retenção de créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados à Contratante.
6.5. Nas hipóteses de rescisão previstas no § 2º do artigo 138 da Lei nº 14.133/2021, desde que **ausente culpa da Contratada**, a Contratante procederá ao ressarcimento de eventuais prejuízos comprovados e regularmente demonstrados, respeitando os limites estabelecidos pela legislação.
6.6. Caso a rescisão ocorra por razões de interesse público, devidamente justificadas, conforme § 1º do artigo 138 da Lei nº 14.133/2021, a Contratante estará dispensada do pagamento de qualquer multa ou indenização à Contratada, desde que **notifique a Contratada**, **por escrito**, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias**.
6.7. O procedimento formal de rescisão será iniciado por meio de notificação escrita, entregue diretamente à Contratada ou enviada por via postal, com aviso de recebimento (AR).
6.8. Todos os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo correspondente, garantindo-se à Contratada o **contraditório e a ampla defesa**, e somente poderão ser efetivados mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRANTE
7.1. Garantir os recursos orçamentários e financeiros necessários para custear a prestação dos serviços contratados, conforme previsto neste instrumento.

7.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do contrato, zelando pela conformidade e qualidade dos serviços prestados, em observância às condições estabelecidas.
7.3. Efetuar os pagamentos devidos, conforme os prazos e condições estabelecidos no contrato, desde que atendidas todas as formalidades legais, bem como as exigências previstas no presente Termo de Referência.
7.4. Prestar informações e esclarecimentos solicitados pela Contratada, oferecendo suporte e condições necessárias para o cumprimento integral das obrigações pactuadas.
7.5. Aplicar as penalidades cabíveis em caso de descumprimento das disposições contratuais, nos termos da legislação vigente e deste instrumento.
7.6. Assegurar, durante toda a vigência do contrato, o cumprimento das obrigações assumidas com a Contratada, bem como a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

8.1. Executar os serviços em conformidade com as características técnicas e especificações detalhadas neste contrato, garantindo sua qualidade e adequação ao objeto pactuado.
8.2. Fornecer uma apresentação musical de qualidade, atendendo rigorosamente às exigências e condições estabelecidas neste instrumento.
8.3. Observar estritamente o cumprimento das responsabilidades, encargos, prazos e especificações técnicas descritas no Termo de Referência, no contrato e na legislação aplicável.
8.4. Cumprir o cronograma de passagem de som previamente acordado com a Contratante, além de respeitar os prazos estabelecidos para a execução do objeto contratual.
8.5. Garantir, quando aplicável, as condições de garantia do serviço ou produto fornecido, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta comercial, respeitando o prazo mínimo exigido pela Administração.
8.6. Substituir, sempre que solicitado pela fiscalização da Contratante, qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual cuja conduta seja considerada inadequada ou indesejável.
8.7. Assumir integral responsabilidade por todas as despesas diretas e indiretas relacionadas à execução do contrato, incluindo obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, tributárias e outras previstas em lei, garantindo o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis ao pessoal alocado na execução do contrato. A Contratante estará isenta de qualquer vínculo empregatício com os profissionais contratados pela Contratada.
8.8. Responder pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, independentemente do acompanhamento ou fiscalização exercidos pela Contratante e sem prejuízo das penalidades previstas neste contrato ou em lei.
8.9. Manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas.
8.10. Comunicar à Contratante, com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência, qualquer interação com o público que envolva a presença de pessoas da plateia no palco. É vedada a participação de menores de 18 (dezoito) anos sem documentação, pessoas trajando roupas inadequadas (trajes de banho ou sem camisa), fumantes ou pessoas portando bebidas alcoólicas em recipientes de vidro.
8.11. Efetuar o pagamento dos direitos autorais à **ECAD** (Escritório Central de Arrecadação e Distribuição), garantindo a regularidade da apresentação em relação à legislação vigente.
8.12. A CONTRATADA autoriza a cessão ao CONTRATANTE dos direitos Autorais sobre obras musicais da Contratada, bem como, de todos os integrantes do grupo musical, ora contratado, para fins de divulgação do objeto do presente contrato e publicidade em geral de interesse do Município de Aracruz, observando que tais meios de divulgação valorizem e dignifiquem a Contratada e a Contratante, e sem que tal divulgação de obra musical compreenda qualquer direito de pagamento, remuneração, indenização, participação ou compensação, a qualquer título.
8.13. A CONTRATADA isenta, desde já, a CONTRATANTE de qualquer ônus relacionado à referida autorização de cessão de direitos autorais para divulgação, eximindo ainda de qualquer indenização por perdas e danos.
8.14. A CONTRATADA autoriza a cessão ao CONTRATANTE do direito de uso da imagem de todos os integrantes do grupo musical, ora contratado, para arquivo do Município de Aracruz e para fins de divulgação do objeto do presente contrato e publicidade em geral, e de interesse do Município de Aracruz, podendo ser: fotos, filmagens, individuais ou em grupo, observando que tais meios de divulgação valorizem e dignifiquem a Contratada e a Contratante, sem que tal divulgação compreenda qualquer direito de pagamento, remuneração, indenização, participação ou compensação, a qualquer título.
8.15. A concessão de direito do uso de imagem ao Contratante, autorizada, neste ato, pelo CONTRATADA, poderá ser divulgada e veiculada na imprensa, rádio, internet, televisão, redes sociais, livros, revistas, prospectos, folders, material audiovisual e/ou qualquer outro veículo de divulgação, asseverando que tais meios valorizem e dignifiquem a Contratada e a Contratante
8.16. A CONTRATADA isenta, desde já, a CONTRATANTE de qualquer ônus relacionado à referida autorização do uso de imagem e divulgação, eximindo ainda de qualquer indenização por perdas e danos.
CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES
9.1 - A inexecução total ou parcial do contrato, ou o descumprimento de qualquer dos deveres elencados neste instrumento, sujeitará a Contratada, garantida a prévia defesa, sem prejuízo de responsabilidade civil ou criminal, às penalidades de:
9.1.1 - Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação (art. 156, §2º, da Lei 14.133/2021);
9.1.2 - Multa:
9.1.2.1 - Moratória de 5% (cinco por cento) pelo não cumprimento, injustificado, sobre o valor da contratação;

9.1.2.2 - Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial de obrigação assumida.
9.1.3 - Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE ARACRUZ, pelo prazo de até 2 (dois) anos (art. 156, §4º, e art. 156, §5º, da Lei 14.133/2021);
9.1.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.
9.1.5 - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
9.1.6 - Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas acima, as empresas que, em razão do presente contrato:
9.1.6.1 - Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
9.1.6.2 - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Contratante em virtude de atos ilícitos praticados.
9.1.7 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, em seus artigos 155 e 156, e subsidiariamente na Lei nº 9.784/1999.
9.1.8 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.
9.1.9 - As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do MUNICÍPIO DE ARACRUZ/ES, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.
9.1.10 - A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, ENCARGOS SOCIAIS E DEMAIS DESPESAS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DO CONTRATO
10.1 - Ficará a cargo da Contratada as despesas com pessoal, alimentação, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, despesas de transporte de instrumentos musicais, hospedagem, carregadores, locomoção de artistas, arrumação de camarim, taxas extras com bagagens, custos com equipe de assessoria à banda, segurança para os artistas, instalação, manutenção e desinstalação dos equipamentos e o cachê artístico decorrente da execução do presente instrumento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA SUBCONTRATAÇÃO
11.1. É expressamente vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, salvo mediante autorização prévia e por escrito da Contratante, em situações excepcionais devidamente justificadas, e observando as condições legais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO REAJUSTE
12.1. As partes acordam que não haverá previsão de reajuste contratual durante a vigência do presente contrato, salvo nas hipóteses legalmente previstas ou em circunstâncias excepcionais acordadas por ambas as partes por meio de aditivo contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE DO CONTRATO
13.1 - A administração Municipal deverá publicar o resumo deste Instrumento de Contrato, após a assinatura, na Imprensa Oficial, em conformidade com o caput do artigo 91 e § 2º do artigo 94 da Lei 14.133/2021. Além disso, fica estabelecido que o instrumento contratual completo será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme previsto no art. 94, § 2º da referida Lei, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, conforme disposto no art. 91 e § 4º do art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA GARANTIA DA EXECUÇÃO (art. 92, XII)
14.1 - Não haverá exigência de garantia contratual para a execução do presente contrato, conforme disposto no Art. 92, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO PRAZO E VIGÊNCIA
15.1 - O presente contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura e permanecerá válido até a completa execução de todas as obrigações estabelecidas pelas partes, incluindo eventuais ajustes posteriores, encerrando-se automaticamente após o cumprimento integral do objeto contratual.
15.2. Eventuais prorrogações de prazo ou alterações contratuais deverão obedecer ao disposto na Lei nº 14.133/2021, mediante termo aditivo.
15.3. O prazo deste contrato é de 60 (sessenta) dias contados da data de sua publicação extrato do contrato na Imprensa Oficial, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133 de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
16.1 - Naquilo em que for omisso, o presente instrumento contratual, reger-se-á pela Lei nº. a Lei n° 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações, Decreto Municipal nº 43.376/2023, bem como demais Decretos Federais e Municipais que a regulamentam, Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) e demais legislações aplicáveis, estando o presente contrato vinculado aos elementos constates no Processo Administrativo nº 31005/2024, bem como seu termo de inexigibilidade e à proposta do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO
17.1 - Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Aracruz - ES, por mais privilegiado que outros sejam.
17.2 - E, por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.
Aracruz, 29 de janeiro de 2025.
MUNICÍPIO DE ARACRUZ
CONTRATANTE
NOBRE E RODRIGUES MUSIC LTDA
CNPJ Nº 32.824.132/0001-24
CONTRATADO

Protocolo 1481675

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 044/2025.
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ARACRUZ/ES E S & S LOCACOES, PRODUCOES E EVENTOS LTDA
O **MUNICÍPIO DE ARACRUZ** - **ES**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 27.142.702/0001-66, com sede na Avenida Morobá, n.º 20, Bairro Morobá, Aracruz-ES, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Secretário de Turismo e Cultura, **Sr. Helder Tabosa Delfino**, brasileiro, casado, administrador, inscrito no Cadastro de Pessoa Física - **CPF n° 695.706.127-20**, Cédula de Identidade de **n° 535.162** SESP/ES, residente à Rua Urophyla, nº 92, Coqueiral, Aracruz, CEP: 29.199-183, nos termos da Lei nº. 3.337 de 25/08/2010 e do Decreto N.º 47.893, de 28/01/2025 **e** empresa **S** & **S LOCACOES**, **PRODUCOES E EVENTOS LTDA** inscrita no CNPJ: **09.208.990/0001-22**, com sede administrativa na **RUA 18 Nº07, BAIRRO: COHAB** - município de São Mateus/ES, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo **Sr. CELIO DOS SANTOS MERELES**, inscrito no CPF: 019.795.627-09 e RG 3581523 - ES SSP, residente na Rua Costa Pereira, nº 142, centro, Cachoeiro de Itapemirim. Tendo como base o Termo de Referência da Secretaria de Turismo e Cultura, constante do Processo Administrativo **nº 2336/2025** resolvem assinar o presente contrato, com fulcro no art. 74, inciso II no Caput do art. 92, da Lei nº 14.133/2021, por Inexigibilidade de Licitação, que reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1. O objeto deste contrato é a contratação da empresa **S** & **S LOCACOES**, **PRODUCOES E EVENTOS LTDA**, para a realização de um show musical da banda O **Giro**, como parte da **Programação da Temporada de Verão de Aracruz 2025**. A contratada será responsável pela execução de todos os serviços necessários para a realização do evento, incluindo apresentação artística, infraestrutura, camarim, transporte, hospedagem, alimentação, segurança do artista e demais serviços relacionados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, QUANTITATIVO E VALOR

2.1 Prazo para Execução dos Serviços:
- A data da apresentação musical do cantor é: 02 de fevereiro de 2025.
- A apresentação do show ocorrerá às **15h**, na localidade de **Barra do Sahy**, **na Praça dos Corais**, município de **Aracruz**/**ES**.
- O evento terá início conforme o horário acordado e será concluído ao término da apresentação, no mesmo dia.

2.2 O prazo deste contrato é de 60 (sessenta) dias contados da data de sua publicação extrato do contrato na Imprensa Oficial, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133 de 2021.
2.3 Quantitativo dos Serviços:
A contratada deverá fornecer os seguintes serviços:
- **Apresentação musical** da banda O **Giro**, com **duração mínima de 2 horas**.
- Fornecimento de **infraestrutura** necessária para o evento, incluindo transporte, alimentação, segurança e equipe técnica para a execução do show.

2.4 Valor Total do Contrato:
- O valor total para a execução dos serviços é de **R$ 15.000,00 (quinze mil reais)**.

2.5 Resumo da apresentação:

Data	Artista/Banda	Horário	Local	Valor
02/02/2025	Banda O Giro	15h	Barra do Sahy	R$ 15.000,00

2.6. Os valores pactuados não serão objeto de revisão, salvo nos casos previstos na legislação vigente ou mediante justificativa formalmente aceita pela Contratante.
2.7 A programação do evento será encaminhada pelo setor administrativo da Secretaria Contratante à Contratada, acompanhada da Ordem de Serviço/Autorização de Fornecimento, que será emitida para formalizar a prestação do serviço.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE PAGAMENTO (Art. 92, V e VI)
3.1. O pagamento será efetuado através de pagamento único. O valor total será pago em até 30 dias após a apresentação da nota fiscal e comprovante de execução do serviço.
3.2. Documentação Fiscal: A Contratada deverá emitir nota fiscal de serviços, com todos os dados fiscais da

Contratante. A nota fiscal deverá ser apresentada junto com a solicitação de pagamento, com as certidões negativas, devendo o fornecedor proceder à abertura de um processo de solicitação de pagamento no Setor de Protocolo, localizado na Casa do Cidadão, sito na Rua Padre Luiz Parenzi, nº 710, CEP: 29190-940 - Bairro Centro - Aracruz - ES, ou através do e-mail: *turismo.cultura@aracruz.es.gov.br.*
3.3. O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 dias úteis após a apresentação da documentação completa (nota fiscal e comprovante de execução do serviço).
3.4.O pagamento será realizado, através da conta bancária da Contratada informada na Nota Fiscal.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 92, VIII)
4.1. A despesa decorrente da execução do objeto deste contrato será custeada com recursos provenientes da seguinte dotação orçamentária, conforme especificado no orçamento vigente:

625	Código Reduzido.
12.01.00	Secretaria de Turismo e Cultura
23.695.0033.2.0108	Marketing, Divulgação, Promoção, Apoio e Realização de Eventos Turísticos, Culturais e Institucionais
3.3.90.39.00	Outros Serv. Terc. Pes. Jurídica
1.500.0000.000	RECURSOS ORDINÁRIOS - EXERCÍCIO CORRENTE

4.2. A alocação dos recursos financeiros necessários à execução do contrato está devidamente autorizada na previsão orçamentária e aprovada em conformidade com as normas legais aplicáveis.
4.3. Qualquer eventual necessidade de suplementação ou remanejamento de recursos será comunicada previamente às partes, observando-se os dispositivos da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações pertinentes.

CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO
5.1. A execução do presente contrato será acompanhada e fiscalizada pela Secretaria de Turismo e Cultura, designada como responsável pelo controle e supervisão da prestação dos serviços contratados, conforme disposto no Artigo 117 da Lei nº 14.133/2021.
5.2. A fiscalização deverá assegurar que os serviços sejam executados de acordo com as especificações, condições e prazos estabelecidos neste instrumento, devendo emitir o correspondente atesto de conformidade, como condição essencial para o processamento de eventuais pagamentos.
5.3. Caso sejam constatadas irregularidades na execução dos serviços, a fiscalização deverá notificar imediatamente a Contratada, com indicação do prazo para saneamento das falhas ou adequação às condições contratuais, sob pena de aplicação das sanções previstas neste contrato e na legislação vigente.
5.4. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade exclusiva da Contratada pela execução integral do objeto, nem confere à Contratante qualquer responsabilidade solidária por eventuais falhas, prejuízos ou danos causados a terceiros.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO
6.1. O presente contrato poderá ser rescindido de pleno direito, a qualquer tempo, por razões de **interesse público devidamente justificadas**, sem necessidade de notificação judicial, não gerando direito a qualquer indenização à Contratada.
6.2. Constituem motivos para a rescisão deste contrato a sua inexecução total ou parcial, nos termos dos artigos 137, 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como suas alterações.
6.3. A Contratante poderá rescindir este contrato, **sem qualquer ônus**, em caso de descumprimento, total ou parcial, de qualquer cláusula ou obrigação contratual por parte da Contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas neste instrumento e na legislação vigente.
6.4. Em caso de rescisão por descumprimento contratual, serão aplicadas as penalidades cabíveis, incluindo:
a) a execução de valores relativos a multas e indenizações devidas;
b) a retenção de créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados à Contratante.
6.5. Nas hipóteses de rescisão previstas no § 2º do artigo 138 da Lei nº 14.133/2021, desde que **ausente culpa da Contratada**, a Contratante procederá ao ressarcimento de eventuais prejuízos comprovados e regularmente demonstrados, respeitando os limites estabelecidos pela legislação.
6.6. Caso a rescisão ocorra por razões de interesse público, devidamente justificadas, conforme § 1º do artigo 138 da Lei nº 14.133/2021, a Contratante estará dispensada do pagamento de qualquer multa ou indenização à Contratada, desde que **notifique a Contratada**, **por escrito**, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias**.
6.7. O procedimento formal de rescisão será iniciado por meio de notificação escrita, entregue diretamente à Contratada ou enviada por via postal, com aviso de recebimento (AR).
6.8. Todos os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo correspondente, garantindo-se à Contratada o **contraditório e a ampla defesa**, e somente poderão ser efetivados mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRANTE
7.1. Garantir os recursos orçamentários e financeiros necessários para custear a prestação dos serviços contratados, conforme previsto neste instrumento.
7.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do contrato, zelando pela conformidade e qualidade dos serviços prestados, em observância às condições estabelecidas.
7.3. Efetuar os pagamentos devidos, conforme os prazos e condições estabelecidos no contrato, desde que

atendidas todas as formalidades legais, bem como as exigências previstas no presente Termo de Referência.
7.4. Prestar informações e esclarecimentos solicitados pela Contratada, oferecendo suporte e condições necessárias para o cumprimento integral das obrigações pactuadas.
7.5. Aplicar as penalidades cabíveis em caso de descumprimento das disposições contratuais, nos termos da legislação vigente e deste instrumento.
7.6. Assegurar, durante toda a vigência do contrato, o cumprimento das obrigações assumidas com a Contratada, bem como a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

8.1. Executar os serviços em conformidade com as características técnicas e especificações detalhadas neste contrato, garantindo sua qualidade e adequação ao objeto pactuado.
8.2. Fornecer uma apresentação musical de qualidade, atendendo rigorosamente às exigências e condições estabelecidas neste instrumento.
8.3. Observar estritamente o cumprimento das responsabilidades, encargos, prazos e especificações técnicas descritas no Termo de Referência, no contrato e na legislação aplicável.
8.4. Cumprir o cronograma de passagem de som previamente acordado com a Contratante, além de respeitar os prazos estabelecidos para a execução do objeto contratual.
8.5. Garantir, quando aplicável, as condições de garantia do serviço ou produto fornecido, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta comercial, respeitando o prazo mínimo exigido pela Administração.
8.6. Substituir, sempre que solicitado pela fiscalização da Contratante, qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual cuja conduta seja considerada inadequada ou indesejável.
8.7. Assumir integral responsabilidade por todas as despesas diretas e indiretas relacionadas à execução do contrato, incluindo obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, tributárias e outras previstas em lei, garantindo o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis ao pessoal alocado na execução do contrato. A Contratante estará isenta de qualquer vínculo empregatício com os profissionais contratados pela Contratada.
8.8. Responder pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, independentemente do acompanhamento ou fiscalização exercidos pela Contratante e sem prejuízo das penalidades previstas neste contrato ou em lei.
8.9. Manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas.
8.10. Comunicar à Contratante, com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência, qualquer interação com o público que envolva a presença de pessoas da plateia no palco. É vedada a participação de menores de 18 (dezoito) anos sem documentação, pessoas trajando roupas inadequadas (trajes de banho ou sem camisa), fumantes ou pessoas portando bebidas alcoólicas em recipientes de vidro.
8.11. Efetuar o pagamento dos direitos autorais à **ECAD** (Escritório Central de Arrecadação e Distribuição), garantindo a regularidade da apresentação em relação à legislação vigente.
8.12. A CONTRATADA autoriza a cessão ao CONTRATANTE dos direitos Autorais sobre obras musicais da Contratada, bem como, de todos os integrantes do grupo musical, ora contratado, para fins de divulgação do objeto do presente contrato e publicidade em geral de interesse do Município de Aracruz, observando que tais meios de divulgação valorizem e dignifiquem a Contratada e a Contratante, e sem que tal divulgação de obra musical compreenda qualquer direito de pagamento, remuneração, indenização, participação ou compensação, a qualquer título.
8.13. A CONTRATADA isenta, desde já, a CONTRATANTE de qualquer ônus relacionado à referida autorização de cessão de direitos autorais para divulgação, eximindo ainda de qualquer indenização por perdas e danos.
8.14. A CONTRATADA autoriza a cessão ao CONTRATANTE do direito de uso da imagem de todos os integrantes do grupo musical, ora contratado, para arquivo do Município de Aracruz e para fins de divulgação do objeto do presente contrato e publicidade em geral, e de interesse do Município de Aracruz, podendo ser: fotos, filmagens, individuais ou em grupo, observando que tais meios de divulgação valorizem e dignifiquem a Contratada e a Contratante, sem que tal divulgação compreenda qualquer direito de pagamento, remuneração, indenização, participação ou compensação, a qualquer título.
8.15. A concessão de direito do uso de imagem ao Contratante, autorizada, neste ato, pelo CONTRATADA, poderá ser divulgada e veiculada na imprensa, rádio, internet, televisão, redes sociais, livros, revistas, prospectos, folders, material audiovisual e/ou qualquer outro veículo de divulgação, asseverando que tais meios valorizem e dignifiquem a Contratada e a Contratante
8.16. A CONTRATADA isenta, desde já, a CONTRATANTE de qualquer ônus relacionado à referida autorização do uso de imagem e divulgação, eximindo ainda de qualquer indenização por perdas e danos.
CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES
9.1 - A inexecução total ou parcial do contrato, ou o descumprimento de qualquer dos deveres elencados neste instrumento, sujeitará a Contratada, garantida a prévia defesa, sem prejuízo de responsabilidade civil ou criminal, às penalidades de:
9.1.1 - Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação (art. 156, §2º, da Lei 14.133/2021);
9.1.2 - Multa:
9.1.2.1 - Moratória de 5% (cinco por cento) pelo não cumprimento, injustificado, sobre o valor da contratação;
9.1.2.2 - Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial de obrigação assumida.
9.1.3 - Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE ARACRUZ, pelo

prazo de até 2 (dois) anos (art. 156, §4º, e art. 156, §5º, da Lei 14.133/2021);
9.1.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.
9.1.5 - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
9.1.6 - Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas acima, as empresas que, em razão do presente contrato:
9.1.6.1 - Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
9.1.6.2 - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Contratante em virtude de atos ilícitos praticados.
9.1.7 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, em seus artigos 155 e 156, e subsidiariamente na Lei nº 9.784/1999.
9.1.8 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.
9.1.9 - As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do MUNICÍPIO DE ARACRUZ/ES, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.
9.1.10 - A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, ENCARGOS SOCIAIS E DEMAIS DESPESAS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DO CONTRATO
10.1 - Ficará a cargo da Contratada as despesas com pessoal, alimentação, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, despesas de transporte de instrumentos musicais, hospedagem, carregadores, locomoção de artistas, arrumação de camarim, taxas extras com bagagens, custos com equipe de assessoria à banda, segurança para os artistas, instalação, manutenção e desinstalação dos equipamentos e o cachê artístico decorrente da execução do presente instrumento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA SUBCONTRATAÇÃO
11.1. É expressamente vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, salvo mediante autorização prévia e por escrito da Contratante, em situações excepcionais devidamente justificadas, e observando as condições legais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO REAJUSTE
12.1. As partes acordam que não haverá previsão de reajuste contratual durante a vigência do presente contrato, salvo nas hipóteses legalmente previstas ou em circunstâncias excepcionais acordadas por ambas as partes por meio de aditivo contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE DO CONTRATO
13.1 - A administração Municipal deverá publicar o resumo deste Instrumento de Contrato, após a assinatura, na Imprensa Oficial, em conformidade com o caput do artigo 91 e § 2º do artigo 94 da Lei 14.133/2021. Além disso, fica estabelecido que o instrumento contratual completo será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme previsto no art. 94, § 2º da referida Lei, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, conforme disposto no art. 91 e § 4º do art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA GARANTIA DA EXECUÇÃO (art. 92, XII)
14.1 - Não haverá exigência de garantia contratual para a execução do presente contrato, conforme disposto no Art. 92, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO PRAZO E VIGÊNCIA
15.1 - O presente contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura e permanecerá válido até a completa execução de todas as obrigações estabelecidas pelas partes, incluindo eventuais ajustes posteriores, encerrando-se automaticamente após o cumprimento integral do objeto contratual.
15.2. O prazo para a realização da apresentação artística será conforme a CLÁUSULA SEGUNDA.
15.3. Eventuais prorrogações de prazo ou alterações contratuais deverão obedecer ao disposto na Lei nº 14.133/2021, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
16.1 - Naquilo em que for omisso, o presente instrumento contratual, reger-se-á pela Lei nº. a Lei n° 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações, Decreto Municipal nº 43.376/2023, bem como demais Decretos Federais e Municipais que a regulamentam, Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) e demais legislações aplicáveis, estando o presente contrato vinculado aos elementos constates no Processo Administrativo nº 31005/2024, bem como seu termo de inexigibilidade e à proposta do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO
17.1 - Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Aracruz - ES, por mais privilegiado que outros sejam.

17.2 - E, por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.
Aracruz, 22 de janeiro de 2025.
MUNICÍPIO DE ARACRUZ
CONTRATANTE
S & S LOCACOES, PRODUCOES E EVENTOS LTDA
CNPJ Nº 09.208.990/0001-22
CONTRATADO

Protocolo 1481876

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 043/2025.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ARACRUZ/ES E VALDIRENEDOSSANTOS-AGITU'S PRODUCOES

O **MUNICÍPIO DE ARACRUZ** - **ES**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 27.142.702/0001-66, com sede na Avenida Morobá, n.º 20, Bairro Morobá, Aracruz-ES, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretário de Turismo e Cultura, Sr. Helder Tabosa Delfino, brasileiro, casado, administrador, inscrito no Cadastro de Pessoa Física - CPF n° 695.706.127-20, Cédula de Identidade de n° 535.162 SESP/ES, residente à Rua Urophyla, nº 92, Coqueiral, Aracruz, CEP: 29.199-183, nos termos da Lei nº. 3.337 de 25/08/2010 e do DECRETO N.º 47.893, DE 28/01/2025 **e** empresa **VALDIRENEDOSSANTOS-AGITU**'S **PRODUCOES**, inscrita no **CNPJ nº 07.352.028/0001-37**, com sede localizada na Rua João Manoel da Fonseca, Conceição da Barra/ES, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo por **Valdirene dos Santos**, inscrita no CPF: 072.455.617-61, com sede localizada na Rua João Manoel da Fonseca, Conceição da Barra/ES. Tendo como base o Termo de Referência da Secretaria de Turismo e Cultura, constante do Processo Administrativo **nº 2072/2025** resolvem assinar o presente contrato, com fulcro no art. 74, inciso II no Caput do art. 92, da Lei nº 14.133/2021, por Inexigibilidade de Licitação, que reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1. O objeto deste contrato é a contratação da empresa **VALDIRENEDOSSANTOS-AGITU**'S **PRODUCOES**, inscrita no CNPJ nº 27.088.208/0001-60, para a realização de um show musical **da Banda Agitus**, no dia **01 de Fevereiro de 2025**, às **20:30 h**, na localidade de **Santa Cruz**, município de **Aracruz**/**ES**, como parte da **Programação da Temporada de Verão de Aracruz 2025**. A contratada será responsável pela execução de todos os serviços necessários para a realização do evento, incluindo apresentação artística, infraestrutura, transporte, hospedagem, alimentação, segurança e demais serviços relacionados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, QUANTITATIVO E VALOR

2.1 Prazo para Execução dos Serviços:
- O prazo para a execução dos serviços será o **01 de Fevereiro de 2025**.
- A apresentação do show ocorrerá às **20:30 h**, na localidade de **Santa Cruz**, município de **Aracruz**/**ES**.
- O evento terá início conforme o horário acordado e será concluído ao término da apresentação, no mesmo dia.

2.2 O prazo deste contrato é de 60 (sessenta) dias contados da data de sua publicação extrato do contrato na Imprensa Oficial, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133 de 2021.
2.3 Quantitativo dos Serviços:
A contratada deverá fornecer os seguintes serviços:
- **Apresentação musical** da **Banda Agitus**, com **duração mínima de 2 horas**.
- Fornecimento de **infraestrutura** necessária para o evento, incluindo transporte, alimentação, segurança e equipe técnica para a execução do show.

2.4 Valor Total do Contrato:
- O valor total para a execução dos serviços é de **R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais)**.

2.5. Resumo da apresentação:

Data	Artista/Banda	Horário	Local	Valor
01/02/2025	Banda Agitus	20:30h	Santa Cruz	R$ 16.000,00

2.6. Os valores pactuados não serão objeto de revisão, salvo nos casos previstos na legislação vigente ou mediante justificativa formalmente aceita pela Contratante.
2.7. A programação do evento será encaminhada pelo setor administrativo da Secretaria Contratante à Contratada, acompanhada da Ordem de Serviço/Autorização de Fornecimento, que será emitida para formalizar a prestação do serviço.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE PAGAMENTO (Art. 92, V e VI)
3.1. O pagamento será efetuado através de pagamento único. O valor total será pago em até 30 dias após a apresentação da nota fiscal e comprovante de execução do serviço.
3.2. Documentação Fiscal: A Contratada deverá emitir nota fiscal de serviços, com todos os dados fiscais da Contratante. A nota fiscal deverá ser apresentada junto com a solicitação de pagamento, com as certidões negativas, devendo o fornecedor proceder à abertura de um processo de solicitação de pagamento no Setor

de Protocolo, localizado na Casa do Cidadão, sito na Rua Padre Luiz Parenzi, nº 710, CEP: 29190-940 - Bairro Centro - Aracruz - ES, ou através do e-mail: *turismo.cultura@aracruz.es.gov.br.*
3.3. O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 dias úteis após a apresentação da documentação completa (nota fiscal e comprovante de execução do serviço).
3.4.O pagamento será realizado, através da conta bancária da Contratada informada na Nota Fiscal.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 92, VIII)
4.1. A despesa decorrente da execução do objeto deste contrato será custeada com recursos provenientes da seguinte dotação orçamentária, conforme especificado no orçamento vigente:

625	Código Reduzido.
12.01.00	Secretaria de Turismo e Cultura
23.695.0033.2.0108	Marketing, Divulgação, Promoção, Apoio e Realização de Eventos Turísticos, Culturais e Institucionais
3.3.90.39.00	Outros Serv. Terc. Pes. Jurídica
1.500.0000.000	RECURSOS ORDINÁRIOS - EXERCÍCIO CORRENTE

4.2. A alocação dos recursos financeiros necessários à execução do contrato está devidamente autorizada na previsão orçamentária e aprovada em conformidade com as normas legais aplicáveis.
4.3. Qualquer eventual necessidade de suplementação ou remanejamento de recursos será comunicada previamente às partes, observando-se os dispositivos da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações pertinentes.

CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO
5.1. A execução do presente contrato será acompanhada e fiscalizada pela Secretaria de Turismo e Cultura, designada como responsável pelo controle e supervisão da prestação dos serviços contratados, conforme disposto no Artigo 117 da Lei nº 14.133/2021.
5.2. A fiscalização deverá assegurar que os serviços sejam executados de acordo com as especificações, condições e prazos estabelecidos neste instrumento, devendo emitir o correspondente atesto de conformidade, como condição essencial para o processamento de eventuais pagamentos.
5.3. Caso sejam constatadas irregularidades na execução dos serviços, a fiscalização deverá notificar imediatamente a Contratada, com indicação do prazo para saneamento das falhas ou adequação às condições contratuais, sob pena de aplicação das sanções previstas neste contrato e na legislação vigente.
5.4. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade exclusiva da Contratada pela execução integral do objeto, nem confere à Contratante qualquer responsabilidade solidária por eventuais falhas, prejuízos ou danos causados a terceiros.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO
6.1. O presente contrato poderá ser rescindido de pleno direito, a qualquer tempo, por razões de **interesse público devidamente justificadas**, sem necessidade de notificação judicial, não gerando direito a qualquer indenização à Contratada.
6.2. Constituem motivos para a rescisão deste contrato a sua inexecução total ou parcial, nos termos dos artigos 137, 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como suas alterações.
6.3. A Contratante poderá rescindir este contrato, **sem qualquer ônus**, em caso de descumprimento, total ou parcial, de qualquer cláusula ou obrigação contratual por parte da Contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas neste instrumento e na legislação vigente.
6.4. Em caso de rescisão por descumprimento contratual, serão aplicadas as penalidades cabíveis, incluindo:
a) a execução de valores relativos a multas e indenizações devidas;
b) a retenção de créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados à Contratante.
6.5. Nas hipóteses de rescisão previstas no § 2º do artigo 138 da Lei nº 14.133/2021, desde que **ausente culpa da Contratada**, a Contratante procederá ao ressarcimento de eventuais prejuízos comprovados e regularmente demonstrados, respeitando os limites estabelecidos pela legislação.
6.6. Caso a rescisão ocorra por razões de interesse público, devidamente justificadas, conforme § 1º do artigo 138 da Lei nº 14.133/2021, a Contratante estará dispensada do pagamento de qualquer multa ou indenização à Contratada, desde que **notifique a Contratada**, **por escrito**, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias**.
6.7. O procedimento formal de rescisão será iniciado por meio de notificação escrita, entregue diretamente à Contratada ou enviada por via postal, com aviso de recebimento (AR).
6.8. Todos os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo correspondente, garantindo-se à Contratada o **contraditório e a ampla defesa**, e somente poderão ser efetivados mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRANTE
7.1. Garantir os recursos orçamentários e financeiros necessários para custear a prestação dos serviços contratados, conforme previsto neste instrumento.
7.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do contrato, zelando pela conformidade e qualidade dos serviços prestados, em observância às condições estabelecidas.
7.3. Efetuar os pagamentos devidos, conforme os prazos e condições estabelecidos no contrato, desde que atendidas todas as formalidades legais, bem como as exigências previstas no presente Termo de Referência.

7.4. Prestar informações e esclarecimentos solicitados pela Contratada, oferecendo suporte e condições necessárias para o cumprimento integral das obrigações pactuadas.
7.5. Aplicar as penalidades cabíveis em caso de descumprimento das disposições contratuais, nos termos da legislação vigente e deste instrumento.
7.6. Assegurar, durante toda a vigência do contrato, o cumprimento das obrigações assumidas com a Contratada, bem como a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:
8.1. Executar os serviços em conformidade com as características técnicas e especificações detalhadas neste contrato, garantindo sua qualidade e adequação ao objeto pactuado.
8.2. Fornecer uma apresentação musical de qualidade, atendendo rigorosamente às exigências e condições estabelecidas neste instrumento.
8.3. Observar estritamente o cumprimento das responsabilidades, encargos, prazos e especificações técnicas descritas no Termo de Referência, no contrato e na legislação aplicável.
8.4. Cumprir o cronograma de passagem de som previamente acordado com a Contratante, além de respeitar os prazos estabelecidos para a execução do objeto contratual.
8.5. Garantir, quando aplicável, as condições de garantia do serviço ou produto fornecido, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta comercial, respeitando o prazo mínimo exigido pela Administração.
8.6. Substituir, sempre que solicitado pela fiscalização da Contratante, qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual cuja conduta seja considerada inadequada ou indesejável.
8.7. Assumir integral responsabilidade por todas as despesas diretas e indiretas relacionadas à execução do contrato, incluindo obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, tributárias e outras previstas em lei, garantindo o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis ao pessoal alocado na execução do contrato. A Contratante estará isenta de qualquer vínculo empregatício com os profissionais contratados pela Contratada.
8.8. Responder pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, independentemente do acompanhamento ou fiscalização exercidos pela Contratante e sem prejuízo das penalidades previstas neste contrato ou em lei.
8.9. Manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas.
8.10. Comunicar à Contratante, com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência, qualquer interação com o público que envolva a presença de pessoas da plateia no palco. É vedada a participação de menores de 18 (dezoito) anos sem documentação, pessoas trajando roupas inadequadas (trajes de banho ou sem camisa), fumantes ou pessoas portando bebidas alcoólicas em recipientes de vidro.
8.11. Efetuar o pagamento dos direitos autorais à ECAD (Escritório Central de Arrecadação e Distribuição), garantindo a regularidade da apresentação em relação à legislação vigente.
8.12. A CONTRATADA autoriza a cessão ao CONTRATANTE dos direitos Autorais sobre obras musicais da Contratada, bem como, de todos os integrantes do grupo musical, ora contratado, para fins de divulgação do objeto do presente contrato e publicidade em geral de interesse do Município de Aracruz, observando que tais meios de divulgação valorizem e dignifiquem a Contratada e a Contratante, e sem que tal divulgação de obra musical compreenda qualquer direito de pagamento, remuneração, indenização, participação ou compensação, a qualquer título.
8.13. A CONTRATADA isenta, desde já, a CONTRATANTE de qualquer ônus relacionado à referida autorização de cessão de direitos autorais para divulgação, eximindo ainda de qualquer indenização por perdas e danos.
8.14. A CONTRATADA autoriza a cessão ao CONTRATANTE do direito de uso da imagem de todos os integrantes do grupo musical, ora contratado, para arquivo do Município de Aracruz e para fins de divulgação do objeto do presente contrato e publicidade em geral, e de interesse do Município de Aracruz, podendo ser: fotos, filmagens, individuais ou em grupo, observando que tais meios de divulgação valorizem e dignifiquem a Contratada e a Contratante, sem que tal divulgação compreenda qualquer direito de pagamento, remuneração, indenização, participação ou compensação, a qualquer título.
8.15. A concessão de direito do uso de imagem ao Contratante, autorizada, neste ato, pelo CONTRATADA, poderá ser divulgada e veiculada na imprensa, rádio, internet, televisão, redes sociais, livros, revistas, prospectos, folders, material audiovisual e/ou qualquer outro veículo de divulgação, asseverando que tais meios valorizem e dignifiquem a Contratada e a Contratante
8.16. A CONTRATADA isenta, desde já, a CONTRATANTE de qualquer ônus relacionado à referida autorização do uso de imagem e divulgação, eximindo ainda de qualquer indenização por perdas e danos.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES
9.1 - A inexecução total ou parcial do contrato, ou o descumprimento de qualquer dos deveres elencados neste instrumento, sujeitará a Contratada, garantida a prévia defesa, sem prejuízo de responsabilidade civil ou criminal, às penalidades de:
9.1.1 - Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação (art. 156, §2º, da Lei 14.133/2021);
9.1.2 - Multa:
9.1.2.1 - Moratória de 5% (cinco por cento) pelo não cumprimento, injustificado, sobre o valor da contratação;
9.1.2.2 - Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial de obrigação assumida.
9.1.3 - Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE ARACRUZ, pelo prazo de até 2 (dois) anos (art. 156, §4º, e art. 156, §5º, da Lei 14.133/2021);

9.1.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.
9.1.5 - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
9.1.6 - Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas acima, as empresas que, em razão do presente contrato:
9.1.6.1 - Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
9.1.6.2 - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Contratante em virtude de atos ilícitos praticados.
9.1.7 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, em seus artigos 155 e 156, e subsidiariamente na Lei nº 9.784/1999.
9.1.8 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.
9.1.9 - As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do MUNICÍPIO DE ARACRUZ/ES, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.
9.1.10 - A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, ENCARGOS SOCIAIS E DEMAIS DESPESAS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DO CONTRATO
10.1 - Ficará a cargo da Contratada as despesas com pessoal, alimentação, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, despesas de transporte de instrumentos musicais, hospedagem, carregadores, locomoção de artistas, arrumação de camarim, taxas extras com bagagens, custos com equipe de assessoria à banda, segurança para os artistas, instalação, manutenção e desinstalação dos equipamentos e o cachê artístico decorrente da execução do presente instrumento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA SUBCONTRATAÇÃO
11.1. É expressamente vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, salvo mediante autorização prévia e por escrito da Contratante, em situações excepcionais devidamente justificadas, e observando as condições legais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO REAJUSTE
12.1. As partes acordam que não haverá previsão de reajuste contratual durante a vigência do presente contrato, salvo nas hipóteses legalmente previstas ou em circunstâncias excepcionais acordadas por ambas as partes por meio de aditivo contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE DO CONTRATO
13.1 - A administração Municipal deverá publicar o resumo deste Instrumento de Contrato, após a assinatura, na Imprensa Oficial, em conformidade com o caput do artigo 91 e § 2º do artigo 94 da Lei 14.133/2021. Além disso, fica estabelecido que o instrumento contratual completo será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme previsto no art. 94, § 2º da referida Lei, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, conforme disposto no art. 91 e § 4º do art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA GARANTIA DA EXECUÇÃO (art. 92, XII)
14.1 - Não haverá exigência de garantia contratual para a execução do presente contrato, conforme disposto no Art. 92, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO PRAZO E VIGÊNCIA
15.1 - O presente contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura e permanecerá válido até a completa execução de todas as obrigações estabelecidas pelas partes, incluindo eventuais ajustes posteriores, encerrando-se automaticamente após o cumprimento integral do objeto contratual.
15.2. O prazo para a realização da apresentação artística será conforme a CLÁUSULA SEGUNDA.
15.3. Eventuais prorrogações de prazo ou alterações contratuais deverão obedecer ao disposto na Lei nº 14.133/2021, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
16.1 - Naquilo em que for omisso, o presente instrumento contratual, reger-se-á pela Lei nº. a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações, Decreto Municipal nº 43.376/2023, bem como demais Decretos Federais e Municipais que a regulamentam, Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) e demais legislações aplicáveis, estando o presente contrato vinculado aos elementos constates no Processo Administrativo nº 2072/2025, bem como seu termo de inexigibilidade e à proposta do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO
17.1 - Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Aracruz - ES, por mais privilegiado que outros sejam.

17.2 - E, por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

Aracruz, 29 de janeiro de 2025.

MUNICÍPIO DE ARACRUZ
CONTRATANTE

VALDIRENEDOSSANTOS- AGITU'S PRODUCOES
CNPJ nº ***32.824.132/0001-24***
CONTRATADO

Protocolo 1481901

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº. 047/2025.
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ARACRUZ/ES E AGITUS PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA
O **MUNICÍPIO DE ARACRUZ** - **ES**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 27.142.702/0001-66, com sede na Avenida Morobá, n.º 20, Bairro Morobá, Aracruz-ES, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Secretário de Turismo e Cultura, **Sr. Helder Tabosa Delfino**, brasileiro, casado, administrador, inscrito no Cadastro de Pessoa Física - **CPF n° 695.706.127-20**, Cédula de Identidade de **n° 535.162** SESP/ES, residente à Rua Urophyla, nº 92, Coqueiral, Aracruz, CEP: 29.199-183, nos termos da Lei nº. 3.337 de 25/08/2010 e do Decreto nº 47.893, DE 28/01/2025 **e** empresa **AGITUS PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA** inscrita no CNPJ 40.613.595/0001-75), com sede administrativa na Rua Luminata Alves Peçanha, 61, Praia Itaoca, no município de Itapemirim/ES, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo **a Srª. Angela Bianchi Ferreira Peçanha**, inscrito no CPF: 005.395.587-02 e RG 3.251.211 - ES SPTC, residente na Rua Luminata Alves Peçanha, 61, Praia Itaoca, no município de Itapemirim/ES. Tendo como base o Termo de Referência da Secretaria de Turismo e Cultura, constante do Processo Administrativo **nº 2143/2025** resolvem assinar o presente contrato, com fulcro no art. 74, inciso II no Caput do art. 92, da Lei nº 14.133/2021, por Inexigibilidade de Licitação, que reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1. O objeto deste contrato é a contratação da empresa **AGITUS PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA**, para a realização de um show musical da banda **AGITAÊ**, como parte da **Programação da Temporada de Verão de Aracruz 2025**. A contratada será responsável pela execução de todos os serviços necessários para a realização do evento, incluindo apresentação artística, infraestrutura, camarim, transporte, hospedagem, alimentação, segurança do artista e demais serviços relacionados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, QUANTITATIVO E VALOR

2.1 Prazo para Execução dos Serviços:
- A data da apresentação musical do cantor é: 01 de fevereiro de 2025.
- A apresentação do show ocorrerá às **23h**, na localidade de Coqueiral, município de **Aracruz**/**ES**.
- O evento terá início conforme o horário acordado e será concluído ao término da apresentação, no mesmo dia.

2.2 O prazo deste contrato é de 60 (sessenta) dias contados da data de sua publicação extrato do contrato na Imprensa Oficial, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133 de 2021.
2.3 Quantitativo dos Serviços:
A contratada deverá fornecer os seguintes serviços:
- **Apresentação musical** da banda **AGITAÊ** com **duração mínima de 2 horas**.
- Fornecimento de **infraestrutura** necessária para o evento, incluindo transporte, alimentação, segurança e equipe técnica para a execução do show.

2.4 Valor Total do Contrato:
- O valor total para a execução dos serviços é de **R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)**.

2.5. Resumo da apresentação:

Data	Artista/Banda	Horário	Local	Valor
01/02/2025	AGITAÊ	23h	COQUEIRAL	R$ 35.000,00

2.6. Os valores pactuados não serão objeto de revisão, salvo nos casos previstos na legislação vigente ou mediante justificativa formalmente aceita pela Contratante.
2.7. A programação do evento será encaminhada pelo setor administrativo da Secretaria Contratante à Contratada, acompanhada da Ordem de Serviço/Autorização de Fornecimento, que será emitida para formalizar a prestação do serviço.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE PAGAMENTO (Art. 92, V e VI)
3.1. O pagamento será efetuado através de pagamento único. O valor total será pago em até 30 dias após a apresentação da nota fiscal e comprovante de execução do serviço.
3.2. Documentação Fiscal: A Contratada deverá emitir nota fiscal de serviços, com todos os dados fiscais da Contratante. A nota fiscal deverá ser apresentada junto com a solicitação de pagamento, com as certidões

negativas, devendo o fornecedor proceder à abertura de um processo de solicitação de pagamento no Setor de Protocolo, localizado na Casa do Cidadão, sito na Rua Padre Luiz Parenzi, nº 710, CEP: 29190-940 - Bairro Centro - Aracruz - ES, ou através do e-mail: *turismo.cultura@aracruz.es.gov.br.*
3.3. O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 dias úteis após a apresentação da documentação completa (nota fiscal e comprovante de execução do serviço).
3.4.O pagamento será realizado, através da conta bancária da Contratada informada na Nota Fiscal.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 92, VIII)
4.1. A despesa decorrente da execução do objeto deste contrato será custeada com recursos provenientes da seguinte dotação orçamentária, conforme especificado no orçamento vigente:

625	Código Reduzido.
12.01.00	Secretaria de Turismo e Cultura
23.695.0033.2.0108	Marketing, Divulgação, Promoção, Apoio e Realização de Eventos Turísticos, Culturais e Institucionais
3.3.90.39.00	Outros Serv. Terc. Pes. Jurídica
1.500.0000.000	RECURSOS ORDINÁRIOS - EXERCÍCIO CORRENTE

4.2. A alocação dos recursos financeiros necessários à execução do contrato está devidamente autorizada na previsão orçamentária e aprovada em conformidade com as normas legais aplicáveis.
4.3. Qualquer eventual necessidade de suplementação ou remanejamento de recursos será comunicada previamente às partes, observando-se os dispositivos da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações pertinentes.

CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO
5.1. A execução do presente contrato será acompanhada e fiscalizada pela Secretaria de Turismo e Cultura, designada como responsável pelo controle e supervisão da prestação dos serviços contratados, conforme disposto no Artigo 117 da Lei nº 14.133/2021.
5.2. A fiscalização deverá assegurar que os serviços sejam executados de acordo com as especificações, condições e prazos estabelecidos neste instrumento, devendo emitir o correspondente atesto de conformidade, como condição essencial para o processamento de eventuais pagamentos.
5.3. Caso sejam constatadas irregularidades na execução dos serviços, a fiscalização deverá notificar imediatamente a Contratada, com indicação do prazo para saneamento das falhas ou adequação às condições contratuais, sob pena de aplicação das sanções previstas neste contrato e na legislação vigente.
5.4. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade exclusiva da Contratada pela execução integral do objeto, nem confere à Contratante qualquer responsabilidade solidária por eventuais falhas, prejuízos ou danos causados a terceiros.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO
6.1. O presente contrato poderá ser rescindido de pleno direito, a qualquer tempo, por razões de **interesse público devidamente justificadas**, sem necessidade de notificação judicial, não gerando direito a qualquer indenização à Contratada.
6.2. Constituem motivos para a rescisão deste contrato a sua inexecução total ou parcial, nos termos dos artigos 137, 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como suas alterações.
6.3. A Contratante poderá rescindir este contrato, **sem qualquer ônus**, em caso de descumprimento, total ou parcial, de qualquer cláusula ou obrigação contratual por parte da Contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas neste instrumento e na legislação vigente.
6.4. Em caso de rescisão por descumprimento contratual, serão aplicadas as penalidades cabíveis, incluindo:
a) a execução de valores relativos a multas e indenizações devidas;
b) a retenção de créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados à Contratante.
6.5. Nas hipóteses de rescisão previstas no § 2º do artigo 138 da Lei nº 14.133/2021, desde que **ausente culpa da Contratada**, a Contratante procederá ao ressarcimento de eventuais prejuízos comprovados e regularmente demonstrados, respeitando os limites estabelecidos pela legislação.
6.6. Caso a rescisão ocorra por razões de interesse público, devidamente justificadas, conforme § 1º do artigo 138 da Lei nº 14.133/2021, a Contratante estará dispensada do pagamento de qualquer multa ou indenização à Contratada, desde que **notifique a Contratada**, **por escrito**, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias**.
6.7. O procedimento formal de rescisão será iniciado por meio de notificação escrita, entregue diretamente à Contratada ou enviada por via postal, com aviso de recebimento (AR).
6.8. Todos os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo correspondente, garantindo-se à Contratada o **contraditório e a ampla defesa**, e somente poderão ser efetivados mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRANTE
7.1. Garantir os recursos orçamentários e financeiros necessários para custear a prestação dos serviços contratados, conforme previsto neste instrumento.
7.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do contrato, zelando pela conformidade e qualidade

dos serviços prestados, em observância às condições estabelecidas.
7.3. Efetuar os pagamentos devidos, conforme os prazos e condições estabelecidos no contrato, desde que atendidas todas as formalidades legais, bem como as exigências previstas no presente Termo de Referência.
7.4. Prestar informações e esclarecimentos solicitados pela Contratada, oferecendo suporte e condições necessárias para o cumprimento integral das obrigações pactuadas.
7.5. Aplicar as penalidades cabíveis em caso de descumprimento das disposições contratuais, nos termos da legislação vigente e deste instrumento.
7.6. Assegurar, durante toda a vigência do contrato, o cumprimento das obrigações assumidas com a Contratada, bem como a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

8.1. Executar os serviços em conformidade com as características técnicas e especificações detalhadas neste contrato, garantindo sua qualidade e adequação ao objeto pactuado.
8.2. Fornecer uma apresentação musical de qualidade, atendendo rigorosamente às exigências e condições estabelecidas neste instrumento.
8.3. Observar estritamente o cumprimento das responsabilidades, encargos, prazos e especificações técnicas descritas no Termo de Referência, no contrato e na legislação aplicável.
8.4. Cumprir o cronograma de passagem de som previamente acordado com a Contratante, além de respeitar os prazos estabelecidos para a execução do objeto contratual.
8.5. Garantir, quando aplicável, as condições de garantia do serviço ou produto fornecido, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta comercial, respeitando o prazo mínimo exigido pela Administração.
8.6. Substituir, sempre que solicitado pela fiscalização da Contratante, qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual cuja conduta seja considerada inadequada ou indesejável.
8.7. Assumir integral responsabilidade por todas as despesas diretas e indiretas relacionadas à execução do contrato, incluindo obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, tributárias e outras previstas em lei, garantindo o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis ao pessoal alocado na execução do contrato. A Contratante estará isenta de qualquer vínculo empregatício com os profissionais contratados pela Contratada.
8.8. Responder pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, independentemente do acompanhamento ou fiscalização exercidos pela Contratante e sem prejuízo das penalidades previstas neste contrato ou em lei.
8.9. Manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas.
8.10. Comunicar à Contratante, com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência, qualquer interação com o público que envolva a presença de pessoas da plateia no palco. É vedada a participação de menores de 18 (dezoito) anos sem documentação, pessoas trajando roupas inadequadas (trajes de banho ou sem camisa), fumantes ou pessoas portando bebidas alcoólicas em recipientes de vidro.
8.11. Efetuar o pagamento dos direitos autorais à **ECAD** (Escritório Central de Arrecadação e Distribuição), garantindo a regularidade da apresentação em relação à legislação vigente.
8.12. A CONTRATADA autoriza a cessão ao CONTRATANTE dos direitos Autorais sobre obras musicais da Contratada, bem como, de todos os integrantes do grupo musical, ora contratado, para fins de divulgação do objeto do presente contrato e publicidade em geral de interesse do Município de Aracruz, observando que tais meios de divulgação valorizem e dignifiquem a Contratada e a Contratante, e sem que tal divulgação de obra musical compreenda qualquer direito de pagamento, remuneração, indenização, participação ou compensação, a qualquer título.
8.13. A CONTRATADA isenta, desde já, a CONTRATANTE de qualquer ônus relacionado à referida autorização de cessão de direitos autorais para divulgação, eximindo ainda de qualquer indenização por perdas e danos.
8.14. A CONTRATADA autoriza a cessão ao CONTRATANTE do direito de uso da imagem de todos os integrantes do grupo musical, ora contratado, para arquivo do Município de Aracruz e para fins de divulgação do objeto do presente contrato e publicidade em geral, e de interesse do Município de Aracruz, podendo ser: fotos, filmagens, individuais ou em grupo, observando que tais meios de divulgação valorizem e dignifiquem a Contratada e a Contratante, sem que tal divulgação compreenda qualquer direito de pagamento, remuneração, indenização, participação ou compensação, a qualquer título.
8.15. A concessão de direito do uso de imagem ao Contratante, autorizada, neste ato, pelo CONTRATADA, poderá ser divulgada e veiculada na imprensa, rádio, internet, televisão, redes sociais, livros, revistas, prospectos, folders, material audiovisual e/ou qualquer outro veículo de divulgação, asseverando que tais meios valorizem e dignifiquem a Contratada e a Contratante
8.16. A CONTRATADA isenta, desde já, a CONTRATANTE de qualquer ônus relacionado à referida autorização do uso de imagem e divulgação, eximindo ainda de qualquer indenização por perdas e danos.
CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES
9.1 - A inexecução total ou parcial do contrato, ou o descumprimento de qualquer dos deveres elencados neste instrumento, sujeitará a Contratada, garantida a prévia defesa, sem prejuízo de responsabilidade civil ou criminal, às penalidades de:
9.1.1 - Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem

prejuízos significativos ao objeto da contratação (art. 156, §2º, da Lei 14.133/2021);
9.1.2 - Multa:
9.1.2.1 - Moratória de 5% (cinco por cento) pelo não cumprimento, injustificado, sobre o valor da contratação;
9.1.2.2 - Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial de obrigação assumida.
9.1.3 - Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE ARACRUZ, pelo prazo de até 2 (dois) anos (art. 156, §4º, e art. 156, §5º, da Lei 14.133/2021);
9.1.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.
9.1.5 - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
9.1.6 - Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas acima, as empresas que, em razão do presente contrato:
9.1.6.1 - Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
9.1.6.2 - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Contratante em virtude de atos ilícitos praticados.
9.1.7 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, em seus artigos 155 e 156, e subsidiariamente na Lei nº 9.784/1999.
9.1.8 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.
9.1.9 - As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do MUNICÍPIO DE ARACRUZ/ES, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.
9.1.10 - A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, ENCARGOS SOCIAIS E DEMAIS DESPESAS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DO CONTRATO
10.1 - Ficará a cargo da Contratada as despesas com pessoal, alimentação, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, despesas de transporte de instrumentos musicais, hospedagem, carregadores, locomoção de artistas, arrumação de camarim, taxas extras com bagagens, custos com equipe de assessoria à banda, segurança para os artistas, instalação, manutenção e desinstalação dos equipamentos e o cachê artístico decorrente da execução do presente instrumento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA SUBCONTRATAÇÃO
11.1. É expressamente vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, salvo mediante autorização prévia e por escrito da Contratante, em situações excepcionais devidamente justificadas, e observando as condições legais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO REAJUSTE
12.1. As partes acordam que não haverá previsão de reajuste contratual durante a vigência do presente contrato, salvo nas hipóteses legalmente previstas ou em circunstâncias excepcionais acordadas por ambas as partes por meio de aditivo contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE DO CONTRATO
13.1 - A administração Municipal deverá publicar o resumo deste Instrumento de Contrato, após a assinatura, na Imprensa Oficial, em conformidade com o caput do artigo 91 e § 2º do artigo 94 da Lei 14.133/2021. Além disso, fica estabelecido que o instrumento contratual completo será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme previsto no art. 94, § 2º da referida Lei, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, conforme disposto no art. 91 e § 4º do art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA GARANTIA DA EXECUÇÃO (art. 92, XII)
14.1 - Não haverá exigência de garantia contratual para a execução do presente contrato, conforme disposto no Art. 92, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO PRAZO E VIGÊNCIA
15.1 - O presente contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura e permanecerá válido até a completa execução de todas as obrigações estabelecidas pelas partes, incluindo eventuais ajustes posteriores, encerrando-se automaticamente após o cumprimento integral do objeto contratual.
15.2. O prazo para a realização da apresentação artística será conforme a CLÁUSULA SEGUNDA.
15.3. Eventuais prorrogações de prazo ou alterações contratuais deverão obedecer ao disposto na Lei nº 14.133/2021, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
16.1 - Naquilo em que for omisso, o presente instrumento contratual, reger-se-á pela Lei nº. a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações, Decreto Municipal nº 43.376/2023, bem como demais Decretos Federais e Municipais que a regulamentam, Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) e demais legislações aplicáveis, estando o presente contrato vinculado aos elementos constates no Processo Administrativo nº 2143/2025, bem como seu termo de inexigibilidade e à proposta do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO
17.1 - Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Aracruz - ES, por mais privilegiado que outros sejam.
17.2 - E, por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.
Aracruz, 29 de janeiro de 2025.
MUNICÍPIO DE ARACRUZ
CONTRATANTE
AGITUS PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA
CNPJ Nº 40.613.595/0001-75
CONTRATADO

Protocolo 1481918

Aditivo

Extrato do 5º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 008/2022
Processo Administrativo nº 5874/2021
Contratante: Município de Aracruz, através da Secretaria de Educação
Contratada: DAN ENGENHARIA PROJETOS & CONSULTORIA LTDA
Objeto: Contratação de prestação de serviços técnicos profissionais especializados de engenharia e arquitetura, relativos a elaboração de projetos, assessoria técnica, fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras e serviços de engenharia, para atender a SEMED.
Vigência: Fica prorrogado o prazo do contrato por mais 15 meses, a contar de 25/04/2025, bem como o prazo de execução por mais 12 meses, a contar de 04/02/2025, ou seja, a prorrogação do contrato é até 24/07/2026, enquanto o prazo de execução é até 03/02/2026.
Valor: Fica o valor do contrato já reajustado em R$ 3.894.032,50 (três milhões, oitocentos e noventa e quatro mil e trinta e dois reais e cinquenta centavos).
Data da assinatura: 29/01/2025.

Aracruz, 29 de janeiro de 2025

Jenilza Spinassé Morellato
Secretária de Educação
Decreto nº 39.008, de 01/01/2021

Protocolo 1481969

TERMO ADITIVO DE CONTRATO
TERMO ADITIVO Nº 01
CONTRATO Nº 055/2024
PROCESSO Nº 2638/2024
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE LEGAL QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE ARACRUZ E O DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESPÍRITO SANTO-DIO-ES, NA FORMA ABAIXO:

O Município de Aracruz, pessoa jurídica de direito público interno sob a forma de Órgão Executivo Municipal, com sede na Av. Morobá, n° 20, Bairro Morobá, Aracruz, CEP 29.192-733, CNPJ/MF nº 27.172.702/0001-66, neste ato representada pelo **Secretário de Suprimentos**, **Marcelo Rodrigues de Oliveira**, brasileiro, casado, portador da identidade nº 1.071.447-SSP-ES, inscrito no CPF nº 022.710.747-03, residente na Rua Manoel Ferreira Neto, n° 70, Bairro Orly Ramos, Fundão-ES, denominada CONTRATANTE, e o DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESPÍRITO SANTO - DIO-ES, pessoa jurídica de direito público interno, na forma de autarquia do Estado do Espírito Santo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 28.161.362/0001-83, sediada Av. Nossa Senhora. da Penha, 714, Ed. RS Trade Tower, 4º andar - Praia do Canto - Vitória/ES CEP 29.055-130, representado legalmente por sua **Diretora Presidente**, **Sra. SANDRA SHIRLEY ALMEIDA**, brasileira, casada, assistente social, inscrita no CPF 351.575.266-87 RG nº 829.337 PA, nomeada pelo Decreto Estadual nº 1412-S, de 06 de junho de 2023, publicado no Diário Oficial de 07 de junho de 2023, ora denominado CONTRATADO, celebram o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 055/2024, que se regerá mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA
1.1 Fica prorrogado por mais 12 (doze) meses o prazo do contrato original, contado a partir do dia 29/01/2025, obedecendo o disposto do Capítulo V da Lei nº 14.133/21 e suas alterações.
1.2 A publicação do extrato deste termo aditivo na imprensa oficial será feita a expensas da CONTRATANTE, de acordo com o estabelecido no art. 91 da Lei nº 14.133/21 e suas alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA
2.1 As despesas decorrentes do objeto deste Termo Aditivo, correrão à conta da dotação orçamentária abaixo discriminada, até o **valor estimado de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais):**
Atividade: 04.122.0046.2.0149 - Gerência de despesas essenciais dos vários setores
Elemento de despesa: 3.3.90.39.00 - Outros serviços de terceiros Pessoa Jurídica
CLÁUSULA TERCEIRA
3.1 Os preços a serem praticados pelo Contratado durante a vigência deste Termo Aditivo, serão aqueles previstos em **Instrução de Serviço em vigor**, nos precisos termos da cláusula terceira do contrato originalmente firmado.

CLÁUSULA QUARTA
4.1 Ratificam as partes todas as demais condições originalmente contratadas, não alteradas por este instrumento contratual.

CLÁUSULA QUINTA
5.1 Fica eleito o foro de Aracruz-ES, para dirimir quaisquer dúvidas ou contestações oriundas deste instrumento, renunciando as partes qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
E por estarem assim justos e acordados, assinam o presente termo aditivo em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que produza seus efeitos legais.

Aracruz-ES, 28 de Janeiro de 2025.

MARCELO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Secretário de Suprimentos
Representante Legal da Contratante

Sandra Shirley Almeida
DIRETOR PRESIDENTE DO CONTRATADO
Protocolo 1481987

Convênio

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA **N.º 014/2025.**
PROCESSO Nº 1987/2025

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ARACRUZ-ES E O MUNICÍPIO DE LINHARES-ES, COM A FINALIDADE DE PROMOVEREM A CESSÃO DA SERVIDORA **LETICIA RICATTO BRAGATTO**, NA FORMA DAS CLÁUSULAS QUE SE SEGUEM E QUE MUTUAMENTE ACEITAM.

O **MUNICÍPIO DE ARACRUZ**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 27.142.702/0001-66, com sede na Avenida Morobá, nº 20, Bairro Morobá, Aracruz/ES, doravante denominado **CEDENTE**, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito, **LUIZ CARLOS COUTINHO**, brasileiro, casado, portador do CPF nº 303.015.997-34 e da CI nº 169.271-ES, e o **MUNICÍPIO DE LINHARES**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 27.167.410/0001- 8, com sede na Avenida Augusto Pestana, Centro, Linhares/ES, doravante denominada **CESSIONÁRIO**, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito, **LUCAS SCARAMUSSA**, brasileiro, casado, portador do CPF n.º 031.631.367-02, resolvem celebrar o presente Convênio, na forma da Lei n.º 2.898/2006, do município de Aracruz- ES, conforme Processo Eletrônico n.º 1987/2025 e, mediante as cláusulas e condições abaixo descrita:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1 - O objeto do presente Convênio é a cessão da Servidora LETICIA RICATTO BRAGATTO, matrícula n° 21.972, do Município de Aracruz, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Edificação, com 30 (trinta) horas semanal, para o Município de Linhares-ES,

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FREQUÊNCIA

2.1 - Para efeito de comprovação de comparecimento ao serviço, o CESSIONÁRIO atestará e comunicará ao CEDENTE mensalmente, até o décimo quinto dia do mês subsequente ao vencido, o boletim de frequência da servidora cedida, bem como qualquer ocorrência funcional das formalidades havidas, no decurso de prazo do presente convênio.

2.2 - Comunicar anualmente, a programação e gozo de férias da servidora cedida, de maneira a propiciar os devidos registros relativos à vida funcional da servidora.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1 - O presente Termo terá vigência a partir de a partir de **01/02/2025 até 31/12/2028**, devendo ser publicado no Diário Oficial dos Municípios - AMUNES pelo **CEDENTE.**

3.2 - O presente instrumento poderá ser prorrogado ou alterado mediante Termo Aditivo, tendo em vista a conveniência e interesse dos participantes.

3.3 - O CESSIONÁRIO deverá solicitar a prorrogação no prazo de 60 (sessenta) dias anteriores ao término da vigência do Termo de Cessão.

3.4 - O CEDENTE deverá manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias a partir do recebimento da solicitação se concorda com a prorrogação da cessão.

3.5 - O CESSIONÁRIO deverá comunicar a servidora cedida, no prazo máximo de 15 (quinze) dias antes do término da cessão, que este deverá retornar a sua unidade administrativa de origem, no primeiro dia útil após prazo final da cessão, devendo encaminhar cópia da comunicação, devidamente recibada pelo servidor cedido, ao CEDENTE, no prazo de 10 (dez) dias após a notificação.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1 - Obriga-se o CESSIONÁRIO a ressarcir, integral e mensalmente ao CEDENTE, o pagamento das parcelas de natureza salarial e de todas as demais vantagens pecuniárias, inclusive os encargos sociais e legais respectivos a que faz jus a servidora cedida, incluindo a taxa patronal do instituto de previdência ao qual está vinculado.

4.2 - O CEDENTE informa que o custo mensal - rendimentos e encargos - com a servidora cedida no exercício de seu cargo é, nesta data, de R$ 3.734,08 (três mil, setecentos e trinta e quatro reais e oito centavos), podendo sofrer reajustes remuneratórios com base em índices determinados e/ou autorizados pelo CEDENTE ou quaisquer outras alterações decorrentes de lei, tais como concessão de vantagens, promoções e progressões funcionais, que deverão ser informados pelo CEDENTE ao CESSIONÁRIO.

Descrição das parcelas remuneratórias e encargos a serem ressarcidos
Salário Base R$ 1.807,15
Anuenio R$ 180,72
Auxílio Alimentação R$ 600,00
*Contribuição Previdenciária (Parte Patronal) 25,00% R$ 496,97
Contribuição Previdenciária (Parte Suplementar) 29,06% R$ 577,68

*Contribuição Previdenciária (Taxa Adm.) 3,60% R$ 71,56
TOTAL R$ 3.734,08

O depósito deverá ser encaminhado para o Banco Banestes, Agência 111, C/C.: 2.160.018, em nome da Prefeitura Municipal de Aracruz CNPJ: 27.142.702/0001- 66, devendo o comprovante do mesmo, ser enviado à Gerência de Administração de Pessoal - GAP, através do e-mail jsoldera@aracruz.es.gov.br, A/C de Jhonny, no qual deverá constar o nº do Ofício a que se refere o devido depósito e a identificação do Município/Secretaria.

4.3 - O CEDENTE obriga-se a informar, mensalmente, ao CESSIONÁRIO, até o décimo dia útil de cada mês, **o valor total que deverá ser ressarcido mediante apresentação de faturas contendo as rubricas devidamente especificadas.**

4.4 - O **NÃO** cumprimento dos prazos poderá ensejar o cancelamento imediato da cessão.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

5.1 - O presente Convênio poderá ser denunciado por quaisquer dos convenentes, mediante aviso por escrito, com antecedência de no mínimo 30 (trinta) dias ou por acordo, ou, ainda, na hipótese de inadimplemento por quaisquer dos convenentes das obrigações assumidas em razão deste ajuste, decorrentes de Lei.

5.2 - Em qualquer caso de encerramento deste Convênio ficarão assegurados todos os direitos e obrigações dos partícipes convenentes, até a data do retorno da servidora cedida.

CLAUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1 - A servidora cedida poderá ser nomeada ou designada para cargo em comissão ou função de confiança, sem ônus para o cedente, ficando sob a responsabilidade do cessionário o pagamento da respectiva remuneração e encargos provenientes.

6.2 - A carga horária da servidora cedida deverá ser compatível com a estabelecida pelo cedente, exceto para o exercício em cargo comissionado ou função de confiança, remunerado pelo cessionário.

6.3 - O desligamento da servidora cedida do quadro de pessoal do cedente será comunicado imediatamente ao cessionário.

6.4 - As irregularidades e faltas disciplinares porventura cometidas pela servidora cedida serão apuradas pelo cessionário mediante abertura de processo de sindicância, garantindo o contraditório e a ampla defesa, e sua conclusão será remetida ao cedente para conhecimento e tomada de decisão, inclusive abertura de processo administrativo disciplinar, conforme o caso, com a necessária comunicação ao cessionário.

6.5 - O cessionário, por esta e na melhor forma de direito, assume a inteira responsabilidade por quaisquer danos, porventura causados a terceiros pela servidora cedida, durante o horário de trabalho e vigência da cessão, na forma da Lei.

6.6 - Fica vedada a alteração das condições de trabalho que possa caracterizar desvio de função ou de carga horária de trabalho da servidora cedida, durante o período em que o mesmo estiver à disposição, ficando o cedente isento de qualquer ônus.

6.7 - Aos convenentes fica assegurado o livre acesso, a qualquer tempo, às repartições e a todos os atos e fatos relacionados direta e indiretamente com o ajuste pactuado, quando no desempenho das atividades de acompanhamento e controle.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

7.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Aracruz/ES, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha ser, para os procedimentos judiciais oriundos desta avença, que amigavelmente os participantes não puderam resolver.

E, por assim terem convencionado, as partes assinam o presente instrumento, obrigando-se a cumpri-lo fielmente em todas as suas cláusulas e condições.

Aracruz/ES,24 de janeiro de 2025.

LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito Municipal de Aracruz/ES
CEDENTE

LUCAS SCARAMUSSA
PREFEITO DE LINHARES
CESSIONÁRIO

Protocolo 1481879

Errata

ERRATA REFERENTE AO EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO N.º 055/2024

Processo Administrativo Eletrônico n.º 38.912/2024 (Originário)

Processo Administrativo Eletrônico n.º 41.117/2024 (Apensado)

Partícipes: Prefeitura de Aracruz-ES: **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ARACRUZ - APAE** (CNPJ: 32.400.772/0001-07).

OBJETO: "Cooperação financeira para execução do Serviço de Proteção Social Básica destinada às pessoas com deficiência intelectual e múltipla, e suas famílias/cuidadores".

VALOR GLOBAL: R$ 798.533,33 (setecentos e noventa e oito mil, quinhentos e trinta e três reais e trinta e três centavos), sendo:

a) Recursos oriundos do Fundo Municipal de Assistência Social (recurso próprio) no valor de R$ R$ 668.000,00 (seiscentos e sessenta e oito mil reais).

b) Recursos oriundos do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS, no valor de R$ 130.541,41 (cento e trinta mil, quinhentos e quarenta e um reais e quarenta e um centavos).

VIGÊNCIA: 02/01/2025 a 30/09/2025.

Onde se lê: Recurso próprio: R$ 668.000,00 (seiscentos e sessenta e oito mil reais).

Leia-se: Recurso próprio: R$ 667.991,92 (seiscentos e sessenta e sete mil e novecentos e noventa e um reais e noventa e dois centavos).

Permanecem inalteradas as demais disposições.

Aracruz-ES, 28 de janeiro de 2025.

Rosilene Filipe dos Santos Matos
Secretária Municipal de Assistência Social
Decreto nº 44.788, de 11/08/2023

Protocolo 1480838

Bom Jesus do Norte

Termos

TERMO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 040/2024
IC: 2025.014E0500001.16.0001

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOM JESUS DO NORTE-ES**, inscrito no CNPJ sob o nº 14.073.463/0001-98, com sede na Praça Astolpho Lobo, 249, Centro, Bom Jesus do Norte-ES, ora representado pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. SILVIA REGINA BARRETO TAVARES CARVALHO, inscrita no CPF sob o nº 709.805.007-53, torna público que, após constatada a regularidade da instrução do Processo Administrativo nº 2025-5ZBDF, aderiu à Ata de Registro de Preços nº 040/2024, do Consórcio Público da Região Polo Sul - CIM POLO SUL, oriunda do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2024, registro de preços para futura e eventual aquisição de fraldas para atender aos municípios consorciados do CIM POLO SUL, junto a empresa **D&M SAUDE LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 38.204.744/0001-09.

Bom Jesus do Norte-ES, 29 de janeiro de 2025.

SILVIA REGINA BARRETO TAVARES CARVALHO,
Gestora do Fundo Municipal de Saúde
de Bom Jesus do Norte-ES

Protocolo 1481407

Aditivo

2° TERMO ADITIVO
IC: 2022.014E0700001.02.0045

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 00017/2023 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO NORTE-ES E A EMPRESA PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025-N4K1F

Aos vinte e sete dias do mês de janeiro, do ano de 2025, de um lado o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO NORTE-ES**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede na Praça Astolpho Lobo, 249 - Centro - Bom Jesus do Norte - ES, inscrito no CNPJ sob o nº 27.167.360/0001-39, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ANTONIO GUALHANO AZEVEDO, portador do CPF nº 724.305.917-15 e o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOM JESUS DO NORTE**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Astolpho Lobo 185, - Centro - Bom Jesus do Norte-ES, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 14.073.463/0001-98, neste ato representado pela Gestora do FMS, Sra. **SILVIA REGINA BARRETO TAVARES CARVALHO**, brasileira, casada, portadora do CPF nº 709.805.007-53, doravante denominados **CONTRATANTES** e, de outro lado, a empresa **PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.340.639/0001-30, com sede na Rua Calçada Canopo, 11 - Alphaville - Santana de Parnaíba - SP - CEP: 06.541-078, Tel: (19) 3518-7021, E-mail: licitaprime@primebeneficios.com.br, neste ato representado pela Sra. RENATA NUNES FERREIRA, RG nº 485370104, CPF nº 371.237.288-40, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente 2º Termo Aditivo ao contrato n° 00017/2023, sob as cláusulas e condições adiante estipuladas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.
1.1. O presente termo de aditamento passa a integrar o contrato n° 00017/2023 referente a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, ATRAVÉS DA IMPLANTAÇÃO DO DE UM SISTEMA INFORMATIZADO E INTEGRADO COM A UTILIZAÇÃO DE CARTÃO MAGNÉTICO COM CHIP OU CARTÃO COM TARJA MAGNÉTICA, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE REDE CREDENCIADA DE POSTOS PARA A FROTA DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIO, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO NORTE - ES.**

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO
2.1. Fica prorrogado o prazo contratual pelo período de 12 (doze) meses, vigorando do dia **03 de fevereiro de 2025 até o dia 03 de fevereiro de 2026**.
CLÁUSULA TERCEIRA- DO VALOR ADITIVADO
3.1 - Será aditivado ao Contrato o valor global de a **R$ 3.840.679,20 (três milhões oitocentos e quarenta mil seiscentos e setenta e nove reais e vinte centavos)**.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
4.1 - As dotações orçamentárias oriundas do cumprimento do presente aditamento ocorrerão conforme o Contrato nº 0017/2023, devidamente atualizadas para o exercício orçamentário atual.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS
5.1- Permanecem mantidas e inalteradas as demais disposições do contrato nº 00017/2023.

Bom Jesus do Norte - ES, 27 de janeiro de 2025.
ANTONIO GUALHANO AZEVEDO
Prefeito Municipal de Bom Jesus do Norte- ES
CONTRATANTE

Protocolo 1481417

1° TERMO ADITIVO
IC: 2023.014E0700001.02.0032
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 00023/2024 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO NORTE-ES E A EMPRESA CARLINDA MEDEIROS FERNANDES.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025-S4SQB
Aos vinte e sete dias do mês de janeiro, do ano de 2025, de um lado o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO NORTE-ES**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede na Praça Astolpho Lobo, 249 - Centro - Bom Jesus do Norte - ES, inscrito no CNPJ sob o nº 27.167.360/0001-39, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ANTONIO GUALHANO AZEVEDO, portador do CPF nº 724.305.917-15, doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa **CARLINDA MEDEIROS FERNANDES**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 23.747.870/0001-24, com sede Rua Joao Fereira Soares, 77 - Belvedere - Bom Jesus do Norte - ES - CEP: 29460-000, E-mail: buffet-carlindamedeiros@gmail.com, por seu representante legal, Sra. CARLINDA MEDEIROS FERNANDES, RG n° 105638357, CPF n° 043.440.047-52, doravante denominado **CONTRATADA**, celebram o presente 1º Termo Aditivo ao Contrato n° 00023/2024, oriundo do Processo Administrativo nº 00874/2024, sob as cláusulas e condições adiante estipuladas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.
1.1. O presente termo de aditamento passa a integrar o Contrato n° 00023/2024 referente a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROPAGANDA VOLANTE PARA DIVULGAÇÃO DE EVENTOS, A PEDIDO DO GABINETE DO PREFEITO E DIVERSAS SECRETARIAS DE BOM JESUS DO NORTE - ES.**

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO
2.1. Fica prorrogado o prazo contratual pelo período de 12 (doze) meses, vigorando do dia **21 de fevereiro de 2025 até o dia 21 de fevereiro de 2026**.

CLÁUSULA TERCEIRA- DO VALOR ADITIVADO
3.1 - Será aditivado ao Contrato o valor global de **R$49.418,50 (quarenta e nove mil, quatrocentos e dezoito reais e cinquenta centavos).**

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
4.1 - A dotação orçamentária oriunda do cumprimento do presente aditamento ocorrerá à conta:
FICHA: 0000033, ELEMENTO DE DESPESA: 33903900000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA; FONTE DE RECURSO - 15000000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS

CLÁUSULA QUINTA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS
5.1- Permanecem mantidas e inalteradas as demais disposições do contrato nº 00023/2024.

Bom Jesus do Norte - ES, 27 de janeiro de 2025.
ANTONIO GUALHANO AZEVEDO
Prefeito Municipal de Bom Jesus do Norte- ES
CONTRATANTE
Protocolo 1481523

Castelo

Decreto

DECRETO Nº 20.500, DE 27 DE JANEIRO DE 2025.

FIXA PRAZOS E FORMAS DE RECOLHIMENTO DO IPTU E DA TAXA DE COLETA DE LIXO, RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2025 (DOIS MIL E VINTE E CINCO).

O PREFEITO MUNICIPAL DE CASTELO, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 53, inciso XXVI, da Lei Orgânica do Município de Castelo, e tendo em vista o disposto nos Artigos 207, 1º, 355 e 357 da Lei nº 2.357 de 28 de dezembro de 2005, e considerando o que consta no processo nº 000147/2025,

DECRETA:

Art. 1° - Ficam fixados os seguintes prazos para o vencimento do Imposto Sobre a Propriedade Predial Territorial Urbana IPTU e para a Taxa de Coleta de Lixo, relativos ao exercício de 2025 (dois mil e vinte e cinco):

Cota única ou 1ª Parcela.....10/04/2025
2ª parcela.....10/05/2025
3ª parcela.....10/06/2025
4ª parcela.....12/07/2025

Art. 2° Fica limitado em 50,00 (cinquenta reais), o valor mínimo de cada parcela, considerando o valor integral do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se às disposições em contrário, em especial o Decreto nº 20.484 de 17 de janeiro de 2025.

Castelo/ES, 27 de janeiro de 2025.

JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito Municipal de Castelo - ES
Protocolo 1481259

Edital

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTELO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
RESULTADO PRELIMINAR DAS ENTREVISTAS DOS CANDIDATOS - EDITAL SEME Nº 01/2025
PROCESSO: PROCESSO SELETIVO INTERNO - SELEÇÃO DE PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO - PROFESSOR BOLSISTA PARA ATUAÇÃO COMO FORMADOR MUNICIPAL DO PAES.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Lei Estadual nº 10.880, de 19 de julho de 2018, e alterações posteriores, que trata do Programa de Concessão de Bolsas de Apoio Técnico no âmbito do

Pacto pela Aprendizagem no Espírito Santo - Paes, regulamentada pelo Decreto nº 4346-R, de 28 de dezembro de 2018, publicado no Diário Oficial do Espírito Santo em 31/12/2018, torna pública o resultado preliminar das entrevistas realizadas com os candidatos para atuação como Professor Formador do PAES:

Candidato: Alécia Destefani Batalha CPF: 076.7xx.xxx.75	
Pontuação:	50

Candidato: Regilane Gava Lovato CPF: 104.4xx.xxx.44	
Pontuação:	50

Candidato: Wagner Barbosa de Oliveira CPF: 090.8xx.xxx.41	
Pontuação:	---

Abre-se o prazo para recurso que é de 24 (vinte e quatro) horas após a divulgação deste resultado.

Castelo, 29 de janeiro de 2025.

Elisangela de Souza Avansi
Secretária Municipal de Educação

Protocolo 1481018

Convocação

AVISO DE CONVOCAÇÃO DO TERCEIRO COLOCADO PARA ASSUMIR NO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 009/2024 - SRP - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 18.918/2023.

Modalidade: Pregão (Eletrônico) para Registro de Preços nº 009/2024
Tipo: Menor Preço por Item
Objeto: Aquisição de carnes variadas para a preparação da alimentação escolar dos alunos das escolas e creches da Rede Municipal de Ensino, do Município de Castelo-ES.

O município de Castelo/ES, através de seu Pregoeiro, torna público que em face do Termo e Cancelamento da Ata de Registro de Preços 219/2024 firmado com a empresa **HLX EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ: 47.353.441/0001-30**, publicada no Diário Oficial dos Municípios na edição de 02 de janeiro de 2025, fica **CONVOCADO** o licitante remanescente, na ordem de classificação, que assim se apresenta: Empresa **BRX COMERCIAL DE PRODUTOS EM GERAL LTDA, CNPJ: 11.287.164/0001-68**, classificada em terceiro lugar, para assumir os itens (01, 06), tendo em vista que a empresa classificada em segundo lugar não respondeu a convocação realizada no dia 16 de janeiro de 2025. A contratação se dará nas mesmas condições das propostas de preços na época do certame obedecendo à ordem de classificação, inclusive quanto aos preços de conformidade com o ato convocatório na forma Art. 90, § 2º da Lei Federal 14.133 de 01 de abril de 2021. Desde já, solicitamos a resposta do aceite pelas referidas empresas para o fornecimento dos itens em que as empresas desistiram que se mantém os preços propostos à época da sessão. Caso não aceite, será convocado o terceiro classificado e assim sucessivamente, até que seja efetivada a contratação, ou seja, decidida pela revogação da licitação nos itens, a fim de que não prejudique a continuidade dos serviços públicos, essências a manutenção das atividades nas diversas secretarias públicas do município.

Castelo, ES, 29 de janeiro de 2025

CLEIDIANO ALOCHIO COAIOTO
Pregoeiro/Agente de Contratação

Protocolo 1481165

CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 05, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2023 PARA PROVIMENTO DE VAGAS PARA O CARGO DE SECRETÁRIO ESCOLAR EM REGIME DE DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA.

A Secretaria Municipal de Educação de Castelo convoca o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), a comparecer(em) munido(s) da documentação exigida, conforme Edital nº 05/2023, na Sede da Secretaria Municipal de Educação, localizada à Avenida Giovani Piassi, nº 245 - Exposição, Castelo-ES, a fim de que, havendo vaga(s) disponível(eis), proceda(m) a(s) escolha(s) para o Cargo de Secretário Escolar para o exercício do ano letivo/2025.

1. A chamada para a contratação em Designação Temporária obedecerá aos critérios de ordem de classificação final dos candidatos, bem como o atendimento a excepcional necessidade da Rede Municipal de Ensino.

2. O candidato que, por qualquer motivo, estiver impedido de comparecer ao local determinado para escolha de vaga, poderá fazê-lo por procuração.

3. Não será permitida a troca de unidade escolar, salvo necessidade da administração.

4. Não comparecendo o candidato no prazo de 24 horas, a contar da publicação do presente ato, ou ocorrendo a desistência no mesmo prazo, será(ão) convocado(s) o(s) candidato(s) seguinte(s) de acordo com a classificação.

REGIÃO I

CARGO: SECRETÁRIO ESCOLAR
TIPO DE LISTA: AUTODECLARADOS NEGROS (PRETOS E PARDOS)

Classificação	Candidato
9	PATRICIA MARIA PEREIRA
10	MARIA DE LOURDES SILVA MATIAS

5. São documentos necessários para celebração de contrato:
a) Cédula de Identidade;
b) CPF;
c) Comprovante de situação cadastral CPF obtido no site da Receita Federal do Brasil em https:/vww.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/SSL/ATCTA/CPF/

ConsultaSituacao/
ConsultaPublica.asp);
d) Carteira de Motorista, havendo;
e) PIS/ PASEP;
f) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;
g) Carteira de Trabalho - Frente e Verso;
h) Escolaridade;
i) Comprovante de Endereço atualizado;
j) Certidão de Nascimento/Casamento;
k) Certidão de Nascimento e CPF de todos os dependentes;
l) Certificado de Reservista (candidatos do sexo masculino);
m) CPF dos pais;
n) Declaração de Matrícula dos filhos - Maiores de 18 anos, se estudante, apresentar Declaração da Instituição de Ensino;
o) Telefone para contato;
p) Declaração de não ter sido condenado à pena privativa de liberdade transitada em julgado e não ter sofrido punição relacionada a função pública através de Processo Administrativo Disciplinar (fornecidas pela SEME);
q) Declaração de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas (fornecida pela SEME).

Castelo-ES, 30 de janeiro de 2025.

ELISANGELA DE SOUZA AVANSI
Secretária Municipal de Educação
Portaria nº 9.589/2025

Protocolo 1481209

Portaria

PORTARIA SEMFI Nº 002, DE 24 DE JANEIRO DE 2025.

Dispõe sobre designação de servidora para fiscalização e acompanhamento do 1° Termo Aditivo Contratual nº 1.6969/2023, referente a prestação de serviço de elaboração de calculo atuarial do exercicio de 2025, ano-base de 2024.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS, no uso da atribuição que lhe confere o decreto nº 11.794, de 24 de janeiro de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a Servidora **NICIA MOREIRA BARBOSA**, matrícula nº **025806** para atuar na fiscalização e acompanhamento do 1° Termo Aditivo Contratual nº 1.6969/2023, referente a prestação de serviço de elaboração de calculo atuarial do exercicio de 2025, ano-base de 2024.
Art. 2º. Ao fiscal de contratos incumbe:
I- representar a administração junto ao contrato, exceto para assinatura de instrumentos contratuais, aditivos;
II- adotar as providências necessárias ao fiel cumprimento do contrato, inclusive notificando o contratado para corrigir irregularidades detectadas e registrando todos os acontecimentos relacionados com a execução do mesmo, inclusive as soluções dadas a eventuais consultas;
III- determinar, por escrito, durante o acompanhamento e fiscalização do contrato, o que for necessário para regularizar falha ou inobservância de cláusulas do contrato;
IV- verificar se o contrato está sendo executado de acordo com as cláusulas pactuadas, conferindo prazos, especificações, valores, condições da proposta, etc;
V- prestar informações sobre a execução do contrato sob sua responsabilidade, encaminhando, sempre que solicitado, relatório circunstanciado;
VI- atestar a execução do contrato, na forma prevista nesta Portaria;
VII- anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
VIII- as decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas ao Secretario Municipal de Finanças em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;
IX- Exercer rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços, aprovando os eventuais ajustes que ocorrerem durante o desenvolvimento dos trabalhos.
Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.
Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Castelo-ES, 24 de Janeiro de 2025.

Gilseppe Fim Dalfior
Secretário Municipal de Finanças

Protocolo 1481254

PORTARIA Nº 9.729, DE 27 DE JANEIRO DE 2025.

LOCALIZA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO O SERVIDOR YAN LOUZADA CESCHIM.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CASTELO**, no Estado do Espírito Santo, no uso da atribuição que lhe confere o Inciso XXVI do Artigo 53 da Lei Orgânica do Município de Castelo e considerando o processo nº 8153/2022

R E S O L V E:

Art.1º Localizar, o Servidor Público Municipal **YAN LOUZADA CESCHIM**, ocupante do cargo comissionado de Assistente Técnico de Serviços, na Secretaria Municipal de Administração (SEMAD).
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2025.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Castelo, ES, 27 de janeiro de 2025.

JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito Municipal de Castelo - ES

Protocolo 1481266

PORTARIA Nº 9.730, DE 27 DE JANEIRO DE 2025.

NOMEIA RAFAEL RIGO ASSINI COMO REPRESENTANTE MUNICIPAL DE CASTELO PARA REPRESENTAR O PREFEITO NO COLEGIADO REGIONAL DA MICRORREGIÃO DE ÁGUAS E ESGOTO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO(MRAE/ES).

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CASTELO**, no uso da

atribuição que lhe confere o art. 53, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Castelo, e considerando o que consta no Processo Administrativo nº 518/2025;

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeado **RAFAEL RIGO ASSINI** como representante municipal de Castelo para representar o Prefeito João Paulo Silva Nali, em caso de sua ausência, no Colegiado Regional da Microrregião de Águas e Esgoto do Estado do Espírito Santo (MRAE/ES), conforme Art. 13, inciso II, do Regimento Interno da MRAE/ES.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art.3° Revogam-se as disposições em contrário.

Castelo, ES, 27 de janeiro de 2025.

JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito Municipal de Castelo - ES

Protocolo 1481273

PORTARIA Nº 9.732, DE 28 DE JANEIRO DE 2025.

NOMEIA COORDENADOR ESCOLAR JESSICA ASSIS DA SILVA.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CASTELO**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 53, inciso VII e XXVI, da Lei Orgânica do Município de Castelo, e conforme consta no Processo Administrativo nº 1254/2025.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica nomeada, **JESSICA ASSIS DA SILVA**, no cargo de provimento em comissão de Coordenador Escolar na CEIM "Erlita Bicalho Nemer", lotada no Gabinete do Prefeito, exercendo suas atividades na Secretaria Municipal de Educação (SEME), constante do anexo II pertencente a lei 2.507 de 10 de maio de 2007, e modificações introduzidas pelas leis n. 2.557 de 17 de agosto de 2007 e 2.613 de 28 de dezembro de 2007, e Lei 4.213 de 27 de outubro de 2022.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 03 de fevereiro de 2025.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Castelo, ES, 28 de janeiro de 2025.

JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito Municipal de Castelo - ES

Protocolo 1481277

PORTARIA Nº 9.733, DE 29 DE JANEIRO DE 2025.

NOMEIA COORDENADOR ESCOLAR RAIANE VARGAS LOPES.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CASTELO**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 53, inciso VII e XXVI, da Lei Orgânica do Município de Castelo, e conforme consta no Processo Administrativo nº 1327/2025.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica nomeada, **RAIANE VARGAS LOPES**, no cargo de provimento em comissão de Coordenador Escolar na CEIM "Sebastião de Moraes", lotada no Gabinete do Prefeito, exercendo suas atividades na Secretaria Municipal de Educação (SEME), constante do anexo II pertencente a lei 2.507 de 10 de maio de 2007, e modificações introduzidas pelas leis n. 2.557 de 17 de agosto de 2007 e 2.613 de 28 de dezembro de 2007, e Lei 4.213 de 27 de outubro de 2022.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 03 de fevereiro de 2025.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Castelo, ES, 29 de janeiro de 2025.

JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito Municipal de Castelo - ES

Protocolo 1481472

PORTARIA Nº 9.734, DE 29 DE JANEIRO DE 2025.

NOMEIA COORDENADOR ESCOLAR SIMONE PAULINO BRUNELI CALEGARI.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CASTELO**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 53, inciso VII e XXVI, da Lei Orgânica do Município de Castelo, e conforme consta no Processo Administrativo nº 1328/2025.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica nomeada, **SIMONE PAULINO BRUNELI CALEGARI**, no cargo de provimento em comissão de Coordenador Escolar na CEIM "Sebastião de Moraes", lotada no Gabinete do Prefeito, exercendo suas atividades na Secretaria Municipal de Educação (SEME), constante do anexo II pertencente a lei 2.507 de 10 de maio de 2007, e modificações introduzidas pelas leis n. 2.557 de 17 de agosto de 2007 e 2.613 de 28 de dezembro de 2007, e Lei 4.213 de 27 de outubro de 2022.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 03 de fevereiro de 2025.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Castelo, ES, 29 de janeiro de 2025.

JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito Municipal de Castelo - ES

Protocolo 1481479

PORTARIA Nº 9.735, DE 29 DE JANEIRO DE 2025

NOMEIA MARIA DA PENHA GONÇALVES MANSO DE OLIVEIRA PARA EXERCER O CARGO COMISSIONADO DE ASSISTENTE TÉCNICO DE SERVIÇOS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CASTELO**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 53, inciso VII e XXVI, da Lei Orgânica do Município de Castelo, e considerando o que consta no Processo nº 1255/2025.

R E S O L V E

Art. 1º Fica nomeada, **MARIA DA PENHA GONÇALVES MANSO DE OLIVEIRA** para exercer o cargo comissionado de Assistente Técnico

de Serviços, lotado no Gabinete do Prefeito, exercendo suas atividades na Secretaria Municipal de Administração (SEMAD), constante no Anexo II pertencente a Lei 2.507 de 10 de maio de 2007, e modificações introduzidas pelas Leis n. 2.557 de 17 de agosto de 2007 e 2.613 de 28 de dezembro de 2007.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da assinatura, com efeitos a partir de 03 de fevereiro de 2025 e da expedição e assinatura do Termo de Posse
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Castelo, ES, 29 de janeiro de 2025.

JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito Municipal de Castelo - ES
Protocolo 1481486

PORTARIA Nº 9.736, DE 29 DE JANEIRO DE 2025.

EXONERA, COORDENADOR ESCOLAR NATALINA VARGAS ESPERIDIAO ZUIN.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CASTELO**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 53, inciso VII e XXVI, da Lei Orgânica do Município de Castelo, e considerando o que consta no Processo nº 4131/2023.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica exonerada, **NATALINA VARGAS ESPERIDIAO ZUIN** do cargo de provimento em comissão de Coordenador Escolar na CEIM "Sebastião de Moraes", lotada no Gabinete do Prefeito, exercendo suas atividades na Secretaria Municipal de Educação (SEME), constante no anexo II pertencente a lei 2.507 de 10 de maio de 2007, e modificações introduzidas pelas leis n. 2.557 de 17 de agosto de 2007 e 2.613 de 28 de dezembro de 2007, e Lei 4.213 de 27 de outubro de 2022.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 03 de fevereiro de 2025.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Castelo, ES, 29 de janeiro de 2025.

JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito Municipal de Castelo - ES
Protocolo 1481494

PORTARIA Nº 9.738, DE 29 DE JANEIRO DE 2025.

NOMEIA COORDENADOR ESCOLAR BIANCA PERCILIANO FIM.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CASTELO**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 53, inciso VII e XXVI, da Lei Orgânica do Município de Castelo, e conforme consta no Processo Administrativo nº 1340/2025.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica nomeada, **BIANCA PERCILIANO FIM**, no cargo de provimento em comissão de Coordenador Escolar na EMEIEF "Frei José Osés", lotada no Gabinete do Prefeito, exercendo suas atividades na Secretaria Municipal de Educação (SEME), constante do anexo II pertencente a lei 2.507 de 10 de maio de 2007, e modificações introduzidas pelas leis n. 2.557 de 17 de agosto de 2007 e 2.613 de 28 de dezembro de 2007, e Lei 4.213 de 27 de outubro de 2022.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 03 de fevereiro de 2025.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Castelo, ES, 29 de janeiro de 2025.

JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito Municipal de Castelo - ES
Protocolo 1481613

PORTARIA Nº 9.737, DE 29 DE JANEIRO DE 2025.

EXONERA, COORDENADOR ESCOLAR KENIA AIOLFE LIMA.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CASTELO**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 53, inciso VII e XXVI, da Lei Orgânica do Município de Castelo, e considerando o que consta no Processo nº 1811/2023.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica exonerada, **KENIA AIOLFE LIMA** do cargo de provimento em comissão de Coordenador Escolar na CEIM "Erlita Bicalho Nemer", lotada no Gabinete do Prefeito, exercendo suas atividades na Secretaria Municipal de Educação (SEME), constante no anexo II pertencente a lei 2.507 de 10 de maio de 2007, e modificações introduzidas pelas leis n. 2.557 de 17 de agosto de 2007 e 2.613 de 28 de dezembro de 2007, e Lei 4.213 de 27 de outubro de 2022.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 03 de fevereiro de 2025.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Castelo, ES, 29 de janeiro de 2025.

JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito Municipal de Castelo - ES
Protocolo 1481626

PORTARIA Nº 9.739, DE 29 DE JANEIRO DE 2025

NOMEIA VICTORIA WINE RAMOS KER PARA EXERCER O CARGO COMISSIONADO DE ASSISTENTE TÉCNICO DE SERVIÇOS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CASTELO**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 53, inciso VII e XXVI, da Lei Orgânica do Município de Castelo, e considerando o que consta no Processo nº 1342/2025.

R E S O L V E

Art. 1º Fica nomeada, **VICTORIA WINE RAMOS KER** para exercer o cargo comissionado de Assistente Técnico de Serviços, lotado no Gabinete do Prefeito, exercendo suas atividades na Secretaria Municipal de Educação (SEME), constante no Anexo II pertencente a Lei 2.507 de 10 de maio de 2007, e modificações introduzidas pelas Leis n. 2.557 de 17 de agosto de 2007 e 2.613 de 28 de dezembro de 2007.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da

assinatura, com efeitos a partir de 03 de fevereiro de 2025 e da expedição e assinatura do Termo de Posse
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Castelo, ES, 29 de janeiro de 2025.
JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito Municipal de Castelo - ES
Protocolo 1481629

PORTARIA Nº 9.740, DE 29 DE JANEIRO DE 2025

NOMEIA POLIANA CASAGRANDE VINCO PARA EXERCER O CARGO COMISSIONADO DE ASSISTENTE TÉCNICO DE SERVIÇOS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CASTELO**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 53, inciso VII e XXVI, da Lei Orgânica do Município de Castelo, e considerando o que consta no Processo nº 1341/2025.

R E S O L V E

Art. 1º Fica nomeada, **POLIANA CASAGRANDE VINCO** para exercer o cargo comissionado de Assistente Técnico de Serviços, lotado no Gabinete do Prefeito, exercendo suas atividades na Secretaria Municipal de Finanças (SEMFI), constante no Anexo II pertencente a Lei 2.507 de 10 de maio de 2007, e modificações introduzidas pelas Leis n. 2.557 de 17 de agosto de 2007 e 2.613 de 28 de dezembro de 2007.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da assinatura, com efeitos a partir de 03 de fevereiro de 2025 e da expedição e assinatura do Termo de Posse
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Castelo, ES, 29 de janeiro de 2025.

JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito Municipal de Castelo - ES
Protocolo 1481635

PORTARIA Nº 9.741, DE 29 DE JANEIRO DE 2025.

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CASTELO, **NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, no uso de suas atribuições que lhe confere o inc. VII, do art. 53, da Lei Orgânica do Município, e combinado com o Edital do Processo Seletivo Simplificado SEMAD n° 01/2024, e conforme consta no Processo Administrativo nº 289/2025, e;
Considerando art. 2°, XII da Lei n° 2.620/2008.

R E S O L V E:
Art. 1° Ficam convocados os candidatos aprovados no processo Seletivo Simplificado SEMAD n° 01/2024, conforme relação abaixo:

CUIDADOR INFANTO/JUVENIL
VANESSA DE SOUZA PEREIRA

Parágrafo Único: O não comparecimento do candidato no prazo de 24 horas, a contar da publicação do presente, ou ocorrendo a desistência no mesmo prazo, será convocado o candidato aprovado seguindo a ordem de classificação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

Castelo, ES, 29 de janeiro de 2025.

JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito Municipal de Castelo - ES
Protocolo 1481824

PORTARIA Nº 9.742, DE 29 DE JANEIRO DE 2025.

LOCALIZA NA ESCOLA EMEIEF "FREI JOSÉ OSÉS" A SERVIDORA LUCIMAR NUNES.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CASTELO**, no Estado do Espírito Santo, no uso da atribuição que lhe confere o Inciso XXVI do Artigo 53 da Lei Orgânica do Município de Castelo e considerando o processo nº 5569/2024

R E S O L V E:

Art.1º Localizar, a Servidora Pública Municipal **LUCIMAR NUNES**, ocupante do cargo comissionado de Coordenador Escolar, na Escola EMEIEF "FREI JOSÉ OSÉS".
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Castelo, ES, 29 de janeiro de 2025.

JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito Municipal de Castelo - ES
Protocolo 1481839

PORTARIA Nº 9.743, DE 29 DE JANEIRO DE 2025
NOMEIA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CASTELO**, no Estado do Espírito Santo, no uso da sua atribuição que lhe confere o art. 53, inc. XXVI da Lei Orgânica do Município de Castelo, combinado com o art. 202 da Lei nº 1.440/92, e

Considerando o que consta no Processo nº 20072/2024;

R E S O L V E:

Art. 1º Ficam designados abaixo os servidores para, sob presidência do primeiro, constituírem Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, visando à apuração dos fatos descritos no Processo nº 20072/2024.

BRUNO MICHEL PEREIRA
GUSTAVO GONÇALVES LIMA
DYORGINES JOSÉ PADOVANI DE ANDRADE

Art. 2º A Comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos do Processo Administrativo Disciplinar, que deverá iniciar em 05 (cinco) dias a partir da data de publicação desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a portaria 9.618 de 10 de janeiro de 2025.

Castelo/ES, 29 de janeiro de 2025.
JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito Municipal de Castelo/ES
Protocolo 1481874

Contrato

CONTRATO No 1.19849/2024.
Referente ao Processo Administrativo nº 019849/2024.
Ref. ao Pregão Eletrônico nº 008/2024 - SRP (Processo Administrativo nº 020689/2023).
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CASTELO/ES
CONTRATADA: PEISINO DISTRIBUIDORA LTDA
OBJETO: Constitui objeto do presente contrato, a aquisição de gás de cozinha como recargas a serem realizadas de forma parcelada, destinadas a atender as necessidades da Administração Pública Municipal, tudo de acordo com o Processo Administrativo nº 019849/2024, oriundo da Secretaria Municipal de Educação.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação até 31 de dezembro de 2025, contados da sua publicação, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133/2021.
VALOR: Pelo objeto do presente do contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o **valor global de R$44.758,00 (quarenta e quatro mil, setecentos e cinquenta e oito reias)**, de acordo com o descrito tabela abaixo:
PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Todas as despesas decorrentes deste Contrato correrão na funcional programática, assim especificada:

Dotação Orçamentária	Elem. Despesa	Ficha	Fonte
0070091236500412.088	33903000000	0496	SEME - 150000250000 - Receita de impostos e de transferência de impostos
0070091236500412.086	33903000000	0480	SEME - 150000250000 - Receita de impostos e de transferência de impostos
0070091236100442.104	33903000000	0450	SEME - 150000250000 - Receita de impostos e de transferência de impostos
0070091212200422.106	33903000000	0416	SEME - 150000250000 - Receita de impostos e de transferência de impostos

Castelo-ES, 29 de janeiro de 2025.
JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito Municipal de Castelo-ES
Protocolo 1481279

CONTRATO Nº. 1.19031/2024.
Ref. ao Processo Administrativo nº 019031/2024.
Ref. ao Pregão Eletrônico nº 086/2024 - SRP (Processo Administrativo nº 011129/2024).
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CASTELO/ES
CONTRATADA: **POSTO SÃO CRISTOVÃO DE CASTELO LTDA**
OBJETO: O objeto do presente instrumento é a AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL DA FROTA DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da sua publicação, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.
VALOR:O valor total da contratação é de **R$67.496,00 (sessenta e sete mil, quatrocentos e noventa e seis reais).**
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Dotações Orçamentárias	Elemento de Despesa	Ficha	Fonte de Recurso
0210140824400642.620	33903000000	0984	SEMDSH - 150000009999 - Recursos não vinculados de impostos
0210140824400652.225	33903000000	1010	SEMDSH - 150000009999 - Recursos não vinculados de impostos
0210140824300652.232	33903000000	0854	SEMDSH - 150000009999 - Recursos não vinculados de impostos
0210140824300632.618	33903000000	0822	SEMDSH - 150000009999 - Recursos não vinculados de impostos
0210140824400632.615	33903000000	0925	SEMDSH - 150000009999 - Recursos não vinculados de impostos
0210140824400642.212	33903000000	0954	SEMDSH - 150000009999 - Recursos não vinculados de impostos

Castelo-ES, 17 de janeiro de 2025.

JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito Municipal de Castelo-ES
Protocolo 1481503

CONTRATO Nº. 2.19031/2024.
Ref. ao Processo Administrativo nº 019031/2024.
Ref. ao Pregão Eletrônico nº 086/2024 - SRP (Processo Administrativo nº 011129/2024).
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CASTELO/ES

CONTRATADA: PEISINO & FREZZA LTDA
OBJETO: O objeto do presente instrumento é a AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL DA FROTA DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da sua publicação, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
PREÇO: O valor total da contratação é de **R$13.020,00 (treze mil e vinte reais).**
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Dotações Orçamentárias	Elemento de Despesa	Ficha	Fonte de Recurso
0210140824400642.620	33903000000	0984	SEMDSH - 150000009999 - Recursos não vinculados de impostos
0210140824400652.225	33903000000	1010	SEMDSH - 150000009999 - Recursos não vinculados de impostos
0210140824300652.232	33903000000	0854	SEMDSH - 150000009999 - Recursos não vinculados de impostos
0210140824300632.618	33903000000	0822	SEMDSH - 150000009999 - Recursos não vinculados de impostos
0210140824400632.615	33903000000	0925	SEMDSH - 150000009999 - Recursos não vinculados de impostos
0210140824400642.212	33903000000	0954	SEMDSH - 150000009999 - Recursos não vinculados de impostos

Castelo-ES, 17 de janeiro de 2025.

JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito Municipal de Castelo-ES
Protocolo 1481515

CONTRATO Nº 1.00394/2025.
Ref. Processo Administrativo nº 000394/2025.
Referente ao Pregão Eletrônico No 093/2024.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CASTELO/ES
CONTRATADA: VILA ISABEL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME
OBJETO: O objeto do presente instrumento é a aquisição de materiais de construção, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da sua publicação, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
PREÇO: O valor total da contratação é de **R$ 116.658,90 (cento e dezesseis mil seiscentos e cinquenta e oito reais e noventa centavos)**
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Dotações Orçamentárias	Elemento de Despesa	Ficha	Fonte de Recurso
0240171545200391.074	44905200000	1275	SEMIURB - 15000009999 - Recursos não vinculados de impostos e transferência de impostos
0240171545100212.558	33903000000	1223	SEMIURB - 15000009999 - Recursos não vinculados de impostos e transferência de impostos
0240171545100212.558	33903000000	1223	SEMIURB - 15000009999 - Recursos não vinculados de impostos e transferência de impostos

Castelo-ES, 27 de janeiro de 2025.

JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito Municipal de Castelo-ES
Protocolo 1481575

Colatina

Decreto

DECRETO Nº 30.491, DE 29 DE JANEIRO DE 2025 .

Torna sem efeito a exoneração de servidores, exonerados por meio do Decreto nº 30.041, de 02 de janeiro de 2025 e dá outras providências :

O Prefeito Municipal de Colatina, do Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, DECRETA:

Art. 1° - Torna sem efeito a exoneração de servidores abaixo relacionados, exonerados por meio do Decreto nº 30.041, de 02 de janeiro de 2025:

- **DÉBORA BARCELOS BARROSO - Matrícula nº 12825**;
- **CARLOS FERNANDO GOMES - Matrícula nº 12665**;
- **JOÃO BENEVENUTO DE ASSIS - Matrícula nº 12439**;
- **LUCIANA BOLONEZ FOLETTO**

SARCINELLI - Matrícula nº 12740;
- **ROMIELLY DOS SANTOS CASSANI - Matrícula nº 12580**;
- **SANDRA MARIA TOREZANI MANSUR - Matrícula nº 12164.**

Art. 2° - Torna sem efeito o Decreto nº 30.199 de 06 de janeiro de 2025 que nomeou DÉBORA BARCELOS BARROSO para ocupar o cargo de Assistente Técnico da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na presente data, retroagindo seus efeitos a 06 de janeiro de 2025.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Gabinete do Prefeito Municipal de Colatina, em 29 de janeiro de 2025.

_____
Prefeito Municipal

Registrado no Gabinete do Prefeito Municipal de Colatina, em 29 de janeiro de 2025.

_____
Secretário Municipal de Governo.

Protocolo 1481146

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLATINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
_____
Travessa Avelino Guerra, 111, Sagrado Coração de Jesus, Colatina/ES, CEP 29707-850
TEL: (27) 3177-7000

DECRETO Nº 30.493, DE 29 DE JANEIRO DE 2025 .

Faz cessar os efeitos do Decreto nº 30.385, de 15 de janeiro de 2025 :

O Prefeito Municipal de Colatina, do Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, Decreta:

Art. 1º - Faz cessar os efeitos do Decreto nº 30.385, de 15 de janeiro de 2025, que designou a servidora **Roberta Fachetti Horta Castro - Matrícula 035445** para exercer a Função Gratificada - FG 03 - Direção e Chefia de Setor e Serviço, na Coordenadoria de Diversidade e Inclusão, da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Este ato entra em vigor na presente data, retroagindo seus efeitos a 17 de janeiro de 2025.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Gabinete do Prefeito Municipal de Colatina, em 29 de janeiro de 2025.

_____
Prefeito Municipal

Registrado no Gabinete do Prefeito Municipal de Colatina, em 29 de janeiro de 2025.

_____
Secretário Municipal de Governo.

Protocolo 1481405

DECRETO Nº 30.458, DE 23 DE JANEIRO DE 2025.

Designa membros para compor o Conselho Municipal de Saúde :

O Prefeito Municipal de Colatina, do Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei nº 3.740, de 27 de março de 1.991, com as alterações introduzidas através da Lei nº 7.044, de 15 de dezembro de 2022, e atendendo solicitação contida no Processo protocolado sob nº 001023/2025, **DECRETA:**

Artigo 1º - Ficam designados para compor o ***CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE***, para a gestão 2025/2026, os membros abaixo relacionados:

SEGMENTO DOS GESTORES E PRESTADORES:

1 - **Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:**
Titular: Arleide Brandão Braga
Suplente: Roberta Cheroto

2 - **Representantes da Rede Hospitalar Privada:**
Titular: Sérgio Marques de Souza (Casa de Saúde Santa Maria)

3 - **Representantes das Entidades Filantrópicas:**
Titular: Otacílio Prata Calixto (Hospital Maternidade São José)
Suplente: Santina Benezoli Simonassi (Santa Casa de Misericórdia)

4 - **Representantes da Rede Hospitalar Pública (iNOVA/HMSA):**
Titular: Almiro Schimidt
Suplente: Raquel Rezende Ronchetti

SEGMENTO DOS TRABALHADORES DA SAÚDE:

1 - **Representantes do SINDPREV-ES:**
Titular: José Ailton Pereira
Suplente: Marcelo Rodrigues da Silva

2 - **Representantes do SINDSAÚDE-ES:**
Titular: Mirelly Pereira Manzini
Suplente: Hanna de Melo

3 - **Representantes do SISPMC:**
Titular: Marida do Carmo Oliveira Cossi
Titular: Marília Cruzio Avelino
Suplente: Adenina Soares da Silva
Suplente: Michelini dos Santos Sobrinho Ramos

SEGMENTO DOS USUÁRIOS:

1 - **Representantes da Mitra Diocesana:**
Titular: Márcia Maria Lima de Almeida
Suplente: Iraci Virginia Gomes

2 - **Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:**
Titular: Maria da Penha Alves Goldner
Suplente: João Antônio Guedes

3 - **Representantes dos Portadores de Deficiência:**
Titular: Zulene Passos Avancini (APAE).
Suplente: Maria Carolina Santos (ACDV)

4 - **Representantes dos Trabalhadores Urbanos:**
Titular: Teany Moreira (SINTVEST)
Titular: Jaldo Ferreira Gomes (SINDICOMERCIÁRIOS)
Suplente: Lauro Francisco de Paula (SINDBANCÁRIOS)
Suplente: Sem indicação (SINDILIMPE)

5 - **Representantes da APLIC - Associação de Pastores e Líderes de Igrejas de Colatina:**
Titular: Surle Sousa Lemos Ribeiro
Suplente: Vera Lúcia de Oliveira Sepulcro

6 - **Representante da UNASCOL - União das Associações de Moradores e Movimentos Comunitários de Colatina:**
Titular: Denise Custodio
Suplente: Lindomar Alves Scalfoni

Artigo 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Gabinete do Prefeito Municipal de Colatina, em 23 de janeiro de 2025.

_____
Prefeito Municipal

Registrado no Gabinete do Prefeito Municipal de Colatina, em 23 de janeiro de 2025.

_____
Secretário Municipal de Governo.

Protocolo 1481517

DECRETO Nº 30.496, DE 29 DE JANEIRO DE 2025 .

Nomeia Gerente-CC-7, da Secretaria Municipal de Transporte, Trânsito e Segurança Pública :

O Prefeito Municipal de Colatina, do Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar n.º 128/2022, Decreta:

Art. 1º - Fica nomeado **Edipo Ribeiro dos Santos** para exercer, em comissão, o cargo de Gerente-CC-7, da Prefeitura Municipal de Colatina.

Art. 2º - O servidor exercerá suas atividades na Gerência de Atividades de Ensino, da Secretaria Municipal de Transporte, Trânsito e Segurança Pública.

Art. 3º - O servidor, em posse deste decreto, deverá comparecer à Secretaria Municipal de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas para posse e posteriormente entrar em exercício.

Parágrafo Único - Fica expressamente vedado que a data da posse e do exercício sejam registrados em data anterior a data de nomeação. Em regra ocorre a Nomeação, Posse e Exercício. E assim sendo, a data da nomeação deve ser anterior ou igual à data da posse, e esta anterior ou igual à data de exercício.

Art. 4º - Este ato entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Gabinete do Prefeito Municipal de Colatina, em 29 de janeiro de 2025.

_____
Prefeito Municipal
Registrado no Gabinete do Prefeito Municipal de Colatina, em 29 de janeiro de 2025.

_____
Secretário Municipal de Governo.

Protocolo 1481544

DECRETO Nº 30.485, DE 27 DE JANEIRO DE 2025 .

Designa servidor para exercer a Função Gratificada - FG 03 - Direção e Chefia de Setor e Serviço, de que trata a Lei Complementar nº 144, de 17 de julho de 2023 :

O Prefeito Municipal de Colatina, do Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, Decreta:

Art. 1º - Fica designado o servidor **Gilcimar Romualdo da Silva** - **Matrícula 112669** para exercer a Função Gratificada - FG 03 - Direção e Chefia de Setor e Serviço, na Superintendência da Guarda Municipal, da Secretaria Municipal de Transporte, Trânsito e Segurança Pública, de que trata a Lei Complementar 144, de 17 de julho de 2023.

Art. 2º - Este ato entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Gabinete do Prefeito Municipal de Colatina, em 27 de janeiro de 2025.

_____
Prefeito Municipal

Registrado no Gabinete do Prefeito Municipal de Colatina, em 27 de janeiro de 2025.

_____
Secretário Municipal de Governo.

Protocolo 1481761

AMUNES ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ESPÍRITO SANTO
www.amunes.org.br
www.amunes.org.br

Relatórios

MUNICÍPIO DE COLATINA - ES — **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) — Em Reais

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas			% (c/a)	Saldo (a-c)
			No Período (b)	%(b/a)	Até o Período (c)		
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**746.952.730,58**	**855.190.170,07**	**167.605.019,08**	**19,60**	**897.687.815,36**	**104,97**	**(42.497.645,29)**
RECEITAS CORRENTES	644.327.680,48	740.656.264,11	148.046.230,45	19,99	774.915.767,21	104,63	(34.259.503,10)
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	75.353.629,00	87.785.656,47	17.748.860,41	20,22	95.941.682,07	109,29	(8.156.025,60)
Impostos	72.931.687,00	85.339.344,74	17.386.591,58	20,37	92.842.329,55	108,79	(7.502.984,81)
Taxas	2.421.942,00	2.446.311,73	362.268,83	14,81	3.099.352,52	126,69	(653.040,79)
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	14.283.000,00	14.283.000,00	1.875.777,97	13,13	12.029.998,66	84,23	2.253.001,34
Contribuições Sociais							
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Forma							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	14.283.000,00	14.283.000,00	1.875.777,97	13,13	12.029.998,66	84,23	2.253.001,34
RECEITA PATRIMONIAL	17.077.937,00	18.746.920,59	2.937.110,10	15,67	17.576.014,40	93,75	1.170.906,19
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	76.400,00	76.400,00	2.001,00	2,62	105.957,11	138,69	(29.557,11)
Valores Mobiliários	16.501.537,00	18.170.520,59	2.871.924,44	15,81	16.911.904,12	93,07	1.258.616,47
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Au	500.000,00	500.000,00	63.184,66	12,64	558.153,17	111,63	(58.153,17)
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS	64.481.000,00	66.981.000,00	11.137.498,79	16,63	68.059.083,11	101,61	(1.078.083,11)
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	63.200.000,00	65.700.000,00	10.861.065,31	16,53	66.563.072,01	101,31	(863.072,01)
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços	1.281.000,00	1.281.000,00	276.433,48	21,58	1.496.011,10	116,78	(215.011,10)
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	470.116.639,48	543.171.266,48	113.182.377,01	20,84	577.295.220,48	106,28	(34.123.954,00)
Transferências da União e de suas Entidades	199.119.514,48	246.775.577,86	64.435.935,53	26,11	281.671.112,12	114,14	(34.895.534,26)
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	155.497.125,00	174.091.517,13	28.085.913,72	16,13	177.260.246,77	101,82	(3.168.729,64)
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas	115.500.000,00	122.304.171,49	20.660.527,76	16,89	118.363.861,59	96,78	3.940.309,90
Transferências do Exterior							
Demais Transferências Correntes							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.015.475,00	9.688.420,57	1.164.606,17	12,02	4.013.768,49	41,43	5.674.652,08
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	2.738.700,00	2.738.700,00	384.994,91	14,06	2.172.122,79	79,31	566.577,21
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	207.500,00	6.880.445,57	664.486,55	9,66	1.386.693,50	20,15	5.493.752,07
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							
Demais Receitas Correntes	69.275,00	69.275,00	115.124,71	166,19	454.952,20	656,73	(385.677,20)
RECEITAS DE CAPITAL	102.625.050,10	114.533.905,96	19.558.788,63	17,08	122.772.048,15	107,19	(8.238.142,19)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	10.200.000,00	10.599.166,57	(117.526,34)	(1,11)	70.474.652,23	664,91	(59.875.485,66)
Operações de Crédito - Mercado Interno	10.200.000,00	10.599.166,57	(117.526,34)	(1,11)	70.474.652,23	664,91	(59.875.485,66)
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS	1.000,00	75.662,00			177.189,00	234,18	(101.527,00)
Alienação de Bens Móveis	1.000,00	75.662,00			75.662,00	100,00	
Alienação de Bens Imóveis					101.527,00		(101.527,00)
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	92.424.050,10	103.859.077,39	19.676.314,97	18,95	52.120.206,92	50,18	51.738.870,47
Transferências da União e de suas Entidades	21.469.447,97	24.469.475,26	2.961.066,04	12,10	11.015.891,97	45,02	13.453.583,29
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	56.445.217,13	64.880.217,13	14.223.335,04	21,92	31.223.373,89	48,12	33.656.843,24
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas	14.509.385,00	14.509.385,00	2.491.913,89	17,17	9.880.941,06	68,10	4.628.443,94
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Tranferências de Capital							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	**3.718.301,00**	**3.718.301,00**	**363.253,60**	**9,77**	**1.890.735,10**	**50,85**	**1.827.565,90**
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	**750.671.031,58**	**858.908.471,07**	**167.968.272,68**	**19,56**	**899.578.550,46**	**104,74**	**(40.670.079,39)**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
Mobiliária							
Contratual							
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	750.671.031,58	858.908.471,07	167.968.272,68	19,56	899.578.550,46	104,74	(40.670.079,39)
DEFICIT (VI)	—	—	—	—	40.985.620,34	—	—
TOTAL COM DEFICIT (VII) = (V + VI)	750.671.031,58	858.908.471,07	167.968.272,68	19,56	940.564.170,80	104,74	(40.670.079,39)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	—	121.671.897,34	—	—	121.671.897,34	100,00	—
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	—	—	—	—	—	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	—	121.671.897,34	—	—	121.671.897,34	100,00	—

Despesas	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas		Saldo	Despesas Liquidadas		Saldo	Despesas Pagas Até o Período (j)	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados(k)
			No Período	Até Período (f)	(g) = (e - f)	No Período	Até Período (h)	(i) = (e - h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (	**746.952.730,58**	**1.150.669.279,56**	**118.646.553,40**	**938.386.201,21**	**212.283.078,35**	**209.841.958,24**	**856.577.788,08**	**294.091.491,48**	**850.081.938,42**	**81.808.413,13**
DESPESAS CORRENTES	616.584.816,67	788.661.189,44	98.719.343,07	750.245.267,67	38.415.921,77	165.966.034,12	715.507.519,82	73.153.669,62	709.011.670,16	34.737.747,85
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	273.713.436,53	319.662.578,31	74.377.210,24	308.976.981,10	10.685.597,21	77.017.776,95	308.755.679,07	10.906.899,24	302.917.657,33	221.302,03
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	12.848.000,00	10.195.299,70	2.566.600,40	9.859.321,38	335.978,32	2.566.600,40	9.859.321,38	335.978,32	9.859.321,38	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	330.023.380,14	458.803.311,43	21.775.532,43	431.408.965,19	27.394.346,24	86.381.656,77	396.892.519,37	61.910.792,06	396.234.691,45	34.516.445,82
DESPESAS DE CAPITAL	130.105.174,51	362.008.090,12	19.927.210,33	188.140.933,54	173.867.156,58	43.875.924,12	141.070.268,26	220.937.821,86	141.070.268,26	47.070.665,28
INVESTIMENTOS	117.453.924,51	344.415.264,60	18.264.331,90	175.682.795,07	168.732.469,53	42.213.045,69	128.612.129,79	215.803.134,81	128.612.129,79	47.070.665,28
INVERSÕES FINANCEIRAS	50,00	50,00			50,00			50,00		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	12.651.200,00	17.592.775,52	1.662.878,43	12.458.138,47	5.134.637,05	1.662.878,43	12.458.138,47	5.134.637,05	12.458.138,47	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	262.739,40	0,00			0,00			0,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	**3.718.301,00**	**2.231.030,91**	**60.482,39**	**2.177.969,59**	**53.061,32**	**346.728,44**	**1.881.873,12**	**349.157,79**	**1.877.621,40**	**296.096,47**
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	**750.671.031,58**	**1.152.900.310,47**	**118.707.035,79**	**940.564.170,80**	**212.336.139,67**	**210.188.686,68**	**858.459.661,20**	**294.440.649,27**	**851.959.559,82**	**82.104.509,60**
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI										
Amortização da Dívida Interna										
Dívida Mobiliária										
Dívida Contratual										
Amortização da Dívida Externa										
Dívida Mobiliária										

MUNICÍPIO DE COLATINA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) Em Reais

Divida Contratual										
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	750.671.031,58	1.152.900.310,47	118.707.035,79	940.564.170,80	212.336.139,67	210.188.686,68	858.459.661,20	294.440.649,27	851.959.559,82	82.104.509,60
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—			—	41.118.889,26		47.618.990,64	—
TOTAL COM SUPERAVIT (XIV) = (XII + XIII)	750.671.031,58	1.152.900.310,47	118.707.035,79	940.564.170,80	212.336.139,67	210.188.686,68	899.578.550,46	294.440.649,27	899.578.550,46	82.104.509,60
RESERVA DO RPPS	—	—	—			—				—

Receitas Intra	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas			% (c/a)	Saldo (a-c)
			No Período (b)	%(b/a)	Até o Período (c)		
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	**3.718.301,00**	**3.718.301,00**	**363.253,60**	**9,77**	**1.890.735,10**	**50,85**	**1.827.565,90**
RECEITAS CORRENTES	3.718.301,00	3.718.301,00	363.253,60	9,77	1.890.735,10	50,85	1.827.565,90
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA							
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES							
Contribuições Sociais							
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Forma							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL							
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários							
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Au							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS			363.253,60		1.872.691,88		
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais			363.253,60		1.872.691,88		
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Transferências Correntes							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.718.301,00	3.718.301,00			18.043,22	0,49	3.700.257,78
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	3.718.301,00	3.718.301,00			18.043,22	0,49	3.700.257,78
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							
Demais Receitas Correntes							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Tranferências de Capital							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							

Despesas Intra	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas		Saldo (g) = (e - f)	Despesas Liquidadas		Saldo (i) = (e - h)	Despesas Pagas Até o Periodo (j)	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados(k)
			No Período	Até Período (f)		No Período	Até Período (h)			
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	**3.718.301,00**	**2.231.030,91**	**60.482,39**	**2.177.969,59**	**53.061,32**	**346.728,44**	**1.881.873,12**	**349.157,79**	**1.877.621,40**	**296.096,47**
DESPESAS CORRENTES	3.718.301,00	2.231.030,91	60.482,39	2.177.969,59	53.061,32	346.728,44	1.881.873,12	349.157,79	1.877.621,40	296.096,47
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.300,00	17.230,10	2.130,10	17.130,10	100,00	4.251,72	9.181,24	8.048,86	4.929,52	7.948,86
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										—
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.701.001,00	2.213.800,81	58.352,29	2.160.839,49	52.961,32	342.476,72	1.872.691,88	341.108,93	1.872.691,88	288.147,61
DESPESAS DE CAPITAL										—
INVESTIMENTOS										—
INVERSÕES FINANCEIRAS										—
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										—
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										—

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal Da Fazenda, Emissão: 27/01/2025 , às 14:39:22

MUNICÍPIO DE COLATINA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) Em Reais

RENZO DE VASCONCELOS
PREFEITO

MARCIO CORREIA GUEDES
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA

RENAN LEAL
CONTROLADOR GERAL DO MUNICIPIO

CRISTINA OLIVEIRA DE FREITAS SCARDUA
CONTADORA
CRC - 21769/0-4

MUNICÍPIO DE COLATINA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**746.952.730,58**	**1.150.669.279,56**	**118.646.553,40**	**938.386.201,21**	**99,77**	**212.283.078,35**	**209.841.958,24**	**856.577.788,08**	**99,78**	**294.091.491,48**	**81.808.413,13**
Legislativa	**11.940.099,00**	**9.339.780,36**	**1.380.565,18**	**9.339.780,36**	**0,99**		**2.453.628,52**	**9.339.780,36**	**1,09**		
Ação Legislativa	11.790.099,00	9.132.637,84	1.431.139,30	9.132.637,84	0,97		2.417.458,57	9.132.637,84	1,06		
Controle Externo											
Administração Geral											
Demais Subfunções	150.000,00	207.142,52	(50.574,12)	207.142,52	0,02		36.169,95	207.142,52	0,02		
Judiciária											
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Essencial à Justiça											
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Administração	**59.859.737,82**	**65.243.441,16**	**8.593.379,21**	**62.510.475,01**	**6,65**	**2.732.966,15**	**12.603.646,35**	**59.804.128,38**	**6,97**	**5.439.312,78**	**2.706.346,63**
Planejamento e Orçamento	21.077,50	500,00				500,00				500,00	
Administração Geral	32.603.212,50	33.776.742,73	4.670.638,07	31.872.073,19	3,39	1.904.669,54	6.002.376,76	30.381.048,20	3,54	3.395.694,53	1.491.024,99
Administração Financeira	6.332.111,00	7.940.891,09	1.102.409,85	7.866.655,77	0,84	74.235,32	1.754.577,53	7.486.781,52	0,87	454.109,57	379.874,25
Controle Interno	1.394.930,00	1.229.951,21	157.603,16	1.202.451,21	0,13	27.500,00	248.159,48	1.198.275,73	0,14	31.675,48	4.175,48
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação	2.904.104,24	8.759.622,14	468.795,43	8.598.137,63	0,91	161.484,51	1.188.781,28	8.361.312,79	0,97	398.309,35	236.824,84
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos	2.269.168,00	2.707.577,65	481.454,85	2.681.464,67	0,29	26.112,98	565.922,05	2.628.364,83	0,31	79.212,82	53.099,84
Administração de Receitas	525.422,21	515.621,34	(17.310,40)	497.810,94	0,05	17.810,40	150.486,25	457.200,26	0,05	58.421,08	40.610,68
Administração de Concessões											
Comunicação Social	2.287.626,00	1.864.539,06	35.523,83	1.806.322,64	0,19	58.216,42	171.820,77	1.443.590,41	0,17	420.948,65	362.732,23
Demais Subfunções	11.522.086,37	8.447.995,94	1.694.264,42	7.985.558,96	0,85	462.436,98	2.521.522,23	7.847.554,64	0,91	600.441,30	138.004,32
Defesa Nacional											
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Segurança Pública	**2.553.371,00**	**7.917.825,20**	**(141.093,16)**	**6.613.534,96**	**0,70**	**1.304.290,24**	**1.117.296,09**	**6.236.117,81**	**0,73**	**1.681.707,39**	**377.417,15**
Policiamento	1.998.341,00	3.365.419,20	(106.920,30)	2.313.492,52	0,25	1.051.926,68	982.471,85	2.015.412,72	0,23	1.350.006,48	298.079,80
Defesa Civil	21.380,00	4.245.683,10	432,00	4.223.419,54	0,45	22.263,56	134.824,24	4.199.962,69	0,49	45.720,41	23.456,85
Informação e Inteligência	247.650,00	117.600,00		7.500,00	0,00	110.100,00		7.500,00	0,00	110.100,00	
Administração Geral											
Demais Subfunções	286.000,00	189.122,90	(34.604,86)	69.122,90	0,01	120.000,00		13.242,40	0,00	175.880,50	55.880,50
Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Assistência Social	**16.760.310,00**	**25.615.006,59**	**2.106.249,09**	**19.540.244,51**	**2,08**	**6.074.762,08**	**4.164.964,77**	**18.442.365,29**	**2,15**	**7.172.641,30**	**1.097.879,22**
Assistência ao Idoso	100.000,00	691.612,29	24.660,00	248.591,15	0,03	443.021,14	100.293,17	229.309,83	0,03	462.302,46	19.281,32
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente	200.000,00	1.773.270,40	25.876,23	349.020,80	0,04	1.424.249,60	37.943,89	331.193,33	0,04	1.442.077,07	17.827,47
Assistência Comunitária	11.368.157,00	18.623.954,12	1.844.074,62	14.923.295,74	1,59	3.700.658,38	3.136.688,78	13.955.973,71	1,63	4.667.980,41	967.322,03
Administração Geral	5.091.803,00	3.809.969,78	410.788,24	3.591.886,82	0,38	218.082,96	711.738,93	3.498.438,42	0,41	311.531,36	93.448,40
Demais Subfunções	350,00	716.200,00	(199.150,00)	427.450,00	0,05	288.750,00	178.300,00	427.450,00	0,05	288.750,00	
Previdência Social											
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário											
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saúde	**209.779.514,86**	**311.548.828,51**	**27.940.362,82**	**301.938.717,56**	**32,10**	**9.610.110,95**	**62.851.765,05**	**278.150.592,38**	**32,40**	**33.398.236,13**	**23.788.125,18**
Atenção Básica	42.471.784,26	72.170.266,69	9.588.158,32	67.150.211,89	7,14	5.020.054,80	12.850.034,38	59.522.013,94	6,93	12.648.252,75	7.628.197,95
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	150.988.372,91	215.612.749,15	15.145.862,40	211.467.317,85	22,48	4.145.431,30	45.127.908,18	196.240.885,32	22,86	19.371.863,83	15.226.432,53
Suporte Profilático e Terapêutico											
Vigilância Sanitária	1.118.417,75	1.851.613,78	303.283,03	1.825.311,11	0,19	26.302,67	353.290,82	1.742.787,56	0,20	108.826,22	82.523,55
Vigilância Epidemiológica	7.096.732,77	11.568.450,60	1.990.078,64	11.288.250,05	1,20	280.200,55	2.506.524,69	11.052.265,15	1,29	516.185,45	235.984,90

MUNICÍPIO DE COLATINA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
Alimentação e Nutrição	16.010,00	16.000,00				16.000,00				16.000,00	
Administração Geral	8.088.177,17	10.329.748,29	912.980,43	10.207.626,66	1,09	122.121,63	2.014.006,98	9.592.640,41	1,12	737.107,88	614.986,25
Demais Subfunções	20,00										
Trabalho	**6.300,00**										
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade	6.300,00										
Fomento ao Trabalho											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Educação	**230.622.896,24**	**298.765.616,58**	**37.386.092,15**	**250.275.921,68**	**26,61**	**48.489.694,90**	**56.365.360,45**	**221.430.648,88**	**25,79**	**77.334.967,70**	**28.845.272,80**
Ensino Fundamental	142.599.162,66	187.039.395,75	26.960.271,98	155.338.950,88	16,52	31.700.444,87	33.644.432,25	135.978.656,34	15,84	51.060.739,41	19.360.294,54
Ensino Médio	4.103.780,00	4.103.480,00	(495.059,64)	2.502.984,61	0,27	1.600.495,39	2.099.523,86	2.502.984,61	0,29	1.600.495,39	
Ensino Profissional											
Ensino Superior	190.100,00	150.480,00		480,00	0,00	150.000,00		480,00	0,00	150.000,00	
Educação Infantil	65.132.275,17	82.902.139,78	8.278.422,05	69.918.523,61	7,43	12.983.616,17	15.500.475,13	60.835.039,50	7,09	22.067.100,28	9.083.484,11
Educação de Jovens e Adultos	74.543,00										
Educação Especial	2.168.712,66	2.045.151,60	457.962,12	1.980.333,42	0,21	64.818,18	523.614,74	1.967.833,09	0,23	77.318,51	12.500,33
Educação Básica											
Administração Geral	9.121.959,00	12.356.949,51	2.769.710,34	11.915.760,95	1,27	441.188,56	2.873.644,34	11.593.386,15	1,35	763.563,36	322.374,80
Demais Subfunções	7.232.363,75	10.168.019,94	(585.214,70)	8.618.888,21	0,92	1.549.131,73	1.723.670,13	8.552.269,19	1,00	1.615.750,75	66.619,02
Cultura	**2.448.250,00**	**9.160.176,83**	**2.033.531,37**	**9.032.963,24**	**0,96**	**127.213,59**	**2.084.487,70**	**8.720.385,88**	**1,02**	**439.790,95**	**312.577,36**
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	14.350,00										
Difusão Cultural	278.550,00	6.688.549,26	1.603.809,94	6.583.619,00	0,70	104.930,26	1.591.131,96	6.294.411,22	0,73	394.138,04	289.207,78
Administração Geral	2.155.150,00	2.471.627,57	429.721,43	2.449.344,24	0,26	22.283,33	493.355,74	2.425.974,66	0,28	45.652,91	23.369,58
Demais Subfunções	200,00										
Direitos da Cidadania											
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Urbanismo	**68.127.541,92**	**227.873.930,65**	**16.090.593,69**	**113.398.722,94**	**12,06**	**114.475.207,71**	**26.808.267,71**	**98.187.142,67**	**11,44**	**129.686.787,98**	**15.211.580,27**
Infra-Estrutura Urbana	34.792.211,92	186.023.311,22	11.014.800,21	75.818.599,69	8,06	110.204.711,53	18.746.295,38	62.706.912,79	7,30	123.316.398,43	13.111.686,90
Serviços Urbanos	12.974.400,00	13.912.165,89	428.399,57	10.846.415,16	1,15	3.065.750,73	2.913.325,36	9.548.939,72	1,11	4.363.226,17	1.297.475,44
Transportes Coletivos Urbanos											
Administração Geral	20.360.530,00	27.938.453,54	4.647.393,91	26.733.708,09	2,84	1.204.745,45	5.148.646,97	25.931.290,16	3,02	2.007.163,38	802.417,93
Demais Subfunções	400,00										
Habitação	**3.428.256,88**	**8.902.085,34**	**604.467,32**	**3.645.206,49**	**0,39**	**5.256.878,85**	**578.770,36**	**2.853.401,55**	**0,33**	**6.048.683,79**	**791.804,94**
Habitação Rural											
Habitação Urbana											
Administração Geral	1.148.717,00	993.674,29	162.903,24	971.698,52	0,10	21.975,77	200.066,94	966.536,73	0,11	27.137,56	5.161,79
Demais Subfunções	2.279.539,88	7.908.411,05	441.564,08	2.673.507,97	0,28	5.234.903,08	378.703,42	1.886.864,82	0,22	6.021.546,23	786.643,15
Saneamento	**85.609.439,37**	**96.007.134,60**	**(549.827,50)**	**82.132.749,47**	**8,73**	**13.874.385,13**	**15.641.835,69**	**76.435.747,52**	**8,90**	**19.571.387,08**	**5.697.001,95**
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano	43.317.785,00	45.271.963,30	(3.557.212,93)	38.611.898,23	4,11	6.660.065,07	6.909.205,44	36.481.513,04	4,25	8.790.450,26	2.130.385,19
Administração Geral	22.120.204,37	24.382.985,35	767.416,41	17.516.040,46	1,86	6.866.944,89	4.391.874,05	16.192.626,90	1,89	8.190.358,45	1.323.413,56
Demais Subfunções	20.171.450,00	26.352.185,95	2.239.969,02	26.004.810,78	2,76	347.375,17	4.340.756,20	23.761.607,58	2,77	2.590.578,37	2.243.203,20
Gestão Ambiental	**1.121.876,00**	**4.613.850,59**	**894.737,03**	**3.841.768,75**	**0,41**	**772.081,84**	**852.175,57**	**3.367.313,33**	**0,39**	**1.246.537,26**	**474.455,42**
Preservação e Conservação Ambiental	1.121.876,00	4.613.850,59	894.737,03	3.841.768,75	0,41	772.081,84	852.175,57	3.367.313,33	0,39	1.246.537,26	474.455,42
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia	**4.068.110,00**	**6.308.529,61**	**1.752.470,48**	**4.971.119,46**	**0,53**	**1.337.410,15**	**2.221.148,74**	**3.929.856,24**	**0,46**	**2.378.673,37**	**1.041.263,22**
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	4.068.110,00	6.308.529,61	1.752.470,48	4.971.119,46	0,53	1.337.410,15	2.221.148,74	3.929.856,24	0,46	2.378.673,37	1.041.263,22
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Agricultura	**8.409.037,40**	**10.357.669,12**	**1.449.211,45**	**9.472.059,43**	**1,01**	**885.609,69**	**1.470.508,59**	**8.881.201,08**	**1,03**	**1.476.468,04**	**590.858,35**
Abastecimento	67.500,00	26.250,00		26.250,00	0,00			26.250,00	0,00		
Extensão Rural	441.395,90	585.663,45		95.734,35	0,01	489.929,10	909,02	92.921,29	0,01	492.742,16	2.813,06
Irrigação											

MUNICÍPIO DE COLATINA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
Promoção da Produção Agropecuária	51.300,00										
Defesa Agropecuária	511.432,50	551.458,75	(29.000,47)	372.057,38	0,04	179.401,37	50.431,82	349.663,36	0,04	201.795,39	22.394,02
Administração Geral	7.330.709,00	9.194.296,92	1.478.211,92	8.978.017,70	0,95	216.279,22	1.419.167,75	8.412.366,43	0,98	781.930,49	565.651,27
Demais Subfunções	6.700,00										
Organização Agrária											
Reforma Agrária											
Colonização											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Indústria	**6.800,00**										
Promoção Industrial	6.800,00										
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	**1.137.988,00**	**1.141.054,97**	**129.365,35**	**1.109.557,86**	**0,12**	**31.497,11**	**174.790,72**	**1.100.647,82**	**0,13**	**40.407,15**	**8.910,04**
Promoção Comercial	550,00										
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo	35.400,00										
Administração Geral	1.101.838,00	1.141.054,97	129.365,35	1.109.557,86	0,12	31.497,11	174.790,72	1.100.647,82	0,13	40.407,15	8.910,04
Demais Subfunções	200,00										
Comunicações											
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Energia											
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Transporte	**2.240.174,25**	**11.746.730,38**	**362.251,44**	**11.397.454,00**	**1,21**	**349.276,38**	**1.893.039,73**	**11.244.572,79**	**1,31**	**502.157,59**	**152.881,21**
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário	1.666.001,00	5.262.764,80	189.837,11	5.057.319,07	0,54	205.445,73	717.898,20	4.972.426,46	0,58	290.338,34	84.892,61
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
Administração Geral	60.000,00	15.000,00				15.000,00				15.000,00	
Demais Subfunções	514.173,25	6.468.965,58	172.414,33	6.340.134,93	0,67	128.830,65	1.175.141,53	6.272.146,33	0,73	196.819,25	67.988,60
Desporto e Lazer	**1.919.143,00**	**4.674.992,86**	**412.929,06**	**3.236.328,24**	**0,34**	**1.438.664,62**	**729.665,19**	**3.186.611,28**	**0,37**	**1.488.381,58**	**49.716,96**
Desporto de Rendimento	215,00	821.508,33				821.508,33				821.508,33	
Desporto Comunitário	151.350,00	1.827.774,64	82.422,05	1.223.835,01	0,13	603.939,63	340.103,93	1.196.540,01	0,14	631.234,63	27.295,00
Lazer	30,00										
Administração Geral	1.767.348,00	2.025.709,89	330.507,01	2.012.493,23	0,21	13.216,66	389.561,26	1.990.071,27	0,23	35.638,62	22.421,96
Demais Subfunções	200,00										
Encargos Especiais	**36.651.145,44**	**51.452.626,21**	**18.201.268,42**	**45.929.597,25**	**4,88**	**5.523.028,96**	**17.830.607,01**	**45.267.274,82**	**5,27**	**6.185.351,39**	**662.322,43**
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna	20.819.750,00	21.070.800,19	4.229.478,83	17.207.395,56	1,83	3.863.404,63	4.229.478,83	17.207.395,56	2,00	3.863.404,63	
Serviço da Dívida Externa	4.680.550,00	6.717.275,03		5.110.064,29	0,54	1.607.210,74		5.110.064,29	0,60	1.607.210,74	
Transferências											
Outros Encargos Especiais	11.150.845,44	23.664.550,99	13.971.789,59	23.612.137,40	2,51	52.413,59	13.601.128,18	22.949.814,97	2,67	714.736,02	662.322,43
Transferências para a Educação Básica											
Demais Subfunções											
Reserva de Contigência	**262.739,40**		**----**	**----**	**----**		**----**	**----**	**----**		**----**
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	**3.718.301,00**	**2.231.030,91**	**60.482,39**	**2.177.969,59**	**0,23**	**53.061,32**	**346.728,44**	**1.881.873,12**	**0,22**	**349.157,79**	**296.096,47**
TOTAL (III) = (I + II)	**750.671.031,58**	**1.152.900.310,47**	**118.707.035,79**	**940.564.170,80**	**100,00**	**212.336.139,67**	**210.188.686,68**	**858.459.661,20**	**100,00**	**294.440.649,27**	**82.104.509,60**

MUNICÍPIO DE COLATINA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	**3.718.301,00**	**2.231.030,91**	**60.482,39**	**2.177.969,59**	**0,23**	**53.061,32**	**346.728,44**	**1.881.873,12**	**0,22**	**349.157,79**	**296.096,47**
Legislativa	**1,00**	**4.861,13**	**(138,87)**	**4.861,13**	**0,00**		**901,32**	**4.861,13**	**0,00**		
Ação Legislativa	1,00	4.861,13	(138,87)	4.861,13	0,00		901,32	4.861,13	0,00		
Controle Externo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Judiciária											
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Essencial à Justiça											
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Administração	**17.050,00**	**412.268,38**	**102.000,00**	**412.268,38**	**0,04**		**58.924,81**	**362.444,58**	**0,04**	**49.823,80**	**49.823,80**
Planejamento e Orçamento											
Administração Geral	50,00	412.268,38	102.000,00	412.268,38	0,04		58.924,81	362.444,58	0,04	49.823,80	49.823,80
Administração Financeira											
Controle Interno											
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
Demais Subfunções	17.000,00										
Defesa Nacional											
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Segurança Pública											
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Assistência Social	**200,00**	**172.050,00**	**(4.176,05)**	**167.823,95**	**0,02**	**4.226,05**	**25.237,91**	**158.153,24**	**0,02**	**13.896,76**	**9.670,71**
Assistência ao Idoso											
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente											
Assistência Comunitária	150,00	149.050,00	(2.168,12)	146.831,88	0,02	2.218,12	25.237,91	143.033,13	0,02	6.016,87	3.798,75
Administração Geral	50,00	23.000,00	(2.007,93)	20.992,07	0,00	2.007,93		15.120,11	0,00	7.879,89	5.871,96
Demais Subfunções											
Previdência Social											
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário											
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saúde	**450,00**	**357.294,84**	**(39.507,93)**	**317.609,57**	**0,03**	**39.685,27**	**52.881,22**	**285.700,99**	**0,03**	**71.593,85**	**31.908,58**
Atenção Básica	150,00	220.250,00	(9.577,67)	210.622,33	0,02	9.627,67	36.690,89	186.166,18	0,02	34.083,82	24.456,15
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	150,00	39.077,34	(2.607,18)	36.392,82	0,00	2.684,52	5.518,04	33.754,63	0,00	5.322,71	2.638,19
Suporte Profilático e Terapêutico											
Vigilância Sanitária											
Vigilância Epidemiológica	100,00	28.550,00	(1.996,01)	26.503,99	0,00	2.046,01	5.274,93	24.584,62	0,00	3.965,38	1.919,37

MUNICÍPIO DE COLATINA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
Alimentação e Nutrição											
Administração Geral	50,00	69.417,50	(25.327,07)	44.090,43	0,00	25.327,07	5.397,36	41.195,56	0,00	28.221,94	2.894,87
Demais Subfunções											
Trabalho											
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Educação	**200,00**	**1.250.951,32**		**1.250.901,32**	**0,13**	**50,00**	**203.402,92**	**1.054.831,02**	**0,12**	**196.120,30**	**196.070,30**
Ensino Fundamental	50,00	830.000,00		830.000,00	0,09		140.205,29	720.128,30	0,08	109.871,70	109.871,70
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil	50,00	413.901,32		413.901,32	0,04		62.498,78	330.743,35	0,04	83.157,97	83.157,97
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial	50,00	4.050,00		4.000,00	0,00	50,00	440,10	2.420,53	0,00	1.629,47	1.579,47
Educação Básica											
Administração Geral	50,00	3.000,00		3.000,00	0,00		258,75	1.538,84	0,00	1.461,16	1.461,16
Demais Subfunções											
Cultura											
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania											
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Urbanismo											
Infra-Estrutura Urbana											
Serviços Urbanos											
Transportes Coletivos Urbanos											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Habitação											
Habitação Rural											
Habitação Urbana											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saneamento	**3.700.100,00**	**9.100,00**				**9.100,00**				**9.100,00**	
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano											
Administração Geral	3.700.100,00	9.100,00				9.100,00				9.100,00	
Demais Subfunções											
Gestão Ambiental											
Preservação e Conservação Ambiental											
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia											
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Agricultura	**300,00**	**24.505,24**	**2.305,24**	**24.505,24**	**0,00**		**5.380,26**	**15.882,16**	**0,00**	**8.623,08**	**8.623,08**
Abastecimento											
Extensão Rural	50,00	7.375,14	175,14	7.375,14	0,00		1.128,54	6.700,92	0,00	674,22	674,22
Irrigação											

MUNICÍPIO DE COLATINA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
Administração Geral	250,00	17.130,10	2.130,10	17.130,10	0,00		4.251,72	9.181,24	0,00	7.948,86	7.948,86
Demais Subfunções											
Organização Agrária											
Reforma Agrária											
Colonização											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Indústria											
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comércio e Serviços											
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comunicações											
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Energia											
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Transporte											
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Desporto e Lazer											
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário											
Lazer											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Encargos Especiais											
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
Demais Subfunções											
Reserva de Contigência											
TOTAL DA INTRA	**3.718.301,00**	**2.231.030,91**	**60.482,39**	**2.177.969,59**	**0,23**	**53.061,32**	**346.728,44**	**1.881.873,12**	**0,22**	**349.157,79**	**296.096,47**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal Da Fazenda, Emissão: 27/01/2025 , às 16:57:13

MUNICÍPIO DE COLATINA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

RENZO DE VASCONCELOS
PREFEITO

MARCIO CORREIA GUEDES
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA

RENAN LEAL
CONTROLADOR GERAL DO MUNICIPIO

CRISTINA OLIVEIRA DE FREITAS SCARDUA
CONTADORA
CRC - 21769/0-4

MUNICÍPIO DE COLATINA - ES — **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - JANEIRO DE 2024 A DEZEMBRO DE 2024
RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I) — R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2024
	JAN/2024	FEV/2024	MAR/2024	ABR/2024	MAI/2024	JUN/2024	JUL/2024	AGO/2024	SET/2024	OUT/2024	NOV/2024	DEZ/2024		
RECEITAS CORRENTES (I)	**61.154.643,11**	**62.986.524,77**	**60.192.220,71**	**72.966.281,06**	**81.702.585,79**	**67.364.850,84**	**66.487.945,57**	**66.329.551,49**	**63.825.386,49**	**60.772.822,99**	**62.268.423,62**	**93.298.586,03**	**819.349.822,47**	**778.992.264,11**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.489.240,37	6.071.347,59	5.786.647,95	12.725.608,27	9.065.229,70	7.745.119,43	8.008.803,93	7.529.531,04	7.991.191,39	7.780.101,99	7.384.018,85	10.364.841,56	95.941.682,07	87.785.656,47
IPTU	332.879,00	272.148,91	523.514,08	5.562.857,89	2.761.046,41	1.026.041,14	869.418,46	664.656,10	799.068,82	560.242,29	378.439,10	452.531,39	14.202.843,59	16.217.487,88
ISS	4.170.576,07	3.229.608,90	3.232.210,04	3.813.010,39	3.754.295,48	3.955.942,06	4.271.904,55	4.199.907,29	4.539.229,61	4.201.380,42	4.326.583,99	4.340.304,07	48.034.952,87	44.506.419,63
ITBI	373.859,54	405.988,34	565.040,53	770.053,26	698.005,37	845.070,01	713.868,24	807.838,18	733.064,79	1.079.165,92	734.267,57	573.498,90	8.299.720,65	7.133.085,17
IRRF	466.479,09	2.024.931,46	1.302.905,67	1.590.056,28	1.581.442,84	1.739.261,72	1.968.114,62	1.665.609,28	1.635.260,11	1.749.784,81	1.796.491,77	4.784.474,79	22.304.812,44	17.482.352,06
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	145.446,67	138.669,98	162.977,63	989.630,45	270.439,60	178.804,50	185.498,06	191.520,19	284.568,06	189.528,55	148.236,42	214.032,41	3.099.352,52	2.446.311,73
Contribuições	977.183,14	1.010.006,56	965.145,55	1.169.460,15	1.126.841,05	1.026.182,33	973.387,97	1.023.086,29	937.482,04	945.445,61	972.141,25	903.636,72	12.029.998,66	14.283.000,00
Receita Patrimonial	1.568.111,11	1.271.421,55	1.391.891,39	1.474.963,10	1.413.757,11	1.438.406,85	1.553.434,33	1.484.706,18	1.374.975,10	1.667.237,58	1.426.473,35	1.510.636,75	17.576.014,40	18.746.920,59
Rendimentos de Aplicação Financeira	1.511.742,85	1.228.315,82	1.344.235,47	1.387.836,08	1.350.376,53	1.366.362,52	1.475.304,60	1.422.086,68	1.324.370,19	1.629.348,94	1.394.038,97	1.477.885,47	16.911.904,12	18.170.520,59
Outras Receitas Patrimoniais	56.368,26	43.105,73	47.655,92	87.127,02	63.380,58	72.044,33	78.129,73	62.619,50	50.604,91	37.888,64	32.434,38	32.751,28	664.110,28	576.400,00
Receita Agropecuária														
Receita Industrial														
Receita de Serviços	6.152.578,69	5.401.694,25	5.356.925,72	5.999.865,12	5.994.333,25	5.276.556,71	6.287.780,99	5.301.278,26	5.591.965,21	5.558.606,12	5.134.689,09	6.002.809,70	68.059.083,11	66.981.000,00
Transferências Correntes	46.560.993,44	48.965.448,37	46.486.854,47	51.330.193,61	63.927.747,36	51.682.222,29	49.217.525,64	50.618.762,32	47.681.735,01	44.554.637,02	46.843.005,77	73.860.150,44	621.729.275,74	581.507.266,48
Cota-Parte do FPM	7.707.534,90	10.480.328,08	6.533.909,75	6.853.115,89	7.972.726,68	8.561.379,15	9.276.983,06	7.257.132,06	7.557.287,36	6.321.552,97	8.091.876,47	13.053.265,16	99.667.091,53	90.282.014,28
Cota-Parte do ICMS	9.556.385,60	7.978.939,37	8.060.737,01	9.475.099,34	9.030.044,19	9.699.246,98	10.054.201,51	9.556.664,76	9.166.267,69	9.414.826,36	9.573.168,40	9.496.421,11	111.062.002,32	104.678.722,32
Cota-Parte do IPVA	842.090,93	736.323,92	1.143.004,46	6.349.485,67	1.804.709,59	1.540.530,13	1.608.654,44	1.549.013,72	1.517.961,42	1.006.095,31	516.023,57	574.209,46	19.188.102,62	21.634.014,51
Cota-Parte do ITR	859,31	2.228,22	2.427,74	939,03	1.078,23	1.767,71	1.543,04	2.220,53	18.114,50	62.365,95	3.503,46	3.302,29	100.350,01	530.561,85
Transferências da LC 61/1989	86.399,10	89.859,72	105.568,82	91.295,81	96.091,93	120.746,06	106.729,15	144.440,20	157.671,06	107.047,68	119.921,39	140.975,04	1.366.745,96	1.159.918,30
Transferências do FUNDEB	11.841.984,20	9.526.351,04	10.148.725,73	12.457.071,90	10.335.105,18	11.311.235,68	11.167.341,00	10.930.550,42	9.876.218,44	11.852.643,89	10.739.390,08	12.532.809,17	132.719.426,73	136.650.039,59
Outras Transferências Correntes	16.525.739,40	20.151.418,02	20.492.480,96	16.103.185,97	34.687.991,56	20.447.316,58	17.002.073,44	21.178.740,63	19.388.214,54	15.790.104,86	17.799.122,40	38.059.168,21	257.625.556,57	226.571.995,63
Outras Receitas Correntes	406.536,36	266.606,45	204.755,63	266.190,81	174.677,32	196.363,23	447.012,71	372.187,40	248.037,74	266.794,67	508.095,31	656.510,86	4.013.768,49	9.688.420,57
DEDUÇÕES (II)	**3.651.614,70**	**3.857.725,32**	**3.169.506,91**	**4.558.574,77**	**3.781.806,12**	**3.986.062,55**	**3.464.496,07**	**3.701.969,64**	**3.358.625,87**	**3.382.894,11**	**3.661.222,25**	**3.859.556,95**	**44.434.055,26**	**38.336.000,00**
Contribuição do Servidor para o Plano de Previdência														
Compensação Financeira entre Regimes de Previdência														
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários														
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	3.651.614,70	3.857.725,32	3.169.506,91	4.558.574,77	3.781.806,12	3.986.062,55	3.464.496,07	3.701.969,64	3.358.625,87	3.382.894,11	3.661.222,25	3.859.556,95	44.434.055,26	38.336.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	**57.503.028,41**	**59.128.799,45**	**57.022.713,80**	**68.407.706,29**	**77.920.779,67**	**63.378.788,29**	**63.023.449,50**	**62.627.581,85**	**60.466.760,62**	**57.389.928,88**	**58.607.201,37**	**89.439.029,08**	**774.915.767,21**	**740.656.264,11**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)					13.989.691,00	250.000,00	1.500.000,00	300.000,00				14.471.855,97	30.511.546,97	15.294.589,05
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	**57.503.028,41**	**59.128.799,45**	**57.022.713,80**	**68.407.706,29**	**63.931.088,67**	**63.128.788,29**	**61.523.449,50**	**62.327.581,85**	**60.466.760,62**	**57.389.928,88**	**58.607.201,37**	**74.967.173,11**	**744.404.220,24**	**725.361.675,06**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)						2.368.421,00	300.000,00					880.000,00	3.548.421,00	1.000.000,00
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (VII)	731.416,00	824.508,00	731.416,00	731.416,00	731.416,00	731.416,00	731.416,00	731.416,00	731.416,00	731.416,00	731.416,00	1.465.656,00	9.604.324,00	9.663.444,96
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)														
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	**56.771.612,41**	**58.304.291,45**	**56.291.297,80**	**67.676.290,29**	**63.199.672,67**	**60.028.951,29**	**60.492.033,50**	**61.596.165,85**	**59.735.344,62**	**56.658.512,88**	**57.875.785,37**	**72.621.517,11**	**731.251.475,24**	**714.698.230,10**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal Da Fazenda, Emissão: 29/01/2025 , às 09:54:40

MUNICÍPIO DE COLATINA - ES — **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - JANEIRO DE 2024 A DEZEMBRO DE 2024
RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I) — R$ 1,00

RENZO DE VASCONCELOS
PREFEITO

MARCIO CORREIA GUEDES
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA

RENAN LEAL
CONTROLADOR GERAL DO MUNICIPIO

CRISTINA OLIVEIRA DE FREITAS SCARDUA
CONTADORA
CRC - 21769/0-4

Protocolo 1481471

MUNICÍPIO DE COLATINA - ES **STN/SICONFI**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) Em Reais

ACIMA DA LINHA

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Período
		RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	**744.374.565,11**	**776.806.502,31**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	87.785.656,47	95.941.682,07
IPTU	16.217.487,88	14.202.843,59
ISS	44.506.419,63	48.034.952,87
ITBI	7.133.085,17	8.299.720,65
IRRF	17.482.352,06	22.304.812,44
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.446.311,73	3.099.352,52
Contribuições	14.283.000,00	12.029.998,66
Receita Patrimonial	18.746.920,59	17.576.014,40
Aplicações Financeiras (II)	18.170.520,59	16.911.904,12
Outras Receitas Patrimoniais	576.400,00	664.110,28
Transferências Correntes	543.171.266,48	577.295.220,48
Cota-Parte do FPM	74.282.014,28	81.598.943,96
Cota-Parte do ICMS	85.678.722,32	88.840.783,40
Cota-Parte do IPVA	18.534.014,51	15.349.254,29
Cota-Parte do ITR	514.561,85	80.280,16
Transferências da LC 61/1989	939.918,30	1.093.396,81
Transferências do FUNDEB	136.650.039,59	132.719.426,73
Outras Transferências Correntes	226.571.995,63	257.613.135,13
Demais Receitas Correntes	80.387.721,57	73.963.586,70
Outras Receitas Financeiras (III)		
Receitas Correntes Restantes	80.387.721,57	73.963.586,70
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	**726.204.044,52**	**759.894.598,19**
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)		
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)		
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	**114.533.905,96**	**122.772.048,15**
Operações de Crédito (VIII)	10.599.166,57	70.474.652,23
Amortização de Empréstimos (IX)		
Alienação de Bens	75.662,00	177.189,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)		
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)		
Outras Alienações de Bens	75.662,00	177.189,00
Transferências de Capital	103.859.077,39	52.120.206,92
Convênios	53.823.988,97	11.085.132,38
Outras Transferências de Capital	50.035.088,42	41.035.074,54
Outras Receitas de Capital		
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)		
Outras Receitas de Capital Primárias		
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	**103.934.739,39**	**52.297.395,92**
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)		
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)		
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	**830.138.783,91**	**812.191.994,11**
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	**830.138.783,91**	**812.191.994,11**

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Período					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RP PROC PAGOS (b)	RP NÃO PROC	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	**790.892.220,35**	**752.423.237,26**	**717.389.392,94**	**710.889.291,56**	**6.537.100,51**	**38.122.566,28**	**38.122.566,28**
Pessoal e Encargos Sociais	319.679.808,41	308.994.111,20	308.764.860,31	302.922.586,85	4.458.222,37	155.025,21	155.025,21
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	10.195.299,70	9.859.321,38	9.859.321,38	9.859.321,38			
Outras Despesas Correntes	461.017.112,24	433.569.804,68	398.765.211,25	398.107.383,33	2.078.878,14	37.967.541,07	37.967.541,07
Transferências Constitucionais e Legais							
Demais Depesas Correntes	461.017.112,24	433.569.804,68	398.765.211,25	398.107.383,33	2.078.878,14	37.967.541,07	37.967.541,07
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	**780.696.920,65**	**742.563.915,88**	**707.530.071,56**	**701.029.970,18**	**6.537.100,51**	**38.122.566,28**	**38.122.566,28**
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)							
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)							
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	**362.008.090,12**	**188.140.933,54**	**141.070.268,26**	**141.070.268,26**	**26.132,67**	**30.047.478,83**	**30.047.478,83**
Investimentos	344.415.264,60	175.682.795,07	128.612.129,79	128.612.129,79	26.132,67	30.047.478,83	30.047.478,83
Inversões Financeiras	50,00						
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)							
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)							
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)							
Demais Inversões Financeiras	50,00						
Amortização da Dívida (XXVII)	17.592.775,52	12.458.138,47	12.458.138,47	12.458.138,47			
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	**344.415.314,60**	**175.682.795,07**	**128.612.129,79**	**128.612.129,79**	**26.132,67**	**30.047.478,83**	**30.047.478,83**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)							
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)							
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)							
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	**1.125.112.235,25**	**918.246.710,95**	**836.142.201,35**	**829.642.099,97**	**6.563.233,18**	**68.170.045,11**	**68.170.045,11**
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	**1.125.112.235,25**	**918.246.710,95**	**836.142.201,35**	**829.642.099,97**	**6.563.233,18**	**68.170.045,11**	**68.170.045,11**

RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]	**(92.183.384,15)**
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]	**(92.183.384,15)**

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	**(229.897.385,33)**

JUROS NOMINAIS	Até o Período
	VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	16.911.904,12
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	18.959.453,96

RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	**(94.230.933,99)**

ABAIXO DA LINHA

CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/ 2023 (a)	Até o Período (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	**95.775.022,56**	**163.999.516,00**
DEDUÇÕES (XL)	**213.056.829,47**	**196.163.476,00**
Disponibilidade de Caixa	212.793.575,29	195.795.735,63
Disponibilidade de Caixa Bruta	228.098.179,67	214.187.739,66
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	6.587.297,10	6.523.165,30
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	8.717.307,28	11.868.838,73
Demais Haveres Financeiros	263.254,18	367.740,37
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	**(117.281.806,91)**	**(32.163.960,00)**
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)		**(85.117.846,91)**

MUNICÍPIO DE COLATINA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) Em Reais

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	**(104.762.000,00)**

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Período (b)
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	(64.131,80)
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	11.849.178,14
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV + XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLXIX)]	(97.031.156,85)

RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	**(94.983.607,01)**

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	**121.671.897,34**
Recursos Arrecados em Exercícios Anteriores - RPPS	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	121.671.897,34
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal Da Fazenda, Emissão: 24/01/2025 , às 14:25:02

RENZO DE VASCONCELOS
PREFEITO

MARCIO CORREIA GUEDES
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA

RENAN LEAL
CONTROLADOR GERAL DO MUNICIPIO

CRISTINA OLIVEIRA DE FREITAS SCARDUA
CONTADORA
CRC - 21769/0-4

MUNICÍPIO DE COLATINA - ES

STN/SICONFI

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024

RREO - Anexo 7 (LRF, art 53, inciso V)

R$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	Saldo Total
	Em exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2023 (b)	(c)	(d)	e = (a+b) - (c+d)	Em exercícios Anteriores (f)	Em 31 de dezembro de 2023 (g)	(h)	(i)	(j)	k = (f+g) - (i+j)	L = (e + k)
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	**28.281,56**	**6.559.015,54**	**6.563.233,18**	**1.000,00**	**23.063,92**	**1.000.823,03**	**77.563.653,73**	**68.156.931,41**	**68.156.931,41**	**10.303.416,97**	**104.128,38**	**127.192,30**
EXECUTIVO	28.281,56	6.559.015,54	6.563.233,18	1.000,00	23.063,92	1.000.823,03	77.563.653,73	68.156.931,41	68.156.931,41	10.303.416,97	104.128,38	127.192,30
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE COLATINA	9.095,76	1.062.095,67	1.062.095,67		9.095,76		27.439.162,56	22.695.994,03	22.695.994,03	4.707.179,75	35.988,78	45.084,54
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLATINA	15.796,80	4.654.988,59	4.666.892,19	1.000,00	2.893,20	826.642,35	44.737.946,74	40.560.685,52	40.560.685,52	4.979.861,02	24.042,55	26.935,75
SERVIÇO COLATINENSE DE SANEAMENTO AMBIENTAL	3.389,00	841.931,28	834.245,32		11.074,96	174.180,68	5.386.544,43	4.900.251,86	4.900.251,86	616.376,20	44.097,05	55.172,01
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)							**15.000,00**	**13.113,70**	**13.113,70**	**1.886,30**		
EXECUTIVO							15.000,00	13.113,70	13.113,70	1.886,30		
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLATINA							15.000,00	13.113,70	13.113,70	1.886,30		
Total (III) = (I + II)	**28.281,56**	**6.559.015,54**	**6.563.233,18**	**1.000,00**	**23.063,92**	**1.000.823,03**	**77.578.653,73**	**68.170.045,11**	**68.170.045,11**	**10.305.303,27**	**104.128,38**	**127.192,30**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal Da Fazenda, Emissão: 27/01/2025 , às 16:48:05

O poder Legislativo não possui saldo de restos a pagar, por isso não consta no demonstrativo.

RENZO DE VASCONCELOS	MARCIO CORREIA GUEDES	RENAN LEAL	CRISTINA OLIVEIRA DE FREITAS SCARDUA
PREFEITO	SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA	CONTROLADOR GERAL DO MUNICIPIO	CONTADORA CRC - 21769/0-4

MUNICÍPIO DE COLATINA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) Em Reais

RECEITAS	PREVISAO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	10.599.166,57	70.474.652,23	(59.875.485,66)
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d – e)
DESPESAS DE CAPITAL	362.008.090,12	188.140.933,54	173.867.156,58
Investimentos	344.415.264,60	175.682.795,07	168.732.469,53
Inversões Financeiras	50,00		50,00
Amortização da Dívida	17.592.775,52	12.458.138,47	5.134.637,05
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte			
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte Por Instituições Financeiras			
DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	362.008.090,12	188.140.933,54	173.867.156,58
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II - I)	351.408.923,55	117.666.281,31	233.742.642,24

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal Da Fazenda, Emissão: 27/01/2025 , às 17:05:45

RENZO DE VASCONCELOS
PREFEITO

MARCIO CORREIA GUEDES
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA

RENAN LEAL
CONTROLADOR GERAL DO MUNICIPIO

CRISTINA OLIVEIRA DE FREITAS SCARDUA
CONTADORA
CRC - 21769/0-4

MUNICÍPIO DE COLATINA – ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 – NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35 e Portaria STN nº 72/2012, art. 11, II, b) R$ 1,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO NOROESTE – CIM NOROESTE	VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
		Até o Bimestre (b)	% (b/a)x100	Até o Bimestre (c)	% (c/a) x 100	Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (I)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (II)	**202.074,48**	**202.074,48**	**100,00**	**202.074,48**	**100,00**	**202.074,48**	**100,00**	**0,00**
Despesas Correntes	198.366,69	198.366,69	100,00	198.366,69	**100,00**	198.366,69	**100,00**	0,00
Despesas de Capital	3.707,79	3.707,79	100,00	3.707,79	100,00	3.707,79	100,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (III)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (V)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (VI)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBVENÇÕES (VII)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM ASPS EXECUTADAS EM CONSÓRCIO PÚBLICO (VIII) = (I + II + III + IV + V + VI + VII)	**202.074,48**	**202.074,48**	**0,00**	**202.074,48**	**0,00**	**202.074,48**	**0,00**	**0,00**

DEDUÇÕES DAS DESPESAS COM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (IX)			
Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (X)			
Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XI)			
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XII) = (VIII – IX – X – XI)	**0,00**	**0,00**	**0,00**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Secretaria Municipal Da Fazenda, 28/01/2025, 17h38min.

RENZO DE VASCONCELOS
PREFEITO

MÁRCIO GUEDES CORREIA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA

RENAN LEAL
CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO

CRISTINA OLIVEIRA DE FREITAS SCARDUA
CONTADORA

Protocolo 1481480

MUNICÍPIO DE COLATINA - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO - PRIVADAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2024 / BIMESTRE - NOVEMBRO A DEZEMBRO

STN/SICONFI

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22,25 e 28)

R$ 1,00

IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	REGISTROS EFETUADOS EM 2024	
		No Bimestre	Até Bimestre
TOTAL DE ATIVOS			
Ativos Constituídos pela SPE			
TOTAL DE PASSIVOS			
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE			
Provisões de PPP			
Outros Passivos			
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS			
Obrigações Contratuais			
Riscos Não Provisionados			
Garantias Concedidas			
Outros Passivos Contingentes			

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.2)											
Contratadas (I.1)											
A contratar (I.2)											
DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)											
Contratadas (II.1)											
A contratar (II.2)											
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	676.876.252,79	774.915.767,21									
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)											
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)											

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal Da Fazenda, Emissão: 29/01/2025 , às 10:11:22

RENZO DE VASCONCELOS	MARCIO CORREIA GUEDES	RENAN LEAL	CRISTINA OLIVEIRA DE FREITAS SCARDUA
PREFEITO MUNICIPAL	SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA	CONTROLADOR GERAL DO MUNICIPIO	CONTADORA CRC - 21769/0-4

MUNICÍPIO DE COLATINA - ES
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
3º QUADRIMESTRE DE 2024 - SETEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

STN/SICONFI

R$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2024		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	**95.775.022,56**	**101.420.403,87**	**142.554.526,71**	**163.999.516,00**
Dívida Mobiliária				
Dívida Contratual	95.775.022,56	101.420.403,87	142.554.526,71	163.999.516,00
Empréstimos	73.568.849,36	79.662.607,43	121.284.925,50	143.173.419,22
Internos	39.541.187,44	48.536.933,04	90.159.251,11	103.271.288,69
Externos	34.027.661,92	31.125.674,39	31.125.674,39	39.902.130,53
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios				
Financiamentos	699.961,02	699.961,02	699.961,02	698.678,47
Internos	699.961,02	699.961,02	699.961,02	698.678,47
Externos				
Parcelamento e Renegociação de dívidas	21.506.212,18	21.057.835,42	20.569.640,19	20.127.418,31
De Tributos	150,46	150,46	150,46	150,46
De Contribuições Previdenciárias	21.310.523,06	20.875.773,67	20.401.443,86	19.973.493,59
De Demais Contribuições Sociais				
Do FGTS	195.538,66	181.911,29	168.045,87	153.774,26
Com Instituição Não Financeira				
Demais Dívidas Contratuais				
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos				
Outras Dívidas				
DEDUÇÕES (II)	**213.056.829,47**	**217.081.472,20**	**257.051.625,18**	**196.163.476,00**
Disponibilidade de Caixa	212.793.575,29	216.818.218,02	256.013.371,00	195.795.735,63
Disponibilidade de Caixa Bruta	228.098.179,67	227.638.781,82	267.457.457,95	214.187.739,66
(-) Restos a Pagar Processados	6.587.297,10	127.812,36	361.504,85	6.523.165,30
(-) Depósitos Restituíves e Valores Vinculados	8.717.307,28	10.692.751,44	11.082.582,10	11.868.838,73
Demais Haveres Financeiros	263.254,18	263.254,18	1.038.254,18	367.740,37
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	**(117.281.806,91)**	**(115.661.068,33)**	**(114.497.098,47)**	**(32.163.960,00)**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**676.876.252,79**	**723.164.241,05**	**752.737.787,91**	**774.915.767,21**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	**12.645.214,00**	**12.645.214,00**	**18.822.817,00**	**30.511.546,97**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	**664.231.038,79**	**710.519.027,05**	**733.914.970,91**	**744.404.220,24**
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	**14,42**	**14,27**	**19,42**	**22,03**
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	**(17,66)**	**(16,28)**	**(15,60)**	**(4,32)**
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120,00%	**797.077.246,55**	**852.622.832,46**	**880.697.965,09**	**893.285.064,29**
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	**717.369.521,89**	**767.360.549,21**	**792.628.168,58**	**803.956.557,86**

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2024		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000				
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	1.371.357,30	1.355.326,00	1.315.271,94	538.541,03
PASSIVO ATUARIAL				
RP NÃO-PROCESSADOS	78.579.476,76	11.528.212,09	2.770.520,34	82.208.637,98
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO				
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP				
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS				

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal Da Fazenda, Emissão: 27/01/2025 , as 11:20:45

MUNICÍPIO DE COLATINA - ES
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
3º QUADRIMESTRE DE 2024 - SETEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") **STN/SICONFI**
R$ 1,00

RENZO DE VASCONCELOS
PREFEITO

MARCIO CORREIA GUEDES
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA

RENAN LEAL
CONTROLADOR GERAL DO MUNICIPIO

CRISTINA OLIVEIRA DE FREITAS SCARDUA
CONTADORA
CRC - 21769/0-4

MUNICÍPIO DE COLATINA - ES
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
3º QUADRIMESTRE DE 2024 - SETEMBRO A DEZEMBRO DE 2024

STN/SICONFI

RGF - ANEXO 3 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40 § 1º) — R$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2024		
		Até o 1º quadrimestre	Até o 2º quadrimestre	Até o 3º quadrimestre
AOS ESTADOS (I)				
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas				
AOS MUNICÍPIOS (II)				
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas				
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)				
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas				
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)				
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	676.876.252,79	723.164.241,05	752.737.787,91	774.915.767,21
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)	12.645.214,00	12.645.214,00	18.822.817,00	30.511.546,97
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	664.231.038,79	710.519.027,05	733.914.970,91	744.404.220,24
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)				
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22,00 %	146.130.828,53	156.314.185,95	161.461.293,60	163.768.928,45
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 90,00 %	131.517.745,68	140.682.767,35	145.315.164,24	147.392.035,60

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2024		
		Até o 1º quadrimestre	Até o 2º quadrimestre	Até o 3º quadrimestre
DOS ESTADOS (IX)				
Em Garantia às operações de Crédito Externas				
Em Garantia às operações de Crédito Internas				
DOS MUNICÍPIOS (X)				
Em Garantia às operações de Crédito Externas				
Em Garantia às operações de Crédito Internas				
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)				
Em Garantia às operações de Crédito Externas				
Em Garantia às operações de Crédito Internas				
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)				
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)				
MEDIDAS CORRETIVAS				

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal Da Fazenda, Emissão: 29/01/2025 , as 10:21:24

RENZO DE VASCONCELOS
PREFEITO

MARCIO CORREIA GUEDES
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA

RENAN LEAL
CONTROLADOR GERAL DO MUNICIPIO

CRISTINA OLIVEIRA DE FREITAS SCARDUA
CONTADORA
CRC - 21769/0-4

MUNICÍPIO DE COLATINA - ES - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
3º QUADRIMESTRE DE 2024 - SETEMBRO A DEZEMBRO DE 2024

RGF - ANEXO 5 (LRF, Art. 55, inciso III, alínea "a") R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g) = (a - (b + c + d + e)-f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)					
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	**55.641.344,11**	**20.855,80**	**2.229.620,94**	**65.114,43**	**7.923.751,85**		**45.402.001,09**	**13.948.465,09**		31.453.536,00
Recursos Não Vinculados de Impostos	37.162.953,18	9.780,84	1.586.810,53	21.017,38	1.505.993,70		34.039.350,73	8.624.798,80		25.414.551,93
Outros Recursos não Vinculados	18.478.390,93	11.074,96	642.810,41	44.097,05	6.417.758,15		11.362.650,36	5.323.666,29		6.038.984,07
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS) (II)	**158.546.395,55**	**2.208,12**	**4.270.480,44**	**39.013,95**	**4.012.778,29**		**150.221.914,75**	**68.156.044,51**		82.065.870,24
Recursos Vinculados à Educação	**38.166.334,68**	**844,08**	**4.129.053,04**		**2.986.971,54**		**31.049.466,02**	**21.913.808,67**		9.135.657,35
Transferências do FUNDEB	13.723.940,19	844,08	4.106.572,66		2.945.627,76		6.670.895,69	1.841.113,79		4.829.781,90
Outros Recursos Vinculados à Educação	24.442.394,49		22.480,38		41.343,78		24.378.570,33	20.072.694,88		4.305.875,45
Recursos Vinculados à Saúde	**55.244.299,82**	**1.364,04**	**11.888,98**	**14.971,40**	**957.843,07**		**54.258.232,33**	**21.641.705,68**		32.616.526,65
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS	55.077.121,13	1.364,04	11.888,98	14.971,40	957.843,07		54.091.053,64	21.641.705,68		32.449.347,96
Outros Recursos Vinculados à Saúde	167.178,69						167.178,69			167.178,69
Recursos Vinculados à Assistência Social	**14.543.508,14**		**8.996,14**		**9.237,41**		**14.525.274,59**	**809.798,67**		13.715.475,92
Recursos Vinculados à Previdência Social (Exceto ao RPPS)										
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	**25.040.554,26**		**120.542,28**		**44.260,73**		**24.875.751,25**	**6.071.097,84**		18.804.653,41
Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres (exceto Educação, Saúde e Assistência)	4.468.934,64				17.579,47		4.451.355,17	2.371.441,38		2.079.913,79
Outras Vinculações Decorrentes de Transferências	20.571.619,62		120.542,28		26.681,26		20.424.396,08	3.699.656,46		16.724.739,62
Demais Vinculações Legais	**25.551.698,65**			**24.042,55**	**14.465,54**		**25.513.190,56**	**17.719.633,65**		7.793.556,91
Outras Vinculações Legais	1.762.140,23				0,01		1.762.140,22	1.094.406,99		667.733,23
Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à Saúde)	21.148.891,89				14.465,53		21.134.426,36	15.046.244,31		6.088.182,05
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	336.108,26						336.108,26	7.560,34		328.547,92
Recursos Vinculados a Fundos (exceto Educação, Saúde, Assistência e Previdência)	2.304.558,27			24.042,55			2.280.515,72	1.571.422,01		709.093,71
Recursos Extraorçamentários										
Outras Vinculações										
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS AO RPPS (III)										
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)[2]										
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)										
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração										
TOTAL (IV) = (I + II + III)	**214.187.739,66**	**23.063,92**	**6.500.101,38**	**104.128,38**	**11.936.530,14**		**195.623.915,84**	**82.104.509,60**		113.519.406,24

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: , Emissão: , as

RENZO DE VASCONCELOS	MARCIO CORREIA GUEDES	RENAN LEAL	CRISTINA OLIVEIRA DE FREITAS SCARDUA
PREFEITO	SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA	CONTROLADOR GERAL DO MUNICIPIO	CONTADORA CRC - 21769/0-4

MUNICÍPIO DE COLATINA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

3º QUADRIMESTRE DE 2024 – SETEMBRO A DEZEMBRO DE 2024

RGF - ANEXO 1 (Portaria STN nº 72/2012, art. 11, I) R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL EXECUTADA EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS COINTER – CONSORCIO PUB. INT. F. DA PROD. COM. P. HORT.	VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE RATEIO	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)		
		LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b)	TOTAL (c = a + b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**150.000,00**	**150.000,00**	**,00**	**150.000,00**
Pessoal Ativo	150.000,00	150.000,00		150.000,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)				,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente				,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	**,00**	**,00**	**,00**	**,00**
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária e Deduções Constitucionais				,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração				,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração				,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (III) = (I - II)	**150.000,00**	**150.000,00**	**,00**	**150.000,00**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Pública, Secretaria Municipal da Fazenda, 29/01/2025, 10h20min.

RENZO DE VASCONCELOS
PREFEITO

MARCIO CORREA GUEDES
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA

RENAN LEAL DE OLIVEIRA
CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO

CRISTINA OLIVEIRA DE FREITAS SCARDUA
CONTADORA
CRC – 21769/0-4

Protocolo 1481495

MUNICÍPIO DE COLATINA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

3º QUADRIMESTRE DE 2024 – SETEMBRO A DEZEMBRO DE 2024

RGF - ANEXO 1 (Portaria STN nº 72/2012, art. 11, I) R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL EXECUTADA EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS CONSORCIO PUBLICO DA REGIÃO NOROESTE – CIM NOROESTE	VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE RATEIO	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)		
		LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b)	TOTAL (c = a + b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**74.155,77**	**74.155,77**	**,00**	**74.155,77**
Pessoal Ativo	74.155,77	74.155,77		74.155,77
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)				,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente				,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	**,00**	**,00**	**,00**	**,00**
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária e Deduções Constitucionais				,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração				,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração				,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (III) = (I - II)	**74.155,77**	**74.155,77**	**,00**	**74.155,77**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Pública, Secretaria Municipal da Fazenda, 29/01/2025, 09h36min.

RENZO DE VASCONCELOS
PREFEITO

MARCIO CORREA GUEDES
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA

RENAN LEAL DE OLIVEIRA
CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO

CRISTINA OLIVEIRA DE FREITAS SCARDUA
CONTADORA
CRC – 21769/0-4

Protocolo 1481498

MUNICÍPIO DE COLATINA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

3º QUADRIMESTRE DE 2024 – SETEMBRO A DEZEMBRO DE 2024

RGF - ANEXO 1 (Portaria STN nº 72/2012, art. 11, I) R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL EXECUTADA EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS CONSORCIO PUBLICO PARA DEFESA E REVITALIZAÇÃO DO RIO DOCE	VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE RATEIO	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)		
		LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b)	TOTAL (c = a + b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**13.603,84**	**13.603,84**	**,00**	**13.603,84**
Pessoal Ativo	13.603,84	13.603,84		13.603,84
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)				,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente				,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	**,00**	**,00**	**,00**	**,00**
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária e Deduções Constitucionais				,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração				,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração				,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (III) = (I - II)	**13.603,84**	**13.603,84**	**,00**	**13.603,84**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Pública, Secretaria Municipal da Fazenda, 29/01/2025, 09h34min.

RENZO DE VASCONCELOS
PREFEITO

MARCIO CORREA GUEDES
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA

RENAN LEAL DE OLIVEIRA
CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO

CRISTINA OLIVEIRA DE FREITAS SCARDUA
CONTADORA
CRC – 21769/0-4

Protocolo 1481504

MUNICÍPIO DE COLATINA - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

STN/SICONFI
Em Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até Bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	750.671.031,58
Previsão Atualizada	858.908.471,07
Receitas Realizadas	899.578.550,46
Déficit Orçamentário	
Saldos de Exercícios Anteriores(Utilizados Para Créditos Adicionais)	121.671.897,00
DESPESAS	
Dotação Inicial	750.671.031,58
Dotação Atualizada	1.152.900.310,47
Despesas Empenhadas	940.564.170,80
Despesas Liquidadas	858.459.661,20
Despesas Pagas	851.959.559,82
Superávit Orçamentário	41.118.889,26

DESPESA POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Até Bimestre
Despesas Empenhadas	**940.564.170,80**
Despesas Liquidadas	**858.459.661,20**

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até Bimestre
Receita Corrente Líquida	774.915.767,21
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	744.404.220,24
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	731.251.475,24

RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES E DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL	Até Bimestre
Fundo em Capitalização - PLANO PREVIDENCIÁRIO	
Receitas Precidenciárias Realizadas	
Despesas Previdenciárias Empenhadas	
Despesas Previdenciárias Liquidadas	
Despesas Previdenciárias Pagas	
Resultado Previdenciário	
Fundo em Repartição - PLANO FINANCEIRO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	
Despesas Previdenciárias Empenhadas	
Despesas Previdenciárias Liquidadas	
Despesas Previdenciárias Pagas	
Resultado Previdenciário	
Sistema de Proteção Social dos Militares - Inativos e Pensionistas	
Receitas Realizadas	
Despesas Empenhadas	
Despesas Liquidadas	
Despesas Pagas	
Resultado Associado às Pensões e aos Inativos Militares	

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	Metas Fixadas no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha	**(229.897.385,33)**	**(92.183.384,15)**	**40,10**
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	**(104.762.000,00)**	**(85.117.846,91)**	**81,25**

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	**6.587.297,10**	**1.000,00**	**6.563.233,18**	**23.063,92**
Poder Executivo	6.587.297,10	1.000,00	6.563.233,18	23.063,92
Poder Legislativo				
Poder Juduciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	**78.579.476,76**	**10.305.303,27**	**68.170.045,11**	**104.128,38**
Poder Executivo	78.579.476,76	10.305.303,27	68.170.045,11	104.128,38
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
TOTAL	**85.166.773,86**	**10.306.303,27**	**74.733.278,29**	**127.192,30**

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de <18% a 25%> das Receitas de Impostos em MDE	89.084.356,61	<18% / 25%>	27,47
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	99.867.740,77	70%	74,22
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	11.170.626,53	50%	77,81
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	2.985.657,80	15%	20,80

RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito	**70.474.652,23**	**(59.875.485,66)**
Despesa de Capital Líquida	**188.140.933,54**	**173.867.156,58**

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA E DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário				
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias				

MUNICÍPIO DE COLATINA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48) Em Reais

Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário				
Pensões e Inativos Militares				
Receitas de Contribuições				
Despesas com Pensões e Inativos				
Resultado Associado às Pensões e aos Inativos Militares				

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receitas de Alienação de Ativos	**194.044,04**	**(101.382,04)**
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	**185.216,14**	**46.414,16**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executados com recursos de impostos	**58.055.705,36**	**15,00**	**18,43**

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado No Exercício Corrente
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	

RENZO DE VASCONCELOS
PREFEITO

MARCIO CORREIA GUEDES
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA

RENAN LEAL
CONTROLADOR GERAL DO MUNICIPIO

CRISTINA OLIVEIRA DE FREITAS SCARDUA
CONTADORA
CRC - 21769/0-4

MUNICÍPIO DE COLATINA - ES — **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) — R$ 1,00

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	**85.339.344,74**	**92.842.329,55**
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	16.217.487,88	14.202.843,59
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	7.133.085,17	8.299.720,65
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	44.506.419,63	48.034.952,87
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	17.482.352,06	22.304.812,44
2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**218.285.231,26**	**231.446.399,67**
2.1 - Cota-Parte FPM	**90.282.014,28**	**99.667.091,53**
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	80.006.014,28	90.340.739,90
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d e e	10.276.000,00	9.326.351,63
2.2 - Cota-Parte ICMS	104.678.722,32	111.062.002,32
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	1.159.918,30	1.366.745,96
2.4 - Cota-Parte ITR	530.561,85	100.350,01
2.5 - Cota-Parte IPVA	21.634.014,51	19.188.102,62
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro		
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais		62.107,23
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	**303.624.576,00**	**324.288.729,22**

4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	**38.336.000,00**	**44.434.055,26**
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6)	**34.304.297,75**	**36.648.172,69**

FUNDEB

RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	**140.409.697,54**	**134.563.485,23**
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	**126.063.829,44**	**120.207.920,09**
6.1.1- Principal	122.304.171,49	118.363.861,59
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	1.413.767,37	1.738.081,30
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	2.345.890,58	105.977,20
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	**350.000,00**	
6.2.1- Principal	350.000,00	
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira		
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	**13.995.868,10**	**14.355.565,14**
6.3.1- Principal	13.995.868,10	14.355.565,14
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira		
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR		
6.4.1- Principal		
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira		
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 - 4)[1]	**83.968.171,49**	**73.929.806,33**

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	**5.071.742,03**
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	1.693.298,48
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	3.378.443,55
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	**139.635.227,26**

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB - (Por Subfunção) 6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	**148.598.428,89**	**139.899.559,55**	**138.058.445,76**	**133.951.873,10**	**1.841.113,79**
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	**110.176.412,83**	**101.864.188,33**	**101.864.188,33**	**98.037.771,52**	
10.1.1 - Educação Infantil	36.107.245,90	33.381.189,09	33.381.189,09	32.173.192,19	
10.1.2- Ensino Fundamental	74.041.166,93	68.455.832,57	68.455.832,57	65.837.412,66	
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos					
10.1.4- Educação Especial	28.000,00	27.166,67	27.166,67	27.166,67	
10.1.5- Administração Geral					
10.2- OUTRAS DESPESAS	**38.422.016,06**	**38.035.371,22**	**36.194.257,43**	**35.914.101,58**	**1.841.113,79**
10.2.1- Educação Infantil	8.944.719,68	8.801.913,42	7.741.369,85	7.679.259,11	1.060.543,57
10.2.2- Ensino Fundamental	20.150.392,18	19.965.935,31	19.185.365,09	19.062.693,16	780.570,22
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos					
10.2.4- Educação Especial	1.621.821,67	1.616.056,19	1.616.056,19	1.603.140,55	
10.2.5- Administração Geral	7.705.082,53	7.651.466,30	7.651.466,30	7.569.008,76	
10.2.6- Transporte (Escolar)					
10.2.7- Outras					

MUNICÍPIO DE COLATINA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

INDICADORES DO FUNDEB

DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)	DESPESAS LIQUIDADAS / EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**131.823.965,39**	**129.982.851,60**	**125.876.521,90**	**1.841.113,79**		
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	117.945.041,15	117.165.326,21	114.038.672,83	779.714,94		
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF						
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	13.878.924,24	12.817.525,39	11.837.849,07	1.061.398,85		
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR						
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	99.867.740,77	99.867.740,77	96.041.323,96			
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	11.170.626,53	10.425.038,83	9.445.362,51	745.587,70		
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	2.985.657,80	1.924.258,95	1.924.258,95	1.061.398,85		

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal2	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15- MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	94.194.439,66	99.867.740,77	99.867.740,77	74,22
16 - PERCENTUAL DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL		11.170.626,53	11.170.626,53	77,81
17- MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL	2.153.334,77	2.985.657,80	862.860,10	20,80

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)3	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18- TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	**13.456.348,52**	**2.739.519,84**	**2.739.519,84**		**2,04**

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)3	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	**11.177.677,54**	**9.437.334,00**	**7.244.834,07**	**16.313,95**	**5.370,02**	**2.192.499,93**
19.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	10.451.892,50	8.611.950,84	7.244.834,07	16.313,95	5.370,02	1.367.116,77
19.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	725.785,04	825.383,16				725.785,04

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB - (Por Área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE	**49.502.208,06**	**47.791.233,38**	**45.424.596,00**	**45.375.900,02**	**2.366.637,38**
20.1- Educação Infantil	12.765.096,19	12.341.694,28	11.695.021,91	11.681.654,92	646.672,37
20.2- Ensino Fundamental	36.083.056,17	34.923.026,73	33.240.065,50	33.204.736,51	1.682.961,23
20.3- Educação de Jovens e Adultos					
20.4- Educação Especial	350.490,23	307.946,90	298.430,23	298.430,23	9.516,67
20.5- Administração Geral	303.565,47	218.565,47	191.078,36	191.078,36	27.487,11
20.6- Transporte (Escolar)					
20.7- Outras					

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEI

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB - (Por Área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE	**198.100.636,95**	**187.690.792,93**	**183.483.041,76**	**179.327.773,12**	**4.207.751,17**
21.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	**61.031.939,69**	**57.679.366,72**	**55.960.265,17**	**54.646.156,67**	**1.719.101,55**
21.1.1- Creche	26.921.375,56	25.442.552,12	24.684.255,73	24.104.600,70	758.296,39
21.1.2- Pré-escola	34.110.564,13	32.236.814,60	31.276.009,43	30.541.555,98	960.805,17
21.2- ENSINO FUNDAMENTAL	137.068.697,26	130.011.426,21	127.522.776,59	124.681.616,45	2.488.649,62

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	47.791.233,38
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	44.434.055,26
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	
25- (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL = L19(x)	2.192.499,93
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4	
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))	948.432,10
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27)	89.084.356,61

MUNICÍPIO DE COLATINA - ES — **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) — R$ 1,00

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL2 e 5	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	81.072.182,31	89.084.356,61	27,47

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE8	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	**10.735.163,52**	**7.484.883,61**	**9.139.225,86**	**1.241.334,74**	**354.602,92**
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	7.600.445,52	6.338.368,60	6.308.271,19	947.409,87	344.764,46
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	1.656.075,77	48.977,77	1.654.209,46	1.022,23	844,08
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	1.478.642,23	1.097.537,24	1.176.745,21	292.902,64	8.994,38

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**50.686.072,55**	**17.559.324,79**
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	**11.289.546,55**	**11.648.601,26**
31.1.1 - Salário-Educação	7.200.000,00	8.069.510,25
31.1.2 - PDDE		
31.1.3 - PNAE	2.609.089,00	2.101.330,84
31.1.4 - PNATE	265.445,00	192.600,07
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	1.215.012,55	1.285.160,10
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	38.971.526,00	5.175.755,56
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO		
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO		
31.5- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	425.000,00	734.967,97

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO - (Por Subfunção)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**101.915.930,95**	**63.836.030,07**	**39.002.438,14**	**38.973.005,04**	**24.833.591,93**
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	25.498.979,33	15.807.628,14	8.348.202,00	8.339.660,27	7.459.426,14
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	58.861.995,55	34.048.045,69	16.984.060,88	16.984.060,88	17.063.984,81
32.3- ENSINO MÉDIO	4.103.480,00	2.502.984,61	2.502.984,61	2.489.045,96	
32.4- ENSINO SUPERIOR	150.480,00	480,00	480,00	480,00	
32.5- ENSINO PROFISSIONAL					
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS					
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL	48.889,70	33.163,66	28.600,53	28.600,53	4.563,13
32.8- OUTRAS	13.252.106,37	11.443.727,97	11.138.110,12	11.131.157,40	305.617,85

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	**300.016.567,90**	**251.526.823,00**	**222.485.479,90**	**218.300.778,16**	**29.041.343,10**
33.1- Despesas Correntes	**216.475.013,65**	**200.569.670,64**	**196.541.431,03**	**192.356.729,29**	**4.028.239,61**
33.1.1- Pessoal Ativo	152.210.844,40	143.624.978,72	143.507.090,74	139.391.642,11	117.887,98
33.1.2- Pessoal Inativo					
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos					
33.1.4- Outras Despesas Correntes	64.264.169,25	56.944.691,92	53.034.340,29	52.965.087,18	3.910.351,63
33.2- Despesas de Capital	**83.541.554,25**	**50.957.152,36**	**25.944.048,87**	**25.944.048,87**	**25.013.103,49**
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos					
33.2.2- Outras Despesas de Capital	83.541.554,25	50.957.152,36	25.944.048,87	25.944.048,87	25.013.103,49

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	12.416.747,40	2.823.474,91
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	134.563.485,23	8.069.510,25
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	135.977.376,01	6.158.352,60
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	11.002.856,62	4.734.632,56
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)		
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)		
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	11.002.856,62	4.734.632,56

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal Da Fazenda, Emissão: 27/01/2025 , às 17:21:20

MUNICÍPIO DE COLATINA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

RENZO DE VASCONCELOS
PREFEITO

MARCIO CORREIA GUEDES
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA

RENAN LEAL
CONTROLADOR GERAL DO MUNICIPIO

CRISTINA OLIVEIRA DE FREITAS SCARDUA
CONTADORA
CRC - 21769/0-4

MUNICÍPIO DE COLATINA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024

RREO – ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III) **Em Reais**

RECEITAS	Pervisão Atualizada (a)	Receitas Realizadas (b)	Saldo (c) = (a - b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	92.662,00	194.044,04	(101.382,04)
Receita de Alienação de Bens Móveis	75.662,00	75.662,00	
Receita de Alienação de Bens Imóveis		101.527,00	(101.527,00)
Receitas de Alienação de Bens Intangíveis			
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	17.000,00	16.855,04	144,96

DESPESAS	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas (e)	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas (f)	Despesas Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Pagamento de Restos a Pagar (g)	Saldo (h) = (d - e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	239.190,64	192.776,48	185.216,14	185.216,14			46.414,16
DESPESAS DE CAPITAL	239.190,64	192.776,48	185.216,14	185.216,14			46.414,16
Investimentos	239.190,64	192.776,48	185.216,14	185.216,14			46.414,16
Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida							
DESPESAS CORRENTES DO REGIME DE PREVIDÊNCIA							
Regime Próprio dos Servidores Públicos							

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2023 (i)	2024 (j) = (Ib - (IIf + IIg))	Saldo Atual (k)= (IIIi + IIIj)
VALOR (III)	511.191,14	8.827,90	520.019,04

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal Da Fazenda, Emissão: 23/01/2025 , às 11:34:15

RENZO DE VASCONCELOS
PREFEITO

MARCIO CORREIA GUEDES
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA

RENAN LEAL
CONTROLADOR GERAL DO MUNICIPIO

CRISTINA OLIVEIRA DE FREITAS SCARDUA
CONTADORA
CRC - 21769/0-4

MUNICÍPIO DE COLATINA – ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 – NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) 1,00

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	**72.931.687,00**	**85.339.344,74**	**92.842.329,55**	**108,79**
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	13.885.000,00	16.217.487,88	14.202.843,59	87,58
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	6.460.200,00	7.133.085,17	8.299.720,65	116,36
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	40.946.487,00	44.506.419,63	48.034.952,87	107,93
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	11.640.000,00	17.482.352,06	22.304.812,44	127,58
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	**191.680.000,00**	**208.009.231,26**	**222.120.048,04**	**106,78**
Cota-Parte FPM	80.000.000,00	80.006.014,28	90.340.739,90	112,92
Cota-Parte ITR	80.000,00	530.561,85	100.350,01	18,91
Cota-Parte IPVA	15.500.000,00	21.634.014,51	19.188.102,62	88,69
Cota-Parte ICMS	95.000.000,00	104.678.722,32	111.062.002,32	106,10
Cota-Parte IPI-Exportação	1.100.000,00	1.159.918,30	1.366.745,96	117,83
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais			62.107,23	
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	**264.611.687,00**	**293.348.576,00**	**314.962.377,59**	**107,37**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	**16.256.126,81**	**16.516.480,81**	**16.103.270,30**	**97,50**	**15.963.501,19**	**96,65**	**15.543.868,62**	**94,11**	**,00**
Despesas Correntes	16.206.006,81	16.075.247,65	15.662.037,14	97,43	15.539.279,58	96,67	15.119.647,01	94,06	
Despesas de Capital	50.120,00	441.233,16	441.233,16	100,00	424.221,61	96,14	424.221,61	96,14	
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	**22.918.398,00**	**24.954.785,08**	**24.331.719,97**	**97,50**	**23.824.461,42**	**95,47**	**23.698.682,16**	**94,97**	**,00**
Despesas Correntes	22.910.378,00	24.909.802,87	24.290.969,28	97,52	23.783.710,73	95,48	23.657.931,47	94,97	
Despesas de Capital	8.020,00	44.982,21	40.750,69	90,59	40.750,69	90,59	40.750,69	90,59	
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	**,00**	**,00**	**,00**	**,00**	**,00**	**,00**	**,00**	**,00**	**,00**
Despesas Correntes									
Despesas de Capital									
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	**1.043.155,75**	**1.265.647,02**	**1.241.090,16**	**98,06**	**1.215.600,20**	**96,05**	**1.207.974,53**	**95,44**	**,00**
Despesas Correntes	1.042.155,75	1.265.647,02	1.241.090,16	98,06	1.215.600,20	96,05	1.207.974,53	95,44	
Despesas de Capital	1.000,00								
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	**4.883.009,32**	**7.746.837,93**	**7.592.080,14**	**98,00**	**7.438.582,06**	**96,02**	**7.337.501,85**	**94,72**	**,00**
Despesas Correntes	4.880.999,32	7.450.257,95	7.295.500,16	97,92	7.142.002,08	95,86	7.040.921,87	94,51	
Despesas de Capital	2.010,00	296.579,98	296.579,98	100,00	296.579,98	100,00	296.579,98	100,00	
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	**10,00**	**,00**	**,00**	**,00**	**,00**	**,00**	**,00**	**,00**	**,00**
Despesas Correntes									
Despesas de Capital	10,00								
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	**5.073.747,17**	**10.364.390,31**	**10.227.338,56**	**98,68**	**9.613.560,49**	**92,76**	**9.559.910,26**	**92,24**	**,00**
Despesas Correntes	5.063.707,17	10.364.390,31	10.227.338,56	98,68	9.613.560,49	92,76	9.559.910,26	92,24	
Despesas de Capital	10.040,00								
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**50.174.447,05**	**60.848.141,15**	**59.495.499,13**	**97,78**	**58.055.705,36**	**95,41**	**57.347.937,42**	**94,25**	**,00**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	**59.495.499,13**	**58.055.705,36**	**57.347.937,42**
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)			
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)			
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)			
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	**59.495.499,13**	**58.055.705,36**	**57.347.937,42**
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			**47.244.356,64**
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)			
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)[1]	12.251.142,49	10.811.348,72	10.103.580,78
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)			
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	18,89	18,43	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)[1] (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2023 (saldo final = XIXd)					
Diferença de limite não cumprido em 2022 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)					

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade de Financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2024	47.244.356,64	**59.495.499,13**	12.251.142,49	**2.147.561,71**	**,00**	-10.103.580,78		**2.147.561,71**	,00	**12.251.142,49**
Empenhos de 2023	41.155.724,03	63.766.534,09	22.610.810,06	3.814.621,71	,00	-18.796.188,35	3.337.023,38	22.006,88	455.591,45	454.841,98
Empenhos de 2022	35.988.465,73	48.384.471,22	12.396.005,49	2.103.637,43	,00	-10.292.368,06	1.610.830,47	,00	492.806,96	11.903.198,53
Empenhos de 2021	30.589.935,05	35.402.904,88	4.812.969,83	1.809.928,03	,00	-3.003.041,80	1.464.635,22	7.731,72	337.561,09	4.475.408,74
Empenhos de 2020 e anteriores	24.020.174,08	29.672.044,58	5.651.870,50	1.850.118,33	,00	-3.801.752,17	1.318.999,22	,00	531.119,11	5.120.751,39
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "v")										
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)										
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII) (Artigo 24 § 1° e 2° da LC 141/2012)										

	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS	
	Despesas Custeadas no Exercício de Referência	

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇAO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	Saldo Inicial (w)	Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	Saldo Final (não aplicado)[1] (aa) = (w - (x ou y))
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2023 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial = XXIII)					
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2022 a serem compensados (XXV) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)					

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)x100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	**156.288.943,33**	**209.205.743,75**	**237.058.098,98**	**113,31**
Proveniente da União	92.040.830,48	134.280.893,90	156.691.471,07	116,69
Proveniente dos Estados	64.248.112,85	74.924.849,85	80.366.627,91	107,26
Proveniente de outros Municípios				
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)				
OUTRAS RECEITAS (XXX)	**102.500,00**	**102.500,00**	**87.400,24**	**85,27**
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	**156.391.443,33**	**209.308.243,75**	**237.145.499,22**	**113,30**

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	**26.215.807,45**	**55.874.035,88**	**51.257.563,92**	**91,74**	**43.744.678,93**	**78,29**	**43.733.758,95**	**78,27**	**,00**
Despesas Correntes	18.761.991,50	41.116.401,33	39.472.465,69	96,00	38.335.796,71	93,24	38.324.876,73	93,21	
Despesas de Capital	7.453.815,95	14.757.634,55	11.785.098,23	79,86	5.408.882,22	36,65	5.408.882,22	36,65	
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	**127.868.050,43**	**190.494.966,93**	**186.969.916,22**	**98,15**	**172.248.104,05**	**90,42**	**172.247.249,05**	**90,42**	**,00**
Despesas Correntes	127.868.050,43	182.025.721,90	178.504.644,18	98,07	163.782.832,01	89,98	163.781.977,01	89,98	
Despesas de Capital		8.469.245,03	8.465.272,04	99,95	8.465.272,04	99,95	8.465.272,04	99,95	
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	**,00**	**,00**	**,00**		**,00**	**,00**	**,00**		**,00**
Despesas Correntes									
Despesas de Capital									
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	**75.262,00**	**585.966,76**	**584.220,95**	**99,70**	**527.187,36**	**89,97**	**527.187,36**	**89,97**	**,00**
Despesas Correntes	75.262,00	579.466,76	577.720,95	99,70	520.687,36	89,86	520.687,36	89,86	
Despesas de Capital		6.500,00	6.500,00	100,00	6.500,00	100,00	6.500,00	100,00	
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	**2.213.823,45**	**3.850.162,67**	**3.722.673,90**	**96,69**	**3.638.267,71**	**94,50**	**3.638.153,71**	**94,49**	**,00**
Despesas Correntes	2.213.823,45	3.847.492,67	3.722.673,90	96,76	3.638.267,71	94,56	3.638.153,71	94,56	
Despesas de Capital		2.670,00							
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	**16.000,00**	**16.000,00**	**,00**	**,00**	**,00**	**,00**	**,00**	**,00**	**,00**
Despesas Correntes	16.000,00	16.000,00		,00		,00		,00	
Despesas de Capital									
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	**3.014.520,00**	**34.775,48**	**24.378,53**	**70,10**	**20.275,48**	**58,30**	**20.275,48**	**58,30**	**,00**
Despesas Correntes	3.009.510,00	29.775,48	20.275,48	68,09	20.275,48	68,09	20.275,48	68,09	
Despesas de Capital	5.010,00	5.000,00	4.103,05	82,06		,00		,00	
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	**159.403.463,33**	**250.855.907,72**	**242.558.753,52**	**96,69**	**220.178.513,53**	**87,77**	**220.166.624,55**	**87,77**	**,00**

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	**42.471.934,26**	**72.390.516,69**	**67.360.834,22**	**93,05**	**59.708.180,12**	**82,48**	**59.277.627,57**	**81,89**	**7.652.654,10**
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	**150.786.448,43**	**215.449.752,01**	**211.301.636,19**	**98,07**	**196.072.565,47**	**91,01**	**195.945.931,21**	**90,95**	**15.229.070,72**
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	**,00**	**,00**	**,00**	**,00**	**,00**	**,00**	**,00**	**,00**	**,00**
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	**1.118.417,75**	**1.851.613,78**	**1.825.311,11**	**98,58**	**1.742.787,56**	**94,12**	**1.735.161,89**	**93,71**	**82.523,55**
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	**7.096.832,77**	**11.597.000,60**	**11.314.754,04**	**97,57**	**11.076.849,77**	**95,51**	**10.975.655,56**	**94,64**	**237.904,27**
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	**16.010,00**	**16.000,00**	**,00**	**,00**	**,00**	**,00**	**,00**	**,00**	**,00**
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	**8.088.267,17**	**10.399.165,79**	**10.251.717,09**	**98,58**	**9.633.835,97**	**92,64**	**9.580.185,74**	**92,12**	**617.881,12**
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	**209.577.910,38**	**311.704.048,87**	**302.054.252,65**	**96,90**	**278.234.218,89**	**89,26**	**277.514.561,97**	**89,03**	**23.820.033,76**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Secretaria Municipal Da Fazenda, 29/01/2025, 13h37min.

Notas:

[1]Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

[2]Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados. A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não pr

RENZO DE VASCONCELOS
PREFEITO

MARCIO CORREIA GUEDES
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA

RENAN LEAL
CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO

CRISTINA OLIVEIRA DE FREITAS SCARDUA
CONTADORA
CRC – 21769/O-4

Protocolo 1481772

MUNICÍPIO DE COLATINA - ES - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
3º QUADRIMESTRE DE 2024 - SETEMBRO A DEZEMBRO DE 2024

STN/SICONFI

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	JAN/2024	FEV/2024	MAR/2024	ABR/2024	MAI/2024	JUN/2024	JUL/2024	AGO/2024	SET/2024	OUT/2024	NOV/2024	DEZ/2024	Total (Últimos 12 meses) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**28.218.683,33**	**21.430.048,58**	**22.179.936,13**	**23.694.260,14**	**24.544.953,89**	**22.867.402,68**	**22.234.725,09**	**23.797.580,75**	**22.998.564,34**	**23.001.255,46**	**24.891.527,45**	**52.042.042,33**	**311.900.980,17**	**1.265.909,03**
Pessoal Ativo	28.173.948,21	19.805.109,48	21.871.350,51	22.081.113,05	23.826.039,32	21.778.482,43	21.348.792,41	22.898.714,73	22.094.061,30	22.124.700,06	23.876.317,36	50.989.232,63	300.867.861,49	229.250,89
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis.	25.026.468,26	17.470.135,54	19.146.533,35	19.333.910,57	19.042.437,71	20.468.929,78	19.066.067,13	20.130.119,89	19.316.946,00	19.373.196,90	21.147.691,47	45.804.651,13	265.327.087,73	228.629,61
Obrigações Patronais	3.147.479,95	2.334.973,94	2.724.817,16	2.747.202,48	4.783.601,61	1.309.552,65	2.282.725,28	2.768.594,84	2.777.115,30	2.751.503,16	2.728.625,89	5.184.581,50	35.540.773,76	621,28
Pessoal Inativo e Pensionistas	44.735,12										15.451,86		60.186,98	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	44.735,12										15.451,86		60.186,98	
Pensões														
Outras desp. pessoal decorr. contr. terceir. ou Contrat. de forma indiret		1.624.939,10	308.585,62	1.613.147,09	718.914,57	1.088.920,25	885.932,68	898.866,02	904.503,04	876.555,40	999.758,23	1.052.809,70	10.972.931,70	1.036.658,14
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	**1.395.514,30**	**1.735.646,35**	**1.114.670,84**	**1.262.155,27**	**1.098.387,53**	**920.189,26**	**575.493,21**	**1.462.360,84**	**967.283,31**	**1.118.690,22**	**2.592.767,64**	**1.699.008,21**	**15.942.166,98**	**18.379,71**
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	44.735,12	25.501,63								51.511,16	560.602,66	677.015,87	1.359.366,44	0,01
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	1.906,20	1.906,20	6.107,16	21.793,90	30.533,43	1.906,20	1.906,20	776.906,20	1.906,20	1.906,20	902.075,97	12.363,96	1.761.217,82	18.379,70
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	382.416,19	406.194,73	15.798,96	87.919,99	22.095,81		320.024,56		5.940,90	25.639,24		8.744,81	1.274.775,19	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados														
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recur	821.244,12	1.099.001,19	973.773,50	1.035.504,58	930.430,88	800.812,64	153.141,03	585.033,22	757.099,97	1.039.633,62	1.028.789,45	700.100,65	9.924.564,83	
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de E	145.212,67	203.042,60	118.991,22	116.936,80	115.327,41	117.470,42	100.421,42	100.421,42	202.336,24		101.299,58	300.782,92	1.622.242,70	
Outras Deduções Constitucionais ou Legais														
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**26.823.169,03**	**19.694.402,23**	**21.065.265,29**	**22.432.104,87**	**23.446.566,36**	**21.947.213,42**	**21.659.231,88**	**22.335.219,91**	**22.031.281,03**	**21.882.565,24**	**22.298.759,81**	**50.343.034,12**	**295.958.813,19**	**1.247.529,32**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**774.915.767,21**	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art 166-A, § 1º da CF)	30.511.546,97	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF)	3.548.421,00	
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)	9.604.324,00	
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais		
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CALCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	**731.251.475,24**	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III a + III b)	**297.206.342,51**	**40,64**
LIMITE MÁXIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	**394.875.796,63**	**54,00**
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	**375.132.006,80**	**51,30**
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	**355.388.216,97**	**48,60**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal Da Fazenda, Emissão: 29/01/2025 , as 15:25:04

RENZO DE VASCONCELOS	MARCIO CORREIA GUEDES	RENAN LEAL	CRISTINA OLIVEIRA DE FREITAS SCARDUA
PREFEITO	SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA	CONTROLADOR GERAL DO MUNICIPIO	CONTADORA CRC - 21769/0-4

Protocolo 1481832

MUNICÍPIO DE COLATINA - ES
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
3º QUADRIMESTRE DE 2024 - SETEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c") **STN/SICONFI**
R$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Mobiliária		
Interna		
Externa		
Contratual	**14.882.473,66**	**70.474.652,23**
Interna	14.882.473,66	70.474.652,23
Empréstimos	14.882.473,66	70.474.652,23
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro		
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços		
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)		
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (I)		
Externa		
Empréstimos		
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro		
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços		
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)		
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação[1] (II)		
TOTAL (III)	**14.882.473,66**	**70.474.652,23**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	774.915.767,21	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 1º, art. 166-A da CF) (V)	30.511.546,97	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	744.404.220,24	
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)		
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	70.474.652,23	9,09
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	119.104.675,24	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	107.194.207,72	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	52.108.295,42	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Parcelamentos de Dívidas		
Tributos		
Contribuições Previdenciárias		
FGTS		
Demais Contribuições Sociais		
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas		

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal Da Fazenda, Emissão: 29/01/2025 , as 15:27:36

RENZO DE VASCONCELOS
PREFEITO

MARCIO CORREIA GUEDES
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA

RENAN LEAL
CONTROLADOR GERAL DO MUNICIPIO

CRISTINA OLIVEIRA DE FREITAS SCARDUA
CONTADORA
CRC - 21769/0-4

MUNICÍPIO DE COLATINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
3º QUADRIMESTRE DE 2024 – SETEMBRO A DEZEMBRO DE 2024

LRF, art. 48 - Anexo 6 — R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE
Receita Corrente Líquida	774.915.767,21
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	744.404.220,24
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	731.251.475,24

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	297.692.897,62	40,71
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) – 54,00%	394.875.796,63	54,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) – 51,30%	375.132.006,80	51,30%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) – 48,60%	355.388.216,97	48,60%

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-32.163.960,00	-15,60
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	893.285.064,29	120,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	163.768.928,45	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	70.474.652,23	7,39%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	119.104.675,24	16,00%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	52.108.295,42	7,00%

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	82.104.599,60	113.519.406,24

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Pública, Secretaria Municipal da Fazenda, 29/01/2025, 14h02min.

RENZO DE VASCONCELOS
PREFEITO

MARCIO CORREIA GUEDES
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA

RENAN LEAL
CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO

CRISTINA DE OLIVEIRA FREITAS SCARDUA
CONTADORA
CRC – 21769/O-4

Protocolo 1481885

Conceição do Castelo

Aditivo

EXTRATO DO 12º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 099/2022

REFERENCIA: Contratação de empresa ou cooperativa para executar serviços de transporte escolar para atendimento aos alunos de ensino fundamental e médio, residentes no município de Conceição do Castelo, ES. **CONTRATANTE:** Município de Conceição do Castelo, ES. **CONTRATADA:** COOPERATIVA DE TRANSPORTE SUL SERRANA CAPIXABA. **OBJETO:** Fica prorrogado o prazo do Termo de Contrato nº 099/2022, de 01 de fevereiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025, perfazendo o valor de R$ 6.975.396,68 (seis milhões novecentos e setenta e cinco mil, trezentos e noventa e seis reais e sessenta e oito centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 016001-Secretaria Municipal de Educação, ficha 084, fonte de recurso 15000025000000 (MDE), 15500000000000 (Salário Educação), 15530000000000 (PNATE), 1576000000000 (SEDU). **AMPARO LEGAL:** PREGÃO ELETRÔNICO nº 018/2022. Protocolo GED nº 722/2025, processo GED nº 584/2025 e Código de Identificação CidadES/TCE-ES: 2022.021E0700001.01.0014. Conceição do Castelo, ES, 28 de janeiro de 2025.

VALBER DE VARGAS FERREIRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1481168

Domingos Martins

Edital

Torna sem efeito o Edital Nº 01/2025, publicado no DOM/ES - Edição Nº 2678, Protocolo 1465591 e Edital de Prorrogação Nº 01/2025, publicado no DOM/ES - Edição Nº 2693 Protocolo Nº 1480529 do Diário Oficial de 29 de janeiro de 2025.

Domingos Martins, 29 de janeiro de 2025

Prefeito Eduardo José Ramos

REPUBLICAÇÃO DE EDITAL Nº 01/2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Lei Estadual nº 10.880, de 19 de julho de 2018, e alterações posteriores, que trata do Programa de Concessão de Bolsas de Apoio Técnico no âmbito do Pacto pela Aprendizagem no Espírito Santo - Paes, regulamentada pelo Decreto nº 4346-R, de 28 de dezembro de 2018, publicado no Diário Oficial do Espírito Santo em 31/12/2018, torna pública a **seleção de profissionais do magistério** com o objetivo de instituir professor bolsista para atuar como coordenador municipal das ações do Pacto pela Aprendizagem no Espírito Santo (Paes) e de compor cadastro de reserva.

1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O processo seletivo regido por este Edital tem como objetivo selecionar profissionais integrantes do quadro efetivo do magistério da rede municipal, em exercício, portadores de curso de licenciatura, com vistas a instituir professor bolsista para atuar como coordenador municipal das ações do Pacto pela Aprendizagem no Espírito Santo (Paes) e a compor cadastro de reserva.

1.2 O candidato selecionado como bolsista deverá fazer parte do quadro funcional efetivo do magistério do município, preferencialmente com apenas um vínculo, cuja carga horária será estendida para 40 horas semanais pela Secretaria Municipal de Educação.

1.2.1 No caso de professor com 02 (dois) vínculos, cabe ao município a organização do cumprimento de sua carga horária.

1.3 O candidato, ao efetivar a inscrição, declara estar ciente do conteúdo deste Edital e estar de acordo com as disposições previstas.

2 DA NATUREZA DO PAES

2.1 O Pacto pela Aprendizagem no Espírito Santo (Paes) foi instituído pela Secretaria de Estado da Educação (Sedu) por meio da Lei nº 10.631, de 29 de março de 2017. O Paes tem por objetivo viabilizar e fomentar o regime de colaboração entre as redes estadual e municipal de ensino a partir do diálogo permanente e ações conjuntas voltadas ao fortalecimento da aprendizagem e à melhoria dos indicadores educacionais dos alunos, das unidades de ensino e das referidas redes da educação básica no Espírito Santo, envolvendo domínio de competências de leitura, escrita e cálculo, adequados a cada idade e escolarização nas duas primeiras etapas de ensino da educação básica. O Regime de Colaboração do Paes abrange 03 (três) áreas, a saber: planejamento e suporte, apoio à gestão e fortalecimento da aprendizagem.

3 DA NATUREZA DA BOLSA DE APOIO TÉCNICO E DA VAGA

3.1 O Programa de Concessão de Bolsas de Apoio Técnico, no âmbito do Paes,foi instituído pela Lei Estadual nº 10.880, de 19 de julho de 2018, e suas alterações, regulamentado pelo Decreto nº 4346-R de 28, de dezembro de 2018ese constitui instrumento de apoio à execução das ações do Paes nos municípios, fortalecendo o Regime de Colaboração entre estado e municípios.

3.2 O Programa, conforme legislação, prevê a concessão, para os municípios signatários do Paes, de 01 (uma) bolsa de apoio técnico ao integrante efetivo do quadro do magistério da rede municipal, em exercício, portador de curso de licenciatura, que atuará como professor municipal coordenador das ações do Paes.

3.3 A Sedu concederá 01 (uma) bolsa de apoio técnico ao professor municipal coordenador das ações do Paes com valor mensal de R$ 1.000,00 (um mil reais), conforme previsto no art. 7º da Lei Estadual nº 10.880, de 19 de julho de 2018, e alterações posteriores, e no art.5º do Decreto nº 4346-R, de 28 de dezembro de 2018.

3.4 O período de concessão da bolsa será de 3 (três) a 12 (doze) meses, no máximo, podendo ser prorrogado por um único período e até o limite de 24 (vinte e quatro) meses.

3.5 Os valores recebidos a título de bolsa não se incorporam, para qualquer efeito, ao vencimento, salário, subsídio, remuneração ou proventos recebidos, sendo que a eles não se aplicam benefícios como férias, remuneração rescisória, licenças médicas ou caso fortuito e de força maior.

3.6 As atividades exercidas como bolsista no âmbito do Paes não caracterizam vínculo empregatício, tanto no que se refere à Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), como em relação ao regime jurídico a que o servidor estiver submetido.

3.7 É vedada a acumulação de bolsa do Paes com bolsas de mesma referência, bem como com bolsas de estudo ou pesquisa oferecidas por outros órgãos do Poder Público, sendo que a inobservância desse requisito implicará no cancelamento da bolsa e devolução dos valores recebidos de uma das bolsas.

3.8 A concessão da bolsa será precedida da celebração de **Termo de Compromisso do professor municipal coordenador das ações do Paes** (Anexo I).

3.9 O participante do Programa de Concessão de Bolsas de Apoio Técnico poderá ser desligado antes do prazo fixado, por decisão da Secretaria Municipal de Educação ou da Secretaria de Estado da Educação - Sedu,

conforme Anexo II, mediante procedimento sumário, garantido o direito de defesa, desde que verificada conduta irregular referente à frequência, à postura ou à qualidade do serviço e, ainda, quando não atender a outras obrigações determinadas neste Edital ou em legislação específica.

4 DAS RESPONSABILIDADES E COMPETÊNCIAS DAS PARTES

4.1 Da Sedu/SRE

a) Participar da comissão de seleção do presente Edital organizado pelo município;
b) validar o resultado da seleção do presente Edital do município;
c) ratificar o Plano de Ação do professor municipal coordenador das ações do Paes (Modelo disponível no Anexo III);
d) liberar os recursos destinados ao pagamento da bolsa;
e) promover a formação do bolsista;
f) monitorar o relatório mensal de atividades e frequência do bolsista;
g) acompanhar a execução das atividades do bolsista no município;
h) outras atribuições correlatas.

4.2 Da Secretaria Municipal de Educação

a) Criar a comissão de seleção responsável pelo presente Edital;
b) Realizar o processo seletivo estabelecido pelo presente Edital;
c) Informar à SEDU/SEAE/GERCO, por meio de ofício, o resultado da seleção deste Edital;
d) Localizar o professor municipal coordenador das ações do Paes na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 horas semanais.
e) Encaminhar o Plano de Ação do professor municipal coordenador das ações do Paes à Sedu/SRE;
f) Acompanhar a execução das atividades do bolsista no município;
g) Garantir a atuação do bolsista na articulação das atividades do Paes no município;
h) tomar ciência e acompanhar relatório mensal de atividades e frequência do bolsista;
i) garantir condições materiais para o desenvolvimento das atividades do bolsista no município, tais como: infraestrutura na Secretaria Municipal de Educação, diárias para viagens a trabalho,acompanhamento *in loco* nas escolas e participação em formações e reuniões;
j) complementar a carga horária do servidor para atuação como bolsista, para o cumprimento de 40 horas semanais;
k) comunicar à SEDU/SEAE/GERCO, por meio de ofício, o desligamento ou a troca de bolsista;
l) outras atribuições correlatas.

4.3 Do professor municipal coordenador das ações do Paes

a) Cumprir 40 (quarenta) horas semanais de trabalho;
b) elaborar e encaminhar à SEDU/SEAE/GERCO o Plano de Ação anual no prazo estabelecido;
c) atualizar o Plano de Ação anual sempre que necessário;
d) elaborar e encaminhar à SEDU/SEAE/GERC O relatório mensal de atividades e frequência até o 3º dia útil do mês, devidamente atestados pela Secretaria Municipal de Educação;
e) participar integralmente de todas as reuniões, planejamentos, encontros e seminários promovidos pela SEDU/SEAE/GERCO;
f) apropriar-se de todos os conteúdos que serão abordados nos encontros formativos e dos resultados das avaliações externas, sugerindo, quando necessário, intervenções pedagógicas;
g) compilar, analisar e elaborar parecer técnico a partir de indicadores relevantes;
h) planejar e coordenar reuniões pedagógicas e administrativas de caráter formativo e informativo, sempre que necessário;
i) elaborar relatórios técnicos e organizar arquivos pedagógicos;
j) acompanhar *in loco* as ações realizadas no município com o intuito de observar, registrar e propor intervenções pedagógicas, quando necessárias;
k) elaborar estratégias de intervenção técnico-pedagógica nas escolas em que os resultados não forem satisfatórios;
l) cumprir criteriosamente a agenda e a carga horária da Secretaria Municipal de Educação na articulação das ações do Paes no município;
m) ter disponibilidade para viagem quando a demanda de trabalho necessitar;
n) outras atribuições correlatas.

5 DA PARTICIPAÇÃO NA SELEÇÃO DESTE EDITAL

5.1 O candidato deve:

a) fazer parte do quadro funcional efetivo do magistério do município;
b) estar em efetivo exercício;
c) ter formação completa em Licenciatura (professor ou pedagogo);
d) ter disponibilidade para cumprir 40 (quarenta) horas semanais.

6 DOS CRITÉRIOSDESELEÇÃO

6.1 O processo de seleção, atendendo ao Parágrafo único do art. 8º da Lei Estadual nº 10.880, de 19 de julho de 2018, e alterações posteriores, contemplará os seguintes critérios:

a) análise de currículo;
b) análise do Plano de Ação;
c) entrevista.

Os critérios serão pontuados de acordo com a tabela a seguir:

CRITÉRIOS AVALIADOS	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Análise de currículo	15 (quinze) pontos

Apresentação e análise do Plano de Ação	15 (quinze) pontos
Entrevista	20 (vinte) pontos
Pontuação total	50 (cinquenta) pontos

6.2 Análise de currículo
6.2.1 Os candidatos deverão apresentar Formulário de Inscrição (Anexo IV), contendo informações sobre formação acadêmica e experiência profissional, acompanhado do currículo e de documentação comprobatória. A análise do currículo será realizada conforme os critérios de pontuação definidos na tabela a seguir:

CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO DO CURRÍCULO	
I - Formação acadêmica/curso de formação continuada - será considerado somente um título entre os itens A, B, C.	Valor atribuído
A. Pós-graduação stricto sensu, doutorado em área de licenciatura ou educação.	04 (quatro) pontos
B. Pós-graduação stricto sensu, mestrado em área de licenciatura ou educação.	03 (três) pontos
C. Pós-graduação lato sensu, especialização em área de licenciatura ou educação.	02 (dois) pontos
D. Cursos de qualificação com carga horária mínima de 100horas correlatos à área do ciclo de alfabetização do ensino fundamental. Máximo de cursos a serem pontuados: 2 (dois).	01 (um) ponto
Total I	06 (seis) pontos
II - Experiência profissional - será considerado somente a experiência profissional dos últimos dez anos.	Valor atribuído por ano trabalhado
A. Experiência na função de pedagogo na educação infantil e/ou no ensino fundamental (especificar esses campos de atuação) - máximo de anos a serem pontuados: 4 anos.	0,5 (meio) ponto por ano trabalhado
B. Experiência na função de regente de classe na educação infantil e/ou no ensino fundamental (especificar esses campos de atuação) - máximo de anos a serem pontuados: 4 anos.	0,5 (meio) ponto por ano trabalhado
C. Experiência na função de regente de classe no ciclo de alfabetização do ensino fundamental (especificar esses campos de atuação) - máximo de anos a serem pontuados: 4 anos.	0,5 (meio) ponto por ano trabalhado
D. Experiência em função técnica Secretaria Municipal de Educação (máximo de anos a serem pontuados: 6 anos).	0,5 (meio) ponto por ano trabalhado
Total II	09 (nove) pontos
Total I e II	15 (quinze) pontos

6.3 Análise do Plano de Ação
6.3.1 Os candidatos deverão apresentar Plano de Ação, conforme modelo (Anexo III).
6.3.2O Plano de Ação deverá ser entregue juntamente com o Formulário de Inscrição.
A análise do Plano de Ação será realizada observando-se os critérios de pontuação definidos na tabela a seguir:

CRITÉRIOS DE ANÁLISE DO PLANO DE AÇÃO		NOTA
A	Atendimento aos objetivos do Paes em relação ao fortalecimento da aprendizagem.	5 (cinco) pontos
B	Coerência com as metodologias que vêm sendo desenvolvidas para o fortalecimento da aprendizagem.	6 (seis) pontos
C	Clareza, consistência, objetividade e condição de aplicabilidade.	4 (quatro) pontos
Total		15 (quinze) pontos

6.4 Entrevista.
6.4.1 Serão classificados em ordem decrescente e estarão aptos para a entrevista,os candidatos que obtiverem o mínimo de 20 (vinte) pontos na somatória da pontuação dos critérios de:
a) análise de currículo; e
b) apresentação e análise do Plano de Ação.
6.4.2 Serão convocados para a entrevista, até 5(cinco) candidatos,por ordem de classificação.
6.4.3 O resultado da análise de currículo e da apresentação e análise do Plano de Ação e as datas e horários das entrevistas serão divulgados no *site* do município.
6.4.4A entrevista tem valor global de 20 pontos e versará sobre o Plano de Ação apresentado pelo candidato, sobre sua experiência profissional e sua compatibilidade com as atribuições do cargo pleiteado. Serão desclassificados os candidatos que obtiverem nota inferior a 15 pontos na entrevista.

7 DA APROVAÇÃO DOS CANDIDATOS

7.1 O candidato será considerado aprovado neste processo de seleção mediante a obtenção mínima de 35 (trinta e cinco) pontos na somatória da pontuação dos 3 (três) critérios avaliados.
7.2 O resultado do processo seletivo,após a realização de todas as etapas previstas,será divulgado no *site* da Prefeitura (https://www.domingosmartins.es.gov.br), contendo a lista com os nomes, em ordem de classificação, de todos os candidatos que foram aprovados neste Edital.
7.3 Serão utilizados os quatro primeiros e os dois últimos dígitos do CPF do candidato para a divulgação do resultado. Exemplo: 123.4**.***-56.

8 DAS INSCRIÇÕES

8.1 As inscrições para participar deste processo de seleção estarão abertas no período de 30/01/2025 à 05/02/2025 em dias úteis, deverão ser realizadas diretamente no site da Prefeitura Municipal de Domingos Martins (https://www.domingosmartins.es.gov.br) e no horário de 8h do dia 30/01/2025 à 17h do dia 05/02/2025.
8.2 Os candidatos, no ato da inscrição, deverão entregar, em envelope lacrado e etiquetado conforme modelo constante no Anexo V deste Edital:
a) formulário de inscrição (Anexo IV);
b) cópia autenticada do RG e CPF;

c) cópia autenticada do Diploma de graduação;
d) cópia autenticada da documentação que comprove pós-graduação, mestrado ou doutorado, cursos de qualificação com carga horária mínima de 100 horas correlatos à área do ciclo de alfabetização do ensino fundamental, indicados no formulário de inscrição;
e) comprovante(s) de experiência(s) profissional(is) indicada(s) no formulário de inscrição;
f) Plano de Ação (Anexo III).

9 DA COMISSÃO DE SELEÇÃO

9.1 O processo de escolha do bolsista será de responsabilidade da Comissão de Seleção criada para este fim.
9.2 A Comissão de Seleção será composta pelo Superintendente Regional de Educação ou representante por ele(a) indicado, pelo Secretário(a) Municipal de Educação ou representante por ele(a) indicado, pelo Assessor(a) do Regime de Colaboração da SER ou representante por ele(a) indicado e por um técnico da Secretaria Municipal de Educação.
9.3 O técnico da Secretaria Municipal de Educação participante da Comissão de Seleção não poderá pleitear a bolsa.
9.4 Os documentos entregues pelo candidato serão avaliados pela Comissão de Seleção e os resultados serão lavrados em Ata circunstanciada assinada pelos membros da referida Comissão.
9.5 O candidato que tenha até o terceiro grau de parentesco com algum membro da Comissão de Seleção e se inscrever no processo seletivo deste Edital terá sua inscrição indeferida em qualquer tempo.

10 CRONOGRAMA

Etapas		Datas/Períodos
1.	Inscrições	30/01 à 05/02/2025
2.	Análise de Currículo e do Plano de Ação do candidato	06/02/2025
3.	Divulgação do resultado da Análise de Currículo e do Plano de Ação do candidato	07/02/2025
4.	Interposição de recursos	10/02/2025
5.	Resultado da interposição de recursos	11/02/2025
6.	Divulgação de data, horário e local das entrevistas dos candidatos classificados	12/02/2025
7.	Entrevistas com os candidatos classificados	13/02 e 14/02/2025
8.	Divulgação do resultado preliminar	17/02/2025
9.	Interposição de recursos	18/02/2025
10.	Resultado da interposição de recursos	19/02/2025
11.	Resultado da seleção	20/02/2025

11 DOS RECURSOS

11.1 As interposições de recurso à Comissão de Seleção previstas no Cronograma (item 10), relacionadas aos subitens 4 e 9, deverão ser realizadas no prazo de 01 (um) dia útil contado a partir do dia subsequente às datas de publicação do resultado da análise de currículo e do Plano de Ação do candidato e do resultado preliminar, respectivamente.
11.2 A Comissão de Seleção terá o prazo de 01 (um) dia útil, após a interposição de recurso, para emitir e enviar, por e-mail, a devida análise e resposta ao interessado.

12 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

12.1 Os casos não especificados neste Edital serão resolvidos *a posteriori* pela Comissão de Seleção e divulgados pela Secretaria Municipal de Educação.
12.2 A Secretaria Municipal de Educação fica reservado o direito de prorrogar, revogar ou anular o presente Edital.
12.3 Nenhum candidato poderá alegar desconhecimento das normas contidas neste Edital.
12.4 Este Edital tem validade de 12 meses, a contar de sua publicação, renovável por igual período.
12.4 As vagas que surgirem dentro do prazo de validade deste edital poderão ser preenchidas, no interesse da administração, pelos candidatos classificados, que comporão o cadastro de reserva a ser utilizado de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Educação, observada a ordem de classificação final.
12.5 A aprovação neste processo seletivo não assegura ao candidato a sua contratação, mas apenas a expectativa de ser convocado seguindo rigorosa ordem de classificação.
12.6 Os casos omissos serão decididos pela Comissão do Processo Seletivo.

29 de janeiro de 2025.

Secretário Municipal de Educação
Rendrick Augusto N. Schwambach

ANEXO I-TERMO DE COMPROMISSO DO PROFESSOR MUNICIPAL COORDENADOR DAS AÇÕES DO PAES

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

TERMO DE COMPROMISSO DO PROFESSOR MUNICIPAL COORDENADOR DAS AÇÕES DO PAES DO PROGRAMA DE CONCESSÃO DE BOLSAS DE APOIO TÉCNICO

1. IDENTIFICAÇÃO DO BENEFICIÁRIO DA BOLSA				
1.1 Nome:				
1.2: CPF:			1.3 Nº RG/Org. Exp./UF/Data Expedição CI:	
1.4 Sexo:			1.5 Raça ou Cor:	
1.6 Data de Nascimento:	1.7 Naturalidade:		1.8 UF Nascimento:	
1.9 Nome da Mãe:			1.10 Nome do Pai:	
1.11 Estado Civil:	1.12 Escolaridade:		1.13 Formação (Licenciatura, Pós-Graduação...)	
1.14 Ano CH no Brasil: (somente estrangeiro)	1.15 Ano 1º Emprego:		1.16 Nacionalidade:	
1.17 Nº Título Eleitoral:	1.18 Zona Eleitoral:		1.19 Seção:	1.20 UF:
1.21 Cart. Profissional:	1.22 Série CTPS:		1.23 UF CTPS:	1.24 Data Expedição:
1.25 Nº Certificado Reservista:	1.26 Nº Série do Certificado:		1.27 Categoria	
1.28 Órgão do certificado	1.29 UF		1.30 Profissão	
1.12 Dados Bancários				
1.12.1 Banco	1.12.2 Nº do banco	1.12.3 nº da agência:	1.12.4 Tipo de conta ( ) corrente ( ) poupança	1.12.5 Nº da conta:
2. ENDEREÇO				
2.1Tipo de Logradouro:	2.2 Denominação Logradouro:			2.3 Número
2.4 Complemento: Loja	2.5 Bairro /Distrito: Centro		2.6 Município:	
2.7 UF:	2.8 CEP:		2.9 Nº Telefone:	
E-mail:				
3. FUNÇÃO				
( ) Professor Bolsista.				
4. FUNDAMENTAÇÃO				
4.1 Lei nº 10.631, de 28 de março de 2018, institui o Pacto pela Aprendizagem do Espírito Santo; Lei nº 10.880, de 19 de julho de 2018, institui o Programa de Concessão de Bolsas de Apoio Técnico, no âmbito do Pacto pela Aprendizagem do Espírito Santo; Decreto nº 4346-R, de 28 de dezembro de 2018, Regulamenta o Programa de Concessão de Bolsas de Apoio Técnico.				
5. INSTITUIÇÃO				
5.1 Denominação Secretaria Municipal de Educação de Domingos Martins	5.2 Sigla SECEDU		5.3 CNPJ 27 080.563/0001-93	
5.4 Endereço (logradouro, n.º, bairro, cidade, UF e CEP) Avenida Koehler,116, Centro, Domingos Martins, ES, Brasil. CEP 29260-000				
5.5 Representante Legal (nome, cargo) Rêndrick Augusto N. Schwambach Secretário Municipal de Educação				
6. ÓRGÃO PAGADOR				
6.1 Denominação Secretaria de Estado da Educação			6.2 Sigla SEDU	6.3 CNPJ 27.080.563/0001-93
6.4 Endereço (logradouro, n.º, bairro, cidade, UF e CEP) Av. César Hilal, 1111 - Santa Lúcia - Vitória - ES, CEP 29.056-085				
6.5 Representante Legal (nome, cargo) Vitor Amorim de Angelo - Secretário de Estado da Educação				
7. CONDIÇÕES GERAIS				

7.1 ATRIBUIÇÕES DO PROFESSOR BOLSISTA
I. cumprir 40 (quarenta) horas semanais de trabalho;
II. elaborar e encaminhar à SEDU/SEAE/GERCO plano de ação anual no prazo estabelecido;
III. elaborar e encaminhar à SEDU/SEAE/GERCO relatório mensal de atividades e frequência até o 3º dia útil do mês, devidamente atestados pela Secretaria Municipal de Educação;
IV. participar integralmente de todas as reuniões/planejamentos/encontros/seminários promovidos pela SEDU/SEAE/GERCO;
V. apropriar-se de todos os conteúdos que serão abordados nos encontros formativos, dos resultados das avaliações externas, sugerindo, quando necessário, intervenções pedagógicas;
VI. compilar, analisar e elaborar parecer técnico a partir de indicadores relevantes;
VII. planejar e coordenar reuniões pedagógicas e administrativas, de caráter formativo e informativo sempre que necessário;
VIII. elaborar relatórios técnicos e organizar arquivos pedagógicos;
IX. acompanhar in loco das ações realizadas no município com o intuito de observar, registrar e propor intervenções pedagógicas, quando necessárias;
X. elaborar estratégias de intervenção técnico-pedagógica nas escolas em que os resultados não forem satisfatórios;
XI. cumprir criteriosamente a agenda e carga horária da Secretaria Municipal de Educação, na articulação das ações do Paes no município;
XII. ter disponibilidade para viajar quando a demanda de trabalho necessitar;
XIII. outras atribuições correlatas.

A partir deste Termo de Compromisso, declaro:
- que faço parte do quadro funcional do magistério efetivo do município, estou em efetivo exercício, e tenho formação completa em Licenciatura (professor ou pedagogo);
- que tenho ciência dos termos da Lei nº 10.880, de 19 de julho de 2018 e do Decreto nº 4346-R, de 28 de dezembro de 2018 e das atribuições inerentes à qualidade de bolsista e, nesse sentido, comprometo-me a respeitar os itens e as condições gerais deste Termo de Compromisso;
- que tenho ciência de que todo e qualquer valor recebido indevidamente deverá ser restituído à conta da Secretaria de estado da Educação - Sedu, Banco Banestes, Agência: 0076, Conta Corrente: 12239927.

Declaro, ainda, sob as penas da lei, que não recebo bolsa de mesma referência que a bolsa de apoio técnico do Paes, bem como nenhuma outra bolsa de estudo ou de pesquisa oferecida por outros órgãos do Poder Público, e que estou ciente de que:
- a inobservância dos requisitos citados acima implicará no cancelamento da bolsa;
- as atividades exercidas pelos profissionais no âmbito do Paes não caracterizam vínculo empregatício, conforme assevera a Lei nº 10.880/2018, e que os valores recebidos a título de bolsa não se incorporam, para qualquer efeito, aos vencimentos, salários, remunerações ou proventos recebidos;
- as atividades exercidas pelos profissionais no âmbito do Paes não constituem vínculo trabalhista dentro da CLT ou de regime jurídico do serviço público e que, portanto, não se aplicam a elas benefícios como férias, remuneração rescisória, licenças médicas ou caso fortuito e de força maior.

Fica estabelecido o contrato administrativo de PROFESSOR (A) MUNICIPAL COORDENADOR DAS AÇÕES DO PAES do PROGRAMA DE CONCESSÃO DE BOLSAS DE APOIO TÉCNICO DO PAES pelo período de _____/_____/_____ a _____/_____/_____

_____, _____/_____/_____
Local Data

_____
Assinatura do Professor Bolsista

_____
Assinatura e carimbo do Secretário Municipal de Educação

_____
Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo

ANEXO II - TERMO DE DESLIGAMENTO DO BOLSISTA DO PAES

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE DOMINGOS MARTINS

TERMO DE DESLIGAMENTO DO PROFESSOR MUNICIPAL COORDENADOR DAS AÇÕES DO PAES DO PROGRAMA DE CONCESSÃO DE BOLSAS DE APOIO TÉCNICO

1. IDENTIFICAÇÃO DO BOLSISTA
NOME COMPLETO:
RG: CPF:
NÚMERO FUNCIONAL/MATRÍCULA:
CARGO/FUNÇÃO ATUAL:
TELEFONE:
E-MAIL:
2. ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO DESLIGAMENTO

( ) Desligamento por decisão da Secretaria Municipal de Educação, a partir de _____/_____/_____, conforme Parágrafo único do art. 4º do Decreto nº 4346-R de 28 de dezembro de 2018.
( ) Desligamento por decisão da Secretaria de Estado da Educação, a partir de _____/_____/_____, conforme § 2º do art. 9º da Lei nº 10.880 de 19 de julho de 2018.
3. JUSTIFICATIVA DO DESLIGAMENTO

/ /
Local Data

_____
Assinatura do Professor Bolsista

_____
Assinatura e carimbo do Secretário Municipal de Educação

_____
Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo

ANEXO III - MODELO DE PLANO DE AÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DOMINGOS MARTINS
EDITAL PARA SELEÇÃO DE BOLSISTAS
PLANO DE AÇÃO

1. IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO
NOME COMPLETO:
ENDEREÇO:
TELEFONES PARA CONTATO:
E-MAIL:

2. DADOS DO PLANO DE AÇÃO
INTRODUÇÃO
OBJETIVOS
PROPOSTA DE PLANO DE AÇÃO

	ATIVIDADE	OBJETIVO	PERÍODO	APLICABILIDADE (COMO SERÁ REALIZADA)
1				
2				
3				
4				
5				

ANEXO IV - FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DOMINGOS MARTINS	
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO	
NOME COMPLETO (SEM ABREVIATURA)	
NÚMERO FUNCIONAL/VÍNCULO	
CARGO/FUNÇÃO ATUAL	
UNIDADE ESCOLAR/SETOR DE EXERCÍCIO	
CPF	DATA DE NASCIMENTO
TELEFONE PARA CONTATO ☐ RESIDENCIAL _____ ☐ CELULAR _____ ☐ OUTRO _____	
E-MAIL	

FORMAÇÃO ACADÊMICA ( ) Graduação.( ) Pós-Graduação Lato Sensu. ( ) Mestrado. ( ) Doutorado. ( ) Curso de qualificação correlato à área do ciclo de alfabetização (mínimo de 100h).
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL Empresa:_____ Cargo:_____ De:____/____/_____ até:____/____/_____ ____ano(s) completo(s). Empresa:_____ Cargo:_____ De:____/____/_____ até:____/____/_____ ____ano(s) completo(s). Empresa:_____ Cargo:_____ De:____/____/_____ até:____/____/_____ ____ano(s) completo(s). Empresa:_____ Cargo:_____ De:____/____/_____ até:____/____/_____ ____ano(s) completo(s). Empresa:_____ Cargo:_____ De:____/____/_____ até:____/____/_____ ____ano(s) completo(s).
( ) Declaro conhecer e concordar com os termos do Edital nº XXX/XXXX que regulamenta o Processo Seletivo para professor municipal coordenador do Paes.

Data _____/_____/_____	Assinatura do Candidato

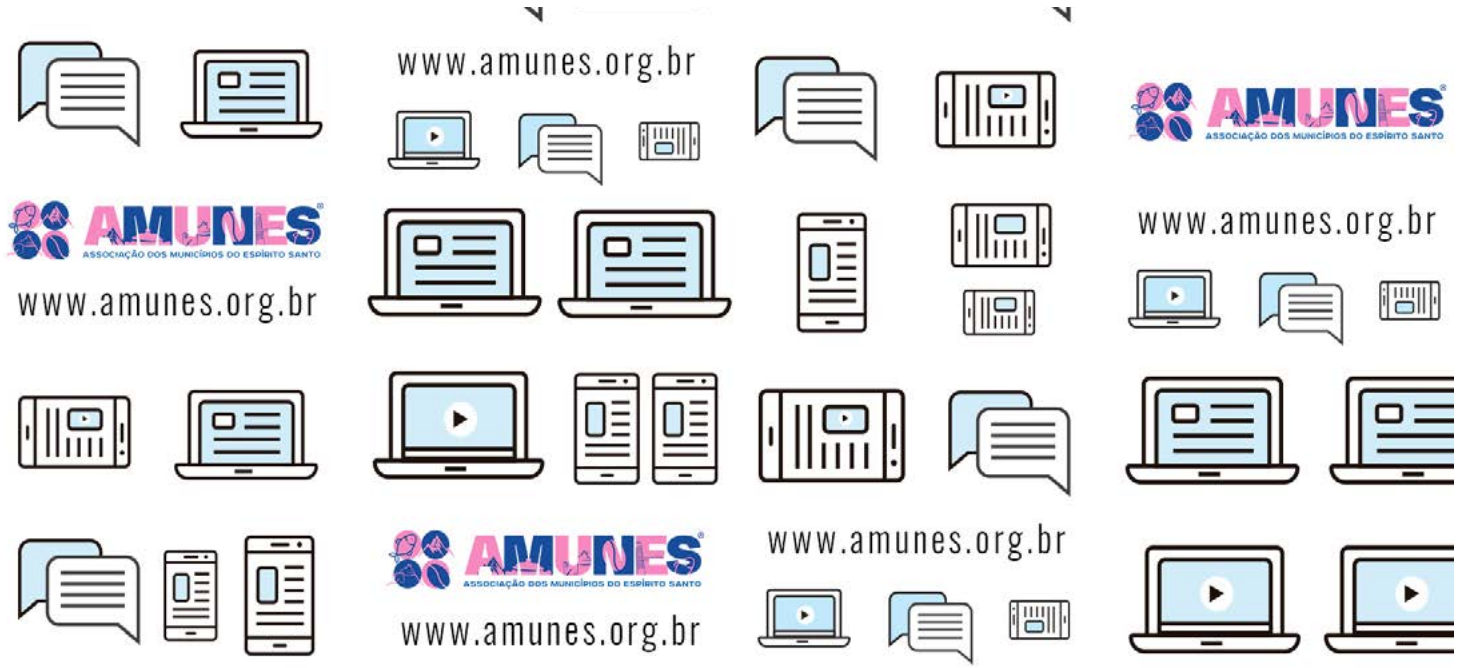
ANEXO V - MODELO DE ETIQUETA PARA ENVELOPE

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DOMINOS MARTINS

EDITAL Nº 1 PARA SELEÇÃO DE BOLSISTAS
IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

NOME DO CANDIDATO:
CPF:
ENDEREÇO:
TELEFONES PARA CONTATO:
E-MAIL:

Protocolo 1481921



Deliberação

Municipio de Domingos Martins - ES - CONSOLIDADO STN/SICONFI
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	JAN/2024	FEV/2024	MAR/2024	ABR/2024	MAI/2024	JUN/2024	JUL/2024	AGO/2024	SET/2024	OUT/2024	NOV/2024	DEZ/2024	Total (Últimos 12 meses) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**5.280.254,81**	**7.346.989,24**	**7.792.133,43**	**8.122.357,76**	**7.692.009,84**	**8.640.563,62**	**7.145.130,47**	**8.294.890,99**	**8.097.954,95**	**9.759.493,47**	**8.036.568,99**	**13.202.717,94**	**99.411.065,51**	**73.025,23**
Pessoal Ativo	5.277.972,14	6.506.856,28	6.870.118,69	7.237.781,55	6.836.274,84	6.864.909,58	7.142.847,80	7.376.749,40	7.196.367,92	7.899.477,97	7.141.858,15	12.251.063,50	88.602.277,82	9.076,51
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis.	4.367.584,57	5.448.168,13	5.780.035,42	5.740.654,81	5.729.526,37	6.043.149,35	5.937.832,45	6.156.079,64	5.958.189,05	6.666.808,17	5.923.344,65	10.695.031,59	74.446.404,20	9.076,51
Obrigações Patronais	910.387,57	1.058.688,15	1.090.083,27	1.497.126,74	1.106.748,47	821.760,23	1.205.015,35	1.220.669,76	1.238.178,87	1.232.669,80	1.218.513,50	1.556.031,91	14.155.873,62	
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.282,67	840.132,96	922.014,74	884.576,21	855.735,00	1.775.654,04	2.282,67	918.141,59	901.587,03	1.860.015,50	894.710,84	951.654,44	10.808.787,69	63.948,72
Aposentadorias, Reserva e Reformas		837.850,29	816.693,20	779.547,31	755.310,98	1.578.781,94		817.698,89	796.459,03	1.591.505,85	795.821,01	840.525,98	9.610.194,48	63.948,72
Pensões	2.282,67	2.282,67	105.321,54	105.028,90	100.424,02	196.872,10	2.282,67	100.442,70	105.128,00	268.509,65	98.889,83	111.128,46	1.198.593,21	
Outras desp. pessoal decorr. contr. terceir. ou Contrat. de forma indiret														
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	**205.344,16**	**1.058.778,29**	**1.101.199,20**	**1.111.333,62**	**1.145.373,41**	**2.056.739,88**	**299.074,12**	**1.223.113,33**	**1.188.757,89**	**2.163.548,43**	**1.279.424,70**	**1.343.208,49**	**14.175.895,52**	**63.948,72**
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	8.414,83	49.124,29	38.537,75	72.646,04	45.041,77	35.229,85	51.255,34	52.387,08	36.034,86	60.818,21	62.930,79	44.049,60	556.470,41	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração		1.463,59	2.927,18	1.463,59	1.463,59	1.463,59	1.463,59	1.463,59	1.463,59	1.463,59	1.463,59	(316,05)	15.783,44	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração		23.474,53											23.474,53	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		837.850,29	913.140,47	882.293,54	853.452,33	1.773.371,37		915.858,92	899.304,36	1.857.732,83	892.428,17	947.089,10	10.772.521,38	63.948,72
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recur	151.651,46	129.904,00	130.352,27	135.102,12	228.103,66	227.565,68	225.807,91	233.388,34	232.845,69	222.997,98	302.066,33	311.973,21	2.531.758,65	
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de E	45.277,87	16.961,59	16.241,53	19.828,33	17.312,06	19.109,39	20.547,28	20.015,40	19.109,39	20.535,82	20.535,82	40.412,63	275.887,11	
Outras Deduções Constitucionais ou Legais														
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**5.074.910,65**	**6.288.210,95**	**6.690.934,23**	**7.011.024,14**	**6.546.636,43**	**6.583.823,74**	**6.846.056,35**	**7.071.777,66**	**6.909.197,06**	**7.595.945,04**	**6.757.144,29**	**11.859.509,45**	**85.235.169,99**	**9.076,51**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**218.095.644,04**	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art 166-A, § 1º da CF)		
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF)		
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)	2.565.436,00	
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais		
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CALCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	**215.530.208,04**	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III a + III b)	**85.244.246,50**	**39,55**
LIMITE MÁXIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	**129.318.124,82**	**60,00**
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	**122.852.218,58**	**57,00**
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	**116.386.312,34**	**54,00**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal Da Fazenda, Emissão: 29/01/2025 , as 11:20:00

EDUARDO JOSÉ RAMOS	FRANCIELE LUZIA HOLZ	FRANVA ANTONIO SILVA CARDOSO	TARCILENE PROSCHOLDT
PREFEITO MUNICIPAL	CONTROLADORA INTERNA	SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA	CONTADOR - CRC 19.237/O

Municipio de Domingos Martins - ES

STN/SICONFI

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2024	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	**894.424,88**	**694.178,20**	**581.135,04**
Dívida Mobiliária			
Dívida Contratual	894.424,88	694.178,20	581.135,04
Empréstimos	247.506,74	77.297,96	
Internos	247.506,74	77.297,96	
Externos			
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios			
Financiamentos			
Internos			
Externos			
Parcelamento e Renegociação de dívidas	646.918,14	616.880,24	581.135,04
De Tributos			
De Contribuições Previdenciárias			
De Demais Contribuições Sociais	646.918,14	616.880,24	581.135,04
Do FGTS			
Com Instituição Não Financeira			
Demais Dívidas Contratuais			
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos			
Outras Dívidas			
DEDUÇÕES (II)	**82.022.653,92**	**109.434.303,24**	**85.079.669,87**
Disponibilidade de Caixa	82.022.653,92	109.434.303,24	85.079.669,87
Disponibilidade de Caixa Bruta	87.023.952,74	110.897.970,45	88.971.125,94
(-) Restos a Pagar Processados	4.113.955,68	81.360,73	2.856.679,66
(-) Depósitos Restituíves e Valores Vinculados	887.343,14	1.382.306,48	1.034.776,41
Demais Haveres Financeiros			
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	**(81.128.229,04)**	**(108.740.125,04)**	**(84.498.534,83)**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**191.244.913,84**	**209.378.649,18**	**218.095.644,04**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	**191.244.913,84**	**209.378.649,18**	**218.095.644,04**
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	**0,47**	**0,33**	**0,27**
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	**(42,42)**	**(51,93)**	**(38,74)**
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120,00%	**229.493.896,61**	**251.254.379,02**	**261.714.772,85**
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	**206.544.506,95**	**226.128.941,12**	**235.543.295,56**

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2024	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000			
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)			
PASSIVO ATUARIAL	209.609.646,16	209.609.646,16	209.609.646,16
RP NÃO-PROCESSADOS	4.002.653,86	249.745,92	7.066.927,38
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO			
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP			
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS			

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal Da Fazenda, Emissão: 29/01/2025 , as 11:07:42

Municipio de Domingos Martins - ES
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

STN/SICONFI

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") R$ 1,00

EDUARDO JOSÉ RAMOS
PREFEITO MUNICIPAL

FRANCIELE LUZIA HOLZ
CONTROLADORA INTERNA

FRANVA ANTONIO SILVA CARDOSO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

TARCILENE PROSCHOLDT
CONTADOR CRC - 19.237/O

Municipio de Domingos Martins - ES
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024
RGF - ANEXO 3 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40 § 1º)

STN/SICONFI

R$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2024	
		Até o 1º semestre	Até o 2º semestre
AOS ESTADOS (I)			
Em Operações de Crédito Externas			
Em Operações de Crédito Internas			
AOS MUNICÍPIOS (II)			
Em Operações de Crédito Externas			
Em Operações de Crédito Internas			
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)			
Em Operações de Crédito Externas			
Em Operações de Crédito Internas			
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)			
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	191.244.913,84	209.378.649,18	218.095.644,04
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	191.244.913,84	209.378.649,18	218.095.644,04
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)			
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22,00 %	42.073.881,04	46.063.302,82	47.981.041,69
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 90,00 %	37.866.492,94	41.456.972,54	43.182.937,52

CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2024	
		Até o 1º semestre	Até o 2º semestre
DOS ESTADOS (IX)			
Em Garantia às operações de Crédito Externas			
Em Garantia às operações de Crédito Internas			
DOS MUNICÍPIOS (X)			
Em Garantia às operações de Crédito Externas			
Em Garantia às operações de Crédito Internas			
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)			
Em Garantia às operações de Crédito Externas			
Em Garantia às operações de Crédito Internas			
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)			
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)			
MEDIDAS CORRETIVAS			

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal Da Fazenda, Emissão: 29/01/2025 , as 11:10:14

EDUARDO JOSÉ RAMOS
PREFEITO MUNICIPAL

FRANVA ANTONIO SILVA CARDOSO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

FRANCIELE LUZIA HOLZ
CONTROLADORA INTERNA

TARCILENE PROSCHOLDT
CONTADOR-CRC 19.237/O

Municipio de Domingos Martins - ES
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024
RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

STN/SICONFI

R$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de Referência	Até o Semestre de Referência (a)
Mobiliária		
Interna		
Externa		
Contratual		
Interna		
Empréstimos		
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro		
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços		
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)		
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (I)		
Externa		
Empréstimos		
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro		
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços		
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)		
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação[1] (II)		
TOTAL (III)		

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	218.095.644,04	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 1º, art. 166-A da CF) (V)		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	218.095.644,04	
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)		
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)		
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	34.895.303,05	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	31.405.772,74	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	15.266.695,08	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Parcelamentos de Dívidas		
Tributos		
Contribuições Previdenciárias		
FGTS		
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas		

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal Da Fazenda, Emissão: 29/01/2025 , as 11:12:16

EDUARDO JOSÉ RAMOS
PREFEITO MUNICIPAL

FRANVA ANTONIO SILVA CARDOSO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

FRANCIELE LUZIA HOLZ
CONTROLADORA INTERNA

TARCILENE PROSCHOLDT
CONTADOR - CRC 19.237/O

Municipio de Domingos Martins - ES - CONSOLIDADO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

STN/SICONFI

LRF, art. 48 - Anexo 6 — R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O SEMESTRE
Receita Corrente Líquida	218.095.644,04
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	218.095.644,04
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	215.530.208,04

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	85.244.246,50	39,55
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 60,00 %	129.318.124,82	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 57,00 %	122.852.218,58	57,00
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 54,00 %	116.386.312,34	54,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	(84.498.534,83)	0,27
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	261.714.772,85	120,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	47.981.041,69	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	34.895.303,05	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	15.266.695,08	7,00

RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS NO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	7.278.220,07	76.768.939,48

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal Da Fazenda, Emissão: 29/01/2025 , as 11:13:36

EDUARDO JOSÉ RAMOS
PREFEITO MUNICIPAL

FRANCIELE LUZIA HOLZ
CONTROLADORA INTERNA

FRANVA ANTONIO SILVA CARDOSO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA

TARCILENE PROSCHOLDT
CONTADOR - CRC 19.237/2020

Municipio de Domingos Martins - ES **STN/SICONFI**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL

6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**200.045.400,00**	**273.106.969,00**	**(4.842.258,16)**	**231.275.021,07**	**96,23**	**41.831.947,93**	**58.080.960,26**	**223.996.801,00**	**96,11**	**49.110.168,00**	**7.278.220,07**
Legislativa	**6.662.600,00**	**6.662.600,00**	**220.148,21**	**3.813.572,70**	**1,59**	**2.849.027,30**	**915.570,79**	**3.786.664,48**	**1,62**	**2.875.935,52**	**26.908,22**
Ação Legislativa	6.662.600,00	6.662.600,00	220.148,21	3.813.572,70	1,59	2.849.027,30	915.570,79	3.786.664,48	1,62	2.875.935,52	26.908,22
Controle Externo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Judiciária	**828.000,00**	**1.582.459,56**	**(2.077,50)**	**1.571.271,51**	**0,65**	**11.188,05**	**195.663,84**	**1.571.151,51**	**0,67**	**11.308,05**	**120,00**
Ação Judiciária	828.000,00	1.582.459,56	(2.077,50)	1.571.271,51	0,65	11.188,05	195.663,84	1.571.151,51	0,67	11.308,05	120,00
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Essencial à Justiça											
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Administração	**20.107.000,00**	**21.785.156,17**	**(24.098,35)**	**19.496.519,47**	**8,11**	**2.288.636,70**	**5.686.693,27**	**19.012.460,63**	**8,16**	**2.772.695,54**	**484.058,84**
Planejamento e Orçamento											
Administração Geral	18.600.500,00	20.212.219,28	69.300,78	18.103.833,55	7,53	2.108.385,73	5.355.193,17	17.633.789,71	7,57	2.578.429,57	470.043,84
Administração Financeira											
Controle Interno	393.500,00	442.227,45	47.412,17	441.144,64	0,18	1.082,81	113.288,41	441.144,64	0,19	1.082,81	
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial	61.000,00	78.209,50	(7.114,84)	46.593,66	0,02	31.615,84	10.672,26	46.593,66	0,02	31.615,84	
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas	1.052.000,00	1.052.499,94	(133.696,46)	904.947,62	0,38	147.552,32	207.539,43	890.932,62	0,38	161.567,32	14.015,00
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
Demais Subfunções											
Defesa Nacional											
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Segurança Pública	**82.000,00**	**117.995,59**	**(8.579,09)**	**86.416,50**	**0,04**	**31.579,09**	**10.388,83**	**85.273,83**	**0,04**	**32.721,76**	**1.142,67**
Policiamento											
Defesa Civil	82.000,00	117.995,59	(8.579,09)	86.416,50	0,04	31.579,09	10.388,83	85.273,83	0,04	32.721,76	1.142,67
Informação e Inteligência											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Assistência Social	**5.714.040,00**	**7.230.773,10**	**256.042,53**	**5.711.302,72**	**2,38**	**1.519.470,38**	**1.794.624,18**	**5.580.327,18**	**2,39**	**1.650.445,92**	**130.975,54**
Assistência ao Idoso	393.200,00	412.745,66		404.545,66	0,17	8.200,00	70.000,00	369.545,66	0,16	43.200,00	35.000,00
Assistência ao Portador de Deficiência	379.570,00	705.023,71	9.646,69	677.706,65	0,28	27.317,06	131.306,69	671.816,65	0,29	33.207,06	5.890,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	745.000,00	765.843,73	39.591,66	627.213,87	0,26	138.629,86	140.590,91	600.418,60	0,26	165.425,13	26.795,27
Assistência Comunitária	2.557.670,00	3.294.710,88	52.716,53	2.409.082,28	1,00	885.628,60	846.480,47	2.354.251,12	1,01	940.459,76	54.831,16
Administração Geral	1.473.600,00	1.891.907,22	156.685,49	1.487.371,46	0,62	404.535,76	581.496,73	1.478.912,35	0,63	412.994,87	8.459,11
Demais Subfunções	165.000,00	160.541,90	(2.597,84)	105.382,80	0,04	55.159,10	24.749,38	105.382,80	0,05	55.159,10	
Previdência Social	**10.075.100,00**	**12.276.740,33**	**279.926,99**	**11.528.251,82**	**4,80**	**748.488,51**	**1.968.037,91**	**11.315.673,98**	**4,86**	**961.066,35**	**212.577,84**
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário	9.123.500,00	11.572.916,14	236.570,10	10.836.470,10	4,51	736.446,04	1.839.517,27	10.772.521,38	4,62	800.394,76	63.948,72
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
Administração Geral	951.600,00	703.824,19	43.356,89	691.781,72	0,29	12.042,47	128.520,64	543.152,60	0,23	160.671,59	148.629,12
Demais Subfunções											
Saúde	**41.226.300,00**	**54.168.921,19**	**195.510,85**	**48.920.134,33**	**20,36**	**5.248.786,86**	**10.799.290,30**	**47.567.068,25**	**20,41**	**6.601.852,94**	**1.353.066,08**
Atenção Básica	18.122.986,94	22.920.950,49	(2.204.759,02)	18.973.971,67	7,89	3.946.978,82	4.279.973,20	18.810.557,55	8,07	4.110.392,94	163.414,12
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	16.177.828,36	23.052.791,27	2.076.363,73	22.542.179,70	9,38	510.611,57	4.110.214,93	21.425.162,18	9,19	1.627.629,09	1.117.017,52
Suporte Profilático e Terapêutico	1.220.100,00	1.498.498,94	33.257,67	1.407.578,24	0,59	90.920,70	171.383,99	1.389.119,54	0,60	109.379,40	18.458,70
Vigilância Sanitária	300.964,00	258.001,94	16.632,74	242.064,89	0,10	15.937,05	38.512,51	239.801,71	0,10	18.200,23	2.263,18
Vigilância Epidemiológica	1.005.236,00	1.045.305,08	(62.756,82)	853.834,61	0,36	191.470,47	194.895,67	837.170,75	0,36	208.134,33	16.663,86

IMPRESSÃO: Claudemir Barbosa Scopel

Municipio de Domingos Martins - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
Alimentação e Nutrição											
Administração Geral	4.399.184,70	5.393.373,47	336.772,55	4.900.505,22	2,04	492.868,25	2.004.310,00	4.865.256,52	2,09	528.116,95	35.248,70
Demais Subfunções											
Trabalho											
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Educação	**73.482.800,00**	**97.701.990,83**	**(3.242.882,23)**	**79.304.060,10**	**33,00**	**18.397.930,73**	**20.232.861,87**	**78.093.574,85**	**33,51**	**19.608.415,98**	**1.210.485,25**
Ensino Fundamental	47.037.800,00	62.058.723,99	(2.592.173,08)	50.690.194,62	21,09	11.368.529,37	11.610.907,22	49.615.510,09	21,29	12.443.213,90	1.074.684,53
Ensino Médio											
Ensino Profissional	43.000,00	43.000,00	(1.439,58)	36.886,22	0,02	6.113,78	9.300,45	36.486,22	0,02	6.513,78	400,00
Ensino Superior											
Educação Infantil	14.262.500,00	21.442.288,72	(3.308.248,11)	15.423.326,86	6,42	6.018.961,86	3.194.798,97	15.372.234,58	6,60	6.070.054,14	51.092,28
Educação de Jovens e Adultos	2.000,00										
Educação Especial	10.000,00	11.185,00	3.632,00	6.817,00	0,00	4.368,00		3.185,00	0,00	8.000,00	3.632,00
Educação Básica											
Administração Geral	10.114.500,00	12.091.786,35	2.770.818,30	11.562.522,32	4,81	529.264,03	5.230.393,47	11.504.107,08	4,94	587.679,27	58.415,24
Demais Subfunções	2.013.000,00	2.055.006,77	(115.471,76)	1.584.313,08	0,66	470.693,69	187.461,76	1.562.051,88	0,67	492.954,89	22.261,20
Cultura	**3.084.832,00**	**5.894.078,91**	**1.400.352,32**	**5.172.185,89**	**2,15**	**721.893,02**	**2.139.367,32**	**4.904.424,92**	**2,10**	**989.653,99**	**267.760,97**
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural	1.916.832,00	4.658.756,50	1.532.787,75	4.154.828,90	1,73	503.927,60	1.891.354,35	3.923.786,61	1,68	734.969,89	231.042,29
Administração Geral	1.168.000,00	1.235.322,41	(132.435,43)	1.017.356,99	0,42	217.965,42	248.012,97	980.638,31	0,42	254.684,10	36.718,68
Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania											
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Urbanismo	**13.703.500,00**	**30.596.738,14**	**(1.792.534,09)**	**26.080.051,56**	**10,85**	**4.516.686,58**	**8.382.225,30**	**25.090.769,48**	**10,77**	**5.505.968,66**	**989.282,08**
Infra-Estrutura Urbana	6.214.000,00	21.279.117,20	(1.518.073,69)	17.266.020,64	7,18	4.013.096,56	7.105.366,49	16.463.430,34	7,06	4.815.686,86	802.590,30
Serviços Urbanos	7.489.500,00	9.317.620,94	(274.460,40)	8.814.030,92	3,67	503.590,02	1.276.858,81	8.627.339,14	3,70	690.281,80	186.691,78
Transportes Coletivos Urbanos											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Habitação	**3.000,00**										
Habitação Rural											
Habitação Urbana	3.000,00										
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saneamento	**1.704.500,00**	**1.789.444,96**	**(32.572,32)**	**1.625.291,08**	**0,68**	**164.153,88**	**356.742,24**	**1.561.094,25**	**0,67**	**228.350,71**	**64.196,83**
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano	1.704.500,00	1.789.444,96	(32.572,32)	1.625.291,08	0,68	164.153,88	356.742,24	1.561.094,25	0,67	228.350,71	64.196,83
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	**1.457.000,00**	**2.159.515,29**	**290.151,74**	**1.807.497,21**	**0,75**	**352.018,08**	**802.299,21**	**1.802.956,55**	**0,77**	**356.558,74**	**4.540,66**
Preservação e Conservação Ambiental	414.000,00	761.242,47	8.120,00	499.125,00	0,21	262.117,47	259.165,00	499.125,00	0,21	262.117,47	
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
Administração Geral	1.043.000,00	1.398.272,82	282.031,74	1.308.372,21	0,54	89.900,61	543.134,21	1.303.831,55	0,56	94.441,27	4.540,66
Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia											
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Agricultura	**3.661.245,00**	**5.988.466,61**	**(52.636,07)**	**5.626.133,80**	**2,34**	**362.332,81**	**846.892,50**	**4.494.676,70**	**1,93**	**1.493.789,91**	**1.131.457,10**
Abastecimento											
Extensão Rural	1.129.745,00	3.307.922,61	(43.256,45)	3.126.812,64	1,30	181.109,97	201.703,65	2.020.103,94	0,87	1.287.818,67	1.106.708,70
Irrigação											

Municipio de Domingos Martins - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
Administração Geral	2.531.500,00	2.680.544,00	(9.379,62)	2.499.321,16	1,04	181.222,84	645.188,85	2.474.572,76	1,06	205.971,24	24.748,40
Demais Subfunções											
Organização Agrária											
Reforma Agrária											
Colonização											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Indústria											
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comércio e Serviços											
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comunicações	**551.000,00**	**574.997,10**	**(15.927,37)**	**550.690,79**	**0,23**	**24.306,31**	**104.418,72**	**544.811,51**	**0,23**	**30.185,59**	**5.879,28**
Comunicações Postais											
Telecomunicações	551.000,00	574.997,10	(15.927,37)	550.690,79	0,23	24.306,31	104.418,72	544.811,51	0,23	30.185,59	5.879,28
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Energia	**2.125.000,00**	**2.397.809,46**	**24.780,88**	**2.334.970,43**	**0,97**	**62.839,03**	**352.219,57**	**2.247.037,07**	**0,96**	**150.772,39**	**87.933,36**
Conservação de Energia											
Energia Elétrica	2.125.000,00	2.397.809,46	24.780,88	2.334.970,43	0,97	62.839,03	352.219,57	2.247.037,07	0,96	150.772,39	87.933,36
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Transporte	**11.001.500,00**	**19.262.463,63**	**(2.300.342,64)**	**15.049.752,89**	**6,26**	**4.212.710,74**	**2.955.643,33**	**13.836.558,58**	**5,94**	**5.425.905,05**	**1.213.194,31**
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
Administração Geral	1.961.000,00	2.090.128,60	(115.179,22)	1.722.588,20	0,72	367.540,40	535.679,75	1.658.454,43	0,71	431.674,17	64.133,77
Demais Subfunções	9.040.500,00	17.172.335,03	(2.185.163,42)	13.327.164,69	5,55	3.845.170,34	2.419.963,58	12.178.104,15	5,23	4.994.230,88	1.149.060,54
Desporto e Lazer	**1.317.000,00**	**2.557.189,23**	**(49.540,97)**	**2.271.125,12**	**0,94**	**286.064,11**	**526.002,13**	**2.176.484,08**	**0,93**	**380.705,15**	**94.641,04**
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário	1.317.000,00	2.557.189,23	(49.540,97)	2.271.125,12	0,94	286.064,11	526.002,13	2.176.484,08	0,93	380.705,15	94.641,04
Lazer											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Encargos Especiais	**965.858,38**	**329.628,90**	**12.018,95**	**325.793,15**	**0,14**	**3.835,75**	**12.018,95**	**325.793,15**	**0,14**	**3.835,75**	
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna	965.858,38	329.628,90	12.018,95	325.793,15	0,14	3.835,75	12.018,95	325.793,15	0,14	3.835,75	
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
Demais Subfunções											
Reserva de Contigência	**2.293.124,62**	**30.000,00**	**----**	**----**	**----**	**30.000,00**	**----**	**----**	**----**	**30.000,00**	**----**
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	**8.454.600,00**	**9.428.381,24**	**262.013,85**	**9.056.788,46**	**3,77**	**371.592,78**	**1.705.528,31**	**9.056.788,46**	**3,89**	**371.592,78**	
TOTAL (III) = (I + II)	**208.500.000,00**	**282.535.350,24**	**(4.580.244,31)**	**240.331.809,53**	**100,00**	**42.203.540,71**	**59.786.488,57**	**233.053.589,46**	**100,00**	**49.481.760,78**	**7.278.220,07**

Municipio de Domingos Martins - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	**8.454.600,00**	**9.428.381,24**	**262.013,85**	**9.056.788,46**	**3,77**	**371.592,78**	**1.705.528,31**	**9.056.788,46**	**3,89**	**371.592,78**	
Legislativa	**231.000,00**	**231.000,00**	**(59.899,43)**	**160.100,57**	**0,07**	**70.899,43**	**24.630,86**	**160.100,57**	**0,07**	**70.899,43**	
Ação Legislativa	231.000,00	231.000,00	(59.899,43)	160.100,57	0,07	70.899,43	24.630,86	160.100,57	0,07	70.899,43	
Controle Externo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Judiciária	**16.500,00**	**16.500,00**	**(11.459,36)**	**4.540,64**	**0,00**	**11.959,36**	**3.907,97**	**4.540,64**	**0,00**	**11.959,36**	
Ação Judiciária	16.500,00	16.500,00	(11.459,36)	4.540,64	0,00	11.959,36	3.907,97	4.540,64	0,00	11.959,36	
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Essencial à Justiça											
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Administração	**1.742.500,00**	**1.703.225,02**	**(113.241,97)**	**1.628.521,05**	**0,68**	**74.703,97**	**295.595,76**	**1.628.521,05**	**0,70**	**74.703,97**	
Planejamento e Orçamento											
Administração Geral	1.668.000,00	1.629.155,74	(102.109,25)	1.565.653,77	0,65	63.501,97	285.359,22	1.565.653,77	0,67	63.501,97	
Administração Financeira											
Controle Interno	74.500,00	74.069,28	(11.132,72)	62.867,28	0,03	11.202,00	10.236,54	62.867,28	0,03	11.202,00	
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
Demais Subfunções											
Defesa Nacional											
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Segurança Pública											
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Assistência Social	**164.700,00**	**198.920,79**	**34.220,79**	**198.220,79**	**0,08**	**700,00**	**38.703,98**	**198.220,79**	**0,09**	**700,00**	
Assistência ao Idoso	200,00	200,00				200,00				200,00	
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente											
Assistência Comunitária											
Administração Geral	164.500,00	198.720,79	34.220,79	198.220,79	0,08	500,00	38.703,98	198.220,79	0,09	500,00	
Demais Subfunções											
Previdência Social	**10.000,00**	**71.484,29**		**171,74**	**0,00**	**71.312,55**		**171,74**	**0,00**	**71.312,55**	
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário											
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
Administração Geral	10.000,00	71.484,29		171,74	0,00	71.312,55		171,74	0,00	71.312,55	
Demais Subfunções											
Saúde	**1.392.900,00**	**1.408.930,12**	**(67.074,02)**	**1.324.925,98**	**0,55**	**84.004,14**	**229.467,22**	**1.324.925,98**	**0,57**	**84.004,14**	
Atenção Básica	1.179.400,00	1.184.903,66	(50.974,37)	1.128.025,63	0,47	56.878,03	192.797,64	1.128.025,63	0,48	56.878,03	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial											
Suporte Profilático e Terapêutico											
Vigilância Sanitária	55.100,00	62.207,35	6.474,04	61.474,04	0,03	733,31	11.366,69	61.474,04	0,03	733,31	
Vigilância Epidemiológica	63.300,00	66.819,11	3.519,11	66.519,11	0,03	300,00	12.807,90	66.519,11	0,03	300,00	

IMPRESSÃO: Claudemir Barbosa Scopel

Municipio de Domingos Martins - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
Alimentação e Nutrição											
Administração Geral	95.100,00	95.000,00	(26.092,80)	68.907,20	0,03	26.092,80	12.494,99	68.907,20	0,03	26.092,80	
Demais Subfunções											
Trabalho											
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Educação	**4.247.000,00**	**5.039.926,76**	**498.277,71**	**5.013.316,35**	**2,09**	**26.610,41**	**967.740,79**	**5.013.316,35**	**2,15**	**26.610,41**	
Ensino Fundamental	2.712.000,00	3.130.649,35	338.146,30	3.125.305,19	1,30	5.344,16	598.802,98	3.125.305,19	1,34	5.344,16	
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil	1.259.000,00	1.608.767,05	135.621,05	1.588.000,80	0,66	20.766,25	319.267,53	1.588.000,80	0,68	20.766,25	
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial											
Educação Básica											
Administração Geral	276.000,00	300.510,36	24.510,36	300.010,36	0,12	500,00	49.670,28	300.010,36	0,13	500,00	
Demais Subfunções											
Cultura	**154.000,00**	**154.225,21**	**(18.794,16)**	**134.931,05**	**0,06**	**19.294,16**	**22.182,22**	**134.931,05**	**0,06**	**19.294,16**	
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural	85.500,00										
Administração Geral	68.500,00	154.225,21	(18.794,16)	134.931,05	0,06	19.294,16	22.182,22	134.931,05	0,06	19.294,16	
Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania											
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Urbanismo											
Infra-Estrutura Urbana											
Serviços Urbanos											
Transportes Coletivos Urbanos											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Habitação											
Habitação Rural											
Habitação Urbana											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saneamento											
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	**99.000,00**	**108.620,97**	**9.621,97**	**108.121,97**	**0,04**	**499,00**	**24.525,87**	**108.121,97**	**0,05**	**499,00**	
Preservação e Conservação Ambiental											
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
Administração Geral	99.000,00	108.620,97	9.621,97	108.121,97	0,04	499,00	24.525,87	108.121,97	0,05	499,00	
Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia											
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Agricultura	**169.000,00**	**226.014,27**	**(27.273,93)**	**217.622,62**	**0,09**	**8.391,65**	**39.897,68**	**217.622,62**	**0,09**	**8.391,65**	
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											

Municipio de Domingos Martins - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
Administração Geral	169.000,00	226.014,27	(27.273,93)	217.622,62	0,09	8.391,65	39.897,68	217.622,62	0,09	8.391,65	
Demais Subfunções											
Organização Agrária											
Reforma Agrária											
Colonização											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Indústria											
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comércio e Serviços											
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comunicações											
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Energia											
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Transporte	**192.500,00**	**212.854,36**	**20.354,36**	**212.354,36**	**0,09**	**500,00**	**49.564,39**	**212.354,36**	**0,09**	**500,00**	
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
Administração Geral	192.500,00	212.854,36	20.354,36	212.354,36	0,09	500,00	49.564,39	212.354,36	0,09	500,00	
Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	**35.500,00**	**56.679,45**	**(2.718,11)**	**53.961,34**	**0,02**	**2.718,11**	**9.311,57**	**53.961,34**	**0,02**	**2.718,11**	
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário	35.500,00	56.679,45	(2.718,11)	53.961,34	0,02	2.718,11	9.311,57	53.961,34	0,02	2.718,11	
Lazer											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Encargos Especiais											
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
Demais Subfunções											
Reserva de Contigência											
TOTAL DA INTRA	**8.454.600,00**	**9.428.381,24**	**262.013,85**	**9.056.788,46**	**3,77**	**371.592,78**	**1.705.528,31**	**9.056.788,46**	**3,89**	**371.592,78**	

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal Da Fazenda, Emissão: 29/01/2025 , às 10:42:06

Municipio de Domingos Martins - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

TARCILENE PROSCHOLDT
CONTADOR - CRC 19.237/O

FRANVA ANTONIO SILVA CARDOSO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA

EDUARDO JOSÉ RAMOS
PREFEITO MUNICIPAL

Municipio de Domingos Martins - ES **STN/SICONFI**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

6º BIMESTRE DE 2024 - JANEIRO DE 2024 A DEZEMBRO DE 2024

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2024
	JAN/2024	FEV/2024	MAR/2024	ABR/2024	MAI/2024	JUN/2024	JUL/2024	AGO/2024	SET/2024	OUT/2024	NOV/2024	DEZ/2024		
RECEITAS CORRENTES (I)	**17.657.957,37**	**18.623.668,24**	**19.275.750,96**	**20.956.613,92**	**22.012.407,76**	**26.206.779,70**	**22.846.834,71**	**22.246.881,06**	**21.239.294,26**	**19.468.471,59**	**18.550.420,38**	**24.491.107,21**	**253.576.187,16**	**234.374.834,62**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.472.242,40	1.417.713,18	1.594.529,23	2.218.257,48	3.321.774,06	2.292.632,28	4.679.882,02	2.317.467,06	2.431.068,46	2.667.627,88	2.071.862,79	2.428.990,23	28.914.047,07	28.996.735,38
IPTU	55.543,53	59.807,67	95.485,29	204.278,54	388.578,07	596.090,87	2.234.684,43	261.001,82	211.619,14	179.496,15	152.735,56	102.282,02	4.541.603,09	4.850.000,00
ISS	866.107,46	903.092,41	925.605,47	952.442,65	1.072.216,84	1.012.781,02	1.311.563,22	1.083.635,50	1.147.914,52	1.200.377,47	1.186.983,38	1.397.748,53	13.060.468,47	12.445.000,00
ITBI	183.604,98	132.590,22	129.319,97	167.160,01	160.410,59	199.454,36	282.303,30	293.284,16	438.094,48	473.559,26	184.517,59	119.170,00	2.763.468,92	2.821.000,00
IRRF	184.049,49	180.428,79	257.536,24	265.573,70	472.316,62	103.872,57	293.283,23	296.814,88	305.696,57	523.765,70	307.553,02	451.833,67	3.642.724,48	3.900.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	182.936,94	141.794,09	186.582,26	628.802,58	1.228.251,94	380.433,46	558.047,84	382.730,70	327.743,75	290.429,30	240.073,24	357.956,01	4.905.782,11	4.980.735,38
Contribuições	185.641,60	415.755,05	406.116,69	428.939,74	665.374,72	208.251,20	496.228,83	469.238,43	462.193,54	755.648,31	480.216,82	489.337,76	5.462.942,69	5.485.580,70
Receita Patrimonial	1.313.650,29	1.663.970,49	1.186.809,42	845.374,24	1.530.091,60	1.030.204,07	1.940.524,10	1.689.601,34	1.349.629,12	1.607.982,19	1.239.012,77	1.415.369,31	16.812.218,94	3.889.950,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	1.313.650,29	1.663.970,49	1.186.809,42	845.374,24	1.530.091,60	1.030.204,07	1.940.524,10	1.689.601,34	1.349.629,12	1.607.982,19	1.239.012,77	1.415.369,31	16.812.218,94	3.889.950,00
Outras Receitas Patrimoniais														
Receita Agropecuária														
Receita Industrial														
Receita de Serviços	721,21	2.608,51	40.642,90	127.194,64	35.321,20	26.844,96	26.049,65	23.786,00	22.433,54	25.135,72	22.931,59	28.101,97	381.771,89	485.000,00
Transferências Correntes	14.559.777,38	15.041.736,41	15.929.128,86	17.234.576,52	16.252.346,53	22.567.543,87	15.428.561,00	17.544.789,43	16.790.506,99	14.269.521,91	14.654.006,64	19.042.889,63	199.315.385,17	195.335.568,54
Cota-Parte do FPM	3.627.075,26	4.931.919,09	3.074.781,06	3.224.995,72	3.751.871,39	4.028.884,31	2.703.770,09	5.076.989,94	3.556.370,53	2.974.848,47	3.807.941,86	6.142.713,01	46.902.160,73	46.300.000,00
Cota-Parte do ICMS	5.388.231,03	4.498.164,85	4.544.230,42	5.341.487,61	5.090.739,90	5.467.969,84	5.668.106,01	5.387.618,75	5.167.516,74	5.307.652,07	5.396.924,62	5.353.657,30	62.612.299,14	61.000.000,00
Cota-Parte do IPVA	207.529,56	281.018,58	442.211,15	2.011.963,22	570.458,29	438.527,52	423.234,18	395.281,98	384.357,51	247.934,88	112.309,71	103.405,32	5.618.231,90	6.400.000,00
Cota-Parte do ITR	4.905,72	1.351,80	2.140,19	2.611,78	8.608,64	2.720,51	3.354,28	3.615,09	13.591,82	45.729,78	3.144,70	3.499,15	95.273,46	70.000,00
Transferências da LC 61/1989	48.707,94	50.658,92	59.514,98	51.468,51	54.172,33	68.071,23	60.169,14	81.428,91	88.887,91	60.348,69	67.019,17	78.680,68	769.128,41	700.000,00
Transferências do FUNDEB	3.306.376,89	3.005.008,26	3.197.468,36	3.831.545,03	3.225.094,55	3.534.896,48	3.486.914,72	3.387.682,87	2.821.616,90	3.619.566,28	3.248.351,09	3.848.407,57	40.512.929,00	41.025.320,85
Outras Transferências Correntes	1.976.950,98	2.273.614,91	4.608.782,70	2.770.504,65	3.551.401,43	9.026.473,98	3.083.012,58	3.212.171,89	4.758.165,58	2.013.441,74	2.018.315,49	3.512.526,60	42.805.362,53	39.840.247,69
Outras Receitas Correntes	125.924,49	81.884,60	118.523,86	102.271,30	207.499,65	81.303,32	275.589,11	201.998,80	183.462,61	142.555,58	82.389,77	1.086.418,31	2.689.821,40	182.000,00
DEDUÇÕES (II)	**2.567.889,25**	**3.313.291,02**	**2.473.264,98**	**2.596.461,55**	**3.316.090,24**	**2.452.365,80**	**2.900.704,57**	**3.463.045,93**	**2.635.841,28**	**3.170.130,72**	**2.796.991,13**	**3.794.466,65**	**35.480.543,12**	**25.832.469,09**
Contribuição do Servidor para o Plano de Previdência	4.531,49	236.602,63	235.680,62	239.016,14	477.177,33	5.146,90	263.558,39	275.633,76	275.512,44	577.674,39	293.447,80	312.254,54	3.196.236,43	3.267.469,09
Compensação Financeira entre Regimes de Previdência	5.174,99	5.174,99	5.366,96	5.366,96	5.366,96	5.366,96	5.366,96	5.366,96	5.366,96	5.366,96	5.366,96	883.278,25	941.930,87	81.000,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	695.597,56	1.118.775,34	607.418,69	222.956,94	937.896,78	440.127,93	1.210.505,86	993.020,17	665.659,98	859.494,36	620.680,13	636.202,95	9.008.336,69	250.000,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	1.862.585,21	1.952.738,06	1.624.798,71	2.129.121,51	1.895.649,17	2.001.724,01	1.421.273,36	2.189.025,04	1.689.301,90	1.727.595,01	1.877.496,24	1.962.730,91	22.334.039,13	22.234.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	**15.090.068,12**	**15.310.377,22**	**16.802.485,98**	**18.360.152,37**	**18.696.317,52**	**23.754.413,90**	**19.946.130,14**	**18.783.835,13**	**18.603.452,98**	**16.298.340,87**	**15.753.429,25**	**20.696.640,56**	**218.095.644,04**	**208.542.365,53**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)														
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	**15.090.068,12**	**15.310.377,22**	**16.802.485,98**	**18.360.152,37**	**18.696.317,52**	**23.754.413,90**	**19.946.130,14**	**18.783.835,13**	**18.603.452,98**	**16.298.340,87**	**15.753.429,25**	**20.696.640,56**	**218.095.644,04**	**208.542.365,53**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)														
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)(VII)	122.676,00	110.136,00	225.920,00	228.744,00	228.744,00	228.744,00	228.744,00	197.680,00	197.680,00	197.680,00	200.504,00	398.184,00	2.565.436,00	2.955.950,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)														
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	**14.967.392,12**	**15.200.241,22**	**16.576.565,98**	**18.131.408,37**	**18.467.573,52**	**23.525.669,90**	**19.717.386,14**	**18.586.155,13**	**18.405.772,98**	**16.100.660,87**	**15.552.925,25**	**20.298.456,56**	**215.530.208,04**	**205.586.415,53**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal Da Fazenda, Emissão: 29/01/2025 , às 10:43:55

Municipio de Domingos Martins - ES **STN/SICONFI**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

6º BIMESTRE DE 2024 - JANEIRO DE 2024 A DEZEMBRO DE 2024

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I) R$ 1,00

TARCILENE PROSCHOLDT
CONTADOR - CRC 19.237/O

FRANVA ANTONIO SILVA CARDOSO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA

EDUARDO JOSÉ RAMOS
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1481265

Municipio de Domingos Martins - ES **STN/SICONFI**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	**24.016.000,00**	**24.008.264,96**
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	4.850.000,00	4.541.603,09
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	2.821.000,00	2.763.468,92
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	12.445.000,00	13.060.468,47
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	3.900.000,00	3.642.724,48
2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**114.970.000,00**	**116.032.376,78**
2.1 - Cota-Parte FPM	**46.300.000,00**	**46.902.160,73**
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	42.500.000,00	42.531.280,90
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d e e	3.800.000,00	4.370.879,83
2.2 - Cota-Parte ICMS	61.000.000,00	62.612.299,14
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	700.000,00	769.128,41
2.4 - Cota-Parte ITR	70.000,00	95.273,46
2.5 - Cota-Parte IPVA	6.400.000,00	5.618.231,90
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro		
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	500.000,00	35.283,14
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	**138.986.000,00**	**140.040.641,74**

4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	**22.234.000,00**	**22.334.039,13**
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6)	**12.512.500,00**	**12.677.861,05**

FUNDEB

RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	**41.315.320,85**	**40.920.246,41**
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	**39.541.295,47**	**39.876.838,06**
6.1.1- Principal	39.251.295,47	39.469.520,65
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	290.000,00	407.317,41
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF		
6.2.1- Principal		
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira		
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	**800.000,00**	**71.938,15**
6.3.1- Principal	800.000,00	71.938,15
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira		
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	**974.025,38**	**971.470,20**
6.4.1- Principal	974.025,38	971.470,20
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira		
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 - 4)[1]	**17.017.295,47**	**17.135.481,52**

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	**193.972,07**
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	193.972,17
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	(0,10)
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	**41.114.218,48**

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB - (Por Subfunção) 6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	**41.935.638,67**	**41.029.762,23**	**37.428.497,51**	**36.492.967,49**	**3.601.264,72**
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	**30.919.000,00**	**30.917.708,19**	**28.779.037,81**	**28.779.037,81**	**2.138.670,38**
10.1.1 - Educação Infantil	8.200.077,65	8.335.494,46	7.432.797,59	7.432.797,59	902.696,87
10.1.2- Ensino Fundamental	22.718.922,35	22.582.213,73	21.346.240,22	21.346.240,22	1.235.973,51
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos					
10.1.4- Educação Especial					
10.1.5- Administração Geral					
10.2- OUTRAS DESPESAS	**11.016.638,67**	**10.112.054,04**	**8.649.459,70**	**7.713.929,68**	**1.462.594,34**
10.2.1- Educação Infantil	4.019.636,95	3.444.508,58	2.928.560,88	2.918.730,09	515.947,70
10.2.2- Ensino Fundamental	6.997.001,72	6.667.545,46	5.720.898,82	4.795.199,59	946.646,64
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos					
10.2.4- Educação Especial					
10.2.5- Administração Geral					
10.2.6- Transporte (Escolar)					
10.2.7- Outras					

Municipio de Domingos Martins - ES **STN/SICONFI**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

INDICADORES DO FUNDEB

DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)	DESPESAS LIQUIDADAS / EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**40.310.488,86**	**40.182.298,48**	**39.102.213,12**	**128.190,38**		
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	39.488.206,80	39.437.332,48	38.466.373,80	50.874,32		
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF						
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT						
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	822.282,06	744.966,00	635.839,32	77.316,06		
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	30.561.914,16	30.561.914,16	30.415.700,53			
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL						
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL						

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal2	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15- MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	27.964.143,35	30.561.914,16	30.561.914,16	76,50
16 - PERCENTUAL DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL				
17- MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL	10.790,72			

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)3	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18- TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	**4.092.024,64**	**609.757,55**	**609.757,55**		**1,49**

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)3	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	**3.509.956,13**	**228.453,65**				**228.453,65**
19.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	3.498.327,77	112.170,05				112.170,05
19.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	11.628,36	116.283,60				11.628,36

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB - (Por Área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE	**30.202.046,04**	**26.737.668,82**	**19.030.685,78**	**18.586.125,22**	**7.706.983,04**
20.1- Educação Infantil	4.659.040,50	3.361.210,51	2.281.833,15	2.281.833,15	1.079.377,36
20.2- Ensino Fundamental	14.081.201,78	12.232.659,85	7.178.203,53	6.794.361,95	5.054.456,32
20.3- Educação de Jovens e Adultos					
20.4- Educação Especial	7.112,00	3.228,85			
20.5- Administração Geral	11.454.691,76	11.140.569,61	9.570.649,10	9.509.930,12	1.569.920,51
20.6- Transporte (Escolar)					
20.7- Outras					

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEI

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB - (Por Área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE	**72.137.684,71**	**67.767.431,05**	**56.459.183,29**	**55.079.092,71**	**11.308.247,76**
21.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	**20.100.668,14**	**18.273.735,30**	**15.333.501,08**	**15.306.602,19**	**2.940.234,22**
21.1.1- Creche	7.937.680,61	7.216.226,86	6.055.138,42	6.044.516,44	1.161.088,44
21.1.2- Pré-escola	12.162.987,53	11.057.508,44	9.278.362,66	9.262.085,75	1.779.145,78
21.2- ENSINO FUNDAMENTAL	52.037.016,57	49.493.695,75	41.125.682,21	39.772.490,52	8.368.013,54

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	26.737.668,82
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	22.334.039,13
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	
25- (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL = L19(x)	228.453,65
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4	
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))	1.752,00
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27)	48.841.502,30

Municipio de Domingos Martins - ES — **STN/SICONFI**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) — R$ 1,00

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL2 e 5	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	35.010.160,44	48.841.502,30	34,88

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE8	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	**1.677.002,47**	**105.361,52**	**1.665.171,02**	**1.752,00**	**10.079,45**
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	754.820,33	98.733,52	751.243,51		3.576,82
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	922.182,14	6.628,00	913.927,51	1.752,00	6.502,63
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)					

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**13.660.241,82**	**19.235.060,57**
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	**3.435.623,76**	**5.111.115,12**
31.1.1 - Salário-Educação	1.780.000,00	2.880.234,41
31.1.2 - PDDE	21.000,00	13.872,28
31.1.3 - PNAE	735.000,00	692.672,04
31.1.4 - PNATE	889.623,76	938.589,16
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	10.000,00	585.747,23
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	10.217.618,06	10.914.000,84
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO		
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO		
31.5- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	7.000,00	3.209.944,61

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO - (Por Subfunção)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**30.523.226,11**	**25.323.952,10**	**21.566.768,84**	**20.498.908,21**	**3.757.183,26**
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	6.173.188,67	5.568.073,43	3.541.915,13	3.185.318,15	2.026.158,30
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	21.431.247,49	17.196.398,83	15.710.519,32	14.999.255,67	1.485.879,51
32.3- ENSINO MÉDIO					
32.4- ENSINO SUPERIOR					
32.5- ENSINO PROFISSIONAL	43.000,00	38.325,80	33.394,75	33.394,75	4.931,05
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS					
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL	3.185,00	3.185,00	3.185,00	3.185,00	
32.8- OUTRAS	2.872.604,95	2.517.969,04	2.277.754,64	2.277.754,64	240.214,40

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	**102.741.917,59**	**84.317.376,45**	**83.106.891,20**	**81.522.738,62**	**1.210.485,25**
33.1- Despesas Correntes	**88.043.754,88**	**75.341.541,95**	**75.111.607,90**	**73.585.280,32**	**229.934,05**
33.1.1- Pessoal Ativo	47.761.834,09	43.219.864,32	43.219.864,32	42.888.734,64	
33.1.2- Pessoal Inativo					
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos					
33.1.4- Outras Despesas Correntes	40.281.920,79	32.121.677,63	31.891.743,58	30.696.545,68	229.934,05
33.2- Despesas de Capital	**14.698.162,71**	**8.975.834,50**	**7.995.283,30**	**7.937.458,30**	**980.551,20**
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos					
33.2.2- Outras Despesas de Capital	14.698.162,71	8.975.834,50	7.995.283,30	7.937.458,30	980.551,20

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	1.743.150,14	885.804,49
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	40.920.246,41	2.880.234,41
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	40.016.140,63	1.367.653,30
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	2.647.255,92	2.398.385,60
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)		
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)		
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	2.647.255,92	2.398.385,60

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal Da Fazenda, Emissão: 29/01/2025 , às 10:45:35

Municipio de Domingos Martins - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

TARCILENE PROSCHOLDT
CONTADOR - CRC 19.237/O

FRANVA ANTONIO SILVA CARDOSO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA

EDUARDO JOSÉ RAMOS
PREFEITO MUNICIPAL

Municipio de Domingos Martins - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO– ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35) 1,00

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b /a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	**24.016.000,00**	**24.016.000,00**	**24.008.264,96**	**99,97**
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	4.850.000,00	4.850.000,00	4.541.603,09	93,64
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ITBI	2.821.000,00	2.821.000,00	2.763.468,92	97,96
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	12.445.000,00	12.445.000,00	13.060.468,47	104,95
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	3.900.000,00	3.900.000,00	3.642.724,48	93,40
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	**111.170.000,00**	**111.170.000,00**	**111.661.496,95**	**100,44**
Cota-Parte FPM	42.500.000,00	42.500.000,00	42.531.280,90	100,07
Cota-Parte ITR	70.000,00	70.000,00	95.273,46	136,10
Cota-Parte IPVA	6.400.000,00	6.400.000,00	5.618.231,90	87,78
Cota-Parte ICMS	61.000.000,00	61.000.000,00	62.612.299,14	102,64
Cota-Parte IPI - Exportação	700.000,00	700.000,00	769.128,41	109,88
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	500.000,00	500.000,00	35.283,14	7,06
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	**135.186.000,00**	**135.186.000,00**	**135.669.761,91**	**100,36**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (g)
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x100	Até o <Din> (e)	% (e/c) x100	Até o Bimestre (i)	% (f/c) x100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	**12.600.036,94**	**14.906.773,88**	**11.732.803,50**	**78,71**	**11.644.919,50**	**78,12**	**11.538.045,37**	**77,40**	**87.884,00**
Despesas Correntes	12.533.536,94	10.706.176,66	8.896.574,03	83,10	8.890.869,03	83,04	8.783.994,90	82,05	5.705,00
Despesas de Capital	66.500,00	4.200.597,22	2.836.229,47	67,52	2.754.050,47	65,56	2.754.050,47	65,56	82.179,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	**7.087.631,40**	**9.421.171,85**	**9.224.192,03**	**97,91**	**8.831.170,76**	**93,74**	**8.830.832,10**	**93,73**	**393.021,27**
Despesas Correntes	7.081.531,40	8.850.453,66	8.656.804,03	97,81	8.263.782,76	93,37	8.263.444,10	93,37	393.021,27
Despesas de Capital	6.100,00	570.718,19	567.388,00	99,42	567.388,00	99,42	567.388,00	99,42	
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	**868.100,00**	**1.052.764,24**	**1.029.522,80**	**97,79**	**1.020.359,56**	**96,92**	**1.020.311,93**	**96,92**	**9.163,24**
Despesas Correntes	867.100,00	1.052.764,24	1.029.522,80	97,79	1.020.359,56	96,92	1.020.311,93	96,92	9.163,24
Despesas de Capital	1.000,00								
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	**334.500,00**	**298.645,29**	**292.097,81**	**97,81**	**292.097,81**	**97,81**	**291.914,34**	**97,75**	
Despesas Correntes	333.500,00	298.645,29	292.097,81	97,81	292.097,81	97,81	291.914,34	97,75	
Despesas de Capital	1.000,00								
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	**747.500,00**	**746.878,18**	**585.575,70**	**78,40**	**569.673,84**	**76,27**	**565.102,09**	**75,66**	**15.901,86**
Despesas Correntes	745.500,00	740.630,45	579.506,15	78,24	563.604,29	76,10	559.032,54	75,48	15.901,86
Despesas de Capital	2.000,00	6.247,73	6.069,55	97,15	6.069,55	97,15	6.069,55	97,15	
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)									
Despesas Correntes									
Despesas de Capital									
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	**4.474.284,70**	**5.466.103,47**	**4.957.626,48**	**90,70**	**4.922.377,78**	**90,05**	**4.883.305,26**	**89,34**	**35.248,70**
Despesas Correntes	4.461.284,70	5.388.003,92	4.937.807,57	91,64	4.902.558,87	90,99	4.868.005,86	90,35	35.248,70
Despesas de Capital	13.000,00	78.099,55	19.818,91	25,38	19.818,91	25,38	15.299,40	19,59	
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**26.112.053,04**	**31.892.336,91**	**27.821.818,32**	**87,24**	**27.280.599,25**	**85,54**	**27.129.511,09**	**85,07**	**541.219,07**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	**27.821.818,32**	**27.280.599,25**	**27.129.511,09**
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)			
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)			
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)			
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	**27.821.818,32**	**27.280.599,25**	**27.129.511,09**
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			20.350.464,29
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)			
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)[1]	7.471.354,03	6.930.134,96	6.779.046,80
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)			
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	20,51	20,11	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012LIMITE	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)[1] (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2024 (saldo final = XIXd)					
Diferença de limite não cumprido em 2023 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)					

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR

EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no (n)	Valor aplicado além do limite (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2024										
Empenhos de 2023										
Empenhos de 2022										
Empenhos de 2021										
Empenhos de 2020 e anteriores										

Municipio de Domingos Martins - ES **STN/SICONFI**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024

RREO– ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35) 1,00

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "v")	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)	

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012RESTOS	**RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS**			
	Saldo Inicial (w)	**Despesas Custeadas no Exercício de Referência**		**Saldo Final (não aplicado)¹ (aa) = (w - (x ou y))**
		Empenhadas (x)	**Liquidadas (y)**	**Pagas (z)**
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2024 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial = XXIII)				
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2023 a serem compensados (XXV) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)				
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)				
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)				

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			Até o Bimestre (b)	**% (b /a) x 100**
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	**16.393.950,00**	**18.804.116,29**	**20.763.343,48**	**110,42**
Provenientes da União	16.275.950,00	18.686.116,29	20.644.255,51	110,48
Provenientes dos Estados	118.000,00	118.000,00	119.087,97	100,92
Provenientes de Outros Municípios				
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)				
OUTRAS RECEITAS (XXX)				
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	**16.393.950,00**	**18.804.116,29**	**20.763.343,48**	**110,42**

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**		**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (g)**
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c) x100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c) x100**	**Até o Bimestre (i)**	**% (f/c) x100**	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	**6.702.350,00**	**9.199.080,27**	**8.369.193,80**	**90,98**	**8.293.663,68**	**90,16**	**8.253.131,97**	**89,72**	**75.530,12**
Despesas Correntes	6.633.450,00	8.375.398,73	7.614.412,26	90,91	7.538.882,14	90,01	7.498.350,43	89,53	75.530,12
Despesas de Capital	68.900,00	823.681,54	754.781,54	91,64	754.781,54	91,64	754.781,54	91,64	
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	**9.010.000,00**	**13.551.422,46**	**13.237.790,71**	**97,69**	**12.513.794,46**	**92,34**	**12.505.348,82**	**92,28**	**723.996,25**
Despesas Correntes	9.010.000,00	13.235.422,46	12.921.790,71	97,63	12.197.794,46	92,16	12.189.348,82	92,10	723.996,25
Despesas de Capital		316.000,00	316.000,00	100,00	316.000,00	100,00	316.000,00	100,00	
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	**352.000,00**	**445.734,70**	**378.055,44**	**84,82**	**368.759,98**	**82,73**	**366.335,89**	**82,19**	**9.295,46**
Despesas Correntes	352.000,00	445.734,70	378.055,44	84,82	368.759,98	82,73	366.335,89	82,19	9.295,46
Despesas de Capital									
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	**21.564,00**	**21.564,00**	**11.441,12**	**53,06**	**9.177,94**	**42,56**	**9.177,94**	**42,56**	**2.263,18**
Despesas Correntes	21.564,00	21.564,00	11.441,12	53,06	9.177,94	42,56	9.177,94	42,56	2.263,18
Despesas de Capital									
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	**321.036,00**	**365.246,01**	**334.778,02**	**91,66**	**334.016,02**	**91,45**	**334.016,02**	**91,45**	**762,00**
Despesas Correntes	321.036,00	365.246,01	334.778,02	91,66	334.016,02	91,45	334.016,02	91,45	762,00
Despesas de Capital									
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)									
Despesas Correntes									
Despesas de Capital									
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	**20.000,00**	**22.270,00**	**11.785,94**	**52,92**	**11.785,94**	**52,92**	**11.785,94**	**52,92**	
Despesas Correntes	20.000,00	22.270,00	11.785,94	52,92	11.785,94	52,92	11.785,94	52,92	
Despesas de Capital									
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	**16.426.950,00**	**23.605.317,44**	**22.343.045,03**	**94,65**	**21.531.198,02**	**91,21**	**21.479.796,58**	**91,00**	**811.847,01**

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**		**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (g)**
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c) x100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c) x100**	**Até o Bimestre (i)**	**% (f/c) x100**	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	**19.302.386,94**	**24.105.854,15**	**20.101.997,30**	**40,07**	**19.938.583,18**	**40,85**	**19.791.177,34**	**40,71**	**163.414,12**
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	**16.097.631,40**	**22.972.594,31**	**22.461.982,74**	**44,78**	**21.344.965,22**	**43,73**	**21.336.180,92**	**43,89**	**1.117.017,52**
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	**1.220.100,00**	**1.498.498,94**	**1.407.578,24**	**2,81**	**1.389.119,54**	**2,85**	**1.386.647,82**	**2,85**	**18.458,70**
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	**356.064,00**	**320.209,29**	**303.538,93**	**0,61**	**301.275,75**	**0,62**	**301.092,28**	**0,62**	**2.263,18**
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	**1.068.536,00**	**1.112.124,19**	**920.353,72**	**1,83**	**903.689,86**	**1,85**	**899.118,11**	**1,85**	**16.663,86**
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (IX + XXXVII)									
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	**4.494.284,70**	**5.488.373,47**	**4.969.412,42**	**9,91**	**4.934.163,72**	**10,11**	**4.895.091,20**	**10,07**	**35.248,70**
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	**42.539.003,04**	**55.497.654,35**	**50.164.863,35**	**100,00**	**48.811.797,27**	**100,00**	**48.609.307,67**	**100,00**	**1.353.066,08**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal Da Fazenda, Emissão: 29/01/2025 , às 10:49:16

Municipio de Domingos Martins - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO– ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35) 1,00

TARCILENE PROSCHOLDT
CONTADOR - CRC 19.237/O

FRANVA ANTONIO SILVA CARDOSO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA

EDUARDO JOSÉ RAMOS
PREFEITO MUNICIPAL

Municipio de Domingos Martins - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48) Em Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até Bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	208.500.000,00
Previsão Atualizada	220.982.990,15
Receitas Realizadas	253.380.966,88
Déficit Orçamentário	
Saldos de Exercícios Anteriores(Utilizados Para Créditos Adicionais)	51.133.101,00
DESPESAS	
Dotação Inicial	208.500.000,00
Dotação Atualizada	282.535.350,24
Despesas Empenhadas	240.331.809,53
Despesas Liquidadas	233.053.589,46
Despesas Pagas	230.235.388,07
Superávit Orçamentário	20.327.377,42

DESPESA POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Até Bimestre
Despesas Empenhadas	**240.331.809,53**
Despesas Liquidadas	**233.053.589,46**

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até Bimestre
Receita Corrente Líquida	218.095.644,04
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	218.095.644,04
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	215.530.208,04

RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES E DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL	Até Bimestre
Fundo em Capitalização - PLANO PREVIDENCIÁRIO	
Receitas Precidenciárias Realizadas	18.635.683,51
Despesas Previdenciárias Empenhadas	10.836.470,10
Despesas Previdenciárias Liquidadas	10.772.521,38
Despesas Previdenciárias Pagas	10.769.949,57
Resultado Previdenciário	7.863.162,13
Fundo em Repartição - PLANO FINANCEIRO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	
Despesas Previdenciárias Empenhadas	
Despesas Previdenciárias Liquidadas	
Despesas Previdenciárias Pagas	
Resultado Previdenciário	
Sistema de Proteção Social dos Militares - Inativos e Pensionistas	
Receitas Realizadas	
Despesas Empenhadas	
Despesas Liquidadas	
Despesas Pagas	
Resultado Associado às Pensões e aos Inativos Militares	

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	Metas Fixadas no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha	**(8.000.000,00)**	**(2.661.684,28)**	**33,27**
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	**25.000.000,00**	**3.370.305,79**	**13,48**

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	**4.120.439,14**	**13.818,09**	**4.049.122,99**	**57.498,06**
Poder Executivo	3.939.850,52	13.818,09	3.868.534,37	57.498,06
Poder Legislativo	180.588,62		180.588,62	
Poder Juduciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	**5.245.448,09**	**570.050,89**	**3.449.439,59**	**1.225.957,61**
Poder Executivo	5.224.680,62	552.595,61	3.446.127,40	1.225.957,61
Poder Legislativo	20.767,47	17.455,28	3.312,19	
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
TOTAL	**9.365.887,23**	**583.868,98**	**7.498.562,58**	**1.283.455,67**

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de <18% a 25%> das Receitas de Impostos em MDE	48.841.502,30	<18% / 25%>	34,88
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	30.561.914,16	70%	76,50
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil		50%	
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital		15%	

RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito		**10.000,00**
Despesa de Capital Líquida	**38.349.707,47**	**16.248.055,92**

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA E DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias	6.858.392,35			
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário	6.858.392,35			
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias				

Municipio de Domingos Martins - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48) Em Reais

Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário				
Pensões e Inativos Militares				
Receitas de Contribuições				
Despesas com Pensões e Inativos				
Resultado Associado às Pensões e aos Inativos Militares				

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receitas de Alienação de Ativos	**510.054,65**	**(452.054,65)**
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	**507.928,66**	**443.455,68**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executados com recursos de impostos	**27.396.343,48**	**15,00**	**20,19**

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado No Exercício Corrente
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	

TARCILENE PROSCHOLDT
CONTADOR - CRC 19.237/O

FRANVA ANTONIO SILVA CARDOSO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA

EDUARDO JOSÉ RAMOS
PREFEITO MUNICIPAL

Municipio de Domingos Martins - ES **STN/SICONFI**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) Em Reais

ACIMA DA LINHA

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Período
		RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	**208.541.365,53**	**218.059.913,24**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	28.996.735,38	28.914.047,07
IPTU	4.850.000,00	4.541.603,09
ISS	12.445.000,00	13.060.468,47
ITBI	2.821.000,00	2.763.468,92
IRRF	3.900.000,00	3.642.724,48
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.980.735,38	4.905.782,11
Contribuições	2.218.111,61	2.266.706,26
Receita Patrimonial	3.639.950,00	7.803.882,25
Aplicações Financeiras (II)	3.639.950,00	7.803.882,25
Outras Receitas Patrimoniais		
Transferências Correntes	173.101.568,54	176.981.346,04
Cota-Parte do FPM	37.800.000,00	38.399.503,26
Cota-Parte do ICMS	48.800.000,00	50.084.881,84
Cota-Parte do IPVA	5.120.000,00	4.487.366,39
Cota-Parte do ITR	56.000,00	76.218,92
Transferências da LC 61/1989	560.000,00	622.140,73
Transferências do FUNDEB	41.025.320,85	40.512.929,00
Outras Transferências Correntes	39.740.247,69	42.798.305,90
Demais Receitas Correntes	585.000,00	2.093.931,62
Outras Receitas Financeiras (III)		
Receitas Correntes Restantes	585.000,00	2.093.931,62
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	**204.901.415,53**	**210.256.030,99**
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	**12.097.224,62**	**13.107.975,08**
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	**251.000,00**	**9.044.067,49**
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	**93.400,00**	**13.169.011,07**
Operações de Crédito (VIII)	10.000,00	
Amortização de Empréstimos (IX)		
Alienação de Bens	50.000,00	459.704,57
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)		
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)		
Outras Alienações de Bens	50.000,00	459.704,57
Transferências de Capital	33.400,00	12.709.306,50
Convênios	20.000,00	6.807.359,02
Outras Transferências de Capital	13.400,00	5.901.947,48
Outras Receitas de Capital		
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)		
Outras Receitas de Capital Primárias		
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	**83.400,00**	**13.169.011,07**
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)		
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)		
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	**217.082.040,15**	**236.533.017,14**
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	**204.984.815,53**	**223.425.042,06**

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Período					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RP PROC PAGOS (b)	RP NÃO PROC	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	**215.579.136,65**	**190.473.452,92**	**186.929.589,05**	**184.218.986,04**	**3.746.762,12**	**2.087.645,00**	**2.087.645,00**
Pessoal e Encargos Sociais	98.819.017,99	88.529.928,95	88.529.928,95	87.982.118,36	846.300,30		
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	8.390,00	8.017,93	8.017,93	8.017,93			
Outras Despesas Correntes	116.751.728,66	101.935.506,04	98.391.642,17	96.228.849,75	2.900.461,82	2.087.645,00	2.087.645,00
Transferências Constitucionais e Legais							
Demais Depesas Correntes	116.751.728,66	101.935.506,04	98.391.642,17	96.228.849,75	2.900.461,82	2.087.645,00	2.087.645,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	**215.570.746,65**	**190.465.434,99**	**186.921.571,12**	**184.210.968,11**	**3.746.762,12**	**2.087.645,00**	**2.087.645,00**
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	**12.328.450,20**	**11.508.649,14**	**11.296.393,29**	**11.282.524,16**	**1.332,80**	**19.291,77**	**18.121,77**
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)							
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	**54.577.988,97**	**38.329.933,05**	**34.808.154,69**	**34.714.425,44**	**301.028,07**	**1.343.672,82**	**1.343.672,82**
Investimentos	54.256.750,07	38.012.157,83	34.490.379,47	34.396.650,22	301.028,07	1.343.672,82	1.343.672,82
Inversões Financeiras							
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)							
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)							
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)							
Demais Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida (XXVII)	321.238,90	317.775,22	317.775,22	317.775,22			
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	**54.256.750,07**	**38.012.157,83**	**34.490.379,47**	**34.396.650,22**	**301.028,07**	**1.343.672,82**	**1.343.672,82**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	**30.000,00**						
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	19.774,42	19.774,42	19.452,43	19.452,43			
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)							
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	**282.205.721,34**	**240.006.016,38**	**232.727.796,31**	**229.909.594,92**	**4.049.122,99**	**3.450.609,59**	**3.449.439,59**
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	**269.857.496,72**	**228.477.592,82**	**221.411.950,59**	**218.607.618,33**	**4.047.790,19**	**3.431.317,82**	**3.431.317,82**

RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]	**(875.140,36)**
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]	**(2.661.684,28)**

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	**(8.000.000,00)**

JUROS NOMINAIS	Até o Período
	VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	7.798.526,78
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	8.017,93

RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	**5.128.824,57**

ABAIXO DA LINHA

CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/ 2023 (a)	Até o Período (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	**894.424,88**	**581.135,04**
DEDUÇÕES (XL)	**82.022.653,92**	**85.079.669,87**
Disponibilidade de Caixa	82.022.653,92	85.079.669,87
Disponibilidade de Caixa Bruta	87.023.952,74	88.971.125,94
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	4.113.955,68	2.856.679,66
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	887.343,14	1.034.776,41
Demais Haveres Financeiros		
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	**(81.128.229,04)**	**(84.498.534,83)**
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)		**3.370.305,79**

IMPRESSÃO: Tarcilene Proscholdt

Municipio de Domingos Martins - ES **STN/SICONFI**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) Em Reais

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	**25.000.000,00**

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Período (b)
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	(1.257.276,02)
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	7.710,09
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV + XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLXIX)]	2.105.319,68

RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	**(5.685.189,17)**

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	**51.133.101,48**
Recursos Arrecados em Exercícios Anteriores - RPPS	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	51.133.101,48
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal Da Fazenda, Emissão: 29/01/2025 , às 11:28:37

TARCILENE PROSCHOLDT
CONTADOR - CRC 19.237/O

FRANVA ANTONIO SILVA CARDOSO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA

EDUARDO JOSÉ RAMOS
PREFEITO MUNICIPAL

Municipio de Domingos Martins - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO - PRIVADAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2024 / BIMESTRE - NOVEMBRO A DEZEMBRO

STN/SICONFI

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22,25 e 28)

R$ 1,00

IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	REGISTROS EFETUADOS EM 2024	
		No Bimestre	Até Bimestre
TOTAL DE ATIVOS			
Ativos Constituídos pela SPE			
TOTAL DE PASSIVOS			
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE			
Provisões de PPP			
Outros Passivos			
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS			
Obrigações Contratuais			
Riscos Não Provisionados			
Garantias Concedidas			
Outros Passivos Contingentes			

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.2)											
Contratadas (I.1)											
A contratar (I.2)											
DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)											
Contratadas (II.1)											
A contratar (II.2)											
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	191.244.913,84	218.095.644,04									
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)											
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)											

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal Da Fazenda, Emissão: 29/01/2025 , às 11:12:56

TARCILENE PRÖSCHOLDT	FRANVA ANTONIO SILVA CARDOSO	EDUARDO JOSÉ RAMOS
CONTADOR - CRC 19.237/O	SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA	PREFEITO MUNICIPAL

Municipio de Domingos Martins - ES — **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) — Em Reais

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
RECEITAS CORRENTES (I)	**11.385.624,62**	**18.635.683,51**
Receita de Contribuições dos Segurados	3.266.269,09	3.196.236,43
Ativo	3.261.769,09	3.192.265,36
Inativo	2.500,00	2.992,61
Pensionista	2.000,00	978,46
Receita de Contribuições Patronais	7.837.355,53	7.705.532,93
Ativo	7.837.355,53	7.705.532,93
Inativo		
Pensionista		
Receita Patrimonial	200.000,00	6.756.252,48
Receitas Imobiliárias		
Receitas de Valores Mobiliários	200.000,00	6.756.252,48
Outras Receitas Patrimoniais		
Receita de Serviços		
Outras Receitas Correntes	82.000,00	977.661,67
Compensação Financeira entre os Regimes	81.000,00	941.930,87
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)		
Demais Receitas Correntes	1.000,00	35.730,80
RECEITAS DE CAPITAL (III)		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		
Amortização de Empréstimos		
Outras Receitas de Capital		
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	**11.385.624,62**	**18.635.683,51**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Benefícios	**11.572.916,14**	**10.836.470,10**	**10.772.521,38**	**10.769.949,57**	**63.948,72**
Aposentadorias	10.300.342,41	9.667.551,60	9.603.602,88	9.601.031,07	63.948,72
Pensões por Morte	1.272.573,73	1.168.918,50	1.168.918,50	1.168.918,50	
Outras Despesas Previdenciárias					
Compensação Financeira entre os Regimes					
Demais Despesas Previdenciárias					
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	**11.572.916,14**	**10.836.470,10**	**10.772.521,38**	**10.769.949,57**	**63.948,72**

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV – V)²	**(187.291,52)**	**7.799.213,41**	**7.863.162,13**	**7.865.733,94**	**18.571.734,79**

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	
Outros Aportes para o RPPS	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	
Investimentos e Aplicações	97.186.331,14
Outros Bens e Direitos	73.982.638,74

Municipio de Domingos Martins - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) Em Reais

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
RECEITAS CORRENTES (VII)		
Receita de Contribuições dos Segurados		
Ativo		
Inativo		
Pensionista		
Receita de Contribuições Patronais		
Ativo		
Inativo		
Pensionista		
Receita Patrimonial		
Receitas Imobiliárias		
Receitas de Valores Mobiliários		
Outras Receitas Patrimoniais		
Receita de Serviços		
Outras Receitas Correntes		
Compensação Financeiras entre os Regimes		
Demais Receitas Correntes		
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		
Amortização de Empréstimos		
Outras Receitas de Capital		
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)		

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Benefícios					
Aposentadorias					
Pensões por Morte					
Outras Despesas Previdenciárias					
Compensação Previdenciária entre os Regimes					
Demais Despesas Previdenciárias					
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)					

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX – X)²					

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	3.007.673,21
Recursos para Formação de Reserva	

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	
Investimentos e Aplicações	
Outros Bens e Direitos	

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
Receitas Correntes	962.600,00	3.516.359,06
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	**962.600,00**	**3.516.359,06**

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	755.534,06	672.179,04	523.871,91	512.574,59	148.307,13
Pessoal e Encargos Sociais	117.691,69	117.691,69	108.615,18	108.319,47	9.076,51
Demais Despesas Correntes	637.842,37	554.487,35	415.256,73	404.255,12	139.230,62
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	19.774,42	19.774,42	19.452,43	19.452,43	321,99
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	**775.308,48**	**691.953,46**	**543.324,34**	**532.027,02**	**148.629,12**

RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)	**187.291,52**	**2.824.405,60**	**2.973.034,72**	**2.984.332,04**	**3.367.729,94**

Municipio de Domingos Martins - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) Em Reais

BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	77.897,48
Investimentos e Aplicações	
Outros Bens e Direitos	

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO					
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)			
Contribuições dos Servidores					
Demais Receitas Previdenciárias					
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)					
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Aposentadorias					
Pensões					
Outras Despesas Previdenciárias					
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)					
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)2					

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal Da Fazenda, Emissão: 29/01/2025 , às 11:25:50

TARCILENE PRÖSCHOLDT
CONTADOR - CRC 19.237/O

FRANVA ANTONIO SILVA CARDOSO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA

EDUARDO JOSÉ RAMOS
PREFEITO MUNICIPAL

Municipio de Domingos Martins - ES **STN/SICONFI**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) Em Reais

ACIMA DA LINHA

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Período RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	**208.541.365,53**	**218.059.913,24**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	28.996.735,38	28.914.047,07
IPTU	4.850.000,00	4.541.603,09
ISS	12.445.000,00	13.060.468,47
ITBI	2.821.000,00	2.763.468,92
IRRF	3.900.000,00	3.642.724,48
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	4.980.735,38	4.905.782,11
Contribuições	2.218.111,61	2.266.706,26
Receita Patrimonial	3.639.950,00	7.803.882,25
Aplicações Financeiras (II)	3.639.950,00	7.803.882,25
Outras Receitas Patrimoniais		
Transferências Correntes	173.101.568,54	176.981.346,04
Cota-Parte do FPM	37.800.000,00	38.399.503,26
Cota-Parte do ICMS	48.800.000,00	50.084.881,84
Cota-Parte do IPVA	5.120.000,00	4.487.366,39
Cota-Parte do ITR	56.000,00	76.218,92
Transferências da LC 61/1989	560.000,00	622.140,73
Transferências do FUNDEB	41.025.320,85	40.512.929,00
Outras Transferências Correntes	39.740.247,69	42.798.305,90
Demais Receitas Correntes	585.000,00	2.093.931,62
Outras Receitas Financeiras (III)		
Receitas Correntes Restantes	585.000,00	2.093.931,62
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	**204.901.415,53**	**210.256.030,99**
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	**12.097.224,62**	**13.107.975,08**
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	**251.000,00**	**9.044.067,49**
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	**93.400,00**	**13.169.011,07**
Operações de Crédito (VIII)	10.000,00	
Amortização de Empréstimos (IX)		
Alienação de Bens	50.000,00	459.704,57
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)		
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)		
Outras Alienações de Bens	50.000,00	459.704,57
Transferências de Capital	33.400,00	12.709.306,50
Convênios	20.000,00	6.807.359,02
Outras Transferências de Capital	13.400,00	5.901.947,48
Outras Receitas de Capital		
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)		
Outras Receitas de Capital Primárias		
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	**83.400,00**	**13.169.011,07**
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)		
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)		
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	**217.082.040,15**	**236.533.017,14**
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	**204.984.815,53**	**223.425.042,06**

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Período					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RP PROC PAGOS (b)	RP NÃO PROC	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	**215.579.136,65**	**190.473.452,92**	**186.929.589,05**	**184.218.986,04**	**3.746.762,12**	**2.087.645,00**	**2.087.645,00**
Pessoal e Encargos Sociais	98.819.017,99	88.529.928,95	88.529.928,95	87.982.118,36	846.300,30		
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	8.390,00	8.017,93	8.017,93	8.017,93			
Outras Despesas Correntes	116.751.728,66	101.935.506,04	98.391.642,17	96.228.849,75	2.900.461,82	2.087.645,00	2.087.645,00
Transferências Constitucionais e Legais							
Demais Depesas Correntes	116.751.728,66	101.935.506,04	98.391.642,17	96.228.849,75	2.900.461,82	2.087.645,00	2.087.645,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	**215.570.746,65**	**190.465.434,99**	**186.921.571,12**	**184.210.968,11**	**3.746.762,12**	**2.087.645,00**	**2.087.645,00**
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	**12.328.450,20**	**11.508.649,14**	**11.296.393,29**	**11.282.524,16**	**1.332,80**	**19.291,77**	**18.121,77**
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)							
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	**54.577.988,97**	**38.329.933,05**	**34.808.154,69**	**34.714.425,44**	**301.028,07**	**1.343.672,82**	**1.343.672,82**
Investimentos	54.256.750,07	38.012.157,83	34.490.379,47	34.396.650,22	301.028,07	1.343.672,82	1.343.672,82
Inversões Financeiras							
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)							
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)							
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)							
Demais Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida (XXVII)	321.238,90	317.775,22	317.775,22	317.775,22			
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	**54.256.750,07**	**38.012.157,83**	**34.490.379,47**	**34.396.650,22**	**301.028,07**	**1.343.672,82**	**1.343.672,82**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	**30.000,00**						
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	19.774,42	19.774,42	19.452,43	19.452,43			
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)							
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	**282.205.721,34**	**240.006.016,38**	**232.727.796,31**	**229.909.594,92**	**4.049.122,99**	**3.450.609,59**	**3.449.439,59**
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	**269.857.496,72**	**228.477.592,82**	**221.411.950,59**	**218.607.618,33**	**4.047.790,19**	**3.431.317,82**	**3.431.317,82**

RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]	**(875.140,36)**
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]	**(2.661.684,28)**

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	**(8.000.000,00)**

JUROS NOMINAIS	Até o Período VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	7.798.526,78
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	8.017,93

RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	**5.128.824,57**

ABAIXO DA LINHA

CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/ 2023 (a)	Até o Período (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	**894.424,88**	**581.135,04**
DEDUÇÕES (XL)	**82.022.653,92**	**85.079.669,87**
Disponibilidade de Caixa	82.022.653,92	85.079.669,87
Disponibilidade de Caixa Bruta	87.023.952,74	88.971.125,94
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	4.113.955,68	2.856.679,66
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	887.343,14	1.034.776,41
Demais Haveres Financeiros		
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	**(81.128.229,04)**	**(84.498.534,83)**
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)		**3.370.305,79**

IMPRESSÃO: Tarcilene Proscholdt

Municipio de Domingos Martins - ES **STN/SICONFI**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) Em Reais

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	**25.000.000,00**

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Período (b)
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	(1.257.276,02)
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	7.710,09
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV + XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLXIX)]	2.105.319,68

RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	**(5.685.189,17)**

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	**51.133.101,48**
Recursos Arrecados em Exercícios Anteriores - RPPS	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	51.133.101,48
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal Da Fazenda, Emissão: 29/01/2025 , às 11:52:49

TARCILENE PROSCHOLDT
CONTADOR - CRC 19.237/O

FRANVA ANTONIO SILVA CARDOSO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA

EDUARDO JOSÉ RAMOS
PREFEITO MUNICIPAL

Municipio de Domingos Martins - ES

STN/SICONFI

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024

RREO - Anexo 7 (LRF, art 53, inciso V)

R$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	Saldo Total
	Em exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2023				Em exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2023					
	(a)	(b)	(c)	(d)	e = (a+b) - (c+d)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j)	k = (f+g) - (i+j)	L = (e + k)
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	**82.541,85**	**4.026.380,89**	**4.037.606,59**	**13.818,09**	**57.498,06**	**62.183,75**	**5.183.264,34**	**3.450.609,59**	**3.449.439,59**	**570.050,89**	**1.225.957,61**	**1.283.455,67**
EXECUTIVO	82.541,85	3.856.280,27	3.867.505,97	13.818,09	57.498,06	62.183,75	5.162.496,87	3.447.297,40	3.446.127,40	552.595,61	1.225.957,61	1.283.455,67
Fundo Municipal de Saúde	45.097,49	437.736,25	462.724,88	22,20	20.086,66	1.053,15	501.049,80	489.750,98	489.750,98	12.058,82	293,15	20.379,81
IPASDM - Inst. Prev. dos Serv. Munic. Dom. Martins		6.483,46	1.332,80		5.150,66		1.242.794,23	19.291,77	18.121,77		1.224.672,46	1.229.823,12
Prefeitura Municipal de Domingos Martins	37.444,36	3.412.060,56	3.403.448,29	13.795,89	32.260,74	61.130,60	3.418.652,84	2.938.254,65	2.938.254,65	540.536,79	992,00	33.252,74
LEGISLATIVO		170.100,62	170.100,62				20.767,47	3.312,19	3.312,19	17.455,28		
Camara Municipal de Domingos Martins		170.100,62	170.100,62				20.767,47	3.312,19	3.312,19	17.455,28		
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)		**11.516,40**	**11.516,40**									
EXECUTIVO		1.028,40	1.028,40									
Prefeitura Municipal de Domingos Martins		1.028,40	1.028,40									
LEGISLATIVO		10.488,00	10.488,00									
Camara Municipal de Domingos Martins		10.488,00	10.488,00									
Total (III) = (I + II)	**82.541,85**	**4.037.897,29**	**4.049.122,99**	**13.818,09**	**57.498,06**	**62.183,75**	**5.183.264,34**	**3.450.609,59**	**3.449.439,59**	**570.050,89**	**1.225.957,61**	**1.283.455,67**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal Da Fazenda, Emissão: 29/01/2025 , às 11:38:34

TARCILENE PROSCHOLDT
CONTADOR - CRC 19.237/O

FRANVA ANTONIO SILVA CARDOSO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA

EDUARDO JOSÉ RAMOS
PREFEITO MUNICIPAL

IMPRESSÃO: Tarcilene Proscholdt

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
AVISO DE NOVA DATA DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Domingos Martins, torna público que, após pedido de esclarecimento do edital, foi marcada NOVA DATA de abertura do processo licitatório especificado a seguir:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 053/2024

Objeto: Aquisição de uniformes para os servidores da Prefeitura de Domingos Martins.

Nova Data de abertura: 11 de fevereiro de 2025 - 09 horas.

INFORMAÇÕES E CÓPIA DO EDITAL: Setor de Licitação - Rua Bernardino Monteiro, 85, Centro, Domingos Martins - ES; Tel (27) 93618-2338, no horário de 08:00 às 12:00 e de 13:00 às 17:00 horas, e-mail: licitacao@domingosmartins.es.gov.br, sites: www.domingosmartins.es.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br.

Domingos Martins - ES, 29 de janeiro de 2025.

Thamiris Lampier Mayer Sant' Anna
Pregoeira Municipal

Protocolo 1481430

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
AVISO DE NOVA DATA DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Domingos Martins, torna público que, após alteração do edital, foi marcada NOVA DATA de abertura do processo licitatório especificado a seguir:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 051/2024

Objeto: Aquisição de madeira de eucalipto serrada em pranchas e vigas para reforma e construção de pontes em diversos pontos das estradas vicinais do Município de Domingos Martins.

Nova Data de abertura: 12 de fevereiro de 2025 - 09 horas.

INFORMAÇÕES E CÓPIA DO EDITAL: Setor de Licitação - Rua Bernardino Monteiro, 85, Centro, Domingos Martins - ES; Tel (27) 93618-2338, no horário de 08:00 às 12:00 e de 13:00 às 17:00 horas, e-mail: licitacao@domingosmartins.es.gov.br, sites: www.domingosmartins.es.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br.

Domingos Martins - ES, 29 de janeiro de 2025.

Thamiris Lampier Mayer Sant' Anna
Pregoeira Municipal

Protocolo 1481440

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
AVISO DE NOVA DATA DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Domingos Martins, torna público que, após alteração do edital, foi marcada NOVA DATA de abertura do processo licitatório especificado a seguir:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2024

Objeto: Registro de Preços para aquisição eventual e parcelada de equipamentos (computadores), periféricos e peças de informática para atendimento das Secretarias requisitantes.

Nova Data de abertura: 13 de fevereiro de 2025 - 09 horas.

INFORMAÇÕES E CÓPIA DO EDITAL: Setor de Licitação - Rua Bernardino Monteiro, 85, Centro, Domingos Martins - ES; Tel (27) 93618-2338, no horário de 08:00 às 12:00 e de 13:00 às 17:00 horas, e-mail: licitacao@domingosmartins.es.gov.br, sites: www.domingosmartins.es.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br.

Domingos Martins - ES, 29 de janeiro de 2025.

Thamiris Lampier Mayer Sant'Anna
Pregoeira Municipal

Protocolo 1481460

Portaria

PORTARIA DE PESSOAL Nº 195/2025

RESCINDE A PEDIDO, O CONTRATO DE TRABALHO DE VIVIANE NASCIMENTO DA SILVA - SERVENTE.

O Prefeito de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, e,

- considerando os termos do protocolado nº 784/2025, firmado pela servidora Viviane Nascimento da Silva nesta municipalidade.

R E S O L V E:

Art. 1º Rescinde a pedido, a partir de **21 de janeiro de 2025**, o contrato de trabalho de **Viviane Nascimento da Silva** - **Servente**, lotada no âmbito da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos a 21 de janeiro de 2025.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Domingos Martins - ES, 28 de janeiro de 2025.

EDUARDO JOSÉ RAMOS
Prefeito

Protocolo 1480889

PORTARIA NORMATIVA Nº 483/2025

CRIA COMISSÃO DE SELEÇÃO DE PROFESSOR COORDENADOR MUNICIPAL DO PAES, BOLSISTA DO PROGRAMA DE CONCESSÃO DE BOLSAS DE APOIO TÉCNICO NO ÂMBITO DO PACTO PELA APRENDIZAGEM NO ESPÍRITO SANTO (PAES) PARA O MUNICÍPIO DE DOMINGOS MARTINS E NOMEIA SEUS COMPONENTES.

A Prefeitura Municipal de Domingos Martins, através da Secretaria Municipal de Educação no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1º Fica criada a Comissão de seleção de Professor Municipal Formador do PAES, bolsista do programa de concessão de bolsas de apoio técnico no âmbito do Pacto pela Aprendizagem no Espírito Santo (PAES), no município de DOMINGOS MARTINS.

Art. 2º A Comissão a que se refere o Art. 1º desta

portaria será composta por:
- Rêndrick Augusto Nascimento Schwambach - Secretário(a) Municipal de Educação de DOMINGOS MARTINS.
- Everaldo Vettorazzi, primeiro suplente do(a) Secretário(a) Municipal de Educação.
- Vanete Huwer Ribet, segundo suplente do(a) Secretário(a) Municipal de Educação.
- Héverton Filipe Gomes Dazilio - Superintendente Regional de Educação de Afonso Cláudio.
- Sandro Alex Schwanz, Assessor Pedagógico da Superintendência Regional de Afonso Cláudio, primeiro suplente do Superintendente Regional de Educação.
- Dináh de Oliveira Silva - Assessora do Regime de Colaboração da Superintendência Regional de Afonso Cláudio.
- Michele Tidisco Padovani, técnica referência do Paes, primeira suplente da Assessora do Regime de Colaboração.
- Majory Betini Rocha Küster, técnica referência do PROETI, segunda suplente da Assessora do Regime de Colaboração.

Art. 3º Os membros da Comissão a que se refere o Art. 2º desta portaria, não poderão se inscrever no processo seletivo referente ao programa de concessão de bolsas no âmbito do PAES, sob pena de nulidade, caso seja aprovado.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria de Normativa nº 482/2025.

Registra-se, publica-se e cumpra-se.

Domingos Martins-ES, 28 de janeiro de 2025.

EDUARDO JOSÉ RAMOS
Prefeito

RÊNDRICK AUGUSTO NASCIMENTO SCHWAMBACH
Secretário Municipal de Educação

Protocolo 1480977

PORTARIA DE PESSOAL Nº 188/2025

CONCEDE FÉRIAS FRACIONADAS À SERVIDORA FERNANDA TRAVAGLIA MAGNAGO - ARQUITETO.

O Prefeito de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, e,

- considerando os termos do requerimento apresentado por **Fernanda Travaglia Magnago**, protocolado sob nº 8623/2024, em que solicita fracionamento de gozo de férias;

- considerando o disposto no artigo 111 da Lei Complementar 056/2022 - Estatuto dos Servidores Municipais de Domingos Martins;

R E S O L V E:

Art. 1º Fica concedida férias regulamentares à servidora **Fernanda Travaglia Magnago** - **Arquiteto**, lotada na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, referente ao **período aquisitivo 2023/2024**, a serem usufruídas de forma fracionada, nos termos do § 1° do Art. 111 da Lei Complementar 056/2011.
§ **1°** As férias da servidora serão fracionadas em 03 (três) períodos, sendo o primeiro de 07 (sete) dias de **24 de fevereiro a 02 de março de 2025**, o segundo de 08 (oito) dias de **04 a 11 de junho de 2025** e o terceiro de 15 (quinze) dias de **13 a 27 de outubro de 2025.**

Art. 2° O adicional de férias será pago à servidora na folha de férias do mês de fevereiro de 2025.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Domingos Martins - ES, 27 de janeiro de 2025.

EDUARDO JOSÉ RAMOS
Prefeito

Protocolo 1481652

Termos

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico a **Dispensa de Licitação** abaixo descrita, fundamentada no **artigo 75**, **inciso II**, **da Lei 14.133/2021**:

PROCESSO Nº 12031/2024
DISPENSA N° 009/2025

Nome do Credor: JOÃO AUGUSTO TRARBACH MAYER 12900188717
CNPJ: 39.509.253/0001-20
Valor: R$ 34.032,00 (trinta e quatro mil e trinta e dois reais)
Objeto: Ata de Registro de Preços para aquisição de certificados digitais com fornecimento de mídia criptográfica para armazenamento tipo Token USB, de nível de segurança 3, padrão ICP-Brasil, do tipo A3, para pessoa física com validade de 03 (três) anos, para atender as Secretarias deste Município.
Prazo: Vigência de 01 (um) ano.

Domingos Martins - ES, 28 de janeiro de 2025.
EDUARDO JOSÉ RAMOS
Prefeito

Protocolo 1480971

Convênio

29/01/2025 - 25º TERMO ADITIVO AO AO CONVÊNIO DE CONTRATUALIZAÇÃO Nº 001/2023-FMS,

PARTES: MUNICÍPIO DE DOMINGOS MARTINS POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/ ÓRGÃO GESTOR DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A SANTA CASA DE VITÓRIA - HOSPITAL DR. ARTHUR GERHARDT.
OBJETO: O presente Termo Aditivo que tem por objeto a
incorporação de Recurso financeiro referente à parcela do mês de dezembro de 2024, no valor de R$ 61.364,85 (sessenta e um mil, trezentos e sessenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos), conforme Portaria GM/MS Nº 6.272 de 26 de dezembro de 2024, que dispõe sobre os valores referentes à parcela do mês de dezembro, de que trata o Título IX-A da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, relativos ao repasse da assistência financeira complementar referente ao exercício de 2024.

VALOR: R$ 61.364,85 (sessenta e um mil, trezentos e sessenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos).
FUNDAMENTAÇÃO: Constituição Federal, em especial os seus artigos 196 e seguintes; na forma prevista na Lei nº 8.666 de 21.06.93 e suas alterações no que couber no art. 45 da Lei n. 8.080, de 19.9.1990, na Lei nº 8.142 de 28-12-90, Decreto nº 7.508 de 28-06-2011, na Lei Complementar nº 141 de 13-01-2012, o disposto na Portaria de Consolidação Nº 02/2017, Anexo XXVI referente a Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecendo-se as diretrizes para a organização do componente hospitalar da Rede de Atenção à Saúde (RAS); Portaria de Consolidação Nº 02/2017, Anexo II do Anexo XXIV Diretrizes para a Contratualização de hospitais no âmbito do SUS, e na Portaria de Consolidação Nº 06/2017 Seção IV Do Prazo para o Pagamento dos Incentivos Financeiros aos Estabelecimentos de Saúde que Prestam Serviços de Forma Complementar ao SUS, Lei de Diretrizes Orçamentárias em vigor, no que couber, Processo Administrativo nº 553/2023-087,

Domingos Martins - ES, 29 de janeiro de 2025.
EDUARDO JOSÉ RAMOS
Prefeito

Protocolo 1481041

29/01/2025 - TERMO DE FOMENTO Nº 001/2025.
PARTES: MUNICÍPIO DE DOMINGOS MARTINS E A ASSOCIAÇÃO MONTANHAS CAPIXABAS TURISMO & EVENTOS.
OBJETO: O presente Termo de Fomento, tem por objeto a cooperação financeira da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL para custear despesas provenientes do projeto de realização: organização e coordenação da 34ª edição da Sommerfest - Festival da Imigração Alemã, a ser realizado no período de 30 de janeiro a 02 de fevereiro de 2025, conforme detalhamento constante do Plano de Trabalho acostado aos autos do Processo Administrativo nº 498/2025, parte integrante deste instrumento, para todos os efeitos, independentemente de transcrição.
PRAZO: 04 (quatro) meses a partir da data de sua assinatura.
VALOR: R$ 376.480,71 (trezentos e setenta e seis mil quatrocentos e oitenta reais e setenta e um centavos)
FUNDAMENTAÇÃO: Lei Complementar nº101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, Processo Administrativo nº 498/2025.

Domingos Martins - ES, 29 de janeiro de 2025.
WANZETE KRUGER
Prefeito

Protocolo 1481593

Dores do Rio Preto

Convocação

A Prefeitura Municipal de Dores do Rio Preto, por meio da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº 014/2024, torna público o CONVOCAÇÃO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS PARA CONTRATAÇÃO EM REGIME DE DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE. MÉDICOS 4 HORAS.
https://www.pmdrp.es.gov.br/detalhe-do-processo-seletivo/info/processo-seletivo-simplificado-14-2024/55

Dores do Rio Preto, 29 de janeiro de 2025.

Protocolo 1481459

Aditivo

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 020/2024
Órgão Gerenciador: Município de Dores do Rio Preto/ES.
Compromissário Fornecedor: ANNA CAROLINA SIRQUEIRA COELHO 15838297760
CNPJ: 39.962.954/0001-10
Objeto: Contratação de empresa especializada em confecção de Placas de Sinalização de Trânsito.
Valor: R$ 60.996,00
Vigência: 23/02/2025 a 22/02/2026
Dores do Rio Preto, 29/01/2025
THIAGO LOPES PESSOTTI
Prefeito Municipal

Protocolo 1481470

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 050/2023
ID: 2022.024E0700001.01.0077
Contratante: Município de Dores do Rio Preto/ES.
Contratado: R RIVA SERVIÇOS E TRANSPORTE LTDA.
CNPJ: 08.986.760/0001- 21
Objeto: Contratação de empresa ou cooperativa para realização do transporte escolar dos alunos do Município de Dores do Rio Preto/ES.
Valor: R$ 2.384.618,82
Vigência: 03/02/2025 até 02/02/2026
Dores do Rio Preto, 29/01/2025
THIAGO LOPES PESSOTTI
Prefeito Municipal

Protocolo 1481726

Ecoporanga

Edital

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO FRACASSADA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 0004/2024
O Município de Ecoporanga/ES, torna público a todos os interessados que a CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 0004/2024
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO PARA CONSTRUÇÃO DE MURO DE CONTENÇÃO DA CASA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL ANA FRANCISCA DA SILVA DO MUNICÍPIO DE ECOPORANGA-ES.
Situação: FRACASSADO.
Processo: 5318/2024
ID CIDADES: 2024.025E0600002.01.0003
ID CONTRATAÇÃO PNCP: 27167311000104-1-000097/2024
José Luiz Mendes
Prefeito

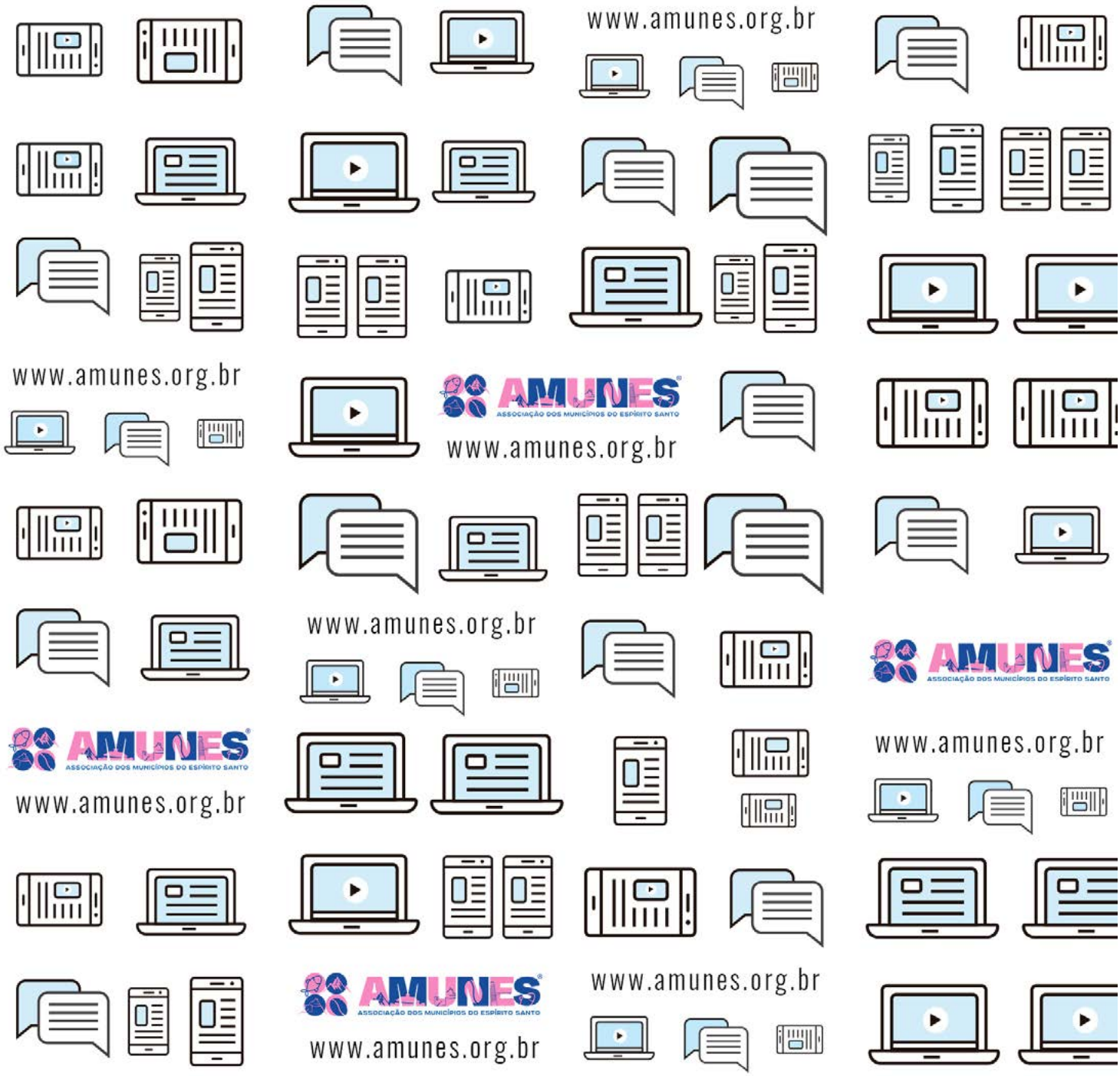
Protocolo 1481355

Fundão

Contrato

EXTRATO DE CONTRATO N.º 017/2025
ID CIDADES N.º 2023.026E0600015.02.0002
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 4132/2023
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FUNDÃO
CNPJ: 27.165.182/0001-07
CONTRATADA: POTENCIAL PRODUÇÕES LTDA
CNPJ: 24.622.860/0001-25
OBJETO CONTRATUAL: contratação de serviços especializados de Arbitragem para atender a demanda de eventos esportivos a serem realizados pela Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Juventude.
VIGÊNCIA: tem início na data de sua assinatura, tendo sua eficácia a partir da publicação nos meios oficiais, pelo prazo de 12 (doze) meses.
VALOR: R$13.650,00 (treze mil seiscentos e cinquenta reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
018100.2781200101.036 - PROMOÇÃO E REALIZAÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS E DE LAZER
33903900000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FICHA: 0000012
FONTE: 172000000000
Data de Assinatura: 29 de janeiro de 2025.
ANDRÉ LUIZ RANGEL RIBEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, LAZER E JUVENTUDE

Protocolo 1481931



Governador Lindenberg

Termos

Municipio de Governador Lindenberg - ES - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

STN/SICONFI

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	LIQUIDADAS													
	JAN/2024	FEV/2024	MAR/2024	ABR/2024	MAI/2024	JUN/2024	JUL/2024	AGO/2024	SET/2024	OUT/2024	NOV/2024	DEZ/2024	Total (Últimos 12 meses) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**1.254.256,93**	**2.093.326,07**	**2.209.160,52**	**2.497.042,74**	**2.257.654,99**	**2.177.546,53**	**2.222.982,20**	**2.321.822,48**	**2.240.370,65**	**2.379.764,40**	**2.270.983,95**	**5.830.721,42**	**29.755.632,88**	
Pessoal Ativo	1.254.256,93	2.093.326,07	2.209.160,52	2.497.042,74	2.257.654,99	2.177.546,53	2.222.982,20	2.321.822,48	2.240.370,65	2.379.764,40	2.270.983,95	5.830.721,42	29.755.632,88	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis.	1.083.863,78	1.893.947,45	2.001.041,79	2.048.437,08	2.040.435,32	2.187.870,04	1.999.888,13	2.100.339,74	2.021.680,09	2.160.129,35	2.052.133,91	5.425.414,56	27.015.181,24	
Obrigações Patronais	170.393,15	199.378,62	208.118,73	448.605,66	217.219,67	(10.323,51)	223.094,07	221.482,74	218.690,56	219.635,05	218.850,04	405.306,86	2.740.451,64	
Pessoal Inativo e Pensionistas														
Aposentadorias, Reserva e Reformas														
Pensões														
Outras desp. pessoal decorr. contr. terceir. ou Contrat. de forma indiret														
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	**19.947,05**	**17.028,80**	**18.427,57**	**18.408,98**	**16.790,38**	**16.241,69**	**465.930,07**	**112.961,32**	**98.783,31**	**98.783,31**	**83.374,11**	**235.217,26**	**1.201.893,85**	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	4.992,67		2.179,01	1.618,60								3.131,38	11.921,66	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração								14.850,39					14.850,39	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração														
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados														
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recu							449.016,00	81.896,00	81.896,00	81.896,00	52.801,33	198.534,67	946.040,00	
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de	14.954,38	17.028,80	16.248,56	16.790,38	16.790,38	16.241,69	16.914,07	16.214,93	16.887,31	16.887,31	30.572,78	33.551,21	229.081,80	
Outras Deduções Constitucionais ou Legais														
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**1.234.309,88**	**2.076.297,27**	**2.190.732,95**	**2.478.633,76**	**2.240.864,61**	**2.161.304,84**	**1.757.052,13**	**2.208.861,16**	**2.141.587,34**	**2.280.981,09**	**2.187.609,84**	**5.595.504,16**	**28.553.739,03**	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**73.901.161,27**	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art 166-A, § 1º da CF)	2.849.933,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF)		
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)	979.928,00	
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais		
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CALCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	**70.071.300,27**	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III a + III b)	**28.553.739,03**	**40,75**
LIMITE MÁXIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	**37.838.502,15**	**54,00**
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	**35.946.577,04**	**51,30**
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	**34.054.651,94**	**48,60**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças, Emissão: 28/01/2025 , as 16:13:03

Leonardo Prando Finco	Davieli Ovane Dalfior	Eduarda Saquetto Bernabé
Prefeito Municipal	Secretaria Municipal de Finanças	Contadora CRC 023087/0-3

Municipio de Governador Lindenberg - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024
RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") R$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2024	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	**447.286,93**	**336.380,31**	**284.504,05**
Dívida Mobiliária			
Dívida Contratual	447.286,93	336.380,31	284.504,05
Empréstimos	447.286,93	336.380,31	284.504,05
Internos	447.286,93	336.380,31	284.504,05
Externos			
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios			
Financiamentos			
Internos			
Externos			
Parcelamento e Renegociação de dívidas			
De Tributos			
De Contribuições Previdenciárias			
De Demais Contribuições Sociais			
Do FGTS			
Com Instituição Não Financeira			
Demais Dívidas Contratuais			
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos			
Outras Dívidas			
DEDUÇÕES (II)	**18.856.847,83**	**22.092.238,01**	**21.360.532,59**
Disponibilidade de Caixa	18.856.847,83	22.092.238,01	21.360.532,59
Disponibilidade de Caixa Bruta	21.223.684,86	22.797.887,87	22.983.704,36
(-) Restos a Pagar Processados	1.659.495,25	3.081,98	714.590,11
(-) Depósitos Restituíves e Valores Vinculados	707.341,78	702.567,88	908.581,66
Demais Haveres Financeiros			
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	**(18.409.560,90)**	**(21.755.857,70)**	**(21.076.028,54)**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**63.891.140,84**	**73.004.804,86**	**73.901.161,27**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	**2.939.000,00**	**4.539.000,00**	**2.849.933,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	**60.952.140,84**	**68.465.804,86**	**71.051.228,27**
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	**0,73**	**0,49**	**0,40**
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	**(30,20)**	**(31,78)**	**(29,66)**
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120,00%	**73.142.569,01**	**82.158.965,83**	**85.261.473,92**
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	**65.828.312,11**	**73.943.069,25**	**76.735.326,53**

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2024	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000			
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)			
PASSIVO ATUARIAL			
RP NÃO-PROCESSADOS	289.203,01	1.991,38	950.290,31
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO			
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP			
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS			

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças, Emissão: 28/01/2025 , as 16:19:44

Municipio de Governador Lindenberg - ES
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

STN/SICONFI

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") R$ 1,00

Leonardo Prando Finco
Prefeito Municipal

Davieli Ovane Dalfior
Secretaria Municipal de Finanças

Eduarda Saquetto Bernabé
Contadora CRC 023087/0-3

Municipio de Governador Lindenberg - ES
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
3º QUADRIMESTRE DE 2024 - SETEMBRO A DEZEMBRO DE 2024

STN/SICONFI

RGF - ANEXO 3 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40 § 1º) — R$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2024		
		Até o 1º quadrimestre	Até o 2º quadrimestre	Até o 3º quadrimestre
AOS ESTADOS (I)				
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas				
AOS MUNICÍPIOS (II)				
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas				
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)				
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas				
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)				
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	63.891.140,84	68.907.449,33	74.961.169,31	73.901.161,27
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)	2.939.000,00	2.939.000,00	4.029.000,00	2.849.933,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	60.952.140,84	65.968.449,33	70.932.169,31	71.051.228,27
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)				
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22,00 %	13.409.470,98	14.513.058,85	15.605.077,25	15.631.270,22
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 90,00 %	12.068.523,88	13.061.752,96	14.044.569,53	14.068.143,20

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2024		
		Até o 1º quadrimestre	Até o 2º quadrimestre	Até o 3º quadrimestre
DOS ESTADOS (IX)				
Em Garantia às operações de Crédito Externas				
Em Garantia às operações de Crédito Internas				
DOS MUNICÍPIOS (X)				
Em Garantia às operações de Crédito Externas				
Em Garantia às operações de Crédito Internas				
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)				
Em Garantia às operações de Crédito Externas				
Em Garantia às operações de Crédito Internas				
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)				
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)				

MEDIDAS CORRETIVAS

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças, Emissão: 28/01/2025 , as 16:15:43

Leonardo Prando Finco
Prefeito Municipal

Davieli Ovane Dalfior
Secretaria Municipal de Finanças

Eduarda Saquetto Bernabé
Contadora CRC 023087/0-3

Municipio de Governador Lindenberg - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
3º QUADRIMESTRE DE 2024 - SETEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c") R$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Mobiliária		
Interna		
Externa		
Contratual		
Interna		
Empréstimos		
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro		
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços		
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)		
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (I)		
Externa		
Empréstimos		
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro		
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços		
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)		
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação[1] (II)		
TOTAL (III)		

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	73.901.161,27	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 1º, art. 166-A da CF) (V)	2.849.933,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	71.051.228,27	
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)		
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)		
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	11.368.196,52	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	10.231.376,87	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	4.973.585,98	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Parcelamentos de Dívidas		
Tributos		
Contribuições Previdenciárias		
FGTS		
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas		

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças, Emissão: 28/01/2025 , as 16:18:43

Leonardo Prando Finco
Prefeito Municipal

Davieli Ovane Dalfior
Secretaria Municipal de Finanças

Eduarda Saquetto Bernabé
Contadora CRC 023087/0-3

Municipio de Governador Lindenberg - ES - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2024 - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2024

RGF - ANEXO 5 (LRF, Art. 55, inciso III, alínea "a") — R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g) = (a - (b + c + d + e)-f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)					
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	**4.825.543,93**	**596,68**	**408.279,75**		**517.663,24**		**3.899.004,26**	**808.467,15**		3.090.537,11
Recursos Não Vinculados de Impostos	3.076.572,01	596,68	407.025,86		480.217,37		2.188.732,10	808.404,87		1.380.327,23
Outros Recursos não Vinculados	1.748.971,92		1.253,89		37.445,87		1.710.272,16	62,28		1.710.209,88
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS) (II)	**18.158.160,43**	**11,14**	**305.702,54**		**390.918,42**		**17.461.528,33**	**141.823,16**		17.319.705,17
Recursos Vinculados à Educação	**7.592.141,46**		**246.398,76**		**234.946,46**		**7.110.796,24**	**92.967,31**		7.017.828,93
Transferências do FUNDEB	635.213,47		101.174,87		220.701,62		313.336,98	81.278,25		232.058,73
Outros Recursos Vinculados à Educação	6.956.927,99		145.223,89		14.244,84		6.797.459,26	11.689,06		6.785.770,20
Recursos Vinculados à Saúde	**1.266.832,64**	**11,14**	**25.023,21**		**136.516,20**		**1.105.282,09**			1.105.282,09
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS	1.265.416,05	11,14	25.023,21		136.516,20		1.103.865,50			1.103.865,50
Outros Recursos Vinculados à Saúde	1.416,59						1.416,59			1.416,59
Recursos Vinculados à Assistência Social	**440.191,60**		**705,01**		**3.827,10**		**435.659,49**	**7.041,55**		428.617,94
Recursos Vinculados à Previdência Social (Exceto ao RPPS)										
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	**6.764.312,51**		**20.575,5**		**11.226,28**		**6.732.510,67**	**14.284,54**		6.718.226,13
Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres (exceto Educação, Saúde e Assistência)	5.119.255,45		5.379,52		6.340,44		5.107.535,49	700,00		5.106.835,49
Outras Vinculações Decorrentes de Transferências	1.645.057,06		15.196,04		4.885,84		1.624.975,18	13.584,54		1.611.390,64
Demais Vinculações Legais	**1.773.559,53**						**1.773.559,53**	**26.886,28**		1.746.673,25
Outras Vinculações Legais	55.521,02						55.521,02	616,68		54.904,34
Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à Saúde)	22,95						22,95			22,95
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	1.718.015,56						1.718.015,56	26.269,60		1.691.745,96
Recursos Vinculados a Fundos (exceto Educação, Saúde, Assistência e Previdência)										
Recursos Extraorçamentários										
Outras Vinculações	**321.122,69**		**13.000,00**		**4.402,38**		**303.720,31**	**643,48**		303.076,83
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS AO RPPS (III)										
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)[2]										
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)										
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração										
TOTAL (IV) = (I + II + III)	**22.983.704,36**	**607,82**	**713.982,29**		**908.581,66**		**21.360.532,59**	**950.290,31**		20.410.242,28

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: , Emissão: , as

Leonardo Prando Finco	Davieli Ovane Dalfior	Eduarda Saquetto Bernabé
Prefeito Municipal	Secretaria Municipal de Finanças	Contadora CRC 023087/0-3

Protocolo 1481337

Municipio de Governador Lindenberg - ES — **STN/SICONFI**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL

6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) — Em Reais

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas			% (c/a)	Saldo (a-c)
			No Período (b)	%(b/a)	Até o Período (c)		
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**59.821.450,00**	**71.462.736,45**	**15.019.311,07**	**21,02**	**81.392.136,24**	**113,89**	**(9.929.399,79)**
RECEITAS CORRENTES	59.820.450,00	71.461.736,45	13.256.564,63	18,55	73.901.161,27	103,41	(2.439.424,82)
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	2.299.520,00	2.299.520,00	543.006,72	23,61	3.530.249,30	153,52	(1.230.729,30)
Impostos	2.077.120,00	2.077.120,00	525.370,61	25,29	3.124.229,07	150,41	(1.047.109,07)
Taxas	222.400,00	222.400,00	17.636,11	7,93	406.020,23	182,56	(183.620,23)
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	171.500,00	171.500,00	28.908,82	16,86	180.798,92	105,42	(9.298,92)
Contribuições Sociais							
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Forma							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	171.500,00	171.500,00	28.908,82	16,86	180.798,92	105,42	(9.298,92)
RECEITA PATRIMONIAL	440.400,00	1.774.493,44	260.593,69	14,69	1.565.234,59	88,21	209.258,85
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários	440.400,00	1.774.493,44	260.593,69	14,69	1.565.234,59	88,21	209.258,85
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Au							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS	2.008.000,00	2.008.000,00	335.687,91	16,72	2.078.092,62	103,49	(70.092,62)
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	2.008.000,00	2.008.000,00	335.687,91	16,72	2.078.092,62	103,49	(70.092,62)
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	54.817.010,00	64.631.547,84	12.027.167,84	18,61	66.022.257,66	102,15	(1.390.709,82)
Transferências da União e de suas Entidades	26.826.770,00	30.073.213,99	7.038.118,75	23,40	31.600.650,26	105,08	(1.527.436,27)
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	21.769.440,00	27.577.533,85	3.701.801,93	13,42	27.047.608,77	98,08	529.925,08
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas	6.220.800,00	6.980.800,00	1.287.247,16	18,44	7.373.998,63	105,63	(393.198,63)
Transferências do Exterior							
Demais Transferências Correntes							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	84.020,00	576.675,17	61.199,65	10,61	524.528,18	90,96	52.146,99
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	2.000,00	2.000,00	357,69	17,88	3.145,75	157,29	(1.145,75)
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	42.010,00	534.665,17	77,12	0,01	105.596,42	19,75	429.068,75
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							
Demais Receitas Correntes	40.010,00	40.010,00	60.764,84	151,87	415.786,01	1.039,21	(375.776,01)
RECEITAS DE CAPITAL	1.000,00	1.000,00	1.762.746,44	176.274,64	7.490.974,97	749.097,50	(7.489.974,97)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS	1.000,00	1.000,00	1.539.300,00	153.930,00	1.539.300,00	153.930,00	(1.538.300,00)
Alienação de Bens Móveis	1.000,00	1.000,00	1.539.300,00	153.930,00	1.539.300,00	153.930,00	(1.538.300,00)
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL			223.446,44		5.951.674,97		(5.951.674,97)
Transferências da União e de suas Entidades			100.000,00		4.609.048,79		(4.609.048,79)
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades			123.446,44		1.342.626,18		(1.342.626,18)
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Tranferências de Capital							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)			**22.991,09**		**71.426,40**		**(71.426,40)**
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	**59.821.450,00**	**71.462.736,45**	**15.042.302,16**	**21,05**	**81.463.562,64**	**113,99**	**(10.000.826,19)**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
Mobiliária							
Contratual							
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	59.821.450,00	71.462.736,45	15.042.302,16	21,05	81.463.562,64	113,99	(10.000.826,19)
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	59.821.450,00	71.462.736,45	15.042.302,16	21,05	81.463.562,64	113,99	(10.000.826,19)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	—	12.455.684,18	—	—	12.455.684,18	100,00	—
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	—	—	—	—	—	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	—	12.455.684,18	—	—	12.455.684,18	100,00	—

Despesas	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas		Saldo (g) = (e - f)	Despesas Liquidadas		Saldo (i) = (e - h)	Despesas Pagas Até o Periodo (j)	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados(k)
			No Período	Até Período (f)		No Período	Até Período (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (	**59.821.450,00**	**85.110.227,80**	**10.298.027,44**	**79.512.479,19**	**5.597.748,61**	**16.358.693,38**	**78.562.188,88**	**6.548.038,92**	**77.842.256,46**	**950.290,31**
DESPESAS CORRENTES	58.841.540,00	73.273.083,16	10.572.913,11	69.619.941,86	3.653.141,30	15.512.997,85	68.777.914,39	4.495.168,77	68.077.481,97	842.027,47
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	31.834.180,00	31.750.318,55	7.925.673,47	30.861.250,10	889.068,45	8.402.104,90	30.861.250,10	889.068,45	30.685.849,49	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	99.600,00	70.132,56	7.350,21	54.601,13	15.531,43	7.350,21	54.601,13	15.531,43	54.601,13	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	26.907.760,00	41.452.632,05	2.639.889,43	38.704.090,63	2.748.541,42	7.103.542,74	37.862.063,16	3.590.568,89	37.337.031,35	842.027,47
DESPESAS DE CAPITAL	379.910,00	11.837.143,79	(274.885,67)	9.892.537,33	1.944.606,46	845.695,53	9.784.274,49	2.052.869,30	9.764.774,49	108.262,84
INVESTIMENTOS	218.170,00	11.675.385,11	(301.845,45)	9.730.778,65	1.944.606,46	818.735,75	9.622.515,81	2.052.869,30	9.603.015,81	108.262,84
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	161.740,00	161.758,68	26.959,78	161.758,68		26.959,78	161.758,68		161.758,68	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	600.000,00	0,85			0,85			0,85		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)		**79.041,89**	**(6.410,61)**	**70.989,39**	**8.052,50**	**23.164,01**	**70.989,39**	**8.052,50**	**70.989,39**	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	**59.821.450,00**	**85.189.269,69**	**10.291.616,83**	**79.583.468,58**	**5.605.801,11**	**16.381.857,39**	**78.633.178,27**	**6.556.091,42**	**77.913.245,85**	**950.290,31**
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI										
Amortização da Dívida Interna										
Dívida Mobiliária										
Dívida Contratual										
Amortização da Dívida Externa										
Dívida Mobiliária										

Municipio de Governador Lindenberg - ES — **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) — Em Reais

Dívida Contratual										
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	59.821.450,00	85.189.269,69	10.291.616,83	79.583.468,58	5.605.801,11	16.381.857,39	78.633.178,27	6.556.091,42	77.913.245,85	950.290,31
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	1.880.094,06		—	2.830.384,37		3.550.316,79	—
TOTAL COM SUPERAVIT (XIV) = (XII + XIII)	59.821.450,00	85.189.269,69	10.291.616,83	81.463.562,64	5.605.801,11	16.381.857,39	81.463.562,64	6.556.091,42	81.463.562,64	950.290,31
RESERVA DO RPPS	—	—	—			—				—

Receitas Intra	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas			% (c/a)	Saldo (a-c)
			No Período (b)	% (b/a)	Até o Período (c)		
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)			**22.991,09**		**71.426,40**		
RECEITAS CORRENTES			22.991,09		71.426,40		
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA							
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES							
Contribuições Sociais							
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Forma(							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL							
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários							
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Au							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS			22.991,09		71.426,40		
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais			22.991,09		71.426,40		
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Transferências Correntes							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES							
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos							
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							
Demais Receitas Correntes							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Tranferências de Capital							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							

Despesas Intra	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas		Saldo (g) = (e - f)	Despesas Liquidadas		Saldo (i) = (e - h)	Despesas Pagas Até o Periodo (j)	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados(k)
			No Período	Até Período (f)		No Período	Até Período (h)			
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)		**79.041,89**	**(6.410,61)**	**70.989,39**	**8.052,50**	**23.164,01**	**70.989,39**	**8.052,50**	**70.989,39**	—
DESPESAS CORRENTES		79.041,89	(6.410,61)	70.989,39	8.052,50	23.164,01	70.989,39	8.052,50	70.989,39	—
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS										—
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										—
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		79.041,89	(6.410,61)	70.989,39	8.052,50	23.164,01	70.989,39	8.052,50	70.989,39	—
DESPESAS DE CAPITAL										—
INVESTIMENTOS										—
INVERSÕES FINANCEIRAS										—
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										—
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										—

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças, Emissão: 28/01/2025 , às 15:28:33

Municipio de Governador Lindenberg - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) Em Reais

Leonardo Prando Finco
Prefeito Municipal

Davieli Ovani Dalfior
Secretaria Municipal de Finanças

Michela Pina Couto
Contadora CRC-ES 15270/O-2

Municipio de Governador Lindenberg - ES **STN/SICONFI**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL

6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**59.821.450,00**	**85.110.227,80**	**10.298.027,44**	**79.512.479,19**	**99,91**	**5.597.748,61**	**16.358.693,38**	**78.562.188,88**	**99,91**	**6.548.038,92**	**950.290,31**
Legislativa	**2.200.000,00**	**1.447.000,00**	**(222.795,85)**	**1.414.424,66**	**1,78**	**32.575,34**	**357.805,03**	**1.414.424,66**	**1,80**	**32.575,34**	
Ação Legislativa	2.200.000,00	1.447.000,00	(222.795,85)	1.414.424,66	1,78	32.575,34	357.805,03	1.414.424,66	1,80	32.575,34	
Controle Externo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Judiciária											
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Essencial à Justiça											
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Administração	**8.201.250,00**	**9.998.131,46**	**1.510.171,36**	**9.513.406,00**	**11,95**	**484.725,46**	**2.130.324,16**	**9.454.908,79**	**12,02**	**543.222,67**	**58.497,21**
Planejamento e Orçamento											
Administração Geral	6.708.050,00	8.473.091,53	1.283.029,45	8.042.673,46	10,11	430.418,07	1.798.329,66	7.994.346,25	10,17	478.745,28	48.327,21
Administração Financeira	1.149.960,00	1.175.512,52	195.138,21	1.150.689,94	1,45	24.822,58	265.326,79	1.140.519,94	1,45	34.992,58	10.170,00
Controle Interno	198.890,00	219.204,25	42.001,57	200.068,16	0,25	19.136,09	46.671,97	200.068,16	0,25	19.136,09	
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas	144.320,00	130.293,16	(9.997,87)	119.974,44	0,15	10.318,72	19.995,74	119.974,44	0,15	10.318,72	
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
Demais Subfunções	30,00	30,00				30,00				30,00	
Defesa Nacional											
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Segurança Pública											
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Assistência Social	**3.368.840,00**	**6.134.622,08**	**(263.152,93)**	**5.002.481,30**	**6,29**	**1.132.140,78**	**1.073.700,48**	**4.977.421,19**	**6,33**	**1.157.200,89**	**25.060,11**
Assistência ao Idoso	60,00	60,00				60,00				60,00	
Assistência ao Portador de Deficiência	260.070,00	530.070,00	100.000,00	530.065,00	0,67	5,00	139.670,00	530.065,00	0,67	5,00	
Assistência à Criança e ao Adolescente	62.910,00	64.040,00	(4.238,88)	58.191,43	0,07	5.848,57	8.561,20	55.875,54	0,07	8.164,46	2.315,89
Assistência Comunitária	885.830,00	2.610.460,42	(829.957,46)	1.519.695,43	1,91	1.090.764,99	378.570,71	1.502.731,68	1,91	1.107.728,74	16.963,75
Administração Geral	2.159.970,00	2.929.991,66	471.043,41	2.894.529,44	3,64	35.462,22	546.898,57	2.888.748,97	3,67	41.242,69	5.780,47
Demais Subfunções											
Previdência Social											
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário											
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saúde	**17.573.010,00**	**21.530.242,14**	**3.608.803,94**	**20.210.739,19**	**25,40**	**1.319.502,95**	**4.415.598,40**	**19.699.311,33**	**25,05**	**1.830.930,81**	**511.427,86**
Atenção Básica	5.404.660,00	5.996.909,17	777.317,17	5.243.587,29	6,59	753.321,88	1.084.878,19	5.190.397,71	6,60	806.511,46	53.189,58
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.694.510,00	5.998.462,63	1.078.398,67	5.816.830,94	7,31	181.631,69	1.021.666,40	5.421.048,50	6,89	577.414,13	395.782,44
Suporte Profilático e Terapêutico	280.010,00	736.423,04	8.676,17	476.491,95	0,60	259.931,09	85.943,85	476.491,95	0,61	259.931,09	
Vigilância Sanitária											
Vigilância Epidemiológica	474.700,00	516.120,78	115.753,85	502.295,48	0,63	13.825,30	123.151,17	502.295,48	0,64	13.825,30	

Municipio de Governador Lindenberg - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
Alimentação e Nutrição											
Administração Geral	7.719.130,00	8.282.326,52	1.628.658,08	8.171.533,53	10,27	110.792,99	2.099.958,79	8.109.077,69	10,31	173.248,83	62.455,84
Demais Subfunções											
Trabalho	**590.010,00**	**726.172,66**	**129.287,46**	**724.974,37**	**0,91**	**1.198,29**	**129.888,86**	**672.026,15**	**0,85**	**54.146,51**	**52.948,22**
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	590.000,00	726.162,66	129.287,46	724.974,37	0,91	1.188,29	129.888,86	672.026,15	0,85	54.136,51	52.948,22
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
Administração Geral											
Demais Subfunções	10,00	10,00				10,00				10,00	
Educação	**19.035.250,00**	**21.348.666,97**	**4.294.719,65**	**21.039.681,72**	**26,44**	**308.985,25**	**5.480.768,49**	**20.883.002,57**	**26,56**	**465.664,40**	**156.679,15**
Ensino Fundamental	7.794.710,00	8.599.107,75	1.754.691,16	8.494.703,84	10,67	104.403,91	2.249.200,84	8.404.601,84	10,69	194.505,91	90.102,00
Ensino Médio											
Ensino Profissional	10,00	10,00				10,00				10,00	
Ensino Superior	520.000,00	520.000,00	(28.160,00)	490.840,00	0,62	29.160,00	85.220,00	490.840,00	0,62	29.160,00	
Educação Infantil	8.833.600,00	9.938.568,44	2.159.457,86	9.797.467,22	12,31	141.101,22	2.630.359,41	9.754.522,97	12,41	184.045,47	42.944,25
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial											
Educação Básica											
Administração Geral	1.886.930,00	2.290.980,78	408.730,63	2.256.670,66	2,84	34.310,12	515.988,24	2.233.037,76	2,84	57.943,02	23.632,90
Demais Subfunções											
Cultura	**43.800,00**	**756.709,52**	**67.870,04**	**618.442,10**	**0,78**	**138.267,42**	**100.474,13**	**618.442,10**	**0,79**	**138.267,42**	
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural	43.750,00	280.877,31	93.504,13	275.807,91	0,35	5.069,40	100.474,13	275.807,91	0,35	5.069,40	
Administração Geral											
Demais Subfunções	50,00	475.832,21	(25.634,09)	342.634,19	0,43	133.198,02		342.634,19	0,44	133.198,02	
Direitos da Cidadania											
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Urbanismo	**15.180,00**	**2.199.632,22**	**(271.048,46)**	**1.872.345,32**	**2,35**	**327.286,90**	**191.300,99**	**1.872.345,32**	**2,38**	**327.286,90**	
Infra-Estrutura Urbana	15.160,00	1.919.675,96	7.765,43	1.872.345,32	2,35	47.330,64	191.300,99	1.872.345,32	2,38	47.330,64	
Serviços Urbanos	20,00	279.956,26	(278.813,89)			279.956,26				279.956,26	
Transportes Coletivos Urbanos											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Habitação	**40,00**	**2.296.394,58**	**77.281,85**	**2.118.399,42**	**2,66**	**177.995,16**	**77.281,85**	**2.118.399,42**	**2,69**	**177.995,16**	
Habitação Rural											
Habitação Urbana	40,00	2.296.394,58	77.281,85	2.118.399,42	2,66	177.995,16	77.281,85	2.118.399,42	2,69	177.995,16	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saneamento	**2.110.030,00**	**3.960.327,88**	**504.534,09**	**3.005.875,58**	**3,78**	**954.452,30**	**709.498,28**	**3.005.813,30**	**3,82**	**954.514,58**	**62,28**
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano	2.110.030,00	3.960.327,88	504.534,09	3.005.875,58	3,78	954.452,30	709.498,28	3.005.813,30	3,82	954.514,58	62,28
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	**883.480,00**	**1.627.758,54**	**60.778,29**	**1.533.489,86**	**1,93**	**94.268,68**	**169.093,16**	**1.526.561,65**	**1,94**	**101.196,89**	**6.928,21**
Preservação e Conservação Ambiental	415.560,00	404.349,52	4.738,55	403.584,87	0,51	764,65	59.616,22	397.481,59	0,51	6.867,93	6.103,28
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos	40,00	230.140,00		230.100,00	0,29	40,00		230.100,00	0,29	40,00	
Meteorologia											
Administração Geral	467.880,00	945.871,86	56.039,74	895.284,99	1,12	50.586,87	109.476,94	894.460,06	1,14	51.411,80	824,93
Demais Subfunções		47.397,16		4.520,00	0,01	42.877,16		4.520,00	0,01	42.877,16	
Ciência e Tecnologia	**233.350,00**	**201.709,85**	**10.180,70**	**184.269,86**	**0,23**	**17.439,99**	**53.702,99**	**184.269,86**	**0,23**	**17.439,99**	
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
Administração Geral											
Demais Subfunções	233.350,00	201.709,85	10.180,70	184.269,86	0,23	17.439,99	53.702,99	184.269,86	0,23	17.439,99	
Agricultura	**4.012.040,00**	**9.639.613,67**	**586.010,17**	**9.112.658,92**	**11,45**	**526.954,75**	**1.092.842,98**	**8.985.321,65**	**11,43**	**654.292,02**	**127.337,27**
Abastecimento											
Extensão Rural	871.470,00	4.403.638,71	434.465,79	4.274.106,08	5,37	129.532,63	442.285,00	4.274.106,08	5,44	129.532,63	
Irrigação											

Municipio de Governador Lindenberg - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
Administração Geral	3.140.570,00	5.235.974,96	151.544,38	4.838.552,84	6,08	397.422,12	650.557,98	4.711.215,57	5,99	524.759,39	127.337,27
Demais Subfunções											
Organização Agrária											
Reforma Agrária											
Colonização											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Indústria											
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comércio e Serviços											
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comunicações											
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Energia	**394.370,00**	**517.966,75**	**(20.080,59)**	**493.090,00**	**0,62**	**24.876,75**	**95.633,06**	**493.090,00**	**0,63**	**24.876,75**	
Conservação de Energia											
Energia Elétrica	394.370,00	517.966,75	(20.080,59)	493.090,00	0,62	24.876,75	95.633,06	493.090,00	0,63	24.876,75	
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Transporte											
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	**274.460,00**	**2.382.281,39**	**191.036,76**	**2.340.747,69**	**2,94**	**41.533,70**	**246.349,56**	**2.329.397,69**	**2,96**	**52.883,70**	**11.350,00**
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário	178.330,00	333.042,30	46.565,56	306.982,55	0,39	26.059,75	75.437,86	295.632,55	0,38	37.409,75	11.350,00
Lazer	96.090,00	2.049.199,09	144.471,20	2.033.765,14	2,56	15.433,95	170.911,70	2.033.765,14	2,59	15.433,95	
Administração Geral											
Demais Subfunções	40,00	40,00				40,00				40,00	
Encargos Especiais	**286.340,00**	**342.997,24**	**34.430,96**	**327.453,20**	**0,41**	**15.544,04**	**34.430,96**	**327.453,20**	**0,42**	**15.544,04**	
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna	261.340,00	231.891,24	34.309,99	216.359,81	0,27	15.531,43	34.309,99	216.359,81	0,28	15.531,43	
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais	25.000,00	111.106,00	120,97	111.093,39	0,14	12,61	120,97	111.093,39	0,14	12,61	
Transferências para a Educação Básica											
Demais Subfunções											
Reserva de Contigência	**600.000,00**	**0,85**	**----**	**----**	**----**	**0,85**	**----**	**----**	**----**	**0,85**	**----**
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		**79.041,89**	**(6.410,61)**	**70.989,39**	**0,09**	**8.052,50**	**23.164,01**	**70.989,39**	**0,09**	**8.052,50**	
TOTAL (III) = (I + II)	**59.821.450,00**	**85.189.269,69**	**10.291.616,83**	**79.583.468,58**	**100,00**	**5.605.801,11**	**16.381.857,39**	**78.633.178,27**	**100,00**	**6.556.091,42**	**950.290,31**

Municipio de Governador Lindenberg - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		**79.041,89**	**(6.410,61)**	**70.989,39**	**0,09**	**8.052,50**	**23.164,01**	**70.989,39**	**0,09**	**8.052,50**	
Legislativa		**3.000,00**	**(1.690,11)**	**1.309,89**	**0,00**	**1.690,11**	**1.309,89**	**1.309,89**	**0,00**	**1.690,11**	
Ação Legislativa		3.000,00	(1.690,11)	1.309,89	0,00	1.690,11	1.309,89	1.309,89	0,00	1.690,11	
Controle Externo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Judiciária											
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Essencial à Justiça											
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Administração		**26.000,00**	**(2.658,14)**	**23.341,86**	**0,03**	**2.658,14**	**6.722,34**	**23.341,86**	**0,03**	**2.658,14**	
Planejamento e Orçamento											
Administração Geral		16.000,00	(2.116,74)	13.883,26	0,02	2.116,74	5.026,06	13.883,26	0,02	2.116,74	
Administração Financeira											
Controle Interno											
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
Demais Subfunções		10.000,00	(541,40)	9.458,60	0,01	541,40	1.696,28	9.458,60	0,01	541,40	
Defesa Nacional											
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Segurança Pública											
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Assistência Social		**11.553,89**	**(1.268,20)**	**10.131,80**	**0,01**	**1.422,09**	**3.328,20**	**10.131,80**	**0,01**	**1.422,09**	
Assistência ao Idoso											
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente											
Assistência Comunitária		8.753,89	(248,29)	8.351,71	0,01	402,18	2.766,40	8.351,71	0,01	402,18	
Administração Geral		2.800,00	(1.019,91)	1.780,09	0,00	1.019,91	561,80	1.780,09	0,00	1.019,91	
Demais Subfunções											
Previdência Social											
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário											
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saúde		**13.488,00**	**1.481,29**	**13.481,29**	**0,02**	**6,71**	**4.068,00**	**13.481,29**	**0,02**	**6,71**	
Atenção Básica											
Assistência Hospitalar e Ambulatorial											
Suporte Profilático e Terapêutico											
Vigilância Sanitária											
Vigilância Epidemiológica											

Municipio de Governador Lindenberg - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
Alimentação e Nutrição											
Administração Geral		13.488,00	1.481,29	13.481,29	0,02	6,71	4.068,00	13.481,29	0,02	6,71	
Demais Subfunções											
Trabalho											
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Educação		**25.000,00**	**(2.275,45)**	**22.724,55**	**0,03**	**2.275,45**	**7.735,58**	**22.724,55**	**0,03**	**2.275,45**	
Ensino Fundamental											
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil		25.000,00	(2.275,45)	22.724,55	0,03	2.275,45	7.735,58	22.724,55	0,03	2.275,45	
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial											
Educação Básica											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Cultura											
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania											
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Urbanismo											
Infra-Estrutura Urbana											
Serviços Urbanos											
Transportes Coletivos Urbanos											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Habitação											
Habitação Rural											
Habitação Urbana											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saneamento											
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Gestão Ambiental											
Preservação e Conservação Ambiental											
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia											
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Agricultura											
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											

Municipio de Governador Lindenberg - ES STN/SICONFI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Organização Agrária											
Reforma Agrária											
Colonização											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Indústria											
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comércio e Serviços											
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comunicações											
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Energia											
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Transporte											
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Desporto e Lazer											
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário											
Lazer											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Encargos Especiais											
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
Demais Subfunções											
Reserva de Contigência											
TOTAL DA INTRA		**79.041,89**	**(6.410,61)**	**70.989,39**	**0,09**	**8.052,50**	**23.164,01**	**70.989,39**	**0,09**	**8.052,50**	

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças, Emissão: 28/01/2025 , às 15:30:35

Municipio de Governador Lindenberg - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

STN/SICONFI

Em Reais

Leonardo Prando Finco
Prefeito Municipal

Davieli Ovane Dalfior
Secretaria Municipal de Finanças

Michela Pina Couto
Contadora CRC-ES 15270/O-2

Municipio de Governador Lindenberg - ES STN/SICONFI

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

6º BIMESTRE DE 2024 - JANEIRO DE 2024 A DEZEMBRO DE 2024

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2024
	JAN/2024	FEV/2024	MAR/2024	ABR/2024	MAI/2024	JUN/2024	JUL/2024	AGO/2024	SET/2024	OUT/2024	NOV/2024	DEZ/2024		
RECEITAS CORRENTES (I)	**5.948.762,58**	**6.290.307,83**	**6.956.041,46**	**6.511.788,32**	**9.312.723,39**	**7.427.092,77**	**7.858.206,58**	**5.512.270,33**	**7.100.546,96**	**5.775.505,49**	**6.070.909,16**	**8.898.499,75**	**83.662.654,62**	**79.742.296,45**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	235.507,38	184.430,76	254.071,34	183.018,64	411.137,58	514.954,80	282.328,20	308.343,05	359.051,30	254.399,53	241.511,53	301.495,19	3.530.249,30	2.299.520,00
IPTU	1.965,21	4.524,68	1.946,58	2.696,40	1.030,91	4.463,86	10.670,91	52.462,50	79.276,88	7.229,86	6.018,29	523,98	172.810,06	94.100,00
ISS	76.874,33	69.031,71	87.695,83	85.505,79	199.520,12	126.229,12	107.126,10	116.717,85	124.694,52	98.036,61	92.679,37	119.063,95	1.303.175,30	707.120,00
ITBI	3.400,00	19.555,76	45.109,80	27.671,14	22.274,31	22.730,87	11.692,79	10.404,20	16.611,72	15.486,15	10.134,88	16.044,64	221.116,26	300.000,00
IRRF	131.440,65	66.277,30	98.062,02	48.032,19	175.842,01	130.570,40	137.173,34	115.310,46	124.324,43	119.189,15	122.143,23	158.762,27	1.427.127,45	975.900,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	21.827,19	25.041,31	21.257,11	19.113,12	12.470,23	230.960,55	15.665,06	13.448,04	14.143,75	14.457,76	10.535,76	7.100,35	406.020,23	222.400,00
Contribuições	15.180,01	15.635,83	14.839,70		31.379,98	15.172,51	15.117,47	15.806,82	14.024,90	14.732,88	14.745,63	14.163,19	180.798,92	171.500,00
Receita Patrimonial	130.500,80	129.409,50	125.648,62	134.037,88	121.805,34	110.193,64	140.948,53	126.320,17	117.193,57	168.582,85	119.817,36	140.776,33	1.565.234,59	1.774.493,44
Rendimentos de Aplicação Financeira	130.500,80	129.409,50	125.648,62	134.037,88	121.805,34	110.193,64	140.948,53	126.320,17	117.193,57	168.582,85	119.817,36	140.776,33	1.565.234,59	1.774.493,44
Outras Receitas Patrimoniais														
Receita Agropecuária														
Receita Industrial														
Receita de Serviços	179.070,06	171.296,66	169.098,45	182.712,87	186.142,24	167.526,36	183.376,17	162.304,80	166.180,52	174.696,58	155.893,74	179.794,17	2.078.092,62	2.008.000,00
Transferências Correntes	5.341.886,02	5.731.390,64	6.362.246,32	5.980.252,50	8.524.670,77	6.587.593,08	7.184.106,83	4.817.532,21	6.414.309,39	5.099.751,13	5.506.990,60	8.233.021,52	75.783.751,01	72.912.107,84
Cota-Parte do FPM	1.813.848,95	2.465.648,23	1.537.390,44	1.612.498,02	1.875.935,59	2.014.441,96	2.182.819,38	1.707.560,75	1.778.185,61	1.487.424,16	1.903.970,97	3.071.356,47	23.451.080,53	21.436.114,58
Cota-Parte do ICMS	2.179.537,53	1.822.403,71	1.841.109,31	2.165.126,11	2.062.542,35	2.215.458,71	2.296.416,36	2.182.731,93	2.093.647,62	2.150.376,84	2.186.492,23	2.168.963,07	25.364.805,77	25.013.930,07
Cota-Parte do IPVA	60.158,82	97.847,84	121.886,07	598.430,65	221.451,03	136.105,24	173.886,91	116.954,47	122.189,96	76.605,98	62.184,17	44.271,04	1.831.972,18	1.575.000,00
Cota-Parte do ITR	529,61	639,57	379,32	202,79	362,54	500,98	50,33	893,21	5.953,74	10.262,31	731,20	324,42	20.830,02	16.000,00
Transferências da LC 61/1989	19.733,37	20.523,76	24.111,69	20.851,77	21.947,19	27.578,14	24.376,70	32.989,83	36.011,73	24.449,46	28.257,66	31.876,42	312.707,72	203.800,00
Transferências do FUNDEB	640.544,62	587.402,14	625.614,15	746.437,96	636.114,54	696.377,89	687.412,58	672.195,37	607.188,21	730.328,74	660.967,81	772.678,23	8.063.262,24	7.637.800,00
Outras Transferências Correntes	627.533,12	736.925,39	2.211.755,34	836.705,20	3.706.317,53	1.497.130,16	1.819.144,57	104.206,65	1.771.132,52	620.303,64	664.386,56	2.143.551,87	16.739.092,55	17.029.463,19
Outras Receitas Correntes	46.618,31	58.144,44	30.137,03	31.766,43	37.587,48	31.652,38	52.329,38	81.963,28	29.787,28	63.342,52	31.950,30	29.249,35	524.528,18	576.675,17
DEDUÇÕES (II)	**817.292,31**	**881.449,73**	**705.050,72**	**880.262,99**	**836.622,41**	**878.952,61**	**760.149,16**	**808.239,39**	**730.698,16**	**749.931,59**	**836.327,88**	**876.516,40**	**9.761.493,35**	**8.280.560,00**
Contribuição do Servidor para o Plano de Previdência														
Compensação Financeira entre Regimes de Previdência														
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários														
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	817.292,31	881.449,73	705.050,72	880.262,99	836.622,41	878.952,61	760.149,16	808.239,39	730.698,16	749.931,59	836.327,88	876.516,40	9.761.493,35	8.280.560,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	**5.131.470,27**	**5.408.858,10**	**6.250.990,74**	**5.631.525,33**	**8.476.100,98**	**6.548.140,16**	**7.098.057,42**	**4.704.030,94**	**6.369.848,80**	**5.025.573,90**	**5.234.581,28**	**8.021.983,35**	**73.901.161,27**	**71.461.736,45**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)						1.600.000,00						1.249.933,00	2.849.933,00	2.550.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	**5.131.470,27**	**5.408.858,10**	**6.250.990,74**	**5.631.525,33**	**8.476.100,98**	**4.948.140,16**	**7.098.057,42**	**4.704.030,94**	**6.369.848,80**	**5.025.573,90**	**5.234.581,28**	**6.772.050,35**	**71.051.228,27**	**68.911.736,45**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)														
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)(VII)	39.536,00	39.536,00	39.536,00	84.720,00	81.896,00	81.896,00	81.896,00	84.720,00	84.720,00	84.720,00	107.312,00	169.440,00	979.928,00	934.740,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)														
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = V - VI - VII - VIII)	**5.091.934,27**	**5.369.322,10**	**6.211.454,74**	**5.546.805,33**	**8.394.204,98**	**4.866.244,16**	**7.016.161,42**	**4.619.310,94**	**6.285.128,80**	**4.940.853,90**	**5.127.269,28**	**6.602.610,35**	**70.071.300,27**	**67.976.996,45**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças, Emissão: 28/01/2025 , às 15:32:20

Municipio de Governador Lindenberg - ES STN/SICONFI

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

6º BIMESTRE DE 2024 - JANEIRO DE 2024 A DEZEMBRO DE 2024

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I) R$ 1,00

Leonardo Prando Finco
Prefeito Municipal

Davieli Ovane Dalfior
Secretaria Municipal de Finanças

Michela Pina Couto
Contadora CRC-ES 15270/O-2

Municipio de Governador Lindenberg - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) Em Reais

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
RECEITAS CORRENTES (I)		
Receita de Contribuições dos Segurados		
Ativo		
Inativo		
Pensionista		
Receita de Contribuições Patronais		
Ativo		
Inativo		
Pensionista		
Receita Patrimonial		
Receitas Imobiliárias		
Receitas de Valores Mobiliários		
Outras Receitas Patrimoniais		
Receita de Serviços		
Outras Receitas Correntes		
Compensação Financeira entre os Regimes		
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)		
Demais Receitas Correntes		
RECEITAS DE CAPITAL (III)		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		
Amortização de Empréstimos		
Outras Receitas de Capital		
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)		

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Benefícios					
Aposentadorias					
Pensões por Morte					
Outras Despesas Previdenciárias					
Compensação Financeira entre os Regimes					
Demais Despesas Previdenciárias					
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)					

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV – V)²					

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	
Outros Aportes para o RPPS	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	
Investimentos e Aplicações	
Outros Bens e Direitos	

Municipio de Governador Lindenberg - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) Em Reais

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
RECEITAS CORRENTES (VII)		
Receita de Contribuições dos Segurados		
Ativo		
Inativo		
Pensionista		
Receita de Contribuições Patronais		
Ativo		
Inativo		
Pensionista		
Receita Patrimonial		
Receitas Imobiliárias		
Receitas de Valores Mobiliários		
Outras Receitas Patrimoniais		
Receita de Serviços		
Outras Receitas Correntes		
Compensação Financeiras entre os Regimes		
Demais Receitas Correntes		
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		
Amortização de Empréstimos		
Outras Receitas de Capital		
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)		

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Benefícios					
Aposentadorias					
Pensões por Morte					
Outras Despesas Previdenciárias					
Compensação Previdenciária entre os Regimes					
Demais Despesas Previdenciárias					
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)					

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX – X)²					

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	
Recursos para Formação de Reserva	

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	
Investimentos e Aplicações	
Outros Bens e Direitos	

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
Receitas Correntes		
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)		

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
DESPESAS CORRENTES (XIII)					
Pessoal e Encargos Sociais					
Demais Despesas Correntes					
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)					
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)					

RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)					

Municipio de Governador Lindenberg - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) Em Reais

BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	
Investimentos e Aplicações	
Outros Bens e Direitos	

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO					
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)			
Contribuições dos Servidores					
Demais Receitas Previdenciárias					
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)					
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Aposentadorias					
Pensões					
Outras Despesas Previdenciárias					
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)					
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)2					

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças, Emissão: 28/01/2025 , às 15:34:47

Leonardo Prando Finco
Prefeito Municipal

Davieli Ovane Dalfior
Secretaria Municipal de Finanças

Michela Pina Couto
Contadora CRC-ES 015270

Eduarda Saquetto Bernabé
Contadora CRC 023087/0-3

Municipio de Governador Lindenberg - ES

STN/SICONFI

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024

RREO - Anexo 7 (LRF, art 53, inciso V)

R$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	Saldo Total
	Em exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2023				Em exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2023					
	(a)	(b)	(c)	(d)	e = (a+b) - (c+d)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j)	k = (f+g) - (i+j)	L = (e + k)
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)		**1.672.769,53**	**1.669.687,55**	**2.474,16**	**607,82**	**22.176,68**	**267.026,33**	**264.340,15**	**264.340,15**	**24.862,86**		**607,82**
EXECUTIVO		1.659.495,25	1.656.413,27	2.474,16	607,82	22.176,68	267.026,33	264.340,15	264.340,15	24.862,86		607,82
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOVERNADOR LINDENBERG		305.344,59	304.736,77		607,82							607,82
Prefeitura Municipal de Governador Lindenberg		1.348.913,83	1.346.439,67	2.474,16			265.746,43	263.755,05	263.755,05	1.991,38		
SAAE DE GOVERNADOR LINDENBERG		5.236,83	5.236,83			22.176,68	1.279,90	585,10	585,10	22.871,48		
LEGISLATIVO		13.274,28	13.274,28									
Câmara Municipal de Governador Lindenberg		13.274,28	13.274,28									
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)												
Total (III) = (I + II)		**1.672.769,53**	**1.669.687,55**	**2.474,16**	**607,82**	**22.176,68**	**267.026,33**	**264.340,15**	**264.340,15**	**24.862,86**		**607,82**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças, Emissão: 28/01/2025 , às 15:46:07

Leonardo Prando Finco
Prefeito Municipal

Davieli Ovani Dalfior
Secretaria Municipal de Finanças

Eduarda Saquetto Bernabé
Contadora CRC 023087/0-3

IMPRESSÃO: Michela Pina Couto

Municipio de Governador Lindenberg - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	**2.077.120,00**	**3.124.229,07**
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	94.100,00	172.810,06
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	300.000,00	221.116,26
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	707.120,00	1.303.175,30
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	975.900,00	1.427.127,45
2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**48.352.844,65**	**50.993.583,97**
2.1 - Cota-Parte FPM	**21.436.114,58**	**23.451.080,53**
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	19.336.114,58	21.258.214,63
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d e e	2.100.000,00	2.192.865,90
2.2 - Cota-Parte ICMS	25.013.930,07	25.364.805,77
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	203.800,00	312.707,72
2.4 - Cota-Parte ITR	16.000,00	20.830,02
2.5 - Cota-Parte IPVA	1.575.000,00	1.831.972,18
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro		
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	108.000,00	12.187,75
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	**50.429.964,65**	**54.117.813,04**

4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	**8.280.560,00**	**9.761.493,35**
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6)	**3.356.922,23**	**3.769.309,64**

FUNDEB

RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	**8.001.815,65**	**8.162.538,11**
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	**7.344.815,65**	**7.473.274,50**
6.1.1- Principal	6.980.800,00	7.373.998,63
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	364.015,65	99.275,87
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF		
6.2.1- Principal		
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira		
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	**657.000,00**	**689.263,61**
6.3.1- Principal	657.000,00	689.263,61
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira		
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR		
6.4.1- Principal		
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira		
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 - 4)[1]	**(1.299.760,00)**	**(2.387.494,72)**

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	**221.360,08**
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	247.331,54
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	(25.971,46)

9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	**8.383.898,19**

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB - (Por Subfunção) 6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	**8.124.328,15**	**8.080.508,93**	**7.999.230,68**	**7.898.055,81**	**81.278,25**
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	**6.226.025,85**	**6.197.272,15**	**6.197.272,15**	**6.164.809,89**	
10.1.1 - Educação Infantil	3.993.703,89	3.979.567,61	3.979.567,61	3.959.161,88	
10.1.2- Ensino Fundamental	2.232.321,96	2.217.704,54	2.217.704,54	2.205.648,01	
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos					
10.1.4- Educação Especial					
10.1.5- Administração Geral					
10.2- OUTRAS DESPESAS	**1.898.302,30**	**1.883.236,78**	**1.801.958,53**	**1.733.245,92**	**81.278,25**
10.2.1- Educação Infantil	520.535,58	520.356,51	491.896,26	491.896,26	28.460,25
10.2.2- Ensino Fundamental	1.268.351,07	1.253.644,02	1.200.826,02	1.132.113,41	52.818,00
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos					
10.2.4- Educação Especial					
10.2.5- Administração Geral	109.415,65	109.236,25	109.236,25	109.236,25	
10.2.6- Transporte (Escolar)					
10.2.7- Outras					

Municipio de Governador Lindenberg - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

INDICADORES DO FUNDEB

DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)	DESPESAS LIQUIDADAS / EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i) (i)
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**7.957.996,43**	**7.876.718,18**	**7.775.543,31**	**81.278,25**		
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	7.275.626,85	7.275.626,85	7.174.451,98			
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF						
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	682.369,58	601.091,33	601.091,33	81.278,25		
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR						
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	6.074.415,15	6.074.415,15	6.041.952,89			
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	540.041,58	511.581,33	511.581,33	28.460,25		
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	158.806,25	77.528,00	77.528,00	81.278,25		

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal2	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15- MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	5.713.776,68	6.074.415,15	6.074.415,15	74,42
16 - PERCENTUAL DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL		540.041,58	540.041,58	78,35
17- MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL	103.389,54	158.806,25	(3.750,25)	23,04

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)3	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18- TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	**816.253,81**	**204.541,68**	**204.541,68**		**2,51**

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)3	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	**615.893,32**	**26.172,32**	**124.667,25**			
19.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	615.893,32	26.172,32	124.667,25			
19.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)						

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB - (Por Área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE	**5.092.693,76**	**5.007.587,12**	**4.955.819,12**	**4.785.257,69**	**51.768,00**
20.1- Educação Infantil	3.772.507,20	3.704.168,10	3.689.684,10	3.547.826,91	14.484,00
20.2- Ensino Fundamental	1.295.108,76	1.283.629,87	1.246.345,87	1.222.293,63	37.284,00
20.3- Educação de Jovens e Adultos					
20.4- Educação Especial					
20.5- Administração Geral	25.077,80	19.789,15	19.789,15	15.137,15	
20.6- Transporte (Escolar)					
20.7- Outras					

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB - (Por Área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE	**13.217.021,91**	**13.088.096,05**	**12.955.049,80**	**12.683.313,50**	**133.046,25**
21.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	**8.365.721,22**	**8.279.855,93**	**8.236.911,68**	**8.071.917,11**	**42.944,25**
21.1.1- Creche	4.052.350,02	4.010.757,10	3.989.954,90	3.910.031,71	20.802,19
21.1.2- Pré-escola	4.313.371,20	4.269.098,84	4.246.956,78	4.161.885,40	22.142,06
21.2- ENSINO FUNDAMENTAL	4.851.300,69	4.808.240,12	4.718.138,12	4.611.396,39	90.102,00

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	5.007.587,12
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	9.761.493,35
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	
25- (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL = L19(x)	
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4	
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))	642,86
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27)	14.768.437,61

Municipio de Governador Lindenberg - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL2 e 5	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	13.529.453,26	14.768.437,61	27,29

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE8	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	**124.430,20**		**123.787,34**	**642,86**	
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	78.234,68		77.591,82	642,86	
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	46.195,52		46.195,52		
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)					

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**3.619.383,79**	**6.404.176,71**
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	**704.290,53**	**3.084.996,99**
31.1.1 - Salário-Educação	293.363,60	509.633,88
31.1.2 - PDDE	10.050,00	12.824,26
31.1.3 - PNAE	152.550,00	144.617,60
31.1.4 - PNATE	191.023,08	206.865,18
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	57.303,85	2.211.056,07
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO		
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO		
31.5- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.915.093,26	3.319.179,72

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO - (Por Subfunção)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**8.154.490,31**	**7.972.155,47**	**7.948.522,57**	**7.784.071,67**	**23.632,90**
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.676.821,77	1.616.099,55	1.616.099,55	1.614.224,55	
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	3.803.325,96	3.739.725,41	3.739.725,41	3.596.376,52	
32.3- ENSINO MÉDIO					
32.4- ENSINO SUPERIOR	520.000,00	490.840,00	490.840,00	490.840,00	
32.5- ENSINO PROFISSIONAL	10,00				
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS					
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL					
32.8- OUTRAS	2.154.332,58	2.125.490,51	2.101.857,61	2.082.630,60	23.632,90

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	**21.373.666,97**	**21.062.406,27**	**20.905.727,12**	**20.469.539,92**	**156.679,15**
33.1- Despesas Correntes	**20.155.340,90**	**19.872.939,00**	**19.797.538,10**	**19.367.850,90**	**75.400,90**
33.1.1- Pessoal Ativo	10.473.153,19	10.404.891,34	10.404.891,34	10.355.246,54	
33.1.2- Pessoal Inativo					
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	10,00				
33.1.4- Outras Despesas Correntes	9.682.177,71	9.468.047,66	9.392.646,76	9.012.604,36	75.400,90
33.2- Despesas de Capital	**1.218.326,07**	**1.189.467,27**	**1.108.189,02**	**1.101.689,02**	**81.278,25**
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos					
33.2.2- Outras Despesas de Capital	1.218.326,07	1.189.467,27	1.108.189,02	1.101.689,02	81.278,25

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	350.093,77	93.601,97
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	8.162.538,11	509.633,88
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	7.973.288,86	284.379,40
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	539.343,02	318.856,45
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)		
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)		
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	539.343,02	318.856,45

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças, Emissão: 28/01/2025 , às 15:15:47

Municipio de Governador Lindenberg - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

Leonardo Prando Finco
Prefeito Municipal

Davieli Ovane Dalfior
Secretaria Municipal de Finanças

Eduarda Saquetto Bernabé
Contadora CRC 023087/0-3

Municipio de Governador Lindenberg - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2024 - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) Em Reais

RECEITAS	PREVISAO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)			
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d – e)
DESPESAS DE CAPITAL	11.837.143,79	9.892.537,33	1.944.606,46
Investimentos	11.675.385,11	9.730.778,65	1.944.606,46
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida	161.758,68	161.758,68	
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte			
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte Por Instituições Financeiras			
DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	11.837.143,79	9.892.537,33	1.944.606,46
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II - I)	11.837.143,79	9.892.537,33	1.944.606,46

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças, Emissão: 28/01/2025 , às 16:06:50

Leonardo Prando Finco
Prefeito Municipal

Davieli Ovane Dalfior
Secretaria Municipal de Finanças

Eduarda Saquetto Bernabé
Contadora CRC 023087/0-3

STN/SICONFI

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

R$ 1,00

RREO - Anexo 10 (LRF, Art. 53, § 1°, inciso II)

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO(PLANO PREVIDENCIÁRIO)				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças, Emissão: 28/01/2025 , às 16:08:04

Municipio de Governador Lindenberg - ES **STN/SICONFI**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCÍCIO DE 2024 - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2024

RREO – ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III) **Em Reais**

RECEITAS	Pervisão Atualizada (a)	Receitas Realizadas (b)	Saldo (c) = (a - b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	1.000,00	1.556.990,07	(1.555.990,07)
Receita de Alienação de Bens Móveis	1.000,00	1.539.300,00	(1.538.300,00)
Receita de Alienação de Bens Imóveis			
Receitas de Alienação de Bens Intangíveis			
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras		17.690,07	(17.690,07)

DESPESAS	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas (e)	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas (f)	Despesas Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Pagamento de Restos a Pagar (g)	Saldo (h) = (d - e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	167.652,10	167.652,10	141.482,50	141.482,50			
DESPESAS DE CAPITAL	167.652,10	167.652,10	141.482,50	141.482,50			
Investimentos	167.652,10	167.652,10	141.482,50	141.482,50			
Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida							
DESPESAS CORRENTES DO REGIME DE PREVIDÊNCIA							
Regime Próprio dos Servidores Públicos							

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2023 (i)	2024 (j) = (Ib - (IIf + IIg))	Saldo Atual (k)= (IIIi + IIIj)
VALOR (III)	260.942,15	1.415.507,57	1.676.449,72

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças, Emissão: 28/01/2025 , às 16:08:58

Leonardo Prando Finco
Prefeito Municipal

Davieli Ovane Dalfior
Secretaria Municipal de Finanças

Eduarda Saquetto Bernabé
Contadora CRC 023087/0-3

Municipio de Governador Lindenberg - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO– ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) 1,00

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b /a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	**2.077.120,00**	**2.077.120,00**	**3.124.229,07**	**150,41**
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	94.100,00	94.100,00	172.810,06	183,65
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ITBI	300.000,00	300.000,00	221.116,26	73,71
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	707.120,00	707.120,00	1.303.175,30	184,29
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	975.900,00	975.900,00	1.427.127,45	146,24
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	**41.402.800,00**	**46.252.844,65**	**48.800.718,07**	**105,51**
Cota-Parte FPM	18.630.000,00	19.336.114,58	21.258.214,63	109,94
Cota-Parte ITR	16.000,00	16.000,00	20.830,02	130,19
Cota-Parte IPVA	1.575.000,00	1.575.000,00	1.831.972,18	116,32
Cota-Parte ICMS	20.870.000,00	25.013.930,07	25.364.805,77	101,40
Cota-Parte IPI - Exportação	203.800,00	203.800,00	312.707,72	153,44
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	108.000,00	108.000,00	12.187,75	11,28
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	**43.479.920,00**	**48.329.964,65**	**51.924.947,14**	**107,44**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇAO E CATEGORIA ECONOMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (g)
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x100	Até o <Din> (e)	% (e/c) x100	Até o Bimestre (i)	% (f/c) x100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	**1.359.580,00**	**1.760.552,84**	**1.749.121,46**	**99,35**	**1.722.101,48**	**97,82**	**1.722.101,48**	**97,82**	**27.019,98**
Despesas Correntes	1.354.540,00	1.717.871,76	1.706.496,78	99,34	1.679.476,80	97,76	1.679.476,80	97,76	27.019,98
Despesas de Capital	5.040,00	42.681,08	42.624,68	99,87	42.624,68	99,87	42.624,68	99,87	
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	**1.292.260,00**	**1.600.036,05**	**1.565.078,92**	**97,82**	**1.169.296,48**	**73,08**	**1.169.296,48**	**73,08**	**395.782,44**
Despesas Correntes	1.292.260,00	1.600.036,05	1.565.078,92	97,82	1.169.296,48	73,08	1.169.296,48	73,08	395.782,44
Despesas de Capital									
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	**10,00**	**14.898,04**	**14.888,04**	**99,93**	**14.888,04**	**99,93**	**14.888,04**	**99,93**	
Despesas Correntes	10,00	14.898,04	14.888,04	99,93	14.888,04	99,93	14.888,04	99,93	
Despesas de Capital									
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)									
Despesas Correntes									
Despesas de Capital									
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	**474.700,00**	**163.698,61**	**163.629,19**	**99,96**	**163.629,19**	**99,96**	**163.629,19**	**99,96**	
Despesas Correntes	474.690,00	163.688,61	163.629,19	99,96	163.629,19	99,96	163.629,19	99,96	
Despesas de Capital	10,00	10,00							
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)									
Despesas Correntes									
Despesas de Capital									
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	**7.719.130,00**	**7.977.918,88**	**7.872.394,84**	**98,68**	**7.809.939,00**	**97,89**	**7.758.032,41**	**97,24**	**62.455,84**
Despesas Correntes	7.718.630,00	7.977.918,88	7.872.394,84	98,68	7.809.939,00	97,89	7.758.032,41	97,24	62.455,84
Despesas de Capital	500,00								
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**10.845.680,00**	**11.517.104,42**	**11.365.112,45**	**98,68**	**10.879.854,19**	**94,47**	**10.827.947,60**	**94,02**	**485.258,26**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	**11.365.112,45**	**10.879.854,19**	**10.827.947,60**
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)			
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)			
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)			
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	**11.365.112,45**	**10.879.854,19**	**10.827.947,60**
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			7.788.742,07
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)			
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)[1]	3.576.370,38	3.091.112,12	3.039.205,53
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)			
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	21,89	20,95	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇAO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012LIMITE	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)[1] (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2024 (saldo final = XIXd)					
Diferença de limite não cumprido em 2023 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)					

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR

EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no (n)	Valor aplicado além do limite (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2024										
Empenhos de 2023										
Empenhos de 2022										
Empenhos de 2021										
Empenhos de 2020 e anteriores										

Municipio de Governador Lindenberg - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO– ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) 1,00

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "v")	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)	

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012RESTOS	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)[1] (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2024 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial = XXIII)					
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2023 a serem compensados (XXV) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)					

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CALCULO DO MINIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b /a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	**6.622.680,00**	**7.955.874,25**	**7.034.360,77**	**88,42**
Provenientes da União	6.325.080,00	7.507.094,73	6.719.659,46	89,51
Provenientes dos Estados	297.600,00	448.779,52	314.701,31	70,12
Provenientes de Outros Municípios				
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)				
OUTRAS RECEITAS (XXX)			1.416,59	
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	**6.622.680,00**	**7.955.874,25**	**7.035.777,36**	**88,43**

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NAO COMPUTADAS NO CALCULO DO MINIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (g)
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x100	Até o Bimestre (i)	% (f/c) x100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	**4.045.080,00**	**4.236.356,33**	**3.494.465,83**	**82,49**	**3.468.296,23**	**81,87**	**3.446.505,28**	**81,36**	**26.169,60**
Despesas Correntes	4.045.050,00	3.949.224,21	3.242.191,88	82,10	3.242.191,88	82,10	3.220.400,93	81,55	
Despesas de Capital	30,00	287.132,12	252.273,95	87,86	226.104,35	78,75	226.104,35	78,75	26.169,60
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	**2.297.600,00**	**4.323.663,58**	**4.177.074,79**	**96,61**	**4.177.074,79**	**96,61**	**4.177.074,79**	**96,61**	
Despesas Correntes	2.297.600,00	4.323.663,58	4.177.074,79	96,61	4.177.074,79	96,61	4.177.074,79	96,61	
Despesas de Capital									
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	**280.000,00**	**721.525,00**	**461.603,91**	**63,98**	**461.603,91**	**63,98**	**461.603,91**	**63,98**	
Despesas Correntes	280.000,00	721.525,00	461.603,91	63,98	461.603,91	63,98	461.603,91	63,98	
Despesas de Capital									
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)									
Despesas Correntes									
Despesas de Capital									
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)		**352.422,17**	**338.666,29**	**96,10**	**338.666,29**	**96,10**	**335.434,03**	**95,18**	
Despesas Correntes		352.422,17	338.666,29	96,10	338.666,29	96,10	335.434,03	95,18	
Despesas de Capital									
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)									
Despesas Correntes									
Despesas de Capital									
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)		**317.895,64**	**312.619,98**	**98,34**	**312.619,98**	**98,34**	**312.619,98**	**98,34**	
Despesas Correntes		317.895,64	312.619,98	98,34	312.619,98	98,34	312.619,98	98,34	
Despesas de Capital									
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	**6.622.680,00**	**9.951.862,72**	**8.784.430,80**	**88,27**	**8.758.261,20**	**88,01**	**8.733.237,99**	**87,75**	**26.169,60**

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (g)
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x100	Até o Bimestre (i)	% (f/c) x100	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	**5.404.660,00**	**5.996.909,17**	**5.243.587,29**	**26,02**	**5.190.397,71**	**26,43**	**5.168.606,76**	**26,42**	**53.189,58**
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	**3.589.860,00**	**5.923.699,63**	**5.742.153,71**	**28,50**	**5.346.371,27**	**27,22**	**5.346.371,27**	**27,33**	**395.782,44**
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	**280.010,00**	**736.423,04**	**476.491,95**	**2,36**	**476.491,95**	**2,43**	**476.491,95**	**2,44**	
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)									
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	**474.700,00**	**516.120,78**	**502.295,48**	**2,49**	**502.295,48**	**2,56**	**499.063,22**	**2,55**	
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)									
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	**7.719.130,00**	**8.295.814,52**	**8.185.014,82**	**40,62**	**8.122.558,98**	**41,36**	**8.070.652,39**	**41,26**	**62.455,84**
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	**17.468.360,00**	**21.468.967,14**	**20.149.543,25**	**100,00**	**19.638.115,39**	**100,00**	**19.561.185,59**	**100,00**	**511.427,86**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças, Emissão: 28/01/2025 , às 15:26:29

Municipio de Governador Lindenberg - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO– ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) 1,00

Leonardo Prando Finco
Prefeito Municipal

Davieli Ovane Dalfior
Secretaria Municipal de Finanças

Eduarda Saquetto Bernabé
Contadora CRC 023087/0-3

Municipio de Governador Lindenberg - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO - PRIVADAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2024 / BIMESTRE - NOVEMBRO A DEZEMBRO
RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22,25 e 28) R$ 1,00

IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	REGISTROS EFETUADOS EM 2024	
		No Bimestre	Até Bimestre
TOTAL DE ATIVOS			
Ativos Constituídos pela SPE			
TOTAL DE PASSIVOS			
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE			
Provisões de PPP			
Outros Passivos			
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS			
Obrigações Contratuais			
Riscos Não Provisionados			
Garantias Concedidas			
Outros Passivos Contingentes			

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.2)											
Contratadas (I.1)											
A contratar (I.2)											
DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)											
Contratadas (II.1)											
A contratar (II.2)											
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	63.891.140,84	73.901.161,27									
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)											
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)											

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças, Emissão: 28/01/2025 , às 15:48:16

Leonardo Prando Finco	Davieli Ovane Dalfior	Eduarda Saquetto Bernabé
Prefeito Municipal	Secretaria Municipal de Finanças	Contadora CRC 023087/0-3

Municipio de Governador Lindenberg - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48) Em Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até Bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	59.821.450,00
Previsão Atualizada	71.462.736,45
Receitas Realizadas	81.463.562,64
Déficit Orçamentário	
Saldos de Exercícios Anteriores(Utilizados Para Créditos Adicionais)	12.455.684,00
DESPESAS	
Dotação Inicial	59.821.450,00
Dotação Atualizada	85.189.269,69
Despesas Empenhadas	79.583.468,58
Despesas Liquidadas	78.633.178,27
Despesas Pagas	77.913.245,85
Superávit Orçamentário	2.830.384,37

DESPESA POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Até Bimestre
Despesas Empenhadas	**79.583.468,58**
Despesas Liquidadas	**78.633.178,27**

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até Bimestre
Receita Corrente Líquida	73.901.161,27
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	71.051.228,27
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	70.071.300,27

RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES E DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL	Até Bimestre
Fundo em Capitalização - PLANO PREVIDENCIÁRIO	
Receitas Precidenciárias Realizadas	
Despesas Previdenciárias Empenhadas	
Despesas Previdenciárias Liquidadas	
Despesas Previdenciárias Pagas	
Resultado Previdenciário	
Fundo em Repartição - PLANO FINANCEIRO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	
Despesas Previdenciárias Empenhadas	
Despesas Previdenciárias Liquidadas	
Despesas Previdenciárias Pagas	
Resultado Previdenciário	
Sistema de Proteção Social dos Militares - Inativos e Pensionistas	
Receitas Realizadas	
Despesas Empenhadas	
Despesas Liquidadas	
Despesas Pagas	
Resultado Associado às Pensões e aos Inativos Militares	

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	Metas Fixadas no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha	**(8.693.742,66)**	**267.414,31**	**(3,08)**
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	**(7.879.203,39)**	**2.649.545,29**	**(33,63)**

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	**1.672.769,53**	**2.474,16**	**1.669.687,55**	**607,82**
Poder Executivo	1.659.495,25	2.474,16	1.656.413,27	607,82
Poder Legislativo	13.274,28		13.274,28	
Poder Juduciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	**289.203,01**	**24.862,86**	**264.340,15**	
Poder Executivo	289.203,01	24.862,86	264.340,15	
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
TOTAL	**1.961.972,54**	**27.337,02**	**1.934.027,70**	**607,82**

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de <18% a 25%> das Receitas de Impostos em MDE	14.768.437,61	<18% / 25%>	27,29
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	6.074.415,15	70%	74,42
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	540.041,58	50%	78,35
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	158.806,25	15%	23,04

RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito		
Despesa de Capital Líquida	**9.892.537,33**	**1.944.606,46**

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA E DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário				
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias				

Municipio de Governador Lindenberg - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48) Em Reais

Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário				
Pensões e Inativos Militares				
Receitas de Contribuições				
Despesas com Pensões e Inativos				
Resultado Associado às Pensões e aos Inativos Militares				

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receitas de Alienação de Ativos	**1.556.990,07**	**(1.555.990,07)**
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	**141.482,50**	

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executados com recursos de impostos	**10.879.854,19**	**15,00**	**20,95**

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado No Exercício Corrente
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	

Leonardo Prando Finco
Prefeito Municipal

Davieli Ovane Dalfior
Secretaria Municipal de Finanças

Eduarda Saquetto Bernabé
Contadora CRC 023087/0-3

Municipio de Governador Lindenberg - ES **STN/SICONFI**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) Em Reais

ACIMA DA LINHA

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Período
		RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	**71.461.736,45**	**73.972.587,67**
Impostos, Taxas e Contrinuições de Melhoria	2.299.520,00	3.530.249,30
IPTU	94.100,00	172.810,06
ISS	707.120,00	1.303.175,30
ITBI	300.000,00	221.116,26
IRRF	975.900,00	1.427.127,45
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	222.400,00	406.020,23
Contribuições	171.500,00	180.798,92
Receita Patrimonial	1.774.493,44	1.565.234,59
Aplicações Financeiras (II)	1.774.493,44	1.565.234,59
Outras Receitas Patrimoniais		
Transferências Correntes	64.631.547,84	66.022.257,66
Cota-Parte do FPM	17.710.114,58	19.199.751,98
Cota-Parte do ICMS	20.839.930,07	20.429.776,43
Cota-Parte do IPVA	1.260.000,00	1.325.760,46
Cota-Parte do ITR	12.800,00	16.664,13
Transferências da LC 61/1989	163.040,00	250.387,42
Transferências do FUNDEB	7.637.800,00	8.063.262,24
Outras Transferências Correntes	17.007.863,19	16.736.655,00
Demais Receitas Correntes	2.584.675,17	2.674.047,20
Outras Receitas Financeiras (III)		
Receitas Correntes Restantes	2.584.675,17	2.674.047,20
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	**69.687.243,01**	**72.407.353,08**
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)		
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)		
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	**1.000,00**	**7.490.974,97**
Operações de Crédito (VIII)		
Amortização de Empréstimos (IX)		
Alienação de Bens	1.000,00	1.539.300,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)		
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)		
Outras Alienações de Bens	1.000,00	1.539.300,00
Transferências de Capital		5.951.674,97
Convênios		2.524.113,95
Outras Transferências de Capital		3.427.561,02
Outras Receitas de Capital		
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)		
Outras Receitas de Capital Primárias		
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	**1.000,00**	**7.490.974,97**
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)		
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)		
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	**69.688.243,01**	**79.898.328,05**
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	**69.688.243,01**	**79.898.328,05**

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Período					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RP PROC PAGOS (b)	RP NÃO PROC	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	**73.352.125,05**	**69.690.931,25**	**68.848.903,78**	**68.148.471,36**	**1.441.260,79**	**125.893,22**	**125.893,22**
Pessoal e Encargos Sociais	31.750.318,55	30.861.250,10	30.861.250,10	30.685.849,49	383.371,02		
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	70.132,56	54.601,13	54.601,13	54.601,13			
Outras Despesas Correntes	41.531.673,94	38.775.080,02	37.933.052,55	37.408.020,74	1.057.889,77	125.893,22	125.893,22
Transferências Constitucionais e Legais							
Demais Depesas Correntes	41.531.673,94	38.775.080,02	37.933.052,55	37.408.020,74	1.057.889,77	125.893,22	125.893,22
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	**73.281.992,49**	**69.636.330,12**	**68.794.302,65**	**68.093.870,23**	**1.441.260,79**	**125.893,22**	**125.893,22**
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)							
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)							
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	**11.837.143,79**	**9.892.537,33**	**9.784.274,49**	**9.764.774,49**	**228.426,76**	**138.446,93**	**138.446,93**
Investimentos	11.675.385,11	9.730.778,65	9.622.515,81	9.603.015,81	228.426,76	138.446,93	138.446,93
Inversões Financeiras							
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)							
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)							
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)							
Demais Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida (XXVII)	161.758,68	161.758,68	161.758,68	161.758,68			
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	**11.675.385,11**	**9.730.778,65**	**9.622.515,81**	**9.603.015,81**	**228.426,76**	**138.446,93**	**138.446,93**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	**0,85**						
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)							
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)							
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	**84.957.378,45**	**79.367.108,77**	**78.416.818,46**	**77.696.886,04**	**1.669.687,55**	**264.340,15**	**264.340,15**
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	**84.957.378,45**	**79.367.108,77**	**78.416.818,46**	**77.696.886,04**	**1.669.687,55**	**264.340,15**	**264.340,15**

RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]	**267.414,31**
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]	**267.414,31**

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	**(8.693.742,66)**

JUROS NOMINAIS	Até o Período
	VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	1.565.234,59
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	139.679,88

RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	**1.692.969,02**

ABAIXO DA LINHA

CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/ 2023 (a)	Até o Período (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	**447.286,93**	**284.504,05**
DEDUÇÕES (XL)	**18.908.035,63**	**21.394.798,04**
Disponibilidade de Caixa	18.908.035,63	21.394.798,04
Disponibilidade de Caixa Bruta	21.294.181,31	23.030.258,67
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	1.672.769,53	720.540,24
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	713.376,15	914.920,39
Demais Haveres Financeiros		
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	**(18.460.748,70)**	**(21.110.293,99)**
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)		**2.649.545,29**

Municipio de Governador Lindenberg - ES **STN/SICONFI**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) Em Reais

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	**(7.879.203,39)**

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Período (b)
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	(952.229,29)
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV + XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLXIX)]	1.697.316,00

RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	**271.761,29**

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	**12.455.684,18**
Recursos Arrecados em Exercícios Anteriores - RPPS	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	12.455.684,18
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças, Emissão: 28/01/2025 , às 15:40:15

Leonardo Prando Finco
Prefeito Municipal

Davieli Ovane Dalfior
Secretaria Municipal de Finanças

Eduarda Saquetto Bernabé
Contadora CRC 023087/0-3

Contrato

RESUMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO
ID TCEES Nº. 2024.078E0700001.09.0048
MODALIDADE: da Dispensa de Licitação nº 49-2024
PROCESSO: 115.032/2024
CONTRATO: 015/2025
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de publicação na forma eletrônica de extratos de avisos de licitação e outras matérias de interesse do Município em jornal diário de grande circulação, sob demanda, em atendimento a Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura de Governador Lindenberg/ES, nas condições e especificações estabelecidas na Dispensa de Licitação n° 49/2024 e seus anexos.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é até 31 de dezembro de 2025 (máximo de 5 anos) contados da data de publicação, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 105 da Lei n° 14.133, de 2021.
CONTRATANTE: Município de Governador Lindeberg-ES
CONTRATADA: W&M PUBLICIDADE LTDA - EPP
VALOR: R$ 14.850,00 (quatorze mil oitocentos e cinquenta reais)
DATA: 29/01/2025

LEONARDO PRANDO FINCO
Perfeito Municipal

Protocolo 1481984

Guaçuí

Edital

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2025

ID CidadES/TCE-ES: 2024.027E0500002.09.0063
A Prefeitura Municipal de Guaçuí-ES, através do Agente de Contratação, torna público, de acordo com as disposições contidas no art. 75, inciso XI da Lei 14.133/2021, a dispensa de licitação em favor do Consórcio Público da Região Polo Sul - CIM Polo Sul, inscrito no CNPJ sob o nº 02.722.566/0001-52, no valor global de R$ 100.000,00 (cem mil reais), conforme processo administrativo nº 8035/2024.

OBJETO: Celebração do Contrato de Programa - Gestão associada de serviços de saúde da TVSPS (Tabela de Valores de Serviços de Saúde).

PRAZO: O contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2025.

Guaçuí-ES, 29 de janeiro de 2025.

Gilmar Luzente Coutinho
Agente de Contratação

Protocolo 1481792

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2025

ID CidadES/TCE-ES:
2024.027E0500002.09.0064
A Prefeitura Municipal de Guaçuí-ES, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público, de acordo com as disposições contidas no art. 75, XI da Lei 14.133/2021 e suas alterações, a dispensa de licitação em favor do **Consórcio Público da Região Polo Sul - CIM Polo Sul**, inscrito no CNPJ sob o nº **02.722.566/0001-52**, no valor global de **R$ 64.400,00 (sessenta e quatro mil e quatrocentos reais)**, conforme processo administrativo nº 8538/2024.

OBJETO: Celebração de contrato do Programa Consórcio CIM POLO SUL Gestão Associada Serviços Área da Saúde.

PRAZO: O contrato terá vigência da data da assinatura até 31 de dezembro de 2025.

Guaçuí-ES, 29 de janeiro de 2025.

Gilmar Luzente Coutinho
Agente de Contratação

Protocolo 1481804

Guarapari

Edital

EDITAL DE CONVOCAÇÃO CMS/GRI Nº. 001/2025
130ªReunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde

Guarapari - ES, 21 Janeiro de 2025.
Prezados Conselheiros (as),
A Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Guarapari, no uso de suas atribuições legais, convoca para a **130ª Reunião Ordinária do CMS/GRI .**
Data: 04 de Fevereiro de 2025 (terça-feira)
Horário: 14:00Hs
Local: Sala do Conselho, SEMSA - Av. Adamastor Antônio da Silva, s/n° - Maquiçaba
PAUTA:
Abertura e verificação de quorum;
Expediente e Informes;
Inclusões Extra-Pauta;
Tribuna Livre;
Ordem do dia;
a) Formação do Grupo de Trabalho da Etapa Municipal da 5ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. (10min)
b) Aprovação do Descarte de Material do Arquivo do Conselho de Saúde. (10min)
c) Apresentação da Nova Gestão da Secretaria de Saúde. (30min)

Deliberações;
Assuntos Gerais;
Encerramento.

Atenciosamente,

Luciana Rodrigues Simões
Presidente do CMS/Gri

Protocolo 1481252

EDITAL N°. 003/2025
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

O Município de Guarapari, por meio da Secretaria Municipal da Educação - SEMED, faz saber que fará realizar Processo Seletivo Simplificado para contratações temporárias de pessoal no âmbito da SEMED, para preenchimento de Cargo de Operador de Equipamento Especial - Função: Motorista Padrão "C" para atuar em rotas escolares e na sede da SEMED no ano de 2025, com base na LEI Nº. 3757 de 15 de maio de 2014, publicada no DIO/ES em 16 de maio de 2014, e de acordo com as normas estabelecidas neste Edital.

1. DAS CARREIRAS / FUNÇÃO OBJETO DO CONTRATO	
1.1 Compreende-se como processo seletivo: a inscrição, a classificação, a aprovação na prova prática e a chamada para o exercício de suas atribuições.	
1.2 O cargo e habilitação exigida para o Processo Seletivo da contração em caráter temporário de profissionais para atendimento nas rotas escolares e às necessidades da Secretaria Municipal da Educação - SEMED, constam do QUADRO abaixo:	
MOTORISTA PADRÃO "C"	
FUNÇÃO	PRÉ-REQUISITOS
ROTA ESCOLAR / SEMED	• Habilitação Específica (Categoria Mínima "D") +
06 VAGAS + CADASTRO DE RESERVA	• Curso de Transporte Escolar com carga horária mínima de 20 (vinte) horas/aula + • Aprovação na Prova Prática.
2. DAS ATRIBUIÇÕES	
2.1 Dirigir veículos automotores, tais como: ônibus, micro-ônibus e peruas escolares, de acordo com as normas de trânsito e as instruções recebidas, para efetuar o transporte de alunos em área urbana e rural de difícil acesso. Zelar pelo funcionamento, abastecimento, limpeza e conservação dos veículos. Inspecionar o veículo, antes da saída, verificando o estado dos pneus, os níveis de combustíveis, água, testando freios, parte elétrica e outros mecanismos, para certificar-se de suas condições de funcionamento, tomar providências para sanar as irregularidades detectadas. Dirigir corretamente caminhões, ônibus e peruas de transportes de estudantes e demais veículos pertencentes à frota municipal, obedecendo ao Código Nacional de Trânsito, recolhendo e transportando pessoas, cargas, materiais e equipamentos em locais e horas determinadas, conduzindo-os em segurança conforme itinerários estabelecidos. Comunicar a quem de direito qualquer defeito porventura existente, não transitando com o mesmo até que se realize o conserto para prevenir acidentes ou transtornos quando em trânsito. Fazer reparos de emergência, quando possível e troca de pneus, para que possa movimentar o veículo até que seja providenciado o reparo. Promover o abastecimento de água, combustível e óleo do veículo e a sua lubrificação, quando indicada, para mantê-lo em condições de uso. Zelar pela manutenção do veículo, comunicando falhas, se houver, bem como solicitar reparos e providenciar a limpeza do mesmo, para mantê-lo em condições de uso. Efetuar anotações das viagens realizadas, quilometragem rodada, itinerários e outras ocorrências, seguindo normas estabelecidas pelas autoridades competentes. Recolher o veículo após o serviço, deixando-o estacionado e fechado corretamente, para possibilitar sua manutenção e abastecimento. Atuar em área urbana e rural de difícil acesso, estando diariamente nos locais indicados pela Secretaria de Educação para início da rota escolar. Desempenhar outras tarefas correlatas à sua função.	
3. DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO	
3.1 Período: 06 e 07/02/2025	
3.2 Horário: de 09 hs às 17h.	
3.3 As inscrições serão realizadas de forma presencial, na sede da Secretaria Municipal da Educação, situada na Av. Santa Clara, n°13, Sol Nascente, Guarapari - ES.	
3.4 Não serão aceitas inscrições condicionais, via fax, correspondências, ou fora do prazo estabelecido no item anterior.	
3.5 Só será permitida 1 (uma) inscrição por candidato. O candidato será eliminado do processo seletivo sendo constatada mais de uma inscrição, não cabendo recurso dessa decisão.	
3.6 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o Edital e certificar-se de que preencheu todos os requisitos exigidos.	
3.7 São requisitos para inscrição:	
a) Ter nacionalidade brasileira ou equiparada;	
b) Estar em dia com as obrigações eleitorais e militares;	
c)Ter, na data de encerramento das inscrições, a idade mínima de 18 (dezoito) anos;	
d) Preencher o formulário padrão (anexo I), com letra legível, não podendo haver rasuras ou emendas,nem omissão de dados nele solicitados.	
3.8 No ato da inscrição, o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:	
a) Formulário de inscrição devidamente preenchido;	
b) Envelope para juntada de documentos;	
c) Cópia simples do documento de identidade (RG);	
d) Cópia simples do cadastro de pessoa física (CPF);	
e) Cópia Autenticada do comprovante de escolaridade;	
f) Comprovante de experiência profissional:	
• Em órgão/empresa privada: cópia simples da carteira de trabalho + documento original para verificação e autenticação das informações pela banca de inscrição; e/ou	
• Em órgão público: original ou cópia autenticada de declaração de tempo de serviço expedida pelo Poder Federal, Estadual ou Municipal, conforme o âmbito da prestação da atividade, em papel timbrado, com carimbo do órgão expedidor, datado e assinado pelo Departamento de Pessoal / Recursos Humanos da Secretaria da Administração ou da Secretaria da Educação, não sendo aceitas, sob qualquer hipótese, declarações expedidas por qualquer outro órgão aqui não especificado.	
g) Cópia simples da Habilitação Específica (Categoria Mínima "D");	

h) Cópia simples do certificado de Curso de Transporte Escolar com carga horária mínima de 20 (vinte) horas/aula + documento original para verificação e autenticação das informações pela banca de inscrição. EM CASO DE ATUALIZAÇÃO, O CANDIDATO DEVE APRESENTAR O CERTIFICADO DO CURSO DE TRANSPORTE ESCOLAR VENCIDO + O CERTIFICADO DA ATUALIZAÇÃO DO
CURSO;
i)Instrumento procuratório específico, se candidato inscrito através de procurador;
3.8.1 As informações prestadas no formulário de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo a comissão do direito de excluir do processo seletivo aquele que não preencher o formulário de forma completa, correta e legível.
3.8.2 A SEMED/Guarapari NÃO fornecerá Formulário de Inscrição e Envelope, sendo de inteira responsabilidade do candidato.
3.8.3 A documentação do candidato será conferida no ato da inscrição. Após conferência, o envelope será lacrado na presença do candidato.
3.8.4 As inscrições serão aceitas apenas no local, dia e horário descritos nos itens 3.1, 3.2, 3.3, não sendo aceitas inscrições via correios, internet ou outros meios não presenciais.
3.8.5 O requerimento de inscrição consta no anexo I desse edital, e ainda disponibilizado na Internet no site www.guarapari.es.gov.br.
3.8.6 A inscrição poderá ser feita por procuração, com reconhecimento de firma, acompanhada de cópia legível do documento de identidade do procurador.
3.8.7 O candidato inscrito por procuração assume total responsabilidade pelas informações prestadas por seu procurador.
4. DO PROCESSO SELETIVO
CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO
4.1 O processo seletivo será realizado em 04 (quatro) fases: Inscrição, Classificação, Prova Prática e Chamada.
4.2 Para efeito de classificação de candidatos será atribuído 0,01 pontos a cada dia de trabalho como motorista de transporte escolar ou transporte de passageiros comprovado em carteira de trabalho ou declaração de tempo de serviço.
4.3 Não haverá limite na quantidade de documento a serem entregues para comprovação de experiência profissional.
4.4 A Carteira de Habilitação (CNH) e o Exame Toxológico deverá está atualizado, sem nenhuma restrição, a falta dos mesmos serve de critério de eliminação.
5. DA CARGA HORÁRIA E DO VENCIMENTO
5.1 A identificação do local de trabalho será definida de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal da Educação. Os(as) candidatos(as) estarão sujeitos ao cumprimento do horário de trabalho, participação em formações, bem como atuar na localidade de necessidade do município.
5.2 Observando-se exclusivamente as necessidades das unidades escolares e a conveniência da Administração Pública, a carga horária semanal de trabalho é fixada em 40 horas e deve ser desenvolvida de acordo com o horário definido pela autoridade competente, inclusive em horário noturno, caso haja esta necessidade.
5.3 A remuneração do(a) profissional contratado(a) em designação temporária para o exercício da função de Motorista Padrão “C” é fixada em R$ 1.782,61 (Hum mil, setecentos e oito e dois reais e sessenta e um centavos) mensal
5.4 Para efeito de remuneração deverão ser observadas a Lei 4.822/23, em seu Anexo I.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Tempo de serviço prestado no âmbito do cargo, mediante comprovação (0,01 ponto por dia de trabalho, limitando-se a 10.000 dias).	100

6. DO DESEMPATE
6.1 Nos casos de empate na classificação, o desempate obedecerá à seguinte ordem de prioridade:
a) O candidato que tiver maior idade.
7. DOS RECURSOS
7.1 Os pedidos de revisão dos resultados da classificação (ANEXO II), deverão ser dirigidos, por escrito, protocolados na Secretaria Municipal de Educação, situada na Av. Santa Clara, Nº 13 - bairro Sol Nascente, Guarapari/ES, CEP: 29.210-520, no dia 11/02/2025, de 08h às 13h. Não sendo aceitos recursos via correios, internet ou outros meios não presenciais.
7.2 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo, bem como aqueles cujo teor desrespeite a banca serão preliminarmente indeferidos.
7.3 Todos os recursos serão analisados e a reclassificação estará disponível no site www.guarapari.es.gov.br em 11/02/2025 à partir das 17 hs
7.4 Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos.
8. DA CHAMADA
8.1 A chamada dos candidatos classificados para realização da Prova Prática será efetuada pela Secretaria Municipal da Educação de Guarapari, de acordo com a classificação e necessidade da administração, por meio de Edital de Convocação publicado no site www.guarapari.es.gov.br.
8.2 O não comparecimento do candidato classificado no dia e horário marcado para a realização da Prova Prática acarretará a sua DESCLASSIFICAÇÃO.
8.3 Será considerado APTO à contratação o candidato aprovado na Prova Prática.
9. DA CONTRATAÇÃO
9.1 A contratação em caráter temporário de que trata esse Edital, dar-se-á mediante assinatura de contrato administrativo de prestação de serviços pela Secretaria Municipal de Educação - SEMED e o profissional contratado.
9.2 No ato da contratação o candidato deverá entregar no RH da SEMED:
• Cópia da carteira de identidade;
• Cópia do C.P.F, acompanhado de comprovante de situação cadastral emitido pelo site da Receita Federal.
• Cópia do C.P.F. do(a) cônjuge e dependentes, se houver;
• Cópia do PIS/PASEP;
• Cópia do título de eleitor com certidão de quitação eleitoral;

• Carteira profissional (apresentação para comprovação do número, série e data da expedição);
• Declaração de não acumulação de cargos;
• Certificado de reservista (sexo masculino);
• 01 (uma) foto 3 x 4 recente;
• Comprovante de residência atualizado;
• Comprovante de Escolaridade (cópia autenticada);
• Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento;
• Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos; Declaração de Escolaridade/Matrícula dos filhos menores de 14 anos.
9.3 O profissional contratado, na forma contida nesse Edital, terá avaliado o seu desempenho pela sua chefia imediata, após 60 (sessenta) dias do início de suas atividades.
9.4 A avaliação do desempenho do profissional contratado na forma deste edital, quando for evidenciada a insuficiência de desempenho profissional, acarretará na rescisão imediata do contrato celebrado com a Secretaria Municipal da Educação - SEMED, respeitada a legislação vigente.
10. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
10.1 A vigência do contrato de trabalho será de (12) doze meses a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período e rescindido em qualquer tempo por interesse da administração.
11. DOS RECURSOS FINANCEIROS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
11.1 Os recursos financeiros para contatação provem do Orçamento Municipal consignado para a Secretaria Municipal da Educação, no exercício de 2024, sob a classificação: UG 201, Orgão16, 01,Unidade, Elemento 3.1.90.04
12. CESSAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
12.1 A cessação do contrato de prestação de serviços, antes do prazo previsto, poderá ocorrer:
A pedido do contratado;
Por conveniência administrativa, a juízo da autoridade que procedeu a contratação;
Quando o contratado incorrer em falta disciplinar;
Em caso de suspensão da CNH.
13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS
13.1 - A inscrição do candidato implicará a aceitação das normas para o Processo Seletivo contidas nos comunicados, neste Edital e em outros a serem publicados.
13.2 - O candidato que tiver em 2024, contrato rescindido com a SEMED/Guarapari, através de procedimento administrativo de sindicância no qual gerou seu desligamento não poderá participar e se classificar no próximo processo seletivo.
13.3 - O candidato selecionado e classificado poderá ou não ser convocado para prestação de serviço, estando a sua contratação vinculada à necessidade e conveniência da SEMED/Guarapari.
13.4 - O contrato terá validade até o último dia letivo de 2025, podendo ser prorrogado a critério da Administração, por igual período.
13.5 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão designada pela Portaria Nº 010/2025, observados os princípios e normas que regem a Administração Pública.
13.6 - Nenhum candidato poderá alegar desconhecimento das instruções contidas nesse Edital.
13.7 - Toda a documentação apresentada na inscrição pelo candidato será devolvida no ato de sua contratação.
13.8 - De acordo com a legislação processual civil em vigor, é a Comarca do Município de Guarapari o foro competente para julgar as demandas judiciais decorrentes do presente processo seletivo.
13.9 - Todo o processo seletivo será planejado e executado pela SEMED/Guarapari.

Tempo de serviço prestado no âmbito do cargo, mediante comprovação (0,01 ponto por dia de trabalho, limitando-se a 10.000 dias).	100

6. DO DESEMPATE
6.1 Nos casos de empate na classificação, o desempate obedecerá à seguinte ordem de prioridade:
a) O candidato que tiver maior idade.
7. DOS RECURSOS
7.1 Os pedidos de revisão dos resultados da classificação (ANEXO II), deverão ser dirigidos, por escrito, protocolados na Secretaria Municipal de Educação, situada na Av. Santa Clara, Nº 13 - bairro Sol Nascente, Guarapari/ES, CEP: 29.210-520, no dia 11/02/2025, de 08h às 13h. Não sendo aceitos recursos via correios, internet ou outros meios não presenciais.
7.2 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo, bem como aqueles cujo teor desrespeite a banca serão preliminarmente indeferidos.
7.3 Todos os recursos serão analisados e a reclassificação estará disponível no site www.guarapari.es.gov.br em 11/02/2025 à partir das 17 hs
7.4 Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos.
8. DA CHAMADA
8.1 A chamada dos candidatos classificados para realização da Prova Prática será efetuada pela Secretaria Municipal da Educação de Guarapari, de acordo com a classificação e necessidade da administração, por meio de Edital de Convocação publicado no site www.guarapari.es.gov.br.
8.2 O não comparecimento do candidato classificado no dia e horário marcado para a realização da Prova Prática acarretará a sua DESCLASSIFICAÇÃO.

8.3 Será considerado APTO à contratação o candidato aprovado na Prova Prática.
9. DA CONTRATAÇÃO
9.1 A contratação em caráter temporário de que trata esse Edital, dar-se-á mediante assinatura de contrato administrativo de prestação de serviços pela Secretaria Municipal de Educação - SEMED e o profissional contratado.
9.2 No ato da contratação o candidato deverá entregar no RH da SEMED:
• Cópia da carteira de identidade;
• Cópia do C.P.F, acompanhado de comprovante de situação cadastral emitido pelo site da Receita Federal.
• Cópia do C.P.F. do(a) cônjuge e dependentes, se houver;
• Cópia do PIS/PASEP;
• Cópia do título de eleitor com certidão de quitação eleitoral;
• Carteira profissional (apresentação para comprovação do número, série e data da expedição);
• Declaração de não acumulação de cargos;
• Certificado de reservista (sexo masculino);
• 01 (uma) foto 3 x 4 recente;
• Comprovante de residência atualizado;
• Comprovante de Escolaridade (cópia autenticada);
• Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento;
• Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos; Declaração de Escolaridade/Matrícula dos filhos menores de 14 anos.
9.3 O profissional contratado, na forma contida nesse Edital, terá avaliado o seu desempenho pela sua chefia imediata, após 60 (sessenta) dias do início de suas atividades.
9.4 A avaliação do desempenho do profissional contratado na forma deste edital, quando for evidenciada a insuficiência de desempenho profissional, acarretará na rescisão imediata do contrato celebrado com a Secretaria Municipal da Educação - SEMED, respeitada a legislação vigente.
10. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
10.1 A vigência do contrato de trabalho será de (12) doze meses a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período e rescindido em qualquer tempo por interesse da administração.
11. DOS RECURSOS FINANCEIROS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
11.1 Os recursos financeiros para contatação provem do Orçamento Municipal consignado para a Secretaria Municipal da Educação, no exercício de 2024, sob a classificação: UG 201, Orgão16, 01,Unidade, Elemento 3.1.90.04
12. CESSAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
12.1 A cessação do contrato de prestação de serviços, antes do prazo previsto, poderá ocorrer:
A pedido do contratado;
Por conveniência administrativa, a juízo da autoridade que procedeu a contratação;
Quando o contratado incorrer em falta disciplinar;
Em caso de suspensão da CNH.
13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS
13.1 - A inscrição do candidato implicará a aceitação das normas para o Processo Seletivo contidas nos comunicados, neste Edital e em outros a serem publicados.
13.2 - O candidato que tiver em 2024, contrato rescindido com a SEMED/Guarapari, através de procedimento administrativo de sindicância no qual gerou seu desligamento não poderá participar e se classificar no próximo processo seletivo.
13.3 - O candidato selecionado e classificado poderá ou não ser convocado para prestação de serviço, estando a sua contratação vinculada à necessidade e conveniência da SEMED/Guarapari.
13.4 - O contrato terá validade até o último dia letivo de 2025, podendo ser prorrogado a critério da Administração, por igual período.
13.5 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão designada pela Portaria Nº 010/2025, observados os princípios e normas que regem a Administração Pública.
13.6 - Nenhum candidato poderá alegar desconhecimento das instruções contidas nesse Edital.
13.7 - Toda a documentação apresentada na inscrição pelo candidato será devolvida no ato de sua contratação.
13.8 - De acordo com a legislação processual civil em vigor, é a Comarca do Município de Guarapari o foro competente para julgar as demandas judiciais decorrentes do presente processo seletivo.
13.9 - Todo o processo seletivo será planejado e executado pela SEMED/Guarapari.

Guarapari-ES, ___ de _____ de 2025..

JACIARA MORAES LYRIO DEZAN
Secretária Municipal da Educação

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 003/2025		Nº _____
	OPÇÃO: ROTA ESCOLAR	
NOME:		
DATA DE NASCIMENTO: ____/____/_____	CPF:	
IDENTIDADE:	TEL. DE CONTATO 1: ( )	
	TEL. DE CONTATO 2: ( )	
ENDEREÇO		
RUA:	Nº.:	BAIRRO:
MUNICÍPIO:		UF:
Nº. DE LAUDAS APRESENTADAS: _____	ASS. TÉCNICO SEMED: _____	

Guarapari-ES, _____/_____/_____.

_____
Assinatura do(a) Candidato(a)

_____
Assinatura do(a) Responsável Pela Inscrição / SEMED

RECURSO			
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº. 003/2025		Número de Inscrição _____	
NOME:			
TELEFONES DE CONTATOS:	( )	( )	
CARGO: MOTORISTA			
CONSIDERAÇÕES DO(A) CANDIDATO(A): _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____			
CONSIDERAÇÕES DA BANCA EXAMINADORA: _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____ _____			
Assinatura do Avaliador I	Data	Assinatura do Avaliador II	Data
	/ /2025		/ /2025

CRONOGRAMA

AÇÃO	LOCAL	DATA / PERÍODO
Divulgação oficial do Edital	www.guarapari.es.gov.br	04/02/2024
Inscrição dos candidatos	SEMED	06 e 07/02/2025 9h00min às 17h00min
Divulgação da Classificação	www.guarapari.es.gov.br	10/02/2025 A partir das 18h00min

Solicitação de Recurso	SEMED	11/02/2025 8h00min às 13h00min
Divulgação da Classificação Pós Recurso - Final	www.guarapari.es.gov.br	11/02/2025 A apartir das 18h00min
Divulgação da convocação para Prova Prática (data, local e horário)	www.guarapari.es.gov.br	13/02/2025 9h00min

OBS: Para efeito de Convocação e Realização da Prova Prática o(a) candidato(a) deverá comparecer ao local e horário marcados com documento de identificação com foto na versão ORIGINAL.

Protocolo 1481278

RESULTADO PROVISÓRIO DO PROCESSO SELETIVO

A COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO, instaurada pela Portaria nº 04/2025, referente ao Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 02/2025, que estabelece critérios e procedimentos para a realização de processo seletivo para provimento dos cargos de direção e direção adjunta escolar das unidades escolares do Município de Guarapari, na conformidade do item 5.1 a ser respeitado o direito e o prazo de recursos, bem como o princípio da publicidade que norteia a Administração Pública, torna público o RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO, com a relação dos candidatos, notas finais e as respectivas designações aos cargos pleiteados, bem como as vacâncias (por eliminação, na forma do subitem 2.5.3, IV e por não concorrência).

CANDIDATO	CARGO PLEITEADO	UNIDADE DE ENSINO	NOTA	RESULTADO
ROGERIA COUTINHO SANTOS	Direção	CEMEI ACIDOLINO BORGES	62,80	DIRETOR
ECLAIR SIMÕES VIEIRA	Direção	CEMEI ACLE ZOUAIN	67,40	DIRETOR
MARÍLIA SANGALI DE JESUS CARMINATI	Direção	CEMEI CLARIONÍCIO RAMALHETE	69,50	
SUELY RIBEIRO DE SOUZA BUBACH	Direção	CEMEI CLARIONÍCIO RAMALHETE	49,50	
VIVIAN RIBEIRO DA SILVA SCUASSANTE	Direção	CEMEI CLARIONÍCIO RAMALHETE	70,10	DIRETOR
ADRIANA DOS SANTOS BRANDÃO	Direção	CEMEI DORALICE GAIO ALVES	76,30	DIRETOR
SARA MENDES DOS SANTOS	Direção	CEMEI DORALICE GAIO ALVES	75,50	
LUCIANA SANTOS DA SILVA	Direção	CEMEI EUGÊNIO DEOCLÉCIO BORGES	68,40	DIRETOR
MICHELLE ARAÚJO VENEZES DE OLIVEIRA	Direção	CEMEI EUGÊNIO DEOCLÉCIO BORGES	67,00	
KENNI GEGENHEIMER MIGLIORINI	Direção	CEMEI ILCLÉIA FERNANDES BASTOS DE ÁVILA	79,20	DIRETOR
LUCIANA WANDEKOKEN BERMOND ARPINI	Direção	CEMEI ILCLÉIA FERNANDES BASTOS DE ÁVILA	78,50	
ELVIRA MARIA DA SILVA ALMEIDA PERIM	Direção	CEMEI MARIA GAMA DOS SANTOS	43,10	
FERNANDA PAES BARBOSA MATIAS	Direção	CEMEI MARIA GAMA DOS SANTOS	0,00	
IZAURA MARVILA E SILVA PEREIRA	Direção	CEMEI MARIA GAMA DOS SANTOS	70,00	DIRETOR
VIVIANI DE SÁ MERÍSIO	Direção	CEMEI MARIA GAMA DOS SANTOS	61,40	
MARIA CÂNDIDA FERRARI FÁVERO	Direção	CEMEI MARIA IGNÊS ALEIXO PINNA	60,70	DIRETOR
GILMARA CRISTÓVÃO RIBEIRO	Direção	CEMEI PATRÍCIA CORREA MARQUES	67,00	DIRETOR
JULIANA SILVA MARINHO	Direção	CEMEI PATRÍCIA CORREA MARQUES	52,00	

FABIANA BUENO MOTA	Direção	CEMEI PROFESSORA OLINA AZOLIN DA SILVA	61,40	DIRETOR
MARINA LEITE DOS SANTOS TRINDADE	Direção	CEMEI PROFESSORA OLINA AZOLIN DA SILVA	0,00	
MARIA DA PENHA NUNES	Direção	CEMEI RENATA ALMEIDA NASCIMENTO	73,40	DIRETOR
ADRIANE FONSECA OLIVEIRA GUINZANE	Direção	CEMEI TERCÍLIA ASTORI GOBBI	40,00	
ELIZABETH SOUZA FERNANDES MERENCIO	Direção	CEMEI TERCÍLIA ASTORI GOBBI	71,90	DIRETOR
MARIA IZABEL PINHEIRO	Direção	CEMEI TERCÍLIA ASTORI GOBBI	0,00	
ANDREA CLÁUDIA BODART CASTRO	Direção	CEMEI THEREZINHA SILVA COSTA	47,20	
PATRÍCIA TOZZI RAMOS GOULART	Direção	CEMEI THEREZINHA SILVA COSTA	61,40	DIRETOR
CECILIA POTON DALMAGRE	Direção	CEMEI VIVIANE ARAÚJO DE OLIVEIRA	53,40	
TATIANE SANTA CLARA DE SOUZA	Direção	CEMEI VIVIANE ARAÚJO DE OLIVEIRA	60,70	DIRETOR
ERIKA GEGENHEIMER	Direção	CEMEI VOVÓ ARLETE	78,00	DIRETOR
FERNANDA COSTA FABRIS	Direção	CEMEI VOVÓ NEUZA NADER BORGES	52,00	
MERLLIN SILVA BUBACK	Direção	CEMEI VOVÓ NEUZA NADER BORGES	73,40	DIRETOR
THATIANE MILIORINI BERTOLANI LOUREIRO	Direção	CEMEI VOVÓ NEUZA NADER BORGES	54,30	
ANDRÉA MOREIRA DA CONCEIÇÃO	Direção	CEMEI YEDA VIEIRA LEAL TORRES	52,80	
RENATA GOMES DINATO	Direção	CEMEI YEDA VIEIRA LEAL TORRES	73,00	DIRETOR
CRISCILA SOUZA DE OLIVEIRA	Direção	CEMEI MARIA JOSE LOUREIRO VICENTE	83,20	DIRETOR
ALESSANDRA CORREA ERNESTO DIAS	Direção	CMEJA	75,50	DIRETOR
DANUSIA FONTOURA DE ALMEIDA	Direção	CMEJA	73,80	
JULIANA DA SILVA PINTO LAGOEIRO	Direção	EMEF ADALGIZA FERNANDES MARVILLA	61,40	
ROSINETE BRANDÃO CHAGAS	Direção	EMEF ADALGIZA FERNANDES MARVILLA	63,80	DIRETOR
SORAYA AMARAL DE SOUZA	Direção	EMEF ADALGIZA FERNANDES MARVILLA	56,10	
EDIANA MARQUES MARCULANO	Direção adjunta	EMEF ANA ROCHA LYRA	60,60	
IDA PAULA NEPPEL COUTINHO BARBOSA	Direção adjunta	EMEF ANA ROCHA LYRA	62,10	DIRETOR ADJUNTO
NOBERTO FREITAS GOMES	Direção	EMEF ANA ROCHA LYRA	79,20	DIRETOR
JULIANA CARVALHO LOPES	Direção	EMEF BENEDITA MARTINS DE SOUZA	62,10	DIRETOR
MARCO DOS SANTOS	Direção adjunta	EMEF BENEDITA MARTINS DE SOUZA	47,80	
RAQUEL LIMA DOS SANTOS	Direção adjunta	EMEF BENEDITA MARTINS DE SOUZA	73,80	DIRETOR ADJUNTO
THAIS SCHILLING SOARES	Direção	EMEF BENEDITA MARTINS DE SOUZA	45,50	
ADRIANA DOMINGOS DOS ANJOS	Direção	EMEF CÂNDIDA SOARES MACHADO	73,30	DIRETOR

EDUARDO FERNANDO MIRANDA	Direção	EMEF CÂNDIDA SOARES MACHADO	67,20	
CIBELE KEMEICIK DA SILVA	Direção	EMEF CELITA BASTOS GARCIA	78,50	DIRETOR
WILLIAN BARBOSA SILVA PINHEIRO	Direção	EMEF CELITA BASTOS GARCIA	76,40	
LILLYANN MARCIA BRUNO DE SOUZA	Direção	EMEF CONSTANTINO JOSÉ VIEIRA	0,00	(diretoria vaga)
ADRIANA BONELLA	Direção	EMEF DALZIRA MERIGUETTI MERÍSIO	62,30	DIRETOR
MARIA EVANETE PEDRUZZI	Direção	EMEF DALZIRA MERIGUETTI MERÍSIO	0,00	
ADRIANA ROSA CAVALCANTE DA FONSECA	Direção	EMEF DARCY RIBEIRO	0,00	
DJENANE ROCHA DE SOUZA LARA	Direção adjunta	EMEF DARCY RIBEIRO	56,30	
EDINALDO FIDELES DA SILVA	Direção adjunta	EMEF DARCY RIBEIRO	69,30	DIRETOR ADJUNTO
ELANICE MARIA BASTOS FOSSI	Direção	EMEF DARCY RIBEIRO	57,10	(diretoria vaga)
MICHELE SOUZA FLORINDO	Direção adjunta	EMEF DARCY RIBEIRO	0,00	
MARCIA APARECIDA CASIMIRO BELONI RAMOS	Direção	EMEF ELIZIÁRIO LOURENÇO DIAS	84,00	DIRETOR
MARIANGELA SANTOLIN BRAVIM	Direção	EMEF ELIZIÁRIO LOURENÇO DIAS	68,40	
SONIA MARIA TURI	Direção	EMEF ELIZIÁRIO LOURENÇO DIAS	62,10	
DAVIMAR ÁVILA DE LIMA	Direção	EMEF FRANCISCO ARAÚJO	77,10	
DIEGO BRAGA SARMENTO	Direção adjunta	EMEF FRANCISCO ARAÚJO	74,30	DIRETOR ADJUNTO
WEIGLAS FERREIRA DO QUINTO	Direção	EMEF FRANCISCO ARAÚJO	88,70	DIRETOR
GLAUNER DOS SANTOS NEUMEG	Direção	EMEF IGNÊZ MASSAD COLA	81,20	DIRETOR
JACQUELINE CARVALHO LOPES	Direção adjunta	EMEF IGNÊZ MASSAD COLA	63,80	
TATIANA AFONSO TAVARES RIGO	Direção	EMEF IGNÊZ MASSAD COLA	78,90	
WELINGTON RIBEIRO DA SILVA	Direção adjunta	EMEF IGNÊZ MASSAD COLA	71,80	DIRETOR ADJUNTO
ADRIANA DE ASSIS CORRÊA TAVARES	Direção	EMEF JOÃO BATISTA CELESTINO	76,50	DIRETOR
CELESTE HORST DE ABREU	Direção adjunta	EMEF JOÃO BATISTA CELESTINO	0,00	(diretoria adjunta vaga)
DARCY TRABACH DA SILVA	Direção	EMEF JOÃO BATISTA CELESTINO	72,10	
FERNANDA COUTINHO SANTOS	Direção	EMEF JOVENTINA SIMÕES	71,00	DIRETORA
POLYANNA ALVES SIMMER DOS SANTOS	Direção	EMEF JOVENTINA SIMÕES	67,50	
OVÍDIA UCELLI VARGUES DUBKE	Direção	EMEF MARIA RAMALHETE CORRÊA	65,30	DIRETOR
CLÍCIA RIGO PINHEIRO	Direção	EMEF MARIA VELOSO CALMON	62,60	
DANIEL FREITAS VIANA	Direção	EMEF MARIA VELOSO CALMON	76,20	DIRETOR
WALLACE MARIANO DA SILVA	Direção	EMEF MARINALVA ARAGÃO AMORIM	63,20	DIRETOR
GLEICY MARTINS NASCIMENTO	Direção	EMEF OTACÍLIA BORGES FIGUEIREDO	77,90	DIRETOR
MARCELA MARQUES SENNA	Direção adjunta	EMEF OTACÍLIA BORGES FIGUEIREDO	66,20	

ROSIMERE MARIA MEZADRI	Direção	EMEF OTACÍLIA BORGES FIGUEIREDO	0,00	
THAIS DA NOBREGA DOS SANTOS	Direção adjunta	EMEF OTACÍLIA BORGES FIGUEIREDO	67,10	DIRETOR ADJUNTO
BIANCA GOMES FERREIRA	Direção adjunta	EMEF PRESIDENTE COSTA E SILVA	63,10	DIRETOR ADJUNTO
CARINA CRISTÓVÃO PEREIRA	Direção	EMEF PRESIDENTE COSTA E SILVA	68,40	DIRETOR
MICHELE CASIMIRO BELONI DA SILVA SALVADOR	Direção adjunta	EMEF PRESIDENTE COSTA E SILVA	60,10	
AMANDA GOMES SANTOS VASCONCELOS	Direção adjunta	EMEF ROSA SIMÕES DE ALMEIDA	65,20	DIRETOR ADJUNTO
ANDRILEIA MOREIRA DA CONCEIÇÃO	Direção adjunta	EMEF ROSA SIMÕES DE ALMEIDA	53,10	
JAIR VAILLAN LIMA	Direção	EMEF ROSA SIMÕES DE ALMEIDA	79,10	DIRETOR
JOCILENE ALMEIDA SILVA SANTOS	Direção	EMEF ROSA SIMÕES DE ALMEIDA	0,00	
LEANDRO MARIN	Direção	EMEF ROSA SIMÕES DE ALMEIDA	76,30	
CHIRLEY REGINA PAIVA MARQUES	Direção	EMEIEF AMARELOS	81,80	DIRETOR
MARIA TEREZA BERTULANI MACHADO GONÇALVES	Direção	EMEIEF AMARELOS	25,40	
MARIA DA PENHA BUBACH ASTORI	Direção	EMEIEF ARLINDO GOBBI	75,90	DIRETOR
NÁDIA ROBERTA BRAMBATI GOMES SOBRINHO	Direção	EMEIEF FLORISBELA LINO BANDEIRA	74,60	DIRETOR
	Direção adjunta	EMEIEF FLORISBELA LINO BANDEIRA		(diretoria adjunta vaga)
EDELLYN PAMPOLINI PEREIRA	Direção	EMEIEF JORGE BOUERI SOBRINHO	60,90	DIRETOR
GISLENE DOS SANTOS VOLPATO	Direção adjunta	EMEIEF JORGE BOUERI SOBRINHO	72,20	DIRETOR ADJUNTO
RONALDO BUTKE	Direção adjunta	EMEIEF JORGE BOUERI SOBRINHO	71,10	
CHRISTIANI SIQUEIRA SANTOS ROSA	Direção	EMEIEF JOSÉ ALBÉRICO LANTIMAN	62,00	DIRETOR
JACQUELINE MIRANDA DA SILVA LIMA	Direção	EMEIEF LÚCIA SASSO BANDEIRA	83,70	DIRETOR
WALDINEIA MANTESSO	Direção adjunta	EMEIEF LÚCIA SASSO BANDEIRA	49,30	(diretoria adjunta vaga)
ALINE MANTOVANELI FERREIRA	Direção	EMEIEF MARIA DAS GRAÇAS SANT'ANA MENÁRIO	68,80	DIRETOR
MARIA DA PENHA ROSSATO TROTTA	Direção	EMEIEF MARIA DAS GRAÇAS SANT'ANA MENÁRIO	52,60	
DIÊMIA REGINA PINHEIRO ROSA DE OLIVEIRA	Direção	EMEIEF MARIA LINO RAMOS	66,80	DIRETOR
ALLAN COELHO DOS SANTOS	Direção adjunta	EMEIEF PROF. JOSÉ ANTÔNIO DE MIRANDA	89,10	DIRETOR ADJUNTO
ARIANA OLIVEIRA DE AGUIAR	Direção	EMEIEF PROF. JOSÉ ANTÔNIO DE MIRANDA	60,90	DIRETOR
QUERLE LOPES RUBIM	Direção	EMEIEF PROF. JOSÉ ANTÔNIO DE MIRANDA	47,50	
ADRIANA SHIRLEY FONSECA	Direção	EMEIEF PROF.ª. MARIA MARTA DALLA HUARCAYA	52,40	

FRANCINE RIBEIRO CARDOSO	Direção	EMEIEF PROF.ª. MARIA MARTA DALLA HUARCAYA	75,30	DIRETOR
JOSELITA TEIXEIRA SERAFIM NASCIMENTO	Direção	EMEIEF TÂNIA AHOUAGI AMARAL MILO	61,80	DIRETOR
MARCIO DO NASCIMENTO NETTO	Direção	EMEIEF TÂNIA AHOUAGI AMARAL MILO	0,00	
ANA LUCIA ARPINI	Direção	EMEIEF ZILNETE PEREIRA GUIMARÃES	71,10	
ANA PAULA BERMOND CARNETI GUIMARÃES	Direção adjunta	EMEIEF ZILNETE PEREIRA GUIMARÃES	65,80	DIRETOR ADJUNTO
VANESSA PEREIRA DO VALE	Direção	EMEIEF ZILNETE PEREIRA GUIMARÃES	77,80	DIRETOR
ENIZABEL DOS SANTOS MIRANDA	Direção	EMPEF JOÃO LIMA DA CONCEIÇÃO	37,00	
JÉSSICA FORTUNATA DO AMARAL	Direção	EMPEF JOÃO LIMA DA CONCEIÇÃO	74,80	DIRETOR
MOISÉS RODRIGUES DOS SANTOS	Direção	EMPEF JOÃO LIMA DA CONCEIÇÃO	60,40	
ADRIANA VAZ CARNEIRO MONTOVANELLI	Direção	EMPEIEF LÚCIO ROCHA DE ALMEIDA	65,80	
ALEÍSA DE OLIVEIRA DAMASCENA SIMÕES	Direção	EMPEIEF LÚCIO ROCHA DE ALMEIDA	68,30	DIRETOR
ANA CRISTINA ABREU GÊ	Direção	EMPEIEF ORMY LOUREIRO DE ALMEIDA	52,70	
GEISIANE MALEGONI BERTULANI	Direção	EMPEIEF ORMY LOUREIRO DE ALMEIDA	62,10	
RENATA CYPRIANO PEREZ	Direção	EMPEIEF ORMY LOUREIRO DE ALMEIDA	43,60	
SANDRA MARIA MARQUES	Direção	EMPEIEF ORMY LOUREIRO DE ALMEIDA	63,10	DIRETOR

JACIARA MORAES LYRIO DEZAN
Secretária Municipal da Educação
Decreto Municipal n° 032/2025

Protocolo 1481970

Deliberação

Comunicado

EDITAL SEMSA Nº 019/2024

A Prefeitura Municipal de Guarapari, através da Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA), TORNA PÚBLICO que os candidatos classificados no Processo Seletivo Simplificado - Edital SEMSA Nº 019/2024 e convocados na publicação:2ª Convocação dia 21 de janeiro de 2025, estão **AUTOMATICAMENTE REPOSICIONADOS**, do Edital SEMSA 019/2024, por não ter se apresentado no prazo estabelecido ou desistido da vaga no momento da contratação, com fulcro à Lei Municipal Nº 3757/2014, no Processo Administrativo Nº 24.072/2024.

2ª CONVOCAÇÃO - 21 DE JANEIRO DE 2025		
MOTORISTA 40H		
Classificação	NOME	Pontuação
3º	Adilson Francisco Lopes	100

Guarapari- ES, 30 de janeiro de 2025.

Larissa Maria Santório Pereira Nicolau
Secretária Municipal da Saúde

Protocolo 1481795

Convocação

3ªCONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 019/2024

A Prefeitura Municipal de Guarapari, através da Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA), **CONVOCA** os candidatos classificados no Processo Seletivo Simplificado - Edital SEMSA Nº 019/2024 para a função de **MOTORISTA**, para contratação temporária para atendimento às necessidades da SEMSA, com fulcro à Lei Municipal Nº 3757/2014, no Processo Administrativo **Nº.24.072/2024** e de acordo com as normas estabelecidas no Edital SEMSA Nº 019/2024 e autorização no Proc. 31.619/2024. **Considerando que um candidato da 2ª convocação não compareceu no prazo estabelecido.**

O CANDIDATO CONVOCADO DEVERÁ COMPARECER nos **dias 30 à 31 de janeiro de 2025** no horário de 09h às 12h e de 13h às 17h na Sede Administrativa da SEMSA, portando a **documentação abaixo** para assinatura do Contrato Administrativo de Trabalho Temporário.

O Não comparecimento no prazo estabelecido nesta convocação implica no reposicionamento do candidato no final da classificação.

a. Carteira de identidade frente e verso;
b. CPF com certidão de regularidade;
c. Título de eleitor frente e verso e comprovante de quitação eleitoral da última eleição;
d. Carteira de Trabalho frente e verso;
e. Nº PIS ou PASEP;
f. Certificado de reservista, para os candidatos do sexo masculino;
g. Comprovante de residência atualizado;
h. 01 foto 3x4;
i. Certidão de nascimento ou Casamento;
j. Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 (catorze) anos;
k. Cópia do CPF dos dependentes (filho e cônjuge)
l. Comprovante de escolaridade;
m. ASO (Atestado de Saúde Ocupacional) original, expedido por médico do trabalho, com data anterior ao da contratação, porém expedido recentemente;
n. Comprovação de vacinação de COVID-19;
o. Certidão de antecedentes criminais;
p. Registro no Conselho/Carteira com Certidão de Regularidade do Conselho;
q. Declaração de acúmulo de cargos (disponível no RH/SEMSA);
r. Não se enquadrar nas vedações contidas nos incisos XVI, XVII e parágrafo 10 do art. 37 da Constituição Federal de 1988, que trata do acúmulo ilegal de cargo público;
s. Declaração de Bens (disponível no RH/SEMSA);
t. Declaração em cumprimento a Lei de Ficha Limpa (disponível no RH/SEMSA);

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
7º	Denilson Isidoro Lourenço	93

Guarapari- ES 30 de janeiro de 2025

Larissa Maria Santório Pereira Nicolau
Secretária Municipal da Saúde

Protocolo 1481799

4ªCONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 020/2024

A Prefeitura Municipal de Guarapari, através da Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA), **CONVOCA** os candidatos classificados no Processo Seletivo Simplificado - Edital SEMSA Nº 020/2024 para a função de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**, para contratação temporária para atendimento às necessidades da SEMSA, com fulcro à Lei Municipal Nº 3757/2014, no Processo Administrativo **Nº.26.995/2024** e de acordo com as normas estabelecidas no Edital SEMSA Nº 020/2024. **Convocação dentro das vagas ofertadas no Edital 020/2024, para substituir contratada que solicitou distrato no Proc. 2211/2025.**

O CANDIDATO CONVOCADO DEVERÁ COMPARECER nos **dias 30 de janeiro a 03 de fevereiro de 2025** no horário de 09h às 11h e de 13 às 16h na Sede Administrativa da SEMSA, portando a **documentação abaixo (cópias simples e originais)** para assinatura do Contrato Administrativo de Trabalho Temporário.

O Não comparecimento no prazo estabelecido nesta convocação implica no reposicionamento do candidato no final da classificação.

a. Carteira de identidade frente e verso;
b. CPF com certidão de regularidade;
c. Título de eleitor frente e verso e comprovante de quitação eleitoral da última eleição;
d. Carteira de Trabalho frente e verso;
e. Nº PIS ou PASEP;
f. Certificado de reservista, para os candidatos do sexo masculino;
g. Comprovante de residência atualizado;
h. 01 foto 3x4;
i. Certidão de nascimento ou Casamento;
j. Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 (catorze) anos;
k. Cópia do CPF dos dependentes (filho e cônjuge)
l. Comprovante de escolaridade;
m. ASO (Atestado de Saúde Ocupacional) original, expedido por médico do trabalho, com data anterior ao da contratação, porém expedido recentemente;
n. Comprovação de vacinação de COVID-19;
o. Certidão de antecedentes criminais;
p. Registro no Conselho/Carteira com Certidão de Regularidade do Conselho (os que o cargo exigir);
q. Declaração de acúmulo de cargos (disponível no RH/SEMSA);
r. Não se enquadrar nas vedações contidas nos incisos XVI, XVII e parágrafo 10 do art. 37 da Constituição Federal de 1988, que trata do acúmulo ilegal de cargo público;
s. Declaração de Bens (disponível no RH/SEMSA);
t. Declaração em cumprimento a Lei de Ficha Limpa (disponível no RH/SEMSA);

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
14º	Cassiane Gambine Imperalino	55

Guarapari- ES 30 de janeiro de 2025

Larissa Maria Santório Pereira Nicolau
Secretária Municipal de Saúde

Protocolo 1481810

Portaria

PORTARIA/GAB Nº. 26/2025

DISPÕE SOBRE SUBSTITUIÇÃO DE SERVIDORES PARA ATUAREM NA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 192/2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, contidas no art.88, inciso III, da Lei Orgânica do Município - LOM,

Conforme solicitação contida no MEMO SEMOP nº. 063/2025,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam **DESIGNADOS**, como **FISCAL e GESTOR** do Contrato de Prestação de Serviços nº. 192/2023, firmado com a empresa **BENEVIDES CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, os seguintes servidores:

I. **Fiscal Titular: ANNE NASCIMENTO SIMÕES**, ocupante do cargo comissionado de **COORDENADORA**, da Secretaria Municipal de Obras - **SEMOB**;

II. **Fiscal Suplente: TIAGO RAMOS DE SOUZA**, ocupante do cargo em comissão de **GERENTE**, da Secretaria Municipal de Obras - **SEMOB**;

III. **Gestor: MARCELO CIRINO BARBOSA**, ocupante do cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, da Secretaria Municipal de Obras - **SEMOB.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA - SE

Dada e passada no Gabinete do Prefeito Municipal de Guarapari, Estado do Espírito Santo, aos 28 (vinte e oito) dias do mês de janeiro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

RODRIGO LEMOS BORGES
Prefeito Municipal

Protocolo 1480857

PORTARIA/SEMAD Nº 19/2025

DISPÕE SOBRE READAPTAÇÃO DE FUNÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS, usando da faculdade que lhe foi delegada, através do § 3º do artigo 47 Lei nº 1.278/1991,

Considerando o disposto contido no Processo Administrativo nº. 21615/2024;

RESOLVE:

Art. 1º - **READAPTAR** a servidora **CAROLINE MONIQUE BARBOSA DOS REIS SILVA**, nomeada no cargo efetivo de **AGENTE DE ATENDIMENTO EM SAÚDE - B**, na função de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**, pelo **PERÍODO DE 01 (UM) ANO**, para exercer suas atividades, temporariamente, na **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSA**, em função compatível com seu quadro de saúde e de acordo com sua limitação, haja vista que a mesma encontra-se com restrição laboral para exercer as atividades do cargo acima mencionado, sem prejuízo de seus vencimentos, conforme atestados e laudo médico, ratificados pelo médico perito deste Município no Processo Administrativo acima mencionado.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

CUMPRA - SE

Dada e passada na Secretaria Municipal da Administração e Gestão de Recursos Humanos - SEMAD, Município de Guarapari, Estado do Espírito Santo, aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de janeiro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

RICARDO RIOS DO SACRAMENTO
Secretária Municipal de Administração - SEMAD

Protocolo 1481042

PORTARIA/SEMAD Nº 18/2025

DISPÕE SOBRE READAPTAÇÃO DE FUNÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS, usando da faculdade que lhe foi delegada, através do § 3º do artigo 47 Lei nº 1.278/1991,

Considerando o disposto contido no Processo Administrativo nº. 21613/2024;

RESOLVE:

Art. 1º - **READAPTAR** a servidora **BETÂNIA JARDIM LAUDIAS**, nomeada no cargo efetivo de **AGENTE DE SERVIÇO OPERACIONAL I**, na função de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**, pelo **PERÍODO DE 01 (UM) ANO**, para exercer suas atividades, temporariamente, na **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSA**, em função compatível com seu quadro de saúde e de acordo com sua limitação, haja vista que a mesma encontra-se com restrição laboral para exercer as atividades do cargo acima mencionado, sem prejuízo de seus vencimentos, conforme atestados e laudo médico, ratificados pelo médico perito deste Município no Processo Administrativo acima mencionado.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

CUMPRA - SE

Dada e passada na Secretaria Municipal da Administração e Gestão de Recursos Humanos - SEMAD, Município de Guarapari, Estado do Espírito Santo, aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de janeiro

de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

RICARDO RIOS DO SACRAMENTO
Secretária Municipal de Administração - SEMAD
Protocolo 1481044

PORTARIA SEMED Nº 010/2025

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE MOTORISTA PADRÃO C - CATEGORIA D, POR TEMPO DETERMINADO, PARA ATUAR NA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, Estado do Espírito Santo, no uso das suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - Constituir a COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO de Contratação de Motorista Padrão C - Categoria D, por tempo determinado, com os seguintes servidores:

- Rosana Bispo Ursini;
- Maria Aparecida Ferreira da Silva;
- Helyene Borges Pereira;
- Aldair Luiz Cardoso;
- Suzana Aparecida Pereira.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Guarapari (ES), 27 de janeiro de 2025.

Jaciara Moraes Lyrio Dezan
Secretária Municipal da Educação
Decreto Nº 032/2025

Protocolo 1481115

PORTARIA/GAB Nº. 27/2025

DISPÕE SOBRE SUBSTITUIÇÃO DE SERVIDORES PARA ATUAREM NA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 003/2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, contidas no art.88, inciso III, da Lei Orgânica do Município - LOM,

Conforme solicitação contida no MEMO SEMOP nº. 069/2025,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam **DESIGNADOS**, como **FISCAL e GESTOR** do Contrato de Prestação de Serviços nº. 003/2023, firmado com a empresa **MORO CONSTRUCAO E TERRAPLANAGEM LTDA**, os seguintes servidores:

I. **Fiscal Titular: ADEMIR FERREIRA DA CRUZ**, ocupante do cargo comissionado de **GERENTE**, da Secretaria Municipal de Obras - **SEMOB**;

II. **Fiscal Suplente: YGOR BARBOSA CREDI-DIO**, ocupante do cargo em comissão de **SUBSECRETÁRIO DE OBRAS**, da Secretaria Municipal de Obras - **SEMOB**;

III. **Gestor: MARCELO CIRINO BARBOSA**, ocupante do cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, da Secretaria Municipal de Obras - **SEMOB.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA - SE

Dada e passada no Gabinete do Prefeito Municipal de Guarapari, Estado do Espírito Santo, aos 28 (vinte e oito) dias do mês de janeiro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

RODRIGO LEMOS BORGES
Prefeito Municipal

Protocolo 1481281

PORTARIA/GAB Nº. 28/2025

DISPÕE SOBRE SUBSTITUIÇÃO DE SERVIDORES PARA ATUAREM NA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 224/2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, contidas no art.88, inciso III, da Lei Orgânica do Município - LOM,

Conforme solicitação contida no MEMO SEMOP nº. 069/2025,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam **DESIGNADOS**, como **FISCAL e GESTOR** do Contrato de Prestação de Serviços nº. 224/2023, firmado com a empresa **MORO CONSTRUCAO E TERRAPLANAGEM LTDA**, os seguintes servidores:

I. **Fiscal Titular: ADEMIR FERREIRA DA CRUZ**, ocupante do cargo comissionado de **GERENTE**, da Secretaria Municipal de Obras - **SEMOB**;

II. **Fiscal Suplente: YGOR BARBOSA CREDI-DIO**, ocupante do cargo em comissão de **SUBSECRETÁRIO DE OBRAS**, da Secretaria Municipal de Obras - **SEMOB**;

III. **Gestor: MARCELO CIRINO BARBOSA**, ocupante do cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, da Secretaria Municipal de Obras - **SEMOB.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA - SE

Dada e passada no Gabinete do Prefeito Municipal de Guarapari, Estado do Espírito Santo, aos 28 (vinte e oito) dias do mês de janeiro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

RODRIGO LEMOS BORGES
Prefeito Municipal

Protocolo 1481282

PORTARIA/GAB Nº. 29/2025

DISPÕE SOBRE SUBSTITUIÇÃO DE SERVIDORES PARA ATUAREM NA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 188/2022.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, contidas no art.88, inciso III, da Lei Orgânica do Município - LOM,

Conforme solicitação contida no MEMO SEMOP nº. 069/2025,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam **DESIGNADOS**, como **FISCAL e GESTOR** do Contrato de Prestação de Serviços nº. 188/2022, firmado com a empresa **PRIMER TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA**, os seguintes servidores:

I. **Fiscal Titular: ADEMIR FERREIRA DA CRUZ**, ocupante do cargo comissionado de **GERENTE**, da Secretaria Municipal de Obras - **SEMOB**;

II. **Fiscal Suplente: YGOR BARBOSA CREDI-DIO**, ocupante do cargo em comissão de **SUBSECRETÁRIO DE OBRAS**, da Secretaria Municipal de Obras - **SEMOB**;

III. **Gestor: MARCELO CIRINO BARBOSA**, ocupante do cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, da Secretaria Municipal de Obras - **SEMOB.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA - SE

Dada e passada no Gabinete do Prefeito Municipal de Guarapari, Estado do Espírito Santo, aos 28 (vinte e oito) dias do mês de janeiro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

RODRIGO LEMOS BORGES
Prefeito Municipal

Protocolo 1481284

PORTARIA/GAB Nº. 30/2025

DISPÕE SOBRE SUBSTITUIÇÃO DE SERVIDORES PARA ATUAREM NA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 050/2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, contidas no art.88, inciso III, da Lei Orgânica do Município - LOM,

Conforme solicitação contida no MEMO SEMOP nº. 069/2025,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam **DESIGNADOS**, como **FISCAL e GESTOR** do Contrato de Prestação de Serviços nº. 050/2023, firmado com a empresa **JOSIAS RAMALHETE SOUZA**, os seguintes servidores:

I. **Fiscal Titular: ADEMIR FERREIRA DA CRUZ**, ocupante do cargo comissionado de **GERENTE**, da Secretaria Municipal de Obras - **SEMOB**;

II. **Fiscal Suplente: YGOR BARBOSA CREDI-DIO**, ocupante do cargo em comissão de **SUBSECRETÁRIO DE OBRAS**, da Secretaria Municipal de Obras - **SEMOB**;

III. **Gestor: MARCELO CIRINO BARBOSA**, ocupante do cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, da Secretaria Municipal de Obras - **SEMOB.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA - SE

Dada e passada no Gabinete do Prefeito Municipal de Guarapari, Estado do Espírito Santo, aos 28 (vinte e oito) dias do mês de janeiro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

RODRIGO LEMOS BORGES
Prefeito Municipal

Protocolo 1481285

PORTARIA/GAB Nº. 31/2025

DISPÕE SOBRE SUBSTITUIÇÃO DE SERVIDORES PARA ATUAREM NA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 049/2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, contidas no art.88, inciso III, da Lei Orgânica do Município - LOM,

Conforme solicitação contida no MEMO SEMOP nº. 069/2025,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam **DESIGNADOS**, como **FISCAL e GESTOR** do Contrato de Prestação de Serviços nº. 049/2023, firmado com a empresa **ELSON AMBROZINI TRANSPORTE E LOCAÇÃO DE MAQUINAS**, os seguintes servidores:

I. **Fiscal Titular: ADEMIR FERREIRA DA CRUZ**, ocupante do cargo comissionado de **GERENTE**, da Secretaria Municipal de Obras - **SEMOB**;

II. **Fiscal Suplente: YGOR BARBOSA CREDI-DIO**, ocupante do cargo em comissão de **SUBSECRETÁRIO DE OBRAS**, da Secretaria Municipal de Obras - **SEMOB**;

III. **Gestor: MARCELO CIRINO BARBOSA**, ocupante do cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, da Secretaria Municipal de Obras - **SEMOB.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA - SE

Dada e passada no Gabinete do Prefeito Municipal de Guarapari, Estado do Espírito Santo, aos 28 (vinte e oito) dias do mês de janeiro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

RODRIGO LEMOS BORGES
Prefeito Municipal

Protocolo 1481286

PORTARIA/GAB Nº. 32/2025

DISPÕE SOBRE SUBSTITUIÇÃO DE SERVIDORES PARA ATUAREM NA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 0482023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, contidas no art.88, inciso III, da Lei Orgânica do Município - LOM,

Conforme solicitação contida no MEMO SEMOP nº. 069/2025,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam **DESIGNADOS**, como **FISCAL e GESTOR** do Contrato de Prestação de Serviços nº. 048/2023, firmado com a empresa **CELESTINO MAIOLI**, os seguintes servidores:

I. **Fiscal Titular: ADEMIR FERREIRA DA CRUZ**, ocupante do cargo comissionado de **GERENTE**, da Secretaria Municipal de Obras - **SEMOB**;

II. **Fiscal Suplente: YGOR BARBOSA CREDI-DIO**, ocupante do cargo em comissão de **SUBSECRETÁRIO DE OBRAS**, da Secretaria Municipal de Obras - **SEMOB**;

III. **Gestor: MARCELO CIRINO BARBOSA**, ocupante do cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, da Secretaria Municipal de Obras - **SEMOB.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA - SE

Dada e passada no Gabinete do Prefeito Municipal de Guarapari, Estado do Espírito Santo, aos 28 (vinte e oito) dias do mês de janeiro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

RODRIGO LEMOS BORGES
Prefeito Municipal

Protocolo 1481287

PORTARIA/GAB Nº. 33/2025

DISPÕE SOBRE SUBSTITUIÇÃO DE SERVIDORES PARA ATUAREM NA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 052/2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, contidas no art.88, inciso III, da Lei Orgânica do Município - LOM,

Conforme solicitação contida no MEMO SEMOP nº. 069/2025,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam **DESIGNADOS**, como **FISCAL e GESTOR** do Contrato de Prestação de Serviços nº. 052/2023, firmado com a empresa **MIQUELANGELO MARCULANO BOURGUIGNOM**, os seguintes servidores:

I. **Fiscal Titular: ADEMIR FERREIRA DA CRUZ**, ocupante do cargo comissionado de **GERENTE**, da Secretaria Municipal de Obras - **SEMOB**;

II. **Fiscal Suplente: YGOR BARBOSA CREDI-DIO**, ocupante do cargo em comissão de **SUBSECRETÁRIO DE OBRAS**, da Secretaria Municipal de Obras - **SEMOB**;

III. **Gestor: MARCELO CIRINO BARBOSA**, ocupante do cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, da Secretaria Municipal de Obras - **SEMOB.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA - SE

Dada e passada no Gabinete do Prefeito Municipal de Guarapari, Estado do Espírito Santo, aos 28 (vinte e oito) dias do mês de janeiro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

RODRIGO LEMOS BORGES
Prefeito Municipal

Protocolo 1481288

PORTARIA/GAB Nº. 34/2025

DISPÕE SOBRE SUBSTITUIÇÃO DE SERVIDORES PARA ATUAREM NA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 051/2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, contidas no art.88, inciso III, da Lei Orgânica do Município - LOM,

Conforme solicitação contida no MEMO SEMOP nº. 069/2025,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam **DESIGNADOS**, como **FISCAL e GESTOR** do Contrato de Prestação de Serviços nº, 051/2023, firmado com a empresa **JULIMAR JOSÉ TOMAZELLI**, os seguintes servidores:

I. **Fiscal Titular: ADEMIR FERREIRA DA CRUZ**, ocupante do cargo comissionado de **GERENTE**, da Secretaria Municipal de Obras - **SEMOB**;

II. **Fiscal Suplente: YGOR BARBOSA CREDI-DIO**, ocupante do cargo em comissão de **SUBSECRETÁRIO DE OBRAS**, da Secretaria Municipal de Obras - **SEMOB**;

III. **Gestor: MARCELO CIRINO BARBOSA**, ocupante do cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, da Secretaria Municipal de Obras - **SEMOB.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA - SE

Dada e passada no Gabinete do Prefeito Municipal de Guarapari, Estado do Espírito Santo, aos 28 (vinte e oito) dias do mês de janeiro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

RODRIGO LEMOS BORGES
Prefeito Municipal

Protocolo 1481290

PORTARIA/GAB Nº. 35/2025

DISPÕE SOBRE SUBSTITUIÇÃO DE SERVIDORES PARA ATUAREM NA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 034/2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, contidas no art.88, inciso III, da Lei Orgânica do Município - LOM,

Conforme solicitação contida no MEMO SEMOP nº. 069/2025,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam **DESIGNADOS**, como **FISCAL e GESTOR** do Contrato de Prestação de Serviços nº. 034/2024, firmado com a empresa **SERVI MIX COMERCIO E SERVIÇOS LTDA**, os seguintes servidores:

I. **Fiscal Titular: ADEMIR FERREIRA DA CRUZ**, ocupante do cargo comissionado de **GERENTE**, da Secretaria Municipal de Obras - **SEMOB**;

II. **Fiscal Suplente: YGOR BARBOSA CREDI-DIO**, ocupante do cargo em comissão de **SUBSECRETÁRIO DE OBRAS**, da Secretaria Municipal de Obras - **SEMOB**;

III. **Gestor: MARCELO CIRINO BARBOSA**, ocupante do cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, da Secretaria Municipal de Obras - **SEMOB.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA - SE

Dada e passada no Gabinete do Prefeito Municipal de Guarapari, Estado do Espírito Santo, aos 28 (vinte e oito) dias do mês de janeiro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

RODRIGO LEMOS BORGES
Prefeito Municipal

Protocolo 1481292

PORTARIA/GAB Nº. 36/2025

DISPÕE SOBRE SUBSTITUIÇÃO DE SERVIDORES PARA ATUAREM NA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 152/2022.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, contidas no art.88, inciso III, da Lei Orgânica do Município - LOM,

Conforme solicitação contida no MEMO SEMOP nº. 069/2025,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam **DESIGNADOS**, como **FISCAL e GESTOR** do Contrato de Prestação de Serviços nº. 152/2022, firmado com a empresa **J.A. PEREIRA HYDRA SANEAMENTO LTDA**, os seguintes servidores:

I. **Fiscal Titular: ADEMIR FERREIRA DA CRUZ**, ocupante do cargo comissionado de **GERENTE**, da Secretaria Municipal de Obras - **SEMOB**;

II. **Fiscal Suplente: YGOR BARBOSA CREDI-DIO**, ocupante do cargo em comissão de **SUBSECRETÁRIO DE OBRAS**, da Secretaria Municipal de Obras - **SEMOB**;

III. **Gestor: MARCELO CIRINO BARBOSA**, ocupante do cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, da Secretaria Municipal de Obras - **SEMOB.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA - SE

Dada e passada no Gabinete do Prefeito Municipal de Guarapari, Estado do Espírito Santo, aos 28 (vinte e oito) dias do mês de janeiro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

RODRIGO LEMOS BORGES
Prefeito Municipal

Protocolo 1481294

PORTARIA/GAB Nº. 37/2025

DISPÕE SOBRE SUBSTITUIÇÃO DE SERVIDORES PARA ATUAREM NA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 102/2022.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, contidas no art.88, inciso III, da Lei Orgânica do Município - LOM,

Conforme solicitação contida no MEMO SEMOP nº. 069/2025,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam **DESIGNADOS**, como **FISCAL e GESTOR** do Contrato de Prestação de Serviços nº. 102/2022, firmado com a empresa **JM TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA**, os seguintes servidores:

I. **Fiscal Titular: ADEMIR FERREIRA DA CRUZ**, ocupante do cargo comissionado de **GERENTE**, da Secretaria Municipal de Obras - **SEMOB**;

II. **Fiscal Suplente: YGOR BARBOSA CREDI-DIO**, ocupante do cargo em comissão de **SUBSECRETÁRIO DE OBRAS**, da Secretaria Municipal de Obras - **SEMOB**;

III. **Gestor: MARCELO CIRINO BARBOSA**, ocupante do cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, da Secretaria Municipal de Obras - **SEMOB.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA - SE

Dada e passada no Gabinete do Prefeito Municipal de Guarapari, Estado do Espírito Santo, aos 28 (vinte e oito) dias do mês de janeiro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

RODRIGO LEMOS BORGES
Prefeito Municipal

Protocolo 1481295

PORTARIA/GAB Nº. 38/2025

DISPÕE SOBRE SUBSTITUIÇÃO DE SERVIDORES PARA ATUAREM NA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 003/2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, contidas no art.88, inciso III, da Lei Orgânica do Município - LOM,

Conforme solicitação contida no MEMO SEMOP nº. 069/2025,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam **DESIGNADOS**, como **FISCAL e GESTOR** do Contrato de Prestação de Serviços nº. 003/2020, firmado com a empresa **PRIMER TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA**, os seguintes servidores:

I. **Fiscal Titular: ADEMIR FERREIRA DA CRUZ**, ocupante do cargo comissionado de **GERENTE**, da Secretaria Municipal de Obras - **SEMOB**;

II. **Fiscal Suplente: YGOR BARBOSA CREDI-DIO**, ocupante do cargo em comissão de **SUBSECRETÁRIO DE OBRAS**, da Secretaria Municipal de Obras - **SEMOB**;

III. **Gestor: MARCELO CIRINO BARBOSA**, ocupante do cargo comissionado de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, da Secretaria Municipal de Obras - **SEMOB.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA - SE

Dada e passada no Gabinete do Prefeito Municipal de Guarapari, Estado do Espírito Santo, aos 28 (vinte e oito) dias do mês de janeiro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

RODRIGO LEMOS BORGES
Prefeito Municipal

Protocolo 1481296

PORTARIA/GAB Nº. 39/2025

DISPÕE SOBRE SUBSTITUIÇÃO DE SERVIDORES PARA ATUAREM NA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 073/2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, contidas no art.88, inciso III, da Lei Orgânica do Município - LOM,

Conforme solicitação contida no MEMO SEMOP nº. 069/2025,

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam **DESIGNADOS**, como **FISCAL e GESTOR** do Contrato de Prestação de Serviços nº. 073/2024, firmado com a empresa **BIGOSSI LOCAÇÃO DE VEÍCULOS E TRANSPORTE DE PASSAGEIRO LTDA**, os seguintes servidores:

I. **Fiscal Titular: ADEMIR FERREIRA DA CRUZ**, ocupante do cargo comissionado de **GERENTE**, da Secretaria Municipal de Obras - **SEMOB**;

II. **Fiscal Suplente: YGOR BARBOSA CREDI-DIO**, ocupante do cargo em comissão de **SUBSECRETÁRIO DE OBRAS**, da Secretaria Municipal de Obras - **SEMOB**;

III. **Gestor: MARCELO CIRINO BARBOSA**, ocupante do cargo comissionado de **SECRETÁRIO**

MUNICIPAL, da Secretaria Municipal de Obras - **SEMOB.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA - SE

Dada e passada no Gabinete do Prefeito Municipal de Guarapari, Estado do Espírito Santo, aos 28 (vinte e oito) dias do mês de janeiro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

RODRIGO LEMOS BORGES
Prefeito Municipal

Protocolo 1481299

Termos

TERMO DE REVOGAÇÃO

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 034/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 27.512/2024

O Município de Guarapari, através do Prefeito Municipal, Sr. Rodrigo Lemos Borges, com base no art. 71, inc. II c/c 4º, da Lei nº 14.133/2021, considerando razões de interesse público consubstanciado na impossibilidade de continuação da contratação por fato superveniente, conforme instruído nos autos através do despacho da Secretaria demandante de fl. 338 do Processo Administrativo nº 27.512/2024, resolve **REVOGAR** a contratação via **DISPENSA ELETRÔNICA Nº 034/2024**, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DE FROTA, MEDIANTE SISTEMA INFORMATIZADO E TECNOLOGIA, VISANDO A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSA**, dando-se ciência da revogação aos interessados.

Guarapari/ES, ___ de _____ de 2025.

RODRIGO LEMOS BORGES
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1481434

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE SERVIDOR PÚBLICO Nº 004/2025

CEDENTE: MUNICÍPIO DE PIÚMA-ES.
CESSIONÁRIO: MUNICÍPIO DE GUARAPARI-ES.

OBJETO: ESTABELECER A CESSÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL WILCLER CARVALHO LOPES, MATRÍCULA 5295, PARA DESENVOLVER SUAS ATIVIDADES JUNTO AO MUNICÍPIO DE GUARAPARI-ES, COM ÔNUS PARA O CESSIONÁRIO.

Protocolo 1481847

Aditivo

EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 121/2023.
PROCESSO Nº 1338/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUARAPARI-ES.
CONTRATADA: ASTORI CONSTRUTORA E MONTAGENS - EIRELI.

OBJETO: A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 121/2023 PELO PERÍODO DE 03 (TRÊS) MESES, CONTADOS A PARTIR DO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2025 A 27 DE MAIO DE 2025, CONFORME SOLICITAÇÃO E AUTORIZAÇÃO CONTIDAS NO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1338/2025.

Protocolo 1481301

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 177/2024.
PROCESSO Nº 545/2025.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUARAPARI-ES.
CONTRATADA: ENGEFLEX LTDA.

OBJETO: O ACRÉSCIMO DE VALOR DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 177/2024, CONFORME SOLICITAÇÃO E AUTORIZAÇÃO CONTIDAS NO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 545/2025.
O ACRÉSCIMO É DE 23,87% (VINTE E TRÊS VIRGULA OITENTA E SETE POR CENTO), PERFAZENDO O VALOR DE R$ 477.365,40 (QUATROCENTOS E SETENTA E SETE MIL, TREZENTOS E SESSENTA E CINCO REAIS E QUARENTA CENTAVOS).
O VALOR DO CONTRATO INICIAL É DE R$ 2.000.013,24 (DOIS MILHÕES, TREZE REAIS E VINTE E QUATRO CENTAVOS) E O PRESENTE ACRÉSCIMO DESCRITO NO ITEM 1.2 É R$ 477.365,40 (QUATROCENTOS E SETENTA E SETE MIL, TREZENTOS E SESSENTA E CINCO REAIS E QUARENTA CENTAVOS) TOTALIZANDO O VALOR DA OBRA NO MONTANTE DE R$ 2.477.378,64 (DOIS MILHÕES, QUATROCENTOS E SETENTA E SETE MIL TREZENTOS E SETENTA E OITO REAIS E SESSENTA E QUATRO CENTAVOS).

Protocolo 1481303

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 09/2022.
PROCESSO Nº 28780/2024.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GUARAPARI-ES E SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO, ASSISTÊNCIA E CIDADANIA - SEMTAC.
CONTRATADA: SÔNIA ARRUDA DE MORAES.

OBJETO: O REAJUSTE DO VALOR DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 09/2022 E PRORROGAÇÃO DO PRAZO, CONFORME SOLICITAÇÃO E AUTORIZAÇÃO CONTIDAS NO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28.780/2024.
A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 09/2022, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DE 09 DE FEVEREIRO DE 2025 ATÉ 08 DE FEVEREIRO DE 2026.
O REAJUSTE REFERENTE AO VALOR DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 09/2022 É DE APROXIMADAMENTE 4,39% (QUATRO VIRGULA TRINTA E NOVE POR CENTO) RESULTANDO NO VALOR DE R$ 1.944,67 (MIL NOVECENTOS E QUARENTA E QUATRO REAIS E SESSENTA E SETE CENTAVOS).
EM DECORRÊNCIA DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS CONTRATUAIS ATRAVÉS DO IPCA O VALOR TOTAL DO CONTRATO PASSA DE R$ 22.354,08 (VINTE E DOIS MIL, TREZENTOS E CINQUENTA E QUATRO REAIS E OITO CENTAVOS) PARA R$ 23.336,04 (VINTE E TRÊS MIL CENTO E TRINTA E SEIS REAIS E QUATRO CENTAVOS).

Protocolo 1481391

MUNICÍPIO DE IBATIBA - ES - PODER EXECUTIVO — **ESTADO/TRIBUNAL**

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - PODER EXECUTIVO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") — R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	JAN/2024	FEV/2024	MAR/2024	ABR/2024	MAI/2024	JUN/2024	JUL/2024	AGO/2024	SET/2024	OUT/2024	NOV/2024	DEZ/2024	Total (Últimos 12 meses) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**2.946.993,60**	**3.287.450,20**	**3.358.422,11**	**3.993.307,69**	**3.604.528,41**	**3.231.874,32**	**3.566.963,04**	**4.713.295,38**	**3.504.476,86**	**3.434.426,64**	**3.422.270,77**	**11.869.404,93**	**50.933.413,95**	**10.984,51**
Pessoal Ativo	2.936.020,05	3.268.496,90	3.350.253,58	3.985.216,19	3.595.732,81	3.221.264,57	3.555.838,47	4.704.850,44	3.495.593,02	3.425.855,43	3.413.053,03	11.860.902,15	50.813.076,64	10.984,51
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis.	2.643.987,48	2.931.957,41	3.006.216,83	3.273.886,87	3.232.359,26	3.201.411,85	3.192.671,10	4.341.357,91	3.134.340,64	3.071.391,99	3.058.334,60	10.449.890,62	45.537.806,56	9.331,61
Obrigações Patronais	292.032,57	336.539,49	344.036,75	711.329,32	363.373,55	19.852,72	363.167,37	363.492,53	361.252,38	354.463,44	354.718,43	1.411.011,53	5.275.270,08	1.652,90
Pessoal Inativo e Pensionistas	10.973,55	18.953,30	8.168,53	8.091,50	8.795,60	10.609,75	11.124,57	8.444,94	8.883,84	8.571,21	9.217,74	8.502,78	120.337,31	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	10.973,55	18.953,30	8.168,53	8.091,50	8.795,60	10.609,75	11.124,57	8.444,94	8.883,84	8.571,21	9.217,74	8.502,78	120.337,31	
Pensões														
Outras desp. pessoal decorr. contr. terceir. ou Contrat. de forma indiret														
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	**110.323,89**	**99.796,38**	**59.360,72**	**85.631,25**	**66.401,50**	**15.578,75**	**46.423,63**	**1.205.971,04**	**80.577,60**	**44.482,47**	**26.525,80**	**221.055,44**	**2.062.128,47**	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária e Ded	107.379,09	72.000,00	59.360,72	66.571,50	26.696,97	15.578,75	46.423,63	29.344,89	80.577,60	25.623,66	26.525,80	198.978,28	755.060,89	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	2.944,80	27.796,38		19.059,75	39.704,53			1.176.626,15		18.858,81		22.077,16	1.307.067,58	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração														
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados														
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recu														
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de														
Outras Deduções Constitucionais ou Legais														
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**2.836.669,71**	**3.187.653,82**	**3.299.061,39**	**3.907.676,44**	**3.538.126,91**	**3.216.295,57**	**3.520.539,41**	**3.507.324,34**	**3.423.899,26**	**3.389.944,17**	**3.395.744,97**	**11.648.349,49**	**48.871.285,48**	**10.984,51**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**126.190.756,76**	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art 166-A, § 1º da CF)		
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF)		
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)		
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais		
= RECEITA CORRENTE LÍ• QUIDA AJUSTADA PARA CALCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	**126.190.756,76**	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III a + III b)	**48.882.269,99**	**38,74**
LIMITE MÁ• XIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	**68.143.008,65**	**54,00**
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x IX) (parágrafo ûico do art. 22 da LRF)	**64.735.858,22**	**51,30**
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	**61.328.707,79**	**48,60**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Fazenda, Emissão: 29/01/2025 , as 14:20:23

LUIS CARLOS PANCOTI
PREFEITO MUNICIPAL

FERNANDA MATOS DE MOURA ALMEIDA
CONTADORA CRC/ES-013390/O-1

GABRIELE ZAVARIZE MIRANDA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FAZENDA

MUNICÍPIO DE IBATIBA - ES
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

ESTADO/TRIBUNAL

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") — R$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2024	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	**4.713.877,23**	**4.546.753,66**	**4.375.244,16**
Dívida Mobiliária			
Dívida Contratual	3.249.817,77	3.082.694,20	2.911.184,70
Empréstimos			
Internos			
Externos			
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios			
Financiamentos			
Internos			
Externos			
Parcelamento e Renegociação de dívidas	3.249.817,77	3.082.694,20	2.911.184,70
De Tributos			
De Contribuições Previdenciárias	3.249.817,77	3.082.694,20	2.911.184,70
De Demais Contribuições Sociais			
Do FGTS			
Com Instituição Não Financeira			
Demais Dívidas Contratuais			
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	1.464.059,46	1.464.059,46	1.464.059,46
Outras Dívidas			
DEDUÇÕES (II)	**47.607.169,72**	**55.236.526,01**	**41.673.283,78**
Disponibilidade de Caixa	47.607.169,72	55.236.526,01	41.673.283,78
Disponibilidade de Caixa Bruta	51.518.594,02	56.285.023,89	43.948.665,50
(-) Restos a Pagar Processados	2.990.512,48	34.568,82	1.271.587,76
(-) Depósitos Restituíves e Valores Vinculados	920.911,82	1.013.929,06	1.003.793,96
Demais Haveres Financeiros			
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	**(42.893.292,49)**	**(50.689.772,35)**	**(37.298.039,62)**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**109.457.102,02**	**115.271.264,46**	**126.190.756,76**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	**109.457.102,02**	**115.271.264,46**	**126.190.756,76**
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	**4,31**	**3,94**	**3,47**
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	**(39,19)**	**(43,97)**	**(29,56)**
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120,00%	**131.348.522,42**	**138.325.517,35**	**151.428.908,11**
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	**118.213.670,18**	**124.492.965,61**	**136.286.017,30**

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2024	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000			
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)			
PASSIVO ATUARIAL			
RP NÃO-PROCESSADOS	2.911.793,10	1.096.182,45	649.097,52
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO			
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP			
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS			

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Fazenda, Emissão: 29/01/2025 , as 14:21:30

MUNICÍPIO DE IBATIBA - ES
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

ESTADO/TRIBUNAL

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") R$ 1,00

LUIS CARLOS PANCOTI
PREFEITO MUNICIPAL

FERNANDA MATOS DE MOURA ALMEIDA
CONTADORA CRC 013390/O-1

GABRIELE ZAVARIZE MIRANDA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FAZENDA

MUNICÍPIO DE IBATIBA - ES - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

ESTADO/TRIBUNAL

LRF, art. 48 - Anexo 6 — R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O SEMESTRE
Receita Corrente Líquida	126.190.756,76
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	126.190.756,76
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	48.882.269,99	38,74
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 54,00 %	68.143.008,65	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 51,30 %	64.735.858,22	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 48,60 %	61.328.707,79	48,60

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	(37.298.039,62)	3,47
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	151.428.908,11	120,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	27.761.966,49	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	20.190.521,08	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	8.833.352,97	7,00

RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS NO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Fazenda, Emissão: 29/01/2025 , as 14:38:38

FERNANDA MATOS DE MOURA DE ALMEIDA
CONTADORA CRC 013390/O-1

MUNICÍPIO DE IBATIBA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) Em Reais

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas			% (c/a)	Saldo (a-c)
			No Período (b)	%(b/a)	Até o Período (c)		
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**101.000.000,00**	**122.270.882,85**	**25.039.135,05**	**20,48**	**135.660.206,22**	**110,95**	**(13.389.323,37)**
RECEITAS CORRENTES	100.990.000,00	119.030.546,65	24.722.200,23	20,77	126.190.756,76	106,02	(7.160.210,11)
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	6.997.000,00	7.809.169,15	3.111.624,97	39,85	9.602.728,71	122,97	(1.793.559,56)
Impostos	5.980.000,00	6.792.169,15	2.951.406,95	43,45	8.589.104,27	126,46	(1.796.935,12)
Taxas	1.017.000,00	1.017.000,00	160.218,02	15,75	1.013.624,44	99,67	3.375,56
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	1.600.000,00	1.600.000,00	283.176,68	17,70	1.693.083,15	105,82	(93.083,15)
Contribuições Sociais							
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Forma							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	1.600.000,00	1.600.000,00	283.176,68	17,70	1.693.083,15	105,82	(93.083,15)
RECEITA PATRIMONIAL	3.444.600,00	5.967.963,24	576.213,87	9,66	3.794.548,05	63,58	2.173.415,19
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários	3.444.600,00	5.967.963,24	576.213,87	9,66	3.794.548,05	63,58	2.173.415,19
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Au							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS							
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	88.722.400,00	102.867.091,50	20.748.689,98	20,17	110.957.870,02	107,87	(8.090.778,52)
Transferências da União e de suas Entidades	43.131.400,00	51.927.128,25	11.299.032,38	21,76	57.600.861,83	110,93	(5.673.733,58)
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	17.091.000,00	18.015.643,79	3.936.020,23	21,85	21.830.075,92	121,17	(3.814.432,13)
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas	28.500.000,00	32.924.319,46	5.513.637,37	16,75	31.526.932,27	95,76	1.397.387,19
Transferências do Exterior							
Demais Transferências Correntes							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	226.000,00	786.322,76	2.494,73	0,32	142.526,83	18,13	643.795,93
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	23.000,00	23.000,00					23.000,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	201.000,00	761.322,76	499,48	0,07	132.897,30	17,46	628.425,46
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							
Demais Receitas Correntes	2.000,00	2.000,00	1.995,25	99,76	9.629,53	481,48	(7.629,53)
RECEITAS DE CAPITAL	10.000,00	3.240.336,20	316.934,82	9,78	9.469.449,46	292,24	(6.229.113,26)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS	10.000,00	1.662.188,09			1.714.107,19	103,12	(51.919,10)
Alienação de Bens Móveis	10.000,00	1.662.188,09			1.714.107,19	103,12	(51.919,10)
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		1.578.148,11	316.934,82	20,08	7.755.342,27	491,42	(6.177.194,16)
Transferências da União e de suas Entidades					4.113.557,30		(4.113.557,30)
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades		1.578.148,11	316.934,82	20,08	3.641.784,97	230,76	(2.063.636,86)
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Tranferências de Capital							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	**101.000.000,00**	**122.270.882,85**	**25.039.135,05**	**20,48**	**135.660.206,22**	**110,95**	**(13.389.323,37)**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
Mobiliária							
Contratual							
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	101.000.000,00	122.270.882,85	25.039.135,05	20,48	135.660.206,22	110,95	(13.389.323,37)
DEFICIT (VI)	—	—	—	—	3.468.818,77	—	—
TOTAL COM DEFICIT (VII) = (V + VI)	101.000.000,00	122.270.882,85	25.039.135,05	20,48	139.129.024,99	110,95	(13.389.323,37)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	—	30.484.325,64	—	—	30.484.325,64	100,00	—
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	—	—	—	—	—	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	—	30.484.325,64	—	—	30.484.325,64	100,00	—

Despesas	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas		Saldo (g) = (e - f)	Despesas Liquidadas		Saldo (i) = (e - h)	Despesas Pagas Até o Período (j)	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados(k)
			No Período	Até Período (f)		No Período	Até Período (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (	**101.000.000,00**	**168.767.605,67**	**1.871.118,41**	**139.129.024,99**	**29.638.580,68**	**37.485.509,38**	**138.828.108,78**	**29.939.496,89**	**137.542.480,77**	**300.916,21**
DESPESAS CORRENTES	96.062.750,04	136.816.168,86	13.554.592,02	125.347.332,38	11.468.836,48	32.986.298,57	125.053.816,17	11.762.352,69	123.777.504,53	293.516,21
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	48.795.614,95	54.393.385,81	14.971.909,92	52.849.790,63	1.543.595,18	15.654.213,15	52.849.790,63	1.543.595,18	51.752.070,56	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.000,00	1.000,00			1.000,00			1.000,00		
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	47.266.135,09	82.421.783,05	(1.417.317,90)	72.497.541,75	9.924.241,30	17.332.085,42	72.204.025,54	10.217.757,51	72.025.433,97	293.516,21
DESPESAS DE CAPITAL	4.917.249,96	31.931.436,81	(11.683.473,61)	13.781.692,61	18.149.744,20	4.499.210,81	13.774.292,61	18.157.144,20	13.764.976,24	7.400,00
INVESTIMENTOS	4.436.249,96	31.451.436,81	(11.752.466,72)	13.376.559,09	18.074.877,72	4.430.217,70	13.369.159,09	18.082.277,72	13.359.842,72	7.400,00
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	481.000,00	480.000,00	68.993,11	405.133,52	74.866,48	68.993,11	405.133,52	74.866,48	405.133,52	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00	20.000,00			20.000,00			20.000,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)										
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	**101.000.000,00**	**168.767.605,67**	**1.871.118,41**	**139.129.024,99**	**29.638.580,68**	**37.485.509,38**	**138.828.108,78**	**29.939.496,89**	**137.542.480,77**	**300.916,21**
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI										
Amortização da Dívida Interna										
Dívida Mobiliária										
Dívida Contratual										
Amortização da Dívida Externa										
Dívida Mobiliária										

MUNICÍPIO DE IBATIBA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) Em Reais

Dívida Contratual										
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	101.000.000,00	168.767.605,67	1.871.118,41	139.129.024,99	29.638.580,68	37.485.509,38	138.828.108,78	29.939.496,89	137.542.480,77	300.916,21
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—			—				—
TOTAL COM SUPERAVIT (XIV) = (XII + XIII)	101.000.000,00	168.767.605,67	1.871.118,41	139.129.024,99	29.638.580,68	37.485.509,38	138.828.108,78	29.939.496,89	137.542.480,77	300.916,21
RESERVA DO RPPS	—	—	—			—				—

Receitas Intra	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas			% (c/a)	Saldo (a-c)
			No Período (b)	% (b/a)	Até o Período (c)		
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							
RECEITAS CORRENTES							
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA							
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES							
Contribuições Sociais							
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Forma							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL							
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários							
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Au							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS							
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Transferências Correntes							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES							
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos							
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							
Demais Receitas Correntes							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Tranferências de Capital							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							

Despesas Intra	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas		Saldo (g) = (e - f)	Despesas Liquidadas		Saldo (i) = (e - h)	Despesas Pagas Até o Periodo (j)	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados(k)
			No Período	Até Período (f)		No Período	Até Período (h)			
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)										—
DESPESAS CORRENTES										—
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS										—
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										—
OUTRAS DESPESAS CORRENTES										—
DESPESAS DE CAPITAL										—
INVESTIMENTOS										—
INVERSÕES FINANCEIRAS										—
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										—
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										—

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Fazenda, Emissão: 29/01/2025 , às 13:47:43

MUNICÍPIO DE IBATIBA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) Em Reais

LUIS CARLOS PANCOTI
PREFEITO MUNICIPAL

FERNANDA MATOS DE MOURA ALMEIDA
CONTADORA CRC 013390/O-1

GABRIELE ZAVARIZE MIRANDA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FAZENDA

MUNICÍPIO DE IBATIBA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**101.000.000,00**	**168.767.605,67**	**1.871.118,41**	**139.129.024,99**	**100,00**	**29.638.580,68**	**37.485.509,38**	**138.828.108,78**	**100,00**	**29.939.496,89**	**300.916,21**
Legislativa	**2.986.923,50**	**2.986.923,50**	**(208.970,17)**	**2.666.315,11**	**1,92**	**320.608,39**	**518.909,18**	**2.596.854,74**	**1,87**	**390.068,76**	**69.460,37**
Ação Legislativa	2.986.923,50	2.986.923,50	(208.970,17)	2.666.315,11	1,92	320.608,39	518.909,18	2.596.854,74	1,87	390.068,76	69.460,37
Controle Externo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Judiciária	**1.990.500,00**	**1.774.680,85**	**(7.735,79)**	**1.593.216,02**	**1,15**	**181.464,83**	**92.155,21**	**1.593.216,02**	**1,15**	**181.464,83**	
Ação Judiciária	388.800,00	382.912,00	63.920,71	274.003,10	0,20	108.908,90	63.920,71	274.003,10	0,20	108.908,90	
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	700,00	700,00				700,00				700,00	
Administração Geral											
Demais Subfunções	1.601.000,00	1.391.068,85	(71.656,50)	1.319.212,92	0,95	71.855,93	28.234,50	1.319.212,92	0,95	71.855,93	
Essencial à Justiça											
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Administração	**13.033.781,49**	**14.710.794,26**	**637.436,76**	**12.152.131,52**	**8,73**	**2.558.662,74**	**2.603.753,77**	**12.109.599,58**	**8,72**	**2.601.194,68**	**42.531,94**
Planejamento e Orçamento											
Administração Geral	9.176.430,99	10.659.261,23	265.212,31	8.741.272,56	6,28	1.917.988,67	1.785.634,69	8.713.740,62	6,28	1.945.520,61	27.531,94
Administração Financeira	3.195.849,50	3.402.469,35	264.429,69	2.862.140,03	2,06	540.329,32	710.324,32	2.847.140,03	2,05	555.329,32	15.000,00
Controle Interno	260.101,00	247.663,68	50.126,49	210.085,86	0,15	37.577,82	50.126,49	210.085,86	0,15	37.577,82	
Normatização e Fiscalização	400,00	400,00				400,00				400,00	
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
Demais Subfunções	401.000,00	401.000,00	57.668,27	338.633,07	0,24	62.366,93	57.668,27	338.633,07	0,24	62.366,93	
Defesa Nacional											
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Segurança Pública	**11.000,00**	**4.494,54**				**4.494,54**				**4.494,54**	
Policiamento											
Defesa Civil	11.000,00	4.494,54				4.494,54				4.494,54	
Informação e Inteligência											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Assistência Social	**4.188.456,00**	**6.904.407,44**	**573.895,56**	**5.166.994,40**	**3,71**	**1.737.413,04**	**1.350.762,48**	**5.158.253,90**	**3,72**	**1.746.153,54**	**8.740,50**
Assistência ao Idoso	66.200,00	1.096.807,29		24.810,20	0,02	1.071.997,09	11.510,90	24.810,20	0,02	1.071.997,09	
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente	459.156,00	433.624,97	51.169,36	411.429,66	0,30	22.195,31	159.164,57	411.429,66	0,30	22.195,31	
Assistência Comunitária	2.700.700,00	3.757.342,92	404.506,63	3.220.434,69	2,31	536.908,23	973.136,32	3.211.694,19	2,31	545.648,73	8.740,50
Administração Geral	962.400,00	1.616.632,26	118.219,57	1.510.319,85	1,09	106.312,41	206.950,69	1.510.319,85	1,09	106.312,41	
Demais Subfunções											
Previdência Social											
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário											
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saúde	**20.403.900,00**	**34.897.185,58**	**897.223,97**	**32.280.723,75**	**23,20**	**2.616.461,83**	**7.316.873,40**	**32.147.386,70**	**23,16**	**2.749.798,88**	**133.337,05**
Atenção Básica	4.738.800,00	5.919.430,30	1.268.120,69	5.867.943,49	4,22	51.486,81	1.319.565,97	5.866.727,43	4,23	52.702,87	1.216,06
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	5.808.900,00	15.792.690,95	(958.796,75)	14.123.823,45	10,15	1.668.867,50	3.301.435,58	14.008.428,47	10,09	1.784.262,48	115.394,98
Suporte Profilático e Terapêutico	752.200,00	747.230,39	(17.362,95)	637.870,05	0,46	109.360,34	78.887,64	637.870,05	0,46	109.360,34	
Vigilância Sanitária	333.100,00	253.857,45	39.927,72	239.163,22	0,17	14.694,23	39.927,72	239.163,22	0,17	14.694,23	
Vigilância Epidemiológica	821.700,00	865.567,73	181.378,62	860.282,53	0,62	5.285,20	189.240,08	860.282,53	0,62	5.285,20	

MUNICÍPIO DE IBATIBA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
Alimentação e Nutrição											
Administração Geral	7.949.200,00	11.318.408,76	383.956,64	10.551.641,01	7,58	766.767,75	2.387.816,41	10.534.915,00	7,59	783.493,76	16.726,01
Demais Subfunções											
Trabalho											
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Educação	**42.236.591,00**	**69.730.188,61**	**9.065.418,80**	**62.920.923,11**	**45,22**	**6.809.265,50**	**19.576.894,43**	**62.891.183,13**	**45,30**	**6.839.005,48**	**29.739,98**
Ensino Fundamental	36.168.749,00	61.082.747,06	7.256.480,04	54.772.625,15	39,37	6.310.121,91	16.787.450,15	54.759.173,58	39,44	6.323.573,48	13.451,57
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior	285.200,00	134.400,00	(23.167,30)	102.032,70	0,07	32.367,30	20.555,78	102.032,70	0,07	32.367,30	
Educação Infantil	3.725.002,00	5.368.054,34	2.040.661,45	5.299.279,29	3,81	68.775,05	2.110.885,34	5.293.572,48	3,81	74.481,86	5.706,81
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial	401,00	401,00				401,00				401,00	
Educação Básica											
Administração Geral	2.057.239,00	3.144.586,21	(208.555,39)	2.746.985,97	1,97	397.600,24	658.003,16	2.736.404,37	1,97	408.181,84	10.581,60
Demais Subfunções											
Cultura	**599.600,00**	**3.189.817,86**	**(950.237,60)**	**1.875.852,12**	**1,35**	**1.313.965,74**	**1.053.518,40**	**1.875.852,12**	**1,35**	**1.313.965,74**	
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural	598.800,00	3.189.017,86	(950.237,60)	1.875.852,12	1,35	1.313.165,74	1.053.518,40	1.875.852,12	1,35	1.313.165,74	
Administração Geral	800,00	800,00				800,00				800,00	
Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania											
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Urbanismo	**6.158.861,01**	**18.108.648,89**	**(6.505.198,56)**	**8.831.697,04**	**6,35**	**9.276.951,85**	**2.763.128,91**	**8.831.190,62**	**6,36**	**9.277.458,27**	**506,42**
Infra-Estrutura Urbana	1.735.902,00	14.231.481,11	(6.080.690,20)	5.600.829,75	4,03	8.630.651,36	2.151.109,87	5.600.829,75	4,03	8.630.651,36	
Serviços Urbanos	4.422.959,01	3.877.167,78	(424.508,36)	3.230.867,29	2,32	646.300,49	612.019,04	3.230.360,87	2,33	646.806,91	506,42
Transportes Coletivos Urbanos											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Habitação	**71.000,00**	**3.713,40**				**3.713,40**				**3.713,40**	
Habitação Rural											
Habitação Urbana	71.000,00	3.713,40				3.713,40				3.713,40	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saneamento	**25.600,00**	**600,00**				**600,00**				**600,00**	
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano											
Administração Geral											
Demais Subfunções	25.600,00	600,00				600,00				600,00	
Gestão Ambiental	**3.049.100,00**	**2.981.067,92**	**(199.838,62)**	**2.339.349,71**	**1,68**	**641.718,21**	**565.596,38**	**2.336.764,63**	**1,68**	**644.303,29**	**2.585,08**
Preservação e Conservação Ambiental	36.300,00	3.550,83		2.500,00	0,00	1.050,83		2.500,00	0,00	1.050,83	
Controle Ambiental	2.361.800,00	2.161.412,86	(336.024,50)	1.591.068,78	1,14	570.344,08	321.520,45	1.588.483,70	1,14	572.929,16	2.585,08
Recuperação de Áreas Degradadas	400,00	400,00				400,00				400,00	
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
Administração Geral	650.600,00	815.704,23	136.185,88	745.780,93	0,54	69.923,30	244.075,93	745.780,93	0,54	69.923,30	
Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia											
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Agricultura	**1.878.200,00**	**5.615.615,16**	**(1.717.945,22)**	**2.210.372,75**	**1,59**	**3.405.242,41**	**619.185,46**	**2.208.881,54**	**1,59**	**3.406.733,62**	**1.491,21**
Abastecimento	551.100,00	3.431.705,19	(1.570.315,72)	560.715,03	0,40	2.870.990,16	202.264,01	559.223,82	0,40	2.872.481,37	1.491,21
Extensão Rural	10.300,00	300,00				300,00				300,00	
Irrigação											

MUNICÍPIO DE IBATIBA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
Promoção da Produção Agropecuária	443.700,00	1.297.191,97	(271.560,00)	848.440,00	0,61	448.751,97	262.049,00	848.440,00	0,61	448.751,97	
Defesa Agropecuária											
Administração Geral	873.100,00	886.418,00	123.930,50	801.217,72	0,58	85.200,28	154.872,45	801.217,72	0,58	85.200,28	
Demais Subfunções											
Organização Agrária											
Reforma Agrária											
Colonização											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Indústria											
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	**272.500,00**	**52.500,00**		**50.000,00**	**0,04**	**2.500,00**		**50.000,00**	**0,04**	**2.500,00**	
Promoção Comercial	60.000,00	50.000,00		50.000,00	0,04			50.000,00	0,04		
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo	212.500,00	2.500,00				2.500,00				2.500,00	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comunicações	**2.000,00**	**655,86**				**655,86**				**655,86**	
Comunicações Postais											
Telecomunicações	2.000,00	655,86				655,86				655,86	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Energia	**500,00**	**500,00**				**500,00**				**500,00**	
Conservação de Energia											
Energia Elétrica	500,00	500,00				500,00				500,00	
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Transporte	**2.985.086,00**	**6.111.463,10**	**367.697,05**	**5.688.832,04**	**4,09**	**422.631,06**	**802.516,32**	**5.679.785,86**	**4,09**	**431.677,24**	**9.046,18**
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário	2.042.199,00	5.197.895,25	252.436,17	4.867.325,51	3,50	330.569,74	653.299,56	4.858.279,33	3,50	339.615,92	9.046,18
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
Administração Geral	942.887,00	913.567,85	115.260,88	821.506,53	0,59	92.061,32	149.216,76	821.506,53	0,59	92.061,32	
Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	**1.086.401,00**	**1.674.348,70**	**(80.627,77)**	**1.352.617,42**	**0,97**	**321.731,28**	**222.215,44**	**1.349.139,94**	**0,97**	**325.208,76**	**3.477,48**
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário	547.001,00	1.076.924,00	(127.088,93)	854.793,41	0,61	222.130,59	124.250,98	854.793,41	0,62	222.130,59	
Lazer											
Administração Geral	539.400,00	597.424,70	46.461,16	497.824,01	0,36	99.600,69	97.964,46	494.346,53	0,36	103.078,17	3.477,48
Demais Subfunções											
Encargos Especiais											
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
Demais Subfunções											
Reserva de Contigência	**20.000,00**	**20.000,00**	**----**	**----**	**----**	**20.000,00**	**----**	**----**	**----**	**20.000,00**	**----**
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)											
TOTAL (III) = (I + II)	**101.000.000,00**	**168.767.605,67**	**1.871.118,41**	**139.129.024,99**	**100,00**	**29.638.580,68**	**37.485.509,38**	**138.828.108,78**	**100,00**	**29.939.496,89**	**300.916,21**

MUNICÍPIO DE IBATIBA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)											
Legislativa											
Ação Legislativa											
Controle Externo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Judiciária											
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Essencial à Justiça											
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Administração											
Planejamento e Orçamento											
Administração Geral											
Administração Financeira											
Controle Interno											
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
Demais Subfunções											
Defesa Nacional											
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Segurança Pública											
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Assistência Social											
Assistência ao Idoso											
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente											
Assistência Comunitária											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Previdência Social											
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário											
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saúde											
Atenção Básica											
Assistência Hospitalar e Ambulatorial											
Suporte Profilático e Terapêutico											
Vigilância Sanitária											
Vigilância Epidemiológica											

MUNICÍPIO DE IBATIBA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
Alimentação e Nutrição											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Trabalho											
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Educação											
Ensino Fundamental											
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil											
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial											
Educação Básica											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Cultura											
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania											
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Urbanismo											
Infra-Estrutura Urbana											
Serviços Urbanos											
Transportes Coletivos Urbanos											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Habitação											
Habitação Rural											
Habitação Urbana											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saneamento											
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Gestão Ambiental											
Preservação e Conservação Ambiental											
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia											
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Agricultura											
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											

MUNICÍPIO DE IBATIBA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Organização Agrária											
Reforma Agrária											
Colonização											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Indústria											
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comércio e Serviços											
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comunicações											
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Energia											
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Transporte											
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Desporto e Lazer											
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário											
Lazer											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Encargos Especiais											
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
Demais Subfunções											
Reserva de Contigência											

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Fazenda, Emissão: 29/01/2025 , às 13:51:02

MUNICÍPIO DE IBATIBA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

LUIS CARLOS PANCOTI
PREFEITO MUNICIPAL

FERNANDA MATOS DE MOURA ALMEIDA
CONTADORA CRC/ES-013390/O-1

GABRIELE ZAVARIZE MIRANDA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FAZENDA

MUNICÍPIO DE IBATIBA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	**6.792.169,15**	**8.589.104,27**
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.459.169,15	800.307,21
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	272.000,00	254.261,13
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.020.000,00	3.705.843,25
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.041.000,00	3.828.692,68
2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**57.759.846,99**	**62.833.934,57**
2.1 - Cota-Parte FPM	**37.975.203,20**	**41.106.313,68**
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	34.975.203,20	37.936.143,03
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d e e	3.000.000,00	3.170.170,65
2.2 - Cota-Parte ICMS	15.782.148,04	17.267.938,15
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	170.000,00	211.657,65
2.4 - Cota-Parte ITR	10.000,00	12.968,96
2.5 - Cota-Parte IPVA	3.722.495,75	4.224.704,94
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro		
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	100.000,00	10.351,19
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	**64.552.016,14**	**71.423.038,84**

4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	**10.692.000,00**	**11.786.491,96**
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6)	**5.186.034,64**	**5.923.006,93**

FUNDEB

RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	**40.169.383,12**	**40.354.034,15**
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	**33.449.151,23**	**31.959.805,46**
6.1.1- Principal	32.924.319,46	31.526.932,27
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	524.831,77	432.873,19
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF		
6.2.1- Principal		
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira		
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	**6.720.231,89**	**8.394.228,69**
6.3.1- Principal	6.720.231,89	8.394.228,69
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira		
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR		
6.4.1- Principal		
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira		
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 - 4)[1]	**22.232.319,46**	**19.740.440,31**

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	**940.285,94**
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	940.658,18
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	(372,24)

9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	**41.294.320,09**

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB - (Por Subfunção) 6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	**39.688.186,15**	**36.942.788,66**	**34.556.327,01**	**33.688.603,14**	**2.386.461,65**
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	**28.976.068,00**	**26.360.653,98**	**26.360.653,98**	**25.521.973,70**	
10.1.1 - Educação Infantil	4.866.998,17	4.548.120,15	4.548.120,15	4.386.309,80	
10.1.2- Ensino Fundamental	24.109.069,83	21.812.533,83	21.812.533,83	21.135.663,90	
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos					
10.1.4- Educação Especial					
10.1.5- Administração Geral					
10.2- OUTRAS DESPESAS	**10.712.118,15**	**10.582.134,68**	**8.195.673,03**	**8.166.629,44**	**2.386.461,65**
10.2.1- Educação Infantil	158.241,97	145.273,55	103.225,12	100.238,32	42.048,43
10.2.2- Ensino Fundamental	9.860.531,58	9.806.111,30	7.909.888,28	7.886.432,16	1.896.223,02
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos					
10.2.4- Educação Especial	400,00				
10.2.5- Administração Geral	692.944,60	630.749,83	182.559,63	179.958,96	448.190,20
10.2.6- Transporte (Escolar)					
10.2.7- Outras					

MUNICÍPIO DE IBATIBA - ES **STN/SICONFI**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

INDICADORES DO FUNDEB

DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)	DESPESAS LIQUIDADAS / EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**40.764.712,34**	**40.738.555,36**	**39.872.855,99**	**26.156,98**		**410.678,19**
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	39.280.378,98	39.254.222,00	38.388.522,63	26.156,98		7.320.573,52
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF						
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	1.484.333,36	1.484.333,36	1.484.333,36			
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR						
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	28.561.931,02	28.561.931,02	27.702.848,02			
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	1.484.333,36	1.484.333,36	1.484.333,36			
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL						

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal2	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15- MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	28.247.823,90	28.561.931,02	28.561.931,02	70,78
16 - PERCENTUAL DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL		1.484.333,36	1.484.333,36	17,68
17- MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL	1.259.134,30			

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)3	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18- TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	**4.035.403,42**				

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)3	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	**3.115.843,57**	**(1.167.183,17)**				
19.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	3.115.843,57	(1.167.183,17)				
19.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)						

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB - (Por Área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE	**8.647.073,60**	**8.139.356,23**	**8.068.225,73**	**8.062.957,89**	**71.130,50**
20.1- Educação Infantil	340.713,30	309.860,47	302.072,46	302.072,46	7.788,01
20.2- Ensino Fundamental	6.223.149,20	5.925.690,45	5.895.600,10	5.895.600,10	30.090,35
20.3- Educação de Jovens e Adultos					
20.4- Educação Especial	0,90				
20.5- Administração Geral	2.083.210,20	1.903.805,31	1.870.553,17	1.865.285,33	33.252,14
20.6- Transporte (Escolar)					
20.7- Outras					

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB - (Por Área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE	**48.335.259,75**	**45.082.144,89**	**42.624.552,74**	**41.751.561,03**	**2.457.592,15**
21.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	**6.126.729,70**	**5.697.722,28**	**5.515.970,64**	**5.349.017,52**	**181.751,64**
21.1.1- Creche	2.226.532,43	2.070.624,26	2.004.562,04	1.943.891,05	66.062,22
21.1.2- Pré-escola	3.900.197,27	3.627.098,02	3.511.408,60	3.405.126,47	115.689,42
21.2- ENSINO FUNDAMENTAL	42.208.530,05	39.384.422,61	37.108.582,10	36.402.543,51	2.275.840,51

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	8.139.356,23
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	11.786.491,96
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	
25- (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL = L19(x)	
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4	
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))	
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27)	19.925.848,19

MUNICÍPIO DE IBATIBA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL2 e 5	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	17.855.759,71	19.925.848,19	27,90

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE8	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	**1.456.496,34**	**384.931,56**	**1.281.612,79**		**174.883,55**
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	559.558,68	373.792,56	476.425,12		83.133,56
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	896.937,66	11.139,00	805.187,67		91.749,99
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)					

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**4.290.500,00**	**5.526.985,99**
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	**2.769.600,00**	**2.932.977,79**
31.1.1 - Salário-Educação	1.832.000,00	2.175.005,10
31.1.2 - PDDE	3.600,00	79,74
31.1.3 - PNAE	554.000,00	625.715,65
31.1.4 - PNATE	378.000,00	132.119,48
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	2.000,00	57,82
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		4.299,50
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO		
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO		
31.5- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.520.900,00	2.589.708,70

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO - (Por Subfunção)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**18.786.071,53**	**17.522.987,93**	**13.626.603,95**	**13.626.603,95**	**3.896.383,98**
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	2.101,00				
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	18.284.298,72	17.023.776,89	13.200.429,36	13.200.429,36	3.823.347,53
32.3- ENSINO MÉDIO					
32.4- ENSINO SUPERIOR	134.400,00	134.200,00	93.683,55	93.683,55	40.516,45
32.5- ENSINO PROFISSIONAL					
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS					
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL					
32.8- OUTRAS	365.271,81	365.011,04	332.491,04	332.491,04	32.520,00

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	**69.730.188,61**	**62.920.923,11**	**62.891.183,13**	**61.926.503,17**	**29.739,98**
33.1- Despesas Correntes	**54.875.470,87**	**53.293.497,72**	**53.263.757,74**	**52.305.694,15**	**29.739,98**
33.1.1- Pessoal Ativo	32.511.766,85	32.065.959,00	32.065.959,00	31.202.113,42	
33.1.2- Pessoal Inativo	65.857,25	36.878,01	36.878,01	36.878,01	
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos					
33.1.4- Outras Despesas Correntes	22.297.846,77	21.190.660,71	21.160.920,73	21.066.702,72	29.739,98
33.2- Despesas de Capital	**14.854.717,74**	**9.627.425,39**	**9.627.425,39**	**9.620.809,02**	
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos					
33.2.2- Outras Despesas de Capital	14.854.717,74	9.627.425,39	9.627.425,39	9.620.809,02	

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	1.117.979,61	720.965,24
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	40.354.034,15	2.175.005,10
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	40.689.568,09	1.081.580,00
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	782.445,67	1.814.390,34
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)		
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)		
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	782.445,67	1.814.390,34

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Fazenda, Emissão: 29/01/2025 , às 13:54:33

MUNICÍPIO DE IBATIBA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

LUIS CARLOS PANCOTI
PREFEITO MUNICIPAL

FERNANDA MATOS DE MOURA ALMEIDA
CONTADORA CRC 013390/O-1

GABRIELE ZAVARIZE MIRANDA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FAZENDA

MUNICÍPIO DE IBATIBA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO– ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) 1,00

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b /a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	**5.980.000,00**	**6.792.169,15**	**8.589.104,27**	**126,46**
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	647.000,00	1.459.169,15	800.307,21	54,85
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ITBI	272.000,00	272.000,00	254.261,13	93,48
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.020.000,00	3.020.000,00	3.705.843,25	122,71
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	2.041.000,00	2.041.000,00	3.828.692,68	187,59
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	**53.560.000,00**	**54.759.846,99**	**59.663.763,92**	**108,96**
Cota-Parte FPM	34.700.000,00	34.975.203,20	37.936.143,03	108,47
Cota-Parte ITR	10.000,00	10.000,00	12.968,96	129,69
Cota-Parte IPVA	3.680.000,00	3.722.495,75	4.224.704,94	113,49
Cota-Parte ICMS	14.900.000,00	15.782.148,04	17.267.938,15	109,41
Cota-Parte IPI - Exportação	170.000,00	170.000,00	211.657,65	124,50
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	100.000,00	100.000,00	10.351,19	10,35
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	**59.540.000,00**	**61.552.016,14**	**68.252.868,19**	**110,89**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (g)
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x100	Até o <Din> (e)	% (e/c) x100	Até o Bimestre (i)	% (f/c) x100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	**988.200,00**	**1.749.910,19**	**1.746.675,83**	**99,82**	**1.745.459,77**	**99,75**	**1.679.987,56**	**96,00**	**1.216,06**
Despesas Correntes	921.800,00	1.749.747,21	1.746.675,83	99,82	1.745.459,77	99,75	1.679.987,56	96,01	1.216,06
Despesas de Capital	66.400,00	162,98							
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	**4.113.700,00**	**8.145.856,38**	**7.808.514,84**	**95,86**	**7.640.292,53**	**93,79**	**7.630.828,70**	**93,68**	**168.222,31**
Despesas Correntes	4.088.700,00	7.882.267,00	7.715.423,25	97,88	7.547.200,94	95,75	7.537.737,11	95,63	168.222,31
Despesas de Capital	25.000,00	263.589,38	93.091,59	35,32	93.091,59	35,32	93.091,59	35,32	
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	**66.100,00**	**18.578,86**	**18.278,86**	**98,39**	**18.278,86**	**98,39**	**18.278,86**	**98,39**	
Despesas Correntes	65.800,00	18.578,86	18.278,86	98,39	18.278,86	98,39	18.278,86	98,39	
Despesas de Capital	300,00								
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	**29.100,00**	**3.450,53**							
Despesas Correntes	23.800,00	3.450,53							
Despesas de Capital	5.300,00								
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	**26.200,00**	**60.074,93**	**54.789,73**	**91,20**	**54.789,73**	**91,20**	**40.795,55**	**67,91**	
Despesas Correntes	25.800,00	60.074,93	54.789,73	91,20	54.789,73	91,20	40.795,55	67,91	
Despesas de Capital	400,00								
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)									
Despesas Correntes									
Despesas de Capital									
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	**7.889.200,00**	**10.666.599,76**	**10.453.181,01**	**98,00**	**10.436.455,00**	**97,84**	**10.388.256,72**	**97,39**	**16.726,01**
Despesas Correntes	7.778.800,00	10.662.207,76	10.448.789,01	98,00	10.432.063,00	97,84	10.383.864,72	97,39	16.726,01
Despesas de Capital	110.400,00	4.392,00	4.392,00	100,00	4.392,00	100,00	4.392,00	100,00	
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**13.112.500,00**	**20.644.470,65**	**20.081.440,27**	**97,27**	**19.895.275,89**	**96,37**	**19.758.147,39**	**95,71**	**186.164,38**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	**20.081.440,27**	**19.895.275,89**	**19.758.147,39**
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)			
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)			
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)			
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	**20.081.440,27**	**19.895.275,89**	**19.758.147,39**
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			10.237.930,23
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)			
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)[1]	9.843.510,04	9.657.345,66	9.520.217,16
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)			
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	29,42	29,15	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012LIMITE	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)[1] (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2024 (saldo final = XIXd)					
Diferença de limite não cumprido em 2023 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)					

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no (n)	Valor aplicado além do limite (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2024										
Empenhos de 2023										
Empenhos de 2022										
Empenhos de 2021										
Empenhos de 2020 e anteriores										

MUNICÍPIO DE IBATIBA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO– ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) 1,00

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "v")	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)	

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012RESTOS	**RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS**			
	Saldo Inicial (w)	**Despesas Custeadas no Exercício de Referência**		**Saldo Final (não aplicado)[1] (aa) = (w - (x ou y))**
		Empenhadas (x)	**Liquidadas (y)**	**Pagas (z)**
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2024 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial = XXIII)				
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2023 a serem compensados (XXV) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)				
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)				
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)				

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			Até o Bimestre (b)	**% (b /a) x 100**
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	**7.059.900,00**	**9.217.943,30**	**9.209.533,78**	**99,91**
Provenientes da União	6.958.900,00	9.116.943,30	9.100.213,40	99,82
Provenientes dos Estados	101.000,00	101.000,00	109.320,38	108,24
Provenientes de Outros Municípios				
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)				
OUTRAS RECEITAS (XXX)				
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	**7.059.900,00**	**9.217.943,30**	**9.209.533,78**	**99,91**

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**		**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (g)**
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c) x100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c) x100**	**Até o Bimestre (i)**	**% (f/c) x100**	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	**3.750.600,00**	**4.169.520,11**	**4.121.267,66**	**98,84**	**4.121.267,66**	**98,84**	**4.103.695,63**	**98,42**	
Despesas Correntes	3.750.400,00	4.047.140,11	3.998.887,66	98,81	3.998.887,66	98,81	3.981.315,63	98,37	
Despesas de Capital	200,00	122.380,00	122.380,00	100,00	122.380,00	100,00	122.380,00	100,00	
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	**1.463.700,00**	**7.436.003,41**	**6.356.237,33**	**85,48**	**6.356.237,33**	**85,48**	**6.345.541,25**	**85,34**	
Despesas Correntes	1.438.700,00	7.367.409,21	6.349.572,13	86,18	6.349.572,13	86,18	6.338.876,05	86,04	
Despesas de Capital	25.000,00	68.594,20	6.665,20	9,72	6.665,20	9,72	6.665,20	9,72	
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	**686.100,00**	**728.651,53**	**619.591,19**	**85,03**	**619.591,19**	**85,03**	**619.591,19**	**85,03**	
Despesas Correntes	686.100,00	728.651,53	619.591,19	85,03	619.591,19	85,03	619.591,19	85,03	
Despesas de Capital									
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	**304.000,00**	**250.406,92**	**239.163,22**	**95,51**	**239.163,22**	**95,51**	**236.939,05**	**94,62**	
Despesas Correntes	304.000,00	250.406,92	239.163,22	95,51	239.163,22	95,51	236.939,05	94,62	
Despesas de Capital									
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	**795.500,00**	**805.492,80**	**805.492,80**	**100,00**	**805.492,80**	**100,00**	**805.492,80**	**100,00**	
Despesas Correntes	795.500,00	805.492,80	805.492,80	100,00	805.492,80	100,00	805.492,80	100,00	
Despesas de Capital									
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)									
Despesas Correntes									
Despesas de Capital									
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	**60.000,00**	**651.809,00**	**98.460,00**	**15,11**	**98.460,00**	**15,11**	**98.460,00**	**15,11**	
Despesas Correntes	60.000,00	108.515,00	98.460,00	90,73	98.460,00	90,73	98.460,00	90,73	
Despesas de Capital		543.294,00							
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	**7.059.900,00**	**14.041.883,77**	**12.240.212,20**	**87,17**	**12.240.212,20**	**87,17**	**12.209.719,92**	**86,95**	

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**		**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (g)**
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c) x100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c) x100**	**Até o Bimestre (i)**	**% (f/c) x100**	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	**4.738.800,00**	**5.919.430,30**	**5.867.943,49**	**18,15**	**5.866.727,43**	**18,26**	**5.783.683,19**	**18,09**	**1.216,06**
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	**5.577.400,00**	**15.581.859,79**	**14.164.752,17**	**43,82**	**13.996.529,86**	**43,55**	**13.976.369,95**	**43,72**	**168.222,31**
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	**752.200,00**	**747.230,39**	**637.870,05**	**1,97**	**637.870,05**	**1,98**	**637.870,05**	**2,00**	
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	**333.100,00**	**253.857,45**	**239.163,22**	**0,74**	**239.163,22**	**0,74**	**236.939,05**	**0,74**	
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	**821.700,00**	**865.567,73**	**860.282,53**	**2,66**	**860.282,53**	**2,68**	**846.288,35**	**2,65**	
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)									
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	**7.949.200,00**	**11.318.408,76**	**10.551.641,01**	**32,65**	**10.534.915,00**	**32,78**	**10.486.716,72**	**32,80**	**16.726,01**
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	**20.172.400,00**	**34.686.354,42**	**32.321.652,47**	**100,00**	**32.135.488,09**	**100,00**	**31.967.867,31**	**100,00**	**186.164,38**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Fazenda, Emissão: 29/01/2025 , às 15:07:24

MUNICÍPIO DE IBATIBA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO– ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35) 1,00

LUIS CARLOS PANCOTI
PREFEITO MUNICIPAL

FERNANDA MATOS DE MOURA ALMEIDA
CONTADORA CRC 013390/O-1

GABRIELE ZAVARIZE MIRANDA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Protocolo 1481716

Ibiraçu

Portaria

PORTARIA Nº 26.061/2025

DISPÕE SOBRE PERMUTA DE SERVIDORAS QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Ibiraçu, Estado do Espírito Santo, usando de suas atribuições legais;
Considerando o processo administrativo n.º 005910/2024, que requereu permuta das servidoras;

Considerando o que dispõe a Lei Municipal n.º 3.643/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Colocar a disposição da Prefeitura do Município de João Neiva, Estado do Espírito Santo, a servidora **SIRLEY GLÉZIA LUCAS**, ocupante do cargo público efetivo de **PROFESSOR MAPA-III-1**, em permuta com a servidora **CHRISTIAN GUASTTI DE OLIVEIRA DOS SANTOS**, ocupante do cargo público efetivo de **PROFESSOR MAPA-III-1**, a partir de 03/02/2025 à 31/12/2028.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir de 03/02/2025.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito do Município de Ibiraçu, em 28 de janeiro de 2025.

EDUARDO MAROZZI ZANOTTI
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria Municipal de Administração, em 28 de janeiro de 2025.
Protocolo 1481149

Termos

TERMO DE PERMUTA Nº 001/2025.

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IBIRAÇU E O MUNICÍPIO DE ARACRUZ, COM A FINALIDADE DE PROMOVEREM A PERMUTA DE SERVIDORES, NA FORMA DAS CLÁUSULAS QUE SEGUEM E QUE MUTUAMENTE ACEITAM.

O **MUNICÍPIO DE IBIRAÇU**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.165.208/0001-17, com sede na Av. Conde Deu, 486, Centro, Ibiraçu, CEP 29670-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr**. EDUARDO MAROZZI ZANOTTI**, brasileiro, e o **MUNICÍPIO DE ARACRUZ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 27.142.702/0001-66, com sede na Avenida Morobá, nº 20, Bairro Morobá, Aracruz/ES, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito **LUIZ CARLOS COUTINHO**, brasileiro, resolvem celebrar o presente Convênio, mediante as cláusulas e condições a seguir expostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.
Destina-se o presente Convênio a implementação de intercâmbio entre as entidades de direito público interno, com o objetivo de realizaram, reciprocamente, permuta de servidores, quando houver conveniência e necessidade do serviço.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA ESPECIFICAÇÃO.
O presente Convênio tem por objeto a permuta da professora SOLANGE DOS REIS DE SÁ DEMONEL, brasileira, casada, portadora do RG nº 1125981/ES, efetiva no cargo de Professora de Educação Básica - MAPA, com carga horária de 25h semanais, da Prefeitura de Ibiraçu/ES, matrícula nº 010818, com a professora LUBIESKA MARIA DE CARLI TORRI, brasileira, divorciada, portadora do RG nº 1360540/ES, efetiva no cargo de Professora, com carga horária de 25h semanais, da Prefeitura de Aracruz/ES, matrícula nº 10919.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PROCEDIMENTO.
A qualquer época, a entidade carente de pessoal em determinada área de serviço, solicitará diretamente ao Chefe do Poder Executivo, o servidor que atender às suas necessidades, ficando a critério do Município cedente autorizar ou não a permuta de seu servidor.

CLÁUSULA QUARTA - DA REMUNERAÇÃO.
No caso de permuta, caberá aos órgãos de origem o ônus das despesas do pessoal cedido.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DA CESSÃO OU PERMUTA.
Não poderá ultrapassar a 04 (quatro) anos o afastamento do servidor colocado à disposição por meio deste convênio, podendo, todavia, haver sua renovação por iguais ou diferentes períodos, respeitado o prazo de vigência do presente convênio.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DO CONVÊNIO.
O prazo de vigência do presente convênio inicia-se a partir de 01 de fevereiro de 2025, indo até 31 de dezembro de 2028, podendo ser prorrogado, desde que haja conveniência das partes, mediante a celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS MODIFICAÇÕES.
Em havendo interesse das partes, o presente Convênio poderá ser modificado, no todo ou em parte, mediante Termo Aditivo, observadas as normas, instrumentos legais e regulamentos vigentes, desde que mantido o seu objeto.

Eventuais omissões, divergências ou dúvidas oriundas do presente Convênio serão dirimidas mediante consultas e entendimento entre as partes Convenentes, assinando-se, sempre que necessário, o correspondente Termo Aditivo.

O descumprimento, no todo ou em parte, de cláusulas e/ou condições pactuadas neste convênio implicará em sua denúncia por quaisquer dos convenentes ou rescisão.

CLÁUSULA OITAVA - DA POSSIBILIDADE DE EXTINÇÃO DA CESSÃO OU PERMUTA.
Fica extinta a permuta do servidor beneficiário por este Convênio, por interesse unilateral de cada

Município, devendo ser expressamente justificado e levado a efeito por portaria.

CLÁUSULA NONA - DO FORO.
As partes, em comum acordo, elegem o foro do Juízo de Ibiraçu/ES, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, por estarem justos e avençados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes convenentes, a fim de que se produzam seus efeitos legais.

Ibiraçu/ES, 22 de janeiro de 2025.

EDUARDO MAROZZI ZANOTTI
Prefeito do Município de Ibiraçu

LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito do Município de Aracruz

Protocolo 1481120

TERMO DE PERMUTA Nº 003/2025.

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IBIRAÇU E O MUNICÍPIO DE ARACRUZ, COM A FINALIDADE DE PROMOVEREM A PERMUTA DE SERVIDORES, NA FORMA DAS CLÁUSULAS QUE SEGUEM E QUE MUTUAMENTE ACEITAM.

O **MUNICÍPIO DE IBIRAÇU**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.165.208/0001-17, com sede na Av. Conde Deu, 486, Centro, Ibiraçu, CEP 29670-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr**. EDUARDO MAROZZI ZANOTTI**, brasileiro, e o **MUNICÍPIO DE ARACRUZ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 27.142.702/0001-66, com sede na Avenida Morobá, nº 20, Bairro Morobá, Aracruz/ES, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito **LUIZ CARLOS COUTINHO**, brasileiro, resolvem celebrar o presente Convênio, mediante as cláusulas e condições a seguir expostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.
Destina-se o presente Convênio a implementação de intercâmbio entre as entidades de direito público interno, com o objetivo de realizaram, reciprocamente, permuta de servidores, quando houver conveniência e necessidade do serviço.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA ESPECIFICAÇÃO.
O presente Convênio tem por objeto a permuta da professora **MARIA APARECIDA FRANCO**, brasileira, casada, portadora do RG nº 1174667/ES, efetiva no cargo de Professora da Educação Infantil, da Prefeitura de Ibiraçu/ES, carga horária de 25h semanais, matrícula nº 011620, com a professora **CONCEIÇÃO PIRCHINER TRAZZI**, brasileira, divorciada, portadora do RG nº 1360540/ES, efetiva no cargo de Professora da Prefeitura de Aracruz/ES, carga horária de 25h semanais, matrícula nº 14598.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PROCEDIMENTO.
A qualquer época, a entidade carente de pessoal em determinada área de serviço, solicitará diretamente ao Chefe do Poder Executivo, o servidor que atender às suas necessidades, ficando a critério do Município cedente autorizar ou não a permuta de seu servidor.

CLÁUSULA QUARTA - DA REMUNERAÇÃO.
No caso de permuta, caberá aos órgãos de origem o ônus das despesas do pessoal cedido.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DA CESSÃO OU PERMUTA.
Não poderá ultrapassar a 04 (quatro) anos o afastamento do servidor colocado à disposição por meio deste convênio, podendo, todavia, haver sua renovação por iguais ou diferentes períodos, respeitado o prazo de vigência do presente convênio.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DO CONVÊNIO.
O prazo de vigência do presente convênio inicia-se a partir de 01 de fevereiro de 2025, indo até 31 de dezembro de 2028, podendo ser prorrogado, desde que haja conveniência das partes, mediante a celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS MODIFICAÇÕES.
Em havendo interesse das partes, o presente Convênio poderá ser modificado, no todo ou em parte, mediante Termo Aditivo, observadas as normas, instrumentos legais e regulamentos vigentes, desde que mantido o seu objeto.

Eventuais omissões, divergências ou dúvidas oriundas do presente Convênio serão dirimidas mediante consultas e entendimento entre as partes Convenentes, assinando-se, sempre que necessário, o correspondente Termo Aditivo.

O descumprimento, no todo ou em parte, de cláusulas e/ou condições pactuadas neste convênio implicará em sua denúncia por quaisquer dos convenentes ou rescisão.

CLÁUSULA OITAVA - DA POSSIBILIDADE DE EXTINÇÃO DA CESSÃO OU PERMUTA.
Fica extinta a permuta do servidor beneficiário por este Convênio, por interesse unilateral de cada Município, devendo ser expressamente justificado e levado a efeito por portaria.

CLÁUSULA NONA - DO FORO.
As partes, em comum acordo, elegem o foro do Juízo de Ibiraçu/ES, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, por estarem justos e avençados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes convenentes, a fim de que se produzam seus efeitos legais.

Ibiraçu/ES, 21 de janeiro de 2025.

EDUARDO MAROZZI ZANOTTI
Prefeito do Município de Ibiraçu

LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito do Município de Aracruz

Protocolo 1481132

TERMO DE PERMUTA Nº 004/2025.

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA QUE ENTRE

SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IBIRAÇU E O MUNICÍPIO DE ARACRUZ, COM A FINALIDADE DE PROMOVEREM A PERMUTA DE SERVIDORES, NA FORMA DAS CLÁUSULAS QUE SEGUEM E QUE MUTUAMENTE ACEITAM.

O **MUNICÍPIO DE IBIRAÇU**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.165.208/0001-17, com sede na Av. Conde Deu, 486, Centro, Ibiraçu, CEP 29670-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr**. EDUARDO MAROZZI ZANOTTI**, brasileiro, e o **MUNICÍPIO DE ARACRUZ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 27.142.702/0001-66, com sede na Avenida Morobá, nº 20, Bairro Morobá, Aracruz/ES, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito **LUIZ CARLOS COUTINHO**, brasileiro, resolvem celebrar o presente Convênio, mediante as cláusulas e condições a seguir expostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.
Destina-se o presente Convênio a implementação de intercâmbio entre as entidades de direito público interno, com o objetivo de realizaram, reciprocamente, permuta de servidores, quando houver conveniência e necessidade do serviço.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA ESPECIFICAÇÃO.
O presente Convênio tem por objeto a permuta da professora **AIANE RODRIGUES NUNES**, brasileira, casada, portadora do RG nº 2.304.069/ES, efetiva no cargo de Professora do Ensino Fundamental Anos Inicias, da Prefeitura de Ibiraçu/ES, carga horária de 25h semanais, matrícula nº 011602, com a professora **MARIA APARECIDA FERREIRA GRIPPA**, brasileira, casada, portadora do RG nº 1.388.567/ES, efetiva no cargo de Professora do Ensino Fundamental Anos Inicias da Prefeitura de Aracruz/ES, carga horária de 25h semanais, matrícula nº 24163.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PROCEDIMENTO.
A qualquer época, a entidade carente de pessoal em determinada área de serviço, solicitará diretamente ao Chefe do Poder Executivo, o servidor que atender às suas necessidades, ficando a critério do Município cedente autorizar ou não a permuta de seu servidor.

CLÁUSULA QUARTA - DA REMUNERAÇÃO.
No caso de permuta, caberá aos órgãos de origem o ônus das despesas do pessoal cedido.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DA CESSÃO OU PERMUTA.
Não poderá ultrapassar a 04 (quatro) anos o afastamento do servidor colocado à disposição por meio deste convênio, podendo, todavia, haver sua renovação por iguais ou diferentes períodos, respeitado o prazo de vigência do presente convênio.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DO CONVÊNIO.
O prazo de vigência do presente convênio inicia-se a partir de 03 de fevereiro de 2025, indo até 31 de dezembro de 2028, podendo ser prorrogado, desde que haja conveniência das partes, mediante a celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS MODIFICAÇÕES.
Em havendo interesse das partes, o presente Convênio poderá ser modificado, no todo ou em parte, mediante Termo Aditivo, observadas as normas, instrumentos legais e regulamentos vigentes, desde que mantido o seu objeto.

Eventuais omissões, divergências ou dúvidas oriundas do presente Convênio serão dirimidas mediante consultas e entendimento entre as partes Convenentes, assinando-se, sempre que necessário, o correspondente Termo Aditivo.

O descumprimento, no todo ou em parte, de cláusulas e/ou condições pactuadas neste convênio implicará em sua denúncia por quaisquer dos convenentes ou rescisão.

CLÁUSULA OITAVA - DA POSSIBILIDADE DE EXTINÇÃO DA CESSÃO OU PERMUTA.
Fica extinta a permuta do servidor beneficiário por este Convênio, por interesse unilateral de cada Município, devendo ser expressamente justificado e levado a efeito por portaria.

CLÁUSULA NONA - DO FORO.
As partes, em comum acordo, elegem o foro do Juízo de Ibiraçu/ES, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, por estarem justos e avençados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes convenentes, a fim de que se produzam seus efeitos legais.

Ibiraçu/ES, 22 de janeiro de 2025.

EDUARDO MAROZZI ZANOTTI
Prefeito do Município de Ibiraçu

LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito do Município de Aracruz

Protocolo 1481139

TERMO DE PERMUTA Nº 005/2025.

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IBIRAÇU E O MUNICÍPIO DE ARACRUZ, COM A FINALIDADE DE PROMOVEREM A PERMUTA DE SERVIDORES, NA FORMA DAS CLÁUSULAS QUE SEGUEM E QUE MUTUAMENTE ACEITAM.

O **MUNICÍPIO DE IBIRAÇU**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.165.208/0001-17, com sede na Av. Conde Deu, 486, Centro, Ibiraçu, CEP 29670-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr**. EDUARDO MAROZZI ZANOTTI**, brasileiro, e o **MUNICÍPIO DE ARACRUZ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 27.142.702/0001-66, com sede na Avenida Morobá, nº 20, Bairro Morobá, Aracruz/ES, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito **LUIZ CARLOS COUTINHO**, brasileiro, resolvem celebrar o presente Convênio, mediante as cláusulas e condições a seguir expostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.
Destina-se o presente Convênio a implementação de intercâmbio entre as entidades de direito público interno, com o objetivo de realizaram,

reciprocamente, permuta de servidores, quando houver conveniência e necessidade do serviço.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA ESPECIFICAÇÃO.
O presente Convênio tem por objeto a permuta da servidora **KAROLINA SAGRILLO BINSI**, brasileira, casada, portadora do RG nº 3.331.541/ES, efetiva no cargo de Professora MAPA, da Prefeitura de Ibiraçu/ES, carga horária de 25h semanais, matrícula nº 011555, com a servidora **RENATA BRUNELLI**, brasileira, casada, portadora do RG nº 1.518.885/ES, efetiva no cargo de Professora de Educação Básica da Prefeitura de Aracruz/ES, carga horária de 25h semanais, matrícula nº 10920.1.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PROCEDIMENTO.
A qualquer época, a entidade carente de pessoal em determinada área de serviço, solicitará diretamente ao Chefe do Poder Executivo, o servidor que atender às suas necessidades, ficando a critério do Município cedente autorizar ou não a permuta de seu servidor.

CLÁUSULA QUARTA - DA REMUNERAÇÃO.
No caso de permuta, caberá aos órgãos de origem o ônus das despesas do pessoal cedido.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DA CESSÃO OU PERMUTA.
Não poderá ultrapassar a 04 (quatro) anos o afastamento do servidor colocado à disposição por meio deste convênio, podendo, todavia, haver sua renovação por iguais ou diferentes períodos, respeitado o prazo de vigência do presente convênio.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DO CONVÊNIO.
O prazo de vigência do presente convênio inicia-se a partir de 02 de fevereiro de 2025, indo até 31 de dezembro de 2028, podendo ser prorrogado, desde que haja conveniência das partes, mediante a celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS MODIFICAÇÕES.
Em havendo interesse das partes, o presente Convênio poderá ser modificado, no todo ou em parte, mediante Termo Aditivo, observadas as normas, instrumentos legais e regulamentos vigentes, desde que mantido o seu objeto.

Eventuais omissões, divergências ou dúvidas oriundas do presente Convênio serão dirimidas mediante consultas e entendimento entre as partes Convenentes, assinando-se, sempre que necessário, o correspondente Termo Aditivo.

O descumprimento, no todo ou em parte, de cláusulas e/ou condições pactuadas neste convênio implicará em sua denúncia por quaisquer dos convenentes ou rescisão.

CLÁUSULA OITAVA - DA POSSIBILIDADE DE EXTINÇÃO DA CESSÃO OU PERMUTA.
Fica extinta a permuta do servidor beneficiário por este Convênio, por interesse unilateral de cada Município, devendo ser expressamente justificado e levado a efeito por portaria.

CLÁUSULA NONA - DO FORO.
As partes, em comum acordo, elegem o foro do Juízo de Ibiraçu/ES, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, por estarem justos e avençados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes convenentes, a fim de que se produzam seus efeitos legais.

Ibiraçu/ES, 22 de janeiro de 2025.

EDUARDO MAROZZI ZANOTTI
Prefeito do Município de Ibiraçu

LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito do Município de Aracruz

Protocolo 1481145

TERMO DE PERMUTA Nº 006/2025.

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MÚTUA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IBIRAÇU E O MUNICÍPIO DE ARACRUZ, COM A FINALIDADE DE PROMOVEREM A PERMUTA DE SERVIDORES, NA FORMA DAS CLÁUSULAS QUE SEGUEM E QUE MUTUAMENTE ACEITAM.

O **MUNICÍPIO DE IBIRAÇU**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.165.208/0001-17, com sede na Av. Conde Deu, 486, Centro, Ibiraçu, CEP 29670-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr**. EDUARDO MAROZZI ZANOTTI**, brasileiro, e o **MUNICÍPIO DE ARACRUZ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 27.142.702/0001-66, com sede na Avenida Morobá, nº 20, Bairro Morobá, Aracruz/ES, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito **LUIZ CARLOS COUTINHO**, brasileiro, resolvem celebrar o presente Convênio, mediante as cláusulas e condições a seguir expostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.
Destina-se o presente Convênio a implementação de intercâmbio entre as entidades de direito público interno, com o objetivo de realizaram, reciprocamente, permuta de servidores, quando houver conveniência e necessidade do serviço.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA ESPECIFICAÇÃO.
O presente Convênio tem por objeto a permuta da servidora **JHENNIE MARA MACHADO ZEFERINO**, brasileira, portadora do RG nº 3322270/ES, efetiva no cargo de Professora de Educação Infantil, da Prefeitura de Ibiraçu/ES, carga horária de 25h semanais, matrícula nº 011603, com a servidora **LEIDE MARA FERREIRA**, brasileira, portadora do RG nº 1686457/ES, efetiva no cargo de Professora de Educação Infantil da Prefeitura de Aracruz/ES, matrícula nº 9778.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PROCEDIMENTO.
A qualquer época, a entidade carente de pessoal em determinada área de serviço, solicitará diretamente ao Chefe do Poder Executivo, o servidor que atender às suas necessidades, ficando a critério do Município cedente autorizar ou não a permuta de seu servidor.

CLÁUSULA QUARTA - DA REMUNERAÇÃO.
No caso de permuta, caberá aos órgãos de origem o ônus das despesas do pessoal cedido.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DA CESSÃO OU

PERMUTA.
Não poderá ultrapassar a 04 (quatro) anos o afastamento do servidor colocado à disposição por meio deste convênio, podendo, todavia, haver sua renovação por iguais ou diferentes períodos, respeitado o prazo de vigência do presente convênio.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DO CONVÊNIO.
O prazo de vigência do presente convênio inicia-se a partir de 02 de fevereiro de 2025, indo até 31 de dezembro de 2028, podendo ser prorrogado, desde que haja conveniência das partes, mediante a celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS MODIFICAÇÕES.
Em havendo interesse das partes, o presente Convênio poderá ser modificado, no todo ou em parte, mediante Termo Aditivo, observadas as normas, instrumentos legais e regulamentos vigentes, desde que mantido o seu objeto.

Eventuais omissões, divergências ou dúvidas oriundas do presente Convênio serão dirimidas mediante consultas e entendimento entre as partes Convenentes, assinando-se, sempre que necessário, o correspondente Termo Aditivo.

O descumprimento, no todo ou em parte, de cláusulas e/ou condições pactuadas neste convênio implicará em sua denúncia por quaisquer dos convenentes ou rescisão.

CLÁUSULA OITAVA - DA POSSIBILIDADE DE EXTINÇÃO DA CESSÃO OU PERMUTA.
Fica extinta a permuta do servidor beneficiário por este Convênio, por interesse unilateral de cada Município, devendo ser expressamente justificado e levado a efeito por portaria.

CLÁUSULA NONA - DO FORO.
As partes, em comum acordo, elegem o foro do Juízo de Ibiraçu/ES, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

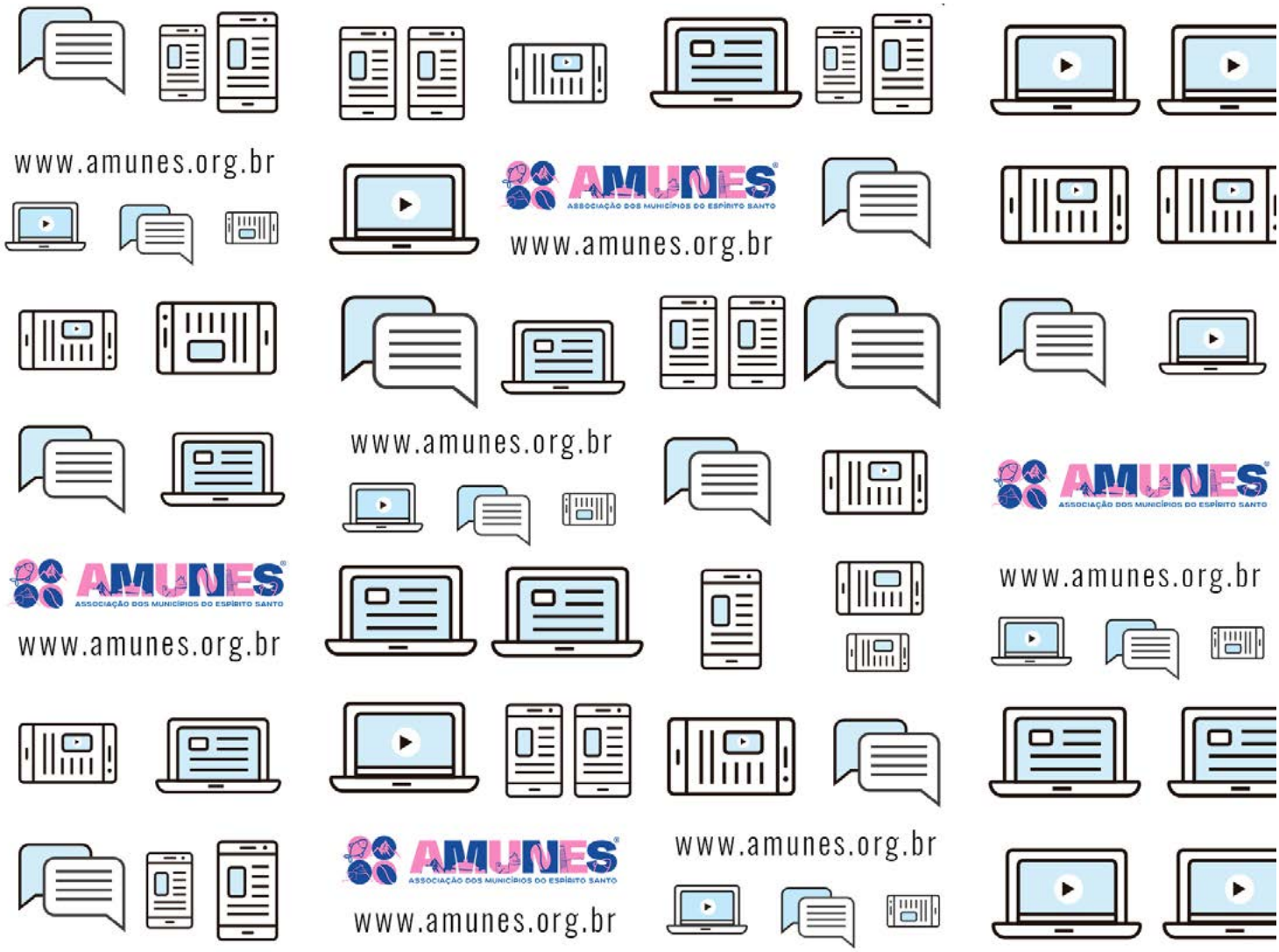
E, por estarem justos e avençados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes convenentes, a fim de que se produzam seus efeitos legais.

Ibiraçu/ES, 22 de janeiro de 2025.

EDUARDO MAROZZI ZANOTTI
Prefeito do Município de Ibiraçu

LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito do Município de Aracruz

Protocolo 1481148



Município de Ibiraçu - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48) Em Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até Bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	81.000.000,00
Previsão Atualizada	85.088.639,59
Receitas Realizadas	93.983.605,34
Déficit Orçamentário	
Saldos de Exercícios Anteriores(Utilizados Para Créditos Adicionais)	7.674.980,00
DESPESAS	
Dotação Inicial	79.800.000,00
Dotação Atualizada	99.191.820,25
Despesas Empenhadas	93.377.637,08
Despesas Liquidadas	90.442.694,52
Despesas Pagas	87.545.430,59
Superávit Orçamentário	3.540.910,82

DESPESA POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Até Bimestre
Despesas Empenhadas	**93.377.637,08**
Despesas Liquidadas	**90.442.694,52**

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até Bimestre
Receita Corrente Líquida	80.983.740,15
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	79.983.740,15
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	79.904.668,15

RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES E DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL	Até Bimestre
Fundo em Capitalização - PLANO PREVIDENCIÁRIO	
Receitas Precidenciárias Realizadas	8.651.880,02
Despesas Previdenciárias Empenhadas	7.096.008,74
Despesas Previdenciárias Liquidadas	7.096.008,74
Despesas Previdenciárias Pagas	7.096.008,74
Resultado Previdenciário	1.555.871,28
Fundo em Repartição - PLANO FINANCEIRO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	
Despesas Previdenciárias Empenhadas	
Despesas Previdenciárias Liquidadas	
Despesas Previdenciárias Pagas	
Resultado Previdenciário	
Sistema de Proteção Social dos Militares - Inativos e Pensionistas	
Receitas Realizadas	
Despesas Empenhadas	
Despesas Liquidadas	
Despesas Pagas	
Resultado Associado às Pensões e aos Inativos Militares	

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	Metas Fixadas no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha	**(4.300.000,00)**	**(3.429.661,43)**	**79,76**
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	**7.900.000,00**	**13.610,37**	**0,17**

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	**3.994.661,00**	**33.548,54**	**3.961.112,46**	
Poder Executivo	3.994.661,00	33.548,54	3.961.112,46	
Poder Legislativo				
Poder Juduciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	**5.139.733,09**	**1.963.864,47**	**2.460.962,77**	**714.905,85**
Poder Executivo	5.093.516,26	1.963.864,47	2.414.745,94	714.905,85
Poder Legislativo	46.216,83		46.216,83	
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
TOTAL	**9.134.394,09**	**1.997.413,01**	**6.422.075,23**	**714.905,85**

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de <18% a 25%> das Receitas de Impostos em MDE	12.580.595,07	<18% / 25%>	28,08
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	8.334.765,87	70%	79,87
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil		50%	
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital		15%	

RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito		
Despesa de Capital Líquida	**9.150.104,08**	**2.674.930,52**

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA E DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário				
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias				

Município de Ibiraçu - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48) Em Reais

Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário				
Pensões e Inativos Militares				
Receitas de Contribuições				
Despesas com Pensões e Inativos				
Resultado Associado às Pensões e aos Inativos Militares				

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receitas de Alienação de Ativos		**400.500,00**
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		**500,00**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executados com recursos de impostos	**7.698.204,65**	**15,00**	**18,07**

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado No Exercício Corrente
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	

DIEGO KRENTZ
PREFEITO

LUANNA MATTIUZZI BEDONI
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

SAMIRA MAZIOLI DA COSTA
CONTADORA

Município de Ibiraçu - ES — **STN/SICONFI**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) — Em Reais

ACIMA DA LINHA

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Período: RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	**75.528.039,59**	**78.337.350,08**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7.953.444,00	7.847.428,45
IPTU	400.000,00	442.642,82
ISS	4.722.000,00	5.005.225,58
ITBI	304.000,00	437.992,07
IRRF	1.916.000,00	1.679.988,86
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	611.444,00	281.579,12
Contribuições	1.260.000,00	1.125.682,64
Receita Patrimonial	1.674.241,48	1.005.043,56
Aplicações Financeiras (II)	1.667.741,48	1.005.043,56
Outras Receitas Patrimoniais	6.500,00	
Transferências Correntes	60.501.854,11	63.313.654,17
Cota-Parte do FPM	20.140.000,00	19.199.751,94
Cota-Parte do ICMS	10.800.000,00	9.410.162,97
Cota-Parte do IPVA	1.800.000,00	1.473.245,03
Cota-Parte do ITR	24.000,00	18.954,33
Transferências da LC 61/1989	104.000,00	116.308,10
Transferências do FUNDEB	9.610.000,00	10.447.426,72
Outras Transferências Correntes	18.023.854,11	22.647.805,08
Demais Receitas Correntes	4.138.500,00	5.045.541,26
Outras Receitas Financeiras (III)	200.000,00	404.602,45
Receitas Correntes Restantes	3.938.500,00	4.640.938,81
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	**73.660.298,11**	**76.927.704,07**
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	**5.385.100,00**	**8.137.482,02**
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	**1.345.000,00**	**2.757.661,87**
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	**2.830.500,00**	**4.751.111,37**
Operações de Crédito (VIII)		
Amortização de Empréstimos (IX)		
Alienação de Bens	400.500,00	
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)		
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)		
Outras Alienações de Bens	400.500,00	
Transferências de Capital	2.430.000,00	4.751.111,37
Convênios		2.954.111,37
Outras Transferências de Capital	2.430.000,00	1.797.000,00
Outras Receitas de Capital		
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)		
Outras Receitas de Capital Primárias		
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	**2.830.500,00**	**4.751.111,37**
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)		
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)		
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	**81.875.898,11**	**89.816.297,46**
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	**76.490.798,11**	**81.678.815,44**

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Período					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RP PROC PAGOS (b)	RP NÃO PROC: LIQUIDADOS	RP NÃO PROC: PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	**78.910.606,59**	**76.410.771,46**	**74.717.738,59**	**72.508.983,47**	**3.561.187,03**	**1.384.553,97**	**1.384.553,96**
Pessoal e Encargos Sociais	34.476.205,73	33.170.112,79	33.149.830,40	32.813.099,60	1.207.780,45	261.002,94	261.002,94
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	36.463,53	36.003,93	21.566,89	21.566,89			
Outras Despesas Correntes	44.397.937,33	43.204.654,74	41.546.341,30	39.674.316,98	2.353.406,58	1.123.551,03	1.123.551,02
Transferências Constitucionais e Legais							
Demais Depesas Correntes	44.397.937,33	43.204.654,74	41.546.341,30	39.674.316,98	2.353.406,58	1.123.551,03	1.123.551,02
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	**78.874.143,06**	**76.374.767,53**	**74.696.171,70**	**72.487.416,58**	**3.561.187,03**	**1.384.553,97**	**1.384.553,96**
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	**8.456.179,06**	**7.816.761,54**	**7.811.704,78**	**7.811.704,78**	**4.104,55**	**13.200,00**	**13.200,00**
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)							
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	**11.821.053,88**	**9.150.104,08**	**7.913.251,15**	**7.224.742,34**	**395.820,88**	**1.063.208,81**	**1.063.208,81**
Investimentos	10.785.852,87	8.139.900,67	6.904.798,42	6.216.289,61	395.820,88	1.063.208,81	1.063.208,81
Inversões Financeiras							
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)							
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)							
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)							
Demais Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida (XXVII)	1.035.201,01	1.010.203,41	1.008.452,73	1.008.452,73			
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	**10.785.852,87**	**8.139.900,67**	**6.904.798,42**	**6.216.289,61**	**395.820,88**	**1.063.208,81**	**1.063.208,81**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)							
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	3.980,72						
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)							
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	**98.120.155,71**	**92.331.429,74**	**89.412.674,90**	**86.515.410,97**	**3.961.112,46**	**2.460.962,78**	**2.460.962,77**
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	**89.659.995,93**	**84.514.668,20**	**81.600.970,12**	**78.703.706,19**	**3.957.007,91**	**2.447.762,78**	**2.447.762,77**

RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]	**(3.121.188,74)**
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]	**(3.429.661,43)**

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	**(4.300.000,00)**

JUROS NOMINAIS	Até o Período: VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	1.005.043,56
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	20.924,24

RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	**(2.445.542,11)**

ABAIXO DA LINHA

CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO: Em 31/Dez/ 2023 (a)	SALDO: Até o Período (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	**6.523.772,88**	**4.787.572,83**
DEDUÇÕES (XL)	**13.975.205,90**	**12.252.616,22**
Disponibilidade de Caixa	13.968.988,17	12.246.398,49
Disponibilidade de Caixa Bruta	19.190.581,40	16.112.839,44
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	3.989.462,92	2.897.263,93
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.232.130,31	969.177,02
Demais Haveres Financeiros	6.217,73	6.217,73
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	**(7.451.433,02)**	**(7.465.043,39)**
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)		**13.610,37**

IMPRESSÃO: Bruno Roberto Monteiro Moreno

Município de Ibiraçu - ES **STN/SICONFI**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) Em Reais

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	**7.900.000,00**

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Período (b)
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	(1.092.198,99)
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV + XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLXIX)]	(1.078.588,62)

RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	**(2.062.707,94)**

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	**7.674.979,82**
Recursos Arrecados em Exercícios Anteriores - RPPS	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	7.674.979,82
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	**1.200.000,00**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Financas - Semfi, Emissão: 29/01/2025 , às 13:08:00

DIEGO KRENTZ
PREFEITO

LUANNA MATTIUZZI BEDONI
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

SAMIRA MAZIOLI DA COSTA
CONTADORA

Município de Ibiraçu - ES

STN/SICONFI

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

RREO - Anexo 7 (LRF, art 53, inciso V)

R$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	Saldo Total
	Em exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2023				Em exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2023					
	(a)	(b)	(c)	(d)	e = (a+b) - (c+d)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j)	k = (f+g) - (i+j)	L = (e + k)
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	**8.405,19**	**3.363.173,54**	**3.339.123,70**	**32.455,03**		**481.663,80**	**4.657.722,89**	**2.460.616,38**	**2.460.616,37**	**1.963.864,47**	**714.905,85**	**714.905,85**
EXECUTIVO	8.405,19	3.363.173,54	3.339.123,70	32.455,03		481.663,80	4.611.852,46	2.414.745,95	2.414.745,94	1.963.864,47	714.905,85	714.905,85
Fundo de Saúde de Ibiraçu	6.116,87	907.704,02	891.018,77	22.802,12			358.999,59	283.042,30	283.042,30	74.413,78	1.543,51	1.543,51
IPRESI - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUN. DE IBIRAÇU	0,02	4.104,55	4.104,55	0,02			13.836,37	13.200,00	13.200,00	636,37		
Prefeitura Municipal de Ibiraçu	2.288,30	2.413.535,47	2.406.170,88	9.652,89		481.663,80	4.166.714,02	2.046.201,17	2.046.201,16	1.888.814,32	713.362,34	713.362,34
SAAE - SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE IBIRAÇU		37.829,50	37.829,50				72.302,48	72.302,48	72.302,48			
LEGISLATIVO							45.870,43	45.870,43	45.870,43			
CAMARA MUNICIPAL DE IBIRAÇU							45.870,43	45.870,43	45.870,43			
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	**1.093,51**	**621.988,76**	**621.988,76**	**1.093,51**			**346,40**	**346,40**	**346,40**			
EXECUTIVO	1.093,51	621.988,76	621.988,76	1.093,51								
Fundo de Saúde de Ibiraçu		57.674,86	57.674,86									
IPRESI - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUN. DE IBIRAÇU	1.093,51			1.093,51								
Prefeitura Municipal de Ibiraçu		551.975,18	551.975,18									
SAAE - SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE IBIRAÇU		12.338,72	12.338,72									
LEGISLATIVO							346,40	346,40	346,40			
CAMARA MUNICIPAL DE IBIRAÇU							346,40	346,40	346,40			
Total (III) = (I + II)	**9.498,70**	**3.985.162,30**	**3.961.112,46**	**33.548,54**		**481.663,80**	**4.658.069,29**	**2.460.962,78**	**2.460.962,77**	**1.963.864,47**	**714.905,85**	**714.905,85**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Financas - Semfi, Emissão: 29/01/2025 , às 13:16:30

DIEGO KRENTZ
PREFEITO

LUANNA MATTIUZZI BEDONI
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

SAMIRA MAZIOLI DA COSTA
CONTADORA

IMPRESSÃO: Bruno Roberto Monteiro Moreno

Município de Ibiraçu - ES — **STN/SICONFI**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) — Em Reais

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Semestre (b)
RECEITAS CORRENTES (I)	**6.727.592,00**	**10.893.326,71**
Receita de Contribuições dos Segurados	2.945.900,00	1.957.951,49
Ativo	2.934.900,00	1.942.894,54
Inativo	8.000,00	11.511,46
Pensionista	3.000,00	3.545,49
Receita de Contribuições Patronais	39.200,00	2.697.580,40
Ativo	39.200,00	2.697.580,40
Inativo		
Pensionista		
Receita Patrimonial	1.320.000,00	2.642.844,48
Receitas Imobiliárias		
Receitas de Valores Mobiliários	1.320.000,00	2.642.844,48
Outras Receitas Patrimoniais		
Receita de Serviços		
Outras Receitas Correntes	2.422.492,00	3.594.950,34
Compensação Financeira entre os Regimes	380.000,00	1.215.027,25
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	1.800.000,00	2.241.446,69
Demais Receitas Correntes	242.492,00	138.476,40
RECEITAS DE CAPITAL (III)		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		
Amortização de Empréstimos		
Outras Receitas de Capital		
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	**4.927.592,00**	**8.651.880,02**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Semestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Semestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Semestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Benefícios	**7.734.059,00**	**7.094.015,22**	**7.094.015,22**	**7.094.015,22**	
Aposentadorias	6.617.940,22	5.980.067,12	5.980.067,12	5.980.067,12	
Pensões por Morte	1.116.118,78	1.113.948,10	1.113.948,10	1.113.948,10	
Outras Despesas Previdenciárias	13.500,00	1.993,52	1.993,52	1.993,52	
Compensação Financeira entre os Regimes					
Demais Despesas Previdenciárias	13.500,00	1.993,52	1.993,52	1.993,52	
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	**7.747.559,00**	**7.096.008,74**	**7.096.008,74**	**7.096.008,74**	

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV – V)²	**(2.819.967,00)**	**1.555.871,28**	**1.555.871,28**	**1.555.871,28**	**8.651.880,02**

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	**1.200.000,00**

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	
Outros Aportes para o RPPS	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	12.987,92

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.235.316,01
Investimentos e Aplicações	28.895.606,20
Outros Bens e Direitos	70.951.583,53

Município de Ibiraçu - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) Em Reais

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Semestre (b)
RECEITAS CORRENTES (VII)		
Receita de Contribuições dos Segurados		
Ativo		
Inativo		
Pensionista		
Receita de Contribuições Patronais		
Ativo		
Inativo		
Pensionista		
Receita Patrimonial		
Receitas Imobiliárias		
Receitas de Valores Mobiliários		
Outras Receitas Patrimoniais		
Receita de Serviços		
Outras Receitas Correntes		
Compensação Financeiras entre os Regimes		
Demais Receitas Correntes		
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		
Amortização de Empréstimos		
Outras Receitas de Capital		
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)		

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Semestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Semestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Semestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Benefícios					
Aposentadorias					
Pensões por Morte					
Outras Despesas Previdenciárias					
Compensação Previdenciária entre os Regimes					
Demais Despesas Previdenciárias					
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)					

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX – X)²					

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	755.686,68
Recursos para Formação de Reserva	

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	
Investimentos e Aplicações	
Outros Bens e Direitos	115.068,36

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Semestre (b)
Receitas Correntes	2.508,00	1.817,18
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	**2.508,00**	**1.817,18**

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Semestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Semestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Semestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	666.485,22	585.361,48	580.304,72	580.304,72	5.056,76
Pessoal e Encargos Sociais	469.485,22	438.254,78	438.254,78	438.254,78	
Demais Despesas Correntes	197.000,00	147.106,70	142.049,94	142.049,94	5.056,76
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	3.980,72				
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	**670.465,94**	**585.361,48**	**580.304,72**	**580.304,72**	**5.056,76**

RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)	**(667.957,94)**	**(583.544,30)**	**(578.487,54)**	**(578.487,54)**	**(3.239,58)**

Município de Ibiraçu - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) Em Reais

BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	
Investimentos e Aplicações	
Outros Bens e Direitos	

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO					
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Semestre (b)			
Contribuições dos Servidores					
Demais Receitas Previdenciárias					
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)					
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Semestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Semestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Semestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Aposentadorias					
Pensões					
Outras Despesas Previdenciárias					
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)					

RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)2					

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Financas - Semfi, Emissão: 29/01/2025 , às 13:04:46

DIEGO KRENTZ
PREFEITO

LUANNA MATTIUZZI BEDONI
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

SAMIRA MAZIOLI DA COSTA
CONTADORA

Município de Ibiraçu - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO - PRIVADAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2024 / SEMESTRE - JULHO A DEZEMBRO
RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22,25 e 28)

STN/SICONFI

R$ 1,00

IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	REGISTROS EFETUADOS EM 2024	
		No Bimestre	Até Bimestre
TOTAL DE ATIVOS			
Ativos Constituídos pela SPE			
TOTAL DE PASSIVOS			
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE			
Provisões de PPP			
Outros Passivos			
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS			
Obrigações Contratuais			
Riscos Não Provisionados			
Garantias Concedidas			
Outros Passivos Contingentes			

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.2)											
Contratadas (I.1)											
A contratar (I.2)											
DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)											
Contratadas (II.1)											
A contratar (II.2)											
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	68.418.392,37	80.983.740,15									
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)											
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)											

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças - Semfi, Emissão: 29/01/2025 , às 13:17:54

DIEGO KRENTZ
PREFEITO

LUANNA MATTIUZZI BEDONI
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

SAMIRA MAZIOLI DA COSTA
CONTADORA

Protocolo 1481765

Município de Ibiraçu - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JANEIRO DE 2024 A DEZEMBRO DE 2024

STN/SICONFI

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2024
	JAN/2024	FEV/2024	MAR/2024	ABR/2024	MAI/2024	JUN/2024	JUL/2024	AGO/2024	SET/2024	OUT/2024	NOV/2024	DEZ/2024		
RECEITAS CORRENTES (I)	**6.804.056,22**	**7.136.730,14**	**7.307.892,61**	**6.666.321,70**	**7.338.215,94**	**7.554.469,87**	**6.862.973,42**	**7.538.447,96**	**6.880.623,50**	**5.817.667,43**	**6.246.658,40**	**14.800.722,17**	**90.954.779,36**	**86.104.939,59**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	470.619,93	466.370,49	618.486,75	498.646,43	533.238,59	783.145,67	527.947,35	610.837,44	682.989,41	545.905,93	579.358,68	1.529.881,78	7.847.428,45	7.953.444,00
IPTU	13.914,24	12.354,94	12.566,02	18.501,42	43.730,72	209.419,67	40.178,57	28.005,68	25.618,71	10.243,42	11.547,40	16.562,03	442.642,82	400.000,00
ISS	390.621,92	296.389,36	411.681,85	343.974,50	368.982,17	453.180,28	393.064,46	498.394,77	548.596,43	418.886,92	452.834,65	428.618,27	5.005.225,58	4.722.000,00
ITBI	15.061,32	45.279,79	99.102,88	11.024,54	23.183,96	2.103,00	35.320,28	27.639,82	43.030,73	40.646,64	63.553,31	32.045,80	437.992,07	304.000,00
IRRF	19.710,10	96.734,40	77.130,65	86.664,91	73.444,90	49.206,78	40.822,36	42.387,16	52.439,58	62.058,36	42.963,70	1.036.425,96	1.679.988,86	1.916.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	31.312,35	15.612,00	18.005,35	38.481,06	23.896,84	69.235,94	18.561,68	14.410,01	13.303,96	14.070,59	8.459,62	16.229,72	281.579,12	611.444,00
Contribuições	402.326,96	223.243,50	129.576,95	237.391,13	238.253,78	245.526,33	232.948,78	244.120,63	226.203,22	217.553,61	230.029,61	237.708,47	2.864.882,97	2.181.900,00
Receita Patrimonial	315.990,50	318.510,78	276.664,97	217.345,63	371.155,59	229.250,22	540.380,47	362.500,84	266.438,27	267.212,45	201.340,96	281.097,36	3.647.888,04	2.994.241,48
Rendimentos de Aplicação Financeira	315.990,50	318.510,78	276.664,97	217.345,63	371.155,59	229.250,22	540.380,47	362.500,84	266.438,27	267.212,45	201.340,96	281.097,36	3.647.888,04	2.987.741,48
Outras Receitas Patrimoniais														6.500,00
Receita Agropecuária														
Receita Industrial														
Receita de Serviços	327.035,21	301.964,28	307.137,61	312.108,45	309.946,37	283.781,73	303.703,72	291.951,93	295.800,49	322.935,86	279.997,85	331.175,31	3.667.538,81	3.630.700,00
Transferências Correntes	4.757.920,16	5.713.143,94	5.950.468,88	5.216.486,94	5.576.183,81	5.909.871,59	5.114.843,35	5.757.590,66	5.370.010,90	4.427.429,52	4.830.725,06	11.705.790,99	70.330.465,80	68.243.854,11
Cota-Parte do FPM	1.813.537,63	2.465.959,55	1.537.390,53	1.612.497,85	1.875.935,70	2.014.442,15	2.182.819,56	1.707.560,49	1.778.185,26	1.487.424,22	1.903.970,94	3.071.356,51	23.451.080,39	24.700.000,00
Cota-Parte do ICMS	1.013.246,59	846.069,35	854.841,53	1.007.031,59	957.863,96	1.028.759,06	1.066.264,32	1.013.283,26	965.128,92	998.482,92	1.014.999,26	1.006.860,15	11.772.830,91	13.500.000,00
Cota-Parte do IPVA	103.091,23	108.715,66	65.931,98	710.467,44	172.359,83	131.348,70	143.619,51	134.303,00	128.034,47	83.216,03	26.736,12	31.821,26	1.839.645,23	2.250.000,00
Cota-Parte do ITR	673,67	609,73	198,12	627,64	1.601,72	682,24	929,55	1.493,26	3.790,03	8.126,47	2.429,60	2.530,73	23.692,76	30.000,00
Transferências da LC 61/1989	9.253,01	9.623,64	11.306,02	9.777,44	10.291,09	12.931,44	11.430,29	15.468,99	16.885,96	11.464,39	12.731,60	15.535,28	146.699,15	130.000,00
Transferências do FUNDEB	892.960,08	763.289,04	811.663,12	1.008.730,50	816.796,71	895.692,31	883.283,07	857.832,11	766.128,81	936.572,34	840.567,25	973.911,38	10.447.426,72	9.610.000,00
Outras Transferências Correntes	925.157,95	1.518.876,97	2.669.137,58	867.354,48	1.741.334,80	1.826.015,69	826.497,05	2.027.649,55	1.711.857,45	902.143,15	1.029.290,29	6.603.775,68	22.649.090,64	18.023.854,11
Outras Receitas Correntes	530.163,46	113.497,15	25.557,45	184.343,12	309.437,80	102.894,33	143.149,75	271.446,46	39.181,21	36.630,06	125.206,24	715.068,26	2.596.575,29	1.100.800,00
DEDUÇÕES (II)	**1.368.998,48**	**838.535,26**	**645.070,63**	**811.256,63**	**746.964,47**	**837.398,75**	**701.451,23**	**889.640,52**	**642.920,23**	**659.293,53**	**710.236,62**	**1.119.272,86**	**9.971.039,21**	**9.043.900,00**
Contribuição do Servidor para o Plano de Previdência	402.326,96	110.240,37	129.576,95	119.272,33	121.512,09	119.817,22	118.401,14	131.184,16	116.504,87	118.565,44	117.959,27	133.839,53	1.739.200,33	921.900,00
Compensação Financeira entre Regimes de Previdência	376.967,61	41.923,92	21.245,35	21.245,35	21.245,35	79.431,72	77.133,41	183.875,32	22.824,78	22.599,60		346.534,84	1.215.027,25	380.000,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários														
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	589.703,91	686.370,97	494.248,33	670.738,95	604.207,03	638.149,81	505.916,68	574.581,04	503.590,58	518.128,49	592.277,35	638.898,49	7.016.811,63	7.742.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	**5.435.057,74**	**6.298.194,88**	**6.662.821,98**	**5.855.065,07**	**6.591.251,47**	**6.717.071,12**	**6.161.522,19**	**6.648.807,44**	**6.237.703,27**	**5.158.373,90**	**5.536.421,78**	**13.681.449,31**	**80.983.740,15**	**77.061.039,59**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)												1.000.000,00	1.000.000,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	**5.435.057,74**	**6.298.194,88**	**6.662.821,98**	**5.855.065,07**	**6.591.251,47**	**6.717.071,12**	**6.161.522,19**	**6.648.807,44**	**6.237.703,27**	**5.158.373,90**	**5.536.421,78**	**12.681.449,31**	**79.983.740,15**	**77.061.039,59**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)														
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)(VII)								79.072,00					79.072,00	970.000,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)														
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	**5.435.057,74**	**6.298.194,88**	**6.662.821,98**	**5.855.065,07**	**6.591.251,47**	**6.717.071,12**	**6.161.522,19**	**6.569.735,44**	**6.237.703,27**	**5.158.373,90**	**5.536.421,78**	**12.681.449,31**	**79.904.668,15**	**76.091.039,59**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Financas - Semfi, Emissão: 29/01/2025 , às 12:59:17

Município de Ibiraçu - ES STN/SICONFI

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2º SEMESTRE DE 2024 - JANEIRO DE 2024 A DEZEMBRO DE 2024

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I) R$ 1,00

DIEGO KRENTZ
PREFEITO

LUANNA MATTIUZZI BEDONI
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

SAMIRA MAZIOLI DA COSTA
CONTADORA

Município de Ibiraçu - ES **STN/SICONFI**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL

6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) Em Reais

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas			% (c/a)	Saldo (a-c)
			No Período (b)	%(b/a)	Até o Período (c)		
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**77.136.800,00**	**81.193.439,59**	**19.816.204,73**	**24,41**	**88.689.079,10**	**109,23**	**(7.495.639,51)**
RECEITAS CORRENTES	74.306.300,00	78.362.939,59	19.816.204,73	25,29	83.937.967,73	107,11	(5.575.028,14)
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	7.953.444,00	7.953.444,00	2.109.240,46	26,52	7.847.428,45	98,67	106.015,55
Impostos	7.342.000,00	7.342.000,00	2.084.551,12	28,39	7.565.849,33	103,05	(223.849,33)
Taxas	611.444,00	611.444,00	24.689,34	4,04	281.579,12	46,05	329.864,88
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	2.181.900,00	2.181.900,00	467.738,08	21,44	2.864.882,97	131,30	(682.982,97)
Contribuições Sociais	921.900,00	921.900,00	251.798,80	27,31	1.739.200,33	188,65	(817.300,33)
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Forma							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	1.260.000,00	1.260.000,00	215.939,28	17,14	1.125.682,64	89,34	134.317,36
RECEITA PATRIMONIAL	2.879.956,00	2.994.241,48	482.438,32	16,11	3.647.888,04	121,83	(653.646,56)
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários	2.879.956,00	2.994.241,48	482.438,32	16,11	3.647.888,04	121,83	(653.646,56)
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Au							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS	3.496.200,00	3.630.700,00	611.173,16	16,83	3.667.538,81	101,01	(36.838,81)
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços	3.496.200,00	3.630.700,00	611.173,16	16,83	3.667.538,81	101,01	(36.838,81)
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	56.694.000,00	60.501.854,11	15.305.340,21	25,30	63.313.654,17	104,65	(2.811.800,06)
Transferências da União e de suas Entidades	30.440.000,00	31.635.820,39	8.630.051,05	27,28	34.735.476,23	109,80	(3.099.655,84)
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	16.234.000,00	16.427.060,72	1.786.192,85	10,87	13.680.337,53	83,28	2.746.723,19
Transferências dos Municípios e de suas Entidades		9.600,00			43.200,00	450,00	(33.600,00)
Transferências de Instituições Privadas	620.000,00	3.029.373,00	3.188.466,32	105,25	4.688.941,55	154,78	(1.659.568,55)
Transferências de Outras Instituições Públicas	9.400.000,00	9.400.000,00	1.700.629,99	18,09	10.165.698,86	108,15	(765.698,86)
Transferências do Exterior							
Demais Transferências Correntes							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.100.800,00	1.100.800,00	840.274,50	76,33	2.596.575,29	235,88	(1.495.775,29)
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	42.800,00	42.800,00	7.415,99	17,33	28.358,33	66,26	14.441,67
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	20.000,00	20.000,00	14.656,55	73,28	21.797,82	108,99	(1.797,82)
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							
Demais Receitas Correntes	1.038.000,00	1.038.000,00	818.201,96	78,82	2.546.419,14	245,32	(1.508.419,14)
RECEITAS DE CAPITAL	2.830.500,00	2.830.500,00			4.751.111,37	167,85	(1.920.611,37)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS	400.500,00	400.500,00					400.500,00
Alienação de Bens Móveis	400.500,00	400.500,00					400.500,00
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.430.000,00	2.430.000,00			4.751.111,37	195,52	(2.321.111,37)
Transferências da União e de suas Entidades	300.000,00	300.000,00			788.174,69	262,72	(488.174,69)
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	2.130.000,00	2.130.000,00			3.962.936,68	186,05	(1.832.936,68)
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Tranferências de Capital							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	**3.863.200,00**	**3.895.200,00**	**461.388,01**	**11,85**	**5.294.526,24**	**135,92**	**(1.399.326,24)**
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	**81.000.000,00**	**85.088.639,59**	**20.277.592,74**	**23,83**	**93.983.605,34**	**110,45**	**(8.894.965,75)**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
Mobiliária							
Contratual							
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	81.000.000,00	85.088.639,59	20.277.592,74	23,83	93.983.605,34	110,45	(8.894.965,75)
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	81.000.000,00	85.088.639,59	20.277.592,74	23,83	93.983.605,34	110,45	(8.894.965,75)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	—	7.674.979,82	—	—	7.674.979,82	100,00	—
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	—	—	—	—	—	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	—	7.674.979,82	—	—	7.674.979,82	100,00	—

Despesas	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas		Saldo (g) = (e - f)	Despesas Liquidadas		Saldo (i) = (e - h)	Despesas Pagas Até o Período (j)	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados(k)
			No Período	Até Período (f)		No Período	Até Período (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (	**73.707.600,00**	**93.995.859,70**	**11.609.688,16**	**88.514.853,28**	**5.481.006,42**	**16.960.295,34**	**85.600.193,11**	**8.395.666,59**	**82.886.997,00**	**2.914.660,17**
DESPESAS CORRENTES	68.576.150,00	82.170.825,10	11.201.645,96	79.364.749,20	2.806.075,90	15.595.148,47	77.686.941,96	4.483.883,14	75.662.254,66	1.677.807,24
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	38.292.100,00	39.763.129,04	6.967.664,11	38.176.845,57	1.586.283,47	7.541.326,31	38.176.845,57	1.586.283,47	38.014.079,22	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	300,00	36.463,53	6.003,93	36.003,93	459,60	6.299,70	21.566,89	14.896,64	21.566,89	14.437,04
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	30.283.750,00	42.371.232,53	4.227.977,92	41.151.899,70	1.219.332,83	8.047.522,46	39.488.529,50	2.882.703,03	37.626.608,55	1.663.370,20
DESPESAS DE CAPITAL	5.111.450,00	11.825.034,60	408.042,20	9.150.104,08	2.674.930,52	1.365.146,87	7.913.251,15	3.911.783,45	7.224.742,34	1.236.852,93
INVESTIMENTOS	5.108.250,00	10.789.833,59	428.812,97	8.139.900,67	2.649.932,92	1.332.766,42	6.904.798,42	3.885.035,17	6.216.289,61	1.235.102,25
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	3.200,00	1.035.201,01	(20.770,77)	1.010.203,41	24.997,60	32.380,45	1.008.452,73	26.748,28	1.008.452,73	1.750,68
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00									
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	**6.092.400,00**	**5.195.960,55**	**320.749,55**	**4.862.783,80**	**333.176,75**	**454.562,91**	**4.842.501,41**	**353.459,14**	**4.658.433,59**	**20.282,39**
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	**79.800.000,00**	**99.191.820,25**	**11.930.437,71**	**93.377.637,08**	**5.814.183,17**	**17.414.858,25**	**90.442.694,52**	**8.749.125,73**	**87.545.430,59**	**2.934.942,56**
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI										
Amortização da Dívida Interna										
Dívida Mobiliária										
Dívida Contratual										
Amortização da Dívida Externa										
Dívida Mobiliária										

IMPRESSÃO: Bruno Roberto Monteiro Moreno

Município de Ibiraçu - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) Em Reais

Dívida Contratual										
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	79.800.000,00	99.191.820,25	11.930.437,71	93.377.637,08	5.814.183,17	17.414.858,25	90.442.694,52	8.749.125,73	87.545.430,59	2.934.942,56
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	605.968,26		—	3.540.910,82		6.438.174,75	—
TOTAL COM SUPERAVIT (XIV) = (XII + XIII)	79.800.000,00	99.191.820,25	11.930.437,71	93.983.605,34	5.814.183,17	17.414.858,25	93.983.605,34	8.749.125,73	93.983.605,34	2.934.942,56
RESERVA DO RPPS	1.700.000,00	—	—			—				—

Receitas Intra	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas			% (c/a)	Saldo (a-c)
			No Período (b)	%(b/a)	Até o Período (c)		
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	**3.863.200,00**	**3.895.200,00**	**461.388,01**	**11,85**	**5.294.526,24**	**135,92**	
RECEITAS CORRENTES	3.863.200,00	3.895.200,00	461.388,01	11,85	5.294.526,24	135,92	
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA							
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	2.063.200,00	2.063.200,00	426.776,14	20,69	2.916.331,56	141,35	
Contribuições Sociais	2.063.200,00	2.063.200,00	426.776,14	20,69	2.916.331,56	141,35	
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Forma							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL							
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários							
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Au							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS		32.000,00	33.302,87	104,07	135.438,99	423,25	
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		32.000,00	33.302,87	104,07	135.438,99	423,25	
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Transferências Correntes							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.800.000,00	1.800.000,00	1.309,00	0,07	2.242.755,69	124,60	
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos			1.309,00		1.309,00		
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							
Demais Receitas Correntes	1.800.000,00	1.800.000,00			2.241.446,69	124,52	
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Tranferências de Capital							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							

Despesas Intra	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas		Saldo (g) = (e - f)	Despesas Liquidadas		Saldo (i) = (e - h)	Despesas Pagas Até o Periodo (j)	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados(k)
			No Período	Até Período (f)		No Período	Até Período (h)			
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	**6.092.400,00**	**5.195.960,55**	**320.749,55**	**4.862.783,80**	**333.176,75**	**454.562,91**	**4.842.501,41**	**353.459,14**	**4.658.433,59**	**-20.282,39**
DESPESAS CORRENTES	6.092.400,00	5.195.960,55	320.749,55	4.862.783,80	333.176,75	454.562,91	4.842.501,41	353.459,14	4.658.433,59	-20.282,39
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.053.100,00	2.780.180,69	315.435,32	2.473.847,00	306.333,69	421.190,36	2.453.564,61	326.616,08	2.279.600,16	-20.282,39
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										—
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.039.300,00	2.415.779,86	5.314,23	2.388.936,80	26.843,06	33.372,55	2.388.936,80	26.843,06	2.378.833,43	—
DESPESAS DE CAPITAL										—
INVESTIMENTOS										—
INVERSÕES FINANCEIRAS										—
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										—
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										—

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Financas - Semfi, Emissão: 29/01/2025 , às 10:37:33

Município de Ibiraçu - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

STN/SICONFI
Em Reais

DIEGO KRENTZ
PREFEITO

LUANNA MATTIUZZI BEDONI
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

SAMIRA MAZIOLI DA COSTA
CONTADORA

Município de Ibiraçu - ES **STN/SICONFI**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL

6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**73.707.600,00**	**93.995.859,70**	**11.609.688,16**	**88.514.853,28**	**94,79**	**5.481.006,42**	**16.960.295,34**	**85.600.193,11**	**94,65**	**8.395.666,59**	**2.914.660,17**
Legislativa	**2.315.000,00**	**2.351.050,00**	**(57.117,38)**	**1.799.229,21**	**1,93**	**551.820,79**	**453.943,05**	**1.794.307,83**	**1,98**	**556.742,17**	**4.921,38**
Ação Legislativa	2.315.000,00	2.351.050,00	(57.117,38)	1.799.229,21	1,93	551.820,79	453.943,05	1.794.307,83	1,98	556.742,17	4.921,38
Controle Externo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Judiciária	**428.200,00**	**602.687,33**	**132.676,04**	**599.115,12**	**0,64**	**3.572,21**	**136.316,72**	**597.355,80**	**0,66**	**5.331,53**	**1.759,32**
Ação Judiciária	428.200,00	602.687,33	132.676,04	599.115,12	0,64	3.572,21	136.316,72	597.355,80	0,66	5.331,53	1.759,32
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Essencial à Justiça											
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Administração	**10.186.800,00**	**10.177.772,62**	**785.549,16**	**9.685.738,21**	**10,37**	**492.034,41**	**1.273.196,03**	**9.410.666,45**	**10,41**	**767.106,17**	**275.071,76**
Planejamento e Orçamento											
Administração Geral	6.401.100,00	7.055.460,68	450.722,38	6.604.754,46	7,07	450.706,22	919.737,54	6.451.701,41	7,13	603.759,27	153.053,05
Administração Financeira	3.560.900,00	2.934.029,77	309.410,52	2.898.269,50	3,10	35.760,27	325.388,54	2.776.297,10	3,07	157.732,67	121.972,40
Controle Interno	163.300,00	163.310,85	25.023,62	159.247,07	0,17	4.063,78	27.723,62	159.247,07	0,18	4.063,78	
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas	61.500,00	24.971,32	392,64	23.467,18	0,03	1.504,14	346,33	23.420,87	0,03	1.550,45	46,31
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
Demais Subfunções											
Defesa Nacional											
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Segurança Pública	**53.900,00**	**717.385,44**	**141.068,81**	**715.585,44**	**0,77**	**1.800,00**	**268.172,71**	**715.585,44**	**0,79**	**1.800,00**	
Policiamento											
Defesa Civil	53.600,00	717.085,44	141.068,81	715.585,44	0,77	1.500,00	268.172,71	715.585,44	0,79	1.500,00	
Informação e Inteligência	300,00	300,00				300,00				300,00	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Assistência Social	**4.102.300,00**	**10.792.658,81**	**2.617.424,60**	**10.665.862,14**	**11,42**	**126.796,67**	**2.777.728,71**	**10.608.611,26**	**11,73**	**184.047,55**	**57.250,88**
Assistência ao Idoso	430.800,00	4.638.026,21	1.765.973,00	4.636.620,50	4,97	1.405,71	1.767.173,00	4.635.820,50	5,13	2.205,71	800,00
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente	232.700,00	2.607.961,13	58.375,14	2.500.492,67	2,68	107.468,46	80.962,76	2.497.770,07	2,76	110.191,06	2.722,60
Assistência Comunitária	1.399.800,00	1.646.763,43	542.652,69	1.637.219,08	1,75	9.544,35	587.728,68	1.626.908,78	1,80	19.854,65	10.310,30
Administração Geral	2.039.000,00	1.899.908,04	250.423,77	1.891.529,89	2,03	8.378,15	341.864,27	1.848.111,91	2,04	51.796,13	43.417,98
Demais Subfunções											
Previdência Social	**7.352.100,00**	**8.573.724,44**	**1.291.799,50**	**7.854.033,05**	**8,41**	**719.691,39**	**1.312.039,98**	**7.848.976,29**	**8,68**	**724.748,15**	**5.056,76**
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário	6.741.000,00	7.734.059,00	1.010.538,69	7.094.015,22	7,60	640.043,78	1.010.538,69	7.094.015,22	7,84	640.043,78	
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
Administração Geral	611.100,00	839.665,44	281.260,81	760.017,83	0,81	79.647,61	301.501,29	754.961,07	0,83	84.704,37	5.056,76
Demais Subfunções											
Saúde	**15.889.300,00**	**17.513.449,38**	**1.398.720,97**	**16.892.949,05**	**18,09**	**620.500,33**	**2.911.614,49**	**16.695.291,97**	**18,46**	**818.157,41**	**197.657,08**
Atenção Básica	6.184.400,00	6.097.230,26	446.906,87	5.867.283,72	6,28	229.946,54	895.043,33	5.808.247,32	6,42	288.982,94	59.036,40
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.007.800,00	2.204.117,94	(370.187,98)	2.101.473,10	2,25	102.644,84	389.056,49	2.101.473,10	2,32	102.644,84	
Suporte Profilático e Terapêutico											
Vigilância Sanitária	665.200,00	541.735,47	65.429,23	488.102,98	0,52	53.632,49	85.941,23	488.102,98	0,54	53.632,49	
Vigilância Epidemiológica											

Município de Ibiraçu - ES **STN/SICONFI**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL

6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
Alimentação e Nutrição											
Administração Geral	6.981.400,00	8.669.858,83	1.256.572,85	8.436.089,25	9,03	233.769,58	1.541.573,44	8.297.468,57	9,17	372.390,26	138.620,68
Demais Subfunções	50.500,00	506,88				506,88				506,88	
Trabalho											
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Educação	**16.373.300,00**	**24.084.814,43**	**5.198.384,81**	**23.269.008,90**	**24,92**	**815.805,53**	**5.519.066,56**	**22.397.671,87**	**24,76**	**1.687.142,56**	**871.337,03**
Ensino Fundamental	7.916.900,00	11.885.220,37	2.339.728,13	11.276.877,71	12,08	608.342,66	2.862.424,25	11.143.752,47	12,32	741.467,90	133.125,24
Ensino Médio											
Ensino Profissional	400,00	400,00				400,00				400,00	
Ensino Superior											
Educação Infantil	5.019.300,00	5.153.814,60	814.122,88	4.982.634,58	5,34	171.180,02	814.122,88	4.982.634,58	5,51	171.180,02	
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial	1.600,00	600,00				600,00				600,00	
Educação Básica											
Administração Geral	2.715.100,00	5.330.422,29	1.358.471,68	5.295.889,15	5,67	34.533,14	1.759.788,55	5.192.649,00	5,74	137.773,29	103.240,15
Demais Subfunções	720.000,00	1.714.357,17	686.062,12	1.713.607,46	1,84	749,71	82.730,88	1.078.635,82	1,19	635.721,35	634.971,64
Cultura	**910.000,00**	**621.291,77**	**67.968,00**	**619.287,84**	**0,66**	**2.003,93**	**101.418,00**	**619.287,84**	**0,68**	**2.003,93**	
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural	910.000,00	621.291,77	67.968,00	619.287,84	0,66	2.003,93	101.418,00	619.287,84	0,68	2.003,93	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania											
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Urbanismo	**9.259.300,00**	**9.040.958,16**	**381.751,08**	**7.644.524,72**	**8,19**	**1.396.433,44**	**1.022.643,35**	**6.759.736,27**	**7,47**	**2.281.221,89**	**884.788,45**
Infra-Estrutura Urbana	7.161.200,00	6.534.517,15	354.796,88	5.141.617,59	5,51	1.392.899,56	782.824,85	4.299.076,91	4,75	2.235.440,24	842.540,68
Serviços Urbanos	2.098.100,00	2.506.441,01	26.954,20	2.502.907,13	2,68	3.533,88	239.818,50	2.460.659,36	2,72	45.781,65	42.247,77
Transportes Coletivos Urbanos											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Habitação	**251.100,00**	**1.673.028,70**	**108.796,45**	**1.571.259,65**	**1,68**	**101.769,05**	**168.095,62**	**1.570.525,29**	**1,74**	**102.503,41**	**734,36**
Habitação Rural											
Habitação Urbana	251.100,00	1.673.028,70	108.796,45	1.571.259,65	1,68	101.769,05	168.095,62	1.570.525,29	1,74	102.503,41	734,36
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saneamento	**3.302.200,00**	**4.096.756,20**	**(354.185,80)**	**3.466.893,90**	**3,71**	**629.862,30**	**584.426,31**	**3.091.046,59**	**3,42**	**1.005.709,61**	**375.847,31**
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano	1.833.800,00	2.501.656,20	(408.124,84)	1.970.525,19	2,11	531.131,01	305.503,72	1.607.927,30	1,78	893.728,90	362.597,89
Administração Geral	1.468.400,00	1.595.100,00	53.939,04	1.496.368,71	1,60	98.731,29	278.922,59	1.483.119,29	1,64	111.980,71	13.249,42
Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	**564.700,00**	**588.616,90**	**84.266,08**	**583.386,29**	**0,62**	**5.230,61**	**161.416,36**	**581.307,88**	**0,64**	**7.309,02**	**2.078,41**
Preservação e Conservação Ambiental	20.300,00	399,62				399,62				399,62	
Controle Ambiental	530.000,00	552.359,64	84.266,08	547.992,29	0,59	4.367,35	161.416,36	545.913,88	0,60	6.445,76	2.078,41
Recuperação de Áreas Degradadas	14.400,00	35.857,64		35.394,00	0,04	463,64		35.394,00	0,04	463,64	
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia											
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Agricultura	**1.597.100,00**	**2.382.747,29**	**(97.546,71)**	**2.379.427,74**	**2,55**	**3.319,55**	**292.182,12**	**2.226.619,04**	**2,46**	**156.128,25**	**152.808,70**
Abastecimento											
Extensão Rural	1.597.100,00	2.382.747,29	(97.546,71)	2.379.427,74	2,55	3.319,55	292.182,12	2.226.619,04	2,46	156.128,25	152.808,70
Irrigação											

Município de Ibiraçu - ES STN/SICONFI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Organização Agrária											
Reforma Agrária											
Colonização											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Indústria											
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comércio e Serviços											
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comunicações											
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Energia	**875.100,00**	**587.838,18**	**(162.574,32)**	**587.252,62**	**0,63**	**585,56**	**(28.448,57)**	**578.126,86**	**0,64**	**9.711,32**	**9.125,76**
Conservação de Energia											
Energia Elétrica	875.100,00	587.838,18	(162.574,32)	587.252,62	0,63	585,56	(28.448,57)	578.126,86	0,64	9.711,32	9.125,76
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Transporte	**141.600,00**	**80.619,49**	**76.222,97**	**76.222,97**	**0,08**	**4.396,52**				**80.619,49**	**76.222,97**
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
Administração Geral											
Demais Subfunções	141.600,00	80.619,49	76.222,97	76.222,97	0,08	4.396,52				80.619,49	76.222,97
Desporto e Lazer	**85.600,00**	**110.460,56**	**(3.516,10)**	**105.076,43**	**0,11**	**5.384,13**	**6.483,90**	**105.076,43**	**0,12**	**5.384,13**	
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário	85.600,00	110.460,56	(3.516,10)	105.076,43	0,11	5.384,13	6.483,90	105.076,43	0,12	5.384,13	
Lazer											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Encargos Especiais											
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
Demais Subfunções											
Reserva de Contigência	**20.000,00**		**----**	**----**	**----**		**----**	**----**	**----**		**----**
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	**6.092.400,00**	**5.195.960,55**	**320.749,55**	**4.862.783,80**	**5,21**	**333.176,75**	**454.562,91**	**4.842.501,41**	**5,35**	**353.459,14**	**20.282,39**
TOTAL (III) = (I + II)	**79.800.000,00**	**99.191.820,25**	**11.930.437,71**	**93.377.637,08**	**100,00**	**5.814.183,17**	**17.414.858,25**	**90.442.694,52**	**100,00**	**8.749.125,73**	**2.934.942,56**

Município de Ibiraçu - ES **STN/SICONFI**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL

6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	**6.092.400,00**	**5.195.960,55**	**320.749,55**	**4.862.783,80**	**5,21**	**333.176,75**	**454.562,91**	**4.842.501,41**	**5,35**	**353.459,14**	**20.282,39**
Legislativa	**285.000,00**	**248.950,00**	**(22.102,64)**	**224.023,57**	**0,24**	**24.926,43**	**35.466,07**	**224.023,57**	**0,25**	**24.926,43**	
Ação Legislativa	285.000,00	248.950,00	(22.102,64)	224.023,57	0,24	24.926,43	35.466,07	224.023,57	0,25	24.926,43	
Controle Externo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Judiciária	**18.100,00**	**31.173,75**	**4.494,01**	**28.862,06**	**0,03**	**2.311,69**	**4.494,01**	**28.862,06**	**0,03**	**2.311,69**	
Ação Judiciária	18.100,00	31.173,75	4.494,01	28.862,06	0,03	2.311,69	4.494,01	28.862,06	0,03	2.311,69	
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Essencial à Justiça											
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Administração	**2.875.200,00**	**2.113.411,17**	**31.409,05**	**2.091.822,24**	**2,24**	**21.588,93**	**87.000,96**	**2.071.539,85**	**2,29**	**41.871,32**	**20.282,39**
Planejamento e Orçamento											
Administração Geral	176.000,00	232.441,78	31.796,17	218.723,72	0,23	13.718,06	44.090,05	218.723,72	0,24	13.718,06	
Administração Financeira	2.670.100,00	1.855.128,39	(4.185,13)	1.854.417,52	1,99	710,87	39.112,90	1.834.135,13	2,03	20.993,26	20.282,39
Controle Interno	25.100,00	25.781,00	3.798,01	18.681,00	0,02	7.100,00	3.798,01	18.681,00	0,02	7.100,00	
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas	4.000,00	60,00				60,00				60,00	
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
Demais Subfunções											
Defesa Nacional											
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Segurança Pública	**5.100,00**	**118,34**				**118,34**				**118,34**	
Policiamento											
Defesa Civil	5.100,00	118,34				118,34				118,34	
Informação e Inteligência											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Assistência Social	**80.700,00**	**86.902,69**	**12.253,41**	**76.141,38**	**0,08**	**10.761,31**	**14.095,68**	**76.141,38**	**0,08**	**10.761,31**	
Assistência ao Idoso											
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente	100,00	1.800,00	(178,12)	1.451,12	0,00	348,88	208,82	1.451,12	0,00	348,88	
Assistência Comunitária	20.400,00	19.871,19	4.823,42	18.839,14	0,02	1.032,05	5.410,25	18.839,14	0,02	1.032,05	
Administração Geral	60.200,00	65.231,50	7.608,11	55.851,12	0,06	9.380,38	8.476,61	55.851,12	0,06	9.380,38	
Demais Subfunções											
Previdência Social	**58.000,00**	**36.375,56**	**3.987,04**	**16.412,23**	**0,02**	**19.963,33**	**3.987,04**	**16.412,23**	**0,02**	**19.963,33**	
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário											
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
Administração Geral	58.000,00	36.375,56	3.987,04	16.412,23	0,02	19.963,33	3.987,04	16.412,23	0,02	19.963,33	
Demais Subfunções											
Saúde	**1.070.700,00**	**938.566,76**	**63.115,67**	**880.100,42**	**0,94**	**58.466,34**	**69.080,78**	**880.100,42**	**0,97**	**58.466,34**	
Atenção Básica	110.400,00	162.119,46	19.910,99	159.239,63	0,17	2.879,83	25.876,10	159.239,63	0,18	2.879,83	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial											
Suporte Profilático e Terapêutico											
Vigilância Sanitária	10.300,00	5.661,78	1.227,51	5.037,84	0,01	623,94	1.227,51	5.037,84	0,01	623,94	
Vigilância Epidemiológica											

IMPRESSÃO: Bruno Roberto Monteiro Moreno

Município de Ibiraçu - ES STN/SICONFI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
Alimentação e Nutrição											
Administração Geral	950.000,00	770.785,52	41.977,17	715.822,95	0,77	54.962,57	41.977,17	715.822,95	0,79	54.962,57	
Demais Subfunções											
Trabalho											
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Educação	**1.226.300,00**	**1.294.162,28**	**178.583,58**	**1.121.994,61**	**1,20**	**172.167,67**	**184.997,27**	**1.121.994,61**	**1,24**	**172.167,67**	
Ensino Fundamental	680.000,00	561.152,65	8.189,64	452.237,15	0,48	108.915,50	12.760,68	452.237,15	0,50	108.915,50	
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil	500.100,00	553.998,08	76.732,33	491.579,49	0,53	62.418,59	77.737,10	491.579,49	0,54	62.418,59	
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial	100,00	100,00				100,00				100,00	
Educação Básica											
Administração Geral	46.100,00	178.911,55	93.661,61	178.177,97	0,19	733,58	94.499,49	178.177,97	0,20	733,58	
Demais Subfunções											
Cultura	**100,00**	**100,00**				**100,00**				**100,00**	
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural	100,00	100,00				100,00				100,00	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania											
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Urbanismo	**170.100,00**	**150.100,00**	**22.456,30**	**140.794,30**	**0,15**	**9.305,70**	**22.456,30**	**140.794,30**	**0,16**	**9.305,70**	
Infra-Estrutura Urbana	170.100,00	150.100,00	22.456,30	140.794,30	0,15	9.305,70	22.456,30	140.794,30	0,16	9.305,70	
Serviços Urbanos											
Transportes Coletivos Urbanos											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Habitação											
Habitação Rural											
Habitação Urbana											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saneamento	**303.000,00**	**296.000,00**	**26.553,13**	**282.632,99**	**0,30**	**13.367,01**	**32.984,80**	**282.632,99**	**0,31**	**13.367,01**	
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano	80.000,00	98.000,00	14.191,73	94.191,73	0,10	3.808,27	15.902,78	94.191,73	0,10	3.808,27	
Administração Geral	223.000,00	198.000,00	12.361,40	188.441,26	0,20	9.558,74	17.082,02	188.441,26	0,21	9.558,74	
Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	**100,00**	**100,00**				**100,00**				**100,00**	
Preservação e Conservação Ambiental											
Controle Ambiental	100,00	100,00				100,00				100,00	
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia											
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Agricultura											
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											

IMPRESSÃO: Bruno Roberto Monteiro Moreno

Município de Ibiraçu - ES **STN/SICONFI**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL

6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Organização Agrária											
Reforma Agrária											
Colonização											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Indústria											
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comércio e Serviços											
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comunicações											
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Energia											
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Transporte											
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Desporto e Lazer											
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário											
Lazer											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Encargos Especiais											
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
Demais Subfunções											
Reserva de Contigência											
TOTAL DA INTRA	**6.092.400,00**	**5.195.960,55**	**320.749,55**	**4.862.783,80**	**5,21**	**333.176,75**	**454.562,91**	**4.842.501,41**	**5,35**	**353.459,14**	**20.282,39**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Financas - Semfi, Emissão: 29/01/2025 , às 10:40:10

Município de Ibiraçu - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

DIEGO KRENTZ
PREFEITO

LUANNA MATTIUZZI BEDONI
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

SAMIRA MAZIOLI DA COSTA
CONTADORA

Município de Ibiraçu - ES — **STN/SICONFI**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

1º BIMESTRE DE 2024 - JANEIRO A FEVEREIRO DE 2024

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) — R$ 1,00

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	**7.342.000,00**	**890.066,07**
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	400.000,00	26.269,18
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	304.000,00	60.341,11
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	4.722.000,00	687.011,28
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.916.000,00	116.444,50
2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**40.700.000,00**	**6.377.207,70**
2.1 - Cota-Parte FPM	**24.700.000,00**	**4.279.497,18**
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	22.800.000,00	4.279.497,18
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d e e	1.900.000,00	
2.2 - Cota-Parte ICMS	13.500.000,00	1.859.315,94
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	130.000,00	18.876,65
2.4 - Cota-Parte ITR	30.000,00	1.283,40
2.5 - Cota-Parte IPVA	2.250.000,00	211.806,89
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro		
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	90.000,00	6.427,64
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	**48.042.000,00**	**7.267.273,77**

4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	**7.742.000,00**	**1.276.074,88**
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6)	**4.250.500,00**	**541.376,91**

FUNDEB

RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	**9.710.000,00**	**1.657.594,01**
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	**9.500.000,00**	**1.594.639,28**
6.1.1- Principal	9.400.000,00	1.593.294,39
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	100.000,00	1.344,89
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF		
6.2.1- Principal		
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira		
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	**160.000,00**	**47.525,80**
6.3.1- Principal	160.000,00	47.525,80
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira		
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	**50.000,00**	**15.428,93**
6.4.1- Principal	50.000,00	15.428,93
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira		
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 - 4)[1]	**1.658.000,00**	**317.219,51**

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	**(211.429,83)**
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	(322.742,69)
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	111.312,86

9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	**1.446.164,18**

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB - (Por Subfunção) 6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	**9.657.738,63**	**743.858,08**			**743.858,08**
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	**8.667.395,27**	**670.581,35**			**670.581,35**
10.1.1 - Educação Infantil	3.980.160,12				
10.1.2- Ensino Fundamental	4.687.235,15	670.581,35			
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos					
10.1.4- Educação Especial					
10.1.5- Administração Geral					
10.2- OUTRAS DESPESAS	**990.343,36**	**73.276,73**			**73.276,73**
10.2.1- Educação Infantil	525.273,59				
10.2.2- Ensino Fundamental	463.705,04	73.276,73			
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos					
10.2.4- Educação Especial					
10.2.5- Administração Geral	1.364,73				
10.2.6- Transporte (Escolar)					
10.2.7- Outras					

Município de Ibiraçu - ES — **STN/SICONFI**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

1º BIMESTRE DE 2024 - JANEIRO A FEVEREIRO DE 2024

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) — R$ 1,00

INDICADORES DO FUNDEB

DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)	DESPESAS LIQUIDADAS / EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**1.575.440,72**	**1.478.616,26**	**1.315.660,51**	**96.824,46**		
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	1.575.440,72	1.478.616,26	1.315.660,51	96.824,46		
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF						
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT						
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR						
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	1.335.667,76	1.321.463,39	1.232.561,96	14.204,37		
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL						
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL						

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal2	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15- MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	1.149.515,56	1.321.463,39	1.335.667,76	80,47
16 - PERCENTUAL DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL				
17- MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL	7.128,87			

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)3	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18- TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	**165.759,40**	**178.977,75**	**178.977,75**	**13.218,35**	**10,80**

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)3	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	**920.219,51**	**(1.261.159,68)**			**354.465,32**	
19.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	904.403,92	(1.419.315,54)			354.465,32	
19.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	15.815,59	158.155,86				15.815,59

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB - (Por Área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE	**4.940.287,13**	**896.805,31**			**896.805,31**
20.1- Educação Infantil	879.633,31				
20.2- Ensino Fundamental	1.411.633,45	7.814,63			
20.3- Educação de Jovens e Adultos					
20.4- Educação Especial	1.408,62				
20.5- Administração Geral	2.647.611,75	888.990,68			
20.6- Transporte (Escolar)					
20.7- Outras					

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEI

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB - (Por Área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE	**14.557.739,91**	**1.627.150,73**			**1.627.150,73**
21.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	**6.436.739,83**	**352.751,50**			**352.751,50**
21.1.1- Creche	2.718.318,35	148.994,84			
21.1.2- Pré-escola	3.718.421,48	203.756,66			
21.2- ENSINO FUNDAMENTAL	8.121.000,08	1.274.399,23			

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	1.276.074,88
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	13.218,35
25- (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL = L19(x)	
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4	
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))	
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27)	1.262.856,53

Município de Ibiraçu - ES **STN/SICONFI**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

1º BIMESTRE DE 2024 - JANEIRO A FEVEREIRO DE 2024

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL2 e 5	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	1.816.818,44	1.262.856,53	17,38

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE8	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	**1.672.122,15**	**261.119,24**	**1.519.604,32**		**152.517,83**
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	917.464,53	174.091,96	764.946,70		152.517,83
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	754.657,62	87.027,28	754.657,62		
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)					

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**2.151.000,00**	**542.162,39**
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	**711.000,00**	**142.435,24**
31.1.1 - Salário-Educação	420.000,00	120.431,24
31.1.2 - PDDE	17.000,00	0,28
31.1.3 - PNAE	216.000,00	21.428,59
31.1.4 - PNATE	56.000,00	39,56
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	2.000,00	535,57
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO		
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO		
31.5- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.440.000,00	399.727,15

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO - (Por Subfunção)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**5.032.282,45**	**223.099,44**			**223.099,44**
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	2.100,00				
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	4.111.308,12	25.373,95			25.373,95
32.3- ENSINO MÉDIO					
32.4- ENSINO SUPERIOR					
32.5- ENSINO PROFISSIONAL	400,00				
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS					
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL					
32.8- OUTRAS	918.474,33	197.725,49			197.725,49

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	**19.661.200,00**	**5.126.822,45**	**2.009.549,20**	**1.578.265,62**	**3.117.273,25**
33.1- Despesas Correntes	**17.390.430,60**	**3.065.222,45**	**2.009.549,20**	**1.578.265,62**	**1.055.673,25**
33.1.1- Pessoal Ativo	11.175.900,00	1.575.140,32	1.553.925,12	1.453.905,86	21.215,20
33.1.2- Pessoal Inativo					
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	100,00				
33.1.4- Outras Despesas Correntes	6.214.430,60	1.490.082,13	455.624,08	124.359,76	1.034.458,05
33.2- Despesas de Capital	**2.270.769,40**	**2.061.600,00**			**2.061.600,00**
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos					
33.2.2- Outras Despesas de Capital	2.270.769,40	2.061.600,00			

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	391.532,75	
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	1.657.594,01	120.431,24
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	2.070.318,13	43.084,70
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	(21.191,37)	77.346,54
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)		
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)		
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	(21.191,37)	77.346,54

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Financas - Semfi, Emissão: 29/01/2025 , às 14:11:20

Município de Ibiraçu - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
1º BIMESTRE DE 2024 - JANEIRO A FEVEREIRO DE 2024
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

DIEGO KRENTZ
PREFEITO

LUANNA MATTIUZZI BEDONI
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

SAMIRA MAZIOLI DA COSTA
CONTADORA

Município de Ibiraçu - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO– ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35) 1,00

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b /a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	**7.342.000,00**	**7.342.000,00**	**7.565.849,33**	**103,05**
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	400.000,00	400.000,00	442.642,82	110,66
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ITBI	304.000,00	304.000,00	437.992,07	144,08
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	4.722.000,00	4.722.000,00	5.005.225,58	106,00
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	1.916.000,00	1.916.000,00	1.679.988,86	87,68
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	**38.800.000,00**	**38.800.000,00**	**35.045.940,52**	**90,32**
Cota-Parte FPM	22.800.000,00	22.800.000,00	21.256.644,70	93,23
Cota-Parte ITR	30.000,00	30.000,00	23.692,76	78,98
Cota-Parte IPVA	2.250.000,00	2.250.000,00	1.839.645,23	81,76
Cota-Parte ICMS	13.500.000,00	13.500.000,00	11.772.830,91	87,21
Cota-Parte IPI - Exportação	130.000,00	130.000,00	146.699,15	112,85
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	90.000,00	90.000,00	6.427,77	7,14
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	**46.142.000,00**	**46.142.000,00**	**42.611.789,85**	**92,35**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (g)
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x100	Até o <Din> (e)	% (e/c) x100	Até o Bimestre (i)	% (f/c) x100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	**2.260.800,00**	**1.808.877,57**	**1.787.935,93**	**98,84**	**1.755.049,53**	**97,02**	**1.527.219,17**	**84,43**	**32.886,40**
Despesas Correntes	2.198.400,00	1.808.812,36	1.787.935,93	98,85	1.755.049,53	97,03	1.527.219,17	84,43	32.886,40
Despesas de Capital	62.400,00	65,21							
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	**1.707.300,00**	**1.923.423,00**	**1.823.405,42**	**94,80**	**1.823.405,42**	**94,80**	**1.823.405,42**	**94,80**	
Despesas Correntes	1.707.000,00	1.923.423,00	1.823.405,42	94,80	1.823.405,42	94,80	1.823.405,42	94,80	
Despesas de Capital	300,00								
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)									
Despesas Correntes									
Despesas de Capital									
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	**271.600,00**	**104.549,69**	**96.875,40**	**92,66**	**96.875,40**	**92,66**	**82.307,14**	**78,73**	
Despesas Correntes	271.500,00	104.549,69	96.875,40	92,66	96.875,40	92,66	82.307,14	78,73	
Despesas de Capital	100,00								
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)									
Despesas Correntes									
Despesas de Capital									
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)									
Despesas Correntes									
Despesas de Capital									
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	**7.440.500,00**	**4.404.964,96**	**4.118.994,51**	**93,51**	**3.998.873,91**	**90,78**	**3.868.062,70**	**87,81**	**120.120,60**
Despesas Correntes	7.409.900,00	4.395.108,34	4.109.644,41	93,50	3.989.523,81	90,77	3.868.062,70	88,01	120.120,60
Despesas de Capital	30.600,00	9.856,62	9.350,10	94,86	9.350,10	94,86			
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**11.680.200,00**	**8.241.815,22**	**7.827.211,26**	**94,97**	**7.674.204,26**	**93,11**	**7.300.994,43**	**88,58**	**153.007,00**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	**7.827.211,26**	**7.674.204,26**	**7.300.994,43**
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)			
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)			
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)			
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	**7.827.211,26**	**7.674.204,26**	**7.300.994,43**
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			6.391.768,48
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)			
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)[1]	1.435.442,78	1.282.435,78	909.225,95
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)			
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	18,37	18,01	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012LIMITE	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)[1] (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2024 (saldo final = XIXd)					
Diferença de limite não cumprido em 2023 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)					

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no (n)	Valor aplicado além do limite (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2024										
Empenhos de 2023										
Empenhos de 2022										
Empenhos de 2021										
Empenhos de 2020 e anteriores										

Município de Ibiraçu - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO– ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35) 1,00

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "v")	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)	

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012RESTOS	**RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS**				
	Saldo Inicial (w)	**Despesas Custeadas no Exercício de Referência**			**Saldo Final (não aplicado)¹ (aa) = (w - (x ou y))**
		Empenhadas (x)	**Liquidadas (y)**	**Pagas (z)**	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2024 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial = XXIII)					
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2023 a serem compensados (XXV) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)					

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			Até o Bimestre (b)	**% (b /a) x 100**
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	**4.528.600,00**	**5.614.396,14**	**6.400.154,69**	**114,00**
Provenientes da União	4.238.600,00	5.161.335,42	6.013.913,04	116,52
Provenientes dos Estados	290.000,00	453.060,72	386.241,65	85,25
Provenientes de Outros Municípios				
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)				
OUTRAS RECEITAS (XXX)		**9.600,00**	**43.200,00**	**450,00**
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	**4.528.600,00**	**5.623.996,14**	**6.443.354,69**	**114,57**

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**		**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (g)**
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c) x100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c) x100**	**Até o Bimestre (i)**	**% (f/c) x100**	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	**4.009.000,00**	**4.450.472,15**	**4.238.587,42**	**95,24**	**4.212.437,42**	**94,65**	**4.188.211,89**	**94,11**	**26.150,00**
Despesas Correntes	3.667.700,00	4.016.791,30	3.806.368,05	94,76	3.780.218,05	94,11	3.755.992,52	93,51	26.150,00
Despesas de Capital	341.300,00	433.680,85	432.219,37	99,66	432.219,37	99,66	432.219,37	99,66	
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	**144.400,00**	**96.000,00**	**95.919,50**	**99,92**	**95.919,50**	**99,92**	**95.919,50**	**99,92**	
Despesas Correntes	144.400,00	96.000,00	95.919,50	99,92	95.919,50	99,92	95.919,50	99,92	
Despesas de Capital									
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)									
Despesas Correntes									
Despesas de Capital									
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	**403.900,00**	**442.847,56**	**396.265,42**	**89,48**	**396.265,42**	**89,48**	**393.330,18**	**88,82**	
Despesas Correntes	403.700,00	442.847,56	396.265,42	89,48	396.265,42	89,48	393.330,18	88,82	
Despesas de Capital	200,00								
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)									
Despesas Correntes									
Despesas de Capital									
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)									
Despesas Correntes									
Despesas de Capital									
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	**591.900,00**	**5.036.693,15**	**5.032.917,69**	**99,93**	**5.014.417,61**	**99,56**	**4.968.466,05**	**98,65**	**18.500,08**
Despesas Correntes	591.600,00	5.025.047,07	5.021.471,61	99,93	5.002.971,53	99,56	4.957.019,97	98,65	18.500,08
Despesas de Capital	300,00	11.646,08	11.446,08	98,28	11.446,08	98,28	11.446,08	98,28	
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	**5.149.200,00**	**10.026.012,86**	**9.763.690,03**	**97,38**	**9.719.039,95**	**96,94**	**9.645.927,62**	**96,21**	**44.650,08**

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**		**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (g)**
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c) x100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c) x100**	**Até o Bimestre (i)**	**% (f/c) x100**	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	**6.269.800,00**	**6.259.349,72**	**6.026.523,35**	**34,26**	**5.967.486,95**	**34,31**	**5.715.431,06**	**33,73**	**59.036,40**
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	**1.851.700,00**	**2.019.423,00**	**1.919.324,92**	**10,91**	**1.919.324,92**	**11,03**	**1.919.324,92**	**11,33**	
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)									
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	**675.500,00**	**547.397,25**	**493.140,82**	**2,80**	**493.140,82**	**2,84**	**475.637,32**	**2,81**	
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)									
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (IX + XXXVII)									
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	**8.032.400,00**	**9.441.658,11**	**9.151.912,20**	**52,03**	**9.013.291,52**	**51,82**	**8.836.528,75**	**52,14**	**138.620,68**
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	**16.829.400,00**	**18.267.828,08**	**17.590.901,29**	**100,00**	**17.393.244,21**	**100,00**	**16.946.922,05**	**100,00**	**197.657,08**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Financas - Semfi, Emissão: 29/01/2025 , às 10:42:08

Município de Ibiraçu - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO– ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35) 1,00

DIEGO KRENTZ
PREFEITO

LUANNA MATTIUZZI BEDONI
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

SAMIRA MAZIOLI DA COSTA
CONTADORA

STN/SICONFI

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

R$ 1,00

RREO - Anexo 10 (LRF, Art. 53, § 1°, inciso II)

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO(PLANO PREVIDENCIÁRIO)				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Financas - Semfi, Emissão: 29/01/2025 , às 13:38:17

Município de Ibiraçu - ES **STN/SICONFI**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCÍCIO DE 2024 - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2024

RREO – ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III) **Em Reais**

RECEITAS	Pervisão Atualizada (a)	Receitas Realizadas (b)	Saldo (c) = (a - b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	400.500,00		400.500,00
Receita de Alienação de Bens Móveis	400.500,00		400.500,00
Receita de Alienação de Bens Imóveis			
Receitas de Alienação de Bens Intangíveis			
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras			

DESPESAS	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas (e)	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas (f)	Despesas Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Pagamento de Restos a Pagar (g)	Saldo (h) = (d - e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	500,00						500,00
DESPESAS DE CAPITAL	500,00						500,00
Investimentos	500,00						500,00
Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida							
DESPESAS CORRENTES DO REGIME DE PREVIDÊNCIA							
Regime Próprio dos Servidores Públicos							

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2023 (i)	2024 (j) = (Ib - (IIf + IIg))	Saldo Atual (k)= (IIIi + IIIj)
VALOR (III)	59.621,11		59.621,11

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Financas - Semfi, Emissão: 29/01/2025 , às 13:39:58

DIEGO KRENTZ
PREFEITO

LUANNA MATTIUZZI BEDONI
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

SAMIRA MAZIOLI DA COSTA
CONTADORA

Município de Ibiraçu - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2024 - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) Em Reais

RECEITAS	PREVISAO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)			
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d – e)
DESPESAS DE CAPITAL	11.825.034,60	9.150.104,08	2.674.930,52
Investimentos	10.789.833,59	8.139.900,67	2.649.932,92
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida	1.035.201,01	1.010.203,41	24.997,60
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte			
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte Por Instituições Financeiras			
DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	11.825.034,60	9.150.104,08	2.674.930,52
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II - I)	11.825.034,60	9.150.104,08	2.674.930,52

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Financas - Semfi, Emissão: 29/01/2025 , às 13:35:56

DIEGO KRENTZ
PREFEITO

LUANNA MATTIUZZI BEDONI
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

SAMIRA MAZIOLI DA COSTA
CONTADORA

Município de Ibiraçu - ES - PODER EXECUTIVO STN/SICONFI

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	JAN/2024	FEV/2024	MAR/2024	ABR/2024	MAI/2024	JUN/2024	JUL/2024	AGO/2024	SET/2024	OUT/2024	NOV/2024	DEZ/2024	Total (Últimos 12 meses) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**2.430.604,63**	**2.388.192,40**	**3.018.806,87**	**3.281.626,63**	**3.249.289,19**	**3.170.924,37**	**3.259.007,25**	**3.114.334,37**	**2.732.029,23**	**2.687.904,04**	**3.269.958,23**	**4.294.632,18**	**36.897.309,39**	**20.282,39**
Pessoal Ativo	2.430.604,63	2.388.192,40	2.516.886,38	2.683.922,30	2.663.456,70	2.584.659,41	2.673.515,95	2.509.417,22	2.580.642,63	2.548.317,69	2.685.049,70	3.685.614,54	31.950.279,55	20.282,39
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis.	2.153.520,01	2.147.917,45	2.165.965,63	2.251.747,92	2.451.293,03	2.294.116,20	2.350.070,58	2.200.458,45	2.241.054,64	2.259.605,60	2.342.507,27	3.329.600,57	28.187.857,35	
Obrigações Patronais	277.084,62	240.274,95	350.920,75	432.174,38	212.163,67	290.543,21	323.445,37	308.958,77	339.587,99	288.712,09	342.542,43	356.013,97	3.762.422,20	20.282,39
Pessoal Inativo e Pensionistas			501.920,49	597.704,33	585.832,49	586.264,96	585.491,30	604.917,15	151.386,60	139.586,35	584.908,53	609.017,64	4.947.029,84	
Aposentadorias, Reserva e Reformas			460.862,65	504.769,89	493.073,39	496.411,59	493.956,11	521.521,74	69.861,92	48.245,27	488.778,45	522.834,87	4.100.315,88	
Pensões			41.057,84	92.934,44	92.759,10	89.853,37	91.535,19	83.395,41	81.524,68	91.341,08	96.130,08	86.182,77	846.713,96	
Outras desp. pessoal decorr. contr. terceir. ou Contrat. de forma indiret														
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	**133.876,47**	**454.365,85**	**979.425,23**	**1.019.221,15**	**1.104.645,15**	**1.028.120,90**	**1.049.704,31**	**1.030.411,13**	**572.583,76**	**556.400,56**	**991.807,54**	**1.296.413,06**	**10.216.975,11**	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária														
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração			2.200,00		2.200,00	540,00	540,00						5.480,00	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração					1.780,20								1.780,20	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados			501.920,49	597.704,33	584.928,43	586.264,96	585.491,30	594.570,57	134.715,75	131.844,12	574.042,39	600.959,70	4.892.442,04	
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recur	98.888,94	89.641,17	90.214,74	90.518,90	90.060,14	87.373,24	89.627,48	89.493,69	90.443,48	89.360,76	91.148,98	177.051,85	1.173.823,37	
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de E	34.987,53	364.724,68	385.090,00	330.997,92	425.676,38	353.942,70	374.045,53	346.346,87	347.424,53	335.195,68	326.616,17	518.401,51	4.143.449,50	
Outras Deduções Constitucionais ou Legais														
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**2.296.728,16**	**1.933.826,55**	**2.039.381,64**	**2.262.405,48**	**2.144.644,04**	**2.142.803,47**	**2.209.302,94**	**2.083.923,24**	**2.159.445,47**	**2.131.503,48**	**2.278.150,69**	**2.998.219,12**	**26.680.334,28**	**20.282,39**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**80.983.740,15**	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art 166-A, § 1º da CF)	1.000.000,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF)		
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)	79.072,00	
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais		
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CALCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	**79.904.668,15**	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III a + III b)	**26.700.616,67**	**33,42**
LIMITE MÁXIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	**43.148.520,80**	**54,00**
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	**40.991.094,76**	**51,30**
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	**38.833.668,72**	**48,60**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finances - Semfi, Emissão: 29/01/2025 , as 13:47:09

DIEGO KRENTZ	LUANNA MATTIUZZI BEDONI	HELEN CRISTINA GRIPPA
PREFEITO	SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	CONTROLADORA GERAL

IMPRESSÃO: Bruno Roberto Monteiro Moreno

Protocolo 1481798

Município de Ibiraçu - ES
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

STN/SICONFI

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") — R$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2024	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	**6.523.772,88**	**6.592.512,66**	**4.787.572,83**
Dívida Mobiliária			
Dívida Contratual	6.523.772,88	6.592.512,66	4.787.572,83
Empréstimos			
Internos			
Externos			
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios			
Financiamentos	262.643,99	596.886,76	
Internos	262.643,99	596.886,76	
Externos			
Parcelamento e Renegociação de dívidas	6.261.128,89	5.995.625,90	4.787.572,83
De Tributos	72.122,92	46.922,92	46.922,92
De Contribuições Previdenciárias	6.189.005,97	5.948.702,98	4.740.649,91
De Demais Contribuições Sociais			
Do FGTS			
Com Instituição Não Financeira			
Demais Dívidas Contratuais			
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos			
Outras Dívidas			
DEDUÇÕES (II)	**13.862.190,68**	**12.467.790,29**	**12.176.511,60**
Disponibilidade de Caixa	13.855.972,95	12.461.572,56	12.170.293,87
Disponibilidade de Caixa Bruta	19.068.110,54	14.254.938,00	16.031.377,02
(-) Restos a Pagar Processados	3.989.462,92	156.058,30	2.897.263,93
(-) Depósitos Restituíves e Valores Vinculados	1.222.674,67	1.637.307,14	963.819,22
Demais Haveres Financeiros	6.217,73	6.217,73	6.217,73
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	**(7.338.417,80)**	**(5.875.277,63)**	**(7.388.938,77)**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**68.418.392,37**	**75.486.919,91**	**80.983.740,15**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)			**1.000.000,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	**68.418.392,37**	**75.486.919,91**	**79.983.740,15**
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	**9,54**	**8,73**	**5,99**
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	**(10,73)**	**(7,78)**	**(9,24)**
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120,00%	**82.102.070,84**	**90.584.303,89**	**95.980.488,18**
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	**73.891.863,76**	**81.525.873,50**	**86.382.439,36**

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2024	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000			
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)			
PASSIVO ATUARIAL	42.504.013,47	42.504.013,47	118.685.823,37
RP NÃO-PROCESSADOS	5.079.679,89	3.279.993,79	3.623.682,55
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO			
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP			
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS			

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Financas - Semfi, Emissão: 29/01/2025 , as 13:52:14

Município de Ibiraçu - ES
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024
RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

STN/SICONFI
R$ 1,00

DIEGO KRENTZ
PREFEITO

LUANNA MATTIUZZI BEDONI
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

HELEN CRISTINA GRIPPA
CONTROLADORA GERAL

Município de Ibiraçu - ES
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024
RGF - ANEXO 3 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40 § 1º) **STN/SICONFI**
R$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2024	
		Até o 1º semestre	Até o 2º semestre
AOS ESTADOS (I)			
Em Operações de Crédito Externas			
Em Operações de Crédito Internas			
AOS MUNICÍPIOS (II)			
Em Operações de Crédito Externas			
Em Operações de Crédito Internas			
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)			
Em Operações de Crédito Externas			
Em Operações de Crédito Internas			
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)			
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	68.418.392,37	75.486.919,91	80.983.740,15
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)			1.000.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	68.418.392,37	75.486.919,91	79.983.740,15
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)			
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22,00 %	15.052.046,32	16.607.122,38	17.596.422,83
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 90,00 %	13.546.841,69	14.946.410,14	15.836.780,55

CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2024	
		Até o 1º semestre	Até o 2º semestre
DOS ESTADOS (IX)			
Em Garantia às operações de Crédito Externas			
Em Garantia às operações de Crédito Internas			
DOS MUNICÍPIOS (X)			
Em Garantia às operações de Crédito Externas			
Em Garantia às operações de Crédito Internas			
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)			
Em Garantia às operações de Crédito Externas			
Em Garantia às operações de Crédito Internas			
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)			
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)			
MEDIDAS CORRETIVAS			

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Financas - Semfi, Emissão: 29/01/2025 , as 13:48:55

DIEGO KRENTZ
PREFEITO

LUANNA MATTIUZZI BEDONI
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

HELEN CRISTINA GRIPPA
CONTROLADORA GERAL

Município de Ibiraçu - ES
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024
RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

STN/SICONFI

R$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de Referência	Até o Semeste de Referência (a)
Mobiliária		
Interna		
Externa		
Contratual		
Interna		
Empréstimos		
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro		
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços		
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)		
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (I)		
Externa		
Empréstimos		
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro		
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços		
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)		
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação[1] (II)		
TOTAL (III)		

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	80.983.740,15	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 1º, art. 166-A da CF) (V)	1.000.000,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	79.983.740,15	
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)		
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)		
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	12.797.398,42	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	11.517.658,58	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	5.598.861,81	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Parcelamentos de Dívidas		
Tributos		
Contribuições Previdenciárias		
FGTS		
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas		

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Financas - Semfi, Emissão: 29/01/2025 , as 13:51:05

DIEGO KRENTZ
PREFEITO

LUANNA MATTIUZZI BEDONI
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

HELEN CRISTINA GRIPPA
CONTROLADORA GERAL

Protocolo 1481812

Município de Ibiraçu - ES - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

STN/SICONFI

LRF, art. 48 - Anexo 6 — R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O SEMESTRE
Receita Corrente Líquida	80.983.740,15
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	79.983.740,15
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	79.904.668,15

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	26.700.616,67	33,42
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 54,00 %	43.148.520,80	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 51,30 %	40.991.094,76	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 48,60 %	38.833.668,72	48,60

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	(7.388.938,77)	5,99
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	95.980.488,18	120,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	17.596.422,83	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	12.797.398,42	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	5.598.861,81	7,00

RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS NO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	2.930.021,18	12.810.270,06

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Financas - Semfi, Emissão: 29/01/2025 , as 13:55:49

DIEGO KRENTZ
PREFEITO

LUANNA MATTIUZZI BEDONI
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

HELEN CRISTINA GRIPPA
CONTROLADORA GERAL

MUNICÍPIO DE IBIRAÇU
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAÇU
ESPIRITO SANTO
14.635.944/0001-40
DECRETO Nº 0006672/2024
Data 02/12/2024

.

O Prefeito Municipal de IBIRAÇU, no Estado do ESPIRITO SANTO, usando de atributos legais que lhe são conferidas através da Lei Nº 0004278/2023.

Fica suplementado no orçamento da despesa prevista para o exercício de 2024 a importância de R$ 500.996,28 (quinhentos mil novecentos e noventa e seis reais e vinte e oito centavos), nas seguintes dotações:

SUPLEMENTAÇÕES

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
0000004	110001.1012200252.071 31901100000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	160000009999-AAAA	13.465,41
0000004	110001.1012200252.071 31901100000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	160500000000-AAAA	105.731,84
0000009	110001.1012200252.071 31909400000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	160500000000-AAAA	1.349,85
0000025	110001.1012200252.071 33909300000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	160500000000-AAAA	207.558,75
0000057	110002.1030100252.078 31901100000	MANUTENÇAO E AMPLIAÇAO DAS ATIVIDADES DA ESTRATEGIA DA SAUDE DA FAMI VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	160500000000-AAAA	26.931,77
0000071	110002.1030100252.079 31901100000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA DE AGENTES COMUNITARIOS DE S/ VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	160000009999-AAAA	78.537,75
0000104	110002.1030100252.082 31901100000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES BASICAS DE SAUDE VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	160500000000-AAAA	2.774,13
0000156	110004.1030400252.087 31901100000	MANUTENÇAO E IMPLEMENTEÇAO DAS ACOES DE VIGILANCIA AMBIENTAL VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	160000009999-AAAA	22.282,32
0000017	110001.1012200252.071 33903600000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	150000150000-1002	8.752,22
0000033	110001.1012200252.073 33903000000	MANUTENÇAO DA FROTA DA SAUDE MATERIAL DE CONSUMO	150000150000-1002	10.919,88
0000033	110001.1012200252.073 33903000000	MANUTENÇAO DA FROTA DA SAUDE MATERIAL DE CONSUMO	172000000000-AAAA	4.500,00
0000055	110001.1030100252.077 33903000000	AQUISIÇAO DE MEDICAMENTOS PARA O PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL MATERIAL DE CONSUMO	150000150000-1002	4.000,00
0000104	110002.1030100252.082 31901100000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES BASICAS DE SAUDE VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	160500000000-AAAA	2.192,36
0000197	110005.1030100252.090 33903200000	MANUTENÇAO DAS AÇOES DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	150000150000-1002	12.000,00
TOTAL:				**500.996,28**

Para a cobertura das suplementações relacionadas no artigo anteiror, serão utilizados os seguintes recursos:
Excesso de Arrecadação: R$ 458.631,82 (quatrocentos e cinqüenta e oito mil seiscentos e trinta e um reais e oitenta e dois centavos)
Suplementação: R$ 42.364,46 (quarenta e dois mil trezentos e sessenta e quatro reais e quarenta e seis centavos)

ANULAÇÕES

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
0000018	110001.1012200252.071 33903900000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000150000-1002	2.000,00
0000051	110001.1030100252.076 33903000000	MANUTENÇAO DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL MATERIAL DE CONSUMO	150000150000-1002	500,00
0000064	110002.1030100252.078 33903000000	MANUTENÇAO E AMPLIAÇAO DAS ATIVIDADES DA ESTRATEGIA DA SAUDE DA FAMIL MATERIAL DE CONSUMO	150000150000-1002	500,00
0000069	110002.1030100252.078 44905200000	MANUTENÇAO E AMPLIAÇAO DAS ATIVIDADES DA ESTRATEGIA DA SAUDE DA FAMIL EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	150000009999-AAAA	100,00
0000072	110002.1030100252.079 31901300000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA DE AGENTES COMUNITARIOS DE SAU OBRIGAÇÕES PATRONAIS	160000009999-AAAA	2.192,36
0000100	110002.1030100252.081 33903600000	MANUTENÇAO DA ATIVIDADES DO NÚCLEO PSICOSSOCIAL DE IBIRAÇU OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	150000150000-1002	1.500,00
0000118	110002.1030100252.104 33504300000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DE APOIO AO PORTADOR DE DEFICIENCIA SUBVENÇÕES SOCIAIS	150000150000-1002	15.672,10

MUNICÍPIO DE IBIRAÇU
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAÇU
ESPIRITO SANTO
14.635.944/0001-40
DECRETO Nº 0006672/2024
Data 02/12/2024

0000147	110003.1030200252.085 33903000000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DO CENTRO DE REABILITAÇAO FISICA MATERIAL DE CONSUMO	160000009999-AAAA	900,00
0000153	110003.1030200252.086 33933900000	MANUTENÇAO DAS AÇOES DOS CONSORCIOS DE SAUDE OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA – CONSÓRCIO PÚBLICO DO QUA	150000150000-1002	19.000,00
TOTAL:				**42.364,46**

(quarenta e dois mil trezentos e sessenta e quatro reais e quarenta e seis centavos) 500.996,28 ES Este Crédito Adicional entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

IBIRAÇU, 02 dezembro de 2024 2024

DIEGO KRENTZ
PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE IBIRAÇU
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAÇU
ESPIRITO SANTO
14.635.944/0001-40
DECRETO Nº 0006673/2024
Data 02/12/2024

SUPLEMENTAÇÕES

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
0000004	110001.1012200252.071 31901100000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150000150000-1002	13.465,41
0000058	110002.1030100252.078 31901300000	MANUTENÇAO E AMPLIAÇAO DAS ATIVIDADES DA ESTRATEGIA DA SAUDE DA FAMI OBRIGAÇÕES PATRONAIS	160000000003-AAAA	6.120,78
0000061	110002.1030100252.078 31911300000	MANUTENÇAO E AMPLIAÇAO DAS ATIVIDADES DA ESTRATEGIA DA SAUDE DA FAMI OBRIGAÇÕES PATRONAIS - OP. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	160000000003-AAAA	1.463,79
0000071	110002.1030100252.079 31901100000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA DE AGENTES COMUNITARIOS DE S/ VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	160400000000-AAAA	78.537,75
0000072	110002.1030100252.079 31901300000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA DE AGENTES COMUNITARIOS DE S/ OBRIGAÇÕES PATRONAIS	160000000002-AAAA	14.508,41
0000085	110002.1030100252.080 31901100000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA SAUDE BUCAL - SB VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	160000009999-AAAA	1.159,86
0000086	110002.1030100252.080 31901300000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA SAUDE BUCAL - SB OBRIGAÇÕES PATRONAIS	160000000004-AAAA	2.301,13
0000156	110004.1030400252.087 31901100000	MANUTENÇAO E IMPLEMENTEÇAO DAS ACOES DE VIGILANCIA AMBIENTAL VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	160000000005-AAAA	22.282,32
0000157	110004.1030400252.087 31901300000	MANUTENÇAO E IMPLEMENTEÇAO DAS ACOES DE VIGILANCIA AMBIENTAL OBRIGAÇÕES PATRONAIS	160000000005-AAAA	4.103,04
0000174	110004.1030400252.088 31911300000	MANUTENÇAO E IMPLEMENTAÇAO DA AÇOES DE VIGILANCIA SANITARIA OBRIGAÇÕES PATRONAIS - OP. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	160000000005-AAAA	837,60
TOTAL:				**144.780,09**

Suplementação/Anulação Dotação: R$ 144.780,09 (cento e quarenta e quatro mil setecentos e oitenta reais e nove centavos)

ANULAÇÕES

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
0000004	110001.1012200252.071 31901100000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	160000009999-AAAA	13.465,41
0000058	110002.1030100252.078 31901300000	MANUTENÇAO E AMPLIAÇAO DAS ATIVIDADES DA ESTRATEGIA DA SAUDE DA FAMIL OBRIGAÇÕES PATRONAIS	160000009999-AAAA	6.120,78
0000061	110002.1030100252.078 31911300000	MANUTENÇAO E AMPLIAÇAO DAS ATIVIDADES DA ESTRATEGIA DA SAUDE DA FAMIL OBRIGAÇÕES PATRONAIS - OP. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	160000009999-AAAA	1.463,79
0000071	110002.1030100252.079 31901100000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA DE AGENTES COMUNITARIOS DE SAU VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	160000009999-AAAA	78.537,75
0000072	110002.1030100252.079 31901300000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA DE AGENTES COMUNITARIOS DE SAU OBRIGAÇÕES PATRONAIS	160000009999-AAAA	14.508,41
0000085	110002.1030100252.080 31901100000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA SAUDE BUCAL - SB VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	160000000004-AAAA	1.159,86
0000086	110002.1030100252.080 31901300000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA SAUDE BUCAL - SB OBRIGAÇÕES PATRONAIS	160000009999-AAAA	2.301,13
0000156	110004.1030400252.087 31901100000	MANUTENÇAO E IMPLEMENTEÇAO DAS ACOES DE VIGILANCIA AMBIENTAL VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	160000009999-AAAA	22.282,32
0000157	110004.1030400252.087 31901300000	MANUTENÇAO E IMPLEMENTEÇAO DAS ACOES DE VIGILANCIA AMBIENTAL OBRIGAÇÕES PATRONAIS	160000009999-AAAA	4.103,04
0000174	110004.1030400252.088 31911300000	MANUTENÇAO E IMPLEMENTAÇAO DA AÇOES DE VIGILANCIA SANITARIA OBRIGAÇÕES PATRONAIS - OP. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	160000009999-AAAA	837,60
TOTAL:				**144.780,09**

MUNICÍPIO DE IBIRAÇU
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAÇU
ESPIRITO SANTO
14.635.944/0001-40
DECRETO Nº 0006673/2024
Data 02/12/2024

DIEGO KRENTZ
PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE IBIRAÇU
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAÇU
ESPIRITO SANTO
14.635.944/0001-40
DECRETO Nº 0006680/2024
Data 18/12/2024

.

O Prefeito Municipal de IBIRAÇU, no Estado do ESPIRITO SANTO, usando de atributos legais que lhe são conferidas através da Lei Nº 0004278/2023.

Fica suplementado no orçamento da despesa prevista para o exercício de 2024 a importância de R$ 595.753,63 (quinhentos e noventa e cinco mil setecentos e cinqüenta e três reais e sessenta e três centavos), nas seguintes dotações:

SUPLEMENTAÇÕES

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
0000009	110001.1012200252.071 31909400000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	160500000000-AAAA	3.152,92
0000004	110001.1012200252.071 31901100000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150000150000-1002	29.027,88
0000004	110001.1012200252.071 31901100000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	160500000000-AAAA	309.945,62
0000019	110001.1012200252.071 33904000000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	150000150000-1002	2.900,00
0000022	110001.1012200252.071 33904900000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE AUXILIO-TRANSPORTE	150000150000-1002	6.128,99
0000033	110001.1012200252.073 33903000000	MANUTENÇAO DA FROTA DA SAUDE MATERIAL DE CONSUMO	172000000000-AAAA	7.000,00
0000057	110002.1030100252.078 31901100000	MANUTENÇAO E AMPLIAÇAO DAS ATIVIDADES DA ESTRATEGIA DA SAUDE DA FAMI VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	160500000000-AAAA	64.775,09
0000068	110002.1030100252.078 33904900000	MANUTENÇAO E AMPLIAÇAO DAS ATIVIDADES DA ESTRATEGIA DA SAUDE DA FAMI AUXILIO-TRANSPORTE	160000000003-AAAA	1.583,70
0000071	110002.1030100252.079 31901100000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA DE AGENTES COMUNITARIOS DE S/ VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	160400000000-AAAA	92.232,30
0000073	110002.1030100252.079 31901600000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA DE AGENTES COMUNITARIOS DE S/ OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	160400000000-AAAA	1.077,42
0000075	110002.1030100252.079 31911300000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA DE AGENTES COMUNITARIOS DE S/ OBRIGAÇÕES PATRONAIS - OP. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	160000000002-AAAA	2.631,03
0000085	110002.1030100252.080 31901100000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA SAUDE BUCAL - SB VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	160000000004-AAAA	12.321,08
0000085	110002.1030100252.080 31901100000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA SAUDE BUCAL - SB VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	160000009999-AAAA	3.812,79
0000087	110002.1030100252.080 31901600000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA SAUDE BUCAL - SB OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	160000009999-AAAA	1.266,69
0000104	110002.1030100252.082 31901100000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES BASICAS DE SAUDE VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	160000000001-AAAA	7.313,21
0000104	110002.1030100252.082 31901100000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES BASICAS DE SAUDE VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	160500000000-AAAA	21.866,70
0000108	110002.1030100252.082 31911300000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES BASICAS DE SAUDE OBRIGAÇÕES PATRONAIS - OP. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	160000000001-AAAA	7.320,26
0000116	110002.1030100252.082 33904900000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES BASICAS DE SAUDE AUXILIO-TRANSPORTE	160500000000-AAAA	261,06
0000156	110004.1030400252.087 31901100000	MANUTENÇAO E IMPLEMENTEÇAO DAS ACOES DE VIGILANCIA AMBIENTAL VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	160000000005-AAAA	18.638,40
0000158	110004.1030400252.087 31901600000	MANUTENÇAO E IMPLEMENTEÇAO DAS ACOES DE VIGILANCIA AMBIENTAL OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	160000000005-AAAA	621,25
0000170	110004.1030400252.088 31901100000	MANUTENÇAO E IMPLEMENTAÇAO DA AÇOES DE VIGILANCIA SANITARIA VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	160000009999-AAAA	1.877,24
TOTAL:				**595.753,63**

Para a cobertura das suplementações relacionadas no artigo anteiror, serão utilizados os seguintes recursos:
Excesso de Arrecadação: R$ 3.152,92 (três mil cento e cinqüenta e dois reais e noventa e dois centavos)
Suplementação: R$ 592.600,71 (quinhentos e noventa e dois mil seiscentos reais e setenta e um centavos)

ANULAÇÕES

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor

MUNICÍPIO DE IBIRAÇU
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIRAÇU
ESPIRITO SANTO
14.635.944/0001-40
DECRETO Nº 0006680/2024
Data 18/12/2024

0000005	110001.1012200252.071 31901300000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE OBRIGAÇÕES PATRONAIS	150000150000-1002	73.718,90
0000011	110001.1012200252.071 31911300000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE OBRIGAÇÕES PATRONAIS - OP. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	150000150000-1002	29.996,21
0000021	110001.1012200252.071 33904700000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	150000150000-1002	7.902,16
0000058	110002.1030100252.078 31901300000	MANUTENÇAO E AMPLIAÇAO DAS ATIVIDADES DA ESTRATEGIA DA SAUDE DA FAMIL OBRIGAÇÕES PATRONAIS	160000009999-AAAA	32.479,04
0000072	110002.1030100252.079 31901300000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA DE AGENTES COMUNITARIOS DE SAU OBRIGAÇÕES PATRONAIS	160000009999-AAAA	17.817,80
0000090	110002.1030100252.080 31911300000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA SAUDE BUCAL - SB OBRIGAÇÕES PATRONAIS - OP. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	160000009999-AAAA	15.000,00
0000104	110002.1030100252.082 31901100000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES BASICAS DE SAUDE VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	160000009999-AAAA	843,29
0000105	110002.1030100252.082 31901300000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES BASICAS DE SAUDE OBRIGAÇÕES PATRONAIS	160000000001-AAAA	843,29
0000118	110002.1030100252.104 33504300000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DE APOIO AO PORTADOR DE DEFICIENCIA SUBVENÇÕES SOCIAIS	150000150000-1002	12.850,00
0000153	110003.1030200252.086 33933900000	MANUTENÇAO DAS AÇOES DOS CONSORCIOS DE SAUDE OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA – CONSÓRCIO PÚBLICO DO QUA	150000150000-1002	223.830,00
0000170	110004.1030400252.088 31901100000	MANUTENÇAO E IMPLEMENTAÇAO DA AÇOES DE VIGILANCIA SANITARIA VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	160000000005-AAAA	20.000,00
0000172	110004.1030400252.088 31901600000	MANUTENÇAO E IMPLEMENTAÇAO DA AÇOES DE VIGILANCIA SANITARIA OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	160500000000-AAAA	5.726,49
0000174	110004.1030400252.088 31911300000	MANUTENÇAO E IMPLEMENTAÇAO DA AÇOES DE VIGILANCIA SANITARIA OBRIGAÇÕES PATRONAIS - OP. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	160000009999-AAAA	2.538,22
0000192	110004.1030400252.089 33903900000	MANUTENÇAO E IMPLEMENTAÇAO DAS AÇOES DE VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000150000-1002	20.000,00
0000197	110005.1030100252.090 33903200000	MANUTENÇAO DAS AÇOES DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	150000150000-1002	3.000,00
0000201	110006.1030100252.091 33933900000	MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MOVEL DE URGENCIA (SAMU) OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA – CONSÓRCIO PÚBLICO DO QUA	150000150000-1002	65.820,25
0000201	110006.1030100252.091 33933900000	MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MOVEL DE URGENCIA (SAMU) OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA – CONSÓRCIO PÚBLICO DO QUA	162100000000-AAAA	54.610,27
0000208	110007.1030100253.027 44905100000	CONTRUÇAO, REFORMA E AMPLIAÇAO DE UNIDADES DE SAUDE E PRONTO ATENDIME OBRAS E INSTALAÇÕES	160100000000-AAAA	400,00
0000214	110007.1030100253.029 44905200000	INVESTIMENTOS PARA MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	260100000000-AAAA	5.224,79
TOTAL:				**592.600,71**

(quinhentos e noventa e dois mil seiscentos reais e setenta e um centavos) 595.753,63 ES Este Crédito Adicional entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

IBIRAÇU, 18 dezembro de 2024 2024

DIEGO KRENTZ
PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE IBIRAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU
ESPÍRITO SANTO
27.165.208/0001-17
DECRETO Nº 0006674/2024
Data 02/12/2024

O Prefeito Municipal de IBIRAÇU, no Estado do Espírito Santo, usando de atributos legais que lhe são conferidas através da Lei Nº 0004278/2023.

Fica suplementado no orçamento da despesa prevista para o exercício de 2024 a importância de R$ 2.626.096,17 (dois milhões seiscentos e vinte e seis mil noventa e seis reais e dezessete centavos), nas seguintes dotações:

SUPLEMENTAÇÕES

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
0000005	010001.0412200022.007 31901100000	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DA SEMGOV VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150000009999-AAAA	18.124,95
0000028	010001.0412200023.039 33903000000	MANUTENCAO DA FROTA MATERIAL DE CONSUMO	172000000000-AAAA	424,00
0000052	010002.0618200052.009 31901100000	COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150000009999-AAAA	5.787,10
0000073	020001.0412400022.010 31901100000	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO CONTROLE INTERNO VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150000009999-AAAA	10.987,60
0000092	030001.0206100022.011 31901100000	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA PROCURADORIA GERAL VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150000009999-AAAA	41.424,70
0000094	030001.0206100022.011 31901600000	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA PROCURADORIA GERAL OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	150000009999-AAAA	1.065,79
0000116	040001.0412300022.013 31901600000	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA DE FINANCAS OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	150000009999-AAAA	661,51
0000137	040001.0412300022.015 32902100000	ADMINISTRACAO DA DIVIDA E DEMAIS OBRIGACOES JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	150000009999-AAAA	3.263,53
0000164	040001.0412900022.130 33909300000	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	150000009999-AAAA	27,99
0000185	050001.0412200022.018 33903900000	MANUT. DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DA SEMARH OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000009999-AAAA	6.000,00
0000776	050001.0412200022.018 33913900000	MANUT. DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DA SEMARH OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA - INTRA-ORÇAMENTÁRIO	150000009999-AAAA	13.500,00
0000209	070001.1545100022.029 31901100000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE OBRAS, SERV. E INFRA-ESTRUTURA VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150000009999-AAAA	224.777,24
0000211	070001.1545100022.029 31901600000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE OBRAS, SERV. E INFRA-ESTRUTURA OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	150000009999-AAAA	20.210,55
0000224	070001.1545100022.029 33904700000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE OBRAS, SERV. E INFRA-ESTRUTURA OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	150000009999-AAAA	262,55
0000259	070001.1545200082.032 33903000000	MANUTENCAO E REESTRUTURAÇAO DA FROTA MATERIAL DE CONSUMO	175000000000-AAAA	5.000,00
0000261	070001.1545200082.032 33903900000	MANUTENCAO E REESTRUTURAÇAO DA FROTA OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	170800000000-AAAA	63.912,74
0000777	080001.0412200022.037 33913900000	MANUTENCÇAO DAS ATIVIDADES DA SEDERMA OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA - INTRA-ORÇAMENTÁRIO	150000009999-AAAA	400,00
0000322	080001.2060600112.044 33903000000	MANUTENÇAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DA AGRICULTURA MATERIAL DE CONSUMO	150000009999-AAAA	5.000,00
0000322	080001.2060600112.044 33903000000	MANUTENÇAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DA AGRICULTURA MATERIAL DE CONSUMO	172000000000-AAAA	5.000,00
0000339	085001.1854200142.040 33717000000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DE GESTÃO E CONTROLE AMBIENTAL RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS	150000009999-AAAA	2.675,00
0000344	085001.1854200142.098 31901100000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA SEMMA VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150000009999-AAAA	34.651,74
0000393	090001.1212200302.049 31901100000	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCACAO VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150000250000-1001	484.497,36
0000394	090001.1212200302.049 31901300000	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCACAO OBRIGAÇÕES PATRONAIS	150000250000-1001	16.688,97

MUNICÍPIO DE IBIRAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU
ESPÍRITO SANTO
27.165.208/0001-17
DECRETO Nº 0006674/2024
Data 02/12/2024

0000395	090001.1212200302.049 31901600000	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCACAO OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	150000250000-1001	11.318,35
0000405	090001.1212200302.049 33903600000	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCACAO OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	150000250000-1001	55.502,61
0000427	090001.1236100302.054 31901100000	MANUTENCAO E REGENCIA DO ENSINO FUNDAMENTAL VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	157600000000-AAAA	22.902,82
0000428	090001.1236100302.054 31901300000	MANUTENCAO E REGENCIA DO ENSINO FUNDAMENTAL OBRIGAÇÕES PATRONAIS	157100000006-AAAA	3.412,52
0000440	090001.1236100302.054 33903900000	MANUTENCAO E REGENCIA DO ENSINO FUNDAMENTAL OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000250000-1001	10.221,64
0000463	090001.1236100302.057 44905200000	MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	150000250000-1001	677,00
0000480	090001.1236500302.060 31901100000	MANUTENCAO E REGENCIA DA EDUCACAO INFANTIL VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	154000300000-AAAA	262,88
0000480	090001.1236500302.060 31901100000	MANUTENCAO E REGENCIA DA EDUCACAO INFANTIL VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	154000700000-1070	192.885,32
0000780	090001.1236500302.060 33913900000	MANUTENCAO E REGENCIA DA EDUCACAO INFANTIL OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA - INTRA-ORÇAMENTÁRIO	150000250000-1001	4.000,00
0000546	100001.0412200022.064 31901100000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA, ESPORTE VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150000009999-AAAA	15.793,06
0000548	100001.0412200022.064 31901600000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA, ESPORTE OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	150000009999-AAAA	1.359,13
0000559	100001.0412200022.064 33903600000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA, ESPORTE OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	150000009999-AAAA	3.000,00
0000607	120001.0812200022.095 31901600000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE ASSIST. SOCIAL E DESENV. HUMANO - S OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	150000009999-AAAA	7.421,38
0000782	120001.0812200022.095 33913900000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE ASSIST. SOCIAL E DESENV. HUMANO - S OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA - INTRA-ORÇAMENTÁRIO	150000009999-AAAA	931,50
0000666	120002.0824400362.103 33504300000	APOIO FINANCEIRO A ENTIDADES ASSISTENCIAIS SUBVENÇÕES SOCIAIS	166000009999-AAAA	20.000,00
0000690	120002.0824400362.106 31901100000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DO CRAS VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	166100000001-AAAA	4.858,59
0000691	120002.0824400362.106 31901300000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DO CRAS OBRIGAÇÕES PATRONAIS	166100000001-AAAA	200,59
0000692	120002.0824400362.106 31901600000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DO CRAS OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	166100000001-AAAA	262,46
0000437	090001.1236100302.054 33903200000	MANUTENCAO E REGENCIA DO ENSINO FUNDAMENTAL MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	170600000001-3110	630.420,00
0000463	090001.1236100302.057 44905200000	MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	157000000001-AAAA	676.323,00
TOTAL:				**2.626.096,17**

Para a cobertura das suplementações relacionadas no artigo anteiror, serão utilizados os seguintes recursos:
Recursos de Convênios: R$ 1.306.743,00 (um milhão trezentos e seis mil setecentos e quarenta e três reais)
Suplementação: R$ 1.319.353,17 (um milhão trezentos e dezenove mil trezentos e cinqüenta e três reais e dezessete centavos)

ANULAÇÕES

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
0000006	010001.0412200022.007 31901300000	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DA SEMGOV OBRIGAÇÕES PATRONAIS	150000009999-AAAA	50.302,08
0000114	040001.0412300022.013 31901100000	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA DE FINANCAS VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150000009999-AAAA	2.085,51
0000115	040001.0412300022.013 31901300000	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA DE FINANCAS OBRIGAÇÕES PATRONAIS	150000009999-AAAA	30.000,00

MUNICÍPIO DE IBIRAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU
ESPÍRITO SANTO
27.165.208/0001-17
DECRETO Nº 0006674/2024
Data 02/12/2024

0000171	050001.0412200022.018 31901100000	MANUT. DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DA SEMARH VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150000009999-AAAA	31.610,66
0000210	070001.1545100022.029 31901300000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE OBRAS, SERV. E INFRA-ESTRUTURA OBRIGAÇÕES PATRONAIS	150000009999-AAAA	73.587,44
0000218	070001.1545100022.029 33903000000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE OBRAS, SERV. E INFRA-ESTRUTURA MATERIAL DE CONSUMO	172000000000-AAAA	29.700,00
0000221	070001.1545100022.029 33903900000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE OBRAS, SERV. E INFRA-ESTRUTURA OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000009999-AAAA	5.272,00
0000221	070001.1545100022.029 33903900000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE OBRAS, SERV. E INFRA-ESTRUTURA OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	172000000000-AAAA	5.200,00
0000251	070001.1545100063.010 33903000000	PAVIMENTACAO E DRENAGEM DE RUAS E AVENIDAS MATERIAL DE CONSUMO	172000000000-AAAA	54.611,11
0000265	070001.1545200082.033 33903900000	MANUTENÇAO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PUBLICA OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	172000000000-AAAA	10.000,00
0000292	080001.0412200022.037 31901100000	MANUTENCÇAO DAS ATIVIDADES DA SEDERMA VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150000009999-AAAA	72.966,64
0000300	080001.0412200022.037 33903600000	MANUTENCÇAO DAS ATIVIDADES DA SEDERMA OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	150000009999-AAAA	400,00
0000324	080001.2060600112.044 33903900000	MANUTENÇAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DA AGRICULTURA OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	170800000000-AAAA	50.706,28
0000427	090001.1236100302.054 31901100000	MANUTENCAO E REGENCIA DO ENSINO FUNDAMENTAL VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150000250000-1001	100.000,00
0000427	090001.1236100302.054 31901100000	MANUTENCAO E REGENCIA DO ENSINO FUNDAMENTAL VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	154000700000-1070	211.888,69
0000427	090001.1236100302.054 31901100000	MANUTENCAO E REGENCIA DO ENSINO FUNDAMENTAL VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	159900009999-AAAA	196.491,72
0000433	090001.1236100302.054 31911300000	MANUTENCAO E REGENCIA DO ENSINO FUNDAMENTAL OBRIGAÇÕES PATRONAIS - OP. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	154000700000-1070	142.547,35
0000456	090001.1236100302.056 33903000000	MANUTENCAO DA FROTA DA EDUCACAO MATERIAL DE CONSUMO	150000250000-1001	1.000,00
0000456	090001.1236100302.056 33903000000	MANUTENCAO DA FROTA DA EDUCACAO MATERIAL DE CONSUMO	155000000000-AAAA	17.000,00
0000456	090001.1236100302.056 33903000000	MANUTENCAO DA FROTA DA EDUCACAO MATERIAL DE CONSUMO	157100000004-AAAA	2.000,00
0000480	090001.1236500302.060 31901100000	MANUTENCAO E REGENCIA DA EDUCACAO INFANTIL VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150000250000-1001	120.338,58
0000605	120001.0812200022.095 31901100000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE ASSIST. SOCIAL E DESENV. HUMANO - SE VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150000009999-AAAA	6.728,28
0000606	120001.0812200022.095 31901300000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE ASSIST. SOCIAL E DESENV. HUMANO - SE OBRIGAÇÕES PATRONAIS	150000009999-AAAA	46.547,35
0000616	120001.0812200022.095 33903900000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE ASSIST. SOCIAL E DESENV. HUMANO - SE OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000009999-AAAA	10.987,60
0000624	120001.0812200022.096 33903900000	MANUTENÇAO DA FROTA DA SEMADH OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	172000000000-AAAA	10.221,64
0000674	120002.0824400362.105 31901100000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DO CENTRO DE REFERENCIA ESPECIAL DA ASSIST. SO VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	166100009999-AAAA	11.160,24
0000676	120002.0824400362.105 31901600000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DO CENTRO DE REFERENCIA ESPECIAL DA ASSIST. SO OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	150000009999-AAAA	7.000,00
0000678	120002.0824400362.105 31911300000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DO CENTRO DE REFERENCIA ESPECIAL DA ASSIST. SO OBRIGAÇÕES PATRONAIS - OP. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	150000009999-AAAA	4.000,00
0000678	120002.0824400362.105 31911300000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DO CENTRO DE REFERENCIA ESPECIAL DA ASSIST. SO OBRIGAÇÕES PATRONAIS - OP. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	166100009999-AAAA	5.000,00

MUNICÍPIO DE IBIRAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU
ESPÍRITO SANTO
27.165.208/0001-17
DECRETO Nº 0006674/2024
Data 02/12/2024

0000690	120002.0824400362.106 31901100000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DO CRAS VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	166100009999-AAAA	10.000,00
TOTAL:				**1.319.353,17**

Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

IBIRAÇU ES 02 dezembro de 2024

DIEGO KRENTZ
PREFEITO

MUNICÍPIO DE IBIRAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU
ESPÍRITO SANTO
27.165.208/0001-17
DECRETO Nº 0006675/2024
Data 02/12/2024

SUPLEMENTAÇÕES

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
0000427	090001.1236100302.054 31901100000	MANUTENCAO E REGENCIA DO ENSINO FUNDAMENTAL VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	157600000000-AAAA	4.580,57
0000480	090001.1236500302.060 31901100000	MANUTENCAO E REGENCIA DA EDUCACAO INFANTIL VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	154000300000-AAAA	1.577,28
0000480	090001.1236500302.060 31901100000	MANUTENCAO E REGENCIA DA EDUCACAO INFANTIL VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	154000700000-1070	100.000,00
0000482	090001.1236500302.060 31901600000	MANUTENCAO E REGENCIA DA EDUCACAO INFANTIL OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	154000700000-1070	20,72
0000487	090001.1236500302.060 31911300000	MANUTENCAO E REGENCIA DA EDUCACAO INFANTIL OBRIGAÇÕES PATRONAIS - OP. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	154000700000-1070	23.179,34
0000690	120002.0824400362.106 31901100000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DO CRAS VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	166100000001-AAAA	7.208,82
TOTAL:				**136.566,73**

Suplementação/Anulação Dotação: R$ 136.566,73 (cento e trinta e seis mil quinhentos e sessenta e seis reais e setenta e três centavos)

ANULAÇÕES

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
0000427	090001.1236100302.054 31901100000	MANUTENCAO E REGENCIA DO ENSINO FUNDAMENTAL VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	154000700000-1070	4.580,57
0000480	090001.1236500302.060 31901100000	MANUTENCAO E REGENCIA DA EDUCACAO INFANTIL VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150000250000-1001	101.577,28
0000482	090001.1236500302.060 31901600000	MANUTENCAO E REGENCIA DA EDUCACAO INFANTIL OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	154000300000-AAAA	20,72
0000487	090001.1236500302.060 31911300000	MANUTENCAO E REGENCIA DA EDUCACAO INFANTIL OBRIGAÇÕES PATRONAIS - OP. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	154000300000-AAAA	23.179,34
0000690	120002.0824400362.106 31901100000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DO CRAS VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	166100009999-AAAA	7.208,82
TOTAL:				**136.566,73**

DIEGO KRENTZ
PREFEITO

MUNICÍPIO DE IBIRAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU
ESPÍRITO SANTO
27.165.208/0001-17
DECRETO Nº 0006681/2024
Data 18/12/2024

O Prefeito Municipal de IBIRAÇU, no Estado do Espírito Santo, usando de atributos legais que lhe são conferidas através da Lei Nº 0004278/2023.

Fica suplementado no orçamento da despesa prevista para o exercício de 2024 a importância de R$ 371.959,34 (trezentos e setenta e um mil novecentos e cinqüenta e nove reais e trinta e quatro centavos), nas seguintes dotações:

SUPLEMENTAÇÕES

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
0000462	090001.1236100302.057 33903900000	MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	259900000001-AAAA	370.342,34
0000193	050001.0412200022.018 33909300000	MANUT. DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DA SEMARH INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	150000009999-AAAA	285,00
0000655	120002.0824400362.101 33903000000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA/IGD MATERIAL DE CONSUMO	166000009999-AAAA	1.152,00
0000716	120002.0824400362.107 33903000000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DO IGD/SUAS MATERIAL DE CONSUMO	166000009999-AAAA	180,00
TOTAL:				**371.959,34**

Para a cobertura das suplementações relacionadas no artigo anteiror, serão utilizados os seguintes recursos:
Superávit Financeiro: R$ 370.342,34 (trezentos e setenta mil trezentos e quarenta e dois reais e trinta e quatro centavos)
Suplementação: R$ 1.617,00 (um mil seiscentos e dezessete reais)

ANULAÇÕES

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
0000001	010001.0412200022.006 33903000000	MANUTENCAO DOS SERVICOS DA ASSESSORIA DE COMUNICACAO MATERIAL DE CONSUMO	150000009999-AAAA	100,00
0000002	010001.0412200022.006 33903600000	MANUTENCAO DOS SERVICOS DA ASSESSORIA DE COMUNICACAO OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	150000009999-AAAA	100,00
0000003	010001.0412200022.006 33903900000	MANUTENCAO DOS SERVICOS DA ASSESSORIA DE COMUNICACAO OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000009999-AAAA	100,00
0000004	010001.0412200022.007 31900400000	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DA SEMGOV CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	150000009999-AAAA	100,00
0000010	010001.0412200022.007 31909400000	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DA SEMGOV INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	150000009999-AAAA	500,00
0000013	010001.0412200022.007 33901400000	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DA SEMGOV DIARIAS - PESSOAL CIVIL	150000009999-AAAA	717,00
TOTAL:				**1.617,00**

Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

IBIRAÇU ES 18 dezembro de 2024

DIEGO KRENTZ
PREFEITO

MUNICÍPIO DE IBIRAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU
ESPÍRITO SANTO
27.165.208/0001-17
DECRETO Nº 0006686/2024
Data 19/12/2024

O Prefeito Municipal de IBIRAÇU, no Estado do Espírito Santo, usando de atributos legais que lhe são conferidas através da Lei Nº 0004278/2023.

Fica suplementado no orçamento da despesa prevista para o exercício de 2024 a importância de R$ 917.925,36 (novecentos e dezessete mil novecentos e vinte e cinco reais e trinta e seis centavos), nas seguintes dotações:

SUPLEMENTAÇÕES

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
0000425	090001.1230600302.053 33903000000	MANUTENCAO DA MERENDA ESCOLAR MATERIAL DE CONSUMO	155000000000-AAAA	146.364,54
0000005	010001.0412200022.007 31901100000	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DA SEMGOV VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150000009999-AAAA	58.079,03
0000020	010001.0412200022.007 33904900000	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DA SEMGOV AUXILIO-TRANSPORTE	150000009999-AAAA	651,17
0000088	020001.0412400022.010 33904900000	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO CONTROLE INTERNO AUXILIO-TRANSPORTE	150000009999-AAAA	312,78
0000092	030001.0206100022.011 31901100000	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA PROCURADORIA GERAL VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150000009999-AAAA	1.412,00
0000106	030001.0206100022.011 33904900000	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA PROCURADORIA GERAL AUXILIO-TRANSPORTE	150000009999-AAAA	1.621,53
0000114	040001.0412300022.013 31901100000	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA DE FINANCAS VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150000009999-AAAA	6.796,60
0000130	040001.0412300022.013 33904900000	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA DE FINANCAS AUXILIO-TRANSPORTE	150000009999-AAAA	162,46
0000190	050001.0412200022.018 33904900000	MANUT. DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DA SEMARH AUXILIO-TRANSPORTE	150000009999-AAAA	51,50
0000225	070001.1545100022.029 33904900000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE OBRAS, SERV. E INFRA-ESTRUTURA AUXILIO-TRANSPORTE	150000009999-AAAA	833,82
0000292	080001.0412200022.037 31901100000	MANUTENCÇAO DAS ATIVIDADES DA SEDERMA VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150000009999-AAAA	13.183,59
0000305	080001.0412200022.037 33904900000	MANUTENCÇAO DAS ATIVIDADES DA SEDERMA AUXILIO-TRANSPORTE	150000009999-AAAA	916,54
0000344	085001.1854200142.098 31901100000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA SEMMA VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150000009999-AAAA	1.412,00
0000393	090001.1212200302.049 31901100000	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCACAO VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150000250000-1001	155.018,03
0000395	090001.1212200302.049 31901600000	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCACAO OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	150000250000-1001	1.240,59
0000410	090001.1212200302.049 33904900000	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCACAO AUXILIO-TRANSPORTE	150000250000-1001	9.966,27
0000427	090001.1236100302.054 31901100000	MANUTENCAO E REGENCIA DO ENSINO FUNDAMENTAL VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	157600000000-AAAA	47.276,25
0000429	090001.1236100302.054 31901600000	MANUTENCAO E REGENCIA DO ENSINO FUNDAMENTAL OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	154000700000-1070	95,43
0000440	090001.1236100302.054 33903900000	MANUTENCAO E REGENCIA DO ENSINO FUNDAMENTAL OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000250000-1001	3.158,35
0000440	090001.1236100302.054 33903900000	MANUTENCAO E REGENCIA DO ENSINO FUNDAMENTAL OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	159900000001-AAAA	4.304,61
0000444	090001.1236100302.054 33904900000	MANUTENCAO E REGENCIA DO ENSINO FUNDAMENTAL AUXILIO-TRANSPORTE	154000700000-1070	1.277,33
0000444	090001.1236100302.054 33904900000	MANUTENCAO E REGENCIA DO ENSINO FUNDAMENTAL AUXILIO-TRANSPORTE	157600000000-AAAA	1.490,21
0000462	090001.1236100302.057 33903900000	MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000250000-1001	166.841,20

MUNICÍPIO DE IBIRAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU
ESPÍRITO SANTO
27.165.208/0001-17
DECRETO Nº 0006686/2024
Data 19/12/2024

0000462	090001.1236100302.057 33903900000	MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	155000000000-AAAA	13.628,36
0000462	090001.1236100302.057 33903900000	MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	155300000000-AAAA	36.131,58
0000480	090001.1236500302.060 31901100000	MANUTENCAO E REGENCIA DA EDUCACAO INFANTIL VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	154000700000-1070	140.325,47
0000482	090001.1236500302.060 31901600000	MANUTENCAO E REGENCIA DA EDUCACAO INFANTIL OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	154000700000-1070	5.439,46
0000499	090001.1236500302.060 33904900000	MANUTENCAO E REGENCIA DA EDUCACAO INFANTIL AUXILIO-TRANSPORTE	154000700000-1070	5.969,80
0000546	100001.0412200022.064 31901100000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA, ESPORTE VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150000009999-AAAA	32.071,06
0000605	120001.0812200022.095 31901100000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE ASSIST. SOCIAL E DESENV. HUMANO - S VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150000009999-AAAA	58.487,60
0000686	120002.0824400362.105 33904900000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DO CENTRO DE REFERENCIA ESPECIAL DA ASSIST. AUXILIO-TRANSPORTE	166100009999-AAAA	450,08
0000690	120002.0824400362.106 31901100000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DO CRAS VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	166100000001-AAAA	2.602,67
0000706	120002.0824400362.106 33904900000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DO CRAS AUXILIO-TRANSPORTE	166100000001-AAAA	353,45
TOTAL:				**917.925,36**

Para a cobertura das suplementações relacionadas no artigo anteiror, serão utilizados os seguintes recursos:
Excesso de Arrecadação: R$ 146.364,54 (cento e quarenta e seis mil trezentos e sessenta e quatro reais e cinqüenta e quatro centavos)
Suplementação: R$ 771.560,82 (setecentos e setenta e um mil quinhentos e sessenta reais e oitenta e dois centavos)

ANULAÇÕES

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
0000006	010001.0412200022.007 31901300000	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DA SEMGOV OBRIGAÇÕES PATRONAIS	150000009999-AAAA	4.064,00
0000033	010001.0412200042.140 31901300000	COORDENADORIA DE PROJETOS OBRIGAÇÕES PATRONAIS	150000009999-AAAA	1.000,00
0000042	010001.0412200042.140 33904000000	COORDENADORIA DE PROJETOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	150000009999-AAAA	100,00
0000042	010001.0412200042.140 33904000000	COORDENADORIA DE PROJETOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	172000000000-AAAA	100,00
0000043	010001.0412200042.140 33904600000	COORDENADORIA DE PROJETOS AUXILIO-ALIMENTAÇÃO	150000009999-AAAA	200,00
0000045	010001.0412200042.140 33904900000	COORDENADORIA DE PROJETOS AUXILIO-TRANSPORTE	150000009999-AAAA	500,00
0000050	010001.0412200042.140 44905200000	COORDENADORIA DE PROJETOS EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	150000009999-AAAA	800,00
0000055	010002.0618200052.009 31911300000	COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL OBRIGAÇÕES PATRONAIS - OP. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	150000009999-AAAA	200,00
0000056	010002.0618200052.009 33901400000	COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL DIARIAS - PESSOAL CIVIL	150000009999-AAAA	300,00
0000057	010002.0618200052.009 33903000000	COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL MATERIAL DE CONSUMO	150000009999-AAAA	1.000,00
0000063	010002.0618200052.009 33904600000	COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL AUXILIO-ALIMENTAÇÃO	150000009999-AAAA	200,00
0000065	010002.0618200052.009 33904900000	COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL AUXILIO-TRANSPORTE	150000009999-AAAA	500,00
0000087	020001.0412400022.010 33904600000	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO CONTROLE INTERNO AUXILIO-ALIMENTAÇÃO	150000009999-AAAA	900,00

MUNICÍPIO DE IBIRAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU
ESPÍRITO SANTO
27.165.208/0001-17
DECRETO Nº 0006686/2024
Data 19/12/2024

0000115	040001.0412300022.013 31901300000	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA DE FINANCAS OBRIGAÇÕES PATRONAIS	150000009999-AAAA	8.000,00
0000119	040001.0412300022.013 31909400000	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA DE FINANCAS INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	150000009999-AAAA	10.000,00
0000120	040001.0412300022.013 31911300000	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA DE FINANCAS OBRIGAÇÕES PATRONAIS - OP. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	150000009999-AAAA	9.000,00
0000775	040001.0412300022.016 31911300000	REPASSE AO IPRESI OBRIGAÇÕES PATRONAIS - OP. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	150000009999-AAAA	18.287,64
0000144	040001.0412900022.130 31900400000	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	150000009999-AAAA	3.000,00
0000145	040001.0412900022.130 31901100000	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150000009999-AAAA	5.000,00
0000147	040001.0412900022.130 31909100000	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA SENTENÇAS JUDICIAIS	150000009999-AAAA	2.000,00
0000150	040001.0412900022.130 31911300000	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA OBRIGAÇÕES PATRONAIS - OP. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	150000009999-AAAA	1.300,00
0000171	050001.0412200022.018 31901100000	MANUT. DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DA SEMARH VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150000009999-AAAA	10.000,00
0000172	050001.0412200022.018 31901300000	MANUT. DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DA SEMARH OBRIGAÇÕES PATRONAIS	150000009999-AAAA	30.000,00
0000176	050001.0412200022.018 31911300000	MANUT. DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DA SEMARH OBRIGAÇÕES PATRONAIS - OP. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	150000009999-AAAA	20.000,00
0000185	050001.0412200022.018 33903900000	MANUT. DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DA SEMARH OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000009999-AAAA	50.000,00
0000210	070001.1545100022.029 31901300000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE OBRAS, SERV. E INFRA-ESTRUTURA OBRIGAÇÕES PATRONAIS	150000009999-AAAA	100.000,00
0000215	070001.1545100022.029 31911300000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE OBRAS, SERV. E INFRA-ESTRUTURA OBRIGAÇÕES PATRONAIS - OP. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	150000009999-AAAA	20.000,00
0000280	070001.1751200073.014 44905100000	INFRAESTRUTURA EM SANEAMENTO BASICO OBRAS E INSTALAÇÕES	170000009999-AAAA	228.153,03
0000293	080001.0412200022.037 31901300000	MANUTENCÇAO DAS ATIVIDADES DA SEDERMA OBRIGAÇÕES PATRONAIS	150000009999-AAAA	50.000,00
0000294	080001.0412200022.037 31901600000	MANUTENCÇAO DAS ATIVIDADES DA SEDERMA OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	150000009999-AAAA	20.000,00
0000296	080001.0412200022.037 31911300000	MANUTENCÇAO DAS ATIVIDADES DA SEDERMA OBRIGAÇÕES PATRONAIS - OP. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	150000009999-AAAA	18.055,20
0000427	090001.1236100302.054 31901100000	MANUTENCAO E REGENCIA DO ENSINO FUNDAMENTAL VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	159900009999-AAAA	27.856,35
0000622	120001.0812200022.096 33903000000	MANUTENÇAO DA FROTA DA SEMADH MATERIAL DE CONSUMO	172000000000-AAAA	5.384,60
0000624	120001.0812200022.096 33903900000	MANUTENÇAO DA FROTA DA SEMADH OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	172000000000-AAAA	10.000,00
0000626	120001.0824100362.097 33903600000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO DE ASSISTENCIA SOCIAL OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	150000009999-AAAA	100,00
0000627	120001.0824100362.097 33903900000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO DE ASSISTENCIA SOCIAL OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000009999-AAAA	100,00
0000628	120001.0824100362.097 44905200000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO DE ASSISTENCIA SOCIAL EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	150000009999-AAAA	100,00
0000638	120002.0824100362.132 33504300000	FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO SUBVENÇÕES SOCIAIS	150000009999-AAAA	3.500,00
0000638	120002.0824100362.132 33504300000	FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO SUBVENÇÕES SOCIAIS	166100009999-AAAA	20.000,00

MUNICÍPIO DE IBIRAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU
ESPÍRITO SANTO
27.165.208/0001-17
DECRETO Nº 0006686/2024
Data 19/12/2024

0000638	120002.0824100362.132 33504300000	FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO SUBVENÇÕES SOCIAIS	166900000003-AAAA	2.500,00
0000642	120002.0824100362.132 33903300000	FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	150000009999-AAAA	260,00
0000642	120002.0824100362.132 33903300000	FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	166000009999-AAAA	100,00
0000651	120002.0824400362.101 31901100000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA/IGD VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150000009999-AAAA	100,00
0000652	120002.0824400362.101 31901300000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA/IGD OBRIGAÇÕES PATRONAIS	150000009999-AAAA	100,00
0000653	120002.0824400362.101 31911300000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA/IGD OBRIGAÇÕES PATRONAIS - OP. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	150000009999-AAAA	100,00
0000660	120002.0824400362.102 33903200000	CONCESSAO DE BENEFICIOS ASSISTENCIAS E EVENTUAIS MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	150000009999-AAAA	11.000,00
0000663	120002.0824400362.102 33904800000	CONCESSAO DE BENEFICIOS ASSISTENCIAS E EVENTUAIS OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOA FISICA	150000009999-AAAA	3.800,00
0000690	120002.0824400362.106 31901100000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DO CRAS VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	166100009999-AAAA	15.000,00
0000735	120003.0824300362.108 33903900000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTI OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000009999-AAAA	5.000,00
0000745	120003.0824300362.111 33903900000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000009999-AAAA	3.900,00
0000763	120004.1648200363.033 44905100000	CONSTRUÇAO DE HABITAÇOES DE INTERESSE SOCIAL OBRAS E INSTALAÇÕES	170100000005-AAAA	50.000,00
TOTAL:				**771.560,82**

Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

IBIRAÇU ES 19 dezembro de 2024

DIEGO KRENTZ
PREFEITO

MUNICÍPIO DE IBIRAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU
ESPÍRITO SANTO
27.165.208/0001-17
DECRETO Nº 0006687/2024
Data 20/12/2024

O Prefeito Municipal de IBIRAÇU, no Estado do Espírito Santo, usando de atributos legais que lhe são conferidas através da Lei Nº 0004278/2023.

Fica suplementado no orçamento da despesa prevista para o exercício de 2024 a importância de R$ 3.352.538,60 (três milhões trezentos e cinqüenta e dois mil quinhentos e trinta e oito reais e sessenta centavos), nas seguintes dotações:

SUPLEMENTAÇÕES

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
0000462	090001.1236100302.057 33903900000	MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	259900000001-AAAA	67.607,29
0000638	120002.0824100362.132 33504300000	FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO SUBVENÇÕES SOCIAIS	166900000003-AAAA	1.256.794,00
0000729	120003.0824300362.108 33504300000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCEN SUBVENÇÕES SOCIAIS	166900000002-AAAA	70.000,00
0000005	010001.0412200022.007 31901100000	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DA SEMGOV VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150000009999-AAAA	6.754,33
0000006	010001.0412200022.007 31901300000	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DA SEMGOV OBRIGAÇÕES PATRONAIS	150000009999-AAAA	2.942,33
0000011	010001.0412200022.007 31911300000	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DA SEMGOV OBRIGAÇÕES PATRONAIS - OP. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	150000009999-AAAA	2.889,56
0000023	010001.0412200022.007 33909300000	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DA SEMGOV INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	150000009999-AAAA	2.300,00
0000067	010002.0618200052.009 33909300000	COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	150000009999-AAAA	127.103,90
0000079	020001.0412400022.010 31911300000	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO CONTROLE INTERNO OBRIGAÇÕES PATRONAIS - OP. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	150000009999-AAAA	681,00
0000092	030001.0206100022.011 31901100000	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA PROCURADORIA GERAL VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150000009999-AAAA	40.008,07
0000098	030001.0206100022.011 31911300000	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA PROCURADORIA GERAL OBRIGAÇÕES PATRONAIS - OP. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	150000009999-AAAA	4.494,00
0000107	030001.0206100022.011 33909100000	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA PROCURADORIA GERAL SENTENCAS JUDICIAIS	150000009999-AAAA	607,93
0000112	040001.0412300022.012 33904700000	CONTRIBUICAO AO PASEP OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	150000009999-AAAA	108.005,76
0000114	040001.0412300022.013 31901100000	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA DE FINANCAS VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150000009999-AAAA	21.975,46
0000115	040001.0412300022.013 31901300000	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA DE FINANCAS OBRIGAÇÕES PATRONAIS	150000009999-AAAA	1.748,67
0000128	040001.0412300022.013 33904600000	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA DE FINANCAS AUXILIO-ALIMENTAÇÃO	150000009999-AAAA	76,69
0000164	040001.0412900022.130 33909300000	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	150000009999-AAAA	381,18
0000171	050001.0412200022.018 31901100000	MANUT. DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DA SEMARH VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150000009999-AAAA	2.196,14
0000176	050001.0412200022.018 31911300000	MANUT. DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DA SEMARH OBRIGAÇÕES PATRONAIS - OP. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	150000009999-AAAA	4.192,66
0000186	050001.0412200022.018 33904000000	MANUT. DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DA SEMARH SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	150000009999-AAAA	16.350,00
0000193	050001.0412200022.018 33909300000	MANUT. DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DA SEMARH INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	150000009999-AAAA	122,00
0000209	070001.1545100022.029 31901100000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE OBRAS, SERV. E INFRA-ESTRUTURA VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150000009999-AAAA	17.977,26
0000211	070001.1545100022.029 31901600000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE OBRAS, SERV. E INFRA-ESTRUTURA OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	150000009999-AAAA	13.515,13

MUNICÍPIO DE IBIRAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU
ESPÍRITO SANTO
27.165.208/0001-17
DECRETO Nº 0006687/2024
Data 20/12/2024

0000222	070001.1545100022.029 33904000000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE OBRAS, SERV. E INFRA-ESTRUTURA SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	150000009999-AAAA	10.800,00
0000274	070001.1545200082.123 33903900000	MANUTENÇÃO E APOIO NA ÁREA DE SANEAMENTO BÁSICO OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	172000000000-AAAA	768,92
0000280	070001.1751200073.014 44905100000	INFRAESTRUTURA EM SANEAMENTO BASICO OBRAS E INSTALAÇÕES	150000009999-AAAA	223.689,70
0000292	080001.0412200022.037 31901100000	MANUTENCÇAO DAS ATIVIDADES DA SEDERMA VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150000009999-AAAA	16.897,30
0000344	085001.1854200142.098 31901100000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA SEMMA VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150000009999-AAAA	23.315,96
0000393	090001.1212200302.049 31901100000	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCACAO VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150000250000-1001	113.295,65
0000394	090001.1212200302.049 31901300000	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCACAO OBRIGAÇÕES PATRONAIS	150000250000-1001	19.724,84
0000399	090001.1212200302.049 31911300000	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCACAO OBRIGAÇÕES PATRONAIS - OP. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	150000250000-1001	46.982,25
0000406	090001.1212200302.049 33903900000	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCACAO OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000250000-1001	17.140,00
0000425	090001.1230600302.053 33903000000	MANUTENCAO DA MERENDA ESCOLAR MATERIAL DE CONSUMO	150000009999-AAAA	488.607,10
0000427	090001.1236100302.054 31901100000	MANUTENCAO E REGENCIA DO ENSINO FUNDAMENTAL VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	157600000000-AAAA	2.544,76
0000428	090001.1236100302.054 31901300000	MANUTENCAO E REGENCIA DO ENSINO FUNDAMENTAL OBRIGAÇÕES PATRONAIS	157100000006-AAAA	3.331,62
0000440	090001.1236100302.054 33903900000	MANUTENCAO E REGENCIA DO ENSINO FUNDAMENTAL OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000250000-1001	18,11
0000462	090001.1236100302.057 33903900000	MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000250000-1001	31.750,35
0000462	090001.1236100302.057 33903900000	MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	155300000000-AAAA	3.936,15
0000480	090001.1236500302.060 31901100000	MANUTENCAO E REGENCIA DA EDUCACAO INFANTIL VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	154000300000-AAAA	350,51
0000480	090001.1236500302.060 31901100000	MANUTENCAO E REGENCIA DA EDUCACAO INFANTIL VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	154000700000-1070	21.997,72
0000487	090001.1236500302.060 31911300000	MANUTENCAO E REGENCIA DA EDUCACAO INFANTIL OBRIGAÇÕES PATRONAIS - OP. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	154000700000-1070	23.179,34
0000499	090001.1236500302.060 33904900000	MANUTENCAO E REGENCIA DA EDUCACAO INFANTIL AUXILIO-TRANSPORTE	154000700000-1070	175,58
0000780	090001.1236500302.060 33913900000	MANUTENCAO E REGENCIA DA EDUCACAO INFANTIL OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA - INTRA-ORÇAMENTÁRIO	150000250000-1001	218,74
0000546	100001.0412200022.064 31901100000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA, ESPORTE VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150000009999-AAAA	19.374,04
0000547	100001.0412200022.064 31901300000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA, ESPORTE OBRIGAÇÕES PATRONAIS	150000009999-AAAA	900,91
0000552	100001.0412200022.064 31911300000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA, ESPORTE OBRIGAÇÕES PATRONAIS - OP. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	150000009999-AAAA	2.707,99
0000562	100001.0412200022.064 33904600000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA, ESPORTE AUXILIO-ALIMENTAÇÃO	150000009999-AAAA	1.002,96
0000605	120001.0812200022.095 31901100000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE ASSIST. SOCIAL E DESENV. HUMANO - S VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150000009999-AAAA	28.680,27
0000617	120001.0812200022.095 33904000000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE ASSIST. SOCIAL E DESENV. HUMANO - S SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	150000009999-AAAA	8.900,00

MUNICÍPIO DE IBIRAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU
ESPÍRITO SANTO
27.165.208/0001-17
DECRETO Nº 0006687/2024
Data 20/12/2024

0000678	120002.0824400362.105 31911300000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DO CENTRO DE REFERENCIA ESPECIAL DA ASSIST. OBRIGAÇÕES PATRONAIS - OP. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	166100000002-AAAA	1.671,47
0000691	120002.0824400362.106 31901300000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DO CRAS OBRIGAÇÕES PATRONAIS	166100000001-AAAA	553,02
0000694	120002.0824400362.106 31911300000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DO CRAS OBRIGAÇÕES PATRONAIS - OP. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	166100000001-AAAA	1.299,98
0000666	120002.0824400362.103 33504300000	APOIO FINANCEIRO A ENTIDADES ASSISTENCIAIS SUBVENÇÕES SOCIAIS	170600000002-3110	150.000,00
0000666	120002.0824400362.103 33504300000	APOIO FINANCEIRO A ENTIDADES ASSISTENCIAIS SUBVENÇÕES SOCIAIS	170600000003-3110	200.000,00
0000666	120002.0824400362.103 33504300000	APOIO FINANCEIRO A ENTIDADES ASSISTENCIAIS SUBVENÇÕES SOCIAIS	170600000004-3110	120.000,00
TOTAL:				**3.352.538,60**

Para a cobertura das suplementações relacionadas no artigo anteiror, serão utilizados os seguintes recursos:
Excesso de Arrecadação: R$ 1.326.794,00 (um milhão trezentos e vinte e seis mil setecentos e noventa e quatro reais)
Recursos de Convênios: R$ 470.000,00 (quatrocentos e setenta mil reais)
Superávit Financeiro: R$ 67.607,29 (sessenta e sete mil seiscentos e sete reais e vinte e nove centavos)
Suplementação: R$ 1.488.137,31 (um milhão quatrocentos e oitenta e oito mil cento e trinta e sete reais e trinta e um centavos)

ANULAÇÕES

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
0000027	010001.0412200022.008 33904100000	CONTRIBUIÇAO A ASSOCIAÇOES DOS PREFEITOS, CNM, AMUNES E OUTROS CONTRIBUIÇÕES	150000009999-AAAA	13.000,00
0000028	010001.0412200023.039 33903000000	MANUTENCAO DA FROTA MATERIAL DE CONSUMO	150000009999-AAAA	2.400,00
0000028	010001.0412200023.039 33903000000	MANUTENCAO DA FROTA MATERIAL DE CONSUMO	170500000000-AAAA	3.000,00
0000093	030001.0206100022.011 31901300000	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA PROCURADORIA GERAL OBRIGAÇÕES PATRONAIS	150000009999-AAAA	14.000,00
0000095	030001.0206100022.011 31909100000	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA PROCURADORIA GERAL SENTENÇAS JUDICIAIS	150000009999-AAAA	1.000,00
0000129	040001.0412300022.013 33904700000	MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA DE FINANCAS OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	150000009999-AAAA	4.000,00
0000138	040001.0412300022.015 31901300000	ADMINISTRACAO DA DIVIDA E DEMAIS OBRIGACOES OBRIGAÇÕES PATRONAIS	150000009999-AAAA	4.031,20
0000138	040001.0412300022.015 31901300000	ADMINISTRACAO DA DIVIDA E DEMAIS OBRIGACOES OBRIGAÇÕES PATRONAIS	175100000000-AAAA	456.727,61
0000774	040001.0412300022.015 31911300000	ADMINISTRACAO DA DIVIDA E DEMAIS OBRIGACOES OBRIGAÇÕES PATRONAIS - OP. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	150000009999-AAAA	5.000,00
0000137	040001.0412300022.015 32902100000	ADMINISTRACAO DA DIVIDA E DEMAIS OBRIGACOES JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	150000009999-AAAA	7.000,00
0000775	040001.0412300022.016 31911300000	REPASSE AO IPRESI OBRIGAÇÕES PATRONAIS - OP. INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	150000009999-AAAA	13.000,00
0000140	040001.0412300022.016 33919700000	REPASSE AO IPRESI APORTE PARA COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL RPPS	150000009999-AAAA	2.000,00
0000172	050001.0412200022.018 31901300000	MANUT. DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DA SEMARH OBRIGAÇÕES PATRONAIS	150000009999-AAAA	5.538,55
0000173	050001.0412200022.018 31901600000	MANUT. DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DA SEMARH OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	150000009999-AAAA	13.000,00
0000175	050001.0412200022.018 31909400000	MANUT. DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DA SEMARH INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	150000009999-AAAA	1.000,00
0000177	050001.0412200022.018 33717000000	MANUT. DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DA SEMARH RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS	150000009999-AAAA	1.000,00
0000184	050001.0412200022.018 33903600000	MANUT. DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DA SEMARH OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	150000009999-AAAA	5.600,00

MUNICÍPIO DE IBIRAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU
ESPÍRITO SANTO
27.165.208/0001-17
DECRETO Nº 0006687/2024
Data 20/12/2024

0000185	050001.0412200022.018 33903900000	MANUT. DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DA SEMARH OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000009999-AAAA	41.496,66
0000189	050001.0412200022.018 33904700000	MANUT. DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DA SEMARH OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	150000009999-AAAA	14.607,93
0000776	050001.0412200022.018 33913900000	MANUT. DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS DA SEMARH OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA - INTRA-ORÇAMENTÁRIO	150000009999-AAAA	4.000,00
0000201	050001.0412200023.004 44905100000	CONSTRUÇAO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL OBRAS E INSTALAÇÕES	170800000000-AAAA	37.000,00
0000210	070001.1545100022.029 31901300000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE OBRAS, SERV. E INFRA-ESTRUTURA OBRIGAÇÕES PATRONAIS	150000009999-AAAA	10.000,00
0000213	070001.1545100022.029 31909200000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE OBRAS, SERV. E INFRA-ESTRUTURA DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	150000009999-AAAA	3.936,15
0000220	070001.1545100022.029 33903600000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE OBRAS, SERV. E INFRA-ESTRUTURA OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	150000009999-AAAA	11.750,35
0000221	070001.1545100022.029 33903900000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE OBRAS, SERV. E INFRA-ESTRUTURA OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000009999-AAAA	2.900,00
0000224	070001.1545100022.029 33904700000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE OBRAS, SERV. E INFRA-ESTRUTURA OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	150000009999-AAAA	8.000,00
0000251	070001.1545100063.010 33903000000	PAVIMENTACAO E DRENAGEM DE RUAS E AVENIDAS MATERIAL DE CONSUMO	172000000000-AAAA	20.100,00
0000259	070001.1545200082.032 33903000000	MANUTENCAO E REESTRUTURAÇAO DA FROTA MATERIAL DE CONSUMO	150000009999-AAAA	3.200,00
0000261	070001.1545200082.032 33903900000	MANUTENCAO E REESTRUTURAÇAO DA FROTA OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	172000000000-AAAA	6.000,00
0000265	070001.1545200082.033 33903900000	MANUTENÇAO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA PUBLICA OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	172000000000-AAAA	2.300,00
0000269	070001.1545200082.034 33903900000	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA E DESTINAÇAO DE RESIDUOS SOLIDOS OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	172000000000-AAAA	68.000,00
0000280	070001.1751200073.014 44905100000	INFRAESTRUTURA EM SANEAMENTO BASICO OBRAS E INSTALAÇÕES	170000009999-AAAA	81.656,73
0000283	070001.2575200082.035 33903900000	MANUTENÇAO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇAO PUBLICA OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	175100000000-AAAA	162.289,70
0000291	070001.2645100063.017 44905100000	CONST. E RECUPERAÇAO DE PONTES, BUEIROS, GALERIAS, ESTRADAS, CALÇADAS, PA OBRAS E INSTALAÇÕES	172000000000-AAAA	1.700,00
0000293	080001.0412200022.037 31901300000	MANUTENCÇAO DAS ATIVIDADES DA SEDERMA OBRIGAÇÕES PATRONAIS	150000009999-AAAA	7.000,00
0000298	080001.0412200022.037 33901400000	MANUTENCÇAO DAS ATIVIDADES DA SEDERMA DIARIAS - PESSOAL CIVIL	150000009999-AAAA	1.900,00
0000301	080001.0412200022.037 33903900000	MANUTENCÇAO DAS ATIVIDADES DA SEDERMA OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000009999-AAAA	2.000,00
0000324	080001.2060600112.044 33903900000	MANUTENÇAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DA AGRICULTURA OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000009999-AAAA	600,00
0000324	080001.2060600112.044 33903900000	MANUTENÇAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DA AGRICULTURA OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	170500000000-AAAA	1.000,00
0000324	080001.2060600112.044 33903900000	MANUTENÇAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DA AGRICULTURA OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	170800000000-AAAA	19.200,00
0000324	080001.2060600112.044 33903900000	MANUTENÇAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DA AGRICULTURA OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	172000000000-AAAA	50.611,43
0000345	085001.1854200142.098 31901300000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA SEMMA OBRIGAÇÕES PATRONAIS	150000009999-AAAA	20.600,00
0000350	085001.1854200142.098 33901400000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA SEMMA DIARIAS - PESSOAL CIVIL	150000009999-AAAA	4.200,00

MUNICÍPIO DE IBIRAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU
ESPÍRITO SANTO
27.165.208/0001-17
DECRETO Nº 0006687/2024
Data 20/12/2024

0000766	085001.1854200142.098 33903900000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA SEMMA OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000009999-AAAA	5.000,00
0000768	085001.1854200142.098 44905200000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA SEMMA EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	150000009999-AAAA	1.600,00
0000352	085001.1854200142.141 33903000000	APOIO À FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS P/ PROTEÇÃ MATERIAL DE CONSUMO	172000000000-AAAA	1.900,00
0000375	085002.1854200142.142 44905100000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE OBRAS E INSTALAÇÕES	150000009999-AAAA	1.600,00
0000376	085002.1854200142.142 44905200000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	150000009999-AAAA	1.600,00
0000376	085002.1854200142.142 44905200000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	270100000006-AAAA	2.800,00
0000769	085002.1854300142.143 33903000000	PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL MATERIAL DE CONSUMO	150000009999-AAAA	900,00
0000770	085002.1854300142.143 33903600000	PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	150000009999-AAAA	1.000,00
0000772	085002.1854300142.143 44905200000	PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	150000009999-AAAA	1.000,00
0000401	090001.1212200302.049 33901400000	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCACAO DIARIAS - PESSOAL CIVIL	150000250000-1001	7.000,00
0000405	090001.1212200302.049 33903600000	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCACAO OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	150000250000-1001	5.000,00
0000407	090001.1212200302.049 33904000000	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCACAO SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	155000000000-AAAA	7.700,00
0000407	090001.1212200302.049 33904000000	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCACAO SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	156900000000-AAAA	290,00
0000408	090001.1212200302.049 33904600000	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCACAO AUXILIO-ALIMENTAÇÃO	150000250000-1001	51.900,00
0000409	090001.1212200302.049 33904700000	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCACAO OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	150000250000-1001	5.472,03
0000427	090001.1236100302.054 31901100000	MANUTENCAO E REGENCIA DO ENSINO FUNDAMENTAL VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150000250000-1001	69.890,54
0000427	090001.1236100302.054 31901100000	MANUTENCAO E REGENCIA DO ENSINO FUNDAMENTAL VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	154000700000-1070	20.000,00
0000444	090001.1236100302.054 33904900000	MANUTENCAO E REGENCIA DO ENSINO FUNDAMENTAL AUXILIO-TRANSPORTE	154000300000-AAAA	8.000,00
0000450	090001.1236100302.054 44905200000	MANUTENCAO E REGENCIA DO ENSINO FUNDAMENTAL EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	150000250000-1001	40.000,00
0000456	090001.1236100302.056 33903000000	MANUTENCAO DA FROTA DA EDUCACAO MATERIAL DE CONSUMO	155000000000-AAAA	10.000,00
0000498	090001.1236500302.060 33904700000	MANUTENCAO E REGENCIA DA EDUCACAO INFANTIL OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	154000300000-AAAA	15.140,67
0000554	100001.0412200022.064 33901400000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA, ESPORTE E DIARIAS - PESSOAL CIVIL	150000009999-AAAA	2.700,00
0000555	100001.0412200022.064 33903000000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA, ESPORTE E MATERIAL DE CONSUMO	150000009999-AAAA	1.000,00
0000559	100001.0412200022.064 33903600000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA, ESPORTE E OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	150000009999-AAAA	1.600,00
0000560	100001.0412200022.064 33903900000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA, ESPORTE E OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000009999-AAAA	6.000,00
0000781	100001.0412200022.064 33913900000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA, ESPORTE E OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA - INTRA-ORÇAMENTÁRIO	150000009999-AAAA	2.200,00

MUNICÍPIO DE IBIRAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU
ESPÍRITO SANTO
27.165.208/0001-17
DECRETO Nº 0006687/2024
Data 20/12/2024

0000585	100001.1339200152.068 33903900000	APOIO E REALIZAÇAO DE FESTAS E EVENTOS DE PROMOÇAO MUNICIPAL OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000009999-AAAA	3.000,00
0000606	120001.0812200022.095 31901300000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE ASSIST. SOCIAL E DESENV. HUMANO - SE OBRIGAÇÕES PATRONAIS	150000009999-AAAA	6.897,76
0000610	120001.0812200022.095 31909400000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE ASSIST. SOCIAL E DESENV. HUMANO - SE INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	150000009999-AAAA	5.000,00
0000613	120001.0812200022.095 33901400000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE ASSIST. SOCIAL E DESENV. HUMANO - SE DIARIAS - PESSOAL CIVIL	150000009999-AAAA	3.700,00
0000616	120001.0812200022.095 33903900000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE ASSIST. SOCIAL E DESENV. HUMANO - SE OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000009999-AAAA	18.000,00
0000619	120001.0812200022.095 33904900000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE ASSIST. SOCIAL E DESENV. HUMANO - SE AUXILIO-TRANSPORTE	150000009999-AAAA	7.000,00
0000622	120001.0812200022.096 33903000000	MANUTENÇAO DA FROTA DA SEMADH MATERIAL DE CONSUMO	150000009999-AAAA	1.400,00
0000622	120001.0812200022.096 33903000000	MANUTENÇAO DA FROTA DA SEMADH MATERIAL DE CONSUMO	172000000000-AAAA	2.600,00
0000638	120002.0824100362.132 33504300000	FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO SUBVENÇÕES SOCIAIS	166100009999-AAAA	9.500,00
0000662	120002.0824400362.102 33903900000	CONCESSAO DE BENEFICIOS ASSISTENCIAS E EVENTUAIS OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000009999-AAAA	2.800,00
0000674	120002.0824400362.105 31901100000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DO CENTRO DE REFERENCIA ESPECIAL DA ASSIST. SO VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	166100009999-AAAA	5.600,00
0000683	120002.0824400362.105 33903900000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DO CENTRO DE REFERENCIA ESPECIAL DA ASSIST. SO OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000009999-AAAA	2.200,00
0000690	120002.0824400362.106 31901100000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DO CRAS VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	166000009999-AAAA	2.300,00
0000691	120002.0824400362.106 31901300000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DO CRAS OBRIGAÇÕES PATRONAIS	166100009999-AAAA	4.000,00
0000706	120002.0824400362.106 33904900000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DO CRAS AUXILIO-TRANSPORTE	150000009999-AAAA	2.500,00
0000706	120002.0824400362.106 33904900000	MANUTENÇAO DAS ATIVIDADES DO CRAS AUXILIO-TRANSPORTE	166100009999-AAAA	3.000,00
TOTAL:				**1.488.137,31**

Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

IBIRAÇU ES 20 dezembro de 2024

DIEGO KRENTZ
PREFEITO

MUNICÍPIO DE IBIRAÇU
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACU
ESPÍRITO SANTO
27.165.208/0001-17
DECRETO Nº 0006690/2024
Data 23/12/2024

O Prefeito Municipal de IBIRAÇU, no Estado do Espírito Santo, usando de atributos legais que lhe são conferidas através da Lei Nº 0004278/2023.

Fica suplementado no orçamento da despesa prevista para o exercício de 2024 a importância de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), nas seguintes dotações:

SUPLEMENTAÇÕES

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
0000291	070001.2645100063.017 44905100000	CONST. E RECUPERAÇAO DE PONTES, BUEIROS, GALERIAS, ESTRADAS, CALÇADAS, P OBRAS E INSTALAÇÕES	150000009999-AAAA	80.000,00
TOTAL:				**80.000,00**

Para a cobertura das suplementações relacionadas no artigo anteiror, serão utilizados os seguintes recursos:
Suplementação Por Anulação de Outra UG: R$ 80.000,00 (oitenta mil reais)
Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

IBIRAÇU ES 23 dezembro de 2024

DIEGO KRENTZ
PREFEITO

Ibitirama

Edital

Municipio de Ibitirama - ES - PODER EXECUTIVO STN/SICONFI
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)												
	LIQUIDADAS												INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	JAN/2024	FEV/2024	MAR/2024	ABR/2024	MAI/2024	JUN/2024	JUL/2024	AGO/2024	SET/2024	OUT/2024	NOV/2024	DEZ/2024	Total (Últimos 12 meses) (a)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**1.706.292,72**	**1.844.919,11**	**2.193.276,48**	**2.201.854,30**	**1.810.088,97**	**2.226.162,48**	**2.226.389,78**	**2.110.303,44**	**2.323.280,81**	**2.314.792,42**	**3.027.821,10**	**3.586.256,05**	**27.571.437,66**	
Pessoal Ativo	1.636.158,80	1.820.312,80	2.157.560,32	2.175.454,00	1.783.688,67	2.199.762,18	2.163.116,29	2.083.979,44	2.296.956,81	2.288.468,42	3.001.115,60	3.561.184,65	27.167.757,98	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis.	1.475.125,07	1.643.250,46	1.946.023,70	1.780.411,34	1.773.455,54	1.833.095,35	1.971.440,97	1.875.238,05	2.099.563,17	2.061.059,66	2.783.728,20	3.170.256,79	24.412.648,30	
Obrigações Patronais	161.033,73	177.062,34	211.536,62	395.042,66	10.233,13	366.666,83	191.675,32	208.741,39	197.393,64	227.408,76	217.387,40	390.927,86	2.755.109,68	
Pessoal Inativo e Pensionistas	70.133,92	24.606,31	35.716,16	26.400,30	26.400,30	26.400,30	63.273,49	26.324,00	26.324,00	26.324,00	26.705,50	25.071,40	403.679,68	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	49.223,29	3.695,68	10.072,92	3.367,06	3.367,06	3.367,06	7.356,77	3.367,06	3.367,06	3.367,06	3.367,06	2.423,61	96.341,69	
Pensões	20.910,63	20.910,63	25.643,24	23.033,24	23.033,24	23.033,24	55.916,72	22.956,94	22.956,94	22.956,94	23.338,44	22.647,79	307.337,99	
Outras desp. pessoal decorr. contr. terceir. ou Contrat. de forma indiret														
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	**293.589,82**	**215.067,38**	**272.559,06**	**196.418,08**	**191.982,68**	**221.723,52**	**226.278,58**	**142.327,74**	**324.061,83**	**170.172,72**	**248.711,94**	**488.578,48**	**2.991.471,83**	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	178.270,16	115.643,52	177.203,43	101.286,37	98.399,69	131.685,71	135.348,09	53.689,52	227.689,33	78.281,35	126.213,54	334.368,21	1.758.078,92	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração														
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados														
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recur	91.374,93	75.479,13	71.410,90	72.352,22	69.638,26	69.464,30	68.853,40	66.561,13	71.189,55	68.443,80	99.386,02	109.177,11	933.330,75	
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de E	23.944,73	23.944,73	23.944,73	22.779,49	23.944,73	20.573,51	22.077,09	22.077,09	25.182,95	23.447,57	23.112,38	45.033,16	300.062,16	
Outras Deduções Constitucionais ou Legais														
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**1.412.702,90**	**1.629.851,73**	**1.920.717,42**	**2.005.436,22**	**1.618.106,29**	**2.004.438,96**	**2.000.111,20**	**1.967.975,70**	**1.999.218,98**	**2.144.619,70**	**2.779.109,16**	**3.097.677,57**	**24.579.965,83**	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**59.312.527,80**	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art 166-A, § 1º da CF)		
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF)		
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)	881.088,00	
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais		
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CALCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	**58.431.439,80**	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III a + III b)	**24.579.965,83**	**42,07**
LIMITE MÁXIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	**31.552.977,49**	**54,00**
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	**29.975.328,62**	**51,30**
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	**28.397.679,74**	**48,60**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Departamento De Contabilidade E Orçamento, Emissão: 29/01/2025 , as 10:11:02

REGINALDO SIMÃO DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

IAN FERREIRA PIROVANI DOS SANTOS
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA

ANA PAULA ALMEIDA CHAVES
CONTADORA
CRC ES-023674/O-8

IMPRESSÃO: Ana Paula Almeida Chaves

Protocolo 1481118

Municipio de Ibitirama - ES
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

STN/SICONFI

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") — R$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2024	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)			
Dívida Mobiliária			
Dívida Contratual			
Empréstimos			
Internos			
Externos			
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios			
Financiamentos			
Internos			
Externos			
Parcelamento e Renegociação de dívidas			
De Tributos			
De Contribuições Previdenciárias			
De Demais Contribuições Sociais			
Do FGTS			
Com Instituição Não Financeira			
Demais Dívidas Contratuais			
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos			
Outras Dívidas			
DEDUÇÕES (II)	**20.647.341,95**	**24.295.525,94**	**19.296.921,83**
Disponibilidade de Caixa	20.647.341,95	24.295.525,94	19.296.921,83
Disponibilidade de Caixa Bruta	20.659.675,10	24.533.923,11	19.332.728,66
(-) Restos a Pagar Processados	9.975,51		16.505,09
(-) Depósitos Restituíves e Valores Vinculados	2.357,64	238.397,17	19.301,74
Demais Haveres Financeiros			
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	**(20.647.341,95)**	**(24.295.525,94)**	**(19.296.921,83)**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**52.340.282,80**	**57.764.855,05**	**59.312.527,80**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	**200.000,00**		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	**52.140.282,80**	**57.764.855,05**	**59.312.527,80**
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)			
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	**(39,60)**	**(42,06)**	**(32,53)**
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120,00%	**62.568.339,36**	**69.317.826,06**	**71.175.033,36**
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	**56.311.505,42**	**62.386.043,45**	**64.057.530,02**

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2024	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000			
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	826.625,06	686.410,46	73.041,98
PASSIVO ATUARIAL	2.611.362,18	2.611.362,18	2.611.362,18
RP NÃO-PROCESSADOS	1.588.248,74	382.943,65	3.705.180,87
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO			
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP			
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS			

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Departamento De Contabilidade E Orçamento, Emissão: 29/01/2025 , as 10:16:32

Municipio de Ibitirama - ES
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

STN/SICONFI

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") R$ 1,00

REGINALDO SIMÃO DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

IAN FERREIRA PIROVANI DOS SANTOS
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA

ANA PAULA ALMEIDA CHAVES
CONTADORA
CRC ES-023674/O-8

Municipio de Ibitirama - ES
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024
RGF - ANEXO 3 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40 § 1º)

STN/SICONFI

R$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2024	
		Até o 1º semestre	Até o 2º semestre
AOS ESTADOS (I)			
Em Operações de Crédito Externas			
Em Operações de Crédito Internas			
AOS MUNICÍPIOS (II)			
Em Operações de Crédito Externas			
Em Operações de Crédito Internas			
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)			
Em Operações de Crédito Externas			
Em Operações de Crédito Internas			
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)			
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	52.340.282,80	57.764.855,05	59.312.527,80
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)	200.000,00		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	52.140.282,80	57.764.855,05	59.312.527,80
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)			
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22,00 %	11.470.862,22	12.708.268,11	13.048.756,12
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 90,00 %	10.323.776,00	11.437.441,30	11.743.880,51

CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2024	
		Até o 1º semestre	Até o 2º semestre
DOS ESTADOS (IX)			
Em Garantia às operações de Crédito Externas			
Em Garantia às operações de Crédito Internas			
DOS MUNICÍPIOS (X)			
Em Garantia às operações de Crédito Externas			
Em Garantia às operações de Crédito Internas			
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)			
Em Garantia às operações de Crédito Externas			
Em Garantia às operações de Crédito Internas			
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)			
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)			
MEDIDAS CORRETIVAS			

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Departamento De Contabilidade E Orçamento, Emissão: 29/01/2025 , as 10:12:36

REGINALDO SIMÃO DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

IAN FERREIRA PIROVANI DOS SANTOS
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA

ANA PAULA ALMEIDA CHAVES
CONTADORA
CRC ES-023674/O-8

Municipio de Ibitirama - ES
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024
RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

STN/SICONFI

R$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de Referência	Até o Semeste de Referência (a)
Mobiliária		
Interna		
Externa		
Contratual		
Interna		
Empréstimos		
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro		
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços		
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)		
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (I)		
Externa		
Empréstimos		
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro		
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços		
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)		
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação[1] (II)		
TOTAL (III)		

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	59.312.527,80	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 1º, art. 166-A da CF) (V)		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	59.312.527,80	
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)		
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)		
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	9.490.004,45	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	8.541.004,00	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	4.151.876,95	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Parcelamentos de Dívidas		
Tributos		
Contribuições Previdenciárias		
FGTS		
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas		

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Departamento De Contabilidade E Orçamento, Emissão: 29/01/2025 , as 10:15:14

REGINALDO SIMÃO DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

IAN FERREIRA PIROVANI DOS SANTOS
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA

ANA PAULA ALMEIDA CHAVES
CONTADORA
CRC ES-023674/O-8

Municipio de Ibitirama - ES - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

RGF - ANEXO 5 (LRF, Art. 55, inciso III, alínea "a") R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g) = (a - (b + c + d + e)-f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)					
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	**7.724.255,17**		**16.505,09**	**99.881,22**	**19.301,74**		**7.588.567,12**	**540.475,47**		7.048.091,65
Recursos Não Vinculados de Impostos	7.724.255,17		16.505,09	99.881,22	19.301,74		7.588.567,12	540.475,47		7.048.091,65
Outros Recursos não Vinculados										
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS) (II)	**11.608.473,49**			**1.250,00**			**11.607.223,49**	**3.063.574,18**		8.543.649,31
Recursos Vinculados à Educação	**4.325.303,06**						**4.325.303,06**	**2.424.467,07**		1.900.835,99
Transferências do FUNDEB	1.733.050,94						1.733.050,94	611.071,60		1.121.979,34
Outros Recursos Vinculados à Educação	2.592.252,12						2.592.252,12	1.813.395,47		778.856,65
Recursos Vinculados à Saúde	**1.272.473,44**						**1.272.473,44**	**146.473,21**		1.126.000,23
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS	1.272.473,44						1.272.473,44	146.473,21		1.126.000,23
Outros Recursos Vinculados à Saúde										
Recursos Vinculados à Assistência Social	**791.417,16**			**1.250,00**			**790.167,16**	**93.595,12**		696.572,04
Recursos Vinculados à Previdência Social (Exceto ao RPPS)										
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	**2.045.233,95**						**2.045.233,95**	**92.227,45**		1.953.006,50
Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres (exceto Educação, Saúde e Assistência)	868.689,34						868.689,34			868.689,34
Outras Vinculações Decorrentes de Transferências	1.176.544,61						1.176.544,61	92.227,45		1.084.317,16
Demais Vinculações Legais	**887.900,26**						**887.900,26**			887.900,26
Outras Vinculações Legais	642.493,56						642.493,56			642.493,56
Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à Saúde)										
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	245.406,70						245.406,70			245.406,70
Recursos Vinculados a Fundos (exceto Educação, Saúde, Assistência e Previdência)										
Recursos Extraorçamentários										
Outras Vinculações	**2.286.145,62**						**2.286.145,62**	**306.811,33**		1.979.334,29
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS AO RPPS (III)										
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)[2]										
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)										
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração										
TOTAL (IV) = (I + II + III)	**19.332.728,66**		**16.505,09**	**101.131,22**	**19.301,74**		**19.195.790,61**	**3.604.049,65**		15.591.740,96

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: , Emissão: , as

REGINALDO SIMÃO DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

IAN FERREIRA PIROVANI DOS SANTOS
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA

ANA PAULA ALMEIDA CHAVES
CONTADORA
CRC ES-023674/O-8

Protocolo 1481131

Municipio de Ibitirama - ES - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

STN/SICONFI

LRF, art. 48 - Anexo 6 — R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O SEMESTRE
Receita Corrente Líquida	59.312.527,80
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	59.312.527,80
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	58.431.439,80

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	24.579.965,83	42,07
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 54,00 %	31.552.977,49	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 51,30 %	29.975.328,62	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 48,60 %	28.397.679,74	48,60

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	(19.296.921,83)	
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	71.175.033,36	120,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	13.048.756,12	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	9.490.004,45	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	4.151.876,95	7,00

RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS NO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	3.604.049,65	15.591.740,96

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Departamento De Contabilidade E Orçamento, Emissão: 29/01/2025 , as 10:18:55

REGINALDO SIMÃO DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

IAN FERREIRA PIROVANI DOS SANTOS
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA

ANA PAULA ALMEIDA CHAVES
CONTADORA
CRC ES-023674/O-8

Municipio de Ibitirama - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) Em Reais

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas			% (c/a)	Saldo (a-c)
			No Período (b)	%(b/a)	Até o Período (c)		
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**53.000.000,00**	**55.802.954,93**	**11.478.107,88**	**20,57**	**62.306.695,35**	**111,65**	**(6.503.740,42)**
RECEITAS CORRENTES	51.200.000,00	53.720.425,32	10.418.975,41	19,39	59.312.527,80	110,41	(5.592.102,48)
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	4.373.000,00	4.467.004,58	972.869,09	21,78	4.302.716,33	96,32	164.288,25
Impostos	3.751.000,00	3.796.639,58	940.070,88	24,76	3.721.285,60	98,02	75.353,98
Taxas	611.000,00	659.365,00	32.746,39	4,97	579.602,54	87,90	79.762,46
Contribuição de Melhoria	11.000,00	11.000,00	51,82	0,47	1.828,19	16,62	9.171,81
CONTRIBUIÇÕES	570.000,00	570.000,00	100.765,95	17,68	580.593,55	101,86	(10.593,55)
Contribuições Sociais							
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Forma							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	570.000,00	570.000,00	100.765,95	17,68	580.593,55	101,86	(10.593,55)
RECEITA PATRIMONIAL	782.600,00	803.759,82	206.113,81	25,64	1.397.926,07	173,92	(594.166,25)
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários	782.600,00	803.759,82	206.113,81	25,64	1.397.926,07	173,92	(594.166,25)
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Au							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS	872.500,00	872.500,00	146.275,75	16,77	801.431,97	91,85	71.068,03
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços	872.500,00	872.500,00	146.275,75	16,77	801.431,97	91,85	71.068,03
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	44.432.900,00	46.838.160,92	8.970.765,81	19,15	52.100.511,38	111,24	(5.262.350,46)
Transferências da União e de suas Entidades	20.974.900,00	22.279.528,64	5.133.589,29	23,04	26.661.701,32	119,67	(4.382.172,68)
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	12.858.000,00	12.858.000,00	1.775.178,60	13,81	13.626.807,59	105,98	(768.807,59)
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas	10.600.000,00	11.700.632,28	2.061.997,92	17,62	11.812.002,47	100,95	(111.370,19)
Transferências do Exterior							
Demais Transferências Correntes							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	169.000,00	169.000,00	22.185,00	13,13	129.348,50	76,54	39.651,50
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	42.000,00	42.000,00	6.645,54	15,82	29.513,26	70,27	12.486,74
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	110.000,00	110.000,00	14.717,69	13,38	78.989,04	71,81	31.010,96
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							
Demais Receitas Correntes	17.000,00	17.000,00	821,77	4,83	20.846,20	122,62	(3.846,20)
RECEITAS DE CAPITAL	1.800.000,00	2.082.529,61	1.059.132,47	50,86	2.994.167,55	143,78	(911.637,94)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS	400.000,00	400.000,00	59.132,47	14,78	60.265,47	15,07	339.734,53
Alienação de Bens Móveis	400.000,00	400.000,00	59.132,47	14,78	59.132,47	14,78	340.867,53
Alienação de Bens Imóveis					1.133,00		(1.133,00)
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.400.000,00	1.682.529,61	1.000.000,00	59,43	2.933.902,08	174,37	(1.251.372,47)
Transferências da União e de suas Entidades	100.000,00	100.000,00	1.000.000,00	1.000,00	1.955.000,00	1.955,00	(1.855.000,00)
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades		169.608,86			400.000,00	235,84	(230.391,14)
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Tranferências de Capital	1.300.000,00	1.412.920,75			578.902,08	40,97	834.018,67
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)			**13.497,64**		**69.888,85**		**(69.888,85)**
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	**53.000.000,00**	**55.802.954,93**	**11.491.605,52**	**20,59**	**62.376.584,20**	**111,78**	**(6.573.629,27)**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
Mobiliária							
Contratual							
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	53.000.000,00	55.802.954,93	11.491.605,52	20,59	62.376.584,20	111,78	(6.573.629,27)
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	3.602.537,93	—	—
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	53.000.000,00	55.802.954,93	11.491.605,52	20,59	65.979.122,13	111,78	(6.573.629,27)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	—	10.238.384,96	—	—	10.238.384,96	100,00	—
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	—	—	—	—	—	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	—	10.238.384,96	—	—	10.238.384,96	100,00	—

Despesas	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas		Saldo	Despesas Liquidadas		Saldo	Despesas Pagas Até o Período (j)	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados(k)
			No Período	Até Período (f)	(g) = (e - f)	No Período	Até Período (h)	(i) = (e - h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (	**52.979.000,00**	**67.166.360,31**	**13.322.557,73**	**65.917.009,60**	**1.249.350,71**	**14.446.348,17**	**62.312.959,95**	**4.853.400,36**	**62.296.454,86**	**3.604.049,65**
DESPESAS CORRENTES	51.139.100,00	58.295.083,20	10.657.335,38	57.310.006,45	985.076,75	12.767.820,99	56.518.873,08	1.776.210,12	56.502.367,99	791.133,37
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	26.576.875,00	29.112.217,09	6.910.379,39	28.784.590,22	327.626,87	6.910.379,39	28.784.590,22	327.626,87	28.769.540,84	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	100,00	45,84			45,84			45,84		
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	24.562.125,00	29.182.820,27	3.746.955,99	28.525.416,23	657.404,04	5.857.441,60	27.734.282,86	1.448.537,41	27.732.827,15	791.133,37
DESPESAS DE CAPITAL	1.829.900,00	8.867.977,11	2.665.222,35	8.607.003,15	260.973,96	1.678.527,18	5.794.086,87	3.073.890,24	5.794.086,87	2.812.916,28
INVESTIMENTOS	1.779.900,00	8.819.560,09	2.665.222,35	8.558.586,13	260.973,96	1.678.527,18	5.745.669,85	3.073.890,24	5.745.669,85	2.812.916,28
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	50.000,00	48.417,02		48.417,02			48.417,02		48.417,02	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	3.300,00			3.300,00			3.300,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	**21.000,00**	**63.886,38**	**(8.179,47)**	**62.112,53**	**1.773,85**	**6.440,43**	**62.112,53**	**1.773,85**	**62.112,53**	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	**53.000.000,00**	**67.230.246,69**	**13.314.378,26**	**65.979.122,13**	**1.251.124,56**	**14.452.788,60**	**62.375.072,48**	**4.855.174,21**	**62.358.567,39**	**3.604.049,65**
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI										
Amortização da Dívida Interna										
Dívida Mobiliária										
Dívida Contratual										
Amortização da Dívida Externa										
Dívida Mobiliária										

Municipio de Ibitirama - ES **STN/SICONFI**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL

6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) Em Reais

Divida Contratual										
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	53.000.000,00	67.230.246,69	13.314.378,26	65.979.122,13	1.251.124,56	14.452.788,60	62.375.072,48	4.855.174,21	62.358.567,39	3.604.049,65
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—			—	1.511,72		18.016,81	—
TOTAL COM SUPERAVIT (XIV) = (XII + XIII)	53.000.000,00	67.230.246,69	13.314.378,26	65.979.122,13	1.251.124,56	14.452.788,60	62.376.584,20	4.855.174,21	62.376.584,20	3.604.049,65
RESERVA DO RPPS	—	—	—			—				—

Receitas Intra	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas			% (c/a)	Saldo (a-c)
			No Período (b)	%(b/a)	Até o Período (c)		
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)			**13.497,64**		**69.888,85**		
RECEITAS CORRENTES			13.497,64		69.888,85		
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA							
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES							
Contribuições Sociais							
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Forma							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL							
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários							
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Au							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS			13.497,64		69.888,85		
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços			13.497,64		69.888,85		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Transferências Correntes							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES							
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos							
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							
Demais Receitas Correntes							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Tranferências de Capital							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							

Despesas Intra	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas		Saldo (g) = (e - f)	Despesas Liquidadas		Saldo (i) = (e - h)	Despesas Pagas Até o Periodo (j)	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados(k)
			No Período	Até Período (f)		No Período	Até Período (h)			
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	**21.000,00**	**63.886,38**	**(8.179,47)**	**62.112,53**	**1.773,85**	**6.440,43**	**62.112,53**	**1.773,85**	**62.112,53**	—
DESPESAS CORRENTES	21.000,00	63.886,38	(8.179,47)	62.112,53	1.773,85	6.440,43	62.112,53	1.773,85	62.112,53	—
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS										—
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										—
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	21.000,00	63.886,38	(8.179,47)	62.112,53	1.773,85	6.440,43	62.112,53	1.773,85	62.112,53	—
DESPESAS DE CAPITAL										—
INVESTIMENTOS										—
INVERSÕES FINANCEIRAS										—
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										—
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										—

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Fazenda, Emissão: 29/01/2025 , às 10:07:41

Municipio de Ibitirama - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) Em Reais

REGINALDO SIMÃO DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

IAN FERREIRA PIROVANI DOS SANTOS
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA

ANA PAULA ALMEIDA CHAVES
CONTADORA
CRC ES-023674/O-8

Municipio de Ibitirama - ES **STN/SICONFI**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL

6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**52.979.000,00**	**67.166.360,31**	**13.322.557,73**	**65.917.009,60**	**99,91**	**1.249.350,71**	**14.446.348,17**	**62.312.959,95**	**99,90**	**4.853.400,36**	**3.604.049,65**
Legislativa	**1.999.000,00**	**1.998.750,00**	**323.157,43**	**1.380.501,64**	**2,09**	**618.248,36**	**355.826,38**	**1.380.501,64**	**2,21**	**618.248,36**	
Ação Legislativa	1.999.000,00	1.998.750,00	323.157,43	1.380.501,64	2,09	618.248,36	355.826,38	1.380.501,64	2,21	618.248,36	
Controle Externo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Judiciária	**1.374.000,00**	**1.404.882,19**	**615.550,77**	**1.402.770,52**	**2,13**	**2.111,67**	**689.120,91**	**1.377.151,35**	**2,21**	**27.730,84**	**25.619,17**
Ação Judiciária	1.374.000,00	1.404.882,19	615.550,77	1.402.770,52	2,13	2.111,67	689.120,91	1.377.151,35	2,21	27.730,84	25.619,17
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Essencial à Justiça											
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Administração	**10.277.205,00**	**12.156.001,93**	**2.034.014,78**	**12.068.876,24**	**18,29**	**87.125,69**	**2.521.305,52**	**11.707.210,42**	**18,77**	**448.791,51**	**361.665,82**
Planejamento e Orçamento											
Administração Geral	8.454.650,00	10.224.331,51	1.732.700,45	10.153.794,17	15,39	70.537,34	2.128.005,51	9.866.751,84	15,82	357.579,67	287.042,33
Administração Financeira	1.627.355,00	1.741.925,20	269.997,38	1.727.892,85	2,62	14.032,35	351.099,43	1.655.669,56	2,65	86.255,64	72.223,29
Controle Interno	145.100,00	141.282,36	31.316,95	138.772,20	0,21	2.510,16	42.200,58	136.372,00	0,22	4.910,36	2.400,20
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
Demais Subfunções	50.100,00	48.462,86		48.417,02	0,07	45,84		48.417,02	0,08	45,84	
Defesa Nacional											
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Segurança Pública	**15.600,00**	**4.681,91**		**4.681,91**	**0,01**			**4.681,91**	**0,01**		
Policiamento											
Defesa Civil	15.600,00	4.681,91		4.681,91	0,01			4.681,91	0,01		
Informação e Inteligência											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Assistência Social	**2.453.350,00**	**3.438.672,85**	**320.862,59**	**3.388.132,88**	**5,14**	**50.539,97**	**523.397,78**	**3.272.763,24**	**5,25**	**165.909,61**	**115.369,64**
Assistência ao Idoso	17.200,00	5.466,15	(833,85)	5.466,15	0,01		1.096,35	5.466,15	0,01		
Assistência ao Portador de Deficiência	500,00										
Assistência à Criança e ao Adolescente	302.100,00	277.745,26	52.064,59	276.387,84	0,42	1.357,42	57.495,98	276.387,84	0,44	1.357,42	
Assistência Comunitária	1.414.250,00	2.538.391,67	139.979,82	2.498.283,18	3,79	40.108,49	294.243,49	2.404.437,56	3,85	133.954,11	93.845,62
Administração Geral	719.300,00	617.069,77	129.652,03	607.995,71	0,92	9.074,06	170.561,96	586.471,69	0,94	30.598,08	21.524,02
Demais Subfunções											
Previdência Social											
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário											
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saúde	**12.305.250,00**	**14.407.867,52**	**2.425.850,16**	**14.347.447,79**	**21,75**	**60.419,73**	**3.082.765,97**	**14.100.321,29**	**22,61**	**307.546,23**	**247.126,50**
Atenção Básica	2.637.900,00	2.984.601,12	479.354,76	2.974.264,19	4,51	10.336,93	545.289,65	2.945.992,41	4,72	38.608,71	28.271,78
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	7.402.050,00	8.051.573,81	1.379.311,54	8.035.370,60	12,18	16.203,21	1.644.730,22	7.900.978,17	12,67	150.595,64	134.392,43
Suporte Profilático e Terapêutico	495.100,00	442.557,20	3.043,87	442.551,57	0,67	5,63	10.931,71	432.790,93	0,69	9.766,27	9.760,64
Vigilância Sanitária	194.000,00	268.403,81	29.759,44	257.870,90	0,39	10.532,91	60.206,58	257.536,90	0,41	10.866,91	334,00
Vigilância Epidemiológica	78.000,00	87.583,97	48.908,62	87.583,97	0,13		48.908,62	87.583,97	0,14		

Municipio de Ibitirama - ES **STN/SICONFI**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL

6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
Alimentação e Nutrição											
Administração Geral	1.498.200,00	2.573.147,61	485.471,93	2.549.806,56	3,86	23.341,05	772.699,19	2.475.438,91	3,97	97.708,70	74.367,65
Demais Subfunções											
Trabalho	**300,00**										
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade	300,00										
Fomento ao Trabalho											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Educação	**20.698.395,00**	**28.029.492,29**	**7.561.693,11**	**27.818.374,41**	**42,16**	**211.117,88**	**5.679.772,15**	**25.376.125,58**	**40,68**	**2.653.366,71**	**2.442.248,83**
Ensino Fundamental	12.867.252,00	14.553.178,89	3.030.212,54	14.454.413,65	21,91	98.765,24	3.281.042,33	14.408.008,07	23,10	145.170,82	46.405,58
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil	7.092.793,00	11.243.528,44	4.377.282,78	11.189.468,92	16,96	54.059,52	2.121.096,42	8.798.912,67	14,11	2.444.615,77	2.390.556,25
Educação de Jovens e Adultos	400,00										
Educação Especial											
Educação Básica											
Administração Geral	737.950,00	2.232.784,96	154.197,79	2.174.491,84	3,30	58.293,12	277.633,40	2.169.204,84	3,48	63.580,12	5.287,00
Demais Subfunções											
Cultura	**2.100,00**	**86.643,54**		**86.643,54**	**0,13**		**3.123,17**	**86.643,54**	**0,14**		
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	600,00										
Difusão Cultural	1.500,00	86.643,54		86.643,54	0,13		3.123,17	86.643,54	0,14		
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania											
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Urbanismo	**1.635.200,00**	**2.462.054,12**	**(212.757,11)**	**2.249.182,19**	**3,41**	**212.871,93**	**95.800,50**	**1.941.081,47**	**3,11**	**520.972,65**	**308.100,72**
Infra-Estrutura Urbana	1.144.900,00	1.774.425,12	(95.390,72)	1.678.919,58	2,54	95.505,54	21.109,70	1.370.818,86	2,20	403.606,26	308.100,72
Serviços Urbanos	490.300,00	687.629,00	(117.366,39)	570.262,61	0,86	117.366,39	74.690,80	570.262,61	0,91	117.366,39	
Transportes Coletivos Urbanos											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Habitação	**600,00**										
Habitação Rural											
Habitação Urbana	600,00										
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saneamento	**930.800,00**	**989.984,27**	**233.162,61**	**986.721,62**	**1,50**	**3.262,65**	**251.215,10**	**977.978,47**	**1,57**	**12.005,80**	**8.743,15**
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano	134.900,00	95.745,00	18.986,00	94.787,24	0,14	957,76	19.999,50	94.582,75	0,15	1.162,25	204,49
Administração Geral	795.900,00	894.239,27	214.176,61	891.934,38	1,35	2.304,89	231.215,60	883.395,72	1,42	10.843,55	8.538,66
Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	**115.600,00**	**272.895,17**		**272.895,17**	**0,41**		**18.546,59**	**187.719,35**	**0,30**	**85.175,82**	**85.175,82**
Preservação e Conservação Ambiental	115.200,00	272.895,17		272.895,17	0,41		18.546,59	187.719,35	0,30	85.175,82	85.175,82
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas	400,00										
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia											
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Agricultura	**11.300,00**	**1.102.500,00**		**1.102.500,00**	**1,67**		**1.098.000,00**	**1.102.500,00**	**1,77**		
Abastecimento											
Extensão Rural	5.000,00	1.102.500,00		1.102.500,00	1,67		1.098.000,00	1.102.500,00	1,77		
Irrigação											

Municipio de Ibitirama - ES STN/SICONFI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
Promoção da Produção Agropecuária	600,00										
Defesa Agropecuária											
Administração Geral											
Demais Subfunções	5.700,00										
Organização Agrária											
Reforma Agrária											
Colonização											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Indústria											
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	**534.200,00**	**238.455,45**	**2.845,00**	**238.300,45**	**0,36**	**155,00**	**19.032,25**	**235.300,45**	**0,38**	**3.155,00**	**3.000,00**
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo	534.200,00	238.455,45	2.845,00	238.300,45	0,36	155,00	19.032,25	235.300,45	0,38	3.155,00	3.000,00
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comunicações	**300,00**										
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
Administração Geral	300,00										
Demais Subfunções											
Energia	**580.000,00**	**552.557,35**	**18.178,39**	**552.361,24**	**0,84**	**196,11**	**108.441,85**	**552.361,24**	**0,89**	**196,11**	
Conservação de Energia											
Energia Elétrica	580.000,00	552.557,35	18.178,39	552.361,24	0,84	196,11	108.441,85	552.361,24	0,89	196,11	
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Transporte											
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	**35.800,00**	**17.621,72**		**17.620,00**	**0,03**	**1,72**		**10.620,00**	**0,02**	**7.001,72**	**7.000,00**
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário	35.800,00	17.621,72		17.620,00	0,03	1,72		10.620,00	0,02	7.001,72	7.000,00
Lazer											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Encargos Especiais											
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
Demais Subfunções											
Reserva de Contigência	**10.000,00**	**3.300,00**	**----**	**----**	**----**	**3.300,00**	**----**	**----**	**----**	**3.300,00**	**----**
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	**21.000,00**	**63.886,38**	**(8.179,47)**	**62.112,53**	**0,09**	**1.773,85**	**6.440,43**	**62.112,53**	**0,10**	**1.773,85**	
TOTAL (III) = (I + II)	**53.000.000,00**	**67.230.246,69**	**13.314.378,26**	**65.979.122,13**	**100,00**	**1.251.124,56**	**14.452.788,60**	**62.375.072,48**	**100,00**	**4.855.174,21**	**3.604.049,65**

Municipio de Ibitirama - ES **STN/SICONFI**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL

6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	**21.000,00**	**63.886,38**	**(8.179,47)**	**62.112,53**	**0,09**	**1.773,85**	**6.440,43**	**62.112,53**	**0,10**	**1.773,85**	
Legislativa	**1.000,00**	**1.250,00**	**(252,69)**	**947,31**	**0,00**	**302,69**	**236,52**	**947,31**	**0,00**	**302,69**	
Ação Legislativa	1.000,00	1.250,00	(252,69)	947,31	0,00	302,69	236,52	947,31	0,00	302,69	
Controle Externo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Judiciária											
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Essencial à Justiça											
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Administração		**14.682,08**	**(393,72)**	**14.098,28**	**0,02**	**583,80**	**1.216,69**	**14.098,28**	**0,02**	**583,80**	
Planejamento e Orçamento											
Administração Geral		14.682,08	(393,72)	14.098,28	0,02	583,80	1.216,69	14.098,28	0,02	583,80	
Administração Financeira											
Controle Interno											
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
Demais Subfunções											
Defesa Nacional											
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Segurança Pública											
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Assistência Social		**4.800,00**	**(841,01)**	**3.958,99**	**0,01**	**841,01**	**653,21**	**3.958,99**	**0,01**	**841,01**	
Assistência ao Idoso		1.200,00	(230,28)	969,72	0,00	230,28	173,44	969,72	0,00	230,28	
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente		1.200,00	(242,32)	957,68	0,00	242,32	78,84	957,68	0,00	242,32	
Assistência Comunitária		2.400,00	(368,41)	2.031,59	0,00	368,41	400,93	2.031,59	0,00	368,41	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Previdência Social											
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário											
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saúde	**20.000,00**	**16.648,59**	**(3.351,41)**	**16.648,59**	**0,03**		**2.870,12**	**16.648,59**	**0,03**		
Atenção Básica											
Assistência Hospitalar e Ambulatorial											
Suporte Profilático e Terapêutico											
Vigilância Sanitária											
Vigilância Epidemiológica											

Municipio de Ibitirama - ES STN/SICONFI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
Alimentação e Nutrição											
Administração Geral	20.000,00	16.648,59	(3.351,41)	16.648,59	0,03		2.870,12	16.648,59	0,03		
Demais Subfunções											
Trabalho											
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Educação		**26.505,71**	**(3.340,64)**	**26.459,36**	**0,04**	**46,35**	**1.463,89**	**26.459,36**	**0,04**	**46,35**	
Ensino Fundamental		20.000,00		20.000,00	0,03			20.000,00	0,03		
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil		4.205,71	(3.294,29)	4.205,71	0,01		1.060,33	4.205,71	0,01		
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial											
Educação Básica											
Administração Geral		2.300,00	(46,35)	2.253,65	0,00	46,35	403,56	2.253,65	0,00	46,35	
Demais Subfunções											
Cultura											
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania											
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Urbanismo											
Infra-Estrutura Urbana											
Serviços Urbanos											
Transportes Coletivos Urbanos											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Habitação											
Habitação Rural											
Habitação Urbana											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saneamento											
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Gestão Ambiental											
Preservação e Conservação Ambiental											
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia											
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Agricultura											
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											

Municipio de Ibitirama - ES **STN/SICONFI**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL

6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Organização Agrária											
Reforma Agrária											
Colonização											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Indústria											
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comércio e Serviços											
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comunicações											
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Energia											
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Transporte											
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Desporto e Lazer											
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário											
Lazer											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Encargos Especiais											
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
Demais Subfunções											
Reserva de Contigência											
TOTAL DA INTRA	**21.000,00**	**63.886,38**	**(8.179,47)**	**62.112,53**	**0,09**	**1.773,85**	**6.440,43**	**62.112,53**	**0,10**	**1.773,85**	

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Fazenda, Emissão: 29/01/2025 , às 10:08:21

Municipio de Ibitirama - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

REGINALDO SIMÃO DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

IAN FERREIRA PIROVANI DOS SANTOS
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA

ANA PAULA ALMEIDA CHAVES
CONTADORA
CRC ES-023674/O-8

Municipio de Ibitirama - ES **STN/SICONFI**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	**3.796.639,58**	**3.721.285,60**
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	157.000,00	152.805,24
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	390.000,00	297.979,56
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.269.639,58	1.507.086,00
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.980.000,00	1.763.414,80
2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**27.779.323,84**	**30.748.981,61**
2.1 - Cota-Parte FPM	**16.204.323,84**	**17.588.310,26**
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	14.725.216,00	15.942.483,50
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d e e	1.479.107,84	1.645.826,76
2.2 - Cota-Parte ICMS	10.700.000,00	12.143.266,63
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	115.000,00	149.110,08
2.4 - Cota-Parte ITR	5.000,00	9.359,22
2.5 - Cota-Parte IPVA	755.000,00	852.173,75
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro		
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais		6.761,67
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	**31.575.963,42**	**34.470.267,21**

4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	**5.215.000,00**	**5.825.770,91**
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6)	**2.633.947,65**	**2.796.935,83**

FUNDEB

RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	**13.433.917,50**	**15.003.969,59**
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	**11.710.632,28**	**12.015.680,51**
6.1.1- Principal	11.700.632,28	11.812.002,47
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	10.000,00	203.678,04
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF		
6.2.1- Principal		
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira		
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	**1.723.285,22**	**2.988.289,08**
6.3.1- Principal	1.723.285,22	2.988.289,08
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira		
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR		
6.4.1- Principal		
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira		
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 - 4)[1]	**6.485.632,28**	**5.986.231,56**

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	**359.911,33**
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	334.892,52
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	25.018,81

9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	**15.363.880,92**

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB - (Por Subfunção) 6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	**15.114.809,70**	**10.447.955,16**	**10.421.645,96**	**10.421.405,96**	**26.309,20**
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	**11.008.165,44**	**8.193.861,30**	**8.193.861,30**	**8.193.861,30**	
10.1.1 - Educação Infantil	4.729.457,72	3.540.217,72	3.540.217,72	3.540.217,72	
10.1.2- Ensino Fundamental	6.278.707,72	4.653.643,58	4.653.643,58	4.653.643,58	
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos					
10.1.4- Educação Especial					
10.1.5- Administração Geral					
10.2- OUTRAS DESPESAS	**4.106.644,26**	**2.254.093,86**	**2.227.784,66**	**2.227.544,66**	**26.309,20**
10.2.1- Educação Infantil	2.460.139,94	1.281.164,58	1.275.813,80	1.275.573,80	5.350,78
10.2.2- Ensino Fundamental	1.626.484,12	972.929,28	951.970,86	951.970,86	20.958,42
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos					
10.2.4- Educação Especial					
10.2.5- Administração Geral	20.020,20				
10.2.6- Transporte (Escolar)					
10.2.7- Outras					

Municipio de Ibitirama - ES — **STN/SICONFI**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) — R$ 1,00

INDICADORES DO FUNDEB

DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)	DESPESAS LIQUIDADAS / EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**14.791.703,74**	**14.180.632,14**	**14.180.632,14**	**611.071,60**		
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	12.099.648,41	12.091.786,81	12.091.786,81	7.861,60		83.967,90
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF						
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	2.692.055,33	2.088.845,33	2.088.845,33	603.210,00		
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR						
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	11.008.165,44	11.008.165,44	11.008.165,44			
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	2.692.055,33	2.088.845,33	2.088.845,33	603.210,00		
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	645.153,30	41.943,30	41.943,30	603.210,00		

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal2	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15- MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	10.502.778,71	11.008.165,44	11.008.165,44	73,37
16 - PERCENTUAL DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL		2.692.055,33	2.692.055,33	90,09
17- MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL	448.243,36	645.153,30	(561.266,70)	21,59

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)3	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18- TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	**1.500.396,96**	**212.265,85**	**212.265,85**		**1,41**

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)3	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	**976.301,64**	**(498.169,54)**		**163.812,97**		
19.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	976.301,64	927.242,74		163.812,97		927.242,74
19.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)		(1.425.412,28)				

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB - (Por Área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE	**4.066.406,89**	**4.045.412,16**	**3.690.669,19**	**3.670.152,26**	**354.742,97**
20.1- Educação Infantil	1.161.497,24	1.222.640,53	1.130.847,47	1.127.378,79	91.793,06
20.2- Ensino Fundamental	1.555.890,70	1.662.178,76	1.495.020,28	1.486.012,80	167.158,48
20.3- Educação de Jovens e Adultos					
20.4- Educação Especial					
20.5- Administração Geral	1.349.018,95	1.160.592,87	1.064.801,44	1.056.760,67	95.791,43
20.6- Transporte (Escolar)					
20.7- Outras					

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEI

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB - (Por Área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE	**19.181.353,49**	**14.493.483,38**	**14.112.421,63**	**14.091.663,90**	**381.061,75**
21.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	**8.889.948,71**	**6.500.832,18**	**6.365.984,84**	**6.359.111,31**	**134.847,34**
21.1.1- Creche	3.381.701,66	2.472.887,04	2.421.593,54	2.418.979,06	51.293,49
21.1.2- Pré-escola	5.508.247,05	4.027.945,15	3.944.391,29	3.940.132,25	83.553,85
21.2- ENSINO FUNDAMENTAL	10.291.404,78	7.992.651,20	7.746.436,79	7.732.552,59	246.214,40

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	4.045.412,16
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	5.825.770,91
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	
25- (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL = L19(x)	
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4	
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))	17.049,94
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27)	9.854.133,13

Municipio de Ibitirama - ES **STN/SICONFI**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL2 e 5	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	8.617.566,80	9.854.133,13	28,59

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE8	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	**111.893,20**	**94.843,26**	**80.678,27**	**17.049,94**	**14.164,99**
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	111.893,20	94.843,26	80.678,27	17.049,94	14.164,99
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos					
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)					

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**3.676.932,80**	**4.188.103,30**
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	**872.723,41**	**1.682.542,26**
31.1.1 - Salário-Educação	530.000,00	739.200,46
31.1.2 - PDDE	1.300,00	1.760,90
31.1.3 - PNAE	305.023,41	313.072,86
31.1.4 - PNATE	5.000,00	252.729,36
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	31.400,00	375.778,68
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO		
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO		
31.5- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.804.209,39	2.505.561,04

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO - (Por Subfunção)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**8.871.135,13**	**5.869.948,13**	**5.740.926,82**	**5.705.652,98**	**129.021,31**
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	2.896.639,25	807.524,50	774.987,31	764.633,31	32.537,19
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	5.108.450,07	4.196.377,82	4.109.452,25	4.084.915,82	86.925,57
32.3- ENSINO MÉDIO					
32.4- ENSINO SUPERIOR					
32.5- ENSINO PROFISSIONAL					
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS					
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL					
32.8- OUTRAS	866.045,81	866.045,81	856.487,26	856.103,85	9.558,55

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	**28.055.998,00**	**27.844.833,77**	**25.402.584,94**	**25.402.584,94**	**2.442.248,83**
33.1- Despesas Correntes	**24.384.481,61**	**24.173.317,39**	**24.116.274,03**	**24.116.274,03**	**57.043,36**
33.1.1- Pessoal Ativo	13.376.979,56	13.372.833,28	13.372.833,28	13.372.833,28	
33.1.2- Pessoal Inativo		3.646,28	3.646,28	3.646,28	
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos					
33.1.4- Outras Despesas Correntes	11.007.502,05	10.796.837,83	10.739.794,47	10.739.794,47	57.043,36
33.2- Despesas de Capital	**3.671.516,39**	**3.671.516,38**	**1.286.310,91**	**1.286.310,91**	**2.385.205,47**
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos					
33.2.2- Outras Despesas de Capital	3.671.516,39	3.671.516,38	1.286.310,91	1.286.310,91	2.385.205,47

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	1.056.979,75	173.577,25
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	15.003.969,59	739.200,46
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	14.344.445,11	782.573,89
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	1.716.504,23	130.203,82
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)		
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)		
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	1.716.504,23	130.203,82

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Fazenda, Emissão: 29/01/2025 , às 10:02:02

Municipio de Ibitirama - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

REGINALDO SIMÃO DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

IAN FERREIRA PIROVANI DOS SANTOS
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA

ANA PAULA ALMEIDA CHAVES
CONTADORA
CRC ES-023674/O-8

Municipio de Ibitirama - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO– ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35) 1,00

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b /a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	**3.751.000,00**	**3.796.639,58**	**3.721.285,60**	**98,02**
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	157.000,00	157.000,00	152.805,24	97,33
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ITBI	390.000,00	390.000,00	297.979,56	76,41
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.224.000,00	1.269.639,58	1.507.086,00	118,70
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	1.980.000,00	1.980.000,00	1.763.414,80	89,06
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	**26.075.000,00**	**26.300.216,00**	**29.103.154,85**	**110,66**
Cota-Parte FPM	14.500.000,00	14.725.216,00	15.942.483,50	108,27
Cota-Parte ITR	5.000,00	5.000,00	9.359,22	187,18
Cota-Parte IPVA	755.000,00	755.000,00	852.173,75	112,87
Cota-Parte ICMS	10.700.000,00	10.700.000,00	12.143.266,63	113,49
Cota-Parte IPI - Exportação	115.000,00	115.000,00	149.110,08	129,66
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais			6.761,67	
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	**29.826.000,00**	**30.096.855,58**	**32.824.440,45**	**109,06**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (g)
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x100	Até o <Din> (e)	% (e/c) x100	Até o Bimestre (i)	% (f/c) x100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	**651.300,00**	**542.471,86**	**542.270,36**	**99,96**	**541.936,36**	**99,90**	**541.936,36**	**99,90**	**334,00**
Despesas Correntes	651.300,00	542.471,86	542.270,36	99,96	541.936,36	99,90	541.936,36	99,90	334,00
Despesas de Capital									
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	**4.601.350,00**	**4.546.352,81**	**4.538.814,11**	**99,83**	**4.518.256,95**	**99,38**	**4.518.256,95**	**99,38**	**20.557,16**
Despesas Correntes	4.601.350,00	4.546.352,81	4.538.814,11	99,83	4.518.256,95	99,38	4.518.256,95	99,38	20.557,16
Despesas de Capital									
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	**330.100,00**	**236.024,79**	**236.019,57**	**100,00**	**230.959,09**	**97,85**	**230.959,09**	**97,85**	**5.060,48**
Despesas Correntes	330.100,00	236.024,79	236.019,57	100,00	230.959,09	97,85	230.959,09	97,85	5.060,48
Despesas de Capital									
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	**188.000,00**	**169.674,34**	**169.472,84**	**99,88**	**169.138,84**	**99,68**	**169.138,84**	**99,68**	**334,00**
Despesas Correntes	188.000,00	169.674,34	169.472,84	99,88	169.138,84	99,68	169.138,84	99,68	334,00
Despesas de Capital									
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	**78.000,00**	**85.637,97**	**85.637,97**	**100,00**	**85.637,97**	**100,00**	**85.637,97**	**100,00**	
Despesas Correntes	78.000,00	85.637,97	85.637,97	100,00	85.637,97	100,00	85.637,97	100,00	
Despesas de Capital									
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)									
Despesas Correntes									
Despesas de Capital									
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	**1.178.200,00**	**1.612.636,25**	**1.601.313,51**	**99,30**	**1.526.945,86**	**94,69**	**1.526.945,86**	**94,69**	**74.367,65**
Despesas Correntes	1.176.100,00	1.287.670,28	1.276.347,54	99,12	1.239.968,64	96,30	1.239.968,64	96,30	36.378,90
Despesas de Capital	2.100,00	324.965,97	324.965,97	100,00	286.977,22	88,31	286.977,22	88,31	37.988,75
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**7.026.950,00**	**7.192.798,02**	**7.173.528,36**	**99,73**	**7.072.875,07**	**98,33**	**7.072.875,07**	**98,33**	**100.653,29**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	**7.173.528,36**	**7.072.875,07**	**7.072.875,07**
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)			
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)			
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)			
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	**7.173.528,36**	**7.072.875,07**	**7.072.875,07**
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			4.923.666,07
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)			
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)[1]	2.249.862,29	2.149.209,00	2.149.209,00
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)			
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	21,85	21,55	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012LIMITE	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)[1] (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2024 (saldo final = XIXd)					
Diferença de limite não cumprido em 2023 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)					

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no (n)	Valor aplicado além do limite (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2024										
Empenhos de 2023										
Empenhos de 2022										
Empenhos de 2021										
Empenhos de 2020 e anteriores										

Municipio de Ibitirama - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO– ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35) 1,00

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "v")	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)	

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012RESTOS	**RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS**			
	Saldo Inicial (w)	**Despesas Custeadas no Exercício de Referência**		**Saldo Final (não aplicado)¹ (aa) = (w - (x ou y))**
		Empenhadas (x)	**Liquidadas (y)**	**Pagas (z)**
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2024 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial = XXIII)				
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2023 a serem compensados (XXV) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)				
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)				
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)				

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			Até o Bimestre (b)	**% (b /a) x 100**
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	**4.823.100,00**	**4.984.553,29**	**5.502.348,75**	**110,39**
Provenientes da União	4.599.100,00	4.760.553,29	5.330.713,81	111,98
Provenientes dos Estados	224.000,00	224.000,00	171.634,94	76,62
Provenientes de Outros Municípios				
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)				
OUTRAS RECEITAS (XXX)				
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	**4.823.100,00**	**4.984.553,29**	**5.502.348,75**	**110,39**

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**		**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (g)**
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c) x100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c) x100**	**Até o Bimestre (i)**	**% (f/c) x100**	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	**1.986.600,00**	**2.442.129,26**	**2.431.993,83**	**99,58**	**2.404.056,05**	**98,44**	**2.404.056,05**	**98,44**	**27.937,78**
Despesas Correntes	1.986.600,00	2.442.129,26	2.431.993,83	99,58	2.404.056,05	98,44	2.404.056,05	98,44	27.937,78
Despesas de Capital									
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	**2.525.500,00**	**3.347.923,64**	**3.339.259,13**	**99,74**	**3.225.423,86**	**96,34**	**3.225.423,86**	**96,34**	**113.835,27**
Despesas Correntes	2.525.500,00	3.347.923,64	3.339.259,13	99,74	3.225.423,86	96,34	3.225.423,86	96,34	113.835,27
Despesas de Capital									
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	**165.000,00**	**206.532,41**	**206.532,00**	**100,00**	**201.831,84**	**97,72**	**201.831,84**	**97,72**	**4.700,16**
Despesas Correntes	165.000,00	206.532,41	206.532,00	100,00	201.831,84	97,72	201.831,84	97,72	4.700,16
Despesas de Capital									
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	**6.000,00**	**98.729,47**	**88.398,06**	**89,54**	**88.398,06**	**89,54**	**88.398,06**	**89,54**	
Despesas Correntes	6.000,00	98.729,47	88.398,06	89,54	88.398,06	89,54	88.398,06	89,54	
Despesas de Capital									
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)		**1.946,00**	**1.946,00**	**100,00**	**1.946,00**	**100,00**	**1.946,00**	**100,00**	
Despesas Correntes		1.946,00	1.946,00	100,00	1.946,00	100,00	1.946,00	100,00	
Despesas de Capital									
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)									
Despesas Correntes									
Despesas de Capital									
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	**340.000,00**	**977.159,95**	**965.141,64**	**98,77**	**965.141,64**	**98,77**	**965.141,64**	**98,77**	
Despesas Correntes	80.000,00	194.254,17	182.235,86	93,81	182.235,86	93,81	182.235,86	93,81	
Despesas de Capital	260.000,00	782.905,78	782.905,78	100,00	782.905,78	100,00	782.905,78	100,00	
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	**5.023.100,00**	**7.074.420,73**	**7.033.270,66**	**99,42**	**6.886.797,45**	**97,35**	**6.886.797,45**	**97,35**	**146.473,21**

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**		**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (g)**
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c) x100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c) x100**	**Até o Bimestre (i)**	**% (f/c) x100**	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	**2.637.900,00**	**2.984.601,12**	**2.974.264,19**	**20,94**	**2.945.992,41**	**21,10**	**2.945.992,41**	**21,10**	**28.271,78**
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	**7.126.850,00**	**7.894.276,45**	**7.878.073,24**	**55,45**	**7.743.680,81**	**55,47**	**7.743.680,81**	**55,47**	**134.392,43**
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	**495.100,00**	**442.557,20**	**442.551,57**	**3,12**	**432.790,93**	**3,10**	**432.790,93**	**3,10**	**9.760,64**
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	**194.000,00**	**268.403,81**	**257.870,90**	**1,82**	**257.536,90**	**1,84**	**257.536,90**	**1,84**	**334,00**
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	**78.000,00**	**87.583,97**	**87.583,97**	**0,62**	**87.583,97**	**0,63**	**87.583,97**	**0,63**	
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (IX + XXXVII)									
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	**1.518.200,00**	**2.589.796,20**	**2.566.455,15**	**18,06**	**2.492.087,50**	**17,85**	**2.492.087,50**	**17,85**	**74.367,65**
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	**12.050.050,00**	**14.267.218,75**	**14.206.799,02**	**100,00**	**13.959.672,52**	**100,00**	**13.959.672,52**	**100,00**	**247.126,50**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Fazenda, Emissão: 29/01/2025 , às 10:05:53

Municipio de Ibitirama - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO– ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35) 1,00

REGINALDO SIMÃO DE SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

IAN FERREIRA PIROVANI DOS SANTOS
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA

ANA PAULA ALMEIDA CHAVES
CONTADORA
CRC ES-023674/O-8

Iconha

Decreto

DECRETO INDIVIDUAL Nº 8.391/2025

ALTERA DISPOSITIVO DO DECRETO INDIVIDUAL 8323/2024, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ICONHA, ESTADO DO ESPIRITO SANTO, no uso das atribuições legais;

Considerando o disposto no art. artigo 118 da Lei nº 8.213/91;

Art. 118. O segurado que sofreu acidente do trabalho tem garantida, pelo prazo mínimo de doze meses, a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio-doença acidentário, independentemente de percepção de auxílio-acidente.

DECRETA

Art. 1º O Decreto Individual Nº 8.323/2024 de 30 de Dezembro de 2024, passa vigorar com a seguinte redação:

***Art. 1º** - Fica Prorrogado até a data de 26/01/2025, o contrato de trabalho da Assistente de Sala, Srª Dulcineia Pereira Salaroli, matrícula nº 031311-01, lotada na Secretaria Municipal de Educação.*

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

ICONHA-ES, 29 de Janeiro de 2025.

GEDSON BRANDÃO PAULINO
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1481083

DECRETO Nº 4.521, DE 29 DE JANEIRO DE 2025.

ALTERA O DECRETO Nº 4.462 DE 22 DE OUTUBRO DE 2024 QUE NOMEIA AUTORIDADE SANITÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ICONHA**, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o solicitado através do Processo 2025-WJRN6;

DECRETA:

Art. 1º - O art. 1º do Decreto nº 4.464 de 22 de outubro de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - Ficam nomeados os servidores abaixo relacionados como **AUTORIDADE SANITÁRIA** para apoiar as atividades relacionadas ao Serviço de Vigilância Sanitária:

LEILIANI FURLAN CHICON GUEDES
SANDRA REGINA REIS GAMBARDELA
SCHARLENE PETERLE PAIXÃO MACHADO
VALDINEI SOUZA LIMA
DAMIANE SILOTI PEREIRA CARDOSO
ANDRESSO CARDOSO LOYOLA
GENEANDERSON DA COSTA BIANCARDI

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias, em especial o Decreto nº 4.482 de 27 de novembro de 2024.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Iconha, aos 29 (vinte e nove) dias do mês de janeiro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

GEDSON BRANDÃO PAULINO
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1481096

Irupi

Aditivo

RESUMO DO 9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 057/2022
Tomada de Preços nº. 004/2022
Processo Administrativo nº 000405/2022.
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE IRUPI - ES.
IDCidadES: 2022.033E0700001.01.0008
CONTRATADO: C. S. COSTA COMERCIO E SERVIÇOS AMBIENTAIS EIRELI.
Da Finalidade e Objeto: Este Termo Aditivo tem por objeto a Prorrogação de prazo de vigência do Contrato nº 057/2022.
Da vigência: Fica prorrogada a vigência do Contrato a partir de 30 de janeiro de 2025 à 13 de fevereiro de 2025.
Da Execução: Fica mantido o prazo de execução do Contrato previsto no item 14.2 da Cláusula Décima Quarta do referido contrato.

Irupi/ES, 28 de janeiro de 2025.

Paulino Lourenço da Silva
Prefeito Municipal

Protocolo 1481030

Itaguaçu

Edital

PROCESSO SELETIVO - PROFESSOR MUNICIPAL FORMADOR DO PAES

AGENDA DE REUNIÕES DA COMISSÃO DE SELEÇÃO - ATUALIZAÇÃO

Análise de Currículo e do Plano de Ação			
Data	Horário	Município	STATUS

14/01/2025	7h	São Domingos do Norte	Realizado
14/01/2025	9h30	Alto Rio Novo	Adiado para 23/01/2025
14/01/2025	13h	Itaguaçu	Realizado
14/01/2025	15h30	Marilândia	Adiado para 24/01/2025
15/01/2024	7h	São Roque do Canaã	Realizado
15/01/2024	9h30	Itarana	Realizado
15/01/2024	13h	Pancas	Realizado
15/01/2024	15h30	Governador Lindenberg	Realizado
16/01/2025	7h	Colatina	Adiado para 24/01/2025
16/01/2025	13h30	Baixo Guandu	Realizado

Entrevistas dos candidatos classificados			
Data	Horário	Local	Município
24/01/2025	8h	WEB	São Roque do Canaã
24/01/2024	13h	WEB	São Domingos do Norte
27/01/2024	7h30	WEB	Pancas
27/01/2024	13h	WEB	Itarana
28/01/2024	8h30	SRE	Governador Lindenberg
29/01/2025	9h30	WEB	Itaguaçu
29/01/2025	13h	WEB	Baixo Guandu
30/01/2025	14h	SEMED	Colatina
31/01/2025	7h30	WEB	Alto Rio Novo
03/02/2025	14h	WEB	Marilândia

Protocolo 1481328

Portaria

PORTARIA Nº. 0130/2025

DESIGNA SERVIDOR PARA FISCAL DE CONTRATO DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU/ES.

O Prefeito do Município de Itaguaçu, Estado do Espírito Santo, usando de suas prerrogativas legais, que lhe confere o inciso VIII do Art. 74 da lei Orgânica do Município de Itaguaçu e;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designada a servidora **MARCILESE APARECIDA SAIBEL ZUTION**, Auxiliar Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, para ser fiscal do contrato abaixo relacionado, firmado pela Municipalidade:

I. **CONTRATO Nº 005/2025** - Objeto: prestação pelo CONTRATADO dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de Resíduos de Serviços de Saúde - RSS ao CONTRATANTE, adotando-se o CONTRATADO o processo de esterilização por Autoclave e destinação final adequada dos RSS.

Art. 2° - Os servidores responsáveis pela fiscalização deverão informar à Administração sobre eventuais vícios, irregularidades ou baixa qualidade do equipamento prestado pela empresa contratada, propor as soluções e as sanções que forem cabíveis para a regularização das faltas e defeitos observados, conforme o Decreto nº 8.065/2015 que aprova a instrução normativa SSP nº 42/2015, que "dispõe sobre normas e procedimentos para acompanhamento e o controle de execução dos contratos".

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itaguaçu/ES, 28 de janeiro de 2025.

DARLY DETTMANN
Prefeito Municipal

Publicado em 28/01/2025.

EDVÂNIA SONIA PAGUNG SOARES DA MOTA
Secretária Municipal de Administração
Decreto nº. 11.427/2025

Protocolo 1480986

Aditivo

RESUMO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 146/2022

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU/ES
CONTRATADO: J & N TRANSPORTE ESCOLAR E FRETAMENTO LTDA

Objeto: Fica prorrogada a vigência constante na Clausula Terceira, para até **29/12/2025**, contados a partir de **30/12/2024**. Contudo, o presente contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração Pública assim que homologado novo processo licitatório inerente ao objeto deste contrato.

Ficam aditados em 4, 94 % os valores dos itens 001 e 002 no Anexo I deste contrato e fica aditado o valor de **R$ 263.833,20 (duzentos e sessenta e três mil, oitocentos e trinta e três reais e vinte centavos)** na Cláusula Segunda e no Anexo I deste Contrato.

Durante a vigência da prestação de serviços o instrumento contratual poderá sofrer alguma alteração, ser rescindido e seu término antecipado, em razão da Assinatura do Termo de Ajustamento de Gestão da Educação referente ao processo TC nº 1295/2022 e Acórdão TC nº 111/2023, que poderá acarretar algumas mudanças a partir do ano letivo de 2025.

As partes, de comum acordo, celebram o presente aditivo, que tem efeito retroativo à data de **29 de dezembro de 2024**, conforme orientação e parecer da assessoria jurídica, ficando expressamente estabelecido que todas as disposições aqui contidas se aplicam a partir dessa data, independentemente da data de assinatura deste instrumento.

Data assinatura: 21 de janeiro de 2025.
ID: 2022.034E0700001.01.0050

Itaguaçu/ES, 29 de janeiro de 2025
DARLY DETTMANN
Prefeito Municipal

Protocolo 1480944

Itarana

Portaria

PORTARIA Nº 057/2025

NOMEIA CHEFE DE DIVISÃO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO, CULTURA E TURISMO

O Prefeito do Município de Itarana, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 84, V, e nos termos do art. 114, II, "*a*", todos da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO as justificativas constantes no processo administrativo nº 000653/2025.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **MATHEUS HERZOG CASIMIRO PEREIRA**, para exercer o cargo em Comissão de Chefe de Divisão de Atividades Comunitárias na Secretaria Municipal de Desporto, Cultura e Turismo - SEDECULT, conforme a Lei Complementar nº 013/2014, a partir do dia 03 de fevereiro de 2025, encerrando-se em 31 de dezembro de 2025.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itarana/ES, 29 de janeiro de 2025.

VANDER PATRICIO
Prefeito do Município de Itarana

Protocolo 1480926

PORTARIA Nº 058/2025

NOMEIA CHEFE DE SERVIÇO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO, CULTURA E TURISMO

O Prefeito do Município de Itarana, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 84, V, e nos termos do art. 114, II, "*a*", todos da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO as justificativas constantes no processo administrativo nº 000642/2025.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **SAMARA CHIABAI**, para exercer o cargo em Comissão de Chefe de Serviço de Criação e Divulgação na Secretaria Municipal de Desporto, Cultura e Turismo - SEDECULT, conforme a Lei Complementar nº 013/2014, a partir do dia 03 de fevereiro de 2025, encerrando-se em 31 de dezembro de 2025.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itarana/ES, 29 de janeiro de 2025.

VANDER PATRICIO
Prefeito do Município de Itarana

Protocolo 1480928

PORTARIA Nº 059/2025

NOMEIA ASSESSOR NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO, CULTURA E TURISMO

O Prefeito do Município de Itarana, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 84, V, e nos termos do art. 114, II, "*a*", todos da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO as justificativas constantes no processo administrativo nº 000649/2025.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **LARISSA MACHARETE GONÇALVES**, para exercer o cargo em Comissão de Assessor na Unidade de Apoio Setorial na Secretaria Municipal de Desporto, Cultura e Turismo - SEDECULT, conforme a Lei Complementar nº 013/2014 e Lei nº 575/1998, a partir do dia 03 de fevereiro de 2025, encerrando-se em 31 de dezembro de 2025.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itarana/ES, 29 de janeiro de 2025.

VANDER PATRICIO
Prefeito do Município de Itarana

Protocolo 1480934

PORTARIA Nº 060/2025

LOCALIZA SERVIDOR

O Prefeito do Município de Itarana, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 84, V, e nos termos do art. 114, II, "*b*", todos da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO as justificativas constantes no processo administrativo nº 005821/2024.

RESOLVE:

Art. 1º - **LOCALIZAR** a servidora **MARIA DAS MERCES DO CARMO DELAI**, matrícula nº 003445, Auxiliar de Serviços Gerais, na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, para atuar na CMEI "Santa Terezinha Ana Gomes de Abreu Toniato", a partir do

dia 01 de fevereiro de 2025.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itarana/ES, 29 de janeiro de 2025.

VANDER PATRICIO
Prefeito do Município de Itarana

Protocolo 1481001

PORTARIA Nº 061/2025

NOMEIA DIRETOR DE DEPARTAMENTO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO, CULTURA E TURISMO

O Prefeito do Município de Itarana, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 84, V, e nos termos do art. 114, II, "*a*", todos da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO as justificativas constantes no processo administrativo nº 000639/2025.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **RONALDO BRANDENBURG JUNIOR**, para exercer o cargo em Comissão de Diretor de Departamento de Desporto, na Secretaria Municipal de Desporto, Cultura e Turismo - SEDECULT, conforme a Lei nº 575/1998, Lei Complementar nº 013/2014 e Lei Complementar n° 014/2014, a partir do dia 03 de fevereiro de 2025, encerrando-se em 31 de dezembro de 2025.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itarana/ES, 29 de janeiro de 2025.

VANDER PATRICIO
Prefeito do Município de Itarana

Protocolo 1481138

PORTARIA Nº 062/2025

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORES

O Prefeito do Município de Itarana, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 84, V, e nos termos do art. 114, II, "*a*", todos da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Dar o direito ao gozo das férias aos servidores abaixo discriminados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS - SMTOSU:

ALEXANDRE ALVES PORTELA
Período Aquisitivo - 08/11/2023 a 07/11/2024
Data de gozo para férias - 13/02/2025 a 14/03/2025

PAULO SERGIO PEREIRA
Período Aquisitivo - 18/02/2024 a 17/02/2025
Data de gozo para férias - 20/02/2025 a 21/03/2025

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE - SEMAMA:

ELIVAL TRINTINI CASTIGLIONI
Período Aquisitivo - 03/09/2022 a 02/09/2023
Data de gozo para férias - 03/02/2025 a 04/03/2025

ENDERSON CALDEIRAS
Período Aquisitivo - 05/09/2022 a 04/09/2023
Data de gozo para férias - 03/02/2025 a 04/03/2025

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - SEMAF:

ELISABETH DE SOUZA
Período Aquisitivo - 16/02/2024 a 15/02/2025
Data de gozo para férias - 17/02/2025 a 03/03/2025

MARCIA ELINA FIOROTTI CORDEIRO
Período Aquisitivo - 01/04/2022 a 31/03/2023
Data de gozo para férias - 14/02/2025 a 28/02/2025

PATRICK CANCIAN
Período Aquisitivo - 07/02/2024 a 06/02/2025
Data de gozo para férias - 14/02/2025 a 28/02/2025

VALERIA COAN CIURLETTI
Período Aquisitivo - 01/02/2023 a 31/01/2024

Data de gozo para férias - 03/02/2025 a 04/03/2025

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMAS:

MONICA MENEGHEL DELBONI
Período Aquisitivo - 17/03/2023 a 16/03/2024
Data de gozo para férias - 03/02/2025 a 04/03/2025

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS:

CLEDIMA HOLZ
Período Aquisitivo - 02/01/2024 a 01/01/2025
Data de gozo para férias - 03/02/2025 a 04/03/2025

ELISANGELA MARQUEZ COVRE
Período Aquisitivo - 03/09/2023 a 02/09/2024
Data de gozo para férias - 10/02/2025 a 19/02/2025

ERLI PEREIRA DA SILVA FIOROTTI
Período Aquisitivo - 08/09/2023 a 07/09/2024
Data de gozo para férias - 03/02/2025 a 04/03/2025

MARCELO FIOROTTI SANTIAGO
Período Aquisitivo - 02/10/2023 a 01/10/2024
Data de gozo para férias - 24/02/2025 a 15/03/2025

ROSA HELENA DELEPRANE FIOROTTI
Período Aquisitivo - 03/09/2023 a 02/09/2024
Data de gozo para férias - 03/02/2025 a 17/02/2025

SILVANA MARIA COLOMBO
Período Aquisitivo - 02/01/2024 a 01/01/2025
Data de gozo para férias - 10/02/2025 a 01/03/2025

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itarana/ES, 29 de janeiro de 2025.

VANDER PATRICIO
Prefeito do Município de Itarana

Protocolo 1481723

Termos

TERMO DE APOSTILAMENTO

Processo Administrativo nº 00265/2024

TERMO DE APOSTILAMENTO DO REAJUSTAMENTO DA 3ª (TERCEIRA) E 4ª (QUARTA) MEDIÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 079/2020, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ITARANA/ES E A EMPRESA SINGULAR CONSTRUÇÕES EIRELI. ARTIGOS 40, XI, 55, III, E 65, § 8º, DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93. CLÁSULA QUINTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 079/2020.

O MUNICÍPIO DE ITARANA/ES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Elias Estevão Colnago, nº 65, cidade de Itarana/ES, inscrito no CNPJ sob o nº 27 104 363/0001-23, neste ato representado pelo Senhor Prefeito Municipal **VANDER PATRICIO**, brasileiro, divorciado, residente na Zona Rural S/N, Itaraninha, Município de Itarana/ES, inscrito no CPF sob o nº 096.803.847-64 e portador do RG nº 1.858.186, eleito para o quatriênio 2025/2028, firma o presente **APOSTILAMENTO**, nos termos dos Artigos 40, XI, 55, III, e 65, § 8º, da Lei federal nº 8.666/93 e Cláusula Quinta do Contrato Administrativos nº 079/2020, com vista a proceder o pagamento no valor de **R$ 1.962,22 (um mil, novecentos e sessenta e dois reais e vinte e dois centavos)**, referente ao pagamento do reajustamento dos serviços executados entre 16/12/2021 a 06/06/2022, da 3ª (terceira) medição, e **R$ 18.117,44 (dezoito mil, cento e dezessete reais e quarenta e quatro centavos)**, referente ao pagamento do reajustamento dos serviços executados entre 07/06/2022 a 30/11/2023, da 4ª (quarta) medição, totalizando o valor de **R$ 20.079,66 (vinte mil setenta e nove reais e sessenta e seis centavos)** referente a prestação dos serviços de execução de obra de drenagem e pavimentação em blocos de concreto tipo "UNI-STEIN", nas ruas do Bairro Cohab, Itarana/ES, objeto do Contrato Administrativo nº 079/2020.

Itarana/ES, 29 de janeiro de 2025.

VANDER PATRICIO
Prefeito Municipal

Protocolo 1481065

TERMO DE APOSTILAMENTO

Processo Administrativo nº 00275/2024

TERMO DE APOSTILAMENTO DO REAJUSTAMENTO DA 19ª (DÉCIMA NONA) E 20ª (VIGÉSIMA) MEDIÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 079/2020, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ITARANA/ES E A EMPRESA SINGULAR CONSTRUÇÕES EIRELI. ARTIGOS 40, XI, 55, III, E 65, § 8º, DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93. CLÁSULA QUINTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 079/2020.

O MUNICÍPIO DE ITARANA/ES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Elias Estevão Colnago, 65, cidade de Itarana/ES, inscrito no CNPJ sob o nº 27 104 363/0001-23, neste ato representado pelo senhor Prefeito Municipal **VANDER PATRICIO**, brasileiro, divorciado, residente na Zona Rural S/N, Itaraninha, Município de Itarana/ES, inscrito no CPF sob o nº 096.803.847-64 e portador do RG nº 1.858.186, eleito para o quatriênio 2025/2028, firma o presente **APOSTILAMENTO**, nos termos dos Artigos 40, XI, 55, III, e 65, § 8º, da Lei federal nº 8.666/93 e Cláusula Quinta do Contrato Administrativos nº 079/2020, com vista a proceder o pagamento no valor de **R$ 69.409,99 (sessenta e nove mil, quatrocentos e nove reais e noventa e nove centavos)**, referente ao pagamento do reajustamento dos serviços executados entre 16/07/2023 a 30/09/2023, da 19ª (décima nona) medição, e **R$ 38.440,03 (trinta e oito mil, quatrocentos e quarenta reais e três centavos)**, referente ao pagamento do reajustamento dos serviços executados entre 01/10/2023 a 20/12/2023, da 20ª (vigésima) medição, totalizando o valor de **R$ 107.850,02 (cento e sete mil, oitocentos e cinquenta reais e dois centavos)** referente a prestação dos serviços de execução de obra de drenagem e pavimentação em blocos de concreto tipo "UNI-STEIN", nas ruas do Bairro Cohab, Itarana/ES, objeto do Contrato Administrativo nº 079/2020.

Itarana/ES, 29 de janeiro de 2025.

VANDER PATRICIO
Prefeito Municipal

Protocolo 1481075

TERMO DE APOSTILAMENTO

Processo Administrativo nº 005594/2024

TERMO DE APOSTILAMENTO DO REAJUSTAMENTO DA 21ª (VIGÉSIMA PRIMEIRA) MEDIÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 079/2020, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ITARANA/ES E A EMPRESA SINGULAR CONSTRUÇÕES EIRELI. ARTIGOS 40, XI, 55, III, E 65, § 8º, DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93. CLÁSULA QUINTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 079/2020.

O MUNICÍPIO DE ITARANA/ES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Elias Estevão Colnago, 65, cidade de Itarana/ES, inscrito no CNPJ sob o nº 27 104 363/0001-23, neste ato representado pelo senhor Prefeito Municipal **VANDER PATRICIO**, brasileiro, divorciado, residente na Zona Rural S/N, Itaraninha, Município de Itarana/ES, inscrito no CPF sob o nº 096.803.847-64 e portador do RG nº 1.858.186, eleito para o quatriênio 2025/2028, firma o presente **APOSTILAMENTO**, nos termos dos Artigos 40, XI, 55, III, e 65, § 8º, da Lei federal nº 8.666/93 e Cláusula Quinta do Contrato Administrativos nº 079/2020, com vista a proceder o pagamento no valor de **R$ 17.935,66 (dezessete mil, novecentos e trinta e cinco reais e sessenta**

e seis centavos), referente ao pagamento do reajustamento dos serviços executados entre 21/12/2023 a 31/07/2024, da 21ª (vigésima primeira) medição, referente a prestação dos serviços de execução de obra de drenagem e pavimentação em blocos de concreto tipo "UNI-STEIN", nas ruas do Bairro Cohab, Itarana/ES, objeto do Contrato Administrativo nº 079/2020.

Itarana/ES, 29 de janeiro de 2025.

VANDER PATRICIO
Prefeito Municipal

Protocolo 1481084

Contrato

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO N° 304/2025

Processo n° 000556/2025 de 21/01/2025.
Origem: Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITARANA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 27.104.363/0001-23, sediado à Rua Elias Estevão Colnago, n° 65, Centro, Itarana/ES, representado pelo Prefeito Sr. Vander Patricio, brasileiro, divorciado, residente na Rua Francisco Perin, n° 65, Itaraninha - Itarana/ES, portador do CPF nº 096.803.847-64.

CONTRATADA: KEROLA APARECIDA BRAUN, brasileira, solteira, portadora do CPF n° 113.844.167-81 e RG nº 3.540.935-ES, residente nesta cidade.

BASE LEGAL: Contrato Administrativo de Trabalho em regime especial temporário regulado pela Lei Municipal n° 856/2008 que "Autoriza o executivo municipal a realizar contratação temporária de pessoal para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do Inciso IX do art. 37 da CF e dá outras providências" e pela Lei Municipal n° 813/2008, que "Dispõe sobre o plano de cargos e carreiras e define o sistema de vencimentos dos servidores públicos dos quadros de cargos do poder executivo e dá outras providências", que se regerá pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A CONTRATADA será lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, para atuar na EMEIEF "Luiza Grimaldi", como **Agente Administrativo**, nível V, padrão de vencimento A, com vencimento-base de R$ 1.939,94 (um mil e novecentos e trinta e nove reais e noventa e quatro centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA: A carga horária da CONTRATADA será de 35 (trinta e cinco) horas semanais, e suas atribuições serão exercidas de acordo com o plano de trabalho a ser determinado pelo Secretário respectivo com observância da Lei Municipal n° 813/2008.

CLÁUSULA TERCEIRA: Nos termos do art. 4º da Lei Municipal nº 856/2008, ficam assegurados à CONTRATADA, os seguintes direitos:
3.1. Jornada de trabalho, serviço extraordinário, repouso semanal remunerado, adicional noturno, nos termos da Lei;
3.2. Férias remuneradas à razão de 1/12 (um doze avos) por mês de trabalho, se igual ou superior a 30 (trinta) dias;
3.3. Décimo terceiro vencimento, proporcional ao tempo de serviço prestado, se igual ou superior a 30 (trinta) dias;
3.4. Licenças:
3.4.1. Para tratamento de saúde, com base em perícia médica;
3.4.2. Por motivo de acidente em trabalho;
3.4.3. A maternidade, na forma da Lei;
3.4.4. A paternidade, na forma da Lei.

CLÁUSULA QUARTA: A CONTRATADA **não poderá:**
4.1. Receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;
4.2. Ser nomeada ou designada, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança;

4.3. Cumular cargo público, exceto as acumulações permitidas constitucionalmente, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de autoridade solicitante da admissão.

CLÁUSULA QUINTA: A CONTRATADA está sujeita aos mesmos deveres e proibições, bem como ao mesmo regime de responsabilidade, vigente para os servidores públicos municipais e será vinculada para efeito previdenciário, ao Regime Geral de Previdência Social, na forma da Lei 9.717/98.

CLÁUSULA SEXTA: A vigência do presente contrato tem como termo inicial o dia **03 de fevereiro de 2025 e termo final em 04 de agosto de 2025**.

CLÁUSULA SÉTIMA: São causas de extinção do presente contrato, sem direito à indenização:
7.1. O término do prazo contratual;
7.2. A iniciativa da CONTRATADA;
7.3. A conveniência administrativa, através de ato unilateral, pela Administração;
7.4. A conduta da CONTRATADA incompatível com os serviços prestados, devidamente apurada em sindicância administrativa.

CLÁUSULA OITAVA: O Foro competente para dirimir questões deste Contrato é o da Comarca de Itarana/ES.

Estando de pleno acordo, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, perante as testemunhas, para que surtam seus legais efeitos.

Itarana/ES, 29 de janeiro de 2025.

CONTRATANTE:

VANDER PATRICIO
Prefeito do Município de Itarana/ES

CONTRATADA:

KEROLA APARECIDA BRAUN

TESTEMUNHAS:

Protocolo 1480938

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO N° 305/2025

Processo n° 000696/2025 de 29/01/2025.
Origem: Gabinete do Prefeito.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITARANA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 27.104.363/0001-23, sediado à Rua Elias Estevão Colnago, n° 65, Centro, Itarana/ES, representado pelo Prefeito Sr. Vander Patricio, brasileiro, divorciado, residente na Rua Francisco Perin, n° 65, Itaraninha - Itarana/ES, portador do CPF nº 096.803.847-64.

CONTRATADA: MARIA CRISTINA BERGAMASCHI DE MARTIN, brasileira, solteira, portadora do CPF n° 171.426.597-85 e RG nº 3.932.908-ES, residente nesta cidade.

BASE LEGAL: Contrato Administrativo de Trabalho em regime especial temporário regulado pela Lei Municipal n° 856/2008 que "Autoriza o executivo municipal a realizar contratação temporária de pessoal para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do Inciso IX do art. 37 da CF e dá outras providências" e pela Lei Municipal n° 813/2008, que "Dispõe sobre o plano de cargos e carreiras e define o sistema de vencimentos dos servidores públicos dos quadros de cargos do poder executivo e dá outras providências", que se regerá pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A CONTRATADA será lotada no Gabinete do Prefeito, como **Auxiliar Administrativo**, nível IV, padrão de vencimento A, com vencimento-base de R$ 1.763,58 (um mil e setecentos e sessenta e três reais e cinquenta e oito centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA: A carga horária da CONTRATADA será de 35 (trinta e cinco) horas semanais, e suas atribuições serão exercidas de acordo com o plano de trabalho a ser determinado pelo Secretário respectivo com observância da Lei Municipal n° 813/2008.

CLÁUSULA TERCEIRA: Nos termos do art. 4º da Lei Municipal nº 856/2008, ficam assegurados à CONTRATADA, os seguintes direitos:
3.1. Jornada de trabalho, serviço extraordinário, repouso semanal remunerado, adicional noturno, nos termos da Lei;
3.2. Férias remuneradas à razão de 1/12 (um doze avos) por mês de trabalho, se igual ou superior a 30 (trinta) dias;
3.3. Décimo terceiro vencimento, proporcional ao tempo de serviço prestado, se igual ou superior a 30 (trinta) dias;
3.4. Licenças:
3.4.1. Para tratamento de saúde, com base em perícia médica;
3.4.2. Por motivo de acidente em trabalho;
3.4.3. A maternidade, na forma da Lei;
3.4.4. A paternidade, na forma da Lei.

CLÁUSULA QUARTA: A CONTRATADA **não poderá:**
4.1. Receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;
4.2. Ser nomeada ou designada, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança;

4.3. Cumular cargo público, exceto as acumulações permitidas constitucionalmente, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de autoridade solicitante da admissão.

CLÁUSULA QUINTA: A CONTRATADA está sujeita aos mesmos deveres e proibições, bem como ao mesmo regime de responsabilidade, vigente para os servidores públicos municipais e será vinculada para efeito previdenciário, ao Regime Geral de Previdência Social, na forma da Lei 9.717/98.

CLÁUSULA SEXTA: A vigência do presente contrato tem como termo inicial o dia **03 de fevereiro de 2025 e termo final em 31 de dezembro de 2025**.

CLÁUSULA SÉTIMA: São causas de extinção do presente contrato, sem direito à indenização:
7.1. O término do prazo contratual;
7.2. A iniciativa da CONTRATADA;
7.3. A conveniência administrativa, através de ato unilateral, pela Administração;
7.4. A conduta da CONTRATADA incompatível com os serviços prestados, devidamente apurada em sindicância administrativa.

CLÁUSULA OITAVA: O Foro competente para dirimir questões deste Contrato é o da Comarca de Itarana/ES.

Estando de pleno acordo, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, perante as testemunhas, para que surtam seus legais efeitos.

Itarana/ES, 29 de janeiro de 2025.

CONTRATANTE:

VANDER PATRICIO
Prefeito do Município de Itarana/ES

CONTRATADA:

MARIA CRISTINA BERGAMASCHI DE MARTIN

TESTEMUNHAS:

Protocolo 1481112

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO N° 306/2025

Processo n° 000656/2025 de 27/01/2025.
Origem: Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITARANA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO/SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 27.104.363/0001-23, sediado à Rua Elias Estevão Colnago, n° 65, Centro, Itarana/ES, representado pelo Prefeito Sr. Vander Patricio, brasileiro, divorciado, residente na Rua Francisco Perin, n° 65, Itaraninha - Itarana/ES, portador do CPF nº 096.803.847-64 e pela Secretária Municipal de Saúde, Srª Vanessa Arrivabene, brasileira, divorciada, residente na Rua José Colnago n° 720, Centro - Itarana/ES, portadora do CPF nº 030.987.947-71.

CONTRATADO: DIEGO AGUIRRE DOS SANTOS, brasileiro, casado, residente nesta cidade, portador do CPF nº 009.427.840-73, RG nº 9090512022-RS e COREN-ES nº 1083964-TE.

BASE LEGAL: Contrato Administrativo de Trabalho em regime especial temporário regulado pela Lei Municipal nº 856/2008 que "Autoriza o executivo municipal a realizar contratação temporária de pessoal para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do Inciso IX do art. 37 da CF e dá outras providências", pela Lei Municipal nº 814/2008 que "Dispõe sobre a estruturação do plano de cargos, carreiras e vencimento da Secretaria Municipal de Saúde de Itarana e dá outras providências" e pela Lei Municipal nº 373/91 que "Institui o Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências", que se regerá pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O CONTRATADO será lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, como **Técnico em Enfermagem**, nível II, padrão de vencimento A, com vencimento-base de R$ 2.133,93 (dois mil e cento e trinta e três reais e noventa e três centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA: A carga horária do CONTRATADO será de 35 (trinta e cinco) horas semanais, e suas atribuições serão exercidas de acordo com o plano de trabalho a ser determinado pelo Secretário respectivo com observância da Lei Municipal nº 814/2008.

CLÁUSULA TERCEIRA: Nos termos do art. 4º da Lei Municipal nº 856/2008, ficam assegurados ao CONTRATADO, os seguintes direitos:
3.1. Jornada de trabalho, serviço extraordinário, repouso semanal remunerado, adicional noturno, nos termos da Lei;
3.2. Férias remuneradas à razão de 1/12 (um doze avos) por mês de trabalho, se igual ou superior a 30 (trinta) dias;
3.3. Décimo terceiro vencimento, proporcional ao tempo de serviço prestado, se igual ou superior a 30 (trinta) dias;
3.4. Licenças:
3.4.1. Para tratamento de saúde, com base em perícia médica;
3.4.2. Por motivo de acidente em trabalho;
3.4.3. A maternidade, na forma da Lei;
3.4.4. A paternidade, na forma da Lei.

CLÁUSULA QUARTA: O CONTRATADO **não poderá:**
4.1. Receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;
4.2. Ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança;
4.3. Cumular cargo público, exceto as acumulações permitidas constitucionalmente, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de autoridade solicitante da admissão.

CLÁUSULA QUINTA: O CONTRATADO está sujeito aos mesmos deveres e proibições, bem como ao mesmo regime de responsabilidade, vigente para os servidores públicos municipais e será vinculada para efeito previdenciário, ao Regime Geral de Previdência Social, na forma da Lei 9.717/98.

CLÁUSULA SEXTA: A vigência do presente contrato tem como termo inicial o dia **03 de fevereiro de 2025 e termo final em 31 de dezembro de 2025**.

CLÁUSULA SÉTIMA: São causas de extinção do presente contrato, sem direito à indenização:
7.1. O término do prazo contratual;
7.2. A iniciativa do CONTRATADO;
7.3. A conveniência administrativa, através de ato unilateral, pela Administração;
7.4. A conduta do CONTRATADO incompatível com os serviços prestados, devidamente apurada em sindicância administrativa.

CLÁUSULA OITAVA: O Foro competente para dirimir questões deste Contrato é o da Comarca de Itarana/ES.

Estando de pleno acordo, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, perante as testemunhas, para que surtam seus legais efeitos.

Itarana/ES, 29 de janeiro de 2025.

CONTRATANTE:

VANDER PATRICIO
Prefeito do Município de Itarana

VANESSA ARRIVABENE
Secretária Municipal de Saúde - SEMUS

CONTRATADO:

DIEGO AGUIRRE DOS SANTOS

TESTEMUNHAS:

Protocolo 1481129

RESUMO DO CONTRATO Nº 003/**2025**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA/ES, CNPJ Nº 27.104.363/0001-23
CONTRATADO: WESGLY DE M SALES, CNPJ Nº 27.612.207/0001-73
OBJETO: Constitui objeto deste Instrumento objetivo estabelecer os requisitos mínimos necessários para a contratação da prestação de serviços de assessoria e consultoria, abrangendo a realização de palestra com o tema "Práticas Eficazes dos Educadores Escolares que Conduzem os Estudantes ao Aprendizado".
VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de **90 (noventa) dias**, contados a partir do primeiro dia útil após a publicação do seu extrato no Diário Oficial dos Municípios do Espírito Santo (DOM/ES), sem possibilidade de prorrogação.
VALOR: R$ 17.000,00 (Dezessete mil reais)
AMPARO LEGAL: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2025
PROCESSO Nº: 005420/2024 de 03 de dezembro de 2024 - Secretaria Municipal de Educação - SEMED

ID CidadES Contratação nº 2025.036E0700001.10.0001

Itarana/ES, 29 de janeiro de 2025

Vander Patricio
Prefeito do Município de Itarana

Protocolo 1481525

RESUMO DO CONTRATO Nº 004/**2025**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA/ES, CNPJ Nº 27.104.363/0001-23
CONTRATADO: INSTITUTO CONHECER, CNPJ Nº 17.681.574/0001-75
OBJETO: Constitui objeto deste Instrumento objetivo estabelecer os requisitos mínimos necessários para a contratação da prestação de serviços de assessoria e consultoria, abrangendo a realização de palestra com o tema "Literatura e a formação do leitor: como ser mediadores de leitura".
VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de **90 (noventa) dias**, contados a partir do primeiro dia útil após a publicação do seu extrato no Diário Oficial dos Municípios do Espírito Santo (DOM/ES), sem possibilidade de prorrogação.
VALOR: R$ 12.000,00 (Doze mil reais)
AMPARO LEGAL: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2025
PROCESSO N°: 000092/2025 de 03 de janeiro de 2025 - Secretaria Municipal de Educação - SEMED

ID CidadES Contratação nº 2025.036E0700001.10.0002

Itarana/ES, 29 de janeiro de 2025

Vander Patricio
Prefeito do Município de Itarana

Protocolo 1481562

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO N° 307/2025

Processo n° 000693/2025 de 28/01/2025.
Origem: Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITARANA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO/SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 27.104.363/0001-23, sediado à Rua Elias Estevão Colnago, n° 65, Centro, Itarana/ES, representado pelo Prefeito Sr. Vander Patricio, brasileiro, divorciado, residente na Rua Francisco Perin, n° 65, Itaraninha - Itarana/ES, portador do CPF nº 096.803.847-64 e pela Secretária Municipal de Saúde, Srª Vanessa Arrivabene, brasileira, divorciada, residente na Rua José Colnago n° 720, Centro - Itarana/ES, portadora do CPF nº 030.987.947-71.

CONTRATADA: VALDIRENE COELHO DE ARAUJO, brasileira, divorciada, portadora do CPF nº 110.616.737-66 e RG nº 4.046.107-ES, residente nesta cidade.

BASE LEGAL: Contrato Administrativo de Trabalho em regime especial temporário regulado pela Lei Municipal n° 856/2008 que "Autoriza o executivo municipal a realizar contratação temporária de pessoal para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do Inciso IX do art. 37 da CF e dá outras providências", pela Lei Municipal n° 813/2008, que "Dispõe sobre o plano de cargos e carreiras e define o sistema de vencimentos dos servidores públicos dos quadros de cargos do poder executivo e dá outras providências" e pela Lei Municipal nº 373/91 que "Institui o Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências", que se regerá pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A CONTRATADA será lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, como **Auxiliar Administrativo**, nível IV, padrão de vencimento A, com vencimento-base de R$ 1.763,58 (um mil e setecentos e sessenta e três reais e cinquenta e oito centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA: A carga horária da CONTRATADA será de 35 (trinta e cinco) horas semanais, e suas atribuições serão exercidas de acordo com o plano de trabalho a ser determinado pelo Secretário respectivo com observância da Lei Municipal n° 813/2008.

CLÁUSULA TERCEIRA: Nos termos do art. 4º da Lei Municipal nº 856/2008, ficam assegurados a CONTRATADA, os seguintes direitos:
3.1. Jornada de trabalho, serviço extraordinário, repouso semanal remunerado, adicional noturno, nos termos da Lei;
3.2. Férias remuneradas à razão de 1/12 (um doze avos) por mês de trabalho, se igual ou superior a 30 (trinta) dias;
3.3. Décimo terceiro vencimento, proporcional ao tempo de serviço prestado, se igual ou superior a 30 (trinta) dias;
3.4. Licenças:
3.4.1. Para tratamento de saúde, com base em perícia médica;
3.4.2. Por motivo de acidente em trabalho;
3.4.3. A maternidade, na forma da Lei;
3.4.4. A paternidade, na forma da Lei.

CLÁUSULA QUARTA: A CONTRATADA **não poderá:**
4.1. Receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;
4.2. Ser nomeada ou designada, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança;
4.3. Cumular cargo público, exceto as acumulações permitidas constitucionalmente, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de autoridade solicitante da admissão.

CLÁUSULA QUINTA: A CONTRATADA está sujeita aos mesmos deveres e proibições, bem como ao mesmo regime de responsabilidade, vigente para os servidores públicos municipais e será vinculada para efeito previdenciário, ao Regime Geral de Previdência Social, na forma da Lei 9.717/98.

CLÁUSULA SEXTA: A vigência do presente contrato tem como termo inicial o dia **03 de fevereiro de 2025 e termo final em 31 de dezembro de 2025**.

CLÁUSULA SÉTIMA: São causas de extinção do presente contrato, sem direito à indenização:
7.1. O término do prazo contratual;
7.2. A iniciativa da CONTRATADA;
7.3. A conveniência administrativa, através de ato unilateral, pela Administração;
7.4. A conduta da CONTRATADA incompatível com os serviços prestados, devidamente apurada em sindicância administrativa.

CLÁUSULA OITAVA: O Foro competente para dirimir questões deste Contrato é o da Comarca de Itarana/ES.

Estando de pleno acordo, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, perante as testemunhas, para que surtam seus legais efeitos.

Itarana/ES, 29 de janeiro de 2025.

CONTRATANTE:

VANDER PATRICIO
Prefeito do Município de Itarana

VANESSA ARRIVABENE
Secretária Municipal de Saúde - SEMUS

CONTRATADA:

VALDIRENE COELHO DE ARAUJO

TESTEMUNHAS:

Protocolo 1481591

RESUMO DO CONTRATO Nº 002/**2025**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA/ES, CNPJ Nº 27.104.363/0001-23
CONTRATADO: TRIVALE INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA, inscrita no CNPJ Nº 00.604.122/0001-97
OBJETO: Prestação de serviços de gerenciamento do abastecimento de combustíveis da frota de veículos oficiais e outros equipamentos pertencentes ao município de Itarana, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo I deste contrato.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses meses contados do primeiro dia útil subsequente ao da publicação do extrato no Diário Oficial Dos Municípios do Espírito Santo (DOM/ES).
VALOR: R$ 2.601.000,00 (dois milhões seiscentos e um mil reais)
BASE LEGAL: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2025
PROCESSO N°: 005636/2024 de 13 de dezembro de 2024 - Secretária Municipal de Administração e Finanças - SEMAF

ID CidadES Contratação nº 2025.036E0700001.01.0001

Itarana/ES, 29 de janeiro de 2025

Vander Patricio
Prefeito do Município de Itarana

Protocolo 1481926

RESUMO DO CONTRATO Nº 007/**2025**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA/ES, CNPJ Nº 27.104.363/0001-23 e FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ Nº 14.492.062/0001-72
CONTRATADO: TRIVALE INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA, inscrita no CNPJ Nº 00.604.122/0001-97
OBJETO: Prestação de serviços de gerenciamento do abastecimento de combustíveis da frota de veículos oficiais e outros equipamentos pertencentes ao município de Itarana, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo I deste contrato.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses meses contados do primeiro dia útil subsequente ao da publicação do extrato no Diário Oficial Dos Municípios do Espírito Santo (DOM/ES).
VALOR: R$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais)
BASE LEGAL: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2025
PROCESSO N°: 005636/2024 de 13 de dezembro de 2024 - Secretária Municipal de Administração e Finanças - SEMAF

ID CidadES Contratação nº 2025.036E0700001.01.0001

Itarana/ES, 29 de janeiro de 2025

Vander Patricio
Prefeito do Município de Itarana

Vanessa Arrivabene
Secretária Municipal de Saúde

Protocolo 1481939

Aditivo

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO N° 002/2025

Processo n°: 000551/2025 de 21/01/2025.
Origem: Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITARANA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 27.104.363/0001-23, sediado à Rua Elias Estevão Colnago, n° 65, Centro, Itarana/ES, representado pelo Prefeito Sr. Vander Patricio, brasileiro, divorciado, residente na Rua Francisco Perin, n° 65, Itaraninha - Itarana/ES, portador do CPF nº 096.803.847-64.

CONTRATADA: MARLI LUCIA CORREA, brasileira, casada, portadora do CPF n° 019.836.907-75 e RG nº 865.082-ES, residente nesta cidade.

PRIMEIRA: DO OBJETO DO ADITIVO
O presente Termo tem como finalidade ALTERAR a cláusula primeira do contrato, que passará a viger com a seguinte redação:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A CONTRATADA será lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, para atuar na EMEIEF "Fazenda Camilo Bridi", como **Auxiliar Administrativo**, nível IV, padrão de vencimento A, com vencimento-base de R$ 1.763,58 (um mil e setecentos e sessenta e três reais e cinquenta e oito centavos).

SEGUNDA: **VIGÊNCIA DO ADITIVO**
Este Aditivo passa a viger a partir do dia 01 de fevereiro de 2025.

TERCEIRA: DA RATIFICAÇÃO CONTRATUAL
Ficam ratificadas em todos os seus termos e condições as demais cláusulas do Contrato ora aditado, ficando este Termo fazendo parte integrante e complementar daquele, a fim de que juntos produzam um só efeito.

Estando de pleno acordo, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, perante as testemunhas, para que surtam seus legais efeitos.

Itarana/ES, 29 de janeiro de 2025.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITARANA

CONTRATADA: MARLI LUCIA CORREA

TESTEMUNHAS:

Protocolo 1481015

Jaguaré

Decreto

MUNICÍPIO DE JAGUARÉ
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JAGUARE. ESPÍRITO SANTO
11.822.633/0001-00
DECRETO Nº 0000511/2024
Data 30/12/2024

Município de Jaguaré

O Prefeito Municipal de JAGUARÉ, no Estado do Espírito Santo, usando de atributos legais que lhe são conferidas através da Lei Nº 0001771/2024. Fica suplementado no orçamento da despesa prevista para o exercício de 2024 a importância de R$ 134.676,63 (cento e trinta e quatro mil seiscentos e setenta e seis reais e sessenta e três centavos), nas seguintes dotações:

SUPLEMENTAÇÕES

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
0000004	06006.1012200122.033	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE SAÚDE	260500000000	
	31901100000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		4.599,09
0000031	06006.1030100132.035	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE SERV. EM ESTRATÉGIAS DE SAÚDE FAMILI	260500000000	
	31901100000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		53.016,57
0000069	06006.1030100132.037	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE SERVIÇOS EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE	260500000000	
	31901100000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		6.093,27
0000117	06006.1030200132.042	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE MÉDIA E ALTA CO	260500000000	
	31901100000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		66.252,06
0000134	06006.1030300132.043	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE SERV. DE ATENDIMENTO EM SAÚDE MENT	260500000000	
	31901100000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		4.715,64
TOTAL:				134.676,63

Para a cobertura das suplementações relacionadas no artigo anteiror, serão utilizados os seguintes recursos:
Superávit Financeiro: R$ 134.676,63 (cento e trinta e quatro mil seiscentos e setenta e seis reais e sessenta e três centavos) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Jaguaré-ES., 30 dezembro de 2024

Marcos Antônio Guerra Wandermurem Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE JAGUARÉ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARE ESPÍRITO SANTO
27.744.184/0001-50
DECRETO Nº 0000513/2024
Data 30/12/2024

Município de Jaguaré

O Prefeito Municipal de JAGUARÉ, no Estado do Espírito Santo, usando de atributos legais que lhe são conferidas através da Lei Nº 0001771/2024. Fica suplementado no orçamento da despesa prevista para o exercício de 2024 a importância de R$ 624,35 (seiscentos e vinte e quatro reais e trinta e cinco centavos), nas seguintes dotações:

SUPLEMENTAÇÕES

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
0000171	09009.2369500182.055	MANUTENÇÃO E DESENVOL-VIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE TURISM	150000009999	
	33903000000	MATERIAL DE CONSUMO		624,35
TOTAL:				624,35

Para a cobertura das suplementações relacionadas no artigo anteiror, serão utilizados os seguintes recursos:
Suplementação/Anulação Dotação: R$ 624,35 (seiscentos e vinte e quatro reais e trinta e cinco centavos)

ANULAÇÕES

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
0000003	01001.0412200012.001	MANUTENÇÃO E DESENVOL-VIMENTO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO E	150000009999	
	31901100000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		624,35
TOTAL:				624,35

Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Jaguaré-ES., 30 dezembro de 2024 .

Assinado Digitalmente. Conferência em http://www.jaguare.es.gov.br/transparencia

Marcos Antonio Guerra Wandermurem Prefeito

MUNICÍPIO DE JAGUARÉ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARE ESPÍRITO SANTO
27.744.184/0001-50
DECRETO Nº 0000514/2024
Data 30/12/2024

Município de Jaguaré

O Prefeito Municipal de JAGUARÉ, no Estado do Espírito Santo, usando de atributos legais que lhe são conferidas através da Lei Nº 0001771/2024. Fica suplementado no orçamento da despesa prevista para o exercício de 2024 a importância de R$ 12.139,39 (doze mil cento e trinta e nove reais e trinta e nove centavos), nas seguintes dotações:

SUPLEMENTAÇÕES

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
0000505	17017.0412400302.107	MANUTENÇÃO E DESENVOL-VIMENTO DAS ATIVIDADES DO CONTROLE INTERNO	150000009999	
	31909600000	RESSARCIMENTO DE DESP. DE PESSOAL REQUISITADO		11.539,39
0000512	17017.0412400302.107	MANUTENÇÃO E DESENVOL-VIMENTO DAS ATIVIDADES DO CONTROLE INTERNO	150000009999	
	33904600000	AUXILIO-ALIMENTAÇÃO		600,00
TOTAL:				12.139,39

Para a cobertura das suplementações relacionadas no artigo anteiror, serão utilizados os seguintes recursos:
Suplementação/Anulação Dotação: R$ 12.139,39 (doze mil cento e trinta e nove reais e trinta e nove centavos)

ANULAÇÕES

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
0000149	08008.1339200172.052	MANUTENÇÃO E DESENV. DESTA UNIDADE - GERÊNCIA DE CULTURA	150000009999	
	33903900000	OUTROS SERVICOS DE TERCEI-ROS-PESSOA JURIDICA		12.139,39
TOTAL:				12.139,39

Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Jaguaré-ES., 30 dezembro de 2024 .

Assinado Digitalmente. Conferência em http://www.jaguare.es.gov.br/transparencia

Marcos Antonio Guerra Wandermurem Prefeito

Portaria

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ

Estado Do Espírito Santo

PORTARIA Nº 151, DE 27 DE JANEIRO DE 2025.

MARCOS ANTÔNIO GUERRA WANDERMUREM, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUARÉ, Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições que lhe confere por Lei.

Considerando a necessidade de nomear representante municipal de Jaguaré-ES para representar o prefeito no Colegiado Regional da Microrregião de Águas e Esgoto do Estado do Espírito Santo (MRAE/ES).

R E S O L V E:

Art.1º Fica nomeado Valmir Cesar Cristo como representante municipal de Jaguaré-ES para representar o(a) Prefeito(a), em caso de sua ausência, no Colegiado Regional da Microrregião de Águas e Esgoto do Estado do Espírito Santo (MRAE/ES), conforme Art. 13, inciso II, do Regimento Interno da MRAE/ES.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos vinte e sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte cinco (27.01.2025).

Marcos Antônio Guerra Wandermurem

Prefeito Municipal

Protocolo 1481425

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ

Estado Do Espírito Santo

PORTARIA Nº 152, DE 28 DE JANEIRO DE 2025

" Altera a portaria nº 648 de 28 de julho de 2023 que designa Comissão para avaliar os pedidos de redução de carga horária de servidor nos termos do art. 57, § 5º da Lei 683 de 15 de dezembro de 2006 e dá outras providências"

MARCOS ANTÔNIO GUERRA WANDERMUREM, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUARÉ, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei.

CONSIDERANDO o disposto no art. 57, § 5º da Lei da Lei 683 de 15 de dezembro de 2006, que exige a comprovação, por junta médica oficial ou comissão formada para essa finalidade, para fins de redução de carga horária;

RESOLVE:

Art. 1° - O Art 1° da Portaria nº 648 de 28 de julho de 2023, passa a ter a seguinte redação:

I - Presidente: ROBSON ADRIANO ZANOLI, matrícula nº 06452, Médico

II - Secretário: LUIGE ALEXANDRE TESSARO DE BACKER, matrícula nº 21055, Médico

III - Membro: RAFAELA PEREIRA COSTA, matrícula nº 20018, Enfermeira

Art. 2° - Autorizar o Departamento de Recursos Humanos a adotar as providências legais de praxe decorrentes do disposto neste instrumento.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos vinte oito dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte cinco (28.01.2025).

Marcos Antônio Guerra Wandermurem

Prefeito Municipal

Protocolo 1481881

Termos

Município de Jaguaré - ES - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	JAN/2024	FEV/2024	MAR/2024	ABR/2024	MAI/2024	JUN/2024	JUL/2024	AGO/2024	SET/2024	OUT/2024	NOV/2024	DEZ/2024	Total (Últimos 12 meses) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**5.282.723,11**	**5.787.752,08**	**5.676.657,18**	**5.956.561,98**	**6.326.927,63**	**6.075.904,10**	**5.768.331,66**	**5.937.574,30**	**5.883.255,81**	**5.839.004,44**	**5.916.843,95**	**16.208.575,25**	**80.660.111,49**	**64.047,57**
Pessoal Ativo	5.267.579,09	5.772.608,06	5.661.513,16	5.941.417,96	6.311.783,61	6.060.760,08	5.753.187,64	5.922.430,28	5.868.111,79	5.823.860,42	5.901.699,93	16.180.202,52	80.465.154,54	64.047,57
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis.	4.770.477,08	5.244.731,09	5.125.509,22	5.393.699,77	5.603.360,76	5.393.113,22	5.431.790,74	5.366.304,27	5.314.800,56	5.273.817,68	5.345.561,77	15.103.659,01	73.366.825,17	64.047,57
Obrigações Patronais	497.102,01	527.876,97	536.003,94	547.718,19	708.422,85	667.646,86	321.396,90	556.126,01	553.311,23	550.042,74	556.138,16	1.076.543,51	7.098.329,37	
Pessoal Inativo e Pensionistas	15.144,02	15.144,02	15.144,02	15.144,02	15.144,02	15.144,02	15.144,02	15.144,02	15.144,02	15.144,02	15.144,02	28.372,73	194.956,95	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	9.496,02	9.496,02	9.496,02	9.496,02	9.496,02	9.496,02	9.496,02	9.496,02	9.496,02	9.496,02	9.496,02	22.724,73	127.180,95	
Pensões	5.648,00	5.648,00	5.648,00	5.648,00	5.648,00	5.648,00	5.648,00	5.648,00	5.648,00	5.648,00	5.648,00	5.648,00	67.776,00	
Outras desp. pessoal decorr. contr. terceir. ou Contrat. de forma indiret														
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	**2.035,00**	**555.977,40**	**141.331,84**	**152.852,62**	**119.445,35**	**122.656,53**	**117.771,75**	**134.419,03**	**772.413,83**	**117.637,27**	**118.982,03**	**1.428.518,99**	**3.784.041,64**	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	2.035,00	1.412,00	1.412,00	34.333,18	3.078,16	8.089,81	2.824,00	15.437,00	5.393,84			1.412,00	75.426,99	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração		1.000,00											1.000,00	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados														
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recur		436.390,72	21.445,23						648.037,96			1.071.422,55	2.177.296,46	
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de E		117.174,68	118.474,61	118.519,44	116.367,19	114.566,72	114.947,75	118.982,03	118.982,03	117.637,27	118.982,03	355.684,44	1.530.318,19	
Outras Deduções Constitucionais ou Legais														
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**5.280.688,11**	**5.231.774,68**	**5.535.325,34**	**5.803.709,36**	**6.207.482,28**	**5.953.247,57**	**5.650.559,91**	**5.803.155,27**	**5.110.841,98**	**5.721.367,17**	**5.797.861,92**	**14.780.056,26**	**76.876.069,85**	**64.047,57**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**202.087.661,53**	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art 166-A, § 1º da CF)	2.596.363,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF)	250.000,00	
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)	2.612.200,00	
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais		
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CALCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	**196.629.098,53**	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III a + III b)	**76.940.117,42**	**39,13**
LIMITE MÁXIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	**106.179.713,21**	**54,00**
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	**100.870.727,55**	**51,30**
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	**95.561.741,89**	**48,60**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças E Administração, Emissão: 28/01/2025 , as 15:00:43

Marcos Antonio Guerra Wandermurem
Prefeito

João Marcos Preato Deolindo
Secretario Municipal de Administração e Finanças

Rosemary de Jesus Backer
Responsável Tecnico pela Contabilidade
CRC/ES009014

Município de Jaguaré - ES
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

STN/S 003325/2023

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") R$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2024	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	**6.737.316,17**	**12.314.747,93**	**11.889.599,69**
Dívida Mobiliária			
Dívida Contratual	6.737.316,17	12.314.747,93	11.889.599,69
Empréstimos	6.628.323,77	12.219.328,13	11.810.332,49
Internos	6.628.323,77	12.219.328,13	11.810.332,49
Externos			
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios			
Financiamentos		1.290,00	
Internos		1.290,00	
Externos			
Parcelamento e Renegociação de dívidas	108.992,40	94.129,80	79.267,20
De Tributos			
De Contribuições Previdenciárias			
De Demais Contribuições Sociais	108.992,40	94.129,80	79.267,20
Do FGTS			
Com Instituição Não Financeira			
Demais Dívidas Contratuais			
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos			
Outras Dívidas			
DEDUÇÕES (II)	**56.762.502,94**	**73.682.619,73**	**44.638.629,49**
Disponibilidade de Caixa	56.762.502,94	73.682.619,73	44.638.629,49
Disponibilidade de Caixa Bruta	65.389.434,15	76.164.631,59	53.298.800,53
(-) Restos a Pagar Processados	5.954.906,56	59.539,93	4.996.929,52
(-) Depósitos Restituíves e Valores Vinculados	2.672.024,65	2.422.471,93	3.663.241,52
Demais Haveres Financeiros			
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	**(50.025.186,77)**	**(61.367.871,80)**	**(32.749.029,80)**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**171.826.294,11**	**190.033.808,73**	**202.087.661,53**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	**1.310.000,00**	**2.417.593,00**	**2.596.363,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	**170.516.294,11**	**187.616.215,73**	**199.491.298,53**
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	**3,95**	**6,56**	**5,96**
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	**(29,34)**	**(32,71)**	**(16,42)**
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120,00%	**204.619.552,93**	**225.139.458,88**	**239.389.558,24**
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	**184.157.597,64**	**202.625.512,99**	**215.450.602,42**

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2024	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000			
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	37.968,46	691.959,68	691.959,68
PASSIVO ATUARIAL	4.997.449,85	4.997.449,85	4.997.449,85
RP NÃO-PROCESSADOS	16.505.777,98	4.104.942,12	5.428.177,75
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO			
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP			
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS			

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças E Administração, Emissão: 28/01/2025 , as 15:01:48

Marcos Antonio Guerra Wandermurem
Prefeito

João Marcos Preato Deolindo
Secretario Municipal de Administração e Finanças

Rosemary de Jesus Backer
Responsável Tecnico pela Contabilidade
CRC/ES009014

STN/SI 003325/2023

Município de Jaguaré - ES
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024
RGF - ANEXO 3 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40 § 1º)
R$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2024	
		Até o 1º semestre	Até o 2º semestre
AOS ESTADOS (I)			
Em Operações de Crédito Externas			
Em Operações de Crédito Internas			
AOS MUNICÍPIOS (II)			
Em Operações de Crédito Externas			
Em Operações de Crédito Internas			
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)			
Em Operações de Crédito Externas			
Em Operações de Crédito Internas			
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)			
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	171.826.294,11	190.033.808,73	202.087.661,53
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)	1.310.000,00	2.417.593,00	2.596.363,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	170.516.294,11	187.616.215,73	199.491.298,53
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)			
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22,00 %	37.513.584,70	41.275.567,46	43.888.085,68
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 90,00 %	33.762.226,23	37.148.010,71	39.499.277,11

CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2024	
		Até o 1º semestre	Até o 2º semestre
DOS ESTADOS (IX)			
Em Garantia às operações de Crédito Externas			
Em Garantia às operações de Crédito Internas			
DOS MUNICÍPIOS (X)			
Em Garantia às operações de Crédito Externas			
Em Garantia às operações de Crédito Internas			
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)			
Em Garantia às operações de Crédito Externas			
Em Garantia às operações de Crédito Internas			
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)			
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)			
MEDIDAS CORRETIVAS			

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças E Administração, Emissão: 28/01/2025 , as 15:11:31

Marcos Antonio Guerra Wandermurem
Prefeito

João Marcos Preato Deolindo
Secretario Municipal de Administração e Finanças

Rosemary de Jesus Backer
Responsável Tecnico pela Contabilidade
CRC/ES009014

Município de Jaguaré - ES
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024
RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

STN/ 003325/2023

R$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de Referência	Até o Semeste de Referência (a)
Mobiliária		
Interna		
Externa		
Contratual		**6.000.000,00**
Interna		6.000.000,00
Empréstimos		6.000.000,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro		
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços		
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)		
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (I)		
Externa		
Empréstimos		
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro		
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços		
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)		
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação[1] (II)		
TOTAL (III)		**6.000.000,00**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	202.087.661,53	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 1º, art. 166-A da CF) (V)	2.596.363,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	199.491.298,53	
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)		
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	6.000.000,00	2,97
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	31.918.607,76	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	28.726.746,98	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	13.964.390,90	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Parcelamentos de Dívidas		
Tributos		
Contribuições Previdenciárias		
FGTS		
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas		

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças E Administração, Emissão: 28/01/2025 , as 15:22:59

Marcos Antonio Guerra Wandermurem
Prefeito

João Marcos Preato Deolindo
Secretario Municipal de Administração e Finanças

Rosemary de Jesus Backer
Responsável Tecnico pela Contabilidade
CRC/ES009014

Município de Jaguaré - ES - CONSOLIDADO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

RGF - ANEXO 5 (LRF, Art. 55, inciso III, alínea "a") — R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g) = (a - (b + c + d + e)-f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)					
		De Execícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	**17.452.605,60**	**16.492,28**	**3.118.760,65**	**10.574,12**	**1.496.248,27**		**12.810.530,28**	**3.533.575,05**		9.276.955,23
Recursos Não Vinculados de Impostos	16.894.059,94	16.492,28	3.118.760,65	10.574,12	1.496.238,67		12.251.994,22	3.531.045,05		8.720.949,17
Outros Recursos não Vinculados	558.545,66				9,60		558.536,06	2.530,00		556.006,06
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS) (II)	**35.846.194,93**		**1.861.886,10**	**345.390,18**	**2.190.911,51**		**31.448.007,14**	**1.538.638,40**		29.909.368,74
Recursos Vinculados à Educação	**13.905.554,17**		**1.174.876,84**		**1.877.761,68**		**10.852.915,65**	**411.500,89**		10.441.414,76
Transferências do FUNDEB	4.899.608,28		1.142.406,22		1.823.934,79		1.933.267,27	112.536,61		1.820.730,66
Outros Recursos Vinculados à Educação	9.005.945,89		32.470,62		53.826,89		8.919.648,38	298.964,28		8.620.684,10
Recursos Vinculados à Saúde	**4.866.972,16**		**276.238,06**	**345.390,18**	**211.653,68**		**4.033.690,24**	**330.575,11**		3.703.115,13
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS	4.080.240,55		276.238,06		205.212,60		3.598.789,89	330.575,11		3.268.214,78
Outros Recursos Vinculados à Saúde	786.731,61			345.390,18	6.441,08		434.900,35			434.900,35
Recursos Vinculados à Assistência Social	**1.725.318,21**		**30.108,64**		**1.057,85**		**1.694.151,72**	**76.753,70**		1.617.398,02
Recursos Vinculados à Previdência Social (Exceto ao RPPS)										
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	**11.019.813,03**		**257.213,02**		**27.614,23**		**10.734.985,78**	**501.912,75**		10.233.073,03
Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres (exceto Educação, Saúde e Assistência)	8.023.583,38		86.410,31		17.774,52		7.919.398,55	152.274,85		7.767.123,70
Outras Vinculações Decorrentes de Transferências	2.996.229,65		170.802,71		9.839,71		2.815.587,23	349.637,90		2.465.949,33
Demais Vinculações Legais	**2.488.258,37**		**76.374,98**		**9.213,49**		**2.402.669,90**	**213.695,95**		2.188.973,95
Outras Vinculações Legais	1.180.369,78		76.374,98		9.213,49		1.094.781,31	163.636,17		931.145,14
Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à Saúde)	1.020.390,48						1.020.390,48	21.004,33		999.386,15
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	287.498,11						287.498,11	29.055,45		258.442,66
Recursos Vinculados a Fundos (exceto Educação, Saúde, Assistência e Previdência)										
Recursos Extraorçamentários										
Outras Vinculações	**1.840.278,99**		**47.074,56**		**63.610,58**		**1.729.593,85**	**4.200,00**		1.725.393,85
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS AO RPPS (III)										
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)[2]										
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)										
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração										
TOTAL (IV) = (I + II + III)	**53.298.800,53**	**16.492,28**	**4.980.646,75**	**355.964,30**	**3.687.159,78**		**44.258.537,42**	**5.072.213,45**		39.186.323,97

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: , Emissão: , as

Marcos Antonio Guerra Wandermurem
Prefeito

João Marcos Preato Deolindo
Secretario Municipal de Administração e Finanças

Rosemary de Jesus Backer
Responsável Tecnico pela Contabilidade
CRC/ES009014

Município de Jaguaré - ES - CONSOLIDADO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

STN/SIC 003325/2023

LRF, art. 48 - Anexo 6 — R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O SEMESTRE
Receita Corrente Líquida	202.087.661,53
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	199.491.298,53
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	196.629.098,53

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	80.255.321,27	40,82
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 60,00 %	117.977.459,12	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 57,00 %	112.078.586,16	57,00
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 54,00 %	106.179.713,21	54,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	(32.749.029,80)	5,96
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	239.389.558,24	120,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	43.888.085,68	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	6.000.000,00	2,97
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	31.918.607,76	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	13.964.390,90	7,00

RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS NO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	5.072.213,45	39.186.323,97

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças E Administração, Emissão: 28/01/2025 , as 15:19:40

Marcos Antonio Guerra Wandermurem
Prefeito

João Marcos Preato Deolindo
Secretario Municipal de Administração e Finanças

Rosemary de Jesus Backer
Responsável Tecnico pela Contabilidade
CRC/ES009014

Município de Jaguaré - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024

STN 003325/2023

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

Em Reais

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas			% (c/a)	Saldo (a-c)
			No Período (b)	%(b/a)	Até o Período (c)		
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**169.159.040,00**	**213.325.498,19**	**37.521.297,74**	**17,59**	**224.935.047,43**	**105,44**	**(11.609.549,24)**
RECEITAS CORRENTES	163.159.040,00	191.071.497,36	35.349.931,20	18,50	202.087.661,53	105,77	(11.016.164,17)
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	11.448.600,00	11.499.600,00	2.383.413,69	20,73	15.911.915,43	138,37	(4.412.315,43)
Impostos	11.025.500,00	11.076.500,00	2.293.471,08	20,71	14.996.448,96	135,39	(3.919.948,96)
Taxas	422.100,00	422.100,00	89.942,61	21,31	915.466,47	216,88	(493.366,47)
Contribuição de Melhoria	1.000,00	1.000,00					1.000,00
CONTRIBUIÇÕES	2.098.200,00	2.215.361,31	414.943,44	18,73	2.618.961,84	118,22	(403.600,53)
Contribuições Sociais							
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Forma							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	2.098.200,00	2.215.361,31	414.943,44	18,73	2.618.961,84	118,22	(403.600,53)
RECEITA PATRIMONIAL	1.885.850,00	2.881.724,48	792.684,83	27,51	5.101.375,03	177,03	(2.219.650,55)
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários	1.885.850,00	2.881.724,48	792.684,83	27,51	5.101.375,03	177,03	(2.219.650,55)
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Au							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS	5.037.250,00	6.572.705,30	865.433,76	13,17	4.987.491,99	75,88	1.585.213,31
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços	5.037.250,00	6.572.705,30	865.433,76	13,17	4.987.491,99	75,88	1.585.213,31
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	142.661.940,00	167.874.906,27	30.840.754,00	18,37	173.307.996,91	103,24	(5.433.090,64)
Transferências da União e de suas Entidades	67.604.300,00	78.644.808,64	15.454.494,72	19,65	78.804.063,06	100,20	(159.254,42)
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	39.866.580,00	49.111.735,62	8.172.178,41	16,64	53.170.717,33	108,26	(4.058.981,71)
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas	35.191.060,00	40.118.362,01	7.214.080,87	17,98	41.328.966,52	103,02	(1.210.604,51)
Transferências do Exterior							
Demais Transferências Correntes					4.250,00		(4.250,00)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	27.200,00	27.200,00	52.701,48	193,76	159.920,33	587,94	(132.720,33)
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	100,00	100,00	2.633,43	2.633,43	14.099,13	14.099,13	(13.999,13)
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	20.100,00	20.100,00	49.441,74	245,98	142.330,06	708,11	(122.230,06)
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							
Demais Receitas Correntes	7.000,00	7.000,00	626,31	8,95	3.491,14	49,87	3.508,86
RECEITAS DE CAPITAL	6.000.000,00	22.254.000,83	2.171.366,54	9,76	22.847.385,90	102,67	(593.385,07)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6.000.000,00	6.000.000,00			6.000.000,00	100,00	
Operações de Crédito - Mercado Interno	6.000.000,00	6.000.000,00			6.000.000,00	100,00	
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS		716.180,49			794.800,00	110,98	(78.619,51)
Alienação de Bens Móveis		716.180,49			794.800,00	110,98	(78.619,51)
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		15.537.820,34	2.171.366,54	13,97	16.052.585,90	103,31	(514.765,56)
Transferências da União e de suas Entidades		1.590.747,08	300.000,00	18,86	1.512.791,65	95,10	77.955,43
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades		13.947.073,26	1.871.366,54	13,42	14.539.794,25	104,25	(592.720,99)
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Tranferências de Capital							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		**28.057,60**	**42.882,66**	**152,84**	**193.404,77**	**689,31**	**(165.347,17)**
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	**169.159.040,00**	**213.353.555,79**	**37.564.180,40**	**17,61**	**225.128.452,20**	**105,52**	**(11.774.896,41)**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
Mobiliária							
Contratual							
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	169.159.040,00	213.353.555,79	37.564.180,40	17,61	225.128.452,20	105,52	(11.774.896,41)
DEFICIT (VI)	—	—	—	—	2.848.635,50	—	—
TOTAL COM DEFICIT (VII) = (V + VI)	169.159.040,00	213.353.555,79	37.564.180,40	17,61	227.977.087,70	105,52	(11.774.896,41)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	—	36.350.317,52	—	—	36.350.317,52	100,00	—
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	—	—	—	—	—	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	—	36.350.317,52	—	—	36.350.317,52	100,00	—

Despesas	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas		Saldo (g) = (e - f)	Despesas Liquidadas		Saldo (i) = (e - h)	Despesas Pagas Até o Período (j)	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados(k)
			No Período	Até Período (f)		No Período	Até Período (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (	**169.159.040,00**	**249.453.055,65**	**25.390.574,39**	**227.767.690,12**	**21.685.365,53**	**53.304.471,88**	**222.705.001,03**	**26.748.054,62**	**217.730.822,73**	**5.062.689,09**
DESPESAS CORRENTES	161.197.393,00	200.633.664,97	26.202.891,84	190.184.430,65	10.449.234,32	40.229.398,14	185.607.514,83	15.026.150,14	181.634.669,24	4.576.915,82
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	81.011.529,00	86.081.545,56	22.731.933,85	84.099.002,38	1.982.543,18	23.010.679,38	84.034.954,81	2.046.590,75	83.322.914,35	64.047,57
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.865.000,00	1.464.000,42	(11.076,95)	1.449.996,14	14.004,28	286.814,60	1.449.996,14	14.004,28	1.449.996,14	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	77.320.864,00	113.088.118,99	3.482.034,94	104.635.432,13	8.452.686,86	16.931.904,16	100.122.563,88	12.965.555,11	96.861.758,75	4.512.868,25
DESPESAS DE CAPITAL	7.861.647,00	48.819.390,68	(812.317,45)	37.583.259,47	11.236.131,21	13.075.073,74	37.097.486,20	11.721.904,48	36.096.153,49	485.773,27
INVESTIMENTOS	7.013.937,00	47.959.069,74	(795.262,93)	36.735.542,99	11.223.526,75	12.933.787,66	36.249.769,72	11.709.300,02	35.248.437,01	485.773,27
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	847.710,00	860.320,94	(17.054,52)	847.716,48	12.604,46	141.286,08	847.716,48	12.604,46	847.716,48	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00									
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)		**250.817,66**	**(24.343,18)**	**209.397,58**	**41.420,08**	**49.351,11**	**199.873,22**	**50.944,44**	**193.404,77**	**9.524,36**
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	**169.159.040,00**	**249.703.873,31**	**25.366.231,21**	**227.977.087,70**	**21.726.785,61**	**53.353.822,99**	**222.904.874,25**	**26.798.999,06**	**217.924.227,50**	**5.072.213,45**
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI										
Amortização da Dívida Interna										
Dívida Mobiliária										
Dívida Contratual										
Amortização da Dívida Externa										
Dívida Mobiliária										
Dívida Contratual										
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	169.159.040,00	249.703.873,31	25.366.231,21	227.977.087,70	21.726.785,61	53.353.822,99	222.904.874,25	26.798.999,06	217.924.227,50	5.072.213,45
	—	—	—			—				—

Município de Jaguaré - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) — Em Reais

SUPERAVIT (XIII)	—	—	—			—	2.223.577,95		7.204.224,70	—
TOTAL COM SUPERAVIT (XIV) = (XII + XIII)	169.159.040,00	249.703.873,31	25.366.231,21	227.977.087,70	21.726.785,61	53.353.822,99	225.128.452,20	26.798.999,06	225.128.452,20	5.072.213,45
RESERVA DO RPPS	—	—	—			—				—

Receitas Intra	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas			% (c/a)	Saldo (a-c)
			No Período (b)	%(b/a)	Até o Período (c)		
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		**28.057,60**	**42.882,66**	**152,84**	**193.404,77**	**689,31**	
RECEITAS CORRENTES		28.057,60	42.882,66	152,84	193.404,77	689,31	
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA							
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES							
Contribuições Sociais							
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Forma							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL							
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários							
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Au							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS		28.057,60	42.882,66	152,84	193.404,77	689,31	
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços		28.057,60	42.882,66	152,84	193.404,77	689,31	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Transferências Correntes							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES							
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos							
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							
Demais Receitas Correntes							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Tranferências de Capital							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							

Despesas Intra	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas		Saldo (g) = (e - f)	Despesas Liquidadas		Saldo (i) = (e - h)	Despesas Pagas Até o Período (j)	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados(k)
			No Período	Até Período (f)		No Período	Até Período (h)			
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)		**250.817,66**	**(24.343,18)**	**209.397,58**	**41.420,08**	**49.351,11**	**199.873,22**	**50.944,44**	**193.404,77**	**9.524,36**
DESPESAS CORRENTES		250.817,66	(24.343,18)	209.397,58	41.420,08	49.351,11	199.873,22	50.944,44	193.404,77	9.524,36
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS										—
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										—
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		250.817,66	(24.343,18)	209.397,58	41.420,08	49.351,11	199.873,22	50.944,44	193.404,77	9.524,36
DESPESAS DE CAPITAL										—
INVESTIMENTOS										—
INVERSÕES FINANCEIRAS										—
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										—
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										—

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Governo, Emissão: 28/01/2025 , às 15:27:15

Município de Jaguaré - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024

STN/ 003325/2023

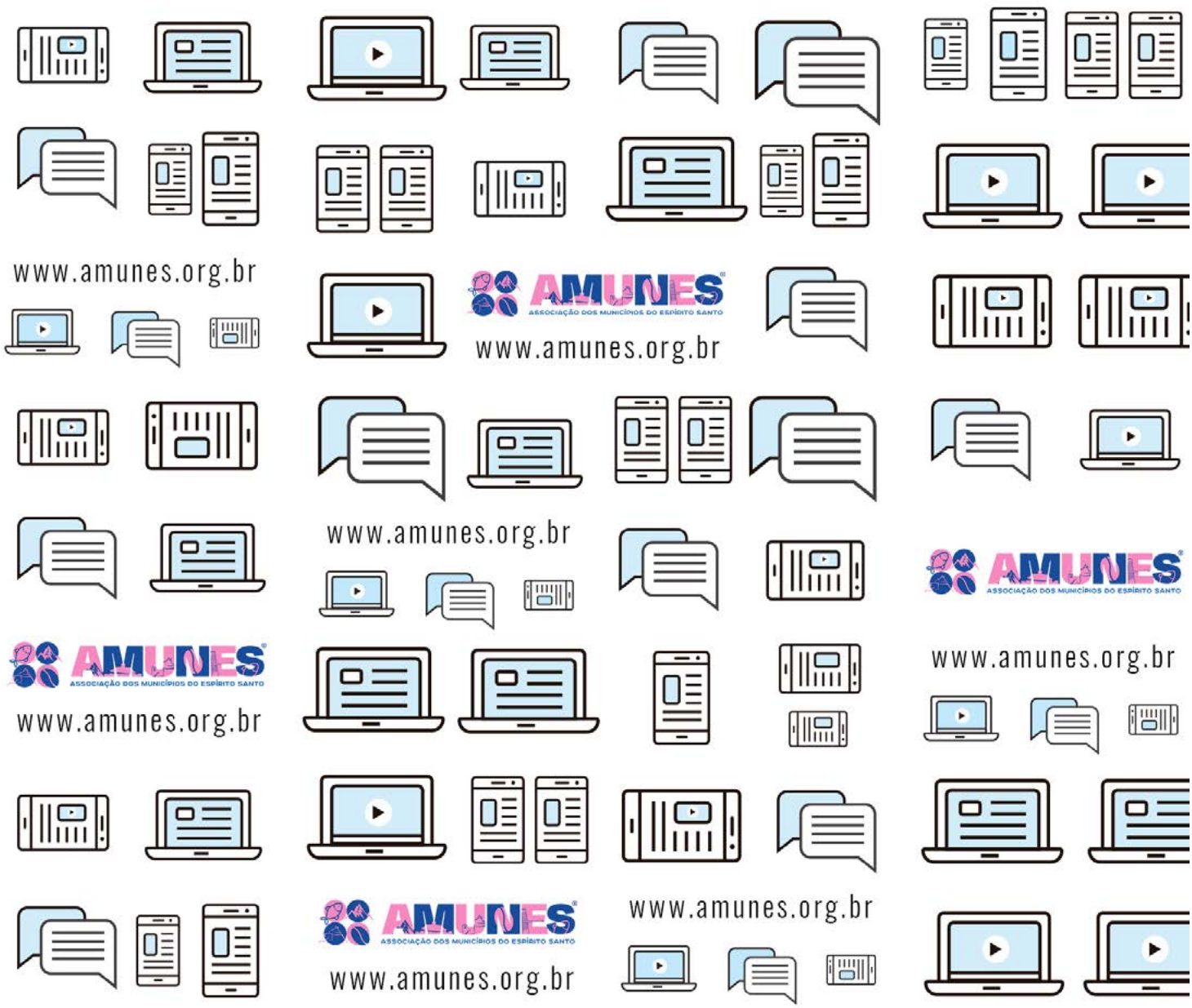
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

Em Reais

Marcos Antonio Guerra Wandermurem
Prefeito

João Marcos Preato Deolindo
Secretario Municipal de Administração e Finanças

Rosemary de Jesus Backer
Responsável Tecnico pela Contabilidade
CRC/ES009014



Município de Jaguaré - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**169.159.040,00**	**249.453.055,65**	**25.390.574,39**	**227.767.690,12**	**99,91**	**21.685.365,53**	**53.304.471,88**	**222.705.001,03**	**99,91**	**26.748.054,62**	**5.062.689,09**
Legislativa	**5.133.258,00**	**5.129.258,00**	**789.831,02**	**4.538.398,06**	**1,99**	**590.859,94**	**1.261.868,09**	**4.418.397,43**	**1,98**	**710.860,57**	**120.000,63**
Ação Legislativa	5.133.258,00	5.129.258,00	789.831,02	4.538.398,06	1,99	590.859,94	1.261.868,09	4.418.397,43	1,98	710.860,57	120.000,63
Controle Externo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Judiciária											
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Essencial à Justiça											
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Administração	**10.147.127,00**	**16.603.672,06**	**1.312.330,86**	**16.252.395,85**	**7,13**	**351.276,21**	**3.677.174,89**	**15.213.513,46**	**6,83**	**1.390.158,60**	**1.038.882,39**
Planejamento e Orçamento	878.580,00	723.600,49	132.730,85	711.806,35	0,31	11.794,14	159.397,60	709.726,27	0,32	13.874,22	2.080,08
Administração Geral	6.037.707,00	12.301.677,09	1.194.610,64	12.149.769,89	5,33	151.907,20	2.863.987,49	11.246.583,33	5,05	1.055.093,76	903.186,56
Administração Financeira	2.238.900,00	2.519.362,69	(17.586,33)	2.362.496,86	1,04	156.865,83	414.708,84	2.313.661,17	1,04	205.701,52	48.835,69
Controle Interno	194.780,00	181.284,15	20.430,10	168.380,89	0,07	12.903,26	22.717,77	149.965,28	0,07	31.318,87	18.415,61
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação	797.160,00	877.747,64	(17.854,40)	859.941,86	0,38	17.805,78	216.363,19	793.577,41	0,36	84.170,23	66.364,45
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
Demais Subfunções											
Defesa Nacional											
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Segurança Pública	**650,00**	**600,00**				**600,00**				**600,00**	
Policiamento											
Defesa Civil	650,00	600,00				600,00				600,00	
Informação e Inteligência											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Assistência Social	**10.732.152,00**	**14.728.426,80**	**561.313,09**	**12.679.266,29**	**5,56**	**2.049.160,51**	**2.265.477,77**	**12.390.726,02**	**5,56**	**2.337.700,78**	**288.540,27**
Assistência ao Idoso											
Assistência ao Portador de Deficiência	150,00	473.851,38		473.751,38	0,21	100,00		473.751,38	0,21	100,00	
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.055.401,00	1.568.060,82	129.893,71	1.428.692,59	0,63	139.368,23	328.928,62	1.386.518,32	0,62	181.542,50	42.174,27
Assistência Comunitária	2.820.911,00	8.660.316,44	207.511,55	6.838.556,23	3,00	1.821.760,21	1.296.547,40	6.645.792,49	2,98	2.014.523,95	192.763,74
Administração Geral	6.854.940,00	4.025.798,16	223.907,83	3.938.266,09	1,73	87.532,07	640.001,75	3.884.663,83	1,74	141.134,33	53.602,26
Demais Subfunções	750,00	400,00				400,00				400,00	
Previdência Social											
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário											
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saúde	**36.953.885,00**	**48.896.231,89**	**5.715.687,73**	**44.258.736,88**	**19,41**	**4.637.495,01**	**8.309.103,82**	**43.065.932,52**	**19,32**	**5.830.299,37**	**1.192.804,36**
Atenção Básica	23.019.195,00	23.042.092,58	2.508.863,17	20.194.462,72	8,86	2.847.629,86	3.456.259,93	19.911.727,58	8,93	3.130.365,00	282.735,14
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	9.866.010,00	20.822.383,83	2.475.070,87	19.135.639,53	8,39	1.686.744,30	3.883.206,20	18.290.034,35	8,21	2.532.349,48	845.605,18
Suporte Profilático e Terapêutico	101.400,00	722.481,56	196.875,41	712.922,62	0,31	9.558,94	199.738,69	712.040,96	0,32	10.440,60	881,66
Vigilância Sanitária											
Vigilância Epidemiológica	50,00	127.000,00		127.000,00	0,06			127.000,00	0,06		
Alimentação e Nutrição	47.000,00	89.821,77		88.254,00	0,04	1.567,77	18.504,00	88.254,00	0,04	1.567,77	
Administração Geral											

Município de Jaguaré - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
	3.920.230,00	4.092.452,15	534.878,28	4.000.458,01	1,75	91.994,14	751.395,00	3.936.875,63	1,77	155.576,52	63.582,38
Demais Subfunções											
Trabalho	**1.644.500,00**	**2.267.544,46**	**381.180,41**	**2.212.153,05**	**0,97**	**55.391,41**	**362.886,31**	**2.067.381,70**	**0,93**	**200.162,76**	**144.771,35**
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	1.600.000,00	2.245.551,86	381.180,41	2.190.446,41	0,96	55.105,45	362.886,31	2.045.675,06	0,92	199.876,80	144.771,35
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho	44.500,00	21.992,60		21.706,64	0,01	285,96		21.706,64	0,01	285,96	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Educação	**59.274.070,00**	**84.555.038,78**	**13.492.020,21**	**78.622.004,63**	**34,49**	**5.933.034,15**	**25.519.510,32**	**77.578.356,93**	**34,80**	**6.976.681,85**	**1.043.647,70**
Ensino Fundamental	37.882.750,00	61.708.334,68	10.531.105,07	56.835.698,68	24,93	4.872.636,00	19.259.608,53	56.158.486,28	25,19	5.549.848,40	677.212,40
Ensino Médio	2.300.250,00	4.572.436,45	(37.731,30)	4.456.199,64	1,95	116.236,81	815.241,83	4.210.794,23	1,89	361.642,22	245.405,41
Ensino Profissional	175.100,00	121.650,00	(18.175,00)	120.625,00	0,05	1.025,00	26.000,00	118.000,00	0,05	3.650,00	2.625,00
Ensino Superior	285.000,00	308.376,00	(10.909,50)	308.301,00	0,14	75,00	70.947,10	306.201,00	0,14	2.175,00	2.100,00
Educação Infantil	13.980.220,00	13.237.332,15	3.472.733,52	12.731.048,79	5,58	506.283,36	4.196.749,09	12.638.140,19	5,67	599.191,96	92.908,60
Educação de Jovens e Adultos	387.450,00	461.470,41	7.325,49	446.030,28	0,20	15.440,13	119.234,32	445.800,28	0,20	15.670,13	230,00
Educação Especial											
Educação Básica											
Administração Geral	1.038.300,00	838.689,48	(13.362,25)	621.289,46	0,27	217.400,02	434.802,09	612.153,17	0,27	226.536,31	9.136,29
Demais Subfunções	3.225.000,00	3.306.749,61	(438.965,82)	3.102.811,78	1,36	203.937,83	596.927,36	3.088.781,78	1,39	217.967,83	14.030,00
Cultura	**1.943.560,00**	**3.984.378,91**	**385.332,09**	**3.758.341,00**	**1,65**	**226.037,91**	**512.018,21**	**3.580.044,93**	**1,61**	**404.333,98**	**178.296,07**
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural	1.943.560,00	3.984.378,91	385.332,09	3.758.341,00	1,65	226.037,91	512.018,21	3.580.044,93	1,61	404.333,98	178.296,07
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania											
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Urbanismo	**9.597.610,00**	**25.473.737,65**	**(380.387,49)**	**21.370.286,02**	**9,37**	**4.103.451,63**	**4.318.568,24**	**21.051.956,08**	**9,44**	**4.421.781,57**	**318.329,94**
Infra-Estrutura Urbana	7.130.100,00	23.601.081,38	(581.532,20)	19.565.955,55	8,58	4.035.125,83	4.046.510,85	19.281.044,23	8,65	4.320.037,15	284.911,32
Serviços Urbanos	2.467.510,00	1.872.656,27	201.144,71	1.804.330,47	0,79	68.325,80	272.057,39	1.770.911,85	0,79	101.744,42	33.418,62
Transportes Coletivos Urbanos											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Habitação											
Habitação Rural											
Habitação Urbana											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saneamento	**15.395.774,00**	**21.099.191,33**	**3.737.414,72**	**21.098.991,33**	**9,25**	**200,00**	**3.654.408,65**	**20.741.614,30**	**9,31**	**357.577,03**	**357.377,03**
Saneamento Básico Rural	10.000,00										
Saneamento Básico Urbano	10.283.324,00	15.923.228,43	3.084.024,83	15.923.228,43	6,98		2.726.647,80	15.565.851,40	6,98	357.377,03	357.377,03
Administração Geral	5.102.250,00	5.175.762,90	653.389,89	5.175.762,90	2,27		927.760,85	5.175.762,90	2,32		
Demais Subfunções	200,00	200,00				200,00				200,00	
Gestão Ambiental	**634.780,00**	**853.596,85**	**162.482,22**	**747.041,12**	**0,33**	**106.555,73**	**224.274,51**	**697.855,87**	**0,31**	**155.740,98**	**49.185,25**
Preservação e Conservação Ambiental	599.580,00	719.013,81	137.925,78	620.311,92	0,27	98.701,89	184.397,33	611.591,42	0,27	107.422,39	8.720,50
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas	2.300,00	1.843,83				1.843,83				1.843,83	
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
Administração Geral											
Demais Subfunções	32.900,00	132.739,21	24.556,44	126.729,20	0,06	6.010,01	39.877,18	86.264,45	0,04	46.474,76	40.464,75
Ciência e Tecnologia											
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Agricultura	**3.381.174,00**	**4.568.203,73**	**(566.183,91)**	**3.929.034,18**	**1,72**	**639.169,55**	**342.903,69**	**3.877.111,24**	**1,74**	**691.092,49**	**51.922,94**
Abastecimento											
Extensão Rural	3.381.174,00	4.568.203,73	(566.183,91)	3.929.034,18	1,72	639.169,55	342.903,69	3.877.111,24	1,74	691.092,49	51.922,94
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
Administração Geral											

Município de Jaguaré - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
Demais Subfunções											
Organização Agrária											
Reforma Agrária											
Colonização											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Indústria	**158.350,00**	**194.707,72**	**1.968,00**	**194.337,96**	**0,09**	**369,76**	**4.428,00**	**169.923,03**	**0,08**	**24.784,69**	**24.414,93**
Promoção Industrial	158.350,00	194.707,72	1.968,00	194.337,96	0,09	369,76	4.428,00	169.923,03	0,08	24.784,69	24.414,93
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	**233.350,00**	**132.636,54**	**17.258,65**	**129.658,65**	**0,06**	**2.977,89**	**22.550,49**	**128.825,20**	**0,06**	**3.811,34**	**833,45**
Promoção Comercial	400,00	400,00				400,00				400,00	
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo	232.950,00	132.236,54	17.258,65	129.658,65	0,06	2.577,89	22.550,49	128.825,20	0,06	3.411,34	833,45
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comunicações											
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Energia											
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Transporte	**6.109.630,00**	**11.825.313,38**	**106.751,11**	**11.545.180,77**	**5,06**	**280.132,61**	**1.649.436,10**	**11.369.671,26**	**5,10**	**455.642,12**	**175.509,51**
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário	6.109.630,00	11.825.313,38	106.751,11	11.545.180,77	5,06	280.132,61	1.649.436,10	11.369.671,26	5,10	455.642,12	175.509,51
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	**3.606.460,00**	**6.643.949,36**	**(331.686,59)**	**3.961.963,37**	**1,74**	**2.681.985,99**	**718.368,37**	**3.883.790,10**	**1,74**	**2.760.159,26**	**78.173,27**
Desporto de Rendimento	58.000,00	30.327,94		30.000,00	0,01	327,94		30.000,00	0,01	327,94	
Desporto Comunitário	1.428.650,00	3.731.041,74	(735.019,36)	1.082.265,95	0,47	2.648.775,79	152.749,32	1.073.065,95	0,48	2.657.975,79	9.200,00
Lazer											
Administração Geral	2.119.810,00	2.882.579,68	403.332,77	2.849.697,42	1,25	32.882,26	565.619,05	2.780.724,15	1,25	101.855,53	68.973,27
Demais Subfunções											
Encargos Especiais	**4.112.710,00**	**2.496.568,19**	**5.262,27**	**2.469.900,96**	**1,08**	**26.667,23**	**461.494,42**	**2.469.900,96**	**1,11**	**26.667,23**	
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna	3.712.710,00	2.324.321,36	(28.131,47)	2.297.712,62	1,01	26.608,74	428.100,68	2.297.712,62	1,03	26.608,74	
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais	400.000,00	172.246,83	33.393,74	172.188,34	0,08	58,49	33.393,74	172.188,34	0,08	58,49	
Transferências para a Educação Básica											
Demais Subfunções											
Reserva de Contigência	**100.000,00**		**-----**	**-----**	**-----**		**-----**	**-----**	**-----**		**-----**
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		**250.817,66**	**(24.343,18)**	**209.397,58**	**0,09**	**41.420,08**	**49.351,11**	**199.873,22**	**0,09**	**50.944,44**	**9.524,36**
TOTAL (III) = (I + II)	**169.159.040,00**	**249.703.873,31**	**25.366.231,21**	**227.977.087,70**	**100,00**	**21.726.785,61**	**53.353.822,99**	**222.904.874,25**	**100,00**	**26.798.999,06**	**5.072.213,45**

Município de Jaguaré - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		**250.817,66**	**(24.343,18)**	**209.397,58**	**0,09**	**41.420,08**	**49.351,11**	**199.873,22**	**0,09**	**50.944,44**	**9.524,36**
Legislativa		**4.000,00**	**(834,92)**	**2.165,08**	**0,00**	**1.834,92**	**586,67**	**2.165,08**	**0,00**	**1.834,92**	
Ação Legislativa		4.000,00	(834,92)	2.165,08	0,00	1.834,92	586,67	2.165,08	0,00	1.834,92	
Controle Externo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Judiciária											
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Essencial à Justiça											
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Administração		**8.750,00**	**(603,96)**	**8.146,04**	**0,00**	**603,96**	**2.184,71**	**8.146,04**	**0,00**	**603,96**	
Planejamento e Orçamento											
Administração Geral		8.750,00	(603,96)	8.146,04	0,00	603,96	2.184,71	8.146,04	0,00	603,96	
Administração Financeira											
Controle Interno											
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
Demais Subfunções											
Defesa Nacional											
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Segurança Pública											
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Assistência Social		**30.700,00**		**14.950,75**	**0,01**	**15.749,25**	**943,42**	**13.753,36**	**0,01**	**16.946,64**	**1.197,39**
Assistência ao Idoso											
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente		10.000,00		3.393,01	0,00	6.606,99		3.065,08	0,00	6.934,92	327,93
Assistência Comunitária		14.500,00		5.379,17	0,00	9.120,83	611,96	4.513,64	0,00	9.986,36	865,53
Administração Geral		6.200,00		6.178,57	0,00	21,43	331,46	6.174,64	0,00	25,36	3,93
Demais Subfunções											
Previdência Social											
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário											
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saúde		**39.975,97**	**(825,57)**	**39.150,40**	**0,02**	**825,57**	**9.769,76**	**39.150,40**	**0,02**	**825,57**	
Atenção Básica											
Assistência Hospitalar e Ambulatorial											
Suporte Profilático e Terapêutico											
Vigilância Sanitária											
Vigilância Epidemiológica											
Alimentação e Nutrição											
Administração Geral											

Município de Jaguaré - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
		39.975,97	(825,57)	39.150,40	0,02	825,57	9.769,76	39.150,40	0,02	825,57	
Demais Subfunções											
Trabalho											
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Educação		**141.126,54**	**(12.999,30)**	**128.127,24**	**0,06**	**12.999,30**	**31.934,07**	**119.800,27**	**0,05**	**21.326,27**	**8.326,97**
Ensino Fundamental		71.498,41	(6.973,08)	64.525,33	0,03	6.973,08	20.608,18	60.132,66	0,03	11.365,75	4.392,67
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil		62.732,88	(4.241,38)	58.491,50	0,03	4.241,38	10.544,59	54.726,56	0,02	8.006,32	3.764,94
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial											
Educação Básica											
Administração Geral		6.895,25	(1.784,84)	5.110,41	0,00	1.784,84	781,30	4.941,05	0,00	1.954,20	169,36
Demais Subfunções											
Cultura		**687,50**	**(76,55)**	**610,95**	**0,00**	**76,55**		**610,95**	**0,00**	**76,55**	
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural		687,50	(76,55)	610,95	0,00	76,55		610,95	0,00	76,55	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania											
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Urbanismo											
Infra-Estrutura Urbana											
Serviços Urbanos											
Transportes Coletivos Urbanos											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Habitação											
Habitação Rural											
Habitação Urbana											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saneamento											
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Gestão Ambiental		**1.492,96**	**(364,91)**	**885,09**	**0,00**	**607,87**	**150,00**	**885,09**	**0,00**	**607,87**	
Preservação e Conservação Ambiental		1.492,96	(364,91)	885,09	0,00	607,87	150,00	885,09	0,00	607,87	
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia											
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Agricultura		**8.834,69**	**(3.558,94)**	**5.191,06**	**0,00**	**3.643,63**	**1.303,90**	**5.191,06**	**0,00**	**3.643,63**	
Abastecimento											
Extensão Rural		8.834,69	(3.558,94)	5.191,06	0,00	3.643,63	1.303,90	5.191,06	0,00	3.643,63	
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
Administração Geral											

Município de Jaguaré - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
Demais Subfunções											
Organização Agrária											
Reforma Agrária											
Colonização											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Indústria											
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comércio e Serviços											
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comunicações											
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Energia											
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Transporte		**2.000,00**	**(516,40)**	**1.483,60**	**0,00**	**516,40**	**403,08**	**1.483,60**	**0,00**	**516,40**	
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário		2.000,00	(516,40)	1.483,60	0,00	516,40	403,08	1.483,60	0,00	516,40	
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Desporto e Lazer		**13.250,00**	**(4.562,63)**	**8.687,37**	**0,00**	**4.562,63**	**2.075,50**	**8.687,37**	**0,00**	**4.562,63**	
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário											
Lazer											
Administração Geral		13.250,00	(4.562,63)	8.687,37	0,00	4.562,63	2.075,50	8.687,37	0,00	4.562,63	
Demais Subfunções											
Encargos Especiais											
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
Demais Subfunções											
Reserva de Contigência											
TOTAL DA INTRA		**250.817,66**	**(24.343,18)**	**209.397,58**	**0,09**	**41.420,08**	**49.351,11**	**199.873,22**	**0,09**	**50.944,44**	**9.524,36**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Governo, Emissão: 28/01/2025 , às 15:30:15

Município de Jaguaré - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Em Reais

Marcos Antonio Guerra Wandermurem
Prefeito

João Marcos Preato Deolindo
Secretario Municipal de Administração e Finanças

Rosemary de Jesus Backer
Responsável Tecnico pela Contabilidade
CRC/ES009014

Município de Jaguaré - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - JANEIRO DE 2024 A DEZEMBRO DE 2024
RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2024
	JAN/2024	FEV/2024	MAR/2024	ABR/2024	MAI/2024	JUN/2024	JUL/2024	AGO/2024	SET/2024	OUT/2024	NOV/2024	DEZ/2024		
RECEITAS CORRENTES (I)	**17.894.190,44**	**16.817.003,21**	**17.542.495,04**	**19.030.062,68**	**18.210.880,22**	**19.489.172,46**	**19.764.280,57**	**19.377.170,90**	**18.211.511,37**	**17.323.545,32**	**17.280.658,61**	**21.649.256,75**	**222.590.227,57**	**207.228.197,36**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.200.427,31	751.091,17	1.225.420,39	1.267.427,36	1.399.256,47	2.141.491,28	1.353.157,00	1.522.074,69	1.204.876,84	1.463.279,23	1.093.984,62	1.289.429,07	15.911.915,43	11.499.600,00
IPTU	25.199,73	25.339,79	31.783,47	38.176,60	173.046,54	410.253,08	65.017,02	48.094,51	29.046,67	25.989,77	17.634,94	31.048,26	920.630,38	627.500,00
ISS	422.918,51	388.100,18	517.574,09	703.522,34	606.606,72	1.086.249,55	631.653,05	877.660,38	612.388,53	850.763,78	542.002,69	694.061,55	7.933.501,37	6.828.000,00
ITBI	52.443,76	60.177,61	65.099,56	56.365,94	68.226,46	121.203,43	101.052,79	77.294,76	120.405,51	110.406,66	92.540,14	92.764,73	1.017.981,35	670.000,00
IRRF	594.221,76	199.995,21	558.702,30	421.867,56	440.041,60	394.432,00	485.706,28	414.529,66	389.893,51	401.527,21	410.221,73	413.197,04	5.124.335,86	2.951.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	105.643,55	77.478,38	52.260,97	47.494,92	111.335,15	129.353,22	69.727,86	104.495,38	53.142,62	74.591,81	31.585,12	58.357,49	915.466,47	423.100,00
Contribuições	414.283,41	211.003,79	7.797,08	214.803,21	243.358,87	285.410,87	226.760,44	224.463,58	203.950,63	172.186,52	216.757,97	198.185,47	2.618.961,84	2.215.361,31
Receita Patrimonial	404.452,93	372.286,53	423.417,21	509.947,38	416.405,62	373.679,70	500.647,72	436.255,48	431.951,81	439.645,82	405.316,58	387.368,25	5.101.375,03	2.881.724,48
Rendimentos de Aplicação Financeira	404.452,93	372.286,53	423.417,21	509.947,38	416.405,62	373.679,70	500.647,72	436.255,48	431.951,81	439.645,82	405.316,58	387.368,25	5.101.375,03	2.881.724,48
Outras Receitas Patrimoniais														
Receita Agropecuária														
Receita Industrial														
Receita de Serviços	421.787,10	389.268,13	444.211,57	429.435,49	409.121,10	382.328,15	413.944,84	376.159,25	377.966,72	477.835,88	407.832,06	457.601,70	4.987.491,99	6.572.705,30
Transferências Correntes	15.452.526,47	15.074.016,36	15.361.364,76	16.609.200,08	15.742.527,66	16.305.980,20	17.268.649,75	16.817.357,73	15.991.570,38	14.766.631,40	15.156.449,63	19.264.288,53	193.810.562,95	184.031.606,27
Cota-Parte do FPM	3.567.054,05	4.850.305,20	3.024.054,52	3.171.723,58	3.689.785,06	3.962.213,93	4.293.396,04	3.358.356,61	3.499.901,73	2.925.620,39	3.744.927,68	6.041.062,80	46.128.401,59	43.903.760,00
Cota-Parte do ICMS	4.782.810,61	4.002.618,75	4.043.769,29	4.756.128,77	4.530.181,60	4.865.975,60	5.043.732,46	4.821.076,78	4.571.307,99	4.722.986,62	4.802.234,79	4.747.715,85	55.690.539,11	49.676.049,28
Cota-Parte do IPVA	128.695,36	120.457,93	270.754,94	1.442.921,01	469.286,13	399.156,82	381.701,99	307.958,35	265.460,03	163.821,05	131.572,24	138.290,44	4.220.076,29	3.200.000,00
Cota-Parte do ITR	486,23	1.145,50	131,72	377,07	215,95	509,41	368,35	5.316,17	12.719,53	35.994,54	837,24	1.126,57	59.228,28	7.000,00
Transferências da LC 61/1989	43.340,80	45.076,78	52.957,00	45.797,15	48.203,05	60.570,43	53.539,06	72.456,23	79.093,28	53.698,82	59.634,29	70.010,79	684.377,68	330.000,00
Transferências do FUNDEB	4.313.456,80	3.440.954,04	3.668.690,56	4.483.922,79	3.756.126,28	4.107.420,63	4.057.176,64	3.984.127,72	3.476.032,33	4.295.837,27	4.036.822,25	4.403.633,26	48.024.200,57	46.807.576,61
Outras Transferências Correntes	2.616.682,62	2.613.458,16	4.301.006,73	2.708.329,71	3.248.729,59	2.910.133,38	3.438.735,21	4.268.065,87	4.087.055,49	2.568.672,71	2.380.421,14	3.862.448,82	39.003.739,43	40.107.220,38
Outras Receitas Correntes	713,22	19.337,23	80.284,03	(750,84)	210,50	282,26	1.120,82	860,17	1.194,99	3.966,47	317,75	52.383,73	159.920,33	27.200,00
DEDUÇÕES (II)	**1.709.529,96**	**1.803.994,73**	**1.478.478,03**	**1.885.072,81**	**1.747.904,71**	**1.858.370,42**	**1.609.639,76**	**1.713.712,58**	**1.535.232,07**	**1.580.646,81**	**1.747.842,79**	**1.832.141,37**	**20.502.566,04**	**16.156.700,00**
Contribuição do Servidor para o Plano de Previdência														
Compensação Financeira entre Regimes de Previdência														
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários														
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	1.709.529,96	1.803.994,73	1.478.478,03	1.885.072,81	1.747.904,71	1.858.370,42	1.609.639,76	1.713.712,58	1.535.232,07	1.580.646,81	1.747.842,79	1.832.141,37	20.502.566,04	16.156.700,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	**16.184.660,48**	**15.013.008,48**	**16.064.017,01**	**17.144.989,87**	**16.462.975,51**	**17.630.802,04**	**18.154.640,81**	**17.663.458,32**	**16.676.279,30**	**15.742.898,51**	**15.532.815,82**	**19.817.115,38**	**202.087.661,53**	**191.071.497,36**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)					500.000,00	607.593,00	680.000,00					808.770,00	2.596.363,00	4.437.593,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	**16.184.660,48**	**15.013.008,48**	**16.064.017,01**	**17.144.989,87**	**15.962.975,51**	**17.023.209,04**	**17.474.640,81**	**17.663.458,32**	**16.676.279,30**	**15.742.898,51**	**15.532.815,82**	**19.008.345,38**	**199.491.298,53**	**186.633.904,36**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)							250.000,00						250.000,00	
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)(VII)	180.736,00	180.736,00	177.912,00	177.912,00	177.912,00	177.912,00	177.912,00	358.648,00	200.504,00	200.504,00	200.504,00	401.008,00	2.612.200,00	2.203.413,24
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)														
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	**16.003.924,48**	**14.832.272,48**	**15.886.105,01**	**16.967.077,87**	**15.785.063,51**	**16.845.297,04**	**17.046.728,81**	**17.304.810,32**	**16.475.775,30**	**15.542.394,51**	**15.332.311,82**	**18.607.337,38**	**196.629.098,53**	**184.430.491,12**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Governo, Emissão: 28/01/2025 , às 15:31:39

Município de Jaguaré - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - JANEIRO DE 2024 A DEZEMBRO DE 2024
RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I) — R$ 1,00

Marcos Antonio Guerra Wandermurem
Prefeito

João Marcos Preato Deolindo
Secretario Municipal de Administração e Finanças

Rosemary de Jesus Backer
Responsável Tecnico pela Contabilidade
CRC/ES009014

Município de Jaguaré - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) — Em Reais

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
RECEITAS CORRENTES (I)		
Receita de Contribuições dos Segurados		
Ativo		
Inativo		
Pensionista		
Receita de Contribuições Patronais		
Ativo		
Inativo		
Pensionista		
Receita Patrimonial		
Receitas Imobiliárias		
Receitas de Valores Mobiliários		
Outras Receitas Patrimoniais		
Receita de Serviços		
Outras Receitas Correntes		
Compensação Financeira entre os Regimes		
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)		
Demais Receitas Correntes		
RECEITAS DE CAPITAL (III)		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		
Amortização de Empréstimos		
Outras Receitas de Capital		
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)		

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Benefícios					
Aposentadorias					
Pensões por Morte					
Outras Despesas Previdenciárias					
Compensação Financeira entre os Regimes					
Demais Despesas Previdenciárias					
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)					

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV – V)²					

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	
Outros Aportes para o RPPS	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	
Investimentos e Aplicações	
Outros Bens e Direitos	

ST] 003325/2023

Município de Jaguaré - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) — Em Reais

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
RECEITAS CORRENTES (VII)		
Receita de Contribuições dos Segurados		
Ativo		
Inativo		
Pensionista		
Receita de Contribuições Patronais		
Ativo		
Inativo		
Pensionista		
Receita Patrimonial		
Receitas Imobiliárias		
Receitas de Valores Mobiliários		
Outras Receitas Patrimoniais		
Receita de Serviços		
Outras Receitas Correntes		
Compensação Financeiras entre os Regimes		
Demais Receitas Correntes		
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		
Amortização de Empréstimos		
Outras Receitas de Capital		
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)		

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)**
Benefícios					
Aposentadorias					
Pensões por Morte					
Outras Despesas Previdenciárias					
Compensação Previdenciária entre os Regimes					
Demais Despesas Previdenciárias					
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)					

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX – X)²					

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	**APORTES REALIZADOS**
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	
Recursos para Formação de Reserva	

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**SALDO ATUAL**
Caixa e Equivalentes de Caixa	
Investimentos e Aplicações	
Outros Bens e Direitos	

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
Receitas Correntes		
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)		

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)**
DESPESAS CORRENTES (XIII)					
Pessoal e Encargos Sociais					
Demais Despesas Correntes					
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)					
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)					

RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)					

Município de Jaguaré - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) Em Reais

BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	
Investimentos e Aplicações	
Outros Bens e Direitos	

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO					
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)			
Contribuições dos Servidores					
Demais Receitas Previdenciárias					
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)					
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Aposentadorias					
Pensões					
Outras Despesas Previdenciárias					
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)					
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)2					

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Governo, Emissão: 28/01/2025 , às 15:32:43

Marcos Antonio Guerra Wandermurem
Prefeito

João Marcos Preato Deolindo
Secretario Municipal de Administração e Finanças

Rosemary de Jesus Backer
Responsável Tecnico pela Contabilidade
CRC/ES009014

STN/ 003325/2023

Município de Jaguaré - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) — Em Reais

ACIMA DA LINHA

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Período: RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	**191.099.554,96**	**202.281.066,30**
Impostos, Taxas e Contrinuições de Melhoria	11.499.600,00	15.911.915,43
IPTU	627.500,00	920.630,38
ISS	6.828.000,00	7.933.501,37
ITBI	670.000,00	1.017.981,35
IRRF	2.951.000,00	5.124.335,86
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	423.100,00	915.466,47
Contribuições	2.215.361,31	2.618.961,84
Receita Patrimonial	2.881.724,48	5.101.375,03
Aplicações Financeiras (II)	2.881.724,48	5.101.375,03
Outras Receitas Patrimoniais		
Transferências Correntes	167.874.906,27	173.307.996,91
Cota-Parte do FPM	36.854.760,00	37.766.446,77
Cota-Parte do ICMS	41.316.049,28	44.545.869,71
Cota-Parte do IPVA	2.560.000,00	3.378.179,27
Cota-Parte do ITR	5.600,00	46.906,29
Transferências da LC 61/1989	264.500,00	547.502,15
Transferências do FUNDEB	46.807.576,61	48.024.200,57
Outras Transferências Correntes	40.066.420,38	38.998.892,15
Demais Receitas Correntes	6.627.962,90	5.340.817,09
Outras Receitas Financeiras (III)		
Receitas Correntes Restantes	6.627.962,90	5.340.817,09
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	**188.217.830,48**	**197.179.691,27**
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)		
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)		
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	**22.254.000,83**	**22.847.385,90**
Operações de Crédito (VIII)	6.000.000,00	6.000.000,00
Amortização de Empréstimos (IX)		
Alienação de Bens	716.180,49	794.800,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)		
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)		
Outras Alienações de Bens	716.180,49	794.800,00
Transferências de Capital	15.537.820,34	16.052.585,90
Convênios	7.950.898,81	7.220.607,28
Outras Transferências de Capital	7.586.921,53	8.831.978,62
Outras Receitas de Capital		
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)		
Outras Receitas de Capital Primárias		
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	**16.254.000,83**	**16.847.385,90**
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)		
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)		
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	**204.471.831,31**	**214.027.077,17**
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	**204.471.831,31**	**214.027.077,17**

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Período					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RP PROC PAGOS (b)	RP NÃO PROC: LIQUIDADOS	RP NÃO PROC: PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	**200.884.482,63**	**190.393.828,23**	**185.807.388,05**	**181.828.074,01**	**5.569.722,68**	**5.446.957,60**	**5.442.332,83**
Pessoal e Encargos Sociais	86.081.545,56	84.099.002,38	84.034.954,81	83.322.914,35	1.383.507,03	85.919,70	85.919,70
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	1.464.000,42	1.449.996,14	1.449.996,14	1.449.996,14			
Outras Despesas Correntes	113.338.936,65	104.844.829,71	100.322.437,10	97.055.163,52	4.186.215,65	5.361.037,90	5.356.413,13
Transferências Constitucionais e Legais							
Demais Depesas Correntes	113.338.936,65	104.844.829,71	100.322.437,10	97.055.163,52	4.186.215,65	5.361.037,90	5.356.413,13
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	**199.420.482,21**	**188.943.832,09**	**184.357.391,91**	**180.378.077,87**	**5.569.722,68**	**5.446.957,60**	**5.442.332,83**
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)							
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)							
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	**48.819.390,68**	**37.583.259,47**	**37.097.486,20**	**36.096.153,49**	**320.924,04**	**8.934.559,65**	**8.933.099,65**
Investimentos	47.959.069,74	36.735.542,99	36.249.769,72	35.248.437,01	320.924,04	8.934.559,65	8.933.099,65
Inversões Financeiras							
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)							
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)							
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)							
Demais Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida (XXVII)	860.320,94	847.716,48	847.716,48	847.716,48			
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	**47.959.069,74**	**36.735.542,99**	**36.249.769,72**	**35.248.437,01**	**320.924,04**	**8.934.559,65**	**8.933.099,65**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)							
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)							
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)							
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	**247.379.551,95**	**225.679.375,08**	**220.607.161,63**	**215.626.514,88**	**5.890.646,72**	**14.381.517,25**	**14.375.432,48**
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	**247.379.551,95**	**225.679.375,08**	**220.607.161,63**	**215.626.514,88**	**5.890.646,72**	**14.381.517,25**	**14.375.432,48**

RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]	**(21.865.516,91)**
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]	**(21.865.516,91)**

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	**(20.467.632,07)**

JUROS NOMINAIS	Até o Período: VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	5.101.375,03
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	1.449.996,14

RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	**(18.214.138,02)**

ABAIXO DA LINHA

CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO: Em 31/Dez/ 2023 (a)	SALDO: Até o Período (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	**6.737.316,17**	**11.889.599,69**
DEDUÇÕES (XL)	**56.762.502,94**	**44.638.629,49**
Disponibilidade de Caixa	56.762.502,94	44.638.629,49
Disponibilidade de Caixa Bruta	65.389.434,15	53.298.800,53
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	5.954.906,56	4.996.929,52
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.672.024,65	3.663.241,52
Demais Haveres Financeiros		
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	**(50.025.186,77)**	**(32.749.029,80)**
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)		**(17.276.156,97)**

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE

STN/ 003325/2023

Município de Jaguaré - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) — Em Reais

Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	**(20.623.614,46)**

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Período (b)
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	(957.977,04)
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV + XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLXIX)]	(18.234.134,01)

RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	**(21.885.512,90)**

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	**36.350.317,52**
Recursos Arrecados em Exercícios Anteriores - RPPS	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	36.350.317,52
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Governo, Emissão: 28/01/2025 , às 15:39:59

Marcos Antonio Guerra Wandermurem
Prefeito

Larissa Preato Neves
Secretária Municipal de Finanças e Administração

Kettini Upp Calvi
Controladora Geral

Rosemary de Jesus Backer
Responsável Tecnico pela Contabilidade
CRC/ES009014

STN/S 003325/2023

Município de Jaguaré - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - Anexo 7 (LRF, art 53, inciso V)

R$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	Saldo Total
	Em exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2023				Em exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2023					
	(a)	(b)	(c)	(d)	e = (a+b) - (c+d)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j)	k = (f+g) - (i+j)	L = (e + k)
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	**17.530,59**	**5.937.585,48**	**5.890.646,72**	**47.977,07**	**16.492,28**	**272.532,16**	**16.233.245,82**	**14.381.517,25**	**14.375.432,48**	**1.774.381,20**	**355.964,30**	**372.456,58**
EXECUTIVO	17.089,31	5.873.320,41	5.830.660,28	43.257,16	16.492,28	272.132,16	16.184.596,95	14.347.424,37	14.347.424,37	1.763.914,56	345.390,18	361.882,46
Fundo Municipal de Assistência Social de Jaguaré		199.572,84	199.370,43	202,41		45.365,08	1.036.605,78	1.011.298,86	1.011.298,86	70.672,00		
Fundo Municipal de Saúde de Jaguaré	16.402,28	1.069.707,53	1.069.707,53		16.402,28		5.246.245,95	4.668.682,45	4.668.682,45	232.173,32	345.390,18	361.792,46
Prefeitura Municipal de Jaguaré	687,03	1.320.920,11	1.320.920,11	687,03		225.530,81	3.812.202,18	2.829.316,68	2.829.316,68	1.208.416,31		
SAAE - Serviço Autonomo de Agua e Esgoto		1.158.413,02	1.158.323,02		90,00		181.336,44	181.336,44	181.336,44			90,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVICOS URBANOS		200.349,79	200.349,79				349.922,21	284.043,23	284.043,23	65.878,98		
Secretaria Municipal de Educação		1.924.357,12	1.881.989,40	42.367,72		1.236,27	5.558.284,39	5.372.746,71	5.372.746,71	186.773,95		
LEGISLATIVO	441,28	64.265,07	59.986,44	4.719,91		400,00	48.648,87	34.092,88	28.008,11	10.466,64	10.574,12	10.574,12
Camara Municipal de Jaguare	441,28	64.265,07	59.986,44	4.719,91		400,00	48.648,87	34.092,88	28.008,11	10.466,64	10.574,12	10.574,12
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)												
Total (III) = (I + II)	**17.530,59**	**5.937.585,48**	**5.890.646,72**	**47.977,07**	**16.492,28**	**272.532,16**	**16.233.245,82**	**14.381.517,25**	**14.375.432,48**	**1.774.381,20**	**355.964,30**	**372.456,58**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Governo, Emissão: 28/01/2025 , às 15:42:23

Marcos Antonio Guerra Wandermurem
Prefeito

João Marcos Preato Deolindo
Secretario Municipal de Administração e Finanças

Rosemary de Jesus Backer
Responsável Tecnico pela Contabilidade
CRC/ES009014

GERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO / DIO ES

DIO/ES PASSA A PRODUZIR DIÁRIO OFICIAL DA AMUNES

A NOVIDADE FOI POSSÍVEL GRAÇAS À PLATAFORMA MULTIDIÁRIOS, DISPONÍVEL NO SISTEMA DE PUBLICAÇÕES DO DIO/ES.



A publicação no diário da AMUNES não substitui as exigências especiais de publicações estabelecidas por lei específica, como ocorre na **lei de licitações**, conforme **item 5 do prejulgado nº 13 do TCCES.**

STN/S 003325/2023

Município de Jaguaré - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	**11.076.500,00**	**14.996.448,96**
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	627.500,00	920.630,38
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	670.000,00	1.017.981,35
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	6.828.000,00	7.933.501,37
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.951.000,00	5.124.335,86
2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**97.320.809,28**	**106.806.859,37**
2.1 - Cota-Parte FPM	**43.903.760,00**	**46.128.401,59**
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	39.903.760,00	41.786.265,31
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d e e	4.000.000,00	4.342.136,28
2.2 - Cota-Parte ICMS	49.676.049,28	55.690.539,11
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	330.000,00	684.377,68
2.4 - Cota-Parte ITR	7.000,00	59.228,28
2.5 - Cota-Parte IPVA	3.200.000,00	4.220.076,29
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro		
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	204.000,00	24.236,42
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	**108.397.309,28**	**121.803.308,33**

4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	**16.156.700,00**	**20.502.566,04**
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6)	**8.435.165,46**	**9.957.882,46**

FUNDEB

RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	**46.809.076,61**	**48.540.799,94**
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	**40.119.862,01**	**41.845.565,89**
6.1.1- Principal	40.118.362,01	41.328.966,52
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	1.500,00	516.599,37
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF		
6.2.1- Principal		
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira		
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	**5.673.654,76**	**5.677.234,79**
6.3.1- Principal	5.673.654,76	5.677.234,79
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira		
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	**1.015.559,84**	**1.017.999,26**
6.4.1- Principal	1.015.559,84	1.017.999,26
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira		
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 - 4)[1]	**23.961.662,01**	**20.826.400,48**

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	**83.358,92**
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	657.349,45
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	(573.990,53)
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	**48.624.158,86**

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB - (Por Subfunção) 6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	**47.107.188,88**	**47.069.566,36**	**46.957.029,75**	**45.814.623,57**	**112.536,61**
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	**33.490.196,90**	**33.474.877,45**	**33.431.041,92**	**33.230.960,72**	**43.835,53**
10.1.1 - Educação Infantil	7.842.184,11	7.830.755,38	7.830.755,38	7.786.612,98	
10.1.2- Ensino Fundamental	25.648.012,79	25.644.122,07	25.600.286,54	25.444.347,74	43.835,53
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos					
10.1.4- Educação Especial					
10.1.5- Administração Geral					
10.2- OUTRAS DESPESAS	**13.616.991,98**	**13.594.688,91**	**13.525.987,83**	**12.583.662,85**	**68.701,08**
10.2.1- Educação Infantil	3.305.646,28	3.284.044,99	3.258.856,99	2.894.447,85	25.188,00
10.2.2- Ensino Fundamental	10.311.345,70	10.310.643,92	10.267.130,84	9.689.215,00	43.513,08
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos					
10.2.4- Educação Especial					
10.2.5- Administração Geral					
10.2.6- Transporte (Escolar)					
10.2.7- Outras					

STN/S 003325/2023

Município de Jaguaré - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R$ 1,00

INDICADORES DO FUNDEB

DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)	DESPESAS LIQUIDADAS / EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**46.771.454,13**	**46.658.917,52**	**45.516.511,30**	**112.536,61**		
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	40.119.362,04	40.073.993,43	39.812.658,99	45.368,61		
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF						
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	5.636.882,09	5.569.714,09	5.212.810,89	67.168,00		
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	1.015.210,00	1.015.210,00	491.041,42			
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	33.352.291,72	33.308.456,19	33.108.374,99	43.835,53		
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	3.522.416,23	3.497.228,23	3.149.055,03	25.188,00		
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	1.575.546,78	1.508.378,78	1.151.475,58	67.168,00		

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal2	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15- MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	33.265.960,48	33.352.291,72	33.308.456,19	70,09
16 - PERCENTUAL DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL		3.522.416,23	3.522.416,23	62,04
17- MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL	851.585,22	1.575.546,78	1.441.210,78	27,75

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)3	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18- TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	**4.854.079,99**	**1.769.345,81**	**1.769.345,81**		**3,65**

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)3	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	**3.863.401,62**	**158.906,05**	**279.217,87**			
19.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	3.599.537,06	140.011,65	279.217,87			
19.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	263.864,56	18.894,40				18.894,40

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB - (Por Área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE	**13.273.581,02**	**12.749.309,25**	**12.258.409,68**	**12.258.409,68**	**490.899,57**
20.1- Educação Infantil	1.503.391,33	1.384.444,24	1.313.413,70	1.313.413,70	71.030,54
20.2- Ensino Fundamental	11.762.594,44	11.359.054,60	10.939.354,93	10.939.354,93	419.699,67
20.3- Educação de Jovens e Adultos					
20.4- Educação Especial					
20.5- Administração Geral	7.595,25	5.810,41	5.641,05	5.641,05	169,36
20.6- Transporte (Escolar)					
20.7- Outras					

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEI

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB - (Por Área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE	**60.380.769,14**	**59.818.875,03**	**59.215.438,87**	**58.073.032,69**	**603.436,16**
21.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	**12.653.554,98**	**12.501.029,57**	**12.404.759,00**	**11.996.207,46**	**96.270,57**
21.1.1- Creche	5.471.396,92	5.405.444,99	5.363.817,60	5.187.159,92	41.627,39
21.1.2- Pré-escola	7.182.158,06	7.095.584,58	7.040.941,40	6.809.047,54	54.643,18
21.2- ENSINO FUNDAMENTAL	47.727.214,16	47.317.845,46	46.810.679,87	46.076.825,23	507.165,60

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	12.749.309,25
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	20.502.566,04
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	
25- (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL = L19(x)	
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4	
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))	79.159,80
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27)	33.172.715,49

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL2 e 5	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	30.450.827,08	33.172.715,49	27,23

Município de Jaguaré - ES STN/S 003325/2023

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE8	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	**1.714.119,71**	**720.221,61**	**1.623.985,85**	**79.159,80**	**10.974,06**
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	944.656,46	707.005,40	907.723,20	26.382,52	10.550,74
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	750.195,03	9.210,26	697.242,80	52.777,28	174,95
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	19.268,22	4.005,95	19.019,85		248,37

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**8.647.615,93**	**10.738.573,98**
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	**3.055.033,03**	**4.876.260,03**
31.1.1 - Salário-Educação	1.464.050,00	2.930.465,30
31.1.2 - PDDE	6.050,00	9.630,19
31.1.3 - PNAE	924.271,45	928.711,12
31.1.4 - PNATE	262.550,00	277.164,55
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	398.111,58	730.288,87
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		12.408,80
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO		
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO		
31.5- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	5.592.582,90	5.849.905,15

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO - (Por Subfunção)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**24.315.395,42**	**18.931.256,22**	**18.482.717,73**	**18.450.247,11**	**448.538,49**
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	648.843,31	290.295,68	289.840,68	289.840,68	455,00
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	14.057.880,16	9.586.403,38	9.411.846,59	9.379.375,97	174.556,79
32.3- ENSINO MÉDIO	4.572.436,45	4.456.199,64	4.210.794,23	4.210.794,23	245.405,41
32.4- ENSINO SUPERIOR	308.376,00	308.301,00	306.201,00	306.201,00	2.100,00
32.5- ENSINO PROFISSIONAL	121.650,00	120.625,00	118.000,00	118.000,00	2.625,00
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	461.470,41	446.030,28	445.800,28	445.800,28	230,00
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL					
32.8- OUTRAS	4.144.739,09	3.723.401,24	3.700.234,95	3.700.234,95	23.166,29

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	**84.696.165,32**	**78.750.131,87**	**77.698.157,20**	**76.523.280,36**	**1.051.974,67**
33.1- Despesas Correntes	**64.909.524,97**	**62.613.307,18**	**61.781.011,95**	**61.519.677,51**	**832.295,23**
33.1.1- Pessoal Ativo	43.859.951,29	43.824.284,85	43.780.449,32	43.519.114,88	43.835,53
33.1.2- Pessoal Inativo					
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	576.000,00	576.000,00	576.000,00	576.000,00	
33.1.4- Outras Despesas Correntes	20.473.573,68	18.213.022,33	17.424.562,63	17.424.562,63	788.459,70
33.2- Despesas de Capital	**19.786.640,35**	**16.136.824,69**	**15.917.145,25**	**15.003.602,85**	**219.679,44**
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos					
33.2.2- Outras Despesas de Capital	19.786.640,35	16.136.824,69	15.917.145,25	15.003.602,85	219.679,44

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	1.946.287,47	2.349.884,04
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	48.540.799,94	2.930.465,30
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	46.512.415,14	1.950.766,76
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	3.974.672,27	3.329.582,58
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)		
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)		
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	3.974.672,27	3.329.582,58

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Governo, Emissão: 28/01/2025 , às 15:46:02

Marcos Antonio Guerra Wandermurem
Prefeito

João Marcos Preato Deolindo
Secretario Municipal de Administração e Finanças

Rosemary de Jesus Backer
Responsável Tecnico pela Contabilidade
CRC/ES009014

Município de Jaguaré - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)
Em Reais

RECEITAS	PREVISAO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	6.000.000,00	6.000.000,00	
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d – e)
DESPESAS DE CAPITAL	48.819.390,68	37.583.259,47	11.236.131,21
Investimentos	47.959.069,74	36.735.542,99	11.223.526,75
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida	860.320,94	847.716,48	12.604,46
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte			
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte Por Instituições Financeiras			
DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	48.819.390,68	37.583.259,47	11.236.131,21
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II - I)	42.819.390,68	31.583.259,47	11.236.131,21

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Governo, Emissão: 28/01/2025 , às 15:56:19

Marcos Antonio Guerra Wandermurem
Prefeito

João Marcos Preato Deolindo
Secretario Municipal de Administração e Finanças

Rosemary de Jesus Backer
Responsável Tecnico pela Contabilidade
CRC/ES009014

Município de Jaguaré - ES
STN/S 003325/2023

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

EXERCÍCIO DE 2024 - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2024

RREO - Anexo 10 (LRF, Art. 53, § 1°, inciso II)

R$ 1,00

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO(PLANO PREVIDENCIÁRIO)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de Jaguaré - ES
STN/S 003325/2023
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2024 - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - Anexo 10 (LRF, Art. 53, § 1°, inciso II)
R$ 1,00

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO(PLANO PREVIDENCIÁRIO)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00
2093	0,00	0,00	0,00	0,00
2094	0,00	0,00	0,00	0,00
2095	0,00	0,00	0,00	0,00
2096	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de Jaguaré - ES
STN/S 003325/2023
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2024 - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - Anexo 10 (LRF, Art. 53, § 1°, inciso II)
R$ 1,00

FUNDO EM REPARTIÇÃO(PLANO FINANCEIRO)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de Jaguaré - ES
STN/S 003325/2023

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2024 - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - Anexo 10 (LRF, Art. 53, § 1º, inciso II)

R$ 1,00

FUNDO EM REPARTIÇÃO(PLANO FINANCEIRO)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00
2093	0,00	0,00	0,00	0,00
2094	0,00	0,00	0,00	0,00
2095	0,00	0,00	0,00	0,00
2096	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Governo, Emissão: 28/01/2025 , às 16:00:27

Município de Jaguaré - ES
STN 003325/2023

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

Em Reais

RECEITAS	Pervisão Atualizada (a)	Receitas Realizadas (b)	Saldo (c) = (a - b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	716.180,49	846.178,04	(129.997,55)
Receita de Alienação de Bens Móveis	716.180,49	794.800,00	(78.619,51)
Receita de Alienação de Bens Imóveis			
Receitas de Alienação de Bens Intangíveis			
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras		51.378,04	(51.378,04)

DESPESAS	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas (e)	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas (f)	Despesas Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Pagamento de Restos a Pagar (g)	Saldo (h) = (d - e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	1.022.186,15	901.251,76	872.196,31	872.196,31			120.934,39
DESPESAS DE CAPITAL	1.022.186,15	901.251,76	872.196,31	872.196,31			120.934,39
Investimentos	1.022.186,15	901.251,76	872.196,31	872.196,31			120.934,39
Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida							
DESPESAS CORRENTES DO REGIME DE PREVIDÊNCIA							
Regime Próprio dos Servidores Públicos							

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2023 (i)	2024 (j) = (Ib - (IIf + IIg))	Saldo Atual (k)= (IIIi + IIIj)
VALOR (III)	2.891.774,06	(26.018,27)	2.865.755,79

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Governo, Emissão: 28/01/2025 , às 16:04:18

Marcos Antonio Guerra Wandermurem
Prefeito

João Marcos Preato Deolindo
Secretario Municipal de Administração e Finanças

Rosemary de Jesus Backer
Responsável Tecnico pela Contabilidade
CRC/ES009014

Município de Jaguaré - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO– ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35) 1,00

ST 003325/2023

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b /a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	**11.025.500,00**	**11.076.500,00**	**14.996.448,96**	**135,39**
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	627.500,00	627.500,00	920.630,38	146,71
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ITBI	670.000,00	670.000,00	1.017.981,35	151,94
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	6.828.000,00	6.828.000,00	7.933.501,37	116,19
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	2.900.000,00	2.951.000,00	5.124.335,86	173,65
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	**80.786.000,00**	**93.320.809,28**	**102.464.723,09**	**109,80**
Cota-Parte FPM	35.245.000,00	39.903.760,00	41.786.265,31	104,72
Cota-Parte ITR	7.000,00	7.000,00	59.228,28	846,12
Cota-Parte IPVA	3.200.000,00	3.200.000,00	4.220.076,29	131,88
Cota-Parte ICMS	41.800.000,00	49.676.049,28	55.690.539,11	112,11
Cota-Parte IPI - Exportação	330.000,00	330.000,00	684.377,68	207,39
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	204.000,00	204.000,00	24.236,42	11,88
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	**91.811.500,00**	**104.397.309,28**	**117.461.172,05**	**112,51**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x100	Até o <Din> (e)	% (e/c) x100	Até o Bimestre (i)	% (f/c) x100	(g)
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	**12.083.470,00**	**8.944.971,54**	**8.842.264,45**	**98,85**	**8.811.493,96**	**98,51**	**8.778.727,49**	**98,14**	**30.770,49**
Despesas Correntes	12.083.020,00	8.692.381,54	8.589.674,45	98,82	8.558.903,96	98,46	8.526.137,49	98,09	30.770,49
Despesas de Capital	450,00	252.590,00	252.590,00	100,00	252.590,00	100,00	252.590,00	100,00	
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	**6.332.785,00**	**10.817.771,45**	**10.738.119,46**	**99,26**	**10.711.028,27**	**99,01**	**10.656.491,33**	**98,51**	**27.091,19**
Despesas Correntes	6.332.735,00	10.806.274,15	10.726.622,16	99,26	10.699.530,97	99,01	10.644.994,03	98,51	27.091,19
Despesas de Capital	50,00	11.497,30	11.497,30	100,00	11.497,30	100,00	11.497,30	100,00	
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	**101.400,00**	**663.563,05**	**662.796,59**	**99,88**	**661.914,93**	**99,75**	**656.019,28**	**98,86**	**881,66**
Despesas Correntes	101.350,00	663.563,05	662.796,59	99,88	661.914,93	99,75	656.019,28	98,86	881,66
Despesas de Capital	50,00								
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)									
Despesas Correntes									
Despesas de Capital									
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	**50,00**								
Despesas Correntes	50,00								
Despesas de Capital									
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	**47.000,00**	**25.500,00**	**25.500,00**	**100,00**	**25.500,00**	**100,00**	**25.500,00**	**100,00**	
Despesas Correntes	47.000,00	25.500,00	25.500,00	100,00	25.500,00	100,00	25.500,00	100,00	
Despesas de Capital									
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	**3.920.230,00**	**3.966.598,53**	**3.889.443,09**	**98,05**	**3.836.665,67**	**96,72**	**3.804.487,04**	**95,91**	**52.777,42**
Despesas Correntes	3.920.080,00	3.938.089,61	3.860.934,17	98,04	3.808.156,75	96,70	3.775.978,12	95,88	52.777,42
Despesas de Capital	150,00	28.508,92	28.508,92	100,00	28.508,92	100,00	28.508,92	100,00	
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**22.484.935,00**	**24.418.404,57**	**24.158.123,59**	**98,93**	**24.046.602,83**	**98,48**	**23.921.225,14**	**97,96**	**111.520,76**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	**24.158.123,59**	**24.046.602,83**	**23.921.225,14**
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)			
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)			
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)			
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	**24.158.123,59**	**24.046.602,83**	**23.921.225,14**
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			17.619.175,81
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)			
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)[1]	6.538.947,78	6.427.427,02	6.302.049,33
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)			
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	20,57	20,47	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012LIMITE	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)[1] (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2024 (saldo final = XIXd)					
Diferença de limite não cumprido em 2023 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)					

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no (n)	Valor aplicado além do limite (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2024										
Empenhos de 2023										
Empenhos de 2022										
Empenhos de 2021										
Empenhos de 2020 e anteriores										

Município de Jaguaré - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO– ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) 1,00

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "v")	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)	

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012RESTOS	**RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS**				
	Saldo Inicial (w)	**Despesas Custeadas no Exercício de Referência**			**Saldo Final (não aplicado)[1] (aa) = (w - (x ou y))**
		Empenhadas (x)	**Liquidadas (y)**	**Pagas (z)**	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2024 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial = XXIII)					
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2023 a serem compensados (XXV) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)					

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			Até o Bimestre (b)	**% (b /a) x 100**
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	**14.239.450,00**	**15.034.456,24**	**13.082.520,54**	**87,02**
Provenientes da União	14.147.000,00	14.942.006,24	12.935.758,54	86,57
Provenientes dos Estados	92.450,00	92.450,00	146.762,00	158,75
Provenientes de Outros Municípios				
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)				
OUTRAS RECEITAS (XXX)		**619.041,81**	**317.817,71**	**51,34**
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	**14.239.450,00**	**15.653.498,05**	**13.400.338,25**	**85,61**

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**		**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (g)**
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c) x100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c) x100**	**Até o Bimestre (i)**	**% (f/c) x100**	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	**10.935.725,00**	**14.097.121,04**	**11.352.198,27**	**80,53**	**11.100.233,62**	**78,74**	**10.907.014,41**	**77,37**	**251.964,65**
Despesas Correntes	10.935.725,00	13.329.862,64	10.837.939,87	81,31	10.585.975,22	79,42	10.392.756,01	77,97	251.964,65
Despesas de Capital		767.258,40	514.258,40	67,03	514.258,40	67,03	514.258,40	67,03	
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	**3.303.725,00**	**9.815.942,63**	**8.208.850,32**	**83,63**	**7.390.336,33**	**75,29**	**6.931.987,16**	**70,62**	**818.513,99**
Despesas Correntes	3.303.725,00	9.815.942,63	8.208.850,32	83,63	7.390.336,33	75,29	6.931.987,16	70,62	818.513,99
Despesas de Capital									
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)		**58.918,51**	**50.126,03**	**85,08**	**50.126,03**	**85,08**	**45.994,26**	**78,06**	
Despesas Correntes		58.918,51	50.126,03	85,08	50.126,03	85,08	45.994,26	78,06	
Despesas de Capital									
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)									
Despesas Correntes									
Despesas de Capital									
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)		**127.000,00**	**127.000,00**	**100,00**	**127.000,00**	**100,00**	**127.000,00**	**100,00**	
Despesas Correntes		127.000,00	127.000,00	100,00	127.000,00	100,00	127.000,00	100,00	
Despesas de Capital									
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)		**64.321,77**	**62.754,00**	**97,56**	**62.754,00**	**97,56**	**62.754,00**	**97,56**	
Despesas Correntes		64.321,77	62.754,00	97,56	62.754,00	97,56	62.754,00	97,56	
Despesas de Capital									
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)		**165.829,59**	**150.165,32**	**90,55**	**139.360,36**	**84,04**	**135.953,29**	**81,98**	**10.804,96**
Despesas Correntes		165.829,59	150.165,32	90,55	139.360,36	84,04	135.953,29	81,98	10.804,96
Despesas de Capital									
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	**14.239.450,00**	**24.329.133,54**	**19.951.093,94**	**82,00**	**18.869.810,34**	**77,56**	**18.210.703,12**	**74,85**	**1.081.283,60**

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**		**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (g)**
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c) x100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c) x100**	**Até o Bimestre (i)**	**% (f/c) x100**	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	**23.019.195,00**	**23.042.092,58**	**20.194.462,72**	**45,78**	**19.911.727,58**	**46,40**	**19.685.741,90**	**46,72**	**282.735,14**
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	**9.636.510,00**	**20.633.714,08**	**18.946.969,78**	**42,95**	**18.101.364,60**	**42,18**	**17.588.478,49**	**41,75**	**845.605,18**
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	**101.400,00**	**722.481,50**	**712.922,62**	**1,62**	**712.040,96**	**1,66**	**702.013,54**	**1,67**	**881,66**
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)									
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	**50,00**	**127.000,00**	**127.000,00**	**0,29**	**127.000,00**	**0,30**	**127.000,00**	**0,30**	
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	**47.000,00**	**89.821,77**	**88.254,00**	**0,20**	**88.254,00**	**0,21**	**88.254,00**	**0,21**	
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	**3.920.230,00**	**4.132.428,12**	**4.039.608,41**	**9,16**	**3.976.026,03**	**9,26**	**3.940.440,33**	**9,35**	**63.582,38**
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	**36.724.385,00**	**48.747.538,11**	**44.109.217,53**	**100,00**	**42.916.413,17**	**100,00**	**42.131.928,26**	**100,00**	**1.192.804,36**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Governo, Emissão: 28/01/2025 , às 16:04:44

Município de Jaguaré - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO– ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) 1,00

Marcos Antonio Guerra Wandermurem
Prefeito

João Marcos Preato Deolindo
Secretario Municipal de Administração e Finanças

Rosemary de Jesus Backer
Responsável Tecnico pela Contabilidade
CRC/ES009014

Município de Jaguaré - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO - PRIVADAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2024 / BIMESTRE - NOVEMBRO A DEZEMBRO
RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22,25 e 28) R$ 1,00

IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	REGISTROS EFETUADOS EM 2024	
		No Bimestre	Até Bimestre
TOTAL DE ATIVOS			
Ativos Constituídos pela SPE			
TOTAL DE PASSIVOS			
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE			
Provisões de PPP			
Outros Passivos			
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS			
Obrigações Contratuais			
Riscos Não Provisionados			
Garantias Concedidas			
Outros Passivos Contingentes			

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.2)											
Contratadas (I.1)											
A contratar (I.2)											
DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)											
Contratadas (II.1)											
A contratar (II.2)											
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	171.826.294,11	202.087.661,53									
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)											
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)											

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Governo, Emissão: 28/01/2025 , às 16:18:05

Marcos Antonio Guerra Wandermurem
Prefeito

João Marcos Preato Deolindo
Secretario Municipal de Administração e Finanças

Rosemary de Jesus Backer
Responsável Tecnico pela Contabilidade
CRC/ES009014

Município de Jaguaré - ES
STN 003325/2023
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48) Em Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até Bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	169.159.040,00
Previsão Atualizada	213.353.555,79
Receitas Realizadas	225.128.452,20
Déficit Orçamentário	
Saldos de Exercícios Anteriores(Utilizados Para Créditos Adicionais)	36.350.318,00
DESPESAS	
Dotação Inicial	169.159.040,00
Dotação Atualizada	249.703.873,31
Despesas Empenhadas	227.977.087,70
Despesas Liquidadas	222.904.874,25
Despesas Pagas	217.924.227,50
Superávit Orçamentário	2.223.577,95

DESPESA POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Até Bimestre
Despesas Empenhadas	**227.977.087,70**
Despesas Liquidadas	**222.904.874,25**

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até Bimestre
Receita Corrente Líquida	202.087.661,53
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	199.491.298,53
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	196.629.098,53

RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES E DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL	Até Bimestre
Fundo em Capitalização - PLANO PREVIDENCIÁRIO	
Receitas Precidenciárias Realizadas	
Despesas Previdenciárias Empenhadas	
Despesas Previdenciárias Liquidadas	
Despesas Previdenciárias Pagas	
Resultado Previdenciário	
Fundo em Repartição - PLANO FINANCEIRO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	
Despesas Previdenciárias Empenhadas	
Despesas Previdenciárias Liquidadas	
Despesas Previdenciárias Pagas	
Resultado Previdenciário	
Sistema de Proteção Social dos Militares - Inativos e Pensionistas	
Receitas Realizadas	
Despesas Empenhadas	
Despesas Liquidadas	
Despesas Pagas	
Resultado Associado às Pensões e aos Inativos Militares	

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	Metas Fixadas no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha	**(20.467.632,07)**	**(21.865.516,91)**	**106,83**
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	**(20.623.614,46)**	**(17.276.156,97)**	**83,77**

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	**5.955.116,07**	**47.977,07**	**5.890.646,72**	**16.492,28**
Poder Executivo	5.890.409,72	43.257,16	5.830.660,28	16.492,28
Poder Legislativo	64.706,35	4.719,91	59.986,44	
Poder Juduciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	**16.505.777,98**	**1.774.381,20**	**14.375.432,48**	**355.964,30**
Poder Executivo	16.456.729,11	1.763.914,56	14.347.424,37	345.390,18
Poder Legislativo	49.048,87	10.466,64	28.008,11	10.574,12
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
TOTAL	**22.460.894,05**	**1.822.358,27**	**20.266.079,20**	**372.456,58**

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de <18% a 25%> das Receitas de Impostos em MDE	33.172.715,49	<18% / 25%>	27,23
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	33.352.291,72	70%	70,09
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	3.522.416,23	50%	62,04
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	1.575.546,78	15%	27,75

RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito	**6.000.000,00**	
Despesa de Capital Líquida	**37.583.259,47**	**11.236.131,21**

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA E DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário				
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário				

Município de Jaguaré - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

STN 003325/2023

Em Reais

Pensões e Inativos Militares				
Receitas de Contribuições				
Despesas com Pensões e Inativos				
Resultado Associado às Pensões e aos Inativos Militares				

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receitas de Alienação de Ativos	**846.178,04**	**(129.997,55)**
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	**872.196,31**	**120.934,39**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executados com recursos de impostos	**24.046.602,83**	**15,00**	**20,47**

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado No Exercício Corrente
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	

Marcos Antonio Guerra Wandermurem
Prefeito

João Marcos Preato Deolindo
Secretario Municipal de Administração e Finanças

Rosemary de Jesus Backer
Responsável Tecnico pela Contabilidade
CRC/ES009014

João Neiva

Edital

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Rua Pedro Zangrande, nº 125, Centro - JOÃO NEIVA - ES - CEP: 29.680-000 CNPJ: 14.768.944/0001-18 -TEL/WATSAP: (27) 9.8137-0053
E-mail: acaosocial@joaoneiva.es.gov.br

RESULTADO CLASSIFICATÓRIO DEFINITIVO DO EDITAL 001/2025
Município de João Neiva - Secretaria de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (SEMTADES)

Após análise e parecer, e transcorrido o prazo recursal, a Comissão de Seleção e Chamamento Público instituída pela Portaria 13.385 de 03 de janeiro de 2024; em conformidade com o Edital de Chamamento Público 001/2025 e com a Lei 13.019/2014, vem divulgar o resultado DEFINITIVO da OSC - Organização da Sociedade Civil que tive sua proposta selecionada.
Sendo assim, fica a OSC selecionada, CONVOCADA, para no prazo de 5 (cinco) dias corridos, apresentar o Plano de Trabalho e a documentação conforme etapa 01 da tabela 3 do edital, relacionadas no Item 9.6.

OSC SELECIONADA: CAOCA - Casa de Acolhimento e Orientação à Crianças e Adolescentes**.**
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 444/2025

João Neiva, 28 de janeiro de 2025.

Comissão de Seleção de Chamamento
Protocolo 1481378

Convocação

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL N° 004/2023

A Comissão do Processo Seletivo Simplificado Nº 004/2023 - SEMSA, nomeada pela Portaria nº 13.173/2023, torna Público a **CONVOCAÇÃO Nº 40**, do Processo Seletivo Simplificado Nº 004/2023.

Ficam os candidatos convocados a comparecerem na Secretaria Municipal de Saúde - Semsa, Rua: Plácido Vassolo, nº 48, 2º Pavimento - Centro - João Neiva/ES, com as documentações originais e cópias para conferência, conforme consta no item 11 e 12.1 do edital.

Data: 31/01/2025 às 08 h

Cargo: Técnico de Enfermagem

Classificação	Nº de Inscrição	Nome Completo
15	51	Fabiana Ribeiro da Costa

João Neiva/ES, 29 de janeiro de 2025.

Celmara Carla de Souza Carrara
Membro da Comissão do Processo Seletivo Simplificado Semsa Nº 004/2023
Portaria N° 13.173/2023

Protocolo 1481306

Laranja da Terra

Despacho

TORNA SEM EFEITO PUBLICAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 000379/2025.
AVISO DE CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL

O **MUNICÍPIO DE LARANJA DA TERRA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 31.796.097/0001-14, com sede na Av. Luiz Obermüller Filho, Nº 85, Centro, Laranja da Terra, **TORNA SEM EFEITO** a publicação realizada no DOM/ES edição nº 2.693, no dia 29/01/2025, sob o protocolo 1480339, para adequação de termo de referência do presente processo.
Laranja da Terra/ES, 29 de janeiro de 2025.

JOADIR LOURENÇO MARQUES
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1481628

Termos

MUNICIPIO DE LARANJA DA TERRA - ES - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - PODER EXECUTIVO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

STN/SICONFI

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	JAN/2024	FEV/2024	MAR/2024	ABR/2024	MAI/2024	JUN/2024	JUL/2024	AGO/2024	SET/2024	OUT/2024	NOV/2024	DEZ/2024	Total (Últimos 12 meses) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**2.390.833,52**	**2.132.954,95**	**2.294.140,73**	**2.808.077,83**	**2.061.544,22**	**2.398.369,70**	**2.559.734,35**	**2.525.423,90**	**2.425.726,66**	**2.494.247,66**	**2.399.095,32**	**5.418.235,07**	**31.908.383,91**	**56.653,93**
Pessoal Ativo	2.363.603,71	2.103.167,03	2.264.752,79	2.777.101,17	2.031.887,60	2.366.919,39	2.529.456,41	2.500.407,14	2.403.815,71	2.466.675,42	2.372.531,82	5.366.131,71	31.546.449,90	56.653,93
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis.	2.165.099,76	1.899.168,43	2.002.574,28	2.328.900,03	2.083.832,77	2.143.943,68	2.293.214,62	2.254.616,44	2.176.377,92	2.244.920,77	2.156.670,04	4.963.402,04	28.712.720,78	56.653,93
Obrigações Patronais	198.503,95	203.998,60	262.178,51	448.201,14	(51.945,17)	222.975,71	236.241,79	245.790,70	227.437,79	221.754,65	215.861,78	402.729,67	2.833.729,12	
Pessoal Inativo e Pensionistas	27.229,81	29.787,92	29.387,94	30.976,66	29.656,62	31.450,31	30.277,94	25.016,76	21.910,95	27.572,24	26.563,50	52.103,36	361.934,01	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	13.939,93	12.703,65	13.895,99	13.786,31	12.572,35	14.976,05	13.034,95	13.034,95	9.929,14	15.590,43	14.581,69	33.287,90	181.333,34	
Pensões	13.289,88	17.084,27	15.491,95	17.190,35	17.084,27	16.474,26	17.242,99	11.981,81	11.981,81	11.981,81	11.981,81	18.815,46	180.600,67	
Outras desp. pessoal decorr. contr. terceir. ou Contrat. de forma indireta (§ 1º d														
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	**131.022,40**	**59.951,20**	**82.554,93**	**81.318,93**	**85.230,67**	**86.826,23**	**130.779,04**	**361.806,32**	**129.975,23**	**134.436,78**	**86.414,40**	**244.290,32**	**1.614.606,45**	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária														
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração				298,37									298,37	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados														
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinc	131.022,40	59.951,20	82.554,93	81.020,56	85.230,67	86.826,23	89.843,21	65.478,40	85.925,67	88.391,20	86.414,40	201.445,24	1.144.104,11	
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enferma							40.935,83	296.327,92	44.049,56	46.045,58		42.845,08	470.203,97	
Outras Deduções Constitucionais ou Legais														
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**2.259.811,12**	**2.073.003,75**	**2.211.585,80**	**2.726.758,90**	**1.976.313,55**	**2.311.543,47**	**2.428.955,31**	**2.163.617,58**	**2.295.751,43**	**2.359.810,88**	**2.312.680,92**	**5.173.944,75**	**30.293.777,46**	**56.653,93**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	JAN/2024	FEV/2024	MAR/2024	ABR/2024	MAI/2024	JUN/2024	JUL/2024	AGO/2024	SET/2024	OUT/2024	NOV/2024	DEZ/2024	Total (Últimos 12 meses) (a)
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**6.570.084,55**	**6.045.437,08**	**5.284.491,17**	**5.491.390,17**	**6.848.056,27**	**5.678.653,30**	**5.667.200,95**	**5.523.720,94**	**5.584.872,87**	**5.281.200,35**	**5.041.325,53**	**7.357.952,57**	**70.374.385,75**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art 166-A, § 1º da CF)													
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF)													
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)	97.576,00	87.544,00	87.544,00	87.544,00	87.544,00	87.544,00	87.544,00	87.544,00	87.544,00	87.544,00	87.544,00	175.088,00	1.148.104,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais													
= RECEITA CORRENTE LÍ• QUIDA AJUSTADA PARA CALCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	**6.472.508,55**	**5.957.893,08**	**5.196.947,17**	**5.403.846,17**	**6.760.512,27**	**5.591.109,30**	**5.579.656,95**	**5.436.176,94**	**5.497.328,87**	**5.193.656,35**	**4.953.781,53**	**7.182.864,57**	**69.226.281,75**
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III a + III b)	**2.259.811,12**	**2.073.003,75**	**2.211.585,80**	**2.726.758,90**	**1.976.313,55**	**2.311.543,47**	**2.428.955,31**	**2.163.617,58**	**2.295.751,43**	**2.359.810,88**	**2.312.680,92**	**5.230.598,68**	**30.350.431,39**
LIMITE MÁ• XIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	**3.495.154,62**	**3.217.262,26**	**2.806.351,47**	**2.918.076,93**	**3.650.676,63**	**3.019.199,02**	**3.013.014,75**	**2.935.535,55**	**2.968.557,59**	**2.804.574,43**	**2.675.042,03**	**3.878.746,87**	**37.382.192,15**
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	**3.320.396,89**	**3.056.399,15**	**2.666.033,90**	**2.772.173,08**	**3.468.142,80**	**2.868.239,07**	**2.862.364,01**	**2.788.758,77**	**2.820.129,71**	**2.664.345,71**	**2.541.289,93**	**3.684.809,53**	**35.513.082,54**
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	**3.145.639,16**	**2.895.536,03**	**2.525.716,32**	**2.626.269,24**	**3.285.608,97**	**2.717.279,12**	**2.711.713,27**	**2.641.982,00**	**2.671.701,83**	**2.524.116,99**	**2.407.537,83**	**3.490.872,18**	**33.643.972,94**
% DESPESA TOTAL COM PESSOAL- DTP sobre RCL(X)=(III/V)*100	**34,91**	**34,79**	**42,56**	**50,46**	**29,23**	**41,34**	**43,53**	**39,80**	**41,76**	**45,44**	**46,69**	**72,82**	**43,84**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças, Emissão: 29/01/2025 , as 09:43:01

MUNICIPIO DE LARANJA DA TERRA - ES - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - PODER EXECUTIVO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") STN/SICONFI R$ 1,00

JOADIR LOURENÇO MARQUES	ERILDO RUTSATZ	NÚBIA CAROLINE SANTANA DE OLIVEIRA NAITZEL	BRUNA PIO MARTINS
Prefeito Municipal	Secretário M. de Finanças	Contadora CRC/ES 024167/O	Controladora Interna

MUNICIPIO DE LARANJA DA TERRA - ES
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

STN/SICONFI

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") — R$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2024	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	**3.175.469,09**	**3.086.790,16**	**3.000.936,91**
Dívida Mobiliária			
Dívida Contratual	3.175.469,09	3.086.790,16	3.000.936,91
Empréstimos			
Internos			
Externos			
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios			
Financiamentos			5.861,28
Internos			5.861,28
Externos			
Parcelamento e Renegociação de dívidas	3.175.469,09	3.086.790,16	2.995.075,63
De Tributos			
De Contribuições Previdenciárias	3.175.469,09	3.086.790,16	2.995.075,63
De Demais Contribuições Sociais			
Do FGTS			
Com Instituição Não Financeira			
Demais Dívidas Contratuais			
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos			
Outras Dívidas			
DEDUÇÕES (II)	**16.930.693,86**	**22.866.929,03**	**14.118.734,50**
Disponibilidade de Caixa	16.930.693,86	22.866.929,03	14.118.734,50
Disponibilidade de Caixa Bruta	17.889.867,52	24.384.114,60	15.758.649,17
(-) Restos a Pagar Processados	456.446,96	123.050,34	553.994,03
(-) Depósitos Restituíves e Valores Vinculados	502.726,70	1.394.135,23	1.085.920,64
Demais Haveres Financeiros			
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	**(13.755.224,77)**	**(19.780.138,87)**	**(11.117.797,59)**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**58.106.582,63**	**67.435.722,90**	**70.374.385,75**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	**58.106.582,63**	**67.435.722,90**	**70.374.385,75**
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	**5,46**	**4,58**	**4,26**
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	**(23,67)**	**(29,33)**	**(15,80)**
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120,00%	**69.727.899,16**	**80.922.867,48**	**84.449.262,90**
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	**62.755.109,24**	**72.830.580,73**	**76.004.336,61**

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2024	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000			
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)			
PASSIVO ATUARIAL			
RP NÃO-PROCESSADOS	5.801.293,82	1.475.268,76	2.332.231,13
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO			
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP			
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS			

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças, Emissão: 29/01/2025 , as 09:44:25

MUNICIPIO DE LARANJA DA TERRA - ES
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

STN/SICONFI

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") R$ 1,00

JOADIR LOURENÇO MARQUES
Prefeito Municipal

ERILDO RUTSATZ
Secretário M. de Finanças

NÚBIA CAROLINE SANTANA DE OLIVEIRA NAITZEL
Contadora CRC/ES 024167/O

BRUNA PIO MARTINS
Controladora Interna

MUNICIPIO DE LARANJA DA TERRA - ES
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024
RGF - ANEXO 3 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40 § 1º)

STN/SICONFI

R$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2024	
		Até o 1º semestre	Até o 2º semestre
AOS ESTADOS (I)			
Em Operações de Crédito Externas			
Em Operações de Crédito Internas			
AOS MUNICÍPIOS (II)			
Em Operações de Crédito Externas			
Em Operações de Crédito Internas			
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)			
Em Operações de Crédito Externas			
Em Operações de Crédito Internas			
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)			
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	58.106.582,63	67.435.722,90	70.374.385,75
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	58.106.582,63	67.435.722,90	70.374.385,75
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)			
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22,00 %	12.783.448,18	14.835.859,04	15.482.364,87
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 90,00 %	11.505.103,36	13.352.273,14	13.934.128,38

CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2024	
		Até o 1º semestre	Até o 2º semestre
DOS ESTADOS (IX)			
Em Garantia às operações de Crédito Externas			
Em Garantia às operações de Crédito Internas			
DOS MUNICÍPIOS (X)			
Em Garantia às operações de Crédito Externas			
Em Garantia às operações de Crédito Internas			
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)			
Em Garantia às operações de Crédito Externas			
Em Garantia às operações de Crédito Internas			
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)			
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)			
MEDIDAS CORRETIVAS			

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças, Emissão: 29/01/2025 , as 09:46:58

JOADIR LOURENÇO MARQUES
Prefeito Municipal

ERILDO RUTSATZ
Secretário M. de Finanças

NÚBIA CAROLINE SANTANA DE OLIVEIRA NAITZEL
Contradora CRC/ES 024167/O

BRUNA PIO MARTINS
Controladora Interna

MUNICIPIO DE LARANJA DA TERRA - ES
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024
RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c") **STN/SICONFI**

R$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de Referência	Até o Semeste de Referência (a)
Mobiliária		
Interna		
Externa		
Contratual		
Interna		
Empréstimos		
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro		
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços		
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)		
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (I)		
Externa		
Empréstimos		
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro		
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços		
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)		
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação[1] (II)		
TOTAL (III)		

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	70.374.385,75	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 1º, art. 166-A da CF) (V)		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	70.374.385,75	
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)		
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)		
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	11.259.901,72	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	10.133.911,55	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	4.926.207,00	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Parcelamentos de Dívidas		
Tributos		
Contribuições Previdenciárias		
FGTS		
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas		

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças, Emissão: 29/01/2025 , as 09:48:31

JOADIR LOURENÇO MARQUES
Prefeito Municipal

ERILDO RUTSATZ
Secretário M. de Finanças

NÚBIA CAROLINE SANTANA DE OLIVEIRA NAITZEL
Contadora CRC/ES 024167/O

BRUNA PIO MARTINS
Controladora Interna

MUNICIPIO DE LARANJA DA TERRA - ES - CONSOLIDADO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

RGF - ANEXO 5 (LRF, Art. 55, inciso III, alínea "a") R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g) = (a - (b + c + d + e)-f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)					
		De Execícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	**3.639.582,47**	**6.933,94**	**195.414,37**	**2.187,05**	**528.850,06**		**2.906.197,05**	**787.521,38**		2.118.675,67
Recursos Não Vinculados de Impostos	2.584.597,64	6.933,94	195.414,37	2.187,05	530.256,08		1.849.806,20	747.046,78		1.102.759,42
Outros Recursos não Vinculados	1.054.984,83				(1.406,02)		1.056.390,85	40.474,60		1.015.916,25
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS) (II)	**12.119.066,70**	**119.354,51**	**232.291,21**	**23.144,36**	**557.070,58**		**11.187.206,04**	**1.519.378,34**		9.667.827,70
Recursos Vinculados à Educação	**4.528.188,80**	**117.016,79**	**167.263,77**		**292.853,00**		**3.951.055,24**	**179.145,61**		3.771.909,63
Transferências do FUNDEB	(184.352,82)		108.521,76		193.862,87		(486.737,45)	25.657,07		(512.394,52)
Outros Recursos Vinculados à Educação	4.712.541,62	117.016,79	58.742,01		98.990,13		4.437.792,69	153.488,54		4.284.304,15
Recursos Vinculados à Saúde	**2.808.631,95**	**468,00**			**235.427,44**		**2.572.736,51**	**267.204,71**		2.305.531,80
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS	2.774.435,92	468,00			231.774,09		2.542.193,83	267.204,71		2.274.989,12
Outros Recursos Vinculados à Saúde	34.196,03				3.653,35		30.542,68			30.542,68
Recursos Vinculados à Assistência Social	**1.864.093,29**	**1.189,92**	**1.926,04**	**21.814,99**	**6.701,40**		**1.832.460,94**	**410.126,25**		1.422.334,69
Recursos Vinculados à Previdência Social (Exceto ao RPPS)										
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	**2.746.734,76**	**377,85**		**780,16**	**9.755,29**		**2.735.821,46**	**580.688,83**		2.155.132,63
Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres (exceto Educação, Saúde e Assistência)	1.026.108,74				7.357,05		1.018.751,69	270.624,98		748.126,71
Outras Vinculações Decorrentes de Transferências	1.720.626,02	377,85		780,16	2.398,24		1.717.069,77	310.063,85		1.407.005,92
Demais Vinculações Legais	**561.322,35**		**39.233,31**		**2.325,31**		**519.763,73**	**41.129,37**		478.634,36
Outras Vinculações Legais	422.286,43		39.233,31		2.325,31		380.727,81	39.329,37		341.398,44
Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à Saúde)										
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	11.004,88						11.004,88			11.004,88
Recursos Vinculados a Fundos (exceto Educação, Saúde, Assistência e Previdência)	128.031,04						128.031,04	1.800,00		126.231,04
Recursos Extraorçamentários										
Outras Vinculações	**(389.904,45)**	**301,95**	**23.868,09**	**549,21**	**10.008,14**		**(424.631,84)**	**41.083,57**		(465.715,41)
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS AO RPPS (III)										
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)[2]										
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)										
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração										
TOTAL (IV) = (I + II + III)	**15.758.649,17**	**126.288,45**	**427.705,58**	**25.331,41**	**1.085.920,64**		**14.093.403,09**	**2.306.899,72**		11.786.503,37

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: , Emissão: , as

JOADIR LOURENÇO MARQUES	ERILDO RUTSATZ	NÚBIA CAROLINE SANTANA DE OLIVEIRA NAITZEL	BRUNA PIO MARTINS
Prefeito Municipal	Secretário M. de Finanças	Contadora CRC/ES 024167/O	Controladora Interna

Protocolo 1481622

MUNICIPIO DE LARANJA DA TERRA - ES - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

STN/SICONFI

LRF, art. 48 - Anexo 6 — R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O SEMESTRE
Receita Corrente Líquida	70.374.385,75
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	70.374.385,75
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	69.226.281,75

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	30.350.431,39	43,84
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 54,00 %	37.382.192,15	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 51,30 %	35.513.082,54	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 48,60 %	33.643.972,94	48,60

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	(11.091.817,44)	4,26
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	84.449.262,90	120,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	15.482.364,87	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	11.259.901,72	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	4.926.207,00	7,00

RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS NO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	2.275.058,29	11.786.503,37

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças, Emissão: 29/01/2025 , as 09:50:51

JOADIR LORENÇO MARQUES
Prefeito Municipal

ERILDO RUTSATZ
Secretário M. de Finanças

NÚBIA CAROLINE SANTANA DE OLIVEIRA NAITZEL
Contadora CRC/ES 024167/O

BRUNA PIO MARTINS
Controladora Interna

Contrato

EXTRATO DE CONTRATO DE PROGRAMA N° 001/2025 - FMS
CONSORCIADO: Município de Laranja da Terra/ Fundo Municipal de Saúde de Laranja da Terra
CONSÓRCIO: Consórcio Público da Região Sudoeste Serrana - CIM Pedra Azul
OBJETO: Este Contrato de Programa tem por objeto estabelecer as condições e obrigações pelas partes signatárias, por meio da gestão associada de serviços públicos, visando a prestação dos serviços públicos de saúde de consultas, exames, procedimentos e consultas especializadas e de apoio para diagnóstico, constante da Tabela de Valores de Serviços e Procedimentos de Saúde - TVSPS do **CONSÓRCIO**, a qual passa a integrar o presente contrato independente de transcrição, visando o apoio e diagnóstico de pacientes encaminhados pelo **CONTRATANTE**, bem como regulamentar o pagamento da prestação de serviços objeto do presente contrato.
VALOR GLOBAL: R$ 3.014.041,80
VIGÊNCIA: 15/01/2025 a 31/12/2025
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
- Projeto/Atividade: 121121.1030100382-144 - Consórcio CIM Pedra Azul;
- Elemento de Despesas: 33.93.39.00000;
- Fonte de Recursos:
5000015 - Receita de Imp. e de Tranf. De Impostos - Saúde
5020015 - Receita da Compensação de Impostos - Saúde
600 000 - Transferência Fundo a fundo recursos do SUS - Manutenção das Ações e Serv. Públicos da Saúde.

Protocolo 1481663

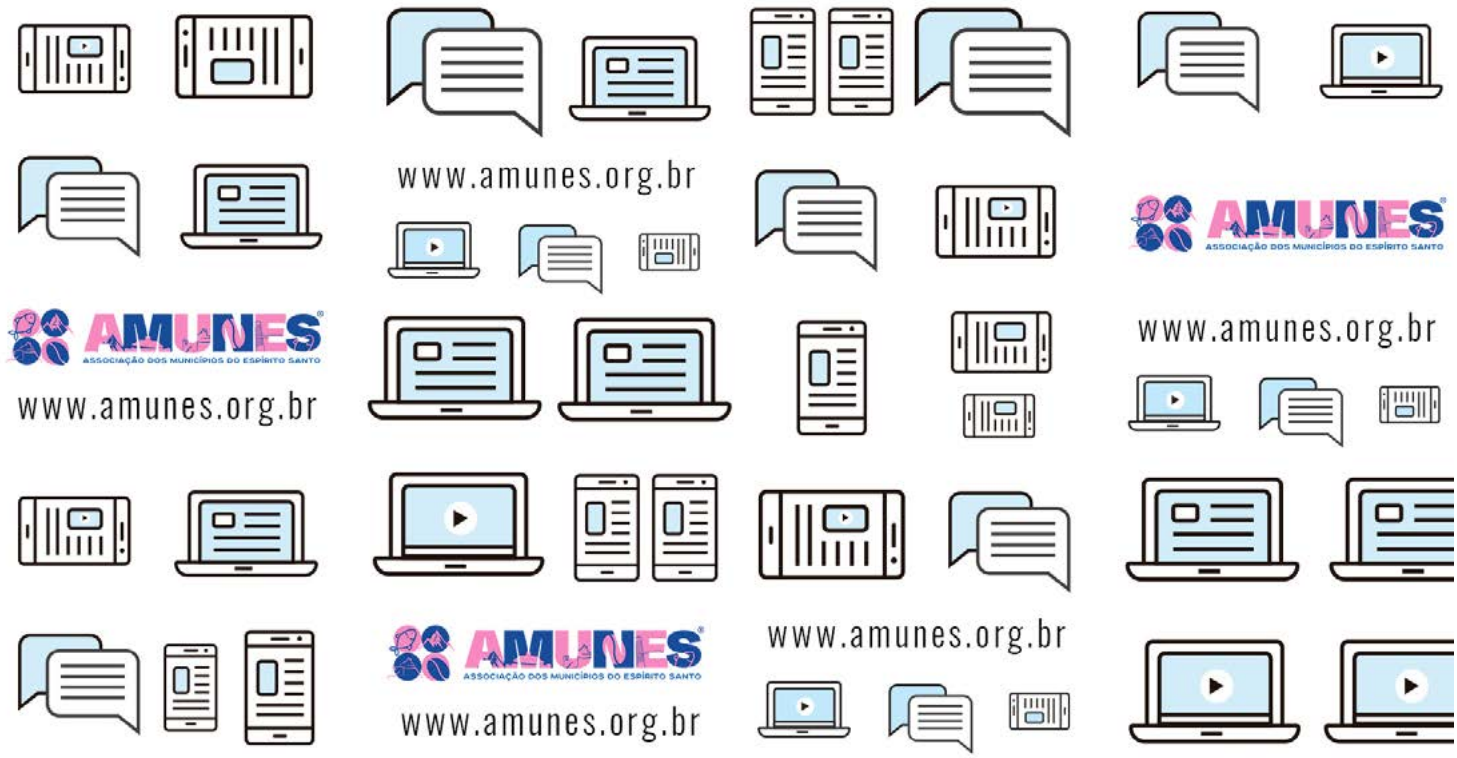
CONTRATO DE RATEIO N° 002/2025 - FMS
CONSORCIADO: Município de Laranja da Terra/ Fundo Municipal de Saúde de Laranja da Terra
CONSÓRCIO: Consórcio Público da Região Sudoeste Serrana - CIM Pedra Azul
OBJETO: ratear as despesas do CONSÓRCIO entre os Entes CONSORCIADOS nos termos do art. 8º da Lei n.º 11.107/2005, e, com base na Resolução Orçamentária aprovada pela Assembleia Geral, tendo por fim o efetivo funcionamento da sede administrativa do CONSÓRCIO, para fins de execução dos objetivos e finalidades do CONSÓRCIO na área de saúde, nos termos do Contrato de Consórcio Público firmado.
VALOR GLOBAL: R$ 161.605,06
VIGÊNCIA: 15/01/2025 a 31/12/2025
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Projeto / Atividade:

Elementos de Despesa	Valor	Fonte
3.1.71.70.00-Rateio pela Participação em Consórcio Público	11.358,15	1211
3.3.71.70.00-Rateio pela Participação em Consórcio Público	15.072,93	1211
4.4.71.70.00-Rateio pela Participação em Consórcio Público	293,98	1211
TOTAL - item I	26.725,06	

II - Dotações orçamentárias para cobrir as despesas com sistema de gestão e informação em saúde:
Projeto / Atividade:

Elementos de Despesa	Valor	Fonte
3.3.71.70.00-Rateio pela Participação em Consórcio Público	134.880,00	1211
TOTAL - item II	134.880,00	
TOTAL GERAL (Item I + Item II)	161.605,06	

Protocolo 1481668



Mantenópolis

Decreto

Decreto nº 010, de 29 de janeiro de 2025.

"HOMOLOGA OS PROGRAMAS DE GERENCIAMENTO DE RISCOS (PGR), OS LAUDOS TÉCNICOS DE CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO TRABALHO (LTCAT), O PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL (PCMSO) E O LAUDO DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE (LIP) DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O **Prefeito Municipal de Mantenópolis,** Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, e em especial os conferidos pela Lei Orgânica Municipal e legislações correlatas, e

CONSIDERANDO o disposto no § 3º do artigo 1º da Lei Municipal nº 1.630, de 19 de julho de 2019,

DECRETA

Artigo 1º. Ficam homologados os Programas de Gerenciamento de Riscos (PGR), os Laudos Técnicos de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT), o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e o Laudo de Insalubridade e Periculosidade (LIP) da Prefeitura Municipal de Mantenópolis/ES, conforme anexas cópias, autorizando-se e determinando-se suas aplicações.

Parágrafo Único: Nos termos estabelecidos pelo § 4º, do artigo 1º, da Lei Municipal nº 1.630, de 19 de julho de 2019, fica estabelecido o prazo de 02 (dois) anos para vigência dos anexos laudos e programas, contados da vigência do presente decreto.

Artigo 2º. Faz parte integrante deste decreto os seguintes anexos:

a) Anexo I - PGR, LTCAT, PCMSO e LIP - ÁREA DA SECRETARIA EXECUTIVA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS;

b) Anexo II - PGR, LTCAT, PCMSO e LIP - ÁREA DA SECRETARIA EXECUTIVA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO;

c) Anexo III - PGR, LTCAT, PCMSO e LIP - ÁREA DA SECRETARIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO;

d) Anexo IV - PGR, LTCAT, PCMSO e LIP - ÁREA DA SECRETARIA EXECUTIVA DE SAÚDE;

e) Anexo V - PGR, LTCAT, PCMSO e LIP - ÁREA DA SECRETARIA EXECUTIVA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL;

f) Anexo VI - PGR, LTCAT, PCMSO e LIP - ÁREA DA SECRETARIA EXECUTIVA DE ESPORTE E LAZER;

g) Anexo VII - PGR, LTCAT, PCMSO e LIP - ÁREA DA SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS, TRANSPORTE E SERVIÇOS URBANOS;

h) Anexo VIII - PGR, LTCAT, PCMSO e LIP - ÁREA DA SECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO;

i) Anexo IX - PGR, LTCAT, PCMSO e LIP - ÁREA DA SECRETARIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL;

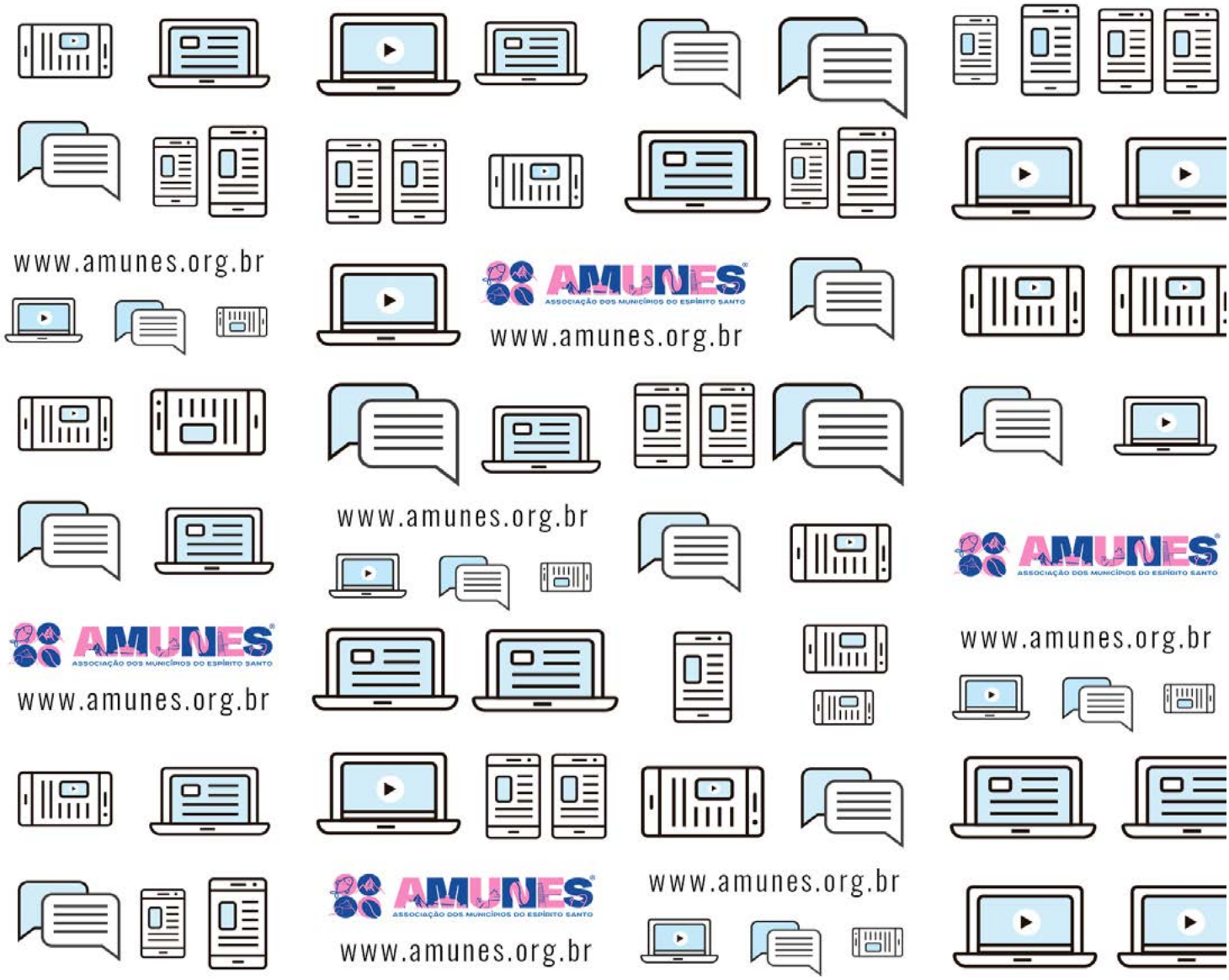
j) Anexo X - PGR, LTCAT, PCMSO e LIP - ÁREA DO GABINETE DO PREFEITO.

Artigo 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Mantenópolis/ES, 29 de janeiro de 2025.

Lúcio Marques de Morais
Prefeito Municipal



ANEXO I

Consultoria Ocupacional
&
Meio Ambiente

NR – 01 PGR
PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

DOCUMENTO BASE

Vigência

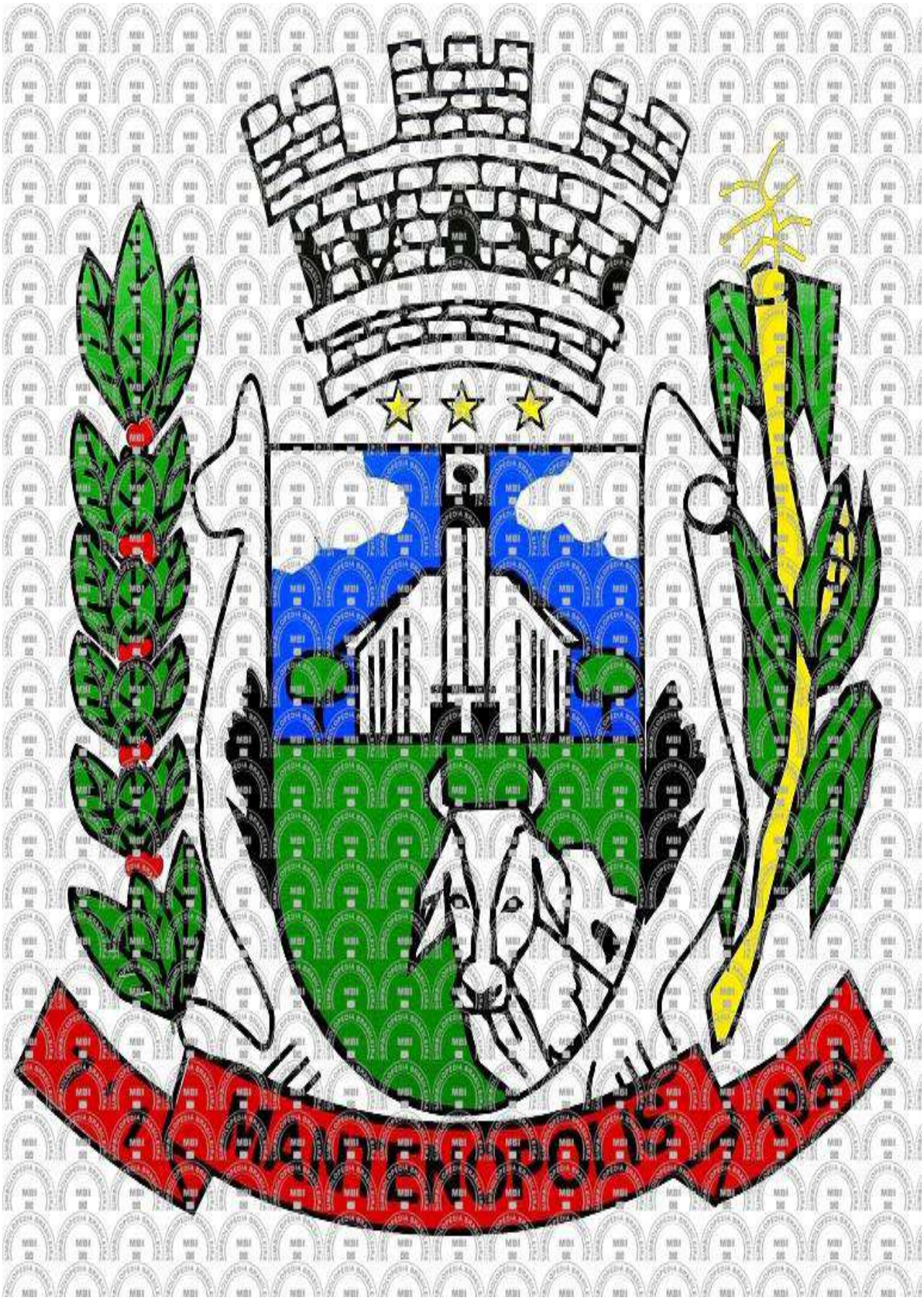
Agosto/2024 a Agosto/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS

Agosto/2024

Sumário

Identificação da empresa 3
Introdução 4
Objetivo 4
Termos e definições 4
Responsabilidades 5
Documentos complementares 6
Estratégias e metodologias de ação 6
Antecipação, reconhecimento, avaliação dos riscos ambientais 7
Forma de registro, manutenção e divulgação de dados 7
Periodicidade e forma de avaliação do desenvolvimento do pgr 7
Inventário de Riscos 9
Disposições finais 37
Controle de riscos 37
Acompanhamento da saúde ocupacional dos trabalhadores 37
Análise de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho 37
Preparação para emergências 38
Equipamentos de proteção individual de uso obrigatório 38
Conclusão 38
Plano de Ação 39



Programa de Gerenciamento de Riscos

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS
SECRETARIA EXE. DE AMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
CNPJ: 27.167.345/0001-90

Endereço
Avenida Presidente Vargas, 545 - Centro - Mantenópolis/ES
CEP: 29.770-000

CNAE
8411-6/00 – Administração Pública em Geral
Grau de Risco 1

Introdução PGR

Disposições Gerais

1. INTRODUÇÃO

O Documento Base do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) se insere no contexto da Política de Gestão da empresa buscando a melhoria contínua do ambiente de trabalho e a preservação da saúde dos seus colaboradores e contratados. Está estruturado conforme disposto na NR-1, Portaria 3214 de 08 de junho de 1978, com redação atualizada pela Portaria 6.730 de 12 de Março de 2020.

2. OBJETIVO

O Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR - visa "estabelecer as disposições gerais, o campo de aplicação, os termos e as definições comuns às Normas Regulamentadoras - NR relativas à segurança e saúde no trabalho". Este Documento Base tem o objetivo estabelecer as "diretrizes para o Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO) e as medidas de prevenção em Segurança e Saúde no Trabalho - SST".

3. TERMOS E DEFINIÇÕES

- Risco Ambiental ou ocupacional: Combinação da probabilidade de ocorrer lesão ou agravo à saúde causados por um evento perigoso, exposição a agente nocivo ou exigência da atividade de trabalho e da severidade dessa lesão ou agravo à saúde.
- Agentes físicos: Qualquer forma de energia que, em função de sua natureza, intensidade e exposição, são capazes de causar lesão ou agravo à saúde do trabalhador. Exemplos: ruído, vibrações, pressões anormais, temperaturas extremas, radiações ionizantes, radiações não ionizantes.
- Agente químico: Substância química, por si só ou em misturas, quer seja em seu estado natural, quer seja produzida, utilizada ou gerada no processo de trabalho, que em função de sua natureza, concentração e exposição, é capaz de causar lesão ou agravo à saúde do trabalhador. Exemplos: fumos de cádmio, poeira mineral contendo sílica cristalina, vapores de tolueno, névoas de ácido sulfúrico.
- Agente biológico: Microrganismos, parasitas ou materiais originados de organismos que, em função de sua natureza e do tipo de exposição, são capazes de acarretar lesão ou agravo à saúde do trabalhador. Exemplos: bactéria Bacillus anthracis, vírus linfotrópico da célula T humana, príon agente de doença de Creutzfeldt-Jakob, fungo Coccidioides immitis.
- Limite de Tolerância - LT (NR-15 / Brasil): A concentração ou intensidade máxima ou mínima, relacionada com a natureza e o tempo de exposição ao agente, que não causará dano à saúde do trabalhador, durante a sua vida laboral. Limite de Exposição - Média Ponderada pelo tempo - TLV-TWA1 (Threshold Limit Value / Time Weighted Average - ACGIH-EUA): A concentração média ponderada pelo tempo para uma jornada normal de 8h diárias e 40h semanais, para a qual a maioria dos trabalhadores pode estar repetidamente exposta, dia após dia, sem sofrer efeitos adversos a sua saúde.
- Limite de Exposição - Curta Duração - TLV-STEL (Threshold Limit Value-Short Term Exposure ACGIH-EUA): A concentração máxima a que os trabalhadores podem estar expostos continuamente por um período curto, de até 15 minutos, sem sofrer irritação, lesão tissular crônica ou irreversível, narcose em grau suficiente para aumentar a predisposição a acidentes, impedir auto salvamento ou reduzir significativamente a eficiência no trabalho, desde que não sejam permitidas mais de 4 exposições diárias, com pelo menos 60 minutos de intervalo entre os períodos de exposição e também que não seja excedido o TLV-TWA.
- Limite de Exposição - Valor Teto (NR-15/Brasil), TLV-C (Threshold Limit Value - Ceiling - ACGIH-EUA): Concentração que não deverá ser excedida durante nenhum momento de exposição na jornada.
- IDLH: Concentração máxima imediatamente perigosa para a vida ou saúde, da qual o trabalhador poderá escapar, dentro de 30 minutos, sem sintomas graves nem efeitos

irreversíveis para a saúde (NIOSH/OSHA/EUA).
- Mobilidade: Percentual de tempo de permanência nos diversos locais durante a rotina de trabalho, em relação ao número de horas trabalhada.
- Nível de Ação: Valor acima do qual devem ser iniciadas ações preventivas (monitoramento periódico, informação aos trabalhadores e controle médico) de forma a minimizar a probabilidade de que as exposições a agentes ambientais ultrapassem os limites de exposição. Para agentes químicos corresponde a metade dos limites de exposição ocupacional (NR-15, ACGIH, acordos coletivos) e para o ruído a dose de 0,5 (superior a 50%), conforme estabelecido na NR-15, Anexo 1, item 6.
- Grupos Similares de Exposição - GSE: Grupos de trabalhadores que experimentam exposição semelhante, de forma que o resultado fornecido pela avaliação de qualquer membro do grupo seja representativo do grupo como um todo.
- NR-15: Norma Regulamentadora no 15 - Portaria 3214.
- ACGIH: American Conference of Governamental Industrial Hygiene.
- NIOSH: National Institute for Occupational Safety and Health.
- AIHA: American Industrial Hygiene Association.
- ABNT: Associação Brasileira de Normas Técnicas.
- OSHA: Occupational Safety and Health Administration.

4. RESPONSABILIDADES

4.1. ORGANIZAÇÃO CONTRATANTE

- Implementar, por estabelecimento ou unidade operacional o gerenciamento de riscos ocupacionais em suas atividades;
- Integrar as ações do PGR com planos, programas e outros documentos previstos na legislação de segurança e saúde no trabalho;
- Evitar que os riscos ocupacionais possam ser originados no trabalho;
- Identificar os perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde;
- Avaliar os riscos ocupacionais indicando o nível de risco;
- Classificar os riscos ocupacionais para determinar a necessidade de adoção de medidas de prevenção;
- Implementar medidas de prevenção, de acordo com a classificação de risco e na ordem estabelecida pela NR 01;
- Considerar as condições de trabalho, nos termos da NR-17;
- Acompanhar o controle de riscos ocupacionais;
- Adotar mecanismos para consultar os trabalhadores quanto à percepção de riscos ocupacionais, podendo para este fim ser adotadas as manifestações da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA, quando houver;
- Comunicar aos trabalhadores sobre os riscos consolidados no inventário de riscos e as medidas de prevenção do plano de ação do PGR;
- Adotar medidas para melhorar o desempenho em SST;
- Elaborar, implantar e assegurar o cumprimento dos documentos integrantes do PGR, respeitando o disposto nas demais Normas Regulamentadoras, datados e assinados;
- Manter os documentos integrantes do PGR sempre disponíveis para consulta dos trabalhadores interessados ou seus representantes e à Inspeção do Trabalho;
- Fornece informações às organizações contratadas sobre os riscos ocupacionais sob sua gestão e que possam impactar nas atividades das contratadas.

4.2 ORGANIZAÇÕES CONTRATADAS

- Fornecer ao contratante o Inventário de Riscos Ocupacionais específicos de suas atividades que são realizadas nas dependências da organização contratante ou local previamente convencionado em contrato.

4.3 SESMT/ DESIGNADO CIPA

- Informar aos trabalhadores os riscos ambientais que possam originar-se nos locais de trabalho, os meios necessários para prevenir ou limitar tais riscos e para proteger-se dos mesmos;
- Considerar o conhecimento e percepção que os trabalhadores têm do processo de trabalho;
- Fornecer às empresas subcontratadas as informações sobre os riscos potenciais nas áreas em que desenvolverão suas atividades;
- Programar e aplicar treinamentos com objetivo de instruir os empregados expostos;
- Propor e adotar soluções para eliminar / reduzir a exposição aos riscos;
- Acompanhar o desenvolvimento do PCMSO.

4.4 DOS EMPREGADOS

- Colaborar e participar na implantação e execução do PGR inclusive de normas internas de segurança e saúde;
- Cumprir as normas e orientações recebidas nos treinamentos oferecidos dentro do PGR;
- Informar ao seu superior hierárquico direto ocorrências que, ao seu julgamento possam implicar em riscos à sua saúde e segurança;
- Aplicar e cumprir o Programa de Segurança e Saúde Ocupacional e todas as suas ferramentas aplicáveis e procedimentos específicos inerentes à execução das atividades;
- Colaborar na avaliação e identificação dos riscos gerados em seu posto de trabalho;
- Participar dos treinamentos programados.

5. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

- Inventário de Riscos do PGR;
- Matriz de Riscos do PGR; e
- Plano de Ação no Gerenciamento de Riscos.

6. ESTRATEGIAS E METODOLOGIAS DE AÇÃO

O presente programa foi elaborado com base na antecipação, reconhecimento e avaliação dos riscos ambientais existentes nas atividades dos empregados da Empresa, levando em consideração os diversos locais de trabalho. Esses dados foram realizados por profissionais do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho - SESMT e inseridos no inventario de risco deste PGR.

O controle desses riscos ambientais foi inserido para gerenciamento dos riscos ocupacionais na planilha de ação também conhecida como planilha de gerenciamento de riscos.

Como suporte técnico para o reconhecimento dos riscos foi consideradas as constatações provenientes do exercício dos trabalhos que estão sendo realizadas nas instalações / áreas / setores da empresa, informações prestadas pelos profissionais da empresa e representante da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA.

A estratégia tem como finalidade alcançar os seguintes objetivos:

- Reconhecimento dos Riscos Ambientais - referente ao processo de trabalho executado e a

condição de exposição dos funcionários;

- Avaliação quantitativa - Com base na NR-09.4.2, sempre que se constate a possibilidade de o trabalhador estar submetido à exposição ao agente de risco, cujo limite de tolerância possa estar superior ao previsto na legislação;
- Interpretação dos resultados - avaliação e julgamento profissional com proposição de medidas de controle;
- A metodologia aplicada será a da legislação atualizada das Normas Regulamentadoras - NR do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, Lei 6514 de 22 de dezembro de 1977, onde se encontram estabelecidos os parâmetros mínimos e diretrizes gerais, as quais foram aplicadas neste PGR.
- Com base na NR-09.6.1.1, na ausência de limites de tolerância previstos na NR-15 e seus anexos ou quando necessário, serão utilizados “Critérios Técnicos“ adotados pela American Conference of Governamental Hygienist (ACGIH) tomando como base os limites de tolerância (TLV - TWA, TLV - STEL e TLV - C) adotados por essa Associação.

7. Antecipação, Reconhecimento Avaliação dos Riscos Ambientais

7.1 ANTECIPAÇÃO

A antecipação visa identificar riscos potenciais. As informações que deverão ser consideradas para a elaboração ou revisão do PGR são originadas de:

- Projetos de novas instalações: Projeto Conceitual, a Engenharia, com apoio das áreas de Segurança do Trabalho, deverá avaliar, dentro das estratégias de segurança e de saúde, quais os riscos ambientais que estão previstos no projeto, prevendo, se possível, medidas de redução e controle já na fase do projeto, bem como os recursos necessários para monitoramento das exposições. Estes riscos deverão ser incorporados na revisão do PGR quando da conclusão do projeto.
- Modificações de projetos: A área de Segurança do Trabalho deve avaliar os novos riscos ambientais se estão previstos, ou se ocorreram a eliminação dos mesmos. Estas alterações deverão ser incorporadas na revisão do PGR quando da conclusão da modificação.
- Manipulação de novos produtos químicos: Todo produto novo para ser armazenado deverá ter como base as informações sobre a toxicologia e suas especificações de segurança contidas na FISPQ do produto. Se após a análise crítica das áreas envolvidas forem favoráveis para a manipulação e armazenamento do referido produto, deverá ser feita avaliação ambiental.

7.2 RECONHECIMENTO DOS RISCOS AMBIENTAIS

O reconhecimento dos riscos ambientais é realizado através de inspeções / auditorias nas diversas áreas / locais da Empresa; ocasião em que são consolidadas as constatações técnicas, levando em consideração as percepções que os trabalhadores têm do processo produtivo e riscos ambientais; informações / registros realizados pela Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA, bem como tudo que venha a contribuir como suporte técnico para o enriquecimento do reconhecimento. O reconhecimento visa o registro / avaliação das possíveis interferências na saúde / integridade física do trabalhador em razão da relação entre exposição e riscos ambientais oriundos da área / setor como um todo, somado aos riscos provenientes das atividades realizadas pelo trabalhador no seu posto/local de trabalho.

7.3 AVALIAÇÃO DOS RISCOS AMBIENTAIS

A avaliação dos riscos ambientais é realizada após a Antecipação e Reconhecimento do agente, da fonte geradora, do Grupo Homogêneo ou Similar de Exposição, da função e atividade desses, das medidas de controle existentes e das medidas de controle propostas. Somente o resultado das avaliações devem ser inseridos no Inventário de Riscos deste PGR conforme NR-09.4.3.
A antecipação, o reconhecimento e a avaliação dos Riscos Ambientais estão registrados Inventário de Riscos presentes nesse PGR.

8. FORMA DE REGISTRO, MANUTENÇÃO E DIVULGAÇÃO DE DADOS

O inventário de riscos ocupacionais deve ser mantido atualizado. O histórico das atualizações deve ser mantido por um período mínimo de 20 (vinte) anos ou pelo período estabelecido em normatização específica.

9. PERIODICIDADE E FORMA DE AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DO PGR

A avaliação de riscos deve constituir um processo contínuo e ser revista a cada dois anos ou quando da ocorrência das seguintes situações:
a) após implementação das medidas de prevenção, para avaliação de riscos residuais;
b) após inovações e modificações nas tecnologias, ambientes, processos, condições, procedimentos e organização do trabalho que impliquem em novos riscos ou modifiquem os riscos existentes;
c) quando identificadas inadequações, insuficiências ou ineficácias das medidas de prevenção;
d) na ocorrência de acidentes ou doenças relacionadas ao trabalho;
e) quando houver mudança nos requisitos legais aplicáveis.
Observação.: No caso de organizações que possuírem certificações em sistema de gestão de SST, o prazo poderá ser de até 3 (três) anos.
Será necessário elaborar a AET (Análise Ergonômica do Trabalho), laudo de insalubridade e laudo de periculosidade, para atender a GRO (Gerenciamento de Riscos Ocupacionais). Além dos demais documentos das NR's e dos riscos relacionados no inventário de risco.

Inventário de Riscos

1. INTRODUÇÃO

Os dados referentes aos perigos identificados e das avaliações dos riscos ocupacionais deverão constituir um Inventário de Riscos Ocupacionais, que deverá conter, no mínimo, os seguintes itens:

1. Caracterização dos processos e ambientes de trabalho;
2. Caracterização das atividades;
3. Descrição de perigos e de possíveis lesões ou agravos à saúde dos trabalhadores, com a identificação das fontes ou circunstâncias, descrição de riscos gerados pelos perigos, com a indicação dos grupos de trabalhadores sujeitos a esses riscos e descrição de medidas de prevenção implementadas;
4. Dados da análise preliminar ou do monitoramento das exposições a agentes físicos, químicos e biológicos e os resultados da avaliação de ergonomia nos termos da NR 17;
5. Avaliação de riscos, incluindo a classificação para fins de elaboração do plano de ação;
6. Critérios adotados para avaliação dos riscos e tomadas de decisão.

O inventário de riscos ocupacionais deverá ser mantido atualizado e seu histórico de atualizações deverá ser mantido por um período mínimo de 20 (vinte) anos ou pelo período estabelecido em normatização específica.

2. RISCOS AMBIENTAIS

Segundo a NR 9 são considerados riscos ambientais os agentes físicos, químicos e biológicos existentes no ambiente de trabalho que, em função de sua natureza, concentração e tempo de exposição são capazes de causar danos a saúde do trabalhador, conforme classificação que segue:

- Agentes físicos - As diversas formas de energia a que possam estar expostos os trabalhadores, tais como ruídos, vibrações, radiações ionizantes, radiações não ionizantes, frio, calor, pressões anormais, umidade
- Agentes químicos - São substância, compostos ou produtos que possam penetrar no organismo pela via respiratória em forma de poeira, fumos, neblinas, névoas, gases ou vapores, ou que, pela natureza da atividade de exposição, possam ter contato ou ser absorvidos pelo organismo ou por ingestão. São eles: poeiras, fumos, névoas, neblinas, gases, vapores, substâncias compostas ou produtos químicos.
- Agentes biológicos - São microorganismos tais como: vírus, bactérias, protozoários, fungos, parasitas, bacilos.
- Riscos Ergonômicos - São riscos relacionados ao processo produtivo e das tarefas executadas em situações inadequadas tais como: esforço físico intenso, levantamento e transporte manual de peso, exigência de postura inadequada, controle rígido de produtividade, imposição de ritmos excessivos, trabalhos em turno noturno, jornadas de trabalho prolongadas, monotonia e repetitividade, outras situações causadoras de stress físico e/ou psíquico.
- Riscos de acidentes - São riscos relacionados à execução de atividades, colocando em exposição à saúde e integridade física dos funcionários no seu campo de trabalho. Ex.: arranjo físico inadequado, máquinas e equipamentos sem proteção, ferramentas inadequadas ou defeituosas, iluminação inadequada, eletricidade, probabilidade de incêndio ou explosão, armazenamento inadequado, animais peçonhentos, outras situações de risco que poderão contribuir para a ocorrência de acidentes.

3. MATRIZ DE RISCO DO PGR

A avaliação da Classificação de Risco é realizada para cada GSE em relação a cada agente de risco E Atividade no Inventário de Riscos, possibilitando conhecer, em função do risco da exposição qual a consequência para a saúde. A classificação de Risco é obtida relacionando-se as informações anteriormente obtidas pela interação da Probabilidade x Severidade do Risco, conforme a Matriz de Risco apresentada na abaixo:

Insignificante	Trivial	Trivial	Tolerável	Tolerável	Moderado
Leve	Trivial	Tolerável	Moderado	Moderado	Moderado
Moderado	Tolerável	Moderado	Moderado	Substancial	Substancial
Crítico	Tolerável	Moderado	Substancial	Substancial	Intolerável
Severo	Moderado	Moderado	Substancial	Intolerável	Intolerável
Severidade / Probabilidade	Rara	Remota	Possível	Provável	Extremamente provável

Os níveis de riscos são delimitados com base no resultado da combinação da severidade das possíveis lesões ou agravos à saúde com a probabilidade ou chance de sua ocorrência. Para cada perspectiva foram definidos os pesos e as suas descrições.

SEVERIDADE	
Classificação	Descrição
Insignificante	Incômodo, insatisfação ou dano leve sem necessidade de tratamento médico.
Leve	Pode prejudicar a integridade física e/ou a saúde, provocando lesão que implique em incapacidade temporária por prazo igual ou inferior a 15 (quinze) dias.
Moderado	Pode prejudicar a integridade física e/ou a saúde, provocando lesão que implique em incapacidade temporária por prazo superior a 15 (quinze) dias.
Critico	Pode prejudicar a integridade física e/ou a saúde, provocando lesão ou sequela permanente.
Severo	Pode levar a óbito imediato ou que venha a ocorrer posteriormente.

PROBABILIDADE	
Classificação	Descrição
Rara	Medidas de prevenção adequadas e com garantia de continuidade desta situação. Uma consequência não é esperada, não é comum sua ocorrência, extraordinária.
Remota	Medidas de prevenção adequadas, mas com pequenos desvios. Ainda que em funcionamento, não há garantias de que sejam mantidas sempre ou em longo prazo. Uma consequência é pouco provável que aconteça quase improvável.
Possível	Medidas de prevenção apresentam desvios ou problemas significativos. Não há garantias de que as medidas sejam mantidas. Uma consequência talvez aconteça, com possibilidade de que se efetive concebível.
Provável	Medidas de prevenção incompletas ou com deficiências relevantes. Uma consequência é esperada, com grande probabilidade de que aconteça ou se realize.
Extremamente Provável	Medidas de prevenção inexistentes. Uma consequência é esperada, com grande probabilidade de que aconteça ou se realize.

NIVEIS DE RISCOS	
Classificação	Descrição
Trivial	Nenhuma ação é necessária.
Tolerável	Improvável risco à saúde do trabalhador. É requerido monitoramento, para assegurar que as medidas serão mantidas.
Moderado	Situação considerada causadora de fadiga se desenvolvida por longo período. Devem ser implantados meios de controle preventivo.
Substancial	Situação considerada causadora de lesão. Deve ser feito estudos sistemáticos da atividade, sugerindo um plano de melhoria para eliminar ou minimizar o risco/perigo.
Intolerável	Interromper as atividades ou intervenção imediata. O trabalho não pode ser iniciado ou continuado até que o risco/perigo tenha sido reduzido ou eliminado.

UNIDADE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS
SECRETARIA EXE. DE AMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
CNPJ: 27.167.345/0001-90

Endereço
Avenida Presidente Vargas, 545 - Centro - Mantenópolis/ES
CEP: 29.770-000

CNAE
8411-6/00 – Administração Pública em Geral
Grau de Risco 1

Caracterização dos processos e ambientes de trabalho

Funcionários

Setor	Cargo	Funcionários
GHE 01 ADMINISTRATIVO	AGENTE ADMINISTATIVO	7
	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	1
	DIGITADOR	1
	ESCRITURÁRIO	2
GHE 02 PROCURADORIA	PROCURADOR MUNICIPAL	2
GHE 03 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS	1
	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	1
		3

SETOR
GHE 01 ADMINISTRATIVO
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

Nº de funcionários 11

CARGO
AGENTE ADMINISTRATIVO
Supervisionam e controlam serviços financeiros diversos, bens-patrimoniais e logísticos; elaboram orçamentos, efetuam pagamentos, realizam cobrança, controlam bens patrimoniais, fecham câmbio, analisam crédito, coordenam caixas, administram processos logísticos e gerenciam almoxarifado/estoque; Supervisionam equipes de trabalho, orientando e avaliando desempenho em busca da melhor qualidade no trabalho. Organizam documentos e efetuam sua classificação contábil; geram lançamentos contábeis, auxiliam na apuração dos impostos, conciliam contas e preenchimento de guias de recolhimento e de solicitações, junto a órgãos do governo. Emitem notas de venda e de transferência entre outras; realizam o arquivo de documentos; Organizam a rotina de serviços e realizam entrada e transmissão de dados, operando teleimpressores e microcomputadores; registram e transcrevem informações, operando máquinas de escrever; atendem necessidades do setor interno e externo. Supervisionam trabalho e equipe; Organizam documentos e informações. Orientam usuários e os auxiliam na recuperação de dados e informações. Disponibilizam fonte de dados para usuários. Providenciam aquisição de material e incorporam material ao acervo. Arquivam documentos, classificando-os segundo critérios apropriados para armazená-los e conservá-los. Prestam serviço de comutação, alimentam base de dados e elaboram estatísticas. Executam tarefas relacionadas com a elaboração e manutenção de arquivos, podendo ainda, operar equipamentos reprográficos, recuperar e preservar as informações por meio digital, magnético ou papel.

CBO: 4102-05

7 funcionários

CARGO
AUXILIAR ADMINISTRATIVO
Tarefas de mediana complexidade, abrangendo orientação e execução, sob supervisão, de trabalhos de rotina administrativa. Auxiliar na programação de serviços, elaborando demonstrativos e projetos. Realizar trabalhos de datilografia e revisar os executados por equipes auxiliares. Aplicar sob supervisão e orientação, leis, regulamentos e normas, referentes à administração. Executar outras tarefas correlatas.

CBO: 4110-10

1 funcionários

CARGO
DIGITADOR
Compreende os cargos que se destinam a executar, a partir de gabaritos fornecidos, operações de digitação de dados para processamento eletrônico. Abrir e fechar o posto do correio; manter a organização do posto, inclusive limpeza, para o atendimento ao público; receber todas as chamadas telefônicas providenciando o contato com a pessoa que está sendo solicitada; efetuar ligações telefônicas solicitadas pelo usuário, com o respectivo recebimento da despesa; prestar as informações solicitadas pelo público, inclusive por telefone , sobre os serviços de telefonia; receber e acatar as instruções de serviço expedidas pela TELEST; fazer encaminhar as prestações de contas aos valores recebidos, na forma de instruções próprias; executar outras atribuições afins

CBO: 4121-10

1 funcionários

CARGO
ESCRITURÁRIO
Redigir ou participar da redação de correspondências, pareceres, documentos legais e outros significativos para o órgão, datilografar ou determinar a datilografia de documentos redigidos e aprovados, operar microcomputador, utilizando programas básicos e aplicativos, para incluir, alterar, obter dados e informações, bem como consultar registros, estudar processo referentes a assuntos de caráter geral ou específico da unidade administrativa e propor soluções, coordenar a classificação, o registro e a conservação de processos, livros e outros documentos em arquivos específicos, elaborar, sob orientação, quadros e tabelas estatísticos, fluxogramas, organogramas e gráficos em geral, elaborar ou colaborar na elaboração de relatórios parciais e anuais, atendendo as exigências ou normas da unidade administrativa, receber, conferir e distribuir materiais, verificando solicitações de compras e pedidos de fornecimento, realizar, sob orientação específica, coleta de preços e concorrências públicas e administrativas para aquisição de material, orientar e supervisionar as atividades de controle de estoque, a fim de assegurar a perfeita ordem de armazenamento, conservação e níveis de suprimento, controlar estoques de materiais, inspecionando o recebimento e a entrega, bem como verificando os prazos de validade dos materiais perecíveis e a necessidade de ressuprimento dos estoques, auxiliar na contabilização financeira, orçamentária e patrimonial da Prefeitura, classificando documentos, preparando relações de cobranças e pagamentos, conferindo guias de pagamento, examinando empenhos de despesas e executando outras atividades afins, estudar os documentos a serem arquivados, analisando o conteúdo e o valor dos mesmos, para decidir sobre a maneira mais conveniente de arquivá-los, arquivar os documentos de acordo com o sistema de classificação adotado, colocando-os em arquivos, estantes ou outro local adequado, para preservá-los de riscos e extravios, promover a guarda e a preservação dos documentos, promover o empréstimo dos documentos solicitados, preservando-os de riscos e extravios através de registro do destino, nome do solicitante, tempo empréstimo e outras informações necessárias, colaborar nos estudos para a organização e a racionalização dos serviços nas unidade da Prefeitura, executar os serviços burocráticos relativos a contratos, doações e patrocínio e executar outras atribuições afins.

CBO: 4132-25

1 funcionários

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo AGENTE ADMINISTRATIVO / AUXILIAR ADMINISTRATIVO / DIGITADOR / ESCRITURÁRIO**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura sentada por longos períodos		
Descrição	Necessidade de atuação sentado por longos períodos durante a jornada de trabalho.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Analise Ergonômica do Trabalho - AET Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Fornece instruções para alongamento físico.		
Orientação	Orientar trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Presença de reflexos em telas, painéis, vidros, monitores ou qualquer superfície, que causem desconforto ou prejudiquem a visualização		
Descrição	Situação desconfortável aos olhos, proveniente do uso frequente de telas de computadores para execução das atividades.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Fadiga nos olhos, ardência e dores de cabeça.		
Fontes ou circunstâncias	Telas de computadores		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Trabalho intensivo com teclado ou outros dispositivos de entrada de dados		
Descrição	Repetição continuada de movimentos com os dedos, proveniente da utilização de periféricos de entrada de dados em computadores (mouse, teclados).		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Problemas nas articulações e nos músculos (LER/DORT) e nos dedos (tendinites)		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Critério			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Analise Ergonômica do Trabalho - AET Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	- Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Introdução de pausas curtas periódicas e rodízios de funções em trabalhos continuados repetitivos, de precisão, em computadores, ou que exijam atenção constante; - Usar mobiliários ajustáveis às dimensões dos trabalhadores, assegurando postura confortável dos braços e pernas para trabalhador na posição sentada e em pé; - Usar postos de trabalho ajustáveis para o trabalho em computador (altura da cadeira, altura do monitor, altura do teclado).		

SETOR
GHE 02 PROCURADORIA
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

N º de funcionários 1

CARGO
PROCURADOR MUNICIPAL
Representar a administração pública na esfera judicial; prestar consultoria e assessoramento jurídico, à administração pública; exercer o controle interno da legalidade dos atos da administração; zelar pelo patrimônio e interesse público, tais como, meio ambiente, consumidor e outros; integrar comissões processantes; gerir recursos humanos e materiais da procuradoria. Acompanhar ações judiciais; Defender nas ações judiciais contrárias; Ajuizar ações; Executar, com exclusividade, a dívida ativa; Orientar o contador sobre os critérios a serem observados para os cálculos judiciais; Elaborar cálculos judiciais; Estabelecer composição entre as partes em processo judicial; Acompanhar o pagamento dos precatórios; Renunciar ao direito de recursos nos casos previstos em lei; Solicitar suspensão do andamento de processos nos casos previstos em lei. Elaborar pareceres e estudos; Opinar sobre existência dos pressupostos para a prática de atos administrativos; Assessorar a administração pública na elaboração de instrumentos contratuais; Analisar minutas de editais e de ajustes (contratos, convênios, termos de cooperação etc.); Aprovar editais e minutas de contratos; Orientar sobre o cumprimento das decisões judiciais e administrativas; Pronunciar-se sobre recursos administrativos em licitação; Desenvolver, organizar, controlar e/ou executar as atividades de assessoramento jurídico à Administração Municipal, emitindo pareceres, opiniões e outros pertinentes. Representar e defender a Prefeitura, ativa e passivamente, perante qualquer instância, juízo, tribunal judiciário ou administrativo, em todo feito ou procedimento em que a instituição esteja envolvida, bem como junto a qualquer repartição pública federal, estadual, municipal, autarquias, entidades paraestatais ou sociedades de economia mista ou privada. Fazer uso de veículos da frota pública municipal, no desempenho das atividades do seu cargo.

CBO: 2516-05

1 funcionário

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo PROCURADOR MUNICIPAL**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura sentada por longos períodos		
Descrição	Necessidade de atuação sentado por longos períodos durante a jornada de trabalho.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Analise Ergonômica do Trabalho - AET Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Fornece instruções para alongamento físico.		
Orientação	Orientar trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Presença de reflexos em telas, painéis, vidros, monitores ou qualquer superfície, que causem desconforto ou prejudiquem a visualização		
Descrição	Situação desconfortável aos olhos, proveniente do uso frequente de telas de computadores para execução das atividades.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Fadiga nos olhos, ardência e dores de cabeça.		
Fontes ou circunstâncias	Telas de computadores		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Trabalho intensivo com teclado ou outros dispositivos de entrada de dados		
Descrição	Repetição continuada de movimentos com os dedos, proveniente da utilização de periféricos de entrada de dados em computadores (mouse, teclados).		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Problemas nas articulações e nos músculos (LER/DORT) e nos dedos (tendinites)		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Critério			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Analise Ergonômica do Trabalho - AET Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	- Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Introdução de pausas curtas periódicas e rodízios de funções em trabalhos continuados repetitivos, de precisão, em computadores, ou que exijam atenção constante; - Usar mobiliários ajustáveis às dimensões dos trabalhadores, assegurando postura confortável dos braços e pernas para trabalhador na posição sentada e em pé; - Usar postos de trabalho ajustáveis para o trabalho em computador (altura da cadeira, altura do monitor, altura do teclado).		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Condução de veículos de qualquer natureza em vias públicas		
Descrição	Condução de veículo em condições desfavoráveis meteorológicas, estradas e más condições e congestionamentos excessivos.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Lesões corporais diversas, com grande possibilidade de levar ao óbito ou à invalidez para o trabalhador e para terceiros.		
Fontes ou circunstâncias	Condução de Veículo Automotor		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Severo	Possível	Substancial	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Implementa	Sim	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas coletivas (EPC)	Sinalização de emergência Extintor de Incêndio		
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	-Orientar o trabalhador sobre a condução defensiva através de palestras e treinamentos. -Verificar constantemente os estados dos pneus e das condições mecânicas do veículo, especialmente as condições do freio, lâmpadas e cintos de segurança. -Cuidado durante os deslocamentos em condições climáticas adversas, como chuva e neblina. -Utilização do cinto de segurança pelo motorista e todos os passageiros.		
Orientação	Treinamento de direção defensiva		

SETOR
GHE 03 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

Nº de funcionários 4

CARGO
AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS
Os trabalhadores de limpeza e conservação de áreas públicas preservam as vias públicas, varrendo calçadas, sarjetas e calçadões, acondicionando o lixo para que seja coletado e encaminhado para o aterro sanitário. Zelam pela segurança das pessoas sinalizando e isolando áreas de risco e de trabalho. Trabalham na limpeza e conservação de áreas públicas, coletam resíduos domiciliares, resíduos sólidos de serviços de saúde e resíduos coletados nos serviços de limpeza; Conservam as áreas públicas lavando-as, pintando guias, postes, viadutos, muretas e etc; Auxiliam nos serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos; Trabalham na ornamentação de canteiros urbanos, através da construção de viveiros e canteiros. Varrer sarjetas e calçadões; Varrer calçadas; Amontoar detritos e folhagem; Acondicionar lixo em latões ou sacos plásticos; Empurrar carrinho (lutocar); Ensacar animais mortos; Recolher animais mortos; Solicitar coleta de animais mortos; Solicitar remoção de entulho; Executar serviços de varrição, coleta e transporte de lixo industrial, domiciliar, hospitalar e rural e lavagem de ruas e logradouros públicos municipais, mantendo-os em condições adequadas, acondicionando os materiais coletados conforme as orientações e procedimentos estabelecidos. Executar serviços de conservação de ruas e logradouros públicos realizando capinas, roçadas, pinturas em meio-fio, muros, grades e postes, limpeza de ralos, trincheiras, bocas de lobo, caixas de visita, limpeza de córregos e outras atividades correlatas.

CBO: 5142-05

Funcionário 1

CARGO
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
Executar sob supervisão serviços de copeiragem, conservação, limpeza e zeladoria em prédios públicos servindo, limpando vidros e fachadas, recintos internos e acessórios. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Preparar sucos, lanches, cafés e pequenas refeições; Servir água, cafezinho, suco; Administrar fluxo de serventia; Receber e distribuir refeições; Receber ou recolher bandejas, louças e talheres após as refeições, providenciando sua lavagem e guarda ou o envio ao setor competente; Secar louça e prataria, esterilizar instrumentos e materiais; Operar com aparelhos elétricos utilizados nos serviços de alimentação; Limpar talheres, equipamentos de refrigeração assim como balcão, bancada e bandejas; retirar restos de comida, separando e destinando o lixo; Lavar fachadas; Limpar vidros; Remover resíduos dos vidros; Remover pichações; Limpar móveis e equipamentos eletrodomésticos, lustres, luminárias, ventiladores e tudo o que mais constar nos recintos dos prédios municipais; Limpar superfícies (paredes, pisos, etc..); Lavar banheiros; Aspirar pó; Lavar pisos; Encerar pisos; Remover sujeira; Varrer pisos; Secar pisos; Passar pano; Limpar, lavar cortinas e persianas; Recolher lixo; Depositar o lixo e detritos da cozinha em lugares apropriados, de forma a evitar proliferação de insetos; Proceder à limpeza de ralos, caixas de gordura e esgotos, assim como desentupir pias e ralos; Prover os sanitários com toalha, sabão e papel higiênico, removendo os já utilizados; Auxiliar na realização de serviços em geral como recebimento, separação e Distribuição de correspondência e materiais, atividades de limpeza, copa e conservação de instalações. Executar trabalhos de limpeza em geral em edifícios e outros locais, para manutenção das condições de higiene e conservação do ambiente, coletando o lixo.

CBO: 5122-05

Funcionários 3

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS / AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Físico	Umidade		
Descrição	Exposição à umidade proveniente da utilização de água no processo de limpeza de banheiros, lavagem de utensílios, talheres, entre outros.		
Fundamentação legal	NR 01 / NR 09		
Fontes ou circunstâncias	Limpeza de banheiros entre outros		
Meio de propagação	Contato direto		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas: • Avental de PVC • Luvas de PVP • Botas de PVP		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Químico	Produtos Saneantes Domissanitários		
Descrição	Exposição ao agente saneantes domissanitários realizando limpeza de banheiros, pisos, outras superfícies e limpeza de utensílios de cozinha.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode provocar alergias ao contato e irritação nos olhos.		
Fontes ou circunstâncias	Utilização de produtos de limpeza		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Aceitável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL - PCMSO		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional: • Avental de PVC • Luvas de PVP • Botas de PVP		

Identificação			
Perigo/Fator de Risco **Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)**			Grupo **Biológico**
Descrição	Proveniente da coleta de lixo e limpeza de banheiros de creches e outros locais referentes a secretaria executiva de assistência social.		
Fundamentação legal	NR 01 / NR 06 / NR 09		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.		
Fontes ou circunstâncias	Coleta de lixo e limpeza de banheiros		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
EPI	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas: • Avental de PVC • Luvas de PVP • Botas de PVP • Óculos de Proteção		
Exposição			
Critério	Qualitativo		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Exigência de flexões de coluna vertebral frequentes		
Descrição	Proveniente da necessidade de baixar, levantar, entre outros movimentos para execução das atividades de limpeza e conservação, entre outras atividades relacionadas.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Pode provocar Lesões musculoesqueléticas, fadiga e exaustão.		
Fontes ou circunstâncias	Atividades de limpeza e conservação		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET. -Fornece instruções para alongamento físico.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Frequente deslocamento a pé durante a jornada de trabalho		
Descrição	Deslocamento necessário proveniente das atividades de limpeza e conservação do ambiente de trabalho, entre outras atividades relacionadas.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Analise Ergonômica do Trabalho - AET. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Orientação	Orientar ao trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Frequente execução de movimentos repetitivos		
Descrição	Proveniente da execução de movimentos repetitivos para execução das atividades de limpeza, entre outras.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Dores nas articulações dos dedos e das mãos.		
Fontes ou circunstâncias	Movimentos repetitivos para execução das atividades		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET Fornece instruções para alongamento físico.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura de pé por longos períodos		
Descrição	Postura proveniente da necessidade de permanecer de pé para execução das atividades de limpeza e conservação.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Analise Ergonômica do Trabalho - AET. -Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET. Fornece instruções para alongamento físico.		
Orientação	Orientar ao trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Objetos cortantes e/ou perfuro cortantes		
Descrição	Risco proveniente da limpeza de utensílios de cozinha (talheres) e contato com outros objetos que possam causar acidentes.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Risco de cortes e/ou perfurações, acidentes, lesões, entre outros.		
Fontes ou circunstâncias	Utensílios de cozinha diversos, entre outros objetos.		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Medico de Saúde ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco através de palestras e treinamentos. Procedimentos operacionais seguros -Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde no trabalho, e adequados para a execução das atividades.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Piso escorregadio e/ou irregular		
Descrição	Risco proveniente da utilização de água, panos úmidos e ceras no processo de limpeza de pisos e outras superfícies, deixando-os escorregadios. Risco de quedas de mesmo nível.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Fraturas, luxações ou entorses, escoriações e contusões		
Fontes ou circunstâncias	Pisos e outras superfícies escorregadios		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não evidenciado	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas coletivas (EPC)	Necessária utilização de placa cavalete de piso escorregadio durante a execução da atividade de limpeza e enquanto o piso apresentar estar molhado ou úmido.		
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Medico de Saúde ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco através de palestras e treinamentos. Procedimentos operacionais seguros -Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde no trabalho, e adequados para a execução das atividades.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Trabalho em ambientes com risco de queda de objetos		
Descrição	Risco de queda de objetos sobre os pés, proveniente da movimentação de matérias de limpeza, movimentação de utensílios domésticos, movimentação de sacos plásticos contendo lixo, entre outros materiais e/ou produtos.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode provocar contusões, entorses, luxações ou fraturas.		
Fontes ou circunstâncias	Movimentação materiais e/ou produtos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Medico de Saúde ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Manter o uso continuo de calçado de segurança fechado, com CA, emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde do trabalho.		
Orientação	Utilizar sempre calçado fechado e apropriado para as atividades, para evitar lesões por queda de objetos sobres os pés.		

Conclusão PGR

.

DISPOSIÇÕES FINAIS

CONTROLE DOS RISCOS

Serão adotadas medidas necessárias e suficientes para a eliminação, minimização ou controle dos riscos ambientais sempre que for verificada pelo menos uma das situações:

a) Exigências previstas nas normas regulamentadoras e nos dispositivos legais;

b) Determinadas pela classificação de riscos ocupacionais;

c) Quando houver evidências de associação, através de controle médico de saúde, entre as lesões e os agravos à saúde dos trabalhadores com os riscos e as situações de trabalho identificadas.

Quando comprovada pela organização a inviabilidade de adoção de medidas de proteção coletiva ou quando estas não forem suficientes ou encontrarem-se em fase de estudo, planejamento ou implantação ou, ainda, em caráter complementar ou emergencial, outras medidas deverão ser adotadas, observando a seguinte

hierarquia:

a) Medidas de caráter administrativo ou de organização do trabalho;

b) Medidas de caráter individual (EPI).

IMPLEMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO

A empresa através de análise das ações executadas, inspeções nos ambientes de trabalho e o monitoramento das condições ambientais e exposições aos agentes nocivos, avaliará a eficácia das medidas de proteção existentes e as implantadas e se necessário estabelecer novas medidas para eliminar, neutralizar ou minimizar os riscos ambientais.

A implantação das medidas de prevenção deverá ser acompanhada de informações aos trabalhadores sobre os procedimentos a serem adotados e limitações das medidas de controle.

Quando identificada a ineficácia das medidas de prevenção adotadas, deverão ser realizados ajustes a fim de corrigir as deficiências. O histórico de medidas implementadas, bem como os ajustes realizados, deverá ser registrado.

O desempenho das medidas de prevenção deverá ser acompanhado de forma planejar e contemplar:

a) A verificação da execução das ações planejadas;

b) As inspeções dos locais de trabalho;

c) O monitoramento das condições ambientais e exposições a agentes nocivos, quando aplicável.

ACOMPANHAMENTO DA SAÚDE OCUPACIONAL DOS TRABALHADORES

O acompanhamento da saúde ocupacional dos trabalhadores será realizado de forma periódica e contínua, de acordo com os riscos ocupacionais identificados e atendendo as diretrizes estabelecidas na NR 07.

A empresa desenvolve ações de saúde ocupacional que estão integradas com as demais medidas de saúde e segurança do trabalho e em conformidade com os riscos intrínsecos ao trabalho.

Todos os riscos que precisem de controle com base em exames complementares laboratoriais, necessitam de medidas de prevenção imediata.

ANÁLISE DE ACIDENTES E DOENÇAS RELACIONADAS AO TRABALHO

A irá analisar todos os acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, documentando os eventos, considerando as fontes causadoras, as atividades desenvolvidas, materiais utilizados e a organização do ambiente de trabalho, identificando os fatores relacionados ao evento e que forneçam evidências para revisar as medidas de prevenção existentes.

PREPARAÇÃO PARA EMERGÊNCIAS

É de responsabilidade da EMPRESA, elaborar, implementar e manter atualizados os procedimentos de resposta aos cenários de emergência, levando em consideração os riscos ocupacionais identificados no ambiente de trabalho e as características das atividades desenvolvidas

Os procedimentos deverão conter:

a) Os meios e recursos necessários para prestação de primeiros socorros, encaminhamento de acidentados e abandono;

b) Quando aplicável, as medidas a serem aplicadas em acidentes de grandes proporções.

EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL DE USO OBRIGATÓRIO

A empresa fornece gratuitamente aos empregados apenas EPI adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, sendo estes portadores de Certificado de Aprovação - CA.

CONCLUSÃO

Este programa tem como fundamento legal a NR 01, seu objetivo é disciplinar os preceitos a serem observados na organização e no ambiente de trabalho, de forma a tornar compatível o planejamento e desenvolvimento das atividades com a busca permanente da segurança e saúde dos trabalhadores. Este programa estará em constante análise e estudo, visando seu aperfeiçoamento, podendo, portanto, sofrer modificações a qualquer momento.

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718

Assinado de forma digital por GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718
Dados: 2024.10.03 15:10:55 -03'00'

Responsável Técnico
Gustavo Cordeiro Miranda
CPF: 092.897.697-18
Conselho de classe: CREA 051725/D
UF: ES
Especialidade: Engenheiro de Segurança

PLANO DE AÇÃO

Cronograma do Plano de Ação

PLANO ANUAL DO PROGRAMA DE SEGURANÇA E SAÚDENO TRABALHO **Período:** **Agosto de 2024 a Julho 2026**

Prioridade (1) Objetivo: Manter e implementar medidas de proteção, prevenção e controles administrativos em relação aos riscos ambientais reconhecidos no PPRA, visando a manutenção da saúde e integridade física dos trabalhadores.

Meta	Indicador	Responsável	Cronograma												Avaliação e análise crítica do plano		
			Ago 24	Set 24	Out 23	Nov 24	Dez 24	Jan 25	Fev 25	Mar 25	Abr 25	Mai 25	Jun 25	Jul 25			
			Ago 25	Set 25	Out 24	Nov 25	Dez 25	Jun 26	Fev 26	Mar 26	Abr 26	Mai 26	Jun 26	Jul 26			
Apresentar e informar os resultados das avaliações qualitativas / quantitativas do PGR	Ofício de entrega de documentos														**Atividades implementadas?**	**Objetivos alcançados?**	**Conclusão e recomendações**
Atividade		**Responsável**															
Reunião de apresentação dos resultados e medidas de controles propostas aos responsáveis pela empresa.		ST / Empregador															

Meta	Indicador	Responsável	Cronograma												Avaliação e análise crítica do plano		
			Ago 24	Set 24	Out 23	Nov 24	Dez 24	Jan 25	Fev 25	Mar 25	Abr 25	Mai 25	Jun 25	Jul 25			
			Ago 25	Set 25	Out 24	Nov 25	Dez 25	Jan 26	Fev 26	Mar 26	Abr 26	Mai 26	Jun 26	Jul 26			
Realização de capacitações, treinamentos e reciclagens.	Lista de presença em treinamento devidamente assinada pelos trabalhadores e pelo instrutor.														**Atividades implementadas?**	**Objetivos alcançados?**	**Conclusão e recomendações**
Atividade		**Responsável**															
Manter as capacitações ao trabalhador quanto à correta utilização dos EPI, incluindo aspectos relacionados à manutenção, substituição, higienização e guarda, bem como as penalidades pela recusa injustificada, focando a importância da prevenção e os efeitos à saúde em relação aos riscos dos processos, conforme item da NR6.6.1. alínea d.		Empregador / Profissional Qualificado															
Palestra para divulgação aos empregados dos riscos ambientais identificados nos locais de trabalho e suas respectivas medidas de controle, conforme item da NR9.3.1		Empregador / Profissional Qualificado															

Cronograma do Plano de Ação

Realizar e manter atualizada a capacitação dos trabalhados quanto à medidas de prevenção e combate a principio de incêndio, conforme item da NR 23.1.	Empregador / Profissional Qualificado													
Realizar e manter atualizada a capacitação dos trabalhadores quanto à prestação dos primeiros socorros, conforme iten NR 7.5.	Empregador / Profissional Qualificado													
Realizar capacitação do designado responsável pelo cumprimento do objetivo da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, conforme item NR 5.32.	Empregador / Profissional Qualificado													
Realizar treinamento aos funcionários sobre os princípios básicos de ergonomia, incluindo a importância de posturas corretas, pausas regulares para descanso e exercícios de alongamento.	Empregador / Profissional Qualificado													
Realizar Treinamneto introdutório ou de integração, a todos os trabalhadores, ao ser admitido ou quando mudar de função que implique emalteração de risco, conforme NR 1 item 1.4.4.	Empregador / Profissional Qualificado													

Cronograma do Plano de Ação

PLANO ANUAL DO PROGRAMA DE SEGURANÇA E SAÚDENO TRABALHO **Período:** **Agosto de 2024 a Julho 2026**

Meta	Indicador	Responsável	Cronograma												Avaliação e análise crítica do plano		
			Ago 24 / Ago 25	Set 24 / Set 25	Out 23 / Out 24	Nov 24 / Nov 25	Dez 24 / Dez 25	Jan 25 / Jan 26	Fev 25 / Fev 26	Mar 25 / Mar 26	Abr 25 / Abr 26	Mai 25 / Mai 26	Jun 25 / Jun 26	Jul 25 / Jul 26			
Fornecer proteção individual adequada aos riscos dos processos, conforme NR6.	Fichas individuais de entrega de EPI devidamente assinada pelo funcionário a cada entrega.	Empregador / Profissional Qualificado													**Atividades implementadas?**	**Objetivos alcançados?**	**Conclusão e recomendações**
Atividade		**Responsável**															
Adquirir somente EPIs com certificado de aprovação (CA) emitido pelo MTE, conforme NR6.2.		Empregador / Profissional Qualificado															
Entregar os Equipamentos de Proteção Individual seguindo periodicidade quando ao uso e desgaste dos equipamentos, bem como controlar o uso efetivo dos mesmos, conforme NR6.6.1.		Empregador / Profissional Qualificado															

Cronograma do Plano de Ação

PLANO ANUAL DO PROGRAMA DE SEGURANÇA E SAÚDENO TRABALHO **Período:** **Agosto de 2024 a Julho 2026**

Meta	Indicador	Responsável	Cronograma												Avaliação e análise crítica do plano		
			Ago 24 / Ago 25	Set 24 / Set 25	Out 23 / Out 24	Nov 24 / Nov 25	Dez 24 / Dez 25	Jan 25 / Jan 26	Fev 25 / Fev 26	Mar 25 / Mar 26	Abr 25 / Abr 26	Mai 25 / Mai 26	Jun 25 / Jun 26	Jul 25 / Jul 26			
Monitorar e Atualizar os programas de Segurança e Saúde do Trabalho.	Documento elaborado com acompanhamento periódico.														**Atividades implementadas?**	**Objetivos alcançados?**	**Conclusão e recomendações**
Atividade		**Responsável**															
Manter o monitoramento médico, conforme PCMSO, conforme NR7.		Empregador / Profissional Qualificado															
Elaborar Relatório de Análise Global com o intuito de identificar a eficácia do Plano de ação, conforme NR9.2.1.1.		Empregador / Profissional Qualificado															

Percentual de Implementaçãodas Atividades: **Percentual de cumprimento dos Objetivos:**

Cronograma do Plano de Ação

Meta	Indicador	Responsável	Cronograma												Avaliação e análise crítica do plano		
			Ago 24 / Ago 25	Set 24 / Set 25	Out 23 / Out 24	Nov 24 / Nov 25	Dez 24 / Dez 25	Jan 25 / Jan 26	Fev 25 / Fev 26	Mar 25 / Mar 26	Abr 25 / Abr 26	Mai 25 / Mai 26	Jun 25 / Jun 26	Jul 25 / Jul 26			
Diretrizes sobre Ergonomia no ambiente de trabalho.	Analise Ergonomica do Trabalho														**Atividades implementadas?**	**Objetivos alcançados?**	**Conclusão e recomendações**
Atividade		**Responsável**															
Estabelecer diretrizes clara quanto a prevenção de acidente e doenças relacionados aos riscos ergonomicos.		Empregador / Profissional Qualificado															
Atender as Recomedações Ergonômicas estabelecidas na AET.		Empregador / Profissional Qualificado															

,(Responsável legal pela empresa e
pela implementação do plano de ação)

LTCAT

LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO



Consultoria Ocupacional
& Meio Ambiente

MUNICÍPIO DE MANTENOPOLIS

(SECRETARIA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS)

CNPJ: 27.167.345/0001-90

LTCAT

LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO COLETIVO DECRETO 3.048/99.

AGOSTO DE 2024

Sumário

Identificação da Empresa....4
Introdução....5
Objetivos 5
Informações 5
Fundamentos 5
Aposentadoria Especial 6
Agentes Nocivos....6
Efetiva Exposição à Agentes prejudicial à Saúde 6
Medidas de controle 7
Metodologia e procedimentos de Avaliação do Agente Nocivo 7
Códigos do Sistema SEFIP/GFIP 7
Avaliação das condições ambientais....9
Síntese....19
Conclusões e recomendações gerais....20
Anotação de responsabilidade técnica - ART....21

Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS
SECRETARIA EXE. DE AMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
CNPJ: 27.167.345/0001-90

Endereço
Avenida Presidente Vargas, 545 - Centro - Mantenópolis/ES
CEP: 29.770-000

CNAE
8411-6/00 – Administração Pública em Geral
Grau de Risco 1

Introdução

Este Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) foi elaborado a partir de inspeções e determinações técnicas de agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou a associação desses agentes "in loco". Este laudo está fundamentado legalmente no Regulamento da Previdência Social, Decreto N° 3.048 de 6 de maio de 1999.

Objetivos

Apresentar os levantamentos técnicos (qualitativos e/ou quantitativos) dos ambientes/atividades e identificar a exposição aos agentes físicos, químicos, biológicos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física do(s) trabalhador, no âmbito do ambiente de trabalho, para fins da verificação do enquadramento às condições que geram o direito da concessão à aposentadoria especial.
O Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT e demais demonstrações ambientais também tem como objetivo fundamentar tecnicamente o preenchimento dos formulários de reconhecimento de períodos laborados em condições especiais, denominado PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário (§8º do artigo 68 do Decreto nº 3.048/1999).
Com o objetivo de facilitar a aplicação dos conceitos para elaboração desse laudo no que tange às diferentes atividades existentes nos diferentes ambientes avaliados, os levantamentos e conclusão serão realizados por ambiente/atividade que poderão conter um único cargo ou mais de um dentro de um mesmo grupo de risco.

Informações

Todas as informações contidas neste laudo, bem como as descrições das atividades de cada função e os Certificados de Aprovação (CA) dos Equipamentos de Proteção Individual, foram cedidas pela empresa.
Todas as Tabelas de Identificação de Riscos foram feitas através das informações obtidas nas avaliações realizadas pelo profissional responsável por este documento.
Com base nessa avaliação, foi feito o parecer técnico conclusivo sobre a caracterização de condições especial para fins de aposentadoria especial.

Fundamentos Legais

Este documento foi elaborado conforme as normas vigentes:

- Regulamento da Previdência Social, Decreto n° 3.048, de 06 de maio de 1999;
- Planos de Benefícios da Previdência Social, Lei n° 8.213, de 24 julho de 1991;
- A metodologia e os procedimentos de avaliação estabelecidos pela Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO.
- Instrução Normativa PRES/INSS Nº 128, de 28 de março de 2022.

Aposentadoria Especial

A aposentadoria especial, uma vez cumprido o período de carência exigido, será devida ao segurado empregado, trabalhador avulso e contribuinte individual, que comprove o exercício de atividades com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou a associação desses agentes, de forma permanente, não ocasional nem intermitente, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação, enquadrados nos dispositivos do Regulamento da Previdência Social, decreto n°3.048/99.
Considera-se tempo de **trabalho permanente** aquele que é exercido de forma não ocasional nem intermitente, no qual a exposição do empregado, do trabalhador avulso ou do cooperado ao agente nocivo seja indissociável da produção do bem ou da prestação do serviço.

Agentes Nocivos

A relação dos agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde, analisados no presente laudo e considerados para fins de concessão de aposentadoria especial, consta no Anexo IV do decreto n° 3.048/99.

- **Agentes nocivos Físicos:** diversas formas de energia a que possam estar expostos os trabalhadores, tais como: ruídos, vibrações, temperaturas anormais (calor), entre outros constados no anexo IV.
- **Agentes nocivos Químicos:** Substâncias, compostos ou produtos que possam penetrar no organismo pela via respiratória, nas formas de os manifestados por: névoas, neblinas, poeiras, fumos, gases, vapores de substâncias nocivas presentes no ambiente de trabalho.
- **Agentes nocivos Biológicos:** bactérias, fungos, bacilos, parasitas, protozoários, vírus, entre outros, geneticamente modificados ou não, as culturas de células, os parasitas, as toxinas e os príons.
- **Associação de agentes**: Exposição aos agentes combinados, exclusivamente nas atividades especificadas no Anexo IV do Decreto 3.048/1999.

Efetiva Exposição à Agentes Prejudiciais à Saúde

Conforme decreto n° 3.048/99, a efetiva exposição à agente prejudicial à saúde configura-se quando, mesmo após a adoção das medidas de controle previstas na legislação trabalhista, a nocividade não seja eliminada ou neutralizada.
Considerado:

- **Eliminação** - a adoção de medidas de controle que efetivamente impossibilitem a exposição ao agente prejudicial à saúde no ambiente de trabalho; e
- **Neutralização** - a adoção de medidas de controle que reduzam a intensidade, a concentração ou a dose do agente prejudicial à saúde ao limite de tolerância previsto neste Regulamento ou, na sua ausência, na legislação trabalhista.

Para os agentes reconhecidamente cancerígenos para humanos, listados pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, caso sejam adotadas as medidas de controle previsto na legislação trabalhista que eliminem a nocividade, será descaracterizada a efetiva exposição.

- **Equipamento de Proteção individual -** É todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado a proteção contra riscos capazes de ameaçar a sua segurança e a sua saúde.
- **Equipamento de Proteção Coletiva -** É todo dispositivo ou sistema de âmbito coletivo, destinado à preservação da integridade física e da saúde dos trabalhadores, assim como a de terceiros.
- **Medidas Administrativas -** Procedimentos estabelecidos pela organização destinados a proteção contra agentes nocivos capazes de ameaçar a segurança e a saúde dos colaboradores.

Metodologias e Procedimentos de Avaliação dos Agentes Nocivos

Foi adotado o procedimento de técnica de avaliação Qualitativa e/ou Quantitativa, em relação à exposição, sendo:

- **Qualitativa:**

Trata-se de uma avaliação ou inspeção sobre determinado local de trabalho, observando às características específicas do ambiente laboral, os presentes agentes, as atividades exercidas, funções existentes naquela local e tempo de exposição dos trabalhadores.
As avaliações qualitativas da exposição aos agentes nocivos foram feitas tomando-se por base a análise dos seguintes fatores a eles relacionados:

1. As circunstâncias de exposição ocupacional a determinado agente ou associação de agentes prejudiciais à saúde presentes no ambiente de trabalho durante toda a jornada de trabalho;
2. Todas as fontes e possibilidades de liberação dos agentes nocivos;
3. Meios de contato ou exposição dos trabalhadores, as vias de absorção, a intensidade da exposição, a frequência e a duração do contato.

- **Quantitativa:**

Trata-se de uma avaliação sobre determinado local de trabalho, utilizando-se de equipamentos específicos para medição e quantificação dos a agentes ambientais presentes no ambiente de trabalho. Visando, o dimensionamento das intensidades/concentrações dos riscos.
Nas avaliações ambientais foram consideradas a metodologia e os procedimentos de avaliação estabelecidos pela **Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO**.

Códigos do Sistema SEFIP/GFIP

GFIP - Guia do Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações Previdenciárias, instituído pela Lei 9.528 de 10/12/97. Para trabalhadores com apenas um vínculo empregatício (ou uma fonte pagadora):

- **Código 00** - Sem exposição a agente nocivo. Trabalhador nunca esteve exposto
- **Código 01** - Não exposição a agente nocivo. Trabalhador já esteve exposto.
- **Código 02** - Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 15 anos de serviço);
- **Código 03** - Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 20 anos de serviço);
- **Código 04** - Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 25 anos de serviço).

Para trabalhadores com mais de um vínculo empregatício (ou mais de uma fonte pagadora):

- **Código 05** - Não exposto a agente nocivo;
- **Código 06** - Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 15 anos de trabalho);
- **Código 07** - Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 20 anos de trabalho);
- **Código 08** - Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 25 anos de trabalho).

Revisão dos Dados

O Laudo Técnico de Condições do Ambienta de Trabalho (LTCAT) precisará ser atualizado sempre que ocorrer qualquer alteração no ambiente de trabalho ou em sua organização.
Segundo a legislação previdenciária, mais precisamente o artigo 261, IN 77, inciso § 4º São consideradas alterações no ambiente de trabalho ou em sua organização, entre outras, aquelas decorrentes de:
I - mudança de layout;
II - substituição de máquinas ou de equipamentos;
III - adoção ou alteração de tecnologia de proteção coletiva; e
IV - alcance dos níveis de ação estabelecidos nos subitens do item 9.3.6 da NR-09, aprovadas pela Portaria nº 3.214, de 8 de junho de 1978, do MTE, se aplicável.

Nota Técnica Informativa

O Supremo Tribunal Federal - STF, em sede de Recurso Extraordinário com Agravo - ARE 664.335, de 2015, com repercussão geral reconhecida, considerou que nos casos de exposição do segurado ao agente nocivo ruído acima dos limites legais de tolerância, a declaração do empregador da eficácia do EPI, não descaracteriza o tempo de serviço especial para aposentadoria.

Avaliação das condições Ambientais

UNIDADE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS
SECRETARIA EXE. DE AMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
CNPJ: 27.167.345/0001-90

Endereço
Avenida Presidente Vargas, 545 - Centro - Mantenópolis/ES
CEP: 29.770-000

CNAE
8411-6/00 – Administração Pública em Geral
Grau de Risco 1

Caracterização dos processos e ambientes de trabalho

Funcionários

Setor	Cargo	Funcionários
GHE 01 ADMINISTRATIVO	AGENTE ADMINISTATIVO	7
	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	1
	DIGITADOR	1
	ESCRITURÁRIO	2
GHE 02 PROCURADORIA	PROCURADOR MUNICIPAL	2
GHE 03 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS	1
	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	1
		3

SETOR
GHE 01 ADMINISTRATIVO
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

Nº de funcionários 11

CARGO
AGENTE ADMINISTRATIVO
Supervisionam e controlam serviços financeiros diversos, bens-patrimoniais e logísticos; elaboram orçamentos, efetuam pagamentos, realizam cobrança, controlam bens patrimoniais, fecham câmbio, analisam crédito, coordenam caixas, administram processos logísticos e gerenciam almoxarifado/estoque; Supervisionam equipes de trabalho, orientando e avaliando desempenho em busca da melhor qualidade no trabalho. Organizam documentos e efetuam sua classificação contábil; geram lançamentos contábeis, auxiliam na apuração dos impostos, conciliam contas e preenchimento de guias de recolhimento e de solicitações, junto a órgãos do governo. Emitem notas de venda e de transferência entre outras; realizam o arquivo de documentos; Organizam a rotina de serviços e realizam entrada e transmissão de dados, operando teleimpressores e microcomputadores; registram e transcrevem informações, operando máquinas de escrever; atendem necessidades do setor interno e externo. Supervisionam trabalho e equipe; Organizam documentos e informações. Orientam usuários e os auxiliam na recuperação de dados e informações. Disponibilizam fonte de dados para usuários. Providenciam aquisição de material e incorporam material ao acervo. Arquivam documentos, classificando-os segundo critérios apropriados para armazená-los e conservá-los. Prestam serviço de comutação, alimentam base de dados e elaboram estatísticas. Executam tarefas relacionadas com a elaboração e manutenção de arquivos, podendo ainda, operar equipamentos reprográficos, recuperar e preservar as informações por meio digital, magnético ou papel.

CBO: 4102-05 **GFIP: 00**

7 funcionários

CARGO
AUXILIAR ADMINISTRATIVO
Tarefas de mediana complexidade, abrangendo orientação e execução, sob supervisão, de trabalhos de rotina administrativa. Auxiliar na programação de serviços, elaborando demonstrativos e projetos. Realizar trabalhos de datilografia e revisar os executados por equipes auxiliares. Aplicar sob supervisão e orientação, leis, regulamentos e normas, referentes à administração. Executar outras tarefas correlatas.

CBO: 4110-10 **GFIP: 00**

CARGO
DIGITADOR
Compreende os cargos que se destinam a executar, a partir de gabaritos fornecidos, operações de digitação de dados para processamento eletrônico. Abrir e fechar o posto do correio; manter a organização do posto, inclusive limpeza, para o atendimento ao público; receber todas as chamadas telefônicas providenciando o contato com a pessoa que está sendo solicitada; efetuar ligações telefônicas solicitadas pelo usuário, com o respectivo recebimento da despesa; prestar as informações solicitadas pelo público, inclusive por telefone , sobre os serviços de telefonia; receber e acatar as instruções de serviço expedidas pela TELEST; fazer encaminhar as prestações de contas aos valores recebidos, na forma de instruções próprias; executar outras atribuições afins.

CBO: 4121-10 **GFIP: 00**

1 funcionários

CARGO
ESCRITURÁRIO
Redigir ou participar da redação de correspondências, pareceres, documentos legais e outros significativos para o órgão, datilografar ou determinar a datilografia de documentos redigidos e aprovados, operar microcomputador, utilizando programas básicos e aplicativos, para incluir, alterar, obter dados e informações, bem como consultar registros, estudar processo referentes a assuntos de caráter geral ou específico da unidade administrativa e propor soluções, coordenar a classificação, o registro e a conservação de processos, livros e outros documentos em arquivos específicos, elaborar, sob orientação, quadros e tabelas estatísticos, fluxogramas, organogramas e gráficos em geral, elaborar ou colaborar na elaboração de relatórios parciais e anuais, atendendo as exigências ou normas da unidade administrativa, receber, conferir e distribuir materiais, verificando solicitações de compras e pedidos de fornecimento, realizar, sob orientação específica, coleta de preços e concorrências públicas e administrativas para aquisição de material, orientar e supervisionar as atividades de controle de estoque, a fim de assegurar a perfeita ordem de armazenamento, conservação e níveis de suprimento, controlar estoques de materiais, inspecionando o recebimento e a entrega, bem como verificando os prazos de validade dos materiais perecíveis e a necessidade de ressuprimento dos estoques, auxiliar na contabilização financeira, orçamentária e patrimonial da Prefeitura, classificando documentos, preparando relações de cobranças e pagamentos, conferindo guias de pagamento, examinando empenhos de despesas e executando outras atividades afins, estudar os documentos a serem arquivados, analisando o conteúdo e o valor dos mesmos, para decidir sobre a maneira mais conveniente de arquivá-los, arquivar os documentos de acordo com o sistema de classificação adotado, colocando-os em arquivos, estantes ou outro local adequado, para preservá-los de riscos e extravios, promover a guarda e a preservação dos documentos, promover o empréstimo dos documentos solicitados, preservando-os de riscos e extravios através de registro do destino, nome do solicitante, tempo empréstimo e outras informações necessárias, colaborar nos estudos para a organização e a racionalização dos serviços nas unidade da Prefeitura, executar os serviços burocráticos relativos a contratos, doações e patrocínio e executar outras atribuições afins.

CBO: 4132-25 **GFIP: 00**

1 funcionários

Conclusão da Aposentadoria Especial – **AGENTE ADMINISTRATIVO / AUXILIAR ADMINISTRATIVO / DIGITADOR / ESCRITURÁRIO**
Agente físico Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente químico Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente biológico Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**

SETOR
GHE 02 PROCURADORIA
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

N º de funcionários 1

CARGO
PROCURADOR MUNICIPAL
Representar a administração pública na esfera judicial; prestar consultoria e assessoramento jurídico, à administração pública; exercer o controle interno da legalidade dos atos da administração; zelar pelo patrimônio e interesse público, tais como, meio ambiente, consumidor e outros; integrar comissões processantes; gerir recursos humanos e materiais da procuradoria. Acompanhar ações judiciais; Defender nas ações judiciais contrárias; Ajuizar ações; Executar, com exclusividade, a dívida ativa; Orientar o contador sobre os critérios a serem observados para os cálculos judiciais; Elaborar cálculos judiciais; Estabelecer composição entre as partes em processo judicial; Acompanhar o pagamento dos precatórios; Renunciar ao direito de recursos nos casos previstos em lei; Solicitar suspensão do andamento de processos nos casos previstos em lei. Elaborar pareceres e estudos; Opinar sobre existência dos pressupostos para a prática de atos administrativos; Assessorar a administração pública na elaboração de instrumentos contratuais; Analisar minutas de editais e de ajustes (contratos, convênios, termos de cooperação etc.); Aprovar editais e minutas de contratos; Orientar sobre o cumprimento das decisões judiciais e administrativas; Pronunciar-se sobre recursos administrativos em licitação; Desenvolver, organizar, controlar e/ou executar as atividades de assessoramento jurídico à Administração Municipal, emitindo pareceres, opiniões e outros pertinentes. Representar e defender a Prefeitura, ativa e passivamente, perante qualquer instância, juízo, tribunal judiciário ou administrativo, em todo feito ou procedimento em que a instituição esteja envolvida, bem como junto a qualquer repartição pública federal, estadual, municipal, autarquias, entidades paraestatais ou sociedades de economia mista ou privada. Fazer uso de veículos da frota pública municipal, no desempenho das atividades do seu cargo.

CBO: 2412-25 **GFIP: 00**

1 funcionário

Conclusão da Aposentadoria Especial – **PROCURADOR MUNICIPAL**
Agente físico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente químico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente biológico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**

SETOR
GHE 03 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

Nº de funcionários 4

CARGO
AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS
Os trabalhadores de limpeza e conservação de áreas públicas preservam as vias públicas, varrendo calçadas, sarjetas e calçadões, acondicionando o lixo para que seja coletado e encaminhado para o aterro sanitário. Zelam pela segurança das pessoas sinalizando e isolando áreas de risco e de trabalho. Trabalham na limpeza e conservação de áreas públicas, coletam resíduos domiciliares, resíduos sólidos de serviços de saúde e resíduos coletados nos serviços de limpeza; Conservam as áreas públicas lavando-as, pintando guias, postes, viadutos, muretas e etc; Auxiliam nos serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos; Trabalham na ornamentação de canteiros urbanos, através da construção de viveiros e canteiros Varrer sarjetas e calçadões; Varrer calçadas; Amontoar detritos e folhagem; Acondicionar lixo em latões ou sacos plásticos; Empurrar carrinho (lutocar); Ensacar animais mortos; Recolher animais mortos; Solicitar coleta de animais mortos; Solicitar remoção de entulho; Executar serviços de varrição, coleta e transporte de lixo industrial, domiciliar, hospitalar e rural e lavagem de ruas e logradouros públicos municipais, mantendo-os em condições adequadas, acondicionando os materiais coletados conforme as orientações e procedimentos estabelecidos. Executar serviços de conservação de ruas e logradouros públicos realizando capinas, roçadas, pinturas em meio-fio, muros, grades e postes, limpeza de ralos, trincheiras, bocas de lobo, caixas de visita, limpeza de córregos e outras atividades correlatas.

CBO: 5142-05 **GFIP: 00**

1 funcionário

CARGO
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
Executar sob supervisão serviços de copeiragem, conservação, limpeza e zeladoria em prédios públicos servindo, limpando vidros e fachadas, recintos internos e acessórios. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Preparar sucos, lanches, cafés e pequenas refeições; Servir água, cafezinho, suco; Administrar fluxo de serventia; Receber e distribuir refeições; Receber ou recolher bandejas, louças e talheres após as refeições, providenciando sua lavagem e guarda ou o envio ao setor competente; Secar louça e prataria, esterilizar instrumentos e materiais; Operar com aparelhos elétricos utilizados nos serviços de alimentação; Limpar talheres, equipamentos de refrigeração assim como balcão, bancada e bandejas; retirar restos de comida, separando e destinando o lixo; Lavar fachadas; Limpar vidros; Remover resíduos dos vidros; Remover pichações; Limpar móveis e equipamentos eletrodomésticos, lustres, luminárias, ventiladores e tudo o que mais constar nos recintos dos prédios municipais; Limpar superfícies (paredes, pisos, etc..); Lavar banheiros; Aspirar pó; Lavar pisos; Encerar pisos; Remover sujeira; Varrer pisos; Secar pisos; Passar pano; Limpar, lavar cortinas e persianas; Recolher lixo; Depositar o lixo e detritos da cozinha em lugares apropriados, de forma a evitar proliferação de insetos; Proceder à limpeza de ralos, caixas de gordura e esgotos, assim como desentupir pias e ralos; Prover os sanitários com toalha, sabão e papel higiênico, removendo os já utilizados; Auxiliar na realização de serviços em geral como recebimento, separação e Distribuição de correspondência e materiais, atividades de limpeza, copa e conservação de instalações. Executar trabalhos de limpeza em geral em edifícios e outros locais, para manutenção das condições de higiene e conservação do ambiente, coletando o lixo.

CBO: 4122-05 **GFIP: 00**

3 funcionário

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS / AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**			
Identificação			
Perigo/Fator de Risco **Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)**			Grupo **Biológico**
Descrição	Proveniente da coleta de lixo e limpeza de banheiros da secretaria exe. de administração e recursos humanos.		
Fundamentação legal	Anexo IV do Decreto nº 3.048, de 6 de Maio 1999.		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.		
Fontes ou circunstâncias	Coleta de lixo e limpeza de banheiros		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
EPI	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas: • Avental de PVC • Luvas de PVP • Botas de PVP • Óculos de Proteção		
Exposição			
Critério	Qualitativo		

Conclusão da Aposentadoria Especial – AJUDANTE DE SERVIÇO PÚBLICO / AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
Agente físico Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente químico Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente biológico Exposição aos agentes citados unicamente nas atividades relacionadas. MICROORGANISMOS E PARASITAS INFECTO-CONTAGIOSOS VIVOS E SUAS TOXINAS (Redação dada pelo Decreto nº 4.882, de 2003) a) trabalhos em estabelecimentos de saúde em contato com pacientes portadores de doenças infectocontagiosas ou com manuseio de materiais contaminados; b) trabalhos com animais infectados para tratamento ou para o preparo de soro, vacinas e outros produtos; c) trabalhos em laboratórios de autópsia, de anatomia e anátomo-histologia; d) trabalho de exumação de corpos e manipulação de resíduos de animais deteriorados; e) trabalhos em galerias, fossas e tanques de esgoto; f) esvaziamento de biodigestores; g) coleta e industrialização do lixo. Ausência de exposição aos agentes citados unicamente nas atividades relacionadas. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**

Síntese

Unidade				
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENOPOLIS				
Setor	**Cargo**	**Risco**	**Aposentadoria**	**Período**
GHE 03 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Não	.
GHE 03 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Não	.

Os resultados apresentados, bem como as descrições técnicas, tiveram embasamento nas evidências durante as diligências para o desenvolvimento do PGR. A conclusão do laudo considera a situação evidenciada na empresa na data de sua elaboração. Não tem prazo de validade, devendo ser refeito sempre que houver alteração dos riscos presentes no ambiente de trabalho.

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718

Assinado de forma digital por GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718
Dados: 2024.10.03 15:05:07 -03'00'

Responsável pelo LTCAT
Gustavo Cordeiro Miranda
CPF: 092.897.697-18
NIT: 128.65129.29-4
Conselho de classe: CREA 051725/D
UF: ES
Especialidade: Engenheiro de Segurança

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977
CREA-ES
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do ES

ART de Obra ou Serviço

0820240368329

ART Individual

1. Responsável Técnico

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA

Título profissional: **ENGENHEIRO DE PRODUÇÃO,ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO,TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO,TECNÓLOGO EM GEST**

RNP: 0819492124
Registro: ES-051725/D
Registro: 19221

Empresa contratada: ST CONSULTORIA OCUPACIONAL E MEIO AMBIENTE LTDA

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS** CPF/CNPJ: **27167345000190**
Rua: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS Nº: 545
Complemento: CEP: 29770000
Cidade: MANTENÓPOLIS UF: ES Bairro: CENTRO
Telefone:
Contrato: 000077/2023 Nº do Aditivo: 0
Valor do Contrato/Honorários: R$15.050,00 Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA

3. Dados da Obra/Serviço

Rua: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS Nº: 545
Complemento: Bairro: CENTRO Quadra Lote
Cidade: MANTENÓPOLIS UF: ES CEP: 29770000
Data de início: 10/09/2024 Prev. Término: 10/09/2024 Coord. Geogr.: ,
Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS CPF/CNPJ:27167345000190

4. Atividade Técnica

Qtde de Pavimento(s): 0 **Nº Pavimento(s):** 0 **Dimensão/Quantidade:** 1 **Unidade de medida:** UNID

ATIVIDADE(S) TÉCNICA(S): 43 - 13.2 - ASSESSORIA TÉCNICA

PARTICIPAÇÃO:

NATUREZA: 100 - RESPONSABILIDADE TÉCNICA

NÍVEL: 104 - EXECUÇÃO

NATUREZA DO(S) SERVIÇO(S): 9111 - SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS (ESPECIFICAR NO CAMPO 22)

TIPO DA OBRA/SERVIÇO: 2001 - SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS (ESPECIFICAR NO CAMPO 22)

PROJETO(S)/SERVIÇO(S): 100 - NENHUM

Após a conclusão das atividades técnicas, o profissional deverá proceder a baixa desta ART.

5. Observações

REFERENTE A CONTRATAÇAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE MEDICINA DO TRABALHO PARA ELABORAÇÃO DE PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCO, LTCAT (LAUDO TÉCNICO DA CONDIÇÃO DO AMBIENTE DE TRABALHO, PCMSO (PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL), PPP, LAUDO DE INSALUBRIDADE E DE PERICULOSIDADE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPALDE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO; SEM CONTUDO TER PROVIDENCIADO O REGISTRO DE ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART), NESTE CONSELHO.

6. Declarações

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718 Assinado de forma digital por GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718 Dados: 2024.10.03 15:05:34 -03'00'

Profissional

Contratante

Acessibilidade: <declara a aplicabilidade das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº5.296, de 2 de dezembro de 2004, às atividades profissionais acima relacionadas.>

7. Entidade de classe

SENGE - SINDICATO DOS ENGENHEIROS DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO

8.Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima.

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718 de Assinado de forma digital por GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718 Dados: 2024.10.03 15:05:20 -03'00' de

Local Data

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA - CPF: 09289769718

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS - CPF/CNPJ: 27167345000190

9. Informações

- **A ART é válida somente quando quitada, podendo sua conferência ser realizada no site do CREA.**
- **A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.creaes.org.br ou www.confea.org.br**
- **A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.**

www.creaes.org.br creaes@creaes.org.br
tel: (27)3134-0046 art@creaes.org.br

CREA-ES

Valor ART: R$ 262,55 Registrada em: 10/09/2024 Data de pagamento: 12/09/2024 Valor Pago: R$ 262,55 Nosso Número: 140000000016510939

PCMSO

PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL

Consultoria Ocupacional & Meio Ambiente

Sumário

Identificação 3
Médico do trabalho responsável 3
Diretrizes 4
O que é o programa? 4
Objetivos 4
Legalização 4
Implementação 5
Obrigações 5
Responsabilidades 5
Desenvolvimento do Programa 5
Obrigatoriedade dos exames médicos 6
Registro de Dados 6
Preparação para emergência 7
Ações de Saúde no PCMSO- Controle médico Específico 8
Unidade /Setor / Cargo / Funções – Exames complementares 9
Planejamento das atividades do PCMSO 23
Conclusão 24

Consultoria Ocupacional & Meio Ambiente	**PCMSO** **Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional** **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS**	**Agosto de 2024**

Vigência do PCMSO	**Agosto DE 2024 A Agosto DE 2026**

Identificação			
Empresa SECRETARIA EXE. DE AMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS			
Endereço Avenida Presidente Vargas, nº 545		Complemento	CNPJ 27.167.345/0001-90
CEP 29.770-000	Cidade Mantenópolis	Bairro Centro	UF ES
CNAE 8411-6/00	Grau de Risco 1	Descrição CNAE Administração Pública em Geral	

Médico do Trabalho Responsável

Compete ao empregador indicar um médico do trabalho responsável pelo PCMSO. Inexistindo médico do trabalho na localidade, a organização pode contratar médico de outra especialidade como responsável pelo PCMSO.

O MEI, a ME e a EPP, graus de risco 1 e 2, que declararem as informações digitais na forma prevista na legislação e não identificarem exposições ocupacionais a agentes físicos, químicos, biológicos e riscos relacionados a fatores ergonômicos, ficam dispensados de elaboração do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.

As MEI, ME e EPP desobrigadas de elaborar PCMSO, devem realizar e custear exames médicos ocupacionais admissionais, demissionais e periódicos, a cada dois anos, de seus empregados.

RICARDO PINHEIRO LIMA

Assinado de forma digital por RICARDO PINHEIRO LIMA
Dados: 2024.10.03 14:56:08 -03'00'

Médico Responsável pelo PCMSO
Ricardo Pinheiro Lima
Médico do Trabalho
CRM - ES 1614
RQE - 3136
NIT 103.26225.12-6

Diretrizes

O PCMSO é parte integrante do conjunto mais amplo de iniciativas da organização no campo da saúde de seus empregados, devendo estar harmonizado com o disposto nas demais NR.

São diretrizes do PCMSO:
a) rastrear e detectar precocemente os agravos à saúde relacionados ao trabalho;
b) detectar possíveis exposições excessivas a agentes nocivos ocupacionais;
c) definir a aptidão de cada empregado para exercer suas funções ou tarefas determinadas;
d) subsidiar a implantação e o monitoramento da eficácia das medidas de prevenção adotadas na organização;
e) subsidiar análises epidemiológicas e estatísticas sobre os agravos à saúde e sua relação com os riscos ocupacionais;
f) subsidiar decisões sobre o afastamento de empregados de situações de trabalho que possam comprometer sua saúde;
g) subsidiar a emissão de notificações de agravos relacionados ao trabalho, de acordo com a regulamentação pertinente;
h) subsidiar o encaminhamento de empregados à Previdência Social;
i) acompanhar de forma diferenciada o empregado cujo estado de saúde possa ser especialmente afetado pelos riscos ocupacionais;
j) subsidiar a Previdência Social nas ações de reabilitação profissional;
k) subsidiar ações de readaptação profissional;
l) controlar da imunização ativa dos empregados, relacionada a riscos ocupacionais, sempre que houver recomendação do Ministério da Saúde.

O que é o Programa?

O PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional visa à preservação e a conservação da saúde e da integridade física dos trabalhadores da empresa. O Programa alerta e dar ênfase para o controle da saúde, privilegiando a relação de saúde de seus trabalhadores de forma coletiva e individual. O programa é um documento base implantado nas empresas que tem por objetivo evitar danos à vida do trabalhador e doenças ocupacionais derivadas do trabalho exercido.

Objetivo do PCMSO

Prevenção, rastreamento e diagnóstico precoce dos agravos à saúde dos colaboradores, além da constatação da existência de casos de doenças profissionais ou possíveis danos irreversíveis à saúde dos trabalhadores.
Para a elaboração deste PCMSO foram utilizados os procedimentos básicos e fundamentais que norteiam as informações técnicas e científicas fornecidas pelo PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos) e LTCAT (Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho).

Legalização

O PCMSO está previsto na lei Portaria GM n.º 3.214, de 08 de junho de 1978 Portaria SSST n.º 24, de 29 de dezembro de 1994, tendo em vista a NR 07, que estabelece a obrigatoriedade da elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados.

Implementação

A Empresa que tem por iniciativa de implementação do PCMSO estará automaticamente seguindo os preceitos estabelecidos na NR 07, na qual estabelece a obrigatoriedade de sua implementação e eficácia acompanhando o trabalhador em suas atividades profissionais e a variação de sua saúde no decorrer da atividade.

Obrigações

Toda Empresa ou instituição que admite trabalhadores como empregados estão obrigados a elaborar e implementar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional conforme a NR 07.
O PCMSO deve incluir a realização obrigatória dos exames médicos:

1. admissional;
2. periódico;
3. de retorno ao trabalho;
4. de mudança de riscos ocupacionais;
5. demissional.

Responsabilidade

Compete ao **empregador**:
a) garantir a elaboração e efetiva implantação do PCMSO;
b) custear sem ônus para o empregado todos os procedimentos relacionados ao PCMSO;
c) indicar médico do trabalho responsável pelo PCMSO.

Cabe ao **trabalhador**:
a) cumprir as disposições legais e regulamentares sobre segurança e saúde no trabalho, inclusive as ordens de serviço expedidas pelo empregador;
b) submeter-se aos exames médicos previstos nas NR;
c) colaborar com a organização na aplicação das NR; e
d) usar o equipamento de proteção individual fornecido pelo empregador.

Desenvolvimento do Programa

Monitorar a saúde dos empregados de forma regular:

1. Realização dos exames médicos obrigatórios: admissionais, periódicos, de retorno ao trabalho, mudança de função e demissional;
2. Utilizar os diagnósticos encontrados, sempre no sentido de estabelecer medidas para prevenir o surgimento ou a repetição de patologias semelhantes na empresa;
3. Obedecer a um planejamento em que estejam previstas as ações de saúde a serem executadas durante o ano, devendo estas ser objeto de relatório anual;
4. Dar conhecimento e explicação ao empregado dos achados encontrados nos exames, orientando, quando necessário, sobre as medidas preventivas a serem adotadas e estimulando-o a ter uma participação ativa na prevenção de sua saúde, podendo deste modo, adotar procedimentos apropriados para trabalhar com segurança e no uso de EPI.

<u>Conscientização e Promoção a Saúde:</u>
A realização de palestras, campanhas, eventos educativos e treinamentos nas áreas de higiene e medicina do trabalho são fundamentais para conscientização dos empregados sobre os riscos existentes no seu ambiente de trabalho, facilitando assim a prevenção de acidentes, doenças profissionais e outras, devendo ser realizadas de forma sistemática durante o transcorrer do

PCMSO.
Promoção da Saúde:
Poderão ser agendadas durante o ano palestras educativas sobre os seguintes temas:
- Primeiros Socorros;
- Higiene e Saúde;
- Ergonomia;
- Desidratação/ Hidratação;
- Distúrbios metabólicos e endócrinos (diabetes, hipertensão arterial, tireoide, obesidade).

Realização obrigatória dos exames médicos

- **Admissional**

Será realizado por ocasião da contratação do empregado, antes que ele assuma suas funções.

- **Periódico**

O exame médico periódico procura previamente detectar os desvios da saúde que porventura existem nos trabalhadores, mesmo antes de se manifestarem, procurando a correção o mais breve possível, podendo ser percebidas ou não pelo trabalhador. Para realização, a empresa será comunicada a necessidade de sua realização, devendo para tanto proporcionar ao trabalhador seu encaminhamento ao serviço de medicina ocupacional. O não comparecimento do trabalhador no local e horário indicado, bem como a não realização de exames complementares irá fazer parte da estatística do Relatório Anual. É imprescindível o apoio da direção, bem como dos responsáveis pelos trabalhadores.

- **De retorno ao trabalho**

No exame de retorno ao trabalho, o exame clínico deve ser realizado antes que o empregado reassuma suas funções, quando ausente por período igual ou superior a 30 (trinta) dias por motivo de doença ou acidente, de natureza ocupacional ou não.

- **De mudança de risco ocupacional**

O exame de mudança de risco ocupacional deve, obrigatoriamente, ser realizado antes da data da mudança, adequando-se o controle médico aos novos riscos.

- **Demissional**

No exame demissional, o exame clínico deve ser realizado em até 10 (dez) dias contados do término do contrato, podendo ser dispensado caso o exame clínico ocupacional mais recente tenha sido realizado há:
- Menos de 135 (centro e trinta e cinco) dias, para as organizações graus de risco 1 e 2, e;
- Há menos de 90 (noventa) dias, para as organizações graus de risco 3 e 4.

Registro de Dados

Os dados dos exames clínicos e complementares deverão ser registrados em prontuário médico individual sob a responsabilidade do médico responsável pelo PCMSO, ou do médico responsável pelo exame, quando a organização estiver dispensada de PCMSO.

O prontuário do empregado deve ser mantido pela organização, no mínimo, por 20 (vinte) anos após o seu desligamento, exceto em caso de previsão diversa constante na NR 7.

Em caso de substituição do médico responsável pelo PCMSO, a organização deve garantir que os prontuários médicos sejam formalmente transferidos para seu sucessor.

Cada trabalhador terá o seu prontuário clínico individual contendo:

1. Avaliação clínica;
2. Exames complementares (se necessário);
3. Conclusão do exame médico obrigatório;
4. Medidas aplicadas.

O médico responsável pelo PCMSO deve elaborar relatório analítico do Programa, anualmente, considerando a data do último relatório, contendo, no mínimo:

1. o número de exames clínicos realizados;
2. o número e tipos de exames complementares realizados;
3. estatística de resultados anormais dos exames complementares, categorizados por tipo do exame e por unidade operacional, setor ou função;
4. incidência e prevalência de doenças relacionadas ao trabalho, categorizadas por unidade operacional, setor ou função;
5. informações sobre o número, tipo de eventos e doenças informadas nas CAT, emitidas pela organização, referentes a seus empregados;
6. análise comparativa em relação ao relatório anterior e discussão sobre as variações nos resultados.

Relatório analítico do programa

O médico responsável pelo PCMSO deve elaborar relatório analítico do Programa, anualmente, considerando a data do último relatório, contendo, no mínimo:

1. o número de exames clínicos realizados;
2. o número e tipos de exames complementares realizados;
3. estatística de resultados anormais dos exames complementares, categorizados por tipo do exame e por unidade operacional, setor ou função;
4. incidência e prevalência de doenças relacionadas ao trabalho, categorizadas por unidade operacional, setor ou função;
5. informações sobre o número, tipo de eventos e doenças informadas nas CAT, emitidas pela organização, referentes a seus empregados;
6. análise comparativa em relação ao relatório anterior e discussão sobre as variações nos resultados.

Preparação para emergências

A organização deve estabelecer, implementar e manter procedimentos de respostas aos cenários de emergências, de acordo com os riscos, as características e as circunstâncias das atividades.

Os procedimentos de respostas aos cenários de emergências devem prever:

a) Os meios e recursos necessários para os primeiros socorros, encaminhamento de acidentados e abandono; e

b) as medidas necessárias para os cenários de emergências de grande magnitude, quando aplicável.

KIT DE PRIMEIROS SOCORROS

É de extrema importância e necessário a empresa obter o kit de primeiros socorros para melhor atendimento e desempenho das primeiras medidas tomadas diante de algum acidente de trabalho, para não se agravar a saúde do trabalhador ou sua integridade física.

Este procedimento de emergência de primeiros socorros se caracteriza pela aplicação de métodos que podem evitar agravamento em vítimas de acidentes, de mal de súbito ou em perigo de vida, tendo por base o intuito de manter os sinais vitais, procurando evitar o agravamento do quadro no qual a pessoa se encontra. É uma ação individual ou coletiva, dentro de suas devidas limitações em auxílio ao próximo, até que o socorro avançado esteja no local para prestar uma assistência mais minuciosa e definitiva.

O kit de primeiros socorros deve estar em local visível e em uma pequena maleta de fácil acesso.

Este kit deve conter no mínimo os itens seguintes:

- Algodão hidrófilo;
- Álcool 70%
- Luvas descartáveis;
- Esparadrapo (tamanho médio);
- Gaze estéril
- Pinça
- Atadura (20 cm)
- Soro fisiológico
- Termômetro
- Curativo adesivo (tipo band-aid)
- Cotonete

TREINAMENTOS EM PRIMEIROS SOCORROS

É de responsabilidade de a empresa providenciar treinamento aos funcionários, para que haja recursos mínimos, necessários para a prestação de primeiros socorros aos trabalhadores, acidentados ou com problemas de saúde em caráter de urgência ou emergência.

É de vital importância a prestação de atendimentos emergenciais. Conhecimentos simples muitas vezes diminuem o sofrimento, evitam complicações futuras e podem inclusive em muitos casos salvar vidas.

Ações de Saúde no PCMSO

Podem ser caracterizados como as palestras educativas, treinamentos, e acompanhamento individual, que promovem o bem estar do trabalhador, observando uma enorme preocupação da organização, caracterizando também um problema do individual e seus familiares, situando a empresa na realidade de seu meio social, e elevando sua responsabilidade sobre a sociedade.

Todos os funcionários deverão ser Imunizados conforme Programa Nacional de Imunização

Vacina Dupla

Vacina Febre Amarela (para funcionários que atuam em áreas endêmicas)

Vacina de Gripe

Unidade: SECRETARIA EXE. DE AMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

Setor: GHE 01 ADMINISTRATIVO
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

	Nº de Funcionários
Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO	Total: 7
Descrição detalhada: Supervisionam e controlam serviços financeiros diversos, bens-patrimoniais e logísticos; elaboram orçamentos, efetuam pagamentos, realizam cobrança, controlam bens patrimoniais, fecham câmbio, analisam crédito, coordenam caixas, administram processos logísticos e gerenciam almoxarifado/estoque; Supervisionam equipes de trabalho, orientando e avaliando desempenho em busca da melhor qualidade no trabalho. Organizam documentos e efetuam sua classificação contábil; geram lançamentos contábeis, auxiliam na apuração dos impostos, conciliam contas e preenchimento de guias de recolhimento e de solicitações, junto a órgãos do governo. Emitem notas de venda e de transferência entre outras; realizam o arquivo de documentos; Organizam a rotina de serviços e realizam entrada e transmissão de dados, operando teleimpressores e microcomputadores; registram e transcrevem informações, operando máquinas de escrever; atendem necessidades do setor interno e externo. Supervisionam trabalho e equipe; Organizam documentos e informações. Orientam usuários e os auxiliam na recuperação de dados e informações. Disponibilizam fonte de dados para usuários. Providenciam aquisição de material e incorporam material ao acervo. Arquivam documentos, classificando-os segundo critérios apropriados para armazená-los e conservá-los. Prestam serviço de comutação, alimentam base de dados e elaboram estatísticas. Executam tarefas relacionadas com a elaboração e manutenção de arquivos, podendo ainda, operar equipamentos reprográficos, recuperar e preservar as informações por meio digital, magnético ou papel.	

Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Postura sentada por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Presença de reflexos em telas, painéis, vidros, monitores ou qualquer superfície, que causem desconforto ou prejudiquem a visualização	**Ergonômicos**	Situação desconfortável aos olhos, proveniente do uso frequente de telas de computadores para execução das atividades.
Trabalho intensivo com teclado ou outros dispositivos de entrada de dados	**Ergonômicos**	Problemas nas articulações e nos músculos (LER/DORT) e nos dedos (tendinites)

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

		Nº de Funcionários
Cargo: AUXILIAR ADMINISTRATIVO		Total: 1
Descrição detalhada: Tarefas de mediana complexidade, abrangendo orientação e execução, sob supervisão, de trabalhos de rotina administrativa. Auxiliar na programação de serviços, elaborando demonstrativos e projetos. Realizar trabalhos de datilografia e revisar os executados por equipes auxiliares. Aplicar sob supervisão e orientação, leis, regulamentos e normas, referentes à administração. Executar outras tarefas correlatas.		
Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Postura sentada por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Presença de reflexos em telas, painéis, vidros, monitores ou qualquer superfície, que causem desconforto ou prejudiquem a visualização	**Ergonômicos**	Situação desconfortável aos olhos, proveniente do uso frequente de telas de computadores para execução das atividades.
Trabalho intensivo com teclado ou outros dispositivos de entrada de dados	**Ergonômicos**	Problemas nas articulações e nos músculos (LER/DORT) e nos dedos (tendinites)

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

	Nº de Funcionários
Cargo: DIGITADOR	Total: 1
Descrição detalhada: Compreende os cargos que se destinam a executar, a partir de gabaritos fornecidos, operações de digitação de dados para processamento eletrônico. Abrir e fechar o posto do correio; manter a organização do posto, inclusive limpeza, para o atendimento ao público; receber todas as chamadas telefônicas providenciando o contato com a pessoa que está sendo solicitada; efetuar ligações telefônicas solicitadas pelo usuário, com o respectivo recebimento da despesa; prestar as informações solicitadas pelo público, inclusive por telefone , sobre os serviços de telefonia; receber e acatar as instruções de serviço expedidas pela TELEST; fazer encaminhar as prestações de contas aos valores recebidos, na forma de instruções próprias; executar outras atribuições afins.	

Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Postura sentada por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Presença de reflexos em telas, painéis, vidros, monitores ou qualquer superfície, que causem desconforto ou prejudiquem a visualização	**Ergonômicos**	Situação desconfortável aos olhos, proveniente do uso frequente de telas de computadores para execução das atividades.
Trabalho intensivo com teclado ou outros dispositivos de entrada de dados	**Ergonômicos**	Problemas nas articulações e nos músculos (LER/DORT) e nos dedos (tendinites)

Exames	**ADMISSÃO**	**APÓS ADM.**	**PERIÓDICO**	**RET. TRAB**	**MUD. RISCOS**	**DEMISSÃO**
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

	Nº de Funcionários
Cargo: ESCRITURÁRIO	Total: 1

Descrição detalhada: Redigir ou participar da redação de correspondências, pareceres, documentos legais e outros significativos para o órgão, datilografar ou determinar a datilografia de documentos redigidos e aprovados, operar microcomputador, utilizando programas básicos e aplicativos, para incluir, alterar, obter dados e informações, bem como consultar registros, estudar processo referentes a assuntos de caráter geral ou específico da unidade administrativa e propor soluções, coordenar a classificação, o registro e a conservação de processos, livros e outros documentos em arquivos específicos, elaborar, sob orientação, quadros e tabelas estatísticos, fluxogramas, organogramas e gráficos em geral, elaborar ou colaborar na elaboração de relatórios parciais e anuais, atendendo as exigências ou normas da unidade administrativa, receber, conferir e distribuir materiais, verificando solicitações de compras e pedidos de fornecimento, realizar, sob orientação específica, coleta de preços e concorrências públicas e administrativas para aquisição de material, orientar e supervisionar as atividades de controle de estoque, a fim de assegurar a perfeita ordem de armazenamento, conservação e níveis de suprimento, controlar estoques de materiais, inspecionando o recebimento e a entrega, bem como verificando os prazos de validade dos materiais perecíveis e a necessidade de ressuprimento dos estoques, auxiliar na contabilização financeira, orçamentária e patrimonial da Prefeitura, classificando documentos, preparando relações de cobranças e pagamentos, conferindo guias de pagamento, examinando empenhos de despesas e executando outras atividades afins, estudar os documentos a serem arquivados, analisando o conteúdo e o valor dos mesmos, para decidir sobre a maneira mais conveniente de arquivá-los, arquivar os documentos de acordo com o sistema de classificação adotado, colocando-os em arquivos, estantes ou outro local adequado, para preservá-los de riscos e extravios, promover a guarda e a preservação dos documentos, promover o empréstimo dos documentos solicitados, preservando-os de riscos e extravios através de registro do destino, nome do solicitante, tempo empréstimo e outras informações necessárias, colaborar nos estudos para a organização e a racionalização dos serviços nas unidade da Prefeitura, executar os serviços burocráticos relativos a contratos, doações e patrocínio e executar outras atribuições afins.

Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Postura sentada por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Presença de reflexos em telas, painéis, vidros, monitores ou qualquer superfície, que causem desconforto ou prejudiquem a visualização	**Ergonômicos**	Situação desconfortável aos olhos, proveniente do uso frequente de telas de computadores para execução das atividades.
Trabalho intensivo com teclado ou outros dispositivos de entrada de dados	**Ergonômicos**	Problemas nas articulações e nos músculos (LER/DORT) e nos dedos (tendinites)

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

Setor: GHE 02 PROCURADORIA
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

	Nº de Funcionários
Cargo: PROCURADOR MUNICIPAL	Total: 1

Descrição detalhada: Representar a administração pública na esfera judicial; prestar consultoria e assessoramento jurídico, à administração pública; exercer o controle interno da legalidade dos atos da administração; zelar pelo patrimônio e interesse público, tais como, meio ambiente, consumidor e outros; integrar comissões processantes; gerir recursos humanos e materiais da procuradoria. Acompanhar ações judiciais; Defender nas ações judiciais contrárias; Ajuizar ações; Executar, com exclusividade, a dívida ativa; Orientar o contador sobre os critérios a serem observados para os cálculos judiciais; Elaborar cálculos judiciais; Estabelecer composição entre as partes em processo judicial; Acompanhar o pagamento dos precatórios; Renunciar ao direito de recursos nos casos previstos em lei; Solicitar suspensão do andamento de processos nos casos previstos em lei. Elaborar pareceres e estudos; Opinar sobre existência dos pressupostos para a prática de atos administrativos; Assessorar a administração pública na elaboração de instrumentos contratuais; Analisar minutas de editais e de ajustes (contratos, convênios, termos de cooperação etc.); Aprovar editais e minutas de contratos; Orientar sobre o cumprimento das decisões judiciais e administrativas; Pronunciar-se sobre recursos administrativos em licitação; Desenvolver, organizar, controlar e/ou executar as atividades de assessoramento jurídico à Administração Municipal, emitindo pareceres, opiniões e outros pertinentes. Representar e defender a Prefeitura, ativa e passivamente, perante qualquer instância, juízo, tribunal judiciário ou administrativo, em todo feito ou procedimento em que a instituição esteja envolvida, bem como junto a qualquer repartição pública federal, estadual, municipal, autarquias, entidades paraestatais ou sociedades de economia mista ou privada. Fazer uso de veículos da frota pública municipal, no desempenho das atividades do seu cargo.

Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Postura sentada por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Presença de reflexos em telas, painéis, vidros, monitores ou qualquer superfície, que causem desconforto ou prejudiquem a visualização	**Ergonômicos**	Fadiga nos olhos, ardência e dores de cabeça.
Trabalho intensivo com teclado ou outros dispositivos de entrada de dados	**Ergonômicos**	Problemas nas articulações e nos músculos (LER/DORT) e nos dedos (tendinites)
Condução de veículos de qualquer natureza em vias públicas	**Acidente**	Lesões corporais diversas, com grande possibilidade de levar ao óbito ou à invalidez para o trabalhador e para terceiros.

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Avaliação da acuidade visual	X		**12 meses**		X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
ECG (Eletrocardiograma) convencional de até 12 derivações	X		**12 meses**		X	X
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

Setor: GHE 03 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

	Nº de Funcionários
Cargo: AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS	Total: 1
Descrição detalhada: Os trabalhadores de limpeza e conservação de áreas públicas preservam as vias públicas, varrendo calçadas, sarjetas e calçadões, acondicionando o lixo para que seja coletado e encaminhado para o aterro sanitário. Zelam pela segurança das pessoas sinalizando e isolando áreas de risco e de trabalho. Trabalham na limpeza e conservação de áreas públicas, coletam resíduos domiciliares, resíduos sólidos de serviços de saúde e resíduos coletados nos serviços de limpeza; Conservam as áreas públicas lavando-as, pintando guias, postes, viadutos, muretas e etc; Auxiliam nos serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos; Trabalham na ornamentação de canteiros urbanos, através da construção de viveiros e canteiros. Varrer sarjetas e calçadões; Varrer calçadas; Amontoar detritos e folhagem; Acondicionar lixo em latões ou sacos plásticos; Empurrar carrinho (lutocar); Ensacar animais mortos; Recolher animais mortos; Solicitar coleta de animais mortos; Solicitar remoção de entulho; Executar serviços de varrição, coleta e transporte de lixo industrial, domiciliar, hospitalar e rural e lavagem de ruas e logradouros públicos municipais, mantendo-os em condições adequadas, acondicionando os materiais coletados conforme as orientações e procedimentos estabelecidos. Executar serviços de conservação de ruas e logradouros públicos realizando capinas, roçadas, pinturas em meio-fio, muros, grades e postes, limpeza de ralos, trincheiras, bocas de lobo, caixas de visita, limpeza de córregos e outras atividades correlatas.		
Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Umidade	**Físico**	Este agente pode provocar doenças no aparelho respiratório, quedas, doenças de pele, entre outras.
Produtos Saneantes Domissanitários	**Químico**	Este agente pode provocar alergias ao contato e irritação nos olhos.
Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	**Biológico**	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.
Exigência de flexões de coluna vertebral frequentes	**Ergonômicos**	Pode provocar Lesões musculoesqueléticas, fadiga e exaustão.
Frequente deslocamento a pé durante a jornada de trabalho	**Ergonômicos**	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.
Frequente execução de movimentos repetitivos	**Ergonômicos**	Dores nas articulações dos dedos e das mãos.
Postura de pé por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.
Objetos cortantes e/ou perfuro cortantes	**Acidente**	Risco de cortes e/ou perfurações, acidentes, lesões, entre outros
Piso escorregadio e/ou irregular	**Acidente**	Fraturas, luxações ou entorses, escoriações e contusões

Trabalho em ambientes com risco de queda de objetos	**Acidente**	Este agente pode provocar contusões, entorses, luxações ou fraturas.

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

		Nº de Funcionários
Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS		Total: 3
Descrição detalhada: Executar sob supervisão serviços de copeiragem, conservação, limpeza e zeladoria em prédios públicos servindo, limpando vidros e fachadas, recintos internos e acessórios. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Preparar sucos, lanches, cafés e pequenas refeições; Servir água, cafezinho, suco; Administrar fluxo de serventia; Receber e distribuir refeições; Receber ou recolher bandejas, louças e talheres após as refeições, providenciando sua lavagem e guarda ou o envio ao setor competente; Secar louça e prataria, esterilizar instrumentos e materiais; Operar com aparelhos elétricos utilizados nos serviços de alimentação; Limpar talheres, equipamentos de refrigeração assim como balcão, bancada e bandejas; retirar restos de comida, separando e destinando o lixo; Lavar fachadas; Limpar vidros; Remover resíduos dos vidros; Remover pichações; Limpar móveis e equipamentos eletrodomésticos, lustres, luminárias, ventiladores e tudo o que mais constar nos recintos dos prédios municipais; Limpar superfícies (paredes, pisos, etc..); Lavar banheiros; Aspirar pó; Lavar pisos; Encerar pisos; Remover sujeira; Varrer pisos; Secar pisos; Passar pano; Limpar, lavar cortinas e persianas; Recolher lixo; Depositar o lixo e detritos da cozinha em lugares apropriados, de forma a evitar proliferação de insetos; Proceder à limpeza de ralos, caixas de gordura e esgotos, assim como desentupir pias e ralos; Prover os sanitários com toalha, sabão e papel higiênico, removendo os já utilizados; Auxiliar na realização de serviços em geral como recebimento, separação e Distribuição de correspondência e materiais, atividades de limpeza, copa e conservação de instalações. Executar trabalhos de limpeza em geral em edifícios e outros locais, para manutenção das condições de higiene e conservação do ambiente, coletando o lixo.		
Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Umidade	**Físico**	Este agente pode provocar doenças no aparelho respiratório, quedas, doenças de pele, entre outras.
Produtos Saneantes Domissanitários	**Químico**	Este agente pode provocar alergias ao contato e irritação nos olhos.
Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	**Biológico**	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.
Exigência de flexões de coluna vertebral frequentes	**Ergonômicos**	Pode provocar Lesões musculoesqueléticas, fadiga e exaustão.
Frequente deslocamento a pé durante a jornada de trabalho	**Ergonômicos**	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.
Frequente execução de movimentos repetitivos	**Ergonômicos**	Dores nas articulações dos dedos e das mãos.
Postura de pé por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.
Objetos cortantes e/ou perfuro cortantes	**Acidente**	Risco de cortes e/ou perfurações, acidentes, lesões, entre outros
Piso escorregadio e/ou irregular	**Acidente**	Fraturas, luxações ou entorses, escoriações e contusões
Trabalho em ambientes com risco de queda de objetos	**Acidente**	Este agente pode provocar contusões, entorses, luxações ou fraturas.

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

Planejamento das atividades do PCMSO

EVENTO	Status	JUSTIFICATIVA
Atividade: Exames Médicos Manter os exames médicos atualizados, cumprindo a tabela de periodicidade.	( ) Em andamento ( ) Realizado ( ) A realizar	
Atividade: Palestra sobre Tabagismo	( ) Em andamento ( ) Realizado ( ) A realizar	
Atividade: Primeiros Socorros TREINAMENTOS Abordagem: Primeiros Socorros	( ) Em andamento ( ) Realizado ( ) A realizar	
Atividade: Análise do PCMSO Efetuar análise global do PCMSO para avaliação do seu desenvolvimento e realização dos ajustes necessários e estabelecimento de novas metas.	( ) Em andamento ( ) Realizado ( ) A realizar	
Atividade: Palestra de DST/AIDS Realizar a Critério do Departamento Pessoal do Órgão, Palestra sobre Prevenção a DST/AIDS.	( ) Em andamento ( ) Realizado ( ) A realizar	
Atividade: Relatório Analitico do PCMSO anualmente Dar inicio a elaboração do Relatório analitico do PCMSO, obedecendo as exigências da Norma Regulamentadora 07, item 7.6.2.	( ) Em andamento ( ) Realizado ( ) A realizar	
Atividade: Palestra de Alcoolismo	( ) Em andamento ( ) Realizado ( ) A realizar	

Conclusão
Buscando atender as determinações legais, conclui-se que o PCMSO é parte integrante do conjunto mais amplo de iniciativas da empresa ou instituição, nos locais de trabalho, no campo da saúde dos trabalhadores, privilegiando o instrumento clínico-epidemiológico na abordagem da relação entre a sua saúde e o trabalho. Tem caráter preventivo, rastreador, evitando e diagnosticando no início os casos de doenças profissionais, que possam causar danos irreversíveis à saúde do trabalhador. Este programa foi elaborado considerando os riscos ocupacionais identificados e classificados pelo PGR. O presente laudo foi elaborado somente em uma face.

Total de Funcionários				
	Masculino	**Feminino**	**Menor**	**Total**
Funcionários	-	-	-	18

RICARDO PINHEIRO LIMA

Assinado de forma digital por RICARDO PINHEIRO LIMA
Dados: 2024.10.03 14:58:16 -03'00'

Ricardo Pinheiro Lima
Médico responsável pelo PCMSO
CRM: 1614/ES
Especialidade: Medicina do Trabalho

LAUDO DE INSALUBRIDADE - NR15
LAUDO DE PERICULOSIDADE - NR16

Consultoria Ocupacional
& Meio Ambiente

MUNICÍPIO DE MANTENOPOLIS

(SECRETARIA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS)

CNPJ: 27.167.345/0001-90

Laudo de Insalubridade e Periculosidade

AGOSTO DE 2024

Sumário

Objetivo 4
Fundamentação legal - atividades e operações insalubres 4
Limites de tolerância 4
Suspensão do pagamento do adicional de insalubridade 6
Fundamentação legal - atividades e operações perigosas 6
Mapeamento dos riscos ambientais e qualificação dos setores insalubres 7
Mapeamento e qualificação dos setores perigosos 21
Conclusões 22
Recomendações gerais 22
Responsabilidade técnica 22
Anotação de Responsabilidade Técnica - ART 23

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS
SECRETARIA EXE. DE AMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
CNPJ: 27.167.345/0001-90

Endereço
Avenida Presidente Vargas, 545 - Centro - Mantenópolis/ES
CEP: 29.770-000

CNAE
8411-6/00 – Administração Pública em Geral
Grau de Risco 1

Introdução
Objetivos

O objetivo deste laudo é reconhecer legalmente a percepção do adicional de insalubridade (NR - 15) e periculosidade (NR - 16), por quem de direito (empregados).

Fundamentação legal - atividades e operações insalubres

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) destaca em seu artigo 189:

“Art. 189 - Serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos.”

Em auxílio à lei existem as Normas Regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho, e em especial a NR 15, que trata exclusivamente das atividades ou operações insalubres, sendo estas consideradas as que são desenvolvidas:

“15.1 São consideradas atividades ou operações insalubres as que se desenvolvem:

15.1.1 Acima dos limites de tolerância previstos nos Anexos n.º 1, 2, 3, 5, 11 e 12;

15.1.2 (Revogado pela Portaria MTE n.º 3.751, de 23 de novembro de 1990)

15.1.3 Nas atividades mencionadas nos Anexos n.º 6, 13 e 14;

15.1.4 Comprovadas através de laudo de inspeção do local de trabalho, constantes dos Anexos n.º 7, 8, 9 e 10.”

Limite de tolerância

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, a Norma Regulamentadora nº 15, destaca que:

“15.1.5 Entende-se por "Limite de Tolerância", para os fins desta Norma, a concentração ou intensidade máxima ou mínima, relacionada com a natureza e o tempo de exposição ao agente, que não causará dano à saúde do trabalhador, durante a sua vida laboral.”

Segundo o ART.º 192 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para as atividades exercidas acima dos limites de tolerância, previstos nos anexos da NR 15, assegura ao trabalhador a percepção do Adicional de insalubridade, incidente sobre o salário mínimo da região. Os percentuais são:

- 40% (quarenta por cento), para insalubridade de grau máximo;
- 20% (vinte por cento), para insalubridade de grau médio, e;
- 10% (dez por cento), para insalubridade de grau mínimo.

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, a Norma Regulamentadora nº 15, destaca que:

GRAUS DE INSALUBRIDADE		
ANEXO	ATIVIDADES OU OPERAÇÕES QUE EXPONHAM O TRABALHADOR	PERCENTUAL
1	Níveis de ruído contínuo ou intermitente superiores aos limites de tolerância fixados no Quadro constante do Anexo 1 e no item 6 do mesmo Anexo.	20%
2	Níveis de ruído de impacto superiores aos limites de tolerância fixados nos itens 2 e 3 do Anexo 2.	20%
3	Exposição ao calor com valores de IBUTG, superiores aos limites de tolerância fixados nos Quadros 1 e 2.	20%
4	(Revogado pela Portaria MTE n.º 3.751, de 23 de novembro de 1990)	
5	Níveis de radiações ionizantes com radioatividade superior aos limites de tolerância fixados neste Anexo.	40%
6	Ar comprimido.	40%
7	Radiações não-ionizantes consideradas insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho.	20%
8	Vibrações consideradas insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho.	20%
9	Frio considerado insalubre em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho.	20%
10	Umidade considerada insalubre em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho.	20%
11	Agentes químicos cujas concentrações sejam superiores aos limites de tolerância fixados no Quadro 1.	10%, 20% e 40%
12	Poeiras minerais cujas concentrações sejam superiores aos limites de tolerância fixados neste Anexo.	40%
13	Atividades ou operações, envolvendo agentes químicos, consideradas insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho.	10%, 20% e 40%
14	Agentes biológicos.	20% e 40%

Avaliação das condições Ambientais

UNIDADE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS
SECRETARIA EXE. DE AMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
CNPJ: 27.167.345/0001-90

Endereço
Avenida Presidente Vargas, 545 - Centro - Mantenópolis/ES
CEP: 29.770-000

CNAE
8411-6/00 – Administração Pública em Geral
Grau de Risco 1

Caracterização dos processos e ambientes de trabalho

Funcionários

Setor	Cargo	Funcionários
GHE 01 ADMINISTRATIVO	AGENTE ADMINISTATIVO	7
	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	1
	DIGITADOR	1
	ESCRITURÁRIO	2
GHE 02 PROCURADORIA	PROCURADOR MUNICIPAL	2
GHE 03 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS	1
		1
	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	3

SETOR
GHE 01 ADMINISTRATIVO
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

Nº de funcionários 11

CARGO
AGENTE ADMINISTRATIVO
Supervisionam e controlam serviços financeiros diversos, bens-patrimoniais e logísticos; elaboram orçamentos, efetuam pagamentos, realizam cobrança, controlam bens patrimoniais, fecham câmbio, analisam crédito, coordenam caixas, administram processos logísticos e gerenciam almoxarifado/estoque; Supervisionam equipes de trabalho, orientando e avaliando desempenho em busca da melhor qualidade no trabalho. Organizam documentos e efetuam sua classificação contábil; geram lançamentos contábeis, auxiliam na apuração dos impostos, conciliam contas e preenchimento de guias de recolhimento e de solicitações, junto a órgãos do governo. Emitem notas de venda e de transferência entre outras; realizam o arquivo de documentos; Organizam a rotina de serviços e realizam entrada e transmissão de dados, operando teleimpressores e microcomputadores; registram e transcrevem informações, operando máquinas de escrever; atendem necessidades do setor interno e externo. Supervisionam trabalho e equipe; Organizam documentos e informações. Orientam usuários e os auxiliam na recuperação de dados e informações. Disponibilizam fonte de dados para usuários. Providenciam aquisição de material e incorporam material ao acervo. Arquivam documentos, classificando-os segundo critérios apropriados para armazená-los e conservá-los. Prestam serviço de comutação, alimentam base de dados e elaboram estatísticas. Executam tarefas relacionadas com a elaboração e manutenção de arquivos, podendo ainda, operar equipamentos reprográficos, recuperar e preservar as informações por meio digital, magnético ou papel.

CBO: 4102-05

7 funcionários

CARGO
AUXILIAR ADMINISTRATIVO
Tarefas de mediana complexidade, abrangendo orientação e execução, sob supervisão, de trabalhos de rotina administrativa. Auxiliar na programação de serviços, elaborando demonstrativos e projetos. Realizar trabalhos de datilografia e revisar os executados por equipes auxiliares. Aplicar sob supervisão e orientação, leis, regulamentos e normas, referentes à administração. Executar outras tarefas correlatas.

CBO: 4110-10

1 funcionários

CARGO
DIGITADOR
Compreende os cargos que se destinam a executar, a partir de gabaritos fornecidos, operações de digitação de dados para processamento eletrônico. Abrir e fechar o posto do correio; manter a organização do posto, inclusive limpeza, para o atendimento ao público; receber todas as chamadas telefônicas providenciando o contato com a pessoa que está sendo solicitada; efetuar ligações telefônicas solicitadas pelo usuário, com o respectivo recebimento da despesa; prestar as informações solicitadas pelo público, inclusive por telefone , sobre os serviços de telefonia; receber e acatar as instruções de serviço expedidas pela TELEST; fazer encaminhar as prestações de contas aos valores recebidos, na forma de instruções próprias; executar outras atribuições afins.

CBO: 4121-10

1 funcionários

CARGO
ESCRITURÁRIO
Redigir ou participar da redação de correspondências, pareceres, documentos legais e outros significativos para o órgão, datilografar ou determinar a datilografia de documentos redigidos e aprovados, operar microcomputador, utilizando programas básicos e aplicativos, para incluir, alterar, obter dados e informações, bem como consultar registros, estudar processo referentes a assuntos de caráter geral ou específico da unidade administrativa e propor soluções, coordenar a classificação, o registro e a conservação de processos, livros e outros documentos em arquivos específicos, elaborar, sob orientação, quadros e tabelas estatísticos, fluxogramas, organogramas e gráficos em geral, elaborar ou colaborar na elaboração de relatórios parciais e anuais, atendendo as exigências ou normas da unidade administrativa, receber, conferir e distribuir materiais, verificando solicitações de compras e pedidos de fornecimento, realizar, sob orientação específica, coleta de preços e concorrências públicas e administrativas para aquisição de material, orientar e supervisionar as atividades de controle de estoque, a fim de assegurar a perfeita ordem de armazenamento, conservação e níveis de suprimento, controlar estoques de materiais, inspecionando o recebimento e a entrega, bem como verificando os prazos de validade dos materiais perecíveis e a necessidade de ressuprimento dos estoques, auxiliar na contabilização financeira, orçamentária e patrimonial da Prefeitura, classificando documentos, preparando relações de cobranças e pagamentos, conferindo guias de pagamento, examinando empenhos de despesas e executando outras atividades afins, estudar os documentos a serem arquivados, analisando o conteúdo e o valor dos mesmos, para decidir sobre a maneira mais conveniente de arquivá-los, arquivar os documentos de acordo com o sistema de classificação adotado, colocando-os em arquivos, estantes ou outro local adequado, para preservá-los de riscos e extravios, promover a guarda e a preservação dos documentos, promover o empréstimo dos documentos solicitados, preservando-os de riscos e extravios através de registro do destino, nome do solicitante, tempo empréstimo e outras informações necessárias, colaborar nos estudos para a organização e a racionalização dos serviços nas unidade da Prefeitura, executar os serviços burocráticos relativos a contratos, doações e patrocínio e executar outras atribuições afins.

CBO: 4132-25

1 funcionários

Conclusão de insalubridade AGENTE ADMNISTRATIVO / AUXILIAR ADMINISTRATIVO / DIGITADOR / ESCRITURÁRIO
Agente físico Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**
Agente químico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.** **Agente biológico**
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**

SETOR
GHE 02 PROCURADORIA
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

N º de funcionários 1

CARGO
PROCURADOR MUNICIPAL
Representar a administração pública na esfera judicial; prestar consultoria e assessoramento jurídico, à administração pública; exercer o controle interno da legalidade dos atos da administração; zelar pelo patrimônio e interesse público, tais como, meio ambiente, consumidor e outros; integrar comissões processantes; gerir recursos humanos e materiais da procuradoria. Acompanhar ações judiciais; Defender nas ações judiciais contrárias; Ajuizar ações; Executar, com exclusividade, a dívida ativa; Orientar o contador sobre os critérios a serem observados para os cálculos judiciais; Elaborar cálculos judiciais; Estabelecer composição entre as partes em processo judicial; Acompanhar o pagamento dos precatórios; Renunciar ao direito de recursos nos casos previstos em lei; Solicitar suspensão do andamento de processos nos casos previstos em lei. Elaborar pareceres e estudos; Opinar sobre existência dos pressupostos para a prática de atos administrativos; Assessorar a administração pública na elaboração de instrumentos contratuais; Analisar minutas de editais e de ajustes (contratos, convênios, termos de cooperação etc.); Aprovar editais e minutas de contratos; Orientar sobre o cumprimento das decisões judiciais e administrativas; Pronunciar-se sobre recursos administrativos em licitação; Desenvolver, organizar, controlar e/ou executar as atividades de assessoramento jurídico à Administração Municipal, emitindo pareceres, opiniões e outros pertinentes. Representar e defender a Prefeitura, ativa e passivamente, perante qualquer instância, juízo, tribunal judiciário ou administrativo, em todo feito ou procedimento em que a instituição esteja envolvida, bem como junto a qualquer repartição pública federal, estadual, municipal, autarquias, entidades paraestatais ou sociedades de economia mista ou privada. Fazer uso de veículos da frota pública municipal, no desempenho das atividades do seu cargo.

CBO: 2412-25

1 funcionário

Conclusão de insalubridade PROCURADOR MUNICIPAL
Agente físico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**
Agente químico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**
Agente biológico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**

SETOR
GHE 03 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

Nº de funcionários 4

CARGO
AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS
Os trabalhadores de limpeza e conservação de áreas públicas preservam as vias públicas, varrendo calçadas, sarjetas e calçadões, acondicionando o lixo para que seja coletado e encaminhado para o aterro sanitário. Zelam pela segurança das pessoas sinalizando e isolando áreas de risco e de trabalho. Trabalham na limpeza e conservação de áreas públicas, coletam resíduos domiciliares, resíduos sólidos de serviços de saúde e resíduos coletados nos serviços de limpeza; Conservam as áreas públicas lavando-as, pintando guias, postes, viadutos, muretas e etc; Auxiliam nos serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos; Trabalham na ornamentação de canteiros urbanos, através da construção de viveiros e canteiros Varrer sarjetas e calçadões; Varrer calçadas; Amontoar detritos e folhagem; Acondicionar lixo em latões ou sacos plásticos; Empurrar carrinho (lutocar); Ensacar animais mortos; Recolher animais mortos; Solicitar coleta de animais mortos; Solicitar remoção de entulho; Executar serviços de varrição, coleta e transporte de lixo industrial, domiciliar, hospitalar e rural e lavagem de ruas e logradouros públicos municipais, mantendo-os em condições adequadas, acondicionando os materiais coletados conforme as orientações e procedimentos estabelecidos. Executar serviços de conservação de ruas e logradouros públicos realizando capinas, roçadas, pinturas em meio-fio, muros, grades e postes, limpeza de ralos, trincheiras, bocas de lobo, caixas de visita, limpeza de córregos e outras atividades correlatas.

CBO: 5142-05

1 funcionário

CARGO
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
Executar sob supervisão serviços de copeiragem, conservação, limpeza e zeladoria em prédios públicos servindo, limpando vidros e fachadas, recintos internos e acessórios. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Preparar sucos, lanches, cafés e pequenas refeições; Servir água, cafezinho, suco; Administrar fluxo de serventia; Receber e distribuir refeições; Receber ou recolher bandejas, louças e talheres após as refeições, providenciando sua lavagem e guarda ou o envio ao setor competente; Secar louça e prataria, esterilizar instrumentos e materiais; Operar com aparelhos elétricos utilizados nos serviços de alimentação; Limpar talheres, equipamentos de refrigeração assim como balcão, bancada e bandejas; retirar restos de comida, separando e destinando o lixo; Lavar fachadas; Limpar vidros; Remover resíduos dos vidros; Remover pichações; Limpar móveis e equipamentos eletrodomésticos, lustres, luminárias, ventiladores e tudo o que mais constar nos recintos dos prédios municipais; Limpar superfícies (paredes, pisos, etc..); Lavar banheiros; Aspirar pó; Lavar pisos; Encerar pisos; Remover sujeira; Varrer pisos; Secar pisos; Passar pano; Limpar, lavar cortinas e persianas; Recolher lixo; Depositar o lixo e detritos da cozinha em lugares apropriados, de forma a evitar proliferação de insetos; Proceder à limpeza de ralos, caixas de gordura e esgotos, assim como desentupir pias e ralos; Prover os sanitários com toalha, sabão e papel higiênico, removendo os já utilizados; Auxiliar na realização de serviços em geral como recebimento, separação e Distribuição de correspondência e materiais, atividades de limpeza, copa e conservação de instalações. Executar trabalhos de limpeza em geral em edifícios e outros locais, para manutenção das condições de higiene e conservação do ambiente, coletando o lixo.

CBO: 4122-05

3 funcionário

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS / AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Físico	Umidade		
Descrição	Exposição à umidade proveniente da utilização de água no processo de limpeza de banheiros, lavagem de utensílios, talheres, entre outros.		
Fundamentação legal	Norma regulamentadora n°15 - Atividades e operações insalubres.		
Fontes ou circunstâncias	Limpeza de banheiro, entre outros		
Meio de propagação	Contato direto		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	- Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas: • Avental de PVC • Luvas de PVP • Botas de PVP		

Identificação			
Perigo/Fator de Risco **Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)**			Grupo **Biológico**
Descrição	Proveniente da coleta de lixo e limpeza de banheiros da secretaria exe. de administração e recursos humanos.		
Fundamentação legal	Anexo 1 da Norma Regulamentadora- 15 (Atividades e Operações Insalubres), Portaria n° 3.214/78 do MTE.		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.		
Fontes ou circunstâncias	Coleta de lixo e limpeza de banheiros		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
EPI	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas: • Avental de PVC • Luvas de PVP • Botas de PVP • Óculos de Proteção		
Exposição			
Critério	Qualitativo		

Conclusão de insalubridade AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS / AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
Agente físico NR 15 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES ANEXO N.º 10 UMIDADE 1. As atividades ou operações executadas em locais alagados ou encharcados, com umidade excessiva, capazes de produzir danos à saúde dos trabalhadores, serão consideradas insalubres em decorrência de laudo de inspeção realizada no local de trabalho. Conforme avaliação qualitativa, os colaboradores não executam atividades ou operações em locais alagados ou encharcados, com umidade excessiva, capazes de produzir danos à saúde dos trabalhadores, conforme anexo 10 da Norma Regulamentadora 15, Portaria n° 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre por exposição ao agente físico umidade.**
Agente químico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**

Agente biológico

NR 15 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES ANEXO N.º 14 (Aprovado pela Portaria SSST n.º 12, de 12 de novembro de 1979) AGENTES BIOLÓGICOS.

Relação das atividades que envolvem agentes biológicos, cuja insalubridade é caracterizada pela avaliação qualitativa:

Insalubridade de grau máximo

Trabalho ou operações, em contato permanente com:

- pacientes em isolamento por doenças infectocontagiosas, bem como objetos de seu uso, não previamente esterilizados;

- carnes, glândulas, vísceras, sangue, ossos, couros, pêlos e dejeções de animais portadores de doenças infectocontagiosas (carbunculose, brucelose, tuberculose);

- esgotos (galerias e tanques); e

- lixo urbano (coleta e industrialização).

Insalubridade de grau médio

Trabalhos e operações em contato permanente com pacientes, animais ou com material infecto-contagiante, em:

. Hospitais, serviços de emergência, enfermarias, ambulatórios, postos de vacinação e outros estabelecimentos destinados aos cuidados da saúde humana (aplica-se unicamente ao pessoal que tenha contato com os pacientes, bem como aos que manuseiam objetos de uso desses pacientes, não previamente esterilizados);

. Hospitais, ambulatórios, postos de vacinação e outros estabelecimentos destinados ao atendimento e tratamento de animais (aplica-se apenas ao pessoal que tenha contato com tais animais);

. Contato em laboratórios, com animais destinados ao preparo de soro, vacinas e outros produtos; laboratórios de análise clínica e histopatologia (aplica-se tão-só ao pessoal técnico);

. Gabinetes de autópsias, de anatomia e histoanatomopatologia (aplica-se somente ao pessoal técnico);

. Cemitérios (exumação de corpos);

. Estábulos e cavalariças; e

. Resíduos de animais deteriorados.

Ausência de agentes insalubres citados unicamente nas atividades estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**

Síntese

Unidade				
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENOPOLIS				
Setor	**Cargo**	**Risco**	**Insalubridade**	**Grau**
GHE 03 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLIVOS	Umidade	Não	.
GHE 03 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLIVOS	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Não	.
GHE 03 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	Umidade	Não	.
GHE 03 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Não	.

Conclusão

Mapeamento e qualificação dos setores perigosos

- **SETOR:** GHE 01 ADMINISTRATIVO
- **CARGO:** AGENTE ADMINISTRATIVO / AUXILIAR ADMINISTRATIVO / DIGITADOR / ESCRITURÁRIO

Parecer técnico com embasamento conforme Portaria n° 3.214/1978 do MTE. NR-16 - Atividades e Operações Perigosas. **De acordo com os anexos da NR 16 a atividade não é periculosa.**

- **SETOR:** GHE 02 PROCURADORIA
- **CARGO:** PROCURADOR MUNICIPAL

Parecer técnico com embasamento conforme Portaria n° 3.214/1978 do MTE. NR-16 - Atividades e Operações Perigosas. **De acordo com os anexos da NR 16 a atividade não é periculosa.**

- **SETOR:** GHE 03 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO
- **CARGO:** AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS / AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Parecer técnico com embasamento conforme Portaria n° 3.214/1978 do MTE. NR-16 - Atividades e Operações Perigosas. **De acordo com os anexos da NR 16 a atividade não é periculosa.**

Conclusões

As avaliações realizadas neste laudo foram feitas levando em consideração um Grupo Homogêneo de Exposição (GHE), onde, a avaliação corresponde a um grupo de trabalhadores que experimentam exposição semelhante, e que o resultado desta avaliação da exposição de qualquer trabalhador do grupo seja representativo da exposição do restante dos trabalhadores do mesmo grupo.

Recomendações gerais

O presente laudo deve ser reavaliado sempre que novas medidas de controle administrativas ou medidas de proteção coletiva sejam instaladas, ou haja mudança de espaço físico, equipamentos, atividades, processo de trabalho, etc., que venham a alterar as condições ambientais de riscos ao empregado.
Todos os trabalhadores devem estar cientes dos riscos ambientais a que estão expostos, através de Ordens de Serviço, conforme NR 01 e deverá ser permanentemente orientado pela chefia imediata quanto aos corretos procedimentos de trabalho e as formas de proteção contra os riscos.
Os trabalhadores devem estar cientes que o não cumprimento das Ordens de Serviço expedidas pela empresa, esta passível de sanções previstas na CLT.
Os equipamentos de proteção individual - EPI, descartáveis ou não, deverão estar à disposição em número suficiente nos postos de trabalho, de forma que seja garantido o imediato fornecimento ou reposição. Fornecer e orientar o uso mediante protocolo de recebimento.

Responsabilidade técnica

Segundo o Artº 195 da Consolidação das Leis Trabalhistas CLT - A caracterização e a classificação da insalubridade e da periculosidade, segundo as normas do Ministério do Trabalho, far-se-ão através de perícia a cargo de Médico do Trabalho ou Engenheiro do Trabalho, registrados no Ministério do Trabalho. O presente laudo foi elaborado somente em uma face.

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718

Assinado de forma digital por GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718
Dados: 2024.10.03 15:00:46 -03'00'

Responsável do laudo de insalubridade
Gustavo Cordeiro Miranda
CPF: 092.897.697-18
NIT: 128.65129.29-4
Conselho de classe: CREA 051725/D
UF: ES
Especialidade: Engenheiro de Segurança

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977
CREA-ES
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do ES

ART de Obra ou Serviço

0820240368329

ART Individual

1. Responsável Técnico

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA

Título profissional: **ENGENHEIRO DE PRODUÇÃO,ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO,TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO,TECNÓLOGO EM GEST**

RNP: 0819492124
Registro: ES-051725/D
Registro: 19221

Empresa contratada: ST CONSULTORIA OCUPACIONAL E MEIO AMBIENTE LTDA

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS** CPF/CNPJ: **27167345000190**
Rua: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS Nº: 545
Complemento: CEP: 29770000
Cidade: MANTENÓPOLIS UF: ES Bairro: CENTRO
Telefone:
Contrato: 000077/2023 Nº do Aditivo: 0
Valor do Contrato/Honorários: R$15.050,00 Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA

3. Dados da Obra/Serviço

Rua: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS Nº: 545
Complemento: Bairro: CENTRO Quadra Lote
Cidade: MANTENÓPOLIS UF: ES CEP: 29770000
Data de início: 10/09/2024 Prev. Término: 10/09/2024 Coord. Geogr.: ,
Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS CPF/CNPJ:27167345000190

4. Atividade Técnica

Qtde de Pavimento(s): 0 **Nº Pavimento(s):** 0 **Dimensão/Quantidade:** 1 **Unidade de medida:** UNID

ATIVIDADE(S) TÉCNICA(S): 43 - 13.2 - ASSESSORIA TÉCNICA

PARTICIPAÇÃO:

NATUREZA: 100 - RESPONSABILIDADE TÉCNICA

NÍVEL: 104 - EXECUÇÃO

NATUREZA DO(S) SERVIÇO(S): 9111 - SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS (ESPECIFICAR NO CAMPO 22)

TIPO DA OBRA/SERVIÇO: 2001 - SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS (ESPECIFICAR NO CAMPO 22)

PROJETO(S)/SERVIÇO(S): 100 - NENHUM

Após a conclusão das atividades técnicas, o profissional deverá proceder a baixa desta ART.

5. Observações

REFERENTE A CONTRATAÇAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE MEDICINA DO TRABALHO PARA ELABORAÇÃO DE PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCO, LTCAT (LAUDO TÉCNICO DA CONDIÇÃO DO AMBIENTE DE TRABALHO, PCMSO (PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL), PPP, LAUDO DE INSALUBRIDADE E DE PERICULOSIDADE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPALDE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO; SEM CONTUDO TER PROVIDENCIADO O REGISTRO DE ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART), NESTE CONSELHO.

6. Declarações

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718
Assinado de forma digital por GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718
Dados: 2024.10.03 15:01:17 -03'00'

Profissional

Contratante

Acessibilidade: <declara a aplicabilidade das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº5.296, de 2 de dezembro de 2004, às atividades profissionais acima relacionadas.>

7. Entidade de classe

SENGE - SINDICATO DOS ENGENHEIROS DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO

8.Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima.

Local de Data

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718
Assinado de forma digital por GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718
Dados: 2024.10.03 15:01:00 -03'00'

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA - CPF: 09289769718

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS - CPF/CNPJ: 27167345000190

9. Informações

- **A ART é válida somente quando quitada, podendo sua conferência ser realizada no site do CREA.**
- **A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.creaes.org.br ou www.confea.org.br**
- **A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.**

www.creaes.org.br creaes@creaes.org.br
tel: (27)3134-0046 art@creaes.org.br

CREA-ES

Valor ART: R$ 262,55 Registrada em: 10/09/2024 Data de pagamento: 12/09/2024 Valor Pago: R$ 262,55 Nosso Número: 14000000016510939

ANEXO II

Consultoria Ocupacional
&
Meio Ambiente

NR – 01 PGR
PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

DOCUMENTO BASE

Vigência

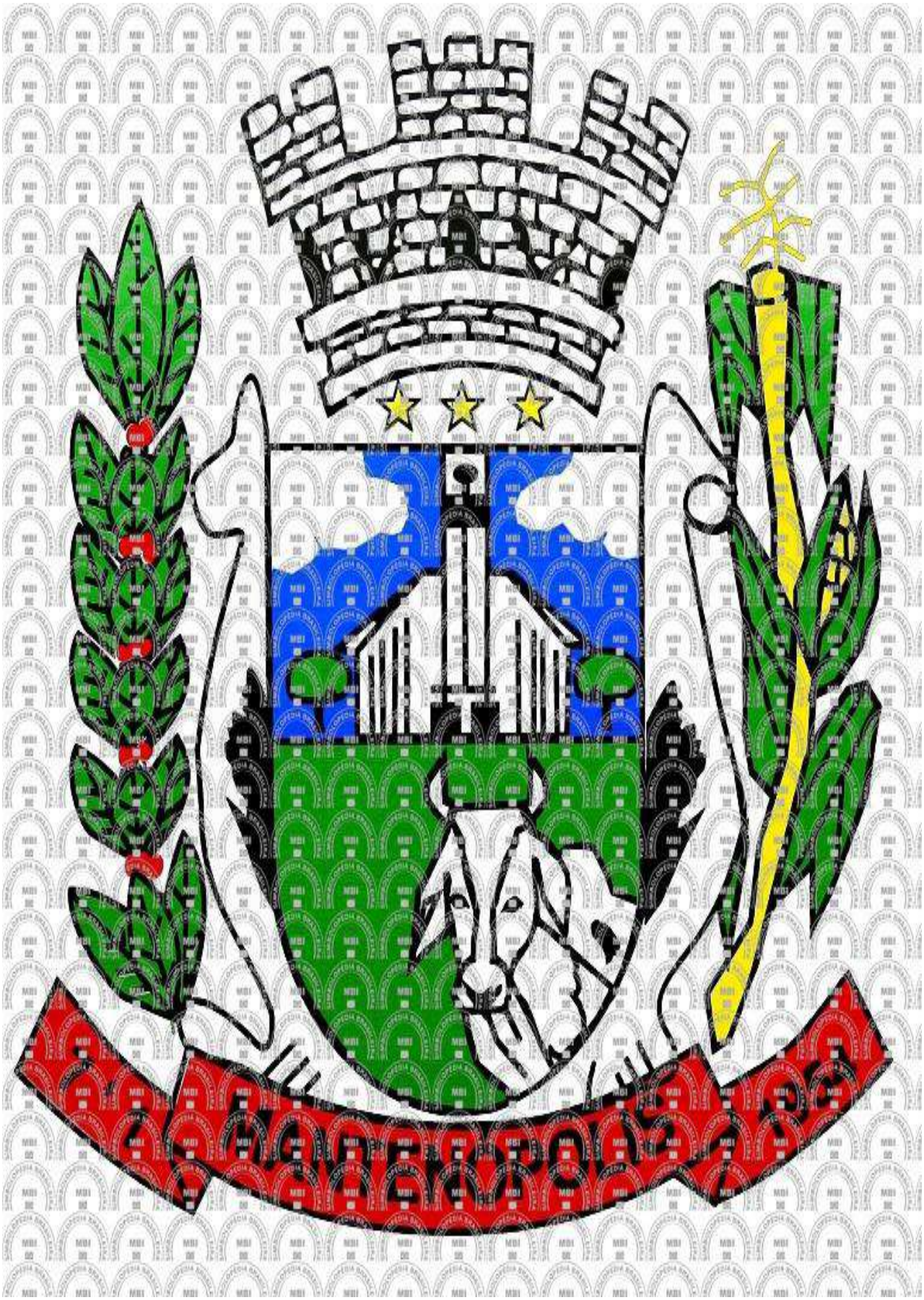
Agosto/2024 a Agosto/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS

Agosto/2024

Sumário

Identificação da empresa 3
Introdução 4
Objetivo 4
Termos e definições 4
Responsabilidades 5
Documentos complementares 6
Estratégias e metodologias de ação 6
Antecipação, reconhecimento, avaliação dos riscos ambientais 7
Forma de registro, manutenção e divulgação de dados 7
Periodicidade e forma de avaliação do desenvolvimento do pgr 7
Inventário de Riscos 9
Disposições finais 31
Controle de riscos 31
Acompanhamento da saúde ocupacional dos trabalhadores 31
Análise de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho 31
Preparação para emergências 32
Equipamentos de proteção individual de uso obrigatório 32
Conclusão 32
Plano de Ação 33



Programa de Gerenciamento de Riscos

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS
SECRETARIA EXE. DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO
CNPJ: 27.167.345/0001-90

Endereço
Avenida Presidente Vargas, 545 - Centro - Mantenópolis/ES
CEP: 29.770-000

CNAE
8411-6/00 – Administração Pública em Geral
Grau de Risco 1

Introdução PGR

Disposições Gerais

1. INTRODUÇÃO

O Documento Base do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) se insere no contexto da Política de Gestão da empresa buscando a melhoria contínua do ambiente de trabalho e a preservação da saúde dos seus colaboradores e contratados. Está estruturado conforme disposto na NR-1, Portaria 3214 de 08 de junho de 1978, com redação atualizada pela Portaria 6.730 de 12 de Março de 2020.

2. OBJETIVO

O Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR - visa "estabelecer as disposições gerais, o campo de aplicação, os termos e as definições comuns às Normas Regulamentadoras - NR relativas à segurança e saúde no trabalho". Este Documento Base tem o objetivo estabelecer as "diretrizes para o Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO) e as medidas de prevenção em Segurança e Saúde no Trabalho - SST".

3. TERMOS E DEFINIÇÕES

- Risco Ambiental ou ocupacional: Combinação da probabilidade de ocorrer lesão ou agravo à saúde causados por um evento perigoso, exposição a agente nocivo ou exigência da atividade de trabalho e da severidade dessa lesão ou agravo à saúde.
- Agentes físicos: Qualquer forma de energia que, em função de sua natureza, intensidade e exposição, são capazes de causar lesão ou agravo à saúde do trabalhador. Exemplos: ruído, vibrações, pressões anormais, temperaturas extremas, radiações ionizantes, radiações não ionizantes.
- Agente químico: Substância química, por si só ou em misturas, quer seja em seu estado natural, quer seja produzida, utilizada ou gerada no processo de trabalho, que em função de sua natureza, concentração e exposição, é capaz de causar lesão ou agravo à saúde do trabalhador. Exemplos: fumos de cádmio, poeira mineral contendo sílica cristalina, vapores de tolueno, névoas de ácido sulfúrico.
- Agente biológico: Microrganismos, parasitas ou materiais originados de organismos que, em função de sua natureza e do tipo de exposição, são capazes de acarretar lesão ou agravo à saúde do trabalhador. Exemplos: bactéria Bacillus anthracis, vírus linfotrópico da célula T humana, príon agente de doença de Creutzfeldt-Jakob, fungo Coccidioides immitis.
- Limite de Tolerância - LT (NR-15 / Brasil): A concentração ou intensidade máxima ou mínima, relacionada com a natureza e o tempo de exposição ao agente, que não causará dano à saúde do trabalhador, durante a sua vida laboral. Limite de Exposição - Média Ponderada pelo tempo - TLV-TWA1 (Threshold Limit Value / Time Weighted Average - ACGIH-EUA): A concentração média ponderada pelo tempo para uma jornada normal de 8h diárias e 40h semanais, para a qual a maioria dos trabalhadores pode estar repetidamente exposta, dia após dia, sem sofrer efeitos adversos a sua saúde.
- Limite de Exposição - Curta Duração - TLV-STEL (Threshold Limit Value-Short Term Exposure ACGIH-EUA): A concentração máxima a que os trabalhadores podem estar expostos continuamente por um período curto, de até 15 minutos, sem sofrer irritação, lesão tissular crônica ou irreversível, narcose em grau suficiente para aumentar a predisposição a acidentes, impedir auto salvamento ou reduzir significativamente a eficiência no trabalho, desde que não sejam permitidas mais de 4 exposições diárias, com pelo menos 60 minutos de intervalo entre os períodos de exposição e também que não seja excedido o TLV-TWA.
- Limite de Exposição - Valor Teto (NR-15/Brasil), TLV-C (Threshold Limit Value - Ceiling - ACGIH-EUA): Concentração que não deverá ser excedida durante nenhum momento de exposição na jornada.
- IDLH: Concentração máxima imediatamente perigosa para a vida ou saúde, da qual o trabalhador poderá escapar, dentro de 30 minutos, sem sintomas graves nem efeitos

irreversíveis para a saúde (NIOSH/OSHA/EUA).
- Mobilidade: Percentual de tempo de permanência nos diversos locais durante a rotina de trabalho, em relação ao número de horas trabalhada.
- Nível de Ação: Valor acima do qual devem ser iniciadas ações preventivas (monitoramento periódico, informação aos trabalhadores e controle médico) de forma a minimizar a probabilidade de que as exposições a agentes ambientais ultrapassem os limites de exposição. Para agentes químicos corresponde a metade dos limites de exposição ocupacional (NR-15, ACGIH, acordos coletivos) e para o ruído a dose de 0,5 (superior a 50%), conforme estabelecido na NR-15, Anexo 1, item 6.
- Grupos Similares de Exposição - GSE: Grupos de trabalhadores que experimentam exposição semelhante, de forma que o resultado fornecido pela avaliação de qualquer membro do grupo seja representativo do grupo como um todo.
- NR-15: Norma Regulamentadora no 15 - Portaria 3214.
- ACGIH: American Conference of Governamental Industrial Hygiene.
- NIOSH: National Institute for Occupational Safety and Health.
- AIHA: American Industrial Hygiene Association.
- ABNT: Associação Brasileira de Normas Técnicas.
- OSHA: Occupational Safety and Health Administration.

4. RESPONSABILIDADES

4.1. ORGANIZAÇÃO CONTRATANTE

- Implementar, por estabelecimento ou unidade operacional o gerenciamento de riscos ocupacionais em suas atividades;
- Integrar as ações do PGR com planos, programas e outros documentos previstos na legislação de segurança e saúde no trabalho;
- Evitar que os riscos ocupacionais possam ser originados no trabalho;
- Identificar os perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde;
- Avaliar os riscos ocupacionais indicando o nível de risco;
- Classificar os riscos ocupacionais para determinar a necessidade de adoção de medidas de prevenção;
- Implementar medidas de prevenção, de acordo com a classificação de risco e na ordem estabelecida pela NR 01;
- Considerar as condições de trabalho, nos termos da NR-17;
- Acompanhar o controle de riscos ocupacionais;
- Adotar mecanismos para consultar os trabalhadores quanto à percepção de riscos ocupacionais, podendo para este fim ser adotadas as manifestações da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA, quando houver;
- Comunicar aos trabalhadores sobre os riscos consolidados no inventário de riscos e as medidas de prevenção do plano de ação do PGR;
- Adotar medidas para melhorar o desempenho em SST;
- Elaborar, implantar e assegurar o cumprimento dos documentos integrantes do PGR, respeitando o disposto nas demais Normas Regulamentadoras, datados e assinados;
- Manter os documentos integrantes do PGR sempre disponíveis para consulta dos trabalhadores interessados ou seus representantes e à Inspeção do Trabalho;
- Fornece informações às organizações contratadas sobre os riscos ocupacionais sob sua gestão e que possam impactar nas atividades das contratadas.

4.2 ORGANIZAÇÕES CONTRATADAS

- Fornecer ao contratante o Inventário de Riscos Ocupacionais específicos de suas atividades que são realizadas nas dependências da organização contratante ou local previamente convencionado em contrato.

4.3 SESMT/ DESIGNADO CIPA

- Informar aos trabalhadores os riscos ambientais que possam originar-se nos locais de trabalho, os meios necessários para prevenir ou limitar tais riscos e para proteger-se dos mesmos;
- Considerar o conhecimento e percepção que os trabalhadores têm do processo de trabalho;
- Fornecer às empresas subcontratadas as informações sobre os riscos potenciais nas áreas em que desenvolverão suas atividades;
- Programar e aplicar treinamentos com objetivo de instruir os empregados expostos;
- Propor e adotar soluções para eliminar / reduzir a exposição aos riscos;
- Acompanhar o desenvolvimento do PCMSO.

4.4 DOS EMPREGADOS

- Colaborar e participar na implantação e execução do PGR inclusive de normas internas de segurança e saúde;
- Cumprir as normas e orientações recebidas nos treinamentos oferecidos dentro do PGR;
- Informar ao seu superior hierárquico direto ocorrências que, ao seu julgamento possam implicar em riscos à sua saúde e segurança;
- Aplicar e cumprir o Programa de Segurança e Saúde Ocupacional e todas as suas ferramentas aplicáveis e procedimentos específicos inerentes à execução das atividades;
- Colaborar na avaliação e identificação dos riscos gerados em seu posto de trabalho;
- Participar dos treinamentos programados.

5. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

- Inventário de Riscos do PGR;
- Matriz de Riscos do PGR; e
- Plano de Ação no Gerenciamento de Riscos.

6. ESTRATEGIAS E METODOLOGIAS DE AÇÃO

O presente programa foi elaborado com base na antecipação, reconhecimento e avaliação dos riscos ambientais existentes nas atividades dos empregados da Empresa, levando em consideração os diversos locais de trabalho. Esses dados foram realizados por profissionais do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho - SESMT e inseridos no inventario de risco deste PGR.

O controle desses riscos ambientais foi inserido para gerenciamento dos riscos ocupacionais na planilha de ação também conhecida como planilha de gerenciamento de riscos.

Como suporte técnico para o reconhecimento dos riscos foi consideradas as constatações provenientes do exercício dos trabalhos que estão sendo realizadas nas instalações / áreas / setores da empresa, informações prestadas pelos profissionais da empresa e representante da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA.

A estratégia tem como finalidade alcançar os seguintes objetivos:

- Reconhecimento dos Riscos Ambientais - referente ao processo de trabalho executado e a

condição de exposição dos funcionários;

- Avaliação quantitativa - Com base na NR-09.4.2, sempre que se constate a possibilidade de o trabalhador estar submetido à exposição ao agente de risco, cujo limite de tolerância possa estar superior ao previsto na legislação;
- Interpretação dos resultados - avaliação e julgamento profissional com proposição de medidas de controle;
- A metodologia aplicada será a da legislação atualizada das Normas Regulamentadoras - NR do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, Lei 6514 de 22 de dezembro de 1977, onde se encontram estabelecidos os parâmetros mínimos e diretrizes gerais, as quais foram aplicadas neste PGR.
- Com base na NR-09.6.1.1, na ausência de limites de tolerância previstos na NR-15 e seus anexos ou quando necessário, serão utilizados “Critérios Técnicos“ adotados pela American Conference of Governamental Hygienist (ACGIH) tomando como base os limites de tolerância (TLV - TWA, TLV - STEL e TLV - C) adotados por essa Associação.

7. Antecipação, Reconhecimento Avaliação dos Riscos Ambientais

7.1 ANTECIPAÇÃO

A antecipação visa identificar riscos potenciais. As informações que deverão ser consideradas para a elaboração ou revisão do PGR são originadas de:

- Projetos de novas instalações: Projeto Conceitual, a Engenharia, com apoio das áreas de Segurança do Trabalho, deverá avaliar, dentro das estratégias de segurança e de saúde, quais os riscos ambientais que estão previstos no projeto, prevendo, se possível, medidas de redução e controle já na fase do projeto, bem como os recursos necessários para monitoramento das exposições. Estes riscos deverão ser incorporados na revisão do PGR quando da conclusão do projeto.
- Modificações de projetos: A área de Segurança do Trabalho deve avaliar os novos riscos ambientais se estão previstos, ou se ocorreram a eliminação dos mesmos. Estas alterações deverão ser incorporadas na revisão do PGR quando da conclusão da modificação.
- Manipulação de novos produtos químicos: Todo produto novo para ser armazenado deverá ter como base as informações sobre a toxicologia e suas especificações de segurança contidas na FISPQ do produto. Se após a análise crítica das áreas envolvidas forem favoráveis para a manipulação e armazenamento do referido produto, deverá ser feita avaliação ambiental.

7.2 RECONHECIMENTO DOS RISCOS AMBIENTAIS

O reconhecimento dos riscos ambientais é realizado através de inspeções / auditorias nas diversas áreas / locais da Empresa; ocasião em que são consolidadas as constatações técnicas, levando em consideração as percepções que os trabalhadores têm do processo produtivo e riscos ambientais; informações / registros realizados pela Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA, bem como tudo que venha a contribuir como suporte técnico para o enriquecimento do reconhecimento. O reconhecimento visa o registro / avaliação das possíveis interferências na saúde / integridade física do trabalhador em razão da relação entre exposição e riscos ambientais oriundos da área / setor como um todo, somado aos riscos provenientes das atividades realizadas pelo trabalhador no seu posto/local de trabalho.

7.3 AVALIAÇÃO DOS RISCOS AMBIENTAIS

A avaliação dos riscos ambientais é realizada após a Antecipação e Reconhecimento do agente, da fonte geradora, do Grupo Homogêneo ou Similar de Exposição, da função e atividade desses, das medidas de controle existentes e das medidas de controle propostas. Somente o resultado das avaliações devem ser inseridos no Inventário de Riscos deste PGR conforme NR-09.4.3.
A antecipação, o reconhecimento e a avaliação dos Riscos Ambientais estão registrados Inventário de Riscos presentes nesse PGR.

8. FORMA DE REGISTRO, MANUTENÇÃO E DIVULGAÇÃO DE DADOS

O inventário de riscos ocupacionais deve ser mantido atualizado. O histórico das atualizações deve ser mantido por um período mínimo de 20 (vinte) anos ou pelo período estabelecido em normatização específica.

9. PERIODICIDADE E FORMA DE AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DO PGR

A avaliação de riscos deve constituir um processo contínuo e ser revista a cada dois anos ou quando da ocorrência das seguintes situações:

a) após implementação das medidas de prevenção, para avaliação de riscos residuais;

b) após inovações e modificações nas tecnologias, ambientes, processos, condições, procedimentos e organização do trabalho que impliquem em novos riscos ou modifiquem os riscos existentes;

c) quando identificadas inadequações, insuficiências ou ineficácias das medidas de prevenção;

d) na ocorrência de acidentes ou doenças relacionadas ao trabalho;

e) quando houver mudança nos requisitos legais aplicáveis.

Observação.: No caso de organizações que possuírem certificações em sistema de gestão de SST, o prazo poderá ser de até 3 (três) anos.

Será necessário elaborar a AET (Análise Ergonômica do Trabalho), laudo de insalubridade e laudo de periculosidade, para atender a GRO (Gerenciamento de Riscos Ocupacionais). Além dos demais documentos das NR's e dos riscos relacionados no inventário de risco.

Inventário de Riscos

1. INTRODUÇÃO

Os dados referentes aos perigos identificados e das avaliações dos riscos ocupacionais deverão constituir um Inventário de Riscos Ocupacionais, que deverá conter, no mínimo, os seguintes itens:

1. Caracterização dos processos e ambientes de trabalho;
2. Caracterização das atividades;
3. Descrição de perigos e de possíveis lesões ou agravos à saúde dos trabalhadores, com a identificação das fontes ou circunstâncias, descrição de riscos gerados pelos perigos, com a indicação dos grupos de trabalhadores sujeitos a esses riscos e descrição de medidas de prevenção implementadas;
4. Dados da análise preliminar ou do monitoramento das exposições a agentes físicos, químicos e biológicos e os resultados da avaliação de ergonomia nos termos da NR 17;
5. Avaliação de riscos, incluindo a classificação para fins de elaboração do plano de ação;
6. Critérios adotados para avaliação dos riscos e tomadas de decisão.

O inventário de riscos ocupacionais deverá ser mantido atualizado e seu histórico de atualizações deverá ser mantido por um período mínimo de 20 (vinte) anos ou pelo período estabelecido em normatização específica.

2. RISCOS AMBIENTAIS

Segundo a NR 9 são considerados riscos ambientais os agentes físicos, químicos e biológicos existentes no ambiente de trabalho que, em função de sua natureza, concentração e tempo de exposição são capazes de causar danos a saúde do trabalhador, conforme classificação que segue:

- Agentes físicos - As diversas formas de energia a que possam estar expostos os trabalhadores, tais como ruídos, vibrações, radiações ionizantes, radiações não ionizantes, frio, calor, pressões anormais, umidade
- Agentes químicos - São substância, compostos ou produtos que possam penetrar no organismo pela via respiratória em forma de poeira, fumos, neblinas, névoas, gases ou vapores, ou que, pela natureza da atividade de exposição, possam ter contato ou ser absorvidos pelo organismo ou por ingestão. São eles: poeiras, fumos, névoas, neblinas, gases, vapores, substâncias compostas ou produtos químicos.
- Agentes biológicos - São microorganismos tais como: vírus, bactérias, protozoários, fungos, parasitas, bacilos.
- Riscos Ergonômicos - São riscos relacionados ao processo produtivo e das tarefas executadas em situações inadequadas tais como: esforço físico intenso, levantamento e transporte manual de peso, exigência de postura inadequada, controle rígido de produtividade, imposição de ritmos excessivos, trabalhos em turno noturno, jornadas de trabalho prolongadas, monotonia e repetitividade, outras situações causadoras de stress físico e/ou psíquico.
- Riscos de acidentes - São riscos relacionados à execução de atividades, colocando em exposição à saúde e integridade física dos funcionários no seu campo de trabalho. Ex.: arranjo físico inadequado, máquinas e equipamentos sem proteção, ferramentas inadequadas ou defeituosas, iluminação inadequada, eletricidade, probabilidade de incêndio ou explosão, armazenamento inadequado, animais peçonhentos, outras situações de risco que poderão contribuir para a ocorrência de acidentes.

3. MATRIZ DE RISCO DO PGR

A avaliação da Classificação de Risco é realizada para cada GSE em relação a cada agente de risco E Atividade no Inventário de Riscos, possibilitando conhecer, em função do risco da exposição qual a consequência para a saúde. A classificação de Risco é obtida relacionando-se as informações anteriormente obtidas pela interação da Probabilidade x Severidade do Risco, conforme a Matriz de Risco apresentada na abaixo:

Insignificante	Trivial	Trivial	Tolerável	Tolerável	Moderado
Leve	Trivial	Tolerável	Moderado	Moderado	Moderado
Moderado	Tolerável	Moderado	Moderado	Substancial	Substancial
Crítico	Tolerável	Moderado	Substancial	Substancial	Intolerável
Severo	Moderado	Moderado	Substancial	Intolerável	Intolerável
Severidade / Probabilidade	Rara	Remota	Possível	Provável	Extremamente provável

Os níveis de riscos são delimitados com base no resultado da combinação da severidade das possíveis lesões ou agravos à saúde com a probabilidade ou chance de sua ocorrência. Para cada perspectiva foram definidos os pesos e as suas descrições.

SEVERIDADE	
Classificação	Descrição
Insignificante	Incômodo, insatisfação ou dano leve sem necessidade de tratamento médico.
Leve	Pode prejudicar a integridade física e/ou a saúde, provocando lesão que implique em incapacidade temporária por prazo igual ou inferior a 15 (quinze) dias.
Moderado	Pode prejudicar a integridade física e/ou a saúde, provocando lesão que implique em incapacidade temporária por prazo superior a 15 (quinze) dias.
Critico	Pode prejudicar a integridade física e/ou a saúde, provocando lesão ou sequela permanente.
Severo	Pode levar a óbito imediato ou que venha a ocorrer posteriormente.

PROBABILIDADE	
Classificação	Descrição
Rara	Medidas de prevenção adequadas e com garantia de continuidade desta situação. Uma consequência não é esperada, não é comum sua ocorrência, extraordinária.
Remota	Medidas de prevenção adequadas, mas com pequenos desvios. Ainda que em funcionamento, não há garantias de que sejam mantidas sempre ou em longo prazo. Uma consequência é pouco provável que aconteça quase improvável.
Possível	Medidas de prevenção apresentam desvios ou problemas significativos. Não há garantias de que as medidas sejam mantidas. Uma consequência talvez aconteça, com possibilidade de que se efetive concebível.
Provável	Medidas de prevenção incompletas ou com deficiências relevantes. Uma consequência é esperada, com grande probabilidade de que aconteça ou se realize.
Extremamente Provável	Medidas de prevenção inexistentes. Uma consequência é esperada, com grande probabilidade de que aconteça ou se realize.

NIVEIS DE RISCOS	
Classificação	Descrição
Trivial	Nenhuma ação é necessária.
Tolerável	Improvável risco à saúde do trabalhador. É requerido monitoramento, para assegurar que as medidas serão mantidas.
Moderado	Situação considerada causadora de fadiga se desenvolvida por longo período. Devem ser implantados meios de controle preventivo.
Substancial	Situação considerada causadora de lesão. Deve ser feito estudos sistemáticos da atividade, sugerindo um plano de melhoria para eliminar ou minimizar o risco/perigo.
Intolerável	Interromper as atividades ou intervenção imediata. O trabalho não pode ser iniciado ou continuado até que o risco/perigo tenha sido reduzido ou eliminado.

UNIDADE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS
SECRETARIA EXE. DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO
CNPJ: 27.167.345/0001-90

Endereço
Avenida Presidente Vargas, 545 - Centro - Mantenópolis/ES
CEP: 29.770-000

CNAE
8411-6/00 – Administração Pública em Geral
Grau de Risco 1

Caracterização dos processos e ambientes de trabalho

Funcionários

Setor	Cargo	Funcionários
GHE 01 ADMINISTRATIVO	AGENTE ADMINISTATIVO	1
	ESCRITURÁRIO	1
GHE 02 CONTABILIDADE	CONTADOR	1
GHE 03 DEPARTAMENTO FISCAL	FISCAL DE RENDAS	2
	FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	1

SETOR
GHE 01 ADMINISTRATIVO
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

Nº de funcionários 2

CARGO
AGENTE ADMINISTRATIVO
Supervisionam e controlam serviços financeiros diversos, bens-patrimoniais e logísticos; elaboram orçamentos, efetuam pagamentos, realizam cobrança, controlam bens patrimoniais, fecham câmbio, analisam crédito, coordenam caixas, administram processos logísticos e gerenciam almoxarifado/estoque; Supervisionam equipes de trabalho, orientando e avaliando desempenho em busca da melhor qualidade no trabalho. Organizam documentos e efetuam sua classificação contábil; geram lançamentos contábeis, auxiliam na apuração dos impostos, conciliam contas e preenchimento de guias de recolhimento e de solicitações, junto a órgãos do governo. Emitem notas de venda e de transferência entre outras; realizam o arquivo de documentos; Organizam a rotina de serviços e realizam entrada e transmissão de dados, operando teleimpressores e microcomputadores; registram e transcrevem informações, operando máquinas de escrever; atendem necessidades do setor interno e externo. Supervisionam trabalho e equipe; Organizam documentos e informações. Orientam usuários e os auxiliam na recuperação de dados e informações. Disponibilizam fonte de dados para usuários. Providenciam aquisição de material e incorporam material ao acervo. Arquivam documentos, classificando-os segundo critérios apropriados para armazená-los e conservá-los. Prestam serviço de comutação, alimentam base de dados e elaboram estatísticas. Executam tarefas relacionadas com a elaboração e manutenção de arquivos, podendo ainda, operar equipamentos reprográficos, recuperar e preservar as informações por meio digital, magnético ou papel.

CBO: 4102-05

1 funcionários

CARGO
ESCRITURÁRIO
Redigir ou participar da redação de correspondências, pareceres, documentos legais e outros significativos para o órgão, datilografar ou determinar a datilografia de documentos redigidos e aprovados, operar microcomputador, utilizando programas básicos e aplicativos, para incluir, alterar, obter dados e informações, bem como consultar registros, estudar processo referentes a assuntos de caráter geral ou específico da unidade administrativa e propor soluções, coordenar a classificação, o registro e a conservação de processos, livros e outros documentos em arquivos específicos, elaborar, sob orientação, quadros e tabelas estatísticos, fluxogramas, organogramas e gráficos em geral, elaborar ou colaborar na elaboração de relatórios parciais e anuais, atendendo as exigências ou normas da unidade administrativa, receber, conferir e distribuir materiais, verificando solicitações de compras e pedidos de fornecimento, realizar, sob orientação específica, coleta de preços e concorrências públicas e administrativas para aquisição de material, orientar e supervisionar as atividades de controle de estoque, a fim de assegurar a perfeita ordem de armazenamento, conservação e níveis de suprimento, controlar estoques de materiais, inspecionando o recebimento e a entrega, bem como verificando os prazos de validade dos materiais perecíveis e a necessidade de ressuprimento dos estoques, auxiliar na contabilização financeira, orçamentária e patrimonial da Prefeitura, classificando documentos, preparando relações de cobranças e pagamentos, conferindo guias de pagamento, examinando empenhos de despesas e executando outras atividades afins, estudar os documentos a serem arquivados, analisando o conteúdo e o valor dos mesmos, para decidir sobre a maneira mais conveniente de arquivá-los, arquivar os documentos de acordo com o sistema de classificação adotado, colocando-os em arquivos, estantes ou outro local adequado, para preservá-los de riscos e extravios, promover a guarda e a preservação dos documentos, promover o empréstimo dos documentos solicitados, preservando-os de riscos e extravios através de registro do destino, nome do solicitante, tempo empréstimo e outras informações necessárias, colaborar nos estudos para a organização e a racionalização dos serviços nas unidade da Prefeitura, executar os serviços burocráticos relativos a contratos, doações e patrocínio e executar outras atribuições afins.

CBO: 4132-25

1 funcionários

CARGO
ESCRITURÁRIO
Redigir ou participar da redação de correspondências, pareceres, documentos legais e outros significativos para o órgão, datilografar ou determinar a datilografia de documentos redigidos e aprovados, operar microcomputador, utilizando programas básicos e aplicativos, para incluir, alterar, obter dados e informações, bem como consultar registros, estudar processo referentes a assuntos de caráter geral ou específico da unidade administrativa e propor soluções, coordenar a classificação, o registro e a conservação de processos, livros e outros documentos em arquivos específicos, elaborar, sob orientação, quadros e tabelas estatísticos, fluxogramas, organogramas e gráficos em geral, elaborar ou colaborar na elaboração de relatórios parciais e anuais, atendendo as exigências ou normas da unidade administrativa, receber, conferir e distribuir materiais, verificando solicitações de compras e pedidos de fornecimento, realizar, sob orientação específica, coleta de preços e concorrências públicas e administrativas para aquisição de material, orientar e supervisionar as atividades de controle de estoque, a fim de assegurar a perfeita ordem de armazenamento, conservação e níveis de suprimento, controlar estoques de materiais, inspecionando o recebimento e a entrega, bem como verificando os prazos de validade dos materiais perecíveis e a necessidade de ressuprimento dos estoques, auxiliar na contabilização financeira, orçamentária e patrimonial da Prefeitura, classificando documentos, preparando relações de cobranças e pagamentos, conferindo guias de pagamento, examinando empenhos de despesas e executando outras atividades afins, estudar os documentos a serem arquivados, analisando o conteúdo e o valor dos mesmos, para decidir sobre a maneira mais conveniente de arquivá-los, arquivar os documentos de acordo com o sistema de classificação adotado, colocando-os em arquivos, estantes ou outro local adequado, para preservá-los de riscos e extravios, promover a guarda e a preservação dos documentos, promover o empréstimo dos documentos solicitados, preservando-os de riscos e extravios através de registro do destino, nome do solicitante, tempo empréstimo e outras informações necessárias, colaborar nos estudos para a organização e a racionalização dos serviços nas unidade da Prefeitura, executar os serviços burocráticos relativos a contratos, doações e patrocínio e executar outras atribuições afins.

CBO: 4132-25

1 funcionários

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo AGENTE ADMINISTRATIVO / ESCRITURÁRIO**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura sentada por longos períodos		
Descrição	Necessidade de atuação sentado por longos períodos durante a jornada de trabalho.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Analise Ergonômica do Trabalho - AET Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Fornece instruções para alongamento físico.		
Orientação	Orientar trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Presença de reflexos em telas, painéis, vidros, monitores ou qualquer superfície, que causem desconforto ou prejudiquem a visualização		
Descrição	Situação desconfortável aos olhos, proveniente do uso frequente de telas de computadores para execução das atividades.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Fadiga nos olhos, ardência e dores de cabeça.		
Fontes ou circunstâncias	Telas de computadores		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Trabalho intensivo com teclado ou outros dispositivos de entrada de dados		
Descrição	Repetição continuada de movimentos com os dedos, proveniente da utilização de periféricos de entrada de dados em computadores (mouse, teclados).		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Problemas nas articulações e nos músculos (LER/DORT) e nos dedos (tendinites)		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Critério			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Analise Ergonômica do Trabalho - AET Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	- Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Introdução de pausas curtas periódicas e rodízios de funções em trabalhos continuados repetitivos, de precisão, em computadores, ou que exijam atenção constante; - Usar mobiliários ajustáveis às dimensões dos trabalhadores, assegurando postura confortável dos braços e pernas para trabalhador na posição sentada e em pé; - Usar postos de trabalho ajustáveis para o trabalho em computador (altura da cadeira, altura do monitor, altura do teclado).		

SETOR
GHE 02 CONTABILIDADE
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

N º de funcionários 1

CARGO
CONTADOR
Registrar atos e fatos contábeis; controlar o ativo permanente; gerenciar custos; administrar encargos do departamento pessoal; preparar obrigações acessórias, tais como: declarações acessórias ao fisco, órgãos competentes e contribuintes e administra o registro dos livros nos órgãos apropriados; elaborar demonstrações contábeis; prestar consultoria e informações gerenciais; realizar auditoria interna e externa; atender solicitações de órgãos fiscalizadores e realizar perícia. Identificar as necessidades de informações da empresa; Estruturar plano de contas; Definir procedimentos internos; Definir procedimentos contábeis; Fazer manutenção do plano de contas; Atualizar procedimentos internos; Parametrizar aplicativos contábeis/tributários e de suporte; Administrar fluxo de documentos; Classificar os documentos; Escriturar lançamentos contábeis e fiscais digitais; Conciliar saldo de contas; Gerar diário/razão. Definir sistema de custo e rateios; Estruturar centros de custo; Orientar as áreas do órgão sobre custos; Apurar custos; Confrontar as informações contábeis com custos; Analisar os custos apurados. Calcular os encargos sociais sobre a folha de pagamento, pró-labore, autônomos; Controlar impostos retidos dos empregados autônomos e empregadores; Preparar obrigações trabalhistas. Efetuar o acompanhamento e controle da movimentação contábil da administração direta e indireta, elaborando ou conferindo e aprovando balancetes, balanços, conciliação bancária e outros, além do esclarecimento dos fatos contábeis ao Tribunal de Contas, visando o cumprimento da legislação. Fazer uso de veículos da frota pública municipal, no desempenho das atividades do seu cargo.

CBO: 2522-10

1 funcionário

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo CONTADOR**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura sentada por longos períodos		
Descrição	Necessidade de atuação sentado por longos períodos durante a jornada de trabalho.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Analise Ergonômica do Trabalho - AET Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Fornece instruções para alongamento físico.		
Orientação	Orientar trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Presença de reflexos em telas, painéis, vidros, monitores ou qualquer superfície, que causem desconforto ou prejudiquem a visualização		
Descrição	Situação desconfortável aos olhos, proveniente do uso frequente de telas de computadores para execução das atividades.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Fadiga nos olhos, ardência e dores de cabeça.		
Fontes ou circunstâncias	Telas de computadores		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Trabalho intensivo com teclado ou outros dispositivos de entrada de dados		
Descrição	Repetição continuada de movimentos com os dedos, proveniente da utilização de periféricos de entrada de dados em computadores (mouse, teclados).		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Problemas nas articulações e nos músculos (LER/DORT) e nos dedos (tendinites)		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Critério			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Analise Ergonômica do Trabalho - AET Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	- Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Introdução de pausas curtas periódicas e rodízios de funções em trabalhos continuados repetitivos, de precisão, em computadores, ou que exijam atenção constante; - Usar mobiliários ajustáveis às dimensões dos trabalhadores, assegurando postura confortável dos braços e pernas para trabalhador na posição sentada e em pé; - Usar postos de trabalho ajustáveis para o trabalho em computador (altura da cadeira, altura do monitor, altura do teclado).		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Condução de veículos de qualquer natureza em vias públicas		
Descrição	Condução de veículo em condições desfavoráveis meteorológicas, estradas e más condições e congestionamentos excessivos.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Lesões corporais diversas, com grande possibilidade de levar ao óbito ou à invalidez para o trabalhador e para terceiros.		
Fontes ou circunstâncias	Condução de Veículo Automotor		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Severo	Possível	Substancial	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Implementa	Sim	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas coletivas (EPC)	Sinalização de emergência Extintor de Incêndio		
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	-Orientar o trabalhador sobre a condução defensiva através de palestras e treinamentos. -Verificar constantemente os estados dos pneus e das condições mecânicas do veículo, especialmente as condições do freio, lâmpadas e cintos de segurança. -Cuidado durante os deslocamentos em condições climáticas adversas, como chuva e neblina. -Utilização do cinto de segurança pelo motorista e todos os passageiros.		
Orientação	Treinamento de direção defensiva		

SETOR
GHE 03 DEPARTAMENTO FISCAL
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

Nº de funcionários 2

CARGO
FISCAL DE RENDA
Compreende os cargos que se destinam a orientar e esclarecer os contribuintes quanto ao cumprimento das obrigações legais referente ao pagamento de tributos, empregando os instrumentos a seu alcance para evitar a sonegação.

CBO: 2544-10

Funcionário 1

CARGO
FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS
Fiscalizar o cumprimento da legislação tributária; constituem o crédito tributário mediante lançamento; controlam a arrecadação e promovem a cobrança de tributos, aplicando penalidades; analisam e tomam decisões sobre processos administrativo-fiscais; controlam a circulação de bens, mercadorias e serviços; atendem e orientam contribuintes e, ainda, planejam, coordenam e dirigem órgãos da administração tributária. Planejar ação fiscal; Fiscalizar estabelecimentos públicos e privados; Fiscalizar cartórios; Fiscalizar eventos (shows, feiras e exposições); Fiscalizar mercadorias, bens e serviços; Desenquadrar regimes especiais; Examinar demonstrativos obrigatórios do contribuinte; Examinar contabilidade; Conciliar documentos fiscais; Revisar declarações espontâneas do contribuinte; filtrar documentos; Impor penalidades; Acompanhar inventários falências e concordatas; Intimar contribuintes; Solicitar informações bancárias; Requisitar força policial. Identificar sujeito passivo da tributação; Identificar bens, mercadorias e serviços; Identificar a ocorrênciado fato gerador; Determinar base de cálculo; Identificar alíquota aplicável; Verificar irregularidades; Lavrar notificações; Lavrar auto de infração; Emitir notificações de lançamento de débitos. Arrecadar valores tributários; Controlar recolhimento do contribuinte; Controlar regime especial de arrecadação; Atualizar débitos fiscais; Controlar parcelamento de débito; Inscrever crédito tributário na dívida ativa; Encaminhar débitos para cobrança judicial; Participar do planejamento, controle, avaliação, execução e acompanhamento das políticas de fiscalização do município. Atender e orientar contribuintes quanto às leis tributárias municipais. Efetuar o controle de arrecadação dos tributos municipais. Fazer uso de veículos da frota pública municipal, no desempenho das atividades do seu cargo.

CBO: 2544-10

1 funcionário

Especificação dos perigos/fatores de risco – **Cargo FISCAL DE RENDA / FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura sentada por longos períodos		
Descrição	Necessidade de atuação sentado por longos períodos durante a jornada de trabalho.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Analise Ergonômica do Trabalho - AET Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Fornece instruções para alongamento físico.		
Orientação	Orientar trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Presença de reflexos em telas, painéis, vidros, monitores ou qualquer superfície, que causem desconforto ou prejudiquem a visualização		
Descrição	Situação desconfortável aos olhos, proveniente do uso frequente de telas de computadores para execução das atividades.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Fadiga nos olhos, ardência e dores de cabeça.		
Fontes ou circunstâncias	Telas de computadores		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos.		

Identificação	
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**
Ergonômico	Trabalho intensivo com teclado ou outros dispositivos de entrada de dados
Descrição	Repetição continuada de movimentos com os dedos, proveniente da utilização de periféricos de entrada de dados em computadores (mouse, teclados).
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Problemas nas articulações e nos músculos (LER/DORT) e nos dedos (tendinites)
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos

Avaliação			
Critério			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		

Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Analise Ergonômica do Trabalho - AET Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	- Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Introdução de pausas curtas periódicas e rodízios de funções em trabalhos continuados repetitivos, de precisão, em computadores, ou que exijam atenção constante; - Usar mobiliários ajustáveis às dimensões dos trabalhadores, assegurando postura confortável dos braços e pernas para trabalhador na posição sentada e em pé; - Usar postos de trabalho ajustáveis para o trabalho em computador (altura da cadeira, altura do monitor, altura do teclado).		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Condução de veículos de qualquer natureza em vias públicas		
Descrição	Condução de veículo em condições desfavoráveis meteorológicas, estradas e más condições e congestionamentos excessivos.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Lesões corporais diversas, com grande possibilidade de levar ao óbito ou à invalidez para o trabalhador e para terceiros.		
Fontes ou circunstâncias	Condução de Veículo Automotor		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Severo	Possível	Substancial	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Implementa	Sim	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas coletivas (EPC)	Sinalização de emergência Extintor de Incêndio		
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	-Orientar o trabalhador sobre a condução defensiva através de palestras e treinamentos. -Verificar constantemente os estados dos pneus e das condições mecânicas do veículo, especialmente as condições do freio, lâmpadas e cintos de segurança. -Cuidado durante os deslocamentos em condições climáticas adversas, como chuva e neblina. -Utilização do cinto de segurança pelo motorista e todos os passageiros.		
Orientação	Treinamento de direção defensiva		

Conclusão PGR

.

DISPOSIÇÕES FINAIS

CONTROLE DOS RISCOS

Serão adotadas medidas necessárias e suficientes para a eliminação, minimização ou controle dos riscos ambientais sempre que for verificada pelo menos uma das situações:

a) Exigências previstas nas normas regulamentadoras e nos dispositivos legais;

b) Determinadas pela classificação de riscos ocupacionais;

c) Quando houver evidências de associação, através de controle médico de saúde, entre as lesões e os agravos à saúde dos trabalhadores com os riscos e as situações de trabalho identificadas.

Quando comprovada pela organização a inviabilidade de adoção de medidas de proteção coletiva ou quando estas não forem suficientes ou encontrarem-se em fase de estudo, planejamento ou implantação ou, ainda, em caráter complementar ou emergencial, outras medidas deverão ser adotadas, observando a seguinte

hierarquia:

a) Medidas de caráter administrativo ou de organização do trabalho;

b) Medidas de caráter individual (EPI).

IMPLEMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO

A empresa através de análise das ações executadas, inspeções nos ambientes de trabalho e o monitoramento das condições ambientais e exposições aos agentes nocivos, avaliará a eficácia das medidas de proteção existentes e as implantadas e se necessário estabelecer novas medidas para eliminar, neutralizar ou minimizar os riscos ambientais.

A implantação das medidas de prevenção deverá ser acompanhada de informações aos trabalhadores sobre os procedimentos a serem adotados e limitações das medidas de controle.

Quando identificada a ineficácia das medidas de prevenção adotadas, deverão ser realizados ajustes a fim de corrigir as deficiências. O histórico de medidas implementadas, bem como os ajustes realizados, deverá ser registrado.

O desempenho das medidas de prevenção deverá ser acompanhado de forma planejar e contemplar:

a) A verificação da execução das ações planejadas;

b) As inspeções dos locais de trabalho;

c) O monitoramento das condições ambientais e exposições a agentes nocivos, quando aplicável.

ACOMPANHAMENTO DA SAÚDE OCUPACIONAL DOS TRABALHADORES

O acompanhamento da saúde ocupacional dos trabalhadores será realizado de forma periódica e contínua, de acordo com os riscos ocupacionais identificados e atendendo as diretrizes estabelecidas na NR 07.

A empresa desenvolve ações de saúde ocupacional que estão integradas com as demais medidas de saúde e segurança do trabalho e em conformidade com os riscos intrínsecos ao trabalho.

Todos os riscos que precisem de controle com base em exames complementares laboratoriais, necessitam de medidas de prevenção imediata.

ANÁLISE DE ACIDENTES E DOENÇAS RELACIONADAS AO TRABALHO

A irá analisar todos os acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, documentando os eventos, considerando as fontes causadoras, as atividades desenvolvidas, materiais utilizados e a organização do ambiente de trabalho, identificando os fatores relacionados ao evento e que forneçam evidências para revisar as medidas de prevenção existentes.

PREPARAÇÃO PARA EMERGÊNCIAS

É de responsabilidade da EMPRESA, elaborar, implementar e manter atualizados os procedimentos de resposta aos cenários de emergência, levando em consideração os riscos ocupacionais identificados no ambiente de trabalho e as características das atividades desenvolvidas

Os procedimentos deverão conter:

a) Os meios e recursos necessários para prestação de primeiros socorros, encaminhamento de acidentados e abandono;

b) Quando aplicável, as medidas a serem aplicadas em acidentes de grandes proporções.

EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL DE USO OBRIGATÓRIO

A empresa fornece gratuitamente aos empregados apenas EPI adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, sendo estes portadores de Certificado de Aprovação - CA.

CONCLUSÃO

Este programa tem como fundamento legal a NR 01, seu objetivo é disciplinar os preceitos a serem observados na organização e no ambiente de trabalho, de forma a tornar compatível o planejamento e desenvolvimento das atividades com a busca permanente da segurança e saúde dos trabalhadores. Este programa estará em constante análise e estudo, visando seu aperfeiçoamento, podendo, portanto, sofrer modificações a qualquer momento.

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718

Assinado de forma digital por GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718
Dados: 2024.10.04 08:20:32 -03'00'

Responsável Técnico
Gustavo Cordeiro Miranda
CPF: 092.897.697-18
Conselho de classe: CREA 051725/D
UF: ES
Especialidade: Engenheiro de Segurança

PLANO DE AÇÃO

Cronograma do Plano de Ação

PLANO ANUAL DO PROGRAMA DE SEGURANÇA E SAÚDENO TRABALHO **Período:** **Agosto de 2024 a Julho 2026**

Prioridade (1) Objetivo: Manter e implementar medidas de proteção, prevenção e controles administrativos em relação aos riscos ambientais reconhecidos no PPRA, visando a manutenção da saúde e integridade física dos trabalhadores.

Meta	Indicador	Responsável	Cronograma												Avaliação e análise crítica do plano		
			Ago 24	Set 24	Out 23	Nov 24	Dez 24	Jan 25	Fev 25	Mar 25	Abr 25	Mai 25	Jun 25	Jul 25			
			Ago 25	Set 25	Out 24	Nov 25	Dez 25	Jun 26	Fev 26	Mar 26	Abr 26	Mai 26	Jun 26	Jul 26			
Apresentar e informar os resultados das avaliações qualitativas / quantitativas do PGR	Ofício de entrega de documentos														**Atividades implementadas?**	**Objetivos alcançados?**	**Conclusão e recomendações**
Atividade		**Responsável**															
Reunião de apresentação dos resultados e medidas de controles propostas aos responsáveis pela empresa.		ST / Empregador															

Meta	Indicador	Responsável	Cronograma												Avaliação e análise crítica do plano		
			Ago 24	Set 24	Out 23	Nov 24	Dez 24	Jan 25	Fev 25	Mar 25	Abr 25	Mai 25	Jun 25	Jul 25			
			Ago 25	Set 25	Out 24	Nov 25	Dez 25	Jan 26	Fev 26	Mar 26	Abr 26	Mai 26	Jun 26	Jul 26			
Realização de capacitações, treinamentos e reciclagens.	Lista de presença em treinamento devidamente assinada pelos trabalhadores e pelo instrutor.														**Atividades implementadas?**	**Objetivos alcançados?**	**Conclusão e recomendações**
Atividade		**Responsável**															
Manter as capacitações ao trabalhador quanto à correta utilização dos EPI, incluindo aspectos relacionados à manutenção, substituição, higienização e guarda, bem como as penalidades pela recusa injustificada, focando a importância da prevenção e os efeitos à saúde em relação aos riscos dos processos, conforme item da NR6.6.1. alínea d.		Empregador / Profissional Qualificado															
Palestra para divulgação aos empregados dos riscos ambientais identificados nos locais de trabalho e suas respectivas medidas de controle, conforme item da NR9.3.1		Empregador / Profissional Qualificado															

Cronograma do Plano de Ação

Realizar e manter atualizada a capacitação dos trabalhados quanto à medidas de prevenção e combate a principio de incêndio, conforme item da NR 23.1.	Empregador / Profissional Qualificado														
Realizar e manter atualizada a capacitação dos trabalhadores quanto à prestação dos primeiros socorros, conforme iten NR 7.5.	Empregador / Profissional Qualificado														
Realizar capacitação do designado responsável pelo cumprimento do objetivo da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, conforme item NR 5.32.	Empregador / Profissional Qualificado														
Realizar treinamento aos funcionários sobre os princípios básicos de ergonomia, incluindo a importância de posturas corretas, pausas regulares para descanso e exercícios de alongamento.	Empregador / Profissional Qualificado														
Realizar Treinamneto introdutório ou de integração, a todos os trabalhadores, ao ser admitido ou quando mudar de função que implique emalteração de risco, conforme NR 1 item 1.4.4.	Empregador / Profissional Qualificado														

Cronograma do Plano de Ação

PLANO ANUAL DO PROGRAMA DE SEGURANÇA E SAÚDENO TRABALHO **Período:** **Agosto de 2024 a Julho 2026**

Meta	Indicador	Responsável	Cronograma												Avaliação e análise crítica do plano		
			Ago 24 / Ago 25	Set 24 / Set 25	Out 23 / Out 24	Nov 24 / Nov 25	Dez 24 / Dez 25	Jan 25 / Jan 26	Fev 25 / Fev 26	Mar 25 / Mar 26	Abr 25 / Abr 26	Mai 25 / Mai 26	Jun 25 / Jun 26	Jul 25 / Jul 26			
Fornecer proteção individual adequada aos riscos dos processos, conforme NR6.	Fichas individuais de entrega de EPI devidamente assinada pelo funcionário a cada entrega.	Empregador / Profissional Qualificado													**Atividades implementadas?**	**Objetivos alcançados?**	**Conclusão e recomendações**
Atividade		**Responsável**															
Adquirir somente EPIs com certificado de aprovação (CA) emitido pelo MTE, conforme NR6.2.		Empregador / Profissional Qualificado															
Entregar os Equipamentos de Proteção Individual seguindo periodicidade quando ao uso e desgaste dos equipamentos, bem como controlar o uso efetivo dos mesmos, conforme NR6.6.1.		Empregador / Profissional Qualificado															

Cronograma do Plano de Ação

PLANO ANUAL DO PROGRAMA DE SEGURANÇA E SAÚDENO TRABALHO **Período:** **Agosto de 2024 a Julho 2026**

Meta	Indicador	Responsável	Cronograma												Avaliação e análise crítica do plano		
			Ago 24 / Ago 25	Set 24 / Set 25	Out 23 / Out 24	Nov 24 / Nov 25	Dez 24 / Dez 25	Jan 25 / Jan 26	Fev 25 / Fev 26	Mar 25 / Mar 26	Abr 25 / Abr 26	Mai 25 / Mai 26	Jun 25 / Jun 26	Jul 25 / Jul 26			
Monitorar e Atualizar os programas de Segurança e Saúde do Trabalho.	Documento elaborado com acompanhamento periódico.														**Atividades implementadas?**	**Objetivos alcançados?**	**Conclusão e recomendações**
Atividade		**Responsável**															
Manter o monitoramento médico, conforme PCMSO, conforme NR7.		Empregador / Profissional Qualificado															
Elaborar Relatório de Análise Global com o intuito de identificar a eficácia do Plano de ação, conforme NR9.2.1.1.		Empregador / Profissional Qualificado															

Percentual de Implementaçãodas Atividades: **Percentual de cumprimento dos Objetivos:**

Cronograma do Plano de Ação

Meta	Indicador	Responsável	Cronograma												Avaliação e análise crítica do plano		
			Ago 24 / Ago 25	Set 24 / Set 25	Out 23 / Out 24	Nov 24 / Nov 25	Dez 24 / Dez 25	Jan 25 / Jan 26	Fev 25 / Fev 26	Mar 25 / Mar 26	Abr 25 / Abr 26	Mai 25 / Mai 26	Jun 25 / Jun 26	Jul 25 / Jul 26			
Diretrizes sobre Ergonomia no ambiente de trabalho.	Analise Ergonomica do Trabalho														**Atividades implementadas?**	**Objetivos alcançados?**	**Conclusão e recomendações**
Atividade		**Responsável**															
Estabelecer diretrizes clara quanto a prevenção de acidente e doenças relacionados aos riscos ergonomicos.		Empregador / Profissional Qualificado															
Atender as Recomedações Ergonômicas estabelecidas na AET.		Empregador / Profissional Qualificado															

,(Responsável legal pela empresa e
pela implementação do plano de ação)

LTCAT

LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO

Consultoria Ocupacional
& Meio Ambiente

MUNICÍPIO DE MANTENOPOLIS

(SECRETARIA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS)

CNPJ: 27.167.345/0001-90

LTCAT

LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO COLETIVO DECRETO 3.048/99.

AGOSTO DE 2024

Sumário

Identificação da Empresa....4
Introdução....5
Objetivos 5
Informações 5
Fundamentos 5
Aposentadoria Especial 6
Agentes Nocivos....6
Efetiva Exposição à Agentes prejudicial à Saúde 6
Medidas de controle 7
Metodologia e procedimentos de Avaliação do Agente Nocivo 7
Códigos do Sistema SEFIP/GFIP 7
Avaliação das condições ambientais....9
Síntese....18
Conclusões e recomendações gerais....19
Anotação de responsabilidade técnica - ART....18

Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS
SECRETARIA EXE. DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO
CNPJ: 27.167.345/0001-90

Endereço
Avenida Presidente Vargas, 545 - Centro - Mantenópolis/ES
CEP: 29.770-000

CNAE
8411-6/00 – Administração Pública em Geral
Grau de Risco 1

Introdução

Este Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) foi elaborado a partir de inspeções e determinações técnicas de agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou a associação desses agentes "in loco". Este laudo está fundamentado legalmente no Regulamento da Previdência Social, Decreto N° 3.048 de 6 de maio de 1999.

Objetivos

Apresentar os levantamentos técnicos (qualitativos e/ou quantitativos) dos ambientes/atividades e identificar a exposição aos agentes físicos, químicos, biológicos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física do(s) trabalhador, no âmbito do ambiente de trabalho, para fins da verificação do enquadramento às condições que geram o direito da concessão à aposentadoria especial.
O Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT e demais demonstrações ambientais também tem como objetivo fundamentar tecnicamente o preenchimento dos formulários de reconhecimento de períodos laborados em condições especiais, denominado PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário (§8º do artigo 68 do Decreto nº 3.048/1999).
Com o objetivo de facilitar a aplicação dos conceitos para elaboração desse laudo no que tange às diferentes atividades existentes nos diferentes ambientes avaliados, os levantamentos e conclusão serão realizados por ambiente/atividade que poderão conter um único cargo ou mais de um dentro de um mesmo grupo de risco.

Informações

Todas as informações contidas neste laudo, bem como as descrições das atividades de cada função e os Certificados de Aprovação (CA) dos Equipamentos de Proteção Individual, foram cedidas pela empresa.
Todas as Tabelas de Identificação de Riscos foram feitas através das informações obtidas nas avaliações realizadas pelo profissional responsável por este documento.
Com base nessa avaliação, foi feito o parecer técnico conclusivo sobre a caracterização de condições especial para fins de aposentadoria especial.

Fundamentos Legais

Este documento foi elaborado conforme as normas vigentes:

- Regulamento da Previdência Social, Decreto n° 3.048, de 06 de maio de 1999;
- Planos de Benefícios da Previdência Social, Lei n° 8.213, de 24 julho de 1991;
- A metodologia e os procedimentos de avaliação estabelecidos pela Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO.
- Instrução Normativa PRES/INSS Nº 128, de 28 de março de 2022.

Aposentadoria Especial

A aposentadoria especial, uma vez cumprido o período de carência exigido, será devida ao segurado empregado, trabalhador avulso e contribuinte individual, que comprove o exercício de atividades com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou a associação desses agentes, de forma permanente, não ocasional nem intermitente, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação, enquadrados nos dispositivos do Regulamento da Previdência Social, decreto n°3.048/99.
Considera-se tempo de **trabalho permanente** aquele que é exercido de forma não ocasional nem intermitente, no qual a exposição do empregado, do trabalhador avulso ou do cooperado ao agente nocivo seja indissociável da produção do bem ou da prestação do serviço.

Agentes Nocivos

A relação dos agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde, analisados no presente laudo e considerados para fins de concessão de aposentadoria especial, consta no Anexo IV do decreto n° 3.048/99.

- **Agentes nocivos Físicos:** diversas formas de energia a que possam estar expostos os trabalhadores, tais como: ruídos, vibrações, temperaturas anormais (calor), entre outros constados no anexo IV.
- **Agentes nocivos Químicos:** Substâncias, compostos ou produtos que possam penetrar no organismo pela via respiratória, nas formas de os manifestados por: névoas, neblinas, poeiras, fumos, gases, vapores de substâncias nocivas presentes no ambiente de trabalho.
- **Agentes nocivos Biológicos:** bactérias, fungos, bacilos, parasitas, protozoários, vírus, entre outros, geneticamente modificados ou não, as culturas de células, os parasitas, as toxinas e os príons.
- **Associação de agentes**: Exposição aos agentes combinados, exclusivamente nas atividades especificadas no Anexo IV do Decreto 3.048/1999.

Efetiva Exposição à Agentes Prejudiciais à Saúde

Conforme decreto n° 3.048/99, a efetiva exposição à agente prejudicial à saúde configura-se quando, mesmo após a adoção das medidas de controle previstas na legislação trabalhista, a nocividade não seja eliminada ou neutralizada.
Considerado:

- **Eliminação** - a adoção de medidas de controle que efetivamente impossibilitem a exposição ao agente prejudicial à saúde no ambiente de trabalho; e
- **Neutralização** - a adoção de medidas de controle que reduzam a intensidade, a concentração ou a dose do agente prejudicial à saúde ao limite de tolerância previsto neste Regulamento ou, na sua ausência, na legislação trabalhista.

Para os agentes reconhecidamente cancerígenos para humanos, listados pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, caso sejam adotadas as medidas de controle previsto na legislação trabalhista que eliminem a nocividade, será descaracterizada a efetiva exposição.

- **Equipamento de Proteção individual -** É todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado a proteção contra riscos capazes de ameaçar a sua segurança e a sua saúde.
- **Equipamento de Proteção Coletiva -** É todo dispositivo ou sistema de âmbito coletivo, destinado à preservação da integridade física e da saúde dos trabalhadores, assim como a de terceiros.
- **Medidas Administrativas -** Procedimentos estabelecidos pela organização destinados a proteção contra agentes nocivos capazes de ameaçar a segurança e a saúde dos colaboradores.

Metodologias e Procedimentos de Avaliação dos Agentes Nocivos

Foi adotado o procedimento de técnica de avaliação Qualitativa e/ou Quantitativa, em relação à exposição, sendo:

- **Qualitativa:**

Trata-se de uma avaliação ou inspeção sobre determinado local de trabalho, observando às características específicas do ambiente laboral, os presentes agentes, as atividades exercidas, funções existentes naquela local e tempo de exposição dos trabalhadores.
As avaliações qualitativas da exposição aos agentes nocivos foram feitas tomando-se por base a análise dos seguintes fatores a eles relacionados:

1. As circunstâncias de exposição ocupacional a determinado agente ou associação de agentes prejudiciais à saúde presentes no ambiente de trabalho durante toda a jornada de trabalho;
2. Todas as fontes e possibilidades de liberação dos agentes nocivos;
3. Meios de contato ou exposição dos trabalhadores, as vias de absorção, a intensidade da exposição, a frequência e a duração do contato.

- **Quantitativa:**

Trata-se de uma avaliação sobre determinado local de trabalho, utilizando-se de equipamentos específicos para medição e quantificação dos a agentes ambientais presentes no ambiente de trabalho. Visando, o dimensionamento das intensidades/concentrações dos riscos.
Nas avaliações ambientais foram consideradas a metodologia e os procedimentos de avaliação estabelecidos pela **Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO**.

Códigos do Sistema SEFIP/GFIP

GFIP - Guia do Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações Previdenciárias, instituído pela Lei 9.528 de 10/12/97. Para trabalhadores com apenas um vínculo empregatício (ou uma fonte pagadora):

- **Código 00** - Sem exposição a agente nocivo. Trabalhador nunca esteve exposto
- **Código 01** - Não exposição a agente nocivo. Trabalhador já esteve exposto.
- **Código 02** - Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 15 anos de serviço);
- **Código 03** - Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 20 anos de serviço);
- **Código 04** - Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 25 anos de serviço).

Para trabalhadores com mais de um vínculo empregatício (ou mais de uma fonte pagadora):

- **Código 05** - Não exposto a agente nocivo;
- **Código 06** - Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 15 anos de trabalho);
- **Código 07** - Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 20 anos de trabalho);
- **Código 08** - Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 25 anos de trabalho).

Revisão dos Dados

O Laudo Técnico de Condições do Ambienta de Trabalho (LTCAT) precisará ser atualizado sempre que ocorrer qualquer alteração no ambiente de trabalho ou em sua organização.
Segundo a legislação previdenciária, mais precisamente o artigo 261, IN 77, inciso § 4º São consideradas alterações no ambiente de trabalho ou em sua organização, entre outras, aquelas decorrentes de:
I - mudança de layout;
II - substituição de máquinas ou de equipamentos;
III - adoção ou alteração de tecnologia de proteção coletiva; e
IV - alcance dos níveis de ação estabelecidos nos subitens do item 9.3.6 da NR-09, aprovadas pela Portaria nº 3.214, de 8 de junho de 1978, do MTE, se aplicável.

Nota Técnica Informativa

O Supremo Tribunal Federal - STF, em sede de Recurso Extraordinário com Agravo - ARE 664.335, de 2015, com repercussão geral reconhecida, considerou que nos casos de exposição do segurado ao agente nocivo ruído acima dos limites legais de tolerância, a declaração do empregador da eficácia do EPI, não descaracteriza o tempo de serviço especial para aposentadoria.

Avaliação das condições Ambientais

UNIDADE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS
SECRETARIA EXE. DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO
CNPJ: 27.167.345/0001-90

Endereço
Avenida Presidente Vargas, 545 - Centro - Mantenópolis/ES
CEP: 29.770-000

CNAE
8411-6/00 – Administração Pública em Geral
Grau de Risco 1

Caracterização dos processos e ambientes de trabalho

Funcionários

Setor	Cargo	Funcionários
GHE 01 ADMINISTRATIVO	AGENTE ADMINISTATIVO	1
	ESCRITURÁRIO	1
GHE 02 CONTABILIDADE	CONTADOR	1
GHE 03 DEPARTAMENTO FISCAL	FISCAL DE RENDAS	2
	FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	1

SETOR
GHE 01 ADMINISTRATIVO
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

Nº de funcionários 2

CARGO
AGENTE ADMINISTRATIVO
Supervisionam e controlam serviços financeiros diversos, bens-patrimoniais e logísticos; elaboram orçamentos, efetuam pagamentos, realizam cobrança, controlam bens patrimoniais, fecham câmbio, analisam crédito, coordenam caixas, administram processos logísticos e gerenciam almoxarifado/estoque; Supervisionam equipes de trabalho, orientando e avaliando desempenho em busca da melhor qualidade no trabalho. Organizam documentos e efetuam sua classificação contábil; geram lançamentos contábeis, auxiliam na apuração dos impostos, conciliam contas e preenchimento de guias de recolhimento e de solicitações, junto a órgãos do governo. Emitem notas de venda e de transferência entre outras; realizam o arquivo de documentos; Organizam a rotina de serviços e realizam entrada e transmissão de dados, operando teleimpressores e microcomputadores; registram e transcrevem informações, operando máquinas de escrever; atendem necessidades do setor interno e externo. Supervisionam trabalho e equipe; Organizam documentos e informações. Orientam usuários e os auxiliam na recuperação de dados e informações. Disponibilizam fonte de dados para usuários. Providenciam aquisição de material e incorporam material ao acervo. Arquivam documentos, classificando-os segundo critérios apropriados para armazená-los e conservá-los. Prestam serviço de comutação, alimentam base de dados e elaboram estatísticas. Executam tarefas relacionadas com a elaboração e manutenção de arquivos, podendo ainda, operar equipamentos reprográficos, recuperar e preservar as informações por meio digital, magnético ou papel.

CBO: 4102-05 **GFIP: 00**

1 funcionários

CARGO
ESCRITURÁRIO
Redigir ou participar da redação de correspondências, pareceres, documentos legais e outros significativos para o órgão, datilografar ou determinar a datilografia de documentos redigidos e aprovados, operar microcomputador, utilizando programas básicos e aplicativos, para incluir, alterar, obter dados e informações, bem como consultar registros, estudar processo referentes a assuntos de caráter geral ou específico da unidade administrativa e propor soluções, coordenar a classificação, o registro e a conservação de processos, livros e outros documentos em arquivos específicos, elaborar, sob orientação, quadros e tabelas estatísticos, fluxogramas, organogramas e gráficos em geral, elaborar ou colaborar na elaboração de relatórios parciais e anuais, atendendo as exigências ou normas da unidade administrativa, receber, conferir e distribuir materiais, verificando solicitações de compras e pedidos de fornecimento, realizar, sob orientação específica, coleta de preços e concorrências públicas e administrativas para aquisição de material, orientar e supervisionar as atividades de controle de estoque, a fim de assegurar a perfeita ordem de armazenamento, conservação e níveis de suprimento, controlar estoques de materiais, inspecionando o recebimento e a entrega, bem como verificando os prazos de validade dos materiais perecíveis e a necessidade de ressuprimento dos estoques, auxiliar na contabilização financeira, orçamentária e patrimonial da Prefeitura, classificando documentos, preparando relações de cobranças e pagamentos, conferindo guias de pagamento, examinando empenhos de despesas e executando outras atividades afins, estudar os documentos a serem arquivados, analisando o conteúdo e o valor dos mesmos, para decidir sobre a maneira mais conveniente de arquivá-los, arquivar os documentos de acordo com o sistema de classificação adotado, colocando-os em arquivos, estantes ou outro local adequado, para preservá-los de riscos e extravios, promover a guarda e a preservação dos documentos, promover o empréstimo dos documentos solicitados, preservando-os de riscos e extravios através de registro do destino, nome do solicitante, tempo empréstimo e outras informações necessárias, colaborar nos estudos para a organização e a racionalização dos serviços nas unidade da Prefeitura, executar os serviços burocráticos relativos a contratos, doações e patrocínio e executar outras atribuições afins.

CBO: 4132-25 **GFIP: 00**

1 funcionários

Conclusão da Aposentadoria Especial – **AGENTE ADMINISTRATIVO / ESCRITURÁRIO**
Agente físico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente químico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente biológico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**

SETOR
GHE 02 CONTABILIDADE
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

N º de funcionários 1

CARGO
CONTADOR
Registrar atos e fatos contábeis; controlar o ativo permanente; gerenciar custos; administrar encargos do departamento pessoal; preparar obrigações acessórias, tais como: declarações acessórias ao fisco, órgãos competentes e contribuintes e administra o registro dos livros nos órgãos apropriados; elaborar demonstrações contábeis; prestar consultoria e informações gerenciais; realizar auditoria interna e externa; atender solicitações de órgãos fiscalizadores e realizar perícia. Identificar as necessidades de informações da empresa; Estruturar plano de contas; Definir procedimentos internos; Definir procedimentos contábeis; Fazer manutenção do plano de contas; Atualizar procedimentos internos; Parametrizar aplicativos contábeis/tributários e de suporte; Administrar fluxo de documentos; Classificar os documentos; Escriturar lançamentos contábeis e fiscais digitais; Conciliar saldo de contas; Gerar diário/razão. Definir sistema de custo e rateios; Estruturar centros de custo; Orientar as áreas do órgão sobre custos; Apurar custos; Confrontar as informações contábeis com custos; Analisar os custos apurados. Calcular os encargos sociais sobre a folha de pagamento, pró-labore, autônomos; Controlar impostos retidos dos empregados autônomos e empregadores; Preparar obrigações trabalhistas. Efetuar o acompanhamento e controle da movimentação contábil da administração direta e indireta, elaborando ou conferindo e aprovando balancetes, balanços, conciliação bancária e outros, além do esclarecimento dos fatos contábeis ao Tribunal de Contas, visando o cumprimento da legislação. Fazer uso de veículos da frota pública municipal, no desempenho das atividades do seu cargo.

CBO: 2522-10 **GFIP: 00**

1 funcionário

Conclusão da Aposentadoria Especial – **CONTADOR**
Agente físico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente químico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente biológico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**

SETOR
GHE 03 DEPARTAMENTO FISCAL
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

2 funcionário

CARGO
FISCAL DE RENDA
Compreende os cargos que se destinam a orientar e esclarecer os contribuintes quanto ao cumprimento das obrigações legais referente ao pagamento de tributos, empregando os instrumentos a seu alcance para evitar a sonegação.

CBO: 2544-10 **GFIP: 00**

1 funcionário

CARGO
FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS
Fiscalizar o cumprimento da legislação tributária; constituem o crédito tributário mediante lançamento; controlam a arrecadação e promovem a cobrança de tributos, aplicando penalidades; analisam e tomam decisões sobre processos administrativo-fiscais; controlam a circulação de bens, mercadorias e serviços; atendem e orientam contribuintes e, ainda, planejam, coordenam e dirigem órgãos da administração tributária. Planejar ação fiscal; Fiscalizar estabelecimentos públicos e privados; Fiscalizar cartórios; Fiscalizar eventos (shows, feiras e exposições); Fiscalizar mercadorias, bens e serviços; Desenquadrar regimes especiais; Examinar demonstrativos obrigatórios do contribuinte; Examinar contabilidade; Conciliar documentos fiscais; Revisar declarações espontâneas do contribuinte; filtrar documentos; Impor penalidades; Acompanhar inventários falências e concordatas; Intimar contribuintes; Solicitar informações bancárias; Requisitar força policial. Identificar sujeito passivo da tributação; Identificar bens, mercadorias e serviços; Identificar a ocorrênciado fato gerador; Determinar base de cálculo; Identificar alíquota aplicável; Verificar irregularidades; Lavrar notificações; Lavrar auto de infração; Emitir notificações de lançamento de débitos. Arrecadar valores tributários; Controlar recolhimento do contribuinte; Controlar regime especial de arrecadação; Atualizar débitos fiscais; Controlar parcelamento de débito; Inscrever crédito tributário na dívida ativa; Encaminhar débitos para cobrança judicial; Participar do planejamento, controle, avaliação, execução e acompanhamento das políticas de fiscalização do município. Atender e orientar contribuintes quanto às leis tributárias municipais. Efetuar o controle de arrecadação dos tributos municipais. Fazer uso de veículos da frota pública municipal, no desempenho das atividades do seu cargo.

CBO: 2544-10 **GFIP: 00**

1 funcionário

Conclusão da Aposentadoria Especial – **FISCAL DE RENDA / FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS**
Agente físico Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente químico Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente biológico Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**

Síntese

Unidade				
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENOPOLIS				
Setor	**Cargo**	**Risco**	**Aposentadoria**	**Período**
GHE 01 ADMINISTRATIVO	AGENTE ADMINISTRATIVO / ESCRITURÁRIO	Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**	Não	.
GHE 02 CONTABILIDADE	CONTADOR	Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**	Não	.
GHE 03 DEPARTAMENTO FISCAL	FISCAL DE RENDAS / FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**	Não	.

Os resultados apresentados, bem como as descrições técnicas, tiveram embasamento nas evidências durante as diligências para o desenvolvimento do PGR. A conclusão do laudo considera a situação evidenciada na empresa na data de sua elaboração. Não tem prazo de validade, devendo ser refeito sempre que houver alteração dos riscos presentes no ambiente de trabalho.

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718

Assinado de forma digital por GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718
Dados: 2024.10.04 08:17:12 -03'00'

Responsável pelo LTCAT
Gustavo Cordeiro Miranda
CPF: 092.897.697-18
NIT: 128.65129.29-4
Conselho de classe: CREA 051725/D
UF: ES
Especialidade: Engenheiro de Segurança

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977
CREA-ES
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do ES

ART de Obra ou Serviço

0820240368329

ART Individual

1. Responsável Técnico

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA

Título profissional: **ENGENHEIRO DE PRODUÇÃO,ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO,TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO,TECNÓLOGO EM GEST**

RNP: 0819492124
Registro: ES-051725/D
Registro: 19221

Empresa contratada: ST CONSULTORIA OCUPACIONAL E MEIO AMBIENTE LTDA

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS** CPF/CNPJ: **27167345000190**
Rua: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS Nº: 545
Complemento: CEP: 29770000
Cidade: MANTENÓPOLIS UF: ES Bairro: CENTRO
Telefone:
Contrato: 000077/2023 Nº do Aditivo: 0
Valor do Contrato/Honorários: R$15.050,00 Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA

3. Dados da Obra/Serviço

Rua: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS Nº: 545
Complemento: Bairro: CENTRO Quadra Lote
Cidade: MANTENÓPOLIS UF: ES CEP: 29770000
Data de início: 10/09/2024 Prev. Término: 10/09/2024 Coord. Geogr.: ,
Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS CPF/CNPJ:27167345000190

4. Atividade Técnica

Qtde de Pavimento(s): 0 **Nº Pavimento(s):** 0 **Dimensão/Quantidade:** 1 **Unidade de medida:** UNID

ATIVIDADE(S) TÉCNICA(S): 43 - 13.2 - ASSESSORIA TÉCNICA

PARTICIPAÇÃO:

NATUREZA: 100 - RESPONSABILIDADE TÉCNICA

NÍVEL: 104 - EXECUÇÃO

NATUREZA DO(S) SERVIÇO(S): 9111 - SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS (ESPECIFICAR NO CAMPO 22)

TIPO DA OBRA/SERVIÇO: 2001 - SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS (ESPECIFICAR NO CAMPO 22)

PROJETO(S)/SERVIÇO(S): 100 - NENHUM

Após a conclusão das atividades técnicas, o profissional deverá proceder a baixa desta ART.

5. Observações

REFERENTE A CONTRATAÇAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE MEDICINA DO TRABALHO PARA ELABORAÇÃO DE PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCO, LTCAT (LAUDO TÉCNICO DA CONDIÇÃO DO AMBIENTE DE TRABALHO, PCMSO (PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL), PPP, LAUDO DE INSALUBRIDADE E DE PERICULOSIDADE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO; SEM CONTUDO TER PROVIDENCIADO O REGISTRO DE ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART), NESTE CONSELHO.

6. Declarações

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718 Assinado de forma digital por GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718 Dados: 2024.10.04 08:18:30 -03'00'

Profissional

Contratante

Acessibilidade: <declara a aplicabilidade das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº5.296, de 2 de dezembro de 2004, às atividades profissionais acima relacionadas.>

7. Entidade de classe

SENGE - SINDICATO DOS ENGENHEIROS DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO

8.Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima.

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718 Assinado de forma digital por GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718 Dados: 2024.10.04 08:18:18 -03'00'

Local de Data de

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA - CPF: 09289769718

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS - CPF/CNPJ: 27167345000190

9. Informações

- **A ART é válida somente quando quitada, podendo sua conferência ser realizada no site do CREA.**
- **A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.creaes.org.br ou www.confea.org.br**
- **A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.**

www.creaes.org.br creaes@creaes.org.br
tel: (27)3134-0046 art@creaes.org.br

CREA-ES

Valor ART: R$ 262,55 Registrada em: 10/09/2024 Data de pagamento: 12/09/2024 Valor Pago: R$ 262,55 Nosso Número: 140000000016510939

PCMSO

PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL



Consultoria Ocupacional & Meio Ambiente



Sumário

Identificação 3
Médico do trabalho responsável 3
Diretrizes 4
O que é o programa? 4
Objetivos 4
Legalização 4
Implementação 5
Obrigações 5
Responsabilidades 5
Desenvolvimento do Programa 5
Obrigatoriedade dos exames médicos 6
Registro de Dados 6
Preparação para emergência 7
Ações de Saúde no PCMSO- Controle médico Específico 8
Unidade /Setor / Cargo / Funções – Exames complementares 9
Planejamento das atividades do PCMSO 19
Conclusão 20

Consultoria Ocupacional & Meio Ambiente	**PCMSO** **Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional** **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS**	**Agosto de 2024**

Vigência do PCMSO	**Agosto DE 2024 A Agosto DE 2026**

Identificação			
Empresa SECRETARIA EXE. DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO			
Endereço Avenida Presidente Vargas, nº 545		Complemento	CNPJ 27.167.345/0001-90
CEP 29.770-000	Cidade Mantenópolis	Bairro Centro	UF ES
CNAE 8411-6/00	Grau de Risco 1	Descrição CNAE Administração Pública em Geral	

Médico do Trabalho Responsável

Compete ao empregador indicar um médico do trabalho responsável pelo PCMSO. Inexistindo médico do trabalho na localidade, a organização pode contratar médico de outra especialidade como responsável pelo PCMSO.

O MEI, a ME e a EPP, graus de risco 1 e 2, que declararem as informações digitais na forma prevista na legislação e não identificarem exposições ocupacionais a agentes físicos, químicos, biológicos e riscos relacionados a fatores ergonômicos, ficam dispensados de elaboração do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.

As MEI, ME e EPP desobrigadas de elaborar PCMSO, devem realizar e custear exames médicos ocupacionais admissionais, demissionais e periódicos, a cada dois anos, de seus empregados.

RICARDO PINHEIRO LIMA

Assinado de forma digital por RICARDO PINHEIRO LIMA
Dados: 2024.10.04 08:13:24 -03'00'

Médico Responsável pelo PCMSO
Ricardo Pinheiro Lima
Médico do Trabalho
CRM - ES 1614
RQE - 3136
NIT 103.26225.12-6

Diretrizes

O PCMSO é parte integrante do conjunto mais amplo de iniciativas da organização no campo da saúde de seus empregados, devendo estar harmonizado com o disposto nas demais NR.

São diretrizes do PCMSO:
a) rastrear e detectar precocemente os agravos à saúde relacionados ao trabalho;
b) detectar possíveis exposições excessivas a agentes nocivos ocupacionais;
c) definir a aptidão de cada empregado para exercer suas funções ou tarefas determinadas;
d) subsidiar a implantação e o monitoramento da eficácia das medidas de prevenção adotadas na organização;
e) subsidiar análises epidemiológicas e estatísticas sobre os agravos à saúde e sua relação com os riscos ocupacionais;
f) subsidiar decisões sobre o afastamento de empregados de situações de trabalho que possam comprometer sua saúde;
g) subsidiar a emissão de notificações de agravos relacionados ao trabalho, de acordo com a regulamentação pertinente;
h) subsidiar o encaminhamento de empregados à Previdência Social;
i) acompanhar de forma diferenciada o empregado cujo estado de saúde possa ser especialmente afetado pelos riscos ocupacionais;
j) subsidiar a Previdência Social nas ações de reabilitação profissional;
k) subsidiar ações de readaptação profissional;
l) controlar da imunização ativa dos empregados, relacionada a riscos ocupacionais, sempre que houver recomendação do Ministério da Saúde.

O que é o Programa?

O PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional visa à preservação e a conservação da saúde e da integridade física dos trabalhadores da empresa. O Programa alerta e dar ênfase para o controle da saúde, privilegiando a relação de saúde de seus trabalhadores de forma coletiva e individual. O programa é um documento base implantado nas empresas que tem por objetivo evitar danos à vida do trabalhador e doenças ocupacionais derivadas do trabalho exercido.

Objetivo do PCMSO

Prevenção, rastreamento e diagnóstico precoce dos agravos à saúde dos colaboradores, além da constatação da existência de casos de doenças profissionais ou possíveis danos irreversíveis à saúde dos trabalhadores.
Para a elaboração deste PCMSO foram utilizados os procedimentos básicos e fundamentais que norteiam as informações técnicas e científicas fornecidas pelo PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos) e LTCAT (Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho).

Legalização

O PCMSO está previsto na lei Portaria GM n.º 3.214, de 08 de junho de 1978 Portaria SSST n.º 24, de 29 de dezembro de 1994, tendo em vista a NR 07, que estabelece a obrigatoriedade da elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados.

Implementação

A Empresa que tem por iniciativa de implementação do PCMSO estará automaticamente seguindo os preceitos estabelecidos na NR 07, na qual estabelece a obrigatoriedade de sua implementação e eficácia acompanhando o trabalhador em suas atividades profissionais e a variação de sua saúde no decorrer da atividade.

Obrigações

Toda Empresa ou instituição que admite trabalhadores como empregados estão obrigados a elaborar e implementar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional conforme a NR 07.
O PCMSO deve incluir a realização obrigatória dos exames médicos:

1. admissional;
2. periódico;
3. de retorno ao trabalho;
4. de mudança de riscos ocupacionais;
5. demissional.

Responsabilidade

Compete ao **empregador**:
a) garantir a elaboração e efetiva implantação do PCMSO;
b) custear sem ônus para o empregado todos os procedimentos relacionados ao PCMSO;
c) indicar médico do trabalho responsável pelo PCMSO.

Cabe ao **trabalhador**:
a) cumprir as disposições legais e regulamentares sobre segurança e saúde no trabalho, inclusive as ordens de serviço expedidas pelo empregador;
b) submeter-se aos exames médicos previstos nas NR;
c) colaborar com a organização na aplicação das NR; e
d) usar o equipamento de proteção individual fornecido pelo empregador.

Desenvolvimento do Programa

Monitorar a saúde dos empregados de forma regular:

1. Realização dos exames médicos obrigatórios: admissionais, periódicos, de retorno ao trabalho, mudança de função e demissional;
2. Utilizar os diagnósticos encontrados, sempre no sentido de estabelecer medidas para prevenir o surgimento ou a repetição de patologias semelhantes na empresa;
3. Obedecer a um planejamento em que estejam previstas as ações de saúde a serem executadas durante o ano, devendo estas ser objeto de relatório anual;
4. Dar conhecimento e explicação ao empregado dos achados encontrados nos exames, orientando, quando necessário, sobre as medidas preventivas a serem adotadas e estimulando-o a ter uma participação ativa na prevenção de sua saúde, podendo deste modo, adotar procedimentos apropriados para trabalhar com segurança e no uso de EPI.

<u>Conscientização e Promoção a Saúde:</u>
A realização de palestras, campanhas, eventos educativos e treinamentos nas áreas de higiene e medicina do trabalho são fundamentais para conscientização dos empregados sobre os riscos existentes no seu ambiente de trabalho, facilitando assim a prevenção de acidentes, doenças profissionais e outras, devendo ser realizadas de forma sistemática durante o transcorrer do

PCMSO.
Promoção da Saúde:
Poderão ser agendadas durante o ano palestras educativas sobre os seguintes temas:
- Primeiros Socorros;
- Higiene e Saúde;
- Ergonomia;
- Desidratação/ Hidratação;
- Distúrbios metabólicos e endócrinos (diabetes, hipertensão arterial, tireoide, obesidade).

Realização obrigatória dos exames médicos

- **Admissional**

Será realizado por ocasião da contratação do empregado, antes que ele assuma suas funções.

- **Periódico**

O exame médico periódico procura previamente detectar os desvios da saúde que porventura existem nos trabalhadores, mesmo antes de se manifestarem, procurando a correção o mais breve possível, podendo ser percebidas ou não pelo trabalhador. Para realização, a empresa será comunicada a necessidade de sua realização, devendo para tanto proporcionar ao trabalhador seu encaminhamento ao serviço de medicina ocupacional. O não comparecimento do trabalhador no local e horário indicado, bem como a não realização de exames complementares irá fazer parte da estatística do Relatório Anual. É imprescindível o apoio da direção, bem como dos responsáveis pelos trabalhadores.

- **De retorno ao trabalho**

No exame de retorno ao trabalho, o exame clínico deve ser realizado antes que o empregado reassuma suas funções, quando ausente por período igual ou superior a 30 (trinta) dias por motivo de doença ou acidente, de natureza ocupacional ou não.

- **De mudança de risco ocupacional**

O exame de mudança de risco ocupacional deve, obrigatoriamente, ser realizado antes da data da mudança, adequando-se o controle médico aos novos riscos.

- **Demissional**

No exame demissional, o exame clínico deve ser realizado em até 10 (dez) dias contados do término do contrato, podendo ser dispensado caso o exame clínico ocupacional mais recente tenha sido realizado há:
- Menos de 135 (centro e trinta e cinco) dias, para as organizações graus de risco 1 e 2, e;
- Há menos de 90 (noventa) dias, para as organizações graus de risco 3 e 4.

Registro de Dados

Os dados dos exames clínicos e complementares deverão ser registrados em prontuário médico individual sob a responsabilidade do médico responsável pelo PCMSO, ou do médico responsável pelo exame, quando a organização estiver dispensada de PCMSO.

O prontuário do empregado deve ser mantido pela organização, no mínimo, por 20 (vinte) anos após o seu desligamento, exceto em caso de previsão diversa constante na NR 7.

Em caso de substituição do médico responsável pelo PCMSO, a organização deve garantir que os prontuários médicos sejam formalmente transferidos para seu sucessor.

Cada trabalhador terá o seu prontuário clínico individual contendo:

1. Avaliação clínica;
2. Exames complementares (se necessário);
3. Conclusão do exame médico obrigatório;
4. Medidas aplicadas.

O médico responsável pelo PCMSO deve elaborar relatório analítico do Programa, anualmente, considerando a data do último relatório, contendo, no mínimo:

1. o número de exames clínicos realizados;
2. o número e tipos de exames complementares realizados;
3. estatística de resultados anormais dos exames complementares, categorizados por tipo do exame e por unidade operacional, setor ou função;
4. incidência e prevalência de doenças relacionadas ao trabalho, categorizadas por unidade operacional, setor ou função;
5. informações sobre o número, tipo de eventos e doenças informadas nas CAT, emitidas pela organização, referentes a seus empregados;
6. análise comparativa em relação ao relatório anterior e discussão sobre as variações nos resultados.

Relatório analítico do programa

O médico responsável pelo PCMSO deve elaborar relatório analítico do Programa, anualmente, considerando a data do último relatório, contendo, no mínimo:

1. o número de exames clínicos realizados;
2. o número e tipos de exames complementares realizados;
3. estatística de resultados anormais dos exames complementares, categorizados por tipo do exame e por unidade operacional, setor ou função;
4. incidência e prevalência de doenças relacionadas ao trabalho, categorizadas por unidade operacional, setor ou função;
5. informações sobre o número, tipo de eventos e doenças informadas nas CAT, emitidas pela organização, referentes a seus empregados;
6. análise comparativa em relação ao relatório anterior e discussão sobre as variações nos resultados.

Preparação para emergências

A organização deve estabelecer, implementar e manter procedimentos de respostas aos cenários de emergências, de acordo com os riscos, as características e as circunstâncias das atividades.

Os procedimentos de respostas aos cenários de emergências devem prever:
a) Os meios e recursos necessários para os primeiros socorros, encaminhamento de acidentados e abandono; e
b) as medidas necessárias para os cenários de emergências de grande magnitude, quando aplicável.

KIT DE PRIMEIROS SOCORROS

É de extrema importância e necessário a empresa obter o kit de primeiros socorros para melhor atendimento e desempenho das primeiras medidas tomadas diante de algum acidente de trabalho, para não se agravar a saúde do trabalhador ou sua integridade física.

Este procedimento de emergência de primeiros socorros se caracteriza pela aplicação de métodos que podem evitar agravamento em vítimas de acidentes, de mal de súbito ou em perigo de vida, tendo por base o intuito de manter os sinais vitais, procurando evitar o agravamento do quadro no qual a pessoa se encontra. É uma ação individual ou coletiva, dentro de suas devidas limitações em auxílio ao próximo, até que o socorro avançado esteja no local para prestar uma assistência mais minuciosa e definitiva.

O kit de primeiros socorros deve estar em local visível e em uma pequena maleta de fácil acesso.

Este kit deve conter no mínimo os itens seguintes:

- Algodão hidrófilo;
- Álcool 70%
- Luvas descartáveis;
- Esparadrapo (tamanho médio);
- Gaze estéril
- Pinça
- Atadura (20 cm)
- Soro fisiológico
- Termômetro
- Curativo adesivo (tipo band-aid)
- Cotonete

TREINAMENTOS EM PRIMEIROS SOCORROS

É de responsabilidade de a empresa providenciar treinamento aos funcionários, para que haja recursos mínimos, necessários para a prestação de primeiros socorros aos trabalhadores, acidentados ou com problemas de saúde em caráter de urgência ou emergência.

É de vital importância a prestação de atendimentos emergenciais. Conhecimentos simples muitas vezes diminuem o sofrimento, evitam complicações futuras e podem inclusive em muitos casos salvar vidas.

Ações de Saúde no PCMSO

Podem ser caracterizados como as palestras educativas, treinamentos, e acompanhamento individual, que promovem o bem estar do trabalhador, observando uma enorme preocupação da organização, caracterizando também um problema do individual e seus familiares, situando a empresa na realidade de seu meio social, e elevando sua responsabilidade sobre a sociedade.

Todos os funcionários deverão ser Imunizados conforme Programa Nacional de Imunização

Vacina Dupla

Vacina Febre Amarela (para funcionários que atuam em áreas endêmicas)

Vacina de Gripe

Unidade: SECRETARIA EXE. DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Setor: GHE 01 ADMINISTRATIVO
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

	Nº de Funcionários
Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO	Total: 1
Descrição detalhada: Supervisionam e controlam serviços financeiros diversos, bens-patrimoniais e logísticos; elaboram orçamentos, efetuam pagamentos, realizam cobrança, controlam bens patrimoniais, fecham câmbio, analisam crédito, coordenam caixas, administram processos logísticos e gerenciam almoxarifado/estoque; Supervisionam equipes de trabalho, orientando e avaliando desempenho em busca da melhor qualidade no trabalho. Organizam documentos e efetuam sua classificação contábil; geram lançamentos contábeis, auxiliam na apuração dos impostos, conciliam contas e preenchimento de guias de recolhimento e de solicitações, junto a órgãos do governo. Emitem notas de venda e de transferência entre outras; realizam o arquivo de documentos; Organizam a rotina de serviços e realizam entrada e transmissão de dados, operando teleimpressores e microcomputadores; registram e transcrevem informações, operando máquinas de escrever; atendem necessidades do setor interno e externo. Supervisionam trabalho e equipe; Organizam documentos e informações. Orientam usuários e os auxiliam na recuperação de dados e informações. Disponibilizam fonte de dados para usuários. Providenciam aquisição de material e incorporam material ao acervo. Arquivam documentos, classificando-os segundo critérios apropriados para armazená-los e conservá-los. Prestam serviço de comutação, alimentam base de dados e elaboram estatísticas. Executam tarefas relacionadas com a elaboração e manutenção de arquivos, podendo ainda, operar equipamentos reprográficos, recuperar e preservar as informações por meio digital, magnético ou papel.	

Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Postura sentada por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Presença de reflexos em telas, painéis, vidros, monitores ou qualquer superfície, que causem desconforto ou prejudiquem a visualização	**Ergonômicos**	Situação desconfortável aos olhos, proveniente do uso frequente de telas de computadores para execução das atividades.
Trabalho intensivo com teclado ou outros dispositivos de entrada de dados	**Ergonômicos**	Problemas nas articulações e nos músculos (LER/DORT) e nos dedos (tendinites)

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

	Nº de Funcionários
Cargo: ESCRITURÁRIO	Total: 1
Descrição detalhada: Redigir ou participar da redação de correspondências, pareceres, documentos legais e outros significativos para o órgão, datilografar ou determinar a datilografia de documentos redigidos e aprovados, operar microcomputador, utilizando programas básicos e aplicativos, para incluir, alterar, obter dados e informações, bem como consultar registros, estudar processo referentes a assuntos de caráter geral ou específico da unidade administrativa e propor soluções, coordenar a classificação, o registro e a conservação de processos, livros e outros documentos em arquivos específicos, elaborar, sob orientação, quadros e tabelas estatísticos, fluxogramas, organogramas e gráficos em geral, elaborar ou colaborar na elaboração de relatórios parciais e anuais, atendendo as exigências ou normas da unidade administrativa, receber, conferir e distribuir materiais, verificando solicitações de compras e pedidos de fornecimento, realizar, sob orientação específica, coleta de preços e concorrências públicas e administrativas para aquisição de material, orientar e supervisionar as atividades de controle de estoque, a fim de assegurar a perfeita ordem de armazenamento, conservação e níveis de suprimento, controlar estoques de materiais, inspecionando o recebimento e a entrega, bem como verificando os prazos de validade dos materiais perecíveis e a necessidade de ressuprimento dos estoques, auxiliar na contabilização financeira, orçamentária e patrimonial da Prefeitura, classificando documentos, preparando relações de cobranças e pagamentos, conferindo guias de pagamento, examinando empenhos de despesas e executando outras atividades afins, estudar os documentos a serem arquivados, analisando o conteúdo e o valor dos mesmos, para decidir sobre a maneira mais conveniente de arquivá-los, arquivar os documentos de acordo com o sistema de classificação adotado, colocando-os em arquivos, estantes ou outro local adequado, para preservá-los de riscos e extravios, promover a guarda e a preservação dos documentos, promover o empréstimo dos documentos solicitados, preservando-os de riscos e extravios através de registro do destino, nome do solicitante, tempo empréstimo e outras informações necessárias, colaborar nos estudos para a organização e a racionalização dos serviços nas unidade da Prefeitura, executar os serviços burocráticos relativos a contratos, doações e patrocínio e executar outras atribuições afins.	

Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Postura sentada por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Presença de reflexos em telas, painéis, vidros, monitores ou qualquer superfície, que causem desconforto ou prejudiquem a visualização	**Ergonômicos**	Situação desconfortável aos olhos, proveniente do uso frequente de telas de computadores para execução das atividades.
Trabalho intensivo com teclado ou outros dispositivos de entrada de dados	**Ergonômicos**	Problemas nas articulações e nos músculos (LER/DORT) e nos dedos (tendinites)

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

Setor: GHE 02 CONTABILIDADE
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

	Nº de Funcionários
Cargo: CONTADOR	Total: 1
Descrição detalhada: Registrar atos e fatos contábeis; controlar o ativo permanente; gerenciar custos; administrar encargos do departamento pessoal; preparar obrigações acessórias, tais como: declarações acessórias ao fisco, órgãos competentes e contribuintes e administra o registro dos livros nos órgãos apropriados; elaborar demonstrações contábeis; prestar consultoria e informações gerenciais; realizar auditoria interna e externa; atender solicitações de órgãos fiscalizadores e realizar perícia. Identificar as necessidades de informações da empresa; Estruturar plano de contas; Definir procedimentos internos; Definir procedimentos contábeis; Fazer manutenção do plano de contas; Atualizar procedimentos internos; Parametrizar aplicativos contábeis/tributários e de suporte; Administrar fluxo de documentos; Classificar os documentos; Escriturar lançamentos contábeis e fiscais digitais; Conciliar saldo de contas; Gerar diário/razão. Definir sistema de custo e rateios; Estruturar centros de custo; Orientar as áreas do órgão sobre custos; Apurar custos; Confrontar as informações contábeis com custos; Analisar os custos apurados. Calcular os encargos sociais sobre a folha de pagamento, pró-labore, autônomos; Controlar impostos retidos dos empregados autônomos e empregadores; Preparar obrigações trabalhistas. Efetuar o acompanhamento e controle da movimentação contábil da administração direta e indireta, elaborando ou conferindo e aprovando balancetes, balanços, conciliação bancária e outros, além do esclarecimento dos fatos contábeis ao Tribunal de Contas, visando o cumprimento da legislação. Fazer uso de veículos da frota pública municipal, no desempenho das atividades do seu cargo.	

Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Postura sentada por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Presença de reflexos em telas, painéis, vidros, monitores ou qualquer superfície, que causem desconforto ou prejudiquem a visualização	**Ergonômicos**	Fadiga nos olhos, ardência e dores de cabeça.
Trabalho intensivo com teclado ou outros dispositivos de entrada de dados	**Ergonômicos**	Problemas nas articulações e nos músculos (LER/DORT) e nos dedos (tendinites)
Condução de veículos de qualquer natureza em vias públicas	**Acidente**	Lesões corporais diversas, com grande possibilidade de levar ao óbito ou à invalidez para o trabalhador e para terceiros.

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Avaliação da acuidade visual	X		**12 meses**		X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
ECG (Eletrocardiograma) convencional de até 12 derivações	X		**12 meses**		X	X
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

Setor: GHE 03 DEPARTAMENTO FISCAL
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

		Nº de Funcionários
Cargo: FISCAL DE RENDA		Total: 1
Descrição detalhada: Compreende os cargos que se destinam a orientar e esclarecer os contribuintes quanto ao cumprimento das obrigações legais referente ao pagamento de tributos, empregando os instrumentos a seu alcance para evitar a sonegação.		
Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Postura sentada por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Presença de reflexos em telas, painéis, vidros, monitores ou qualquer superfície, que causem desconforto ou prejudiquem a visualização	**Ergonômicos**	Fadiga nos olhos, ardência e dores de cabeça.
Trabalho intensivo com teclado ou outros dispositivos de entrada de dados	**Ergonômicos**	Problemas nas articulações e nos músculos (LER/DORT) e nos dedos (tendinites)
Condução de veículos de qualquer natureza em vias públicas	**Acidente**	Lesões corporais diversas, com grande possibilidade de levar ao óbito ou à invalidez para o trabalhador e para terceiros.

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Avaliação da acuidade visual	X		**12 meses**		X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
ECG (Eletrocardiograma) convencional de até 12 derivações	X		**12 meses**		X	X
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

		Nº de Funcionários
Cargo: FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS		Total: 1
Descrição detalhada: Fiscalizar o cumprimento da legislação tributária; constituem o crédito tributário mediante lançamento; controlam a arrecadação e promovem a cobrança de tributos, aplicando penalidades; analisam e tomam decisões sobre processos administrativo-fiscais; controlam a circulação de bens, mercadorias e serviços; atendem e orientam contribuintes e, ainda, planejam, coordenam e dirigem órgãos da administração tributária. Planejar ação fiscal; Fiscalizar estabelecimentos públicos e privados; Fiscalizar cartórios; Fiscalizar eventos (shows, feiras e exposições); Fiscalizar mercadorias, bens e serviços; Desenquadrar regimes especiais; Examinar demonstrativos obrigatórios do contribuinte; Examinar contabilidade; Conciliar documentos fiscais; Revisar declarações espontâneas do contribuinte; filtrar documentos; Impor penalidades; Acompanhar inventários falências e concordatas; Intimar contribuintes; Solicitar informações bancárias; Requisitar força policial. Identificar sujeito passivo da tributação; Identificar bens, mercadorias e serviços; Identificar a ocorrênciado fato gerador; Determinar base de cálculo; Identificar alíquota aplicável; Verificar irregularidades; Lavrar notificações; Lavrar auto de infração; Emitir notificações de lançamento de débitos. Arrecadar valores tributários; Controlar recolhimento do contribuinte; Controlar regime especial de arrecadação; Atualizar débitos fiscais; Controlar parcelamento de débito; Inscrever crédito tributário na dívida ativa; Encaminhar débitos para cobrança judicial; Participar do planejamento, controle, avaliação, execução e acompanhamento das políticas de fiscalização do município. Atender e orientar contribuintes quanto às leis tributárias municipais. Efetuar o controle de arrecadação dos tributos municipais. Fazer uso de veículos da frota pública municipal, no desempenho das atividades do seu cargo.		
Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Postura sentada por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Presença de reflexos em telas, painéis, vidros, monitores ou qualquer superfície, que causem desconforto ou prejudiquem a visualização	**Ergonômicos**	Fadiga nos olhos, ardência e dores de cabeça.
Trabalho intensivo com teclado ou outros dispositivos de entrada de dados	**Ergonômicos**	Problemas nas articulações e nos músculos (LER/DORT) e nos dedos (tendinites)
Condução de veículos de qualquer natureza em vias públicas	**Acidente**	Lesões corporais diversas, com grande possibilidade de levar ao óbito ou à invalidez para o trabalhador e para terceiros.

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Avaliação da acuidade visual	X		**12 meses**		X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
ECG (Eletrocardiograma) convencional de até 12 derivações	X		**12 meses**		X	X
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

Planejamento das atividades do PCMSO

EVENTO	Status	JUSTIFICATIVA
Atividade: Exames Médicos Manter os exames médicos atualizados, cumprindo a tabela de periodicidade.	( ) Em andamento ( ) Realizado ( ) A realizar	
Atividade: Palestra sobre Tabagismo	( ) Em andamento ( ) Realizado ( ) A realizar	
Atividade: Primeiros Socorros TREINAMENTOS Abordagem: Primeiros Socorros	( ) Em andamento ( ) Realizado ( ) A realizar	
Atividade: Análise do PCMSO Efetuar análise global do PCMSO para avaliação do seu desenvolvimento e realização dos ajustes necessários e estabelecimento de novas metas.	( ) Em andamento ( ) Realizado ( ) A realizar	
Atividade: Palestra de DST/AIDS Realizar a Critério do Departamento Pessoal do Órgão, Palestra sobre Prevenção a DST/AIDS.	( ) Em andamento ( ) Realizado ( ) A realizar	
Atividade: Relatório Analitico do PCMSO anualmente Dar inicio a elaboração do Relatório analitico do PCMSO, obedecendo as exigências da Norma Regulamentadora 07, item 7.6.2.	( ) Em andamento ( ) Realizado ( ) A realizar	
Atividade: Palestra de Alcoolismo	( ) Em andamento ( ) Realizado ( ) A realizar	

Conclusão
Buscando atender as determinações legais, conclui-se que o PCMSO é parte integrante do conjunto mais amplo de iniciativas da empresa ou instituição, nos locais de trabalho, no campo da saúde dos trabalhadores, privilegiando o instrumento clínico-epidemiológico na abordagem da relação entre a sua saúde e o trabalho. Tem caráter preventivo, rastreador, evitando e diagnosticando no início os casos de doenças profissionais, que possam causar danos irreversíveis à saúde do trabalhador. Este programa foi elaborado considerando os riscos ocupacionais identificados e classificados pelo PGR. O presente laudo foi elaborado somente em uma face.

Total de Funcionários				
	Masculino	**Feminino**	**Menor**	**Total**
Funcionários	-	-	-	6

RICARDO PINHEIRO LIMA

Assinado de forma digital por RICARDO PINHEIRO LIMA
Dados: 2024.10.04 08:13:53 -03'00'

Ricardo Pinheiro Lima
Médico responsável pelo PCMSO
CRM: 1614/ES
Especialidade: Medicina do Trabalho

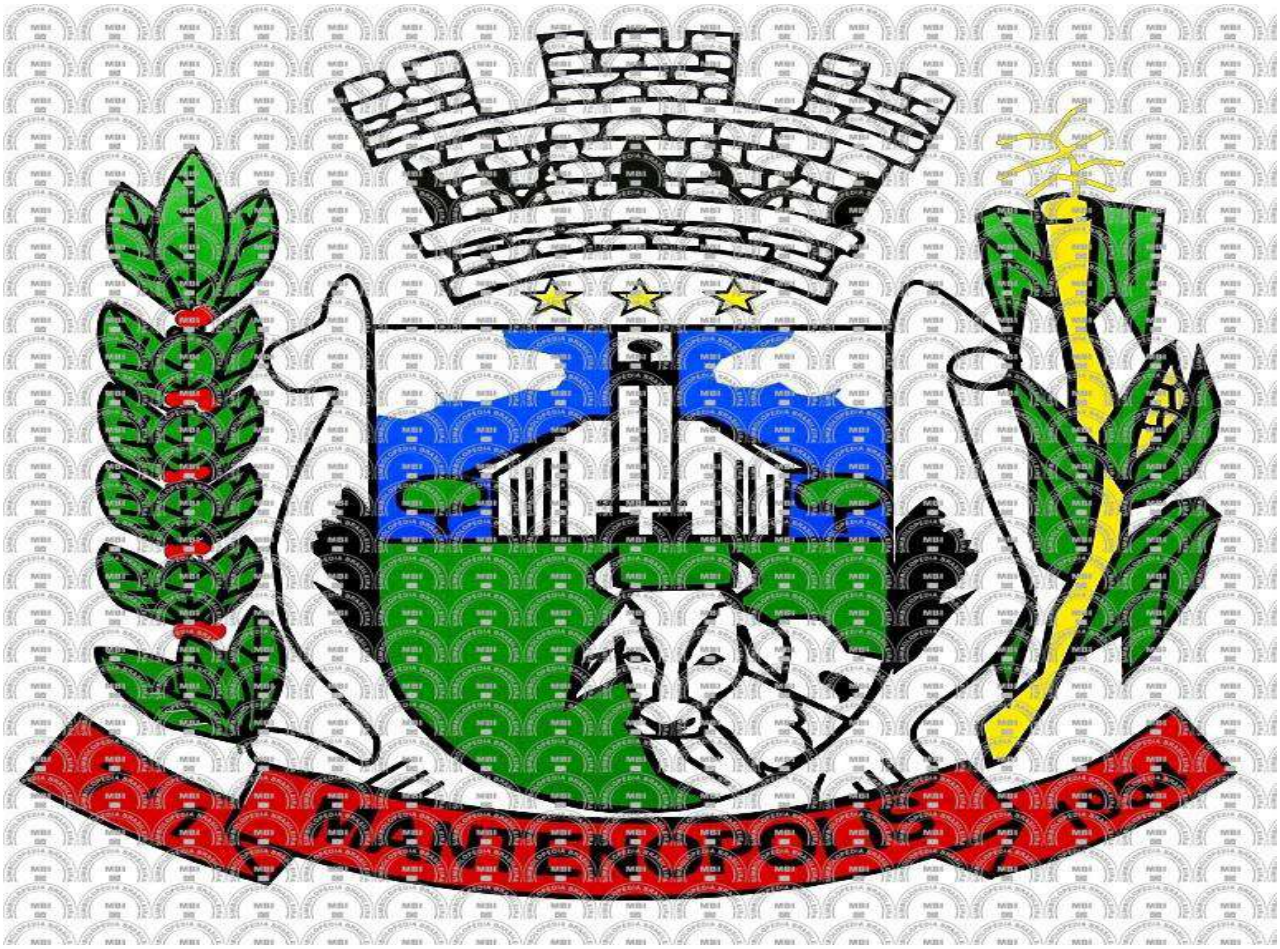
LAUDO DE INSALUBRIDADE - NR15
LAUDO DE PERICULOSIDADE - NR16

Consultoria Ocupacional
& Meio Ambiente

MUNICÍPIO DE MANTENOPOLIS

(SECRETARIA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS)

CNPJ: 27.167.345/0001-90



Laudo de Insalubridade e Periculosidade

AGOSTO DE 2024

Sumário

Objetivo 4
Fundamentação legal - atividades e operações insalubres 4
Limites de tolerância 4
Suspensão do pagamento do adicional de insalubridade 6
Fundamentação legal - atividades e operações perigosas 6
Mapeamento dos riscos ambientais e qualificação dos setores insalubres 7
Mapeamento e qualificação dos setores perigosos 16
Conclusões 17
Recomendações gerais 17
Responsabilidade técnica 17
Anotação de Responsabilidade Técnica - ART 18

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS
SECRETARIA EXE. DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO
CNPJ: 27.167.345/0001-90

Endereço
Avenida Presidente Vargas, 545 - Centro - Mantenópolis/ES
CEP: 29.770-000

CNAE
8411-6/00 – Administração Pública em Geral
Grau de Risco 1

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, a Norma Regulamentadora nº 15, destaca que:

GRAUS DE INSALUBRIDADE		
ANEXO	ATIVIDADES OU OPERAÇÕES QUE EXPONHAM O TRABALHADOR	PERCENTUAL
1	Níveis de ruído contínuo ou intermitente superiores aos limites de tolerância fixados no Quadro constante do Anexo 1 e no item 6 do mesmo Anexo.	20%
2	Níveis de ruído de impacto superiores aos limites de tolerância fixados nos itens 2 e 3 do Anexo 2.	20%
3	Exposição ao calor com valores de IBUTG, superiores aos limites de tolerância fixados nos Quadros 1 e 2.	20%
4	(Revogado pela Portaria MTE n.º 3.751, de 23 de novembro de 1990)	
5	Níveis de radiações ionizantes com radioatividade superior aos limites de tolerância fixados neste Anexo.	40%
6	Ar comprimido.	40%
7	Radiações não-ionizantes consideradas insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho.	20%
8	Vibrações consideradas insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho.	20%
9	Frio considerado insalubre em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho.	20%
10	Umidade considerada insalubre em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho.	20%
11	Agentes químicos cujas concentrações sejam superiores aos limites de tolerância fixados no Quadro 1.	10%, 20% e 40%
12	Poeiras minerais cujas concentrações sejam superiores aos limites de tolerância fixados neste Anexo.	40%
13	Atividades ou operações, envolvendo agentes químicos, consideradas insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho.	10%, 20% e 40%
14	Agentes biológicos.	20% e 40%

Suspensão do pagamento do adicional de insalubridade

O pagamento do adicional é transitório e será devido ao trabalhador enquanto permanecer exposto aos agentes insalubres, o pagamento do adicional de insalubridade cessará quando as medidas preventivas e de proteção forem implementadas de acordo com a seguinte ordem de prioridade:

- eliminar o fator de risco;
- controlar o fator de risco na fonte com a adoção de medidas de controle de engenharia ou medidas organizacionais;
- reduzir ao mínimo os fatores de risco através da concepção de sistemas seguros de trabalho que compreendam medidas administrativas de controle; e
- se os fatores de risco e riscos residuais não puderem ser controlados por meio de medidas coletivas, o empregador deverá fornecer gratuitamente equipamento de proteção individual apropriado, incluindo vestuário, e adotar medidas que assegurem o uso e a manutenção desses equipamentos.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL - ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) destaca em seu artigo 193:

“Art. 193. São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a:

I - inflamáveis, explosivos ou energia elétrica;

II - roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial.

§ 1º - O trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional de 30% (trinta por cento) sobre o salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.

§ 2º - O empregado poderá optar pelo adicional de insalubridade que porventura lhe seja devido.

§ 3º Serão descontados ou compensados do adicional outros da mesma natureza eventualmente já concedidos ao vigilante por meio de acordo coletivo.

§ 4º São também consideradas perigosas as atividades de trabalhador em motocicleta.

Avaliação das condições Ambientais

UNIDADE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS
SECRETARIA EXE. DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO
CNPJ: 27.167.345/0001-90

Endereço
Avenida Presidente Vargas, 545 - Centro - Mantenópolis/ES
CEP: 29.770-000

CNAE
8411-6/00 – Administração Pública em Geral
Grau de Risco 1

Caracterização dos processos e ambientes de trabalho

Funcionários

Setor	Cargo	Funcionários
GHE 01 ADMINISTRATIVO	AGENTE ADMINISTATIVO	1
	ESCRITURÁRIO	1
GHE 02 CONTABILIDADE	CONTADOR	1
GHE 03 DEPARTAMENTO FISCAL	FISCAL DE RENDAS	2
	FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	1

SETOR
GHE 01 ADMINISTRATIVO
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

Nº de funcionários 2

CARGO
AGENTE ADMINISTRATIVO
Supervisionam e controlam serviços financeiros diversos, bens-patrimoniais e logísticos; elaboram orçamentos, efetuam pagamentos, realizam cobrança, controlam bens patrimoniais, fecham câmbio, analisam crédito, coordenam caixas, administram processos logísticos e gerenciam almoxarifado/estoque; Supervisionam equipes de trabalho, orientando e avaliando desempenho em busca da melhor qualidade no trabalho. Organizam documentos e efetuam sua classificação contábil; geram lançamentos contábeis, auxiliam na apuração dos impostos, conciliam contas e preenchimento de guias de recolhimento e de solicitações, junto a órgãos do governo. Emitem notas de venda e de transferência entre outras; realizam o arquivo de documentos; Organizam a rotina de serviços e realizam entrada e transmissão de dados, operando teleimpressores e microcomputadores; registram e transcrevem informações, operando máquinas de escrever; atendem necessidades do setor interno e externo. Supervisionam trabalho e equipe; Organizam documentos e informações. Orientam usuários e os auxiliam na recuperação de dados e informações. Disponibilizam fonte de dados para usuários. Providenciam aquisição de material e incorporam material ao acervo. Arquivam documentos, classificando-os segundo critérios apropriados para armazená-los e conservá-los. Prestam serviço de comutação, alimentam base de dados e elaboram estatísticas. Executam tarefas relacionadas com a elaboração e manutenção de arquivos, podendo ainda, operar equipamentos reprográficos, recuperar e preservar as informações por meio digital, magnético ou papel.

CBO: 4102-05

1 funcionários

CARGO
ESCRITURÁRIO
Redigir ou participar da redação de correspondências, pareceres, documentos legais e outros significativos para o órgão, datilografar ou determinar a datilografia de documentos redigidos e aprovados, operar microcomputador, utilizando programas básicos e aplicativos, para incluir, alterar, obter dados e informações, bem como consultar registros, estudar processo referentes a assuntos de caráter geral ou específico da unidade administrativa e propor soluções, coordenar a classificação, o registro e a conservação de processos, livros e outros documentos em arquivos específicos, elaborar, sob orientação, quadros e tabelas estatísticos, fluxogramas, organogramas e gráficos em geral, elaborar ou colaborar na elaboração de relatórios parciais e anuais, atendendo as exigências ou normas da unidade administrativa, receber, conferir e distribuir materiais, verificando solicitações de compras e pedidos de fornecimento, realizar, sob orientação específica, coleta de preços e concorrências públicas e administrativas para aquisição de material, orientar e supervisionar as atividades de controle de estoque, a fim de assegurar a perfeita ordem de armazenamento, conservação e níveis de suprimento, controlar estoques de materiais, inspecionando o recebimento e a entrega, bem como verificando os prazos de validade dos materiais perecíveis e a necessidade de ressuprimento dos estoques, auxiliar na contabilização financeira, orçamentária e patrimonial da Prefeitura, classificando documentos, preparando relações de cobranças e pagamentos, conferindo guias de pagamento, examinando empenhos de despesas e executando outras atividades afins, estudar os documentos a serem arquivados, analisando o conteúdo e o valor dos mesmos, para decidir sobre a maneira mais conveniente de arquivá-los, arquivar os documentos de acordo com o sistema de classificação adotado, colocando-os em arquivos, estantes ou outro local adequado, para preservá-los de riscos e extravios, promover a guarda e a preservação dos documentos, promover o empréstimo dos documentos solicitados, preservando-os de riscos e extravios através de registro do destino, nome do solicitante, tempo empréstimo e outras informações necessárias, colaborar nos estudos para a organização e a racionalização dos serviços nas unidade da Prefeitura, executar os serviços burocráticos relativos a contratos, doações e patrocínio e executar outras atribuições afins.

CBO: 4132-25

1 funcionários

Conclusão de insalubridade AGENTE ADMNISTRATIVO / ESCRITURÁRIO
Agente físico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**
Agente químico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**
Agente biológico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**

SETOR
GHE 02 CONTABILIDADE
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

N º de funcionários 1

CARGO
CONTADOR
Registrar atos e fatos contábeis; controlar o ativo permanente; gerenciar custos; administrar encargos do departamento pessoal; preparar obrigações acessórias, tais como: declarações acessórias ao fisco, órgãos competentes e contribuintes e administra o registro dos livros nos órgãos apropriados; elaborar demonstrações contábeis; prestar consultoria e informações gerenciais; realizar auditoria interna e externa; atender solicitações de órgãos fiscalizadores e realizar perícia. Identificar as necessidades de informações da empresa; Estruturar plano de contas; Definir procedimentos internos; Definir procedimentos contábeis; Fazer manutenção do plano de contas; Atualizar procedimentos internos; Parametrizar aplicativos contábeis/tributários e de suporte; Administrar fluxo de documentos; Classificar os documentos; Escriturar lançamentos contábeis e fiscais digitais; Conciliar saldo de contas; Gerar diário/razão. Definir sistema de custo e rateios; Estruturar centros de custo; Orientar as áreas do órgão sobre custos; Apurar custos; Confrontar as informações contábeis com custos; Analisar os custos apurados. Calcular os encargos sociais sobre a folha de pagamento, pró-labore, autônomos; Controlar impostos retidos dos empregados autônomos e empregadores; Preparar obrigações trabalhistas. Efetuar o acompanhamento e controle da movimentação contábil da administração direta e indireta, elaborando ou conferindo e aprovando balancetes, balanços, conciliação bancária e outros, além do esclarecimento dos fatos contábeis ao Tribunal de Contas, visando o cumprimento da legislação. Fazer uso de veículos da frota pública municipal, no desempenho das atividades do seu cargo.

CBO: 2522-10

1 funcionário

Conclusão de insalubridade CONTADOR
Agente físico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**
Agente químico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**
Agente biológico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**

SETOR
GHE 03 DEPARTAMENTO FISCAL
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

Nº de funcionários 2

CARGO
FISCAL DE RENDA
Compreende os cargos que se destinam a orientar e esclarecer os contribuintes quanto ao cumprimento das obrigações legais referente ao pagamento de tributos, empregando os instrumentos a seu alcance para evitar a sonegação.

CBO: 2544-10

1 funcionário

CARGO
FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS
Fiscalizar o cumprimento da legislação tributária; constituem o crédito tributário mediante lançamento; controlam a arrecadação e promovem a cobrança de tributos, aplicando penalidades; analisam e tomam decisões sobre processos administrativo-fiscais; controlam a circulação de bens, mercadorias e serviços; atendem e orientam contribuintes e, ainda, planejam, coordenam e dirigem órgãos da administração tributária. Planejar ação fiscal; Fiscalizar estabelecimentos públicos e privados; Fiscalizar cartórios; Fiscalizar eventos (shows, feiras e exposições); Fiscalizar mercadorias, bens e serviços; Desenquadrar regimes especiais; Examinar demonstrativos obrigatórios do contribuinte; Examinar contabilidade; Conciliar documentos fiscais; Revisar declarações espontâneas do contribuinte; filtrar documentos; Impor penalidades; Acompanhar inventários falências e concordatas; Intimar contribuintes; Solicitar informações bancárias; Requisitar força policial. Identificar sujeito passivo da tributação; Identificar bens, mercadorias e serviços; Identificar a ocorrênciado fato gerador; Determinar base de cálculo; Identificar alíquota aplicável; Verificar irregularidades; Lavrar notificações; Lavrar auto de infração; Emitir notificações de lançamento de débitos. Arrecadar valores tributários; Controlar recolhimento do contribuinte; Controlar regime especial de arrecadação; Atualizar débitos fiscais; Controlar parcelamento de débito; Inscrever crédito tributário na dívida ativa; Encaminhar débitos para cobrança judicial; Participar do planejamento, controle, avaliação, execução e acompanhamento das políticas de fiscalização do município. Atender e orientar contribuintes quanto às leis tributárias municipais. Efetuar o controle de arrecadação dos tributos municipais. Fazer uso de veículos da frota pública municipal, no desempenho das atividades do seu cargo

CBO: 2544-10

1 funcionário

Conclusão de insalubridade
FISCAL DE RENDA / FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS
Agente físico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**
Agente químico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**
Agente biológico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**

Síntese

Unidade				
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENOPOLIS				
Setor	**Cargo**	**Risco**	**Insalubridade**	**Grau**
GHE 01 ADMINISTRATIVO	AGENTE ADMINISTRATIVO / ESCRITURÁRIO	Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**	Não	.
GHE 02 CONTABILIDADE	CONTADOR	Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**	Não	.
GHE 03 DEPARTAMENTO FISCAL	FISCAL DE RENDAS / FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**	Não	.

Conclusão

Mapeamento e qualificação dos setores perigosos

- **SETOR:** GHE 01 ADMINISTRATIVO
- **CARGO:** AGENTE ADMINISTRATIVO / ESCRITURÁRIO

Parecer técnico com embasamento conforme Portaria n° 3.214/1978 do MTE. NR-16 - Atividades e Operações Perigosas. **De acordo com os anexos da NR 16 a atividade não é periculosa.**

- **SETOR:** GHE 02 CONTABILIDADE
- **CARGO:** CONTADOR

Parecer técnico com embasamento conforme Portaria n° 3.214/1978 do MTE. NR-16 - Atividades e Operações Perigosas. **De acordo com os anexos da NR 16 a atividade não é periculosa.**

- **SETOR:** GHE 03 DEPARTAMENTO FISCAL
- **CARGO:** FISCAL DE RENDAS / FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

Parecer técnico com embasamento conforme Portaria n° 3.214/1978 do MTE. NR-16 - Atividades e Operações Perigosas. **De acordo com os anexos da NR 16 a atividade não é periculosa.**

Conclusões

As avaliações realizadas neste laudo foram feitas levando em consideração um Grupo Homogêneo de Exposição (GHE), onde, a avaliação corresponde a um grupo de trabalhadores que experimentam exposição semelhante, e que o resultado desta avaliação da exposição de qualquer trabalhador do grupo seja representativo da exposição do restante dos trabalhadores do mesmo grupo.

Recomendações gerais

O presente laudo deve ser reavaliado sempre que novas medidas de controle administrativas ou medidas de proteção coletiva sejam instaladas, ou haja mudança de espaço físico, equipamentos, atividades, processo de trabalho, etc., que venham a alterar as condições ambientais de riscos ao empregado.
Todos os trabalhadores devem estar cientes dos riscos ambientais a que estão expostos, através de Ordens de Serviço, conforme NR 01 e deverá ser permanentemente orientado pela chefia imediata quanto aos corretos procedimentos de trabalho e as formas de proteção contra os riscos.
Os trabalhadores devem estar cientes que o não cumprimento das Ordens de Serviço expedidas pela empresa, esta passível de sanções previstas na CLT.
Os equipamentos de proteção individual - EPI, descartáveis ou não, deverão estar à disposição em número suficiente nos postos de trabalho, de forma que seja garantido o imediato fornecimento ou reposição. Fornecer e orientar o uso mediante protocolo de recebimento.

Responsabilidade técnica

Segundo o Artº 195 da Consolidação das Leis Trabalhistas CLT - A caracterização e a classificação da insalubridade e da periculosidade, segundo as normas do Ministério do Trabalho, far-se-ão através de perícia a cargo de Médico do Trabalho ou Engenheiro do Trabalho, registrados no Ministério do Trabalho. O presente laudo foi elaborado somente em uma face.

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718

Assinado de forma digital por GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718
Dados: 2024.10.04 08:16:13 -03'00'

Responsável do laudo de insalubridade
Gustavo Cordeiro Miranda
CPF: 092.897.697-18
NIT: 128.65129.29-4
Conselho de classe: CREA 051725/D
UF: ES
Especialidade: Engenheiro de Segurança

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART

Página 1/1

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977
CREA-ES
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do ES

ART de Obra ou Serviço

0820240368329

ART Individual

1. Responsável Técnico

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA

Título profissional: **ENGENHEIRO DE PRODUÇÃO,ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO,TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO,TECNÓLOGO EM GEST**

RNP: 0819492124
Registro: ES-051725/D
Registro: 19221

Empresa contratada: ST CONSULTORIA OCUPACIONAL E MEIO AMBIENTE LTDA

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS** CPF/CNPJ: **27167345000190**

Rua: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS Nº: 545

Complemento: CEP: 29770000

Cidade: MANTENÓPOLIS UF: ES Bairro: CENTRO

Telefone:

Contrato: 000077/2023 Nº do Aditivo: 0

Valor do Contrato/Honorários: R$15.050,00 Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA

3. Dados da Obra/Serviço

Rua: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS Nº: 545

Complemento: Bairro: CENTRO Quadra Lote

Cidade: MANTENÓPOLIS UF: ES CEP: 29770000

Data de início: 10/09/2024 Prev. Término: 10/09/2024 Coord. Geogr.: ,

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS CPF/CNPJ:27167345000190

4. Atividade Técnica

Qtde de Pavimento(s): 0 **Nº Pavimento(s):** 0 **Dimensão/Quantidade:** 1 **Unidade de medida:** UNID

ATIVIDADE(S) TÉCNICA(S): 43 - 13.2 - ASSESSORIA TÉCNICA

PARTICIPAÇÃO:

NATUREZA: 100 - RESPONSABILIDADE TÉCNICA

NÍVEL: 104 - EXECUÇÃO

NATUREZA DO(S) SERVIÇO(S): 9111 - SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS (ESPECIFICAR NO CAMPO 22)

TIPO DA OBRA/SERVIÇO: 2001 - SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS (ESPECIFICAR NO CAMPO 22)

PROJETO(S)/SERVIÇO(S): 100 - NENHUM

Após a conclusão das atividades técnicas, o profissional deverá proceder a baixa desta ART.

5. Observações

REFERENTE A CONTRATAÇAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE MEDICINA DO TRABALHO PARA ELABORAÇÃO DE PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCO, LTCAT (LAUDO TÉCNICO DA CONDIÇÃO DO AMBIENTE DE TRABALHO, PCMSO (PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL), PPP, LAUDO DE INSALUBRIDADE E DE PERICULOSIDADE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPALDE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO; SEM CONTUDO TER PROVIDENCIADO O REGISTRO DE ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART), NESTE CONSELHO

6. Declarações

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718 — Assinado de forma digital por GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718 Dados: 2024.10.04 08:16:35 -03'00'

Profissional

Contratante

Acessibilidade: <declara a aplicabilidade das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº5.296, de 2 de dezembro de 2004, às atividades profissionais acima relacionadas.>

7. Entidade de classe

SENGE - SINDICATO DOS ENGENHEIROS DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO

8.Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima.

Local _____ de _____ de _____

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718 — Assinado de forma digital por GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718 Dados: 2024.10.04 08:16:25 -03'00'

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA - CPF: 09289769718

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS - CPF/CNPJ: 27167345000190

9. Informações

- **A ART é válida somente quando quitada, podendo sua conferência ser realizada no site do CREA.**
- **A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.creaes.org.br ou www.confea.org.br**
- **A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.**

www.creaes.org.br creaes@creaes.org.br
tel: (27)3134-0046 art@creaes.org.br

CREA-ES

Valor ART: R$ 262,55 Registrada em: 10/09/2024 Data de pagamento: 12/09/2024 Valor Pago: R$ 262,55 Nosso Número: 14000000016510939

ANEXO III

Consultoria Ocupacional
&
Meio Ambiente

NR – 01 PGR
PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

DOCUMENTO BASE

Vigência

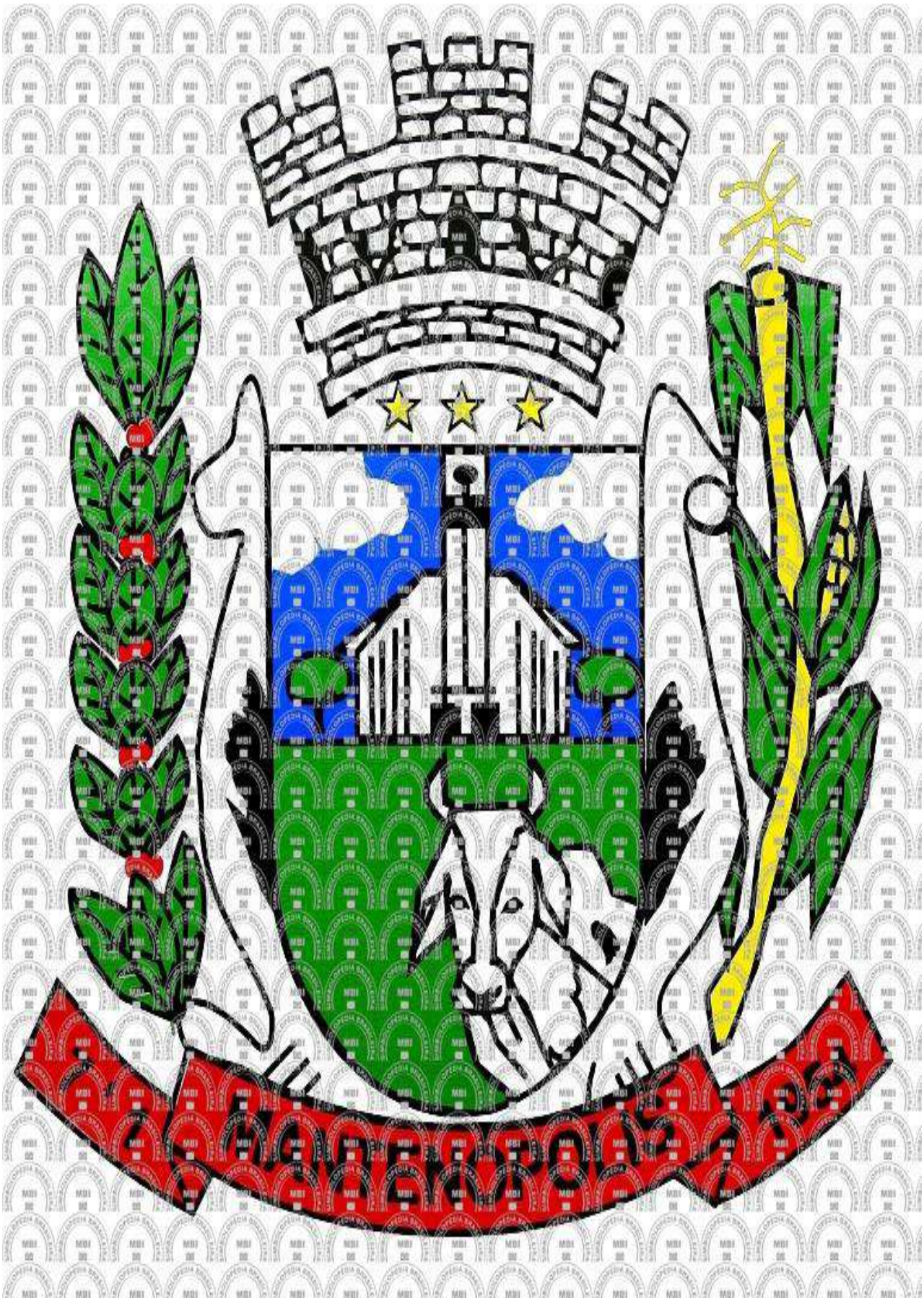
Agosto/2024 a Agosto/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS

Agosto/2024

Sumário

Identificação da empresa 3
Introdução 4
Objetivo 4
Termos e definições 4
Responsabilidades 5
Documentos complementares 6
Estratégias e metodologias de ação 6
Antecipação, reconhecimento, avaliação dos riscos ambientais 7
Forma de registro, manutenção e divulgação de dados 7
Periodicidade e forma de avaliação do desenvolvimento do pgr 7
Inventário de Riscos 9
Disposições finais 62
Controle de riscos 62
Acompanhamento da saúde ocupacional dos trabalhadores 62
Análise de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho 62
Preparação para emergências 63
Equipamentos de proteção individual de uso obrigatório 63
Conclusão 63
Plano de Ação 64



Programa de Gerenciamento de Riscos

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS
SECRETARIA EXE. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO
CNPJ: 27.167.345/0001-90

Endereço
Avenida Presidente Vargas, 545 - Centro - Mantenópolis/ES
CEP: 29.770-000

CNAE
8411-6/00 – Administração Pública em Geral
Grau de Risco 1

Introdução PGR

Disposições Gerais

1. INTRODUÇÃO

O Documento Base do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) se insere no contexto da Política de Gestão da empresa buscando a melhoria contínua do ambiente de trabalho e a preservação da saúde dos seus colaboradores e contratados. Está estruturado conforme disposto na NR-1, Portaria 3214 de 08 de junho de 1978, com redação atualizada pela Portaria 6.730 de 12 de Março de 2020.

2. OBJETIVO

O Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR - visa "estabelecer as disposições gerais, o campo de aplicação, os termos e as definições comuns às Normas Regulamentadoras - NR relativas à segurança e saúde no trabalho". Este Documento Base tem o objetivo estabelecer as "diretrizes para o Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO) e as medidas de prevenção em Segurança e Saúde no Trabalho - SST".

3. TERMOS E DEFINIÇÕES

- Risco Ambiental ou ocupacional: Combinação da probabilidade de ocorrer lesão ou agravo à saúde causados por um evento perigoso, exposição a agente nocivo ou exigência da atividade de trabalho e da severidade dessa lesão ou agravo à saúde.
- Agentes físicos: Qualquer forma de energia que, em função de sua natureza, intensidade e exposição, são capazes de causar lesão ou agravo à saúde do trabalhador. Exemplos: ruído, vibrações, pressões anormais, temperaturas extremas, radiações ionizantes, radiações não ionizantes.
- Agente químico: Substância química, por si só ou em misturas, quer seja em seu estado natural, quer seja produzida, utilizada ou gerada no processo de trabalho, que em função de sua natureza, concentração e exposição, é capaz de causar lesão ou agravo à saúde do trabalhador. Exemplos: fumos de cádmio, poeira mineral contendo sílica cristalina, vapores de tolueno, névoas de ácido sulfúrico.
- Agente biológico: Microrganismos, parasitas ou materiais originados de organismos que, em função de sua natureza e do tipo de exposição, são capazes de acarretar lesão ou agravo à saúde do trabalhador. Exemplos: bactéria Bacillus anthracis, vírus linfotrópico da célula T humana, príon agente de doença de Creutzfeldt-Jakob, fungo Coccidioides immitis.
- Limite de Tolerância - LT (NR-15 / Brasil): A concentração ou intensidade máxima ou mínima, relacionada com a natureza e o tempo de exposição ao agente, que não causará dano à saúde do trabalhador, durante a sua vida laboral. Limite de Exposição - Média Ponderada pelo tempo - TLV-TWA1 (Threshold Limit Value / Time Weighted Average - ACGIH-EUA): A concentração média ponderada pelo tempo para uma jornada normal de 8h diárias e 40h semanais, para a qual a maioria dos trabalhadores pode estar repetidamente exposta, dia após dia, sem sofrer efeitos adversos a sua saúde.
- Limite de Exposição - Curta Duração - TLV-STEL (Threshold Limit Value-Short Term Exposure ACGIH-EUA): A concentração máxima a que os trabalhadores podem estar expostos continuamente por um período curto, de até 15 minutos, sem sofrer irritação, lesão tissular crônica ou irreversível, narcose em grau suficiente para aumentar a predisposição a acidentes, impedir auto salvamento ou reduzir significativamente a eficiência no trabalho, desde que não sejam permitidas mais de 4 exposições diárias, com pelo menos 60 minutos de intervalo entre os períodos de exposição e também que não seja excedido o TLV-TWA.
- Limite de Exposição - Valor Teto (NR-15/Brasil), TLV-C (Threshold Limit Value - Ceiling - ACGIH-EUA): Concentração que não deverá ser excedida durante nenhum momento de exposição na jornada.
- IDLH: Concentração máxima imediatamente perigosa para a vida ou saúde, da qual o trabalhador poderá escapar, dentro de 30 minutos, sem sintomas graves nem efeitos

irreversíveis para a saúde (NIOSH/OSHA/EUA).
• Mobilidade: Percentual de tempo de permanência nos diversos locais durante a rotina de trabalho, em relação ao número de horas trabalhada.
• Nível de Ação: Valor acima do qual devem ser iniciadas ações preventivas (monitoramento periódico, informação aos trabalhadores e controle médico) de forma a minimizar a probabilidade de que as exposições a agentes ambientais ultrapassem os limites de exposição. Para agentes químicos corresponde a metade dos limites de exposição ocupacional (NR-15, ACGIH, acordos coletivos) e para o ruído a dose de 0,5 (superior a 50%), conforme estabelecido na NR-15, Anexo 1, item 6.
• Grupos Similares de Exposição - GSE: Grupos de trabalhadores que experimentam exposição semelhante, de forma que o resultado fornecido pela avaliação de qualquer membro do grupo seja representativo do grupo como um todo.
• NR-15: Norma Regulamentadora no 15 - Portaria 3214.
• ACGIH: American Conference of Governamental Industrial Hygiene.
• NIOSH: National Institute for Occupational Safety and Health.
• AIHA: American Industrial Hygiene Association.
• ABNT: Associação Brasileira de Normas Técnicas.
• OSHA: Occupational Safety and Health Administration.

4. RESPONSABILIDADES

4.1. ORGANIZAÇÃO CONTRATANTE

• Implementar, por estabelecimento ou unidade operacional o gerenciamento de riscos ocupacionais em suas atividades;
• Integrar as ações do PGR com planos, programas e outros documentos previstos na legislação de segurança e saúde no trabalho;
• Evitar que os riscos ocupacionais possam ser originados no trabalho;
• Identificar os perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde;
• Avaliar os riscos ocupacionais indicando o nível de risco;
• Classificar os riscos ocupacionais para determinar a necessidade de adoção de medidas de prevenção;
• Implementar medidas de prevenção, de acordo com a classificação de risco e na ordem estabelecida pela NR 01;
• Considerar as condições de trabalho, nos termos da NR-17;
• Acompanhar o controle de riscos ocupacionais;
• Adotar mecanismos para consultar os trabalhadores quanto à percepção de riscos ocupacionais, podendo para este fim ser adotadas as manifestações da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA, quando houver;
• Comunicar aos trabalhadores sobre os riscos consolidados no inventário de riscos e as medidas de prevenção do plano de ação do PGR;
• Adotar medidas para melhorar o desempenho em SST;
• Elaborar, implantar e assegurar o cumprimento dos documentos integrantes do PGR, respeitando o disposto nas demais Normas Regulamentadoras, datados e assinados;
• Manter os documentos integrantes do PGR sempre disponíveis para consulta dos trabalhadores interessados ou seus representantes e à Inspeção do Trabalho;
• Fornece informações às organizações contratadas sobre os riscos ocupacionais sob sua gestão e que possam impactar nas atividades das contratadas.

4.2 ORGANIZAÇÕES CONTRATADAS

- Fornecer ao contratante o Inventário de Riscos Ocupacionais específicos de suas atividades que são realizadas nas dependências da organização contratante ou local previamente convencionado em contrato.

4.3 SESMT/ DESIGNADO CIPA

- Informar aos trabalhadores os riscos ambientais que possam originar-se nos locais de trabalho, os meios necessários para prevenir ou limitar tais riscos e para proteger-se dos mesmos;
- Considerar o conhecimento e percepção que os trabalhadores têm do processo de trabalho;
- Fornecer às empresas subcontratadas as informações sobre os riscos potenciais nas áreas em que desenvolverão suas atividades;
- Programar e aplicar treinamentos com objetivo de instruir os empregados expostos;
- Propor e adotar soluções para eliminar / reduzir a exposição aos riscos;
- Acompanhar o desenvolvimento do PCMSO.

4.4 DOS EMPREGADOS

- Colaborar e participar na implantação e execução do PGR inclusive de normas internas de segurança e saúde;
- Cumprir as normas e orientações recebidas nos treinamentos oferecidos dentro do PGR;
- Informar ao seu superior hierárquico direto ocorrências que, ao seu julgamento possam implicar em riscos à sua saúde e segurança;
- Aplicar e cumprir o Programa de Segurança e Saúde Ocupacional e todas as suas ferramentas aplicáveis e procedimentos específicos inerentes à execução das atividades;
- Colaborar na avaliação e identificação dos riscos gerados em seu posto de trabalho;
- Participar dos treinamentos programados.

5. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

- Inventário de Riscos do PGR;
- Matriz de Riscos do PGR; e
- Plano de Ação no Gerenciamento de Riscos.

6. ESTRATEGIAS E METODOLOGIAS DE AÇÃO

O presente programa foi elaborado com base na antecipação, reconhecimento e avaliação dos riscos ambientais existentes nas atividades dos empregados da Empresa, levando em consideração os diversos locais de trabalho. Esses dados foram realizados por profissionais do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho - SESMT e inseridos no inventario de risco deste PGR.

O controle desses riscos ambientais foi inserido para gerenciamento dos riscos ocupacionais na planilha de ação também conhecida como planilha de gerenciamento de riscos.

Como suporte técnico para o reconhecimento dos riscos foi consideradas as constatações provenientes do exercício dos trabalhos que estão sendo realizadas nas instalações / áreas / setores da empresa, informações prestadas pelos profissionais da empresa e representante da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA.

A estratégia tem como finalidade alcançar os seguintes objetivos:

- Reconhecimento dos Riscos Ambientais - referente ao processo de trabalho executado e a

condição de exposição dos funcionários;

- Avaliação quantitativa - Com base na NR-09.4.2, sempre que se constate a possibilidade de o trabalhador estar submetido à exposição ao agente de risco, cujo limite de tolerância possa estar superior ao previsto na legislação;
- Interpretação dos resultados - avaliação e julgamento profissional com proposição de medidas de controle;
- A metodologia aplicada será a da legislação atualizada das Normas Regulamentadoras - NR do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, Lei 6514 de 22 de dezembro de 1977, onde se encontram estabelecidos os parâmetros mínimos e diretrizes gerais, as quais foram aplicadas neste PGR.
- Com base na NR-09.6.1.1, na ausência de limites de tolerância previstos na NR-15 e seus anexos ou quando necessário, serão utilizados “Critérios Técnicos“ adotados pela American Conference of Governamental Hygienist (ACGIH) tomando como base os limites de tolerância (TLV - TWA, TLV - STEL e TLV - C) adotados por essa Associação.

7. Antecipação, Reconhecimento Avaliação dos Riscos Ambientais

7.1 ANTECIPAÇÃO

A antecipação visa identificar riscos potenciais. As informações que deverão ser consideradas para a elaboração ou revisão do PGR são originadas de:

- Projetos de novas instalações: Projeto Conceitual, a Engenharia, com apoio das áreas de Segurança do Trabalho, deverá avaliar, dentro das estratégias de segurança e de saúde, quais os riscos ambientais que estão previstos no projeto, prevendo, se possível, medidas de redução e controle já na fase do projeto, bem como os recursos necessários para monitoramento das exposições. Estes riscos deverão ser incorporados na revisão do PGR quando da conclusão do projeto.
- Modificações de projetos: A área de Segurança do Trabalho deve avaliar os novos riscos ambientais se estão previstos, ou se ocorreram a eliminação dos mesmos. Estas alterações deverão ser incorporadas na revisão do PGR quando da conclusão da modificação.
- Manipulação de novos produtos químicos: Todo produto novo para ser armazenado deverá ter como base as informações sobre a toxicologia e suas especificações de segurança contidas na FISPQ do produto. Se após a análise crítica das áreas envolvidas forem favoráveis para a manipulação e armazenamento do referido produto, deverá ser feita avaliação ambiental.

7.2 RECONHECIMENTO DOS RISCOS AMBIENTAIS

O reconhecimento dos riscos ambientais é realizado através de inspeções / auditorias nas diversas áreas / locais da Empresa; ocasião em que são consolidadas as constatações técnicas, levando em consideração as percepções que os trabalhadores têm do processo produtivo e riscos ambientais; informações / registros realizados pela Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA, bem como tudo que venha a contribuir como suporte técnico para o enriquecimento do reconhecimento. O reconhecimento visa o registro / avaliação das possíveis interferências na saúde / integridade física do trabalhador em razão da relação entre exposição e riscos ambientais oriundos da área / setor como um todo, somado aos riscos provenientes das atividades realizadas pelo trabalhador no seu posto/local de trabalho.

7.3 AVALIAÇÃO DOS RISCOS AMBIENTAIS

A avaliação dos riscos ambientais é realizada após a Antecipação e Reconhecimento do agente, da fonte geradora, do Grupo Homogêneo ou Similar de Exposição, da função e atividade desses, das medidas de controle existentes e das medidas de controle propostas. Somente o resultado das avaliações devem ser inseridos no Inventário de Riscos deste PGR conforme NR-09.4.3.
A antecipação, o reconhecimento e a avaliação dos Riscos Ambientais estão registrados Inventário de Riscos presentes nesse PGR.

8. FORMA DE REGISTRO, MANUTENÇÃO E DIVULGAÇÃO DE DADOS

O inventário de riscos ocupacionais deve ser mantido atualizado. O histórico das atualizações deve ser mantido por um período mínimo de 20 (vinte) anos ou pelo período estabelecido em normatização específica.

9. PERIODICIDADE E FORMA DE AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DO PGR

A avaliação de riscos deve constituir um processo contínuo e ser revista a cada dois anos ou quando da ocorrência das seguintes situações:
a) após implementação das medidas de prevenção, para avaliação de riscos residuais;
b) após inovações e modificações nas tecnologias, ambientes, processos, condições, procedimentos e organização do trabalho que impliquem em novos riscos ou modifiquem os riscos existentes;
c) quando identificadas inadequações, insuficiências ou ineficácias das medidas de prevenção;
d) na ocorrência de acidentes ou doenças relacionadas ao trabalho;
e) quando houver mudança nos requisitos legais aplicáveis.
Observação.: No caso de organizações que possuírem certificações em sistema de gestão de SST, o prazo poderá ser de até 3 (três) anos.
Será necessário elaborar a AET (Análise Ergonômica do Trabalho), laudo de insalubridade e laudo de periculosidade, para atender a GRO (Gerenciamento de Riscos Ocupacionais). Além dos demais documentos das NR's e dos riscos relacionados no inventário de risco.

Inventário de Riscos

1. INTRODUÇÃO

Os dados referentes aos perigos identificados e das avaliações dos riscos ocupacionais deverão constituir um Inventário de Riscos Ocupacionais, que deverá conter, no mínimo, os seguintes itens:

1. Caracterização dos processos e ambientes de trabalho;
2. Caracterização das atividades;
3. Descrição de perigos e de possíveis lesões ou agravos à saúde dos trabalhadores, com a identificação das fontes ou circunstâncias, descrição de riscos gerados pelos perigos, com a indicação dos grupos de trabalhadores sujeitos a esses riscos e descrição de medidas de prevenção implementadas;
4. Dados da análise preliminar ou do monitoramento das exposições a agentes físicos, químicos e biológicos e os resultados da avaliação de ergonomia nos termos da NR 17;
5. Avaliação de riscos, incluindo a classificação para fins de elaboração do plano de ação;
6. Critérios adotados para avaliação dos riscos e tomadas de decisão.

O inventário de riscos ocupacionais deverá ser mantido atualizado e seu histórico de atualizações deverá ser mantido por um período mínimo de 20 (vinte) anos ou pelo período estabelecido em normatização específica.

2. RISCOS AMBIENTAIS

Segundo a NR 9 são considerados riscos ambientais os agentes físicos, químicos e biológicos existentes no ambiente de trabalho que, em função de sua natureza, concentração e tempo de exposição são capazes de causar danos a saúde do trabalhador, conforme classificação que segue:

- Agentes físicos - As diversas formas de energia a que possam estar expostos os trabalhadores, tais como ruídos, vibrações, radiações ionizantes, radiações não ionizantes, frio, calor, pressões anormais, umidade
- Agentes químicos - São substância, compostos ou produtos que possam penetrar no organismo pela via respiratória em forma de poeira, fumos, neblinas, névoas, gases ou vapores, ou que, pela natureza da atividade de exposição, possam ter contato ou ser absorvidos pelo organismo ou por ingestão. São eles: poeiras, fumos, névoas, neblinas, gases, vapores, substâncias compostas ou produtos químicos.
- Agentes biológicos - São microorganismos tais como: vírus, bactérias, protozoários, fungos, parasitas, bacilos.
- Riscos Ergonômicos - São riscos relacionados ao processo produtivo e das tarefas executadas em situações inadequadas tais como: esforço físico intenso, levantamento e transporte manual de peso, exigência de postura inadequada, controle rígido de produtividade, imposição de ritmos excessivos, trabalhos em turno noturno, jornadas de trabalho prolongadas, monotonia e repetitividade, outras situações causadoras de stress físico e/ou psíquico.
- Riscos de acidentes - São riscos relacionados à execução de atividades, colocando em exposição à saúde e integridade física dos funcionários no seu campo de trabalho. Ex.: arranjo físico inadequado, máquinas e equipamentos sem proteção, ferramentas inadequadas ou defeituosas, iluminação inadequada, eletricidade, probabilidade de incêndio ou explosão, armazenamento inadequado, animais peçonhentos, outras situações de risco que poderão contribuir para a ocorrência de acidentes.

3. MATRIZ DE RISCO DO PGR

A avaliação da Classificação de Risco é realizada para cada GSE em relação a cada agente de risco E Atividade no Inventário de Riscos, possibilitando conhecer, em função do risco da exposição qual a consequência para a saúde. A classificação de Risco é obtida relacionando-se as informações anteriormente obtidas pela interação da Probabilidade x Severidade do Risco, conforme a Matriz de Risco apresentada na abaixo:

Insignificante	Trivial	Trivial	Tolerável	Tolerável	Moderado
Leve	Trivial	Tolerável	Moderado	Moderado	Moderado
Moderado	Tolerável	Moderado	Moderado	Substancial	Substancial
Crítico	Tolerável	Moderado	Substancial	Substancial	Intolerável
Severo	Moderado	Moderado	Substancial	Intolerável	Intolerável
Severidade / Probabilidade	Rara	Remota	Possível	Provável	Extremamente provável

Os níveis de riscos são delimitados com base no resultado da combinação da severidade das possíveis lesões ou agravos à saúde com a probabilidade ou chance de sua ocorrência. Para cada perspectiva foram definidos os pesos e as suas descrições.

SEVERIDADE	
Classificação	Descrição
Insignificante	Incômodo, insatisfação ou dano leve sem necessidade de tratamento médico.
Leve	Pode prejudicar a integridade física e/ou a saúde, provocando lesão que implique em incapacidade temporária por prazo igual ou inferior a 15 (quinze) dias.
Moderado	Pode prejudicar a integridade física e/ou a saúde, provocando lesão que implique em incapacidade temporária por prazo superior a 15 (quinze) dias.
Critico	Pode prejudicar a integridade física e/ou a saúde, provocando lesão ou sequela permanente.
Severo	Pode levar a óbito imediato ou que venha a ocorrer posteriormente.

PROBABILIDADE	
Classificação	Descrição
Rara	Medidas de prevenção adequadas e com garantia de continuidade desta situação. Uma consequência não é esperada, não é comum sua ocorrência, extraordinária.
Remota	Medidas de prevenção adequadas, mas com pequenos desvios. Ainda que em funcionamento, não há garantias de que sejam mantidas sempre ou em longo prazo. Uma consequência é pouco provável que aconteça quase improvável.
Possível	Medidas de prevenção apresentam desvios ou problemas significativos. Não há garantias de que as medidas sejam mantidas. Uma consequência talvez aconteça, com possibilidade de que se efetive concebível.
Provável	Medidas de prevenção incompletas ou com deficiências relevantes. Uma consequência é esperada, com grande probabilidade de que aconteça ou se realize.
Extremamente Provável	Medidas de prevenção inexistentes. Uma consequência é esperada, com grande probabilidade de que aconteça ou se realize.

NIVEIS DE RISCOS	
Classificação	Descrição
Trivial	Nenhuma ação é necessária.
Tolerável	Improvável risco à saúde do trabalhador. É requerido monitoramento, para assegurar que as medidas serão mantidas.
Moderado	Situação considerada causadora de fadiga se desenvolvida por longo período. Devem ser implantados meios de controle preventivo.
Substancial	Situação considerada causadora de lesão. Deve ser feito estudos sistemáticos da atividade, sugerindo um plano de melhoria para eliminar ou minimizar o risco/perigo.
Intolerável	Interromper as atividades ou intervenção imediata. O trabalho não pode ser iniciado ou continuado até que o risco/perigo tenha sido reduzido ou eliminado.

UNIDADE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS
SECRETARIA EXE. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO
CNPJ: 27.167.345/0001-90

Endereço
Avenida Presidente Vargas, 545 - Centro - Mantenópolis/ES
CEP: 29.770-000

CNAE
8411-6/00 – Administração Pública em Geral
Grau de Risco 1

Caracterização dos processos e ambientes de trabalho

Funcionários

Setor	Cargo	Funcionários
GHE 01 ADMINISTRATIVO	AGENTE ADMINISTRATIVO	12
GHE 02 APOIO EDUCAÇÃO	AUXILIAR DE CRECHE	10
	CUIDADOR ESCOLAR	25
GHE 03 EDUCAÇÃO E CULTURA	PROFESSOR-PEB 1	111
	PROFESSOR-PEB 2	21
	PROFESSOR-PEB 3	17
GHE 04 NUTRIÇÃO	NUTRICIONISTA	2
GHE 05 TRANSPORTE	MOTORISTA PROFISSIONAL	5
GHE 06 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS	8
	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	22
	SERVENTES	6
GHE 07 VIGILÂNCIA	VIGIA	10

SETOR
GHE 01 ADMINISTRATIVO
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

Nº de funcionários 12

CARGO
AGENTE ADMINISTRATIVO
Supervisionam e controlam serviços financeiros diversos, bens-patrimoniais e logísticos; elaboram orçamentos, efetuam pagamentos, realizam cobrança, controlam bens patrimoniais, fecham câmbio, analisam crédito, coordenam caixas, administram processos logísticos e gerenciam almoxarifado/estoque; Supervisionam equipes de trabalho, orientando e avaliando desempenho em busca da melhor qualidade no trabalho. Organizam documentos e efetuam sua classificação contábil; geram lançamentos contábeis, auxiliam na apuração dos impostos, conciliam contas e preenchimento de guias de recolhimento e de solicitações, junto a órgãos do governo. Emitem notas de venda e de transferência entre outras; realizam o arquivo de documentos; Organizam a rotina de serviços e realizam entrada e transmissão de dados, operando teleimpressores e microcomputadores; registram e transcrevem informações, operando máquinas de escrever; atendem necessidades do setor interno e externo. Supervisionam trabalho e equipe; Organizam documentos e informações. Orientam usuários e os auxiliam na recuperação de dados e informações. Disponibilizam fonte de dados para usuários. Providenciam aquisição de material e incorporam material ao acervo. Arquivam documentos, classificando-os segundo critérios apropriados para armazená-los e conservá-los. Prestam serviço de comutação, alimentam base de dados e elaboram estatísticas. Executam tarefas relacionadas com a elaboração e manutenção de arquivos, podendo ainda, operar equipamentos reprográficos, recuperar e preservar as informações por meio digital, magnético ou papel.

CBO: 4102-05

12 funcionários

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo AGENTE ADMINISTRATIVO**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura sentada por longos períodos		
Descrição	Necessidade de atuação sentado por longos períodos durante a jornada de trabalho.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Analise Ergonômica do Trabalho - AET Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Fornece instruções para alongamento físico.		
Orientação	Orientar trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Presença de reflexos em telas, painéis, vidros, monitores ou qualquer superfície, que causem desconforto ou prejudiquem a visualização		
Descrição	Situação desconfortável aos olhos, proveniente do uso frequente de telas de computadores para execução das atividades.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Fadiga nos olhos, ardência e dores de cabeça.		
Fontes ou circunstâncias	Telas de computadores		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Trabalho intensivo com teclado ou outros dispositivos de entrada de dados		
Descrição	Repetição continuada de movimentos com os dedos, proveniente da utilização de periféricos de entrada de dados em computadores (mouse, teclados).		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Problemas nas articulações e nos músculos (LER/DORT) e nos dedos (tendinites)		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Critério			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Analise Ergonômica do Trabalho - AET Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	- Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Introdução de pausas curtas periódicas e rodízios de funções em trabalhos continuados repetitivos, de precisão, em computadores, ou que exijam atenção constante; - Usar mobiliários ajustáveis às dimensões dos trabalhadores, assegurando postura confortável dos braços e pernas para trabalhador na posição sentada e em pé; - Usar postos de trabalho ajustáveis para o trabalho em computador (altura da cadeira, altura do monitor, altura do teclado).		

SETOR
GHE 02 APOIO EDUCAÇÃO
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

Nº de funcionários 35

CARGO
AUXILIAR DE CRECHE
Cuidam de bebês, crianças, a partir de objetivos estabelecidos por instituições especializadas ou responsáveis diretos, zelando pelo bem-estar, saúde, alimentação, higiene pessoal, educação, cultura, recreação e lazer da criança assistida. Cuidar da aparência e higiene da criança; Controlar horários das atividades diárias da criança; Ajudar a criança nas atividades diárias; Banho e necessidades fisiológicas; Estar atento às ações da criança; Verificar informações, sinais dados pela criança; Passar informações do dia a dia da criança; Relatar o dia-a-dia da criança aos responsáveis; Educar a criança nos deveres da casa; Manter o lazer e a recreação no dia-a-dia; Desestimular a agressividade; Auxiliar no aprendizado da criança. Cuidar da aparência e higiene da criança; Controlar horários das atividades diárias da criança; Ajudar a criança nas atividades diárias; Banho e necessidades fisiológicas; Estar atento às ações da criança; Verificar informações, sinais dados pela criança; Passar informações do dia a dia da criança; Relatar o dia-a-dia da criança aos responsáveis; Educar a criança nos deveres da casa; Manter o lazer e a recreação no dia-a-dia; Desestimular a agressividade; Auxiliar no aprendizado da criança. Prestar serviços auxiliares nas creches municipais, atendendo as crianças em suas necessidades diárias, Providenciando sua alimentação e higiene pessoal, acompanhando-as em atividades recreativas e outras pertinentes para garantir o seu bem estar e desenvolvimento sadio. Zelar sempre pelo bem estar da criança.

CBO: 5162-05

10 funcionários

CARGO
CUIDADOR ESCOLAR
Cuidam de alunos e crianças, prestam apoio as atividades acadêmicas, controlam atividades livres dos alunos, orientam alunos sobre regras e procedimentos, regimento escolar, cumprimento de horários; ouvem reclamações e analisam fatos, cuidam de bebês, crianças, a partir de objetivos estabelecidos por instituições especializadas ou responsáveis diretos, zelando pelo bem-estar, saúde, alimentação, higiene pessoal, educação, cultura, recreação e lazer do assistido. Cuidar da aparência e higiene de alunos e crianças; Controlar horários das atividades diárias de alunos e crianças; Ajudar a criança nas atividades diárias; Banho e necessidades fisiológicas; Estar atento às ações de alunos e crianças. Orientar entrada e saída dos alunos e crianças; Impedir permanência de alunos e crianças durante recreio nas salas de aula; Observar circulação dos alunos durante o recreio. Observar temperatura, urina, fezes e vômitos; Observar a qualidade do sono; Prestar cuidados especiais a crianças com limitações ou dependência física; Manusear adequadamente; Observar alterações físicas (manchas, inchaço, ferimentos). Desenvolver atividades de apoio nos serviços gerais da escola, na limpeza e conservação; Atuar como apoio nos eventos promovidos pela escola. Auxiliar os professores e coordenadores nos cuidados básicos com as crianças da educação infantil. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

CBO: 3311-10
25 funcionários

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo AUXILIAR DE CRECHE / CUIDADOR ESCOLAR**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Físico	Umidade		
Descrição	Exposição à umidade proveniente da higienização pessoal de bebês e crianças (ajudar no banho), entre outras.		
Fundamentação legal	NR 01 / NR 06 / NR 09		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode provocar doenças no aparelho respiratório, quedas, doenças de pele, entre outras.		
Fontes ou circunstâncias	Higienização pessoal de bebês e crianças (banho)		
Meio de propagação	Contato direto		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas: • Avental • Luvas		

Identificação			
Perigo/Fator de Risco **Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)**			Grupo **Biológico**
Descrição	Proveniente da higiene pessoal de bebês e crianças.		
Fundamentação legal	NR 01 / NR 06 / NR 09		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.		
Fontes ou circunstâncias	Cuidados com a higiene pessoal de bebês e crianças		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
EPI	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas: • Avental • Luvas		
Exposição			
Critério	Qualitativo		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Frequente deslocamento a pé durante a jornada de trabalho		
Descrição	Deslocamento necessário proveniente das atividades de auxiliares e cuidadores.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Analise Ergonômica do Trabalho - AET. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Orientação	Orientar ao trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura de pé por longos períodos		
Descrição	Postura proveniente da necessidade de permanecer de pé para execução das atividades de auxiliares e cuidadores.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Analise Ergonômica do Trabalho - AET. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET. Fornece instruções para alongamento físico.		
Orientação	Orientar ao trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Exigência de flexões de coluna vertebral frequentes		
Descrição	Proveniente da necessidade de baixar, levantar, entre outros movimentos para execução das atividades relacionadas. Proveniente da necessidade de flexões e movimentos para pegar bebês e crianças no colo quando necessário.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Pode provocar Lesões musculoesqueléticas, fadiga e exaustão		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Analise Ergonômica do Trabalho - AET. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET. -Fornece instruções para alongamento físico.		
Orientação	Orientar ao trabalhador que evite movimentos e flexões que possam a vir a causar danos a sua saúde.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Trabalho em ambientes com risco de queda de objetos		
Descrição	Proveniente da movimentação de objetos e equipamentos utilizados na recriação de crianças, entre outros. Risco de queda de objetos sobre os pés.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode provocar contusões, entorses, luxações ou fraturas.		
Fontes ou circunstâncias	Movimentação de objetos para atividade com crianças, entre outros.		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não evidênciado	Não se aplica
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Medico de Saúde ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Manter o uso continuo de calçado de segurança fechado, com CA, emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde do trabalho.		
Orientação	Utilizar sempre calçado fechado e apropriado para as atividades, para evitar lesões por queda de objetos sobres os pés.		

SETOR
GHE 03 EDUCAÇÃO E CULTURA
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

Nº de funcionários 149

CARGO
PROFESSOR-PEB 1
Participar da elaboração da proposta pedagógica da escola; Elaborar e cumprir plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da escola; Zelar pela aprendizagem dos alunos; Participar, integralmente, dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; Ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos; Estabelecer e implementar estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento. Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; Incumbir-se das demais tarefas indispensáveis ao atingimento dos fins educacionais da escola e ao processo de ensino-aprendizagem.

CBO: 331105

111 funcionários

CARGO
PROFESSOR-PEB 2
Participar da elaboração da proposta pedagógica da escola; Elaborar e cumprir plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da escola; Zelar pela aprendizagem dos alunos; Estabelecer e implementar estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento. Ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos; Participar, integralmente, dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; Incumbir-se das demais tarefas indispensáveis ao atingimento dos fins educacionais da escola e ao processo de ensino-aprendizagem.

21 funcionários

CBO: 2312-10

CARGO
PROFESSOR-PEB 3
Coordenar a elaboração e a execução da proposta pedagógica da escola; Administrar o pessoal e os recursos materiais e financeiros da escola, tendo em vista o atingimento de seus objetivos pedagógicos; Assegurar o cumprimento dos dias letivos e hora-aula estabelecidos; Velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente; Prover meios para recuperação dos alunos de menor rendimento; Promover a articulação com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola; Informar aos pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola; Coordenar, no âmbito da escola, as atividades de planejamento, avaliação e desenvolvimento profissional; Acompanhar o processo de desenvolvimento dos estudantes, em colaboração com os docentes e as famílias; Elaborar estudos, levantamentos qualitativos e quantitativos indispensáveis ao desenvolvimento do sistema ou rede de ensino ou da escola; Elaborar, acompanhar e avaliar os planos, programas e projetos voltados para o desenvolvimento do sistema e/ou rede de ensino e de escola, em relação a aspectos pedagógicos, administrativos, financeiros, de pessoal e de recursos materiais; Acompanhar e supervisionar o funcionamento das escolas, zelando pelo cumprimento da legislação e normas educacionais e pelo padrão de qualidade de ensino.

CBO: 2311-10

17 funcionários

<table>
<tr><td colspan="5">Especificação dos perigos/fatores de risco - Cargo PROFESSOR-PEB 1 / PROFESSOR-PEB 2 / PROFESSOR-PEB 3</td></tr>
<tr><td colspan="5">Identificação</td></tr>
<tr><td>Grupo</td><td colspan="4">Perigo/Fator de Risco</td></tr>
<tr><td>Ergonômico</td><td colspan="4">Frequente execução de movimentos repetitivos</td></tr>
<tr><td>Descrição</td><td colspan="4">Movimentos repetitivos nas atividades de ministrar aulas, utilização de lousas e quadros para escrever. Permanecer longos períodos com os braços levantados para escrever.</td></tr>
<tr><td>Fundamentação legal</td><td colspan="4">NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS
NR-17 - ERGONOMIA</td></tr>
<tr><td>Possíveis lesões ou agravos a saúde</td><td colspan="4">Podem provocar lesões por esforço repetitivo (LER) ou distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT).</td></tr>
<tr><td>Fontes ou circunstâncias</td><td colspan="4">Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos</td></tr>
<tr><td colspan="5">Avaliação</td></tr>
<tr><td colspan="2">Tempo de exposição</td><td colspan="2">Tipo de exposição</td><td>Critério</td></tr>
<tr><td colspan="2">08:00</td><td colspan="2">Intermitente</td><td>Qualitativo</td></tr>
<tr><td>Severidade</td><td>Probabilidade</td><td colspan="2">Nível de Risco</td><td>Classificação</td></tr>
<tr><td>Moderado</td><td>Possível</td><td colspan="2">Tolerável</td><td>Moderado</td></tr>
<tr><td>Conclusão</td><td colspan="4">As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.</td></tr>
</table>

Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Analise Ergonômica do Trabalho - AET Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Fornece instruções para alongamento físico.		
Orientação	Orientar trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura de pé por longos períodos		
Descrição	Postura proveniente da necessidade de permanecer de pé para ministrar aulas, atividades físicas, entre outras atividades relacionadas ao aprendizado de crianças e jovens.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Analise Ergonômica do Trabalho - AET. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET. Fornece instruções para alongamento físico.		
Orientação	Orientar ao trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura sentada por longos períodos		
Descrição	Necessidade de atuação sentado por longos períodos durante a jornada de trabalho.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Analise Ergonômica do Trabalho - AET -Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Fornece instruções para alongamento físico.		
Orientação	Orientar trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Presença de reflexos em telas, painéis, vidros, monitores ou qualquer superfície, que causem desconforto ou prejudiquem a visualização		
Descrição	Situação desconfortável aos olhos, proveniente do uso frequente de telas de computadores para execução das atividades.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Fadiga nos olhos, ardência e dores de cabeça.		
Fontes ou circunstâncias	Quadro, lousa, reflexos em superfícies, entre outros.		
Avaliação			
Tempo de exposição	Perfil de exposição	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos.		

SETOR
GHE 04 NUTRIÇÃO
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

Nº de funcionários 2

CARGO
NUTRICIONISTA
Prestar assistência nutricional a indivíduos e coletividades (sadios e enfermos); planejar, organizar, administrar e avaliar unidades de alimentação e nutrição; efetuar controle higiênico-sanitário; participar de programas de educação nutricional; estruturar e gerenciar serviços de alimentação e nutrição e ministrar cursos. Atuar em conformidade ao manual de boas práticas. Identificar população-alvo; Participar de diagnóstico interdisciplinar; Realizar inquérito alimentar; Coletar dados antropométricos; Solicitar exames laboratoriais; Interpretar indicadores nutricionais; Calcular gasto energético; Identificar necessidades nutricionais; Realizar diagnóstico dietético-nutricional; Estabelecer plano de cuidados nutricionais; Realizar prescrição dietética; Prescrever complementos e suplementos nutricionais; Registrar evolução dietoterápica em prontuário; Conferir adesão à orientação dietético- nutricional; Orientar familiares e cuidadores; Realizar acompanhamento nutricional; Dar alta em nutrição; Realizar atendimento domiciliar. Entre outras atividades. Fazer uso de veículos da frota pública municipal, no desempenho das atividades do seu cargo.

CBO: 2237-10

Funcionários 2

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo NUTRICIONISTA**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura sentada por longos períodos		
Descrição	Necessidade de atuação sentado por longos períodos durante a jornada de trabalho.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Analise Ergonômica do Trabalho - AET Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Fornece instruções para alongamento físico.		
Orientação	Orientar trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Presença de reflexos em telas, painéis, vidros, monitores ou qualquer superfície, que causem desconforto ou prejudiquem a visualização		
Descrição	Situação desconfortável aos olhos, proveniente do uso frequente de telas de computadores para execução das atividades.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Fadiga nos olhos, ardência e dores de cabeça.		
Fontes ou circunstâncias	Telas de computadores		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Trabalho intensivo com teclado ou outros dispositivos de entrada de dados		
Descrição	Repetição continuada de movimentos com os dedos, proveniente da utilização de periféricos de entrada de dados em computadores (mouse, teclados).		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Problemas nas articulações e nos músculos (LER/DORT) e nos dedos (tendinites)		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Critério			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Analise Ergonômica do Trabalho - AET Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	- Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Introdução de pausas curtas periódicas e rodízios de funções em trabalhos continuados repetitivos, de precisão, em computadores, ou que exijam atenção constante; - Usar mobiliários ajustáveis às dimensões dos trabalhadores, assegurando postura confortável dos braços e pernas para trabalhador na posição sentada e em pé; - Usar postos de trabalho ajustáveis para o trabalho em computador (altura da cadeira, altura do monitor, altura do teclado).		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Condução de veículos de qualquer natureza em vias públicas		
Descrição	Condução de veículo em condições desfavoráveis meteorológicas, estradas e más condições e congestionamentos excessivos.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Lesões corporais diversas, com grande possibilidade de levar ao óbito ou à invalidez para o trabalhador e para terceiros.		
Fontes ou circunstâncias	Condução de Veículo Automotor		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Severo	Possível	Substancial	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Implementa	Sim	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas coletivas (EPC)	Sinalização de emergência Extintor de Incêndio		
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	-Orientar o trabalhador sobre a condução defensiva através de palestras e treinamentos. -Verificar constantemente os estados dos pneus e das condições mecânicas do veículo, especialmente as condições do freio, lâmpadas e cintos de segurança. -Cuidado durante os deslocamentos em condições climáticas adversas, como chuva e neblina. -Utilização do cinto de segurança pelo motorista e todos os passageiros.		
Orientação	Treinamento de direção defensiva		

SETOR
GHE 05 TRANSPORTE
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral. Áreas externas conforma a demanda e/ou necessidade do munícipio.

Nº de funcionários 5

CARGO
MOTORISTA PROFISSIONAL
Dirigir e manobrar veículos tipo ônibus, carros, caminhões e carretas. Transportar pessoas, cargas, pacientes e material biológico humano. Realizar verificações e manutenções básicas do veículo e utilizam equipamentos e dispositivos especiais tais como sinalização sonora e luminosa, software de navegação e outros. Utilizar de capacidades comunicativas. Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Os condutores de ambulância auxiliam as equipes de saúde nos atendimentos de urgência e emergência. Conduzem e vistoriam ônibus de transporte coletivo de alunos e passageiros urbanos, metropolitanos e ônibus rodoviários de longas distâncias; verificam itinerário de viagens; controlam o embarque e desembarque de passageiros e os orientam quanto aos procedimentos no interior do veículo. Dirigir veículos transportando pessoas, cargas, e/ou materiais autorizados aos locais determinados. Vistoriar periodicamente as condições do veículo utilizado e providenciar reparos de emergência, troca de pneus, lavagens, guinchamentos e outros. Identificar e indicar as necessidades de reparos nos sistemas elétricos e mecânicos dos veículos da Prefeitura. Manter sob sua responsabilidade os documentos de porte obrigatório do veículo, observando as orientações para a revalidação dos mesmos. Registrar, em formulário específico, os percursos realizados, quilometragem e itinerários da frota oficial. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

CBO: 7823-05; 7823-10; 7823-20; 7824-05

Funcionário 5

<table>
<tr><th colspan="4">Especificação dos perigos/fatores de risco - Cargo MOTORISTA PROFISSIONAL</th></tr>
<tr><th colspan="4">Identificação</th></tr>
<tr><th>Grupo</th><th colspan="3">Perigo/Fator de Risco</th></tr>
<tr><td>Físico</td><td colspan="3">Radiações não-ionizantes</td></tr>
<tr><td>Descrição</td><td colspan="3">Exposição à radiação não ionizante (Raios solares UV) na condução de veículos automotores.</td></tr>
<tr><td>Fundamentação legal</td><td colspan="3">NR 01 / NR 06 / NR 09</td></tr>
<tr><td>Possíveis lesões ou agravos a saúde</td><td colspan="3">Aumentam os riscos de doenças como neoplasias, anemia apática, púrpura, radio dermatite, infertilidade, entre outras.</td></tr>
<tr><td>Fontes ou circunstâncias</td><td colspan="3">Condução de veículos</td></tr>
<tr><td>Meio de propagação</td><td colspan="3">Raios solares (UV)</td></tr>
<tr><th colspan="4">Avaliação</th></tr>
<tr><th>Tempo de exposição</th><th>Tipo de exposição</th><th colspan="2">Critério</th></tr>
<tr><td>08:00</td><td>Intermitente</td><td colspan="2">Qualitativo</td></tr>
<tr><th>Severidade</th><th>Probabilidade</th><th>Nível de Risco</th><th>Classificação</th></tr>
<tr><td>Moderado</td><td>Possível</td><td>Moderado</td><td>Tolerável</td></tr>
<tr><th colspan="4">Prevenção e controle</th></tr>
<tr><td>Medidas individuais (EPI)</td><td colspan="3">Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.</td></tr>
<tr><td>Medidas Administrativas</td><td colspan="3">Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO</td></tr>
<tr><td>Ações Necessárias</td><td colspan="3">-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos.
- Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades:
• Óculos de proteção tipo UV.</td></tr>
</table>

Identificação			
Grupo	**Código eSocial**	**Perigo/Fator de Risco**	
Físico	02.01.001	Ruído Contínuo ou Intermitente	
Descrição	Uso de máquinas e equipamentos ruidosos.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-9 - AVALIAÇÃO E CONTROLE DAS EXPOSIÇÕES OCUPACIONAIS A AGENTES FÍSICOS, QUÍMICOS E BIOLÓGICOS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Perda da audição, zumbidos, ansiedade, nervosismo entre outros.		
Fontes ou circunstâncias	Máquinas e Equipamentos		
Meio de propagação	Ar		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	Necessário avaliação quantitativo da exposição do colaborador ao agente físico Ruído para conclusão.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL - PCMSO		
Ações necessárias	- Alertar o trabalhador sobre o risco através de palestras e treinamentos. - Necessário avaliação do agente físico ruído para parecer conclusivo.		
Observação	Necessário Avaliação de Ruído.		

Identificação				
Grupo	**Código e Social**	**Perigo/Fator de Risco**		
Físico	02.01.003 02.01.004	Vibração de corpo inteiro (aceleração resultante de exposição normalizada - aren) e (Valor da Dose de Vibração Resultante – VDVR)		
Descrição	Proveniente do contato direto com máquinas e equipamentos que exponha o trabalhador a vibração de corpo inteiro.			
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-9 - AVALIAÇÃO E CONTROLE DAS EXPOSIÇÕES OCUPACIONAIS A AGENTES FÍSICOS, QUÍMICOS E BIOLÓGICOS			
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode provocar doenças vasculares, neurológicas e musculares.			
Fontes ou circunstâncias	Condução de veículos			
Meio de propagação	Contato			
Avaliação				
Tempo de exposição		**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00		Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**	
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável	
Conclusão	ANEXO I da NR-09 VIBRAÇÃO (Portaria MTP n.º 426, de 07 de setembro de 2021). Inconclusivo, necessário avaliação quantitativo da exposição do colaborador ao agente físico Vibração de Corpo Inteiro para conclusão.			
Prevenção e controle				
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**	
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	
Medidas administrativas	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO			
Ações necessárias	6.1 As medidas de prevenção devem contemplar: a) avaliação periódica da exposição; b) orientação dos trabalhadores quanto aos riscos decorrentes da exposição à vibração e à utilização adequada dos equipamentos de trabalho, bem como quanto ao direito de comunicar aos seus superiores sobre níveis anormais de vibração observados durante suas atividades; c) vigilância da saúde dos trabalhadores focada nos efeitos da exposição à vibração; e d) adoção de procedimentos e métodos de trabalho alternativos que permitam reduzir a exposição a vibrações mecânicas.			
Observação	Necessário avaliação de Vibração de Corpo Inteiro.			

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura sentada por longos períodos		
Descrição	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar dores e desconforto na coluna lombar.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Orientação	Orientar trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Uso frequente de alavancas		
Descrição	Utilização frequente e repetida de alavancas na condução de veículo.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho.		
Fontes ou circunstâncias	Condução de Veículo Automotor		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	-Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET. -Realizar pausa para descanso entre viagens por longos períodos, com alteração de postura e se possível realizar alongamentos e exercícios. -Manutenção periódica do veículo, sempre que possível. -Em viagens de longas durações realizar intervalo mínimo de 30 (trinta) minutos para descanso a cada 4 (quatro) horas de tempo ininterrupto de direção e 1 (uma) hora para refeição.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Uso frequente de pedais		
Descrição	Utilização frequente e repetida de pedais na condução do veículo.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho.		
Fontes ou circunstâncias	Condução de Veículo Automotor		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	- Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET. - Realizar pausa para descanso entre viagens por longos períodos, com alteração de postura e se possível realizar alongamentos e exercícios. - Manutenção periódica do veículo e adequação do assento, sempre que possível. - Em viagens de longas durações realizar intervalo mínimo de 30 (trinta) minutos para descanso a cada 4 (quatro) horas de tempo ininterrupto de direção e 1 (uma) hora para refeição.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Condução de veículos de qualquer natureza em vias públicas		
Descrição	Condução de veículo em condições desfavoráveis meteorológicas, estradas e más condições e congestionamentos excessivos.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Lesões corporais diversas, com grande possibilidade de levar ao óbito ou à invalidez para o trabalhador e para terceiros.		
Fontes ou circunstâncias	Condução de Veículo Automotor		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Severo	Possível	Substancial	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Implementa	Sim	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas coletivas (EPC)	Sinalização de emergência Extintor de Incêndio		
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	-Orientar o trabalhador sobre a condução defensiva através de palestras e treinamentos. -Verificar constantemente os estados dos pneus e das condições mecânicas do veículo, especialmente as condições do freio, lâmpadas e cintos de segurança. -Cuidado durante os deslocamentos em condições climáticas adversas, como chuva e neblina. -Utilização do cinto de segurança pelo motorista e todos os passageiros.		
Orientação	Treinamento de direção defensiva		

SETOR
GHE 06 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral. Áreas diversas conforme demanda da secretaria executiva de educação, cultura e turismo.

Nº de funcionários 36

CARGO
AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS
Os trabalhadores de limpeza e conservação de áreas públicas preservam as vias públicas, varrendo calçadas, sarjetas e calçadões, acondicionando o lixo para que seja coletado e encaminhado para o aterro sanitário. Zelam pela segurança das pessoas sinalizando e isolando áreas de risco e de trabalho. Trabalham na limpeza e conservação de áreas públicas, coletam resíduos domiciliares, resíduos sólidos de serviços de saúde e resíduos coletados nos serviços de limpeza; Conservam as áreas públicas lavando-as, pintando guias, postes, viadutos, muretas e etc; Auxiliam nos serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos; Trabalham na ornamentação de canteiros urbanos, através da construção de viveiros e canteiros. Varrer sarjetas e calçadões; Varrer calçadas; Amontoar detritos e folhagem; Acondicionar lixo em latões ou sacos plásticos; Empurrar carrinho (lutocar); Ensacar animais mortos; Recolher animais mortos; Solicitar coleta de animais mortos; Solicitar remoção de entulho; Executar serviços de varrição, coleta e transporte de lixo industrial, domiciliar, hospitalar e rural e lavagem de ruas e logradouros públicos municipais, mantendo-os em condições adequadas, acondicionando os materiais coletados conforme as orientações e procedimentos estabelecidos. Executar serviços de conservação de ruas e logradouros públicos realizando capinas, roçadas, pinturas em meio-fio, muros, grades e postes, limpeza de ralos, trincheiras, bocas de lobo, caixas de visita, limpeza de córregos e outras atividades correlatas.

CBO: 5142-05

Funcionário 8

CARGO
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
Executar sob supervisão serviços de copeiragem, conservação, limpeza e zeladoria em prédios públicos servindo, limpando vidros e fachadas, recintos internos e acessórios. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Preparar sucos, lanches, cafés e pequenas refeições; Servir água, cafezinho, suco; Administrar fluxo de serventia; Receber e distribuir refeições; Receber ou recolher bandejas, louças e talheres após as refeições, providenciando sua lavagem e guarda ou o envio ao setor competente; Secar louça e prataria, esterilizar instrumentos e materiais; Operar com aparelhos elétricos utilizados nos serviços de alimentação; Limpar talheres, equipamentos de refrigeração assim como balcão, bancada e bandejas; retirar restos de comida, separando e destinando o lixo; Lavar fachadas; Limpar vidros; Remover resíduos dos vidros; Remover pichações; Limpar móveis e equipamentos eletrodomésticos, lustres, luminárias, ventiladores e tudo o que mais constar nos recintos dos prédios municipais; Limpar superfícies (paredes, pisos, etc..); Lavar banheiros; Aspirar pó; Lavar pisos; Encerar pisos; Remover sujeira; Varrer pisos; Secar pisos; Passar pano; Limpar, lavar cortinas e persianas; Recolher lixo; Depositar o lixo e detritos da cozinha em lugares apropriados, de forma a evitar proliferação de insetos; Proceder à limpeza de ralos, caixas de gordura e esgotos, assim como desentupir pias e ralos; Prover os sanitários com toalha, sabão e papel higiênico, removendo os já utilizados; Auxiliar na realização de serviços em geral como recebimento, separação e Distribuição de correspondência e materiais, atividades de limpeza, copa e conservação de instalações. Executar trabalhos de limpeza em geral em edifícios e outros locais, para manutenção das condições de higiene e conservação do ambiente, coletando o lixo.

CBO: 5122-05

Funcionários 22

CARGO
SERVENTES
Executar sob supervisão serviços de copeiragem, conservação, limpeza e zeladoria em prédios públicos servindo, limpando vidros e fachadas, recintos internos e acessórios. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Preparar sucos, lanches, cafés e pequenas refeições; Servir água, cafezinho, suco; Administrar fluxo de serventia; Receber ou recolher bandejas, louças e talheres após as refeições, providenciando sua lavagem e guarda ou o envio ao setor competente; Operar com aparelhos elétricos utilizados nos serviços de alimentação; Preparar a merenda escolar para os alunos das escolas públicas municipais; separar material na confecção da refeição ou prato especial, verificando o estado de conservação dos alimentos e seu prazo de validade; controlar o estoque gêneros alimentícios, bem como, requisitar e receber sua reposição do almoxarifado, armazenando-os segundo as normas e instruções vigentes; Auxiliar na realização de serviços em geral como recebimento, separação e Distribuição de correspondência e materiais, atividades de limpeza, copa e conservação de instalações. Executar trabalhos de limpeza em geral em edifícios e outros locais, para manutenção das condições de higiene e conservação do ambiente, coletando o lixo, entre outras.

CBO: 5143-20

6 funcionários

<table>
<tr><th colspan="5">Especificação dos perigos/fatores de risco - Cargo AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS / AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS / SERVENTES</th></tr>
<tr><th colspan="5">Identificação</th></tr>
<tr><th>Grupo</th><th colspan="4">Perigo/Fator de Risco</th></tr>
<tr><td>Físico</td><td colspan="4">Umidade</td></tr>
<tr><td>Descrição</td><td colspan="4">Exposição à umidade proveniente da utilização de água no processo de limpeza de banheiros, lavagem de utensílios, talheres, entre outros.</td></tr>
<tr><td>Fundamentação legal</td><td colspan="4">NR 01 / NR 09</td></tr>
<tr><td>Fontes ou circunstâncias</td><td colspan="4">Limpeza de banheiros entre outros</td></tr>
<tr><td>Meio de propagação</td><td colspan="4">Contato direto</td></tr>
<tr><th colspan="5">Avaliação</th></tr>
<tr><th colspan="2">Tempo de exposição</th><th colspan="2">Tipo de exposição</th><th>Critério</th></tr>
<tr><td colspan="2">08:00</td><td colspan="2">Intermitente</td><td>Qualitativo</td></tr>
<tr><th>Severidade</th><th>Probabilidade</th><th colspan="2">Nível de Risco</th><th>Classificação</th></tr>
<tr><td>Leve</td><td>Possível</td><td colspan="2">Moderado</td><td>Tolerável</td></tr>
<tr><th colspan="5">Prevenção e controle</th></tr>
<tr><td>Medidas individuais (EPI)</td><td colspan="4">Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.</td></tr>
<tr><td>Medidas administrativas</td><td colspan="4">Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO</td></tr>
<tr><td>Ações necessárias</td><td colspan="4">-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos.
- Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas:
• Avental de PVC
• Luvas de PVP
• Botas de PVP</td></tr>
</table>

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Químico	Produtos Saneantes Domissanitários		
Descrição	Exposição ao agente saneantes domissanitários realizando limpeza de banheiros, pisos, outras superfícies e limpeza de utensílios de cozinha.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode provocar alergias ao contato e irritação nos olhos.		
Fontes ou circunstâncias	Utilização de produtos de limpeza		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Aceitável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL - PCMSO		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional: • Avental de PVC • Luvas de PVP • Botas de PVP		

Identificação			
Perigo/Fator de Risco **Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)**			Grupo **Biológico**
Descrição	Proveniente da limpeza de banheiros e coleta de lixo.		
Fundamentação legal	NR 01 / NR 06 / NR 09		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.		
Fontes ou circunstâncias	Coleta de lixo e limpeza de banheiros		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
EPI	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas: • Avental de PVC • Luvas de PVP • Botas de PVP • Óculos de Proteção		
Exposição			
Critério	Qualitativo		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Exigência de flexões de coluna vertebral frequentes		
Descrição	Proveniente da necessidade de baixar, levantar, entre outros movimentos para execução das atividades de limpeza e conservação, entre outras atividades relacionadas.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Pode provocar Lesões musculoesqueléticas, fadiga e exaustão.		
Fontes ou circunstâncias	Atividades de limpeza e conservação		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET. -Fornece instruções para alongamento físico.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Frequente deslocamento a pé durante a jornada de trabalho		
Descrição	Deslocamento necessário proveniente das atividades de limpeza e conservação do ambiente de trabalho, entre outras atividades relacionadas.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Analise Ergonômica do Trabalho - AET. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Orientação	Orientar ao trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Frequente execução de movimentos repetitivos		
Descrição	Proveniente da execução de movimentos repetitivos para execução das atividades de limpeza, entre outras.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Dores nas articulações dos dedos e das mãos.		
Fontes ou circunstâncias	Movimentos repetitivos para execução das atividades		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET Fornece instruções para alongamento físico.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura de pé por longos períodos		
Descrição	Postura proveniente da necessidade de permanecer de pé para execução das atividades de limpeza e conservação.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Analise Ergonômica do Trabalho - AET. -Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET. Fornece instruções para alongamento físico.		
Orientação	Orientar ao trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Objetos cortantes e/ou perfuro cortantes		
Descrição	Risco proveniente da limpeza de utensílios de cozinha (talheres) e contato com outros objetos que possam causar acidentes.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Risco de cortes e/ou perfurações, acidentes, lesões, entre outros.		
Fontes ou circunstâncias	Utensílios de cozinha diversos, entre outros objetos.		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Medico de Saúde ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco através de palestras e treinamentos. Procedimentos operacionais seguros -Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde no trabalho, e adequados para a execução das atividades.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Piso escorregadio e/ou irregular		
Descrição	Risco proveniente da utilização de água, panos úmidos e ceras no processo de limpeza de pisos e outras superfícies, deixando-os escorregadios. Risco de quedas de mesmo nível.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Fraturas, luxações ou entorses, escoriações e contusões		
Fontes ou circunstâncias	Pisos e outras superfícies escorregadios		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não evidenciado	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas coletivas (EPC)	Necessária utilização de placa cavalete de piso escorregadio durante a execução da atividade de limpeza e enquanto o piso apresentar estar molhado ou úmido.		
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Medico de Saúde ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco através de palestras e treinamentos. Procedimentos operacionais seguros -Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde no trabalho, e adequados para a execução das atividades.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Trabalho em ambientes com risco de queda de objetos		
Descrição	Risco de queda de objetos sobre os pés, proveniente da movimentação de matérias de limpeza, movimentação de utensílios domésticos, movimentação de sacos plásticos contendo lixo, entre outros materiais e/ou produtos.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode provocar contusões, entorses, luxações ou fraturas.		
Fontes ou circunstâncias	Movimentação materiais e/ou produtos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Medico de Saúde ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Manter o uso continuo de calçado de segurança fechado, com CA, emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde do trabalho.		
Orientação	Utilizar sempre calçado fechado e apropriado para as atividades, para evitar lesões por queda de objetos sobres os pés.		

SETOR
GHE 07 VIGILÂNCIA
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral. Locais para vigilância conforma a demanda e/ou necessidade do munícipio.

Nº de funcionários 10

CARGO
VIGIA
Zelam pela guarda do patrimônio observando o comportamento e movimentação de pessoas para prevenir perdas, evitar incêndios, acidentes e outras anormalidades. Controlam o fluxo de pessoas e veículos identificando-os e encaminhando-os aos locais desejados. Recebem mercadorias, volumes diversos e correspondências. Fazem manutenções simples nos locais de trabalho. Exercer função de vigia como a atividade dos que exercem desarmados, vigilância sobre depósitos de materiais, pátios, áreas abertas, terminal rodoviário, estação rodoviária, mercados públicos, parques, hortos ou reservas florestais, centros de esportes, escolas, obras em execução, edifícios onde funcionam as repartições municipais e demais áreas e logradouros públicos. Observar movimentação/comportamento das pessoas estranhas; Observar tipo de pessoas estranhas; Atentar para posicionamento dos veículos no estacionamento; Contatar proprietários dos veículos irregularmente estacionados; Monitorar pelo circuito fechado de tv; Prevenir incêndios e acidentes; Chamar segurança; Realizar abordagem preventiva pós-furto; Acompanhar abertura e fechamento das instalações; Comunicando imediatamente à autoridade superior quaisquer irregularidades encontradas e contatar órgãos públicos, quando necessário, relatando a emergência e solicitando socorro, inclusive ajuda policial. Preencher corretamente os formulários referentes à avaliação de desempenho; Executar outras atividades correlatas ao cargo solicitadas pelo chefe imediato.

CBO: 5174-20

Funcionário 10

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo VIGIA**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Frequente deslocamento a pé durante a jornada de trabalho		
Descrição	Deslocamento necessário proveniente das atividades de vigilância patrimonial e monitoramento do ambiente de trabalho, entre outras atividades relacionadas.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Analise Ergonômica do Trabalho - AET. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Orientação	Orientar ao trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura de pé por longos períodos		
Descrição	Postura de pé necessária para a execução das atividades de vigilância e segurança do local.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL - PCMSO		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura sentada por longos períodos		
Descrição	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar dores e desconforto na coluna lombar.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Orientação	Orientar trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Trabalho em local com risco de assalto e roubo		
Descrição	Proveniente das atividades de vigilância patrimonial.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-16 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Risco de ferimentos e morte.		
Fontes ou circunstâncias	Segurança patrimonial		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Severo	Possível	Substancial	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL - PCMSO		
Ações necessárias	Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos.		

Conclusão PGR

.

DISPOSIÇÕES FINAIS

CONTROLE DOS RISCOS

Serão adotadas medidas necessárias e suficientes para a eliminação, minimização ou controle dos riscos ambientais sempre que for verificada pelo menos uma das situações:

a) Exigências previstas nas normas regulamentadoras e nos dispositivos legais;

b) Determinadas pela classificação de riscos ocupacionais;

c) Quando houver evidências de associação, através de controle médico de saúde, entre as lesões e os agravos à saúde dos trabalhadores com os riscos e as situações de trabalho identificadas.

Quando comprovada pela organização a inviabilidade de adoção de medidas de proteção coletiva ou quando estas não forem suficientes ou encontrarem-se em fase de estudo, planejamento ou implantação ou, ainda, em caráter complementar ou emergencial, outras medidas deverão ser adotadas, observando a seguinte

hierarquia:

a) Medidas de caráter administrativo ou de organização do trabalho;

b) Medidas de caráter individual (EPI).

IMPLEMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO

A empresa através de análise das ações executadas, inspeções nos ambientes de trabalho e o monitoramento das condições ambientais e exposições aos agentes nocivos, avaliará a eficácia das medidas de proteção existentes e as implantadas e se necessário estabelecer novas medidas para eliminar, neutralizar ou minimizar os riscos ambientais.

A implantação das medidas de prevenção deverá ser acompanhada de informações aos trabalhadores sobre os procedimentos a serem adotados e limitações das medidas de controle.

Quando identificada a ineficácia das medidas de prevenção adotadas, deverão ser realizados ajustes a fim de corrigir as deficiências. O histórico de medidas implementadas, bem como os ajustes realizados, deverá ser registrado.

O desempenho das medidas de prevenção deverá ser acompanhado de forma planejar e contemplar:

a) A verificação da execução das ações planejadas;

b) As inspeções dos locais de trabalho;

c) O monitoramento das condições ambientais e exposições a agentes nocivos, quando aplicável.

ACOMPANHAMENTO DA SAÚDE OCUPACIONAL DOS TRABALHADORES

O acompanhamento da saúde ocupacional dos trabalhadores será realizado de forma periódica e contínua, de acordo com os riscos ocupacionais identificados e atendendo as diretrizes estabelecidas na NR 07.

A empresa desenvolve ações de saúde ocupacional que estão integradas com as demais medidas de saúde e segurança do trabalho e em conformidade com os riscos intrínsecos ao trabalho.

Todos os riscos que precisem de controle com base em exames complementares laboratoriais, necessitam de medidas de prevenção imediata.

ANÁLISE DE ACIDENTES E DOENÇAS RELACIONADAS AO TRABALHO

A irá analisar todos os acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, documentando os eventos, considerando as fontes causadoras, as atividades desenvolvidas, materiais utilizados e a organização do ambiente de trabalho, identificando os fatores relacionados ao evento e que forneçam evidências para revisar as medidas de prevenção existentes.

PREPARAÇÃO PARA EMERGÊNCIAS

É de responsabilidade da EMPRESA, elaborar, implementar e manter atualizados os procedimentos de resposta aos cenários de emergência, levando em consideração os riscos ocupacionais identificados no ambiente de trabalho e as características das atividades desenvolvidas

Os procedimentos deverão conter:

a) Os meios e recursos necessários para prestação de primeiros socorros, encaminhamento de acidentados e abandono;

b) Quando aplicável, as medidas a serem aplicadas em acidentes de grandes proporções.

EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL DE USO OBRIGATÓRIO

A empresa fornece gratuitamente aos empregados apenas EPI adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, sendo estes portadores de Certificado de Aprovação - CA.

CONCLUSÃO

Este programa tem como fundamento legal a NR 01, seu objetivo é disciplinar os preceitos a serem observados na organização e no ambiente de trabalho, de forma a tornar compatível o planejamento e desenvolvimento das atividades com a busca permanente da segurança e saúde dos trabalhadores. Este programa estará em constante análise e estudo, visando seu aperfeiçoamento, podendo, portanto, sofrer modificações a qualquer momento.

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718

Assinado de forma digital por GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718
Dados: 2024.10.02 07:26:56 -03'00'

Responsável Técnico
Gustavo Cordeiro Miranda
CPF: 092.897.697-18
Conselho de classe: CREA 051725/D
UF: ES
Especialidade: Engenheiro de Segurança

PLANO DE AÇÃO

Cronograma do Plano de Ação

PLANO ANUAL DO PROGRAMA DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO **Período:** **Agosto de 2024 a Julho 2026**

Prioridade (1) Objetivo: Manter e implementar medidas de proteção, prevenção e controles administrativos em relação aos riscos ambientais reconhecidos no PPRA, visando a manutenção da saúde e integridade física dos trabalhadores.

Meta	Indicador	Responsável	Cronograma												Avaliação e análise crítica do plano		
			Ago 24 / Ago 25	Set 24 / Set 25	Out 23 / Out 24	Nov 24 / Nov 25	Dez 24 / Dez 25	Jan 25 / Jan 26	Fev 25 / Fev 26	Mar 25 / Mar 26	Abr 25 / Abr 26	Mai 25 / Mai 26	Jun 25 / Jun 26	Jul 25 / Jul 26			
Apresentar e informar os resultados das avaliações qualitativas / quantitativas do PGR	Ofício de entrega de documentos														**Atividades implementadas?**	**Objetivos alcançados?**	**Conclusão e recomendações**
Atividade		**Responsável**															
Reunião de apresentação dos resultados e medidas de controles propostas aos responsáveis pela empresa.		ST / Empregador															

Meta	Indicador	Responsável	Cronograma												Avaliação e análise crítica do plano		
			Ago 24 / Ago 25	Set 24 / Set 25	Out 23 / Out 24	Nov 24 / Nov 25	Dez 24 / Dez 25	Jan 25 / Jan 26	Fev 25 / Fev 26	Mar 25 / Mar 26	Abr 25 / Abr 26	Mai 25 / Mai 26	Jun 25 / Jun 26	Jul 25 / Jul 26			
Realização de capacitações, treinamentos e reciclagens.	Lista de presença em treinamento devidamente assinada pelos trabalhadores e pelo instrutor.														**Atividades implementadas?**	**Objetivos alcançados?**	**Conclusão e recomendações**
Atividade		**Responsável**															
Manter as capacitações ao trabalhador quanto à correta utilização dos EPI, incluindo aspectos relacionados à manutenção, substituição, higienização e guarda, bem como as penalidades pela recusa injustificada, focando a importância da prevenção e os efeitos à saúde em relação aos riscos dos processos, conforme item da NR6.6.1. alínea d.		Empregador / Profissional Qualificado															
Palestra para divulgação aos empregados dos riscos ambientais identificados nos locais de trabalho e suas respectivas medidas de controle, conforme item da NR9.3.1		Empregador / Profissional Qualificado															

Cronograma do Plano de Ação

Realizar e manter atualizada a capacitação dos trabalhados quanto à medidas de prevenção e combate a principio de incêndio, conforme item da NR 23.1.	Empregador / Profissional Qualificado														
Realizar e manter atualizada a capacitação dos trabalhadores quanto à prestação dos primeiros socorros, conforme iten NR 7.5.	Empregador / Profissional Qualificado														
Realizar capacitação do designado responsável pelo cumprimento do objetivo da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, conforme item NR 5.32.	Empregador / Profissional Qualificado														
Realizar treinamento aos funcionários sobre os princípios básicos de ergonomia, incluindo a importância de posturas corretas, pausas regulares para descanso e exercícios de alongamento.	Empregador / Profissional Qualificado														
Necessário que sejá feita avaliação de ruído, nos cargos e atividades mencionadas no PGR, para parecer conclusivo, conforme NR 15 anexo nº 1.	Empregador / Profissional Qualificado														
Necessário que sejá feita avaliação de vibração de corpo inteiro, nos cargos e atividades mencionadas no PGR, para parecer conclusivo, conforme NR 15 anexo nº I item 5.3.3.	Empregador / Profissional Qualificado														
Realizar Treinamneto introdutório ou de integração, a todos os trabalhadores, ao ser admitido ou quando mudar de função que implique emalteração de risco, conforme NR 1 item 1.4.4.	Empregador / Profissional Qualificado														

Cronograma do Plano de Ação

PLANO ANUAL DO PROGRAMA DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO **Período:** **Agosto de 2024 a Julho 2026**

Meta	Indicador	Responsável	Cronograma												Avaliação e análise crítica do plano		
			Ago 24	Set 24	Out 23	Nov 24	Dez 24	Jan 25	Fev 25	Mar 25	Abr 25	Mai 25	Jun 25	Jul 25			
			Ago 25	Set 25	Out 24	Nov 25	Dez 25	Jan 26	Fev 26	Mar 26	Abr 26	Mai 26	Jun 26	Jul 26			
Fornecer proteção individual adequada aos riscos dos processos, conforme NR6.	Fichas individuais de entrega de EPI devidamente assinada pelo funcionário a cada entrega.	Empregador / Profissional Qualificado													**Atividades implementadas?**	**Objetivos alcançados?**	**Conclusão e recomendações**
Atividade		**Responsável**															
Adquirir somente EPIs com certificado de aprovação (CA) emitido pelo MTE, conforme NR6.2.		Empregador / Profissional Qualificado															
Entregar os Equipamentos de Proteção Individual seguindo periodicidade quando ao uso e desgaste dos equipamentos, bem como controlar o uso efetivo dos mesmos, conforme NR6.6.1.		Empregador / Profissional Qualificado															

Cronograma do Plano de Ação

PLANO ANUAL DO PROGRAMA DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO **Período:** Agosto de 2024 a Julho 2026

Meta	Indicador	Responsável	Cronograma												Avaliação e análise crítica do plano		
			Ago 24 / Ago 25	Set 24 / Set 25	Out 23 / Out 24	Nov 24 / Nov 25	Dez 24 / Dez 25	Jan 25 / Jan 26	Fev 25 / Fev 26	Mar 25 / Mar 26	Abr 25 / Abr 26	Mai 25 / Mai 26	Jun 25 / Jun 26	Jul 25 / Jul 26			
Monitorar e Atualizar os programas de Segurança e Saúde do Trabalho.	Documento elaborado com acompanhamento periódico.														**Atividades implementadas?**	**Objetivos alcançados?**	**Conclusão e recomendações**
Atividade		**Responsável**															
Manter o monitoramento médico, conforme PCMSO, conforme NR7.		Empregador / Profissional Qualificado															
Elaborar Relatório de Análise Global com o intuito de identificar a eficácia do Plano de ação, conforme NR9.2.1.1.		Empregador / Profissional Qualificado															

Percentual de Implementação das Atividades: **Percentual de cumprimento dos Objetivos:**

Cronograma do Plano de Ação

Meta	Indicador	Responsável	Cronograma												Avaliação e análise crítica do plano		
			Ago 24	Set 24	Out 23	Nov 24	Dez 24	Jan 25	Fev 25	Mar 25	Abr 25	Mai 25	Jun 25	Jul 25			
			Ago 25	Set 25	Out 24	Nov 25	Dez 25	Jan 26	Fev 26	Mar 26	Abr 26	Mai 26	Jun 26	Jul 26			
Diretrizes sobre Ergonomia no ambiente de trabalho.	Analise Ergonomica do Trabalho														**Atividades implementadas?**	**Objetivos alcançados?**	**Conclusão e recomendações**
Atividade		**Responsável**															
Estabelecer diretrizes clara quanto a prevenção de acidente e doenças relacionados aos riscos ergonomicos.		Empregador / Profissional Qualificado															
Atender as Recomedações Ergonômicas estabelecidas na AET.		Empregador / Profissional Qualificado															

,(Responsável legal pela empresa e pela implementação do plano de ação)

LTCAT

LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO

Consultoria Ocupacional
& Meio Ambiente

MUNICÍPIO DE MANTENOPOLIS

(SECRETARIA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS)

CNPJ: 27.167.345/0001-90

LTCAT

LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO COLETIVO DECRETO 3.048/99

AGOSTO DE 2024.

Sumário

Identificação da Empresa.....4
Introdução.....5
Objetivos 5
Informações 5
Fundamentos 5
Aposentadoria Especial 6
Agentes Nocivos.....6
Efetiva Exposição à Agentes prejudicial à Saúde 6
Medidas de controle 7
Metodologia e procedimentos de Avaliação do Agente Nocivo 7
Códigos do Sistema SEFIP/GFIP 7
Avaliação das condições ambientais.....9
Síntese.....25
Conclusões e recomendações gerais.....26
Anexo 1 – Anotação de responsabilidade técnica - ART.....27

Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS
SECRETARIA EXE. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO
CNPJ: 27.167.345/0001-90

Endereço
Avenida Presidente Vargas, 545 - Centro - Mantenópolis/ES
CEP: 29.770-000

CNAE
8411-6/00 – Administração Pública em Geral
Grau de Risco 1

Introdução

Este Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) foi elaborado a partir de inspeções e determinações técnicas de agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou a associação desses agentes "in loco". Este laudo está fundamentado legalmente no Regulamento da Previdência Social, Decreto N° 3.048 de 6 de maio de 1999.

Objetivos

Apresentar os levantamentos técnicos (qualitativos e/ou quantitativos) dos ambientes/atividades e identificar a exposição aos agentes físicos, químicos, biológicos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física do(s) trabalhador, no âmbito do ambiente de trabalho, para fins da verificação do enquadramento às condições que geram o direito da concessão à aposentadoria especial.
O Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT e demais demonstrações ambientais também tem como objetivo fundamentar tecnicamente o preenchimento dos formulários de reconhecimento de períodos laborados em condições especiais, denominado PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário (§8º do artigo 68 do Decreto nº 3.048/1999).
Com o objetivo de facilitar a aplicação dos conceitos para elaboração desse laudo no que tange às diferentes atividades existentes nos diferentes ambientes avaliados, os levantamentos e conclusão serão realizados por ambiente/atividade que poderão conter um único cargo ou mais de um dentro de um mesmo grupo de risco.

Informações

Todas as informações contidas neste laudo, bem como as descrições das atividades de cada função e os Certificados de Aprovação (CA) dos Equipamentos de Proteção Individual, foram cedidas pela empresa.
Todas as Tabelas de Identificação de Riscos foram feitas através das informações obtidas nas avaliações realizadas pelo profissional responsável por este documento.
Com base nessa avaliação, foi feito o parecer técnico conclusivo sobre a caracterização de condições especial para fins de aposentadoria especial.

Fundamentos Legais

Este documento foi elaborado conforme as normas vigentes:

- Regulamento da Previdência Social, Decreto n° 3.048, de 06 de maio de 1999;
- Planos de Benefícios da Previdência Social, Lei n° 8.213, de 24 julho de 1991;
- A metodologia e os procedimentos de avaliação estabelecidos pela Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO.
- Instrução Normativa PRES/INSS Nº 128, de 28 de março de 2022.

Aposentadoria Especial

A aposentadoria especial, uma vez cumprido o período de carência exigido, será devida ao segurado empregado, trabalhador avulso e contribuinte individual, que comprove o exercício de atividades com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou a associação desses agentes, de forma permanente, não ocasional nem intermitente, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação, enquadrados nos dispositivos do Regulamento da Previdência Social, decreto n°3.048/99.
Considera-se tempo de **trabalho permanente** aquele que é exercido de forma não ocasional nem intermitente, no qual a exposição do empregado, do trabalhador avulso ou do cooperado ao agente nocivo seja indissociável da produção do bem ou da prestação do serviço.

Agentes Nocivos

A relação dos agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde, analisados no presente laudo e considerados para fins de concessão de aposentadoria especial, consta no Anexo IV do decreto n° 3.048/99.

- **Agentes nocivos Físicos:** diversas formas de energia a que possam estar expostos os trabalhadores, tais como: ruídos, vibrações, temperaturas anormais (calor), entre outros constados no anexo IV.
- **Agentes nocivos Químicos:** Substâncias, compostos ou produtos que possam penetrar no organismo pela via respiratória, nas formas de os manifestados por: névoas, neblinas, poeiras, fumos, gases, vapores de substâncias nocivas presentes no ambiente de trabalho.
- **Agentes nocivos Biológicos:** bactérias, fungos, bacilos, parasitas, protozoários, vírus, entre outros, geneticamente modificados ou não, as culturas de células, os parasitas, as toxinas e os príons.
- **Associação de agentes**: Exposição aos agentes combinados, exclusivamente nas atividades especificadas no Anexo IV do Decreto 3.048/1999.

Efetiva Exposição à Agentes Prejudiciais à Saúde

Conforme decreto n° 3.048/99, a efetiva exposição à agente prejudicial à saúde configura-se quando, mesmo após a adoção das medidas de controle previstas na legislação trabalhista, a nocividade não seja eliminada ou neutralizada.
Considerado:

- **Eliminação** - a adoção de medidas de controle que efetivamente impossibilitem a exposição ao agente prejudicial à saúde no ambiente de trabalho; e
- **Neutralização** - a adoção de medidas de controle que reduzam a intensidade, a concentração ou a dose do agente prejudicial à saúde ao limite de tolerância previsto neste Regulamento ou, na sua ausência, na legislação trabalhista.

Para os agentes reconhecidamente cancerígenos para humanos, listados pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, caso sejam adotadas as medidas de controle previsto na legislação trabalhista que eliminem a nocividade, será descaracterizada a efetiva exposição.

- **Equipamento de Proteção individual -** E todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado a proteção contra riscos capazes de ameaçar a sua segurança e a sua saúde.
- **Equipamento de Proteção Coletiva -** É todo dispositivo ou sistema de âmbito coletivo, destinado à preservação da integridade física e da saúde dos trabalhadores, assim como a de terceiros.
- **Medidas Administrativas -** Procedimentos estabelecidos pela organização destinados a proteção contra agentes nocivos capazes de ameaçar a segurança e a saúde dos colaboradores.

Metodologias e Procedimentos de Avaliação dos Agentes Nocivos

Foi adotado o procedimento de técnica de avaliação Qualitativa e/ou Quantitativa, em relação à exposição, sendo:

- **Qualitativa:**

Trata-se de uma avaliação ou inspeção sobre determinado local de trabalho, observando às características específicas do ambiente laboral, os presentes agentes, as atividades exercidas, funções existentes naquela local e tempo de exposição dos trabalhadores.
As avaliações qualitativas da exposição aos agentes nocivos foram feitas tomando-se por base a análise dos seguintes fatores a eles relacionados:

1. As circunstâncias de exposição ocupacional a determinado agente ou associação de agentes prejudiciais à saúde presentes no ambiente de trabalho durante toda a jornada de trabalho;
2. Todas as fontes e possibilidades de liberação dos agentes nocivos;
3. Meios de contato ou exposição dos trabalhadores, as vias de absorção, a intensidade da exposição, a frequência e a duração do contato.

- **Quantitativa:**

Trata-se de uma avaliação sobre determinado local de trabalho, utilizando-se de equipamentos específicos para medição e quantificação dos a agentes ambientais presentes no ambiente de trabalho. Visando, o dimensionamento das intensidades/concentrações dos riscos.
Nas avaliações ambientais foram consideradas a metodologia e os procedimentos de avaliação estabelecidos pela **Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO**.

Códigos do Sistema SEFIP/GFIP

GFIP - Guia do Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações Previdenciárias, instituído pela Lei 9.528 de 10/12/97. Para trabalhadores com apenas um vínculo empregatício (ou uma fonte pagadora):

- **Código 00** - Sem exposição a agente nocivo. Trabalhador nunca esteve exposto
- **Código 01** - Não exposição a agente nocivo. Trabalhador já esteve exposto.
- **Código 02** - Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 15 anos de serviço);
- **Código 03** - Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 20 anos de serviço);
- **Código 04** - Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 25 anos de serviço).

Para trabalhadores com mais de um vínculo empregatício (ou mais de uma fonte pagadora):

- **Código 05** - Não exposto a agente nocivo;
- **Código 06** - Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 15 anos de trabalho);
- **Código 07** - Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 20 anos de trabalho);
- **Código 08** - Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 25 anos de trabalho).

Revisão dos Dados

O Laudo Técnico de Condições do Ambienta de Trabalho (LTCAT) precisará ser atualizado sempre que ocorrer qualquer alteração no ambiente de trabalho ou em sua organização.
Segundo a legislação previdenciária, mais precisamente o artigo 261, IN 77, inciso § 4º São consideradas alterações no ambiente de trabalho ou em sua organização, entre outras, aquelas decorrentes de:
I - mudança de layout;
II - substituição de máquinas ou de equipamentos;
III - adoção ou alteração de tecnologia de proteção coletiva; e
IV - alcance dos níveis de ação estabelecidos nos subitens do item 9.3.6 da NR-09, aprovadas pela Portaria nº 3.214, de 8 de junho de 1978, do MTE, se aplicável.

Nota Técnica Informativa

O Supremo Tribunal Federal - STF, em sede de Recurso Extraordinário com Agravo - ARE 664.335, de 2015, com repercussão geral reconhecida, considerou que nos casos de exposição do segurado ao agente nocivo ruído acima dos limites legais de tolerância, a declaração do empregador da eficácia do EPI, não descaracteriza o tempo de serviço especial para aposentadoria.

Avaliação das condições Ambientais

UNIDADE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS
SECRETARIA EXE. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO
CNPJ: 27.167.345/0001-90

Endereço
Avenida Presidente Vargas, 545 - Centro - Mantenópolis/ES
CEP: 29.770-000

CNAE
8411-6/00 – Administração Pública em Geral
Grau de Risco 1

Caracterização dos processos e ambientes de trabalho

Funcionários

Setor	Cargo	Funcionários
GHE 01 ADMINISTRATIVO	AGENTE ADMINISTRATIVO	12
GHE 02 APOIO EDUCAÇÃO	AUXILIAR DE CRECHE	10
	CUIDADOR ESCOLAR	25
GHE 03 EDUCAÇÃO E CULTURA	PROFESSOR-PEB 1	111
	PROFESSOR-PEB 2	21
	PROFESSOR-PEB 3	17
GHE 04 NUTRIÇÃO	NUTRICIONISTA	2
GHE 05 TRANSPORTE	MOTORISTA PROFISSIONAL	5
GHE 06 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS	8
	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	22
	SERVENTES	6
GHE 07 VIGILÂNCIA	VIGIA	10

SETOR
GHE 01 ADMINISTRATIVO
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

12 funcionários

CARGO
AGENTE ADMINISTRATIVO
Supervisionam e controlam serviços financeiros diversos, bens-patrimoniais e logísticos; elaboram orçamentos, efetuam pagamentos, realizam cobrança, controlam bens patrimoniais, fecham câmbio, analisam crédito, coordenam caixas, administram processos logísticos e gerenciam almoxarifado/estoque; Supervisionam equipes de trabalho, orientando e avaliando desempenho em busca da melhor qualidade no trabalho. Organizam documentos e efetuam sua classificação contábil; geram lançamentos contábeis, auxiliam na apuração dos impostos, conciliam contas e preenchimento de guias de recolhimento e de solicitações, junto a órgãos do governo. Emitem notas de venda e de transferência entre outras; realizam o arquivo de documentos; Organizam a rotina de serviços e realizam entrada e transmissão de dados, operando teleimpressores e microcomputadores; registram e transcrevem informações, operando máquinas de escrever; atendem necessidades do setor interno e externo. Supervisionam trabalho e equipe; Organizam documentos e informações. Orientam usuários e os auxiliam na recuperação de dados e informações. Disponibilizam fonte de dados para usuários. Providenciam aquisição de material e incorporam material ao acervo. Arquivam documentos, classificando-os segundo critérios apropriados para armazená-los e conservá-los. Prestam serviço de comutação, alimentam base de dados e elaboram estatísticas. Executam tarefas relacionadas com a elaboração e manutenção de arquivos, podendo ainda, operar equipamentos reprográficos, recuperar e preservar as informações por meio digital, magnético ou papel.

CBO: 4102-05 **GFIP: 00**

12 funcionários

Conclusão da Aposentadoria Especial – AGENTE ADMINISTRATIVO
Agente físico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente químico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente biológico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**

SETOR
GHE 02 APOIO EDUCAÇÃO
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

35 funcionários

CARGO
AUXILIAR DE CRECHE
Cuidam de bebês, crianças, a partir de objetivos estabelecidos por instituições especializadas ou responsáveis diretos, zelando pelo bem-estar, saúde, alimentação, higiene pessoal, educação, cultura, recreação e lazer da criança assistida. Cuidar da aparência e higiene da criança; Controlar horários das atividades diárias da criança; Ajudar a criança nas atividades diárias; Banho e necessidades fisiológicas. Servir a refeição em ambientes e em porções adequadas; Estimular a ingestão de líquidos e de alimentos variados; Controlar a ingestão de líquidos e alimentos; Ajudar a criança na alimentação. Prestar serviços auxiliares nas creches municipais, atendendo as crianças em suas necessidades diárias, providenciando sua alimentação e higiene pessoal, acompanhando-as em atividades recreativas e outras pertinentes para garantir o seu bem estar e desenvolvimento sadio. Zelar sempre pelo bem estar da criança.

CBO: 5162-05 **GFIP: 00**

10 funcionários

CARGO
CUIDADOR ESCOLAR
Cuidam de alunos e crianças, prestam apoio as atividades acadêmicas, controlam atividades livres dos alunos, orientam alunos sobre regras e procedimentos, regimento escolar, cumprimento de horários; ouvem reclamações e analisam fatos, cuidam de bebês, crianças, a partir de objetivos estabelecidos por instituições especializadas ou responsáveis diretos, zelando pelo bem-estar, saúde, alimentação, higiene pessoal, educação, cultura, recreação e lazer do assistido. Cuidar da aparência e higiene de alunos e crianças; Controlar horários das atividades diárias de alunos e crianças; Ajudar a criança nas atividades diárias; Banho e necessidades fisiológicas; Estar atento às ações de alunos e crianças. Orientar entrada e saída dos alunos e crianças; Impedir permanência de alunos e crianças durante recreio nas salas de aula; Observar circulação dos alunos durante o recreio. Observar temperatura, urina, fezes e vômitos; Observar a qualidade do sono; Prestar cuidados especiais a crianças com limitações ou dependência física; Manusear adequadamente; Observar alterações físicas (manchas, inchaço, ferimentos). Desenvolver atividades de apoio nos serviços gerais da escola, na limpeza e conservação; Atuar como apoio nos eventos promovidos pela escola. Auxiliar os professores e coordenadores nos cuidados básicos com as crianças da educação infantil. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

CBO: 3311-10 **GFIP: 00**

25 funcionários

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo AUXILIAR DE CRECHE / CUIDADOR ESCOLAR**			
Identificação			
Perigo/Fator de Risco **Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)**		Grupo **Biológico**	
Descrição	Proveniente da higiene pessoal de bebês e crianças.		
Fundamentação legal	Anexo IV do Decreto nº 3.048, de 6 de Maio 1999.		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.		
Fontes ou circunstâncias	Cuidados com a higiene pessoal de bebês e crianças		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
EPI	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas:		
Exposição			
Critério	Qualitativo		

Conclusão da Aposentadoria Especial
AUXILIAR DE CRECHE / CUIDADOR ESCOLAR
Agente físico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente químico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente biológico
MICROORGANISMOS E PARASITAS INFECTO-CONTAGIOSOS VIVOS E SUAS TOXINAS (Redação dada pelo Decreto nº 4.882, de 2003) a) trabalhos em estabelecimentos de saúde em contato com pacientes portadores de doenças infectocontagiosas ou com manuseio de materiais contaminados; b) trabalhos com animais infectados para tratamento ou para o preparo de soro, vacinas e outros produtos; c) trabalhos em laboratórios de autópsia, de anatomia e anátomo-histologia; d) trabalho de exumação de corpos e manipulação de resíduos de animais deteriorados; e) trabalhos em galerias, fossas e tanques de esgoto; f) esvaziamento de biodigestores; g) coleta e industrialização do lixo. Ausência de exposição aos agentes citados unicamente nas atividades relacionadas. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**

SETOR
GHE 03 EDUCAÇÃO E CULTURA
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

149 funcionários

CARGO
PROFESSOR-PEB 1
Participar da elaboração da proposta pedagógica da escola; Elaborar e cumprir plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da escola; Zelar pela aprendizagem dos alunos; Participar, integralmente, dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; Ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos; Estabelecer e implementar estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento. Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; Incumbir-se das demais tarefas indispensáveis ao atingimento dos fins educacionais da escola e ao processo de ensino-aprendizagem.

CBO: 331105 **GFIP: 00**

111 funcionário

CARGO
PROFESSOR-PEB 2
Participar da elaboração da proposta pedagógica da escola; Elaborar e cumprir plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da escola; Zelar pela aprendizagem dos alunos; Estabelecer e implementar estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento. Ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos; Participar, integralmente, dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; Incumbir-se das demais tarefas indispensáveis ao atingimento dos fins educacionais da escola e ao processo de ensino-aprendizagem.

CBO: 2311-10 **GFIP: 00**

21 funcionários

SETOR
GHE 04 NUTRIÇÃO
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

2 funcionários

CARGO
NUTRICIONISTA
Prestar assistência nutricional a indivíduos e coletividades (sadios e enfermos); planejar, organizar, administrar e avaliar unidades de alimentação e nutrição; efetuar controle higiênico-sanitário; participar de programas de educação nutricional; estruturar e gerenciar serviços de alimentação e nutrição e ministrar cursos. Atuar em conformidade ao manual de boas práticas. Identificar população-alvo; Participar de diagnóstico interdisciplinar; Realizar inquérito alimentar; Coletar dados antropométricos; Solicitar exames laboratoriais. Realizar atendimento domiciliar; Prover educação nutricional; Prover orientação nutricional; Elaborar plano alimentar em atividades físicas extremas (esportes radicais etc.). Controlar higienização de pessoal; Controlar higienização de ambiente; Controlar higienização de equipamentos e utensílios; Controlar higienização de alimentos. Fazer uso de veículos da frota pública municipal, no desempenho das atividades do seu cargo.

CBO: 2237-10 **GFIP: 00**

2 funcionários

Conclusão da Aposentadoria Especial – NUTRICIONISTA
Agente físico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente químico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente biológico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**

SETOR
GHE 05 TRASNPORTE
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral. Áreas externas conforma a demanda e/ou necessidade do munícipio.

5 funcionários

CARGO
MOTORISTA PROFISSIONAL
Dirigir e manobrar veículos tipo ônibus, carros, caminhões e carretas. Transportar pessoas, cargas, pacientes e material biológico humano. Realizar verificações e manutenções básicas do veículo e utilizam equipamentos e dispositivos especiais tais como sinalização sonora e luminosa, software de navegação e outros. Utilizar de capacidades comunicativas. Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Os condutores de ambulância auxiliam as equipes de saúde nos atendimentos de urgência e emergência. Conduzem e vistoriam ônibus de transporte coletivo de alunos e passageiros urbanos, metropolitanos e ônibus rodoviários de longas distâncias; verificam itinerário de viagens; controlam o embarque e desembarque de passageiros e os orientam quanto aos procedimentos no interior do veículo. Dirigir veículos transportando pessoas, cargas, e/ou materiais autorizados aos locais determinados. Vistoriar periodicamente as condições do veículo utilizado e providenciar reparos de emergência, troca de pneus, lavagens, guinchamentos e outros. Identificar e indicar as necessidades de reparos nos sistemas elétricos e mecânicos dos veículos da Prefeitura. Manter sob sua responsabilidade os documentos de porte obrigatório do veículo, observando as orientações para a revalidação dos mesmos. Registrar, em formulário específico, os percursos realizados, quilometragem e itinerários da frota oficial. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

CBO: 514320 / 7823-10 / 7823-20 / 7824-05 **GFIP: 00**

5 funcionários

Conclusão da Aposentadoria Especial
MOTORISTA PROFISSIONAL
Agente físico RUÍDO a) Exposição a Níveis de Exposição Normalizados (NEN) superiores a 85 dB(A). (Redação dada pelo Decreto nº 4.882, de 2003). Inconclusivo, necessário avaliação quantitativo da exposição do colaborador ao agente físico Ruído para conclusão. VIBRAÇÕES Inconclusivo, necessário avaliação quantitativo da exposição do colaborador ao agente físico Vibração de Corpo Inteiro para conclusão.
Agente químico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente biológico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**

SETOR
GHE 06 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral. Áreas diversas conforme demanda da secretaria executiva de educação, cultura e turismo.

36 funcionários

CARGO
AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICO
Os trabalhadores de limpeza e conservação de áreas públicas preservam as vias públicas, varrendo calçadas, sarjetas e calçadões, acondicionando o lixo para que seja coletado e encaminhado para o aterro sanitário. Zelam pela segurança das pessoas sinalizando e isolando áreas de risco e de trabalho. Trabalham na limpeza e conservação de áreas públicas, coletam resíduos domiciliares, resíduos sólidos de serviços de saúde e resíduos coletados nos serviços de limpeza; Conservam as áreas públicas lavando-as, pintando guias, postes, viadutos, muretas e etc; Auxiliam nos serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos; Trabalham na ornamentação de canteiros urbanos, através da construção de viveiros e canteiros Varrer sarjetas e calçadões; Varrer calçadas; Amontoar detritos e folhagem; Acondicionar lixo em latões ou sacos plásticos; Empurrar carrinho (lutocar); Ensacar animais mortos; Recolher animais mortos; Solicitar coleta de animais mortos; Solicitar remoção de entulho; Executar serviços de varrição, coleta e transporte de lixo industrial, domiciliar, hospitalar e rural e lavagem de ruas e logradouros públicos municipais, mantendo-os em condições adequadas, acondicionando os materiais coletados conforme as orientações e procedimentos estabelecidos. Executar serviços de conservação de ruas e logradouros públicos realizando capinas, roçadas, pinturas em meio-fio, muros, grades e postes, limpeza de ralos, trincheiras, bocas de lobo, caixas de visita, limpeza de córregos e outras atividades correlatas.

CBO: 5142-05 **GFIP: 00**

8 funcionários

CARGO
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Executar sob supervisão serviços de copeiragem, conservação, limpeza e zeladoria em prédios públicos servindo, limpando vidros e fachadas, recintos internos e acessórios. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Preparar sucos, lanches, cafés e pequenas refeições; Servir água, cafezinho, suco; Administrar fluxo de serventia; Receber e distribuir refeições; Receber ou recolher bandejas, louças e talheres após as refeições, providenciando sua lavagem e guarda ou o envio ao setor competente; Secar louça e prataria, esterilizar instrumentos e materiais; Operar com aparelhos elétricos utilizados nos serviços de alimentação; Limpar talheres, equipamentos de refrigeração assim como balcão, bancada e bandejas; retirar restos de comida, separando e destinando o lixo; Lavar fachadas; Limpar vidros; Remover resíduos dos vidros; Remover pichações; Limpar móveis e equipamentos eletrodomésticos, lustres, luminárias, ventiladores e tudo o que mais constar nos recintos dos prédios municipais; Limpar superfícies (paredes, pisos, etc..); Lavar banheiros; Aspirar pó; Lavar pisos; Encerar pisos; Remover sujeira; Varrer pisos; Secar pisos; Passar pano; Limpar, lavar cortinas e persianas; Recolher lixo; Depositar o lixo e detritos da cozinha em lugares apropriados, de forma a evitar proliferação de insetos; Proceder à limpeza de ralos, caixas de gordura e esgotos, assim como desentupir pias e ralos; Prover os sanitários com toalha, sabão e papel higiênico, removendo os já utilizados; Auxiliar na realização de serviços em geral como recebimento, separação e Distribuição de correspondência e materiais, atividades de limpeza, copa e conservação de instalações. Executar trabalhos de limpeza em geral em edifícios e outros locais, para manutenção das condições de higiene e conservação do ambiente, coletando o lixo.

CBO: 4122-05 **GFIP: 00**

22 funcionários

CARGO
SERVENTES

Executar sob supervisão serviços de copeiragem, conservação, limpeza e zeladoria em prédios públicos servindo, limpando vidros e fachadas, recintos internos e acessórios. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Preparar sucos, lanches, cafés e pequenas refeições; Servir água, cafezinho, suco; Administrar fluxo de serventia; Receber ou recolher bandejas, louças e talheres após as refeições, providenciando sua lavagem e guarda ou o envio ao setor competente; Operar com aparelhos elétricos utilizados nos serviços de alimentação; Preparar a merenda escolar para os alunos das escolas públicas municipais; separar material na confecção da refeição ou prato especial, verificando o estado de conservação dos alimentos e seu prazo de validade; controlar o estoque gêneros alimentícios, bem como, requisitar e receber sua reposição do almoxarifado, armazenando-os segundo as normas e instruções vigentes; Auxiliar na realização de serviços em geral como recebimento, separação e Distribuição de correspondência e materiais, atividades de limpeza, copa e conservação de instalações. Executar trabalhos de limpeza em geral em edifícios e outros locais, para manutenção das condições de higiene e conservação do ambiente, coletando o lixo, entre outras.

CBO: 5143-20 **GFIP: 00**

6 funcionários

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS / AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS / SERVENTES**			
Identificação			
Perigo/Fator de Risco **Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)**		Grupo **Biológico**	
Descrição	Proveniente da limpeza de banheiros e coleta de lixo.		
Fundamentação legal	Anexo IV do Decreto nº 3.048, de 6 de Maio 1999.		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.		
Fontes ou circunstâncias	Limpeza de banheiros e coleta de lixos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
EPI	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas: • Avental de PVC • Luvas de PVP • Botas de PVP • Óculos de Proteção		
Exposição			
Critério	Qualitativo		

Conclusão da Aposentadoria Especial – AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS / AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS / SERVENTES
Agente físico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente químico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente biológico
MICROORGANISMOS E PARASITAS INFECTO-CONTAGIOSOS VIVOS E SUAS TOXINAS (Redação dada pelo Decreto nº 4.882, de 2003) a) trabalhos em estabelecimentos de saúde em contato com pacientes portadores de doenças infecto-contagiosas ou com manuseio de materiais contaminados; b) trabalhos com animais infectados para tratamento ou para o preparo de soro, vacinas e outros produtos; c) trabalhos em laboratórios de autópsia, de anatomia e anátomo-histologia; d) trabalho de exumação de corpos e manipulação de resíduos de animais deteriorados; e) trabalhos em galerias, fossas e tanques de esgoto; f) esvaziamento de biodigestores; g) coleta e industrialização do lixo. Ausência de exposição aos agentes citados unicamente nas atividades relacionadas. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**

SETOR
GHE 07 VIGILÂNCIA
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral. Locais para vigilância conforma a demanda e/ou necessidade do munícipio.

Funcionários 10

CARGO
VIGIA
Zelam pela guarda do patrimônio observando o comportamento e movimentação de pessoas para prevenir perdas, evitar incêndios, acidentes e outras anormalidades. Controlam o fluxo de pessoas e veículos identificando-os e encaminhando-os aos locais desejados. Recebem mercadorias, volumes diversos e correspondências. Fazem manutenções simples nos locais de trabalho. Exercer função de vigia como a atividade dos que exercem desarmados, vigilância sobre depósitos de materiais, pátios, áreas abertas, terminal rodoviário, estação rodoviária, mercados públicos, parques, hortos ou reservas florestais, centros de esportes, escolas, obras em execução, edifícios onde funcionam as repartições municipais e demais áreas e logradouros públicos. Observar movimentação/comportamento das pessoas estranhas; Observar tipo de pessoas estranhas; Atentar para posicionamento dos veículos no estacionamento; Contactar proprietários dos veículos irregularmente estacionados; Monitorar pelo circuito fechado de tv; Prevenir incêndios e acidentes; Chamar segurança; Realizar abordagem preventiva pós-furto; Acompanhar abertura e fechamento das instalações; Comunicando imediatamente à autoridade superior quaisquer irregularidades encontradas e contatar órgãos públicos, quando necessário, relatando a emergência e solicitando socorro, inclusive ajuda policial. Preencher corretamente os formulários referentes à avaliação de desempenho; Executar outras atividades correlatas ao cargo solicitadas pelo chefe imediato.

CBO: 5174-20 **GFIP: 00**

Funcionários 10

Conclusão da Aposentadoria Especial – **VIGIA**
Agente físico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente químico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente biológico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**

Síntese

Unidade				
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENOPOLIS				
Setor	**Cargo**	**Risco**	**Aposentadoria**	**Período**
GHE 02 APOIO EDUCAÇÃO	AUXILIAR DE CRECHE	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Não	.
GHE 02 APOIO EDUCAÇÃO	CUIDADOR ESCOLAR	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Não	.
GHE 06 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICO	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Não	.
GHE 06 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Não	.
GHE 06 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	SERVENTES	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Não	.

Conclusão

Conclusões e recomendações gerais

Os resultados apresentados, bem como as descrições técnicas, tiveram embasamento nas evidências durante as diligências para o desenvolvimento do PGR. A conclusão do laudo considera a situação evidenciada na empresa na data de sua elaboração. Não tem prazo de validade, devendo ser refeito sempre que houver alteração dos riscos presentes no ambiente de trabalho.

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718

Assinado de forma digital por GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718
Dados: 2024.10.02 07:03:17 -03'00'

Responsável pelo LTCAT
Gustavo Cordeiro Miranda
CPF: 092.897.697-18
NIT: 128.65129.29-4
Conselho de classe: CREA 051725/D
UF: ES
Especialidade: Engenheiro de Segurança

ANEXO 1 – ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - ART

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977
CREA-ES
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do ES

ART de Obra ou Serviço

0820240368329

ART Individual

1. Responsável Técnico

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA

Título profissional: **ENGENHEIRO DE PRODUÇÃO,ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO,TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO,TECNÓLOGO EM GEST**

RNP: 0819492124
Registro: ES-051725/D
Registro: 19221

Empresa contratada: ST CONSULTORIA OCUPACIONAL E MEIO AMBIENTE LTDA

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS** CPF/CNPJ: **27167345000190**
Rua: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS Nº: 545
Complemento: CEP: 29770000
Cidade: MANTENÓPOLIS UF: ES Bairro: CENTRO
Telefone:
Contrato: 000077/2023 Nº do Aditivo: 0
Valor do Contrato/Honorários: R$15.050,00 Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA

3. Dados da Obra/Serviço

Rua: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS Nº: 545
Complemento: Bairro: CENTRO Quadra Lote
Cidade: MANTENÓPOLIS UF: ES CEP: 29770000
Data de início: 10/09/2024 Prev. Término: 10/09/2024 Coord. Geogr.: ,
Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS CPF/CNPJ:27167345000190

4. Atividade Técnica

Qtde de Pavimento(s): 0 **Nº Pavimento(s):** 0 **Dimensão/Quantidade:** 1 **Unidade de medida:** UNID

ATIVIDADE(S) TÉCNICA(S): 43 - 13.2 - ASSESSORIA TÉCNICA

PARTICIPAÇÃO:

NATUREZA: 100 - RESPONSABILIDADE TÉCNICA

NÍVEL: 104 - EXECUÇÃO

NATUREZA DO(S) SERVIÇO(S): 9111 - SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS (ESPECIFICAR NO CAMPO 22)

TIPO DA OBRA/SERVIÇO: 2001 - SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS (ESPECIFICAR NO CAMPO 22)

PROJETO(S)/SERVIÇO(S): 100 - NENHUM

Após a conclusão das atividades técnicas, o profissional deverá proceder a baixa desta ART.

5. Observações

REFERENTE A CONTRATAÇAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE MEDICINA DO TRABALHO PARA ELABORAÇÃO DE PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCO, LTCAT (LAUDO TÉCNICO DA CONDIÇÃO DO AMBIENTE DE TRABALHO, PCMSO (PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL), PPP, LAUDO DE INSALUBRIDADE E DE PERICULOSIDADE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPALDE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO; SEM CONTUDO TER PROVIDENCIADO O REGISTRO DE ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART), NESTE CONSELHO.

6. Declarações

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718 Assinado de forma digital por GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718 Dados: 2024.10.02 07:04:02 -03'00'

Profissional

Contratante

Acessibilidade: <declara a aplicabilidade das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº5.296, de 2 de dezembro de 2004, às atividades profissionais acima relacionadas.>

7. Entidade de classe

SENGE - SINDICATO DOS ENGENHEIROS DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO

8.Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima.

Local de Data de

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718 Assinado de forma digital por GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718 Dados: 2024.10.02 07:03:43 -03'00'

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA - CPF: 09289769718

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS - CPF/CNPJ: 27167345000190

9. Informações

- **A ART é válida somente quando quitada, podendo sua conferência ser realizada no site do CREA.**
- **A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.creaes.org.br ou www.confea.org.br**
- **A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.**

www.creaes.org.br creaes@creaes.org.br
tel: (27)3134-0046 art@creaes.org.br

CREA-ES Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo

Valor ART: R$ 262,55 Registrada em: 10/09/2024 Data de pagamento: 12/09/2024 Valor Pago: R$ 262,55 Nosso Número: 140000000016510939

PCMSO

PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL

Consultoria Ocupacional & Meio Ambiente

Nosso site

Sumário

Identificação 3
Médico do trabalho responsável 3
Diretrizes 4
O que é o programa? 4
Objetivos 4
Legalização 4
Implementação 5
Obrigações 5
Responsabilidades 5
Desenvolvimento do Programa 5
Obrigatoriedade dos exames médicos 6
Registro de Dados 6
Preparação para emergência 7
Ações de Saúde no PCMSO- Controle médico Específico 8
Unidade /Setor / Cargo / Funções – Exames complementares 9
Planejamento das atividades do PCMSO 31
Conclusão 32

Consultoria Ocupacional & Meio Ambiente	**PCMSO** **Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional** **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS**	**Agosto de 2024**

Vigência do PCMSO	**Agosto DE 2024 A Agosto DE 2026**

Identificação			
Empresa SECRETARIA EXE. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO			
Endereço Avenida Presidente Vargas, nº 545		Complemento	CNPJ 27.167.345/0001-90
CEP 29.770-000	Cidade Mantenópolis	Bairro Centro	UF ES
CNAE 8411-6/00	Grau de Risco 1	Descrição CNAE Administração Pública em Geral	

Médico do Trabalho Responsável

Compete ao empregador indicar um médico do trabalho responsável pelo PCMSO. Inexistindo médico do trabalho na localidade, a organização pode contratar médico de outra especialidade como responsável pelo PCMSO.

O MEI, a ME e a EPP, graus de risco 1 e 2, que declararem as informações digitais na forma prevista na legislação e não identificarem exposições ocupacionais a agentes físicos, químicos, biológicos e riscos relacionados a fatores ergonômicos, ficam dispensados de elaboração do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.

As MEI, ME e EPP desobrigadas de elaborar PCMSO, devem realizar e custear exames médicos ocupacionais admissionais, demissionais e periódicos, a cada dois anos, de seus empregados.

RICARDO PINHEIRO LIMA

Assinado de forma digital por RICARDO PINHEIRO LIMA
Dados: 2024.10.02 06:48:48 -03'00'

Médico Responsável pelo PCMSO
Ricardo Pinheiro Lima
Médico do Trabalho
CRM - ES 1614
RQE - 3136
NIT 103.26225.12-6

Diretrizes
O PCMSO é parte integrante do conjunto mais amplo de iniciativas da organização no campo da saúde de seus empregados, devendo estar harmonizado com o disposto nas demais NR. São diretrizes do PCMSO: a) rastrear e detectar precocemente os agravos à saúde relacionados ao trabalho; b) detectar possíveis exposições excessivas a agentes nocivos ocupacionais; c) definir a aptidão de cada empregado para exercer suas funções ou tarefas determinadas; d) subsidiar a implantação e o monitoramento da eficácia das medidas de prevenção adotadas na organização; e) subsidiar análises epidemiológicas e estatísticas sobre os agravos à saúde e sua relação com os riscos ocupacionais; f) subsidiar decisões sobre o afastamento de empregados de situações de trabalho que possam comprometer sua saúde; g) subsidiar a emissão de notificações de agravos relacionados ao trabalho, de acordo com a regulamentação pertinente; h) subsidiar o encaminhamento de empregados à Previdência Social; i) acompanhar de forma diferenciada o empregado cujo estado de saúde possa ser especialmente afetado pelos riscos ocupacionais; j) subsidiar a Previdência Social nas ações de reabilitação profissional; k) subsidiar ações de readaptação profissional; l) controlar da imunização ativa dos empregados, relacionada a riscos ocupacionais, sempre que houver recomendação do Ministério da Saúde.

O que é o Programa?
O PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional visa à preservação e a conservação da saúde e da integridade física dos trabalhadores da empresa. O Programa alerta e dar ênfase para o controle da saúde, privilegiando a relação de saúde de seus trabalhadores de forma coletiva e individual. O programa é um documento base implantado nas empresas que tem por objetivo evitar danos à vida do trabalhador e doenças ocupacionais derivadas do trabalho exercido.

Objetivo do PCMSO
Prevenção, rastreamento e diagnóstico precoce dos agravos à saúde dos colaboradores, além da constatação da existência de casos de doenças profissionais ou possíveis danos irreversíveis à saúde dos trabalhadores. Para a elaboração deste PCMSO foram utilizados os procedimentos básicos e fundamentais que norteiam as informações técnicas e científicas fornecidas pelo PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos) e LTCAT (Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho).

Legalização
O PCMSO está previsto na lei Portaria GM n.º 3.214, de 08 de junho de 1978 Portaria SSST n.º 24, de 29 de dezembro de 1994, tendo em vista a NR 07, que estabelece a obrigatoriedade da elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados.

Implementação

A Empresa que tem por iniciativa de implementação do PCMSO estará automaticamente seguindo os preceitos estabelecidos na NR 07, na qual estabelece a obrigatoriedade de sua implementação e eficácia acompanhando o trabalhador em suas atividades profissionais e a variação de sua saúde no decorrer da atividade.

Obrigações

Toda Empresa ou instituição que admite trabalhadores como empregados estão obrigados a elaborar e implementar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional conforme a NR 07.
O PCMSO deve incluir a realização obrigatória dos exames médicos:

1. admissional;
2. periódico;
3. de retorno ao trabalho;
4. de mudança de riscos ocupacionais;
5. demissional.

Responsabilidade

Compete ao **empregador**:
a) garantir a elaboração e efetiva implantação do PCMSO;
b) custear sem ônus para o empregado todos os procedimentos relacionados ao PCMSO;
c) indicar médico do trabalho responsável pelo PCMSO.

Cabe ao **trabalhador**:
a) cumprir as disposições legais e regulamentares sobre segurança e saúde no trabalho, inclusive as ordens de serviço expedidas pelo empregador;
b) submeter-se aos exames médicos previstos nas NR;
c) colaborar com a organização na aplicação das NR; e
d) usar o equipamento de proteção individual fornecido pelo empregador.

Desenvolvimento do Programa

Monitorar a saúde dos empregados de forma regular:

1. Realização dos exames médicos obrigatórios: admissionais, periódicos, de retorno ao trabalho, mudança de função e demissional;
2. Utilizar os diagnósticos encontrados, sempre no sentido de estabelecer medidas para prevenir o surgimento ou a repetição de patologias semelhantes na empresa;
3. Obedecer a um planejamento em que estejam previstas as ações de saúde a serem executadas durante o ano, devendo estas ser objeto de relatório anual;
4. Dar conhecimento e explicação ao empregado dos achados encontrados nos exames, orientando, quando necessário, sobre as medidas preventivas a serem adotadas e estimulando-o a ter uma participação ativa na prevenção de sua saúde, podendo deste modo, adotar procedimentos apropriados para trabalhar com segurança e no uso de EPI.

<u>Conscientização e Promoção a Saúde:</u>
A realização de palestras, campanhas, eventos educativos e treinamentos nas áreas de higiene e medicina do trabalho são fundamentais para conscientização dos empregados sobre os riscos existentes no seu ambiente de trabalho, facilitando assim a prevenção de acidentes, doenças profissionais e outras, devendo ser realizadas de forma sistemática durante o transcorrer do

PCMSO.
Promoção da Saúde:
Poderão ser agendadas durante o ano palestras educativas sobre os seguintes temas:
- Primeiros Socorros;
- Higiene e Saúde;
- Ergonomia;
- Desidratação/ Hidratação;
- Distúrbios metabólicos e endócrinos (diabetes, hipertensão arterial, tireoide, obesidade).

Realização obrigatória dos exames médicos

- **Admissional**

Será realizado por ocasião da contratação do empregado, antes que ele assuma suas funções.

- **Periódico**

O exame médico periódico procura previamente detectar os desvios da saúde que porventura existem nos trabalhadores, mesmo antes de se manifestarem, procurando a correção o mais breve possível, podendo ser percebidas ou não pelo trabalhador. Para realização, a empresa será comunicada a necessidade de sua realização, devendo para tanto proporcionar ao trabalhador seu encaminhamento ao serviço de medicina ocupacional. O não comparecimento do trabalhador no local e horário indicado, bem como a não realização de exames complementares irá fazer parte da estatística do Relatório Anual. É imprescindível o apoio da direção, bem como dos responsáveis pelos trabalhadores.

- **De retorno ao trabalho**

No exame de retorno ao trabalho, o exame clínico deve ser realizado antes que o empregado reassuma suas funções, quando ausente por período igual ou superior a 30 (trinta) dias por motivo de doença ou acidente, de natureza ocupacional ou não.

- **De mudança de risco ocupacional**

O exame de mudança de risco ocupacional deve, obrigatoriamente, ser realizado antes da data da mudança, adequando-se o controle médico aos novos riscos.

- **Demissional**

No exame demissional, o exame clínico deve ser realizado em até 10 (dez) dias contados do término do contrato, podendo ser dispensado caso o exame clínico ocupacional mais recente tenha sido realizado há:
- Menos de 135 (centro e trinta e cinco) dias, para as organizações graus de risco 1 e 2, e;
- Há menos de 90 (noventa) dias, para as organizações graus de risco 3 e 4.

Registro de Dados

Os dados dos exames clínicos e complementares deverão ser registrados em prontuário médico individual sob a responsabilidade do médico responsável pelo PCMSO, ou do médico responsável pelo exame, quando a organização estiver dispensada de PCMSO.

O prontuário do empregado deve ser mantido pela organização, no mínimo, por 20 (vinte) anos após o seu desligamento, exceto em caso de previsão diversa constante na NR 7.

Em caso de substituição do médico responsável pelo PCMSO, a organização deve garantir que os prontuários médicos sejam formalmente transferidos para seu sucessor.

Cada trabalhador terá o seu prontuário clínico individual contendo:

1. Avaliação clínica;
2. Exames complementares (se necessário);
3. Conclusão do exame médico obrigatório;
4. Medidas aplicadas.

O médico responsável pelo PCMSO deve elaborar relatório analítico do Programa, anualmente, considerando a data do último relatório, contendo, no mínimo:

1. o número de exames clínicos realizados;
2. o número e tipos de exames complementares realizados;
3. estatística de resultados anormais dos exames complementares, categorizados por tipo do exame e por unidade operacional, setor ou função;
4. incidência e prevalência de doenças relacionadas ao trabalho, categorizadas por unidade operacional, setor ou função;
5. informações sobre o número, tipo de eventos e doenças informadas nas CAT, emitidas pela organização, referentes a seus empregados;
6. análise comparativa em relação ao relatório anterior e discussão sobre as variações nos resultados.

Relatório analítico do programa

O médico responsável pelo PCMSO deve elaborar relatório analítico do Programa, anualmente, considerando a data do último relatório, contendo, no mínimo:

1. o número de exames clínicos realizados;
2. o número e tipos de exames complementares realizados;
3. estatística de resultados anormais dos exames complementares, categorizados por tipo do exame e por unidade operacional, setor ou função;
4. incidência e prevalência de doenças relacionadas ao trabalho, categorizadas por unidade operacional, setor ou função;
5. informações sobre o número, tipo de eventos e doenças informadas nas CAT, emitidas pela organização, referentes a seus empregados;
6. análise comparativa em relação ao relatório anterior e discussão sobre as variações nos resultados.

Preparação para emergências

A organização deve estabelecer, implementar e manter procedimentos de respostas aos cenários de emergências, de acordo com os riscos, as características e as circunstâncias das atividades.

Os procedimentos de respostas aos cenários de emergências devem prever:

a) Os meios e recursos necessários para os primeiros socorros, encaminhamento de acidentados e abandono; e

b) as medidas necessárias para os cenários de emergências de grande magnitude, quando aplicável.

KIT DE PRIMEIROS SOCORROS

É de extrema importância e necessário a empresa obter o kit de primeiros socorros para melhor atendimento e desempenho das primeiras medidas tomadas diante de algum acidente de trabalho, para não se agravar a saúde do trabalhador ou sua integridade física.

Este procedimento de emergência de primeiros socorros se caracteriza pela aplicação de métodos que podem evitar agravamento em vítimas de acidentes, de mal de súbito ou em perigo de vida, tendo por base o intuito de manter os sinais vitais, procurando evitar o agravamento do quadro no qual a pessoa se encontra. É uma ação individual ou coletiva, dentro de suas devidas limitações em auxílio ao próximo, até que o socorro avançado esteja no local para prestar uma assistência mais minuciosa e definitiva.

O kit de primeiros socorros deve estar em local visível e em uma pequena maleta de fácil acesso.

Este kit deve conter no mínimo os itens seguintes:

- Algodão hidrófilo;
- Álcool 70%
- Luvas descartáveis;
- Esparadrapo (tamanho médio);
- Gaze estéril
- Pinça
- Atadura (20 cm)
- Soro fisiológico
- Termômetro
- Curativo adesivo (tipo band-aid)
- Cotonete

TREINAMENTOS EM PRIMEIROS SOCORROS

É de responsabilidade de a empresa providenciar treinamento aos funcionários, para que haja recursos mínimos, necessários para a prestação de primeiros socorros aos trabalhadores, acidentados ou com problemas de saúde em caráter de urgência ou emergência.

É de vital importância a prestação de atendimentos emergenciais. Conhecimentos simples muitas vezes diminuem o sofrimento, evitam complicações futuras e podem inclusive em muitos casos salvar vidas.

Ações de Saúde no PCMSO

Podem ser caracterizados como as palestras educativas, treinamentos, e acompanhamento individual, que promovem o bem estar do trabalhador, observando uma enorme preocupação da organização, caracterizando também um problema do individual e seus familiares, situando a empresa na realidade de seu meio social, e elevando sua responsabilidade sobre a sociedade.

Todos os funcionários deverão ser Imunizados conforme Programa Nacional de Imunização

Vacina Dupla

Vacina Febre Amarela (para funcionários que atuam em áreas endêmicas)

Vacina de Gripe

Unidade: SECRETARIA EXE. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO

Setor: GHE 01 ADMINISTRATIVO
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

	Nº de Funcionários
Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO	Total: 12
Descrição detalhada: Supervisionam e controlam serviços financeiros diversos, bens-patrimoniais e logísticos; elaboram orçamentos, efetuam pagamentos, realizam cobrança, controlam bens patrimoniais, fecham câmbio, analisam crédito, coordenam caixas, administram processos logísticos e gerenciam almoxarifado/estoque; Supervisionam equipes de trabalho, orientando e avaliando desempenho em busca da melhor qualidade no trabalho. Organizam documentos e efetuam sua classificação contábil; geram lançamentos contábeis, auxiliam na apuração dos impostos, conciliam contas e preenchimento de guias de recolhimento e de solicitações, junto a órgãos do governo. Emitem notas de venda e de transferência entre outras; realizam o arquivo de documentos; Organizam a rotina de serviços e realizam entrada e transmissão de dados, operando teleimpressores e microcomputadores; registram e transcrevem informações, operando máquinas de escrever; atendem necessidades do setor interno e externo. Supervisionam trabalho e equipe; Organizam documentos e informações. Orientam usuários e os auxiliam na recuperação de dados e informações. Disponibilizam fonte de dados para usuários. Providenciam aquisição de material e incorporam material ao acervo. Arquivam documentos, classificando-os segundo critérios apropriados para armazená-los e conservá-los. Prestam serviço de comutação, alimentam base de dados e elaboram estatísticas. Executam tarefas relacionadas com a elaboração e manutenção de arquivos, podendo ainda, operar equipamentos reprográficos, recuperar e preservar as informações por meio digital, magnético ou papel.	

Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Postura sentada por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Presença de reflexos em telas, painéis, vidros, monitores ou qualquer superfície, que causem desconforto ou prejudiquem a visualização	**Ergonômicos**	Situação desconfortável aos olhos, proveniente do uso frequente de telas de computadores para execução das atividades.
Trabalho intensivo com teclado ou outros dispositivos de entrada de dados	**Ergonômicos**	Problemas nas articulações e nos músculos (LER/DORT) e nos dedos (tendinites)

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

Setor: GHE 03 APOIO EDUCAÇÃO
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

	Nº de Funcionários
Cargo: AUXILIAR DE CRECHE	Total: 10
Descrição detalhada: Cuidam de bebês, crianças, a partir de objetivos estabelecidos por instituições especializadas ou responsáveis diretos, zelando pelo bem-estar, saúde, alimentação, higiene pessoal, educação, cultura, recreação e lazer da criança assistida. Cuidar da aparência e higiene da criança; Controlar horários das atividades diárias da criança; Ajudar a criança nas atividades diárias; Banho e necessidades fisiológicas; Estar atento às ações da criança; Verificar informações, sinais dados pela criança; Passar informações do dia a dia da criança; Relatar o dia-a-dia da criança aos responsáveis; Educar a criança nos deveres da casa; Manter o lazer e a recreação no dia-a-dia; Desestimular a agressividade; Auxiliar no aprendizado da criança. Cuidar da aparência e higiene da criança; Controlar horários das atividades diárias da criança; Ajudar a criança nas atividades diárias; Banho e necessidades fisiológicas; Estar atento às ações da criança; Verificar informações, sinais dados pela criança; Passar informações do dia a dia da criança; Relatar o dia-a-dia da criança aos responsáveis; Educar a criança nos deveres da casa; Manter o lazer e a recreação no dia-a-dia; Desestimular a agressividade; Auxiliar no aprendizado da criança. Prestar serviços auxiliares nas creches municipais, atendendo as crianças em suas necessidades diárias, Providenciando sua alimentação e higiene pessoal, acompanhando-as em atividades recreativas e outras pertinentes para garantir o seu bem estar e desenvolvimento sadio. Zelar sempre pelo bem estar da criança.		
Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Umidade	**Físico**	Este agente pode provocar doenças no aparelho respiratório, quedas, doenças de pele, entre outras.
Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	**Biológico**	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.
Frequente deslocamento a pé durante a jornada de trabalho	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Postura de pé por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.
Exigência de flexões de coluna vertebral frequentes	**Ergonômicos**	Pode provocar Lesões musculoesqueléticas, fadiga e exaustão
Trabalho em ambientes com risco de queda de objetos	**Acidente**	Este agente pode provocar contusões, entorses, luxações ou fraturas.

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

		Nº de Funcionários
Cargo: CUIDADOR ESCOLAR		Total: 25
Descrição detalhada: Cuidam de alunos e crianças, prestam apoio as atividades acadêmicas, controlam atividades livres dos alunos, orientam alunos sobre regras e procedimentos, regimento escolar, cumprimento de horários; ouvem reclamações e analisam fatos, cuidam de bebês, crianças, a partir de objetivos estabelecidos por instituições especializadas ou responsáveis diretos, zelando pelo bem-estar, saúde, alimentação, higiene pessoal, educação, cultura, recreação e lazer do assistido. Cuidar da aparência e higiene de alunos e crianças; Controlar horários das atividades diárias de alunos e crianças; Ajudar a criança nas atividades diárias; Banho e necessidades fisiológicas; Estar atento às ações de alunos e crianças. Orientar entrada e saída dos alunos e crianças; Impedir permanência de alunos e crianças durante recreio nas salas de aula; Observar circulação dos alunos durante o recreio. Observar temperatura, urina, fezes e vômitos; Observar a qualidade do sono; Prestar cuidados especiais a crianças com limitações ou dependência física; Manusear adequadamente; Observar alterações físicas (manchas, inchaço, ferimentos). Desenvolver atividades de apoio nos serviços gerais da escola, na limpeza e conservação; Atuar como apoio nos eventos promovidos pela escola. Auxiliar os professores e coordenadores nos cuidados básicos com as crianças da educação infantil. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.		
Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Umidade	**Físico**	Este agente pode provocar doenças no aparelho respiratório, quedas, doenças de pele, entre outras.
Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	**Biológico**	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.
Frequente deslocamento a pé durante a jornada de trabalho	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Postura de pé por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.
Exigência de flexões de coluna vertebral frequentes	**Ergonômicos**	Pode provocar Lesões musculoesqueléticas, fadiga e exaustão
Trabalho em ambientes com risco de queda de objetos	**Acidente**	Este agente pode provocar contusões, entorses, luxações ou fraturas.

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

Setor: GHE 03 EDUCAÇÃO E CULTURA
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

	Nº de Funcionários
Cargo: PROFESSOR-PEB 1	Total: 111
Descrição detalhada: Participar da elaboração da proposta pedagógica da escola; Elaborar e cumprir plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da escola; Zelar pela aprendizagem dos alunos; Participar, integralmente, dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; Ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos; Estabelecer e implementar estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento. Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; Incumbir-se das demais tarefas indispensáveis ao atingimento dos fins educacionais da escola e ao processo de ensino-aprendizagem.	

Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Frequente execução de movimentos repetitivos	**Ergonômicos**	Podem provocar lesões por esforço repetitivo (LER) ou distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT).
Postura de pé por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.
Postura sentada por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Presença de reflexos em telas, painéis, vidros, monitores ou qualquer superfície, que causem desconforto ou prejudiquem a visualização	**Ergonômicos**	Fadiga nos olhos, ardência e dores de cabeça.

Exames	**ADMISSÃO**	**APÓS ADM.**	**PERIÓDICO**	**RET. TRAB**	**MUD. RISCOS**	**DEMISSÃO**
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

	Nº de Funcionários
Cargo: PROFESSOR-PEB 2	Total: 21
Descrição detalhada: Participar da elaboração da proposta pedagógica da escola; Elaborar e cumprir plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da escola; Zelar pela aprendizagem dos alunos; Estabelecer e implementar estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento. Ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos; Participar, integralmente, dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; Incumbir-se das demais tarefas indispensáveis ao atingimento dos fins educacionais da escola e ao processo de ensino-aprendizagem.	

Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Frequente execução de movimentos repetitivos	**Ergonômicos**	Podem provocar lesões por esforço repetitivo (LER) ou distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT).
Postura de pé por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.
Postura sentada por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Presença de reflexos em telas, painéis, vidros, monitores ou qualquer superfície, que causem desconforto ou prejudiquem a visualização	**Ergonômicos**	Fadiga nos olhos, ardência e dores de cabeça.

Exames	**ADMISSAO**	**APOS ADM.**	**PERIÓDICO**	**RET. TRAB**	**MUD. RISCOS**	**DEMISSÃO**
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

	Nº de Funcionários
Cargo: PROFESSOR-PEB 3	Total: 17
Descrição detalhada: Coordenar a elaboração e a execução da proposta pedagógica da escola; Administrar o pessoal e os recursos materiais e financeiros da escola, tendo em vista o atingimento de seus objetivos pedagógicos; Assegurar o cumprimento dos dias letivos e hora-aula estabelecidos; Velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente; Prover meios para recuperação dos alunos de menor rendimento; Promover a articulação com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola; Informar aos pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola; Coordenar, no âmbito da escola, as atividades de planejamento, avaliação e desenvolvimento profissional; Acompanhar o processo de desenvolvimento dos estudantes, em colaboração com os docentes e as famílias; Elaborar estudos, levantamentos qualitativos e quantitativos indispensáveis ao desenvolvimento do sistema ou rede de ensino ou da escola; Elaborar, acompanhar e avaliar os planos, programas e projetos voltados para o desenvolvimento do sistema e/ou rede de ensino e de escola, em relação a aspectos pedagógicos, administrativos, financeiros, de pessoal e de recursos materiais; Acompanhar e supervisionar o funcionamento das escolas, zelando pelo cumprimento da legislação e normas educacionais e pelo padrão de qualidade de ensino.	

Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Frequente execução de movimentos repetitivos	**Ergonômicos**	Podem provocar lesões por esforço repetitivo (LER) ou distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT).
Postura de pé por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.
Postura sentada por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Presença de reflexos em telas, painéis, vidros, monitores ou qualquer superfície, que causem desconforto ou prejudiquem a visualização	**Ergonômicos**	Fadiga nos olhos, ardência e dores de cabeça.

Exames	**ADMISSÃO**	**APÓS ADM.**	**PERIÓDICO**	**RET. TRAB**	**MUD. RISCOS**	**DEMISSÃO**
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

Setor: GHE 04 NUTRIÇÃO
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

	Nº de Funcionários
Cargo: NUTRICIONISTA	Total: 2
Descrição detalhada: Prestar assistência nutricional a indivíduos e coletividades (sadios e enfermos); planejar, organizar, administrar e avaliar unidades de alimentação e nutrição; efetuar controle higiênico- sanitário; participar de programas de educação nutricional; estruturar e gerenciar serviços de alimentação e nutrição e ministrar cursos. Atuar em conformidade ao manual de boas práticas. Identificar população-alvo; Participar de diagnóstico interdisciplinar; Realizar inquérito alimentar; Coletar dados antropométricos; Solicitar exames laboratoriais; Interpretar indicadores nutricionais; Calcular gasto energético; Identificar necessidades nutricionais; Realizar diagnóstico dietético-nutricional; Estabelecer plano de cuidados nutricionais; Realizar prescrição dietética; Prescrever complementos e suplementos nutricionais; Registrar evolução dietoterápica em prontuário; Conferir adesão à orientação dietético- nutricional; Orientar familiares e cuidadores; Realizar acompanhamento nutricional; Dar alta em nutrição; Realizar atendimento domiciliar. Entre outras atividades. Fazer uso de veículos da frota pública municipal, no desempenho das atividades do seu cargo.	

Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Postura sentada por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Presença de reflexos em telas, painéis, vidros, monitores ou qualquer superfície, que causem desconforto ou prejudiquem a visualização	**Ergonômicos**	Fadiga nos olhos, ardência e dores de cabeça.
Trabalho intensivo com teclado ou outros dispositivos de entrada de dados	**Ergonômicos**	Problemas nas articulações e nos músculos (LER/DORT) e nos dedos (tendinites)
Condução de veículos de qualquer natureza em vias públicas	**Acidente**	Lesões corporais diversas, com grande possibilidade de levar ao óbito ou à invalidez para o trabalhador e para terceiros.

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Avaliação da acuidade visual	X		**12 meses**		X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
ECG (Eletrocardiograma) convencional de até 12 derivações	X		**12 meses**		X	X
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

Setor: GHE 05 TRANSPORTE
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral. Áreas externas conforma a demanda e/ou necessidade do munícipio.

	Nº de Funcionários
Cargo: MOTORISTA PROFISSIONAL	Total: 5
Descrição detalhada: Dirigir e manobrar veículos tipo ônibus, carros, caminhões e carretas. Transportar pessoas, cargas, pacientes e material biológico humano. Realizar verificações e manutenções básicas do veículo e utilizam equipamentos e dispositivos especiais tais como sinalização sonora e luminosa, software de navegação e outros. Utilizar de capacidades comunicativas. Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Os condutores de ambulância auxiliam as equipes de saúde nos atendimentos de urgência e emergência. Conduzem e vistoriam ônibus de transporte coletivo de alunos e passageiros urbanos, metropolitanos e ônibus rodoviários de longas distâncias; verificam itinerário de viagens; controlam o embarque e desembarque de passageiros e os orientam quanto aos procedimentos no interior do veículo. Dirigir veículos transportando pessoas, cargas, e/ou materiais autorizados aos locais determinados. Vistoriar periodicamente as condições do veículo utilizado e providenciar reparos de emergência, troca de pneus, lavagens, guinchamentos e outros. Identificar e indicar as necessidades de reparos nos sistemas elétricos e mecânicos dos veículos da Prefeitura. Manter sob sua responsabilidade os documentos de porte obrigatório do veículo, observando as orientações para a revalidação dos mesmos. Registrar, em formulário específico, os percursos realizados, quilometragem e itinerários da frota oficial. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.	

Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Radiações não-ionizantes	**Físico**	Aumentam os riscos de doenças como neoplasias, anemia apática, púrpura, radio dermatite, infertilidade, entre outras.
Vibração de corpo inteiro (aceleração resultante de exposição normalizada - aren) e (Valor da Dose de Vibração Resultante – VDVR)	**Físico**	Este agente pode provocar doenças vasculares, neurológicas e musculares.
Postura sentada por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar dores e desconforto na coluna lombar.
Uso frequente de alavancas	**Ergonômicos**	Distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho.
Uso frequente de pedais	**Ergonômicos**	Distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho.
Condução de veículos de qualquer natureza em vias públicas	**Acidente**	Lesões corporais diversas, com grande possibilidade de levar ao óbito ou à invalidez para o trabalhador e para terceiros.

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		12 meses	X	X	X
Avaliação da acuidade visual	X		12 meses		X	X
Colesterol total - pesquisa e/ou dosagem	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
ECG convencional de até 12 derivações	X		12 meses		X	X
EEG (Eletroencefalograma) de rotina	X		12 meses		X	X
GLICOSE	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		12 meses		X	X
Triglicerídeos - pesquisa e/ou dosagem	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

Setor: GHE 06 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral. Áreas diversas conforme demanda da secretaria executiva de educação, cultura e turismo.

	Nº de Funcionários
Cargo: AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS	Total: 8
Descrição detalhada: Os trabalhadores de limpeza e conservação de áreas públicas preservam as vias públicas, varrendo calçadas, sarjetas e calçadões, acondicionando o lixo para que seja coletado e encaminhado para o aterro sanitário. Zelam pela segurança das pessoas sinalizando e isolando áreas de risco e de trabalho. Trabalham na limpeza e conservação de áreas públicas, coletam resíduos domiciliares, resíduos sólidos de serviços de saúde e resíduos coletados nos serviços de limpeza; Conservam as áreas públicas lavando-as, pintando guias, postes, viadutos, muretas e etc; Auxiliam nos serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos; Trabalham na ornamentação de canteiros urbanos, através da construção de viveiros e canteiros. Varrer sarjetas e calçadões; Varrer calçadas; Amontoar detritos e folhagem; Acondicionar lixo em latões ou sacos plásticos; Empurrar carrinho (lutocar); Ensacar animais mortos; Recolher animais mortos; Solicitar coleta de animais mortos; Solicitar remoção de entulho; Executar serviços de varrição, coleta e transporte de lixo industrial, domiciliar, hospitalar e rural e lavagem de ruas e logradouros públicos municipais, mantendo-os em condições adequadas, acondicionando os materiais coletados conforme as orientações e procedimentos estabelecidos. Executar serviços de conservação de ruas e logradouros públicos realizando capinas, roçadas, pinturas em meio-fio, muros, grades e postes, limpeza de ralos, trincheiras, bocas de lobo, caixas de visita, limpeza de córregos e outras atividades correlatas.		
Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Umidade	**Físico**	Este agente pode provocar doenças no aparelho respiratório, quedas, doenças de pele, entre outras.
Produtos Saneantes Domissanitários	**Químico**	Este agente pode provocar alergias ao contato e irritação nos olhos.
Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	**Biológico**	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.
Exigência de flexões de coluna vertebral frequentes	**Ergonômicos**	Pode provocar Lesões musculoesqueléticas, fadiga e exaustão.
Frequente deslocamento a pé durante a jornada de trabalho	**Ergonômicos**	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.
Frequente execução de movimentos repetitivos	**Ergonômicos**	Dores nas articulações dos dedos e das mãos.
Postura de pé por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.
Objetos cortantes e/ou perfuro cortantes	**Acidente**	Risco de cortes e/ou perfurações, acidentes, lesões, entre outros
Piso escorregadio e/ou irregular	**Acidente**	Fraturas, luxações ou entorses, escoriações e contusões

Trabalho em ambientes com risco de queda de objetos	**Acidente**	Este agente pode provocar contusões, entorses, luxações ou fraturas.

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

		Nº de Funcionários
Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS		Total: 22
Descrição detalhada: Executar sob supervisão serviços de copeiragem, conservação, limpeza e zeladoria em prédios públicos servindo, limpando vidros e fachadas, recintos internos e acessórios. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Preparar sucos, lanches, cafés e pequenas refeições; Servir água, cafezinho, suco; Administrar fluxo de serventia; Receber e distribuir refeições; Receber ou recolher bandejas, louças e talheres após as refeições, providenciando sua lavagem e guarda ou o envio ao setor competente; Secar louça e prataria, esterilizar instrumentos e materiais; Operar com aparelhos elétricos utilizados nos serviços de alimentação; Limpar talheres, equipamentos de refrigeração assim como balcão, bancada e bandejas; retirar restos de comida, separando e destinando o lixo; Lavar fachadas; Limpar vidros; Remover resíduos dos vidros; Remover pichações; Limpar móveis e equipamentos eletrodomésticos, lustres, luminárias, ventiladores e tudo o que mais constar nos recintos dos prédios municipais; Limpar superfícies (paredes, pisos, etc..); Lavar banheiros; Aspirar pó; Lavar pisos; Encerar pisos; Remover sujeira; Varrer pisos; Secar pisos; Passar pano; Limpar, lavar cortinas e persianas; Recolher lixo; Depositar o lixo e detritos da cozinha em lugares apropriados, de forma a evitar proliferação de insetos; Proceder à limpeza de ralos, caixas de gordura e esgotos, assim como desentupir pias e ralos; Prover os sanitários com toalha, sabão e papel higiênico, removendo os já utilizados; Auxiliar na realização de serviços em geral como recebimento, separação e Distribuição de correspondência e materiais, atividades de limpeza, copa e conservação de instalações. Executar trabalhos de limpeza em geral em edifícios e outros locais, para manutenção das condições de higiene e conservação do ambiente, coletando o lixo.		
Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Umidade	**Físico**	Este agente pode provocar doenças no aparelho respiratório, quedas, doenças de pele, entre outras.
Produtos Saneantes Domissanitários	**Químico**	Este agente pode provocar alergias ao contato e irritação nos olhos.
Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	**Biológico**	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.
Exigência de flexões de coluna vertebral frequentes	**Ergonômicos**	Pode provocar Lesões musculoesqueléticas, fadiga e exaustão.
Frequente deslocamento a pé durante a jornada de trabalho	**Ergonômicos**	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.
Frequente execução de movimentos repetitivos	**Ergonômicos**	Dores nas articulações dos dedos e das mãos.
Postura de pé por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.
Objetos cortantes e/ou perfuro cortantes	**Acidente**	Risco de cortes e/ou perfurações, acidentes, lesões, entre outros
Piso escorregadio e/ou irregular	**Acidente**	Fraturas, luxações ou entorses, escoriações e contusões
Trabalho em ambientes com risco de queda de objetos	**Acidente**	Este agente pode provocar contusões, entorses, luxações ou fraturas.

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

		Nº de Funcionários
Cargo: SERVENTES		Total: 6
Descrição detalhada: Executar sob supervisão serviços de copeiragem, conservação, limpeza e zeladoria em prédios públicos servindo, limpando vidros e fachadas, recintos internos e acessórios. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Preparar sucos, lanches, cafés e pequenas refeições; Servir água, cafezinho, suco; Administrar fluxo de serventia; Receber ou recolher bandejas, louças e talheres após as refeições, providenciando sua lavagem e guarda ou o envio ao setor competente; Operar com aparelhos elétricos utilizados nos serviços de alimentação; Preparar a merenda escolar para os alunos das escolas públicas municipais; separar material na confecção da refeição ou prato especial, verificando o estado de conservação dos alimentos e seu prazo de validade; controlar o estoque gêneros alimentícios, bem como, requisitar e receber sua reposição do almoxarifado, armazenando-os segundo as normas e instruções vigentes; Auxiliar na realização de serviços em geral como recebimento, separação e Distribuição de correspondência e materiais, atividades de limpeza, copa e conservação de instalações. Executar trabalhos de limpeza em geral em edifícios e outros locais, para manutenção das condições de higiene e conservação do ambiente, coletando o lixo, entre outras.		
Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Umidade	**Físico**	Este agente pode provocar doenças no aparelho respiratório, quedas, doenças de pele, entre outras.
Produtos Saneantes Domissanitários	**Químico**	Este agente pode provocar alergias ao contato e irritação nos olhos.
Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	**Biológico**	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.
Exigência de flexões de coluna vertebral frequentes	**Ergonômicos**	Pode provocar Lesões musculoesqueléticas, fadiga e exaustão.
Frequente deslocamento a pé durante a jornada de trabalho	**Ergonômicos**	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.
Frequente execução de movimentos repetitivos	**Ergonômicos**	Dores nas articulações dos dedos e das mãos.
Postura de pé por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.
Objetos cortantes e/ou perfuro cortantes	**Acidente**	Risco de cortes e/ou perfurações, acidentes, lesões, entre outros
Piso escorregadio e/ou irregular	**Acidente**	Fraturas, luxações ou entorses, escoriações e contusões
Trabalho em ambientes com risco de queda de objetos	**Acidente**	Este agente pode provocar contusões, entorses, luxações ou fraturas.

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

Setor: GHE 07 VIGILÂNCIA
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral. Locais para vigilância conforma a demanda e/ou necessidade do munícipio.

	Nº de Funcionários
Cargo: VIGIA	Total: 10
Descrição detalhada: Zelam pela guarda do patrimônio observando o comportamento e movimentação de pessoas para prevenir perdas, evitar incêndios, acidentes e outras anormalidades. Controlam o fluxo de pessoas e veículos identificando-os e encaminhando-os aos locais desejados. Recebem mercadorias, volumes diversos e correspondências. Fazem manutenções simples nos locais de trabalho. Exercer função de vigia como a atividade dos que exercem desarmados, vigilância sobre depósitos de materiais, pátios, áreas abertas, terminal rodoviário, estação rodoviária, mercados públicos, parques, hortos ou reservas florestais, centros de esportes, escolas, obras em execução, edifícios onde funcionam as repartições municipais e demais áreas e logradouros públicos. Observar movimentação/comportamento das pessoas estranhas; Observar tipo de pessoas estranhas; Atentar para posicionamento dos veículos no estacionamento; Contatar proprietários dos veículos irregularmente estacionados; Monitorar pelo circuito fechado de tv; Prevenir incêndios e acidentes; Chamar segurança; Realizar abordagem preventiva pós-furto; Acompanhar abertura e fechamento das instalações; Comunicando imediatamente à autoridade superior quaisquer irregularidades encontradas e contatar órgãos públicos, quando necessário, relatando a emergência e solicitando socorro, inclusive ajuda policial. Preencher corretamente os formulários referentes à avaliação de desempenho; Executar outras atividades correlatas ao cargo solicitadas pelo chefe imediato.	

Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Frequente deslocamento a pé durante a jornada de trabalho	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Postura de pé por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Postura sentada por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar dores e desconforto na coluna lombar.
Frequente ação de puxar/empurrar cargas ou volumes	**Ergonômicos**	Problemas nas articulações dos punhos e dedos.
Postura de pé por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.
Trabalho em local com risco de assalto e roubo	**Acidente**	Risco de ferimentos e morte.

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

Planejamento das atividades do PCMSO

EVENTO	Status	JUSTIFICATIVA
Atividade: Exames Médicos Manter os exames médicos atualizados, cumprindo a tabela de periodicidade.	( ) Em andamento ( ) Realizado ( ) A realizar	
Atividade: Palestra sobre Tabagismo	( ) Em andamento ( ) Realizado ( ) A realizar	
Atividade: Primeiros Socorros TREINAMENTOS Abordagem: Primeiros Socorros	( ) Em andamento ( ) Realizado ( ) A realizar	
Atividade: Análise do PCMSO Efetuar análise global do PCMSO para avaliação do seu desenvolvimento e realização dos ajustes necessários e estabelecimento de novas metas.	( ) Em andamento ( ) Realizado ( ) A realizar	
Atividade: Palestra de DST/AIDS Realizar a Critério do Departamento Pessoal do Órgão, Palestra sobre Prevenção a DST/AIDS.	( ) Em andamento ( ) Realizado ( ) A realizar	
Atividade: Relatório Analitico do PCMSO anualmente Dar inicio a elaboração do Relatório analitico do PCMSO, obedecendo as exigências da Norma Regulamentadora 07, item 7.6.2.	( ) Em andamento ( ) Realizado ( ) A realizar	
Atividade: Palestra de Alcoolismo	( ) Em andamento ( ) Realizado ( ) A realizar	

Conclusão
Buscando atender as determinações legais, conclui-se que o PCMSO é parte integrante do conjunto mais amplo de iniciativas da empresa ou instituição, nos locais de trabalho, no campo da saúde dos trabalhadores, privilegiando o instrumento clínico-epidemiológico na abordagem da relação entre a sua saúde e o trabalho. Tem caráter preventivo, rastreador, evitando e diagnosticando no início os casos de doenças profissionais, que possam causar danos irreversíveis à saúde do trabalhador. Este programa foi elaborado considerando os riscos ocupacionais identificados e classificados pelo PGR. O presente laudo foi elaborado somente em uma face.

Total de Funcionários				
	Masculino	**Feminino**	**Menor**	**Total**
Funcionários	-	-	-	249

RICARDO PINHEIRO LIMA

Assinado de forma digital por RICARDO PINHEIRO LIMA
Dados: 2024.10.02 06:49:36 -03'00'

Ricardo Pinheiro Lima
Médico responsável pelo PCMSO
CRM: 1614/ES
Especialidade: Medicina do Trabalho

LAUDO DE INSALUBRIDADE - NR15
LAUDO DE PERICULOSIDADE - NR16

Consultoria Ocupacional
& Meio Ambiente

MUNICÍPIO DE MANTENOPOLIS

(SECRETARIA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS)

CNPJ: 27.167.345/0001-90

Laudo de Insalubridade e Periculosidade

AGOSTO DE 2024

Sumário

Objetivo 4
Fundamentação legal - atividades e operações insalubres 4
Limites de tolerância 4
Suspensão do pagamento do adicional de insalubridade 6
Fundamentação legal - atividades e operações perigosas 6
Mapeamento dos riscos ambientais e qualificação dos setores insalubres 7
Mapeamento e qualificação dos setores perigosos 30
Conclusões 32
Recomendações gerais 32
Responsabilidade técnica 32
Anotação de Responsabilidade Técnica - ART 33

Laudo de Insalubridade e Periculosidade

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS
SECRETARIA EXE. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO
CNPJ: 27.167.345/0001-90

Endereço
Avenida Presidente Vargas, 545 - Centro - Mantenópolis/ES
CEP: 29.770-000

CNAE
8411-6/00 – Administração Pública em Geral
Grau de Risco 1

Introdução
Objetivos

O objetivo deste laudo é reconhecer legalmente a percepção do adicional de insalubridade (NR - 15) e periculosidade (NR - 16), por quem de direito (empregados).

Fundamentação legal - atividades e operações insalubres

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) destaca em seu artigo 189:

"Art. 189 - Serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos."

Em auxílio à lei existem as Normas Regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho, e em especial a NR 15, que trata exclusivamente das atividades ou operações insalubres, sendo estas consideradas as que são desenvolvidas:

"15.1 São consideradas atividades ou operações insalubres as que se desenvolvem:

15.1.1 Acima dos limites de tolerância previstos nos Anexos n.º 1, 2, 3, 5, 11 e 12;

15.1.2 (Revogado pela Portaria MTE n.º 3.751, de 23 de novembro de 1990)

15.1.3 Nas atividades mencionadas nos Anexos n.º 6, 13 e 14;

15.1.4 Comprovadas através de laudo de inspeção do local de trabalho, constantes dos Anexos n.º 7, 8, 9 e 10."

Limite de tolerância

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, a Norma Regulamentadora nº 15, destaca que:

"15.1.5 Entende-se por "Limite de Tolerância", para os fins desta Norma, a concentração ou intensidade máxima ou mínima, relacionada com a natureza e o tempo de exposição ao agente, que não causará dano à saúde do trabalhador, durante a sua vida laboral."

Segundo o ART.º 192 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para as atividades exercidas acima dos limites de tolerância, previstos nos anexos da NR 15, assegura ao trabalhador a percepção do Adicional de insalubridade, incidente sobre o salário mínimo da região. Os percentuais são:

- 40% (quarenta por cento), para insalubridade de grau máximo;
- 20% (vinte por cento), para insalubridade de grau médio, e;
- 10% (dez por cento), para insalubridade de grau mínimo.

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, a Norma Regulamentadora nº 15, destaca que:

GRAUS DE INSALUBRIDADE		
ANEXO	ATIVIDADES OU OPERAÇÕES QUE EXPONHAM O TRABALHADOR	PERCENTUAL
1	Níveis de ruído contínuo ou intermitente superiores aos limites de tolerância fixados no Quadro constante do Anexo 1 e no item 6 do mesmo Anexo.	20%
2	Níveis de ruído de impacto superiores aos limites de tolerância fixados nos itens 2 e 3 do Anexo 2.	20%
3	Exposição ao calor com valores de IBUTG, superiores aos limites de tolerância fixados nos Quadros 1 e 2.	20%
4	(Revogado pela Portaria MTE n.º 3.751, de 23 de novembro de 1990)	
5	Níveis de radiações ionizantes com radioatividade superior aos limites de tolerância fixados neste Anexo.	40%
6	Ar comprimido.	40%
7	Radiações não-ionizantes consideradas insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho.	20%
8	Vibrações consideradas insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho.	20%
9	Frio considerado insalubre em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho.	20%
10	Umidade considerada insalubre em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho.	20%
11	Agentes químicos cujas concentrações sejam superiores aos limites de tolerância fixados no Quadro 1.	10%, 20% e 40%
12	Poeiras minerais cujas concentrações sejam superiores aos limites de tolerância fixados neste Anexo.	40%
13	Atividades ou operações, envolvendo agentes químicos, consideradas insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho.	10%, 20% e 40%
14	Agentes biológicos.	20% e 40%

Suspensão do pagamento do adicional de insalubridade

O pagamento do adicional é transitório e será devido ao trabalhador enquanto permanecer exposto aos agentes insalubres, o pagamento do adicional de insalubridade cessará quando as medidas preventivas e de proteção forem implementadas de acordo com a seguinte ordem de prioridade:

- eliminar o fator de risco;
- controlar o fator de risco na fonte com a adoção de medidas de controle de engenharia ou medidas organizacionais;
- reduzir ao mínimo os fatores de risco através da concepção de sistemas seguros de trabalho que compreendam medidas administrativas de controle; e
- se os fatores de risco e riscos residuais não puderem ser controlados por meio de medidas coletivas, o empregador deverá fornecer gratuitamente equipamento de proteção individual apropriado, incluindo vestuário, e adotar medidas que assegurem o uso e a manutenção desses equipamentos.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL - ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) destaca em seu artigo 193:

“Art. 193. São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a:

I - inflamáveis, explosivos ou energia elétrica;

II - roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial.

§ 1º - O trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional de 30% (trinta por cento) sobre o salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.

§ 2º - O empregado poderá optar pelo adicional de insalubridade que porventura lhe seja devido.

§ 3º Serão descontados ou compensados do adicional outros da mesma natureza eventualmente já concedidos ao vigilante por meio de acordo coletivo.

§ 4º São também consideradas perigosas as atividades de trabalhador em motocicleta.

Avaliação das condições Ambientais

UNIDADE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS
SECRETARIA EXE. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO
CNPJ: 27.167.345/0001-90

Endereço
Avenida Presidente Vargas, 545 - Centro - Mantenópolis/ES
CEP: 29.770-000

CNAE
8411-6/00 – Administração Pública em Geral
Grau de Risco 1

Caracterização dos processos e ambientes de trabalho

Funcionários

Setor	Cargo	Funcionários
GHE 01 ADMINISTRATIVO	AGENTE ADMINISTRATIVO	12
GHE 02 APOIO EDUCAÇÃO	AUXILIAR DE CRECHE	10
	CUIDADOR ESCOLAR	25
GHE 03 EDUCAÇÃO E CULTURA	PROFESSOR-PEB 1	111
	PROFESSOR-PEB 2	21
	PROFESSOR-PEB 3	17
GHE 04 NUTRIÇÃO	NUTRICIONISTA	2
GHE 05 TRANSPORTE	MOTORISTA PROFISSIONAL	5
GHE 06 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS	8
	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	22
	SERVENTES	6
GHE 07 VIGILÂNCIA	VIGIA	10

SETOR
GHE 01 ADMINISTRATIVO
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

Nº de funcionários 12

CARGO
AGENTE ADMINISTRATIVO
Supervisionam e controlam serviços financeiros diversos, bens-patrimoniais e logísticos; elaboram orçamentos, efetuam pagamentos, realizam cobrança, controlam bens patrimoniais, fecham câmbio, analisam crédito, coordenam caixas, administram processos logísticos e gerenciam almoxarifado/estoque; Supervisionam equipes de trabalho, orientando e avaliando desempenho em busca da melhor qualidade no trabalho. Organizam documentos e efetuam sua classificação contábil; geram lançamentos contábeis, auxiliam na apuração dos impostos, conciliam contas e preenchimento de guias de recolhimento e de solicitações, junto a órgãos do governo. Emitem notas de venda e de transferência entre outras; realizam o arquivo de documentos; Organizam a rotina de serviços e realizam entrada e transmissão de dados, operando teleimpressores e microcomputadores; registram e transcrevem informações, operando máquinas de escrever; atendem necessidades do setor interno e externo. Supervisionam trabalho e equipe; Organizam documentos e informações. Orientam usuários e os auxiliam na recuperação de dados e informações. Disponibilizam fonte de dados para usuários. Providenciam aquisição de material e incorporam material ao acervo. Arquivam documentos, classificando-os segundo critérios apropriados para armazená-los e conservá-los. Prestam serviço de comutação, alimentam base de dados e elaboram estatísticas. Executam tarefas relacionadas com a elaboração e manutenção de arquivos, podendo ainda, operar equipamentos reprográficos, recuperar e preservar as informações por meio digital, magnético ou papel.

CBO: 4102-05

12 funcionários

Conclusão de insalubridade AGENTE ADMNISTRATIVO
Agente físico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**
Agente químico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**
Agente biológico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**

SETOR
GHE 02 APOIO EDUCAÇÃO
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

Nº de funcionários 35

CARGO
AUXILIAR DE CRECHE
Cuidam de bebês, crianças, a partir de objetivos estabelecidos por instituições especializadas ou responsáveis diretos, zelando pelo bem-estar, saúde, alimentação, higiene pessoal, educação, cultura, recreação e lazer da criança assistida. Cuidar da aparência e higiene da criança; Controlar horários das atividades diárias da criança; Ajudar a criança nas atividades diárias; Banho e necessidades fisiológicas; Estar atento às ações da criança; Verificar informações, sinais dados pela criança; Passar informações do dia a dia da criança; Relatar o dia-a-dia da criança aos responsáveis; Educar a criança nos deveres da casa; Manter o lazer e a recreação no dia-a-dia; Desestimular a agressividade; Auxiliar no aprendizado da criança. Cuidar da aparência e higiene da criança; Controlar horários das atividades diárias da criança; Ajudar a criança nas atividades diárias; Banho e necessidades fisiológicas; Estar atento às ações da criança; Verificar informações, sinais dados pela criança; Passar informações do dia a dia da criança; Relatar o dia-a-dia da criança aos responsáveis; Educar a criança nos deveres da casa; Manter o lazer e a recreação no dia-a-dia; Desestimular a agressividade; Auxiliar no aprendizado da criança. Prestar serviços auxiliares nas creches municipais, atendendo as crianças em suas necessidades diárias, Providenciando sua alimentação e higiene pessoal, acompanhando-as em atividades recreativas e outras pertinentes para garantir o seu bem estar e desenvolvimento sadio. Zelar sempre pelo bem estar da criança.

CBO: 5162-05

10 funcionários

CARGO
CUIDADOR ESCOLAR
Cuidam de alunos e crianças, prestam apoio as atividades acadêmicas, controlam atividades livres dos alunos, orientam alunos sobre regras e procedimentos, regimento escolar, cumprimento de horários; ouvem reclamações e analisam fatos, cuidam de bebês, crianças, a partir de objetivos estabelecidos por instituições especializadas ou responsáveis diretos, zelando pelo bem-estar, saúde, alimentação, higiene pessoal, educação, cultura, recreação e lazer do assistido. Cuidar da aparência e higiene de alunos e crianças; Controlar horários das atividades diárias de alunos e crianças; Ajudar a criança nas atividades diárias; Banho e necessidades fisiológicas; Estar atento às ações de alunos e crianças. Orientar entrada e saída dos alunos e crianças; Impedir permanência de alunos e crianças durante recreio nas salas de aula; Observar circulação dos alunos durante o recreio. Observar temperatura, urina, fezes e vômitos; Observar a qualidade do sono; Prestar cuidados especiais a crianças com limitações ou dependência física; Manusear adequadamente; Observar alterações físicas (manchas, inchaço, ferimentos). Desenvolver atividades de apoio nos serviços gerais da escola, na limpeza e conservação; Atuar como apoio nos eventos promovidos pela escola. Auxiliar os professores e coordenadores nos cuidados básicos com as crianças da educação infantil. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

CBO: 3311-10

25 funcionários

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo AUXILIAR DE CRECHE / CUIDADOR ESCOLAR**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Físico	Umidade		
Descrição	Exposição à umidade proveniente da higienização pessoal de bebês e crianças (ajudar no banho), entre outras.		
Fundamentação legal	Norma regulamentadora nº15 - Atividades e operações insalubres.		
Fontes ou circunstâncias	Higienização pessoal de bebês e crianças (banho)		
Meio de propagação	Contato direto		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas: • Avental • Luvas		

Identificação			
Perigo/Fator de Risco **Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)**			Grupo **Biológico**
Descrição	Proveniente da higiene pessoal de bebês e crianças.		
Fundamentação legal	Anexo 1 da Norma Regulamentadora- 15 (Atividades e Operações Insalubres), Portaria n° 3.214/78 do MTE.		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.		
Fontes ou circunstâncias	Cuidados com a higiene pessoal de bebês e crianças		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
EPI	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas: • Avental • Luvas		
Exposição			
Critério	Qualitativo		

Conclusão de insalubridade AUXILIAR DE CRECHE / CUIDADOR ESCOLAR
Agente físico
NR 15 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES ANEXO N.º 10 UMIDADE 1. As atividades ou operações executadas em locais alagados ou encharcados, com umidade excessiva, capazes de produzir danos à saúde dos trabalhadores, serão consideradas insalubres em decorrência de laudo de inspeção realizada no local de trabalho. Conforme avaliação qualitativa, os colaboradores não executam atividades ou operações em locais alagados ou encharcados, com umidade excessiva, capazes de produzir danos à saúde dos trabalhadores, conforme anexo 10 da Norma Regulamentadora 15, Portaria n° 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre por exposição ao agente físico umidade.**
Agente químico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**

Agente biológico
NR 15 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES ANEXO N.º 14 (Aprovado pela Portaria SSST n.º 12, de 12 de novembro de 1979) AGENTES BIOLÓGICOS. Relação das atividades que envolvem agentes biológicos, cuja insalubridade é caracterizada pela avaliação qualitativa: **Insalubridade de grau máximo** Trabalho ou operações, em contato permanente com: - pacientes em isolamento por doenças infectocontagiosas, bem como objetos de seu uso, não previamente esterilizados; - carnes, glândulas, vísceras, sangue, ossos, couros, pêlos e dejeções de animais portadores de doenças infectocontagiosas (carbunculose, brucelose, tuberculose); - esgotos (galerias e tanques); e - lixo urbano (coleta e industrialização). **Insalubridade de grau médio** Trabalhos e operações em contato permanente com pacientes, animais ou com material infecto-contagiante, em: . Hospitais, serviços de emergência, enfermarias, ambulatórios, postos de vacinação e outros estabelecimentos destinados aos cuidados da saúde humana (aplica-se unicamente ao pessoal que tenha contato com os pacientes, bem como aos que manuseiam objetos de uso desses pacientes, não previamente esterilizados); . Hospitais, ambulatórios, postos de vacinação e outros estabelecimentos destinados ao atendimento e tratamento de animais (aplica-se apenas ao pessoal que tenha contato com tais animais); . Contato em laboratórios, com animais destinados ao preparo de soro, vacinas e outros produtos; laboratórios de análise clínica e histopatologia (aplica-se tão-só ao pessoal técnico); . Gabinetes de autópsias, de anatomia e histoanatomopatologia (aplica-se somente ao pessoal técnico); . Cemitérios (exumação de corpos); . Estábulos e cavalariças; e . Resíduos de animais deteriorados. Ausência de agentes insalubres citados unicamente nas atividades estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**

SETOR
GHE 03 EDUCAÇÃO E CULTURA
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

Nº de funcionários 149

CARGO
PROFESSOR-PEB 1
Participar da elaboração da proposta pedagógica da escola; Elaborar e cumprir plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da escola; Zelar pela aprendizagem dos alunos; Participar, integralmente, dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; Ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos; Estabelecer e implementar estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento. Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; Incumbir-se das demais tarefas indispensáveis ao atingimento dos fins educacionais da escola e ao processo de ensino-aprendizagem.

CBO: 331105

111 funcionários

CARGO
PROFESSOR PEB 2
Participar da elaboração da proposta pedagógica da escola; Elaborar e cumprir plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da escola; Zelar pela aprendizagem dos alunos; Estabelecer e implementar estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento. Ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos; Participar, integralmente, dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; Incumbir-se das demais tarefas indispensáveis ao atingimento dos fins educacionais da escola e ao processo de ensino-aprendizagem.

CBO: 2311-10

21 funcionários

CARGO
PROFESSOR-PEB 3
Coordenar a elaboração e a execução da proposta pedagógica da escola; Administrar o pessoal e os recursos materiais e financeiros da escola, tendo em vista o atingimento de seus objetivos pedagógicos; Assegurar o cumprimento dos dias letivos e hora-aula estabelecidos; Velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente; Prover meios para recuperação dos alunos de menor rendimento; Promover a articulação com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola; Informar aos pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola; Coordenar, no âmbito da escola, as atividades de planejamento, avaliação e desenvolvimento profissional; Acompanhar o processo de desenvolvimento dos estudantes, em colaboração com os docentes e as famílias; Elaborar estudos, levantamentos qualitativos e quantitativos indispensáveis ao desenvolvimento do sistema ou rede de ensino ou da escola; Elaborar, acompanhar e avaliar os planos, programas e projetos voltados para o desenvolvimento do sistema e/ou rede de ensino e de escola, em relação a aspectos pedagógicos, administrativos, financeiros, de pessoal e de recursos materiais; Acompanhar e supervisionar o funcionamento das escolas, zelando pelo cumprimento da legislação e normas educacionais e pelo padrão de qualidade de ensino.

CBO: 2311-10

17 funcionários

Conclusão de insalubridade PROFESSOR-PEB 1 / PROFESSOR-PEB 2 / PROFESSOR-PEB 3
Agente físico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**
Agente químico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**
Agente biológico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**

SETOR
GHE 04 NUTRIÇÃO
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

Nº de funcionários 2

CARGO
NUTRICIONISTA
Prestar assistência nutricional a indivíduos e coletividades (sadios e enfermos); planejar, organizar, administrar e avaliar unidades de alimentação e nutrição; efetuar controle higiênico- sanitário; participar de programas de educação nutricional; estruturar e gerenciar serviços de alimentação e nutrição e ministrar cursos. Atuar em conformidade ao manual de boas práticas. Identificar população-alvo; Participar de diagnóstico interdisciplinar; Realizar inquérito alimentar; Coletar dados antropométricos; Solicitar exames laboratoriais. Realizar atendimento domiciliar; Prover educação nutricional; Prover orientação nutricional; Elaborar plano alimentar em atividades físicas extremas (esportes radicais etc.). Controlar higienização de pessoal; Controlar higienização de ambiente; Controlar higienização de equipamentos e utensílios; Controlar higienização de alimentos. Fazer uso de veículos da frota pública municipal, no desempenho das atividades do seu cargo.

CBO: 2237-10

2 funcionários

Conclusão de insalubridade NUTRICIONISTA
Agente físico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**
Agente químico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**
Agente biológico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**

SETOR
GHE 05 TRASNPORTE
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral. Áreas externas conforma a demanda e/ou necessidade do munícipio.

Nº de funcionários 5

CARGO
MOTORISTA PROFISSIONAL
Dirigir e manobrar veículos tipo ônibus, carros, caminhões e carretas. Transportar pessoas, cargas, pacientes e material biológico humano. Realizar verificações e manutenções básicas do veículo e utilizam equipamentos e dispositivos especiais tais como sinalização sonora e luminosa, software de navegação e outros. Utilizar de capacidades comunicativas. Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Os condutores de ambulância auxiliam as equipes de saúde nos atendimentos de urgência e emergência. Conduzem e vistoriam ônibus de transporte coletivo de alunos e passageiros urbanos, metropolitanos e ônibus rodoviários de longas distâncias; verificam itinerário de viagens; controlam o embarque e desembarque de passageiros e os orientam quanto aos procedimentos no interior do veículo. Dirigir veículos transportando pessoas, cargas, e/ou materiais autorizados aos locais determinados. Vistoriar periodicamente as condições do veículo utilizado e providenciar reparos de emergência, troca de pneus, lavagens, guinchamentos e outros. Identificar e indicar as necessidades de reparos nos sistemas elétricos e mecânicos dos veículos da Prefeitura. Manter sob sua responsabilidade os documentos de porte obrigatório do veículo, observando as orientações para a revalidação dos mesmos. Registrar, em formulário específico, os percursos realizados, quilometragem e itinerários da frota oficial. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

CBO: 514320 / 7823-10 / 7823-20 / 7824-05

5 funcionários

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo MOTORISTA PROFISSIONAL**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Físico	Radiações não-ionizantes		
Descrição	Exposição à radiação não ionizante (Raios solares UV) na condução de veículos automotores.		
Fundamentação legal	Anexo 1 da Norma Regulamentadora- 15 (Atividades e Operações Insalubres), Portaria n° 3.214/78 do MTE.		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Aumentam os riscos de doenças como neoplasias, anemia apática, púrpura, radio dermatite, infertilidade, entre outras.		
Fontes ou circunstâncias	Condução de veículos		
Meio de propagação	Raios solares (UV)		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades: • Óculos de proteção tipo UV.		

Conclusão de insalubridade – MOTORISTA PROFISSIONAL
Agente físico RUÍDO CONTÍNUO OU INTERMITENTE a) Exposição a Níveis de Ruído acima de 85 Db(a) para uma jornada de 8 horas dia, dá a percepção de insalubridade no ambiente. Necessário avaliação quantitativo da exposição do colaborador ao agente físico Ruído para conclusão. VIBRAÇÕES Inconclusivo, necessário avaliação quantitativo da exposição do colaborador ao agente físico Vibração de Corpo Inteiro para conclusão. RADIAÇÕES NÃO-IONIZANTES Conforme anexo 07 da Norma Regulamentadora 15 (Atividades e Operações insalubres), Portaria n°3.214/78 do MTE, em relação as operações ou atividades que exponham os trabalhadores às radiações não-ionizantes, sem a proteção adequada, cuja insalubridade é caracterizada pela avaliação qualitativa, as atividades do **GHE 05 são caracterizados como insalubre.** Sendo assim, fica caracterizado a insalubridade de grau médio (20%). Entretanto, atendendo o item 15.4.1 da Norma Regulamentadora n° 15 da portaria 3.214/1978 do MTE e também desde que compridas as exigências contidas na NR 06 e NR 07 a percepção do adicional de insalubridade poderá ser descaracterizada.
Agente químico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.
Agente biológico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, **portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**

SETOR
GHE 06 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral. Áreas diversas conforme demanda da secretaria executiva de educação, cultura e turismo.

Nº de funcionários 36

CARGO
AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICO
Os trabalhadores de limpeza e conservação de áreas públicas preservam as vias públicas, varrendo calçadas, sarjetas e calçadões, acondicionando o lixo para que seja coletado e encaminhado para o aterro sanitário. Zelam pela segurança das pessoas sinalizando e isolando áreas de risco e de trabalho. Trabalham na limpeza e conservação de áreas públicas, coletam resíduos domiciliares, resíduos sólidos de serviços de saúde e resíduos coletados nos serviços de limpeza; Conservam as áreas públicas lavando-as, pintando guias, postes, viadutos, muretas e etc; Auxiliam nos serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos; Trabalham na ornamentação de canteiros urbanos, através da construção de viveiros e canteiros Varrer sarjetas e calçadões; Varrer calçadas; Amontoar detritos e folhagem; Acondicionar lixo em latões ou sacos plásticos; Empurrar carrinho (lutocar); Ensacar animais mortos; Recolher animais mortos; Solicitar coleta de animais mortos; Solicitar remoção de entulho; Executar serviços de varrição, coleta e transporte de lixo industrial, domiciliar, hospitalar e rural e lavagem de ruas e logradouros públicos municipais, mantendo-os em condições adequadas, acondicionando os materiais coletados conforme as orientações e procedimentos estabelecidos. Executar serviços de conservação de ruas e logradouros públicos realizando capinas, roçadas, pinturas em meio-fio, muros, grades e postes, limpeza de ralos, trincheiras, bocas de lobo, caixas de visita, limpeza de córregos e outras atividades correlatas.

CBO: 5142-05

8 funcionários

CARGO
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
Executar sob supervisão serviços de copeiragem, conservação, limpeza e zeladoria em prédios públicos servindo, limpando vidros e fachadas, recintos internos e acessórios. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Preparar sucos, lanches, cafés e pequenas refeições; Servir água, cafezinho, suco; Administrar fluxo de serventia; Receber e distribuir refeições; Receber ou recolher bandejas, louças e talheres após as refeições, providenciando sua lavagem e guarda ou o envio ao setor competente; Secar louça e prataria, esterilizar instrumentos e materiais; Operar com aparelhos elétricos utilizados nos serviços de alimentação; Limpar talheres, equipamentos de refrigeração assim como balcão, bancada e bandejas; retirar restos de comida, separando e destinando o lixo; Lavar fachadas; Limpar vidros; Remover resíduos dos vidros; Remover pichações; Limpar móveis e equipamentos eletrodomésticos, lustres, luminárias, ventiladores e tudo o que mais constar nos recintos dos prédios municipais; Limpar superfícies (paredes, pisos, etc..); Lavar banheiros; Aspirar pó; Lavar pisos; Encerar pisos; Remover sujeira; Varrer pisos; Secar pisos; Passar pano; Limpar, lavar cortinas e persianas; Recolher lixo; Depositar o lixo e detritos da cozinha em lugares apropriados, de forma a evitar proliferação de insetos; Proceder à limpeza de ralos, caixas de gordura e esgotos, assim como desentupir pias e ralos; Prover os sanitários com toalha, sabão e papel higiênico, removendo os já utilizados; Auxiliar na realização de serviços em geral como recebimento, separação e Distribuição de correspondência e materiais, atividades de limpeza, copa e conservação de instalações. Executar trabalhos de limpeza em geral em edifícios e outros locais, para manutenção das condições de higiene e conservação do ambiente, coletando o lixo.

CBO: 4122-05

22 funcionários

CARGO
SERVENTES
Executar sob supervisão serviços de copeiragem, conservação, limpeza e zeladoria em prédios públicos servindo, limpando vidros e fachadas, recintos internos e acessórios. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Preparar sucos, lanches, cafés e pequenas refeições; Servir água, cafezinho, suco; Administrar fluxo de serventia; Receber ou recolher bandejas, louças e talheres após as refeições, providenciando sua lavagem e guarda ou o envio ao setor competente; Operar com aparelhos elétricos utilizados nos serviços de alimentação; Preparar a merenda escolar para os alunos das escolas públicas municipais; separar material na confecção da refeição ou prato especial, verificando o estado de conservação dos alimentos e seu prazo de validade; controlar o estoque gêneros alimentícios, bem como, requisitar e receber sua reposição do almoxarifado, armazenando-os segundo as normas e instruções vigentes; Auxiliar na realização de serviços em geral como recebimento, separação e Distribuição de correspondência e materiais, atividades de limpeza, copa e conservação de instalações. Executar trabalhos de limpeza em geral em edifícios e outros locais, para manutenção das condições de higiene e conservação do ambiente, coletando o lixo, entre outras.

CBO: 5143-20

6 funcionários

<table>
<tr><th colspan="5">Especificação dos perigos/fatores de risco - Cargo AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS / AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS / SERVENTES</th></tr>
<tr><th colspan="5">Identificação</th></tr>
<tr><th>Grupo</th><th colspan="4">Perigo/Fator de Risco</th></tr>
<tr><td>Físico</td><td colspan="4">Umidade</td></tr>
<tr><td>Descrição</td><td colspan="4">Exposição à umidade proveniente da utilização de água no processo de limpeza de banheiros, lavagem de utensílios, talheres, entre outros.</td></tr>
<tr><td>Fundamentação legal</td><td colspan="4">Norma regulamentadora nº15 - Atividades e operações insalubres.</td></tr>
<tr><td>Fontes ou circunstâncias</td><td colspan="4">Limpeza de banheiros entre outros</td></tr>
<tr><td>Meio de propagação</td><td colspan="4">Contato direto</td></tr>
<tr><th colspan="5">Avaliação</th></tr>
<tr><th colspan="2">Tempo de exposição</th><th colspan="2">Tipo de exposição</th><th>Critério</th></tr>
<tr><td colspan="2">08:00</td><td colspan="2">Intermitente</td><td>Qualitativo</td></tr>
<tr><th>Severidade</th><th>Probabilidade</th><th colspan="2">Nível de Risco</th><th>Classificação</th></tr>
<tr><td>Leve</td><td>Possível</td><td colspan="2">Moderado</td><td>Tolerável</td></tr>
<tr><th colspan="5">Prevenção e controle</th></tr>
<tr><td>Medidas individuais (EPI)</td><td colspan="4">Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.</td></tr>
<tr><td>Medidas administrativas</td><td colspan="4">Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO</td></tr>
<tr><td>Ações necessárias</td><td colspan="4">-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos.
- Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas:
• Avental de PVC
• Luvas de PVP
• Botas de PVP</td></tr>
</table>

Identificação			
Perigo/Fator de Risco **Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)**			Grupo **Biológico**
Descrição	Proveniente da limpeza de banheiros e coleta de lixo.		
Fundamentação legal	Anexo 1 da Norma Regulamentadora- 15 (Atividades e Operações Insalubres), Portaria nº 3.214/78 do MTE.		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.		
Fontes ou circunstâncias	Limpeza de banheiros e coleta de lixos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
EPI	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas: • Avental de PVC • Luvas de PVP • Botas de PVP • Óculos de Proteção		
Exposição			
Critério	Qualitativo		

Conclusão de insalubridade AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS / AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
Agente físico
NR 15 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES ANEXO N.º 10 UMIDADE 1. As atividades ou operações executadas em locais alagados ou encharcados, com umidade excessiva, capazes de produzir danos à saúde dos trabalhadores, serão consideradas insalubres em decorrência de laudo de inspeção realizada no local de trabalho. Conforme avaliação qualitativa, os colaboradores não executam atividades ou operações em locais alagados ou encharcados, com umidade excessiva, capazes de produzir danos à saúde dos trabalhadores, conforme anexo 10 da Norma Regulamentadora 15, Portaria n° 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre por exposição ao agente físico umidade.**
Agente químico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**

Agente biológico
NR 15 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES ANEXO N.º 14 (Aprovado pela Portaria SSST n.º 12, de 12 de novembro de 1979) AGENTES BIOLÓGICOS. Relação das atividades que envolvem agentes biológicos, cuja insalubridade é caracterizada pela avaliação qualitativa: **Insalubridade de grau máximo** Trabalho ou operações, em contato permanente com: - pacientes em isolamento por doenças infectocontagiosas, bem como objetos de seu uso, não previamente esterilizados; - carnes, glândulas, vísceras, sangue, ossos, couros, pêlos e dejeções de animais portadores de doenças infectocontagiosas (carbunculose, brucelose, tuberculose); - esgotos (galerias e tanques); e - lixo urbano (coleta e industrialização). **Insalubridade de grau médio** Trabalhos e operações em contato permanente com pacientes, animais ou com material infecto-contagiante, em: . Hospitais, serviços de emergência, enfermarias, ambulatórios, postos de vacinação e outros estabelecimentos destinados aos cuidados da saúde humana (aplica-se unicamente ao pessoal que tenha contato com os pacientes, bem como aos que manuseiam objetos de uso desses pacientes, não previamente esterilizados); . Hospitais, ambulatórios, postos de vacinação e outros estabelecimentos destinados ao atendimento e tratamento de animais (aplica-se apenas ao pessoal que tenha contato com tais animais); . Contato em laboratórios, com animais destinados ao preparo de soro, vacinas e outros produtos; laboratórios de análise clínica e histopatologia (aplica-se tão-só ao pessoal técnico); . Gabinetes de autópsias, de anatomia e histoanatomopatologia (aplica-se somente ao pessoal técnico); . Cemitérios (exumação de corpos); . Estábulos e cavalariças; e . Resíduos de animais deteriorados. Ausência de agentes insalubres citados unicamente nas atividades estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**

SETOR
GHE 07 VIGILÂNCIA
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral. Locais para vigilância conforma a demanda e/ou necessidade do munícipio.

Nº de funcionários 10

CARGO
VIGIA
Zelam pela guarda do patrimônio observando o comportamento e movimentação de pessoas para prevenir perdas, evitar incêndios, acidentes e outras anormalidades. Controlam o fluxo de pessoas e veículos identificando-os e encaminhando-os aos locais desejados. Recebem mercadorias, volumes diversos e correspondências. Fazem manutenções simples nos locais de trabalho. Exercer função de vigia como a atividade dos que exercem desarmados, vigilância sobre depósitos de materiais, pátios, áreas abertas, terminal rodoviário, estação rodoviária, mercados públicos, parques, hortos ou reservas florestais, centros de esportes, escolas, obras em execução, edifícios onde funcionam as repartições municipais e demais áreas e logradouros públicos. Observar movimentação/comportamento das pessoas estranhas; Observar tipo de pessoas estranhas; Atentar para posicionamento dos veículos no estacionamento; Contactar proprietários dos veículos irregularmente estacionados; Monitorar pelo circuito fechado de tv; Prevenir incêndios e acidentes; Chamar segurança; Realizar abordagem preventiva pós-furto; Acompanhar abertura e fechamento das instalações; Comunicando imediatamente à autoridade superior quaisquer irregularidades encontradas e contatar órgãos públicos, quando necessário, relatando a emergência e solicitando socorro, inclusive ajuda policial. Preencher corretamente os formulários referentes à avaliação de desempenho; Executar outras atividades correlatas ao cargo solicitadas pelo chefe imediato.

CBO: 5174-20

Funcionários 10

Conclusão de insalubridade VIGIA
Agente físico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, **portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**
Agente químico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, **portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**
Agente biológico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, **portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre**.

Síntese

Unidade				
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENOPOLIS				
Setor	**Cargo**	**Risco**	**Insalubridade**	**Grau**
GHE 02 APOIO EDUCAÇÃO	AUXILIAR DE CRECHE	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Não	.
GHE 02 APOIO EDUCAÇÃO	AUXILIAR DE CRECHE	Umidade	Não	.
GHE 02 APOIO EDUCAÇÃO	CUIDADOR ESCOLAR	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Não	.
GHE 02 APOIO EDUCAÇÃO	CUIDADOR ESCOLAR	Umidade	Não	.
GHE 06 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICO	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Não	.
GHE 06 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLIVOS	Umidade	Não	.
GHE 06 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Não	.
GHE 06 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	Umidade	Não	.
GHE 09 TRANSPORTE	MOTORISTA PROFISSIONAL	Radiações não-ionizantes	Sim	Médio - **20%**

Conclusão

Mapeamento e qualificação dos setores perigosos

- **SETOR:** GHE 01 ADMINISTRATIVO
- **CARGO:** AGENTE ADMINISTRATIVO

Parecer técnico com embasamento conforme Portaria nº 3.214/1978 do MTE. NR-16 - Atividades e Operações Perigosas. **De acordo com os anexos da NR 16 a atividade não é periculosa.**

- **SETOR:** GHE 02 APOIO EDUCAÇÃO
- **CARGO:** AUXILIAR DE CRECHE / CUIDADOR ESCOLAR

Parecer técnico com embasamento conforme Portaria nº 3.214/1978 do MTE. NR-16 - Atividades e Operações Perigosas. **De acordo com os anexos da NR 16 a atividade não é periculosa.**

- **SETOR:** GHE 03 EDUCAÇÃO E CULTURA
- **CARGO:** PROFESSOR-PEB 1 / PROFESSOR-PEB 2 / PROFESSOR-PEB 3

Parecer técnico com embasamento conforme Portaria nº 3.214/1978 do MTE. NR-16 - Atividades e Operações Perigosas. **De acordo com os anexos da NR 16 a atividade não é periculosa.**

- **SETOR:** GHE 04 NUTRIÇÃO
- **CARGO:** NUTRICIONISTA

Parecer técnico com embasamento conforme Portaria nº 3.214/1978 do MTE. NR-16 - Atividades e Operações Perigosas. **De acordo com os anexos da NR 16 a atividade não é periculosa.**

- **SETOR:** GHE 05 TRANSPORTE
- **CARGO:** MOTORISTA PROFISSIONAL

Parecer técnico com embasamento conforme Portaria nº 3.214/1978 do MTE. NR-16 - Atividades e Operações Perigosas. **De acordo com os anexos da NR 16 a atividade não é periculosa.**

- **SETOR:** GHE 06 LEMPEZA E CONSERVAÇÃO
- **CARGO:** AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS / AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS / SERVENTES

Parecer técnico com embasamento conforme Portaria nº 3.214/1978 do MTE. NR-16 - Atividades e Operações Perigosas. **De acordo com os anexos da NR 16 a atividade não é periculosa.**

- **SETOR:** GHE 07 VIGILÂNCIA
- **CARGO:** VIGIA

Conforme NR 16 Anexo 3, para o cargo em questão ser considerada uma atividade e operação perigosa, precisa atender a uma das seguintes condições:
a) empregados das empresas prestadoras de serviço nas atividades de segurança privada ou que integrem serviço orgânico de segurança privada, devidamente registradas e autorizadas pelo Ministério da Justiça, conforme lei 7102/1983 e suas alterações posteriores.
b) empregados que exercem a atividade de segurança patrimonial ou pessoal em instalações metroviárias, ferroviárias, portuárias, rodoviárias, aeroportuárias e de bens públicos, contratados diretamente pela administração pública direta ou indireta.

Parecer técnico com embasamento conforme Portaria nº 3.214/1978 do MTE. NR-16 - Atividades e Operações Perigosas. **De acordo com os anexos da NR 16 a atividade não é periculosa.**

Conclusões

As avaliações realizadas neste laudo foram feitas levando em consideração um Grupo Homogêneo de Exposição (GHE), onde, a avaliação corresponde a um grupo de trabalhadores que experimentam exposição semelhante, e que o resultado desta avaliação da exposição de qualquer trabalhador do grupo seja representativo da exposição do restante dos trabalhadores do mesmo grupo.

Recomendações gerais

O presente laudo deve ser reavaliado sempre que novas medidas de controle administrativas ou medidas de proteção coletiva sejam instaladas, ou haja mudança de espaço físico, equipamentos, atividades, processo de trabalho, etc., que venham a alterar as condições ambientais de riscos ao empregado.
Todos os trabalhadores devem estar cientes dos riscos ambientais a que estão expostos, através de Ordens de Serviço, conforme NR 01 e deverá ser permanentemente orientado pela chefia imediata quanto aos corretos procedimentos de trabalho e as formas de proteção contra os riscos.
Os trabalhadores devem estar cientes que o não cumprimento das Ordens de Serviço expedidas pela empresa, esta passível de sanções previstas na CLT.
Os equipamentos de proteção individual - EPI, descartáveis ou não, deverão estar à disposição em número suficiente nos postos de trabalho, de forma que seja garantido o imediato fornecimento ou reposição. Fornecer e orientar o uso mediante protocolo de recebimento.

Responsabilidade técnica

Segundo o Artº 195 da Consolidação das Leis Trabalhistas CLT - A caracterização e a classificação da insalubridade e da periculosidade, segundo as normas do Ministério do Trabalho, far-se-ão através de perícia a cargo de Médico do Trabalho ou Engenheiro do Trabalho, registrados no Ministério do Trabalho. O presente laudo foi elaborado somente em uma face.

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718

Assinado de forma digital por GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718
Dados: 2024.10.02 06:56:25 -03'00'

Responsável do laudo de insalubridade
Gustavo Cordeiro Miranda
CPF: 092.897.697-18
NIT: 128.65129.29-4
Conselho de classe: CREA 051725/D
UF: ES
Especialidade: Engenheiro de Segurança

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977
CREA-ES
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do ES

ART de Obra ou Serviço

0820240368329

ART Individual

1. Responsável Técnico

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA

Título profissional: **ENGENHEIRO DE PRODUÇÃO,ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO,TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO,TECNÓLOGO EM GEST**

RNP: 0819492124
Registro: ES-051725/D
Registro: 19221

Empresa contratada: ST CONSULTORIA OCUPACIONAL E MEIO AMBIENTE LTDA

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS** CPF/CNPJ: **27167345000190**
Rua: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS Nº: 545
Complemento: CEP: 29770000
Cidade: MANTENÓPOLIS UF: ES Bairro: CENTRO
Telefone:
Contrato: 000077/2023 Nº do Aditivo: 0
Valor do Contrato/Honorários: R$15.050,00 Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA

3. Dados da Obra/Serviço

Rua: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS Nº: 545
Complemento: Bairro: CENTRO Quadra Lote
Cidade: MANTENÓPOLIS UF: ES CEP: 29770000
Data de início: 10/09/2024 Prev. Término: 10/09/2024 Coord. Geogr.: ,
Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS CPF/CNPJ:27167345000190

4. Atividade Técnica

Qtde de Pavimento(s): 0 **Nº Pavimento(s):** 0 **Dimensão/Quantidade:** 1 **Unidade de medida:** UNID

ATIVIDADE(S) TÉCNICA(S): 43 - 13.2 - ASSESSORIA TÉCNICA

PARTICIPAÇÃO:

NATUREZA: 100 - RESPONSABILIDADE TÉCNICA

NÍVEL: 104 - EXECUÇÃO

NATUREZA DO(S) SERVIÇO(S): 9111 - SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS (ESPECIFICAR NO CAMPO 22)

TIPO DA OBRA/SERVIÇO: 2001 - SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS (ESPECIFICAR NO CAMPO 22)

PROJETO(S)/SERVIÇO(S): 100 - NENHUM

Após a conclusão das atividades técnicas, o profissional deverá proceder a baixa desta ART.

5. Observações

REFERENTE A CONTRATAÇAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE MEDICINA DO TRABALHO PARA ELABORAÇÃO DE PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCO, LTCAT (LAUDO TÉCNICO DA CONDIÇÃO DO AMBIENTE DE TRABALHO, PCMSO (PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL), PPP, LAUDO DE INSALUBRIDADE E DE PERICULOSIDADE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPALDE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO; SEM CONTUDO TER PROVIDENCIADO O REGISTRO DE ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART), NESTE CONSELHO.

6. Declarações

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718 Assinado de forma digital por GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718 Dados: 2024.10.02 06:57:02 -03'00'

Profissional

Contratante

Acessibilidade: <declara a aplicabilidade das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº5.296, de 2 de dezembro de 2004, às atividades profissionais acima relacionadas.>

7. Entidade de classe

SENGE - SINDICATO DOS ENGENHEIROS DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO

8.Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima.

Local de Data

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718 Assinado de forma digital por GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718 Dados: 2024.10.02 06:56:49 -03'00'

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA - CPF: 09289769718

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS - CPF/CNPJ: 27167345000190

9. Informações

- **A ART é válida somente quando quitada, podendo sua conferência ser realizada no site do CREA.**
- **A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.creaes.org.br ou www.confea.org.br**
- **A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.**

www.creaes.org.br creaes@creaes.org.br
tel: (27)3134-0046 art@creaes.org.br

CREA-ES Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo

Valor ART: R$ 262,55 Registrada em: 10/09/2024 Data de pagamento: 12/09/2024 Valor Pago: R$ 262,55 Nosso Número: 140000000016510939

ANEXO IV

Consultoria Ocupacional
&
Meio Ambiente

NR – 01 PGR
PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

DOCUMENTO BASE

Vigência

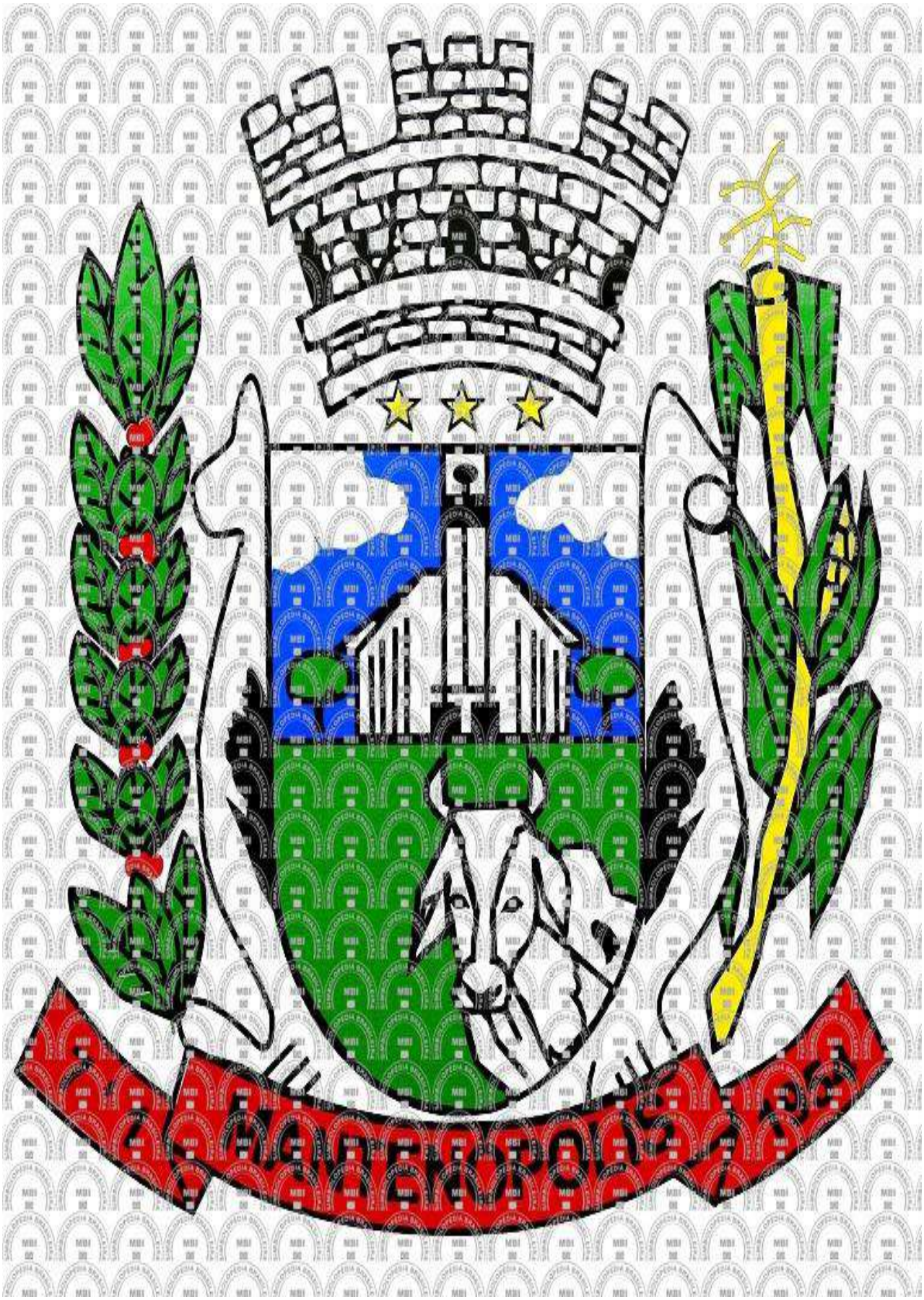
Agosto/2024 a Agosto/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS

Agosto/2024

Sumário

Identificação da empresa 3
Introdução 4
Objetivo 4
Termos e definições 4
Responsabilidades 5
Documentos complementares 6
Estratégias e metodologias de ação 6
Antecipação, reconhecimento, avaliação dos riscos ambientais 7
Forma de registro, manutenção e divulgação de dados 7
Periodicidade e forma de avaliação do desenvolvimento do pgr 7
Inventário de Riscos 9
Disposições finais 179
Controle de riscos 179
Acompanhamento da saúde ocupacional dos trabalhadores 179
Análise de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho 179
Preparação para emergências 180
Equipamentos de proteção individual de uso obrigatório 180
Conclusão 180
Plano de Ação 181



Programa de Gerenciamento de Riscos

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS
SECRETARIA EXECUTIVO DE SAÚDE
CNPJ: 27.167.345/0001-90

Endereço
Avenida Presidente Vargas, 545 - Centro - Mantenópolis/ES
CEP: 29.770-000

CNAE
8411-6/00 – Administração Pública em Geral
Grau de Risco 1

Introdução PGR

Disposições Gerais

1. INTRODUÇÃO

O Documento Base do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) se insere no contexto da Política de Gestão da empresa buscando a melhoria contínua do ambiente de trabalho e a preservação da saúde dos seus colaboradores e contratados. Está estruturado conforme disposto na NR-1, Portaria 3214 de 08 de junho de 1978, com redação atualizada pela Portaria 6.730 de 12 de Março de 2020.

2. OBJETIVO

O Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR - visa "estabelecer as disposições gerais, o campo de aplicação, os termos e as definições comuns às Normas Regulamentadoras - NR relativas à segurança e saúde no trabalho". Este Documento Base tem o objetivo estabelecer as "diretrizes para o Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO) e as medidas de prevenção em Segurança e Saúde no Trabalho - SST".

3. TERMOS E DEFINIÇÕES

- Risco Ambiental ou ocupacional: Combinação da probabilidade de ocorrer lesão ou agravo à saúde causados por um evento perigoso, exposição a agente nocivo ou exigência da atividade de trabalho e da severidade dessa lesão ou agravo à saúde.
- Agentes físicos: Qualquer forma de energia que, em função de sua natureza, intensidade e exposição, são capazes de causar lesão ou agravo à saúde do trabalhador. Exemplos: ruído, vibrações, pressões anormais, temperaturas extremas, radiações ionizantes, radiações não ionizantes.
- Agente químico: Substância química, por si só ou em misturas, quer seja em seu estado natural, quer seja produzida, utilizada ou gerada no processo de trabalho, que em função de sua natureza, concentração e exposição, é capaz de causar lesão ou agravo à saúde do trabalhador. Exemplos: fumos de cádmio, poeira mineral contendo sílica cristalina, vapores de tolueno, névoas de ácido sulfúrico.
- Agente biológico: Microrganismos, parasitas ou materiais originados de organismos que, em função de sua natureza e do tipo de exposição, são capazes de acarretar lesão ou agravo à saúde do trabalhador. Exemplos: bactéria Bacillus anthracis, vírus linfotrópico da célula T humana, príon agente de doença de Creutzfeldt-Jakob, fungo Coccidioides immitis.
- Limite de Tolerância - LT (NR-15 / Brasil): A concentração ou intensidade máxima ou mínima, relacionada com a natureza e o tempo de exposição ao agente, que não causará dano à saúde do trabalhador, durante a sua vida laboral. Limite de Exposição - Média Ponderada pelo tempo - TLV-TWA1 (Threshold Limit Value / Time Weighted Average - ACGIH-EUA): A concentração média ponderada pelo tempo para uma jornada normal de 8h diárias e 40h semanais, para a qual a maioria dos trabalhadores pode estar repetidamente exposta, dia após dia, sem sofrer efeitos adversos a sua saúde.
- Limite de Exposição - Curta Duração - TLV-STEL (Threshold Limit Value-Short Term Exposure ACGIH-EUA): A concentração máxima a que os trabalhadores podem estar expostos continuamente por um período curto, de até 15 minutos, sem sofrer irritação, lesão tissular crônica ou irreversível, narcose em grau suficiente para aumentar a predisposição a acidentes, impedir auto salvamento ou reduzir significativamente a eficiência no trabalho, desde que não sejam permitidas mais de 4 exposições diárias, com pelo menos 60 minutos de intervalo entre os períodos de exposição e também que não seja excedido o TLV-TWA.
- Limite de Exposição - Valor Teto (NR-15/Brasil), TLV-C (Threshold Limit Value - Ceiling - ACGIH-EUA): Concentração que não deverá ser excedida durante nenhum momento de exposição na jornada.
- IDLH: Concentração máxima imediatamente perigosa para a vida ou saúde, da qual o trabalhador poderá escapar, dentro de 30 minutos, sem sintomas graves nem efeitos

irreversíveis para a saúde (NIOSH/OSHA/EUA).
- Mobilidade: Percentual de tempo de permanência nos diversos locais durante a rotina de trabalho, em relação ao número de horas trabalhada.
- Nível de Ação: Valor acima do qual devem ser iniciadas ações preventivas (monitoramento periódico, informação aos trabalhadores e controle médico) de forma a minimizar a probabilidade de que as exposições a agentes ambientais ultrapassem os limites de exposição. Para agentes químicos corresponde a metade dos limites de exposição ocupacional (NR-15, ACGIH, acordos coletivos) e para o ruído a dose de 0,5 (superior a 50%), conforme estabelecido na NR-15, Anexo 1, item 6.
- Grupos Similares de Exposição - GSE: Grupos de trabalhadores que experimentam exposição semelhante, de forma que o resultado fornecido pela avaliação de qualquer membro do grupo seja representativo do grupo como um todo.
- NR-15: Norma Regulamentadora no 15 - Portaria 3214.
- ACGIH: American Conference of Governamental Industrial Hygiene.
- NIOSH: National Institute for Occupational Safety and Health.
- AIHA: American Industrial Hygiene Association.
- ABNT: Associação Brasileira de Normas Técnicas.
- OSHA: Occupational Safety and Health Administration.

4. RESPONSABILIDADES

4.1. ORGANIZAÇÃO CONTRATANTE

- Implementar, por estabelecimento ou unidade operacional o gerenciamento de riscos ocupacionais em suas atividades;
- Integrar as ações do PGR com planos, programas e outros documentos previstos na legislação de segurança e saúde no trabalho;
- Evitar que os riscos ocupacionais possam ser originados no trabalho;
- Identificar os perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde;
- Avaliar os riscos ocupacionais indicando o nível de risco;
- Classificar os riscos ocupacionais para determinar a necessidade de adoção de medidas de prevenção;
- Implementar medidas de prevenção, de acordo com a classificação de risco e na ordem estabelecida pela NR 01;
- Considerar as condições de trabalho, nos termos da NR-17;
- Acompanhar o controle de riscos ocupacionais;
- Adotar mecanismos para consultar os trabalhadores quanto à percepção de riscos ocupacionais, podendo para este fim ser adotadas as manifestações da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA, quando houver;
- Comunicar aos trabalhadores sobre os riscos consolidados no inventário de riscos e as medidas de prevenção do plano de ação do PGR;
- Adotar medidas para melhorar o desempenho em SST;
- Elaborar, implantar e assegurar o cumprimento dos documentos integrantes do PGR, respeitando o disposto nas demais Normas Regulamentadoras, datados e assinados;
- Manter os documentos integrantes do PGR sempre disponíveis para consulta dos trabalhadores interessados ou seus representantes e à Inspeção do Trabalho;
- Fornece informações às organizações contratadas sobre os riscos ocupacionais sob sua gestão e que possam impactar nas atividades das contratadas.

4.2 ORGANIZAÇÕES CONTRATADAS

- Fornecer ao contratante o Inventário de Riscos Ocupacionais específicos de suas atividades que são realizadas nas dependências da organização contratante ou local previamente convencionado em contrato.

4.3 SESMT/ DESIGNADO CIPA

- Informar aos trabalhadores os riscos ambientais que possam originar-se nos locais de trabalho, os meios necessários para prevenir ou limitar tais riscos e para proteger-se dos mesmos;
- Considerar o conhecimento e percepção que os trabalhadores têm do processo de trabalho;
- Fornecer às empresas subcontratadas as informações sobre os riscos potenciais nas áreas em que desenvolverão suas atividades;
- Programar e aplicar treinamentos com objetivo de instruir os empregados expostos;
- Propor e adotar soluções para eliminar / reduzir a exposição aos riscos;
- Acompanhar o desenvolvimento do PCMSO.

4.4 DOS EMPREGADOS

- Colaborar e participar na implantação e execução do PGR inclusive de normas internas de segurança e saúde;
- Cumprir as normas e orientações recebidas nos treinamentos oferecidos dentro do PGR;
- Informar ao seu superior hierárquico direto ocorrências que, ao seu julgamento possam implicar em riscos à sua saúde e segurança;
- Aplicar e cumprir o Programa de Segurança e Saúde Ocupacional e todas as suas ferramentas aplicáveis e procedimentos específicos inerentes à execução das atividades;
- Colaborar na avaliação e identificação dos riscos gerados em seu posto de trabalho;
- Participar dos treinamentos programados.

5. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

- Inventário de Riscos do PGR;
- Matriz de Riscos do PGR; e
- Plano de Ação no Gerenciamento de Riscos.

6. ESTRATEGIAS E METODOLOGIAS DE AÇÃO

O presente programa foi elaborado com base na antecipação, reconhecimento e avaliação dos riscos ambientais existentes nas atividades dos empregados da Empresa, levando em consideração os diversos locais de trabalho. Esses dados foram realizados por profissionais do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho - SESMT e inseridos no inventario de risco deste PGR.

O controle desses riscos ambientais foi inserido para gerenciamento dos riscos ocupacionais na planilha de ação também conhecida como planilha de gerenciamento de riscos.

Como suporte técnico para o reconhecimento dos riscos foi consideradas as constatações provenientes do exercício dos trabalhos que estão sendo realizadas nas instalações / áreas / setores da empresa, informações prestadas pelos profissionais da empresa e representante da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA.

A estratégia tem como finalidade alcançar os seguintes objetivos:

- Reconhecimento dos Riscos Ambientais - referente ao processo de trabalho executado e a

condição de exposição dos funcionários;

- Avaliação quantitativa - Com base na NR-09.4.2, sempre que se constate a possibilidade de o trabalhador estar submetido à exposição ao agente de risco, cujo limite de tolerância possa estar superior ao previsto na legislação;
- Interpretação dos resultados - avaliação e julgamento profissional com proposição de medidas de controle;
- A metodologia aplicada será a da legislação atualizada das Normas Regulamentadoras - NR do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, Lei 6514 de 22 de dezembro de 1977, onde se encontram estabelecidos os parâmetros mínimos e diretrizes gerais, as quais foram aplicadas neste PGR.
- Com base na NR-09.6.1.1, na ausência de limites de tolerância previstos na NR-15 e seus anexos ou quando necessário, serão utilizados “Critérios Técnicos“ adotados pela American Conference of Governamental Hygienist (ACGIH) tomando como base os limites de tolerância (TLV - TWA, TLV - STEL e TLV - C) adotados por essa Associação.

7. Antecipação, Reconhecimento Avaliação dos Riscos Ambientais

7.1 ANTECIPAÇÃO

A antecipação visa identificar riscos potenciais. As informações que deverão ser consideradas para a elaboração ou revisão do PGR são originadas de:

- Projetos de novas instalações: Projeto Conceitual, a Engenharia, com apoio das áreas de Segurança do Trabalho, deverá avaliar, dentro das estratégias de segurança e de saúde, quais os riscos ambientais que estão previstos no projeto, prevendo, se possível, medidas de redução e controle já na fase do projeto, bem como os recursos necessários para monitoramento das exposições. Estes riscos deverão ser incorporados na revisão do PGR quando da conclusão do projeto.
- Modificações de projetos: A área de Segurança do Trabalho deve avaliar os novos riscos ambientais se estão previstos, ou se ocorreram a eliminação dos mesmos. Estas alterações deverão ser incorporadas na revisão do PGR quando da conclusão da modificação.
- Manipulação de novos produtos químicos: Todo produto novo para ser armazenado deverá ter como base as informações sobre a toxicologia e suas especificações de segurança contidas na FISPQ do produto. Se após a análise crítica das áreas envolvidas forem favoráveis para a manipulação e armazenamento do referido produto, deverá ser feita avaliação ambiental.

7.2 RECONHECIMENTO DOS RISCOS AMBIENTAIS

O reconhecimento dos riscos ambientais é realizado através de inspeções / auditorias nas diversas áreas / locais da Empresa; ocasião em que são consolidadas as constatações técnicas, levando em consideração as percepções que os trabalhadores têm do processo produtivo e riscos ambientais; informações / registros realizados pela Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA, bem como tudo que venha a contribuir como suporte técnico para o enriquecimento do reconhecimento. O reconhecimento visa o registro / avaliação das possíveis interferências na saúde / integridade física do trabalhador em razão da relação entre exposição e riscos ambientais oriundos da área / setor como um todo, somado aos riscos provenientes das atividades realizadas pelo trabalhador no seu posto/local de trabalho.

7.3 AVALIAÇÃO DOS RISCOS AMBIENTAIS

A avaliação dos riscos ambientais é realizada após a Antecipação e Reconhecimento do agente, da fonte geradora, do Grupo Homogêneo ou Similar de Exposição, da função e atividade desses, das medidas de controle existentes e das medidas de controle propostas. Somente o resultado das avaliações devem ser inseridos no Inventário de Riscos deste PGR conforme NR-09.4.3.
A antecipação, o reconhecimento e a avaliação dos Riscos Ambientais estão registrados Inventário de Riscos presentes nesse PGR.

8. FORMA DE REGISTRO, MANUTENÇÃO E DIVULGAÇÃO DE DADOS

O inventário de riscos ocupacionais deve ser mantido atualizado. O histórico das atualizações deve ser mantido por um período mínimo de 20 (vinte) anos ou pelo período estabelecido em normatização específica.

9. PERIODICIDADE E FORMA DE AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DO PGR

A avaliação de riscos deve constituir um processo contínuo e ser revista a cada dois anos ou quando da ocorrência das seguintes situações:
a) após implementação das medidas de prevenção, para avaliação de riscos residuais;
b) após inovações e modificações nas tecnologias, ambientes, processos, condições, procedimentos e organização do trabalho que impliquem em novos riscos ou modifiquem os riscos existentes;
c) quando identificadas inadequações, insuficiências ou ineficácias das medidas de prevenção;
d) na ocorrência de acidentes ou doenças relacionadas ao trabalho;
e) quando houver mudança nos requisitos legais aplicáveis.
Observação.: No caso de organizações que possuírem certificações em sistema de gestão de SST, o prazo poderá ser de até 3 (três) anos.
Será necessário elaborar a AET (Análise Ergonômica do Trabalho), laudo de insalubridade e laudo de periculosidade, para atender a GRO (Gerenciamento de Riscos Ocupacionais). Além dos demais documentos das NR's e dos riscos relacionados no inventário de risco.

Inventário de Riscos

1. INTRODUÇÃO

Os dados referentes aos perigos identificados e das avaliações dos riscos ocupacionais deverão constituir um Inventário de Riscos Ocupacionais, que deverá conter, no mínimo, os seguintes itens:

1. Caracterização dos processos e ambientes de trabalho;
2. Caracterização das atividades;
3. Descrição de perigos e de possíveis lesões ou agravos à saúde dos trabalhadores, com a identificação das fontes ou circunstâncias, descrição de riscos gerados pelos perigos, com a indicação dos grupos de trabalhadores sujeitos a esses riscos e descrição de medidas de prevenção implementadas;
4. Dados da análise preliminar ou do monitoramento das exposições a agentes físicos, químicos e biológicos e os resultados da avaliação de ergonomia nos termos da NR 17;
5. Avaliação de riscos, incluindo a classificação para fins de elaboração do plano de ação;
6. Critérios adotados para avaliação dos riscos e tomadas de decisão.

O inventário de riscos ocupacionais deverá ser mantido atualizado e seu histórico de atualizações deverá ser mantido por um período mínimo de 20 (vinte) anos ou pelo período estabelecido em normatização específica.

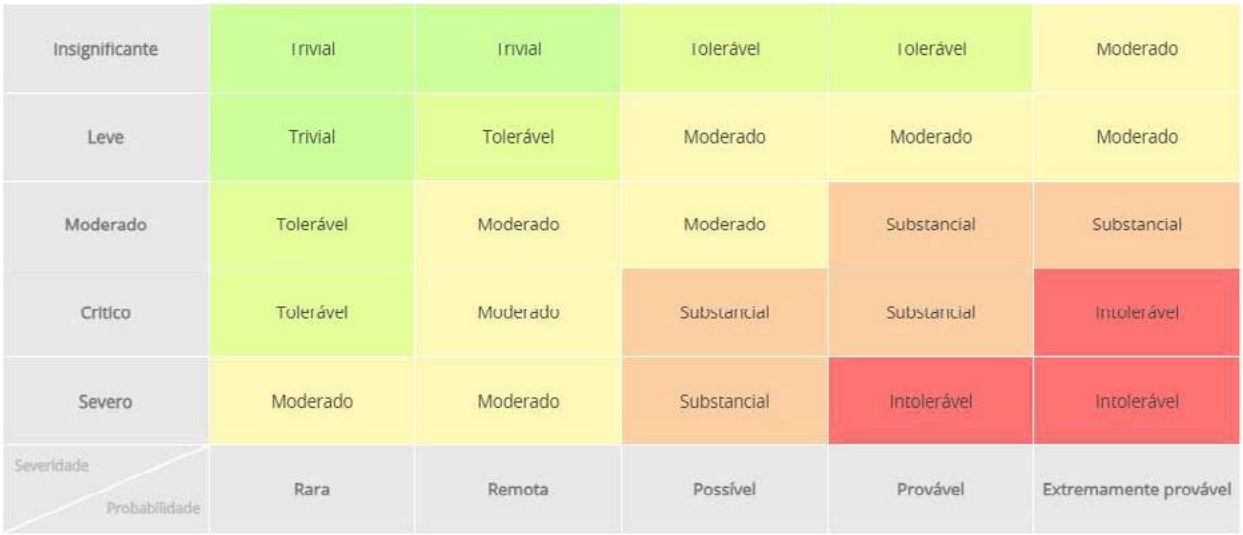
2. RISCOS AMBIENTAIS

Segundo a NR 9 são considerados riscos ambientais os agentes físicos, químicos e biológicos existentes no ambiente de trabalho que, em função de sua natureza, concentração e tempo de exposição são capazes de causar danos a saúde do trabalhador, conforme classificação que segue:

- Agentes físicos - As diversas formas de energia a que possam estar expostos os trabalhadores, tais como ruídos, vibrações, radiações ionizantes, radiações não ionizantes, frio, calor, pressões anormais, umidade
- Agentes químicos - São substância, compostos ou produtos que possam penetrar no organismo pela via respiratória em forma de poeira, fumos, neblinas, névoas, gases ou vapores, ou que, pela natureza da atividade de exposição, possam ter contato ou ser absorvidos pelo organismo ou por ingestão. São eles: poeiras, fumos, névoas, neblinas, gases, vapores, substâncias compostas ou produtos químicos.
- Agentes biológicos - São microorganismos tais como: vírus, bactérias, protozoários, fungos, parasitas, bacilos.
- Riscos Ergonômicos - São riscos relacionados ao processo produtivo e das tarefas executadas em situações inadequadas tais como: esforço físico intenso, levantamento e transporte manual de peso, exigência de postura inadequada, controle rígido de produtividade, imposição de ritmos excessivos, trabalhos em turno noturno, jornadas de trabalho prolongadas, monotonia e repetitividade, outras situações causadoras de stress físico e/ou psíquico.
- Riscos de acidentes - São riscos relacionados à execução de atividades, colocando em exposição à saúde e integridade física dos funcionários no seu campo de trabalho. Ex.: arranjo físico inadequado, máquinas e equipamentos sem proteção, ferramentas inadequadas ou defeituosas, iluminação inadequada, eletricidade, probabilidade de incêndio ou explosão, armazenamento inadequado, animais peçonhentos, outras situações de risco que poderão contribuir para a ocorrência de acidentes.

3. MATRIZ DE RISCO DO PGR

A avaliação da Classificação de Risco é realizada para cada GSE em relação a cada agente de risco E Atividade no Inventário de Riscos, possibilitando conhecer, em função do risco da exposição qual a consequência para a saúde. A classificação de Risco é obtida relacionando-se as informações anteriormente obtidas pela interação da Probabilidade x Severidade do Risco, conforme a Matriz de Risco apresentada na abaixo:



Os níveis de riscos são delimitados com base no resultado da combinação da severidade das possíveis lesões ou agravos à saúde com a probabilidade ou chance de sua ocorrência. Para cada perspectiva foram definidos os pesos e as suas descrições.

SEVERIDADE	
Classificação	Descrição
Insignificante	Incômodo, insatisfação ou dano leve sem necessidade de tratamento médico.
Leve	Pode prejudicar a integridade física e/ou a saúde, provocando lesão que implique em incapacidade temporária por prazo igual ou inferior a 15 (quinze) dias.
Moderado	Pode prejudicar a integridade física e/ou a saúde, provocando lesão que implique em incapacidade temporária por prazo superior a 15 (quinze) dias.
Critico	Pode prejudicar a integridade física e/ou a saúde, provocando lesão ou sequela permanente.
Severo	Pode levar a óbito imediato ou que venha a ocorrer posteriormente.

PROBABILIDADE	
Classificação	Descrição
Rara	Medidas de prevenção adequadas e com garantia de continuidade desta situação. Uma consequência não é esperada, não é comum sua ocorrência, extraordinária.
Remota	Medidas de prevenção adequadas, mas com pequenos desvios. Ainda que em funcionamento, não há garantias de que sejam mantidas sempre ou em longo prazo. Uma consequência é pouco provável que aconteça quase improvável.
Possível	Medidas de prevenção apresentam desvios ou problemas significativos. Não há garantias de que as medidas sejam mantidas. Uma consequência talvez aconteça, com possibilidade de que se efetive concebível.
Provável	Medidas de prevenção incompletas ou com deficiências relevantes. Uma consequência é esperada, com grande probabilidade de que aconteça ou se realize.
Extremamente Provável	Medidas de prevenção inexistentes. Uma consequência é esperada, com grande probabilidade de que aconteça ou se realize.

NIVEIS DE RISCOS	
Classificação	Descrição
Trivial	Nenhuma ação é necessária.
Tolerável	Improvável risco à saúde do trabalhador. É requerido monitoramento, para assegurar que as medidas serão mantidas.
Moderado	Situação considerada causadora de fadiga se desenvolvida por longo período. Devem ser implantados meios de controle preventivo.
Substancial	Situação considerada causadora de lesão. Deve ser feito estudos sistemáticos da atividade, sugerindo um plano de melhoria para eliminar ou minimizar o risco/perigo.
Intolerável	Interromper as atividades ou intervenção imediata. O trabalho não pode ser iniciado ou continuado até que o risco/perigo tenha sido reduzido ou eliminado.

UNIDADE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE SAÚDE
CNPJ: 27.167.345/0001-90

Endereço
Avenida Presidente Vargas, 545 - Centro - Mantenópolis/ES
CEP: 29.770-000

CNAE
8411-6/00 – Administração Pública em Geral
Grau de Risco 1

Caracterização dos processos e ambientes de trabalho

Funcionários

Setor	Cargo	Funcionários
GHE 01 ADMINISTRATIVO	AGENTE ADMINISTRATIVO	12
	ASSISTENTE SOCIAL	1
	ESCRITURÁRIO	1
	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	1
GHE 02 ADMINISTRATIVO / ÁREAS EXTERNAS	AGENTE COMB. DE SAÚDE	17
	AGENTE DE COMB. AS ENDEMIAS	1
	AGENTE DE ZOONOSE	1
GHE 03 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO / UBS	AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICO	2
	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	7
GHE 04 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO / PA	AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS	1
	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	3
GHE 05 ODONTOLÓGICO / UBS	AUX DE SAÚDE BUCAL – ESF	2
	ODONTÓLOGO ESF	1
	TÉCNICO DE SAÚDE BUCAL	3

GHE 06 ENFERMAGEM / UBS	ENFERMEIRO ESF.	4
	TÉCNICO DE ENFERMAGEM/ESF	6
GHE 07 ENFERMAGEM / PA	EMFERMEIRO PLANTONISTA	5
	TÉCNICO DE ENERMAGEM	7
GHE 08 EMFERMAGEM / ÁREA DE ISOLAMENTO	ENFERMEIRO	1
	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	1
GHE 09 FISCALIZAÇÃO	FISCAL DE ATIV. URBANAS	1
GHE 10 FISIOTERAPIA	FISIOTERAPEUTA	1
GHE 11 FONOAUDIOLOGIA	FONOAUDIÓLOGO	1
GHE 12 ÁREA CLÍNICA / UBS	MÉDICO CLINICO GERAL	1
	MÉDICO ESF	2
GHE 13 ÁREA CLÍNICA / PA	MÉDICO PLANTONISTA I	3
GHE 14 ÁREA CLÍNICA / ÁREA DE ISOLAMENTO	MÉDICO	1
GHE 15 VETERINÁRIA	MÉDICO VETERINÁRIO	1
GHE 16 TRANSPORTE	MOTORISTA PROFISSIONAL	12
GHE 17 MÁQUINAS MÓVEIS	OPERADOR DE MÁQUINAS	1
GHE 18 NUTRIÇÃO	NUTRICIONISTA	1
GHE 19 PSICOLOGIA	PSICÓLOGO	1
GHE 20 RADIOLOGIA	TÉCNICO DE RADIOLOGIA	2
GHE 21 SEGURANÇA	VIGIA	2

SETOR
GHE 01 ADMINISTRATIVO
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

Nº de funcionários 15

CARGO
AGENTE ADMINISTRATIVO
Supervisionam e controlam serviços financeiros diversos, bens-patrimoniais e logísticos; elaboram orçamentos, efetuam pagamentos, realizam cobrança, controlam bens patrimoniais, fecham câmbio, analisam crédito, coordenam caixas, administram processos logísticos e gerenciam almoxarifado/estoque; Supervisionam equipes de trabalho, orientando e avaliando desempenho em busca da melhor qualidade no trabalho. Organizam documentos e efetuam sua classificação contábil; geram lançamentos contábeis, auxiliam na apuração dos impostos, conciliam contas e preenchimento de guias de recolhimento e de solicitações, junto a órgãos do governo. Emitem notas de venda e de transferência entre outras; realizam o arquivo de documentos; Organizam a rotina de serviços e realizam entrada e transmissão de dados, operando teleimpressores e microcomputadores; registram e transcrevem informações, operando máquinas de escrever; atendem necessidades do setor interno e externo. Supervisionam trabalho e equipe; Organizam documentos e informações. Orientam usuários e os auxiliam na recuperação de dados e informações. Disponibilizam fonte de dados para usuários. Providenciam aquisição de material e incorporam material ao acervo. Arquivam documentos, classificando-os segundo critérios apropriados para armazená-los e conservá-los. Prestam serviço de comutação, alimentam base de dados e elaboram estatísticas. Executam tarefas relacionadas com a elaboração e manutenção de arquivos, podendo ainda, operar equipamentos reprográficos, recuperar e preservar as informações por meio digital, magnético ou papel.

CBO: 4102-05

12 funcionários

CARGO
ASSISTENTE SOCIAL
Prestar serviços sociais orientando indivíduos, famílias, comunidade e instituições sobre direitos e deveres (normas, códigos e legislação), serviços e recursos sociais e programas de educação; planejar, coordenar e avaliar planos, programas e projetos sociais em diferentes áreas de atuação profissional (seguridade, educação, trabalho, jurídica, habitação e outras), atuando nas esferas pública e privada; orientar e monitorar ações em desenvolvimento relacionados à economia doméstica, nas áreas de habitação, vestuário e têxteis, desenvolvimento humano, economia familiar, educação do consumidor, alimentação e saúde; desempenhar tarefas administrativas. Realizar estudo socioeconômico; Pesquisar interesses e necessidades da população; Mapear o perfil social do usuário; Pesquisar características da área de atuação; Pesquisar informações ´in loco´; Pesquisar organizações e instituições públicas e privadas; Realizar pesquisas bibliográficas e documentais; Estudar viabilidade de projetos propostos; Levantar número de usuários; Coletar dados; Organizar dados coletados; Compilar dados; Tabular dados; Difundir resultados da pesquisa; Buscar parceiros; Pesquisar a satisfação do usuário; Realizar estudo socio-territorial; Analisar dados.

CBO: 2516-05

1 funcionários

CARGO
ESCRITURÁRIO
Redigir ou participar da redação de correspondências, pareceres, documentos legais e outros significativos para o órgão, datilografar ou determinar a datilografia de documentos redigidos e aprovados, operar microcomputador, utilizando programas básicos e aplicativos, para incluir, alterar, obter dados e informações, bem como consultar registros, estudar processo referentes a assuntos de caráter geral ou específico da unidade administrativa e propor soluções, coordenar a classificação, o registro e a conservação de processos, livros e outros documentos em arquivos específicos, elaborar, sob orientação, quadros e tabelas estatísticos, fluxogramas, organogramas e gráficos em geral, elaborar ou colaborar na elaboração de relatórios parciais e anuais, atendendo as exigências ou normas da unidade administrativa, receber, conferir e distribuir materiais, verificando solicitações de compras e pedidos de fornecimento, realizar, sob orientação específica, coleta de preços e concorrências públicas e administrativas para aquisição de material, orientar e supervisionar as atividades de controle de estoque, a fim de assegurar a perfeita ordem de armazenamento, conservação e níveis de suprimento, controlar estoques de materiais, inspecionando o recebimento e a entrega, bem como verificando os prazos de validade dos materiais perecíveis e a necessidade de ressuprimento dos estoques, auxiliar na contabilização financeira, orçamentária e patrimonial da Prefeitura, classificando documentos, preparando relações de cobranças e pagamentos, conferindo guias de pagamento, examinando empenhos de despesas e executando outras atividades afins, estudar os documentos a serem arquivados, analisando o conteúdo e o valor dos mesmos, para decidir sobre a maneira mais conveniente de arquivá-los, arquivar os documentos de acordo com o sistema de classificação adotado, colocando-os em arquivos, estantes ou outro local adequado, para preservá-los de riscos e extravios, promover a guarda e a preservação dos documentos, promover o empréstimo dos documentos solicitados, preservando-os de riscos e extravios através de registro do destino, nome do solicitante, tempo empréstimo e outras informações necessárias, colaborar nos estudos para a organização e a racionalização dos serviços nas unidade da Prefeitura, executar os serviços burocráticos relativos a contratos, doações e patrocínio e executar outras atribuições afins.

CBO: 4110

1 funcionários

CARGO
TÉCNICO EM CONTABILIDADE
Colaborar no preparo de normas de trabalho de contabilidade e executá-las. Escriturar ou orientar a escrituração dos livros contábeis. Fazer levantamentos e organizar balancetes patrimoniais e financeiros. Efetuar perícias contábeis. Participar de trabalhos de tomadas de contas; assinar balanços e balancetes; preparar relatórios informativos; orientar, do ponto de vista contábil, o levantamento dos bens patrimoniais. Auxiliar na preparação dos orçamentos. Executar outras tarefas correlatas.

CBO: 4110

1 funcionários

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo AGENTE ADMNISTRATIVO / ASSISTENTE SOCIAL / ESCRITURÁRIO / TÉCNICO EM CONTABILIDADE**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura sentada por longos períodos		
Descrição	Necessidade de atuação sentado por longos períodos durante a jornada de trabalho.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Analise Ergonômica do Trabalho - AET Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Fornece instruções para alongamento físico.		
Orientação	Orientar trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Presença de reflexos em telas, painéis, vidros, monitores ou qualquer superfície, que causem desconforto ou prejudiquem a visualização		
Descrição	Situação desconfortável aos olhos, proveniente do uso frequente de telas de computadores para execução das atividades.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Fadiga nos olhos, ardência e dores de cabeça.		
Fontes ou circunstâncias	Telas de computadores		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Trabalho intensivo com teclado ou outros dispositivos de entrada de dados		
Descrição	Repetição continuada de movimentos com os dedos, proveniente da utilização de periféricos de entrada de dados em computadores (mouse, teclados).		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Problemas nas articulações e nos músculos (LER/DORT) e nos dedos (tendinites)		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Critério			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Analise Ergonômica do Trabalho - AET Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	- Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Introdução de pausas curtas periódicas e rodízios de funções em trabalhos continuados repetitivos, de precisão, em computadores, ou que exijam atenção constante; - Usar mobiliários ajustáveis às dimensões dos trabalhadores, assegurando postura confortável dos braços e pernas para trabalhador na posição sentada e em pé; - Usar postos de trabalho ajustáveis para o trabalho em computador (altura da cadeira, altura do monitor, altura do teclado).		

SETOR
GHE 02 ADMINISTRATIVO / ÁREAS EXTERNAS
Áreas diversas conforme a demanda da Secretaria da Saúde: casas, comunidades, outras residências, estabelecimentos, entre outros.

N º de funcionários 19

CARGO
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
Realizar visitas domiciliares; verificar cartão de vacina e gestante; acompanhar os pacientes hipertensos; marcar consultas; orientar sobre prevenção de doenças.

CBO: 5151-05

17 funcionários

CARGO
AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS
Orientar a comunidade em geral sobre as medidas para eliminar criadouros de insetos e de outros vetores de doenças, em residências e em estabelecimento diversos.

CBO: 5151-403

1 funcionário

CARGO
AGENTE DE ZOONOSE
Orientar a comunidade em geral sobre as medidas para eliminar criadouros de insetos e de outros vetores de doenças, em residências e em estabelecimento diversos.

CBO: 5151-40

1 funcionários

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE / AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS / AGENTE DE ZOONOSE**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Físico	Radiações não-ionizantes		
Descrição	Exposição à radiação não ionizante em atividades a céu aberto		
Fundamentação legal	NR 01 / NR 06 / NR 09		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Aumentam os riscos de doenças como neoplasias, anemia apática, púrpura, radio dermatite, infertilidade, entre outras.		
Fontes ou circunstâncias	Trabalho a céu aberto		
Meio de propagação	Raios solares (UV)		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades: • Óculos de proteção tipo UV.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Frequente deslocamento a pé durante a jornada de trabalho		
Descrição	Deslocamento necessário proveniente da necessidade de visitar diversas casas nas comunidades do município.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Tolerável	Moderado
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Analise Ergonômica do Trabalho - AET. -Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Orientação	Orientar ao trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura de pé por longos períodos		
Descrição	Postura proveniente da necessidade de permanecer de pé para execução das atividades relacionadas.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Analise Ergonômica do Trabalho - AET. -Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET. Fornece instruções para alongamento físico.		
Orientação	Orientar ao trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Animais peçonhentos/Risco de contato e/ou ataque		
Descrição	Risco proveniente das visitas dos agentes a locais diversos do município, podendo existir o contato com vários tipos de animais.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Picadas, mordidas, arranhões, perfurações e alergias		
Fontes ou circunstâncias	Locais diversos (casas, entulhos, mato, entre outros locais).		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Medico de Saúde ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Manter o uso continuo de calçado de segurança fechado e luvas de proteção, com CA, emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde do trabalho.		
Orientação	Utilizar sempre calçados fechados e luvas apropriados para as execuções das atividades, para evitar acidentes ou contato com animais peçonhentos.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Áreas de trânsito de veículos sem demarcação		
Descrição	Risco proveniente das atividades em áreas externas onde devida as visitas em locais diversos, onde o fluxo de veículos são constantes.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Risco de atropelamentos, fraturas em vários graus e até morte.		
Fontes ou circunstâncias	Ruas, vias e avenidas movimentadas		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Severo	Possível	Substancial	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Medico de Saúde ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Manter o uso continuo de calçado de segurança fechado, com CA, emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde do trabalho.		
Orientação	Atenção nas execuções das atividades. Utilizar calçados de seguranças próprios para a execução das atividades para evitar tropeções e quedas.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Piso escorregadio e/ou irregular		
Descrição	Risco proveniente de locais externos variados, podendo ocorrer quedas ou tropeções devido a calçadas molhadas e irregulares, desníveis, entre outros fatores. Risco de quedas de mesmo nível.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Fraturas, luxações ou entorses, escoriações e contusões		
Fontes ou circunstâncias	Pisos e outras superfícies escorregadios		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não evidenciado	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Medico de Saúde ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco através de palestras e treinamentos. Procedimentos operacionais seguros -Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde no trabalho, e adequados para a execução das atividades.		

SETOR
GHE 03 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO / UBS
Áreas diversas da saúde UBS (Unidade Básica de Saúde)

Nº de funcionários 09

CARGO
AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICO
Os trabalhadores de limpeza e conservação de áreas públicas preservam as vias públicas, varrendo calçadas, sarjetas e calçadões, acondicionando o lixo para que seja coletado e encaminhado para o aterro sanitário. Zelam pela segurança das pessoas sinalizando e isolando áreas de risco e de trabalho. Trabalham na limpeza e conservação de áreas públicas, coletam resíduos domiciliares, resíduos sólidos de serviços de saúde e resíduos coletados nos serviços de limpeza; Conservam as áreas públicas lavando-as, pintando guias, postes, viadutos, muretas e etc; Auxiliam nos serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos; Trabalham na ornamentação de canteiros urbanos, através da construção de viveiros e canteiros Varrer sarjetas e calçadões; Varrer calçadas; Amontoar detritos e folhagem; Acondicionar lixo em latões ou sacos plásticos; Empurrar carrinho (lutocar); Ensacar animais mortos; Recolher animais mortos; Solicitar coleta de animais mortos; Solicitar remoção de entulho; Executar serviços de varrição, coleta e transporte de lixo industrial, domiciliar, hospitalar e rural e lavagem de ruas e logradouros públicos municipais, mantendo-os em condições adequadas, acondicionando os materiais coletados conforme as orientações e procedimentos estabelecidos. Executar serviços de conservação de ruas e logradouros públicos realizando capinas, roçadas, pinturas em meio-fio, muros, grades e postes, limpeza de ralos, trincheiras, bocas de lobo, caixas de visita, limpeza de córregos e outras atividades correlatas.

CBO: 5142-05

2 funcionários

CARGO
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
Executar sob supervisão serviços de copeiragem, conservação, limpeza e zeladoria em prédios públicos servindo, limpando vidros e fachadas, recintos internos e acessórios. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Preparar sucos, lanches, cafés e pequenas refeições; Servir água, cafezinho, suco; Administrar fluxo de serventia; Receber e distribuir refeições; Receber ou recolher bandejas, louças e talheres após as refeições, providenciando sua lavagem e guarda ou o envio ao setor competente; Secar louça e prataria, esterilizar instrumentos e materiais; Operar com aparelhos elétricos utilizados nos serviços de alimentação; Limpar talheres, equipamentos de refrigeração assim como balcão, bancada e bandejas; retirar restos de comida, separando e destinando o lixo; Lavar fachadas; Limpar vidros; Remover resíduos dos vidros; Remover pichações; Limpar móveis e equipamentos eletrodomésticos, lustres, luminárias, ventiladores e tudo o que mais constar nos recintos dos prédios municipais; Limpar superfícies (paredes, pisos, etc..); Lavar banheiros; Aspirar pó; Lavar pisos; Encerar pisos; Remover sujeira; Varrer pisos; Secar pisos; Passar pano; Limpar, lavar cortinas e persianas; Recolher lixo; Depositar o lixo e detritos da cozinha em lugares apropriados, de forma a evitar proliferação de insetos; Proceder à limpeza de ralos, caixas de gordura e esgotos, assim como desentupir pias e ralos; Prover os sanitários com toalha, sabão e papel higiênico, removendo os já utilizados; Auxiliar na realização de serviços em geral como recebimento, separação e Distribuição de correspondência e materiais, atividades de limpeza, copa e conservação de instalações. Executar trabalhos de limpeza em geral em edifícios e outros locais, para manutenção das condições de higiene e conservação do ambiente, coletando o lixo.

CBO: 4122-05

7 funcionários

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICO / AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Físico	Umidade		
Descrição	Exposição à umidade proveniente da utilização de água no processo de limpeza de banheiros, pisos, entre outros.		
Fundamentação legal	NR 01 / NR 06 / NR 09		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode provocar doenças no aparelho respiratório, quedas, doenças de pele, entre outras.		
Fontes ou circunstâncias	Limpeza de banheiros entre outros		
Meio de propagação	Contato direto		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas: • Avental de PVC • Luvas de PVP • Botas de PVP		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Químico	Produtos Saneantes Domissanitários		
Descrição	Exposição ao agente saneantes domissanitários realizando limpeza de banheiros, pisos, outras superfícies e limpeza de utensílios de cozinha.		
Fundamentação legal	NR 01		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode provocar alergias ao contato e irritação nos olhos.		
Fontes ou circunstâncias	Utilização de produtos de limpeza		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Aceitável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL - PCMSO		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional: • Avental de PVC • Luvas de PVP • Botas de PVP		

Identificação			
Perigo/Fator de Risco **Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)**			Grupo **Biológico**
Descrição	Proveniente da limpeza de banheiros e coleta de lixo das UBS.		
Fundamentação legal	NR 01 / NR 06 / NR 07 / NR 09 / NR 32		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.		
Fontes ou circunstâncias	Limpeza de banheiros e coleta de lixo		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
EPI	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas: • Avental de PVC • Luvas de PVP • Botas de PVP • Óculos de Proteção		
Exposição			
Critério	Qualitativo		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Exigência de flexões de coluna vertebral frequentes		
Descrição	Proveniente da necessidade de baixar, levantar, entre outros movimentos para execução das atividades de limpeza e conservação, entre outras atividades relacionadas.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Pode provocar Lesões musculoesqueléticas, fadiga e exaustão.		
Fontes ou circunstâncias	Atividades de limpeza e conservação		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET. -Fornece instruções para alongamento físico.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Frequente deslocamento a pé durante a jornada de trabalho		
Descrição	Deslocamento necessário proveniente das atividades de limpeza e conservação do ambiente de trabalho, da coleta de lixo, entre outras atividades relacionadas.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Tolerável	Moderado
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Analise Ergonômica do Trabalho - AET. -Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Orientação	Orientar ao trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Frequente execução de movimentos repetitivos		
Descrição	Proveniente da execução de movimentos repetitivos para execução das atividades de limpeza, entre outras.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Dores nas articulações dos dedos e das mãos.		
Fontes ou circunstâncias	Movimentos repetitivos para execução das atividades		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET Fornece instruções para alongamento físico.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura de pé por longos períodos		
Descrição	Postura proveniente da necessidade de permanecer de pé para execução das atividades de limpeza e conservação.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Analise Ergonômica do Trabalho - AET. -Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET. Fornece instruções para alongamento físico.		
Orientação	Orientar ao trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Objetos cortantes e/ou perfuro cortantes		
Descrição	Risco proveniente da coleta de lixo podendo conter materiais da saúde descartados de forma errada, matérias diversos como vidros quebrados, utensílios de cozinha (facas, garfos, etc), e outros objetos que possam causar cortes e/ou perfurações, entre outros.		
Fundamentação legal	NR 01 / NR 32		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Risco de cortes e/ou perfurações, acidentes, lesões, entre outros.		
Fontes ou circunstâncias	Materiais e objetos descartado, utensílios de cozinha, entre outros.		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Crítico	Possível	Moderado	Substancial
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Medico de Saúde ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco através de palestras e treinamentos. Procedimentos operacionais seguros -Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde no trabalho, e adequados para a execução das atividades.		
Orientação	Atenção e cuidados na coleta de lixos urbanos e entulhos. Utilizar sempre EPI's apropriados para a execução das atividades (luvas, botas, entre outros)		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Piso escorregadio e/ou irregular		
Descrição	Risco proveniente da utilização de água no processo de limpeza das UBS e PA's, locais com umidade, pisos e passarelas irregulares, entre outros fatores que podem causar queda.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Fraturas, luxações ou entorses, escoriações e contusões		
Fontes ou circunstâncias	Pisos e outras superfícies escorregadios		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não evidenciado	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas coletivas (EPC)	Necessária utilização de placa cavalete de piso escorregadio durante a execução da atividade de limpeza e enquanto o piso apresentar estar molhado ou úmido.		
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Medico de Saúde ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco através de palestras e treinamentos. Procedimentos operacionais seguros -Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde no trabalho, e adequados para a execução das atividades.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Trabalho em ambientes com risco de queda de objetos		
Descrição	Risco de queda de objetos sobre os pés, proveniente da coleta e movimentação de lixos, produtos de limpeza, entre outros materiais e/ou objetivos.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode provocar contusões, entorses, luxações ou fraturas.		
Fontes ou circunstâncias	Coleta e movimentação de lixo, produtos de limpeza, entre outros.		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Medico de Saúde ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Manter o uso continuo de calçado de segurança fechado, com CA, emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde do trabalho.		
Orientação	Utilizar sempre calçado fechado e apropriado para as atividades, para evitar lesões por queda de objetos sobres os pés.		

SETOR
GHE 04 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO / PA
Áreas diversas da saúde PA (Pronto Atendimento)

Nº de funcionários 04

CARGO
AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICO
Os trabalhadores de limpeza e conservação de áreas públicas preservam as vias públicas, varrendo calçadas, sarjetas e calçadões, acondicionando o lixo para que seja coletado e encaminhado para o aterro sanitário. Zelam pela segurança das pessoas sinalizando e isolando áreas de risco e de trabalho. Trabalham na limpeza e conservação de áreas públicas, coletam resíduos domiciliares, resíduos sólidos de serviços de saúde e resíduos coletados nos serviços de limpeza; Conservam as áreas públicas lavando-as, pintando guias, postes, viadutos, muretas e etc; Auxiliam nos serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos; Trabalham na ornamentação de canteiros urbanos, através da construção de viveiros e canteiros Varrer sarjetas e calçadões; Varrer calçadas; Amontoar detritos e folhagem; Acondicionar lixo em latões ou sacos plásticos; Empurrar carrinho (lutocar); Ensacar animais mortos; Recolher animais mortos; Solicitar coleta de animais mortos; Solicitar remoção de entulho; Executar serviços de varrição, coleta e transporte de lixo industrial, domiciliar, hospitalar e rural e lavagem de ruas e logradouros públicos municipais, mantendo-os em condições adequadas, acondicionando os materiais coletados conforme as orientações e procedimentos estabelecidos. Executar serviços de conservação de ruas e logradouros públicos realizando capinas, roçadas, pinturas em meio-fio, muros, grades e postes, limpeza de ralos, trincheiras, bocas de lobo, caixas de visita, limpeza de córregos e outras atividades correlatas.

CBO: 5142-05

1 funcionário

CARGO
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
Executar sob supervisão serviços de copeiragem, conservação, limpeza e zeladoria em prédios públicos servindo, limpando vidros e fachadas, recintos internos e acessórios. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Preparar sucos, lanches, cafés e pequenas refeições; Servir água, cafezinho, suco; Administrar fluxo de serventia; Receber e distribuir refeições; Receber ou recolher bandejas, louças e talheres após as refeições, providenciando sua lavagem e guarda ou o envio ao setor competente; Secar louça e prataria, esterilizar instrumentos e materiais; Operar com aparelhos elétricos utilizados nos serviços de alimentação; Limpar talheres, equipamentos de refrigeração assim como balcão, bancada e bandejas; retirar restos de comida, separando e destinando o lixo; Lavar fachadas; Limpar vidros; Remover resíduos dos vidros; Remover pichações; Limpar móveis e equipamentos eletrodomésticos, lustres, luminárias, ventiladores e tudo o que mais constar nos recintos dos prédios municipais; Limpar superfícies (paredes, pisos, etc..); Lavar banheiros; Aspirar pó; Lavar pisos; Encerar pisos; Remover sujeira; Varrer pisos; Secar pisos; Passar pano; Limpar, lavar cortinas e persianas; Recolher lixo; Depositar o lixo e detritos da cozinha em lugares apropriados, de forma a evitar proliferação de insetos; Proceder à limpeza de ralos, caixas de gordura e esgotos, assim como desentupir pias e ralos; Prover os sanitários com toalha, sabão e papel higiênico, removendo os já utilizados; Auxiliar na realização de serviços em geral como recebimento, separação e Distribuição de correspondência e materiais, atividades de limpeza, copa e conservação de instalações. Executar trabalhos de limpeza em geral em edifícios e outros locais, para manutenção das condições de higiene e conservação do ambiente, coletando o lixo.

CBO: 4122-05

3 funcionários

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICO / AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Físico	Umidade		
Descrição	Exposição à umidade proveniente da utilização de água no processo de limpeza de banheiros, pisos, entre outros.		
Fundamentação legal	NR 01 / NR 06 / NR 09		
Fontes ou circunstâncias	Limpeza de banheiros entre outros		
Meio de propagação	Contato direto		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas: • Avental de PVC • Luvas de PVP • Botas de PVP		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Químico	Produtos Saneantes Domissanitários		
Descrição	Exposição ao agente saneantes domissanitários realizando limpeza de banheiros, pisos, outras superfícies e limpeza de utensílios de cozinha.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode provocar alergias ao contato e irritação nos olhos.		
Fontes ou circunstâncias	Utilização de produtos de limpeza		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Aceitável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL - PCMSO		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional: • Avental de PVC • Luvas de PVP • Botas de PVP		

Identificação			
Perigo/Fator de Risco **Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)**			Grupo **Biológico**
Descrição	Proveniente da limpeza de banheiros, leitos e coleta de lixo do PA (Pronto Atendimento).		
Fundamentação legal	NR 01 / NR 06 / NR 07 / NR 09 / NR 32		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.		
Fontes ou circunstâncias	Limpeza de banheiros, leitos e coleta de lixo		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
EPI	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas: • Avental de PVC • Luvas de PVP • Botas de PVP • Óculos de Proteção		
Exposição			
Critério	Qualitativo		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Exigência de flexões de coluna vertebral frequentes		
Descrição	Proveniente da necessidade de baixar, levantar, entre outros movimentos para execução das atividades de limpeza e conservação, entre outras atividades relacionadas.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Pode provocar Lesões musculoesqueléticas, fadiga e exaustão.		
Fontes ou circunstâncias	Atividades de limpeza e conservação		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET. -Fornece instruções para alongamento físico.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Frequente deslocamento a pé durante a jornada de trabalho		
Descrição	Deslocamento necessário proveniente das atividades de limpeza e conservação do ambiente de trabalho, da coleta de lixo, entre outras atividades relacionadas.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Tolerável	Moderado
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Analise Ergonômica do Trabalho - AET. -Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Orientação	Orientar ao trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Frequente execução de movimentos repetitivos		
Descrição	Proveniente da execução de movimentos repetitivos para execução das atividades de limpeza, entre outras.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Dores nas articulações dos dedos e das mãos.		
Fontes ou circunstâncias	Movimentos repetitivos para execução das atividades		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET Fornece instruções para alongamento físico.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura de pé por longos períodos		
Descrição	Postura proveniente da necessidade de permanecer de pé para execução das atividades de limpeza e conservação.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Analise Ergonômica do Trabalho - AET. -Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET. Fornece instruções para alongamento físico.		
Orientação	Orientar ao trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação	
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**
Acidente	Objetos cortantes e/ou perfuro cortantes
Descrição	Risco proveniente da coleta de lixo podendo conter materiais da saúde descartados de forma errada, matérias diversos como vidros quebrados, utensílios de cozinha (facas, garfos, etc), e outros objetos que possam causar cortes e/ou perfurações, entre outros.
Fundamentação legal	NR 01 / NR 32
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Risco de cortes e/ou perfurações, acidentes, lesões, entre outros.
Fontes ou circunstâncias	Materiais e objetos descartado, utensílios de cozinha, entre outros.

Avaliação		
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**
08:00	Eventual	Qualitativo

Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Crítico	Possível	Moderado	Substancial

Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Medico de Saúde ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco através de palestras e treinamentos. Procedimentos operacionais seguros -Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde no trabalho, e adequados para a execução das atividades.		
Orientação	Atenção e cuidados na coleta de lixos urbanos e entulhos. Utilizar sempre EPI's apropriados para a execução das atividades (luvas, botas, entre outros)		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Piso escorregadio e/ou irregular		
Descrição	Risco proveniente da utilização de água no processo de limpeza das UBS e PA's, locais com umidade, pisos e passarelas irregulares, entre outros fatores que podem causar queda.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Fraturas, luxações ou entorses, escoriações e contusões		
Fontes ou circunstâncias	Pisos e outras superfícies escorregadios		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não evidenciado	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas coletivas (EPC)	Necessária utilização de placa cavalete de piso escorregadio durante a execução da atividade de limpeza e enquanto o piso apresentar estar molhado ou úmido.		
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Medico de Saúde ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco através de palestras e treinamentos. Procedimentos operacionais seguros -Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde no trabalho, e adequados para a execução das atividades.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Trabalho em ambientes com risco de queda de objetos		
Descrição	Risco de queda de objetos sobre os pés, proveniente da coleta e movimentação de lixos, produtos de limpeza, entre outros materiais e/ou objetivos.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode provocar contusões, entorses, luxações ou fraturas.		
Fontes ou circunstâncias	Coleta e movimentação de lixo, produtos de limpeza, entre outros.		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Medico de Saúde ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Manter o uso continuo de calçado de segurança fechado, com CA, emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde do trabalho.		
Orientação	Utilizar sempre calçado fechado e apropriado para as atividades, para evitar lesões por queda de objetos sobres os pés.		

SETOR
GHE 05 ODONTOLÓGICO
Sala em alvenaria, com pé direito de aproximadamente 3 metros, com iluminação e ventilação artificial, com máquinas, instrumentos e mobiliários destinados a odontologia. Atuam nas unidades de saúde do município. Locais da Secretaria da Saúde UBS.

Nº de funcionários 6

CARGO
AUXILIAR DE SAUDE BUCAL - ESF
Realizar atendimento aos pacientes; lavar os materiais, esterilizar e secar; auxiliar o dentista no atendimento; realizar a esterilização do consultório.

CBO: 3224-30

2 funcionário

CARGO
ODONTÓLOGO ESF
Atender e orientar pacientes e executam procedimentos odontológicos, aplicar medidas de promoção e prevenção de saúde, ações de saúde coletiva, estabelecendo diagnóstico e prognóstico, interagindo com profissionais de outras áreas. Desenvolver atividades profissionais junto a crianças, adultos e idosos, com ou sem necessidades especiais, em diferentes níveis de complexidade. Exercer atividade de ensino e pesquisa. Promover e proteger a saúde bucal, prevenir agravos, realizar diagnóstico, tratar, acompanhar, reabilitar e manter a saúde bucal dos indivíduos de todas as idades. Realizar tratamentos dentários como restaurações, profilaxias, raspagens supra e subgengivais, extrações e cirurgias de dentes decíduos e permanentes, urgências e emergências odontológicas. Realizar atendimento de urgências endodônticas, periodontais e traumas. Ter conhecimento para indicação e aplicação de técnicas anestésicas e protocolos farmacológicos. Avaliar, solicitar e interpretar exames complementares auxiliares de diagnóstico, como radiografias e tomografias.

CBO: 2232-08

1 funcionários

CARGO
TÉCNICO DE SAÚDE BUCAL
Prevenir doença bucal participando de programas de promoção à saúde, projetos educativos e de orientação de higiene bucal. Executar procedimentos odontológicos sob supervisão do cirurgião dentista. Mobilizar capacidades de comunicação em palestras, orientações e discussões técnicas. As atividades são exercidas conforme normas e procedimentos técnicos e de biossegurança. Agendar consultas; Triar pacientes; Realizar a anamnese do paciente; Agilizar o atendimento odontológico; Preparar equipamentos e instrumental para o uso; Organizar arquivo e fichário. Fazer assepsia da sala e/ou equipamentos.

CBO: 3224-15

3 funcionário

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL – ESF / ODONTÓLOGO ESF / TÉCNICO DE SAÚDE BUCAL**			
Identificação			
Perigo/Fator de Risco **Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)**			Grupo **Biológico**
Descrição	Risco proveniente do contato com pacientes das UBS diversos, e manuseio e esterilização de materiais odontológicos utilizados.		
Fundamentação legal	NR 01 / NR 06 / NR 07 / NR 09 / NR 32		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.		
Fontes ou circunstâncias	Contato com pacientes e manuseio de instrumentos odontológicos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
EPI	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas a odontologia.		
Exposição			
Critério	Qualitativo		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Exigência de alto nível de concentração, atenção e memória		
Descrição	Situações ou atividades com exigência de concentração e atenção elevada.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar dores de cabeça e fadiga.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura de pé por longos períodos		
Descrição	Postura proveniente da necessidade de permanecer de pé para execução das atividades odontológicas.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Analise Ergonômica do Trabalho - AET. -Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET. Fornece instruções para alongamento físico.		
Orientação	Orientar ao trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura sentada por longos períodos		
Descrição	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar dores e desconforto na coluna lombar.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Orientação	Orientar trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Objetos cortantes e/ou perfuro cortantes		
Descrição	Risco proveniente da utilização de instrumentos odontológicos para realização das atividades, podendo causar perfurações ou cortes em seu manuseio.		
Fundamentação legal	NR 01 / NR 32		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Risco de cortes e/ou perfurações, acidentes, lesões, entre outros.		
Fontes ou circunstâncias	Instrumentos odontológicos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Crítico	Possível	Moderado	Substancial
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Medico de Saúde ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco através de palestras e treinamentos. Procedimentos operacionais seguros -Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde no trabalho, e adequados para a execução das atividades.		
Orientação	Atenção e cuidados nas atividades odontológicas que envolvam o manuseio de instrumentos odontológicos.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Trabalho em ambientes com risco de queda de objetos		
Descrição	Risco de queda de objetos e instrumentos odontológicos sobre os pés.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode provocar contusões, entorses, luxações ou fraturas.		
Fontes ou circunstâncias	Utilização de instrumentos odontológicos e outros objetos.		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Medico de Saúde ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Manter o uso continuo de calçado de segurança fechado, com CA, emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde do trabalho.		
Orientação	Utilizar sempre calçado fechado e apropriado para as atividades, para evitar lesões por queda de objetos sobres os pés.		

SETOR
GHE 06 ENFERMAGEM / UBS
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral. Locais da Secretaria da Saúde UBS.

Nº de funcionários 10

CARGO
ENFERMEIRO ESF.
Realizar atendimento aos pacientes; fazer curativos, coleta de exames; auxiliar em pequenas cirurgias; coordenar a unidade de saúde; realizar visitas domiciliares. Definir território de atuação; Mapear área de atuação; Identificar grupos, famílias e indivíduos expostos a riscos; Organizar grupos de promoção à saúde; Atualizar informações cadastrais; Atender usuários nas UBS, nos domicílios ou espaços comunitários; Realizar ações de prevenção de agravos e curativas; Realizar busca ativa de situações locais; Notificar doenças, agravos e situações de importância local; Identificar necessidades dos usuários; Responsabilizar-se por todos os atendimentos da população adscrita; Coordenar o cuidado dos usuários; Promover a integralidade do cuidado; Participar das atividades de planejamento; Participar das avaliações da equipe; Incentivar a participação da comunidade; Identificar parceiros e recursos disponíveis na comunidade; Registrar as atividades nos sistemas de informação; Participar das atividades de educação permanente; Definir ações de acordo com prioridades locais; Participar do gerenciamento de insumos.

CBO: 2235-05

Funcionário 4

CARGO
TÉCNICO DE ENFERMAGEM/ESF
Realizar limpeza dos materiais e fazer a esterilização; auxiliar em pequenas cirurgias; fazer pré consulta; realizar visitas domiciliares; fazer vacinação, teste do pezinho, glicemia e pulsão de veias.

CBO: 3222-05

6 funcionário

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo ENFERMEIRO ESF. / TÉCNICO DE ENFERMAGE/ESF**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Químico	Produtos Químicos		
Descrição	Utilização de produtos químicos como álcool 70 e água oxigenada		
Fundamentação legal	NR 01 / NR 09 / NR 32		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Estes produtos podem causar alergias, irritações na pele e olhos, entre outros.		
Fontes ou circunstâncias	Produtos químicos utilizados nas UBS		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Remota	Tolerável	Moderado
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL – PCMSO		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Disponibilizar ficha de informações de segurança de produtos químicos (FISPQ). - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional: • Máscara • Luvas de segurança • Bota de segurança		
Conclusão	Necessário a FISPQ dos produtos químicos utilizados nas UBS para verificação dos agentes mencionado, e para verificação de outros possíveis agentes químicos.		

Identificação			
Perigo/Fator de Risco **Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)**			Grupo **Biológico**
Descrição	Risco proveniente do contato direto com pacientes das UBS e manuseio e utilização de instrumentos, e a manipulação de matérias diversos.		
Fundamentação legal	NR 01 / NR 06 / NR 07 / NR 09 / NR 32		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.		
Fontes ou circunstâncias	Contato com pacientes e instrumentos hospitalares		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
EPI	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades: • Avental • Luvas de proteção • Máscara de proteção		
Exposição			
Critério	Qualitativo		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Exigência de alto nível de concentração, atenção e memória		
Descrição	Situações ou atividades com exigência de concentração e atenção elevada.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar dores de cabeça e fadiga.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Exigência de flexões de coluna vertebral frequentes		
Descrição	Proveniente da necessidade de remoção de pacientes, de movimentar os pacientes quando esses estiverem impossibilitados, entres outros movimentos.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Pode provocar Lesões musculoesqueléticas, fadiga e exaustão.		
Fontes ou circunstâncias	Movimentação de pacientes		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET. -Fornece instruções para alongamento físico.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Frequente deslocamento a pé durante a jornada de trabalho		
Descrição	Posturas de trabalho inadequadas, frequente deslocamento a pé para a execução das atividades, atendimento a pacientes, triagem, entre outros.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Dores nas articulações e nos músculos.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Tolerável	Moderado
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Analise Ergonômica do Trabalho - AET. -Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Orientação	Orientar ao trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura de pé por longos períodos		
Descrição	Postura proveniente da necessidade de permanecer de pé para execução das atividades de enfermeiros e técnicos de enfermagem das UBS.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Analise Ergonômica do Trabalho - AET. -Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET. Fornece instruções para alongamento físico.		
Orientação	Orientar ao trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Trabalho em posturas incômodas ou pouco confortáveis por longos períodos		
Descrição	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar dores e desconforto nos membros inferiores e superiores.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Orientação	Orientar trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Objetos cortantes e/ou perfuro cortantes		
Descrição	Risco proveniente da utilização e/ou manuseio de instrumentos hospitalares para a execução das atividades quando necessários.		
Fundamentação legal	NR 01 / NR 32		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Risco de cortes e/ou perfurações, acidentes, lesões, entre outros.		
Fontes ou circunstâncias	Utilização de instrumentos hospitalares		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Crítico	Possível	Moderado	Substancial
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Medico de Saúde ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco através de palestras e treinamentos. Procedimentos operacionais seguros -Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde no trabalho, e adequados para a execução das atividades.		
Orientação	Atenção e cuidados na utilização dos instrumentos hospitalares diversos.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Trabalho em ambientes com risco de queda de objetos		
Descrição	Risco de queda de objetos sobre os pés, proveniente da movimentação de matérias, objetos e instrumentos para atendimento dos pacientes das UBS.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode provocar contusões, entorses, luxações ou fraturas.		
Fontes ou circunstâncias	Movimentação de materiais		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Medico de Saúde ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas: . Calçados de segurança		
Orientação	Manter o uso continuo de calçado de segurança fechado, para evitar lesões por queda de objetos.		

SETOR
GHE 07 ENFERMAGEM / PA
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral. Locais da Secretaria da Saúde PA (Pronto Atendimento).

Nº de funcionários 12

CARGO
ENFERMEIRO PLANTONISTA
Prestar assistência ao paciente; coordenar, planejar ações, supervisionar, executar e auditar serviços de enfermagem, empregando processos de rotina e/ou específicos, para possibilitar a proteção e recuperação de saúde individual ou coletiva. Prestar assistência ao paciente e/ou cliente; coordenar, planejar ações e auditar serviços de enfermagem e/ou perfusão. Implementar ações para a promoção da saúde junto à comunidade; realizar pesquisa, e executar outras atribuições afins. Realizar cuidados diretos de enfermagem nas urgências e emergências clínicas, fazendo a indicação para a continuidade da assistência prestada. Auxiliar no planejamento, gerenciamento, coordenação e avaliação das Unidades de Saúde – US. Realizar ações de saúde em todos os ambientes, nos US e, quando necessário, no domicílio. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

CBO: 2235-05

5 funcionários

CARGO
TÉCNICO EM ENFERMAGEM
Desempenhar atividades técnicas de enfermagem em empresas públicas como: hospitais, clínicas e outros estabelecimentos de assistência médica e domicílios; atuar em cirurgia, terapia, puericultura, pediatria, psiquiatria, obstetrícia, saúde ocupacional e outras áreas. Prestar assistência ao paciente zelando pelo seu conforto e bem-estar, administram medicamentos e desempenham tarefas de instrumentação cirúrgica, posicionando de forma adequada o paciente e o instrumental. Organizar ambiente de trabalho e dão continuidade aos plantões. Trabalhar em conformidade às boas práticas, normas e procedimentos de biossegurança. Realizar registros e elaboram relatórios técnicos. Desempenhar atividades e realizam ações para promoção da saúde da família.

CBO: 3222-05

7 funcionários

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo ENFERMEIRO PLANTONISTA / TÉCNICO DE ENFERMAGE**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Químico	Produtos Químicos		
Descrição	Utilização de produtos químicos como álcool 70, água oxigenada, iodo, entre outros agentes utilizado no tratamento de pacientes e higienização.		
Fundamentação legal	NR 01 / NR 09 / 32		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Estes produtos podem causar alergias, irritações na pele e olhos, entre outros.		
Fontes ou circunstâncias	Produtos químicos utilizados nos PA.		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Tolerável	Moderado
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL – PCMSO		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Disponibilizar ficha de informações de segurança de produtos químicos (FISPQ). - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional: • Máscara • Luvas de segurança • Bota de segurança		
Conclusão	Necessário a FISPQ dos produtos químicos utilizados nos PA para verificação dos agentes mencionado, e para verificação de outros possíveis agentes químicos.		

Identificação			
Perigo/Fator de Risco **Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)**			Grupo **Biológico**
Descrição	Risco proveniente do contato direto com pacientes hospitalares diversos dos PA, manuseio e utilização de instrumentos hospitalares, e a manipulação de matérias diversos dos PA.		
Fundamentação legal	NR 01 / NR 06 / NR 07 / NR 09 / NR 32		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.		
Fontes ou circunstâncias	Contato com pacientes e instrumentos hospitalares		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Crítico	Possível	Substância l	Tolerável
Prevenção e controle			
EPI	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades: • Avental • Luvas de proteção • Máscara de proteção		
Exposição			
Critério	Qualitativo		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Exigência de alto nível de concentração, atenção e memória		
Descrição	Situações ou atividades com exigência de concentração e atenção elevada.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar dores de cabeça e fadiga.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Exigência de flexões de coluna vertebral frequentes		
Descrição	Proveniente da necessidade de remoção de pacientes, de locomover os pacientes incapazes de se movimentarem sozinhos, entres outros fatores.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Pode provocar Lesões musculoesqueléticas, fadiga e exaustão.		
Fontes ou circunstâncias	Movimentação de pacientes		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET. -Fornece instruções para alongamento físico.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Frequente deslocamento a pé durante a jornada de trabalho		
Descrição	Posturas de trabalho inadequadas, frequente deslocamento a pé para a execução das atividades, atendimento a pacientes, triagem, entre outros.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Dores nas articulações e nos músculos.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Tolerável	Moderado
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Analise Ergonômica do Trabalho - AET. -Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Orientação	Orientar ao trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura de pé por longos períodos		
Descrição	Postura proveniente da necessidade de permanecer de pé para execução das atividades de enfermeiros e técnicos de enfermagem das PA.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Analise Ergonômica do Trabalho - AET. -Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET. Fornece instruções para alongamento físico.		
Orientação	Orientar ao trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Trabalho em posturas incômodas ou pouco confortáveis por longos períodos		
Descrição	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar dores e desconforto nos membros inferiores e superiores.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Orientação	Orientar trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Objetos cortantes e/ou perfuro cortantes		
Descrição	Risco proveniente da utilização e/ou manuseio de instrumentos hospitalares na coleta de sangue, na aplicação de soros e vacinas, entre outros instrumentos que podem causar acidentes de cortes ou perfurações.		
Fundamentação legal	NR 01 / NR 32		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Risco de cortes e/ou perfurações, acidentes, lesões, entre outros.		
Fontes ou circunstâncias	Utilização de instrumentos hospitalares		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Crítico	Possível	Moderado	Substancial
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Medico de Saúde ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco através de palestras e treinamentos. Procedimentos operacionais seguros -Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde no trabalho, e adequados para a execução das atividades.		
Orientação	Atenção e cuidados na utilização dos instrumentos hospitalares diversos.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Trabalho em ambientes com risco de queda de objetos		
Descrição	Risco de queda de objetos sobre os pés, proveniente da movimentação de matérias, objetos e instrumentos para atendimento dos pacientes das PA, remoção e movimentação de pacientes, entre outros.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode provocar contusões, entorses, luxações ou fraturas.		
Fontes ou circunstâncias	Movimentação de materiais		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Medico de Saúde ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas: . Calçados de segurança		
Orientação	Manter o uso continuo de calçado de segurança fechado, para evitar lesões por queda de objetos, entre outros.		

SETOR
GHE 08 ENFERMAGEM / ÁREA DE ISOLAMENTO
Áreas de isolamento provisória para pacientes com doenças infectocontagiosas. Área conforme determinar a Secretaria da Saúde.

Nº de funcionários 2

CARGO
ENFERMEIRO
Prestar assistência ao paciente; coordenar, planejar ações, supervisionar, executar e auditar serviços de enfermagem, empregando processos de rotina e/ou específicos, para possibilitar a proteção e recuperação de saúde individual ou coletiva. Prestar assistência ao paciente e/ou cliente; coordenar, planejar ações e auditar serviços de enfermagem e/ou perfusão. Implementar ações para a promoção da saúde junto à comunidade; realizar pesquisa, e executar outras atribuições afins. Realizar cuidados diretos de enfermagem nas urgências e emergências clínicas, fazendo a indicação para a continuidade da assistência prestada. Auxiliar no planejamento, gerenciamento, coordenação e avaliação das Unidades de Saúde – US. Realizar ações de saúde em todos os ambientes, nos US e, quando necessário, no domicílio. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

CBO: 2235-05

1 funcionários

CARGO
TÉCNICO EM ENFERMAGEM
Desempenhar atividades técnicas de enfermagem em empresas públicas como: hospitais, clínicas e outros estabelecimentos de assistência médica e domicílios; atuar em cirurgia, terapia, puericultura, pediatria, psiquiatria, obstetrícia, saúde ocupacional e outras áreas. Prestar assistência ao paciente zelando pelo seu conforto e bem-estar, administram medicamentos e desempenham tarefas de instrumentação cirúrgica, posicionando de forma adequada o paciente e o instrumental. Organizar ambiente de trabalho e dão continuidade aos plantões. Trabalhar em conformidade às boas práticas, normas e procedimentos de biossegurança. Realizar registros e elaboram relatórios técnicos. Desempenhar atividades e realizam ações para promoção da saúde da família.

CBO: 3222-05

1 funcionários

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo ENFERMEIRO / TÉCNICO DE ENFERMAGE**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Químico	Produtos Químicos		
Descrição	Utilização de produtos químicos como álcool 70, água oxigenada, iodo, entre outros agentes utilizado no tratamento de pacientes e higienização.		
Fundamentação legal	NR 01 / NR 09 / 32		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Estes produtos podem causar alergias, irritações na pele e olhos, entre outros.		
Fontes ou circunstâncias	Produtos químicos utilizados nos PA.		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Tolerável	Moderado
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL – PCMSO		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Disponibilizar ficha de informações de segurança de produtos químicos (FISPQ). - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional: • Máscara • Luvas de segurança • Bota de segurança		
Conclusão	Necessário a FISPQ dos produtos químicos utilizados nos PA para verificação dos agentes mencionado, e para verificação de outros possíveis agentes químicos.		

Identificação			
Perigo/Fator de Risco **Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)**			Grupo **Biológico**
Descrição	Risco aplicado exclusivamente aos profissionais que frequentam a área de isolamento de doenças infectocontagiosas provisória, de forma permanente.		
Fundamentação legal	NR 01 / NR 06 / NR 07 / NR 09 / NR 32		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.		
Fontes ou circunstâncias	Área de isolamento provisória de doenças infectocontagiosas		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Crítico	Possível	Substancial	Tolerável
Prevenção e controle			
EPI	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades: • Avental • Luvas de proteção • Máscara de proteção		
Exposição			
Critério	Qualitativo		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Exigência de alto nível de concentração, atenção e memória		
Descrição	Situações ou atividades com exigência de concentração e atenção elevada.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar dores de cabeça e fadiga.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Exigência de flexões de coluna vertebral frequentes		
Descrição	Proveniente da necessidade de remoção de pacientes com doenças graves, locomoção de pacientes incapazes de se movimentarem sozinhos, movimentar acidentados, entres outros fatores.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Pode provocar Lesões musculoesqueléticas, fadiga e exaustão.		
Fontes ou circunstâncias	Movimentação de pacientes		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET. -Fornece instruções para alongamento físico.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Frequente deslocamento a pé durante a jornada de trabalho		
Descrição	Posturas de trabalho inadequadas, frequente deslocamento a pé para a execução das atividades, atendimento a pacientes, triagem, entre outros.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Dores nas articulações e nos músculos.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Tolerável	Moderado
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Analise Ergonômica do Trabalho - AET. -Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Orientação	Orientar ao trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura de pé por longos períodos		
Descrição	Postura proveniente da necessidade de permanecer de pé para execução das atividades de enfermeiros e técnicos de enfermagem das PA.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Analise Ergonômica do Trabalho - AET. -Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET. Fornece instruções para alongamento físico.		
Orientação	Orientar ao trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Trabalho em posturas incômodas ou pouco confortáveis por longos períodos		
Descrição	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar dores e desconforto nos membros inferiores e superiores.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Orientação	Orientar trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Objetos cortantes e/ou perfuro cortantes		
Descrição	Risco proveniente da utilização e/ou manuseio de instrumentos hospitalares na coleta de sangue, na aplicação de soros e vacinas, entre outros instrumentos que podem causar acidentes de cortes ou perfurações.		
Fundamentação legal	NR 01 / NR 32		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Risco de cortes e/ou perfurações, acidentes, lesões, entre outros.		
Fontes ou circunstâncias	Utilização de instrumentos hospitalares		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Crítico	Possível	Moderado	Substancial
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Medico de Saúde ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco através de palestras e treinamentos. Procedimentos operacionais seguros -Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde no trabalho, e adequados para a execução das atividades.		
Orientação	Atenção e cuidados na utilização dos instrumentos hospitalares diversos.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Trabalho em ambientes com risco de queda de objetos		
Descrição	Risco de queda de objetos sobre os pés, proveniente da movimentação de matérias, objetos e instrumentos para atendimento dos pacientes das PA, remoção e movimentação de pacientes, entre outros.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode provocar contusões, entorses, luxações ou fraturas.		
Fontes ou circunstâncias	Movimentação de materiais		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Medico de Saúde ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas: . Calçados de segurança		
Orientação	Manter o uso continuo de calçado de segurança fechado, para evitar lesões por queda de objetos, entre outros.		

SETOR
GHE 09 FISCALIZAÇÃO
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral. Atividades externas conforme as necessidades das vistorias.

1 funcionários

CARGO
FISCAL DE ATIVIDADES URBANAS
Realizar vistorias e fiscalizações, lavrar autos e termos, exercer poder de polícia administrativa, fiscalizar ordenamento urbano, realizar diligência, aditar processos na fiscalização de atividades nas áreas urbanas e rurais e em estabelecimentos comerciais e industriais. Receber demanda/denúncia; Consultar sistema e banco de dados; Mapear áreas; Realizar georreferenciamento; Verificar conformidades/zoneamento; Deslocar-se até local de vistoria. Descrever ato infracional; Consultar legislação; Enquadrar a infração na legislação; Identificar infrator; Transcrever legislação; Calcular valor da multa; Estabelecer prazo para corrigir irregularidades; Dar ciência de autos e termos ao infrator; Analisar defesa do infrator (réplica). Interditar atividades econômicas; Interditar edificações em situação de risco iminente; Participar da interdições em situação de risco iminente; Lacrar instalações físicas; Acompanhar lacrações; Embargar obras; Propor cassação de licenças; Cassar licenças; Apreender bens, animais, materiais e equipamentos. Vistoriar e acompanhar obras, serviços e edificações em execução. Fazer uso de veículos da frota pública municipal, no desempenho das atividades do seu cargo.

CBO: 2545-05

Funcionário 1

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo FISCAL DE ATIVIDADES URBANAS**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Físico	Radiações não-ionizantes		
Descrição	Exposição à radiação não ionizante (Raios solares UV) em atividades a céu aberto: vistorias, fiscalizações e na condução de veículos automotores.		
Fundamentação legal	NR 01 / NR 06 / NR 09		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Aumentam os riscos de doenças como neoplasias, anemia apática, púrpura, radio dermatite, infertilidade, entre outras.		
Fontes ou circunstâncias	Trabalho a céu aberto (Vistorias, fiscalizações, entre outras atividades		
Meio de propagação	Raios solares (UV)		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades: • Óculos de proteção tipo UV.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura de pé por longos períodos		
Descrição	Postura proveniente da necessidade de permanecer de pé para execução das atividades de vistoria das atividades urbanas, visitas in loco, entre outras atividades externas relacionadas a atividade.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Analise Ergonômica do Trabalho - AET. -Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET. Fornece instruções para alongamento físico.		
Orientação	Orientar ao trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura sentada por longos períodos		
Descrição	Necessidade de atuação sentado por longos períodos durante a jornada de trabalho.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Analise Ergonômica do Trabalho - AET Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Fornece instruções para alongamento físico.		
Orientação	Orientar trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Presença de reflexos em telas, painéis, vidros, monitores ou qualquer superfície, que causem desconforto ou prejudiquem a visualização		
Descrição	Situação desconfortável aos olhos, proveniente do uso frequente de telas de computadores para execução das atividades.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Fadiga nos olhos, ardência e dores de cabeça.		
Fontes ou circunstâncias	Telas de computadores		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos.		

Identificação	
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**
Ergonômico	Trabalho intensivo com teclado ou outros dispositivos de entrada de dados
Descrição	Repetição continuada de movimentos com os dedos, proveniente da utilização de periféricos de entrada de dados em computadores (mouse, teclados).
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Problemas nas articulações e nos músculos (LER/DORT) e nos dedos (tendinites)
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos

Avaliação			
Critério			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		

Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Analise Ergonômica do Trabalho - AET -Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	- Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Introdução de pausas curtas periódicas e rodízios de funções em trabalhos continuados repetitivos, de precisão, em computadores, ou que exijam atenção constante; - Usar mobiliários ajustáveis às dimensões dos trabalhadores, assegurando postura confortável dos braços e pernas para trabalhador na posição sentada e em pé; - Usar postos de trabalho ajustáveis para o trabalho em computador (altura da cadeira, altura do monitor, altura do teclado).		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Condução de veículos de qualquer natureza em vias públicas		
Descrição	Condução de veículo em condições desfavoráveis meteorológicas, estradas e más condições e congestionamentos excessivos.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Lesões corporais diversas, com grande possibilidade de levar ao óbito ou à invalidez para o trabalhador e para terceiros.		
Fontes ou circunstâncias	Condução de Veículo Automotor		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Severo	Possível	Substancial	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Implementa	Sim	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas coletivas (EPC)	Sinalização de emergência Extintor de Incêndio		
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	-Orientar o trabalhador sobre a condução defensiva através de palestras e treinamentos. -Verificar constantemente os estados dos pneus e das condições mecânicas do veículo, especialmente as condições do freio, lâmpadas e cintos de segurança. -Cuidado durante os deslocamentos em condições climáticas adversas, como chuva e neblina. -Utilização do cinto de segurança pelo motorista e todos os passageiros.		
Orientação	Treinamento de direção defensiva		

SETOR
GHE 10 FISIOTERAPIA
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral. Locais da Secretaria da Saúde.

3 funcionários

CARGO
FISIOTERAPEUTA
Aplicar técnicas fisioterapêuticas para prevenção, readaptação e recuperação de pacientes. Atender e avaliar as condições funcionais de pacientes utilizando protocolos e procedimentos específicos da fisioterapia e suas especialidades. Atuar na área de educação em saúde através de palestras, distribuição de materiais educativos e orientações para melhor qualidade de vida. Desenvolver e implementar programas de prevenção em saúde geral e do trabalho. Gerenciar serviços de saúde orientando e supervisionando recursos humanos. Exercer atividades técnico-científicas através da realização de pesquisas, trabalhos específicos, organização e participação em eventos científicos. Montar equipamentos; Testar equipamentos; Operar equipamentos, materiais e dispositivos; Aplicar técnicas fisioterapêuticas para distúrbios vasculares; Aplicar técnicas fisioterapêuticas para distúrbios musculoesqueléticos; Aplicar técnicas fisioterapêuticas.

CBO: 2236-05

Funcionário 3

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo FISIOTERAPEUTA**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Frequente execução de movimentos repetitivos		
Descrição	Proveniente da execução de movimentos repetitivos para realização dos exercícios de fisioterapia em pacientes das UBS.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Dores nas articulações dos dedos e das mãos.		
Fontes ou circunstâncias	Movimentos repetitivos para execução das atividades		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET Fornece instruções para alongamento físico.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura de pé por longos períodos		
Descrição	Postura proveniente da necessidade de permanecer de pé para execução das atividades de fisioterapia e avaliação dos pacientes.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Analise Ergonômica do Trabalho - AET. -Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET. Fornece instruções para alongamento físico.		
Orientação	Orientar ao trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura sentada por longos períodos		
Descrição	Necessidade de atuação sentado por longos períodos durante a jornada de trabalho.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Analise Ergonômica do Trabalho - AET Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Fornece instruções para alongamento físico.		
Orientação	Orientar trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Presença de reflexos em telas, painéis, vidros, monitores ou qualquer superfície, que causem desconforto ou prejudiquem a visualização		
Descrição	Situação desconfortável aos olhos, proveniente do uso frequente de telas de computadores para execução das atividades.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Fadiga nos olhos, ardência e dores de cabeça.		
Fontes ou circunstâncias	Telas de computadores		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Trabalho intensivo com teclado ou outros dispositivos de entrada de dados		
Descrição	Repetição continuada de movimentos com os dedos, proveniente da utilização de periféricos de entrada de dados em computadores (mouse, teclados).		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Problemas nas articulações e nos músculos (LER/DORT) e nos dedos (tendinites)		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Critério			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Analise Ergonômica do Trabalho - AET Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	- Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Introdução de pausas curtas periódicas e rodízios de funções em trabalhos continuados repetitivos, de precisão, em computadores, ou que exijam atenção constante; - Usar mobiliários ajustáveis às dimensões dos trabalhadores, assegurando postura confortável dos braços e pernas para trabalhador na posição sentada e em pé; - Usar postos de trabalho ajustáveis para o trabalho em computador (altura da cadeira, altura do monitor, altura do teclado).		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Trabalho em ambientes com risco de queda de objetos		
Descrição	Risco de queda de objetos sobre os pés, proveniente da utilização de equipamentos e materiais para realização de atividades de fisioterapia com os pacientes.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode provocar contusões, entorses, luxações ou fraturas.		
Fontes ou circunstâncias	Aparelhos e equipamentos para fisioterapia		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Medico de Saúde ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Manter o uso continuo de calçado de segurança fechado, com CA, emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde do trabalho.		
Orientação	Utilizar sempre calçado fechado e apropriado para as atividades, para evitar lesões por queda de objetos sobres os pés.		

SETOR
GHE 11 FONOAUDIOLOGIA
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral. Locais da Secretaria da Saúde.

1 funcionários

CARGO
FONOAUDIOLOGO
Realizar tratamento fonoaudiólogo para prevenção, habilitação e reabilitação de pacientes aplicando protocolos e procedimentos específicos de fonoaudiologia. Avaliar pacientes; realizar diagnóstico fonoaudiológico; orientar pacientes, familiares, cuidadores e responsáveis; atuar em programas de prevenção, promoção da saúde e qualidade de vida. Eleger procedimentos terapêuticos; Habilitar sistema auditivo; Reabilitar sistema vestibular; Desenvolver habilidades auditivas; Tratar distúrbios vocais; Tratar alterações da fala; Tratar alterações de linguagem oral, leitura e escrita. Realizar anamnese; Detectar expectativas de pacientes.

CBO: 2238-10

Funcionário 1

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo FONOAUDIOLOGO**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura sentada por longos períodos		
Descrição	Necessidade de atuação sentado por longos períodos durante a jornada de trabalho. Orientar pacientes sobre questões fonoaudiólogas, fornece prontuário, receitas, entre outros.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Analise Ergonômica do Trabalho - AET Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Fornece instruções para alongamento físico.		
Orientação	Orientar trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Presença de reflexos em telas, painéis, vidros, monitores ou qualquer superfície, que causem desconforto ou prejudiquem a visualização		
Descrição	Situação desconfortável aos olhos, proveniente do uso frequente de telas de computadores para execução das atividades.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Fadiga nos olhos, ardência e dores de cabeça.		
Fontes ou circunstâncias	Telas de computadores		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos.		

Identificação	
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**
Ergonômico	Trabalho intensivo com teclado ou outros dispositivos de entrada de dados
Descrição	Repetição continuada de movimentos com os dedos, proveniente da utilização de periféricos de entrada de dados em computadores (mouse, teclados).
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Problemas nas articulações e nos músculos (LER/DORT) e nos dedos (tendinites)
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos

Avaliação			
Critério			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		

Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Analise Ergonômica do Trabalho - AET Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	- Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Introdução de pausas curtas periódicas e rodízios de funções em trabalhos continuados repetitivos, de precisão, em computadores, ou que exijam atenção constante; - Usar mobiliários ajustáveis às dimensões dos trabalhadores, assegurando postura confortável dos braços e pernas para trabalhador na posição sentada e em pé; - Usar postos de trabalho ajustáveis para o trabalho em computador (altura da cadeira, altura do monitor, altura do teclado).		

SETOR
GHE 12 ÁREA CLÍNICA / UBS
Áreas diversas da saúde UBS (Unidade Básica de Saúde).

N º de funcionário 3

CARGO
MÉDICO CLINICO GERAL
Realizar consultas e atendimentos médicos; tratar pacientes; implementar ações de prevenção de doenças e promoção da saúde tanto individuais quanto coletivas; coordenar programas e serviços em saúde, efetuar perícias, auditorias e sindicâncias médicas; elaborar documentos e difundem conhecimentos da área médica. Promover e prestar atendimento em saúde de forma individual e coletiva. Realizar exames médicos e emitir diagnósticos. Prescrever medicamentos e outras formas de tratamento para diversos tipos de enfermidades, aplicando recursos de medicina preventiva e terapêutica, participando do conjunto de ações de promoção à saúde, prevenção e tratamento de doenças e reabilitação, com garantia da continuidade do cuidado e integrada às Redes de Atenção à Saúde, promovendo a saúde e o bem-estar do paciente. Prestar atendimento básico de saúde de forma integral identificando as condições de risco para a saúde do indivíduo. Integrar com outros níveis de atenção à saúde do município, buscando maior resolutividade na atenção à saúde. Desenvolver ações programáticas definidas pela Secretaria Municipal da Saúde e por Coordenações de Programas em Saúde. Trabalhar em conjunto à Equipe Multiprofissional e integrada à Rede de Atenção à Saúde. Buscar garantir assistência integral, resolutiva e livre de danos aos usuários em ambos os serviços ofertados pelo SUS. Realizar prescrições médicas conforme quadro de saúde do usuário, de forma a garantir assistência necessária as suas condicionalidades. Solicitar exames diagnósticos. Realizar registros no prontuário do paciente, bem como nos formulários específicos para alimentação do Sistema de informações pertinentes.

CBO: 2251-25

Funcionário 1

CARGO
MÉDICO ESF
Realizar atendimento aos pacientes de todo o: município e distritos; fazer o primeiro atendimento; fazer o acompanhamento dos pacientes com mais risco na ambulância; fazer pequenas cirurgias. Definir território de atuação; Mapear área de atuação; Identificar grupos, famílias e indivíduos expostos a riscos; Organizar grupos de promoção à saúde; Atualizar informações cadastrais; Atender usuários nas UBS, nos domicílios ou espaços comunitários; Realizar ações de prevenção de agravos e curativas; Realizar busca ativa de situações locais; Notificar doenças, agravos e situações de importância local.

CBO: 2251-25

Funcionário 2

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo MÉDICO CLINICO GERAL / MÉDICO ESF**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Químico	Produtos Químicos		
Descrição	Utilização de produtos químicos como álcool 70 e água oxigenada		
Fundamentação legal	NR 01 / NR 09 / NR 32		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Estes produtos podem causar alergias, irritações na pele e olhos, entre outros.		
Fontes ou circunstâncias	Produtos químicos utilizados nas UBS		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Remota	Tolerável	Moderado
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL – PCMSO		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Disponibilizar ficha de informações de segurança de produtos químicos (FISPQ). - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional: • Máscara • Luvas de segurança • Bota de segurança		
Conclusão	Necessário a FISPQ dos produtos químicos utilizados nas UBS para verificação dos agentes mencionado, e para verificação de outros possíveis agentes químicos.		

Identificação	
Perigo/Fator de Risco **Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)**	Grupo **Biológico**
Descrição	Risco proveniente do contato direto com pacientes das UBS, e manuseio e utilização de instrumentos médicos, entre outros.
Fundamentação legal	NR 01 / NR 06 / NR 07 / NR 09 / NR 32
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.
Fontes ou circunstâncias	Contato com pacientes e instrumentos hospitalares

Avaliação		
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**
08:00	Permanente	Qualitativo

Severidade	Probabilidade	Nível de Risco	Classificação
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável

Prevenção e controle	
EPI	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades médicas.

Exposição	
Critério	Qualitativo

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Exigência de alto nível de concentração, atenção e memória		
Descrição	Situações ou atividades com exigência de concentração e atenção elevada.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar dores de cabeça e fadiga.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura sentada por longos períodos		
Descrição	Necessidade de atuação sentado por longos períodos durante a jornada de trabalho. Atendendo pacientes, orientando, elaborando prontuário médicos e receitas.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Analise Ergonômica do Trabalho - AET Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Fornece instruções para alongamento físico.		
Orientação	Orientar trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Presença de reflexos em telas, painéis, vidros, monitores ou qualquer superfície, que causem desconforto ou prejudiquem a visualização		
Descrição	Situação desconfortável aos olhos, proveniente do uso frequente de telas de computadores para execução das atividades.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Fadiga nos olhos, ardência e dores de cabeça.		
Fontes ou circunstâncias	Telas de computadores		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Trabalho intensivo com teclado ou outros dispositivos de entrada de dados		
Descrição	Repetição continuada de movimentos com os dedos, proveniente da utilização de periféricos de entrada de dados em computadores (mouse, teclados).		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Problemas nas articulações e nos músculos (LER/DORT) e nos dedos (tendinites)		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Critério			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Analise Ergonômica do Trabalho - AET -Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	- Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Introdução de pausas curtas periódicas e rodízios de funções em trabalhos continuados repetitivos, de precisão, em computadores, ou que exijam atenção constante; - Usar mobiliários ajustáveis às dimensões dos trabalhadores, assegurando postura confortável dos braços e pernas para trabalhador na posição sentada e em pé; - Usar postos de trabalho ajustáveis para o trabalho em computador (altura da cadeira, altura do monitor, altura do teclado).		

SETOR
GHE 13 ÁREA CLÍNICA / PA
Áreas diversas da saúde PA (Pronto Atendimento).

N º de funcionário 3

CARGO
MÉDICO PLANTONISTA I
Realizar consultas e atendimentos médicos; tratar pacientes; implementar ações de prevenção de doenças e promoção da saúde tanto individuais quanto coletivas; coordenar programas e serviços em saúde, efetuar perícias, auditorias e sindicâncias médicas; elaborar documentos e difundem conhecimentos da área médica. Promover e prestar atendimento em saúde de forma individual e coletiva. Realizar exames médicos e emitir diagnósticos. Prescrever medicamentos e outras formas de tratamento para diversos tipos de enfermidades, aplicando recursos de medicina preventiva e terapêutica, participando do conjunto de ações de promoção à saúde, prevenção e tratamento de doenças e reabilitação, com garantia da continuidade do cuidado e integrada às Redes de Atenção à Saúde, promovendo a saúde e o bem-estar do paciente. Prestar atendimento básico de saúde de forma integral identificando as condições de risco para a saúde do indivíduo. Integrar com outros níveis de atenção à saúde do município, buscando maior resolutividade na atenção à saúde. Desenvolver ações programáticas definidas pela Secretaria Municipal da Saúde e por Coordenações de Programas em Saúde. Trabalhar em conjunto à Equipe Multiprofissional e integrada à Rede de Atenção à Saúde. Buscar garantir assistência integral, resolutiva e livre de danos aos usuários em ambos os serviços ofertados pelo SUS. Realizar prescrições médicas conforme quadro de saúde do usuário, de forma a garantir assistência necessária as suas condicionalidades. Solicitar exames diagnósticos. Realizar registros no prontuário do paciente, bem como nos formulários específicos para alimentação do Sistema de informações pertinentes.

CBO: 2251-25

Funcionários 3

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo MÉDICO PLANTONISTA I**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Químico	Produtos Químicos		
Descrição	Utilização de produtos químicos como álcool 70, água oxigenada, iodo, entre outros agentes utilizado no tratamento de pacientes e higienização.		
Fundamentação legal	NR 01 / NR 09 / 32		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Estes produtos podem causar alergias, irritações na pele e olhos, entre outros.		
Fontes ou circunstâncias	Produtos químicos utilizados nos PA.		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Tolerável	Moderado
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL – PCMSO		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Disponibilizar ficha de informações de segurança de produtos químicos (FISPQ). - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional: • Máscara • Luvas de segurança • Bota de segurança		
Conclusão	Necessário a FISPQ dos produtos químicos utilizados nos PA para verificação dos agentes mencionado, e para verificação de outros possíveis agentes químicos.		

Identificação			
Perigo/Fator de Risco **Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)**			Grupo **Biológico**
Descrição	Risco proveniente do contato direto com pacientes do PA, e manuseio e utilização de instrumentos hospitalares, a manipulação de matérias diversos dos pacientes.		
Fundamentação legal	NR 01 / NR 06 / NR 07 / NR 09 / NR 32		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.		
Fontes ou circunstâncias	Contato com pacientes e instrumentos hospitalares		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
EPI	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades médicas.		
Exposição			
Critério	Qualitativo		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Exigência de alto nível de concentração, atenção e memória		
Descrição	Situações ou atividades com exigência de concentração e atenção elevada.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar dores de cabeça e fadiga.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura de pé por longos períodos		
Descrição	Postura proveniente da necessidade de permanecer de pé para execução das atividades, diagnósticos de pacientes, e outros procedimentos.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Analise Ergonômica do Trabalho - AET. -Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET. Fornece instruções para alongamento físico.		
Orientação	Orientar ao trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura sentada por longos períodos		
Descrição	Necessidade de atuação sentado por longos períodos durante a jornada de trabalho, para o atendimento de pacientes, formular prontuários médicos, receita, atestados, entre outras atividades relacionadas.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Analise Ergonômica do Trabalho - AET Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Fornece instruções para alongamento físico.		
Orientação	Orientar trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Presença de reflexos em telas, painéis, vidros, monitores ou qualquer superfície, que causem desconforto ou prejudiquem a visualização		
Descrição	Situação desconfortável aos olhos, proveniente do uso frequente de telas de computadores para execução das atividades.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Fadiga nos olhos, ardência e dores de cabeça.		
Fontes ou circunstâncias	Telas de computadores		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Trabalho intensivo com teclado ou outros dispositivos de entrada de dados		
Descrição	Repetição continuada de movimentos com os dedos, proveniente da utilização de periféricos de entrada de dados em computadores (mouse, teclados).		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Problemas nas articulações e nos músculos (LER/DORT) e nos dedos (tendinites)		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Critério			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Analise Ergonômica do Trabalho - AET -Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	- Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Introdução de pausas curtas periódicas e rodízios de funções em trabalhos continuados repetitivos, de precisão, em computadores, ou que exijam atenção constante; - Usar mobiliários ajustáveis às dimensões dos trabalhadores, assegurando postura confortável dos braços e pernas para trabalhador na posição sentada e em pé; - Usar postos de trabalho ajustáveis para o trabalho em computador (altura da cadeira, altura do monitor, altura do teclado).		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Objetos cortantes e/ou perfuro cortantes		
Descrição	Risco proveniente da utilização e/ou manuseio de materiais perfuro cortantes para atendimento dos PA.		
Fundamentação legal	NR 01 / NR 32		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Risco de cortes e/ou perfurações, acidentes, lesões, entre outros.		
Fontes ou circunstâncias	Utilização de instrumentos hospitalares		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Crítico	Possível	Moderado	Substancial
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Medico de Saúde ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco através de palestras e treinamentos. Procedimentos operacionais seguros -Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde no trabalho, e adequados para a execução das atividades.		
Orientação	Atenção e cuidados na utilização dos instrumentos hospitalares diversos.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Trabalho em ambientes com risco de queda de objetos		
Descrição	Risco de queda de objetos sobre os pés, proveniente da movimentação de matérias, objetos e instrumentos e equipamentos para atendimento dos pacientes dos PA.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode provocar contusões, entorses, luxações ou fraturas.		
Fontes ou circunstâncias	Movimentação de materiais, objetos e equipamentos hospitalares		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Medico de Saúde ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas: . Calçados de segurança		
Orientação	Manter o uso continuo de calçado de segurança fechado, para evitar lesões por queda de objetos, entre outros.		

SETOR
GHE 14 ÁREA CLÍNICA / ÁREA DE ISOLAMENTO
Áreas de isolamento provisória para pacientes com doenças infectocontagiosas. Área conforme determinar a Secretaria da Saúde.

N º de funcionário 1

CARGO
MÉDICO
Realizar consultas e atendimentos médicos; tratar pacientes; implementar ações de prevenção de doenças e promoção da saúde tanto individuais quanto coletivas; coordenar programas e serviços em saúde, efetuar perícias, auditorias e sindicâncias médicas; elaborar documentos e difundem conhecimentos da área médica. Promover e prestar atendimento em saúde de forma individual e coletiva. Realizar exames médicos e emitir diagnósticos. Prescrever medicamentos e outras formas de tratamento para diversos tipos de enfermidades, aplicando recursos de medicina preventiva e terapêutica, participando do conjunto de ações de promoção à saúde, prevenção e tratamento de doenças e reabilitação, com garantia da continuidade do cuidado e integrada às Redes de Atenção à Saúde, promovendo a saúde e o bem-estar do paciente. Prestar atendimento básico de saúde de forma integral identificando as condições de risco para a saúde do indivíduo. Integrar com outros níveis de atenção à saúde do município, buscando maior resolutividade na atenção à saúde. Desenvolver ações programáticas definidas pela Secretaria Municipal da Saúde e por Coordenações de Programas em Saúde. Trabalhar em conjunto à Equipe Multiprofissional e integrada à Rede de Atenção à Saúde. Buscar garantir assistência integral, resolutiva e livre de danos aos usuários em ambos os serviços ofertados pelo SUS. Realizar prescrições médicas conforme quadro de saúde do usuário, de forma a garantir assistência necessária as suas condicionalidades. Solicitar exames diagnósticos. Realizar registros no prontuário do paciente, bem como nos formulários específicos para alimentação do Sistema de informações pertinentes.

CBO: 2251-25

Funcionários 1

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo MÉDICO**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Químico	Produtos Químicos		
Descrição	Utilização de produtos químicos como álcool 70, água oxigenada, iodo, entre outros agentes utilizado no tratamento de pacientes e higienização.		
Fundamentação legal	NR 01 / NR 09 / 32		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Estes produtos podem causar alergias, irritações na pele e olhos, entre outros.		
Fontes ou circunstâncias	Produtos químicos utilizados nos PA.		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Tolerável	Moderado
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL – PCMSO		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Disponibilizar ficha de informações de segurança de produtos químicos (FISPQ). - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional: • Máscara • Luvas de segurança • Bota de segurança		
Conclusão	Necessário a FISPQ dos produtos químicos utilizados nos PA para verificação dos agentes mencionado, e para verificação de outros possíveis agentes químicos.		

Identificação			
Perigo/Fator de Risco **Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)**			Grupo **Biológico**
Descrição	Risco aplicado exclusivamente aos profissionais que frequentam a área de isolamento provisória de doenças infectocontagiosas, de forma permanente.		
Fundamentação legal	NR 01 / NR 06 / NR 07 / NR 09 / NR 32		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.		
Fontes ou circunstâncias	Área de isolamento provisório para doenças infectocontagiosas		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
EPI	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades médicas.		
Exposição			
Critério	Qualitativo		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Exigência de alto nível de concentração, atenção e memória		
Descrição	Situações ou atividades com exigência de concentração e atenção elevada.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar dores de cabeça e fadiga.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura de pé por longos períodos		
Descrição	Postura proveniente da necessidade de permanecer de pé para execução das atividades, diagnósticos de pacientes, e outros procedimentos.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Analise Ergonômica do Trabalho - AET. -Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET. Fornece instruções para alongamento físico.		
Orientação	Orientar ao trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura sentada por longos períodos		
Descrição	Necessidade de atuação sentado por longos períodos durante a jornada de trabalho, para o atendimento de pacientes, formular prontuários médicos, receita, atestados, entre outras atividades relacionadas.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Analise Ergonômica do Trabalho - AET Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Fornece instruções para alongamento físico.		
Orientação	Orientar trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Presença de reflexos em telas, painéis, vidros, monitores ou qualquer superfície, que causem desconforto ou prejudiquem a visualização		
Descrição	Situação desconfortável aos olhos, proveniente do uso frequente de telas de computadores para execução das atividades.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Fadiga nos olhos, ardência e dores de cabeça.		
Fontes ou circunstâncias	Telas de computadores		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Trabalho intensivo com teclado ou outros dispositivos de entrada de dados		
Descrição	Repetição continuada de movimentos com os dedos, proveniente da utilização de periféricos de entrada de dados em computadores (mouse, teclados).		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Problemas nas articulações e nos músculos (LER/DORT) e nos dedos (tendinites)		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Critério			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Analise Ergonômica do Trabalho - AET -Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	- Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Introdução de pausas curtas periódicas e rodízios de funções em trabalhos continuados repetitivos, de precisão, em computadores, ou que exijam atenção constante; - Usar mobiliários ajustáveis às dimensões dos trabalhadores, assegurando postura confortável dos braços e pernas para trabalhador na posição sentada e em pé; - Usar postos de trabalho ajustáveis para o trabalho em computador (altura da cadeira, altura do monitor, altura do teclado).		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Objetos cortantes e/ou perfuro cortantes		
Descrição	Risco proveniente da utilização e/ou manuseio de materiais perfuro cortantes para atendimento dos PA.		
Fundamentação legal	NR 01 / NR 32		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Risco de cortes e/ou perfurações, acidentes, lesões, entre outros.		
Fontes ou circunstâncias	Utilização de instrumentos hospitalares		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Crítico	Possível	Moderado	Substancial
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Medico de Saúde ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco através de palestras e treinamentos. Procedimentos operacionais seguros -Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde no trabalho, e adequados para a execução das atividades.		
Orientação	Atenção e cuidados na utilização dos instrumentos hospitalares diversos.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Trabalho em ambientes com risco de queda de objetos		
Descrição	Risco de queda de objetos sobre os pés, proveniente da movimentação de matérias, objetos e instrumentos e equipamentos para atendimento dos pacientes dos PA.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode provocar contusões, entorses, luxações ou fraturas.		
Fontes ou circunstâncias	Movimentação de materiais, objetos e equipamentos hospitalares		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Medico de Saúde ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas: . Calçados de segurança		
Orientação	Manter o uso continuo de calçado de segurança fechado, para evitar lesões por queda de objetos, entre outros.		

SETOR
GHE 15 VETERINÁRIA
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

1 funcionários

CARGO
MÉDICO VETERINÁRIO
Praticar clínica médica veterinária em todas as suas especialidades; contribuir para o bem-estar animal; promover saúde pública e defesa do consumidor; exercer defesa sanitária animal; desenvolver atividades de pesquisa e extensão; atuar nas produções industriais e tecnológicas e no controle de qualidade de produtos. Fomentar produção animal; atuar na área comercial agropecuária, de biotecnologia e de preservação ambiental; elaborar laudos, pareceres e atestados; assessorar a elaboração de legislação pertinente. Realizar exame clínico de animais; Solicitar exames auxiliares de diagnóstico; Interpretar resultados de exames auxiliares de diagnóstico; Diagnosticar patologias; Prescrever tratamento; Indicar medidas de proteção e prevenção; Realizar eutanásia; Realizar sedação, anestesia e tranquilização de animais; Realizar cirurgias; Coletar material para exames laboratoriais; Realizar exames auxiliares de diagnóstico; Realizar intervenções de odontologia veterinária; Realizar necrópsias. Realizar o assessoramento, vistorias, fiscalizações, avaliações, perícias, análise de documentos, Realização de estudos técnicos, coleta de dados, pesquisas, pareceres, laudos e relatórios. Planejamento, coordenação, supervisão, implementação, assessoramento, execução e avaliação de ações, programas e políticas públicas direta ou indiretamente relacionados a área de medicina veterinária, controle e defesa sanitária de zoonoses e vetores. Exercer a prática clínica de animais em todas as suas modalidades. Prestar assistência técnica e de fiscalização sanitária e ambiental (envolvendo programas de controle da dengue, leptospirose, vetores e roedores e de zoonoses). Orientar e treinar funcionários quanto as práticas higiênicas sanitárias necessárias, à manipulação de produtos e insumos. Lavrar laudos técnicos e informativos. Trabalhar em equipe multiprofissional e/ou interdisciplinar. Realizar matriciamento e discussão de caso junto aos profissionais dos demais serviços de saúde. Supervisionar residentes e estagiários. Realizar atividades de ensino e pesquisa. Realizar tarefas definidas por legislação.

CBO: 225142

Funcionário 1

Especificação dos perigos/fatores de risco - **MÉDICO VETERINÁRIO**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Químico	Produtos Químicos		
Descrição	Utilização de produtos químicos como álcool 70, sedativos, anestésicos, entre outros agentes utilizado no tratamento de animais.		
Fundamentação legal	NR 01 / NR 09 / 32		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Estes produtos podem causar alergias, irritações na pele e olhos, entre outros.		
Fontes ou circunstâncias	Produtos químicos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Tolerável	Moderado
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL – PCMSO		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Disponibilizar ficha de informações de segurança de produtos químicos (FISPQ). - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional: • Máscara • Luvas de segurança • Bota de segurança		
Conclusão	Necessário a FISPQ dos produtos químicos utilizados nos PA para verificação dos agentes mencionado, e para verificação de outros possíveis agentes químicos.		

Identificação	
Perigo/Fator de Risco **Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)**	Grupo **Biológico**
Descrição	Risco proveniente do contato direto com animais, ministrar medicamentos para o tratamento, aplicação de vacinas e sacrificar animais quando necessário.
Fundamentação legal	Anexo 1 da Norma Regulamentadora- 15 (Atividades e Operações Insalubres), Portaria n° 3.214/78 do MTE.
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.
Fontes ou circunstâncias	Aplicação de vacinas e medicamentos veterinários

Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável

Prevenção e controle	
EPI	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades médicas.

Exposição	
Critério	Qualitativo

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Exigência de alto nível de concentração, atenção e memória		
Descrição	Situações ou atividades com exigência de concentração e atenção elevada.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar dores de cabeça e fadiga.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Exigência de flexões de coluna vertebral frequentes		
Descrição	Proveniente da necessidade de baixar para pegar, ergue e movimentar animais de vários portes.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Pode provocar Lesões musculoesqueléticas, fadiga e exaustão.		
Fontes ou circunstâncias	Movimentação de animais		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET. -Fornece instruções para alongamento físico.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura de pé por longos períodos		
Descrição	Postura proveniente da necessidade de permanecer de pé para execução das atividades de cuidados e tratamentos dos animais		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Analise Ergonômica do Trabalho - AET. -Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET. Fornece instruções para alongamento físico.		
Orientação	Orientar ao trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura sentada por longos períodos		
Descrição	Necessidade de atuação sentado por longos períodos durante a jornada de trabalho.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Analise Ergonômica do Trabalho - AET Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Fornece instruções para alongamento físico.		
Orientação	Orientar trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Presença de reflexos em telas, painéis, vidros, monitores ou qualquer superfície, que causem desconforto ou prejudiquem a visualização		
Descrição	Situação desconfortável aos olhos, proveniente do uso frequente de telas de computadores para execução das atividades.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Fadiga nos olhos, ardência e dores de cabeça.		
Fontes ou circunstâncias	Telas de computadores		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos.		

Identificação	
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**
Ergonômico	Trabalho intensivo com teclado ou outros dispositivos de entrada de dados
Descrição	Repetição continuada de movimentos com os dedos, proveniente da utilização de periféricos de entrada de dados em computadores (mouse, teclados).
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Problemas nas articulações e nos músculos (LER/DORT) e nos dedos (tendinites)
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos

Avaliação			
Critério			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		

Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Analise Ergonômica do Trabalho - AET -Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	- Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Introdução de pausas curtas periódicas e rodízios de funções em trabalhos continuados repetitivos, de precisão, em computadores, ou que exijam atenção constante; - Usar mobiliários ajustáveis às dimensões dos trabalhadores, assegurando postura confortável dos braços e pernas para trabalhador na posição sentada e em pé; - Usar postos de trabalho ajustáveis para o trabalho em computador (altura da cadeira, altura do monitor, altura do teclado).		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Objetos cortantes e/ou perfuro cortantes		
Descrição	Risco proveniente do utilização de instrumentos veterinários para cirurgias, aplicação de soros, entre outros.		
Fundamentação legal	NR 01		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Risco de cortes e/ou perfurações, acidentes, lesões, entre outros.		
Fontes ou circunstâncias	Utilização de instrumentos hospitalares		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Crítico	Possível	Moderado	Substancial
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Medico de Saúde ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco através de palestras e treinamentos. Procedimentos operacionais seguros -Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde no trabalho, e adequados para a execução das atividades.		
Orientação	Atenção e cuidados na utilização dos instrumentos hospitalares diversos.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Trabalho em ambientes com risco de queda de objetos		
Descrição	Risco de queda de objetos sobre os pés, proveniente da movimentação de matérias, objetos, instrumentos e equipamentos para atendimento veterinário.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode provocar contusões, entorses, luxações ou fraturas.		
Fontes ou circunstâncias	Movimentação de objetos, instrumentos e equipamentos veterinários		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Medico de Saúde ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas: . Calçados de segurança		
Orientação	Manter o uso continuo de calçado de segurança fechado, para evitar lesões por queda de objetos, entre outros.		

SETOR
GHE 16 TRANSPORTE
Áreas externas conforme a necessidade.

Nº de funcionários 12

CARGO
MOTORISTA PROFISSIONAL
Dirigir e manobrar veículos tipo ônibus, carros, caminhões e carretas. Transportar pessoas, cargas, pacientes e material biológico humano. Realizar verificações e manutenções básicas do veículo e utilizam equipamentos e dispositivos especiais tais como sinalização sonora e luminosa, software de navegação e outros. Utilizar de capacidades comunicativas. Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Os condutores de ambulância auxiliam as equipes de saúde nos atendimentos de urgência e emergência. Conduzem e vistoriam ônibus de transporte coletivo de alunos e passageiros urbanos, metropolitanos e ônibus rodoviários de longas distâncias; verificam itinerário de viagens; controlam o embarque e desembarque de passageiros e os orientam quanto aos procedimentos no interior do veículo. Dirigir veículos transportando pessoas, cargas, e/ou materiais autorizados aos locais determinados. Vistoriar periodicamente as condições do veículo utilizado e providenciar reparos de emergência, troca de pneus, lavagens, guinchamentos e outros. Identificar e indicar as necessidades de reparos nos sistemas elétricos e mecânicos dos veículos da Prefeitura. Manter sob sua responsabilidade os documentos de porte obrigatório do veículo, observando as orientações para a revalidação dos mesmos. Registrar, em formulário específico, os percursos realizados, quilometragem e itinerários da frota oficial. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

CBO: 7823-10 / 7823-20

12 funcionário

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo MOTORISTA PROFISSIONAL**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Físico	Radiações não-ionizantes		
Descrição	Exposição à radiação não ionizante (Raios solares UV) na condução de veículos automotores.		
Fundamentação legal	NR 01/ NR 06/ NR 09		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Aumentam os riscos de doenças como neoplasias, anemia apática, púrpura, radio dermatite, infertilidade, entre outras.		
Fontes ou circunstâncias	Condução de veículos		
Meio de propagação	Raios solares (UV)		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades: • Óculos de proteção tipo UV.		

Identificação		
Grupo	**Código eSocial**	**Perigo/Fator de Risco**
Físico	02.01.001	Ruído Contínuo ou Intermitente
Descrição	Uso de máquinas e equipamentos ruidosos.	
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-9 - AVALIAÇÃO E CONTROLE DAS EXPOSIÇÕES OCUPACIONAIS A AGENTES FÍSICOS, QUÍMICOS E BIOLÓGICOS	
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Perda da audição, zumbidos, ansiedade, nervosismo entre outros.	
Fontes ou circunstâncias	Máquinas e Equipamentos	
Meio de propagação	Ar	

Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	Necessário avaliação quantitativo da exposição do colaborador ao agente físico Ruído para conclusão.		

Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL - PCMSO		
Ações necessárias	- Alertar o trabalhador sobre o risco através de palestras e treinamentos. - Necessário avaliação do agente físico ruído para parecer conclusivo.		
Observação	Necessário Avaliação de Ruído.		

Identificação		
Grupo	**Código e Social**	**Perigo/Fator de Risco**
Físico	02.01.003 02.01.004	Vibração de corpo inteiro (aceleração resultante de exposição normalizada - aren) e (Valor da Dose de Vibração Resultante – VDVR)
Descrição	Proveniente do contato direto com máquinas e equipamentos que exponha o trabalhador a vibração de corpo inteiro.	
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-9 - AVALIAÇÃO E CONTROLE DAS EXPOSIÇÕES OCUPACIONAIS A AGENTES FÍSICOS, QUÍMICOS E BIOLÓGICOS	
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode provocar doenças vasculares, neurológicas e musculares.	
Fontes ou circunstâncias	Condução de veículos	
Meio de propagação	Contato	

Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	ANEXO I da NR-09 VIBRAÇÃO (Portaria MTP n.º 426, de 07 de setembro de 2021). Inconclusivo, necessário avaliação quantitativo da exposição do colaborador ao agente físico Vibração de Corpo Inteiro para conclusão.		

Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	6.1 As medidas de prevenção devem contemplar: a) avaliação periódica da exposição; b) orientação dos trabalhadores quanto aos riscos decorrentes da exposição à vibração e à utilização adequada dos equipamentos de trabalho, bem como quanto ao direito de comunicar aos seus superiores sobre níveis anormais de vibração observados durante suas atividades; c) vigilância da saúde dos trabalhadores focada nos efeitos da exposição à vibração; e d) adoção de procedimentos e métodos de trabalho alternativos que permitam reduzir a exposição a vibrações mecânicas.		
Observação	Necessário avaliação de Vibração de Corpo Inteiro.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura sentada por longos períodos		
Descrição	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar dores e desconforto na coluna lombar.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Orientação	Orientar trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Uso frequente de alavancas		
Descrição	Utilização frequente e repetida de alavancas na condução de veículo.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho.		
Fontes ou circunstâncias	Condução de Veículo Automotor		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	-Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET. -Realizar pausa para descanso entre viagens por longos períodos, com alteração de postura e se possível realizar alongamentos e exercícios. -Manutenção periódica do veículo, sempre que possível. -Em viagens de longas durações realizar intervalo mínimo de 30 (trinta) minutos para descanso a cada 4 (quatro) horas de tempo ininterrupto de direção e 1 (uma) hora para refeição.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Uso frequente de pedais		
Descrição	Utilização frequente e repetida de pedais na condução do veículo.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho.		
Fontes ou circunstâncias	Condução de Veículo Automotor		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	- Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET. - Realizar pausa para descanso entre viagens por longos períodos, com alteração de postura e se possível realizar alongamentos e exercícios. - Manutenção periódica do veículo e adequação do assento, sempre que possível. - Em viagens de longas durações realizar intervalo mínimo de 30 (trinta) minutos para descanso a cada 4 (quatro) horas de tempo ininterrupto de direção e 1 (uma) hora para refeição.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Condução de veículos de qualquer natureza em vias públicas		
Descrição	Condução de veículo em condições desfavoráveis meteorológicas, estradas e más condições e congestionamentos excessivos.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Lesões corporais diversas, com grande possibilidade de levar ao óbito ou à invalidez para o trabalhador e para terceiros.		
Fontes ou circunstâncias	Condução de Veículo Automotor		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Severo	Possível	Substancial	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Implementa	Sim	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas coletivas (EPC)	Sinalização de emergência Extintor de Incêndio		
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	-Orientar o trabalhador sobre a condução defensiva através de palestras e treinamentos. -Verificar constantemente os estados dos pneus e das condições mecânicas do veículo, especialmente as condições do freio, lâmpadas e cintos de segurança. -Cuidado durante os deslocamentos em condições climáticas adversas, como chuva e neblina. -Utilização do cinto de segurança pelo motorista e todos os passageiros.		
Orientação	Treinamento de direção defensiva		

SETOR
GHE 17 MÁQUINAS MÓVEIS
Áreas externas conforme a demanda.

Nº de funcionários 1

CARGO
OPERADOR DE MÁQUINAS
Planejar o trabalho, realizar manutenção básica de máquinas pesadas e as operam. Remover solo e material orgânico "bota-fora", drenar solos e executar construção de aterros. Realizar acabamento em pavimentos. (CBO**).** Operar máquinas pesadas, acionando os dispositivos, pedais e alavancas de comando, conduzindo e manobrando tratores, reboques, motoniveladoras, carregadeiras, dentre outros, garantindo a realização dos trabalhos de acordo com as orientações recebidas. Operar máquinas leves, efetuando serviços de pequenos carregamentos e transportes de materiais aos locais determinados e outras atividades pertinentes. Vistoriar periodicamente as condições das máquinas utilizadas, providenciando reparos de emergência, lavagens, lubrificações e outros. Identificar e indicar as necessidades de reparos nos sistemas elétricos e mecânicos das máquinas leves e pesadas da Prefeitura. Registrar os percursos, trabalhos realizados, quilometragem, consumo de combustível, itinerário e outras informações pertinentes, de acordo com normas internas específicas. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas

CBO: 7151-15

1 funcionário

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo OPERADOR DE MÁQUINAS**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Físico	Radiações não-ionizantes		
Descrição	Exposição à radiação não ionizante (Raios solares UV) na condução de veículos automotores.		
Fundamentação legal	NR 01 / NR 06 / NR 09		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Aumentam os riscos de doenças como neoplasias, anemia apática, púrpura, radio dermatite, infertilidade, entre outras.		
Fontes ou circunstâncias	Condução de veículos (Máquinas Móveis)		
Meio de propagação	Raios solares (UV)		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades: • Óculos de proteção tipo UV.		

Identificação		
Grupo	**Código eSocial**	**Perigo/Fator de Risco**
Físico	02.01.001	Ruído Contínuo ou Intermitente
Descrição	Uso de máquinas e equipamentos ruidosos.	
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-9 - AVALIAÇÃO E CONTROLE DAS EXPOSIÇÕES OCUPACIONAIS A AGENTES FÍSICOS, QUÍMICOS E BIOLÓGICOS	
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Perda da audição, zumbidos, ansiedade, nervosismo entre outros.	
Fontes ou circunstâncias	Máquinas e Equipamentos	
Meio de propagação	Ar	

Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	Necessário avaliação quantitativo da exposição do colaborador ao agente físico Ruído para conclusão.		

Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL - PCMSO		
Ações necessárias	- Alertar o trabalhador sobre o risco através de palestras e treinamentos. - Necessário avaliação do agente físico ruído para parecer conclusivo.		
Observação	Necessário Avaliação de Ruído.		

Identificação		
Grupo	**Código e Social**	**Perigo/Fator de Risco**
Físico	02.01.003 02.01.004	Vibração de corpo inteiro (aceleração resultante de exposição normalizada - aren) e (Valor da Dose de Vibração Resultante – VDVR)
Descrição	Proveniente do contato direto com máquinas e equipamentos que exponha o trabalhador a vibração de corpo inteiro.	
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-9 - AVALIAÇÃO E CONTROLE DAS EXPOSIÇÕES OCUPACIONAIS A AGENTES FÍSICOS, QUÍMICOS E BIOLÓGICOS	
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode provocar doenças vasculares, neurológicas e musculares.	
Fontes ou circunstâncias	Condução de máquinas móveis	
Meio de propagação	Contato	

Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	ANEXO I da NR-09 VIBRAÇÃO (Portaria MTP n.º 426, de 07 de setembro de 2021). Inconclusivo, necessário avaliação quantitativo da exposição do colaborador ao agente físico Vibração de Corpo Inteiro para conclusão.		

Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	6.1 As medidas de prevenção devem contemplar: a) avaliação periódica da exposição; b) orientação dos trabalhadores quanto aos riscos decorrentes da exposição à vibração e à utilização adequada dos equipamentos de trabalho, bem como quanto ao direito de comunicar aos seus superiores sobre níveis anormais de vibração observados durante suas atividades; c) vigilância da saúde dos trabalhadores focada nos efeitos da exposição à vibração; e d) adoção de procedimentos e métodos de trabalho alternativos que permitam reduzir a exposição a vibrações mecânicas.		
Observação	Necessário avaliação de Vibração de Corpo Inteiro.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura sentada por longos períodos		
Descrição	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar dores e desconforto na coluna lombar.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Orientação	Orientar trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Uso frequente de alavancas		
Descrição	Utilização frequente e repetida de alavancas na condução de máquinas pesadas.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho.		
Fontes ou circunstâncias	Condução de máquinas pesadas		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	-Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET. -Realizar pausa para descanso entre viagens por longos períodos, com alteração de postura e se possível realizar alongamentos e exercícios. -Manutenção periódica do veículo, sempre que possível. -Em viagens de longas durações realizar intervalo mínimo de 30 (trinta) minutos para descanso a cada 4 (quatro) horas de tempo ininterrupto de direção e 1 (uma) hora para refeição.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Uso frequente de pedais		
Descrição	Utilização frequente e repetida de pedais na condução do veículo.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho.		
Fontes ou circunstâncias	Condução de máquinas pesadas		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	- Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET. - Realizar pausa para descanso entre viagens por longos períodos, com alteração de postura e se possível realizar alongamentos e exercícios. - Manutenção periódica do veículo e adequação do assento, sempre que possível. - Em viagens de longas durações realizar intervalo mínimo de 30 (trinta) minutos para descanso a cada 4 (quatro) horas de tempo ininterrupto de direção e 1 (uma) hora para refeição.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Condução de veículos de qualquer natureza (Máquinas Móveis)		
Descrição	Condução de veículo em condições desfavoráveis meteorológicas, estradas e más condições e congestionamentos excessivos.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Lesões corporais diversas, com grande possibilidade de levar ao óbito ou à invalidez para o trabalhador e para terceiros.		
Fontes ou circunstâncias	Condução de máquinas móveis		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Severo	Possível	Substancial	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Implementa	Sim	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas coletivas (EPC)	Sinalização de emergência Extintor de Incêndio		
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	-Orientar o trabalhador sobre a condução defensiva através de palestras e treinamentos. -Verificar constantemente os estados dos pneus e das condições mecânicas do veículo, especialmente as condições do freio, lâmpadas e cintos de segurança. -Cuidado durante os deslocamentos em condições climáticas adversas, como chuva e neblina. -Utilização do cinto de segurança pelo motorista e todos os passageiros.		
Orientação	Treinamento de direção defensiva		

SETOR
GHE 18 NUTRIÇÃO
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

Nº de funcionários 1

CARGO
NUTRICIONISTA
Prestar assistência nutricional a indivíduos e coletividades (sadios e enfermos); planejar, organizar, administrar e avaliar unidades de alimentação e nutrição; efetuar controle higiênico-sanitário; participar de programas de educação nutricional; estruturar e gerenciar serviços de alimentação e nutrição e ministrar cursos. Atuar em conformidade ao manual de boas práticas. Prestar assistência nutricional a indivíduos e/ou coletividades (sadios ou enfermos); administrar unidades de alimentação e nutrição; efetuar controle higiênico- sanitário; planejar unidades de alimentação e nutrição; exercer atividades de ensino, pesquisa e desenvolvimento, participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades da Prefeitura e outras entidades públicas e particulares, realizando estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho.

CBO: 2237-10

1 funcionário

Especificação dos perigos/fatores de risco – **Cargo NUTRICIONISTA**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura sentada por longos períodos		
Descrição	Necessidade de atuação sentado por longos períodos durante a jornada de trabalho. Orientar pacientes sobre alimentação, fornece prontuário, receitas, entre outros.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Analise Ergonômica do Trabalho - AET Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Fornece instruções para alongamento físico.		
Orientação	Orientar trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Presença de reflexos em telas, painéis, vidros, monitores ou qualquer superfície, que causem desconforto ou prejudiquem a visualização		
Descrição	Situação desconfortável aos olhos, proveniente do uso frequente de telas de computadores para execução das atividades.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Fadiga nos olhos, ardência e dores de cabeça.		
Fontes ou circunstâncias	Telas de computadores		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Trabalho intensivo com teclado ou outros dispositivos de entrada de dados		
Descrição	Repetição continuada de movimentos com os dedos, proveniente da utilização de periféricos de entrada de dados em computadores (mouse, teclados).		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Problemas nas articulações e nos músculos (LER/DORT) e nos dedos (tendinites)		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Critério			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Analise Ergonômica do Trabalho - AET Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	- Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Introdução de pausas curtas periódicas e rodízios de funções em trabalhos continuados repetitivos, de precisão, em computadores, ou que exijam atenção constante; - Usar mobiliários ajustáveis às dimensões dos trabalhadores, assegurando postura confortável dos braços e pernas para trabalhador na posição sentada e em pé; - Usar postos de trabalho ajustáveis para o trabalho em computador (altura da cadeira, altura do monitor, altura do teclado).		

SETOR
GHE 19 PSICOLOGIA
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

Nº de funcionários 1

CARGO
PSICÓLOGO
Estudam, pesquisam e avaliam o desenvolvimento emocional e os processos mentais e sociais de indivíduos, grupos e instituições, com a finalidade de análise, tratamento, orientação e educação; diagnosticam e avaliam distúrbios emocionais e mentais e de adaptação social, elucidando conflitos e questões e acompanhando o(s) paciente(s) durante o processo de tratamento ou cura; investigam os fatores inconscientes do comportamento individual e grupal, tornando-os conscientes; desenvolvem pesquisas experimentais, teóricas e clínicas e coordenam equipes e atividades de área e afins.

CBO: 2515-10

1 funcionário

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo PSICÓLOGO**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura sentada por longos períodos		
Descrição	Necessidade de atuação sentado por longos períodos durante a jornada de trabalho. Orientar pacientes sobre questões psicológicas, fornece orientações e encaminhamentos, entre outros.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Analise Ergonômica do Trabalho - AET Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Fornece instruções para alongamento físico.		
Orientação	Orientar trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Presença de reflexos em telas, painéis, vidros, monitores ou qualquer superfície, que causem desconforto ou prejudiquem a visualização		
Descrição	Situação desconfortável aos olhos, proveniente do uso frequente de telas de computadores para execução das atividades.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Fadiga nos olhos, ardência e dores de cabeça.		
Fontes ou circunstâncias	Telas de computadores		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Trabalho intensivo com teclado ou outros dispositivos de entrada de dados		
Descrição	Repetição continuada de movimentos com os dedos, proveniente da utilização de periféricos de entrada de dados em computadores (mouse, teclados).		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Problemas nas articulações e nos músculos (LER/DORT) e nos dedos (tendinites)		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Critério			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Analise Ergonômica do Trabalho - AET Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	- Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Introdução de pausas curtas periódicas e rodízios de funções em trabalhos continuados repetitivos, de precisão, em computadores, ou que exijam atenção constante; - Usar mobiliários ajustáveis às dimensões dos trabalhadores, assegurando postura confortável dos braços e pernas para trabalhador na posição sentada e em pé; - Usar postos de trabalho ajustáveis para o trabalho em computador (altura da cadeira, altura do monitor, altura do teclado).		

SETOR
GHE 20 RADIOLOGIA
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

Nº de funcionários 2

CARGO
TÉCNICO DE RADIOLOGIA
Realizam exames de diagnóstico ou de tratamento; processam imagens e/ou gráficos; planejam atendimento; organizam área de trabalho, equipamentos e acessórios; operam equipamentos; preparam paciente para exame de diagnóstico ou de tratamento; atuam na orientação de pacientes, familiares e cuidadores e trabalham com biossegurança.

CBO: 3241-15

Funcionários 2

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo TÉCNICO DE RADIOLOGIA**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Físico	Radiações ionizantes		
Descrição	Realização de Raio X para diagnósticos		
Fundamentação legal	NR 01 / NR 06 / NR 07 / NR 32		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Aumentam os riscos de doenças como neoplasias, anemia apática, púrpura, radio dermatite, infertilidade, entre outras.		
Fontes ou circunstâncias	Equipamento para realização de Raio X		
Meio de propagação	Ondas eletromagnéticas		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável

Prevenção e controle	
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades: • Avental de chumbo

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura sentada por longos períodos		
Descrição	Postura desconfortável e trabalho continuo.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Analise Ergonômica do Trabalho - AET Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Fornece instruções para alongamento físico.		
Orientação	Orientar trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Trabalho intensivo com teclado ou outros dispositivos de entrada de dados		
Descrição	Repetição continuada de movimentos com os dedos, proveniente da utilização de periféricos de entrada de dados em computadores (mouse, teclados).		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Problemas nas articulações e nos músculos (LER/DORT) e nos dedos (tendinites)		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Critério			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Analise Ergonômica do Trabalho - AET -Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	- Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Introdução de pausas curtas periódicas e rodízios de funções em trabalhos continuados repetitivos, de precisão, em computadores, ou que exijam atenção constante; - Usar mobiliários ajustáveis às dimensões dos trabalhadores, assegurando postura confortável dos braços e pernas para trabalhador na posição sentada e em pé; - Usar postos de trabalho ajustáveis para o trabalho em computador (altura da cadeira, altura do monitor, altura do teclado).		

SETOR
GHE 21 SEGURANÇA
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral. Locais conforme demanda da Secretaria da Saúde (UBS e PA)

Nº de funcionários 2

CARGO
VIGIA
Zelam pela guarda do patrimônio observando o comportamento e movimentação de pessoas para prevenir perdas, evitar incêndios, acidentes e outras anormalidades. Controlam o fluxo de pessoas e veículos identificando-os e encaminhando-os aos locais desejados. Recebem mercadorias, volumes diversos e correspondências. Fazem manutenções simples nos locais de trabalho.

CBO: 5174-20

2 funcionários

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo VIGIA**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Frequente deslocamento a pé durante a jornada de trabalho		
Descrição	Deslocamento necessário proveniente das atividades de vigilância patrimonial e monitoramento do ambiente de trabalho, entre outras atividades relacionadas.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Analise Ergonômica do Trabalho - AET. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Orientação	Orientar ao trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura de pé por longos períodos		
Descrição	Postura de pé necessária para a execução das atividades de vigilância e segurança do local.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL - PCMSO		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura sentada por longos períodos		
Descrição	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar dores e desconforto na coluna lombar.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Orientação	Orientar trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Trabalho em local com risco de assalto e roubo		
Descrição	Proveniente das atividades de vigilância patrimonial.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-16 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Risco de ferimentos e morte.		
Fontes ou circunstâncias	Segurança patrimonial		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Severo	Possível	Substancial	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL - PCMSO		
Ações necessárias	Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos.		

Conclusão PGR

.

DISPOSIÇÕES FINAIS

CONTROLE DOS RISCOS

Serão adotadas medidas necessárias e suficientes para a eliminação, minimização ou controle dos riscos ambientais sempre que for verificada pelo menos uma das situações:

a) Exigências previstas nas normas regulamentadoras e nos dispositivos legais;

b) Determinadas pela classificação de riscos ocupacionais;

c) Quando houver evidências de associação, através de controle médico de saúde, entre as lesões e os agravos à saúde dos trabalhadores com os riscos e as situações de trabalho identificadas.

Quando comprovada pela organização a inviabilidade de adoção de medidas de proteção coletiva ou quando estas não forem suficientes ou encontrarem-se em fase de estudo, planejamento ou implantação ou, ainda, em caráter complementar ou emergencial, outras medidas deverão ser adotadas, observando a seguinte

hierarquia:

a) Medidas de caráter administrativo ou de organização do trabalho;

b) Medidas de caráter individual (EPI).

IMPLEMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO

A empresa através de análise das ações executadas, inspeções nos ambientes de trabalho e o monitoramento das condições ambientais e exposições aos agentes nocivos, avaliará a eficácia das medidas de proteção existentes e as implantadas e se necessário estabelecer novas medidas para eliminar, neutralizar ou minimizar os riscos ambientais.

A implantação das medidas de prevenção deverá ser acompanhada de informações aos trabalhadores sobre os procedimentos a serem adotados e limitações das medidas de controle.

Quando identificada a ineficácia das medidas de prevenção adotadas, deverão ser realizados ajustes a fim de corrigir as deficiências. O histórico de medidas implementadas, bem como os ajustes realizados, deverá ser registrado.

O desempenho das medidas de prevenção deverá ser acompanhado de forma planejar e contemplar:

a) A verificação da execução das ações planejadas;

b) As inspeções dos locais de trabalho;

c) O monitoramento das condições ambientais e exposições a agentes nocivos, quando aplicável.

ACOMPANHAMENTO DA SAÚDE OCUPACIONAL DOS TRABALHADORES

O acompanhamento da saúde ocupacional dos trabalhadores será realizado de forma periódica e contínua, de acordo com os riscos ocupacionais identificados e atendendo as diretrizes estabelecidas na NR 07.

A empresa desenvolve ações de saúde ocupacional que estão integradas com as demais medidas de saúde e segurança do trabalho e em conformidade com os riscos intrínsecos ao trabalho.

Todos os riscos que precisem de controle com base em exames complementares laboratoriais, necessitam de medidas de prevenção imediata.

ANÁLISE DE ACIDENTES E DOENÇAS RELACIONADAS AO TRABALHO

A irá analisar todos os acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, documentando os eventos, considerando as fontes causadoras, as atividades desenvolvidas, materiais utilizados e a organização do ambiente de trabalho, identificando os fatores relacionados ao evento e que forneçam evidências para revisar as medidas de prevenção existentes.

PREPARAÇÃO PARA EMERGÊNCIAS

É de responsabilidade da EMPRESA, elaborar, implementar e manter atualizados os procedimentos de resposta aos cenários de emergência, levando em consideração os riscos ocupacionais identificados no ambiente de trabalho e as características das atividades desenvolvidas

Os procedimentos deverão conter:

a) Os meios e recursos necessários para prestação de primeiros socorros, encaminhamento de acidentados e abandono;

b) Quando aplicável, as medidas a serem aplicadas em acidentes de grandes proporções.

EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL DE USO OBRIGATÓRIO

A empresa fornece gratuitamente aos empregados apenas EPI adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, sendo estes portadores de Certificado de Aprovação - CA.

CONCLUSÃO

Este programa tem como fundamento legal a NR 01, seu objetivo é disciplinar os preceitos a serem observados na organização e no ambiente de trabalho, de forma a tornar compatível o planejamento e desenvolvimento das atividades com a busca permanente da segurança e saúde dos trabalhadores. Este programa estará em constante análise e estudo, visando seu aperfeiçoamento, podendo, portanto, sofrer modificações a qualquer momento.

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718

Assinado de forma digital por GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718
Dados: 2024.10.07 16:19:49 -03'00'

Responsável Técnico
Gustavo Cordeiro Miranda
CPF: 092.897.697-18
Conselho de classe: CREA 051725/D
UF: ES
Especialidade: Engenheiro de Segurança

PLANO DE AÇÃO

Cronograma do Plano de Ação

PLANO ANUAL DO PROGRAMA DE SEGURANÇA E SAÚDENO TRABALHO **Período:** **Agosto de 2024 a Julho 2026**

Prioridade (1) Objetivo: Manter e implementar medidas de proteção, prevenção e controles administrativos em relação aos riscos ambientais reconhecidos no PPRA, visando a manutenção da saúde e integridade física dos trabalhadores.

Meta	Indicador	Responsável	Cronograma												Avaliação e análise crítica do plano		
			Ago 24	Set 24	Out 23	Nov 24	Dez 24	Jan 25	Fev 25	Mar 25	Abr 25	Mai 25	Jun 25	Jul 25			
			Ago 25	Set 25	Out 24	Nov 25	Dez 25	Jan 26	Fev 26	Mar 26	Abr 26	Mai 26	Jun 26	Jul 26			
Apresentar e informar os resultados das avaliações qualitativas / quantitativas do PGR	Ofício de entrega de documentos														**Atividades implementadas?**	**Objetivos alcançados?**	**Conclusão e recomendações**
Atividade		**Responsável**															
Reunião de apresentação dos resultados e medidas de controles propostas aos responsáveis pela empresa.		ST / Empregador															

Meta	Indicador	Responsável	Cronograma												Avaliação e análise crítica do plano		
			Ago 24	Set 24	Out 23	Nov 24	Dez 24	Jan 25	Fev 25	Mar 25	Abr 25	Mai 25	Jun 25	Jul 25			
			Ago 25	Set 25	Out 24	Nov 25	Dez 25	Jan 26	Fev 26	Mar 26	Abr 26	Mai 26	Jun 26	Jul 26			
Realização de capacitações, treinamentos e reciclagens.	Lista de presença em treinamento devidamente assinada pelos trabalhadores e pelo instrutor.														**Atividades implementadas?**	**Objetivos alcançados?**	**Conclusão e recomendações**
Atividade		**Responsável**															
Manter as capacitações ao trabalhador quanto à correta utilização dos EPI, incluindo aspectos relacionados à manutenção, substituição, higienização e guarda, bem como as penalidades pela recusa injustificada, focando a importância da prevenção e os efeitos à saúde em relação aos riscos dos processos, conforme item da NR6.6.1. alínea d.		Empregador / Profissional Qualificado															
Palestra para divulgação aos empregados dos riscos ambientais identificados nos locais de trabalho e suas respectivas medidas de controle, conforme item da NR9.3.1		Empregador / Profissional Qualificado															

Cronograma do Plano de Ação

Realizar e manter atualizada a capacitação dos trabalhados quanto à medidas de prevenção e combate a principio de incêndio, conforme item da NR 23.1.	Empregador / Profissional Qualificado														
Realizar e manter atualizada a capacitação dos trabalhadores quanto à prestação dos primeiros socorros, conforme iten NR 7.5.	Empregador / Profissional Qualificado														
Realizar capacitação do designado responsável pelo cumprimento do objetivo da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, conforme item NR 5.32.	Empregador / Profissional Qualificado														
Realizar treinamento aos funcionários sobre os princípios básicos de ergonomia, incluindo a importância de posturas corretas, pausas regulares para descanso e exercícios de alongamento.	Empregador / Profissional Qualificado														
Necessário que sejá feita avaliação de ruído, nos cargos e atividades mencionadas no PGR, para parecer conclusivo, conforme NR 15 anexo nº 1.	Empregador / Profissional Qualificado														
Necessário que sejá feita avaliação de vibração de corpo inteiro, nos cargos e atividades mencionadas no PGR, para parecer conclusivo, conforme NR 15 anexo nº I item 5.3.3.	Empregador / Profissional Qualificado														
Necessário a FISPQ dos produtos químicos utilizados nas UBS e PA para verificação dos agentes mencionados no PGR, e para verificação de outros possíveis agentes químicos não informados, para determinar a necessidade de avaliação quantitativa, conforme NR 15 anexo 11 e 13.	Empregador / Profissional Qualificado														
Realizar Treinamneto introdutório ou de integração, a todos os trabalhadores, ao ser admitido ou quando mudar de função que implique emalteração de risco, conforme NR 1 item 1.4.4.	Empregador / Profissional Qualificado														

Cronograma do Plano de Ação

PLANO ANUAL DO PROGRAMA DE SEGURANÇA E SAÚDENO TRABALHO **Período:** **Agosto de 2024 a Julho 2026**

Meta	Indicador	Responsável	Cronograma												Avaliação e análise crítica do plano		
			Ago 24 / Ago 25	Set 24 / Set 25	Out 23 / Out 24	Nov 24 / Nov 25	Dez 24 / Dez 25	Jan 25 / Jan 26	Fev 25 / Fev 26	Mar 25 / Mar 26	Abr 25 / Abr 26	Mai 25 / Mai 26	Jun 25 / Jun 26	Jul 25 / Jul 26			
Fornecer proteção individual adequada aos riscos dos processos, conforme NR6.	Fichas individuais de entrega de EPI devidamente assinada pelo funcionário a cada entrega.	Empregador / Profissional Qualificado													**Atividades implementadas?**	**Objetivos alcançados?**	**Conclusão e recomendações**
Atividade		**Responsável**															
Adquirir somente EPIs com certificado de aprovação (CA) emitido pelo MTE, conforme NR6.2.		Empregador / Profissional Qualificado															
Entregar os Equipamentos de Proteção Individual seguindo periodicidade quando ao uso e desgaste dos equipamentos, bem como controlar o uso efetivo dos mesmos, conforme NR6.6.1.		Empregador / Profissional Qualificado															

Cronograma do Plano de Ação

PLANO ANUAL DO PROGRAMA DE SEGURANÇA E SAÚDENO TRABALHO **Período:** **Agosto de 2024 a Julho 2026**

Meta	Indicador	Responsável	Cronograma												Avaliação e análise crítica do plano		
			Ago 24 / Ago 25	Set 24 / Set 25	Out 23 / Out 24	Nov 24 / Nov 25	Dez 24 / Dez 25	Jan 25 / Jan 26	Fev 25 / Fev 26	Mar 25 / Mar 26	Abr 25 / Abr 26	Mai 25 / Mai 26	Jun 25 / Jun 26	Jul 25 / Jul 26			
Monitorar e Atualizar os programas de Segurança e Saúde do Trabalho.	Documento elaborado com acompanhamento periódico.														**Atividades implementadas?**	**Objetivos alcançados?**	**Conclusão e recomendações**
Atividade		**Responsável**															
Manter o monitoramento médico, conforme PCMSO, conforme NR7.		Empregador / Profissional Qualificado															
Elaborar Relatório de Análise Global com o intuito de identificar a eficácia do Plano de ação, conforme NR9.2.1.1.		Empregador / Profissional Qualificado															

Percentual de Implementaçãodas Atividades: **Percentual de cumprimento dos Objetivos:**

Cronograma do Plano de Ação

Meta	Indicador	Responsável	Cronograma												Avaliação e análise crítica do plano		
			Ago 24 / Ago 25	Set 24 / Set 25	Out 23 / Out 24	Nov 24 / Nov 25	Dez 24 / Dez 25	Jan 25 / Jan 26	Fev 25 / Fev 26	Mar 25 / Mar 26	Abr 25 / Abr 26	Mai 25 / Mai 26	Jun 25 / Jun 26	Jul 25 / Jul 26			
Diretrizes sobre Ergonomia no ambiente de trabalho.	Analise Ergonomica do Trabalho														**Atividades implementadas?**	**Objetivos alcançados?**	**Conclusão e recomendações**
Atividade		**Responsável**															
Estabelecer diretrizes clara quanto a prevenção de acidente e doenças relacionados aos riscos ergonomicos.		Empregador / Profissional Qualificado															
Atender as Recomedações Ergonômicas estabelecidas na AET.		Empregador / Profissional Qualificado															

.(Responsável legal pela empresa e
pela implementação do plano de ação)

LTCAT

LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO

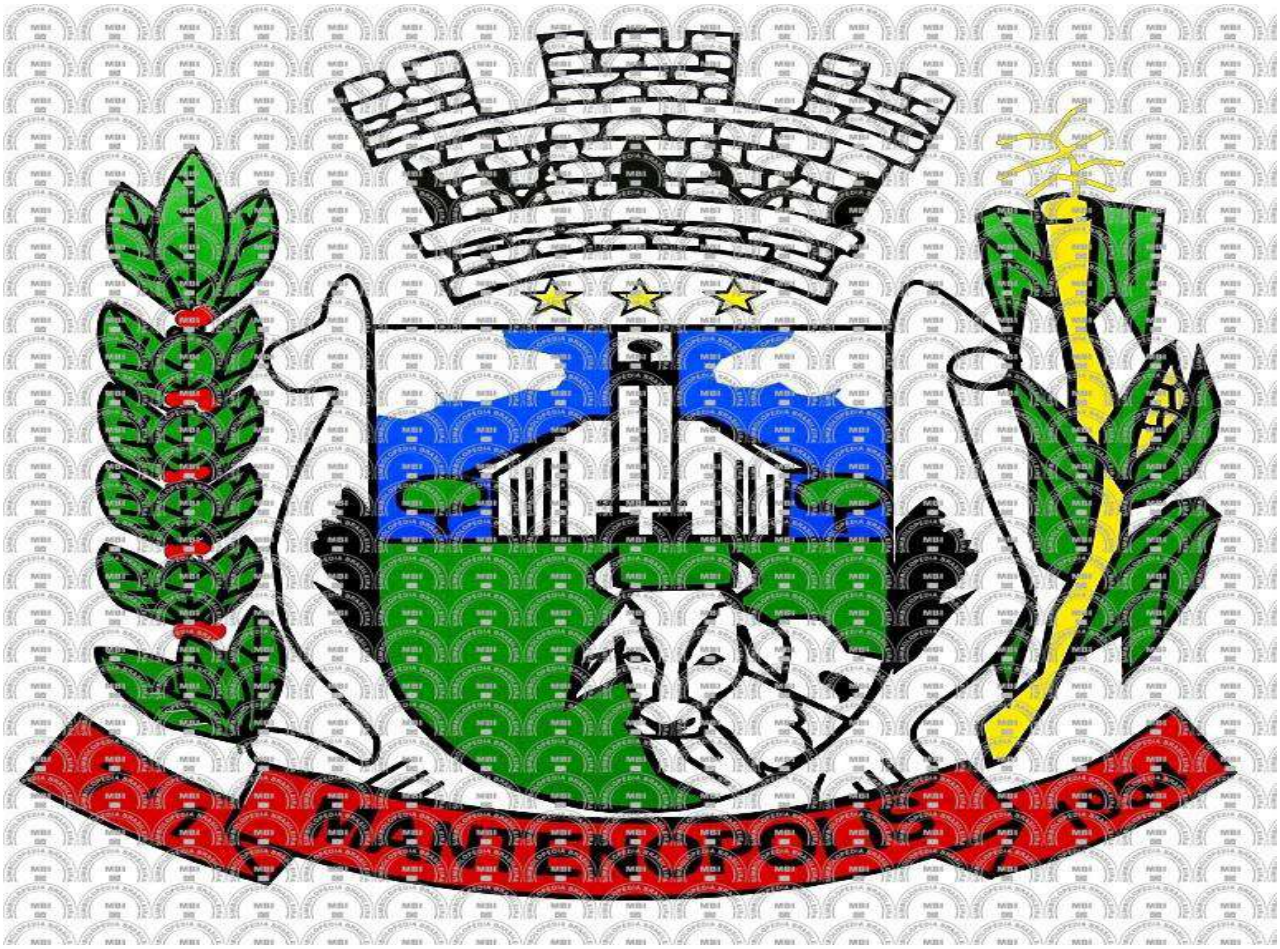


Consultoria Ocupacional & Meio Ambiente

MUNICÍPIO DE MANTENOPOLIS

(SECRETARIA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS)

CNPJ: 27.167.345/0001-90



LTCAT

LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO COLETIVO DECRETO 3.048/99.

AGOSTO DE 2024

Sumário

Identificação da Empresa....4
Introdução....5
Objetivos....5
Informações....5
Fundamentos....5
Aposentadoria Especial....6
Agentes Nocivos....6
Efetiva Exposição à Agentes prejudicial à Saúde....6
Medidas de controle....7
Metodologia e procedimentos de Avaliação do Agente Nocivo....7
Códigos do Sistema SEFIP/GFIP....7
Avaliação das condições ambientais....9
Síntese....61
Conclusões e recomendações gerais....65
Anotação de responsabilidade técnica - ART....66

Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS
SECRETARIA EXECUTIVO DE SAÚDE
CNPJ: 27.167.345/0001-90

Endereço
Avenida Presidente Vargas, 545 - Centro - Mantenópolis/ES
CEP: 29.770-000

CNAE
8411-6/00 – Administração Pública em Geral
Grau de Risco 1

Introdução

Este Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) foi elaborado a partir de inspeções e determinações técnicas de agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou a associação desses agentes "in loco". Este laudo está fundamentado legalmente no Regulamento da Previdência Social, Decreto N° 3.048 de 6 de maio de 1999.

Objetivos

Apresentar os levantamentos técnicos (qualitativos e/ou quantitativos) dos ambientes/atividades e identificar a exposição aos agentes físicos, químicos, biológicos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física do(s) trabalhador, no âmbito do ambiente de trabalho, para fins da verificação do enquadramento às condições que geram o direito da concessão à aposentadoria especial.
O Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT e demais demonstrações ambientais também tem como objetivo fundamentar tecnicamente o preenchimento dos formulários de reconhecimento de períodos laborados em condições especiais, denominado PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário (§8º do artigo 68 do Decreto nº 3.048/1999).
Com o objetivo de facilitar a aplicação dos conceitos para elaboração desse laudo no que tange às diferentes atividades existentes nos diferentes ambientes avaliados, os levantamentos e conclusão serão realizados por ambiente/atividade que poderão conter um único cargo ou mais de um dentro de um mesmo grupo de risco.

Informações

Todas as informações contidas neste laudo, bem como as descrições das atividades de cada função e os Certificados de Aprovação (CA) dos Equipamentos de Proteção Individual, foram cedidas pela empresa.
Todas as Tabelas de Identificação de Riscos foram feitas através das informações obtidas nas avaliações realizadas pelo profissional responsável por este documento.
Com base nessa avaliação, foi feito o parecer técnico conclusivo sobre a caracterização de condições especial para fins de aposentadoria especial.

Fundamentos Legais

Este documento foi elaborado conforme as normas vigentes:

- Regulamento da Previdência Social, Decreto n° 3.048, de 06 de maio de 1999;
- Planos de Benefícios da Previdência Social, Lei n° 8.213, de 24 julho de 1991;
- A metodologia e os procedimentos de avaliação estabelecidos pela Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO.
- Instrução Normativa PRES/INSS Nº 128, de 28 de março de 2022.

Aposentadoria Especial

A aposentadoria especial, uma vez cumprido o período de carência exigido, será devida ao segurado empregado, trabalhador avulso e contribuinte individual, que comprove o exercício de atividades com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou a associação desses agentes, de forma permanente, não ocasional nem intermitente, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação, enquadrados nos dispositivos do Regulamento da Previdência Social, decreto n°3.048/99.
Considera-se tempo de **trabalho permanente** aquele que é exercido de forma não ocasional nem intermitente, no qual a exposição do empregado, do trabalhador avulso ou do cooperado ao agente nocivo seja indissociável da produção do bem ou da prestação do serviço.

Agentes Nocivos

A relação dos agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde, analisados no presente laudo e considerados para fins de concessão de aposentadoria especial, consta no Anexo IV do decreto n° 3.048/99.

- **Agentes nocivos Físicos:** diversas formas de energia a que possam estar expostos os trabalhadores, tais como: ruídos, vibrações, temperaturas anormais (calor), entre outros constados no anexo IV.
- **Agentes nocivos Químicos:** Substâncias, compostos ou produtos que possam penetrar no organismo pela via respiratória, nas formas de os manifestados por: névoas, neblinas, poeiras, fumos, gases, vapores de substâncias nocivas presentes no ambiente de trabalho.
- **Agentes nocivos Biológicos:** bactérias, fungos, bacilos, parasitas, protozoários, vírus, entre outros, geneticamente modificados ou não, as culturas de células, os parasitas, as toxinas e os príons.
- **Associação de agentes**: Exposição aos agentes combinados, exclusivamente nas atividades especificadas no Anexo IV do Decreto 3.048/1999.

Efetiva Exposição à Agentes Prejudiciais à Saúde

Conforme decreto n° 3.048/99, a efetiva exposição à agente prejudicial à saúde configura-se quando, mesmo após a adoção das medidas de controle previstas na legislação trabalhista, a nocividade não seja eliminada ou neutralizada.
Considerado:

- **Eliminação** - a adoção de medidas de controle que efetivamente impossibilitem a exposição ao agente prejudicial à saúde no ambiente de trabalho; e
- **Neutralização** - a adoção de medidas de controle que reduzam a intensidade, a concentração ou a dose do agente prejudicial à saúde ao limite de tolerância previsto neste Regulamento ou, na sua ausência, na legislação trabalhista.

Para os agentes reconhecidamente cancerígenos para humanos, listados pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, caso sejam adotadas as medidas de controle previsto na legislação trabalhista que eliminem a nocividade, será descaracterizada a efetiva exposição.

- **Equipamento de Proteção individual -** É todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado a proteção contra riscos capazes de ameaçar a sua segurança e a sua saúde.
- **Equipamento de Proteção Coletiva -** É todo dispositivo ou sistema de âmbito coletivo, destinado à preservação da integridade física e da saúde dos trabalhadores, assim como a de terceiros.
- **Medidas Administrativas -** Procedimentos estabelecidos pela organização destinados a proteção contra agentes nocivos capazes de ameaçar a segurança e a saúde dos colaboradores.

Metodologias e Procedimentos de Avaliação dos Agentes Nocivos

Foi adotado o procedimento de técnica de avaliação Qualitativa e/ou Quantitativa, em relação à exposição, sendo:

- **Qualitativa:**

Trata-se de uma avaliação ou inspeção sobre determinado local de trabalho, observando às características específicas do ambiente laboral, os presentes agentes, as atividades exercidas, funções existentes naquela local e tempo de exposição dos trabalhadores.
As avaliações qualitativas da exposição aos agentes nocivos foram feitas tomando-se por base a análise dos seguintes fatores a eles relacionados:

1. As circunstâncias de exposição ocupacional a determinado agente ou associação de agentes prejudiciais à saúde presentes no ambiente de trabalho durante toda a jornada de trabalho;
2. Todas as fontes e possibilidades de liberação dos agentes nocivos;
3. Meios de contato ou exposição dos trabalhadores, as vias de absorção, a intensidade da exposição, a frequência e a duração do contato.

- **Quantitativa:**

Trata-se de uma avaliação sobre determinado local de trabalho, utilizando-se de equipamentos específicos para medição e quantificação dos a agentes ambientais presentes no ambiente de trabalho. Visando, o dimensionamento das intensidades/concentrações dos riscos.
Nas avaliações ambientais foram consideradas a metodologia e os procedimentos de avaliação estabelecidos pela **Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO**.

Códigos do Sistema SEFIP/GFIP

GFIP - Guia do Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações Previdenciárias, instituído pela Lei 9.528 de 10/12/97. Para trabalhadores com apenas um vínculo empregatício (ou uma fonte pagadora):

- **Código 00** - Sem exposição a agente nocivo. Trabalhador nunca esteve exposto
- **Código 01** - Não exposição a agente nocivo. Trabalhador já esteve exposto.
- **Código 02** - Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 15 anos de serviço);
- **Código 03** - Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 20 anos de serviço);
- **Código 04** - Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 25 anos de serviço).

Para trabalhadores com mais de um vínculo empregatício (ou mais de uma fonte pagadora):

- **Código 05** - Não exposto a agente nocivo;
- **Código 06** - Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 15 anos de trabalho);
- **Código 07** - Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 20 anos de trabalho);
- **Código 08** - Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 25 anos de trabalho).

Revisão dos Dados

O Laudo Técnico de Condições do Ambienta de Trabalho (LTCAT) precisará ser atualizado sempre que ocorrer qualquer alteração no ambiente de trabalho ou em sua organização.
Segundo a legislação previdenciária, mais precisamente o artigo 261, IN 77, inciso § 4º São consideradas alterações no ambiente de trabalho ou em sua organização, entre outras, aquelas decorrentes de:
I - mudança de layout;
II - substituição de máquinas ou de equipamentos;
III - adoção ou alteração de tecnologia de proteção coletiva; e
IV - alcance dos níveis de ação estabelecidos nos subitens do item 9.3.6 da NR-09, aprovadas pela Portaria nº 3.214, de 8 de junho de 1978, do MTE, se aplicável.

Nota Técnica Informativa

O Supremo Tribunal Federal - STF, em sede de Recurso Extraordinário com Agravo - ARE 664.335, de 2015, com repercussão geral reconhecida, considerou que nos casos de exposição do segurado ao agente nocivo ruído acima dos limites legais de tolerância, a declaração do empregador da eficácia do EPI, não descaracteriza o tempo de serviço especial para aposentadoria.

Avaliação das condições Ambientais

UNIDADE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS
SECRETARIA EXECUTIVO DE SAÚDE
CNPJ: 27.167.345/0001-90

Endereço
Avenida Presidente Vargas, 545 - Centro - Mantenópolis/ES
CEP: 29.770-000

CNAE
8411-6/00 – Administração Pública em Geral
Grau de Risco 1

Caracterização dos processos e ambientes de trabalho

Funcionários

Setor	Cargo	Funcionários
GHE 01 ADMINISTRATIVO	AGENTE ADMINISTRATIVO	12
	ASSISTENTE SOCIAL	1
	ESCRITURÁRIO	1
	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	1
GHE 02 ADMINISTRATIVO / ÁREAS EXTERNAS	AGENTE COMB. DE SAÚDE	17
	AGENTE DE COMB. AS ENDEMIAS	1
	AGENTE DE ZOONOSE	1
GHE 03 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO / UBS	AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICO	2
	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	7
GHE 04 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO / PA	AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS	1
	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	3
GHE 05 ODONTOLÓGICO / UBS	AUX DE SAÚDE BUCAL – ESF	2
	ODONTÓLOGO ESF	1
	TÉCNICO DE SAÚDE BUCAL	3

GHE 06 ENFERMAGEM / UBS	ENFERMEIRO ESF.	4
	TÉCNICO DE ENFERMAGEM/ESF	6
GHE 07 ENFERMAGEM / PA	EMFERMEIRO PLANTONISTA	5
	TÉCNICO DE ENERMAGEM	7
GHE 08 EMFERMAGEM / ÁREA DE ISOLAMENTO	ENFERMEIRO	1
	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	1
GHE 09 FISCALIZAÇÃO	FISCAL DE ATIV. URBANAS	1
GHE 10 FISIOTERAPIA	FISIOTERAPEUTA	1
GHE 11 FONOAUDIOLOGIA	FONOAUDIÓLOGO	1
GHE 12 ÁREA CLÍNICA / UBS	MÉDICO CLINICO GERAL	1
	MÉDICO ESF	2
GHE 13 ÁREA CLÍNICA / PA	MÉDICO PLANTONISTA I	3
GHE 14 ÁREA CLÍNICA / ÁREA DE ISOLAMENTO	MÉDICO	1
GHE 15 VETERINÁRIA	MÉDICO VETERINÁRIO	1
GHE 16 TRANSPORTE	MOTORISTA PROFISSIONAL	12
GHE 17 MÁQUINAS MÓVEIS	OPERADOR DE MÁQUINAS	1
GHE 18 NUTRIÇÃO	NUTRICIONISTA	1
GHE 19 PSICOLOGIA	PSICÓLOGO	1
GHE 20 RADIOLOGIA	TÉCNICO DE RADIOLOGIA	2
GHE 21 SEGURANÇA	VIGIA	2

SETOR
GHE 01 ADMINISTRATIVO
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

15 funcionários

CARGO
AGENTE ADMINISTRATIVO
Supervisionam e controlam serviços financeiros diversos, bens-patrimoniais e logísticos; elaboram orçamentos, efetuam pagamentos, realizam cobrança, controlam bens patrimoniais, fecham câmbio, analisam crédito, coordenam caixas, administram processos logísticos e gerenciam almoxarifado/estoque; Supervisionam equipes de trabalho, orientando e avaliando desempenho em busca da melhor qualidade no trabalho. Organizam documentos e efetuam sua classificação contábil; geram lançamentos contábeis, auxiliam na apuração dos impostos, conciliam contas e preenchimento de guias de recolhimento e de solicitações, junto a órgãos do governo. Emitem notas de venda e de transferência entre outras; realizam o arquivo de documentos; Organizam a rotina de serviços e realizam entrada e transmissão de dados, operando teleimpressores e microcomputadores; registram e transcrevem informações, operando máquinas de escrever; atendem necessidades do setor interno e externo. Supervisionam trabalho e equipe; Organizam documentos e informações. Orientam usuários e os auxiliam na recuperação de dados e informações. Disponibilizam fonte de dados para usuários. Providenciam aquisição de material e incorporam material ao acervo. Arquivam documentos, classificando-os segundo critérios apropriados para armazená-los e conservá-los. Prestam serviço de comutação, alimentam base de dados e elaboram estatísticas. Executam tarefas relacionadas com a elaboração e manutenção de arquivos, podendo ainda, operar equipamentos reprográficos, recuperar e preservar as informações por meio digital, magnético ou papel.

CBO: 4102-05 **GFIP: 00**

12 funcionários

CARGO
ASSISTENTE SOCIAL
Prestar serviços sociais orientando indivíduos, famílias, comunidade e instituições sobre direitos e deveres (normas, códigos e legislação), serviços e recursos sociais e programas de educação; planejar, coordenar e avaliar planos, programas e projetos sociais em diferentes áreas de atuação profissional (seguridade, educação, trabalho, jurídica, habitação e outras), atuando nas esferas pública e privada; orientar e monitorar ações em desenvolvimento relacionados à economia doméstica, nas áreas de habitação, vestuário e têxteis, desenvolvimento humano, economia familiar, educação do consumidor, alimentação e saúde; desempenhar tarefas administrativas. Realizar estudo socioeconômico; Pesquisar interesses e necessidades da população; Mapear o perfil social do usuário; Pesquisar características da área de atuação; Pesquisar informações ´in loco´; Pesquisar organizações e instituições públicas e privadas; Realizar pesquisas bibliográficas e documentais; Estudar viabilidade de projetos propostos; Levantar número de usuários; Coletar dados; Organizar dados coletados; Compilar dados; Tabular dados; Difundir resultados da pesquisa; Buscar parceiros; Pesquisar a satisfação do usuário; Realizar estudo socio-territorial; Analisar dados.

CBO: 2516-05 **GFIP: 00**

1 funcionários

CARGO
TÉCNICO EM CONTABILIDADE
Colaborar no preparo de normas de trabalho de contabilidade e executá-las. Escriturar ou orientar a escrituração dos livros contábeis. Fazer levantamentos e organizar balancetes patrimoniais e financeiros. Efetuar perícias contábeis. Participar de trabalhos de tomadas de contas; assinar balanços e balancetes; preparar relatórios informativos; orientar, do ponto de vista contábil, o levantamento dos bens patrimoniais. Auxiliar na preparação dos orçamentos. Executar outras tarefas correlatas.

CBO: 4110 **GFIP: 00**

1 funcionários

Conclusão da Aposentadoria Especial – **AGENTE ADMINISTRATIVO / ASSISTENTE SOCIAL / ESCRITURÁRIO / TÉCNICO EM CONTABILIDADE**
Agente físico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente químico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente biológico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**

SETOR
GHE 02 ADMINISTRATIVO / ÁREAS EXTERNAS
Áreas diversas como: casas, comunidades, outras residências, estabelecimentos, entre outros.

N º de funcionários 19

CARGO
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
Realizar visitas domiciliares; verificar cartão de vacina e gestante; acompanhar os pacientes hipertensos; marcar consultas; orientar sobre prevenção de doenças.

CBO: 5151-05 **GFIP: 00**

17 funcionários

CARGO
AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS
Orientar a comunidade em geral sobre as medidas para eliminar criadouros de insetos e de outros vetores de doenças, em residências e em estabelecimento diversos

CBO: 5151-40 **GFIP: 00**

1 funcionários

CARGO
AGENTE DE ZOONOSE
Orientar a comunidade em geral sobre as medidas para eliminar criadouros de insetos e de outros vetores de doenças, em residências e em estabelecimento diversos.

CBO: 5151-40 **GFIP: 00**

1 funcionários

Conclusão da Aposentadoria Especial
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS AGENTE DE ZOONOSE
Agente físico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente químico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente biológico Exposição aos agentes citados unicamente nas atividades relacionadas. MICROORGANISMOS E PARASITAS INFECTO-CONTAGIOSOS VIVOS E SUAS TOXINAS (Redação dada pelo Decreto nº 4.882, de 2003) a) trabalhos em estabelecimentos de saúde em contato com pacientes portadores de doenças infecto-contagiosas ou com manuseio de materiais contaminados; b) trabalhos com animais infectados para tratamento ou para o preparo de soro, vacinas e outros produtos; c) trabalhos em laboratórios de autópsia, de anatomia e anátomo-histologia; d) trabalho de exumação de corpos e manipulação de resíduos de animais deteriorados; e) trabalhos em galerias, fossas e tanques de esgoto; f) esvaziamento de biodigestores; g) coleta e industrialização do lixo. Ausência de exposição aos agentes citados unicamente nas atividades relacionadas. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**

SETOR
GHE 03 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO / UBS
Áreas diversas da saúde UBS (Unidade Básica de Saúde)

Nº de funcionários 09

CARGO
AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICO
Os trabalhadores de limpeza e conservação de áreas públicas preservam as vias públicas, varrendo calçadas, sarjetas e calçadões, acondicionando o lixo para que seja coletado e encaminhado para o aterro sanitário. Zelam pela segurança das pessoas sinalizando e isolando áreas de risco e de trabalho. Trabalham na limpeza e conservação de áreas públicas, coletam resíduos domiciliares, resíduos sólidos de serviços de saúde e resíduos coletados nos serviços de limpeza; Conservam as áreas públicas lavando-as, pintando guias, postes, viadutos, muretas e etc; Auxiliam nos serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos; Trabalham na ornamentação de canteiros urbanos, através da construção de viveiros e canteiros Varrer sarjetas e calçadões; Varrer calçadas; Amontoar detritos e folhagem; Acondicionar lixo em latões ou sacos plásticos; Empurrar carrinho (lutocar); Ensacar animais mortos; Recolher animais mortos; Solicitar coleta de animais mortos; Solicitar remoção de entulho; Executar serviços de varrição, coleta e transporte de lixo industrial, domiciliar, hospitalar e rural e lavagem de ruas e logradouros públicos municipais, mantendo-os em condições adequadas, acondicionando os materiais coletados conforme as orientações e procedimentos estabelecidos. Executar serviços de conservação de ruas e logradouros públicos realizando capinas, roçadas, pinturas em meio-fio, muros, grades e postes, limpeza de ralos, trincheiras, bocas de lobo, caixas de visita, limpeza de córregos e outras atividades correlatas.

CBO: 5142-05 **GFIP: 00**

2 funcionários

CARGO
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
Executar sob supervisão serviços de copeiragem, conservação, limpeza e zeladoria em prédios públicos servindo, limpando vidros e fachadas, recintos internos e acessórios. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Preparar sucos, lanches, cafés e pequenas refeições; Servir água, cafezinho, suco; Administrar fluxo de serventia; Receber e distribuir refeições; Receber ou recolher bandejas, louças e talheres após as refeições, providenciando sua lavagem e guarda ou o envio ao setor competente; Secar louça e prataria, esterilizar instrumentos e materiais; Operar com aparelhos elétricos utilizados nos serviços de alimentação; Limpar talheres, equipamentos de refrigeração assim como balcão, bancada e bandejas; retirar restos de comida, separando e destinando o lixo; Lavar fachadas; Limpar vidros; Remover resíduos dos vidros; Remover pichações; Limpar móveis e equipamentos eletrodomésticos, lustres, luminárias, ventiladores e tudo o que mais constar nos recintos dos prédios municipais; Limpar superfícies (paredes, pisos, etc..); Lavar banheiros; Aspirar pó; Lavar pisos; Encerar pisos; Remover sujeira; Varrer pisos; Secar pisos; Passar pano; Limpar, lavar cortinas e persianas; Recolher lixo; Depositar o lixo e detritos da cozinha em lugares apropriados, de forma a evitar proliferação de insetos; Proceder à limpeza de ralos, caixas de gordura e esgotos, assim como desentupir pias e ralos; Prover os sanitários com toalha, sabão e papel higiênico, removendo os já utilizados; Auxiliar na realização de serviços em geral como recebimento, separação e Distribuição de correspondência e materiais, atividades de limpeza, copa e conservação de instalações. Executar trabalhos de limpeza em geral em edifícios e outros locais, para manutenção das condições de higiene e conservação do ambiente, coletando o lixo.

CBO: 4122-05 **GFIP: 00**

7 funcionários

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS / AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**	
Identificação	
Perigo/Fator de Risco **Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)**	Grupo **Biológico**
Descrição	Proveniente da limpeza de banheiros e coleta de lixo das UBS.
Fundamentação legal	Anexo IV do Decreto nº 3.048, de 6 de Maio 1999.
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.
Fontes ou circunstâncias	Limpeza de banheiros, leitos e coleta de lixo

Avaliação		
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**
08:00	Eventual	Qualitativo

Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável

Prevenção e controle	
EPI	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas: • Avental de PVC • Luvas de PVP • Botas de PVP • Óculos de Proteção
Exposição	
Critério	Qualitativo

Conclusão da Aposentadoria Especial
AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
Agente físico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente químico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente biológico
MICROORGANISMOS E PARASITAS INFECTO-CONTAGIOSOS VIVOS E SUAS TOXINAS (Redação dada pelo Decreto nº 4.882, de 2003): **a) trabalhos em estabelecimentos de saúde em contato com pacientes portadores de doenças infectocontagiosas ou com manuseio de materiais contaminados;** b) trabalhos com animais infectados para tratamento ou para o preparo de soro, vacinas e outros produtos; c) trabalhos em laboratórios de autópsia, de anatomia e anátomo-histologia; d) trabalho de exumação de corpos e manipulação de resíduos de animais deteriorados; e) trabalhos em galerias, fossas e tanques de esgoto; f) esvaziamento de biodigestores; g) coleta e industrialização do lixo. Ausência de exposição aos agentes citados unicamente nas atividades relacionadas. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**

SETOR
GHE 04 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO / PA
Áreas diversas da saúde PA (Pronto Atendimento)

Nº de funcionários 04

CARGO
AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICO
Os trabalhadores de limpeza e conservação de áreas públicas preservam as vias públicas, varrendo calçadas, sarjetas e calçadões, acondicionando o lixo para que seja coletado e encaminhado para o aterro sanitário. Zelam pela segurança das pessoas sinalizando e isolando áreas de risco e de trabalho. Trabalham na limpeza e conservação de áreas públicas, coletam resíduos domiciliares, resíduos sólidos de serviços de saúde e resíduos coletados nos serviços de limpeza; Conservam as áreas públicas lavando-as, pintando guias, postes, viadutos, muretas e etc; Auxiliam nos serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos; Trabalham na ornamentação de canteiros urbanos, através da construção de viveiros e canteiros Varrer sarjetas e calçadões; Varrer calçadas; Amontoar detritos e folhagem; Acondicionar lixo em latões ou sacos plásticos; Empurrar carrinho (lutocar); Ensacar animais mortos; Recolher animais mortos; Solicitar coleta de animais mortos; Solicitar remoção de entulho; Executar serviços de varrição, coleta e transporte de lixo industrial, domiciliar, hospitalar e rural e lavagem de ruas e logradouros públicos municipais, mantendo-os em condições adequadas, acondicionando os materiais coletados conforme as orientações e procedimentos estabelecidos. Executar serviços de conservação de ruas e logradouros públicos realizando capinas, roçadas, pinturas em meio-fio, muros, grades e postes, limpeza de ralos, trincheiras, bocas de lobo, caixas de visita, limpeza de córregos e outras atividades correlatas.

CBO: 5142-05

1 funcionário **GFIP: 04**

CARGO
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
Executar sob supervisão serviços de copeiragem, conservação, limpeza e zeladoria em prédios públicos servindo, limpando vidros e fachadas, recintos internos e acessórios. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Preparar sucos, lanches, cafés e pequenas refeições; Servir água, cafezinho, suco; Administrar fluxo de serventia; Receber e distribuir refeições; Receber ou recolher bandejas, louças e talheres após as refeições, providenciando sua lavagem e guarda ou o envio ao setor competente; Secar louça e prataria, esterilizar instrumentos e materiais; Operar com aparelhos elétricos utilizados nos serviços de alimentação; Limpar talheres, equipamentos de refrigeração assim como balcão, bancada e bandejas; retirar restos de comida, separando e destinando o lixo; Lavar fachadas; Limpar vidros; Remover resíduos dos vidros; Remover pichações; Limpar móveis e equipamentos eletrodomésticos, lustres, luminárias, ventiladores e tudo o que mais constar nos recintos dos prédios municipais; Limpar superfícies (paredes, pisos, etc..); Lavar banheiros; Aspirar pó; Lavar pisos; Encerar pisos; Remover sujeira; Varrer pisos; Secar pisos; Passar pano; Limpar, lavar cortinas e persianas; Recolher lixo; Depositar o lixo e detritos da cozinha em lugares apropriados, de forma a evitar proliferação de insetos; Proceder à limpeza de ralos, caixas de gordura e esgotos, assim como desentupir pias e ralos; Prover os sanitários com toalha, sabão e papel higiênico, removendo os já utilizados; Auxiliar na realização de serviços em geral como recebimento, separação e Distribuição de correspondência e materiais, atividades de limpeza, copa e conservação de instalações. Executar trabalhos de limpeza em geral em edifícios e outros locais, para manutenção das condições de higiene e conservação do ambiente, coletando o lixo.

CBO: 4122-05

3 funcionários **GFIP: 04**

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS / AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**	
Identificação	
Perigo/Fator de Risco **Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)**	Grupo **Biológico**
Descrição	Proveniente da limpeza de banheiros, leitos e coleta de lixo do PA (Pronto Atendimento).
Fundamentação legal	Anexo IV do Decreto nº 3.048, de 6 de Maio 1999.
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.
Fontes ou circunstâncias	Limpeza de banheiros, leitos e coleta de lixo

Avaliação		
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**
08:00	Permanente	Qualitativo

Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável

Prevenção e controle	
EPI	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas: • Avental de PVC • Luvas de PVP • Botas de PVP • Óculos de Proteção
Exposição	
Critério	Qualitativo

Conclusão da Aposentadoria Especial	
AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	
Agente físico	
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**	
Agente químico	
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**	
Agente biológico	
MICROORGANISMOS E PARASITAS INFECTO-CONTAGIOSOS VIVOS E SUAS TOXINAS (Redação dada pelo Decreto nº 4.882, de 2003): a) trabalhos em estabelecimentos de saúde em contato com pacientes portadores de doenças infectocontagiosas ou com manuseio de materiais contaminados; b) trabalhos com animais infectados para tratamento ou para o preparo de soro, vacinas e outros produtos; c) trabalhos em laboratórios de autópsia, de anatomia e anátomo-histologia; d) trabalho de exumação de corpos e manipulação de resíduos de animais deteriorados; e) trabalhos em galerias, fossas e tanques de esgoto; f) esvaziamento de biodigestores; **g) coleta e industrialização do lixo.** A exposição aos agentes citados unicamente nas atividades relacionadas, de forma permanente, não ocasional. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, é contemplado como prejudicial à saúde do trabalhador.**	Possui aposentadoria especial de 25 anos

SETOR
GHE 05 ODONTOLÓGICO
Sala em alvenaria, com pé direito de aproximadamente 3 metros, com iluminação e ventilação artificial, com máquinas, instrumentos e mobiliários destinados a odontologia. Atuam nas unidades de saúde do município.

Nº de funcionários 6

CARGO
AUXILIAR DE SAUDE BUCAL - ESF
Realizar atendimento aos pacientes; lavar os materiais, esterilizar e secar; auxiliar o dentista no atendimento; realizar a esterilização do consultório.

CBO: 322430 **GFIP: 00**

2 funcionário

CARGO
ODONTÓLOGO ESF
Atender e orientar pacientes e executam procedimentos odontológicos, aplicar medidas de promoção e prevenção de saúde, ações de saúde coletiva, estabelecendo diagnóstico e prognóstico, interagindo com profissionais de outras áreas. Desenvolver atividades profissionais junto a crianças, adultos e idosos, com ou sem necessidades especiais, em diferentes níveis de complexidade. Exercer atividade de ensino e pesquisa. Promover e proteger a saúde bucal, prevenir agravos, realizar diagnóstico, tratar, acompanhar, reabilitar e manter a saúde bucal dos indivíduos de todas as idades. Realizar tratamentos dentários como restaurações, profilaxias, raspagens supra e subgengivais, extrações e cirurgias de dentes decíduos e permanentes, urgências e emergências odontológicas. Realizar atendimento de urgências endodônticas, periodontais e traumas. Ter conhecimento para indicação e aplicação de técnicas anestésicas e protocolos farmacológicos. Avaliar, solicitar e interpretar exames complementares auxiliares de diagnóstico, como radiografias e tomografias

CBO: 2232-08 **GFIP: 00**

1 funcionários

CARGO
TÉCNICO DE SAÚDE BUCAL
Prevenir doença bucal participando de programas de promoção à saúde, projetos educativos e de orientação de higiene bucal. Executar procedimentos odontológicos sob supervisão do cirurgião dentista. Mobilizar capacidades de comunicação em palestras, orientações e discussões técnicas. As atividades são exercidas conforme normas e procedimentos técnicos e de biossegurança. Fazer assepsia da sala e/ou equipamentos.

CBO: 3224-15 **GFIP: 00**

3 funcionário

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL – ESF / ODONTÓLOGO ESF / TÉCNICO DE SAÚDE BUCAL**			
Identificação			
Perigo/Fator de Risco **Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)**			Grupo **Biológico**
Descrição	Risco proveniente do contato com pacientes das UBS diversos, e manuseio e esterilização de materiais odontológicos utilizados.		
Fundamentação legal	Anexo IV do Decreto nº 3.048, de 6 de Maio 1999.		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.		
Fontes ou circunstâncias	Contato com pacientes e manuseio de instrumentos odontológicos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
EPI	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas a odontologia.		
Exposição			
Critério	Qualitativo		

Conclusão da Aposentadoria Especial AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL – ESF ODONTÓLOGO ESF TÉCNICO DE SAÚDE BUCAL
Agente físico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente químico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente biológico
Exposição aos agentes citados unicamente nas atividades relacionadas.
MICROORGANISMOS E PARASITAS INFECTO-CONTAGIOSOS VIVOS E SUAS TOXINAS (Redação dada pelo Decreto nº 4.882, de 2003): a) trabalhos em estabelecimentos de saúde em contato com pacientes portadores de doenças infectocontagiosas ou com manuseio de materiais contaminados; b) trabalhos com animais infectados para tratamento ou para o preparo de soro, vacinas e outros produtos; c) trabalhos em laboratórios de autópsia, de anatomia e anátomo-histologia; d) trabalho de exumação de corpos e manipulação de resíduos de animais deteriorados; e) trabalhos em galerias, fossas e tanques de esgoto; f) esvaziamento de biodigestores; g) coleta e industrialização do lixo. Ausência de exposição aos agentes citados unicamente nas atividades relacionadas. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**

SETOR
GHE 06 ENFERMAGEM / UBS
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral. Locais da Secretaria da Saúde UBS.

Nº de funcionários 10

CARGO
ENFERMEIRO ESF.
Realizar atendimento aos pacientes; fazer curativos, coleta de exames; auxiliar em pequenas cirurgias; coordenar a unidade de saúde; realizar visitas domiciliares. Definir território de atuação; Mapear área de atuação; Identificar grupos, famílias e indivíduos expostos a riscos; Organizar grupos de promoção à saúde; Atualizar informações cadastrais; Atender usuários nas UBS, nos domicílios ou espaços comunitários; Realizar ações de prevenção de agravos e curativas; Realizar busca ativa de situações locais; Notificar doenças, agravos e situações de importância local; Identificar necessidades dos usuários; Responsabilizar-se por todos os atendimentos da população adscrita; Coordenar o cuidado dos usuários; Promover a integralidade do cuidado; Participar das atividades de planejamento; Participar das avaliações da equipe; Incentivar a participação da comunidade; Identificar parceiros e recursos disponíveis na comunidade; Registrar as atividades nos sistemas de informação; Participar das atividades de educação permanente; Definir ações de acordo com prioridades locais; Participar do gerenciamento de insumos.

CBO: 2235-05 **GFIP: 00**

Funcionário 4

CARGO
TÉCNICO DE ENFERMAGEM/ESF
Realizar limpeza dos materiais e fazer a esterilização; auxiliar em pequenas cirurgias; fazer pré consulta; realizar visitas domiciliares; fazer vacinação, teste do pezinho, glicemia e pulsão de veias.

CBO: 3222-05 **GFIP: 00**

6 funcionário

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo ENFERMEIRO ESF. / TÉCNICO DE ENFERMAGE/ESF**			
Identificação			
Perigo/Fator de Risco **Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)**			Grupo **Biológico**
Descrição	Risco proveniente do contato direto com pacientes das UBS e manuseio e utilização de instrumentos, e a manipulação de matérias diversos.		
Fundamentação legal	Anexo IV do Decreto nº 3.048, de 6 de Maio 1999.		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.		
Fontes ou circunstâncias	Contato com pacientes e instrumentos hospitalares		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
EPI	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades: • Avental • Luvas de proteção • Máscara de proteção		
Exposição			
Critério	Qualitativo		

Conclusão da Aposentadoria Especial
ENFERMEIRO ESF / TÉCNICO DE ENFERMAGE/ESF
Agente físico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente químico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente biológico MICROORGANISMOS E PARASITAS INFECTO-CONTAGIOSOS VIVOS E SUAS TOXINAS (Redação dada pelo Decreto nº 4.882, de 2003): a) trabalhos em estabelecimentos de saúde em contato com pacientes portadores de doenças infectocontagiosas ou com manuseio de materiais contaminados; b) trabalhos com animais infectados para tratamento ou para o preparo de soro, vacinas e outros produtos; c) trabalhos em laboratórios de autópsia, de anatomia e anátomo-histologia; d) trabalho de exumação de corpos e manipulação de resíduos de animais deteriorados; e) trabalhos em galerias, fossas e tanques de esgoto; f) esvaziamento de biodigestores; g) coleta e industrialização do lixo. Ausência de exposição aos agentes citados unicamente nas atividades relacionadas. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**

SETOR
GHE 07 ENFERMAGEM / PA
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral. Locais da Secretaria da Saúde PA (Pronto Atendimento).

Nº de funcionários 12

CARGO
ENFERMEIRO PLANTONISTA
Prestar assistência ao paciente; coordenar, planejar ações, supervisionar, executar e auditar serviços de enfermagem, empregando processos de rotina e/ou específicos, para possibilitar a proteção e recuperação de saúde individual ou coletiva. Prestar assistência ao paciente e/ou cliente; coordenar, planejar ações e auditar serviços de enfermagem e/ou perfusão. Implementar ações para a promoção da saúde junto à comunidade; realizar pesquisa, e executar outras atribuições afins. Realizar cuidados diretos de enfermagem nas urgências e emergências clínicas, fazendo a indicação para a continuidade da assistência prestada. Auxiliar no planejamento, gerenciamento, coordenação e avaliação das Unidades de Saúde – US. Realizar ações de saúde em todos os ambientes, nos US e, quando necessário, no domicílio. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

CBO: 2235-05

5 funcionários **GFIP: 00**

CARGO
TÉCNICO EM ENFERMAGEM
Desempenhar atividades técnicas de enfermagem em empresas públicas como: hospitais, clínicas e outros estabelecimentos de assistência médica e domicílios; atuar em cirurgia, terapia, puericultura, pediatria, psiquiatria, obstetrícia, saúde ocupacional e outras áreas. Prestar assistência ao paciente zelando pelo seu conforto e bem-estar, administram medicamentos e desempenham tarefas de instrumentação cirúrgica, posicionando de forma adequada o paciente e o instrumental. Organizar ambiente de trabalho e dão continuidade aos plantões. Trabalhar em conformidade às boas práticas, normas e procedimentos de biossegurança. Realizar registros e elaboram relatórios técnicos. Desempenhar atividades e realizam ações para promoção da saúde da família.

CBO: 3222-05 **GFIP: 00**

7 funcionários

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo ENFERMEIRO ESF. / TÉCNICO DE ENFERMAGE/ESF**			
Identificação			
Perigo/Fator de Risco **Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)**			Grupo **Biológico**
Descrição	Risco proveniente do contato direto com pacientes hospitalares diversos dos PA, manuseio e utilização de instrumentos hospitalares, e a manipulação de matérias diversos dos PA.		
Fundamentação legal	Anexo IV do Decreto nº 3.048, de 6 de Maio 1999.		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.		
Fontes ou circunstâncias	Contato com pacientes e instrumentos hospitalares		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
EPI	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades: • Avental • Luvas de proteção • Máscara de proteção		
Exposição			
Critério	Qualitativo		

Conclusão da Aposentadoria Especial
ENFERMEIRO PLANTONISTA / TÉCNICO DE ENFERMAGE
Agente físico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente químico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente biológico MICROORGANISMOS E PARASITAS INFECTO-CONTAGIOSOS VIVOS E SUAS TOXINAS (Redação dada pelo Decreto nº 4.882, de 2003): a) trabalhos em estabelecimentos de saúde em contato com pacientes portadores de doenças infectocontagiosas ou com manuseio de materiais contaminados; b) trabalhos com animais infectados para tratamento ou para o preparo de soro, vacinas e outros produtos; c) trabalhos em laboratórios de autópsia, de anatomia e anátomo-histologia; d) trabalho de exumação de corpos e manipulação de resíduos de animais deteriorados; e) trabalhos em galerias, fossas e tanques de esgoto; f) esvaziamento de biodigestores; g) coleta e industrialização do lixo. Ausência de exposição aos agentes citados unicamente nas atividades relacionadas. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**

SETOR
GHE 08 ENFERMAGEM / ÁREA DE ISOLAMENTO
Áreas de isolamento provisória para pacientes com doenças infectocontagiosas. Área conforme determinar a Secretaria da Saúde.

Nº de funcionários 2

CARGO
ENFERMEIRO
Prestar assistência ao paciente; coordenar, planejar ações, supervisionar, executar e auditar serviços de enfermagem, empregando processos de rotina e/ou específicos, para possibilitar a proteção e recuperação de saúde individual ou coletiva. Prestar assistência ao paciente e/ou cliente; coordenar, planejar ações e auditar serviços de enfermagem e/ou perfusão. Implementar ações para a promoção da saúde junto à comunidade; realizar pesquisa, e executar outras atribuições afins. Realizar cuidados diretos de enfermagem nas urgências e emergências clínicas, fazendo a indicação para a continuidade da assistência prestada. Auxiliar no planejamento, gerenciamento, coordenação e avaliação das Unidades de Saúde – US. Realizar ações de saúde em todos os ambientes, nos US e, quando necessário, no domicílio. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

CBO: 2235-05 **GFIP: 04**

1 funcionários

CARGO
TÉCNICO EM ENFERMAGEM
Desempenhar atividades técnicas de enfermagem em empresas públicas como: hospitais, clínicas e outros estabelecimentos de assistência médica e domicílios; atuar em cirurgia, terapia, puericultura, pediatria, psiquiatria, obstetrícia, saúde ocupacional e outras áreas. Prestar assistência ao paciente zelando pelo seu conforto e bem-estar, administram medicamentos e desempenham tarefas de instrumentação cirúrgica, posicionando de forma adequada o paciente e o instrumental. Organizar ambiente de trabalho e dão continuidade aos plantões. Trabalhar em conformidade às boas práticas, normas e procedimentos de biossegurança. Realizar registros e elaboram relatórios técnicos. Desempenhar atividades e realizam ações para promoção da saúde da família.

CBO: 3222-05 **GFIP: 04**

1 funcionários

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo ENFERMEIRO / TÉCNICO DE ENFERMAGE**			
Identificação			
Perigo/Fator de Risco **Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)**		Grupo **Biológico**	
Descrição	Risco aplicado exclusivamente aos profissionais que frequentam a área de isolamento de doenças infectocontagiosas provisória, de forma permanente.		
Fundamentação legal	Anexo IV do Decreto nº 3.048, de 6 de Maio 1999.		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.		
Fontes ou circunstâncias	Área de isolamento provisória de doenças infectocontagiosas		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
EPI	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades: • Avental • Luvas de proteção • Máscara de proteção		
Exposição			
Critério	Qualitativo		

SETOR
GHE 09 FISCALIZAÇÃO
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral. Atividades externas conforme as necessidades das vistorias.

1 funcionários

CARGO
FISCAL DE ATIVIDADES URBANAS
Realizar vistorias e fiscalizações, lavrar autos e termos, exercer poder de polícia administrativa, fiscalizar ordenamento urbano, realizar diligência, aditar processos na fiscalização de atividades nas áreas urbanas e rurais e em estabelecimentos comerciais e industriais. Receber demanda/denúncia; Consultar sistema e banco de dados; Mapear áreas; Realizar georreferenciamento; Verificar conformidades/zoneamento; Deslocar-se até local de vistoria. Descrever ato infracional; Consultar legislação; Enquadrar a infração na legislação; Identificar infrator; Transcrever legislação; Calcular valor da multa; Estabelecer prazo para corrigir irregularidades; Dar ciência de autos e termos ao infrator; Analisar defesa do infrator (réplica). Interditar atividades econômicas; Interditar edificações em situação de risco iminente; Participar da interdições em situação de risco iminente; Lacrar instalações físicas; Acompanhar lacrações; Embargar obras; Propor cassação de licenças; Cassar licenças; Apreender bens, animais, materiais e equipamentos. Vistoriar e acompanhar obras, serviços e edificações em execução. Fazer uso de veículos da frota pública municipal, no desempenho das atividades do seu cargo.

CBO: 2545-05 **GFIP: 00**

Funcionário 1

Conclusão da Aposentadoria Especial
FISCAL DE ATIVIDADES URBANAS
Agente físico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente químico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente biológico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**

SETOR
GHE 10 FISIOTERAPIA
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral. Locais da Secretaria da Saúde.

3 funcionários

CARGO
FISIOTERAPEUTA
Aplicar técnicas fisioterapêuticas para prevenção, readaptação e recuperação de pacientes. Atender e avaliar as condições funcionais de pacientes utilizando protocolos e procedimentos específicos da fisioterapia e suas especialidades. Atuar na área de educação em saúde através de palestras, distribuição de materiais educativos e orientações para melhor qualidade de vida. Desenvolver e implementar programas de prevenção em saúde geral e do trabalho. Gerenciar serviços de saúde orientando e supervisionando recursos humanos. Exercer atividades técnico-científicas através da realização de pesquisas, trabalhos específicos, organização e participação em eventos científicos. Montar equipamentos; Testar equipamentos; Operar equipamentos, materiais e dispositivos; Aplicar técnicas fisioterapêuticas para distúrbios vasculares; Aplicar técnicas fisioterapêuticas para distúrbios musculoesqueléticos; Aplicar técnicas fisioterapêuticas.

CBO: 2236-05 **GFIP: 00**

Funcionário 3

Conclusão da Aposentadoria Especial – **FISIOTERAPEUTA**
Agente físico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente químico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente biológico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**

SETOR
GHE 11 FONOAUDIOLOGIA
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

1 funcionários

CARGO
FONOAUDIOLOGO
Realizar tratamento fonoaudiólogo para prevenção, habilitação e reabilitação de pacientes aplicando protocolos e procedimentos específicos de fonoaudiologia. Avaliar pacientes; realizar diagnóstico fonoaudiológico; orientar pacientes, familiares, cuidadores e responsáveis; atuar em programas de prevenção, promoção da saúde e qualidade de vida. Eleger procedimentos terapêuticos; Habilitar sistema auditivo; Reabilitar sistema vestibular; Desenvolver habilidades auditivas; Tratar distúrbios vocais; Tratar alterações da fala; Tratar alterações de linguagem oral, leitura e escrita. Realizar anamnese; Detectar expectativas de pacientes.

CBO: 2238-10 **GFIP: 00**

Funcionário 1

Conclusão da Aposentadoria Especial – **FONAUDIOLAGO**
Agente físico Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente químico Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente biológico Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**

SETOR
GHE 12 ÁREA CLÍNICA / UBS
Áreas diversas da saúde UBS (Unidade Básica de Saúde).

N º de funcionário 3

CARGO
MÉDICO CLINICO GERAL
Realizar consultas e atendimentos médicos; tratar pacientes; implementar ações de prevenção de doenças e promoção da saúde tanto individuais quanto coletivas; coordenar programas e serviços em saúde, efetuar perícias, auditorias e sindicâncias médicas; elaborar documentos e difundem conhecimentos da área médica. Promover e prestar atendimento em saúde de forma individual e coletiva. Realizar exames médicos e emitir diagnósticos. Prescrever medicamentos e outras formas de tratamento para diversos tipos de enfermidades, aplicando recursos de medicina preventiva e terapêutica, participando do conjunto de ações de promoção à saúde, prevenção e tratamento de doenças e reabilitação, com garantia da continuidade do cuidado e integrada às Redes de Atenção à Saúde, promovendo a saúde e o bem-estar do paciente. Prestar atendimento básico de saúde de forma integral identificando as condições de risco para a saúde do indivíduo. Integrar com outros níveis de atenção à saúde do município, buscando maior resolutividade na atenção à saúde. Desenvolver ações programáticas definidas pela Secretaria Municipal da Saúde e por Coordenações de Programas em Saúde. Trabalhar em conjunto à Equipe Multiprofissional e integrada à Rede de Atenção à Saúde. Buscar garantir assistência integral, resolutiva e livre de danos aos usuários em ambos os serviços ofertados pelo SUS. Realizar prescrições médicas conforme quadro de saúde do usuário, de forma a garantir assistência necessária as suas condicionalidades. Solicitar exames diagnósticos. Realizar registros no prontuário do paciente, bem como nos formulários específicos para alimentação do Sistema de informações pertinentes.

CBO: 2251-25 **GFIP: 00**

Funcionário 1

CARGO
MÉDICO ESF
Realizar atendimento aos pacientes de todo o: município e distritos; fazer o primeiro atendimento; fazer o acompanhamento dos pacientes com mais risco na ambulância; fazer pequenas cirurgias.
Definir território de atuação; Mapear área de atuação; Identificar grupos, famílias e indivíduos expostos a riscos; Organizar grupos de promoção à saúde; Atualizar informações cadastrais; Atender usuários nas UBS, nos domicílios ou espaços comunitários; Realizar ações de prevenção de agravos e curativas; Realizar busca ativa de situações locais; Notificar doenças, agravos e situações de importância local.

CBO: 2251-25 **GFIP: 00**

Funcionário 2

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo MÉDICO CLINICO GERAL / MÉDICO ESF /**			
Identificação			
Perigo/Fator de Risco **Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)**			Grupo **Biológico**
Descrição	Risco proveniente do contato direto com pacientes das UBS, e manuseio e utilização de instrumentos médicos, entre outros.		
Fundamentação legal	Anexo IV do Decreto nº 3.048, de 6 de Maio 1999.		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.		
Fontes ou circunstâncias	Contato com pacientes e instrumentos hospitalares		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
EPI	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades médicas.		
Exposição			
Critério	Qualitativo		

Conclusão da Aposentadoria Especial **MÉDICO CLINICO GERAL / MÉDICO ESF**
Agente físico Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente químico Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.** **Agente biológico**
MICROORGANISMOS E PARASITAS INFECTO-CONTAGIOSOS VIVOS E SUAS TOXINAS (Redação dada pelo Decreto nº 4.882, de 2003): a) trabalhos em estabelecimentos de saúde em contato com pacientes portadores de doenças infectocontagiosas ou com manuseio de materiais contaminados; b) trabalhos com animais infectados para tratamento ou para o preparo de soro, vacinas e outros produtos; c) trabalhos em laboratórios de autópsia, de anatomia e anátomo-histologia; d) trabalho de exumação de corpos e manipulação de resíduos de animais deteriorados; e) trabalhos em galerias, fossas e tanques de esgoto; f) esvaziamento de biodigestores; g) coleta e industrialização do lixo. Ausência de exposição aos agentes citados unicamente nas atividades relacionadas. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**

SETOR
GHE 13 ÁREA CLÍNICA / PA
Áreas diversas da saúde PA (Pronto Atendimento).

N º de funcionário 3

CARGO
MÉDICO PLANTONISTA I
Realizar consultas e atendimentos médicos; tratar pacientes; implementar ações de prevenção de doenças e promoção da saúde tanto individuais quanto coletivas; coordenar programas e serviços em saúde, efetuar perícias, auditorias e sindicâncias médicas; elaborar documentos e difundem conhecimentos da área médica. Promover e prestar atendimento em saúde de forma individual e coletiva. Realizar exames médicos e emitir diagnósticos. Prescrever medicamentos e outras formas de tratamento para diversos tipos de enfermidades, aplicando recursos de medicina preventiva e terapêutica, participando do conjunto de ações de promoção à saúde, prevenção e tratamento de doenças e reabilitação, com garantia da continuidade do cuidado e integrada às Redes de Atenção à Saúde, promovendo a saúde e o bem-estar do paciente. Prestar atendimento básico de saúde de forma integral identificando as condições de risco para a saúde do indivíduo. Integrar com outros níveis de atenção à saúde do município, buscando maior resolutividade na atenção à saúde. Desenvolver ações programáticas definidas pela Secretaria Municipal da Saúde e por Coordenações de Programas em Saúde. Trabalhar em conjunto à Equipe Multiprofissional e integrada à Rede de Atenção à Saúde. Buscar garantir assistência integral, resolutiva e livre de danos aos usuários em ambos os serviços ofertados pelo SUS. Realizar prescrições médicas conforme quadro de saúde do usuário, de forma a garantir assistência necessária as suas condicionalidades. Solicitar exames diagnósticos. Realizar registros no prontuário do paciente, bem como nos formulários específicos para alimentação do Sistema de informações pertinentes.

CBO: 2251-25

Funcionários 3 **GFIP: 00**

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo MÉDICO PLANTONISTA I**			
Identificação			
Perigo/Fator de Risco **Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)**			Grupo **Biológico**
Descrição	Risco proveniente do contato direto com pacientes do PA, e manuseio e utilização de instrumentos hospitalares, a manipulação de matérias diversos dos pacientes.		
Fundamentação legal	Anexo IV do Decreto nº 3.048, de 6 de Maio 1999.		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.		
Fontes ou circunstâncias	Contato com pacientes e instrumentos hospitalares		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
EPI	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades médicas.		
Exposição			
Critério	Qualitativo		

Conclusão da Aposentadoria Especial **MÉDICO PLANTONISTA**
Agente físico Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente químico Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.** **Agente biológico**
MICROORGANISMOS E PARASITAS INFECTO-CONTAGIOSOS VIVOS E SUAS TOXINAS (Redação dada pelo Decreto nº 4.882, de 2003): a) trabalhos em estabelecimentos de saúde em contato com pacientes portadores de doenças infectocontagiosas ou com manuseio de materiais contaminados; b) trabalhos com animais infectados para tratamento ou para o preparo de soro, vacinas e outros produtos; c) trabalhos em laboratórios de autópsia, de anatomia e anátomo-histologia; d) trabalho de exumação de corpos e manipulação de resíduos de animais deteriorados; e) trabalhos em galerias, fossas e tanques de esgoto; f) esvaziamento de biodigestores; g) coleta e industrialização do lixo. Ausência de exposição aos agentes citados unicamente nas atividades relacionadas. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**

SETOR
GHE 14 ÁREA CLÍNICA / ÁREA DE ISOLAMENTO
Áreas de isolamento provisória para pacientes com doenças infectocontagiosas. Área conforme determinar a Secretaria da Saúde.

N º de funcionário 1

CARGO
MÉDICO
Realizar consultas e atendimentos médicos; tratar pacientes; implementar ações de prevenção de doenças e promoção da saúde tanto individuais quanto coletivas; coordenar programas e serviços em saúde, efetuar perícias, auditorias e sindicâncias médicas; elaborar documentos e difundem conhecimentos da área médica. Promover e prestar atendimento em saúde de forma individual e coletiva. Realizar exames médicos e emitir diagnósticos. Prescrever medicamentos e outras formas de tratamento para diversos tipos de enfermidades, aplicando recursos de medicina preventiva e terapêutica, participando do conjunto de ações de promoção à saúde, prevenção e tratamento de doenças e reabilitação, com garantia da continuidade do cuidado e integrada às Redes de Atenção à Saúde, promovendo a saúde e o bem-estar do paciente. Prestar atendimento básico de saúde de forma integral identificando as condições de risco para a saúde do indivíduo. Integrar com outros níveis de atenção à saúde do município, buscando maior resolutividade na atenção à saúde. Desenvolver ações programáticas definidas pela Secretaria Municipal da Saúde e por Coordenações de Programas em Saúde. Trabalhar em conjunto à Equipe Multiprofissional e integrada à Rede de Atenção à Saúde. Buscar garantir assistência integral, resolutiva e livre de danos aos usuários em ambos os serviços ofertados pelo SUS. Realizar prescrições médicas conforme quadro de saúde do usuário, de forma a garantir assistência necessária as suas condicionalidades. Solicitar exames diagnósticos. Realizar registros no prontuário do paciente, bem como nos formulários específicos para alimentação do Sistema de informações pertinentes.

CBO: 2251-25 **GFIP: 04**

Funcionários 1

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo MÉDICO**			
Identificação			
Perigo/Fator de Risco **Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)**			Grupo **Biológico**
Descrição	Risco aplicado exclusivamente aos profissionais que frequentam a área de isolamento provisória de doenças infectocontagiosas, de forma permanente.		
Fundamentação legal	Anexo IV do Decreto nº 3.048, de 6 de Maio 1999.		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.		
Fontes ou circunstâncias	Área de isolamento provisório para doenças infectocontagiosas		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
EPI	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades médicas.		
Exposição			
Critério	Qualitativo		

<table>
<tr><th colspan="2">Conclusão da Aposentadoria Especial
MÉDICO</th></tr>
<tr><td colspan="2">Agente físico

Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.</td></tr>
<tr><td colspan="2">Agente químico

Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.

Agente biológico

Exposição aos agentes citados unicamente nas atividades relacionadas.</td></tr>
<tr><td>MICROORGANISMOS E PARASITAS INFECTO-CONTAGIOSOS VIVOS E SUAS TOXINAS (Redação dada pelo Decreto nº 4.882, de 2003):

a) trabalhos em estabelecimentos de saúde em contato com pacientes portadores de doenças infectocontagiosas ou com manuseio de materiais contaminados;

b) trabalhos com animais infectados para tratamento ou para o preparo de soro, vacinas e outros produtos;

c) trabalhos em laboratórios de autópsia, de anatomia e anátomo-histologia;

d) trabalho de exumação de corpos e manipulação de resíduos de animais deteriorados;

e) trabalhos em galerias, fossas e tanques de esgoto;

f) esvaziamento de biodigestores;

g) coleta e industrialização do lixo.

A exposição aos agentes citados unicamente nas atividades relacionadas, de forma permanente, não ocasional. De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, é contemplado como prejudicial à saúde do trabalhador.</td><td>Possui aposentadoria especial de 25 anos</td></tr>
</table>

SETOR
GHE 15 VETERINÁRIA
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

1 funcionários

CARGO
MÉDICO VETERINÁRIO
Praticar clínica médica veterinária em todas as suas especialidades; contribuir para o bem-estar animal; promover saúde pública e defesa do consumidor; exercer defesa sanitária animal; desenvolver atividades de pesquisa e extensão; atuar nas produções industriais e tecnológicas e no controle de qualidade de produtos. Fomentar produção animal; atuar na área comercial agropecuária, de biotecnologia e de preservação ambiental; elaborar laudos, pareceres e atestados; assessorar a elaboração de legislação pertinente. Realizar exame clínico de animais; Solicitar exames auxiliares de diagnóstico; Interpretar resultados de exames auxiliares de diagnóstico; Diagnosticar patologias; Prescrever tratamento; Indicar medidas de proteção e prevenção; Realizar eutanásia; Realizar sedação, anestesia e tranquilização de animais; Realizar cirurgias; Coletar material para exames laboratoriais; Realizar exames auxiliares de diagnóstico; Realizar intervenções de odontologia veterinária; Realizar necrópsias. Realizar o assessoramento, vistorias, fiscalizações, avaliações, perícias, análise de documentos, Realização de estudos técnicos, coleta de dados, pesquisas, pareceres, laudos e relatórios. Planejamento, coordenação, supervisão, implementação, assessoramento, execução e avaliação de ações, programas e políticas públicas direta ou indiretamente relacionados a área de medicina veterinária, controle e defesa sanitária de zoonoses e vetores. Exercer a prática clínica de animais em todas as suas modalidades. Prestar assistência técnica e de fiscalização sanitária e ambiental (envolvendo programas de controle da dengue, leptospirose, vetores e roedores e de zoonoses). Orientar e treinar funcionários quanto as práticas higiênicas sanitárias necessárias, à manipulação de produtos e insumos. Lavrar laudos técnicos e informativos. Trabalhar em equipe multiprofissional e/ou interdisciplinar. Realizar matriciamento e discussão de caso junto aos profissionais dos demais serviços de saúde. Supervisionar residentes e estagiários. Realizar atividades de ensino e pesquisa. Realizar tarefas definidas por legislação

CBO: 225142 **GFIP: 04**

Funcionário 1

Especificação dos perigos/fatores de risco – **MÉDICO VETERINÁRIO**			
Identificação			
Perigo/Fator de Risco **Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)**			Grupo **Biológico**
Descrição	Risco proveniente do contato direto com animais, ministrar medicamentos para o tratamento, aplicação de vacinas e sacrificar animais quando necessário.		
Fundamentação legal	Anexo IV do Decreto nº 3.048, de 6 de Maio 1999.		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.		
Fontes ou circunstâncias	Aplicação de vacinas e medicamentos veterinários		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
EPI	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades médicas.		
Exposição			
Critério	Qualitativo		

<table>
<tr><th colspan="2">Conclusão da Aposentadoria Especial
MÉDICO VETERINÁRIO</th></tr>
<tr><td colspan="2">Agente físico

Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.</td></tr>
<tr><td colspan="2">Agente químico

Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.</td></tr>
<tr><td colspan="2">Agente biológico

Exposição aos agentes citados unicamente nas atividades relacionadas.</td></tr>
<tr><td>MICROORGANISMOS E PARASITAS INFECTO-CONTAGIOSOS VIVOS E SUAS TOXINAS (Redação dada pelo Decreto nº 4.882, de 2003):

a) trabalhos em estabelecimentos de saúde em contato com pacientes portadores de doenças infectocontagiosas ou com manuseio de materiais contaminados;

b) trabalhos com animais infectados para tratamento ou para o preparo de soro, vacinas e outros produtos;

c) trabalhos em laboratórios de autópsia, de anatomia e anátomo-histologia;

d) trabalho de exumação de corpos e manipulação de resíduos de animais deteriorados;

e) trabalhos em galerias, fossas e tanques de esgoto;

f) esvaziamento de biodigestores;

g) coleta e industrialização do lixo.

A exposição aos agentes citados unicamente nas atividades relacionadas, de forma permanente, não ocasional. De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, é contemplado como prejudicial à saúde do trabalhador.</td><td>Possui aposentadoria especial de 25 anos</td></tr>
</table>

SETOR
GHE 16 TRANSPORTE
Áreas externas conforme a necessidade.

Nº de funcionários 12

CARGO
MOTORISTA PROFISSIONAL
Dirigir e manobrar veículos tipo ônibus, carros, caminhões e carretas. Transportar pessoas, cargas, pacientes e material biológico humano. Realizar verificações e manutenções básicas do veículo e utilizam equipamentos e dispositivos especiais tais como sinalização sonora e luminosa, software de navegação e outros. Utilizar de capacidades comunicativas. Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Os condutores de ambulância auxiliam as equipes de saúde nos atendimentos de urgência e emergência. Conduzem e vistoriam ônibus de transporte coletivo de alunos e passageiros urbanos, metropolitanos e ônibus rodoviários de longas distâncias; verificam itinerário de viagens; controlam o embarque e desembarque de passageiros e os orientam quanto aos procedimentos no interior do veículo. Dirigir veículos transportando pessoas, cargas, e/ou materiais autorizados aos locais determinados. Vistoriar periodicamente as condições do veículo utilizado e providenciar reparos de emergência, troca de pneus, lavagens, guinchamentos e outros. Identificar e indicar as necessidades de reparos nos sistemas elétricos e mecânicos dos veículos da Prefeitura. Manter sob sua responsabilidade os documentos de porte obrigatório do veículo, observando as orientações para a revalidação dos mesmos. Registrar, em formulário específico, os percursos realizados, quilometragem e itinerários da frota oficial. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

CBO: 7823-10 / 7823-20 **GFIP: 00**

12 funcionário

Conclusão da Aposentadoria Especial MOTORISTA PROFISSIONAL
Agente físico RUÍDO a) Exposição a Níveis de Exposição Normalizados (NEN) superiores a 85 dB(A). (Redação dada pelo Decreto nº 4.882, de 2003). Inconclusivo, necessário avaliação quantitativo da exposição do colaborador ao agente físico Ruído para conclusão. VIBRAÇÕES Inconclusivo, necessário avaliação quantitativo da exposição do colaborador ao agente físico Vibração de Corpo Inteiro para conclusão.
Agente químico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente biológico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**

SETOR
GHE 17 MÁQUINAS MÓVEIS
Áreas externas conforme a demanda.

Nº de funcionários 1

CARGO
OPERADOR DE MÁQUINAS
Planejar o trabalho, realizar manutenção básica de máquinas pesadas e as operam. Remover solo e material orgânico "bota-fora", drenar solos e executar construção de aterros. Realizar acabamento em pavimentos. (CBO**).** Operar máquinas pesadas, acionando os dispositivos, pedais e alavancas de comando, conduzindo e manobrando tratores, reboques, motoniveladoras, carregadeiras, dentre outros, garantindo a realização dos trabalhos de acordo com as orientações recebidas. Operar máquinas leves, efetuando serviços de pequenos carregamentos e transportes de materiais aos locais determinados e outras atividades pertinentes. Vistoriar periodicamente as condições das máquinas utilizadas, providenciando reparos de emergência, lavagens, lubrificações e outros. Identificar e indicar as necessidades de reparos nos sistemas elétricos e mecânicos das máquinas leves e pesadas da Prefeitura. Registrar os percursos, trabalhos realizados, quilometragem, consumo de combustível, itinerário e outras informações pertinentes, de acordo com normas internas específicas. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

CBO: 7151-15 **GFIP: 00**

1 funcionário

Conclusão da Aposentadoria Especial
OPERADOR DE MÁQUINAS
Agente físico RUÍDO b) Exposição a Níveis de Exposição Normalizados (NEN) superiores a 85 dB(A). (Redação dada pelo Decreto nº 4.882, de 2003). Inconclusivo, necessário avaliação quantitativo da exposição do colaborador ao agente físico Ruído para conclusão. VIBRAÇÕES Inconclusivo, necessário avaliação quantitativo da exposição do colaborador ao agente físico Vibração de Corpo Inteiro para conclusão.
Agente químico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente biológico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**

SETOR
GHE 18 NUTRIÇÃO
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

Nº de funcionários 1

CARGO
NUTRICIONISTA
Prestar assistência nutricional a indivíduos e coletividades (sadios e enfermos); planejar, organizar, administrar e avaliar unidades de alimentação e nutrição; efetuar controle higiênico-sanitário; participar de programas de educação nutricional; estruturar e gerenciar serviços de alimentação e nutrição e ministrar cursos. Atuar em conformidade ao manual de boas práticas. Prestar assistência nutricional a indivíduos e/ou coletividades (sadios ou enfermos); administrar unidades de alimentação e nutrição; efetuar controle higiênico- sanitário; planejar unidades de alimentação e nutrição; exercer atividades de ensino, pesquisa e desenvolvimento, participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades da Prefeitura e outras entidades públicas e particulares, realizando estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho

CBO: 2237-10 **GFIP: 00**

1 funcionário

Conclusão da Aposentadoria Especial – **NUTRICIONISTA**
Agente físico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente químico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente biológico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**

SETOR
GHE 19 PSICOLOGIA
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

Nº de funcionários 1

CARGO
PSICÓLOGO
Estudam, pesquisam e avaliam o desenvolvimento emocional e os processos mentais e sociais de indivíduos, grupos e instituições, com a finalidade de análise, tratamento, orientação e educação; diagnosticam e avaliam distúrbios emocionais e mentais e de adaptação social, elucidando conflitos e questões e acompanhando o(s) paciente(s) durante o processo de tratamento ou cura; investigam os fatores inconscientes do comportamento individual e grupal, tornando-os conscientes; desenvolvem pesquisas experimentais, teóricas e clínicas e coordenam equipes e atividades de área e afins.

CBO: 2515-10 **GFIP: 00**

1 funcionário

Conclusão da Aposentadoria Especial – **PSICÓLOGO**
Agente físico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente químico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente biológico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**

SETOR
GHE 20 RADIOLOGIA
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

Nº de funcionários 2

CARGO
TÉCNICO DE RADIOLOGIA
Realizam exames de diagnóstico ou de tratamento; processam imagens e/ou gráficos; planejam atendimento; organizam área de trabalho, equipamentos e acessórios; operam equipamentos; preparam paciente para exame de diagnóstico ou de tratamento; atuam na orientação de pacientes, familiares e cuidadores e trabalham com biossegurança.

CBO: 3241-15 **GFIP: 04**

Funcionários 2

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo TÉCNICO DE RADIOLOGIA**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Físico	Radiações ionizantes		
Descrição	Realização de Raio X para diagnósticos		
Fundamentação legal	Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99.		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Aumentam os riscos de doenças como neoplasias, anemia apática, púrpura, radio dermatite, infertilidade, entre outras.		
Fontes ou circunstâncias	Equipamento para realização de Raio X		
Meio de propagação	Ondas eletromagnéticas		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável

Prevenção e controle	
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades: • Avental de chumbo

Conclusão da Aposentadoria Especial TÉCNICO DE RADIOLOGIA	
Agente físico	
RADIAÇÕES IONIZANTES a) extração e beneficiamento de minerais radioativos; b) atividades em minerações com exposição ao radônio; c) realização de manutenção e supervisão em unidades de extração, tratamento e beneficiamento de minerais radioativos com exposição às radiações ionizantes; d) operações com reatores nucleares ou com fontes radioativas; **e) trabalhos realizados com exposição aos raios Alfa, Beta, Gama e X, aos nêutrons e às substâncias radioativas para fins industriais, terapêuticos e diagnósticos;** f) fabricação e manipulação de produtos radioativos; g) pesquisas e estudos com radiações ionizantes em laboratórios. A exposição aos agentes citados unicamente nas atividades relacionadas, de forma permanente, não ocasional. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, é contemplado como prejudicial à saúde do trabalhador.**	Possui aposentadoria especial de 25 anos
Agente químico	
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**	
Agente biológico	
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**	

SETOR
GHE 21 SEGURANÇA
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

Nº de funcionários 2

CARGO
VIGIA
Zelam pela guarda do patrimônio observando o comportamento e movimentação de pessoas para prevenir perdas, evitar incêndios, acidentes e outras anormalidades. Controlam o fluxo de pessoas e veículos identificando-os e encaminhando-os aos locais desejados. Recebem mercadorias, volumes diversos e correspondências. Fazem manutenções simples nos locais de trabalho.

CBO: 5174-20 **GFIP: 00**

2 funcionários

Conclusão da Aposentadoria Especial VIGIA
Agente físico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente químico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente biológico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**

Síntese

Unidade				
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENOPOLIS				
Setor	**Cargo**	**Risco**	**Aposentadoria**	**Período**
GHE 02 ADMINISTRATIVO / ÁREAS EXTERNAS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Não	.
GHE 02 ADMINISTRATIVO / ÁREAS EXTERNAS	AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Não	.
GHE 02 ADMINISTRATIVO / ÁREAS EXTERNAS	AGENTE DE ZOONOSE	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Não	.
GHE 03 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO / UBS	AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Não	.
GHE 03 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO / UBS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Não	.
GHE 04 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO / PA	AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Sim	25 Anos
GHE 04 LIMPEZA E	AUXILIAR DE	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos	Sim	25 Anos

CONSERVAÇÃO / PA	SERVIÇOS GERAIS	(bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)		
GHE 05 ODONTOLÓGICO	AUX. DE SAÚDE BUCAL – ESF	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Não	.
GHE 05 ODONTOLÓGICO	ODONTÓLOGO ESF	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Não	.
GHE 05 ODONTOLÓGICO	TÉCNICO DE SAÚDE BUCAL	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Não	.
GHE 06 ENFERMAGEM / UBS	ENFERMEIRO ESF.	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Não	.
GHE 06 ENFERMAGEM / UBS	TÉCNICO DE ENFERMAGEM /ESF	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Não	.
GHE 07 ENFERMAGEM / PA	ENFERMEIRO PLANTONISTA	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Não	.
GHE 07 ENFERMAGEM / PA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus,	Não	.

		protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)		
GHE 08 ENFERMAGEM / ÁREA DE ISOLAMENTO	ENFERMEIRO	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Sim	25 Anos
GHE 08 ENFERMAGEM / ÁREA DE ISOLAMENTO	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Sim	25 Anos
GHE 12 ÁREA CLINICA / UBS	MÉDICO CLINICO GERAL	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Não	.
GHE 12 ÁREA CLINICA / UBS	MÉDICO ESF	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Não	.
GHE 13 ÁREA CLINICA / PA	MÉDICO PLANTONISTA I	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Não	.
GHE 14 ÁREA CLÍNICA / ÁREA DE ISOLAMENTO	MÉDICO	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Sim	25 Anos
GHE 15 VETERINÁRIA	MÉDICO VETERINÁRIO	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons,	Sim	25 Anos

			parasitas e outros)		
GHE RADIOLOGIA	20	TÉCNICO DE RADIOLOGIA	Radiação não-ionizante	Sim	25 Anos

Conclusões e recomendações gerais

Os resultados apresentados, bem como as descrições técnicas, tiveram embasamento nas evidências durante as diligências para o desenvolvimento do PGR. A conclusão do laudo considera a situação evidenciada na empresa na data de sua elaboração. Não tem prazo de validade, devendo ser refeito sempre que houver alteração dos riscos presentes no ambiente de trabalho.

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718

Assinado de forma digital por GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718
Dados: 2024.10.04 15:13:04 -03'00'

Responsável pelo LTCAT
Gustavo Cordeiro Miranda
CPF: 092.897.697-18
NIT: 128.65129.29-4
Conselho de classe: CREA 051725/D
UF: ES
Especialidade: Engenheiro de Segurança

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977
CREA-ES
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do ES

ART de Obra ou Serviço

0820240368329

ART Individual

1. Responsável Técnico

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA

Título profissional: **ENGENHEIRO DE PRODUÇÃO,ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO,TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO,TECNÓLOGO EM GEST**

RNP: 0819492124
Registro: ES-051725/D
Registro: 19221

Empresa contratada: ST CONSULTORIA OCUPACIONAL E MEIO AMBIENTE LTDA

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS** CPF/CNPJ: **27167345000190**
Rua: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS Nº: 545
Complemento: CEP: 29770000
Cidade: MANTENÓPOLIS UF: ES Bairro: CENTRO
Telefone:
Contrato: 000077/2023 Nº do Aditivo: 0
Valor do Contrato/Honorários: R$15.050,00 Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA

3. Dados da Obra/Serviço

Rua: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS Nº: 545
Complemento: Bairro: CENTRO Quadra Lote
Cidade: MANTENÓPOLIS UF: ES CEP: 29770000
Data de início: 10/09/2024 Prev. Término: 10/09/2024 Coord. Geogr.: ,
Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS CPF/CNPJ:27167345000190

4. Atividade Técnica

Qtde de Pavimento(s): 0 **Nº Pavimento(s):** 0 **Dimensão/Quantidade:** 1 **Unidade de medida:** UNID

ATIVIDADE(S) TÉCNICA(S): 43 - 13.2 - ASSESSORIA TÉCNICA

PARTICIPAÇÃO:

NATUREZA: 100 - RESPONSABILIDADE TÉCNICA

NÍVEL: 104 - EXECUÇÃO

NATUREZA DO(S) SERVIÇO(S): 9111 - SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS (ESPECIFICAR NO CAMPO 22)

TIPO DA OBRA/SERVIÇO: 2001 - SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS (ESPECIFICAR NO CAMPO 22)

PROJETO(S)/SERVIÇO(S): 100 - NENHUM

Após a conclusão das atividades técnicas, o profissional deverá proceder a baixa desta ART.

5. Observações

REFERENTE A CONTRATAÇAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE MEDICINA DO TRABALHO PARA ELABORAÇÃO DE PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCO, LTCAT (LAUDO TÉCNICO DA CONDIÇÃO DO AMBIENTE DE TRABALHO, PCMSO (PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL), PPP, LAUDO DE INSALUBRIDADE E DE PERICULOSIDADE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO; SEM CONTUDO TER PROVIDENCIADO O REGISTRO DE ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART), NESTE CONSELHO.

6. Declarações

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718 Assinado de forma digital por GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718 Dados: 2024.10.04 15:13:34 -03'00'

Profissional

Contratante

Acessibilidade: <declara a aplicabilidade das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº5.296, de 2 de dezembro de 2004, às atividades profissionais acima relacionadas.>

7. Entidade de classe

SENGE - SINDICATO DOS ENGENHEIROS DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO

8.Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Local de _____ de _____

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718 Assinado de forma digital por GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718 Dados: 2024.10.04 15:13:21 -03'00'

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA - CPF: 09289769718

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS - CPF/CNPJ: 27167345000190

9. Informações

- **A ART é válida somente quando quitada, podendo sua conferência ser realizada no site do CREA.**
- **A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.creaes.org.br ou www.confea.org.br**
- **A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.**

www.creaes.org.br creaes@creaes.org.br
tel: (27)3134-0046 art@creaes.org.br

CREA-ES

Valor ART: R$ 262,55 Registrada em: 10/09/2024 Data de pagamento: 12/09/2024 Valor Pago: R$ 262,55 Nosso Número: 14000000016510939

PCMSO

PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL

Consultoria Ocupacional & Meio Ambiente

Nosso site

Sumário

Identificação 3
Médico do trabalho responsável 3
Diretrizes 4
O que é o programa? 4
Objetivos 4
Legalização 4
Implementação 5
Obrigações 5
Responsabilidades 5
Desenvolvimento do Programa 5
Obrigatoriedade dos exames médicos 6
Registro de Dados 6
Preparação para emergência 7
Ações de Saúde no PCMSO- Controle médico Específico 8
Unidade /Setor / Cargo / Funções – Exames complementares 9
Planejamento das atividades do PCMSO 62
Conclusão 63

Consultoria Ocupacional & Meio Ambiente	**PCMSO** **Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional** **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS**	**Agosto de 2024**

Vigência do PCMSO	**Agosto DE 2024 A Agosto DE 2026**

Identificação			
Empresa SECRETARIA EXECUTIVO DE SAÚDE			
Endereço Avenida Presidente Vargas, nº 545		Complemento	CNPJ 27.167.345/0001-90
CEP 29.770-000	Cidade Mantenópolis	Bairro Centro	UF ES
CNAE 8411-6/00	Grau de Risco 1	Descrição CNAE Administração Pública em Geral	

Médico do Trabalho Responsável

Compete ao empregador indicar um médico do trabalho responsável pelo PCMSO. Inexistindo médico do trabalho na localidade, a organização pode contratar médico de outra especialidade como responsável pelo PCMSO.

O MEI, a ME e a EPP, graus de risco 1 e 2, que declararem as informações digitais na forma prevista na legislação e não identificarem exposições ocupacionais a agentes físicos, químicos, biológicos e riscos relacionados a fatores ergonômicos, ficam dispensados de elaboração do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.

As MEI, ME e EPP desobrigadas de elaborar PCMSO, devem realizar e custear exames médicos ocupacionais admissionais, demissionais e periódicos, a cada dois anos, de seus empregados.

RICARDO PINHEIRO LIMA

Assinado de forma digital por RICARDO PINHEIRO LIMA
Dados: 2024.10.07 16:10:25 -03'00'

Médico Responsável pelo PCMSO
Ricardo Pinheiro Lima
Médico do Trabalho
CRM - ES 1614
RQE - 3136
NIT 103.26225.12-6

Diretrizes

O PCMSO é parte integrante do conjunto mais amplo de iniciativas da organização no campo da saúde de seus empregados, devendo estar harmonizado com o disposto nas demais NR.

São diretrizes do PCMSO:
a) rastrear e detectar precocemente os agravos à saúde relacionados ao trabalho;
b) detectar possíveis exposições excessivas a agentes nocivos ocupacionais;
c) definir a aptidão de cada empregado para exercer suas funções ou tarefas determinadas;
d) subsidiar a implantação e o monitoramento da eficácia das medidas de prevenção adotadas na organização;
e) subsidiar análises epidemiológicas e estatísticas sobre os agravos à saúde e sua relação com os riscos ocupacionais;
f) subsidiar decisões sobre o afastamento de empregados de situações de trabalho que possam comprometer sua saúde;
g) subsidiar a emissão de notificações de agravos relacionados ao trabalho, de acordo com a regulamentação pertinente;
h) subsidiar o encaminhamento de empregados à Previdência Social;
i) acompanhar de forma diferenciada o empregado cujo estado de saúde possa ser especialmente afetado pelos riscos ocupacionais;
j) subsidiar a Previdência Social nas ações de reabilitação profissional;
k) subsidiar ações de readaptação profissional;
l) controlar da imunização ativa dos empregados, relacionada a riscos ocupacionais, sempre que houver recomendação do Ministério da Saúde.

O que é o Programa?

O PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional visa à preservação e a conservação da saúde e da integridade física dos trabalhadores da empresa. O Programa alerta e dar ênfase para o controle da saúde, privilegiando a relação de saúde de seus trabalhadores de forma coletiva e individual. O programa é um documento base implantado nas empresas que tem por objetivo evitar danos à vida do trabalhador e doenças ocupacionais derivadas do trabalho exercido.

Objetivo do PCMSO

Prevenção, rastreamento e diagnóstico precoce dos agravos à saúde dos colaboradores, além da constatação da existência de casos de doenças profissionais ou possíveis danos irreversíveis à saúde dos trabalhadores.
Para a elaboração deste PCMSO foram utilizados os procedimentos básicos e fundamentais que norteiam as informações técnicas e científicas fornecidas pelo PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos) e LTCAT (Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho).

Legalização

O PCMSO está previsto na lei Portaria GM n.º 3.214, de 08 de junho de 1978 Portaria SSST n.º 24, de 29 de dezembro de 1994, tendo em vista a NR 07, que estabelece a obrigatoriedade da elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados.

Implementação

A Empresa que tem por iniciativa de implementação do PCMSO estará automaticamente seguindo os preceitos estabelecidos na NR 07, na qual estabelece a obrigatoriedade de sua implementação e eficácia acompanhando o trabalhador em suas atividades profissionais e a variação de sua saúde no decorrer da atividade.

Obrigações

Toda Empresa ou instituição que admite trabalhadores como empregados estão obrigados a elaborar e implementar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional conforme a NR 07.
O PCMSO deve incluir a realização obrigatória dos exames médicos:

1. admissional;
2. periódico;
3. de retorno ao trabalho;
4. de mudança de riscos ocupacionais;
5. demissional.

Responsabilidade

Compete ao **empregador**:
a) garantir a elaboração e efetiva implantação do PCMSO;
b) custear sem ônus para o empregado todos os procedimentos relacionados ao PCMSO;
c) indicar médico do trabalho responsável pelo PCMSO.

Cabe ao **trabalhador**:
a) cumprir as disposições legais e regulamentares sobre segurança e saúde no trabalho, inclusive as ordens de serviço expedidas pelo empregador;
b) submeter-se aos exames médicos previstos nas NR;
c) colaborar com a organização na aplicação das NR; e
d) usar o equipamento de proteção individual fornecido pelo empregador.

Desenvolvimento do Programa

Monitorar a saúde dos empregados de forma regular:

1. Realização dos exames médicos obrigatórios: admissionais, periódicos, de retorno ao trabalho, mudança de função e demissional;
2. Utilizar os diagnósticos encontrados, sempre no sentido de estabelecer medidas para prevenir o surgimento ou a repetição de patologias semelhantes na empresa;
3. Obedecer a um planejamento em que estejam previstas as ações de saúde a serem executadas durante o ano, devendo estas ser objeto de relatório anual;
4. Dar conhecimento e explicação ao empregado dos achados encontrados nos exames, orientando, quando necessário, sobre as medidas preventivas a serem adotadas e estimulando-o a ter uma participação ativa na prevenção de sua saúde, podendo deste modo, adotar procedimentos apropriados para trabalhar com segurança e no uso de EPI.

<u>Conscientização e Promoção a Saúde:</u>
A realização de palestras, campanhas, eventos educativos e treinamentos nas áreas de higiene e medicina do trabalho são fundamentais para conscientização dos empregados sobre os riscos existentes no seu ambiente de trabalho, facilitando assim a prevenção de acidentes, doenças profissionais e outras, devendo ser realizadas de forma sistemática durante o transcorrer do

PCMSO.
Promoção da Saúde:
Poderão ser agendadas durante o ano palestras educativas sobre os seguintes temas:
- Primeiros Socorros;
- Higiene e Saúde;
- Ergonomia;
- Desidratação/ Hidratação;
- Distúrbios metabólicos e endócrinos (diabetes, hipertensão arterial, tireoide, obesidade).

Realização obrigatória dos exames médicos

- **Admissional**

Será realizado por ocasião da contratação do empregado, antes que ele assuma suas funções.

- **Periódico**

O exame médico periódico procura previamente detectar os desvios da saúde que porventura existem nos trabalhadores, mesmo antes de se manifestarem, procurando a correção o mais breve possível, podendo ser percebidas ou não pelo trabalhador. Para realização, a empresa será comunicada a necessidade de sua realização, devendo para tanto proporcionar ao trabalhador seu encaminhamento ao serviço de medicina ocupacional. O não comparecimento do trabalhador no local e horário indicado, bem como a não realização de exames complementares irá fazer parte da estatística do Relatório Anual. É imprescindível o apoio da direção, bem como dos responsáveis pelos trabalhadores.

- **De retorno ao trabalho**

No exame de retorno ao trabalho, o exame clínico deve ser realizado antes que o empregado reassuma suas funções, quando ausente por período igual ou superior a 30 (trinta) dias por motivo de doença ou acidente, de natureza ocupacional ou não.

- **De mudança de risco ocupacional**

O exame de mudança de risco ocupacional deve, obrigatoriamente, ser realizado antes da data da mudança, adequando-se o controle médico aos novos riscos.

- **Demissional**

No exame demissional, o exame clínico deve ser realizado em até 10 (dez) dias contados do término do contrato, podendo ser dispensado caso o exame clínico ocupacional mais recente tenha sido realizado há:
- Menos de 135 (centro e trinta e cinco) dias, para as organizações graus de risco 1 e 2, e;
- Há menos de 90 (noventa) dias, para as organizações graus de risco 3 e 4.

Registro de Dados

Os dados dos exames clínicos e complementares deverão ser registrados em prontuário médico individual sob a responsabilidade do médico responsável pelo PCMSO, ou do médico responsável pelo exame, quando a organização estiver dispensada de PCMSO.

O prontuário do empregado deve ser mantido pela organização, no mínimo, por 20 (vinte) anos após o seu desligamento, exceto em caso de previsão diversa constante na NR 7.

Em caso de substituição do médico responsável pelo PCMSO, a organização deve garantir que os prontuários médicos sejam formalmente transferidos para seu sucessor.

Cada trabalhador terá o seu prontuário clínico individual contendo:

1. Avaliação clínica;
2. Exames complementares (se necessário);
3. Conclusão do exame médico obrigatório;
4. Medidas aplicadas.

O médico responsável pelo PCMSO deve elaborar relatório analítico do Programa, anualmente, considerando a data do último relatório, contendo, no mínimo:

1. o número de exames clínicos realizados;
2. o número e tipos de exames complementares realizados;
3. estatística de resultados anormais dos exames complementares, categorizados por tipo do exame e por unidade operacional, setor ou função;
4. incidência e prevalência de doenças relacionadas ao trabalho, categorizadas por unidade operacional, setor ou função;
5. informações sobre o número, tipo de eventos e doenças informadas nas CAT, emitidas pela organização, referentes a seus empregados;
6. análise comparativa em relação ao relatório anterior e discussão sobre as variações nos resultados.

Relatório analítico do programa

O médico responsável pelo PCMSO deve elaborar relatório analítico do Programa, anualmente, considerando a data do último relatório, contendo, no mínimo:

1. o número de exames clínicos realizados;
2. o número e tipos de exames complementares realizados;
3. estatística de resultados anormais dos exames complementares, categorizados por tipo do exame e por unidade operacional, setor ou função;
4. incidência e prevalência de doenças relacionadas ao trabalho, categorizadas por unidade operacional, setor ou função;
5. informações sobre o número, tipo de eventos e doenças informadas nas CAT, emitidas pela organização, referentes a seus empregados;
6. análise comparativa em relação ao relatório anterior e discussão sobre as variações nos resultados.

Preparação para emergências

A organização deve estabelecer, implementar e manter procedimentos de respostas aos cenários de emergências, de acordo com os riscos, as características e as circunstâncias das atividades.

Os procedimentos de respostas aos cenários de emergências devem prever:
a) Os meios e recursos necessários para os primeiros socorros, encaminhamento de acidentados e abandono; e
b) as medidas necessárias para os cenários de emergências de grande magnitude, quando aplicável.

KIT DE PRIMEIROS SOCORROS

É de extrema importância e necessário a empresa obter o kit de primeiros socorros para melhor atendimento e desempenho das primeiras medidas tomadas diante de algum acidente de trabalho, para não se agravar a saúde do trabalhador ou sua integridade física.

Este procedimento de emergência de primeiros socorros se caracteriza pela aplicação de métodos que podem evitar agravamento em vítimas de acidentes, de mal de súbito ou em perigo de vida, tendo por base o intuito de manter os sinais vitais, procurando evitar o agravamento do quadro no qual a pessoa se encontra. É uma ação individual ou coletiva, dentro de suas devidas limitações em auxílio ao próximo, até que o socorro avançado esteja no local para prestar uma assistência mais minuciosa e definitiva.

O kit de primeiros socorros deve estar em local visível e em uma pequena maleta de fácil acesso.

Este kit deve conter no mínimo os itens seguintes:

- Algodão hidrófilo;
- Álcool 70%
- Luvas descartáveis;
- Esparadrapo (tamanho médio);
- Gaze estéril
- Pinça
- Atadura (20 cm)
- Soro fisiológico
- Termômetro
- Curativo adesivo (tipo band-aid)
- Cotonete

TREINAMENTOS EM PRIMEIROS SOCORROS

É de responsabilidade de a empresa providenciar treinamento aos funcionários, para que haja recursos mínimos, necessários para a prestação de primeiros socorros aos trabalhadores, acidentados ou com problemas de saúde em caráter de urgência ou emergência.

É de vital importância a prestação de atendimentos emergenciais. Conhecimentos simples muitas vezes diminuem o sofrimento, evitam complicações futuras e podem inclusive em muitos casos salvar vidas.

Ações de Saúde no PCMSO

Podem ser caracterizados como as palestras educativas, treinamentos, e acompanhamento individual, que promovem o bem estar do trabalhador, observando uma enorme preocupação da organização, caracterizando também um problema do individual e seus familiares, situando a empresa na realidade de seu meio social, e elevando sua responsabilidade sobre a sociedade.

Todos os funcionários deverão ser Imunizados conforme Programa Nacional de Imunização

Vacina Dupla

Vacina Febre Amarela (para funcionários que atuam em áreas endêmicas)

Vacina de Gripe

Unidade: SECRETARIA EXECUTIVO DE SAÚDE

Setor: GHE 01 ADMINISTRATIVO
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

	Nº de Funcionários
Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO	Total: 12
Descrição detalhada: Supervisionam e controlam serviços financeiros diversos, bens-patrimoniais e logísticos; elaboram orçamentos, efetuam pagamentos, realizam cobrança, controlam bens patrimoniais, fecham câmbio, analisam crédito, coordenam caixas, administram processos logísticos e gerenciam almoxarifado/estoque; Supervisionam equipes de trabalho, orientando e avaliando desempenho em busca da melhor qualidade no trabalho. Organizam documentos e efetuam sua classificação contábil; geram lançamentos contábeis, auxiliam na apuração dos impostos, conciliam contas e preenchimento de guias de recolhimento e de solicitações, junto a órgãos do governo. Emitem notas de venda e de transferência entre outras; realizam o arquivo de documentos; Organizam a rotina de serviços e realizam entrada e transmissão de dados, operando teleimpressores e microcomputadores; registram e transcrevem informações, operando máquinas de escrever; atendem necessidades do setor interno e externo. Supervisionam trabalho e equipe; Organizam documentos e informações. Orientam usuários e os auxiliam na recuperação de dados e informações. Disponibilizam fonte de dados para usuários. Providenciam aquisição de material e incorporam material ao acervo. Arquivam documentos, classificando-os segundo critérios apropriados para armazená-los e conservá-los. Prestam serviço de comutação, alimentam base de dados e elaboram estatísticas. Executam tarefas relacionadas com a elaboração e manutenção de arquivos, podendo ainda, operar equipamentos reprográficos, recuperar e preservar as informações por meio digital, magnético ou papel.		
Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Postura sentada por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Presença de reflexos em telas, painéis, vidros, monitores ou qualquer superfície, que causem desconforto ou prejudiquem a visualização	**Ergonômicos**	Situação desconfortável aos olhos, proveniente do uso frequente de telas de computadores para execução das atividades.
Trabalho intensivo com teclado ou outros dispositivos de entrada de dados	**Ergonômicos**	Problemas nas articulações e nos músculos (LER/DORT) e nos dedos (tendinites)

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

	Nº de Funcionários
Cargo: ASSISTENTE SOCIAL	Total: 1
Descrição detalhada: Prestar serviços sociais orientando indivíduos, famílias, comunidade e instituições sobre direitos e deveres (normas, códigos e legislação), serviços e recursos sociais e programas de educação; planejar, coordenar e avaliar planos, programas e projetos sociais em diferentes áreas de atuação profissional (seguridade, educação, trabalho, jurídica, habitação e outras), atuando nas esferas pública e privada; orientar e monitorar ações em desenvolvimento relacionados à economia doméstica, nas áreas de habitação, vestuário e têxteis, desenvolvimento humano, economia familiar, educação do consumidor, alimentação e saúde; desempenhar tarefas administrativas. Realizar estudo socioeconômico; Pesquisar interesses e necessidades da população; Mapear o perfil social do usuário; Pesquisar características da área de atuação; Pesquisar informações ´in loco´; Pesquisar organizações e instituições públicas e privadas; Realizar pesquisas bibliográficas e documentais; Estudar viabilidade de projetos propostos; Levantar número de usuários; Coletar dados; Organizar dados coletados; Compilar dados; Tabular dados; Difundir resultados da pesquisa; Buscar parceiros; Pesquisar a satisfação do usuário; Realizar estudo sócio territorial; Analisar dados.	

Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Postura sentada por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Presença de reflexos em telas, painéis, vidros, monitores ou qualquer superfície, que causem desconforto ou prejudiquem a visualização	**Ergonômicos**	Situação desconfortável aos olhos, proveniente do uso frequente de telas de computadores para execução das atividades.
Trabalho intensivo com teclado ou outros dispositivos de entrada de dados	**Ergonômicos**	Problemas nas articulações e nos músculos (LER/DORT) e nos dedos (tendinites)

Exames	**ADMISSÃO**	**APÓS ADM.**	**PERIÓDICO**	**RET. TRAB**	**MUD. RISCOS**	**DEMISSÃO**
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

	Nº de Funcionários
Cargo: ESCRITURÁRIO	Total: 1

Descrição detalhada: Redigir ou participar da redação de correspondências, pareceres, documentos legais e outros significativos para o órgão, datilografar ou determinar a datilografia de documentos redigidos e aprovados, operar microcomputador, utilizando programas básicos e aplicativos, para incluir, alterar, obter dados e informações, bem como consultar registros, estudar processo referentes a assuntos de caráter geral ou específico da unidade administrativa e propor soluções, coordenar a classificação, o registro e a conservação de processos, livros e outros documentos em arquivos específicos, elaborar, sob orientação, quadros e tabelas estatísticos, fluxogramas, organogramas e gráficos em geral, elaborar ou colaborar na elaboração de relatórios parciais e anuais, atendendo as exigências ou normas da unidade administrativa, receber, conferir e distribuir materiais, verificando solicitações de compras e pedidos de fornecimento, realizar, sob orientação específica, coleta de preços e concorrências públicas e administrativas para aquisição de material, orientar e supervisionar as atividades de controle de estoque, a fim de assegurar a perfeita ordem de armazenamento, conservação e níveis de suprimento, controlar estoques de materiais, inspecionando o recebimento e a entrega, bem como verificando os prazos de validade dos materiais perecíveis e a necessidade de ressuprimento dos estoques, auxiliar na contabilização financeira, orçamentária e patrimonial da Prefeitura, classificando documentos, preparando relações de cobranças e pagamentos, conferindo guias de pagamento, examinando empenhos de despesas e executando outras atividades afins, estudar os documentos a serem arquivados, analisando o conteúdo e o valor dos mesmos, para decidir sobre a maneira mais conveniente de arquivá-los, arquivar os documentos de acordo com o sistema de classificação adotado, colocando-os em arquivos, estantes ou outro local adequado, para preservá-los de riscos e extravios, promover a guarda e a preservação dos documentos, promover o empréstimo dos documentos solicitados, preservando-os de riscos e extravios através de registro do destino, nome do solicitante, tempo empréstimo e outras informações necessárias, colaborar nos estudos para a organização e a racionalização dos serviços nas unidade da Prefeitura, executar os serviços burocráticos relativos a contratos, doações e patrocínio e executar outras atribuições afins.

Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Postura sentada por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Presença de reflexos em telas, painéis, vidros, monitores ou qualquer superfície, que causem desconforto ou prejudiquem a visualização	**Ergonômicos**	Situação desconfortável aos olhos, proveniente do uso frequente de telas de computadores para execução das atividades.
Trabalho intensivo com teclado ou outros dispositivos de entrada de dados	**Ergonômicos**	Problemas nas articulações e nos músculos (LER/DORT) e nos dedos (tendinites)

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

		Nº de Funcionários
Cargo: TÉCNICO EM CONTABILIDADE		Total: 1
Descrição detalhada: Colaborar no preparo de normas de trabalho de contabilidade e executá-las. Escriturar ou orientar a escrituração dos livros contábeis. Fazer levantamentos e organizar balancetes patrimoniais e financeiros. Efetuar perícias contábeis. Participar de trabalhos de tomadas de contas; assinar balanços e balancetes; preparar relatórios informativos; orientar, do ponto de vista contábil, o levantamento dos bens patrimoniais. Auxiliar na preparação dos orçamentos. Executar outras tarefas correlatas		
Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Postura sentada por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Presença de reflexos em telas, painéis, vidros, monitores ou qualquer superfície, que causem desconforto ou prejudiquem a visualização	**Ergonômicos**	Situação desconfortável aos olhos, proveniente do uso frequente de telas de computadores para execução das atividades.
Trabalho intensivo com teclado ou outros dispositivos de entrada de dados	**Ergonômicos**	Problemas nas articulações e nos músculos (LER/DORT) e nos dedos (tendinites)

Exames	**ADMISSÃO**	**APÓS ADM.**	**PERIÓDICO**	**RET. TRAB**	**MUD. RISCOS**	**DEMISSÃO**
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

Setor: GHE 02 ADMINISTRATIVO / ÁREAS EXTERNAS
Áreas diversas conforme a demanda da Secretaria da Saúde: casas, comunidades, outras residências, estabelecimentos, entre outros.

		Nº de Funcionários
Cargo: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE		Total: 17
Descrição detalhada: Realizar visitas domiciliares; verificar cartão de vacina e gestante; acompanhar os pacientes hipertensos; marcar consultas; orientar sobre prevenção de doenças.		
Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Radiações não-ionizantes	**Físico**	Aumentam os riscos de doenças como neoplasias, anemia apática, púrpura, radio dermatite, infertilidade, entre outras.
Frequente deslocamento a pé durante a jornada de trabalho	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Postura de pé por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.
Animais peçonhentos/Risco de contato e/ou ataque	**Acidente**	Picadas, mordidas, arranhões, perfurações e alergias
Áreas de trânsito de veículos sem demarcação	**Acidente**	Risco de atropelamentos, fraturas em vários graus e até morte.
Piso escorregadio e/ou irregular	**Acidente**	Fraturas, luxações ou entorses, escoriações e contusões

Exames	**ADMISSÃO**	**APÓS ADM.**	**PERIÓDICO**	**RET. TRAB**	**MUD. RISCOS**	**DEMISSÃO**
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

		Nº de Funcionários
Cargo: AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS		Total: 1
Descrição detalhada: Realizar visitas domiciliares; verificar cartão de vacina e gestante; acompanhar os pacientes hipertensos; marcar consultas; orientar sobre prevenção de doenças.		
Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Radiações não-ionizantes	**Físico**	Aumentam os riscos de doenças como neoplasias, anemia apática, púrpura, radio dermatite, infertilidade, entre outras.
Frequente deslocamento a pé durante a jornada de trabalho	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Postura de pé por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.
Animais peçonhentos/Risco de contato e/ou ataque	**Acidente**	Picadas, mordidas, arranhões, perfurações e alergias
Áreas de trânsito de veículos sem demarcação	**Acidente**	Risco de atropelamentos, fraturas em vários graus e até morte.
Piso escorregadio e/ou irregular	**Acidente**	Fraturas, luxações ou entorses, escoriações e contusões

Exames	**ADMISSÃO**	**APÓS ADM.**	**PERIÓDICO**	**RET. TRAB**	**MUD. RISCOS**	**DEMISSÃO**
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

		Nº de Funcionários
Cargo: AGENTE DE ZOONOSE		Total: 1
Descrição detalhada: Orientar a comunidade em geral sobre as medidas para eliminar criadouros de insetos e de outros vetores de doenças, em residências e em estabelecimento diversos.		
Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Radiações não-ionizantes	**Físico**	Aumentam os riscos de doenças como neoplasias, anemia apática, púrpura, radio dermatite, infertilidade, entre outras.
Frequente deslocamento a pé durante a jornada de trabalho	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Postura de pé por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.
Animais peçonhentos/Risco de contato e/ou ataque	**Acidente**	Picadas, mordidas, arranhões, perfurações e alergias
Áreas de trânsito de veículos sem demarcação	**Acidente**	Risco de atropelamentos, fraturas em vários graus e até morte.
Piso escorregadio e/ou irregular	**Acidente**	Fraturas, luxações ou entorses, escoriações e contusões

Exames	**ADMISSÃO**	**APÓS ADM.**	**PERIÓDICO**	**RET. TRAB**	**MUD. RISCOS**	**DEMISSÃO**
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

Setor: GHE 03 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO / UBS
Áreas diversas da saúde UBS (Unidade Básica de Saúde)

	Nº de Funcionários
Cargo: AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICO	Total: 2

Descrição detalhada: Os trabalhadores de limpeza e conservação de áreas públicas preservam as vias públicas, varrendo calçadas, sarjetas e calçadões, acondicionando o lixo para que seja coletado e encaminhado para o aterro sanitário. Zelam pela segurança das pessoas sinalizando e isolando áreas de risco e de trabalho. Trabalham na limpeza e conservação de áreas públicas, coletam resíduos domiciliares, resíduos sólidos de serviços de saúde e resíduos coletados nos serviços de limpeza; Conservam as áreas públicas lavando-as, pintando guias, postes, viadutos, muretas e etc; Auxiliam nos serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos; Trabalham na ornamentação de canteiros urbanos, através da construção de viveiros e canteiros. Varrer sarjetas e calçadões; Varrer calçadas; Amontoar detritos e folhagem; Acondicionar lixo em latões ou sacos plásticos; Empurrar carrinho (lutocar); Ensacar animais mortos; Recolher animais mortos; Solicitar coleta de animais mortos; Solicitar remoção de entulho; Executar serviços de varrição, coleta e transporte de lixo industrial, domiciliar, hospitalar e rural e lavagem de ruas e logradouros públicos municipais, mantendo-os em condições adequadas, acondicionando os materiais coletados conforme as orientações e procedimentos estabelecidos. Executar serviços de conservação de ruas e logradouros públicos realizando capinas, roçadas, pinturas em meio-fio, muros, grades e postes, limpeza de ralos, trincheiras, bocas de lobo, caixas de visita, limpeza de córregos e outras atividades correlatas.

Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Umidade	**Físico**	Este agente pode provocar doenças no aparelho respiratório, quedas, doenças de pele, entre outras.
Produtos Saneantes Domissanitários	**Químico**	Este agente pode provocar alergias ao contato e irritação nos olhos.
Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	**Biológico**	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.
Exigência de flexões de coluna vertebral frequentes	**Ergonômicos**	Pode provocar Lesões musculoesqueléticas, fadiga e exaustão.
Frequente deslocamento a pé durante a jornada de trabalho	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Frequente execução de movimentos repetitivos	**Ergonômicos**	Dores nas articulações dos dedos e das mãos.
Postura de pé por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.
Objetos cortantes e/ou perfuro cortantes	**Acidente**	Risco de cortes e/ou perfurações, acidentes, lesões, entre outros.
Piso escorregadio e/ou irregular	**Acidente**	Fraturas, luxações ou entorses, escoriações e contusões
Trabalho em ambientes com risco de queda de objetos	**Acidente**	Este agente pode provocar contusões, entorses, luxações ou fraturas.

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

		Nº de Funcionários
Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS		Total: 1
Descrição detalhada: Executar sob supervisão serviços de copeiragem, conservação, limpeza e zeladoria em prédios públicos servindo, limpando vidros e fachadas, recintos internos e acessórios. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Preparar sucos, lanches, cafés e pequenas refeições; Servir água, cafezinho, suco; Administrar fluxo de serventia; Receber e distribuir refeições; Receber ou recolher bandejas, louças e talheres após as refeições, providenciando sua lavagem e guarda ou o envio ao setor competente; Secar louça e prataria, esterilizar instrumentos e materiais; Operar com aparelhos elétricos utilizados nos serviços de alimentação; Limpar talheres, equipamentos de refrigeração assim como balcão, bancada e bandejas; retirar restos de comida, separando e destinando o lixo; Lavar fachadas; Limpar vidros; Remover resíduos dos vidros; Remover pichações; Limpar móveis e equipamentos eletrodomésticos, lustres, luminárias, ventiladores e tudo o que mais constar nos recintos dos prédios municipais; Limpar superfícies (paredes, pisos, etc..); Lavar banheiros; Aspirar pó; Lavar pisos; Encerar pisos; Remover sujeira; Varrer pisos; Secar pisos; Passar pano; Limpar, lavar cortinas e persianas; Recolher lixo; Depositar o lixo e detritos da cozinha em lugares apropriados, de forma a evitar proliferação de insetos; Proceder à limpeza de ralos, caixas de gordura e esgotos, assim como desentupir pias e ralos; Prover os sanitários com toalha, sabão e papel higiênico, removendo os já utilizados; Auxiliar na realização de serviços em geral como recebimento, separação e Distribuição de correspondência e materiais, atividades de limpeza, copa e conservação de instalações. Executar trabalhos de limpeza em geral em edifícios e outros locais, para manutenção das condições de higiene e conservação do ambiente, coletando o lixo.		
Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Umidade	**Físico**	Este agente pode provocar doenças no aparelho respiratório, quedas, doenças de pele, entre outras.
Produtos Saneantes Domissanitários	**Químico**	Este agente pode provocar alergias ao contato e irritação nos olhos.
Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	**Biológico**	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.
Exigência de flexões de coluna vertebral frequentes	**Ergonômicos**	Pode provocar Lesões musculoesqueléticas, fadiga e exaustão.
Frequente deslocamento a pé durante a jornada de trabalho	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Frequente execução de movimentos repetitivos	**Ergonômicos**	Dores nas articulações dos dedos e das mãos.
Postura de pé por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.
Objetos cortantes e/ou perfuro cortantes	**Acidente**	Risco de cortes e/ou perfurações, acidentes, lesões, entre outros.
Piso escorregadio e/ou irregular	**Acidente**	Fraturas, luxações ou entorses, escoriações e contusões
Trabalho em ambientes com risco de queda de objetos	**Acidente**	Este agente pode provocar contusões, entorses, luxações ou fraturas.

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

Setor: GHE 04 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO / PA
Áreas diversas da saúde PA (Pronto Atendimento)

	Nº de Funcionários
Cargo: AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICO	Total: 1

Descrição detalhada: Os trabalhadores de limpeza e conservação de áreas públicas preservam as vias públicas, varrendo calçadas, sarjetas e calçadões, acondicionando o lixo para que seja coletado e encaminhado para o aterro sanitário. Zelam pela segurança das pessoas sinalizando e isolando áreas de risco e de trabalho. Trabalham na limpeza e conservação de áreas públicas, coletam resíduos domiciliares, resíduos sólidos de serviços de saúde e resíduos coletados nos serviços de limpeza; Conservam as áreas públicas lavando-as, pintando guias, postes, viadutos, muretas e etc; Auxiliam nos serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos; Trabalham na ornamentação de canteiros urbanos, através da construção de viveiros e canteiros. Varrer sarjetas e calçadões; Varrer calçadas; Amontoar detritos e folhagem; Acondicionar lixo em latões ou sacos plásticos; Empurrar carrinho (lutocar); Ensacar animais mortos; Recolher animais mortos; Solicitar coleta de animais mortos; Solicitar remoção de entulho; Executar serviços de varrição, coleta e transporte de lixo industrial, domiciliar, hospitalar e rural e lavagem de ruas e logradouros públicos municipais, mantendo-os em condições adequadas, acondicionando os materiais coletados conforme as orientações e procedimentos estabelecidos. Executar serviços de conservação de ruas e logradouros públicos realizando capinas, roçadas, pinturas em meio-fio, muros, grades e postes, limpeza de ralos, trincheiras, bocas de lobo, caixas de visita, limpeza de córregos e outras atividades correlatas.

Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Umidade	**Físico**	Este agente pode provocar doenças no aparelho respiratório, quedas, doenças de pele, entre outras.
Produtos Saneantes Domissanitários	**Químico**	Este agente pode provocar alergias ao contato e irritação nos olhos.
Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	**Biológico**	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.
Exigência de flexões de coluna vertebral frequentes	**Ergonômicos**	Pode provocar Lesões musculoesqueléticas, fadiga e exaustão.
Frequente deslocamento a pé durante a jornada de trabalho	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Frequente execução de movimentos repetitivos	**Ergonômicos**	Dores nas articulações dos dedos e das mãos.
Postura de pé por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.
Objetos cortantes e/ou perfuro cortantes	**Acidente**	Risco de cortes e/ou perfurações, acidentes, lesões, entre outros.
Piso escorregadio e/ou irregular	**Acidente**	Fraturas, luxações ou entorses, escoriações e contusões
Trabalho em ambientes com risco de queda de objetos	**Acidente**	Este agente pode provocar contusões, entorses, luxações ou fraturas.

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
ANTI - HBS - pesquisa e/ou dosagem	X		**12 meses**		X	X
Hepatite B - HBsAG	X		**12 meses**		X	X
Hepatite C - anti-HCV - IgG	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

		Nº de Funcionários
Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS		Total: 3
Descrição detalhada: Executar sob supervisão serviços de copeiragem, conservação, limpeza e zeladoria em prédios públicos servindo, limpando vidros e fachadas, recintos internos e acessórios. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Preparar sucos, lanches, cafés e pequenas refeições; Servir água, cafezinho, suco; Administrar fluxo de serventia; Receber e distribuir refeições; Receber ou recolher bandejas, louças e talheres após as refeições, providenciando sua lavagem e guarda ou o envio ao setor competente; Secar louça e prataria, esterilizar instrumentos e materiais; Operar com aparelhos elétricos utilizados nos serviços de alimentação; Limpar talheres, equipamentos de refrigeração assim como balcão, bancada e bandejas; retirar restos de comida, separando e destinando o lixo; Lavar fachadas; Limpar vidros; Remover resíduos dos vidros; Remover pichações; Limpar móveis e equipamentos eletrodomésticos, lustres, luminárias, ventiladores e tudo o que mais constar nos recintos dos prédios municipais; Limpar superfícies (paredes, pisos, etc..); Lavar banheiros; Aspirar pó; Lavar pisos; Encerar pisos; Remover sujeira; Varrer pisos; Secar pisos; Passar pano; Limpar, lavar cortinas e persianas; Recolher lixo; Depositar o lixo e detritos da cozinha em lugares apropriados, de forma a evitar proliferação de insetos; Proceder à limpeza de ralos, caixas de gordura e esgotos, assim como desentupir pias e ralos; Prover os sanitários com toalha, sabão e papel higiênico, removendo os já utilizados; Auxiliar na realização de serviços em geral como recebimento, separação e Distribuição de correspondência e materiais, atividades de limpeza, copa e conservação de instalações. Executar trabalhos de limpeza em geral em edifícios e outros locais, para manutenção das condições de higiene e conservação do ambiente, coletando o lixo.		
Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Umidade	**Físico**	Este agente pode provocar doenças no aparelho respiratório, quedas, doenças de pele, entre outras.
Produtos Saneantes Domissanitários	**Químico**	Este agente pode provocar alergias ao contato e irritação nos olhos.
Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	**Biológico**	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.
Exigência de flexões de coluna vertebral frequentes	**Ergonômicos**	Pode provocar Lesões musculoesqueléticas, fadiga e exaustão.
Frequente deslocamento a pé durante a jornada de trabalho	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Frequente execução de movimentos repetitivos	**Ergonômicos**	Dores nas articulações dos dedos e das mãos.
Postura de pé por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.
Objetos cortantes e/ou perfuro cortantes	**Acidente**	Risco de cortes e/ou perfurações, acidentes, lesões, entre outros.
Piso escorregadio e/ou irregular	**Acidente**	Fraturas, luxações ou entorses, escoriações e contusões
Trabalho em ambientes com risco de queda de objetos	**Acidente**	Este agente pode provocar contusões, entorses, luxações ou fraturas.

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
ANTI - HBS - pesquisa e/ou dosagem	X		**12 meses**		X	X
Hepatite B - HBsAG	X		**12 meses**		X	X
Hepatite C - anti-HCV - IgG	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

Setor: GHE 05 ODONTOLÓGICO
Sala em alvenaria, com pé direito de aproximadamente 3 metros, com iluminação e ventilação artificial, com máquinas, instrumentos e mobiliários destinados a odontologia. Atuam nas unidades de saúde do município. Locais da Secretaria da Saúde UBS.

		Nº de Funcionários
Cargo: AUXILIAR DE SAUDE BUCAL - ESF		Total: 2
Descrição detalhada: Realizar atendimento aos pacientes; lavar os materiais, esterilizar e secar; auxiliar o dentista no atendimento; realizar a esterilização do consultório.		
Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	**Biológico**	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.
Exigência de alto nível de concentração, atenção e memória	**Ergonômicos**	Este agente pode causar dores de cabeça e fadiga.
Postura de pé por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.
Postura sentada por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar dores e desconforto na coluna lombar.
Objetos cortantes e/ou perfuro cortantes	**Acidente**	Risco de cortes e/ou perfurações, acidentes, lesões, entre outros.
Trabalho em ambientes com risco de queda de objetos	**Acidente**	Este agente pode provocar contusões, entorses, luxações ou fraturas.

Exames	**ADMISSÃO**	**APÓS ADM.**	**PERIÓDICO**	**RET. TRAB**	**MUD. RISCOS**	**DEMISSÃO**
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
ANTI - HBS - pesquisa e/ou dosagem	X		**12 meses**		X	X
Hepatite B - HBsAG	X		**12 meses**		X	X
Hepatite C - anti-HCV - IgG	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

	Nº de Funcionários
Cargo: ODONTÓLOGO ESF	Total: 1

Descrição detalhada: Atender e orientar pacientes e executam procedimentos odontológicos, aplicar medidas de promoção e prevenção de saúde, ações de saúde coletiva, estabelecendo diagnóstico e prognóstico, interagindo com profissionais de outras áreas. Desenvolver atividades profissionais junto a crianças, adultos e idosos, com ou sem necessidades especiais, em diferentes níveis de complexidade. Exercer atividade de ensino e pesquisa. Promover e proteger a saúde bucal, prevenir agravos, realizar diagnóstico, tratar, acompanhar, reabilitar e manter a saúde bucal dos indivíduos de todas as idades. Realizar tratamentos dentários como restaurações, profilaxias, raspagens supra e subgengivais, extrações e cirurgias de dentes decíduos e permanentes, urgências e emergências odontológicas. Realizar atendimento de urgências endodônticas, periodontais e traumas. Ter conhecimento para indicação e aplicação de técnicas anestésicas e protocolos farmacológicos. Avaliar, solicitar e interpretar exames complementares auxiliares de diagnóstico, como radiografias e tomografias.

Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	**Biológico**	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.
Exigência de alto nível de concentração, atenção e memória	**Ergonômicos**	Este agente pode causar dores de cabeça e fadiga.
Postura de pé por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.
Postura sentada por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar dores e desconforto na coluna lombar.
Objetos cortantes e/ou perfuro cortantes	**Acidente**	Risco de cortes e/ou perfurações, acidentes, lesões, entre outros.
Trabalho em ambientes com risco de queda de objetos	**Acidente**	Este agente pode provocar contusões, entorses, luxações ou fraturas.

Exames	**ADMISSÃO**	**APÓS ADM.**	**PERIÓDICO**	**RET. TRAB**	**MUD. RISCOS**	**DEMISSÃO**
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
ANTI - HBS - pesquisa e/ou dosagem	X		**12 meses**		X	X
Hepatite B - HBsAG	X		**12 meses**		X	X
Hepatite C - anti-HCV - IgG	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

		Nº de Funcionários
Cargo: TÉCNICO DE SAÚDE BUCAL		Total: 3
Descrição detalhada: Prevenir doença bucal participando de programas de promoção à saúde, projetos educativos e de orientação de higiene bucal. Executar procedimentos odontológicos sob supervisão do cirurgião dentista. Mobilizar capacidades de comunicação em palestras, orientações e discussões técnicas. As atividades são exercidas conforme normas e procedimentos técnicos e de biossegurança. Agendar consultas; Triar pacientes; Realizar a anamnese do paciente; Agilizar o atendimento odontológico; Preparar equipamentos e instrumental para o uso; Organizar arquivo e fichário. Fazer assepsia da sala e/ou equipamentos.		
Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	**Biológico**	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.
Exigência de alto nível de concentração, atenção e memória	**Ergonômicos**	Este agente pode causar dores de cabeça e fadiga.
Postura de pé por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.
Postura sentada por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar dores e desconforto na coluna lombar.
Objetos cortantes e/ou perfuro cortantes	**Acidente**	Risco de cortes e/ou perfurações, acidentes, lesões, entre outros.
Trabalho em ambientes com risco de queda de objetos	**Acidente**	Este agente pode provocar contusões, entorses, luxações ou fraturas.

Exames	**ADMISSÃO**	**APÓS ADM.**	**PERIÓDICO**	**RET. TRAB**	**MUD. RISCOS**	**DEMISSÃO**
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
ANTI - HBS - pesquisa e/ou dosagem	X		**12 meses**		X	X
Hepatite B - HBsAG	X		**12 meses**		X	X
Hepatite C - anti-HCV - IgG	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

Setor: GHE 06 ENFERMAGEM / UBS
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral. Locais da Secretaria da Saúde UBS.

	Nº de Funcionários
Cargo: ENFERMEIRO ESF.	Total: 4
Descrição detalhada: Realizar atendimento aos pacientes; fazer curativos, coleta de exames; auxiliar em pequenas cirurgias; coordenar a unidade de saúde; realizar visitas domiciliares. Definir território de atuação; Mapear área de atuação; Identificar grupos, famílias e indivíduos expostos a riscos; Organizar grupos de promoção à saúde; Atualizar informações cadastrais; Atender usuários nas UBS, nos domicílios ou espaços comunitários; Realizar ações de prevenção de agravos e curativas; Realizar busca ativa de situações locais; Notificar doenças, agravos e situações de importância local; Identificar necessidades dos usuários; Responsabilizar-se por todos os atendimentos da população adscrita; Coordenar o cuidado dos usuários; Promover a integralidade do cuidado; Participar das atividades de planejamento; Participar das avaliações da equipe; Incentivar a participação da comunidade; Identificar parceiros e recursos disponíveis na comunidade; Registrar as atividades nos sistemas de informação; Participar das atividades de educação permanente; Definir ações de acordo com prioridades locais; Participar do gerenciamento de insumos.	

Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Produtos Químicos	**Químico**	Estes produtos podem causar alergias, irritações na pele e olhos, entre outros.
Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	**Biológico**	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.
Exigência de alto nível de concentração, atenção e memória	**Ergonômicos**	Este agente pode causar dores de cabeça e fadiga.
Exigência de flexões de coluna vertebral frequentes	**Ergonômicos**	Pode provocar Lesões musculoesqueléticas, fadiga e exaustão.
Frequente deslocamento a pé durante a jornada de trabalho	**Ergonômicos**	Dores nas articulações e nos músculos.
Postura de pé por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.
Trabalho em posturas incômodas ou pouco confortáveis por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar dores e desconforto nos membros inferiores e superiores.
Objetos cortantes e/ou perfuro cortantes	**Acidente**	Risco de cortes e/ou perfurações, acidentes, lesões, entre outros.
Trabalho em ambientes com risco de queda de objetos	**Acidente**	Este agente pode provocar contusões, entorses, luxações ou fraturas.

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
ANTI - HBS - pesquisa e/ou dosagem	X		**12 meses**		X	X
Hepatite B - HBsAG	X		**12 meses**		X	X
Hepatite C - anti-HCV - IgG	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

		Nº de Funcionários
Cargo: TÉCNICO DE ENFERMAGEM/ESF		Total: 6
Descrição detalhada: Realizar limpeza dos materiais e fazer a esterilização; auxiliar em pequenas cirurgias; fazer pré consulta; realizar visitas domiciliares; fazer vacinação, teste do pezinho, glicemia e pulsão de veias.		
Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Produtos Químicos	**Químico**	Estes produtos podem causar alergias, irritações na pele e olhos, entre outros.
Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	**Biológico**	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.
Exigência de alto nível de concentração, atenção e memória	**Ergonômicos**	Este agente pode causar dores de cabeça e fadiga.
Exigência de flexões de coluna vertebral frequentes	**Ergonômicos**	Pode provocar Lesões musculoesqueléticas, fadiga e exaustão.
Frequente deslocamento a pé durante a jornada de trabalho	**Ergonômicos**	Dores nas articulações e nos músculos.
Postura de pé por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.
Trabalho em posturas incômodas ou pouco confortáveis por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar dores e desconforto nos membros inferiores e superiores.
Objetos cortantes e/ou perfuro cortantes	**Acidente**	Risco de cortes e/ou perfurações, acidentes, lesões, entre outros.
Trabalho em ambientes com risco de queda de objetos	**Acidente**	Este agente pode provocar contusões, entorses, luxações ou fraturas.

Exames	**ADMISSÃO**	**APÓS ADM.**	**PERIÓDICO**	**RET. TRAB**	**MUD. RISCOS**	**DEMISSÃO**
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
ANTI - HBS - pesquisa e/ou dosagem	X		**12 meses**		X	X
Hepatite B - HBsAG	X		**12 meses**		X	X
Hepatite C - anti-HCV - IgG	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

Setor: GHE 07 ENFERMAGEM / PA
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral. Locais da Secretaria da Saúde PA (Pronto Atendimento).

		Nº de Funcionários
Cargo: ENFERMEIRO PLANTONISTA		Total: 5
Descrição detalhada: Prestar assistência ao paciente; coordenar, planejar ações, supervisionar, executar e auditar serviços de enfermagem, empregando processos de rotina e/ou específicos, para possibilitar a proteção e recuperação de saúde individual ou coletiva. Prestar assistência ao paciente e/ou cliente; coordenar, planejar ações e auditar serviços de enfermagem e/ou perfusão. Implementar ações para a promoção da saúde junto à comunidade; realizar pesquisa, e executar outras atribuições afins. Realizar cuidados diretos de enfermagem nas urgências e emergências clínicas, fazendo a indicação para a continuidade da assistência prestada. Auxiliar no planejamento, gerenciamento, coordenação e avaliação das Unidades de Saúde – US. Realizar ações de saúde em todos os ambientes, nos US e, quando necessário, no domicílio. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.		
Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Produtos Químicos	**Químico**	Estes produtos podem causar alergias, irritações na pele e olhos, entre outros.
Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	**Biológico**	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.
Exigência de alto nível de concentração, atenção e memória	**Ergonômicos**	Este agente pode causar dores de cabeça e fadiga.
Exigência de flexões de coluna vertebral frequentes	**Ergonômicos**	Pode provocar Lesões musculoesqueléticas, fadiga e exaustão.
Frequente deslocamento a pé durante a jornada de trabalho	**Ergonômicos**	Dores nas articulações e nos músculos.
Postura de pé por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.
Trabalho em posturas incômodas ou pouco confortáveis por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar dores e desconforto nos membros inferiores e superiores.
Objetos cortantes e/ou perfuro cortantes	**Acidente**	Risco de cortes e/ou perfurações, acidentes, lesões, entre outros.
Trabalho em ambientes com risco de queda de objetos	**Acidente**	Este agente pode provocar contusões, entorses, luxações ou fraturas.

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
ANTI - HBS - pesquisa e/ou dosagem	X		**12 meses**		X	X
Hepatite B - HBsAG	X		**12 meses**		X	X
Hepatite C - anti-HCV - IgG	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

		Nº de Funcionários
Cargo: TÉCNICO DE ENFERMAGEM		Total: 7
Descrição detalhada: Desempenhar atividades técnicas de enfermagem em empresas públicas como: hospitais, clínicas e outros estabelecimentos de assistência médica e domicílios; atuar em cirurgia, terapia, puericultura, pediatria, psiquiatria, obstetrícia, saúde ocupacional e outras áreas. Prestar assistência ao paciente zelando pelo seu conforto e bem-estar, administram medicamentos e desempenham tarefas de instrumentação cirúrgica, posicionando de forma adequada o paciente e o instrumental. Organizar ambiente de trabalho e dão continuidade aos plantões. Trabalhar em conformidade às boas práticas, normas e procedimentos de biossegurança. Realizar registros e elaboram relatórios técnicos. Desempenhar atividades e realizam ações para promoção da saúde da família.		
Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Produtos Químicos	**Químico**	Estes produtos podem causar alergias, irritações na pele e olhos, entre outros.
Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	**Biológico**	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.
Exigência de alto nível de concentração, atenção e memória	**Ergonômicos**	Este agente pode causar dores de cabeça e fadiga.
Exigência de flexões de coluna vertebral frequentes	**Ergonômicos**	Pode provocar Lesões musculoesqueléticas, fadiga e exaustão.
Frequente deslocamento a pé durante a jornada de trabalho	**Ergonômicos**	Dores nas articulações e nos músculos.
Postura de pé por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.
Trabalho em posturas incômodas ou pouco confortáveis por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar dores e desconforto nos membros inferiores e superiores.
Objetos cortantes e/ou perfuro cortantes	**Acidente**	Risco de cortes e/ou perfurações, acidentes, lesões, entre outros.
Trabalho em ambientes com risco de queda de objetos	**Acidente**	Este agente pode provocar contusões, entorses, luxações ou fraturas.

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
ANTI - HBS - pesquisa e/ou dosagem	X		**12 meses**		X	X
Hepatite B - HBsAG	X		**12 meses**		X	X
Hepatite C - anti-HCV - IgG	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

Setor: GHE 08 ENFERMAGEM / ÁREA DE ISOLAMENTO
Áreas de isolamento provisória para pacientes com doenças infectocontagiosas. Área conforme determinar a Secretaria da Saúde.

		Nº de Funcionários
Cargo: ENFERMEIRO		Total: 2
Descrição detalhada: Prestar assistência ao paciente; coordenar, planejar ações, supervisionar, executar e auditar serviços de enfermagem, empregando processos de rotina e/ou específicos, para possibilitar a proteção e recuperação de saúde individual ou coletiva. Prestar assistência ao paciente e/ou cliente; coordenar, planejar ações e auditar serviços de enfermagem e/ou perfusão. Implementar ações para a promoção da saúde junto à comunidade; realizar pesquisa, e executar outras atribuições afins. Realizar cuidados diretos de enfermagem nas urgências e emergências clínicas, fazendo a indicação para a continuidade da assistência prestada. Auxiliar no planejamento, gerenciamento, coordenação e avaliação das Unidades de Saúde – US. Realizar ações de saúde em todos os ambientes, nos US e, quando necessário, no domicílio. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.		
Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Produtos Químicos	**Químico**	Estes produtos podem causar alergias, irritações na pele e olhos, entre outros.
Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	**Biológico**	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.
Exigência de alto nível de concentração, atenção e memória	**Ergonômicos**	Este agente pode causar dores de cabeça e fadiga.
Exigência de flexões de coluna vertebral frequentes	**Ergonômicos**	Pode provocar Lesões musculoesqueléticas, fadiga e exaustão.
Frequente deslocamento a pé durante a jornada de trabalho	**Ergonômicos**	Dores nas articulações e nos músculos.
Postura de pé por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.
Trabalho em posturas incômodas ou pouco confortáveis por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar dores e desconforto nos membros inferiores e superiores.
Objetos cortantes e/ou perfuro cortantes	**Acidente**	Risco de cortes e/ou perfurações, acidentes, lesões, entre outros.
Trabalho em ambientes com risco de queda de objetos	**Acidente**	Este agente pode provocar contusões, entorses, luxações ou fraturas.

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
ANTI - HBS - pesquisa e/ou dosagem	X		**12 meses**		X	X
Hepatite B - HBsAG	X		**12 meses**		X	X
Hepatite C - anti-HCV - IgG	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

		Nº de Funcionários
Cargo: TÉCNICO EM ENFERMAGEM		Total: 1
Descrição detalhada: Desempenhar atividades técnicas de enfermagem em empresas públicas como: hospitais, clínicas e outros estabelecimentos de assistência médica e domicílios; atuar em cirurgia, terapia, puericultura, pediatria, psiquiatria, obstetrícia, saúde ocupacional e outras áreas. Prestar assistência ao paciente zelando pelo seu conforto e bem-estar, administram medicamentos e desempenham tarefas de instrumentação cirúrgica, posicionando de forma adequada o paciente e o instrumental. Organizar ambiente de trabalho e dão continuidade aos plantões. Trabalhar em conformidade às boas práticas, normas e procedimentos de biossegurança. Realizar registros e elaboram relatórios técnicos. Desempenhar atividades e realizam ações para promoção da saúde da família.		
Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Produtos Químicos	**Químico**	Estes produtos podem causar alergias, irritações na pele e olhos, entre outros.
Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	**Biológico**	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.
Exigência de alto nível de concentração, atenção e memória	**Ergonômicos**	Este agente pode causar dores de cabeça e fadiga.
Exigência de flexões de coluna vertebral frequentes	**Ergonômicos**	Pode provocar Lesões musculoesqueléticas, fadiga e exaustão.
Frequente deslocamento a pé durante a jornada de trabalho	**Ergonômicos**	Dores nas articulações e nos músculos.
Postura de pé por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.
Trabalho em posturas incômodas ou pouco confortáveis por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar dores e desconforto nos membros inferiores e superiores.
Objetos cortantes e/ou perfuro cortantes	**Acidente**	Risco de cortes e/ou perfurações, acidentes, lesões, entre outros.
Trabalho em ambientes com risco de queda de objetos	**Acidente**	Este agente pode provocar contusões, entorses, luxações ou fraturas.

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
ANTI - HBS - pesquisa e/ou dosagem	X		**12 meses**		X	X
Hepatite B - HBsAG	X		**12 meses**		X	X
Hepatite C - anti-HCV - IgG	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

Setor: GHE 09 FISCALIZAÇÃO
Áreas de isolamento provisória para pacientes com doenças infectocontagiosas. Área conforme determinar a Secretaria da Saúde.

	Nº de Funcionários
Cargo: FISCAL DE ATIVIDADES URBANAS	Total: 1
Descrição detalhada: Realizar vistorias e fiscalizações, lavrar autos e termos, exercer poder de polícia administrativa, fiscalizar ordenamento urbano, realizar diligência, aditar processos na fiscalização de atividades nas áreas urbanas e rurais e em estabelecimentos comerciais e industriais. Receber demanda/denúncia; Consultar sistema e banco de dados; Mapear áreas; Realizar georreferenciamento; Verificar conformidades/zoneamento; Deslocar-se até local de vistoria. Descrever ato infracional; Consultar legislação; Enquadrar a infração na legislação; Identificar infrator; Transcrever legislação; Calcular valor da multa; Estabelecer prazo para corrigir irregularidades; Dar ciência de autos e termos ao infrator; Analisar defesa do infrator (réplica). Interditar atividades econômicas; Interditar edificações em situação de risco iminente; Participar da interdições em situação de risco iminente; Lacrar instalações físicas; Acompanhar lacrações; Embargar obras; Propor cassação de licenças; Cassar licenças; Apreender bens, animais, materiais e equipamentos. Vistoriar e acompanhar obras, serviços e edificações em execução. Fazer uso de veículos da frota pública municipal, no desempenho das atividades do seu cargo.		
Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Radiações não-ionizantes	**Físico**	Estes produtos podem causar alergias, irritações na pele e olhos, entre outros.
Postura de pé por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.
Postura sentada por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Presença de reflexos em telas, painéis, vidros, monitores ou qualquer superfície, que causem desconforto ou prejudiquem a visualização	**Ergonômicos**	Fadiga nos olhos, ardência e dores de cabeça.
Trabalho intensivo com teclado ou outros dispositivos de entrada de dados	**Ergonômicos**	Problemas nas articulações e nos músculos (LER/DORT) e nos dedos (tendinites)
Condução de veículos de qualquer natureza em vias públicas	**Acidente**	Lesões corporais diversas, com grande possibilidade de levar ao óbito ou à invalidez para o trabalhador e para terceiros.

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Avaliação da acuidade visual	X		**12 meses**		X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
ECG (Eletrocardiograma) convencional de até 12 derivações	X		**12 meses**		X	X
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

Setor: GHE 10 FISIOTERAPIA
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral. Locais da Secretaria da Saúde.

	Nº de Funcionários
Cargo: FISIOTERAPEUTA	Total: 3
Descrição detalhada: Aplicar técnicas fisioterapêuticas para prevenção, readaptação e recuperação de pacientes. Atender e avaliar as condições funcionais de pacientes utilizando protocolos e procedimentos específicos da fisioterapia e suas especialidades. Atuar na área de educação em saúde através de palestras, distribuição de materiais educativos e orientações para melhor qualidade de vida. Desenvolver e implementar programas de prevenção em saúde geral e do trabalho. Gerenciar serviços de saúde orientando e supervisionando recursos humanos. Exercer atividades técnico- científicas através da realização de pesquisas, trabalhos específicos, organização e participação em eventos científicos. Montar equipamentos; Testar equipamentos; Operar equipamentos, materiais e dispositivos; Aplicar técnicas fisioterapêuticas para distúrbios vasculares; Aplicar técnicas fisioterapêuticas para distúrbios musculoesqueléticos; Aplicar técnicas fisioterapêuticas.	

Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Frequente execução de movimentos repetitivos	**Ergonômicos**	Dores nas articulações dos dedos e das mãos.
Postura de pé por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.
Postura sentada por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Presença de reflexos em telas, painéis, vidros, monitores ou qualquer superfície, que causem desconforto ou prejudiquem a visualização	**Ergonômicos**	Fadiga nos olhos, ardência e dores de cabeça.
Trabalho intensivo com teclado ou outros dispositivos de entrada de dados	**Ergonômicos**	Problemas nas articulações e nos músculos (LER/DORT) e nos dedos (tendinites)
Trabalho em ambientes com risco de queda de objetos	**Acidente**	Este agente pode provocar contusões, entorses, luxações ou fraturas.

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

Setor: GHE 11 FONOAUDIOLOGIA
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral. Locais da Secretaria da Saúde.

	Nº de Funcionários
Cargo: FONOAUDIOLOGO	Total: 1
Descrição detalhada: Realizar tratamento fonoaudiólogo para prevenção, habilitação e reabilitação de pacientes aplicando protocolos e procedimentos específicos de fonoaudiologia. Avaliar pacientes; realizar diagnóstico fonoaudiológico; orientar pacientes, familiares, cuidadores e responsáveis; atuar em programas de prevenção, promoção da saúde e qualidade de vida. Eleger procedimentos terapêuticos; Habilitar sistema auditivo; Reabilitar sistema vestibular; Desenvolver habilidades auditivas; Tratar distúrbios vocais; Tratar alterações da fala; Tratar alterações de linguagem oral, leitura e escrita. Realizar anamnese; Detectar expectativas de pacientes.	

Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Postura sentada por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Presença de reflexos em telas, painéis, vidros, monitores ou qualquer superfície, que causem desconforto ou prejudiquem a visualização	**Ergonômicos**	Fadiga nos olhos, ardência e dores de cabeça
Trabalho intensivo com teclado ou outros dispositivos de entrada de dados	**Ergonômicos**	Problemas nas articulações e nos músculos (LER/DORT) e nos dedos (tendinites)

Exames	**ADMISSÃO**	**APÓS ADM.**	**PERIÓDICO**	**RET. TRAB**	**MUD. RISCOS**	**DEMISSÃO**
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

Setor: GHE 12 ÁREA CLÍNICA / UBS
Áreas diversas da saúde UBS (Unidade Básica de Saúde).

	Nº de Funcionários
Cargo: MÉDICO CLINICO GERAL	Total: 1
Descrição detalhada: Realizar consultas e atendimentos médicos; tratar pacientes; implementar ações de prevenção de doenças e promoção da saúde tanto individuais quanto coletivas; coordenar programas e serviços em saúde, efetuar perícias, auditorias e sindicâncias médicas; elaborar documentos e difundem conhecimentos da área médica. Promover e prestar atendimento em saúde de forma individual e coletiva. Realizar exames médicos e emitir diagnósticos. Prescrever medicamentos e outras formas de tratamento para diversos tipos de enfermidades, aplicando recursos de medicina preventiva e terapêutica, participando do conjunto de ações de promoção à saúde, prevenção e tratamento de doenças e reabilitação, com garantia da continuidade do cuidado e integrada às Redes de Atenção à Saúde, promovendo a saúde e o bem-estar do paciente. Prestar atendimento básico de saúde de forma integral identificando as condições de risco para a saúde do indivíduo. Integrar com outros níveis de atenção à saúde do município, buscando maior resolutividade na atenção à saúde. Desenvolver ações programáticas definidas pela Secretaria Municipal da Saúde e por Coordenações de Programas em Saúde. Trabalhar em conjunto à Equipe Multiprofissional e integrada à Rede de Atenção à Saúde. Buscar garantir assistência integral, resolutiva e livre de danos aos usuários em ambos os serviços ofertados pelo SUS. Realizar prescrições médicas conforme quadro de saúde do usuário, de forma a garantir assistência necessária as suas condicionalidades. Solicitar exames diagnósticos. Realizar registros no prontuário do paciente, bem como nos formulários específicos para alimentação do Sistema de informações pertinentes.	

Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Produtos Químicos	**Químico**	Estes produtos podem causar alergias, irritações na pele e olhos, entre outros.
Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	**Biológico**	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.
Exigência de alto nível de concentração, atenção e memória	**Ergonômicos**	Este agente pode causar dores de cabeça e fadiga.
Postura sentada por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Presença de reflexos em telas, painéis, vidros, monitores ou qualquer superfície, que causem desconforto ou prejudiquem a visualização	**Ergonômicos**	Fadiga nos olhos, ardência e dores de cabeça.
Trabalho intensivo com teclado ou outros dispositivos de entrada de dados	**Ergonômicos**	Problemas nas articulações e nos músculos (LER/DORT) e nos dedos (tendinites)

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
ANTI - HBS - pesquisa e/ou dosagem	X		**12 meses**		X	X
Hepatite B - HBsAG	X		**12 meses**		X	X
Hepatite C - anti-HCV - IgG	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

		Nº de Funcionários
Cargo: MÉDICO ESF		Total: 1
Descrição detalhada: Realizar atendimento aos pacientes de todo o: município e distritos; fazer o primeiro atendimento; fazer o acompanhamento dos pacientes com mais risco na ambulância; fazer pequenas cirurgias.Definir território de atuação; Mapear área de atuação; Identificar grupos, famílias e indivíduos expostos a riscos; Organizar grupos de promoção à saúde; Atualizar informações cadastrais; Atender usuários nas UBS, nos domicílios ou espaços comunitários; Realizar ações de prevenção de agravos e curativas; Realizar busca ativa de situações locais; Notificar doenças, agravos e situações de importância local.		
Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Produtos Químicos	**Químico**	Estes produtos podem causar alergias, irritações na pele e olhos, entre outros.
Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	**Biológico**	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.
Exigência de alto nível de concentração, atenção e memória	**Ergonômicos**	Este agente pode causar dores de cabeça e fadiga.
Postura sentada por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Presença de reflexos em telas, painéis, vidros, monitores ou qualquer superfície, que causem desconforto ou prejudiquem a visualização	**Ergonômicos**	Fadiga nos olhos, ardência e dores de cabeça.
Trabalho intensivo com teclado ou outros dispositivos de entrada de dados	**Ergonômicos**	Problemas nas articulações e nos músculos (LER/DORT) e nos dedos (tendinites)

Exames	**ADMISSÃO**	**APÓS ADM.**	**PERIÓDICO**	**RET. TRAB**	**MUD. RISCOS**	**DEMISSÃO**
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
ANTI - HBS - pesquisa e/ou dosagem	X		**12 meses**		X	X
Hepatite B - HBsAG	X		**12 meses**		X	X
Hepatite C - anti-HCV - IgG	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

Setor: GHE 13 ÁREA CLÍNICA / PA
Áreas diversas da saúde PA (Pronto Atendimento).

	Nº de Funcionários
Cargo: MÉDICO PLANTONISTA I	Total: 3
Descrição detalhada: Realizar consultas e atendimentos médicos; tratar pacientes; implementar ações de prevenção de doenças e promoção da saúde tanto individuais quanto coletivas; coordenar programas e serviços em saúde, efetuar perícias, auditorias e sindicâncias médicas; elaborar documentos e difundem conhecimentos da área médica. Promover e prestar atendimento em saúde de forma individual e coletiva. Realizar exames médicos e emitir diagnósticos. Prescrever medicamentos e outras formas de tratamento para diversos tipos de enfermidades, aplicando recursos de medicina preventiva e terapêutica, participando do conjunto de ações de promoção à saúde, prevenção e tratamento de doenças e reabilitação, com garantia da continuidade do cuidado e integrada às Redes de Atenção à Saúde, promovendo a saúde e o bem-estar do paciente. Prestar atendimento básico de saúde de forma integral identificando as condições de risco para a saúde do indivíduo. Integrar com outros níveis de atenção à saúde do município, buscando maior resolutividade na atenção à saúde. Desenvolver ações programáticas definidas pela Secretaria Municipal da Saúde e por Coordenações de Programas em Saúde. Trabalhar em conjunto à Equipe Multiprofissional e integrada à Rede de Atenção à Saúde. Buscar garantir assistência integral, resolutiva e livre de danos aos usuários em ambos os serviços ofertados pelo SUS. Realizar prescrições médicas conforme quadro de saúde do usuário, de forma a garantir assistência necessária as suas condicionalidades. Solicitar exames diagnósticos. Realizar registros no prontuário do paciente, bem como nos formulários específicos para alimentação do Sistema de informações pertinentes.	

Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Produtos Químicos	**Químico**	Estes produtos podem causar alergias, irritações na pele e olhos, entre outros.
Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	**Biológico**	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.
Exigência de alto nível de concentração, atenção e memória	**Ergonômicos**	Este agente pode causar dores de cabeça e fadiga.
Postura de pé por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.
Postura sentada por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Presença de reflexos em telas, painéis, vidros, monitores ou qualquer superfície, que causem desconforto ou prejudiquem a visualização	**Ergonômicos**	Fadiga nos olhos, ardência e dores de cabeça.
Trabalho intensivo com teclado ou outros dispositivos de entrada de dados	**Ergonômicos**	Problemas nas articulações e nos músculos (LER/DORT) e nos dedos (tendinites)
Objetos cortantes e/ou perfuro cortantes	**Acidente**	Risco de cortes e/ou perfurações, acidentes, lesões, entre outros.
Trabalho em ambientes com risco de queda de objetos	**Acidente**	Este agente pode provocar contusões, entorses, luxações ou fraturas.

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
ANTI - HBS - pesquisa e/ou dosagem	X		**12 meses**		X	X
Hepatite B - HBsAG	X		**12 meses**		X	X
Hepatite C - anti-HCV - IgG	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

Setor: GHE 14 ÁREA CLÍNICA / ÁREA DE ISOLAMENTO
Áreas de isolamento provisória para pacientes com doenças infectocontagiosas. Área conforme determinar a Secretaria da Saúde.

	Nº de Funcionários
Cargo: MÉDICO	Total: 3
Descrição detalhada: Realizar consultas e atendimentos médicos; tratar pacientes; implementar ações de prevenção de doenças e promoção da saúde tanto individuais quanto coletivas; coordenar programas e serviços em saúde, efetuar perícias, auditorias e sindicâncias médicas; elaborar documentos e difundem conhecimentos da área médica. Promover e prestar atendimento em saúde de forma individual e coletiva. Realizar exames médicos e emitir diagnósticos. Prescrever medicamentos e outras formas de tratamento para diversos tipos de enfermidades, aplicando recursos de medicina preventiva e terapêutica, participando do conjunto de ações de promoção à saúde, prevenção e tratamento de doenças e reabilitação, com garantia da continuidade do cuidado e integrada às Redes de Atenção à Saúde, promovendo a saúde e o bem-estar do paciente. Prestar atendimento básico de saúde de forma integral identificando as condições de risco para a saúde do indivíduo. Integrar com outros níveis de atenção à saúde do município, buscando maior resolutividade na atenção à saúde. Desenvolver ações programáticas definidas pela Secretaria Municipal da Saúde e por Coordenações de Programas em Saúde. Trabalhar em conjunto à Equipe Multiprofissional e integrada à Rede de Atenção à Saúde. Buscar garantir assistência integral, resolutiva e livre de danos aos usuários em ambos os serviços ofertados pelo SUS. Realizar prescrições médicas conforme quadro de saúde do usuário, de forma a garantir assistência necessária as suas condicionalidades. Solicitar exames diagnósticos. Realizar registros no prontuário do paciente, bem como nos formulários específicos para alimentação do Sistema de informações pertinentes.	

Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Produtos Químicos	**Químico**	Estes produtos podem causar alergias, irritações na pele e olhos, entre outros.
Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	**Biológico**	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.
Exigência de alto nível de concentração, atenção e memória	**Ergonômicos**	Este agente pode causar dores de cabeça e fadiga.
Postura de pé por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.
Postura sentada por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Presença de reflexos em telas, painéis, vidros, monitores ou qualquer superfície, que causem desconforto ou prejudiquem a visualização	**Ergonômicos**	Fadiga nos olhos, ardência e dores de cabeça.
Trabalho intensivo com teclado ou outros dispositivos de entrada de dados	**Ergonômicos**	Problemas nas articulações e nos músculos (LER/DORT) e nos dedos (tendinites)
Objetos cortantes e/ou perfuro cortantes	**Acidente**	Risco de cortes e/ou perfurações, acidentes, lesões, entre outros.
Trabalho em ambientes com risco de queda de objetos	**Acidente**	Este agente pode provocar contusões, entorses, luxações ou fraturas.

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
ANTI - HBS - pesquisa e/ou dosagem	X		**12 meses**		X	X
Hepatite B - HBsAG	X		**12 meses**		X	X
Hepatite C - anti-HCV - IgG	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

Setor: GHE 15 VETERINÁRIA	
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.	
	Nº de Funcionários
Cargo: MÉDICO VETERINÁRIO	Total: 1

Descrição detalhada: Praticar clínica médica veterinária em todas as suas especialidades; contribuir para o bem-estar animal; promover saúde pública e defesa do consumidor; exercer defesa sanitária animal; desenvolver atividades de pesquisa e extensão; atuar nas produções industriais e tecnológicas e no controle de qualidade de produtos. Fomentar produção animal; atuar na área comercial agropecuária, de biotecnologia e de preservação ambiental; elaborar laudos, pareceres e atestados; assessorar a elaboração de legislação pertinente. Realizar exame clínico de animais; Solicitar exames auxiliares de diagnóstico; Interpretar resultados de exames auxiliares de diagnóstico; Diagnosticar patologias; Prescrever tratamento; Indicar medidas de proteção e prevenção; Realizar eutanásia; Realizar sedação, anestesia e tranquilização de animais; Realizar cirurgias; Coletar material para exames laboratoriais; Realizar exames auxiliares de diagnóstico; Realizar intervenções de odontologia veterinária; Realizar necrópsias. Realizar o assessoramento, vistorias, fiscalizações, avaliações, perícias, análise de documentos, Realização de estudos técnicos, coleta de dados, pesquisas, pareceres, laudos e relatórios. Planejamento, coordenação, supervisão, implementação, assessoramento, execução e avaliação de ações, programas e políticas públicas direta ou indiretamente relacionados a área de medicina veterinária, controle e defesa sanitária de zoonoses e vetores. Exercer a prática clínica de animais em todas as suas modalidades. Prestar assistência técnica e de fiscalização sanitária e ambiental (envolvendo programas de controle da dengue, leptospirose, vetores e roedores e de zoonoses). Orientar e treinar funcionários quanto as práticas higiênicas sanitárias necessárias, à manipulação de produtos e insumos. Lavrar laudos técnicos e informativos. Trabalhar em equipe multiprofissional e/ou interdisciplinar. Realizar matriciamento e discussão de caso junto aos profissionais dos demais serviços de saúde. Supervisionar residentes e estagiários. Realizar atividades de ensino e pesquisa. Realizar tarefas definidas por legislação.

Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Produtos Químicos	**Químico**	Estes produtos podem causar alergias, irritações na pele e olhos, entre outros.
Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	**Biológico**	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.
Exigência de alto nível de concentração, atenção e memória	**Ergonômicos**	Este agente pode causar dores de cabeça e fadiga.
Exigência de flexões de coluna vertebral frequentes	**Ergonômicos**	Pode provocar Lesões musculoesqueléticas, fadiga e exaustão.
Postura de pé por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.
Postura sentada por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Presença de reflexos em telas, painéis, vidros, monitores ou qualquer	**Ergonômicos**	Fadiga nos olhos, ardência e dores de cabeça.

superfície, que causem desconforto ou prejudiquem a visualização		
Trabalho intensivo com teclado ou outros dispositivos de entrada de dados	**Ergonômicos**	Risco de cortes e/ou perfurações, acidentes, lesões, entre outros.
Objetos cortantes e/ou perfuro cortantes	**Acidente**	Risco de cortes e/ou perfurações, acidentes, lesões, entre outros.
Trabalho em ambientes com risco de queda de objetos	**Acidente**	Este agente pode provocar contusões, entorses, luxações ou fraturas.

Exames	**ADMISSÃO**	**APÓS ADM.**	**PERIÓDICO**	**RET. TRAB**	**MUD. RISCOS**	**DEMISSÃO**
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Parasitológico de fezes	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

Setor: GHE 16 TRANSPORTE
Áreas externas conforme a necessidade.

	Nº de Funcionários
Cargo: MOTORISTA PROFISSIONAL	Total: 12

Descrição detalhada: Dirigir e manobrar veículos tipo ônibus, carros, caminhões e carretas. Transportar pessoas, cargas, pacientes e material biológico humano. Realizar verificações e manutenções básicas do veículo e utilizam equipamentos e dispositivos especiais tais como sinalização sonora e luminosa, software de navegação e outros. Utilizar de capacidades comunicativas. Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Os condutores de ambulância auxiliam as equipes de saúde nos atendimentos de urgência e emergência. Conduzem e vistoriam ônibus de transporte coletivo de alunos e passageiros urbanos, metropolitanos e ônibus rodoviários de longas distâncias; verificam itinerário de viagens; controlam o embarque e desembarque de passageiros e os orientam quanto aos procedimentos no interior do veículo. Dirigir veículos transportando pessoas, cargas, e/ou materiais autorizados aos locais determinados. Vistoriar periodicamente as condições do veículo utilizado e providenciar reparos de emergência, troca de pneus, lavagens, guinchamentos e outros. Identificar e indicar as necessidades de reparos nos sistemas elétricos e mecânicos dos veículos da Prefeitura. Manter sob sua responsabilidade os documentos de porte obrigatório do veículo, observando as orientações para a revalidação dos mesmos. Registrar, em formulário específico, os percursos realizados, quilometragem e itinerários da frota oficial. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Radiações não-ionizantes	**Físico**	Aumentam os riscos de doenças como neoplasias, anemia apática, púrpura, radio dermatite, infertilidade, entre outras.
Vibração de corpo inteiro (aceleração resultante de exposição normalizada - aren) e (Valor da Dose de Vibração Resultante – VDVR)	**Físico**	Este agente pode provocar doenças vasculares, neurológicas e musculares.
Postura sentada por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar dores e desconforto na coluna lombar.
Uso frequente de alavancas	**Ergonômicos**	Distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho.
Uso frequente de pedais	**Ergonômicos**	Distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho.
Condução de veículos de qualquer natureza em vias públicas	**Acidente**	Lesões corporais diversas, com grande possibilidade de levar ao óbito ou à invalidez para o trabalhador e para terceiros.

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Avaliação da acuidade visual	X		**12 meses**		X	X
Colesterol total - pesquisa e/ou dosagem	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
ECG convencional de até 12 derivações	X		**12 meses**		X	X
EEG (Eletroencefalograma) de rotina	X		**12 meses**		X	X
GLICOSE	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos - pesquisa e/ou dosagem	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

Setor: GHE 17 MÁQUINAS MÓVEIS
Áreas externas conforme a demanda.

	Nº de Funcionários
Cargo: OPERADOR DE MÁQUINAS	Total: 1

Descrição detalhada: Planejar o trabalho, realizar manutenção básica de máquinas pesadas e as operam. Remover solo e material orgânico "bota-fora", drenar solos e executar construção de aterros. Realizar acabamento em pavimentos. (CBO**).** Operar máquinas pesadas, acionando os dispositivos, pedais e alavancas de comando, conduzindo e manobrando tratores, reboques, motoniveladoras, carregadeiras, dentre outros, garantindo a realização dos trabalhos de acordo com as orientações recebidas. Operar máquinas leves, efetuando serviços de pequenos carregamentos e transportes de materiais aos locais determinados e outras atividades pertinentes. Vistoriar periodicamente as condições das máquinas utilizadas, providenciando reparos de emergência, lavagens, lubrificações e outros. Identificar e indicar as necessidades de reparos nos sistemas elétricos e mecânicos das máquinas leves e pesadas da Prefeitura. Registrar os percursos, trabalhos realizados, quilometragem, consumo de combustível, itinerário e outras informações pertinentes, de acordo com normas internas específicas. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Radiações não-ionizantes	**Físico**	Aumentam os riscos de doenças como neoplasias, anemia apática, púrpura, radio dermatite, infertilidade, entre outras.
Vibração de corpo inteiro (aceleração resultante de exposição normalizada - aren) e (Valor da Dose de Vibração Resultante – VDVR)	**Físico**	Este agente pode provocar doenças vasculares, neurológicas e musculares.
Postura sentada por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar dores e desconforto na coluna lombar.
Uso frequente de alavancas	**Ergonômicos**	Distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho.
Uso frequente de pedais	**Ergonômicos**	Distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho.
Condução de veículos de qualquer natureza em vias públicas	**Acidente**	Lesões corporais diversas, com grande possibilidade de levar ao óbito ou à invalidez para o trabalhador e para terceiros.

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Avaliação da acuidade visual	X		**12 meses**		X	X
Colesterol total - pesquisa e/ou dosagem	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
ECG convencional de até 12 derivações	X		**12 meses**		X	X
EEG (Eletroencefalograma) de rotina	X		**12 meses**		X	X
GLICOSE	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos - pesquisa e/ou dosagem	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

Setor: GHE 18 NUTRIÇÃO
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

	Nº de Funcionários
Cargo: NUTRICIONISTA	Total: 1
Descrição detalhada: Prestar assistência nutricional a indivíduos e coletividades (sadios e enfermos); planejar, organizar, administrar e avaliar unidades de alimentação e nutrição; efetuar controle higiênico- sanitário; participar de programas de educação nutricional; estruturar e gerenciar serviços de alimentação e nutrição e ministrar cursos. Atuar em conformidade ao manual de boas práticas. Prestar assistência nutricional a indivíduos e/ou coletividades (sadios ou enfermos); administrar unidades de alimentação e nutrição; efetuar controle higiênico- sanitário; planejar unidades de alimentação e nutrição; exercer atividades de ensino, pesquisa e desenvolvimento, participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades da Prefeitura e outras entidades públicas e particulares, realizando estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho.	

Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Postura sentada por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Presença de reflexos em telas, painéis, vidros, monitores ou qualquer superfície, que causem desconforto ou prejudiquem a visualização	**Ergonômicos**	Fadiga nos olhos, ardência e dores de cabeça.
Trabalho intensivo com teclado ou outros dispositivos de entrada de dados	**Ergonômicos**	Problemas nas articulações e nos músculos (LER/DORT) e nos dedos (tendinites)

Exames	**ADMISSÃO**	**APÓS ADM.**	**PERIÓDICO**	**RET. TRAB**	**MUD. RISCOS**	**DEMISSÃO**
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

Setor: GHE 19 PSICOLOGIA
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

	Nº de Funcionários
Cargo: PSICÓLOGO	Total: 1
Descrição detalhada: Estudam, pesquisam e avaliam o desenvolvimento emocional e os processos mentais e sociais de indivíduos, grupos e instituições, com a finalidade de análise, tratamento, orientação e educação; diagnosticam e avaliam distúrbios emocionais e mentais e de adaptação social, elucidando conflitos e questões e acompanhando o(s) paciente(s) durante o processo de tratamento ou cura; investigam os fatores inconscientes do comportamento individual e grupal, tornando-os conscientes; desenvolvem pesquisas experimentais, teóricas e clínicas e coordenam equipes e atividades de área e afins.	

Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Postura sentada por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Presença de reflexos em telas, painéis, vidros, monitores ou qualquer superfície, que causem desconforto ou prejudiquem a visualização	**Ergonômicos**	Fadiga nos olhos, ardência e dores de cabeça.
Trabalho intensivo com teclado ou outros dispositivos de entrada de dados	**Ergonômicos**	Problemas nas articulações e nos músculos (LER/DORT) e nos dedos (tendinites)

Exames	**ADMISSÃO**	**APÓS ADM.**	**PERIÓDICO**	**RET. TRAB**	**MUD. RISCOS**	**DEMISSÃO**
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	**X**		**12 meses**	**X**	**X**	**X**
Colesterol total	**X**		**X**		**X**	**X**
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	**X**		**X**		**X**	**X**
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	**X**		**12 meses**		**X**	**X**
Triglicerídeos	**X**		**X**		**X**	**X**
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

Setor: GHE 20 RADIOLOGIA
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

		Nº de Funcionários
Cargo: TÉCNICO DE RADIOLOGIA		Total: 2
Descrição detalhada: Realizam exames de diagnóstico ou de tratamento; processam imagens e/ou gráficos; planejam atendimento; organizam área de trabalho, equipamentos e acessórios; operam equipamentos; preparam paciente para exame de diagnóstico ou de tratamento; atuam na orientação de pacientes, familiares e cuidadores e trabalham com biossegurança.		
Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Radiações ionizantes	**Físico**	Aumentam os riscos de doenças como neoplasias, anemia apática, púrpura, radio dermatite, infertilidade, entre outras.
Postura sentada por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Trabalho intensivo com teclado ou outros dispositivos de entrada de dados	**Ergonômicos**	Problemas nas articulações e nos músculos (LER/DORT) e nos dedos (tendinites)

Exames	**ADMISSÃO**	**APÓS ADM.**	**PERIÓDICO**	**RET. TRAB**	**MUD. RISCOS**	**DEMISSÃO**
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

Setor: GHE 21 SEGURANÇA
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

	Nº de Funcionários
Cargo: VIGIA	Total: 2
Descrição detalhada: Zelam pela guarda do patrimônio observando o comportamento e movimentação de pessoas para prevenir perdas, evitar incêndios, acidentes e outras anormalidades. Controlam o fluxo de pessoas e veículos identificando-os e encaminhando-os aos locais desejados. Recebem mercadorias, volumes diversos e correspondências. Fazem manutenções simples nos locais de trabalho.	

Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Frequente deslocamento a pé durante a jornada de trabalho	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Postura de pé por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Postura sentada por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar dores e desconforto na coluna lombar.
Trabalho em local com risco de assalto e roubo	**Acidente**	Risco de ferimentos e morte.

Exames	**ADMISSÃO**	**APÓS ADM.**	**PERIÓDICO**	**RET. TRAB**	**MUD. RISCOS**	**DEMISSÃO**
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

Planejamento das atividades do PCMSO

EVENTO	Status	JUSTIFICATIVA
Atividade: Exames Médicos Manter os exames médicos atualizados, cumprindo a tabela de periodicidade.	( ) Em andamento ( ) Realizado ( ) A realizar	
Atividade: Palestra sobre Tabagismo	( ) Em andamento ( ) Realizado ( ) A realizar	
Atividade: Primeiros Socorros TREINAMENTOS Abordagem: Primeiros Socorros	( ) Em andamento ( ) Realizado ( ) A realizar	
Atividade: Análise do PCMSO Efetuar análise global do PCMSO para avaliação do seu desenvolvimento e realização dos ajustes necessários e estabelecimento de novas metas.	( ) Em andamento ( ) Realizado ( ) A realizar	
Atividade: Palestra de DST/AIDS Realizar a Critério do Departamento Pessoal do Órgão, Palestra sobre Prevenção a DST/AIDS.	( ) Em andamento ( ) Realizado ( ) A realizar	
Atividade: Relatório Analitico do PCMSO anualmente Dar inicio a elaboração do Relatório analitico do PCMSO, obedecendo as exigências da Norma Regulamentadora 07, item 7.6.2.	( ) Em andamento ( ) Realizado ( ) A realizar	
Atividade: Palestra de Alcoolismo	( ) Em andamento ( ) Realizado ( ) A realizar	

Conclusão
Buscando atender as determinações legais, conclui-se que o PCMSO é parte integrante do conjunto mais amplo de iniciativas da empresa ou instituição, nos locais de trabalho, no campo da saúde dos trabalhadores, privilegiando o instrumento clínico-epidemiológico na abordagem da relação entre a sua saúde e o trabalho. Tem caráter preventivo, rastreador, evitando e diagnosticando no início os casos de doenças profissionais, que possam causar danos irreversíveis à saúde do trabalhador. Este programa foi elaborado considerando os riscos ocupacionais identificados e classificados pelo PGR. O presente laudo foi elaborado somente em uma face.

Total de Funcionários				
	Masculino	**Feminino**	**Menor**	**Total**
Funcionários	-	-	-	107

RICARDO PINHEIRO LIMA

Assinado de forma digital por RICARDO PINHEIRO LIMA
Dados: 2024.10.07 16:10:56 -03'00'

Ricardo Pinheiro Lima
Médico responsável pelo PCMSO
CRM: 1614/ES
Especialidade: Medicina do Trabalho

LAUDO DE INSALUBRIDADE - NR15
LAUDO DE PERICULOSIDADE - NR16

Consultoria Ocupacional & Meio Ambiente

MUNICÍPIO DE MANTENOPOLIS

(SECRETARIA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS)

CNPJ: 27.167.345/0001-90

Laudo de Insalubridade e Periculosidade

AGOSTO DE 2024

Sumário

Objetivo 4
Fundamentação legal - atividades e operações insalubres 4
Limites de tolerância 4
Suspensão do pagamento do adicional de insalubridade 6
Fundamentação legal - atividades e operações perigosas 6
Mapeamento dos riscos ambientais e qualificação dos setores insalubres 7
Mapeamento e qualificação dos setores perigosos 81
Conclusões 85
Recomendações gerais 85
Responsabilidade técnica 85
Anotação de Responsabilidade Técnica - ART 86

Laudo de Insalubridade e Periculosidade

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE SAÚDE

CNPJ: 27.167.345/0001-90

Endereço
Avenida Presidente Vargas, 545 - Centro - Mantenópolis/ES
CEP: 29.770-000

CNAE
8411-6/00 – Administração Pública em Geral
Grau de Risco 1

Introdução
Objetivos

O objetivo deste laudo é reconhecer legalmente a percepção do adicional de insalubridade (NR - 15) e periculosidade (NR - 16), por quem de direito (empregados).

Fundamentação legal - atividades e operações insalubres

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) destaca em seu artigo 189:

“Art. 189 - Serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos.”

Em auxílio à lei existem as Normas Regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho, e em especial a NR 15, que trata exclusivamente das atividades ou operações insalubres, sendo estas consideradas as que são desenvolvidas:

“15.1 São consideradas atividades ou operações insalubres as que se desenvolvem:

15.1.1 Acima dos limites de tolerância previstos nos Anexos n.º 1, 2, 3, 5, 11 e 12;

15.1.2 (Revogado pela Portaria MTE n.º 3.751, de 23 de novembro de 1990)

15.1.3 Nas atividades mencionadas nos Anexos n.º 6, 13 e 14;

15.1.4 Comprovadas através de laudo de inspeção do local de trabalho, constantes dos Anexos n.º 7, 8, 9 e 10.”

Limite de tolerância

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, a Norma Regulamentadora nº 15, destaca que:

“15.1.5 Entende-se por "Limite de Tolerância", para os fins desta Norma, a concentração ou intensidade máxima ou mínima, relacionada com a natureza e o tempo de exposição ao agente, que não causará dano à saúde do trabalhador, durante a sua vida laboral.”

Segundo o ART.º 192 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para as atividades exercidas acima dos limites de tolerância, previstos nos anexos da NR 15, assegura ao trabalhador a percepção do Adicional de insalubridade, incidente sobre o salário mínimo da região. Os percentuais são:

- 40% (quarenta por cento), para insalubridade de grau máximo;
- 20% (vinte por cento), para insalubridade de grau médio, e;
- 10% (dez por cento), para insalubridade de grau mínimo.

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, a Norma Regulamentadora nº 15, destaca que:

GRAUS DE INSALUBRIDADE		
ANEXO	ATIVIDADES OU OPERAÇÕES QUE EXPONHAM O TRABALHADOR	PERCENTUAL
1	Níveis de ruído contínuo ou intermitente superiores aos limites de tolerância fixados no Quadro constante do Anexo 1 e no item 6 do mesmo Anexo.	20%
2	Níveis de ruído de impacto superiores aos limites de tolerância fixados nos itens 2 e 3 do Anexo 2.	20%
3	Exposição ao calor com valores de IBUTG, superiores aos limites de tolerância fixados nos Quadros 1 e 2.	20%
4	(Revogado pela Portaria MTE n.º 3.751, de 23 de novembro de 1990)	
5	Níveis de radiações ionizantes com radioatividade superior aos limites de tolerância fixados neste Anexo.	40%
6	Ar comprimido.	40%
7	Radiações não-ionizantes consideradas insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho.	20%
8	Vibrações consideradas insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho.	20%
9	Frio considerado insalubre em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho.	20%
10	Umidade considerada insalubre em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho.	20%
11	Agentes químicos cujas concentrações sejam superiores aos limites de tolerância fixados no Quadro 1.	10%, 20% e 40%
12	Poeiras minerais cujas concentrações sejam superiores aos limites de tolerância fixados neste Anexo.	40%
13	Atividades ou operações, envolvendo agentes químicos, consideradas insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho.	10%, 20% e 40%
14	Agentes biológicos.	20% e 40%

Suspensão do pagamento do adicional de insalubridade

O pagamento do adicional é transitório e será devido ao trabalhador enquanto permanecer exposto aos agentes insalubres, o pagamento do adicional de insalubridade cessará quando as medidas preventivas e de proteção forem implementadas de acordo com a seguinte ordem de prioridade:

- eliminar o fator de risco;
- controlar o fator de risco na fonte com a adoção de medidas de controle de engenharia ou medidas organizacionais;
- reduzir ao mínimo os fatores de risco através da concepção de sistemas seguros de trabalho que compreendam medidas administrativas de controle; e
- se os fatores de risco e riscos residuais não puderem ser controlados por meio de medidas coletivas, o empregador deverá fornecer gratuitamente equipamento de proteção individual apropriado, incluindo vestuário, e adotar medidas que assegurem o uso e a manutenção desses equipamentos.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL - ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) destaca em seu artigo 193:

“Art. 193. São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a:

I - inflamáveis, explosivos ou energia elétrica;

II - roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial.

§ 1º - O trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional de 30% (trinta por cento) sobre o salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.

§ 2º - O empregado poderá optar pelo adicional de insalubridade que porventura lhe seja devido.

§ 3º Serão descontados ou compensados do adicional outros da mesma natureza eventualmente já concedidos ao vigilante por meio de acordo coletivo.

§ 4º São também consideradas perigosas as atividades de trabalhador em motocicleta.

Avaliação das condições Ambientais

UNIDADE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE SAÚDE
CNPJ: 27.167.345/0001-90

Endereço
Avenida Presidente Vargas, 545 - Centro - Mantenópolis/ES
CEP: 29.770-000

CNAE
8411-6/00 – Administração Pública em Geral
Grau de Risco 1

Caracterização dos processos e ambientes de trabalho

Funcionários

Setor	Cargo	Funcionários
GHE 01 ADMINISTRATIVO	AGENTE ADMINISTRATIVO	12
	ASSISTENTE SOCIAL	1
	ESCRITURÁRIO	1
	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	1
GHE 02 ADMINISTRATIVO / ÁREAS EXTERNAS	AGENTE COMB. DE SAÚDE	17
	AGENTE DE COMB. AS ENDEMIAS	1
	AGENTE DE ZOONOSE	1
GHE 03 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO / UBS	AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICO	2
	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	7
GHE 04 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO / PA	AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS	1
	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	3
GHE 05 ODONTOLÓGICO / UBS	AUX DE SAÚDE BUCAL – ESF	2
	ODONTÓLOGO ESF	1
	TÉCNICO DE SAÚDE BUCAL	3
GHE 06 ENFERMAGEM / UBS	ENFERMEIRO ESF.	4
	TÉCNICO DE ENFERMAGEM/ESF	6

GHE 07 ENFERMAGEM / PA	EMFERMEIRO PLANTONISTA	5
	TÉCNICO DE ENERMAGEM	7
GHE 08 EMFERMAGEM / ÁREA DE ISOLAMENTO	ENFERMEIRO	1
	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	1
GHE 09 FISCALIZAÇÃO	FISCAL DE ATIV. URBANAS	1
GHE 10 FISIOTERAPIA	FISIOTERAPEUTA	1
GHE 11 FONOAUDIOLOGIA	FONOAUDIÓLOGO	1
GHE 12 ÁREA CLÍNICA / UBS	MÉDICO CLINICO GERAL	1
	MÉDICO ESF	2
GHE 13 ÁREA CLÍNICA / PA	MÉDICO PLANTONISTA I	3
GHE 14 ÁREA CLÍNICA / ÁREA DE ISOLAMENTO	MÉDICO	1
GHE 15 VETERINÁRIA	MÉDICO VETERINÁRIO	1
GHE 16 TRANSPORTE	MOTORISTA PROFISSIONAL	12
GHE 17 MÁQUINAS MÓVEIS	OPERADOR DE MÁQUINAS	1
GHE 18 NUTRIÇÃO	NUTRICIONISTA	1
GHE 19 PSICOLOGIA	PSICÓLOGO	1
GHE 20 RADIOLOGIA	TÉCNICO DE RADIOLOGIA	2
GHE 21 SEGURANÇA	VIGIA	2

SETOR
GHE 01 ADMINISTRATIVO
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

15 funcionários

CARGO
AGENTE ADMINISTRATIVO
Supervisionam e controlam serviços financeiros diversos, bens-patrimoniais e logísticos; elaboram orçamentos, efetuam pagamentos, realizam cobrança, controlam bens patrimoniais, fecham câmbio, analisam crédito, coordenam caixas, administram processos logísticos e gerenciam almoxarifado/estoque; Supervisionam equipes de trabalho, orientando e avaliando desempenho em busca da melhor qualidade no trabalho. Organizam documentos e efetuam sua classificação contábil; geram lançamentos contábeis, auxiliam na apuração dos impostos, conciliam contas e preenchimento de guias de recolhimento e de solicitações, junto a órgãos do governo. Emitem notas de venda e de transferência entre outras; realizam o arquivo de documentos; Organizam a rotina de serviços e realizam entrada e transmissão de dados, operando teleimpressores e microcomputadores; registram e transcrevem informações, operando máquinas de escrever; atendem necessidades do setor interno e externo. Supervisionam trabalho e equipe; Organizam documentos e informações. Orientam usuários e os auxiliam na recuperação de dados e informações. Disponibilizam fonte de dados para usuários. Providenciam aquisição de material e incorporam material ao acervo. Arquivam documentos, classificando-os segundo critérios apropriados para armazená-los e conservá-los. Prestam serviço de comutação, alimentam base de dados e elaboram estatísticas. Executam tarefas relacionadas com a elaboração e manutenção de arquivos, podendo ainda, operar equipamentos reprográficos, recuperar e preservar as informações por meio digital, magnético ou papel.

CBO: 4102-05

12 funcionários

CARGO
ASSISTENTE SOCIAL
Prestar serviços sociais orientando indivíduos, famílias, comunidade e instituições sobre direitos e deveres (normas, códigos e legislação), serviços e recursos sociais e programas de educação; planejar, coordenar e avaliar planos, programas e projetos sociais em diferentes áreas de atuação profissional (seguridade, educação, trabalho, jurídica, habitação e outras), atuando nas esferas pública e privada; orientar e monitorar ações em desenvolvimento relacionados à economia doméstica, nas áreas de habitação, vestuário e têxteis, desenvolvimento humano, economia familiar, educação do consumidor, alimentação e saúde; desempenhar tarefas administrativas. Realizar estudo socioeconômico; Pesquisar interesses e necessidades da população; Mapear o perfil social do usuário; Pesquisar características da área de atuação; Pesquisar informações ´in loco´; Pesquisar organizações e instituições públicas e privadas; Realizar pesquisas bibliográficas e documentais; Estudar viabilidade de projetos propostos; Levantar número de usuários; Coletar dados; Organizar dados coletados; Compilar dados; Tabular dados; Difundir resultados da pesquisa; Buscar parceiros; Pesquisar a satisfação do usuário; Realizar estudo socio-territorial; Analisar dados.

CBO: 2516-05

12 funcionários

CARGO
ESCRITURÁRIO
Redigir ou participar da redação de correspondências, pareceres, documentos legais e outros significativos para o órgão, datilografar ou determinar a datilografia de documentos redigidos e aprovados, operar microcomputador, utilizando programas básicos e aplicativos, para incluir, alterar, obter dados e informações, bem como consultar registros, estudar processo referentes a assuntos de caráter geral ou específico da unidade administrativa e propor soluções, coordenar a classificação, o registro e a conservação de processos, livros e outros documentos em arquivos específicos, elaborar, sob orientação, quadros e tabelas estatísticos, fluxogramas, organogramas e gráficos em geral, elaborar ou colaborar na elaboração de relatórios parciais e anuais, atendendo as exigências ou normas da unidade administrativa, receber, conferir e distribuir materiais, verificando solicitações de compras e pedidos de fornecimento, realizar, sob orientação específica, coleta de preços e concorrências públicas e administrativas para aquisição de material, orientar e supervisionar as atividades de controle de estoque, a fim de assegurar a perfeita ordem de armazenamento, conservação e níveis de suprimento, controlar estoques de materiais, inspecionando o recebimento e a entrega, bem como verificando os prazos de validade dos materiais perecíveis e a necessidade de ressuprimento dos estoques, auxiliar na contabilização financeira, orçamentária e patrimonial da Prefeitura, classificando documentos, preparando relações de cobranças e pagamentos, conferindo guias de pagamento, examinando empenhos de despesas e executando outras atividades afins, estudar os documentos a serem arquivados, analisando o conteúdo e o valor dos mesmos, para decidir sobre a maneira mais conveniente de arquivá-los, arquivar os documentos de acordo com o sistema de classificação adotado, colocando-os em arquivos, estantes ou outro local adequado, para preservá-los de riscos e extravios, promover a guarda e a preservação dos documentos, promover o empréstimo dos documentos solicitados, preservando-os de riscos e extravios através de registro do destino, nome do solicitante, tempo empréstimo e outras informações necessárias, colaborar nos estudos para a organização e a racionalização dos serviços nas unidade da Prefeitura, executar os serviços burocráticos relativos a contratos, doações e patrocínio e executar outras atribuições afins.

CBO: 4110

1 funcionários

CARGO
TÉCNICO EM CONTABILIDADE
Colaborar no preparo de normas de trabalho de contabilidade e executá-las. Escriturar ou orientar a escrituração dos livros contábeis. Fazer levantamentos e organizar balancetes patrimoniais e financeiros. Efetuar perícias contábeis. Participar de trabalhos de tomadas de contas; assinar balanços e balancetes; preparar relatórios informativos; orientar, do ponto de vista contábil, o levantamento dos bens patrimoniais. Auxiliar na preparação dos orçamentos. Executar outras tarefas correlatas.

CBO: 4110

1 funcionários

Conclusão de insalubridade AGENTE ADMNISTRATIVO / ASSISTENTE SOCIAL / ESCRITURÁRIO / TÉCNICO EM CONTABILIDADE
Agente físico Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**
Agente químico Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**
Agente biológico Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**

SETOR
GHE 02 ADMINISTRATIVO / ÁREAS EXTERNAS
Áreas diversas conforme a demanda da Secretaria da Saúde: casas, comunidades, outras residências, estabelecimentos, entre outros.

N º de funcionários 19

CARGO
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
Realizar visitas domiciliares; verificar cartão de vacina e gestante; acompanhar os pacientes hipertensos; marcar consultas; orientar sobre prevenção de doenças.

CBO: 5151-05

17 funcionários

CARGO
AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS
Orientar a comunidade em geral sobre as medidas para eliminar criadouros de insetos e de outros vetores de doenças, em residências e em estabelecimento diversos

CBO: 5151-403

1 funcionário

CARGO
AGENTE DE ZOONOSE
Orientar a comunidade em geral sobre as medidas para eliminar criadouros de insetos e de outros vetores de doenças, em residências e em estabelecimento diversos.

CBO: 5151-40

1 funcionários

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE / AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS / AGENTE DE ZOONOSE**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Físico	Radiações não-ionizantes		
Descrição	Exposição à radiação não ionizante em atividades a céu aberto		
Fundamentação legal	Anexo 1 da Norma Regulamentadora- 15 (Atividades e Operações Insalubres), Portaria n° 3.214/78 do MTE.		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Aumentam os riscos de doenças como neoplasias, anemia apática, púrpura, radio dermatite, infertilidade, entre outras.		
Fontes ou circunstâncias	Trabalho a céu aberto		
Meio de propagação	Raios solares (UV)		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades: • Óculos de proteção tipo UV.		

Conclusão de insalubridade AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE / AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS / AGENTE DE ZOONOSE
Agente físico RADIAÇÕES NÃO-IONIZANTES 1. Para os efeitos desta norma, são radiações não-ionizantes as micro-ondas, ultravioletas e laser. **2. As operações ou atividades que exponham os trabalhadores às radiações não-ionizantes, sem a proteção adequada, serão consideradas insalubres, em decorrência de laudo de inspeção realizada no local de trabalho**. 3. As atividades ou operações que exponham os trabalhadores às radiações da luz negra (ultravioleta na faixa - 400320 nanômetros) não serão consideradas insalubres. Conforme anexo 07 da Norma Regulamentadora 15 (Atividades e Operações insalubres), Portaria n°3.214/78 do MTE, em relação as operações ou atividades que exponham os trabalhadores às radiações não-ionizantes, sem a proteção adequada, cuja insalubridade é caracterizada pela avaliação qualitativa, as atividades do **GHE 02 são caracterizados como insalubre.** Sendo assim, fica caracterizado a insalubridade de grau médio (20%). Entretanto, atendendo o item 15.4.1 da Norma Regulamentadora n° 15 da portaria 3.214/1978 do MTE e também desde que compridas as exigências contidas na NR 06 e NR 07 a percepção do adicional de insalubridade poderá ser descaracterizada.
Agente químico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**

Agente biológico

NR 15 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES ANEXO N.º 14 (Aprovado pela Portaria SSST n.º 12, de 12 de novembro de 1979) AGENTES BIOLÓGICOS.

Relação das atividades que envolvem agentes biológicos, cuja insalubridade é caracterizada pela avaliação qualitativa:

Insalubridade de grau máximo

Trabalho ou operações, em contato permanente com:

- pacientes em isolamento por doenças infectocontagiosas, bem como objetos de seu uso, não previamente esterilizados;

- carnes, glândulas, vísceras, sangue, ossos, couros, pêlos e dejeções de animais portadores de doenças infectocontagiosas (carbunculose, brucelose, tuberculose);

- esgotos (galerias e tanques); e

- lixo urbano (coleta e industrialização).

Insalubridade de grau médio

Trabalhos e operações em contato permanente com pacientes, animais ou com material infecto-contagiante, em:

. Hospitais, serviços de emergência, enfermarias, ambulatórios, postos de vacinação e outros estabelecimentos destinados aos cuidados da saúde humana (aplica-se unicamente ao pessoal que tenha contato com os pacientes, bem como aos que manuseiam objetos de uso desses pacientes, não previamente esterilizados);

. Hospitais, ambulatórios, postos de vacinação e outros estabelecimentos destinados ao atendimento e tratamento de animais (aplica-se apenas ao pessoal que tenha contato com tais animais);

. Contato em laboratórios, com animais destinados ao preparo de soro, vacinas e outros produtos; laboratórios de análise clínica e histopatologia (aplica-se tão-só ao pessoal técnico);

. Gabinetes de autópsias, de anatomia e histoanatomopatologia (aplica-se somente ao pessoal técnico);

. Cemitérios (exumação de corpos);

. Estábulos e cavalariças; e

. Resíduos de animais deteriorados.

Ausência de agentes insalubres citados unicamente nas atividades estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**

SETOR
GHE 03 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO / UBS
Áreas diversas da saúde UBS (Unidade Básica de Saúde)

Nº de funcionários 09

CARGO
AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICO
Os trabalhadores de limpeza e conservação de áreas públicas preservam as vias públicas, varrendo calçadas, sarjetas e calçadões, acondicionando o lixo para que seja coletado e encaminhado para o aterro sanitário. Zelam pela segurança das pessoas sinalizando e isolando áreas de risco e de trabalho. Trabalham na limpeza e conservação de áreas públicas, coletam resíduos domiciliares, resíduos sólidos de serviços de saúde e resíduos coletados nos serviços de limpeza; Conservam as áreas públicas lavando-as, pintando guias, postes, viadutos, muretas e etc; Auxiliam nos serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos; Trabalham na ornamentação de canteiros urbanos, através da construção de viveiros e canteiros Varrer sarjetas e calçadões; Varrer calçadas; Amontoar detritos e folhagem; Acondicionar lixo em latões ou sacos plásticos; Empurrar carrinho (lutocar); Ensacar animais mortos; Recolher animais mortos; Solicitar coleta de animais mortos; Solicitar remoção de entulho; Executar serviços de varrição, coleta e transporte de lixo industrial, domiciliar, hospitalar e rural e lavagem de ruas e logradouros públicos municipais, mantendo-os em condições adequadas, acondicionando os materiais coletados conforme as orientações e procedimentos estabelecidos. Executar serviços de conservação de ruas e logradouros públicos realizando capinas, roçadas, pinturas em meio-fio, muros, grades e postes, limpeza de ralos, trincheiras, bocas de lobo, caixas de visita, limpeza de córregos e outras atividades correlatas.

CBO: 5142-05

2 funcionários

CARGO
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
Executar sob supervisão serviços de copeiragem, conservação, limpeza e zeladoria em prédios públicos servindo, limpando vidros e fachadas, recintos internos e acessórios. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Preparar sucos, lanches, cafés e pequenas refeições; Servir água, cafezinho, suco; Administrar fluxo de serventia; Receber e distribuir refeições; Receber ou recolher bandejas, louças e talheres após as refeições, providenciando sua lavagem e guarda ou o envio ao setor competente; Secar louça e prataria, esterilizar instrumentos e materiais; Operar com aparelhos elétricos utilizados nos serviços de alimentação; Limpar talheres, equipamentos de refrigeração assim como balcão, bancada e bandejas; retirar restos de comida, separando e destinando o lixo; Lavar fachadas; Limpar vidros; Remover resíduos dos vidros; Remover pichações; Limpar móveis e equipamentos eletrodomésticos, lustres, luminárias, ventiladores e tudo o que mais constar nos recintos dos prédios municipais; Limpar superfícies (paredes, pisos, etc..); Lavar banheiros; Aspirar pó; Lavar pisos; Encerar pisos; Remover sujeira; Varrer pisos; Secar pisos; Passar pano; Limpar, lavar cortinas e persianas; Recolher lixo; Depositar o lixo e detritos da cozinha em lugares apropriados, de forma a evitar proliferação de insetos; Proceder à limpeza de ralos, caixas de gordura e esgotos, assim como desentupir pias e ralos; Prover os sanitários com toalha, sabão e papel higiênico, removendo os já utilizados; Auxiliar na realização de serviços em geral como recebimento, separação e Distribuição de correspondência e materiais, atividades de limpeza, copa e conservação de instalações. Executar trabalhos de limpeza em geral em edifícios e outros locais, para manutenção das condições de higiene e conservação do ambiente, coletando o lixo.

CBO: 4122-05

7 funcionários

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICO / AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Físico	Umidade		
Descrição	Exposição à umidade proveniente da utilização de água no processo de limpeza de banheiros, pisos, entre outros.		
Fundamentação legal	Norma regulamentadora n°15 - Atividades e operações insalubres.		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode provocar doenças no aparelho respiratório, quedas, doenças de pele, entre outras.		
Fontes ou circunstâncias	Limpeza de banheiros entre outros		
Meio de propagação	Contato direto		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas: • Avental de PVC • Luvas de PVP • Botas de PVP		

Identificação			
Perigo/Fator de Risco **Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)**			Grupo **Biológico**
Descrição	Proveniente da limpeza de banheiros e coleta de lixo das UBS.		
Fundamentação legal	Anexo 1 da Norma Regulamentadora- 15 (Atividades e Operações Insalubres), Portaria n° 3.214/78 do MTE.		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.		
Fontes ou circunstâncias	Limpeza de banheiros e coleta de lixo		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
EPI	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas: • Avental de PVC • Luvas de PVP • Botas de PVP • Óculos de Proteção		
Exposição			
Critério	Qualitativo		

Conclusão de insalubridade
AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICO / AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
Agente físico NR 15 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES ANEXO N.º 10 UMIDADE 1. As atividades ou operações executadas em locais alagados ou encharcados, com umidade excessiva, capazes de produzir danos à saúde dos trabalhadores, serão consideradas insalubres em decorrência de laudo de inspeção realizada no local de trabalho. Conforme avaliação qualitativa, os colaboradores não executam atividades ou operações em locais alagados ou encharcados, com umidade excessiva, capazes de produzir danos à saúde dos trabalhadores, conforme anexo 10 da Norma Regulamentadora 15, Portaria n° 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre por exposição ao agente físico umidade.** **Agente químico**
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**

Agente biológico

NR 15 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES ANEXO N.º 14 (Aprovado pela Portaria SSST n.º 12, de 12 de novembro de 1979) AGENTES BIOLÓGICOS.

Relação das atividades que envolvem agentes biológicos, cuja insalubridade é caracterizada pela avaliação qualitativa:

Insalubridade de grau máximo

Trabalho ou operações, em contato permanente com:

- pacientes em isolamento por doenças infectocontagiosas, bem como objetos de seu uso, não previamente esterilizados;

- carnes, glândulas, vísceras, sangue, ossos, couros, pêlos e dejeções de animais portadores de doenças infectocontagiosas (carbunculose, brucelose, tuberculose);

- esgotos (galerias e tanques); e

- lixo urbano (coleta e industrialização).

Insalubridade de grau médio

Trabalhos e operações em contato permanente com pacientes, animais ou com material infecto-contagiante, em:

. Hospitais, serviços de emergência, enfermarias, ambulatórios, postos de vacinação e outros estabelecimentos destinados aos cuidados da saúde humana (aplica-se unicamente ao pessoal que tenha contato com os pacientes, bem como aos que manuseiam objetos de uso desses pacientes, não previamente esterilizados);

. Hospitais, ambulatórios, postos de vacinação e outros estabelecimentos destinados ao atendimento e tratamento de animais (aplica-se apenas ao pessoal que tenha contato com tais animais);

. Contato em laboratórios, com animais destinados ao preparo de soro, vacinas e outros produtos; laboratórios de análise clínica e histopatologia (aplica-se tão-só ao pessoal técnico);

. Gabinetes de autópsias, de anatomia e histoanatomopatologia (aplica-se somente ao pessoal técnico);

. Cemitérios (exumação de corpos);

. Estábulos e cavalariças; e

. Resíduos de animais deteriorados.

Ausência de agentes insalubres citados unicamente nas atividades estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**

SETOR
GHE 04 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO / PA
Áreas diversas da saúde PA (Pronto Atendimento)

Nº de funcionários 04

CARGO
AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICO
Os trabalhadores de limpeza e conservação de áreas públicas preservam as vias públicas, varrendo calçadas, sarjetas e calçadões, acondicionando o lixo para que seja coletado e encaminhado para o aterro sanitário. Zelam pela segurança das pessoas sinalizando e isolando áreas de risco e de trabalho. Trabalham na limpeza e conservação de áreas públicas, coletam resíduos domiciliares, resíduos sólidos de serviços de saúde e resíduos coletados nos serviços de limpeza; Conservam as áreas públicas lavando-as, pintando guias, postes, viadutos, muretas e etc; Auxiliam nos serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos; Trabalham na ornamentação de canteiros urbanos, através da construção de viveiros e canteiros Varrer sarjetas e calçadões; Varrer calçadas; Amontoar detritos e folhagem; Acondicionar lixo em latões ou sacos plásticos; Empurrar carrinho (lutocar); Ensacar animais mortos; Recolher animais mortos; Solicitar coleta de animais mortos; Solicitar remoção de entulho; Executar serviços de varrição, coleta e transporte de lixo industrial, domiciliar, hospitalar e rural e lavagem de ruas e logradouros públicos municipais, mantendo-os em condições adequadas, acondicionando os materiais coletados conforme as orientações e procedimentos estabelecidos. Executar serviços de conservação de ruas e logradouros públicos realizando capinas, roçadas, pinturas em meio-fio, muros, grades e postes, limpeza de ralos, trincheiras, bocas de lobo, caixas de visita, limpeza de córregos e outras atividades correlatas.

CBO: 5142-05

1 funcionário

CARGO
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
Executar sob supervisão serviços de copeiragem, conservação, limpeza e zeladoria em prédios públicos servindo, limpando vidros e fachadas, recintos internos e acessórios. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Preparar sucos, lanches, cafés e pequenas refeições; Servir água, cafezinho, suco; Administrar fluxo de serventia; Receber e distribuir refeições; Receber ou recolher bandejas, louças e talheres após as refeições, providenciando sua lavagem e guarda ou o envio ao setor competente; Secar louça e prataria, esterilizar instrumentos e materiais; Operar com aparelhos elétricos utilizados nos serviços de alimentação; Limpar talheres, equipamentos de refrigeração assim como balcão, bancada e bandejas; retirar restos de comida, separando e destinando o lixo; Lavar fachadas; Limpar vidros; Remover resíduos dos vidros; Remover pichações; Limpar móveis e equipamentos eletrodomésticos, lustres, luminárias, ventiladores e tudo o que mais constar nos recintos dos prédios municipais; Limpar superfícies (paredes, pisos, etc..); Lavar banheiros; Aspirar pó; Lavar pisos; Encerar pisos; Remover sujeira; Varrer pisos; Secar pisos; Passar pano; Limpar, lavar cortinas e persianas; Recolher lixo; Depositar o lixo e detritos da cozinha em lugares apropriados, de forma a evitar proliferação de insetos; Proceder à limpeza de ralos, caixas de gordura e esgotos, assim como desentupir pias e ralos; Prover os sanitários com toalha, sabão e papel higiênico, removendo os já utilizados; Auxiliar na realização de serviços em geral como recebimento, separação e Distribuição de correspondência e materiais, atividades de limpeza, copa e conservação de instalações. Executar trabalhos de limpeza em geral em edifícios e outros locais, para manutenção das condições de higiene e conservação do ambiente, coletando o lixo.

CBO: 4122-05

3 funcionários

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICO / AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Físico	Umidade		
Descrição	Exposição à umidade proveniente da utilização de água no processo de limpeza de banheiros, pisos, entre outros.		
Fundamentação legal	Norma regulamentadora n°15 - Atividades e operações insalubres.		
Fontes ou circunstâncias	Limpeza de banheiros entre outros		
Meio de propagação	Contato direto		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas: • Avental de PVC • Luvas de PVP • Botas de PVP		

Identificação			
Perigo/Fator de Risco **Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)**			Grupo **Biológico**
Descrição	Proveniente da limpeza de banheiros, leitos e coleta de lixo do PA (Pronto Atendimento).		
Fundamentação legal	Anexo 1 da Norma Regulamentadora- 15 (Atividades e Operações Insalubres), Portaria n° 3.214/78 do MTE.		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.		
Fontes ou circunstâncias	Limpeza de banheiros, leitos e coleta de lixo		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
EPI	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas: • Avental de PVC • Luvas de PVP • Botas de PVP • Óculos de Proteção		
Exposição			
Critério	Qualitativo		

Conclusão de insalubridade
AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICO / AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
Agente físico NR 15 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES ANEXO N.º 10 UMIDADE 1. As atividades ou operações executadas em locais alagados ou encharcados, com umidade excessiva, capazes de produzir danos à saúde dos trabalhadores, serão consideradas insalubres em decorrência de laudo de inspeção realizada no local de trabalho. Conforme avaliação qualitativa, os colaboradores não executam atividades ou operações em locais alagados ou encharcados, com umidade excessiva, capazes de produzir danos à saúde dos trabalhadores, conforme anexo 10 da Norma Regulamentadora 15, Portaria n° 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre por exposição ao agente físico umidade.** **Agente químico**
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**

Agente biológico

NR 15 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES ANEXO N.º 14 (Aprovado pela Portaria SSST n.º 12, de 12 de novembro de 1979) AGENTES BIOLÓGICOS.

Relação das atividades que envolvem agentes biológicos, cuja insalubridade é caracterizada pela avaliação qualitativa:

Insalubridade de grau máximo

Trabalho ou operações, em contato permanente com:

- pacientes em isolamento por doenças infectocontagiosas, bem como objetos de seu uso, não previamente esterilizados;

- carnes, glândulas, vísceras, sangue, ossos, couros, pêlos e dejeções de animais portadores de doenças infectocontagiosas (carbunculose, brucelose, tuberculose);

- esgotos (galerias e tanques); e

- lixo urbano (coleta e industrialização).

Insalubridade de grau médio

Trabalhos e operações em contato permanente com pacientes, animais ou com material infecto-contagiante, em:

. Hospitais, serviços de emergência, enfermarias, ambulatórios, postos de vacinação e outros estabelecimentos destinados aos cuidados da saúde humana (aplica-se unicamente ao pessoal que tenha contato com os pacientes, bem como aos que manuseiam objetos de uso desses pacientes, não previamente esterilizados);

. Hospitais, ambulatórios, postos de vacinação e outros estabelecimentos destinados ao atendimento e tratamento de animais (aplica-se apenas ao pessoal que tenha contato com tais animais);

. Contato em laboratórios, com animais destinados ao preparo de soro, vacinas e outros produtos; laboratórios de análise clínica e histopatologia (aplica-se tão-só ao pessoal técnico);

. Gabinetes de autópsias, de anatomia e histoanatomopatologia (aplica-se somente ao pessoal técnico);

. Cemitérios (exumação de corpos);

. Estábulos e cavalariças; e

. Resíduos de animais deteriorados.

Conforme anexo 14 da Norma Regulamentadora 15 (Atividades e Operações insalubres), Portaria n°3.214/78 do MTE, em sua relação de atividades que envolvem agentes biológicos, cuja insalubridade é caracterizada pela avaliação qualitativa, as atividades do **GHE 04 é caracterizado como insalubre.** Sendo assim, fica caracterizado a insalubridade de grau máximo (40%). Entretanto, atendendo o item 15.4.1 da Norma Regulamentadora n° 15 da portaria 3.214/1978 do MTE e também desde que compridas as exigências contidas na NR 06 e NR 07 a percepção do adicional de insalubridade poderá ser descaracterizada.

SETOR
GHE 05 ODONTOLÓGICO
Sala em alvenaria, com pé direito de aproximadamente 3 metros, com iluminação e ventilação artificial, com máquinas, instrumentos e mobiliários destinados a odontologia. Atuam nas unidades de saúde do município. Locais da Secretaria da Saúde UBS.

Nº de funcionários 6

CARGO
AUXILIAR DE SAUDE BUCAL - ESF
Realizar atendimento aos pacientes; lavar os materiais, esterilizar e secar; auxiliar o dentista no atendimento; realizar a esterilização do consultório.

CBO: 3224-30

2 funcionário

CARGO
ODONTÓLOGO ESF
Atender e orientar pacientes e executam procedimentos odontológicos, aplicar medidas de promoção e prevenção de saúde, ações de saúde coletiva, estabelecendo diagnóstico e prognóstico, interagindo com profissionais de outras áreas. Desenvolver atividades profissionais junto a crianças, adultos e idosos, com ou sem necessidades especiais, em diferentes níveis de complexidade. Exercer atividade de ensino e pesquisa. Promover e proteger a saúde bucal, prevenir agravos, realizar diagnóstico, tratar, acompanhar, reabilitar e manter a saúde bucal dos indivíduos de todas as idades. Realizar tratamentos dentários como restaurações, profilaxias, raspagens supra e subgengivais, extrações e cirurgias de dentes decíduos e permanentes, urgências e emergências odontológicas. Realizar atendimento de urgências endodônticas, periodontais e traumas. Ter conhecimento para indicação e aplicação de técnicas anestésicas e protocolos farmacológicos. Avaliar, solicitar e interpretar exames complementares auxiliares de diagnóstico, como radiografias e tomografias.

CBO: 2232-08

1 funcionários

CARGO
TÉCNICO DE SAÚDE BUCAL
Prevenir doença bucal participando de programas de promoção à saúde, projetos educativos e de orientação de higiene bucal. Executar procedimentos odontológicos sob supervisão do cirurgião dentista. Mobilizar capacidades de comunicação em palestras, orientações e discussões técnicas. As atividades são exercidas conforme normas e procedimentos técnicos e de biossegurança. Agendar consultas; Triar pacientes; Realizar a anamnese do paciente; Agilizar o atendimento odontológico; Preparar equipamentos e instrumental para o uso; Organizar arquivo e fichário. Fazer assepsia da sala e/ou equipamentos.

CBO: 3224-15

3 funcionário

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL – ESF / ODONTÓLOGO ESF / TÉCNICO DE SAÚDE BUCAL**			
Identificação			
Perigo/Fator de Risco **Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)**			Grupo **Biológico**
Descrição	Risco proveniente do contato com pacientes das UBS diversos, e manuseio e esterilização de materiais odontológicos utilizados.		
Fundamentação legal	Anexo 1 da Norma Regulamentadora- 15 (Atividades e Operações Insalubres), Portaria n° 3.214/78 do MTE.		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.		
Fontes ou circunstâncias	Contato com pacientes e manuseio de instrumentos odontológicos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
EPI	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas a odontologia.		
Exposição			
Critério	Qualitativo		

Conclusão de insalubridade Cargo AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL – ESF / ODONTÓLOGO ESF / TÉCNICO DE SAÚDE BUCAL
Agente físico Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre. **Agente químico**
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre. **Agente biológico**
NR 15 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES ANEXO N.º 14 (Aprovado pela Portaria SSST n.º 12, de 12 de novembro de 1979) AGENTES BIOLÓGICOS. **Insalubridade de grau médio** Trabalhos e operações em contato permanente com pacientes, animais ou com material infecto-contagiante, em: **. Hospitais, serviços de emergência, enfermarias, ambulatórios, postos de vacinação e outros estabelecimentos destinados aos cuidados da saúde humana (aplica-se unicamente ao pessoal que tenha contato com os pacientes, bem como aos que manuseiam objetos de uso desses pacientes, não previamente esterilizados);** . Hospitais, ambulatórios, postos de vacinação e outros estabelecimentos destinados ao atendimento e tratamento de animais (aplica-se apenas ao pessoal que tenha contato com tais animais); . Contato em laboratórios, com animais destinados ao preparo de soro, vacinas e outros produtos; laboratórios de análise clínica e histopatologia (aplica-se tão-só ao pessoal técnico); . Gabinetes de autópsias, de anatomia e histoanatomopatologia (aplica-se somente ao pessoal técnico); . Cemitérios (exumação de corpos); . Estábulos e cavalariças; e . Resíduos de animais deteriorados. Conforme anexo 14 da Norma Regulamentadora 15 (Atividades e Operações insalubres), Portaria n°3.214/78 do MTE, em sua relação de atividades que envolvem agentes biológicos, cuja insalubridade é caracterizada pela avaliação qualitativa, as atividades do **GHE 05 é caracterizado como insalubre.** Sendo assim, fica caracterizado a insalubridade de grau médio (20%). Entretanto, atendendo o item 15.4.1 da Norma Regulamentadora n° 15 da portaria 3.214/1978 do MTE e também desde que compridas as exigências contidas na NR 06 e NR 07 a percepção do adicional de insalubridade poderá ser descaracterizada.

SETOR
GHE 06 ENFERMAGEM / UBS
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral. Locais da Secretaria da Saúde UBS.

Nº de funcionários 10

CARGO
ENFERMEIRO ESF.
Realizar atendimento aos pacientes; fazer curativos, coleta de exames; auxiliar em pequenas cirurgias; coordenar a unidade de saúde; realizar visitas domiciliares. Definir território de atuação; Mapear área de atuação; Identificar grupos, famílias e indivíduos expostos a riscos; Organizar grupos de promoção à saúde; Atualizar informações cadastrais; Atender usuários nas UBS, nos domicílios ou espaços comunitários; Realizar ações de prevenção de agravos e curativas; Realizar busca ativa de situações locais; Notificar doenças, agravos e situações de importância local; Identificar necessidades dos usuários; Responsabilizar-se por todos os atendimentos da população adscrita; Coordenar o cuidado dos usuários; Promover a integralidade do cuidado; Participar das atividades de planejamento; Participar das avaliações da equipe; Incentivar a participação da comunidade; Identificar parceiros e recursos disponíveis na comunidade; Registrar as atividades nos sistemas de informação; Participar das atividades de educação permanente; Definir ações de acordo com prioridades locais; Participar do gerenciamento de insumos.

CBO: 2235-05

Funcionário 4

CARGO
TÉCNICO DE ENFERMAGEM/ESF
Realizar limpeza dos materiais e fazer a esterilização; auxiliar em pequenas cirurgias; fazer pré consulta; realizar visitas domiciliares; fazer vacinação, teste do pezinho, glicemia e pulsão de veias.

CBO: 3222-05

6 funcionário

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo ENFERMEIRO ESF. / TÉCNICO DE ENFERMAGE/ESF**			
Identificação			
Perigo/Fator de Risco **Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)**			Grupo **Biológico**
Descrição	Risco proveniente do contato direto com pacientes das UBS e manuseio e utilização de instrumentos, e a manipulação de matérias diversos.		
Fundamentação legal	Anexo 1 da Norma Regulamentadora- 15 (Atividades e Operações Insalubres), Portaria n° 3.214/78 do MTE.		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.		
Fontes ou circunstâncias	Contato com pacientes e instrumentos hospitalares		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
EPI	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades: • Avental • Luvas de proteção • Máscara de proteção		
Exposição			
Critério	Qualitativo		

Conclusão de insalubridade
Cargo ENFERMEIRO ESF / TÉCNICO DE ENFERMAGEM ESF
Agente físico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, **portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**
Agente químico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, **portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**
Agente biológico
NR 15 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES ANEXO N.º 14 (Aprovado pela Portaria SSST n.º 12, de 12 de novembro de 1979) AGENTES BIOLÓGICOS. **Insalubridade de grau médio** Trabalhos e operações em contato permanente com pacientes, animais ou com material infecto-contagiante, em: **. Hospitais, serviços de emergência, enfermarias, ambulatórios, postos de vacinação e outros estabelecimentos destinados aos cuidados da saúde humana (aplica-se unicamente ao pessoal que tenha contato com os pacientes, bem como aos que manuseiam objetos de uso desses pacientes, não previamente esterilizados);** . Hospitais, ambulatórios, postos de vacinação e outros estabelecimentos destinados ao atendimento e tratamento de animais (aplica-se apenas ao pessoal que tenha contato com tais animais); . Contato em laboratórios, com animais destinados ao preparo de soro, vacinas e outros produtos; laboratórios de análise clínica e histopatologia (aplica-se tão-só ao pessoal técnico); . Gabinetes de autópsias, de anatomia e histoanatomopatologia (aplica-se somente ao pessoal técnico); . Cemitérios (exumação de corpos); . Estábulos e cavalariças; e . Resíduos de animais deteriorados. Conforme anexo 14 da Norma Regulamentadora 15 (Atividades e Operações insalubres), Portaria n°3.214/78 do MTE, em sua relação de atividades que envolvem agentes biológicos, cuja insalubridade é caracterizada pela avaliação qualitativa, as atividades do **GHE 06 é caracterizado como insalubre.** Sendo assim, fica caracterizado a insalubridade de grau médio (20%). Entretanto, atendendo o item 15.4.1 da Norma Regulamentadora n° 15 da portaria 3.214/1978 do MTE e também desde que compridas as exigências contidas na NR 06 e NR 07 a percepção do adicional de insalubridade poderá ser descaracterizada.

SETOR
GHE 07 ENFERMAGEM / PA
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral. Locais da Secretaria da Saúde PA (Pronto Atendimento).

Nº de funcionários 12

CARGO
ENFERMEIRO PLANTONISTA
Prestar assistência ao paciente; coordenar, planejar ações, supervisionar, executar e auditar serviços de enfermagem, empregando processos de rotina e/ou específicos, para possibilitar a proteção e recuperação de saúde individual ou coletiva. Prestar assistência ao paciente e/ou cliente; coordenar, planejar ações e auditar serviços de enfermagem e/ou perfusão. Implementar ações para a promoção da saúde junto à comunidade; realizar pesquisa, e executar outras atribuições afins. Realizar cuidados diretos de enfermagem nas urgências e emergências clínicas, fazendo a indicação para a continuidade da assistência prestada. Auxiliar no planejamento, gerenciamento, coordenação e avaliação das Unidades de Saúde – US. Realizar ações de saúde em todos os ambientes, nos US e, quando necessário, no domicílio. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

CBO: 2235-05

5 funcionários

CARGO
TÉCNICO EM ENFERMAGEM
Desempenhar atividades técnicas de enfermagem em empresas públicas como: hospitais, clínicas e outros estabelecimentos de assistência médica e domicílios; atuar em cirurgia, terapia, puericultura, pediatria, psiquiatria, obstetrícia, saúde ocupacional e outras áreas. Prestar assistência ao paciente zelando pelo seu conforto e bem-estar, administram medicamentos e desempenham tarefas de instrumentação cirúrgica, posicionando de forma adequada o paciente e o instrumental. Organizar ambiente de trabalho e dão continuidade aos plantões. Trabalhar em conformidade às boas práticas, normas e procedimentos de biossegurança. Realizar registros e elaboram relatórios técnicos. Desempenhar atividades e realizam ações para promoção da saúde da família.

CBO: 3222-05

7 funcionários

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo ENFERMEIRO PLANTONISTA / TÉCNICO DE ENFERMAGE**			
Identificação			
Perigo/Fator de Risco **Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)**			Grupo **Biológico**
Descrição	Risco proveniente do contato direto com pacientes hospitalares diversos dos PA, manuseio e utilização de instrumentos hospitalares, e a manipulação de matérias diversos dos PA.		
Fundamentação legal	Anexo 1 da Norma Regulamentadora- 15 (Atividades e Operações Insalubres), Portaria n° 3.214/78 do MTE.		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.		
Fontes ou circunstâncias	Contato com pacientes e instrumentos hospitalares		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
EPI	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades: • Avental • Luvas de proteção • Máscara de proteção		
Exposição			
Critério	Qualitativo		

Conclusão de insalubridade
Cargo ENFERMEIRO PLANTONISTA / TÉCNICO DE ENFERMAGEM
Agente físico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, **portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**
Agente químico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, **portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**

Agente biológico

NR 15 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES ANEXO N.º 14 (Aprovado pela Portaria SSST n.º 12, de 12 de novembro de 1979) AGENTES BIOLÓGICOS.

Relação das atividades que envolvem agentes biológicos, cuja insalubridade é caracterizada pela avaliação qualitativa:

Insalubridade de grau máximo

Trabalho ou operações, em contato permanente com:

- pacientes em isolamento por doenças infectocontagiosas, bem como objetos de seu uso, não previamente esterilizados;

- carnes, glândulas, vísceras, sangue, ossos, couros, pêlos e dejeções de animais portadores de doenças infectocontagiosas (carbunculose, brucelose, tuberculose);

- esgotos (galerias e tanques); e

- lixo urbano (coleta e industrialização).

Insalubridade de grau médio

Trabalhos e operações em contato permanente com pacientes, animais ou com material infecto-contagiante, em:

. Hospitais, serviços de emergência, enfermarias, ambulatórios, postos de vacinação e outros estabelecimentos destinados aos cuidados da saúde humana (aplica-se unicamente ao pessoal que tenha contato com os pacientes, bem como aos que manuseiam objetos de uso desses pacientes, não previamente esterilizados);

. Hospitais, ambulatórios, postos de vacinação e outros estabelecimentos destinados ao atendimento e tratamento de animais (aplica-se apenas ao pessoal que tenha contato com tais animais);

. Contato em laboratórios, com animais destinados ao preparo de soro, vacinas e outros produtos; laboratórios de análise clínica e histopatologia (aplica-se tão-só ao pessoal técnico);

. Gabinetes de autópsias, de anatomia e histoanatomopatologia (aplica-se somente ao pessoal técnico);

. Cemitérios (exumação de corpos);

. Estábulos e cavalariças; e

. Resíduos de animais deteriorados.Conforme anexo 14 da Norma Regulamentadora 15 (Atividades e Operações insalubres), Portaria n°3.214/78 do MTE, em sua relação de atividades que envolvem agentes biológicos, cuja insalubridade é caracterizada pela avaliação qualitativa, as atividades do **GHE 07 é caracterizado como insalubre.** Sendo assim, fica caracterizado a insalubridade de grau médio (20%). Entretanto, atendendo o item 15.4.1 da Norma Regulamentadora n° 15 da portaria 3.214/1978 do MTE e também desde que compridas as exigências contidas na NR 06 e NR 07 a percepção do adicional de insalubridade poderá ser descaracterizada.

SETOR
GHE 08 ENFERMAGEM / ÁREA DE ISOLAMENTO
Áreas de isolamento provisória para pacientes com doenças infectocontagiosas. Área conforme determinar a Secretaria da Saúde.

Nº de funcionários 2

CARGO
ENFERMEIRO
Prestar assistência ao paciente; coordenar, planejar ações, supervisionar, executar e auditar serviços de enfermagem, empregando processos de rotina e/ou específicos, para possibilitar a proteção e recuperação de saúde individual ou coletiva. Prestar assistência ao paciente e/ou cliente; coordenar, planejar ações e auditar serviços de enfermagem e/ou perfusão. Implementar ações para a promoção da saúde junto à comunidade; realizar pesquisa, e executar outras atribuições afins. Realizar cuidados diretos de enfermagem nas urgências e emergências clínicas, fazendo a indicação para a continuidade da assistência prestada. Auxiliar no planejamento, gerenciamento, coordenação e avaliação das Unidades de Saúde – US. Realizar ações de saúde em todos os ambientes, nos US e, quando necessário, no domicílio. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

CBO: 2235-05

1 funcionários

CARGO
TÉCNICO EM ENFERMAGEM
Desempenhar atividades técnicas de enfermagem em empresas públicas como: hospitais, clínicas e outros estabelecimentos de assistência médica e domicílios; atuar em cirurgia, terapia, puericultura, pediatria, psiquiatria, obstetrícia, saúde ocupacional e outras áreas. Prestar assistência ao paciente zelando pelo seu conforto e bem-estar, administram medicamentos e desempenham tarefas de instrumentação cirúrgica, posicionando de forma adequada o paciente e o instrumental. Organizar ambiente de trabalho e dão continuidade aos plantões. Trabalhar em conformidade às boas práticas, normas e procedimentos de biossegurança. Realizar registros e elaboram relatórios técnicos. Desempenhar atividades e realizam ações para promoção da saúde da família.

CBO: 3222-05

1 funcionários

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo ENFERMEIRO / TÉCNICO DE ENFERMAGE**			
Identificação			
Perigo/Fator de Risco **Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)**			Grupo **Biológico**
Descrição	Risco aplicado exclusivamente aos profissionais que frequentam a área de isolamento de doenças infectocontagiosas provisória, de forma permanente.		
Fundamentação legal	Anexo 1 da Norma Regulamentadora- 15 (Atividades e Operações Insalubres), Portaria n° 3.214/78 do MTE.		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.		
Fontes ou circunstâncias	Área de isolamento provisória de doenças infectocontagiosas		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
EPI	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades: • Avental • Luvas de proteção • Máscara de proteção		
Exposição			
Critério	Qualitativo		

Conclusão de insalubridade
Cargo ENFERMEIRO / TÉCNICO DE ENFERMAGEM
Agente físico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, **portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**
Agente químico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, **portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**

Agente biológico

NR 15 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES ANEXO N.º 14 (Aprovado pela Portaria SSST n.º 12, de 12 de novembro de 1979) AGENTES BIOLÓGICOS.

Relação das atividades que envolvem agentes biológicos, cuja insalubridade é caracterizada pela avaliação qualitativa:

Insalubridade de grau máximo

Trabalho ou operações, em contato permanente com:

- pacientes em isolamento por doenças infectocontagiosas, bem como objetos de seu uso, não previamente esterilizados;

- carnes, glândulas, vísceras, sangue, ossos, couros, pêlos e dejeções de animais portadores de doenças infectocontagiosas (carbunculose, brucelose, tuberculose);

- esgotos (galerias e tanques); e

- lixo urbano (coleta e industrialização).

Insalubridade de grau médio

Trabalhos e operações em contato permanente com pacientes, animais ou com material infecto-contagiante, em:

. Hospitais, serviços de emergência, enfermarias, ambulatórios, postos de vacinação e outros estabelecimentos destinados aos cuidados da saúde humana (aplica-se unicamente ao pessoal que tenha contato com os pacientes, bem como aos que manuseiam objetos de uso desses pacientes, não previamente esterilizados);

. Hospitais, ambulatórios, postos de vacinação e outros estabelecimentos destinados ao atendimento e tratamento de animais (aplica-se apenas ao pessoal que tenha contato com tais animais);

. Contato em laboratórios, com animais destinados ao preparo de soro, vacinas e outros produtos; laboratórios de análise clínica e histopatologia (aplica-se tão-só ao pessoal técnico);

. Gabinetes de autópsias, de anatomia e histoanatomopatologia (aplica-se somente ao pessoal técnico);

. Cemitérios (exumação de corpos);

. Estábulos e cavalariças; e

. Resíduos de animais deteriorados.Conforme anexo 14 da Norma Regulamentadora 15 (Atividades e Operações insalubres), Portaria n°3.214/78 do MTE, em sua relação de atividades que envolvem agentes biológicos, cuja insalubridade é caracterizada pela avaliação qualitativa, as atividades do **GHE 08 é caracterizado como insalubre.** Sendo assim, fica caracterizado a insalubridade de grau máximo (40%). Entretanto, atendendo o item 15.4.1 da Norma Regulamentadora n° 15 da portaria 3.214/1978 do MTE e também desde que compridas as exigências contidas na NR 06 e NR 07 a percepção do adicional de insalubridade poderá ser descaracterizada.

SETOR
GHE 09 FISCALIZAÇÃO
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral. Atividades externas conforme as necessidades das vistorias.

1 funcionários

CARGO
FISCAL DE ATIVIDADES URBANAS
Realizar vistorias e fiscalizações, lavrar autos e termos, exercer poder de polícia administrativa, fiscalizar ordenamento urbano, realizar diligência, aditar processos na fiscalização de atividades nas áreas urbanas e rurais e em estabelecimentos comerciais e industriais. Receber demanda/denúncia; Consultar sistema e banco de dados; Mapear áreas; Realizar georreferenciamento; Verificar conformidades/zoneamento; Deslocar-se até local de vistoria. Descrever ato infracional; Consultar legislação; Enquadrar a infração na legislação; Identificar infrator; Transcrever legislação; Calcular valor da multa; Estabelecer prazo para corrigir irregularidades; Dar ciência de autos e termos ao infrator; Analisar defesa do infrator (réplica). Interditar atividades econômicas; Interditar edificações em situação de risco iminente; Participar da interdições em situação de risco iminente; Lacrar instalações físicas; Acompanhar lacrações; Embargar obras; Propor cassação de licenças; Cassar licenças; Apreender bens, animais, materiais e equipamentos. Vistoriar e acompanhar obras, serviços e edificações em execução. Fazer uso de veículos da frota pública municipal, no desempenho das atividades do seu cargo.

CBO: 2545-05

Funcionário 1

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo FISCAL DE ATIVIDADES URBANAS**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Físico	Radiações não-ionizantes		
Descrição	Exposição à radiação não ionizante (Raios solares UV) em atividades a céu aberto: vistorias, fiscalizações e na condução de veículos automotores.		
Fundamentação legal	Anexo 1 da Norma Regulamentadora- 15 (Atividades e Operações Insalubres), Portaria n° 3.214/78 do MTE.		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Aumentam os riscos de doenças como neoplasias, anemia apática, púrpura, radio dermatite, infertilidade, entre outras.		
Fontes ou circunstâncias	Trabalho a céu aberto (Vistorias, fiscalizações, entre outras atividades		
Meio de propagação	Raios solares (UV)		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades: • Óculos de proteção tipo UV.		

Conclusão de insalubridade – FISCAL DE ATIVIDADES URBANAS
Agente físico RADIAÇÕES NÃO-IONIZANTES Conforme anexo 07 da Norma Regulamentadora 15 (Atividades e Operações insalubres), Portaria n°3.214/78 do MTE, em relação as operações ou atividades que exponham os trabalhadores às radiações não-ionizantes, sem a proteção adequada, cuja insalubridade é caracterizada pela avaliação qualitativa, as atividades do **GHE 08 são caracterizados como insalubre.** Sendo assim, fica caracterizado a insalubridade de grau médio (20%). Entretanto, atendendo o item 15.4.1 da Norma Regulamentadora n° 15 da portaria 3.214/1978 do MTE e também desde que compridas as exigências contidas na NR 06 e NR 07 a percepção do adicional de insalubridade poderá ser descaracterizada.
Agente químico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, **portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**
Agente biológico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, **portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**

SETOR
GHE 10 FISIOTERAPIA
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral. Locais da Secretaria da Saúde.

3 funcionários

CARGO
FISIOTERAPEUTA
Aplicar técnicas fisioterapêuticas para prevenção, readaptação e recuperação de pacientes. Atender e avaliar as condições funcionais de pacientes utilizando protocolos e procedimentos específicos da fisioterapia e suas especialidades. Atuar na área de educação em saúde através de palestras, distribuição de materiais educativos e orientações para melhor qualidade de vida. Desenvolver e implementar programas de prevenção em saúde geral e do trabalho. Gerenciar serviços de saúde orientando e supervisionando recursos humanos. Exercer atividades técnico-científicas através da realização de pesquisas, trabalhos específicos, organização e participação em eventos científicos. Montar equipamentos; Testar equipamentos; Operar equipamentos, materiais e dispositivos; Aplicar técnicas fisioterapêuticas para distúrbios vasculares; Aplicar técnicas fisioterapêuticas para distúrbios musculoesqueléticos; Aplicar técnicas fisioterapêuticas.

CBO: 2236-05

Funcionário 3

Conclusão de insalubridade - **Cargo FISIOTERAPEUTA**
Agente físico Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, **portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**
Agente químico Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, **portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**
Agente biológico Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, **portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**

SETOR
GHE 11 FONOAUDIOLOGIA
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral. Locais da Secretaria da Saúde.

1 funcionários

CARGO
FONOAUDIOLOGO
Realizar tratamento fonoaudiólogo para prevenção, habilitação e reabilitação de pacientes aplicando protocolos e procedimentos específicos de fonoaudiologia. Avaliar pacientes; realizar diagnóstico fonoaudiológico; orientar pacientes, familiares, cuidadores e responsáveis; atuar em programas de prevenção, promoção da saúde e qualidade de vida. Eleger procedimentos terapêuticos; Habilitar sistema auditivo; Reabilitar sistema vestibular; Desenvolver habilidades auditivas; Tratar distúrbios vocais; Tratar alterações da fala; Tratar alterações de linguagem oral, leitura e escrita. Realizar anamnese; Detectar expectativas de pacientes.

CBO: 2238-10

Funcionário 1

Conclusão de insalubridade - **Cargo FONOAUDIOLOGO**
Agente físico Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, **portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**
Agente químico Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, **portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**
Agente biológico Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, **portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**

SETOR
GHE 12 ÁREA CLÍNICA / UBS
Áreas diversas da saúde UBS (Unidade Básica de Saúde).

N º de funcionário 3

CARGO
MÉDICO CLINICO GERAL
Realizar consultas e atendimentos médicos; tratar pacientes; implementar ações de prevenção de doenças e promoção da saúde tanto individuais quanto coletivas; coordenar programas e serviços em saúde, efetuar perícias, auditorias e sindicâncias médicas; elaborar documentos e difundem conhecimentos da área médica. Promover e prestar atendimento em saúde de forma individual e coletiva. Realizar exames médicos e emitir diagnósticos. Prescrever medicamentos e outras formas de tratamento para diversos tipos de enfermidades, aplicando recursos de medicina preventiva e terapêutica, participando do conjunto de ações de promoção à saúde, prevenção e tratamento de doenças e reabilitação, com garantia da continuidade do cuidado e integrada às Redes de Atenção à Saúde, promovendo a saúde e o bem-estar do paciente. Prestar atendimento básico de saúde de forma integral identificando as condições de risco para a saúde do indivíduo. Integrar com outros níveis de atenção à saúde do município, buscando maior resolutividade na atenção à saúde. Desenvolver ações programáticas definidas pela Secretaria Municipal da Saúde e por Coordenações de Programas em Saúde. Trabalhar em conjunto à Equipe Multiprofissional e integrada à Rede de Atenção à Saúde. Buscar garantir assistência integral, resolutiva e livre de danos aos usuários em ambos os serviços ofertados pelo SUS. Realizar prescrições médicas conforme quadro de saúde do usuário, de forma a garantir assistência necessária as suas condicionalidades. Solicitar exames diagnósticos. Realizar registros no prontuário do paciente, bem como nos formulários específicos para alimentação do Sistema de informações pertinentes.

CBO: 2251-25

Funcionário 1

CARGO
MÉDICO ESF
Realizar atendimento aos pacientes de todo o: município e distritos; fazer o primeiro atendimento; fazer o acompanhamento dos pacientes com mais risco na ambulância; fazer pequenas cirurgias. Definir território de atuação; Mapear área de atuação; Identificar grupos, famílias e indivíduos expostos a riscos; Organizar grupos de promoção à saúde; Atualizar informações cadastrais; Atender usuários nas UBS, nos domicílios ou espaços comunitários; Realizar ações de prevenção de agravos e curativas; Realizar busca ativa de situações locais; Notificar doenças, agravos e situações de importância local.

CBO: 2251-25

Funcionário 2

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo MÉDICO CLINICO GERAL / MÉDICO ESF**	
Identificação	
Perigo/Fator de Risco **Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)**	Grupo **Biológico**
Descrição	Risco proveniente do contato direto com pacientes das UBS, e manuseio e utilização de instrumentos médicos, entre outros.
Fundamentação legal	Anexo 1 da Norma Regulamentadora- 15 (Atividades e Operações Insalubres), Portaria n° 3.214/78 do MTE.
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.
Fontes ou circunstâncias	Contato com pacientes e instrumentos hospitalares

Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável

Prevenção e controle	
EPI	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades médicas.

Exposição	
Critério	Qualitativo

Conclusão de insalubridade - **Cargo MÉDICO CLINICO GERAL / MÉDICO ESF**
Agente físico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, **portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**
Agente químico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, **portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**

Agente biológico

NR 15 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES ANEXO N.º 14 (Aprovado pela Portaria SSST n.º 12, de 12 de novembro de 1979) AGENTES BIOLÓGICOS.

Relação das atividades que envolvem agentes biológicos, cuja insalubridade é caracterizada pela avaliação qualitativa:

Insalubridade de grau máximo

Trabalho ou operações, em contato permanente com:

- pacientes em isolamento por doenças infectocontagiosas, bem como objetos de seu uso, não previamente esterilizados;

- carnes, glândulas, vísceras, sangue, ossos, couros, pêlos e dejeções de animais portadores de doenças infectocontagiosas (carbunculose, brucelose, tuberculose);

- esgotos (galerias e tanques); e

- lixo urbano (coleta e industrialização).

Insalubridade de grau médio

Trabalhos e operações em contato permanente com pacientes, animais ou com material infecto-contagiante, em:

. Hospitais, serviços de emergência, enfermarias, ambulatórios, postos de vacinação e outros estabelecimentos destinados aos cuidados da saúde humana (aplica-se unicamente ao pessoal que tenha contato com os pacientes, bem como aos que manuseiam objetos de uso desses pacientes, não previamente esterilizados);

. Hospitais, ambulatórios, postos de vacinação e outros estabelecimentos destinados ao atendimento e tratamento de animais (aplica-se apenas ao pessoal que tenha contato com tais animais);

. Contato em laboratórios, com animais destinados ao preparo de soro, vacinas e outros produtos; laboratórios de análise clínica e histopatologia (aplica-se tão-só ao pessoal técnico);

. Gabinetes de autópsias, de anatomia e histoanatomopatologia (aplica-se somente ao pessoal técnico);

. Cemitérios (exumação de corpos);

. Estábulos e cavalariças; e

. Resíduos de animais deteriorados.Conforme anexo 14 da Norma Regulamentadora 15 (Atividades e Operações insalubres), Portaria n°3.214/78 do MTE, em sua relação de atividades que envolvem agentes biológicos, cuja insalubridade é caracterizada pela avaliação qualitativa, as atividades do **GHE 12 é caracterizado como insalubre.** Sendo assim, fica caracterizado a insalubridade de grau médio (20%). Entretanto, atendendo o item 15.4.1 da Norma Regulamentadora n° 15 da portaria 3.214/1978 do MTE e também desde que compridas as exigências contidas na NR 06 e NR 07 a percepção do adicional de insalubridade poderá ser descaracterizada.

SETOR
GHE 13 ÁREA CLÍNICA / PA
Áreas diversas da saúde PA (Pronto Atendimento).

N º de funcionário 3

CARGO
MÉDICO PLANTONISTA I
Realizar consultas e atendimentos médicos; tratar pacientes; implementar ações de prevenção de doenças e promoção da saúde tanto individuais quanto coletivas; coordenar programas e serviços em saúde, efetuar perícias, auditorias e sindicâncias médicas; elaborar documentos e difundem conhecimentos da área médica. Promover e prestar atendimento em saúde de forma individual e coletiva. Realizar exames médicos e emitir diagnósticos. Prescrever medicamentos e outras formas de tratamento para diversos tipos de enfermidades, aplicando recursos de medicina preventiva e terapêutica, participando do conjunto de ações de promoção à saúde, prevenção e tratamento de doenças e reabilitação, com garantia da continuidade do cuidado e integrada às Redes de Atenção à Saúde, promovendo a saúde e o bem-estar do paciente. Prestar atendimento básico de saúde de forma integral identificando as condições de risco para a saúde do indivíduo. Integrar com outros níveis de atenção à saúde do município, buscando maior resolutividade na atenção à saúde. Desenvolver ações programáticas definidas pela Secretaria Municipal da Saúde e por Coordenações de Programas em Saúde. Trabalhar em conjunto à Equipe Multiprofissional e integrada à Rede de Atenção à Saúde. Buscar garantir assistência integral, resolutiva e livre de danos aos usuários em ambos os serviços ofertados pelo SUS. Realizar prescrições médicas conforme quadro de saúde do usuário, de forma a garantir assistência necessária as suas condicionalidades. Solicitar exames diagnósticos. Realizar registros no prontuário do paciente, bem como nos formulários específicos para alimentação do Sistema de informações pertinentes.

CBO: 2251-25

Funcionários 3

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo MÉDICO PLANTONISTA I**			
Identificação			
Perigo/Fator de Risco **Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)**			Grupo **Biológico**
Descrição	Risco proveniente do contato direto com pacientes do PA, e manuseio e utilização de instrumentos hospitalares, a manipulação de matérias diversos dos pacientes.		
Fundamentação legal	Anexo 1 da Norma Regulamentadora- 15 (Atividades e Operações Insalubres), Portaria n° 3.214/78 do MTE.		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.		
Fontes ou circunstâncias	Contato com pacientes e instrumentos hospitalares		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
EPI	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades médicas.		
Exposição			
Critério	Qualitativo		

Conclusão de insalubridade - **Cargo MÉDICO PLANTONISTA I**
Agente físico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, **portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**
Agente químico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, **portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**

Agente biológico

NR 15 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES ANEXO N.º 14 (Aprovado pela Portaria SSST n.º 12, de 12 de novembro de 1979) AGENTES BIOLÓGICOS.

Relação das atividades que envolvem agentes biológicos, cuja insalubridade é caracterizada pela avaliação qualitativa:

Insalubridade de grau máximo

Trabalho ou operações, em contato permanente com:

- pacientes em isolamento por doenças infectocontagiosas, bem como objetos de seu uso, não previamente esterilizados;

- carnes, glândulas, vísceras, sangue, ossos, couros, pêlos e dejeções de animais portadores de doenças infectocontagiosas (carbunculose, brucelose, tuberculose);

- esgotos (galerias e tanques); e

- lixo urbano (coleta e industrialização).

Insalubridade de grau médio

Trabalhos e operações em contato permanente com pacientes, animais ou com material infecto-contagiante, em:

. Hospitais, serviços de emergência, enfermarias, ambulatórios, postos de vacinação e outros estabelecimentos destinados aos cuidados da saúde humana (aplica-se unicamente ao pessoal que tenha contato com os pacientes, bem como aos que manuseiam objetos de uso desses pacientes, não previamente esterilizados);

. Hospitais, ambulatórios, postos de vacinação e outros estabelecimentos destinados ao atendimento e tratamento de animais (aplica-se apenas ao pessoal que tenha contato com tais animais);

. Contato em laboratórios, com animais destinados ao preparo de soro, vacinas e outros produtos; laboratórios de análise clínica e histopatologia (aplica-se tão-só ao pessoal técnico);

. Gabinetes de autópsias, de anatomia e histoanatomopatologia (aplica-se somente ao pessoal técnico);

. Cemitérios (exumação de corpos);

. Estábulos e cavalariças; e

. Resíduos de animais deteriorados.Conforme anexo 14 da Norma Regulamentadora 15 (Atividades e Operações insalubres), Portaria n°3.214/78 do MTE, em sua relação de atividades que envolvem agentes biológicos, cuja insalubridade é caracterizada pela avaliação qualitativa, as atividades do **GHE 13 é caracterizado como insalubre.** Sendo assim, fica caracterizado a insalubridade de grau médio (20%). Entretanto, atendendo o item 15.4.1 da Norma Regulamentadora n° 15 da portaria 3.214/1978 do MTE e também desde que compridas as exigências contidas na NR 06 e NR 07 a percepção do adicional de insalubridade poderá ser descaracterizada.

SETOR
GHE 14 ÁREA CLÍNICA / ÁREA DE ISOLAMENTO
Áreas de isolamento provisória para pacientes com doenças infectocontagiosas. Área conforme determinar a Secretaria da Saúde.

N º de funcionário 1

CARGO
MÉDICO
Realizar consultas e atendimentos médicos; tratar pacientes; implementar ações de prevenção de doenças e promoção da saúde tanto individuais quanto coletivas; coordenar programas e serviços em saúde, efetuar perícias, auditorias e sindicâncias médicas; elaborar documentos e difundem conhecimentos da área médica. Promover e prestar atendimento em saúde de forma individual e coletiva. Realizar exames médicos e emitir diagnósticos. Prescrever medicamentos e outras formas de tratamento para diversos tipos de enfermidades, aplicando recursos de medicina preventiva e terapêutica, participando do conjunto de ações de promoção à saúde, prevenção e tratamento de doenças e reabilitação, com garantia da continuidade do cuidado e integrada às Redes de Atenção à Saúde, promovendo a saúde e o bem-estar do paciente. Prestar atendimento básico de saúde de forma integral identificando as condições de risco para a saúde do indivíduo. Integrar com outros níveis de atenção à saúde do município, buscando maior resolutividade na atenção à saúde. Desenvolver ações programáticas definidas pela Secretaria Municipal da Saúde e por Coordenações de Programas em Saúde. Trabalhar em conjunto à Equipe Multiprofissional e integrada à Rede de Atenção à Saúde. Buscar garantir assistência integral, resolutiva e livre de danos aos usuários em ambos os serviços ofertados pelo SUS. Realizar prescrições médicas conforme quadro de saúde do usuário, de forma a garantir assistência necessária as suas condicionalidades. Solicitar exames diagnósticos. Realizar registros no prontuário do paciente, bem como nos formulários específicos para alimentação do Sistema de informações pertinentes.

CBO: 2251-25

Funcionários 1

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo MÉDICO**			
Identificação			
Perigo/Fator de Risco **Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)**			Grupo **Biológico**
Descrição	Risco aplicado exclusivamente aos profissionais que frequentam a área de isolamento provisória de doenças infectocontagiosas, de forma permanente.		
Fundamentação legal	Anexo 1 da Norma Regulamentadora- 15 (Atividades e Operações Insalubres), Portaria n° 3.214/78 do MTE.		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.		
Fontes ou circunstâncias	Área de isolamento provisório para doenças infectocontagiosas		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
EPI	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades médicas.		
Exposição			
Critério	Qualitativo		

Conclusão de insalubridade - **Cargo MÉDICO PLANTONISTA I**
Agente físico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, **portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**
Agente químico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, **portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**

Agente biológico

NR 15 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES ANEXO N.º 14 (Aprovado pela Portaria SSST n.º 12, de 12 de novembro de 1979) AGENTES BIOLÓGICOS.

Relação das atividades que envolvem agentes biológicos, cuja insalubridade é caracterizada pela avaliação qualitativa:

Insalubridade de grau máximo

Trabalho ou operações, em contato permanente com:

- pacientes em isolamento por doenças infectocontagiosas, bem como objetos de seu uso, não previamente esterilizados;

- carnes, glândulas, vísceras, sangue, ossos, couros, pêlos e dejeções de animais portadores de doenças infectocontagiosas (carbunculose, brucelose, tuberculose);

- esgotos (galerias e tanques); e

- lixo urbano (coleta e industrialização).

Insalubridade de grau médio

Trabalhos e operações em contato permanente com pacientes, animais ou com material infecto-contagiante, em:

. Hospitais, serviços de emergência, enfermarias, ambulatórios, postos de vacinação e outros estabelecimentos destinados aos cuidados da saúde humana (aplica-se unicamente ao pessoal que tenha contato com os pacientes, bem como aos que manuseiam objetos de uso desses pacientes, não previamente esterilizados);

. Hospitais, ambulatórios, postos de vacinação e outros estabelecimentos destinados ao atendimento e tratamento de animais (aplica-se apenas ao pessoal que tenha contato com tais animais);

. Contato em laboratórios, com animais destinados ao preparo de soro, vacinas e outros produtos; laboratórios de análise clínica e histopatologia (aplica-se tão-só ao pessoal técnico);

. Gabinetes de autópsias, de anatomia e histoanatomopatologia (aplica-se somente ao pessoal técnico);

. Cemitérios (exumação de corpos);

. Estábulos e cavalariças; e

. Resíduos de animais deteriorados.Conforme anexo 14 da Norma Regulamentadora 15 (Atividades e Operações insalubres), Portaria n°3.214/78 do MTE, em sua relação de atividades que envolvem agentes biológicos, cuja insalubridade é caracterizada pela avaliação qualitativa, as atividades do **GHE 14 é caracterizado como insalubre.** Sendo assim, fica caracterizado a insalubridade de grau máximo (40%). Entretanto, atendendo o item 15.4.1 da Norma Regulamentadora n° 15 da portaria 3.214/1978 do MTE e também desde que compridas as exigências contidas na NR 06 e NR 07 a percepção do adicional de insalubridade poderá ser descaracterizada.

SETOR
GHE 15 VETERINÁRIA
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

1 funcionários

CARGO
MÉDICO VETERINÁRIO
Praticar clínica médica veterinária em todas as suas especialidades; contribuir para o bem-estar animal; promover saúde pública e defesa do consumidor; exercer defesa sanitária animal; desenvolver atividades de pesquisa e extensão; atuar nas produções industriais e tecnológicas e no controle de qualidade de produtos. Fomentar produção animal; atuar na área comercial agropecuária, de biotecnologia e de preservação ambiental; elaborar laudos, pareceres e atestados; assessorar a elaboração de legislação pertinente. Realizar exame clínico de animais; Solicitar exames auxiliares de diagnóstico; Interpretar resultados de exames auxiliares de diagnóstico; Diagnosticar patologias; Prescrever tratamento; Indicar medidas de proteção e prevenção; Realizar eutanásia; Realizar sedação, anestesia e tranquilização de animais; Realizar cirurgias; Coletar material para exames laboratoriais; Realizar exames auxiliares de diagnóstico; Realizar intervenções de odontologia veterinária; Realizar necrópsias. Realizar o assessoramento, vistorias, fiscalizações, avaliações, perícias, análise de documentos, Realização de estudos técnicos, coleta de dados, pesquisas, pareceres, laudos e relatórios. Planejamento, coordenação, supervisão, implementação, assessoramento, execução e avaliação de ações, programas e políticas públicas direta ou indiretamente relacionados a área de medicina veterinária, controle e defesa sanitária de zoonoses e vetores. Exercer a prática clínica de animais em todas as suas modalidades. Prestar assistência técnica e de fiscalização sanitária e ambiental (envolvendo programas de controle da dengue, leptospirose, vetores e roedores e de zoonoses). Orientar e treinar funcionários quanto as práticas higiênicas sanitárias necessárias, à manipulação de produtos e insumos. Lavrar laudos técnicos e informativos. Trabalhar em equipe multiprofissional e/ou interdisciplinar. Realizar matriciamento e discussão de caso junto aos profissionais dos demais serviços de saúde. Supervisionar residentes e estagiários. Realizar atividades de ensino e pesquisa. Realizar tarefas definidas por legislação.

CBO: 225142

Funcionário 1

Especificação dos perigos/fatores de risco - **MÉDICO VETERINÁRIO**			
Identificação			
Perigo/Fator de Risco **Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)**			Grupo **Biológico**
Descrição	Risco proveniente do contato direto com animais, ministrar medicamentos para o tratamento, aplicação de vacinas e sacrificar animais quando necessário.		
Fundamentação legal	Anexo 1 da Norma Regulamentadora- 15 (Atividades e Operações Insalubres), Portaria n° 3.214/78 do MTE.		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.		
Fontes ou circunstâncias	Aplicação de vacinas e medicamentos veterinários		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
EPI	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades médicas.		
Exposição			
Critério	Qualitativo		

Conclusão de insalubridade
Cargo MÉDICO VETERINÁRIO
Agente físico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, **portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**
Agente químico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, **portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**
Agente biológico
NR 15 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES ANEXO N.º 14 (Aprovado pela Portaria SSST n.º 12, de 12 de novembro de 1979) AGENTES BIOLÓGICOS. **Insalubridade de grau médio** Trabalhos e operações em contato permanente com pacientes, animais ou com material infecto-contagiante, em: . Hospitais, serviços de emergência, enfermarias, ambulatórios, postos de vacinação e outros estabelecimentos destinados aos cuidados da saúde humana (aplica-se unicamente ao pessoal que tenha contato com os pacientes, bem como aos que manuseiam objetos de uso desses pacientes, não previamente esterilizados); . **Hospitais, ambulatórios, postos de vacinação e outros estabelecimentos destinados ao atendimento e tratamento de animais (aplica-se apenas ao pessoal que tenha contato com tais animais);** . **Contato em laboratórios, com animais destinados ao preparo de soro, vacinas e outros produtos; laboratórios de análise clínica e histopatologia (aplica-se tão-só ao pessoal técnico);** . Gabinetes de autópsias, de anatomia e histoanatomopatologia (aplica-se somente ao pessoal técnico); . Cemitérios (exumação de corpos); . Estábulos e cavalariças; e . Resíduos de animais deteriorados. Conforme anexo 14 da Norma Regulamentadora 15 (Atividades e Operações insalubres), Portaria n°3.214/78 do MTE, em sua relação de atividades que envolvem agentes biológicos, cuja insalubridade é caracterizada pela avaliação qualitativa, as atividades do **GHE 15 é caracterizado como insalubre.** Sendo assim, fica caracterizado a insalubridade de grau médio (20%). Entretanto, atendendo o item 15.4.1 da Norma Regulamentadora n° 15 da portaria 3.214/1978 do MTE e também desde que compridas as exigências contidas na NR 06 e NR 07 a percepção do adicional de insalubridade poderá ser descaracterizada.

SETOR
GHE 16 TRANSPORTE
Áreas externas conforme a necessidade.

Nº de funcionários 12

CARGO
MOTORISTA PROFISSIONAL
Dirigir e manobrar veículos tipo ônibus, carros, caminhões e carretas. Transportar pessoas, cargas, pacientes e material biológico humano. Realizar verificações e manutenções básicas do veículo e utilizam equipamentos e dispositivos especiais tais como sinalização sonora e luminosa, software de navegação e outros. Utilizar de capacidades comunicativas. Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Os condutores de ambulância auxiliam as equipes de saúde nos atendimentos de urgência e emergência. Conduzem e vistoriam ônibus de transporte coletivo de alunos e passageiros urbanos, metropolitanos e ônibus rodoviários de longas distâncias; verificam itinerário de viagens; controlam o embarque e desembarque de passageiros e os orientam quanto aos procedimentos no interior do veículo. Dirigir veículos transportando pessoas, cargas, e/ou materiais autorizados aos locais determinados. Vistoriar periodicamente as condições do veículo utilizado e providenciar reparos de emergência, troca de pneus, lavagens, guinchamentos e outros. Identificar e indicar as necessidades de reparos nos sistemas elétricos e mecânicos dos veículos da Prefeitura. Manter sob sua responsabilidade os documentos de porte obrigatório do veículo, observando as orientações para a revalidação dos mesmos. Registrar, em formulário específico, os percursos realizados, quilometragem e itinerários da frota oficial. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

CBO: 7823-10 / 7823-20

12 funcionário

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo MOTORISTA PROFISSIONAL**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Físico	Radiações não-ionizantes		
Descrição	Exposição à radiação não ionizante (Raios solares UV) na condução de veículos automotores.		
Fundamentação legal	Anexo 1 da Norma Regulamentadora- 15 (Atividades e Operações Insalubres), Portaria n° 3.214/78 do MTE.		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Aumentam os riscos de doenças como neoplasias, anemia apática, púrpura, radio dermatite, infertilidade, entre outras.		
Fontes ou circunstâncias	Condução de veículos		
Meio de propagação	Raios solares (UV)		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades: • Óculos de proteção tipo UV.		

Conclusão de insalubridade – MOTORISTA PROFISSIONAL
Agente físico RUÍDO CONTÍNUO OU INTERMITENTE a) Exposição a Níveis de Ruído acima de 85 Db(a) para uma jornada de 8 horas dia, dá a percepção de insalubridade no ambiente. Necessário avaliação quantitativo da exposição do colaborador ao agente físico Ruído para conclusão. VIBRAÇÕES Inconclusivo, necessário avaliação quantitativo da exposição do colaborador ao agente físico Vibração de Corpo Inteiro para conclusão. RADIAÇÕES NÃO-IONIZANTES Conforme anexo 07 da Norma Regulamentadora 15 (Atividades e Operações insalubres), Portaria n°3.214/78 do MTE, em relação as operações ou atividades que exponham os trabalhadores às radiações não-ionizantes, sem a proteção adequada, cuja insalubridade é caracterizada pela avaliação qualitativa, as atividades do **GHE 15 são caracterizados como insalubre.** Sendo assim, fica caracterizado a insalubridade de grau médio (20%). Entretanto, atendendo o item 15.4.1 da Norma Regulamentadora n° 15 da portaria 3.214/1978 do MTE e também desde que compridas as exigências contidas na NR 06 e NR 07 a percepção do adicional de insalubridade poderá ser descaracterizada. **Agente químico**
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre. **Agente biológico** Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, **portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**

SETOR
GHE 17 MÁQUINAS MÓVEIS
Áreas externas conforme a demanda.

Nº de funcionários 1

CARGO
OPERADOR DE MÁQUINAS
Planejar o trabalho, realizar manutenção básica de máquinas pesadas e as operam. Remover solo e material orgânico "bota-fora", drenar solos e executar construção de aterros. Realizar acabamento em pavimentos. (CBO**).** Operar máquinas pesadas, acionando os dispositivos, pedais e alavancas de comando, conduzindo e manobrando tratores, reboques, motoniveladoras, carregadeiras, dentre outros, garantindo a realização dos trabalhos de acordo com as orientações recebidas. Operar máquinas leves, efetuando serviços de pequenos carregamentos e transportes de materiais aos locais determinados e outras atividades pertinentes. Vistoriar periodicamente as condições das máquinas utilizadas, providenciando reparos de emergência, lavagens, lubrificações e outros. Identificar e indicar as necessidades de reparos nos sistemas elétricos e mecânicos das máquinas leves e pesadas da Prefeitura. Registrar os percursos, trabalhos realizados, quilometragem, consumo de combustível, itinerário e outras informações pertinentes, de acordo com normas internas específicas. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

CBO: 7151-15

1 funcionário

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo OPERADOR DE MÁQUINAS**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Físico	Radiações não-ionizantes		
Descrição	Exposição à radiação não ionizante (Raios solares UV) na condução de veículos automotores.		
Fundamentação legal	Anexo 1 da Norma Regulamentadora- 15 (Atividades e Operações Insalubres), Portaria n° 3.214/78 do MTE.		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Aumentam os riscos de doenças como neoplasias, anemia apática, púrpura, radio dermatite, infertilidade, entre outras.		
Fontes ou circunstâncias	Condução de veículos (Máquinas Móveis)		
Meio de propagação	Raios solares (UV)		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades: • Óculos de proteção tipo UV.		

Conclusão de insalubridade – OPERADOR DE MÁQUINAS
Agente físico RUÍDO CONTÍNUO OU INTERMITENTE a) Exposição a Níveis de Ruído acima de 85 Db(a) para uma jornada de 8 horas dia, dá a percepção de insalubridade no ambiente. Necessário avaliação quantitativo da exposição do colaborador ao agente físico Ruído para conclusão. VIBRAÇÕES Inconclusivo, necessário avaliação quantitativo da exposição do colaborador ao agente físico Vibração de Corpo Inteiro para conclusão. RADIAÇÕES NÃO-IONIZANTES Conforme anexo 07 da Norma Regulamentadora 15 (Atividades e Operações insalubres), Portaria n°3.214/78 do MTE, em relação as operações ou atividades que exponham os trabalhadores às radiações não-ionizantes, sem a proteção adequada, cuja insalubridade é caracterizada pela avaliação qualitativa, as atividades do **GHE 16 são caracterizados como insalubre.** Sendo assim, fica caracterizado a insalubridade de grau médio (20%). Entretanto, atendendo o item 15.4.1 da Norma Regulamentadora n° 15 da portaria 3.214/1978 do MTE e também desde que compridas as exigências contidas na NR 06 e NR 07 a percepção do adicional de insalubridade poderá ser descaracterizada. **Agente químico**
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, **portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.** **Agente biológico** Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, **portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**

SETOR
GHE 18 NUTRIÇÃO
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

Nº de funcionários 1

CARGO
NUTRICIONISTA
Prestar assistência nutricional a indivíduos e coletividades (sadios e enfermos); planejar, organizar, administrar e avaliar unidades de alimentação e nutrição; efetuar controle higiênico- sanitário; participar de programas de educação nutricional; estruturar e gerenciar serviços de alimentação e nutrição e ministrar cursos. Atuar em conformidade ao manual de boas práticas. Prestar assistência nutricional a indivíduos e/ou coletividades (sadios ou enfermos); administrar unidades de alimentação e nutrição; efetuar controle higiênico- sanitário; planejar unidades de alimentação e nutrição; exercer atividades de ensino, pesquisa e desenvolvimento, participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades da Prefeitura e outras entidades públicas e particulares, realizando estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho.

CBO: 2237-10

1 funcionário

Conclusão de insalubridade NUTRICIONISTA
Agente físico Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, **portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.** **Agente químico**
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, **portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.** **Agente biológico**
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, **portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre**.

SETOR
GHE 19 PSICOLOGIA
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

Nº de funcionários 1

CARGO
PSICÓLOGO
Estudam, pesquisam e avaliam o desenvolvimento emocional e os processos mentais e sociais de indivíduos, grupos e instituições, com a finalidade de análise, tratamento, orientação e educação; diagnosticam e avaliam distúrbios emocionais e mentais e de adaptação social, elucidando conflitos e questões e acompanhando o(s) paciente(s) durante o processo de tratamento ou cura; investigam os fatores inconscientes do comportamento individual e grupal, tornando-os conscientes; desenvolvem pesquisas experimentais, teóricas e clínicas e coordenam equipes e atividades de área e afins.

CBO: 2515-10

1 funcionário

Conclusão de insalubridade PSICÓLOGO
Agente físico Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, **portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.** **Agente químico**
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, **portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.** **Agente biológico**
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, **portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**

SETOR
GHE 20 RADIOLOGIA
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

Nº de funcionários 2

CARGO
TÉCNICO DE RADIOLOGIA
Realizam exames de diagnóstico ou de tratamento; processam imagens e/ou gráficos; planejam atendimento; organizam área de trabalho, equipamentos e acessórios; operam equipamentos; preparam paciente para exame de diagnóstico ou de tratamento; atuam na orientação de pacientes, familiares e cuidadores e trabalham com biossegurança.

CBO: 3241-15

Funcionários 2

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo TÉCNICO DE RADIOLOGIA**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Físico	Radiações ionizantes		
Descrição	Realização de Raio X para diagnósticos		
Fundamentação legal	Anexo 1 da Norma Regulamentadora- 15 (Atividades e Operações Insalubres), Portaria n° 3.214/78 do MTE.		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Aumentam os riscos de doenças como neoplasias, anemia apática, púrpura, radio dermatite, infertilidade, entre outras.		
Fontes ou circunstâncias	Equipamento para realização de Raio X		
Meio de propagação	Ondas eletromagnéticas		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável

Prevenção e controle	
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades: • Avental de chumbo

Conclusão de insalubridade - **Cargo TÉCNICO DE RADIOLOGIA**
Agente físico
Radiação Ionizante Conforme Norma Regulamentadora 15, anexo n°5, da Portaria n.º 3.214/1978 do MTE, “Nas atividades ou operações onde trabalhadores possam ser expostos a radiações ionizantes, os limites de tolerância, os princípios, as obrigações e controles básicos para a proteção do homem e do seu meio ambiente contra possíveis efeitos indevidos causados pela radiação ionizante, são os constantes da Norma CNEN-NN-3.01: "Diretrizes Básicas de Proteção Radiológica", de março de 2014, aprovada pela Resolução CNEN n.º 164/2014, ou daquela que venha a substituí-la.” **Portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.** **Agente químico**
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, **portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.** **Agente biológico**
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, **portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**

SETOR
GHE 21 SEGURANÇA
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral. Locais conforme demanda da Secretaria da Saúde (UBS e PA)

Nº de funcionários 2

CARGO
VIGIA
Zelam pela guarda do patrimônio observando o comportamento e movimentação de pessoas para prevenir perdas, evitar incêndios, acidentes e outras anormalidades. Controlam o fluxo de pessoas e veículos identificando-os e encaminhando-os aos locais desejados. Recebem mercadorias, volumes diversos e correspondências. Fazem manutenções simples nos locais de trabalho.

CBO: 5174-20

2 funcionários

Conclusão de insalubridade – VIGIA
Agente físico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, **portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**
Agente químico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, **portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**
Agente biológico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, **portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**

Síntese

Unidade				
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENOPOLIS				
Setor	**Cargo**	**Risco**	**Insalubridade**	**Grau**
GHE 02 ADMINISTRATIVO / ÁREAS EXTERNAS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	Radiações não-ionizantes	Sim	Médio - **20%**
GHE 02 ADMINISTRATIVO / ÁREAS EXTERNAS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Não	.
GHE 02 ADMINISTRATIVO / ÁREAS EXTERNAS	AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS	Radiações não-ionizantes	Sim	Médio - **20%**
GHE 02 ADMINISTRATIVO / ÁREAS EXTERNAS	AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Não	.
GHE 02 ADMINISTRATIVO / ÁREAS EXTERNAS	AGENTE DE ZOONOSE	Radiações não-ionizantes	Sim	Médio - **20%**
GHE 02 ADMINISTRATIVO / ÁREAS EXTERNAS	AGENTE DE ZOONOSE	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Não	.
GHE 03 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO / UBS	AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Não	.
GHE 03 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO / UBS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Não	.

GHE 04 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO / PA	AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Sim	Máximo - **40%**
GHE 04 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO / PA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Sim	Máximo - **40%**
GHE 05 ODONTOLÓGICO	AUX. DE SAÚDE BUCAL – ESF	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Sim	Médio - **20%**
GHE 05 ODONTOLÓGICO	ODONTÓLOGO ESF	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Sim	Médio - **20%**
GHE 05 ODONTOLÓGICO	TÉCNICO DE SAÚDE BUCAL	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Sim	Médio - **20%**
GHE 06 ENFERMAGEM / UBS	ENFERMEIRO ESF.	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Sim	Médio - **20%**
GHE 06 ENFERMAGEM / UBS	TÉCNICO DE ENFERMAGEM /ESF	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Sim	Médio - **20%**

GHE 07 ENFERMAGEM / PA	ENFERMEIRO PLANTONISTA	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Sim	Médio - **20%**
GHE 07 ENFERMAGEM / PA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Sim	Médio - **20%**
GHE 08 ENFERMAGEM / ÁREA DE ISOLAMENTO	ENFERMEIRO	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Sim	Máximo - **40%**
GHE 08 ENFERMAGEM / ÁREA DE ISOLAMENTO	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Sim	Máximo - **40%**
GHE 12 ÁREA CLINICA / UBS	MÉDICO CLINICO GERAL	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Sim	Médio - **20%**
GHE 12 ÁREA CLINICA / UBS	MÉDICO ESF	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Sim	Médio - **20%**
GHE 13 ÁREA CLINICA / PA	MÉDICO PLANTONISTA I	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Sim	Médio - **20%**
		Agentes biológicos		

GHE 14 ÁREA CLÍNICA / ÁREA DE ISOLAMENTO	MÉDICO	infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Sim	Máximo - **40%**
GHE 15 VETERINÁRIA	MÉDICO VETERINÁRIO	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Sim	Médio - **20%**
GHE 20 RADIOLOGIA	TÉCNICO DE RADIOLOGIA	Radiação não-ionizante	Não	.

Conclusão

Mapeamento e qualificação dos setores perigosos

- **SETOR:** GHE 01 ADMINISTRATIVO
- **CARGO:** AGENTE ADMINISTRATIVO / ASSISTENTE SOCIAL / ESCRITURÁRIO / TÉCNICO EM CONTABILIDADE

Parecer técnico com embasamento conforme Portaria n° 3.214/1978 do MTE. NR-16 - Atividades e Operações Perigosas. **De acordo com os anexos da NR 16 a atividade não é periculosa.**

- **SETOR:** GHE 02 ADMINISTRATIVO / ÁREAS EXTERNAS
- **CARGO:** AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE / AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS / AGENTE DE ZOONOSE

Parecer técnico com embasamento conforme Portaria n° 3.214/1978 do MTE. NR-16 - Atividades e Operações Perigosas. **De acordo com os anexos da NR 16 a atividade não é periculosa.**

- **SETOR:** GHE 03 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO / UBS
- **CARGO:** AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS / AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Parecer técnico com embasamento conforme Portaria n° 3.214/1978 do MTE. NR-16 - Atividades e Operações Perigosas. **De acordo com os anexos da NR 16 a atividade não é periculosa.**

- **SETOR:** GHE 04 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO / PA
- **CARGO:** AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS / AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Parecer técnico com embasamento conforme Portaria n° 3.214/1978 do MTE. NR-16 - Atividades e Operações Perigosas. **De acordo com os anexos da NR 16 a atividade não é periculosa.**

- **SETOR:** GHE 05 ODONTOLÓGICO
- **CARGO:** AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL-ESF / ODONTÓLOGO ESF / TÉCNICO DE SAÚDE BUCAL

Parecer técnico com embasamento conforme Portaria n° 3.214/1978 do MTE. NR-16 - Atividades e Operações Perigosas. **De acordo com os anexos da NR 16 a atividade não é periculosa.**

- **SETOR:** GHE 06 ENFERMAGEM / UBS
- **CARGO:** ENFERMEIRO ESF / TÉCNICO DE ENFERMAGEM/

Parecer técnico com embasamento conforme Portaria n° 3.214/1978 do MTE. NR-16 - Atividades e Operações Perigosas. **De acordo com os anexos da NR 16 a atividade não é periculosa.**

- **SETOR:** GHE 07 ENFERMAGEM / PA
- **CARGO:** ENFERMEIRO PLANTONISTA / TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Parecer técnico com embasamento conforme Portaria n° 3.214/1978 do MTE. NR-16 - Atividades e Operações Perigosas. **De acordo com os anexos da NR 16 a atividade não é periculosa.**

- **SETOR:** GHE 08 ENFERMAGEM / ÁREA DE ISOLAMENTO
- **CARGO:** ENFERMEIRO / TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Parecer técnico com embasamento conforme Portaria n° 3.214/1978 do MTE. NR-16 - Atividades e Operações Perigosas. **De acordo com os anexos da NR 16 a atividade não é periculosa.**

- **SETOR:** GHE 09 FISCALIZAÇÃO
- **CARGO:** FISCAL DE ATIVIDADES URBANAS

Parecer técnico com embasamento conforme Portaria n° 3.214/1978 do MTE. NR-16 - Atividades e Operações Perigosas. **De acordo com os anexos da NR 16 a atividade não é periculosa.**

- **SETOR:** GHE 10 FISIOTERAPIA
- **CARGO:** FISIOTERAPEUTA

Parecer técnico com embasamento conforme Portaria n° 3.214/1978 do MTE. NR-16 - Atividades e Operações Perigosas. **De acordo com os anexos da NR 16 a atividade não é periculosa.**

- **SETOR:** GHE 11 FONOAUDIOLOGIA
- **CARGO:** FONOAUDIÓLOGO

Parecer técnico com embasamento conforme Portaria n° 3.214/1978 do MTE. NR-16 - Atividades e Operações Perigosas. **De acordo com os anexos da NR 16 a atividade não é periculosa.**

- **SETOR:** GHE 12 ÁREA CLÍNICA / UBS
- **CARGO:** MÉDICO CLINICO GERAL / MÉDICO ESF

Parecer técnico com embasamento conforme Portaria n° 3.214/1978 do MTE. NR-16 - Atividades e Operações Perigosas. **De acordo com os anexos da NR 16 a atividade não é periculosa.**

- **SETOR:** GHE 13 ÁREA CLÍNICA / PA
- **CARGO:** MÉDICO PLANTONISTA I

Parecer técnico com embasamento conforme Portaria n° 3.214/1978 do MTE. NR-16 - Atividades e Operações Perigosas. **De acordo com os anexos da NR 16 a atividade não é periculosa.**

- **SETOR:** GHE 14 ÁREA CLÍNICA / ÁREA DE ISOLAMENTO
- **CARGO:** MÉDICO

Parecer técnico com embasamento conforme Portaria n° 3.214/1978 do MTE. NR-16 - Atividades e Operações Perigosas. **De acordo com os anexos da NR 16 a atividade não é periculosa.**

- **SETOR:** GHE 15 VETERINÁRIA
- **CARGO:** MÉDICO VETERINÁRIO

Parecer técnico com embasamento conforme Portaria n° 3.214/1978 do MTE. NR-16 - Atividades e Operações Perigosas. **De acordo com os anexos da NR 16 a atividade não é periculosa.**

- **SETOR:** GHE 16 TRANSPORTE
- **CARGO:** MOTORISTA PROFISSIONAL

Parecer técnico com embasamento conforme Portaria n° 3.214/1978 do MTE. NR-16 - Atividades e Operações Perigosas. **De acordo com os anexos da NR 16 a atividade não é periculosa.**

- **SETOR:** GHE 17 MÁQUINAS MÓVEIS
- **CARGO:** OPERADOR DE MÁQUINAS

Parecer técnico com embasamento conforme Portaria n° 3.214/1978 do MTE. NR-16 - Atividades e Operações Perigosas. **De acordo com os anexos da NR 16 a atividade não é periculosa.**

- **SETOR:** GHE 18 NUTRIÇÃO
- **CARGO:** NUTRICIONISTA

Parecer técnico com embasamento conforme Portaria n° 3.214/1978 do MTE. NR-16 - Atividades e Operações Perigosas. **De acordo com os anexos da NR 16 a atividade não é periculosa.**

- **SETOR:** GHE 19 PSICOLOGIA
- **CARGO:** PSICÓLOGO

Parecer técnico com embasamento conforme Portaria n° 3.214/1978 do MTE. NR-16 - Atividades e Operações Perigosas. **De acordo com os anexos da NR 16 a atividade não é periculosa.**

- **SETOR:** GHE 20 RADIOLOGIA
- **CARGO:** TÉCNICO DE RADIOLOGIA

Parecer técnico com embasamento conforme Portaria n° 3.214/1978 do MTE, NR-16 - Atividades e Operações Perigosas. De acordo com os anexos da NR 16 as atividades de operação com aparelhos de raios-X, com irradiadores de radiação gama, radiação beta ou radiação de nêutrons, são consideradas perigosas, **assegura ao trabalhador a percepção de adicional de 30% (trinta por cento) sobre o salário atual do colaborador.**

- **SETOR:** GHE 21 SEGURANÇA
- **CARGO:** VIGIA

Conforme NR 16 Anexo 3, para o cargo em questão ser considerada uma atividade e operação perigosa, precisa atender a uma das seguintes condições:
a) empregados das empresas prestadoras de serviço nas atividades de segurança privada ou que integrem serviço orgânico de segurança privada, devidamente registradas e autorizadas pelo Ministério da Justiça, conforme lei 7102/1983 e suas alterações posteriores.
b) empregados que exercem a atividade de segurança patrimonial ou pessoal em instalações metroviárias, ferroviárias, portuárias, rodoviárias, aeroportuárias e de bens públicos, contratados diretamente pela administração pública direta ou indireta.

Parecer técnico com embasamento conforme Portaria n° 3.214/1978 do MTE. NR-16 - Atividades e Operações Perigosas. **De acordo com os anexos da NR 16 a atividade não é periculosa.**

Conclusões

As avaliações realizadas neste laudo foram feitas levando em consideração um Grupo Homogêneo de Exposição (GHE), onde, a avaliação corresponde a um grupo de trabalhadores que experimentam exposição semelhante, e que o resultado desta avaliação da exposição de qualquer trabalhador do grupo seja representativo da exposição do restante dos trabalhadores do mesmo grupo.

Recomendações gerais

O presente laudo deve ser reavaliado sempre que novas medidas de controle administrativas ou medidas de proteção coletiva sejam instaladas, ou haja mudança de espaço físico, equipamentos, atividades, processo de trabalho, etc., que venham a alterar as condições ambientais de riscos ao empregado.
Todos os trabalhadores devem estar cientes dos riscos ambientais a que estão expostos, através de Ordens de Serviço, conforme NR 01 e deverá ser permanentemente orientado pela chefia imediata quanto aos corretos procedimentos de trabalho e as formas de proteção contra os riscos.
Os trabalhadores devem estar cientes que o não cumprimento das Ordens de Serviço expedidas pela empresa, esta passível de sanções previstas na CLT.
Os equipamentos de proteção individual - EPI, descartáveis ou não, deverão estar à disposição em número suficiente nos postos de trabalho, de forma que seja garantido o imediato fornecimento ou reposição. Fornecer e orientar o uso mediante protocolo de recebimento.

Responsabilidade técnica

Segundo o Artº 195 da Consolidação das Leis Trabalhistas CLT - A caracterização e a classificação da insalubridade e da periculosidade, segundo as normas do Ministério do Trabalho, far-se-ão através de perícia a cargo de Médico do Trabalho ou Engenheiro do Trabalho, registrados no Ministério do Trabalho. O presente laudo foi elaborado somente em uma face.

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718

Assinado de forma digital por GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718
Dados: 2024.10.04 15:14:37 -03'00'

Responsável do laudo de insalubridade
Gustavo Cordeiro Miranda
CPF: 092.897.697-18
NIT: 128.65129.29-4
Conselho de classe: CREA 051725/D
UF: ES
Especialidade: Engenheiro de Segurança

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977
CREA-ES
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do ES

ART de Obra ou Serviço

0820240368329

ART Individual

1. Responsável Técnico

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA

Título profissional: **ENGENHEIRO DE PRODUÇÃO,ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO,TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO,TECNÓLOGO EM GEST**

RNP: 0819492124
Registro: ES-051725/D
Registro: 19221

Empresa contratada: ST CONSULTORIA OCUPACIONAL E MEIO AMBIENTE LTDA

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS** CPF/CNPJ: **27167345000190**
Rua: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS Nº: 545
Complemento: CEP: 29770000
Cidade: MANTENÓPOLIS UF: ES Bairro: CENTRO
Telefone:
Contrato: 000077/2023 Nº do Aditivo: 0
Valor do Contrato/Honorários: R$15.050,00 Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA

3. Dados da Obra/Serviço

Rua: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS Nº: 545
Complemento: Bairro: CENTRO Quadra Lote
Cidade: MANTENÓPOLIS UF: ES CEP: 29770000
Data de início: 10/09/2024 Prev. Término: 10/09/2024 Coord. Geogr.: ,
Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS CPF/CNPJ:27167345000190

4. Atividade Técnica

Qtde de Pavimento(s): 0 **Nº Pavimento(s):** 0 **Dimensão/Quantidade:** 1 **Unidade de medida:** UNID

ATIVIDADE(S) TÉCNICA(S): 43 - 13.2 - ASSESSORIA TÉCNICA

PARTICIPAÇÃO:

NATUREZA: 100 - RESPONSABILIDADE TÉCNICA

NÍVEL: 104 - EXECUÇÃO

NATUREZA DO(S) SERVIÇO(S): 9111 - SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS (ESPECIFICAR NO CAMPO 22)

TIPO DA OBRA/SERVIÇO: 2001 - SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS (ESPECIFICAR NO CAMPO 22)

PROJETO(S)/SERVIÇO(S): 100 - NENHUM

Após a conclusão das atividades técnicas, o profissional deverá proceder a baixa desta ART.

5. Observações

REFERENTE A CONTRATAÇAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE MEDICINA DO TRABALHO PARA ELABORAÇÃO DE PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCO, LTCAT (LAUDO TÉCNICO DA CONDIÇÃO DO AMBIENTE DE TRABALHO, PCMSO (PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL), PPP, LAUDO DE INSALUBRIDADE E DE PERICULOSIDADE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPALDE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO; SEM CONTUDO TER PROVIDENCIADO O REGISTRO DE ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART), NESTE CONSELHO.

6. Declarações

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718
Assinado de forma digital por GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718 Dados: 2024.10.04 15:15:03 -03'00'

Profissional

Contratante

Acessibilidade: <declara a aplicabilidade das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº5.296, de 2 de dezembro de 2004, às atividades profissionais acima relacionadas.>

7. Entidade de classe

SENGE - SINDICATO DOS ENGENHEIROS DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO

8.Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima.

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718 de Assinado de forma digital por GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718 Dados: 2024.10.04 15:14:53 -03'00' de

Local Data

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA - CPF: 09289769718

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS - CPF/CNPJ: 27167345000190

9. Informações

- **A ART é válida somente quando quitada, podendo sua conferência ser realizada no site do CREA.**
- **A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.creaes.org.br ou www.confea.org.br**
- **A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.**

www.creaes.org.br creaes@creaes.org.br
tel: (27)3134-0046 art@creaes.org.br

CREA-ES

Valor ART: R$ 262,55 Registrada em: 10/09/2024 Data de pagamento: 12/09/2024 Valor Pago: R$ 262,55 Nosso Número: 14000000016510939

ANEXO V

Consultoria Ocupacional
&
Meio Ambiente

NR – 01 PGR
PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

DOCUMENTO BASE

Vigência

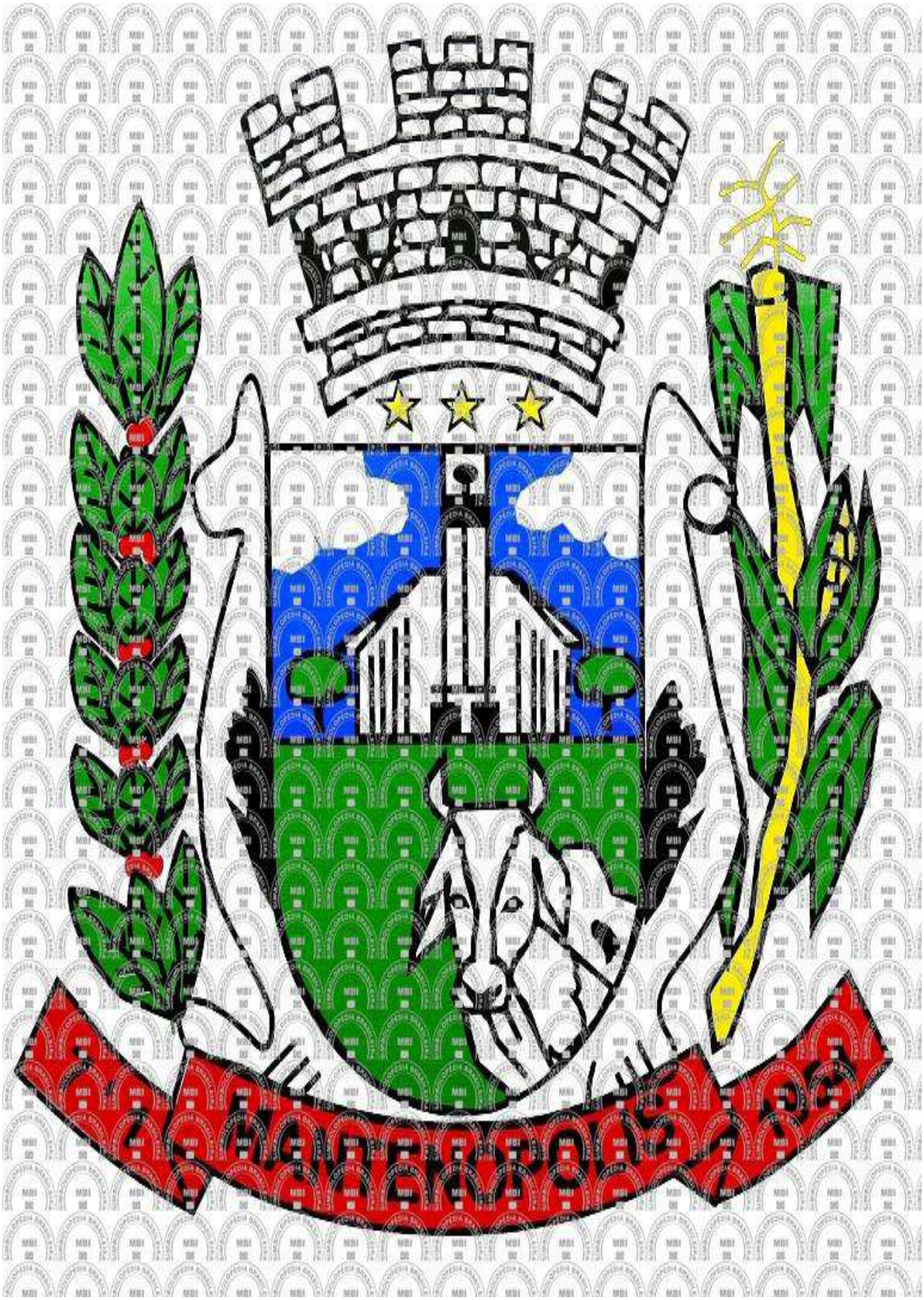
Agosto/2024 a Agosto/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS

Agosto/2024

Sumário

Identificação da empresa 3
Introdução 4
Objetivo 4
Termos e definições 4
Responsabilidades 5
Documentos complementares 6
Estratégias e metodologias de ação 6
Antecipação, reconhecimento, avaliação dos riscos ambientais 7
Forma de registro, manutenção e divulgação de dados 7
Periodicidade e forma de avaliação do desenvolvimento do pgr 7
Inventário de Riscos 9
Disposições finais 76
Controle de riscos 76
Acompanhamento da saúde ocupacional dos trabalhadores 76
Análise de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho 76
Preparação para emergências 77
Equipamentos de proteção individual de uso obrigatório 77
Conclusão 77
Plano de Ação 78



Programa de Gerenciamento de Riscos

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS
SECRETARIA EXE. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ: 27.167.345/0001-90

Endereço
Avenida Presidente Vargas, 545 - Centro - Mantenópolis/ES
CEP: 29.770-000

CNAE
8411-6/00 – Administração Pública em Geral
Grau de Risco 1

Introdução PGR

Disposições Gerais

1. INTRODUÇÃO

O Documento Base do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) se insere no contexto da Política de Gestão da empresa buscando a melhoria contínua do ambiente de trabalho e a preservação da saúde dos seus colaboradores e contratados. Está estruturado conforme disposto na NR-1, Portaria 3214 de 08 de junho de 1978, com redação atualizada pela Portaria 6.730 de 12 de Março de 2020.

2. OBJETIVO

O Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR - visa "estabelecer as disposições gerais, o campo de aplicação, os termos e as definições comuns às Normas Regulamentadoras - NR relativas à segurança e saúde no trabalho". Este Documento Base tem o objetivo estabelecer as "diretrizes para o Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO) e as medidas de prevenção em Segurança e Saúde no Trabalho - SST".

3. TERMOS E DEFINIÇÕES

- Risco Ambiental ou ocupacional: Combinação da probabilidade de ocorrer lesão ou agravo à saúde causados por um evento perigoso, exposição a agente nocivo ou exigência da atividade de trabalho e da severidade dessa lesão ou agravo à saúde.
- Agentes físicos: Qualquer forma de energia que, em função de sua natureza, intensidade e exposição, são capazes de causar lesão ou agravo à saúde do trabalhador. Exemplos: ruído, vibrações, pressões anormais, temperaturas extremas, radiações ionizantes, radiações não ionizantes.
- Agente químico: Substância química, por si só ou em misturas, quer seja em seu estado natural, quer seja produzida, utilizada ou gerada no processo de trabalho, que em função de sua natureza, concentração e exposição, é capaz de causar lesão ou agravo à saúde do trabalhador. Exemplos: fumos de cádmio, poeira mineral contendo sílica cristalina, vapores de tolueno, névoas de ácido sulfúrico.
- Agente biológico: Microrganismos, parasitas ou materiais originados de organismos que, em função de sua natureza e do tipo de exposição, são capazes de acarretar lesão ou agravo à saúde do trabalhador. Exemplos: bactéria Bacillus anthracis, vírus linfotrópico da célula T humana, príon agente de doença de Creutzfeldt-Jakob, fungo Coccidioides immitis.
- Limite de Tolerância - LT (NR-15 / Brasil): A concentração ou intensidade máxima ou mínima, relacionada com a natureza e o tempo de exposição ao agente, que não causará dano à saúde do trabalhador, durante a sua vida laboral. Limite de Exposição - Média Ponderada pelo tempo - TLV-TWA1 (Threshold Limit Value / Time Weighted Average - ACGIH-EUA): A concentração média ponderada pelo tempo para uma jornada normal de 8h diárias e 40h semanais, para a qual a maioria dos trabalhadores pode estar repetidamente exposta, dia após dia, sem sofrer efeitos adversos a sua saúde.
- Limite de Exposição - Curta Duração - TLV-STEL (Threshold Limit Value-Short Term Exposure ACGIH-EUA): A concentração máxima a que os trabalhadores podem estar expostos continuamente por um período curto, de até 15 minutos, sem sofrer irritação, lesão tissular crônica ou irreversível, narcose em grau suficiente para aumentar a predisposição a acidentes, impedir auto salvamento ou reduzir significativamente a eficiência no trabalho, desde que não sejam permitidas mais de 4 exposições diárias, com pelo menos 60 minutos de intervalo entre os períodos de exposição e também que não seja excedido o TLV-TWA.
- Limite de Exposição - Valor Teto (NR-15/Brasil), TLV-C (Threshold Limit Value - Ceiling - ACGIH-EUA): Concentração que não deverá ser excedida durante nenhum momento de exposição na jornada.
- IDLH: Concentração máxima imediatamente perigosa para a vida ou saúde, da qual o trabalhador poderá escapar, dentro de 30 minutos, sem sintomas graves nem efeitos

irreversíveis para a saúde (NIOSH/OSHA/EUA).
- Mobilidade: Percentual de tempo de permanência nos diversos locais durante a rotina de trabalho, em relação ao número de horas trabalhada.
- Nível de Ação: Valor acima do qual devem ser iniciadas ações preventivas (monitoramento periódico, informação aos trabalhadores e controle médico) de forma a minimizar a probabilidade de que as exposições a agentes ambientais ultrapassem os limites de exposição. Para agentes químicos corresponde a metade dos limites de exposição ocupacional (NR-15, ACGIH, acordos coletivos) e para o ruído a dose de 0,5 (superior a 50%), conforme estabelecido na NR-15, Anexo 1, item 6.
- Grupos Similares de Exposição - GSE: Grupos de trabalhadores que experimentam exposição semelhante, de forma que o resultado fornecido pela avaliação de qualquer membro do grupo seja representativo do grupo como um todo.
- NR-15: Norma Regulamentadora no 15 - Portaria 3214.
- ACGIH: American Conference of Governamental Industrial Hygiene.
- NIOSH: National Institute for Occupational Safety and Health.
- AIHA: American Industrial Hygiene Association.
- ABNT: Associação Brasileira de Normas Técnicas.
- OSHA: Occupational Safety and Health Administration.

4. RESPONSABILIDADES

4.1. ORGANIZAÇÃO CONTRATANTE

- Implementar, por estabelecimento ou unidade operacional o gerenciamento de riscos ocupacionais em suas atividades;
- Integrar as ações do PGR com planos, programas e outros documentos previstos na legislação de segurança e saúde no trabalho;
- Evitar que os riscos ocupacionais possam ser originados no trabalho;
- Identificar os perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde;
- Avaliar os riscos ocupacionais indicando o nível de risco;
- Classificar os riscos ocupacionais para determinar a necessidade de adoção de medidas de prevenção;
- Implementar medidas de prevenção, de acordo com a classificação de risco e na ordem estabelecida pela NR 01;
- Considerar as condições de trabalho, nos termos da NR-17;
- Acompanhar o controle de riscos ocupacionais;
- Adotar mecanismos para consultar os trabalhadores quanto à percepção de riscos ocupacionais, podendo para este fim ser adotadas as manifestações da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA, quando houver;
- Comunicar aos trabalhadores sobre os riscos consolidados no inventário de riscos e as medidas de prevenção do plano de ação do PGR;
- Adotar medidas para melhorar o desempenho em SST;
- Elaborar, implantar e assegurar o cumprimento dos documentos integrantes do PGR, respeitando o disposto nas demais Normas Regulamentadoras, datados e assinados;
- Manter os documentos integrantes do PGR sempre disponíveis para consulta dos trabalhadores interessados ou seus representantes e à Inspeção do Trabalho;
- Fornece informações às organizações contratadas sobre os riscos ocupacionais sob sua gestão e que possam impactar nas atividades das contratadas.

4.2 ORGANIZAÇÕES CONTRATADAS

- Fornecer ao contratante o Inventário de Riscos Ocupacionais específicos de suas atividades que são realizadas nas dependências da organização contratante ou local previamente convencionado em contrato.

4.3 SESMT/ DESIGNADO CIPA

- Informar aos trabalhadores os riscos ambientais que possam originar-se nos locais de trabalho, os meios necessários para prevenir ou limitar tais riscos e para proteger-se dos mesmos;
- Considerar o conhecimento e percepção que os trabalhadores têm do processo de trabalho;
- Fornecer às empresas subcontratadas as informações sobre os riscos potenciais nas áreas em que desenvolverão suas atividades;
- Programar e aplicar treinamentos com objetivo de instruir os empregados expostos;
- Propor e adotar soluções para eliminar / reduzir a exposição aos riscos;
- Acompanhar o desenvolvimento do PCMSO.

4.4 DOS EMPREGADOS

- Colaborar e participar na implantação e execução do PGR inclusive de normas internas de segurança e saúde;
- Cumprir as normas e orientações recebidas nos treinamentos oferecidos dentro do PGR;
- Informar ao seu superior hierárquico direto ocorrências que, ao seu julgamento possam implicar em riscos à sua saúde e segurança;
- Aplicar e cumprir o Programa de Segurança e Saúde Ocupacional e todas as suas ferramentas aplicáveis e procedimentos específicos inerentes à execução das atividades;
- Colaborar na avaliação e identificação dos riscos gerados em seu posto de trabalho;
- Participar dos treinamentos programados.

5. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

- Inventário de Riscos do PGR;
- Matriz de Riscos do PGR; e
- Plano de Ação no Gerenciamento de Riscos.

6. ESTRATEGIAS E METODOLOGIAS DE AÇÃO

O presente programa foi elaborado com base na antecipação, reconhecimento e avaliação dos riscos ambientais existentes nas atividades dos empregados da Empresa, levando em consideração os diversos locais de trabalho. Esses dados foram realizados por profissionais do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho - SESMT e inseridos no inventario de risco deste PGR.

O controle desses riscos ambientais foi inserido para gerenciamento dos riscos ocupacionais na planilha de ação também conhecida como planilha de gerenciamento de riscos.

Como suporte técnico para o reconhecimento dos riscos foi consideradas as constatações provenientes do exercício dos trabalhos que estão sendo realizadas nas instalações / áreas / setores da empresa, informações prestadas pelos profissionais da empresa e representante da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA.

A estratégia tem como finalidade alcançar os seguintes objetivos:

- Reconhecimento dos Riscos Ambientais - referente ao processo de trabalho executado e a

condição de exposição dos funcionários;

- Avaliação quantitativa - Com base na NR-09.4.2, sempre que se constate a possibilidade de o trabalhador estar submetido à exposição ao agente de risco, cujo limite de tolerância possa estar superior ao previsto na legislação;
- Interpretação dos resultados - avaliação e julgamento profissional com proposição de medidas de controle;
- A metodologia aplicada será a da legislação atualizada das Normas Regulamentadoras - NR do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, Lei 6514 de 22 de dezembro de 1977, onde se encontram estabelecidos os parâmetros mínimos e diretrizes gerais, as quais foram aplicadas neste PGR.
- Com base na NR-09.6.1.1, na ausência de limites de tolerância previstos na NR-15 e seus anexos ou quando necessário, serão utilizados “Critérios Técnicos“ adotados pela American Conference of Governamental Hygienist (ACGIH) tomando como base os limites de tolerância (TLV - TWA, TLV - STEL e TLV - C) adotados por essa Associação.

7. Antecipação, Reconhecimento Avaliação dos Riscos Ambientais

7.1 ANTECIPAÇÃO

A antecipação visa identificar riscos potenciais. As informações que deverão ser consideradas para a elaboração ou revisão do PGR são originadas de:

- Projetos de novas instalações: Projeto Conceitual, a Engenharia, com apoio das áreas de Segurança do Trabalho, deverá avaliar, dentro das estratégias de segurança e de saúde, quais os riscos ambientais que estão previstos no projeto, prevendo, se possível, medidas de redução e controle já na fase do projeto, bem como os recursos necessários para monitoramento das exposições. Estes riscos deverão ser incorporados na revisão do PGR quando da conclusão do projeto.
- Modificações de projetos: A área de Segurança do Trabalho deve avaliar os novos riscos ambientais se estão previstos, ou se ocorreram a eliminação dos mesmos. Estas alterações deverão ser incorporadas na revisão do PGR quando da conclusão da modificação.
- Manipulação de novos produtos químicos: Todo produto novo para ser armazenado deverá ter como base as informações sobre a toxicologia e suas especificações de segurança contidas na FISPQ do produto. Se após a análise crítica das áreas envolvidas forem favoráveis para a manipulação e armazenamento do referido produto, deverá ser feita avaliação ambiental.

7.2 RECONHECIMENTO DOS RISCOS AMBIENTAIS

O reconhecimento dos riscos ambientais é realizado através de inspeções / auditorias nas diversas áreas / locais da Empresa; ocasião em que são consolidadas as constatações técnicas, levando em consideração as percepções que os trabalhadores têm do processo produtivo e riscos ambientais; informações / registros realizados pela Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA, bem como tudo que venha a contribuir como suporte técnico para o enriquecimento do reconhecimento. O reconhecimento visa o registro / avaliação das possíveis interferências na saúde / integridade física do trabalhador em razão da relação entre exposição e riscos ambientais oriundos da área / setor como um todo, somado aos riscos provenientes das atividades realizadas pelo trabalhador no seu posto/local de trabalho.

7.3 AVALIAÇÃO DOS RISCOS AMBIENTAIS

A avaliação dos riscos ambientais é realizada após a Antecipação e Reconhecimento do agente, da fonte geradora, do Grupo Homogêneo ou Similar de Exposição, da função e atividade desses, das medidas de controle existentes e das medidas de controle propostas. Somente o resultado das avaliações devem ser inseridos no Inventário de Riscos deste PGR conforme NR-09.4.3.
A antecipação, o reconhecimento e a avaliação dos Riscos Ambientais estão registrados Inventário de Riscos presentes nesse PGR.

8. FORMA DE REGISTRO, MANUTENÇÃO E DIVULGAÇÃO DE DADOS

O inventário de riscos ocupacionais deve ser mantido atualizado. O histórico das atualizações deve ser mantido por um período mínimo de 20 (vinte) anos ou pelo período estabelecido em normatização específica.

9. PERIODICIDADE E FORMA DE AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DO PGR

A avaliação de riscos deve constituir um processo contínuo e ser revista a cada dois anos ou quando da ocorrência das seguintes situações:

a) após implementação das medidas de prevenção, para avaliação de riscos residuais;

b) após inovações e modificações nas tecnologias, ambientes, processos, condições, procedimentos e organização do trabalho que impliquem em novos riscos ou modifiquem os riscos existentes;

c) quando identificadas inadequações, insuficiências ou ineficácias das medidas de prevenção;

d) na ocorrência de acidentes ou doenças relacionadas ao trabalho;

e) quando houver mudança nos requisitos legais aplicáveis.

Observação.: No caso de organizações que possuírem certificações em sistema de gestão de SST, o prazo poderá ser de até 3 (três) anos.

Será necessário elaborar a AET (Análise Ergonômica do Trabalho), laudo de insalubridade e laudo de periculosidade, para atender a GRO (Gerenciamento de Riscos Ocupacionais). Além dos demais documentos das NR's e dos riscos relacionados no inventário de risco.

Inventário de Riscos

1. INTRODUÇÃO

Os dados referentes aos perigos identificados e das avaliações dos riscos ocupacionais deverão constituir um Inventário de Riscos Ocupacionais, que deverá conter, no mínimo, os seguintes itens:

1. Caracterização dos processos e ambientes de trabalho;
2. Caracterização das atividades;
3. Descrição de perigos e de possíveis lesões ou agravos à saúde dos trabalhadores, com a identificação das fontes ou circunstâncias, descrição de riscos gerados pelos perigos, com a indicação dos grupos de trabalhadores sujeitos a esses riscos e descrição de medidas de prevenção implementadas;
4. Dados da análise preliminar ou do monitoramento das exposições a agentes físicos, químicos e biológicos e os resultados da avaliação de ergonomia nos termos da NR 17;
5. Avaliação de riscos, incluindo a classificação para fins de elaboração do plano de ação;
6. Critérios adotados para avaliação dos riscos e tomadas de decisão.

O inventário de riscos ocupacionais deverá ser mantido atualizado e seu histórico de atualizações deverá ser mantido por um período mínimo de 20 (vinte) anos ou pelo período estabelecido em normatização específica.

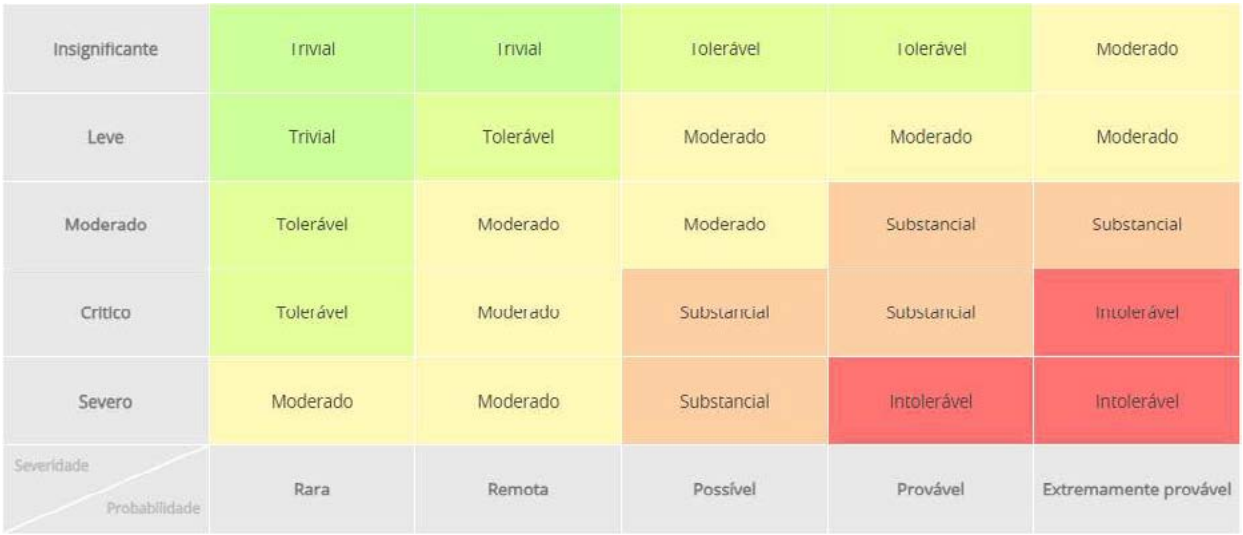
2. RISCOS AMBIENTAIS

Segundo a NR 9 são considerados riscos ambientais os agentes físicos, químicos e biológicos existentes no ambiente de trabalho que, em função de sua natureza, concentração e tempo de exposição são capazes de causar danos a saúde do trabalhador, conforme classificação que segue:

- Agentes físicos - As diversas formas de energia a que possam estar expostos os trabalhadores, tais como ruídos, vibrações, radiações ionizantes, radiações não ionizantes, frio, calor, pressões anormais, umidade
- Agentes químicos - São substância, compostos ou produtos que possam penetrar no organismo pela via respiratória em forma de poeira, fumos, neblinas, névoas, gases ou vapores, ou que, pela natureza da atividade de exposição, possam ter contato ou ser absorvidos pelo organismo ou por ingestão. São eles: poeiras, fumos, névoas, neblinas, gases, vapores, substâncias compostas ou produtos químicos.
- Agentes biológicos - São microorganismos tais como: vírus, bactérias, protozoários, fungos, parasitas, bacilos.
- Riscos Ergonômicos - São riscos relacionados ao processo produtivo e das tarefas executadas em situações inadequadas tais como: esforço físico intenso, levantamento e transporte manual de peso, exigência de postura inadequada, controle rígido de produtividade, imposição de ritmos excessivos, trabalhos em turno noturno, jornadas de trabalho prolongadas, monotonia e repetitividade, outras situações causadoras de stress físico e/ou psíquico.
- Riscos de acidentes - São riscos relacionados à execução de atividades, colocando em exposição à saúde e integridade física dos funcionários no seu campo de trabalho. Ex.: arranjo físico inadequado, máquinas e equipamentos sem proteção, ferramentas inadequadas ou defeituosas, iluminação inadequada, eletricidade, probabilidade de incêndio ou explosão, armazenamento inadequado, animais peçonhentos, outras situações de risco que poderão contribuir para a ocorrência de acidentes.

3. MATRIZ DE RISCO DO PGR

A avaliação da Classificação de Risco é realizada para cada GSE em relação a cada agente de risco E Atividade no Inventário de Riscos, possibilitando conhecer, em função do risco da exposição qual a consequência para a saúde. A classificação de Risco é obtida relacionando-se as informações anteriormente obtidas pela interação da Probabilidade x Severidade do Risco, conforme a Matriz de Risco apresentada na abaixo:



Os níveis de riscos são delimitados com base no resultado da combinação da severidade das possíveis lesões ou agravos à saúde com a probabilidade ou chance de sua ocorrência. Para cada perspectiva foram definidos os pesos e as suas descrições.

SEVERIDADE	
Classificação	Descrição
Insignificante	Incômodo, insatisfação ou dano leve sem necessidade de tratamento médico.
Leve	Pode prejudicar a integridade física e/ou a saúde, provocando lesão que implique em incapacidade temporária por prazo igual ou inferior a 15 (quinze) dias.
Moderado	Pode prejudicar a integridade física e/ou a saúde, provocando lesão que implique em incapacidade temporária por prazo superior a 15 (quinze) dias.
Critico	Pode prejudicar a integridade física e/ou a saúde, provocando lesão ou sequela permanente.
Severo	Pode levar a óbito imediato ou que venha a ocorrer posteriormente.

PROBABILIDADE	
Classificação	Descrição
Rara	Medidas de prevenção adequadas e com garantia de continuidade desta situação. Uma consequência não é esperada, não é comum sua ocorrência, extraordinária.
Remota	Medidas de prevenção adequadas, mas com pequenos desvios. Ainda que em funcionamento, não há garantias de que sejam mantidas sempre ou em longo prazo. Uma consequência é pouco provável que aconteça quase improvável.
Possível	Medidas de prevenção apresentam desvios ou problemas significativos. Não há garantias de que as medidas sejam mantidas. Uma consequência talvez aconteça, com possibilidade de que se efetive concebível.
Provável	Medidas de prevenção incompletas ou com deficiências relevantes. Uma consequência é esperada, com grande probabilidade de que aconteça ou se realize.
Extremamente Provável	Medidas de prevenção inexistentes. Uma consequência é esperada, com grande probabilidade de que aconteça ou se realize.

NIVEIS DE RISCOS	
Classificação	Descrição
Trivial	Nenhuma ação é necessária.
Tolerável	Improvável risco à saúde do trabalhador. É requerido monitoramento, para assegurar que as medidas serão mantidas.
Moderado	Situação considerada causadora de fadiga se desenvolvida por longo período. Devem ser implantados meios de controle preventivo.
Substancial	Situação considerada causadora de lesão. Deve ser feito estudos sistemáticos da atividade, sugerindo um plano de melhoria para eliminar ou minimizar o risco/perigo.
Intolerável	Interromper as atividades ou intervenção imediata. O trabalho não pode ser iniciado ou continuado até que o risco/perigo tenha sido reduzido ou eliminado.

UNIDADE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS
SECRETARIA EXE. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ: 27.167.345/0001-90

Endereço
Avenida Presidente Vargas, 545 - Centro - Mantenópolis/ES
CEP: 29.770-000

CNAE
8411-6/00 – Administração Pública em Geral
Grau de Risco 1

Caracterização dos processos e ambientes de trabalho

Funcionários

Setor	Cargo	Funcionários
GHE 01 ADMINISTRATIVO	AGENTE ADMINISTATIVO	5
	DIGITADOR	1
GHE 02 ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTENTE SOCIAL	4
GHE 03 APOIO SOCIAL	AUXILIAR DE CRECHE	1
	CUIDADOR ESCOLAR	1
	CUIDADOR SOCIAL	5
GHE 04 EUDCAÇÃO SOCIAL	EDUCADOR FÍSICO	1
	PROFESSOR PEB 1	1
	PROFESSOR PEB 2	1
GHE 05 JURIDICO	ADVOGADO DO CREAS	1
GHE 06 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLIVOS	1
	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	8
GHE 07 NUTRIÇÃO	NUTRICIONISTA	1
GHE 08 PSICOLOGIA	PSICOLOGO	2
GHE 09 TRANSPORTE	MOTORISTA PROFISSIONAL	4
GHE 10 VIGILÂNCIA	VIGIA	3

SETOR
GHE 01 ADMINISTRATIVO
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

Nº de funcionários 6

CARGO
AGENTE ADMINISTRATIVO
Supervisionam e controlam serviços financeiros diversos, bens-patrimoniais e logísticos; elaboram orçamentos, efetuam pagamentos, realizam cobrança, controlam bens patrimoniais, fecham câmbio, analisam crédito, coordenam caixas, administram processos logísticos e gerenciam almoxarifado/estoque; Supervisionam equipes de trabalho, orientando e avaliando desempenho em busca da melhor qualidade no trabalho. Organizam documentos e efetuam sua classificação contábil; geram lançamentos contábeis, auxiliam na apuração dos impostos, conciliam contas e preenchimento de guias de recolhimento e de solicitações, junto a órgãos do governo. Emitem notas de venda e de transferência entre outras; realizam o arquivo de documentos; Organizam a rotina de serviços e realizam entrada e transmissão de dados, operando teleimpressores e microcomputadores; registram e transcrevem informações, operando máquinas de escrever; atendem necessidades do setor interno e externo. Supervisionam trabalho e equipe; Organizam documentos e informações. Orientam usuários e os auxiliam na recuperação de dados e informações. Disponibilizam fonte de dados para usuários. Providenciam aquisição de material e incorporam material ao acervo. Arquivam documentos, classificando-os segundo critérios apropriados para armazená-los e conservá-los. Prestam serviço de comutação, alimentam base de dados e elaboram estatísticas. Executam tarefas relacionadas com a elaboração e manutenção de arquivos, podendo ainda, operar equipamentos reprográficos, recuperar e preservar as informações por meio digital, magnético ou papel.

CBO: 4102-05

5 funcionários

CARGO
DIGITADOR
Compreende os cargos que se destinam a executar, a partir de gabaritos fornecidos, operações de digitação de dados para processamento eletrônico. Abrir e fechar o posto do correio; manter a organização do posto, inclusive limpeza, para o atendimento ao público; receber todas as chamadas telefônicas providenciando o contato com a pessoa que está sendo solicitada; efetuar ligações telefônicas solicitadas pelo usuário, com o respectivo recebimento da despesa; prestar as informações solicitadas pelo público, inclusive por telefone , sobre os serviços de telefonia; receber e acatar as instruções de serviço expedidas pela TELEST; fazer encaminhar as prestações de contas aos valores recebidos, na forma de instruções próprias; executar outras atribuições afins.

CBO: 4121-10

1 funcionários

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo AGENTE ADMINISTRATIVO / DIGITADOR**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura sentada por longos períodos		
Descrição	Necessidade de atuação sentado por longos períodos durante a jornada de trabalho.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Analise Ergonômica do Trabalho - AET Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Fornece instruções para alongamento físico.		
Orientação	Orientar trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Presença de reflexos em telas, painéis, vidros, monitores ou qualquer superfície, que causem desconforto ou prejudiquem a visualização		
Descrição	Situação desconfortável aos olhos, proveniente do uso frequente de telas de computadores para execução das atividades.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Fadiga nos olhos, ardência e dores de cabeça.		
Fontes ou circunstâncias	Telas de computadores		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Trabalho intensivo com teclado ou outros dispositivos de entrada de dados		
Descrição	Repetição continuada de movimentos com os dedos, proveniente da utilização de periféricos de entrada de dados em computadores (mouse, teclados).		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Problemas nas articulações e nos músculos (LER/DORT) e nos dedos (tendinites)		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Critério			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Analise Ergonômica do Trabalho - AET Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	- Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Introdução de pausas curtas periódicas e rodízios de funções em trabalhos continuados repetitivos, de precisão, em computadores, ou que exijam atenção constante; - Usar mobiliários ajustáveis às dimensões dos trabalhadores, assegurando postura confortável dos braços e pernas para trabalhador na posição sentada e em pé; - Usar postos de trabalho ajustáveis para o trabalho em computador (altura da cadeira, altura do monitor, altura do teclado).		

SETOR
GHE 02 ASSISTÊNCIA SOCIAL
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

Nº de funcionários 4

CARGO
ASSISTENTE SOCIAL
Prestar serviços sociais orientando indivíduos, famílias, comunidade e instituições sobre direitos e deveres (normas, códigos e legislação), serviços e recursos sociais e programas de educação; planejar, coordenar e avaliar planos, programas e projetos sociais em diferentes áreas de atuação profissional (seguridade, educação, trabalho, jurídica, habitação e outras), atuando nas esferas pública e privada; orientar e monitorar ações em desenvolvimento relacionados à economia doméstica, nas áreas de habitação, vestuário e têxteis, desenvolvimento humano, economia familiar, educação do consumidor, alimentação e saúde; desempenhar tarefas administrativas. Esclarecer dúvidas; Orientar sobre direitos e deveres; Orientar sobre acesso a direitos instituídos; Orientar sobre rotinas da instituição; Orientar sobre cuidados especiais; Orientar sobre serviços e recursos sociais; Ensinar a otimização do uso de recursos; Orientar sobre a otimização do uso de recursos; Desenvolver programas de educação alimentar para sadios; Orientar sobre normas, códigos e legislação; Orientar sobre conteúdo de processo e procedimentos; Orientar sobre aspectos ergonômicos do trabalho; Organizar grupos socioeducativos; Facilitar grupos socioeducativos; Elaborar instrumentos técnicos; Orientar sobre direitos sociais; Realizar cursos, palestras, reuniões e capacitações; Produzir material educativo; Desenvolver grupos e atividades socioeducativas; Encaminhar para acesso a direitos instituídos; Avaliar capacidades, possibilidades e limitações; Coordenar, elaborar, executar supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e; projetos na área de serviço social; realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de serviço social; participar da elaboração e implementação de políticas sociais a serem implantadas pela Prefeitura.

CBO: 2516-05

4 funcionário

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo ASSISTENTE SOCIAL**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura sentada por longos períodos		
Descrição	Necessidade de atuação sentado por longos períodos durante a jornada de trabalho.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Analise Ergonômica do Trabalho - AET Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Fornece instruções para alongamento físico.		
Orientação	Orientar trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Presença de reflexos em telas, painéis, vidros, monitores ou qualquer superfície, que causem desconforto ou prejudiquem a visualização		
Descrição	Situação desconfortável aos olhos, proveniente do uso frequente de telas de computadores para execução das atividades.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Fadiga nos olhos, ardência e dores de cabeça.		
Fontes ou circunstâncias	Telas de computadores		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Trabalho intensivo com teclado ou outros dispositivos de entrada de dados		
Descrição	Repetição continuada de movimentos com os dedos, proveniente da utilização de periféricos de entrada de dados em computadores (mouse, teclados).		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Problemas nas articulações e nos músculos (LER/DORT) e nos dedos (tendinites)		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Critério			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Analise Ergonômica do Trabalho - AET Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	- Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Introdução de pausas curtas periódicas e rodízios de funções em trabalhos continuados repetitivos, de precisão, em computadores, ou que exijam atenção constante; - Usar mobiliários ajustáveis às dimensões dos trabalhadores, assegurando postura confortável dos braços e pernas para trabalhador na posição sentada e em pé; - Usar postos de trabalho ajustáveis para o trabalho em computador (altura da cadeira, altura do monitor, altura do teclado).		

SETOR
GHE 03 APOIO SOCIAL
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

Nº de funcionários 7

CARGO
AUXILIAR DE CRECHE
Cuidam de bebês, crianças, a partir de objetivos estabelecidos por instituições especializadas ou responsáveis diretos, zelando pelo bem-estar, saúde, alimentação, higiene pessoal, educação, cultura, recreação e lazer da criança assistida. Cuidar da aparência e higiene da criança; Controlar horários das atividades diárias da criança; Ajudar a criança nas atividades diárias; Banho e necessidades fisiológicas; Estar atento às ações da criança; Verificar informações, sinais dados pela criança; Passar informações do dia a dia da criança; Relatar o dia-a-dia da criança aos responsáveis; Educar a criança nos deveres da casa; Manter o lazer e a recreação no dia-a-dia; Desestimular a agressividade; Auxiliar no aprendizado da criança. Cuidar da aparência e higiene da criança; Controlar horários das atividades diárias da criança; Ajudar a criança nas atividades diárias; Banho e necessidades fisiológicas; Estar atento às ações da criança; Verificar informações, sinais dados pela criança; Passar informações do dia a dia da criança; Relatar o dia-a-dia da criança aos responsáveis; Educar a criança nos deveres da casa; Manter o lazer e a recreação no dia-a-dia; Desestimular a agressividade; Auxiliar no aprendizado da criança. Prestar serviços auxiliares nas creches municipais, atendendo as crianças em suas necessidades diárias, Providenciando sua alimentação e higiene pessoal, acompanhando-as em atividades recreativas e outras pertinentes para garantir o seu bem estar e desenvolvimento sadio. Zelar sempre pelo bem estar da criança.

CBO: 5162-05; 5162-15

1 funcionário

CARGO
CUIDADOR ESCOLAR
Cuidam de alunos e crianças, prestam apoio as atividades acadêmicas, controlam atividades livres dos alunos, orientam alunos sobre regras e procedimentos, regimento escolar, cumprimento de horários; ouvem reclamações e analisam fatos, cuidam de bebês, crianças, a partir de objetivos estabelecidos por instituições especializadas ou responsáveis diretos, zelando pelo bem-estar, saúde, alimentação, higiene pessoal, educação, cultura, recreação e lazer do assistido. Cuidar da aparência e higiene de alunos e crianças; Controlar horários das atividades diárias de alunos e crianças; Ajudar a criança nas atividades diárias; Banho e necessidades fisiológicas; Estar atento às ações de alunos e crianças. Orientar entrada e saída dos alunos e crianças; Impedir permanência de alunos e crianças durante recreio nas salas de aula; Observar circulação dos alunos durante o recreio. Observar temperatura, urina, fezes e vômitos; Observar a qualidade do sono; Prestar cuidados especiais a crianças com limitações ou dependência física; Manusear adequadamente; Observar alterações físicas (manchas, inchaço, ferimentos). Desenvolver atividades de apoio nos serviços gerais da escola, na limpeza e conservação; Atuar como apoio nos eventos promovidos pela escola. Auxiliar os professores e coordenadores nos cuidados básicos com as crianças da educação infantil. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

CBO: 3311-10
1 funcionário

CARGO
CUIDADOR SOCIAL
Cuidam de crianças, jovens, adultos e idosos, a partir de objetivos estabelecidos por instituições especializadas ou responsáveis diretos, zelando pelo bem-estar, saúde, alimentação, higiene pessoal, educação, cultura, recreação e lazer da pessoa assistida. Levantar informações sobre a pessoa; Cuidar da aparência e higiene da pessoa; Controlar horários das atividades diárias da pessoa; Ajudar a pessoa nas atividades diárias; Banho e necessidades fisiológicas; Estar atento às ações da pessoa; Verificar informações, sinais dados pela pessoa; Passar informações do dia a dia da pessoa; Relatar o dia-a-dia da pessoa aos responsáveis; Educar a criança e adolescente nos deveres da casa e comunitários; Manter o lazer e a recreação no dia-a-dia; Desestimular a agressividade; Auxiliar no aprendizado da pessoa. Observar temperatura, urina, fezes e vômitos; Observar a qualidade do sono; Ajudar nas terapias ocupacionais e físicas; Prestar cuidados especiais a pessoas com limitações ou dependência física; Manusear adequadamente; Observar alterações físicas (manchas, inchaço, ferimentos); Observar as alterações de comportamento; Lidar com comportamentos compulsivos; Controlar guarda, horário e ingestão de medicamentos; Acompanhar em consultas e atendimentos médico-hospitalar; Relatar orientação médica aos responsáveis; Seguir orientação de profissionais da saúde; Observar sinais vitais; Relatar condições de saúde aos profissionais ou responsáveis. Desenvolver atividades de cuidados básicos essenciais para a vida diária e instrumentais de autonomia e participação social dos usuários, a partir de diferentes formas e metodologias, contemplando as dimensões individuais e coletivas. Desenvolver atividades para o acolhimento, proteção integral e promoção da autonomia e autoestima dos usuários. Atuar na recepção dos usuários possibilitando uma ambiência acolhedora. Identificar as necessidades e demandas dos usuários. Apoiar os usuários no planejamento e organização de sua rotina diária. Apoiar e monitorar os cuidados com a moradia, como organização e limpeza do ambiente e preparação dos alimentos. Apoiar e monitorar os usuários nas atividades de higiene, organização, alimentação e lazer.

CBO: 5162-10; 5162-20

5 funcionário

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo AUXILIAR DE CRECHE / CUIDADOR ESCOLAR / CUIDADOR SOCIAL**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Físico	Umidade		
Descrição	Exposição à umidade proveniente da higienização pessoal de bebês e crianças (ajudar no banho), entre outras.		
Fundamentação legal	NR 01 / NR 06 / NR 09		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode provocar doenças no aparelho respiratório, quedas, doenças de pele, entre outras.		
Fontes ou circunstâncias	Higienização pessoal de bebês e crianças (banho)		
Meio de propagação	Contato direto		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas: • Avental • Luvas		

Identificação			
Perigo/Fator de Risco **Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)**			Grupo **Biológico**
Descrição	Proveniente da higiene pessoal de bebês e crianças.		
Fundamentação legal	NR 01 / NR 06 / NR 09		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.		
Fontes ou circunstâncias	Cuidados com a higiene pessoal de bebês e crianças		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
EPI	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas: • Avental • Luvas		
Exposição			
Critério	Qualitativo		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Frequente deslocamento a pé durante a jornada de trabalho		
Descrição	Deslocamento necessário proveniente das atividades de auxiliares e cuidadores.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Analise Ergonômica do Trabalho - AET. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Orientação	Orientar ao trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura de pé por longos períodos		
Descrição	Postura proveniente da necessidade de permanecer de pé para execução das atividades de auxiliares e cuidadores.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Analise Ergonômica do Trabalho - AET. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET. Fornece instruções para alongamento físico.		
Orientação	Orientar ao trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Exigência de flexões de coluna vertebral frequentes		
Descrição	Proveniente da necessidade de baixar, levantar, entre outros movimentos para execução das atividades relacionadas. Proveniente da necessidade de flexões e movimentos para pegar bebês e crianças no colo quando necessário.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Pode provocar Lesões musculoesqueléticas, fadiga e exaustão		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Analise Ergonômica do Trabalho - AET. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET. -Fornece instruções para alongamento físico.		
Orientação	Orientar ao trabalhador que evite movimentos e flexões que possam a vir a causar danos a sua saúde.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Trabalho em ambientes com risco de queda de objetos		
Descrição	Proveniente da movimentação de objetos e equipamentos utilizados na recriação de crianças, entre outros. Risco de queda de objetos sobre os pés.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode provocar contusões, entorses, luxações ou fraturas.		
Fontes ou circunstâncias	Movimentação de objetos para atividade com crianças, entre outros.		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não evidênciado	Não se aplica
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Medico de Saúde ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Manter o uso continuo de calçado de segurança fechado, com CA, emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde do trabalho.		
Orientação	Utilizar sempre calçado fechado e apropriado para as atividades, para evitar lesões por queda de objetos sobres os pés.		

SETOR
GHE 04 EDUCAÇÃO SOCIAL
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

Nº de funcionários 3

CARGO
EDUCADOR FÍSICO
Planejar, acompanhar, avaliar, executar e controlar as atividades relacionadas à educação física através da promoção da saúde e da capacidade física por meio de prática de exercícios e atividades corporais no âmbito de programas ou eventos realizados, patrocinados ou apoiados/assistidos pelo poder público municipal.

1 funcionários

CBO: 2241-40

CARGO
PROFESSOR-PEB 1
Participar da elaboração da proposta pedagógica da escola; Elaborar e cumprir plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da escola; Zelar pela aprendizagem dos alunos; Participar, integralmente, dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; Ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos; Estabelecer e implementar estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento. Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; Incumbir-se das demais tarefas indispensáveis ao atingimento dos fins educacionais da escola e ao processo de ensino-aprendizagem.

1 funcionários

CBO: 2312-10

CARGO
PROFESSOR-PEB 2
Participar da elaboração da proposta pedagógica da escola; Elaborar e cumprir plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da escola; Zelar pela aprendizagem dos alunos; Estabelecer e implementar estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento. Ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos; Participar, integralmente, dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; Incumbir-se das demais tarefas indispensáveis ao atingimento dos fins educacionais da escola e ao processo de ensino-aprendizagem.

1 funcionários

CBO: 2301-05

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo EDUCADOR SOCIAL / PROFESSOR-PEB 1 / PROFESSOR-PEB 2**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Frequente execução de movimentos repetitivos		
Descrição	Movimentos repetitivos nas atividades de ministrar aulas, utilização de lousas e quadros para escrever. Permanecer longos períodos com os braços levantados para escrever.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Podem provocar lesões por esforço repetitivo (LER) ou distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT).		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Tolerável	Moderado
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Analise Ergonômica do Trabalho - AET Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Fornece instruções para alongamento físico.		
Orientação	Orientar trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura de pé por longos períodos		
Descrição	Postura proveniente da necessidade de permanecer de pé para ministrar aulas, atividades físicas, entre outras atividades relacionadas ao aprendizado de crianças e jovens.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Analise Ergonômica do Trabalho - AET. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET. Fornece instruções para alongamento físico.		
Orientação	Orientar ao trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura sentada por longos períodos		
Descrição	Necessidade de atuação sentado por longos períodos durante a jornada de trabalho.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Analise Ergonômica do Trabalho - AET Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Fornece instruções para alongamento físico.		
Orientação	Orientar trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Presença de reflexos em telas, painéis, vidros, monitores ou qualquer superfície, que causem desconforto ou prejudiquem a visualização		
Descrição	Situação desconfortável aos olhos, proveniente do uso frequente de telas de computadores para execução das atividades.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Fadiga nos olhos, ardência e dores de cabeça.		
Fontes ou circunstâncias	Quadro, lousa, reflexos em superfícies, entre outros.		
Avaliação			
Tempo de exposição	Perfil de exposição	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos.		

SETOR
GHE 05 JURÍDICO
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

Nº de funcionários 1

CARGO
ADVOGADO DO CREAS
Prestar consultoria e assessoramento jurídico, as famílias e indivíduos usuários dos serviços de proteção social; Realizar a orientação jurídico social e assessoria jurídica no âmbito do SUAS; Oferecer atendimento de advocacia pública no âmbito do SUAS, respeitadas as competências e atribuições da Procuradoria Geral do Município. Acompanhar ações judiciais; Receber denúncias; Defender nas ações judiciais contrárias; Ajuizar ações; Elaborar cálculos judiciais; Estabelecer composição entre as partes em processo judicial; Prestar orientação jurídica aos usuários do CREAS; Solicitar suspensão do andamento de processos nos casos previstos em lei; Promover a acolhida, escuta qualificada, acompanhamento especializado e oferta de informações e orientações; Elaborar, junto com as famílias e indivíduos, o Plano de Acompanhamento Individual e/ou familiar, considerando as especificidades e particularidades de cada um; Realizar visitas domiciliares acompanhado pelo CREAS, quando necessário. Desenvolver, organizar, controlar e/ou executar as atividades de assessoramento jurídico às famílias carentes, emitindo pareceres, opiniões e outros pertinentes. Instituir rotina de atendimento e acompanhamento dos usuários; Administrar e acompanhar os processos judiciais, interpondo recursos, defesas, negociando, participando de audiências, observando os prazos, tomando as medidas necessárias para a continuidade da tramitação dos processos. Realizar estudos, pesquisas e levantamentos sobre a evolução e aplicação da legislação e da jurisprudência. Fazer uso de veículos da frota pública municipal, no desempenho das atividades do seu cargo.

CBO: 2412-20

1 funcionário

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo ADVOGADO DO CREAS**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura sentada por longos períodos		
Descrição	Necessidade de atuação sentado por longos períodos durante a jornada de trabalho.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Analise Ergonômica do Trabalho - AET Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Fornece instruções para alongamento físico.		
Orientação	Orientar trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Presença de reflexos em telas, painéis, vidros, monitores ou qualquer superfície, que causem desconforto ou prejudiquem a visualização		
Descrição	Situação desconfortável aos olhos, proveniente do uso frequente de telas de computadores para execução das atividades.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Fadiga nos olhos, ardência e dores de cabeça.		
Fontes ou circunstâncias	Telas de computadores		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos.		

Identificação	
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**
Ergonômico	Trabalho intensivo com teclado ou outros dispositivos de entrada de dados
Descrição	Repetição continuada de movimentos com os dedos, proveniente da utilização de periféricos de entrada de dados em computadores (mouse, teclados).
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Problemas nas articulações e nos músculos (LER/DORT) e nos dedos (tendinites)
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos

Avaliação			
Critério			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		

Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Analise Ergonômica do Trabalho - AET Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	- Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Introdução de pausas curtas periódicas e rodízios de funções em trabalhos continuados repetitivos, de precisão, em computadores, ou que exijam atenção constante; - Usar mobiliários ajustáveis às dimensões dos trabalhadores, assegurando postura confortável dos braços e pernas para trabalhador na posição sentada e em pé; - Usar postos de trabalho ajustáveis para o trabalho em computador (altura da cadeira, altura do monitor, altura do teclado).		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Condução de veículos de qualquer natureza em vias públicas		
Descrição	Condução de veículo em condições desfavoráveis meteorológicas, estradas e más condições e congestionamentos excessivos.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Lesões corporais diversas, com grande possibilidade de levar ao óbito ou à invalidez para o trabalhador e para terceiros.		
Fontes ou circunstâncias	Condução de Veículo Automotor		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Severo	Possível	Substancial	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Implementa	Sim	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas coletivas (EPC)	Sinalização de emergência Extintor de Incêndio		
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	-Orientar o trabalhador sobre a condução defensiva através de palestras e treinamentos. -Verificar constantemente os estados dos pneus e das condições mecânicas do veículo, especialmente as condições do freio, lâmpadas e cintos de segurança. -Cuidado durante os deslocamentos em condições climáticas adversas, como chuva e neblina. -Utilização do cinto de segurança pelo motorista e todos os passageiros.		
Orientação	Treinamento de direção defensiva		

SETOR
GHE 06 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

Nº de funcionários 9

CARGO
AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS
Os trabalhadores de limpeza e conservação de áreas públicas preservam as vias públicas, varrendo calçadas, sarjetas e calçadões, acondicionando o lixo para que seja coletado e encaminhado para o aterro sanitário. Zelam pela segurança das pessoas sinalizando e isolando áreas de risco e de trabalho. Trabalham na limpeza e conservação de áreas públicas, coletam resíduos domiciliares, resíduos sólidos de serviços de saúde e resíduos coletados nos serviços de limpeza; Conservam as áreas públicas lavando-as, pintando guias, postes, viadutos, muretas e etc; Auxiliam nos serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos; Trabalham na ornamentação de canteiros urbanos, através da construção de viveiros e canteiros. Varrer sarjetas e calçadões; Varrer calçadas; Amontoar detritos e folhagem; Acondicionar lixo em latões ou sacos plásticos; Empurrar carrinho (lutocar); Ensacar animais mortos; Recolher animais mortos; Solicitar coleta de animais mortos; Solicitar remoção de entulho; Executar serviços de varrição, coleta e transporte de lixo industrial, domiciliar, hospitalar e rural e lavagem de ruas e logradouros públicos municipais, mantendo-os em condições adequadas, acondicionando os materiais coletados conforme as orientações e procedimentos estabelecidos. Executar serviços de conservação de ruas e logradouros públicos realizando capinas, roçadas, pinturas em meio-fio, muros, grades e postes, limpeza de ralos, trincheiras, bocas de lobo, caixas de visita, limpeza de córregos e outras atividades correlatas.

CBO: 5142-05

Funcionário 1

CARGO
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
Executar sob supervisão serviços de copeiragem, conservação, limpeza e zeladoria em prédios públicos servindo, limpando vidros e fachadas, recintos internos e acessórios. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Preparar sucos, lanches, cafés e pequenas refeições; Servir água, cafezinho, suco; Administrar fluxo de serventia; Receber e distribuir refeições; Receber ou recolher bandejas, louças e talheres após as refeições, providenciando sua lavagem e guarda ou o envio ao setor competente; Secar louça e prataria, esterilizar instrumentos e materiais; Operar com aparelhos elétricos utilizados nos serviços de alimentação; Limpar talheres, equipamentos de refrigeração assim como balcão, bancada e bandejas; retirar restos de comida, separando e destinando o lixo; Lavar fachadas; Limpar vidros; Remover resíduos dos vidros; Remover pichações; Limpar móveis e equipamentos eletrodomésticos, lustres, luminárias, ventiladores e tudo o que mais constar nos recintos dos prédios municipais; Limpar superfícies (paredes, pisos, etc..); Lavar banheiros; Aspirar pó; Lavar pisos; Encerar pisos; Remover sujeira; Varrer pisos; Secar pisos; Passar pano; Limpar, lavar cortinas e persianas; Recolher lixo; Depositar o lixo e detritos da cozinha em lugares apropriados, de forma a evitar proliferação de insetos; Proceder à limpeza de ralos, caixas de gordura e esgotos, assim como desentupir pias e ralos; Prover os sanitários com toalha, sabão e papel higiênico, removendo os já utilizados; Auxiliar na realização de serviços em geral como recebimento, separação e Distribuição de correspondência e materiais, atividades de limpeza, copa e conservação de instalações. Executar trabalhos de limpeza em geral em edifícios e outros locais, para manutenção das condições de higiene e conservação do ambiente, coletando o lixo.

CBO: 5122-05

Funcionários 8

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS / AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Físico	Umidade		
Descrição	Exposição à umidade proveniente da utilização de água no processo de limpeza de banheiros, lavagem de utensílios, talheres, entre outros.		
Fundamentação legal	NR 01 / NR 09		
Fontes ou circunstâncias	Limpeza de banheiros entre outros		
Meio de propagação	Contato direto		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas: • Avental de PVC • Luvas de PVP • Botas de PVP		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Químico	Produtos Saneantes Domissanitários		
Descrição	Exposição ao agente saneantes domissanitários realizando limpeza de banheiros, pisos, outras superfícies e limpeza de utensílios de cozinha.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode provocar alergias ao contato e irritação nos olhos.		
Fontes ou circunstâncias	Utilização de produtos de limpeza		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Aceitável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL - PCMSO		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional: • Avental de PVC • Luvas de PVP • Botas de PVP		

Identificação			
Perigo/Fator de Risco **Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)**			Grupo **Biológico**
Descrição	Proveniente da coleta de lixo e limpeza de banheiros de creches e outros locais referentes a secretaria executiva de assistência social.		
Fundamentação legal **Possíveis lesões ou agravos a saúde**	NR 01 / NR 06 / NR 09 Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.		
Fontes ou circunstâncias	Coleta de lixo e limpeza de banheiros		
Avaliação			
Tempo de exposição 08:00	**Tipo de exposição** Eventual	**Critério** Qualitativo	
Severidade Moderado	**Probabilidade** Possível	**Nível de Risco** Moderado	**Classificação** Tolerável
Prevenção e controle			
EPI	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas **Ações Necessárias**	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO -Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas: • Avental de PVC • Luvas de PVP • Botas de PVP • Óculos de Proteção		
Exposição			
Critério	Qualitativo		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Exigência de flexões de coluna vertebral frequentes		
Descrição	Proveniente da necessidade de baixar, levantar, entre outros movimentos para execução das atividades de limpeza e conservação, entre outras atividades relacionadas.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Pode provocar Lesões musculoesqueléticas, fadiga e exaustão.		
Fontes ou circunstâncias	Atividades de limpeza e conservação		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET. -Fornece instruções para alongamento físico.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Frequente deslocamento a pé durante a jornada de trabalho		
Descrição	Deslocamento necessário proveniente das atividades de limpeza e conservação do ambiente de trabalho, entre outras atividades relacionadas.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Analise Ergonômica do Trabalho - AET. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Orientação	Orientar ao trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Frequente execução de movimentos repetitivos		
Descrição	Proveniente da execução de movimentos repetitivos para execução das atividades de limpeza, entre outras.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Dores nas articulações dos dedos e das mãos.		
Fontes ou circunstâncias	Movimentos repetitivos para execução das atividades		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET Fornece instruções para alongamento físico.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura de pé por longos períodos		
Descrição	Postura proveniente da necessidade de permanecer de pé para execução das atividades de limpeza e conservação.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Analise Ergonômica do Trabalho - AET. -Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET. Fornece instruções para alongamento físico.		
Orientação	Orientar ao trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Objetos cortantes e/ou perfuro cortantes		
Descrição	Risco proveniente da limpeza de utensílios de cozinha (talheres) e contato com outros objetos que possam causar acidentes.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Risco de cortes e/ou perfurações, acidentes, lesões, entre outros.		
Fontes ou circunstâncias	Utensílios de cozinha diversos, entre outros objetos.		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Medico de Saúde ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco através de palestras e treinamentos. Procedimentos operacionais seguros -Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde no trabalho, e adequados para a execução das atividades.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Piso escorregadio e/ou irregular		
Descrição	Risco proveniente da utilização de água, panos úmidos e ceras no processo de limpeza de pisos e outras superfícies, deixando-os escorregadios. Risco de quedas de mesmo nível.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Fraturas, luxações ou entorses, escoriações e contusões		
Fontes ou circunstâncias	Pisos e outras superfícies escorregadios		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não evidenciado	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas coletivas (EPC)	Necessária utilização de placa cavalete de piso escorregadio durante a execução da atividade de limpeza e enquanto o piso apresentar estar molhado ou úmido.		
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Medico de Saúde ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco através de palestras e treinamentos. Procedimentos operacionais seguros -Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde no trabalho, e adequados para a execução das atividades.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Trabalho em ambientes com risco de queda de objetos		
Descrição	Risco de queda de objetos sobre os pés, proveniente da movimentação de matérias de limpeza, movimentação de utensílios domésticos, movimentação de sacos plásticos contendo lixo, entre outros materiais e/ou produtos.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode provocar contusões, entorses, luxações ou fraturas.		
Fontes ou circunstâncias	Movimentação materiais e/ou produtos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Medico de Saúde ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Manter o uso continuo de calçado de segurança fechado, com CA, emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde do trabalho.		
Orientação	Utilizar sempre calçado fechado e apropriado para as atividades, para evitar lesões por queda de objetos sobres os pés.		

SETOR
GHE 07 NUTRIÇÃO
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

Nº de funcionários 1

CARGO
NUTRICIONISTA
Prestar assistência nutricional a indivíduos e coletividades (sadios e enfermos); planejar, organizar, administrar e avaliar unidades de alimentação e nutrição; efetuar controle higiênico-sanitário; participar de programas de educação nutricional; estruturar e gerenciar serviços de alimentação e nutrição e ministrar cursos. Atuar em conformidade ao manual de boas práticas. Identificar população-alvo; Participar de diagnóstico interdisciplinar; Realizar inquérito alimentar; Coletar dados antropométricos; Solicitar exames laboratoriais; Interpretar indicadores nutricionais; Calcular gasto energético; Identificar necessidades nutricionais; Realizar diagnóstico dietético-nutricional; Estabelecer plano de cuidados nutricionais; Realizar prescrição dietética; Prescrever complementos e suplementos nutricionais; Registrar evolução dietoterápica em prontuário; Conferir adesão à orientação dietético- nutricional; Orientar familiares e cuidadores; Realizar acompanhamento nutricional; Dar alta em nutrição; Realizar atendimento domiciliar. Entre outras atividades. Fazer uso de veículos da frota pública municipal, no desempenho das atividades do seu cargo.

CBO: 2237-10

Funcionários 1

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo NUTRICIONISTA**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura sentada por longos períodos		
Descrição	Necessidade de atuação sentado por longos períodos durante a jornada de trabalho.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Analise Ergonômica do Trabalho - AET Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Fornece instruções para alongamento físico.		
Orientação	Orientar trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Presença de reflexos em telas, painéis, vidros, monitores ou qualquer superfície, que causem desconforto ou prejudiquem a visualização		
Descrição	Situação desconfortável aos olhos, proveniente do uso frequente de telas de computadores para execução das atividades.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Fadiga nos olhos, ardência e dores de cabeça.		
Fontes ou circunstâncias	Telas de computadores		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Trabalho intensivo com teclado ou outros dispositivos de entrada de dados		
Descrição	Repetição continuada de movimentos com os dedos, proveniente da utilização de periféricos de entrada de dados em computadores (mouse, teclados).		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Problemas nas articulações e nos músculos (LER/DORT) e nos dedos (tendinites)		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Critério			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Analise Ergonômica do Trabalho - AET Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	- Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Introdução de pausas curtas periódicas e rodízios de funções em trabalhos continuados repetitivos, de precisão, em computadores, ou que exijam atenção constante; - Usar mobiliários ajustáveis às dimensões dos trabalhadores, assegurando postura confortável dos braços e pernas para trabalhador na posição sentada e em pé; - Usar postos de trabalho ajustáveis para o trabalho em computador (altura da cadeira, altura do monitor, altura do teclado).		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Condução de veículos de qualquer natureza em vias públicas		
Descrição	Condução de veículo em condições desfavoráveis meteorológicas, estradas e más condições e congestionamentos excessivos.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Lesões corporais diversas, com grande possibilidade de levar ao óbito ou à invalidez para o trabalhador e para terceiros.		
Fontes ou circunstâncias	Condução de Veículo Automotor		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Severo	Possível	Substancial	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Implementa	Sim	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas coletivas (EPC)	Sinalização de emergência Extintor de Incêndio		
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	-Orientar o trabalhador sobre a condução defensiva através de palestras e treinamentos. -Verificar constantemente os estados dos pneus e das condições mecânicas do veículo, especialmente as condições do freio, lâmpadas e cintos de segurança. -Cuidado durante os deslocamentos em condições climáticas adversas, como chuva e neblina. -Utilização do cinto de segurança pelo motorista e todos os passageiros.		
Orientação	Treinamento de direção defensiva		

SETOR
GHE 08 PSICOLOGIA
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

Nº de funcionários 1

CARGO
PSICÓLOGO
Estudam, pesquisam e avaliam o desenvolvimento emocional e os processos mentais e sociais de indivíduos, grupos e instituições, com a finalidade de análise, tratamento, orientação e educação; diagnosticam e avaliam distúrbios emocionais e mentais e de adaptação social, elucidando conflitos e questões e acompanhando o(s) paciente(s) durante o processo de tratamento ou cura; investigam os fatores inconscientes do comportamento individual e grupal, tornando-os conscientes; desenvolvem pesquisas experimentais, teóricas e clínicas e coordenam equipes e atividades de área e afins. Prestar atendimento clínico aplicando técnicas psicológicas, avaliando o ser como um todo adotando tratamento para o equilíbrio psicológico. Participar e/ou coordenar programas específicos na comunidade (público alvo), definir resultados a serem atingidos, definir a linha de trabalho, assim como assessorar e prestar orientação aos familiares. Estudar, pesquisar e avaliar o desenvolvimento emocional e os processos mentais e sociais de indivíduos, grupos e instituições, com a finalidade de análise, tratamento, orientação e educação; diagnosticar e avaliar distúrbios emocionais e mentais e de adaptação social, elucidando conflitos e questões e acompanhando o(s) paciente(s) durante o processo de tratamento ou cura; investigar os fatores inconscientes do comportamento individual e grupal. Fazer uso de veículos da frota pública municipal, no desempenho das atividades do seu cargo.

CBO 2515-10

Funcionário 1

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo PSICOLOGO**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura sentada por longos períodos		
Descrição	Necessidade de atuação sentado por longos períodos durante a jornada de trabalho.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Analise Ergonômica do Trabalho - AET Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Fornece instruções para alongamento físico.		
Orientação	Orientar trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Trabalho intensivo com teclado ou outros dispositivos de entrada de dados		
Descrição	Repetição continuada de movimentos com os dedos, proveniente da utilização de periféricos de entrada de dados em computadores (mouse, teclados).		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Problemas nas articulações e nos músculos (LER/DORT) e nos dedos (tendinites)		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Critério			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Analise Ergonômica do Trabalho - AET Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	- Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Introdução de pausas curtas periódicas e rodízios de funções em trabalhos continuados repetitivos, de precisão, em computadores, ou que exijam atenção constante; - Usar mobiliários ajustáveis às dimensões dos trabalhadores, assegurando postura confortável dos braços e pernas para trabalhador na posição sentada e em pé; - Usar postos de trabalho ajustáveis para o trabalho em computador (altura da cadeira, altura do monitor, altura do teclado).		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Presença de reflexos em telas, painéis, vidros, monitores ou qualquer superfície, que causem desconforto ou prejudiquem a visualização		
Descrição	Situação desconfortável aos olhos, proveniente do uso frequente de telas de computadores para execução das atividades.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Fadiga nos olhos, ardência e dores de cabeça.		
Fontes ou circunstâncias	Telas de computadores		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Condução de veículos de qualquer natureza em vias públicas		
Descrição	Condução de veículo em condições desfavoráveis meteorológicas, estradas e más condições e congestionamentos excessivos.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Lesões corporais diversas, com grande possibilidade de levar ao óbito ou à invalidez para o trabalhador e para terceiros.		
Fontes ou circunstâncias	Condução de Veículo Automotor		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Severo	Possível	Substancial	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Implementa	Sim	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas coletivas (EPC)	Sinalização de emergência Extintor de Incêndio		
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	-Orientar o trabalhador sobre a condução defensiva através de palestras e treinamentos. -Verificar constantemente os estados dos pneus e das condições mecânicas do veículo, especialmente as condições do freio, lâmpadas e cintos de segurança. -Cuidado durante os deslocamentos em condições climáticas adversas, como chuva e neblina. -Utilização do cinto de segurança pelo motorista e todos os passageiros.		
Orientação	Treinamento de direção defensiva		

SETOR
GHE 09 TRANSPORTE
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral. Áreas externas conforme a demanda da secretária.

Nº de funcionários 4

CARGO
MOTORISTA PROFISSIONAL
Dirigir e manobrar veículos tipo ônibus, carros, caminhões e carretas. Transportar pessoas, cargas, pacientes e material biológico humano. Realizar verificações e manutenções básicas do veículo e utilizam equipamentos e dispositivos especiais tais como sinalização sonora e luminosa, software de navegação e outros. Utilizar de capacidades comunicativas. Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Os condutores de ambulância auxiliam as equipes de saúde nos atendimentos de urgência e emergência. Conduzem e vistoriam ônibus de transporte coletivo de alunos e passageiros urbanos, metropolitanos e ônibus rodoviários de longas distâncias; verificam itinerário de viagens; controlam o embarque e desembarque de passageiros e os orientam quanto aos procedimentos no interior do veículo. Dirigir veículos transportando pessoas, cargas, e/ou materiais autorizados aos locais determinados. Vistoriar periodicamente as condições do veículo utilizado e providenciar reparos de emergência, troca de pneus, lavagens, guinchamentos e outros. Identificar e indicar as necessidades de reparos nos sistemas elétricos e mecânicos dos veículos da Prefeitura. Manter sob sua responsabilidade os documentos de porte obrigatório do veículo, observando as orientações para a revalidação dos mesmos. Registrar, em formulário específico, os percursos realizados, quilometragem e itinerários da frota oficial. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

CBO: 7823-05; 7823-10; 7823-20; 7824-05

Funcionário 4

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo MOTORISTA PROFISSIONAL**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Físico	Radiações não-ionizantes		
Descrição	Exposição à radiação não ionizante (Raios solares UV) na condução de veículos automotores.		
Fundamentação legal	NR 01 / NR 06 / NR 09		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Aumentam os riscos de doenças como neoplasias, anemia apática, púrpura, radio dermatite, infertilidade, entre outras.		
Fontes ou circunstâncias	Condução de veículos		
Meio de propagação	Raios solares (UV)		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades: • Óculos de proteção tipo UV.		

Identificação		
Grupo	**Código eSocial**	**Perigo/Fator de Risco**
Físico	02.01.001	Ruído Contínuo ou Intermitente
Descrição	Uso de máquinas e equipamentos ruidosos.	
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-9 - AVALIAÇÃO E CONTROLE DAS EXPOSIÇÕES OCUPACIONAIS A AGENTES FÍSICOS, QUÍMICOS E BIOLÓGICOS	
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Perda da audição, zumbidos, ansiedade, nervosismo entre outros.	
Fontes ou circunstâncias	Máquinas e Equipamentos	
Meio de propagação	Ar	

Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	Necessário avaliação quantitativo da exposição do colaborador ao agente físico Ruído para conclusão.		

Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL - PCMSO		
Ações necessárias	- Alertar o trabalhador sobre o risco através de palestras e treinamentos. - Necessário avaliação do agente físico ruído para parecer conclusivo.		
Observação	Necessário Avaliação de Ruído.		

Identificação		
Grupo	**Código e Social**	**Perigo/Fator de Risco**
Físico	02.01.003 02.01.004	Vibração de corpo inteiro (aceleração resultante de exposição normalizada - aren) e (Valor da Dose de Vibração Resultante – VDVR)
Descrição	Proveniente do contato direto com máquinas e equipamentos que exponha o trabalhador a vibração de corpo inteiro.	
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-9 - AVALIAÇÃO E CONTROLE DAS EXPOSIÇÕES OCUPACIONAIS A AGENTES FÍSICOS, QUÍMICOS E BIOLÓGICOS	
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode provocar doenças vasculares, neurológicas e musculares.	
Fontes ou circunstâncias	Condução de veículos	
Meio de propagação	Contato	

Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	ANEXO I da NR-09 VIBRAÇÃO (Portaria MTP n.º 426, de 07 de setembro de 2021). Inconclusivo, necessário avaliação quantitativo da exposição do colaborador ao agente físico Vibração de Corpo Inteiro para conclusão.		

Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	6.1 As medidas de prevenção devem contemplar: a) avaliação periódica da exposição; b) orientação dos trabalhadores quanto aos riscos decorrentes da exposição à vibração e à utilização adequada dos equipamentos de trabalho, bem como quanto ao direito de comunicar aos seus superiores sobre níveis anormais de vibração observados durante suas atividades; c) vigilância da saúde dos trabalhadores focada nos efeitos da exposição à vibração; e d) adoção de procedimentos e métodos de trabalho alternativos que permitam reduzir a exposição a vibrações mecânicas.		
Observação	Necessário avaliação de Vibração de Corpo Inteiro.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura sentada por longos períodos		
Descrição	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar dores e desconforto na coluna lombar.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Orientação	Orientar trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Uso frequente de alavancas		
Descrição	Utilização frequente e repetida de alavancas na condução de veículo.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho.		
Fontes ou circunstâncias	Condução de Veículo Automotor		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	-Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET. -Realizar pausa para descanso entre viagens por longos períodos, com alteração de postura e se possível realizar alongamentos e exercícios. -Manutenção periódica do veículo, sempre que possível. -Em viagens de longas durações realizar intervalo mínimo de 30 (trinta) minutos para descanso a cada 4 (quatro) horas de tempo ininterrupto de direção e 1 (uma) hora para refeição.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Uso frequente de pedais		
Descrição	Utilização frequente e repetida de pedais na condução do veículo.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho.		
Fontes ou circunstâncias	Condução de Veículo Automotor		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	- Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET. - Realizar pausa para descanso entre viagens por longos períodos, com alteração de postura e se possível realizar alongamentos e exercícios. - Manutenção periódica do veículo e adequação do assento, sempre que possível. - Em viagens de longas durações realizar intervalo mínimo de 30 (trinta) minutos para descanso a cada 4 (quatro) horas de tempo ininterrupto de direção e 1 (uma) hora para refeição.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Condução de veículos de qualquer natureza em vias públicas		
Descrição	Condução de veículo em condições desfavoráveis meteorológicas, estradas e más condições e congestionamentos excessivos.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Lesões corporais diversas, com grande possibilidade de levar ao óbito ou à invalidez para o trabalhador e para terceiros.		
Fontes ou circunstâncias	Condução de Veículo Automotor		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Severo	Possível	Substancial	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Implementa	Sim	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas coletivas (EPC)	Sinalização de emergência Extintor de Incêndio		
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	-Orientar o trabalhador sobre a condução defensiva através de palestras e treinamentos. -Verificar constantemente os estados dos pneus e das condições mecânicas do veículo, especialmente as condições do freio, lâmpadas e cintos de segurança. -Cuidado durante os deslocamentos em condições climáticas adversas, como chuva e neblina. -Utilização do cinto de segurança pelo motorista e todos os passageiros.		
Orientação	Treinamento de direção defensiva		

SETOR
GHE 10 VIGILÂNCIA
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral. Locais para vigilância conforma a demanda e/ou necessidade do munícipio.

Nº de funcionários 1

CARGO
VIGIA
Zelam pela guarda do patrimônio observando o comportamento e movimentação de pessoas para prevenir perdas, evitar incêndios, acidentes e outras anormalidades. Controlam o fluxo de pessoas e veículos identificando-os e encaminhando-os aos locais desejados. Recebem mercadorias, volumes diversos e correspondências. Fazem manutenções simples nos locais de trabalho. Exercer função de vigia como a atividade dos que exercem desarmados, vigilância sobre depósitos de materiais, pátios, áreas abertas, terminal rodoviário, estação rodoviária, mercados públicos, parques, hortos ou reservas florestais, centros de esportes, escolas, obras em execução, edifícios onde funcionam as repartições municipais e demais áreas e logradouros públicos. Observar movimentação/comportamento das pessoas estranhas; Observar tipo de pessoas estranhas; Atentar para posicionamento dos veículos no estacionamento; Contatar proprietários dos veículos irregularmente estacionados; Monitorar pelo circuito fechado de tv; Prevenir incêndios e acidentes; Chamar segurança; Realizar abordagem preventiva pós-furto; Acompanhar abertura e fechamento das instalações; Comunicando imediatamente à autoridade superior quaisquer irregularidades encontradas e contatar órgãos públicos, quando necessário, relatando a emergência e solicitando socorro, inclusive ajuda policial. Preencher corretamente os formulários referentes à avaliação de desempenho; Executar outras atividades correlatas ao cargo solicitadas pelo chefe imediato.

CBO: 5174-20

Funcionário 1

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo VIGIA**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Frequente deslocamento a pé durante a jornada de trabalho		
Descrição	Deslocamento necessário proveniente das atividades de vigilância patrimonial e monitoramento do ambiente de trabalho, entre outras atividades relacionadas.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Analise Ergonômica do Trabalho - AET. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Orientação	Orientar ao trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura de pé por longos períodos		
Descrição	Postura de pé necessária para a execução das atividades de vigilância e segurança do local.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL - PCMSO		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura sentada por longos períodos		
Descrição	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar dores e desconforto na coluna lombar.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Orientação	Orientar trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Trabalho em local com risco de assalto e roubo		
Descrição	Proveniente das atividades de vigilância patrimonial.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-16 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Risco de ferimentos e morte.		
Fontes ou circunstâncias	Segurança patrimonial		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Severo	Possível	Substancial	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL - PCMSO		
Ações necessárias	Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos.		

Conclusão PGR

.

DISPOSIÇÕES FINAIS

CONTROLE DOS RISCOS

Serão adotadas medidas necessárias e suficientes para a eliminação, minimização ou controle dos riscos ambientais sempre que for verificada pelo menos uma das situações:

a) Exigências previstas nas normas regulamentadoras e nos dispositivos legais;

b) Determinadas pela classificação de riscos ocupacionais;

c) Quando houver evidências de associação, através de controle médico de saúde, entre as lesões e os agravos à saúde dos trabalhadores com os riscos e as situações de trabalho identificadas.

Quando comprovada pela organização a inviabilidade de adoção de medidas de proteção coletiva ou quando estas não forem suficientes ou encontrarem-se em fase de estudo, planejamento ou implantação ou, ainda, em caráter complementar ou emergencial, outras medidas deverão ser adotadas, observando a seguinte

hierarquia:

a) Medidas de caráter administrativo ou de organização do trabalho;

b) Medidas de caráter individual (EPI).

IMPLEMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO

A empresa através de análise das ações executadas, inspeções nos ambientes de trabalho e o monitoramento das condições ambientais e exposições aos agentes nocivos, avaliará a eficácia das medidas de proteção existentes e as implantadas e se necessário estabelecer novas medidas para eliminar, neutralizar ou minimizar os riscos ambientais.

A implantação das medidas de prevenção deverá ser acompanhada de informações aos trabalhadores sobre os procedimentos a serem adotados e limitações das medidas de controle.

Quando identificada a ineficácia das medidas de prevenção adotadas, deverão ser realizados ajustes a fim de corrigir as deficiências. O histórico de medidas implementadas, bem como os ajustes realizados, deverá ser registrado.

O desempenho das medidas de prevenção deverá ser acompanhado de forma planejar e contemplar:

a) A verificação da execução das ações planejadas;

b) As inspeções dos locais de trabalho;

c) O monitoramento das condições ambientais e exposições a agentes nocivos, quando aplicável.

ACOMPANHAMENTO DA SAÚDE OCUPACIONAL DOS TRABALHADORES

O acompanhamento da saúde ocupacional dos trabalhadores será realizado de forma periódica e contínua, de acordo com os riscos ocupacionais identificados e atendendo as diretrizes estabelecidas na NR 07.

A empresa desenvolve ações de saúde ocupacional que estão integradas com as demais medidas de saúde e segurança do trabalho e em conformidade com os riscos intrínsecos ao trabalho.

Todos os riscos que precisem de controle com base em exames complementares laboratoriais, necessitam de medidas de prevenção imediata.

ANÁLISE DE ACIDENTES E DOENÇAS RELACIONADAS AO TRABALHO

A irá analisar todos os acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, documentando os eventos, considerando as fontes causadoras, as atividades desenvolvidas, materiais utilizados e a organização do ambiente de trabalho, identificando os fatores relacionados ao evento e que forneçam evidências para revisar as medidas de prevenção existentes.

PREPARAÇÃO PARA EMERGÊNCIAS

É de responsabilidade da EMPRESA, elaborar, implementar e manter atualizados os procedimentos de resposta aos cenários de emergência, levando em consideração os riscos ocupacionais identificados no ambiente de trabalho e as características das atividades desenvolvidas

Os procedimentos deverão conter:

a) Os meios e recursos necessários para prestação de primeiros socorros, encaminhamento de acidentados e abandono;

b) Quando aplicável, as medidas a serem aplicadas em acidentes de grandes proporções.

EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL DE USO OBRIGATÓRIO

A empresa fornece gratuitamente aos empregados apenas EPI adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, sendo estes portadores de Certificado de Aprovação - CA.

CONCLUSÃO

Este programa tem como fundamento legal a NR 01, seu objetivo é disciplinar os preceitos a serem observados na organização e no ambiente de trabalho, de forma a tornar compatível o planejamento e desenvolvimento das atividades com a busca permanente da segurança e saúde dos trabalhadores. Este programa estará em constante análise e estudo, visando seu aperfeiçoamento, podendo, portanto, sofrer modificações a qualquer momento.

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718

Assinado de forma digital por GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718
Dados: 2024.10.01 15:29:35 -03'00'

Responsável Técnico
Gustavo Cordeiro Miranda
CPF: 092.897.697-18
Conselho de classe: CREA 051725/D
UF: ES
Especialidade: Engenheiro de Segurança

PLANO DE AÇÃO

Cronograma do Plano de Ação

PLANO ANUAL DO PROGRAMA DE SEGURANÇA E SAÚDENO TRABALHO **Período:** **Agosto de 2024 a Julho 2026**

Prioridade (1) Objetivo: Manter e implementar medidas de proteção, prevenção e controles administrativos em relação aos riscos ambientais reconhecidos no PPRA, visando a manutenção da saúde e integridade física dos trabalhadores.

Meta	Indicador	Responsável	Cronograma												Avaliação e análise crítica do plano		
			Ago 24 / Ago 25	Set 24 / Set 25	Out 23 / Out 24	Nov 24 / Nov 25	Dez 24 / Dez 25	Jan 25 / Jan 26	Fev 25 / Fev 26	Mar 25 / Mar 26	Abr 25 / Abr 26	Mai 25 / Mai 26	Jun 25 / Jun 26	Jul 25 / Jul 26			
Apresentar e informar os resultados das avaliações qualitativas / quantitativas do PGR	Ofício de entrega de documentos														**Atividades implementadas?**	**Objetivos alcançados?**	**Conclusão e recomendações**
Atividade		**Responsável**															
Reunião de apresentação dos resultados e medidas de controles propostas aos responsáveis pela empresa.		ST / Empregador															

Meta	Indicador	Responsável	Cronograma												Avaliação e análise crítica do plano		
			Ago 24 / Ago 25	Set 24 / Set 25	Out 23 / Out 24	Nov 24 / Nov 25	Dez 24 / Dez 25	Jan 25 / Jan 26	Fev 25 / Fev 26	Mar 25 / Mar 26	Abr 25 / Abr 26	Mai 25 / Mai 26	Jun 25 / Jun 26	Jul 25 / Jul 26			
Realização de capacitações, treinamentos e reciclagens.	Lista de presença em treinamento devidamente assinada pelos trabalhadores e pelo instrutor.														**Atividades implementadas?**	**Objetivos alcançados?**	**Conclusão e recomendações**
Atividade		**Responsável**															
Manter as capacitações ao trabalhador quanto à correta utilização dos EPI, incluindo aspectos relacionados à manutenção, substituição, higienização e guarda, bem como as penalidades pela recusa injustificada, focando a importância da prevenção e os efeitos à saúde em relação aos riscos dos processos, conforme item da NR6.6.1. alínea d.		Empregador / Profissional Qualificado															
Palestra para divulgação aos empregados dos riscos ambientais identificados nos locais de trabalho e suas respectivas medidas de controle, conforme item da NR9.3.1		Empregador / Profissional Qualificado															

Cronograma do Plano de Ação

Realizar e manter atualizada a capacitação dos trabalhados quanto à medidas de prevenção e combate a principio de incêndio, conforme item da NR 23.1.	Empregador / Profissional Qualificado													
Realizar e manter atualizada a capacitação dos trabalhadores quanto à prestação dos primeiros socorros, conforme iten NR 7.5.	Empregador / Profissional Qualificado													
Realizar capacitação do designado responsável pelo cumprimento do objetivo da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, conforme item NR 5.32.	Empregador / Profissional Qualificado													
Realizar treinamento aos funcionários sobre os princípios básicos de ergonomia, incluindo a importância de posturas corretas, pausas regulares para descanso e exercícios de alongamento.	Empregador / Profissional Qualificado													
Necessário que sejá feita avaliação de ruído, nos cargos e atividades mencionadas no PGR, para parecer conclusivo, conforme NR 15 anexo nº 1.	Empregador / Profissional Qualificado													
Necessário que sejá feita avaliação de vibração de corpo inteiro, nos cargos e atividades mencionadas no PGR, para parecer conclusivo, conforme NR 15 anexo nº I item 5.3.3.	Empregador / Profissional Qualificado													
Realizar Treinamneto introdutório ou de integração, a todos os trabalhadores, ao ser admitido ou quando mudar de função que implique emalteração de risco, conforme NR 1 item 1.4.4.	Empregador / Profissional Qualificado													

Cronograma do Plano de Ação

PLANO ANUAL DO PROGRAMA DE SEGURANÇA E SAÚDENO TRABALHO **Período:** **Agosto de 2024 a Julho 2026**

Meta	Indicador	Responsável	Cronograma												Avaliação e análise crítica do plano		
			Ago 24	Set 24	Out 23	Nov 24	Dez 24	Jan 25	Fev 25	Mar 25	Abr 25	Mai 25	Jun 25	Jul 25			
			Ago 25	Set 25	Out 24	Nov 25	Dez 25	Jan 26	Fev 26	Mar 26	Abr 26	Mai 26	Jun 26	Jul 26			
Fornecer proteção individual adequada aos riscos dos processos, conforme NR6.	Fichas individuais de entrega de EPI devidamente assinada pelo funcionário a cada entrega.	Empregador / Profissional Qualificado													**Atividades implementadas?**	**Objetivos alcançados?**	**Conclusão e recomendações**
Atividade		**Responsável**															
Adquirir somente EPIs com certificado de aprovação (CA) emitido pelo MTE, conforme NR6.2.		Empregador / Profissional Qualificado															
Entregar os Equipamentos de Proteção Individual seguindo periodicidade quando ao uso e desgaste dos equipamentos, bem como controlar o uso efetivo dos mesmos, conforme NR6.6.1.		Empregador / Profissional Qualificado															

Cronograma do Plano de Ação

PLANO ANUAL DO PROGRAMA DE SEGURANÇA E SAÚDENO TRABALHO **Período:** **Agosto de 2024 a Julho 2026**

Meta	Indicador	Responsável	Cronograma												Avaliação e análise crítica do plano		
			Ago 24	Set 24	Out 23	Nov 24	Dez 24	Jan 25	Fev 25	Mar 25	Abr 25	Mai 25	Jun 25	Jul 25			
			Ago 25	Set 25	Out 24	Nov 25	Dez 25	Jan 26	Fev 26	Mar 26	Abr 26	Mai 26	Jun 26	Jul 26			
Monitorar e Atualizar os programas de Segurança e Saúde do Trabalho.	Documento elaborado com acompanhamento periódico.														**Atividades implementadas?**	**Objetivos alcançados?**	**Conclusão e recomendações**
Atividade		**Responsável**															
Manter o monitoramento médico, conforme PCMSO, conforme NR7.		Empregador / Profissional Qualificado															
Elaborar Relatório de Análise Global com o intuito de identificar a eficácia do Plano de ação, conforme NR9.2.1.1.		Empregador / Profissional Qualificado															

Percentual de Implementaçãodas Atividades: **Percentual de cumprimento dos Objetivos:**

Cronograma do Plano de Ação

Meta	Indicador	Responsável	Cronograma												Avaliação e análise crítica do plano		
			Ago 24 / Ago 25	Set 24 / Set 25	Out 23 / Out 24	Nov 24 / Nov 25	Dez 24 / Dez 25	Jan 25 / Jan 26	Fev 25 / Fev 26	Mar 25 / Mar 26	Abr 25 / Abr 26	Mai 25 / Mai 26	Jun 25 / Jun 26	Jul 25 / Jul 26			
Diretrizes sobre Ergonomia no ambiente de trabalho.	Analise Ergonomica do Trabalho														**Atividades implementadas?**	**Objetivos alcançados?**	**Conclusão e recomendações**
Atividade		**Responsável**															
Estabelecer diretrizes clara quanto a prevenção de acidente e doenças relacionados aos riscos ergonomicos.		Empregador / Profissional Qualificado															
Atender as Recomedações Ergonômicas estabelecidas na AET.		Empregador / Profissional Qualificado															

.(Responsável legal pela empresa e
pela implementação do plano de ação)

LTCAT

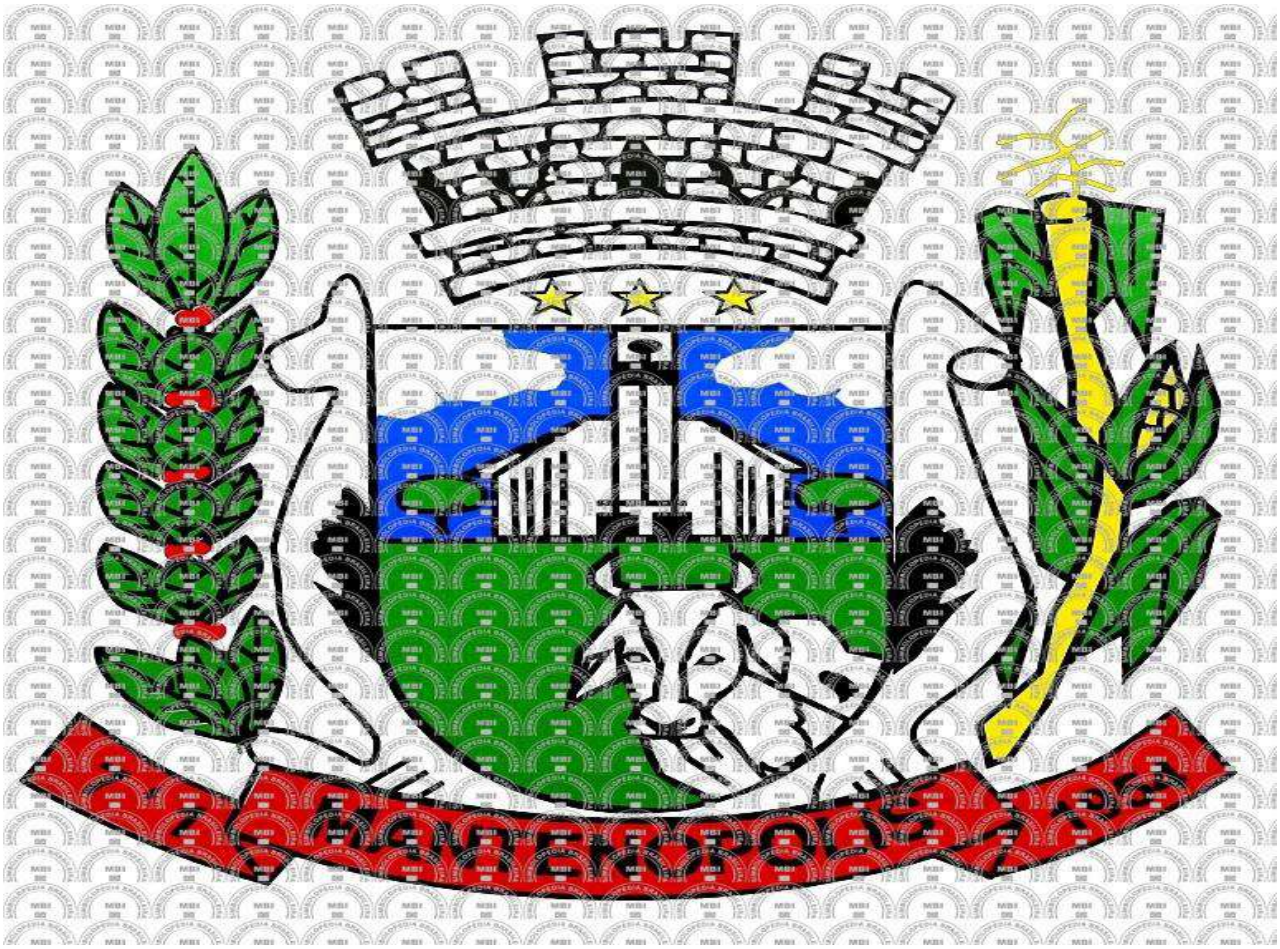
LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO

Consultoria Ocupacional & Meio Ambiente

MUNICÍPIO DE MANTENOPOLIS

(SECRETARIA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS)

CNPJ: 27.167.345/0001-90



LTCAT

LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO COLETIVO DECRETO 3.048/99.

AGOSTO DE 2024

Sumário

Identificação da Empresa....4
Introdução....5
Objetivos 5
Informações 5
Fundamentos 5
Aposentadoria Especial 6
Agentes Nocivos....6
Efetiva Exposição à Agentes prejudicial à Saúde 6
Medidas de controle 7
Metodologia e procedimentos de Avaliação do Agente Nocivo 7
Códigos do Sistema SEFIP/GFIP 7
Avaliação das condições ambientais....9
Síntese....30
Conclusões e recomendações gerais....31
Anotação de responsabilidade técnica - ART....32

Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS
SECRETARIA EXE. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ: 27.167.345/0001-90

Endereço
Avenida Presidente Vargas, 545 - Centro - Mantenópolis/ES
CEP: 29.770-000

CNAE
8411-6/00 – Administração Pública em Geral
Grau de Risco 1

Introdução

Este Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) foi elaborado a partir de inspeções e determinações técnicas de agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou a associação desses agentes "in loco". Este laudo está fundamentado legalmente no Regulamento da Previdência Social, Decreto N° 3.048 de 6 de maio de 1999.

Objetivos

Apresentar os levantamentos técnicos (qualitativos e/ou quantitativos) dos ambientes/atividades e identificar a exposição aos agentes físicos, químicos, biológicos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física do(s) trabalhador, no âmbito do ambiente de trabalho, para fins da verificação do enquadramento às condições que geram o direito da concessão à aposentadoria especial.
O Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT e demais demonstrações ambientais também tem como objetivo fundamentar tecnicamente o preenchimento dos formulários de reconhecimento de períodos laborados em condições especiais, denominado PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário (§8º do artigo 68 do Decreto nº 3.048/1999).
Com o objetivo de facilitar a aplicação dos conceitos para elaboração desse laudo no que tange às diferentes atividades existentes nos diferentes ambientes avaliados, os levantamentos e conclusão serão realizados por ambiente/atividade que poderão conter um único cargo ou mais de um dentro de um mesmo grupo de risco.

Informações

Todas as informações contidas neste laudo, bem como as descrições das atividades de cada função e os Certificados de Aprovação (CA) dos Equipamentos de Proteção Individual, foram cedidas pela empresa.
Todas as Tabelas de Identificação de Riscos foram feitas através das informações obtidas nas avaliações realizadas pelo profissional responsável por este documento.
Com base nessa avaliação, foi feito o parecer técnico conclusivo sobre a caracterização de condições especial para fins de aposentadoria especial.

Fundamentos Legais

Este documento foi elaborado conforme as normas vigentes:

- Regulamento da Previdência Social, Decreto n° 3.048, de 06 de maio de 1999;
- Planos de Benefícios da Previdência Social, Lei n° 8.213, de 24 julho de 1991;
- A metodologia e os procedimentos de avaliação estabelecidos pela Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO.
- Instrução Normativa PRES/INSS Nº 128, de 28 de março de 2022.

Aposentadoria Especial

A aposentadoria especial, uma vez cumprido o período de carência exigido, será devida ao segurado empregado, trabalhador avulso e contribuinte individual, que comprove o exercício de atividades com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou a associação desses agentes, de forma permanente, não ocasional nem intermitente, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação, enquadrados nos dispositivos do Regulamento da Previdência Social, decreto n°3.048/99.
Considera-se tempo de **trabalho permanente** aquele que é exercido de forma não ocasional nem intermitente, no qual a exposição do empregado, do trabalhador avulso ou do cooperado ao agente nocivo seja indissociável da produção do bem ou da prestação do serviço.

Agentes Nocivos

A relação dos agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde, analisados no presente laudo e considerados para fins de concessão de aposentadoria especial, consta no Anexo IV do decreto n° 3.048/99.

- **Agentes nocivos Físicos:** diversas formas de energia a que possam estar expostos os trabalhadores, tais como: ruídos, vibrações, temperaturas anormais (calor), entre outros constados no anexo IV.
- **Agentes nocivos Químicos:** Substâncias, compostos ou produtos que possam penetrar no organismo pela via respiratória, nas formas de os manifestados por: névoas, neblinas, poeiras, fumos, gases, vapores de substâncias nocivas presentes no ambiente de trabalho.
- **Agentes nocivos Biológicos:** bactérias, fungos, bacilos, parasitas, protozoários, vírus, entre outros, geneticamente modificados ou não, as culturas de células, os parasitas, as toxinas e os príons.
- **Associação de agentes**: Exposição aos agentes combinados, exclusivamente nas atividades especificadas no Anexo IV do Decreto 3.048/1999.

Efetiva Exposição à Agentes Prejudiciais à Saúde

Conforme decreto n° 3.048/99, a efetiva exposição à agente prejudicial à saúde configura-se quando, mesmo após a adoção das medidas de controle previstas na legislação trabalhista, a nocividade não seja eliminada ou neutralizada.
Considerado:

- **Eliminação** - a adoção de medidas de controle que efetivamente impossibilitem a exposição ao agente prejudicial à saúde no ambiente de trabalho; e
- **Neutralização** - a adoção de medidas de controle que reduzam a intensidade, a concentração ou a dose do agente prejudicial à saúde ao limite de tolerância previsto neste Regulamento ou, na sua ausência, na legislação trabalhista.

Para os agentes reconhecidamente cancerígenos para humanos, listados pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, caso sejam adotadas as medidas de controle previsto na legislação trabalhista que eliminem a nocividade, será descaracterizada a efetiva exposição.

- **Equipamento de Proteção individual -** É todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado a proteção contra riscos capazes de ameaçar a sua segurança e a sua saúde.
- **Equipamento de Proteção Coletiva -** É todo dispositivo ou sistema de âmbito coletivo, destinado à preservação da integridade física e da saúde dos trabalhadores, assim como a de terceiros.
- **Medidas Administrativas -** Procedimentos estabelecidos pela organização destinados a proteção contra agentes nocivos capazes de ameaçar a segurança e a saúde dos colaboradores.

Metodologias e Procedimentos de Avaliação dos Agentes Nocivos

Foi adotado o procedimento de técnica de avaliação Qualitativa e/ou Quantitativa, em relação à exposição, sendo:

- **Qualitativa:**

Trata-se de uma avaliação ou inspeção sobre determinado local de trabalho, observando às características específicas do ambiente laboral, os presentes agentes, as atividades exercidas, funções existentes naquela local e tempo de exposição dos trabalhadores.
As avaliações qualitativas da exposição aos agentes nocivos foram feitas tomando-se por base a análise dos seguintes fatores a eles relacionados:

1. As circunstâncias de exposição ocupacional a determinado agente ou associação de agentes prejudiciais à saúde presentes no ambiente de trabalho durante toda a jornada de trabalho;
2. Todas as fontes e possibilidades de liberação dos agentes nocivos;
3. Meios de contato ou exposição dos trabalhadores, as vias de absorção, a intensidade da exposição, a frequência e a duração do contato.

- **Quantitativa:**

Trata-se de uma avaliação sobre determinado local de trabalho, utilizando-se de equipamentos específicos para medição e quantificação dos a agentes ambientais presentes no ambiente de trabalho. Visando, o dimensionamento das intensidades/concentrações dos riscos.
Nas avaliações ambientais foram consideradas a metodologia e os procedimentos de avaliação estabelecidos pela **Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO**.

Códigos do Sistema SEFIP/GFIP

GFIP - Guia do Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações Previdenciárias, instituído pela Lei 9.528 de 10/12/97. Para trabalhadores com apenas um vínculo empregatício (ou uma fonte pagadora):

- **Código 00** - Sem exposição a agente nocivo. Trabalhador nunca esteve exposto
- **Código 01** - Não exposição a agente nocivo. Trabalhador já esteve exposto.
- **Código 02** - Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 15 anos de serviço);
- **Código 03** - Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 20 anos de serviço);
- **Código 04** - Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 25 anos de serviço).

Para trabalhadores com mais de um vínculo empregatício (ou mais de uma fonte pagadora):

- **Código 05** - Não exposto a agente nocivo;
- **Código 06** - Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 15 anos de trabalho);
- **Código 07** - Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 20 anos de trabalho);
- **Código 08** - Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 25 anos de trabalho).

Revisão dos Dados

O Laudo Técnico de Condições do Ambienta de Trabalho (LTCAT) precisará ser atualizado sempre que ocorrer qualquer alteração no ambiente de trabalho ou em sua organização.
Segundo a legislação previdenciária, mais precisamente o artigo 261, IN 77, inciso § 4º São consideradas alterações no ambiente de trabalho ou em sua organização, entre outras, aquelas decorrentes de:
I - mudança de layout;
II - substituição de máquinas ou de equipamentos;
III - adoção ou alteração de tecnologia de proteção coletiva; e
IV - alcance dos níveis de ação estabelecidos nos subitens do item 9.3.6 da NR-09, aprovadas pela Portaria nº 3.214, de 8 de junho de 1978, do MTE, se aplicável.

Nota Técnica Informativa

O Supremo Tribunal Federal - STF, em sede de Recurso Extraordinário com Agravo - ARE 664.335, de 2015, com repercussão geral reconhecida, considerou que nos casos de exposição do segurado ao agente nocivo ruído acima dos limites legais de tolerância, a declaração do empregador da eficácia do EPI, não descaracteriza o tempo de serviço especial para aposentadoria.

Avaliação das condições Ambientais

UNIDADE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS
SECRETARIA EXE. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ: 27.167.345/0001-90

Endereço
Avenida Presidente Vargas, 545 - Centro - Mantenópolis/ES
CEP: 29.770-000

CNAE
8411-6/00 – Administração Pública em Geral
Grau de Risco 1

Caracterização dos processos e ambientes de trabalho

Funcionários

Setor	Cargo	Funcionários
GHE 01 ADMINISTRATIVO	AGENTE ADMINISTATIVO	5
	DIGITADOR	1
GHE 02 ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTENTE SOCIAL	4
GHE 03 APOIO SOCIAL	AUXILIAR DE CRECHE	1
	CUIDADOR ESCOLAR	1
	CUIDADOR SOCIAL	5
GHE 04 EDUCAÇÃO SOCIAL	EDUCADOR FÍSICO	1
	PROFESSOR PEB 1	1
	PROFESSOR PEB 2	1
GHE 05 JURIDICO	ADVOGADO DO CREAS	1
GHE 06 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS	1
	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	8
GHE 07 NUTRIÇÃO	NUTRICIONISTA	1
GHE 08 PSICOLOGIA	PSICOLOGO	2
GHE 09 TRANSPORTE	MOTORISTA PROFISSIONAL	4
GHE 10 VIGILÂNCIA	VIGIA	3

SETOR
GHE 01 ADMINISTRATIVO
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

Nº de funcionários 6

CARGO
AGENTE ADMINISTRATIVO
Supervisionam e controlam serviços financeiros diversos, bens-patrimoniais e logísticos; elaboram orçamentos, efetuam pagamentos, realizam cobrança, controlam bens patrimoniais, fecham câmbio, analisam crédito, coordenam caixas, administram processos logísticos e gerenciam almoxarifado/estoque; Supervisionam equipes de trabalho, orientando e avaliando desempenho em busca da melhor qualidade no trabalho. Organizam documentos e efetuam sua classificação contábil; geram lançamentos contábeis, auxiliam na apuração dos impostos, conciliam contas e preenchimento de guias de recolhimento e de solicitações, junto a órgãos do governo. Emitem notas de venda e de transferência entre outras; realizam o arquivo de documentos; Organizam a rotina de serviços e realizam entrada e transmissão de dados, operando teleimpressores e microcomputadores; registram e transcrevem informações, operando máquinas de escrever; atendem necessidades do setor interno e externo. Supervisionam trabalho e equipe; Organizam documentos e informações. Orientam usuários e os auxiliam na recuperação de dados e informações. Disponibilizam fonte de dados para usuários. Providenciam aquisição de material e incorporam material ao acervo. Arquivam documentos, classificando-os segundo critérios apropriados para armazená-los e conservá-los. Prestam serviço de comutação, alimentam base de dados e elaboram estatísticas. Executam tarefas relacionadas com a elaboração e manutenção de arquivos, podendo ainda, operar equipamentos reprográficos, recuperar e preservar as informações por meio digital, magnético ou papel.

CBO: 4102-05 **GFIP: 00**

5 funcionários

CARGO
DIGITADOR
Compreende os cargos que se destinam a executar, a partir de gabaritos fornecidos, operações de digitação de dados para processamento eletrônico. Abrir e fechar o posto do correio; manter a organização do posto, inclusive limpeza, para o atendimento ao público; receber todas as chamadas telefônicas providenciando o contato com a pessoa que está sendo solicitada; efetuar ligações telefônicas solicitadas pelo usuário, com o respectivo recebimento da despesa; prestar as informações solicitadas pelo público, inclusive por telefone , sobre os serviços de telefonia; receber e acatar as instruções de serviço expedidas pela TELEST; fazer encaminhar as prestações de contas aos valores recebidos, na forma de instruções próprias; executar outras atribuições afins.

CBO: 4121-10 **GFIP: 00**

1 funcionários

Conclusão da Aposentadoria Especial – **AGENTE ADMINISTRATIVO / DIGITADOR**
Agente físico Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente químico Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente biológico Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**

SETOR
GHE 02 ASSISTÊNCIA SOCIAL
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

N º de funcionários 4

CARGO
ASSISTENTE SOCIAL
Prestar serviços sociais orientando indivíduos, famílias, comunidade e instituições sobre direitos e deveres (normas, códigos e legislação), serviços e recursos sociais e programas de educação; planejar, coordenar e avaliar planos, programas e projetos sociais em diferentes áreas de atuação profissional (seguridade, educação, trabalho, jurídica, habitação e outras), atuando nas esferas pública e privada; orientar e monitorar ações em desenvolvimento relacionados à economia doméstica, nas áreas de habitação, vestuário e têxteis, desenvolvimento humano, economia familiar, educação do consumidor, alimentação e saúde; desempenhar tarefas administrativas. Esclarecer dúvidas; Orientar sobre direitos e deveres; Orientar sobre acesso a direitos instituídos; Orientar sobre rotinas da instituição; Orientar sobre cuidados especiais; Orientar sobre serviços e recursos sociais; Ensinar a otimização do uso de recursos; Orientar sobre a otimização do uso de recursos; Desenvolver programas de educação alimentar para sadios; Orientar sobre normas, códigos e legislação; Orientar sobre conteúdo de processo e procedimentos; Orientar sobre aspectos ergonômicos do trabalho; Organizar grupos socioeducativos; Facilitar grupos socioeducativos; Elaborar instrumentos técnicos; Orientar sobre direitos sociais; Realizar cursos, palestras, reuniões e capacitações; Produzir material educativo; Desenvolver grupos e atividades socioeducativas; Encaminhar para acesso a direitos instituídos; Avaliar capacidades, possibilidades e limitações; Coordenar, elaborar, executar supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e; projetos na área de serviço social; realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de serviço social; participar da elaboração e implementação de políticas sociais a serem implantadas pela Prefeitura.

CBO: 2516-05 **GFIP: 00**

4 funcionário

Conclusão da Aposentadoria Especial – **ASSISTENTE SOCIAL**
Agente físico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente químico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente biológico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**

SETOR
GHE 03 APOIO SOCIAL
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

Nº de funcionários 7

CARGO
AUXILIAR DE CRECHE
Cuidam de bebês, crianças, a partir de objetivos estabelecidos por instituições especializadas ou responsáveis diretos, zelando pelo bem-estar, saúde, alimentação, higiene pessoal, educação, cultura, recreação e lazer da criança assistida. Cuidar da aparência e higiene da criança; Controlar horários das atividades diárias da criança; Ajudar a criança nas atividades diárias; Banho e necessidades fisiológicas; Estar atento às ações da criança; Verificar informações, sinais dados pela criança; Passar informações do dia a dia da criança; Relatar o dia-a-dia da criança aos responsáveis; Educar a criança nos deveres da casa; Manter o lazer e a recreação no dia-a-dia; Desestimular a agressividade; Auxiliar no aprendizado da criança. Cuidar da aparência e higiene da criança; Controlar horários das atividades diárias da criança; Ajudar a criança nas atividades diárias; Banho e necessidades fisiológicas; Estar atento às ações da criança; Verificar informações, sinais dados pela criança; Passar informações do dia a dia da criança; Relatar o dia-a-dia da criança aos responsáveis; Educar a criança nos deveres da casa; Manter o lazer e a recreação no dia-a-dia; Desestimular a agressividade; Auxiliar no aprendizado da criança. Prestar serviços auxiliares nas creches municipais, atendendo as crianças em suas necessidades diárias, Providenciando sua alimentação e higiene pessoal, acompanhando-as em atividades recreativas e outras pertinentes para garantir o seu bem estar e desenvolvimento sadio. Zelar sempre pelo bem estar da criança.

CBO: 5162-05; 5162-15 **GFIP: 00**

1 funcionário

CARGO
CUIDADOR ESCOLAR
Cuidam de alunos e crianças, prestam apoio as atividades acadêmicas, controlam atividades livres dos alunos, orientam alunos sobre regras e procedimentos, regimento escolar, cumprimento de horários; ouvem reclamações e analisam fatos, cuidam de bebês, crianças, a partir de objetivos estabelecidos por instituições especializadas ou responsáveis diretos, zelando pelo bem-estar, saúde, alimentação, higiene pessoal, educação, cultura, recreação e lazer do assistido. Cuidar da aparência e higiene de alunos e crianças; Controlar horários das atividades diárias de alunos e crianças; Ajudar a criança nas atividades diárias; Banho e necessidades fisiológicas; Estar atento às ações de alunos e crianças. Orientar entrada e saída dos alunos e crianças; Impedir permanência de alunos e crianças durante recreio nas salas de aula; Observar circulação dos alunos durante o recreio. Observar temperatura, urina, fezes e vômitos; Observar a qualidade do sono; Prestar cuidados especiais a crianças com limitações ou dependência física; Manusear adequadamente; Observar alterações físicas (manchas, inchaço, ferimentos). Desenvolver atividades de apoio nos serviços gerais da escola, na limpeza e conservação; Atuar como apoio nos eventos promovidos pela escola. Auxiliar os professores e coordenadores nos cuidados básicos com as crianças da educação infantil. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

CBO: 3311-10 **GFIP: 00**
1 funcionário

CARGO
CUIDADOR SOCIAL
Cuidam de crianças, jovens, adultos e idosos, a partir de objetivos estabelecidos por instituições especializadas ou responsáveis diretos, zelando pelo bem-estar, saúde, alimentação, higiene pessoal, educação, cultura, recreação e lazer da pessoa assistida. Levantar informações sobre a pessoa; Cuidar da aparência e higiene da pessoa; Controlar horários das atividades diárias da pessoa; Ajudar a pessoa nas atividades diárias; Banho e necessidades fisiológicas; Estar atento às ações da pessoa; Verificar informações, sinais dados pela pessoa; Passar informações do dia a dia da pessoa; Relatar o dia-a-dia da pessoa aos responsáveis; Educar a criança e adolescente nos deveres da casa e comunitários; Manter o lazer e a recreação no dia-a-dia; Desestimular a agressividade; Auxiliar no aprendizado da pessoa. Observar temperatura, urina, fezes e vômitos; Observar a qualidade do sono; Ajudar nas terapias ocupacionais e físicas; Prestar cuidados especiais a pessoas com limitações ou dependência física; Manusear adequadamente; Observar alterações físicas (manchas, inchaço, ferimentos); Observar as alterações de comportamento; Lidar com comportamentos compulsivos; Controlar guarda, horário e ingestão de medicamentos; Acompanhar em consultas e atendimentos médico-hospitalar; Relatar orientação médica aos responsáveis; Seguir orientação de profissionais da saúde; Observar sinais vitais; Relatar condições de saúde aos profissionais ou responsáveis. Desenvolver atividades de cuidados básicos essenciais para a vida diária e instrumentais de autonomia e participação social dos usuários, a partir de diferentes formas e metodologias, contemplando as dimensões individuais e coletivas. Desenvolver atividades para o acolhimento, proteção integral e promoção da autonomia e autoestima dos usuários. Atuar na recepção dos usuários possibilitando uma ambiência acolhedora. Identificar as necessidades e demandas dos usuários. Apoiar os usuários no planejamento e organização de sua rotina diária. Apoiar e monitorar os cuidados com a moradia, como organização e limpeza do ambiente e preparação dos alimentos. Apoiar e monitorar os usuários nas atividades de higiene, organização, alimentação e lazer.

CBO: 5162-10; 5162-20 **GFIP: 00**

5 funcionário

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo AUXILIAR DE CRECHE / CUIDADOR ESCOLAR / CUIDADOR SOCIAL**			
Identificação			
Perigo/Fator de Risco **Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)**			Grupo **Biológico**
Descrição	Proveniente da higiene pessoal de bebês e crianças.		
Fundamentação legal	Anexo IV do Decreto nº 3.048, de 6 de Maio 1999.		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.		
Fontes ou circunstâncias	Cuidados com a higiene pessoal de bebês e crianças		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
EPI	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas:		
Exposição			
Critério	Qualitativo		

Conclusão da Aposentadoria Especial
AUXILIAR DE CRECHE / CUIDADOR ESCOLAR / CUIDADOR SOCIAL
Agente físico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente químico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente biológico MICROORGANISMOS E PARASITAS INFECTO-CONTAGIOSOS VIVOS E SUAS TOXINAS (Redação dada pelo Decreto nº 4.882, de 2003) a) trabalhos em estabelecimentos de saúde em contato com pacientes portadores de doenças infecto-contagiosas ou com manuseio de materiais contaminados; b) trabalhos com animais infectados para tratamento ou para o preparo de soro, vacinas e outros produtos; c) trabalhos em laboratórios de autópsia, de anatomia e anátomo-histologia; d) trabalho de exumação de corpos e manipulação de resíduos de animais deteriorados; e) trabalhos em galerias, fossas e tanques de esgoto; f) esvaziamento de biodigestores; g) coleta e industrialização do lixo. Ausência de exposição aos agentes citados unicamente nas atividades relacionadas. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**

GHE 04 EDUACAÇÃO SOCIAL
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

Nº de funcionários 3

CARGO
EDUCADOR FÍSICO
Planejar, acompanhar, avaliar, executar e controlar as atividades relacionadas à educação física através da promoção da saúde e da capacidade física por meio de prática de exercícios e atividades corporais no âmbito de programas ou eventos realizados, patrocinados ou apoiados/assistidos pelo poder público municipal.

1 funcionários

CBO: 2241-40 **GFIP: 00**

CARGO
PROFESSOR PEB 1
Participar da elaboração da proposta pedagógica da escola; Elaborar e cumprir plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da escola; Zelar pela aprendizagem dos alunos; Participar, integralmente, dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; Ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos; Estabelecer e implementar estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento. Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; Incumbir-se das demais tarefas indispensáveis ao atingimento dos fins educacionais da escola e ao processo de ensino-aprendizagem.

1 funcionários

CBO: 2312-10 **GFIP: 00**

CARGO
PROFESSOR PEB 2
Participar da elaboração da proposta pedagógica da escola; Elaborar e cumprir plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da escola; Zelar pela aprendizagem dos alunos; Estabelecer e implementar estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento. Ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos; Participar, integralmente, dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; Incumbir-se das demais tarefas indispensáveis ao atingimento dos fins educacionais da escola e ao processo de ensino-aprendizagem.

1 funcionários

CBO: 2301-05 **GFIP: 00**

Conclusão da Aposentadoria Especial – **EDUCADOR FÍSICO** / **PROFESSOR PEB 1** / **PROFESSOR PEB 2**
Agente físico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente químico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente biológico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**

SETOR
GHE 05 JURÍDICO
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

Nº de funcionários 1

CARGO
ADVOGADO DO CREAS
Prestar consultoria e assessoramento jurídico, as famílias e indivíduos usuários dos serviços de proteção social; Realizar a orientação jurídico social e assessoria jurídica no âmbito do SUAS; Oferecer atendimento de advocacia pública no âmbito do SUAS, respeitadas as competências e atribuições da Procuradoria Geral do Município. Acompanhar ações judiciais; Receber denúncias; Defender nas ações judiciais contrárias; Ajuizar ações; Elaborar cálculos judiciais; Estabelecer composição entre as partes em processo judicial; Prestar orientação jurídica aos usuários do CREAS; Solicitar suspensão do andamento de processos nos casos previstos em lei; Promover a acolhida, escuta qualificada, acompanhamento especializado e oferta de informações e orientações; Elaborar, junto com as famílias e indivíduos, o Plano de Acompanhamento Individual e/ou familiar, considerando as especificidades e particularidades de cada um; Realizar visitas domiciliares acompanhado pelo CREAS, quando necessário. Desenvolver, organizar, controlar e/ou executar as atividades de assessoramento jurídico às famílias carentes, emitindo pareceres, opiniões e outros pertinentes. Instituir rotina de atendimento e acompanhamento dos usuários; Administrar e acompanhar os processos judiciais, interpondo recursos, defesas, negociando, participando de audiências, observando os prazos, tomando as medidas necessárias para a continuidade da tramitação dos processos. Realizar estudos, pesquisas e levantamentos sobre a evolução e aplicação da legislação e da jurisprudência.

CBO: 2412-20 **GFIP: 00**

1 funcionário

Conclusão da Aposentadoria Especial – **ADVOGA DO CREAS**
Agente físico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente químico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente biológico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**

SETOR
GHE 06 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

9 funcionários

CARGO
AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS
Os trabalhadores de limpeza e conservação de áreas públicas preservam as vias públicas, varrendo calçadas, sarjetas e calçadões, acondicionando o lixo para que seja coletado e encaminhado para o aterro sanitário. Zelam pela segurança das pessoas sinalizando e isolando áreas de risco e de trabalho. Trabalham na limpeza e conservação de áreas públicas, coletam resíduos domiciliares, resíduos sólidos de serviços de saúde e resíduos coletados nos serviços de limpeza; Conservam as áreas públicas lavando-as, pintando guias, postes, viadutos, muretas e etc; Auxiliam nos serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos; Trabalham na ornamentação de canteiros urbanos, através da construção de viveiros e canteiros
Varrer sarjetas e calçadões; Varrer calçadas; Amontoar detritos e folhagem; Acondicionar lixo em latões ou sacos plásticos; Empurrar carrinho (lutocar); Ensacar animais mortos; Recolher animais mortos; Solicitar coleta de animais mortos; Solicitar remoção de entulho; Executar serviços de varrição, coleta e transporte de lixo industrial, domiciliar, hospitalar e rural e lavagem de ruas e logradouros públicos municipais, mantendo-os em condições adequadas, acondicionando os materiais coletados conforme as orientações e procedimentos estabelecidos. Executar serviços de conservação de ruas e logradouros públicos realizando capinas, roçadas, pinturas em meio-fio, muros, grades e postes, limpeza de ralos, trincheiras, bocas de lobo, caixas de visita, limpeza de córregos e outras atividades correlatas.

CBO: 5142-05 **GFIP: 00**

Funcionário 1

CARGO
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
Executar sob supervisão serviços de copeiragem, conservação, limpeza e zeladoria em prédios públicos servindo, limpando vidros e fachadas, recintos internos e acessórios. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Preparar sucos, lanches, cafés e pequenas refeições; Servir água, cafezinho, suco; Administrar fluxo de serventia; Receber e distribuir refeições; Receber ou recolher bandejas, louças e talheres após as refeições, providenciando sua lavagem e guarda ou o envio ao setor competente; Secar louça e prataria, esterilizar instrumentos e materiais; Operar com aparelhos elétricos utilizados nos serviços de alimentação; Limpar talheres, equipamentos de refrigeração assim como balcão, bancada e bandejas; retirar restos de comida, separando e destinando o lixo; Lavar fachadas; Limpar vidros; Remover resíduos dos vidros; Remover pichações; Limpar móveis e equipamentos eletrodomésticos, lustres, luminárias, ventiladores e tudo o que mais constar nos recintos dos prédios municipais; Limpar superfícies (paredes, pisos, etc..); Lavar banheiros; Aspirar pó; Lavar pisos; Encerar pisos; Remover sujeira; Varrer pisos; Secar pisos; Passar pano; Limpar, lavar cortinas e persianas; Recolher lixo; Depositar o lixo e detritos da cozinha em lugares apropriados, de forma a evitar proliferação de insetos; Proceder à limpeza de ralos, caixas de gordura e esgotos, assim como desentupir pias e ralos; Prover os sanitários com toalha, sabão e papel higiênico, removendo os já utilizados; Auxiliar na realização de serviços em geral como recebimento, separação e Distribuição de correspondência e materiais, atividades de limpeza, copa e conservação de instalações. Executar trabalhos de limpeza em geral em edifícios e outros locais, para manutenção das condições de higiene e conservação do ambiente, coletando o lixo.

CBO: 5122-05 **GFIP: 00**

Funcionário 8

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS / AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**			
Identificação			
Perigo/Fator de Risco **Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)**			Grupo **Biológico**
Descrição	Proveniente da coleta de lixo e limpeza de banheiros de creches e outros locais referentes a secretaria executiva de assistência social.		
Fundamentação legal	Anexo IV do Decreto nº 3.048, de 6 de Maio 1999.		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.		
Fontes ou circunstâncias	Coleta de lixo e limpeza de banheiros		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
EPI	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas: • Avental de PVC • Luvas de PVP • Botas de PVP • Óculos de Proteção		
Exposição			
Critério	Qualitativo		

Conclusão da Aposentadoria Especial – AJUDANTE DE SERVIÇO PUBLICO / AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
Agente físico Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente químico Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.** **Agente biológico** Exposição aos agentes citados unicamente nas atividades relacionadas. MICROORGANISMOS E PARASITAS INFECTO-CONTAGIOSOS VIVOS E SUAS TOXINAS (Redação dada pelo Decreto nº 4.882, de 2003) a) trabalhos em estabelecimentos de saúde em contato com pacientes portadores de doenças infectocontagiosas ou com manuseio de materiais contaminados; b) trabalhos com animais infectados para tratamento ou para o preparo de soro, vacinas e outros produtos; c) trabalhos em laboratórios de autópsia, de anatomia e anátomo-histologia; d) trabalho de exumação de corpos e manipulação de resíduos de animais deteriorados; e) trabalhos em galerias, fossas e tanques de esgoto; f) esvaziamento de biodigestores; g) coleta e industrialização do lixo. Ausência de exposição aos agentes citados unicamente nas atividades relacionadas. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**

SETOR
GHE 07 NUTRIÇÃO
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

1 funcionários

CARGO
NUTRICIONISTA
Prestar assistência nutricional a indivíduos e coletividades (sadios e enfermos); planejar, organizar, administrar e avaliar unidades de alimentação e nutrição; efetuar controle higiênico-sanitário; participar de programas de educação nutricional; estruturar e gerenciar serviços de alimentação e nutrição e ministrar cursos. Atuar em conformidade ao manual de boas práticas. Identificar população-alvo; Participar de diagnóstico interdisciplinar; Realizar inquérito alimentar; Coletar dados antropométricos; Solicitar exames laboratoriais; Interpretar indicadores nutricionais; Calcular gasto energético; Identificar necessidades nutricionais; Realizar diagnóstico dietético-nutricional; Estabelecer plano de cuidados nutricionais; Realizar prescrição dietética; Prescrever complementos e suplementos nutricionais; Registrar evolução dietoterápica em prontuário; Conferir adesão à orientação dietético- nutricional; Orientar familiares e cuidadores; Realizar acompanhamento nutricional; Dar alta em nutrição; Realizar atendimento domiciliar. Entre outras atividades.

CBO: 2237-10 **GFIP: 00**

Funcionário 1

Conclusão da Aposentadoria Especial – **NUTRICIONISTA**
Agente físico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente químico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente biológico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**

SETOR
GHE 08 PSICOLOGIA
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

1 funcionários

CARGO
PSICÓLOGO
Estudam, pesquisam e avaliam o desenvolvimento emocional e os processos mentais e sociais de indivíduos, grupos e instituições, com a finalidade de análise, tratamento, orientação e educação; diagnosticam e avaliam distúrbios emocionais e mentais e de adaptação social, elucidando conflitos e questões e acompanhando o(s) paciente(s) durante o processo de tratamento ou cura; investigam os fatores inconscientes do comportamento individual e grupal, tornando-os conscientes; desenvolvem pesquisas experimentais, teóricas e clínicas e coordenam equipes e atividades de área e afins. Prestar atendimento clínico aplicando técnicas psicológicas, avaliando o ser como um todo adotando tratamento para o equilíbrio psicológico. Participar e/ou coordenar programas específicos na comunidade (público alvo), definir resultados a serem atingidos, definir a linha de trabalho, assim como assessorar e prestar orientação aos familiares. Estudar, pesquisar e avaliar o desenvolvimento emocional e os processos mentais e sociais de indivíduos, grupos e instituições, com a finalidade de análise, tratamento, orientação e educação; diagnosticar e avaliar distúrbios emocionais e mentais e de adaptação social, elucidando conflitos e questões e acompanhando o(s) paciente(s) durante o processo de tratamento ou cura; investigar os fatores inconscientes do comportamento individual e grupal.

CBO 2515-10 **GFIP: 00**

Funcionário 1

Conclusão da Aposentadoria Especial – **PSICÓLOGO**
Agente físico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente químico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente biológico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**

SETOR
GHE 09 TRANSPORTE
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral. Áreas externas conforma a demanda e/ou necessidade do munícipio.

Funcionário 4

CARGO
MOTORISTA PROFISSIONAL
Dirigir e manobrar veículos tipo ônibus, carros, caminhões e carretas. Transportar pessoas, cargas, pacientes e material biológico humano. Realizar verificações e manutenções básicas do veículo e utilizam equipamentos e dispositivos especiais tais como sinalização sonora e luminosa, software de navegação e outros. Utilizar de capacidades comunicativas. Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Os condutores de ambulância auxiliam as equipes de saúde nos atendimentos de urgência e emergência. Conduzem e vistoriam ônibus de transporte coletivo de alunos e passageiros urbanos, metropolitanos e ônibus rodoviários de longas distâncias; verificam itinerário de viagens; controlam o embarque e desembarque de passageiros e os orientam quanto aos procedimentos no interior do veículo. Dirigir veículos transportando pessoas, cargas, e/ou materiais autorizados aos locais determinados. Vistoriar periodicamente as condições do veículo utilizado e providenciar reparos de emergência, troca de pneus, lavagens, guinchamentos e outros. Identificar e indicar as necessidades de reparos nos sistemas elétricos e mecânicos dos veículos da Prefeitura. Manter sob sua responsabilidade os documentos de porte obrigatório do veículo, observando as orientações para a revalidação dos mesmos. Registrar, em formulário específico, os percursos realizados, quilometragem e itinerários da frota oficial. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

CBO: 7823-05; 7823-10; 7823-20; 7824-05 **GFIP: 00**

Funcionário 4

Conclusão da Aposentadoria Especial
MOTORISTA PROFISSIONAL
Agente físico RUÍDO a) Exposição a Níveis de Exposição Normalizados (NEN) superiores a 85 dB(A). (Redação dada pelo Decreto nº 4.882, de 2003). Inconclusivo, necessário avaliação quantitativo da exposição do colaborador ao agente físico Ruído para conclusão. VIBRAÇÕES Inconclusivo, necessário avaliação quantitativo da exposição do colaborador ao agente físico Vibração de Corpo Inteiro para conclusão. **Agente químico**
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.** **Agente biológico**
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**

SETOR
GHE 10 VIGILÂNCIA
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral. Locais para vigilância conforma a demanda e/ou necessidade do munícipio.

Funcionários 1

CARGO
VIGIA
Zelam pela guarda do patrimônio observando o comportamento e movimentação de pessoas para prevenir perdas, evitar incêndios, acidentes e outras anormalidades. Controlam o fluxo de pessoas e veículos identificando-os e encaminhando-os aos locais desejados. Recebem mercadorias, volumes diversos e correspondências. Fazem manutenções simples nos locais de trabalho. Exercer função de vigia como a atividade dos que exercem desarmados, vigilância sobre depósitos de materiais, pátios, áreas abertas, terminal rodoviário, estação rodoviária, mercados públicos, parques, hortos ou reservas florestais, centros de esportes, escolas, obras em execução, edifícios onde funcionam as repartições municipais e demais áreas e logradouros públicos. Observar movimentação/comportamento das pessoas estranhas; Observar tipo de pessoas estranhas; Atentar para posicionamento dos veículos no estacionamento; Contactar proprietários dos veículos irregularmente estacionados; Monitorar pelo circuito fechado de tv; Prevenir incêndios e acidentes; Chamar segurança; Realizar abordagem preventiva pós-furto; Acompanhar abertura e fechamento das instalações; Comunicando imediatamente à autoridade superior quaisquer irregularidades encontradas e contatar órgãos públicos, quando necessário, relatando a emergência e solicitando socorro, inclusive ajuda policial. Preencher corretamente os formulários referentes à avaliação de desempenho; Executar outras atividades correlatas ao cargo solicitadas pelo chefe imediato.

CBO: 5174-20 **GFIP: 00**

Funcionário 1

Conclusão da Aposentadoria Especial – **VIGIA**
Agente físico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente químico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente biológico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**

Síntese

Unidade				
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENOPOLIS				
Setor	**Cargo**	**Risco**	**Aposentadoria**	**Período**
GHE 03 APOIO SOCIAL	AUXILIAR DE CRECHE	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Não	.
GHE 03 APOIO SOCIAL	CUIDADOR ESCOLAR	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Não	.
GHE 03 APOIO SOCIAL	CUIDADOR SOCIAL	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Não	.
GHE 06 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Não	.
GHE 06 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Não	.

Os resultados apresentados, bem como as descrições técnicas, tiveram embasamento nas evidências durante as diligências para o desenvolvimento do PGR. A conclusão do laudo considera a situação evidenciada na empresa na data de sua elaboração. Não tem prazo de validade, devendo ser refeito sempre que houver alteração dos riscos presentes no ambiente de trabalho.

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718

Assinado de forma digital por GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718
Dados: 2024.10.01 14:23:49 -03'00'

Responsável pelo LTCAT
Gustavo Cordeiro Miranda
CPF: 092.897.697-18
NIT: 128.65129.29-4
Conselho de classe: CREA 051725/D
UF: ES
Especialidade: Engenheiro de Segurança

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977
CREA-ES
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do ES

ART de Obra ou Serviço

0820240368329

ART Individual

1. Responsável Técnico

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA

Título profissional: **ENGENHEIRO DE PRODUÇÃO,ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO,TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO,TECNÓLOGO EM GEST**

RNP: 0819492124
Registro: ES-051725/D
Registro: 19221

Empresa contratada: ST CONSULTORIA OCUPACIONAL E MEIO AMBIENTE LTDA

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS** CPF/CNPJ: **27167345000190**
Rua: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS Nº: 545
Complemento: CEP: 29770000
Cidade: MANTENÓPOLIS UF: ES Bairro: CENTRO
Telefone:
Contrato: 000077/2023 Nº do Aditivo: 0
Valor do Contrato/Honorários: R$15.050,00 Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA

3. Dados da Obra/Serviço

Rua: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS Nº: 545
Complemento: Bairro: CENTRO Quadra Lote
Cidade: MANTENÓPOLIS UF: ES CEP: 29770000
Data de início: 10/09/2024 Prev. Término: 10/09/2024 Coord. Geogr.: ,
Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS CPF/CNPJ:27167345000190

4. Atividade Técnica

Qtde de Pavimento(s): 0 **Nº Pavimento(s):** 0 **Dimensão/Quantidade:** 1 **Unidade de medida:** UNID

ATIVIDADE(S) TÉCNICA(S): 43 - 13.2 - ASSESSORIA TÉCNICA

PARTICIPAÇÃO:

NATUREZA: 100 - RESPONSABILIDADE TÉCNICA

NÍVEL: 104 - EXECUÇÃO

NATUREZA DO(S) SERVIÇO(S): 9111 - SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS (ESPECIFICAR NO CAMPO 22)

TIPO DA OBRA/SERVIÇO: 2001 - SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS (ESPECIFICAR NO CAMPO 22)

PROJETO(S)/SERVIÇO(S): 100 - NENHUM

Após a conclusão das atividades técnicas, o profissional deverá proceder a baixa desta ART.

5. Observações

REFERENTE A CONTRATAÇAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE MEDICINA DO TRABALHO PARA ELABORAÇÃO DE PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCO, LTCAT (LAUDO TÉCNICO DA CONDIÇÃO DO AMBIENTE DE TRABALHO, PCMSO (PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL), PPP, LAUDO DE INSALUBRIDADE E DE PERICULOSIDADE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPALDE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO; SEM CONTUDO TER PROVIDENCIADO O REGISTRO DE ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART), NESTE CONSELHO.

6. Declarações

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718 Assinado de forma digital por GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718 Dados: 2024.10.01 14:24:18 -03'00'

Profissional

Contratante

Acessibilidade: <declara a aplicabilidade das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº5.296, de 2 de dezembro de 2004, às atividades profissionais acima relacionadas.>

7. Entidade de classe

SENGE - SINDICATO DOS ENGENHEIROS DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO

8.Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima.

_____ de _____ de _____

Local Data

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718 Assinado de forma digital por GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718 Dados: 2024.10.01 14:24:08 -03'00'

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA - CPF: 09289769718

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS - CPF/CNPJ: 27167345000190

9. Informações

- **A ART é válida somente quando quitada, podendo sua conferência ser realizada no site do CREA.**
- **A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.creaes.org.br ou www.confea.org.br**
- **A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.**

www.creaes.org.br creaes@creaes.org.br
tel: (27)3134-0046 art@creaes.org.br

CREA-ES

Valor ART: R$ 262,55 Registrada em: 10/09/2024 Data de pagamento: 12/09/2024 Valor Pago: R$ 262,55 Nosso Número: 140000000016510939

Protocolo 1481568

Sumário

Identificação 3
Médico do trabalho responsável 3
Diretrizes 4
O que é o programa? 4
Objetivos 4
Legalização 4
Implementação 5
Obrigações 5
Responsabilidades 5
Desenvolvimento do Programa 5
Obrigatoriedade dos exames médicos 6
Registro de Dados 6
Preparação para emergência 7
Ações de Saúde no PCMSO- Controle médico Específico 8
Unidade /Setor / Cargo / Funções – Exames complementares 9
Planejamento das atividades do PCMSO 38
Conclusão 39

Consultoria Ocupacional & Meio Ambiente	**PCMSO** **Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional** **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS**	**Agosto de 2024**

Vigência do PCMSO	**Agosto DE 2024 A Agosto DE 2026**

Identificação			
Empresa SECRETARIA EXE. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Endereço Avenida Presidente Vargas, nº 545		Complemento	CNPJ 27.167.345/0001-90
CEP 29.770-000	Cidade Mantenópolis	Bairro Centro	UF ES
CNAE 8411-6/00	Grau de Risco 1	Descrição CNAE Administração Pública em Geral	

Médico do Trabalho Responsável

Compete ao empregador indicar um médico do trabalho responsável pelo PCMSO. Inexistindo médico do trabalho na localidade, a organização pode contratar médico de outra especialidade como responsável pelo PCMSO.

O MEI, a ME e a EPP, graus de risco 1 e 2, que declararem as informações digitais na forma prevista na legislação e não identificarem exposições ocupacionais a agentes físicos, químicos, biológicos e riscos relacionados a fatores ergonômicos, ficam dispensados de elaboração do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.

As MEI, ME e EPP desobrigadas de elaborar PCMSO, devem realizar e custear exames médicos ocupacionais admissionais, demissionais e periódicos, a cada dois anos, de seus empregados.

RICARDO PINHEIRO LIMA

Assinado de forma digital por RICARDO PINHEIRO LIMA
Dados: 2024.10.01 15:18:50 -03'00'

Médico Responsável pelo PCMSO
Ricardo Pinheiro Lima
Médico do Trabalho
CRM - ES 1614
RQE - 3136
NIT 103.26225.12-6

Diretrizes

O PCMSO é parte integrante do conjunto mais amplo de iniciativas da organização no campo da saúde de seus empregados, devendo estar harmonizado com o disposto nas demais NR.

São diretrizes do PCMSO:
a) rastrear e detectar precocemente os agravos à saúde relacionados ao trabalho;
b) detectar possíveis exposições excessivas a agentes nocivos ocupacionais;
c) definir a aptidão de cada empregado para exercer suas funções ou tarefas determinadas;
d) subsidiar a implantação e o monitoramento da eficácia das medidas de prevenção adotadas na organização;
e) subsidiar análises epidemiológicas e estatísticas sobre os agravos à saúde e sua relação com os riscos ocupacionais;
f) subsidiar decisões sobre o afastamento de empregados de situações de trabalho que possam comprometer sua saúde;
g) subsidiar a emissão de notificações de agravos relacionados ao trabalho, de acordo com a regulamentação pertinente;
h) subsidiar o encaminhamento de empregados à Previdência Social;
i) acompanhar de forma diferenciada o empregado cujo estado de saúde possa ser especialmente afetado pelos riscos ocupacionais;
j) subsidiar a Previdência Social nas ações de reabilitação profissional;
k) subsidiar ações de readaptação profissional;
l) controlar da imunização ativa dos empregados, relacionada a riscos ocupacionais, sempre que houver recomendação do Ministério da Saúde.

O que é o Programa?

O PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional visa à preservação e a conservação da saúde e da integridade física dos trabalhadores da empresa. O Programa alerta e dar ênfase para o controle da saúde, privilegiando a relação de saúde de seus trabalhadores de forma coletiva e individual. O programa é um documento base implantado nas empresas que tem por objetivo evitar danos à vida do trabalhador e doenças ocupacionais derivadas do trabalho exercido.

Objetivo do PCMSO

Prevenção, rastreamento e diagnóstico precoce dos agravos à saúde dos colaboradores, além da constatação da existência de casos de doenças profissionais ou possíveis danos irreversíveis à saúde dos trabalhadores.
Para a elaboração deste PCMSO foram utilizados os procedimentos básicos e fundamentais que norteiam as informações técnicas e científicas fornecidas pelo PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos) e LTCAT (Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho).

Legalização

O PCMSO está previsto na lei Portaria GM n.º 3.214, de 08 de junho de 1978 Portaria SSST n.º 24, de 29 de dezembro de 1994, tendo em vista a NR 07, que estabelece a obrigatoriedade da elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados.

Implementação

A Empresa que tem por iniciativa de implementação do PCMSO estará automaticamente seguindo os preceitos estabelecidos na NR 07, na qual estabelece a obrigatoriedade de sua implementação e eficácia acompanhando o trabalhador em suas atividades profissionais e a variação de sua saúde no decorrer da atividade.

Obrigações

Toda Empresa ou instituição que admite trabalhadores como empregados estão obrigados a elaborar e implementar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional conforme a NR 07.
O PCMSO deve incluir a realização obrigatória dos exames médicos:

1. admissional;
2. periódico;
3. de retorno ao trabalho;
4. de mudança de riscos ocupacionais;
5. demissional.

Responsabilidade

Compete ao **empregador**:
a) garantir a elaboração e efetiva implantação do PCMSO;
b) custear sem ônus para o empregado todos os procedimentos relacionados ao PCMSO;
c) indicar médico do trabalho responsável pelo PCMSO.

Cabe ao **trabalhador**:
a) cumprir as disposições legais e regulamentares sobre segurança e saúde no trabalho, inclusive as ordens de serviço expedidas pelo empregador;
b) submeter-se aos exames médicos previstos nas NR;
c) colaborar com a organização na aplicação das NR; e
d) usar o equipamento de proteção individual fornecido pelo empregador.

Desenvolvimento do Programa

Monitorar a saúde dos empregados de forma regular:

1. Realização dos exames médicos obrigatórios: admissionais, periódicos, de retorno ao trabalho, mudança de função e demissional;
2. Utilizar os diagnósticos encontrados, sempre no sentido de estabelecer medidas para prevenir o surgimento ou a repetição de patologias semelhantes na empresa;
3. Obedecer a um planejamento em que estejam previstas as ações de saúde a serem executadas durante o ano, devendo estas ser objeto de relatório anual;
4. Dar conhecimento e explicação ao empregado dos achados encontrados nos exames, orientando, quando necessário, sobre as medidas preventivas a serem adotadas e estimulando-o a ter uma participação ativa na prevenção de sua saúde, podendo deste modo, adotar procedimentos apropriados para trabalhar com segurança e no uso de EPI.

<u>Conscientização e Promoção a Saúde:</u>
A realização de palestras, campanhas, eventos educativos e treinamentos nas áreas de higiene e medicina do trabalho são fundamentais para conscientização dos empregados sobre os riscos existentes no seu ambiente de trabalho, facilitando assim a prevenção de acidentes, doenças profissionais e outras, devendo ser realizadas de forma sistemática durante o transcorrer do

PCMSO.
Promoção da Saúde:
Poderão ser agendadas durante o ano palestras educativas sobre os seguintes temas:
- Primeiros Socorros;
- Higiene e Saúde;
- Ergonomia;
- Desidratação/ Hidratação;
- Distúrbios metabólicos e endócrinos (diabetes, hipertensão arterial, tireoide, obesidade).

Realização obrigatória dos exames médicos

- **Admissional**

Será realizado por ocasião da contratação do empregado, antes que ele assuma suas funções.

- **Periódico**

O exame médico periódico procura previamente detectar os desvios da saúde que porventura existem nos trabalhadores, mesmo antes de se manifestarem, procurando a correção o mais breve possível, podendo ser percebidas ou não pelo trabalhador. Para realização, a empresa será comunicada a necessidade de sua realização, devendo para tanto proporcionar ao trabalhador seu encaminhamento ao serviço de medicina ocupacional. O não comparecimento do trabalhador no local e horário indicado, bem como a não realização de exames complementares irá fazer parte da estatística do Relatório Anual. É imprescindível o apoio da direção, bem como dos responsáveis pelos trabalhadores.

- **De retorno ao trabalho**

No exame de retorno ao trabalho, o exame clínico deve ser realizado antes que o empregado reassuma suas funções, quando ausente por período igual ou superior a 30 (trinta) dias por motivo de doença ou acidente, de natureza ocupacional ou não.

- **De mudança de risco ocupacional**

O exame de mudança de risco ocupacional deve, obrigatoriamente, ser realizado antes da data da mudança, adequando-se o controle médico aos novos riscos.

- **Demissional**

No exame demissional, o exame clínico deve ser realizado em até 10 (dez) dias contados do término do contrato, podendo ser dispensado caso o exame clínico ocupacional mais recente tenha sido realizado há:
- Menos de 135 (centro e trinta e cinco) dias, para as organizações graus de risco 1 e 2, e;
- Há menos de 90 (noventa) dias, para as organizações graus de risco 3 e 4.

Registro de Dados

Os dados dos exames clínicos e complementares deverão ser registrados em prontuário médico individual sob a responsabilidade do médico responsável pelo PCMSO, ou do médico responsável pelo exame, quando a organização estiver dispensada de PCMSO.

O prontuário do empregado deve ser mantido pela organização, no mínimo, por 20 (vinte) anos após o seu desligamento, exceto em caso de previsão diversa constante na NR 7.

Em caso de substituição do médico responsável pelo PCMSO, a organização deve garantir que os prontuários médicos sejam formalmente transferidos para seu sucessor.

Cada trabalhador terá o seu prontuário clínico individual contendo:

1. Avaliação clínica;
2. Exames complementares (se necessário);
3. Conclusão do exame médico obrigatório;
4. Medidas aplicadas.

O médico responsável pelo PCMSO deve elaborar relatório analítico do Programa, anualmente, considerando a data do último relatório, contendo, no mínimo:

1. o número de exames clínicos realizados;
2. o número e tipos de exames complementares realizados;
3. estatística de resultados anormais dos exames complementares, categorizados por tipo do exame e por unidade operacional, setor ou função;
4. incidência e prevalência de doenças relacionadas ao trabalho, categorizadas por unidade operacional, setor ou função;
5. informações sobre o número, tipo de eventos e doenças informadas nas CAT, emitidas pela organização, referentes a seus empregados;
6. análise comparativa em relação ao relatório anterior e discussão sobre as variações nos resultados.

Relatório analítico do programa

O médico responsável pelo PCMSO deve elaborar relatório analítico do Programa, anualmente, considerando a data do último relatório, contendo, no mínimo:

1. o número de exames clínicos realizados;
2. o número e tipos de exames complementares realizados;
3. estatística de resultados anormais dos exames complementares, categorizados por tipo do exame e por unidade operacional, setor ou função;
4. incidência e prevalência de doenças relacionadas ao trabalho, categorizadas por unidade operacional, setor ou função;
5. informações sobre o número, tipo de eventos e doenças informadas nas CAT, emitidas pela organização, referentes a seus empregados;
6. análise comparativa em relação ao relatório anterior e discussão sobre as variações nos resultados.

Preparação para emergências

A organização deve estabelecer, implementar e manter procedimentos de respostas aos cenários de emergências, de acordo com os riscos, as características e as circunstâncias das atividades.

Os procedimentos de respostas aos cenários de emergências devem prever:
a) Os meios e recursos necessários para os primeiros socorros, encaminhamento de acidentados e abandono; e
b) as medidas necessárias para os cenários de emergências de grande magnitude, quando aplicável.

KIT DE PRIMEIROS SOCORROS

É de extrema importância e necessário a empresa obter o kit de primeiros socorros para melhor atendimento e desempenho das primeiras medidas tomadas diante de algum acidente de trabalho, para não se agravar a saúde do trabalhador ou sua integridade física.

Este procedimento de emergência de primeiros socorros se caracteriza pela aplicação de métodos que podem evitar agravamento em vítimas de acidentes, de mal de súbito ou em perigo de vida, tendo por base o intuito de manter os sinais vitais, procurando evitar o agravamento do quadro no qual a pessoa se encontra. É uma ação individual ou coletiva, dentro de suas devidas limitações em auxílio ao próximo, até que o socorro avançado esteja no local para prestar uma assistência mais minuciosa e definitiva.

O kit de primeiros socorros deve estar em local visível e em uma pequena maleta de fácil acesso.

Este kit deve conter no mínimo os itens seguintes:

- Algodão hidrófilo;
- Álcool 70%
- Luvas descartáveis;
- Esparadrapo (tamanho médio);
- Gaze estéril
- Pinça
- Atadura (20 cm)
- Soro fisiológico
- Termômetro
- Curativo adesivo (tipo band-aid)
- Cotonete

TREINAMENTOS EM PRIMEIROS SOCORROS

É de responsabilidade de a empresa providenciar treinamento aos funcionários, para que haja recursos mínimos, necessários para a prestação de primeiros socorros aos trabalhadores, acidentados ou com problemas de saúde em caráter de urgência ou emergência.

É de vital importância a prestação de atendimentos emergenciais. Conhecimentos simples muitas vezes diminuem o sofrimento, evitam complicações futuras e podem inclusive em muitos casos salvar vidas.

Ações de Saúde no PCMSO

Podem ser caracterizados como as palestras educativas, treinamentos, e acompanhamento individual, que promovem o bem estar do trabalhador, observando uma enorme preocupação da organização, caracterizando também um problema do individual e seus familiares, situando a empresa na realidade de seu meio social, e elevando sua responsabilidade sobre a sociedade.

Todos os funcionários deverão ser Imunizados conforme Programa Nacional de Imunização

Vacina Dupla

Vacina Febre Amarela (para funcionários que atuam em áreas endêmicas)

Vacina de Gripe

Unidade: SECRETARIA EXE. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Setor: GHE 01 ADMINISTRATIVO
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

	Nº de Funcionários
Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO	Total: 5
Descrição detalhada: Supervisionam e controlam serviços financeiros diversos, bens-patrimoniais e logísticos; elaboram orçamentos, efetuam pagamentos, realizam cobrança, controlam bens patrimoniais, fecham câmbio, analisam crédito, coordenam caixas, administram processos logísticos e gerenciam almoxarifado/estoque; Supervisionam equipes de trabalho, orientando e avaliando desempenho em busca da melhor qualidade no trabalho. Organizam documentos e efetuam sua classificação contábil; geram lançamentos contábeis, auxiliam na apuração dos impostos, conciliam contas e preenchimento de guias de recolhimento e de solicitações, junto a órgãos do governo. Emitem notas de venda e de transferência entre outras; realizam o arquivo de documentos; Organizam a rotina de serviços e realizam entrada e transmissão de dados, operando teleimpressores e microcomputadores; registram e transcrevem informações, operando máquinas de escrever; atendem necessidades do setor interno e externo. Supervisionam trabalho e equipe; Organizam documentos e informações. Orientam usuários e os auxiliam na recuperação de dados e informações. Disponibilizam fonte de dados para usuários. Providenciam aquisição de material e incorporam material ao acervo. Arquivam documentos, classificando-os segundo critérios apropriados para armazená-los e conservá-los. Prestam serviço de comutação, alimentam base de dados e elaboram estatísticas. Executam tarefas relacionadas com a elaboração e manutenção de arquivos, podendo ainda, operar equipamentos reprográficos, recuperar e preservar as informações por meio digital, magnético ou papel.	

Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Postura sentada por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Presença de reflexos em telas, painéis, vidros, monitores ou qualquer superfície, que causem desconforto ou prejudiquem a visualização	**Ergonômicos**	Situação desconfortável aos olhos, proveniente do uso frequente de telas de computadores para execução das atividades.
Trabalho intensivo com teclado ou outros dispositivos de entrada de dados	**Ergonômicos**	Problemas nas articulações e nos músculos (LER/DORT) e nos dedos (tendinites)

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

	Nº de Funcionários
Cargo: DIGITADOR	Total: 1
Descrição detalhada: Compreende os cargos que se destinam a executar, a partir de gabaritos fornecidos, operações de digitação de dados para processamento eletrônico. Abrir e fechar o posto do correio; manter a organização do posto, inclusive limpeza, para o atendimento ao público; receber todas as chamadas telefônicas providenciando o contato com a pessoa que está sendo solicitada; efetuar ligações telefônicas solicitadas pelo usuário, com o respectivo recebimento da despesa; prestar as informações solicitadas pelo público, inclusive por telefone , sobre os serviços de telefonia; receber e acatar as instruções de serviço expedidas pela TELEST; fazer encaminhar as prestações de contas aos valores recebidos, na forma de instruções próprias; executar outras atribuições afins.	

Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Postura sentada por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Presença de reflexos em telas, painéis, vidros, monitores ou qualquer superfície, que causem desconforto ou prejudiquem a visualização	**Ergonômicos**	Situação desconfortável aos olhos, proveniente do uso frequente de telas de computadores para execução das atividades.
Trabalho intensivo com teclado ou outros dispositivos de entrada de dados	**Ergonômicos**	Problemas nas articulações e nos músculos (LER/DORT) e nos dedos (tendinites)

Exames	**ADMISSÃO**	**APÓS ADM.**	**PERIÓDICO**	**RET. TRAB**	**MUD. RISCOS**	**DEMISSÃO**
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

Setor: GHE 02 ASSISTÊNCIA SOCIAL
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

	Nº de Funcionários
Cargo: ASSISTENTE SOCIAL	Total: 4
Descrição detalhada: Prestar serviços sociais orientando indivíduos, famílias, comunidade e instituições sobre direitos e deveres (normas, códigos e legislação), serviços e recursos sociais e programas de educação; planejar, coordenar e avaliar planos, programas e projetos sociais em diferentes áreas de atuação profissional (seguridade, educação, trabalho, jurídica, habitação e outras), atuando nas esferas pública e privada; orientar e monitorar ações em desenvolvimento relacionados à economia doméstica, nas áreas de habitação, vestuário e têxteis, desenvolvimento humano, economia familiar, educação do consumidor, alimentação e saúde; desempenhar tarefas administrativas. Esclarecer dúvidas; Orientar sobre direitos e deveres; Orientar sobre acesso a direitos instituídos; Orientar sobre rotinas da instituição; Orientar sobre cuidados especiais; Orientar sobre serviços e recursos sociais; Ensinar a otimização do uso de recursos; Orientar sobre a otimização do uso de recursos; Desenvolver programas de educação alimentar para sadios; Orientar sobre normas, códigos e legislação; Orientar sobre conteúdo de processo e procedimentos; Orientar sobre aspectos ergonômicos do trabalho; Organizar grupos socioeducativos; Facilitar grupos socioeducativos; Elaborar instrumentos técnicos; Orientar sobre direitos sociais; Realizar cursos, palestras, reuniões e capacitações; Produzir material educativo; Desenvolver grupos e atividades socioeducativas; Encaminhar para acesso a direitos instituídos; Avaliar capacidades, possibilidades e limitações; Coordenar, elaborar, executar supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e; projetos na área de serviço social; realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de serviço social; participar da elaboração e implementação de políticas sociais a serem implantadas pela Prefeitura.		
Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Postura sentada por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Presença de reflexos em telas, painéis, vidros, monitores ou qualquer superfície, que causem desconforto ou prejudiquem a visualização	**Ergonômicos**	Fadiga nos olhos, ardência e dores de cabeça.
Trabalho intensivo com teclado ou outros dispositivos de entrada de dados	**Ergonômicos**	Problemas nas articulações e nos músculos (LER/DORT) e nos dedos (tendinites)

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

Setor: GHE 03 APOIO SOCIAL
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

	Nº de Funcionários
Cargo: AUXILIAR DE CRECHE	Total: 1
Descrição detalhada: Cuidam de bebês, crianças, a partir de objetivos estabelecidos por instituições especializadas ou responsáveis diretos, zelando pelo bem-estar, saúde, alimentação, higiene pessoal, educação, cultura, recreação e lazer da criança assistida. Cuidar da aparência e higiene da criança; Controlar horários das atividades diárias da criança; Ajudar a criança nas atividades diárias; Banho e necessidades fisiológicas; Estar atento às ações da criança; Verificar informações, sinais dados pela criança; Passar informações do dia a dia da criança; Relatar o dia-a-dia da criança aos responsáveis; Educar a criança nos deveres da casa; Manter o lazer e a recreação no dia-a-dia; Desestimular a agressividade; Auxiliar no aprendizado da criança. Cuidar da aparência e higiene da criança; Controlar horários das atividades diárias da criança; Ajudar a criança nas atividades diárias; Banho e necessidades fisiológicas; Estar atento às ações da criança; Verificar informações, sinais dados pela criança; Passar informações do dia a dia da criança; Relatar o dia-a-dia da criança aos responsáveis; Educar a criança nos deveres da casa; Manter o lazer e a recreação no dia-a-dia; Desestimular a agressividade; Auxiliar no aprendizado da criança. Prestar serviços auxiliares nas creches municipais, atendendo as crianças em suas necessidades diárias, Providenciando sua alimentação e higiene pessoal, acompanhando-as em atividades recreativas e outras pertinentes para garantir o seu bem estar e desenvolvimento sadio. Zelar sempre pelo bem estar da criança.		
Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Umidade	**Físico**	Este agente pode provocar doenças no aparelho respiratório, quedas, doenças de pele, entre outras.
Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	**Biológico**	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.
Frequente deslocamento a pé durante a jornada de trabalho	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Postura de pé por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.
Exigência de flexões de coluna vertebral frequentes	**Ergonômicos**	Pode provocar Lesões musculoesqueléticas, fadiga e exaustão
Trabalho em ambientes com risco de queda de objetos	**Acidente**	Este agente pode provocar contusões, entorses, luxações ou fraturas.

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

		Nº de Funcionários
Cargo: CUIDADOR ESCOLAR		Total: 1
Descrição detalhada: Cuidam de alunos e crianças, prestam apoio as atividades acadêmicas, controlam atividades livres dos alunos, orientam alunos sobre regras e procedimentos, regimento escolar, cumprimento de horários; ouvem reclamações e analisam fatos, cuidam de bebês, crianças, a partir de objetivos estabelecidos por instituições especializadas ou responsáveis diretos, zelando pelo bem-estar, saúde, alimentação, higiene pessoal, educação, cultura, recreação e lazer do assistido. Cuidar da aparência e higiene de alunos e crianças; Controlar horários das atividades diárias de alunos e crianças; Ajudar a criança nas atividades diárias; Banho e necessidades fisiológicas; Estar atento às ações de alunos e crianças. Orientar entrada e saída dos alunos e crianças; Impedir permanência de alunos e crianças durante recreio nas salas de aula; Observar circulação dos alunos durante o recreio. Observar temperatura, urina, fezes e vômitos; Observar a qualidade do sono; Prestar cuidados especiais a crianças com limitações ou dependência física; Manusear adequadamente; Observar alterações físicas (manchas, inchaço, ferimentos). Desenvolver atividades de apoio nos serviços gerais da escola, na limpeza e conservação; Atuar como apoio nos eventos promovidos pela escola. Auxiliar os professores e coordenadores nos cuidados básicos com as crianças da educação infantil. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.		
Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Umidade	**Físico**	Este agente pode provocar doenças no aparelho respiratório, quedas, doenças de pele, entre outras.
Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	**Biológico**	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.
Frequente deslocamento a pé durante a jornada de trabalho	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Postura de pé por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.
Exigência de flexões de coluna vertebral frequentes	**Ergonômicos**	Pode provocar Lesões musculoesqueléticas, fadiga e exaustão
Trabalho em ambientes com risco de queda de objetos	**Acidente**	Este agente pode provocar contusões, entorses, luxações ou fraturas.

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

	Nº de Funcionários
Cargo: CUIDADOR SOCIAL	Total: 5

Descrição detalhada: Cuidam de crianças, jovens, adultos e idosos, a partir de objetivos estabelecidos por instituições especializadas ou responsáveis diretos, zelando pelo bem-estar, saúde, alimentação, higiene pessoal, educação, cultura, recreação e lazer da pessoa assistida. Levantar informações sobre a pessoa; Cuidar da aparência e higiene da pessoa; Controlar horários das atividades diárias da pessoa; Ajudar a pessoa nas atividades diárias; Banho e necessidades fisiológicas; Estar atento às ações da pessoa; Verificar informações, sinais dados pela pessoa; Passar informações do dia a dia da pessoa; Relatar o dia-a-dia da pessoa aos responsáveis; Educar a criança e adolescente nos deveres da casa e comunitários; Manter o lazer e a recreação no dia-a-dia; Desestimular a agressividade; Auxiliar no aprendizado da pessoa. Observar temperatura, urina, fezes e vômitos; Observar a qualidade do sono; Ajudar nas terapias ocupacionais e físicas; Prestar cuidados especiais a pessoas com limitações ou dependência física; Manusear adequadamente; Observar alterações físicas (manchas, inchaço, ferimentos); Observar as alterações de comportamento; Lidar com comportamentos compulsivos; Controlar guarda, horário e ingestão de medicamentos; Acompanhar em consultas e atendimentos médico-hospitalar; Relatar orientação médica aos responsáveis; Seguir orientação de profissionais da saúde; Observar sinais vitais; Relatar condições de saúde aos profissionais ou responsáveis. Desenvolver atividades de cuidados básicos essenciais para a vida diária e instrumentais de autonomia e participação social dos usuários, a partir de diferentes formas e metodologias, contemplando as dimensões individuais e coletivas. Desenvolver atividades para o acolhimento, proteção integral e promoção da autonomia e autoestima dos usuários. Atuar na recepção dos usuários possibilitando uma ambiência acolhedora. Identificar as necessidades e demandas dos usuários. Apoiar os usuários no planejamento e organização de sua rotina diária. Apoiar e monitorar os cuidados com a moradia, como organização e limpeza do ambiente e preparação dos alimentos. Apoiar e monitorar os usuários nas atividades de higiene, organização, alimentação e lazer.

Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Umidade	**Físico**	Este agente pode provocar doenças no aparelho respiratório, quedas, doenças de pele, entre outras.
Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	**Biológico**	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.
Frequente deslocamento a pé durante a jornada de trabalho	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Postura de pé por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.
Exigência de flexões de coluna vertebral frequentes	**Ergonômicos**	Pode provocar Lesões musculoesqueléticas, fadiga e exaustão
Trabalho em ambientes com risco de queda de objetos	**Acidente**	Este agente pode provocar contusões, entorses, luxações ou fraturas.

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

Setor: GHE 04 EDUCAÇÃO SOCIAL
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

		Nº de Funcionários
Cargo: EDUCADOR FÍSICO		Total: 1
Descrição detalhada: Planejar, acompanhar, avaliar, executar e controlar as atividades relacionadas à educação física através da promoção da saúde e da capacidade física por meio de prática de exercícios e atividades corporais no âmbito de programas ou eventos realizados, patrocinados ou apoiados/assistidos pelo poder público municipal.		
Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Frequente execução de movimentos repetitivos	**Ergonômicos**	Podem provocar lesões por esforço repetitivo (LER) ou distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT).
Postura de pé por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.
Postura sentada por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Presença de reflexos em telas, painéis, vidros, monitores ou qualquer superfície, que causem desconforto ou prejudiquem a visualização	**Ergonômicos**	Fadiga nos olhos, ardência e dores de cabeça.

Exames	**ADMISSÃO**	**APÓS ADM.**	**PERIÓDICO**	**RET. TRAB**	**MUD. RISCOS**	**DEMISSÃO**
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

	Nº de Funcionários
Cargo: PROFESSOR-PEB 1	Total: 1
Descrição detalhada: Participar da elaboração da proposta pedagógica da escola; Elaborar e cumprir plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da escola; Zelar pela aprendizagem dos alunos; Participar, integralmente, dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; Ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos; Estabelecer e implementar estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento. Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; Incumbir-se das demais tarefas indispensáveis ao atingimento dos fins educacionais da escola e ao processo de ensino-aprendizagem.	

Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Frequente execução de movimentos repetitivos	**Ergonômicos**	Podem provocar lesões por esforço repetitivo (LER) ou distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT).
Postura de pé por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.
Postura sentada por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Presença de reflexos em telas, painéis, vidros, monitores ou qualquer superfície, que causem desconforto ou prejudiquem a visualização	**Ergonômicos**	Fadiga nos olhos, ardência e dores de cabeça.

Exames	**ADMISSÃO**	**APÓS ADM.**	**PERIÓDICO**	**RET. TRAB**	**MUD. RISCOS**	**DEMISSÃO**
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

		Nº de Funcionários
Cargo: PROFESSOR-PEB 2		Total: 1
Descrição detalhada: Participar da elaboração da proposta pedagógica da escola; Elaborar e cumprir plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da escola; Zelar pela aprendizagem dos alunos; Estabelecer e implementar estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento. Ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos; Participar, integralmente, dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; Incumbir-se das demais tarefas indispensáveis ao atingimento dos fins educacionais da escola e ao processo de ensino-aprendizagem.		
Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Frequente execução de movimentos repetitivos	**Ergonômicos**	Podem provocar lesões por esforço repetitivo (LER) ou distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT).
Postura de pé por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.
Postura sentada por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Presença de reflexos em telas, painéis, vidros, monitores ou qualquer superfície, que causem desconforto ou prejudiquem a visualização	**Ergonômicos**	Fadiga nos olhos, ardência e dores de cabeça.

Exames	**ADMISSÃO**	**APÓS ADM.**	**PERIÓDICO**	**RET. TRAB**	**MUD. RISCOS**	**DEMISSÃO**
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

Setor: GHE 05 JURÍDICO
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

	Nº de Funcionários
Cargo: ADVOGADO DO CREAS	Total: 1
Descrição detalhada: Prestar consultoria e assessoramento jurídico, as famílias e indivíduos usuários dos serviços de proteção social; Realizar a orientação jurídico social e assessoria jurídica no âmbito do SUAS; Oferecer atendimento de advocacia pública no âmbito do SUAS, respeitadas as competências e atribuições da Procuradoria Geral do Município. Acompanhar ações judiciais; Receber denúncias; Defender nas ações judiciais contrárias; Ajuizar ações; Elaborar cálculos judiciais; Estabelecer composição entre as partes em processo judicial; Prestar orientação jurídica aos usuários do CREAS; Solicitar suspensão do andamento de processos nos casos previstos em lei; Promover a acolhida, escuta qualificada, acompanhamento especializado e oferta de informações e orientações; Elaborar, junto com as famílias e indivíduos, o Plano de Acompanhamento Individual e/ou familiar, considerando as especificidades e particularidades de cada um; Realizar visitas domiciliares acompanhado pelo CREAS, quando necessário. Desenvolver, organizar, controlar e/ou executar as atividades de assessoramento jurídico às famílias carentes, emitindo pareceres, opiniões e outros pertinentes. Instituir rotina de atendimento e acompanhamento dos usuários; Administrar e acompanhar os processos judiciais, interpondo recursos, defesas, negociando, participando de audiências, observando os prazos, tomando as medidas necessárias para a continuidade da tramitação dos processos. Realizar estudos, pesquisas e levantamentos sobre a evolução e aplicação da legislação e da jurisprudência. Fazer uso de veículos da frota pública municipal, no desempenho das atividades do seu cargo.		
Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Postura sentada por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Presença de reflexos em telas, painéis, vidros, monitores ou qualquer superfície, que causem desconforto ou prejudiquem a visualização	**Ergonômicos**	Fadiga nos olhos, ardência e dores de cabeça.
Trabalho intensivo com teclado ou outros dispositivos de entrada de dados	**Ergonômicos**	Problemas nas articulações e nos músculos (LER/DORT) e nos dedos (tendinites)
Condução de veículos de qualquer natureza em vias públicas	**Acidente**	Lesões corporais diversas, com grande possibilidade de levar ao óbito ou à invalidez para o trabalhador e para terceiros.

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Avaliação da acuidade visual	X		**12 meses**		X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
ECG (Eletrocardiograma) convencional de até 12 derivações	X		**12 meses**		X	X
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

Setor: GHE 06 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

	Nº de Funcionários
Cargo: AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS	Total: 1
Descrição detalhada: Os trabalhadores de limpeza e conservação de áreas públicas preservam as vias públicas, varrendo calçadas, sarjetas e calçadões, acondicionando o lixo para que seja coletado e encaminhado para o aterro sanitário. Zelam pela segurança das pessoas sinalizando e isolando áreas de risco e de trabalho. Trabalham na limpeza e conservação de áreas públicas, coletam resíduos domiciliares, resíduos sólidos de serviços de saúde e resíduos coletados nos serviços de limpeza; Conservam as áreas públicas lavando-as, pintando guias, postes, viadutos, muretas e etc; Auxiliam nos serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos; Trabalham na ornamentação de canteiros urbanos, através da construção de viveiros e canteiros. Varrer sarjetas e calçadões; Varrer calçadas; Amontoar detritos e folhagem; Acondicionar lixo em latões ou sacos plásticos; Empurrar carrinho (lutocar); Ensacar animais mortos; Recolher animais mortos; Solicitar coleta de animais mortos; Solicitar remoção de entulho; Executar serviços de varrição, coleta e transporte de lixo industrial, domiciliar, hospitalar e rural e lavagem de ruas e logradouros públicos municipais, mantendo-os em condições adequadas, acondicionando os materiais coletados conforme as orientações e procedimentos estabelecidos. Executar serviços de conservação de ruas e logradouros públicos realizando capinas, roçadas, pinturas em meio-fio, muros, grades e postes, limpeza de ralos, trincheiras, bocas de lobo, caixas de visita, limpeza de córregos e outras atividades correlatas.		
Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Umidade	**Físico**	Este agente pode provocar doenças no aparelho respiratório, quedas, doenças de pele, entre outras.
Produtos Saneantes Domissanitários	**Químico**	Este agente pode provocar alergias ao contato e irritação nos olhos.
Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	**Biológico**	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.
Exigência de flexões de coluna vertebral frequentes	**Ergonômicos**	Pode provocar Lesões musculoesqueléticas, fadiga e exaustão.
Frequente deslocamento a pé durante a jornada de trabalho	**Ergonômicos**	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.
Frequente execução de movimentos repetitivos	**Ergonômicos**	Dores nas articulações dos dedos e das mãos.
Postura de pé por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.
Objetos cortantes e/ou perfuro cortantes	**Acidente**	Risco de cortes e/ou perfurações, acidentes, lesões, entre outros
Piso escorregadio e/ou irregular	**Acidente**	Fraturas, luxações ou entorses, escoriações e contusões

Trabalho em ambientes com risco de queda de objetos	**Acidente**	Este agente pode provocar contusões, entorses, luxações ou fraturas.

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

	Nº de Funcionários
Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	Total: 8
Descrição detalhada: Executar sob supervisão serviços de copeiragem, conservação, limpeza e zeladoria em prédios públicos servindo, limpando vidros e fachadas, recintos internos e acessórios. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Preparar sucos, lanches, cafés e pequenas refeições; Servir água, cafezinho, suco; Administrar fluxo de serventia; Receber e distribuir refeições; Receber ou recolher bandejas, louças e talheres após as refeições, providenciando sua lavagem e guarda ou o envio ao setor competente; Secar louça e prataria, esterilizar instrumentos e materiais; Operar com aparelhos elétricos utilizados nos serviços de alimentação; Limpar talheres, equipamentos de refrigeração assim como balcão, bancada e bandejas; retirar restos de comida, separando e destinando o lixo; Lavar fachadas; Limpar vidros; Remover resíduos dos vidros; Remover pichações; Limpar móveis e equipamentos eletrodomésticos, lustres, luminárias, ventiladores e tudo o que mais constar nos recintos dos prédios municipais; Limpar superfícies (paredes, pisos, etc..); Lavar banheiros; Aspirar pó; Lavar pisos; Encerar pisos; Remover sujeira; Varrer pisos; Secar pisos; Passar pano; Limpar, lavar cortinas e persianas; Recolher lixo; Depositar o lixo e detritos da cozinha em lugares apropriados, de forma a evitar proliferação de insetos; Proceder à limpeza de ralos, caixas de gordura e esgotos, assim como desentupir pias e ralos; Prover os sanitários com toalha, sabão e papel higiênico, removendo os já utilizados; Auxiliar na realização de serviços em geral como recebimento, separação e Distribuição de correspondência e materiais, atividades de limpeza, copa e conservação de instalações. Executar trabalhos de limpeza em geral em edifícios e outros locais, para manutenção das condições de higiene e conservação do ambiente, coletando o lixo.	

Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Umidade	**Físico**	Este agente pode provocar doenças no aparelho respiratório, quedas, doenças de pele, entre outras.
Produtos Saneantes Domissanitários	**Químico**	Este agente pode provocar alergias ao contato e irritação nos olhos.
Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	**Biológico**	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.
Exigência de flexões de coluna vertebral frequentes	**Ergonômicos**	Pode provocar Lesões musculoesqueléticas, fadiga e exaustão.
Frequente deslocamento a pé durante a jornada de trabalho	**Ergonômicos**	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.
Frequente execução de movimentos repetitivos	**Ergonômicos**	Dores nas articulações dos dedos e das mãos.
Postura de pé por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.
Objetos cortantes e/ou perfuro cortantes	**Acidente**	Risco de cortes e/ou perfurações, acidentes, lesões, entre outros
Piso escorregadio e/ou irregular	**Acidente**	Fraturas, luxações ou entorses, escoriações e contusões
Trabalho em ambientes com risco de queda de objetos	**Acidente**	Este agente pode provocar contusões, entorses, luxações ou fraturas.

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

Setor: GHE 07 NUTRIÇÃO
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

	Nº de Funcionários
Cargo: NUTRICIONISTA	Total: 1
Descrição detalhada: Prestar assistência nutricional a indivíduos e coletividades (sadios e enfermos); planejar, organizar, administrar e avaliar unidades de alimentação e nutrição; efetuar controle higiênico- sanitário; participar de programas de educação nutricional; estruturar e gerenciar serviços de alimentação e nutrição e ministrar cursos. Atuar em conformidade ao manual de boas práticas. Identificar população-alvo; Participar de diagnóstico interdisciplinar; Realizar inquérito alimentar; Coletar dados antropométricos; Solicitar exames laboratoriais; Interpretar indicadores nutricionais; Calcular gasto energético; Identificar necessidades nutricionais; Realizar diagnóstico dietético-nutricional; Estabelecer plano de cuidados nutricionais; Realizar prescrição dietética; Prescrever complementos e suplementos nutricionais; Registrar evolução dietoterápica em prontuário; Conferir adesão à orientação dietético- nutricional; Orientar familiares e cuidadores; Realizar acompanhamento nutricional; Dar alta em nutrição; Realizar atendimento domiciliar. Entre outras atividades. Fazer uso de veículos da frota pública municipal, no desempenho das atividades do seu cargo.	

Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Postura sentada por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Presença de reflexos em telas, painéis, vidros, monitores ou qualquer superfície, que causem desconforto ou prejudiquem a visualização	**Ergonômicos**	Fadiga nos olhos, ardência e dores de cabeça.
Trabalho intensivo com teclado ou outros dispositivos de entrada de dados	**Ergonômicos**	Problemas nas articulações e nos músculos (LER/DORT) e nos dedos (tendinites)
Condução de veículos de qualquer natureza em vias públicas	**Acidente**	Lesões corporais diversas, com grande possibilidade de levar ao óbito ou à invalidez para o trabalhador e para terceiros.

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Avaliação da acuidade visual	X		**12 meses**		X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
ECG (Eletrocardiograma) convencional de até 12 derivações	X		**12 meses**		X	X
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

Setor: GHE 08 PSICOLOGIA
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

	Nº de Funcionários
Cargo: PSICÓLOGO	Total: 2
Descrição detalhada: Estudam, pesquisam e avaliam o desenvolvimento emocional e os processos mentais e sociais de indivíduos, grupos e instituições, com a finalidade de análise, tratamento, orientação e educação; diagnosticam e avaliam distúrbios emocionais e mentais e de adaptação social, elucidando conflitos e questões e acompanhando o(s) paciente(s) durante o processo de tratamento ou cura; investigam os fatores inconscientes do comportamento individual e grupal, tornando-os conscientes; desenvolvem pesquisas experimentais, teóricas e clínicas e coordenam equipes e atividades de área e afins. Prestar atendimento clínico aplicando técnicas psicológicas, avaliando o ser como um todo adotando tratamento para o equilíbrio psicológico. Participar e/ou coordenar programas específicos na comunidade (público alvo), definir resultados a serem atingidos, definir a linha de trabalho, assim como assessorar e prestar orientação aos familiares. Estudar, pesquisar e avaliar o desenvolvimento emocional e os processos mentais e sociais de indivíduos, grupos e instituições, com a finalidade de análise, tratamento, orientação e educação; diagnosticar e avaliar distúrbios emocionais e mentais e de adaptação social, elucidando conflitos e questões e acompanhando o(s) paciente(s) durante o processo de tratamento ou cura; investigar os fatores inconscientes do comportamento individual e grupal. Fazer uso de veículos da frota pública municipal, no desempenho das atividades do seu cargo.	

Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Postura sentada por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Trabalho intensivo com teclado ou outros dispositivos de entrada de dados	**Ergonômicos**	Problemas nas articulações e nos músculos (LER/DORT) e nos dedos (tendinites)
Presença de reflexos em telas, painéis, vidros, monitores ou qualquer superfície, que causem desconforto ou prejudiquem a visualização	**Ergonômicos**	Fadiga nos olhos, ardência e dores de cabeça.
Condução de veículos de qualquer natureza em vias públicas	**Acidente**	Lesões corporais diversas, com grande possibilidade de levar ao óbito ou à invalidez para o trabalhador e para terceiros.

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Avaliação da acuidade visual	X		**12 meses**		X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
ECG (Eletrocardiograma) convencional de até 12 derivações	X		**12 meses**		X	X
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

Setor: GHE 09 TRANSPORTE
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral. Áreas externas conforme a demanda da secretária.

	Nº de Funcionários
Cargo: MOTORISTA PROFISSIONAL	Total: 4

Descrição detalhada: Dirigir e manobrar veículos tipo ônibus, carros, caminhões e carretas. Transportar pessoas, cargas, pacientes e material biológico humano. Realizar verificações e manutenções básicas do veículo e utilizam equipamentos e dispositivos especiais tais como sinalização sonora e luminosa, software de navegação e outros. Utilizar de capacidades comunicativas. Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Os condutores de ambulância auxiliam as equipes de saúde nos atendimentos de urgência e emergência. Conduzem e vistoriam ônibus de transporte coletivo de alunos e passageiros urbanos, metropolitanos e ônibus rodoviários de longas distâncias; verificam itinerário de viagens; controlam o embarque e desembarque de passageiros e os orientam quanto aos procedimentos no interior do veículo. Dirigir veículos transportando pessoas, cargas, e/ou materiais autorizados aos locais determinados. Vistoriar periodicamente as condições do veículo utilizado e providenciar reparos de emergência, troca de pneus, lavagens, guinchamentos e outros. Identificar e indicar as necessidades de reparos nos sistemas elétricos e mecânicos dos veículos da Prefeitura. Manter sob sua responsabilidade os documentos de porte obrigatório do veículo, observando as orientações para a revalidação dos mesmos. Registrar, em formulário específico, os percursos realizados, quilometragem e itinerários da frota oficial. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Radiações não-ionizantes	**Físico**	Aumentam os riscos de doenças como neoplasias, anemia apática, púrpura, radio dermatite, infertilidade, entre outras.
Vibração de corpo inteiro (aceleração resultante de exposição normalizada - aren) e (Valor da Dose de Vibração Resultante – VDVR)	**Físico**	Este agente pode provocar doenças vasculares, neurológicas e musculares.
Postura sentada por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar dores e desconforto na coluna lombar.
Uso frequente de alavancas	**Ergonômicos**	Distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho.
Uso frequente de pedais	**Ergonômicos**	Distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho.
Condução de veículos de qualquer natureza em vias públicas	**Acidente**	Lesões corporais diversas, com grande possibilidade de levar ao óbito ou à invalidez para o trabalhador e para terceiros.

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Avaliação da acuidade visual	X		**12 meses**		X	X
Colesterol total - pesquisa e/ou dosagem	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
ECG convencional de até 12 derivações	X		**12 meses**		X	X
EEG (Eletroencefalograma) de rotina	X		**12 meses**		X	X
GLICOSE	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos - pesquisa e/ou dosagem	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

Setor: GHE 10 VIGILÂNCIA
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral. Locais para vigilância conforma a demanda e/ou necessidade do munícipio.

	Nº de Funcionários
Cargo: VIGIA	Total: 3
Descrição detalhada: Zelam pela guarda do patrimônio observando o comportamento e movimentação de pessoas para prevenir perdas, evitar incêndios, acidentes e outras anormalidades. Controlam o fluxo de pessoas e veículos identificando-os e encaminhando-os aos locais desejados. Recebem mercadorias, volumes diversos e correspondências. Fazem manutenções simples nos locais de trabalho. Exercer função de vigia como a atividade dos que exercem desarmados, vigilância sobre depósitos de materiais, pátios, áreas abertas, terminal rodoviário, estação rodoviária, mercados públicos, parques, hortos ou reservas florestais, centros de esportes, escolas, obras em execução, edifícios onde funcionam as repartições municipais e demais áreas e logradouros públicos. Observar movimentação/comportamento das pessoas estranhas; Observar tipo de pessoas estranhas; Atentar para posicionamento dos veículos no estacionamento; Contatar proprietários dos veículos irregularmente estacionados; Monitorar pelo circuito fechado de tv; Prevenir incêndios e acidentes; Chamar segurança; Realizar abordagem preventiva pós-furto; Acompanhar abertura e fechamento das instalações; Comunicando imediatamente à autoridade superior quaisquer irregularidades encontradas e contatar órgãos públicos, quando necessário, relatando a emergência e solicitando socorro, inclusive ajuda policial. Preencher corretamente os formulários referentes à avaliação de desempenho; Executar outras atividades correlatas ao cargo solicitadas pelo chefe imediato.	

Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Frequente deslocamento a pé durante a jornada de trabalho	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Postura de pé por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Postura sentada por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar dores e desconforto na coluna lombar.
Frequente ação de puxar/empurrar cargas ou volumes	**Ergonômicos**	Problemas nas articulações dos punhos e dedos.
Postura de pé por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.
Trabalho em local com risco de assalto e roubo	**Acidente**	Risco de ferimentos e morte.

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

Planejamento das atividades do PCMSO

EVENTO	Status	JUSTIFICATIVA
Atividade: Exames Médicos Manter os exames médicos atualizados, cumprindo a tabela de periodicidade.	( ) Em andamento ( ) Realizado ( ) A realizar	
Atividade: Palestra sobre Tabagismo	( ) Em andamento ( ) Realizado ( ) A realizar	
Atividade: Primeiros Socorros TREINAMENTOS Abordagem: Primeiros Socorros	( ) Em andamento ( ) Realizado ( ) A realizar	
Atividade: Análise do PCMSO Efetuar análise global do PCMSO para avaliação do seu desenvolvimento e realização dos ajustes necessários e estabelecimento de novas metas.	( ) Em andamento ( ) Realizado ( ) A realizar	
Atividade: Palestra de DST/AIDS Realizar a Critério do Departamento Pessoal do Órgão, Palestra sobre Prevenção a DST/AIDS.	( ) Em andamento ( ) Realizado ( ) A realizar	
Atividade: Relatório Analitico do PCMSO anualmente Dar inicio a elaboração do Relatório analitico do PCMSO, obedecendo as exigências da Norma Regulamentadora 07, item 7.6.2.	( ) Em andamento ( ) Realizado ( ) A realizar	
Atividade: Palestra de Alcoolismo	( ) Em andamento ( ) Realizado ( ) A realizar	

Conclusão
Buscando atender as determinações legais, conclui-se que o PCMSO é parte integrante do conjunto mais amplo de iniciativas da empresa ou instituição, nos locais de trabalho, no campo da saúde dos trabalhadores, privilegiando o instrumento clínico-epidemiológico na abordagem da relação entre a sua saúde e o trabalho. Tem caráter preventivo, rastreador, evitando e diagnosticando no início os casos de doenças profissionais, que possam causar danos irreversíveis à saúde do trabalhador. Este programa foi elaborado considerando os riscos ocupacionais identificados e classificados pelo PGR. O presente laudo foi elaborado somente em uma face.

Total de Funcionários				
	Masculino	**Feminino**	**Menor**	**Total**
Funcionários	-	-	-	43

RICARDO PINHEIRO LIMA

Assinado de forma digital por RICARDO PINHEIRO LIMA
Dados: 2024.10.01 15:19:41 -03'00'

Ricardo Pinheiro Lima
Médico responsável pelo PCMSO
CRM: 1614/ES
Especialidade: Medicina do Trabalho

LAUDO DE INSALUBRIDADE - NR15
LAUDO DE PERICULOSIDADE - NR16



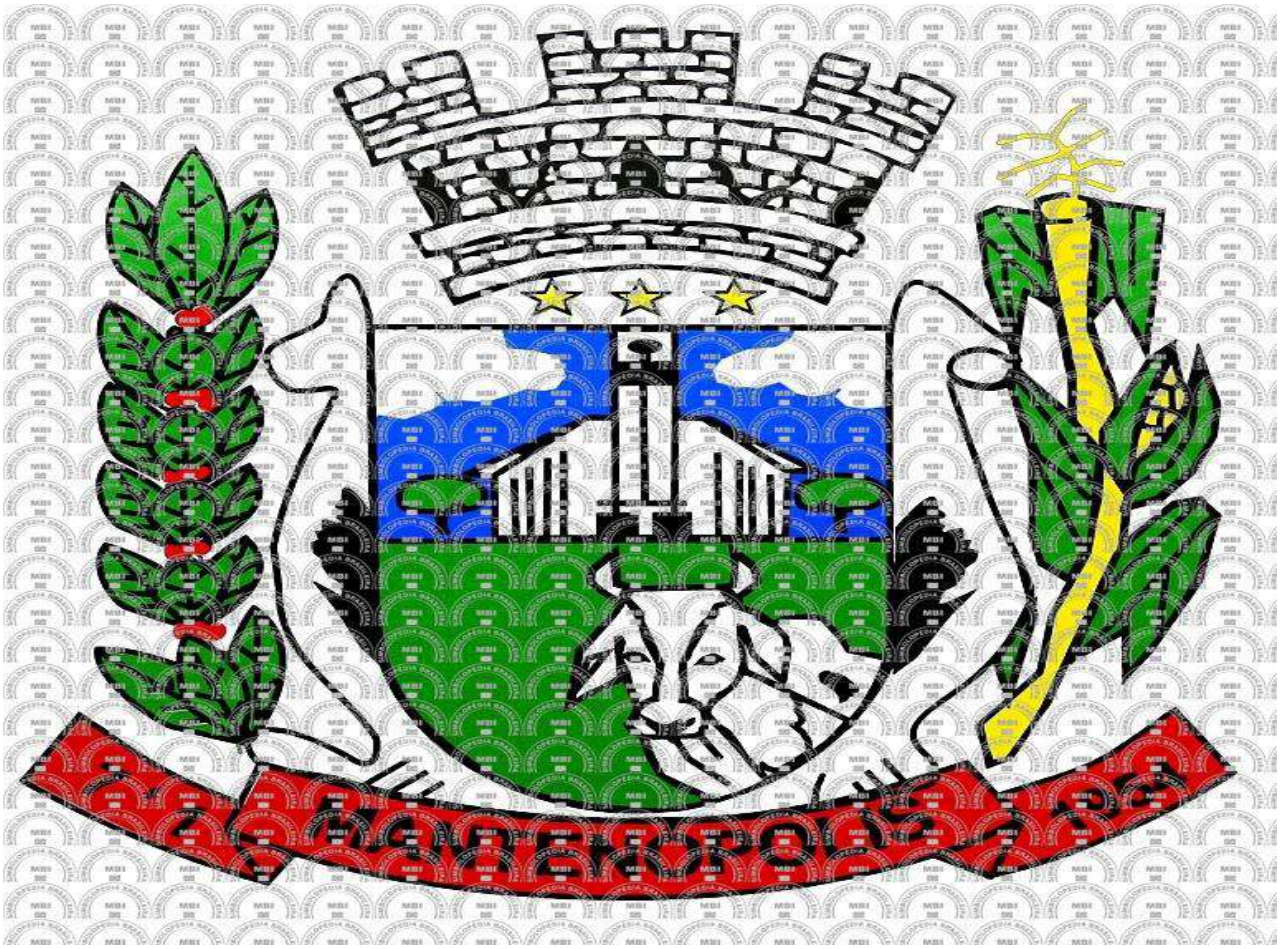
Consultoria Ocupacional
& Meio Ambiente



MUNICÍPIO DE MANTENOPOLIS

(SECRETARIA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS)

CNPJ: 27.167.345/0001-90



Laudo de Insalubridade e Periculosidade

AGOSTO DE 2024

Sumário

Objetivo 4
Fundamentação legal - atividades e operações insalubres 4
Limites de tolerância 4
Suspensão do pagamento do adicional de insalubridade 6
Fundamentação legal - atividades e operações perigosas 6
Mapeamento dos riscos ambientais e qualificação dos setores insalubres 7
Mapeamento e qualificação dos setores perigosos 36
Conclusões 38
Recomendações gerais 38
Responsabilidade técnica 38
Anotação de Responsabilidade Técnica - ART 39

Laudo de Insalubridade e Periculosidade

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS
SECRETARIA EXE. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ: 27.167.345/0001-90

Endereço
Avenida Presidente Vargas, 545 - Centro - Mantenópolis/ES
CEP: 29.770-000

CNAE
8411-6/00 – Administração Pública em Geral
Grau de Risco 1

Introdução
Objetivos

O objetivo deste laudo é reconhecer legalmente a percepção do adicional de insalubridade (NR - 15) e periculosidade (NR - 16), por quem de direito (empregados).

Fundamentação legal - atividades e operações insalubres

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) destaca em seu artigo 189:

“Art. 189 - Serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos.”

Em auxílio à lei existem as Normas Regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho, e em especial a NR 15, que trata exclusivamente das atividades ou operações insalubres, sendo estas consideradas as que são desenvolvidas:

“15.1 São consideradas atividades ou operações insalubres as que se desenvolvem:

15.1.1 Acima dos limites de tolerância previstos nos Anexos n.º 1, 2, 3, 5, 11 e 12;

15.1.2 (Revogado pela Portaria MTE n.º 3.751, de 23 de novembro de 1990)

15.1.3 Nas atividades mencionadas nos Anexos n.º 6, 13 e 14;

15.1.4 Comprovadas através de laudo de inspeção do local de trabalho, constantes dos Anexos n.º 7, 8, 9 e 10.”

Limite de tolerância

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, a Norma Regulamentadora nº 15, destaca que:

“15.1.5 Entende-se por "Limite de Tolerância", para os fins desta Norma, a concentração ou intensidade máxima ou mínima, relacionada com a natureza e o tempo de exposição ao agente, que não causará dano à saúde do trabalhador, durante a sua vida laboral.”

Segundo o ART.º 192 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para as atividades exercidas acima dos limites de tolerância, previstos nos anexos da NR 15, assegura ao trabalhador a percepção do Adicional de insalubridade, incidente sobre o salário mínimo da região. Os percentuais são:

- 40% (quarenta por cento), para insalubridade de grau máximo;
- 20% (vinte por cento), para insalubridade de grau médio, e;
- 10% (dez por cento), para insalubridade de grau mínimo.

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, a Norma Regulamentadora nº 15, destaca que:

GRAUS DE INSALUBRIDADE		
ANEXO	ATIVIDADES OU OPERAÇÕES QUE EXPONHAM O TRABALHADOR	PERCENTUAL
1	Níveis de ruído contínuo ou intermitente superiores aos limites de tolerância fixados no Quadro constante do Anexo 1 e no item 6 do mesmo Anexo.	20%
2	Níveis de ruído de impacto superiores aos limites de tolerância fixados nos itens 2 e 3 do Anexo 2.	20%
3	Exposição ao calor com valores de IBUTG, superiores aos limites de tolerância fixados nos Quadros 1 e 2.	20%
4	(Revogado pela Portaria MTE n.º 3.751, de 23 de novembro de 1990)	
5	Níveis de radiações ionizantes com radioatividade superior aos limites de tolerância fixados neste Anexo.	40%
6	Ar comprimido.	40%
7	Radiações não-ionizantes consideradas insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho.	20%
8	Vibrações consideradas insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho.	20%
9	Frio considerado insalubre em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho.	20%
10	Umidade considerada insalubre em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho.	20%
11	Agentes químicos cujas concentrações sejam superiores aos limites de tolerância fixados no Quadro 1.	10%, 20% e 40%
12	Poeiras minerais cujas concentrações sejam superiores aos limites de tolerância fixados neste Anexo.	40%
13	Atividades ou operações, envolvendo agentes químicos, consideradas insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho.	10%, 20% e 40%
14	Agentes biológicos.	20% e 40%

Suspensão do pagamento do adicional de insalubridade

O pagamento do adicional é transitório e será devido ao trabalhador enquanto permanecer exposto aos agentes insalubres, o pagamento do adicional de insalubridade cessará quando as medidas preventivas e de proteção forem implementadas de acordo com a seguinte ordem de prioridade:

- eliminar o fator de risco;
- controlar o fator de risco na fonte com a adoção de medidas de controle de engenharia ou medidas organizacionais;
- reduzir ao mínimo os fatores de risco através da concepção de sistemas seguros de trabalho que compreendam medidas administrativas de controle; e
- se os fatores de risco e riscos residuais não puderem ser controlados por meio de medidas coletivas, o empregador deverá fornecer gratuitamente equipamento de proteção individual apropriado, incluindo vestuário, e adotar medidas que assegurem o uso e a manutenção desses equipamentos.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL - ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) destaca em seu artigo 193:

“Art. 193. São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a:

I - inflamáveis, explosivos ou energia elétrica;

II - roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial.

§ 1º - O trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional de 30% (trinta por cento) sobre o salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.

§ 2º - O empregado poderá optar pelo adicional de insalubridade que porventura lhe seja devido.

§ 3º Serão descontados ou compensados do adicional outros da mesma natureza eventualmente já concedidos ao vigilante por meio de acordo coletivo.

§ 4º São também consideradas perigosas as atividades de trabalhador em motocicleta.

Avaliação das condições Ambientais

UNIDADE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS
SECRETARIA EXE. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CNPJ: 27.167.345/0001-90

Endereço
Avenida Presidente Vargas, 545 - Centro - Mantenópolis/ES
CEP: 29.770-000

CNAE
8411-6/00 – Administração Pública em Geral
Grau de Risco 1

Caracterização dos processos e ambientes de trabalho

Funcionários

Setor	Cargo	Funcionários
GHE 01 ADMINISTRATIVO	AGENTE ADMINISTATIVO	5
	DIGITADOR	1
GHE 02 ASSISTÊNCIA SOCIAL	ASSISTENTE SOCIAL	4
GHE 03 APOIO SOCIAL	AUXILIAR DE CRECHE	1
	CUIDADOR ESCOLAR	1
	CUIDADOR SOCIAL	5
GHE 04 EDUCAÇÃO SOCIAL	EDUCADOR FÍSICO	1
	PROFESSOR PEB 1	1
	PROFESSOR PEB 2	1
GHE 05 JURIDICO	ADVOGADO DO CREAS	1
GHE 06 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLIVOS	1
	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	8
GHE 07 NUTRIÇÃO	NUTRICIONISTA	1
GHE 08 PSICOLOGIA	PSICOLOGO	2
GHE 09 TRANSPORTE	MOTORISTA PROFISSIONAL	4
GHE 10 VIGILÂNCIA	VIGIA	3

SETOR
GHE 01 ADMINISTRATIVO
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

Nº de funcionários 6

CARGO
AGENTE ADMINISTRATIVO
Supervisionam e controlam serviços financeiros diversos, bens-patrimoniais e logísticos; elaboram orçamentos, efetuam pagamentos, realizam cobrança, controlam bens patrimoniais, fecham câmbio, analisam crédito, coordenam caixas, administram processos logísticos e gerenciam almoxarifado/estoque; Supervisionam equipes de trabalho, orientando e avaliando desempenho em busca da melhor qualidade no trabalho. Organizam documentos e efetuam sua classificação contábil; geram lançamentos contábeis, auxiliam na apuração dos impostos, conciliam contas e preenchimento de guias de recolhimento e de solicitações, junto a órgãos do governo. Emitem notas de venda e de transferência entre outras; realizam o arquivo de documentos; Organizam a rotina de serviços e realizam entrada e transmissão de dados, operando teleimpressores e microcomputadores; registram e transcrevem informações, operando máquinas de escrever; atendem necessidades do setor interno e externo. Supervisionam trabalho e equipe; Organizam documentos e informações. Orientam usuários e os auxiliam na recuperação de dados e informações. Disponibilizam fonte de dados para usuários. Providenciam aquisição de material e incorporam material ao acervo. Arquivam documentos, classificando-os segundo critérios apropriados para armazená-los e conservá-los. Prestam serviço de comutação, alimentam base de dados e elaboram estatísticas. Executam tarefas relacionadas com a elaboração e manutenção de arquivos, podendo ainda, operar equipamentos reprográficos, recuperar e preservar as informações por meio digital, magnético ou papel.

CBO: 4102-05

5 funcionários

CARGO
DIGITADOR
Compreende os cargos que se destinam a executar, a partir de gabaritos fornecidos, operações de digitação de dados para processamento eletrônico. Abrir e fechar o posto do correio; manter a organização do posto, inclusive limpeza, para o atendimento ao público; receber todas as chamadas telefônicas providenciando o contato com a pessoa que está sendo solicitada; efetuar ligações telefônicas solicitadas pelo usuário, com o respectivo recebimento da despesa; prestar as informações solicitadas pelo público, inclusive por telefone , sobre os serviços de telefonia; receber e acatar as instruções de serviço expedidas pela TELEST; fazer encaminhar as prestações de contas aos valores recebidos, na forma de instruções próprias; executar outras atribuições afins.

CBO: 4121-10

1 funcionários

Conclusão de insalubridade
AGENTE ADMNISTRATIVO / DIGITADOR
Agente físico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**
Agente químico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**
Agente biológico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**

SETOR
GHE 02 ASSISTÊNCIA SOCIAL
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

Nº de funcionários 4

CARGO
ASSISTENTE SOCIAL
Prestar serviços sociais orientando indivíduos, famílias, comunidade e instituições sobre direitos e deveres (normas, códigos e legislação), serviços e recursos sociais e programas de educação; planejar, coordenar e avaliar planos, programas e projetos sociais em diferentes áreas de atuação profissional (seguridade, educação, trabalho, jurídica, habitação e outras), atuando nas esferas pública e privada; orientar e monitorar ações em desenvolvimento relacionados à economia doméstica, nas áreas de habitação, vestuário e têxteis, desenvolvimento humano, economia familiar, educação do consumidor, alimentação e saúde; desempenhar tarefas administrativas. Esclarecer dúvidas; Orientar sobre direitos e deveres; Orientar sobre acesso a direitos instituídos; Orientar sobre rotinas da instituição; Orientar sobre cuidados especiais; Orientar sobre serviços e recursos sociais; Ensinar a otimização do uso de recursos; Orientar sobre a otimização do uso de recursos; Desenvolver programas de educação alimentar para sadios; Orientar sobre normas, códigos e legislação; Orientar sobre conteúdo de processo e procedimentos; Orientar sobre aspectos ergonômicos do trabalho; Organizar grupos socioeducativos; Facilitar grupos socioeducativos; Elaborar instrumentos técnicos; Orientar sobre direitos sociais; Realizar cursos, palestras, reuniões e capacitações; Produzir material educativo; Desenvolver grupos e atividades socioeducativas; Encaminhar para acesso a direitos instituídos; Avaliar capacidades, possibilidades e limitações; Coordenar, elaborar, executar supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e; projetos na área de serviço social; realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de serviço social; participar da elaboração e implementação de políticas sociais a serem implantadas pela Prefeitura.

CBO: 2516-05

4 funcionário

Conclusão de insalubridade ASSISTENTE SOCIAL
Agente físico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**
Agente químico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**
Agente biológico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**

SETOR
GHE 03 APOIO SOCIAL
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

Nº de funcionários 7

CARGO
AUXILIAR DE CRECHE
Cuidam de bebês, crianças, a partir de objetivos estabelecidos por instituições especializadas ou responsáveis diretos, zelando pelo bem-estar, saúde, alimentação, higiene pessoal, educação, cultura, recreação e lazer da criança assistida. Cuidar da aparência e higiene da criança; Controlar horários das atividades diárias da criança; Ajudar a criança nas atividades diárias; Banho e necessidades fisiológicas; Estar atento às ações da criança; Verificar informações, sinais dados pela criança; Passar informações do dia a dia da criança; Relatar o dia-a-dia da criança aos responsáveis; Educar a criança nos deveres da casa; Manter o lazer e a recreação no dia-a-dia; Desestimular a agressividade; Auxiliar no aprendizado da criança. Cuidar da aparência e higiene da criança; Controlar horários das atividades diárias da criança; Ajudar a criança nas atividades diárias; Banho e necessidades fisiológicas; Estar atento às ações da criança; Verificar informações, sinais dados pela criança; Passar informações do dia a dia da criança; Relatar o dia-a-dia da criança aos responsáveis; Educar a criança nos deveres da casa; Manter o lazer e a recreação no dia-a-dia; Desestimular a agressividade; Auxiliar no aprendizado da criança. Prestar serviços auxiliares nas creches municipais, atendendo as crianças em suas necessidades diárias, Providenciando sua alimentação e higiene pessoal, acompanhando-as em atividades recreativas e outras pertinentes para garantir o seu bem estar e desenvolvimento sadio. Zelar sempre pelo bem estar da criança.

CBO: 5162-05; 5162-15

1 funcionário

CARGO
CUIDADOR ESCOLAR
Cuidam de alunos e crianças, prestam apoio as atividades acadêmicas, controlam atividades livres dos alunos, orientam alunos sobre regras e procedimentos, regimento escolar, cumprimento de horários; ouvem reclamações e analisam fatos, cuidam de bebês, crianças, a partir de objetivos estabelecidos por instituições especializadas ou responsáveis diretos, zelando pelo bem-estar, saúde, alimentação, higiene pessoal, educação, cultura, recreação e lazer do assistido. Cuidar da aparência e higiene de alunos e crianças; Controlar horários das atividades diárias de alunos e crianças; Ajudar a criança nas atividades diárias; Banho e necessidades fisiológicas; Estar atento às ações de alunos e crianças. Orientar entrada e saída dos alunos e crianças; Impedir permanência de alunos e crianças durante recreio nas salas de aula; Observar circulação dos alunos durante o recreio. Observar temperatura, urina, fezes e vômitos; Observar a qualidade do sono; Prestar cuidados especiais a crianças com limitações ou dependência física; Manusear adequadamente; Observar alterações físicas (manchas, inchaço, ferimentos). Desenvolver atividades de apoio nos serviços gerais da escola, na limpeza e conservação; Atuar como apoio nos eventos promovidos pela escola. Auxiliar os professores e coordenadores nos cuidados básicos com as crianças da educação infantil. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

CBO: 3311-10

1 funcionário

CARGO
CUIDADOR SOCIAL
Cuidam de crianças, jovens, adultos e idosos, a partir de objetivos estabelecidos por instituições especializadas ou responsáveis diretos, zelando pelo bem-estar, saúde, alimentação, higiene pessoal, educação, cultura, recreação e lazer da pessoa assistida. Levantar informações sobre a pessoa; Cuidar da aparência e higiene da pessoa; Controlar horários das atividades diárias da pessoa; Ajudar a pessoa nas atividades diárias; Banho e necessidades fisiológicas; Estar atento às ações da pessoa; Verificar informações, sinais dados pela pessoa; Passar informações do dia a dia da pessoa; Relatar o dia-a-dia da pessoa aos responsáveis; Educar a criança e adolescente nos deveres da casa e comunitários; Manter o lazer e a recreação no dia-a-dia; Desestimular a agressividade; Auxiliar no aprendizado da pessoa. Observar temperatura, urina, fezes e vômitos; Observar a qualidade do sono; Ajudar nas terapias ocupacionais e físicas; Prestar cuidados especiais a pessoas com limitações ou dependência física; Manusear adequadamente; Observar alterações físicas (manchas, inchaço, ferimentos); Observar as alterações de comportamento; Lidar com comportamentos compulsivos; Controlar guarda, horário e ingestão de medicamentos; Acompanhar em consultas e atendimentos médico-hospitalar; Relatar orientação médica aos responsáveis; Seguir orientação de profissionais da saúde; Observar sinais vitais; Relatar condições de saúde aos profissionais ou responsáveis. Desenvolver atividades de cuidados básicos essenciais para a vida diária e instrumentais de autonomia e participação social dos usuários, a partir de diferentes formas e metodologias, contemplando as dimensões individuais e coletivas. Desenvolver atividades para o acolhimento, proteção integral e promoção da autonomia e autoestima dos usuários. Atuar na recepção dos usuários possibilitando uma ambiência acolhedora. Identificar as necessidades e demandas dos usuários. Apoiar os usuários no planejamento e organização de sua rotina diária. Apoiar e monitorar os cuidados com a moradia, como organização e limpeza do ambiente e preparação dos alimentos. Apoiar e monitorar os usuários nas atividades de higiene, organização, alimentação e lazer.

CBO: 5162-10; 5162-20

5 funcionários

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo AUXILIAR DE CRECHE / CUIDADOR ESCOLAR / CUIDADOR SOCIAL**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Físico	Umidade		
Descrição	Exposição à umidade proveniente da higienização pessoal de bebês e crianças (ajudar no banho), entre outras.		
Fundamentação legal	Norma regulamentadora n°15 - Atividades e operações insalubres.		
Fontes ou circunstâncias	Higienização pessoal de bebês e crianças (banho)		
Meio de propagação	Contato direto		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas: • Avental de PVC • Luvas de PVP		

Identificação			
Perigo/Fator de Risco **Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)**			Grupo **Biológico**
Descrição	Proveniente da higiene pessoal de bebês e crianças.		
Fundamentação legal	Anexo 1 da Norma Regulamentadora- 15 (Atividades e Operações Insalubres), Portaria n° 3.214/78 do MTE.		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.		
Fontes ou circunstâncias	Cuidados com a higiene pessoal de bebês e crianças		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
EPI	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas:		
Exposição			
Critério	Qualitativo		

Conclusão de insalubridade AUXILIAR DE CRECHE / CUIDADOR ESCOLAR / CUIDADOR SOCIAL
Agente físico NR 15 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES ANEXO N.º 10 UMIDADE 1. As atividades ou operações executadas em locais alagados ou encharcados, com umidade excessiva, capazes de produzir danos à saúde dos trabalhadores, serão consideradas insalubres em decorrência de laudo de inspeção realizada no local de trabalho. Conforme avaliação qualitativa, os colaboradores não executam atividades ou operações em locais alagados ou encharcados, com umidade excessiva, capazes de produzir danos à saúde dos trabalhadores, conforme anexo 10 da Norma Regulamentadora 15, Portaria n° 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre por exposição ao agente físico umidade.**
Agente químico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**

Agente biológico

NR 15 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES ANEXO N.º 14 (Aprovado pela Portaria SSST n.º 12, de 12 de novembro de 1979) AGENTES BIOLÓGICOS.

Relação das atividades que envolvem agentes biológicos, cuja insalubridade é caracterizada pela avaliação qualitativa:

Insalubridade de grau máximo

Trabalho ou operações, em contato permanente com:

- pacientes em isolamento por doenças infectocontagiosas, bem como objetos de seu uso, não previamente esterilizados;

- carnes, glândulas, vísceras, sangue, ossos, couros, pêlos e dejeções de animais portadores de doenças infectocontagiosas (carbunculose, brucelose, tuberculose);

- esgotos (galerias e tanques); e

- lixo urbano (coleta e industrialização).

Insalubridade de grau médio

Trabalhos e operações em contato permanente com pacientes, animais ou com material infecto-contagiante, em:

. Hospitais, serviços de emergência, enfermarias, ambulatórios, postos de vacinação e outros estabelecimentos destinados aos cuidados da saúde humana (aplica-se unicamente ao pessoal que tenha contato com os pacientes, bem como aos que manuseiam objetos de uso desses pacientes, não previamente esterilizados);

. Hospitais, ambulatórios, postos de vacinação e outros estabelecimentos destinados ao atendimento e tratamento de animais (aplica-se apenas ao pessoal que tenha contato com tais animais);

. Contato em laboratórios, com animais destinados ao preparo de soro, vacinas e outros produtos; laboratórios de análise clínica e histopatologia (aplica-se tão-só ao pessoal técnico);

. Gabinetes de autópsias, de anatomia e histoanatomopatologia (aplica-se somente ao pessoal técnico);

. Cemitérios (exumação de corpos);

. Estábulos e cavalariças; e

. Resíduos de animais deteriorados.

Ausência de agentes insalubres citados unicamente nas atividades estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**

SETOR
GHE 04 EDUACAÇÃO SOCIAL
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

Nº de funcionários 3

CARGO
EDUCADOR FÍSICO
Planejar, acompanhar, avaliar, executar e controlar as atividades relacionadas à educação física através da promoção da saúde e da capacidade física por meio de prática de exercícios e atividades corporais no âmbito de programas ou eventos realizados, patrocinados ou apoiados/assistidos pelo poder público municipal.

1 funcionários

CBO: 2241-40

CARGO
PROFESSOR PEB 1
Participar da elaboração da proposta pedagógica da escola; Elaborar e cumprir plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da escola; Zelar pela aprendizagem dos alunos; Participar, integralmente, dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; Ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos; Estabelecer e implementar estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento. Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; Incumbir-se das demais tarefas indispensáveis ao atingimento dos fins educacionais da escola e ao processo de ensino-aprendizagem.

1 funcionários

CBO: 2312-10

CARGO
PROFESSOR PEB 2
Participar da elaboração da proposta pedagógica da escola; Elaborar e cumprir plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da escola; Zelar pela aprendizagem dos alunos; Estabelecer e implementar estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento. Ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos; Participar, integralmente, dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; Incumbir-se das demais tarefas indispensáveis ao atingimento dos fins educacionais da escola e ao processo de ensino-aprendizagem.

1 funcionários

CBO: 2301-05

Conclusão de insalubridade EDUCADOR FÍSICO / PROFESSOR PEB 1 / PROFESSOR PEB 2
Agente físico Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**
Agente químico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.** **Agente biológico**
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**

SETOR
GHE 05 JURÍDICO
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

Nº de funcionários 1

CARGO
ADVOGADO DO CREAS
Prestar consultoria e assessoramento jurídico, as famílias e indivíduos usuários dos serviços de proteção social; Realizar a orientação jurídico social e assessoria jurídica no âmbito do SUAS; Oferecer atendimento de advocacia pública no âmbito do SUAS, respeitadas as competências e atribuições da Procuradoria Geral do Município. Acompanhar ações judiciais; Receber denúncias; Defender nas ações judiciais contrárias; Ajuizar ações; Elaborar cálculos judiciais; Estabelecer composição entre as partes em processo judicial; Prestar orientação jurídica aos usuários do CREAS; Solicitar suspensão do andamento de processos nos casos previstos em lei; Promover a acolhida, escuta qualificada, acompanhamento especializado e oferta de informações e orientações; Elaborar, junto com as famílias e indivíduos, o Plano de Acompanhamento Individual e/ou familiar, considerando as especificidades e particularidades de cada um; Realizar visitas domiciliares acompanhado pelo CREAS, quando necessário. Desenvolver, organizar, controlar e/ou executar as atividades de assessoramento jurídico às famílias carentes, emitindo pareceres, opiniões e outros pertinentes. Instituir rotina de atendimento e acompanhamento dos usuários; Administrar e acompanhar os processos judiciais, interpondo recursos, defesas, negociando, participando de audiências, observando os prazos, tomando as medidas necessárias para a continuidade da tramitação dos processos. Realizar estudos, pesquisas e levantamentos sobre a evolução e aplicação da legislação e da jurisprudência. Fazer uso de veículos da frota pública municipal, no desempenho das atividades do seu cargo.

CBO: 2412-20

1 funcionário

Conclusão de insalubridade ADVOGADO DO CREAS
Agente físico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**
Agente químico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**
Agente biológico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**

SETOR
GHE 06 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

Nº de funcionários 9

CARGO
AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS
Os trabalhadores de limpeza e conservação de áreas públicas preservam as vias públicas, varrendo calçadas, sarjetas e calçadões, acondicionando o lixo para que seja coletado e encaminhado para o aterro sanitário. Zelam pela segurança das pessoas sinalizando e isolando áreas de risco e de trabalho. Trabalham na limpeza e conservação de áreas públicas, coletam resíduos domiciliares, resíduos sólidos de serviços de saúde e resíduos coletados nos serviços de limpeza; Conservam as áreas públicas lavando-as, pintando guias, postes, viadutos, muretas e etc; Auxiliam nos serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos; Trabalham na ornamentação de canteiros urbanos, através da construção de viveiros e canteiros Varrer sarjetas e calçadões; Varrer calçadas; Amontoar detritos e folhagem; Acondicionar lixo em latões ou sacos plásticos; Empurrar carrinho (lutocar); Ensacar animais mortos; Recolher animais mortos; Solicitar coleta de animais mortos; Solicitar remoção de entulho; Executar serviços de varrição, coleta e transporte de lixo industrial, domiciliar, hospitalar e rural e lavagem de ruas e logradouros públicos municipais, mantendo-os em condições adequadas, acondicionando os materiais coletados conforme as orientações e procedimentos estabelecidos. Executar serviços de conservação de ruas e logradouros públicos realizando capinas, roçadas, pinturas em meio-fio, muros, grades e postes, limpeza de ralos, trincheiras, bocas de lobo, caixas de visita, limpeza de córregos e outras atividades correlatas.

CBO: 5142-05

Funcionário 1

CARGO
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
Executar sob supervisão serviços de copeiragem, conservação, limpeza e zeladoria em prédios públicos servindo, limpando vidros e fachadas, recintos internos e acessórios. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Preparar sucos, lanches, cafés e pequenas refeições; Servir água, cafezinho, suco; Administrar fluxo de serventia; Receber e distribuir refeições; Receber ou recolher bandejas, louças e talheres após as refeições, providenciando sua lavagem e guarda ou o envio ao setor competente; Secar louça e prataria, esterilizar instrumentos e materiais; Operar com aparelhos elétricos utilizados nos serviços de alimentação; Limpar talheres, equipamentos de refrigeração assim como balcão, bancada e bandejas; retirar restos de comida, separando e destinando o lixo; Lavar fachadas; Limpar vidros; Remover resíduos dos vidros; Remover pichações; Limpar móveis e equipamentos eletrodomésticos, lustres, luminárias, ventiladores e tudo o que mais constar nos recintos dos prédios municipais; Limpar superfícies (paredes, pisos, etc..); Lavar banheiros; Aspirar pó; Lavar pisos; Encerar pisos; Remover sujeira; Varrer pisos; Secar pisos; Passar pano; Limpar, lavar cortinas e persianas; Recolher lixo; Depositar o lixo e detritos da cozinha em lugares apropriados, de forma a evitar proliferação de insetos; Proceder à limpeza de ralos, caixas de gordura e esgotos, assim como desentupir pias e ralos; Prover os sanitários com toalha, sabão e papel higiênico, removendo os já utilizados; Auxiliar na realização de serviços em geral como recebimento, separação e Distribuição de correspondência e materiais, atividades de limpeza, copa e conservação de instalações. Executar trabalhos de limpeza em geral em edifícios e outros locais, para manutenção das condições de higiene e conservação do ambiente, coletando o lixo.

CBO: 5122-05

Funcionários 8

<table>
<tr><th colspan="4">Especificação dos perigos/fatores de risco - Cargo AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS / AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS</th></tr>
<tr><th colspan="4">Identificação</th></tr>
<tr><th>Grupo</th><th colspan="3">Perigo/Fator de Risco</th></tr>
<tr><td>Físico</td><td colspan="3">Umidade</td></tr>
<tr><td>Descrição</td><td colspan="3">Exposição à umidade proveniente da utilização de água no processo de limpeza de banheiros, lavagem de utensílios, talheres, entre outros.</td></tr>
<tr><td>Fundamentação legal</td><td colspan="3">Norma regulamentadora n°15 - Atividades e operações insalubres.</td></tr>
<tr><td>Fontes ou circunstâncias</td><td colspan="3">Limpeza de banheiros entre outros</td></tr>
<tr><td>Meio de propagação</td><td colspan="3">Contato direto</td></tr>
<tr><th colspan="4">Avaliação</th></tr>
<tr><td>Tempo de exposição</td><td>Tipo de exposição</td><td colspan="2">Critério</td></tr>
<tr><td>08:00</td><td>Intermitente</td><td colspan="2">Qualitativo</td></tr>
<tr><td>Severidade</td><td>Probabilidade</td><td>Nível de Risco</td><td>Classificação</td></tr>
<tr><td>Leve</td><td>Possível</td><td>Moderado</td><td>Tolerável</td></tr>
<tr><th colspan="4">Prevenção e controle</th></tr>
<tr><td>Medidas individuais (EPI)</td><td colspan="3">Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.</td></tr>
<tr><td>Medidas administrativas</td><td colspan="3">Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO</td></tr>
<tr><td>Ações necessárias</td><td colspan="3">-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos.
- Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas:
• Avental de PVC
• Luvas de PVP
• Botas de PVP</td></tr>
</table>

Identificação	
Perigo/Fator de Risco **Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)**	Grupo **Biológico**
Descrição	Proveniente da coleta de lixo e limpeza de banheiros de creches e outros locais referentes a secretaria executiva de assistência social.
Fundamentação legal	Anexo 1 da Norma Regulamentadora- 15 (Atividades e Operações Insalubres), Portaria n° 3.214/78 do MTE.
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.
Fontes ou circunstâncias	Coleta de lixo e limpeza de banheiros

Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável

Prevenção e controle	
EPI	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas: • Avental de PVC • Luvas de PVP • Botas de PVP • Óculos de Proteção

Exposição	
Critério	Qualitativo

Conclusão de insalubridade
AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICO / AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
Agente físico NR 15 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES ANEXO N.º 10 UMIDADE 1. As atividades ou operações executadas em locais alagados ou encharcados, com umidade excessiva, capazes de produzir danos à saúde dos trabalhadores, serão consideradas insalubres em decorrência de laudo de inspeção realizada no local de trabalho. Conforme avaliação qualitativa, os colaboradores não executam atividades ou operações em locais alagados ou encharcados, com umidade excessiva, capazes de produzir danos à saúde dos trabalhadores, conforme anexo 10 da Norma Regulamentadora 15, Portaria n° 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre por exposição ao agente físico umidade.**
Agente químico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**

Agente biológico

NR 15 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES ANEXO N.º 14 (Aprovado pela Portaria SSST n.º 12, de 12 de novembro de 1979) AGENTES BIOLÓGICOS.

Relação das atividades que envolvem agentes biológicos, cuja insalubridade é caracterizada pela avaliação qualitativa:

Insalubridade de grau máximo

Trabalho ou operações, em contato permanente com:

- pacientes em isolamento por doenças infectocontagiosas, bem como objetos de seu uso, não previamente esterilizados;

- carnes, glândulas, vísceras, sangue, ossos, couros, pêlos e dejeções de animais portadores de doenças infectocontagiosas (carbunculose, brucelose, tuberculose);

- esgotos (galerias e tanques); e

- lixo urbano (coleta e industrialização).

Insalubridade de grau médio

Trabalhos e operações em contato permanente com pacientes, animais ou com material infecto-contagiante, em:

. Hospitais, serviços de emergência, enfermarias, ambulatórios, postos de vacinação e outros estabelecimentos destinados aos cuidados da saúde humana (aplica-se unicamente ao pessoal que tenha contato com os pacientes, bem como aos que manuseiam objetos de uso desses pacientes, não previamente esterilizados);

. Hospitais, ambulatórios, postos de vacinação e outros estabelecimentos destinados ao atendimento e tratamento de animais (aplica-se apenas ao pessoal que tenha contato com tais animais);

. Contato em laboratórios, com animais destinados ao preparo de soro, vacinas e outros produtos; laboratórios de análise clínica e histopatologia (aplica-se tão-só ao pessoal técnico);

. Gabinetes de autópsias, de anatomia e histoanatomopatologia (aplica-se somente ao pessoal técnico);

. Cemitérios (exumação de corpos);

. Estábulos e cavalariças; e

. Resíduos de animais deteriorados.

Ausência de agentes insalubres citados unicamente nas atividades estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**

SETOR
GHE 07 NUTRIÇÃO
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

Nº de funcionários 1

CARGO
NUTRICIONISTA
Prestar assistência nutricional a indivíduos e coletividades (sadios e enfermos); planejar, organizar, administrar e avaliar unidades de alimentação e nutrição; efetuar controle higiênico- sanitário; participar de programas de educação nutricional; estruturar e gerenciar serviços de alimentação e nutrição e ministrar cursos. Atuar em conformidade ao manual de boas práticas. Identificar população-alvo; Participar de diagnóstico interdisciplinar; Realizar inquérito alimentar; Coletar dados antropométricos; Solicitar exames laboratoriais; Interpretar indicadores nutricionais; Calcular gasto energético; Identificar necessidades nutricionais; Realizar diagnóstico dietético-nutricional; Estabelecer plano de cuidados nutricionais; Realizar prescrição dietética; Prescrever complementos e suplementos nutricionais; Registrar evolução dietoterápica em prontuário; Conferir adesão à orientação dietético- nutricional; Orientar familiares e cuidadores; Realizar acompanhamento nutricional; Dar alta em nutrição; Realizar atendimento domiciliar. Entre outras atividades. Fazer uso de veículos da frota pública municipal, no desempenho das atividades do seu cargo.

CBO: 2237-10

Funcionário 1

Conclusão de insalubridade NUTRICIONISTA
Agente físico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**
Agente químico Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.** **Agente biológico**
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**

SETOR
GHE 08 PSICOLOGIA
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

Nº de funcionários 1

CARGO
PSICÓLOGO
Estudam, pesquisam e avaliam o desenvolvimento emocional e os processos mentais e sociais de indivíduos, grupos e instituições, com a finalidade de análise, tratamento, orientação e educação; diagnosticam e avaliam distúrbios emocionais e mentais e de adaptação social, elucidando conflitos e questões e acompanhando o(s) paciente(s) durante o processo de tratamento ou cura; investigam os fatores inconscientes do comportamento individual e grupal, tornando-os conscientes; desenvolvem pesquisas experimentais, teóricas e clínicas e coordenam equipes e atividades de área e afins. Prestar atendimento clínico aplicando técnicas psicológicas, avaliando o ser como um todo adotando tratamento para o equilíbrio psicológico. Participar e/ou coordenar programas específicos na comunidade (público alvo), definir resultados a serem atingidos, definir a linha de trabalho, assim como assessorar e prestar orientação aos familiares. Estudar, pesquisar e avaliar o desenvolvimento emocional e os processos mentais e sociais de indivíduos, grupos e instituições, com a finalidade de análise, tratamento, orientação e educação; diagnosticar e avaliar distúrbios emocionais e mentais e de adaptação social, elucidando conflitos e questões e acompanhando o(s) paciente(s) durante o processo de tratamento ou cura; investigar os fatores inconscientes do comportamento individual e grupal. Fazer uso de veículos da frota pública municipal, no desempenho das atividades do seu cargo.

CBO 2515-10

Funcionário 1

Conclusão de insalubridade PSICÓLOGO
Agente físico Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**
Agente químico Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**
Agente biológico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**

SETOR
GHE 09 TRANSPORTE
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral. Áreas externas conforme a demanda da secretária.

Nº de funcionários 4

CARGO
MOTORISTA PROFISSIONAL
Dirigir e manobrar veículos tipo ônibus, carros, caminhões e carretas. Transportar pessoas, cargas, pacientes e material biológico humano. Realizar verificações e manutenções básicas do veículo e utilizam equipamentos e dispositivos especiais tais como sinalização sonora e luminosa, software de navegação e outros. Utilizar de capacidades comunicativas. Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Os condutores de ambulância auxiliam as equipes de saúde nos atendimentos de urgência e emergência. Conduzem e vistoriam ônibus de transporte coletivo de alunos e passageiros urbanos, metropolitanos e ônibus rodoviários de longas distâncias; verificam itinerário de viagens; controlam o embarque e desembarque de passageiros e os orientam quanto aos procedimentos no interior do veículo. Dirigir veículos transportando pessoas, cargas, e/ou materiais autorizados aos locais determinados. Vistoriar periodicamente as condições do veículo utilizado e providenciar reparos de emergência, troca de pneus, lavagens, guinchamentos e outros. Identificar e indicar as necessidades de reparos nos sistemas elétricos e mecânicos dos veículos da Prefeitura. Manter sob sua responsabilidade os documentos de porte obrigatório do veículo, observando as orientações para a revalidação dos mesmos. Registrar, em formulário específico, os percursos realizados, quilometragem e itinerários da frota oficial. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

CBO: 7823-05; 7823-10; 7823-20; 7824-05

Funcionário 4

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo MOTORISTA PROFISSIONAL**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Físico **Descrição**	Radiações não-ionizantes Exposição à radiação não ionizante (Raios solares UV) na condução de veículos automotores.		
Fundamentação legal	Anexo 1 da Norma Regulamentadora- 15 (Atividades e Operações Insalubres), Portaria n° 3.214/78 do MTE.		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Aumentam os riscos de doenças como neoplasias, anemia apática, púrpura, radio dermatite, infertilidade, entre outras.		
Fontes ou circunstâncias	Condução de veículos		
Meio de propagação	Raios solares (UV)		
Avaliação			
Tempo de exposição 08:00	**Tipo de exposição** Intermitente	**Critério** Qualitativo	
Severidade Moderado	**Probabilidade** Possível	**Nível de Risco** Moderado	**Classificação** Tolerável
Prevenção e controle			
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas **Ações Necessárias**	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO -Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades: • Óculos de proteção tipo UV.		

Conclusão de insalubridade – MOTORISTA PROFISSIONAL
Agente físico RUÍDO CONTÍNUO OU INTERMITENTE a) Exposição a Níveis de Ruído acima de 85 Db(a) para uma jornada de 8 horas dia, dá a percepção de insalubridade no ambiente. Necessário avaliação quantitativo da exposição do colaborador ao agente físico Ruído para conclusão. VIBRAÇÕES Inconclusivo, necessário avaliação quantitativo da exposição do colaborador ao agente físico Vibração de Corpo Inteiro para conclusão. RADIAÇÕES NÃO-IONIZANTES Conforme anexo 07 da Norma Regulamentadora 15 (Atividades e Operações insalubres), Portaria n°3.214/78 do MTE, em relação as operações ou atividades que exponham os trabalhadores às radiações não-ionizantes, sem a proteção adequada, cuja insalubridade é caracterizada pela avaliação qualitativa, as atividades do **GHE 09 são caracterizados como insalubre.** Sendo assim, fica caracterizado a insalubridade de grau médio (20%). Entretanto, atendendo o item 15.4.1 da Norma Regulamentadora n° 15 da portaria 3.214/1978 do MTE e também desde que compridas as exigências contidas na NR 06 e NR 07 a percepção do adicional de insalubridade poderá ser descaracterizada. **Agente químico**
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, **portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.** **Agente biológico** Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, **portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**

SETOR
GHE 10 VIGILÂNCIA
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral. Locais para vigilância conforma a demanda e/ou necessidade do munícipio.

Nº de funcionários 1

CARGO
VIGIA
Zelam pela guarda do patrimônio observando o comportamento e movimentação de pessoas para prevenir perdas, evitar incêndios, acidentes e outras anormalidades. Controlam o fluxo de pessoas e veículos identificando-os e encaminhando-os aos locais desejados. Recebem mercadorias, volumes diversos e correspondências. Fazem manutenções simples nos locais de trabalho. Exercer função de vigia como a atividade dos que exercem desarmados, vigilância sobre depósitos de materiais, pátios, áreas abertas, terminal rodoviário, estação rodoviária, mercados públicos, parques, hortos ou reservas florestais, centros de esportes, escolas, obras em execução, edifícios onde funcionam as repartições municipais e demais áreas e logradouros públicos. Observar movimentação/comportamento das pessoas estranhas; Observar tipo de pessoas estranhas; Atentar para posicionamento dos veículos no estacionamento; Contactar proprietários dos veículos irregularmente estacionados; Monitorar pelo circuito fechado de tv; Prevenir incêndios e acidentes; Chamar segurança; Realizar abordagem preventiva pós-furto; Acompanhar abertura e fechamento das instalações; Comunicando imediatamente à autoridade superior quaisquer irregularidades encontradas e contatar órgãos públicos, quando necessário, relatando a emergência e solicitando socorro, inclusive ajuda policial. Preencher corretamente os formulários referentes à avaliação de desempenho; Executar outras atividades correlatas ao cargo solicitadas pelo chefe imediato.

CBO: 5174-20

Funcionário 1

Conclusão de insalubridade VIGIA
Agente físico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, **portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**
Agente químico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, **portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**
Agente biológico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, **portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre**.

Síntese

Unidade				
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENOPOLIS				
Setor	**Cargo**	**Risco**	**Insalubridade**	**Grau**
GHE 03 APOIO SOCIAL	AUXILIAR DE CRECHE	Umidade	Não	.
GHE 03 APOIO SOCIAL	AUXILIAR DE CRECHE	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Não	.
GHE 03 APOIO SOCIAL	CUIDADOR ESCOLAR	Umidade	Não	.
GHE 03 APOIO SOCIAL	CUIDADOR ESCOLAR	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Não	.
GHE 03 APOIO SOCIAL	CUIDADOR SOCIAL	Umidade	Não	.
GHE 03 APOIO SOCIAL	CUIDADOR SOCIAL	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Não	.
GHE 06 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLIVOS	Umidade	Não	.
GHE 06 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLIVOS	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Não	.

GHE 06 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	Umidade	Não	.
GHE 06 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Não	.
GHE 09 TRANSPORTE	MOTORISTA PROFISSIONAL	Radiações não-ionizantes	Sim	Médio - **20%**

Conclusão

Mapeamento e qualificação dos setores perigosos

- **SETOR:** GHE 01 ADMINISTRATIVO
- **CARGO:** AGENTE ADMINISTRATIVO / DIGITADOR

Parecer técnico com embasamento conforme Portaria n° 3.214/1978 do MTE. NR-16 - Atividades e Operações Perigosas. **De acordo com os anexos da NR 16 a atividade não é periculosa.**

- **SETOR:** GHE 02 ASSISTÊNCIA SOCIAL
- **CARGO:** ASSISTENTE SOCIAL

Parecer técnico com embasamento conforme Portaria n° 3.214/1978 do MTE. NR-16 - Atividades e Operações Perigosas. **De acordo com os anexos da NR 16 a atividade não é periculosa.**

- **SETOR:** GHE 03 APOIO SOCIAL
- **CARGO:** AUXILIAR DE CRECHE / CUIDADOR ESCOLAR / CUIDADOR SOCIAL

Parecer técnico com embasamento conforme Portaria n° 3.214/1978 do MTE. NR-16 - Atividades e Operações Perigosas. **De acordo com os anexos da NR 16 a atividade não é periculosa.**

- **SETOR:** GHE 04 EDUCAÇÃO SOCIAL
- **CARGO:** EDUCADOR FÍSICO / PROFESSOR PEB 1 / PROFESSOR PEB 2

Parecer técnico com embasamento conforme Portaria n° 3.214/1978 do MTE. NR-16 - Atividades e Operações Perigosas. **De acordo com os anexos da NR 16 a atividade não é periculosa.**

- **SETOR:** GHE 05 JURÍDICO
- **CARGO:** ADVOGADO DO CREAS

Parecer técnico com embasamento conforme Portaria n° 3.214/1978 do MTE. NR-16 - Atividades e Operações Perigosas. **De acordo com os anexos da NR 16 a atividade não é periculosa.**

- **SETOR:** GHE 06 LEMPEZA E CONSERVAÇÃO
- **CARGO:** AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS / AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Parecer técnico com embasamento conforme Portaria n° 3.214/1978 do MTE. NR-16 - Atividades e Operações Perigosas. **De acordo com os anexos da NR 16 a atividade não é periculosa.**

- **SETOR:** GHE 07 NUTRIÇÃO
- **CARGO:** NUTRICIONISTA

Parecer técnico com embasamento conforme Portaria n° 3.214/1978 do MTE. NR-16 - Atividades e Operações Perigosas. **De acordo com os anexos da NR 16 a atividade não é periculosa.**

- **SETOR:** GHE 08 PSICOLOGIA
- **CARGO:** PSICOLOGO

Parecer técnico com embasamento conforme Portaria n° 3.214/1978 do MTE. NR-16 - Atividades e Operações Perigosas. **De acordo com os anexos da NR 16 a atividade não é periculosa.**

- **SETOR:** GHE 09 TRANSPORTE
- **CARGO:** MOTORISTA PROFISSIONAL

Parecer técnico com embasamento conforme Portaria n° 3.214/1978 do MTE. NR-16 - Atividades e Operações Perigosas. **De acordo com os anexos da NR 16 a atividade não é periculosa.**

- **SETOR:** GHE 10 VIGILÂNCIA
- **CARGO:** VIGIA

Conforme NR 16 Anexo 3, para o cargo em questão ser considerada uma atividade e operação perigosa, precisa atender a uma das seguintes condições:
a) empregados das empresas prestadoras de serviço nas atividades de segurança privada ou que integrem serviço orgânico de segurança privada, devidamente registradas e autorizadas pelo Ministério da Justiça, conforme lei 7102/1983 e suas alterações posteriores.
b) empregados que exercem a atividade de segurança patrimonial ou pessoal em instalações metroviárias, ferroviárias, portuárias, rodoviárias, aeroportuárias e de bens públicos, contratados diretamente pela administração pública direta ou indireta.

Parecer técnico com embasamento conforme Portaria n° 3.214/1978 do MTE. NR-16 - Atividades e Operações Perigosas. **De acordo com os anexos da NR 16 a atividade não é periculosa.**

Conclusões

As avaliações realizadas neste laudo foram feitas levando em consideração um Grupo Homogêneo de Exposição (GHE), onde, a avaliação corresponde a um grupo de trabalhadores que experimentam exposição semelhante, e que o resultado desta avaliação da exposição de qualquer trabalhador do grupo seja representativo da exposição do restante dos trabalhadores do mesmo grupo.

Recomendações gerais

O presente laudo deve ser reavaliado sempre que novas medidas de controle administrativas ou medidas de proteção coletiva sejam instaladas, ou haja mudança de espaço físico, equipamentos, atividades, processo de trabalho, etc., que venham a alterar as condições ambientais de riscos ao empregado.
Todos os trabalhadores devem estar cientes dos riscos ambientais a que estão expostos, através de Ordens de Serviço, conforme NR 01 e deverá ser permanentemente orientado pela chefia imediata quanto aos corretos procedimentos de trabalho e as formas de proteção contra os riscos.
Os trabalhadores devem estar cientes que o não cumprimento das Ordens de Serviço expedidas pela empresa, esta passível de sanções previstas na CLT.
Os equipamentos de proteção individual - EPI, descartáveis ou não, deverão estar à disposição em número suficiente nos postos de trabalho, de forma que seja garantido o imediato fornecimento ou reposição. Fornecer e orientar o uso mediante protocolo de recebimento.

Responsabilidade técnica

Segundo o Artº 195 da Consolidação das Leis Trabalhistas CLT - A caracterização e a classificação da insalubridade e da periculosidade, segundo as normas do Ministério do Trabalho, far-se-ão através de perícia a cargo de Médico do Trabalho ou Engenheiro do Trabalho, registrados no Ministério do Trabalho. O presente laudo foi elaborado somente em uma face.

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718

Assinado de forma digital por GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718
Dados: 2024.10.01 14:22:36 -03'00'

Responsável do laudo de insalubridade
Gustavo Cordeiro Miranda
CPF: 092.897.697-18
NIT: 128.65129.29-4
Conselho de classe: CREA 051725/D
UF: ES
Especialidade: Engenheiro de Segurança

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977
CREA-ES
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do ES

ART de Obra ou Serviço

0820240368329

ART Individual

1. Responsável Técnico

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA

Título profissional: **ENGENHEIRO DE PRODUÇÃO,ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO,TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO,TECNÓLOGO EM GEST**

RNP: 0819492124
Registro: ES-051725/D
Registro: 19221

Empresa contratada: ST CONSULTORIA OCUPACIONAL E MEIO AMBIENTE LTDA

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS** CPF/CNPJ: **27167345000190**
Rua: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS Nº: 545
Complemento: CEP: 29770000
Cidade: MANTENÓPOLIS UF: ES Bairro: CENTRO
Telefone:
Contrato: 000077/2023 Nº do Aditivo: 0
Valor do Contrato/Honorários: R$15.050,00 Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA

3. Dados da Obra/Serviço

Rua: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS Nº: 545
Complemento: Bairro: CENTRO Quadra Lote
Cidade: MANTENÓPOLIS UF: ES CEP: 29770000
Data de início: 10/09/2024 Prev. Término: 10/09/2024 Coord. Geogr.: ,
Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS CPF/CNPJ:27167345000190

4. Atividade Técnica

Qtde de Pavimento(s): 0 **Nº Pavimento(s):** 0 **Dimensão/Quantidade:** 1 **Unidade de medida:** UNID

ATIVIDADE(S) TÉCNICA(S): 43 - 13.2 - ASSESSORIA TÉCNICA

PARTICIPAÇÃO:

NATUREZA: 100 - RESPONSABILIDADE TÉCNICA

NÍVEL: 104 - EXECUÇÃO

NATUREZA DO(S) SERVIÇO(S): 9111 - SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS (ESPECIFICAR NO CAMPO 22)

TIPO DA OBRA/SERVIÇO: 2001 - SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS (ESPECIFICAR NO CAMPO 22)

PROJETO(S)/SERVIÇO(S): 100 - NENHUM

Após a conclusão das atividades técnicas, o profissional deverá proceder a baixa desta ART.

5. Observações

REFERENTE A CONTRATAÇAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE MEDICINA DO TRABALHO PARA ELABORAÇÃO DE PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCO, LTCAT (LAUDO TÉCNICO DA CONDIÇÃO DO AMBIENTE DE TRABALHO, PCMSO (PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL), PPP, LAUDO DE INSALUBRIDADE E DE PERICULOSIDADE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPALDE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO; SEM CONTUDO TER PROVIDENCIADO O REGISTRO DE ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART), NESTE CONSELHO.

6. Declarações

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718 Assinado de forma digital por GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718 Dados: 2024.10.01 14:23:09 -03'00'

Profissional

Contratante

Acessibilidade: <declara a aplicabilidade das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº5.296, de 2 de dezembro de 2004, às atividades profissionais acima relacionadas.>

7. Entidade de classe

SENGE - SINDICATO DOS ENGENHEIROS DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO

8.Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima.

Local de Data

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718 Assinado de forma digital por GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718 Dados: 2024.10.01 14:22:57 -03'00'

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA - CPF: 09289769718

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS - CPF/CNPJ: 27167345000190

9. Informações

- **A ART é válida somente quando quitada, podendo sua conferência ser realizada no site do CREA.**
- **A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.creaes.org.br ou www.confea.org.br**
- **A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.**

www.creaes.org.br creaes@creaes.org.br
tel: (27)3134-0046 art@creaes.org.br

CREA-ES Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo

Valor ART: R$ 262,55 Registrada em: 10/09/2024 Data de pagamento: 12/09/2024 Valor Pago: R$ 262,55 Nosso Número: 140000000016510939

ANEXO VI

Consultoria Ocupacional
&
Meio Ambiente

NR – 01 PGR
PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

DOCUMENTO BASE

Vigência

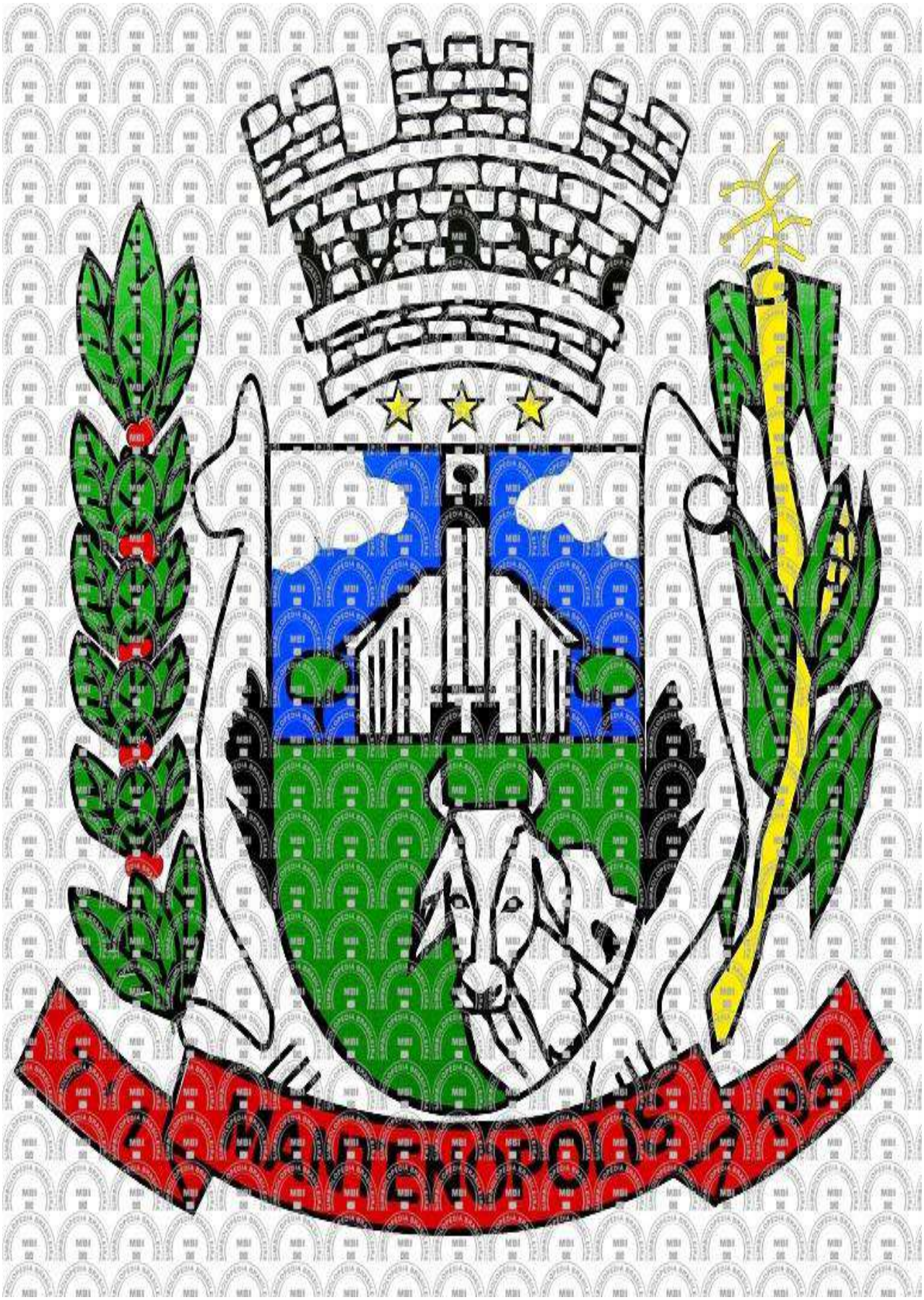
Agosto/2024 a Agosto/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS

Agosto/2024

Sumário

Identificação da empresa 3
Introdução 4
Objetivo 4
Termos e definições 4
Responsabilidades 5
Documentos complementares 6
Estratégias e metodologias de ação 6
Antecipação, reconhecimento, avaliação dos riscos ambientais 7
Forma de registro, manutenção e divulgação de dados 7
Periodicidade e forma de avaliação do desenvolvimento do pgr 7
Inventário de Riscos 9
Disposições finais 32
Controle de riscos 32
Acompanhamento da saúde ocupacional dos trabalhadores 32
Análise de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho 32
Preparação para emergências 33
Equipamentos de proteção individual de uso obrigatório 33
Conclusão 33
Plano de Ação 34



Programa de Gerenciamento de Riscos

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS
SECRETARIA EXE. DE ESPORTES E LAZER
CNPJ: 27.167.345/0001-90

Endereço
Avenida Presidente Vargas, 545 - Centro - Mantenópolis/ES
CEP: 29.770-000

CNAE
8411-6/00 – Administração Pública em Geral
Grau de Risco 1

Introdução PGR

Disposições Gerais

1. INTRODUÇÃO

O Documento Base do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) se insere no contexto da Política de Gestão da empresa buscando a melhoria contínua do ambiente de trabalho e a preservação da saúde dos seus colaboradores e contratados. Está estruturado conforme disposto na NR-1, Portaria 3214 de 08 de junho de 1978, com redação atualizada pela Portaria 6.730 de 12 de Março de 2020.

2. OBJETIVO

O Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR - visa "estabelecer as disposições gerais, o campo de aplicação, os termos e as definições comuns às Normas Regulamentadoras - NR relativas à segurança e saúde no trabalho". Este Documento Base tem o objetivo estabelecer as "diretrizes para o Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO) e as medidas de prevenção em Segurança e Saúde no Trabalho - SST".

3. TERMOS E DEFINIÇÕES

- Risco Ambiental ou ocupacional: Combinação da probabilidade de ocorrer lesão ou agravo à saúde causados por um evento perigoso, exposição a agente nocivo ou exigência da atividade de trabalho e da severidade dessa lesão ou agravo à saúde.
- Agentes físicos: Qualquer forma de energia que, em função de sua natureza, intensidade e exposição, são capazes de causar lesão ou agravo à saúde do trabalhador. Exemplos: ruído, vibrações, pressões anormais, temperaturas extremas, radiações ionizantes, radiações não ionizantes.
- Agente químico: Substância química, por si só ou em misturas, quer seja em seu estado natural, quer seja produzida, utilizada ou gerada no processo de trabalho, que em função de sua natureza, concentração e exposição, é capaz de causar lesão ou agravo à saúde do trabalhador. Exemplos: fumos de cádmio, poeira mineral contendo sílica cristalina, vapores de tolueno, névoas de ácido sulfúrico.
- Agente biológico: Microrganismos, parasitas ou materiais originados de organismos que, em função de sua natureza e do tipo de exposição, são capazes de acarretar lesão ou agravo à saúde do trabalhador. Exemplos: bactéria Bacillus anthracis, vírus linfotrópico da célula T humana, príon agente de doença de Creutzfeldt-Jakob, fungo Coccidioides immitis.
- Limite de Tolerância - LT (NR-15 / Brasil): A concentração ou intensidade máxima ou mínima, relacionada com a natureza e o tempo de exposição ao agente, que não causará dano à saúde do trabalhador, durante a sua vida laboral. Limite de Exposição - Média Ponderada pelo tempo - TLV-TWA1 (Threshold Limit Value / Time Weighted Average - ACGIH-EUA): A concentração média ponderada pelo tempo para uma jornada normal de 8h diárias e 40h semanais, para a qual a maioria dos trabalhadores pode estar repetidamente exposta, dia após dia, sem sofrer efeitos adversos a sua saúde.
- Limite de Exposição - Curta Duração - TLV-STEL (Threshold Limit Value-Short Term Exposure ACGIH-EUA): A concentração máxima a que os trabalhadores podem estar expostos continuamente por um período curto, de até 15 minutos, sem sofrer irritação, lesão tissular crônica ou irreversível, narcose em grau suficiente para aumentar a predisposição a acidentes, impedir auto salvamento ou reduzir significativamente a eficiência no trabalho, desde que não sejam permitidas mais de 4 exposições diárias, com pelo menos 60 minutos de intervalo entre os períodos de exposição e também que não seja excedido o TLV-TWA.
- Limite de Exposição - Valor Teto (NR-15/Brasil), TLV-C (Threshold Limit Value - Ceiling - ACGIH-EUA): Concentração que não deverá ser excedida durante nenhum momento de exposição na jornada.
- IDLH: Concentração máxima imediatamente perigosa para a vida ou saúde, da qual o trabalhador poderá escapar, dentro de 30 minutos, sem sintomas graves nem efeitos

irreversíveis para a saúde (NIOSH/OSHA/EUA).
- Mobilidade: Percentual de tempo de permanência nos diversos locais durante a rotina de trabalho, em relação ao número de horas trabalhada.
- Nível de Ação: Valor acima do qual devem ser iniciadas ações preventivas (monitoramento periódico, informação aos trabalhadores e controle médico) de forma a minimizar a probabilidade de que as exposições a agentes ambientais ultrapassem os limites de exposição. Para agentes químicos corresponde a metade dos limites de exposição ocupacional (NR-15, ACGIH, acordos coletivos) e para o ruído a dose de 0,5 (superior a 50%), conforme estabelecido na NR-15, Anexo 1, item 6.
- Grupos Similares de Exposição - GSE: Grupos de trabalhadores que experimentam exposição semelhante, de forma que o resultado fornecido pela avaliação de qualquer membro do grupo seja representativo do grupo como um todo.
- NR-15: Norma Regulamentadora no 15 - Portaria 3214.
- ACGIH: American Conference of Governamental Industrial Hygiene.
- NIOSH: National Institute for Occupational Safety and Health.
- AIHA: American Industrial Hygiene Association.
- ABNT: Associação Brasileira de Normas Técnicas.
- OSHA: Occupational Safety and Health Administration.

4. RESPONSABILIDADES

4.1. ORGANIZAÇÃO CONTRATANTE

- Implementar, por estabelecimento ou unidade operacional o gerenciamento de riscos ocupacionais em suas atividades;
- Integrar as ações do PGR com planos, programas e outros documentos previstos na legislação de segurança e saúde no trabalho;
- Evitar que os riscos ocupacionais possam ser originados no trabalho;
- Identificar os perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde;
- Avaliar os riscos ocupacionais indicando o nível de risco;
- Classificar os riscos ocupacionais para determinar a necessidade de adoção de medidas de prevenção;
- Implementar medidas de prevenção, de acordo com a classificação de risco e na ordem estabelecida pela NR 01;
- Considerar as condições de trabalho, nos termos da NR-17;
- Acompanhar o controle de riscos ocupacionais;
- Adotar mecanismos para consultar os trabalhadores quanto à percepção de riscos ocupacionais, podendo para este fim ser adotadas as manifestações da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA, quando houver;
- Comunicar aos trabalhadores sobre os riscos consolidados no inventário de riscos e as medidas de prevenção do plano de ação do PGR;
- Adotar medidas para melhorar o desempenho em SST;
- Elaborar, implantar e assegurar o cumprimento dos documentos integrantes do PGR, respeitando o disposto nas demais Normas Regulamentadoras, datados e assinados;
- Manter os documentos integrantes do PGR sempre disponíveis para consulta dos trabalhadores interessados ou seus representantes e à Inspeção do Trabalho;
- Fornece informações às organizações contratadas sobre os riscos ocupacionais sob sua gestão e que possam impactar nas atividades das contratadas.

4.2 ORGANIZAÇÕES CONTRATADAS

- Fornecer ao contratante o Inventário de Riscos Ocupacionais específicos de suas atividades que são realizadas nas dependências da organização contratante ou local previamente convencionado em contrato.

4.3 SESMT/ DESIGNADO CIPA

- Informar aos trabalhadores os riscos ambientais que possam originar-se nos locais de trabalho, os meios necessários para prevenir ou limitar tais riscos e para proteger-se dos mesmos;
- Considerar o conhecimento e percepção que os trabalhadores têm do processo de trabalho;
- Fornecer às empresas subcontratadas as informações sobre os riscos potenciais nas áreas em que desenvolverão suas atividades;
- Programar e aplicar treinamentos com objetivo de instruir os empregados expostos;
- Propor e adotar soluções para eliminar / reduzir a exposição aos riscos;
- Acompanhar o desenvolvimento do PCMSO.

4.4 DOS EMPREGADOS

- Colaborar e participar na implantação e execução do PGR inclusive de normas internas de segurança e saúde;
- Cumprir as normas e orientações recebidas nos treinamentos oferecidos dentro do PGR;
- Informar ao seu superior hierárquico direto ocorrências que, ao seu julgamento possam implicar em riscos à sua saúde e segurança;
- Aplicar e cumprir o Programa de Segurança e Saúde Ocupacional e todas as suas ferramentas aplicáveis e procedimentos específicos inerentes à execução das atividades;
- Colaborar na avaliação e identificação dos riscos gerados em seu posto de trabalho;
- Participar dos treinamentos programados.

5. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

- Inventário de Riscos do PGR;
- Matriz de Riscos do PGR; e
- Plano de Ação no Gerenciamento de Riscos.

6. ESTRATEGIAS E METODOLOGIAS DE AÇÃO

O presente programa foi elaborado com base na antecipação, reconhecimento e avaliação dos riscos ambientais existentes nas atividades dos empregados da Empresa, levando em consideração os diversos locais de trabalho. Esses dados foram realizados por profissionais do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho - SESMT e inseridos no inventario de risco deste PGR.

O controle desses riscos ambientais foi inserido para gerenciamento dos riscos ocupacionais na planilha de ação também conhecida como planilha de gerenciamento de riscos.

Como suporte técnico para o reconhecimento dos riscos foi consideradas as constatações provenientes do exercício dos trabalhos que estão sendo realizadas nas instalações / áreas / setores da empresa, informações prestadas pelos profissionais da empresa e representante da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA.

A estratégia tem como finalidade alcançar os seguintes objetivos:

- Reconhecimento dos Riscos Ambientais - referente ao processo de trabalho executado e a

condição de exposição dos funcionários;

- Avaliação quantitativa - Com base na NR-09.4.2, sempre que se constate a possibilidade de o trabalhador estar submetido à exposição ao agente de risco, cujo limite de tolerância possa estar superior ao previsto na legislação;
- Interpretação dos resultados - avaliação e julgamento profissional com proposição de medidas de controle;
- A metodologia aplicada será a da legislação atualizada das Normas Regulamentadoras - NR do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, Lei 6514 de 22 de dezembro de 1977, onde se encontram estabelecidos os parâmetros mínimos e diretrizes gerais, as quais foram aplicadas neste PGR.
- Com base na NR-09.6.1.1, na ausência de limites de tolerância previstos na NR-15 e seus anexos ou quando necessário, serão utilizados “Critérios Técnicos“ adotados pela American Conference of Governamental Hygienist (ACGIH) tomando como base os limites de tolerância (TLV - TWA, TLV - STEL e TLV - C) adotados por essa Associação.

7. Antecipação, Reconhecimento Avaliação dos Riscos Ambientais

7.1 ANTECIPAÇÃO

A antecipação visa identificar riscos potenciais. As informações que deverão ser consideradas para a elaboração ou revisão do PGR são originadas de:

- Projetos de novas instalações: Projeto Conceitual, a Engenharia, com apoio das áreas de Segurança do Trabalho, deverá avaliar, dentro das estratégias de segurança e de saúde, quais os riscos ambientais que estão previstos no projeto, prevendo, se possível, medidas de redução e controle já na fase do projeto, bem como os recursos necessários para monitoramento das exposições. Estes riscos deverão ser incorporados na revisão do PGR quando da conclusão do projeto.
- Modificações de projetos: A área de Segurança do Trabalho deve avaliar os novos riscos ambientais se estão previstos, ou se ocorreram a eliminação dos mesmos. Estas alterações deverão ser incorporadas na revisão do PGR quando da conclusão da modificação.
- Manipulação de novos produtos químicos: Todo produto novo para ser armazenado deverá ter como base as informações sobre a toxicologia e suas especificações de segurança contidas na FISPQ do produto. Se após a análise crítica das áreas envolvidas forem favoráveis para a manipulação e armazenamento do referido produto, deverá ser feita avaliação ambiental.

7.2 RECONHECIMENTO DOS RISCOS AMBIENTAIS

O reconhecimento dos riscos ambientais é realizado através de inspeções / auditorias nas diversas áreas / locais da Empresa; ocasião em que são consolidadas as constatações técnicas, levando em consideração as percepções que os trabalhadores têm do processo produtivo e riscos ambientais; informações / registros realizados pela Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA, bem como tudo que venha a contribuir como suporte técnico para o enriquecimento do reconhecimento. O reconhecimento visa o registro / avaliação das possíveis interferências na saúde / integridade física do trabalhador em razão da relação entre exposição e riscos ambientais oriundos da área / setor como um todo, somado aos riscos provenientes das atividades realizadas pelo trabalhador no seu posto/local de trabalho.

7.3 AVALIAÇÃO DOS RISCOS AMBIENTAIS

A avaliação dos riscos ambientais é realizada após a Antecipação e Reconhecimento do agente, da fonte geradora, do Grupo Homogêneo ou Similar de Exposição, da função e atividade desses, das medidas de controle existentes e das medidas de controle propostas. Somente o resultado das avaliações devem ser inseridos no Inventário de Riscos deste PGR conforme NR-09.4.3.
A antecipação, o reconhecimento e a avaliação dos Riscos Ambientais estão registrados Inventário de Riscos presentes nesse PGR.

8. FORMA DE REGISTRO, MANUTENÇÃO E DIVULGAÇÃO DE DADOS

O inventário de riscos ocupacionais deve ser mantido atualizado. O histórico das atualizações deve ser mantido por um período mínimo de 20 (vinte) anos ou pelo período estabelecido em normatização específica.

9. PERIODICIDADE E FORMA DE AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DO PGR

A avaliação de riscos deve constituir um processo contínuo e ser revista a cada dois anos ou quando da ocorrência das seguintes situações:
a) após implementação das medidas de prevenção, para avaliação de riscos residuais;
b) após inovações e modificações nas tecnologias, ambientes, processos, condições, procedimentos e organização do trabalho que impliquem em novos riscos ou modifiquem os riscos existentes;
c) quando identificadas inadequações, insuficiências ou ineficácias das medidas de prevenção;
d) na ocorrência de acidentes ou doenças relacionadas ao trabalho;
e) quando houver mudança nos requisitos legais aplicáveis.
Observação.: No caso de organizações que possuírem certificações em sistema de gestão de SST, o prazo poderá ser de até 3 (três) anos.
Será necessário elaborar a AET (Análise Ergonômica do Trabalho), laudo de insalubridade e laudo de periculosidade, para atender a GRO (Gerenciamento de Riscos Ocupacionais). Além dos demais documentos das NR's e dos riscos relacionados no inventário de risco.

Inventário de Riscos

1. INTRODUÇÃO

Os dados referentes aos perigos identificados e das avaliações dos riscos ocupacionais deverão constituir um Inventário de Riscos Ocupacionais, que deverá conter, no mínimo, os seguintes itens:

1. Caracterização dos processos e ambientes de trabalho;
2. Caracterização das atividades;
3. Descrição de perigos e de possíveis lesões ou agravos à saúde dos trabalhadores, com a identificação das fontes ou circunstâncias, descrição de riscos gerados pelos perigos, com a indicação dos grupos de trabalhadores sujeitos a esses riscos e descrição de medidas de prevenção implementadas;
4. Dados da análise preliminar ou do monitoramento das exposições a agentes físicos, químicos e biológicos e os resultados da avaliação de ergonomia nos termos da NR 17;
5. Avaliação de riscos, incluindo a classificação para fins de elaboração do plano de ação;
6. Critérios adotados para avaliação dos riscos e tomadas de decisão.

O inventário de riscos ocupacionais deverá ser mantido atualizado e seu histórico de atualizações deverá ser mantido por um período mínimo de 20 (vinte) anos ou pelo período estabelecido em normatização específica.

2. RISCOS AMBIENTAIS

Segundo a NR 9 são considerados riscos ambientais os agentes físicos, químicos e biológicos existentes no ambiente de trabalho que, em função de sua natureza, concentração e tempo de exposição são capazes de causar danos a saúde do trabalhador, conforme classificação que segue:

- Agentes físicos - As diversas formas de energia a que possam estar expostos os trabalhadores, tais como ruídos, vibrações, radiações ionizantes, radiações não ionizantes, frio, calor, pressões anormais, umidade
- Agentes químicos - São substância, compostos ou produtos que possam penetrar no organismo pela via respiratória em forma de poeira, fumos, neblinas, névoas, gases ou vapores, ou que, pela natureza da atividade de exposição, possam ter contato ou ser absorvidos pelo organismo ou por ingestão. São eles: poeiras, fumos, névoas, neblinas, gases, vapores, substâncias compostas ou produtos químicos.
- Agentes biológicos - São microorganismos tais como: vírus, bactérias, protozoários, fungos, parasitas, bacilos.
- Riscos Ergonômicos - São riscos relacionados ao processo produtivo e das tarefas executadas em situações inadequadas tais como: esforço físico intenso, levantamento e transporte manual de peso, exigência de postura inadequada, controle rígido de produtividade, imposição de ritmos excessivos, trabalhos em turno noturno, jornadas de trabalho prolongadas, monotonia e repetitividade, outras situações causadoras de stress físico e/ou psíquico.
- Riscos de acidentes - São riscos relacionados à execução de atividades, colocando em exposição à saúde e integridade física dos funcionários no seu campo de trabalho. Ex.: arranjo físico inadequado, máquinas e equipamentos sem proteção, ferramentas inadequadas ou defeituosas, iluminação inadequada, eletricidade, probabilidade de incêndio ou explosão, armazenamento inadequado, animais peçonhentos, outras situações de risco que poderão contribuir para a ocorrência de acidentes.

3. MATRIZ DE RISCO DO PGR

A avaliação da Classificação de Risco é realizada para cada GSE em relação a cada agente de risco E Atividade no Inventário de Riscos, possibilitando conhecer, em função do risco da exposição qual a consequência para a saúde. A classificação de Risco é obtida relacionando-se as informações anteriormente obtidas pela interação da Probabilidade x Severidade do Risco, conforme a Matriz de Risco apresentada na abaixo:

Insignificante	Trivial	Trivial	Tolerável	Tolerável	Moderado
Leve	Trivial	Tolerável	Moderado	Moderado	Moderado
Moderado	Tolerável	Moderado	Moderado	Substancial	Substancial
Crítico	Tolerável	Moderado	Substancial	Substancial	Intolerável
Severo	Moderado	Moderado	Substancial	Intolerável	Intolerável
Severidade / Probabilidade	Rara	Remota	Possível	Provável	Extremamente provável

Os níveis de riscos são delimitados com base no resultado da combinação da severidade das possíveis lesões ou agravos à saúde com a probabilidade ou chance de sua ocorrência. Para cada perspectiva foram definidos os pesos e as suas descrições.

SEVERIDADE	
Classificação	Descrição
Insignificante	Incômodo, insatisfação ou dano leve sem necessidade de tratamento médico.
Leve	Pode prejudicar a integridade física e/ou a saúde, provocando lesão que implique em incapacidade temporária por prazo igual ou inferior a 15 (quinze) dias.
Moderado	Pode prejudicar a integridade física e/ou a saúde, provocando lesão que implique em incapacidade temporária por prazo superior a 15 (quinze) dias.
Critico	Pode prejudicar a integridade física e/ou a saúde, provocando lesão ou sequela permanente.
Severo	Pode levar a óbito imediato ou que venha a ocorrer posteriormente.

PROBABILIDADE	
Classificação	Descrição
Rara	Medidas de prevenção adequadas e com garantia de continuidade desta situação. Uma consequência não é esperada, não é comum sua ocorrência, extraordinária.
Remota	Medidas de prevenção adequadas, mas com pequenos desvios. Ainda que em funcionamento, não há garantias de que sejam mantidas sempre ou em longo prazo. Uma consequência é pouco provável que aconteça quase improvável.
Possível	Medidas de prevenção apresentam desvios ou problemas significativos. Não há garantias de que as medidas sejam mantidas. Uma consequência talvez aconteça, com possibilidade de que se efetive concebível.
Provável	Medidas de prevenção incompletas ou com deficiências relevantes. Uma consequência é esperada, com grande probabilidade de que aconteça ou se realize.
Extremamente Provável	Medidas de prevenção inexistentes. Uma consequência é esperada, com grande probabilidade de que aconteça ou se realize.

NIVEIS DE RISCOS	
Classificação	Descrição
Trivial	Nenhuma ação é necessária.
Tolerável	Improvável risco à saúde do trabalhador. É requerido monitoramento, para assegurar que as medidas serão mantidas.
Moderado	Situação considerada causadora de fadiga se desenvolvida por longo período. Devem ser implantados meios de controle preventivo.
Substancial	Situação considerada causadora de lesão. Deve ser feito estudos sistemáticos da atividade, sugerindo um plano de melhoria para eliminar ou minimizar o risco/perigo.
Intolerável	Interromper as atividades ou intervenção imediata. O trabalho não pode ser iniciado ou continuado até que o risco/perigo tenha sido reduzido ou eliminado.

UNIDADE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS
SECRETARIA EXE. DE ESPORTES E LAZER
CNPJ: 27.167.345/0001-90

Endereço
Avenida Presidente Vargas, 545 - Centro - Mantenópolis/ES
CEP: 29.770-000

CNAE
8411-6/00 – Administração Pública em Geral
Grau de Risco 1

Caracterização dos processos e ambientes de trabalho

Funcionários

Setor	Cargo	Funcionários
GHE 01 LIMPEZA E CONSEVAÇÃO	AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS	3
	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	1
GHE 02 VIGILÂNCIA	VIGIA	1

SETOR
GHE 01 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

Nº de funcionários 4

CARGO
AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS
Os trabalhadores de limpeza e conservação de áreas públicas preservam as vias públicas, varrendo calçadas, sarjetas e calçadões, acondicionando o lixo para que seja coletado e encaminhado para o aterro sanitário. Zelam pela segurança das pessoas sinalizando e isolando áreas de risco e de trabalho. Trabalham na limpeza e conservação de áreas públicas, coletam resíduos domiciliares, resíduos sólidos de serviços de saúde e resíduos coletados nos serviços de limpeza; Conservam as áreas públicas lavando-as, pintando guias, postes, viadutos, muretas e etc; Auxiliam nos serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos; Trabalham na ornamentação de canteiros urbanos, através da construção de viveiros e canteiros. Varrer sarjetas e calçadões; Varrer calçadas; Amontoar detritos e folhagem; Acondicionar lixo em latões ou sacos plásticos; Empurrar carrinho (lutocar); Ensacar animais mortos; Recolher animais mortos; Solicitar coleta de animais mortos; Solicitar remoção de entulho; Executar serviços de varrição, coleta e transporte de lixo industrial, domiciliar, hospitalar e rural e lavagem de ruas e logradouros públicos municipais, mantendo-os em condições adequadas, acondicionando os materiais coletados conforme as orientações e procedimentos estabelecidos. Executar serviços de conservação de ruas e logradouros públicos realizando capinas, roçadas, pinturas em meio-fio, muros, grades e postes, limpeza de ralos, trincheiras, bocas de lobo, caixas de visita, limpeza de córregos e outras atividades correlatas.

CBO: 5142-05

Funcionário 3

CARGO
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
Executar sob supervisão serviços de copeiragem, conservação, limpeza e zeladoria em prédios públicos servindo, limpando vidros e fachadas, recintos internos e acessórios. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Preparar sucos, lanches, cafés e pequenas refeições; Servir água, cafezinho, suco; Administrar fluxo de serventia; Receber e distribuir refeições; Receber ou recolher bandejas, louças e talheres após as refeições, providenciando sua lavagem e guarda ou o envio ao setor competente; Secar louça e prataria, esterilizar instrumentos e materiais; Operar com aparelhos elétricos utilizados nos serviços de alimentação; Limpar talheres, equipamentos de refrigeração assim como balcão, bancada e bandejas; retirar restos de comida, separando e destinando o lixo; Lavar fachadas; Limpar vidros; Remover resíduos dos vidros; Remover pichações; Limpar móveis e equipamentos eletrodomésticos, lustres, luminárias, ventiladores e tudo o que mais constar nos recintos dos prédios municipais; Limpar superfícies (paredes, pisos, etc..); Lavar banheiros; Aspirar pó; Lavar pisos; Encerar pisos; Remover sujeira; Varrer pisos; Secar pisos; Passar pano; Limpar, lavar cortinas e persianas; Recolher lixo; Depositar o lixo e detritos da cozinha em lugares apropriados, de forma a evitar proliferação de insetos; Proceder à limpeza de ralos, caixas de gordura e esgotos, assim como desentupir pias e ralos; Prover os sanitários com toalha, sabão e papel higiênico, removendo os já utilizados; Auxiliar na realização de serviços em geral como recebimento, separação e Distribuição de correspondência e materiais, atividades de limpeza, copa e conservação de instalações. Executar trabalhos de limpeza em geral em edifícios e outros locais, para manutenção das condições de higiene e conservação do ambiente, coletando o lixo.

CBO: 5122-05

Funcionários 1

<table>
<tr><th colspan="5">Especificação dos perigos/fatores de risco - Cargo AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS / AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS</th></tr>
<tr><th colspan="5">Identificação</th></tr>
<tr><th>Grupo</th><th colspan="4">Perigo/Fator de Risco</th></tr>
<tr><td>Físico</td><td colspan="4">Umidade</td></tr>
<tr><td>Descrição</td><td colspan="4">Exposição à umidade proveniente da utilização de água no processo de limpeza de banheiros, lavagem de utensílios, talheres, entre outros.</td></tr>
<tr><td>Fundamentação legal</td><td colspan="4">NR 01 / NR 09</td></tr>
<tr><td>Possíveis lesões ou agravos a saúde</td><td colspan="4">Este agente pode provocar doenças no aparelho respiratório, quedas, doenças de pele, entre outras.</td></tr>
<tr><td>Fontes ou circunstâncias</td><td colspan="4">Limpeza de banheiros entre outros</td></tr>
<tr><td>Meio de propagação</td><td colspan="4">Contato direto</td></tr>
<tr><th colspan="5">Avaliação</th></tr>
<tr><th colspan="2">Tempo de exposição</th><th>Tipo de exposição</th><th colspan="2">Critério</th></tr>
<tr><td colspan="2">08:00</td><td>Intermitente</td><td colspan="2">Qualitativo</td></tr>
<tr><th>Severidade</th><th>Probabilidade</th><th>Nível de Risco</th><th colspan="2">Classificação</th></tr>
<tr><td>Leve</td><td>Possível</td><td>Moderado</td><td colspan="2">Tolerável</td></tr>
<tr><th colspan="5">Prevenção e controle</th></tr>
<tr><td>Medidas individuais (EPI)</td><td colspan="4">Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.</td></tr>
<tr><td>Medidas administrativas</td><td colspan="4">Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO</td></tr>
<tr><td>Ações necessárias</td><td colspan="4">-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos.
- Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas:
Avental de PVC
Luvas de PVP
Botas de PVP</td></tr>
</table>

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Químico	Produtos Saneantes Domissanitários		
Descrição	Exposição ao agente saneantes domissanitários realizando limpeza de banheiros, pisos, outras superfícies e limpeza de utensílios de cozinha.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode provocar alergias ao contato e irritação nos olhos.		
Fontes ou circunstâncias	Utilização de produtos de limpeza		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Aceitável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL - PCMSO		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional: • Avental de PVC • Luvas de PVP • Botas de PVP		

Identificação			
Perigo/Fator de Risco **Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)**			Grupo **Biológico**
Descrição	Proveniente da coleta de lixo e limpeza de banheiros, entre outros locais da secretária exe. de esportes e lazer.		
Fundamentação legal	NR 01 / NR 06 / NR 09		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.		
Fontes ou circunstâncias	Coleta de lixo e limpeza de banheiros		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
EPI	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas: • Avental de PVC • Luvas de PVP • Botas de PVP • Óculos de Proteção		
Exposição			
Critério	Qualitativo		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Exigência de flexões de coluna vertebral frequentes		
Descrição	Proveniente da necessidade de baixar, levantar, entre outros movimentos para execução das atividades de limpeza e conservação, entre outras atividades relacionadas.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Pode provocar Lesões musculoesqueléticas, fadiga e exaustão.		
Fontes ou circunstâncias	Atividades de limpeza e conservação		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET. -Fornece instruções para alongamento físico.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Frequente deslocamento a pé durante a jornada de trabalho		
Descrição	Deslocamento necessário proveniente das atividades de limpeza e conservação do ambiente de trabalho, entre outras atividades relacionadas.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Analise Ergonômica do Trabalho - AET. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Orientação	Orientar ao trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Frequente execução de movimentos repetitivos		
Descrição	Proveniente da execução de movimentos repetitivos para execução das atividades de limpeza, entre outras.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Dores nas articulações dos dedos e das mãos.		
Fontes ou circunstâncias	Movimentos repetitivos para execução das atividades		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET Fornece instruções para alongamento físico.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura de pé por longos períodos		
Descrição	Postura proveniente da necessidade de permanecer de pé para execução das atividades de limpeza e conservação.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Analise Ergonômica do Trabalho - AET. -Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET. Fornece instruções para alongamento físico.		
Orientação	Orientar ao trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Objetos cortantes e/ou perfuro cortantes		
Descrição	Risco proveniente da limpeza de utensílios de cozinha (talheres) e contato com outros objetos que possam causar acidentes.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Risco de cortes e/ou perfurações, acidentes, lesões, entre outros.		
Fontes ou circunstâncias	Utensílios de cozinha diversos, entre outros objetos.		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Medico de Saúde ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco através de palestras e treinamentos. Procedimentos operacionais seguros -Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde no trabalho, e adequados para a execução das atividades.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Piso escorregadio e/ou irregular		
Descrição	Risco proveniente da utilização de água, panos úmidos e ceras no processo de limpeza de pisos e outras superfícies, deixando-os escorregadios. Risco de quedas de mesmo nível.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Fraturas, luxações ou entorses, escoriações e contusões		
Fontes ou circunstâncias	Pisos e outras superfícies escorregadios		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não evidenciado	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas coletivas (EPC)	Necessária utilização de placa cavalete de piso escorregadio durante a execução da atividade de limpeza e enquanto o piso apresentar estar molhado ou úmido.		
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Medico de Saúde ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco através de palestras e treinamentos. Procedimentos operacionais seguros -Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde no trabalho, e adequados para a execução das atividades.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Trabalho em ambientes com risco de queda de objetos		
Descrição	Risco de queda de objetos sobre os pés, proveniente da movimentação de matérias de limpeza, movimentação de utensílios domésticos, movimentação de sacos plásticos contendo lixo, entre outros materiais e/ou produtos.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode provocar contusões, entorses, luxações ou fraturas.		
Fontes ou circunstâncias	Movimentação materiais e/ou produtos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Medico de Saúde ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Manter o uso continuo de calçado de segurança fechado, com CA, emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde do trabalho.		
Orientação	Utilizar sempre calçado fechado e apropriado para as atividades, para evitar lesões por queda de objetos sobres os pés.		

SETOR
GHE 02 VIGILÂNCIA
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral. Locais para vigilância conforma a demanda e/ou necessidade do munícipio.

Nº de funcionários 1

CARGO
VIGIA
Zelam pela guarda do patrimônio observando o comportamento e movimentação de pessoas para prevenir perdas, evitar incêndios, acidentes e outras anormalidades. Controlam o fluxo de pessoas e veículos identificando-os e encaminhando-os aos locais desejados. Recebem mercadorias, volumes diversos e correspondências. Fazem manutenções simples nos locais de trabalho. Exercer função de vigia como a atividade dos que exercem desarmados, vigilância sobre depósitos de materiais, pátios, áreas abertas, terminal rodoviário, estação rodoviária, mercados públicos, parques, hortos ou reservas florestais, centros de esportes, escolas, obras em execução, edifícios onde funcionam as repartições municipais e demais áreas e logradouros públicos. Observar movimentação/comportamento das pessoas estranhas; Observar tipo de pessoas estranhas; Atentar para posicionamento dos veículos no estacionamento; Contatar proprietários dos veículos irregularmente estacionados; Monitorar pelo circuito fechado de tv; Prevenir incêndios e acidentes; Chamar segurança; Realizar abordagem preventiva pós-furto; Acompanhar abertura e fechamento das instalações; Comunicando imediatamente à autoridade superior quaisquer irregularidades encontradas e contatar órgãos públicos, quando necessário, relatando a emergência e solicitando socorro, inclusive ajuda policial. Preencher corretamente os formulários referentes à avaliação de desempenho; Executar outras atividades correlatas ao cargo solicitadas pelo chefe imediato.

CBO: 5174-20

Funcionário 1

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo VIGIA**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Frequente deslocamento a pé durante a jornada de trabalho		
Descrição	Deslocamento necessário proveniente das atividades de vigilância patrimonial e monitoramento do ambiente de trabalho, entre outras atividades relacionadas.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Analise Ergonômica do Trabalho - AET. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Orientação	Orientar ao trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura de pé por longos períodos		
Descrição	Postura de pé necessária para a execução das atividades de vigilância e segurança do local.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL - PCMSO		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura sentada por longos períodos		
Descrição	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar dores e desconforto na coluna lombar.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Orientação	Orientar trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Trabalho em local com risco de assalto e roubo		
Descrição	Proveniente das atividades de vigilância patrimonial.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-16 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Risco de ferimentos e morte.		
Fontes ou circunstâncias	Segurança patrimonial		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Severo	Possível	Substancial	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL - PCMSO		
Ações necessárias	Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos.		

Conclusão PGR

.

DISPOSIÇÕES FINAIS

CONTROLE DOS RISCOS

Serão adotadas medidas necessárias e suficientes para a eliminação, minimização ou controle dos riscos ambientais sempre que for verificada pelo menos uma das situações:

a) Exigências previstas nas normas regulamentadoras e nos dispositivos legais;

b) Determinadas pela classificação de riscos ocupacionais;

c) Quando houver evidências de associação, através de controle médico de saúde, entre as lesões e os agravos à saúde dos trabalhadores com os riscos e as situações de trabalho identificadas.

Quando comprovada pela organização a inviabilidade de adoção de medidas de proteção coletiva ou quando estas não forem suficientes ou encontrarem-se em fase de estudo, planejamento ou implantação ou, ainda, em caráter complementar ou emergencial, outras medidas deverão ser adotadas, observando a seguinte

hierarquia:

a) Medidas de caráter administrativo ou de organização do trabalho;

b) Medidas de caráter individual (EPI).

IMPLEMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO

A empresa através de análise das ações executadas, inspeções nos ambientes de trabalho e o monitoramento das condições ambientais e exposições aos agentes nocivos, avaliará a eficácia das medidas de proteção existentes e as implantadas e se necessário estabelecer novas medidas para eliminar, neutralizar ou minimizar os riscos ambientais.

A implantação das medidas de prevenção deverá ser acompanhada de informações aos trabalhadores sobre os procedimentos a serem adotados e limitações das medidas de controle.

Quando identificada a ineficácia das medidas de prevenção adotadas, deverão ser realizados ajustes a fim de corrigir as deficiências. O histórico de medidas implementadas, bem como os ajustes realizados, deverá ser registrado.

O desempenho das medidas de prevenção deverá ser acompanhado de forma planejar e contemplar:

a) A verificação da execução das ações planejadas;

b) As inspeções dos locais de trabalho;

c) O monitoramento das condições ambientais e exposições a agentes nocivos, quando aplicável.

ACOMPANHAMENTO DA SAÚDE OCUPACIONAL DOS TRABALHADORES

O acompanhamento da saúde ocupacional dos trabalhadores será realizado de forma periódica e contínua, de acordo com os riscos ocupacionais identificados e atendendo as diretrizes estabelecidas na NR 07.

A empresa desenvolve ações de saúde ocupacional que estão integradas com as demais medidas de saúde e segurança do trabalho e em conformidade com os riscos intrínsecos ao trabalho.

Todos os riscos que precisem de controle com base em exames complementares laboratoriais, necessitam de medidas de prevenção imediata.

ANÁLISE DE ACIDENTES E DOENÇAS RELACIONADAS AO TRABALHO

A irá analisar todos os acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, documentando os eventos, considerando as fontes causadoras, as atividades desenvolvidas, materiais utilizados e a organização do ambiente de trabalho, identificando os fatores relacionados ao evento e que forneçam evidências para revisar as medidas de prevenção existentes.

PREPARAÇÃO PARA EMERGÊNCIAS

É de responsabilidade da EMPRESA, elaborar, implementar e manter atualizados os procedimentos de resposta aos cenários de emergência, levando em consideração os riscos ocupacionais identificados no ambiente de trabalho e as características das atividades desenvolvidas

Os procedimentos deverão conter:

a) Os meios e recursos necessários para prestação de primeiros socorros, encaminhamento de acidentados e abandono;

b) Quando aplicável, as medidas a serem aplicadas em acidentes de grandes proporções.

EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL DE USO OBRIGATÓRIO

A empresa fornece gratuitamente aos empregados apenas EPI adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, sendo estes portadores de Certificado de Aprovação - CA.

CONCLUSÃO

Este programa tem como fundamento legal a NR 01, seu objetivo é disciplinar os preceitos a serem observados na organização e no ambiente de trabalho, de forma a tornar compatível o planejamento e desenvolvimento das atividades com a busca permanente da segurança e saúde dos trabalhadores. Este programa estará em constante análise e estudo, visando seu aperfeiçoamento, podendo, portanto, sofrer modificações a qualquer momento.

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718

Assinado de forma digital por GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718
Dados: 2024.10.03 10:58:28 -03'00'

Responsável Técnico
Gustavo Cordeiro Miranda
CPF: 092.897.697-18
Conselho de classe: CREA 051725/D
UF: ES
Especialidade: Engenheiro de Segurança

PLANO DE AÇÃO

Cronograma do Plano de Ação

PLANO ANUAL DO PROGRAMA DE SEGURANÇA E SAÚDENO TRABALHO **Período:** **Agosto de 2024 a Julho 2026**

Prioridade (1) Objetivo: Manter e implementar medidas de proteção, prevenção e controles administrativos em relação aos riscos ambientais reconhecidos no PPRA, visando a manutenção da saúde e integridade física dos trabalhadores.

Meta	Indicador	Responsável	Cronograma												Avaliação e análise crítica do plano		
			Ago 24	Set 24	Out 23	Nov 24	Dez 24	Jan 25	Fev 25	Mar 25	Abr 25	Mai 25	Jun 25	Jul 25			
			Ago 25	Set 25	Out 24	Nov 25	Dez 25	Jan 26	Fev 26	Mar 26	Abr 26	Mai 26	Jun 26	Jul 26			
Apresentar e informar os resultados das avaliações qualitativas / quantitativas do PGR	Ofício de entrega de documentos														**Atividades implementadas?**	**Objetivos alcançados?**	**Conclusão e recomendações**
Atividade		**Responsável**															
Reunião de apresentação dos resultados e medidas de controles propostas aos responsáveis pela empresa.		ST / Empregador															

Meta	Indicador	Responsável	Cronograma												Avaliação e análise crítica do plano		
			Ago 24	Set 24	Out 23	Nov 24	Dez 24	Jan 25	Fev 25	Mar 25	Abr 25	Mai 25	Jun 25	Jul 25			
			Ago 25	Set 25	Out 24	Nov 25	Dez 25	Jan 26	Fev 26	Mar 26	Abr 26	Mai 26	Jun 26	Jul 26			
Realização de capacitações, treinamentos e reciclagens.	Lista de presença em treinamento devidamente assinada pelos trabalhadores e pelo instrutor.														**Atividades implementadas?**	**Objetivos alcançados?**	**Conclusão e recomendações**
Atividade		**Responsável**															
Manter as capacitações ao trabalhador quanto à correta utilização dos EPI, incluindo aspectos relacionados à manutenção, substituição, higienização e guarda, bem como as penalidades pela recusa injustificada, focando a importância da prevenção e os efeitos à saúde em relação aos riscos dos processos, conforme item da NR6.6.1. alínea d.		Empregador / Profissional Qualificado															
Palestra para divulgação aos empregados dos riscos ambientais identificados nos locais de trabalho e suas respectivas medidas de controle, conforme item da NR9.3.1		Empregador / Profissional Qualificado															

Cronograma do Plano de Ação

Realizar e manter atualizada a capacitação dos trabalhados quanto à medidas de prevenção e combate a principio de incêndio, conforme item da NR 23.1.	Empregador / Profissional Qualificado														
Realizar e manter atualizada a capacitação dos trabalhadores quanto à prestação dos primeiros socorros, conforme iten NR 7.5.	Empregador / Profissional Qualificado														
Realizar capacitação do designado responsável pelo cumprimento do objetivo da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, conforme item NR 5.32.	Empregador / Profissional Qualificado														
Realizar treinamento aos funcionários sobre os princípios básicos de ergonomia, incluindo a importância de posturas corretas, pausas regulares para descanso e exercícios de alongamento.	Empregador / Profissional Qualificado														
Realizar Treinamneto introdutório ou de integração, a todos os trabalhadores, ao ser admitido ou quando mudar de função que implique emalteração de risco, conforme NR 1 item 1.4.4.	Empregador / Profissional Qualificado														

Cronograma do Plano de Ação

PLANO ANUAL DO PROGRAMA DE SEGURANÇA E SAÚDENO TRABALHO **Período:** **Agosto de 2024 a Julho 2026**

Meta	Indicador	Responsável	Cronograma												Avaliação e análise crítica do plano		
			Ago 24 / Ago 25	Set 24 / Set 25	Out 23 / Out 24	Nov 24 / Nov 25	Dez 24 / Dez 25	Jan 25 / Jan 26	Fev 25 / Fev 26	Mar 25 / Mar 26	Abr 25 / Abr 26	Mai 25 / Mai 26	Jun 25 / Jun 26	Jul 25 / Jul 26			
Fornecer proteção individual adequada aos riscos dos processos, conforme NR6.	Fichas individuais de entrega de EPI devidamente assinada pelo funcionário a cada entrega.	Empregador / Profissional Qualificado													**Atividades implementadas?**	**Objetivos alcançados?**	**Conclusão e recomendações**
Atividade		**Responsável**															
Adquirir somente EPIs com certificado de aprovação (CA) emitido pelo MTE, conforme NR6.2.		Empregador / Profissional Qualificado															
Entregar os Equipamentos de Proteção Individual seguindo periodicidade quando ao uso e desgaste dos equipamentos, bem como controlar o uso efetivo dos mesmos, conforme NR6.6.1.		Empregador / Profissional Qualificado															

Cronograma do Plano de Ação

PLANO ANUAL DO PROGRAMA DE SEGURANÇA E SAÚDENO TRABALHO **Período:** **Agosto de 2024 a Julho 2026**

Meta	Indicador	Responsável	Cronograma												Avaliação e análise crítica do plano		
			Ago 24 / Ago 25	Set 24 / Set 25	Out 23 / Out 24	Nov 24 / Nov 25	Dez 24 / Dez 25	Jan 25 / Jan 26	Fev 25 / Fev 26	Mar 25 / Mar 26	Abr 25 / Abr 26	Mai 25 / Mai 26	Jun 25 / Jun 26	Jul 25 / Jul 26			
Monitorar e Atualizar os programas de Segurança e Saúde do Trabalho.	Documento elaborado com acompanhamento periódico.														**Atividades implementadas?**	**Objetivos alcançados?**	**Conclusão e recomendações**
Atividade		**Responsável**															
Manter o monitoramento médico, conforme PCMSO, conforme NR7.		Empregador / Profissional Qualificado															
Elaborar Relatório de Análise Global com o intuito de identificar a eficácia do Plano de ação, conforme NR9.2.1.1.		Empregador / Profissional Qualificado															

Percentual de Implementaçãodas Atividades: **Percentual de cumprimento dos Objetivos:**

Cronograma do Plano de Ação

Meta	Indicador	Responsável	Cronograma												Avaliação e análise crítica do plano		
			Ago 24 / Ago 25	Set 24 / Set 25	Out 23 / Out 24	Nov 24 / Nov 25	Dez 24 / Dez 25	Jan 25 / Jan 26	Fev 25 / Fev 26	Mar 25 / Mar 26	Abr 25 / Abr 26	Mai 25 / Mai 26	Jun 25 / Jun 26	Jul 25 / Jul 26			
Diretrizes sobre Ergonomia no ambiente de trabalho.	Analise Ergonomica do Trabalho														**Atividades implementadas?**	**Objetivos alcançados?**	**Conclusão e recomendações**
Atividade		**Responsável**															
Estabelecer diretrizes clara quanto a prevenção de acidente e doenças relacionados aos riscos ergonomicos.		Empregador / Profissional Qualificado															
Atender as Recomedações Ergonômicas estabelecidas na AET.		Empregador / Profissional Qualificado															

,(Responsável legal pela empresa e
pela implementação do plano de ação)

LTCAT

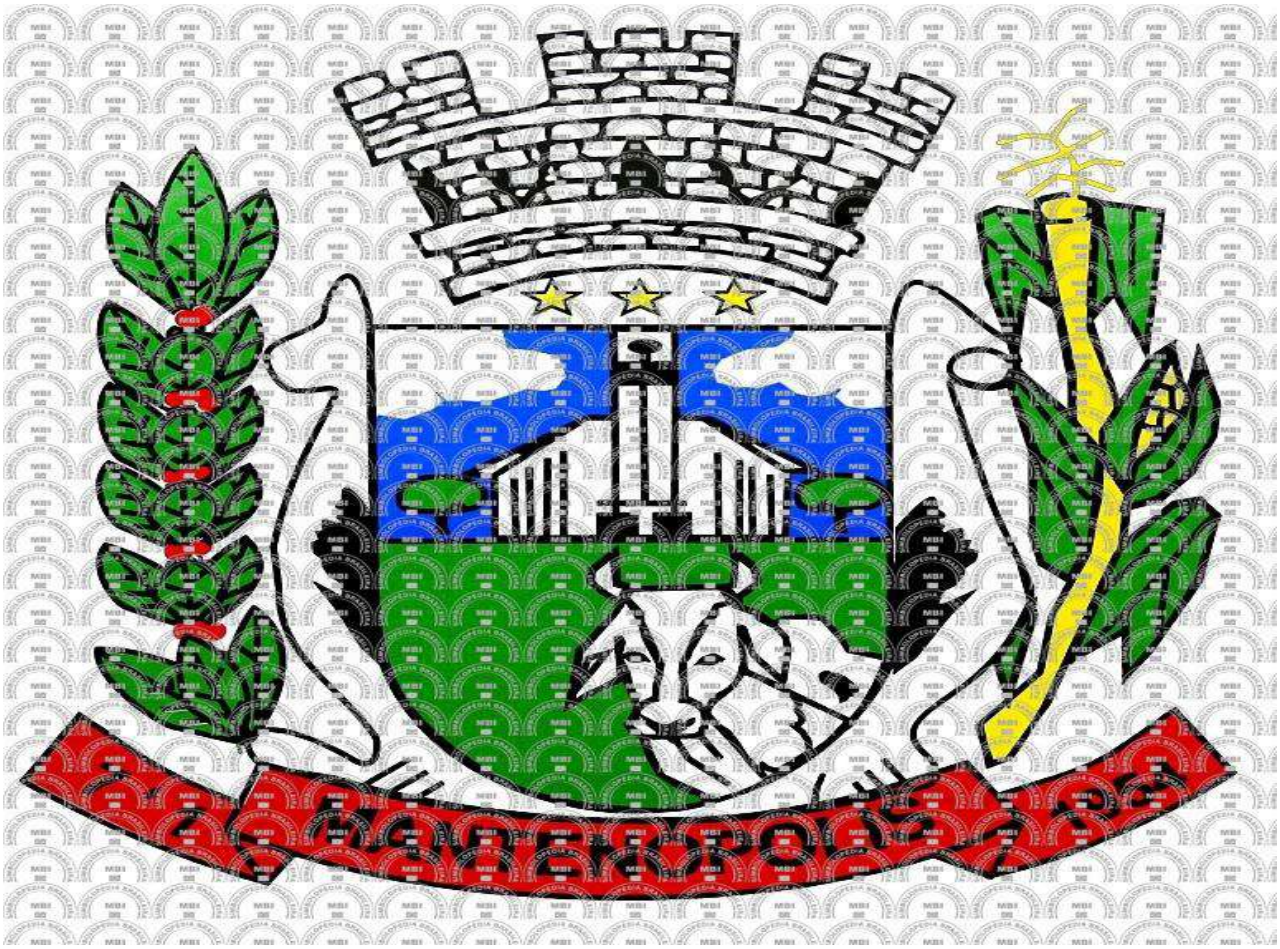
LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO

Consultoria Ocupacional
& Meio Ambiente

MUNICÍPIO DE MANTENOPOLIS

(SECRETARIA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS)

CNPJ: 27.167.345/0001-90



LTCAT

LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO COLETIVO DECRETO 3.048/99.

AGOSTO DE 2024

Sumário

Identificação da Empresa....4
Introdução....5
Objetivos 5
Informações 5
Fundamentos 5
Aposentadoria Especial 6
Agentes Nocivos....6
Efetiva Exposição à Agentes prejudicial à Saúde 6
Medidas de controle 7
Metodologia e procedimentos de Avaliação do Agente Nocivo 7
Códigos do Sistema SEFIP/GFIP 7
Avaliação das condições ambientais....9
Síntese....16
Conclusões e recomendações gerais....17
Anotação de responsabilidade técnica - ART....18

Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS
SECRETARIA EXE. DE ESPORTES E LAZER
CNPJ: 27.167.345/0001-90

Endereço
Avenida Presidente Vargas, 545 - Centro - Mantenópolis/ES
CEP: 29.770-000

CNAE
8411-6/00 – Administração Pública em Geral
Grau de Risco 1

Introdução

Este Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) foi elaborado a partir de inspeções e determinações técnicas de agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou a associação desses agentes "in loco". Este laudo está fundamentado legalmente no Regulamento da Previdência Social, Decreto N° 3.048 de 6 de maio de 1999.

Objetivos

Apresentar os levantamentos técnicos (qualitativos e/ou quantitativos) dos ambientes/atividades e identificar a exposição aos agentes físicos, químicos, biológicos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física do(s) trabalhador, no âmbito do ambiente de trabalho, para fins da verificação do enquadramento às condições que geram o direito da concessão à aposentadoria especial.
O Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT e demais demonstrações ambientais também tem como objetivo fundamentar tecnicamente o preenchimento dos formulários de reconhecimento de períodos laborados em condições especiais, denominado PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário (§8º do artigo 68 do Decreto nº 3.048/1999).
Com o objetivo de facilitar a aplicação dos conceitos para elaboração desse laudo no que tange às diferentes atividades existentes nos diferentes ambientes avaliados, os levantamentos e conclusão serão realizados por ambiente/atividade que poderão conter um único cargo ou mais de um dentro de um mesmo grupo de risco.

Informações

Todas as informações contidas neste laudo, bem como as descrições das atividades de cada função e os Certificados de Aprovação (CA) dos Equipamentos de Proteção Individual, foram cedidas pela empresa.
Todas as Tabelas de Identificação de Riscos foram feitas através das informações obtidas nas avaliações realizadas pelo profissional responsável por este documento.
Com base nessa avaliação, foi feito o parecer técnico conclusivo sobre a caracterização de condições especial para fins de aposentadoria especial.

Fundamentos Legais

Este documento foi elaborado conforme as normas vigentes:

- Regulamento da Previdência Social, Decreto n° 3.048, de 06 de maio de 1999;
- Planos de Benefícios da Previdência Social, Lei n° 8.213, de 24 julho de 1991;
- A metodologia e os procedimentos de avaliação estabelecidos pela Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO.
- Instrução Normativa PRES/INSS Nº 128, de 28 de março de 2022.

Aposentadoria Especial

A aposentadoria especial, uma vez cumprido o período de carência exigido, será devida ao segurado empregado, trabalhador avulso e contribuinte individual, que comprove o exercício de atividades com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou a associação desses agentes, de forma permanente, não ocasional nem intermitente, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação, enquadrados nos dispositivos do Regulamento da Previdência Social, decreto n°3.048/99.
Considera-se tempo de **trabalho permanente** aquele que é exercido de forma não ocasional nem intermitente, no qual a exposição do empregado, do trabalhador avulso ou do cooperado ao agente nocivo seja indissociável da produção do bem ou da prestação do serviço.

Agentes Nocivos

A relação dos agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde, analisados no presente laudo e considerados para fins de concessão de aposentadoria especial, consta no Anexo IV do decreto n° 3.048/99.

- **Agentes nocivos Físicos:** diversas formas de energia a que possam estar expostos os trabalhadores, tais como: ruídos, vibrações, temperaturas anormais (calor), entre outros constados no anexo IV.
- **Agentes nocivos Químicos:** Substâncias, compostos ou produtos que possam penetrar no organismo pela via respiratória, nas formas de os manifestados por: névoas, neblinas, poeiras, fumos, gases, vapores de substâncias nocivas presentes no ambiente de trabalho.
- **Agentes nocivos Biológicos:** bactérias, fungos, bacilos, parasitas, protozoários, vírus, entre outros, geneticamente modificados ou não, as culturas de células, os parasitas, as toxinas e os príons.
- **Associação de agentes**: Exposição aos agentes combinados, exclusivamente nas atividades especificadas no Anexo IV do Decreto 3.048/1999.

Efetiva Exposição à Agentes Prejudiciais à Saúde

Conforme decreto n° 3.048/99, a efetiva exposição à agente prejudicial à saúde configura-se quando, mesmo após a adoção das medidas de controle previstas na legislação trabalhista, a nocividade não seja eliminada ou neutralizada.
Considerado:

- **Eliminação** - a adoção de medidas de controle que efetivamente impossibilitem a exposição ao agente prejudicial à saúde no ambiente de trabalho; e
- **Neutralização** - a adoção de medidas de controle que reduzam a intensidade, a concentração ou a dose do agente prejudicial à saúde ao limite de tolerância previsto neste Regulamento ou, na sua ausência, na legislação trabalhista.

Para os agentes reconhecidamente cancerígenos para humanos, listados pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, caso sejam adotadas as medidas de controle previsto na legislação trabalhista que eliminem a nocividade, será descaracterizada a efetiva exposição.

- **Equipamento de Proteção individual -** É todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado a proteção contra riscos capazes de ameaçar a sua segurança e a sua saúde.
- **Equipamento de Proteção Coletiva -** É todo dispositivo ou sistema de âmbito coletivo, destinado à preservação da integridade física e da saúde dos trabalhadores, assim como a de terceiros.
- **Medidas Administrativas -** Procedimentos estabelecidos pela organização destinados a proteção contra agentes nocivos capazes de ameaçar a segurança e a saúde dos colaboradores.

Metodologias e Procedimentos de Avaliação dos Agentes Nocivos

Foi adotado o procedimento de técnica de avaliação Qualitativa e/ou Quantitativa, em relação à exposição, sendo:

- **Qualitativa:**

Trata-se de uma avaliação ou inspeção sobre determinado local de trabalho, observando às características específicas do ambiente laboral, os presentes agentes, as atividades exercidas, funções existentes naquela local e tempo de exposição dos trabalhadores.
As avaliações qualitativas da exposição aos agentes nocivos foram feitas tomando-se por base a análise dos seguintes fatores a eles relacionados:

1. As circunstâncias de exposição ocupacional a determinado agente ou associação de agentes prejudiciais à saúde presentes no ambiente de trabalho durante toda a jornada de trabalho;
2. Todas as fontes e possibilidades de liberação dos agentes nocivos;
3. Meios de contato ou exposição dos trabalhadores, as vias de absorção, a intensidade da exposição, a frequência e a duração do contato.

- **Quantitativa:**

Trata-se de uma avaliação sobre determinado local de trabalho, utilizando-se de equipamentos específicos para medição e quantificação dos a agentes ambientais presentes no ambiente de trabalho. Visando, o dimensionamento das intensidades/concentrações dos riscos.
Nas avaliações ambientais foram consideradas a metodologia e os procedimentos de avaliação estabelecidos pela **Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO**.

Códigos do Sistema SEFIP/GFIP

GFIP - Guia do Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações Previdenciárias, instituído pela Lei 9.528 de 10/12/97. Para trabalhadores com apenas um vínculo empregatício (ou uma fonte pagadora):

- **Código 00** - Sem exposição a agente nocivo. Trabalhador nunca esteve exposto
- **Código 01** - Não exposição a agente nocivo. Trabalhador já esteve exposto.
- **Código 02** - Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 15 anos de serviço);
- **Código 03** - Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 20 anos de serviço);
- **Código 04** - Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 25 anos de serviço).

Para trabalhadores com mais de um vínculo empregatício (ou mais de uma fonte pagadora):

- **Código 05** - Não exposto a agente nocivo;
- **Código 06** - Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 15 anos de trabalho);
- **Código 07** - Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 20 anos de trabalho);
- **Código 08** - Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 25 anos de trabalho).

Revisão dos Dados

O Laudo Técnico de Condições do Ambienta de Trabalho (LTCAT) precisará ser atualizado sempre que ocorrer qualquer alteração no ambiente de trabalho ou em sua organização.
Segundo a legislação previdenciária, mais precisamente o artigo 261, IN 77, inciso § 4º São consideradas alterações no ambiente de trabalho ou em sua organização, entre outras, aquelas decorrentes de:
I - mudança de layout;
II - substituição de máquinas ou de equipamentos;
III - adoção ou alteração de tecnologia de proteção coletiva; e
IV - alcance dos níveis de ação estabelecidos nos subitens do item 9.3.6 da NR-09, aprovadas pela Portaria nº 3.214, de 8 de junho de 1978, do MTE, se aplicável.

Nota Técnica Informativa

O Supremo Tribunal Federal - STF, em sede de Recurso Extraordinário com Agravo - ARE 664.335, de 2015, com repercussão geral reconhecida, considerou que nos casos de exposição do segurado ao agente nocivo ruído acima dos limites legais de tolerância, a declaração do empregador da eficácia do EPI, não descaracteriza o tempo de serviço especial para aposentadoria.

Avaliação das condições Ambientais

UNIDADE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS
SECRETARIA EXE. DE ESPORTES E LAZER
CNPJ: 27.167.345/0001-90

Endereço
Avenida Presidente Vargas, 545 - Centro - Mantenópolis/ES
CEP: 29.770-000

CNAE
8411-6/00 – Administração Pública em Geral
Grau de Risco 1

Caracterização dos processos e ambientes de trabalho

Funcionários

Setor	Cargo	Funcionários
GHE 01 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS	3
	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	1
GHE 02 VIGILÂNCIA	VIGIA	1

SETOR
GHE 01 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

Nº de funcionários 4

CARGO
AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS
Os trabalhadores de limpeza e conservação de áreas públicas preservam as vias públicas, varrendo calçadas, sarjetas e calçadões, acondicionando o lixo para que seja coletado e encaminhado para o aterro sanitário. Zelam pela segurança das pessoas sinalizando e isolando áreas de risco e de trabalho. Trabalham na limpeza e conservação de áreas públicas, coletam resíduos domiciliares, resíduos sólidos de serviços de saúde e resíduos coletados nos serviços de limpeza; Conservam as áreas públicas lavando-as, pintando guias, postes, viadutos, muretas e etc; Auxiliam nos serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos; Trabalham na ornamentação de canteiros urbanos, através da construção de viveiros e canteiros Varrer sarjetas e calçadões; Varrer calçadas; Amontoar detritos e folhagem; Acondicionar lixo em latões ou sacos plásticos; Empurrar carrinho (lutocar); Ensacar animais mortos; Recolher animais mortos; Solicitar coleta de animais mortos; Solicitar remoção de entulho; Executar serviços de varrição, coleta e transporte de lixo industrial, domiciliar, hospitalar e rural e lavagem de ruas e logradouros públicos municipais, mantendo-os em condições adequadas, acondicionando os materiais coletados conforme as orientações e procedimentos estabelecidos. Executar serviços de conservação de ruas e logradouros públicos realizando capinas, roçadas, pinturas em meio-fio, muros, grades e postes, limpeza de ralos, trincheiras, bocas de lobo, caixas de visita, limpeza de córregos e outras atividades correlatas.

CBO: 5142-05 **GFIP: 00**

Funcionário 3

CARGO
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
Executar sob supervisão serviços de copeiragem, conservação, limpeza e zeladoria em prédios públicos servindo, limpando vidros e fachadas, recintos internos e acessórios. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Preparar sucos, lanches, cafés e pequenas refeições; Servir água, cafezinho, suco; Administrar fluxo de serventia; Receber e distribuir refeições; Receber ou recolher bandejas, louças e talheres após as refeições, providenciando sua lavagem e guarda ou o envio ao setor competente; Secar louça e prataria, esterilizar instrumentos e materiais; Operar com aparelhos elétricos utilizados nos serviços de alimentação; Limpar talheres, equipamentos de refrigeração assim como balcão, bancada e bandejas; retirar restos de comida, separando e destinando o lixo; Lavar fachadas; Limpar vidros; Remover resíduos dos vidros; Remover pichações; Limpar móveis e equipamentos eletrodomésticos, lustres, luminárias, ventiladores e tudo o que mais constar nos recintos dos prédios municipais; Limpar superfícies (paredes, pisos, etc..); Lavar banheiros; Aspirar pó; Lavar pisos; Encerar pisos; Remover sujeira; Varrer pisos; Secar pisos; Passar pano; Limpar, lavar cortinas e persianas; Recolher lixo; Depositar o lixo e detritos da cozinha em lugares apropriados, de forma a evitar proliferação de insetos; Proceder à limpeza de ralos, caixas de gordura e esgotos, assim como desentupir pias e ralos; Prover os sanitários com toalha, sabão e papel higiênico, removendo os já utilizados; Auxiliar na realização de serviços em geral como recebimento, separação e Distribuição de correspondência e materiais, atividades de limpeza, copa e conservação de instalações. Executar trabalhos de limpeza em geral em edifícios e outros locais, para manutenção das condições de higiene e conservação do ambiente, coletando o lixo.

CBO: 5122-05 **GFIP: 00**

Funcionário 1

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS / AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**	
Identificação	
Perigo/Fator de Risco **Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)**	Grupo **Biológico**
Descrição	Proveniente da coleta de lixo e limpeza de banheiros e outros locais da secretária exe. de esportes e lazer.
Fundamentação legal	Anexo IV do Decreto nº 3.048, de 6 de Maio 1999.
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.
Fontes ou circunstâncias	Coleta de lixo e limpeza de banheiros

Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável

Prevenção e controle	
EPI	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas: • Avental de PVC • Luvas de PVP • Botas de PVP • Óculos de Proteção
Exposição	
Critério	Qualitativo

Conclusão da Aposentadoria Especial – AJUDANTE DE SERVIÇO PÚBLICO / AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
Agente físico Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente químico Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente biológico Exposição aos agentes citados unicamente nas atividades relacionadas. MICROORGANISMOS E PARASITAS INFECTO-CONTAGIOSOS VIVOS E SUAS TOXINAS (Redação dada pelo Decreto nº 4.882, de 2003) a) trabalhos em estabelecimentos de saúde em contato com pacientes portadores de doenças infectocontagiosas ou com manuseio de materiais contaminados; b) trabalhos com animais infectados para tratamento ou para o preparo de soro, vacinas e outros produtos; c) trabalhos em laboratórios de autópsia, de anatomia e anátomo-histologia; d) trabalho de exumação de corpos e manipulação de resíduos de animais deteriorados; e) trabalhos em galerias, fossas e tanques de esgoto; f) esvaziamento de biodigestores; g) coleta e industrialização do lixo. Ausência de exposição aos agentes citados unicamente nas atividades relacionadas. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**

SETOR
GHE 02 VIGILÂNCIA
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral. Locais para vigilância conforma a demanda e/ou necessidade do munícipio.

Nº de funcionários 1

CARGO
VIGIA
Zelam pela guarda do patrimônio observando o comportamento e movimentação de pessoas para prevenir perdas, evitar incêndios, acidentes e outras anormalidades. Controlam o fluxo de pessoas e veículos identificando-os e encaminhando-os aos locais desejados. Recebem mercadorias, volumes diversos e correspondências. Fazem manutenções simples nos locais de trabalho. Exercer função de vigia como a atividade dos que exercem desarmados, vigilância sobre depósitos de materiais, pátios, áreas abertas, terminal rodoviário, estação rodoviária, mercados públicos, parques, hortos ou reservas florestais, centros de esportes, escolas, obras em execução, edifícios onde funcionam as repartições municipais e demais áreas e logradouros públicos. Observar movimentação/comportamento das pessoas estranhas; Observar tipo de pessoas estranhas; Atentar para posicionamento dos veículos no estacionamento; Contactar proprietários dos veículos irregularmente estacionados; Monitorar pelo circuito fechado de tv; Prevenir incêndios e acidentes; Chamar segurança; Realizar abordagem preventiva pós-furto; Acompanhar abertura e fechamento das instalações; Comunicando imediatamente à autoridade superior quaisquer irregularidades encontradas e contatar órgãos públicos, quando necessário, relatando a emergência e solicitando socorro, inclusive ajuda policial. Preencher corretamente os formulários referentes à avaliação de desempenho; Executar outras atividades correlatas ao cargo solicitadas pelo chefe imediato.

CBO: 5174-20 **GFIP: 00**

Funcionário 1

Conclusão da Aposentadoria Especial – **VIGIA**
Agente físico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente químico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente biológico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**

Síntese

Unidade				
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENOPOLIS				
Setor	**Cargo**	**Risco**	**Aposentadoria**	**Período**
GHE 01 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Não	.
GHE 01 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Não	.

Os resultados apresentados, bem como as descrições técnicas, tiveram embasamento nas evidências durante as diligências para o desenvolvimento do PGR. A conclusão do laudo considera a situação evidenciada na empresa na data de sua elaboração. Não tem prazo de validade, devendo ser refeito sempre que houver alteração dos riscos presentes no ambiente de trabalho.

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718

Assinado de forma digital por GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718
Dados: 2024.10.03 10:37:31 -03'00'

Responsável pelo LTCAT
Gustavo Cordeiro Miranda
CPF: 092.897.697-18
NIT: 128.65129.29-4
Conselho de classe: CREA 051725/D
UF: ES
Especialidade: Engenheiro de Segurança

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977
CREA-ES
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do ES

ART de Obra ou Serviço

0820240368329

ART Individual

1. Responsável Técnico

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA

Título profissional: **ENGENHEIRO DE PRODUÇÃO,ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO,TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO,TECNÓLOGO EM GEST**

RNP: 0819492124
Registro: ES-051725/D
Registro: 19221

Empresa contratada: ST CONSULTORIA OCUPACIONAL E MEIO AMBIENTE LTDA

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS** CPF/CNPJ: **27167345000190**
Rua: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS Nº: 545
Complemento: CEP: 29770000
Cidade: MANTENÓPOLIS UF: ES Bairro: CENTRO
Telefone:
Contrato: 000077/2023 Nº do Aditivo: 0
Valor do Contrato/Honorários: R$15.050,00 Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA

3. Dados da Obra/Serviço

Rua: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS Nº: 545
Complemento: Bairro: CENTRO Quadra Lote
Cidade: MANTENÓPOLIS UF: ES CEP: 29770000
Data de início: 10/09/2024 Prev. Término: 10/09/2024 Coord. Geogr.: ,
Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS CPF/CNPJ:27167345000190

4. Atividade Técnica

Qtde de Pavimento(s): 0 **Nº Pavimento(s):** 0 **Dimensão/Quantidade:** 1 **Unidade de medida:** UNID

ATIVIDADE(S) TÉCNICA(S): 43 - 13.2 - ASSESSORIA TÉCNICA

PARTICIPAÇÃO:

NATUREZA: 100 - RESPONSABILIDADE TÉCNICA

NÍVEL: 104 - EXECUÇÃO

NATUREZA DO(S) SERVIÇO(S): 9111 - SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS (ESPECIFICAR NO CAMPO 22)

TIPO DA OBRA/SERVIÇO: 2001 - SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS (ESPECIFICAR NO CAMPO 22)

PROJETO(S)/SERVIÇO(S): 100 - NENHUM

Após a conclusão das atividades técnicas, o profissional deverá proceder a baixa desta ART.

5. Observações

REFERENTE A CONTRATAÇAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE MEDICINA DO TRABALHO PARA ELABORAÇÃO DE PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCO, LTCAT (LAUDO TÉCNICO DA CONDIÇÃO DO AMBIENTE DE TRABALHO, PCMSO (PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL), PPP, LAUDO DE INSALUBRIDADE E DE PERICULOSIDADE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPALDE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO; SEM CONTUDO TER PROVIDENCIADO O REGISTRO DE ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART), NESTE CONSELHO.

6. Declarações

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718 Assinado de forma digital por GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718 Dados: 2024.10.03 10:38:03 -03'00'

Profissional

Contratante

Acessibilidade: <declara a aplicabilidade das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº5.296, de 2 de dezembro de 2004, às atividades profissionais acima relacionadas.>

7. Entidade de classe

SENGE - SINDICATO DOS ENGENHEIROS DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO

8.Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima.

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718 Assinado de forma digital por GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718 Dados: 2024.10.03 10:37:51 -03'00'

Local de Data de

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA - CPF: 09289769718

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS - CPF/CNPJ: 27167345000190

9. Informações

- **A ART é válida somente quando quitada, podendo sua conferência ser realizada no site do CREA.**
- **A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.creaes.org.br ou www.confea.org.br**
- **A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.**

www.creaes.org.br creaes@creaes.org.br
tel: (27)3134-0046 art@creaes.org.br

CREA-ES

Valor ART: R$ 262,55 Registrada em: 10/09/2024 Data de pagamento: 12/09/2024 Valor Pago: R$ 262,55 Nosso Número: 140000000016510939

PCMSO

PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL

Consultoria Ocupacional & Meio Ambiente

Sumário

Identificação 3
Médico do trabalho responsável 3
Diretrizes 4
O que é o programa? 4
Objetivos 4
Legalização 4
Implementação 5
Obrigações 5
Responsabilidades 5
Desenvolvimento do Programa 5
Obrigatoriedade dos exames médicos 6
Registro de Dados 6
Preparação para emergência 7
Ações de Saúde no PCMSO- Controle médico Específico 8
Unidade /Setor / Cargo / Funções – Exames complementares 9
Planejamento das atividades do PCMSO 16
Conclusão 17

Consultoria Ocupacional & Meio Ambiente	**PCMSO** **Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional** **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS**	**Agosto de 2024**

Vigência do PCMSO	**Agosto DE 2024 A Agosto DE 2026**

Identificação			
Empresa SECRETARIA EXE. DE ESPORTES E LAZER			
Endereço Avenida Presidente Vargas, nº 545		Complemento	CNPJ 27.167.345/0001-90
CEP 29.770-000	Cidade Mantenópolis	Bairro Centro	UF ES
CNAE 8411-6/00	Grau de Risco 1	Descrição CNAE Administração Pública em Geral	

Médico do Trabalho Responsável

Compete ao empregador indicar um médico do trabalho responsável pelo PCMSO. Inexistindo médico do trabalho na localidade, a organização pode contratar médico de outra especialidade como responsável pelo PCMSO.

O MEI, a ME e a EPP, graus de risco 1 e 2, que declararem as informações digitais na forma prevista na legislação e não identificarem exposições ocupacionais a agentes físicos, químicos, biológicos e riscos relacionados a fatores ergonômicos, ficam dispensados de elaboração do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.

As MEI, ME e EPP desobrigadas de elaborar PCMSO, devem realizar e custear exames médicos ocupacionais admissionais, demissionais e periódicos, a cada dois anos, de seus empregados.

RICARDO PINHEIRO LIMA

Assinado de forma digital por RICARDO PINHEIRO LIMA
Dados: 2024.10.03 10:49:47 -03'00'

Médico Responsável pelo PCMSO
Ricardo Pinheiro Lima
Médico do Trabalho
CRM - ES 1614
RQE - 3136
NIT 103.26225.12-6

Diretrizes

O PCMSO é parte integrante do conjunto mais amplo de iniciativas da organização no campo da saúde de seus empregados, devendo estar harmonizado com o disposto nas demais NR.

São diretrizes do PCMSO:
a) rastrear e detectar precocemente os agravos à saúde relacionados ao trabalho;
b) detectar possíveis exposições excessivas a agentes nocivos ocupacionais;
c) definir a aptidão de cada empregado para exercer suas funções ou tarefas determinadas;
d) subsidiar a implantação e o monitoramento da eficácia das medidas de prevenção adotadas na organização;
e) subsidiar análises epidemiológicas e estatísticas sobre os agravos à saúde e sua relação com os riscos ocupacionais;
f) subsidiar decisões sobre o afastamento de empregados de situações de trabalho que possam comprometer sua saúde;
g) subsidiar a emissão de notificações de agravos relacionados ao trabalho, de acordo com a regulamentação pertinente;
h) subsidiar o encaminhamento de empregados à Previdência Social;
i) acompanhar de forma diferenciada o empregado cujo estado de saúde possa ser especialmente afetado pelos riscos ocupacionais;
j) subsidiar a Previdência Social nas ações de reabilitação profissional;
k) subsidiar ações de readaptação profissional;
l) controlar da imunização ativa dos empregados, relacionada a riscos ocupacionais, sempre que houver recomendação do Ministério da Saúde.

O que é o Programa?

O PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional visa à preservação e a conservação da saúde e da integridade física dos trabalhadores da empresa. O Programa alerta e dar ênfase para o controle da saúde, privilegiando a relação de saúde de seus trabalhadores de forma coletiva e individual. O programa é um documento base implantado nas empresas que tem por objetivo evitar danos à vida do trabalhador e doenças ocupacionais derivadas do trabalho exercido.

Objetivo do PCMSO

Prevenção, rastreamento e diagnóstico precoce dos agravos à saúde dos colaboradores, além da constatação da existência de casos de doenças profissionais ou possíveis danos irreversíveis à saúde dos trabalhadores.
Para a elaboração deste PCMSO foram utilizados os procedimentos básicos e fundamentais que norteiam as informações técnicas e científicas fornecidas pelo PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos) e LTCAT (Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho).

Legalização

O PCMSO está previsto na lei Portaria GM n.º 3.214, de 08 de junho de 1978 Portaria SSST n.º 24, de 29 de dezembro de 1994, tendo em vista a NR 07, que estabelece a obrigatoriedade da elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados.

Implementação

A Empresa que tem por iniciativa de implementação do PCMSO estará automaticamente seguindo os preceitos estabelecidos na NR 07, na qual estabelece a obrigatoriedade de sua implementação e eficácia acompanhando o trabalhador em suas atividades profissionais e a variação de sua saúde no decorrer da atividade.

Obrigações

Toda Empresa ou instituição que admite trabalhadores como empregados estão obrigados a elaborar e implementar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional conforme a NR 07.
O PCMSO deve incluir a realização obrigatória dos exames médicos:

1. admissional;
2. periódico;
3. de retorno ao trabalho;
4. de mudança de riscos ocupacionais;
5. demissional.

Responsabilidade

Compete ao **empregador**:
a) garantir a elaboração e efetiva implantação do PCMSO;
b) custear sem ônus para o empregado todos os procedimentos relacionados ao PCMSO;
c) indicar médico do trabalho responsável pelo PCMSO.

Cabe ao **trabalhador**:
a) cumprir as disposições legais e regulamentares sobre segurança e saúde no trabalho, inclusive as ordens de serviço expedidas pelo empregador;
b) submeter-se aos exames médicos previstos nas NR;
c) colaborar com a organização na aplicação das NR; e
d) usar o equipamento de proteção individual fornecido pelo empregador.

Desenvolvimento do Programa

Monitorar a saúde dos empregados de forma regular:

1. Realização dos exames médicos obrigatórios: admissionais, periódicos, de retorno ao trabalho, mudança de função e demissional;
2. Utilizar os diagnósticos encontrados, sempre no sentido de estabelecer medidas para prevenir o surgimento ou a repetição de patologias semelhantes na empresa;
3. Obedecer a um planejamento em que estejam previstas as ações de saúde a serem executadas durante o ano, devendo estas ser objeto de relatório anual;
4. Dar conhecimento e explicação ao empregado dos achados encontrados nos exames, orientando, quando necessário, sobre as medidas preventivas a serem adotadas e estimulando-o a ter uma participação ativa na prevenção de sua saúde, podendo deste modo, adotar procedimentos apropriados para trabalhar com segurança e no uso de EPI.

<u>Conscientização e Promoção a Saúde:</u>
A realização de palestras, campanhas, eventos educativos e treinamentos nas áreas de higiene e medicina do trabalho são fundamentais para conscientização dos empregados sobre os riscos existentes no seu ambiente de trabalho, facilitando assim a prevenção de acidentes, doenças profissionais e outras, devendo ser realizadas de forma sistemática durante o transcorrer do

PCMSO.
Promoção da Saúde:
Poderão ser agendadas durante o ano palestras educativas sobre os seguintes temas:
- Primeiros Socorros;
- Higiene e Saúde;
- Ergonomia;
- Desidratação/ Hidratação;
- Distúrbios metabólicos e endócrinos (diabetes, hipertensão arterial, tireoide, obesidade).

Realização obrigatória dos exames médicos

- **Admissional**

Será realizado por ocasião da contratação do empregado, antes que ele assuma suas funções.

- **Periódico**

O exame médico periódico procura previamente detectar os desvios da saúde que porventura existem nos trabalhadores, mesmo antes de se manifestarem, procurando a correção o mais breve possível, podendo ser percebidas ou não pelo trabalhador. Para realização, a empresa será comunicada a necessidade de sua realização, devendo para tanto proporcionar ao trabalhador seu encaminhamento ao serviço de medicina ocupacional. O não comparecimento do trabalhador no local e horário indicado, bem como a não realização de exames complementares irá fazer parte da estatística do Relatório Anual. É imprescindível o apoio da direção, bem como dos responsáveis pelos trabalhadores.

- **De retorno ao trabalho**

No exame de retorno ao trabalho, o exame clínico deve ser realizado antes que o empregado reassuma suas funções, quando ausente por período igual ou superior a 30 (trinta) dias por motivo de doença ou acidente, de natureza ocupacional ou não.

- **De mudança de risco ocupacional**

O exame de mudança de risco ocupacional deve, obrigatoriamente, ser realizado antes da data da mudança, adequando-se o controle médico aos novos riscos.

- **Demissional**

No exame demissional, o exame clínico deve ser realizado em até 10 (dez) dias contados do término do contrato, podendo ser dispensado caso o exame clínico ocupacional mais recente tenha sido realizado há:
- Menos de 135 (centro e trinta e cinco) dias, para as organizações graus de risco 1 e 2, e;
- Há menos de 90 (noventa) dias, para as organizações graus de risco 3 e 4.

Registro de Dados

Os dados dos exames clínicos e complementares deverão ser registrados em prontuário médico individual sob a responsabilidade do médico responsável pelo PCMSO, ou do médico responsável pelo exame, quando a organização estiver dispensada de PCMSO.

O prontuário do empregado deve ser mantido pela organização, no mínimo, por 20 (vinte) anos após o seu desligamento, exceto em caso de previsão diversa constante na NR 7.

Em caso de substituição do médico responsável pelo PCMSO, a organização deve garantir que os prontuários médicos sejam formalmente transferidos para seu sucessor.

Cada trabalhador terá o seu prontuário clínico individual contendo:

1. Avaliação clínica;
2. Exames complementares (se necessário);
3. Conclusão do exame médico obrigatório;
4. Medidas aplicadas.

O médico responsável pelo PCMSO deve elaborar relatório analítico do Programa, anualmente, considerando a data do último relatório, contendo, no mínimo:

1. o número de exames clínicos realizados;
2. o número e tipos de exames complementares realizados;
3. estatística de resultados anormais dos exames complementares, categorizados por tipo do exame e por unidade operacional, setor ou função;
4. incidência e prevalência de doenças relacionadas ao trabalho, categorizadas por unidade operacional, setor ou função;
5. informações sobre o número, tipo de eventos e doenças informadas nas CAT, emitidas pela organização, referentes a seus empregados;
6. análise comparativa em relação ao relatório anterior e discussão sobre as variações nos resultados.

Relatório analítico do programa

O médico responsável pelo PCMSO deve elaborar relatório analítico do Programa, anualmente, considerando a data do último relatório, contendo, no mínimo:

1. o número de exames clínicos realizados;
2. o número e tipos de exames complementares realizados;
3. estatística de resultados anormais dos exames complementares, categorizados por tipo do exame e por unidade operacional, setor ou função;
4. incidência e prevalência de doenças relacionadas ao trabalho, categorizadas por unidade operacional, setor ou função;
5. informações sobre o número, tipo de eventos e doenças informadas nas CAT, emitidas pela organização, referentes a seus empregados;
6. análise comparativa em relação ao relatório anterior e discussão sobre as variações nos resultados.

Preparação para emergências

A organização deve estabelecer, implementar e manter procedimentos de respostas aos cenários de emergências, de acordo com os riscos, as características e as circunstâncias das atividades.

Os procedimentos de respostas aos cenários de emergências devem prever:
a) Os meios e recursos necessários para os primeiros socorros, encaminhamento de acidentados e abandono; e
b) as medidas necessárias para os cenários de emergências de grande magnitude, quando aplicável.

KIT DE PRIMEIROS SOCORROS

É de extrema importância e necessário a empresa obter o kit de primeiros socorros para melhor atendimento e desempenho das primeiras medidas tomadas diante de algum acidente de trabalho, para não se agravar a saúde do trabalhador ou sua integridade física.

Este procedimento de emergência de primeiros socorros se caracteriza pela aplicação de métodos que podem evitar agravamento em vítimas de acidentes, de mal de súbito ou em perigo de vida, tendo por base o intuito de manter os sinais vitais, procurando evitar o agravamento do quadro no qual a pessoa se encontra. É uma ação individual ou coletiva, dentro de suas devidas limitações em auxílio ao próximo, até que o socorro avançado esteja no local para prestar uma assistência mais minuciosa e definitiva.

O kit de primeiros socorros deve estar em local visível e em uma pequena maleta de fácil acesso.

Este kit deve conter no mínimo os itens seguintes:

- Algodão hidrófilo;
- Álcool 70%
- Luvas descartáveis;
- Esparadrapo (tamanho médio);
- Gaze estéril
- Pinça
- Atadura (20 cm)
- Soro fisiológico
- Termômetro
- Curativo adesivo (tipo band-aid)
- Cotonete

TREINAMENTOS EM PRIMEIROS SOCORROS

É de responsabilidade de a empresa providenciar treinamento aos funcionários, para que haja recursos mínimos, necessários para a prestação de primeiros socorros aos trabalhadores, acidentados ou com problemas de saúde em caráter de urgência ou emergência.

É de vital importância a prestação de atendimentos emergenciais. Conhecimentos simples muitas vezes diminuem o sofrimento, evitam complicações futuras e podem inclusive em muitos casos salvar vidas.

Ações de Saúde no PCMSO

Podem ser caracterizados como as palestras educativas, treinamentos, e acompanhamento individual, que promovem o bem estar do trabalhador, observando uma enorme preocupação da organização, caracterizando também um problema do individual e seus familiares, situando a empresa na realidade de seu meio social, e elevando sua responsabilidade sobre a sociedade.

Todos os funcionários deverão ser Imunizados conforme Programa Nacional de Imunização

Vacina Dupla

Vacina Febre Amarela (para funcionários que atuam em áreas endêmicas)

Vacina de Gripe

Unidade: SECRETARIA EXE. DE ESPORTES E LAZER

Setor: GHE 01 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

	Nº de Funcionários
Cargo: AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS	Total: 3
Descrição detalhada: Os trabalhadores de limpeza e conservação de áreas públicas preservam as vias públicas, varrendo calçadas, sarjetas e calçadões, acondicionando o lixo para que seja coletado e encaminhado para o aterro sanitário. Zelam pela segurança das pessoas sinalizando e isolando áreas de risco e de trabalho. Trabalham na limpeza e conservação de áreas públicas, coletam resíduos domiciliares, resíduos sólidos de serviços de saúde e resíduos coletados nos serviços de limpeza; Conservam as áreas públicas lavando-as, pintando guias, postes, viadutos, muretas e etc; Auxiliam nos serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos; Trabalham na ornamentação de canteiros urbanos, através da construção de viveiros e canteiros. Varrer sarjetas e calçadões; Varrer calçadas; Amontoar detritos e folhagem; Acondicionar lixo em latões ou sacos plásticos; Empurrar carrinho (lutocar); Ensacar animais mortos; Recolher animais mortos; Solicitar coleta de animais mortos; Solicitar remoção de entulho; Executar serviços de varrição, coleta e transporte de lixo industrial, domiciliar, hospitalar e rural e lavagem de ruas e logradouros públicos municipais, mantendo-os em condições adequadas, acondicionando os materiais coletados conforme as orientações e procedimentos estabelecidos. Executar serviços de conservação de ruas e logradouros públicos realizando capinas, roçadas, pinturas em meio-fio, muros, grades e postes, limpeza de ralos, trincheiras, bocas de lobo, caixas de visita, limpeza de córregos e outras atividades correlatas.		
Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Umidade	**Físico**	Este agente pode provocar doenças no aparelho respiratório, quedas, doenças de pele, entre outras.
Produtos Saneantes Domissanitários	**Químico**	Este agente pode provocar alergias ao contato e irritação nos olhos.
Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	**Biológico**	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.
Exigência de flexões de coluna vertebral frequentes	**Ergonômicos**	Pode provocar Lesões musculoesqueléticas, fadiga e exaustão.
Frequente deslocamento a pé durante a jornada de trabalho	**Ergonômicos**	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.
Frequente execução de movimentos repetitivos	**Ergonômicos**	Dores nas articulações dos dedos e das mãos.
Postura de pé por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.
Objetos cortantes e/ou perfuro cortantes	**Acidente**	Risco de cortes e/ou perfurações, acidentes, lesões, entre outros

Piso escorregadio e/ou irregular	**Acidente**	Fraturas, luxações ou entorses, escoriações e contusões
Trabalho em ambientes com risco de queda de objetos	**Acidente**	Este agente pode provocar contusões, entorses, luxações ou fraturas.

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

		Nº de Funcionários
Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS		Total: 1
Descrição detalhada: Executar sob supervisão serviços de copeiragem, conservação, limpeza e zeladoria em prédios públicos servindo, limpando vidros e fachadas, recintos internos e acessórios. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Preparar sucos, lanches, cafés e pequenas refeições; Servir água, cafezinho, suco; Administrar fluxo de serventia; Receber e distribuir refeições; Receber ou recolher bandejas, louças e talheres após as refeições, providenciando sua lavagem e guarda ou o envio ao setor competente; Secar louça e prataria, esterilizar instrumentos e materiais; Operar com aparelhos elétricos utilizados nos serviços de alimentação; Limpar talheres, equipamentos de refrigeração assim como balcão, bancada e bandejas; retirar restos de comida, separando e destinando o lixo; Lavar fachadas; Limpar vidros; Remover resíduos dos vidros; Remover pichações; Limpar móveis e equipamentos eletrodomésticos, lustres, luminárias, ventiladores e tudo o que mais constar nos recintos dos prédios municipais; Limpar superfícies (paredes, pisos, etc..); Lavar banheiros; Aspirar pó; Lavar pisos; Encerar pisos; Remover sujeira; Varrer pisos; Secar pisos; Passar pano; Limpar, lavar cortinas e persianas; Recolher lixo; Depositar o lixo e detritos da cozinha em lugares apropriados, de forma a evitar proliferação de insetos; Proceder à limpeza de ralos, caixas de gordura e esgotos, assim como desentupir pias e ralos; Prover os sanitários com toalha, sabão e papel higiênico, removendo os já utilizados; Auxiliar na realização de serviços em geral como recebimento, separação e Distribuição de correspondência e materiais, atividades de limpeza, copa e conservação de instalações. Executar trabalhos de limpeza em geral em edifícios e outros locais, para manutenção das condições de higiene e conservação do ambiente, coletando o lixo.		
Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Umidade	**Físico**	Este agente pode provocar doenças no aparelho respiratório, quedas, doenças de pele, entre outras.
Produtos Saneantes Domissanitários	**Químico**	Este agente pode provocar alergias ao contato e irritação nos olhos.
Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	**Biológico**	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.
Exigência de flexões de coluna vertebral frequentes	**Ergonômicos**	Pode provocar Lesões musculoesqueléticas, fadiga e exaustão.
Frequente deslocamento a pé durante a jornada de trabalho	**Ergonômicos**	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.
Frequente execução de movimentos repetitivos	**Ergonômicos**	Dores nas articulações dos dedos e das mãos.
Postura de pé por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.
Objetos cortantes e/ou perfuro cortantes	**Acidente**	Risco de cortes e/ou perfurações, acidentes, lesões, entre outros
Piso escorregadio e/ou irregular	**Acidente**	Fraturas, luxações ou entorses, escoriações e contusões
Trabalho em ambientes com risco de queda de objetos	**Acidente**	Este agente pode provocar contusões, entorses, luxações ou fraturas.

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

Setor: GHE 02 VIGILÂNCIA
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral. Locais para vigilância conforma a demanda e/ou necessidade do munícipio.

	Nº de Funcionários
Cargo: VIGIA	Total: 1
Descrição detalhada: Zelam pela guarda do patrimônio observando o comportamento e movimentação de pessoas para prevenir perdas, evitar incêndios, acidentes e outras anormalidades. Controlam o fluxo de pessoas e veículos identificando-os e encaminhando-os aos locais desejados. Recebem mercadorias, volumes diversos e correspondências. Fazem manutenções simples nos locais de trabalho. Exercer função de vigia como a atividade dos que exercem desarmados, vigilância sobre depósitos de materiais, pátios, áreas abertas, terminal rodoviário, estação rodoviária, mercados públicos, parques, hortos ou reservas florestais, centros de esportes, escolas, obras em execução, edifícios onde funcionam as repartições municipais e demais áreas e logradouros públicos. Observar movimentação/comportamento das pessoas estranhas; Observar tipo de pessoas estranhas; Atentar para posicionamento dos veículos no estacionamento; Contatar proprietários dos veículos irregularmente estacionados; Monitorar pelo circuito fechado de tv; Prevenir incêndios e acidentes; Chamar segurança; Realizar abordagem preventiva pós-furto; Acompanhar abertura e fechamento das instalações; Comunicando imediatamente à autoridade superior quaisquer irregularidades encontradas e contatar órgãos públicos, quando necessário, relatando a emergência e solicitando socorro, inclusive ajuda policial. Preencher corretamente os formulários referentes à avaliação de desempenho; Executar outras atividades correlatas ao cargo solicitadas pelo chefe imediato.	

Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Frequente deslocamento a pé durante a jornada de trabalho	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Postura de pé por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Postura sentada por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar dores e desconforto na coluna lombar.
Frequente ação de puxar/empurrar cargas ou volumes	**Ergonômicos**	Problemas nas articulações dos punhos e dedos.
Postura de pé por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.
Trabalho em local com risco de assalto e roubo	**Acidente**	Risco de ferimentos e morte.

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

Planejamento das atividades do PCMSO

EVENTO	Status	JUSTIFICATIVA
Atividade: Exames Médicos Manter os exames médicos atualizados, cumprindo a tabela de periodicidade.	( ) Em andamento ( ) Realizado ( ) A realizar	
Atividade: Palestra sobre Tabagismo	( ) Em andamento ( ) Realizado ( ) A realizar	
Atividade: Primeiros Socorros TREINAMENTOS Abordagem: Primeiros Socorros	( ) Em andamento ( ) Realizado ( ) A realizar	
Atividade: Análise do PCMSO Efetuar análise global do PCMSO para avaliação do seu desenvolvimento e realização dos ajustes necessários e estabelecimento de novas metas.	( ) Em andamento ( ) Realizado ( ) A realizar	
Atividade: Palestra de DST/AIDS Realizar a Critério do Departamento Pessoal do Órgão, Palestra sobre Prevenção a DST/AIDS.	( ) Em andamento ( ) Realizado ( ) A realizar	
Atividade: Relatório Analitico do PCMSO anualmente Dar inicio a elaboração do Relatório analitico do PCMSO, obedecendo as exigências da Norma Regulamentadora 07, item 7.6.2.	( ) Em andamento ( ) Realizado ( ) A realizar	
Atividade: Palestra de Alcoolismo	( ) Em andamento ( ) Realizado ( ) A realizar	

Conclusão
Buscando atender as determinações legais, conclui-se que o PCMSO é parte integrante do conjunto mais amplo de iniciativas da empresa ou instituição, nos locais de trabalho, no campo da saúde dos trabalhadores, privilegiando o instrumento clínico-epidemiológico na abordagem da relação entre a sua saúde e o trabalho. Tem caráter preventivo, rastreador, evitando e diagnosticando no início os casos de doenças profissionais, que possam causar danos irreversíveis à saúde do trabalhador. Este programa foi elaborado considerando os riscos ocupacionais identificados e classificados pelo PGR. O presente laudo foi elaborado somente em uma face.

Total de Funcionários				
	Masculino	**Feminino**	**Menor**	**Total**
Funcionários	-	-	-	5

RICARDO PINHEIRO LIMA

Assinado de forma digital por RICARDO PINHEIRO LIMA
Dados: 2024.10.03 10:50:36 -03'00'

Ricardo Pinheiro Lima
Médico responsável pelo PCMSO
CRM: 1614/ES
Especialidade: Medicina do Trabalho

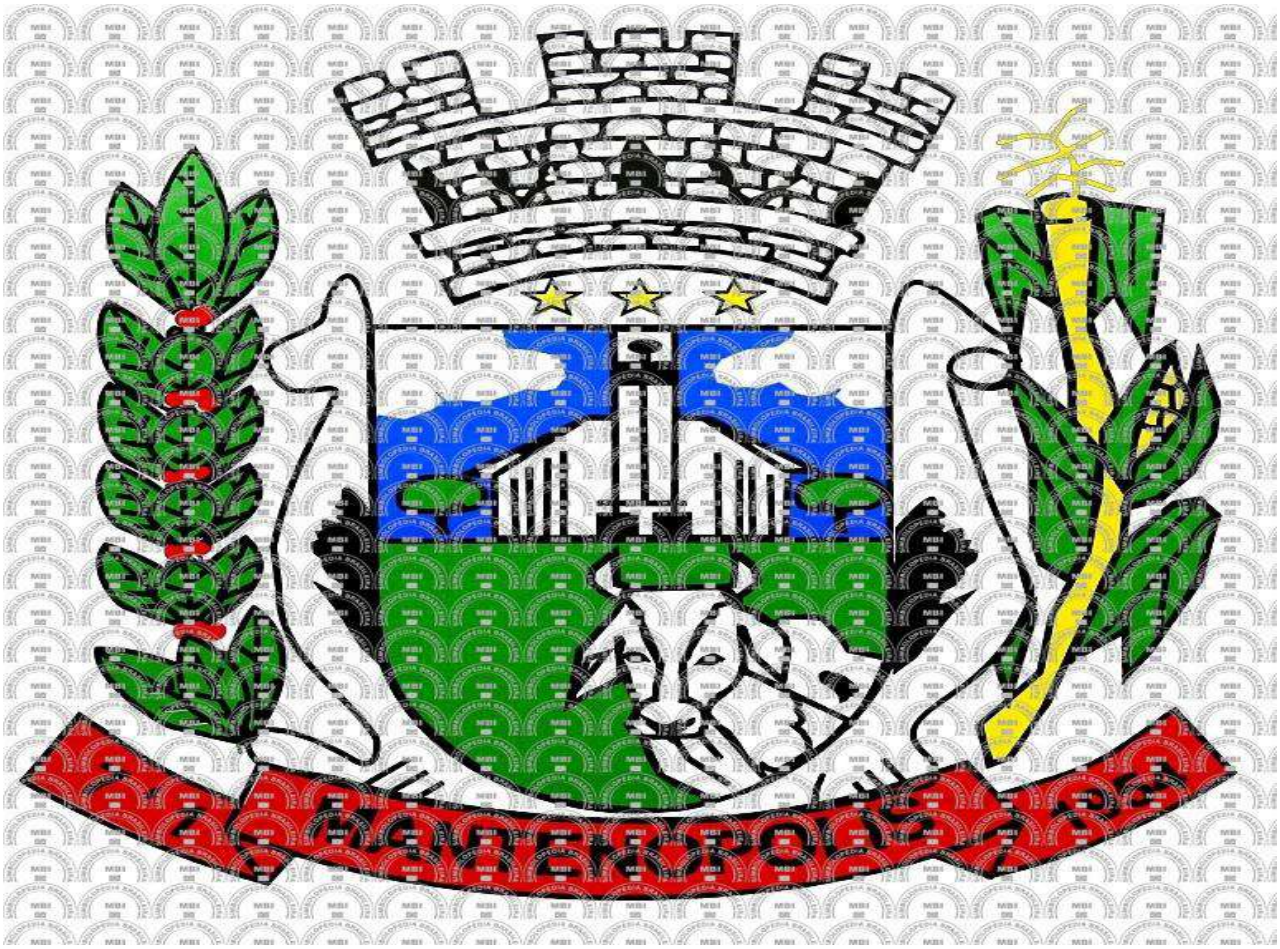
LAUDO DE INSALUBRIDADE - NR15
LAUDO DE PERICULOSIDADE - NR16

Consultoria Ocupacional
& Meio Ambiente

MUNICÍPIO DE MANTENOPOLIS

(SECRETARIA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS)

CNPJ: 27.167.345/0001-90



Laudo de Insalubridade e Periculosidade

AGOSTO DE 2024

Sumário

Objetivo 4
Fundamentação legal - atividades e operações insalubres 4
Limites de tolerância 4
Suspensão do pagamento do adicional de insalubridade 6
Fundamentação legal - atividades e operações perigosas 6
Mapeamento dos riscos ambientais e qualificação dos setores insalubres 7
Mapeamento e qualificação dos setores perigosos 18
Conclusões 19
Recomendações gerais 19
Responsabilidade técnica 19
Anotação de Responsabilidade Técnica - ART 20

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS
SECRETARIA EXE. DE ESPORTES E LAZER
CNPJ: 27.167.345/0001-90

Endereço
Avenida Presidente Vargas, 545 - Centro - Mantenópolis/ES
CEP: 29.770-000

CNAE
8411-6/00 – Administração Pública em Geral
Grau de Risco 1

Introdução
Objetivos

O objetivo deste laudo é reconhecer legalmente a percepção do adicional de insalubridade (NR - 15) e periculosidade (NR - 16), por quem de direito (empregados).

Fundamentação legal - atividades e operações insalubres

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) destaca em seu artigo 189:

“Art. 189 - Serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos.”

Em auxílio à lei existem as Normas Regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho, e em especial a NR 15, que trata exclusivamente das atividades ou operações insalubres, sendo estas consideradas as que são desenvolvidas:

“15.1 São consideradas atividades ou operações insalubres as que se desenvolvem:

15.1.1 Acima dos limites de tolerância previstos nos Anexos n.º 1, 2, 3, 5, 11 e 12;

15.1.2 (Revogado pela Portaria MTE n.º 3.751, de 23 de novembro de 1990)

15.1.3 Nas atividades mencionadas nos Anexos n.º 6, 13 e 14;

15.1.4 Comprovadas através de laudo de inspeção do local de trabalho, constantes dos Anexos n.º 7, 8, 9 e 10.”

Limite de tolerância

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, a Norma Regulamentadora nº 15, destaca que:

“15.1.5 Entende-se por "Limite de Tolerância", para os fins desta Norma, a concentração ou intensidade máxima ou mínima, relacionada com a natureza e o tempo de exposição ao agente, que não causará dano à saúde do trabalhador, durante a sua vida laboral.”

Segundo o ART.º 192 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para as atividades exercidas acima dos limites de tolerância, previstos nos anexos da NR 15, assegura ao trabalhador a percepção do Adicional de insalubridade, incidente sobre o salário mínimo da região. Os percentuais são:

- 40% (quarenta por cento), para insalubridade de grau máximo;
- 20% (vinte por cento), para insalubridade de grau médio, e;
- 10% (dez por cento), para insalubridade de grau mínimo.

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, a Norma Regulamentadora nº 15, destaca que:

GRAUS DE INSALUBRIDADE		
ANEXO	ATIVIDADES OU OPERAÇÕES QUE EXPONHAM O TRABALHADOR	PERCENTUAL
1	Níveis de ruído contínuo ou intermitente superiores aos limites de tolerância fixados no Quadro constante do Anexo 1 e no item 6 do mesmo Anexo.	20%
2	Níveis de ruído de impacto superiores aos limites de tolerância fixados nos itens 2 e 3 do Anexo 2.	20%
3	Exposição ao calor com valores de IBUTG, superiores aos limites de tolerância fixados nos Quadros 1 e 2.	20%
4	(Revogado pela Portaria MTE n.º 3.751, de 23 de novembro de 1990)	
5	Níveis de radiações ionizantes com radioatividade superior aos limites de tolerância fixados neste Anexo.	40%
6	Ar comprimido.	40%
7	Radiações não-ionizantes consideradas insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho.	20%
8	Vibrações consideradas insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho.	20%
9	Frio considerado insalubre em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho.	20%
10	Umidade considerada insalubre em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho.	20%
11	Agentes químicos cujas concentrações sejam superiores aos limites de tolerância fixados no Quadro 1.	10%, 20% e 40%
12	Poeiras minerais cujas concentrações sejam superiores aos limites de tolerância fixados neste Anexo.	40%
13	Atividades ou operações, envolvendo agentes químicos, consideradas insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho.	10%, 20% e 40%
14	Agentes biológicos.	20% e 40%

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) destaca em seu artigo 193:

“Art. 193. São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a:

I - inflamáveis, explosivos ou energia elétrica;

II - roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial.

§ 1º - O trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional de 30% (trinta por cento) sobre o salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.

§ 2º - O empregado poderá optar pelo adicional de insalubridade que porventura lhe seja devido.

§ 3º Serão descontados ou compensados do adicional outros da mesma natureza eventualmente já concedidos ao vigilante por meio de acordo coletivo.

§ 4º São também consideradas perigosas as atividades de trabalhador em motocicleta.

Avaliação das condições Ambientais

UNIDADE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS
SECRETARIA EXE. DE ESPORTES E LAZER
CNPJ: 27.167.345/0001-90

Endereço
Avenida Presidente Vargas, 545 - Centro - Mantenópolis/ES
CEP: 29.770-000

CNAE
8411-6/00 – Administração Pública em Geral
Grau de Risco 1

Caracterização dos processos e ambientes de trabalho

Funcionários

Setor	Cargo	Funcionários
GHE 01 LIMPEZA E CONSEVAÇÃO	AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS	3
	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	1
GHE 02 VIGILÂNCIA	VIGIA	1

SETOR
GHE 01 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

Nº de funcionários 4

CARGO
AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS
Os trabalhadores de limpeza e conservação de áreas públicas preservam as vias públicas, varrendo calçadas, sarjetas e calçadões, acondicionando o lixo para que seja coletado e encaminhado para o aterro sanitário. Zelam pela segurança das pessoas sinalizando e isolando áreas de risco e de trabalho. Trabalham na limpeza e conservação de áreas públicas, coletam resíduos domiciliares, resíduos sólidos de serviços de saúde e resíduos coletados nos serviços de limpeza; Conservam as áreas públicas lavando-as, pintando guias, postes, viadutos, muretas e etc; Auxiliam nos serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos; Trabalham na ornamentação de canteiros urbanos, através da construção de viveiros e canteiros Varrer sarjetas e calçadões; Varrer calçadas; Amontoar detritos e folhagem; Acondicionar lixo em latões ou sacos plásticos; Empurrar carrinho (lutocar); Ensacar animais mortos; Recolher animais mortos; Solicitar coleta de animais mortos; Solicitar remoção de entulho; Executar serviços de varrição, coleta e transporte de lixo industrial, domiciliar, hospitalar e rural e lavagem de ruas e logradouros públicos municipais, mantendo-os em condições adequadas, acondicionando os materiais coletados conforme as orientações e procedimentos estabelecidos. Executar serviços de conservação de ruas e logradouros públicos realizando capinas, roçadas, pinturas em meio-fio, muros, grades e postes, limpeza de ralos, trincheiras, bocas de lobo, caixas de visita, limpeza de córregos e outras atividades correlatas.

CBO: 5142-05

Funcionário 3

CARGO
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
Executar sob supervisão serviços de copeiragem, conservação, limpeza e zeladoria em prédios públicos servindo, limpando vidros e fachadas, recintos internos e acessórios. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Preparar sucos, lanches, cafés e pequenas refeições; Servir água, cafezinho, suco; Administrar fluxo de serventia; Receber e distribuir refeições; Receber ou recolher bandejas, louças e talheres após as refeições, providenciando sua lavagem e guarda ou o envio ao setor competente; Secar louça e prataria, esterilizar instrumentos e materiais; Operar com aparelhos elétricos utilizados nos serviços de alimentação; Limpar talheres, equipamentos de refrigeração assim como balcão, bancada e bandejas; retirar restos de comida, separando e destinando o lixo; Lavar fachadas; Limpar vidros; Remover resíduos dos vidros; Remover pichações; Limpar móveis e equipamentos eletrodomésticos, lustres, luminárias, ventiladores e tudo o que mais constar nos recintos dos prédios municipais; Limpar superfícies (paredes, pisos, etc..); Lavar banheiros; Aspirar pó; Lavar pisos; Encerar pisos; Remover sujeira; Varrer pisos; Secar pisos; Passar pano; Limpar, lavar cortinas e persianas; Recolher lixo; Depositar o lixo e detritos da cozinha em lugares apropriados, de forma a evitar proliferação de insetos; Proceder à limpeza de ralos, caixas de gordura e esgotos, assim como desentupir pias e ralos; Prover os sanitários com toalha, sabão e papel higiênico, removendo os já utilizados; Auxiliar na realização de serviços em geral como recebimento, separação e Distribuição de correspondência e materiais, atividades de limpeza, copa e conservação de instalações. Executar trabalhos de limpeza em geral em edifícios e outros locais, para manutenção das condições de higiene e conservação do ambiente, coletando o lixo.

CBO: 5122-05

Funcionário 1

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS / AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Físico	Umidade		
Descrição	Exposição à umidade proveniente da utilização de água no processo de limpeza de banheiros, lavagem de utensílios, talheres, entre outros.		
Fundamentação legal	Norma regulamentadora n°15 - Atividades e operações insalubres.		
Fontes ou circunstâncias	Limpeza de banheiro entre outros		
Meio de propagação	Contato direto		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas: • Avental de PVC • Luvas de PVP • Botas de PVP		

Identificação			
Perigo/Fator de Risco **Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)**			Grupo **Biológico**
Descrição	Proveniente da coleta de lixo e limpeza de banheiros, entre outros locais da secretária exe. de esportes e lazer.		
Fundamentação legal	Anexo 1 da Norma Regulamentadora- 15 (Atividades e Operações Insalubres), Portaria n° 3.214/78 do MTE.		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.		
Fontes ou circunstâncias	Coleta de lixo e limpeza de banheiros		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
EPI	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas: • Avental de PVC • Luvas de PVP • Botas de PVP • Óculos de Proteção		
Exposição			
Critério	Qualitativo		

Conclusão de insalubridade AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS / AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
Agente físico NR 15 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES ANEXO N.º 10 UMIDADE 1. As atividades ou operações executadas em locais alagados ou encharcados, com umidade excessiva, capazes de produzir danos à saúde dos trabalhadores, serão consideradas insalubres em decorrência de laudo de inspeção realizada no local de trabalho. Conforme avaliação qualitativa, os colaboradores não executam atividades ou operações em locais alagados ou encharcados, com umidade excessiva, capazes de produzir danos à saúde dos trabalhadores, conforme anexo 10 da Norma Regulamentadora 15, Portaria n° 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre por exposição ao agente físico umidade.**
Agente químico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**

Agente biológico
NR 15 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES ANEXO N.º 14 (Aprovado pela Portaria SSST n.º 12, de 12 de novembro de 1979) AGENTES BIOLÓGICOS. Relação das atividades que envolvem agentes biológicos, cuja insalubridade é caracterizada pela avaliação qualitativa: **Insalubridade de grau máximo** Trabalho ou operações, em contato permanente com: - pacientes em isolamento por doenças infectocontagiosas, bem como objetos de seu uso, não previamente esterilizados; - carnes, glândulas, vísceras, sangue, ossos, couros, pêlos e dejeções de animais portadores de doenças infectocontagiosas (carbunculose, brucelose, tuberculose); - esgotos (galerias e tanques); e - lixo urbano (coleta e industrialização). **Insalubridade de grau médio** Trabalhos e operações em contato permanente com pacientes, animais ou com material infecto-contagiante, em: . Hospitais, serviços de emergência, enfermarias, ambulatórios, postos de vacinação e outros estabelecimentos destinados aos cuidados da saúde humana (aplica-se unicamente ao pessoal que tenha contato com os pacientes, bem como aos que manuseiam objetos de uso desses pacientes, não previamente esterilizados); . Hospitais, ambulatórios, postos de vacinação e outros estabelecimentos destinados ao atendimento e tratamento de animais (aplica-se apenas ao pessoal que tenha contato com tais animais); . Contato em laboratórios, com animais destinados ao preparo de soro, vacinas e outros produtos; laboratórios de análise clínica e histopatologia (aplica-se tão-só ao pessoal técnico); . Gabinetes de autópsias, de anatomia e histoanatomopatologia (aplica-se somente ao pessoal técnico); . Cemitérios (exumação de corpos); . Estábulos e cavalariças; e . Resíduos de animais deteriorados. Ausência de agentes insalubres citados unicamente nas atividades estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**

GHE 02 VIGILÂNCIA
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral. Locais para vigilância conforma a demanda e/ou necessidade do munícipio.

Nº de funcionários 1

CARGO
VIGIA
Zelam pela guarda do patrimônio observando o comportamento e movimentação de pessoas para prevenir perdas, evitar incêndios, acidentes e outras anormalidades. Controlam o fluxo de pessoas e veículos identificando-os e encaminhando-os aos locais desejados. Recebem mercadorias, volumes diversos e correspondências. Fazem manutenções simples nos locais de trabalho. Exercer função de vigia como a atividade dos que exercem desarmados, vigilância sobre depósitos de materiais, pátios, áreas abertas, terminal rodoviário, estação rodoviária, mercados públicos, parques, hortos ou reservas florestais, centros de esportes, escolas, obras em execução, edifícios onde funcionam as repartições municipais e demais áreas e logradouros públicos. Observar movimentação/comportamento das pessoas estranhas; Observar tipo de pessoas estranhas; Atentar para posicionamento dos veículos no estacionamento; Contactar proprietários dos veículos irregularmente estacionados; Monitorar pelo circuito fechado de tv; Prevenir incêndios e acidentes; Chamar segurança; Realizar abordagem preventiva pós-furto; Acompanhar abertura e fechamento das instalações; Comunicando imediatamente à autoridade superior quaisquer irregularidades encontradas e contatar órgãos públicos, quando necessário, relatando a emergência e solicitando socorro, inclusive ajuda policial. Preencher corretamente os formulários referentes à avaliação de desempenho; Executar outras atividades correlatas ao cargo solicitadas pelo chefe imediato.

CBO: 5174-20

Funcionário 1

Conclusão de insalubridade VIGIA
Agente físico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, **portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**
Agente químico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, **portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**
Agente biológico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, **portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre**.

Síntese

Unidade				
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENOPOLIS				
Setor	**Cargo**	**Risco**	**Insalubridade**	**Grau**
GHE 01 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLIVOS	Umidade	Não	.
GHE 01 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLIVOS	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Não	.
GHE 01 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	Umidade	Não	.
GHE 01 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Não	.

Conclusão

Mapeamento e qualificação dos setores perigosos

- **SETOR:** GHE 01 LEMPEZA E CONSERVAÇÃO
- **CARGO:** AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS / AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Parecer técnico com embasamento conforme Portaria n° 3.214/1978 do MTE. NR-16 - Atividades e Operações Perigosas. **De acordo com os anexos da NR 16 a atividade não é periculosa.**

- **SETOR:** GHE 02 VIGILÂNCIA
- **CARGO:** VIGIA

Conforme NR 16 Anexo 3, para o cargo em questão ser considerada uma atividade e operação perigosa, precisa atender a uma das seguintes condições:
a) empregados das empresas prestadoras de serviço nas atividades de segurança privada ou que integrem serviço orgânico de segurança privada, devidamente registradas e autorizadas pelo Ministério da Justiça, conforme lei 7102/1983 e suas alterações posteriores.
b) empregados que exercem a atividade de segurança patrimonial ou pessoal em instalações metroviárias, ferroviárias, portuárias, rodoviárias, aeroportuárias e de bens públicos, contratados diretamente pela administração pública direta ou indireta.

Parecer técnico com embasamento conforme Portaria n° 3.214/1978 do MTE. NR-16 - Atividades e Operações Perigosas. **De acordo com os anexos da NR 16 a atividade não é periculosa.**

As avaliações realizadas neste laudo foram feitas levando em consideração um Grupo Homogêneo de Exposição (GHE), onde, a avaliação corresponde a um grupo de trabalhadores que experimentam exposição semelhante, e que o resultado desta avaliação da exposição de qualquer trabalhador do grupo seja representativo da exposição do restante dos trabalhadores do mesmo grupo.

Recomendações gerais

O presente laudo deve ser reavaliado sempre que novas medidas de controle administrativas ou medidas de proteção coletiva sejam instaladas, ou haja mudança de espaço físico, equipamentos, atividades, processo de trabalho, etc., que venham a alterar as condições ambientais de riscos ao empregado.
Todos os trabalhadores devem estar cientes dos riscos ambientais a que estão expostos, através de Ordens de Serviço, conforme NR 01 e deverá ser permanentemente orientado pela chefia imediata quanto aos corretos procedimentos de trabalho e as formas de proteção contra os riscos.
Os trabalhadores devem estar cientes que o não cumprimento das Ordens de Serviço expedidas pela empresa, esta passível de sanções previstas na CLT.
Os equipamentos de proteção individual - EPI, descartáveis ou não, deverão estar à disposição em número suficiente nos postos de trabalho, de forma que seja garantido o imediato fornecimento ou reposição. Fornecer e orientar o uso mediante protocolo de recebimento.

Responsabilidade técnica

Segundo o Artº 195 da Consolidação das Leis Trabalhistas CLT - A caracterização e a classificação da insalubridade e da periculosidade, segundo as normas do Ministério do Trabalho, far-se-ão através de perícia a cargo de Médico do Trabalho ou Engenheiro do Trabalho, registrados no Ministério do Trabalho. O presente laudo foi elaborado somente em uma face.

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718

Assinado de forma digital por GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718
Dados: 2024.10.03 10:34:50 -03'00'

Responsável do laudo de insalubridade
Gustavo Cordeiro Miranda
CPF: 092.897.697-18
NIT: 128.65129.29-4
Conselho de classe: CREA 051725/D
UF: ES
Especialidade: Engenheiro de Segurança

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977
CREA-ES
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do ES

ART de Obra ou Serviço

0820240368329

ART Individual

1. Responsável Técnico

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA

Título profissional: **ENGENHEIRO DE PRODUÇÃO,ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO,TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO,TECNÓLOGO EM GEST**

RNP: 0819492124
Registro: ES-051725/D
Registro: 19221

Empresa contratada: ST CONSULTORIA OCUPACIONAL E MEIO AMBIENTE LTDA

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS** CPF/CNPJ: **27167345000190**
Rua: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS Nº: 545
Complemento: CEP: 29770000
Cidade: MANTENÓPOLIS UF: ES Bairro: CENTRO
Telefone:
Contrato: 000077/2023 Nº do Aditivo: 0
Valor do Contrato/Honorários: R$15.050,00 Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA

3. Dados da Obra/Serviço

Rua: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS Nº: 545
Complemento: Bairro: CENTRO Quadra Lote
Cidade: MANTENÓPOLIS UF: ES CEP: 29770000
Data de início: 10/09/2024 Prev. Término: 10/09/2024 Coord. Geogr.: ,
Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS CPF/CNPJ:27167345000190

4. Atividade Técnica

Qtde de Pavimento(s): 0 **Nº Pavimento(s):** 0 **Dimensão/Quantidade:** 1 **Unidade de medida:** UNID

ATIVIDADE(S) TÉCNICA(S): 43 - 13.2 - ASSESSORIA TÉCNICA

PARTICIPAÇÃO:

NATUREZA: 100 - RESPONSABILIDADE TÉCNICA

NÍVEL: 104 - EXECUÇÃO

NATUREZA DO(S) SERVIÇO(S): 9111 - SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS (ESPECIFICAR NO CAMPO 22)

TIPO DA OBRA/SERVIÇO: 2001 - SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS (ESPECIFICAR NO CAMPO 22)

PROJETO(S)/SERVIÇO(S): 100 - NENHUM

Após a conclusão das atividades técnicas, o profissional deverá proceder a baixa desta ART.

5. Observações

REFERENTE A CONTRATAÇAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE MEDICINA DO TRABALHO PARA ELABORAÇÃO DE PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCO, LTCAT (LAUDO TÉCNICO DA CONDIÇÃO DO AMBIENTE DE TRABALHO, PCMSO (PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL), PPP, LAUDO DE INSALUBRIDADE E DE PERICULOSIDADE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPALDE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO; SEM CONTUDO TER PROVIDENCIADO O REGISTRO DE ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART), NESTE CONSELHO

6. Declarações

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718 Assinado de forma digital por GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718 Dados: 2024.10.03 10:35:24 -03'00'

Profissional

Contratante

Acessibilidade: <declara a aplicabilidade das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº5.296, de 2 de dezembro de 2004, às atividades profissionais acima relacionadas.>

7. Entidade de classe

SENGE - SINDICATO DOS ENGENHEIROS DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO

8.Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima.

Local de Data

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718 Assinado de forma digital por GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718 Dados: 2024.10.03 10:35:08 -03'00'

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA - CPF: 09289769718

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS - CPF/CNPJ: 27167345000190

9. Informações

- **A ART é válida somente quando quitada, podendo sua conferência ser realizada no site do CREA.**
- **A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.creaes.org.br ou www.confea.org.br**
- **A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.**

www.creaes.org.br creaes@creaes.org.br
tel: (27)3134-0046 art@creaes.org.br
CREA-ES

Valor ART: R$ 262,55 Registrada em: 10/09/2024 Data de pagamento: 12/09/2024 Valor Pago: R$ 262,55 Nosso Número: 140000000016510939

ANEXO VII

Consultoria Ocupacional
&
Meio Ambiente

NR – 01 PGR
PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

DOCUMENTO BASE

Vigência

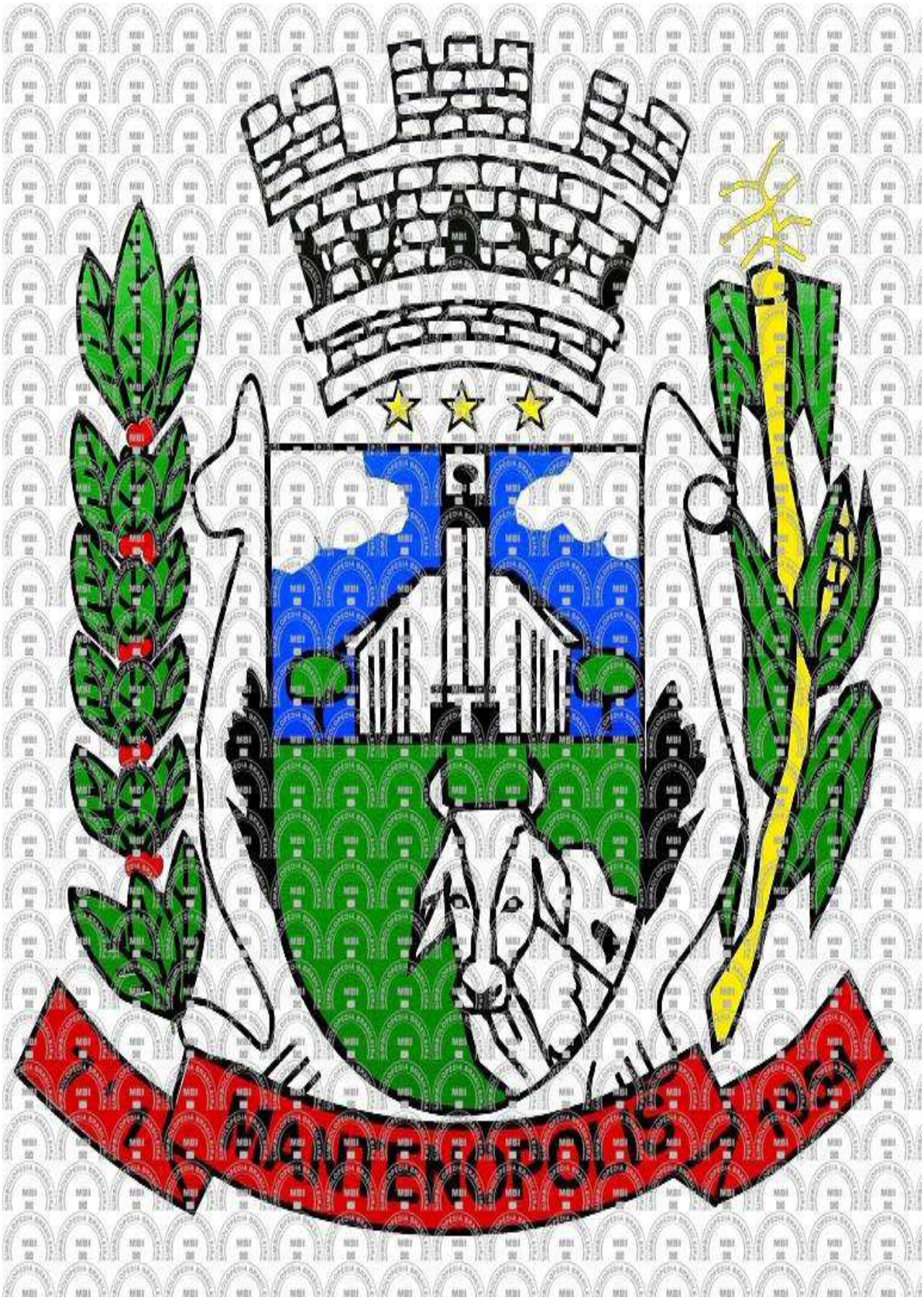
Agosto/2024 a Agosto/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS

Agosto/2024

Sumário

Identificação da empresa 3
Introdução 4
Objetivo 4
Termos e definições 4
Responsabilidades 5
Documentos complementares 6
Estratégias e metodologias de ação 6
Antecipação, reconhecimento, avaliação dos riscos ambientais 7
Forma de registro, manutenção e divulgação de dados 7
Periodicidade e forma de avaliação do desenvolvimento do pgr 7
Inventário de Riscos 9
Disposições finais 130
Controle de riscos 130
Acompanhamento da saúde ocupacional dos trabalhadores 130
Análise de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho 130
Preparação para emergências 131
Equipamentos de proteção individual de uso obrigatório 131
Conclusão 131
Plano de Ação 132



Programa de Gerenciamento de Riscos

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS
SECRETARIA EXE. DE OBRAS, TRANSPORTES E SERV. URBANOS
CNPJ: 27.167.345/0001-90

Endereço
Avenida Presidente Vargas, 545 - Centro - Mantenópolis/ES
CEP: 29.770-000

CNAE
8411-6/00 – Administração Pública em Geral
Grau de Risco 1

Introdução PGR

Disposições Gerais

1. INTRODUÇÃO

O Documento Base do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) se insere no contexto da Política de Gestão da empresa buscando a melhoria contínua do ambiente de trabalho e a preservação da saúde dos seus colaboradores e contratados. Está estruturado conforme disposto na NR-1, Portaria 3214 de 08 de junho de 1978, com redação atualizada pela Portaria 6.730 de 12 de Março de 2020.

2. OBJETIVO

O Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR - visa "estabelecer as disposições gerais, o campo de aplicação, os termos e as definições comuns às Normas Regulamentadoras - NR relativas à segurança e saúde no trabalho". Este Documento Base tem o objetivo estabelecer as "diretrizes para o Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO) e as medidas de prevenção em Segurança e Saúde no Trabalho - SST".

3. TERMOS E DEFINIÇÕES

- Risco Ambiental ou ocupacional: Combinação da probabilidade de ocorrer lesão ou agravo à saúde causados por um evento perigoso, exposição a agente nocivo ou exigência da atividade de trabalho e da severidade dessa lesão ou agravo à saúde.
- Agentes físicos: Qualquer forma de energia que, em função de sua natureza, intensidade e exposição, são capazes de causar lesão ou agravo à saúde do trabalhador. Exemplos: ruído, vibrações, pressões anormais, temperaturas extremas, radiações ionizantes, radiações não ionizantes.
- Agente químico: Substância química, por si só ou em misturas, quer seja em seu estado natural, quer seja produzida, utilizada ou gerada no processo de trabalho, que em função de sua natureza, concentração e exposição, é capaz de causar lesão ou agravo à saúde do trabalhador. Exemplos: fumos de cádmio, poeira mineral contendo sílica cristalina, vapores de tolueno, névoas de ácido sulfúrico.
- Agente biológico: Microrganismos, parasitas ou materiais originados de organismos que, em função de sua natureza e do tipo de exposição, são capazes de acarretar lesão ou agravo à saúde do trabalhador. Exemplos: bactéria Bacillus anthracis, vírus linfotrópico da célula T humana, príon agente de doença de Creutzfeldt-Jakob, fungo Coccidioides immitis.
- Limite de Tolerância - LT (NR-15 / Brasil): A concentração ou intensidade máxima ou mínima, relacionada com a natureza e o tempo de exposição ao agente, que não causará dano à saúde do trabalhador, durante a sua vida laboral. Limite de Exposição - Média Ponderada pelo tempo - TLV-TWA1 (Threshold Limit Value / Time Weighted Average - ACGIH-EUA): A concentração média ponderada pelo tempo para uma jornada normal de 8h diárias e 40h semanais, para a qual a maioria dos trabalhadores pode estar repetidamente exposta, dia após dia, sem sofrer efeitos adversos a sua saúde.
- Limite de Exposição - Curta Duração - TLV-STEL (Threshold Limit Value-Short Term Exposure ACGIH-EUA): A concentração máxima a que os trabalhadores podem estar expostos continuamente por um período curto, de até 15 minutos, sem sofrer irritação, lesão tissular crônica ou irreversível, narcose em grau suficiente para aumentar a predisposição a acidentes, impedir auto salvamento ou reduzir significativamente a eficiência no trabalho, desde que não sejam permitidas mais de 4 exposições diárias, com pelo menos 60 minutos de intervalo entre os períodos de exposição e também que não seja excedido o TLV-TWA.
- Limite de Exposição - Valor Teto (NR-15/Brasil), TLV-C (Threshold Limit Value - Ceiling - ACGIH-EUA): Concentração que não deverá ser excedida durante nenhum momento de exposição na jornada.
- IDLH: Concentração máxima imediatamente perigosa para a vida ou saúde, da qual o trabalhador poderá escapar, dentro de 30 minutos, sem sintomas graves nem efeitos

irreversíveis para a saúde (NIOSH/OSHA/EUA).
- Mobilidade: Percentual de tempo de permanência nos diversos locais durante a rotina de trabalho, em relação ao número de horas trabalhada.
- Nível de Ação: Valor acima do qual devem ser iniciadas ações preventivas (monitoramento periódico, informação aos trabalhadores e controle médico) de forma a minimizar a probabilidade de que as exposições a agentes ambientais ultrapassem os limites de exposição. Para agentes químicos corresponde a metade dos limites de exposição ocupacional (NR-15, ACGIH, acordos coletivos) e para o ruído a dose de 0,5 (superior a 50%), conforme estabelecido na NR-15, Anexo 1, item 6.
- Grupos Similares de Exposição - GSE: Grupos de trabalhadores que experimentam exposição semelhante, de forma que o resultado fornecido pela avaliação de qualquer membro do grupo seja representativo do grupo como um todo.
- NR-15: Norma Regulamentadora no 15 - Portaria 3214.
- ACGIH: American Conference of Governamental Industrial Hygiene.
- NIOSH: National Institute for Occupational Safety and Health.
- AIHA: American Industrial Hygiene Association.
- ABNT: Associação Brasileira de Normas Técnicas.
- OSHA: Occupational Safety and Health Administration.

4. RESPONSABILIDADES

4.1. ORGANIZAÇÃO CONTRATANTE

- Implementar, por estabelecimento ou unidade operacional o gerenciamento de riscos ocupacionais em suas atividades;
- Integrar as ações do PGR com planos, programas e outros documentos previstos na legislação de segurança e saúde no trabalho;
- Evitar que os riscos ocupacionais possam ser originados no trabalho;
- Identificar os perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde;
- Avaliar os riscos ocupacionais indicando o nível de risco;
- Classificar os riscos ocupacionais para determinar a necessidade de adoção de medidas de prevenção;
- Implementar medidas de prevenção, de acordo com a classificação de risco e na ordem estabelecida pela NR 01;
- Considerar as condições de trabalho, nos termos da NR-17;
- Acompanhar o controle de riscos ocupacionais;
- Adotar mecanismos para consultar os trabalhadores quanto à percepção de riscos ocupacionais, podendo para este fim ser adotadas as manifestações da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA, quando houver;
- Comunicar aos trabalhadores sobre os riscos consolidados no inventário de riscos e as medidas de prevenção do plano de ação do PGR;
- Adotar medidas para melhorar o desempenho em SST;
- Elaborar, implantar e assegurar o cumprimento dos documentos integrantes do PGR, respeitando o disposto nas demais Normas Regulamentadoras, datados e assinados;
- Manter os documentos integrantes do PGR sempre disponíveis para consulta dos trabalhadores interessados ou seus representantes e à Inspeção do Trabalho;
- Fornece informações às organizações contratadas sobre os riscos ocupacionais sob sua gestão e que possam impactar nas atividades das contratadas.

4.2 ORGANIZAÇOES CONTRATADAS

- Fornecer ao contratante o Inventário de Riscos Ocupacionais específicos de suas atividades que são realizadas nas dependências da organização contratante ou local previamente convencionado em contrato.

4.3 SESMT/ DESIGNADO CIPA

- Informar aos trabalhadores os riscos ambientais que possam originar-se nos locais de trabalho, os meios necessários para prevenir ou limitar tais riscos e para proteger-se dos mesmos;
- Considerar o conhecimento e percepção que os trabalhadores têm do processo de trabalho;
- Fornecer às empresas subcontratadas as informações sobre os riscos potenciais nas áreas em que desenvolverão suas atividades;
- Programar e aplicar treinamentos com objetivo de instruir os empregados expostos;
- Propor e adotar soluções para eliminar / reduzir a exposição aos riscos;
- Acompanhar o desenvolvimento do PCMSO.

4.4 DOS EMPREGADOS

- Colaborar e participar na implantação e execução do PGR inclusive de normas internas de segurança e saúde;
- Cumprir as normas e orientações recebidas nos treinamentos oferecidos dentro do PGR;
- Informar ao seu superior hierárquico direto ocorrências que, ao seu julgamento possam implicar em riscos à sua saúde e segurança;
- Aplicar e cumprir o Programa de Segurança e Saúde Ocupacional e todas as suas ferramentas aplicáveis e procedimentos específicos inerentes à execução das atividades;
- Colaborar na avaliação e identificação dos riscos gerados em seu posto de trabalho;
- Participar dos treinamentos programados.

5. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

- Inventário de Riscos do PGR;
- Matriz de Riscos do PGR; e
- Plano de Ação no Gerenciamento de Riscos.

6. ESTRATEGIAS E METODOLOGIAS DE AÇÃO

O presente programa foi elaborado com base na antecipação, reconhecimento e avaliação dos riscos ambientais existentes nas atividades dos empregados da Empresa, levando em consideração os diversos locais de trabalho. Esses dados foram realizados por profissionais do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho - SESMT e inseridos no inventario de risco deste PGR.

O controle desses riscos ambientais foi inserido para gerenciamento dos riscos ocupacionais na planilha de ação também conhecida como planilha de gerenciamento de riscos.

Como suporte técnico para o reconhecimento dos riscos foi consideradas as constatações provenientes do exercício dos trabalhos que estão sendo realizadas nas instalações / áreas / setores da empresa, informações prestadas pelos profissionais da empresa e representante da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA.

A estratégia tem como finalidade alcançar os seguintes objetivos:

- Reconhecimento dos Riscos Ambientais - referente ao processo de trabalho executado e a

condição de exposição dos funcionários;

- Avaliação quantitativa - Com base na NR-09.4.2, sempre que se constate a possibilidade de o trabalhador estar submetido à exposição ao agente de risco, cujo limite de tolerância possa estar superior ao previsto na legislação;
- Interpretação dos resultados - avaliação e julgamento profissional com proposição de medidas de controle;
- A metodologia aplicada será a da legislação atualizada das Normas Regulamentadoras - NR do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, Lei 6514 de 22 de dezembro de 1977, onde se encontram estabelecidos os parâmetros mínimos e diretrizes gerais, as quais foram aplicadas neste PGR.
- Com base na NR-09.6.1.1, na ausência de limites de tolerância previstos na NR-15 e seus anexos ou quando necessário, serão utilizados “Critérios Técnicos“ adotados pela American Conference of Governamental Hygienist (ACGIH) tomando como base os limites de tolerância (TLV - TWA, TLV - STEL e TLV - C) adotados por essa Associação.

7. Antecipação, Reconhecimento Avaliação dos Riscos Ambientais

7.1 ANTECIPAÇÃO

A antecipação visa identificar riscos potenciais. As informações que deverão ser consideradas para a elaboração ou revisão do PGR são originadas de:

- Projetos de novas instalações: Projeto Conceitual, a Engenharia, com apoio das áreas de Segurança do Trabalho, deverá avaliar, dentro das estratégias de segurança e de saúde, quais os riscos ambientais que estão previstos no projeto, prevendo, se possível, medidas de redução e controle já na fase do projeto, bem como os recursos necessários para monitoramento das exposições. Estes riscos deverão ser incorporados na revisão do PGR quando da conclusão do projeto.
- Modificações de projetos: A área de Segurança do Trabalho deve avaliar os novos riscos ambientais se estão previstos, ou se ocorreram a eliminação dos mesmos. Estas alterações deverão ser incorporadas na revisão do PGR quando da conclusão da modificação.
- Manipulação de novos produtos químicos: Todo produto novo para ser armazenado deverá ter como base as informações sobre a toxicologia e suas especificações de segurança contidas na FISPQ do produto. Se após a análise crítica das áreas envolvidas forem favoráveis para a manipulação e armazenamento do referido produto, deverá ser feita avaliação ambiental.

7.2 RECONHECIMENTO DOS RISCOS AMBIENTAIS

O reconhecimento dos riscos ambientais é realizado através de inspeções / auditorias nas diversas áreas / locais da Empresa; ocasião em que são consolidadas as constatações técnicas, levando em consideração as percepções que os trabalhadores têm do processo produtivo e riscos ambientais; informações / registros realizados pela Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA, bem como tudo que venha a contribuir como suporte técnico para o enriquecimento do reconhecimento. O reconhecimento visa o registro / avaliação das possíveis interferências na saúde / integridade física do trabalhador em razão da relação entre exposição e riscos ambientais oriundos da área / setor como um todo, somado aos riscos provenientes das atividades realizadas pelo trabalhador no seu posto/local de trabalho.

A avaliação dos riscos ambientais é realizada após a Antecipação e Reconhecimento do agente, da fonte geradora, do Grupo Homogêneo ou Similar de Exposição, da função e atividade desses, das medidas de controle existentes e das medidas de controle propostas. Somente o resultado das avaliações devem ser inseridos no Inventário de Riscos deste PGR conforme NR-09.4.3.
A antecipação, o reconhecimento e a avaliação dos Riscos Ambientais estão registrados Inventário de Riscos presentes nesse PGR.

8. FORMA DE REGISTRO, MANUTENÇÃO E DIVULGAÇÃO DE DADOS

O inventário de riscos ocupacionais deve ser mantido atualizado. O histórico das atualizações deve ser mantido por um período mínimo de 20 (vinte) anos ou pelo período estabelecido em normatização específica.

9. PERIODICIDADE E FORMA DE AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DO PGR

A avaliação de riscos deve constituir um processo contínuo e ser revista a cada dois anos ou quando da ocorrência das seguintes situações:

a) após implementação das medidas de prevenção, para avaliação de riscos residuais;

b) após inovações e modificações nas tecnologias, ambientes, processos, condições, procedimentos e organização do trabalho que impliquem em novos riscos ou modifiquem os riscos existentes;

c) quando identificadas inadequações, insuficiências ou ineficácias das medidas de prevenção;

d) na ocorrência de acidentes ou doenças relacionadas ao trabalho;

e) quando houver mudança nos requisitos legais aplicáveis.

Observação.: No caso de organizações que possuírem certificações em sistema de gestão de SST, o prazo poderá ser de até 3 (três) anos.

Será necessário elaborar a AET (Análise Ergonômica do Trabalho), laudo de insalubridade e laudo de periculosidade, para atender a GRO (Gerenciamento de Riscos Ocupacionais). Além dos demais documentos das NR's e dos riscos relacionados no inventário de risco.

Inventário de Riscos

1. INTRODUÇÃO

Os dados referentes aos perigos identificados e das avaliações dos riscos ocupacionais deverão constituir um Inventário de Riscos Ocupacionais, que deverá conter, no mínimo, os seguintes itens:

1. Caracterização dos processos e ambientes de trabalho;
2. Caracterização das atividades;
3. Descrição de perigos e de possíveis lesões ou agravos à saúde dos trabalhadores, com a identificação das fontes ou circunstâncias, descrição de riscos gerados pelos perigos, com a indicação dos grupos de trabalhadores sujeitos a esses riscos e descrição de medidas de prevenção implementadas;
4. Dados da análise preliminar ou do monitoramento das exposições a agentes físicos, químicos e biológicos e os resultados da avaliação de ergonomia nos termos da NR 17;
5. Avaliação de riscos, incluindo a classificação para fins de elaboração do plano de ação;
6. Critérios adotados para avaliação dos riscos e tomadas de decisão.

O inventário de riscos ocupacionais deverá ser mantido atualizado e seu histórico de atualizações deverá ser mantido por um período mínimo de 20 (vinte) anos ou pelo período estabelecido em normatização específica.

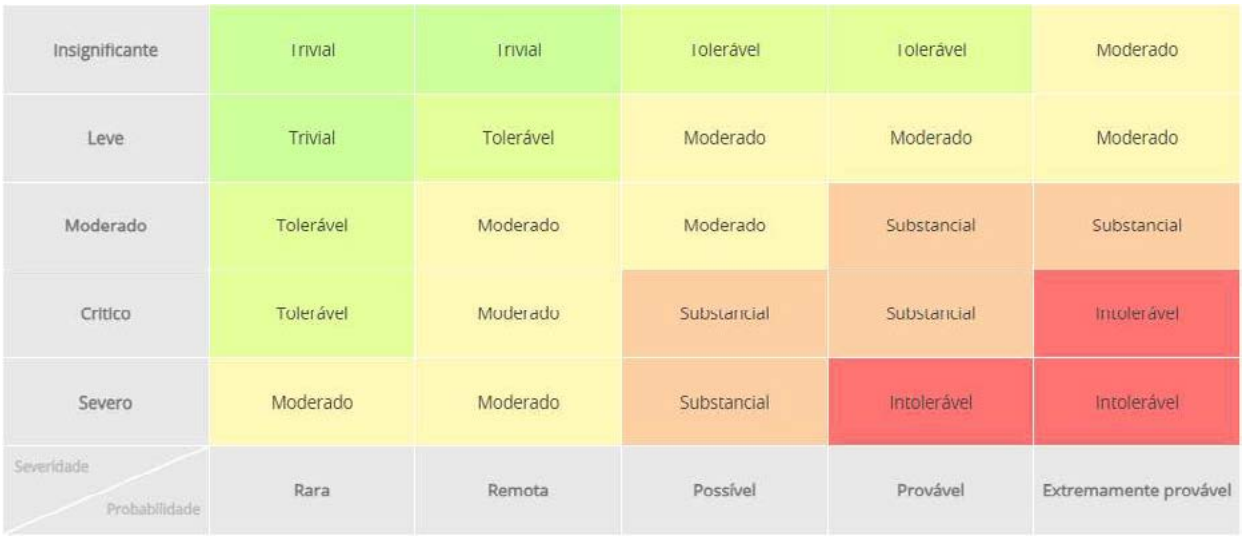
2. RISCOS AMBIENTAIS

Segundo a NR 9 são considerados riscos ambientais os agentes físicos, químicos e biológicos existentes no ambiente de trabalho que, em função de sua natureza, concentração e tempo de exposição são capazes de causar danos a saúde do trabalhador, conforme classificação que segue:

- Agentes físicos - As diversas formas de energia a que possam estar expostos os trabalhadores, tais como ruídos, vibrações, radiações ionizantes, radiações não ionizantes, frio, calor, pressões anormais, umidade
- Agentes químicos - São substância, compostos ou produtos que possam penetrar no organismo pela via respiratória em forma de poeira, fumos, neblinas, névoas, gases ou vapores, ou que, pela natureza da atividade de exposição, possam ter contato ou ser absorvidos pelo organismo ou por ingestão. São eles: poeiras, fumos, névoas, neblinas, gases, vapores, substâncias compostas ou produtos químicos.
- Agentes biológicos - São microorganismos tais como: vírus, bactérias, protozoários, fungos, parasitas, bacilos.
- Riscos Ergonômicos - São riscos relacionados ao processo produtivo e das tarefas executadas em situações inadequadas tais como: esforço físico intenso, levantamento e transporte manual de peso, exigência de postura inadequada, controle rígido de produtividade, imposição de ritmos excessivos, trabalhos em turno noturno, jornadas de trabalho prolongadas, monotonia e repetitividade, outras situações causadoras de stress físico e/ou psíquico.
- Riscos de acidentes - São riscos relacionados à execução de atividades, colocando em exposição à saúde e integridade física dos funcionários no seu campo de trabalho. Ex.: arranjo físico inadequado, máquinas e equipamentos sem proteção, ferramentas inadequadas ou defeituosas, iluminação inadequada, eletricidade, probabilidade de incêndio ou explosão, armazenamento inadequado, animais peçonhentos, outras situações de risco que poderão contribuir para a ocorrência de acidentes.

3. MATRIZ DE RISCO DO PGR

A avaliação da Classificação de Risco é realizada para cada GSE em relação a cada agente de risco E Atividade no Inventário de Riscos, possibilitando conhecer, em função do risco da exposição qual a consequência para a saúde. A classificação de Risco é obtida relacionando-se as informações anteriormente obtidas pela interação da Probabilidade x Severidade do Risco, conforme a Matriz de Risco apresentada na abaixo:



Os níveis de riscos são delimitados com base no resultado da combinação da severidade das possíveis lesões ou agravos à saúde com a probabilidade ou chance de sua ocorrência. Para cada perspectiva foram definidos os pesos e as suas descrições.

SEVERIDADE	
Classificação	Descrição
Insignificante	Incômodo, insatisfação ou dano leve sem necessidade de tratamento médico.
Leve	Pode prejudicar a integridade física e/ou a saúde, provocando lesão que implique em incapacidade temporária por prazo igual ou inferior a 15 (quinze) dias.
Moderado	Pode prejudicar a integridade física e/ou a saúde, provocando lesão que implique em incapacidade temporária por prazo superior a 15 (quinze) dias.
Critico	Pode prejudicar a integridade física e/ou a saúde, provocando lesão ou sequela permanente.
Severo	Pode levar a óbito imediato ou que venha a ocorrer posteriormente.

PROBABILIDADE	
Classificação	Descrição
Rara	Medidas de prevenção adequadas e com garantia de continuidade desta situação. Uma consequência não é esperada, não é comum sua ocorrência, extraordinária.
Remota	Medidas de prevenção adequadas, mas com pequenos desvios. Ainda que em funcionamento, não há garantias de que sejam mantidas sempre ou em longo prazo. Uma consequência é pouco provável que aconteça quase improvável.
Possível	Medidas de prevenção apresentam desvios ou problemas significativos. Não há garantias de que as medidas sejam mantidas. Uma consequência talvez aconteça, com possibilidade de que se efetive concebível.
Provável	Medidas de prevenção incompletas ou com deficiências relevantes. Uma consequência é esperada, com grande probabilidade de que aconteça ou se realize.
Extremamente Provável	Medidas de prevenção inexistentes. Uma consequência é esperada, com grande probabilidade de que aconteça ou se realize.

NIVEIS DE RISCOS	
Classificação	Descrição
Trivial	Nenhuma ação é necessária.
Tolerável	Improvável risco à saúde do trabalhador. É requerido monitoramento, para assegurar que as medidas serão mantidas.
Moderado	Situação considerada causadora de fadiga se desenvolvida por longo período. Devem ser implantados meios de controle preventivo.
Substancial	Situação considerada causadora de lesão. Deve ser feito estudos sistemáticos da atividade, sugerindo um plano de melhoria para eliminar ou minimizar o risco/perigo.
Intolerável	Interromper as atividades ou intervenção imediata. O trabalho não pode ser iniciado ou continuado até que o risco/perigo tenha sido reduzido ou eliminado.

UNIDADE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS
SECRETARIA EXE. DE OBRAS, TRANSPORTES E SERV. URBANOS
CNPJ: 27.167.345/0001-90

Endereço
Avenida Presidente Vargas, 545 - Centro - Mantenópolis/ES
CEP: 29.770-000

CNAE
8411-6/00 – Administração Pública em Geral
Grau de Risco 1

Caracterização dos processos e ambientes de trabalho

Funcionários

Setor	Cargo	Funcionários
GHE 01 OBRAS / ADMINISTRATIVO	AGENTE ADMINISTRATIVO	1
GHE 02 OBRAS / LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICO	19
	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	7
GHE 03 OBRAS/ ELÉTRICA	ELETRICISTA	2
GHE 04 OBRAS/ ENGENHARIA	ENGENHEIRO CIVIL	1
GHE 05 OBRAS/ TRANSPORTE	MOTORISTA PROFISSIONAL	3
GHE 06 OBRAS / MÁQUINAS MÓVEIS	OPERADOR DE MÁQUINAS	1
GHE 07 OBRAS / CONSTRUÇÃO CIVIL	PEDREIRO	5
GHE 08 OBRAS / VIGILÂNCIA	VIGIA	2
GHE 09 TRANSP. E SERVIÇOS URBANOS / LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICO	19
	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	6

GHE 10 TRANSP. E SERVIÇOS URBANOS / MANUTENÇÃO CEMITÉRIO	COVEIRO	1
GHE 11 TRANSP. E SERVIÇOS URBANOS / TRANSPORTE	MOTORISTA PROFISSIONAL	2
GHE 12 TRANSP. E SERVIÇOS URBANOS / ETA	OPERADOR DE ETA	2
GHE 13 TRANSP. E SERVIÇOS URBANOS / VIGILÂNCIA	VIGIA	1

SETOR
GHE 01 OBRAS / ADMINISTRATIVO
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

Nº de funcionários 1

CARGO
AGENTE ADMINISTRATIVO
Supervisionam e controlam serviços financeiros diversos, bens-patrimoniais e logísticos; elaboram orçamentos, efetuam pagamentos, realizam cobrança, controlam bens patrimoniais, fecham câmbio, analisam crédito, coordenam caixas, administram processos logísticos e gerenciam almoxarifado/estoque; Supervisionam equipes de trabalho, orientando e avaliando desempenho em busca da melhor qualidade no trabalho. Organizam documentos e efetuam sua classificação contábil; geram lançamentos contábeis, auxiliam na apuração dos impostos, conciliam contas e preenchimento de guias de recolhimento e de solicitações, junto a órgãos do governo. Emitem notas de venda e de transferência entre outras; realizam o arquivo de documentos; Organizam a rotina de serviços e realizam entrada e transmissão de dados, operando teleimpressores e microcomputadores; registram e transcrevem informações, operando máquinas de escrever; atendem necessidades do setor interno e externo. Supervisionam trabalho e equipe; Organizam documentos e informações. Orientam usuários e os auxiliam na recuperação de dados e informações. Disponibilizam fonte de dados para usuários. Providenciam aquisição de material e incorporam material ao acervo. Arquivam documentos, classificando-os segundo critérios apropriados para armazená-los e conservá-los. Prestam serviço de comutação, alimentam base de dados e elaboram estatísticas. Executam tarefas relacionadas com a elaboração e manutenção de arquivos, podendo ainda, operar equipamentos reprográficos, recuperar e preservar as informações por meio digital, magnético ou papel.

CBO: 4102-05

1 funcionários

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo AGENTE ADMINISTRATIVO**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura sentada por longos períodos		
Descrição	Necessidade de atuação sentado por longos períodos durante a jornada de trabalho.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Analise Ergonômica do Trabalho - AET Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Fornece instruções para alongamento físico.		
Orientação	Orientar trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Presença de reflexos em telas, painéis, vidros, monitores ou qualquer superfície, que causem desconforto ou prejudiquem a visualização		
Descrição	Situação desconfortável aos olhos, proveniente do uso frequente de telas de computadores para execução das atividades.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Fadiga nos olhos, ardência e dores de cabeça.		
Fontes ou circunstâncias	Telas de computadores		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos.		

Identificação	
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**
Ergonômico	Trabalho intensivo com teclado ou outros dispositivos de entrada de dados
Descrição	Repetição continuada de movimentos com os dedos, proveniente da utilização de periféricos de entrada de dados em computadores (mouse, teclados).
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Problemas nas articulações e nos músculos (LER/DORT) e nos dedos (tendinites)
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos

Avaliação			
Critério			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		

Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Analise Ergonômica do Trabalho - AET -Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	- Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Introdução de pausas curtas periódicas e rodízios de funções em trabalhos continuados repetitivos, de precisão, em computadores, ou que exijam atenção constante; - Usar mobiliários ajustáveis às dimensões dos trabalhadores, assegurando postura confortável dos braços e pernas para trabalhador na posição sentada e em pé; - Usar postos de trabalho ajustáveis para o trabalho em computador (altura da cadeira, altura do monitor, altura do teclado).		

SETOR
GHE 02 OBRAS / LIMPEZA E CONSERVAÇÃO
Áreas diversas como: casas, comunidades, outras residências, estabelecimentos, entre outros.

Nº de funcionários 26

CARGO
AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICO
Os trabalhadores de limpeza e conservação de áreas públicas preservam as vias públicas, varrendo calçadas, sarjetas e calçadões, acondicionando o lixo para que seja coletado e encaminhado para o aterro sanitário. Zelam pela segurança das pessoas sinalizando e isolando áreas de risco e de trabalho. Trabalham na limpeza e conservação de áreas públicas, coletam resíduos domiciliares, resíduos sólidos de serviços de saúde e resíduos coletados nos serviços de limpeza; Conservam as áreas públicas lavando-as, pintando guias, postes, viadutos, muretas e etc; Auxiliam nos serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos; Trabalham na ornamentação de canteiros urbanos, através da construção de viveiros e canteiros Varrer sarjetas e calçadões; Varrer calçadas; Amontoar detritos e folhagem; Acondicionar lixo em latões ou sacos plásticos; Empurrar carrinho (lutocar); Ensacar animais mortos; Recolher animais mortos; Solicitar coleta de animais mortos; Solicitar remoção de entulho; Executar serviços de varrição, coleta e transporte de lixo industrial, domiciliar, hospitalar e rural e lavagem de ruas e logradouros públicos municipais, mantendo-os em condições adequadas, acondicionando os materiais coletados conforme as orientações e procedimentos estabelecidos. Executar serviços de conservação de ruas e logradouros públicos realizando capinas, roçadas, pinturas em meio-fio, muros, grades e postes, limpeza de ralos, trincheiras, bocas de lobo, caixas de visita, limpeza de córregos e outras atividades correlatas.

CBO: 5142-05

19 funcionário

CARGO
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
Executar sob supervisão serviços de copeiragem, conservação, limpeza e zeladoria em prédios públicos servindo, limpando vidros e fachadas, recintos internos e acessórios. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Preparar sucos, lanches, cafés e pequenas refeições; Servir água, cafezinho, suco; Administrar fluxo de serventia; Receber e distribuir refeições; Receber ou recolher bandejas, louças e talheres após as refeições, providenciando sua lavagem e guarda ou o envio ao setor competente; Secar louça e prataria, esterilizar instrumentos e materiais; Operar com aparelhos elétricos utilizados nos serviços de alimentação; Limpar talheres, equipamentos de refrigeração assim como balcão, bancada e bandejas; retirar restos de comida, separando e destinando o lixo; Lavar fachadas; Limpar vidros; Remover resíduos dos vidros; Remover pichações; Limpar móveis e equipamentos eletrodomésticos, lustres, luminárias, ventiladores e tudo o que mais constar nos recintos dos prédios municipais; Limpar superfícies (paredes, pisos, etc..); Lavar banheiros; Aspirar pó; Lavar pisos; Encerar pisos; Remover sujeira; Varrer pisos; Secar pisos; Passar pano; Limpar, lavar cortinas e persianas; Recolher lixo; Depositar o lixo e detritos da cozinha em lugares apropriados, de forma a evitar proliferação de insetos; Proceder à limpeza de ralos, caixas de gordura e esgotos, assim como desentupir pias e ralos; Prover os sanitários com toalha, sabão e papel higiênico, removendo os já utilizados; Auxiliar na realização de serviços em geral como recebimento, separação e Distribuição de correspondência e materiais, atividades de limpeza, copa e conservação de instalações. Executar trabalhos de limpeza em geral em edifícios e outros locais, para manutenção das condições de higiene e conservação do ambiente, coletando o lixo.

CBO: 4122-05

7 funcionário

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS / AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Físico	Radiações não-ionizantes		
Descrição	Exposição à radiação não ionizante em atividades a céu aberto		
Fundamentação legal	NR 01 / NR 06 / NR 09		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Aumentam os riscos de doenças como neoplasias, anemia apática, púrpura, radio dermatite, infertilidade, entre outras.		
Fontes ou circunstâncias	Trabalho a céu aberto		
Meio de propagação	Raios solares (UV)		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades: • Óculos de proteção tipo UV.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Físico	Umidade		
Descrição	Exposição à umidade proveniente da utilização de água no processo de limpeza de superfícies, entre outros.		
Fundamentação legal	NR 01 / NR 06 / NR 09		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode provocar doenças no aparelho respiratório, quedas, doenças de pele, entre outras.		
Fontes ou circunstâncias	Limpeza de superfícies, entre outros.		
Meio de propagação	Contato direto		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas: • Avental de PVC • Luvas de PVP • Botas de PVP		

Identificação			
Perigo/Fator de Risco **Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)**			Grupo **Biológico**
Descrição	Proveniente da coleta de lixo urbano.		
Fundamentação legal	NR 01 / NR 06 / NR 09		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.		
Fontes ou circunstâncias	Coleta de lixo urbano		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
EPI	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas: • Avental de PVC • Luvas de PVP • Botas de PVP • Óculos de Proteção		
Exposição			
Critério	Qualitativo		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Exigência de flexões de coluna vertebral frequentes		
Descrição	Proveniente da necessidade de baixar, levantar, entre outros movimentos para execução das atividades de limpeza e conservação, entre outras atividades relacionadas.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Pode provocar Lesões musculoesqueléticas, fadiga e exaustão.		
Fontes ou circunstâncias	Atividades de limpeza e conservação		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET. -Fornece instruções para alongamento físico.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Frequente deslocamento a pé durante a jornada de trabalho		
Descrição	Deslocamento necessário proveniente das atividades de limpeza e conservação do ambiente de trabalho, da coleta de lixo urbano, entre outras atividades relacionadas.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Tolerável	Moderado
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Analise Ergonômica do Trabalho - AET. -Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Orientação	Orientar ao trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Frequente execução de movimentos repetitivos		
Descrição	Proveniente da execução de movimentos repetitivos para execução das atividades de limpeza, entre outras.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Dores nas articulações dos dedos e das mãos.		
Fontes ou circunstâncias	Movimentos repetitivos para execução das atividades		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET Fornece instruções para alongamento físico.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura de pé por longos períodos		
Descrição	Postura proveniente da necessidade de permanecer de pé para execução das atividades de limpeza e conservação.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Analise Ergonômica do Trabalho - AET. -Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET. Fornece instruções para alongamento físico.		
Orientação	Orientar ao trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Animais peçonhentos/Risco de contato e/ou ataque		
Descrição	Risco proveniente da coleta de lixo e entulhos urbanos, possível contato com animais como: aranhas, escorpiões, cobras, ratos, entre outros.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Picadas, mordidas, arranhões, perfurações e alergias		
Fontes ou circunstâncias	Contato com lixos urbanos e entulhos.		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Medico de Saúde ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Manter o uso continuo de calçado de segurança fechado e luvas de proteção, com CA, emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde do trabalho.		
Orientação	Utilizar sempre calçados fechados e luvas apropriados para as execuções das atividades, para evitar acidentes ou contato com animais peçonhentos.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Áreas de trânsito de veículos sem demarcação		
Descrição	Risco proveniente das atividades em áreas externas onde o fluxo de veículos são constantes.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Risco de atropelamentos, fraturas em vários graus e até morte.		
Fontes ou circunstâncias	Ruas, vias e avenidas movimentadas		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Severo	Possível	Substancial	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Medico de Saúde ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Manter o uso continuo de calçado de segurança fechado, com CA, emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde do trabalho.		
Orientação	Atenção nas execuções das atividades. Utilizar calçados de seguranças próprios para a execução das atividades para evitar tropeções e quedas.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Objetos cortantes e/ou perfuro cortantes		
Descrição	Risco proveniente da coleta de lixo urbano, matérias diversos como vidros quebrados, resto de entulhos, outros objetos que possam causar cortes e/ou perfurações, entre outros.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Risco de cortes e/ou perfurações, acidentes, lesões, entre outros.		
Fontes ou circunstâncias	Coleta de lixo urbano, entulhos, entre outros.		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Crítico	Possível	Moderado	Substancial
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Medico de Saúde ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco através de palestras e treinamentos. Procedimentos operacionais seguros -Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde no trabalho, e adequados para a execução das atividades.		
Orientação	Atenção e cuidados na coleta de lixos urbanos e entulhos. Utilizar sempre EPI's apropriados para a execução das atividades (luvas, botas, entre outros)		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Piso escorregadio e/ou irregular		
Descrição	Risco proveniente de locais externos variados, podendo ocorrer quedas ou tropeções devido a calçadas molhadas e irregulares, desníveis, entre outros fatores. Risco de quedas de mesmo nível.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Fraturas, luxações ou entorses, escoriações e contusões		
Fontes ou circunstâncias	Pisos e outras superfícies escorregadios		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não evidenciado	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas coletivas (EPC)	Necessária utilização de placa cavalete de piso escorregadio durante a execução da atividade de limpeza e enquanto o piso apresentar estar molhado ou úmido.		
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Medico de Saúde ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco através de palestras e treinamentos. Procedimentos operacionais seguros -Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde no trabalho, e adequados para a execução das atividades.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Trabalho em ambientes com risco de queda de objetos		
Descrição	Risco de queda de objetos sobre os pés, proveniente da coleta e movimentação de lixos urbanos, entulhos, entre outros materiais e/ou objetivos.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode provocar contusões, entorses, luxações ou fraturas.		
Fontes ou circunstâncias	Coleta e movimentação de lixo, entulho, entre outros.		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Medico de Saúde ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Manter o uso continuo de calçado de segurança fechado, com CA, emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde do trabalho.		
Orientação	Utilizar sempre calçado fechado e apropriado para as atividades, para evitar lesões por queda de objetos sobres os pés.		

SETOR
GHE 03 OBRAS / ELÉTRICA
Áreas diversas como: obras, na manutenção e preservação de prédios públicos, locais comerciais, entre outros locais conforme a demanda do município.

Nº de funcionários 2

CARGO
ELETRICISTA
Planejar serviços elétricos, realizar instalação de distribuição de alta e baixa tensão. Montar e reparar instalações elétricas e equipamentos auxiliares em residências, estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços. Instalar e reparar equipamentos de iluminação de cenários ou palcos. Realizar base e posicionamento de postes; Cavar buracos para instalação de postes; Instalar postes; Equipar os postes; Instalar condutores e acessórios; Instalar transformadores; Instalar iluminação pública; Testar a rede de distribuição. Interpretar esquemas elétricos dos equipamentos; Identificar o defeitos; Preparar equipamentos para a manutenção; Selecionar ferramentas e materiais; Corrigir defeito de máquinas, equipamentos e sistemas; Testar funcionamento de máquinas, equipamentos e sistemas; Fazer ensaios elétricos dos equipamentos; Liberar máquina, equipamento e sistema para operação após manutenção. Realizar serviços de montagem e manutenção de sistemas elétricos, instalando equipamentos, componentes e fiações, de acordo com plantas e especificações técnicas, efetuando testes em instalações e circuitos, reparando ou substituindo unidades e peças danificadas. Realizar manutenção preventiva e corretiva, instalação de quadros de distribuição de força e analisar consumo de energia, ligação e desligamento de aparelhos elétricos e eletrônicos. Identificar defeitos elétricos para reparar ou substituir componentes, ajustando peças e simulando o funcionamento dos equipamentos. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas. Fazer uso de veículos da frota pública municipal, no desempenho das atividades do seu cargo.

CBO: 7156-10

2 funcionário

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo ELETRICISTA**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Físico	Radiações não-ionizantes		
Descrição	Exposição à radiação não ionizante (Raios solares UV) nas atividades a céu aberto.		
Fundamentação legal	NR 01 / NR 06 / NR 09		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Aumentam os riscos de doenças como neoplasias, anemia apática, púrpura, radio dermatite, infertilidade, entre outras.		
Fontes ou circunstâncias	Trabalho a céu aberto		
Meio de propagação	Raios solares (UV)		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades: • Óculos de proteção tipo UV.		

Identificação			
Grupo	**Código eSocial**	**Perigo/Fator de Risco**	
Físico	02.01.001	Ruído Contínuo ou Intermitente	
Descrição	Uso de máquinas e equipamentos ruidosos, vias, ruas e outros locais movimentados.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-9 - AVALIAÇÃO E CONTROLE DAS EXPOSIÇÕES OCUPACIONAIS A AGENTES FÍSICOS, QUÍMICOS E BIOLÓGICOS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Perda da audição, zumbidos, ansiedade, nervosismo entre outros.		
Fontes ou circunstâncias	Máquinas, equipamentos e locais movimentados		
Meio de propagação	Ar		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	Necessário avaliação quantitativo da exposição do colaborador ao agente físico Ruído para conclusão.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL - PCMSO		
Ações necessárias	- Alertar o trabalhador sobre o risco através de palestras e treinamentos. - Necessário avaliação do agente físico ruído para parecer conclusivo.		
Observação	Necessário Avaliação de Ruído.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Exigência de flexões de coluna vertebral frequentes		
Descrição	Proveniente da necessidade de baixar, levantar, entre outros movimentos para execução das atividades relacionadas		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Pode provocar Lesões musculoesqueléticas, fadiga e exaustão		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Analise Ergonômica do Trabalho - AET. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET. -Fornece instruções para alongamento físico.		
Orientação	Orientar ao trabalhador que evite movimentos e flexões que possam a vir a causar danos a sua saúde.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Frequente deslocamento a pé durante a jornada de trabalho		
Descrição	Posturas de trabalho inadequadas, frequente deslocamento a pé para a execução das atividades.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Dores nas articulações e nos músculos.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Tolerável	Moderado
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Analise Ergonômica do Trabalho - AET. -Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Orientação	Orientar ao trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura de pé por longos períodos		
Descrição	Postura proveniente da necessidade de permanecer de pé para execução das atividades de eletricista.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Analise Ergonômica do Trabalho - AET. -Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET. Fornece instruções para alongamento físico.		
Orientação	Orientar ao trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Uso frequente de escadas		
Descrição	Proveniente da utilização frequente de escadas móveis para a execução das atividades de eletricista. Subir e descer escadas constantemente durante a jornada de trabalho.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Lombalgias, fadiga precoce e problemas nas articulações do joelho		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Analise Ergonômica do Trabalho - AET. -Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET. Fornece instruções para alongamento físico.		
Orientação	Orientar ao trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Choque Elétrico		
Descrição	Risco de choques devido as atividades que envolvem energia elétrica.		
Fundamentação legal	NR-1 / NR 06 / NR 07 / NR 10		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Pode causar desde a contratura muscular violenta, até parada respiratória e cardíaca, ou até mesmo a morte.		
Fontes ou circunstâncias	Serviços de Instalação e Manutenção Elétrica		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não evidenciado	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Medico de Saúde ocupacional – PCMSO; Sinalização de Perigo; Painéis de Controle liga/desliga		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco através de palestras e treinamentos. Procedimentos operacionais seguros -Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde no trabalho, e adequados para a execução das atividades: . Calçado de Segurança para Eletricista . Capacete de Proteção . Luvas de Proteção para baixa tensão . Luvas de Segurança para alta tensão . Óculos de Proteção		
Orientação	Nunca começar uma atividade com energia elétrica sem antes fazer e seguir todos os procedimentos de segurança, conforme NR 10.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Condução de veículos de qualquer natureza em vias públicas		
Descrição	Condução de veículo em condições desfavoráveis meteorológicas, estradas e más condições e congestionamentos excessivos.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Lesões corporais diversas, com grande possibilidade de levar ao óbito ou à invalidez para o trabalhador e para terceiros.		
Fontes ou circunstâncias	Condução de Veículo Automotor		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Severo	Possível	Substancial	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Implementa	Sim	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas coletivas (EPC)	Sinalização de emergência Extintor de Incêndio		
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	-Orientar o trabalhador sobre a condução defensiva através de palestras e treinamentos. -Verificar constantemente os estados dos pneus e das condições mecânicas do veículo, especialmente as condições do freio, lâmpadas e cintos de segurança. -Cuidado durante os deslocamentos em condições climáticas adversas, como chuva e neblina. -Utilização do cinto de segurança pelo motorista e todos os passageiros.		
Orientação	Treinamento de direção defensiva		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Trabalho em Altura		
Descrição	Atividades acima de 2 metros proveniente da manutenção e instalação elétrica.		
Fundamentação legal	NR-1 / NR 06 / NR 07 / NR 35		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Fraturas em vários graus, luxações, entorses e até morte		
Fontes ou circunstâncias	Serviços de Instalação e Manutenção Elétrica		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Severo	Possível	Substancial	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não evidenciado	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Medico de Saúde ocupacional – PCMSO		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco através de palestras e treinamentos. Procedimentos operacionais seguros -Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde no trabalho, e adequados para a execução das atividades: . Capacete de Proteção . Cinto de Segurança Tipo Paraquedista para Eletricista . Óculos de Proteção . Talabarte duplo . Trava queda		
Orientação	Nunca começar uma atividade em locais acima de 2,00 metros sem antes fazer e seguir todos os procedimentos de segurança para trabalho em altura, conforme NR 35.		

SETOR
GHE 04 OBRAS / ENGENHARIA
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral. Áreas diversas como: obras, na manutenção e preservação de prédios públicos e locais comerciais, entre outros locais conforme a demanda e necessidade do município.

Nº de funcionários 1

CARGO
ENGENHEIRO CIVIL
Elaborar projetos de engenharia civil, gerenciar obras, planejar orçamentos, celebrar normas e documentação técnica dentro de sua área de atuação, controlar a qualidade da execução dos projetos. Planejar empreendimento; Realizar investigação de campo; Realizar levantamentos técnicos; Analisar dados primários e secundários; Definir metodologia de execução; Fazer estudo da viabilidade técnica, econômica e ambiental do empreendimento; Desenvolver estudos ambientais; Propor alternativas técnicas, econômicas e ambientais; Dimensionar elementos de projetos; Detalhar projetos; Especificar equipamentos, materiais e serviços; Elaborar cronograma físico e financeiro; Elaborar estudo de modelagem. Elaborar, executar e dirigir projetos de engenharia, estudando características, preparando planos, métodos de trabalho e demais dados requeridos, para possibilitar e orientar a construção, manutenção e reparo em obras e assegurar padrões técnicos exigidos, bem como analisar processos de solicitações diversas, projetos arquitetônicos de loteamentos, desmembramentos, visando atender as solicitações. Elaborar projetos de engenharia civil, gerenciar obras, controlar a qualidade de empreendimentos. Coordenar a operação e manutenção do empreendimento. Analisar e aprovar projetos arquitetônico com vistas a emissão de alvarás de construção. Elaborar projetos de construção. Realizar estudos de viabilidade técnica de projetos. Elaborar, executar e dirigir projetos de engenharia, estudando características, preparando planos, métodos de trabalho. Analisar reparo em obras e assegurar padrões técnicos exigidos, bem como analisar processos de solicitações diversas, projetos arquitetônicos de loteamentos, desmembramentos, visando atender as solicitações. Verificar o atendimento de normas, padrões e procedimentos preestabelecidos. Orientar os profissionais envolvidos. Realizar vistorias in loco. Prestar assistência técnica.

CBO: 2142-05

1 funcionário

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo ENGENHEIRO CIVIL**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura de pé por longos períodos		
Descrição	Postura proveniente da necessidade de permanecer de pé para execução das atividades de vistoria de obras, visitas in loco, entre outras atividades externas relacionadas a atividade.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Analise Ergonômica do Trabalho - AET. -Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET. Fornece instruções para alongamento físico.		
Orientação	Orientar ao trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura sentada por longos períodos		
Descrição	Necessidade de atuação sentado por longos períodos durante a jornada de trabalho.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Analise Ergonômica do Trabalho - AET Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Fornece instruções para alongamento físico.		
Orientação	Orientar trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Presença de reflexos em telas, painéis, vidros, monitores ou qualquer superfície, que causem desconforto ou prejudiquem a visualização		
Descrição	Situação desconfortável aos olhos, proveniente do uso frequente de telas de computadores para execução das atividades.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Fadiga nos olhos, ardência e dores de cabeça.		
Fontes ou circunstâncias	Telas de computadores		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos.		

Identificação	
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**
Ergonômico	Trabalho intensivo com teclado ou outros dispositivos de entrada de dados
Descrição	Repetição continuada de movimentos com os dedos, proveniente da utilização de periféricos de entrada de dados em computadores (mouse, teclados).
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Problemas nas articulações e nos músculos (LER/DORT) e nos dedos (tendinites)
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos

Avaliação			
Critério			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		

Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Analise Ergonômica do Trabalho - AET -Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	- Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Introdução de pausas curtas periódicas e rodízios de funções em trabalhos continuados repetitivos, de precisão, em computadores, ou que exijam atenção constante; - Usar mobiliários ajustáveis às dimensões dos trabalhadores, assegurando postura confortável dos braços e pernas para trabalhador na posição sentada e em pé; - Usar postos de trabalho ajustáveis para o trabalho em computador (altura da cadeira, altura do monitor, altura do teclado).		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Condução de veículos de qualquer natureza em vias públicas		
Descrição	Condução de veículo em condições desfavoráveis meteorológicas, estradas e más condições e congestionamentos excessivos.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Lesões corporais diversas, com grande possibilidade de levar ao óbito ou à invalidez para o trabalhador e para terceiros.		
Fontes ou circunstâncias	Condução de Veículo Automotor		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Severo	Possível	Substancial	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Implementa	Sim	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas coletivas (EPC)	Sinalização de emergência Extintor de Incêndio		
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	-Orientar o trabalhador sobre a condução defensiva através de palestras e treinamentos. -Verificar constantemente os estados dos pneus e das condições mecânicas do veículo, especialmente as condições do freio, lâmpadas e cintos de segurança. -Cuidado durante os deslocamentos em condições climáticas adversas, como chuva e neblina. -Utilização do cinto de segurança pelo motorista e todos os passageiros.		
Orientação	Treinamento de direção defensiva		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Trabalho em ambientes com risco de queda de objetos		
Descrição	Risco de queda de objetos sobre a cabeça e pés, proveniente das visitas técnicas e vistorias em obras e outros locais como andaimes e cavaletes.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode provocar contusões, entorses, luxações ou fraturas.		
Fontes ou circunstâncias	Obras		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Medico de Saúde ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Manter o uso continuo de calçado de segurança fechado, com CA, emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde do trabalho.		
Orientação	Utilizar sempre calçado fechado e capacete de segurança apropriados para as atividades, para evitar lesões por queda de objetos sobres os pés e cabeça.		

SETOR
GHE 05 OBRAS / TRANSPORTE
Áreas externas conforme a demanda de obras, entre outras necessidades do município.

Nº de funcionários 3

CARGO
MOTORISTA PROFISSIONAL
Dirigir e manobrar veículos tipo ônibus, carros, caminhões e carretas. Transportar pessoas, cargas, pacientes e material biológico humano. Realizar verificações e manutenções básicas do veículo e utilizam equipamentos e dispositivos especiais tais como sinalização sonora e luminosa, software de navegação e outros. Utilizar de capacidades comunicativas. Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Os condutores de ambulância auxiliam as equipes de saúde nos atendimentos de urgência e emergência. Conduzem e vistoriam ônibus de transporte coletivo de alunos e passageiros urbanos, metropolitanos e ônibus rodoviários de longas distâncias; verificam itinerário de viagens; controlam o embarque e desembarque de passageiros e os orientam quanto aos procedimentos no interior do veículo. Dirigir veículos transportando pessoas, cargas, e/ou materiais autorizados aos locais determinados. Vistoriar periodicamente as condições do veículo utilizado e providenciar reparos de emergência, troca de pneus, lavagens, guinchamentos e outros. Identificar e indicar as necessidades de reparos nos sistemas elétricos e mecânicos dos veículos da Prefeitura. Manter sob sua responsabilidade os documentos de porte obrigatório do veículo, observando as orientações para a revalidação dos mesmos. Registrar, em formulário específico, os percursos realizados, quilometragem e itinerários da frota oficial. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

CBO: 7823-05; 7823-10; 7823-20; 7824-05

3 funcionário

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo MOTORISTA PROFISSIONAL**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Físico	Radiações não-ionizantes		
Descrição	Exposição à radiação não ionizante (Raios solares UV) na condução de veículos automotores.		
Fundamentação legal	NR 01 / NR 06 / NR 09		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Aumentam os riscos de doenças como neoplasias, anemia apática, púrpura, radio dermatite, infertilidade, entre outras.		
Fontes ou circunstâncias	Condução de veículos		
Meio de propagação	Raios solares (UV)		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades: • Óculos de proteção tipo UV.		

Identificação		
Grupo	**Código eSocial**	**Perigo/Fator de Risco**
Físico	02.01.001	Ruído Contínuo ou Intermitente
Descrição	Uso de máquinas e equipamentos ruidosos.	
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-9 - AVALIAÇÃO E CONTROLE DAS EXPOSIÇÕES OCUPACIONAIS A AGENTES FÍSICOS, QUÍMICOS E BIOLÓGICOS	
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Perda da audição, zumbidos, ansiedade, nervosismo entre outros.	
Fontes ou circunstâncias	Máquinas e Equipamentos	
Meio de propagação	Ar	

Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	Necessário avaliação quantitativo da exposição do colaborador ao agente físico Ruído para conclusão.		

Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL - PCMSO		
Ações necessárias	- Alertar o trabalhador sobre o risco através de palestras e treinamentos. - Necessário avaliação do agente físico ruído para parecer conclusivo.		
Observação	Necessário Avaliação de Ruído.		

Identificação		
Grupo	**Código e Social**	**Perigo/Fator de Risco**
Físico	02.01.003 02.01.004	Vibração de corpo inteiro (aceleração resultante de exposição normalizada - aren) e (Valor da Dose de Vibração Resultante – VDVR)
Descrição	Proveniente do contato direto com máquinas e equipamentos que exponha o trabalhador a vibração de corpo inteiro.	
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-9 - AVALIAÇÃO E CONTROLE DAS EXPOSIÇÕES OCUPACIONAIS A AGENTES FÍSICOS, QUÍMICOS E BIOLÓGICOS	
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode provocar doenças vasculares, neurológicas e musculares.	
Fontes ou circunstâncias	Condução de veículos	
Meio de propagação	Contato	

Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	ANEXO I da NR-09 VIBRAÇÃO (Portaria MTP n.º 426, de 07 de setembro de 2021). Inconclusivo, necessário avaliação quantitativo da exposição do colaborador ao agente físico Vibração de Corpo Inteiro para conclusão.		

Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	6.1 As medidas de prevenção devem contemplar: a) avaliação periódica da exposição; b) orientação dos trabalhadores quanto aos riscos decorrentes da exposição à vibração e à utilização adequada dos equipamentos de trabalho, bem como quanto ao direito de comunicar aos seus superiores sobre níveis anormais de vibração observados durante suas atividades; c) vigilância da saúde dos trabalhadores focada nos efeitos da exposição à vibração; e d) adoção de procedimentos e métodos de trabalho alternativos que permitam reduzir a exposição a vibrações mecânicas.		
Observação	Necessário avaliação de Vibração de Corpo Inteiro.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura sentada por longos períodos		
Descrição	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar dores e desconforto na coluna lombar.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Orientação	Orientar trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Uso frequente de alavancas		
Descrição	Utilização frequente e repetida de alavancas na condução de veículo.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho.		
Fontes ou circunstâncias	Condução de Veículo Automotor		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	-Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET. -Realizar pausa para descanso entre viagens por longos períodos, com alteração de postura e se possível realizar alongamentos e exercícios. -Manutenção periódica do veículo, sempre que possível. -Em viagens de longas durações realizar intervalo mínimo de 30 (trinta) minutos para descanso a cada 4 (quatro) horas de tempo ininterrupto de direção e 1 (uma) hora para refeição.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Uso frequente de pedais		
Descrição	Utilização frequente e repetida de pedais na condução do veículo.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho.		
Fontes ou circunstâncias	Condução de Veículo Automotor		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	- Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET. - Realizar pausa para descanso entre viagens por longos períodos, com alteração de postura e se possível realizar alongamentos e exercícios. - Manutenção periódica do veículo e adequação do assento, sempre que possível. - Em viagens de longas durações realizar intervalo mínimo de 30 (trinta) minutos para descanso a cada 4 (quatro) horas de tempo ininterrupto de direção e 1 (uma) hora para refeição.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Condução de veículos de qualquer natureza em vias públicas		
Descrição	Condução de veículo em condições desfavoráveis meteorológicas, estradas e más condições e congestionamentos excessivos.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Lesões corporais diversas, com grande possibilidade de levar ao óbito ou à invalidez para o trabalhador e para terceiros.		
Fontes ou circunstâncias	Condução de Veículo Automotor		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Severo	Possível	Substancial	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Implementa	Sim	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas coletivas (EPC)	Sinalização de emergência Extintor de Incêndio		
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	-Orientar o trabalhador sobre a condução defensiva através de palestras e treinamentos. -Verificar constantemente os estados dos pneus e das condições mecânicas do veículo, especialmente as condições do freio, lâmpadas e cintos de segurança. -Cuidado durante os deslocamentos em condições climáticas adversas, como chuva e neblina. -Utilização do cinto de segurança pelo motorista e todos os passageiros.		
Orientação	Treinamento de direção defensiva		

SETOR
GHE 06 OBRAS / MÁQUINAS MÓVEIS
Áreas externas conforme a demanda de obras, entre outras necessidade do município.

Nº de funcionários 1

CARGO
OPERADOR DE MÁQUINAS
Planejar o trabalho, realizar manutenção básica de máquinas pesadas e as operam. Remover solo e material orgânico "bota-fora", drenar solos e executar construção de aterros. Realizar acabamento em pavimentos. Verificar marcação da topografia; Analisar inclinação do terreno; Verificar tipo de solo; Carregar caminhão caçamba. Abrir valas para drenagem; Identificar necessidade de escoramento de paredes e valas; Instalar manilhas e canaletas para drenagem; Abrir valas para montagem de colchão drenante. Abrir bueiros para passagem de água; Selecionar material para o aterro; Transportar material (solo) para o aterro; Espalhar o material (solo); Homogeneizar o solo com máquinas e equipamentos; Compactar solos; Remover material em aterro. Nivelar solo conforme cota de projeto; Homogeneizar solos para execução de camadas de pavimentação; Raspar superfície da base; Aplicar capa de pavimentação; Compactar capa de pavimentação com rolo compressor. Operar máquinas pesadas, acionando os dispositivos, pedais e alavancas de comando, conduzindo e manobrando tratores, reboques, motoniveladoras, carregadeiras, dentre outros, garantindo a realização dos trabalhos de acordo com as orientações recebidas. Operar máquinas leves, efetuando serviços de pequenos carregamentos e transportes de materiais aos locais determinados e outras atividades pertinentes. Vistoriar periodicamente as condições das máquinas utilizadas, providenciando reparos de emergência, lavagens, lubrificações e outros. Identificar e indicar as necessidades de reparos nos sistemas elétricos e mecânicos das máquinas leves e pesadas da Prefeitura. Registrar os percursos, trabalhos realizados, quilometragem, consumo de combustível, itinerário e outras informações pertinentes, de acordo com normas internas específicas. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

CBO: 7151-15; 7151-25; 7151-30; 7151-35

Funcionário 1

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo OPERADOR DE MÁQUINAS**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Físico	Radiações não-ionizantes		
Descrição	Exposição à radiação não ionizante (Raios solares UV) na condução de maquinas móveis.		
Fundamentação legal	NR 01 / NR 06 / NR 09		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Aumentam os riscos de doenças como neoplasias, anemia apática, púrpura, radio dermatite, infertilidade, entre outras.		
Fontes ou circunstâncias	Trabalho a céu aberto (condução de máquinas)		
Meio de propagação	Raios solares (UV)		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades: • Óculos de proteção tipo UV.		

Identificação		
Grupo	**Código eSocial**	**Perigo/Fator de Risco**
Físico	02.01.001	Ruído Contínuo ou Intermitente
Descrição	Uso de máquinas e equipamentos ruidosos.	
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-9 - AVALIAÇÃO E CONTROLE DAS EXPOSIÇÕES OCUPACIONAIS A AGENTES FÍSICOS, QUÍMICOS E BIOLÓGICOS	
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Perda da audição, zumbidos, ansiedade, nervosismo entre outros.	
Fontes ou circunstâncias	Máquinas e Equipamentos	
Meio de propagação	Ar	

Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	Necessário avaliação quantitativo da exposição do colaborador ao agente físico Ruído para conclusão.		

Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL - PCMSO		
Ações necessárias	- Alertar o trabalhador sobre o risco através de palestras e treinamentos. - Necessário avaliação do agente físico ruído para parecer conclusivo.		
Observação	Necessário Avaliação de Ruído.		

Identificação		
Grupo	**Código e Social**	**Perigo/Fator de Risco**
Físico	02.01.003 02.01.004	Vibração de corpo inteiro (aceleração resultante de exposição normalizada - aren) e (Valor da Dose de Vibração Resultante – VDVR)
Descrição	Proveniente do contato direto com máquinas e equipamentos que exponha o trabalhador a vibração de corpo inteiro.	
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-9 - AVALIAÇÃO E CONTROLE DAS EXPOSIÇÕES OCUPACIONAIS A AGENTES FÍSICOS, QUÍMICOS E BIOLÓGICOS	
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode provocar doenças vasculares, neurológicas e musculares.	
Fontes ou circunstâncias	Condução de máquinas móveis	
Meio de propagação	Contato	

Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	ANEXO I da NR-09 VIBRAÇÃO (Portaria MTP n.º 426, de 07 de setembro de 2021). Inconclusivo, necessário avaliação quantitativo da exposição do colaborador ao agente físico Vibração de Corpo Inteiro para conclusão.		

Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	6.1 As medidas de prevenção devem contemplar: a) avaliação periódica da exposição; b) orientação dos trabalhadores quanto aos riscos decorrentes da exposição à vibração e à utilização adequada dos equipamentos de trabalho, bem como quanto ao direito de comunicar aos seus superiores sobre níveis anormais de vibração observados durante suas atividades; c) vigilância da saúde dos trabalhadores focada nos efeitos da exposição à vibração; e d) adoção de procedimentos e métodos de trabalho alternativos que permitam reduzir a exposição a vibrações mecânicas.		
Observação	Necessário avaliação de Vibração de Corpo Inteiro.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura sentada por longos períodos		
Descrição	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar dores e desconforto na coluna lombar.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Orientação	Orientar trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Uso frequente de alavancas		
Descrição	Utilização frequente e repetida de alavancas na condução de máquinas pesadas.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho.		
Fontes ou circunstâncias	Condução de máquinas pesadas		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	-Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET. -Realizar pausa para descanso entre viagens por longos períodos, com alteração de postura e se possível realizar alongamentos e exercícios. -Manutenção periódica do veículo, sempre que possível. -Em viagens de longas durações realizar intervalo mínimo de 30 (trinta) minutos para descanso a cada 4 (quatro) horas de tempo ininterrupto de direção e 1 (uma) hora para refeição.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Uso frequente de pedais		
Descrição	Utilização frequente e repetida de pedais na condução do veículo.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho.		
Fontes ou circunstâncias	Condução de máquinas pesadas		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	- Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET. - Realizar pausa para descanso entre viagens por longos períodos, com alteração de postura e se possível realizar alongamentos e exercícios. - Manutenção periódica do veículo e adequação do assento, sempre que possível. - Em viagens de longas durações realizar intervalo mínimo de 30 (trinta) minutos para descanso a cada 4 (quatro) horas de tempo ininterrupto de direção e 1 (uma) hora para refeição.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Condução de veículos de qualquer natureza (Máquinas Móveis)		
Descrição	Condução de veículo em condições desfavoráveis meteorológicas, estradas e más condições e congestionamentos excessivos.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Lesões corporais diversas, com grande possibilidade de levar ao óbito ou à invalidez para o trabalhador e para terceiros.		
Fontes ou circunstâncias	Condução de máquinas móveis		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Severo	Possível	Substancial	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Implementa	Sim	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas coletivas (EPC)	Sinalização de emergência Extintor de Incêndio		
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	-Orientar o trabalhador sobre a condução defensiva através de palestras e treinamentos. -Verificar constantemente os estados dos pneus e das condições mecânicas do veículo, especialmente as condições do freio, lâmpadas e cintos de segurança. -Cuidado durante os deslocamentos em condições climáticas adversas, como chuva e neblina. -Utilização do cinto de segurança pelo motorista e todos os passageiros.		
Orientação	Treinamento de direção defensiva		

SETOR
GHE 07 OBRAS / CONSTRUÇÃO CIVIL
Áreas externas conforme a demanda de obras, entre outras necessidade do município.

Nº de funcionários 5

CARGO
PEDREIRO
Organizam e preparam o local de trabalho na obra; constroem fundações e estruturas de alvenaria. Aplicam revestimentos e contra pisos. Construir o gabarito para a locação da obra; Marcar a obra a ser realizada; Cavar o local para as sapatas; Providenciar as formas para as fundações; Preparar o concreto; Aplicar o concreto nas fundações; Confeccionar o arranque do pilar e a cinta de fundação. Esquadrejar as alvenarias; Preparar a argamassa para o assentamento; Aprumar as alvenarias; Nivelar as alvenarias; Alinhar as alvenarias; Assentar os tijolos, blocos e elementos vazados; Concretar os pilares e pilaretes; Assentar as vergas nos vãos; Chumbar os tacos e tarugos para fixação das aduelas; Aplicar o concreto nas cintas de amarração sobre as alvenarias; Montar as lajes pré-moldadas; Concretar as lajes; Apertar as alvenarias. Executar serviços de pintura nas dependências internas e externas da Prefeitura, limpando e preparando superfícies de paredes, portões, móveis, pisos e outras, aplicando camadas de tinta e/ou verniz, utilizando instrumentos e materiais apropriados. Executar serviços de alvenaria, preparando argamassas e concreto, levantando alicerces e bases de construção, realizando assentamento de tijolos, ladrilhos, azulejos, pedras e outros, revestindo pisos, paredes e tetos, utilizando materiais e instrumentos específicos, garantindo a execução dos trabalhos de acordo com as orientações recebidas. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

CBO: 7152-10

Funcionário 5

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo PEDREIRO**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Físico	Radiações não-ionizantes		
Descrição	Exposição à radiação não ionizante em atividades a céu aberto		
Fundamentação legal	NR 01 / NR 06 / NR 09		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Aumentam os riscos de doenças como neoplasias, anemia apática, púrpura, radio dermatite, infertilidade, entre outras.		
Fontes ou circunstâncias	Trabalho a céu aberto		
Meio de propagação	Raios solares (UV)		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável

Prevenção e controle	
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades: • Óculos de proteção tipo UV.

Identificação		
Grupo	**Código eSocial**	**Perigo/Fator de Risco**
Físico	02.01.001	Ruído Contínuo ou Intermitente
Descrição	Uso de máquinas e equipamentos ruidosos.	
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-9 - AVALIAÇÃO E CONTROLE DAS EXPOSIÇÕES OCUPACIONAIS A AGENTES FÍSICOS, QUÍMICOS E BIOLÓGICOS	
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Perda da audição, zumbidos, ansiedade, nervosismo entre outros.	
Fontes ou circunstâncias	Máquinas e Equipamentos	
Meio de propagação	Ar	

Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	Necessário avaliação quantitativo da exposição do colaborador ao agente físico Ruído para conclusão.		

Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL - PCMSO		
Ações necessárias	- Alertar o trabalhador sobre o risco através de palestras e treinamentos. - Necessário avaliação do agente físico ruído para parecer conclusivo.		
Observação	Necessário Avaliação de Ruído.		

<table>
<tr><th colspan="5">Identificação</th></tr>
<tr><th>Grupo</th><th colspan="4">Perigo/Fator de Risco</th></tr>
<tr><td>Físico</td><td colspan="4">Umidade</td></tr>
<tr><td>Descrição</td><td colspan="4">Exposição à umidade proveniente da utilização de água no processo de mistura de areia e cimento, entre outros para a fabricação de concreto.</td></tr>
<tr><td>Fundamentação legal</td><td colspan="4">NR 01 / NR 06 / NR 09</td></tr>
<tr><td>Possíveis lesões ou agravos a saúde</td><td colspan="4">Este agente pode provocar doenças no aparelho respiratório, quedas, doenças de pele, entre outras.</td></tr>
<tr><td>Fontes ou circunstâncias</td><td colspan="4">Fabricação de concreto</td></tr>
<tr><td>Meio de propagação</td><td colspan="4">Contato direto</td></tr>
<tr><th colspan="5">Avaliação</th></tr>
<tr><th colspan="2">Tempo de exposição</th><th>Tipo de exposição</th><th colspan="2">Critério</th></tr>
<tr><td colspan="2">08:00</td><td>Intermitente</td><td colspan="2">Qualitativo</td></tr>
<tr><th>Severidade</th><th>Probabilidade</th><th>Nível de Risco</th><th colspan="2">Classificação</th></tr>
<tr><td>Leve</td><td>Possível</td><td>Moderado</td><td colspan="2">Tolerável</td></tr>
<tr><th colspan="5">Prevenção e controle</th></tr>
<tr><td>Medidas individuais (EPI)</td><td colspan="4">Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.</td></tr>
<tr><td>Medidas administrativas</td><td colspan="4">Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO</td></tr>
<tr><td>Ações necessárias</td><td colspan="4">-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos.
- Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas:
Avental de PVC
Luvas de PVP
Botas de PVP</td></tr>
</table>

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Químico	Particulados (insolúveis ou de baixa solubilidade) não especificados de outras maneiras (PNOS)		
Descrição das fontes	Inalação de Poeira Mineral proveniente das atividades de construção civil, movimentação de terra, entre outros.		
Fundamentação legal	NR 01 / NR 07 / NR 09		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode provocar doenças no aparelho respiratório.		
Fontes ou circunstâncias	Atividades da construção civil		
Meio de propagação	Via Respiratória		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
-	-	-	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não	Não evidenciado	Não
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas: . Máscara de proteção respiratória Pff2 para poeiras minerais		
Conclusão	Necessário que seja feita avaliação de poeira.		

Identificação			
Grupo	**Código eSocial**	**Perigo/Fator de Risco**	
Químico	01.18.001	Poeiras Mineiras (sílica livre cristalizada)	
Descrição das fontes	Contato com sílica proveniente da mistura de areia e cimento para a fabricação do concreto para as obras.		
Fundamentação legal	NR 01 / NR 06 / NR 07 / NR 09		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Fibrose pulmonar; Câncer no pulmão.		
Fontes ou circunstâncias	Fabricação de concreto		
Meio de propagação	Via Respiratória		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
-	-	-	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não	Não evidenciado	Não
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas: . Máscara de proteção respiratória Pff2 para poeiras minerais		
Parecer	Inconclusivo. Necessário que seja feita avaliação química de poeira mineral para quantificar o agente (sílica livre cristalizada), para determinar se os valores encontrados estão ou não acima dos limites de tolerância, conforme norma regulamentadora 15 anexo 12.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Frequente deslocamento a pé durante a jornada de trabalho		
Descrição	Deslocamento necessário proveniente das atividades de construção civil.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Analise Ergonômica do Trabalho - AET. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Orientação	Orientar ao trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Levantamento e transporte manual de cargas ou volumes		
Descrição	Proveniente do esforço manual para levantamento e movimento de cargas, materiais, ferramentas, entre outros.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Pode provocar lesões osteomusculares.		
Fontes ou circunstâncias	Esforço manual para levantamento e movimento de cargas.		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Analise Ergonômica do Trabalho - AET. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET. -Uso de dispositivos mecânicos para ajudar no levantamento. -Aplicar treinamento e uso de técnicas de levantamento e movimentação seguras para cargas pesadas ou incomodas.		
Orientação	Orientar ao trabalhador que evite pegar as cargas mais pesadas sem auxilio e/ou postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura de pé por longos períodos		
Descrição	Exigências de permanecer na mesma postura por longos períodos.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Analise Ergonômica do Trabalho - AET. -Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET. -Fornece instruções para alongamento físico.		
Orientação	Orientar ao trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Trabalho em ambientes com risco de queda de objetos		
Descrição	Risco de queda de objetos sobre a cabeça ou pés, proveniente da movimentação de matérias da construção civil, e outros objetos, ferramentas que possam estar suspensos em andaimes e cavalete.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode provocar contusões, entorses, luxações ou fraturas.		
Fontes ou circunstâncias	Movimentação materiais, ferramentas e outros objetos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Crítico	Possível	Substancial	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Medico de Saúde ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas: . Capacete de segurança . Calçados de segurança		
Orientação	Manter o uso continuo de calçado de segurança fechado e capacete, para evitar lesões por queda de objetos.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Trabalho em Altura		
Descrição	Atividades acima de 2,00 metros proveniente da necessidade de subir em andaimes, cavaletes e outros locais para execução das atividades da construção civil.		
Fundamentação legal	NR-1 / NR 06 / NR 07 / NR 35		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Pode causar desde a contratura muscular violenta, até parada respiratória e cardíaca, ou até mesmo a morte.		
Fontes ou circunstâncias	Andaimes, cavaletes e outros locais acima de 2,00 m do nível do chão		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Severo	Possível	Substancial	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não evidenciado	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Medico de Saúde ocupacional – PCMSO		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco através de palestras e treinamentos. Procedimentos operacionais seguros -Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde no trabalho, e adequados para a execução das atividades: . Capacete de Proteção . Cinto de Segurança Tipo Paraquedista para Eletricista . Óculos de Proteção . Talabarte duplo . Trava queda		
Orientação	Nunca começar uma atividade em locais acima de 2,00 metros sem antes fazer e seguir todos os procedimentos de segurança para trabalho em altura, conforme NR 35.		

SETOR
GHE 08 OBRAS / VIGILÂNCIA
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral. Locais para vigilância conforma a demanda e/ou necessidade do munícipio.

Nº de funcionários 1

CARGO
VIGIA
Zelam pela guarda do patrimônio observando o comportamento e movimentação de pessoas para prevenir perdas, evitar incêndios, acidentes e outras anormalidades. Controlam o fluxo de pessoas e veículos identificando-os e encaminhando-os aos locais desejados. Recebem mercadorias, volumes diversos e correspondências. Fazem manutenções simples nos locais de trabalho. Exercer função de vigia como a atividade dos que exercem desarmados, vigilância sobre depósitos de materiais, pátios, áreas abertas, terminal rodoviário, estação rodoviária, mercados públicos, parques, hortos ou reservas florestais, centros de esportes, escolas, obras em execução, edifícios onde funcionam as repartições municipais e demais áreas e logradouros públicos. Observar movimentação/comportamento das pessoas estranhas; Observar tipo de pessoas estranhas; Atentar para posicionamento dos veículos no estacionamento; Contactar proprietários dos veículos irregularmente estacionados; Monitorar pelo circuito fechado de tv; Prevenir incêndios e acidentes; Chamar segurança; Realizar abordagem preventiva pós-furto; Acompanhar abertura e fechamento das instalações; Comunicando imediatamente à autoridade superior quaisquer irregularidades encontradas e contatar órgãos públicos, quando necessário, relatando a emergência e solicitando socorro, inclusive ajuda policial. Preencher corretamente os formulários referentes à avaliação de desempenho; Executar outras atividades correlatas ao cargo solicitadas pelo chefe imediato.

CBO: 5174-20

Funcionário 1

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo VIGIA**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Frequente deslocamento a pé durante a jornada de trabalho		
Descrição	Deslocamento necessário proveniente das atividades de vigilância patrimonial e monitoramento do ambiente de trabalho, entre outras atividades relacionadas.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Analise Ergonômica do Trabalho - AET. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Orientação	Orientar ao trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura de pé por longos períodos		
Descrição	Postura de pé necessária para a execução das atividades de vigilância e segurança do local.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL - PCMSO		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura sentada por longos períodos		
Descrição	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar dores e desconforto na coluna lombar.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Orientação	Orientar trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Trabalho em local com risco de assalto e roubo		
Descrição	Proveniente das atividades de vigilância patrimonial.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-16 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Risco de ferimentos e morte.		
Fontes ou circunstâncias	Segurança patrimonial		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Severo	Possível	Substancial	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL - PCMSO		
Ações necessárias	Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos.		

SETOR
GHE 09 TRANSP. E SERVIÇOS URBANOS / LIMPEZA E CONSERVAÇÃO
Áreas diversas como: casas, comunidades, outras residências, estabelecimentos, entre outros.

N º de funcionários 25

CARGO
AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICO
Os trabalhadores de limpeza e conservação de áreas públicas preservam as vias públicas, varrendo calçadas, sarjetas e calçadões, acondicionando o lixo para que seja coletado e encaminhado para o aterro sanitário. Zelam pela segurança das pessoas sinalizando e isolando áreas de risco e de trabalho. Trabalham na limpeza e conservação de áreas públicas, coletam resíduos domiciliares, resíduos sólidos de serviços de saúde e resíduos coletados nos serviços de limpeza; Conservam as áreas públicas lavando-as, pintando guias, postes, viadutos, muretas e etc; Auxiliam nos serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos; Trabalham na ornamentação de canteiros urbanos, através da construção de viveiros e canteiros Varrer sarjetas e calçadões; Varrer calçadas; Amontoar detritos e folhagem; Acondicionar lixo em latões ou sacos plásticos; Empurrar carrinho (lutocar); Ensacar animais mortos; Recolher animais mortos; Solicitar coleta de animais mortos; Solicitar remoção de entulho; Executar serviços de varrição, coleta e transporte de lixo industrial, domiciliar, hospitalar e rural e lavagem de ruas e logradouros públicos municipais, mantendo-os em condições adequadas, acondicionando os materiais coletados conforme as orientações e procedimentos estabelecidos. Executar serviços de conservação de ruas e logradouros públicos realizando capinas, roçadas, pinturas em meio-fio, muros, grades e postes, limpeza de ralos, trincheiras, bocas de lobo, caixas de visita, limpeza de córregos e outras atividades correlatas.

CBO: 5142-05

19 funcionário

CARGO
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
Executar sob supervisão serviços de copeiragem, conservação, limpeza e zeladoria em prédios públicos servindo, limpando vidros e fachadas, recintos internos e acessórios. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Preparar sucos, lanches, cafés e pequenas refeições; Servir água, cafezinho, suco; Administrar fluxo de serventia; Receber e distribuir refeições; Receber ou recolher bandejas, louças e talheres após as refeições, providenciando sua lavagem e guarda ou o envio ao setor competente; Secar louça e prataria, esterilizar instrumentos e materiais; Operar com aparelhos elétricos utilizados nos serviços de alimentação; Limpar talheres, equipamentos de refrigeração assim como balcão, bancada e bandejas; retirar restos de comida, separando e destinando o lixo; Lavar fachadas; Limpar vidros; Remover resíduos dos vidros; Remover pichações; Limpar móveis e equipamentos eletrodomésticos, lustres, luminárias, ventiladores e tudo o que mais constar nos recintos dos prédios municipais; Limpar superfícies (paredes, pisos, etc..); Lavar banheiros; Aspirar pó; Lavar pisos; Encerar pisos; Remover sujeira; Varrer pisos; Secar pisos; Passar pano; Limpar, lavar cortinas e persianas; Recolher lixo; Depositar o lixo e detritos da cozinha em lugares apropriados, de forma a evitar proliferação de insetos; Proceder à limpeza de ralos, caixas de gordura e esgotos, assim como desentupir pias e ralos; Prover os sanitários com toalha, sabão e papel higiênico, removendo os já utilizados; Auxiliar na realização de serviços em geral como recebimento, separação e Distribuição de correspondência e materiais, atividades de limpeza, copa e conservação de instalações. Executar trabalhos de limpeza em geral em edifícios e outros locais, para manutenção das condições de higiene e conservação do ambiente, coletando o lixo.

CBO: 4122-05

6 funcionário

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS / AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Físico	Radiações não-ionizantes		
Descrição	Exposição à radiação não ionizante em atividades a céu aberto		
Fundamentação legal	NR 01 / NR 06 / NR 09		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Aumentam os riscos de doenças como neoplasias, anemia apática, púrpura, radio dermatite, infertilidade, entre outras.		
Fontes ou circunstâncias	Trabalho a céu aberto		
Meio de propagação	Raios solares (UV)		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades: • Óculos de proteção tipo UV.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Físico	Umidade		
Descrição	Exposição à umidade proveniente da utilização de água no processo de limpeza de superfícies, entre outros.		
Fundamentação legal	NR 01 / NR 06 / NR 09		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode provocar doenças no aparelho respiratório, quedas, doenças de pele, entre outras.		
Fontes ou circunstâncias	Limpeza de superfícies, entre outros.		
Meio de propagação	Contato direto		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas: • Avental de PVC • Luvas de PVP • Botas de PVP		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Químico	Produtos Saneantes Domissanitários		
Descrição	Exposição ao agente saneantes domissanitários realizando limpeza de banheiros, pisos, outras superfícies e limpeza de utensílios de cozinha.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode provocar alergias ao contato e irritação nos olhos.		
Fontes ou circunstâncias	Utilização de produtos de limpeza		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Aceitável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL - PCMSO		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional: • Avental de PVC • Luvas de PVP • Botas de PVP		

Identificação			
Perigo/Fator de Risco **Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)**			Grupo **Biológico**
Descrição	Proveniente da coleta de lixo urbano.		
Fundamentação legal	NR 01 / NR 06 / NR 09		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.		
Fontes ou circunstâncias	Coleta de lixo urbano		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
EPI	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas: • Avental de PVC • Luvas de PVP • Botas de PVP • Óculos de Proteção		
Exposição			
Critério	Qualitativo		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Exigência de flexões de coluna vertebral frequentes		
Descrição	Proveniente da necessidade de baixar, levantar, entre outros movimentos para execução das atividades de limpeza e conservação, entre outras atividades relacionadas.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Pode provocar Lesões musculoesqueléticas, fadiga e exaustão.		
Fontes ou circunstâncias	Atividades de limpeza e conservação		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET. -Fornece instruções para alongamento físico.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Frequente deslocamento a pé durante a jornada de trabalho		
Descrição	Deslocamento necessário proveniente das atividades de limpeza e conservação do ambiente de trabalho, da coleta de lixo urbano, entre outras atividades relacionadas.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Tolerável	Moderado
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Analise Ergonômica do Trabalho - AET. -Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Orientação	Orientar ao trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Frequente execução de movimentos repetitivos		
Descrição	Proveniente da execução de movimentos repetitivos para execução das atividades de limpeza, entre outras.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Dores nas articulações dos dedos e das mãos.		
Fontes ou circunstâncias	Movimentos repetitivos para execução das atividades		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET Fornece instruções para alongamento físico.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura de pé por longos períodos		
Descrição	Postura proveniente da necessidade de permanecer de pé para execução das atividades de limpeza e conservação.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Analise Ergonômica do Trabalho - AET. -Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET. Fornece instruções para alongamento físico.		
Orientação	Orientar ao trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Animais peçonhentos/Risco de contato e/ou ataque		
Descrição	Risco proveniente da coleta de lixo e entulhos urbanos, possível contato com animais como: aranhas, escorpiões, cobras, ratos, entre outros.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Picadas, mordidas, arranhões, perfurações e alergias		
Fontes ou circunstâncias	Contato com lixos urbanos e entulhos.		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Medico de Saúde ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Manter o uso continuo de calçado de segurança fechado e luvas de proteção, com CA, emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde do trabalho.		
Orientação	Utilizar sempre calçados fechados e luvas apropriados para as execuções das atividades, para evitar acidentes ou contato com animais peçonhentos.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Áreas de trânsito de veículos sem demarcação		
Descrição	Risco proveniente das atividades em áreas externas onde o fluxo de veículos são constantes.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Risco de atropelamentos, fraturas em vários graus e até morte.		
Fontes ou circunstâncias	Ruas, vias e avenidas movimentadas		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Severo	Possível	Substancial	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Medico de Saúde ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Manter o uso continuo de calçado de segurança fechado, com CA, emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde do trabalho.		
Orientação	Atenção nas execuções das atividades. Utilizar calçados de seguranças próprios para a execução das atividades para evitar tropeções e quedas.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Objetos cortantes e/ou perfuro cortantes		
Descrição	Risco proveniente da coleta de lixo urbano, matérias diversos como vidros quebrados, resto de entulhos, outros objetos que possam causar cortes e/ou perfurações, entre outros.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Risco de cortes e/ou perfurações, acidentes, lesões, entre outros.		
Fontes ou circunstâncias	Coleta de lixo urbano, entulhos, entre outros.		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Crítico	Possível	Moderado	Substancial
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Medico de Saúde ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco através de palestras e treinamentos. Procedimentos operacionais seguros -Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde no trabalho, e adequados para a execução das atividades.		
Orientação	Atenção e cuidados na coleta de lixos urbanos e entulhos. Utilizar sempre EPI's apropriados para a execução das atividades (luvas, botas, entre outros)		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Piso escorregadio e/ou irregular		
Descrição	Risco proveniente de locais externos variados, podendo ocorrer quedas ou tropeções devido a calçadas molhadas e irregulares, desníveis, entre outros fatores. Risco de quedas de mesmo nível.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Fraturas, luxações ou entorses, escoriações e contusões		
Fontes ou circunstâncias	Pisos e outras superfícies escorregadios		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não evidenciado	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas coletivas (EPC)	Necessária utilização de placa cavalete de piso escorregadio durante a execução da atividade de limpeza e enquanto o piso apresentar estar molhado ou úmido.		
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Medico de Saúde ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco através de palestras e treinamentos. Procedimentos operacionais seguros -Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde no trabalho, e adequados para a execução das atividades.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Trabalho em ambientes com risco de queda de objetos		
Descrição	Risco de queda de objetos sobre os pés, proveniente da coleta e movimentação de lixos urbanos, entulhos, entre outros materiais e/ou objetivos.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode provocar contusões, entorses, luxações ou fraturas.		
Fontes ou circunstâncias	Coleta e movimentação de lixo, entulho, entre outros.		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Medico de Saúde ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Manter o uso continuo de calçado de segurança fechado, com CA, emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde do trabalho.		
Orientação	Utilizar sempre calçado fechado e apropriado para as atividades, para evitar lesões por queda de objetos sobres os pés.		

SETOR
GHE 10 TRANSP. E SERVIÇOS URBANOS / MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE CEMITÉRIO
Áreas externas: cemitério municipal.

Nº de funcionários 1

CARGO
COVEIRO
Auxiliam nos serviços funerários, constroem, preparam, limpam, abrem e fecham sepulturas. Realizam sepultamento, exumam e cremam cadáveres, trasladam corpos e despojos. Conservam cemitérios, máquinas e ferramentas de trabalho. Zelam pela segurança do cemitério. Verificar a disponibilidade de sepulturas; Selecionar as ferramentas; Cavar o terreno; Abrir portão; Remover tampão, lajes ou jardins; Verificar as medidas das sepulturas; Medir caixão; Acertar a sepultura. Marcar a sepultura; Transportar caixão ao local de sepultamento; Colocar caixão dentro da sepultura; Fechar gavetas; Datar gavetas; Encaixar lajes e tampão; Calafetar sepulturas; Cobrir sepulturas com terra; Colocar coroas de flores; Retirar o excesso de terra e materiais de sepultamento. Receber corpos; Identificar corpos; Transportar corpos à câmara fria; Aquecer o forno; Retirar vidros e metais do caixão; Introduzir caixão ao forno; Controlar o tempo entre os caixões; Rastelar ossos para outro compartimento do forno; Resfriar ossos; Retirar os ossos; Conduzir os ossos ao triturador; Embalar as cinzas conforme especificação. Sondar carneiros; Desfazer fechos de gavetas; Retirar lajes pré-moldadas; Retirar a tampa do caixão; Quebrar o lacre; Avaliar se há condições de exumação; Acondicionar ossos; Transportar ossos ao local determinado; Limpar sepulturas.

CBO: 7823-10 / 7823-20

1 funcionário

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo COVEIRO**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Físico	Radiações não-ionizantes		
Descrição	Exposição à radiação não ionizante em atividades a céu aberto		
Fundamentação legal	NR 01 / NR 06 / NR 09		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Aumentam os riscos de doenças como neoplasias, anemia apática, púrpura, radio dermatite, infertilidade, entre outras.		
Fontes ou circunstâncias	Trabalho a céu aberto		
Meio de propagação	Raios solares (UV)		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável

Prevenção e controle	
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades: • Óculos de proteção tipo UV.

Perigo/Fator de Risco **Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)**	Grupo **Biológico**
Descrição	Proveniente das atividades de exumação de corpos
Fundamentação legal	NR 01 / NR 06 / NR 09
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.
Fontes ou circunstâncias	Exumação de corpos

Avaliação

Tempo de exposição	Tipo de exposição	Critério
08:00	Intermitente	Qualitativo

Severidade	Probabilidade	Nível de Risco	Classificação
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável

Prevenção e controle

EPI	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades médicas: • Avental de PVC • Luvas de PVP • Botas de PVP • Óculos de Proteção

Exposição

Critério	Qualitativo

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Exigência de flexões de coluna vertebral frequentes		
Descrição	Proveniente da necessidade de baixar, levantar, entre outros movimentos para execução das atividades de limpeza, conservação e manutenção do cemitério, entre outras atividades relacionadas.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Pode provocar Lesões musculoesqueléticas, fadiga e exaustão.		
Fontes ou circunstâncias	Atividades de limpeza e conservação		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET. -Fornece instruções para alongamento físico.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Frequente deslocamento a pé durante a jornada de trabalho		
Descrição	Deslocamento necessário proveniente das atividades de limpeza, conservação e manutenção do cemitério, entre outras atividades relacionadas.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Tolerável	Moderado
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Analise Ergonômica do Trabalho - AET. -Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Orientação	Orientar ao trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Frequente execução de movimentos repetitivos		
Descrição	Proveniente da execução de movimentos repetitivos para execução das atividades de limpeza, conservação e manutenção do cemitério.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Dores nas articulações dos dedos e das mãos.		
Fontes ou circunstâncias	Movimentos repetitivos para execução das atividades		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET Fornece instruções para alongamento físico.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura de pé por longos períodos		
Descrição	Postura proveniente da necessidade de permanecer de pé para execução das atividades de limpeza, conservação e manutenção do cemitério.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Analise Ergonômica do Trabalho - AET. -Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET. Fornece instruções para alongamento físico.		
Orientação	Orientar ao trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Animais peçonhentos/Risco de contato e/ou ataque		
Descrição	Risco proveniente de locais como frestas, túmulos, matos, entre outros, que possam abrigar animais peçonhentos: aranhas, escorpiões, cobras, ratos, entre outros.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Picadas, mordidas, arranhões, perfurações e alergias		
Fontes ou circunstâncias	Frestas, mato, entulho e túmulos que possam abrir animais peçonhentos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Medico de Saúde ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Manter o uso continuo de calçado de segurança fechado, com CA, emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde do trabalho.		
Orientação	Utilizar sempre calçados fechados e luvas apropriados para as execuções das atividades, para evitar acidentes ou contato com animais peçonhentos.		

SETOR
GHE 11 TRANSP. E SERVIÇOS URBANOS / TRANSPORTE
Áreas externas conforme a demanda de obras, entre outras necessidade do município.

Nº de funcionários 2

CARGO
MOTORISTA PROFISSIONAL
Dirigir e manobrar veículos tipo ônibus, carros, caminhões e carretas. Transportar pessoas, cargas, pacientes e material biológico humano. Realizar verificações e manutenções básicas do veículo e utilizam equipamentos e dispositivos especiais tais como sinalização sonora e luminosa, software de navegação e outros. Utilizar de capacidades comunicativas. Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Os condutores de ambulância auxiliam as equipes de saúde nos atendimentos de urgência e emergência. Conduzem e vistoriam ônibus de transporte coletivo de alunos e passageiros urbanos, metropolitanos e ônibus rodoviários de longas distâncias; verificam itinerário de viagens; controlam o embarque e desembarque de passageiros e os orientam quanto aos procedimentos no interior do veículo. Dirigir veículos transportando pessoas, cargas, e/ou materiais autorizados aos locais determinados. Vistoriar periodicamente as condições do veículo utilizado e providenciar reparos de emergência, troca de pneus, lavagens, guinchamentos e outros. Identificar e indicar as necessidades de reparos nos sistemas elétricos e mecânicos dos veículos da Prefeitura. Manter sob sua responsabilidade os documentos de porte obrigatório do veículo, observando as orientações para a revalidação dos mesmos. Registrar, em formulário específico, os percursos realizados, quilometragem e itinerários da frota oficial. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

CBO: 7823-05; 7823-10; 7823-20; 7824-05

2 funcionário

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo MOTORISTA PROFISSIONAL**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Físico	Radiações não-ionizantes		
Descrição	Exposição à radiação não ionizante (Raios solares UV) na condução de veículos automotores.		
Fundamentação legal	NR 01 / NR 06 / NR 09		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Aumentam os riscos de doenças como neoplasias, anemia apática, púrpura, radio dermatite, infertilidade, entre outras.		
Fontes ou circunstâncias	Condução de veículos		
Meio de propagação	Raios solares (UV)		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades: • Óculos de proteção tipo UV.		

Identificação			
Grupo	**Código eSocial**	**Perigo/Fator de Risco**	
Físico	02.01.001	Ruído Contínuo ou Intermitente	
Descrição	Uso de máquinas e equipamentos ruidosos.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-9 - AVALIAÇÃO E CONTROLE DAS EXPOSIÇÕES OCUPACIONAIS A AGENTES FÍSICOS, QUÍMICOS E BIOLÓGICOS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Perda da audição, zumbidos, ansiedade, nervosismo entre outros.		
Fontes ou circunstâncias	Máquinas e Equipamentos		
Meio de propagação	Ar		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	Necessário avaliação quantitativo da exposição do colaborador ao agente físico Ruído para conclusão.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL - PCMSO		
Ações necessárias	- Alertar o trabalhador sobre o risco através de palestras e treinamentos. - Necessário avaliação do agente físico ruído para parecer conclusivo.		
Observação	Necessário Avaliação de Ruído.		

Identificação		
Grupo	**Código e Social**	**Perigo/Fator de Risco**
Físico	02.01.003 02.01.004	Vibração de corpo inteiro (aceleração resultante de exposição normalizada - aren) e (Valor da Dose de Vibração Resultante – VDVR)
Descrição	Proveniente do contato direto com máquinas e equipamentos que exponha o trabalhador a vibração de corpo inteiro.	
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-9 - AVALIAÇÃO E CONTROLE DAS EXPOSIÇÕES OCUPACIONAIS A AGENTES FÍSICOS, QUÍMICOS E BIOLÓGICOS	
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode provocar doenças vasculares, neurológicas e musculares.	
Fontes ou circunstâncias	Condução de veículos	
Meio de propagação	Contato	

Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	ANEXO I da NR-09 VIBRAÇÃO (Portaria MTP n.º 426, de 07 de setembro de 2021). Inconclusivo, necessário avaliação quantitativo da exposição do colaborador ao agente físico Vibração de Corpo Inteiro para conclusão.		

Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	6.1 As medidas de prevenção devem contemplar: a) avaliação periódica da exposição; b) orientação dos trabalhadores quanto aos riscos decorrentes da exposição à vibração e à utilização adequada dos equipamentos de trabalho, bem como quanto ao direito de comunicar aos seus superiores sobre níveis anormais de vibração observados durante suas atividades; c) vigilância da saúde dos trabalhadores focada nos efeitos da exposição à vibração; e d) adoção de procedimentos e métodos de trabalho alternativos que permitam reduzir a exposição a vibrações mecânicas.		
Observação	Necessário avaliação de Vibração de Corpo Inteiro.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura sentada por longos períodos		
Descrição	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar dores e desconforto na coluna lombar.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Orientação	Orientar trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Uso frequente de alavancas		
Descrição	Utilização frequente e repetida de alavancas na condução de veículo.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho.		
Fontes ou circunstâncias	Condução de Veículo Automotor		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	-Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET. -Realizar pausa para descanso entre viagens por longos períodos, com alteração de postura e se possível realizar alongamentos e exercícios. -Manutenção periódica do veículo, sempre que possível. -Em viagens de longas durações realizar intervalo mínimo de 30 (trinta) minutos para descanso a cada 4 (quatro) horas de tempo ininterrupto de direção e 1 (uma) hora para refeição.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Uso frequente de pedais		
Descrição	Utilização frequente e repetida de pedais na condução do veículo.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho.		
Fontes ou circunstâncias	Condução de Veículo Automotor		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	- Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET. - Realizar pausa para descanso entre viagens por longos períodos, com alteração de postura e se possível realizar alongamentos e exercícios. - Manutenção periódica do veículo e adequação do assento, sempre que possível. - Em viagens de longas durações realizar intervalo mínimo de 30 (trinta) minutos para descanso a cada 4 (quatro) horas de tempo ininterrupto de direção e 1 (uma) hora para refeição.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Condução de veículos de qualquer natureza em vias públicas		
Descrição	Condução de veículo em condições desfavoráveis meteorológicas, estradas e más condições e congestionamentos excessivos.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Lesões corporais diversas, com grande possibilidade de levar ao óbito ou à invalidez para o trabalhador e para terceiros.		
Fontes ou circunstâncias	Condução de Veículo Automotor		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Severo	Possível	Substancial	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Implementa	Sim	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas coletivas (EPC)	Sinalização de emergência Extintor de Incêndio		
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	-Orientar o trabalhador sobre a condução defensiva através de palestras e treinamentos. -Verificar constantemente os estados dos pneus e das condições mecânicas do veículo, especialmente as condições do freio, lâmpadas e cintos de segurança. -Cuidado durante os deslocamentos em condições climáticas adversas, como chuva e neblina. -Utilização do cinto de segurança pelo motorista e todos os passageiros.		
Orientação	Treinamento de direção defensiva		

SETOR
GHE 12 TRANSP. E SERVIÇOS URBANOS / ETA
Áreas externas: atividades em locais variados que precisem da realização de reparos e/ou manutenções dos sistemas de água (manilhas, tubulações e canos), abrangidos pelo serviços da prefeitura municipal.

Nº de funcionários 1

CARGO
OPERADOR DE ETA
Operar as instalações de reservatório de tratamento de água, dirigindo seu fluxo, misturando-se substâncias químicas e filtrando-a e torna-la adequada ao uso aos usos domésticos e industriais; Controlar a entrada de água, abrindo válvulas, regulando e acionando motores elétricos e bombas, para abastecer os reservatórios; Efetuar o tratamento de água, adicionando-lhe quantidade e/ou dosagem determinadas de produtos químicos apropriados ou manipulando dispositivos automáticos de admissão desses produtos, para depurá-la, desodorizá-la e clarificá-la, bem como torna-la adequada aos usos domésticos e industriais; Adicionar os agitadores ou manipulação os mecanismos de comando, para misturar os integrantes; Separar as impurezas deixando-as sedimentar no fundo do reservatório e fazendo a água circular pelas instalações de filtragem, para assegurar a sua completa depuração; Bombear a água, adicionando os registros e válvula para introduzi-la nas tubulações principal e permitir sua distribuição; Controlar o funcionamento das instalações; Promover e/ou fazer a coleta de amostra de água para exame em laboratório; Realizar sob supervisão, a análise da água bruta; Fazer o controle da vazão de água tratada; Ligar e desligar bombas, motores e equipamentos; Promover e /ou efetuar a manutenção e consertos das bombas, motores, equipamentos e outros aparelhos; Inspecionar diariamente todas as dependências da ETA. Executar outras tarefas correlatadas.

CBO: 2237-10

1 funcionário

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo OPERADOR DE ETA**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Físico	Radiações não-ionizantes		
Descrição	Exposição à radiação não ionizante em atividades a céu aberto		
Fundamentação legal	NR 01 / NR 06 / NR 09		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Aumentam os riscos de doenças como neoplasias, anemia apática, púrpura, radio dermatite, infertilidade, entre outras.		
Fontes ou circunstâncias	Trabalho a céu aberto		
Meio de propagação	Raios solares (UV)		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades: • Óculos de proteção tipo UV.		

Identificação			
Grupo	**Código eSocial**	**Perigo/Fator de Risco**	
Físico	02.01.001	Ruído Contínuo ou Intermitente	
Descrição	Uso de máquinas e equipamentos ruidosos.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-9 - AVALIAÇÃO E CONTROLE DAS EXPOSIÇÕES OCUPACIONAIS A AGENTES FÍSICOS, QUÍMICOS E BIOLÓGICOS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Perda da audição, zumbidos, ansiedade, nervosismo entre outros.		
Fontes ou circunstâncias	Máquinas e Equipamentos		
Meio de propagação	Ar		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	Necessário avaliação quantitativo da exposição do colaborador ao agente físico Ruído para conclusão.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL - PCMSO		
Ações necessárias	- Alertar o trabalhador sobre o risco através de palestras e treinamentos. - Necessário avaliação do agente físico ruído para parecer conclusivo.		
Observação	Necessário Avaliação de Ruído.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Físico	Umidade		
Descrição	Umidade proveniente da atividade de manutenção, reparo e tratamento d'água na ETA.		
Fundamentação legal	NR 01 / NR 06 / NR 09		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode provocar doenças no aparelho respiratório, quedas, doenças de pele, entre outras.		
Fontes ou circunstâncias	Estação de tratamento de água		
Meio de propagação	Contato direto		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas: • Avental de PVC • Luvas de PVP • Botas de PVP		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Químico	Produtos Químicos		
Descrição	Utilização de produtos químicos para cada fase do tratamento e manutenção da água dos reservatórios da ETA.		
Fundamentação legal	NR 01 / NR 09		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Estes produtos podem causar alergias, irritações na pele e olhos, entre outros.		
Fontes ou circunstâncias	Produtos químicos utilizados no tratamento da água		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Tolerável	Moderado
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL – PCMSO		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Disponibilizar ficha de informações de segurança de produtos químicos (FISPQ). - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional: • Respirador purificador ar 1/4 facial • Bota de PVC • Luvas de PVC • Luvas de proteção • BOTINA		
Conclusão	Inconclusivo, necessário a FISPQ dos produtos químicos utilizados no tratamento da água, para determinar se o agente é qualitativo ou quantitativo (necessária avaliação) conforme NR 15 anexo 11 e 13, para parecer conclusivo.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Frequente deslocamento a pé durante a jornada de trabalho		
Descrição	Deslocamento necessário proveniente das atividades de limpeza e conservação do ambiente de trabalho, da coleta de lixo urbano, entre outras atividades relacionadas.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Tolerável	Moderado
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Analise Ergonômica do Trabalho - AET. -Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Orientação	Orientar ao trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura de pé por longos períodos		
Descrição	Postura proveniente da necessidade de permanecer de pé para execução das atividades.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Analise Ergonômica do Trabalho - AET. -Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET. Fornece instruções para alongamento físico.		
Orientação	Orientar ao trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Animais peçonhentos/Risco de contato e/ou ataque		
Descrição	Possíveis contatos ou ataques de animais peçonhentos, devido a locais fechados (tampa de registro de água, bueiros, manilhas), buracos, mato, abertura em lajotas, telhas e outros possíveis locais que possa abrigar ou esconder animais peçonhentos.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Picadas, mordidas, arranhões, perfurações e alergias		
Fontes ou circunstâncias	Contato com animais peçonhentos (cobra, rato, escorpião, entre outros)		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Medico de Saúde ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional: • Respirador purificador ar 1/4 facial • Bota de PVC • Luvas de PVC • Luvas de proteção • Botina		
Orientação	Utilizar sempre calçados fechados e luvas apropriados para as execuções das atividades, para evitar acidentes ou contato com animais peçonhentos.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Pisos, passagens, passarelas, plataformas, rampas e corredores com saliências, descontinuidades, aberturas ou obstruções, ou escorregadios		
Descrição	Risco proveniente dos trabalhos internos e externos, onde exista pouca ou nenhuma sinalização de segurança. Onde possam existir falhas em edificações e estruturas que podem favorecer acidentes.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar múltiplas fraturas, luxações e escoriações.		
Fontes ou circunstâncias	Locais com pouco ao nenhuma sinalização de segurança		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Medico de Saúde ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional: • Respirador purificador ar 1/4 facial • Bota de PVC • Luvas de PVC • Luvas de proteção • Botina		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Trabalho em Altura		
Descrição	Trabalho acima de 2.00 metros de altura, proveniente da necessidade de subir nas estações de tratamento de água e caixas d'água.		
Fundamentação legal	NR-1 / NR 06 / NR 07 / NR 35		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Fraturas em vários graus, luxações, entorses e até morte		
Fontes ou circunstâncias	Trabalhos em locais acima de 2,00 metros de altura		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Severo	Possível	Substancial	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não evidenciado	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Medico de Saúde ocupacional – PCMSO		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco através de palestras e treinamentos. Procedimentos operacionais seguros -Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde no trabalho, e adequados para a execução das atividades: . Capacete de Proteção . Cinto de Segurança Tipo Paraquedista para Eletricista . Óculos de Proteção . Talabarte duplo . Trava queda		
Orientação	Nunca começar uma atividade em locais acima de 2,00 metros sem antes fazer e seguir todos os procedimentos de segurança para trabalho em altura, conforme NR 35.		

SETOR
GHE 13 TRANSP. E SERVIÇOS URBANOS / VIGILÂNCIA
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral. Locais para vigilância conforma a demanda e/ou necessidade do munícipio.

Nº de funcionários 1

CARGO
VIGIA
Zelam pela guarda do patrimônio observando o comportamento e movimentação de pessoas para prevenir perdas, evitar incêndios, acidentes e outras anormalidades. Controlam o fluxo de pessoas e veículos identificando-os e encaminhando-os aos locais desejados. Recebem mercadorias, volumes diversos e correspondências. Fazem manutenções simples nos locais de trabalho. Exercer função de vigia como a atividade dos que exercem desarmados, vigilância sobre depósitos de materiais, pátios, áreas abertas, terminal rodoviário, estação rodoviária, mercados públicos, parques, hortos ou reservas florestais, centros de esportes, escolas, obras em execução, edifícios onde funcionam as repartições municipais e demais áreas e logradouros públicos. Observar movimentação/comportamento das pessoas estranhas; Observar tipo de pessoas estranhas; Atentar para posicionamento dos veículos no estacionamento; Contatar proprietários dos veículos irregularmente estacionados; Monitorar pelo circuito fechado de tv; Prevenir incêndios e acidentes; Chamar segurança; Realizar abordagem preventiva pós-furto; Acompanhar abertura e fechamento das instalações; Comunicando imediatamente à autoridade superior quaisquer irregularidades encontradas e contatar órgãos públicos, quando necessário, relatando a emergência e solicitando socorro, inclusive ajuda policial. Preencher corretamente os formulários referentes à avaliação de desempenho; Executar outras atividades correlatas ao cargo solicitadas pelo chefe imediato.

CBO: 5174-20

Funcionário 1

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo VIGIA**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Frequente deslocamento a pé durante a jornada de trabalho		
Descrição	Deslocamento necessário proveniente das atividades de vigilância patrimonial e monitoramento do ambiente de trabalho, entre outras atividades relacionadas.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Analise Ergonômica do Trabalho - AET. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Orientação	Orientar ao trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura de pé por longos períodos		
Descrição	Postura de pé necessária para a execução das atividades de vigilância e segurança do local.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL - PCMSO		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura sentada por longos períodos		
Descrição	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar dores e desconforto na coluna lombar.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Orientação	Orientar trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Trabalho em local com risco de assalto e roubo		
Descrição	Proveniente das atividades de vigilância patrimonial.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-16 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Risco de ferimentos e morte.		
Fontes ou circunstâncias	Segurança patrimonial		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Severo	Possível	Substancial	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL - PCMSO		
Ações necessárias	Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos.		

Conclusão PGR

.

DISPOSIÇÕES FINAIS

CONTROLE DOS RISCOS

Serão adotadas medidas necessárias e suficientes para a eliminação, minimização ou controle dos riscos ambientais sempre que for verificada pelo menos uma das situações:

a) Exigências previstas nas normas regulamentadoras e nos dispositivos legais;

b) Determinadas pela classificação de riscos ocupacionais;

c) Quando houver evidências de associação, através de controle médico de saúde, entre as lesões e os agravos à saúde dos trabalhadores com os riscos e as situações de trabalho identificadas.

Quando comprovada pela organização a inviabilidade de adoção de medidas de proteção coletiva ou quando estas não forem suficientes ou encontrarem-se em fase de estudo, planejamento ou implantação ou, ainda, em caráter complementar ou emergencial, outras medidas deverão ser adotadas, observando a seguinte

hierarquia:

a) Medidas de caráter administrativo ou de organização do trabalho;

b) Medidas de caráter individual (EPI).

IMPLEMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO

A empresa através de análise das ações executadas, inspeções nos ambientes de trabalho e o monitoramento das condições ambientais e exposições aos agentes nocivos, avaliará a eficácia das medidas de proteção existentes e as implantadas e se necessário estabelecer novas medidas para eliminar, neutralizar ou minimizar os riscos ambientais.

A implantação das medidas de prevenção deverá ser acompanhada de informações aos trabalhadores sobre os procedimentos a serem adotados e limitações das medidas de controle.

Quando identificada a ineficácia das medidas de prevenção adotadas, deverão ser realizados ajustes a fim de corrigir as deficiências. O histórico de medidas implementadas, bem como os ajustes realizados, deverá ser registrado.

O desempenho das medidas de prevenção deverá ser acompanhado de forma planejar e contemplar:

a) A verificação da execução das ações planejadas;

b) As inspeções dos locais de trabalho;

c) O monitoramento das condições ambientais e exposições a agentes nocivos, quando aplicável.

ACOMPANHAMENTO DA SAÚDE OCUPACIONAL DOS TRABALHADORES

O acompanhamento da saúde ocupacional dos trabalhadores será realizado de forma periódica e contínua, de acordo com os riscos ocupacionais identificados e atendendo as diretrizes estabelecidas na NR 07.

A empresa desenvolve ações de saúde ocupacional que estão integradas com as demais medidas de saúde e segurança do trabalho e em conformidade com os riscos intrínsecos ao trabalho.

Todos os riscos que precisem de controle com base em exames complementares laboratoriais, necessitam de medidas de prevenção imediata.

ANÁLISE DE ACIDENTES E DOENÇAS RELACIONADAS AO TRABALHO

A irá analisar todos os acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, documentando os eventos, considerando as fontes causadoras, as atividades desenvolvidas, materiais utilizados e a organização do ambiente de trabalho, identificando os fatores relacionados ao evento e que forneçam evidências para revisar as medidas de prevenção existentes.

PREPARAÇÃO PARA EMERGÊNCIAS

É de responsabilidade da EMPRESA, elaborar, implementar e manter atualizados os procedimentos de resposta aos cenários de emergência, levando em consideração os riscos ocupacionais identificados no ambiente de trabalho e as características das atividades desenvolvidas

Os procedimentos deverão conter:

a) Os meios e recursos necessários para prestação de primeiros socorros, encaminhamento de acidentados e abandono;

b) Quando aplicável, as medidas a serem aplicadas em acidentes de grandes proporções.

EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL DE USO OBRIGATÓRIO

A empresa fornece gratuitamente aos empregados apenas EPI adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, sendo estes portadores de Certificado de Aprovação - CA.

CONCLUSÃO

Este programa tem como fundamento legal a NR 01, seu objetivo é disciplinar os preceitos a serem observados na organização e no ambiente de trabalho, de forma a tornar compatível o planejamento e desenvolvimento das atividades com a busca permanente da segurança e saúde dos trabalhadores. Este programa estará em constante análise e estudo, visando seu aperfeiçoamento, podendo, portanto, sofrer modificações a qualquer momento.

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718

Assinado de forma digital por GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718
Dados: 2024.10.03 09:47:42 -03'00'

Responsável Técnico
Gustavo Cordeiro Miranda
CPF: 092.897.697-18
Conselho de classe: CREA 051725/D
UF: ES
Especialidade: Engenheiro de Segurança

PLANO DE AÇÃO

Cronograma do Plano de Ação

PLANO ANUAL DO PROGRAMA DE SEGURANÇA E SAÚDENO TRABALHO **Período:** **Agosto de 2024 a Julho 2026**

Prioridade (1) Objetivo: Manter e implementar medidas de proteção, prevenção e controles administrativos em relação aos riscos ambientais reconhecidos no PPRA, visando a manutenção da saúde e integridade física dos trabalhadores.

Meta	Indicador	Responsável	Cronograma												Avaliação e análise crítica do plano		
			Ago 24	Set 24	Out 23	Nov 24	Dez 24	Jan 25	Fev 25	Mar 25	Abr 25	Mai 25	Jun 25	Jul 25			
			Ago 25	Set 25	Out 24	Nov 25	Dez 25	Jan 26	Fev 26	Mar 26	Abr 26	Mai 26	Jun 26	Jul 26			
Apresentar e informar os resultados das avaliações qualitativas / quantitativas do PGR	Ofício de entrega de documentos														**Atividades implementadas?**	**Objetivos alcançados?**	**Conclusão e recomendações**
Atividade		**Responsável**															
Reunião de apresentação dos resultados e medidas de controles propostas aos responsáveis pela empresa.		ST / Empregador															

Meta	Indicador	Responsável	Cronograma												Avaliação e análise crítica do plano		
			Ago 24	Set 24	Out 23	Nov 24	Dez 24	Jan 25	Fev 25	Mar 25	Abr 25	Mai 25	Jun 25	Jul 25			
			Ago 25	Set 25	Out 24	Nov 25	Dez 25	Jan 26	Fev 26	Mar 26	Abr 26	Mai 26	Jun 26	Jul 26			
Realização de capacitações, treinamentos e reciclagens.	Lista de presença em treinamento devidamente assinada pelos trabalhadores e pelo instrutor.														**Atividades implementadas?**	**Objetivos alcançados?**	**Conclusão e recomendações**
Atividade		**Responsável**															
Manter as capacitações ao trabalhador quanto à correta utilização dos EPI, incluindo aspectos relacionados à manutenção, substituição, higienização e guarda, bem como as penalidades pela recusa injustificada, focando a importância da prevenção e os efeitos à saúde em relação aos riscos dos processos, conforme item da NR6.6.1. alínea d.		Empregador / Profissional Qualificado															
Palestra para divulgação aos empregados dos riscos ambientais identificados nos locais de trabalho e suas respectivas medidas de controle, conforme item da NR9.3.1		Empregador / Profissional Qualificado															

Cronograma do Plano de Ação

Realizar e manter atualizada a capacitação dos trabalhados quanto à medidas de prevenção e combate a principio de incêndio, conforme item da NR 23.1.	Empregador / Profissional Qualificado														
Realizar e manter atualizada a capacitação dos trabalhadores quanto à prestação dos primeiros socorros, conforme iten NR 7.5.	Empregador / Profissional Qualificado														
Realizar capacitação do designado responsável pelo cumprimento do objetivo da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, conforme item NR 5.32.	Empregador / Profissional Qualificado														
Realizar treinamento aos funcionários sobre os princípios básicos de ergonomia, incluindo a importância de posturas corretas, pausas regulares para descanso e exercícios de alongamento.	Empregador / Profissional Qualificado														
Necessário que sejá feita avaliação de ruído, nos cargos e atividades mencionadas no PGR, para parecer conclusivo, conforme NR 15 anexo nº 1.	Empregador / Profissional Qualificado														
Manter treinamento quando aos procedimentos de segurança no trabalho em maquinas e equipamentos, conforme Anexo I da Norma Regulamentadora n° 12.	Empregador / Profissional Qualificado														
Necessário que sejá feita avaliação de vibração de corpo inteiro, nos cargos e atividades mencionadas no PGR, para parecer conclusivo, conforme NR 15 anexo nº I item 5.3.3.	Empregador / Profissional Qualificado														
Manter treinamento quando aos procedimentos de segurança no trabalho em altura, conforme Norma Regulamentadora n° 35.	Empregador / Profissional Qualificado														
Assegurar a realização da análise de risco – AR e, quando aplicável, a permissão de trabalho – PT, conforme NR 35, item 35.3.1 b).	Empregador / Profissional Qualificado														
Manter treinamento quando aos procedimentos de segurança no trabalho com energia elétrica, conforme Norma Regulamentadora n° 10 (trabalho em instalações e serviços em eletricidade)..															
Necessário FISPQ dos agentes químicos para determinar que sejá feita avaliação nos cargos e atividades mencionadas no PGR, para parecer conclusivo, conforme NR 15 anexo nº 11 e 13															
Realizar Treinamneto introdutório ou de integração, a todos os trabalhadores, ao ser admitido ou quando mudar de função que implique emalteração de risco, conforme NR 1 item 1.4.4.	Empregador / Profissional Qualificado														

Cronograma do Plano de Ação

PLANO ANUAL DO PROGRAMA DE SEGURANÇA E SAÚDENO TRABALHO **Período:** **Agosto de 2024 a Julho 2026**

Meta	Indicador	Responsável	Cronograma												Avaliação e análise crítica do plano		
			Ago 24 / Ago 25	Set 24 / Set 25	Out 23 / Out 24	Nov 24 / Nov 25	Dez 24 / Dez 25	Jan 25 / Jan 26	Fev 25 / Fev 26	Mar 25 / Mar 26	Abr 25 / Abr 26	Mai 25 / Mai 26	Jun 25 / Jun 26	Jul 25 / Jul 26			
Fornecer proteção individual adequada aos riscos dos processos, conforme NR6.	Fichas individuais de entrega de EPI devidamente assinada pelo funcionário a cada entrega.	Empregador / Profissional Qualificado													**Atividades implementadas?**	**Objetivos alcançados?**	**Conclusão e recomendações**
Atividade		**Responsável**															
Adquirir somente EPIs com certificado de aprovação (CA) emitido pelo MTE, conforme NR6.2.		Empregador / Profissional Qualificado															
Entregar os Equipamentos de Proteção Individual seguindo periodicidade quando ao uso e desgaste dos equipamentos, bem como controlar o uso efetivo dos mesmos, conforme NR6.6.1.		Empregador / Profissional Qualificado															

Cronograma do Plano de Ação

PLANO ANUAL DO PROGRAMA DE SEGURANÇA E SAÚDENO TRABALHO **Período:** **Agosto de 2024 a Julho 2026**

Meta	Indicador	Responsável	Cronograma												Avaliação e análise crítica do plano		
			Ago 24 / Ago 25	Set 24 / Set 25	Out 23 / Out 24	Nov 24 / Nov 25	Dez 24 / Dez 25	Jan 25 / Jan 26	Fev 25 / Fev 26	Mar 25 / Mar 26	Abr 25 / Abr 26	Mai 25 / Mai 26	Jun 25 / Jun 26	Jul 25 / Jul 26			
Monitorar e Atualizar os programas de Segurança e Saúde do Trabalho.	Documento elaborado com acompanhamento periódico.														**Atividades implementadas?**	**Objetivos alcançados?**	**Conclusão e recomendações**
Atividade		**Responsável**															
Manter o monitoramento médico, conforme PCMSO, conforme NR7.		Empregador / Profissional Qualificado															
Elaborar Relatório de Análise Global com o intuito de identificar a eficácia do Plano de ação, conforme NR9.2.1.1.		Empregador / Profissional Qualificado															

Percentual de Implementaçãodas Atividades: **Percentual de cumprimento dos Objetivos:**

Cronograma do Plano de Ação

Meta	Indicador	Responsável	Cronograma												Avaliação e análise crítica do plano		
			Ago 24 / Ago 25	Set 24 / Set 25	Out 23 / Out 24	Nov 24 / Nov 25	Dez 24 / Dez 25	Jan 25 / Jan 26	Fev 25 / Fev 26	Mar 25 / Mar 26	Abr 25 / Abr 26	Mai 25 / Mai 26	Jun 25 / Jun 26	Jul 25 / Jul 26			
Diretrizes sobre Ergonomia no ambiente de trabalho.	Analise Ergonomica do Trabalho														**Atividades implementadas?**	**Objetivos alcançados?**	**Conclusão e recomendações**
Atividade		**Responsável**															
Estabelecer diretrizes clara quanto a prevenção de acidente e doenças relacionados aos riscos ergonomicos.		Empregador / Profissional Qualificado															
Atender as Recomedações Ergonômicas estabelecidas na AET.		Empregador / Profissional Qualificado															

,(Responsável legal pela empresa e
pela implementação do plano de ação)

LTCAT

LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO



Consultoria Ocupacional
& Meio Ambiente

MUNICÍPIO DE MANTENOPOLIS

(SECRETARIA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS)

CNPJ: 27.167.345/0001-90

LTCAT

LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO COLETIVO DECRETO 3.048/99.

AGOSTO DE 2024

Sumário

Identificação da Empresa....4
Introdução....5
Objetivos 5
Informações 5
Fundamentos 5
Aposentadoria Especial 6
Agentes Nocivos....6
Efetiva Exposição à Agentes prejudicial à Saúde 6
Medidas de controle 7
Metodologia e procedimentos de Avaliação do Agente Nocivo 7
Códigos do Sistema SEFIP/GFIP 7
Avaliação das condições ambientais....9
Síntese....41
Conclusões e recomendações gerais....43
Anotação de responsabilidade técnica - ART....44

Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS
SECRETARIA EXE. DE OBRAS, TRANSPORTES E SERV. URBANOS
CNPJ: 27.167.345/0001-90

Endereço
Avenida Presidente Vargas, 545 - Centro - Mantenópolis/ES
CEP: 29.770-000

CNAE
8411-6/00 – Administração Pública em Geral
Grau de Risco 1

Introdução

Este Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) foi elaborado a partir de inspeções e determinações técnicas de agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou a associação desses agentes "in loco". Este laudo está fundamentado legalmente no Regulamento da Previdência Social, Decreto N° 3.048 de 6 de maio de 1999.

Objetivos

Apresentar os levantamentos técnicos (qualitativos e/ou quantitativos) dos ambientes/atividades e identificar a exposição aos agentes físicos, químicos, biológicos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física do(s) trabalhador, no âmbito do ambiente de trabalho, para fins da verificação do enquadramento às condições que geram o direito da concessão à aposentadoria especial.
O Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT e demais demonstrações ambientais também tem como objetivo fundamentar tecnicamente o preenchimento dos formulários de reconhecimento de períodos laborados em condições especiais, denominado PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário (§8º do artigo 68 do Decreto nº 3.048/1999).
Com o objetivo de facilitar a aplicação dos conceitos para elaboração desse laudo no que tange às diferentes atividades existentes nos diferentes ambientes avaliados, os levantamentos e conclusão serão realizados por ambiente/atividade que poderão conter um único cargo ou mais de um dentro de um mesmo grupo de risco.

Informações

Todas as informações contidas neste laudo, bem como as descrições das atividades de cada função e os Certificados de Aprovação (CA) dos Equipamentos de Proteção Individual, foram cedidas pela empresa.
Todas as Tabelas de Identificação de Riscos foram feitas através das informações obtidas nas avaliações realizadas pelo profissional responsável por este documento.
Com base nessa avaliação, foi feito o parecer técnico conclusivo sobre a caracterização de condições especial para fins de aposentadoria especial.

Fundamentos Legais

Este documento foi elaborado conforme as normas vigentes:

- Regulamento da Previdência Social, Decreto n° 3.048, de 06 de maio de 1999;
- Planos de Benefícios da Previdência Social, Lei n° 8.213, de 24 julho de 1991;
- A metodologia e os procedimentos de avaliação estabelecidos pela Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO.
- Instrução Normativa PRES/INSS Nº 128, de 28 de março de 2022.

Aposentadoria Especial

A aposentadoria especial, uma vez cumprido o período de carência exigido, será devida ao segurado empregado, trabalhador avulso e contribuinte individual, que comprove o exercício de atividades com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou a associação desses agentes, de forma permanente, não ocasional nem intermitente, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação, enquadrados nos dispositivos do Regulamento da Previdência Social, decreto n°3.048/99.
Considera-se tempo de **trabalho permanente** aquele que é exercido de forma não ocasional nem intermitente, no qual a exposição do empregado, do trabalhador avulso ou do cooperado ao agente nocivo seja indissociável da produção do bem ou da prestação do serviço.

Agentes Nocivos

A relação dos agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde, analisados no presente laudo e considerados para fins de concessão de aposentadoria especial, consta no Anexo IV do decreto n° 3.048/99.

- **Agentes nocivos Físicos:** diversas formas de energia a que possam estar expostos os trabalhadores, tais como: ruídos, vibrações, temperaturas anormais (calor), entre outros constados no anexo IV.
- **Agentes nocivos Químicos:** Substâncias, compostos ou produtos que possam penetrar no organismo pela via respiratória, nas formas de os manifestados por: névoas, neblinas, poeiras, fumos, gases, vapores de substâncias nocivas presentes no ambiente de trabalho.
- **Agentes nocivos Biológicos:** bactérias, fungos, bacilos, parasitas, protozoários, vírus, entre outros, geneticamente modificados ou não, as culturas de células, os parasitas, as toxinas e os príons.
- **Associação de agentes**: Exposição aos agentes combinados, exclusivamente nas atividades especificadas no Anexo IV do Decreto 3.048/1999.

Efetiva Exposição à Agentes Prejudiciais à Saúde

Conforme decreto n° 3.048/99, a efetiva exposição à agente prejudicial à saúde configura-se quando, mesmo após a adoção das medidas de controle previstas na legislação trabalhista, a nocividade não seja eliminada ou neutralizada.
Considerado:

- **Eliminação** - a adoção de medidas de controle que efetivamente impossibilitem a exposição ao agente prejudicial à saúde no ambiente de trabalho; e
- **Neutralização** - a adoção de medidas de controle que reduzam a intensidade, a concentração ou a dose do agente prejudicial à saúde ao limite de tolerância previsto neste Regulamento ou, na sua ausência, na legislação trabalhista.

Para os agentes reconhecidamente cancerígenos para humanos, listados pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, caso sejam adotadas as medidas de controle previsto na legislação trabalhista que eliminem a nocividade, será descaracterizada a efetiva exposição.

- **Equipamento de Proteção individual -** É todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado a proteção contra riscos capazes de ameaçar a sua segurança e a sua saúde.
- **Equipamento de Proteção Coletiva -** É todo dispositivo ou sistema de âmbito coletivo, destinado à preservação da integridade física e da saúde dos trabalhadores, assim como a de terceiros.
- **Medidas Administrativas -** Procedimentos estabelecidos pela organização destinados a proteção contra agentes nocivos capazes de ameaçar a segurança e a saúde dos colaboradores.

Metodologias e Procedimentos de Avaliação dos Agentes Nocivos

Foi adotado o procedimento de técnica de avaliação Qualitativa e/ou Quantitativa, em relação à exposição, sendo:

- **Qualitativa:**

Trata-se de uma avaliação ou inspeção sobre determinado local de trabalho, observando às características específicas do ambiente laboral, os presentes agentes, as atividades exercidas, funções existentes naquela local e tempo de exposição dos trabalhadores.
As avaliações qualitativas da exposição aos agentes nocivos foram feitas tomando-se por base a análise dos seguintes fatores a eles relacionados:

1. As circunstâncias de exposição ocupacional a determinado agente ou associação de agentes prejudiciais à saúde presentes no ambiente de trabalho durante toda a jornada de trabalho;
2. Todas as fontes e possibilidades de liberação dos agentes nocivos;
3. Meios de contato ou exposição dos trabalhadores, as vias de absorção, a intensidade da exposição, a frequência e a duração do contato.

- **Quantitativa:**

Trata-se de uma avaliação sobre determinado local de trabalho, utilizando-se de equipamentos específicos para medição e quantificação dos a agentes ambientais presentes no ambiente de trabalho. Visando, o dimensionamento das intensidades/concentrações dos riscos.
Nas avaliações ambientais foram consideradas a metodologia e os procedimentos de avaliação estabelecidos pela **Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO**.

Códigos do Sistema SEFIP/GFIP

GFIP - Guia do Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações Previdenciárias, instituído pela Lei 9.528 de 10/12/97. Para trabalhadores com apenas um vínculo empregatício (ou uma fonte pagadora):

- **Código 00** - Sem exposição a agente nocivo. Trabalhador nunca esteve exposto
- **Código 01** - Não exposição a agente nocivo. Trabalhador já esteve exposto.
- **Código 02** - Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 15 anos de serviço);
- **Código 03** - Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 20 anos de serviço);
- **Código 04** - Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 25 anos de serviço).

Para trabalhadores com mais de um vínculo empregatício (ou mais de uma fonte pagadora):

- **Código 05** - Não exposto a agente nocivo;
- **Código 06** - Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 15 anos de trabalho);
- **Código 07** - Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 20 anos de trabalho);
- **Código 08** - Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 25 anos de trabalho).

Revisão dos Dados

O Laudo Técnico de Condições do Ambienta de Trabalho (LTCAT) precisará ser atualizado sempre que ocorrer qualquer alteração no ambiente de trabalho ou em sua organização.
Segundo a legislação previdenciária, mais precisamente o artigo 261, IN 77, inciso § 4º São consideradas alterações no ambiente de trabalho ou em sua organização, entre outras, aquelas decorrentes de:
I - mudança de layout;
II - substituição de máquinas ou de equipamentos;
III - adoção ou alteração de tecnologia de proteção coletiva; e
IV - alcance dos níveis de ação estabelecidos nos subitens do item 9.3.6 da NR-09, aprovadas pela Portaria nº 3.214, de 8 de junho de 1978, do MTE, se aplicável.

Nota Técnica Informativa

O Supremo Tribunal Federal - STF, em sede de Recurso Extraordinário com Agravo - ARE 664.335, de 2015, com repercussão geral reconhecida, considerou que nos casos de exposição do segurado ao agente nocivo ruído acima dos limites legais de tolerância, a declaração do empregador da eficácia do EPI, não descaracteriza o tempo de serviço especial para aposentadoria.

Avaliação das condições Ambientais

UNIDADE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS
SECRETARIA EXE. DE OBRAS, TRANSPORTES E SERV. URBANOS
CNPJ: 27.167.345/0001-90

Endereço
Avenida Presidente Vargas, 545 - Centro - Mantenópolis/ES
CEP: 29.770-000

CNAE
8411-6/00 – Administração Pública em Geral
Grau de Risco 1

Caracterização dos processos e ambientes de trabalho

108 funcionários

Setor	Cargo	Funcionários
GHE 01 OBRAS / ADMINISTRATIVO	AGENTE ADMINISTRATIVO	1
GHE 02 OBRAS / LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICO	19
	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	7
GHE 03 OBRAS/ ELÉTRICA	ELETRICISTA	2
GHE 04 OBRAS/ ENGENHARIA	ENGENHEIRO CIVIL	1
GHE 05 OBRAS/ TRANSPORTE	MOTORISTA PROFISSIONAL	3
GHE 06 OBRAS / MÁQUINAS MÓVEIS	OPERADOR DE MÁQUINAS	1
GHE 07 OBRAS / CONSTRUÇÃO CIVIL	PEDREIRO	5
GHE 08 OBRAS / VIGILÂNCIA	VIGIA	2
GHE 09 TRANSP. E SERVIÇOS URBANOS / LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICO	19
	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	6

GHE 10 TRANSP. E SERVIÇOS URBANOS / MANUTENÇÃO CEMITÉRIO	COVEIRO	1
GHE 11 TRANSP. E SERVIÇOS URBANOS / TRANSPORTE	MOTORISTA PROFISSIONAL	2
GHE 12 TRANSP. E SERVIÇOS URBANOS / ETA	OPERADOR DE ETA	2
GHE 13 TRANSP. E SERVIÇOS URBANOS / VIGILÂNCIA	VIGIA	1

SETOR
GHE 01 OBRAS / ADMINISTRATIVO
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

1 funcionários

CARGO
AGENTE ADMINISTRATIVO
Supervisionam e controlam serviços financeiros diversos, bens-patrimoniais e logísticos; elaboram orçamentos, efetuam pagamentos, realizam cobrança, controlam bens patrimoniais, fecham câmbio, analisam crédito, coordenam caixas, administram processos logísticos e gerenciam almoxarifado/estoque; Supervisionam equipes de trabalho, orientando e avaliando desempenho em busca da melhor qualidade no trabalho. Organizam documentos e efetuam sua classificação contábil; geram lançamentos contábeis, auxiliam na apuração dos impostos, conciliam contas e preenchimento de guias de recolhimento e de solicitações, junto a órgãos do governo. Emitem notas de venda e de transferência entre outras; realizam o arquivo de documentos; Organizam a rotina de serviços e realizam entrada e transmissão de dados, operando teleimpressores e microcomputadores; registram e transcrevem informações, operando máquinas de escrever; atendem necessidades do setor interno e externo. Supervisionam trabalho e equipe; Organizam documentos e informações. Orientam usuários e os auxiliam na recuperação de dados e informações. Disponibilizam fonte de dados para usuários. Providenciam aquisição de material e incorporam material ao acervo. Arquivam documentos, classificando-os segundo critérios apropriados para armazená-los e conservá-los. Prestam serviço de comutação, alimentam base de dados e elaboram estatísticas. Executam tarefas relacionadas com a elaboração e manutenção de arquivos, podendo ainda, operar equipamentos reprográficos, recuperar e preservar as informações por meio digital, magnético ou papel.

CBO: 4102-05 **GFIP: 00**

1 funcionários

Conclusão da Aposentadoria Especial – **AGENTE ADMINISTRATIVO**
Agente físico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente químico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente biológico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**

SETOR
GHE 02 OBRAS / LIMPEZA E CONSERVAÇÃO
Áreas diversas como: casas, comunidades, outras residências, estabelecimentos, entre outros.

N º de funcionários 26

CARGO
AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICO
Os trabalhadores de limpeza e conservação de áreas públicas preservam as vias públicas, varrendo calçadas, sarjetas e calçadões, acondicionando o lixo para que seja coletado e encaminhado para o aterro sanitário. Zelam pela segurança das pessoas sinalizando e isolando áreas de risco e de trabalho. Trabalham na limpeza e conservação de áreas públicas, coletam resíduos domiciliares, resíduos sólidos de serviços de saúde e resíduos coletados nos serviços de limpeza; Conservam as áreas públicas lavando-as, pintando guias, postes, viadutos, muretas e etc; Auxiliam nos serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos; Trabalham na ornamentação de canteiros urbanos, através da construção de viveiros e canteiros Varrer sarjetas e calçadões; Varrer calçadas; Amontoar detritos e folhagem; Acondicionar lixo em latões ou sacos plásticos; Empurrar carrinho (lutocar); Ensacar animais mortos; Recolher animais mortos; Solicitar coleta de animais mortos; Solicitar remoção de entulho; Executar serviços de varrição, coleta e transporte de lixo industrial, domiciliar, hospitalar e rural e lavagem de ruas e logradouros públicos municipais, mantendo-os em condições adequadas, acondicionando os materiais coletados conforme as orientações e procedimentos estabelecidos. Executar serviços de conservação de ruas e logradouros públicos realizando capinas, roçadas, pinturas em meio-fio, muros, grades e postes, limpeza de ralos, trincheiras, bocas de lobo, caixas de visita, limpeza de córregos e outras atividades correlatas.

CBO: 5142-05 **GFIP: 04**

19 funcionário

CARGO
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
Executar sob supervisão serviços de copeiragem, conservação, limpeza e zeladoria em prédios públicos servindo, limpando vidros e fachadas, recintos internos e acessórios. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Preparar sucos, lanches, cafés e pequenas refeições; Servir água, cafezinho, suco; Administrar fluxo de serventia; Receber e distribuir refeições; Receber ou recolher bandejas, louças e talheres após as refeições, providenciando sua lavagem e guarda ou o envio ao setor competente; Secar louça e prataria, esterilizar instrumentos e materiais; Operar com aparelhos elétricos utilizados nos serviços de alimentação; Limpar talheres, equipamentos de refrigeração assim como balcão, bancada e bandejas; retirar restos de comida, separando e destinando o lixo; Lavar fachadas; Limpar vidros; Remover resíduos dos vidros; Remover pichações; Limpar móveis e equipamentos eletrodomésticos, lustres, luminárias, ventiladores e tudo o que mais constar nos recintos dos prédios municipais; Limpar superfícies (paredes, pisos, etc..); Lavar banheiros; Aspirar pó; Lavar pisos; Encerar pisos; Remover sujeira; Varrer pisos; Secar pisos; Passar pano; Limpar, lavar cortinas e persianas; Recolher lixo; Depositar o lixo e detritos da cozinha em lugares apropriados, de forma a evitar proliferação de insetos; Proceder à limpeza de ralos, caixas de gordura e esgotos, assim como desentupir pias e ralos; Prover os sanitários com toalha, sabão e papel higiênico, removendo os já utilizados; Auxiliar na realização de serviços em geral como recebimento, separação e Distribuição de correspondência e materiais, atividades de limpeza, copa e conservação de instalações. Executar trabalhos de limpeza em geral em edifícios e outros locais, para manutenção das condições de higiene e conservação do ambiente, coletando o lixo.

CBO: 4122-05 **GFIP: 04**

7 funcionário

<table>
<tr><td colspan="4">Especificação dos perigos/fatores de risco - Cargo AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS / AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS</td></tr>
<tr><td colspan="4">Identificação</td></tr>
<tr><td colspan="3">Perigo/Fator de Risco Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)</td><td>Grupo Biológico</td></tr>
<tr><td colspan="2">Descrição</td><td colspan="2">Proveniente da coleta de lixo urbano.</td></tr>
<tr><td colspan="2">Fundamentação legal</td><td colspan="2">Anexo IV do Decreto nº 3.048, de 6 de Maio 1999.</td></tr>
<tr><td colspan="2">Possíveis lesões ou agravos a saúde</td><td colspan="2">Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.</td></tr>
<tr><td colspan="2">Fontes ou circunstâncias</td><td colspan="2">Coleta de lixo urbano.</td></tr>
<tr><td colspan="4">Avaliação</td></tr>
<tr><td colspan="2">Tempo de exposição</td><td>Tipo de exposição</td><td>Critério</td></tr>
<tr><td colspan="2">08:00</td><td>Intermitente</td><td>Qualitativo</td></tr>
<tr><td>Severidade</td><td>Probabilidade</td><td>Nível de Risco</td><td>Classificação</td></tr>
<tr><td>Moderado</td><td>Possível</td><td>Moderado</td><td>Tolerável</td></tr>
</table>

Prevenção e controle	
EPI	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas: • Avental de PVC • Luvas de PVP • Botas de PVP • Óculos de Proteção
Exposição	
Critério	Qualitativo

<table>
<tr><th colspan="2">Conclusão da Aposentadoria Especial</th></tr>
<tr><td colspan="2">AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS</td></tr>
<tr><td colspan="2">Agente físico</td></tr>
<tr><td colspan="2">Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.</td></tr>
<tr><td colspan="2">Agente químico</td></tr>
<tr><td colspan="2">Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.</td></tr>
<tr><td colspan="2">Agente biológico</td></tr>
<tr><td>MICROORGANISMOS E PARASITAS INFECTO-CONTAGIOSOS VIVOS E SUAS TOXINAS (Redação dada pelo Decreto nº 4.882, de 2003):
a) trabalhos em estabelecimentos de saúde em contato com pacientes portadores de doenças infectocontagiosas ou com manuseio de materiais contaminados;
b) trabalhos com animais infectados para tratamento ou para o preparo de soro, vacinas e outros produtos;
c) trabalhos em laboratórios de autópsia, de anatomia e anátomo-histologia;
d) trabalho de exumação de corpos e manipulação de resíduos de animais deteriorados;
e) trabalhos em galerias, fossas e tanques de esgoto;
f) esvaziamento de biodigestores;
g) coleta e industrialização do lixo.
A exposição aos agentes citados unicamente nas atividades relacionadas, de forma permanente, não ocasional. De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, é contemplado como prejudicial à saúde do trabalhador.</td><td>Possui aposentadoria especial de 25 anos</td></tr>
</table>

SETOR
GHE 03 OBRAS / ELÉTRICA
Áreas diversas como: obras, na manutenção e preservação de prédios públicos, locais comerciais, entre outros locais conforme a demanda do município.

Nº de funcionários 2

CARGO
ELETRICISTA
Planejar serviços elétricos, realizar instalação de distribuição de alta e baixa tensão. Montar e reparar instalações elétricas e equipamentos auxiliares em residências, estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços. Instalar e reparar equipamentos de iluminação de cenários ou palcos. Realizar base e posicionamento de postes; Cavar buracos para instalação de postes; Instalar postes; Equipar os postes; Instalar condutores e acessórios; Instalar transformadores; Instalar iluminação pública; Testar a rede de distribuição. Interpretar esquemas elétricos dos equipamentos; Identificar o defeitos; Preparar equipamentos para a manutenção; Selecionar ferramentas e materiais; Corrigir defeito de máquinas, equipamentos e sistemas; Testar funcionamento de máquinas, equipamentos e sistemas; Fazer ensaios elétricos dos equipamentos; Liberar máquina, equipamento e sistema para operação após manutenção. Realizar serviços de montagem e manutenção de sistemas elétricos, instalando equipamentos, componentes e fiações, de acordo com plantas e especificações técnicas, efetuando testes em instalações e circuitos, reparando ou substituindo unidades e peças danificadas. Realizar manutenção preventiva e corretiva, instalação de quadros de distribuição de força e analisar consumo de energia, ligação e desligamento de aparelhos elétricos e eletrônicos. Identificar defeitos elétricos para reparar ou substituir componentes, ajustando peças e simulando o funcionamento dos equipamentos. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas. Fazer uso de veículos da frota pública municipal, no desempenho das atividades do seu cargo.

CBO: 7156-10 **GFIP: 00**

2 funcionário

Conclusão da Aposentadoria Especial ELETRICISTA
Agente físico RUÍDO a) Exposição a Níveis de Exposição Normalizados (NEN) superiores a 85 dB(A). (Redação dada pelo Decreto nº 4.882, de 2003). Inconclusivo, necessário avaliação quantitativo da exposição do colaborador ao agente físico Ruído para conclusão.
Agente químico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente biológico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**

SETOR
GHE 04 OBRAS / ENGENHARIA
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral. Áreas diversas como: obras, na manutenção e preservação de prédios públicos e locais comerciais, entre outros locais conforme a demanda e necessidade do município.

Nº de funcionários 1

CARGO
ENGENHEIRO CIVIL
Elaborar projetos de engenharia civil, gerenciar obras, planejar orçamentos, celebrar normas e documentação técnica dentro de sua área de atuação, controlar a qualidade da execução dos projetos. Planejar empreendimento; Realizar investigação de campo; Realizar levantamentos técnicos; Analisar dados primários e secundários; Definir metodologia de execução; Fazer estudo da viabilidade técnica, econômica e ambiental do empreendimento; Desenvolver estudos ambientais; Propor alternativas técnicas, econômicas e ambientais; Dimensionar elementos de projetos; Detalhar projetos; Especificar equipamentos, materiais e serviços; Elaborar cronograma físico e financeiro; Elaborar estudo de modelagem. Elaborar, executar e dirigir projetos de engenharia, estudando características, preparando planos, métodos de trabalho e demais dados requeridos, para possibilitar e orientar a construção, manutenção e reparo em obras e assegurar padrões técnicos exigidos, bem como analisar processos de solicitações diversas, projetos arquitetônicos de loteamentos, desmembramentos, visando atender as solicitações. Elaborar projetos de engenharia civil, gerenciar obras, controlar a qualidade de empreendimentos. Coordenar a operação e manutenção do empreendimento. Analisar e aprovar projetos arquitetônico com vistas a emissão de alvarás de construção. Elaborar projetos de construção. Realizar estudos de viabilidade técnica de projetos. Elaborar, executar e dirigir projetos de engenharia, estudando características, preparando planos, métodos de trabalho. Analisar reparo em obras e assegurar padrões técnicos exigidos, bem como analisar processos de solicitações diversas, projetos arquitetônicos de loteamentos, desmembramentos, visando atender as solicitações. Verificar o atendimento de normas, padrões e procedimentos preestabelecidos. Orientar os profissionais envolvidos. Realizar vistorias in loco. Prestar assistência técnica. Fazer uso de veículos da frota pública municipal, no desempenho das atividades do seu cargo.

1 funcionários

CBO: 2142-05 **GFIP: 00**

Conclusão da Aposentadoria Especial – **ENGENHEIRO CIVIL**
Agente físico Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente químico Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente biológico Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**

SETOR
GHE 05 OBRAS / TRANSPORTE
Áreas externas conforme a demanda de obras, entre outras necessidade do município.

Nº de funcionários 3

CARGO
MOTORISTA PROFISSIONAL
Dirigir e manobrar veículos tipo ônibus, carros, caminhões e carretas. Transportar pessoas, cargas, pacientes e material biológico humano. Realizar verificações e manutenções básicas do veículo e utilizam equipamentos e dispositivos especiais tais como sinalização sonora e luminosa, software de navegação e outros. Utilizar de capacidades comunicativas. Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Os condutores de ambulância auxiliam as equipes de saúde nos atendimentos de urgência e emergência. Conduzem e vistoriam ônibus de transporte coletivo de alunos e passageiros urbanos, metropolitanos e ônibus rodoviários de longas distâncias; verificam itinerário de viagens; controlam o embarque e desembarque de passageiros e os orientam quanto aos procedimentos no interior do veículo. Dirigir veículos transportando pessoas, cargas, e/ou materiais autorizados aos locais determinados. Vistoriar periodicamente as condições do veículo utilizado e providenciar reparos de emergência, troca de pneus, lavagens, guinchamentos e outros. Identificar e indicar as necessidades de reparos nos sistemas elétricos e mecânicos dos veículos da Prefeitura. Manter sob sua responsabilidade os documentos de porte obrigatório do veículo, observando as orientações para a revalidação dos mesmos. Registrar, em formulário específico, os percursos realizados, quilometragem e itinerários da frota oficial. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

CBO: 7823-05; 7823-10; 7823-20; 7824-05 **GFIP: 00**

3 funcionário

Conclusão da Aposentadoria Especial
MOTORISTA PROFISSIONAL
Agente físico RUÍDO a) Exposição a Níveis de Exposição Normalizados (NEN) superiores a 85 dB(A). (Redação dada pelo Decreto nº 4.882, de 2003). Inconclusivo, necessário avaliação quantitativo da exposição do colaborador ao agente físico Ruído para conclusão. VIBRAÇÕES Inconclusivo, necessário avaliação quantitativo da exposição do colaborador ao agente físico Vibração de Corpo Inteiro para conclusão. **Agente químico**
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.** **Agente biológico**
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**

SETOR
GHE 06 OBRAS / MÁQUINAS MÓVEIS
Áreas externas conforme a demanda de obras, entre outras necessidade do município.

1 funcionários

CARGO
OPERADOR DE MÁQUINAS
Planejar o trabalho, realizar manutenção básica de máquinas pesadas e as operam. Remover solo e material orgânico "bota-fora", drenar solos e executar construção de aterros. Realizar acabamento em pavimentos. Verificar marcação da topografia; Analisar inclinação do terreno; Verificar tipo de solo; Carregar caminhão caçamba. Abrir valas para drenagem; Identificar necessidade de escoramento de paredes e valas; Instalar manilhas e canaletas para drenagem; Abrir valas para montagem de colchão drenante. Abrir bueiros para passagem de água; Selecionar material para o aterro; Transportar material (solo) para o aterro; Espalhar o material (solo); Homogeneizar o solo com máquinas e equipamentos; Compactar solos; Remover material em aterro. Nivelar solo conforme cota de projeto; Homogeneizar solos para execução de camadas de pavimentação; Raspar superfície da base; Aplicar capa de pavimentação; Compactar capa de pavimentação com rolo compressor. Operar máquinas pesadas, acionando os dispositivos, pedais e alavancas de comando, conduzindo e manobrando tratores, reboques, motoniveladoras, carregadeiras, dentre outros, garantindo a realização dos trabalhos de acordo com as orientações recebidas. Operar máquinas leves, efetuando serviços de pequenos carregamentos e transportes de materiais aos locais determinados e outras atividades pertinentes. Vistoriar periodicamente as condições das máquinas utilizadas, providenciando reparos de emergência, lavagens, lubrificações e outros. Identificar e indicar as necessidades de reparos nos sistemas elétricos e mecânicos das máquinas leves e pesadas da Prefeitura. Registrar os percursos, trabalhos realizados, quilometragem, consumo de combustível, itinerário e outras informações pertinentes, de acordo com normas internas específicas. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

CBO: 7151-15; 7151-25; 7151-30; 7151-35 GFIP: 00

Funcionário 1

Conclusão da Aposentadoria Especial
OPERADOR DE MÁQUINAS
Agente físico RUÍDO a) Exposição a Níveis de Exposição Normalizados (NEN) superiores a 85 dB(A). (Redação dada pelo Decreto nº 4.882, de 2003). Inconclusivo, necessário avaliação quantitativo da exposição do colaborador ao agente físico Ruído para conclusão. VIBRAÇÕES Inconclusivo, necessário avaliação quantitativo da exposição do colaborador ao agente físico Vibração de Corpo Inteiro para conclusão. **Agente químico**
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.** **Agente biológico**
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**

SETOR
GHE 07 OBRAS / CONSTRUÇÃO CIVIL
Áreas externas conforme a demanda de obras, entre outras necessidade do município.

5 funcionários

CARGO
PEDREIRO
Organizam e preparam o local de trabalho na obra; constroem fundações e estruturas de alvenaria. Aplicam revestimentos e contra pisos. Construir o gabarito para a locação da obra; Marcar a obra a ser realizada; Cavar o local para as sapatas; Providenciar as formas para as fundações; Preparar o concreto; Aplicar o concreto nas fundações; Confeccionar o arranque do pilar e a cinta de fundação. Esquadrejar as alvenarias; Preparar a argamassa para o assentamento; Aprumar as alvenarias; Nivelar as alvenarias; Alinhar as alvenarias; Assentar os tijolos, blocos e elementos vazados; Concretar os pilares e pilaretes; Assentar as vergas nos vãos; Chumbar os tacos e tarugos para fixação das aduelas; Aplicar o concreto nas cintas de amarração sobre as alvenarias; Montar as lajes pré-moldadas; Concretar as lajes; Apertar as alvenarias. Executar serviços de pintura nas dependências internas e externas da Prefeitura, limpando e preparando superfícies de paredes, portões, móveis, pisos e outras, aplicando camadas de tinta e/ou verniz, utilizando instrumentos e materiais apropriados. Executar serviços de alvenaria, preparando argamassas e concreto, levantando alicerces e bases de construção, realizando assentamento de tijolos, ladrilhos, azulejos, pedras e outros, revestindo pisos, paredes e tetos, utilizando materiais e instrumentos específicos, garantindo a execução dos trabalhos de acordo com as orientações recebidas. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

CBO: 7152-10 **GFIP: 04**

Funcionário 5

Identificação			
Grupo	**Código eSocial**	**Perigo/Fator de Risco**	
Químico	01.18.001	Sílica livre (sílica livre cristalizada)	
Descrição do agente nocivo	Agente carcinogênico/ Grupo 1 da Lista Nacional de Agentes Cancerígenos para Humanos - LINACH/ CAS N° 014808-60-7		
Descrição das fontes	Contato com sílica proveniente da mistura de areia e cimento para a fabricação do concreto para as obras.		
Fundamentação legal	Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99. Instrução normativa n° 77.		
Fontes ou circunstâncias	Fabricação de concreto		
Meio de propagação	Via Respiratória		
Avaliação			
Tempo de exposição		**Critério**	
08:00		Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
-	-	-	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não	Não evidenciado	Não
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas: Máscara de proteção respiratória Pff2 para poeiras minerais		

<table>
<tr><th colspan="2">Conclusão da Aposentadoria Especial</th></tr>
<tr><td colspan="2">PEDREIRO</td></tr>
<tr><td colspan="2">Agente físico

RUÍDO

a) Exposição a Níveis de Exposição Normalizados (NEN) superiores a 85 dB(A). (Redação dada pelo Decreto nº 4.882, de 2003).

Inconclusivo, necessário avaliação quantitativo da exposição do colaborador ao agente físico Ruído para conclusão.</td></tr>
<tr><td colspan="2">Agente químico</td></tr>
<tr><td>A exposição Permanente, não Ocasional nem Intermitente ao agente químico cancerígeno Sílica Livre no ambiente de trabalho e no processo produtivo, conforme anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n°3048/99, é contemplado como prejudicial à saúde do trabalhador.</td><td>Possui aposentadoria especial de 25 anos</td></tr>
<tr><td colspan="2">Agente biológico</td></tr>
<tr><td colspan="2">Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.</td></tr>
</table>

SETOR
GHE 08 OBRAS / VIGILÂNCIA
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral. Locais para vigilância conforma a demanda e/ou necessidade do munícipio.

1 funcionários

CARGO
VIGIA
Zelam pela guarda do patrimônio observando o comportamento e movimentação de pessoas para prevenir perdas, evitar incêndios, acidentes e outras anormalidades. Controlam o fluxo de pessoas e veículos identificando-os e encaminhando-os aos locais desejados. Recebem mercadorias, volumes diversos e correspondências. Fazem manutenções simples nos locais de trabalho. Exercer função de vigia como a atividade dos que exercem desarmados, vigilância sobre depósitos de materiais, pátios, áreas abertas, terminal rodoviário, estação rodoviária, mercados públicos, parques, hortos ou reservas florestais, centros de esportes, escolas, obras em execução, edifícios onde funcionam as repartições municipais e demais áreas e logradouros públicos. Observar movimentação/comportamento das pessoas estranhas; Observar tipo de pessoas estranhas; Atentar para posicionamento dos veículos no estacionamento; Contactar proprietários dos veículos irregularmente estacionados; Monitorar pelo circuito fechado de tv; Prevenir incêndios e acidentes; Chamar segurança; Realizar abordagem preventiva pós-furto; Acompanhar abertura e fechamento das instalações; Comunicando imediatamente à autoridade superior quaisquer irregularidades encontradas e contatar órgãos públicos, quando necessário, relatando a emergência e solicitando socorro, inclusive ajuda policial. Preencher corretamente os formulários referentes à avaliação de desempenho; Executar outras atividades correlatas ao cargo solicitadas pelo chefe imediato.

CBO: 5174-20 **GFIP: 00**

Funcionário 1

Conclusão da Aposentadoria Especial – **VIGIA**
Agente físico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente químico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente biológico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**

SETOR
GHE 09 TRANSP. E SERVIÇOS URBANOS / LIMPEZA E CONSERVAÇÃO
Áreas diversas como: casas, comunidades, outras residências, estabelecimentos, entre outros.

N º de funcionários 25

CARGO
AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICO
Os trabalhadores de limpeza e conservação de áreas públicas preservam as vias públicas, varrendo calçadas, sarjetas e calçadões, acondicionando o lixo para que seja coletado e encaminhado para o aterro sanitário. Zelam pela segurança das pessoas sinalizando e isolando áreas de risco e de trabalho. Trabalham na limpeza e conservação de áreas públicas, coletam resíduos domiciliares, resíduos sólidos de serviços de saúde e resíduos coletados nos serviços de limpeza; Conservam as áreas públicas lavando-as, pintando guias, postes, viadutos, muretas e etc; Auxiliam nos serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos; Trabalham na ornamentação de canteiros urbanos, através da construção de viveiros e canteiros Varrer sarjetas e calçadões; Varrer calçadas; Amontoar detritos e folhagem; Acondicionar lixo em latões ou sacos plásticos; Empurrar carrinho (lutocar); Ensacar animais mortos; Recolher animais mortos; Solicitar coleta de animais mortos; Solicitar remoção de entulho; Executar serviços de varrição, coleta e transporte de lixo industrial, domiciliar, hospitalar e rural e lavagem de ruas e logradouros públicos municipais, mantendo-os em condições adequadas, acondicionando os materiais coletados conforme as orientações e procedimentos estabelecidos. Executar serviços de conservação de ruas e logradouros públicos realizando capinas, roçadas, pinturas em meio-fio, muros, grades e postes, limpeza de ralos, trincheiras, bocas de lobo, caixas de visita, limpeza de córregos e outras atividades correlatas.

CBO: 5142-05 **GFIP: 04**

19 funcionário

CARGO
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
Executar sob supervisão serviços de copeiragem, conservação, limpeza e zeladoria em prédios públicos servindo, limpando vidros e fachadas, recintos internos e acessórios. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Preparar sucos, lanches, cafés e pequenas refeições; Servir água, cafezinho, suco; Administrar fluxo de serventia; Receber e distribuir refeições; Receber ou recolher bandejas, louças e talheres após as refeições, providenciando sua lavagem e guarda ou o envio ao setor competente; Secar louça e prataria, esterilizar instrumentos e materiais; Operar com aparelhos elétricos utilizados nos serviços de alimentação; Limpar talheres, equipamentos de refrigeração assim como balcão, bancada e bandejas; retirar restos de comida, separando e destinando o lixo; Lavar fachadas; Limpar vidros; Remover resíduos dos vidros; Remover pichações; Limpar móveis e equipamentos eletrodomésticos, lustres, luminárias, ventiladores e tudo o que mais constar nos recintos dos prédios municipais; Limpar superfícies (paredes, pisos, etc..); Lavar banheiros; Aspirar pó; Lavar pisos; Encerar pisos; Remover sujeira; Varrer pisos; Secar pisos; Passar pano; Limpar, lavar cortinas e persianas; Recolher lixo; Depositar o lixo e detritos da cozinha em lugares apropriados, de forma a evitar proliferação de insetos; Proceder à limpeza de ralos, caixas de gordura e esgotos, assim como desentupir pias e ralos; Prover os sanitários com toalha, sabão e papel higiênico, removendo os já utilizados; Auxiliar na realização de serviços em geral como recebimento, separação e Distribuição de correspondência e materiais, atividades de limpeza, copa e conservação de instalações. Executar trabalhos de limpeza em geral em edifícios e outros locais, para manutenção das condições de higiene e conservação do ambiente, coletando o lixo.

CBO: 4122-05 **GFIP: 04**

6 funcionário

<table>
<tr><th colspan="4">Especificação dos perigos/fatores de risco - Cargo AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS / AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS</th></tr>
<tr><th colspan="4">Identificação</th></tr>
<tr><td colspan="2">Perigo/Fator de Risco Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)</td><td colspan="2">Grupo Biológico</td></tr>
<tr><td colspan="2">Descrição</td><td colspan="2">Proveniente da coleta de lixo urbano.</td></tr>
<tr><td colspan="2">Fundamentação legal</td><td colspan="2">Anexo IV do Decreto nº 3.048, de 6 de Maio 1999.</td></tr>
<tr><td colspan="2">Possíveis lesões ou agravos a saúde</td><td colspan="2">Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.</td></tr>
<tr><td colspan="2">Fontes ou circunstâncias</td><td colspan="2">Coleta de lixo urbano</td></tr>
<tr><th colspan="4">Avaliação</th></tr>
<tr><th>Tempo de exposição</th><th>Tipo de exposição</th><th colspan="2">Critério</th></tr>
<tr><td>08:00</td><td>Intermitente</td><td colspan="2">Qualitativo</td></tr>
<tr><th>Severidade</th><th>Probabilidade</th><th>Nível de Risco</th><th>Classificação</th></tr>
<tr><td>Moderado</td><td>Possível</td><td>Moderado</td><td>Tolerável</td></tr>
</table>

Prevenção e controle	
EPI	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas: • Avental de PVC • Luvas de PVP • Botas de PVP • Óculos de Proteção
Exposição	
Critério	Qualitativo

Conclusão da Aposentadoria Especial	
AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	
Agente físico	
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**	
Agente químico	
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**	
Agente biológico	
MICROORGANISMOS E PARASITAS INFECTO-CONTAGIOSOS VIVOS E SUAS TOXINAS (Redação dada pelo Decreto nº 4.882, de 2003): a) trabalhos em estabelecimentos de saúde em contato com pacientes portadores de doenças infectocontagiosas ou com manuseio de materiais contaminados; b) trabalhos com animais infectados para tratamento ou para o preparo de soro, vacinas e outros produtos; c) trabalhos em laboratórios de autópsia, de anatomia e anátomo-histologia; d) trabalho de exumação de corpos e manipulação de resíduos de animais deteriorados; e) trabalhos em galerias, fossas e tanques de esgoto; f) esvaziamento de biodigestores; **g) coleta e industrialização do lixo.** A exposição aos agentes citados unicamente nas atividades relacionadas, de forma permanente, não ocasional. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, é contemplado como prejudicial à saúde do trabalhador.**	Possui aposentadoria especial de 25 anos

SETOR
GHE 10 TRANSP. E SERVIÇOS URBANOS / MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE CEMITÉRIO
Áreas externas: cemitério municipal.

Nº de funcionários 1

CARGO
COVEIRO
Auxiliam nos serviços funerários, constroem, preparam, limpam, abrem e fecham sepulturas. Realizam sepultamento, exumam e cremam cadáveres, trasladam corpos e despojos. Conservam cemitérios, máquinas e ferramentas de trabalho. Zelam pela segurança do cemitério. Verificar a disponibilidade de sepulturas; Selecionar as ferramentas; Cavar o terreno; Abrir portão; Remover tampão, lajes ou jardins; Verificar as medidas das sepulturas; Medir caixão; Acertar a sepultura. Marcar a sepultura; Transportar caixão ao local de sepultamento; Colocar caixão dentro da sepultura; Fechar gavetas; Datar gavetas; Encaixar lajes e tampão; Calafetar sepulturas; Cobrir sepulturas com terra; Colocar coroas de flores; Retirar o excesso de terra e materiais de sepultamento. Receber corpos; Identificar corpos; Transportar corpos à câmara fria; Aquecer o forno; Retirar vidros e metais do caixão; Introduzir caixão ao forno; Controlar o tempo entre os caixões; Rastelar ossos para outro compartimento do forno; Resfriar ossos; Retirar os ossos; Conduzir os ossos ao triturador; Embalar as cinzas conforme especificação. Sondar carneiros; Desfazer fechos de gavetas; Retirar lajes pré-moldadas; Retirar a tampa do caixão; Quebrar o lacre; Avaliar se há condições de exumação; Acondicionar ossos; Transportar ossos ao local determinado; Limpar sepulturas.

CBO: 7823-10 / 7823-20 **GFIP: 04**

1 funcionário

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo COVEIRO**			
Identificação			
Perigo/Fator de Risco **Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)**			Grupo **Biológico**
Descrição	Proveniente das atividades de exumação de corpos		
Fundamentação legal	Anexo IV do Decreto nº 3.048, de 6 de Maio 1999.		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.		
Fontes ou circunstâncias	Exumação de corpos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
EPI	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas: • Avental de PVC • Luvas de PVP • Botas de PVP • Óculos de Proteção		
Exposição			
Critério	Qualitativo		

<table>
<tr><th colspan="2">Conclusão da Aposentadoria Especial</th></tr>
<tr><td colspan="2">COVEIRO</td></tr>
<tr><td colspan="2">Agente físico</td></tr>
<tr><td colspan="2">Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.</td></tr>
<tr><td colspan="2">Agente químico</td></tr>
<tr><td colspan="2">Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.</td></tr>
<tr><td colspan="2">Agente biológico</td></tr>
<tr><td>MICROORGANISMOS E PARASITAS INFECTO-CONTAGIOSOS VIVOS E SUAS TOXINAS (Redação dada pelo Decreto nº 4.882, de 2003):
a) trabalhos em estabelecimentos de saúde em contato com pacientes portadores de doenças infectocontagiosas ou com manuseio de materiais contaminados;
b) trabalhos com animais infectados para tratamento ou para o preparo de soro, vacinas e outros produtos;
c) trabalhos em laboratórios de autópsia, de anatomia e anátomo-histologia;
d) trabalho de exumação de corpos e manipulação de resíduos de animais deteriorados;
e) trabalhos em galerias, fossas e tanques de esgoto;
f) esvaziamento de biodigestores;
g) coleta e industrialização do lixo.
A exposição aos agentes citados unicamente nas atividades relacionadas, de forma permanente, não ocasional. De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, é contemplado como prejudicial à saúde do trabalhador.</td><td>Possui aposentadoria especial de 25 anos</td></tr>
</table>

SETOR
GHE 11 TRANSP. E SERVIÇOS URBANOS / TRANSPORTE
Áreas externas conforme a demanda de obras, entre outras necessidade do município.

Nº de funcionários 2

CARGO
MOTORISTA PROFISSIONAL
Dirigir e manobrar veículos tipo ônibus, carros, caminhões e carretas. Transportar pessoas, cargas, pacientes e material biológico humano. Realizar verificações e manutenções básicas do veículo e utilizam equipamentos e dispositivos especiais tais como sinalização sonora e luminosa, software de navegação e outros. Utilizar de capacidades comunicativas. Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Os condutores de ambulância auxiliam as equipes de saúde nos atendimentos de urgência e emergência. Conduzem e vistoriam ônibus de transporte coletivo de alunos e passageiros urbanos, metropolitanos e ônibus rodoviários de longas distâncias; verificam itinerário de viagens; controlam o embarque e desembarque de passageiros e os orientam quanto aos procedimentos no interior do veículo. Dirigir veículos transportando pessoas, cargas, e/ou materiais autorizados aos locais determinados. Vistoriar periodicamente as condições do veículo utilizado e providenciar reparos de emergência, troca de pneus, lavagens, guinchamentos e outros. Identificar e indicar as necessidades de reparos nos sistemas elétricos e mecânicos dos veículos da Prefeitura. Manter sob sua responsabilidade os documentos de porte obrigatório do veículo, observando as orientações para a revalidação dos mesmos. Registrar, em formulário específico, os percursos realizados, quilometragem e itinerários da frota oficial. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

CBO: 7823-05; 7823-10; 7823-20; 7824-05 **GFIP: 00**

2 funcionário

Conclusão da Aposentadoria Especial
MOTORISTA PROFISSIONAL
Agente físico RUÍDO b) Exposição a Níveis de Exposição Normalizados (NEN) superiores a 85 dB(A). (Redação dada pelo Decreto nº 4.882, de 2003). Inconclusivo, necessário avaliação quantitativo da exposição do colaborador ao agente físico Ruído para conclusão. VIBRAÇÕES Inconclusivo, necessário avaliação quantitativo da exposição do colaborador ao agente físico Vibração de Corpo Inteiro para conclusão. **Agente químico**
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.** **Agente biológico**
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**

SETOR
GHE 12 TRANSP. E SERVIÇOS URBANOS / ETA
Áreas externas: atividades em locais variados que precisem da realização de reparos e/ou manutenções dos sistemas de água (manilhas, tubulações e canos), abrangidos pelo serviços da prefeitura municipal.

Nº de funcionários 1

CARGO
OPERADOR DE ETA
Operar as instalações de reservatório de tratamento de água, dirigindo seu fluxo, misturando-se substâncias químicas e filtrando-a e torna-la adequada ao uso aos usos domésticos e industriais; Controlar a entrada de água, abrindo válvulas, regulando e acionando motores elétricos e bombas, para abastecer os reservatórios; Efetuar o tratamento de água, adicionando-lhe quantidade e/ou dosagem determinadas de produtos químicos apropriados ou manipulando dispositivos automáticos de admissão desses produtos, para depurá-la, desodorizá-la e clarificá-la, bem como torna-la adequada aos usos domésticos e industriais; Adicionar os agitadores ou manipulação os mecanismos de comando, para misturar os integrantes; Separar as impurezas deixando-as sedimentar no fundo do reservatório e fazendo a água circular pelas instalações de filtragem, para assegurar a sua completa depuração; Bombear a água, adicionando os registros e válvula para introduzi-la nas tubulações principal e permitir sua distribuição; Controlar o funcionamento das instalações; Promover e/ou fazer a coleta de amostra de água para exame em laboratório; Realizar sob supervisão, a análise da água bruta; Fazer o controle da vazão de água tratada; Ligar e desligar bombas, motores e equipamentos; Promover e /ou efetuar a manutenção e consertos das bombas, motores, equipamentos e outros aparelhos; Inspecionar diariamente todas as dependências da ETA. Executar outras tarefas correlatadas.

CBO: 8623-05 **GFIP: 00**

1 funcionário

Conclusão da Aposentadoria Especial
OPERADOR DE ETA
Agente físico RUÍDO a) Exposição a Níveis de Exposição Normalizados (NEN) superiores a 85 dB(A). (Redação dada pelo Decreto nº 4.882, de 2003). Inconclusivo, necessário avaliação quantitativo da exposição do colaborador ao agente físico Ruído para conclusão.
Agente químico PRODUTOS QUÍMICOS Inconclusivo, necessário a FISPQ dos produtos químicos utilizados no tratamento da água, para determinar se a algum agente químico que se encontra na Lista Nacional de Agentes Cancerígenos para Humanos (LINACH) – do grupo 1 / Agentes confirmados como carcinogênicos para humanos. **Agente biológico**
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**

SETOR
GHE 13 TRANSP. E SERVIÇOS URBANOS / VIGILÂNCIA
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral. Locais para vigilância conforma a demanda e/ou necessidade do munícipio.

Funcionários 1

CARGO
VIGIA
Zelam pela guarda do patrimônio observando o comportamento e movimentação de pessoas para prevenir perdas, evitar incêndios, acidentes e outras anormalidades. Controlam o fluxo de pessoas e veículos identificando-os e encaminhando-os aos locais desejados. Recebem mercadorias, volumes diversos e correspondências. Fazem manutenções simples nos locais de trabalho. Exercer função de vigia como a atividade dos que exercem desarmados, vigilância sobre depósitos de materiais, pátios, áreas abertas, terminal rodoviário, estação rodoviária, mercados públicos, parques, hortos ou reservas florestais, centros de esportes, escolas, obras em execução, edifícios onde funcionam as repartições municipais e demais áreas e logradouros públicos. Observar movimentação/comportamento das pessoas estranhas; Observar tipo de pessoas estranhas; Atentar para posicionamento dos veículos no estacionamento; Contactar proprietários dos veículos irregularmente estacionados; Monitorar pelo circuito fechado de tv; Prevenir incêndios e acidentes; Chamar segurança; Realizar abordagem preventiva pós-furto; Acompanhar abertura e fechamento das instalações; Comunicando imediatamente à autoridade superior quaisquer irregularidades encontradas e contatar órgãos públicos, quando necessário, relatando a emergência e solicitando socorro, inclusive ajuda policial. Preencher corretamente os formulários referentes à avaliação de desempenho; Executar outras atividades correlatas ao cargo solicitadas pelo chefe imediato.

CBO: 5174-20 **GFIP: 00**

Funcionário 1

Conclusão da Aposentadoria Especial – **VIGIA**
Agente físico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente químico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente biológico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**

Síntese

Unidade				
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENOPOLIS				
Setor	**Cargo**	**Risco**	**Aposentadoria**	**Período**
GHE 02 OBRAS / LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICO	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Sim	25 anos
GHE 02 OBRAS / LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Sim	25 anos
GHE 03 OBRAS / ELÉTRICA	ELETRICISTA	Ruído continuo ou intermitente -	Inconclusivo	.
GHE 05 OBRAS / TRANSPORTE	MOTORISTA PROFISSIONAL	Ruído continuo ou intermitente -	Inconclusivo	.
GHE 05 OBRAS / TRANSPORTE	MOTORISTA PROFISSIONAL	Vibração de Corpo Inteiro para conclusão.	Inconclusivo	.
GHE 06 OBRAS / MÁQUINAS MÓVEIS	OPERADOR DE MÁQUINAS	Ruído continuo ou intermitente	Inconclusivo	.
GHE 06 OBRAS / MÁQUINAS MÓVEIS	OPERADOR DE MÁQUINAS	Vibração de Corpo Inteiro	Inconclusivo	.
GHE 07 OBRAS / CONSTRUÇÃO CIVIL	PEDREIRO	Ruído continuo ou intermitente -	Inconclusivo	.
GHE 07 OBRAS / CONSTRUÇÃO CIVIL	PEDREIRO	Sílica Livre (Sílica livre cristalizada)	Sim	25 Anos
GHE 09 TRANS. E SERVIÇOS URBANOS / LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICO	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Sim	25 anos
GHE 09 TRANSP. E SERVIÇOS	AUXILIAR DE SERVIÇOS	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos	Sim	25 anos

URBANOS / LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	GERAIS	(bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)		
GHE 10 TRANSP. E SERVIÇOS URBANOS / MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE CEMITÉRIO	COVEIRO	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Sim	25 anos
GHE 11 TRANSP. E SERVIÇOS URBANOS / TRANSPORTE	MOTORISTA PROFISSIONAL	Vibração de Corpo Inteiro	Inconclusivo	.
GHE 12 TRANSP. E SERVIÇOS URBANOS / ETA	OPERADOR DE ETA	Ruído continuo ou intermitente -	Inconclusivo	.
GHE 12 TRANSP. E SERVIÇOS URBANOS / ETA	OPERADOR DE ETA	Produtos químicos	Inconclusivo	.

Os resultados apresentados, bem como as descrições técnicas, tiveram embasamento nas evidências durante as diligências para o desenvolvimento do PGR. A conclusão do laudo considera a situação evidenciada na empresa na data de sua elaboração. Não tem prazo de validade, devendo ser refeito sempre que houver alteração dos riscos presentes no ambiente de trabalho.

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718

Assinado de forma digital por GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718
Dados: 2024.10.03 09:41:32 -03'00'

Responsável pelo LTCAT
Gustavo Cordeiro Miranda
CPF: 092.897.697-18
NIT: 128.65129.29-4
Conselho de classe: CREA 051725/D
UF: ES
Especialidade: Engenheiro de Segurança

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977
CREA-ES
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do ES

ART de Obra ou Serviço

0820240368329

ART Individual

1. Responsável Técnico

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA

Título profissional: **ENGENHEIRO DE PRODUÇÃO,ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO,TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO,TECNÓLOGO EM GEST**

RNP: 0819492124
Registro: ES-051725/D
Registro: 19221

Empresa contratada: ST CONSULTORIA OCUPACIONAL E MEIO AMBIENTE LTDA

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS** CPF/CNPJ: **27167345000190**
Rua: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS Nº: 545
Complemento: CEP: 29770000
Cidade: MANTENÓPOLIS UF: ES Bairro: CENTRO
Telefone:
Contrato: 000077/2023 Nº do Aditivo: 0
Valor do Contrato/Honorários: R$15.050,00 Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA

3. Dados da Obra/Serviço

Rua: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS Nº: 545
Complemento: Bairro: CENTRO Quadra Lote
Cidade: MANTENÓPOLIS UF: ES CEP: 29770000
Data de início: 10/09/2024 Prev. Término: 10/09/2024 Coord. Geogr.: ,
Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS CPF/CNPJ:27167345000190

4. Atividade Técnica

Qtde de Pavimento(s): 0 **Nº Pavimento(s):** 0 **Dimensão/Quantidade:** 1 **Unidade de medida:** UNID

ATIVIDADE(S) TÉCNICA(S): 43 - 13.2 - ASSESSORIA TÉCNICA

PARTICIPAÇÃO:

NATUREZA: 100 - RESPONSABILIDADE TÉCNICA

NÍVEL: 104 - EXECUÇÃO

NATUREZA DO(S) SERVIÇO(S): 9111 - SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS (ESPECIFICAR NO CAMPO 22)

TIPO DA OBRA/SERVIÇO: 2001 - SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS (ESPECIFICAR NO CAMPO 22)

PROJETO(S)/SERVIÇO(S): 100 - NENHUM

Após a conclusão das atividades técnicas, o profissional deverá proceder a baixa desta ART.

5. Observações

REFERENTE A CONTRATAÇAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE MEDICINA DO TRABALHO PARA ELABORAÇÃO DE PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCO, LTCAT (LAUDO TÉCNICO DA CONDIÇÃO DO AMBIENTE DE TRABALHO, PCMSO (PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL), PPP, LAUDO DE INSALUBRIDADE E DE PERICULOSIDADE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPALDE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO; SEM CONTUDO TER PROVIDENCIADO O REGISTRO DE ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART), NESTE CONSELHO.

6. Declarações

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:0928976 9718 Assinado de forma digital por GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718 Dados: 2024.10.03 09:41:59 -03'00'

Profissional

Contratante

Acessibilidade: <declara a aplicabilidade das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº5.296, de 2 de dezembro de 2004, às atividades profissionais acima relacionadas.>

7. Entidade de classe

SENGE - SINDICATO DOS ENGENHEIROS DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO

8.Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718 Assinado de forma digital por GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718 Dados: 2024.10.03 09:41:47 -03'00'

Local de Data de

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA - CPF: 09289769718

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS - CPF/CNPJ: 27167345000190

9. Informações

- **A ART é válida somente quando quitada, podendo sua conferência ser realizada no site do CREA.**
- **A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.creaes.org.br ou www.confea.org.br**
- **A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.**

www.creaes.org.br creaes@creaes.org.br
tel: (27)3134-0046 art@creaes.org.br

CREA-ES

Valor ART: R$ 262,55 Registrada em: 10/09/2024 Data de pagamento: 12/09/2024 Valor Pago: R$ 262,55 Nosso Número: 140000000016510939

PCMSO

PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL

Consultoria Ocupacional & Meio Ambiente

Sumário

Identificação 3
Médico do trabalho responsável 3
Diretrizes 4
O que é o programa? 4
Objetivos 4
Legalização 4
Implementação 5
Obrigações 5
Responsabilidades 5
Desenvolvimento do Programa 5
Obrigatoriedade dos exames médicos 6
Registro de Dados 6
Preparação para emergência 7
Ações de Saúde no PCMSO- Controle médico Específico 8
Unidade /Setor / Cargo / Funções – Exames complementares 9
Planejamento das atividades do PCMSO 42
Conclusão 43

Consultoria Ocupacional & Meio Ambiente	**PCMSO** **Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional** **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS**	**Agosto de 2024**

Vigência do PCMSO	**Agosto DE 2024 A Agosto DE 2026**

Identificação			
Empresa SECRETARIA EXE. DE OBRAS, TRANSPORTES E SERV. URBANOS			
Endereço Avenida Presidente Vargas, nº 545		Complemento	CNPJ 27.167.345/0001-90
CEP 29.770-000	Cidade Mantenópolis	Bairro Centro	UF ES
CNAE 8411-6/00	Grau de Risco 1	Descrição CNAE Administração Pública em Geral	

Médico do Trabalho Responsável

Compete ao empregador indicar um médico do trabalho responsável pelo PCMSO. Inexistindo médico do trabalho na localidade, a organização pode contratar médico de outra especialidade como responsável pelo PCMSO.

O MEI, a ME e a EPP, graus de risco 1 e 2, que declararem as informações digitais na forma prevista na legislação e não identificarem exposições ocupacionais a agentes físicos, químicos, biológicos e riscos relacionados a fatores ergonômicos, ficam dispensados de elaboração do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.

As MEI, ME e EPP desobrigadas de elaborar PCMSO, devem realizar e custear exames médicos ocupacionais admissionais, demissionais e periódicos, a cada dois anos, de seus empregados.

RICARDO PINHEIRO LIMA

Assinado de forma digital por RICARDO PINHEIRO LIMA
Dados: 2024.10.03 09:43:03 -03'00'

Médico Responsável pelo PCMSO
Ricardo Pinheiro Lima
Médico do Trabalho
CRM - ES 1614
RQE - 3136
NIT 103.26225.12-6

Diretrizes

O PCMSO é parte integrante do conjunto mais amplo de iniciativas da organização no campo da saúde de seus empregados, devendo estar harmonizado com o disposto nas demais NR.

São diretrizes do PCMSO:
a) rastrear e detectar precocemente os agravos à saúde relacionados ao trabalho;
b) detectar possíveis exposições excessivas a agentes nocivos ocupacionais;
c) definir a aptidão de cada empregado para exercer suas funções ou tarefas determinadas;
d) subsidiar a implantação e o monitoramento da eficácia das medidas de prevenção adotadas na organização;
e) subsidiar análises epidemiológicas e estatísticas sobre os agravos à saúde e sua relação com os riscos ocupacionais;
f) subsidiar decisões sobre o afastamento de empregados de situações de trabalho que possam comprometer sua saúde;
g) subsidiar a emissão de notificações de agravos relacionados ao trabalho, de acordo com a regulamentação pertinente;
h) subsidiar o encaminhamento de empregados à Previdência Social;
i) acompanhar de forma diferenciada o empregado cujo estado de saúde possa ser especialmente afetado pelos riscos ocupacionais;
j) subsidiar a Previdência Social nas ações de reabilitação profissional;
k) subsidiar ações de readaptação profissional;
l) controlar da imunização ativa dos empregados, relacionada a riscos ocupacionais, sempre que houver recomendação do Ministério da Saúde.

O que é o Programa?

O PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional visa à preservação e a conservação da saúde e da integridade física dos trabalhadores da empresa. O Programa alerta e dar ênfase para o controle da saúde, privilegiando a relação de saúde de seus trabalhadores de forma coletiva e individual. O programa é um documento base implantado nas empresas que tem por objetivo evitar danos à vida do trabalhador e doenças ocupacionais derivadas do trabalho exercido.

Objetivo do PCMSO

Prevenção, rastreamento e diagnóstico precoce dos agravos à saúde dos colaboradores, além da constatação da existência de casos de doenças profissionais ou possíveis danos irreversíveis à saúde dos trabalhadores.
Para a elaboração deste PCMSO foram utilizados os procedimentos básicos e fundamentais que norteiam as informações técnicas e científicas fornecidas pelo PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos) e LTCAT (Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho).

Legalização

O PCMSO está previsto na lei Portaria GM n.º 3.214, de 08 de junho de 1978 Portaria SSST n.º 24, de 29 de dezembro de 1994, tendo em vista a NR 07, que estabelece a obrigatoriedade da elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados.

Implementação

A Empresa que tem por iniciativa de implementação do PCMSO estará automaticamente seguindo os preceitos estabelecidos na NR 07, na qual estabelece a obrigatoriedade de sua implementação e eficácia acompanhando o trabalhador em suas atividades profissionais e a variação de sua saúde no decorrer da atividade.

Obrigações

Toda Empresa ou instituição que admite trabalhadores como empregados estão obrigados a elaborar e implementar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional conforme a NR 07.
O PCMSO deve incluir a realização obrigatória dos exames médicos:

1. admissional;
2. periódico;
3. de retorno ao trabalho;
4. de mudança de riscos ocupacionais;
5. demissional.

Responsabilidade

Compete ao **empregador**:
a) garantir a elaboração e efetiva implantação do PCMSO;
b) custear sem ônus para o empregado todos os procedimentos relacionados ao PCMSO;
c) indicar médico do trabalho responsável pelo PCMSO.

Cabe ao **trabalhador**:
a) cumprir as disposições legais e regulamentares sobre segurança e saúde no trabalho, inclusive as ordens de serviço expedidas pelo empregador;
b) submeter-se aos exames médicos previstos nas NR;
c) colaborar com a organização na aplicação das NR; e
d) usar o equipamento de proteção individual fornecido pelo empregador.

Desenvolvimento do Programa

Monitorar a saúde dos empregados de forma regular:

1. Realização dos exames médicos obrigatórios: admissionais, periódicos, de retorno ao trabalho, mudança de função e demissional;
2. Utilizar os diagnósticos encontrados, sempre no sentido de estabelecer medidas para prevenir o surgimento ou a repetição de patologias semelhantes na empresa;
3. Obedecer a um planejamento em que estejam previstas as ações de saúde a serem executadas durante o ano, devendo estas ser objeto de relatório anual;
4. Dar conhecimento e explicação ao empregado dos achados encontrados nos exames, orientando, quando necessário, sobre as medidas preventivas a serem adotadas e estimulando-o a ter uma participação ativa na prevenção de sua saúde, podendo deste modo, adotar procedimentos apropriados para trabalhar com segurança e no uso de EPI.

<u>Conscientização e Promoção a Saúde:</u>
A realização de palestras, campanhas, eventos educativos e treinamentos nas áreas de higiene e medicina do trabalho são fundamentais para conscientização dos empregados sobre os riscos existentes no seu ambiente de trabalho, facilitando assim a prevenção de acidentes, doenças profissionais e outras, devendo ser realizadas de forma sistemática durante o transcorrer do

PCMSO.
Promoção da Saúde:
Poderão ser agendadas durante o ano palestras educativas sobre os seguintes temas:
- Primeiros Socorros;
- Higiene e Saúde;
- Ergonomia;
- Desidratação/ Hidratação;
- Distúrbios metabólicos e endócrinos (diabetes, hipertensão arterial, tireoide, obesidade).

Realização obrigatória dos exames médicos

- **Admissional**

Será realizado por ocasião da contratação do empregado, antes que ele assuma suas funções.

- **Periódico**

O exame médico periódico procura previamente detectar os desvios da saúde que porventura existem nos trabalhadores, mesmo antes de se manifestarem, procurando a correção o mais breve possível, podendo ser percebidas ou não pelo trabalhador. Para realização, a empresa será comunicada a necessidade de sua realização, devendo para tanto proporcionar ao trabalhador seu encaminhamento ao serviço de medicina ocupacional. O não comparecimento do trabalhador no local e horário indicado, bem como a não realização de exames complementares irá fazer parte da estatística do Relatório Anual. É imprescindível o apoio da direção, bem como dos responsáveis pelos trabalhadores.

- **De retorno ao trabalho**

No exame de retorno ao trabalho, o exame clínico deve ser realizado antes que o empregado reassuma suas funções, quando ausente por período igual ou superior a 30 (trinta) dias por motivo de doença ou acidente, de natureza ocupacional ou não.

- **De mudança de risco ocupacional**

O exame de mudança de risco ocupacional deve, obrigatoriamente, ser realizado antes da data da mudança, adequando-se o controle médico aos novos riscos.

- **Demissional**

No exame demissional, o exame clínico deve ser realizado em até 10 (dez) dias contados do término do contrato, podendo ser dispensado caso o exame clínico ocupacional mais recente tenha sido realizado há:
- Menos de 135 (centro e trinta e cinco) dias, para as organizações graus de risco 1 e 2, e;
- Há menos de 90 (noventa) dias, para as organizações graus de risco 3 e 4.

Registro de Dados

Os dados dos exames clínicos e complementares deverão ser registrados em prontuário médico individual sob a responsabilidade do médico responsável pelo PCMSO, ou do médico responsável pelo exame, quando a organização estiver dispensada de PCMSO.

O prontuário do empregado deve ser mantido pela organização, no mínimo, por 20 (vinte) anos após o seu desligamento, exceto em caso de previsão diversa constante na NR 7.

Em caso de substituição do médico responsável pelo PCMSO, a organização deve garantir que os prontuários médicos sejam formalmente transferidos para seu sucessor.

Cada trabalhador terá o seu prontuário clínico individual contendo:

1. Avaliação clínica;
2. Exames complementares (se necessário);
3. Conclusão do exame médico obrigatório;
4. Medidas aplicadas.

O médico responsável pelo PCMSO deve elaborar relatório analítico do Programa, anualmente, considerando a data do último relatório, contendo, no mínimo:

1. o número de exames clínicos realizados;
2. o número e tipos de exames complementares realizados;
3. estatística de resultados anormais dos exames complementares, categorizados por tipo do exame e por unidade operacional, setor ou função;
4. incidência e prevalência de doenças relacionadas ao trabalho, categorizadas por unidade operacional, setor ou função;
5. informações sobre o número, tipo de eventos e doenças informadas nas CAT, emitidas pela organização, referentes a seus empregados;
6. análise comparativa em relação ao relatório anterior e discussão sobre as variações nos resultados.

Relatório analítico do programa

O médico responsável pelo PCMSO deve elaborar relatório analítico do Programa, anualmente, considerando a data do último relatório, contendo, no mínimo:

1. o número de exames clínicos realizados;
2. o número e tipos de exames complementares realizados;
3. estatística de resultados anormais dos exames complementares, categorizados por tipo do exame e por unidade operacional, setor ou função;
4. incidência e prevalência de doenças relacionadas ao trabalho, categorizadas por unidade operacional, setor ou função;
5. informações sobre o número, tipo de eventos e doenças informadas nas CAT, emitidas pela organização, referentes a seus empregados;
6. análise comparativa em relação ao relatório anterior e discussão sobre as variações nos resultados.

Preparação para emergências

A organização deve estabelecer, implementar e manter procedimentos de respostas aos cenários de emergências, de acordo com os riscos, as características e as circunstâncias das atividades.

Os procedimentos de respostas aos cenários de emergências devem prever:

a) Os meios e recursos necessários para os primeiros socorros, encaminhamento de acidentados e abandono; e

b) as medidas necessárias para os cenários de emergências de grande magnitude, quando aplicável.

KIT DE PRIMEIROS SOCORROS

É de extrema importância e necessário a empresa obter o kit de primeiros socorros para melhor atendimento e desempenho das primeiras medidas tomadas diante de algum acidente de trabalho, para não se agravar a saúde do trabalhador ou sua integridade física.

Este procedimento de emergência de primeiros socorros se caracteriza pela aplicação de métodos que podem evitar agravamento em vítimas de acidentes, de mal de súbito ou em perigo de vida, tendo por base o intuito de manter os sinais vitais, procurando evitar o agravamento do quadro no qual a pessoa se encontra. É uma ação individual ou coletiva, dentro de suas devidas limitações em auxílio ao próximo, até que o socorro avançado esteja no local para prestar uma assistência mais minuciosa e definitiva.

O kit de primeiros socorros deve estar em local visível e em uma pequena maleta de fácil acesso.

Este kit deve conter no mínimo os itens seguintes:

- Algodão hidrófilo;
- Álcool 70%
- Luvas descartáveis;
- Esparadrapo (tamanho médio);
- Gaze estéril
- Pinça
- Atadura (20 cm)
- Soro fisiológico
- Termômetro
- Curativo adesivo (tipo band-aid)
- Cotonete

TREINAMENTOS EM PRIMEIROS SOCORROS

É de responsabilidade de a empresa providenciar treinamento aos funcionários, para que haja recursos mínimos, necessários para a prestação de primeiros socorros aos trabalhadores, acidentados ou com problemas de saúde em caráter de urgência ou emergência.

É de vital importância a prestação de atendimentos emergenciais. Conhecimentos simples muitas vezes diminuem o sofrimento, evitam complicações futuras e podem inclusive em muitos casos salvar vidas.

Ações de Saúde no PCMSO

Podem ser caracterizados como as palestras educativas, treinamentos, e acompanhamento individual, que promovem o bem estar do trabalhador, observando uma enorme preocupação da organização, caracterizando também um problema do individual e seus familiares, situando a empresa na realidade de seu meio social, e elevando sua responsabilidade sobre a sociedade.

Todos os funcionários deverão ser Imunizados conforme Programa Nacional de Imunização

Vacina Dupla

Vacina Febre Amarela (para funcionários que atuam em áreas endêmicas)

Vacina de Gripe

Unidade: SECRETARIA EXE. DE OBRAS, TRANSPORTES E SERV. URBANOS

Setor: GHE 01 OBRAS / ADMINISTRATIVO
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

	Nº de Funcionários
Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO	Total: 1
Descrição detalhada: Supervisionam e controlam serviços financeiros diversos, bens-patrimoniais e logísticos; elaboram orçamentos, efetuam pagamentos, realizam cobrança, controlam bens patrimoniais, fecham câmbio, analisam crédito, coordenam caixas, administram processos logísticos e gerenciam almoxarifado/estoque; Supervisionam equipes de trabalho, orientando e avaliando desempenho em busca da melhor qualidade no trabalho. Organizam documentos e efetuam sua classificação contábil; geram lançamentos contábeis, auxiliam na apuração dos impostos, conciliam contas e preenchimento de guias de recolhimento e de solicitações, junto a órgãos do governo. Emitem notas de venda e de transferência entre outras; realizam o arquivo de documentos; Organizam a rotina de serviços e realizam entrada e transmissão de dados, operando teleimpressores e microcomputadores; registram e transcrevem informações, operando máquinas de escrever; atendem necessidades do setor interno e externo. Supervisionam trabalho e equipe; Organizam documentos e informações. Orientam usuários e os auxiliam na recuperação de dados e informações. Disponibilizam fonte de dados para usuários. Providenciam aquisição de material e incorporam material ao acervo. Arquivam documentos, classificando-os segundo critérios apropriados para armazená-los e conservá-los. Prestam serviço de comutação, alimentam base de dados e elaboram estatísticas. Executam tarefas relacionadas com a elaboração e manutenção de arquivos, podendo ainda, operar equipamentos reprográficos, recuperar e preservar as informações por meio digital, magnético ou papel.		
Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Postura sentada por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Presença de reflexos em telas, painéis, vidros, monitores ou qualquer superfície, que causem desconforto ou prejudiquem a visualização	**Ergonômicos**	Situação desconfortável aos olhos, proveniente do uso frequente de telas de computadores para execução das atividades.
Trabalho intensivo com teclado ou outros dispositivos de entrada de dados	**Ergonômicos**	Problemas nas articulações e nos músculos (LER/DORT) e nos dedos (tendinites)

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

Setor: GHE 02 OBRAS / LIMPEZA E CONSERVAÇÃO
Áreas diversas como: casas, comunidades, outras residências, estabelecimentos, entre outros.

	Nº de Funcionários
Cargo: AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICO	Total: 19

Descrição detalhada: Os trabalhadores de limpeza e conservação de áreas públicas preservam as vias públicas, varrendo calçadas, sarjetas e calçadões, acondicionando o lixo para que seja coletado e encaminhado para o aterro sanitário. Zelam pela segurança das pessoas sinalizando e isolando áreas de risco e de trabalho. Trabalham na limpeza e conservação de áreas públicas, coletam resíduos domiciliares, resíduos sólidos de serviços de saúde e resíduos coletados nos serviços de limpeza; Conservam as áreas públicas lavando-as, pintando guias, postes, viadutos, muretas e etc; Auxiliam nos serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos; Trabalham na ornamentação de canteiros urbanos, através da construção de viveiros e canteiros. Varrer sarjetas e calçadões; Varrer calçadas; Amontoar detritos e folhagem; Acondicionar lixo em latões ou sacos plásticos; Empurrar carrinho (lutocar); Ensacar animais mortos; Recolher animais mortos; Solicitar coleta de animais mortos; Solicitar remoção de entulho; Executar serviços de varrição, coleta e transporte de lixo industrial, domiciliar, hospitalar e rural e lavagem de ruas e logradouros públicos municipais, mantendo-os em condições adequadas, acondicionando os materiais coletados conforme as orientações e procedimentos estabelecidos. Executar serviços de conservação de ruas e logradouros públicos realizando capinas, roçadas, pinturas em meio-fio, muros, grades e postes, limpeza de ralos, trincheiras, bocas de lobo, caixas de visita, limpeza de córregos e outras atividades correlatas.

Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Radiações não-ionizantes	**Físico**	Aumentam os riscos de doenças como neoplasias, anemia apática, púrpura, radio dermatite, infertilidade, entre outras.
Umidade	**Físico**	Este agente pode provocar doenças no aparelho respiratório, quedas, doenças de pele, entre outras.
Produtos Saneantes Domissanitários	**Químico**	Este agente pode provocar alergias ao contato e irritação nos olhos.
Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	**Biológico**	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.
Exigência de flexões de coluna vertebral frequentes	**Ergonômicos**	Pode provocar Lesões musculoesqueléticas, fadiga e exaustão.
Frequente deslocamento a pé durante a jornada de trabalho	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Frequente execução de movimentos repetitivos	**Ergonômicos**	Dores nas articulações dos dedos e das mãos.
Postura de pé por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.
Animais peçonhentos/Risco de contato e/ou ataque	**Acidente**	Picadas, mordidas, arranhões, perfurações e alergias

Áreas de trânsito de veículos sem demarcação	**Acidente**	Risco de atropelamentos, fraturas em vários graus e até morte.
Objetos cortantes e/ou perfuro cortantes	**Acidente**	Risco de cortes e/ou perfurações, acidentes, lesões, entre outros.
Piso escorregadio e/ou irregular	**Acidente**	Fraturas, luxações ou entorses, escoriações e contusões
Trabalho em ambientes com risco de queda de objetos	**Acidente**	Este agente pode provocar contusões, entorses, luxações ou fraturas.

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

	Nº de Funcionários
Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	Total: 7

Descrição detalhada: Executar sob supervisão serviços de copeiragem, conservação, limpeza e zeladoria em prédios públicos servindo, limpando vidros e fachadas, recintos internos e acessórios. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Preparar sucos, lanches, cafés e pequenas refeições; Servir água, cafezinho, suco; Administrar fluxo de serventia; Receber e distribuir refeições; Receber ou recolher bandejas, louças e talheres após as refeições, providenciando sua lavagem e guarda ou o envio ao setor competente; Secar louça e prataria, esterilizar instrumentos e materiais; Operar com aparelhos elétricos utilizados nos serviços de alimentação; Limpar talheres, equipamentos de refrigeração assim como balcão, bancada e bandejas; retirar restos de comida, separando e destinando o lixo; Lavar fachadas; Limpar vidros; Remover resíduos dos vidros; Remover pichações; Limpar móveis e equipamentos eletrodomésticos, lustres, luminárias, ventiladores e tudo o que mais constar nos recintos dos prédios municipais; Limpar superfícies (paredes, pisos, etc..); Lavar banheiros; Aspirar pó; Lavar pisos; Encerar pisos; Remover sujeira; Varrer pisos; Secar pisos; Passar pano; Limpar, lavar cortinas e persianas; Recolher lixo; Depositar o lixo e detritos da cozinha em lugares apropriados, de forma a evitar proliferação de insetos; Proceder à limpeza de ralos, caixas de gordura e esgotos, assim como desentupir pias e ralos; Prover os sanitários com toalha, sabão e papel higiênico, removendo os já utilizados; Auxiliar na realização de serviços em geral como recebimento, separação e Distribuição de correspondência e materiais, atividades de limpeza, copa e conservação de instalações. Executar trabalhos de limpeza em geral em edifícios e outros locais, para manutenção das condições de higiene e conservação do ambiente, coletando o lixo.

Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Radiações não-ionizantes	**Físico**	Aumentam os riscos de doenças como neoplasias, anemia apática, púrpura, radio dermatite, infertilidade, entre outras.
Umidade	**Físico**	Este agente pode provocar doenças no aparelho respiratório, quedas, doenças de pele, entre outras.
Produtos Saneantes Domissanitários	**Químico**	Este agente pode provocar alergias ao contato e irritação nos olhos.
Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	**Biológico**	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.
Exigência de flexões de coluna vertebral frequentes	**Ergonômicos**	Pode provocar Lesões musculoesqueléticas, fadiga e exaustão.
Frequente deslocamento a pé durante a jornada de trabalho	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Frequente execução de movimentos repetitivos	**Ergonômicos**	Dores nas articulações dos dedos e das mãos.
Postura de pé por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.
Animais peçonhentos/Risco de contato e/ou ataque	**Acidente**	Picadas, mordidas, arranhões, perfurações e alergias
Áreas de trânsito de veículos sem	**Acidente**	Risco de atropelamentos, fraturas em

demarcação		vários graus e até morte.
Objetos cortantes e/ou perfuro cortantes	**Acidente**	Risco de cortes e/ou perfurações, acidentes, lesões, entre outros.
Piso escorregadio e/ou irregular	**Acidente**	Fraturas, luxações ou entorses, escoriações e contusões
Trabalho em ambientes com risco de queda de objetos	**Acidente**	Este agente pode provocar contusões, entorses, luxações ou fraturas.

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

Setor: GHE 03 OBRAS / ELÉTRICA
Áreas diversas como: obras, na manutenção e preservação de prédios públicos, locais comerciais, entre outros locais conforme a demanda do município.

	Nº de Funcionários
Cargo: ELETRICISTA	Total: 2
Descrição detalhada: Planejar serviços elétricos, realizar instalação de distribuição de alta e baixa tensão. Montar e reparar instalações elétricas e equipamentos auxiliares em residências, estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços. Instalar e reparar equipamentos de iluminação de cenários ou palcos. Realizar base e posicionamento de postes; Cavar buracos para instalação de postes; Instalar postes; Equipar os postes; Instalar condutores e acessórios; Instalar transformadores; Instalar iluminação pública; Testar a rede de distribuição. Interpretar esquemas elétricos dos equipamentos; Identificar o defeitos; Preparar equipamentos para a manutenção; Selecionar ferramentas e materiais; Corrigir defeito de máquinas, equipamentos e sistemas; Testar funcionamento de máquinas, equipamentos e sistemas; Fazer ensaios elétricos dos equipamentos; Liberar máquina, equipamento e sistema para operação após manutenção. Realizar serviços de montagem e manutenção de sistemas elétricos, instalando equipamentos, componentes e fiações, de acordo com plantas e especificações técnicas, efetuando testes em instalações e circuitos, reparando ou substituindo unidades e peças danificadas. Realizar manutenção preventiva e corretiva, instalação de quadros de distribuição de força e analisar consumo de energia, ligação e desligamento de aparelhos elétricos e eletrônicos. Identificar defeitos elétricos para reparar ou substituir componentes, ajustando peças e simulando o funcionamento dos equipamentos. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas. Fazer uso de veículos da frota pública municipal, no desempenho das atividades do seu cargo.	

Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Radiações não-ionizantes	**Físico**	Aumentam os riscos de doenças como neoplasias, anemia apática, púrpura, radio dermatite, infertilidade, entre outras.
Exigência de flexões de coluna vertebral frequentes	**Ergonômicos**	Pode provocar Lesões musculoesqueléticas, fadiga e exaustão
Frequente deslocamento a pé durante a jornada de trabalho	**Ergonômicos**	Dores nas articulações e nos músculos.
Postura de pé por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.
Uso frequente de escadas	**Ergonômicos**	Lombalgias, fadiga precoce e problemas nas articulações do joelho
Choque Elétrico	**Acidente**	Pode causar desde a contratura muscular violenta, até parada respiratória e cardíaca, ou até mesmo a morte.
Condução de veículos de qualquer natureza em vias públicas	**Acidente**	Lesões corporais diversas, com grande possibilidade de levar ao óbito ou à invalidez para o trabalhador e para terceiros.
Trabalho em Altura	**Acidente**	Fraturas em vários graus, luxações, entorses e até morte

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		12 meses	X	X	X
Avaliação de acuidade visual - monocular	X		12 meses		X	X
Avaliação Psicológica	X		12 meses		X	X
Colesterol total - pesquisa e/ou dosagem	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
ECG convencional de até 12 derivações	X		12 meses		X	X
EEG (Eletroencefalograma) de rotina	X		12 meses		X	X
Glicose	X		12 meses		X	X
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		12 meses		X	X
Triglicerídeos - pesquisa e/ou dosagem	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

Setor: GHE 04 OBRAS / ENGENHARIA
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral. Áreas diversas como: obras, na manutenção e preservação de prédios públicos e locais comerciais, entre outros locais conforme a demanda e necessidade do município.

	Nº de Funcionários
Cargo: ENGENHEIRO CIVIL	Total: 1
Descrição detalhada: Elaborar projetos de engenharia civil, gerenciar obras, planejar orçamentos, celebrar normas e documentação técnica dentro de sua área de atuação, controlar a qualidade da execução dos projetos. Planejar empreendimento; Realizar investigação de campo; Realizar levantamentos técnicos; Analisar dados primários e secundários; Definir metodologia de execução; Fazer estudo da viabilidade técnica, econômica e ambiental do empreendimento; Desenvolver estudos ambientais; Propor alternativas técnicas, econômicas e ambientais; Dimensionar elementos de projetos; Detalhar projetos; Especificar equipamentos, materiais e serviços; Elaborar cronograma físico e financeiro; Elaborar estudo de modelagem. Elaborar, executar e dirigir projetos de engenharia, estudando características, preparando planos, métodos de trabalho e demais dados requeridos, para possibilitar e orientar a construção, manutenção e reparo em obras e assegurar padrões técnicos exigidos, bem como analisar processos de solicitações diversas, projetos arquitetônicos de loteamentos, desmembramentos, visando atender as solicitações. Elaborar projetos de engenharia civil, gerenciar obras, controlar a qualidade de empreendimentos. Coordenar a operação e manutenção do empreendimento. Analisar e aprovar projetos arquitetônico com vistas a emissão de alvarás de construção. Elaborar projetos de construção. Realizar estudos de viabilidade técnica de projetos. Elaborar, executar e dirigir projetos de engenharia, estudando características, preparando planos, métodos de trabalho. Analisar reparo em obras e assegurar padrões técnicos exigidos, bem como analisar processos de solicitações diversas, projetos arquitetônicos de loteamentos, desmembramentos, visando atender as solicitações. Verificar o atendimento de normas, padrões e procedimentos preestabelecidos. Orientar os profissionais envolvidos. Realizar vistorias in loco. Prestar assistência técnica.		
Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Postura de pé por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.
Postura sentada por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc
Presença de reflexos em telas, painéis, vidros, monitores ou qualquer superfície, que causem desconforto ou prejudiquem a visualização	**Ergonômicos**	Fadiga nos olhos, ardência e dores de cabeça.
Trabalho intensivo com teclado ou outros dispositivos de entrada de dados	**Ergonômicos**	Problemas nas articulações e nos músculos (LER/DORT) e nos dedos (tendinites)
Condução de veículos de qualquer natureza em vias públicas	**Acidente**	Lesões corporais diversas, com grande possibilidade de levar ao óbito ou à invalidez para o trabalhador e para terceiros.

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Avaliação de acuidade visual - monocular	X		**12 meses**		X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
ECG convencional de até 12 derivações	X		**12 meses**		X	X
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

Setor: GHE 05 OBRAS / TRANSPORTE
Áreas externas conforme a demanda de obras, entre outras necessidades do município.

	Nº de Funcionários
Cargo: MOTORISTA PROFISSIONAL	Total: 3
Descrição detalhada: Dirigir e manobrar veículos tipo ônibus, carros, caminhões e carretas. Transportar pessoas, cargas, pacientes e material biológico humano. Realizar verificações e manutenções básicas do veículo e utilizam equipamentos e dispositivos especiais tais como sinalização sonora e luminosa, software de navegação e outros. Utilizar de capacidades comunicativas. Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Os condutores de ambulância auxiliam as equipes de saúde nos atendimentos de urgência e emergência. Conduzem e vistoriam ônibus de transporte coletivo de alunos e passageiros urbanos, metropolitanos e ônibus rodoviários de longas distâncias; verificam itinerário de viagens; controlam o embarque e desembarque de passageiros e os orientam quanto aos procedimentos no interior do veículo. Dirigir veículos transportando pessoas, cargas, e/ou materiais autorizados aos locais determinados. Vistoriar periodicamente as condições do veículo utilizado e providenciar reparos de emergência, troca de pneus, lavagens, guinchamentos e outros. Identificar e indicar as necessidades de reparos nos sistemas elétricos e mecânicos dos veículos da Prefeitura. Manter sob sua responsabilidade os documentos de porte obrigatório do veículo, observando as orientações para a revalidação dos mesmos. Registrar, em formulário específico, os percursos realizados, quilometragem e itinerários da frota oficial. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.		
Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Radiações não-ionizantes	**Físico**	Aumentam os riscos de doenças como neoplasias, anemia apática, púrpura, radio dermatite, infertilidade, entre outras.
Vibração de corpo inteiro (aceleração resultante de exposição normalizada - aren) e (Valor da Dose de Vibração Resultante – VDVR)	**Físico**	Este agente pode provocar doenças vasculares, neurológicas e musculares.
Postura sentada por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar dores e desconforto na coluna lombar.
Uso frequente de alavancas	**Ergonômicos**	Distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho.
Uso frequente de pedais	**Ergonômicos**	Distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho.
Condução de veículos de qualquer natureza em vias públicas	**Acidente**	Lesões corporais diversas, com grande possibilidade de levar ao óbito ou à invalidez para o trabalhador e para terceiros.

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Avaliação de acuidade visual - monocular	X		**12 meses**		X	X
Colesterol total - pesquisa e/ou dosagem	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
ECG convencional de até 12 derivações	X		**12 meses**		X	X
EEG (Eletroencefalograma) de rotina	X		**12 meses**		X	X
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos - pesquisa e/ou dosagem	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

Setor: GHE 06 OBRAS / MÁQUINAS MÓVEIS
Áreas externas conforme a demanda de obras, entre outras necessidade do município.

	Nº de Funcionários
Cargo: OPERADOR DE MÁQUINAS	Total: 1

Descrição detalhada: Planejar o trabalho, realizar manutenção básica de máquinas pesadas e as operam. Remover solo e material orgânico "bota-fora", drenar solos e executar construção de aterros. Realizar acabamento em pavimentos. Verificar marcação da topografia; Analisar inclinação do terreno; Verificar tipo de solo; Carregar caminhão caçamba. Abrir valas para drenagem; Identificar necessidade de escoramento de paredes e valas; Instalar manilhas e canaletas para drenagem; Abrir valas para montagem de colchão drenante. Abrir bueiros para passagem de água; Selecionar material para o aterro; Transportar material (solo) para o aterro; Espalhar o material (solo); Homogeneizar o solo com máquinas e equipamentos; Compactar solos; Remover material em aterro. Nivelar solo conforme cota de projeto; Homogeneizar solos para execução de camadas de pavimentação; Raspar superfície da base; Aplicar capa de pavimentação; Compactar capa de pavimentação com rolo compressor. Operar máquinas pesadas, acionando os dispositivos, pedais e alavancas de comando, conduzindo e manobrando tratores, reboques, motoniveladoras, carregadeiras, dentre outros, garantindo a realização dos trabalhos de acordo com as orientações recebidas. Operar máquinas leves, efetuando serviços de pequenos carregamentos e transportes de materiais aos locais determinados e outras atividades pertinentes. Vistoriar periodicamente as condições das máquinas utilizadas, providenciando reparos de emergência, lavagens, lubrificações e outros. Identificar e indicar as necessidades de reparos nos sistemas elétricos e mecânicos das máquinas leves e pesadas da Prefeitura. Registrar os percursos, trabalhos realizados, quilometragem, consumo de combustível, itinerário e outras informações pertinentes, de acordo com normas internas específicas. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Radiações não-ionizantes	**Físico**	Aumentam os riscos de doenças como neoplasias, anemia apática, púrpura, radio dermatite, infertilidade, entre outras.
Vibração de corpo inteiro (aceleração resultante de exposição normalizada - aren) e (Valor da Dose de Vibração Resultante – VDVR)	**Físico**	Este agente pode provocar doenças vasculares, neurológicas e musculares.
Postura sentada por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar dores e desconforto na coluna lombar.
Uso frequente de alavancas	**Ergonômicos**	Distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho.
Uso frequente de pedais	**Ergonômicos**	Distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho.
Condução de veículos de qualquer natureza (Máquinas Móveis)	**Acidente**	Lesões corporais diversas, com grande possibilidade de levar ao óbito ou à invalidez para o trabalhador e para terceiros.

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Avaliação de acuidade visual - monocular	X		**12 meses**		X	X
Colesterol total - pesquisa e/ou dosagem	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
ECG convencional de até 12 derivações	X		**12 meses**		X	X
EEG (Eletroencefalograma) de rotina	X		**12 meses**		X	X
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos - pesquisa e/ou dosagem	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

Setor: GHE 07 OBRAS / CONSTRUÇÃO CIVIL
Áreas externas conforme a demanda de obras, entre outras necessidade do município.

	Nº de Funcionários
Cargo: PEDREIRO	Total: 5
Descrição detalhada: Organizam e preparam o local de trabalho na obra; constroem fundações e estruturas de alvenaria. Aplicam revestimentos e contra pisos. Construir o gabarito para a locação da obra; Marcar a obra a ser realizada; Cavar o local para as sapatas; Providenciar as formas para as fundações; Preparar o concreto; Aplicar o concreto nas fundações; Confeccionar o arranque do pilar e a cinta de fundação. Esquadrejar as alvenarias; Preparar a argamassa para o assentamento; Aprumar as alvenarias; Nivelar as alvenarias; Alinhar as alvenarias; Assentar os tijolos, blocos e elementos vazados; Concretar os pilares e pilaretes; Assentar as vergas nos vãos; Chumbar os tacos e tarugos para fixação das aduelas; Aplicar o concreto nas cintas de amarração sobre as alvenarias; Montar as lajes pré-moldadas; Concretar as lajes; Apertar as alvenarias. Executar serviços de pintura nas dependências internas e externas da Prefeitura, limpando e preparando superfícies de paredes, portões, móveis, pisos e outras, aplicando camadas de tinta e/ou verniz, utilizando instrumentos e materiais apropriados. Executar serviços de alvenaria, preparando argamassas e concreto, levantando alicerces e bases de construção, realizando assentamento de tijolos, ladrilhos, azulejos, pedras e outros, revestindo pisos, paredes e tetos, utilizando materiais e instrumentos específicos, garantindo a execução dos trabalhos de acordo com as orientações recebidas. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.	

Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Radiações não-ionizantes	**Físico**	Aumentam os riscos de doenças como neoplasias, anemia apática, púrpura, radio dermatite, infertilidade, entre outras.
Umidade	**Físico**	Este agente pode provocar doenças no aparelho respiratório, quedas, doenças de pele, entre outras.
Particulados (insolúveis ou de baixa solubilidade) não especificados de outras maneiras (PNOS)	**Químico**	Este agente pode provocar doenças no aparelho respiratório.
Poeiras Mineiras (sílica livre cristalizada)	**Químico**	Fibrose pulmonar; Câncer no pulmão.
Frequente deslocamento a pé durante a jornada de trabalho	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Levantamento e transporte manual de cargas ou volumes	**Ergonômicos**	Pode provocar lesões osteomusculares.
Postura de pé por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.
Trabalho em ambientes com risco de queda de objetos	**Acidente**	Este agente pode provocar contusões, entorses, luxações ou fraturas.
Trabalho em Altura	**Acidente**	Pode causar desde a contratura muscular violenta, até parada respiratória e cardíaca, ou até mesmo a morte.

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		12 meses	X	X	X
Avaliação de acuidade visual - monocular	X		12 meses		X	X
Avaliação Psicológica	X		12 meses		X	X
Colesterol total - pesquisa e/ou dosagem	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
ECG convencional de até 12 derivações	X		12 meses		X	X
EEG (Eletroencefalograma) de rotina	X		12 meses		X	X
Glicose	X		12 meses		X	X
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		12 meses		X	X
Prova de função pulmonar completa (ou espirometria)	X		12 meses		X	X
Radiografia de coluna lombo-sacra	X		12 meses		X	X
Radiografia de tórax (PA) Padrão OIT (o mais recente), com dois leitores habilitados	X		12 meses		X	X
Triglicerídeos - pesquisa e/ou dosagem	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

Setor: GHE 08 OBRAS / VIGILÂNCIA
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral. Locais para vigilância conforma a demanda e/ou necessidade do munícipio.

	Nº de Funcionários
Cargo: VIGIA	Total: 1
Descrição detalhada: Zelam pela guarda do patrimônio observando o comportamento e movimentação de pessoas para prevenir perdas, evitar incêndios, acidentes e outras anormalidades. Controlam o fluxo de pessoas e veículos identificando-os e encaminhando-os aos locais desejados. Recebem mercadorias, volumes diversos e correspondências. Fazem manutenções simples nos locais de trabalho. Exercer função de vigia como a atividade dos que exercem desarmados, vigilância sobre depósitos de materiais, pátios, áreas abertas, terminal rodoviário, estação rodoviária, mercados públicos, parques, hortos ou reservas florestais, centros de esportes, escolas, obras em execução, edifícios onde funcionam as repartições municipais e demais áreas e logradouros públicos. Observar movimentação/comportamento das pessoas estranhas; Observar tipo de pessoas estranhas; Atentar para posicionamento dos veículos no estacionamento; Contactar proprietários dos veículos irregularmente estacionados; Monitorar pelo circuito fechado de tv; Prevenir incêndios e acidentes; Chamar segurança; Realizar abordagem preventiva pós-furto; Acompanhar abertura e fechamento das instalações; Comunicando imediatamente à autoridade superior quaisquer irregularidades encontradas e contatar órgãos públicos, quando necessário, relatando a emergência e solicitando socorro, inclusive ajuda policial. Preencher corretamente os formulários referentes à avaliação de desempenho; Executar outras atividades correlatas ao cargo solicitadas pelo chefe imediato.	

Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Frequente deslocamento a pé durante a jornada de trabalho	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Postura de pé por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Postura sentada por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar dores e desconforto na coluna lombar.
Trabalho em local com risco de assalto e roubo	**Acidente**	Risco de ferimentos e morte.

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

Setor: GHE 09 TRANSP. E SERVIÇOS URBANOS / LIMPEZA E CONSERVAÇÃO
Áreas diversas como: casas, comunidades, outras residências, estabelecimentos, entre outros.

	Nº de Funcionários
Cargo: AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICO	Total: 19
Descrição detalhada: Os trabalhadores de limpeza e conservação de áreas públicas preservam as vias públicas, varrendo calçadas, sarjetas e calçadões, acondicionando o lixo para que seja coletado e encaminhado para o aterro sanitário. Zelam pela segurança das pessoas sinalizando e isolando áreas de risco e de trabalho. Trabalham na limpeza e conservação de áreas públicas, coletam resíduos domiciliares, resíduos sólidos de serviços de saúde e resíduos coletados nos serviços de limpeza; Conservam as áreas públicas lavando-as, pintando guias, postes, viadutos, muretas e etc; Auxiliam nos serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos; Trabalham na ornamentação de canteiros urbanos, através da construção de viveiros e canteiros. Varrer sarjetas e calçadões; Varrer calçadas; Amontoar detritos e folhagem; Acondicionar lixo em latões ou sacos plásticos; Empurrar carrinho (lutocar); Ensacar animais mortos; Recolher animais mortos; Solicitar coleta de animais mortos; Solicitar remoção de entulho; Executar serviços de varrição, coleta e transporte de lixo industrial, domiciliar, hospitalar e rural e lavagem de ruas e logradouros públicos municipais, mantendo-os em condições adequadas, acondicionando os materiais coletados conforme as orientações e procedimentos estabelecidos. Executar serviços de conservação de ruas e logradouros públicos realizando capinas, roçadas, pinturas em meio-fio, muros, grades e postes, limpeza de ralos, trincheiras, bocas de lobo, caixas de visita, limpeza de córregos e outras atividades correlatas.		
Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Radiações não-ionizantes	**Físico**	Aumentam os riscos de doenças como neoplasias, anemia apática, púrpura, radio dermatite, infertilidade, entre outras.
Umidade	**Físico**	Este agente pode provocar doenças no aparelho respiratório, quedas, doenças de pele, entre outras.
Produtos Saneantes Domissanitários	**Químico**	Este agente pode provocar alergias ao contato e irritação nos olhos.
Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	**Biológico**	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.
Exigência de flexões de coluna vertebral frequentes	**Ergonômicos**	Pode provocar Lesões musculoesqueléticas, fadiga e exaustão.
Frequente deslocamento a pé durante a jornada de trabalho	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Frequente execução de movimentos repetitivos	**Ergonômicos**	Dores nas articulações dos dedos e das mãos.
Postura de pé por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.
Animais peçonhentos/Risco de contato e/ou ataque	**Acidente**	Picadas, mordidas, arranhões, perfurações e alergias

Áreas de trânsito de veículos sem demarcação	**Acidente**	Risco de atropelamentos, fraturas em vários graus e até morte.
Objetos cortantes e/ou perfuro cortantes	**Acidente**	Risco de cortes e/ou perfurações, acidentes, lesões, entre outros.
Piso escorregadio e/ou irregular	**Acidente**	Fraturas, luxações ou entorses, escoriações e contusões
Trabalho em ambientes com risco de queda de objetos	**Acidente**	Este agente pode provocar contusões, entorses, luxações ou fraturas.

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

	Nº de Funcionários
Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	Total: 6
Descrição detalhada: Executar sob supervisão serviços de copeiragem, conservação, limpeza e zeladoria em prédios públicos servindo, limpando vidros e fachadas, recintos internos e acessórios. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Preparar sucos, lanches, cafés e pequenas refeições; Servir água, cafezinho, suco; Administrar fluxo de serventia; Receber e distribuir refeições; Receber ou recolher bandejas, louças e talheres após as refeições, providenciando sua lavagem e guarda ou o envio ao setor competente; Secar louça e prataria, esterilizar instrumentos e materiais; Operar com aparelhos elétricos utilizados nos serviços de alimentação; Limpar talheres, equipamentos de refrigeração assim como balcão, bancada e bandejas; retirar restos de comida, separando e destinando o lixo; Lavar fachadas; Limpar vidros; Remover resíduos dos vidros; Remover pichações; Limpar móveis e equipamentos eletrodomésticos, lustres, luminárias, ventiladores e tudo o que mais constar nos recintos dos prédios municipais; Limpar superfícies (paredes, pisos, etc..); Lavar banheiros; Aspirar pó; Lavar pisos; Encerar pisos; Remover sujeira; Varrer pisos; Secar pisos; Passar pano; Limpar, lavar cortinas e persianas; Recolher lixo; Depositar o lixo e detritos da cozinha em lugares apropriados, de forma a evitar proliferação de insetos; Proceder à limpeza de ralos, caixas de gordura e esgotos, assim como desentupir pias e ralos; Prover os sanitários com toalha, sabão e papel higiênico, removendo os já utilizados; Auxiliar na realização de serviços em geral como recebimento, separação e Distribuição de correspondência e materiais, atividades de limpeza, copa e conservação de instalações. Executar trabalhos de limpeza em geral em edifícios e outros locais, para manutenção das condições de higiene e conservação do ambiente, coletando o lixo.	

Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Radiações não-ionizantes	**Físico**	Aumentam os riscos de doenças como neoplasias, anemia apática, púrpura, radio dermatite, infertilidade, entre outras.
Umidade	**Físico**	Este agente pode provocar doenças no aparelho respiratório, quedas, doenças de pele, entre outras.
Produtos Saneantes Domissanitários	**Químico**	Este agente pode provocar alergias ao contato e irritação nos olhos.
Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	**Biológico**	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.
Exigência de flexões de coluna vertebral frequentes	**Ergonômicos**	Pode provocar Lesões musculoesqueléticas, fadiga e exaustão.
Frequente deslocamento a pé durante a jornada de trabalho	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Frequente execução de movimentos repetitivos	**Ergonômicos**	Dores nas articulações dos dedos e das mãos.
Postura de pé por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.
Animais peçonhentos/Risco de contato e/ou ataque	**Acidente**	Picadas, mordidas, arranhões, perfurações e alergias
Áreas de trânsito de veículos sem	**Acidente**	Risco de atropelamentos, fraturas em

demarcação		vários graus e até morte.
Objetos cortantes e/ou perfuro cortantes	**Acidente**	Risco de cortes e/ou perfurações, acidentes, lesões, entre outros.
Piso escorregadio e/ou irregular	**Acidente**	Fraturas, luxações ou entorses, escoriações e contusões
Trabalho em ambientes com risco de queda de objetos	**Acidente**	Este agente pode provocar contusões, entorses, luxações ou fraturas.

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

Setor: GHE 10 TRANSP. E SERVIÇOS URBANOS / MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE CEMITÉRIO
Áreas externas: cemitério municipal.

	Nº de Funcionários
Cargo: COVEIRO	Total: 1
Descrição detalhada: Auxiliam nos serviços funerários, constroem, preparam, limpam, abrem e fecham sepulturas. Realizam sepultamento, exumam e cremam cadáveres, trasladam corpos e despojos. Conservam cemitérios, máquinas e ferramentas de trabalho. Zelam pela segurança do cemitério. Verificar a disponibilidade de sepulturas; Selecionar as ferramentas; Cavar o terreno; Abrir portão; Remover tampão, lajes ou jardins; Verificar as medidas das sepulturas; Medir caixão; Acertar a sepultura. Marcar a sepultura; Transportar caixão ao local de sepultamento; Colocar caixão dentro da sepultura; Fechar gavetas; Datar gavetas; Encaixar lajes e tampão; Calafetar sepulturas; Cobrir sepulturas com terra; Colocar coroas de flores; Retirar o excesso de terra e materiais de sepultamento. Receber corpos; Identificar corpos; Transportar corpos à câmara fria; Aquecer o forno; Retirar vidros e metais do caixão; Introduzir caixão ao forno; Controlar o tempo entre os caixões; Rastelar ossos para outro compartimento do forno; Resfriar ossos; Retirar os ossos; Conduzir os ossos ao triturador; Embalar as cinzas conforme especificação. Sondar carneiros; Desfazer fechos de gavetas; Retirar lajes pré-moldadas; Retirar a tampa do caixão; Quebrar o lacre; Avaliar se há condições de exumação; Acondicionar ossos; Transportar ossos ao local determinado; Limpar sepulturas.	

Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Radiações não-ionizantes	**Físico**	Aumentam os riscos de doenças como neoplasias, anemia apática, púrpura, radio dermatite, infertilidade, entre outras.
Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	**Biológico**	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.
Exigência de flexões de coluna vertebral frequentes	**Ergonômicos**	Pode provocar Lesões musculoesqueléticas, fadiga e exaustão.
Frequente deslocamento a pé durante a jornada de trabalho	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Frequente execução de movimentos repetitivos	**Ergonômicos**	Dores nas articulações dos dedos e das mãos.
Postura de pé por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.
Animais peçonhentos/Risco de contato e/ou ataque	**Acidente**	Picadas, mordidas, arranhões, perfurações e alergias

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

Setor: GHE 11 TRANSP. E SERVIÇOS URBANOS / TRANSPORTE
Áreas externas conforme a demanda de obras, entre outras necessidade do município.

	Nº de Funcionários
Cargo: MOTORISTA PROFISSIONAL	Total: 2

Descrição detalhada: Dirigir e manobrar veículos tipo ônibus, carros, caminhões e carretas. Transportar pessoas, cargas, pacientes e material biológico humano. Realizar verificações e manutenções básicas do veículo e utilizam equipamentos e dispositivos especiais tais como sinalização sonora e luminosa, software de navegação e outros. Utilizar de capacidades comunicativas. Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Os condutores de ambulância auxiliam as equipes de saúde nos atendimentos de urgência e emergência. Conduzem e vistoriam ônibus de transporte coletivo de alunos e passageiros urbanos, metropolitanos e ônibus rodoviários de longas distâncias; verificam itinerário de viagens; controlam o embarque e desembarque de passageiros e os orientam quanto aos procedimentos no interior do veículo. Dirigir veículos transportando pessoas, cargas, e/ou materiais autorizados aos locais determinados. Vistoriar periodicamente as condições do veículo utilizado e providenciar reparos de emergência, troca de pneus, lavagens, guinchamentos e outros. Identificar e indicar as necessidades de reparos nos sistemas elétricos e mecânicos dos veículos da Prefeitura. Manter sob sua responsabilidade os documentos de porte obrigatório do veículo, observando as orientações para a revalidação dos mesmos. Registrar, em formulário específico, os percursos realizados, quilometragem e itinerários da frota oficial. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Radiações não-ionizantes	**Físico**	Aumentam os riscos de doenças como neoplasias, anemia apática, púrpura, radio dermatite, infertilidade, entre outras.
Vibração de corpo inteiro (aceleração resultante de exposição normalizada - aren) e (Valor da Dose de Vibração Resultante – VDVR)	**Físico**	Este agente pode provocar doenças vasculares, neurológicas e musculares.
Postura sentada por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar dores e desconforto na coluna lombar.
Uso frequente de alavancas	**Ergonômicos**	Distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho.
Uso frequente de pedais	**Ergonômicos**	Distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho.
Condução de veículos de qualquer natureza em vias públicas	**Acidente**	Lesões corporais diversas, com grande possibilidade de levar ao óbito ou à invalidez para o trabalhador e para terceiros.

Setor: GHE 12 TRANSP. E SERVIÇOS URBANOS / ETA
Áreas externas: atividades em locais variados que precisem da realização de reparos e/ou manutenções dos sistemas de água (manilhas, tubulações e canos), abrangidos pelo serviços da prefeitura municipal.

	Nº de Funcionários
Cargo: OPERADOR DE ETA	Total: 1
Descrição detalhada: Operar as instalações de reservatório de tratamento de água, dirigindo seu fluxo, misturando-se substâncias químicas e filtrando-a e torna-la adequada ao uso aos usos domésticos e industriais; Controlar a entrada de água, abrindo válvulas, regulando e acionando motores elétricos e bombas, para abastecer os reservatórios; Efetuar o tratamento de água, adicionando-lhe quantidade e/ou dosagem determinadas de produtos químicos apropriados ou manipulando dispositivos automáticos de admissão desses produtos, para depurá-la, desodorizá-la e clarificá-la, bem como torna-la adequada aos usos domésticos e industriais; Adicionar os agitadores ou manipulação os mecanismos de comando, para misturar os integrantes; Separar as impurezas deixando-as sedimentar no fundo do reservatório e fazendo a água circular pelas instalações de filtragem, para assegurar a sua completa depuração; Bombear a água, adicionando os registros e válvula para introduzi-la nas tubulações principal e permitir sua distribuição; Controlar o funcionamento das instalações; Promover e/ou fazer a coleta de amostra de água para exame em laboratório; Realizar sob supervisão, a análise da água bruta; Fazer o controle da vazão de água tratada; Ligar e desligar bombas, motores e equipamentos; Promover e /ou efetuar a manutenção e consertos das bombas, motores, equipamentos e outros aparelhos; Inspecionar diariamente todas as dependências da ETA. Executar outras tarefas correlatadas.		
Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Radiações não-ionizantes	**Físico**	Aumentam os riscos de doenças como neoplasias, anemia apática, púrpura, radio dermatite, infertilidade, entre outras.
Umidade	**Físico**	Este agente pode provocar doenças no aparelho respiratório, quedas, doenças de pele, entre outras.
Produtos Químicos	**Químico**	Estes produtos podem causar alergias, irritações na pele e olhos, entre outros.
Frequente deslocamento a pé durante a jornada de trabalho	**Ergonômicos**	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.
Postura de pé por longos períodos	**Ergonômicos**	Distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho.
Animais peçonhentos/Risco de contato e/ou ataque	**Acidente**	Picadas, mordidas, arranhões, perfurações e alergias
Pisos, passagens, passarelas, plataformas, rampas e corredores com saliências, descontinuidades, aberturas ou obstruções, ou escorregadios	**Acidente**	Este agente pode causar múltiplas fraturas, luxações e escoriações.
Trabalho acima de 2.00 metros de altura, proveniente da necessidade de subir nas estações de tratamento de água e caixas d'água.	**Acidente**	Fraturas em vários graus, luxações, entorses e até morte

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		12 meses	X	X	X
Avaliação de acuidade visual - monocular	X		12 meses		X	X
Avaliação Psicológica	X		12 meses		X	X
Colesterol total - pesquisa e/ou dosagem	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
ECG convencional de até 12 derivações	X		12 meses		X	X
EEG (Eletroencefalograma) de rotina	X		12 meses		X	X
Glicose	X		12 meses		X	X
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		12 meses		X	X
Triglicerídeos - pesquisa e/ou dosagem	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

Setor: GHE 13 TRANSP. E SERVIÇOS URBANOS / VIGILÂNCIA
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral. Locais para vigilância conforma a demanda e/ou necessidade do munícipio.

	Nº de Funcionários
Cargo: VIGIA	Total: 1
Descrição detalhada: Zelam pela guarda do patrimônio observando o comportamento e movimentação de pessoas para prevenir perdas, evitar incêndios, acidentes e outras anormalidades. Controlam o fluxo de pessoas e veículos identificando-os e encaminhando-os aos locais desejados. Recebem mercadorias, volumes diversos e correspondências. Fazem manutenções simples nos locais de trabalho. Exercer função de vigia como a atividade dos que exercem desarmados, vigilância sobre depósitos de materiais, pátios, áreas abertas, terminal rodoviário, estação rodoviária, mercados públicos, parques, hortos ou reservas florestais, centros de esportes, escolas, obras em execução, edifícios onde funcionam as repartições municipais e demais áreas e logradouros públicos. Observar movimentação/comportamento das pessoas estranhas; Observar tipo de pessoas estranhas; Atentar para posicionamento dos veículos no estacionamento; Contactar proprietários dos veículos irregularmente estacionados; Monitorar pelo circuito fechado de tv; Prevenir incêndios e acidentes; Chamar segurança; Realizar abordagem preventiva pós-furto; Acompanhar abertura e fechamento das instalações; Comunicando imediatamente à autoridade superior quaisquer irregularidades encontradas e contatar órgãos públicos, quando necessário, relatando a emergência e solicitando socorro, inclusive ajuda policial. Preencher corretamente os formulários referentes à avaliação de desempenho; Executar outras atividades correlatas ao cargo solicitadas pelo chefe imediato.	

Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Frequente deslocamento a pé durante a jornada de trabalho	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Postura de pé por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Postura sentada por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar dores e desconforto na coluna lombar.
Trabalho em local com risco de assalto e roubo	**Acidente**	Risco de ferimentos e morte.

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

Conclusão
Buscando atender as determinações legais, conclui-se que o PCMSO é parte integrante do conjunto mais amplo de iniciativas da empresa ou instituição, nos locais de trabalho, no campo da saúde dos trabalhadores, privilegiando o instrumento clínico-epidemiológico na abordagem da relação entre a sua saúde e o trabalho. Tem caráter preventivo, rastreador, evitando e diagnosticando no início os casos de doenças profissionais, que possam causar danos irreversíveis à saúde do trabalhador. Este programa foi elaborado considerando os riscos ocupacionais identificados e classificados pelo PGR. O presente laudo foi elaborado somente em uma face.

Total de Funcionários				
	Masculino	**Feminino**	**Menor**	**Total**
Funcionários	-	-	-	72

RICARDO PINHEIRO LIMA

Assinado de forma digital por RICARDO PINHEIRO LIMA
Dados: 2024.10.03 09:43:30 -03'00'

Ricardo Pinheiro Lima
Médico responsável pelo PCMSO
CRM: 1614/ES
Especialidade: Medicina do Trabalho

LAUDO DE INSALUBRIDADE - NR15
LAUDO DE PERICULOSIDADE - NR16

Consultoria Ocupacional & Meio Ambiente

MUNICÍPIO DE MANTENOPOLIS

(SECRETARIA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS)

CNPJ: 27.167.345/0001-90

Laudo de Insalubridade e Periculosidade

AGOSTO DE 2024

Sumário

Objetivo 4
Fundamentação legal - atividades e operações insalubres 4
Limites de tolerância 4
Suspensão do pagamento do adicional de insalubridade 6
Fundamentação legal - atividades e operações perigosas 6
Mapeamento dos riscos ambientais e qualificação dos setores insalubres 7
Mapeamento e qualificação dos setores perigosos 56
Conclusões 61
Recomendações gerais 61
Responsabilidade técnica 61
Anotação de Responsabilidade Técnica - ART 62

Laudo de Insalubridade e Periculosidade

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS
SECRETARIA EXE. DE OBRAS, TRANSPORTES E SERV. URBANOS
CNPJ: 27.167.345/0001-90

Endereço
Avenida Presidente Vargas, 545 - Centro - Mantenópolis/ES
CEP: 29.770-000

CNAE
8411-6/00 – Administração Pública em Geral
Grau de Risco 1

Introdução
Objetivos

O objetivo deste laudo é reconhecer legalmente a percepção do adicional de insalubridade (NR - 15) e periculosidade (NR - 16), por quem de direito (empregados).

Fundamentação legal - atividades e operações insalubres

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) destaca em seu artigo 189:

“Art. 189 - Serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos.”

Em auxílio à lei existem as Normas Regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho, e em especial a NR 15, que trata exclusivamente das atividades ou operações insalubres, sendo estas consideradas as que são desenvolvidas:

“15.1 São consideradas atividades ou operações insalubres as que se desenvolvem:

15.1.1 Acima dos limites de tolerância previstos nos Anexos n.º 1, 2, 3, 5, 11 e 12;

15.1.2 (Revogado pela Portaria MTE n.º 3.751, de 23 de novembro de 1990)

15.1.3 Nas atividades mencionadas nos Anexos n.º 6, 13 e 14;

15.1.4 Comprovadas através de laudo de inspeção do local de trabalho, constantes dos Anexos n.º 7, 8, 9 e 10.”

Limite de tolerância

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, a Norma Regulamentadora nº 15, destaca que:

“15.1.5 Entende-se por "Limite de Tolerância", para os fins desta Norma, a concentração ou intensidade máxima ou mínima, relacionada com a natureza e o tempo de exposição ao agente, que não causará dano à saúde do trabalhador, durante a sua vida laboral.”

Segundo o ART.º 192 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para as atividades exercidas acima dos limites de tolerância, previstos nos anexos da NR 15, assegura ao trabalhador a percepção do Adicional de insalubridade, incidente sobre o salário mínimo da região. Os percentuais são:

- 40% (quarenta por cento), para insalubridade de grau máximo;
- 20% (vinte por cento), para insalubridade de grau médio, e;
- 10% (dez por cento), para insalubridade de grau mínimo.

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, a Norma Regulamentadora nº 15, destaca que:

GRAUS DE INSALUBRIDADE		
ANEXO	ATIVIDADES OU OPERAÇÕES QUE EXPONHAM O TRABALHADOR	PERCENTUAL
1	Níveis de ruído contínuo ou intermitente superiores aos limites de tolerância fixados no Quadro constante do Anexo 1 e no item 6 do mesmo Anexo.	20%
2	Níveis de ruído de impacto superiores aos limites de tolerância fixados nos itens 2 e 3 do Anexo 2.	20%
3	Exposição ao calor com valores de IBUTG, superiores aos limites de tolerância fixados nos Quadros 1 e 2.	20%
4	(Revogado pela Portaria MTE n.º 3.751, de 23 de novembro de 1990)	
5	Níveis de radiações ionizantes com radioatividade superior aos limites de tolerância fixados neste Anexo.	40%
6	Ar comprimido.	40%
7	Radiações não-ionizantes consideradas insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho.	20%
8	Vibrações consideradas insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho.	20%
9	Frio considerado insalubre em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho.	20%
10	Umidade considerada insalubre em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho.	20%
11	Agentes químicos cujas concentrações sejam superiores aos limites de tolerância fixados no Quadro 1.	10%, 20% e 40%
12	Poeiras minerais cujas concentrações sejam superiores aos limites de tolerância fixados neste Anexo.	40%
13	Atividades ou operações, envolvendo agentes químicos, consideradas insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho.	10%, 20% e 40%
14	Agentes biológicos.	20% e 40%

Suspensão do pagamento do adicional de insalubridade

O pagamento do adicional é transitório e será devido ao trabalhador enquanto permanecer exposto aos agentes insalubres, o pagamento do adicional de insalubridade cessará quando as medidas preventivas e de proteção forem implementadas de acordo com a seguinte ordem de prioridade:

- eliminar o fator de risco;
- controlar o fator de risco na fonte com a adoção de medidas de controle de engenharia ou medidas organizacionais;
- reduzir ao mínimo os fatores de risco através da concepção de sistemas seguros de trabalho que compreendam medidas administrativas de controle; e
- se os fatores de risco e riscos residuais não puderem ser controlados por meio de medidas coletivas, o empregador deverá fornecer gratuitamente equipamento de proteção individual apropriado, incluindo vestuário, e adotar medidas que assegurem o uso e a manutenção desses equipamentos.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL - ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) destaca em seu artigo 193:

“Art. 193. São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a:

I - inflamáveis, explosivos ou energia elétrica;

II - roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial.

§ 1º - O trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional de 30% (trinta por cento) sobre o salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.

§ 2º - O empregado poderá optar pelo adicional de insalubridade que porventura lhe seja devido.

§ 3º Serão descontados ou compensados do adicional outros da mesma natureza eventualmente já concedidos ao vigilante por meio de acordo coletivo.

§ 4º São também consideradas perigosas as atividades de trabalhador em motocicleta.

Avaliação das condições Ambientais

UNIDADE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS
SECRETARIA EXE. DE OBRAS, TRANSPORTES E SERV. URBANOS
CNPJ: 27.167.345/0001-90

Endereço
Avenida Presidente Vargas, 545 - Centro - Mantenópolis/ES
CEP: 29.770-000

CNAE
8411-6/00 – Administração Pública em Geral
Grau de Risco 1

Caracterização dos processos e ambientes de trabalho

Funcionários

Setor	Cargo	Funcionários
GHE 01 OBRAS / ADMINISTRATIVO	AGENTE ADMINISTRATIVO	1
GHE 02 OBRAS / LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICO	19
	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	7
GHE 03 OBRAS/ ELÉTRICA	ELETRICISTA	2
GHE 04 OBRAS/ ENGENHARIA	ENGENHEIRO CIVIL	1
GHE 05 OBRAS/ TRANSPORTE	MOTORISTA PROFISSIONAL	3
GHE 06 OBRAS / MÁQUINAS MÓVEIS	OPERADOR DE MÁQUINAS	1
GHE 07 OBRAS / CONSTRUÇÃO CIVIL	PEDREIRO	5
GHE 08 OBRAS / VIGILÂNCIA	VIGIA	2
GHE 09 TRANSP. E SERVIÇOS URBANOS / LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICO	19
	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	6

GHE 10 TRANSP. E SERVIÇOS URBANOS / MANUTENÇÃO CEMITÉRIO	COVEIRO	1
GHE 11 TRANSP. E SERVIÇOS URBANOS / TRANSPORTE	MOTORISTA PROFISSIONAL	2
GHE 12 TRANSP. E SERVIÇOS URBANOS / ETA	OPERADOR DE ETA	2
GHE 13 TRANSP. E SERVIÇOS URBANOS / VIGILÂNCIA	VIGIA	1

SETOR
GHE 01 OBRAS / ADMINISTRATIVO
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

Nº de funcionários 1

CARGO
AGENTE ADMINISTRATIVO
Supervisionam e controlam serviços financeiros diversos, bens-patrimoniais e logísticos; elaboram orçamentos, efetuam pagamentos, realizam cobrança, controlam bens patrimoniais, fecham câmbio, analisam crédito, coordenam caixas, administram processos logísticos e gerenciam almoxarifado/estoque; Supervisionam equipes de trabalho, orientando e avaliando desempenho em busca da melhor qualidade no trabalho. Organizam documentos e efetuam sua classificação contábil; geram lançamentos contábeis, auxiliam na apuração dos impostos, conciliam contas e preenchimento de guias de recolhimento e de solicitações, junto a órgãos do governo. Emitem notas de venda e de transferência entre outras; realizam o arquivo de documentos; Organizam a rotina de serviços e realizam entrada e transmissão de dados, operando teleimpressores e microcomputadores; registram e transcrevem informações, operando máquinas de escrever; atendem necessidades do setor interno e externo. Supervisionam trabalho e equipe; Organizam documentos e informações. Orientam usuários e os auxiliam na recuperação de dados e informações. Disponibilizam fonte de dados para usuários. Providenciam aquisição de material e incorporam material ao acervo. Arquivam documentos, classificando-os segundo critérios apropriados para armazená-los e conservá-los. Prestam serviço de comutação, alimentam base de dados e elaboram estatísticas. Executam tarefas relacionadas com a elaboração e manutenção de arquivos, podendo ainda, operar equipamentos reprográficos, recuperar e preservar as informações por meio digital, magnético ou papel.

CBO: 4102-05

1 funcionários

Conclusão de insalubridade AGENTE ADMNISTRATIVO
Agente físico Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**
Agente químico Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.** **Agente biológico**
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**

SETOR
GHE 02 OBRAS / LIMPEZA E CONSERVAÇÃO
Áreas diversas como: casas, comunidades, outras residências, estabelecimentos, entre outros.

N º de funcionários 26

CARGO
AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICO
Os trabalhadores de limpeza e conservação de áreas públicas preservam as vias públicas, varrendo calçadas, sarjetas e calçadões, acondicionando o lixo para que seja coletado e encaminhado para o aterro sanitário. Zelam pela segurança das pessoas sinalizando e isolando áreas de risco e de trabalho. Trabalham na limpeza e conservação de áreas públicas, coletam resíduos domiciliares, resíduos sólidos de serviços de saúde e resíduos coletados nos serviços de limpeza; Conservam as áreas públicas lavando-as, pintando guias, postes, viadutos, muretas e etc; Auxiliam nos serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos; Trabalham na ornamentação de canteiros urbanos, através da construção de viveiros e canteiros Varrer sarjetas e calçadões; Varrer calçadas; Amontoar detritos e folhagem; Acondicionar lixo em latões ou sacos plásticos; Empurrar carrinho (lutocar); Ensacar animais mortos; Recolher animais mortos; Solicitar coleta de animais mortos; Solicitar remoção de entulho; Executar serviços de varrição, coleta e transporte de lixo industrial, domiciliar, hospitalar e rural e lavagem de ruas e logradouros públicos municipais, mantendo-os em condições adequadas, acondicionando os materiais coletados conforme as orientações e procedimentos estabelecidos. Executar serviços de conservação de ruas e logradouros públicos realizando capinas, roçadas, pinturas em meio-fio, muros, grades e postes, limpeza de ralos, trincheiras, bocas de lobo, caixas de visita, limpeza de córregos e outras atividades correlatas.

CBO: 5142-05

19 funcionário

CARGO
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
Executar sob supervisão serviços de copeiragem, conservação, limpeza e zeladoria em prédios públicos servindo, limpando vidros e fachadas, recintos internos e acessórios. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Preparar sucos, lanches, cafés e pequenas refeições; Servir água, cafezinho, suco; Administrar fluxo de serventia; Receber e distribuir refeições; Receber ou recolher bandejas, louças e talheres após as refeições, providenciando sua lavagem e guarda ou o envio ao setor competente; Secar louça e prataria, esterilizar instrumentos e materiais; Operar com aparelhos elétricos utilizados nos serviços de alimentação; Limpar talheres, equipamentos de refrigeração assim como balcão, bancada e bandejas; retirar restos de comida, separando e destinando o lixo; Lavar fachadas; Limpar vidros; Remover resíduos dos vidros; Remover pichações; Limpar móveis e equipamentos eletrodomésticos, lustres, luminárias, ventiladores e tudo o que mais constar nos recintos dos prédios municipais; Limpar superfícies (paredes, pisos, etc..); Lavar banheiros; Aspirar pó; Lavar pisos; Encerar pisos; Remover sujeira; Varrer pisos; Secar pisos; Passar pano; Limpar, lavar cortinas e persianas; Recolher lixo; Depositar o lixo e detritos da cozinha em lugares apropriados, de forma a evitar proliferação de insetos; Proceder à limpeza de ralos, caixas de gordura e esgotos, assim como desentupir pias e ralos; Prover os sanitários com toalha, sabão e papel higiênico, removendo os já utilizados; Auxiliar na realização de serviços em geral como recebimento, separação e Distribuição de correspondência e materiais, atividades de limpeza, copa e conservação de instalações. Executar trabalhos de limpeza em geral em edifícios e outros locais, para manutenção das condições de higiene e conservação do ambiente, coletando o lixo.

CBO: 4122-05

7 funcionário

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS / AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Físico	Radiações não-ionizantes		
Descrição	Exposição à radiação não ionizante em atividades a céu aberto		
Fundamentação legal	Anexo 1 da Norma Regulamentadora- 15 (Atividades e Operações Insalubres), Portaria n° 3.214/78 do MTE.		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Aumentam os riscos de doenças como neoplasias, anemia apática, púrpura, radio dermatite, infertilidade, entre outras.		
Fontes ou circunstâncias	Trabalho a céu aberto		
Meio de propagação	Raios solares (UV)		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades: • Óculos de proteção tipo UV.		

<table>
<tr><th colspan="5">Identificação</th></tr>
<tr><th>Grupo</th><th colspan="4">Perigo/Fator de Risco</th></tr>
<tr><td>Físico</td><td colspan="4">Umidade</td></tr>
<tr><td>Descrição</td><td colspan="4">Exposição à umidade proveniente da utilização de água no processo de limpeza de superfícies, entre outros.</td></tr>
<tr><td>Fundamentação legal</td><td colspan="4">Norma regulamentadora n°15 - Atividades e operações insalubres.</td></tr>
<tr><td>Possíveis lesões ou agravos a saúde</td><td colspan="4">Este agente pode provocar doenças no aparelho respiratório, quedas, doenças de pele, entre outras.</td></tr>
<tr><td>Fontes ou circunstâncias</td><td colspan="4">Limpeza de superfícies, entre outros.</td></tr>
<tr><td>Meio de propagação</td><td colspan="4">Contato direto</td></tr>
<tr><th colspan="5">Avaliação</th></tr>
<tr><th colspan="2">Tempo de exposição</th><th>Tipo de exposição</th><th colspan="2">Critério</th></tr>
<tr><td colspan="2">08:00</td><td>Intermitente</td><td colspan="2">Qualitativo</td></tr>
<tr><th>Severidade</th><th>Probabilidade</th><th>Nível de Risco</th><th colspan="2">Classificação</th></tr>
<tr><td>Leve</td><td>Possível</td><td>Moderado</td><td colspan="2">Tolerável</td></tr>
<tr><th colspan="5">Prevenção e controle</th></tr>
<tr><td>Medidas individuais (EPI)</td><td colspan="4">Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.</td></tr>
<tr><td>Medidas administrativas</td><td colspan="4">Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO</td></tr>
<tr><td>Ações necessárias</td><td colspan="4">-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos.
- Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas:
Avental de PVC
Luvas de PVP
Botas de PVP</td></tr>
</table>

Identificação			
Perigo/Fator de Risco **Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)**			Grupo **Biológico**
Descrição	Proveniente da coleta de lixo urbano.		
Fundamentação legal	Anexo 1 da Norma Regulamentadora- 15 (Atividades e Operações Insalubres), Portaria n° 3.214/78 do MTE.		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.		
Fontes ou circunstâncias	Coleta de lixo urbano		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
EPI	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas: • Avental de PVC • Luvas de PVP • Botas de PVP • Óculos de Proteção		
Exposição			
Critério	Qualitativo		

Conclusão de insalubridade AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS / AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
Agente físico RADIAÇÕES NÃO-IONIZANTES 1. Para os efeitos desta norma, são radiações não-ionizantes as micro-ondas, ultravioletas e laser. **2. As operações ou atividades que exponham os trabalhadores às radiações não-ionizantes, sem a proteção adequada, serão consideradas insalubres, em decorrência de laudo de inspeção realizada no local de trabalho**. 3. As atividades ou operações que exponham os trabalhadores às radiações da luz negra (ultravioleta na faixa - 400320 nanômetros) não serão consideradas insalubres. Conforme anexo 07 da Norma Regulamentadora 15 (Atividades e Operações insalubres), Portaria n°3.214/78 do MTE, em relação as operações ou atividades que exponham os trabalhadores às radiações não-ionizantes, sem a proteção adequada, cuja insalubridade é caracterizada pela avaliação qualitativa, as atividades do **GHE 02 são caracterizados como insalubre.** Sendo assim, fica caracterizado a insalubridade de grau médio (20%). Entretanto, atendendo o item 15.4.1 da Norma Regulamentadora n° 15 da portaria 3.214/1978 do MTE e também desde que compridas as exigências contidas na NR 06 e NR 07 a percepção do adicional de insalubridade poderá ser descaracterizada. NR 15 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES ANEXO N.º 10 UMIDADE 1. As atividades ou operações executadas em locais alagados ou encharcados, com umidade excessiva, capazes de produzir danos à saúde dos trabalhadores, serão consideradas insalubres em decorrência de laudo de inspeção realizada no local de trabalho. Conforme avaliação qualitativa, os colaboradores não executam atividades ou operações em locais alagados ou encharcados, com umidade excessiva, capazes de produzir danos à saúde dos trabalhadores, conforme anexo 10 da Norma Regulamentadora 15, Portaria n° 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre por exposição ao agente físico umidade.**
Agente químico Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**

Agente biológico

NR 15 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES ANEXO N.º 14 (Aprovado pela Portaria SSST n.º 12, de 12 de novembro de 1979) AGENTES BIOLÓGICOS.

Relação das atividades que envolvem agentes biológicos, cuja insalubridade é caracterizada pela avaliação qualitativa:

Insalubridade de grau máximo

Trabalhos ou operações, em contato permanente:

- pacientes em isolamento por doenças infectocontagiosas, bem como objetos de seu uso, não previamente esterilizados;

- carnes, glândulas, vísceras, sangue, ossos, couros, pêlos e dejeções de animais portadores de doenças infectocontagiosas (carbunculose, brucelose, tuberculose);

- esgotos (galerias e tanques); e

- **lixo urbano (coleta e industrialização).**

Conforme anexo 14 da Norma Regulamentadora 15 (Atividades e Operações insalubres), Portaria n°3.214/78 do MTE, em sua relação de atividades que envolvem agentes biológicos, cuja insalubridade é caracterizada pela avaliação qualitativa, as atividades do **GHE 02 é caracterizado como insalubre.** Sendo assim, fica caracterizado a insalubridade de grau máximo (40%). Entretanto, atendendo o item 15.4.1 da Norma Regulamentadora n° 15 da portaria 3.214/1978 do MTE e também desde que compridas as exigências contidas na NR 06 e NR 07 a percepção do adicional de insalubridade poderá ser descaracterizada.

SETOR
GHE 03 OBRAS / ELÉTRICA
Áreas diversas como: obras, na manutenção e preservação de prédios públicos, locais comerciais, entre outros locais conforme a demanda do município.

Nº de funcionários 2

CARGO
ELETRICISTA
Planejar serviços elétricos, realizar instalação de distribuição de alta e baixa tensão. Montar e reparar instalações elétricas e equipamentos auxiliares em residências, estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços. Instalar e reparar equipamentos de iluminação de cenários ou palcos. Realizar base e posicionamento de postes; Cavar buracos para instalação de postes; Instalar postes; Equipar os postes; Instalar condutores e acessórios; Instalar transformadores; Instalar iluminação pública; Testar a rede de distribuição. Interpretar esquemas elétricos dos equipamentos; Identificar o defeitos; Preparar equipamentos para a manutenção; Selecionar ferramentas e materiais; Corrigir defeito de máquinas, equipamentos e sistemas; Testar funcionamento de máquinas, equipamentos e sistemas; Fazer ensaios elétricos dos equipamentos; Liberar máquina, equipamento e sistema para operação após manutenção. Realizar serviços de montagem e manutenção de sistemas elétricos, instalando equipamentos, componentes e fiações, de acordo com plantas e especificações técnicas, efetuando testes em instalações e circuitos, reparando ou substituindo unidades e peças danificadas. Realizar manutenção preventiva e corretiva, instalação de quadros de distribuição de força e analisar consumo de energia, ligação e desligamento de aparelhos elétricos e eletrônicos. Identificar defeitos elétricos para reparar ou substituir componentes, ajustando peças e simulando o funcionamento dos equipamentos. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas. Fazer uso de veículos da frota pública municipal, no desempenho das atividades do seu cargo.

CBO: 7156-10

2 funcionário

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo ELETRICISTA**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Físico	Radiações não-ionizantes		
Descrição	Exposição à radiação não ionizante (Raios solares UV) nas atividades a céu aberto.		
Fundamentação legal	Anexo 1 da Norma Regulamentadora- 15 (Atividades e Operações Insalubres), Portaria n° 3.214/78 do MTE.		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Aumentam os riscos de doenças como neoplasias, anemia apática, púrpura, radio dermatite, infertilidade, entre outras.		
Fontes ou circunstâncias	Trabalho a céu aberto		
Meio de propagação	Raios solares (UV)		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades: • Óculos de proteção tipo UV.		

Conclusão de insalubridade – ELETRICISTA
Agente físico RUÍDO CONTÍNUO OU INTERMITENTE a) Exposição a Níveis de Ruído acima de 85 Db(a) para uma jornada de 8 horas dia, dá a percepção de insalubridade no ambiente. Necessário avaliação quantitativo da exposição do colaborador ao agente físico Ruído para conclusão. RADIAÇÕES NÃO-IONIZANTES 1. Para os efeitos desta norma, são radiações não-ionizantes as micro-ondas, ultravioletas e laser. **2. As operações ou atividades que exponham os trabalhadores às radiações não-ionizantes, sem a proteção adequada, serão consideradas insalubres, em decorrência de laudo de inspeção realizada no local de trabalho**. 3. As atividades ou operações que exponham os trabalhadores às radiações da luz negra (ultravioleta na faixa - 400320 nanômetros) não serão consideradas insalubres. Conforme anexo 07 da Norma Regulamentadora 15 (Atividades e Operações insalubres), Portaria n°3.214/78 do MTE, em relação as operações ou atividades que exponham os trabalhadores às radiações não-ionizantes, sem a proteção adequada, cuja insalubridade é caracterizada pela avaliação qualitativa, as atividades do **GHE 03 são caracterizados como insalubre.** Sendo assim, fica caracterizado a insalubridade de grau médio (20%). Entretanto, atendendo o item 15.4.1 da Norma Regulamentadora n° 15 da portaria 3.214/1978 do MTE e também desde que compridas as exigências contidas na NR 06 e NR 07 a percepção do adicional de insalubridade poderá ser descaracterizada.
Agente químico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, **portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**
Agente biológico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, **portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**

SETOR
GHE 04 OBRAS / ENGENHARIA
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral. Áreas diversas como: obras, na manutenção e preservação de prédios públicos e locais comerciais, entre outros locais conforme a demanda e necessidade do município.

Nº de funcionários 1

CARGO
ENGENHEIRO CIVIL
Elaborar projetos de engenharia civil, gerenciar obras, planejar orçamentos, celebrar normas e documentação técnica dentro de sua área de atuação, controlar a qualidade da execução dos projetos. Planejar empreendimento; Realizar investigação de campo; Realizar levantamentos técnicos; Analisar dados primários e secundários; Definir metodologia de execução; Fazer estudo da viabilidade técnica, econômica e ambiental do empreendimento; Desenvolver estudos ambientais; Propor alternativas técnicas, econômicas e ambientais; Dimensionar elementos de projetos; Detalhar projetos; Especificar equipamentos, materiais e serviços; Elaborar cronograma físico e financeiro; Elaborar estudo de modelagem. Elaborar, executar e dirigir projetos de engenharia, estudando características, preparando planos, métodos de trabalho e demais dados requeridos, para possibilitar e orientar a construção, manutenção e reparo em obras e assegurar padrões técnicos exigidos, bem como analisar processos de solicitações diversas, projetos arquitetônicos de loteamentos, desmembramentos, visando atender as solicitações. Elaborar projetos de engenharia civil, gerenciar obras, controlar a qualidade de empreendimentos. Coordenar a operação e manutenção do empreendimento. Analisar e aprovar projetos arquitetônico com vistas a emissão de alvarás de construção. Elaborar projetos de construção. Realizar estudos de viabilidade técnica de projetos. Elaborar, executar e dirigir projetos de engenharia, estudando características, preparando planos, métodos de trabalho. Analisar reparo em obras e assegurar padrões técnicos exigidos, bem como analisar processos de solicitações diversas, projetos arquitetônicos de loteamentos, desmembramentos, visando atender as solicitações. Verificar o atendimento de normas, padrões e procedimentos preestabelecidos. Orientar os profissionais envolvidos. Realizar vistorias in loco. Prestar assistência técnica. Fazer uso de veículos da frota pública municipal, no desempenho das atividades do seu cargo.

1 funcionários

CBO: 2142-05

Conclusão de insalubridade
ENGENHEIRO CIVIL
Agente físico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**
Agente químico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**
Agente biológico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**

SETOR
GHE 05 OBRAS / TRANSPORTE
Áreas externas conforme a demanda de obras, entre outras necessidades do município.

Nº de funcionários 3

CARGO
MOTORISTA PROFISSIONAL
Dirigir e manobrar veículos tipo ônibus, carros, caminhões e carretas. Transportar pessoas, cargas, pacientes e material biológico humano. Realizar verificações e manutenções básicas do veículo e utilizam equipamentos e dispositivos especiais tais como sinalização sonora e luminosa, software de navegação e outros. Utilizar de capacidades comunicativas. Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Os condutores de ambulância auxiliam as equipes de saúde nos atendimentos de urgência e emergência. Conduzem e vistoriam ônibus de transporte coletivo de alunos e passageiros urbanos, metropolitanos e ônibus rodoviários de longas distâncias; verificam itinerário de viagens; controlam o embarque e desembarque de passageiros e os orientam quanto aos procedimentos no interior do veículo. Dirigir veículos transportando pessoas, cargas, e/ou materiais autorizados aos locais determinados. Vistoriar periodicamente as condições do veículo utilizado e providenciar reparos de emergência, troca de pneus, lavagens, guinchamentos e outros. Identificar e indicar as necessidades de reparos nos sistemas elétricos e mecânicos dos veículos da Prefeitura. Manter sob sua responsabilidade os documentos de porte obrigatório do veículo, observando as orientações para a revalidação dos mesmos. Registrar, em formulário específico, os percursos realizados, quilometragem e itinerários da frota oficial. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

CBO: 7823-05; 7823-10; 7823-20; 7824-05

3 funcionário

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo MOTORISTA PROFISSIONAL**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Físico	Radiações não-ionizantes		
Descrição	Exposição à radiação não ionizante (Raios solares UV) na condução de veículos automotores.		
Fundamentação legal	Anexo 1 da Norma Regulamentadora- 15 (Atividades e Operações Insalubres), Portaria n° 3.214/78 do MTE.		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Aumentam os riscos de doenças como neoplasias, anemia apática, púrpura, radio dermatite, infertilidade, entre outras.		
Fontes ou circunstâncias	Trabalho a céu aberto (condução de veículos)		
Meio de propagação	Raios solares (UV)		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades: • Óculos de proteção tipo UV.		

Conclusão de insalubridade – MOTORISTA PROFISSIONAL
Agente físico RUÍDO CONTÍNUO OU INTERMITENTE a) Exposição a Níveis de Ruído acima de 85 Db(a) para uma jornada de 8 horas dia, dá a percepção de insalubridade no ambiente. Necessário avaliação quantitativo da exposição do colaborador ao agente físico Ruído para conclusão. VIBRAÇÕES Inconclusivo, necessário avaliação quantitativo da exposição do colaborador ao agente físico Vibração de Corpo Inteiro para conclusão. RADIAÇÕES NÃO-IONIZANTES 1. Para os efeitos desta norma, são radiações não-ionizantes as micro-ondas, ultravioletas e laser. **2. As operações ou atividades que exponham os trabalhadores às radiações não-ionizantes, sem a proteção adequada, serão consideradas insalubres, em decorrência de laudo de inspeção realizada no local de trabalho**. 3. As atividades ou operações que exponham os trabalhadores às radiações da luz negra (ultravioleta na faixa - 400320 nanômetros) não serão consideradas insalubres. Conforme anexo 07 da Norma Regulamentadora 15 (Atividades e Operações insalubres), Portaria n°3.214/78 do MTE, em relação as operações ou atividades que exponham os trabalhadores às radiações não-ionizantes, sem a proteção adequada, cuja insalubridade é caracterizada pela avaliação qualitativa, as atividades do **GHE 05 são caracterizados como insalubre.** Sendo assim, fica caracterizado a insalubridade de grau médio (20%). Entretanto, atendendo o item 15.4.1 da Norma Regulamentadora n° 15 da portaria 3.214/1978 do MTE e também desde que compridas as exigências contidas na NR 06 e NR 07 a percepção do adicional de insalubridade poderá ser descaracterizada. **Agente químico**
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre. **Agente biológico**
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, **portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**

SETOR
GHE 06 OBRAS / MÁQUINAS MÓVEIS
Áreas externas conforme a demanda de obras, entre outras necessidade do município.

Nº de funcionários 1

CARGO
OPERADOR DE MÁQUINAS
Planejar o trabalho, realizar manutenção básica de máquinas pesadas e as operam. Remover solo e material orgânico "bota-fora", drenar solos e executar construção de aterros. Realizar acabamento em pavimentos. Verificar marcação da topografia; Analisar inclinação do terreno; Verificar tipo de solo; Carregar caminhão caçamba. Abrir valas para drenagem; Identificar necessidade de escoramento de paredes e valas; Instalar manilhas e canaletas para drenagem; Abrir valas para montagem de colchão drenante. Abrir bueiros para passagem de água; Selecionar material para o aterro; Transportar material (solo) para o aterro; Espalhar o material (solo); Homogeneizar o solo com máquinas e equipamentos; Compactar solos; Remover material em aterro. Nivelar solo conforme cota de projeto; Homogeneizar solos para execução de camadas de pavimentação; Raspar superfície da base; Aplicar capa de pavimentação; Compactar capa de pavimentação com rolo compressor. Operar máquinas pesadas, acionando os dispositivos, pedais e alavancas de comando, conduzindo e manobrando tratores, reboques, motoniveladoras, carregadeiras, dentre outros, garantindo a realização dos trabalhos de acordo com as orientações recebidas. Operar máquinas leves, efetuando serviços de pequenos carregamentos e transportes de materiais aos locais determinados e outras atividades pertinentes. Vistoriar periodicamente as condições das máquinas utilizadas, providenciando reparos de emergência, lavagens, lubrificações e outros. Identificar e indicar as necessidades de reparos nos sistemas elétricos e mecânicos das máquinas leves e pesadas da Prefeitura. Registrar os percursos, trabalhos realizados, quilometragem, consumo de combustível, itinerário e outras informações pertinentes, de acordo com normas internas específicas. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

CBO: 7151-15; 7151-25; 7151-30; 7151-35

Funcionário 1

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo OPERADOR DE MÁQUINAS**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Físico	Radiações não-ionizantes		
Descrição	Exposição à radiação não ionizante (Raios solares UV) na condução de maquinas móveis.		
Fundamentação legal	Anexo 1 da Norma Regulamentadora- 15 (Atividades e Operações Insalubres), Portaria n° 3.214/78 do MTE.		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Aumentam os riscos de doenças como neoplasias, anemia apática, púrpura, radio dermatite, infertilidade, entre outras.		
Fontes ou circunstâncias	Trabalho a céu aberto (condução de máquinas)		
Meio de propagação	Raios solares (UV)		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades: • Óculos de proteção tipo UV.		

Conclusão de insalubridade – OPERADOR DE MÁQUINAS
Agente físico RUÍDO CONTÍNUO OU INTERMITENTE a) Exposição a Níveis de Ruído acima de 85 Db(a) para uma jornada de 8 horas dia, dá a percepção de insalubridade no ambiente. Necessário avaliação quantitativo da exposição do colaborador ao agente físico Ruído para conclusão. VIBRAÇÕES Inconclusivo, necessário avaliação quantitativo da exposição do colaborador ao agente físico Vibração de Corpo Inteiro para conclusão. RADIAÇÕES NÃO-IONIZANTES 1. Para os efeitos desta norma, são radiações não-ionizantes as micro-ondas, ultravioletas e laser. **2. As operações ou atividades que exponham os trabalhadores às radiações não-ionizantes, sem a proteção adequada, serão consideradas insalubres, em decorrência de laudo de inspeção realizada no local de trabalho**. 3. As atividades ou operações que exponham os trabalhadores às radiações da luz negra (ultravioleta na faixa - 400320 nanômetros) não serão consideradas insalubres. Conforme anexo 07 da Norma Regulamentadora 15 (Atividades e Operações insalubres), Portaria n°3.214/78 do MTE, em relação as operações ou atividades que exponham os trabalhadores às radiações não-ionizantes, sem a proteção adequada, cuja insalubridade é caracterizada pela avaliação qualitativa, as atividades do **GHE 06 são caracterizados como insalubre.** Sendo assim, fica caracterizado a insalubridade de grau médio (20%). Entretanto, atendendo o item 15.4.1 da Norma Regulamentadora n° 15 da portaria 3.214/1978 do MTE e também desde que compridas as exigências contidas na NR 06 e NR 07 a percepção do adicional de insalubridade poderá ser descaracterizada. **Agente químico**
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre. **Agente biológico** Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, **portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**

SETOR
GHE 07 OBRAS / CONSTRUÇÃO CIVIL
Áreas externas conforme a demanda de obras, entre outras necessidade do município.

Nº de funcionários 5

CARGO
PEDREIRO
Organizam e preparam o local de trabalho na obra; constroem fundações e estruturas de alvenaria. Aplicam revestimentos e contra pisos. Construir o gabarito para a locação da obra; Marcar a obra a ser realizada; Cavar o local para as sapatas; Providenciar as formas para as fundações; Preparar o concreto; Aplicar o concreto nas fundações; Confeccionar o arranque do pilar e a cinta de fundação. Esquadrejar as alvenarias; Preparar a argamassa para o assentamento; Aprumar as alvenarias; Nivelar as alvenarias; Alinhar as alvenarias; Assentar os tijolos, blocos e elementos vazados; Concretar os pilares e pilaretes; Assentar as vergas nos vãos; Chumbar os tacos e tarugos para fixação das aduelas; Aplicar o concreto nas cintas de amarração sobre as alvenarias; Montar as lajes pré-moldadas; Concretar as lajes; Apertar as alvenarias. Executar serviços de pintura nas dependências internas e externas da Prefeitura, limpando e preparando superfícies de paredes, portões, móveis, pisos e outras, aplicando camadas de tinta e/ou verniz, utilizando instrumentos e materiais apropriados. Executar serviços de alvenaria, preparando argamassas e concreto, levantando alicerces e bases de construção, realizando assentamento de tijolos, ladrilhos, azulejos, pedras e outros, revestindo pisos, paredes e tetos, utilizando materiais e instrumentos específicos, garantindo a execução dos trabalhos de acordo com as orientações recebidas. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

CBO: 7152-10

Funcionário 5

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo PEDREIRO**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Físico	Radiações não-ionizantes		
Descrição	Exposição à radiação não ionizante em atividades a céu aberto		
Fundamentação legal	Anexo 1 da Norma Regulamentadora- 15 (Atividades e Operações Insalubres), Portaria n° 3.214/78 do MTE.		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Aumentam os riscos de doenças como neoplasias, anemia apática, púrpura, radio dermatite, infertilidade, entre outras.		
Fontes ou circunstâncias	Trabalho a céu aberto		
Meio de propagação	Raios solares (UV)		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades: • Óculos de proteção tipo UV.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Físico	Umidade		
Descrição	Exposição à umidade proveniente da utilização de água no processo de mistura de areia e cimento, entre outros para a fabricação de concreto.		
Fundamentação legal	Norma regulamentadora n°15 - Atividades e operações insalubres.		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode provocar doenças no aparelho respiratório, quedas, doenças de pele, entre outras.		
Fontes ou circunstâncias	Fabricação de concreto		
Meio de propagação	Contato direto		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas: • Avental de PVC • Luvas de PVP • Botas de PVP		

Identificação			
Grupo	**Código eSocial**	**Perigo/Fator de Risco**	
Químico	01.18.001	Poeiras Mineiras (sílica livre cristalizada)	
Descrição das fontes	Contato com sílica proveniente da mistura de areia e cimento para a fabricação do concreto para as obras.		
Fundamentação legal	Anexo 1 da Norma Regulamentadora- 15 (Atividades e Operações Insalubres), Portaria n° 3.214/78 do MTE..		
Fontes ou circunstâncias	Fabricação de concreto		
Meio de propagação	Via Respiratória		
Avaliação			
Tempo de exposição		**Critério**	
08:00		Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
-	-	-	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não	Não evidenciado	Não
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas: Máscara de proteção respiratória Pff2 para poeiras minerais		
Parecer	Inconclusivo. Necessário que seja feita avaliação química de poeira mineral para quantificar o agente (sílica livre cristalizada), para determinar se os valores encontrados estão ou não acima dos limites de tolerância, conforme norma regulamentadora 15 anexo 12.		

Conclusão de insalubridade – PEDREIRO

Agente físico

RUÍDO CONTÍNUO OU INTERMITENTE

a) Exposição a Níveis de Ruído acima de 85 Db(a) para uma jornada de 8 horas dia, dá a percepção de insalubridade no ambiente. Necessário avaliação quantitativo da exposição do colaborador ao agente físico Ruído para conclusão.

RADIAÇÕES NÃO-IONIZANTES

1. Para os efeitos desta norma, são radiações não-ionizantes as micro-ondas, ultravioletas e laser.

2. As operações ou atividades que exponham os trabalhadores às radiações não-ionizantes, sem a proteção adequada, serão consideradas insalubres, em decorrência de laudo de inspeção realizada no local de trabalho.

3. As atividades ou operações que exponham os trabalhadores às radiações da luz negra (ultravioleta na faixa - 400320 nanômetros) não serão consideradas insalubres.

Conforme anexo 07 da Norma Regulamentadora 15 (Atividades e Operações insalubres), Portaria n°3.214/78 do MTE, em relação as operações ou atividades que exponham os trabalhadores às radiações não-ionizantes, sem a proteção adequada, cuja insalubridade é caracterizada pela avaliação qualitativa, as atividades do **GHE 07 são caracterizados como insalubre.** Sendo assim, fica caracterizado a insalubridade de grau médio (20%). Entretanto, atendendo o item 15.4.1 da Norma Regulamentadora n° 15 da portaria 3.214/1978 do MTE e também desde que compridas as exigências contidas na NR 06 e NR 07 a percepção do adicional de insalubridade poderá ser descaracterizada.

NR 15 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES ANEXO N.º 10

UMIDADE

1. As atividades ou operações executadas em locais alagados ou encharcados, com umidade excessiva, capazes de produzir danos à saúde dos trabalhadores, serão consideradas insalubres em decorrência de laudo de inspeção realizada no local de trabalho.

Conforme avaliação qualitativa, os colaboradores não executam atividades ou operações em locais alagados ou encharcados, com umidade excessiva, capazes de produzir danos à saúde dos trabalhadores, conforme anexo 10 da Norma Regulamentadora 15, Portaria n° 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre por exposição ao agente físico umidade.**

Agente químico POEIRAS MINEIRAS (SÍLICA LIVRE CRISTALIZADA) Inconclusivo, necessário avaliação quantitativo da exposição do colaborador ao agente químico Poeiras Mineiras (sílica livre cristalizada) para conclusão, conforme NR 15 anexo 12.
Agente biológico Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, **portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**

SETOR
GHE 08 OBRAS / VIGILÂNCIA
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral. Locais para vigilância conforma a demanda e/ou necessidade do munícipio.

Nº de funcionários 1

CARGO
VIGIA
Zelam pela guarda do patrimônio observando o comportamento e movimentação de pessoas para prevenir perdas, evitar incêndios, acidentes e outras anormalidades. Controlam o fluxo de pessoas e veículos identificando-os e encaminhando-os aos locais desejados. Recebem mercadorias, volumes diversos e correspondências. Fazem manutenções simples nos locais de trabalho. Exercer função de vigia como a atividade dos que exercem desarmados, vigilância sobre depósitos de materiais, pátios, áreas abertas, terminal rodoviário, estação rodoviária, mercados públicos, parques, hortos ou reservas florestais, centros de esportes, escolas, obras em execução, edifícios onde funcionam as repartições municipais e demais áreas e logradouros públicos. Observar movimentação/comportamento das pessoas estranhas; Observar tipo de pessoas estranhas; Atentar para posicionamento dos veículos no estacionamento; Contactar proprietários dos veículos irregularmente estacionados; Monitorar pelo circuito fechado de tv; Prevenir incêndios e acidentes; Chamar segurança; Realizar abordagem preventiva pós-furto; Acompanhar abertura e fechamento das instalações; Comunicando imediatamente à autoridade superior quaisquer irregularidades encontradas e contatar órgãos públicos, quando necessário, relatando a emergência e solicitando socorro, inclusive ajuda policial. Preencher corretamente os formulários referentes à avaliação de desempenho; Executar outras atividades correlatas ao cargo solicitadas pelo chefe imediato.

CBO: 5174-20

Funcionário 1

Conclusão de insalubridade VIGIA
Agente físico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**
Agente químico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**
Agente biológico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**

SETOR
GHE 09 TRANSP. E SERVIÇOS URBANOS / LIMPEZA E CONSERVAÇÃO
Áreas diversas como: casas, comunidades, outras residências, estabelecimentos, entre outros.

N º de funcionários 25

CARGO
AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICO
Os trabalhadores de limpeza e conservação de áreas públicas preservam as vias públicas, varrendo calçadas, sarjetas e calçadões, acondicionando o lixo para que seja coletado e encaminhado para o aterro sanitário. Zelam pela segurança das pessoas sinalizando e isolando áreas de risco e de trabalho. Trabalham na limpeza e conservação de áreas públicas, coletam resíduos domiciliares, resíduos sólidos de serviços de saúde e resíduos coletados nos serviços de limpeza; Conservam as áreas públicas lavando-as, pintando guias, postes, viadutos, muretas e etc; Auxiliam nos serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos; Trabalham na ornamentação de canteiros urbanos, através da construção de viveiros e canteiros Varrer sarjetas e calçadões; Varrer calçadas; Amontoar detritos e folhagem; Acondicionar lixo em latões ou sacos plásticos; Empurrar carrinho (lutocar); Ensacar animais mortos; Recolher animais mortos; Solicitar coleta de animais mortos; Solicitar remoção de entulho; Executar serviços de varrição, coleta e transporte de lixo industrial, domiciliar, hospitalar e rural e lavagem de ruas e logradouros públicos municipais, mantendo-os em condições adequadas, acondicionando os materiais coletados conforme as orientações e procedimentos estabelecidos. Executar serviços de conservação de ruas e logradouros públicos realizando capinas, roçadas, pinturas em meio-fio, muros, grades e postes, limpeza de ralos, trincheiras, bocas de lobo, caixas de visita, limpeza de córregos e outras atividades correlatas.

CBO: 5142-05

19 funcionário

CARGO
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
Executar sob supervisão serviços de copeiragem, conservação, limpeza e zeladoria em prédios públicos servindo, limpando vidros e fachadas, recintos internos e acessórios. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Preparar sucos, lanches, cafés e pequenas refeições; Servir água, cafezinho, suco; Administrar fluxo de serventia; Receber e distribuir refeições; Receber ou recolher bandejas, louças e talheres após as refeições, providenciando sua lavagem e guarda ou o envio ao setor competente; Secar louça e prataria, esterilizar instrumentos e materiais; Operar com aparelhos elétricos utilizados nos serviços de alimentação; Limpar talheres, equipamentos de refrigeração assim como balcão, bancada e bandejas; retirar restos de comida, separando e destinando o lixo; Lavar fachadas; Limpar vidros; Remover resíduos dos vidros; Remover pichações; Limpar móveis e equipamentos eletrodomésticos, lustres, luminárias, ventiladores e tudo o que mais constar nos recintos dos prédios municipais; Limpar superfícies (paredes, pisos, etc..); Lavar banheiros; Aspirar pó; Lavar pisos; Encerar pisos; Remover sujeira; Varrer pisos; Secar pisos; Passar pano; Limpar, lavar cortinas e persianas; Recolher lixo; Depositar o lixo e detritos da cozinha em lugares apropriados, de forma a evitar proliferação de insetos; Proceder à limpeza de ralos, caixas de gordura e esgotos, assim como desentupir pias e ralos; Prover os sanitários com toalha, sabão e papel higiênico, removendo os já utilizados; Auxiliar na realização de serviços em geral como recebimento, separação e Distribuição de correspondência e materiais, atividades de limpeza, copa e conservação de instalações. Executar trabalhos de limpeza em geral em edifícios e outros locais, para manutenção das condições de higiene e conservação do ambiente, coletando o lixo.

CBO: 4122-05

6 funcionário

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS / AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Físico	Radiações não-ionizantes		
Descrição	Exposição à radiação não ionizante em atividades a céu aberto		
Fundamentação legal	Anexo 1 da Norma Regulamentadora- 15 (Atividades e Operações Insalubres), Portaria n° 3.214/78 do MTE.		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Aumentam os riscos de doenças como neoplasias, anemia apática, púrpura, radio dermatite, infertilidade, entre outras.		
Fontes ou circunstâncias	Trabalho a céu aberto		
Meio de propagação	Raios solares (UV)		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades: • Óculos de proteção tipo UV.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Físico	Umidade		
Descrição	Exposição à umidade proveniente da utilização de água no processo de limpeza de superfícies, entre outros.		
Fundamentação legal	Norma regulamentadora n°15 - Atividades e operações insalubres.		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode provocar doenças no aparelho respiratório, quedas, doenças de pele, entre outras.		
Fontes ou circunstâncias	Limpeza de superfícies, entre outros.		
Meio de propagação	Contato direto		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas: • Avental de PVC • Luvas de PVP • Botas de PVP		

Identificação			
Perigo/Fator de Risco **Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)**			Grupo **Biológico**
Descrição	Proveniente da coleta de lixo urbano.		
Fundamentação legal	Anexo 1 da Norma Regulamentadora- 15 (Atividades e Operações Insalubres), Portaria n° 3.214/78 do MTE.		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.		
Fontes ou circunstâncias	Coleta de lixo urbano.		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
EPI	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas: • Avental de PVC • Luvas de PVP • Botas de PVP • Óculos de Proteção		
Exposição			
Critério	Qualitativo		

Conclusão de insalubridade AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS / AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
Agente físico RADIAÇÕES NÃO-IONIZANTES 1. Para os efeitos desta norma, são radiações não-ionizantes as micro-ondas, ultravioletas e laser. **2. As operações ou atividades que exponham os trabalhadores às radiações não-ionizantes, sem a proteção adequada, serão consideradas insalubres, em decorrência de laudo de inspeção realizada no local de trabalho**. 3. As atividades ou operações que exponham os trabalhadores às radiações da luz negra (ultravioleta na faixa - 400320 nanômetros) não serão consideradas insalubres. Conforme anexo 07 da Norma Regulamentadora 15 (Atividades e Operações insalubres), Portaria n°3.214/78 do MTE, em relação as operações ou atividades que exponham os trabalhadores às radiações não-ionizantes, sem a proteção adequada, cuja insalubridade é caracterizada pela avaliação qualitativa, as atividades do **GHE 09 são caracterizados como insalubre.** Sendo assim, fica caracterizado a insalubridade de grau médio (20%). Entretanto, atendendo o item 15.4.1 da Norma Regulamentadora n° 15 da portaria 3.214/1978 do MTE e também desde que compridas as exigências contidas na NR 06 e NR 07 a percepção do adicional de insalubridade poderá ser descaracterizada. NR 15 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES ANEXO N.º 10 UMIDADE 1. As atividades ou operações executadas em locais alagados ou encharcados, com umidade excessiva, capazes de produzir danos à saúde dos trabalhadores, serão consideradas insalubres em decorrência de laudo de inspeção realizada no local de trabalho. Conforme avaliação qualitativa, os colaboradores não executam atividades ou operações em locais alagados ou encharcados, com umidade excessiva, capazes de produzir danos à saúde dos trabalhadores, conforme anexo 10 da Norma Regulamentadora 15, Portaria n° 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre por exposição ao agente físico umidade.**
Agente químico Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**

Agente biológico

NR 15 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES ANEXO N.º 14 (Aprovado pela Portaria SSST n.º 12, de 12 de novembro de 1979) AGENTES BIOLÓGICOS.

Relação das atividades que envolvem agentes biológicos, cuja insalubridade é caracterizada pela avaliação qualitativa:

Insalubridade de grau máximo

Trabalhos ou operações, em contato permanente:

- pacientes em isolamento por doenças infectocontagiosas, bem como objetos de seu uso, não previamente esterilizados;

- carnes, glândulas, vísceras, sangue, ossos, couros, pêlos e dejeções de animais portadores de doenças infectocontagiosas (carbunculose, brucelose, tuberculose);

- esgotos (galerias e tanques); e

- **lixo urbano (coleta e industrialização).**

Conforme anexo 14 da Norma Regulamentadora 15 (Atividades e Operações insalubres), Portaria n°3.214/78 do MTE, em sua relação de atividades que envolvem agentes biológicos, cuja insalubridade é caracterizada pela avaliação qualitativa, as atividades do **GHE 09 é caracterizado como insalubre.** Sendo assim, fica caracterizado a insalubridade de grau máximo (40%). Entretanto, atendendo o item 15.4.1 da Norma Regulamentadora n° 15 da portaria 3.214/1978 do MTE e também desde que compridas as exigências contidas na NR 06 e NR 07 a percepção do adicional de insalubridade poderá ser descaracterizada.

SETOR
GHE 10 TRANSP. E SERVIÇOS URBANOS / MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE CEMITÉRIO
Áreas externas: cemitério municipal.

Nº de funcionários 1

CARGO
COVEIRO
Auxiliam nos serviços funerários, constroem, preparam, limpam, abrem e fecham sepulturas. Realizam sepultamento, exumam e cremam cadáveres, trasladam corpos e despojos. Conservam cemitérios, máquinas e ferramentas de trabalho. Zelam pela segurança do cemitério. Verificar a disponibilidade de sepulturas; Selecionar as ferramentas; Cavar o terreno; Abrir portão; Remover tampão, lajes ou jardins; Verificar as medidas das sepulturas; Medir caixão; Acertar a sepultura. Marcar a sepultura; Transportar caixão ao local de sepultamento; Colocar caixão dentro da sepultura; Fechar gavetas; Datar gavetas; Encaixar lajes e tampão; Calafetar sepulturas; Cobrir sepulturas com terra; Colocar coroas de flores; Retirar o excesso de terra e materiais de sepultamento. Receber corpos; Identificar corpos; Transportar corpos à câmara fria; Aquecer o forno; Retirar vidros e metais do caixão; Introduzir caixão ao forno; Controlar o tempo entre os caixões; Rastelar ossos para outro compartimento do forno; Resfriar ossos; Retirar os ossos; Conduzir os ossos ao triturador; Embalar as cinzas conforme especificação. Sondar carneiros; Desfazer fechos de gavetas; Retirar lajes pré-moldadas; Retirar a tampa do caixão; Quebrar o lacre; Avaliar se há condições de exumação; Acondicionar ossos; Transportar ossos ao local determinado; Limpar sepulturas.

CBO: 7823-10 / 7823-20

1 funcionário

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo COVEIRO**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Físico	Radiações não-ionizantes		
Descrição	Exposição à radiação não ionizante em atividades a céu aberto		
Fundamentação legal	Anexo 1 da Norma Regulamentadora- 15 (Atividades e Operações Insalubres), Portaria n° 3.214/78 do MTE.		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Aumentam os riscos de doenças como neoplasias, anemia apática, púrpura, radio dermatite, infertilidade, entre outras.		
Fontes ou circunstâncias	Trabalho a céu aberto		
Meio de propagação	Raios solares (UV)		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades: • Óculos de proteção tipo UV.		

Perigo/Fator de Risco **Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)**	Grupo **Biológico**
Descrição	Proveniente das atividades de exumação de corpos
Fundamentação legal	Anexo 1 da Norma Regulamentadora- 15 (Atividades e Operações Insalubres), Portaria n° 3.214/78 do MTE.
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.
Fontes ou circunstâncias	Exumação de corpos

Avaliação

Tempo de exposição	Tipo de exposição	Critério
08:00	Intermitente	Qualitativo

Severidade	Probabilidade	Nível de Risco	Classificação
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável

Prevenção e controle

EPI	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades médicas: • Avental de PVC • Luvas de PVP • Botas de PVP • Óculos de Proteção

Exposição

Critério	Qualitativo

Conclusão de insalubridade
COVEIRO
Agente físico RADIAÇÕES NÃO-IONIZANTES 1. Para os efeitos desta norma, são radiações não-ionizantes as micro-ondas, ultravioletas e laser. **2. As operações ou atividades que exponham os trabalhadores às radiações não-ionizantes, sem a proteção adequada, serão consideradas insalubres, em decorrência de laudo de inspeção realizada no local de trabalho**. 3. As atividades ou operações que exponham os trabalhadores às radiações da luz negra (ultravioleta na faixa - 400320 nanômetros) não serão consideradas insalubres. Conforme anexo 07 da Norma Regulamentadora 15 (Atividades e Operações insalubres), Portaria n°3.214/78 do MTE, em relação as operações ou atividades que exponham os trabalhadores às radiações não-ionizantes, sem a proteção adequada, cuja insalubridade é caracterizada pela avaliação qualitativa, as atividades do **GHE 10 são caracterizados como insalubre.** Sendo assim, fica caracterizado a insalubridade de grau médio (20%). Entretanto, atendendo o item 15.4.1 da Norma Regulamentadora n° 15 da portaria 3.214/1978 do MTE e também desde que compridas as exigências contidas na NR 06 e NR 07 a percepção do adicional de insalubridade poderá ser descaracterizada.
Agente químico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**

Agente biológico

NR 15 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES ANEXO N.º 14 (Aprovado pela Portaria SSST n.º 12, de 12 de novembro de 1979) AGENTES BIOLÓGICOS.

Relação das atividades que envolvem agentes biológicos, cuja insalubridade é caracterizada pela avaliação qualitativa:

Insalubridade de grau médio

Trabalhos e operações em contato permanente com pacientes, animais ou com material infecto-contagiante, em:

- hospitais, serviços de emergência, enfermarias, ambulatórios, postos de vacinação e outros estabelecimentos destinados aos cuidados da saúde humana (aplica-se unicamente ao pessoal que tenha contato com os pacientes, bem como aos que manuseiam objetos de uso desses pacientes, não previamente esterilizados);

- hospitais, ambulatórios, postos de vacinação e outros estabelecimentos destinados ao atendimento e tratamento de animais (aplica-se apenas ao pessoal que tenha contato com tais animais);

- contato em laboratórios, com animais destinados ao preparo de soro, vacinas e outros produtos;

- laboratórios de análise clínica e histopatologia (aplica-se tão-só ao pessoal técnico);

- gabinetes de autópsias, de anatomia e histoanatomopatologia (aplica-se somente ao pessoal técnico);

- cemitérios (exumação de corpos);

- estábulos e cavalariças; e

- resíduos de animais deteriorados.

Conforme anexo 14 da Norma Regulamentadora 15 (Atividades e Operações insalubres), Portaria n°3.214/78 do MTE, em sua relação de atividades que envolvem agentes biológicos, cuja insalubridade é caracterizada pela avaliação qualitativa, as atividades do **GHE 10 é caracterizado como insalubre.** Sendo assim, fica caracterizado a insalubridade de grau médio (20%). Entretanto, atendendo o item 15.4.1 da Norma Regulamentadora n° 15 da portaria 3.214/1978 do MTE e também desde que compridas as exigências contidas na NR 06 e NR 07 a percepção do adicional de insalubridade poderá ser descaracterizada.

SETOR
GHE 11 TRANSP. E SERVIÇOS URBANOS / TRANSPORTE
Áreas externas conforme a demanda de obras, entre outras necessidade do município.

Nº de funcionários 2

CARGO
MOTORISTA PROFISSIONAL
Dirigir e manobrar veículos tipo ônibus, carros, caminhões e carretas. Transportar pessoas, cargas, pacientes e material biológico humano. Realizar verificações e manutenções básicas do veículo e utilizam equipamentos e dispositivos especiais tais como sinalização sonora e luminosa, software de navegação e outros. Utilizar de capacidades comunicativas. Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Os condutores de ambulância auxiliam as equipes de saúde nos atendimentos de urgência e emergência. Conduzem e vistoriam ônibus de transporte coletivo de alunos e passageiros urbanos, metropolitanos e ônibus rodoviários de longas distâncias; verificam itinerário de viagens; controlam o embarque e desembarque de passageiros e os orientam quanto aos procedimentos no interior do veículo. Dirigir veículos transportando pessoas, cargas, e/ou materiais autorizados aos locais determinados. Vistoriar periodicamente as condições do veículo utilizado e providenciar reparos de emergência, troca de pneus, lavagens, guinchamentos e outros. Identificar e indicar as necessidades de reparos nos sistemas elétricos e mecânicos dos veículos da Prefeitura. Manter sob sua responsabilidade os documentos de porte obrigatório do veículo, observando as orientações para a revalidação dos mesmos. Registrar, em formulário específico, os percursos realizados, quilometragem e itinerários da frota oficial. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

CBO: 7823-05; 7823-10; 7823-20; 7824-05

2 funcionário

<table>
<tr><td colspan="4">Especificação dos perigos/fatores de risco - Cargo MOTORISTA PROFISSIONAL</td></tr>
<tr><td colspan="4">Identificação</td></tr>
<tr><td>Grupo</td><td colspan="3">Perigo/Fator de Risco</td></tr>
<tr><td>Físico</td><td colspan="3">Radiações não-ionizantes</td></tr>
<tr><td>Descrição</td><td colspan="3">Exposição à radiação não ionizante (Raios solares UV) na condução de veículos automotores.</td></tr>
<tr><td>Fundamentação legal</td><td colspan="3">Anexo 1 da Norma Regulamentadora- 15 (Atividades e Operações Insalubres), Portaria n° 3.214/78 do MTE.</td></tr>
<tr><td>Possíveis lesões ou agravos a saúde</td><td colspan="3">Aumentam os riscos de doenças como neoplasias, anemia apática, púrpura, radio dermatite, infertilidade, entre outras.</td></tr>
<tr><td>Fontes ou circunstâncias</td><td colspan="3">Trabalho a céu aberto</td></tr>
<tr><td>Meio de propagação</td><td colspan="3">Raios solares (UV)</td></tr>
<tr><td colspan="4">Avaliação</td></tr>
<tr><td>Tempo de exposição
08:00</td><td colspan="2">Tipo de exposição
Intermitente</td><td>Critério
Qualitativo</td></tr>
<tr><td>Severidade
Moderado</td><td>Probabilidade
Possível</td><td>Nível de Risco
Moderado</td><td>Classificação
Tolerável</td></tr>
</table>

Prevenção e controle	
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades: • Óculos de proteção tipo UV.

Conclusão de insalubridade – MOTORISTA PROFISSIONAL
Agente físico RUÍDO CONTÍNUO OU INTERMITENTE a) Exposição a Níveis de Ruído acima de 85 Db(a) para uma jornada de 8 horas dia, dá a percepção de insalubridade no ambiente. Necessário avaliação quantitativo da exposição do colaborador ao agente físico Ruído para conclusão. RADIAÇÕES NÃO-IONIZANTES 1. Para os efeitos desta norma, são radiações não-ionizantes as micro-ondas, ultravioletas e laser. **2. As operações ou atividades que exponham os trabalhadores às radiações não-ionizantes, sem a proteção adequada, serão consideradas insalubres, em decorrência de laudo de inspeção realizada no local de trabalho**. 3. As atividades ou operações que exponham os trabalhadores às radiações da luz negra (ultravioleta na faixa - 400320 nanômetros) não serão consideradas insalubres. Conforme anexo 07 da Norma Regulamentadora 15 (Atividades e Operações insalubres), Portaria n°3.214/78 do MTE, em relação as operações ou atividades que exponham os trabalhadores às radiações não-ionizantes, sem a proteção adequada, cuja insalubridade é caracterizada pela avaliação qualitativa, as atividades do **GHE 12 são caracterizados como insalubre.** Sendo assim, fica caracterizado a insalubridade de grau médio (20%). Entretanto, atendendo o item 15.4.1 da Norma Regulamentadora n° 15 da portaria 3.214/1978 do MTE e também desde que compridas as exigências contidas na NR 06 e NR 07 a percepção do adicional de insalubridade poderá ser descaracterizada. VIBRAÇÕES Inconclusivo, necessário avaliação quantitativo da exposição do colaborador ao agente físico Vibração de Corpo Inteiro para conclusão.
Agente químico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.
Agente biológico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, **portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**

SETOR
GHE 12 TRANSP. E SERVIÇOS URBANOS / ETA
Áreas externas: atividades em locais variados que precisem da realização de reparos e/ou manutenções dos sistemas de água (manilhas, tubulações e canos), abrangidos pelo serviços da prefeitura municipal.

Nº de funcionários 1

CARGO
OPERADOR DE ETA
Operar as instalações de reservatório de tratamento de água, dirigindo seu fluxo, misturando-se substâncias químicas e filtrando-a e torna-la adequada ao uso aos usos domésticos e industriais; Controlar a entrada de água, abrindo válvulas, regulando e acionando motores elétricos e bombas, para abastecer os reservatórios; Efetuar o tratamento de água, adicionando-lhe quantidade e/ou dosagem determinadas de produtos químicos apropriados ou manipulando dispositivos automáticos de admissão desses produtos, para depurá-la, desodorizá-la e clarificá-la, bem como torna-la adequada aos usos domésticos e industriais; Adicionar os agitadores ou manipulação os mecanismos de comando, para misturar os integrantes; Separar as impurezas deixando-as sedimentar no fundo do reservatório e fazendo a água circular pelas instalações de filtragem, para assegurar a sua completa depuração; Bombear a água, adicionando os registros e válvula para introduzi-la nas tubulações principal e permitir sua distribuição; Controlar o funcionamento das instalações; Promover e/ou fazer a coleta de amostra de água para exame em laboratório; Realizar sob supervisão, a análise da água bruta; Fazer o controle da vazão de água tratada; Ligar e desligar bombas, motores e equipamentos; Promover e /ou efetuar a manutenção e consertos das bombas, motores, equipamentos e outros aparelhos; Inspecionar diariamente todas as dependências da ETA. Executar outras tarefas correlatadas.

CBO: 2237-10

1 funcionário

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo OPERADOR DE ETA**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Físico	Radiações não-ionizantes		
Descrição	Exposição à radiação não ionizante em atividades a céu aberto		
Fundamentação legal	Anexo 1 da Norma Regulamentadora- 15 (Atividades e Operações Insalubres), Portaria n° 3.214/78 do MTE.		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Aumentam os riscos de doenças como neoplasias, anemia apática, púrpura, radio dermatite, infertilidade, entre outras.		
Fontes ou circunstâncias	Trabalho a céu aberto		
Meio de propagação	Raios solares (UV)		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas **Ações Necessárias**	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO -Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades: • Óculos de proteção tipo UV.		

Identificação	
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**
Físico	Umidade
Descrição	Umidade proveniente da atividade de manutenção, reparo e tratamento d'água na ETA.
Fundamentação legal	Anexo 1 da Norma Regulamentadora- 15 (Atividades e Operações Insalubres), Portaria n° 3.214/78 do MTE.
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode provocar doenças no aparelho respiratório, quedas, doenças de pele, entre outras.
Fontes ou circunstâncias	Estação de tratamento de água
Meio de propagação	Contato direto

Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Moderado	Tolerável

Prevenção e controle	
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.
Medidas administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas: • Avental de PVC • Luvas de PVP • Botas de PVP

Conclusão de insalubridade – OPERADOR DE ETA
Agente físico RUÍDO CONTÍNUO OU INTERMITENTE a) Exposição a Níveis de Ruído acima de 85 Db(a) para uma jornada de 8 horas dia, dá a percepção de insalubridade no ambiente. Necessário avaliação quantitativo da exposição do colaborador ao agente físico Ruído para conclusão. RADIAÇÕES NÃO-IONIZANTES 1. Para os efeitos desta norma, são radiações não-ionizantes as micro-ondas, ultravioletas e laser. **2. As operações ou atividades que exponham os trabalhadores às radiações não-ionizantes, sem a proteção adequada, serão consideradas insalubres, em decorrência de laudo de inspeção realizada no local de trabalho**. 3. As atividades ou operações que exponham os trabalhadores às radiações da luz negra (ultravioleta na faixa - 400320 nanômetros) não serão consideradas insalubres. Conforme anexo 07 da Norma Regulamentadora 15 (Atividades e Operações insalubres), Portaria n°3.214/78 do MTE, em relação as operações ou atividades que exponham os trabalhadores às radiações não-ionizantes, sem a proteção adequada, cuja insalubridade é caracterizada pela avaliação qualitativa, as atividades do **GHE 11 são caracterizados como insalubre.** Sendo assim, fica caracterizado a insalubridade de grau médio (20%). Entretanto, atendendo o item 15.4.1 da Norma Regulamentadora n° 15 da portaria 3.214/1978 do MTE e também desde que compridas as exigências contidas na NR 06 e NR 07 a percepção do adicional de insalubridade poderá ser descaracterizada. **Agente químico** PRODUTOS QUÍMICOS Inconclusivo, necessário a FISPQ dos produtos químicos utilizados no tratamento da água, para determinar se o agente é qualitativo ou quantitativo (necessária avaliação) conforme NR 15 anexo 11 e 13, para parecer conclusivo.
Agente biológico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, **portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**

SETOR
GHE 13 TRANSP. E SERVIÇOS URBANOS / VIGILÂNCIA
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral. Locais para vigilância conforma a demanda e/ou necessidade do munícipio.

Funcionários 1

CARGO
VIGIA
Zelam pela guarda do patrimônio observando o comportamento e movimentação de pessoas para prevenir perdas, evitar incêndios, acidentes e outras anormalidades. Controlam o fluxo de pessoas e veículos identificando-os e encaminhando-os aos locais desejados. Recebem mercadorias, volumes diversos e correspondências. Fazem manutenções simples nos locais de trabalho. Exercer função de vigia como a atividade dos que exercem desarmados, vigilância sobre depósitos de materiais, pátios, áreas abertas, terminal rodoviário, estação rodoviária, mercados públicos, parques, hortos ou reservas florestais, centros de esportes, escolas, obras em execução, edifícios onde funcionam as repartições municipais e demais áreas e logradouros públicos. Observar movimentação/comportamento das pessoas estranhas; Observar tipo de pessoas estranhas; Atentar para posicionamento dos veículos no estacionamento; Contactar proprietários dos veículos irregularmente estacionados; Monitorar pelo circuito fechado de tv; Prevenir incêndios e acidentes; Chamar segurança; Realizar abordagem preventiva pós-furto; Acompanhar abertura e fechamento das instalações; Comunicando imediatamente à autoridade superior quaisquer irregularidades encontradas e contatar órgãos públicos, quando necessário, relatando a emergência e solicitando socorro, inclusive ajuda policial. Preencher corretamente os formulários referentes à avaliação de desempenho; Executar outras atividades correlatas ao cargo solicitadas pelo chefe imediato.

CBO: 5174-20

Funcionário 1

Conclusão de insalubridade VIGIA
Agente físico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, **portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**
Agente químico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, **portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**
Agente biológico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, **portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre**.

Síntese

Unidade				
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENOPOLIS				
Setor	**Cargo**	**Risco**	**Insalubridade**	**Grau**
GHE 02 OBRAS / LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICO	Radiações não-ionizantes	Sim	Médio - **20%**
GHE 02 OBRAS / LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICO	Umidade	Não	.
GHE 02 OBRAS / LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICO	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Sim	Máximo – **40%**
GHE 02 OBRAS / LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	Radiações não-ionizantes	Sim	Médio - **20%**
GHE 02 OBRAS / LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	Umidade	Não	.
GHE 02 OBRAS / LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Sim	Máximo – **40%**
GHE 03 OBRAS / ELÉTRICA	ELETRICISTA	Radiações não-ionizantes	Sim	Médio - **20%**
GHE 05 OBRAS / TRANSPORTE	MOTORISTA PROFISSIONAL	Radiações não-ionizantes	Sim	Médio - **20%**
GHE 06 OBRAS / MÁQUINAS MÓVEIS	OPERADOR DE MÁQUINAS	Radiações não-ionizantes	Sim	Médio - **20%**
GHE 07 OBRAS / CONSTRUÇÃO CIVIL	PEDREIRO	Radiações não-ionizantes	Sim	Médio - **20%**
GHE 09 TRANSP. E SERVIÇOS URBANOS / LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICO	Radiações não-ionizantes	Sim	Médio - **20%**

GHE 09 TRANSP. E SERVIÇOS URBANOS / LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICO	Umidade	Não	.
GHE 09 TRANSP. E SERVIÇOS URBANOS / LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICO	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Sim	Máximo – **40%**
GHE 09 TRANSP. E SERVIÇOS URBANOS / LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	Radiações não-ionizantes	Sim	Médio - **20%**
GHE 09 TRANSP. E SERVIÇOS URBANOS / LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	Umidade	Não	.
GHE 09 TRANSP. E SERVIÇOS URBANOS / LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Sim	Máximo – **40%**
GHE 09 TRANSP. E SERVIÇOS URBANOS / MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE CEMITÉRIO	COVEIRO	Radiações não-ionizantes	Sim	Médio - **20%**
GHE 10 TRANSP. E SERVIÇOS URBANOS / MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE CEMITÉRIO	COVEIRO	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Sim	Médio - **20%**
GHE 11 TRANSP. E SERVIÇOS URBANOS / TRANSPORTE	MOTORISTA PROFISSIONAL	Radiações não-ionizantes	Sim	Médio - **20%**
GHE 12 TRANSP. E SERVIÇOS URBANOS / ETA	OPERADOR DE ETA	Radiações não-ionizantes	Sim	Médio - **20%**

Conclusão

Mapeamento e qualificação dos setores perigosos

- **SETOR:** GHE 01 OBRAS / ADMINISTRATIVO
- **CARGO:** AGENTE ADMINISTRATIVO

Parecer técnico com embasamento conforme Portaria n° 3.214/1978 do MTE. NR-16 - Atividades e Operações Perigosas. **De acordo com os anexos da NR 16 a atividade não é periculosa.**

- **SETOR:** GHE 02 OBRAS / LIMPEZA E CONSERVAÇÃO
- **CARGO:** AJUDANTE DE SERVIÇO PÚBLICO / AUXILIAR DE SERVIÇOS PÚBLICO

Parecer técnico com embasamento conforme Portaria n° 3.214/1978 do MTE. NR-16 - Atividades e Operações Perigosas. **De acordo com os anexos da NR 16 a atividade não é periculosa.**

- **SETOR:** GHE 03 OBRAS / ELÉTRICA
- **CARGO:** ELETRICISTA

Parecer técnico com embasamento conforme Portaria n° 3.214/1978 do MTE, NR-16 - Atividades e Operações Perigosas. De acordo com os anexos da NR 16 as atividades laborais perigosas com energia elétrica, **que executam atividades ou operações em instalações ou equipamentos elétricos energizados em alta ou baixa tensão no sistema elétrico de consumo – SEC**, são consideradas perigosas, assegura ao trabalhador a percepção de adicional de 30% (trinta por cento).

- **SETOR:** GHE 04 OBRAS / ENGENHARIA
- **CARGO:** ENGENHEIRO CIVIL

Parecer técnico com embasamento conforme Portaria n° 3.214/1978 do MTE. NR-16 - Atividades e Operações Perigosas. **De acordo com os anexos da NR 16 a atividade não é periculosa.**

- **SETOR:** GHE 05 OBRAS / TRANSPORTE
- **CARGO:** MOTORISTA PROFISSIONAL

Parecer técnico com embasamento conforme Portaria n° 3.214/1978 do MTE. NR-16 - Atividades e Operações Perigosas. **De acordo com os anexos da NR 16 a atividade não é periculosa.**

- **SETOR:** GHE 06 OBRAS / MÁQUINAS MOVÈIS
- **CARGO:** OPERADOR DE MÁQUINAS

Parecer técnico com embasamento conforme Portaria n° 3.214/1978 do MTE. NR-16 - Atividades e Operações Perigosas. **De acordo com os anexos da NR 16 a atividade não é periculosa.**

- **SETOR:** GHE 07 OBRAS / CONSTRUÇÃO CIVIL
- **CARGO:** PEDREIRO

Parecer técnico com embasamento conforme Portaria n° 3.214/1978 do MTE. NR-16 - Atividades e Operações Perigosas. **De acordo com os anexos da NR 16 a atividade não é periculosa.**

- **SETOR:** GHE 08 OBRAS / COORDENAÇÃO
- **CARGO:** SECRETARIA EXECUTIVA DE OBRAS

Parecer técnico com embasamento conforme Portaria n° 3.214/1978 do MTE. NR-16 - Atividades e Operações Perigosas. **De acordo com os anexos da NR 16 a atividade não é periculosa.**

- **SETOR:** GHE 09 OBRAS / VIGILÂNCIA
- **CARGO:** VIGIA

Conforme NR 16 Anexo 3, para o cargo em questão ser considerada uma atividade e operação perigosa, precisa atender a uma das seguintes condições:
a) empregados das empresas prestadoras de serviço nas atividades de segurança privada ou que integrem serviço orgânico de segurança privada, devidamente registradas e autorizadas pelo Ministério da Justiça, conforme lei 7102/1983 e suas alterações posteriores.
b) empregados que exercem a atividade de segurança patrimonial ou pessoal em instalações metroviárias, ferroviárias, portuárias, rodoviárias, aeroportuárias e de bens públicos, contratados diretamente pela administração pública direta ou indireta.

Parecer técnico com embasamento conforme Portaria n° 3.214/1978 do MTE. NR-16 - Atividades e Operações Perigosas. **De acordo com os anexos da NR 16 a atividade não é periculosa.**

- **SETOR:** GHE 10 TRANSP. E SERVIÇOS URBANOS
- **CARGO:** AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS / AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Parecer técnico com embasamento conforme Portaria n° 3.214/1978 do MTE. NR-16 - Atividades e Operações Perigosas. **De acordo com os anexos da NR 16 a atividade não é periculosa.**

- **SETOR:** GHE 11 TRANSP. E SERVIÇOS URBANOS
- **CARGO:** COVEIRO

Parecer técnico com embasamento conforme Portaria n° 3.214/1978 do MTE. NR-16 - Atividades e Operações Perigosas. **De acordo com os anexos da NR 16 a atividade não é periculosa.**

- **SETOR:** GHE 12 TRANSP. E SERVIÇOS URBANOS
- **CARGO:** MOTORISTA PROFISSIONAL

Parecer técnico com embasamento conforme Portaria n° 3.214/1978 do MTE. NR-16 - Atividades e Operações Perigosas. **De acordo com os anexos da NR 16 a atividade não é periculosa.**

- **SETOR:** GHE 13 TRANSP. E SERVIÇOS URBANOS
- **CARGO:** OPERADOR DE ETA

Parecer técnico com embasamento conforme Portaria n° 3.214/1978 do MTE. NR-16 - Atividades e Operações Perigosas. **De acordo com os anexos da NR 16 a atividade não é periculosa.**

- **SETOR:** GHE 14 TRANSP. E SERVIÇOS URBANOS
- **CARGO:** VIGIA

Conforme NR 16 Anexo 3, para o cargo em questão ser considerada uma atividade e operação perigosa, precisa atender a uma das seguintes condições:
a) empregados das empresas prestadoras de serviço nas atividades de segurança privada ou que integrem serviço orgânico de segurança privada, devidamente registradas e autorizadas pelo Ministério da Justiça, conforme lei 7102/1983 e suas alterações posteriores.
b) empregados que exercem a atividade de segurança patrimonial ou pessoal em instalações metroviárias, ferroviárias, portuárias, rodoviárias, aeroportuárias e de bens públicos, contratados diretamente pela administração pública direta ou indireta.

Parecer técnico com embasamento conforme Portaria n° 3.214/1978 do MTE. NR-16 - Atividades e Operações Perigosas. **De acordo com os anexos da NR 16 a atividade não é periculosa.**

Conclusões

As avaliações realizadas neste laudo foram feitas levando em consideração um Grupo Homogêneo de Exposição (GHE), onde, a avaliação corresponde a um grupo de trabalhadores que experimentam exposição semelhante, e que o resultado desta avaliação da exposição de qualquer trabalhador do grupo seja representativo da exposição do restante dos trabalhadores do mesmo grupo.

Recomendações gerais

O presente laudo deve ser reavaliado sempre que novas medidas de controle administrativas ou medidas de proteção coletiva sejam instaladas, ou haja mudança de espaço físico, equipamentos, atividades, processo de trabalho, etc., que venham a alterar as condições ambientais de riscos ao empregado.
Todos os trabalhadores devem estar cientes dos riscos ambientais a que estão expostos, através de Ordens de Serviço, conforme NR 01 e deverá ser permanentemente orientado pela chefia imediata quanto aos corretos procedimentos de trabalho e as formas de proteção contra os riscos.
Os trabalhadores devem estar cientes que o não cumprimento das Ordens de Serviço expedidas pela empresa, esta passível de sanções previstas na CLT.
Os equipamentos de proteção individual - EPI, descartáveis ou não, deverão estar à disposição em número suficiente nos postos de trabalho, de forma que seja garantido o imediato fornecimento ou reposição. Fornecer e orientar o uso mediante protocolo de recebimento.

Responsabilidade técnica

Segundo o Artº 195 da Consolidação das Leis Trabalhistas CLT - A caracterização e a classificação da insalubridade e da periculosidade, segundo as normas do Ministério do Trabalho, far-se-ão através de perícia a cargo de Médico do Trabalho ou Engenheiro do Trabalho, registrados no Ministério do Trabalho. O presente laudo foi elaborado somente em uma face.

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718

Assinado de forma digital por GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718
Dados: 2024.10.03 09:38:55 -03'00'

Responsável do laudo de insalubridade
Gustavo Cordeiro Miranda
CPF: 092.897.697-18
NIT: 128.65129.29-4
Conselho de classe: CREA 051725/D
UF: ES
Especialidade: Engenheiro de Segurança

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977
CREA-ES
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do ES

ART de Obra ou Serviço

0820240368329

ART Individual

1. Responsável Técnico

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA

Título profissional: **ENGENHEIRO DE PRODUÇÃO,ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO,TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO,TECNÓLOGO EM GEST**

RNP: 0819492124
Registro: ES-051725/D
Registro: 19221

Empresa contratada: ST CONSULTORIA OCUPACIONAL E MEIO AMBIENTE LTDA

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS** CPF/CNPJ: **27167345000190**
Rua: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS Nº: 545
Complemento: CEP: 29770000
Cidade: MANTENÓPOLIS UF: ES Bairro: CENTRO
Telefone:
Contrato: 000077/2023 Nº do Aditivo: 0
Valor do Contrato/Honorários: R$15.050,00 Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA

3. Dados da Obra/Serviço

Rua: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS Nº: 545
Complemento: Bairro: CENTRO Quadra Lote
Cidade: MANTENÓPOLIS UF: ES CEP: 29770000
Data de início: 10/09/2024 Prev. Término: 10/09/2024 Coord. Geogr.: ,
Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS CPF/CNPJ:27167345000190

4. Atividade Técnica

Qtde de Pavimento(s): 0 **Nº Pavimento(s):** 0 **Dimensão/Quantidade:** 1 **Unidade de medida:** UNID

ATIVIDADE(S) TÉCNICA(S): 43 - 13.2 - ASSESSORIA TÉCNICA

PARTICIPAÇÃO:

NATUREZA: 100 - RESPONSABILIDADE TÉCNICA

NÍVEL: 104 - EXECUÇÃO

NATUREZA DO(S) SERVIÇO(S): 9111 - SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS (ESPECIFICAR NO CAMPO 22)

TIPO DA OBRA/SERVIÇO: 2001 - SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS (ESPECIFICAR NO CAMPO 22)

PROJETO(S)/SERVIÇO(S): 100 - NENHUM

Após a conclusão das atividades técnicas, o profissional deverá proceder a baixa desta ART.

5. Observações

REFERENTE A CONTRATAÇAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE MEDICINA DO TRABALHO PARA ELABORAÇÃO DE PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCO, LTCAT (LAUDO TÉCNICO DA CONDIÇÃO DO AMBIENTE DE TRABALHO, PCMSO (PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL), PPP, LAUDO DE INSALUBRIDADE E DE PERICULOSIDADE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPALDE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO; SEM CONTUDO TER PROVIDENCIADO O REGISTRO DE ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART), NESTE CONSELHO.

6. Declarações

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718 Assinado de forma digital por GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718 Dados: 2024.10.03 09:39:24 -03'00'
18

Profissional

Contratante

Acessibilidade: <declara a aplicabilidade das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº5.296, de 2 de dezembro de 2004, às atividades profissionais acima relacionadas.>

7. Entidade de classe

SENGE - SINDICATO DOS ENGENHEIROS DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO

8.Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima.

Local de Data

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718 Assinado de forma digital por GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718 Dados: 2024.10.03 09:39:11 -03'00'

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA - CPF: 09289769718

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS - CPF/CNPJ: 27167345000190

9. Informações

- **A ART é válida somente quando quitada, podendo sua conferência ser realizada no site do CREA.**
- **A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.creaes.org.br ou www.confea.org.br**
- **A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.**

Valor ART: R$ 262,55 Registrada em: 10/09/2024 Data de pagamento: 12/09/2024 Valor Pago: R$ 262,55 Nosso Número: 14000000016510939

ANEXO VIII

Consultoria Ocupacional
&
Meio Ambiente

NR – 01 PGR
PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

DOCUMENTO BASE

Vigência

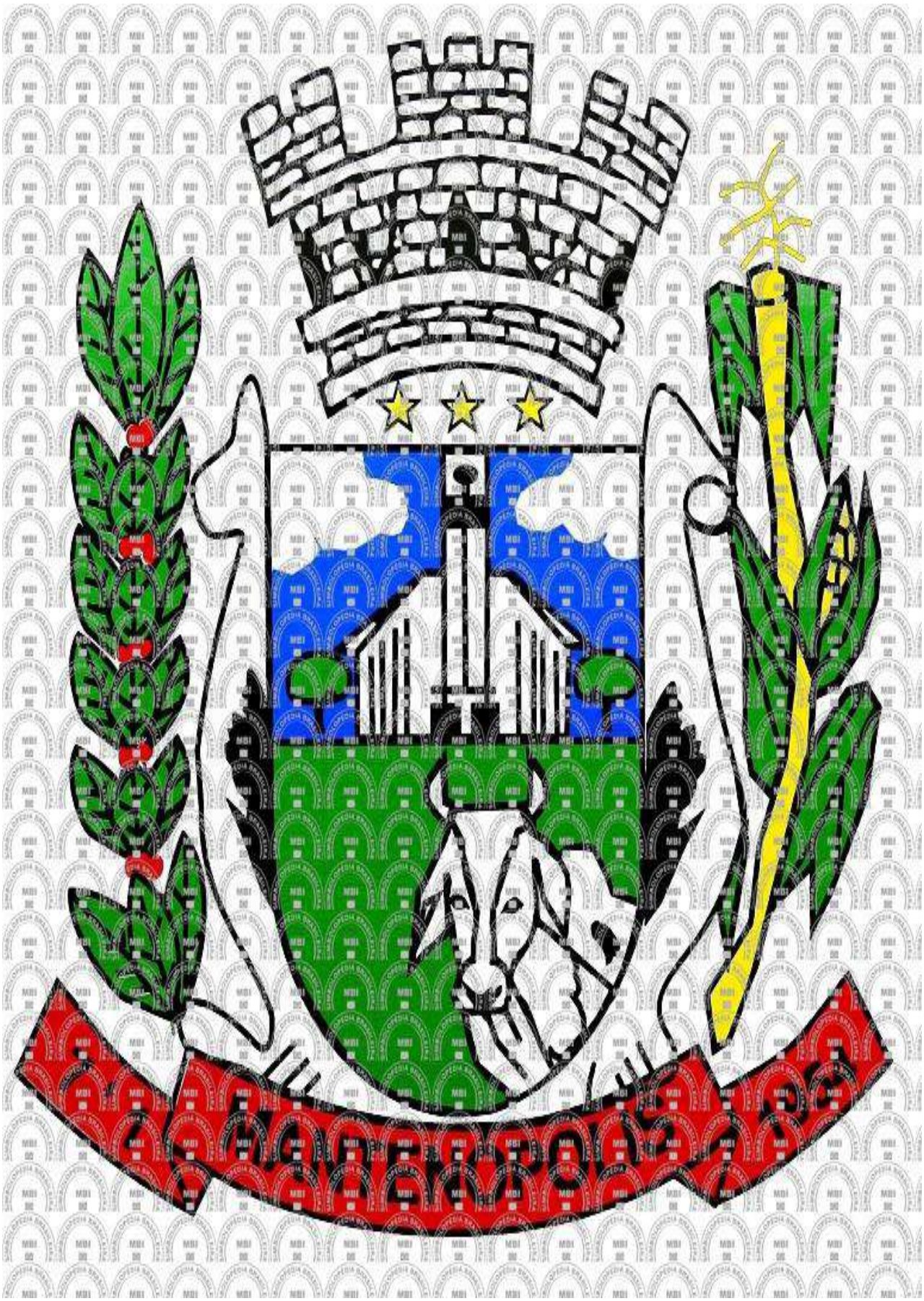
Agosto/2024 a Agosto/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS

Agosto/2024

Sumário

Identificação da empresa 3
Introdução 4
Objetivo 4
Termos e definições 4
Responsabilidades 5
Documentos complementares 6
Estratégias e metodologias de ação 6
Antecipação, reconhecimento, avaliação dos riscos ambientais 7
Forma de registro, manutenção e divulgação de dados 7
Periodicidade e forma de avaliação do desenvolvimento do pgr 7
Inventário de Riscos 9
Disposições finais 53
Controle de riscos 53
Acompanhamento da saúde ocupacional dos trabalhadores 53
Análise de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho 53
Preparação para emergências 54
Equipamentos de proteção individual de uso obrigatório 54
Conclusão 54
Plano de Ação 55



Programa de Gerenciamento de Riscos

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS
SECRETARIA EXE. DE AGRICULTURA
CNPJ: 27.167.345/0001-90

Endereço
Avenida Presidente Vargas, 545 - Centro - Mantenópolis/ES
CEP: 29.770-000

CNAE
8411-6/00 – Administração Pública em Geral
Grau de Risco 1

Introdução PGR

Disposições Gerais

1. INTRODUÇÃO

O Documento Base do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) se insere no contexto da Política de Gestão da empresa buscando a melhoria contínua do ambiente de trabalho e a preservação da saúde dos seus colaboradores e contratados. Está estruturado conforme disposto na NR-1, Portaria 3214 de 08 de junho de 1978, com redação atualizada pela Portaria 6.730 de 12 de Março de 2020.

2. OBJETIVO

O Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR - visa "estabelecer as disposições gerais, o campo de aplicação, os termos e as definições comuns às Normas Regulamentadoras - NR relativas à segurança e saúde no trabalho". Este Documento Base tem o objetivo estabelecer as "diretrizes para o Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO) e as medidas de prevenção em Segurança e Saúde no Trabalho - SST".

3. TERMOS E DEFINIÇÕES

- Risco Ambiental ou ocupacional: Combinação da probabilidade de ocorrer lesão ou agravo à saúde causados por um evento perigoso, exposição a agente nocivo ou exigência da atividade de trabalho e da severidade dessa lesão ou agravo à saúde.
- Agentes físicos: Qualquer forma de energia que, em função de sua natureza, intensidade e exposição, são capazes de causar lesão ou agravo à saúde do trabalhador. Exemplos: ruído, vibrações, pressões anormais, temperaturas extremas, radiações ionizantes, radiações não ionizantes.
- Agente químico: Substância química, por si só ou em misturas, quer seja em seu estado natural, quer seja produzida, utilizada ou gerada no processo de trabalho, que em função de sua natureza, concentração e exposição, é capaz de causar lesão ou agravo à saúde do trabalhador. Exemplos: fumos de cádmio, poeira mineral contendo sílica cristalina, vapores de tolueno, névoas de ácido sulfúrico.
- Agente biológico: Microrganismos, parasitas ou materiais originados de organismos que, em função de sua natureza e do tipo de exposição, são capazes de acarretar lesão ou agravo à saúde do trabalhador. Exemplos: bactéria Bacillus anthracis, vírus linfotrópico da célula T humana, príon agente de doença de Creutzfeldt-Jakob, fungo Coccidioides immitis.
- Limite de Tolerância - LT (NR-15 / Brasil): A concentração ou intensidade máxima ou mínima, relacionada com a natureza e o tempo de exposição ao agente, que não causará dano à saúde do trabalhador, durante a sua vida laboral. Limite de Exposição - Média Ponderada pelo tempo - TLV-TWA1 (Threshold Limit Value / Time Weighted Average - ACGIH-EUA): A concentração média ponderada pelo tempo para uma jornada normal de 8h diárias e 40h semanais, para a qual a maioria dos trabalhadores pode estar repetidamente exposta, dia após dia, sem sofrer efeitos adversos a sua saúde.
- Limite de Exposição - Curta Duração - TLV-STEL (Threshold Limit Value-Short Term Exposure ACGIH-EUA): A concentração máxima a que os trabalhadores podem estar expostos continuamente por um período curto, de até 15 minutos, sem sofrer irritação, lesão tissular crônica ou irreversível, narcose em grau suficiente para aumentar a predisposição a acidentes, impedir auto salvamento ou reduzir significativamente a eficiência no trabalho, desde que não sejam permitidas mais de 4 exposições diárias, com pelo menos 60 minutos de intervalo entre os períodos de exposição e também que não seja excedido o TLV-TWA.
- Limite de Exposição - Valor Teto (NR-15/Brasil), TLV-C (Threshold Limit Value - Ceiling - ACGIH-EUA): Concentração que não deverá ser excedida durante nenhum momento de exposição na jornada.
- IDLH: Concentração máxima imediatamente perigosa para a vida ou saúde, da qual o trabalhador poderá escapar, dentro de 30 minutos, sem sintomas graves nem efeitos

irreversíveis para a saúde (NIOSH/OSHA/EUA).
- Mobilidade: Percentual de tempo de permanência nos diversos locais durante a rotina de trabalho, em relação ao número de horas trabalhada.
- Nível de Ação: Valor acima do qual devem ser iniciadas ações preventivas (monitoramento periódico, informação aos trabalhadores e controle médico) de forma a minimizar a probabilidade de que as exposições a agentes ambientais ultrapassem os limites de exposição. Para agentes químicos corresponde a metade dos limites de exposição ocupacional (NR-15, ACGIH, acordos coletivos) e para o ruído a dose de 0,5 (superior a 50%), conforme estabelecido na NR-15, Anexo 1, item 6.
- Grupos Similares de Exposição - GSE: Grupos de trabalhadores que experimentam exposição semelhante, de forma que o resultado fornecido pela avaliação de qualquer membro do grupo seja representativo do grupo como um todo.
- NR-15: Norma Regulamentadora no 15 - Portaria 3214.
- ACGIH: American Conference of Governamental Industrial Hygiene.
- NIOSH: National Institute for Occupational Safety and Health.
- AIHA: American Industrial Hygiene Association.
- ABNT: Associação Brasileira de Normas Técnicas.
- OSHA: Occupational Safety and Health Administration.

4. RESPONSABILIDADES

4.1. ORGANIZAÇÃO CONTRATANTE

- Implementar, por estabelecimento ou unidade operacional o gerenciamento de riscos ocupacionais em suas atividades;
- Integrar as ações do PGR com planos, programas e outros documentos previstos na legislação de segurança e saúde no trabalho;
- Evitar que os riscos ocupacionais possam ser originados no trabalho;
- Identificar os perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde;
- Avaliar os riscos ocupacionais indicando o nível de risco;
- Classificar os riscos ocupacionais para determinar a necessidade de adoção de medidas de prevenção;
- Implementar medidas de prevenção, de acordo com a classificação de risco e na ordem estabelecida pela NR 01;
- Considerar as condições de trabalho, nos termos da NR-17;
- Acompanhar o controle de riscos ocupacionais;
- Adotar mecanismos para consultar os trabalhadores quanto à percepção de riscos ocupacionais, podendo para este fim ser adotadas as manifestações da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA, quando houver;
- Comunicar aos trabalhadores sobre os riscos consolidados no inventário de riscos e as medidas de prevenção do plano de ação do PGR;
- Adotar medidas para melhorar o desempenho em SST;
- Elaborar, implantar e assegurar o cumprimento dos documentos integrantes do PGR, respeitando o disposto nas demais Normas Regulamentadoras, datados e assinados;
- Manter os documentos integrantes do PGR sempre disponíveis para consulta dos trabalhadores interessados ou seus representantes e à Inspeção do Trabalho;
- Fornece informações às organizações contratadas sobre os riscos ocupacionais sob sua gestão e que possam impactar nas atividades das contratadas.

4.2 ORGANIZAÇÕES CONTRATADAS

- Fornecer ao contratante o Inventário de Riscos Ocupacionais específicos de suas atividades que são realizadas nas dependências da organização contratante ou local previamente convencionado em contrato.

4.3 SESMT/ DESIGNADO CIPA

- Informar aos trabalhadores os riscos ambientais que possam originar-se nos locais de trabalho, os meios necessários para prevenir ou limitar tais riscos e para proteger-se dos mesmos;
- Considerar o conhecimento e percepção que os trabalhadores têm do processo de trabalho;
- Fornecer às empresas subcontratadas as informações sobre os riscos potenciais nas áreas em que desenvolverão suas atividades;
- Programar e aplicar treinamentos com objetivo de instruir os empregados expostos;
- Propor e adotar soluções para eliminar / reduzir a exposição aos riscos;
- Acompanhar o desenvolvimento do PCMSO.

4.4 DOS EMPREGADOS

- Colaborar e participar na implantação e execução do PGR inclusive de normas internas de segurança e saúde;
- Cumprir as normas e orientações recebidas nos treinamentos oferecidos dentro do PGR;
- Informar ao seu superior hierárquico direto ocorrências que, ao seu julgamento possam implicar em riscos à sua saúde e segurança;
- Aplicar e cumprir o Programa de Segurança e Saúde Ocupacional e todas as suas ferramentas aplicáveis e procedimentos específicos inerentes à execução das atividades;
- Colaborar na avaliação e identificação dos riscos gerados em seu posto de trabalho;
- Participar dos treinamentos programados.

5. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

- Inventário de Riscos do PGR;
- Matriz de Riscos do PGR; e
- Plano de Ação no Gerenciamento de Riscos.

6. ESTRATEGIAS E METODOLOGIAS DE AÇÃO

O presente programa foi elaborado com base na antecipação, reconhecimento e avaliação dos riscos ambientais existentes nas atividades dos empregados da Empresa, levando em consideração os diversos locais de trabalho. Esses dados foram realizados por profissionais do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho - SESMT e inseridos no inventario de risco deste PGR.

O controle desses riscos ambientais foi inserido para gerenciamento dos riscos ocupacionais na planilha de ação também conhecida como planilha de gerenciamento de riscos.

Como suporte técnico para o reconhecimento dos riscos foi consideradas as constatações provenientes do exercício dos trabalhos que estão sendo realizadas nas instalações / áreas / setores da empresa, informações prestadas pelos profissionais da empresa e representante da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA.

A estratégia tem como finalidade alcançar os seguintes objetivos:

- Reconhecimento dos Riscos Ambientais - referente ao processo de trabalho executado e a

condição de exposição dos funcionários;

- Avaliação quantitativa - Com base na NR-09.4.2, sempre que se constate a possibilidade de o trabalhador estar submetido à exposição ao agente de risco, cujo limite de tolerância possa estar superior ao previsto na legislação;
- Interpretação dos resultados - avaliação e julgamento profissional com proposição de medidas de controle;
- A metodologia aplicada será a da legislação atualizada das Normas Regulamentadoras - NR do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, Lei 6514 de 22 de dezembro de 1977, onde se encontram estabelecidos os parâmetros mínimos e diretrizes gerais, as quais foram aplicadas neste PGR.
- Com base na NR-09.6.1.1, na ausência de limites de tolerância previstos na NR-15 e seus anexos ou quando necessário, serão utilizados “Critérios Técnicos“ adotados pela American Conference of Governamental Hygienist (ACGIH) tomando como base os limites de tolerância (TLV - TWA, TLV - STEL e TLV - C) adotados por essa Associação.

7. Antecipação, Reconhecimento Avaliação dos Riscos Ambientais

7.1 ANTECIPAÇÃO

A antecipação visa identificar riscos potenciais. As informações que deverão ser consideradas para a elaboração ou revisão do PGR são originadas de:

- Projetos de novas instalações: Projeto Conceitual, a Engenharia, com apoio das áreas de Segurança do Trabalho, deverá avaliar, dentro das estratégias de segurança e de saúde, quais os riscos ambientais que estão previstos no projeto, prevendo, se possível, medidas de redução e controle já na fase do projeto, bem como os recursos necessários para monitoramento das exposições. Estes riscos deverão ser incorporados na revisão do PGR quando da conclusão do projeto.
- Modificações de projetos: A área de Segurança do Trabalho deve avaliar os novos riscos ambientais se estão previstos, ou se ocorreram a eliminação dos mesmos. Estas alterações deverão ser incorporadas na revisão do PGR quando da conclusão da modificação.
- Manipulação de novos produtos químicos: Todo produto novo para ser armazenado deverá ter como base as informações sobre a toxicologia e suas especificações de segurança contidas na FISPQ do produto. Se após a análise crítica das áreas envolvidas forem favoráveis para a manipulação e armazenamento do referido produto, deverá ser feita avaliação ambiental.

7.2 RECONHECIMENTO DOS RISCOS AMBIENTAIS

O reconhecimento dos riscos ambientais é realizado através de inspeções / auditorias nas diversas áreas / locais da Empresa; ocasião em que são consolidadas as constatações técnicas, levando em consideração as percepções que os trabalhadores têm do processo produtivo e riscos ambientais; informações / registros realizados pela Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA, bem como tudo que venha a contribuir como suporte técnico para o enriquecimento do reconhecimento. O reconhecimento visa o registro / avaliação das possíveis interferências na saúde / integridade física do trabalhador em razão da relação entre exposição e riscos ambientais oriundos da área / setor como um todo, somado aos riscos provenientes das atividades realizadas pelo trabalhador no seu posto/local de trabalho.

7.3 AVALIAÇÃO DOS RISCOS AMBIENTAIS

A avaliação dos riscos ambientais é realizada após a Antecipação e Reconhecimento do agente, da fonte geradora, do Grupo Homogêneo ou Similar de Exposição, da função e atividade desses, das medidas de controle existentes e das medidas de controle propostas. Somente o resultado das avaliações devem ser inseridos no Inventário de Riscos deste PGR conforme NR-09.4.3.
A antecipação, o reconhecimento e a avaliação dos Riscos Ambientais estão registrados Inventário de Riscos presentes nesse PGR.

8. FORMA DE REGISTRO, MANUTENÇÃO E DIVULGAÇÃO DE DADOS

O inventário de riscos ocupacionais deve ser mantido atualizado. O histórico das atualizações deve ser mantido por um período mínimo de 20 (vinte) anos ou pelo período estabelecido em normatização específica.

9. PERIODICIDADE E FORMA DE AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DO PGR

A avaliação de riscos deve constituir um processo contínuo e ser revista a cada dois anos ou quando da ocorrência das seguintes situações:
a) após implementação das medidas de prevenção, para avaliação de riscos residuais;
b) após inovações e modificações nas tecnologias, ambientes, processos, condições, procedimentos e organização do trabalho que impliquem em novos riscos ou modifiquem os riscos existentes;
c) quando identificadas inadequações, insuficiências ou ineficácias das medidas de prevenção;
d) na ocorrência de acidentes ou doenças relacionadas ao trabalho;
e) quando houver mudança nos requisitos legais aplicáveis.
Observação.: No caso de organizações que possuírem certificações em sistema de gestão de SST, o prazo poderá ser de até 3 (três) anos.
Será necessário elaborar a AET (Análise Ergonômica do Trabalho), laudo de insalubridade e laudo de periculosidade, para atender a GRO (Gerenciamento de Riscos Ocupacionais). Além dos demais documentos das NR's e dos riscos relacionados no inventário de risco.

Inventário de Riscos

1. INTRODUÇÃO

Os dados referentes aos perigos identificados e das avaliações dos riscos ocupacionais deverão constituir um Inventário de Riscos Ocupacionais, que deverá conter, no mínimo, os seguintes itens:

1. Caracterização dos processos e ambientes de trabalho;
2. Caracterização das atividades;
3. Descrição de perigos e de possíveis lesões ou agravos à saúde dos trabalhadores, com a identificação das fontes ou circunstâncias, descrição de riscos gerados pelos perigos, com a indicação dos grupos de trabalhadores sujeitos a esses riscos e descrição de medidas de prevenção implementadas;
4. Dados da análise preliminar ou do monitoramento das exposições a agentes físicos, químicos e biológicos e os resultados da avaliação de ergonomia nos termos da NR 17;
5. Avaliação de riscos, incluindo a classificação para fins de elaboração do plano de ação;
6. Critérios adotados para avaliação dos riscos e tomadas de decisão.

O inventário de riscos ocupacionais deverá ser mantido atualizado e seu histórico de atualizações deverá ser mantido por um período mínimo de 20 (vinte) anos ou pelo período estabelecido em normatização específica.

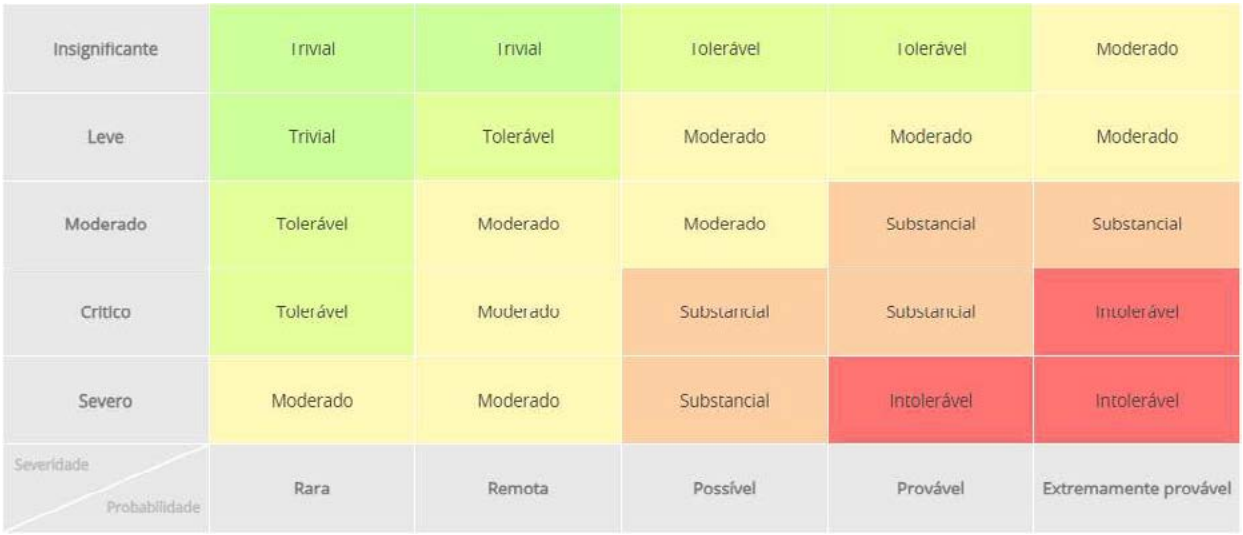
2. RISCOS AMBIENTAIS

Segundo a NR 9 são considerados riscos ambientais os agentes físicos, químicos e biológicos existentes no ambiente de trabalho que, em função de sua natureza, concentração e tempo de exposição são capazes de causar danos a saúde do trabalhador, conforme classificação que segue:

- Agentes físicos - As diversas formas de energia a que possam estar expostos os trabalhadores, tais como ruídos, vibrações, radiações ionizantes, radiações não ionizantes, frio, calor, pressões anormais, umidade
- Agentes químicos - São substância, compostos ou produtos que possam penetrar no organismo pela via respiratória em forma de poeira, fumos, neblinas, névoas, gases ou vapores, ou que, pela natureza da atividade de exposição, possam ter contato ou ser absorvidos pelo organismo ou por ingestão. São eles: poeiras, fumos, névoas, neblinas, gases, vapores, substâncias compostas ou produtos químicos.
- Agentes biológicos - São microorganismos tais como: vírus, bactérias, protozoários, fungos, parasitas, bacilos.
- Riscos Ergonômicos - São riscos relacionados ao processo produtivo e das tarefas executadas em situações inadequadas tais como: esforço físico intenso, levantamento e transporte manual de peso, exigência de postura inadequada, controle rígido de produtividade, imposição de ritmos excessivos, trabalhos em turno noturno, jornadas de trabalho prolongadas, monotonia e repetitividade, outras situações causadoras de stress físico e/ou psíquico.
- Riscos de acidentes - São riscos relacionados à execução de atividades, colocando em exposição à saúde e integridade física dos funcionários no seu campo de trabalho. Ex.: arranjo físico inadequado, máquinas e equipamentos sem proteção, ferramentas inadequadas ou defeituosas, iluminação inadequada, eletricidade, probabilidade de incêndio ou explosão, armazenamento inadequado, animais peçonhentos, outras situações de risco que poderão contribuir para a ocorrência de acidentes.

3. MATRIZ DE RISCO DO PGR

A avaliação da Classificação de Risco é realizada para cada GSE em relação a cada agente de risco E Atividade no Inventário de Riscos, possibilitando conhecer, em função do risco da exposição qual a consequência para a saúde. A classificação de Risco é obtida relacionando-se as informações anteriormente obtidas pela interação da Probabilidade x Severidade do Risco, conforme a Matriz de Risco apresentada na abaixo:



Os níveis de riscos são delimitados com base no resultado da combinação da severidade das possíveis lesões ou agravos à saúde com a probabilidade ou chance de sua ocorrência. Para cada perspectiva foram definidos os pesos e as suas descrições.

SEVERIDADE	
Classificação	Descrição
Insignificante	Incômodo, insatisfação ou dano leve sem necessidade de tratamento médico.
Leve	Pode prejudicar a integridade física e/ou a saúde, provocando lesão que implique em incapacidade temporária por prazo igual ou inferior a 15 (quinze) dias.
Moderado	Pode prejudicar a integridade física e/ou a saúde, provocando lesão que implique em incapacidade temporária por prazo superior a 15 (quinze) dias.
Critico	Pode prejudicar a integridade física e/ou a saúde, provocando lesão ou sequela permanente.
Severo	Pode levar a óbito imediato ou que venha a ocorrer posteriormente.

PROBABILIDADE	
Classificação	Descrição
Rara	Medidas de prevenção adequadas e com garantia de continuidade desta situação. Uma consequência não é esperada, não é comum sua ocorrência, extraordinária.
Remota	Medidas de prevenção adequadas, mas com pequenos desvios. Ainda que em funcionamento, não há garantias de que sejam mantidas sempre ou em longo prazo. Uma consequência é pouco provável que aconteça quase improvável.
Possível	Medidas de prevenção apresentam desvios ou problemas significativos. Não há garantias de que as medidas sejam mantidas. Uma consequência talvez aconteça, com possibilidade de que se efetive concebível.
Provável	Medidas de prevenção incompletas ou com deficiências relevantes. Uma consequência é esperada, com grande probabilidade de que aconteça ou se realize.
Extremamente Provável	Medidas de prevenção inexistentes. Uma consequência é esperada, com grande probabilidade de que aconteça ou se realize.

NIVEIS DE RISCOS	
Classificação	Descrição
Trivial	Nenhuma ação é necessária.
Tolerável	Improvável risco à saúde do trabalhador. É requerido monitoramento, para assegurar que as medidas serão mantidas.
Moderado	Situação considerada causadora de fadiga se desenvolvida por longo período. Devem ser implantados meios de controle preventivo.
Substancial	Situação considerada causadora de lesão. Deve ser feito estudos sistemáticos da atividade, sugerindo um plano de melhoria para eliminar ou minimizar o risco/perigo.
Intolerável	Interromper as atividades ou intervenção imediata. O trabalho não pode ser iniciado ou continuado até que o risco/perigo tenha sido reduzido ou eliminado.

UNIDADE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS
SECRETARIA EXE. DE AGRICULTURA
CNPJ: 27.167.345/0001-90

Endereço
Avenida Presidente Vargas, 545 - Centro - Mantenópolis/ES
CEP: 29.770-000

CNAE
8411-6/00 – Administração Pública em Geral
Grau de Risco 1

Caracterização dos processos e ambientes de trabalho

Funcionários

Setor	Cargo	Funcionários
GHE 01 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	2
GHE 02 TRANSPORTE	MOTORISTA PROFISSIONAL	1
GHE 03 MÁQUINAS MÓVEIS	OPERADOR DE MÁQUINAS	3
GHE 04 AGRICULTURA	TÉCNICO AGRICOLA	1

SETOR
GHE 01 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

Nº de funcionários 2

CARGO
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
Executar sob supervisão serviços de copeiragem, conservação, limpeza e zeladoria em prédios públicos servindo, limpando vidros e fachadas, recintos internos e acessórios. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Preparar sucos, lanches, cafés e pequenas refeições; Servir água, cafezinho, suco; Administrar fluxo de serventia; Receber e distribuir refeições; Receber ou recolher bandejas, louças e talheres após as refeições, providenciando sua lavagem e guarda ou o envio ao setor competente; Secar louça e prataria, esterilizar instrumentos e materiais; Operar com aparelhos elétricos utilizados nos serviços de alimentação; Limpar talheres, equipamentos de refrigeração assim como balcão, bancada e bandejas; retirar restos de comida, separando e destinando o lixo; Lavar fachadas; Limpar vidros; Remover resíduos dos vidros; Remover pichações; Limpar móveis e equipamentos eletrodomésticos, lustres, luminárias, ventiladores e tudo o que mais constar nos recintos dos prédios municipais; Limpar superfícies (paredes, pisos, etc..); Lavar banheiros; Aspirar pó; Lavar pisos; Encerar pisos; Remover sujeira; Varrer pisos; Secar pisos; Passar pano; Limpar, lavar cortinas e persianas; Recolher lixo; Depositar o lixo e detritos da cozinha em lugares apropriados, de forma a evitar proliferação de insetos; Proceder à limpeza de ralos, caixas de gordura e esgotos, assim como desentupir pias e ralos; Prover os sanitários com toalha, sabão e papel higiênico, removendo os já utilizados; Auxiliar na realização de serviços em geral como recebimento, separação e Distribuição de correspondência e materiais, atividades de limpeza, copa e conservação de instalações. Executar trabalhos de limpeza em geral em edifícios e outros locais, para manutenção das condições de higiene e conservação do ambiente, coletando o lixo.

CBO: 5122-05

Funcionários 2

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Físico	Umidade		
Descrição	Exposição à umidade proveniente da utilização de água no processo de limpeza de banheiros, lavagem de utensílios, talheres, entre outros.		
Fundamentação legal	NR 01 / NR 09		
Fontes ou circunstâncias	Limpeza de superfícies, banheiros, entre outros.		
Meio de propagação	Contato direto		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas: • Avental de PVC • Luvas de PVP • Botas de PVP		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Químico	Produtos Saneantes Domissanitários		
Descrição	Exposição ao agente saneantes domissanitários realizando limpeza de banheiros, pisos, outras superfícies e limpeza de utensílios de cozinha.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode provocar alergias ao contato e irritação nos olhos.		
Fontes ou circunstâncias	Utilização de produtos de limpeza		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Aceitável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL - PCMSO		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional: • Avental de PVC • Luvas de PVP • Botas de PVP		

<table>
<tr><th colspan="5">Identificação</th></tr>
<tr><td colspan="4">Perigo/Fator de Risco Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)</td><td>Grupo Biológico</td></tr>
<tr><td colspan="2">Descrição</td><td colspan="3">Proveniente da coleta de lixo e limpeza de banheiros, entre outros.</td></tr>
<tr><td colspan="2">Fundamentação legal</td><td colspan="3">NR 01 / NR 06 / NR 09</td></tr>
<tr><td colspan="2">Possíveis lesões ou agravos a saúde</td><td colspan="3">Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.</td></tr>
<tr><td colspan="2">Fontes ou circunstâncias</td><td colspan="3">Coleta de lixo e limpeza de banheiros</td></tr>
<tr><th colspan="5">Avaliação</th></tr>
<tr><th colspan="2">Tempo de exposição</th><th colspan="2">Tipo de exposição</th><th>Critério</th></tr>
<tr><td colspan="2">08:00</td><td colspan="2">Eventual</td><td>Qualitativo</td></tr>
<tr><th>Severidade</th><th>Probabilidade</th><th>Nível de Risco</th><th colspan="2">Classificação</th></tr>
<tr><td>Moderado</td><td>Possível</td><td>Moderado</td><td colspan="2">Tolerável</td></tr>
<tr><th colspan="5">Prevenção e controle</th></tr>
<tr><td colspan="2">EPI</td><td colspan="3">Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.</td></tr>
<tr><td colspan="2">Medidas Administrativas</td><td colspan="3">Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO</td></tr>
<tr><td colspan="2">Ações Necessárias</td><td colspan="3">-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos.
- Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas:
Avental de PVC
Luvas de PVP
Botas de PVP
Óculos de Proteção</td></tr>
<tr><th colspan="5">Exposição</th></tr>
<tr><td colspan="2">Critério</td><td colspan="3">Qualitativo</td></tr>
</table>

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Exigência de flexões de coluna vertebral frequentes		
Descrição	Proveniente da necessidade de baixar, levantar, entre outros movimentos para execução das atividades de limpeza e conservação, entre outras atividades relacionadas.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Pode provocar Lesões musculoesqueléticas, fadiga e exaustão.		
Fontes ou circunstâncias	Atividades de limpeza e conservação		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET. -Fornece instruções para alongamento físico.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Frequente deslocamento a pé durante a jornada de trabalho		
Descrição	Deslocamento necessário proveniente das atividades de limpeza e conservação do ambiente de trabalho, entre outras atividades relacionadas.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Analise Ergonômica do Trabalho - AET. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Orientação	Orientar ao trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Frequente execução de movimentos repetitivos		
Descrição	Proveniente da execução de movimentos repetitivos para execução das atividades de limpeza, entre outras.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Dores nas articulações dos dedos e das mãos.		
Fontes ou circunstâncias	Movimentos repetitivos para execução das atividades		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET Fornece instruções para alongamento físico.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura de pé por longos períodos		
Descrição	Postura proveniente da necessidade de permanecer de pé para execução das atividades de limpeza e conservação.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Analise Ergonômica do Trabalho - AET. -Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET. Fornece instruções para alongamento físico.		
Orientação	Orientar ao trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Objetos cortantes e/ou perfuro cortantes		
Descrição	Risco proveniente da limpeza de utensílios de cozinha (talheres) e contato com outros objetos que possam causar acidentes.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Risco de cortes e/ou perfurações, acidentes, lesões, entre outros.		
Fontes ou circunstâncias	Utensílios de cozinha diversos, entre outros objetos.		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Medico de Saúde ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco através de palestras e treinamentos. Procedimentos operacionais seguros -Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde no trabalho, e adequados para a execução das atividades.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Piso escorregadio e/ou irregular		
Descrição	Risco proveniente da utilização de água, panos úmidos e ceras no processo de limpeza de pisos e outras superfícies, deixando-os escorregadios. Risco de quedas de mesmo nível.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Fraturas, luxações ou entorses, escoriações e contusões		
Fontes ou circunstâncias	Pisos e outras superfícies escorregadios		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não evidenciado	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas coletivas (EPC)	Necessária utilização de placa cavalete de piso escorregadio durante a execução da atividade de limpeza e enquanto o piso apresentar estar molhado ou úmido.		
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Medico de Saúde ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco através de palestras e treinamentos. Procedimentos operacionais seguros -Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde no trabalho, e adequados para a execução das atividades.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Trabalho em ambientes com risco de queda de objetos		
Descrição	Risco de queda de objetos sobre os pés, proveniente da movimentação de matérias de limpeza, movimentação de utensílios domésticos, movimentação de sacos plásticos contendo lixo, entre outros materiais e/ou produtos.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode provocar contusões, entorses, luxações ou fraturas.		
Fontes ou circunstâncias	Movimentação materiais e/ou produtos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Medico de Saúde ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Manter o uso continuo de calçado de segurança fechado, com CA, emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde do trabalho.		
Orientação	Utilizar sempre calçado fechado e apropriado para as atividades, para evitar lesões por queda de objetos sobres os pés.		

SETOR
GHE 02 TRANSPORTE
Áreas externas conforme a demanda da secretaria exe. de agricultura, entre outras necessidade do município.

Nº de funcionários 1

CARGO
MOTORISTA PROFISSIONAL
Dirigir e manobrar veículos tipo ônibus, carros, caminhões e carretas. Transportar pessoas, cargas, pacientes e material biológico humano. Realizar verificações e manutenções básicas do veículo e utilizam equipamentos e dispositivos especiais tais como sinalização sonora e luminosa, software de navegação e outros. Utilizar de capacidades comunicativas. Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Os condutores de ambulância auxiliam as equipes de saúde nos atendimentos de urgência e emergência. Conduzem e vistoriam ônibus de transporte coletivo de alunos e passageiros urbanos, metropolitanos e ônibus rodoviários de longas distâncias; verificam itinerário de viagens; controlam o embarque e desembarque de passageiros e os orientam quanto aos procedimentos no interior do veículo. Dirigir veículos transportando pessoas, cargas, e/ou materiais autorizados aos locais determinados. Vistoriar periodicamente as condições do veículo utilizado e providenciar reparos de emergência, troca de pneus, lavagens, guinchamentos e outros. Identificar e indicar as necessidades de reparos nos sistemas elétricos e mecânicos dos veículos da Prefeitura. Manter sob sua responsabilidade os documentos de porte obrigatório do veículo, observando as orientações para a revalidação dos mesmos. Registrar, em formulário específico, os percursos realizados, quilometragem e itinerários da frota oficial. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

CBO: 7823-05; 7823-10; 7823-20; 7824-05

Funcionários 1

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo MOTORISTA PROFISSIONAL**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Físico	Radiações não-ionizantes		
Descrição	Exposição à radiação não ionizante (Raios solares UV) na condução de veículos automotores.		
Fundamentação legal	NR 01 / NR 06 / NR 09		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Aumentam os riscos de doenças como neoplasias, anemia apática, púrpura, radio dermatite, infertilidade, entre outras.		
Fontes ou circunstâncias	Condução de veículos (condução de veículos)		
Meio de propagação	Raios solares (UV)		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades: • Óculos de proteção tipo UV.		

Identificação			
Grupo	**Código eSocial**	**Perigo/Fator de Risco**	
Físico	02.01.001	Ruído Contínuo ou Intermitente	
Descrição	Uso de máquinas e equipamentos ruidosos.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-9 - AVALIAÇÃO E CONTROLE DAS EXPOSIÇÕES OCUPACIONAIS A AGENTES FÍSICOS, QUÍMICOS E BIOLÓGICOS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Perda da audição, zumbidos, ansiedade, nervosismo entre outros.		
Fontes ou circunstâncias	Máquinas e Equipamentos		
Meio de propagação	Ar		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	Necessário avaliação quantitativo da exposição do colaborador ao agente físico Ruído para conclusão.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL - PCMSO		
Ações necessárias	- Alertar o trabalhador sobre o risco através de palestras e treinamentos. - Necessário avaliação do agente físico ruído para parecer conclusivo.		
Observação	Necessário Avaliação de Ruído.		

Identificação		
Grupo	**Código e Social**	**Perigo/Fator de Risco**
Físico	02.01.003 02.01.004	Vibração de corpo inteiro (aceleração resultante de exposição normalizada - aren) e (Valor da Dose de Vibração Resultante – VDVR)
Descrição	Proveniente do contato direto com máquinas e equipamentos que exponha o trabalhador a vibração de corpo inteiro.	
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-9 - AVALIAÇÃO E CONTROLE DAS EXPOSIÇÕES OCUPACIONAIS A AGENTES FÍSICOS, QUÍMICOS E BIOLÓGICOS	
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode provocar doenças vasculares, neurológicas e musculares.	
Fontes ou circunstâncias	Condução de veículos	
Meio de propagação	Contato	

Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	ANEXO I da NR-09 VIBRAÇÃO (Portaria MTP n.º 426, de 07 de setembro de 2021). Inconclusivo, necessário avaliação quantitativo da exposição do colaborador ao agente físico Vibração de Corpo Inteiro para conclusão.		

Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	6.1 As medidas de prevenção devem contemplar: a) avaliação periódica da exposição; b) orientação dos trabalhadores quanto aos riscos decorrentes da exposição à vibração e à utilização adequada dos equipamentos de trabalho, bem como quanto ao direito de comunicar aos seus superiores sobre níveis anormais de vibração observados durante suas atividades; c) vigilância da saúde dos trabalhadores focada nos efeitos da exposição à vibração; e d) adoção de procedimentos e métodos de trabalho alternativos que permitam reduzir a exposição a vibrações mecânicas.		
Observação	Necessário avaliação de Vibração de Corpo Inteiro.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura sentada por longos períodos		
Descrição	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar dores e desconforto na coluna lombar.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Orientação	Orientar trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Uso frequente de alavancas		
Descrição	Utilização frequente e repetida de alavancas na condução de veículo.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho.		
Fontes ou circunstâncias	Condução de Veículo Automotor		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	-Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET. -Realizar pausa para descanso entre viagens por longos períodos, com alteração de postura e se possível realizar alongamentos e exercícios. -Manutenção periódica do veículo, sempre que possível. -Em viagens de longas durações realizar intervalo mínimo de 30 (trinta) minutos para descanso a cada 4 (quatro) horas de tempo ininterrupto de direção e 1 (uma) hora para refeição.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Uso frequente de pedais		
Descrição	Utilização frequente e repetida de pedais na condução do veículo.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho.		
Fontes ou circunstâncias	Condução de Veículo Automotor		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	- Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET. - Realizar pausa para descanso entre viagens por longos períodos, com alteração de postura e se possível realizar alongamentos e exercícios. - Manutenção periódica do veículo e adequação do assento, sempre que possível. - Em viagens de longas durações realizar intervalo mínimo de 30 (trinta) minutos para descanso a cada 4 (quatro) horas de tempo ininterrupto de direção e 1 (uma) hora para refeição.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Condução de veículos de qualquer natureza em vias públicas		
Descrição	Condução de veículo em condições desfavoráveis meteorológicas, estradas e más condições e congestionamentos excessivos.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Lesões corporais diversas, com grande possibilidade de levar ao óbito ou à invalidez para o trabalhador e para terceiros.		
Fontes ou circunstâncias	Condução de Veículo Automotor		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Severo	Possível	Substancial	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Implementa	Sim	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas coletivas (EPC)	Sinalização de emergência Extintor de Incêndio		
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	-Orientar o trabalhador sobre a condução defensiva através de palestras e treinamentos. -Verificar constantemente os estados dos pneus e das condições mecânicas do veículo, especialmente as condições do freio, lâmpadas e cintos de segurança. -Cuidado durante os deslocamentos em condições climáticas adversas, como chuva e neblina. -Utilização do cinto de segurança pelo motorista e todos os passageiros.		
Orientação	Treinamento de direção defensiva		

SETOR
GHE 03 MÁQUINAS MÓVEIS
Áreas externas conforme a demanda da secretaria exe. de agricultura, entre outras necessidade do município.

Nº de funcionários 1

CARGO
OPERADOR DE MÁQUINAS
Planejar o trabalho, realizar manutenção básica de máquinas pesadas e as operam. Remover solo e material orgânico "bota-fora", drenar solos e executar construção de aterros. Realizar acabamento em pavimentos. Verificar marcação da topografia; Analisar inclinação do terreno; Verificar tipo de solo; Carregar caminhão caçamba. Abrir valas para drenagem; Identificar necessidade de escoramento de paredes e valas; Instalar manilhas e canaletas para drenagem; Abrir valas para montagem de colchão drenante. Abrir bueiros para passagem de água; Selecionar material para o aterro; Transportar material (solo) para o aterro; Espalhar o material (solo); Homogeneizar o solo com máquinas e equipamentos; Compactar solos; Remover material em aterro. Nivelar solo conforme cota de projeto; Homogeneizar solos para execução de camadas de pavimentação; Raspar superfície da base; Aplicar capa de pavimentação; Compactar capa de pavimentação com rolo compressor. Operar máquinas pesadas, acionando os dispositivos, pedais e alavancas de comando, conduzindo e manobrando tratores, reboques, motoniveladoras, carregadeiras, dentre outros, garantindo a realização dos trabalhos de acordo com as orientações recebidas. Operar máquinas leves, efetuando serviços de pequenos carregamentos e transportes de materiais aos locais determinados e outras atividades pertinentes. Vistoriar periodicamente as condições das máquinas utilizadas, providenciando reparos de emergência, lavagens, lubrificações e outros. Identificar e indicar as necessidades de reparos nos sistemas elétricos e mecânicos das máquinas leves e pesadas da Prefeitura. Registrar os percursos, trabalhos realizados, quilometragem, consumo de combustível, itinerário e outras informações pertinentes, de acordo com normas internas específicas. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

CBO: 7151-15; 7151-25; 7151-30; 7151-35

Funcionário 1

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo OPERADOR DE MÁQUINAS**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Físico	Radiações não-ionizantes		
Descrição	Exposição à radiação não ionizante (Raios solares UV) na condução de maquinas móveis.		
Fundamentação legal	NR 01 / NR 06 / NR 09		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Aumentam os riscos de doenças como neoplasias, anemia apática, púrpura, radio dermatite, infertilidade, entre outras.		
Fontes ou circunstâncias	Trabalho a céu aberto (condução de máquinas)		
Meio de propagação	Raios solares (UV)		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades: • Óculos de proteção tipo UV.		

Identificação			
Grupo	**Código eSocial**	**Perigo/Fator de Risco**	
Físico	02.01.001	Ruído Contínuo ou Intermitente	
Descrição	Uso de máquinas e equipamentos ruidosos.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-9 - AVALIAÇÃO E CONTROLE DAS EXPOSIÇÕES OCUPACIONAIS A AGENTES FÍSICOS, QUÍMICOS E BIOLÓGICOS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Perda da audição, zumbidos, ansiedade, nervosismo entre outros.		
Fontes ou circunstâncias	Máquinas e Equipamentos		
Meio de propagação	Ar		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	Necessário avaliação quantitativo da exposição do colaborador ao agente físico Ruído para conclusão.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL - PCMSO		
Ações necessárias	- Alertar o trabalhador sobre o risco através de palestras e treinamentos. - Necessário avaliação do agente físico ruído para parecer conclusivo.		
Observação	Necessário Avaliação de Ruído.		

Identificação			
Grupo	**Código e Social**	**Perigo/Fator de Risco**	
Físico	02.01.003 02.01.004	Vibração de corpo inteiro (aceleração resultante de exposição normalizada - aren) e (Valor da Dose de Vibração Resultante – VDVR)	
Descrição	Proveniente do contato direto com máquinas e equipamentos que exponha o trabalhador a vibração de corpo inteiro.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-9 - AVALIAÇÃO E CONTROLE DAS EXPOSIÇÕES OCUPACIONAIS A AGENTES FÍSICOS, QUÍMICOS E BIOLÓGICOS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode provocar doenças vasculares, neurológicas e musculares.		
Fontes ou circunstâncias	Condução de máquinas móveis		
Meio de propagação	Contato		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	ANEXO I da NR-09 VIBRAÇÃO (Portaria MTP n.º 426, de 07 de setembro de 2021). Inconclusivo, necessário avaliação quantitativo da exposição do colaborador ao agente físico Vibração de Corpo Inteiro para conclusão.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	6.1 As medidas de prevenção devem contemplar: a) avaliação periódica da exposição; b) orientação dos trabalhadores quanto aos riscos decorrentes da exposição à vibração e à utilização adequada dos equipamentos de trabalho, bem como quanto ao direito de comunicar aos seus superiores sobre níveis anormais de vibração observados durante suas atividades; c) vigilância da saúde dos trabalhadores focada nos efeitos da exposição à vibração; e d) adoção de procedimentos e métodos de trabalho alternativos que permitam reduzir a exposição a vibrações mecânicas.		
Observação	Necessário avaliação de Vibração de Corpo Inteiro.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura sentada por longos períodos		
Descrição	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar dores e desconforto na coluna lombar.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Orientação	Orientar trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Uso frequente de alavancas		
Descrição	Utilização frequente e repetida de alavancas na condução de máquinas pesadas.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho.		
Fontes ou circunstâncias	Condução de máquinas pesadas		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	-Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET. -Realizar pausa para descanso entre viagens por longos períodos, com alteração de postura e se possível realizar alongamentos e exercícios. -Manutenção periódica do veículo, sempre que possível. -Em viagens de longas durações realizar intervalo mínimo de 30 (trinta) minutos para descanso a cada 4 (quatro) horas de tempo ininterrupto de direção e 1 (uma) hora para refeição.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Uso frequente de pedais		
Descrição	Utilização frequente e repetida de pedais na condução do veículo.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho.		
Fontes ou circunstâncias	Condução de máquinas pesadas		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	- Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET. - Realizar pausa para descanso entre viagens por longos períodos, com alteração de postura e se possível realizar alongamentos e exercícios. - Manutenção periódica do veículo e adequação do assento, sempre que possível. - Em viagens de longas durações realizar intervalo mínimo de 30 (trinta) minutos para descanso a cada 4 (quatro) horas de tempo ininterrupto de direção e 1 (uma) hora para refeição.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Condução de veículos de qualquer natureza (Máquinas Móveis)		
Descrição	Condução de veículo em condições desfavoráveis meteorológicas, estradas e más condições e congestionamentos excessivos.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Lesões corporais diversas, com grande possibilidade de levar ao óbito ou à invalidez para o trabalhador e para terceiros.		
Fontes ou circunstâncias	Condução de máquinas móveis		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Severo	Possível	Substancial	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Implementa	Sim	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas coletivas (EPC)	Sinalização de emergência Extintor de Incêndio		
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	-Orientar o trabalhador sobre a condução defensiva através de palestras e treinamentos. -Verificar constantemente os estados dos pneus e das condições mecânicas do veículo, especialmente as condições do freio, lâmpadas e cintos de segurança. -Cuidado durante os deslocamentos em condições climáticas adversas, como chuva e neblina. -Utilização do cinto de segurança pelo motorista e todos os passageiros.		
Orientação	Treinamento de direção defensiva		

SETOR
GHE 04 AGRICULTURA
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral. Áreas externas conforme a demanda da secretaria exe. de agricultura, entre outras necessidade do município.

Nº de funcionários 1

CARGO
TÉCNICO AGRICOLA
Prestar assistência e consultoria técnicas, orientando diretamente produtores sobre produção agropecuária, comercialização e procedimentos de biosseguridade. Executar projetos agropecuários em suas diversas etapas. Planejar atividades agropecuárias, verificando viabilidade econômica, condições edafoclimáticas e infraestrutura. Promover organização, extensão e capacitação rural. Fiscalizam produção agropecuária. Desenvolver tecnologias adaptadas à produção agropecuária. Podem disseminar produção orgânica. Orientar na escolha do local para atividade agropecuária; Orientar sobre preservação ambiental; Orientar coleta de amostras para análises e exames; Orientar sobre preparo, correção e conservação de solo; Orientar sobre época de plantio, tratos culturais e colheita; Orientar na definição e manejo de equipamentos, máquinas e implementos; Orientar sobre uso de insumos agropecuários; Orientar construções e instalações agropecuárias; Orientar na escolha de espécies e cultivares; Executar levantamento do custo-benefício para o produtor; Verificar disponibilidade e qualidade da água a ser utilizada na produção agropecuária; Comprar máquinas, equipamentos, insumos, materiais e animais; Coletar amostras para análise (sangue, solos, rações, plantas, forragens, cereais e outros); Locar curva em nível, canais para irrigação, tomadas d´água e outros. Fiscalizar produção de mudas e sementes; Enviar amostras de produtos agropecuários para análises laboratoriais; Classificar produtos vegetais; Inspecionar sanidade de produtos agropecuários; Fiscalizar vacinação de animais; Fiscalizar venda e aplicação de agrotóxicos; Fazer uso de veículos da frota pública municipal, no desempenho das atividades do seu cargo.

CBO: 7152-10

Funcionário 1

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo TÉCNICO AGRICOLA**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Físico	Radiações não-ionizantes		
Descrição	Exposição à radiação não ionizante em atividades a céu aberto		
Fundamentação legal	Anexo 1 da Norma Regulamentadora- 15 (Atividades e Operações Insalubres), Portaria n° 3.214/78 do MTE.		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Aumentam os riscos de doenças como neoplasias, anemia apática, púrpura, radio dermatite, infertilidade, entre outras.		
Fontes ou circunstâncias	Trabalho a céu aberto		
Meio de propagação	Raios solares (UV)		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades: • Óculos de proteção tipo UV.		

<table>
<tr><th colspan="5">Identificação</th></tr>
<tr><th>Grupo</th><th colspan="4">Perigo/Fator de Risco</th></tr>
<tr><td>Físico</td><td colspan="4">Umidade</td></tr>
<tr><td>Descrição</td><td colspan="4">Exposição à umidade proveniente de locais ou lavouras irrigadas e na verificação da qualidade e disponibilidade de água a ser utilizada na produção agropecuária.</td></tr>
<tr><td>Fundamentação legal</td><td colspan="4">Norma regulamentadora nº15 - Atividades e operações insalubres.</td></tr>
<tr><td>Possíveis lesões ou agravos a saúde</td><td colspan="4">Este agente pode provocar doenças no aparelho respiratório, quedas, doenças de pele, entre outras.</td></tr>
<tr><td>Fontes ou circunstâncias</td><td colspan="4">Sistemas de irrigação e locais com água ou umidade (poço, córrego, entre outros)</td></tr>
<tr><td>Meio de propagação</td><td colspan="4">Contato direto</td></tr>
<tr><th colspan="5">Avaliação</th></tr>
<tr><th colspan="2">Tempo de exposição</th><th colspan="2">Tipo de exposição</th><th>Critério</th></tr>
<tr><td colspan="2">08:00</td><td colspan="2">Eventual</td><td>Qualitativo</td></tr>
<tr><th>Severidade</th><th>Probabilidade</th><th>Nível de Risco</th><th colspan="2">Classificação</th></tr>
<tr><td>Leve</td><td>Possível</td><td>Moderado</td><td colspan="2">Tolerável</td></tr>
<tr><th colspan="5">Prevenção e controle</th></tr>
<tr><td>Medidas individuais (EPI)</td><td colspan="4">Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.</td></tr>
<tr><td>Medidas administrativas</td><td colspan="4">Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO</td></tr>
<tr><td>Ações necessárias</td><td colspan="4">-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos.
- Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas:
• Avental de PVC
• Luvas de PVP
• Botas de PVP</td></tr>
</table>

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Químico	Particulados (insolúveis ou de baixa solubilidade) não especificados de outras maneiras (PNOS)		
Descrição das fontes	Inalação de Poeira Mineral proveniente de estradas de chão, e outros locais que possam apresentar suspensão de partículas de poeiras respiráveis.		
Fundamentação legal	NR 01 / NR 07 / NR 09		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode provocar doenças no aparelho respiratório.		
Fontes ou circunstâncias	Estrada de chão, movimentações de terra, entre outros.		
Meio de propagação	Via Respiratória		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
-	-	-	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não	Não evidenciado	Não
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas: . Máscara de proteção respiratória Pff2 para poeiras minerais		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Frequente deslocamento a pé durante a jornada de trabalho		
Descrição	Deslocamento necessário proveniente das atividades de construção civil.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Analise Ergonômica do Trabalho - AET. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Orientação	Orientar ao trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura de pé por longos períodos		
Descrição	Exigências de permanecer na mesma postura por longos períodos.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Analise Ergonômica do Trabalho - AET. -Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET. -Fornece instruções para alongamento físico.		
Orientação	Orientar ao trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura sentada por longos períodos		
Descrição	Necessidade de atuação sentado por longos períodos durante a jornada de trabalho.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Analise Ergonômica do Trabalho - AET Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Fornece instruções para alongamento físico.		
Orientação	Orientar trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Presença de reflexos em telas, painéis, vidros, monitores ou qualquer superfície, que causem desconforto ou prejudiquem a visualização		
Descrição	Situação desconfortável aos olhos, proveniente do uso frequente de telas de computadores para execução das atividades.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Fadiga nos olhos, ardência e dores de cabeça.		
Fontes ou circunstâncias	Telas de computadores		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Trabalho intensivo com teclado ou outros dispositivos de entrada de dados		
Descrição	Repetição continuada de movimentos com os dedos, proveniente da utilização de periféricos de entrada de dados em computadores (mouse, teclados).		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Problemas nas articulações e nos músculos (LER/DORT) e nos dedos (tendinites)		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Critério			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Analise Ergonômica do Trabalho - AET -Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	- Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Introdução de pausas curtas periódicas e rodízios de funções em trabalhos continuados repetitivos, de precisão, em computadores, ou que exijam atenção constante; - Usar mobiliários ajustáveis às dimensões dos trabalhadores, assegurando postura confortável dos braços e pernas para trabalhador na posição sentada e em pé; - Usar postos de trabalho ajustáveis para o trabalho em computador (altura da cadeira, altura do monitor, altura do teclado).		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Animais peçonhentos/Risco de contato e/ou ataque		
Descrição	Risco proveniente de locais como lavouras que podem ter risco de contato com animais como: aranhas, escorpiões, cobras, ratos, entre outros.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Picadas, mordidas, arranhões, perfurações e alergias		
Fontes ou circunstâncias	Lavouras e outros locais		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Medico de Saúde ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Manter o uso continuo de calçado de segurança fechado e luvas de proteção, com CA, emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde do trabalho.		
Orientação	Utilizar sempre calçados fechados e luvas apropriados para as execuções das atividades, para evitar acidentes ou contato com animais peçonhentos.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Condução de veículos de qualquer natureza		
Descrição	Condução de veículo em condições desfavoráveis meteorológicas, estradas e más condições e congestionamentos excessivos.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Lesões corporais diversas, com grande possibilidade de levar ao óbito ou à invalidez para o trabalhador e para terceiros.		
Fontes ou circunstâncias	Condução de Veículo Automotor		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Severo	Possível	Substancial	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Implementa	Sim	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas coletivas (EPC)	Sinalização de emergência Extintor de Incêndio		
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	-Orientar o trabalhador sobre a condução defensiva através de palestras e treinamentos. -Verificar constantemente os estados dos pneus e das condições mecânicas do veículo, especialmente as condições do freio, lâmpadas e cintos de segurança. -Cuidado durante os deslocamentos em condições climáticas adversas, como chuva e neblina. -Utilização do cinto de segurança pelo motorista e todos os passageiros.		
Orientação	Treinamento de direção defensiva		

Conclusão PGR

.

DISPOSIÇÕES FINAIS

CONTROLE DOS RISCOS

Serão adotadas medidas necessárias e suficientes para a eliminação, minimização ou controle dos riscos ambientais sempre que for verificada pelo menos uma das situações:

a) Exigências previstas nas normas regulamentadoras e nos dispositivos legais;

b) Determinadas pela classificação de riscos ocupacionais;

c) Quando houver evidências de associação, através de controle médico de saúde, entre as lesões e os agravos à saúde dos trabalhadores com os riscos e as situações de trabalho identificadas.

Quando comprovada pela organização a inviabilidade de adoção de medidas de proteção coletiva ou quando estas não forem suficientes ou encontrarem-se em fase de estudo, planejamento ou implantação ou, ainda, em caráter complementar ou emergencial, outras medidas deverão ser adotadas, observando a seguinte

hierarquia:

a) Medidas de caráter administrativo ou de organização do trabalho;

b) Medidas de caráter individual (EPI).

IMPLEMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO

A empresa através de análise das ações executadas, inspeções nos ambientes de trabalho e o monitoramento das condições ambientais e exposições aos agentes nocivos, avaliará a eficácia das medidas de proteção existentes e as implantadas e se necessário estabelecer novas medidas para eliminar, neutralizar ou minimizar os riscos ambientais.

A implantação das medidas de prevenção deverá ser acompanhada de informações aos trabalhadores sobre os procedimentos a serem adotados e limitações das medidas de controle.

Quando identificada a ineficácia das medidas de prevenção adotadas, deverão ser realizados ajustes a fim de corrigir as deficiências. O histórico de medidas implementadas, bem como os ajustes realizados, deverá ser registrado.

O desempenho das medidas de prevenção deverá ser acompanhado de forma planejar e contemplar:

a) A verificação da execução das ações planejadas;

b) As inspeções dos locais de trabalho;

c) O monitoramento das condições ambientais e exposições a agentes nocivos, quando aplicável.

ACOMPANHAMENTO DA SAÚDE OCUPACIONAL DOS TRABALHADORES

O acompanhamento da saúde ocupacional dos trabalhadores será realizado de forma periódica e contínua, de acordo com os riscos ocupacionais identificados e atendendo as diretrizes estabelecidas na NR 07.

A empresa desenvolve ações de saúde ocupacional que estão integradas com as demais medidas de saúde e segurança do trabalho e em conformidade com os riscos intrínsecos ao trabalho.

Todos os riscos que precisem de controle com base em exames complementares laboratoriais, necessitam de medidas de prevenção imediata.

ANÁLISE DE ACIDENTES E DOENÇAS RELACIONADAS AO TRABALHO

A irá analisar todos os acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, documentando os eventos, considerando as fontes causadoras, as atividades desenvolvidas, materiais utilizados e a organização do ambiente de trabalho, identificando os fatores relacionados ao evento e que forneçam evidências para revisar as medidas de prevenção existentes.

PREPARAÇÃO PARA EMERGÊNCIAS

É de responsabilidade da EMPRESA, elaborar, implementar e manter atualizados os procedimentos de resposta aos cenários de emergência, levando em consideração os riscos ocupacionais identificados no ambiente de trabalho e as características das atividades desenvolvidas

Os procedimentos deverão conter:

a) Os meios e recursos necessários para prestação de primeiros socorros, encaminhamento de acidentados e abandono;

b) Quando aplicável, as medidas a serem aplicadas em acidentes de grandes proporções.

EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL DE USO OBRIGATÓRIO

A empresa fornece gratuitamente aos empregados apenas EPI adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, sendo estes portadores de Certificado de Aprovação - CA.

CONCLUSÃO

Este programa tem como fundamento legal a NR 01, seu objetivo é disciplinar os preceitos a serem observados na organização e no ambiente de trabalho, de forma a tornar compatível o planejamento e desenvolvimento das atividades com a busca permanente da segurança e saúde dos trabalhadores. Este programa estará em constante análise e estudo, visando seu aperfeiçoamento, podendo, portanto, sofrer modificações a qualquer momento.

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718

Assinado de forma digital por GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718
Dados: 2024.10.03 16:44:26 -03'00'

Responsável Técnico
Gustavo Cordeiro Miranda
CPF: 092.897.697-18
Conselho de classe: CREA 051725/D
UF: ES
Especialidade: Engenheiro de Segurança

PLANO DE AÇÃO

Cronograma do Plano de Ação

PLANO ANUAL DO PROGRAMA DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO **Período:** **Agosto de 2024 a Julho 2026**

Prioridade (1) Objetivo: Manter e implementar medidas de proteção, prevenção e controles administrativos em relação aos riscos ambientais reconhecidos no PPRA, visando a manutenção da saúde e integridade física dos trabalhadores.

Meta	Indicador	Responsável	Cronograma												Avaliação e análise crítica do plano		
			Ago 24	Set 24	Out 23	Nov 24	Dez 24	Jan 25	Fev 25	Mar 25	Abr 25	Mai 25	Jun 25	Jul 25			
			Ago 25	Set 25	Out 24	Nov 25	Dez 25	Jan 26	Fev 26	Mar 26	Abr 26	Mai 26	Jun 26	Jul 26			
Apresentar e informar os resultados das avaliações qualitativas / quantitativas do PGR	Ofício de entrega de documentos														**Atividades implementadas?**	**Objetivos alcançados?**	**Conclusão e recomendações**
Atividade		**Responsável**															
Reunião de apresentação dos resultados e medidas de controles propostas aos responsáveis pela empresa.		ST / Empregador															

Meta	Indicador	Responsável	Cronograma												Avaliação e análise crítica do plano		
			Ago 24	Set 24	Out 23	Nov 24	Dez 24	Jan 25	Fev 25	Mar 25	Abr 25	Mai 25	Jun 25	Jul 25			
			Ago 25	Set 25	Out 24	Nov 25	Dez 25	Jan 26	Fev 26	Mar 26	Abr 26	Mai 26	Jun 26	Jul 26			
Realização de capacitações, treinamentos e reciclagens.	Lista de presença em treinamento devidamente assinada pelos trabalhadores e pelo instrutor.														**Atividades implementadas?**	**Objetivos alcançados?**	**Conclusão e recomendações**
Atividade		**Responsável**															
Manter as capacitações ao trabalhador quanto à correta utilização dos EPI, incluindo aspectos relacionados à manutenção, substituição, higienização e guarda, bem como as penalidades pela recusa injustificada, focando a importância da prevenção e os efeitos à saúde em relação aos riscos dos processos, conforme item da NR6.6.1. alínea d.		Empregador / Profissional Qualificado															
Palestra para divulgação aos empregados dos riscos ambientais identificados nos locais de trabalho e suas respectivas medidas de controle, conforme item da NR9.3.1		Empregador / Profissional Qualificado															

Cronograma do Plano de Ação

Realizar e manter atualizada a capacitação dos trabalhados quanto à medidas de prevenção e combate a principio de incêndio, conforme item da NR 23.1.	Empregador / Profissional Qualificado														
Realizar e manter atualizada a capacitação dos trabalhadores quanto à prestação dos primeiros socorros, conforme iten NR 7.5.	Empregador / Profissional Qualificado														
Realizar capacitação do designado responsável pelo cumprimento do objetivo da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, conforme item NR 5.32.	Empregador / Profissional Qualificado														
Realizar treinamento aos funcionários sobre os princípios básicos de ergonomia, incluindo a importância de posturas corretas, pausas regulares para descanso e exercícios de alongamento.	Empregador / Profissional Qualificado														
Necessário que sejá feita avaliação de ruído, nos cargos e atividades mencionadas no PGR, para parecer conclusivo, conforme NR 15 anexo nº 1.	Empregador / Profissional Qualificado														
Necessário que sejá feita avaliação de vibração de corpo inteiro, nos cargos e atividades mencionadas no PGR, para parecer conclusivo, conforme NR 15 anexo nº I item 5.3.3.	Empregador / Profissional Qualificado														
Realizar Treinamneto introdutório ou de integração, a todos os trabalhadores, ao ser admitido ou quando mudar de função que implique emalteração de risco, conforme NR 1 item 1.4.4.	Empregador / Profissional Qualificado														

Cronograma do Plano de Ação

PLANO ANUAL DO PROGRAMA DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO **Período:** **Agosto de 2024 a Julho 2026**

Meta	Indicador	Responsável	Cronograma												Avaliação e análise crítica do plano		
			Ago 24	Set 24	Out 23	Nov 24	Dez 24	Jan 25	Fev 25	Mar 25	Abr 25	Mai 25	Jun 25	Jul 25			
			Ago 25	Set 25	Out 24	Nov 25	Dez 25	Jan 26	Fev 26	Mar 26	Abr 26	Mai 26	Jun 26	Jul 26			
Fornecer proteção individual adequada aos riscos dos processos, conforme NR6.	Fichas individuais de entrega de EPI devidamente assinada pelo funcionário a cada entrega.	Empregador / Profissional Qualificado													**Atividades implementadas?**	**Objetivos alcançados?**	**Conclusão e recomendações**
Atividade		**Responsável**															
Adquirir somente EPIs com certificado de aprovação (CA) emitido pelo MTE, conforme NR6.2.		Empregador / Profissional Qualificado															
Entregar os Equipamentos de Proteção Individual seguindo periodicidade quando ao uso e desgaste dos equipamentos, bem como controlar o uso efetivo dos mesmos, conforme NR6.6.1.		Empregador / Profissional Qualificado															

Cronograma do Plano de Ação

PLANO ANUAL DO PROGRAMA DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO **Período:** Agosto de 2024 a Julho 2026

Meta	Indicador	Responsável	Cronograma												Avaliação e análise crítica do plano		
			Ago 24	Set 24	Out 23	Nov 24	Dez 24	Jan 25	Fev 25	Mar 25	Abr 25	Mai 25	Jun 25	Jul 25			
			Ago 25	Set 25	Out 24	Nov 25	Dez 25	Jan 26	Fev 26	Mar 26	Abr 26	Mai 26	Jun 26	Jul 26			
Monitorar e Atualizar os programas de Segurança e Saúde do Trabalho.	Documento elaborado com acompanhamento periódico.														**Atividades implementadas?**	**Objetivos alcançados?**	**Conclusão e recomendações**
Atividade		**Responsável**															
Manter o monitoramento médico, conforme PCMSO, conforme NR7.		Empregador / Profissional Qualificado															
Elaborar Relatório de Análise Global com o intuito de identificar a eficácia do Plano de ação, conforme NR9.2.1.1.		Empregador / Profissional Qualificado															

Percentual de Implementação das Atividades: **Percentual de cumprimento dos Objetivos:**

Cronograma do Plano de Ação

Meta	Indicador	Responsável	Cronograma												Avaliação e análise crítica do plano		
			Ago 24	Set 24	Out 23	Nov 24	Dez 24	Jan 25	Fev 25	Mar 25	Abr 25	Mai 25	Jun 25	Jul 25			
			Ago 25	Set 25	Out 24	Nov 25	Dez 25	Jan 26	Fev 26	Mar 26	Abr 26	Mai 26	Jun 26	Jul 26			
Diretrizes sobre Ergonomia no ambiente de trabalho.	Analise Ergonomica do Trabalho														Atividades implementadas?	Objetivos alcançados?	Conclusão e recomendações
Atividade		**Responsável**															
Estabelecer diretrizes clara quanto a prevenção de acidente e doenças relacionados aos riscos ergonomicos.		Empregador / Profissional Qualificado															
Atender as Recomedações Ergonômicas estabelecidas na AET.		Empregador / Profissional Qualificado															

,(Responsável legal pela empresa e pela implementação do plano de ação)

LTCAT

LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO



Consultoria Ocupacional & Meio Ambiente



MUNICÍPIO DE MANTENOPOLIS

(SECRETARIA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS)

CNPJ: 27.167.345/0001-90

LTCAT

LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO COLETIVO DECRETO 3.048/99.

AGOSTO DE 2024

Sumário

Identificação da Empresa....4
Introdução....5
Objetivos 5
Informações 5
Fundamentos 5
Aposentadoria Especial 6
Agentes Nocivos....6
Efetiva Exposição à Agentes prejudicial à Saúde 6
Medidas de controle 7
Metodologia e procedimentos de Avaliação do Agente Nocivo 7
Códigos do Sistema SEFIP/GFIP 7
Avaliação das condições ambientais....9
Síntese....19
Conclusões e recomendações gerais....20
Anotação de responsabilidade técnica - ART....21

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS
SECRETARIA EXE. DE AGRICULTURA
CNPJ: 27.167.345/0001-90

Endereço
Avenida Presidente Vargas, 545 - Centro - Mantenópolis/ES
CEP: 29.770-000

CNAE
8411-6/00 – Administração Pública em Geral
Grau de Risco 1

Introdução

Este Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) foi elaborado a partir de inspeções e determinações técnicas de agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou a associação desses agentes "in loco". Este laudo está fundamentado legalmente no Regulamento da Previdência Social, Decreto N° 3.048 de 6 de maio de 1999.

Objetivos

Apresentar os levantamentos técnicos (qualitativos e/ou quantitativos) dos ambientes/atividades e identificar a exposição aos agentes físicos, químicos, biológicos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física do(s) trabalhador, no âmbito do ambiente de trabalho, para fins da verificação do enquadramento às condições que geram o direito da concessão à aposentadoria especial.
O Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT e demais demonstrações ambientais também tem como objetivo fundamentar tecnicamente o preenchimento dos formulários de reconhecimento de períodos laborados em condições especiais, denominado PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário (§8º do artigo 68 do Decreto nº 3.048/1999).
Com o objetivo de facilitar a aplicação dos conceitos para elaboração desse laudo no que tange às diferentes atividades existentes nos diferentes ambientes avaliados, os levantamentos e conclusão serão realizados por ambiente/atividade que poderão conter um único cargo ou mais de um dentro de um mesmo grupo de risco.

Informações

Todas as informações contidas neste laudo, bem como as descrições das atividades de cada função e os Certificados de Aprovação (CA) dos Equipamentos de Proteção Individual, foram cedidas pela empresa.
Todas as Tabelas de Identificação de Riscos foram feitas através das informações obtidas nas avaliações realizadas pelo profissional responsável por este documento.
Com base nessa avaliação, foi feito o parecer técnico conclusivo sobre a caracterização de condições especial para fins de aposentadoria especial.

Fundamentos Legais

Este documento foi elaborado conforme as normas vigentes:

- Regulamento da Previdência Social, Decreto n° 3.048, de 06 de maio de 1999;
- Planos de Benefícios da Previdência Social, Lei n° 8.213, de 24 julho de 1991;
- A metodologia e os procedimentos de avaliação estabelecidos pela Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO.
- Instrução Normativa PRES/INSS Nº 128, de 28 de março de 2022.

Aposentadoria Especial

A aposentadoria especial, uma vez cumprido o período de carência exigido, será devida ao segurado empregado, trabalhador avulso e contribuinte individual, que comprove o exercício de atividades com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou a associação desses agentes, de forma permanente, não ocasional nem intermitente, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação, enquadrados nos dispositivos do Regulamento da Previdência Social, decreto n°3.048/99.
Considera-se tempo de **trabalho permanente** aquele que é exercido de forma não ocasional nem intermitente, no qual a exposição do empregado, do trabalhador avulso ou do cooperado ao agente nocivo seja indissociável da produção do bem ou da prestação do serviço.

Agentes Nocivos

A relação dos agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde, analisados no presente laudo e considerados para fins de concessão de aposentadoria especial, consta no Anexo IV do decreto n° 3.048/99.

- **Agentes nocivos Físicos:** diversas formas de energia a que possam estar expostos os trabalhadores, tais como: ruídos, vibrações, temperaturas anormais (calor), entre outros constados no anexo IV.
- **Agentes nocivos Químicos:** Substâncias, compostos ou produtos que possam penetrar no organismo pela via respiratória, nas formas de os manifestados por: névoas, neblinas, poeiras, fumos, gases, vapores de substâncias nocivas presentes no ambiente de trabalho.
- **Agentes nocivos Biológicos:** bactérias, fungos, bacilos, parasitas, protozoários, vírus, entre outros, geneticamente modificados ou não, as culturas de células, os parasitas, as toxinas e os príons.
- **Associação de agentes**: Exposição aos agentes combinados, exclusivamente nas atividades especificadas no Anexo IV do Decreto 3.048/1999.

Efetiva Exposição à Agentes Prejudiciais à Saúde

Conforme decreto n° 3.048/99, a efetiva exposição à agente prejudicial à saúde configura-se quando, mesmo após a adoção das medidas de controle previstas na legislação trabalhista, a nocividade não seja eliminada ou neutralizada.
Considerado:

- **Eliminação** - a adoção de medidas de controle que efetivamente impossibilitem a exposição ao agente prejudicial à saúde no ambiente de trabalho; e
- **Neutralização** - a adoção de medidas de controle que reduzam a intensidade, a concentração ou a dose do agente prejudicial à saúde ao limite de tolerância previsto neste Regulamento ou, na sua ausência, na legislação trabalhista.

Para os agentes reconhecidamente cancerígenos para humanos, listados pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, caso sejam adotadas as medidas de controle previsto na legislação trabalhista que eliminem a nocividade, será descaracterizada a efetiva exposição.

- **Equipamento de Proteção individual -** É todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado a proteção contra riscos capazes de ameaçar a sua segurança e a sua saúde.
- **Equipamento de Proteção Coletiva -** É todo dispositivo ou sistema de âmbito coletivo, destinado à preservação da integridade física e da saúde dos trabalhadores, assim como a de terceiros.
- **Medidas Administrativas -** Procedimentos estabelecidos pela organização destinados a proteção contra agentes nocivos capazes de ameaçar a segurança e a saúde dos colaboradores.

Metodologias e Procedimentos de Avaliação dos Agentes Nocivos

Foi adotado o procedimento de técnica de avaliação Qualitativa e/ou Quantitativa, em relação à exposição, sendo:

- **Qualitativa:**

Trata-se de uma avaliação ou inspeção sobre determinado local de trabalho, observando às características específicas do ambiente laboral, os presentes agentes, as atividades exercidas, funções existentes naquela local e tempo de exposição dos trabalhadores.
As avaliações qualitativas da exposição aos agentes nocivos foram feitas tomando-se por base a análise dos seguintes fatores a eles relacionados:

1. As circunstâncias de exposição ocupacional a determinado agente ou associação de agentes prejudiciais à saúde presentes no ambiente de trabalho durante toda a jornada de trabalho;
2. Todas as fontes e possibilidades de liberação dos agentes nocivos;
3. Meios de contato ou exposição dos trabalhadores, as vias de absorção, a intensidade da exposição, a frequência e a duração do contato.

- **Quantitativa:**

Trata-se de uma avaliação sobre determinado local de trabalho, utilizando-se de equipamentos específicos para medição e quantificação dos a agentes ambientais presentes no ambiente de trabalho. Visando, o dimensionamento das intensidades/concentrações dos riscos.
Nas avaliações ambientais foram consideradas a metodologia e os procedimentos de avaliação estabelecidos pela **Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO**.

Códigos do Sistema SEFIP/GFIP

GFIP - Guia do Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações Previdenciárias, instituído pela Lei 9.528 de 10/12/97. Para trabalhadores com apenas um vínculo empregatício (ou uma fonte pagadora):

- **Código 00** - Sem exposição a agente nocivo. Trabalhador nunca esteve exposto
- **Código 01** - Não exposição a agente nocivo. Trabalhador já esteve exposto.
- **Código 02** - Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 15 anos de serviço);
- **Código 03** - Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 20 anos de serviço);
- **Código 04** - Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 25 anos de serviço).

Para trabalhadores com mais de um vínculo empregatício (ou mais de uma fonte pagadora):

- **Código 05** - Não exposto a agente nocivo;
- **Código 06** - Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 15 anos de trabalho);
- **Código 07** - Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 20 anos de trabalho);
- **Código 08** - Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 25 anos de trabalho).

Revisão dos Dados

O Laudo Técnico de Condições do Ambienta de Trabalho (LTCAT) precisará ser atualizado sempre que ocorrer qualquer alteração no ambiente de trabalho ou em sua organização.
Segundo a legislação previdenciária, mais precisamente o artigo 261, IN 77, inciso § 4º São consideradas alterações no ambiente de trabalho ou em sua organização, entre outras, aquelas decorrentes de:
I - mudança de layout;
II - substituição de máquinas ou de equipamentos;
III - adoção ou alteração de tecnologia de proteção coletiva; e
IV - alcance dos níveis de ação estabelecidos nos subitens do item 9.3.6 da NR-09, aprovadas pela Portaria nº 3.214, de 8 de junho de 1978, do MTE, se aplicável.

Nota Técnica Informativa

O Supremo Tribunal Federal - STF, em sede de Recurso Extraordinário com Agravo - ARE 664.335, de 2015, com repercussão geral reconhecida, considerou que nos casos de exposição do segurado ao agente nocivo ruído acima dos limites legais de tolerância, a declaração do empregador da eficácia do EPI, não descaracteriza o tempo de serviço especial para aposentadoria.

Avaliação das condições Ambientais

UNIDADE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS
SECRETARIA EXE. DE AGRICULTURA
CNPJ: 27.167.345/0001-90

Endereço
Avenida Presidente Vargas, 545 - Centro - Mantenópolis/ES
CEP: 29.770-000

CNAE
8411-6/00 – Administração Pública em Geral
Grau de Risco 1

Caracterização dos processos e ambientes de trabalho

Funcionários

Setor	Cargo	Funcionários
GHE 01 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	2
GHE 02 TRANSPORTE	MOTORISTA PROFISSIONAL	1
GHE 03 MÁQUINAS MÓVEIS	OPERADOR DE MÁQUINAS	3
GHE 04 AGRICULTURA	TÉCNICO AGRICOLA	1

SETOR
GHE 01 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

N º de funcionários 2

CARGO
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
Executar sob supervisão serviços de copeiragem, conservação, limpeza e zeladoria em prédios públicos servindo, limpando vidros e fachadas, recintos internos e acessórios. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Preparar sucos, lanches, cafés e pequenas refeições; Servir água, cafezinho, suco; Administrar fluxo de serventia; Receber e distribuir refeições; Receber ou recolher bandejas, louças e talheres após as refeições, providenciando sua lavagem e guarda ou o envio ao setor competente; Secar louça e prataria, esterilizar instrumentos e materiais; Operar com aparelhos elétricos utilizados nos serviços de alimentação; Limpar talheres, equipamentos de refrigeração assim como balcão, bancada e bandejas; retirar restos de comida, separando e destinando o lixo; Lavar fachadas; Limpar vidros; Remover resíduos dos vidros; Remover pichações; Limpar móveis e equipamentos eletrodomésticos, lustres, luminárias, ventiladores e tudo o que mais constar nos recintos dos prédios municipais; Limpar superfícies (paredes, pisos, etc..); Lavar banheiros; Aspirar pó; Lavar pisos; Encerar pisos; Remover sujeira; Varrer pisos; Secar pisos; Passar pano; Limpar, lavar cortinas e persianas; Recolher lixo; Depositar o lixo e detritos da cozinha em lugares apropriados, de forma a evitar proliferação de insetos; Proceder à limpeza de ralos, caixas de gordura e esgotos, assim como desentupir pias e ralos; Prover os sanitários com toalha, sabão e papel higiênico, removendo os já utilizados; Auxiliar na realização de serviços em geral como recebimento, separação e Distribuição de correspondência e materiais, atividades de limpeza, copa e conservação de instalações. Executar trabalhos de limpeza em geral em edifícios e outros locais, para manutenção das condições de higiene e conservação do ambiente, coletando o lixo.

CBO: 4122-05 **GFIP: 00**

2 funcionário

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**			
Identificação			
Perigo/Fator de Risco **Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)**			Grupo **Biológico**
Descrição	Proveniente da coleta de lixo e limpeza de banheiros, entre outros.		
Fundamentação legal	Anexo IV do Decreto nº 3.048, de 6 de Maio 1999.		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.		
Fontes ou circunstâncias	Coleta de lixo e limpezas de banheiros		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
EPI	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas: • Avental de PVC • Luvas de PVP • Botas de PVP • Óculos de Proteção		
Exposição			
Critério	Qualitativo		

Conclusão da Aposentadoria Especial
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
Agente físico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente químico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente biológico MICROORGANISMOS E PARASITAS INFECTO-CONTAGIOSOS VIVOS E SUAS TOXINAS (Redação dada pelo Decreto nº 4.882, de 2003) a) trabalhos em estabelecimentos de saúde em contato com pacientes portadores de doenças infecto-contagiosas ou com manuseio de materiais contaminados; b) trabalhos com animais infectados para tratamento ou para o preparo de soro, vacinas e outros produtos; c) trabalhos em laboratórios de autópsia, de anatomia e anátomo-histologia; d) trabalho de exumação de corpos e manipulação de resíduos de animais deteriorados; e) trabalhos em galerias, fossas e tanques de esgoto; f) esvaziamento de biodigestores; g) coleta e industrialização do lixo. Ausência de exposição aos agentes citados unicamente nas atividades relacionadas. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**

SETOR
GHE 02 TRANSPORTE
Áreas externas conforme a demanda da secretaria exe. de agricultura, entre outras necessidade do município.

Nº de funcionários 1

CARGO
MOTORISTA PROFISSIONAL
Dirigir e manobrar veículos tipo ônibus, carros, caminhões e carretas. Transportar pessoas, cargas, pacientes e material biológico humano. Realizar verificações e manutenções básicas do veículo e utilizam equipamentos e dispositivos especiais tais como sinalização sonora e luminosa, software de navegação e outros. Utilizar de capacidades comunicativas. Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Os condutores de ambulância auxiliam as equipes de saúde nos atendimentos de urgência e emergência. Conduzem e vistoriam ônibus de transporte coletivo de alunos e passageiros urbanos, metropolitanos e ônibus rodoviários de longas distâncias; verificam itinerário de viagens; controlam o embarque e desembarque de passageiros e os orientam quanto aos procedimentos no interior do veículo. Dirigir veículos transportando pessoas, cargas, e/ou materiais autorizados aos locais determinados. Vistoriar periodicamente as condições do veículo utilizado e providenciar reparos de emergência, troca de pneus, lavagens, guinchamentos e outros. Identificar e indicar as necessidades de reparos nos sistemas elétricos e mecânicos dos veículos da Prefeitura. Manter sob sua responsabilidade os documentos de porte obrigatório do veículo, observando as orientações para a revalidação dos mesmos. Registrar, em formulário específico, os percursos realizados, quilometragem e itinerários da frota oficial. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

CBO: 7823-05; 7823-10; 7823-20; 7824-05 **GFIP: 00**

1 funcionário

Conclusão da Aposentadoria Especial
MOTORISTA PROFISSIONAL
Agente físico RUÍDO a) Exposição a Níveis de Exposição Normalizados (NEN) superiores a 85 dB(A). (Redação dada pelo Decreto nº 4.882, de 2003). Inconclusivo, necessário avaliação quantitativo da exposição do colaborador ao agente físico Ruído para conclusão. VIBRAÇÕES Inconclusivo, necessário avaliação quantitativo da exposição do colaborador ao agente físico Vibração de Corpo Inteiro para conclusão.
Agente químico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente biológico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**

SETOR
GHE 03 MÁQUINAS MÓVEIS
Áreas externas conforme a demanda da secretaria exe. de agricultura, entre outras necessidade do município.

3 funcionários

CARGO
OPERADOR DE MÁQUINAS
Planejar o trabalho, realizar manutenção básica de máquinas pesadas e as operam. Remover solo e material orgânico "bota-fora", drenar solos e executar construção de aterros. Realizar acabamento em pavimentos. Verificar marcação da topografia; Analisar inclinação do terreno; Verificar tipo de solo; Carregar caminhão caçamba. Abrir valas para drenagem; Identificar necessidade de escoramento de paredes e valas; Instalar manilhas e canaletas para drenagem; Abrir valas para montagem de colchão drenante. Abrir bueiros para passagem de água; Selecionar material para o aterro; Transportar material (solo) para o aterro; Espalhar o material (solo); Homogeneizar o solo com máquinas e equipamentos; Compactar solos; Remover material em aterro. Nivelar solo conforme cota de projeto; Homogeneizar solos para execução de camadas de pavimentação; Raspar superfície da base; Aplicar capa de pavimentação; Compactar capa de pavimentação com rolo compressor. Operar máquinas pesadas, acionando os dispositivos, pedais e alavancas de comando, conduzindo e manobrando tratores, reboques, motoniveladoras, carregadeiras, dentre outros, garantindo a realização dos trabalhos de acordo com as orientações recebidas. Operar máquinas leves, efetuando serviços de pequenos carregamentos e transportes de materiais aos locais determinados e outras atividades pertinentes. Vistoriar periodicamente as condições das máquinas utilizadas, providenciando reparos de emergência, lavagens, lubrificações e outros. Identificar e indicar as necessidades de reparos nos sistemas elétricos e mecânicos das máquinas leves e pesadas da Prefeitura. Registrar os percursos, trabalhos realizados, quilometragem, consumo de combustível, itinerário e outras informações pertinentes, de acordo com normas internas específicas. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

CBO: 7151-15; 7151-25; 7151-30; 7151-35 GFIP: 00

Funcionário 3

Conclusão da Aposentadoria Especial
OPERADOR DE MÁQUINAS
Agente físico RUÍDO a) Exposição a Níveis de Exposição Normalizados (NEN) superiores a 85 dB(A). (Redação dada pelo Decreto nº 4.882, de 2003). Inconclusivo, necessário avaliação quantitativo da exposição do colaborador ao agente físico Ruído para conclusão. VIBRAÇÕES Inconclusivo, necessário avaliação quantitativo da exposição do colaborador ao agente físico Vibração de Corpo Inteiro para conclusão.
Agente químico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente biológico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**

SETOR
GHE 04 AGIRCULTURA
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral. Áreas externas conforme a demanda da secretaria exe. de agricultura, entre outras necessidade do município.

1 funcionários

CARGO
TÉCNICO AGRICOLA
Prestar assistência e consultoria técnicas, orientando diretamente produtores sobre produção agropecuária, comercialização e procedimentos de biosseguridade. Executar projetos agropecuários em suas diversas etapas. Planejar atividades agropecuárias, verificando viabilidade econômica, condições edafoclimáticas e infraestrutura. Promover organização, extensão e capacitação rural. Fiscalizam produção agropecuária. Desenvolver tecnologias adaptadas à produção agropecuária. Podem disseminar produção orgânica. Orientar na escolha do local para atividade agropecuária; Orientar sobre preservação ambiental; Orientar coleta de amostras para análises e exames; Orientar sobre preparo, correção e conservação de solo; Orientar sobre época de plantio, tratos culturais e colheita; Orientar na definição e manejo de equipamentos, máquinas e implementos; Orientar sobre uso de insumos agropecuários; Orientar construções e instalações agropecuárias; Orientar na escolha de espécies e cultivares; Executar levantamento do custo-benefício para o produtor; Verificar disponibilidade e qualidade da água a ser utilizada na produção agropecuária; Comprar máquinas, equipamentos, insumos, materiais e animais; Coletar amostras para análise (sangue, solos, rações, plantas, forragens, cereais e outros); Locar curva em nível, canais para irrigação, tomadas d´água e outros. Fiscalizar produção de mudas e sementes; Enviar amostras de produtos agropecuários para análises laboratoriais; Classificar produtos vegetais; Inspecionar sanidade de produtos agropecuários; Fiscalizar vacinação de animais; Fiscalizar venda e aplicação de agrotóxicos; Fazer uso de veículos da frota pública municipal, no desempenho das atividades do seu cargo.

CBO: 7152-10 **GFIP: 00**

Funcionário 1

Conclusão da Aposentadoria Especial TÉCNICO AGRICOLA
Agente físico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente químico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente biológico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**

Síntese

Unidade				
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENOPOLIS				
Setor	**Cargo**	**Risco**	**Aposentadoria**	**Período**
GHE 01 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Não	.

Os resultados apresentados, bem como as descrições técnicas, tiveram embasamento nas evidências durante as diligências para o desenvolvimento do PGR. A conclusão do laudo considera a situação evidenciada na empresa na data de sua elaboração. Não tem prazo de validade, devendo ser refeito sempre que houver alteração dos riscos presentes no ambiente de trabalho.

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718

Assinado de forma digital por GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718
Dados: 2024.09.26 15:55:59 -03'00'

Responsável pelo LTCAT
Gustavo Cordeiro Miranda
CPF: 092.897.697-18
NIT: 128.65129.29-4
Conselho de classe: CREA 051725/D
UF: ES
Especialidade: Engenheiro de Segurança

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977
CREA-ES
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do ES

ART de Obra ou Serviço

0820240368329

ART Individual

1. Responsável Técnico

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA

Título profissional: **ENGENHEIRO DE PRODUÇÃO,ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO,TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO,TECNÓLOGO EM GEST**

RNP: 0819492124
Registro: ES-051725/D
Registro: 19221

Empresa contratada: ST CONSULTORIA OCUPACIONAL E MEIO AMBIENTE LTDA

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS** CPF/CNPJ: **27167345000190**
Rua: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS Nº: 545
Complemento: CEP: 29770000
Cidade: MANTENÓPOLIS UF: ES Bairro: CENTRO
Telefone:
Contrato: 000077/2023 Nº do Aditivo: 0
Valor do Contrato/Honorários: R$15.050,00 Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA

3. Dados da Obra/Serviço

Rua: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS Nº: 545
Complemento: Bairro: CENTRO Quadra Lote
Cidade: MANTENÓPOLIS UF: ES CEP: 29770000
Data de início: 10/09/2024 Prev. Término: 10/09/2024 Coord. Geogr.: ,
Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS CPF/CNPJ:27167345000190

4. Atividade Técnica

Qtde de Pavimento(s): 0 **Nº Pavimento(s):** 0 **Dimensão/Quantidade:** 1 **Unidade de medida:** UNID

ATIVIDADE(S) TÉCNICA(S): 43 - 13.2 - ASSESSORIA TÉCNICA

PARTICIPAÇÃO:

NATUREZA: 100 - RESPONSABILIDADE TÉCNICA

NÍVEL: 104 - EXECUÇÃO

NATUREZA DO(S) SERVIÇO(S): 9111 - SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS (ESPECIFICAR NO CAMPO 22)

TIPO DA OBRA/SERVIÇO: 2001 - SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS (ESPECIFICAR NO CAMPO 22)

PROJETO(S)/SERVIÇO(S): 100 - NENHUM

Após a conclusão das atividades técnicas, o profissional deverá proceder a baixa desta ART.

5. Observações

REFERENTE A CONTRATAÇAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE MEDICINA DO TRABALHO PARA ELABORAÇÃO DE PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCO, LTCAT (LAUDO TÉCNICO DA CONDIÇÃO DO AMBIENTE DE TRABALHO, PCMSO (PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL), PPP, LAUDO DE INSALUBRIDADE E DE PERICULOSIDADE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPALDE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO; SEM CONTUDO TER PROVIDENCIADO O REGISTRO DE ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART), NESTE CONSELHO.

6. Declarações

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718 Assinado de forma digital por GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718 Dados: 2024.09.26 15:56:42 -03'00'

Profissional

Contratante

Acessibilidade: <declara a aplicabilidade das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº5.296, de 2 de dezembro de 2004, às atividades profissionais acima relacionadas.>

7. Entidade de classe

SENGE - SINDICATO DOS ENGENHEIROS DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO

8.Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718 Assinado de forma digital por GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718 Dados: 2024.09.26 15:56:27 -03'00'

de _____ de _____
Local Data

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA - CPF: 09289769718

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS - CPF/CNPJ: 27167345000190

9. Informações

- **A ART é válida somente quando quitada, podendo sua conferência ser realizada no site do CREA.**
- **A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.creaes.org.br ou www.confea.org.br**
- **A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.**

www.creaes.org.br creaes@creaes.org.br
tel: (27)3134-0046 art@creaes.org.br

CREA-ES

Valor ART: R$ 262,55 Registrada em: 10/09/2024 Data de pagamento: 12/09/2024 Valor Pago: R$ 262,55 Nosso Número: 140000000016510939

PCMSO

PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL



Consultoria Ocupacional & Meio Ambiente

Sumário

Identificação 3
Médico do trabalho responsável 3
Diretrizes 4
O que é o programa? 4
Objetivos 4
Legalização 4
Implementação 5
Obrigações 5
Responsabilidades 5
Desenvolvimento do Programa 5
Obrigatoriedade dos exames médicos 6
Registro de Dados 6
Preparação para emergência 7
Ações de Saúde no PCMSO- Controle médico Específico 8
Unidade /Setor / Cargo / Funções – Exames complementares 9
Planejamento das atividades do PCMSO 19
Conclusão 20

Consultoria Ocupacional & Meio Ambiente	**PCMSO** **Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional** **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS**	**Agosto de 2024**

Vigência do PCMSO	**Agosto DE 2024 A Agosto DE 2026**

Identificação			
Empresa SECRETARIA EXE. DE AGRICULTURA			
Endereço Avenida Presidente Vargas, nº 545		Complemento	CNPJ 27.167.345/0001-90
CEP 29.770-000	Cidade Mantenópolis	Bairro Centro	UF ES
CNAE 8411-6/00	Grau de Risco 1	Descrição CNAE Administração Pública em Geral	

Médico do Trabalho Responsável

Compete ao empregador indicar um médico do trabalho responsável pelo PCMSO. Inexistindo médico do trabalho na localidade, a organização pode contratar médico de outra especialidade como responsável pelo PCMSO.

O MEI, a ME e a EPP, graus de risco 1 e 2, que declararem as informações digitais na forma prevista na legislação e não identificarem exposições ocupacionais a agentes físicos, químicos, biológicos e riscos relacionados a fatores ergonômicos, ficam dispensados de elaboração do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.

As MEI, ME e EPP desobrigadas de elaborar PCMSO, devem realizar e custear exames médicos ocupacionais admissionais, demissionais e periódicos, a cada dois anos, de seus empregados.

RICARDO PINHEIRO LIMA

Assinado de forma digital por RICARDO PINHEIRO LIMA
Dados: 2024.10.04 08:07:12 -03'00'

Médico Responsável pelo PCMSO
Ricardo Pinheiro Lima
Médico do Trabalho
CRM - ES 1614
RQE - 3136
NIT 103.26225.12-6

Diretrizes

O PCMSO é parte integrante do conjunto mais amplo de iniciativas da organização no campo da saúde de seus empregados, devendo estar harmonizado com o disposto nas demais NR.

São diretrizes do PCMSO:
a) rastrear e detectar precocemente os agravos à saúde relacionados ao trabalho;
b) detectar possíveis exposições excessivas a agentes nocivos ocupacionais;
c) definir a aptidão de cada empregado para exercer suas funções ou tarefas determinadas;
d) subsidiar a implantação e o monitoramento da eficácia das medidas de prevenção adotadas na organização;
e) subsidiar análises epidemiológicas e estatísticas sobre os agravos à saúde e sua relação com os riscos ocupacionais;
f) subsidiar decisões sobre o afastamento de empregados de situações de trabalho que possam comprometer sua saúde;
g) subsidiar a emissão de notificações de agravos relacionados ao trabalho, de acordo com a regulamentação pertinente;
h) subsidiar o encaminhamento de empregados à Previdência Social;
i) acompanhar de forma diferenciada o empregado cujo estado de saúde possa ser especialmente afetado pelos riscos ocupacionais;
j) subsidiar a Previdência Social nas ações de reabilitação profissional;
k) subsidiar ações de readaptação profissional;
l) controlar da imunização ativa dos empregados, relacionada a riscos ocupacionais, sempre que houver recomendação do Ministério da Saúde.

O que é o Programa?

O PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional visa à preservação e a conservação da saúde e da integridade física dos trabalhadores da empresa. O Programa alerta e dar ênfase para o controle da saúde, privilegiando a relação de saúde de seus trabalhadores de forma coletiva e individual. O programa é um documento base implantado nas empresas que tem por objetivo evitar danos à vida do trabalhador e doenças ocupacionais derivadas do trabalho exercido.

Objetivo do PCMSO

Prevenção, rastreamento e diagnóstico precoce dos agravos à saúde dos colaboradores, além da constatação da existência de casos de doenças profissionais ou possíveis danos irreversíveis à saúde dos trabalhadores.
Para a elaboração deste PCMSO foram utilizados os procedimentos básicos e fundamentais que norteiam as informações técnicas e científicas fornecidas pelo PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos) e LTCAT (Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho).

Legalização

O PCMSO está previsto na lei Portaria GM n.º 3.214, de 08 de junho de 1978 Portaria SSST n.º 24, de 29 de dezembro de 1994, tendo em vista a NR 07, que estabelece a obrigatoriedade da elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados.

Implementação

A Empresa que tem por iniciativa de implementação do PCMSO estará automaticamente seguindo os preceitos estabelecidos na NR 07, na qual estabelece a obrigatoriedade de sua implementação e eficácia acompanhando o trabalhador em suas atividades profissionais e a variação de sua saúde no decorrer da atividade.

Obrigações

Toda Empresa ou instituição que admite trabalhadores como empregados estão obrigados a elaborar e implementar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional conforme a NR 07.
O PCMSO deve incluir a realização obrigatória dos exames médicos:

1. admissional;
2. periódico;
3. de retorno ao trabalho;
4. de mudança de riscos ocupacionais;
5. demissional.

Responsabilidade

Compete ao **empregador**:
a) garantir a elaboração e efetiva implantação do PCMSO;
b) custear sem ônus para o empregado todos os procedimentos relacionados ao PCMSO;
c) indicar médico do trabalho responsável pelo PCMSO.

Cabe ao **trabalhador**:
a) cumprir as disposições legais e regulamentares sobre segurança e saúde no trabalho, inclusive as ordens de serviço expedidas pelo empregador;
b) submeter-se aos exames médicos previstos nas NR;
c) colaborar com a organização na aplicação das NR; e
d) usar o equipamento de proteção individual fornecido pelo empregador.

Desenvolvimento do Programa

Monitorar a saúde dos empregados de forma regular:

1. Realização dos exames médicos obrigatórios: admissionais, periódicos, de retorno ao trabalho, mudança de função e demissional;
2. Utilizar os diagnósticos encontrados, sempre no sentido de estabelecer medidas para prevenir o surgimento ou a repetição de patologias semelhantes na empresa;
3. Obedecer a um planejamento em que estejam previstas as ações de saúde a serem executadas durante o ano, devendo estas ser objeto de relatório anual;
4. Dar conhecimento e explicação ao empregado dos achados encontrados nos exames, orientando, quando necessário, sobre as medidas preventivas a serem adotadas e estimulando-o a ter uma participação ativa na prevenção de sua saúde, podendo deste modo, adotar procedimentos apropriados para trabalhar com segurança e no uso de EPI.

<u>Conscientização e Promoção a Saúde:</u>
A realização de palestras, campanhas, eventos educativos e treinamentos nas áreas de higiene e medicina do trabalho são fundamentais para conscientização dos empregados sobre os riscos existentes no seu ambiente de trabalho, facilitando assim a prevenção de acidentes, doenças profissionais e outras, devendo ser realizadas de forma sistemática durante o transcorrer do

PCMSO.
Promoção da Saúde:
Poderão ser agendadas durante o ano palestras educativas sobre os seguintes temas:
- Primeiros Socorros;
- Higiene e Saúde;
- Ergonomia;
- Desidratação/ Hidratação;
- Distúrbios metabólicos e endócrinos (diabetes, hipertensão arterial, tireoide, obesidade).

Realização obrigatória dos exames médicos

- **Admissional**

Será realizado por ocasião da contratação do empregado, antes que ele assuma suas funções.

- **Periódico**

O exame médico periódico procura previamente detectar os desvios da saúde que porventura existem nos trabalhadores, mesmo antes de se manifestarem, procurando a correção o mais breve possível, podendo ser percebidas ou não pelo trabalhador. Para realização, a empresa será comunicada a necessidade de sua realização, devendo para tanto proporcionar ao trabalhador seu encaminhamento ao serviço de medicina ocupacional. O não comparecimento do trabalhador no local e horário indicado, bem como a não realização de exames complementares irá fazer parte da estatística do Relatório Anual. É imprescindível o apoio da direção, bem como dos responsáveis pelos trabalhadores.

- **De retorno ao trabalho**

No exame de retorno ao trabalho, o exame clínico deve ser realizado antes que o empregado reassuma suas funções, quando ausente por período igual ou superior a 30 (trinta) dias por motivo de doença ou acidente, de natureza ocupacional ou não.

- **De mudança de risco ocupacional**

O exame de mudança de risco ocupacional deve, obrigatoriamente, ser realizado antes da data da mudança, adequando-se o controle médico aos novos riscos.

- **Demissional**

No exame demissional, o exame clínico deve ser realizado em até 10 (dez) dias contados do término do contrato, podendo ser dispensado caso o exame clínico ocupacional mais recente tenha sido realizado há:
- Menos de 135 (centro e trinta e cinco) dias, para as organizações graus de risco 1 e 2, e;
- Há menos de 90 (noventa) dias, para as organizações graus de risco 3 e 4.

Registro de Dados

Os dados dos exames clínicos e complementares deverão ser registrados em prontuário médico individual sob a responsabilidade do médico responsável pelo PCMSO, ou do médico responsável pelo exame, quando a organização estiver dispensada de PCMSO.

O prontuário do empregado deve ser mantido pela organização, no mínimo, por 20 (vinte) anos após o seu desligamento, exceto em caso de previsão diversa constante na NR 7.

Em caso de substituição do médico responsável pelo PCMSO, a organização deve garantir que os prontuários médicos sejam formalmente transferidos para seu sucessor.

Cada trabalhador terá o seu prontuário clínico individual contendo:

1. Avaliação clínica;
2. Exames complementares (se necessário);
3. Conclusão do exame médico obrigatório;
4. Medidas aplicadas.

O médico responsável pelo PCMSO deve elaborar relatório analítico do Programa, anualmente, considerando a data do último relatório, contendo, no mínimo:

1. o número de exames clínicos realizados;
2. o número e tipos de exames complementares realizados;
3. estatística de resultados anormais dos exames complementares, categorizados por tipo do exame e por unidade operacional, setor ou função;
4. incidência e prevalência de doenças relacionadas ao trabalho, categorizadas por unidade operacional, setor ou função;
5. informações sobre o número, tipo de eventos e doenças informadas nas CAT, emitidas pela organização, referentes a seus empregados;
6. análise comparativa em relação ao relatório anterior e discussão sobre as variações nos resultados.

Relatório analítico do programa

O médico responsável pelo PCMSO deve elaborar relatório analítico do Programa, anualmente, considerando a data do último relatório, contendo, no mínimo:

1. o número de exames clínicos realizados;
2. o número e tipos de exames complementares realizados;
3. estatística de resultados anormais dos exames complementares, categorizados por tipo do exame e por unidade operacional, setor ou função;
4. incidência e prevalência de doenças relacionadas ao trabalho, categorizadas por unidade operacional, setor ou função;
5. informações sobre o número, tipo de eventos e doenças informadas nas CAT, emitidas pela organização, referentes a seus empregados;
6. análise comparativa em relação ao relatório anterior e discussão sobre as variações nos resultados.

Preparação para emergências

A organização deve estabelecer, implementar e manter procedimentos de respostas aos cenários de emergências, de acordo com os riscos, as características e as circunstâncias das atividades.

Os procedimentos de respostas aos cenários de emergências devem prever:

a) Os meios e recursos necessários para os primeiros socorros, encaminhamento de acidentados e abandono; e

b) as medidas necessárias para os cenários de emergências de grande magnitude, quando aplicável.

KIT DE PRIMEIROS SOCORROS

É de extrema importância e necessário a empresa obter o kit de primeiros socorros para melhor atendimento e desempenho das primeiras medidas tomadas diante de algum acidente de trabalho, para não se agravar a saúde do trabalhador ou sua integridade física.

Este procedimento de emergência de primeiros socorros se caracteriza pela aplicação de métodos que podem evitar agravamento em vítimas de acidentes, de mal de súbito ou em perigo de vida, tendo por base o intuito de manter os sinais vitais, procurando evitar o agravamento do quadro no qual a pessoa se encontra. É uma ação individual ou coletiva, dentro de suas devidas limitações em auxílio ao próximo, até que o socorro avançado esteja no local para prestar uma assistência mais minuciosa e definitiva.

O kit de primeiros socorros deve estar em local visível e em uma pequena maleta de fácil acesso.

Este kit deve conter no mínimo os itens seguintes:

- Algodão hidrófilo;
- Álcool 70%
- Luvas descartáveis;
- Esparadrapo (tamanho médio);
- Gaze estéril
- Pinça
- Atadura (20 cm)
- Soro fisiológico
- Termômetro
- Curativo adesivo (tipo band-aid)
- Cotonete

TREINAMENTOS EM PRIMEIROS SOCORROS

É de responsabilidade de a empresa providenciar treinamento aos funcionários, para que haja recursos mínimos, necessários para a prestação de primeiros socorros aos trabalhadores, acidentados ou com problemas de saúde em caráter de urgência ou emergência.

É de vital importância a prestação de atendimentos emergenciais. Conhecimentos simples muitas vezes diminuem o sofrimento, evitam complicações futuras e podem inclusive em muitos casos salvar vidas.

Ações de Saúde no PCMSO

Podem ser caracterizados como as palestras educativas, treinamentos, e acompanhamento individual, que promovem o bem estar do trabalhador, observando uma enorme preocupação da organização, caracterizando também um problema do individual e seus familiares, situando a empresa na realidade de seu meio social, e elevando sua responsabilidade sobre a sociedade.

Todos os funcionários deverão ser Imunizados conforme Programa Nacional de Imunização

Vacina Dupla

Vacina Febre Amarela (para funcionários que atuam em áreas endêmicas)

Vacina de Gripe

Unidade: SECRETARIA EXE. DE AGRICULTURA

Setor: GHE 01 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

	Nº de Funcionários
Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	Total: 2

Descrição detalhada: Executar sob supervisão serviços de copeiragem, conservação, limpeza e zeladoria em prédios públicos servindo, limpando vidros e fachadas, recintos internos e acessórios. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Preparar sucos, lanches, cafés e pequenas refeições; Servir água, cafezinho, suco; Administrar fluxo de serventia; Receber e distribuir refeições; Receber ou recolher bandejas, louças e talheres após as refeições, providenciando sua lavagem e guarda ou o envio ao setor competente; Secar louça e prataria, esterilizar instrumentos e materiais; Operar com aparelhos elétricos utilizados nos serviços de alimentação; Limpar talheres, equipamentos de refrigeração assim como balcão, bancada e bandejas; retirar restos de comida, separando e destinando o lixo; Lavar fachadas; Limpar vidros; Remover resíduos dos vidros; Remover pichações; Limpar móveis e equipamentos eletrodomésticos, lustres, luminárias, ventiladores e tudo o que mais constar nos recintos dos prédios municipais; Limpar superfícies (paredes, pisos, etc..); Lavar banheiros; Aspirar pó; Lavar pisos; Encerar pisos; Remover sujeira; Varrer pisos; Secar pisos; Passar pano; Limpar, lavar cortinas e persianas; Recolher lixo; Depositar o lixo e detritos da cozinha em lugares apropriados, de forma a evitar proliferação de insetos; Proceder à limpeza de ralos, caixas de gordura e esgotos, assim como desentupir pias e ralos; Prover os sanitários com toalha, sabão e papel higiênico, removendo os já utilizados; Auxiliar na realização de serviços em geral como recebimento, separação e Distribuição de correspondência e materiais, atividades de limpeza, copa e conservação de instalações. Executar trabalhos de limpeza em geral em edifícios e outros locais, para manutenção das condições de higiene e conservação do ambiente, coletando o lixo.

Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Umidade	**Físico**	Este agente pode provocar doenças no aparelho respiratório, quedas, doenças de pele, entre outras.
Produtos Saneantes Domissanitários	**Químico**	Este agente pode provocar alergias ao contato e irritação nos olhos.
Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	**Biológico**	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.
Exigência de flexões de coluna vertebral frequentes	**Ergonômicos**	Pode provocar Lesões musculoesqueléticas, fadiga e exaustão.
Frequente deslocamento a pé durante a jornada de trabalho	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Frequente execução de movimentos repetitivos	**Ergonômicos**	Dores nas articulações dos dedos e das mãos.
Postura de pé por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.

Objetos cortantes e/ou perfuro cortantes	**Acidente**	Risco de cortes e/ou perfurações, acidentes, lesões, entre outros.
Piso escorregadio e/ou irregular	**Acidente**	Fraturas, luxações ou entorses, escoriações e contusões
Trabalho em ambientes com risco de queda de objetos	**Acidente**	Este agente pode provocar contusões, entorses, luxações ou fraturas.

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

Setor: GHE 02 TRANSPORTE
Áreas externas conforme a demanda da secretaria exe. de agricultura, entre outras necessidade do município.

	Nº de Funcionários
Cargo: MOTORISTA PROFISSIONAL	Total: 1
Descrição detalhada: Dirigir e manobrar veículos tipo ônibus, carros, caminhões e carretas. Transportar pessoas, cargas, pacientes e material biológico humano. Realizar verificações e manutenções básicas do veículo e utilizam equipamentos e dispositivos especiais tais como sinalização sonora e luminosa, software de navegação e outros. Utilizar de capacidades comunicativas. Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Os condutores de ambulância auxiliam as equipes de saúde nos atendimentos de urgência e emergência. Conduzem e vistoriam ônibus de transporte coletivo de alunos e passageiros urbanos, metropolitanos e ônibus rodoviários de longas distâncias; verificam itinerário de viagens; controlam o embarque e desembarque de passageiros e os orientam quanto aos procedimentos no interior do veículo. Dirigir veículos transportando pessoas, cargas, e/ou materiais autorizados aos locais determinados. Vistoriar periodicamente as condições do veículo utilizado e providenciar reparos de emergência, troca de pneus, lavagens, guinchamentos e outros. Identificar e indicar as necessidades de reparos nos sistemas elétricos e mecânicos dos veículos da Prefeitura. Manter sob sua responsabilidade os documentos de porte obrigatório do veículo, observando as orientações para a revalidação dos mesmos. Registrar, em formulário específico, os percursos realizados, quilometragem e itinerários da frota oficial. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.	

Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Radiações não-ionizantes	**Físico**	Aumentam os riscos de doenças como neoplasias, anemia apática, púrpura, radio dermatite, infertilidade, entre outras.
Vibração de corpo inteiro (aceleração resultante de exposição normalizada - aren) e (Valor da Dose de Vibração Resultante – VDVR)	**Físico**	Este agente pode provocar doenças vasculares, neurológicas e musculares.
Postura sentada por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar dores e desconforto na coluna lombar.
Uso frequente de alavancas	**Ergonômicos**	Distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho.
Uso frequente de pedais	**Ergonômicos**	Distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho.
Condução de veículos de qualquer natureza em vias públicas	**Acidente**	Lesões corporais diversas, com grande possibilidade de levar ao óbito ou à invalidez para o trabalhador e para terceiros.

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Avaliação da acuidade visual	X		**12 meses**		X	X
Colesterol total - pesquisa e/ou dosagem	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
ECG convencional de até 12 derivações	X		**12 meses**		X	X
EEG (Eletroencefalograma) de rotina	X		**12 meses**		X	X
GLICOSE	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos - pesquisa e/ou dosagem	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

Setor: GHE 03 MÁQUINAS MÓVEIS
Áreas externas conforme a demanda da secretaria exe. de agricultura, entre outras necessidade do município.

	Nº de Funcionários
Cargo: OPERADOR DE MÁQUINAS	Total: 1
Descrição detalhada: Planejar o trabalho, realizar manutenção básica de máquinas pesadas e as operam. Remover solo e material orgânico "bota-fora", drenar solos e executar construção de aterros. Realizar acabamento em pavimentos. Verificar marcação da topografia; Analisar inclinação do terreno; Verificar tipo de solo; Carregar caminhão caçamba. Abrir valas para drenagem; Identificar necessidade de escoramento de paredes e valas; Instalar manilhas e canaletas para drenagem; Abrir valas para montagem de colchão drenante. Abrir bueiros para passagem de água; Selecionar material para o aterro; Transportar material (solo) para o aterro; Espalhar o material (solo); Homogeneizar o solo com máquinas e equipamentos; Compactar solos; Remover material em aterro. Nivelar solo conforme cota de projeto; Homogeneizar solos para execução de camadas de pavimentação; Raspar superfície da base; Aplicar capa de pavimentação; Compactar capa de pavimentação com rolo compressor. Operar máquinas pesadas, acionando os dispositivos, pedais e alavancas de comando, conduzindo e manobrando tratores, reboques, motoniveladoras, carregadeiras, dentre outros, garantindo a realização dos trabalhos de acordo com as orientações recebidas. Operar máquinas leves, efetuando serviços de pequenos carregamentos e transportes de materiais aos locais determinados e outras atividades pertinentes. Vistoriar periodicamente as condições das máquinas utilizadas, providenciando reparos de emergência, lavagens, lubrificações e outros. Identificar e indicar as necessidades de reparos nos sistemas elétricos e mecânicos das máquinas leves e pesadas da Prefeitura. Registrar os percursos, trabalhos realizados, quilometragem, consumo de combustível, itinerário e outras informações pertinentes, de acordo com normas internas específicas. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.	

Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Radiações não-ionizantes	**Físico**	Aumentam os riscos de doenças como neoplasias, anemia apática, púrpura, radio dermatite, infertilidade, entre outras.
Vibração de corpo inteiro (aceleração resultante de exposição normalizada - aren) e (Valor da Dose de Vibração Resultante – VDVR)	**Físico**	Este agente pode provocar doenças vasculares, neurológicas e musculares.
Postura sentada por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar dores e desconforto na coluna lombar.
Uso frequente de alavancas	**Ergonômicos**	Distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho.
Uso frequente de pedais	**Ergonômicos**	Distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho.
Condução de veículos de qualquer natureza em vias públicas	**Acidente**	Lesões corporais diversas, com grande possibilidade de levar ao óbito ou à invalidez para o trabalhador e para terceiros.

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Avaliação da acuidade visual	X		**12 meses**		X	X
Colesterol total - pesquisa e/ou dosagem	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
ECG convencional de até 12 derivações	X		**12 meses**		X	X
EEG (Eletroencefalograma) de rotina	X		**12 meses**		X	X
GLICOSE	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos - pesquisa e/ou dosagem	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

Setor: GHE 04 AGRICULTURA
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral. Áreas externas conforme a demanda da secretaria exe. de agricultura, entre outras necessidade do município.

	Nº de Funcionários
Cargo: TÉCNICO AGRICOLA	Total: 1
Descrição detalhada: Prestar assistência e consultoria técnicas, orientando diretamente produtores sobre produção agropecuária, comercialização e procedimentos de biosseguridade. Executar projetos agropecuários em suas diversas etapas. Planejar atividades agropecuárias, verificando viabilidade econômica, condições edafoclimáticas e infraestrutura. Promover organização, extensão e capacitação rural. Fiscalizam produção agropecuária. Desenvolver tecnologias adaptadas à produção agropecuária. Podem disseminar produção orgânica. Orientar na escolha do local para atividade agropecuária; Orientar sobre preservação ambiental; Orientar coleta de amostras para análises e exames; Orientar sobre preparo, correção e conservação de solo; Orientar sobre época de plantio, tratos culturais e colheita; Orientar na definição e manejo de equipamentos, máquinas e implementos; Orientar sobre uso de insumos agropecuários; Orientar construções e instalações agropecuárias; Orientar na escolha de espécies e cultivares; Executar levantamento do custo-benefício para o produtor; Verificar disponibilidade e qualidade da água a ser utilizada na produção agropecuária; Comprar máquinas, equipamentos, insumos, materiais e animais; Coletar amostras para análise (sangue, solos, rações, plantas, forragens, cereais e outros); Locar curva em nível, canais para irrigação, tomadas d´água e outros. Fiscalizar produção de mudas e sementes; Enviar amostras de produtos agropecuários para análises laboratoriais; Classificar produtos vegetais; Inspecionar sanidade de produtos agropecuários; Fiscalizar vacinação de animais; Fiscalizar venda e aplicação de agrotóxicos; Fazer uso de veículos da frota pública municipal, no desempenho das atividades do seu cargo.	

Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Radiações não-ionizantes	**Físico**	Aumentam os riscos de doenças como neoplasias, anemia apática, púrpura, radio dermatite, infertilidade, entre outras.
Umidade	**Físico**	Este agente pode provocar doenças no aparelho respiratório, quedas, doenças de pele, entre outras.
Particulados (insolúveis ou de baixa solubilidade) não especificados de outras maneiras (PNOS)	**Químico**	Este agente pode provocar doenças no aparelho respiratório.
Frequente deslocamento a pé durante a jornada de trabalho	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Postura de pé por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.
Postura sentada por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Presença de reflexos em telas, painéis, vidros, monitores ou qualquer superfície, que causem desconforto ou	**Ergonômicos**	Fadiga nos olhos, ardência e dores de cabeça.

prejudiquem a visualização		
Trabalho intensivo com teclado ou outros dispositivos de entrada de dados	**Ergonômicos**	Problemas nas articulações e nos músculos (LER/DORT) e nos dedos (tendinites)
Animais peçonhentos/Risco de contato e/ou ataque	**Acidente**	Picadas, mordidas, arranhões, perfurações e alergias
Condução de veículos de qualquer natureza	**Acidente**	Lesões corporais diversas, com grande possibilidade de levar ao óbito ou à invalidez para o trabalhador e para terceiros.

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Avaliação da acuidade visual	X		**12 meses**		X	X
Colesterol total - pesquisa e/ou dosagem	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
ECG convencional de até 12 derivações	X		**12 meses**		X	X
GLICOSE	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos - pesquisa e/ou dosagem	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

Planejamento das atividades do PCMSO

EVENTO	Status	JUSTIFICATIVA
Atividade: Exames Médicos Manter os exames médicos atualizados, cumprindo a tabela de periodicidade.	( ) Em andamento ( ) Realizado ( ) A realizar	
Atividade: Palestra sobre Tabagismo	( ) Em andamento ( ) Realizado ( ) A realizar	
Atividade: Primeiros Socorros TREINAMENTOS Abordagem: Primeiros Socorros	( ) Em andamento ( ) Realizado ( ) A realizar	
Atividade: Análise do PCMSO Efetuar análise global do PCMSO para avaliação do seu desenvolvimento e realização dos ajustes necessários e estabelecimento de novas metas.	( ) Em andamento ( ) Realizado ( ) A realizar	
Atividade: Palestra de DST/AIDS Realizar a Critério do Departamento Pessoal do Órgão, Palestra sobre Prevenção a DST/AIDS.	( ) Em andamento ( ) Realizado ( ) A realizar	
Atividade: Relatório Analitico do PCMSO anualmente Dar inicio a elaboração do Relatório analitico do PCMSO, obedecendo as exigências da Norma Regulamentadora 07, item 7.6.2.	( ) Em andamento ( ) Realizado ( ) A realizar	
Atividade: Palestra de Alcoolismo	( ) Em andamento ( ) Realizado ( ) A realizar	

Conclusão
Buscando atender as determinações legais, conclui-se que o PCMSO é parte integrante do conjunto mais amplo de iniciativas da empresa ou instituição, nos locais de trabalho, no campo da saúde dos trabalhadores, privilegiando o instrumento clínico-epidemiológico na abordagem da relação entre a sua saúde e o trabalho. Tem caráter preventivo, rastreador, evitando e diagnosticando no início os casos de doenças profissionais, que possam causar danos irreversíveis à saúde do trabalhador. Este programa foi elaborado considerando os riscos ocupacionais identificados e classificados pelo PGR. O presente laudo foi elaborado somente em uma face.

Total de Funcionários				
	Masculino	**Feminino**	**Menor**	**Total**
Funcionários	-	-	-	7

RICARDO PINHEIRO LIMA

Assinado de forma digital por RICARDO PINHEIRO LIMA
Dados: 2024.10.04 08:07:44 -03'00'

Ricardo Pinheiro Lima
Médico responsável pelo PCMSO
CRM: 1614/ES
Especialidade: Medicina do Trabalho

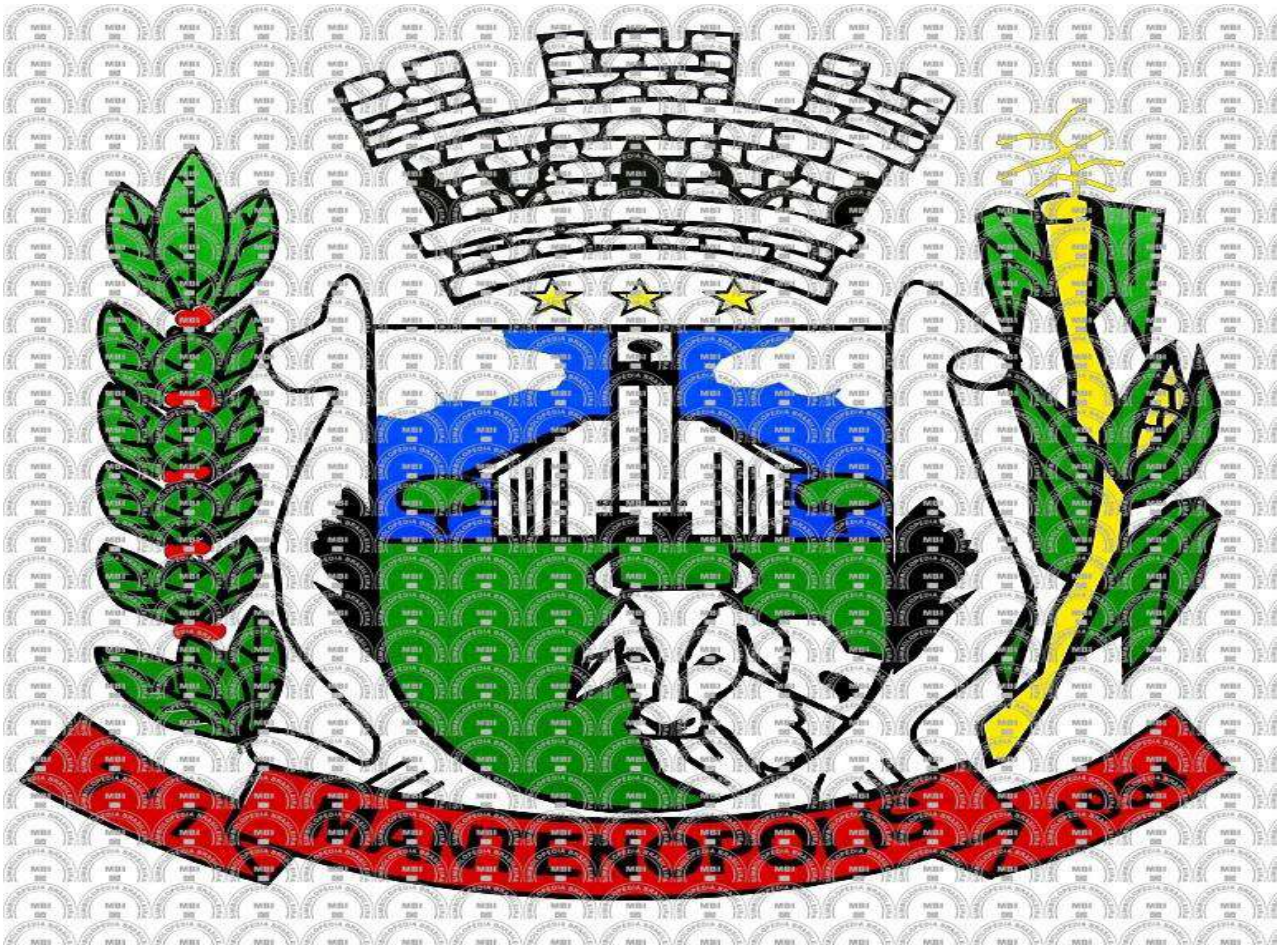
LAUDO DE INSALUBRIDADE - NR15
LAUDO DE PERICULOSIDADE - NR16

Consultoria Ocupacional & Meio Ambiente

MUNICÍPIO DE MANTENOPOLIS

(SECRETARIA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS)

CNPJ: 27.167.345/0001-90



Laudo de Insalubridade e Periculosidade

AGOSTO DE 2024

Sumário

Objetivo 4
Fundamentação legal - atividades e operações insalubres 4
Limites de tolerância 4
Suspensão do pagamento do adicional de insalubridade 6
Fundamentação legal - atividades e operações perigosas 6
Mapeamento dos riscos ambientais e qualificação dos setores insalubres 7
Mapeamento e qualificação dos setores perigosos 26
Conclusões 27
Recomendações gerais 27
Responsabilidade técnica 27
Anotação de Responsabilidade Técnica - ART 28

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS
SECRETARIA EXE. DE AGRICULTURA
CNPJ: 27.167.345/0001-90

Endereço
Avenida Presidente Vargas, 545 - Centro - Mantenópolis/ES
CEP: 29.770-000

CNAE
8411-6/00 – Administração Pública em Geral
Grau de Risco 1

Introdução
Objetivos

O objetivo deste laudo é reconhecer legalmente a percepção do adicional de insalubridade (NR - 15) e periculosidade (NR - 16), por quem de direito (empregados).

Fundamentação legal - atividades e operações insalubres

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) destaca em seu artigo 189:

“Art. 189 - Serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos.”

Em auxílio à lei existem as Normas Regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho, e em especial a NR 15, que trata exclusivamente das atividades ou operações insalubres, sendo estas consideradas as que são desenvolvidas:

“15.1 São consideradas atividades ou operações insalubres as que se desenvolvem:

15.1.1 Acima dos limites de tolerância previstos nos Anexos n.º 1, 2, 3, 5, 11 e 12;

15.1.2 (Revogado pela Portaria MTE n.º 3.751, de 23 de novembro de 1990)

15.1.3 Nas atividades mencionadas nos Anexos n.º 6, 13 e 14;

15.1.4 Comprovadas através de laudo de inspeção do local de trabalho, constantes dos Anexos n.º 7, 8, 9 e 10.”

Limite de tolerância

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, a Norma Regulamentadora nº 15, destaca que:

“15.1.5 Entende-se por "Limite de Tolerância", para os fins desta Norma, a concentração ou intensidade máxima ou mínima, relacionada com a natureza e o tempo de exposição ao agente, que não causará dano à saúde do trabalhador, durante a sua vida laboral.”

Segundo o ART.º 192 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para as atividades exercidas acima dos limites de tolerância, previstos nos anexos da NR 15, assegura ao trabalhador a percepção do Adicional de insalubridade, incidente sobre o salário mínimo da região. Os percentuais são:

- 40% (quarenta por cento), para insalubridade de grau máximo;
- 20% (vinte por cento), para insalubridade de grau médio, e;
- 10% (dez por cento), para insalubridade de grau mínimo.

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, a Norma Regulamentadora nº 15, destaca que:

GRAUS DE INSALUBRIDADE		
ANEXO	ATIVIDADES OU OPERAÇÕES QUE EXPONHAM O TRABALHADOR	PERCENTUAL
1	Níveis de ruído contínuo ou intermitente superiores aos limites de tolerância fixados no Quadro constante do Anexo 1 e no item 6 do mesmo Anexo.	20%
2	Níveis de ruído de impacto superiores aos limites de tolerância fixados nos itens 2 e 3 do Anexo 2.	20%
3	Exposição ao calor com valores de IBUTG, superiores aos limites de tolerância fixados nos Quadros 1 e 2.	20%
4	(Revogado pela Portaria MTE n.º 3.751, de 23 de novembro de 1990)	
5	Níveis de radiações ionizantes com radioatividade superior aos limites de tolerância fixados neste Anexo.	40%
6	Ar comprimido.	40%
7	Radiações não-ionizantes consideradas insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho.	20%
8	Vibrações consideradas insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho.	20%
9	Frio considerado insalubre em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho.	20%
10	Umidade considerada insalubre em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho.	20%
11	Agentes químicos cujas concentrações sejam superiores aos limites de tolerância fixados no Quadro 1.	10%, 20% e 40%
12	Poeiras minerais cujas concentrações sejam superiores aos limites de tolerância fixados neste Anexo.	40%
13	Atividades ou operações, envolvendo agentes químicos, consideradas insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho.	10%, 20% e 40%
14	Agentes biológicos.	20% e 40%

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) destaca em seu artigo 193:

“Art. 193. São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a:

I - inflamáveis, explosivos ou energia elétrica;

II - roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial.

§ 1º - O trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional de 30% (trinta por cento) sobre o salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.

§ 2º - O empregado poderá optar pelo adicional de insalubridade que porventura lhe seja devido.

§ 3º Serão descontados ou compensados do adicional outros da mesma natureza eventualmente já concedidos ao vigilante por meio de acordo coletivo.

§ 4º São também consideradas perigosas as atividades de trabalhador em motocicleta.

Avaliação das condições Ambientais

UNIDADE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS
SECRETARIA EXE. DE AGRICULTURA
CNPJ: 27.167.345/0001-90

Endereço
Avenida Presidente Vargas, 545 - Centro - Mantenópolis/ES
CEP: 29.770-000

CNAE
8411-6/00 – Administração Pública em Geral
Grau de Risco 1

Caracterização dos processos e ambientes de trabalho

Funcionários

Setor	Cargo	Funcionários
GHE 01 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	2
GHE 02 TRANSPORTE	MOTORISTA PROFISSIONAL	1
GHE 03 MÁQUINAS MÓVEIS	OPERADOR DE MÁQUINAS	3
GHE 04 AGRICULTURA	TÉCNICO AGRICOLA	1

SETOR
GHE 01 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

N º de funcionários 2

CARGO
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
Executar sob supervisão serviços de copeiragem, conservação, limpeza e zeladoria em prédios públicos servindo, limpando vidros e fachadas, recintos internos e acessórios. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Preparar sucos, lanches, cafés e pequenas refeições; Servir água, cafezinho, suco; Administrar fluxo de serventia; Receber e distribuir refeições; Receber ou recolher bandejas, louças e talheres após as refeições, providenciando sua lavagem e guarda ou o envio ao setor competente; Secar louça e prataria, esterilizar instrumentos e materiais; Operar com aparelhos elétricos utilizados nos serviços de alimentação; Limpar talheres, equipamentos de refrigeração assim como balcão, bancada e bandejas; retirar restos de comida, separando e destinando o lixo; Lavar fachadas; Limpar vidros; Remover resíduos dos vidros; Remover pichações; Limpar móveis e equipamentos eletrodomésticos, lustres, luminárias, ventiladores e tudo o que mais constar nos recintos dos prédios municipais; Limpar superfícies (paredes, pisos, etc..); Lavar banheiros; Aspirar pó; Lavar pisos; Encerar pisos; Remover sujeira; Varrer pisos; Secar pisos; Passar pano; Limpar, lavar cortinas e persianas; Recolher lixo; Depositar o lixo e detritos da cozinha em lugares apropriados, de forma a evitar proliferação de insetos; Proceder à limpeza de ralos, caixas de gordura e esgotos, assim como desentupir pias e ralos; Prover os sanitários com toalha, sabão e papel higiênico, removendo os já utilizados; Auxiliar na realização de serviços em geral como recebimento, separação e Distribuição de correspondência e materiais, atividades de limpeza, copa e conservação de instalações. Executar trabalhos de limpeza em geral em edifícios e outros locais, para manutenção das condições de higiene e conservação do ambiente, coletando o lixo.

CBO: 4122-05

2 funcionário

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Físico	Umidade		
Descrição	Exposição à umidade proveniente da utilização de água no processo de limpeza de superfícies, banheiros, entre outros.		
Fundamentação legal	Norma regulamentadora n°15 - Atividades e operações insalubres.		
Fontes ou circunstâncias	Limpeza de superfícies, banheiros, entre outros.		
Meio de propagação	Contato direto		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas: • Avental de PVC • Luvas de PVP • Botas de PVP		

Identificação			
Perigo/Fator de Risco **Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)**			Grupo **Biológico**
Descrição	Proveniente da coleta de lixo e limpeza de banheiros, entre outros.		
Fundamentação legal	Anexo 1 da Norma Regulamentadora- 15 (Atividades e Operações Insalubres), Portaria n° 3.214/78 do MTE.		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.		
Fontes ou circunstâncias	Coleta de lixo e limpeza de banheiro		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
EPI	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas: • Avental de PVC • Luvas de PVP • Botas de PVP • Óculos de Proteção		
Exposição			
Critério	Qualitativo		

Conclusão de insalubridade
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
Agente físico NR 15 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES ANEXO N.º 10 UMIDADE 1. As atividades ou operações executadas em locais alagados ou encharcados, com umidade excessiva, capazes de produzir danos à saúde dos trabalhadores, serão consideradas insalubres em decorrência de laudo de inspeção realizada no local de trabalho. Conforme avaliação qualitativa, os colaboradores não executam atividades ou operações em locais alagados ou encharcados, com umidade excessiva, capazes de produzir danos à saúde dos trabalhadores, conforme anexo 10 da Norma Regulamentadora 15, Portaria n° 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre por exposição ao agente físico umidade.**
Agente químico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**

Agente biológico
NR 15 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES ANEXO N.º 14 (Aprovado pela Portaria SSST n.º 12, de 12 de novembro de 1979) AGENTES BIOLÓGICOS. Relação das atividades que envolvem agentes biológicos, cuja insalubridade é caracterizada pela avaliação qualitativa: **Insalubridade de grau máximo** Trabalho ou operações, em contato permanente com: - pacientes em isolamento por doenças infectocontagiosas, bem como objetos de seu uso, não previamente esterilizados; - carnes, glândulas, vísceras, sangue, ossos, couros, pêlos e dejeções de animais portadores de doenças infectocontagiosas (carbunculose, brucelose, tuberculose); - esgotos (galerias e tanques); e - lixo urbano (coleta e industrialização). **Insalubridade de grau médio** Trabalhos e operações em contato permanente com pacientes, animais ou com material infecto-contagiante, em: . Hospitais, serviços de emergência, enfermarias, ambulatórios, postos de vacinação e outros estabelecimentos destinados aos cuidados da saúde humana (aplica-se unicamente ao pessoal que tenha contato com os pacientes, bem como aos que manuseiam objetos de uso desses pacientes, não previamente esterilizados); . Hospitais, ambulatórios, postos de vacinação e outros estabelecimentos destinados ao atendimento e tratamento de animais (aplica-se apenas ao pessoal que tenha contato com tais animais); . Contato em laboratórios, com animais destinados ao preparo de soro, vacinas e outros produtos; laboratórios de análise clínica e histopatologia (aplica-se tão-só ao pessoal técnico); . Gabinetes de autópsias, de anatomia e histoanatomopatologia (aplica-se somente ao pessoal técnico); . Cemitérios (exumação de corpos); . Estábulos e cavalariças; e . Resíduos de animais deteriorados. Ausência de agentes insalubres citados unicamente nas atividades estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**

GHE 02 TRANSPORTE
Áreas externas conforme a demanda da secretaria exe. de agricultura, entre outras necessidade do município.

Nº de funcionários 1

CARGO
MOTORISTA PROFISSIONAL
Dirigir e manobrar veículos tipo ônibus, carros, caminhões e carretas. Transportar pessoas, cargas, pacientes e material biológico humano. Realizar verificações e manutenções básicas do veículo e utilizam equipamentos e dispositivos especiais tais como sinalização sonora e luminosa, software de navegação e outros. Utilizar de capacidades comunicativas. Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Os condutores de ambulância auxiliam as equipes de saúde nos atendimentos de urgência e emergência. Conduzem e vistoriam ônibus de transporte coletivo de alunos e passageiros urbanos, metropolitanos e ônibus rodoviários de longas distâncias; verificam itinerário de viagens; controlam o embarque e desembarque de passageiros e os orientam quanto aos procedimentos no interior do veículo. Dirigir veículos transportando pessoas, cargas, e/ou materiais autorizados aos locais determinados. Vistoriar periodicamente as condições do veículo utilizado e providenciar reparos de emergência, troca de pneus, lavagens, guinchamentos e outros. Identificar e indicar as necessidades de reparos nos sistemas elétricos e mecânicos dos veículos da Prefeitura. Manter sob sua responsabilidade os documentos de porte obrigatório do veículo, observando as orientações para a revalidação dos mesmos. Registrar, em formulário específico, os percursos realizados, quilometragem e itinerários da frota oficial. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

CBO: 7823-05; 7823-10; 7823-20; 7824-05

1 funcionário

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo MOTORISTA PROFISSIONAL**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Físico	Radiações não-ionizantes		
Descrição	Exposição à radiação não ionizante (Raios solares UV) na condução de veículos automotores.		
Fundamentação legal	Anexo 1 da Norma Regulamentadora- 15 (Atividades e Operações Insalubres), Portaria n° 3.214/78 do MTE.		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Aumentam os riscos de doenças como neoplasias, anemia apática, púrpura, radio dermatite, infertilidade, entre outras.		
Fontes ou circunstâncias	Trabalho a céu aberto (condução de veículos)		
Meio de propagação	Raios solares (UV)		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades: • Óculos de proteção tipo UV.		

Conclusão de insalubridade – MOTORISTA PROFISSIONAL
Agente físico RUÍDO CONTÍNUO OU INTERMITENTE a) Exposição a Níveis de Ruído acima de 85 Db(a) para uma jornada de 8 horas dia, dá a percepção de insalubridade no ambiente. Necessário avaliação quantitativo da exposição do colaborador ao agente físico Ruído para conclusão. VIBRAÇÕES Inconclusivo, necessário avaliação quantitativo da exposição do colaborador ao agente físico Vibração de Corpo Inteiro para conclusão. RADIAÇÕES NÃO-IONIZANTES 1. Para os efeitos desta norma, são radiações não-ionizantes as micro-ondas, ultravioletas e laser. **2. As operações ou atividades que exponham os trabalhadores às radiações não-ionizantes, sem a proteção adequada, serão consideradas insalubres, em decorrência de laudo de inspeção realizada no local de trabalho**. 3. As atividades ou operações que exponham os trabalhadores às radiações da luz negra (ultravioleta na faixa - 400320 nanômetros) não serão consideradas insalubres. Conforme anexo 07 da Norma Regulamentadora 15 (Atividades e Operações insalubres), Portaria n°3.214/78 do MTE, em relação as operações ou atividades que exponham os trabalhadores às radiações não-ionizantes, sem a proteção adequada, cuja insalubridade é caracterizada pela avaliação qualitativa, as atividades do **GHE 02 são caracterizados como insalubre.** Sendo assim, fica caracterizado a insalubridade de grau médio (20%). Entretanto, atendendo o item 15.4.1 da Norma Regulamentadora n° 15 da portaria 3.214/1978 do MTE e também desde que compridas as exigências contidas na NR 06 e NR 07 a percepção do adicional de insalubridade poderá ser descaracterizada.
Agente químico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.
Agente biológico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, **portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**

SETOR
GHE 03 MÁQUINAS MÓVEIS
Áreas externas conforme a demanda da secretaria exe. de agricultura, entre outras necessidade do município.

1 funcionários

CARGO
OPERADOR DE MÁQUINAS
Planejar o trabalho, realizar manutenção básica de máquinas pesadas e as operam. Remover solo e material orgânico "bota-fora", drenar solos e executar construção de aterros. Realizar acabamento em pavimentos. Verificar marcação da topografia; Analisar inclinação do terreno; Verificar tipo de solo; Carregar caminhão caçamba. Abrir valas para drenagem; Identificar necessidade de escoramento de paredes e valas; Instalar manilhas e canaletas para drenagem; Abrir valas para montagem de colchão drenante. Abrir bueiros para passagem de água; Selecionar material para o aterro; Transportar material (solo) para o aterro; Espalhar o material (solo); Homogeneizar o solo com máquinas e equipamentos; Compactar solos; Remover material em aterro. Nivelar solo conforme cota de projeto; Homogeneizar solos para execução de camadas de pavimentação; Raspar superfície da base; Aplicar capa de pavimentação; Compactar capa de pavimentação com rolo compressor. Operar máquinas pesadas, acionando os dispositivos, pedais e alavancas de comando, conduzindo e manobrando tratores, reboques, motoniveladoras, carregadeiras, dentre outros, garantindo a realização dos trabalhos de acordo com as orientações recebidas. Operar máquinas leves, efetuando serviços de pequenos carregamentos e transportes de materiais aos locais determinados e outras atividades pertinentes. Vistoriar periodicamente as condições das máquinas utilizadas, providenciando reparos de emergência, lavagens, lubrificações e outros. Identificar e indicar as necessidades de reparos nos sistemas elétricos e mecânicos das máquinas leves e pesadas da Prefeitura. Registrar os percursos, trabalhos realizados, quilometragem, consumo de combustível, itinerário e outras informações pertinentes, de acordo com normas internas específicas. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

CBO: 7151-15; 7151-25; 7151-30; 7151-35

Funcionário 1

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo OPERADOR DE MÁQUINAS**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Físico	Radiações não-ionizantes		
Descrição	Exposição à radiação não ionizante (Raios solares UV) na condução de maquinas móveis.		
Fundamentação legal	Anexo 1 da Norma Regulamentadora- 15 (Atividades e Operações Insalubres), Portaria n° 3.214/78 do MTE.		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Aumentam os riscos de doenças como neoplasias, anemia apática, púrpura, radio dermatite, infertilidade, entre outras.		
Fontes ou circunstâncias	Trabalho a céu aberto (condução de máquinas)		
Meio de propagação	Raios solares (UV)		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades: • Óculos de proteção tipo UV.		

Conclusão de insalubridade – OPERADOR DE MÁQUINAS
Agente físico RUÍDO CONTÍNUO OU INTERMITENTE a) Exposição a Níveis de Ruído acima de 85 Db(a) para uma jornada de 8 horas dia, dá a percepção de insalubridade no ambiente. Necessário avaliação quantitativo da exposição do colaborador ao agente físico Ruído para conclusão. VIBRAÇÕES Inconclusivo, necessário avaliação quantitativo da exposição do colaborador ao agente físico Vibração de Corpo Inteiro para conclusão. RADIAÇÕES NÃO-IONIZANTES 1. Para os efeitos desta norma, são radiações não-ionizantes as micro-ondas, ultravioletas e laser. **2. As operações ou atividades que exponham os trabalhadores às radiações não-ionizantes, sem a proteção adequada, serão consideradas insalubres, em decorrência de laudo de inspeção realizada no local de trabalho**. 3. As atividades ou operações que exponham os trabalhadores às radiações da luz negra (ultravioleta na faixa - 400320 nanômetros) não serão consideradas insalubres. Conforme anexo 07 da Norma Regulamentadora 15 (Atividades e Operações insalubres), Portaria n°3.214/78 do MTE, em relação as operações ou atividades que exponham os trabalhadores às radiações não-ionizantes, sem a proteção adequada, cuja insalubridade é caracterizada pela avaliação qualitativa, as atividades do **GHE 03 são caracterizados como insalubre.** Sendo assim, fica caracterizado a insalubridade de grau médio (20%). Entretanto, atendendo o item 15.4.1 da Norma Regulamentadora n° 15 da portaria 3.214/1978 do MTE e também desde que compridas as exigências contidas na NR 06 e NR 07 a percepção do adicional de insalubridade poderá ser descaracterizada.
Agente químico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.
Agente biológico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, **portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**

SETOR
GHE 04 AGRICULTURA
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral. Áreas externas conforme a demanda da secretaria exe. de agricultura, entre outras necessidade do município.

1 funcionários

CARGO
TÉCNICO AGRICOLA
Prestar assistência e consultoria técnicas, orientando diretamente produtores sobre produção agropecuária, comercialização e procedimentos de biosseguridade. Executar projetos agropecuários em suas diversas etapas. Planejar atividades agropecuárias, verificando viabilidade econômica, condições edafoclimáticas e infraestrutura. Promover organização, extensão e capacitação rural. Fiscalizam produção agropecuária. Desenvolver tecnologias adaptadas à produção agropecuária. Podem disseminar produção orgânica. Orientar na escolha do local para atividade agropecuária; Orientar sobre preservação ambiental; Orientar coleta de amostras para análises e exames; Orientar sobre preparo, correção e conservação de solo; Orientar sobre época de plantio, tratos culturais e colheita; Orientar na definição e manejo de equipamentos, máquinas e implementos; Orientar sobre uso de insumos agropecuários; Orientar construções e instalações agropecuárias; Orientar na escolha de espécies e cultivares; Executar levantamento do custo-benefício para o produtor; Verificar disponibilidade e qualidade da água a ser utilizada na produção agropecuária; Comprar máquinas, equipamentos, insumos, materiais e animais; Coletar amostras para análise (sangue, solos, rações, plantas, forragens, cereais e outros); Locar curva em nível, canais para irrigação, tomadas d´água e outros. Fiscalizar produção de mudas e sementes; Enviar amostras de produtos agropecuários para análises laboratoriais; Classificar produtos vegetais; Inspecionar sanidade de produtos agropecuários; Fiscalizar vacinação de animais; Fiscalizar venda e aplicação de agrotóxicos; Fazer uso de veículos da frota pública municipal, no desempenho das atividades do seu cargo.

CBO: 7152-10

Funcionário 1

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo TÉCNICO AGRICOLA**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Físico	Radiações não-ionizantes		
Descrição	Exposição à radiação não ionizante em atividades a céu aberto		
Fundamentação legal	Anexo 1 da Norma Regulamentadora- 15 (Atividades e Operações Insalubres), Portaria n° 3.214/78 do MTE.		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Aumentam os riscos de doenças como neoplasias, anemia apática, púrpura, radio dermatite, infertilidade, entre outras.		
Fontes ou circunstâncias	Trabalho a céu aberto		
Meio de propagação	Raios solares (UV)		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades: • Óculos de proteção tipo UV.		

Identificação	
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**
Físico	Umidade
Descrição	Exposição à umidade proveniente de locais ou lavouras irrigadas e na verificação da qualidade e disponibilidade de água a ser utilizada na produção agropecuária.
Fundamentação legal	Norma regulamentadora n°15 - Atividades e operações insalubres.
Fontes ou circunstâncias	Sistemas de irrigação e locais com água ou umidade (poço, córrego, entre outros)
Meio de propagação	Contato direto

Avaliação		
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**
08:00	Eventual	Qualitativo

Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Moderado	Tolerável

Prevenção e controle	
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.
Medidas administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas: • Avental de PVC • Luvas de PVP • Botas de PVP

Conclusão de insalubridade – TÉCNICO AGRICOLA
Agente físico RADIAÇÕES NÃO-IONIZANTES 1. Para os efeitos desta norma, são radiações não-ionizantes as micro-ondas, ultravioletas e laser. **2. As operações ou atividades que exponham os trabalhadores às radiações não-ionizantes, sem a proteção adequada, serão consideradas insalubres, em decorrência de laudo de inspeção realizada no local de trabalho**. 3. As atividades ou operações que exponham os trabalhadores às radiações da luz negra (ultravioleta na faixa - 400320 nanômetros) não serão consideradas insalubres. Conforme anexo 07 da Norma Regulamentadora 15 (Atividades e Operações insalubres), Portaria n°3.214/78 do MTE, em relação as operações ou atividades que exponham os trabalhadores às radiações não-ionizantes, sem a proteção adequada, cuja insalubridade é caracterizada pela avaliação qualitativa, as atividades do **GHE 04 são caracterizados como insalubre.** Sendo assim, fica caracterizado a insalubridade de grau médio (20%). Entretanto, atendendo o item 15.4.1 da Norma Regulamentadora n° 15 da portaria 3.214/1978 do MTE e também desde que compridas as exigências contidas na NR 06 e NR 07 a percepção do adicional de insalubridade poderá ser descaracterizada. NR 15 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES ANEXO N.º 10 UMIDADE 1. As atividades ou operações executadas em locais alagados ou encharcados, com umidade excessiva, capazes de produzir danos à saúde dos trabalhadores, serão consideradas insalubres em decorrência de laudo de inspeção realizada no local de trabalho. Conforme avaliação qualitativa, os colaboradores não executam atividades ou operações em locais alagados ou encharcados, com umidade excessiva, capazes de produzir danos à saúde dos trabalhadores, conforme anexo 10 da Norma Regulamentadora 15, Portaria n° 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre por exposição ao agente físico umidade.**
Agente químico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, **portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**
Agente biológico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, **portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**

Síntese

Unidade				
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENOPOLIS				
Setor	**Cargo**	**Risco**	**Insalubridade**	**Grau**
GHE 01 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Não	.
GHE 01 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	Umidade	Não	.
GHE 02 TRANSPORTE	MOTORISTA PROFISSIONAL	Radiações não-ionizantes	Sim	Médio - **20%**
GHE 03 MÁQUINAS MÓVEIS	OPERADOR DE MÁQUINAS	Radiações não-ionizantes	Sim	Médio - **20%**
GHE 04 AGRICULTURA	TÉCNICO AGRICOLA	Umidade	Não	.
GHE 04 AGRICULTURA	TÉCNICO AGRICOLA	Radiações não-ionizantes	Sim	Médio - **20%**

Conclusão

Mapeamento e qualificação dos setores perigosos

- **SETOR:** GHE 01 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO
- **CARGO:** AUXILIAR DE SERVIÇOS PÚBLICO

Parecer técnico com embasamento conforme Portaria n° 3.214/1978 do MTE. NR-16 - Atividades e Operações Perigosas. **De acordo com os anexos da NR 16 a atividade não é periculosa.**

- **SETOR:** GHE 02 TRANSPORTE
- **CARGO:** MOTORISTA PROFISSIONAL

Parecer técnico com embasamento conforme Portaria n° 3.214/1978 do MTE. NR-16 - Atividades e Operações Perigosas. **De acordo com os anexos da NR 16 a atividade não é periculosa.**

- **SETOR:** GHE 03 MÁQUINAS MOVÈIS
- **CARGO:** OPERADOR DE MÁQUINAS

Parecer técnico com embasamento conforme Portaria n° 3.214/1978 do MTE. NR-16 - Atividades e Operações Perigosas. **De acordo com os anexos da NR 16 a atividade não é periculosa.**

- **SETOR:** GHE 04 AGRICULTURA
- **CARGO:** TÉCNICO AGRICOLA

Parecer técnico com embasamento conforme Portaria n° 3.214/1978 do MTE. NR-16 - Atividades e Operações Perigosas. **De acordo com os anexos da NR 16 a atividade não é periculosa.**

As avaliações realizadas neste laudo foram feitas levando em consideração um Grupo Homogêneo de Exposição (GHE), onde, a avaliação corresponde a um grupo de trabalhadores que experimentam exposição semelhante, e que o resultado desta avaliação da exposição de qualquer trabalhador do grupo seja representativo da exposição do restante dos trabalhadores do mesmo grupo.

Recomendações gerais

O presente laudo deve ser reavaliado sempre que novas medidas de controle administrativas ou medidas de proteção coletiva sejam instaladas, ou haja mudança de espaço físico, equipamentos, atividades, processo de trabalho, etc., que venham a alterar as condições ambientais de riscos ao empregado.
Todos os trabalhadores devem estar cientes dos riscos ambientais a que estão expostos, através de Ordens de Serviço, conforme NR 01 e deverá ser permanentemente orientado pela chefia imediata quanto aos corretos procedimentos de trabalho e as formas de proteção contra os riscos.
Os trabalhadores devem estar cientes que o não cumprimento das Ordens de Serviço expedidas pela empresa, esta passível de sanções previstas na CLT.
Os equipamentos de proteção individual - EPI, descartáveis ou não, deverão estar à disposição em número suficiente nos postos de trabalho, de forma que seja garantido o imediato fornecimento ou reposição. Fornecer e orientar o uso mediante protocolo de recebimento.

Responsabilidade técnica

Segundo o Artº 195 da Consolidação das Leis Trabalhistas CLT - A caracterização e a classificação da insalubridade e da periculosidade, segundo as normas do Ministério do Trabalho, far-se-ão através de perícia a cargo de Médico do Trabalho ou Engenheiro do Trabalho, registrados no Ministério do Trabalho. O presente laudo foi elaborado somente em uma face.

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718

Assinado de forma digital por GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718
Dados: 2024.09.26 15:50:36 -03'00'

Responsável do laudo de insalubridade
Gustavo Cordeiro Miranda
CPF: 092.897.697-18
NIT: 128.65129.29-4
Conselho de classe: CREA 051725/D
UF: ES
Especialidade: Engenheiro de Segurança

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977
CREA-ES
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do ES

ART de Obra ou Serviço

0820240368329

ART Individual

1. Responsável Técnico

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA

Título profissional: **ENGENHEIRO DE PRODUÇÃO,ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO,TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO,TECNÓLOGO EM GEST**

RNP: 0819492124
Registro: ES-051725/D
Registro: 19221

Empresa contratada: ST CONSULTORIA OCUPACIONAL E MEIO AMBIENTE LTDA

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS** CPF/CNPJ: **27167345000190**
Rua: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS Nº: 545
Complemento: CEP: 29770000
Cidade: MANTENÓPOLIS UF: ES Bairro: CENTRO
Telefone:
Contrato: 000077/2023 Nº do Aditivo: 0
Valor do Contrato/Honorários: R$15.050,00 Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA

3. Dados da Obra/Serviço

Rua: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS Nº: 545
Complemento: Bairro: CENTRO Quadra Lote
Cidade: MANTENÓPOLIS UF: ES CEP: 29770000
Data de início: 10/09/2024 Prev. Término: 10/09/2024 Coord. Geogr.: ,
Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS CPF/CNPJ:27167345000190

4. Atividade Técnica

Qtde de Pavimento(s): 0 **Nº Pavimento(s):** 0 **Dimensão/Quantidade:** 1 **Unidade de medida:** UNID

ATIVIDADE(S) TÉCNICA(S): 43 - 13.2 - ASSESSORIA TÉCNICA

PARTICIPAÇÃO:

NATUREZA: 100 - RESPONSABILIDADE TÉCNICA

NÍVEL: 104 - EXECUÇÃO

NATUREZA DO(S) SERVIÇO(S): 9111 - SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS (ESPECIFICAR NO CAMPO 22)

TIPO DA OBRA/SERVIÇO: 2001 - SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS (ESPECIFICAR NO CAMPO 22)

PROJETO(S)/SERVIÇO(S): 100 - NENHUM

Após a conclusão das atividades técnicas, o profissional deverá proceder a baixa desta ART.

5. Observações

REFERENTE A CONTRATAÇAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE MEDICINA DO TRABALHO PARA ELABORAÇÃO DE PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCO, LTCAT (LAUDO TÉCNICO DA CONDIÇÃO DO AMBIENTE DE TRABALHO, PCMSO (PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL), PPP, LAUDO DE INSALUBRIDADE E DE PERICULOSIDADE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPALDE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO; SEM CONTUDO TER PROVIDENCIADO O REGISTRO DE ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART), NESTE CONSELHO.

6. Declarações

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718 Assinado de forma digital por GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718 Dados: 2024.09.26 15:53:59 -03'00'

Profissional

Contratante

Acessibilidade: <declara a aplicabilidade das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº5.296, de 2 de dezembro de 2004, às atividades profissionais acima relacionadas.>

7. Entidade de classe

SENGE - SINDICATO DOS ENGENHEIROS DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO

8.Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima.

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718 de _____ Assinado de forma digital por GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718 Dados: 2024.09.26 15:53:42 -03'00'

Local Data

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA - CPF: 09289769718

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS - CPF/CNPJ: 27167345000190

9. Informações

- **A ART é válida somente quando quitada, podendo sua conferência ser realizada no site do CREA.**
- **A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.creaes.org.br ou www.confea.org.br**
- **A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.**

www.creaes.org.br creaes@creaes.org.br
tel: (27)3134-0046 art@creaes.org.br

CREA-ES

Valor ART: R$ 262,55 Registrada em: 10/09/2024 Data de pagamento: 12/09/2024 Valor Pago: R$ 262,55 Nosso Número: 140000000016510939

ANEXO IX

Consultoria Ocupacional
&
Meio Ambiente

NR – 01 PGR
PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

DOCUMENTO BASE

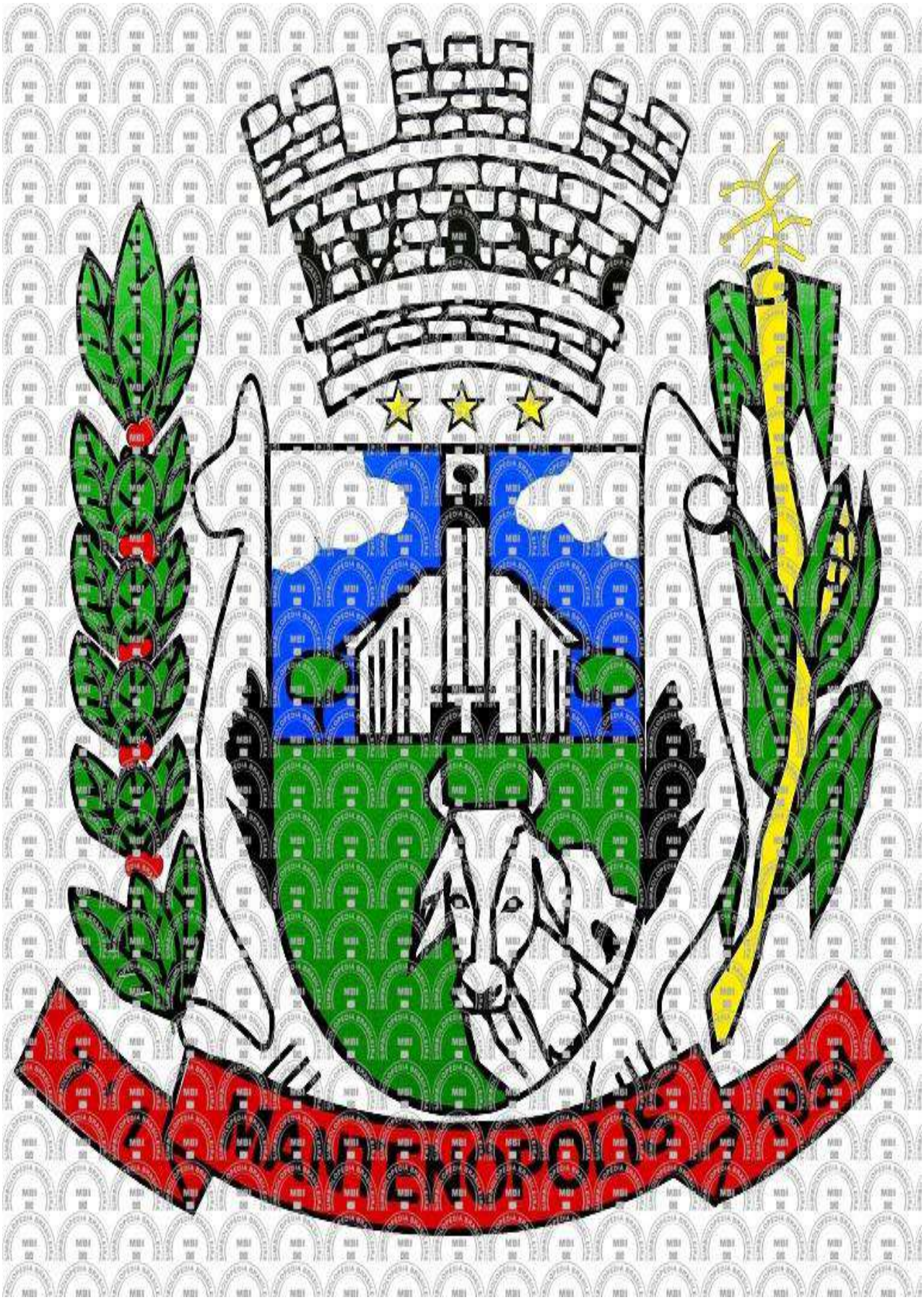
Vigência

Agosto/2024 a Agosto/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS

Agosto/2024

Protocolo 1481731



Programa de Gerenciamento de Riscos

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS
SECRETARIA EXE. DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL
CNPJ: 27.167.345/0001-90

Endereço
Avenida Presidente Vargas, 545 - Centro - Mantenópolis/ES
CEP: 29.770-000

CNAE
8411-6/00 – Administração Pública em Geral
Grau de Risco 1

Introdução PGR

Disposições Gerais

1. INTRODUÇÃO

O Documento Base do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) se insere no contexto da Política de Gestão da empresa buscando a melhoria contínua do ambiente de trabalho e a preservação da saúde dos seus colaboradores e contratados. Está estruturado conforme disposto na NR-1, Portaria 3214 de 08 de junho de 1978, com redação atualizada pela Portaria 6.730 de 12 de Março de 2020.

2. OBJETIVO

O Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR - visa "estabelecer as disposições gerais, o campo de aplicação, os termos e as definições comuns às Normas Regulamentadoras - NR relativas à segurança e saúde no trabalho". Este Documento Base tem o objetivo estabelecer as "diretrizes para o Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO) e as medidas de prevenção em Segurança e Saúde no Trabalho - SST".

3. TERMOS E DEFINIÇÕES

- Risco Ambiental ou ocupacional: Combinação da probabilidade de ocorrer lesão ou agravo à saúde causados por um evento perigoso, exposição a agente nocivo ou exigência da atividade de trabalho e da severidade dessa lesão ou agravo à saúde.
- Agentes físicos: Qualquer forma de energia que, em função de sua natureza, intensidade e exposição, são capazes de causar lesão ou agravo à saúde do trabalhador. Exemplos: ruído, vibrações, pressões anormais, temperaturas extremas, radiações ionizantes, radiações não ionizantes.
- Agente químico: Substância química, por si só ou em misturas, quer seja em seu estado natural, quer seja produzida, utilizada ou gerada no processo de trabalho, que em função de sua natureza, concentração e exposição, é capaz de causar lesão ou agravo à saúde do trabalhador. Exemplos: fumos de cádmio, poeira mineral contendo sílica cristalina, vapores de tolueno, névoas de ácido sulfúrico.
- Agente biológico: Microrganismos, parasitas ou materiais originados de organismos que, em função de sua natureza e do tipo de exposição, são capazes de acarretar lesão ou agravo à saúde do trabalhador. Exemplos: bactéria Bacillus anthracis, vírus linfotrópico da célula T humana, príon agente de doença de Creutzfeldt-Jakob, fungo Coccidioides immitis.
- Limite de Tolerância - LT (NR-15 / Brasil): A concentração ou intensidade máxima ou mínima, relacionada com a natureza e o tempo de exposição ao agente, que não causará dano à saúde do trabalhador, durante a sua vida laboral. Limite de Exposição - Média Ponderada pelo tempo - TLV-TWA1 (Threshold Limit Value / Time Weighted Average - ACGIH-EUA): A concentração média ponderada pelo tempo para uma jornada normal de 8h diárias e 40h semanais, para a qual a maioria dos trabalhadores pode estar repetidamente exposta, dia após dia, sem sofrer efeitos adversos a sua saúde.
- Limite de Exposição - Curta Duração - TLV-STEL (Threshold Limit Value-Short Term Exposure ACGIH-EUA): A concentração máxima a que os trabalhadores podem estar expostos continuamente por um período curto, de até 15 minutos, sem sofrer irritação, lesão tissular crônica ou irreversível, narcose em grau suficiente para aumentar a predisposição a acidentes, impedir auto salvamento ou reduzir significativamente a eficiência no trabalho, desde que não sejam permitidas mais de 4 exposições diárias, com pelo menos 60 minutos de intervalo entre os períodos de exposição e também que não seja excedido o TLV-TWA.
- Limite de Exposição - Valor Teto (NR-15/Brasil), TLV-C (Threshold Limit Value - Ceiling - ACGIH-EUA): Concentração que não deverá ser excedida durante nenhum momento de exposição na jornada.
- IDLH: Concentração máxima imediatamente perigosa para a vida ou saúde, da qual o trabalhador poderá escapar, dentro de 30 minutos, sem sintomas graves nem efeitos

irreversíveis para a saúde (NIOSH/OSHA/EUA).
- Mobilidade: Percentual de tempo de permanência nos diversos locais durante a rotina de trabalho, em relação ao número de horas trabalhada.
- Nível de Ação: Valor acima do qual devem ser iniciadas ações preventivas (monitoramento periódico, informação aos trabalhadores e controle médico) de forma a minimizar a probabilidade de que as exposições a agentes ambientais ultrapassem os limites de exposição. Para agentes químicos corresponde a metade dos limites de exposição ocupacional (NR-15, ACGIH, acordos coletivos) e para o ruído a dose de 0,5 (superior a 50%), conforme estabelecido na NR-15, Anexo 1, item 6.
- Grupos Similares de Exposição - GSE: Grupos de trabalhadores que experimentam exposição semelhante, de forma que o resultado fornecido pela avaliação de qualquer membro do grupo seja representativo do grupo como um todo.
- NR-15: Norma Regulamentadora no 15 - Portaria 3214.
- ACGIH: American Conference of Governamental Industrial Hygiene.
- NIOSH: National Institute for Occupational Safety and Health.
- AIHA: American Industrial Hygiene Association.
- ABNT: Associação Brasileira de Normas Técnicas.
- OSHA: Occupational Safety and Health Administration.

4. RESPONSABILIDADES

4.1. ORGANIZAÇÃO CONTRATANTE

- Implementar, por estabelecimento ou unidade operacional o gerenciamento de riscos ocupacionais em suas atividades;
- Integrar as ações do PGR com planos, programas e outros documentos previstos na legislação de segurança e saúde no trabalho;
- Evitar que os riscos ocupacionais possam ser originados no trabalho;
- Identificar os perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde;
- Avaliar os riscos ocupacionais indicando o nível de risco;
- Classificar os riscos ocupacionais para determinar a necessidade de adoção de medidas de prevenção;
- Implementar medidas de prevenção, de acordo com a classificação de risco e na ordem estabelecida pela NR 01;
- Considerar as condições de trabalho, nos termos da NR-17;
- Acompanhar o controle de riscos ocupacionais;
- Adotar mecanismos para consultar os trabalhadores quanto à percepção de riscos ocupacionais, podendo para este fim ser adotadas as manifestações da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA, quando houver;
- Comunicar aos trabalhadores sobre os riscos consolidados no inventário de riscos e as medidas de prevenção do plano de ação do PGR;
- Adotar medidas para melhorar o desempenho em SST;
- Elaborar, implantar e assegurar o cumprimento dos documentos integrantes do PGR, respeitando o disposto nas demais Normas Regulamentadoras, datados e assinados;
- Manter os documentos integrantes do PGR sempre disponíveis para consulta dos trabalhadores interessados ou seus representantes e à Inspeção do Trabalho;
- Fornece informações às organizações contratadas sobre os riscos ocupacionais sob sua gestão e que possam impactar nas atividades das contratadas.

4.2 ORGANIZAÇÕES CONTRATADAS

- Fornecer ao contratante o Inventário de Riscos Ocupacionais específicos de suas atividades que são realizadas nas dependências da organização contratante ou local previamente convencionado em contrato.

4.3 SESMT/ DESIGNADO CIPA

- Informar aos trabalhadores os riscos ambientais que possam originar-se nos locais de trabalho, os meios necessários para prevenir ou limitar tais riscos e para proteger-se dos mesmos;
- Considerar o conhecimento e percepção que os trabalhadores têm do processo de trabalho;
- Fornecer às empresas subcontratadas as informações sobre os riscos potenciais nas áreas em que desenvolverão suas atividades;
- Programar e aplicar treinamentos com objetivo de instruir os empregados expostos;
- Propor e adotar soluções para eliminar / reduzir a exposição aos riscos;
- Acompanhar o desenvolvimento do PCMSO.

4.4 DOS EMPREGADOS

- Colaborar e participar na implantação e execução do PGR inclusive de normas internas de segurança e saúde;
- Cumprir as normas e orientações recebidas nos treinamentos oferecidos dentro do PGR;
- Informar ao seu superior hierárquico direto ocorrências que, ao seu julgamento possam implicar em riscos à sua saúde e segurança;
- Aplicar e cumprir o Programa de Segurança e Saúde Ocupacional e todas as suas ferramentas aplicáveis e procedimentos específicos inerentes à execução das atividades;
- Colaborar na avaliação e identificação dos riscos gerados em seu posto de trabalho;
- Participar dos treinamentos programados.

5. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

- Inventário de Riscos do PGR;
- Matriz de Riscos do PGR; e
- Plano de Ação no Gerenciamento de Riscos.

6. ESTRATEGIAS E METODOLOGIAS DE AÇÃO

O presente programa foi elaborado com base na antecipação, reconhecimento e avaliação dos riscos ambientais existentes nas atividades dos empregados da Empresa, levando em consideração os diversos locais de trabalho. Esses dados foram realizados por profissionais do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho - SESMT e inseridos no inventario de risco deste PGR.

O controle desses riscos ambientais foi inserido para gerenciamento dos riscos ocupacionais na planilha de ação também conhecida como planilha de gerenciamento de riscos.

Como suporte técnico para o reconhecimento dos riscos foi consideradas as constatações provenientes do exercício dos trabalhos que estão sendo realizadas nas instalações / áreas / setores da empresa, informações prestadas pelos profissionais da empresa e representante da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA.

A estratégia tem como finalidade alcançar os seguintes objetivos:

- Reconhecimento dos Riscos Ambientais - referente ao processo de trabalho executado e a

condição de exposição dos funcionários;

- Avaliação quantitativa - Com base na NR-09.4.2, sempre que se constate a possibilidade de o trabalhador estar submetido à exposição ao agente de risco, cujo limite de tolerância possa estar superior ao previsto na legislação;
- Interpretação dos resultados - avaliação e julgamento profissional com proposição de medidas de controle;
- A metodologia aplicada será a da legislação atualizada das Normas Regulamentadoras - NR do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, Lei 6514 de 22 de dezembro de 1977, onde se encontram estabelecidos os parâmetros mínimos e diretrizes gerais, as quais foram aplicadas neste PGR.
- Com base na NR-09.6.1.1, na ausência de limites de tolerância previstos na NR-15 e seus anexos ou quando necessário, serão utilizados “Critérios Técnicos“ adotados pela American Conference of Governamental Hygienist (ACGIH) tomando como base os limites de tolerância (TLV - TWA, TLV - STEL e TLV - C) adotados por essa Associação.

7. Antecipação, Reconhecimento Avaliação dos Riscos Ambientais

7.1 ANTECIPAÇÃO

A antecipação visa identificar riscos potenciais. As informações que deverão ser consideradas para a elaboração ou revisão do PGR são originadas de:

- Projetos de novas instalações: Projeto Conceitual, a Engenharia, com apoio das áreas de Segurança do Trabalho, deverá avaliar, dentro das estratégias de segurança e de saúde, quais os riscos ambientais que estão previstos no projeto, prevendo, se possível, medidas de redução e controle já na fase do projeto, bem como os recursos necessários para monitoramento das exposições. Estes riscos deverão ser incorporados na revisão do PGR quando da conclusão do projeto.
- Modificações de projetos: A área de Segurança do Trabalho deve avaliar os novos riscos ambientais se estão previstos, ou se ocorreram a eliminação dos mesmos. Estas alterações deverão ser incorporadas na revisão do PGR quando da conclusão da modificação.
- Manipulação de novos produtos químicos: Todo produto novo para ser armazenado deverá ter como base as informações sobre a toxicologia e suas especificações de segurança contidas na FISPQ do produto. Se após a análise crítica das áreas envolvidas forem favoráveis para a manipulação e armazenamento do referido produto, deverá ser feita avaliação ambiental.

7.2 RECONHECIMENTO DOS RISCOS AMBIENTAIS

O reconhecimento dos riscos ambientais é realizado através de inspeções / auditorias nas diversas áreas / locais da Empresa; ocasião em que são consolidadas as constatações técnicas, levando em consideração as percepções que os trabalhadores têm do processo produtivo e riscos ambientais; informações / registros realizados pela Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA, bem como tudo que venha a contribuir como suporte técnico para o enriquecimento do reconhecimento. O reconhecimento visa o registro / avaliação das possíveis interferências na saúde / integridade física do trabalhador em razão da relação entre exposição e riscos ambientais oriundos da área / setor como um todo, somado aos riscos provenientes das atividades realizadas pelo trabalhador no seu posto/local de trabalho.

7.3 AVALIAÇÃO DOS RISCOS AMBIENTAIS

A avaliação dos riscos ambientais é realizada após a Antecipação e Reconhecimento do agente, da fonte geradora, do Grupo Homogêneo ou Similar de Exposição, da função e atividade desses, das medidas de controle existentes e das medidas de controle propostas. Somente o resultado das avaliações devem ser inseridos no Inventário de Riscos deste PGR conforme NR-09.4.3.
A antecipação, o reconhecimento e a avaliação dos Riscos Ambientais estão registrados Inventário de Riscos presentes nesse PGR.

8. FORMA DE REGISTRO, MANUTENÇÃO E DIVULGAÇÃO DE DADOS

O inventário de riscos ocupacionais deve ser mantido atualizado. O histórico das atualizações deve ser mantido por um período mínimo de 20 (vinte) anos ou pelo período estabelecido em normatização específica.

9. PERIODICIDADE E FORMA DE AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DO PGR

A avaliação de riscos deve constituir um processo contínuo e ser revista a cada dois anos ou quando da ocorrência das seguintes situações:
a) após implementação das medidas de prevenção, para avaliação de riscos residuais;
b) após inovações e modificações nas tecnologias, ambientes, processos, condições, procedimentos e organização do trabalho que impliquem em novos riscos ou modifiquem os riscos existentes;
c) quando identificadas inadequações, insuficiências ou ineficácias das medidas de prevenção;
d) na ocorrência de acidentes ou doenças relacionadas ao trabalho;
e) quando houver mudança nos requisitos legais aplicáveis.
Observação.: No caso de organizações que possuírem certificações em sistema de gestão de SST, o prazo poderá ser de até 3 (três) anos.
Será necessário elaborar a AET (Análise Ergonômica do Trabalho), laudo de insalubridade e laudo de periculosidade, para atender a GRO (Gerenciamento de Riscos Ocupacionais). Além dos demais documentos das NR's e dos riscos relacionados no inventário de risco.

Inventário de Riscos

1. INTRODUÇÃO

Os dados referentes aos perigos identificados e das avaliações dos riscos ocupacionais deverão constituir um Inventário de Riscos Ocupacionais, que deverá conter, no mínimo, os seguintes itens:

1. Caracterização dos processos e ambientes de trabalho;
2. Caracterização das atividades;
3. Descrição de perigos e de possíveis lesões ou agravos à saúde dos trabalhadores, com a identificação das fontes ou circunstâncias, descrição de riscos gerados pelos perigos, com a indicação dos grupos de trabalhadores sujeitos a esses riscos e descrição de medidas de prevenção implementadas;
4. Dados da análise preliminar ou do monitoramento das exposições a agentes físicos, químicos e biológicos e os resultados da avaliação de ergonomia nos termos da NR 17;
5. Avaliação de riscos, incluindo a classificação para fins de elaboração do plano de ação;
6. Critérios adotados para avaliação dos riscos e tomadas de decisão.

O inventário de riscos ocupacionais deverá ser mantido atualizado e seu histórico de atualizações deverá ser mantido por um período mínimo de 20 (vinte) anos ou pelo período estabelecido em normatização específica.

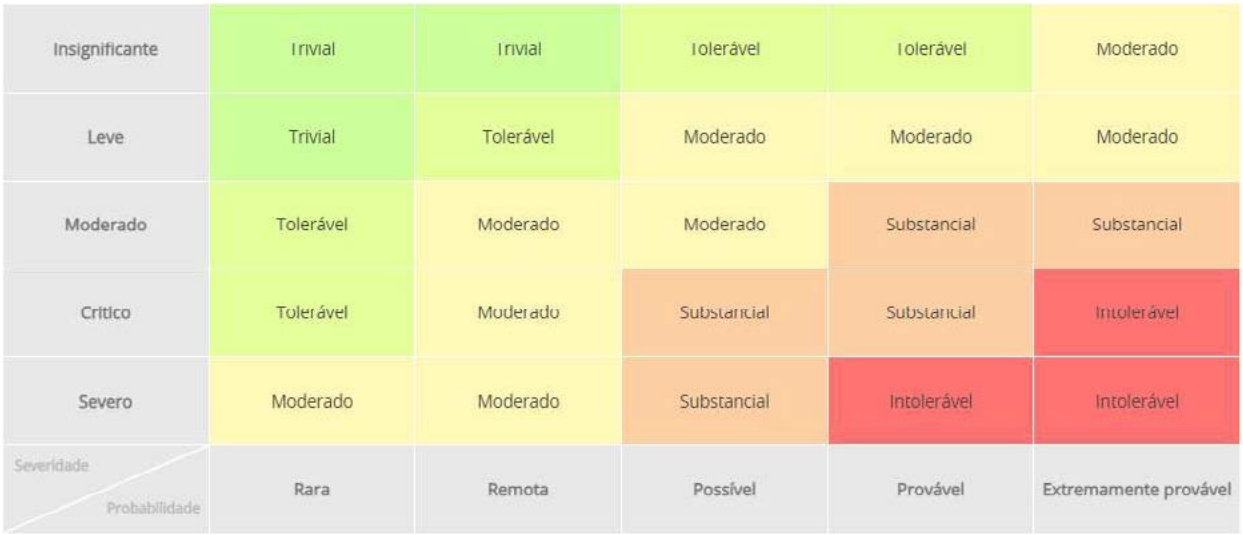
2. RISCOS AMBIENTAIS

Segundo a NR 9 são considerados riscos ambientais os agentes físicos, químicos e biológicos existentes no ambiente de trabalho que, em função de sua natureza, concentração e tempo de exposição são capazes de causar danos a saúde do trabalhador, conforme classificação que segue:

- Agentes físicos - As diversas formas de energia a que possam estar expostos os trabalhadores, tais como ruídos, vibrações, radiações ionizantes, radiações não ionizantes, frio, calor, pressões anormais, umidade
- Agentes químicos - São substância, compostos ou produtos que possam penetrar no organismo pela via respiratória em forma de poeira, fumos, neblinas, névoas, gases ou vapores, ou que, pela natureza da atividade de exposição, possam ter contato ou ser absorvidos pelo organismo ou por ingestão. São eles: poeiras, fumos, névoas, neblinas, gases, vapores, substâncias compostas ou produtos químicos.
- Agentes biológicos - São microorganismos tais como: vírus, bactérias, protozoários, fungos, parasitas, bacilos.
- Riscos Ergonômicos - São riscos relacionados ao processo produtivo e das tarefas executadas em situações inadequadas tais como: esforço físico intenso, levantamento e transporte manual de peso, exigência de postura inadequada, controle rígido de produtividade, imposição de ritmos excessivos, trabalhos em turno noturno, jornadas de trabalho prolongadas, monotonia e repetitividade, outras situações causadoras de stress físico e/ou psíquico.
- Riscos de acidentes - São riscos relacionados à execução de atividades, colocando em exposição à saúde e integridade física dos funcionários no seu campo de trabalho. Ex.: arranjo físico inadequado, máquinas e equipamentos sem proteção, ferramentas inadequadas ou defeituosas, iluminação inadequada, eletricidade, probabilidade de incêndio ou explosão, armazenamento inadequado, animais peçonhentos, outras situações de risco que poderão contribuir para a ocorrência de acidentes.

3. MATRIZ DE RISCO DO PGR

A avaliação da Classificação de Risco é realizada para cada GSE em relação a cada agente de risco E Atividade no Inventário de Riscos, possibilitando conhecer, em função do risco da exposição qual a consequência para a saúde. A classificação de Risco é obtida relacionando-se as informações anteriormente obtidas pela interação da Probabilidade x Severidade do Risco, conforme a Matriz de Risco apresentada na abaixo:



Os níveis de riscos são delimitados com base no resultado da combinação da severidade das possíveis lesões ou agravos à saúde com a probabilidade ou chance de sua ocorrência. Para cada perspectiva foram definidos os pesos e as suas descrições.

SEVERIDADE	
Classificação	Descrição
Insignificante	Incômodo, insatisfação ou dano leve sem necessidade de tratamento médico.
Leve	Pode prejudicar a integridade física e/ou a saúde, provocando lesão que implique em incapacidade temporária por prazo igual ou inferior a 15 (quinze) dias.
Moderado	Pode prejudicar a integridade física e/ou a saúde, provocando lesão que implique em incapacidade temporária por prazo superior a 15 (quinze) dias.
Critico	Pode prejudicar a integridade física e/ou a saúde, provocando lesão ou sequela permanente.
Severo	Pode levar a óbito imediato ou que venha a ocorrer posteriormente.

PROBABILIDADE	
Classificação	Descrição
Rara	Medidas de prevenção adequadas e com garantia de continuidade desta situação. Uma consequência não é esperada, não é comum sua ocorrência, extraordinária.
Remota	Medidas de prevenção adequadas, mas com pequenos desvios. Ainda que em funcionamento, não há garantias de que sejam mantidas sempre ou em longo prazo. Uma consequência é pouco provável que aconteça quase improvável.
Possível	Medidas de prevenção apresentam desvios ou problemas significativos. Não há garantias de que as medidas sejam mantidas. Uma consequência talvez aconteça, com possibilidade de que se efetive concebível.
Provável	Medidas de prevenção incompletas ou com deficiências relevantes. Uma consequência é esperada, com grande probabilidade de que aconteça ou se realize.
Extremamente Provável	Medidas de prevenção inexistentes. Uma consequência é esperada, com grande probabilidade de que aconteça ou se realize.

NIVEIS DE RISCOS	
Classificação	Descrição
Trivial	Nenhuma ação é necessária.
Tolerável	Improvável risco à saúde do trabalhador. É requerido monitoramento, para assegurar que as medidas serão mantidas.
Moderado	Situação considerada causadora de fadiga se desenvolvida por longo período. Devem ser implantados meios de controle preventivo.
Substancial	Situação considerada causadora de lesão. Deve ser feito estudos sistemáticos da atividade, sugerindo um plano de melhoria para eliminar ou minimizar o risco/perigo.
Intolerável	Interromper as atividades ou intervenção imediata. O trabalho não pode ser iniciado ou continuado até que o risco/perigo tenha sido reduzido ou eliminado.

UNIDADE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS
SECRETARIA EXE. DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL
CNPJ: 27.167.345/0001-90

Endereço
Avenida Presidente Vargas, 545 - Centro - Mantenópolis/ES
CEP: 29.770-000

CNAE
8411-6/00 – Administração Pública em Geral
Grau de Risco 1

Caracterização dos processos e ambientes de trabalho

Funcionários

Setor	Cargo	Funcionários
GHE 01 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	2
GHE 02 ENGENHARIA AMBIENTAL	ENGENHEIRO AMBIENTAL	1

SETOR
GHE 01 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

Nº de funcionários 2

CARGO
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
Executar sob supervisão serviços de copeiragem, conservação, limpeza e zeladoria em prédios públicos servindo, limpando vidros e fachadas, recintos internos e acessórios. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Preparar sucos, lanches, cafés e pequenas refeições; Servir água, cafezinho, suco; Administrar fluxo de serventia; Receber e distribuir refeições; Receber ou recolher bandejas, louças e talheres após as refeições, providenciando sua lavagem e guarda ou o envio ao setor competente; Secar louça e prataria, esterilizar instrumentos e materiais; Operar com aparelhos elétricos utilizados nos serviços de alimentação; Limpar talheres, equipamentos de refrigeração assim como balcão, bancada e bandejas; retirar restos de comida, separando e destinando o lixo; Lavar fachadas; Limpar vidros; Remover resíduos dos vidros; Remover pichações; Limpar móveis e equipamentos eletrodomésticos, lustres, luminárias, ventiladores e tudo o que mais constar nos recintos dos prédios municipais; Limpar superfícies (paredes, pisos, etc..); Lavar banheiros; Aspirar pó; Lavar pisos; Encerar pisos; Remover sujeira; Varrer pisos; Secar pisos; Passar pano; Limpar, lavar cortinas e persianas; Recolher lixo; Depositar o lixo e detritos da cozinha em lugares apropriados, de forma a evitar proliferação de insetos; Proceder à limpeza de ralos, caixas de gordura e esgotos, assim como desentupir pias e ralos; Prover os sanitários com toalha, sabão e papel higiênico, removendo os já utilizados; Auxiliar na realização de serviços em geral como recebimento, separação e Distribuição de correspondência e materiais, atividades de limpeza, copa e conservação de instalações. Executar trabalhos de limpeza em geral em edifícios e outros locais, para manutenção das condições de higiene e conservação do ambiente, coletando o lixo.

CBO: 4122-05

Funcionário 2

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Físico	Umidade		
Descrição	Exposição à umidade proveniente da utilização de água no processo de limpeza de superfícies, banheiros, entre outros.		
Fundamentação legal	Norma regulamentadora n°15 - Atividades e operações insalubres.		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode provocar doenças no aparelho respiratório, quedas, doenças de pele, entre outras.		
Fontes ou circunstâncias	Limpeza de superfícies, banheiros, entre outros.		
Meio de propagação	Contato direto		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas: • Avental de PVC • Luvas de PVP • Botas de PVP		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Químico	Produtos Saneantes Domissanitários		
Descrição	Exposição ao agente saneantes domissanitários realizando limpeza de banheiros, pisos, outras superfícies e limpeza de utensílios de cozinha.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode provocar alergias ao contato e irritação nos olhos.		
Fontes ou circunstâncias	Utilização de produtos de limpeza		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Aceitável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL - PCMSO		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional: • Avental de PVC • Luvas de PVP • Botas de PVP		

Identificação			
Perigo/Fator de Risco **Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)**			Grupo **Biológico**
Descrição	Proveniente da coleta de lixo, limpeza de banheiro, entre outros.		
Fundamentação legal	Anexo 1 da Norma Regulamentadora- 15 (Atividades e Operações Insalubres), Portaria n° 3.214/78 do MTE.		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.		
Fontes ou circunstâncias	Coleta de lixo e limpeza de banheiro		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
EPI	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas: • Avental de PVC • Luvas de PVP • Botas de PVP • Óculos de Proteção		
Exposição			
Critério	Qualitativo		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Exigência de flexões de coluna vertebral frequentes		
Descrição	Proveniente da necessidade de baixar, levantar, entre outros movimentos para execução das atividades de limpeza e conservação, entre outras atividades relacionadas.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Pode provocar Lesões musculoesqueléticas, fadiga e exaustão.		
Fontes ou circunstâncias	Atividades de limpeza e conservação		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET. -Fornece instruções para alongamento físico.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Frequente deslocamento a pé durante a jornada de trabalho		
Descrição	Deslocamento necessário proveniente das atividades de limpeza e conservação do ambiente de trabalho, entre outras atividades relacionadas.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Analise Ergonômica do Trabalho - AET. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Orientação	Orientar ao trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Frequente execução de movimentos repetitivos		
Descrição	Proveniente da execução de movimentos repetitivos para execução das atividades de limpeza, conservação, entre outras.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Dores nas articulações dos dedos e das mãos.		
Fontes ou circunstâncias	Movimentos repetitivos para execução das atividades		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET Fornece instruções para alongamento físico.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura de pé por longos períodos		
Descrição	Postura proveniente da necessidade de permanecer de pé para execução das atividades de limpeza e conservação.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Analise Ergonômica do Trabalho - AET. -Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET. Fornece instruções para alongamento físico.		
Orientação	Orientar ao trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Objetos cortantes e/ou perfuro cortantes		
Descrição	Risco proveniente da limpeza de utensílios de cozinha (talheres) e contato com outros objetos que possam causar acidentes.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Risco de cortes e/ou perfurações, acidentes, lesões, entre outros.		
Fontes ou circunstâncias	Utensílios de cozinha diversos, entre outros objetos.		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Medico de Saúde ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco através de palestras e treinamentos. Procedimentos operacionais seguros -Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde no trabalho, e adequados para a execução das atividades.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Piso escorregadio e/ou irregular		
Descrição	Risco proveniente da utilização de água, panos úmidos e ceras no processo de limpeza de pisos e outras superfícies, deixando-os escorregadios. Risco de quedas de mesmo nível.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Fraturas, luxações ou entorses, escoriações e contusões		
Fontes ou circunstâncias	Pisos e outras superfícies escorregadios		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não evidenciado	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas coletivas (EPC)	Necessária utilização de placa cavalete de piso escorregadio durante a execução da atividade de limpeza e enquanto o piso apresentar estar molhado ou úmido.		
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Medico de Saúde ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco através de palestras e treinamentos. Procedimentos operacionais seguros -Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde no trabalho, e adequados para a execução das atividades.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Trabalho em ambientes com risco de queda de objetos		
Descrição	Risco de queda de objetos sobre os pés, proveniente da movimentação de matérias de limpeza, movimentação de utensílios domésticos, movimentação de sacos plásticos contendo lixo, entre outros materiais e/ou objetos.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode provocar contusões, entorses, luxações ou fraturas.		
Fontes ou circunstâncias	Movimentação materiais e/ou objetos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados **in loco** a utilização de EPI's pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Medico de Saúde ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Manter o uso continuo de calçado de segurança fechado, com CA, emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde do trabalho.		
Orientação	Utilizar sempre calçado fechado e apropriado para as atividades, para evitar lesões por queda de objetos sobres os pés.		

SETOR
GHE 02 ENGENHARIA AMBIENTAL
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral. Áreas externas conforme a demanda da secretaria de desenvolvimento ambiental.

Nº de funcionários 1

CARGO
ENGENHEIRO AMBIENTAL
Elaborar e implantar projetos ambientais; gerenciar a implementação do sistema de Gestão Ambiental (SGA) nas empresas, implementar ações de controle de emissão de poluentes, administrar resíduos e procedimentos de remediação. Coletar amostras; Classificar resíduos; Quantificar resíduos; Analisar resíduos; Destinar resíduos; Levantar alternativas de destinação; Levantar custos de destinação; Acompanhar cadeia de custódia. Atender clientes; Realizar visitas técnicas; Realizar avaliações ambientais; Fiscalizar questões hidráulicas e ambientais de obras; Propor soluções técnicas. Desenvolver as atividades decorrentes da aplicação da legislação ambiental, por meio de fiscalização e licenciamento ambiental; caracterizar vegetação natural e fontes de poluição; realizar auditoria de conformidade legal: levantamentos, vistorias e avaliações ambientais. Realizar avaliação de aterros sanitários vazadouro de lixo, armazenamento e depósitos de resíduos industriais e em áreas de extração mineral; realizar vistorias em campo. E Fazer uso de veículos da frota pública municipal.

CBO: 2140-05

1 funcionário

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo ENGENHEIRO AMBIENTAL**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Físico	Radiações não-ionizantes		
Descrição	Exposição à radiação não ionizante (Raios solares UV) nas atividades a céu aberto em vistorias, fiscalizações, avaliações ambientais e de aterro, e condução de veículos automotores, entre outras atividades relacionadas ao cargo.		
Fundamentação legal	Anexo 1 da Norma Regulamentadora- 15 (Atividades e Operações Insalubres), Portaria n° 3.214/78 do MTE.		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Aumentam os riscos de doenças como neoplasias, anemia apática, púrpura, radio dermatite, infertilidade, entre outras.		
Fontes ou circunstâncias	Trabalho a céu aberto		
Meio de propagação	Raios solares (UV)		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades: • Óculos de proteção tipo UV.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Químico	Particulados (insolúveis ou de baixa solubilidade) não especificados de outras maneiras (PNOS)		
Descrição das fontes	Inalação de Poeira Mineral proveniente de vistorias e fiscalizações em locais como aterros, e outros locais.		
Fundamentação legal	NR 01 / NR 07 / NR 09		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode provocar doenças no aparelho respiratório.		
Fontes ou circunstâncias	Aterros, estradas de chão, entre outros.		
Meio de propagação	Via Respiratória		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
-	-	-	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não	Não evidenciado	Não
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas: . Máscara de proteção respiratória Pff2 para poeiras minerais		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura de pé por longos períodos		
Descrição	Postura proveniente da necessidade de permanecer de pé para execução das atividades de vistorias ambientais, visitas in loco, entre outras atividades externas relacionadas a atividade.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Analise Ergonômica do Trabalho - AET. -Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET. Fornece instruções para alongamento físico.		
Orientação	Orientar ao trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura sentada por longos períodos		
Descrição	Necessidade de atuação sentado por longos períodos durante a jornada de trabalho.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Analise Ergonômica do Trabalho - AET Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Fornece instruções para alongamento físico.		
Orientação	Orientar trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Presença de reflexos em telas, painéis, vidros, monitores ou qualquer superfície, que causem desconforto ou prejudiquem a visualização		
Descrição	Situação desconfortável aos olhos, proveniente do uso frequente de telas de computadores para execução das atividades.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Fadiga nos olhos, ardência e dores de cabeça.		
Fontes ou circunstâncias	Telas de computadores		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Trabalho intensivo com teclado ou outros dispositivos de entrada de dados		
Descrição	Repetição continuada de movimentos com os dedos, proveniente da utilização de periféricos de entrada de dados em computadores (mouse, teclados).		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Problemas nas articulações e nos músculos (LER/DORT) e nos dedos (tendinites)		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Critério			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Analise Ergonômica do Trabalho - AET -Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.		
Ações necessárias	- Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Introdução de pausas curtas periódicas e rodízios de funções em trabalhos continuados repetitivos, de precisão, em computadores, ou que exijam atenção constante; - Usar mobiliários ajustáveis às dimensões dos trabalhadores, assegurando postura confortável dos braços e pernas para trabalhador na posição sentada e em pé; - Usar postos de trabalho ajustáveis para o trabalho em computador (altura da cadeira, altura do monitor, altura do teclado).		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Condução de veículos de qualquer natureza em vias públicas		
Descrição	Condução de veículo em condições desfavoráveis meteorológicas, estradas e más condições e congestionamentos excessivos.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Lesões corporais diversas, com grande possibilidade de levar ao óbito ou à invalidez para o trabalhador e para terceiros.		
Fontes ou circunstâncias	Condução de Veículo Automotor		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Severo	Possível	Substancial	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Implementa	Sim	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas coletivas (EPC)	Sinalização de emergência Extintor de Incêndio		
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	-Orientar o trabalhador sobre a condução defensiva através de palestras e treinamentos. -Verificar constantemente os estados dos pneus e das condições mecânicas do veículo, especialmente as condições do freio, lâmpadas e cintos de segurança. -Cuidado durante os deslocamentos em condições climáticas adversas, como chuva e neblina. -Utilização do cinto de segurança pelo motorista e todos os passageiros.		
Orientação	Treinamento de direção defensiva		

Conclusão PGR

.

DISPOSIÇÕES FINAIS

CONTROLE DOS RISCOS

Serão adotadas medidas necessárias e suficientes para a eliminação, minimização ou controle dos riscos ambientais sempre que for verificada pelo menos uma das situações:

a) Exigências previstas nas normas regulamentadoras e nos dispositivos legais;

b) Determinadas pela classificação de riscos ocupacionais;

c) Quando houver evidências de associação, através de controle médico de saúde, entre as lesões e os agravos à saúde dos trabalhadores com os riscos e as situações de trabalho identificadas.

Quando comprovada pela organização a inviabilidade de adoção de medidas de proteção coletiva ou quando estas não forem suficientes ou encontrarem-se em fase de estudo, planejamento ou implantação ou, ainda, em caráter complementar ou emergencial, outras medidas deverão ser adotadas, observando a seguinte

hierarquia:

a) Medidas de caráter administrativo ou de organização do trabalho;

b) Medidas de caráter individual (EPI).

IMPLEMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO

A empresa através de análise das ações executadas, inspeções nos ambientes de trabalho e o monitoramento das condições ambientais e exposições aos agentes nocivos, avaliará a eficácia das medidas de proteção existentes e as implantadas e se necessário estabelecer novas medidas para eliminar, neutralizar ou minimizar os riscos ambientais.

A implantação das medidas de prevenção deverá ser acompanhada de informações aos trabalhadores sobre os procedimentos a serem adotados e limitações das medidas de controle.

Quando identificada a ineficácia das medidas de prevenção adotadas, deverão ser realizados ajustes a fim de corrigir as deficiências. O histórico de medidas implementadas, bem como os ajustes realizados, deverá ser registrado.

O desempenho das medidas de prevenção deverá ser acompanhado de forma planejar e contemplar:

a) A verificação da execução das ações planejadas;

b) As inspeções dos locais de trabalho;

c) O monitoramento das condições ambientais e exposições a agentes nocivos, quando aplicável.

ACOMPANHAMENTO DA SAÚDE OCUPACIONAL DOS TRABALHADORES

O acompanhamento da saúde ocupacional dos trabalhadores será realizado de forma periódica e contínua, de acordo com os riscos ocupacionais identificados e atendendo as diretrizes estabelecidas na NR 07.

A empresa desenvolve ações de saúde ocupacional que estão integradas com as demais medidas de saúde e segurança do trabalho e em conformidade com os riscos intrínsecos ao trabalho.

Todos os riscos que precisem de controle com base em exames complementares laboratoriais, necessitam de medidas de prevenção imediata.

ANÁLISE DE ACIDENTES E DOENÇAS RELACIONADAS AO TRABALHO

A irá analisar todos os acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, documentando os eventos, considerando as fontes causadoras, as atividades desenvolvidas, materiais utilizados e a organização do ambiente de trabalho, identificando os fatores relacionados ao evento e que forneçam evidências para revisar as medidas de prevenção existentes.

PREPARAÇÃO PARA EMERGÊNCIAS

É de responsabilidade da EMPRESA, elaborar, implementar e manter atualizados os procedimentos de resposta aos cenários de emergência, levando em consideração os riscos ocupacionais identificados no ambiente de trabalho e as características das atividades desenvolvidas

Os procedimentos deverão conter:

a) Os meios e recursos necessários para prestação de primeiros socorros, encaminhamento de acidentados e abandono;

b) Quando aplicável, as medidas a serem aplicadas em acidentes de grandes proporções.

EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL DE USO OBRIGATÓRIO

A empresa fornece gratuitamente aos empregados apenas EPI adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, sendo estes portadores de Certificado de Aprovação - CA.

CONCLUSÃO

Este programa tem como fundamento legal a NR 01, seu objetivo é disciplinar os preceitos a serem observados na organização e no ambiente de trabalho, de forma a tornar compatível o planejamento e desenvolvimento das atividades com a busca permanente da segurança e saúde dos trabalhadores. Este programa estará em constante análise e estudo, visando seu aperfeiçoamento, podendo, portanto, sofrer modificações a qualquer momento.

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718

Assinado de forma digital por GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718
Dados: 2024.10.04 07:31:51 -03'00'

Responsável Técnico
Gustavo Cordeiro Miranda
CPF: 092.897.697-18
Conselho de classe: CREA 051725/D
UF: ES
Especialidade: Engenheiro de Segurança

PLANO DE AÇÃO

Cronograma do Plano de Ação

PLANO ANUAL DO PROGRAMA DE SEGURANÇA E SAÚDENO TRABALHO **Período:** **Agosto de 2024 a Julho 2026**

Prioridade (1) Objetivo: Manter e implementar medidas de proteção, prevenção e controles administrativos em relação aos riscos ambientais reconhecidos no PPRA, visando a manutenção da saúde e integridade física dos trabalhadores.

Meta	Indicador	Responsável	Cronograma												Avaliação e análise crítica do plano		
			Ago 24	Set 24	Out 23	Nov 24	Dez 24	Jan 25	Fev 25	Mar 25	Abr 25	Mai 25	Jun 25	Jul 25			
			Ago 25	Set 25	Out 24	Nov 25	Dez 25	Jan 26	Fev 26	Mar 26	Abr 26	Mai 26	Jun 26	Jul 26			
Apresentar e informar os resultados das avaliações qualitativas / quantitativas do PGR	Ofício de entrega de documentos														**Atividades implementadas?**	**Objetivos alcançados?**	**Conclusão e recomendações**
Atividade		**Responsável**															
Reunião de apresentação dos resultados e medidas de controles propostas aos responsáveis pela empresa.		ST / Empregador															

Meta	Indicador	Responsável	Cronograma												Avaliação e análise crítica do plano		
			Ago 24	Set 24	Out 23	Nov 24	Dez 24	Jan 25	Fev 25	Mar 25	Abr 25	Mai 25	Jun 25	Jul 25			
			Ago 25	Set 25	Out 24	Nov 25	Dez 25	Jan 26	Fev 26	Mar 26	Abr 26	Mai 26	Jun 26	Jul 26			
Realização de capacitações, treinamentos e reciclagens.	Lista de presença em treinamento devidamente assinada pelos trabalhadores e pelo instrutor.														**Atividades implementadas?**	**Objetivos alcançados?**	**Conclusão e recomendações**
Atividade		**Responsável**															
Manter as capacitações ao trabalhador quanto à correta utilização dos EPI, incluindo aspectos relacionados à manutenção, substituição, higienização e guarda, bem como as penalidades pela recusa injustificada, focando a importância da prevenção e os efeitos à saúde em relação aos riscos dos processos, conforme item da NR6.6.1. alínea d.		Empregador / Profissional Qualificado															
Palestra para divulgação aos empregados dos riscos ambientais identificados nos locais de trabalho e suas respectivas medidas de controle, conforme item da NR9.3.1		Empregador / Profissional Qualificado															

Cronograma do Plano de Ação

Realizar e manter atualizada a capacitação dos trabalhados quanto à medidas de prevenção e combate a principio de incêndio, conforme item da NR 23.1.	Empregador / Profissional Qualificado														
Realizar e manter atualizada a capacitação dos trabalhadores quanto à prestação dos primeiros socorros, conforme iten NR 7.5.	Empregador / Profissional Qualificado														
Realizar capacitação do designado responsável pelo cumprimento do objetivo da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, conforme item NR 5.32.	Empregador / Profissional Qualificado														
Realizar treinamento aos funcionários sobre os princípios básicos de ergonomia, incluindo a importância de posturas corretas, pausas regulares para descanso e exercícios de alongamento.	Empregador / Profissional Qualificado														
Realizar Treinamneto introdutório ou de integração, a todos os trabalhadores, ao ser admitido ou quando mudar de função que implique emalteração de risco, conforme NR 1 item 1.4.4.	Empregador / Profissional Qualificado														

Cronograma do Plano de Ação

PLANO ANUAL DO PROGRAMA DE SEGURANÇA E SAÚDENO TRABALHO **Período:** **Agosto de 2024 a Julho 2026**

Meta	Indicador	Responsável	Cronograma												Avaliação e análise crítica do plano		
			Ago 24 / Ago 25	Set 24 / Set 25	Out 23 / Out 24	Nov 24 / Nov 25	Dez 24 / Dez 25	Jan 25 / Jan 26	Fev 25 / Fev 26	Mar 25 / Mar 26	Abr 25 / Abr 26	Mai 25 / Mai 26	Jun 25 / Jun 26	Jul 25 / Jul 26			
Fornecer proteção individual adequada aos riscos dos processos, conforme NR6.	Fichas individuais de entrega de EPI devidamente assinada pelo funcionário a cada entrega.	Empregador / Profissional Qualificado													**Atividades implementadas?**	**Objetivos alcançados?**	**Conclusão e recomendações**
Atividade		**Responsável**															
Adquirir somente EPIs com certificado de aprovação (CA) emitido pelo MTE, conforme NR6.2.		Empregador / Profissional Qualificado															
Entregar os Equipamentos de Proteção Individual seguindo periodicidade quando ao uso e desgaste dos equipamentos, bem como controlar o uso efetivo dos mesmos, conforme NR6.6.1.		Empregador / Profissional Qualificado															

Cronograma do Plano de Ação

PLANO ANUAL DO PROGRAMA DE SEGURANÇA E SAÚDENO TRABALHO **Período:** **Agosto de 2024 a Julho 2026**

Meta	Indicador	Responsável	Cronograma												Avaliação e análise crítica do plano		
			Ago 24	Set 24	Out 23	Nov 24	Dez 24	Jan 25	Fev 25	Mar 25	Abr 25	Mai 25	Jun 25	Jul 25			
			Ago 25	Set 25	Out 24	Nov 25	Dez 25	Jan 26	Fev 26	Mar 26	Abr 26	Mai 26	Jun 26	Jul 26			
Monitorar e Atualizar os programas de Segurança e Saúde do Trabalho.	Documento elaborado com acompanhamento periódico.														**Atividades implementadas?**	**Objetivos alcançados?**	**Conclusão e recomendações**
Atividade		**Responsável**															
Manter o monitoramento médico, conforme PCMSO, conforme NR7.		Empregador / Profissional Qualificado															
Elaborar Relatório de Análise Global com o intuito de identificar a eficácia do Plano de ação, conforme NR9.2.1.1.		Empregador / Profissional Qualificado															

Percentual de Implementaçãodas Atividades: **Percentual de cumprimento dos Objetivos:**

Cronograma do Plano de Ação

Meta	Indicador	Responsável	Cronograma												Avaliação e análise crítica do plano		
			Ago 24 / Ago 25	Set 24 / Set 25	Out 23 / Out 24	Nov 24 / Nov 25	Dez 24 / Dez 25	Jan 25 / Jan 26	Fev 25 / Fev 26	Mar 25 / Mar 26	Abr 25 / Abr 26	Mai 25 / Mai 26	Jun 25 / Jun 26	Jul 25 / Jul 26			
Diretrizes sobre Ergonomia no ambiente de trabalho.	Analise Ergonomica do Trabalho														**Atividades implementadas?**	**Objetivos alcançados?**	**Conclusão e recomendações**
Atividade		**Responsável**															
Estabelecer diretrizes clara quanto a prevenção de acidente e doenças relacionados aos riscos ergonomicos.		Empregador / Profissional Qualificado															
Atender as Recomedações Ergonômicas estabelecidas na AET.		Empregador / Profissional Qualificado															

,(Responsável legal pela empresa e
pela implementação do plano de ação)

LTCAT

LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO

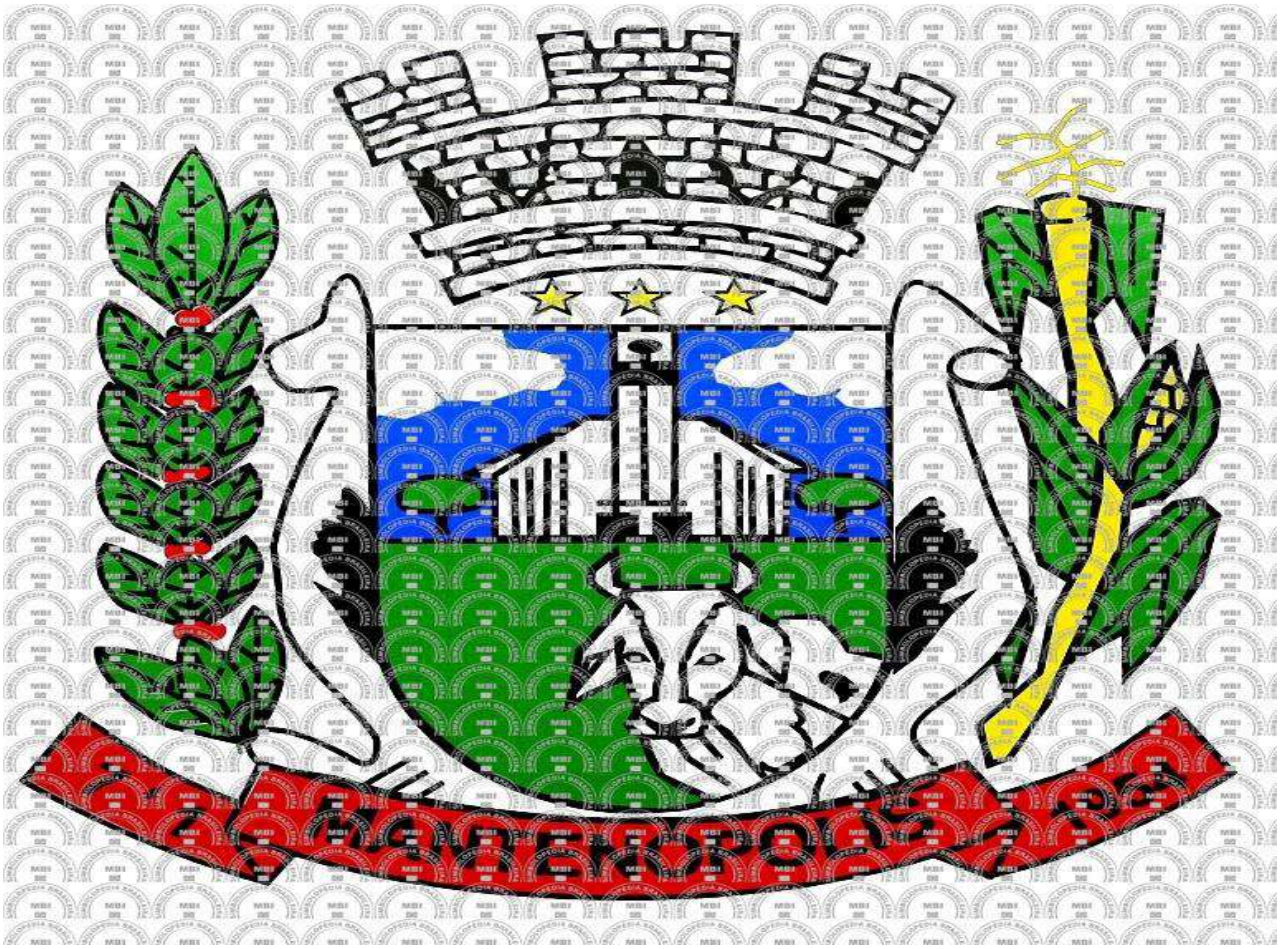


Consultoria Ocupacional & Meio Ambiente

MUNICÍPIO DE MANTENOPOLIS

(SECRETARIA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS)

CNPJ: 27.167.345/0001-90



LTCAT

LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO COLETIVO DECRETO 3.048/99.

AGOSTO DE 2024

Sumário

Identificação da Empresa....4
Introdução....5
Objetivos 5
Informações 5
Fundamentos 5
Aposentadoria Especial 6
Agentes Nocivos....6
Efetiva Exposição à Agentes prejudicial à Saúde 6
Medidas de controle 7
Metodologia e procedimentos de Avaliação do Agente Nocivo 7
Códigos do Sistema SEFIP/GFIP 7
Avaliação das condições ambientais....9
Síntese....15
Conclusões e recomendações gerais....16
Anotação de responsabilidade técnica - ART....17

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS
SECRETARIA EXE. DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL
CNPJ: 27.167.345/0001-90

Endereço
Avenida Presidente Vargas, 545 - Centro - Mantenópolis/ES
CEP: 29.770-000

CNAE
8411-6/00 – Administração Pública em Geral
Grau de Risco 1

Introdução

Este Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) foi elaborado a partir de inspeções e determinações técnicas de agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou a associação desses agentes "in loco". Este laudo está fundamentado legalmente no Regulamento da Previdência Social, Decreto N° 3.048 de 6 de maio de 1999.

Objetivos

Apresentar os levantamentos técnicos (qualitativos e/ou quantitativos) dos ambientes/atividades e identificar a exposição aos agentes físicos, químicos, biológicos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física do(s) trabalhador, no âmbito do ambiente de trabalho, para fins da verificação do enquadramento às condições que geram o direito da concessão à aposentadoria especial.
O Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT e demais demonstrações ambientais também tem como objetivo fundamentar tecnicamente o preenchimento dos formulários de reconhecimento de períodos laborados em condições especiais, denominado PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário (§8º do artigo 68 do Decreto nº 3.048/1999).
Com o objetivo de facilitar a aplicação dos conceitos para elaboração desse laudo no que tange às diferentes atividades existentes nos diferentes ambientes avaliados, os levantamentos e conclusão serão realizados por ambiente/atividade que poderão conter um único cargo ou mais de um dentro de um mesmo grupo de risco.

Informações

Todas as informações contidas neste laudo, bem como as descrições das atividades de cada função e os Certificados de Aprovação (CA) dos Equipamentos de Proteção Individual, foram cedidas pela empresa.
Todas as Tabelas de Identificação de Riscos foram feitas através das informações obtidas nas avaliações realizadas pelo profissional responsável por este documento.
Com base nessa avaliação, foi feito o parecer técnico conclusivo sobre a caracterização de condições especial para fins de aposentadoria especial.

Fundamentos Legais

Este documento foi elaborado conforme as normas vigentes:

- Regulamento da Previdência Social, Decreto n° 3.048, de 06 de maio de 1999;
- Planos de Benefícios da Previdência Social, Lei n° 8.213, de 24 julho de 1991;
- A metodologia e os procedimentos de avaliação estabelecidos pela Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO.
- Instrução Normativa PRES/INSS Nº 128, de 28 de março de 2022.

Aposentadoria Especial

A aposentadoria especial, uma vez cumprido o período de carência exigido, será devida ao segurado empregado, trabalhador avulso e contribuinte individual, que comprove o exercício de atividades com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou a associação desses agentes, de forma permanente, não ocasional nem intermitente, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação, enquadrados nos dispositivos do Regulamento da Previdência Social, decreto n°3.048/99.
Considera-se tempo de **trabalho permanente** aquele que é exercido de forma não ocasional nem intermitente, no qual a exposição do empregado, do trabalhador avulso ou do cooperado ao agente nocivo seja indissociável da produção do bem ou da prestação do serviço.

Agentes Nocivos

A relação dos agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde, analisados no presente laudo e considerados para fins de concessão de aposentadoria especial, consta no Anexo IV do decreto n° 3.048/99.

- **Agentes nocivos Físicos:** diversas formas de energia a que possam estar expostos os trabalhadores, tais como: ruídos, vibrações, temperaturas anormais (calor), entre outros constados no anexo IV.
- **Agentes nocivos Químicos:** Substâncias, compostos ou produtos que possam penetrar no organismo pela via respiratória, nas formas de os manifestados por: névoas, neblinas, poeiras, fumos, gases, vapores de substâncias nocivas presentes no ambiente de trabalho.
- **Agentes nocivos Biológicos:** bactérias, fungos, bacilos, parasitas, protozoários, vírus, entre outros, geneticamente modificados ou não, as culturas de células, os parasitas, as toxinas e os príons.
- **Associação de agentes**: Exposição aos agentes combinados, exclusivamente nas atividades especificadas no Anexo IV do Decreto 3.048/1999.

Efetiva Exposição à Agentes Prejudiciais à Saúde

Conforme decreto n° 3.048/99, a efetiva exposição à agente prejudicial à saúde configura-se quando, mesmo após a adoção das medidas de controle previstas na legislação trabalhista, a nocividade não seja eliminada ou neutralizada.
Considerado:

- **Eliminação** - a adoção de medidas de controle que efetivamente impossibilitem a exposição ao agente prejudicial à saúde no ambiente de trabalho; e
- **Neutralização** - a adoção de medidas de controle que reduzam a intensidade, a concentração ou a dose do agente prejudicial à saúde ao limite de tolerância previsto neste Regulamento ou, na sua ausência, na legislação trabalhista.

Para os agentes reconhecidamente cancerígenos para humanos, listados pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, caso sejam adotadas as medidas de controle previsto na legislação trabalhista que eliminem a nocividade, será descaracterizada a efetiva exposição.

- **Equipamento de Proteção individual -** É todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado a proteção contra riscos capazes de ameaçar a sua segurança e a sua saúde.
- **Equipamento de Proteção Coletiva -** É todo dispositivo ou sistema de âmbito coletivo, destinado à preservação da integridade física e da saúde dos trabalhadores, assim como a de terceiros.
- **Medidas Administrativas -** Procedimentos estabelecidos pela organização destinados a proteção contra agentes nocivos capazes de ameaçar a segurança e a saúde dos colaboradores.

Metodologias e Procedimentos de Avaliação dos Agentes Nocivos

Foi adotado o procedimento de técnica de avaliação Qualitativa e/ou Quantitativa, em relação à exposição, sendo:

- **Qualitativa:**

Trata-se de uma avaliação ou inspeção sobre determinado local de trabalho, observando às características específicas do ambiente laboral, os presentes agentes, as atividades exercidas, funções existentes naquela local e tempo de exposição dos trabalhadores.
As avaliações qualitativas da exposição aos agentes nocivos foram feitas tomando-se por base a análise dos seguintes fatores a eles relacionados:

1. As circunstâncias de exposição ocupacional a determinado agente ou associação de agentes prejudiciais à saúde presentes no ambiente de trabalho durante toda a jornada de trabalho;
2. Todas as fontes e possibilidades de liberação dos agentes nocivos;
3. Meios de contato ou exposição dos trabalhadores, as vias de absorção, a intensidade da exposição, a frequência e a duração do contato.

- **Quantitativa:**

Trata-se de uma avaliação sobre determinado local de trabalho, utilizando-se de equipamentos específicos para medição e quantificação dos a agentes ambientais presentes no ambiente de trabalho. Visando, o dimensionamento das intensidades/concentrações dos riscos.
Nas avaliações ambientais foram consideradas a metodologia e os procedimentos de avaliação estabelecidos pela **Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO**.

Códigos do Sistema SEFIP/GFIP

GFIP - Guia do Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações Previdenciárias, instituído pela Lei 9.528 de 10/12/97. Para trabalhadores com apenas um vínculo empregatício (ou uma fonte pagadora):

- **Código 00** - Sem exposição a agente nocivo. Trabalhador nunca esteve exposto
- **Código 01** - Não exposição a agente nocivo. Trabalhador já esteve exposto.
- **Código 02** - Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 15 anos de serviço);
- **Código 03** - Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 20 anos de serviço);
- **Código 04** - Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 25 anos de serviço).

Para trabalhadores com mais de um vínculo empregatício (ou mais de uma fonte pagadora):

- **Código 05** - Não exposto a agente nocivo;
- **Código 06** - Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 15 anos de trabalho);
- **Código 07** - Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 20 anos de trabalho);
- **Código 08** - Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 25 anos de trabalho).

Revisão dos Dados

O Laudo Técnico de Condições do Ambienta de Trabalho (LTCAT) precisará ser atualizado sempre que ocorrer qualquer alteração no ambiente de trabalho ou em sua organização.
Segundo a legislação previdenciária, mais precisamente o artigo 261, IN 77, inciso § 4º São consideradas alterações no ambiente de trabalho ou em sua organização, entre outras, aquelas decorrentes de:
I - mudança de layout;
II - substituição de máquinas ou de equipamentos;
III - adoção ou alteração de tecnologia de proteção coletiva; e
IV - alcance dos níveis de ação estabelecidos nos subitens do item 9.3.6 da NR-09, aprovadas pela Portaria nº 3.214, de 8 de junho de 1978, do MTE, se aplicável.

Nota Técnica Informativa

O Supremo Tribunal Federal - STF, em sede de Recurso Extraordinário com Agravo - ARE 664.335, de 2015, com repercussão geral reconhecida, considerou que nos casos de exposição do segurado ao agente nocivo ruído acima dos limites legais de tolerância, a declaração do empregador da eficácia do EPI, não descaracteriza o tempo de serviço especial para aposentadoria.

Avaliação das condições Ambientais

UNIDADE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS
SECRETARIA EXE. DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL
CNPJ: 27.167.345/0001-90

Endereço
Avenida Presidente Vargas, 545 - Centro - Mantenópolis/ES
CEP: 29.770-000

CNAE
8411-6/00 – Administração Pública em Geral
Grau de Risco 1

Caracterização dos processos e ambientes de trabalho

Funcionários

Setor	Cargo	Funcionários
GHE 01 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	2
GHE 02 ENGENHARIA AMBIENTAL	ENGENHEIRO AMBIENTAL	1

SETOR
GHE 01 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

N º de funcionários 2

CARGO
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
Executar sob supervisão serviços de copeiragem, conservação, limpeza e zeladoria em prédios públicos servindo, limpando vidros e fachadas, recintos internos e acessórios. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Preparar sucos, lanches, cafés e pequenas refeições; Servir água, cafezinho, suco; Administrar fluxo de serventia; Receber e distribuir refeições; Receber ou recolher bandejas, louças e talheres após as refeições, providenciando sua lavagem e guarda ou o envio ao setor competente; Secar louça e prataria, esterilizar instrumentos e materiais; Operar com aparelhos elétricos utilizados nos serviços de alimentação; Limpar talheres, equipamentos de refrigeração assim como balcão, bancada e bandejas; retirar restos de comida, separando e destinando o lixo; Lavar fachadas; Limpar vidros; Remover resíduos dos vidros; Remover pichações; Limpar móveis e equipamentos eletrodomésticos, lustres, luminárias, ventiladores e tudo o que mais constar nos recintos dos prédios municipais; Limpar superfícies (paredes, pisos, etc..); Lavar banheiros; Aspirar pó; Lavar pisos; Encerar pisos; Remover sujeira; Varrer pisos; Secar pisos; Passar pano; Limpar, lavar cortinas e persianas; Recolher lixo; Depositar o lixo e detritos da cozinha em lugares apropriados, de forma a evitar proliferação de insetos; Proceder à limpeza de ralos, caixas de gordura e esgotos, assim como desentupir pias e ralos; Prover os sanitários com toalha, sabão e papel higiênico, removendo os já utilizados; Auxiliar na realização de serviços em geral como recebimento, separação e Distribuição de correspondência e materiais, atividades de limpeza, copa e conservação de instalações. Executar trabalhos de limpeza em geral em edifícios e outros locais, para manutenção das condições de higiene e conservação do ambiente, coletando o lixo.

CBO: 4122-05 **GFIP: 00**

2 funcionário

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**			
Identificação			
Perigo/Fator de Risco **Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)**			Grupo **Biológico**
Descrição	Proveniente da coleta de lixo, limpeza de banheiro, entre outros.		
Fundamentação legal	Anexo IV do Decreto nº 3.048, de 6 de Maio 1999.		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.		
Fontes ou circunstâncias	Coleta de lixo e limpeza de banheiro		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
EPI	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas: • Avental de PVC • Luvas de PVP • Botas de PVP • Óculos de Proteção		
Exposição			
Critério	Qualitativo		

Conclusão da Aposentadoria Especial
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
Agente físico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente químico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente biológico MICROORGANISMOS E PARASITAS INFECTO-CONTAGIOSOS VIVOS E SUAS TOXINAS (Redação dada pelo Decreto nº 4.882, de 2003) a) trabalhos em estabelecimentos de saúde em contato com pacientes portadores de doenças infecto-contagiosas ou com manuseio de materiais contaminados; b) trabalhos com animais infectados para tratamento ou para o preparo de soro, vacinas e outros produtos; c) trabalhos em laboratórios de autópsia, de anatomia e anátomo-histologia; d) trabalho de exumação de corpos e manipulação de resíduos de animais deteriorados; e) trabalhos em galerias, fossas e tanques de esgoto; f) esvaziamento de biodigestores; g) coleta e industrialização do lixo. Ausência de exposição aos agentes citados unicamente nas atividades relacionadas. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**

SETOR
GHE 02 ENGENHARIA AMBIENTAL
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral. Áreas externas conforme a demanda da secretaria de desenvolvimento ambiental.

Nº de funcionários 1

CARGO
ENGENHEIRO AMBIENTAL
Elaborar e implantar projetos ambientais; gerenciar a implementação do sistema de Gestão Ambiental (SGA) nas empresas, implementar ações de controle de emissão de poluentes, administrar resíduos e procedimentos de remediação. Coletar amostras; Classificar resíduos; Quantificar resíduos; Analisar resíduos; Destinar resíduos; Levantar alternativas de destinação; Levantar custos de destinação; Acompanhar cadeia de custódia. Atender clientes; Realizar visitas técnicas; Realizar avaliações ambientais; Fiscalizar questões hidráulicas e ambientais de obras; Propor soluções técnicas. Desenvolver as atividades decorrentes da aplicação da legislação ambiental, por meio de fiscalização e licenciamento ambiental; caracterizar vegetação natural e fontes de poluição; realizar auditoria de conformidade legal: levantamentos, vistorias e avaliações ambientais. Realizar avaliação de aterros sanitários vazadouro de lixo, armazenamento e depósitos de resíduos industriais e em áreas de extração mineral; realizar vistorias em campo. E Fazer uso de veículos da frota pública municipal.

CBO: 2140-05 **GFIP: 00**

1 funcionário

Conclusão da Aposentadoria Especial
ENGENHEIRO AMBIENTAL
Agente físico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente químico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente biológico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**

Síntese

Unidade				
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENOPOLIS				
Setor	**Cargo**	**Risco**	**Aposentadoria**	**Período**
GHE 01 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Não	.

Os resultados apresentados, bem como as descrições técnicas, tiveram embasamento nas evidências durante as diligências para o desenvolvimento do PGR. A conclusão do laudo considera a situação evidenciada na empresa na data de sua elaboração. Não tem prazo de validade, devendo ser refeito sempre que houver alteração dos riscos presentes no ambiente de trabalho.

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718

Assinado de forma digital por GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718
Dados: 2024.10.04 07:25:28 -03'00'

Responsável pelo LTCAT
Gustavo Cordeiro Miranda
CPF: 092.897.697-18
NIT: 128.65129.29-4
Conselho de classe: CREA 051725/D
UF: ES
Especialidade: Engenheiro de Segurança

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977
CREA-ES
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do ES

ART de Obra ou Serviço

0820240368329

ART Individual

1. Responsável Técnico

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA

Título profissional: **ENGENHEIRO DE PRODUÇÃO,ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO,TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO,TECNÓLOGO EM GEST**

RNP: 0819492124
Registro: ES-051725/D
Registro: 19221

Empresa contratada: ST CONSULTORIA OCUPACIONAL E MEIO AMBIENTE LTDA

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS** CPF/CNPJ: **27167345000190**
Rua: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS Nº: 545
Complemento: CEP: 29770000
Cidade: MANTENÓPOLIS UF: ES Bairro: CENTRO
Telefone:
Contrato: 000077/2023 Nº do Aditivo: 0
Valor do Contrato/Honorários: R$15.050,00 Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA

3. Dados da Obra/Serviço

Rua: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS Nº: 545
Complemento: Bairro: CENTRO Quadra Lote
Cidade: MANTENÓPOLIS UF: ES CEP: 29770000
Data de início: 10/09/2024 Prev. Término: 10/09/2024 Coord. Geogr.: ,
Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS CPF/CNPJ:27167345000190

4. Atividade Técnica

Qtde de Pavimento(s): 0 **Nº Pavimento(s):** 0 **Dimensão/Quantidade:** 1 **Unidade de medida:** UNID

ATIVIDADE(S) TÉCNICA(S): 43 - 13.2 - ASSESSORIA TÉCNICA

PARTICIPAÇÃO:

NATUREZA: 100 - RESPONSABILIDADE TÉCNICA

NÍVEL: 104 - EXECUÇÃO

NATUREZA DO(S) SERVIÇO(S): 9111 - SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS (ESPECIFICAR NO CAMPO 22)

TIPO DA OBRA/SERVIÇO: 2001 - SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS (ESPECIFICAR NO CAMPO 22)

PROJETO(S)/SERVIÇO(S): 100 - NENHUM

Após a conclusão das atividades técnicas, o profissional deverá proceder a baixa desta ART.

5. Observações

REFERENTE A CONTRATAÇAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE MEDICINA DO TRABALHO PARA ELABORAÇÃO DE PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCO, LTCAT (LAUDO TÉCNICO DA CONDIÇÃO DO AMBIENTE DE TRABALHO, PCMSO (PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL), PPP, LAUDO DE INSALUBRIDADE E DE PERICULOSIDADE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPALDE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO; SEM CONTUDO TER PROVIDENCIADO O REGISTRO DE ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART), NESTE CONSELHO.

6. Declarações

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718 Assinado de forma digital por GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718 Dados: 2024.10.04 07:26:10 -03'00'

Profissional

Contratante

Acessibilidade: <declara a aplicabilidade das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº5.296, de 2 de dezembro de 2004, às atividades profissionais acima relacionadas.>

7. Entidade de classe

SENGE - SINDICATO DOS ENGENHEIROS DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO

8.Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima.

Local de Data de

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718 Assinado de forma digital por GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718 Dados: 2024.10.04 07:25:50 -03'00'

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA - CPF: 09289769718

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS - CPF/CNPJ: 27167345000190

9. Informações

- **A ART é válida somente quando quitada, podendo sua conferência ser realizada no site do CREA.**
- **A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.creaes.org.br ou www.confea.org.br**
- **A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.**

www.creaes.org.br creaes@creaes.org.br
tel: (27)3134-0046 art@creaes.org.br

CREA-ES

Valor ART: R$ 262,55 Registrada em: 10/09/2024 Data de pagamento: 12/09/2024 Valor Pago: R$ 262,55 Nosso Número: 140000000016510939

PCMSO

PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL



Consultoria Ocupacional & Meio Ambiente



Sumário

Identificação 3
Médico do trabalho responsável 3
Diretrizes 4
O que é o programa? 4
Objetivos 4
Legalização 4
Implementação 5
Obrigações 5
Responsabilidades 5
Desenvolvimento do Programa 5
Obrigatoriedade dos exames médicos 6
Registro de Dados 6
Preparação para emergência 7
Ações de Saúde no PCMSO- Controle médico Específico 8
Unidade /Setor / Cargo / Funções – Exames complementares 9
Planejamento das atividades do PCMSO 14
Conclusão 15

Consultoria Ocupacional & Meio Ambiente	**PCMSO** **Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional** **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS**	**Agosto de 2024**

Vigência do PCMSO	**Agosto DE 2024 A Agosto DE 2026**

Identificação			
Empresa SECRETARIA EXE. DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL			
Endereço Avenida Presidente Vargas, nº 545		Complemento	CNPJ 27.167.345/0001-90
CEP 29.770-000	Cidade Mantenópolis	Bairro Centro	UF ES
CNAE 8411-6/00	Grau de Risco 1	Descrição CNAE Administração Pública em Geral	

Médico do Trabalho Responsável

Compete ao empregador indicar um médico do trabalho responsável pelo PCMSO. Inexistindo médico do trabalho na localidade, a organização pode contratar médico de outra especialidade como responsável pelo PCMSO.

O MEI, a ME e a EPP, graus de risco 1 e 2, que declararem as informações digitais na forma prevista na legislação e não identificarem exposições ocupacionais a agentes físicos, químicos, biológicos e riscos relacionados a fatores ergonômicos, ficam dispensados de elaboração do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.

As MEI, ME e EPP desobrigadas de elaborar PCMSO, devem realizar e custear exames médicos ocupacionais admissionais, demissionais e periódicos, a cada dois anos, de seus empregados.

RICARDO PINHEIRO LIMA

Assinado de forma digital por RICARDO PINHEIRO LIMA
Dados: 2024.10.04 08:04:50 -03'00'

Médico Responsável pelo PCMSO
Ricardo Pinheiro Lima
Médico do Trabalho
CRM - ES 1614
RQE - 3136
NIT 103.26225.12-6

Diretrizes

O PCMSO é parte integrante do conjunto mais amplo de iniciativas da organização no campo da saúde de seus empregados, devendo estar harmonizado com o disposto nas demais NR.

São diretrizes do PCMSO:
a) rastrear e detectar precocemente os agravos à saúde relacionados ao trabalho;
b) detectar possíveis exposições excessivas a agentes nocivos ocupacionais;
c) definir a aptidão de cada empregado para exercer suas funções ou tarefas determinadas;
d) subsidiar a implantação e o monitoramento da eficácia das medidas de prevenção adotadas na organização;
e) subsidiar análises epidemiológicas e estatísticas sobre os agravos à saúde e sua relação com os riscos ocupacionais;
f) subsidiar decisões sobre o afastamento de empregados de situações de trabalho que possam comprometer sua saúde;
g) subsidiar a emissão de notificações de agravos relacionados ao trabalho, de acordo com a regulamentação pertinente;
h) subsidiar o encaminhamento de empregados à Previdência Social;
i) acompanhar de forma diferenciada o empregado cujo estado de saúde possa ser especialmente afetado pelos riscos ocupacionais;
j) subsidiar a Previdência Social nas ações de reabilitação profissional;
k) subsidiar ações de readaptação profissional;
l) controlar da imunização ativa dos empregados, relacionada a riscos ocupacionais, sempre que houver recomendação do Ministério da Saúde.

O que é o Programa?

O PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional visa à preservação e a conservação da saúde e da integridade física dos trabalhadores da empresa. O Programa alerta e dar ênfase para o controle da saúde, privilegiando a relação de saúde de seus trabalhadores de forma coletiva e individual. O programa é um documento base implantado nas empresas que tem por objetivo evitar danos à vida do trabalhador e doenças ocupacionais derivadas do trabalho exercido.

Objetivo do PCMSO

Prevenção, rastreamento e diagnóstico precoce dos agravos à saúde dos colaboradores, além da constatação da existência de casos de doenças profissionais ou possíveis danos irreversíveis à saúde dos trabalhadores.
Para a elaboração deste PCMSO foram utilizados os procedimentos básicos e fundamentais que norteiam as informações técnicas e científicas fornecidas pelo PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos) e LTCAT (Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho).

Legalização

O PCMSO está previsto na lei Portaria GM n.º 3.214, de 08 de junho de 1978 Portaria SSST n.º 24, de 29 de dezembro de 1994, tendo em vista a NR 07, que estabelece a obrigatoriedade da elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados.

Implementação

A Empresa que tem por iniciativa de implementação do PCMSO estará automaticamente seguindo os preceitos estabelecidos na NR 07, na qual estabelece a obrigatoriedade de sua implementação e eficácia acompanhando o trabalhador em suas atividades profissionais e a variação de sua saúde no decorrer da atividade.

Obrigações

Toda Empresa ou instituição que admite trabalhadores como empregados estão obrigados a elaborar e implementar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional conforme a NR 07.
O PCMSO deve incluir a realização obrigatória dos exames médicos:

1. admissional;
2. periódico;
3. de retorno ao trabalho;
4. de mudança de riscos ocupacionais;
5. demissional.

Responsabilidade

Compete ao **empregador**:
a) garantir a elaboração e efetiva implantação do PCMSO;
b) custear sem ônus para o empregado todos os procedimentos relacionados ao PCMSO;
c) indicar médico do trabalho responsável pelo PCMSO.

Cabe ao **trabalhador**:
a) cumprir as disposições legais e regulamentares sobre segurança e saúde no trabalho, inclusive as ordens de serviço expedidas pelo empregador;
b) submeter-se aos exames médicos previstos nas NR;
c) colaborar com a organização na aplicação das NR; e
d) usar o equipamento de proteção individual fornecido pelo empregador.

Desenvolvimento do Programa

Monitorar a saúde dos empregados de forma regular:

1. Realização dos exames médicos obrigatórios: admissionais, periódicos, de retorno ao trabalho, mudança de função e demissional;
2. Utilizar os diagnósticos encontrados, sempre no sentido de estabelecer medidas para prevenir o surgimento ou a repetição de patologias semelhantes na empresa;
3. Obedecer a um planejamento em que estejam previstas as ações de saúde a serem executadas durante o ano, devendo estas ser objeto de relatório anual;
4. Dar conhecimento e explicação ao empregado dos achados encontrados nos exames, orientando, quando necessário, sobre as medidas preventivas a serem adotadas e estimulando-o a ter uma participação ativa na prevenção de sua saúde, podendo deste modo, adotar procedimentos apropriados para trabalhar com segurança e no uso de EPI.

<u>Conscientização e Promoção a Saúde:</u>
A realização de palestras, campanhas, eventos educativos e treinamentos nas áreas de higiene e medicina do trabalho são fundamentais para conscientização dos empregados sobre os riscos existentes no seu ambiente de trabalho, facilitando assim a prevenção de acidentes, doenças profissionais e outras, devendo ser realizadas de forma sistemática durante o transcorrer do

PCMSO.
Promoção da Saúde:
Poderão ser agendadas durante o ano palestras educativas sobre os seguintes temas:
- Primeiros Socorros;
- Higiene e Saúde;
- Ergonomia;
- Desidratação/ Hidratação;
- Distúrbios metabólicos e endócrinos (diabetes, hipertensão arterial, tireoide, obesidade).

Realização obrigatória dos exames médicos

- **Admissional**

Será realizado por ocasião da contratação do empregado, antes que ele assuma suas funções.

- **Periódico**

O exame médico periódico procura previamente detectar os desvios da saúde que porventura existem nos trabalhadores, mesmo antes de se manifestarem, procurando a correção o mais breve possível, podendo ser percebidas ou não pelo trabalhador. Para realização, a empresa será comunicada a necessidade de sua realização, devendo para tanto proporcionar ao trabalhador seu encaminhamento ao serviço de medicina ocupacional. O não comparecimento do trabalhador no local e horário indicado, bem como a não realização de exames complementares irá fazer parte da estatística do Relatório Anual. É imprescindível o apoio da direção, bem como dos responsáveis pelos trabalhadores.

- **De retorno ao trabalho**

No exame de retorno ao trabalho, o exame clínico deve ser realizado antes que o empregado reassuma suas funções, quando ausente por período igual ou superior a 30 (trinta) dias por motivo de doença ou acidente, de natureza ocupacional ou não.

- **De mudança de risco ocupacional**

O exame de mudança de risco ocupacional deve, obrigatoriamente, ser realizado antes da data da mudança, adequando-se o controle médico aos novos riscos.

- **Demissional**

No exame demissional, o exame clínico deve ser realizado em até 10 (dez) dias contados do término do contrato, podendo ser dispensado caso o exame clínico ocupacional mais recente tenha sido realizado há:
- Menos de 135 (centro e trinta e cinco) dias, para as organizações graus de risco 1 e 2, e;
- Há menos de 90 (noventa) dias, para as organizações graus de risco 3 e 4.

Registro de Dados

Os dados dos exames clínicos e complementares deverão ser registrados em prontuário médico individual sob a responsabilidade do médico responsável pelo PCMSO, ou do médico responsável pelo exame, quando a organização estiver dispensada de PCMSO.

O prontuário do empregado deve ser mantido pela organização, no mínimo, por 20 (vinte) anos após o seu desligamento, exceto em caso de previsão diversa constante na NR 7.

Em caso de substituição do médico responsável pelo PCMSO, a organização deve garantir que os prontuários médicos sejam formalmente transferidos para seu sucessor.

Cada trabalhador terá o seu prontuário clínico individual contendo:

1. Avaliação clínica;
2. Exames complementares (se necessário);
3. Conclusão do exame médico obrigatório;
4. Medidas aplicadas.

O médico responsável pelo PCMSO deve elaborar relatório analítico do Programa, anualmente, considerando a data do último relatório, contendo, no mínimo:

1. o número de exames clínicos realizados;
2. o número e tipos de exames complementares realizados;
3. estatística de resultados anormais dos exames complementares, categorizados por tipo do exame e por unidade operacional, setor ou função;
4. incidência e prevalência de doenças relacionadas ao trabalho, categorizadas por unidade operacional, setor ou função;
5. informações sobre o número, tipo de eventos e doenças informadas nas CAT, emitidas pela organização, referentes a seus empregados;
6. análise comparativa em relação ao relatório anterior e discussão sobre as variações nos resultados.

Relatório analítico do programa

O médico responsável pelo PCMSO deve elaborar relatório analítico do Programa, anualmente, considerando a data do último relatório, contendo, no mínimo:

1. o número de exames clínicos realizados;
2. o número e tipos de exames complementares realizados;
3. estatística de resultados anormais dos exames complementares, categorizados por tipo do exame e por unidade operacional, setor ou função;
4. incidência e prevalência de doenças relacionadas ao trabalho, categorizadas por unidade operacional, setor ou função;
5. informações sobre o número, tipo de eventos e doenças informadas nas CAT, emitidas pela organização, referentes a seus empregados;
6. análise comparativa em relação ao relatório anterior e discussão sobre as variações nos resultados.

Preparação para emergências

A organização deve estabelecer, implementar e manter procedimentos de respostas aos cenários de emergências, de acordo com os riscos, as características e as circunstâncias das atividades.

Os procedimentos de respostas aos cenários de emergências devem prever:

a) Os meios e recursos necessários para os primeiros socorros, encaminhamento de acidentados e abandono; e

b) as medidas necessárias para os cenários de emergências de grande magnitude, quando aplicável.

KIT DE PRIMEIROS SOCORROS

É de extrema importância e necessário a empresa obter o kit de primeiros socorros para melhor atendimento e desempenho das primeiras medidas tomadas diante de algum acidente de trabalho, para não se agravar a saúde do trabalhador ou sua integridade física.

Este procedimento de emergência de primeiros socorros se caracteriza pela aplicação de métodos que podem evitar agravamento em vítimas de acidentes, de mal de súbito ou em perigo de vida, tendo por base o intuito de manter os sinais vitais, procurando evitar o agravamento do quadro no qual a pessoa se encontra. É uma ação individual ou coletiva, dentro de suas devidas limitações em auxílio ao próximo, até que o socorro avançado esteja no local para prestar uma assistência mais minuciosa e definitiva.

O kit de primeiros socorros deve estar em local visível e em uma pequena maleta de fácil acesso.

Este kit deve conter no mínimo os itens seguintes:

- Algodão hidrófilo;
- Álcool 70%
- Luvas descartáveis;
- Esparadrapo (tamanho médio);
- Gaze estéril
- Pinça
- Atadura (20 cm)
- Soro fisiológico
- Termômetro
- Curativo adesivo (tipo band-aid)
- Cotonete

TREINAMENTOS EM PRIMEIROS SOCORROS

É de responsabilidade de a empresa providenciar treinamento aos funcionários, para que haja recursos mínimos, necessários para a prestação de primeiros socorros aos trabalhadores, acidentados ou com problemas de saúde em caráter de urgência ou emergência.

É de vital importância a prestação de atendimentos emergenciais. Conhecimentos simples muitas vezes diminuem o sofrimento, evitam complicações futuras e podem inclusive em muitos casos salvar vidas.

Ações de Saúde no PCMSO

Podem ser caracterizados como as palestras educativas, treinamentos, e acompanhamento individual, que promovem o bem estar do trabalhador, observando uma enorme preocupação da organização, caracterizando também um problema do individual e seus familiares, situando a empresa na realidade de seu meio social, e elevando sua responsabilidade sobre a sociedade.

Todos os funcionários deverão ser Imunizados conforme Programa Nacional de Imunização

Vacina Dupla

Vacina Febre Amarela (para funcionários que atuam em áreas endêmicas)

Vacina de Gripe

Unidade: SECRETARIA EXE. DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL

Setor: GHE 01 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

	Nº de Funcionários
Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	Total: 2
Descrição detalhada: Executar sob supervisão serviços de copeiragem, conservação, limpeza e zeladoria em prédios públicos servindo, limpando vidros e fachadas, recintos internos e acessórios. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Preparar sucos, lanches, cafés e pequenas refeições; Servir água, cafezinho, suco; Administrar fluxo de serventia; Receber e distribuir refeições; Receber ou recolher bandejas, louças e talheres após as refeições, providenciando sua lavagem e guarda ou o envio ao setor competente; Secar louça e prataria, esterilizar instrumentos e materiais; Operar com aparelhos elétricos utilizados nos serviços de alimentação; Limpar talheres, equipamentos de refrigeração assim como balcão, bancada e bandejas; retirar restos de comida, separando e destinando o lixo; Lavar fachadas; Limpar vidros; Remover resíduos dos vidros; Remover pichações; Limpar móveis e equipamentos eletrodomésticos, lustres, luminárias, ventiladores e tudo o que mais constar nos recintos dos prédios municipais; Limpar superfícies (paredes, pisos, etc..); Lavar banheiros; Aspirar pó; Lavar pisos; Encerar pisos; Remover sujeira; Varrer pisos; Secar pisos; Passar pano; Limpar, lavar cortinas e persianas; Recolher lixo; Depositar o lixo e detritos da cozinha em lugares apropriados, de forma a evitar proliferação de insetos; Proceder à limpeza de ralos, caixas de gordura e esgotos, assim como desentupir pias e ralos; Prover os sanitários com toalha, sabão e papel higiênico, removendo os já utilizados; Auxiliar na realização de serviços em geral como recebimento, separação e Distribuição de correspondência e materiais, atividades de limpeza, copa e conservação de instalações. Executar trabalhos de limpeza em geral em edifícios e outros locais, para manutenção das condições de higiene e conservação do ambiente, coletando o lixo.		
Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Umidade	**Físico**	Este agente pode provocar doenças no aparelho respiratório, quedas, doenças de pele, entre outras
Produtos Saneantes Domissanitários	**Químico**	Este agente pode provocar alergias ao contato e irritação nos olhos.
Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	**Biológico**	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.
Exigência de flexões de coluna vertebral frequentes	**Ergonômicos**	Pode provocar Lesões musculoesqueléticas, fadiga e exaustão.
Frequente deslocamento a pé durante a jornada de trabalho	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Frequente execução de movimentos repetitivos	**Ergonômicos**	Dores nas articulações dos dedos e das mãos.
Postura de pé por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.

Objetos cortantes e/ou perfuro cortantes	**Acidente**	Risco de cortes e/ou perfurações, acidentes, lesões, entre outros.
Piso escorregadio e/ou irregular	**Acidente**	Fraturas, luxações ou entorses, escoriações e contusões
Trabalho em ambientes com risco de queda de objetos	**Acidente**	Este agente pode provocar contusões, entorses, luxações ou fraturas.

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Colesterol total	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

Setor: GHE 02 ENGENHARIA AMBIENTAL
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral. Áreas externas conforme a demanda da secretaria de desenvolvimento ambiental.

		Nº de Funcionários
Cargo: ENGENHEIRO AMBIENTAL		Total: 1
Descrição detalhada: Elaborar e implantar projetos ambientais; gerenciar a implementação do sistema de Gestão Ambiental (SGA) nas empresas, implementar ações de controle de emissão de poluentes, administrar resíduos e procedimentos de remediação. Coletar amostras; Classificar resíduos; Quantificar resíduos; Analisar resíduos; Destinar resíduos; Levantar alternativas de destinação; Levantar custos de destinação; Acompanhar cadeia de custódia. Atender clientes; Realizar visitas técnicas; Realizar avaliações ambientais; Fiscalizar questões hidráulicas e ambientais de obras; Propor soluções técnicas. Desenvolver as atividades decorrentes da aplicação da legislação ambiental, por meio de fiscalização e licenciamento ambiental; caracterizar vegetação natural e fontes de poluição; realizar auditoria de conformidade legal: levantamentos, vistorias e avaliações ambientais. Realizar avaliação de aterros sanitários vazadouro de lixo, armazenamento e depósitos de resíduos industriais e em áreas de extração mineral; realizar vistorias em campo. E Fazer uso de veículos da frota pública municipal. .		
Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Radiações não-ionizantes	**Físico**	Aumentam os riscos de doenças como neoplasias, anemia apática, púrpura, radio dermatite, infertilidade, entre outras.
Particulados (insolúveis ou de baixa solubilidade) não especificados de outras maneiras (PNOS)	**Químico**	Este agente pode provocar doenças no aparelho respiratório.
Postura de pé por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar doenças osteomusculares, lombalgias, fadiga precoce, distúrbios vasculares e desconforto na coluna lombar.
Postura sentada por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar problemas circulares nos membros inferiores, dores na região lombar da coluna, alterações posturais, etc.
Presença de reflexos em telas, painéis, vidros, monitores ou qualquer superfície, que causem desconforto ou prejudiquem a visualização	**Ergonômicos**	Fadiga nos olhos, ardência e dores de cabeça.
Trabalho intensivo com teclado ou outros dispositivos de entrada de dados	**Ergonômicos**	Problemas nas articulações e nos músculos (LER/DORT) e nos dedos (tendinites)
Condução de veículos de qualquer natureza em vias públicas	**Acidente**	Lesões corporais diversas, com grande possibilidade de levar ao óbito ou à invalidez para o trabalhador e para terceiros.

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Avaliação de acuidade visual - monocular	X		**12 meses**		X	X
Colesterol total - pesquisa e/ou dosagem	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
ECG convencional de até 12 derivações	X		**12 meses**		X	X
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos - pesquisa e/ou dosagem	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

Planejamento das atividades do PCMSO

EVENTO	Status	JUSTIFICATIVA
Atividade: Exames Médicos Manter os exames médicos atualizados, cumprindo a tabela de periodicidade.	( ) Em andamento ( ) Realizado ( ) A realizar	
Atividade: Palestra sobre Tabagismo	( ) Em andamento ( ) Realizado ( ) A realizar	
Atividade: Primeiros Socorros TREINAMENTOS Abordagem: Primeiros Socorros	( ) Em andamento ( ) Realizado ( ) A realizar	
Atividade: Análise do PCMSO Efetuar análise global do PCMSO para avaliação do seu desenvolvimento e realização dos ajustes necessários e estabelecimento de novas metas.	( ) Em andamento ( ) Realizado ( ) A realizar	
Atividade: Palestra de DST/AIDS Realizar a Critério do Departamento Pessoal do Órgão, Palestra sobre Prevenção a DST/AIDS.	( ) Em andamento ( ) Realizado ( ) A realizar	
Atividade: Relatório Analitico do PCMSO anualmente Dar inicio a elaboração do Relatório analitico do PCMSO, obedecendo as exigências da Norma Regulamentadora 07, item 7.6.2.	( ) Em andamento ( ) Realizado ( ) A realizar	
Atividade: Palestra de Alcoolismo	( ) Em andamento ( ) Realizado ( ) A realizar	

Conclusão
Buscando atender as determinações legais, conclui-se que o PCMSO é parte integrante do conjunto mais amplo de iniciativas da empresa ou instituição, nos locais de trabalho, no campo da saúde dos trabalhadores, privilegiando o instrumento clínico-epidemiológico na abordagem da relação entre a sua saúde e o trabalho. Tem caráter preventivo, rastreador, evitando e diagnosticando no início os casos de doenças profissionais, que possam causar danos irreversíveis à saúde do trabalhador. Este programa foi elaborado considerando os riscos ocupacionais identificados e classificados pelo PGR. O presente laudo foi elaborado somente em uma face.

Total de Funcionários				
	Masculino	**Feminino**	**Menor**	**Total**
Funcionários	-	-	-	3

RICARDO PINHEIRO LIMA

Assinado de forma digital por RICARDO PINHEIRO LIMA
Dados: 2024.10.04 08:05:17 -03'00'

Ricardo Pinheiro Lima
Médico responsável pelo PCMSO
CRM: 1614/ES
Especialidade: Medicina do Trabalho

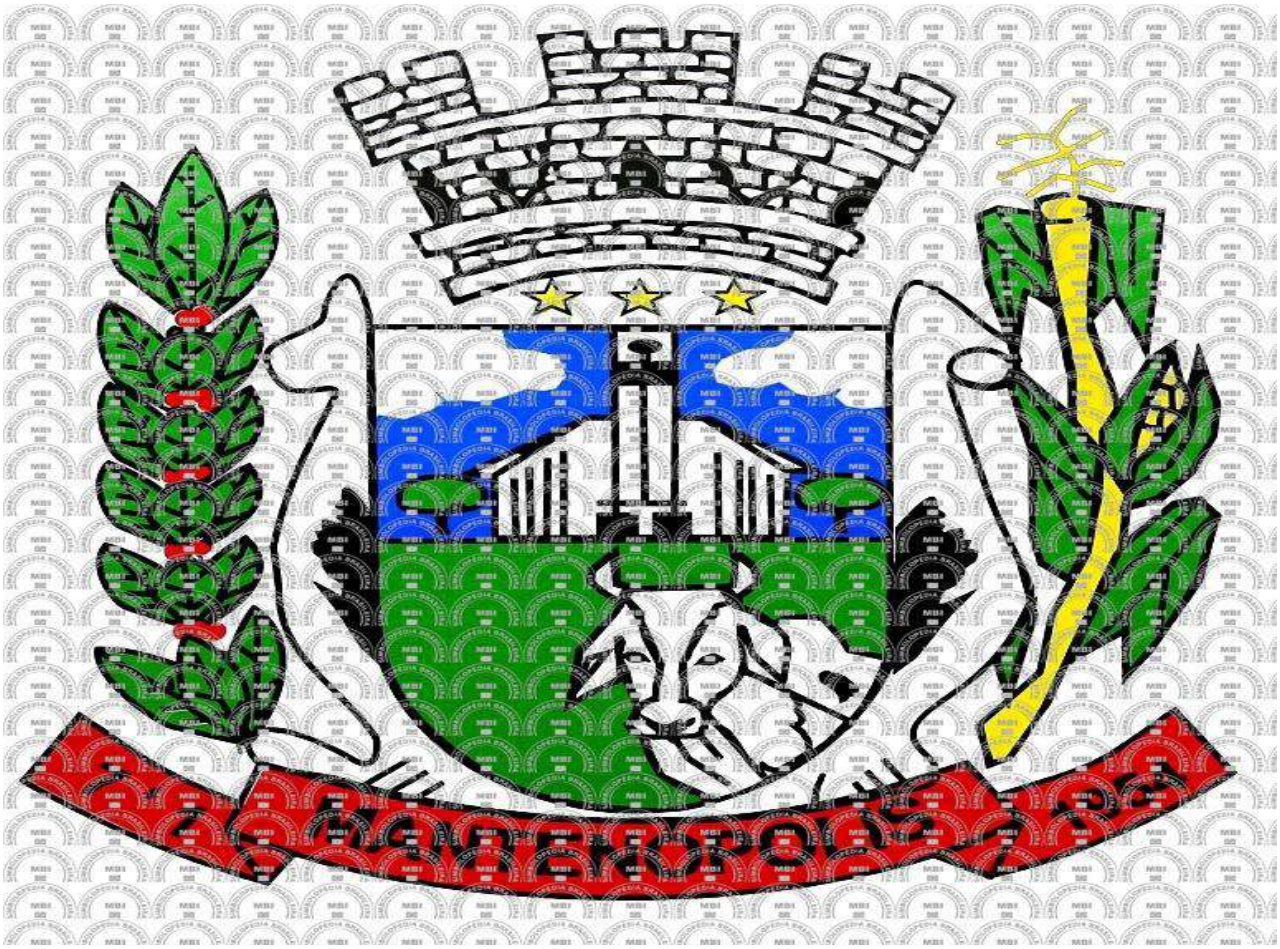
LAUDO DE INSALUBRIDADE - NR15
LAUDO DE PERICULOSIDADE - NR16

Consultoria Ocupacional & Meio Ambiente

MUNICÍPIO DE MANTENOPOLIS

(SECRETARIA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS)

CNPJ: 27.167.345/0001-90



Laudo de Insalubridade e Periculosidade

AGOSTO DE 2024

Sumário

Objetivo 4
Fundamentação legal - atividades e operações insalubres 4
Limites de tolerância 4
Suspensão do pagamento do adicional de insalubridade 6
Fundamentação legal - atividades e operações perigosas 6
Mapeamento dos riscos ambientais e qualificação dos setores insalubres 7
Mapeamento e qualificação dos setores perigosos 19
Conclusões 20
Recomendações gerais 20
Responsabilidade técnica 20
Anotação de Responsabilidade Técnica - ART 21

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS
SECRETARIA EXE. DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL
CNPJ: 27.167.345/0001-90

Endereço
Avenida Presidente Vargas, 545 - Centro - Mantenópolis/ES
CEP: 29.770-000

CNAE
8411-6/00 – Administração Pública em Geral
Grau de Risco 1

Introdução
Objetivos

O objetivo deste laudo é reconhecer legalmente a percepção do adicional de insalubridade (NR - 15) e periculosidade (NR - 16), por quem de direito (empregados).

Fundamentação legal - atividades e operações insalubres

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) destaca em seu artigo 189:

“Art. 189 - Serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos.”

Em auxílio à lei existem as Normas Regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho, e em especial a NR 15, que trata exclusivamente das atividades ou operações insalubres, sendo estas consideradas as que são desenvolvidas:

“15.1 São consideradas atividades ou operações insalubres as que se desenvolvem:

15.1.1 Acima dos limites de tolerância previstos nos Anexos n.º 1, 2, 3, 5, 11 e 12;

15.1.2 (Revogado pela Portaria MTE n.º 3.751, de 23 de novembro de 1990)

15.1.3 Nas atividades mencionadas nos Anexos n.º 6, 13 e 14;

15.1.4 Comprovadas através de laudo de inspeção do local de trabalho, constantes dos Anexos n.º 7, 8, 9 e 10.”

Limite de tolerância

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, a Norma Regulamentadora nº 15, destaca que:

“15.1.5 Entende-se por "Limite de Tolerância", para os fins desta Norma, a concentração ou intensidade máxima ou mínima, relacionada com a natureza e o tempo de exposição ao agente, que não causará dano à saúde do trabalhador, durante a sua vida laboral.”

Segundo o ART.º 192 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para as atividades exercidas acima dos limites de tolerância, previstos nos anexos da NR 15, assegura ao trabalhador a percepção do Adicional de insalubridade, incidente sobre o salário mínimo da região. Os percentuais são:

- 40% (quarenta por cento), para insalubridade de grau máximo;
- 20% (vinte por cento), para insalubridade de grau médio, e;
- 10% (dez por cento), para insalubridade de grau mínimo.

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, a Norma Regulamentadora nº 15, destaca que:

GRAUS DE INSALUBRIDADE		
ANEXO	ATIVIDADES OU OPERAÇÕES QUE EXPONHAM O TRABALHADOR	PERCENTUAL
1	Níveis de ruído contínuo ou intermitente superiores aos limites de tolerância fixados no Quadro constante do Anexo 1 e no item 6 do mesmo Anexo.	20%
2	Níveis de ruído de impacto superiores aos limites de tolerância fixados nos itens 2 e 3 do Anexo 2.	20%
3	Exposição ao calor com valores de IBUTG, superiores aos limites de tolerância fixados nos Quadros 1 e 2.	20%
4	(Revogado pela Portaria MTE n.º 3.751, de 23 de novembro de 1990)	
5	Níveis de radiações ionizantes com radioatividade superior aos limites de tolerância fixados neste Anexo.	40%
6	Ar comprimido.	40%
7	Radiações não-ionizantes consideradas insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho.	20%
8	Vibrações consideradas insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho.	20%
9	Frio considerado insalubre em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho.	20%
10	Umidade considerada insalubre em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho.	20%
11	Agentes químicos cujas concentrações sejam superiores aos limites de tolerância fixados no Quadro 1.	10%, 20% e 40%
12	Poeiras minerais cujas concentrações sejam superiores aos limites de tolerância fixados neste Anexo.	40%
13	Atividades ou operações, envolvendo agentes químicos, consideradas insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho.	10%, 20% e 40%
14	Agentes biológicos.	20% e 40%

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) destaca em seu artigo 193:

“Art. 193. São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a:

I - inflamáveis, explosivos ou energia elétrica;

II - roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial.

§ 1º - O trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional de 30% (trinta por cento) sobre o salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.

§ 2º - O empregado poderá optar pelo adicional de insalubridade que porventura lhe seja devido.

§ 3º Serão descontados ou compensados do adicional outros da mesma natureza eventualmente já concedidos ao vigilante por meio de acordo coletivo.

§ 4º São também consideradas perigosas as atividades de trabalhador em motocicleta.

Avaliação das condições Ambientais

UNIDADE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS
SECRETARIA EXE. DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL
CNPJ: 27.167.345/0001-90

Endereço
Avenida Presidente Vargas, 545 - Centro - Mantenópolis/ES
CEP: 29.770-000

CNAE
8411-6/00 – Administração Pública em Geral
Grau de Risco 1

Caracterização dos processos e ambientes de trabalho

Funcionários

Setor	Cargo	Funcionários
GHE 01 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	2
GHE 02 ENGENHARIA AMBIENTAL	ENGENHEIRO AMBIENTAL	1

SETOR
GHE 01 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral.

N º de funcionários 2

CARGO
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
Executar sob supervisão serviços de copeiragem, conservação, limpeza e zeladoria em prédios públicos servindo, limpando vidros e fachadas, recintos internos e acessórios. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Preparar sucos, lanches, cafés e pequenas refeições; Servir água, cafezinho, suco; Administrar fluxo de serventia; Receber e distribuir refeições; Receber ou recolher bandejas, louças e talheres após as refeições, providenciando sua lavagem e guarda ou o envio ao setor competente; Secar louça e prataria, esterilizar instrumentos e materiais; Operar com aparelhos elétricos utilizados nos serviços de alimentação; Limpar talheres, equipamentos de refrigeração assim como balcão, bancada e bandejas; retirar restos de comida, separando e destinando o lixo; Lavar fachadas; Limpar vidros; Remover resíduos dos vidros; Remover pichações; Limpar móveis e equipamentos eletrodomésticos, lustres, luminárias, ventiladores e tudo o que mais constar nos recintos dos prédios municipais; Limpar superfícies (paredes, pisos, etc..); Lavar banheiros; Aspirar pó; Lavar pisos; Encerar pisos; Remover sujeira; Varrer pisos; Secar pisos; Passar pano; Limpar, lavar cortinas e persianas; Recolher lixo; Depositar o lixo e detritos da cozinha em lugares apropriados, de forma a evitar proliferação de insetos; Proceder à limpeza de ralos, caixas de gordura e esgotos, assim como desentupir pias e ralos; Prover os sanitários com toalha, sabão e papel higiênico, removendo os já utilizados; Auxiliar na realização de serviços em geral como recebimento, separação e Distribuição de correspondência e materiais, atividades de limpeza, copa e conservação de instalações. Executar trabalhos de limpeza em geral em edifícios e outros locais, para manutenção das condições de higiene e conservação do ambiente, coletando o lixo.

CBO: 4122-05

2 funcionário

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Físico	Umidade		
Descrição	Exposição à umidade proveniente da utilização de água no processo de limpeza de superfícies, banheiros, entre outros.		
Fundamentação legal	Norma regulamentadora n°15 - Atividades e operações insalubres.		
Fontes ou circunstâncias	Limpeza de superfícies, banheiros, entre outros.		
Meio de propagação	Contato direto		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas: • Avental de PVC • Luvas de PVP • Botas de PVP		

Identificação			
Perigo/Fator de Risco **Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)**			Grupo **Biológico**
Descrição	Proveniente da coleta de lixo, limpeza de banheiro, entre outros.		
Fundamentação legal	Anexo 1 da Norma Regulamentadora- 15 (Atividades e Operações Insalubres), Portaria n° 3.214/78 do MTE.		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Doenças infecciosas, infectocontagiosas, parasitárias.		
Fontes ou circunstâncias	Coleta de lixo e limpeza de banheiro		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Eventual	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
EPI	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades relacionadas: • Avental de PVC • Luvas de PVP • Botas de PVP • Óculos de Proteção		
Exposição			
Critério	Qualitativo		

Conclusão de insalubridade
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
Agente físico NR 15 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES ANEXO N.º 10 UMIDADE 1. As atividades ou operações executadas em locais alagados ou encharcados, com umidade excessiva, capazes de produzir danos à saúde dos trabalhadores, serão consideradas insalubres em decorrência de laudo de inspeção realizada no local de trabalho. Conforme avaliação qualitativa, os colaboradores não executam atividades ou operações em locais alagados ou encharcados, com umidade excessiva, capazes de produzir danos à saúde dos trabalhadores, conforme anexo 10 da Norma Regulamentadora 15, Portaria n° 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre por exposição ao agente físico umidade.**
Agente químico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**

Agente biológico
NR 15 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES ANEXO N.º 14 (Aprovado pela Portaria SSST n.º 12, de 12 de novembro de 1979) AGENTES BIOLÓGICOS. Relação das atividades que envolvem agentes biológicos, cuja insalubridade é caracterizada pela avaliação qualitativa: **Insalubridade de grau máximo** Trabalho ou operações, em contato permanente com: - pacientes em isolamento por doenças infectocontagiosas, bem como objetos de seu uso, não previamente esterilizados; - carnes, glândulas, vísceras, sangue, ossos, couros, pêlos e dejeções de animais portadores de doenças infectocontagiosas (carbunculose, brucelose, tuberculose); - esgotos (galerias e tanques); e - lixo urbano (coleta e industrialização). **Insalubridade de grau médio** Trabalhos e operações em contato permanente com pacientes, animais ou com material infecto-contagiante, em: . Hospitais, serviços de emergência, enfermarias, ambulatórios, postos de vacinação e outros estabelecimentos destinados aos cuidados da saúde humana (aplica-se unicamente ao pessoal que tenha contato com os pacientes, bem como aos que manuseiam objetos de uso desses pacientes, não previamente esterilizados); . Hospitais, ambulatórios, postos de vacinação e outros estabelecimentos destinados ao atendimento e tratamento de animais (aplica-se apenas ao pessoal que tenha contato com tais animais); . Contato em laboratórios, com animais destinados ao preparo de soro, vacinas e outros produtos; laboratórios de análise clínica e histopatologia (aplica-se tão-só ao pessoal técnico); . Gabinetes de autópsias, de anatomia e histoanatomopatologia (aplica-se somente ao pessoal técnico); . Cemitérios (exumação de corpos); . Estábulos e cavalariças; e . Resíduos de animais deteriorados. Ausência de agentes insalubres citados unicamente nas atividades estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, **conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**

SETOR
GHE 02 ENGENHARIA AMBIENTAL
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral. Áreas externas conforme a demanda da secretaria de desenvolvimento ambiental.

Nº de funcionários 1

CARGO
ENGENHEIRO AMBIENTAL
Elaborar e implantar projetos ambientais; gerenciar a implementação do sistema de Gestão Ambiental (SGA) nas empresas, implementar ações de controle de emissão de poluentes, administrar resíduos e procedimentos de remediação. Coletar amostras; Classificar resíduos; Quantificar resíduos; Analisar resíduos; Destinar resíduos; Levantar alternativas de destinação; Levantar custos de destinação; Acompanhar cadeia de custódia. Atender clientes; Realizar visitas técnicas; Realizar avaliações ambientais; Fiscalizar questões hidráulicas e ambientais de obras; Propor soluções técnicas. Desenvolver as atividades decorrentes da aplicação da legislação ambiental, por meio de fiscalização e licenciamento ambiental; caracterizar vegetação natural e fontes de poluição; realizar auditoria de conformidade legal: levantamentos, vistorias e avaliações ambientais. Realizar avaliação de aterros sanitários vazadouro de lixo, armazenamento e depósitos de resíduos industriais e em áreas de extração mineral; realizar vistorias em campo. E Fazer uso de veículos da frota pública municipal.

CBO: 2140-05

1 funcionário

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo ENGENHEIRO AMBIENTAL**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Físico	Radiações não-ionizantes		
Descrição	Exposição à radiação não ionizante (Raios solares UV) nas atividades a céu aberto em vistorias, fiscalizações, avaliações ambientais e de aterro, e condução de veículos automotores, entre outras atividades relacionadas ao cargo.		
Fundamentação legal	Anexo 1 da Norma Regulamentadora- 15 (Atividades e Operações Insalubres), Portaria n° 3.214/78 do MTE.		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Aumentam os riscos de doenças como neoplasias, anemia apática, púrpura, radio dermatite, infertilidade, entre outras.		
Fontes ou circunstâncias	Trabalho a céu aberto		
Meio de propagação	Raios solares (UV)		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades: • Óculos de proteção tipo UV.		

Conclusão de insalubridade – ENGENHEIRO AMBIENTAL
Agente físico RADIAÇÕES NÃO-IONIZANTES 1. Para os efeitos desta norma, são radiações não-ionizantes as micro-ondas, ultravioletas e laser. **2. As operações ou atividades que exponham os trabalhadores às radiações não-ionizantes, sem a proteção adequada, serão consideradas insalubres, em decorrência de laudo de inspeção realizada no local de trabalho**. 3. As atividades ou operações que exponham os trabalhadores às radiações da luz negra (ultravioleta na faixa - 400320 nanômetros) não serão consideradas insalubres. Conforme anexo 07 da Norma Regulamentadora 15 (Atividades e Operações insalubres), Portaria n°3.214/78 do MTE, em relação as operações ou atividades que exponham os trabalhadores às radiações não-ionizantes, sem a proteção adequada, cuja insalubridade é caracterizada pela avaliação qualitativa, as atividades do **GHE 02 são caracterizados como insalubre.** Sendo assim, fica caracterizado a insalubridade de grau médio (20%). Entretanto, atendendo o item 15.4.1 da Norma Regulamentadora n° 15 da portaria 3.214/1978 do MTE e também desde que compridas as exigências contidas na NR 06 e NR 07 a percepção do adicional de insalubridade poderá ser descaracterizada.
Agente químico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.
Agente biológico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, **portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**

Síntese

Unidade				
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENOPOLIS				
Setor	**Cargo**	**Risco**	**Insalubridade**	**Grau**
GHE 01 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	Agentes biológicos infecciosos e infectocontagiosos (bactérias, vírus, protozoários, fungos, príons, parasitas e outros)	Não	.
GHE 01 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	Umidade	Não	.
GHE 02 ENGENHARIA AMBIENTAL	ENGENHEIRO AMBIENTAL	Radiações não-ionizantes	Sim	Médio - **20%**

Conclusão

Mapeamento e qualificação dos setores perigosos

- **SETOR:** GHE 01 LIMPEZA E CONSERVAÇÃO
- **CARGO:** AUXILIAR DE SERVIÇOS PÚBLICO

Parecer técnico com embasamento conforme Portaria n° 3.214/1978 do MTE. NR-16 - Atividades e Operações Perigosas. **De acordo com os anexos da NR 16 a atividade não é periculosa.**

- **SETOR:** GHE 02 ENGENHARIA AMBIENTAL
- **CARGO:** ENGENHARIA AMBIENTAL

Parecer técnico com embasamento conforme Portaria n° 3.214/1978 do MTE. NR-16 - Atividades e Operações Perigosas. **De acordo com os anexos da NR 16 a atividade não é periculosa.**

As avaliações realizadas neste laudo foram feitas levando em consideração um Grupo Homogêneo de Exposição (GHE), onde, a avaliação corresponde a um grupo de trabalhadores que experimentam exposição semelhante, e que o resultado desta avaliação da exposição de qualquer trabalhador do grupo seja representativo da exposição do restante dos trabalhadores do mesmo grupo.

Recomendações gerais

O presente laudo deve ser reavaliado sempre que novas medidas de controle administrativas ou medidas de proteção coletiva sejam instaladas, ou haja mudança de espaço físico, equipamentos, atividades, processo de trabalho, etc., que venham a alterar as condições ambientais de riscos ao empregado.
Todos os trabalhadores devem estar cientes dos riscos ambientais a que estão expostos, através de Ordens de Serviço, conforme NR 01 e deverá ser permanentemente orientado pela chefia imediata quanto aos corretos procedimentos de trabalho e as formas de proteção contra os riscos.
Os trabalhadores devem estar cientes que o não cumprimento das Ordens de Serviço expedidas pela empresa, esta passível de sanções previstas na CLT.
Os equipamentos de proteção individual - EPI, descartáveis ou não, deverão estar à disposição em número suficiente nos postos de trabalho, de forma que seja garantido o imediato fornecimento ou reposição. Fornecer e orientar o uso mediante protocolo de recebimento.

Responsabilidade técnica

Segundo o Artº 195 da Consolidação das Leis Trabalhistas CLT - A caracterização e a classificação da insalubridade e da periculosidade, segundo as normas do Ministério do Trabalho, far-se-ão através de perícia a cargo de Médico do Trabalho ou Engenheiro do Trabalho, registrados no Ministério do Trabalho. O presente laudo foi elaborado somente em uma face.

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718

Assinado de forma digital por GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718
Dados: 2024.10.04 07:24:05 -03'00'

Responsável do laudo de insalubridade
Gustavo Cordeiro Miranda
CPF: 092.897.697-18
NIT: 128.65129.29-4
Conselho de classe: CREA 051725/D
UF: ES
Especialidade: Engenheiro de Segurança

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART

Página 1/1

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977
CREA-ES
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do ES

ART de Obra ou Serviço

0820240368329

ART Individual

1. Responsável Técnico

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA

Título profissional: **ENGENHEIRO DE PRODUÇÃO,ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO,TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO,TECNÓLOGO EM GEST**

RNP: 0819492124
Registro: ES-051725/D
Registro: 19221

Empresa contratada: ST CONSULTORIA OCUPACIONAL E MEIO AMBIENTE LTDA

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS** CPF/CNPJ: **27167345000190**
Rua: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS Nº: 545
Complemento: CEP: 29770000
Cidade: MANTENÓPOLIS UF: ES Bairro: CENTRO
Telefone:
Contrato: 000077/2023 Nº do Aditivo: 0
Valor do Contrato/Honorários: R$15.050,00 Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA

3. Dados da Obra/Serviço

Rua: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS Nº: 545
Complemento: Bairro: CENTRO Quadra Lote
Cidade: MANTENÓPOLIS UF: ES CEP: 29770000
Data de início: 10/09/2024 Prev. Término: 10/09/2024 Coord. Geogr.: ,
Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS CPF/CNPJ:27167345000190

4. Atividade Técnica

Qtde de Pavimento(s): 0 **Nº Pavimento(s):** 0 **Dimensão/Quantidade:** 1 **Unidade de medida:** UNID

ATIVIDADE(S) TÉCNICA(S): 43 - 13.2 - ASSESSORIA TÉCNICA

PARTICIPAÇÃO:

NATUREZA: 100 - RESPONSABILIDADE TÉCNICA

NÍVEL: 104 - EXECUÇÃO

NATUREZA DO(S) SERVIÇO(S): 9111 - SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS (ESPECIFICAR NO CAMPO 22)

TIPO DA OBRA/SERVIÇO: 2001 - SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS (ESPECIFICAR NO CAMPO 22)

PROJETO(S)/SERVIÇO(S): 100 - NENHUM

Após a conclusão das atividades técnicas, o profissional deverá proceder a baixa desta ART.

5. Observações

REFERENTE A CONTRATAÇAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE MEDICINA DO TRABALHO PARA ELABORAÇÃO DE PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCO, LTCAT (LAUDO TÉCNICO DA CONDIÇÃO DO AMBIENTE DE TRABALHO, PCMSO (PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL), PPP, LAUDO DE INSALUBRIDADE E DE PERICULOSIDADE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPALDE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO; SEM CONTUDO TER PROVIDENCIADO O REGISTRO DE ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART), NESTE CONSELHO.

6. Declarações

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718 Assinado de forma digital por GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718 Dados: 2024.10.04 07:24:33 -03'00'

Profissional

Contratante

Acessibilidade: <declara a aplicabilidade das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº5.296, de 2 de dezembro de 2004, às atividades profissionais acima relacionadas.>

7. Entidade de classe

SENGE - SINDICATO DOS ENGENHEIROS DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO

8.Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima.

Local de Data de

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718 Assinado de forma digital por GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718 Dados: 2024.10.04 07:24:22 -03'00'

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA - CPF: 09289769718

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS - CPF/CNPJ: 27167345000190

9. Informações

- **A ART é válida somente quando quitada, podendo sua conferência ser realizada no site do CREA.**
- **A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.creaes.org.br ou www.confea.org.br**
- **A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.**

www.creaes.org.br creaes@creaes.org.br
tel: (27)3134-0046 art@creaes.org.br
CREA-ES Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo

Valor ART: R$ 262,55 Registrada em: 10/09/2024 Data de pagamento: 12/09/2024 Valor Pago: R$ 262,55 Nosso Número: 140000000016510939

ANEXO X

Consultoria Ocupacional
&
Meio Ambiente

NR – 01 PGR
PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

DOCUMENTO BASE

Vigência

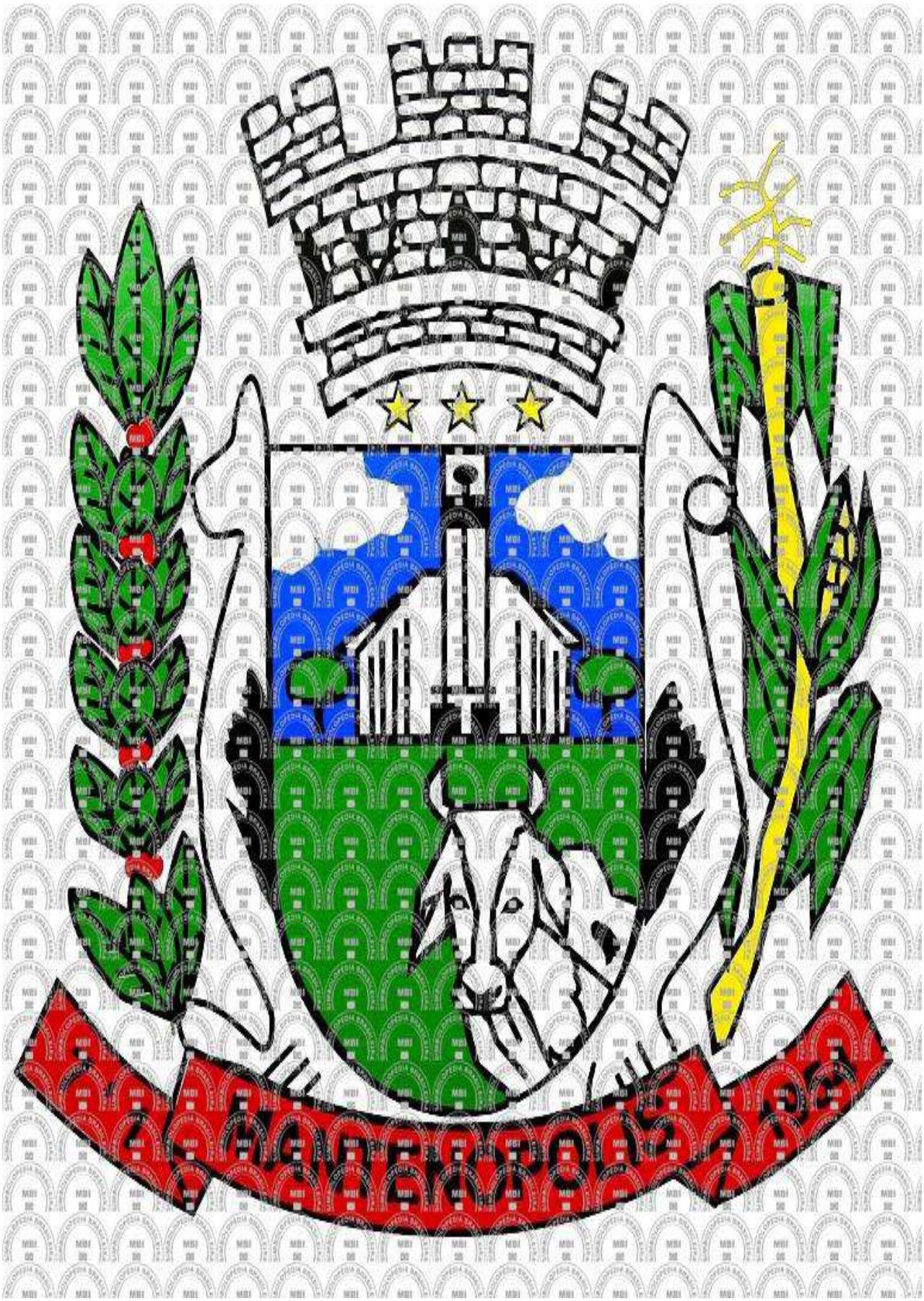
Agosto/2024 a Agosto/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS

Agosto/2024

Sumário

Identificação da empresa 3
Introdução 4
Objetivo 4
Termos e definições 4
Responsabilidades 5
Documentos complementares 6
Estratégias e metodologias de ação 6
Antecipação, reconhecimento, avaliação dos riscos ambientais 7
Forma de registro, manutenção e divulgação de dados 7
Periodicidade e forma de avaliação do desenvolvimento do pgr 7
Inventário de Riscos 9
Disposições finais 23
Controle de riscos 23
Acompanhamento da saúde ocupacional dos trabalhadores 23
Análise de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho 23
Preparação para emergências 24
Equipamentos de proteção individual de uso obrigatório 24
Conclusão 24
Plano de Ação 25



Programa de Gerenciamento de Riscos

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS
SUPERINTENDÊNCIA DE GABINETE DO PREFEITO
CNPJ: 27.167.345/0001-90

Endereço
Avenida Presidente Vargas, 545 - Centro - Mantenópolis/ES
CEP: 29.770-000

CNAE
8411-6/00 – Administração Pública em Geral
Grau de Risco 1

irreversíveis para a saúde (NIOSH/OSHA/EUA).
- Mobilidade: Percentual de tempo de permanência nos diversos locais durante a rotina de trabalho, em relação ao número de horas trabalhada.
- Nível de Ação: Valor acima do qual devem ser iniciadas ações preventivas (monitoramento periódico, informação aos trabalhadores e controle médico) de forma a minimizar a probabilidade de que as exposições a agentes ambientais ultrapassem os limites de exposição. Para agentes químicos corresponde a metade dos limites de exposição ocupacional (NR-15, ACGIH, acordos coletivos) e para o ruído a dose de 0,5 (superior a 50%), conforme estabelecido na NR-15, Anexo 1, item 6.
- Grupos Similares de Exposição - GSE: Grupos de trabalhadores que experimentam exposição semelhante, de forma que o resultado fornecido pela avaliação de qualquer membro do grupo seja representativo do grupo como um todo.
- NR-15: Norma Regulamentadora no 15 - Portaria 3214.
- ACGIH: American Conference of Governamental Industrial Hygiene.
- NIOSH: National Institute for Occupational Safety and Health.
- AIHA: American Industrial Hygiene Association.
- ABNT: Associação Brasileira de Normas Técnicas.
- OSHA: Occupational Safety and Health Administration.

4. RESPONSABILIDADES

4.1. ORGANIZAÇÃO CONTRATANTE

- Implementar, por estabelecimento ou unidade operacional o gerenciamento de riscos ocupacionais em suas atividades;
- Integrar as ações do PGR com planos, programas e outros documentos previstos na legislação de segurança e saúde no trabalho;
- Evitar que os riscos ocupacionais possam ser originados no trabalho;
- Identificar os perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde;
- Avaliar os riscos ocupacionais indicando o nível de risco;
- Classificar os riscos ocupacionais para determinar a necessidade de adoção de medidas de prevenção;
- Implementar medidas de prevenção, de acordo com a classificação de risco e na ordem estabelecida pela NR 01;
- Considerar as condições de trabalho, nos termos da NR-17;
- Acompanhar o controle de riscos ocupacionais;
- Adotar mecanismos para consultar os trabalhadores quanto à percepção de riscos ocupacionais, podendo para este fim ser adotadas as manifestações da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA, quando houver;
- Comunicar aos trabalhadores sobre os riscos consolidados no inventário de riscos e as medidas de prevenção do plano de ação do PGR;
- Adotar medidas para melhorar o desempenho em SST;
- Elaborar, implantar e assegurar o cumprimento dos documentos integrantes do PGR, respeitando o disposto nas demais Normas Regulamentadoras, datados e assinados;
- Manter os documentos integrantes do PGR sempre disponíveis para consulta dos trabalhadores interessados ou seus representantes e à Inspeção do Trabalho;
- Fornece informações às organizações contratadas sobre os riscos ocupacionais sob sua gestão e que possam impactar nas atividades das contratadas.

4.2 ORGANIZAÇÕES CONTRATADAS

- Fornecer ao contratante o Inventário de Riscos Ocupacionais específicos de suas atividades que são realizadas nas dependências da organização contratante ou local previamente convencionado em contrato.

4.3 SESMT/ DESIGNADO CIPA

- Informar aos trabalhadores os riscos ambientais que possam originar-se nos locais de trabalho, os meios necessários para prevenir ou limitar tais riscos e para proteger-se dos mesmos;
- Considerar o conhecimento e percepção que os trabalhadores têm do processo de trabalho;
- Fornecer às empresas subcontratadas as informações sobre os riscos potenciais nas áreas em que desenvolverão suas atividades;
- Programar e aplicar treinamentos com objetivo de instruir os empregados expostos;
- Propor e adotar soluções para eliminar / reduzir a exposição aos riscos;
- Acompanhar o desenvolvimento do PCMSO.

4.4 DOS EMPREGADOS

- Colaborar e participar na implantação e execução do PGR inclusive de normas internas de segurança e saúde;
- Cumprir as normas e orientações recebidas nos treinamentos oferecidos dentro do PGR;
- Informar ao seu superior hierárquico direto ocorrências que, ao seu julgamento possam implicar em riscos à sua saúde e segurança;
- Aplicar e cumprir o Programa de Segurança e Saúde Ocupacional e todas as suas ferramentas aplicáveis e procedimentos específicos inerentes à execução das atividades;
- Colaborar na avaliação e identificação dos riscos gerados em seu posto de trabalho;
- Participar dos treinamentos programados.

5. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

- Inventário de Riscos do PGR;
- Matriz de Riscos do PGR; e
- Plano de Ação no Gerenciamento de Riscos.

6. ESTRATEGIAS E METODOLOGIAS DE AÇÃO

O presente programa foi elaborado com base na antecipação, reconhecimento e avaliação dos riscos ambientais existentes nas atividades dos empregados da Empresa, levando em consideração os diversos locais de trabalho. Esses dados foram realizados por profissionais do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho - SESMT e inseridos no inventario de risco deste PGR.

O controle desses riscos ambientais foi inserido para gerenciamento dos riscos ocupacionais na planilha de ação também conhecida como planilha de gerenciamento de riscos.

Como suporte técnico para o reconhecimento dos riscos foi consideradas as constatações provenientes do exercício dos trabalhos que estão sendo realizadas nas instalações / áreas / setores da empresa, informações prestadas pelos profissionais da empresa e representante da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA.

A estratégia tem como finalidade alcançar os seguintes objetivos:

- Reconhecimento dos Riscos Ambientais - referente ao processo de trabalho executado e a

condição de exposição dos funcionários;

- Avaliação quantitativa - Com base na NR-09.4.2, sempre que se constate a possibilidade de o trabalhador estar submetido à exposição ao agente de risco, cujo limite de tolerância possa estar superior ao previsto na legislação;
- Interpretação dos resultados - avaliação e julgamento profissional com proposição de medidas de controle;
- A metodologia aplicada será a da legislação atualizada das Normas Regulamentadoras - NR do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, Lei 6514 de 22 de dezembro de 1977, onde se encontram estabelecidos os parâmetros mínimos e diretrizes gerais, as quais foram aplicadas neste PGR.
- Com base na NR-09.6.1.1, na ausência de limites de tolerância previstos na NR-15 e seus anexos ou quando necessário, serão utilizados “Critérios Técnicos“ adotados pela American Conference of Governamental Hygienist (ACGIH) tomando como base os limites de tolerância (TLV - TWA, TLV - STEL e TLV - C) adotados por essa Associação.

7. Antecipação, Reconhecimento Avaliação dos Riscos Ambientais

7.1 ANTECIPAÇÃO

A antecipação visa identificar riscos potenciais. As informações que deverão ser consideradas para a elaboração ou revisão do PGR são originadas de:

- Projetos de novas instalações: Projeto Conceitual, a Engenharia, com apoio das áreas de Segurança do Trabalho, deverá avaliar, dentro das estratégias de segurança e de saúde, quais os riscos ambientais que estão previstos no projeto, prevendo, se possível, medidas de redução e controle já na fase do projeto, bem como os recursos necessários para monitoramento das exposições. Estes riscos deverão ser incorporados na revisão do PGR quando da conclusão do projeto.
- Modificações de projetos: A área de Segurança do Trabalho deve avaliar os novos riscos ambientais se estão previstos, ou se ocorreram a eliminação dos mesmos. Estas alterações deverão ser incorporadas na revisão do PGR quando da conclusão da modificação.
- Manipulação de novos produtos químicos: Todo produto novo para ser armazenado deverá ter como base as informações sobre a toxicologia e suas especificações de segurança contidas na FISPQ do produto. Se após a análise crítica das áreas envolvidas forem favoráveis para a manipulação e armazenamento do referido produto, deverá ser feita avaliação ambiental.

7.2 RECONHECIMENTO DOS RISCOS AMBIENTAIS

O reconhecimento dos riscos ambientais é realizado através de inspeções / auditorias nas diversas áreas / locais da Empresa; ocasião em que são consolidadas as constatações técnicas, levando em consideração as percepções que os trabalhadores têm do processo produtivo e riscos ambientais; informações / registros realizados pela Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA, bem como tudo que venha a contribuir como suporte técnico para o enriquecimento do reconhecimento. O reconhecimento visa o registro / avaliação das possíveis interferências na saúde / integridade física do trabalhador em razão da relação entre exposição e riscos ambientais oriundos da área / setor como um todo, somado aos riscos provenientes das atividades realizadas pelo trabalhador no seu posto/local de trabalho.

7.3 AVALIAÇÃO DOS RISCOS AMBIENTAIS

A avaliação dos riscos ambientais é realizada após a Antecipação e Reconhecimento do agente, da fonte geradora, do Grupo Homogêneo ou Similar de Exposição, da função e atividade desses, das medidas de controle existentes e das medidas de controle propostas. Somente o resultado das avaliações devem ser inseridos no Inventário de Riscos deste PGR conforme NR-09.4.3.
A antecipação, o reconhecimento e a avaliação dos Riscos Ambientais estão registrados Inventário de Riscos presentes nesse PGR.

8. FORMA DE REGISTRO, MANUTENÇÃO E DIVULGAÇÃO DE DADOS

O inventário de riscos ocupacionais deve ser mantido atualizado. O histórico das atualizações deve ser mantido por um período mínimo de 20 (vinte) anos ou pelo período estabelecido em normatização específica.

9. PERIODICIDADE E FORMA DE AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DO PGR

A avaliação de riscos deve constituir um processo contínuo e ser revista a cada dois anos ou quando da ocorrência das seguintes situações:
a) após implementação das medidas de prevenção, para avaliação de riscos residuais;
b) após inovações e modificações nas tecnologias, ambientes, processos, condições, procedimentos e organização do trabalho que impliquem em novos riscos ou modifiquem os riscos existentes;
c) quando identificadas inadequações, insuficiências ou ineficácias das medidas de prevenção;
d) na ocorrência de acidentes ou doenças relacionadas ao trabalho;
e) quando houver mudança nos requisitos legais aplicáveis.
Observação.: No caso de organizações que possuírem certificações em sistema de gestão de SST, o prazo poderá ser de até 3 (três) anos.
Será necessário elaborar a AET (Análise Ergonômica do Trabalho), laudo de insalubridade e laudo de periculosidade, para atender a GRO (Gerenciamento de Riscos Ocupacionais). Além dos demais documentos das NR's e dos riscos relacionados no inventário de risco.

Inventário de Riscos

1. INTRODUÇÃO

Os dados referentes aos perigos identificados e das avaliações dos riscos ocupacionais deverão constituir um Inventário de Riscos Ocupacionais, que deverá conter, no mínimo, os seguintes itens:

1. Caracterização dos processos e ambientes de trabalho;
2. Caracterização das atividades;
3. Descrição de perigos e de possíveis lesões ou agravos à saúde dos trabalhadores, com a identificação das fontes ou circunstâncias, descrição de riscos gerados pelos perigos, com a indicação dos grupos de trabalhadores sujeitos a esses riscos e descrição de medidas de prevenção implementadas;
4. Dados da análise preliminar ou do monitoramento das exposições a agentes físicos, químicos e biológicos e os resultados da avaliação de ergonomia nos termos da NR 17;
5. Avaliação de riscos, incluindo a classificação para fins de elaboração do plano de ação;
6. Critérios adotados para avaliação dos riscos e tomadas de decisão.

O inventário de riscos ocupacionais deverá ser mantido atualizado e seu histórico de atualizações deverá ser mantido por um período mínimo de 20 (vinte) anos ou pelo período estabelecido em normatização específica.

2. RISCOS AMBIENTAIS

Segundo a NR 9 são considerados riscos ambientais os agentes físicos, químicos e biológicos existentes no ambiente de trabalho que, em função de sua natureza, concentração e tempo de exposição são capazes de causar danos a saúde do trabalhador, conforme classificação que segue:

- Agentes físicos - As diversas formas de energia a que possam estar expostos os trabalhadores, tais como ruídos, vibrações, radiações ionizantes, radiações não ionizantes, frio, calor, pressões anormais, umidade
- Agentes químicos - São substância, compostos ou produtos que possam penetrar no organismo pela via respiratória em forma de poeira, fumos, neblinas, névoas, gases ou vapores, ou que, pela natureza da atividade de exposição, possam ter contato ou ser absorvidos pelo organismo ou por ingestão. São eles: poeiras, fumos, névoas, neblinas, gases, vapores, substâncias compostas ou produtos químicos.
- Agentes biológicos - São microorganismos tais como: vírus, bactérias, protozoários, fungos, parasitas, bacilos.
- Riscos Ergonômicos - São riscos relacionados ao processo produtivo e das tarefas executadas em situações inadequadas tais como: esforço físico intenso, levantamento e transporte manual de peso, exigência de postura inadequada, controle rígido de produtividade, imposição de ritmos excessivos, trabalhos em turno noturno, jornadas de trabalho prolongadas, monotonia e repetitividade, outras situações causadoras de stress físico e/ou psíquico.
- Riscos de acidentes - São riscos relacionados à execução de atividades, colocando em exposição à saúde e integridade física dos funcionários no seu campo de trabalho. Ex.: arranjo físico inadequado, máquinas e equipamentos sem proteção, ferramentas inadequadas ou defeituosas, iluminação inadequada, eletricidade, probabilidade de incêndio ou explosão, armazenamento inadequado, animais peçonhentos, outras situações de risco que poderão contribuir para a ocorrência de acidentes.

3. MATRIZ DE RISCO DO PGR

A avaliação da Classificação de Risco é realizada para cada GSE em relação a cada agente de risco E Atividade no Inventário de Riscos, possibilitando conhecer, em função do risco da exposição qual a consequência para a saúde. A classificação de Risco é obtida relacionando-se as informações anteriormente obtidas pela interação da Probabilidade x Severidade do Risco, conforme a Matriz de Risco apresentada na abaixo:



Os níveis de riscos são delimitados com base no resultado da combinação da severidade das possíveis lesões ou agravos à saúde com a probabilidade ou chance de sua ocorrência. Para cada perspectiva foram definidos os pesos e as suas descrições.

SEVERIDADE	
Classificação	Descrição
Insignificante	Incômodo, insatisfação ou dano leve sem necessidade de tratamento médico.
Leve	Pode prejudicar a integridade física e/ou a saúde, provocando lesão que implique em incapacidade temporária por prazo igual ou inferior a 15 (quinze) dias.
Moderado	Pode prejudicar a integridade física e/ou a saúde, provocando lesão que implique em incapacidade temporária por prazo superior a 15 (quinze) dias.
Critico	Pode prejudicar a integridade física e/ou a saúde, provocando lesão ou sequela permanente.
Severo	Pode levar a óbito imediato ou que venha a ocorrer posteriormente.

PROBABILIDADE	
Classificação	Descrição
Rara	Medidas de prevenção adequadas e com garantia de continuidade desta situação. Uma consequência não é esperada, não é comum sua ocorrência, extraordinária.
Remota	Medidas de prevenção adequadas, mas com pequenos desvios. Ainda que em funcionamento, não há garantias de que sejam mantidas sempre ou em longo prazo. Uma consequência é pouco provável que aconteça quase improvável.
Possível	Medidas de prevenção apresentam desvios ou problemas significativos. Não há garantias de que as medidas sejam mantidas. Uma consequência talvez aconteça, com possibilidade de que se efetive concebível.
Provável	Medidas de prevenção incompletas ou com deficiências relevantes. Uma consequência é esperada, com grande probabilidade de que aconteça ou se realize.
Extremamente Provável	Medidas de prevenção inexistentes. Uma consequência é esperada, com grande probabilidade de que aconteça ou se realize.

NIVEIS DE RISCOS	
Classificação	Descrição
Trivial	Nenhuma ação é necessária.
Tolerável	Improvável risco à saúde do trabalhador. É requerido monitoramento, para assegurar que as medidas serão mantidas.
Moderado	Situação considerada causadora de fadiga se desenvolvida por longo período. Devem ser implantados meios de controle preventivo.
Substancial	Situação considerada causadora de lesão. Deve ser feito estudos sistemáticos da atividade, sugerindo um plano de melhoria para eliminar ou minimizar o risco/perigo.
Intolerável	Interromper as atividades ou intervenção imediata. O trabalho não pode ser iniciado ou continuado até que o risco/perigo tenha sido reduzido ou eliminado.

UNIDADE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS
SUPERINTENDÊNCIA DE GABINETE DO PREFEITO
CNPJ: 27.167.345/0001-90

Endereço
Avenida Presidente Vargas, 545 - Centro - Mantenópolis/ES
CEP: 29.770-000

CNAE
8411-6/00 – Administração Pública em Geral
Grau de Risco 1

Caracterização dos processos e ambientes de trabalho

Funcionários

Setor	Cargo	Funcionários
GHE 01 TRANSPORTE	MOTORISTA PROFISSIONAL	1

SETOR
GHE 01 TRANSPORTE
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral. Áreas externas conforme a demanda da secretária.

Nº de funcionários 1

CARGO
MOTORISTA PROFISSIONAL
Dirigir e manobrar veículos tipo ônibus, carros, caminhões e carretas. Transportar pessoas, cargas, pacientes e material biológico humano. Realizar verificações e manutenções básicas do veículo e utilizam equipamentos e dispositivos especiais tais como sinalização sonora e luminosa, software de navegação e outros. Utilizar de capacidades comunicativas. Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Os condutores de ambulância auxiliam as equipes de saúde nos atendimentos de urgência e emergência. Conduzem e vistoriam ônibus de transporte coletivo de alunos e passageiros urbanos, metropolitanos e ônibus rodoviários de longas distâncias; verificam itinerário de viagens; controlam o embarque e desembarque de passageiros e os orientam quanto aos procedimentos no interior do veículo. Dirigir veículos transportando pessoas, cargas, e/ou materiais autorizados aos locais determinados. Vistoriar periodicamente as condições do veículo utilizado e providenciar reparos de emergência, troca de pneus, lavagens, guinchamentos e outros. Identificar e indicar as necessidades de reparos nos sistemas elétricos e mecânicos dos veículos da Prefeitura. Manter sob sua responsabilidade os documentos de porte obrigatório do veículo, observando as orientações para a revalidação dos mesmos. Registrar, em formulário específico, os percursos realizados, quilometragem e itinerários da frota oficial. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

CBO: 7823-05; 7823-10; 7823-20; 7824-05

Funcionário 1

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo MOTORISTA PROFISSIONAL**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Físico	Radiações não-ionizantes		
Descrição	Exposição à radiação não ionizante (Raios solares UV) na condução de veículos automotores.		
Fundamentação legal	NR 01 / NR 06 / NR 09		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Aumentam os riscos de doenças como neoplasias, anemia apática, púrpura, radio dermatite, infertilidade, entre outras.		
Fontes ou circunstâncias	Condução de veículos		
Meio de propagação	Raios solares (UV)		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades: • Óculos de proteção tipo UV.		

Identificação			
Grupo	**Código eSocial**	**Perigo/Fator de Risco**	
Físico	02.01.001	Ruído Contínuo ou Intermitente	
Descrição	Uso de máquinas e equipamentos ruidosos.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-9 - AVALIAÇÃO E CONTROLE DAS EXPOSIÇÕES OCUPACIONAIS A AGENTES FÍSICOS, QUÍMICOS E BIOLÓGICOS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Perda da audição, zumbidos, ansiedade, nervosismo entre outros.		
Fontes ou circunstâncias	Máquinas e Equipamentos		
Meio de propagação	Ar		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil da exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	Necessário avaliação quantitativo da exposição do colaborador ao agente físico Ruído para conclusão.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL - PCMSO		
Ações necessárias	- Alertar o trabalhador sobre o risco através de palestras e treinamentos. - Necessário avaliação do agente físico ruído para parecer conclusivo.		
Observação	Necessário Avaliação de Ruído.		

Identificação		
Grupo	**Código e Social**	**Perigo/Fator de Risco**
Físico	02.01.003 02.01.004	Vibração de corpo inteiro (aceleração resultante de exposição normalizada - aren) e (Valor da Dose de Vibração Resultante – VDVR)
Descrição	Proveniente do contato direto com máquinas e equipamentos que exponha o trabalhador a vibração de corpo inteiro.	
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-9 - AVALIAÇÃO E CONTROLE DAS EXPOSIÇÕES OCUPACIONAIS A AGENTES FÍSICOS, QUÍMICOS E BIOLÓGICOS	
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode provocar doenças vasculares, neurológicas e musculares.	
Fontes ou circunstâncias	Condução de veículos	
Meio de propagação	Contato	

Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	ANEXO I da NR-09 VIBRAÇÃO (Portaria MTP n.º 426, de 07 de setembro de 2021). Inconclusivo, necessário avaliação quantitativo da exposição do colaborador ao agente físico Vibração de Corpo Inteiro para conclusão.		

Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	6.1 As medidas de prevenção devem contemplar: a) avaliação periódica da exposição; b) orientação dos trabalhadores quanto aos riscos decorrentes da exposição à vibração e à utilização adequada dos equipamentos de trabalho, bem como quanto ao direito de comunicar aos seus superiores sobre níveis anormais de vibração observados durante suas atividades; c) vigilância da saúde dos trabalhadores focada nos efeitos da exposição à vibração; e d) adoção de procedimentos e métodos de trabalho alternativos que permitam reduzir a exposição a vibrações mecânicas.		
Observação	Necessário avaliação de Vibração de Corpo Inteiro.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Postura sentada por longos períodos		
Descrição	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Este agente pode causar dores e desconforto na coluna lombar.		
Fontes ou circunstâncias	Situações ou atividades com exposição a agentes/riscos Ergonômicos (biomecânicos, organizacionais ou psicossociais) inespecíficos		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Remota	Tolerável	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	-Programa de Controle de Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO. -Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Ações necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. -Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET.		
Orientação	Orientar trabalhador que evite permanecer na mesma posição por muito tempo; Favorecer para que possa alternar a postura.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Uso frequente de alavancas		
Descrição	Utilização frequente e repetida de alavancas na condução de veículo.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho.		
Fontes ou circunstâncias	Condução de Veículo Automotor		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	-Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET. -Realizar pausa para descanso entre viagens por longos períodos, com alteração de postura e se possível realizar alongamentos e exercícios. -Manutenção periódica do veículo, sempre que possível. -Em viagens de longas durações realizar intervalo mínimo de 30 (trinta) minutos para descanso a cada 4 (quatro) horas de tempo ininterrupto de direção e 1 (uma) hora para refeição.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Ergonômico	Uso frequente de pedais		
Descrição	Utilização frequente e repetida de pedais na condução do veículo.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS NR-17 - ERGONOMIA		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho.		
Fontes ou circunstâncias	Condução de Veículo Automotor		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Leve	Possível	Moderado	Tolerável
Conclusão	As recomendações das medidas de controle dependem da avaliação detalhada através de uma AET (Análise Ergonômica de Trabalho) conforme prescreve a NR-17.		
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Medidas administrativas	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	- Agente ergonômico, necessário Analise Ergonômica do Trabalho - AET. - Realizar pausa para descanso entre viagens por longos períodos, com alteração de postura e se possível realizar alongamentos e exercícios. - Manutenção periódica do veículo e adequação do assento, sempre que possível. - Em viagens de longas durações realizar intervalo mínimo de 30 (trinta) minutos para descanso a cada 4 (quatro) horas de tempo ininterrupto de direção e 1 (uma) hora para refeição.		

Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Acidente	Condução de veículos de qualquer natureza em vias públicas		
Descrição	Condução de veículo em condições desfavoráveis meteorológicas, estradas e más condições e congestionamentos excessivos.		
Fundamentação legal	NR-1 - DISPOSIÇÕES GERAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Lesões corporais diversas, com grande possibilidade de levar ao óbito ou à invalidez para o trabalhador e para terceiros.		
Fontes ou circunstâncias	Condução de Veículo Automotor		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Perfil de exposição**	**Critério**	
08:00	Permanente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Severo	Possível	Substancial	Tolerável
Prevenção e controle			
Utiliza EPC	**EPC eficaz**	**Utiliza EPI**	**EPI eficaz**
Implementa	Sim	Não evidenciado	Não se aplica
Medidas coletivas (EPC)	Sinalização de emergência Extintor de Incêndio		
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas administrativas	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO		
Ações necessárias	-Orientar o trabalhador sobre a condução defensiva através de palestras e treinamentos. -Verificar constantemente os estados dos pneus e das condições mecânicas do veículo, especialmente as condições do freio, lâmpadas e cintos de segurança. -Cuidado durante os deslocamentos em condições climáticas adversas, como chuva e neblina. -Utilização do cinto de segurança pelo motorista e todos os passageiros.		
Orientação	Treinamento de direção defensiva		

Conclusão PGR

.

DISPOSIÇÕES FINAIS

CONTROLE DOS RISCOS

Serão adotadas medidas necessárias e suficientes para a eliminação, minimização ou controle dos riscos ambientais sempre que for verificada pelo menos uma das situações:

a) Exigências previstas nas normas regulamentadoras e nos dispositivos legais;

b) Determinadas pela classificação de riscos ocupacionais;

c) Quando houver evidências de associação, através de controle médico de saúde, entre as lesões e os agravos à saúde dos trabalhadores com os riscos e as situações de trabalho identificadas.

Quando comprovada pela organização a inviabilidade de adoção de medidas de proteção coletiva ou quando estas não forem suficientes ou encontrarem-se em fase de estudo, planejamento ou implantação ou, ainda, em caráter complementar ou emergencial, outras medidas deverão ser adotadas, observando a seguinte

hierarquia:

a) Medidas de caráter administrativo ou de organização do trabalho;

b) Medidas de caráter individual (EPI).

IMPLEMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO

A empresa através de análise das ações executadas, inspeções nos ambientes de trabalho e o monitoramento das condições ambientais e exposições aos agentes nocivos, avaliará a eficácia das medidas de proteção existentes e as implantadas e se necessário estabelecer novas medidas para eliminar, neutralizar ou minimizar os riscos ambientais.

A implantação das medidas de prevenção deverá ser acompanhada de informações aos trabalhadores sobre os procedimentos a serem adotados e limitações das medidas de controle.

Quando identificada a ineficácia das medidas de prevenção adotadas, deverão ser realizados ajustes a fim de corrigir as deficiências. O histórico de medidas implementadas, bem como os ajustes realizados, deverá ser registrado.

O desempenho das medidas de prevenção deverá ser acompanhado de forma planejar e contemplar:

a) A verificação da execução das ações planejadas;

b) As inspeções dos locais de trabalho;

c) O monitoramento das condições ambientais e exposições a agentes nocivos, quando aplicável.

ACOMPANHAMENTO DA SAÚDE OCUPACIONAL DOS TRABALHADORES

O acompanhamento da saúde ocupacional dos trabalhadores será realizado de forma periódica e contínua, de acordo com os riscos ocupacionais identificados e atendendo as diretrizes estabelecidas na NR 07.

A empresa desenvolve ações de saúde ocupacional que estão integradas com as demais medidas de saúde e segurança do trabalho e em conformidade com os riscos intrínsecos ao trabalho.

Todos os riscos que precisem de controle com base em exames complementares laboratoriais, necessitam de medidas de prevenção imediata.

ANÁLISE DE ACIDENTES E DOENÇAS RELACIONADAS AO TRABALHO

A irá analisar todos os acidentes e doenças relacionadas ao trabalho, documentando os eventos, considerando as fontes causadoras, as atividades desenvolvidas, materiais utilizados e a organização do ambiente de trabalho, identificando os fatores relacionados ao evento e que forneçam evidências para revisar as medidas de prevenção existentes.

PREPARAÇÃO PARA EMERGÊNCIAS

É de responsabilidade da EMPRESA, elaborar, implementar e manter atualizados os procedimentos de resposta aos cenários de emergência, levando em consideração os riscos ocupacionais identificados no ambiente de trabalho e as características das atividades desenvolvidas

Os procedimentos deverão conter:

a) Os meios e recursos necessários para prestação de primeiros socorros, encaminhamento de acidentados e abandono;

b) Quando aplicável, as medidas a serem aplicadas em acidentes de grandes proporções.

EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL DE USO OBRIGATÓRIO

A empresa fornece gratuitamente aos empregados apenas EPI adequado ao risco, em perfeito estado de conservação e funcionamento, sendo estes portadores de Certificado de Aprovação - CA.

CONCLUSÃO

Este programa tem como fundamento legal a NR 01, seu objetivo é disciplinar os preceitos a serem observados na organização e no ambiente de trabalho, de forma a tornar compatível o planejamento e desenvolvimento das atividades com a busca permanente da segurança e saúde dos trabalhadores. Este programa estará em constante análise e estudo, visando seu aperfeiçoamento, podendo, portanto, sofrer modificações a qualquer momento.

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718

Assinado de forma digital por GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718
Dados: 2024.10.03 14:00:49 -03'00'

Responsável Técnico
Gustavo Cordeiro Miranda
CPF: 092.897.697-18
Conselho de classe: CREA 051725/D
UF: ES
Especialidade: Engenheiro de Segurança

PLANO DE AÇÃO

Cronograma do Plano de Ação

PLANO ANUAL DO PROGRAMA DE SEGURANÇA E SAÚDENO TRABALHO **Período:** **Agosto de 2024 a Julho 2026**

Prioridade (1) Objetivo: Manter e implementar medidas de proteção, prevenção e controles administrativos em relação aos riscos ambientais reconhecidos no PPRA, visando a manutenção da saúde e integridade física dos trabalhadores.

Meta	Indicador	Responsável	Cronograma												Avaliação e análise crítica do plano		
			Ago 24	Set 24	Out 23	Nov 24	Dez 24	Jan 25	Fev 25	Mar 25	Abr 25	Mai 25	Jun 25	Jul 25			
			Ago 25	Set 25	Out 24	Nov 25	Dez 25	Jan 26	Fev 26	Mar 26	Abr 26	Mai 26	Jun 26	Jul 26			
Apresentar e informar os resultados das avaliações qualitativas / quantitativas do PGR	Ofício de entrega de documentos														**Atividades implementadas?**	**Objetivos alcançados?**	**Conclusão e recomendações**
Atividade		**Responsável**															
Reunião de apresentação dos resultados e medidas de controles propostas aos responsáveis pela empresa.		ST / Empregador															

Meta	Indicador	Responsável	Cronograma												Avaliação e análise crítica do plano		
			Ago 24	Set 24	Out 23	Nov 24	Dez 24	Jan 25	Fev 25	Mar 25	Abr 25	Mai 25	Jun 25	Jul 25			
			Ago 25	Set 25	Out 24	Nov 25	Dez 25	Jan 26	Fev 26	Mar 26	Abr 26	Mai 26	Jun 26	Jul 26			
Realização de capacitações, treinamentos e reciclagens.	Lista de presença em treinamento devidamente assinada pelos trabalhadores e pelo instrutor.														**Atividades implementadas?**	**Objetivos alcançados?**	**Conclusão e recomendações**
Atividade		**Responsável**															
Manter as capacitações ao trabalhador quanto à correta utilização dos EPI, incluindo aspectos relacionados à manutenção, substituição, higienização e guarda, bem como as penalidades pela recusa injustificada, focando a importância da prevenção e os efeitos à saúde em relação aos riscos dos processos, conforme item da NR6.6.1. alínea d.		Empregador / Profissional Qualificado															
Palestra para divulgação aos empregados dos riscos ambientais identificados nos locais de trabalho e suas respectivas medidas de controle, conforme item da NR9.3.1		Empregador / Profissional Qualificado															

Cronograma do Plano de Ação

Realizar e manter atualizada a capacitação dos trabalhados quanto à medidas de prevenção e combate a principio de incêndio, conforme item da NR 23.1.	Empregador / Profissional Qualificado														
Realizar e manter atualizada a capacitação dos trabalhadores quanto à prestação dos primeiros socorros, conforme iten NR 7.5.	Empregador / Profissional Qualificado														
Realizar capacitação do designado responsável pelo cumprimento do objetivo da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, conforme item NR 5.32.	Empregador / Profissional Qualificado														
Realizar treinamento aos funcionários sobre os princípios básicos de ergonomia, incluindo a importância de posturas corretas, pausas regulares para descanso e exercícios de alongamento.	Empregador / Profissional Qualificado														
Necessário que sejá feita avaliação de ruído, nos cargos e atividades mencionadas no PGR, para parecer conclusivo, conforme NR 15 anexo nº 1.	Empregador / Profissional Qualificado														
Necessário que sejá feita avaliação de vibração de corpo inteiro, nos cargos e atividades mencionadas no PGR, para parecer conclusivo, conforme NR 15 anexo nº I item 5.3.3.	Empregador / Profissional Qualificado														
Realizar Treinamneto introdutório ou de integração, a todos os trabalhadores, ao ser admitido ou quando mudar de função que implique emalteração de risco, conforme NR 1 item 1.4.4.	Empregador / Profissional Qualificado														

Cronograma do Plano de Ação

PLANO ANUAL DO PROGRAMA DE SEGURANÇA E SAÚDENO TRABALHO **Período:** **Agosto de 2024 a Julho 2026**

Meta	Indicador	Responsável	Cronograma												Avaliação e análise crítica do plano		
			Ago 24	Set 24	Out 23	Nov 24	Dez 24	Jan 25	Fev 25	Mar 25	Abr 25	Mai 25	Jun 25	Jul 25			
			Ago 25	Set 25	Out 24	Nov 25	Dez 25	Jan 26	Fev 26	Mar 26	Abr 26	Mai 26	Jun 26	Jul 26			
Fornecer proteção individual adequada aos riscos dos processos, conforme NR6.	Fichas individuais de entrega de EPI devidamente assinada pelo funcionário a cada entrega.	Empregador / Profissional Qualificado													**Atividades implementadas?**	**Objetivos alcançados?**	**Conclusão e recomendações**
Atividade		**Responsável**															
Adquirir somente EPIs com certificado de aprovação (CA) emitido pelo MTE, conforme NR6.2.		Empregador / Profissional Qualificado															
Entregar os Equipamentos de Proteção Individual seguindo periodicidade quando ao uso e desgaste dos equipamentos, bem como controlar o uso efetivo dos mesmos, conforme NR6.6.1.		Empregador / Profissional Qualificado															

Cronograma do Plano de Ação

PLANO ANUAL DO PROGRAMA DE SEGURANÇA E SAÚDENO TRABALHO **Período:** **Agosto de 2024 a Julho 2026**

Meta	Indicador	Responsável	Cronograma												Avaliação e análise crítica do plano		
			Ago 24 / Ago 25	Set 24 / Set 25	Out 23 / Out 24	Nov 24 / Nov 25	Dez 24 / Dez 25	Jan 25 / Jan 26	Fev 25 / Fev 26	Mar 25 / Mar 26	Abr 25 / Abr 26	Mai 25 / Mai 26	Jun 25 / Jun 26	Jul 25 / Jul 26			
Monitorar e Atualizar os programas de Segurança e Saúde do Trabalho.	Documento elaborado com acompanhamento periódico.														**Atividades implementadas?**	**Objetivos alcançados?**	**Conclusão e recomendações**
Atividade		**Responsável**															
Manter o monitoramento médico, conforme PCMSO, conforme NR7.		Empregador / Profissional Qualificado															
Elaborar Relatório de Análise Global com o intuito de identificar a eficácia do Plano de ação, conforme NR9.2.1.1.		Empregador / Profissional Qualificado															

Percentual de Implementaçãodas Atividades: **Percentual de cumprimento dos Objetivos:**

Cronograma do Plano de Ação

Meta	Indicador	Responsável	Cronograma												Avaliação e análise crítica do plano		
			Ago 24	Set 24	Out 23	Nov 24	Dez 24	Jan 25	Fev 25	Mar 25	Abr 25	Mai 25	Jun 25	Jul 25			
			Ago 25	Set 25	Out 24	Nov 25	Dez 25	Jun 26	Fev 26	Mar 26	Abr 26	Mai 26	Jun 26	Jul 26			
Diretrizes sobre Ergonomia no ambiente de trabalho.	Analise Ergonomica do Trabalho														**Atividades implementadas?**	**Objetivos alcançados?**	**Conclusão e recomendações**
Atividade		**Responsável**															
Estabelecer diretrizes clara quanto a prevenção de acidente e doenças relacionados aos riscos ergonomicos.		Empregador / Profissional Qualificado															
Atender as Recomedações Ergonômicas estabelecidas na AET.		Empregador / Profissional Qualificado															

.(Responsável legal pela empresa e
pela implementação do plano de ação)

LTCAT

LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO

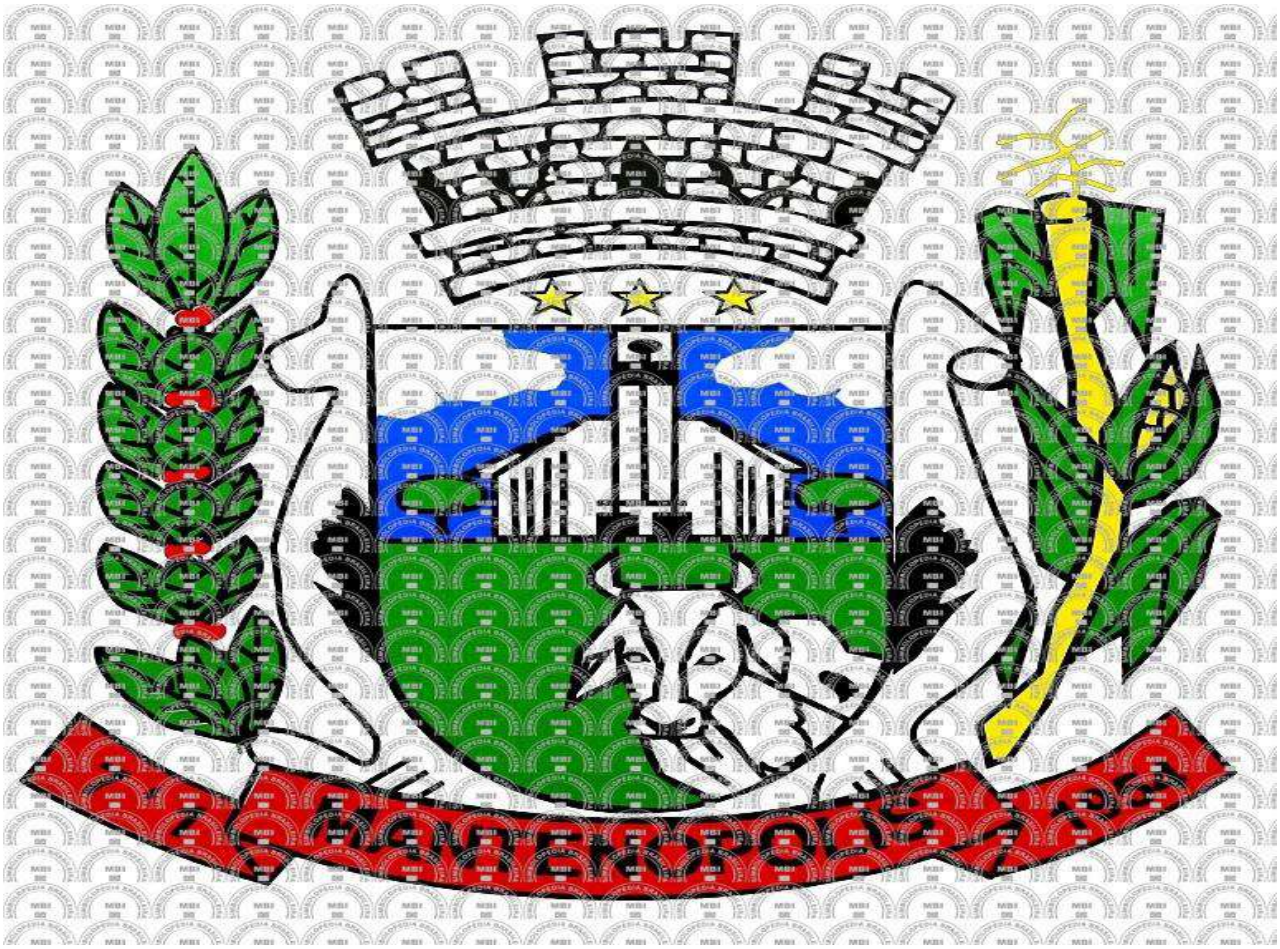
Consultoria Ocupacional
& Meio Ambiente

Nosso site

MUNICÍPIO DE MANTENOPOLIS

(SECRETARIA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS)

CNPJ: 27.167.345/0001-90



LTCAT

LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO COLETIVO DECRETO 3.048/99.

AGOSTO DE 2024

Sumário

Identificação da Empresa....4
Introdução....5
Objetivos....5
Informações....5
Fundamentos....5
Aposentadoria Especial....6
Agentes Nocivos....6
Efetiva Exposição à Agentes prejudicial à Saúde....6
Medidas de controle....7
Metodologia e procedimentos de Avaliação do Agente Nocivo....7
Códigos do Sistema SEFIP/GFIP....7
Avaliação das condições ambientais....9
Síntese....13
Conclusões e recomendações gerais....14
Anotação de responsabilidade técnica - ART....15

Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS
SUPERINTENDÊNCIA DE GABINETE DO PREFEITO
CNPJ: 27.167.345/0001-90

Endereço
Avenida Presidente Vargas, 545 - Centro - Mantenópolis/ES
CEP: 29.770-000

CNAE
8411-6/00 – Administração Pública em Geral
Grau de Risco 1

Introdução

Este Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) foi elaborado a partir de inspeções e determinações técnicas de agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou a associação desses agentes "in loco". Este laudo está fundamentado legalmente no Regulamento da Previdência Social, Decreto N° 3.048 de 6 de maio de 1999.

Objetivos

Apresentar os levantamentos técnicos (qualitativos e/ou quantitativos) dos ambientes/atividades e identificar a exposição aos agentes físicos, químicos, biológicos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física do(s) trabalhador, no âmbito do ambiente de trabalho, para fins da verificação do enquadramento às condições que geram o direito da concessão à aposentadoria especial.
O Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT e demais demonstrações ambientais também tem como objetivo fundamentar tecnicamente o preenchimento dos formulários de reconhecimento de períodos laborados em condições especiais, denominado PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário (§8º do artigo 68 do Decreto nº 3.048/1999).
Com o objetivo de facilitar a aplicação dos conceitos para elaboração desse laudo no que tange às diferentes atividades existentes nos diferentes ambientes avaliados, os levantamentos e conclusão serão realizados por ambiente/atividade que poderão conter um único cargo ou mais de um dentro de um mesmo grupo de risco.

Informações

Todas as informações contidas neste laudo, bem como as descrições das atividades de cada função e os Certificados de Aprovação (CA) dos Equipamentos de Proteção Individual, foram cedidas pela empresa.
Todas as Tabelas de Identificação de Riscos foram feitas através das informações obtidas nas avaliações realizadas pelo profissional responsável por este documento.
Com base nessa avaliação, foi feito o parecer técnico conclusivo sobre a caracterização de condições especial para fins de aposentadoria especial.

Fundamentos Legais

Este documento foi elaborado conforme as normas vigentes:

- Regulamento da Previdência Social, Decreto n° 3.048, de 06 de maio de 1999;
- Planos de Benefícios da Previdência Social, Lei n° 8.213, de 24 julho de 1991;
- A metodologia e os procedimentos de avaliação estabelecidos pela Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO.
- Instrução Normativa PRES/INSS Nº 128, de 28 de março de 2022.

Aposentadoria Especial

A aposentadoria especial, uma vez cumprido o período de carência exigido, será devida ao segurado empregado, trabalhador avulso e contribuinte individual, que comprove o exercício de atividades com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou a associação desses agentes, de forma permanente, não ocasional nem intermitente, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação, enquadrados nos dispositivos do Regulamento da Previdência Social, decreto n°3.048/99.
Considera-se tempo de **trabalho permanente** aquele que é exercido de forma não ocasional nem intermitente, no qual a exposição do empregado, do trabalhador avulso ou do cooperado ao agente nocivo seja indissociável da produção do bem ou da prestação do serviço.

Agentes Nocivos

A relação dos agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde, analisados no presente laudo e considerados para fins de concessão de aposentadoria especial, consta no Anexo IV do decreto n° 3.048/99.

- **Agentes nocivos Físicos:** diversas formas de energia a que possam estar expostos os trabalhadores, tais como: ruídos, vibrações, temperaturas anormais (calor), entre outros constados no anexo IV.
- **Agentes nocivos Químicos:** Substâncias, compostos ou produtos que possam penetrar no organismo pela via respiratória, nas formas de os manifestados por: névoas, neblinas, poeiras, fumos, gases, vapores de substâncias nocivas presentes no ambiente de trabalho.
- **Agentes nocivos Biológicos:** bactérias, fungos, bacilos, parasitas, protozoários, vírus, entre outros, geneticamente modificados ou não, as culturas de células, os parasitas, as toxinas e os príons.
- **Associação de agentes**: Exposição aos agentes combinados, exclusivamente nas atividades especificadas no Anexo IV do Decreto 3.048/1999.

Efetiva Exposição à Agentes Prejudiciais à Saúde

Conforme decreto n° 3.048/99, a efetiva exposição à agente prejudicial à saúde configura-se quando, mesmo após a adoção das medidas de controle previstas na legislação trabalhista, a nocividade não seja eliminada ou neutralizada.
Considerado:

- **Eliminação** - a adoção de medidas de controle que efetivamente impossibilitem a exposição ao agente prejudicial à saúde no ambiente de trabalho; e
- **Neutralização** - a adoção de medidas de controle que reduzam a intensidade, a concentração ou a dose do agente prejudicial à saúde ao limite de tolerância previsto neste Regulamento ou, na sua ausência, na legislação trabalhista.

Para os agentes reconhecidamente cancerígenos para humanos, listados pela Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, caso sejam adotadas as medidas de controle previsto na legislação trabalhista que eliminem a nocividade, será descaracterizada a efetiva exposição.

Medidas de Controle

- **Equipamento de Proteção individual -** É todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado a proteção contra riscos capazes de ameaçar a sua segurança e a sua saúde.
- **Equipamento de Proteção Coletiva -** É todo dispositivo ou sistema de âmbito coletivo, destinado à preservação da integridade física e da saúde dos trabalhadores, assim como a de terceiros.
- **Medidas Administrativas -** Procedimentos estabelecidos pela organização destinados a proteção contra agentes nocivos capazes de ameaçar a segurança e a saúde dos colaboradores.

Metodologias e Procedimentos de Avaliação dos Agentes Nocivos

Foi adotado o procedimento de técnica de avaliação Qualitativa e/ou Quantitativa, em relação à exposição, sendo:

- **Qualitativa:**

Trata-se de uma avaliação ou inspeção sobre determinado local de trabalho, observando às características específicas do ambiente laboral, os presentes agentes, as atividades exercidas, funções existentes naquela local e tempo de exposição dos trabalhadores.
As avaliações qualitativas da exposição aos agentes nocivos foram feitas tomando-se por base a análise dos seguintes fatores a eles relacionados:

1. As circunstâncias de exposição ocupacional a determinado agente ou associação de agentes prejudiciais à saúde presentes no ambiente de trabalho durante toda a jornada de trabalho;
2. Todas as fontes e possibilidades de liberação dos agentes nocivos;
3. Meios de contato ou exposição dos trabalhadores, as vias de absorção, a intensidade da exposição, a frequência e a duração do contato.

- **Quantitativa:**

Trata-se de uma avaliação sobre determinado local de trabalho, utilizando-se de equipamentos específicos para medição e quantificação dos a agentes ambientais presentes no ambiente de trabalho. Visando, o dimensionamento das intensidades/concentrações dos riscos.
Nas avaliações ambientais foram consideradas a metodologia e os procedimentos de avaliação estabelecidos pela **Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO**.

Códigos do Sistema SEFIP/GFIP

GFIP - Guia do Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações Previdenciárias, instituído pela Lei 9.528 de 10/12/97. Para trabalhadores com apenas um vínculo empregatício (ou uma fonte pagadora):

- **Código 00** - Sem exposição a agente nocivo. Trabalhador nunca esteve exposto
- **Código 01** - Não exposição a agente nocivo. Trabalhador já esteve exposto.
- **Código 02** - Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 15 anos de serviço);
- **Código 03** - Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 20 anos de serviço);
- **Código 04** - Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 25 anos de serviço).

Para trabalhadores com mais de um vínculo empregatício (ou mais de uma fonte pagadora):

- **Código 05** - Não exposto a agente nocivo;
- **Código 06** - Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 15 anos de trabalho);
- **Código 07** - Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 20 anos de trabalho);
- **Código 08** - Exposição a agente nocivo (aposentadoria especial aos 25 anos de trabalho).

Revisão dos Dados

O Laudo Técnico de Condições do Ambienta de Trabalho (LTCAT) precisará ser atualizado sempre que ocorrer qualquer alteração no ambiente de trabalho ou em sua organização.
Segundo a legislação previdenciária, mais precisamente o artigo 261, IN 77, inciso § 4º São consideradas alterações no ambiente de trabalho ou em sua organização, entre outras, aquelas decorrentes de:
I - mudança de layout;
II - substituição de máquinas ou de equipamentos;
III - adoção ou alteração de tecnologia de proteção coletiva; e
IV - alcance dos níveis de ação estabelecidos nos subitens do item 9.3.6 da NR-09, aprovadas pela Portaria nº 3.214, de 8 de junho de 1978, do MTE, se aplicável.

Nota Técnica Informativa

O Supremo Tribunal Federal - STF, em sede de Recurso Extraordinário com Agravo - ARE 664.335, de 2015, com repercussão geral reconhecida, considerou que nos casos de exposição do segurado ao agente nocivo ruído acima dos limites legais de tolerância, a declaração do empregador da eficácia do EPI, não descaracteriza o tempo de serviço especial para aposentadoria.

Avaliação das condições Ambientais

UNIDADE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS
SUPERINTENDÊNCIA DE GABINETE DO PREFEITO
CNPJ: 27.167.345/0001-90

Endereço
Avenida Presidente Vargas, 545 - Centro - Mantenópolis/ES
CEP: 29.770-000

CNAE
8411-6/00 – Administração Pública em Geral
Grau de Risco 1

Caracterização dos processos e ambientes de trabalho

Funcionários

Setor	Cargo	Funcionários
GHE 01 TRANSPORTE	MOTORISTA PROFISSIONAL	4

SETOR
GHE 01 TRANSPORTE
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral. Áreas externas conforme a demanda da secretária.

Funcionário 1

CARGO
MOTORISTA PROFISSIONAL
Dirigir e manobrar veículos tipo ônibus, carros, caminhões e carretas. Transportar pessoas, cargas, pacientes e material biológico humano. Realizar verificações e manutenções básicas do veículo e utilizam equipamentos e dispositivos especiais tais como sinalização sonora e luminosa, software de navegação e outros. Utilizar de capacidades comunicativas. Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Os condutores de ambulância auxiliam as equipes de saúde nos atendimentos de urgência e emergência. Conduzem e vistoriam ônibus de transporte coletivo de alunos e passageiros urbanos, metropolitanos e ônibus rodoviários de longas distâncias; verificam itinerário de viagens; controlam o embarque e desembarque de passageiros e os orientam quanto aos procedimentos no interior do veículo. Dirigir veículos transportando pessoas, cargas, e/ou materiais autorizados aos locais determinados. Vistoriar periodicamente as condições do veículo utilizado e providenciar reparos de emergência, troca de pneus, lavagens, guinchamentos e outros. Identificar e indicar as necessidades de reparos nos sistemas elétricos e mecânicos dos veículos da Prefeitura. Manter sob sua responsabilidade os documentos de porte obrigatório do veículo, observando as orientações para a revalidação dos mesmos. Registrar, em formulário específico, os percursos realizados, quilometragem e itinerários da frota oficial. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

CBO: 7823-05; 7823-10; 7823-20; 7824-05 **GFIP: 00**

Funcionário 1

Conclusão da Aposentadoria Especial
MOTORISTA PROFISSIONAL
Agente físico RUÍDO a) Exposição a Níveis de Exposição Normalizados (NEN) superiores a 85 dB(A). (Redação dada pelo Decreto nº 4.882, de 2003). Inconclusivo, necessário avaliação quantitativo da exposição do colaborador ao agente físico Ruído para conclusão. VIBRAÇÕES Inconclusivo, necessário avaliação quantitativo da exposição do colaborador ao agente físico Vibração de Corpo Inteiro para conclusão.
Agente químico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**
Agente biológico
Ausência de agentes nocivos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. **De acordo com o anexo IV do Regulamento da Previdência Social, decreto n° 3.048/99, não caracteriza concessão de aposentadoria especial.**

Síntese

Unidade				
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENOPOLIS				
Setor	**Cargo**	**Risco**	**Aposentadoria**	**Período**
GHE 01 TRANSPORTE	MOTORISTA PROFISSIONAL	Ruído continuo ou intermitente / Vibração de corpo inteiro	Inconclusivo	.

Conclusões e recomendações gerais

Os resultados apresentados, bem como as descrições técnicas, tiveram embasamento nas evidências durante as diligências para o desenvolvimento do PGR. A conclusão do laudo considera a situação evidenciada na empresa na data de sua elaboração. Não tem prazo de validade, devendo ser refeito sempre que houver alteração dos riscos presentes no ambiente de trabalho.

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718

Assinado de forma digital por GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718
Dados: 2024.10.03 13:47:20 -03'00'

Responsável pelo LTCAT
Gustavo Cordeiro Miranda
CPF: 092.897.697-18
NIT: 128.65129.29-4
Conselho de classe: CREA 051725/D
UF: ES
Especialidade: Engenheiro de Segurança

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977
CREA-ES
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do ES

ART de Obra ou Serviço

0820240368329

ART Individual

1. Responsável Técnico

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA

Título profissional: **ENGENHEIRO DE PRODUÇÃO,ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO,TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO,TECNÓLOGO EM GEST**

RNP: 0819492124
Registro: ES-051725/D
Registro: 19221

Empresa contratada: ST CONSULTORIA OCUPACIONAL E MEIO AMBIENTE LTDA

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS** CPF/CNPJ: **27167345000190**

Rua: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS Nº: 545

Complemento: CEP: 29770000

Cidade: MANTENÓPOLIS UF: ES Bairro: CENTRO

Telefone:

Contrato: 000077/2023 Nº do Aditivo: 0

Valor do Contrato/Honorários: R$15.050,00 Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA

3. Dados da Obra/Serviço

Rua: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS Nº: 545

Complemento: Bairro: CENTRO Quadra Lote

Cidade: MANTENÓPOLIS UF: ES CEP: 29770000

Data de início: 10/09/2024 Prev. Término: 10/09/2024 Coord. Geogr.: ,

Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS CPF/CNPJ:27167345000190

4. Atividade Técnica

Qtde de Pavimento(s): 0 **Nº Pavimento(s):** 0 **Dimensão/Quantidade:** 1 **Unidade de medida:** UNID

ATIVIDADE(S) TÉCNICA(S): 43 - 13.2 - ASSESSORIA TÉCNICA

PARTICIPAÇÃO:

NATUREZA: 100 - RESPONSABILIDADE TÉCNICA

NÍVEL: 104 - EXECUÇÃO

NATUREZA DO(S) SERVIÇO(S): 9111 - SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS (ESPECIFICAR NO CAMPO 22)

TIPO DA OBRA/SERVIÇO: 2001 - SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS (ESPECIFICAR NO CAMPO 22)

PROJETO(S)/SERVIÇO(S): 100 - NENHUM

Após a conclusão das atividades técnicas, o profissional deverá proceder a baixa desta ART.

5. Observações

REFERENTE A CONTRATAÇAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE MEDICINA DO TRABALHO PARA ELABORAÇÃO DE PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCO, LTCAT (LAUDO TÉCNICO DA CONDIÇÃO DO AMBIENTE DE TRABALHO, PCMSO (PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL), PPP, LAUDO DE INSALUBRIDADE E DE PERICULOSIDADE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPALDE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO; SEM CONTUDO TER PROVIDENCIADO O REGISTRO DE ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART), NESTE CONSELHO.

6. Declarações

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718 Assinado de forma digital por GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718 Dados: 2024.10.03 13:47:53 -03'00'

Profissional

Contratante

Acessibilidade: <declara a aplicabilidade das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº5.296, de 2 de dezembro de 2004, às atividades profissionais acima relacionadas.>

7. Entidade de classe

SENGE - SINDICATO DOS ENGENHEIROS DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO

8.Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima.

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718 de Assinado de forma digital por GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718 Dados: 2024.10.03 13:47:41 -03'00' de

Local Data

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA - CPF: 09289769718

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS - CPF/CNPJ: 27167345000190

9. Informações

- **A ART é válida somente quando quitada, podendo sua conferência ser realizada no site do CREA.**
- **A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.creaes.org.br ou www.confea.org.br**
- **A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.**

www.creaes.org.br creaes@creaes.org.br
tel: (27)3134-0046 art@creaes.org.br

CREA-ES

Valor ART: R$ 262,55 Registrada em: 10/09/2024 Data de pagamento: 12/09/2024 Valor Pago: R$ 262,55 Nosso Número: 14000000016516939

PCMSO

PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL

Consultoria Ocupacional & Meio Ambiente

Nosso site

Sumário

Identificação 3
Médico do trabalho responsável 3
Diretrizes 4
O que é o programa? 4
Objetivos 4
Legalização 4
Implementação 5
Obrigações 5
Responsabilidades 5
Desenvolvimento do Programa 5
Obrigatoriedade dos exames médicos 6
Registro de Dados 6
Preparação para emergência 7
Ações de Saúde no PCMSO- Controle médico Específico 8
Unidade /Setor / Cargo / Funções – Exames complementares 9
Planejamento das atividades do PCMSO 11
Conclusão 12

Consultoria Ocupacional & Meio Ambiente	**PCMSO** **Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional** **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS**	**Agosto de 2024**

Vigência do PCMSO	**Agosto DE 2024 A Agosto DE 2026**

Identificação			
Empresa SUPERINTENDÊNCIA DE GABINETE DO PREFEITO			
Endereço Avenida Presidente Vargas, nº 545		Complemento	CNPJ 27.167.345/0001-90
CEP 29.770-000	Cidade Mantenópolis	Bairro Centro	UF ES
CNAE 8411-6/00	Grau de Risco 1	Descrição CNAE Administração Pública em Geral	

Médico do Trabalho Responsável

Compete ao empregador indicar um médico do trabalho responsável pelo PCMSO. Inexistindo médico do trabalho na localidade, a organização pode contratar médico de outra especialidade como responsável pelo PCMSO.

O MEI, a ME e a EPP, graus de risco 1 e 2, que declararem as informações digitais na forma prevista na legislação e não identificarem exposições ocupacionais a agentes físicos, químicos, biológicos e riscos relacionados a fatores ergonômicos, ficam dispensados de elaboração do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.

As MEI, ME e EPP desobrigadas de elaborar PCMSO, devem realizar e custear exames médicos ocupacionais admissionais, demissionais e periódicos, a cada dois anos, de seus empregados.

RICARDO PINHEIRO LIMA

Assinado de forma digital por RICARDO PINHEIRO LIMA
Dados: 2024.10.03 13:56:03 -03'00'

Médico Responsável pelo PCMSO
Ricardo Pinheiro Lima
Médico do Trabalho
CRM - ES 1614
RQE - 3136
NIT 103.26225.12-6

Diretrizes

O PCMSO é parte integrante do conjunto mais amplo de iniciativas da organização no campo da saúde de seus empregados, devendo estar harmonizado com o disposto nas demais NR.

São diretrizes do PCMSO:
a) rastrear e detectar precocemente os agravos à saúde relacionados ao trabalho;
b) detectar possíveis exposições excessivas a agentes nocivos ocupacionais;
c) definir a aptidão de cada empregado para exercer suas funções ou tarefas determinadas;
d) subsidiar a implantação e o monitoramento da eficácia das medidas de prevenção adotadas na organização;
e) subsidiar análises epidemiológicas e estatísticas sobre os agravos à saúde e sua relação com os riscos ocupacionais;
f) subsidiar decisões sobre o afastamento de empregados de situações de trabalho que possam comprometer sua saúde;
g) subsidiar a emissão de notificações de agravos relacionados ao trabalho, de acordo com a regulamentação pertinente;
h) subsidiar o encaminhamento de empregados à Previdência Social;
i) acompanhar de forma diferenciada o empregado cujo estado de saúde possa ser especialmente afetado pelos riscos ocupacionais;
j) subsidiar a Previdência Social nas ações de reabilitação profissional;
k) subsidiar ações de readaptação profissional;
l) controlar da imunização ativa dos empregados, relacionada a riscos ocupacionais, sempre que houver recomendação do Ministério da Saúde.

O que é o Programa?

O PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional visa à preservação e a conservação da saúde e da integridade física dos trabalhadores da empresa. O Programa alerta e dar ênfase para o controle da saúde, privilegiando a relação de saúde de seus trabalhadores de forma coletiva e individual. O programa é um documento base implantado nas empresas que tem por objetivo evitar danos à vida do trabalhador e doenças ocupacionais derivadas do trabalho exercido.

Objetivo do PCMSO

Prevenção, rastreamento e diagnóstico precoce dos agravos à saúde dos colaboradores, além da constatação da existência de casos de doenças profissionais ou possíveis danos irreversíveis à saúde dos trabalhadores.
Para a elaboração deste PCMSO foram utilizados os procedimentos básicos e fundamentais que norteiam as informações técnicas e científicas fornecidas pelo PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos) e LTCAT (Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho).

Legalização

O PCMSO está previsto na lei Portaria GM n.º 3.214, de 08 de junho de 1978 Portaria SSST n.º 24, de 29 de dezembro de 1994, tendo em vista a NR 07, que estabelece a obrigatoriedade da elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitam trabalhadores como empregados.

Implementação

A Empresa que tem por iniciativa de implementação do PCMSO estará automaticamente seguindo os preceitos estabelecidos na NR 07, na qual estabelece a obrigatoriedade de sua implementação e eficácia acompanhando o trabalhador em suas atividades profissionais e a variação de sua saúde no decorrer da atividade.

Obrigações

Toda Empresa ou instituição que admite trabalhadores como empregados estão obrigados a elaborar e implementar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional conforme a NR 07.
O PCMSO deve incluir a realização obrigatória dos exames médicos:

1. admissional;
2. periódico;
3. de retorno ao trabalho;
4. de mudança de riscos ocupacionais;
5. demissional.

Responsabilidade

Compete ao **empregador**:
a) garantir a elaboração e efetiva implantação do PCMSO;
b) custear sem ônus para o empregado todos os procedimentos relacionados ao PCMSO;
c) indicar médico do trabalho responsável pelo PCMSO.

Cabe ao **trabalhador**:
a) cumprir as disposições legais e regulamentares sobre segurança e saúde no trabalho, inclusive as ordens de serviço expedidas pelo empregador;
b) submeter-se aos exames médicos previstos nas NR;
c) colaborar com a organização na aplicação das NR; e
d) usar o equipamento de proteção individual fornecido pelo empregador.

Desenvolvimento do Programa

Monitorar a saúde dos empregados de forma regular:

1. Realização dos exames médicos obrigatórios: admissionais, periódicos, de retorno ao trabalho, mudança de função e demissional;
2. Utilizar os diagnósticos encontrados, sempre no sentido de estabelecer medidas para prevenir o surgimento ou a repetição de patologias semelhantes na empresa;
3. Obedecer a um planejamento em que estejam previstas as ações de saúde a serem executadas durante o ano, devendo estas ser objeto de relatório anual;
4. Dar conhecimento e explicação ao empregado dos achados encontrados nos exames, orientando, quando necessário, sobre as medidas preventivas a serem adotadas e estimulando-o a ter uma participação ativa na prevenção de sua saúde, podendo deste modo, adotar procedimentos apropriados para trabalhar com segurança e no uso de EPI.

<u>Conscientização e Promoção a Saúde:</u>
A realização de palestras, campanhas, eventos educativos e treinamentos nas áreas de higiene e medicina do trabalho são fundamentais para conscientização dos empregados sobre os riscos existentes no seu ambiente de trabalho, facilitando assim a prevenção de acidentes, doenças profissionais e outras, devendo ser realizadas de forma sistemática durante o transcorrer do

PCMSO.
Promoção da Saúde:
Poderão ser agendadas durante o ano palestras educativas sobre os seguintes temas:
- Primeiros Socorros;
- Higiene e Saúde;
- Ergonomia;
- Desidratação/ Hidratação;
- Distúrbios metabólicos e endócrinos (diabetes, hipertensão arterial, tireoide, obesidade).

Realização obrigatória dos exames médicos

- **Admissional**

Será realizado por ocasião da contratação do empregado, antes que ele assuma suas funções.

- **Periódico**

O exame médico periódico procura previamente detectar os desvios da saúde que porventura existem nos trabalhadores, mesmo antes de se manifestarem, procurando a correção o mais breve possível, podendo ser percebidas ou não pelo trabalhador. Para realização, a empresa será comunicada a necessidade de sua realização, devendo para tanto proporcionar ao trabalhador seu encaminhamento ao serviço de medicina ocupacional. O não comparecimento do trabalhador no local e horário indicado, bem como a não realização de exames complementares irá fazer parte da estatística do Relatório Anual. É imprescindível o apoio da direção, bem como dos responsáveis pelos trabalhadores.

- **De retorno ao trabalho**

No exame de retorno ao trabalho, o exame clínico deve ser realizado antes que o empregado reassuma suas funções, quando ausente por período igual ou superior a 30 (trinta) dias por motivo de doença ou acidente, de natureza ocupacional ou não.

- **De mudança de risco ocupacional**

O exame de mudança de risco ocupacional deve, obrigatoriamente, ser realizado antes da data da mudança, adequando-se o controle médico aos novos riscos.

- **Demissional**

No exame demissional, o exame clínico deve ser realizado em até 10 (dez) dias contados do término do contrato, podendo ser dispensado caso o exame clínico ocupacional mais recente tenha sido realizado há:
- Menos de 135 (centro e trinta e cinco) dias, para as organizações graus de risco 1 e 2, e;
- Há menos de 90 (noventa) dias, para as organizações graus de risco 3 e 4.

Registro de Dados

Os dados dos exames clínicos e complementares deverão ser registrados em prontuário médico individual sob a responsabilidade do médico responsável pelo PCMSO, ou do médico responsável pelo exame, quando a organização estiver dispensada de PCMSO.

O prontuário do empregado deve ser mantido pela organização, no mínimo, por 20 (vinte) anos após o seu desligamento, exceto em caso de previsão diversa constante na NR 7.

Em caso de substituição do médico responsável pelo PCMSO, a organização deve garantir que os prontuários médicos sejam formalmente transferidos para seu sucessor.

Cada trabalhador terá o seu prontuário clínico individual contendo:

1. Avaliação clínica;
2. Exames complementares (se necessário);
3. Conclusão do exame médico obrigatório;
4. Medidas aplicadas.

O médico responsável pelo PCMSO deve elaborar relatório analítico do Programa, anualmente, considerando a data do último relatório, contendo, no mínimo:

1. o número de exames clínicos realizados;
2. o número e tipos de exames complementares realizados;
3. estatística de resultados anormais dos exames complementares, categorizados por tipo do exame e por unidade operacional, setor ou função;
4. incidência e prevalência de doenças relacionadas ao trabalho, categorizadas por unidade operacional, setor ou função;
5. informações sobre o número, tipo de eventos e doenças informadas nas CAT, emitidas pela organização, referentes a seus empregados;
6. análise comparativa em relação ao relatório anterior e discussão sobre as variações nos resultados.

Relatório analítico do programa

O médico responsável pelo PCMSO deve elaborar relatório analítico do Programa, anualmente, considerando a data do último relatório, contendo, no mínimo:

1. o número de exames clínicos realizados;
2. o número e tipos de exames complementares realizados;
3. estatística de resultados anormais dos exames complementares, categorizados por tipo do exame e por unidade operacional, setor ou função;
4. incidência e prevalência de doenças relacionadas ao trabalho, categorizadas por unidade operacional, setor ou função;
5. informações sobre o número, tipo de eventos e doenças informadas nas CAT, emitidas pela organização, referentes a seus empregados;
6. análise comparativa em relação ao relatório anterior e discussão sobre as variações nos resultados.

Preparação para emergências

A organização deve estabelecer, implementar e manter procedimentos de respostas aos cenários de emergências, de acordo com os riscos, as características e as circunstâncias das atividades.

Os procedimentos de respostas aos cenários de emergências devem prever:
a) Os meios e recursos necessários para os primeiros socorros, encaminhamento de acidentados e abandono; e
b) as medidas necessárias para os cenários de emergências de grande magnitude, quando aplicável.

KIT DE PRIMEIROS SOCORROS

É de extrema importância e necessário a empresa obter o kit de primeiros socorros para melhor atendimento e desempenho das primeiras medidas tomadas diante de algum acidente de trabalho, para não se agravar a saúde do trabalhador ou sua integridade física.

Este procedimento de emergência de primeiros socorros se caracteriza pela aplicação de métodos que podem evitar agravamento em vítimas de acidentes, de mal de súbito ou em perigo de vida, tendo por base o intuito de manter os sinais vitais, procurando evitar o agravamento do quadro no qual a pessoa se encontra. É uma ação individual ou coletiva, dentro de suas devidas limitações em auxílio ao próximo, até que o socorro avançado esteja no local para prestar uma assistência mais minuciosa e definitiva.

O kit de primeiros socorros deve estar em local visível e em uma pequena maleta de fácil acesso.

Este kit deve conter no mínimo os itens seguintes:

- Algodão hidrófilo;
- Álcool 70%
- Luvas descartáveis;
- Esparadrapo (tamanho médio);
- Gaze estéril
- Pinça
- Atadura (20 cm)
- Soro fisiológico
- Termômetro
- Curativo adesivo (tipo band-aid)
- Cotonete

TREINAMENTOS EM PRIMEIROS SOCORROS

É de responsabilidade de a empresa providenciar treinamento aos funcionários, para que haja recursos mínimos, necessários para a prestação de primeiros socorros aos trabalhadores, acidentados ou com problemas de saúde em caráter de urgência ou emergência.

É de vital importância a prestação de atendimentos emergenciais. Conhecimentos simples muitas vezes diminuem o sofrimento, evitam complicações futuras e podem inclusive em muitos casos salvar vidas.

Ações de Saúde no PCMSO

Podem ser caracterizados como as palestras educativas, treinamentos, e acompanhamento individual, que promovem o bem estar do trabalhador, observando uma enorme preocupação da organização, caracterizando também um problema do individual e seus familiares, situando a empresa na realidade de seu meio social, e elevando sua responsabilidade sobre a sociedade.

Todos os funcionários deverão ser Imunizados conforme Programa Nacional de Imunização

Vacina Dupla

Vacina Febre Amarela (para funcionários que atuam em áreas endêmicas)

Vacina de Gripe

Unidade: SUPERINTENDÊNCIA DE GABINETE DO PREFEITO

Setor: GHE 01 TRANSPORTE
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral. Áreas externas conforme a demanda da secretária.

	Nº de Funcionários
Cargo: MOTORISTA PROFISSIONAL	Total: 1
Descrição detalhada: Dirigir e manobrar veículos tipo ônibus, carros, caminhões e carretas. Transportar pessoas, cargas, pacientes e material biológico humano. Realizar verificações e manutenções básicas do veículo e utilizam equipamentos e dispositivos especiais tais como sinalização sonora e luminosa, software de navegação e outros. Utilizar de capacidades comunicativas. Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Os condutores de ambulância auxiliam as equipes de saúde nos atendimentos de urgência e emergência. Conduzem e vistoriam ônibus de transporte coletivo de alunos e passageiros urbanos, metropolitanos e ônibus rodoviários de longas distâncias; verificam itinerário de viagens; controlam o embarque e desembarque de passageiros e os orientam quanto aos procedimentos no interior do veículo. Dirigir veículos transportando pessoas, cargas, e/ou materiais autorizados aos locais determinados. Vistoriar periodicamente as condições do veículo utilizado e providenciar reparos de emergência, troca de pneus, lavagens, guinchamentos e outros. Identificar e indicar as necessidades de reparos nos sistemas elétricos e mecânicos dos veículos da Prefeitura. Manter sob sua responsabilidade os documentos de porte obrigatório do veículo, observando as orientações para a revalidação dos mesmos. Registrar, em formulário específico, os percursos realizados, quilometragem e itinerários da frota oficial. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.	

Perigo / Fator de Risco	**Grupo**	**Descrições dos perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde**
Radiações não-ionizantes	**Físico**	Aumentam os riscos de doenças como neoplasias, anemia apática, púrpura, radio dermatite, infertilidade, entre outras.
Vibração de corpo inteiro (aceleração resultante de exposição normalizada - aren) e (Valor da Dose de Vibração Resultante – VDVR)	**Físico**	Este agente pode provocar doenças vasculares, neurológicas e musculares.
Postura sentada por longos períodos	**Ergonômicos**	Este agente pode causar dores e desconforto na coluna lombar.
Uso frequente de alavancas	**Ergonômicos**	Distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho.
Uso frequente de pedais	**Ergonômicos**	Distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho.
Condução de veículos de qualquer natureza em vias públicas	**Acidente**	Lesões corporais diversas, com grande possibilidade de levar ao óbito ou à invalidez para o trabalhador e para terceiros.

Exames	ADMISSÃO	APÓS ADM.	PERIÓDICO	RET. TRAB	MUD. RISCOS	DEMISSÃO
Avaliação Clínica Ocupacional (Anamnese e Exame físico)	X		**12 meses**	X	X	X
Avaliação de acuidade visual - monocular	X		**12 meses**		X	X
Colesterol total - pesquisa e/ou dosagem	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
ECG convencional de até 12 derivações	X		**12 meses**		X	X
EEG (Eletroencefalograma) de rotina	X		**12 meses**		X	X
Glicose	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						
Hemograma com contagem de plaquetas ou frações (eritrograma, leucograma, plaquetas)	X		**12 meses**		X	X
Triglicerídeos - pesquisa e/ou dosagem	X		X		X	X
A partir de 40 anos de idade solicitar esse exame a cada 12 meses						

Planejamento das atividades do PCMSO

EVENTO	Status	JUSTIFICATIVA
Atividade: Exames Médicos Manter os exames médicos atualizados, cumprindo a tabela de periodicidade.	( ) Em andamento ( ) Realizado ( ) A realizar	
Atividade: Palestra sobre Tabagismo	( ) Em andamento ( ) Realizado ( ) A realizar	
Atividade: Primeiros Socorros TREINAMENTOS Abordagem: Primeiros Socorros	( ) Em andamento ( ) Realizado ( ) A realizar	
Atividade: Análise do PCMSO Efetuar análise global do PCMSO para avaliação do seu desenvolvimento e realização dos ajustes necessários e estabelecimento de novas metas.	( ) Em andamento ( ) Realizado ( ) A realizar	
Atividade: Palestra de DST/AIDS Realizar a Critério do Departamento Pessoal do Órgão, Palestra sobre Prevenção a DST/AIDS.	( ) Em andamento ( ) Realizado ( ) A realizar	
Atividade: Relatório Analitico do PCMSO anualmente Dar inicio a elaboração do Relatório analitico do PCMSO, obedecendo as exigências da Norma Regulamentadora 07, item 7.6.2.	( ) Em andamento ( ) Realizado ( ) A realizar	
Atividade: Palestra de Alcoolismo	( ) Em andamento ( ) Realizado ( ) A realizar	

Conclusão
Buscando atender as determinações legais, conclui-se que o PCMSO é parte integrante do conjunto mais amplo de iniciativas da empresa ou instituição, nos locais de trabalho, no campo da saúde dos trabalhadores, privilegiando o instrumento clínico-epidemiológico na abordagem da relação entre a sua saúde e o trabalho. Tem caráter preventivo, rastreador, evitando e diagnosticando no início os casos de doenças profissionais, que possam causar danos irreversíveis à saúde do trabalhador. Este programa foi elaborado considerando os riscos ocupacionais identificados e classificados pelo PGR. O presente laudo foi elaborado somente em uma face.

Total de Funcionários				
	Masculino	**Feminino**	**Menor**	**Total**
Funcionários	-	-	-	1

RICARDO PINHEIRO LIMA

Assinado de forma digital por RICARDO PINHEIRO LIMA
Dados: 2024.10.03 13:56:28 -03'00'

Ricardo Pinheiro Lima
Médico responsável pelo PCMSO
CRM: 1614/ES
Especialidade: Medicina do Trabalho

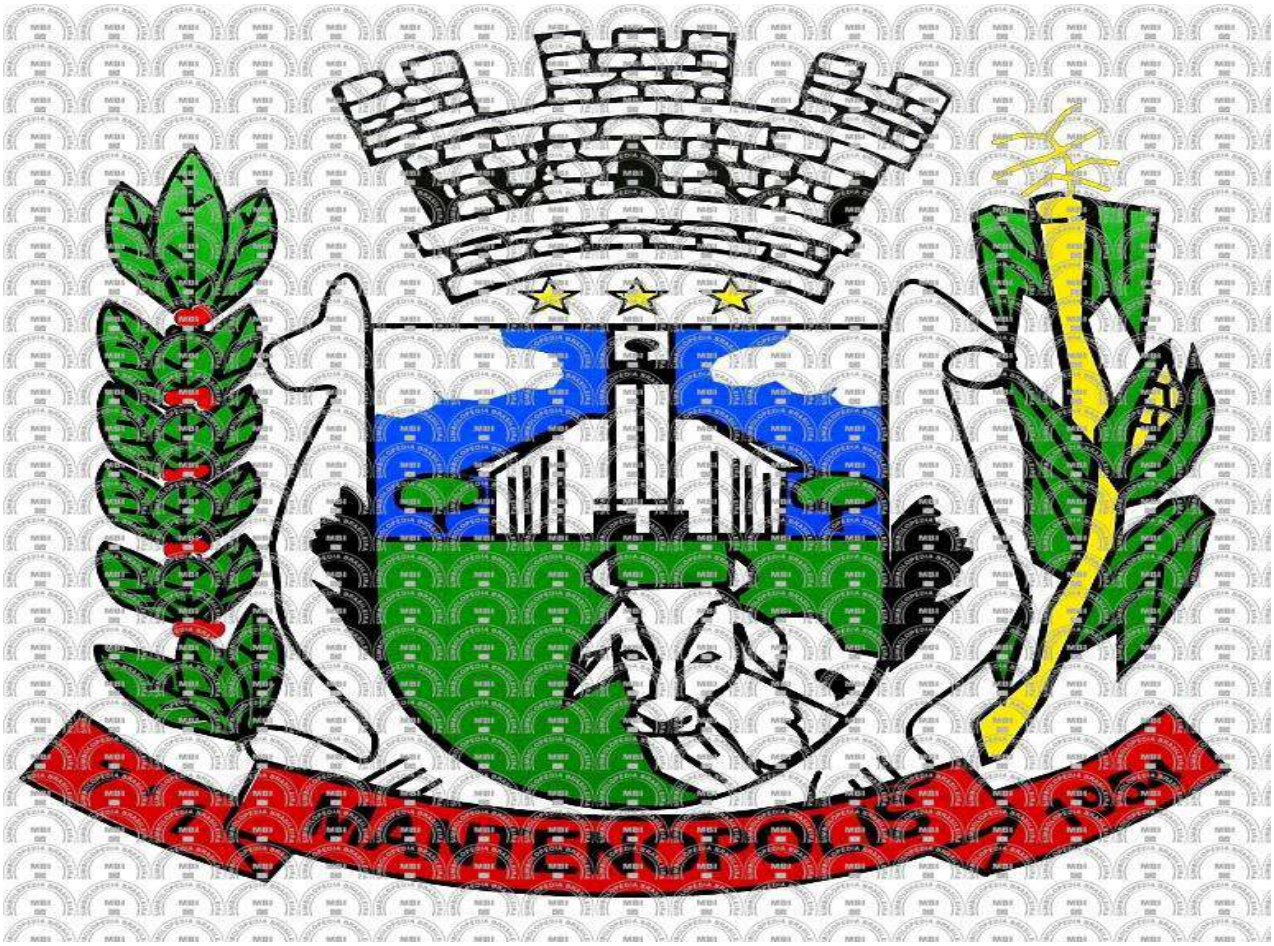
LAUDO DE INSALUBRIDADE - NR15
LAUDO DE PERICULOSIDADE - NR16

Consultoria Ocupacional
& Meio Ambiente

MUNICÍPIO DE MANTENOPOLIS

(SECRETARIA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS)

CNPJ: 27.167.345/0001-90



Laudo de Insalubridade e Periculosidade

AGOSTO DE 2024

Sumário

Objetivo 4
Fundamentação legal - atividades e operações insalubres 4
Limites de tolerância 4
Suspensão do pagamento do adicional de insalubridade 6
Fundamentação legal - atividades e operações perigosas 6
Mapeamento dos riscos ambientais e qualificação dos setores insalubres 7
Mapeamento e qualificação dos setores perigosos 14
Conclusões 15
Recomendações gerais 15
Responsabilidade técnica 15
Anotação de Responsabilidade Técnica - ART 16

Laudo de Insalubridade e Periculosidade

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS
SUPERINTENDÊNCIA DE GABINETE DO PREFEITO
CNPJ: 27.167.345/0001-90

Endereço
Avenida Presidente Vargas, 545 - Centro - Mantenópolis/ES
CEP: 29.770-000

CNAE
8411-6/00 – Administração Pública em Geral
Grau de Risco 1

Introdução
Objetivos

O objetivo deste laudo é reconhecer legalmente a percepção do adicional de insalubridade (NR - 15) e periculosidade (NR - 16), por quem de direito (empregados).

Fundamentação legal - atividades e operações insalubres

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) destaca em seu artigo 189:

“Art. 189 - Serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos.”

Em auxílio à lei existem as Normas Regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho, e em especial a NR 15, que trata exclusivamente das atividades ou operações insalubres, sendo estas consideradas as que são desenvolvidas:

“15.1 São consideradas atividades ou operações insalubres as que se desenvolvem:

15.1.1 Acima dos limites de tolerância previstos nos Anexos n.º 1, 2, 3, 5, 11 e 12;

15.1.2 (Revogado pela Portaria MTE n.º 3.751, de 23 de novembro de 1990)

15.1.3 Nas atividades mencionadas nos Anexos n.º 6, 13 e 14;

15.1.4 Comprovadas através de laudo de inspeção do local de trabalho, constantes dos Anexos n.º 7, 8, 9 e 10.”

Limite de tolerância

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, a Norma Regulamentadora nº 15, destaca que:

“15.1.5 Entende-se por "Limite de Tolerância", para os fins desta Norma, a concentração ou intensidade máxima ou mínima, relacionada com a natureza e o tempo de exposição ao agente, que não causará dano à saúde do trabalhador, durante a sua vida laboral.”

Segundo o ART.º 192 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para as atividades exercidas acima dos limites de tolerância, previstos nos anexos da NR 15, assegura ao trabalhador a percepção do Adicional de insalubridade, incidente sobre o salário mínimo da região. Os percentuais são:

- 40% (quarenta por cento), para insalubridade de grau máximo;
- 20% (vinte por cento), para insalubridade de grau médio, e;
- 10% (dez por cento), para insalubridade de grau mínimo.

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, a Norma Regulamentadora nº 15, destaca que:

GRAUS DE INSALUBRIDADE		
ANEXO	ATIVIDADES OU OPERAÇÕES QUE EXPONHAM O TRABALHADOR	PERCENTUAL
1	Níveis de ruído contínuo ou intermitente superiores aos limites de tolerância fixados no Quadro constante do Anexo 1 e no item 6 do mesmo Anexo.	20%
2	Níveis de ruído de impacto superiores aos limites de tolerância fixados nos itens 2 e 3 do Anexo 2.	20%
3	Exposição ao calor com valores de IBUTG, superiores aos limites de tolerância fixados nos Quadros 1 e 2.	20%
4	(Revogado pela Portaria MTE n.º 3.751, de 23 de novembro de 1990)	
5	Níveis de radiações ionizantes com radioatividade superior aos limites de tolerância fixados neste Anexo.	40%
6	Ar comprimido.	40%
7	Radiações não-ionizantes consideradas insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho.	20%
8	Vibrações consideradas insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho.	20%
9	Frio considerado insalubre em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho.	20%
10	Umidade considerada insalubre em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho.	20%
11	Agentes químicos cujas concentrações sejam superiores aos limites de tolerância fixados no Quadro 1.	10%, 20% e 40%
12	Poeiras minerais cujas concentrações sejam superiores aos limites de tolerância fixados neste Anexo.	40%
13	Atividades ou operações, envolvendo agentes químicos, consideradas insalubres em decorrência de inspeção realizada no local de trabalho.	10%, 20% e 40%
14	Agentes biológicos.	20% e 40%

Suspensão do pagamento do adicional de insalubridade

O pagamento do adicional é transitório e será devido ao trabalhador enquanto permanecer exposto aos agentes insalubres, o pagamento do adicional de insalubridade cessará quando as medidas preventivas e de proteção forem implementadas de acordo com a seguinte ordem de prioridade:

- eliminar o fator de risco;
- controlar o fator de risco na fonte com a adoção de medidas de controle de engenharia ou medidas organizacionais;
- reduzir ao mínimo os fatores de risco através da concepção de sistemas seguros de trabalho que compreendam medidas administrativas de controle; e
- se os fatores de risco e riscos residuais não puderem ser controlados por meio de medidas coletivas, o empregador deverá fornecer gratuitamente equipamento de proteção individual apropriado, incluindo vestuário, e adotar medidas que assegurem o uso e a manutenção desses equipamentos.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL - ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) destaca em seu artigo 193:

“Art. 193. São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a:

I - inflamáveis, explosivos ou energia elétrica;

II - roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial.

§ 1º - O trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional de 30% (trinta por cento) sobre o salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.

§ 2º - O empregado poderá optar pelo adicional de insalubridade que porventura lhe seja devido.

§ 3º Serão descontados ou compensados do adicional outros da mesma natureza eventualmente já concedidos ao vigilante por meio de acordo coletivo.

§ 4º São também consideradas perigosas as atividades de trabalhador em motocicleta.

Avaliação das condições Ambientais

UNIDADE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS
SUPERINTENDÊNCIA DE GABINETE DO PREFEITO
CNPJ: 27.167.345/0001-90

Endereço
Avenida Presidente Vargas, 545 - Centro - Mantenópolis/ES
CEP: 29.770-000

CNAE
8411-6/00 – Administração Pública em Geral
Grau de Risco 1

Caracterização dos processos e ambientes de trabalho

Funcionários

Setor	Cargo	Funcionários
GHE 01 TRANSPORTE	MOTORISTA PROFISSIONAL	1

SETOR
GHE 01 TRANSPORTE
Estrutura construída em alvenaria com telhado colonial, com pé direito aproximadamente 3 metros de altura, piso de cerâmica, teto de laje, iluminação e ventilação artificial. Contendo equipamentos e mobiliário de escritório em geral. Áreas externas conforme a demanda da secretária.

Nº de funcionários 1

CARGO
MOTORISTA PROFISSIONAL
Dirigir e manobrar veículos tipo ônibus, carros, caminhões e carretas. Transportar pessoas, cargas, pacientes e material biológico humano. Realizar verificações e manutenções básicas do veículo e utilizam equipamentos e dispositivos especiais tais como sinalização sonora e luminosa, software de navegação e outros. Utilizar de capacidades comunicativas. Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente. Os condutores de ambulância auxiliam as equipes de saúde nos atendimentos de urgência e emergência. Conduzem e vistoriam ônibus de transporte coletivo de alunos e passageiros urbanos, metropolitanos e ônibus rodoviários de longas distâncias; verificam itinerário de viagens; controlam o embarque e desembarque de passageiros e os orientam quanto aos procedimentos no interior do veículo. Dirigir veículos transportando pessoas, cargas, e/ou materiais autorizados aos locais determinados. Vistoriar periodicamente as condições do veículo utilizado e providenciar reparos de emergência, troca de pneus, lavagens, guinchamentos e outros. Identificar e indicar as necessidades de reparos nos sistemas elétricos e mecânicos dos veículos da Prefeitura. Manter sob sua responsabilidade os documentos de porte obrigatório do veículo, observando as orientações para a revalidação dos mesmos. Registrar, em formulário específico, os percursos realizados, quilometragem e itinerários da frota oficial. Executar outras atividades correlatas que lhe forem atribuídas.

CBO: 7823-05; 7823-10; 7823-20; 7824-05

Funcionário 1

Especificação dos perigos/fatores de risco - **Cargo MOTORISTA PROFISSIONAL**			
Identificação			
Grupo	**Perigo/Fator de Risco**		
Físico	Radiações não-ionizantes		
Descrição	Exposição à radiação não ionizante (Raios solares UV) na condução de veículos automotores.		
Fundamentação legal	Anexo 1 da Norma Regulamentadora- 15 (Atividades e Operações Insalubres), Portaria n° 3.214/78 do MTE.		
Possíveis lesões ou agravos a saúde	Aumentam os riscos de doenças como neoplasias, anemia apática, púrpura, radio dermatite, infertilidade, entre outras.		
Fontes ou circunstâncias	Condução de veículos		
Meio de propagação	Raios solares (UV)		
Avaliação			
Tempo de exposição	**Tipo de exposição**	**Critério**	
08:00	Intermitente	Qualitativo	
Severidade	**Probabilidade**	**Nível de Risco**	**Classificação**
Moderado	Possível	Moderado	Tolerável
Prevenção e controle			
Medidas individuais (EPI)	Não foram evidenciados in loco a utilização de EPI s pelo colaborador, nem ficha de EPI que comprove a entrega do mesmo, conforme Portaria SIT nº 107, item 6.6.1 da NR-06. Desta forma, se faz necessário a disponibilização do EPI apropriado para execução da atividade ao colaborador, tal como sua média de controle que comprove a entrega do mesmo.		
Medidas Administrativas	Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO		
Ações Necessárias	-Alertar o trabalhador sobre o risco e medidas de proteção através de palestras e treinamentos. - Usar os equipamentos de proteção individual (EPI), com certificado de aprovação (CA), emitido por órgão competente em matéria de segurança e saúde ocupacional, e apropriados para a execução das atividades: • Óculos de proteção tipo UV.		

Conclusão de insalubridade – MOTORISTA PROFISSIONAL
Agente físico RUÍDO CONTÍNUO OU INTERMITENTE a) Exposição a Níveis de Ruído acima de 85 Db(a) para uma jornada de 8 horas dia, dá a percepção de insalubridade no ambiente. Necessário avaliação quantitativo da exposição do colaborador ao agente físico Ruído para conclusão. VIBRAÇÕES Inconclusivo, necessário avaliação quantitativo da exposição do colaborador ao agente físico Vibração de Corpo Inteiro para conclusão. RADIAÇÕES NÃO-IONIZANTES Conforme anexo 07 da Norma Regulamentadora 15 (Atividades e Operações insalubres), Portaria n°3.214/78 do MTE, em relação as operações ou atividades que exponham os trabalhadores às radiações não-ionizantes, sem a proteção adequada, cuja insalubridade é caracterizada pela avaliação qualitativa, as atividades do **GHE 01 são caracterizados como insalubre.** Sendo assim, fica caracterizado a insalubridade de grau médio (20%). Entretanto, atendendo o item 15.4.1 da Norma Regulamentadora n° 15 da portaria 3.214/1978 do MTE e também desde que compridas as exigências contidas na NR 06 e NR 07 a percepção do adicional de insalubridade poderá ser descaracterizada.
Agente químico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, **portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**
Agente biológico
Ausência de agentes insalubres estabelecidos pela Norma Regulamentadora 15, da Portaria 3.214/78 do MTE, **portanto, conclui-se que o trabalhador não exerce atividades em condição insalubre.**

Síntese

Unidade				
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENOPOLIS				
Setor	**Cargo**	**Risco**	**Insalubridade**	**Grau**
GHE 09 TRANSPORTE	MOTORISTA PROFISSIONAL	Radiações não-ionizantes	Sim	Médio - **20%**

Conclusão

Mapeamento e qualificação dos setores perigosos

- **SETOR:** GHE 09 TRANSPORTE
- **CARGO:** MOTORISTA PROFISSIONAL

Parecer técnico com embasamento conforme Portaria n° 3.214/1978 do MTE. NR-16 - Atividades e Operações Perigosas. **De acordo com os anexos da NR 16 a atividade não é periculosa.**

Conclusões

As avaliações realizadas neste laudo foram feitas levando em consideração um Grupo Homogêneo de Exposição (GHE), onde, a avaliação corresponde a um grupo de trabalhadores que experimentam exposição semelhante, e que o resultado desta avaliação da exposição de qualquer trabalhador do grupo seja representativo da exposição do restante dos trabalhadores do mesmo grupo.

Recomendações gerais

O presente laudo deve ser reavaliado sempre que novas medidas de controle administrativas ou medidas de proteção coletiva sejam instaladas, ou haja mudança de espaço físico, equipamentos, atividades, processo de trabalho, etc., que venham a alterar as condições ambientais de riscos ao empregado.
Todos os trabalhadores devem estar cientes dos riscos ambientais a que estão expostos, através de Ordens de Serviço, conforme NR 01 e deverá ser permanentemente orientado pela chefia imediata quanto aos corretos procedimentos de trabalho e as formas de proteção contra os riscos.
Os trabalhadores devem estar cientes que o não cumprimento das Ordens de Serviço expedidas pela empresa, esta passível de sanções previstas na CLT.
Os equipamentos de proteção individual - EPI, descartáveis ou não, deverão estar à disposição em número suficiente nos postos de trabalho, de forma que seja garantido o imediato fornecimento ou reposição. Fornecer e orientar o uso mediante protocolo de recebimento.

Responsabilidade técnica

Segundo o Artº 195 da Consolidação das Leis Trabalhistas CLT - A caracterização e a classificação da insalubridade e da periculosidade, segundo as normas do Ministério do Trabalho, far-se-ão através de perícia a cargo de Médico do Trabalho ou Engenheiro do Trabalho, registrados no Ministério do Trabalho. O presente laudo foi elaborado somente em uma face.

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718

Assinado de forma digital por GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718
Dados: 2024.10.03 13:44:13 -03'00'

Responsável do laudo de insalubridade
Gustavo Cordeiro Miranda
CPF: 092.897.697-18
NIT: 128.65129.29-4
Conselho de classe: CREA 051725/D
UF: ES
Especialidade: Engenheiro de Segurança

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977
CREA-ES
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do ES

ART de Obra ou Serviço

0820240368329

ART Individual

1. Responsável Técnico

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA

Título profissional: **ENGENHEIRO DE PRODUÇÃO,ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO,TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO,TECNÓLOGO EM GEST**

RNP: 0819492124
Registro: ES-051725/D
Registro: 19221

Empresa contratada: ST CONSULTORIA OCUPACIONAL E MEIO AMBIENTE LTDA

2. Dados do Contrato

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS** CPF/CNPJ: **27167345000190**
Rua: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS Nº: 545
Complemento: CEP: 29770000
Cidade: MANTENÓPOLIS UF: ES Bairro: CENTRO
Telefone:
Contrato: 000077/2023 Nº do Aditivo: 0
Valor do Contrato/Honorários: R$15.050,00 Tipo de contratante: PESSOA JURÍDICA

3. Dados da Obra/Serviço

Rua: AVENIDA PRESIDENTE VARGAS Nº: 545
Complemento: Bairro: CENTRO Quadra Lote
Cidade: MANTENÓPOLIS UF: ES CEP: 29770000
Data de início: 10/09/2024 Prev. Término: 10/09/2024 Coord. Geogr.: ,
Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS CPF/CNPJ:27167345000190

4. Atividade Técnica

Qtde de Pavimento(s): 0 **Nº Pavimento(s):** 0 **Dimensão/Quantidade:** 1 **Unidade de medida:** UNID

ATIVIDADE(S) TÉCNICA(S): 43 - 13.2 - ASSESSORIA TÉCNICA

PARTICIPAÇÃO:

NATUREZA: 100 - RESPONSABILIDADE TÉCNICA

NÍVEL: 104 - EXECUÇÃO

NATUREZA DO(S) SERVIÇO(S): 9111 - SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS (ESPECIFICAR NO CAMPO 22)

TIPO DA OBRA/SERVIÇO: 2001 - SERVIÇOS AFINS E CORRELATOS (ESPECIFICAR NO CAMPO 22)

PROJETO(S)/SERVIÇO(S): 100 - NENHUM

Após a conclusão das atividades técnicas, o profissional deverá proceder a baixa desta ART.

5. Observações

REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE MEDICINA DO TRABALHO PARA ELABORAÇÃO DE PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCO, LTCAT (LAUDO TÉCNICO DA CONDIÇÃO DO AMBIENTE DE TRABALHO, PCMSO (PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL), PPP, LAUDO DE INSALUBRIDADE E DE PERICULOSIDADE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPALDE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO; SEM CONTUDO TER PROVIDENCIADO O REGISTRO DE ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART), NESTE CONSELHO.

6. Declarações

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718
Assinado de forma digital por GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718
Dados: 2024.10.03 13:44:37 -03'00'

Profissional

Contratante

Acessibilidade: <declara a aplicabilidade das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº5.296, de 2 de dezembro de 2004, às atividades profissionais acima relacionadas.>

7. Entidade de classe

SENGE - SINDICATO DOS ENGENHEIROS DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO

8.Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Local de

Assinado de forma digital por GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718
Dados: 2024.10.03 13:44:27 -03'00'

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA:09289769718

GUSTAVO CORDEIRO MIRANDA - CPF: 09289769718

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS - CPF/CNPJ: 27167345000190

9. Informações

- **A ART é válida somente quando quitada, podendo sua conferência ser realizada no site do CREA.**
- **A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.creaes.org.br ou www.confea.org.br**
- **A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.**

www.creaes.org.br creaes@creaes.org.br
tel: (27)3134-0046 art@creaes.org.br

CREA-ES

Valor ART: R$ 262,55 Registrada em: 10/09/2024 Data de pagamento: 12/09/2024 Valor Pago: R$ 262,55 Nosso Número: 140000000016510939

Protocolo 1481746

Portaria

PORTARIA Nº 070/2024

O Prefeito Municipal de Mantenópolis, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER a servidora FABRICIA ALVES FERREIRA na matrícula 601846, a 60 (sessenta) dias de LICENÇA PRÊMIO, conforme Art. 91 da Lei Municipal nº 1.810/24 - ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MANTENÓPOLIS - ES, referente ao período aquisitivo 2017/2024.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, e terá seus efeitos retroagidos a 03 de dezembro de 2024.

Artigo 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se.

Mantenópolis-ES, 28 de janeiro de 2024

LÚCIO MARQUES DE MORAIS
- Prefeito Municipal -
Protocolo 1480844

PORTARIA Nº 071/2024

O Prefeito Municipal de Mantenópolis, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER ao servidor VALENTIM SANTA CLARA - matrícula 000175 a 30 (trinta) dias de FÉRIAS NORMAIS, conforme Art. 77 §1 da Lei Municipal nº 1810/2024 - ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MANTENÓPOLIS - ES, pelo período aquisitivo 2023/2024, a partir do dia 13 de janeiro de 2025.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo a 13 de janeiro de 2025.

Artigo 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se.

Mantenópolis-ES, 28 de janeiro de 2025

LÚCIO MARQUES DE MORAIS
- Prefeito Municipal -
Protocolo 1480884

Errata

ERRATA DA PORTARIA Nº 003, DE 02 DE JANEIRO DE 2025.

Na publicação do DOM/ES (Diário Oficial dos Municípios do Espírito Santo), Edição nº 2.685, de 03 de janeiro de 2025, Publicação nº 1466717.

ONDE SE LÊ:

Artigo 1º - NOMEAR o senhor **MAURILIO ALVES DOS SANTOS** CPF: XXX.290.417-XXX ao cargo de **SECRETARIO EXECUTIVO DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO** conforme dispõe a lei nº. 1794 de 03 de janeiro de 2024, a partir de 02 de janeiro de 2025.

LEIA-SE:
Artigo 1º - NOMEAR o senhor **ESTENIO MIQUELIN RIBEIRO** CPF: XXX.149.527-XXX ao cargo de **DIRETOR DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO** conforme dispõe a lei nº. 1794 de 03 de janeiro de 2024, a partir de 02 de janeiro de 2025.

Gabinete do Prefeito, Mantenópolis/ES, 28 de janeiro de 2025.

LUCIO MARQUES DE MORAIS
Prefeito Municipal
Protocolo 1480851

Marechal Floriano

Decreto

DECRETO Nº 12.539/2025

Regulamenta a Declaração do Consumo da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP, para fins de homologação dos valores lançados e, dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MARECHAL FLORIANO**, no uso de suas atribuições legais, Decreta:
Art. 1º. As concessionárias que atuam como distribuidoras de energia elétrica em Marechal Floriano, na qualidade de responsáveis pelo recolhimento da COSIP, ficam obrigadas a apresentar Declaração do Consumo da COSIP (DCC) a fim de atender ao disposto no art. 165 do Código Tributário Municipal, Lei Municipal nº 488, de 23 de dezembro de 2003.
Art. 2°. A DCC tem por finalidade o fornecimento mensal das seguintes informações, por parte das concessionárias, à Secretaria Municipal de Finanças, para fins de homologação do lançamento tributário:
I - Demonstrativo de faturamento da COSIP, contendo o detalhamento de todas as cobranças efetuadas pela

concessionária, conforme *layout* previsto no anexo I deste decreto;
II - Demonstrativo de arrecadação da COSIP, contendo o detalhamento de todos os recebimentos da COSIP, conforme layout previsto no anexo II deste decreto.
Art. 3°. A DCC deverá ser apresentada eletronicamente e enviada para o e-mail pmmf.tributacao@gmail.com.
Art. 4º. A DCC será apresentada nos seguintes prazos:
I - Mensalmente, até o dia 10 (dez) do mês subseqüente à emissão das faturas pela concessionária, relativamente às informações do inciso I, do art. 2° deste decreto;
II - Mensalmente, até o dia 10 (dez) do mês subseqüente à arrecadação das faturas pela concessionária, relativamente às informações do inciso II, do art. 2° deste decreto.
Art. 5°. O cumprimento da obrigação só se completa com o envio da DCC ao endereço eletrônico informado neste decreto.

Parágrafo Único. A DCC não será validada fora do padrão exigido nos anexos do presente decreto.
Art. 6°. O não cumprimento da obrigação prevista neste decreto, bem como o cumprimento com incorreções ou omissões, sujeitará o infrator às penalidades previstas no Código Tributário Municipal.
Art. 7° Este decreto entra em vigor no primeiro dia do terceiro mês subseqüente à sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Marechal Floriano, 28 de janeiro 2025.

ANTONIO LIDINEY GOBBI
PREFEITO MUNICIPAL

Anexo I

Layout de Declaração de Lançamentos para Homologação da Contribuição para Custeio da Iluminação Pública - COSIP
Arquivo único por módulo de declaração contendo os registros conforme leiaute definido, padrão de codificação UTF-8, no formato txt, com a seguinte delimitação de Campo | Pipeline (barra vertical), composta pelos seguintes registros:

1) Registro '0000' para identificação do substituto tributário de serviços relacionados a contribuição para custeio de Iluminação pública.

Ordem	Campo	Descrição	Obr	Tipo	Tam	Regra de Preenchimento
1	Linha	Número de sequência que identifica a linha do arquivo	S	N	06	Iniciada com 1 no primeiro registro e mantida a sequência em +1 para todos os demais registros
2	Registro	Texto fixo contendo '0000'	S	C	04	
3	CNPJ	Identificação da Concessionária composta pelo CNPJ	S	C	14	Sem máscara de formatação
4	Nome	Razão Social da Concessionária	S	C	100	
5	Município	Código do município onde será entregue a declaração (Tabela de Municípios do IBGE) (3203346) - Marechal Floriano	S	N	07	Deve existir na Tabela de Municípios do IBGE
6	Tipo	Tipo do Arquivo	S	C	01	Preencher com 'L'
7	Versão	Identificador da versão da DCC municipal devendo ser preenchida com "1.0"	S	C	04	Deve conter o número da versão atual da Declaração

2) Registro '0001' para identificação do valor da tarifa de iluminação em MWH utilizada para o cálculo.

Ordem	Campo	Descrição	Obr	Tipo	Tam	Regra de Preenchimento
1	Linha	Número de sequência que identifica a linha do arquivo	S	N	06	Iniciada com 1 no primeiro registro e mantida a sequência em +1 para todos os demais registros
2	Registro	Texto fixo contendo '0001'	S	C	04	

3	Código	Código da Tarifa	S	C	04	Informar código da tarifa, caso não tenha, utilizar sequencial iniciando por “01”
4	Nome	Nome da Tarifa	S	C	20	Informar nome da tarifa, caso não tenha, utilizar sequencial iniciando “Tarifa 01”
5	Valor	Valor da tarifa de iluminação utilizada para o cálculo	S	N	16,2	O valor deve ser maior ou igual a zero.

3) Registro ‘0002’ para informação detalhada do faturamento mensal, por competência e por número de instalação.

Ordem	Campo	Descrição	Obr	Tipo	Tam	Regra de Preenchimento
1	Linha	Número de sequência que identifica a linha do arquivo	S	N	06	Iniciada com 1 no primeiro registro e mantida a sequência em +1 para todos os demais registros
2	Registro	Texto fixo contendo ‘0002’	S	C	04	
3	Competência	Ano e mês do Faturamento	S	C	06	Preencher: Ano 04 dígitos; Mês 02 dígitos.
4	Instalação	Número da Instalação	S	C	20	Preencher com o número da instalação
5	Classe	Identificação da Classe	S	C	100	Preencher com a Classe da instalação
6	Grupo	Identificação do Grupo	S	C	05	Preencher com o Grupo da Instalação
7	Tensão	Identificação da Tensão	S	C	20	Identificar a tensão de fornecimento da Instalação
8	Bandeira	Identificar Bandeira	S	C	20	Informar Bandeira Tarifária vigente para o faturamento- Considerar o dia da leitura
9	Documento	Identificação do titular da Instalação	S	C	14	CPF/CNPJ do Titular da Instalação
10	Nome	Nome/Razão Social do Titular da Instalação	S	C	100	Informar o nome ou razão social do titular da instalação
11	Tipo	Tipo de Logradouro	S	C	3	Preencher com o tipo do logradouro
12	Logradouro	Nome do Logradouro	S	C	100	Preencher com o logradouro da instalação
13	Número	Número de referência no logradouro	S	C	10	Preencher com o número de referência no logradouro em que se encontra a instalação
14	Complemento	Complemento de referência no logradouro	S	C	30	Preencher com o complemento de referência no logradouro em que se encontra a instalação
15	CEP	CEP	S	C	10	Preencher com o CEP em que se encontra a instalação
16	Bairro	Bairro	S	C	50	Preencher com o nome do Bairro em que se encontra a instalação
17	Município	Município	S	C	50	Preencher com o nome do Município em que se encontra a instalação
18	Estado	Estado	S	C	02	Informar s Sigla do Estado em que se encontra a instalação
19	Nota Fiscal	Número da Nota Fiscal	S	C	20	Informar o número da nota fiscal da fatura no mês da competência
20	Leitura Anterior	Data Leitura Anterior	S	C	08	Preencher no formato: Ano - 04 Dígitos; Mês - 02 Dígitos; Dia - 02 Dígitos.
21	Consumo Anterior	Consumo Anterior Registrado	S	N	16,4	Consumo Registrado Ativo kWh
22	Leitura Atual	Data Leitura Atual	S	C	08	Preencher no formato: Ano - 04 Dígitos; Mês - 02 Dígitos; Dia - 02 Dígitos.
23	Data Vencimento	Data Vencimento Fatura	S	C	08	Preencher no formato: Ano - 04 Dígitos; Mês - 02 Dígitos; Dia - 02 Dígitos.

24	Data Emissão	Data da emissão da Fatura	S	C	08	Preencher no formato: Ano - 04 Dígitos; Mês - 02 Dígitos; Dia - 02 Dígitos.
25	Consumo	Consumo Registrado	S	N	16,4	Consumo Registrado Ativo kWh
26	Faturado	Consumo Faturado	S	N	16,4	Consumo Faturado KWh
27	Receita	Total da Fatura	S	N	16,2	Receita Total destacado na fatura
28	Valor COSIP	Valor Total da COSIP	S	N	16,2	Valor Faturado da COSIP
29	Tipo Declaração	Informar o Tipo da declaração	S	C	01	Regras de preenchimento: 'N' - Normal 'R' - Retificada 'C' - Cancelada

Anexo II

Layout para Informações de Pagamentos da Contribuição para Custeio da Iluminação Pública - COSIP

Arquivo único por módulo de pagamentos contendo os registros conforme leiaute definido, padrão de codificação UTF-8, no formato txt, com a seguinte delimitação de Campo | Pipeline (barra vertical), composta pelos seguintes registros:

1) Registro '0000' para identificação do substituto tributário de serviços relacionados a contribuição para custeio de Iluminação pública.

Ordem	Campo	Descrição	Obr	Tipo	Tam	Regra de Preenchimento
1	Linha	Número de sequência que identifica a linha do arquivo	S	N	06	Iniciada com 1 no primeiro registro e mantida a sequência em +1 para todos os demais registros
2	Registro	Texto fixo contendo '0000'	S	C	04	
3	CNPJ	Identificação da Concessionária composta pelo CNPJ	S	C	14	Sem máscara de formatação
4	Nome	Razão Social da Concessionária	S	C	100	
5	Município	Código do município onde será entregue a declaração (Tabela de Municípios do IBGE) (3203346) - Marechal Floriano	S	N	07	Deve existir na Tabela de Municípios do IBGE
6	Tipo	Tipo do Arquivo	S	C	01	Preencher com 'P'
7	Versão	Identificador da versão da DCC municipal devendo ser preenchida com "1.0"	S	C	04	Deve conter o número da versão atual da Declaração

2) Registro '0001' para informação detalhada dos pagamentos, por competência e por número de instalação.

Ordem	Campo	Descrição	Obr	Tipo	Tam	Regra de Preenchimento
1	Linha	Número de sequência que identifica a linha do arquivo	S	N	06	Iniciada com 1 no primeiro registro e mantida a sequência em +1 para todos os demais registros
2	Registro	Texto fixo contendo '0001'	S	C	04	
3	Competência	Ano e mês do Pagamento	S	C	06	Preencher: Ano 04 dígitos; Mês 02 dígitos.
4	Número	Número da Instalação	S	C	20	Preencher com número da Instalação
5	Documento	Identificação do titular da Instalação	S	C	14	CPF/CNPJ do Titular da Instalação
6	Nome	Nome/Razão Social do Titular da Instalação	S	C	100	Informar o nome ou razão social do titular da instalação
7	Nota Fiscal	Número da Nota Fiscal	S	C	20	Informar o número da nota fiscal da fatura no mês da competência
8	Data Pagamento	Data Pagamento Fatura	S	C	08	Preencher no formato: Ano - 04 Dígitos; Mês - 02 Dígitos; Dia - 02 Dígitos.
9	Valor Pago	Valor Total Pago da COSIP	S	N	16,2	Valor Pago referente a COSIP

Termos

AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO

REF: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº425/2025 - SEMUS

Autorizo a presente DISPENSA DE LICITAÇÃO, com fulcro no inciso II, do art. 75, da Lei Federal nº 14.133/2021, haja vista o fundamento constante do processo em destaque.

Nº DO PROCESSO ADMINISTRATIVO: 425/2025 - SEMUS
OBJETO: Aquisição de certificado digital A3, emitido no padrão ICP-Brasil para pessoa física, de acordo com a demanda da Secretaria Municipal de Saúde.
NOME DO CREDOR: INTEGRA CERTIFICADO DIGITAL LTDA.
CNPJ: 50.214.482/0001-50
ENDEREÇO: Rua Darliane, 60, Bairro Margareth, Nova Venecia/ES - CEP.: 29.830-000.
VALOR: R$ 390,00 (trezentos e noventa reais).
DATA: 28/01/2025.

Protocolo 1481545

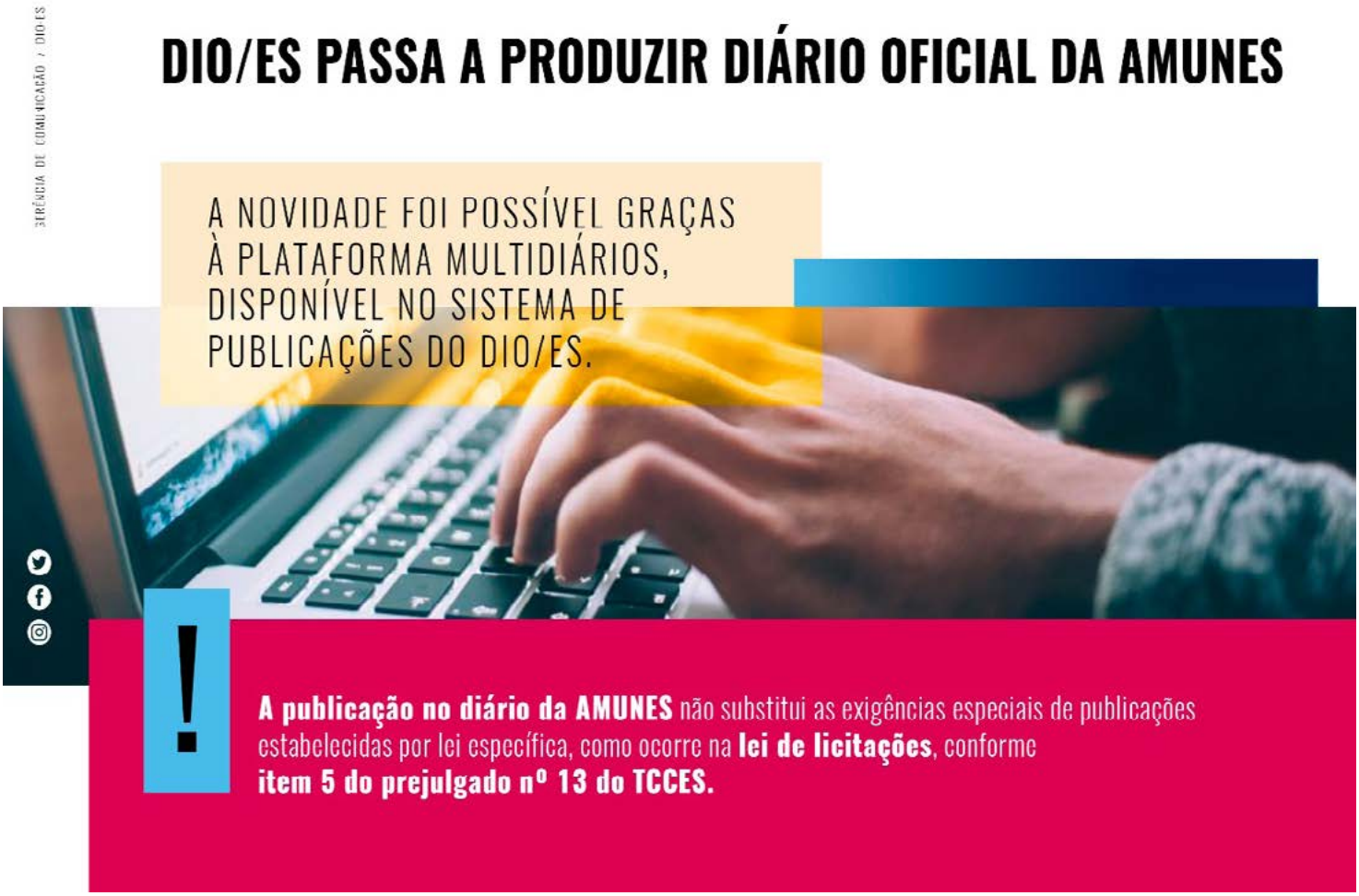
AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO

REF: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº229/2025 - SEMUS

Autorizo a presente DISPENSA DE LICITAÇÃO, com fulcro no inciso II, do art. 75, da Lei Federal nº 14.133/2021, haja vista o fundamento constante do processo em destaque.

Nº DO PROCESSO ADMINISTRATIVO: 229/2025 - SEMUS
OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento em recarga e manutenção de extintores de acordo com a demanda da Secretaria Municipal de Saúde.
NOME DO CREDOR: UELITON RODRIGUES NASCIMENTO.
CNPJ: 33.195.764/0001-39
ENDEREÇO: Rua Montevideu, Araças, Vila Velha/ES - CEP.: 29.103-025.
VALOR: R$ 2.388,00 (dois mil, trezentos e oitenta e oito reais).
DATA: 27/01/2025.

Protocolo 1481552



Protocolo 1481817

MUNICIPIO DE MARILANDIA - ES - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

STN/SICONFI

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	JAN/2024	FEV/2024	MAR/2024	ABR/2024	MAI/2024	JUN/2024	JUL/2024	AGO/2024	SET/2024	OUT/2024	NOV/2024	DEZ/2024	Total (Últimos 12 meses) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**1.413.153,39**	**2.314.542,90**	**2.426.875,47**	**2.693.652,27**	**2.146.871,22**	**3.216.805,29**	**2.494.486,58**	**2.395.425,29**	**2.406.517,96**	**2.362.925,95**	**2.306.384,85**	**5.106.069,02**	**31.283.710,19**	**8.191,52**
Pessoal Ativo	1.413.153,39	2.314.542,90	2.426.875,47	2.693.652,27	2.146.871,22	3.216.805,29	2.494.486,58	2.395.425,29	2.406.517,96	2.362.925,95	2.306.384,85	5.106.069,02	31.283.710,19	8.191,52
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis.	1.211.849,79	2.090.836,96	2.197.740,32	2.213.726,81	2.164.117,23	2.981.418,64	2.252.027,08	2.160.873,45	2.177.687,31	2.134.256,87	2.076.771,13	4.681.675,95	28.342.981,54	
Obrigações Patronais	201.303,60	223.705,94	229.135,15	479.925,46	(17.246,01)	235.386,65	242.459,50	234.551,84	228.830,65	228.669,08	229.613,72	424.393,07	2.940.728,65	8.191,52
Pessoal Inativo e Pensionistas														
Aposentadorias, Reserva e Reformas														
Pensões														
Outras desp. pessoal decorr. contr. terceir. ou Contrat. de forma indiret														
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	**65.222,01**	**28.033,24**	**23.486,02**	**204.960,27**	**8.073,13**	**641.384,62**	**147.740,98**	**135.425,05**	**60.987,43**	**304.622,73**	**146.542,98**	**80.039,78**	**1.846.518,24**	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	9.523,68	10.546,94	18.257,90	32.053,68	8.073,13	9.004,36	9.405,30	7.936,89	3.367,60	3.776,45	3.967,92	80.039,78	195.953,63	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	3.811,49	17.486,30	5.228,12	9.177,67		2.267,44			57.619,83	25.644,71			121.235,56	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração														
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados														
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recu						524.000,00	87.544,00	76.248,00		169.440,00	84.720,00		941.952,00	
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de	51.886,84			163.728,92		106.112,82	50.791,68	51.240,16		105.761,57	57.855,06		587.377,05	
Outras Deduções Constitucionais ou Legais														
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**1.347.931,38**	**2.286.509,66**	**2.403.389,45**	**2.488.692,00**	**2.138.798,09**	**2.575.420,67**	**2.346.745,60**	**2.260.000,24**	**2.345.530,53**	**2.058.303,22**	**2.159.841,87**	**5.026.029,24**	**29.437.191,95**	**8.191,52**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**78.302.097,96**	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art 166-A, § 1º da CF)	2.874.000,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF)	44.982,72	
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)	1.111.392,00	
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais		
= RECEITA CORRENTE LÍ• QUIDA AJUSTADA PARA CALCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	**74.271.723,24**	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III a + III b)	**29.445.383,47**	**39,65**
LIMITE MÁ• XIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	**40.106.730,55**	**54,00**
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	**38.101.394,02**	**51,30**
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	**36.096.057,49**	**48,60**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Gabinete Do Prefeito, Emissão: 28/01/2025 , as 14:58:59

GUSTAVO BERGAMASCHI
Contador - CRC ES 13559/O

AUGUSTO ASTORI FERREIRA
Prefeito Municipal

MUNICIPIO DE MARILANDIA - ES
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

STN/SICONFI

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") — R$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2024	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	**1.328.592,48**	**1.214.793,98**	**1.126.700,68**
Dívida Mobiliária			
Dívida Contratual	1.328.592,48	1.214.793,98	1.126.700,68
Empréstimos			
Internos			
Externos			
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios			
Financiamentos	828.221,37	740.274,33	650.825,35
Internos	828.221,37	740.274,33	650.825,35
Externos			
Parcelamento e Renegociação de dívidas	500.371,11	474.519,65	475.875,33
De Tributos			
De Contribuições Previdenciárias	500.371,11	474.519,65	475.875,33
De Demais Contribuições Sociais			
Do FGTS			
Com Instituição Não Financeira			
Demais Dívidas Contratuais			
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos			
Outras Dívidas			
DEDUÇÕES (II)	**26.555.376,66**	**30.417.300,90**	**24.869.866,66**
Disponibilidade de Caixa	26.555.376,66	30.417.300,90	24.869.866,66
Disponibilidade de Caixa Bruta	28.480.443,47	30.792.811,39	26.239.453,20
(-) Restos a Pagar Processados	1.352.829,43	14.392,08	931.481,41
(-) Depósitos Restituíves e Valores Vinculados	572.237,38	361.118,41	438.105,13
Demais Haveres Financeiros			
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	**(25.226.784,18)**	**(29.202.506,92)**	**(23.743.165,98)**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**67.897.625,09**	**77.102.981,15**	**78.302.097,96**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	**2.900.000,00**	**5.474.000,00**	**2.874.000,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	**64.997.625,09**	**71.628.981,15**	**75.428.097,96**
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	**2,04**	**1,70**	**1,49**
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	**(38,81)**	**(40,77)**	**(31,48)**
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120,00%	**77.997.150,11**	**85.954.777,38**	**90.513.717,55**
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	**70.197.435,10**	**77.359.299,64**	**81.462.345,80**

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2024	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000			
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	42.574,59	200.523,73	157.949,14
PASSIVO ATUARIAL			
RP NÃO-PROCESSADOS	2.559.751,85	85.395,07	4.774.363,15
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO			
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP			
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS			

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Gabinete Do Prefeito, Emissão: 28/01/2025 , as 15:05:41

GUSTAVO BERGAMASCHI
Contador - CRC ES 13559/O

AUGUSTO ASTORI FERREIRA
Prefeito Municipal

MUNICIPIO DE MARILANDIA - ES
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024
RGF - ANEXO 3 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40 § 1º)

STN/SICONFI

R$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2024	
		Até o 1º semestre	Até o 2º semestre
AOS ESTADOS (I)			
Em Operações de Crédito Externas			
Em Operações de Crédito Internas			
AOS MUNICÍPIOS (II)			
Em Operações de Crédito Externas			
Em Operações de Crédito Internas			
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)			
Em Operações de Crédito Externas			
Em Operações de Crédito Internas			
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)			
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	67.897.625,09	77.102.981,15	78.302.097,96
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)	2.900.000,00	5.474.000,00	2.874.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	64.997.625,09	71.628.981,15	75.428.097,96
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)			
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22,00 %	14.299.477,52	15.758.375,85	16.594.181,55
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 90,00 %	12.869.529,77	14.182.538,27	14.934.763,40

CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2024	
		Até o 1º semestre	Até o 2º semestre
DOS ESTADOS (IX)			
Em Garantia às operações de Crédito Externas			
Em Garantia às operações de Crédito Internas			
DOS MUNICÍPIOS (X)			
Em Garantia às operações de Crédito Externas			
Em Garantia às operações de Crédito Internas			
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)			
Em Garantia às operações de Crédito Externas			
Em Garantia às operações de Crédito Internas			
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)			
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)			
MEDIDAS CORRETIVAS			

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Gabinete Do Prefeito, Emissão: 28/01/2025 , as 15:08:15

GUSTAVO BERGAMASCHI
Contador - CRC ES 13559/O

AUGUSTO ASTORI FERREIRA
Prefeito Municipal

MUNICIPIO DE MARILANDIA - ES
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024
RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

STN/SICONFI

R$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de Referência	Até o Semestre de Referência (a)
Mobiliária		
Interna		
Externa		
Contratual		
Interna		
Empréstimos		
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro		
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços		
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)		
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (I)		
Externa		
Empréstimos		
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro		
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços		
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)		
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação[1] (II)		
TOTAL (III)		

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	78.302.097,96	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 1º, art. 166-A da CF) (V)	2.874.000,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	75.428.097,96	
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)		
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)		
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	12.068.495,67	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	10.861.646,10	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	5.279.966,86	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Parcelamentos de Dívidas		
Tributos		
Contribuições Previdenciárias		
FGTS		
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas		

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Gabinete Do Prefeito, Emissão: 28/01/2025 , as 15:10:01

GUSTAVO BERGAMASCHI
Contador - CRC ES 13559/O

AUGUSTO ASTORI FERREIRA
Prefeito Municipal

DOM/ES - Edição Nº2.694

quinta-feira, 30 de Janeiro de 2025

Protocolo 1481830

MUNICIPIO DE MARILANDIA - ES - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024
RGF - ANEXO 5 (LRF, Art. 55, inciso III, alínea "a")

R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g) = (a - (b + c + d + e)-f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)					
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	**7.366.715,84**		**597.693,86**		**204.987,03**		**6.564.034,95**	**431.407,30**		6.132.627,65
Recursos Não Vinculados de Impostos	6.695.473,56		597.693,86		204.505,02		5.893.274,68	376.003,95		5.517.270,73
Outros Recursos não Vinculados	671.242,28				482,01		670.760,27	55.403,35		615.356,92
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS) (II)	**18.872.737,36**		**333.787,55**		**233.118,10**		**18.305.831,71**	**4.342.955,85**		13.962.875,86
Recursos Vinculados à Educação	**7.830.124,50**		**215.595,46**		**181.818,19**		**7.432.710,85**	**3.459.323,67**		3.973.387,18
Transferências do FUNDEB	1.073.795,77		177.185,97		176.383,66		720.226,14	120.327,47		599.898,67
Outros Recursos Vinculados à Educação	6.756.328,73		38.409,49		5.434,53		6.712.484,71	3.338.996,20		3.373.488,51
Recursos Vinculados à Saúde	**1.510.940,39**		**18.280,61**		**43.736,09**		**1.448.923,69**	**192.282,58**		1.256.641,11
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS	1.510.593,57		18.280,61		43.736,09		1.448.576,87	192.282,58		1.256.294,29
Outros Recursos Vinculados à Saúde	346,82						346,82			346,82
Recursos Vinculados à Assistência Social	**808.174,19**		**18.612,78**		**5.182,25**		**784.379,16**	**4.288,80**		780.090,36
Recursos Vinculados à Previdência Social (Exceto ao RPPS)										
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	**3.659.661,24**		**60.699,61**		**2.024,50**		**3.597.027,13**	**312.267,24**		3.284.759,89
Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres (exceto Educação, Saúde e Assistência)	1.072.482,80		53.456,43		1.050,18		1.017.976,19	199.635,01		818.341,18
Outras Vinculações Decorrentes de Transferências	2.587.178,44		7.153,18		974,32		2.579.050,94	112.632,23		2.466.418,71
Demais Vinculações Legais	**264.184,81**		**20.689,09**		**357,07**		**243.138,65**	**11.190,00**		231.948,65
Outras Vinculações Legais	75.695,06		20.689,09		251,28		54.754,69	11.190,00		43.564,69
Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à Saúde)	5.986,42						5.986,42			5.986,42
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	182.503,33				105,79		182.397,54			182.397,54
Recursos Vinculados a Fundos (exceto Educação, Saúde, Assistência e Previdência)										
Recursos Extraorçamentários										
Outras Vinculações	**4.799.652,23**						**4.799.652,23**	**363.603,56**		4.436.048,67
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS AO RPPS (III)										
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)²										
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)										
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração										
TOTAL (IV) = (I + II + III)	**26.239.453,20**		**931.481,41**		**438.105,13**		**24.869.866,66**	**4.774.363,15**		20.095.503,51

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: , Emissão: , as

GUSTAVO BERGAMASCHI
Contador - CRC ES 13559/O

AUGUSTO ASTORI FERREIRA
Prefeito Municipal

MUNICIPIO DE MARILANDIA - ES - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

STN/SICONFI

LRF, art. 48 - Anexo 6 R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O SEMESTRE
Receita Corrente Líquida	78.302.097,96
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	75.428.097,96
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	74.271.723,24

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	29.445.383,47	39,65
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 54,00 %	40.106.730,55	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 51,30 %	38.101.394,02	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 48,60 %	36.096.057,49	48,60

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	(23.743.165,98)	1,49
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	90.513.717,55	120,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	16.594.181,55	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	12.068.495,67	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	5.279.966,86	7,00

RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS NO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	4.774.363,15	20.095.503,51

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Gabinete Do Prefeito, Emissão: 28/01/2025 , as 15:14:23

GUSTAVO BERGAMASCHI
Contador - CRC ES 13559/O

AUGUSTO ASTORI FERREIRA
Prefeito Municipal

MUNICIPIO DE MARILANDIA - ES — **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) — Em Reais

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas			% (c/a)	Saldo (a-c)
			No Período (b)	%(b/a)	Até o Período (c)		
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**69.019.640,00**	**85.329.333,51**	**15.870.004,52**	**18,60**	**89.855.825,69**	**105,30**	**(4.526.492,18)**
RECEITAS CORRENTES	69.019.640,00	80.690.398,29	13.245.476,82	16,42	78.302.097,96	97,04	2.388.300,33
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	3.744.600,00	3.856.600,00	694.241,90	18,00	4.502.616,10	116,75	(646.016,10)
Impostos	3.398.000,00	3.510.000,00	647.363,59	18,44	4.061.350,82	115,71	(551.350,82)
Taxas	346.600,00	346.600,00	46.878,31	13,53	441.265,28	127,31	(94.665,28)
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	400.000,00	417.000,00	67.942,75	16,29	416.441,48	99,87	558,52
Contribuições Sociais							
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Forma							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	400.000,00	417.000,00	67.942,75	16,29	416.441,48	99,87	558,52
RECEITA PATRIMONIAL	440.450,00	3.118.608,26	434.289,02	13,93	2.412.891,56	77,37	705.716,70
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	9.000,00	9.000,00			734,62	8,16	8.265,38
Valores Mobiliários	431.450,00	3.109.608,26	434.289,02	13,97	2.412.156,94	77,57	697.451,32
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Au							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS	1.934.500,00	1.934.500,00	349.938,06	18,09	2.069.065,01	106,96	(134.565,01)
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.934.500,00	1.934.500,00	349.938,06	18,09	2.069.065,01	106,96	(134.565,01)
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	62.468.570,00	70.847.708,03	11.682.812,76	16,49	68.687.534,94	96,95	2.160.173,09
Transferências da União e de suas Entidades	27.793.210,00	30.002.935,27	6.134.315,53	20,45	32.926.742,83	109,75	(2.923.807,56)
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	19.884.360,00	24.014.922,43	3.516.628,40	14,64	24.038.574,67	100,10	(23.652,24)
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas	4.900.000,00	4.900.000,00					4.900.000,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	9.891.000,00	11.373.962,18	2.031.868,83	17,86	11.639.963,12	102,34	(266.000,94)
Transferências do Exterior							
Demais Transferências Correntes		555.888,15			82.254,32	14,80	473.633,83
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	31.520,00	515.982,00	16.252,33	3,15	213.548,87	41,39	302.433,13
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	25.010,00	502.222,00	118,88	0,02	159.203,37	31,70	343.018,63
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							
Demais Receitas Correntes	6.510,00	13.760,00	16.133,45	117,25	54.345,50	394,95	(40.585,50)
RECEITAS DE CAPITAL		4.638.935,22	2.624.527,70	56,58	11.553.727,73	249,06	(6.914.792,51)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		4.638.935,22	2.624.527,70	56,58	11.553.727,73	249,06	(6.914.792,51)
Transferências da União e de suas Entidades		807.796,27	451.627,28	55,91	2.728.684,12	337,79	(1.920.887,85)
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades		710.067,15	598.991,85	84,36	5.230.337,98	736,60	(4.520.270,83)
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas		121.071,80	1.573.908,57	1.299,98	3.594.705,63	2.969,07	(3.473.633,83)
Transferências do Exterior							
Demais Tranferências de Capital		3.000.000,00					3.000.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	**69.019.640,00**	**85.329.333,51**	**15.870.004,52**	**18,60**	**89.855.825,69**	**105,30**	**(4.526.492,18)**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
Mobiliária							
Contratual							
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	69.019.640,00	85.329.333,51	15.870.004,52	18,60	89.855.825,69	105,30	(4.526.492,18)
DEFICIT (VI)	—	—	—	—	4.438.597,97	—	—
TOTAL COM DEFICIT (VII) = (V + VI)	69.019.640,00	85.329.333,51	15.870.004,52	18,60	94.294.423,66	105,30	(4.526.492,18)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	—	18.097.652,74	—	—	18.097.652,74	100,00	—
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	—	—	—	—	—	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	—	18.097.652,74	—	—	18.097.652,74	100,00	—

Despesas	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas		Saldo	Despesas Liquidadas		Saldo	Despesas Pagas Até o Periodo (j)	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados(k)
			No Período	Até Período (f)	(g) = (e - f)	No Período	Até Período (h)	(i) = (e - h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (	**69.019.640,00**	**105.176.095,57**	**10.441.576,71**	**94.294.423,66**	**10.881.671,91**	**18.938.578,31**	**89.517.710,51**	**15.658.385,06**	**88.586.229,10**	**4.776.713,15**
DESPESAS CORRENTES	67.709.110,00	81.005.038,36	9.762.517,54	71.768.969,20	9.236.069,16	15.009.154,32	71.002.684,34	10.002.354,02	70.077.552,93	766.284,86
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	36.574.660,00	37.517.179,05	7.724.807,76	32.846.897,58	4.670.281,47	7.723.113,98	32.838.706,06	4.678.472,99	32.636.565,82	8.191,52
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	167.730,00	159.215,00	16.746,39	113.580,23	45.634,77	16.746,39	113.580,23	45.634,77	113.580,23	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	30.966.720,00	43.328.644,31	2.020.963,39	38.808.491,39	4.520.152,92	7.269.293,95	38.050.398,05	5.278.246,26	37.327.406,88	758.093,34
DESPESAS DE CAPITAL	1.305.530,00	24.166.057,21	679.059,17	22.525.454,46	1.640.602,75	3.929.423,99	18.515.026,17	5.651.031,04	18.508.676,17	4.010.428,29
INVESTIMENTOS	1.076.330,00	23.936.857,21	640.823,10	22.297.179,03	1.639.678,18	3.891.187,92	18.286.750,74	5.650.106,47	18.280.400,74	4.010.428,29
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	229.200,00	229.200,00	38.236,07	228.275,43	924,57	38.236,07	228.275,43	924,57	228.275,43	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.000,00	5.000,00			5.000,00			5.000,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)										
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	**69.019.640,00**	**105.176.095,57**	**10.441.576,71**	**94.294.423,66**	**10.881.671,91**	**18.938.578,31**	**89.517.710,51**	**15.658.385,06**	**88.586.229,10**	**4.776.713,15**
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI										
Amortização da Dívida Interna										
Dívida Mobiliária										
Dívida Contratual										
Amortização da Dívida Externa										
Dívida Mobiliária										

MUNICIPIO DE MARILANDIA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) Em Reais

Dívida Contratual										
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	69.019.640,00	105.176.095,57	10.441.576,71	94.294.423,66	10.881.671,91	18.938.578,31	89.517.710,51	15.658.385,06	88.586.229,10	4.776.713,15
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—			—	338.115,18		1.269.596,59	—
TOTAL COM SUPERAVIT (XIV) = (XII + XIII)	69.019.640,00	105.176.095,57	10.441.576,71	94.294.423,66	10.881.671,91	18.938.578,31	89.855.825,69	15.658.385,06	89.855.825,69	4.776.713,15
RESERVA DO RPPS	—	—	—			—				—

Receitas Intra	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas			% (c/a)	Saldo (a-c)
			No Período (b)	% (b/a)	Até o Período (c)		
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							
RECEITAS CORRENTES							
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA							
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES							
Contribuições Sociais							
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Forma							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL							
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários							
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Au							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS							
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Transferências Correntes							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES							
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos							
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							
Demais Receitas Correntes							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Tranferências de Capital							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							

Despesas Intra	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas		Saldo (g) = (e - f)	Despesas Liquidadas		Saldo (i) = (e - h)	Despesas Pagas Até o Periodo (j)	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados(k)
			No Período	Até Período (f)		No Período	Até Período (h)			
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)										—
DESPESAS CORRENTES										—
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS										—
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										—
OUTRAS DESPESAS CORRENTES										—
DESPESAS DE CAPITAL										—
INVESTIMENTOS										—
INVERSÕES FINANCEIRAS										—
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										—
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										—

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Gabinete Do Prefeito, Emissão: 28/01/2025 , às 14:16:17

MUNICIPIO DE MARILANDIA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) Em Reais

GUSTAVO BERGAMASCHI
Contador - CRC ES 13559/O

AUGUSTO ASTORI FERREIRA
Prefeito Municipal

MUNICIPIO DE MARILANDIA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**69.019.640,00**	**105.176.095,57**	**10.441.576,71**	**94.294.423,66**	**100,00**	**10.881.671,91**	**18.938.578,31**	**89.517.710,51**	**100,00**	**15.658.385,06**	**4.776.713,15**
Legislativa	**3.000.000,00**	**2.800.000,00**	**344.978,08**	**2.091.248,26**	**2,22**	**708.751,74**	**444.260,52**	**2.088.898,26**	**2,33**	**711.101,74**	**2.350,00**
Ação Legislativa	3.000.000,00	2.800.000,00	344.978,08	2.091.248,26	2,22	708.751,74	444.260,52	2.088.898,26	2,33	711.101,74	2.350,00
Controle Externo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Judiciária											
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Essencial à Justiça											
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Administração	**10.205.210,00**	**12.107.948,85**	**1.567.771,21**	**9.377.783,88**	**9,95**	**2.730.164,97**	**1.949.505,76**	**9.316.940,07**	**10,41**	**2.791.008,78**	**60.843,81**
Planejamento e Orçamento	223.430,00	261.895,19	42.476,74	214.138,87	0,23	47.756,32	42.476,74	214.138,87	0,24	47.756,32	
Administração Geral	8.004.490,00	9.959.375,00	1.279.500,39	7.351.619,98	7,80	2.607.755,02	1.554.321,87	7.344.350,92	8,20	2.615.024,08	7.269,06
Administração Financeira	1.397.640,00	1.398.451,30	200.177,45	1.369.051,22	1,45	29.400,08	271.393,60	1.336.207,43	1,49	62.243,87	32.843,79
Controle Interno	172.580,00	207.778,79	39.776,63	193.902,19	0,21	13.876,60	42.683,43	192.448,79	0,21	15.330,00	1.453,40
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação	407.020,00	280.398,57	5.840,00	249.071,62	0,26	31.326,95	38.630,12	229.794,06	0,26	50.604,51	19.277,56
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas	50,00	50,00				50,00				50,00	
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
Demais Subfunções											
Defesa Nacional											
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Segurança Pública	**51.150,00**	**24.532,28**		**16.944,00**	**0,02**	**7.588,28**	**4.236,00**	**16.944,00**	**0,02**	**7.588,28**	
Policiamento											
Defesa Civil	51.150,00	24.532,28		16.944,00	0,02	7.588,28	4.236,00	16.944,00	0,02	7.588,28	
Informação e Inteligência											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Assistência Social	**2.985.160,00**	**3.458.983,00**	**502.645,34**	**2.835.147,68**	**3,01**	**623.835,32**	**666.156,26**	**2.830.833,88**	**3,16**	**628.149,12**	**4.313,80**
Assistência ao Idoso	79.250,00	112.050,00	16.000,00	112.000,00	0,12	50,00	32.000,00	112.000,00	0,13	50,00	
Assistência ao Portador de Deficiência	165.010,00	469.400,65	118.592,00	459.720,00	0,49	9.680,65	130.352,00	459.720,00	0,51	9.680,65	
Assistência à Criança e ao Adolescente	332.610,00	368.815,00	44.630,01	312.344,86	0,33	56.470,14	68.395,65	312.344,86	0,35	56.470,14	
Assistência Comunitária	1.099.980,00	1.094.747,85	142.582,64	738.447,61	0,78	356.300,24	171.935,55	734.133,81	0,82	360.614,04	4.313,80
Administração Geral	1.308.310,00	1.413.969,50	180.840,69	1.212.635,21	1,29	201.334,29	263.473,06	1.212.635,21	1,35	201.334,29	
Demais Subfunções											
Previdência Social	**46.000,00**	**46.000,00**	**8.853,24**	**42.656,52**	**0,05**	**3.343,48**	**8.853,24**	**42.656,52**	**0,05**	**3.343,48**	
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário											
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
Administração Geral	46.000,00	46.000,00	8.853,24	42.656,52	0,05	3.343,48	8.853,24	42.656,52	0,05	3.343,48	
Demais Subfunções											
Saúde	**20.023.520,00**	**24.724.717,40**	**2.548.546,72**	**23.083.557,48**	**24,48**	**1.641.159,92**	**3.800.621,91**	**22.464.002,88**	**25,09**	**2.260.714,52**	**619.554,60**
Atenção Básica	10.248.850,00	11.206.477,05	1.664.298,33	10.432.603,17	11,06	773.873,88	1.861.986,78	10.239.663,02	11,44	966.814,03	192.940,15
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	5.612.410,00	8.041.653,18	402.655,05	7.627.243,88	8,09	414.409,30	1.167.853,85	7.203.955,72	8,05	837.697,46	423.288,16
Suporte Profilático e Terapêutico	530.010,00	732.813,00	(11.146,59)	715.085,06	0,76	17.727,94	79.556,75	713.085,06	0,80	19.727,94	2.000,00
Vigilância Sanitária											
Vigilância Epidemiológica	555.390,00	599.913,26	85.967,39	455.804,26	0,48	144.109,00	84.641,10	454.477,97	0,51	145.435,29	1.326,29

MUNICIPIO DE MARILANDIA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
Alimentação e Nutrição											
Administração Geral	3.076.860,00	4.143.860,91	406.772,54	3.852.821,11	4,09	291.039,80	606.583,43	3.852.821,11	4,30	291.039,80	
Demais Subfunções											
Trabalho	**652.040,00**	**1.034.976,59**	**4.815,01**	**881.531,84**	**0,93**	**153.444,75**	**206.111,26**	**879.572,94**	**0,98**	**155.403,65**	**1.958,90**
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	652.000,00	1.022.936,59	4.815,01	869.531,84	0,92	153.404,75	204.111,26	867.572,94	0,97	155.363,65	1.958,90
Relações de Trabalho											
Empregabilidade	40,00	12.040,00		12.000,00	0,01	40,00	2.000,00	12.000,00	0,01	40,00	
Fomento ao Trabalho											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Educação	**24.188.460,00**	**38.673.565,90**	**4.092.971,16**	**35.527.074,34**	**37,68**	**3.146.491,56**	**7.102.359,67**	**31.681.933,47**	**35,39**	**6.991.632,43**	**3.845.140,87**
Ensino Fundamental	15.725.260,00	27.248.032,00	2.014.035,88	24.328.880,46	25,80	2.919.151,54	4.747.227,91	20.884.691,05	23,33	6.363.340,95	3.444.189,41
Ensino Médio	10,00	10,00				10,00				10,00	
Ensino Profissional											
Ensino Superior	30,00	30,00				30,00				30,00	
Educação Infantil	7.133.740,00	9.748.054,57	1.695.938,53	9.588.070,06	10,17	159.984,51	1.955.846,26	9.193.613,75	10,27	554.440,82	394.456,31
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial											
Educação Básica											
Administração Geral	1.329.420,00	1.677.439,33	382.996,75	1.610.123,82	1,71	67.315,51	399.285,50	1.603.628,67	1,79	73.810,66	6.495,15
Demais Subfunções											
Cultura	**216.670,00**	**849.804,46**	**105.156,00**	**841.823,59**	**0,89**	**7.980,87**	**338.734,27**	**841.823,59**	**0,94**	**7.980,87**	
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural	216.670,00	849.804,46	105.156,00	841.823,59	0,89	7.980,87	338.734,27	841.823,59	0,94	7.980,87	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania											
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Urbanismo	**651.850,00**	**1.900.221,41**	**(1.513,36)**	**1.427.744,60**	**1,51**	**472.476,81**	**160.055,62**	**1.401.284,27**	**1,57**	**498.937,14**	**26.460,33**
Infra-Estrutura Urbana	22.310,00	838.352,82	(0,45)	529.586,10	0,56	308.766,72		529.586,10	0,59	308.766,72	
Serviços Urbanos	629.510,00	1.061.838,59	(1.512,91)	898.158,50	0,95	163.680,09	160.055,62	871.698,17	0,97	190.140,42	26.460,33
Transportes Coletivos Urbanos											
Administração Geral											
Demais Subfunções	30,00	30,00				30,00				30,00	
Habitação	**20,00**	**647.739,26**		**590.458,41**	**0,63**	**57.280,85**		**590.458,41**	**0,66**	**57.280,85**	
Habitação Rural											
Habitação Urbana	20,00	647.739,26		590.458,41	0,63	57.280,85		590.458,41	0,66	57.280,85	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saneamento	**1.934.050,00**	**6.043.302,26**	**765.328,04**	**5.729.913,53**	**6,08**	**313.388,73**	**1.994.932,39**	**5.676.469,08**	**6,34**	**366.833,18**	**53.444,45**
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano	1.361.050,00	5.461.302,26	710.095,19	5.256.308,36	5,57	204.993,90	1.911.087,63	5.207.144,90	5,82	254.157,36	49.163,46
Administração Geral	573.000,00	582.000,00	55.232,85	473.605,17	0,50	108.394,83	83.844,76	469.324,18	0,52	112.675,82	4.280,99
Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	**465.580,00**	**536.575,27**	**92.812,26**	**454.840,15**	**0,48**	**81.735,12**	**92.812,26**	**454.840,15**	**0,51**	**81.735,12**	
Preservação e Conservação Ambiental	115.160,00	115.160,00		115.000,00	0,12	160,00		115.000,00	0,13	160,00	
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas	50,00	50,00				50,00				50,00	
Recursos Hídricos	50,00	50,00				50,00				50,00	
Meteorologia											
Administração Geral	350.320,00	421.315,27	92.812,26	339.840,15	0,36	81.475,12	92.812,26	339.840,15	0,38	81.475,12	
Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia											
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Agricultura	**3.029.850,00**	**7.203.639,25**	**242.240,46**	**6.423.333,63**	**6,81**	**780.305,62**	**1.005.285,63**	**6.381.807,56**	**7,13**	**821.831,69**	**41.526,07**
Abastecimento											
Extensão Rural	134.040,00	3.587.758,53	(310.527,33)	3.452.426,76	3,66	135.331,77	250.914,38	3.412.426,76	3,81	175.331,77	40.000,00
Irrigação											

MUNICIPIO DE MARILANDIA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
Administração Geral	2.895.810,00	3.615.880,72	552.767,79	2.970.906,87	3,15	644.973,85	754.371,25	2.969.380,80	3,32	646.499,92	1.526,07
Demais Subfunções											
Organização Agrária											
Reforma Agrária											
Colonização											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Indústria											
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	**30,00**	**30,00**				**30,00**				**30,00**	
Promoção Comercial	30,00	30,00				30,00				30,00	
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comunicações	**40,00**	**7.960,00**		**7.920,00**	**0,01**	**40,00**	**1.980,00**	**7.920,00**	**0,01**	**40,00**	
Comunicações Postais											
Telecomunicações	40,00	7.960,00		7.920,00	0,01	40,00	1.980,00	7.920,00	0,01	40,00	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Energia	**484.250,00**	**1.853.689,05**	**(40.081,25)**	**1.769.960,87**	**1,88**	**83.728,18**	**654.997,39**	**1.756.205,87**	**1,96**	**97.483,18**	**13.755,00**
Conservação de Energia											
Energia Elétrica	484.250,00	1.853.689,05	(40.081,25)	1.769.960,87	1,88	83.728,18	654.997,39	1.756.205,87	1,96	97.483,18	13.755,00
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Transporte											
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	**348.210,00**	**2.523.184,20**	**109.445,66**	**2.504.817,83**	**2,66**	**18.366,37**	**352.677,99**	**2.397.452,51**	**2,68**	**125.731,69**	**107.365,32**
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário	196.480,00	1.234.161,77	8.566,66	1.221.447,96	1,30	12.713,81	306.587,99	1.187.941,64	1,33	46.220,13	33.506,32
Lazer	151.690,00	1.288.982,43	100.879,00	1.283.369,87	1,36	5.612,56	46.090,00	1.209.510,87	1,35	79.471,56	73.859,00
Administração Geral											
Demais Subfunções	40,00	40,00				40,00				40,00	
Encargos Especiais	**732.550,00**	**734.226,39**	**97.608,14**	**687.667,05**	**0,73**	**46.559,34**	**154.998,14**	**687.667,05**	**0,77**	**46.559,34**	
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna	396.930,00	388.415,00	54.982,46	341.855,66	0,36	46.559,34	54.982,46	341.855,66	0,38	46.559,34	
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais	95.000,00	148.833,21		148.833,21	0,16			148.833,21	0,17		
Transferências para a Educação Básica											
Demais Subfunções	240.620,00	196.978,18	42.625,68	196.978,18	0,21		100.015,68	196.978,18	0,22		
Reserva de Contigência	**5.000,00**	**5.000,00**	**----**	**----**	**----**	**5.000,00**	**----**	**----**	**----**	**5.000,00**	**----**
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)											
TOTAL (III) = (I + II)	**69.019.640,00**	**105.176.095,57**	**10.441.576,71**	**94.294.423,66**	**100,00**	**10.881.671,91**	**18.938.578,31**	**89.517.710,51**	**100,00**	**15.658.385,06**	**4.776.713,15**

MUNICIPIO DE MARILANDIA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)											
Legislativa											
Ação Legislativa											
Controle Externo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Judiciária											
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Essencial à Justiça											
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Administração											
Planejamento e Orçamento											
Administração Geral											
Administração Financeira											
Controle Interno											
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
Demais Subfunções											
Defesa Nacional											
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Segurança Pública											
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Assistência Social											
Assistência ao Idoso											
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente											
Assistência Comunitária											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Previdência Social											
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário											
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saúde											
Atenção Básica											
Assistência Hospitalar e Ambulatorial											
Suporte Profilático e Terapêutico											
Vigilância Sanitária											
Vigilância Epidemiológica											

MUNICIPIO DE MARILANDIA - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024

STN/SICONFI

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
Alimentação e Nutrição											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Trabalho											
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Educação											
Ensino Fundamental											
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil											
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial											
Educação Básica											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Cultura											
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania											
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Urbanismo											
Infra-Estrutura Urbana											
Serviços Urbanos											
Transportes Coletivos Urbanos											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Habitação											
Habitação Rural											
Habitação Urbana											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saneamento											
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Gestão Ambiental											
Preservação e Conservação Ambiental											
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia											
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Agricultura											
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											

MUNICIPIO DE MARILANDIA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Organização Agrária											
Reforma Agrária											
Colonização											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Indústria											
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comércio e Serviços											
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comunicações											
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Energia											
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Transporte											
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Desporto e Lazer											
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário											
Lazer											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Encargos Especiais											
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
Demais Subfunções											
Reserva de Contigência											

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Gabinete Do Prefeito, Emissão: 28/01/2025 , às 14:18:44

MUNICIPIO DE MARILANDIA - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

STN/SICONFI

Em Reais

GUSTAVO BERGAMASCHI
Contador - CRC ES 13559/O

AUGUSTO ASTORI FERREIRA
Prefeito Municipal

MUNICIPIO DE MARILANDIA - ES STN/SICONFI
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - JANEIRO DE 2024 A DEZEMBRO DE 2024
RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2024
	JAN/2024	FEV/2024	MAR/2024	ABR/2024	MAI/2024	JUN/2024	JUL/2024	AGO/2024	SET/2024	OUT/2024	NOV/2024	DEZ/2024		
RECEITAS CORRENTES (I)	**6.688.525,58**	**6.879.161,36**	**6.720.155,92**	**7.519.188,94**	**9.901.985,91**	**7.280.256,78**	**7.362.626,32**	**6.841.457,69**	**7.297.403,81**	**6.437.074,69**	**6.535.981,23**	**8.370.280,62**	**87.834.098,85**	**88.797.298,29**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	294.800,18	236.384,59	256.209,10	437.299,53	847.116,83	343.486,37	419.113,05	308.934,44	321.469,67	343.560,44	307.484,71	386.757,19	4.502.616,10	3.856.600,00
IPTU	1.368,69	2.267,22	8.892,30	88.131,02	328.924,53	15.731,89	48.944,29	12.117,60	8.975,45	19.432,09	4.596,70	11.964,58	551.346,36	440.800,00
ISS	137.486,73	139.550,27	98.063,81	172.162,91	263.246,55	168.222,06	171.876,26	126.565,45	176.123,58	161.365,65	151.254,33	193.482,94	1.959.400,54	1.557.200,00
ITBI	11.663,68	20.397,00	9.519,48	23.487,54	11.670,00	34.012,60	29.814,50	38.728,00	5.480,55	29.592,00	16.980,00	20.182,64	251.527,99	300.000,00
IRRF	118.356,56	56.057,86	103.293,10	105.200,80	97.921,07	96.651,51	140.393,07	99.716,00	115.073,20	117.510,36	112.008,90	136.893,50	1.299.075,93	1.212.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	25.924,52	18.112,24	36.440,41	48.317,26	145.354,68	28.868,31	28.084,93	31.807,39	15.816,89	15.660,34	22.644,78	24.233,53	441.265,28	346.600,00
Contribuições	34.232,92		70.588,33	35.295,02	38.443,79	33.690,72	35.210,68	35.159,60	33.061,84	32.815,83	35.461,52	32.481,23	416.441,48	417.000,00
Receita Patrimonial	206.321,60	184.663,45	196.765,47	191.432,32	188.971,77	183.600,85	214.799,88	213.849,06	191.358,45	206.839,69	181.979,55	252.309,47	2.412.891,56	3.118.608,26
Rendimentos de Aplicação Financeira	205.586,98	184.663,45	196.765,47	191.432,32	188.971,77	183.600,85	214.799,88	213.849,06	191.358,45	206.839,69	181.979,55	252.309,47	2.412.156,94	3.109.608,26
Outras Receitas Patrimoniais	734,62												734,62	9.000,00
Receita Agropecuária														
Receita Industrial														
Receita de Serviços	172.863,79	155.681,45	164.419,93	179.543,06	187.637,42	147.026,99	174.804,05	191.445,95	175.370,41	170.333,90	164.426,26	185.511,80	2.069.065,01	1.934.500,00
Transferências Correntes	5.976.336,65	6.203.305,15	6.029.242,11	6.657.186,53	8.635.301,79	6.556.370,03	6.514.728,80	6.052.874,01	6.571.815,03	5.678.777,94	5.841.963,21	7.501.634,58	78.219.535,83	78.954.608,03
Cota-Parte do FPM	1.813.537,63	2.465.959,55	1.537.390,53	1.612.497,85	1.875.935,70	2.014.442,15	2.182.819,56	1.707.560,49	1.778.185,26	1.487.424,22	1.903.970,94	3.071.356,51	23.451.080,39	20.815.000,00
Cota-Parte do ICMS	2.051.351,64	1.714.316,66	1.731.893,30	2.036.538,07	1.940.248,36	2.084.041,05	2.160.209,63	2.053.282,82	1.969.464,07	2.022.830,68	2.056.823,19	2.040.333,36	23.861.332,83	23.677.981,57
Cota-Parte do IPVA	115.570,56	130.196,26	238.600,23	694.961,16	158.544,39	141.526,74	141.807,39	122.492,20	229.578,72	115.776,35	64.006,30	42.228,72	2.195.289,02	1.942.500,00
Cota-Parte do ITR	1.350,82	1.071,81	1.038,11	1.095,72	1.311,34	1.343,43	1.412,52	2.954,84	7.702,79	10.113,74	1.927,58	1.490,90	32.813,60	15.000,00
Transferências da LC 61/1989	18.563,09	19.306,62	22.681,76	19.615,18	20.645,62	25.942,65	22.931,07	31.033,39	33.876,08	22.999,51	25.541,71	29.986,01	293.122,69	213.000,00
Transferências do FUNDEB	1.237.306,61	948.313,13	1.010.558,60	1.238.710,87	1.031.053,66	1.128.090,46	1.113.939,11	1.091.667,66	988.455,77	1.182.828,22	1.073.344,80	1.249.710,55	13.293.979,44	13.026.523,17
Outras Transferências Correntes	738.656,30	924.141,12	1.487.079,58	1.053.767,68	3.607.562,72	1.160.983,55	891.609,52	1.043.882,61	1.564.552,34	836.805,22	716.348,69	1.066.528,53	15.091.917,86	19.264.603,29
Outras Receitas Correntes	3.970,44	99.126,72	2.930,98	18.432,48	4.514,31	16.081,82	3.969,86	39.194,63	4.328,41	4.746,89	4.665,98	11.586,35	213.548,87	515.982,00
DEDUÇÕES (II)	**802.593,04**	**866.207,09**	**706.397,60**	**873.770,03**	**799.496,46**	**853.592,84**	**726.485,89**	**783.477,88**	**727.260,94**	**731.934,09**	**810.547,81**	**850.237,22**	**9.532.000,89**	**8.106.900,00**
Contribuição do Servidor para o Plano de Previdência														
Compensação Financeira entre Regimes de Previdência														
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários														
Dedução da Receita para Formação do FUNDEB	802.593,04	866.207,09	706.397,60	873.770,03	799.496,46	853.592,84	726.485,89	783.477,88	727.260,94	731.934,09	810.547,81	850.237,22	9.532.000,89	8.106.900,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	**5.885.932,54**	**6.012.954,27**	**6.013.758,32**	**6.645.418,91**	**9.102.489,45**	**6.426.663,94**	**6.636.140,43**	**6.057.979,81**	**6.570.142,87**	**5.705.140,60**	**5.725.433,42**	**7.520.043,40**	**78.302.097,96**	**80.690.398,29**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)					2.774.000,00		100.000,00						2.874.000,00	2.874.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	**5.885.932,54**	**6.012.954,27**	**6.013.758,32**	**6.645.418,91**	**6.328.489,45**	**6.426.663,94**	**6.536.140,43**	**6.057.979,81**	**6.570.142,87**	**5.705.140,60**	**5.725.433,42**	**7.520.043,40**	**75.428.097,96**	**77.816.398,29**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)											44.982,72		44.982,72	
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)(VII)	97.576,00	87.544,00	87.544,00	87.544,00	90.368,00	73.424,00	87.544,00	76.248,00	84.720,00	84.720,00	84.720,00	169.440,00	1.111.392,00	941.952,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)														
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	**5.788.356,54**	**5.925.410,27**	**5.926.214,32**	**6.557.874,91**	**6.238.121,45**	**6.353.239,94**	**6.448.596,43**	**5.981.731,81**	**6.485.422,87**	**5.620.420,60**	**5.595.730,70**	**7.350.603,40**	**74.271.723,24**	**76.874.446,29**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Gabinete Do Prefeito, Emissão: 28/01/2025 , às 14:19:42

Protocolo 1481844

MUNICIPIO DE MARILANDIA - ES — **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - JANEIRO DE 2024 A DEZEMBRO DE 2024
RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I) — R$ 1,00

GUSTAVO BERGAMASCHI
Contador - CRC ES 13559/O

AUGUSTO ASTORI FERREIRA
Prefeito Municipal

DOM/ES - Edição Nº2.694
quinta-feira, 30 de Janeiro de 2025

Protocolo 1481845

MUNICIPIO DE MARILANDIA - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO - PRIVADAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2024 / BIMESTRE - NOVEMBRO A DEZEMBRO

STN/SICONFI

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22,25 e 28)

R$ 1,00

IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	REGISTROS EFETUADOS EM 2024	
		No Bimestre	Até Bimestre
TOTAL DE ATIVOS			
Ativos Constituídos pela SPE			
TOTAL DE PASSIVOS			
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE			
Provisões de PPP			
Outros Passivos			
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS			
Obrigações Contratuais			
Riscos Não Provisionados			
Garantias Concedidas			
Outros Passivos Contingentes			

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.2)											
Contratadas (I.1)											
A contratar (I.2)											
DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)											
Contratadas (II.1)											
A contratar (II.2)											
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	67.897.625,09	78.302.097,96									
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)											
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)											

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Gabinete Do Prefeito, Emissão: 28/01/2025 , às 14:32:20

GUSTAVO BERGAMASCHI
Contador - CRC-ES 13559/O

AUGUSTO ASTORI FERREIRA
Prefeito Municipal

MUNICIPIO DE MARILANDIA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) Em Reais

ACIMA DA LINHA

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Período
		RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	**80.690.398,29**	**78.302.097,96**
Impostos, Taxas e Contrinuições de Melhoria	3.856.600,00	4.502.616,10
IPTU	440.800,00	551.346,36
ISS	1.557.200,00	1.959.400,54
ITBI	300.000,00	251.527,99
IRRF	1.212.000,00	1.299.075,93
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	346.600,00	441.265,28
Contribuições	417.000,00	416.441,48
Receita Patrimonial	3.118.608,26	2.412.891,56
Aplicações Financeiras (II)	3.109.608,26	2.412.156,94
Outras Receitas Patrimoniais	9.000,00	734,62
Transferências Correntes	70.847.708,03	68.687.534,94
Cota-Parte do FPM	17.107.000,00	19.199.751,93
Cota-Parte do ICMS	19.713.181,57	19.087.437,02
Cota-Parte do IPVA	1.554.000,00	1.756.125,97
Cota-Parte do ITR	12.000,00	26.251,02
Transferências da LC 61/1989	170.400,00	234.498,11
Transferências do FUNDEB	13.026.523,17	13.293.979,44
Outras Transferências Correntes	19.264.603,29	15.089.491,45
Demais Receitas Correntes	2.450.482,00	2.282.613,88
Outras Receitas Financeiras (III)		
Receitas Correntes Restantes	2.450.482,00	2.282.613,88
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	**77.580.790,03**	**75.889.941,02**
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)		
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)		
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	**4.638.935,22**	**11.553.727,73**
Operações de Crédito (VIII)		
Amortização de Empréstimos (IX)		
Alienação de Bens		
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)		
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)		
Outras Alienações de Bens		
Transferências de Capital	4.638.935,22	11.553.727,73
Convênios		2.113.222,15
Outras Transferências de Capital	4.638.935,22	9.440.505,58
Outras Receitas de Capital		
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)		
Outras Receitas de Capital Primárias		
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	**4.638.935,22**	**11.553.727,73**
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)		
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)		
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	**82.219.725,25**	**87.443.668,75**
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	**82.219.725,25**	**87.443.668,75**

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Período					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RP PROC PAGOS (b)	RP NÃO PROC	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	**81.005.038,36**	**71.768.969,20**	**71.002.684,34**	**70.077.552,93**	**1.090.515,23**	**1.287.887,91**	**1.287.887,91**
Pessoal e Encargos Sociais	37.517.179,05	32.846.897,58	32.838.706,06	32.636.565,82	412.350,53		
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	159.215,00	113.580,23	113.580,23	113.580,23			
Outras Despesas Correntes	43.328.644,31	38.808.491,39	38.050.398,05	37.327.406,88	678.164,70	1.287.887,91	1.287.887,91
Transferências Constitucionais e Legais							
Demais Depesas Correntes	43.328.644,31	38.808.491,39	38.050.398,05	37.327.406,88	678.164,70	1.287.887,91	1.287.887,91
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	**80.845.823,36**	**71.655.388,97**	**70.889.104,11**	**69.963.972,70**	**1.090.515,23**	**1.287.887,91**	**1.287.887,91**
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)							
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)							
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	**24.166.057,21**	**22.525.454,46**	**18.515.026,17**	**18.508.676,17**	**247.922,12**	**627.380,84**	**627.380,84**
Investimentos	23.936.857,21	22.297.179,03	18.286.750,74	18.280.400,74	247.922,12	627.380,84	627.380,84
Inversões Financeiras							
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)							
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)							
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)							
Demais Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida (XXVII)	229.200,00	228.275,43	228.275,43	228.275,43			
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	**23.936.857,21**	**22.297.179,03**	**18.286.750,74**	**18.280.400,74**	**247.922,12**	**627.380,84**	**627.380,84**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	**5.000,00**						
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)							
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)							
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	**104.787.680,57**	**93.952.568,00**	**89.175.854,85**	**88.244.373,44**	**1.338.437,35**	**1.915.268,75**	**1.915.268,75**
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	**104.787.680,57**	**93.952.568,00**	**89.175.854,85**	**88.244.373,44**	**1.338.437,35**	**1.915.268,75**	**1.915.268,75**

RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]	**(4.054.410,79)**
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]	**(4.054.410,79)**

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	**(3.962.496,62)**

JUROS NOMINAIS	Até o Período
	VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	2.412.156,94
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	145.615,71

RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	**(1.787.869,56)**

ABAIXO DA LINHA

CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/ 2023 (a)	Até o Período (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	**1.328.592,48**	**1.126.700,68**
DEDUÇÕES (XL)	**26.968.626,90**	**25.380.968,40**
Disponibilidade de Caixa	26.968.626,90	25.380.968,40
Disponibilidade de Caixa Bruta	28.893.836,27	26.750.904,04
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	1.352.829,43	931.481,41
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	572.379,94	438.454,23
Demais Haveres Financeiros		
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	**(25.640.034,42)**	**(24.254.267,72)**
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)		**(1.385.766,70)**

MUNICIPIO DE MARILANDIA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) Em Reais

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	**(3.038.905,05)**

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Período (b)
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	(421.348,02)
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV + XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLXIX)]	(1.807.114,72)

RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	**(4.073.655,95)**

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	**18.097.652,74**
Recursos Arrecados em Exercícios Anteriores - RPPS	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	18.097.652,74
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Gabinete Do Prefeito, Emissão: 28/01/2025 , às 14:27:22

GUSTAVO BERGAMASCHI
Contador - CRC ES 13559/O

AUGUSTO ASTORI FERREIRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1481852

MUNICIPIO DE MARILANDIA - ES

STN/SICONFI

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024

RREO - Anexo 7 (LRF, art 53, inciso V)

R$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	Saldo Total
	Em exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2023				Em exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2023					
	(a)	(b)	(c)	(d)	e = (a+b) - (c+d)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j)	k = (f+g) - (i+j)	L = (e + k)
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)		**1.352.829,43**	**1.338.437,35**	**14.392,08**			**2.859.853,92**	**1.915.268,75**	**1.915.268,75**	**944.585,17**		
EXECUTIVO		1.352.829,43	1.338.437,35	14.392,08			2.559.751,85	1.615.166,68	1.615.166,68	944.585,17		
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		44.958,52	40.841,31	4.117,21			10.801,61	10.801,61	10.801,61			
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		195.251,49	195.251,49				739.403,81	705.706,80	705.706,80	33.697,01		
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILANDIA		1.112.619,42	1.102.344,55	10.274,87			1.758.896,73	848.300,87	848.300,87	910.595,86		
SAAE - SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE MARILANDIA							50.649,70	50.357,40	50.357,40	292,30		
LEGISLATIVO							300.102,07	300.102,07	300.102,07			
CAMARA MUNICIPAL DE MARILANDIA.							300.102,07	300.102,07	300.102,07			
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)												
Total (III) = (I + II)		**1.352.829,43**	**1.338.437,35**	**14.392,08**			**2.859.853,92**	**1.915.268,75**	**1.915.268,75**	**944.585,17**		

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Gabinete Do Prefeito, Emissão: 28/01/2025 , às 14:31:06

GUSTAVO BERGAMASCHI
Contador - CRC ES 13559/O

AUGUSTO ASTORI FERREIRA
Prefeito Municipal

MUNICIPIO DE MARILANDIA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	**3.510.000,00**	**4.061.350,82**
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	440.800,00	551.346,36
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	300.000,00	251.527,99
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.557.200,00	1.959.400,54
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.212.000,00	1.299.075,93
2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**46.663.481,57**	**49.845.770,61**
2.1 - Cota-Parte FPM	**20.815.000,00**	**23.451.080,39**
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	18.715.000,00	21.256.644,70
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d e e	2.100.000,00	2.194.435,69
2.2 - Cota-Parte ICMS	23.677.981,57	23.861.332,83
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	213.000,00	293.122,69
2.4 - Cota-Parte ITR	15.000,00	32.813,60
2.5 - Cota-Parte IPVA	1.942.500,00	2.195.289,02
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro		
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais		12.132,08
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	**50.173.481,57**	**53.907.121,43**

4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	**8.106.900,00**	**9.532.000,89**
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6)	**3.630.674,08**	**3.946.513,38**

FUNDEB

RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	**13.051.523,17**	**13.440.262,26**
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	**11.398.962,18**	**11.786.245,94**
6.1.1- Principal	11.373.962,18	11.639.963,12
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	25.000,00	146.282,82
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF		
6.2.1- Principal		
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira		
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	**1.652.560,99**	**1.654.016,32**
6.3.1- Principal	1.652.560,99	1.654.016,32
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira		
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR		
6.4.1- Principal		
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira		
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 - 4)[1]	**3.267.062,18**	**2.107.962,23**

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	**276.806,39**
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	287.241,82
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	(10.435,43)

9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	**13.717.068,65**

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB - (Por Subfunção) 6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	**13.137.328,70**	**12.914.743,73**	**12.794.416,26**	**12.617.230,29**	**120.327,47**
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	**9.897.749,46**	**9.874.083,04**	**9.874.083,04**	**9.802.432,95**	
10.1.1 - Educação Infantil	4.133.172,68	4.119.730,08	4.119.730,08	4.093.982,70	
10.1.2- Ensino Fundamental	5.764.576,78	5.754.352,96	5.754.352,96	5.708.450,25	
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos					
10.1.4- Educação Especial					
10.1.5- Administração Geral					
10.2- OUTRAS DESPESAS	**3.239.579,24**	**3.040.660,69**	**2.920.333,22**	**2.814.797,34**	**120.327,47**
10.2.1- Educação Infantil	500.402,57	479.279,71	479.279,71	479.279,71	
10.2.2- Ensino Fundamental	2.739.176,67	2.561.380,98	2.441.053,51	2.335.517,63	120.327,47
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos					
10.2.4- Educação Especial					
10.2.5- Administração Geral					
10.2.6- Transporte (Escolar)					
10.2.7- Outras					

MUNICIPIO DE MARILANDIA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

INDICADORES DO FUNDEB

DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)	DESPESAS LIQUIDADAS / EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**12.828.938,20**	**12.708.610,73**	**12.531.424,76**	**120.327,47**		
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	11.174.921,88	11.174.594,41	10.997.408,44	327,47		
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF						
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	1.654.016,32	1.534.016,32	1.534.016,32	120.000,00		
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR						
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	9.788.277,51	9.788.277,51	9.716.627,42			
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	1.010.845,26	1.010.845,26	1.010.845,26			
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	278.599,39	158.599,39	158.599,39	120.000,00		

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal2	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15- MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	9.408.183,58	9.788.277,51	9.788.277,51	72,83
16 - PERCENTUAL DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL		1.010.845,26	1.010.845,26	61,11
17- MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL	248.102,45	278.599,39	38.599,39	16,84

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)3	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18- TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	**1.344.026,23**	**611.324,06**	**611.324,06**		**4,55**

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)3	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	**1.088.943,46**	**24.982,23**	**85.805,53**			
19.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	989.707,99	24.982,23	85.805,53			
19.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	99.235,47					

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB - (Por Área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE	**6.747.286,28**	**6.365.759,94**	**6.348.573,14**	**6.127.028,93**	**17.186,80**
20.1- Educação Infantil	1.599.708,45	1.494.919,42	1.494.919,42	1.478.580,17	
20.2- Ensino Fundamental	5.051.768,44	4.778.094,97	4.762.376,48	4.560.123,64	15.718,49
20.3- Educação de Jovens e Adultos					
20.4- Educação Especial					
20.5- Administração Geral	95.799,39	92.745,55	91.277,24	88.325,12	1.468,31
20.6- Transporte (Escolar)					
20.7- Outras	10,00				

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB - (Por Área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE	**19.884.614,98**	**19.280.503,67**	**19.142.989,40**	**18.744.259,22**	**137.514,27**
21.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	**6.270.687,69**	**6.130.137,07**	**6.129.563,84**	**6.086.324,71**	**573,23**
21.1.1- Creche	2.570.352,49	2.512.740,87	2.512.505,94	2.494.782,29	234,93
21.1.2- Pré-escola	3.700.335,19	3.617.396,20	3.617.057,90	3.591.542,41	338,30
21.2- ENSINO FUNDAMENTAL	13.613.927,29	13.150.366,60	13.013.425,56	12.657.934,51	136.941,04

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	6.365.759,94
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	9.532.000,89
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	
25- (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL = L19(x)	
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4	
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))	49,41
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27)	15.897.711,42

MUNICIPIO DE MARILANDIA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL2 e 5	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	13.476.780,36	15.897.711,42	29,49

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE8	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	**365.365,74**	**65.421,22**	**360.268,74**	**49,41**	**5.047,59**
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	239.162,95	65.421,22	234.065,95	49,41	5.047,59
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	126.202,79		126.202,79		
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)					

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**3.107.362,74**	**4.669.380,17**
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	**1.218.262,95**	**1.431.833,56**
31.1.1 - Salário-Educação	612.000,00	783.670,59
31.1.2 - PDDE	12.000,00	7.974,34
31.1.3 - PNAE	306.999,05	307.785,36
31.1.4 - PNATE	120.000,00	165.136,99
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	167.263,90	167.266,28
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO		
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO		
31.5- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.889.099,79	3.237.546,61

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO - (Por Subfunção)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**18.788.950,92**	**16.246.570,67**	**12.538.944,07**	**12.488.310,69**	**3.707.626,60**
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	3.514.770,87	3.494.140,85	3.099.684,54	3.099.684,54	394.456,31
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	13.692.510,11	11.235.051,55	7.926.908,10	7.885.801,48	3.308.143,45
32.3- ENSINO MÉDIO					
32.4- ENSINO SUPERIOR	30,00				
32.5- ENSINO PROFISSIONAL					
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS					
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL					
32.8- OUTRAS	1.581.639,94	1.517.378,27	1.512.351,43	1.502.824,67	5.026,84

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	**38.673.565,90**	**35.527.074,34**	**31.681.933,47**	**31.232.569,91**	**3.845.140,87**
33.1- Despesas Correntes	**27.427.373,51**	**24.790.662,58**	**24.750.985,76**	**24.301.622,20**	**39.676,82**
33.1.1- Pessoal Ativo	13.782.815,21	13.389.771,36	13.389.771,36	13.293.351,70	
33.1.2- Pessoal Inativo					
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	300.030,00	300.000,00	300.000,00	300.000,00	
33.1.4- Outras Despesas Correntes	13.344.528,30	11.100.891,22	11.061.214,40	10.708.270,50	39.676,82
33.2- Despesas de Capital	**11.246.192,39**	**10.736.411,76**	**6.930.947,71**	**6.930.947,71**	**3.805.464,05**
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos					
33.2.2- Outras Despesas de Capital	11.246.192,39	10.736.411,76	6.930.947,71	6.930.947,71	3.805.464,05

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	374.696,51	195.693,89
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	13.440.262,26	783.670,59
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	12.743.433,08	551.671,52
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	1.071.525,69	427.692,96
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)		
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)		
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	1.071.525,69	427.692,96

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Gabinete Do Prefeito, Emissão: 28/01/2025 , às 14:33:46

MUNICIPIO DE MARILANDIA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

GUSTAVO BERGAMASCHI
Contador - CRC-ES 13559/O

AUGUSTO ASTORI FERREIRA
Prefeito Municipal

MUNICIPIO DE MARILANDIA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2024 - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) Em Reais

RECEITAS	PREVISAO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)			
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d – e)
DESPESAS DE CAPITAL	24.166.057,21	22.525.454,46	1.640.602,75
Investimentos	23.936.857,21	22.297.179,03	1.639.678,18
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida	229.200,00	228.275,43	924,57
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte			
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte Por Instituições Financeiras			
DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	24.166.057,21	22.525.454,46	1.640.602,75
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II - I)	24.166.057,21	22.525.454,46	1.640.602,75

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Gabinete Do Prefeito, Emissão: 29/01/2025 , às 10:04:58

GUSTAVO BERGAMASCHI
Contador - CRC ES 13559/O

AUGUSTO ASTORI FERREIRA
Prefeito Municipal

STN/SICONFI

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

R$ 1,00

RREO - Anexo 10 (LRF, Art. 53, § 1°, inciso II)

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO(PLANO PREVIDENCIÁRIO)				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Gabinete Do Prefeito, Emissão: 29/01/2025 , às 10:07:26

MUNICIPIO DE MARILANDIA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2024 - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2024

RREO – ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III) **Em Reais**

RECEITAS	Pervisão Atualizada (a)	Receitas Realizadas (b)	Saldo (c) = (a - b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	8.066,21	33.367,48	(25.301,27)
Receita de Alienação de Bens Móveis			
Receita de Alienação de Bens Imóveis			
Receitas de Alienação de Bens Intangíveis			
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	8.066,21	33.367,48	(25.301,27)

DESPESAS	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas (e)	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas (f)	Despesas Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Pagamento de Restos a Pagar (g)	Saldo (h) = (d - e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	408.055,56	295.336,50	295.336,50	295.336,50			112.719,06
DESPESAS DE CAPITAL	408.055,56	295.336,50	295.336,50	295.336,50			112.719,06
Investimentos	408.055,56	295.336,50	295.336,50	295.336,50			112.719,06
Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida							
DESPESAS CORRENTES DO REGIME DE PREVIDÊNCIA							
Regime Próprio dos Servidores Públicos							

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2023 (i)	2024 (j) = (Ib - (IIf + IIg))	Saldo Atual (k)= (IIIi + IIIj)
VALOR (III)	1.249.042,56	(261.969,02)	987.073,54

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Gabinete Do Prefeito, Emissão: 29/01/2025 , às 10:08:04

GUSTAVO BERGAMASCHI
Contador - CRC ES 13559/O

AUGUSTO ASTORI FERREIRA
Prefeito Municipal

MUNICIPIO DE MARILANDIA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO– ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) 1,00

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b /a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	**3.398.000,00**	**3.510.000,00**	**4.061.350,82**	**115,71**
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	440.800,00	440.800,00	551.346,36	125,08
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ITBI	300.000,00	300.000,00	251.527,99	83,84
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.557.200,00	1.557.200,00	1.959.400,54	125,83
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	1.100.000,00	1.212.000,00	1.299.075,93	107,18
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	**40.534.500,00**	**44.563.481,57**	**47.651.334,92**	**106,93**
Cota-Parte FPM	18.540.000,00	18.715.000,00	21.256.644,70	113,58
Cota-Parte ITR	15.000,00	15.000,00	32.813,60	218,76
Cota-Parte IPVA	1.942.500,00	1.942.500,00	2.195.289,02	113,01
Cota-Parte ICMS	19.824.000,00	23.677.981,57	23.861.332,83	100,77
Cota-Parte IPI - Exportação	213.000,00	213.000,00	293.122,69	137,62
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais			12.132,08	
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	**43.932.500,00**	**48.073.481,57**	**51.712.685,74**	**107,57**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (g)
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x100	Até o <Din> (e)	% (e/c) x100	Até o Bimestre (i)	% (f/c) x100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	**5.932.990,00**	**5.499.666,80**	**4.982.859,75**	**90,60**	**4.961.377,52**	**90,21**	**4.929.397,27**	**89,63**	**21.482,23**
Despesas Correntes	5.922.910,00	5.479.073,80	4.962.409,75	90,57	4.940.927,52	90,18	4.908.947,27	89,59	21.482,23
Despesas de Capital	10.080,00	20.593,00	20.450,00	99,31	20.450,00	99,31	20.450,00	99,31	
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	**2.056.150,00**	**2.667.714,00**	**2.649.281,74**	**99,31**	**2.491.031,74**	**93,38**	**2.491.031,74**	**93,38**	**158.250,00**
Despesas Correntes	2.056.110,00	2.667.674,00	2.649.281,74	99,31	2.491.031,74	93,38	2.491.031,74	93,38	158.250,00
Despesas de Capital	40,00	40,00							
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	**484.160,00**	**602.699,00**	**602.619,86**	**99,99**	**602.619,86**	**99,99**	**602.619,86**	**99,99**	
Despesas Correntes	484.160,00	602.699,00	602.619,86	99,99	602.619,86	99,99	602.619,86	99,99	
Despesas de Capital									
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)									
Despesas Correntes									
Despesas de Capital									
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	**548.260,00**	**467.915,00**	**325.731,79**	**69,61**	**324.405,50**	**69,33**	**324.405,50**	**69,33**	**1.326,29**
Despesas Correntes	548.250,00	467.905,00	325.731,79	69,61	324.405,50	69,33	324.405,50	69,33	1.326,29
Despesas de Capital	10,00	10,00							
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)									
Despesas Correntes									
Despesas de Capital									
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	**3.036.840,00**	**3.309.789,00**	**3.020.013,22**	**91,24**	**3.020.013,22**	**91,24**	**3.006.673,89**	**90,84**	
Despesas Correntes	3.036.820,00	3.306.970,00	3.017.214,22	91,24	3.017.214,22	91,24	3.003.874,89	90,83	
Despesas de Capital	20,00	2.819,00	2.799,00	99,29	2.799,00	99,29	2.799,00	99,29	
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**12.058.400,00**	**12.547.783,80**	**11.580.506,36**	**92,29**	**11.399.447,84**	**90,85**	**11.354.128,26**	**90,49**	**181.058,52**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	**11.580.506,36**	**11.399.447,84**	**11.354.128,26**
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)			
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)			
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)			
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	**11.580.506,36**	**11.399.447,84**	**11.354.128,26**
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			7.756.902,86
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)			
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)[1]	3.823.603,50	3.642.544,98	3.597.225,40
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)			
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	22,39	22,04	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012LIMITE	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)[1] (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2024 (saldo final = XIXd)					
Diferença de limite não cumprido em 2023 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)					

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no (n)	Valor aplicado além do limite (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2024										
Empenhos de 2023										
Empenhos de 2022										
Empenhos de 2021										
Empenhos de 2020 e anteriores										

MUNICIPIO DE MARILANDIA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO– ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) 1,00

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "v")	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)	

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012RESTOS	**RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS**			
	Saldo Inicial (w)	**Despesas Custeadas no Exercício de Referência**		**Saldo Final (não aplicado)[1] (aa) = (w - (x ou y))**
		Empenhadas (x)	**Liquidadas (y)**	**Pagas (z)**
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2024 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial = XXIII)				
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2023 a serem compensados (XXV) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)				
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)				
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)				

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			Até o Bimestre (b)	**% (b /a) x 100**
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	**7.184.460,00**	**8.088.076,00**	**9.397.869,64**	**116,19**
Provenientes da União	6.883.010,00	7.786.626,00	8.079.723,97	103,76
Provenientes dos Estados	301.450,00	301.450,00	1.318.145,67	437,27
Provenientes de Outros Municípios				
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)				
OUTRAS RECEITAS (XXX)		**17.299,42**	**18.074,62**	**104,48**
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	**7.184.460,00**	**8.105.375,42**	**9.415.944,26**	**116,17**

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**		**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (g)**
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c) x100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c) x100**	**Até o Bimestre (i)**	**% (f/c) x100**	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	**4.315.860,00**	**5.706.810,25**	**5.449.743,42**	**95,50**	**5.278.285,50**	**92,49**	**5.260.264,89**	**92,18**	**171.457,92**
Despesas Correntes	4.315.860,00	4.401.094,08	4.144.027,85	94,16	4.144.027,85	94,16	4.126.007,24	93,75	
Despesas de Capital		1.305.716,17	1.305.715,57	100,00	1.134.257,65	86,87	1.134.257,65	86,87	171.457,92
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	**3.468.460,00**	**5.251.699,18**	**4.855.814,48**	**92,46**	**4.590.776,32**	**87,42**	**4.590.776,32**	**87,42**	**265.038,16**
Despesas Correntes	3.468.460,00	5.251.699,18	4.855.814,48	92,46	4.590.776,32	87,42	4.590.776,32	87,42	265.038,16
Despesas de Capital									
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	**45.850,00**	**130.114,00**	**112.465,20**	**86,44**	**110.465,20**	**84,90**	**110.205,20**	**84,70**	**2.000,00**
Despesas Correntes	45.850,00	130.114,00	112.465,20	86,44	110.465,20	84,90	110.205,20	84,70	2.000,00
Despesas de Capital									
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)									
Despesas Correntes									
Despesas de Capital									
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	**7.130,00**	**131.998,26**	**130.072,47**	**98,54**	**130.072,47**	**98,54**	**130.072,47**	**98,54**	
Despesas Correntes	7.130,00	131.998,26	130.072,47	98,54	130.072,47	98,54	130.072,47	98,54	
Despesas de Capital									
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)									
Despesas Correntes									
Despesas de Capital									
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	**40.020,00**	**834.071,91**	**832.807,89**	**99,85**	**832.807,89**	**99,85**	**832.807,89**	**99,85**	
Despesas Correntes	40.020,00	134.071,91	132.807,89	99,06	132.807,89	99,06	132.807,89	99,06	
Despesas de Capital		700.000,00	700.000,00	100,00	700.000,00	100,00	700.000,00	100,00	
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	**7.877.320,00**	**12.054.693,60**	**11.380.903,46**	**94,41**	**10.942.407,38**	**90,77**	**10.924.126,77**	**90,62**	**438.496,08**

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**		**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (g)**
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c) x100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c) x100**	**Até o Bimestre (i)**	**% (f/c) x100**	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	**10.248.850,00**	**11.206.477,05**	**10.432.603,17**	**45,44**	**10.239.663,02**	**45,83**	**10.189.662,16**	**45,74**	**192.940,15**
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	**5.524.610,00**	**7.919.413,18**	**7.505.096,22**	**32,69**	**7.081.808,06**	**31,70**	**7.081.808,06**	**31,79**	**423.288,16**
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	**530.010,00**	**732.813,00**	**715.085,06**	**3,11**	**713.085,06**	**3,19**	**712.825,06**	**3,20**	**2.000,00**
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)									
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	**555.390,00**	**599.913,26**	**455.804,26**	**1,99**	**454.477,97**	**2,03**	**454.477,97**	**2,04**	**1.326,29**
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (IX + XXXVII)									
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	**3.076.860,00**	**4.143.860,91**	**3.852.821,11**	**16,78**	**3.852.821,11**	**17,24**	**3.839.481,78**	**17,23**	
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	**19.935.720,00**	**24.602.477,40**	**22.961.409,82**	**100,00**	**22.341.855,22**	**100,00**	**22.278.255,03**	**100,00**	**619.554,60**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Gabinete Do Prefeito, Emissão: 28/01/2025 , às 14:39:11

MUNICIPIO DE MARILANDIA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO– ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) 1,00

GUSTAVO BERGAMASCHI
Contador - CRC-ES 13559/O

AUGUSTO ASTORI FERREIRA
Prefeito Municipal

MUNICIPIO DE MARILANDIA - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO - PRIVADAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2024 / BIMESTRE - NOVEMBRO A DEZEMBRO

STN/SICONFI

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22,25 e 28)

R$ 1,00

IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	REGISTROS EFETUADOS EM 2024	
		No Bimestre	Até Bimestre
TOTAL DE ATIVOS			
Ativos Constituídos pela SPE			
TOTAL DE PASSIVOS			
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE			
Provisões de PPP			
Outros Passivos			
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS			
Obrigações Contratuais			
Riscos Não Provisionados			
Garantias Concedidas			
Outros Passivos Contingentes			

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.2)											
Contratadas (I.1)											
A contratar (I.2)											
DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)											
Contratadas (II.1)											
A contratar (II.2)											
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	67.897.625,09	78.302.097,96									
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)											
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)											

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Gabinete Do Prefeito, Emissão: 28/01/2025 , às 14:32:20

GUSTAVO BERGAMASCHI
Contador - CRC-ES 13559/O

AUGUSTO ASTORI FERREIRA
Prefeito Municipal

MUNICIPIO DE MARILANDIA - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

STN/SICONFI

Em Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até Bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	69.019.640,00
Previsão Atualizada	85.329.333,51
Receitas Realizadas	89.855.825,69
Déficit Orçamentário	
Saldos de Exercícios Anteriores(Utilizados Para Créditos Adicionais)	18.097.653,00
DESPESAS	
Dotação Inicial	69.019.640,00
Dotação Atualizada	105.176.095,57
Despesas Empenhadas	94.294.423,66
Despesas Liquidadas	89.517.710,51
Despesas Pagas	88.586.229,10
Superávit Orçamentário	338.115,18

DESPESA POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Até Bimestre
Despesas Empenhadas	**94.294.423,66**
Despesas Liquidadas	**89.517.710,51**

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até Bimestre
Receita Corrente Líquida	78.302.097,96
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	75.428.097,96
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	74.271.723,24

RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES E DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL	Até Bimestre
Fundo em Capitalização - PLANO PREVIDENCIÁRIO	
Receitas Precidenciárias Realizadas	
Despesas Previdenciárias Empenhadas	
Despesas Previdenciárias Liquidadas	
Despesas Previdenciárias Pagas	
Resultado Previdenciário	
Fundo em Repartição - PLANO FINANCEIRO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	
Despesas Previdenciárias Empenhadas	
Despesas Previdenciárias Liquidadas	
Despesas Previdenciárias Pagas	
Resultado Previdenciário	
Sistema de Proteção Social dos Militares - Inativos e Pensionistas	
Receitas Realizadas	
Despesas Empenhadas	
Despesas Liquidadas	
Despesas Pagas	
Resultado Associado às Pensões e aos Inativos Militares	

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	Metas Fixadas no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha	**(3.962.496,62)**	**(4.054.410,79)**	**102,32**
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	**(3.038.905,05)**	**(1.385.766,70)**	**45,60**

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	**1.352.829,43**	**14.392,08**	**1.338.437,35**	
Poder Executivo	1.352.829,43	14.392,08	1.338.437,35	
Poder Legislativo				
Poder Juduciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	**2.859.853,92**	**944.585,17**	**1.915.268,75**	
Poder Executivo	2.559.751,85	944.585,17	1.615.166,68	
Poder Legislativo	300.102,07		300.102,07	
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
TOTAL	**4.212.683,35**	**958.977,25**	**3.253.706,10**	

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de <18% a 25%> das Receitas de Impostos em MDE	15.897.711,42	<18% / 25%>	29,49
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	9.788.277,51	70%	72,83
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	1.010.845,26	50%	61,11
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	278.599,39	15%	16,84

RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito		
Despesa de Capital Líquida	**22.525.454,46**	**1.640.602,75**

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA E DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário				
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias				

MUNICIPIO DE MARILANDIA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48) Em Reais

Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário				
Pensões e Inativos Militares				
Receitas de Contribuições				
Despesas com Pensões e Inativos				
Resultado Associado às Pensões e aos Inativos Militares				

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receitas de Alienação de Ativos	**33.367,48**	**(25.301,27)**
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	**295.336,50**	**112.719,06**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executados com recursos de impostos	**11.534.243,72**	**15,00**	**22,30**

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado No Exercício Corrente
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	

GUSTAVO BERGAMASCHI
Contador - CRC ES 13559/O

AUGUSTO ASTORI FERREIRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1481872

Mucurici

Decreto

DECRETO Nº 4.133/2025

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE ASSESSORA EXECUTIVA.

O Prefeito Municipal de Mucurici, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas no que dispõe o inciso VIII, do Art. 68 da Lei Orgânica do Município de Mucurici e na Lei Municipal nº 395 de 06 de dezembro de 2002;

Decreta:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. **Derles Junia Camargo Marques Silva**, para ocupar o cargo Comissionado de Assessor Executivo, a partir desta data.

Art. 2º - Fica a servidora nomeada pelo artigo primeiro vinculada à Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social, conforme Art. 2º da Lei Municipal n° 395/2002, cuja escala e local de trabalho serão organizadas pela chefia imediata.

Art. 3º - Fica a servidora nomeada pelo artigo primeiro designada a exercer a função de Digitadora do Programa Bolsa Família.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mucurici-ES, 27 de janeiro de 2025.

Adilson Gonçalves Ferreira
Prefeito Municipal
Protocolo 1480840

DECRETO Nº 4.134/2025

DESIGNA SERVIDORA PARA EXERCER A FUNÇÃO DE COORDENADORA DO FUNDO MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Mucurici, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas no que dispõe o inciso VIII, do Art. 68 da Lei Orgânica do Município de Mucurici;

Decreta:

Art. 1º - Fica a servidora pública municipal **Adriana Maria de Melo**, ocupante do Cargo Comissionado de Coordenadora do CRAS - Centro de Referência da Assistência Social, nomeada por intermédio do Decreto Municipal nº 4.113/2025, designada a exercer a função de Coordenadora do Fundo Municipal de Trabalho e Assistência Social, a partir desta data.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 02 de janeiro de 2025.

Mucurici-ES, 27 de janeiro de 2025.

Adilson Gonçalves Ferreira
Prefeito Municipal
Protocolo 1480842

DECRETO Nº 4.135/2025

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDORA A PEDIDO, REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 04/2022.

Considerando o requerimento protocolado sob o nº 000148/2025;

O Prefeito Municipal de Mucurici, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas no que dispõe o inciso VIII, do Art. 68 da Lei Orgânica do Município de Mucurici;

Decreta:

Art. 1º - Fica exonerada a pedido, a servidora pública municipal **Keilla de Souza Sá**, ocupante do cargo de Enfermeiro, referente ao Processo Seletivo Simplificado n° 04/2022, a partir de 31/01/2025.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mucurici-ES, 27 de janeiro de 2025

Adilson Gonçalves Ferreira
Prefeito Municipal
Protocolo 1480843

DECRETO Nº 4.136/2025

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CHEFE DE GABINETE DO SECRETÁRIO.

O Prefeito Municipal de Mucurici, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas no que dispõe o inciso VIII, do Art. 68 da Lei Orgânica do Município de Mucurici;

Decreta:

Art. 1º - Fica nomeado o servidor **Julmário Serafim Conrado**, para ocupar o cargo Comissionado de Chefe de Gabinete do Secretário, vinculado à Secretaria Geral de Gabinete, a partir desta data.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeitos retroativos a partir de 02 de janeiro de 2025.

Mucurici-ES, 28 de janeiro de 2025.

Adilson Gonçalves Ferreira
Prefeito Municipal
Protocolo 1480845

DECRETO Nº 4.137/2025

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR A PEDIDO, REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 04/2022.

Considerando o requerimento protocolado sob o nº 000181/2025;

O Prefeito Municipal de Mucurici, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas no que dispõe o inciso VIII, do Art. 68 da Lei Orgânica do Município de Mucurici;

Decreta:

Art. 1º - Fica exonerado a pedido, o servidor público municipal **Natan Andrade Santos**, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, referente ao Processo Seletivo Simplificado n° 04/2022, a partir desta data.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mucurici-ES, 28 de janeiro de 2025

Adilson Gonçalves Ferreira
Prefeito Municipal
Protocolo 1480849

DECRETO Nº 4.138/2025

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CHEFE DE GABINETE DO SECRETÁRIO.

O Prefeito Municipal de Mucurici, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas no que dispõe o inciso VIII, do Art. 68 da Lei Orgânica do Município de Mucurici;

Decreta:

Art. 1º - Fica nomeado o servidor **Reinaldo Alves dos Santos**, para ocupar o cargo Comissionado de Chefe de Gabinete do Secretário, vinculado à Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esportes, a partir desta data.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeitos retroativos a partir de 02 de janeiro de 2025.

Mucurici-ES, 28 de janeiro de 2025.

Adilson Gonçalves Ferreira
Prefeito Municipal
Protocolo 1480850

DECRETO Nº 4.139/2025

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA RESPONDER PELA SECRETARIA GERAL DE GABINETE.

O Prefeito Municipal de Mucurici, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas no que dispõe o inciso VIII, do Art. 68 da Lei Orgânica do Município de Mucurici;

Decreta:

Art. 1º - Fica nomeado o servidor público municipal **Gabriel dos Santos Ferreira**, ocupante do cargo comissionado de Secretário Municipal de Saúde, para responder de forma cumulativa pela Secretaria Geral de Gabinete, sem ônus para o Município referente a este último, a partir desta data.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeitos retroativos a partir de 02 de janeiro de 2025.

Mucurici-ES, 28 de janeiro de 2025.

Adilson Gonçalves Ferreira
Prefeito Municipal
Protocolo 1480853

DECRETO Nº 4.140/2025

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDORES, EM VIRTUDE DO ENCERRAMENTO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 01/2024.

O Prefeito Municipal de Mucurici, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas no que dispõe o inciso VIII, do Art. 68 da Lei Orgânica do Município de Mucurici;

Decreta:

Art. 1º - Ficam exonerados os seguintes servidores, em virtude do encerramento do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2024, a partir desta data:

I - **Flávia Xavier da Cruz**, ocupante do cargo de Fisioterapeuta;

II - **Geane da Costa Batista**, ocupante do cargo de Psicóloga; e

III - **Mateus Wagmacker de Souza**, ocupante do cargo de Odontólogo.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeitos retroativos a partir de 17/01/2025.

Mucurici-ES, 28 de janeiro de 2025.

Adilson Gonçalves Ferreira
Prefeito Municipal
Protocolo 1480854

Pancas

Termos

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 001/2025
PROCESSO Nº: 3153/2024
ID: 2025.053E0500002.09.0002
Contratante: Prefeitura Municipal de Pancas.
Contratada: **CARITAS DIOCESANA DE COLATINA.**
O presente termo de colaboração decorrente de dispensa de chamamento público tem por objeto a manutenção e, funcionamento através da transferência de recursos financeiros para a CARITAS DIOCESANA- OBRA SOCIAL SANTA LUZIA destinados ao atendimento de 150 crianças e adolescentes, visando à melhoria da convivência familiar e social dos mesmos, oferecendo-lhes suporte e apoio pedagógico especializado e ainda, serviços na área psicossocial, conforme detalhado no Plano de Trabalho.
Valor Global: R$ 280.000,00
Data assinatura: 28/01/2025

AGMAIR ARAUJO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Protocolo 1481088

Aditivo

ADITIVO DE CONTRATO

ADITIVO Nº 009/2025
7º Termo de Aditivo Contratual ao Contrato de nº 035/2022, Processo n° 2556/2021, Concorrência Pública nº 003/2021, que entre si fazem o Município de Pancas - ES e a VITAE ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE EPP. Objeto: Diante da necessidade de conclusão da obra, solicita-se a prorrogação do prazo por 180 (cento e oitenta) dias, com início em 25 de janeiro de 2025 e término em 24 de julho de 2025, referente à contratação de empresa especializada para a ampliação da unidade de saúde (Hospital e Maternidade de Pancas), localizada na Rua Espírito Santo, s/nº, Bairro Operário, Pancas/ES. A execução do contrato seguirá o relatório de projeto, projeto de execução, orçamento, planilhas e demais documentos técnicos do projeto executivo. A responsabilidade pela execução é da Secretaria Municipal de Saúde, com recursos específicos consignados no orçamento municipal de Pancas, provenientes de contrato de repasse firmado com a União Federal (Ministério da Saúde), além de contrapartida do município de Pancas/ES. Informações complementares estão detalhadas no processo nº 176/2025.
Data de assinatura:24/01/2025

AGMAIR ARAUJO NASCIMENTO Prefeito Municipal

Protocolo 1481678

Pedro Canário

Contrato

RESUMO DE CONTRATO
Processo nº 006258/2024
ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 012/2024
CONTRATO 005/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de Pedro Canário- ES.
Contratado: Ventisol da Amazonia Industria de Aparelhos Elétricos Ltda.
Objeto: aquisição de eletrodomésticos.
Valor global: R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).
Prazo: A vigência será no período de 12 (doze) meses, contada da data de sua assinatura.
Recursos: 259900000000, 150000250000 e 154000300000
Pedro Canário - ES, 29 de janeiro de 2025.
KLEILSON MARTINS REZENDE
Prefeito Municipal

Protocolo 1481489

RESUMO DE CONTRATO
Processo nº 006258/2024
ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 014/2024
CONTRATO 006/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de Pedro Canário- ES.
Contratado: Castelan Moveis e Eletrodomésticos Ltda.
Objeto: aquisição de eletrodomésticos.
Valor global: R$ 63.536,00 (sessenta e três mil, quinhentos e trinta e seis reais).
Prazo: A vigência será no período de 12 (doze) meses, contada da data de sua assinatura.
Recursos: 259900000000, 150000250000 e 154000300000
Pedro Canário - ES, 29 de janeiro de 2025.
KLEILSON MARTINS REZENDE
Prefeito Municipal

Protocolo 1481500

RESUMO DE CONTRATO
Processo nº 006258/2024
ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 016/2024
CONTRATO 007/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de Pedro Canário- ES.
Contratado: Marcos Ribeiro E Cia Ltda.
Objeto: aquisição de eletrodomésticos.
Valor global: R$ 19.840,00 (dezenove mil, oitocentos e quarenta reais).
Prazo: A vigência será no período de 12 (doze) meses, contada da data de sua assinatura.
Recursos: 259900000000, 150000250000 e 154000300000
Pedro Canário - ES, 29 de janeiro de 2025.
KLEILSON MARTINS REZENDE
Prefeito Municipal

Protocolo 1481509

RESUMO DE CONTRATO
Processo nº 006258/2024
ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 017/2024
CONTRATO 008/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de Pedro Canário - ES.
Contratado: MV Eletrônicos Ltda.
Objeto: aquisição de eletrodomésticos.
Valor global: R$ 41.846,00 (quarenta e um mil, oitocentos e quarenta e seis reais).
Prazo: A vigência será no período de 12 (doze) meses, contada da data de sua assinatura.
Recursos: 259900000000, 150000250000 e 154000300000
Pedro Canário - ES, 29 de janeiro de 2025.
KLEILSON MARTINS REZENDE
Prefeito Municipal

Protocolo 1481518

RESUMO DE CONTRATO
Processo nº 006258/2024
ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 018/2024
CONTRATO 009/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de Pedro Canário - ES.
Contratado: Microtécnica Informática Ltda.
Objeto: aquisição de eletrodomésticos.
Valor global: R$ 12.750,00 (doze mil, setecentos e cinquenta reais).
Prazo: A vigência será no período de 12 (doze) meses, contada da data de sua assinatura.
Recursos: 259900000000, 150000250000 e 154000300000
Pedro Canário - ES, 29 de janeiro de 2025.
KLEILSON MARTINS REZENDE
Prefeito Municipal

Protocolo 1481524

RESUMO DE CONTRATO
Processo nº 006258/2024
ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 019/2024
CONTRATO 010/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de Pedro Canário - ES.
Contratado: Inova Tech Informática Ltda.
Objeto: aquisição de eletrodomésticos.
Valor global: R$ 32.305,00 (trinta e dois mil, trezentos e cinco reais).
Prazo: A vigência será no período de 12 (doze) meses, contada da data de sua assinatura.
Recursos: 259900000000, 150000250000 e 154000300000
Pedro Canário - ES, 29 de janeiro de 2025.
KLEILSON MARTINS REZENDE
Prefeito Municipal

Protocolo 1481533

RESUMO DE CONTRATO
Processo nº 006258/2024
ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 022/2024
CONTRATO 011/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de Pedro Canário - ES.
Contratado: Taglia - Ferre & CIA Ltda.
Objeto: aquisição de eletrodomésticos.
Valor global: R$ 70.147,00 (setenta mil, cento e quarenta e sete reais).
Prazo: A vigência será no período de 12 (doze) meses, contada da data de sua assinatura.
Recursos: 259900000000, 150000250000 e 154000300000
Pedro Canário - ES, 29 de janeiro de 2025.
KLEILSON MARTINS REZENDE
Prefeito Municipal

Protocolo 1481538

RESUMO DE CONTRATO
PROCESSOS Nº 5208/2023
PREGÃO Nº 0012/2023
CONTRATO Nº. 12/2025
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Pedro Canário.
CONTRATADA: Carlos Péricles Amorim Costa -Me
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para atender as demandas da Merenda Escolar da Secretaria Municipal de Educação.
VALOR GLOBAL: R$ 375.271,49 (trezentos e setenta e cinco mil, duzentos e setenta e um reais e quarenta e nove centavos)
PRAZO: A vigência será no período de 12 (doze) meses, contada da data de sua assinatura.
recursos: 155200000000
Pedro Canário - ES, 24 de janeiro de 2025.
RESUMO DE CONTRATO
PROCESSOS Nº 5208/2023
PREGÃO Nº 0012/2023
CONTRATO Nº. 13/2025
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Pedro Canário.
CONTRATADA: Ecoserven Empreendimento e serviços Ltda
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para atender as demandas da Merenda Escolar da Secretaria Municipal de Educação.
VALOR GLOBAL: R$ 74.895,00 (setenta e quatro mil, oitocentos e noventa e cinco reais)
PRAZO: A vigência será no período de 12 (doze) meses, contada da data de sua assinatura.
recursos: 155200000000
Pedro Canário - ES, 24 de janeiro de 2025.
RESUMO DE CONTRATO
PROCESSOS Nº 5208/2023
PREGÃO Nº 0012/2023
CONTRATO Nº. 14/2025
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Pedro Canário.
CONTRATADA: Norte Comercial Ltda
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para atender as demandas da Merenda Escolar da Secretaria Municipal de Educação.
VALOR GLOBAL: R$ 385.751,48 (trezentos e oitenta e cinco mil, setecentos e cinquenta e um reais e quarenta e oito)
PRAZO: A vigência será no período de 12 (doze) meses, contada da data de sua assinatura.
recursos: 155200000000
Pedro Canário - ES, 24 de janeiro de 2025.
RESUMO DE CONTRATO
PROCESSOS Nº 5208/2023
PREGÃO Nº 0012/2023
CONTRATO Nº. 15/2025
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Pedro Canário.
CONTRATADA: Raimundo Hipólito de Araújo
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para atender as demandas da Merenda Escolar da Secretaria Municipal de Educação.

VALOR GLOBAL: R$ 52.075,63 (cinquenta e dois mil, setenta e cinco reais e sessenta e três centavos)
PRAZO: A vigência será no período de 12 (doze) meses, contada da data de sua assinatura.
recursos: 155200000000
Pedro Canário - ES, 24 de janeiro de 2025.
RESUMO DE CONTRATO
PROCESSOS Nº 5208/2023
PREGÃO Nº 0012/2023
CONTRATO Nº. 16/2025
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Pedro Canário.
CONTRATADA: Santa Rosa Comércio de Produtos Alimentícios Ltda.
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para atender as demandas da Merenda Escolar da Secretaria Municipal de Educação.
VALOR GLOBAL: R$ 206.747,00 (duzentos e seis mil, setecentos e quarenta e sete reais)
PRAZO: A vigência será no período de 12 (doze) meses, contada da data de sua assinatura.
recursos: 155200000000
Pedro Canário - ES, 24 de janeiro de 2025.
RESUMO DE CONTRATO
PROCESSOS Nº 5208/2023
PREGÃO Nº 0012/2023
CONTRATO Nº. 17/2025
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Pedro Canário.
CONTRATADA: Vila Vitoria Mercantil do Brasil Ltda.
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para atender as demandas da Merenda Escolar da Secretaria Municipal de Educação.
VALOR GLOBAL: R$ 102.773,05 (cento e dois mil, setecentos e setenta e três reais e cinco centavos)
PRAZO: A vigência será no período de 12 (doze) meses, contada da data de sua assinatura.
recursos: 155200000000
Pedro Canário - ES, 24 de janeiro de 2025.
Kleilson Martins Rezende
Prefeito Municipal

Protocolo 1481866

Aditivo

RESUMO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº0047/2023
Processo nº 000024 /2025
Contratante: Prefeitura Municipal de Pedro Canário.
Contratado: Solus Tecnologia em Sistemas Ltda - Epp
Objeto: A prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses e valor do contrato com reajuste.
Valor Aditivado: R$:534.914,99 (quinhentos e trinta e quatro mil novecentos e quatorze reais e noventa e nove centavos)
Recursos: 17040000000
As demais cláusulas permanecem inalteradas.
Pedro Canário - ES, 24 de janeiro de 2025.
Kleilson Martins Rezende
Prefeito Municipal

Protocolo 1480839

RESUMO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 12/2024
Processo nº 6932/2024
Contratante: Prefeitura Municipal de Pedro Canário.
Contratada: Link Card Administradora de Benefícios Ltda.
Objeto: A prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses.
As demais cláusulas permanecem inalteradas.
Pedro Canário - ES, 28 de janeiro de 2025.
KLEILSON MARTINS REZENDE
Prefeito Municipal

Protocolo 1480856

Piúma

Decreto

DECRETO Nº 2.986, DE 29 DE JANEIRO DE 2025.
Dispõe sobre cessão de servidor público municipal.
EZEQUIAS FERREIRA DO NASCIMENTO, Prefeito em Exercício do Município de Piúma, Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições legais e com fundamento no que consta do processo administrativo nº. 221/2025:
DECRETA:
Art. 1º Fica cedido o servidor público municipal **WILCLER CARVALHO LOPES**, **matrícula funcional nº 5295**, para exercer o cargo de provimento em comissão, junto à Secretaria Municipal de Comunicação Social do Município de Guarapari/ES.
Parágrafo único: O prazo da cessão terá vigência a partir de 01/01/2025 (um de janeiro de dois mil e vinte e cinco) até o dia 31/12/2028 (trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e oito).
Art. 2º A Cessão de que trata este Decreto será sem ônus para a Prefeitura de Piúma, tanto em relação à sua remuneração quanto aos encargos decorrentes de acordo com o Termo de Cessão acostado no Processo Administrativo nº. 221/2025.
Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 01/01/2025, revogando-se as disposições em contrário.
Piúma/ES, 29 de janeiro de 2025.
EZEQUIAS FERREIRA DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal em Exercício
Portaria Gabinete N° 001/2025

Protocolo 1481105

DECRETO N.º 2.987, DE 29 DE JANEIRO DE 2025.
Altera o Decreto Municipal n. 2.719, de 21 de setembro de 2023 e dá outras providências.
O **Prefeito em Exercício do Município de Piúma**, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que determina o artigo 102, inciso I, da Lei Orgânica do Município,
DECRETA:

Art. 1º. O Decreto Municipal n. 2.719, de 21 de setembro de 2023, passa a vigorar com a seguinte alteração:
Art. 1° (...)

I. SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA:
Titular: Mateus Teixeira de Oliveira Santos Motta.
Titular: Marcus Vinícius Marinho Pereira dos Santos.
Titular: Maria Fernanda de Freitas Barros.
Suplente: Rayane Gianisele Cardoso Nascimento.
Suplente: Marcelo Augusto da Silva.
Suplente: Icaro Alvarenga do Amaral.

II. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:
Titular: Lúcia Christina Mattos Paterlini.
Suplente: Maria José de Figueredo.

III. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:
Titular: Lucas Baleeiro Gomes de Carvalho.
Suplente: Silvana de Souza de Oliveira.

IV. SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO
Titular: Leonardo Nascimento Bourguignon.
Suplente: Marcelo Portela Carvalho.

V. SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, ESPORTE E LAZER
Titular: Regina Lúcia Guimarães Pimentel.
Suplente: Angélica de Oliveira Machado.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Piúma/ES, 29 de janeiro de 2025.
EZEQUIAS FERREIRA DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal em Exercício
Portaria Gabinete N° 001/2025
REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
_____/_____/_____
_____

Protocolo 1481880

Edital

EDITAL Nº 002/2025 DE SELEÇÃO PARA O CARGO DE DIRETOR ESCOLAR PARA
ATUAÇÃO NA UNIDADE DE ENSINO EMEF "NOVA ESPERANÇA" NO TRIÊNIO 2025-2027.
A Secretaria Municipal de Educação, torna público que realizará para o Cargo de Diretor Escolar para a Unidade de Ensino EMEF "NOVA ESPERANÇA", de acordo com art. 54 da Lei nº 1.969 de 13 de dezembro de 2013,
alterado pela Lei Municipal nº 2.693, de 06 de dezembro de 2024, com o Decreto nº 2.943, de 17 de dezembro
de 2024 e com o Decreto nº Decreto nº 2.945, de 20 de dezembro de 2024, nos seguintes termo
1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
a. Os interessados em se candidatar à seleção para o Cargo de Diretor Escolar deverão preencher os
critérios exigidos neste edital, conhecer e cumprir o estabelecido no art. 54 da Lei nº 1.969 de 13
de dezembro de 2013, alterado pela Lei Municipal nº 2.693, de 06 de dezembro de 2024, com o
Decreto nº 2.943, de 17 de dezembro de 2024, bem como os dispositivos previstos neste Edital.
2. DOS OBJETIVOS
a. Assegurar o caráter educativo da Gestão Democrática, o sentido e o significado de suas
instâncias democratizantes e a relação com sua função central que é o trabalho pedagógico;
b. Compreender a dimensão institucional do papel de diretor e sua interação na realidade educacional
e na própria dinâmica de transformação;
c. Referendar a importância da liderança comunitária para o diretor escolar, valorizando
através da escolha feita pela comunidade escolar.
3. DAS INSCRIÇÕES
3.1. Para efeito de inscrição, o candidato preencherá formulário padrão - Anexo I deste Edital que deverá ser acompanhado de:
3.1.1. Comprovação da habilitação exigida para o exercício da função/ Diploma e histórico da licenciatura;
3.1.2. Comprovante de tempo de efetivo exercício no magistério e ficha funcional, emitido pelo Setor de Recursos Humano-RH da PMP;
3.1.3. Cópia de documentos pessoais (CPF), (RG ou CNH), dentro do prazo de validade (frente e verso);
3.1.4. Documento que comprove não haver nenhum impedimento para a movimentação bancária no Cadastro de Pessoa Física;
3.1.5. Comprovação expedida pelo Setor de Recursos Humanos da PMP referente a comprovação das 05 (cinco) faltas injustificadas registradas em ficha funcional, nos últimos 12(doze) meses que antecedem a inscrição do Plano de Gestão Escolar - PGE;
3.1.6. Declaração emitida pela Secretaria Municipal de Educação ou órgão/entidade equivalente que comprove não ter praticado ato que desabone a sua conduta profissional;
3.1.7. Declaração de que não foi penalizado ou não responde processo adminitrativo disciplinar - Anexo II.
3.1.8. Prova de inexistência de antecedentes criminais, mediante certidões dos distribuidores da Justiça
Federal e da Justiça Estadual dos locais de residência;
3.1.9. Encaminhamento do Plano de Gestão Escolar - situação hipotética, para o e-mail:
educacao@piuma.es.gov.br dentro do período previsto para inscrição.
3.1.10. O servidores interessados deverão inscrever-se em apenas uma unidade escolar;
O (a) candidato (a) fará sua inscrição no período de 31/01/2025 a 04/02/2025, no horário de 8:00 às 17:00, na Secretaria Municipal de Educação, situada na Avenida Felicindo Lopes, nº 238, bairro Acaiaca - Piúma, ES, 29285-000.2
4. DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO
O processo seletivo para o Cargo de Diretor Escola envolverá as seguintes etapas:
ETAPAS-DESCRIÇÃO-PESO
1ª-Titulação e experiencia profissional-20
2ª-Apresentação do Plano de Gestão Escolar na Secretaria Municipal de Educação-30
3ª-Entrevista realizada por Equipe da Secretaria Municipal de Educação - SEME e Representante do Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Piúma/ES-
50
5.1. TITULAÇÃO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL
Nesta ETAPA serão considerados os títulos de pós-graduação, cursos de gestão escolar e os tempos de
experiências profissionais do candidato, com as seguintes pontuações máximas:
CRITÉRIO-Pontuação por titularudade-Máximo
Pós-graduação "lato sensu" - Especialização em Educação ou na própria área de conhecimento da licenciatura
plena ou em área de conhecimento correlata/afim ao desempenho das atribuições inerentes ao cargo.-1,5 por
título-3,0
Pós-graduação "Stricto sensu" - Mestrado em Educação ou na própria área de conhecimento da licenciatura
plena ou em área de conhecimento correlata/afim ao

desempenho das atribuições inerentes ao cargo.-2,00 por título-2,00
Pós-graduação "Stricto sensu" - Doutorado em Educação ou na própria área de conhecimento da licenciatura
plena ou em área de conhecimento correlata/afim ao desempenho das atribuições inerentes ao cargo.-3,00 por título-3,00
Curso livre de gestão Escolar com carga horária igual ou superior a 50h (cada curso).-1,50 por curso-3,00
Experiência profissional na Função de Gestor Escolar ou de Gestão (Gerência, Diretoria, Secretário Municipal
(qualquer pasta).-1,00 por semestre-4,5
Experiência na Função de Professor e/ou de pedagogo, pontuando apenas acima de 03 anos de atuação.-1,00
por semestre-4,5
20 Total---ontos
5.2. APRESENTAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ESCOLAR NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
5.2.1. O candidato elaborará o PGE para uma escola, contendo uma situação hipotética;
5.2.2. O Plano de Gestão Escolar deverá ser encaminhado para o seguinte e-mail:
educacao@piuma.es.gov.br dentro da data prevista para a inscrição.
5.2.3. O não envio do Plano de Gestão Escolar pelo candidato, na data divulgada por email, implicará na desclassificação do candidato;
5.2.4. O candidato deverá apresentar as ações listadas em seu Plano de Gestão Escolar
e elaborar apresentação para a comissão avaliadora;
5.2.5. Os slides de apresentação não deverão ser encaminhados para a comissão
avaliadora;
5.2.6. O processo de seleção que acontecerá em data e horário previamente agendados
e encaminhados pela SEME seguirá o cronograma anexo deste Edital;
5.2.7. A apresentação do Plano de Gestão Escolar ocorrerá em data e hora estabelecida
pela SEME, não havendo segunda chamada, repetição da avaliação, tampouco3
dilação de prazo. O não comparecimento, qualquer que seja o motivo,
caracterizará desistência do candidato e resultará em sua eliminação do processo
seletivo;
5.2.8. A Secretaria Municipal de Educação encaminhará um template a ser utilizado na
Apresentação do Plano de Gestão para o e-mail dos candidatos classificados para a 2ª ETAPA
5.2.9. O tempo de duração da apresentação do Plano de Gestão será de 30 (trinta)
minutos na data prédefinida neste Edital.
ETAPA 02 - APRESENTAÇÃO DE PLANO DE GESTÃO
PONTUAÇÃO MÁXIMA: 30 PONTOS
ITENS-DESCRIÇÃO-PESO
1-Apresentação escrita-25
2-Comunicação oral e uso do material para a apresentação-20
3-Análise e solução de problemas-25
4-Organização e planejamento-20
5-Observância do tempo determinado-10
5.3. ENTREVISTA REALIZADA POR EQUIPE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
- SEME E REPRESENTANTE DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÚMA/ES
Nesta ETAPA será realizada uma entrevista com o(a) candidato(a) sobre gestão escolar, inclusão, combate a
evasão escolar, propostas de melhorais na qualidade do ensino, gestão de pessoas, gestão administrativa e
financeira, com a seguinte pontuação máxima ao final:
ETAPA 03 - ENTREVISTA
PONTUAÇÃO MÁXIMA: 50 PONTOS
ITENS-DESCRIÇÃO-PESO
1-Conhecimento do trabalho-12
2-Relacionamento interpessoal-18
3-Autoconhecimento e equilíbrio emocional-10
4-Flexibilidade-10
5-Administração de conflitos e tomada de decisão-15
6-Liderança-08
7-Comunicação-07
8-Orientação para resultados-12
9-Persistência-08
Esta etapa é eliminatória e sera realizada pela Gerencia de Recursos Humanos da Prefeitura
Municipal, sendo para tal ato o Servidor podendo fazer parte da banca servidores da
coordenação pedagógica da SEME, assim como o Secretário Municipal de Educação.
6. DOS RECURSOS
6.1. Os recursos oriundos do processo de seleção para o exercício de Diretor Escolar do
Rede Municipal de Ensino, serão interpostos perante a Comissão, nos prazos e na
forma previstos neste Edital, devendo ser remetido ao Chefe do Poder Executivo
Municipal para decisão final.
7. DA HOMOLOGAÇÃO DAS CANDIDATURAS
7.1. O processo de seleção será conduzido pela Comissão de Avaliação das4
unidades escolares, que ao final formulará lista tríplice contendo os nomes dos
03 (três) candidatos melhor avaliados, a qual será submetida ao Prefeito
Municipal para escolha e nomeação.
8. DA NOMEAÇÃO
8.1. De posse da lista tríplice, formalizada pela Comissão Avaliadora, caberá ao Prefeito
Municipal a nomeação do Diretor Escolar.
8.2. No ato da nomeação, o Diretor Escolar assinará termo de compromisso junto à
Secretaria Municipal de Educação, comprometendo-se a exercer com eficácia e
eficiência as atribuições específicas da função.
8.3. O servidor receberá os valores conforme tabela de remunarações espabelecidas em
lei para o Cargo de Diretor Escolar do Município, considerando a existência de vínculos
e tipologia da Unidade Escolar.
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS
9.1. Os casos omissos serão decididos pela comissão avaliadora deste Processo de Seleção e em última instância pelo Chefe do Poder Executivo Municipal;
9.2. A Secretaria de Educação não se responsabiliza por informações encaminhadas de forma
equivocada ou por inscrição não recebida por motivos de falhas de comunicação,
congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a
transferência de dados;
9.3. O(a) candidato(a) selecionado(a) neste edital poderá permanecer do cargo por 03 (três) anos
podendo ser renovado por igual período apenas uma vez.

9.4. Fazem parte deste Edital os seus respectivos anexos.
Piúma/ES, 24 de dezembro de 2024.
X X X X X X X X X X X X X X X X X X X X
X X X X X X X X X X X X X X X X X X X X
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
MEMBRO DA COMISSÃO MEMBRO DA COMISSÃO MEMBRO DA COMISSÃO
X X X X X X X X X X X X X X X X X X X X
X X X X X X X X X X X X X X X X X X X X
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
MEMBRO DA COMISSÃO MEMBRO DA COMISSÃO MEMBRO DA COMISSÃO8
ANEXO I
FICHA DE INSCRIÇÃO DO (A) CANDIDATO(A) À DIREÇÃO ESCOLAR
Município: ___________________________
Unidade Ensino para qual se candidata:___________
____
1 - DADOS PESSOAIS
Nome: ______________
Sexo: Data Nasc: / / Naturalidade: ______________
UF: Estado Civil:________________CPF: ___________
Filiação:
Pai: _____________
Mãe: _____________
Endereço: ______No: _____
Complemento:________________Cidade: ________
CEP: _________
Telefone:( )______________E-mail:
____
2 - DADOS PROFISSIONAIS
Graduação/Curso: Licenciatura Plena
Possui outro Cargo Efetivo: ( ) Sim ( ) Não Qual?
Tempo de serviço no Magistério:
3 - TÍTULOS
Especialização: ( ) Sim ( ) Não Curso:
Mestrado: ( ) Sim ( ) Não Curso:
Doutorado: ( ) Sim ( ) Não Curso:
4 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
Ocupou a função de Diretor (a) Escolar em mandatos anteriores?
( ) Sim ( ) Não Período: / / à / /
Unidades de Ensino:
Anexar documentação constante no Item 03
Candidato8
ANEXO II
DECLARAÇÃO DE PROCESSO ADMINITRATIVO DISCIPLINAR
(NÃO ESTÁ RESPONDENDO OU TER SIDO PENALIZADO)
Eu, ,
Inscrito (a) no CPF sob o nº , DECLARO para os fins de direito
admitido NÃO ter sido penalizado ou não responde processo administrativo disciplinar
Piúma, de de 20 .
Assinatura do Candidato (a)ANEXO III
REQUERIMENTO DE IMPUGNAÇÃO/RECURSO DO CANDIDATO À DIREÇÃO DA ESCOLA
À COMISSÃO AVALIADORA.
Sr (a): Eu,
Portador (a) do RG Nº , CPF Nº
Residente e domiciliado à Nº
Município de Piúma, de acordo com Edital Nº 002/2025, de 30 de janeiro de 2025, venho
requerer a impugnação/recurso do candidato pelo motivo relatado:
Piúma, em ______de ________ 2025
Assinatura do Candidato (a)ANEXO IV
CRONOGRAMA
Nº-AÇÃO-PERÍODO/DATA
01-Reunião da Comissão Avaliadora para conhecimento /apreciação do Edital para eleição de Diretor Escolar -biênio 2025/2027.-29/01/2025
02-Publicação do Edital de Eleição.-30/01/2025
03-Período das inscrições para os candidatos a Diretor Escolar, com a entrega dos documentos em conformidade com o Edital.-31/01/2025 a 04/02/2025
04-Apreciação dos registros de Candidatura e Deferimento ou indeferimento dos registros das candidaturas.-
04/02/2025
05-Recurso dos Registros de candidaturas e resultado Final do registro de Candidatura-05/02/2025
06-Apresentação do Plano de Gestão Escolar e Entrevistas-06/02/2025
07-Encaminhamento da documentação do Processo Seletivo ao Prefeito Municipal-07/02/2025
08-Homologação do resultado final do processo Seletivo-10/02/2025
09-Nomeação e posse do Diretor Escolar eleito.-11/02/2025

Protocolo 1481927

Portaria

PORTARIA Nº 002, DE 28 DE JANEIRO DE 2025.
Dispõe sobre instauração de Processo Administrativo Disciplinar
EZEQUIAS FERREIRA DO NASCIMENTO
Prefeito em Exercício no Município de Piúma/ES

Protocolo 1480798

Termos

TERMO DE CESSÃO DE SERVIDOR PÚBLICO - 004/2025

"TERMO DE CESSÃO que celebram entre si o Município de Piúma/ES e o Município de Guarapari /ES objetivando a Cessão de Servidor Público Municipal com ônus para o cessionário (Município de Guarapari/ES)."

O **MUNICÍPIO DE PIÚMA**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.165.695/0001-18, com sede nesta cidade na Rua Aníbal de Souza Gonçalves, 18, bairro Acaiaca, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, designado pela Portaria Gabinete N° 001/2025, **Sr. Ezequias Ferreira do Nascimento**, brasileiro, casado, residente domiciliado neste município, inscrito no CPF nº 024.609.247-55, doravante denominado **CEDENTE** e de outro lado o **MUNICÍPIO DE GUARAPARI/ES**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 27.165.190/0001-53, com sede na Rua Alencar Moraes de Resende, N° 100, Jardim Boa Vista, Guarapari - ES, 29.217-900, neste ato representado pelo Prefeito, o **Sr. Rodrigo Lemos Borges**, brasileiro, divorciado, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) n° 080.648.607-41, residente e domiciliado em Guarapari/ES, doravante denominado **CESSIONÁRIO**, resolvem celebrar o presente **TERMO DE CESSÃO**, mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente convênio é a cessão

do servidor público municipal **WILCLER CARVALHO LOPES**, **matrícula 5295**, para desenvolver suas atividades junto ao Município de Guarapari/ES, **com ônus para o CESSIONÁRIO.**

CLÁUSULA SEGUNDA - DO SERVIDOR

2.1 - O servidor acima identificado continuará subordinado às normas impostas pela Legislação vigente do Município de Piúma/ES, ficando sujeito a jornada de trabalho que lhe for determinada pelo **CESSIONÁRIO**, sujeitando-se ao seu ordenamento, além de exercer suas atividades com zelo e eficiência.

2.1.1 - O presente Convênio tem como objeto estabelecer a cessão **servidor efetivo** identificado na cláusula 1.1, deste termo de cessão, para exercimento de cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal (AGENTE POLITICO, Padrão: AP, em conformidade com a Lei Complementar Nº. 159/2025 - Estrutura Organizacional Administrativa do Município de Guarapari - ES.

2.2 - O servidor cedido deverá assinar o presente Termo de Cessão, ficando ciente das suas obrigações e demais cláusulas a serem cumpridas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO E DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 - A cessão objeto deste Termo será com ônus para o Município de Guarapari/ES, inclusive no que se refere a contribuição previdenciária, dado o caráter de interesse social na cessão.

3.2 - Para melhor controle e organização, o servidor cedido continuará recebendo na folha de pagamento do Município de Piúma/ES, tendo o Município de Guarapari/ES a obrigação de depositar, mensalmente, até o dia 10 (dez) do mês subsequente, o valor da remuneração e da contribuição previdenciária na conta abaixo indicada.

3.3 - Para atendimento ao que dispõe o item 3.2, o **Município CEDENTE**, apresenta os seguintes dados bancários:

Titular: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÚMA - ES CNPJ: 27.165.695/0001-18
Banco: Banco do Estado do Espírito Santo.
Número da Agência: 153.
Número da conta corrente: 311144-0.

3.4 - O Município de Guarapari/ES se compromete a enviar todos os meses os comprovantes de depósito para o e-mail: **recursoshumanos@piuma.es.gov.br.**

3.5 - A frequência mensal do servidor cedido deverá ser encaminhada ao **Município CEDENTE** até o dia (05) cinco do mês subsequente.

3.6 - O **CEDENTE** informa que o servidor cedido, no exercício de seu cargo, recebe **o valor bruto de** R$ 4.308,01 (quatro mil, trezentos e oito reais e um centavo)**. Informa ainda que, a contribuição patronal do servidor ao INSS é no valor de R$ 560,04 (quinhentos e sessenta reais e quatro centavos).**

3.6.6 - O servidor efetivo perceberá vencimentos/subsídios pelo Município de Guarapari - ES **(cessionário)** sobre a diferença apurada mensalmente entre a remuneração bruta apresentada em R$ 4.308,04 (quatro mil trezentos e oito reais e centavos), pelo Município de Piúma - ES **(cedente)** à Clausula 3.6 e valor dos vencimentos/subsídios fixado em R$ 9.629,99 (nove mil, seiscentos e vinte nove reais e noventa e nove centavos), por força da Lei Complementar Nº. 159/2025.

3.7 - Os rendimentos e encargos informados na Clausula 3.6 poderão sofrer reajustes remuneratórios com base em índices determinados e/ou autorizados pelo Município **CEDENTE** ou quaisquer outras alterações decorrentes de lei, tais como concessão de vantagens, promoções e progressões funcionais, que deverão ser informados pelo **CEDENTE** ao **CESSIONÁRIO**.

CLÁUSULA QUARTA - DAS FÉRIAS

4.1 - Durante o período da vigência da cessão, o **Município CESSIONÁRIO** deverá colocar o servidor em gozo de férias tão logo complete o período aquisitivo.

4.2 - Quando do término da vigência da cessão, o servidor **NÃO PODERÁ RETORNAR AO MUNICÍPIO DE ORIGEM COM FÉRIAS VENCIDAS.**

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

5.1 - A cessão poderá ser rescindida pelo inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas ou condições, ou ainda, por iniciativa de quaisquer dos interessados, mediante comunicação escrita, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos, sem que caiba indenização a outra parte.

5.2 - Em caso de rescisão por iniciativa do servidor ou do Município de Guarapari/ES, será necessário que antes haja gozo das férias pendentes.

5.3 - Seja qual for a forma do término da cessão, o servidor deverá se apresentar, imediatamente, a Secretaria de origem.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1 - O presente Termo de Cessão terá vigência de **4 (quatro) anos**, iniciando seus efeitos a partir de **01/01/2025 (primeiro de janeiro de dois mil e vinte e cinco) até 31/12/2028 (trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e oito).**

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FUNDAMENTO LEGAL

7.1 - O presente instrumento foi redigido conforme disposto na Lei Orgânica do Município de Piúma/ES e da Lei Municipal nº. 1.840/2011.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

8.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Piúma/ES para dirimir quaisquer controvérsias deste Instrumento que porventura não tenham sido solucionadas administrativamente pelas partes.

E por estarem de pleno acordo e ajustados, as partes assinam vias, de igual teor, forma e validade, para que se produzam os efeitos legais.

Piúma/ES, 27 de janeiro de 2025.

EZEQUIAS FERREIRA DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal de Piúma/ES em Exercício
Portaria Gabinete N° 001/2025

RODRIGO LEMOS BORGES
Prefeito Municipal de Guarapari/ES

WILCLER CARVALHO LOPES
Matrícula N° 5295

Protocolo 1481101

EXTRATO 1º TERMO APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 033/2023

PROCESSO Nº 10194/2024 (7678/2022)
PERP Nº 056/2022
ID CIDADES: 2022.056E0700001.02.0029
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PIÚMA - CNPJ Nº 27.165.695/0001-18
CONTRATADA: CARA DE CÃO CLINICA VETERINÁRIA - CNPJ Nº 26.432.395/0001-95

OBJETO: Fica reajustado o valor do Contrato nº 033/2023, o valor global passará de R$ 283.034,71 (duzentos e oitenta três mil, trinta quatro reais e setenta um centavos) para o novo valor global de **R$ 296.708,97** (duzentos e noventa seis mil, setecentos e oito reais e noventa sete centavos) nos

moldes do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/1993.
Piúma/ES, 29 de janeiro de 2025.
Ezequias Ferreira do Nascimento
Prefeito Municipal em Exercício - Portaria nº 001/2025

Protocolo 1481748

Contrato

CONTRATO Nº 021/2025
ADESÃO Nº 002/2025
ID CIDADES: 2025.0056E0700001.16.0002
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PIÚMA - CNPJ Nº 27.165.695/0001-18
CONTRATADA: MOBILE AUTOMÓVEIS E SERVIÇOS LTDA - CNPJ Nº 32.951.008/0001-20
OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de veículos de passeio, utilitários, vans e micro-ônibus, em atendimento a solicitação da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
Valor: R$ 125.800,00 (cento e vinte cinco mil e oitocentos reais)
Vigência: 12 (doze) meses
29/01/2025 à 29/01/2026
Piúma/ES, 29 de janeiro de 2025.
Ezequias Ferreira do Nascimento
Prefeito Municipal em Exercício - Portaria nº 001/2025

Protocolo 1481727

www.amunes.org.br
AMUNES ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ESPÍRITO SANTO

Contas Públicas

MUNICIPIO DE PIUMA - ES — **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) — Em Reais

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas			% (c/a)	Saldo (a-c)
			No Período (b)	%(b/a)	Até o Período (c)		
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**130.000.000,00**	**146.517.337,53**	**26.703.853,67**	**18,23**	**154.177.787,89**	**105,23**	**(7.660.450,36)**
RECEITAS CORRENTES	127.331.000,00	143.321.770,51	25.791.799,67	18,00	151.377.745,99	105,62	(8.055.975,48)
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	16.321.000,00	20.648.370,64	3.312.909,13	16,04	21.451.957,43	103,89	(803.586,79)
Impostos	13.784.000,00	17.744.770,64	2.952.027,18	16,64	18.230.301,75	102,74	(485.531,11)
Taxas	2.532.000,00	2.898.600,00	360.881,95	12,45	3.221.655,68	111,15	(323.055,68)
Contribuição de Melhoria	5.000,00	5.000,00					5.000,00
CONTRIBUIÇÕES	2.800.000,00	2.800.000,00	424.225,11	15,15	2.760.694,11	98,60	39.305,89
Contribuições Sociais							
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Forma							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	2.800.000,00	2.800.000,00	424.225,11	15,15	2.760.694,11	98,60	39.305,89
RECEITA PATRIMONIAL	2.194.100,00	2.195.100,00	393.166,37	17,91	2.265.607,00	103,21	(70.507,00)
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários	2.194.100,00	2.195.100,00	393.166,37	17,91	2.265.607,00	103,21	(70.507,00)
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Au							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS		758.225,20	158.680,00	20,93	1.005.175,00	132,57	(246.949,80)
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		758.225,20	158.680,00	20,93	1.005.175,00	132,57	(246.949,80)
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	105.877.900,00	116.782.074,67	21.347.191,98	18,28	123.381.984,62	105,65	(6.599.909,95)
Transferências da União e de suas Entidades	68.563.900,00	73.854.453,86	13.959.778,47	18,90	74.980.846,69	101,53	(1.126.392,83)
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	12.713.000,00	14.423.143,76	2.104.524,20	14,59	18.137.492,16	125,75	(3.714.348,40)
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	1.000,00	1.000,00					1.000,00
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas	24.600.000,00	28.503.477,05	5.282.889,31	18,53	30.263.645,77	106,18	(1.760.168,72)
Transferências do Exterior							
Demais Transferências Correntes							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	138.000,00	138.000,00	155.627,08	112,77	512.327,83	371,25	(374.327,83)
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	4.000,00	4.000,00					4.000,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	121.000,00	121.000,00	150.164,53	124,10	456.587,74	377,35	(335.587,74)
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							
Demais Receitas Correntes	13.000,00	13.000,00	5.462,55	42,02	55.740,09	428,77	(42.740,09)
RECEITAS DE CAPITAL	2.669.000,00	3.195.567,02	912.054,00	28,54	2.800.041,90	87,62	395.525,12
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	10.000,00	10.000,00					10.000,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	10.000,00	10.000,00					10.000,00
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS	100.000,00	100.000,00					100.000,00
Alienação de Bens Móveis	100.000,00	100.000,00					100.000,00
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.559.000,00	3.085.567,02	912.054,00	29,56	2.800.041,90	90,75	285.525,12
Transferências da União e de suas Entidades	146.000,00	146.000,00			503.956,00	345,18	(357.956,00)
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	2.413.000,00	2.939.567,02	912.054,00	31,03	2.296.085,90	78,11	643.481,12
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Tranferências de Capital							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	**130.000.000,00**	**146.517.337,53**	**26.703.853,67**	**18,23**	**154.177.787,89**	**105,23**	**(7.660.450,36)**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
Mobiliária							
Contratual							
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	130.000.000,00	146.517.337,53	26.703.853,67	18,23	154.177.787,89	105,23	(7.660.450,36)
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	2.025.864,67	—	—
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	130.000.000,00	146.517.337,53	26.703.853,67	18,23	156.203.652,56	105,23	(7.660.450,36)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	—	11.902.065,47	—	—	11.902.065,47	100,00	—
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	—	—	—	—	—	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	—	11.902.065,47	—	—	11.902.065,47	100,00	—

Despesas	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas		Saldo	Despesas Liquidadas		Saldo	Despesas Pagas Até o Período (j)	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados(k)
			No Período	Até Período (f)	(g) = (e - f)	No Período	Até Período (h)	(i) = (e - h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (	**130.000.000,00**	**160.108.346,00**	**27.631.909,47**	**156.203.652,56**	**3.904.693,44**	**33.049.352,72**	**144.254.057,97**	**15.854.288,03**	**143.546.674,97**	**11.949.594,59**
DESPESAS CORRENTES	118.215.354,49	141.982.829,00	26.163.487,20	138.768.134,69	3.214.694,31	29.724.819,21	130.949.258,90	11.033.570,10	130.554.375,90	7.818.875,79
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	60.483.000,00	64.043.889,34	14.745.871,17	63.082.073,05	961.816,29	14.840.651,25	63.053.642,97	990.246,37	62.665.257,19	28.430,08
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	5.000,00									
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	57.727.354,49	77.938.939,66	11.417.616,03	75.686.061,64	2.252.878,02	14.884.167,96	67.895.615,93	10.043.323,73	67.889.118,71	7.790.445,71
DESPESAS DE CAPITAL	10.510.645,51	18.125.517,00	1.468.422,27	17.435.517,87	689.999,13	3.324.533,51	13.304.799,07	4.820.717,93	12.992.299,07	4.130.718,80
INVESTIMENTOS	10.065.645,51	17.673.508,20	1.468.422,27	16.983.509,07	689.999,13	3.249.198,71	12.890.457,67	4.783.050,53	12.577.957,67	4.093.051,40
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	445.000,00	452.008,80		452.008,80		75.334,80	414.341,40	37.667,40	414.341,40	37.667,40
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.274.000,00	0,00			0,00			0,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)										
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	**130.000.000,00**	**160.108.346,00**	**27.631.909,47**	**156.203.652,56**	**3.904.693,44**	**33.049.352,72**	**144.254.057,97**	**15.854.288,03**	**143.546.674,97**	**11.949.594,59**
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI										
Amortização da Dívida Interna										
Dívida Mobiliária										
Dívida Contratual										
Amortização da Dívida Externa										
Dívida Mobiliária										

MUNICIPIO DE PIUMA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) Em Reais

Dívida Contratual										
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	130.000.000,00	160.108.346,00	27.631.909,47	156.203.652,56	3.904.693,44	33.049.352,72	144.254.057,97	15.854.288,03	143.546.674,97	11.949.594,59
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—			—	9.923.729,92		10.631.112,92	—
TOTAL COM SUPERAVIT (XIV) = (XII + XIII)	130.000.000,00	160.108.346,00	27.631.909,47	156.203.652,56	3.904.693,44	33.049.352,72	154.177.787,89	15.854.288,03	154.177.787,89	11.949.594,59
RESERVA DO RPPS	—	—	—			—				—

Receitas Intra	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas			% (c/a)	Saldo (a-c)
			No Período (b)	% (b/a)	Até o Período (c)		
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							
RECEITAS CORRENTES							
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA							
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES							
Contribuições Sociais							
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Forma							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL							
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários							
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Au							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS							
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Transferências Correntes							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES							
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos							
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							
Demais Receitas Correntes							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Tranferências de Capital							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							

Despesas Intra	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas		Saldo (g) = (e - f)	Despesas Liquidadas		Saldo (i) = (e - h)	Despesas Pagas Até o Periodo (j)	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados(k)
			No Período	Até Período (f)		No Período	Até Período (h)			
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)										—
DESPESAS CORRENTES										—
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS										—
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										—
OUTRAS DESPESAS CORRENTES										—
DESPESAS DE CAPITAL										—
INVESTIMENTOS										—
INVERSÕES FINANCEIRAS										—
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										—
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										—

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças E Fazenda, Emissão: 29/01/2025 , às 14:39:59

MUNICIPIO DE PIUMA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) Em Reais

PAULO CELSO COLA PEREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PÉRICLES LIBARDI PALAORO
CONTADOR MUNICIPAL
CRC 016839/O-0

SEBASTIÃO ELIAS CAMPOS JÚNIOR
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

LUIZ CARLOS DE MATTOS SOUZA GUIMARAES
CONTROLADOR GERAL

MUNICIPIO DE PIUMA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**130.000.000,00**	**160.108.346,00**	**27.631.909,47**	**156.203.652,56**	**100,00**	**3.904.693,44**	**33.049.352,72**	**144.254.057,97**	**100,00**	**15.854.288,03**	**11.949.594,59**
Legislativa	**3.600.000,00**	**3.822.000,00**	**898.081,47**	**3.799.342,79**	**2,43**	**22.657,21**	**810.486,76**	**3.535.172,26**	**2,45**	**286.827,74**	**264.170,53**
Ação Legislativa	3.600.000,00	3.822.000,00	898.081,47	3.799.342,79	2,43	22.657,21	810.486,76	3.535.172,26	2,45	286.827,74	264.170,53
Controle Externo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Judiciária	**1.170.000,00**	**1.184.876,92**	**174.196,67**	**1.183.300,42**	**0,76**	**1.576,50**	**176.401,99**	**1.181.226,80**	**0,82**	**3.650,12**	**2.073,62**
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	1.170.000,00	1.184.876,92	174.196,67	1.183.300,42	0,76	1.576,50	176.401,99	1.181.226,80	0,82	3.650,12	2.073,62
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Essencial à Justiça											
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Administração	**17.056.345,46**	**19.830.196,14**	**3.936.208,29**	**19.318.228,97**	**12,37**	**511.967,17**	**4.767.336,12**	**16.476.887,57**	**11,42**	**3.353.308,57**	**2.841.341,40**
Planejamento e Orçamento	670.000,00	763.775,08	91.521,20	748.561,23	0,48	15.213,85	142.122,57	707.478,88	0,49	56.296,20	41.082,35
Administração Geral	13.298.345,46	15.700.726,54	2.809.621,67	15.251.332,41	9,76	449.394,13	3.391.126,93	12.692.274,55	8,80	3.008.451,99	2.559.057,86
Administração Financeira	1.648.000,00	1.782.415,37	184.581,07	1.743.381,31	1,12	39.034,06	301.336,27	1.707.827,11	1,18	74.588,26	35.554,20
Controle Interno	500.000,00	379.157,52	86.181,46	375.769,75	0,24	3.387,77	89.995,70	374.241,85	0,26	4.915,67	1.527,90
Normatização e Fiscalização	610.000,00										
Tecnologia da Informação	310.000,00	250.945,64		250.945,64	0,16		65.761,22	218.071,75	0,15	32.873,89	32.873,89
Ordenamento Territorial	5.000,00	96.950,79	6.077,69	92.013,43	0,06	4.937,36	92.013,43	92.013,43	0,06	4.937,36	
Formação de Recursos Humanos	10.000,00	856.225,20	758.225,20	856.225,20	0,55		684.980,00	684.980,00	0,47	171.245,20	171.245,20
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social	5.000,00										
Demais Subfunções											
Defesa Nacional											
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Segurança Pública	**160.000,00**	**60.764,96**		**47.717,84**	**0,03**	**13.047,12**		**42.578,44**	**0,03**	**18.186,52**	**5.139,40**
Policiamento	40.000,00										
Defesa Civil	120.000,00	60.764,96		47.717,84	0,03	13.047,12		42.578,44	0,03	18.186,52	5.139,40
Informação e Inteligência											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Assistência Social	**4.889.666,67**	**6.645.633,68**	**732.504,09**	**6.122.629,70**	**3,92**	**523.003,98**	**1.969.534,65**	**5.975.188,57**	**4,14**	**670.445,11**	**147.441,13**
Assistência ao Idoso	501.515,15	494.234,03	152.306,66	486.824,20	0,31	7.409,83	200.167,00	486.824,20	0,34	7.409,83	
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente	293.000,00	281.491,40	48.471,63	270.982,43	0,17	10.508,97	57.794,04	270.916,03	0,19	10.575,37	66,40
Assistência Comunitária	2.691.151,52	4.116.858,83	192.399,73	3.625.245,20	2,32	491.613,63	1.339.247,89	3.508.318,59	2,43	608.540,24	116.926,61
Administração Geral	1.384.000,00	1.750.649,42	339.326,07	1.737.177,87	1,11	13.471,55	372.325,72	1.706.729,75	1,18	43.919,67	30.448,12
Demais Subfunções	20.000,00	2.400,00		2.400,00	0,00			2.400,00	0,00		
Previdência Social											
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário											
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saúde	**31.264.000,00**	**33.891.478,40**	**4.203.561,08**	**32.495.603,31**	**20,80**	**1.395.875,09**	**6.615.430,25**	**31.435.790,88**	**21,79**	**2.455.687,52**	**1.059.812,43**
Atenção Básica	9.007.272,74	8.761.368,18	756.439,60	8.316.286,88	5,32	445.081,30	1.599.302,50	8.047.455,28	5,58	713.912,90	268.831,60
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	15.902.333,33	17.934.254,43	2.520.707,06	17.381.270,05	11,13	552.984,38	3.582.992,19	16.871.371,20	11,70	1.062.883,23	509.898,85
Suporte Profilático e Terapêutico	874.606,06	1.334.450,47	91.651,55	1.284.780,60	0,82	49.669,87	356.727,89	1.176.953,32	0,82	157.497,15	107.827,28
Vigilância Sanitária	375.000,00	429.666,80	49.689,13	406.948,30	0,26	22.718,50	56.381,19	396.111,53	0,27	33.555,27	10.836,77
Vigilância Epidemiológica	2.172.606,06	1.835.683,56	227.859,57	1.607.674,65	1,03	228.008,91	276.292,00	1.570.264,47	1,09	265.419,09	37.410,18

MUNICIPIO DE PIUMA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
Alimentação e Nutrição											
Administração Geral	2.876.181,81	3.574.216,58	557.214,17	3.476.804,45	2,23	97.412,13	734.949,03	3.354.162,70	2,33	220.053,88	122.641,75
Demais Subfunções	56.000,00	21.838,38		21.838,38	0,01		8.785,45	19.472,38	0,01	2.366,00	2.366,00
Trabalho											
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Educação	**48.563.818,19**	**60.390.885,67**	**12.531.365,92**	**59.401.508,81**	**38,03**	**989.376,86**	**13.990.326,67**	**55.767.738,61**	**38,66**	**4.623.147,06**	**3.633.770,20**
Ensino Fundamental	28.182.772,72	33.640.908,63	7.396.908,26	33.042.128,49	21,15	598.780,14	8.057.160,05	31.470.801,19	21,82	2.170.107,44	1.571.327,30
Ensino Médio	457.000,00	528.643,92	42.367,24	528.643,92	0,34		90.839,27	497.063,69	0,34	31.580,23	31.580,23
Ensino Profissional											
Ensino Superior	1.050.000,00	876.693,94	(38.887,28)	863.645,35	0,55	13.048,59	(28.713,72)	863.645,35	0,60	13.048,59	
Educação Infantil	12.715.681,82	18.338.023,97	4.251.737,30	18.039.791,88	11,55	298.232,09	4.288.414,78	16.301.287,93	11,30	2.036.736,04	1.738.503,95
Educação de Jovens e Adultos	170.000,00	47.446,44	(1.040,43)	45.223,09	0,03	2.223,35	4.245,50	42.123,29	0,03	5.323,15	3.099,80
Educação Especial	20.000,00										
Educação Básica											
Administração Geral	4.158.363,65	4.896.115,74	819.194,10	4.831.299,64	3,09	64.816,10	1.079.103,46	4.728.521,93	3,28	167.593,81	102.777,71
Demais Subfunções	1.810.000,00	2.063.053,03	61.086,73	2.050.776,44	1,31	12.276,59	499.277,33	1.864.295,23	1,29	198.757,80	186.481,21
Cultura	**1.500.000,00**	**2.246.453,78**	**892.989,64**	**2.229.885,00**	**1,43**	**16.568,78**	**562.010,24**	**1.896.985,04**	**1,32**	**349.468,74**	**332.899,96**
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural	1.500.000,00	2.246.453,78	892.989,64	2.229.885,00	1,43	16.568,78	562.010,24	1.896.985,04	1,32	349.468,74	332.899,96
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania											
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Urbanismo	**12.022.945,48**	**15.953.758,74**	**1.752.315,00**	**15.897.197,12**	**10,18**	**56.561,62**	**2.249.381,89**	**14.671.357,23**	**10,17**	**1.282.401,51**	**1.225.839,89**
Infra-Estrutura Urbana	2.707.945,48	2.654.252,74	(15.988,04)	2.641.529,38	1,69	12.723,36	84.949,44	2.545.668,90	1,76	108.583,84	95.860,48
Serviços Urbanos	9.315.000,00	13.299.506,00	1.768.303,04	13.255.667,74	8,49	43.838,26	2.164.432,45	12.125.688,33	8,41	1.173.817,67	1.129.979,41
Transportes Coletivos Urbanos											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Habitação	**5.000,00**										
Habitação Rural											
Habitação Urbana	5.000,00										
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saneamento											
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	**1.200.000,00**	**1.299.265,34**	**196.647,13**	**1.218.389,69**	**0,78**	**80.875,65**	**309.656,70**	**1.130.170,44**	**0,78**	**169.094,90**	**88.219,25**
Preservação e Conservação Ambiental											
Controle Ambiental	1.070.000,00	1.284.600,34	196.647,13	1.203.724,69	0,77	80.875,65	309.656,70	1.115.505,44	0,77	169.094,90	88.219,25
Recuperação de Áreas Degradadas	130.000,00	14.665,00		14.665,00	0,01			14.665,00	0,01		
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia											
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Agricultura	**1.603.618,14**	**2.538.961,20**	**105.520,87**	**2.414.883,61**	**1,55**	**124.077,59**	**272.424,08**	**2.320.267,00**	**1,61**	**218.694,20**	**94.616,61**
Abastecimento											
Extensão Rural	708.618,14	1.300.020,06	(18.190,52)	1.224.987,54	0,78	75.032,52	105.031,29	1.171.797,68	0,81	128.222,38	53.189,86
Irrigação											

MUNICIPIO DE PIUMA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
Administração Geral	895.000,00	1.238.941,14	123.711,39	1.189.896,07	0,76	49.045,07	167.392,79	1.148.469,32	0,80	90.471,82	41.426,75
Demais Subfunções											
Organização Agrária											
Reforma Agrária											
Colonização											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Indústria											
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	**3.088.606,06**	**7.135.104,44**	**1.359.494,15**	**6.998.879,81**	**4,48**	**136.224,63**	**369.193,49**	**5.606.312,77**	**3,89**	**1.528.791,67**	**1.392.567,04**
Promoção Comercial	98.000,00	239.924,50	2.619,70	210.261,40	0,13	29.663,10	2.619,70	210.261,40	0,15	29.663,10	
Comercialização	322.606,06	387.069,50	(20.230,48)	361.415,10	0,23	25.654,40	76.786,77	198.282,20	0,14	188.787,30	163.132,90
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo	2.668.000,00	6.508.110,44	1.377.104,93	6.427.203,31	4,11	80.907,13	289.787,02	5.197.769,17	3,60	1.310.341,27	1.229.434,14
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comunicações											
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Energia											
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Transporte	**220.000,00**	**431.228,25**	**99.219,04**	**426.728,25**	**0,27**	**4.500,00**	**122.586,04**	**278.565,04**	**0,19**	**152.663,21**	**148.163,21**
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário	220.000,00	431.228,25	99.219,04	426.728,25	0,27	4.500,00	122.586,04	278.565,04	0,19	152.663,21	148.163,21
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	**332.000,00**	**2.307.271,86**	**390.780,26**	**2.286.436,57**	**1,46**	**20.835,29**	**298.380,38**	**1.700.097,59**	**1,18**	**607.174,27**	**586.338,98**
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário	315.000,00	2.307.271,86	390.780,26	2.286.436,57	1,46	20.835,29	298.380,38	1.700.097,59	1,18	607.174,27	586.338,98
Lazer	17.000,00										
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Encargos Especiais	**2.050.000,00**	**2.370.466,62**	**359.025,86**	**2.362.920,67**	**1,51**	**7.545,95**	**536.203,46**	**2.235.719,73**	**1,55**	**134.746,89**	**127.200,94**
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais	2.050.000,00	2.370.466,62	359.025,86	2.362.920,67	1,51	7.545,95	536.203,46	2.235.719,73	1,55	134.746,89	127.200,94
Transferências para a Educação Básica											
Demais Subfunções											
Reserva de Contigência	**1.274.000,00**		**----**	**----**	**----**		**----**	**----**	**----**		**----**
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)											
TOTAL (III) = (I + II)	**130.000.000,00**	**160.108.346,00**	**27.631.909,47**	**156.203.652,56**	**100,00**	**3.904.693,44**	**33.049.352,72**	**144.254.057,97**	**100,00**	**15.854.288,03**	**11.949.594,59**

MUNICIPIO DE PIUMA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)											
Legislativa											
Ação Legislativa											
Controle Externo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Judiciária											
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Essencial à Justiça											
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Administração											
Planejamento e Orçamento											
Administração Geral											
Administração Financeira											
Controle Interno											
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
Demais Subfunções											
Defesa Nacional											
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Segurança Pública											
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Assistência Social											
Assistência ao Idoso											
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente											
Assistência Comunitária											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Previdência Social											
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário											
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saúde											
Atenção Básica											
Assistência Hospitalar e Ambulatorial											
Suporte Profilático e Terapêutico											
Vigilância Sanitária											
Vigilância Epidemiológica											

MUNICIPIO DE PIUMA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
Alimentação e Nutrição											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Trabalho											
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Educação											
Ensino Fundamental											
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil											
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial											
Educação Básica											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Cultura											
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania											
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Urbanismo											
Infra-Estrutura Urbana											
Serviços Urbanos											
Transportes Coletivos Urbanos											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Habitação											
Habitação Rural											
Habitação Urbana											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saneamento											
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Gestão Ambiental											
Preservação e Conservação Ambiental											
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia											
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Agricultura											
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											

MUNICIPIO DE PIUMA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Organização Agrária											
Reforma Agrária											
Colonização											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Indústria											
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comércio e Serviços											
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comunicações											
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Energia											
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Transporte											
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Desporto e Lazer											
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário											
Lazer											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Encargos Especiais											
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
Demais Subfunções											
Reserva de Contigência											

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças E Fazenda, Emissão: 29/01/2025 , às 14:51:29

MUNICIPIO DE PIUMA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

PAULO CELSO COLA PEREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PÉRICLES LIBARDI PALAORO
CONTADOR MUNICIPAL
CRC 016839/O-0

SEBASTIÃO ELIAS CAMPOS JÚNIOR
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

LUIZ CARLOS DE MATTOS SOUZA GUIMARAES
CONTROLADOR GERAL

MUNICIPIO DE PIUMA - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - JANEIRO DE 2024 A DEZEMBRO DE 2024

ESTADO/TRIBUNAL

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2024
	JAN/2024	FEV/2024	MAR/2024	ABR/2024	MAI/2024	JUN/2024	JUL/2024	AGO/2024	SET/2024	OUT/2024	NOV/2024	DEZ/2024		
RECEITAS CORRENTES (I)	**12.615.350,19**	**14.015.404,81**	**12.145.962,18**	**17.335.825,36**	**13.931.036,99**	**12.571.390,80**	**13.477.400,41**	**12.091.624,34**	**12.612.274,58**	**13.004.812,82**	**11.833.576,90**	**15.685.626,70**	**161.320.286,08**	**152.183.370,51**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.448.648,98	1.469.380,36	1.305.538,03	4.733.943,01	1.385.870,61	1.493.474,07	1.462.959,25	1.464.113,05	1.650.424,44	1.724.696,50	1.209.303,31	2.103.605,82	21.451.957,43	20.648.370,64
IPTU	308.013,49	389.448,70	360.318,72	2.830.570,69	334.698,42	198.908,83	274.962,09	184.456,05	294.244,91	245.988,79	199.327,22	233.889,64	5.854.827,55	8.658.270,64
ISS	552.548,14	517.956,10	411.001,31	562.057,75	521.327,33	688.776,94	584.677,34	632.708,46	659.660,82	610.403,24	614.789,71	683.412,17	7.039.319,31	5.591.500,00
ITBI	106.797,59	87.587,98	49.443,55	109.004,64	101.925,71	158.952,57	81.886,80	176.630,17	238.626,52	169.927,38	118.045,47	146.973,17	1.545.801,55	1.094.000,00
IRRF	63.402,12	205.195,33	245.002,32	281.681,66	268.772,95	315.110,54	323.467,54	320.156,74	309.218,63	502.755,71	123.208,09	832.381,71	3.790.353,34	2.401.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	417.887,64	269.192,25	239.772,13	950.628,27	159.146,20	131.725,19	197.965,48	150.161,63	148.673,56	195.621,38	153.932,82	206.949,13	3.221.655,68	2.903.600,00
Contribuições	224.686,64	227.250,19	210.206,42	426.798,40	208.288,01	209.389,60	204.557,88	214.253,45	211.383,96	199.654,45	223.351,62	200.873,49	2.760.694,11	2.800.000,00
Receita Patrimonial	215.633,22	163.145,25	163.800,77	172.981,85	181.975,89	169.243,26	202.914,19	194.015,39	194.479,46	214.251,35	192.349,62	200.816,75	2.265.607,00	2.195.100,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	215.633,22	163.145,25	163.800,77	172.981,85	181.975,89	169.243,26	202.914,19	194.015,39	194.479,46	214.251,35	192.349,62	200.816,75	2.265.607,00	2.195.100,00
Outras Receitas Patrimoniais														
Receita Agropecuária														
Receita Industrial														
Receita de Serviços										846.495,00	158.680,00		1.005.175,00	758.225,20
Transferências Correntes	10.701.158,37	12.132.293,12	10.432.748,45	11.982.196,65	12.101.295,07	10.653.021,61	11.572.646,95	10.166.996,27	10.519.682,38	9.987.889,93	10.021.419,55	13.053.176,36	133.324.524,71	125.643.674,67
Cota-Parte do FPM	2.720.306,44	3.698.939,30	2.306.085,80	2.418.746,78	2.813.903,53	3.021.663,24	3.274.229,32	2.561.340,72	2.667.277,88	2.231.136,36	2.855.956,41	4.607.034,77	35.176.620,55	33.649.168,92
Cota-Parte do ICMS	1.154.704,03	969.001,92	978.930,11	1.147.965,57	1.095.852,11	1.177.404,86	1.220.981,97	1.160.555,28	1.113.010,54	1.143.330,79	1.162.549,62	1.153.231,90	13.477.518,70	11.735.929,76
Cota-Parte do IPVA	279.055,46	213.115,50	307.672,70	1.364.234,60	386.623,57	321.509,53	306.100,14	271.353,86	294.841,34	184.738,80	95.211,26	130.512,55	4.154.969,31	3.219.640,00
Cota-Parte do ITR				77,98	47,43	41,77	15,30	37,00	873,05	5.097,93	93,92	645,46	6.929,84	3.000,00
Transferências da LC 61/1989	10.598,14	11.022,65	12.949,59	11.198,81	11.787,11	14.811,30	13.091,94	17.717,74	19.340,72	13.130,99	14.582,40	17.119,77	167.351,16	68.000,00
Transferências do FUNDEB	3.676.660,39	2.665.653,03	2.845.687,01	3.452.531,39	2.936.542,09	3.206.985,81	3.170.191,99	3.129.562,13	2.863.898,76	3.369.269,98	3.084.611,40	3.543.207,48	37.944.801,46	35.479.700,05
Outras Transferências Correntes	2.859.833,91	4.574.560,72	3.981.423,24	3.587.441,52	4.856.539,23	2.910.605,10	3.588.036,29	3.026.429,54	3.560.440,09	3.041.185,08	2.808.414,54	3.601.424,43	42.396.333,69	41.488.235,94
Outras Receitas Correntes	25.222,98	23.335,89	33.668,51	19.905,45	53.607,41	46.262,26	34.322,14	52.246,18	36.304,34	31.825,59	28.472,80	127.154,28	512.327,83	138.000,00
DEDUÇÕES (II)	**841.688,86**	**978.516,75**	**727.105,82**	**995.464,81**	**867.862,08**	**996.794,29**	**705.698,08**	**802.349,21**	**704.429,54**	**715.653,07**	**825.820,87**	**901.583,06**	**10.062.966,44**	**8.907.479,27**
Contribuição do Servidor para o Plano de Previdência														
Compensação Financeira entre Regimes de Previdência														
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários														
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	833.859,03	978.516,75	721.267,78	989.626,77	862.068,03	907.461,95	699.904,03	802.349,21	704.429,54	715.653,07	825.820,87	901.583,06	9.942.540,09	8.861.600,00
Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem (Art. 1º da EC 127/2022).	7.829,83		5.838,04	5.838,04	5.794,05	89.332,34	5.794,05						120.426,35	45.879,27
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	**11.773.661,33**	**13.036.888,06**	**11.418.856,36**	**16.340.360,55**	**13.063.174,91**	**11.574.596,51**	**12.771.702,33**	**11.289.275,13**	**11.907.845,04**	**12.289.159,75**	**11.007.756,03**	**14.784.043,64**	**151.257.319,64**	**143.275.891,24**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)							700.000,00					500.000,00	1.200.000,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	**11.773.661,33**	**13.036.888,06**	**11.418.856,36**	**16.340.360,55**	**13.063.174,91**	**11.574.596,51**	**12.071.702,33**	**11.289.275,13**	**11.907.845,04**	**12.289.159,75**	**11.007.756,03**	**14.284.043,64**	**150.057.319,64**	**143.275.891,24**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)							700.000,00					(700.000,00)		
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (VII)	133.024,00	112.960,00	112.960,00	112.960,00		112.960,00	225.920,00	112.960,00	118.608,00	22.592,00	22.592,00	214.624,00	1.302.160,00	496.000,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)														
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	**11.640.637,33**	**12.923.928,06**	**11.305.896,36**	**16.227.400,55**	**13.063.174,91**	**11.461.636,51**	**11.145.782,33**	**11.176.315,13**	**11.789.237,04**	**12.266.567,75**	**10.985.164,03**	**14.769.419,64**	**148.755.159,64**	**142.779.891,24**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças E Fazenda, Emissão: 29/01/2025 , às 14:55:37

MUNICIPIO DE PIUMA - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - JANEIRO DE 2024 A DEZEMBRO DE 2024

ESTADO/TRIBUNAL

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R$ 1,00

PAULO CELSO COLA PEREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PÉRICLES LIBARDI PALAORO
CONTADOR MUNICIPAL
CRC 016839/O-0

SEBASTIÃO ELIAS CAMPOS JÚNIOR
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

LUIZ CARLOS DE MATTOS SOUZA GUIMARAES
CONTROLADOR GERAL

Protocolo 1481923

MUNICIPIO DE PIUMA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) Em Reais

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
RECEITAS CORRENTES (I)		
Receita de Contribuições dos Segurados		
Ativo		
Inativo		
Pensionista		
Receita de Contribuições Patronais		
Ativo		
Inativo		
Pensionista		
Receita Patrimonial		
Receitas Imobiliárias		
Receitas de Valores Mobiliários		
Outras Receitas Patrimoniais		
Receita de Serviços		
Outras Receitas Correntes		
Compensação Financeira entre os Regimes		
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)		
Demais Receitas Correntes		
RECEITAS DE CAPITAL (III)		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		
Amortização de Empréstimos		
Outras Receitas de Capital		
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)		

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Benefícios					
Aposentadorias					
Pensões por Morte					
Outras Despesas Previdenciárias					
Compensação Financeira entre os Regimes					
Demais Despesas Previdenciárias					
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)					

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV – V)²					

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	
Outros Aportes para o RPPS	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	
Investimentos e Aplicações	
Outros Bens e Direitos	

MUNICIPIO DE PIUMA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) Em Reais

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
RECEITAS CORRENTES (VII)		
Receita de Contribuições dos Segurados		
Ativo		
Inativo		
Pensionista		
Receita de Contribuições Patronais		
Ativo		
Inativo		
Pensionista		
Receita Patrimonial		
Receitas Imobiliárias		
Receitas de Valores Mobiliários		
Outras Receitas Patrimoniais		
Receita de Serviços		
Outras Receitas Correntes		
Compensação Financeiras entre os Regimes		
Demais Receitas Correntes		
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		
Amortização de Empréstimos		
Outras Receitas de Capital		
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)		

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)**
Benefícios					
Aposentadorias					
Pensões por Morte					
Outras Despesas Previdenciárias					
Compensação Previdenciária entre os Regimes					
Demais Despesas Previdenciárias					
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)					

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX – X)²					

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	**APORTES REALIZADOS**
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	
Recursos para Formação de Reserva	

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**SALDO ATUAL**
Caixa e Equivalentes de Caixa	
Investimentos e Aplicações	
Outros Bens e Direitos	

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**
Receitas Correntes		
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)		

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)**
DESPESAS CORRENTES (XIII)					
Pessoal e Encargos Sociais					
Demais Despesas Correntes					
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)					
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)					

RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)					

MUNICIPIO DE PIUMA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) Em Reais

BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	
Investimentos e Aplicações	
Outros Bens e Direitos	

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO					
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)			
Contribuições dos Servidores					
Demais Receitas Previdenciárias					
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)					
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Aposentadorias					
Pensões					
Outras Despesas Previdenciárias					
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)					
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)2					

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças E Fazenda, Emissão: 29/01/2025 , às 14:57:01

PAULO CELSO COLA PEREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PÉRICLES LIBARDI PALAORO
Contador CRC-ES 016839/O-0

SEBASTIÃO ELIAS CAMPOS JÚNIOR
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

LUIZ CARLOS DE MATTOS SOUZA GUIMARAES
CONTROLADOR GERAL

MUNICIPIO DE PIUMA - ES **ESTADO/TRIBUNAL**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) Em Reais

ACIMA DA LINHA

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Período
		RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	**152.183.370,51**	**161.320.286,08**
Impostos, Taxas e Contrinuições de Melhoria	20.648.370,64	21.451.957,43
IPTU	8.658.270,64	5.854.827,55
ISS	5.591.500,00	7.039.319,31
ITBI	1.094.000,00	1.545.801,55
IRRF	2.401.000,00	3.790.353,34
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.903.600,00	3.221.655,68
Contribuições	2.800.000,00	2.760.694,11
Receita Patrimonial	2.195.100,00	2.265.607,00
Aplicações Financeiras (II)	2.195.100,00	2.265.607,00
Outras Receitas Patrimoniais		
Transferências Correntes	125.643.674,67	133.324.524,71
Cota-Parte do FPM	33.649.168,92	35.176.620,55
Cota-Parte do ICMS	11.735.929,76	13.477.518,70
Cota-Parte do IPVA	3.219.640,00	4.154.969,31
Cota-Parte do ITR	3.000,00	6.929,84
Transferências da LC 61/1989	68.000,00	167.351,16
Transferências do FUNDEB	35.479.700,05	37.944.801,46
Outras Transferências Correntes	41.488.235,94	42.396.333,69
Demais Receitas Correntes	896.225,20	1.517.502,83
Outras Receitas Financeiras (III)	100.000,00	53.504,74
Receitas Correntes Restantes	796.225,20	1.463.998,09
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	**149.888.270,51**	**159.001.174,34**
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)		
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)		
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	**3.195.567,02**	**2.800.041,90**
Operações de Crédito (VIII)	10.000,00	
Amortização de Empréstimos (IX)		
Alienação de Bens	100.000,00	
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)		
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)		
Outras Alienações de Bens	100.000,00	
Transferências de Capital	3.085.567,02	2.800.041,90
Convênios	142.000,00	800.000,00
Outras Transferências de Capital	2.943.567,02	2.000.041,90
Outras Receitas de Capital		
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)		
Outras Receitas de Capital Primárias		
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	**3.185.567,02**	**2.800.041,90**
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)		
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)		
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	**153.073.837,53**	**161.801.216,24**
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	**153.073.837,53**	**161.801.216,24**

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Período					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RP PROC PAGOS (b)	RP NÃO PROC	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	**141.982.829,00**	**138.768.134,69**	**130.949.258,90**	**130.554.375,90**	**1.533.072,27**	**4.262.789,58**	**4.262.789,58**
Pessoal e Encargos Sociais	64.043.889,34	63.082.073,05	63.053.642,97	62.665.257,19	881.225,94	4.545,44	4.545,44
Juros e Encargos da Dívida (XIX)							
Outras Despesas Correntes	77.938.939,66	75.686.061,64	67.895.615,93	67.889.118,71	651.846,33	4.258.244,14	4.258.244,14
Transferências Constitucionais e Legais							
Demais Depesas Correntes	77.938.939,66	75.686.061,64	67.895.615,93	67.889.118,71	651.846,33	4.258.244,14	4.258.244,14
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	**141.982.829,00**	**138.768.134,69**	**130.949.258,90**	**130.554.375,90**	**1.533.072,27**	**4.262.789,58**	**4.262.789,58**
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)							
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)							
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	**18.125.517,00**	**17.435.517,87**	**13.304.799,07**	**12.992.299,07**	**631.698,50**	**3.075.031,60**	**3.075.031,60**
Investimentos	17.673.508,20	16.983.509,07	12.890.457,67	12.577.957,67	631.698,50	3.075.031,60	3.075.031,60
Inversões Financeiras							
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)							
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)							
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)							
Demais Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida (XXVII)	452.008,80	452.008,80	414.341,40	414.341,40			
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	**17.673.508,20**	**16.983.509,07**	**12.890.457,67**	**12.577.957,67**	**631.698,50**	**3.075.031,60**	**3.075.031,60**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)							
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)							
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)							
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	**159.656.337,20**	**155.751.643,76**	**143.839.716,57**	**143.132.333,57**	**2.164.770,77**	**7.337.821,18**	**7.337.821,18**
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	**159.656.337,20**	**155.751.643,76**	**143.839.716,57**	**143.132.333,57**	**2.164.770,77**	**7.337.821,18**	**7.337.821,18**

RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]	**9.166.290,72**
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]	**9.166.290,72**

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	**(5.000.000,00)**

JUROS NOMINAIS	Até o Período
	VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	2.265.607,00
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	

RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	**11.431.897,72**

ABAIXO DA LINHA

CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/ 2023 (a)	Até o Período (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	**1.469.028,60**	**1.054.687,20**
DEDUÇÕES (XL)	**26.381.357,81**	**29.004.255,68**
Disponibilidade de Caixa	26.381.357,81	29.004.255,68
Disponibilidade de Caixa Bruta	29.262.773,07	30.299.045,38
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	2.200.963,71	707.383,00
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	680.451,55	587.406,70
Demais Haveres Financeiros		
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	**(24.912.329,21)**	**(27.949.568,48)**
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)		**3.037.239,27**

MUNICIPIO DE PIUMA - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024

ESTADO/TRIBUNAL

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

Em Reais

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	**(13.000.000,00)**

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Período (b)
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	(1.493.580,71)
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV + XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLXIX)]	1.543.658,56

RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	**(721.948,44)**

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	**11.902.065,47**
Recursos Arrecados em Exercícios Anteriores - RPPS	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	11.902.065,47
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças E Fazenda, Emissão: 29/01/2025 , às 14:59:08

PAULO CELSO COLA PEREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PÉRICLES LIBARDI PALAORO
CONTADOR MUNICIPAL
CRC 016839/O-0

SEBASTIÃO ELIAS CAMPOS JÚNIOR
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

LUIZ CARLOS DE MATTOS SOUZA GUIMARAES
CONTROLADOR GERAL

MUNICIPIO DE PIUMA - ES

STN/SICONFI

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024

RREO - Anexo 7 (LRF, art 53, inciso V)

R$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	Saldo Total
	Em exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2023				Em exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2023					
	(a)	(b)	(c)	(d)	e = (a+b) - (c+d)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j)	k = (f+g) - (i+j)	L = (e + k)
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	**35.004,50**	**2.165.959,21**	**2.164.770,77**	**36.192,94**		**116.589,36**	**9.317.952,99**	**7.337.821,18**	**7.337.821,18**	**926.721,17**	**1.170.000,00**	**1.170.000,00**
EXECUTIVO	32.504,50	2.133.602,81	2.132.414,37	33.692,94		116.589,36	9.277.052,99	7.296.921,18	7.296.921,18	926.721,17	1.170.000,00	1.170.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIÚMA		516.953,17	516.953,17				1.364.218,35	1.179.341,53	1.179.341,53	184.876,82		
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMA	32.504,50	1.616.649,64	1.615.461,20	33.692,94		116.589,36	7.912.834,64	6.117.579,65	6.117.579,65	741.844,35	1.170.000,00	1.170.000,00
LEGISLATIVO	2.500,00	32.356,40	32.356,40	2.500,00			40.900,00	40.900,00	40.900,00			
CAMARA MUNICIPAL DE PIUMA	2.500,00	32.356,40	32.356,40	2.500,00			40.900,00	40.900,00	40.900,00			
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)												
Total (III) = (I + II)	**35.004,50**	**2.165.959,21**	**2.164.770,77**	**36.192,94**		**116.589,36**	**9.317.952,99**	**7.337.821,18**	**7.337.821,18**	**926.721,17**	**1.170.000,00**	**1.170.000,00**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças E Fazenda, Emissão: 29/01/2025 , às 15:04:01

PAULO CELSO COLA PEREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PÉRICLES LIBARDI PALAORO
CONTADOR MUNICIPAL
CRC 016839/O-0

SEBASTIÃO ELIAS CAMPOS JÚNIOR
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

LUIZ CARLOS DE MATTOS SOUZA GUIMARAES
CONTROLADOR GERAL

IMPRESSÃO: Péricles Libardi Palaoro

Protocolo 1481938

MUNICIPIO DE PIUMA - ES — **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) — R$ 1,00

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	**17.744.770,64**	**18.230.301,75**
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	8.658.270,64	5.854.827,55
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.094.000,00	1.545.801,55
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	5.591.500,00	7.039.319,31
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.401.000,00	3.790.353,34
2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**48.705.738,68**	**52.987.340,90**
2.1 - Cota-Parte FPM	**33.649.168,92**	**35.176.620,55**
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	30.549.168,92	31.884.967,05
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d e e	3.100.000,00	3.291.653,50
2.2 - Cota-Parte ICMS	11.735.929,76	13.477.518,70
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	68.000,00	167.351,16
2.4 - Cota-Parte ITR	3.000,00	6.929,84
2.5 - Cota-Parte IPVA	3.219.640,00	4.154.969,31
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro		
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	30.000,00	3.951,34
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	**66.450.509,32**	**71.217.642,65**

4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	**8.861.600,00**	**9.942.540,09**
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6)	**7.491.479,59**	**7.865.273,18**

FUNDEB

RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	**35.749.700,05**	**38.341.035,90**
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	**28.773.477,05**	**30.659.880,21**
6.1.1- Principal	28.503.477,05	30.263.645,77
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	270.000,00	396.234,44
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF		
6.2.1- Principal		
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira		
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	**6.976.223,00**	**7.681.155,69**
6.3.1- Principal	6.976.223,00	7.681.155,69
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira		
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR		
6.4.1- Principal		
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira		
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 - 4)[1]	**19.641.877,05**	**20.321.105,68**

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	**123.268,12**
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	123.268,12
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	

9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	**38.464.304,02**

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB - (Por Subfunção) 6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	**38.768.986,61**	**38.398.376,67**	**37.992.352,36**	**37.764.856,91**	**406.024,31**
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	**33.401.269,07**	**33.306.801,73**	**33.306.801,73**	**33.079.306,28**	
10.1.1 - Educação Infantil	11.461.176,34	11.404.272,78	11.404.272,78	11.328.944,29	
10.1.2- Ensino Fundamental	21.933.737,80	21.896.381,94	21.896.381,94	21.744.214,98	
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos	6.354,93	6.147,01	6.147,01	6.147,01	
10.1.4- Educação Especial					
10.1.5- Administração Geral					
10.2- OUTRAS DESPESAS	**5.367.717,54**	**5.091.574,94**	**4.685.550,63**	**4.685.550,63**	**406.024,31**
10.2.1- Educação Infantil	2.109.580,49	2.087.980,59	1.926.207,63	1.926.207,63	161.772,96
10.2.2- Ensino Fundamental	3.047.737,05	2.793.194,35	2.548.943,00	2.548.943,00	244.251,35
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos					
10.2.4- Educação Especial					
10.2.5- Administração Geral	210.400,00	210.400,00	210.400,00	210.400,00	
10.2.6- Transporte (Escolar)					
10.2.7- Outras					

MUNICIPIO DE PIUMA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

INDICADORES DO FUNDEB

DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)	DESPESAS LIQUIDADAS / EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**37.100.648,39**	**36.694.624,08**	**36.467.128,63**	**406.024,31**		
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	29.448.617,92	29.042.593,61	28.815.098,16	406.024,31		
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF						
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	7.652.030,47	7.652.030,47	7.652.030,47			
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR						
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	32.128.343,86	32.128.343,86	31.900.848,41			
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	5.603.532,02	5.603.532,02	5.603.532,02			
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	2.120.062,25	2.120.062,25	2.120.062,25			

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal2	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15- MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	26.838.725,13	32.128.343,86	32.128.343,86	83,80
16 - PERCENTUAL DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL		5.603.532,02	5.603.532,02	72,95
17- MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL	1.152.173,35	2.120.062,25	2.120.062,25	27,60

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)3	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18- TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	**3.834.103,59**	**1.240.387,51**	**1.240.387,51**		**3,24**

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)3	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	**2.986.218,33**	**1.297.728,28**	**1.176.270,41**			**121.457,87**
19.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	2.549.099,69	1.176.270,41	1.176.270,41			
19.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	437.118,64	121.457,87				121.457,87

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB - (Por Área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE	**12.619.632,71**	**8.896.670,68**	**8.134.545,31**	**8.131.177,09**	**762.125,37**
20.1- Educação Infantil	2.547.695,87	2.212.759,10	1.600.333,38	1.600.333,38	612.425,72
20.2- Ensino Fundamental	4.337.343,47	3.207.792,34	3.163.970,20	3.163.841,68	43.822,14
20.3- Educação de Jovens e Adultos	41.091,51	39.076,08	35.976,28	35.976,28	3.099,80
20.4- Educação Especial					
20.5- Administração Geral	5.693.501,86	3.437.043,16	3.334.265,45	3.331.025,75	102.777,71
20.6- Transporte (Escolar)					
20.7- Outras					

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB - (Por Área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE	**51.388.024,19**	**47.294.678,08**	**46.126.538,99**	**45.895.675,65**	**1.168.139,09**
21.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	**17.808.040,48**	**16.753.360,42**	**15.949.103,11**	**15.872.854,87**	**804.257,31**
21.1.1- Creche	7.433.076,93	6.992.853,16	6.657.156,14	6.625.330,13	335.697,01
21.1.2- Pré-escola	10.374.963,55	9.760.507,26	9.291.946,97	9.247.524,75	468.560,29
21.2- ENSINO FUNDAMENTAL	33.579.983,70	30.541.317,66	30.177.435,88	30.022.820,77	363.881,79

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	8.896.670,68
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	9.942.540,09
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	
25- (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL = L19(x)	121.457,87
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4	
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))	18.094,96
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27)	18.699.657,94

MUNICIPIO DE PIUMA - ES — **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) — R$ 1,00

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL2 e 5	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	17.804.410,66	18.699.657,94	26,26

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE8	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	**587.848,54**	**45.079,72**	**569.568,30**	**18.094,96**	**185,28**
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	125.517,53	45.079,72	107.237,29	18.094,96	185,28
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	462.331,01		462.331,01		
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)					

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**7.172.684,97**	**8.359.767,62**
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	**2.491.264,97**	**2.698.335,41**
31.1.1 - Salário-Educação	1.805.064,97	2.047.061,18
31.1.2 - PDDE	3.000,00	3.351,44
31.1.3 - PNAE	658.000,00	627.575,17
31.1.4 - PNATE	18.200,00	18.322,99
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	7.000,00	2.024,63
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	11.000,00	
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	2.449.420,00	2.589.160,04
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO		
31.5- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.221.000,00	3.072.272,17

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO - (Por Subfunção)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**15.291.233,71**	**12.106.461,46**	**9.640.840,94**	**9.640.840,94**	**2.465.620,52**
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	2.534.058,44	2.334.779,41	1.370.474,14	1.370.474,14	964.305,27
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	9.280.921,76	6.320.753,72	5.037.499,91	5.037.499,91	1.283.253,81
32.3- ENSINO MÉDIO	528.643,92	528.643,92	497.063,69	497.063,69	31.580,23
32.4- ENSINO SUPERIOR	876.693,94	863.645,35	863.645,35	863.645,35	
32.5- ENSINO PROFISSIONAL					
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS					
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL					
32.8- OUTRAS	2.070.915,65	2.058.639,06	1.872.157,85	1.872.157,85	186.481,21

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	**60.390.885,67**	**59.401.508,81**	**55.767.738,61**	**55.536.874,94**	**3.633.770,20**
33.1- Despesas Correntes	**53.620.221,20**	**52.645.816,29**	**51.498.544,49**	**51.267.680,82**	**1.147.271,80**
33.1.1- Pessoal Ativo	35.518.207,14	35.376.790,48	35.369.924,19	35.139.060,52	6.866,29
33.1.2- Pessoal Inativo					
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	41.835,71	41.835,71	27.921,30	27.921,30	13.914,41
33.1.4- Outras Despesas Correntes	18.060.178,35	17.227.190,10	16.100.699,00	16.100.699,00	1.126.491,10
33.2- Despesas de Capital	**6.770.664,47**	**6.755.692,52**	**4.269.194,12**	**4.269.194,12**	**2.486.498,40**
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos					
33.2.2- Outras Despesas de Capital	6.770.664,47	6.755.692,52	4.269.194,12	4.269.194,12	2.486.498,40

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	1.877.341,86	308.754,68
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	38.341.035,90	2.047.061,18
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	38.105.730,05	1.924.888,21
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	2.112.647,71	430.927,65
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)		
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)		
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	2.112.647,71	430.927,65

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças E Fazenda, Emissão: 29/01/2025 , às 15:30:14

MUNICIPIO DE PIUMA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

PAULO CELSO COLA PEREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PÉRICLES LIBARDI PALAORO
Contador CRC-ES 016839/O-0

SEBASTIÃO ELIAS CAMPOS JÚNIOR
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

LUIZ CARLOS DE MATTOS SOUZA GUIMARAES
CONTROLADOR GERAL

MUNICIPIO DE PIUMA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO– ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) 1,00

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b /a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	**13.784.000,00**	**17.744.770,64**	**18.230.301,75**	**102,74**
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	4.756.000,00	8.658.270,64	5.854.827,55	67,62
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ITBI	1.094.000,00	1.094.000,00	1.545.801,55	141,30
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	5.533.000,00	5.591.500,00	7.039.319,31	125,89
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	2.401.000,00	2.401.000,00	3.790.353,34	157,87
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	**44.301.000,00**	**45.605.738,68**	**49.695.687,40**	**108,97**
Cota-Parte FPM	30.000.000,00	30.549.168,92	31.884.967,05	104,37
Cota-Parte ITR	3.000,00	3.000,00	6.929,84	230,99
Cota-Parte IPVA	3.200.000,00	3.219.640,00	4.154.969,31	129,05
Cota-Parte ICMS	11.000.000,00	11.735.929,76	13.477.518,70	114,84
Cota-Parte IPI - Exportação	68.000,00	68.000,00	167.351,16	246,10
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	30.000,00	30.000,00	3.951,34	13,17
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	**58.085.000,00**	**63.350.509,32**	**67.925.989,15**	**107,22**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (g)
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x100	Até o <Din> (e)	% (e/c) x100	Até o Bimestre (i)	% (f/c) x100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	**5.519.272,74**	**4.286.193,29**	**3.959.713,44**	**92,38**	**3.941.354,31**	**91,95**	**3.911.743,26**	**91,26**	**18.359,13**
Despesas Correntes	5.117.500,00	3.815.399,10	3.497.366,29	91,66	3.479.007,16	91,18	3.449.396,11	90,41	18.359,13
Despesas de Capital	401.772,74	470.794,19	462.347,15	98,21	462.347,15	98,21	462.347,15	98,21	
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	**6.517.833,33**	**6.871.670,25**	**6.643.953,62**	**96,69**	**6.475.855,60**	**94,24**	**6.144.748,53**	**89,42**	**168.098,02**
Despesas Correntes	5.106.727,27	5.998.548,72	5.784.267,42	96,43	5.684.355,84	94,76	5.665.748,77	94,45	99.911,58
Despesas de Capital	1.411.106,06	873.121,53	859.686,20	98,46	791.499,76	90,65	478.999,76	54,86	68.186,44
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	**274.606,06**	**387.718,64**	**340.171,55**	**87,74**	**335.628,53**	**86,56**	**335.398,18**	**86,51**	**4.543,02**
Despesas Correntes	172.000,00	244.819,46	197.272,37	80,58	192.729,35	78,72	192.499,00	78,63	4.543,02
Despesas de Capital	102.606,06	142.899,18	142.899,18	100,00	142.899,18	100,00	142.899,18	100,00	
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	**375.000,00**	**342.166,80**	**319.448,30**	**93,36**	**308.611,53**	**90,19**	**306.895,97**	**89,69**	**10.836,77**
Despesas Correntes	370.000,00	338.416,80	319.448,30	94,39	308.611,53	91,19	306.895,97	90,69	10.836,77
Despesas de Capital	5.000,00	3.750,00							
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	**1.719.606,06**	**1.345.656,87**	**1.153.996,04**	**85,76**	**1.134.193,37**	**84,29**	**1.126.642,50**	**83,72**	**19.802,67**
Despesas Correntes	1.617.000,00	1.342.283,72	1.150.622,89	85,72	1.130.820,22	84,25	1.123.269,35	83,68	19.802,67
Despesas de Capital	102.606,06	3.373,15	3.373,15	100,00	3.373,15	100,00	3.373,15	100,00	
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)									
Despesas Correntes									
Despesas de Capital									
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	**2.639.681,81**	**3.281.689,00**	**3.212.444,46**	**97,89**	**3.122.934,96**	**95,16**	**3.111.126,12**	**94,80**	**89.509,50**
Despesas Correntes	2.595.954,54	3.225.030,26	3.155.785,72	97,85	3.066.376,22	95,08	3.054.567,38	94,71	89.409,50
Despesas de Capital	43.727,27	56.658,74	56.658,74	100,00	56.558,74	99,82	56.558,74	99,82	100,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**17.046.000,00**	**16.515.094,85**	**15.629.727,41**	**94,64**	**15.318.578,30**	**92,76**	**14.936.554,56**	**90,44**	**311.149,11**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	**15.629.727,41**	**15.318.578,30**	**14.936.554,56**
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)			
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)			
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)			
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	**15.629.727,41**	**15.318.578,30**	**14.936.554,56**
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			10.188.898,37
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)			
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)[1]	5.440.829,04	5.129.679,93	4.747.656,19
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)			
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	23,01	22,55	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012LIMITE	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)[1] (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2024 (saldo final = XIXd)					
Diferença de limite não cumprido em 2023 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)					

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no (n)	Valor aplicado além do limite (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2024										
Empenhos de 2023										
Empenhos de 2022										
Empenhos de 2021										
Empenhos de 2020 e anteriores										

MUNICIPIO DE PIUMA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO– ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) 1,00

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "v")	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)	

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012RESTOS	**RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS**			
	Saldo Inicial (w)	**Despesas Custeadas no Exercício de Referência**		**Saldo Final (não aplicado)[1] (aa) = (w - (x ou y))**
		Empenhadas (x)	**Liquidadas (y)**	**Pagas (z)**
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2024 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial = XXIII)				
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2023 a serem compensados (XXV) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)				
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)				
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)				

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			Até o Bimestre (b)	**% (b /a) x 100**
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	**6.226.000,00**	**7.727.550,97**	**9.652.991,21**	**124,92**
Provenientes da União	6.029.000,00	6.575.976,97	8.385.337,99	127,51
Provenientes dos Estados	197.000,00	1.151.574,00	1.267.653,22	110,08
Provenientes de Outros Municípios				
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)				
OUTRAS RECEITAS (XXX)	**802.000,00**	**802.000,00**	**863.053,31**	**107,61**
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	**7.028.000,00**	**8.529.550,97**	**10.516.044,52**	**123,29**

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**		**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (g)**
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c) x100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c) x100**	**Até o Bimestre (i)**	**% (f/c) x100**	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	**3.488.000,00**	**4.475.174,89**	**4.356.573,44**	**97,35**	**4.106.100,97**	**91,75**	**4.106.100,97**	**91,75**	**250.472,47**
Despesas Correntes	3.485.000,00	4.474.174,89	4.356.573,44	97,37	4.106.100,97	91,77	4.106.100,97	91,77	250.472,47
Despesas de Capital	3.000,00	1.000,00							
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	**9.234.500,00**	**10.837.464,18**	**10.512.196,43**	**97,00**	**10.170.395,60**	**93,84**	**10.170.395,60**	**93,84**	**341.800,83**
Despesas Correntes	7.887.000,00	9.568.953,30	9.457.854,34	98,84	9.117.972,51	95,29	9.117.972,51	95,29	339.881,83
Despesas de Capital	1.347.500,00	1.268.510,88	1.054.342,09	83,12	1.052.423,09	82,97	1.052.423,09	82,97	1.919,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	**600.000,00**	**946.731,83**	**944.609,05**	**99,78**	**841.324,79**	**88,87**	**841.324,79**	**88,87**	**103.284,26**
Despesas Correntes	600.000,00	946.731,83	944.609,05	99,78	841.324,79	88,87	841.324,79	88,87	103.284,26
Despesas de Capital									
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)		**87.500,00**	**87.500,00**	**100,00**	**87.500,00**	**100,00**	**87.500,00**	**100,00**	
Despesas Correntes									
Despesas de Capital		87.500,00	87.500,00	100,00	87.500,00	100,00	87.500,00	100,00	
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	**453.000,00**	**490.026,69**	**453.678,61**	**92,58**	**436.071,10**	**88,99**	**436.071,10**	**88,99**	**17.607,51**
Despesas Correntes	453.000,00	490.026,69	453.678,61	92,58	436.071,10	88,99	436.071,10	88,99	17.607,51
Despesas de Capital									
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)									
Despesas Correntes									
Despesas de Capital									
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	**348.500,00**	**336.204,34**	**308.036,75**	**91,62**	**270.172,50**	**80,36**	**270.172,50**	**80,36**	**37.864,25**
Despesas Correntes	348.500,00	336.204,34	308.036,75	91,62	270.172,50	80,36	270.172,50	80,36	37.864,25
Despesas de Capital									
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	**14.124.000,00**	**17.173.101,93**	**16.662.594,28**	**97,03**	**15.911.564,96**	**92,65**	**15.911.564,96**	**92,65**	**751.029,32**

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**		**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (g)**
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c) x100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c) x100**	**Até o Bimestre (i)**	**% (f/c) x100**	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	**9.007.272,74**	**8.761.368,18**	**8.316.286,88**	**25,75**	**8.047.455,28**	**25,77**	**8.017.844,23**	**25,99**	**268.831,60**
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	**15.752.333,33**	**17.709.134,43**	**17.156.150,05**	**53,13**	**16.646.251,20**	**53,30**	**16.315.144,13**	**52,89**	**509.898,85**
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	**874.606,06**	**1.334.450,47**	**1.284.780,60**	**3,98**	**1.176.953,32**	**3,77**	**1.176.722,97**	**3,81**	**107.827,28**
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	**375.000,00**	**429.666,80**	**406.948,30**	**1,26**	**396.111,53**	**1,27**	**394.395,97**	**1,28**	**10.836,77**
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	**2.172.606,06**	**1.835.683,56**	**1.607.674,65**	**4,98**	**1.570.264,47**	**5,03**	**1.562.713,60**	**5,07**	**37.410,18**
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)									
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	**2.988.181,81**	**3.617.893,34**	**3.520.481,21**	**10,90**	**3.393.107,46**	**10,86**	**3.381.298,62**	**10,96**	**127.373,75**
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	**31.170.000,00**	**33.688.196,78**	**32.292.321,69**	**100,00**	**31.230.143,26**	**100,00**	**30.848.119,52**	**100,00**	**1.062.178,43**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças E Fazenda, Emissão: 29/01/2025 , às 15:32:16

MUNICIPIO DE PIUMA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO– ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) 1,00

PAULO CELSO COLA PEREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PÉRICLES LIBARDI PALAORO
Contador CRC-ES 016839/O-0

SEBASTIÃO ELIAS CAMPOS JÚNIOR
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

LUIZ CARLOS DE MATTOS SOUZA GUIMARAES
CONTROLADOR GERAL

MUNICIPIO DE PIUMA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2024 - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) Em Reais

RECEITAS	PREVISAO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	10.000,00		10.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d – e)
DESPESAS DE CAPITAL	18.125.517,00	17.435.517,87	689.999,13
Investimentos	17.673.508,20	16.983.509,07	689.999,13
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida	452.008,80	452.008,80	
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte			
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte Por Instituições Financeiras			
DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	18.125.517,00	17.435.517,87	689.999,13
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II - I)	18.115.517,00	17.435.517,87	679.999,13

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças E Fazenda, Emissão: 29/01/2025 , às 15:35:00

PAULO CELSO COLA PEREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PÉRICLES LIBARDI PALAORO
CONTADOR MUNICIPAL
CRC 016839/O-0

SEBASTIÃO ELIAS CAMPOS JÚNIOR
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

LUIZ CARLOS DE MATTOS SOUZA GUIMARAES
CONTROLADOR GERAL

STN/SICONFI

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

R$ 1,00

RREO - Anexo 10 (LRF, Art. 53, § 1°, inciso II)

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO(PLANO PREVIDENCIÁRIO)				
EXERCÍCIO	**RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)**	**DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)**	**RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)**	**SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças E Fazenda, Emissão: 29/01/2025 , às 15:35:36

Protocolo 1481953

MUNICIPIO DE PIUMA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2024 - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2024

RREO – ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III) **Em Reais**

RECEITAS	Pervisão Atualizada (a)	Receitas Realizadas (b)	Saldo (c) = (a - b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	100.000,00	6.200,86	93.799,14
Receita de Alienação de Bens Móveis	100.000,00		100.000,00
Receita de Alienação de Bens Imóveis			
Receitas de Alienação de Bens Intangíveis			
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras		6.200,86	(6.200,86)

DESPESAS	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas (e)	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas (f)	Despesas Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Pagamento de Restos a Pagar (g)	Saldo (h) = (d - e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	5.110,00	5.110,00					
DESPESAS DE CAPITAL	5.110,00	5.110,00					
Investimentos	5.110,00	5.110,00					
Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida							
DESPESAS CORRENTES DO REGIME DE PREVIDÊNCIA							
Regime Próprio dos Servidores Públicos							

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2023 (i)	2024 (j) = (Ib - (IIf + IIg))	Saldo Atual (k)= (IIIi + IIIj)
VALOR (III)	512.214,70	6.200,86	518.415,56

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças E Fazenda, Emissão: 29/01/2025 , às 15:36:06

PAULO CELSO COLA PEREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PÉRICLES LIBARDI PALAORO
CONTADOR MUNICIPAL
CRC 016839/O-0

SEBASTIÃO ELIAS CAMPOS JÚNIOR
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

LUIZ CARLOS DE MATTOS SOUZA GUIMARAES
CONTROLADOR GERAL

MUNICIPIO DE PIUMA - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO - PRIVADAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2024 / BIMESTRE - NOVEMBRO A DEZEMBRO
RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22,25 e 28)

STN/SICONFI

R$ 1,00

IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	REGISTROS EFETUADOS EM 2024	
		No Bimestre	Até Bimestre
TOTAL DE ATIVOS			
Ativos Constituídos pela SPE			
TOTAL DE PASSIVOS			
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE			
Provisões de PPP			
Outros Passivos			
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS			
Obrigações Contratuais			
Riscos Não Provisionados			
Garantias Concedidas			
Outros Passivos Contingentes			

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.2)											
Contratadas (I.1)											
A contratar (I.2)											
DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)											
Contratadas (II.1)											
A contratar (II.2)											
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	128.207.117,71	151.377.745,99									
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)											
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)											

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças E Fazenda, Emissão: 29/01/2025 , às 15:28:29

PAULO CELSO COLA PEREIRA	PÉRICLES LIBARDI PALAORO	SEBASTIÃO ELIAS CAMPOS JÚNIOR	LUIZ CARLOS DE MATTOS SOUZA GUIMARAES
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADOR MUNICIPAL CRC 016839/O-0	SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA E PLANEJAMENTO	CONTROLADOR GERAL

Protocolo 1481961

MUNICIPIO DE PIUMA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48) Em Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até Bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	130.000.000,00
Previsão Atualizada	146.517.337,53
Receitas Realizadas	154.177.787,89
Déficit Orçamentário	
Saldos de Exercícios Anteriores(Utilizados Para Créditos Adicionais)	11.902.065,00
DESPESAS	
Dotação Inicial	130.000.000,00
Dotação Atualizada	160.108.346,00
Despesas Empenhadas	156.203.652,56
Despesas Liquidadas	144.254.057,97
Despesas Pagas	143.546.674,97
Superávit Orçamentário	9.923.729,92

DESPESA POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Até Bimestre
Despesas Empenhadas	**156.203.652,56**
Despesas Liquidadas	**144.254.057,97**

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até Bimestre
Receita Corrente Líquida	151.377.745,99
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	150.177.745,99
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	148.875.585,99

RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES E DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL	Até Bimestre
Fundo em Capitalização - PLANO PREVIDENCIÁRIO	
Receitas Precidenciárias Realizadas	
Despesas Previdenciárias Empenhadas	
Despesas Previdenciárias Liquidadas	
Despesas Previdenciárias Pagas	
Resultado Previdenciário	
Fundo em Repartição - PLANO FINANCEIRO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	
Despesas Previdenciárias Empenhadas	
Despesas Previdenciárias Liquidadas	
Despesas Previdenciárias Pagas	
Resultado Previdenciário	
Sistema de Proteção Social dos Militares - Inativos e Pensionistas	
Receitas Realizadas	
Despesas Empenhadas	
Despesas Liquidadas	
Despesas Pagas	
Resultado Associado às Pensões e aos Inativos Militares	

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	Metas Fixadas no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha	**(5.000.000,00)**	**(776.249,37)**	**15,52**
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	**(13.000.000,00)**	**3.037.239,27**	**(23,36)**

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	**2.200.963,71**	**36.192,94**	**2.164.770,77**	
Poder Executivo	2.166.107,31	33.692,94	2.132.414,37	
Poder Legislativo	34.856,40	2.500,00	32.356,40	
Poder Juduciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	**9.434.542,35**	**926.721,17**	**7.337.821,18**	**1.170.000,00**
Poder Executivo	9.393.642,35	926.721,17	7.296.921,18	1.170.000,00
Poder Legislativo	40.900,00		40.900,00	
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
TOTAL	**11.635.506,06**	**962.914,11**	**9.502.591,95**	**1.170.000,00**

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de <18% a 25%> das Receitas de Impostos em MDE	18.699.657,94	<18% / 25%>	26,26
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	32.128.343,86	70%	83,80
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	5.603.532,02	50%	72,95
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	2.120.062,25	15%	27,60

RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito		**10.000,00**
Despesa de Capital Líquida	**17.435.517,87**	**689.999,13**

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA E DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário				
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias				

MUNICIPIO DE PIUMA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48) Em Reais

Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário				
Pensões e Inativos Militares				
Receitas de Contribuições				
Despesas com Pensões e Inativos				
Resultado Associado às Pensões e aos Inativos Militares				

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receitas de Alienação de Ativos	**6.200,86**	**93.799,14**
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executados com recursos de impostos	**15.318.578,30**	**15,00**	**22,55**

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado No Exercício Corrente
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	

PAULO CELSO COLA PEREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PÉRICLES LIBARDI PALAORO
CONTADOR MUNICIPAL
CRC 016839/O-0

SEBASTIÃO ELIAS CAMPOS JÚNIOR
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

LUIZ CARLOS DE MATTOS SOUZA GUIMARAES
CONTROLADOR GERAL

MUNICIPIO DE PIUMA - ES - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

ESTADO/TRIBUNAL

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	JAN/2024	FEV/2024	MAR/2024	ABR/2024	MAI/2024	JUN/2024	JUL/2024	AGO/2024	SET/2024	OUT/2024	NOV/2024	DEZ/2024	Total (Últimos 12 meses) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**3.814.878,59**	**4.289.836,13**	**4.544.379,43**	**5.210.719,20**	**4.251.225,74**	**4.953.625,28**	**4.785.108,53**	**4.766.110,92**	**4.628.038,01**	**4.866.331,14**	**4.655.651,10**	**9.781.764,58**	**60.547.668,65**	**29.385,44**
Pessoal Ativo	3.782.031,19	4.256.988,73	4.511.532,03	5.178.489,00	4.219.210,37	4.920.181,91	4.751.665,16	4.732.667,55	4.593.332,47	4.832.887,77	4.622.207,73	9.715.472,84	60.116.666,75	29.385,44
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis.	3.485.361,48	3.914.724,21	4.157.294,19	4.313.304,47	4.332.241,05	4.533.416,36	4.372.878,81	4.358.920,17	4.225.521,04	4.456.216,11	4.256.030,30	8.962.791,55	55.368.699,74	27.885,44
Obrigações Patronais	296.669,71	342.264,52	354.237,84	865.184,53	(113.030,68)	386.765,55	378.786,35	373.747,38	367.811,43	376.671,66	366.177,43	752.681,29	4.747.967,01	1.500,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	32.847,40	32.847,40	32.847,40	32.230,20	32.015,37	33.443,37	33.443,37	33.443,37	34.705,54	33.443,37	33.443,37	66.291,74	431.001,90	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	9.246,06	9.246,06	9.246,06	9.576,23	9.361,40	9.361,40	9.361,40	9.361,40	10.623,57	9.361,40	9.361,40	18.722,80	122.829,18	
Pensões	23.601,34	23.601,34	23.601,34	22.653,97	22.653,97	24.081,97	24.081,97	24.081,97	24.081,97	24.081,97	24.081,97	47.568,94	308.172,72	
Outras desp. pessoal decorr. contr. terceir. ou Contrat. de forma indiret														
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	**40.532,81**	**209.673,72**	**71.999,77**	**217.527,87**	**279.393,43**	**122.079,45**	**318.194,48**	**207.069,04**	**31.096,94**	**467.299,02**	**283.231,27**	**2.100.988,13**	**4.349.085,93**	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária e Ded	40.532,81	22.572,15	55.885,03	39.683,37	38.685,88	112.915,34	80.672,82	61.900,94	29.880,05	246.341,06	140.373,32	1.796.304,14	2.665.746,91	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração				7.015,36			15.572,04						22.587,40	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração		8.044,68											8.044,68	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados														
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recu		179.056,89	16.114,74	170.829,14	215.407,60	9.164,11	221.949,62	145.168,10	1.216,89	220.957,96	142.857,95	258.804,72	1.581.527,72	
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de					25.299,95							45.879,27	71.179,22	
Outras Deduções Constitucionais ou Legais														
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**3.774.345,78**	**4.080.162,41**	**4.472.379,66**	**4.993.191,33**	**3.971.832,31**	**4.831.545,83**	**4.466.914,05**	**4.559.041,88**	**4.596.941,07**	**4.399.032,12**	**4.372.419,83**	**7.680.776,45**	**56.198.582,72**	**29.385,44**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**151.257.319,64**	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art 166-A, § 1º da CF)	1.200.000,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF)		
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)	1.302.160,00	
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais		
= RECEITA CORRENTE LÍ• QUIDA AJUSTADA PARA CALCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	**148.755.159,64**	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III a + III b)	**56.227.968,16**	**37,80**
LIMITE MÁ• XIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	**80.327.786,21**	**54,00**
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	**76.311.396,90**	**51,30**
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	**72.295.007,59**	**48,60**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças E Fazenda, Emissão: 29/01/2025 , as 15:56:53

PAULO CELSO COLA PEREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PÉRICLES LIBARDI PALAORO
CONTADOR MUNICIPAL
CRC 016839/O-0

SEBASTIÃO ELIAS CAMPOS JÚNIOR
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

LUIZ CARLOS DE MATTOS SOUZA GUIMARAES
CONTROLADOR GERAL

Protocolo 1481986

MUNICIPIO DE PIUMA - ES
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

STN/SICONFI

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") — R$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2024	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	**1.469.028,60**	**1.292.131,60**	**1.054.687,20**
Dívida Mobiliária			
Dívida Contratual	1.469.028,60	1.292.131,60	1.054.687,20
Empréstimos			
Internos			
Externos			
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios			
Financiamentos		275.111,80	
Internos		275.111,80	
Externos			
Parcelamento e Renegociação de dívidas	1.469.028,60	1.017.019,80	1.054.687,20
De Tributos			
De Contribuições Previdenciárias			
De Demais Contribuições Sociais			
Do FGTS			
Com Instituição Não Financeira	1.469.028,60	1.017.019,80	1.054.687,20
Demais Dívidas Contratuais			
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos			
Outras Dívidas			
DEDUÇÕES (II)	**26.381.357,81**	**35.543.926,75**	**29.004.255,68**
Disponibilidade de Caixa	26.381.357,81	35.543.926,75	29.004.255,68
Disponibilidade de Caixa Bruta	29.262.773,07	36.830.829,73	30.299.045,38
(-) Restos a Pagar Processados	2.200.963,71	53.034,93	707.383,00
(-) Depósitos Restituíves e Valores Vinculados	680.451,55	1.233.868,05	587.406,70
Demais Haveres Financeiros			
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	**(24.912.329,21)**	**(34.251.795,15)**	**(27.949.568,48)**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**128.207.117,71**	**148.974.413,25**	**151.377.745,99**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)			**1.200.000,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	**128.207.117,71**	**148.974.413,25**	**150.177.745,99**
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	**1,15**	**0,87**	**0,70**
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	**(19,43)**	**(22,99)**	**(18,61)**
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120,00%	**153.848.541,25**	**178.769.295,90**	**180.213.295,19**
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	**138.463.687,13**	**160.892.366,31**	**162.191.965,67**

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2024	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000			
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	162.883,62	162.883,62	401.086,10
PASSIVO ATUARIAL			5.231.968,17
RP NÃO-PROCESSADOS	9.434.542,35	2.905.518,91	13.081.927,19
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO			
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP			
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS			

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Finanças E Fazenda, Emissão: 29/01/2025 , as 15:57:23

MUNICIPIO DE PIUMA - ES
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

STN/SICONFI

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") R$ 1,00

PAULO CELSO COLA PEREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PÉRICLES LIBARDI PALAORO
CONTADOR MUNICIPAL
CRC 016839/O-0

SEBASTIÃO ELIAS CAMPOS JÚNIOR
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

LUIZ CARLOS DE MATTOS SOUZA GUIMARAES
CONTROLADOR GERAL

Ponto Belo

Lei

LEI Nº 733/2025
Dispõe sobre a alteração da Lei nº 475/2017, que define a quantia para pagamento de sentença judicial transitada em julgado considerada de pequeno valor, e dá outras providências.
O Prefeito do Município de Ponto Belo, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos, que a Câmara Municipal de Vereadores, deliberou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 475/2017 e seus parágrafos passam a vigorar com a seguinte redação:
Art. 1º. Para os efeitos do que dispõe o § 3º do art. 100 da Constituição Federal, e nos termos do inciso III do § 2º do art. 47 da Resolução nº 303, de 18 de dezembro de 2019, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), nas demandas judiciais de que resultem condenações de pagamento de quantia certa por sentença judicial transitada em julgado, serão considerados de pequeno valor os débitos e obrigações do Município de Ponto Belo - ES que tenham valor igual ou inferior a 30 (trinta) salários mínimos vigentes no momento do pagamento.
§**1º.** Se aplica ao disposto no *caput* do artigo as sentenças judiciais oriundas de composição de acordos celebrados entre o Município e outros litigantes.
§**2º.** Para a apuração do valor considerado de pequeno valor, o limite de 30 (trinta) salários mínimos será aplicado exclusivamente ao valor principal da execução, não sendo somados eventuais honorários advocatícios de sucumbência, que deverão ser pagos por meio de Requisição de Pequeno Valor (RPV) apartada.
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Ponto Belo - ES, 24 de janeiro de 2025.

MARCOS COUTINHO SANT'AGUIDA **DO NASCIMENTO**
Prefeito Municipal
LEI Nº 734/2025
Dispõe sobre a Criação do Cargo de Agente Visitador do Programa Criança Feliz do Município de Ponto Belo - ES, e dá outras providências.
O Prefeito do Município de Ponto Belo, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos, que a Câmara Municipal de Vereadores, deliberou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º - Fica criada o cargo de Agente Visitador para atender o Programa Criança Feliz.
Art. 2º - Autoriza o Poder Executivo a contratar temporariamente profissionais, para fins de excepcional interesse público, para atuação como Agente Visitador no Programa Criança Feliz, vinculados à Secretaria Municipal de Assistência Social, objetivando atender necessidade de excepcional interesse público, com base no inciso IX do art. 37 da Constituição Federal.
Parágrafo Único - Os cargos criados pela presente lei, se extinguirão em caso de encerramento do Programa Criança Feliz.
Art. 3º - Para o cargo a que se refere a presente lei, serão criadas 4 vagas, que somente serão preenchidas de acordo com as necessidades estabelecidas pelos parâmetros do Programa Criança Feliz.
Parágrafo Único - As especificações exigidas para a contratação de servidores na forma desta Lei são as que constam no Anexo Único desta lei.
Art. 3º - A contratação será pelo prazo de até 02 (dois) anos, podendo ser prorrogada, uma única vez, por igual período.
Art. 4º - O contrato firmado na forma desta lei poderá ser rescindido a qualquer tempo, sem direito a indenização, nas seguintes hipóteses:
I - pelo término do prazo contratual;
II - pela extinção ou conclusão do projeto ou atividade contratada;
III - no caso de falta disciplinar cometida pelo contratado;
IV - quando ocorrer insuficiência de desempenho do contratado;
V - no caso de acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;
VI - quando houver necessidade de redução de quadro de pessoal, por excesso de despesa;
e
VII - por iniciativa do contratado ou contratante.
§ **1º** A extinção do contrato no caso do inciso VII deverá ser comunicada à Administração com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
§ **2º** Havendo rescisão do contrato por uma das hipóteses previstas nos incisos I, II, VI ou VII será devido ao contratado o saldo de salário, as férias vencidas e proporcionais, acrescidas de um terço, e o 13º salário proporcional.
§ **3º** No caso de rescisão do contrato por uma das hipóteses previstas nos incisos III, IV ou V será devido ao contratado o saldo de salário e as férias vencidas.
§ **4º** Nos casos de rescisão do contrato previsto nesta lei, a respectiva vaga poderá ser ocupada pelo próximo colocado no Processo Seletivo Simplificado pelo período remanescente.
Art. 5° - O recrutamento dos profissionais a serem contratados, nos termos desta Lei, observadas as necessidades do Município, ocorrerá mediante seleção prévia, por processo seletivo simplificado.
Parágrafo único - A ordem de convocação dos profissionais obedecerá a ordem de classificação final referida no caput deste artigo.
Art. 6º - Os profissionais contratados nos termos desta Lei serão submetidos ao regime administrativo, dos demais servidores do Município de Ponto Belo - ES.
Art. 7º - Ao contratado, na forma da presente lei, estarão assegurados todos os direitos dos demais servidores Públicos do Município de Ponto Belo - ES.
Art. 8º - Fica Criada a Função Gratificada de Supervisor do Programa Criança Feliz no valor correspondente a 40% dos vencimentos, devendo o servidor ser indicado pelo Chefe do Poder executivo Municipal por meio de decreto ou portaria,
Parágrafo Único - a indicação para a função a que se refere o caput do presente artigo poderá ser feita, a critério do Chefe do Poder Executivo Municipal, a qualquer servidor dos quadros da Secretaria Municipal de Assistência Social, desde que graduado em curso superior de Serviço Social ou Pedagogia.
Art. 9º - Os vencimentos e encargos dos cargos e funções criados pela presente lei, serão custeados preferencialmente com recursos oriundos do Programa Criança Feliz.
Art. 8º Esta Lei entra em vigor da data de sua

publicação.
Ponto Belo - ES, 24 de janeiro de 2025.

MARCOS COUTINHO SANT'AGUIDA **DO NASCIMENTO**
Prefeito Municipal

LEI Nº 735/2025
Dispõe sobre a alteração da Lei nº 158/2005, que cria o Núcleo de Assessoria Jurídica às Pessoas Carentes do Município de Ponto Belo-ES, e dá outras providências.
O Prefeito do Município de Ponto Belo, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos, que a Câmara Municipal de Vereadores, deliberou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º O parágrafo primeiro do art. 2º da Lei nº 158/2005 passa a vigorar com a seguinte redação:
"Parágrafo primeiro - O patrocínio das causas se dará exclusivamente nas áreas de família, abrangendo:
I - Ação de divórcio; II - Ação de separação; III - Ação de reconhecimento e extinção de união estável; IV - Ação de guarda; V - Ação de visitação; VI - Ações de filiação/parentalidade; VII - Ação de pensão alimentícia; VIII - Ação de partilha de bens conjugais; IX - Ação de adoção; X - Ação de retificação de registro civil; XI - Ação de interdição.
Art. 2º Fica alterada a nomenclatura do órgão a que se refere a Lei nº 158/2005 para "Núcleo de Assistência Jurídica às Pessoas Carentes do Município de Ponto Belo - ES".
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Ponto Belo - ES, 24 de janeiro de 2025.

MARCOS COUTINHO SANT'AGUIDA **DO NASCIMENTO**
Prefeito Municipal

LEI Nº 736/2025
Dispõe sobre a autorização para o Município de Ponto Belo - ES realizar pagamentos de diárias a motoristas que efetuem o transporte de familiares de detentos para visitas a presídios localizados no território do Estado do Espírito Santo e dá outras providências.
O Prefeito do Município de Ponto Belo, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos, que a Câmara Municipal de Vereadores, deliberou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º - Fica o Município de Ponto Belo - ES autorizado a realizar pagamentos de diárias aos motoristas que realizem viagens destinadas ao transporte de familiares de detentos para visitas em presídios localizados no território do Estado do Espírito Santo.
Parágrafo Único - A Secretaria Municipal de Assistência Social de Ponto Belo - ES, regulamentará, por meio de portaria, os critérios e requisitos para a realização das viagens.
Art. 2º - Fica o Município de Ponto Belo - ES autorizado a realizar pagamentos de diárias aos motoristas que realizem viagens destinadas ao transporte de munícipes para realização de perícia no INSS em um raio de 360KM (360 quilômetros), não se limitando ao território do Estado do Espírito Santo.
Art. 3º - A prestação dos serviços mencionados nos artigos 1º e 2º não constitui obrigação do Município, sendo sua execução condicionada à disponibilidade financeira e orçamentária do erário municipal.
Parágrafo único - Os serviços poderão ser interrompidos ou retomados a qualquer momento, a critério do Chefe do Poder Executivo Municipal, desde que observadas as possibilidades fiscais e financeiras do Município.
Art. 4º - Os pagamentos das diárias aos motoristas serão realizados de acordo com os valores estabelecidos em legislação municipal vigente, mediante comprovação das viagens realizadas e observância dos procedimentos administrativos aplicáveis.
Art. 5º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias oriundas da Secretaria Municipal de Assistência Social.
Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Ponto Belo/ES, 24 de janeiro de 2025.

MARCOS COUTINHO SANT'AGUIDA **DO NASCIMENTO**
Prefeito

LEI 737/2025

Autoriza o Município de Ponto Belo/ES a patrocinar eventos realizados por empresas privadas ou entidades/organizações sem fins lucrativos, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Ponto Belo, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos, que a Câmara aprovou e o Executivo sanciona a presente lei.
Art. 1º Fica o Município de Ponto Belo/ES autorizado a patrocinar eventos realizados por empresas privadas ou por entidades/organizações sem fins lucrativos que promovam o desenvolvimento econômico, social, turístico, cultural ou esportivo do Município.
Art. 2º O patrocínio poderá ser concedido:
I - Em dinheiro, mediante transferência direta de recursos financeiros, em se tratando de entidades e organizações sem fins lucrativos;
II - Em bens ou serviços, como a concessão temporária de espaços públicos, materiais, logística, ou outros recursos necessários à realização do evento.
Parágrafo Primeiro - A concessão do patrocínio a que se refere as hipóteses dos incisos I e II não poderá ultrapassar o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), que deverão, obrigatoriamente, constar no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Ponto Belo/ES, com expresso comunicado à Câmara Municipal de Ponto Belo/ES sobre o valor e toda documentação referente aos eventos privados que receberam recursos públicos. (Incluído pela Emenda Modificativa nº 001/2025).
Parágrafo Segundo - A concessão de patrocínio às entidades e/ou organizações sem fins lucrativos deverá ser feita por meio de subvenção, com a correspondente prestação de contas ao final da execução do evento. Já nos casos de concessão por meio de bens e serviços, a aquisição deverá sempre ser precedida de procedimento de dispensa de licitação, atendidos os requisitos legais da Lei 14133/2021.
Art. 3º Para a concessão do patrocínio, deverão ser atendidos os seguintes requisitos:
I - Apresentação de projeto detalhado, contendo objetivos, impacto previsto, público-alvo, orçamento e outras informações pertinentes;

II - Demonstração da relevância do evento para o interesse público ou para o desenvolvimento econômico, social, turístico, cultural ou esportivo do Município;
III - Garantia de que o evento estará alinhado às políticas públicas municipais;
IV - Aprovação prévia pela administração pública municipal, em conformidade com os critérios e procedimentos estabelecidos em regulamento próprio.
V - A ampla divulgação do Município de Ponto Belo/ES, com a inserção da logomarca, de forma padronizada, em todas as peças promocionais de divulgação do projeto, peças gráficas (folders, banners, cartazes, etc), releases de imprensa, peças de comunicação para mídia eletrônica, mídias digitais, sites, CDs, DVDs, dentre outras possibilidades. (Incluída pela Emenda Aditiva nº 002/2025).
Art. 4º Fica vedado o patrocínio a:
I - Eventos que tenham finalidade exclusiva de promoção pessoal ou política de qualquer pessoa;
II - Eventos que contrariem os princípios da administração pública, como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
III - Empresas ou organizações que estejam em situação irregular perante o Município.
Art. 5º Os valores e bens destinados a título de patrocínio serão limitados à disponibilidade orçamentária e às prioridades estabelecidas no plano plurianual e na lei de diretrizes orçamentárias, sempre vinculadas
Art. 6º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias, dispondo sobre os critérios específicos para a seleção e concessão dos patrocínios.
Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ponto Belo/ES, 24 de janeiro de 2025.

MARCOS COUTINHO SANT'AGUIDA **DO NASCIMENTO**
Prefeito Municipal

Protocolo 1481251

Aditivo

EXTRATO DE TERMO ADITIVO:
2º(segundo) TERMO ADITIVO PRAZO AO CONTRATO Nº35/2024
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ponto Belo/ES
CONTRATADA: PAS PROJETOS, ASSESSORIA E SISTEMAS LTDA CNPJ nº 08.593.703/0002-63, que tem como objeto Contratação de empresa espcializada na elaboração das peças técnicas e gráficas necessárias e indispensáveis a execução de obras públicas com tipologias e complexidades variadas e outras atividades correlatas, bem como serviços de engenharia da computação, por unidades de medidas
PRAZO DO ADITIVO: fica aditivado o prazo do contrato até o dia 31 de março de 2025
Ponto Belo, 29/01/2025
Marcos Coutinho Sant'Aguida **do Nascimento**
Prefeito Municipal de Ponto Belo

Protocolo 1481894

Rio Bananal

Convocação

8° EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Processo Seletivo Simplificado SEMAD - Edital N° 003/2024
Considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado SEMAD referente ao Edital N° 003/2024, o Secretário Municipal de Administração, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei 241/1990 e Lei Complementar 001/2011, **CONVOCA:**
De FORMA GERAL os candidatos aprovados ao cargo de **SERVENTE**, **GARI e CUIDADOR SOCIAL** para manifestação de interesse a vaga constantes no Anexo I, no prazo improrrogável estabelecido neste edital, nos termos da alínea "b" do item 9.1 do Edital do Processo Seletivo SEMAD N° 003/2024.
Os convocados de forma geral deverão comparecer na data de **31 de janeiro de 2025 no horário de 13:00 às 17:00 horas**, **no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal** - **Centro** - **Rio Bananal**, para manifestar o seu interesse na vaga de trabalho.
Os candidatos convocados de forma geral serão selecionados em ordem de classificação para preenchimento da vaga temporária existente na secretaria Municipal de Saúde.
O local de trabalho poderá sofrer alteração após a convocação ou a posse, decorrente do remanejamento de servidor até a data da escolha, ou para atender às necessidades da Administração Municipal.

ANEXO I - RELAÇÃO DE VAGAS POR LOCAL

CARGO: SERVENTE		TODOS OS CANDIDATOS INTERESSADOS
CARGA HORÁRIA	VAGA	LOCAL
30 HORAS	01	Unidade Básica de Saúde "Santa Rita"

CARGO: GARI		TODOS OS CANDIDATOS INTERESSADOS
CARGA HORÁRIA	VAGA	LOCAL
40 HORAS	06	SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS

CARGO CUIDADOR SOCIAL		TODOS OS CANDIDATOS INTERESSADOS
CARGA HORÁRIA	VAGA	LOCAL
ESCALA 24X72 HORAS	02	CASA DE ACOLHIDA "BEM ME QUER" - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - Vaga provisória decorrente do acolhimento de novas crianças menores de 02 anos.

Rio Bananal - ES, 29 de Janeiro de 2025.
APARECIDA DE DEUS JULIÃO OLIOZI
Secretária Municipal de Administração

Protocolo 1481777

5º EDITAL DE CONVOCAÇÃO
CONVOCAÇÃO NOMINAL
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO FMS Nº 003/2024
Considerando o resultado final do **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO FMS Nº 003/2024**, e

o Decreto Municipal n. 2.954 de 27/12/2024 onde o Prefeito Municipal homologou o resultado final do Processo Seletivo, a gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio Bananal, no uso de suas atribuições legais conferidas Lei Municipal nº 318/1991, bem como a Lei nº 241/1990 e Lei Complementar nº 001/2011, nos termos do Edital, **CONVOCA NOMINALMENTE** os candidatos aprovados constantes abaixo, objetivando o preenchimento de vaga para contratação temporária para atendimento às necessidades de excepcional interesse público da Secretaria Municipal de Saúde de Rio Bananal no Estado do Espírito Santo.

CARGO	CANDIDATO	ATUAÇÃO
ASSISTENTE SOCIAL	Andreia Aparecida Gabrielli dos Santos	SECRETARIA DE SAÚDE E PROGRAMA SERDIA
AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL	Maria de Lourdes Casteluber Bayer	UBS SANTO ANTÔNIO, UBS SANTA RITA, SÃO JORGE E UBS SÃO FRANCISCO.
	Maria Lucivani da Silva Conceição	
	Luana Lourencini de Oliveira	
	Joana Emilia Ferreira	
MEDICO PLANTONISTA 12 HORAS	Luh Soprani Conceição de Souza	UNIDADE MISTA ALFREDO PINTO SANTANA
	Ana Claúdia Spinasse	
ODOTOLOGO	Josimar Sartório da Silveira	UBS SANTA RITA
PSICÓLOGO	Carla de Oliveira S. Cardoso	SECRETÁRIA DE SAÚDE / PROGRAMA DE SAÚDE MENTAL

Os convocados deverão comparecer na data de 31 de janeiro de 2025 no horário de 08h00min as 13h00min, na Sede da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Rua João Cipriano, 491, São Sebastião - Rio Bananal-ES (Edifício Virgílio Grassi, 2º andar, sala 05), munidos de cópia dos seguintes documentos, acompanhados dos originais para conferência:
- CPF;
- Título de leitor e comprovante de votação na última eleição, ou certidão atualizada de quitação eleitoral;
- Carteira de identidade (RG, CNH ou Profissional);
- Certificado de reservista (para homens);
- Certidão de nascimento/casamento;
- Documentação dos filhos (se tiver): cópia da certidão de nascimento e CPF;
- PIS/PASEP;
- Carteira de trabalho e previdência social - CTPS;
- Comprovante de residência recente;
- Comprovantes de escolaridade utilizados na inscrição, pré-requisitos para o cargo, compreendendo o histórico escolar, certificado de curso específico (quando exigido) e diploma (nível superior);
- Comprovante de Registro no Conselho de Classe Competente.
- Comprovantes de especialização utilizados na inscrição para definir classificação, compreendendo o histórico escolar e diploma/certificado (pós-graduação mestrado e outros).
- Cópia da publicação em Diário Oficial, da Portaria ou outro ato autorizativo expedido pelo MEC, comprovando a regulamentação do curso apresentado como pré-requisito (graduação) e como especialização (pós-graduação e mestrado).
- Declaração de escolaridade preenchida e assinada, conforme modelo no anexo I deste Edital de Convocação, informando o local e a modalidade de realização do curso de graduação e pós-graduação.
- Autodeclaração de saúde conforme anexo IV do Edital do Processo Seletivo.

A veracidade e legalidade dos cursos de graduação e pós-graduação apresentados serão verificadas no ato da convocação.
No momento da contratação, o interessado deverá gozar de boa saúde física e mental, e não ser portador de deficiência incompatível com o exercício da função.
Dúvidas quanto à localização, horários e vagas poderão ser sanados através do e-mail semsa@riobananal.es.gov.br

Rio Bananal - ES, 29 de janeiro de 2025.

APARECIDA DE DEUS JULIÃO OLIOZI
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO DE RIO BANANAL

ANEXO I - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ESCOLARIDADE
Declaro para os devidos fins de direito que _____, natural de _____, nascido (a) em ___/___/___, inscrito e classificado no **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO FMS Nº 003/2024** para o cargo de _____, cursei Graduação em ____ _____ na IES - Instituição de Ensino _____ _____ no período de _____ a _____, na modalidade _____ _____, tendo realizado as atividades no endereço _____ _____.

Declaro para os devidos fins de direito que _____, natural de _____, nascido (a) em ___/___/___, inscrito e classificado no **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO FMS Nº 003/2024** para o cargo de _____, cursei Pós-graduação em _____ _____ na IES - Instituição de Ensino _____ _____ no período de _____ a _____, na modalidade _____, tendo realizado as atividades no endereço _____ _____.

Por ser verdade firmo a presente declaração.

Rio Bananal-ES, _____ de _____ de 2024.
_____
ASSINATURA DO (A) CANDIDATO (A)

ANEXO I
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ESCOLARIDADE
Declaro para os devidos fins de direito que _____NOME_____, natural de _____, inscrito e classificado no **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO FMS Nº 002/202** para o cargo de _____CARGO PRETENDIDO_____, cursei graduação em _____CURSO_____ na IES - Instituição de Ensino _____NOME DA IES_____

no período de _____ANO DE INICIO_____ a _____ANO DO TERMINO_____, na modalidade _____PRESENCIAL OU EAD_____, tendo realizado as atividades presenciais obrigatórias no endereço _____ENDEREÇO DA IES ou DO POLO EAD_____.

Declaro para os devidos fins de direito que _____ NOME_____, natural de _____, nascido (a) em ____/____/____, inscrito e classificado no **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO FMS Nº 002/2024** para o cargo de _____CARGO PRETENDIDO_____, cursei Pós-graduação em _____CURSO_____ na IES - Instituição de Ensino _____NOME DA IES_____ no período de _____ANO DE INICIO_____ a _____ANO DO TERMINO_____, na modalidade _____PRESENCIAL OU EAD_____, tendo realizado as atividades presenciais obrigatórias no endereço _____ENDEREÇO DA IES ou DO POLO EAD_____.

Por ser verdade firmo a presente declaração.

Rio Bananal-ES, _____ de _____ de 2024.

_____

ASSINATURA DO (A) CANDIDATO (A)

Rio Bananal - ES, 02 de julho de 2024.

MARIA GLAUCIERI MALTA
SECRETÁRIA DE SAÚDE E SANEAMENTO
GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO BANANAL

Protocolo 1481784

4º EDITAL DE CONVOCAÇÃO
CONVOCAÇÃO NOMINAL
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO FMS Nº 001/2024 - ACS

Considerando o resultado final do **PROCESSO SELETIVO PÚBLICO FMS Nº 001/2024** - **AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE**, publicado no DOM/DIOES e o Decreto Municipal n. 2.789 de 13/06/2024 onde o Prefeito Municipal homologou o resultado final do Processo Seletivo, a gestora do Fundo Municipal de Saúde de Rio Bananal, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Edital, **CONVOCA** os candidatos aprovados constantes abaixo, objetivando o preenchimento de vagas para atendimento às necessidades de excepcional interesse público da Secretaria Municipal de Saúde de Rio Bananal no Estado do Espírito Santo.

Os convocados deverão comparecer na data de 31 de janeiro de 2025 no horário de 08h00min as 10h00min, na Sede da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Rua João Cipriano, 491, São Sebastião - Rio Bananal-ES (Edifício Virgílio Grassi, 2º andar, sala 05), munidos de cópia dos seguintes documentos, acompanhados dos originais para conferência:

- Cópia simples da Certidão de Nascimento e/ou da Certidão de Casamento;
- Cópia simples do documento de identidade e Cópia simples do CPF;
- Cópia simples da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS (folha de identificação onde constam número, série e qualificação civil);
- Certidão original de quitação com a Justiça Eleitoral emitido pelo endereço eletrônico Tribunal Regional Eleitoral;
- Cópia simples do comprovante de residência (atual);
- Cópia simples de inscrição no PIS/PASEP;
- Cópia simples de documento de Conclusão do Curso/Escolaridade do ensino médio, exigido pelo requisito do emprego público;
- Cópia simples da certidão de nascimento do(s) filho(s) e CPF até 21 (vinte e um) anos, carteira de vacinação para filho(s) menores de 7 (sete) anos, comprovante de escolaridade para filhos maiores de 7 (sete) anos;
- 1 (uma) foto 3x4 recente;
- Laudo médico atestando sua condição como pessoa com deficiência, **se for candidato classificado como tal.**

Os candidatos que vierem a ser contratados pelo Município de Rio Bananal estarão regidos pelo regime celetista, estabelecido na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), se sujeitando as determinações contidas na Lei Federal n. 11.305/2006.

O candidato que comparecer e não apresentar a documentação exigida neste Edital de Convocação será considerado ELIMINADO. O candidato que não comparecer, ou que não apresentar a documentação exigida implicará na exclusão do mesmo e desclassificação em caráter irrevogável e irretratável do processo seletivo público.

Os candidatos convocados que comparecerem e justificar por escrito a impossibilidade de assumir o cargo no momento poderá ser reclassificado para o final dos classificados para futuras convocações.

Classificação	Inscrição	Candidato	Área de Atuação	
2º	17	CAROLINA CAPELINI MORAES	ESF SANTA RITA	24 PONTOS

Rio Bananal - ES, 28 de janeiro de 2025.

APARECIDA DE DEUS JULIÃO OLIOZI
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

Protocolo 1481796

PEDIDO DE ORÇAMENTO

O Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Rio Bananal vem por meio deste, tornar público o pedido de orçamento a quem interessar para **Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos médicos, odontológicos e hospitalares, instalação e desinstalação, incluindo os materiais e equipamentos necessários às manutenções e demais serviços que se fizerem necessários**, **bem como outros que por obrigação contratual a municipalidade deva dar manutenção e que porventura venham a ser acrescidos ou substituídos** em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde de Rio Bananal referente ao processo administrativo nº 05944/2024. As empresas interessadas deverão entrar em contato através do telefone: (27) 98176-0101 ou pelo e-mail: compras@riobananal.es.gov.br para envio dos orçamentos. Os orçamentos serão recebidos até às 17:30 horas do dia 05/02/2025.

Rio Bananal/ES, 29 de Janeiro de 2025.
Setor de Orçamentos da Prefeitura Municipal de Rio Bananal

Protocolo 1481924

Santa Leopoldina

Errata

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA Nº 001/2024

ERRATA DA 3ª CONVOCAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o resultado final do Concurso Público, conforme Edital nº 001/2024 da Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina;

CONSIDERANDO a homologação do Concurso Público conforme Decreto nº. 575/2024, publicado no Diário Oficial dos Municípios no dia 20/12/2024;

CONVOCA:

1. Os concursados aprovados e classificados abaixo citados e relacionados no **ANEXO I**, que deverão se apresentar no prazo de **15 (quinze) dias**, contado da data de publicação da convocação, à Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina, situada à Av. Prefeito Hélio Rocha, Nº 1091 - Centro - Santa Leopoldina/ES, no horário de 08:00 às 12:00 e de 13:00 às 16:00 horas, conforme discriminado abaixo:

2. Até o dia **13 de fevereiro de 2025**, os candidatos convocados deverão realizar a entrega, conferência e validação da documentação constante no **ANEXO II**, bem como, deverão estar munidos dos exames médicos, complementares e laudos solicitados constantes no **ANEXO III** e formulários preenchidos do **ANEXO IV**, para futura nomeação. Tudo em conformidade o Edital Nº 001/2024 do Concurso Público da Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina.

3. O candidato aprovado, classificado, após a entrega da documentação supracitada, será nomeado através do **Ato de Nomeação** que será publicado no site https://www.santaleopoldina.es.gov.br e Diário Oficial dos Municípios (DOM), podendo ainda, ser enviado por Correspondência com Aviso de Recebimento (AR).

4. Os candidatos deverão comparecer no dia **14 de fevereiro de 2025**, às 08:00 horas da manhã, à Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina, situada à Av. Prefeito Hélio Rocha, Nº 1091 - Centro - Santa Leopoldina/ES, para **TOMAR POSSE** no Cargo em que foi aprovado.

5. Todos os candidatos nomeados e constantes do **ANEXO I**, que não comparecerem no prazo e horário fixados nesta **CONVOCAÇÃO** ou que NÃO apresentarem a documentação obrigatória mencionada neste Edital, estarão **AUTOMATICAMENTE ELIMINADOS**, anulando-se todos os atos ou efeitos decorrentes da sua classificação neste certame, bem como de sua nomeação, nos termos do Edital do Concurso Público 001/2024 da Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina/ES, **não cabendo qualquer pedido de reclassificação ou revisão** à lista de Classificação Geral do referido.

6. **NÃO** será permitida a entrega parcial dos documentos citados nos **ANEXOS II**, **III e IV**, ficando o candidato, sujeito a ser eliminado deste Concurso automaticamente.

7. Neste caso, o Poder Público poderá chamar novos candidatos, obedecido à ordem de classificação de cada cargo, o que será feito através de outra **CONVOCAÇÃO**, com a publicidade usual.

FERNANDO CASTRO ROCHA
Prefeito Municipal

ANEXO I

CARGO - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
0012343	SIMONE LAURETT MULINARI	1° AMPLA
0011328	FÁTIMA APARECIDA THOMAS GRONER	2° AMPLA
0010675	KATIANA BENVINDO FRANÇA DE CARVALHO	1° AFRO
0010583	ELDELANE SCHAEFFER DA CONCEICAO	3° AMPLA
0012355	TAMIRIS FRANÇA BARCELOS	4° AMPLA
0011731	MARÍLIA LIMA DE CARVALHO	2° AFRO
0012208	LAIANI PILGER	5° AMPLA
0011343	RAFAELA LEPPAUS COSER	6° AMPLA

0011151	VALQUIRIA DA SILVA RANGEL	7° AMPLA
0012142	LUANA DOS ANJOS GOMES	9° AMPLA
0010339	IRIRLENE SALES PAIVA	10° AMPLA
0010228	ELIEDA APARECIDA BAUSEN	11° AMPLA
0010790	DOUGLAS TIMBOHIBA NEVES**	12° AMPLA

** **O candidato terá até o dia 14.02.2025 para entrega dos documentos elencados nos ANEXOS II, III e IV**

ANEXO II

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

Os **CANDIDATOS** convocados deverão apresentar os documentos abaixo relacionados, (Item 9.3 do Edital Nº 001/2024), à Secretaria Municipal de Administração, até o dia **13/02/2025** no horário de **08:00 às 12:00** e de **13:00 às 16:00** horas, situada à Av. Prefeito Hélio Rocha, Nº 1091 - Centro - Santa Leopoldina/ES.

O preenchimento de todos os requisitos necessários elencados no item 9.3 do edital e seus subitens é de inteira e total responsabilidade do candidato, que deverá comprová-los mediante a apresentação das **vias originais necessárias**, acompanhadas de fotocópia simples e legível (no que couber).

Duas Fotos 3x4 recentes;
Ficha de Cadastro de Funcionário devidamente preenchida (ANEXO IV);
Cópia do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e Carteira de Identidade;
Cópia da Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento;
Cópia da Carteira Nacional de Habilitação e Certidão “Nada Consta”, emitida pelo DETRAN (somente para cargo de Motorista);
Cópia do Comprovante de Residência ou Declaração do titular atestando que o candidato reside no respectivo endereço, com firma reconhecida em cartório;
Cópia da Carteira de Trabalho (páginas da foto, qualificação civil e páginas de contratos de trabalhos);
Cópia do Título de Eleitor;
Cópia do Comprovante de votação das duas últimas eleições ou Certidão de Quitação Eleitoral emitida pelo site: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral#/certidoes-eleitor
Cópia do Certificado de Reservista ou dispensa de incorporação, se do
sexo masculino;
Declaração de Acúmulo Legal ou Não Acumulação de Cargos Públicos;
Em casos de acumulação legal apresentar Termo de Posse e/ou Declaração informando Cargo, Carga Horária e data de efetivo exercício;
Certidão Negativa de Tributos Municipais, onde reside o candidato;
Certidão de Antecedentes Criminais fornecido pela Justiça Estadual (1ª e 2º instância) emitida pelo site: https://sistemas.tjes.jus.br/certidaonegativa/sistemas/certidao/CERTIDAOPESQUISA.cfmCertidão de Antecedentes Criminais fornecido pela Justiça Federal emitida pelo site: https://certidoes.trf2.jus.br/certidoes/#/principal/solicitar
Atestado de Antecedentes Criminais fornecido pela Policia Civil emitida pelo site: https://ssp.sesp.es.gov.br/rgantecedentes/xhtml/pesquisaantecedentes.jsf
Atestado de Antecedentes Criminais fornecido pela Policia Federal emitida pelo site: www.gov.br/pt-br/servicos/emitir-certidao-de-antecedentes-criminais
Comprovante da Inscrição PIS/PASEP emitida pela Agência da Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil; caso não possuir a inscrição comparecer a Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura para cadastro;
Cópia do Diploma ou Certificado de conclusão do curso correspondente à escolaridade exigida para o cargo (quando for o caso);
Registro profissional no Conselho Regional respectivo, para as profissões regulamentadas e sujeitas à fiscalização do exercício profissional e comprovante de quitação anual atualizado (quando for o caso);
Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 anos de idade e/ou dependentes legais;
Declaração de Bens Móveis e Imóveis;
Questionário Médico (anexo).

ANEXO III

Os candidatos deverão comparecer à Secretaria Municipal de Administração até o dia **13/02/2025** no horário de **08:00 às 12:00** e de **13:00 às 16:00** horas e no seguinte endereço: Av. Prefeito Hélio Rocha, 1.091, Centro - Santa Leopoldina/ES, munidos dos exames e laudos **ORIGINAIS E LEGÍVEIS** relacionados abaixo:

LISTA DE EXAMES E LAUDOS NECESSÁRIOS

O **CANDIDATO** convocado deverá apresentar os exames médicos e laudos listados abaixo à Secretaria Municipal de Administração, observando a data acima mencionada.

- **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS:**

☐ Avaliação Clínica Ocupacional (anamnese e exame físico) que resultará no Laudo médico de aptidão física e mental;
☐ Hemograma Completo;
☐ Glicemia;
☐ Classificação Sanguínea/Fator RH;
☐ Parasitológico de Fezes.
☐ EAS;
☐ Triglicerídeos;
☐ Ácido Úrico;
☐ PSA (somente para homens, acima de 40 anos)
☐ Colesterol Total;

OBS.: OS EXAMES E LAUDOS ACIMA MENCIONADOS DEVERÃO SER APRESENTADOS AO MÉDICO DO TRABALHO, PARA QUE EMITA O ASO, EM VIAS ORIGINAIS, CONTENDO PAPEL TIMBRADO, CARIMBO E ASSINATURA. A AVALIAÇÃO CLÍNICA OCUPACIONAL, QUE RESULTARÁ NO LAUDO MÉDICO DE APTIDÃO FÍSICA E MENTAL, SERÁ REALIZADA PELO MÉDICO DO TRABALHO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA.

O ATENDIMENTO ACONTECE SOMENTE NOS DIAS 05/02/2025 E 12.02.2025 (QUARTAS-FEIRAS), A PARTIR DAS 09:00 HRS.

ANEXO IV

FICHA DE CADASTRO DE FUNCIONÁRIOS

DADOS PESSOAIS:

NOME:____________________________
DATA DE NASCIMENTO:__/__/_______ NATURALIDADE:____________________________
S E X O : _ TIPO
COR:____________________
SANGUINEO:_________
ESTADO CIVIL:____________________________
ESCOLARIDADE: ( ) ENSINO FUNDAMENTAL ( ) ENSINO MEDIO ( ) ENSINO SUPERIOR
PAI:____________________________
MÃE:___________________________
CÔNJUGUE:____________________________
DEPENDENTES (NOME E DATA DE NASCIMENTO):__
____
____
____
TELEFONE:(__)________________________
CELULAR: (__)________________________
EMAIL:____________________________

ENDEREÇO:
RUA:____
____________________ Nº:________
C O M P L E M E N T O : _
BAIRRO:_______________________
CIDADE:_____________________________
_________________________ UF:_________
CEP:_______________________

DOCUMENTAÇÃO:

RG:______________ DATA DE EXPEDIÇÃO:___/___/_______ ORGÃO EXPEDITOR:_______
CPF:____________________________
TITULO DE ELEITOR:________________ZONA:_____
SEÇÃO:_____EMISSÃO:_________
CTPS:____________________SERIE:____________
UF:_____ EMISSÃO:______________
P I S / P A S E P : _ DATA CADASTRO:______________
CARTEIRA DE HABILITAÇÃO:______________
REG.:______________ CATEGORIA:_______
CERTIFICADO DE ALISTAMENTO:___________
____
CONSELHO PROFISSIONAL:___________
____
Nº REGISTRO:________________
EXPEDIÇÃO:__/__/_____VENCIMENTO:__/__/______

Declaro para todos os fins que as informações acima fornecidas para o preenchimento deste cadastro são verdadeiras.

Santa Leopoldina, ____/____/_______.

____
Nome do Declarante

____
Assinatura do Declarante

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA

PERÍCIAS MÉDICAS QUESTIONÁRIO PARA EMISSÃO DE LAUDO MÉDICO PARA POSSE

NOME:

1) JÁ ESTEVE ALGUMA VEZ INTERNADO? POR QUANTO TEMPO? POR QUE RAZÃO?
2) JÁ ESTEVE EM TRATAMENTO PISQUIÁTRICO? ONDE? POR QUANTO TEMPO?
3) FEZ OU FAZ USO FREQUENTE DE BEBIDA ALCOÓLICA?
4) FOI PORTADOR DE DOENÇA CONTAGIOSA? (TUBERCULOSE, HANSENÍASE, ETC..)
5) ATUALMENTE, FAZ ALGUM TRATAMENTO DE SAÚDE? QUAL?
6) COSTUMA, FREQUENTEMENTE, SOFRER ALGUM TIPO DE MAL-ESTAR FÍSICO? (TONTEIRAS, ACESSO, PERDA DE CONSCIENCIA, ETC.) DESCREVA:
8) OUTRAS INFORMAÇÕES :
“O declarante afirma que são verdadeiras as informações acima e assume inteira responsabilidade por elas, sujeitando-se, no caso de omissão dolosa, às sanções administrativas, civis e penais constantes na legislação vigente.”
SANTA LEOPOLDINA/ES: ____/____/_______. ______________________________ ASSINATURA DO DECLARANTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA - ES

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA - ES	DECLARAÇÃO DE BENS
DECLARANTE: CPF: CARGO:	
VÍNCULO: ( )EFETIVO BENS: ( ) POSSUO BENS MÓVEIS E IMÓVEIS (RELACIONAR ABAIXO) ( ) NÃO POSSUO BENS	
ITEM	DESCRIÇÃO DOS BENS
____/_____/_____ DATA	_____ ASSINATURA DO DECLARANTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA - ES

( ) DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULAÇÃO

Declaro, que não ocupo qualquer cargo, emprego, função ou presto serviço em órgão da Administração Direta ou Indireta do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal, ou que dos mesmos esteja afastado por motivo de licença remunerada, não exercendo qualquer atividade que caracteriza acumulação na forma da lei, ou ainda, incompatibilidade de horários com o cargo que exercerei.

( ) DE ACUMULAÇÃO LEGAL

Declaro que ocupo o cargo _____ de _____ na Administração Pública_____ do Poder Público _____ na forma prevista no art.
(direta/indireta) (federal/estadual/municipal)
37, XVI, alínea _____ da Constituição Federal - 1988.

_____, _____ de _____ de 2025
(local e data)

_____
Assinatura do Declarante

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA - ES

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA DE VAGA

Eu _____, brasileiro (a), _____, (estado civil) portador (a) da Carteira de Identidade nº _____, candidato habilitado na _____ posição no Concurso Público para o provimento de cargos da Categoria Funcional de _____ _____, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina - ES, cujo resultado final foi homologado em _____ vem, pela presente, requerer a sua **DESISTÊNCIA** à vagado referido cargo, no qual foi nomeado pelo Decreto nº _____, de _____ de _____ de 2025, publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM), em _____ de _____ de 2025.

Santa Leopoldina, _____ de _____ de 2025.

_____
Assinatura do Declarante

Protocolo 1481720

AMUNES
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ESPÍRITO SANTO
www.amunes.org.br
www.amunes.org.br

Santa Teresa

Decreto

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
ESPÍRITO SANTO
27.167.444/0001-72
DECRETO Nº 0000652/2024
Data 06/12/2024

ANULAÇÕES

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
0000046	005001.0412200082.008 31901300000	Gestão das políticas da administração - SMAR OBRIGAÇÕES PATRONAIS	150000000000	105.000,00
0000052	005001.0412200082.008 33903900000	Gestão das políticas da administração - SMAR OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000000000	30.000,00
0000055	005001.0412200082.008 33904600000	Gestão das políticas da administração - SMAR AUXILIO-ALIMENTAÇÃO	150000000000	30.000,00
0000069	006001.0412100202.009 31901300000	Gestão das políticas de planejamento - SMPE OBRIGAÇÕES PATRONAIS	150000000000	26.000,00
0000220	010001.2060600222.030 33903900000	Incentivo às Ações de Desenvolvimento Econômico e à Agricultura OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000000000	100.000,00
0000235	011001.1854100262.032 31901300000	Gestão das Atividades da Sec.Mun. Meio Ambiente OBRIGAÇÕES PATRONAIS	150000000000	50.000,00
0000236	011001.1854100262.032 31909600000	Gestão das Atividades da Sec.Mun. Meio Ambiente RESSARCIMENTO DE DESP. DE PESSOAL REQUISITADO	150000000000	50.000,00
0000237	011001.1854100262.032 33504300000	Gestão das Atividades da Sec.Mun. Meio Ambiente SUBVENÇÕES SOCIAIS	150000000000	55.000,00
0000432	017001.2612200342.060 31901300000	Gestão das Atividades Administrativas - Sec. Mun. de Transporte OBRIGAÇÕES PATRONAIS	150000000000	1.055,97
TOTAL:				**447.055,97**

Kleber Medici da Costa
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
ESPÍRITO SANTO
27.167.444/0001-72

DECRETO Nº 0000701/2024

Data 30/12/2024

Decreto
DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Teresa, no Estado do Espírito Santo, usando de atributos legais que lhe são conferidas através da Lei Nº 0002919/2023.

Fica suplementado no orçamento da despesa prevista para o exercício de 2024 a importância de R$ 122.080,07 (cento e vinte e dois mil oitenta reais e sete centavos), nas seguintes dotações:

SUPLEMENTAÇÕES

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
0000090	007001.0412300092.011 33903900000	Gestão da atividades de controle contábil e financeiro - SMFA OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	170400000000	1,00
0000449	901901.2884609010.901 33904700000	Gestão das Operações Especiais - PASEP OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	150000000000	122.079,07
TOTAL:				**122.080,07**

Para a cobertura das suplementações relacionadas no artigo anteiror, serão utilizados os seguintes recursos:
Suplementação/Anulação Dotação: R$ 122.080,07 (cento e vinte e dois mil oitenta reais e sete centavos)

ANULAÇÕES

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
0000008	002001.0412200042.002 33903900000	Manutenção das atividades administrativas - CGAB OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000000000	55.050,19
0000102	007002.0412900102.012 33903500000	Gestão da atividades de arrecadação e fiscalização - SMFA SERVICOS DE CONSULTORIA	150000000000	53.712,46
0000107	007002.0412900102.012 44905200000	Gestão da atividades de arrecadação e fiscalização - SMFA EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	170400000000	1,00
0000448	901901.2884309010.902 46907100000	Amortização da Dívidas Confessadas PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	150000000000	13.316,42
TOTAL:				**122.080,07**

Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Teresa - ES, 30 dezembro de 2024

Kleber Medici da Costa
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA TERESA
ESPÍRITO SANTO
14.491.945/0001-68
DECRETO Nº 0000702/2024
Data 30/12/2024

0000702/2024

O Prefeito Municipal de Santa Teresa, no Estado do Espírito Santo, usando de atributos legais que lhe são conferidas através da Lei Nº 0002919/2023.

Fica suplementado no orçamento da despesa prevista para o exercício de 2024 a importância de R$ 1.400.000,00 (um milhão quatrocentos mil reais), nas seguintes dotações:

SUPLEMENTAÇÕES

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
0000050	0001002.1030200412.079 33504300000	Gestão dos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares SUBVENÇÕES SOCIAIS	160000009999	 1.400.000,00
TOTAL:				**1.400.000,00**

Para a cobertura das suplementações relacionadas no artigo anteiror, serão utilizados os seguintes recursos:
Suplementação/Anulação Dotação: R$ 1.400.000,00 (um milhão quatrocentos mil reais)

ANULAÇÕES

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
0000050	0001002.1030200412.079 33504300000	Gestão dos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares SUBVENÇÕES SOCIAIS	160000003120	 1.400.000,00
TOTAL:				**1.400.000,00**

Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Teresa - ES, 30 dezembro de 2024

Kleber Medici da Costa
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
ESPÍRITO SANTO
27.167.444/0001-72
DECRETO Nº 0000702/2024
Data 30/12/2024

Decreto
DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Teresa, no Estado do Espírito Santo, usando de atributos legais que lhe são conferidas através da Lei Nº 0002919/2023.

Art. 1º. Fica suplementado no orçamento da despesa prevista para o exercício de 2024 a importância de R$ 1.832,13 (um mil oitocentos e trinta e dois reais e treze centavos), nas seguintes dotações:

SUPLEMENTAÇÕES

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
0000090	007001.0412300092.011 33903900000	Gestão da atividades de controle contábil e financeiro - SMFA OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150100000000	1.832,13
TOTAL:				**1.832,13**

Art. 2º. Para a cobertura das suplementações relacionadas no artigo anteiror, serão utilizados os seguintes recursos:
Suplementação/Anulação Dotação: R$ 1.832,13 (um mil oitocentos e trinta e dois reais e treze centavos)

ANULAÇÕES

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
0000085	007001.0412300092.011 33901400000	Gestão da atividades de controle contábil e financeiro - SMFA DIARIAS - PESSOAL CIVIL	150100000000	1.294,07
0000088	007001.0412300092.011 33903500000	Gestão da atividades de controle contábil e financeiro - SMFA SERVICOS DE CONSULTORIA	150100000000	538,06
TOTAL:				**1.832,13**

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Teresa - ES, 30 dezembro de 2024

Kleber Medici da Costa
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 708/2024

DISPÕE SOBRE CANCELAMENTO DE DESPESA INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Teresa, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 60, incisos V da Lei Orgânica Municipal Nº 973 de 1990;

CONSIDERANDO a existência de restos a pagar inscrito no exercício de 2023, que não foi processado devido ao encerramento de vigência de contrato;

CONSIDERANDO o encerramento do exercício 2024;

DECRETA:

Art. 1º. Fica cancelada a inscrição em Restos a Pagar não processados, no valor total de ***R$ 52.532,35***, referente aos empenhos das despesas abaixo relacionadas:

E&L PRODUÇÕES DE SOFTWARE LTDA - CNPJ 39.781.752/0001-72 EMPENHO 4124/2023 - R$ 24.347,55

BR CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 08.192.659/0001-07 EMPENHO 4681/2023 - R$ 27.779,68

AMERICA LATINA ENGENHARIA LTDA - CNPJ: 10.568.340/0001-77 EMPENHO: 5645/2023 - R$ 405,12

Art. 2º. Fica a Contabilidade Municipal responsável pelos lançamentos contábeis para atendimento ao disposto no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 30 de dezembro de 2024.

KLEBER MEDICI COSTA
Prefeito Municipal

Protocolo 1481062

DECRETO Nº 709/2024

DISPÕE SOBRE CANCELAMENTO DE DESPESA INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Teresa, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 60, incisos V da Lei Orgânica Municipal Nº 973 de 1990;

CONSIDERANDO a existência de restos a pagar inscrito no exercício de 2023, que não foi processado devido ao encerramento de vigência de contrato;

CONSIDERANDO o encerramento do exercício 2024;

DECRETA:

Art. 1º. Fica cancelada a inscrição em Restos a Pagar não processados, no valor total de ***R$ 385,72***, referente aos empenhos das despesas abaixo relacionadas:

OI S.A - CNPJ 76.535.764/0001-43 EMPENHO 1101/2023 - R$ 195,04

OI S.A - CNPJ 76.535.764/0001-43 EMPENHO 1102/2023 - R$ 190,68

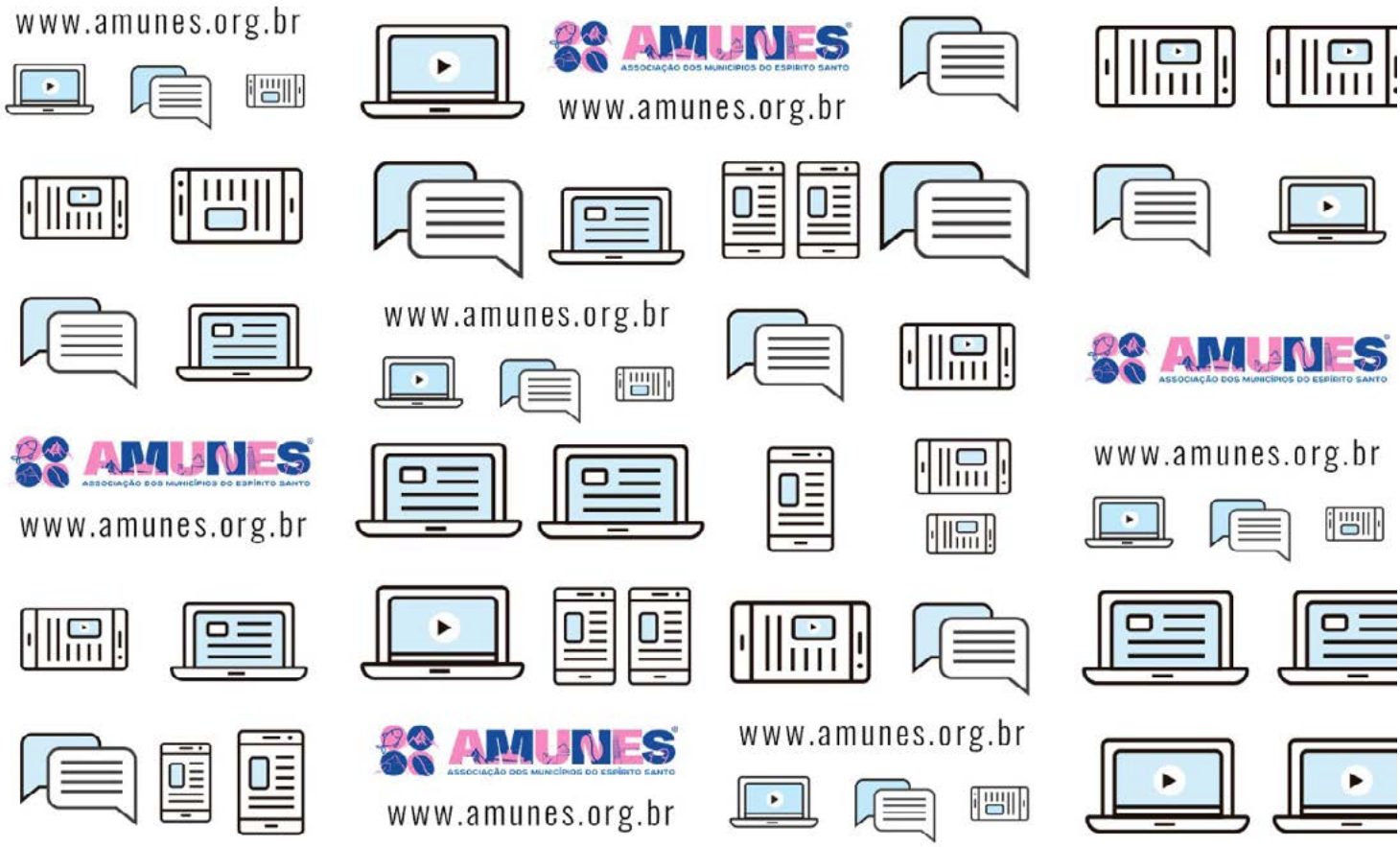
Art. 2º. Fica a Contabilidade Municipal responsável pelos lançamentos contábeis para atendimento ao disposto no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 30 de dezembro de 2024.

KLEBER MEDICI COSTA
Prefeito Municipal

Protocolo 1481064



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
ESPÍRITO SANTO
27.167.444/0001-72
DECRETO Nº 0000017/2025
Data 09/01/2025

Decreto
DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Teresa, no Estado do Espírito Santo, usando de atributos legais que lhe são conferidas através da Lei Nº 0002950/2024.

Fica suplementado no orçamento da despesa prevista para o exercício de 2025 a importância de R$ 588.907,63 (quinhentos e oitenta e oito mil novecentos e sete reais e sessenta e três centavos), nas seguintes dotações:

SUPLEMENTAÇÕES

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
0000045	005001.0412200082.008 31717000000	Gestão das políticas da administração - SMAR RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS	150000000000	335,67
0000189	009006.1230600122.025 33903000000	Manutenção do Programa de Alimentação Escolar MATERIAL DE CONSUMO	150000000000	567.468,90
0000200	010001.2012200222.028 31717000000	Gestão da Sec. Mun. de Agric. e Desenv. Econômico - SMAD RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS	150000000000	2.000,00
0000204	010001.2012200222.028 33717000000	Gestão da Sec. Mun. de Agric. e Desenv. Econômico - SMAD RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS	150000000000	2.000,00
0000282	013001.0812200292.048 33903900000	Gestão das Atividades do Conselho Tutelar OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000000000	811,20
0000294	013001.0824100292.038 33903600000	Gestão das Atividades da Proteção Social Básica- Assistência ao Idoso - SCFV OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	150000000000	400,00
0000335	013001.0824500292.045 33903000000	Gestão das Ações de Acolhimento Institucional - PSEAC MATERIAL DE CONSUMO	150000000000	1.420,00
0000342	013001.0824500292.046 33903000000	Gestão das Atividades da PSEMC - CREAS MATERIAL DE CONSUMO	150000000000	9.059,60
0000420	016001.2369500322.057 33903900000	Gestão Administrativa e Operacional do Fundo Mun.Turismo OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	175900000000	4.360,00
0000443	017001.2612200342.060 33903900000	Gestão das Atividades Administrativas - Sec. Mun. de Transporte OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000000000	1.052,26
TOTAL:				**588.907,63**

Para a cobertura das suplementações relacionadas no artigo anteiror, serão utilizados os seguintes recursos:
Suplementação/Anulação Dotação: R$ 588.907,63 (quinhentos e oitenta e oito mil novecentos e sete reais e sessenta e três centavos)

ANULAÇÕES

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
0000058	005001.0412200082.008 44717000000	Gestão das políticas da administração - SMAR RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	150000000000	335,67
0000130	009001.1212200122.013 33933900000	Gestão das Políticas de Educação OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA – CONSÓRCIO PÚBLICO DO QU	150000000000	567.468,90
0000205	010001.2012200222.028 33901400000	Gestão da Sec. Mun. de Agric. e Desenv. Econômico - SMAD DIARIAS - PESSOAL CIVIL	150000000000	2.000,00
0000207	010001.2012200222.028 33903300000	Gestão da Sec. Mun. de Agric. e Desenv. Econômico - SMAD PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	150000000000	2.000,00
0000260	013001.0812200282.035 33903000000	Gestão das Atividades da Sec. Mun. de Assistência Social MATERIAL DE CONSUMO	150000000000	1.931,20
0000263	013001.0812200282.035 33903900000	Gestão das Atividades da Sec. Mun. de Assistência Social OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000000000	300,00
0000295	013001.0824100292.038 33903900000	Gestão das Atividades da Proteção Social Básica- Assistência ao Idoso - SCFV OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000000000	400,00
0000344	013001.0824500292.046 33903900000	Gestão das Atividades da PSEMC - CREAS OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000000000	9.059,60
0000421	016001.2369500322.057 44903900000	Gestão Administrativa e Operacional do Fundo Mun.Turismo OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	175900000000	4.360,00
0000438	017001.2612200342.060 33901400000	Gestão das Atividades Administrativas - Sec. Mun. de Transporte DIARIAS - PESSOAL CIVIL	150000000000	1.052,26
TOTAL:				**588.907,63**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
ESPÍRITO SANTO
27.167.444/0001-72
DECRETO Nº 0000017/2025
Data 09/01/2025

Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Teresa - ES, 09 janeiro de 2025

Kleber Medici da Costa
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
ESPÍRITO SANTO
27.167.444/0001-72
DECRETO Nº 0000018/2025
Data 09/01/2025

Decreto
DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Teresa, no Estado do Espírito Santo, usando de atributos legais que lhe são conferidas através da Lei Nº 0002950/2024.

Art. 1º. Fica suplementado no orçamento da despesa prevista para o exercício de 2025 a importância de R$ 25.559,97 (vinte e cinco mil quinhentos e cinqüenta e nove reais e noventa e sete centavos), nas seguintes dotações:

SUPLEMENTAÇÕES

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
0000045	005001.0412200082.008 31717000000	Gestão das políticas da administração - SMAR RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS	150000000000	7.370,62
0000119	009001.1212200122.013 33504100000	Gestão das Políticas de Educação CONTRIBUIÇÕES	150000250000	152,00
0000203	010001.2012200222.028 31909600000	Gestão da Sec. Mun. de Agric. e Desenv. Econômico - SMAD RESSARCIMENTO DE DESP. DE PESSOAL REQUISITADO	150000000000	6.771,77
0000280	013001.0812200292.048 33903000000	Gestão das Atividades do Conselho Tutelar MATERIAL DE CONSUMO	150000000000	2.777,00
0000309	013001.0824400292.043 33903900000	Manutenção e Ampliação dos Benefícios Eventuais OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000000000	1.398,58
0000335	013001.0824500292.045 33903000000	Gestão das Ações de Acolhimento Institucional - PSEAC MATERIAL DE CONSUMO	150000000000	7.090,00
TOTAL:				**25.559,97**

Art. 2º. Para a cobertura das suplementações relacionadas no artigo anteiror, serão utilizados os seguintes recursos:
Suplementação/Anulação Dotação: R$ 25.559,97 (vinte e cinco mil quinhentos e cinqüenta e nove reais e noventa e sete centavos)

ANULAÇÕES

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
0000048	005001.0412200082.008 33717000000	Gestão das políticas da administração - SMAR RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS	150000000000	7.370,62
0000122	009001.1212200122.013 33903000000	Gestão das Políticas de Educação MATERIAL DE CONSUMO	150000250000	152,00
0000201	010001.2012200222.028 31901100000	Gestão da Sec. Mun. de Agric. e Desenv. Econômico - SMAD VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150000000000	6.771,77
0000282	013001.0812200292.048 33903900000	Gestão das Atividades do Conselho Tutelar OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000000000	2.777,00
0000307	013001.0824400292.043 33903200000	Manutenção e Ampliação dos Benefícios Eventuais MATERIAL, BEM OU SERVIÇO, DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	150000000000	1.398,58
0000337	013001.0824500292.045 33903900000	Gestão das Ações de Acolhimento Institucional - PSEAC OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000000000	7.090,00
TOTAL:				**25.559,97**

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Teresa - ES, 09 janeiro de 2025

Kleber Medici da Costa
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA TERESA
ESPÍRITO SANTO
14.491.945/0001-68
DECRETO Nº 0000022/2025
Data 13/01/2025

SUPLEMENTAÇÕES

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
0000009	0001001.1012200402.070 33903900000	Gestão das Políticas da Sec. Mun. de SaÚde OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000150000	57.425,92
0000014	0001001.1012200402.070 33909200000	Gestão das Políticas da Sec. Mun. de SaÚde DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	150000150000	26.270,56
0000040	0001002.1030200412.074 33903600000	Gestão das Atividades da Média a Alta Complexidade OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	150000150000	26.662,63
0000068	0001002.1030500412.076 33903900000	Gestão das Atividades da Vigilância Epidemiológica e Ambiental OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000150000	5.047,56
TOTAL:				**115.406,67**

Suplementação/Anulação Dotação: R$ 115.406,67 (cento e quinze mil quatrocentos e seis reais e sessenta e sete centavos)

ANULAÇÕES

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
0000003	0001001.1012200402.070 31909600000	Gestão das Políticas da Sec. Mun. de SaÚde RESSARCIMENTO DE DESP. DE PESSOAL REQUISITADO	150000150000	13.659,27
0000004	0001001.1012200402.070 33901400000	Gestão das Políticas da Sec. Mun. de SaÚde DIARIAS - PESSOAL CIVIL	150000150000	10.040,00
0000006	0001001.1012200402.070 33903200000	Gestão das Políticas da Sec. Mun. de SaÚde MATERIAL, BEM OU SERVIÇO, DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	150000150000	59.997,21
0000041	0001002.1030200412.074 33903900000	Gestão das Atividades da Média a Alta Complexidade OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000150000	26.662,63
0000066	0001002.1030500412.076 33903000000	Gestão das Atividades da Vigilância Epidemiológica e Ambiental MATERIAL DE CONSUMO	150000150000	5.047,56
TOTAL:				**115.406,67**

Kleber Medici da Costa
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA TERESA
ESPÍRITO SANTO
14.491.945/0001-68
DECRETO Nº 0000023/2025
Data 13/01/2025

0000023/2025

O Prefeito Municipal de Santa Teresa, no Estado do Espírito Santo, usando de atributos legais que lhe são conferidas através da Lei Nº 0002950/2024.

Fica suplementado no orçamento da despesa prevista para o exercício de 2025 a importância de R$ 108.377,00 (cento e oito mil trezentos e setenta e sete reais), nas seguintes dotações:

SUPLEMENTAÇÕES

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
0000005	0001001.1012200402.070 33903000000	Gestão das Políticas da Sec. Mun. de SaÚde MATERIAL DE CONSUMO	150000150000	66.183,00
0000009	0001001.1012200402.070 33903900000	Gestão das Políticas da Sec. Mun. de SaÚde OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	160000009999	200,00
0000010	0001001.1012200402.070 33904000000	Gestão das Políticas da Sec. Mun. de SaÚde SERVIÇOS DE TEC DA INFORMAÇÃO E COMUN - PESSOA JURÍDICA	150000150000	20.230,00
0000041	0001002.1030200412.074 33903900000	Gestão das Atividades da Média a Alta Complexidade OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	160000009999	21.764,00
TOTAL:				**108.377,00**

Para a cobertura das suplementações relacionadas no artigo anteiror, serão utilizados os seguintes recursos:
Suplementação/Anulação Dotação: R$ 108.377,00 (cento e oito mil trezentos e setenta e sete reais)

ANULAÇÕES

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
0000026	0001002.1030100412.073 33903000000	Gestão das Ações da Atenção Básica MATERIAL DE CONSUMO	150000150000	13.568,48
0000026	0001002.1030100412.073 33903000000	Gestão das Ações da Atenção Básica MATERIAL DE CONSUMO	160000009999	21.964,00
0000029	0001002.1030100412.073 33903900000	Gestão das Ações da Atenção Básica OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000150000	52.614,52
0000030	0001002.1030100412.073 33904000000	Gestão das Ações da Atenção Básica SERVIÇOS DE TEC DA INFORMAÇÃO E COMUN - PESSOA JURÍDICA	150000150000	20.230,00
TOTAL:				**108.377,00**

Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Teresa - ES, 13 janeiro de 2025

Kleber Medici da Costa
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
ESPÍRITO SANTO
27.167.444/0001-72
DECRETO Nº 0000026/2025
Data 15/01/2025

SUPLEMENTAÇÕES

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
0000081	006002.0484500211.006 44905100000	Infraestrutura Pública e Equipamentos Permanentes - FDM/SMPE OBRAS E INSTALAÇÕES	250000000000	845.098,89
0000081	006002.0484500211.006 44905100000	Infraestrutura Pública e Equipamentos Permanentes - FDM/SMPE OBRAS E INSTALAÇÕES	275900000000	153.598,11
0000158	009002.1236500141.002 44905100000	Obras de Infraestrutura Pública na Educação - EI OBRAS E INSTALAÇÕES	254000300000	700.000,00
0000158	009002.1236500141.002 44905100000	Obras de Infraestrutura Pública na Educação - EI OBRAS E INSTALAÇÕES	259900000000	646.648,98
0000176	009003.1236100131.004 44905100000	Construção, Amp. e Refor. Estr. Físicas e Equipamentos das Unid.Educ.- EF OBRAS E INSTALAÇÕES	254000300000	49.140,53
0000177	009003.1236100131.004 44905200000	Construção, Amp. e Refor. Estr. Físicas e Equipamentos das Unid.Educ.- EF EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	254000300000	469.499,00
0000268	013001.0812200282.035 44909300000	Gestão das Atividades da Sec. Mun. de Assistência Social INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	266100000000	17.198,80
0000274	013001.0812200291.025 44905100000	Infraestrutura Pública - Const. Ref. e ou Ampl. de Unidade de Assistencia Social OBRAS E INSTALAÇÕES	250000000000	591.999,94
0000274	013001.0812200291.025 44905100000	Infraestrutura Pública - Const. Ref. e ou Ampl. de Unidade de Assistencia Social OBRAS E INSTALAÇÕES	266100000000	720.000,00
0000274	013001.0812200291.025 44905100000	Infraestrutura Pública - Const. Ref. e ou Ampl. de Unidade de Assistencia Social OBRAS E INSTALAÇÕES	270500000000	145.843,04
0000299	013001.0824300292.041 31901100000	Gestão das Atividades do Programa Criança Feliz - PSB VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	266000009999	6.921,60
0000300	013001.0824300292.041 31901300000	Gestão das Atividades do Programa Criança Feliz - PSB OBRIGAÇÕES PATRONAIS	266000009999	287,82
0000318	013001.0824500292.037 33903000000	Gestão da Proteção Social Básica - Criança e Adolescente - SCFV/BPC MATERIAL DE CONSUMO	266000009999	85.280,98
0000322	013001.0824500292.040 31901100000	Gestão das Atividades da Proteção Social Básica - CRAS/PAIF VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	266100000000	18.768,70
0000323	013001.0824500292.040 31901300000	Gestão das Atividades da Proteção Social Básica - CRAS/PAIF OBRIGAÇÕES PATRONAIS	266100000000	1.008,57
0000325	013001.0824500292.040 33903000000	Gestão das Atividades da Proteção Social Básica - CRAS/PAIF MATERIAL DE CONSUMO	266000009999	12.066,90
0000328	013001.0824500292.042 31901100000	Gestão das Atividades do Programa Incluir - PSB VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	266100000000	10.075,07
0000329	013001.0824500292.042 31901300000	Gestão das Atividades do Programa Incluir - PSB OBRIGAÇÕES PATRONAIS	266100000000	763,94
0000332	013001.0824500292.045 31901100000	Gestão das Ações de Acolhimento Institucional - PSEAC VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	266100000000	21.962,54
0000339	013001.0824500292.046 31901100000	Gestão das Atividades da PSEMC - CREAS VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	266000009999	17.325,60
0000340	013001.0824500292.046 31901300000	Gestão das Atividades da PSEMC - CREAS OBRIGAÇÕES PATRONAIS	266000009999	373,62
0000380	015001.1545100311.014 44905100000	Pavimentação, Drenagem, Recup. e Expansão da Malha Viária - SMOI OBRAS E INSTALAÇÕES	250000000000	546.172,82
0000380	015001.1545100311.014 44905100000	Pavimentação, Drenagem, Recup. e Expansão da Malha Viária - SMOI OBRAS E INSTALAÇÕES	270400000000	299.450,92
0000380	015001.1545100311.014 44905100000	Pavimentação, Drenagem, Recup. e Expansão da Malha Viária - SMOI OBRAS E INSTALAÇÕES	270500000000	384.600,00
0000417	016001.2369500322.056 44905200000	Gestão Administrativa e Operacional da SMTC EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	250100000000	62.397,49

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
ESPÍRITO SANTO
27.167.444/0001-72
DECRETO Nº 0000026/2025
Data 15/01/2025

0000417	016001.2369500322.056 44905200000	Gestão Administrativa e Operacional da SMTC EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	270600000000	100.000,00
TOTAL:				**5.906.483,86**

Superávit Financeiro: R$ 5.906.483,86 (cinco milhões novecentos e seis mil quatrocentos e oitenta e três reais e oitenta e seis centavos)

Kleber Medici da Costa
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA TERESA
ESPÍRITO SANTO
14.491.945/0001-68
DECRETO Nº 0000033/2025
Data 23/01/2025

0000033/2025

O Prefeito Municipal de Santa Teresa, no Estado do Espírito Santo, usando de atributos legais que lhe são conferidas através da Lei Nº 0002950/2024.

Fica suplementado no orçamento da despesa prevista para o exercício de 2025 a importância de R$ 151.382,82 (cento e cinqüenta e um mil trezentos e oitenta e dois reais e oitenta e dois centavos), nas seguintes dotações:

SUPLEMENTAÇÕES

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
0000003	0001001.1012200402.070 31909600000	Gestão das Políticas da Sec. Mun. de SaÚde RESSARCIMENTO DE DESP. DE PESSOAL REQUISITADO	150000150000	78.000,00
0000014	0001001.1012200402.070 33909200000	Gestão das Políticas da Sec. Mun. de SaÚde DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	150000150000	15.436,69
0000026	0001002.1030100412.073 33903000000	Gestão das Ações da Atenção Básica MATERIAL DE CONSUMO	150000150000	17.160,00
0000029	0001002.1030100412.073 33903900000	Gestão das Ações da Atenção Básica OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000150000	9.909,07
0000042	0001002.1030200412.074 33904000000	Gestão das Atividades da Média a Alta Complexidade SERVIÇOS DE TEC DA INFORMAÇÃO E COMUN - PESSOA JURÍDICA	150000150000	29.690,98
0000062	0001002.1030500412.076 31901100000	Gestão das Atividades da Vigilância Epidemiológica e Ambiental VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	160500000000	1.186,08
TOTAL:				**151.382,82**

Para a cobertura das suplementações relacionadas no artigo anteiror, serão utilizados os seguintes recursos:
Suplementação/Anulação Dotação: R$ 151.382,82 (cento e cinqüenta e um mil trezentos e oitenta e dois reais e oitenta e dois centavos)

ANULAÇÕES

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
0000001	0001001.1012200402.070 31901100000	Gestão das Políticas da Sec. Mun. de SaÚde VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150000150000	78.000,00
0000022	0001002.1030100412.073 31901100000	Gestão das Ações da Atenção Básica VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	160500000000	1.186,08
0000038	0001002.1030200412.074 33903000000	Gestão das Atividades da Média a Alta Complexidade MATERIAL DE CONSUMO	150000150000	72.196,74
TOTAL:				**151.382,82**

Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Teresa - ES, 23 janeiro de 2025

Kleber Medici da Costa
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
ESPÍRITO SANTO
27.167.444/0001-72
DECRETO Nº 0000034/2025
Data 23/01/2025

Decreto
DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Teresa, no Estado do Espírito Santo, usando de atributos legais que lhe são conferidas através da Lei Nº 0002950/2024.

Art. 1º. Fica suplementado no orçamento da despesa prevista para o exercício de 2025 a importância de R$ 40.997,25 (quarenta mil novecentos e noventa e sete reais e vinte e cinco centavos), nas seguintes dotações:

SUPLEMENTAÇÕES

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
0000206	010001.2012200222.028 33903000000	Gestão da Sec. Mun. de Agric. e Desenv. Econômico - SMAD MATERIAL DE CONSUMO	150000000000	8.125,48
0000210	010001.2012200222.028 33909200000	Gestão da Sec. Mun. de Agric. e Desenv. Econômico - SMAD DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	150000000000	6.871,77
0000364	014001.2781200302.054 31909600000	Gestão Administrativa e Operacional da SMEL RESSARCIMENTO DE DESP. DE PESSOAL REQUISITADO	150000000000	26.000,00
TOTAL:				**40.997,25**

Art. 2º. Para a cobertura das suplementações relacionadas no artigo anteiror, serão utilizados os seguintes recursos:
Suplementação/Anulação Dotação: R$ 40.997,25 (quarenta mil novecentos e noventa e sete reais e vinte e cinco centavos)

ANULAÇÕES

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
0000203	010001.2012200222.028 31909600000	Gestão da Sec. Mun. de Agric. e Desenv. Econômico - SMAD RESSARCIMENTO DE DESP. DE PESSOAL REQUISITADO	150000000000	6.871,77
0000209	010001.2012200222.028 33903900000	Gestão da Sec. Mun. de Agric. e Desenv. Econômico - SMAD OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000000000	8.125,48
0000361	014001.2781200302.054 31901100000	Gestão Administrativa e Operacional da SMEL VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150000000000	26.000,00
TOTAL:				**40.997,25**

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Teresa - ES, 23 janeiro de 2025

Kleber Medici da Costa
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA TERESA
ESPÍRITO SANTO
14.491.945/0001-68
DECRETO Nº 0000035/2025
Data 23/01/2025

0000035/2025

O Prefeito Municipal de Santa Teresa, no Estado do Espírito Santo, usando de atributos legais que lhe são conferidas através da Lei Nº 0002950/2024.

Fica suplementado no orçamento da despesa prevista para o exercício de 2025 a importância de R$ 1.854.135,08 (um milhão oitocentos e cinqüenta e quatro mil cento e trinta e cinco reais e oito centavos), nas seguintes dotações:

SUPLEMENTAÇÕES

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
0000051	0001002.1030200412.080 33504300000	Gestão das atividades do Centro Regional de Especialidades Médicas SUBVENÇÕES SOCIAIS	262100000001	537.670,19
0000074	0001003.1030200421.011 44905200000	Aquisição de veiculos e Equipamentos Permanentes - FMS EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	260100009999	1.316.464,89
TOTAL:				**1.854.135,08**

Para a cobertura das suplementações relacionadas no artigo anteiror, serão utilizados os seguintes recursos:
Superávit Financeiro: R$ 1.854.135,08 (um milhão oitocentos e cinqüenta e quatro mil cento e trinta e cinco reais e oito centavos)
Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Teresa - ES, 23 janeiro de 2025

Kleber Medici da Costa
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO - PRIVADAS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2024 / SEMESTRE - JULHO A DEZEMBRO
RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22,25 e 28)

STN/SICONFI

R$ 1,00

IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	REGISTROS EFETUADOS EM 2024	
		No Bimestre	Até Bimestre
TOTAL DE ATIVOS			
Ativos Constituídos pela SPE			
TOTAL DE PASSIVOS			
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE			
Provisões de PPP			
Outros Passivos			
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS			
Obrigações Contratuais			
Riscos Não Provisionados			
Garantias Concedidas			
Outros Passivos Contingentes			

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.2)											
Contratadas (I.1)											
A contratar (I.2)											
DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)											
Contratadas (II.1)											
A contratar (II.2)											
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	130.118.095,38	147.088.790,50									
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)											
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)											

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Cgab - Fundo Municipal De Proteção E Defesa Civil, Emissão: 29/01/2025 , às 16:01:22

Kleber Medici da Costa
Prefeito Municipal

Juliana Sales
Controlador Interno

Protocolo 1482030

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - Anexo 7 (LRF, art 53, inciso V)

STN/SICONFI

R$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	Saldo Total
	Em exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2023 (b)	(c)	(d)	e = (a+b) - (c+d)	Em exercícios Anteriores (f)	Em 31 de dezembro de 2023 (g)	(h)	(i)	(j)	k = (f+g) - (i+j)	L = (e + k)
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)		**118.503,79**	**118.503,79**			**187.381,85**	**6.269.138,99**	**5.326.617,46**	**5.326.617,46**	**1.129.748,41**	**154,97**	**154,97**
EXECUTIVO		118.503,79	118.503,79			187.381,85	6.269.138,99	5.326.617,46	5.326.617,46	1.129.748,41	154,97	154,97
Fundo Municipal de Saúde de Santa Teresa							586.543,29	584.650,89	584.650,89	1.892,40		
Prefeitura Municipal de Santa Teresa		118.503,79	118.503,79			187.381,85	5.682.595,70	4.741.966,57	4.741.966,57	1.127.856,01	154,97	154,97
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)												
Total (III) = (I + II)		**118.503,79**	**118.503,79**			**187.381,85**	**6.269.138,99**	**5.326.617,46**	**5.326.617,46**	**1.129.748,41**	**154,97**	**154,97**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Smfa - Administracao Tributária, Emissão: 29/01/2025 , às 16:04:11

Kleber Medici da Costa
Prefeito Municipal

Juliana Sales
Controlador Interno

Protocolo 1482033

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA TERESA
ESPÍRITO SANTO
14.491.945/0001-68
DECRETO Nº 0000037/2025
Data 29/01/2025

SUPLEMENTAÇÕES

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
0000023	0001002.1030100412.073 31901300000	Gestão das Ações da Atenção Básica OBRIGAÇÕES PATRONAIS	150000150000	1.443,92
0000064	0001002.1030500412.076 31909600000	Gestão das Atividades da Vigilância Epidemiológica e Ambiental RESSARCIMENTO DE DESP. DE PESSOAL REQUISITADO	150000150000	84.000,00
TOTAL:				**85.443,92**

Suplementação/Anulação Dotação: R$ 85.443,92 (oitenta e cinco mil quatrocentos e quarenta e três reais e noventa e dois centavos)

ANULAÇÕES

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
0000024	0001002.1030100412.073 33901400000	Gestão das Ações da Atenção Básica DIARIAS - PESSOAL CIVIL	150000150000	1.443,92
0000062	0001002.1030500412.076 31901100000	Gestão das Atividades da Vigilância Epidemiológica e Ambiental VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150000150000	84.000,00
TOTAL:				**85.443,92**

Kleber Medici da Costa
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
ESPÍRITO SANTO
27.167.444/0001-72
DECRETO Nº 0000038/2025
Data 29/01/2025

Decreto
DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Teresa, no Estado do Espírito Santo, usando de atributos legais que lhe são conferidas através da Lei Nº 0002950/2024.

Art. 1º. Fica suplementado no orçamento da despesa prevista para o exercício de 2025 a importância de R$ 32.227,27 (trinta e dois mil duzentos e vinte e sete reais e vinte e sete centavos), nas seguintes dotações:

SUPLEMENTAÇÕES

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
0000228	011001.1745200272.033 33717000000	Gestão das Ações de Resíduos Sólidos RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS	150000000000	32.227,27
TOTAL:				**32.227,27**

Art. 2º. Para a cobertura das suplementações relacionadas no artigo anteiror, serão utilizados os seguintes recursos:
Suplementação/Anulação Dotação: R$ 32.227,27 (trinta e dois mil duzentos e vinte e sete reais e vinte e sete centavos)

ANULAÇÕES

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
0000227	011001.1745200272.033 31717000000	Gestão das Ações de Resíduos Sólidos RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS	150000000000	2.227,27
0000230	011001.1745200272.033 33933900000	Gestão das Ações de Resíduos Sólidos OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA – CONSÓRCIO PÚBLICO DO QU/	150000000000	30.000,00
TOTAL:				**32.227,27**

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Teresa - ES, 29 janeiro de 2025

Kleber Medici da Costa
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA TERESA
ESPÍRITO SANTO
14.491.945/0001-68
DECRETO Nº 0000039/2025
Data 29/01/2025

0000039/2025

O Prefeito Municipal de Santa Teresa, no Estado do Espírito Santo, usando de atributos legais que lhe são conferidas através da Lei Nº 0002950/2024.

Fica suplementado no orçamento da despesa prevista para o exercício de 2025 a importância de R$ 7.000,00 (sete mil reais), nas seguintes dotações:

SUPLEMENTAÇÕES

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
0000029	0001002.1030100412.073 33903900000	Gestão das Ações da Atenção Básica OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000150000	 7.000,00
TOTAL:				**7.000,00**

Para a cobertura das suplementações relacionadas no artigo anteiror, serão utilizados os seguintes recursos:
Suplementação/Anulação Dotação: R$ 7.000,00 (sete mil reais)

ANULAÇÕES

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
0000038	0001002.1030200412.074 33903000000	Gestão das Atividades da Média a Alta Complexidade MATERIAL DE CONSUMO	150000150000	 7.000,00
TOTAL:				**7.000,00**

Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Teresa - ES, 29 janeiro de 2025

Kleber Medici da Costa
Prefeito Municipal

Portaria

PORTARIA/SEGOV Nº 073/2025

CONCEDE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO À SERVIDOR PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA TERESA, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Art. 10 da Lei Municipal n.º 1.976/2009 de 19/03/2009 e considerando ainda os termos do Processo n° 949/2025 de 24/01/2025,

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder, por solicitação, licença sem remuneração para tratar de interesses particulares ao Servidor **BRUNO BORGES**, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, nomeado conforme Decreto nº 195/2011, pelo prazo de 02 (dois) anos, contados do dia **01 de fevereiro de 2025**.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor no dia **01 de fevereiro de 2025**, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Teresa-ES, em 29 de janeiro de 2025.

KLEBER MEDICI DA COSTA
Prefeito Municipal
Protocolo 1481462

PORTARIA/SMAR/SUB.RH/ Nº 018/2025

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA O CARGO DE PROFISSIONAL NÃO HABILITADO DO MAGISTÉRIO PROFESSOR MAPB - ENSINO RELIGIOSO, MATEMÁTICA, ARTE, LINGUA ESTRANGEIRA - ITALIANO, LÍNGUA ESTRANGEIRA - INGLÊS - EDITAL/SMAR/SUB.RH/Nº 018/2024.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS, por meio do SETOR DE RECURSOS HUMANOS, do Município de Santa Teresa, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1.° Convocar os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado para o cargo de Profissional Não Habilitado do Magistério, a comparecer na Secretaria de Educação, localizada na Sede da Prefeitura Municipal, Rua Darly Nerty Vervloet, nº 446, 2º andar, Centro, Santa Teresa/ES, **no dia 04 de fevereiro de 2025**, **pontualmente nos horários discriminados abaixo**, munidos OBRIGATORIAMENTE dos documentos, conforme lista constante no Anexo Único desta Portaria, objetivando a contratação em regime de designação temporária.

PROFESSOR MAPB - ENSINO RELIGIOSO (NÃO HABILITADOS)			
DATA: 04/02/2025 ÀS 08:00H		Vagas Disponibilizadas: 04 Vagas Ampla Concorrência: 03 Vagas Negros/Pardos: 01 Vaga	
Ordem De Convocação	Tipo De Lista	Classificação	Nome
1°	Ampla Concorrência	1°	Juliana Cristina Wendler Alves
2°	Negros	1°	Cristiani Lopes Silva
3°	Ampla Concorrência	2°	Cristiani Lopes Silva
4°	Negros	2°	Marta Rodrigues Texeira
5°	Ampla Concorrência	3°	Lourett Merlo Goehringer
6°	Negros	3°	Kalebe Da Silva Castro
7°	Ampla Concorrência	4°	Melania Lima Santos
8°	Negros	4°	Kelvin De Souza Teixeira
9°	Ampla Concorrência	5°	Maria Aparecida Pilger
10°	Ampla Concorrência	6°	Edna Aparecida Ribeiro Dos Santos
11°	Ampla Concorrência	7°	Marta Rodrigues Texeira
12°	Ampla Concorrência	8°	Roberta Rosa Pinheiro
13°	Ampla Concorrência	9°	Paula Bozetti
14°	Ampla Concorrência	10°	Regiane Maria Neumann Barbosa
15°	Ampla Concorrência	11°	Suelen Da Silva Croce
16°	Ampla Concorrência	12°	Gislaine Kelen Galli
17°	Ampla Concorrência	13°	Kalebe Da Silva Castro
18°	Ampla Concorrência	14°	Andreia Cristina Gomes Soares Barbosa
19°	Ampla Concorrência	15°	Daniela Balista Fracalossi
20°	Ampla Concorrência	16°	Tainara Hoffmann Braun Rossi
21°	Ampla Concorrência	17°	Shirlei Torres Gomes

22º	Ampla Concorrência	18º	Soliandra Teresa Malavasi Marrochi
23º	Ampla Concorrência	19º	Joab Nogueira Silva
24º	Ampla Concorrência	20º	Joana Lucia Vieira Lima

PROFESSOR MAPB - MATEMÁTICA (NÃO HABILITADOS)

DATA: 04/02/2025 ÀS 09:00H — Vagas Disponibilizadas: 01 Vaga
Ampla Concorrência: 01 Vaga

Ordem De Convocação	Tipo De Lista	Classificação	Nome
1º	Ampla Concorrência	1º	Guilherme Lima De Oliveira
2º	Ampla Concorrência	2º	Vinícius Silva Dutra
3º	Ampla Concorrência	3º	Marcelo Quintino Nascimento
4º	Ampla Concorrência	4º	Aline Aparecida Dos Santos
5º	Ampla Concorrência	5º	Andressa Dalcolmo Madeira

PROFESSOR MAPB - ARTE (NÃO HABILITADOS)

DATA: 04/02/2025 ÀS 09:30H — Vagas Disponibilizadas: 03 Vagas
Ampla Concorrência: 02 Vagas
Negros/Pardos: 01 Vaga

Ordem De Convocação	Tipo De Lista	Classificação	Nome
1º	Ampla Concorrência	1º	Maria Helena Gonring Biasutti
2º	Negros	1º	Ione Maria Alves De Sousa
3º	Ampla Concorrência	2º	Ivone Rasch
4º	Negros	2º	Eliane Aparecida Pereira Teixeira
5º	Ampla Concorrência	3º	Junicéia Boone Guilherme
6º	Negros	3º	Raquel Eduardo Da Silva Carline
7º	Ampla Concorrência	4º	Luana Aparecida Leppaus Racanelli
8º	Negros	4º	Rozária Dias Borges Tesch
9º	Ampla Concorrência	5º	Verônica Maria De Souza
10º	Negros	5º	Luciana De Souza Carvalho
11º	Ampla Concorrência	6º 7	Andreia Cristina Gomes Soares Barbosa
12º	Ampla Concorrência	7º	Nilceia Bromerschenkel
13º	Ampla Concorrência	8º	Denise Buzatto
14º	Ampla Concorrência	9º	Josemara Pereira
15º	Ampla Concorrência	10º	Regiani Lino

PROFESSOR MAPB - LÍNGUA ESTRANGEIRA ITALIANO (NÃO HABILITADOS)

DATA: 04/02/2025 ÀS 10:00H — Vagas Disponibilizadas: 04 Vagas
Ampla Concorrência: 04 Vagas

Ordem De Convocação	Tipo De Lista	Classificação	Nome
1º	Ampla Concorrência	1º	Ana Cristina Luciano Neves Briel
2º	Ampla Concorrência	2º	Daniela Balista Fracalossi
3º	Ampla Concorrência	3º	Regiane Maria Neumann Barbosa
4º	Ampla Concorrência	4º	Claudionilsa Gomes Ribeiro Pereira
5º	Ampla Concorrência	5º	Bruno Rocha Dos Santos
6º	Ampla Concorrência	6º 7	Waldir Mendonça Da Silva Filho

PROFESSOR MAPB - LÍNGUA ESTRANGEIRA INGLÊS (NÃO HABILITADOS)

DATA: 04/02/2025 ÀS 10:30H — Vagas Disponibilizadas: 01 Vaga
Ampla Concorrência: 01 Vaga

Ordem De Convocação	Tipo De Lista	Classificação	Nome
1º	Ampla Concorrência	1º	Edna Maria Ramalho Lamberti Conte
2º	Ampla Concorrência	2º	Luiz Eduardo Rosa Oliveira
3º	Ampla Concorrência	3º	Marília Iraci Damasceno Carvalho
4º	Ampla Concorrência	4º	Kátia Aparecida Tavares Augusto
5º	Ampla Concorrência	5º	Michel Marçal Rodrigues De Lima
6º	Ampla Concorrência	6º 7	Geilson Gusmão Borges
7º	Ampla Concorrência	7º	Elaine Cristina Vasconcelos Ferreira

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Santa Teresa, Estado do Espírito Santo, em 29 de janeiro de 2025.

FRANCIANE RIBEIRO MALAVASI
SUBSECRETÁRIA DE RECURSOS HUMANOS

Elaborado pela Comissão de Avaliação de Processo Seletivo Simplificado, nomeada pela Portaria/CGAB/Nº 067/2024.

ANEXO I DA PORTARIA/SMAR/SUB.RH Nº 018/2025
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS PARA ADMISSÃO
OBRIGATÓRIO APRESENTAR A DOCUMENTAÇÃO NA ORDEM INFORMADA

- 01 (uma) fotos 3x4 recente;
- Ficha de cadastro de funcionários devidamente preenchida e assinada (anexo IV);
- Apresentar relatório de Qualificação Cadastral, junto ao e-Social, com situação: dados corretos (site: https://www.gov.br/esocial/pt-br/empresas/consulta-qualificacao-cadastral);
- Cópia simples do cartão da conta bancária **(agência do Município de Santa Teresa)** (Caixa Econômica Federal - Conta Salário, Banco do Brasil ou Banestes) Obs.: para cargos da Secretaria de Educação, somente conta no Banco do Brasil;
- Atestado admissional com exames médicos, fornecido pelo Médico do Trabalho;
- Cópia simples da Carteira de Identidade (frente e verso);
- Cópia simples do CPF;
- PIS/PASEP (extrato previdenciário fornecido pela Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil ou no site da Previdência Social);
- Cópia simples do Título de Eleitor, acompanhado do comprovante de votação do último processo eleitoral (1° e 2° turno) ou certidão atual expedida pela Justiça Eleitoral;
- Carteira de Trabalho Digital ou cópia da CTPS frente e verso;
- Cópia simples do Diploma, Histórico Escolar ou Declaração Escolar, correspondente à escolaridade exigida para o cargo;
- Residência na área afim, fornecido por Instituição de Ensino Oficial reconhecida pelo Ministério da Educação, para os cargos de médico especialista;
- Cópia simples do comprovante de residência nominal ou declaração do proprietário do imóvel;
- Cópia simples do Certificado de reservista ou de dispensa de incorporação para os candidatos, se do sexo masculino;
- Cópia simples do Comprovação de naturalização, para os candidatos de outras nacionalidades;
- Cópia simples da Carteira de Motorista (somente para os cargos de motorista e operador de máquinas);
- Para os cargos que exigirem a Carteira Nacional de Habilitação, apresentar Certidão de "Nada Consta" na CNH, emitida pelo DETRAN;
- Cópia simples do Registro Profissional no Conselho Regional respectivo, para as profissões regulamentadas e sujeitas à fiscalização do exercício profissional;
- Cópia simples do Comprovante de quitação anual atualizado do respectivo Conselho Regional;
- Cópia simples da Certidão de Nascimento ou Casamento, ou com as respectivas averbações (se separado judicialmente ou divorciado);

CONTINUAÇÃO DO ANEXO I DA PORTARIA/SMAR/SUB.RH Nº 018/2025

- Cópia simples da Carteira de vacinação - 1 via para o Setor de Medicina do Trabalho;
- Cópia simples da Certidão dos filhos menores de 21 anos (caso dependentes);
- Cópia simples da Carteira de vacinação dos filhos até 07 anos;
- Declaração de matrícula e frequência escolar para filhos até 14 anos;
- Cópia simples do CPF dos dependentes (caso não tenha a informação na certidão de nascimento);
- Atestado de Antecedentes Criminais fornecidos pela Polícia Civil;
- Atestado de Antecedentes Criminais fornecido pela Policia Federal (site da Polícia Federal);
- Certidões Negativas Judicial Cível, Criminal e Eleitoral (site da Justiça Federal-SJES) 2ª Região https://certidao-unificada.cjf.jus.br/#/solicitacao-certidao;
- Certidões Negativas da Justiça Estadual (1º e 2º instância de natureza cível e criminal) - (site Justiça Estadual-TJES); https://sistemas.tjes.jus.br/certidaonegativa/sistemas/certidao/CERTIDAOPESQUISA.cfm;
- Certidão Negativa de Débitos com o Município de Santa Teresa (acesso no site **www.santateresa.es.gov.br**);
- Certidão Negativa de Inexistência de Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância Administrativa nas entidades de órgãos públicos que tenha exercido função;
- Declaração de Bens Móveis e Imóveis (anexo III), acompanhada da cópia integral da Declaração Atual de Imposto de Renda (caso declarante);
- Declaração de Acúmulos de cargos em Órgãos Públicos (anexo II);

o Em casos de acumulação legal apresentar Termo de Posse e Declaração do empregador informando Cargo, Carga Horária, turno e data de efetivo exercício.

OBS: ***Caso a contratada altere seu nome na Certidão de Casamento, favor apresentar toda documentação atualizada***.

ANEXO II DA PORTARIA/SMAR/SUB.RH Nº 018/2025

DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGOS

Declaro estar ciente dos Direitos e Obrigações na forma de legislação vigente.

Em cumprimento ao disposto no Artigo 37, incisos XVI e XVII, e na forma disposta no § 10 da Constituição Federal/88, declaro para os devidos fins de direito que:

( ) não exerço cargo, emprego ou função pública na União, nos Estados ou em outros Municípios, respectivas Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de economia Mista e Fundações mantidas pelo Poder Público.

( ) **NÃO** percebo proventos decorrentes de aposentadoria.

( ) percebo proventos decorrentes de aposentadoria, a partir de ____/_____/____

DECLARAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE CARGOS

Declaro ocupar cargo/função na Administração Pública:
( ) Ativo ( ) Inativo (aposentadoria)
Identificação do Empregador: _____
Vínculo _____ Natureza _____
Local de Exercício ou prestação de serviço _____
Carga horária _____
Escala de Trabalho _____
Data de Posse/Contratação_____

Especificar o(s) cargo(s) que ocupa: _____
_____

Especificar possíveis licenças/afastamentos_____
_____
_____

POR SER verdade, firmo a presente declaração para que produza os efeitos legais, ciente de que a falsidade de seu conteúdo pode implicar na imputação de sanções civis, administrativas, bem como na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal, conforme transcrição abaixo:

"Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante. Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular."
Santa Teresa/ES, ___ de _____de 20___.

_____
Assinatura do(a) servidor(a)

ANEXO III DA PORTARIA/SMAR/SUB.RH Nº 018/2025

DECLARAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS

Declaro estar ciente dos Direitos e Obrigações na forma de legislação vigente.

Em cumprimento ao disposto no Artigo 19, § 5° da Lei Municipal n° 1.800/07 (estatuto dos Servidores Públicos do Município de Santa Teresa), declaro para os devidos fins de direito que:

( ) não possuo bens em meu nome.

( ) possuo bens

Especificar o bem / os bens que possui: _____
_____

POR SER verdade, firmo a presente declaração para que produza os efeitos legais, ciente de que a falsidade de seu conteúdo pode implicar na imputação de sanções civis, administrativas, bem como na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal, conforme transcrição abaixo:

"Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante. Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular."

Santa Teresa/ES, ___ de _____de 20___.

_____
Assinatura do(a) servidor(a)

ANEXO IV DA PORTARIA/SMAR/SUB.RH Nº 018/2025
FICHA DE CADASTRAMENTO DE SERVIDOR
Dados Pessoais
Nome Completo: _____
Data de Nascimento: _____/_____/_____
Gênero: ( ) Masculino ( ) Feminino
Endereço Residencial: _____
_____Nº_____
Bairro: _____
Cidade:_____ UF:_____
Telefone: (__)_____ E-mail: _____
Estado Civil: ( ) Solteiro ( ) Casado ( ) Divorciado ( ) Separado ( ) Viúvo
Cor/Raça: ( ) Nenhuma ( ) Branca ( ) Parda ( ) Amarela ( ) Preta ( )Viúvo
Escolaridade:_____
Filiação: Pai:_____
Mãe: _____
Conta: Banco:_____ Ag: _____Conta nº _____ Op: ( ) Salário ( ) Corrente ( ) Outra:_____

Dependentes
Nome Completo: _____
Data de Nascimento: _____/_____/_____ Gênero: ( ) Masculino ( ) Feminino

CPF: ______________________ Vínculo: ( ) Cônjugue ( ) Fillho(a) ( ) Outros:______________
Se filho, está sob sua guarda? ( ) Sim ( ) Não
Imposto de Renda: ( ) Sim ( ) Não

Nome Completo: _____________________________
Data de Nascimento: _____/_____/_______ Gênero: ( ) Masculino ( ) Feminino
CPF: ______________________ Vínculo: ( ) Cônjugue ( ) Fillho(a) ( ) Outros:______________
Se filho, está sob sua guarda? ( ) Sim ( ) Não
Imposto de Renda: ( ) Sim ( ) Não

Nome Completo: _____________________________
Data de Nascimento: _____/_____/_______ Gênero: ( ) Masculino ( ) Feminino
CPF: ______________________ Vínculo: ( ) Cônjugue ( ) Fillho(a) ( ) Outros:______________
Se filho, está sob sua guarda? ( ) Sim ( ) Não
Imposto de Renda: ( ) Sim ( ) Não

Nome Completo: _____________________________
Data de Nascimento: _____/_____/_______ Gênero: ( ) Masculino ( ) Feminino
CPF: ______________________ Vínculo: ( ) Cônjugue ( ) Fillho(a) ( ) Outros:______________
Se filho, está sob sua guarda? ( ) Sim ( ) Não
Imposto de Renda: ( ) Sim ( ) Não

Documentação Pessoal
RG.: nº _____________ UF:______Órgão Emissor:__________ Data da Expedição: ____/____/______
CPF: ______________________________ Reservista (sexo masculino): _________________________
Título de Eleitor: _____________ Zona: ______ Seção: ______ Data da Expedição:____/____/______
Carteira de Trabalho: nº_________________ Série:___________ Data de Emissão: _____/_____/____
PIS/PASEP:_____________________CNH: ______________ Categoria: _______ Emissão: ____/____/
Nº do Registro do Conselho: _____________ Emissão:____/____/____ Validade: ____/_____/________

CONTINUAÇÃO DO ANEXO IV DA PORTARIA/ SMAR/SUB.RH Nº 018/2025

Dados Funcionais
Data de Admissão/Posse: ____/____/______
Cargo:______________________________
Função:____ Zona: ( ) Urbana ( ) Rural
Descrição sucinta das atividades desenvolvidas:____ _________________________

____
Vínculo: ( ) Efetivo ( ) Comissionado ( ) Contratado ( ) Celetista ( ) Estagiário/Bolsista
Secretaria:_____________________________
Setor:_____________________________
Endereço:____Nº:___________
Bairro: ______________________________ Cidade: _________________________________ UF.: ______
Telefone: ( ) _____________________________ E-mail:

____
Carga Horária Semanal: ( ) 20 hrs ( ) 30 hrs. ( ) 40 hrs. ( ) Outros: _______________________
Horário de Expediente: Entrada: ____:____ Saída: _____:_____
Intervalo de Almoço: Saída: ____:_____ Retorno: _____:_____

Turno: ( ) Diurno ( ) Noturno Escala: ( ) Sim ( ) Não Tipo:____________________________

TERMO DE RESPONSABILIDADE, CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA
Eu, ____, portador do CPF nº__________________________, lotado na ____ afirmo que todas as informações acima são verdadeiras e me responsabilizo a atualizar os meus dados cadastrais, junto ao Setor de Recursos Humanos ou Setor de Medicina do Trabalho da Prefeitura Municipal de Santa Teresa, sempre que houver alterações tais como: estado civil e atualização de documentação pessoal, escolaridade, mudança de setor e afins. Sob pena incorrer nas sanções penais previstas no art. 299 do Decreto Lei nº 2.848 de 1940 (Código Penal Brasileiro).
Declaro ainda que estou ciente e concordo com as disposições contidas no Código de Ética do Servidor Público Municipal - Decreto Municipal nº 505/2021.

Santa Teresa - ES, ______ de __________________________ de 20_____.

____
Assinatura do Servidor

Observações:
Todas as informações preenchidas neste formulário deverão ser comprovadas mediante cópias dos documentos e os dados pessoais do(a) servidor(a) na Certidão de Casamento/Nascimento deverão conferir com os documentos pessoais.
Para comprovar o número do PIS/PASEP deverá ser apresentado o extrato previdenciário disponibilizado pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal ou INSS.

- Dependentes

É obrigatório apresentação das cópias da certidão de nascimento e do CPF.
Para os dependentes de IRRF acima de 21 (vinte e um) anos, deverão ser apresentados documentos que comprovem o vínculo escolar, no caso de dependente estudante, ou qualquer documento que comprove a situação de dependente para fins de IRRF previsto em Lei.
Para os dependentes para fins de pagamento de Salário Família, deverá ser entregue a cópia da carteira de vacinação das crianças de 0 (zero) a 07 (sete) anos e cópia de declaração de matricula e frequência escolar.

Protocolo 1481679

PORTARIA SMSA N° 09/2025
DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PARA ATUAREM COMO FISCAL E GESTOR DOS CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA TERESA/ES.
A Secretária Municipal de Saúde de Santa Teresa, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
Art. 1º. Fica designada a servidora **Daniela Camara Vieira dos Santos - Subsecretária de Atenção Básica e Vigilância em Saúde**, para atuar como fiscal de contrato e servidora **Isabela Angeli - Gerente da Atenção Básica**, como gestora de

Contratos firmados pelo Fundo Municipal de Saúde de Santa Teresa/ES para aquisição de materiais médicos hospitalares, visando atender a esta Secretaria.

Art. 2º. As servidoras responsáveis pela fiscalização de contrato deverão informar a administração sobre eventuais vícios, irregularidades, baixa qualidade do fornecimento prestado pela empresa contratada, propor as soluções e as sanções que forem cabíveis para regulação das faltas e defeitos observados.

Art. 3°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 08/2024.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Secretária Municipal de Saúde de Santa Teresa, Estado do Espírito Santo, em 29 de Janeiro de 2025.
Sigrid Kerckhoff Stuhr
Secretária Municipal de Saúde

Protocolo 1481744

Termos

RESUMO DO TERMO DE RESCISAO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 066/2024.
CONTRATANTE: O Município de Santa Teresa/ES.
CONTRATADO(A): LETICIA MARTINELLI FERREIRA.
OBJETO: Acordam que o Contrato ficará rescindido no dia 30 de janeiro de 2025, o Contrato Administrativo nº 392/2022, firmado em 01 de fevereiro de 2024.
PROCESSO:000603/2025.
Santa Teresa, 24 de janeiro de 2025.
KLEBER MEDICI DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1481179

RESUMO DO TERMO DE RESCISAO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 195/2024
CONTRATANTE: O Município de Santa Teresa/ES.
CONTRATADO(A): DENISE DANTAS MISCHIATTI.
OBJETO: Acordam que o Contrato ficará rescindido no dia 29 de janeiro de 2025, o Contrato Administrativo nº 195/2024, firmado em 17 de julho de 2024.
PROCESSO:000104/2025.
Santa Teresa, 08 de janeiro de 2025.
KLEBER MEDICI DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1481183

RESUMO DO TERMO DE RESCISAO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 529/2022.
CONTRATANTE: O Município de Santa Teresa/ES.
CONTRATADO(A): DEBORA NUNES DALCOLMO.
OBJETO: Acordam que o Contrato ficará rescindido no dia 28 de janeiro de 2025, o Contrato Administrativo nº 529/2022, firmado em 05 de outubro de 2022.
PROCESSO:15.218/2025.
Santa Teresa, 16 de dezembro de 2024.
KLEBER MEDICI DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1481187

Aditivo

RESUMO DO PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 028/2024
CONTRATANTE: O Município de Santa Teresa/ES.
CONTRATADA: Hotel Canaã LTDA-ME.
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO ACRÉSCIMO:
Alterar a Cláusula Terceira do Contrato de Prestação de Serviços nº 028/2024, que terá um acréscimo de R$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais), correspondente a 15,04% (quinze vírgula zero quatro por cento) do valor inicial do Contrato, passando o valor atualizado para R$ 13.000,00 (treze mil reais).
CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Os recursos para pagamento dos encargos resultantes deste Aditamento provêm das seguintes dotações orçamentárias:
016.001.23.695.0032.2.058.33903900000 - Fonte: 1500 - Ficha: 428.
PROCESSO Nº: 2321/2024.
Santa Teresa/ES, 27 de janeiro de 2025.
KLEBER MEDICI DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1481580

RESUMO DO PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 132/2024
CONTRATANTE: O Município de Santa Teresa/ES.
CONTRATADA: Hotel Canaã LTDA-ME.
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO ACRÉSCIMO:
Alterar a Cláusula Terceira do Contrato de Prestação de Serviços nº 132/2024, que terá um acréscimo de R$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais), correspondente a 24,28% (vinte e quatro vírgula vinte e oito por cento) do valor inicial do Contrato, passando o valor atualizado para R$ 8.700,00 (oito mil e setecentos reais). **CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**
Os recursos para pagamento dos encargos resultantes deste Aditamento provêm das seguintes dotações orçamentárias:
016.001.23.695.0032.2.058.33903900000 - Fonte: 1500 - Ficha: 428.
PROCESSO Nº: 8585/2024.
Santa Teresa/ES, 27 de janeiro de 2025.
KLEBER MEDICI DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1481993

AMUNES
www.amunes.org.br
www.amunes.org.br

Outras Publicações

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA - ES - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

STN/SICONFI

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	JAN/2024	FEV/2024	MAR/2024	ABR/2024	MAI/2024	JUN/2024	JUL/2024	AGO/2024	SET/2024	OUT/2024	NOV/2024	DEZ/2024	Total (Últimos 12 meses) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**3.345.307,95**	**3.497.806,72**	**3.572.242,24**	**4.211.556,37**	**3.663.333,32**	**3.759.886,96**	**5.026.133,38**	**3.600.024,93**	**4.033.166,60**	**3.388.380,64**	**3.696.361,69**	**6.793.110,12**	**48.687.310,92**	**1.686,18**
Pessoal Ativo	3.248.650,37	3.400.890,47	3.475.396,28	4.109.780,24	3.566.401,80	3.662.955,44	4.871.249,95	3.500.618,09	3.647.914,21	3.388.973,90	3.590.349,89	6.635.372,10	47.098.552,74	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis.	2.928.500,38	3.076.832,57	3.143.890,37	3.365.540,12	3.216.808,64	3.313.832,66	4.519.386,87	3.266.351,51	3.295.804,73	3.255.314,52	3.239.853,52	5.966.732,04	42.588.847,93	
Obrigações Patronais	320.149,99	324.057,90	331.505,91	744.240,12	349.593,16	349.122,78	351.863,08	234.266,58	352.109,48	133.659,38	350.496,37	668.640,06	4.509.704,81	
Pessoal Inativo e Pensionistas	96.657,58	96.916,25	96.845,96	101.776,13	96.931,52	96.931,52	154.883,43	99.406,84	385.252,39	99.406,74	106.011,80	157.738,02	1.588.758,18	1.686,18
Aposentadorias, Reserva e Reformas	44.908,40	45.167,07	45.096,78	48.654,42	46.282,68	46.282,68	67.772,75	46.282,68	332.128,23	46.282,68	52.887,74	78.050,46	899.796,57	1.686,18
Pensões	51.749,18	51.749,18	51.749,18	53.121,71	50.648,84	50.648,84	87.110,68	53.124,16	53.124,16	53.124,06	53.124,06	79.687,56	688.961,61	
Outras desp. pessoal decorr. contr. terceir. ou Contrat. de forma indiret														
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	**146.824,25**	**131.760,50**	**130.446,50**	**140.470,42**	**137.870,59**	**132.145,83**	**187.378,08**	**133.683,30**	**133.651,13**	**111.939,53**	**114.550,03**	**273.756,57**	**1.774.476,73**	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária														
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração												83.267,25	83.267,25	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração				4.331,10									4.331,10	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados														
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recur	113.980,54	104.766,06	100.221,58	104.291,68	104.766,08	103.636,43	159.355,93	106.105,74	106.126,54	85.156,53	87.094,50	133.526,54	1.309.028,15	
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de E	32.843,71	26.994,44	30.224,92	31.847,64	33.104,51	28.509,40	28.022,15	27.577,56	27.524,59	26.783,00	27.455,53	56.962,78	377.850,23	
Outras Deduções Constitucionais ou Legais														
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**3.198.483,70**	**3.366.046,22**	**3.441.795,74**	**4.071.085,95**	**3.525.462,73**	**3.627.741,13**	**4.838.755,30**	**3.466.341,63**	**3.899.515,47**	**3.376.441,11**	**3.581.811,66**	**6.519.353,55**	**46.912.834,19**	**1.686,18**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**147.088.790,50**	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art 166-A, § 1º da CF)	4.840.000,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF)		
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)	1.332.928,00	
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais		
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CALCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	**140.915.862,50**	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III a + III b)	**46.914.520,37**	**33,29**
LIMITE MÁXIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	**76.094.565,75**	**54,00**
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	**72.289.837,46**	**51,30**
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	**68.485.109,17**	**48,60**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Cgab - Gabinete Do Prefeito, Emissão: 29/01/2025 , as 14:40:34

IMPRESSÃO: JOSÉ HENRIQUE FERREIRA DOS SANTOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA - ES - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

STN/SICONFI

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R$ 1,00

Kleber Medici da Costa	José Henrique F. dos Santos	Juliana Sales
Prefeito Municipal	Contador CRC/ES 018866/O	Controlador Interno

IMPRESSÃO: JOSÉ HENRIQUE FERREIRA DOS SANTOS

Protocolo 1482002

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA - ES - - PODER EXECUTIVO **STN/SICONFI**

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

RGF - ANEXO 1 (Portaria STN nº 72/2012, art. 11.1) R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL EXECUTADA EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS CONSORCIO PUBLICO REGIAO POLINORTE - CIM POLINORTE	VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE RATEIO	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)		
		LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a + b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	69.224,53	**69.224,53**	**172,33**	**69.396,86**
Pessoal Ativo	69.224,53	69.224,53	172,33	69.396,86
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)				
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente				
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária				
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração				
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração				
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (III) = (I - II)	69.224,53	**69.224,53**	**172,33**	**69.396,86**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Cgab - Gabinete Do Prefeito, Emissão: 29/01/2025 , as 15:05:12

Kleber Medici da Costa
Prefeito Municipal

José Henrique F. dos Santos
Contador CRC/ES 018866/O

Juliana Sales
Controlador Interno

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA - ES - - PODER EXECUTIVO **STN/SICONFI**

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

RGF - ANEXO 1 (Portaria STN nº 72/2012, art. 11.1) R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL EXECUTADA EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS Consórcio Público Inter.para Fort.Prod.e Comer.Produtos Hortigranjeiros - Cointer	VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE RATEIO	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)		
		LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a + b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	15.000,00	**15.000,00**		**15.000,00**
Pessoal Ativo	15.000,00	15.000,00		15.000,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)				
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente				
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária				
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração				
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração				
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (III) = (I - II)	15.000,00	**15.000,00**		**15.000,00**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Cgab - Gabinete Do Prefeito, Emissão: 29/01/2025 , as 15:05:12

Kleber Medici da Costa
Prefeito Municipal

José Henrique F. dos Santos
Contador CRC/ES 018866/O

Juliana Sales
Controlador Interno

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA - ES - - PODER EXECUTIVO **STN/SICONFI**

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

RGF - ANEXO 1 (Portaria STN nº 72/2012, art. 11.1) R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL EXECUTADA EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS Consórcio Público Trat. e Dest. Final Adeq. Res. Sólidos da Região Doce Oeste Estado Espírito Santo	VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE RATEIO	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)		
		LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a + b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				
Pessoal Ativo				
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)				
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente				
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária				
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração				
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração				
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (III) = (I - II)				

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Cgab - Gabinete Do Prefeito, Emissão: 29/01/2025 , as 15:05:12

Kleber Medici da Costa
Prefeito Municipal

José Henrique F. dos Santos
Contador CRC/ES 018866/O

Juliana Sales
Controlador Interno

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA - ES
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

STN/SICONFI

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") R$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2024	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	**660.212,19**	**599.614,79**	**537.321,57**
Dívida Mobiliária			
Dívida Contratual	660.212,19	599.614,79	537.321,57
Empréstimos			
Internos			
Externos			
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios			
Financiamentos			
Internos			
Externos			
Parcelamento e Renegociação de dívidas	660.212,19	599.614,79	537.321,57
De Tributos			
De Contribuições Previdenciárias	660.212,19	599.614,79	537.321,57
De Demais Contribuições Sociais			
Do FGTS			
Com Instituição Não Financeira			
Demais Dívidas Contratuais			
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos			
Outras Dívidas			
DEDUÇÕES (II)	**65.598.751,28**	**73.418.489,90**	**66.155.080,66**
Disponibilidade de Caixa	65.598.751,28	73.418.489,90	66.155.080,66
Disponibilidade de Caixa Bruta	65.717.730,16	73.867.946,78	66.160.577,16
(-) Restos a Pagar Processados	118.503,79	82.463,67	885,60
(-) Depósitos Restituíves e Valores Vinculados	475,09	366.993,21	4.610,90
Demais Haveres Financeiros			
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	**(64.938.539,09)**	**(72.818.875,11)**	**(65.617.759,09)**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**130.118.095,38**	**140.820.977,43**	**147.088.790,50**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	**1.265.000,00**	**4.300.000,00**	**4.840.000,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	**128.853.095,38**	**136.520.977,43**	**142.248.790,50**
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	**0,51**	**0,44**	**0,38**
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	**(50,40)**	**(53,34)**	**(46,13)**
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120,00%	**154.623.714,46**	**163.825.172,92**	**170.698.548,60**
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	**139.161.343,01**	**147.442.655,63**	**153.628.693,74**

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2024	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000			
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	34.490,04	34.490,04	1.757.612,26
PASSIVO ATUARIAL	11.778.337,93	11.778.337,93	9.905.049,23
RP NÃO-PROCESSADOS	6.456.520,84	430.349,10	14.049.715,26
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO			
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP			
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS			

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Cgab - Gabinete Do Prefeito, Emissão: 29/01/2025 , as 14:46:51

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA - ES
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024
STN/SICONFI

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") R$ 1,00

Kleber Medici da Costa
Prefeito Municipal

José Henrique F. dos Santos
Contador CRC/ES 018866/O

Juliana Sales
Controlador Interno

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA - ES
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024
RGF - ANEXO 3 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40 § 1º) **STN/SICONFI**
R$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2024	
		Até o 1º semestre	Até o 2º semestre
AOS ESTADOS (I)			
Em Operações de Crédito Externas			
Em Operações de Crédito Internas			
AOS MUNICÍPIOS (II)			
Em Operações de Crédito Externas			
Em Operações de Crédito Internas			
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)			
Em Operações de Crédito Externas			
Em Operações de Crédito Internas			
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)			
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	130.118.095,38	140.820.977,43	147.088.790,50
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)	1.265.000,00	4.300.000,00	4.840.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	128.853.095,38	136.520.977,43	142.248.790,50
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)			
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22,00 %	28.347.680,98	30.034.615,03	31.294.733,91
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 90,00 %	25.512.912,88	27.031.153,53	28.165.260,52

CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2024	
		Até o 1º semestre	Até o 2º semestre
DOS ESTADOS (IX)			
Em Garantia às operações de Crédito Externas			
Em Garantia às operações de Crédito Internas			
DOS MUNICÍPIOS (X)			
Em Garantia às operações de Crédito Externas			
Em Garantia às operações de Crédito Internas			
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)			
Em Garantia às operações de Crédito Externas			
Em Garantia às operações de Crédito Internas			
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)			
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)			
MEDIDAS CORRETIVAS			

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Cgab - Gabinete Do Prefeito, Emissão: 29/01/2025 , as 14:54:13

Kleber Medici da Costa
Prefeito Municipal

José Henrique F. dos Santos
Contador CRC/ES 018866/O

Juliana Sales
Controlador Interno

Protocolo 1482006

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA - ES
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024
RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

STN/SICONFI

R$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de Referência	Até o Semestre de Referência (a)
Mobiliária		
Interna		
Externa		
Contratual		
Interna		
Empréstimos		
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro		
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços		
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)		
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (I)		
Externa		
Empréstimos		
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro		
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços		
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)		
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação[1] (II)		
TOTAL (III)		

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	147.088.790,50	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 1º, art. 166-A da CF) (V)	4.840.000,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	142.248.790,50	
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)		
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)		
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	22.759.806,48	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	20.483.825,83	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	9.957.415,34	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Parcelamentos de Dívidas		
Tributos		
Contribuições Previdenciárias		
FGTS		
Demais Contribuições Sociais		
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas		

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Cgab - Gabinete Do Prefeito, Emissão: 29/01/2025 , as 14:58:14

Kleber Medici da Costa
Prefeito Municipal

José Henrique F. dos Santos
Contador CRC/ES 018866/O

Juliana Sales
Controlador Interno

Protocolo 1482007

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA - ES - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024
RGF - ANEXO 5 (LRF, Art. 55, inciso III, alínea "a")

R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g) = (a - (b + c + d + e)-f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)					
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	**28.264.731,33**		**705,60**		**14,40**		**28.264.011,33**	**6.981.339,71**		21.282.671,62
Recursos Não Vinculados de Impostos	24.162.531,60		705,60		14,40		24.161.811,60	5.161.868,84		18.999.942,76
Outros Recursos não Vinculados	4.102.199,73						4.102.199,73	1.819.470,87		2.282.728,86
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS) (II)	**37.895.845,83**		**180,00**	**154,97**	**4.596,50**		**37.890.914,36**	**7.068.220,58**		30.822.693,78
Recursos Vinculados à Educação	**6.945.710,66**		**180,00**		**901,68**		**6.944.628,98**	**2.225.803,81**		4.718.825,17
Transferências do FUNDEB	1.227.765,88		180,00		901,68		1.226.684,20			1.226.684,20
Outros Recursos Vinculados à Educação	5.717.944,78						5.717.944,78	2.225.803,81		3.492.140,97
Recursos Vinculados à Saúde	**11.674.251,38**						**11.674.251,38**	**1.627.475,40**		10.046.775,98
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS	10.295.258,54						10.295.258,54	1.579.474,57		8.715.783,97
Outros Recursos Vinculados à Saúde	1.378.992,84						1.378.992,84	48.000,83		1.330.992,01
Recursos Vinculados à Assistência Social	**1.900.672,63**						**1.900.672,63**	**9.251,47**		1.891.421,16
Recursos Vinculados à Previdência Social (Exceto ao RPPS)										
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	**7.049.610,72**			**154,97**			**7.049.455,75**	**1.409.976,11**		5.639.479,64
Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres (exceto Educação, Saúde e Assistência)	154.668,62						154.668,62	15.521,74		139.146,88
Outras Vinculações Decorrentes de Transferências	6.894.942,10			154,97			6.894.787,13	1.394.454,37		5.500.332,76
Demais Vinculações Legais	**10.209.740,73**						**10.209.740,73**	**1.794.027,61**		8.415.713,12
Outras Vinculações Legais	5.787.750,26						5.787.750,26	310.374,20		5.477.376,06
Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à Saúde)										
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	1.277.641,70						1.277.641,70			1.277.641,70
Recursos Vinculados a Fundos (exceto Educação, Saúde, Assistência e Previdência)	3.144.348,77						3.144.348,77	1.483.653,41		1.660.695,36
Recursos Extraorçamentários	**3.694,82**				**3.694,82**					
Outras Vinculações	**112.164,89**						**112.164,89**	**1.686,18**		110.478,71
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS AO RPPS (III)										
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)²										
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)										
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração										
TOTAL (IV) = (I + II + III)	**66.160.577,16**		**885,60**	**154,97**	**4.610,90**		**66.154.925,69**	**14.049.560,29**		52.105.365,40

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: , Emissão: , as

Kleber Medici da Costa	José Henrique F. dos Santos	Juliana Sales
Prefeito Municipal	Contador CRC/ES 018866/O	Controlador Interno

Protocolo 1482009

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA - ES - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

STN/SICONFI

LRF, art. 48 - Anexo 6 — R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O SEMESTRE
Receita Corrente Líquida	147.088.790,50
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	142.248.790,50
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	140.915.862,50

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP		
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 54,00 %	76.094.565,75	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 51,30 %	72.289.837,46	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 48,60 %	68.485.109,17	48,60

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	(65.617.759,09)	0,38
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	170.698.548,60	120,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	31.294.733,91	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	22.759.806,48	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	9.957.415,34	7,00

RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS NO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	14.049.560,29	52.105.365,40

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Cgab - Gabinete Do Prefeito, Emissão: 29/01/2025 , as 15:01:19

Kleber Medici da Costa
Prefeito Municipal

José Henrique F. dos Santos
Contador CRC/ES 018866/O

Juliana Sales
Controlador Interno

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas			% (c/a)	Saldo (a-c)
			No Período (b)	%(b/a)	Até o Período (c)		
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**133.800.000,00**	**143.255.325,82**	**28.251.022,63**	**19,72**	**153.383.173,26**	**107,07**	**(10.127.847,44)**
RECEITAS CORRENTES	127.800.000,00	137.255.325,82	24.751.183,66	18,03	147.088.790,50	107,16	(9.833.464,68)
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	12.157.570,94	12.157.570,94	3.276.096,97	26,95	16.083.616,91	132,29	(3.926.045,97)
Impostos	11.530.448,70	11.530.448,70	3.212.324,37	27,86	15.264.195,59	132,38	(3.733.746,89)
Taxas	627.122,24	627.122,24	63.772,60	10,17	819.421,32	130,66	(192.299,08)
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	1.607.794,96	1.607.794,96	281.848,91	17,53	1.725.984,78	107,35	(118.189,82)
Contribuições Sociais							
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Forma							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	1.607.794,96	1.607.794,96	281.848,91	17,53	1.725.984,78	107,35	(118.189,82)
RECEITA PATRIMONIAL	3.080.997,07	3.083.219,70	827.010,51	26,82	4.733.616,06	153,53	(1.650.396,36)
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários	3.058.024,69	3.060.247,32	822.108,33	26,86	4.704.664,12	153,73	(1.644.416,80)
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Au	22.972,38	22.972,38	4.902,18	21,34	28.951,94	126,03	(5.979,56)
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS	154.777,12	154.777,12	22.670,75	14,65	258.605,62	167,08	(103.828,50)
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços	154.777,12	154.777,12	22.670,75	14,65	258.605,62	167,08	(103.828,50)
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	110.642.655,90	120.095.759,09	20.253.272,22	16,86	124.019.167,56	103,27	(3.923.408,47)
Transferências da União e de suas Entidades	51.783.622,79	60.475.157,57	11.379.420,44	18,82	62.345.389,01	103,09	(1.870.231,44)
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	37.840.075,11	37.840.075,11	4.856.043,76	12,83	38.721.590,89	102,33	(881.515,78)
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	805.871,22	805.871,22	185.921,19	23,07	998.564,23	123,91	(192.693,01)
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas	20.213.086,78	20.974.655,19	3.831.886,83	18,27	21.953.623,43	104,67	(978.968,24)
Transferências do Exterior							
Demais Transferências Correntes							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	156.204,01	156.204,01	90.284,30	57,80	267.799,57	171,44	(111.595,56)
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	65.056,36	65.056,36	24.814,16	38,14	191.006,53	293,60	(125.950,17)
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							
Demais Receitas Correntes	91.147,65	91.147,65	65.470,14	71,83	76.793,04	84,25	14.354,61
RECEITAS DE CAPITAL	6.000.000,00	6.000.000,00	3.499.838,97	58,33	6.294.382,76	104,91	(294.382,76)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS	57.725,00	57.725,00	83.050,00	143,87	1.262.000,00	2.186,23	(1.204.275,00)
Alienação de Bens Móveis	57.725,00	57.725,00	83.050,00	143,87	1.262.000,00	2.186,23	(1.204.275,00)
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.942.275,00	5.942.275,00	3.416.788,97	57,50	5.032.382,76	84,69	909.892,24
Transferências da União e de suas Entidades	1.819.275,00	1.819.275,00	2.298.789,00	126,36	2.478.068,14	136,21	(658.793,14)
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	4.123.000,00	4.123.000,00	1.117.999,97	27,12	2.554.314,62	61,95	1.568.685,38
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Tranferências de Capital							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	**133.800.000,00**	**143.255.325,82**	**28.251.022,63**	**19,72**	**153.383.173,26**	**107,07**	**(10.127.847,44)**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
Mobiliária							
Contratual							
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	133.800.000,00	143.255.325,82	28.251.022,63	19,72	153.383.173,26	107,07	(10.127.847,44)
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	8.260.203,79	—	—
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	133.800.000,00	143.255.325,82	28.251.022,63	19,72	161.643.377,05	107,07	(10.127.847,44)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	—	47.355.019,49	—	—	47.355.019,49	100,00	—
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	—	—	—	—	—	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	—	47.355.019,49	—	—	47.355.019,49	100,00	—

Despesas	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas		Saldo (g) = (e - f)	Despesas Liquidadas		Saldo (i) = (e - h)	Despesas Pagas Até o Período (j)	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados(k)
			No Período	Até Período (f)		No Período	Até Período (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (	**133.800.000,00**	**194.489.037,23**	**8.995.441,28**	**161.643.377,05**	**32.845.660,18**	**32.779.508,23**	**147.593.816,76**	**46.895.220,47**	**147.592.931,16**	**14.049.560,29**
DESPESAS CORRENTES	116.752.187,64	134.560.392,89	10.913.036,75	125.503.095,34	9.057.297,55	26.696.610,55	122.749.987,18	11.810.405,71	122.749.101,58	2.753.108,16
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	54.338.352,15	54.020.012,26	10.795.355,71	51.518.735,10	2.501.277,16	11.179.483,34	51.517.048,92	2.502.963,34	51.516.868,92	1.686,18
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	20.000,00	20.000,00	2.996,73	17.483,00	2.517,00	2.996,73	17.483,00	2.517,00	17.483,00	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	62.393.835,49	80.520.380,63	114.684,31	73.966.877,24	6.553.503,39	15.514.130,48	71.215.455,26	9.304.925,37	71.214.749,66	2.751.421,98
DESPESAS DE CAPITAL	15.769.812,36	59.851.819,63	(1.917.595,47)	36.140.281,71	23.711.537,92	6.082.897,68	24.843.829,58	35.007.990,05	24.843.829,58	11.296.452,13
INVESTIMENTOS	15.649.812,36	59.745.436,05	(1.935.555,87)	36.034.874,09	23.710.561,96	6.064.937,28	24.738.421,96	35.007.014,09	24.738.421,96	11.296.452,13
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	120.000,00	106.383,58	17.960,40	105.407,62	975,96	17.960,40	105.407,62	975,96	105.407,62	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.278.000,00	76.824,71			76.824,71			76.824,71		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)										
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	**133.800.000,00**	**194.489.037,23**	**8.995.441,28**	**161.643.377,05**	**32.845.660,18**	**32.779.508,23**	**147.593.816,76**	**46.895.220,47**	**147.592.931,16**	**14.049.560,29**
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI										
Amortização da Dívida Interna										
Dívida Mobiliária										
Dívida Contratual										
Amortização da Dívida Externa										
Dívida Mobiliária										

IMPRESSÃO: JOSÉ HENRIQUE FERREIRA DOS SANTOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Dívida Contratual										
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	133.800.000,00	194.489.037,23	8.995.441,28	161.643.377,05	32.845.660,18	32.779.508,23	147.593.816,76	46.895.220,47	147.592.931,16	14.049.560,29
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—			—	5.789.356,50		5.790.242,10	—
TOTAL COM SUPERAVIT (XIV) = (XII + XIII)	133.800.000,00	194.489.037,23	8.995.441,28	161.643.377,05	32.845.660,18	32.779.508,23	153.383.173,26	46.895.220,47	153.383.173,26	14.049.560,29
RESERVA DO RPPS	—	—	—			—				—

Receitas Intra	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas			% (c/a)	Saldo (a-c)
			No Período (b)	%(b/a)	Até o Período (c)		
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							
RECEITAS CORRENTES							
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA							
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES							
Contribuições Sociais							
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Forma							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL							
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários							
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Au							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS							
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Transferências Correntes							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES							
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos							
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							
Demais Receitas Correntes							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Tranferências de Capital							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							

Despesas Intra	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas		Saldo (g) = (e - f)	Despesas Liquidadas		Saldo (i) = (e - h)	Despesas Pagas Até o Período (j)	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados(k)
			No Período	Até Período (f)		No Período	Até Período (h)			
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)										—
DESPESAS CORRENTES										—
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS										—
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										—
OUTRAS DESPESAS CORRENTES										—
DESPESAS DE CAPITAL										—
INVESTIMENTOS										—
INVERSÕES FINANCEIRAS										—
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										—
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										—

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

FL	**RUBRICA**
Nº PROCESSO	

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Smfa - Administracao Tributária, Emissão: 29/01/2025 , às 15:46:48

Kleber Medici da Costa
Prefeito Municipal

Juliana Sales
Controlador Interno

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**133.800.000,00**	**194.489.037,23**	**8.995.441,28**	**161.643.377,05**	**100,00**	**32.845.660,18**	**32.779.508,23**	**147.593.816,76**	**100,00**	**46.895.220,47**	**14.049.560,29**
Legislativa	**5.482.000,00**	**5.482.000,00**	**592.774,98**	**3.751.000,34**	**2,32**	**1.730.999,66**	**1.025.707,68**	**3.751.000,34**	**2,54**	**1.730.999,66**	
Ação Legislativa	5.482.000,00	5.482.000,00	592.774,98	3.751.000,34	2,32	1.730.999,66	1.025.707,68	3.751.000,34	2,54	1.730.999,66	
Controle Externo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Judiciária											
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Essencial à Justiça											
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Administração	**13.781.683,52**	**21.512.215,79**	**(388.812,80)**	**17.647.750,97**	**10,92**	**3.864.464,82**	**3.709.697,13**	**14.360.149,54**	**9,73**	**7.152.066,25**	**3.287.601,43**
Planejamento e Orçamento	892.563,99	2.043.272,58	95.624,01	1.936.636,23	1,20	106.636,35	158.388,36	901.926,65	0,61	1.141.345,93	1.034.709,58
Administração Geral	8.287.296,76	8.425.482,68	743.577,76	7.785.766,10	4,82	639.716,58	2.066.983,10	7.657.396,49	5,19	768.086,19	128.369,61
Administração Financeira	821.010,30	849.166,21	117.231,74	795.217,03	0,49	53.949,18	157.357,59	795.217,03	0,54	53.949,18	
Controle Interno	129.724,44	129.724,44	21.208,88	115.986,97	0,07	13.737,47	21.208,88	115.986,97	0,08	13.737,47	
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos	44.000,00	43.800,00		33.512,00	0,02	10.288,00		33.512,00	0,02	10.288,00	
Administração de Receitas	946.284,19	853.693,83	82.482,23	754.356,80	0,47	99.337,03	160.624,14	752.356,80	0,51	101.337,03	2.000,00
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
Demais Subfunções	2.660.803,84	9.167.076,05	(1.448.937,42)	6.226.275,84	3,85	2.940.800,21	1.145.135,06	4.103.753,60	2,78	5.063.322,45	2.122.522,24
Defesa Nacional											
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Segurança Pública	**532.971,95**	**946.102,20**	**15.787,14**	**96.756,98**	**0,06**	**849.345,22**	**15.787,14**	**96.756,98**	**0,07**	**849.345,22**	
Policiamento											
Defesa Civil	94.071,95	108.351,85	15.787,14	95.665,05	0,06	12.686,80	15.787,14	95.665,05	0,06	12.686,80	
Informação e Inteligência	438.900,00	837.750,35		1.091,93	0,00	836.658,42		1.091,93	0,00	836.658,42	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Assistência Social	**6.762.351,65**	**9.126.934,18**	**451.060,01**	**6.529.808,26**	**4,04**	**2.597.125,92**	**1.342.701,71**	**6.196.702,59**	**4,20**	**2.930.231,59**	**333.105,67**
Assistência ao Idoso	271.089,04	305.577,77	31.001,30	245.133,77	0,15	60.444,00	50.459,46	245.133,77	0,17	60.444,00	
Assistência ao Portador de Deficiência	636.500,00	742.986,63		737.740,00	0,46	5.246,63	19.636,80	737.740,00	0,50	5.246,63	
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.289.411,11	1.538.371,60	335.701,79	1.160.028,35	0,72	378.343,25	391.923,01	1.159.844,34	0,79	378.527,26	184,01
Assistência Comunitária	3.957.470,86	5.827.765,40	49.287,08	3.851.938,86	2,38	1.975.826,54	758.479,72	3.519.198,24	2,38	2.308.567,16	332.740,62
Administração Geral	607.880,64	712.232,78	35.069,84	534.967,28	0,33	177.265,50	122.202,72	534.786,24	0,36	177.446,54	181,04
Demais Subfunções											
Previdência Social											
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário											
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saúde	**34.889.807,71**	**52.787.634,16**	**2.786.783,25**	**48.491.969,95**	**30,00**	**4.295.664,21**	**9.072.951,43**	**44.886.014,59**	**30,41**	**7.901.619,57**	**3.605.955,36**
Atenção Básica	8.317.130,16	11.804.710,00	1.639.001,27	10.678.612,04	6,61	1.126.097,96	2.488.687,76	9.726.360,67	6,59	2.078.349,33	952.251,37
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	22.387.323,38	35.935.094,23	444.264,71	33.082.291,26	20,47	2.852.802,97	5.805.035,08	30.754.363,29	20,84	5.180.730,94	2.327.927,97
Suporte Profilático e Terapêutico	613.900,01	669.341,18	37.994,45	647.676,49	0,40	21.664,69	60.189,39	646.926,49	0,44	22.414,69	750,00
Vigilância Sanitária	618.601,48	842.771,78	67.131,93	819.135,31	0,51	23.636,47	149.346,00	819.135,31	0,55	23.636,47	

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
Vigilância Epidemiológica	1.133.307,40	1.389.286,15	412.710,10	1.181.667,02	0,73	207.619,13	234.578,17	861.101,96	0,58	528.184,19	320.565,06
Alimentação e Nutrição											
Administração Geral	1.815.470,93	2.142.556,47	185.680,79	2.082.587,83	1,29	59.968,64	335.115,03	2.078.126,87	1,41	64.429,60	4.460,96
Demais Subfunções	4.074,35	3.874,35				3.874,35				3.874,35	
Trabalho											
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Educação	**40.734.233,29**	**49.817.948,47**	**2.991.934,22**	**43.238.060,62**	**26,75**	**6.579.887,85**	**11.003.708,73**	**40.914.839,91**	**27,72**	**8.903.108,56**	**2.323.220,71**
Ensino Fundamental	20.158.678,98	24.903.985,68	3.597.403,86	22.382.208,57	13,85	2.521.777,11	6.185.029,69	22.055.384,63	14,94	2.848.601,05	326.823,94
Ensino Médio	1.869.860,46	2.210.795,03	(389,98)	1.809.261,71	1,12	401.533,32	302.004,56	1.809.261,71	1,23	401.533,32	
Ensino Profissional											
Ensino Superior	519.070,90	512.127,94	63.879,16	469.683,80	0,29	42.444,14	134.909,60	468.944,88	0,32	43.183,06	738,92
Educação Infantil	12.993.635,60	16.986.923,98	(852.087,57)	13.769.068,55	8,52	3.217.855,43	3.123.842,56	11.792.327,77	7,99	5.194.596,21	1.976.740,78
Educação de Jovens e Adultos	344.173,94	185.511,75	(9.358,20)	185.511,75	0,11			185.511,75	0,13		
Educação Especial	863.130,51	915.483,89	212.411,81	911.496,82	0,56	3.987,07	232.112,51	911.496,82	0,62	3.987,07	
Educação Básica											
Administração Geral	2.729.176,90	2.811.600,19	108.826,30	2.565.825,03	1,59	245.775,16	445.310,84	2.546.907,96	1,73	264.692,23	18.917,07
Demais Subfunções	1.256.506,00	1.291.520,01	(128.751,16)	1.145.004,39	0,71	146.515,62	580.498,97	1.145.004,39	0,78	146.515,62	
Cultura	**141.982,17**	**491.295,50**	**181.265,15**	**342.265,15**	**0,21**	**149.030,35**	**229.265,15**	**342.265,15**	**0,23**	**149.030,35**	
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	4.000,00	315.354,52	181.265,15	294.265,15	0,18	21.089,37	181.265,15	294.265,15	0,20	21.089,37	
Difusão Cultural	137.982,17	175.940,98		48.000,00	0,03	127.940,98	48.000,00	48.000,00	0,03	127.940,98	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania											
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Urbanismo	**13.162.968,98**	**25.025.586,07**	**623.080,28**	**17.132.574,74**	**10,60**	**7.893.011,33**	**2.197.596,36**	**15.422.928,89**	**10,45**	**9.602.657,18**	**1.709.645,85**
Infra-Estrutura Urbana	2.328.800,00	14.817.492,26	235.255,78	8.762.983,21	5,42	6.054.509,05	764.982,19	7.423.999,21	5,03	7.393.493,05	1.338.984,00
Serviços Urbanos	10.834.168,98	10.208.093,81	387.824,50	8.369.591,53	5,18	1.838.502,28	1.432.614,17	7.998.929,68	5,42	2.209.164,13	370.661,85
Transportes Coletivos Urbanos											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Habitação	**1.000,00**	**1.000,00**				**1.000,00**				**1.000,00**	
Habitação Rural											
Habitação Urbana	1.000,00	1.000,00				1.000,00				1.000,00	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saneamento	**1.787.500,00**	**1.787.500,00**	**(86.444,95)**	**1.661.594,79**	**1,03**	**125.905,21**	**336.781,00**	**1.661.594,79**	**1,13**	**125.905,21**	
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano											
Administração Geral											
Demais Subfunções	1.787.500,00	1.787.500,00	(86.444,95)	1.661.594,79	1,03	125.905,21	336.781,00	1.661.594,79	1,13	125.905,21	
Gestão Ambiental	**914.251,35**	**1.885.284,84**	**(193.784,83)**	**1.354.189,76**	**0,84**	**531.095,08**	**184.639,93**	**1.081.618,60**	**0,73**	**803.666,24**	**272.571,16**
Preservação e Conservação Ambiental	913.751,35	764.792,65	(34.305,79)	619.168,80	0,38	145.623,85	102.927,99	619.168,80	0,42	145.623,85	
Controle Ambiental	300,00	1.120.292,19	(159.479,04)	735.020,96	0,45	385.271,23	81.711,94	462.449,80	0,31	657.842,39	272.571,16
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
Administração Geral											
Demais Subfunções	200,00	200,00				200,00				200,00	
Ciência e Tecnologia											
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Agricultura	**1.832.552,62**	**3.957.463,34**	**(57.573,29)**	**3.242.558,28**	**2,01**	**714.905,06**	**529.296,82**	**1.875.484,27**	**1,27**	**2.081.979,07**	**1.367.074,01**
Abastecimento											

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
Extensão Rural	334.349,85	2.489.640,57	(176.714,86)	1.935.416,68	1,20	554.223,89	242.318,30	606.685,59	0,41	1.882.954,98	1.328.731,09
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária	381.540,00	381.540,00	(46.941,61)	304.716,06	0,19	76.823,94	68.473,06	266.373,14	0,18	115.166,86	38.342,92
Defesa Agropecuária											
Administração Geral	1.116.662,77	1.086.282,77	166.083,18	1.002.425,54	0,62	83.857,23	218.505,46	1.002.425,54	0,68	83.857,23	
Demais Subfunções											
Organização Agrária											
Reforma Agrária											
Colonização											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Indústria											
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	**3.784.393,93**	**7.355.521,39**	**496.855,84**	**7.099.096,04**	**4,39**	**256.425,35**	**572.275,03**	**7.083.096,04**	**4,80**	**272.425,35**	**16.000,00**
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo	3.784.393,93	7.355.521,39	496.855,84	7.099.096,04	4,39	256.425,35	572.275,03	7.083.096,04	4,80	272.425,35	16.000,00
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comunicações											
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Energia											
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Transporte	**3.898.627,24**	**4.645.138,11**	**1.021.660,54**	**4.526.502,67**	**2,80**	**118.635,44**	**1.017.746,78**	**4.295.306,02**	**2,91**	**349.832,09**	**231.196,65**
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário	200.500,00	3.404,00		2.904,00	0,00	500,00		2.904,00	0,00	500,00	
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
Administração Geral	3.698.127,24	4.641.734,11	1.021.660,54	4.523.598,67	2,80	118.135,44	1.017.746,78	4.292.402,02	2,91	349.332,09	231.196,65
Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	**3.086.128,34**	**7.416.476,39**	**284.394,22**	**4.368.713,72**	**2,70**	**3.047.762,67**	**1.130.706,64**	**3.574.286,92**	**2,42**	**3.842.189,47**	**794.426,80**
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário	2.871.968,34	6.909.783,04	330.766,82	3.976.020,09	2,46	2.933.762,95	1.040.542,45	3.204.737,83	2,17	3.705.045,21	771.282,26
Lazer	214.160,00	506.693,35	(46.372,60)	392.693,63	0,24	113.999,72	90.164,19	369.549,09	0,25	137.144,26	23.144,54
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Encargos Especiais	**1.729.547,25**	**2.174.112,08**	**276.461,52**	**2.160.534,78**	**1,34**	**13.577,30**	**410.646,70**	**2.051.772,13**	**1,39**	**122.339,95**	**108.762,65**
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna	140.000,00	126.383,58	20.957,13	122.890,62	0,08	3.492,96	20.957,13	122.890,62	0,08	3.492,96	
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais	1.589.547,25	2.047.728,50	255.504,39	2.037.644,16	1,26	10.084,34	389.689,57	1.928.881,51	1,31	118.846,99	108.762,65
Transferências para a Educação Básica											
Demais Subfunções											
Reserva de Contigência	**1.278.000,00**	**76.824,71**	**----**	**----**	**----**	**76.824,71**	**----**	**----**	**----**	**76.824,71**	**----**
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)											
TOTAL (III) = (I + II)	**133.800.000,00**	**194.489.037,23**	**8.995.441,28**	**161.643.377,05**	**100,00**	**32.845.660,18**	**32.779.508,23**	**147.593.816,76**	**100,00**	**46.895.220,47**	**14.049.560,29**

IMPRESSÃO: JOSÉ HENRIQUE FERREIRA DOS SANTOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)											
Legislativa											
Ação Legislativa											
Controle Externo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Judiciária											
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Essencial à Justiça											
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Administração											
Planejamento e Orçamento											
Administração Geral											
Administração Financeira											
Controle Interno											
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
Demais Subfunções											
Defesa Nacional											
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Segurança Pública											
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Assistência Social											
Assistência ao Idoso											
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente											
Assistência Comunitária											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Previdência Social											
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário											
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saúde											
Atenção Básica											
Assistência Hospitalar e Ambulatorial											
Suporte Profilático e Terapêutico											
Vigilância Sanitária											

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
Vigilância Epidemiológica											
Alimentação e Nutrição											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Trabalho											
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Educação											
Ensino Fundamental											
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil											
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial											
Educação Básica											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Cultura											
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania											
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Urbanismo											
Infra-Estrutura Urbana											
Serviços Urbanos											
Transportes Coletivos Urbanos											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Habitação											
Habitação Rural											
Habitação Urbana											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saneamento											
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Gestão Ambiental											
Preservação e Conservação Ambiental											
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia											
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Agricultura											
Abastecimento											

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
Extensão Rural											
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Organização Agrária											
Reforma Agrária											
Colonização											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Indústria											
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comércio e Serviços											
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comunicações											
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Energia											
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Transporte											
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Desporto e Lazer											
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário											
Lazer											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Encargos Especiais											
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
Demais Subfunções											
Reserva de Contigência											

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Smfa - Administracao Tributária, Emissão: 29/01/2025 , às 15:48:08

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

Kleber Medici da Costa
Prefeito Municipal

Juliana Sales
Controlador Interno

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	**11.530.448,70**	**15.264.195,59**
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.630.893,26	1.729.609,29
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	2.376.328,12	1.764.365,26
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	5.972.775,78	9.968.335,18
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.550.451,54	1.801.885,86
2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**73.074.938,04**	**77.325.489,85**
2.1 - Cota-Parte FPM	**38.167.409,55**	**40.287.282,71**
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	34.662.995,08	36.517.398,81
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d e e	3.504.414,47	3.769.883,90
2.2 - Cota-Parte ICMS	31.021.226,33	32.625.156,63
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	292.464,39	400.813,23
2.4 - Cota-Parte ITR	59.714,82	63.295,76
2.5 - Cota-Parte IPVA	3.513.073,85	3.930.826,91
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro		
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	21.049,10	18.114,61
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	**84.605.386,74**	**92.589.685,44**

4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	**13.914.104,70**	**14.711.119,87**
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6)	**7.237.241,97**	**8.436.300,17**

FUNDEB

RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	**21.024.655,19**	**22.208.804,19**
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	**21.024.655,19**	**22.208.804,19**
6.1.1- Principal	20.974.655,19	21.953.623,43
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	50.000,00	255.180,76
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF		
6.2.1- Principal		
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira		
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT		
6.3.1- Principal		
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira		
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR		
6.4.1- Principal		
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira		
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 - 4)[1]	**7.060.550,49**	**7.242.503,56**

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	**610.667,34**
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	610.667,34
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	

9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	**22.819.471,53**

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB - (Por Subfunção) 6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	**22.267.173,32**	**22.225.607,01**	**22.225.607,01**	**22.225.427,01**	
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	**19.609.834,47**	**19.568.290,10**	**19.568.290,10**	**19.568.110,10**	
10.1.1 - Educação Infantil	6.756.388,47	6.721.413,96	6.721.413,96	6.721.233,96	
10.1.2- Ensino Fundamental	11.940.805,23	11.937.820,44	11.937.820,44	11.937.820,44	
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos	94.708,63	94.708,63	94.708,63	94.708,63	
10.1.4- Educação Especial	817.932,14	814.347,07	814.347,07	814.347,07	
10.1.5- Administração Geral					
10.2- OUTRAS DESPESAS	**2.657.338,85**	**2.657.316,91**	**2.657.316,91**	**2.657.316,91**	
10.2.1- Educação Infantil	583.327,18	583.327,18	583.327,18	583.327,18	
10.2.2- Ensino Fundamental	2.074.011,67	2.073.989,73	2.073.989,73	2.073.989,73	
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos					
10.2.4- Educação Especial					
10.2.5- Administração Geral					
10.2.6- Transporte (Escolar)					
10.2.7- Outras					

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA - ES — **STN/SICONFI**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) — R$ 1,00

INDICADORES DO FUNDEB

DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)	DESPESAS LIQUIDADAS / EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i) (i)
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**21.017.065,82**	**21.017.065,82**	**21.016.885,82**			
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	21.017.065,82	21.017.065,82	21.016.885,82			
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF						
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT						
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR						
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	18.359.748,91	18.359.748,91	18.359.568,91			
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL						
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL						

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal2	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15- MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	15.546.162,93	18.359.748,91	18.359.748,91	82,67
16 - PERCENTUAL DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL				
17- MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL				

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)3	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18- TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	**2.220.880,42**	**1.191.738,37**	**1.191.738,37**		**5,37**

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)3	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	**1.955.325,72**	**1.234.175,99**	**1.102.636,89**	**105.904,30**		**131.539,10**
19.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	1.955.325,72	1.234.175,99	1.102.636,89	105.904,30		131.539,10
19.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)						

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB - (Por Área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE	**13.917.482,95**	**11.334.268,41**	**11.237.590,43**	**11.237.590,43**	**96.677,98**
20.1- Educação Infantil	6.215.284,66	3.991.703,69	3.978.995,14	3.978.995,14	12.708,55
20.2- Ensino Fundamental	5.440.972,41	5.275.203,54	5.210.151,18	5.210.151,18	65.052,36
20.3- Educação de Jovens e Adultos	90.803,12	90.803,12	90.803,12	90.803,12	
20.4- Educação Especial	85.728,48	85.375,20	85.375,20	85.375,20	
20.5- Administração Geral	1.790.369,43	1.596.858,01	1.577.940,94	1.577.940,94	18.917,07
20.6- Transporte (Escolar)					
20.7- Outras	294.324,85	294.324,85	294.324,85	294.324,85	

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEI

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB - (Por Área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE	**36.184.656,27**	**33.559.875,42**	**33.463.197,44**	**33.463.017,44**	**96.677,98**
21.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	**14.528.425,21**	**12.209.311,89**	**12.190.801,47**	**12.190.621,47**	**18.510,42**
21.1.1- Creche	5.741.608,76	4.825.096,72	4.817.781,55	4.817.710,42	7.315,17
21.1.2- Pré-escola	8.786.816,45	7.384.215,16	7.373.019,92	7.372.911,05	11.195,25
21.2- ENSINO FUNDAMENTAL	21.656.231,06	21.350.563,53	21.272.395,97	21.272.395,97	78.167,56

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	11.334.268,41
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	14.711.119,87
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	
25- (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL = L19(x)	131.539,10
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4	
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))	97.328,22
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27)	25.816.520,96

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA - ES — **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) — R$ 1,00

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL2 e 5	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	23.147.421,36	25.816.520,96	27,88

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE8	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	**1.606.669,60**	**1.509.341,38**	**1.483.642,96**	**97.328,22**	**25.698,42**
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	1.606.669,60	1.509.341,38	1.483.642,96	97.328,22	25.698,42
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos					
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)					

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**5.012.842,63**	**4.380.620,56**
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	**1.969.542,17**	**2.580.579,97**
31.1.1 - Salário-Educação	953.833,00	1.540.733,74
31.1.2 - PDDE	7.000,00	6.158,16
31.1.3 - PNAE	419.956,04	433.133,52
31.1.4 - PNATE	314.182,51	314.593,24
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	274.570,62	285.961,31
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	140,00	
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO		
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO		
31.5- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	3.043.160,46	1.800.040,59

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO - (Por Subfunção)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**13.633.292,20**	**9.678.185,20**	**7.451.642,47**	**7.451.642,47**	**2.226.542,73**
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	3.443.746,94	2.484.398,27	520.366,04	520.366,04	1.964.032,23
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	5.448.196,37	3.095.194,86	2.833.423,28	2.833.423,28	261.771,58
32.3- ENSINO MÉDIO	2.210.795,03	1.809.261,71	1.809.261,71	1.809.261,71	
32.4- ENSINO SUPERIOR	512.127,94	469.683,80	468.944,88	468.944,88	738,92
32.5- ENSINO PROFISSIONAL					
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS					
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL					
32.8- OUTRAS	2.018.425,92	1.819.646,56	1.819.646,56	1.819.646,56	

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	**49.817.948,47**	**43.238.060,62**	**40.914.839,91**	**40.914.659,91**	**2.323.220,71**
33.1- Despesas Correntes	**37.869.406,04**	**36.014.231,24**	**35.908.249,60**	**35.908.069,60**	**105.981,64**
33.1.1- Pessoal Ativo	21.118.333,05	20.908.448,96	20.908.448,96	20.908.268,96	
33.1.2- Pessoal Inativo					
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	169.009,15	169.009,15	169.009,15	169.009,15	
33.1.4- Outras Despesas Correntes	16.582.063,84	14.936.773,13	14.830.791,49	14.830.791,49	105.981,64
33.2- Despesas de Capital	**11.948.542,43**	**7.223.829,38**	**5.006.590,31**	**5.006.590,31**	**2.217.239,07**
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos					
33.2.2- Outras Despesas de Capital	11.948.542,43	7.223.829,38	5.006.590,31	5.006.590,31	2.217.239,07

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	1.242.518,13	144.743,34
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	22.208.804,19	1.540.733,74
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	22.225.427,01	609.620,71
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	1.225.895,31	1.075.856,37
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	139.047,85	
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)		
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	1.364.943,16	1.075.856,37

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Smfa - Administracao Tributária, Emissão: 29/01/2025 , às 15:48:58

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

Kleber Medici da Costa
Prefeito Municipal

Juliana Sales
Controlador Interno

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - ANEXO 8 (Portaria STN nº 72/2012, art. 11, II, b) R$ 1,00

DESPESA COM MDE EXECUTADA EM CONSÓRCIO PÚBLICOS

Prefeitura Municipal de Santa Teresa	VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE RATEIO (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
		Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x100	
EDUCAÇÃO INFANTIL (I)						
Despesas com MDE Custeadas com do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos						
Despesas com MDE Custeadas com do FUNDEB - Complementação da União - VAAF						
Despesas com MDE Custeadas com do FUNDEB - Complementação da União - VAAT						
Despesas com MDE Custeadas com Outras Receitas de Impostos						
Despesas com MDE Custeadas com outras Recursos Destinados à Educação						
ENSINO FUNDAMENTAL (II)	**9.412.558,86**					
Despesas com MDE Custeadas com do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	9.267.841,56					
Despesas com MDE Custeadas com do FUNDEB - Complementação da União - VAAF	144.717,30					
Despesas com MDE Custeadas com do FUNDEB - Complementação da União - VAAT						
Despesas com MDE Custeadas com Outras Receitas de Impostos						
Despesas com MDE Custeadas com outras Recursos Destinados à Educação						
ENSINO MÉDIO (III)						
Despesas com MDE Custeadas com do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos						
Despesas com MDE Custeadas com do FUNDEB - Complementação da União - VAAF						
Despesas com MDE Custeadas com do FUNDEB - Complementação da União - VAAT						
Despesas com MDE Custeadas com Outras Receitas de Impostos						
Despesas com MDE Custeadas com outras Recursos Destinados à Educação						
ENSINO SUPERIOR (IV)						
Despesas com MDE Custeadas com Outras Receitas de Impostos						
Despesas com MDE Custeadas com outras Recursos Destinados à Educação						
ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR (V)						
Despesas com MDE Custeadas com Outras Receitas de Impostos						
Despesas com MDE Custeadas com outras Recursos Destinados à Educação						
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE VII = (I + II + III + IV + V)	**9.412.558,86**					

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - ANEXO 8 (Portaria STN nº 72/2012, art. 11, II, b) R$ 1,00

DESPESA COM MDE EXECUTADA EM CONSÓRCIO PÚBLICOS						
Fundo Municipal de Saúde de Santa Teresa	**VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE RATEIO (d)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)**
		Até o Bimestre (e)	**% (f) = (e/d) x100**	**Até o Bimestre (g)**	**% (h) = (g/d) x100**	
EDUCAÇÃO INFANTIL (I)						
Despesas com MDE Custeadas com do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos						
Despesas com MDE Custeadas com do FUNDEB - Complementação da União - VAAF						
Despesas com MDE Custeadas com do FUNDEB - Complementação da União - VAAT						
Despesas com MDE Custeadas com Outras Receitas de Impostos						
Despesas com MDE Custeadas com outras Recursos Destinados à Educação						
ENSINO FUNDAMENTAL (II)						
Despesas com MDE Custeadas com do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos						
Despesas com MDE Custeadas com do FUNDEB - Complementação da União - VAAF						
Despesas com MDE Custeadas com do FUNDEB - Complementação da União - VAAT						
Despesas com MDE Custeadas com Outras Receitas de Impostos						
Despesas com MDE Custeadas com outras Recursos Destinados à Educação						
ENSINO MÉDIO (III)						
Despesas com MDE Custeadas com do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos						
Despesas com MDE Custeadas com do FUNDEB - Complementação da União - VAAF						
Despesas com MDE Custeadas com do FUNDEB - Complementação da União - VAAT						
Despesas com MDE Custeadas com Outras Receitas de Impostos						
Despesas com MDE Custeadas com outras Recursos Destinados à Educação						
ENSINO SUPERIOR (IV)						
Despesas com MDE Custeadas com Outras Receitas de Impostos						
Despesas com MDE Custeadas com outras Recursos Destinados à Educação						
ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR (V)						
Despesas com MDE Custeadas com Outras Receitas de Impostos						
Despesas com MDE Custeadas com outras Recursos Destinados à Educação						
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE VII = (I + II + III + IV + V)						

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - ANEXO 8 (Portaria STN nº 72/2012, art. 11, II, b) R$ 1,00

DESPESA COM MDE EXECUTADA EM CONSÓRCIO PÚBLICOS

Câmara Municipal de Santa Teresa	VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE RATEIO (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
		Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d) x100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d) x100	
EDUCAÇÃO INFANTIL (I)						
Despesas com MDE Custeadas com do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos						
Despesas com MDE Custeadas com do FUNDEB - Complementação da União - VAAF						
Despesas com MDE Custeadas com do FUNDEB - Complementação da União - VAAT						
Despesas com MDE Custeadas com Outras Receitas de Impostos						
Despesas com MDE Custeadas com outras Recursos Destinados à Educação						
ENSINO FUNDAMENTAL (II)						
Despesas com MDE Custeadas com do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos						
Despesas com MDE Custeadas com do FUNDEB - Complementação da União - VAAF						
Despesas com MDE Custeadas com do FUNDEB - Complementação da União - VAAT						
Despesas com MDE Custeadas com Outras Receitas de Impostos						
Despesas com MDE Custeadas com outras Recursos Destinados à Educação						
ENSINO MÉDIO (III)						
Despesas com MDE Custeadas com do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos						
Despesas com MDE Custeadas com do FUNDEB - Complementação da União - VAAF						
Despesas com MDE Custeadas com do FUNDEB - Complementação da União - VAAT						
Despesas com MDE Custeadas com Outras Receitas de Impostos						
Despesas com MDE Custeadas com outras Recursos Destinados à Educação						
ENSINO SUPERIOR (IV)						
Despesas com MDE Custeadas com Outras Receitas de Impostos						
Despesas com MDE Custeadas com outras Recursos Destinados à Educação						
ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR (V)						
Despesas com MDE Custeadas com Outras Receitas de Impostos						
Despesas com MDE Custeadas com outras Recursos Destinados à Educação						
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE VII = (I + II + III + IV + V)						

Kleber Medici da Costa
Prefeito Municipal

Juliana Sales
Controlador Interno

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO– ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35) 1,00

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b /a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	**11.530.448,70**	**11.530.448,70**	**15.264.195,59**	**132,38**
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.630.893,26	1.630.893,26	1.729.609,29	106,05
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ITBI	2.376.328,12	2.376.328,12	1.764.365,26	74,25
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	5.972.775,78	5.972.775,78	9.968.335,18	166,90
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	1.550.451,54	1.550.451,54	1.801.885,86	116,22
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	**69.549.474,47**	**69.549.474,47**	**73.555.605,95**	**105,76**
Cota-Parte FPM	34.662.995,08	34.662.995,08	36.517.398,81	105,35
Cota-Parte ITR	59.714,82	59.714,82	63.295,76	106,00
Cota-Parte IPVA	3.513.073,85	3.513.073,85	3.930.826,91	111,89
Cota-Parte ICMS	31.021.226,33	31.021.226,33	32.625.156,63	105,17
Cota-Parte IPI - Exportação	292.464,39	292.464,39	400.813,23	137,05
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais			18.114,61	
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	**81.079.923,17**	**81.079.923,17**	**88.819.801,54**	**109,55**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (g)
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x100	Até o <Din> (e)	% (e/c) x100	Até o Bimestre (i)	% (f/c) x100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	**3.566.163,67**	**3.295.809,42**	**3.295.809,21**	**100,00**	**2.505.366,34**	**76,02**	**2.505.366,34**	**76,02**	**790.442,87**
Despesas Correntes	3.566.063,67	1.621.288,02	1.621.288,02	100,00	1.621.288,02	100,00	1.621.288,02	100,00	
Despesas de Capital	100,00	1.674.521,40	1.674.521,19	100,00	884.078,32	52,80	884.078,32	52,80	790.442,87
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	**5.153.767,90**	**7.226.535,73**	**7.226.535,73**	**100,00**	**6.258.148,64**	**86,60**	**6.258.148,64**	**86,60**	**968.387,09**
Despesas Correntes	5.153.667,90	5.889.535,73	5.889.535,73	100,00	5.562.148,64	94,44	5.562.148,64	94,44	327.387,09
Despesas de Capital	100,00	1.337.000,00	1.337.000,00	100,00	696.000,00	52,06	696.000,00	52,06	641.000,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	**400.000,00**	**419.901,17**	**411.628,49**	**98,03**	**410.878,49**	**97,85**	**410.878,49**	**97,85**	**750,00**
Despesas Correntes	400.000,00	419.901,17	411.628,49	98,03	410.878,49	97,85	410.878,49	97,85	750,00
Despesas de Capital									
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	**588.501,48**	**433.157,35**	**433.097,35**	**99,99**	**433.097,35**	**99,99**	**433.097,35**	**99,99**	
Despesas Correntes	588.501,48	433.157,35	433.097,35	99,99	433.097,35	99,99	433.097,35	99,99	
Despesas de Capital									
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	**884.310,96**	**541.306,75**	**541.306,75**	**100,00**	**322.406,75**	**59,56**	**322.406,75**	**59,56**	**218.900,00**
Despesas Correntes	884.210,96	322.406,75	322.406,75	100,00	322.406,75	100,00	322.406,75	100,00	
Despesas de Capital	100,00	218.900,00	218.900,00	100,00					218.900,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)									
Despesas Correntes									
Despesas de Capital									
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	**1.814.820,93**	**1.534.154,14**	**1.514.027,73**	**98,69**	**1.514.027,73**	**98,69**	**1.514.027,73**	**98,69**	
Despesas Correntes	1.814.670,93	1.518.438,14	1.498.311,74	98,67	1.498.311,74	98,67	1.498.311,74	98,67	
Despesas de Capital	150,00	15.716,00	15.715,99	100,00	15.715,99	100,00	15.715,99	100,00	
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**12.407.564,94**	**13.450.864,56**	**13.422.405,26**	**99,79**	**11.443.925,30**	**85,08**	**11.443.925,30**	**85,08**	**1.978.479,96**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	**13.422.405,26**	**11.443.925,30**	**11.443.925,30**
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)			
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)			
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)			
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	**13.422.405,26**	**11.443.925,30**	**11.443.925,30**
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			13.322.970,23
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)			
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)[1]	99.435,03	(1.879.044,93)	(1.879.044,93)
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)			
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	15,11	12,88	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012LIMITE	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)[1] (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2024 (saldo final = XIXd)					
Diferença de limite não cumprido em 2023 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)					

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO– ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) 1,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR

EXERCÍCIO DO EMPENHO²	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no (n)	Valor aplicado além do limite (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2024										
Empenhos de 2023										
Empenhos de 2022										
Empenhos de 2021										
Empenhos de 2020 e anteriores										

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "v")	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)	

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012RESTOS	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)¹ (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2024 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial = XXIII)					
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2023 a serem compensados (XXV) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)					

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b /a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	21.456.728,45	29.146.722,51	30.479.273,75	104,57
Provenientes da União	14.834.030,05	22.524.024,11	24.083.110,60	106,92
Provenientes dos Estados	6.622.698,40	6.622.698,40	6.396.163,15	96,58
Provenientes de Outros Municípios				
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)				
OUTRAS RECEITAS (XXX)	806.171,22	806.171,22	1.143.949,94	141,90
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	22.262.899,67	29.952.893,73	31.623.223,69	105,58

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (g)
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x100	Até o Bimestre (i)	% (f/c) x100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	4.750.966,49	8.508.900,58	7.382.802,83	86,77	7.220.994,33	84,86	7.220.994,33	84,86	161.808,50
Despesas Correntes	4.750.166,49	8.471.857,26	7.362.662,83	86,91	7.200.854,33	85,00	7.200.854,33	85,00	161.808,50
Despesas de Capital	800,00	37.043,32	20.140,00	54,37	20.140,00	54,37	20.140,00	54,37	
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	17.014.212,38	28.489.215,40	25.636.412,43	89,99	24.276.871,55	85,21	24.276.871,55	85,21	1.359.540,88
Despesas Correntes	16.914.272,38	26.372.346,74	25.636.412,43	97,21	24.276.871,55	92,05	24.276.871,55	92,05	1.359.540,88
Despesas de Capital	99.940,00	2.116.868,66							
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	213.900,01	249.440,01	236.048,00	94,63	236.048,00	94,63	236.048,00	94,63	
Despesas Correntes	213.900,01	249.440,01	236.048,00	94,63	236.048,00	94,63	236.048,00	94,63	
Despesas de Capital									
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	30.100,00	409.614,43	386.037,96	94,24	386.037,96	94,24	386.037,96	94,24	
Despesas Correntes	30.000,00	409.514,43	386.037,96	94,27	386.037,96	94,27	386.037,96	94,27	
Despesas de Capital	100,00	100,00							
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	248.996,44	847.979,40	640.360,27	75,52	538.695,21	63,53	538.695,21	63,53	101.665,06
Despesas Correntes	248.996,44	842.630,56	640.360,27	76,00	538.695,21	63,93	538.695,21	63,93	101.665,06
Despesas de Capital		5.348,84							
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)									
Despesas Correntes									
Despesas de Capital									
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	650,00	608.402,33	568.560,10	93,45	564.099,14	92,72	564.099,14	92,72	4.460,96
Despesas Correntes	650,00	608.402,33	568.560,10	93,45	564.099,14	92,72	564.099,14	92,72	4.460,96
Despesas de Capital									
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	22.258.825,32	39.113.552,15	34.850.221,59	89,10	33.222.746,19	84,94	33.222.746,19	84,94	1.627.475,40

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (g)
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x100	Até o Bimestre (i)	% (f/c) x100	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	8.317.130,16	11.804.710,00	10.678.612,04	22,12	9.726.360,67	21,78	9.726.360,67	21,78	952.251,37
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	22.167.980,28	35.715.751,13	32.862.948,16	68,08	30.535.020,19	68,36	30.535.020,19	68,36	2.327.927,97
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	613.900,01	669.341,18	647.676,49	1,34	646.926,49	1,45	646.926,49	1,45	750,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	618.601,48	842.771,78	819.135,31	1,70	819.135,31	1,83	819.135,31	1,83	
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	1.133.307,40	1.389.286,15	1.181.667,02	2,45	861.101,96	1,93	861.101,96	1,93	320.565,06
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)									
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	1.815.470,93	2.142.556,47	2.082.587,83	4,31	2.078.126,87	4,65	2.078.126,87	4,65	4.460,96
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	34.666.390,26	52.564.416,71	48.272.626,85	100,00	44.666.671,49	100,00	44.666.671,49	100,00	3.605.955,36

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Smfa - Administracao Tributária, Emissão: 29/01/2025 , às 15:54:23

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA - ES — **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO– ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35) — 1,00

Kleber Medici da Costa
Prefeito Municipal

Juliana Sales
Controlador Interno

Protocolo 1482023

Prefeitura Municipal de Santa Teresa - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35 e Portaria STN nº 72/2012, art. 11, II, b) 1,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVICOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA Prefeitura Municipal de Santa Teresa	VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados
		Até o Período (b)	% (b/a) x 100	Até o Período (c)	% (c/a) x 100	Até o Período (d)	% (d/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (I)								
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (II)								
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (III)								
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (IV)								
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (V)								
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (VI)								
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
OUTRAS SUBFUNÇÕES (VII)								
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
TOTAL DAS DESPESAS COM ASPS EXECUTADAS EM CONSÓRCIO PÚBLICO (VIII) = (I + II + III + IV + V + VI + VII)								

DEDUÇÕES DA DESPESA COM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (IX)			
Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (X)			
Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XI)			
VALOR APLICADO EM ASPS (XII) = (VIII - IX - X - XI)			

Prefeitura Municipal de Santa Teresa - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35 e Portaria STN nº 72/2012, art. 11, II, b) 1,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVICOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA Fundo Municipal de Saúde de Santa Teresa	VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados
		Até o Período (b)	% (b/a) x 100	Até o Período (c)	% (c/a) x 100	Até o Período (d)	% (d/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (I)		**3.295.809,21**		**2.505.366,34**		**2.505.366,34**	**100,00**	790.442,87
Despesas Correntes		1.621.288,02		1.621.288,02		1.621.288,02	100,00	
Despesas de Capital		1.674.521,19		884.078,32		884.078,32	100,00	790.442,87
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (II)		**7.226.535,73**		**6.258.148,64**		**6.258.148,64**	**100,00**	968.387,09
Despesas Correntes		5.889.535,73		5.562.148,64		5.562.148,64	100,00	327.387,09
Despesas de Capital		1.337.000,00		696.000,00		696.000,00	100,00	641.000,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (III)		**411.628,49**		**410.878,49**		**410.878,49**	**100,00**	750,00
Despesas Correntes		411.628,49		410.878,49		410.878,49	100,00	750,00
Despesas de Capital								
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (IV)		**433.097,35**		**433.097,35**		**433.097,35**	**100,00**	
Despesas Correntes		433.097,35		433.097,35		433.097,35	100,00	
Despesas de Capital								
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (V)		**541.306,75**		**322.406,75**		**322.406,75**	**100,00**	218.900,00
Despesas Correntes		322.406,75		322.406,75		322.406,75	100,00	
Despesas de Capital		218.900,00						218.900,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (VI)								
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
OUTRAS SUBFUNÇÕES (VII)		**1.514.027,73**		**1.514.027,73**		**1.514.027,73**	**100,00**	
Despesas Correntes		1.498.311,74		1.498.311,74		1.498.311,74	100,00	
Despesas de Capital		15.715,99		15.715,99		15.715,99	100,00	
TOTAL DAS DESPESAS COM ASPS EXECUTADAS EM CONSÓRCIO PÚBLICO (VIII) = (I + II + III + IV + V + VI + VII)		**13.422.405,26**		**11.443.925,30**		**11.443.925,30**	**100,00**	1.978.479,96

DEDUÇÕES DA DESPESA COM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (IX)			
Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (X)			
Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XI)			
VALOR APLICADO EM ASPS (XII) = (VIII - IX - X - XI)	**13.422.405,26**	**11.443.925,30**	**11.443.925,30**

Prefeitura Municipal de Santa Teresa - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35 e Portaria STN nº 72/2012, art. 11, II, b) 1,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA Câmara Municipal de Santa Teresa	VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados
		Até o Período (b)	% (b/a) x 100	Até o Período (c)	% (c/a) x 100	Até o Período (d)	% (d/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (I)								
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (II)								
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (III)								
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (IV)								
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (V)								
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (VI)								
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
OUTRAS SUBFUNÇÕES (VII)								
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
TOTAL DAS DESPESAS COM ASPS EXECUTADAS EM CONSÓRCIO PÚBLICO (VIII) = (I + II + III + IV + V + VI + VII)								

DEDUÇÕES DA DESPESA COM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (IX)			
Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (X)			
Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XI)			
VALOR APLICADO EM ASPS (XII) = (VIII - IX - X - XI)			

Kleber Medici da Costa
Prefeito Municipal

Juliana Sales
Controlador Interno

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JANEIRO DE 2024 A DEZEMBRO DE 2024
RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)
R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2024
	JAN/2024	FEV/2024	MAR/2024	ABR/2024	MAI/2024	JUN/2024	JUL/2024	AGO/2024	SET/2024	OUT/2024	NOV/2024	DEZ/2024		
RECEITAS CORRENTES (I)	**13.156.582,67**	**11.552.381,82**	**11.719.839,00**	**12.688.193,28**	**18.086.718,49**	**13.897.861,89**	**15.319.029,13**	**12.504.278,58**	**14.183.715,65**	**11.370.893,96**	**11.845.202,53**	**15.475.213,37**	**161.799.910,37**	**151.169.430,52**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	771.746,22	704.888,04	975.212,46	774.708,63	959.545,06	2.472.613,43	1.845.032,60	1.615.293,20	1.132.742,58	1.555.737,72	1.293.557,45	1.982.539,52	16.083.616,91	12.157.570,94
IPTU	31.474,74	22.340,58	55.332,40	46.968,67	54.809,06	1.186.951,40	123.475,14	77.963,28	55.418,23	35.749,65	22.901,80	16.224,34	1.729.609,29	1.630.893,26
ISS	536.306,08	454.834,99	522.515,33	477.261,84	531.705,52	787.320,04	1.387.025,61	1.137.730,32	691.876,43	1.038.096,95	1.007.475,67	1.396.186,40	9.968.335,18	5.972.775,78
ITBI	55.243,93	93.625,25	198.652,26	69.870,20	156.907,24	104.097,57	100.397,42	203.399,55	170.251,71	261.765,63	120.340,50	229.814,00	1.764.365,26	2.376.328,12
IRRF	113.330,34	99.547,35	139.396,09	147.558,25	139.450,66	147.619,58	147.909,50	130.411,83	167.072,95	150.207,65	120.631,90	298.749,76	1.801.885,86	1.550.451,54
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	35.391,13	34.539,87	59.316,38	33.049,67	76.672,58	246.624,84	86.224,93	65.788,22	48.123,26	69.917,84	22.207,58	41.565,02	819.421,32	627.122,24
Contribuições	142.191,93	150.059,49	130.178,29	144.088,00	141.718,31	176.766,35	142.741,70	144.267,30	138.148,87	133.975,63	143.858,04	137.990,87	1.725.984,78	1.607.794,96
Receita Patrimonial	419.152,58	364.287,77	349.620,29	368.589,17	356.282,97	367.375,38	428.334,24	401.044,71	398.803,61	453.114,83	390.886,25	436.124,26	4.733.616,06	3.083.219,70
Rendimentos de Aplicação Financeira	416.970,22	361.921,65	347.492,21	366.484,79	353.913,98	364.556,73	425.871,40	398.525,93	396.185,05	450.633,83	388.456,06	433.652,27	4.704.664,12	3.060.247,32
Outras Receitas Patrimoniais	2.182,36	2.366,12	2.128,08	2.104,38	2.368,99	2.818,65	2.462,84	2.518,78	2.618,56	2.481,00	2.430,19	2.471,99	28.951,94	22.972,38
Receita Agropecuária														
Receita Industrial														
Receita de Serviços	7.478,71	13.237,52	27.137,61	41.315,43	16.927,04	21.660,11	25.622,40	40.371,70	30.677,55	11.506,80	4.089,52	18.581,23	258.605,62	154.777,12
Transferências Correntes	11.812.678,59	10.318.261,52	10.233.976,41	11.344.364,40	16.611.835,35	10.856.577,98	12.750.169,13	10.301.753,57	12.472.029,74	9.206.136,28	9.946.553,75	12.875.950,71	138.730.287,43	134.009.863,79
Cota-Parte do FPM	3.115.528,22	4.236.342,53	2.641.127,23	2.770.156,27	3.222.723,66	3.460.667,86	3.749.928,21	2.933.467,09	3.054.795,41	2.555.288,71	3.270.886,20	5.276.371,32	40.287.282,71	38.167.409,55
Cota-Parte do ICMS	2.807.235,85	2.344.048,85	2.367.971,52	2.781.928,44	2.652.576,31	2.849.249,54	2.953.603,27	2.807.608,54	2.692.776,98	2.765.743,22	2.812.480,03	2.789.934,08	32.625.156,63	31.021.226,33
Cota-Parte do IPVA	151.700,27	140.254,49	286.406,58	1.418.072,91	418.062,82	286.097,83	289.109,07	289.146,07	273.950,20	160.467,58	125.587,55	91.971,54	3.930.826,91	3.513.073,85
Cota-Parte do ITR	922,33	1.085,63			1.267,50	990,98	1.218,07	2.924,21	21.066,38	25.913,02	4.124,56	3.783,08	63.295,76	59.714,82
Transferências da LC 61/1989	25.383,01	26.399,70	31.014,84	26.821,59	28.230,64	35.473,73	31.355,72	42.434,78	46.321,85	31.449,31	34.925,49	41.002,57	400.813,23	292.464,39
Transferências do FUNDEB	1.799.266,67	1.627.405,00	1.730.452,23	2.079.131,41	1.737.078,56	1.905.367,47	1.878.679,52	1.819.844,53	1.588.972,81	1.955.538,40	1.749.064,36	2.082.822,47	21.953.623,43	20.974.655,19
Outras Transferências Correntes	3.912.642,24	1.942.725,32	3.177.004,01	2.268.253,78	8.551.895,86	2.318.730,57	3.846.275,27	2.406.328,35	4.794.146,11	1.711.736,04	1.949.485,56	2.590.065,65	39.469.288,76	39.981.319,66
Outras Receitas Correntes	3.334,64	1.647,48	3.713,94	15.127,65	409,76	2.868,64	127.129,06	1.548,10	11.313,30	10.422,70	66.257,52	24.026,78	267.799,57	156.204,01
DEDUÇÕES (II)	**1.223.776,65**	**1.349.626,18**	**1.065.303,91**	**1.399.395,77**	**1.264.572,06**	**1.326.495,89**	**1.103.609,09**	**1.215.116,02**	**1.086.219,82**	**1.107.772,24**	**1.249.600,66**	**1.319.631,58**	**14.711.119,87**	**13.920.000,10**
Contribuição do Servidor para o Plano de Previdência														
Compensação Financeira entre Regimes de Previdência														5.895,40
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários														
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	1.223.776,65	1.349.626,18	1.065.303,91	1.399.395,77	1.264.572,06	1.326.495,89	1.103.609,09	1.215.116,02	1.086.219,82	1.107.772,24	1.249.600,66	1.319.631,58	14.711.119,87	13.914.104,70
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	**11.932.806,02**	**10.202.755,64**	**10.654.535,09**	**11.288.797,51**	**16.822.146,43**	**12.571.366,00**	**14.215.420,04**	**11.289.162,56**	**13.097.495,83**	**10.263.121,72**	**10.595.601,87**	**14.155.581,79**	**147.088.790,50**	**137.249.430,42**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)					4.200.000,00		500.000,00					140.000,00	4.840.000,00	4.699.733,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	**11.932.806,02**	**10.202.755,64**	**10.654.535,09**	**11.288.797,51**	**12.622.146,43**	**12.571.366,00**	**13.715.420,04**	**11.289.162,56**	**13.097.495,83**	**10.263.121,72**	**10.595.601,87**	**14.015.581,79**	**142.248.790,50**	**132.549.697,42**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)							1.400.000,00					(1.400.000,00)		1.400.000,00
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)(VII)	104.488,00	104.488,00	104.488,00	104.488,00	104.488,00	104.488,00	101.664,00	98.840,00	98.840,00	101.664,00	101.664,00	203.328,00	1.332.928,00	1.309.028,15
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)														
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	**11.828.318,02**	**10.098.267,64**	**10.550.047,09**	**11.184.309,51**	**12.517.658,43**	**12.466.878,00**	**12.213.756,04**	**11.190.322,56**	**12.998.655,83**	**10.161.457,72**	**10.493.937,87**	**15.212.253,79**	**140.915.862,50**	**129.840.669,27**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Smfa - Administracao Tributária, Emissão: 29/01/2025 , às 15:57:55

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JANEIRO DE 2024 A DEZEMBRO DE 2024
RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)
R$ 1,00

Kleber Medici da Costa
Prefeito Municipal

Juliana Sales
Controlador Interno

Protocolo 1482026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) Em Reais

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Semestre (b)
RECEITAS CORRENTES (I)		
Receita de Contribuições dos Segurados		
Ativo		
Inativo		
Pensionista		
Receita de Contribuições Patronais		
Ativo		
Inativo		
Pensionista		
Receita Patrimonial		
Receitas Imobiliárias		
Receitas de Valores Mobiliários		
Outras Receitas Patrimoniais		
Receita de Serviços		
Outras Receitas Correntes		
Compensação Financeira entre os Regimes		
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)		
Demais Receitas Correntes		
RECEITAS DE CAPITAL (III)		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		
Amortização de Empréstimos		
Outras Receitas de Capital		
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)		

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Semestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Semestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Semestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Benefícios					
Aposentadorias					
Pensões por Morte					
Outras Despesas Previdenciárias					
Compensação Financeira entre os Regimes					
Demais Despesas Previdenciárias					
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)					

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV – V)²					

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	
Outros Aportes para o RPPS	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	
Investimentos e Aplicações	
Outros Bens e Direitos	

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) Em Reais

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Semestre (b)**
RECEITAS CORRENTES (VII)		
Receita de Contribuições dos Segurados		
Ativo		
Inativo		
Pensionista		
Receita de Contribuições Patronais		
Ativo		
Inativo		
Pensionista		
Receita Patrimonial		
Receitas Imobiliárias		
Receitas de Valores Mobiliários		
Outras Receitas Patrimoniais		
Receita de Serviços		
Outras Receitas Correntes		
Compensação Financeiras entre os Regimes		
Demais Receitas Correntes		
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		
Amortização de Empréstimos		
Outras Receitas de Capital		
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)		

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Semestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Semestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Semestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)**
Benefícios					
Aposentadorias					
Pensões por Morte					
Outras Despesas Previdenciárias					
Compensação Previdenciária entre os Regimes					
Demais Despesas Previdenciárias					
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)					

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX – X)²					

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	**APORTES REALIZADOS**
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	
Recursos para Formação de Reserva	

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	**SALDO ATUAL**
Caixa e Equivalentes de Caixa	
Investimentos e Aplicações	
Outros Bens e Direitos	

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Semestre (b)**
Receitas Correntes		
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)		

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Semestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Semestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Semestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)**
DESPESAS CORRENTES (XIII)					
Pessoal e Encargos Sociais					
Demais Despesas Correntes					
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)					
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)					

RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)					

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) Em Reais

BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	
Investimentos e Aplicações	
Outros Bens e Direitos	

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO					
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Semestre (b)			
Contribuições dos Servidores					
Demais Receitas Previdenciárias					
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)					
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Semestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Semestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Semestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Aposentadorias					
Pensões					
Outras Despesas Previdenciárias					
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)					

RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)2					

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Smfa - Administracao Tributária, Emissão: 29/01/2025 , às 15:59:33

Kleber Medici da Costa
Prefeito Municipal

Juliana Sales
Controlador Interno

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA - ES — **STN/SICONFI**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) — Em Reais

ACIMA DA LINHA

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Período: RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	**137.255.325,82**	**147.088.790,50**
Impostos, Taxas e Contrinuições de Melhoria	12.157.570,94	16.083.616,91
IPTU	1.630.893,26	1.729.609,29
ISS	5.972.775,78	9.968.335,18
ITBI	2.376.328,12	1.764.365,26
IRRF	1.550.451,54	1.801.885,86
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	627.122,24	819.421,32
Contribuições	1.607.794,96	1.725.984,78
Receita Patrimonial	3.083.219,70	4.733.616,06
Aplicações Financeiras (II)	3.060.247,32	4.704.664,12
Outras Receitas Patrimoniais	22.972,38	28.951,94
Transferências Correntes	120.095.759,09	124.019.167,56
Cota-Parte do FPM	31.234.810,53	32.983.803,23
Cota-Parte do ICMS	24.816.981,06	26.100.125,19
Cota-Parte do IPVA	2.810.459,08	3.144.662,44
Cota-Parte do ITR	47.771,86	50.636,74
Transferências da LC 61/1989	233.971,51	320.650,69
Transferências do FUNDEB	20.974.655,19	21.953.623,43
Outras Transferências Correntes	39.977.109,86	39.465.665,84
Demais Receitas Correntes	310.981,13	526.405,19
Outras Receitas Financeiras (III)	135.252,25	78.907,11
Receitas Correntes Restantes	175.728,88	447.498,08
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	**134.059.826,25**	**142.305.219,27**
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)		
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)		
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	**6.000.000,00**	**6.294.382,76**
Operações de Crédito (VIII)		
Amortização de Empréstimos (IX)		
Alienação de Bens	57.725,00	1.262.000,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)		
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)		
Outras Alienações de Bens	57.725,00	1.262.000,00
Transferências de Capital	5.942.275,00	5.032.382,76
Convênios	3.220.500,00	
Outras Transferências de Capital	2.721.775,00	5.032.382,76
Outras Receitas de Capital		
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)		
Outras Receitas de Capital Primárias		
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	**6.000.000,00**	**6.294.382,76**
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)		
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)		
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	**140.059.826,25**	**148.599.602,03**
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	**140.059.826,25**	**148.599.602,03**

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Período					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RP PROC PAGOS (b)	RP NÃO PROC	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	**134.560.392,89**	**125.503.095,34**	**122.749.987,18**	**122.749.101,58**	**109.703,83**	**2.311.839,09**	**2.311.839,09**
Pessoal e Encargos Sociais	54.020.012,26	51.518.735,10	51.517.048,92	51.516.868,92			
Juros e Encargos da Divida (XIX)	20.000,00	17.483,00	17.483,00	17.483,00			
Outras Despesas Correntes	80.520.380,63	73.966.877,24	71.215.455,26	71.214.749,66	109.703,83	2.311.839,09	2.311.839,09
Transferências Constitucionais e Legais							
Demais Depesas Correntes	80.520.380,63	73.966.877,24	71.215.455,26	71.214.749,66	109.703,83	2.311.839,09	2.311.839,09
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	**134.540.392,89**	**125.485.612,34**	**122.732.504,18**	**122.731.618,58**	**109.703,83**	**2.311.839,09**	**2.311.839,09**
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)							
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)							
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	**59.851.819,63**	**36.140.281,71**	**24.843.829,58**	**24.843.829,58**	**8.799,96**	**3.014.778,37**	**3.014.778,37**
Investimentos	59.745.436,05	36.034.874,09	24.738.421,96	24.738.421,96	8.799,96	3.014.778,37	3.014.778,37
Inversões Financeiras							
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)							
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)							
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)							
Demais Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida (XXVII)	106.383,58	105.407,62	105.407,62	105.407,62			
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	**59.745.436,05**	**36.034.874,09**	**24.738.421,96**	**24.738.421,96**	**8.799,96**	**3.014.778,37**	**3.014.778,37**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	**76.824,71**						
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)							
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)							
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	**194.362.653,65**	**161.520.486,43**	**147.470.926,14**	**147.470.040,54**	**118.503,79**	**5.326.617,46**	**5.326.617,46**
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	**194.362.653,65**	**161.520.486,43**	**147.470.926,14**	**147.470.040,54**	**118.503,79**	**5.326.617,46**	**5.326.617,46**

RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]	**(4.315.559,76)**
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]	**(4.315.559,76)**

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	**(3.420.722,07)**

JUROS NOMINAIS	Até o Período: VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	4.704.664,12
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	500,38

RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	**388.603,98**

ABAIXO DA LINHA

CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO: Em 31/Dez/ 2023 (a)	SALDO: Até o Período (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	**660.212,19**	**537.321,57**
DEDUÇÕES (XL)	**65.722.982,37**	**66.186.080,28**
Disponibilidade de Caixa	65.722.982,37	66.186.080,28
Disponibilidade de Caixa Bruta	65.841.961,25	66.191.576,78
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	118.503,79	885,60
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	475,09	4.610,90
Demais Haveres Financeiros		
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	**(65.062.770,18)**	**(65.648.758,71)**
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)		**585.988,53**

IMPRESSÃO: GYSLANI PEZZIN DE MORAES

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) Em Reais

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	**(362.697,38)**

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Período (b)
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	(117.618,19)
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	(315.002,74)
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV + XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLXIX)]	388.603,98

RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	**(4.704.163,74)**

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	**47.355.019,49**
Recursos Arrecados em Exercícios Anteriores - RPPS	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	47.355.019,49
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Cgab - Fundo Municipal De Proteção E Defesa Civil, Emissão: 29/01/2025 , às 15:57:53

Kleber Medici da Costa
Prefeito Municipal

Juliana Sales
Controlador Interno

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48) Em Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até Bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	133.800.000,00
Previsão Atualizada	143.255.325,82
Receitas Realizadas	153.383.173,26
Déficit Orçamentário	
Saldos de Exercícios Anteriores(Utilizados Para Créditos Adicionais)	47.355.019,00
DESPESAS	
Dotação Inicial	133.800.000,00
Dotação Atualizada	194.489.037,23
Despesas Empenhadas	161.643.377,05
Despesas Liquidadas	147.593.816,76
Despesas Pagas	147.592.931,16
Superávit Orçamentário	5.789.356,50

DESPESA POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Até Bimestre
Despesas Empenhadas	**161.643.377,05**
Despesas Liquidadas	**147.593.816,76**

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até Bimestre
Receita Corrente Líquida	147.088.790,50
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	142.248.790,50
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	140.915.862,50

RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES E DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL	Até Bimestre
Fundo em Capitalização - PLANO PREVIDENCIÁRIO	
Receitas Precidenciárias Realizadas	
Despesas Previdenciárias Empenhadas	
Despesas Previdenciárias Liquidadas	
Despesas Previdenciárias Pagas	
Resultado Previdenciário	
Fundo em Repartição - PLANO FINANCEIRO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	
Despesas Previdenciárias Empenhadas	
Despesas Previdenciárias Liquidadas	
Despesas Previdenciárias Pagas	
Resultado Previdenciário	
Sistema de Proteção Social dos Militares - Inativos e Pensionistas	
Receitas Realizadas	
Despesas Empenhadas	
Despesas Liquidadas	
Despesas Pagas	
Resultado Associado às Pensões e aos Inativos Militares	

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	Metas Fixadas no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha	**(3.420.722,07)**	**(4.315.559,76)**	**126,16**
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	**(362.697,38)**	**585.988,53**	**(161,56)**

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	**118.503,79**		**118.503,79**	
Poder Executivo	118.503,79		118.503,79	
Poder Legislativo				
Poder Juduciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	**6.456.520,84**	**1.129.748,41**	**5.326.617,46**	**154,97**
Poder Executivo	6.456.520,84	1.129.748,41	5.326.617,46	154,97
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
TOTAL	**6.575.024,63**	**1.129.748,41**	**5.445.121,25**	**154,97**

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de <18% a 25%> das Receitas de Impostos em MDE	25.816.520,96	<18% / 25%>	27,88
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	18.359.748,91	70%	82,67
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil		50%	
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital		15%	

RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito		
Despesa de Capital Líquida	**36.140.281,71**	**23.711.537,92**

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA E DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário				
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias				

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48) — Em Reais — **STN/SICONFI**

Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário				
Pensões e Inativos Militares				
Receitas de Contribuições				
Despesas com Pensões e Inativos				
Resultado Associado às Pensões e aos Inativos Militares				

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receitas de Alienação de Ativos	**1.275.505,36**	**(1.217.680,36)**
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	**22.860,00**	**57.825,00**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executados com recursos de impostos	**11.443.925,30**	**15,00**	**12,88**

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado No Exercício Corrente
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	

Kleber Medici da Costa
Prefeito Municipal

Juliana Sales
Controlador Interno

RESULTADO PARCIAL DO EDITAL/SMAR.SUB.RH Nº 021/2024

A Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Santa Teresa através do setor de Recursos Humanos faz saber o **RESULTADO PARCIAL** dos candidatos ao cargo de **MONITOR ESCOLAR**, EDITAL/SMAR/SUB.RH Nº 021/2024, destinados a atender os serviços pertencentes à Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Santa Teresa.

CLASSIFICADOS - AMPLA CONCORRÊNCIA					
Ordem	Nome Completo	Qualificação Profissional	Experiência Profissional	Total	
1º	Gilcimiria Kreitlow	150	60	210	
2º	Schirley Maria Araujo	150	24	174	
3º	Gabriela Das Graças Patrocinio	90	56	146	
4º	Naiele Aparecida Bezerra	85	60	145	
5º	Regiane Raimundo Dos Santos Possatti	85	60	145	
6º	Eliana Maria Patrocinio Simão	100	37	137	
7º	Erika Maria Patrocinio	100	32	132	
8º	Jociene Pittol Dos Santos Aragão	55	60	115	
9º	Shirlane Ferreira França	50	60	110	
10º	Gabriela Rocon Plaster Sbardelotti	45	55	100	
11º	Juniquely Morau Angeli	100	0	100	
12º	Aline Mognato Carlini	85	14	99	
13º	Lucia Helena De Sousa	35	60	95	
14º	Adriana Perinni	30	60	90	
15º	Almerinda Alves Rocha	30	60	90	
16º	Maria Aparecida Maximo Conrat	30	60	90	
17°	Renata Barbosa Dos Reis	35	55	90	
18°	Silvana Margarete Rasseli Balista	80	10	90	
19°	Eliane De Paula Simões Braun	85	5	90	
20°	Mirtes Mercedes Novelli	75	14	89	
21°	Taina Dalbem De Lima	60	27	87	
22º	Erica Soares De Oliveira	25	60	85	
23°	Jocilene Alves Ferreira Gusgenski	25	60	85	
24°	Katiane Simoura	25	59	84	
25°	Marcia Maia Pereira	60	22	82	
26º	Mayza Da Silva Reis	60	22	82	
27º	Giseli De Sousa Fagundes	20	60	80	
28º	Mariana Maximo Conrat	20	60	80	
29º	Brenda Silva De Oliveira	65	15	80	
30º	Jucélia Carlota Dalmonech Rocon	65	11	76	
31º	Penha Aparecida Passote	15	60	75	
32º	Letícia Martinelli Ferreira	15	60	75	
33º	Ana Claudia Degasperi Zanoni	50	22	72	
34º	Rafaela Marcillino Gonring	10	60	70	
35º	Laudicéia Monteiro Soares Bellumat	45	22	67	
36º	Maria Goretti Furlani Totola	5	60	65	
37º	Larissa Venturini	30	33	63	
38º	Rosimere Schiffr Pagung Feu	0	60	60	
39º	Miriam Nunes Da Rocha Luiz	60	0	60	
40º	Larissa Barreiro Da Costa Dalbem	60	0	60	
41º	Vanusa Alves Rasseli	50	9	59	
42º	Valdirene Foeger Figueiredo	40	16	56	
43º	Katia Pazini Beling	55	0	55	
44º	Sidineia Zaager Rossi	20	33	53	
45º	Flávia Joana Coffler Brandt	35	17	52	
46º	Gabriela Pozzatti	35	15	50	
47º	Alessandra Strutz Brunow	35	10	45	
48º	Karina Da Silva Dutra Mattedi	20	24	44	
49º	Maria Nice Lopes Da Silva	40	4	44	

50º	Andrea Pereira Fernandes	10	32	42	
51º	Marcos Roberto Silva Caliari	40	0	40	
52º	Daiane Luzia Bulian Pereira	40	0	40	
53º	Suelyanne Sousa E Silva Milli	30	9	39	
54º	Valeria Klitzke	0	38	38	
55º	Ione Maria Alves De Sousa	10	27	37	
56º	Nilcea Souza Gomes Pacheco	25	12	37	
57º	Maria Julia Alves Da Cruz	30	7	37	
58º	Adilma Maciel De Freitas	5	30	35	
59º	Simone Mattos Da Silva Augusto	35	0	35	
60º	Ellainy Cristine Dos Santos Pereira	35	0	35	
61º	Mikaela Silva Rocha	10	24	34	
62º	Jeane Rodrigues	25	9	34	
63º	Thaynara Ferreira Silva	30	4	34	
64º	Ana Karoline Bellumat	25	7	32	
65º	Luana Aparecida Leppaus Racanelli	15	15	30	
66º	Claudia Barbosa Rodrigues	20	10	30	
67º	Marcilia Krauser Engelhardt	30	0	30	
68º	Alessandra Da Silva Vieira	30	0	30	
69º	Geislaine Alves Batista	10	18	28	
70º	Adriana Thomé De Faria	15	11	26	
71º	Mirelly Da Silva	5	20	25	
72º	Renata Da Silva Pereira	25	0	25	
73º	Vanilza Do Nascimento Gois	25	0	25	
74º	Leticia Celestrino	0	22	22	
75º	Nilzete Vergueiro Da Silva	10	11	21	
76º	Shirlei Torres Gomes	15	6	21	
77º	Ana Nery Freitas Rozado	10	10	20	
78º	Samila Da Victoria Caetano	15	5	20	
79º	Maria Lucia Da Conceicao Silva	20	0	20	
80º	Claudionilsa Gomes Ribeiro Pereira	20	0	20	
81º	Geane Souza Nascimento Pereira Lourenço	20	0	20	
82º	Erica Ferreira Rodrigues	0	19	19	
83º	Adinilza Alves De Assis	10	9	19	
84º	Elizete Ribeiro De Oliveira	10	8	18	
85º	Ana Luiza Marcillino Priori	10	5	15	
86º	Maria Aparecida Fraga	15	0	15	
87º	Tatiani Do Rozario Wolkartt Dondoni	15	0	15	
88º	Ana Paula De Jesus Rodrigues	15	0	15	
89º	Luana Mesquiati De Queiroz Holz	15	0	15	
90º	Júlia Moschen Girelli	15	0	15	
91º	Ana Julia Luchi Vieira Meneghelli	15	0	15	
92º	Bruno Rocha Dos Santos	0	13	13	
93º	Aline Reis De Souza Pereira	5	8	13	
94º	Magrit Binda Altoé	0	12	12	
95º	José Teixeira Rodrigues Neto	5	7	12	
96º	Edinara Kenit Simoes	5	7	12	
97º	Solimarcia Formentini	10	0	10	
98º	Walnair Alves Da Silva Pinto Fei	10	0	10	
99º	Paulo Alexandre Sales Uhlmann	10	0	10	
100º	Mirian Batista Da Penha Alves	10	0	10	
101º	Laudiane Justo Sant Anna	10	0	10	
102º	Mayane Cardoso Souza Santos	10	0	10	
103º	Paula Hortencia Pereira	10	0	10	
104º	Akissa Sintike Buss	10	0	10	
105º	Michel Marçal Rodrigues De Lima	10	0	10	
106º	Pamela Patrocinio Barcellos	10	0	10	

107º	Maria Clara Moreno De Oliveira	10	0	10	
108º	Schaylla De Lima Perpetuo	10	0	10	
109º	Rannubia Da Penha Bridi Rodrigues	0	9	9	
110º	Maria Geni Celestrinopozzatti	0	8	8	
111º	Elisângela Dos Santos Barbosa	0	8	8	
112º	Angela Schneider	0	7	7	
113º	Marilza Dubrstein Tessarolo	0	6	6	
114º	Jaqueline De Oliveira Pintos	5	1	6	
115º	Neuseli Alves Da Silva	5	1	6	
116º	Rosiene Maria Dos Santos	0	5	5	
117º	Cibelia Maria Thomas	0	5	5	
118º	Maria Zenilda Cavalcante	5	0	5	
119º	Augusta Luiz Da Vitória	5	0	5	
120º	Sílvia Pêgo Da Silva De Souza	5	0	5	
121º	Carina Venturini De Amorim	5	0	5	
122º	Cristiane Da Silva Pereira	5	0	5	
123º	Roberta Damasceno De Carvalho	5	0	5	
124º	Cleidimar Knaak Leite	5	0	5	
125º	Luana Justo Sant Anna	5	0	5	
126º	Mayara Mires Eugenio Silva Porto	5	0	5	
127º	Lucélia Carvalho Menezes Barth	5	0	5	
128º	Rayanne Das Graças Astolphi	5	0	5	
129º	Aldair Bertossi Da Rosa	5	0	5	
130º	Paloma Bromenschekel De Freitas	5	0	5	
131º	Marilza Faula De Sousa	5	0	5	
132º	Fabiano Santos Guimarães	0	4	4	
133º	Raissa Salviato De Cordoba Fonseca	0	1	1	
134º	Silvia Maria Merlo	0	0	0	
135º	Carlos Clóvis Schmittel	0	0	0	
136º	Vera Lucia Guimarães Ferreira Rocha	0	0	0	
137º	Teresa Maria Foeger	0	0	0	
138º	Angela Maria Gava Borges	0	0	0	
139º	Eli Rodrigues	0	0	0	
140º	Marlene Rufino Da Silva Costa	0	0	0	
141º	Izabel Cristina De Souza	0	0	0	
142º	Glória Piontkovsky	0	0	0	
143º	Ana Alice Piva	0	0	0	
144º	Carla Faian Porchera	0	0	0	
145º	Ivania Maria Alves De Souza Marques	0	0	0	
146º	Dejenane Vanessa Tabosa Da Cruz	0	0	0	
147º	Helio Carlos De Oliveira Silveira	0	0	0	
148º	Conceicao Rodrigues De Souza Almeida	0	0	0	
149º	Maria Aparecida Chaves De Freitas	0	0	0	
150º	Sirlene De Souza Coelho	0	0	0	
151º	Dilma Dos Anjos Pepétua Fernandes	0	0	0	
152º	Ivanete Santiago	0	0	0	
153º	Cristiane Gonçalves De Sá Côco De	0	0	0	
154º	Gizely Aparecida Briel Merlo	0	0	0	
155º	Rosilda Sant'ana Da Silva Batista	0	0	0	
156º	Marilia Rocon	0	0	0	
157º	Regiany Aparecida Nunes	0	0	0	
158º	Lorena Knupp Correia	0	0	0	
159º	Marcela Das Dores Martins Da Silva	0	0	0	
160º	Jonacir Geraldo Ribeiro Dos Santos	0	0	0	
161º	Laide Marquardt Velozo Fernandes	0	0	0	
162º	Vanessa Paula Malavasi	0	0	0	

163º	Rita Sant Anna	0	0	0	
164º	Antonia Maris Fernandes Maciel	0	0	0	
165º	Hariane Maroto	0	0	0	
166º	Dislene Silva De Oliveira Braun	0	0	0	
167º	Elidiane Braun	0	0	0	
168º	Jader Rezende	0	0	0	
169º	Marsinete Aparecida Maestrini	0	0	0	
170º	Eliana Maria Schopf	0	0	0	
171º	Marciele Ribeiro Dos Santos Gandra	0	0	0	
172º	Manoel Fabrício Pinto	0	0	0	
173º	Miriely Brasil Lima	0	0	0	
174º	Ivanete Lial Ferreira Bernardo	0	0	0	
175º	Larissa Pozzatti Aleixo Arndt	0	0	0	
176º	Leidiene Samora Kinack	0	0	0	
177º	Wanessa Da Silva Costa Januário	0	0	0	
178º	Luana Nunes Scarpati Miranda Martinelli	0	0	0	
179º	Graciani Teixeira Gomes Rocha	0	0	0	
180º	Alessandra Goncalves Hoffmann	0	0	0	
181º	Vanusa Rodrigues De Souza Schaeffer	0	0	0	
182º	Muriele Helena Massalai	0	0	0	
183º	Lauriene Daniel Da Silva Caliari	0	0	0	
184º	Raiéli De Oliveira	0	0	0	
185º	Geovanilda De Almeida Correia	0	0	0	
186º	Deyvid Lugao Castellar	0	0	0	
187º	Inayara Lucas Storch	0	0	0	
188º	Bruna Felipe Coser	0	0	0	
189º	Cintya Fernandes Dos Santos	0	0	0	
190º	Rayanne Bridi Rodrigues	0	0	0	
191º	Bruna Gomes Couto Pozzatti	0	0	0	
192º	Joecy Lemos Siqueira	0	0	0	
193º	Karla Da Silva Costa	0	0	0	
194º	Jansen Alves Da Silva	0	0	0	
195º	Felipe Da Costa Teixeira	0	0	0	
196º	Rayan Estefano Nunes	0	0	0	
197º	Lara Souza Marrochi	0	0	0	
198º	Simão Pedro Sanches De Oliveira Santos	0	0	0	
199º	Patricia Cândida De Souza Batista	0	0	0	
200º	Railanny Thais Sousa Silva Gasperazzo	0	0	0	
201º	Carolina Haner	0	0	0	
202º	Keila Marcelino Da Silva Almeida	0	0	0	
203º	Schaiene Aparecida Pereira Do Rosario	0	0	0	
204º	Daiara Loriato Teixeira De Souza	0	0	0	
205º	Ludmila Martins De Souza Valadares	0	0	0	
206º	Layssa Malavasi Macedo	0	0	0	
207º	Julia Oliveira Osorio Da Silva	0	0	0	
208º	Laurent Pimentel	0	0	0	
209º	Camilla Pereira Do Carmo	0	0	0	
210º	João Vitor Sabino Nascimento	0	0	0	
211º	Gabryella De Souza Januth	0	0	0	
212º	Bruno Freitas Lopes Rozado	0	0	0	
213º	Maria Luiza Boschetti	0	0	0	
214º	Adriely Do Nascimento Zampieri	0	0	0	
215º	Sara Ortolani Forza	0	0	0	
216º	Maria Luiza Bulian Ferreira	0	0	0	

217º	Helena Gomes Rodrigues	0	0	0	
218º	Débora Rocha Brito	0	0	0	

DESCLASSIFICADOS - AMPLA CONCORRÊNCIA	
NOME COMPLETO	MOTIVO DA ELIMINAÇÃO
Tuany Gonçallo Da Silva	Não conformidade com o item 2.4 do Edital
Fernanda Mendes Pereira	Não conformidade com o item 2.4 do Edital
Valeska Ramos Dos Santos	Não conformidade com o item 2.4 do Edital
Valentin Adelmo Biasutti Junior	Não conformidade com o item 2.4 do Edital
Késsia Lopes De Almeida	Não conformidade com o item 2.4 do Edital
Ana Paula Do Nascimento	Não conformidade com o item 2.4 do Edital
Joao Oreste Evangelista Ferreira	Não conformidade com o item 2.4 do Edital
Roberta Bispo Do Nascimento	Não conformidade com o item 2.4 do Edital
Jakciana Pereira	Não conformidade com o item 2.4 do Edital
Ana Paula Souza Lima	Não conformidade com o item 2.4 do Edital
Maria Gabriela Rizzi Loss Dos Reis	Não conformidade com o item 2.4 do Edital
Mirela Scardua	Não conformidade com o item 2.4 do Edital
Suzielly De Souza	Não conformidade com o item 2.4 do Edital
Marileuza Oliveira De Souza	Não conformidade com o item 2.4 do Edital
Talita Nunes Rasseli	Não conformidade com o item 2.4 do Edital
Rozane Delurdes De Oliveira	Não conformidade com o item 2.4 do Edital
Lucinéia Da Costa Zaagger	Não conformidade com o item 2.4 do Edital
Maria Valdete Cadete Correia Perine	Não conformidade com o item 2.4 do Edital
Eliaquisia Figueiredo Castro Scheffer	Não conformidade com o item 2.4 do Edital
Sonia Maria Schulz De Oliveira	Não conformidade com o item 2.4 do Edital
Valentina Dossi Biasutti	Não conformidade com o item 2.4 do Edital
Leticia Haese Evangelista	Não conformidade com o item 2.4 do Edital

CLASSIFICADOS - PRETO/PARDO				
Ordem	Nome Completo	Qualificação Profissional	Experiência Profissional	Total
1º	Regiane Raimundo Dos Santos Possatti	85	60	145
2º	Eliane De Paula Simões Braun	85	5	90
3º	Penha Aparecida Passote	15	60	75
4º	Maria Nice Lopes Da Silva	40	4	44
5º	Marcos Roberto Silva Caliari	40	0	40
6º	Daiane Luzia Bulian Pereira	40	0	40
7º	Ione Maria Alves De Sousa	10	27	37
8º	Thaynara Ferreira Silva	30	4	34
9º	Geislaine Alves Batista	10	18	28
10º	Renata Da Silva Pereira	25	0	25
11º	Bruno Rocha Dos Santos	0	13	13
12º	Walnair Alves Da Silva Pinto Fei	10	0	10
13º	Mirian Batista Da Penha Alves	10	0	10
14º	Schaylla De Lima Perpetuo	10	0	10
15º	Lucélia Carvalho Menezes Barth	5	0	5
16º	Eli Rodrigues	0	0	0
17°	Ivania Maria Alves De Souza Marques	0	0	0
18°	Ivanete Santiago	0	0	0

DESCLASSIFICADOS - PRETO/PARDO	
NOME COMPLETO	MOTIVO DA ELIMINAÇÃO
Maria Aparecida Maximo Conrat	Não conformidade com o item 2.10.1 do Edital
Larissa Barreiro Da Costa Dalbem	Não conformidade com o item 2.10.1 do Edital

Ana Paula Do Nascimento	Não conformidade com o item 2.4 do Edital
Mikaela Silva Rocha	Não conformidade com o item 2.10.1 do Edital
Michel Marçal Rodrigues De Lima	Não conformidade com o item 2.10.1 do Edital
Elisângela Dos Santos Barbosa	Não conformidade com o item 2.10.1 do Edital
Suzielly De Souza	Não conformidade com o item 2.4 do Edital
Carina Venturini De Amorim	Não conformidade com o item 2.10.1 do Edital
Cristiane Da Silva Pereira	Não conformidade com o item 2.10.1 do Edital
Roberta Damasceno De Carvalho	Não conformidade com o item 2.10.1 do Edital
Mayara Mires Eugenio Silva Porto	Não conformidade com o item 2.10.1 do Edital
Marilza Faula De Sousa	Não conformidade com o item 2.10.1 do Edital
Rozane Delurdes De Oliveira	Não conformidade com o item 2.4 do Edital
Dilma Dos Anjos Pepétua Fernandes	Não conformidade com o item 2.10.1 do Edital
Marciele Ribeiro Dos Santos Gandra	Não conformidade com o item 2.10.1 do Edital
Lara Souza Marrochi	Não conformidade com o item 2.10.1 do Edital

CLASSIFICADOS - PCD				
Ordem	Nome Completo	Qualificação Profissional	Experiência Profissional	Total
1º	Regiany Aparecida Nunes	0	0	0
2º	Larissa Pozzatti Aleixo Arndt	0	0	0
3º	Felipe Da Costa Teixeira	0	0	0

Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Santa Teresa, Estado do Espírito Santo, em 29 de janeiro de 2025.

FRANCIANE RIBEIRO MALAVASI

SUBSECRETÁRIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS

Elaborado pela Comissão de Avaliação de Processo Seletivo Simplificado, nomeada pela Portaria/SEGOV/Nº 431/2024 e Portaria/SEGOV/Nº 503/2024.

Protocolo 1481982

Santa Maria de Jetibá

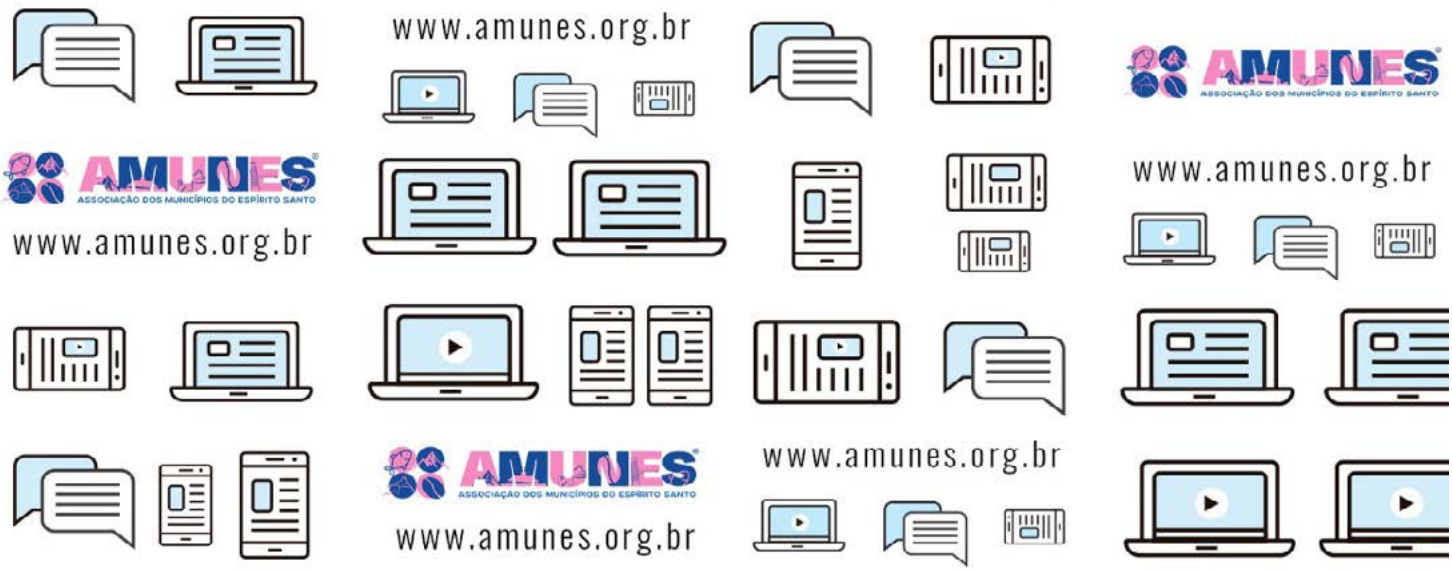
Deliberação

AVISO DE PENALIDADE
Processo nº 001183/2021
Multa de mora, multa cominatória e suspensão temporária de participar de licitação. Licitante: **JRMCAR LOCADORA DE VEÍCULOS EIRELI.** Fundamentação Legal: Art. 87, II e III da Lei Federal 8.666/93.
Por ordem do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Sr. Ronan Zocoloto Souza Dutra, a Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá torna público o resultado do processo administrativo movido em desfavor da empresa **JRMCAR LOCADORA DE VEÍCULOS EIRELI**, inscrita no CNPJ n°.32.193.928/0001-26, em razão prática de infrações Contrato nº 293/2021, oriundo do Edital Pregão Eletrônico nº 027/2021, conforme decisão proferida pela autoridade competente e após de oportunizado o acesso à defesa prévia, as penalidades de multa de mora no valor de R$ 29.916,00 (vinte e nove mil, novecentos e dezesseis reais), multa cominatória no valor de R$ 33.240,00 (trinta e três mil, duzentos e quarenta reais) e suspensão temporária de participar de licitação pelo prazo de 01 (um) ano. Considerando que já foi oportunizado a ampla defesa e contraditório, mas a empresa não se manifestou no prazo concedido, a sanção será inscrita no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).
Santa Maria de Jetibá-ES, 29 de janeiro de 2025.
RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá-ES
Protocolo 1481584

Contrato

O Município de Santa Maria de Jetibá-ES, avisa conforme Art. 89, §1º da Lei 14.133/2021 que firmou, o que segue:
Contrato nº 000046/2025: Contratada: IBTECH TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA - CNPJ: 08.866.837/0001-20. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO DE FROTAS, CONFORME DESCRIÇÕES CONTIDAS NO ANEXO DO CONTRATO, conforme descrições contidas no Edital de PREGÃO ELETRÔNICO 000043/2024. CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO CIDADES: 2024.062E0700001.01.0028. **Valor total:** R$ 26.003,57. **Prazo:** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da publicação do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021. **Dotação:** 636-150000000001 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA (04559062E0700001020001261220020 2034.33903900000). **Processo Requerimento Nº 015610/2023.**
RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá
Protocolo 1480830

O Município de Santa Maria de Jetibá-ES, avisa conforme Art. 89, §1º da Lei 14.133/2021 que firmou, o que segue:
Contrato nº 000039/2025: Contratada: D&D ENGENHARIA E PRÉ MOLDADOS LTDA - CNPJ: 36.358.142/0001-72. Objeto: AQUISIÇÃO DE TUBOS E CANALETAS DE CONCRETO PARA CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE REDES DE DRENAGEM EM VIAS RURAIS E URBANAS DO MUNICÍPIO, CONFORME DESCRIÇÕES CONTIDAS NO ANEXO DO CONTRATO, conforme descrições contidas no edital que originou a Ata de Registro de Preços nº 064/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO 000025/2024. **CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO CIDADES:** 2024.062E0700001.02.0020. **Valor total:** R$ 26.850,00. **Prazo:** O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses contados do(a) a partir do(a) publicação do contrato, sendo prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14133, de 2021. **Dotação:** 623-150000000001 - MATERIAL DE CONSUMO (06 2E07000010160011545200392.06633903000000). **Processo Requerimento Nº 000926/2025.**
RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá
Protocolo 1481426



São Domingos do Norte

Decreto

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO NORTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ESPÍRITO SANTO
13.953.742/0001-83
DECRETO Nº 0002184/2024
Data 19/12/2024

O Prefeito Municipal de SAO DOMIGOS DO NORTE, no Estado do Espírito Santo, usando de atributos legais que lhe são conferidas através da Lei Nº 0001100/2023.

Art. 1º - Fica suplementado no orçamento da despesa prevista para o exercício de 2024 a importância de R$ 206.370,55 (duzentos e seis mil trezentos e setenta reais e cinqüenta e cinco centavos), nas seguintes dotações:

SUPLEMENTAÇÕES

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
0000008	008010.1012200012.060 31901100000	MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES ADM. DO ALMOXARIFADO E DA SEDE DA SEMSA VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150000150000	29.149,49
0000063	008010.1030100152.066 31901100000	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICOS, AMBULATORIAIS E LABORATORIAIS VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150000150000	5.240,87
0000081	008010.1030100152.069 31900400000	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE NA FAMÍLIA CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	150000150000	24.207,01
0000088	008010.1030100152.070 31901100000	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	160400000000	110.136,00
0000146	008010.1030100152.129 31900400000	COMPLEMENTO PISO ENFERMAGEM EC 127/2022 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	160500000000	37.073,34
0000118	008010.1030400172.073 31900400000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES VINCULADAS A VIGILÂNCIA SANITÁRIA CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	150000150000	563,84
TOTAL:				**206.370,55**

Art. 2º - Para a cobertura das suplementações relacionadas no artigo anteiror, serão utilizados os seguintes recursos:
Excesso de Arrecadação: R$ 206.370,55 (duzentos e seis mil trezentos e setenta reais e cinqüenta e cinco centavos)
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SAO DOMIGOS DO NORTE ES 19 dezembro de 2024

ANA IZABEL MALACARNE DE OLIVEIRA
PREFEITA MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO NORTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ESPÍRITO SANTO
13.953.742/0001-83
DECRETO Nº 0002183/2024
Data 13/12/2024

O Prefeito Municipal de SAO DOMIGOS DO NORTE, no Estado do Espírito Santo, usando de atributos legais que lhe são conferidas através da Lei Nº 0001100/2023.

Art. 1º - Fica suplementado no orçamento da despesa prevista para o exercício de 2024 a importância de R$ 394.794,83 (trezentos e noventa e quatro mil setecentos e noventa e quatro reais e oitenta e três centavos), nas seguintes dotações:

SUPLEMENTAÇÕES

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
0000058	008010.1030100151.010 44905100000	CONSTRUÇÃO, REFORMA, MODERNIZAÇÃO E EQUIPAMENTO DE UNIDADE DE SAÚD OBRAS E INSTALAÇÕES	262100000000	394.794,83
TOTAL:				**394.794,83**

Art. 2º - Para a cobertura das suplementações relacionadas no artigo anteiror, serão utilizados os seguintes recursos:
Superávit Financeiro: R$ 394.794,83 (trezentos e noventa e quatro mil setecentos e noventa e quatro reais e oitenta e três centavos)
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SAO DOMIGOS DO NORTE ES 13 dezembro de 2024

ANA IZABEL MALACARNE DE OLIVEIRA
PREFEITA MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO NORTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ESPÍRITO SANTO
13.953.742/0001-83
DECRETO Nº 0002176/2024
Data 06/12/2024

O Prefeito Municipal de SAO DOMIGOS DO NORTE, no Estado do Espírito Santo, usando de atributos legais que lhe são conferidas através da Lei Nº 0001100/2023.

Art. 1º - Fica suplementado no orçamento da despesa prevista para o exercício de 2024 a importância de R$ 173.403,10 (cento e setenta e três mil quatrocentos e três reais e dez centavos), nas seguintes dotações:

SUPLEMENTAÇÕES

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
0000007	008010.1012200012.060 31900400000	MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES ADM. DO ALMOXARIFADO E DA SEDE DA SEMSA CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	150000150000	45.645,59
0000008	008010.1012200012.060 31901100000	MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES ADM. DO ALMOXARIFADO E DA SEDE DA SEMSA VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150000150000	19.960,24
0000012	008010.1012200012.060 33903000000	MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES ADM. DO ALMOXARIFADO E DA SEDE DA SEMSA MATERIAL DE CONSUMO	150000150000	6.500,00
0000047	008010.1024400012.059 33903200000	EXECUÇÃO DE DESPESAS NÃO VINCULADAS A AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚ MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	150100000000	17.212,88
0000063	008010.1030100152.066 31901100000	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICOS, AMBULATORIAIS E LABORATORIAIS VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150000150000	5.240,87
0000073	008010.1030100152.067 31900400000	MANUTENÇAO DO SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	150000150000	17.489,08
0000084	008010.1030100152.069 33901800000	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE NA FAMÍLIA AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	160000000002	32.500,00
0000088	008010.1030100152.070 31901100000	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	160000000002	5.732,72
0000119	008010.1030400172.073 31901100000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES VINCULADAS A VIGILÂNCIA SANITÁRIA VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150000150000	5.127,90
0000127	008010.1030500172.074 31900400000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES VINCULADAS A VIGILÂNCIA AMBIENTAL E EPIDEM CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	160000000002	17.493,82
0000142	008010.1030500172.074 33901400000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES VINCULADAS A VIGILÂNCIA AMBIENTAL E EPIDEM DIARIAS - PESSOAL CIVIL	150000150000	500,00
TOTAL:				**173.403,10**

Art. 2º - Para a cobertura das suplementações relacionadas no artigo anteiror, serão utilizados os seguintes recursos:
Suplementação/Anulação Dotação: R$ 173.403,10 (cento e setenta e três mil quatrocentos e três reais e dez centavos)

ANULAÇÕES

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
0000011	008010.1012200012.060 33901400000	MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES ADM. DO ALMOXARIFADO E DA SEDE DA SEMSA DIARIAS - PESSOAL CIVIL	150000150000	2.950,00
0000014	008010.1012200012.060 33903600000	MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES ADM. DO ALMOXARIFADO E DA SEDE DA SEMSA OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	150000150000	3.956,82
0000015	008010.1012200012.060 33903900000	MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES ADM. DO ALMOXARIFADO E DA SEDE DA SEMSA OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000150000	7.031,20
0000052	008010.1027200282.063 31901300000	MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES PREVIDENCIÁRIAS - FMS/SESA OBRIGAÇÕES PATRONAIS	150000150000	35.124,83
0000052	008010.1027200282.063 31901300000	MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES PREVIDENCIÁRIAS - FMS/SESA OBRIGAÇÕES PATRONAIS	160000000002	3.489,56
0000066	008010.1030100152.066 33901400000	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICOS, AMBULATORIAIS E LABORATORIAIS DIARIAS - PESSOAL CIVIL	150000150000	4.150,00
0000067	008010.1030100152.066 33903000000	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICOS, AMBULATORIAIS E LABORATORIAIS MATERIAL DE CONSUMO	150000150000	27.796,98
0000067	008010.1030100152.066 33903000000	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICOS, AMBULATORIAIS E LABORATORIAIS MATERIAL DE CONSUMO	160000000002	2.161,04
0000068	008010.1030100152.066 33903600000	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICOS, AMBULATORIAIS E LABORATORIAIS OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	150000150000	344,15
0000069	008010.1030100152.066 33903900000	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICOS, AMBULATORIAIS E LABORATORIAIS OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000150000	14.746,84

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO NORTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ESPÍRITO SANTO
13.953.742/0001-83
DECRETO Nº 0002176/2024
Data 06/12/2024

0000069	008010.1030100152.066 33903900000	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICOS, AMBULATORIAIS E LABORATORIAIS OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	162100000000	1.000,00
0000077	008010.1030100152.067 33903000000	MANUTENÇAO DO SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS MATERIAL DE CONSUMO	160000000002	9.696,00
0000086	008010.1030100152.069 33903900000	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE NA FAMÍLIA OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000150000	1.814,13
0000116	008010.1030300162.071 33903200000	PROGRAMA DE AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	160000000001	10.584,10
0000116	008010.1030300162.071 33903200000	PROGRAMA DE AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	160000000002	23.653,06
0000116	008010.1030300162.071 33903200000	PROGRAMA DE AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	162100000000	3.062,40
0000130	008010.1030500172.074 33903000000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES VINCULADAS A VIGILÂNCIA AMBIENTAL E EPIDEMIC MATERIAL DE CONSUMO	150000150000	5.068,22
0000130	008010.1030500172.074 33903000000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES VINCULADAS A VIGILÂNCIA AMBIENTAL E EPIDEMIC MATERIAL DE CONSUMO	160000000002	16.773,77
TOTAL:				**173.403,10**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SAO DOMIGOS DO NORTE ES 06 dezembro de 2024

ANA IZABEL MALACARNE DE OLIVEIRA
PREFEITA MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO NORTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ESPÍRITO SANTO
13.953.742/0001-83
DECRETO Nº 0002174/2024
Data 02/12/2024

SUPLEMENTAÇÕES

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
0000007	008010.1012200012.060 31900400000	MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES ADM. DO ALMOXARIFADO E DA SEDE DA SEMSA CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	150000150000	114.011,31
0000062	008010.1030100152.066 31900400000	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICOS, AMBULATORIAIS E LABORATORIAIS CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	150000150000	177.245,07
0000066	008010.1030100152.066 33901400000	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICOS, AMBULATORIAIS E LABORATORIAIS DIARIAS - PESSOAL CIVIL	150000150000	4.250,00
0000067	008010.1030100152.066 33903000000	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICOS, AMBULATORIAIS E LABORATORIAIS MATERIAL DE CONSUMO	150000150000	67.212,88
0000069	008010.1030100152.066 33903900000	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICOS, AMBULATORIAIS E LABORATORIAIS OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000150000	129.816,16
0000072	008010.1030100152.066 33933900000	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICOS, AMBULATORIAIS E LABORATORIAIS OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA – CONSÓRCIO PÚBLICO DO QU	150000150000	236.012,40
0000073	008010.1030100152.067 31900400000	MANUTENÇAO DO SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	150000150000	4.289,08
0000078	008010.1030100152.067 33903900000	MANUTENÇAO DO SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000150000	2.346,31
0000081	008010.1030100152.069 31900400000	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE NA FAMÍLIA CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	150000150000	24.688,73
0000105	008010.1030200152.115 33933900000	REPASSE, TRANSFERÊNCIA A CONSÓRCIOS DE SAÚDE OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA – CONSÓRCIO PÚBLICO DO QU	150000150000	29.621,29
TOTAL:				**789.493,23**

Suplementação Por Anulação de Outra UG: R$ 789.493,23 (setecentos e oitenta e nove mil quatrocentos e noventa e três reais e vinte e três centavos)

ANA IZABEL MALACARNE DE OLIVEIRA
PREFEITA MUNICIPAL

Portaria

PORTARIA Nº 8.912, DE 29 DE JANEIRO DE 2025

Concede licença-maternidade para servidora.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO NORTE, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,
Considerando o atestado médico, emitido em 07 de janeiro de 2025.
R E S O L V E:

Art. 1º Conceder à servidora **V A L E N T I N E MALACARNE**, auxiliar administrativo, matrícula nº 6134, 120 (cento e vinte) dias de licença-maternidade, no período compreendido entre o dia 07 de janeiro a 06 de maio de 2025.

Parágrafo único. Fica prorrogado, a partir do dia 07 de maio de 2025, pelo período de 30 (trinta) dias, o vínculo da servidora, de acordo com estabilidade provisória prevista em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 07 de janeiro de 2025.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de São Domingos do Norte - ES, em 29 de janeiro de 2025.

ANA IZABEL MALACARNE DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Protocolo 1480999

PORTARIA Nº 8.913, DE 29 DE JANEIRO DE 2025

Nomeia Autoridade Sanitária no Âmbito do Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, da Secretaria Municipal de Saúde.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO NORTE, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o memorando nº 083/2025/FMS, protocolizado sob o nº 0454, em 21 de janeiro de 2025;

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear os servidores abaixo relacionados como **AUTORIDADE SANITÁRIA**, no âmbito da Vigilância Sanitária Municipal, da Secretaria Municipal de Saúde.

a) KÁTIA TREVIZANI MALACARNE - Coordenadora da Vigilância Sanitária.
b) MARCELA PAULA CARDOSO DE OLIVEIRA GIOVANELLI: Responsável Técnico - Farmacêutica.
c) JÉSSICA DA COSTA SANDRE: Responsável Técnico - Enfermeira.
d) DAMARES DEPRA: Responsável Técnico - Nutricionista.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário e em especial a Portaria nº 8.687, de 10 de novembro de 2023.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de São Domingos do Norte - ES, em 29 de janeiro de 2025.

ANA IZABEL MALACARNE DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Protocolo 1481004

PORTARIA Nº 8.914, DE 29 DE JANEIRO DE 2025

Nomeia Responsável Técnico.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO NORTE, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,
Considerando o memorando de nº 084/2024/FMS, protocolizado sob nº 0516, em 29 de janeiro de 2024;

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear a Enfermeira **ALESSANDRA PIMENTEL CLAUS**, COREN nº 233659 - ENF, como Responsável Técnico da Unidade Básica de Saúde Eugênio Malacarne, do Município de São Domingos do Norte.

Parágrafo único. A Enfermeira Responsável Técnico é a responsável pelo planejamento, organização, direção, coordenação, execução e avaliação dos Serviços de Enfermagem da empresa/ instituição onde estes são executados (Resolução Cofen nº 509/2016).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de São Domingos do Norte - ES, em 29 de janeiro de 2025.

ANA IZABEL MALACARNE DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Protocolo 1481098



MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO NORTE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ESPÍRITO SANTO
13.953.742/0001-83
PORTARIA Nº 0008875/2024
Data 03/12/2024

SUPLEMENTAÇÕES

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
0000078	008010.1030100152.067 33903900000	MANUTENÇAO DO SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000150000	666,59
0000085	008010.1030100152.069 33903000000	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE NA FAMÍLIA MATERIAL DE CONSUMO	160000000002	125,00
0000105	008010.1030200152.115 33933900000	REPASSE, TRANSFERÊNCIA A CONSÓRCIOS DE SAÚDE OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA – CONSÓRCIO PÚBLICO DO QU	160000000002	29.621,29
TOTAL:				**30.412,88**

Suplementação/Anulação Dotação: R$ 30.412,88 (trinta mil quatrocentos e doze reais e oitenta e oito centavos)

ANULAÇÕES

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
0000077	008010.1030100152.067 33903000000	MANUTENÇAO DO SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS MATERIAL DE CONSUMO	150000150000	666,59
0000086	008010.1030100152.069 33903900000	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE NA FAMÍLIA OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000150000	125,00
0000105	008010.1030200152.115 33933900000	REPASSE, TRANSFERÊNCIA A CONSÓRCIOS DE SAÚDE OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA – CONSÓRCIO PÚBLICO DO QU	150000150000	29.621,29
TOTAL:				**30.412,88**

ANA IZABEL MALACARNE DE OLIVEIRA
PREFEITA MUNICIPAL

Aditivo

QUINTO TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 72/2023

O **MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO NORTE**, Estado do Espírito Santo, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 36.350.312/0001-72, sediado na Rodovia Gether Lopes de Farias, s/n, Bairro Emilio Callegari, São Domingos do Norte/ES, CEP 29745-000, neste ato representado pela Excelentíssima Senhora Prefeita, **Ana Izabel Malacarne de Oliveira**, portadora do CPF nº 775.711.857-34, residente e domiciliada na Rua Goiânia, s/n, Centro, São Domingos do Norte/ES, CEP 29745-000, doravante denominado **CONTRATANTE** e do outro lado, a empresa **DOMINARE CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 09.488.247/0001-73 estabelecida no Córrego São Gabriel, Zona Rural, São Gabriel da Palha/ES, CEP 29780-000, e-mail: dominare1@hotmail.com, Tel.: (027) 3727-0473 e (027) 99904-5836, representada neste ato pelo Sr. **Welfrido Piski**, portador do CPF nº 996.180.527-53, CI nº 880.761 SSP/ES, casado, empresário, residente na Rua Sete de Setembro, nº 587, Andar 02, Centro, São Gabriel da Palha/ES, CEP 29780-000, designada abreviadamente de **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 0185/2025 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e da Lei nº 8.883/94 e 123/06 e suas alterações, resolvem firmar o presente TERMO ADITIVO, observadas as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO
1.1. O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação do contrato nº 72/2023 por mais 06 (seis) meses, nos termos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO
2.1. Fica prorrogado o presente contrato a partir de **29/03/2025** até **29/09/2025.**

Em tudo mais fica perfeitamente ratificado o Contrato nº 72/2023, em todas as suas cláusulas e condições, do qual o presente fica fazendo parte integrante e inseparável. E, por estarem contratados, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor.

São Domingos do Norte/ES, 28 de janeiro de 2025.

Ana Izabel Malacarne de Oliveira
Welfrido Piski
Prefeita Municipal
Representante Legal
Contratante Contratada

Testemunhas:

a)_____b)_____

Protocolo 1481070

São Gabriel da Palha

Decreto

REPUBLICAÇÃO DO DECRETO Nº 4.786/2025

NOMEAR NO CARGO COMISSIONADO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE E CONTROLE AMBIENTAL O SENHOR DAYSON MARCELO BARBOSA

TIAGO ROCHA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA-ES, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS. ...

Considerando o Memorando Interno nº 34 de 27 de Janeiro de 2025, do Gabinete do Prefeito Municipal.

D E C R E T A:

Art. 1º - Nomear o Senhor DAYSON MARCELO BARBOSA, no Cargo Comissionado de Diretor do Departamento de Meio Ambiente e Controle Ambiental Interino, da Prefeitura Municipal de São Gabriel da Palha, sem remuneração, a partir de 03 de Fevereiro de 2025.
Art. 2° - Revogam-se as disposições em contrário.
Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de Sua publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo, surtindo seus efeitos à 03 de Fevereiro de 2025.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de São Gabriel da Palha-ES, 27 de janeiro de 2025.

TIAGO ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1481052

REPUIBLICAÇÃO DECRETO Nº 4.787/2025

NOMEAR NO CARGO COMISSIONADO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO, O SENHOR VALUSSE ALVES DE ARAUJO

TIAGO ROCHA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA-ES, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS

Considerando o Memorando Interno nº 32 de 27 de Janeiro de 2025, do Gabinete do Prefeito Municipal.

D E C R E T A:

Art. 1º - Nomear o Senhor VALUSSE ALVES DE ARAUJO, no Cargo Comissionado de Diretor do Departamento de Educação do Campo, da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03 de Fevereiro de 2025.
Art. 2° - Revogam-se as disposições em contrário.
Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de Sua publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo, surtindo Seus efeitos a partir de 03 de Fevereiro de 2025.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de São Gabriel da Palha-ES, 27 de janeiro de 2025.

TIAGO ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1481055

DECRETO Nº 4.793/2025
NOMEIA CANDIDATA APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO A SENHORA IRENE MERÇON.

TIAGO ROCHA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA-ES, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS. ...

Considerando o Edital de Concurso Público nº 01/2015, homologado pelo Decreto nº 69/2016, de 29 de fevereiro de 2016, publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição 457, de 01 de Março de 2016;
Considerando a Sentença Judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 0000856-29.2020.8.08.0045,
Considerando o Decreto Municipal de Convocação nº 4.701/2025 de 08 de Janeiro de 2025;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica nomeada a Senhora IRENE MERÇON, no Cargo de provimento efetivo de ODONTOLOGO, Carreira "IX", Classe "A", do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de São Gabriel da Palha, nos termos da Lei Municipal nº 2.571 de 19/11/2015,
Art. 2º- A Servidora admitida conforme Art. 1.º deste Decreto terá como regime jurídico de trabalho o Estatutário, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 44 de 19 de Novembro de 2015 e Art. 21 da Lei Orgânica do Município de São Gabriel da Palha-ES.
Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.
Art. 4º- Este Decreto entra em vigor na data de Sua publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de São Gabriel da Palha-ES, 29 de Janeiro de 2025.

TIAGO ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1481802

DECRETO Nº 4.797/2025

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS HABILITADOS NO CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 001/2023, PARA FINS DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO PESSOAL E REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS, VISANDO A NOMEAÇÃO EM CARGO PÚBLICO.

TIAGO ROCHA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DA PALHA, DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE CONFERE O DO ARTIGO 70, INCISO IX, DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL,

CONSIDERANDO o edital de concurso público nº 001/2023;

CONSIDERANDO o resultado final do concurso público nº 001/2023, homologado pelo Decreto nº 4.027, de 15 de março de 2024;

CONSIDERANDO a necessidade da Administração Pública Municipal de prover os seus cargos efetivos com estrita observância ao consignado no artigo 37, incisos I e II, da Constituição Federal;

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam CONVOCADOS os candidatos relacionados no Anexo I deste Decreto, habilitados no Concurso Público - EDITAL nº 001/2023, para fins de apresentação da documentação pessoal e para realização de exame médico admissional, visando a nomeação nos seus respectivos cargos.

Art. 2º Deverão os candidatos comparecer à Prefeitura Municipal de São Gabriel da Palha/ES, no Departamento de Recursos Humanos, situada na Praça Vicente Glazar, nº 159, bairro Glória, a fim de entregar a documentação constante do anexo II deste Decreto, nos dias 04 e 05 de Fevereiro de 2025, no horário das 12h00min às 17h00min.

Art. 3º O candidato que deixar de atender a presente convocação no prazo estipulado ou deixar de apresentar qualquer dos documentos solicitados, inclusive os exames laboratoriais, ou apresentar inaptidão em exames médicos, implicará, respectivamente, na desistência ou na eliminação do candidato para a nomeação no cargo público.

Art. 4º O candidato convocado deverá apresentar-se para entrega de documentos, presencialmente, de forma pessoal ou por procuração específica pública ou particular com firma reconhecida em cartório e cópia do documento de identidade do procurador.
Parágrafo único. Os poderes conferidos ao procurador de que trata o *caput* deste artigo restringir-se-ão à entrega de documentos.

Art. 5º No ato da apresentação dos documentos constantes no anexo II deste Decreto o candidato deverá apresentar todas as fotocópias autenticadas em cartório ou fotocópia simples acompanhada dos documentos originais exigidos, para conferência e autenticação das mesmas.
§**1º** Caso não sejam apresentados todos os documentos originais ou autenticados, conforme o *caput* deste artigo, o candidato será eliminado.
§**2º** Caso os documentos originais sejam apresentados em desconformidade com as fotocópias entregues, o candidato será eliminado.

Art. 6º As certidões que não possuírem prazo de validade expresso somente serão aceitas com data não excedente a 30 (trinta) dias de sua emissão.

Art. 7º Não serão aceitos os documentos ilegíveis e/ou que contenham rasuras.

Art. 8º Todas as fotocópias apresentadas devem estar legíveis.

Art. 9º. Caso seja comprovada a falsidade dos documentos apresentados pelo candidato, a

nomeação será tornada nula, a qualquer tempo, não gerando direito algum ao candidato.

Art. 10. O candidato que não reunir os requisitos estabelecidos no Edital de Concurso Público nº 001/2023 e neste Decreto perderá o direito à nomeação e posse no cargo para o qual foi convocado.

Art. 11. O candidato convocado que não se apresentar nos locais e nos prazos estabelecidos será considerado desistente, implicando sua eliminação definitiva e a convocação do candidato subsequente imediatamente classificado.

Art. 12. O candidato nomeado e empossado comporá o quadro de pessoal da Administração Direta do Município.
Parágrafo único. O candidato nomeado e empossado será designado para quaisquer unidades funcionais, nos variados turnos de trabalho, de acordo com a necessidade da Administração na sede ou interior do Município, sendo que a não aceitação da vaga caracterizará desistência.

Art. 13. Este Decreto entra vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de São Gabriel da Palha, Estado do Espírito Santo, em 29 de Janeiro de 2025.

TIAGO ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

CARGO: AUXILIAR DE SECRETARIA

Nº inscrição	Nome	Class.	Modalidade
2169	KAROLINA LOVO	10ª	Ampla Concorrência
522	ABIQUEILA COSTA CONCEIÇÃO	12ª	Ampla Concorrência
760	HADLER FILIPINI PIASSAROLLO	13ª	Ampla Concorrência
1492	MARIA EDUARDA ROCHA LIBERATO	4ª 20ª	Cota (Negro) Ampla Concorrência
2143	RENAN LOVO BONI	14º	Ampla Concorrência
2516	MARIA EDUARDA JACENTINK MORONARI	15º	Ampla Concorrência

CARGO: AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Nº inscrição	Nome	Class.	Modalidade
1080	DALVA DAS GRAÇAS BERGAMIN PAZULINI	30ª	Ampla Concorrência
2289	RAMILA EDUARDA FUZARI MACHADO	31ª	Ampla Concorrência
1818	CAMILA JACOB	8ª 37ª	Cota (Negro) Ampla Concorrência
643	ROSILECY SFALSIM	32ª	Ampla Concorrência
1921	ANA ESTER DA SILVA MARTINS	33ª	Ampla Concorrência
739	DIANA BRANDEMBURG	34ª	Ampla Concorrência

CARGO: MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR

Nº inscrição	Nome	Class.	Modalidade
1932	BRUNA CARVALHO MAURI	3ª	Ampla Concorrência
477	MARIANA PEREIRA BUZELLI	4ª	Ampla Concorrência

CARGO: TÉCNICO EM INFORMÁTICA

Nº inscrição	Nome	Class.	Modalidade
2051	JOÃO VITOR GENTELUCIO DE AZEVEDO	1º 5º	Cota (Negro) Ampla Concorrência

CARGO: COVEIRO

Nº inscrição	Nome	Class.	Modalidade
1911	LUCAS SANTOS MATOS	1º	Ampla Concorrência

CARGO: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Nº inscrição	Nome	Class.	Modalidade
0003	MARCOS ROGERIO CEZANA	8º	Ampla Concorrência

CARGO: PROFESSOR "A" MAPA - ENSINO FUNDAMENTAL

Nº inscrição	Nome	Class.	Modalidade
3464	EVANILDA KIPERT	15º	Ampla Concorrência

CARGO: PROFESSOR "A" MAPA - EDUCAÇÃO ESPECIAL

Nº inscrição	Nome	Class.	Modalidade
2214	CLAUDIA SANDRA BARRETO	17ª	Ampla Concorrência
2624	ANILDA CUSTODIO	19ª	Ampla Concorrência

ANEXO II

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA NOMEAÇÃO EM CARGO PÚBLICO

DOCUMENTOS	OBSERVAÇÕES
01 fotocópia do Atestado de Saúde Ocupacional.	

01 fotocópia de documento de identidade, com número, órgão expedidor e data de expedição.	
01 comprovante original de situação cadastral do CPF, emitido pela Receita Federal do Brasil.	Disponível no sítio eletrônico: www.receita.fazenda.gov.br
01 fotocópia da Carteira Nacional de Habilitação (CNH), expedida pelo órgão de trânsito competente, dentro da vigência, com categoria específica ao cargo para o qual está sendo nomeado.	Apenas para cargos que exigem CNH como requisito do cargo.
01 fotocópia do título de eleitor (frente e verso).	
01 certidão em original de quitação eleitoral, emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral.	Disponível no sítio eletrônico: http://www.tse.jus.br
01 fotocópia do certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, ou documento equivalente.	Para candidatos do sexo masculino.
01 foto 3x4.	A fotografia deve ser atual.
01 fotocópia do comprovante de escolaridade, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação, Secretarias ou Conselhos Estaduais de Educação, exigido para o cargo, de acordo com as especificações de cada cargo, bem como habilitação legal exigida para o cargo de nível superior:	Diploma. Caso o candidato não possua o diploma, será aceito provisoriamente o histórico escolar acompanhado da certidão de conclusão de curso, desde que o candidato tenha concluído o curso em até um ano antes da data limite de comprovação dos requisitos exigidos para o cargo.
01 certidão de regularidade (certidão de registro e quitação), emitida pelo Conselho de Classe, quando for o caso.	Comprovante de regularidade do candidato no conselho de classe ao qual pertence, devendo o mesmo encontrar-se em pleno gozo de seus direitos profissionais.
01 fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), onde conste fotografia, número/série e data/local da expedição da mesma.	
01 fotocópia de documento comprobatório de inscrição do PIS/PASEP, se possuir.	
01 comprovante de conta bancária (Sicoob, Banestes, Caixa Econômica ou Banco Brasil).	
01 certidão negativa criminal (em original) expedida pela Justiça Estadual do Estado do Espírito Santo ou da Unidade da Federação em que tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos.	Disponível no sítio eletrônico: www.tjes.jus.br
01 certidão negativa criminal (em original) expedida pela Justiça Federal.	Disponível no sítio eletrônico: www.jfes.jus.br
01 certidão negativa criminal (em original) expedida pela Polícia Civil do Estado do Espírito Santo ou da Unidade da Federação em que tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos.	
01 certidão negativa criminal (em original) expedida pela Polícia Federal do Estado do Espírito Santo ou da Unidade da Federação em que tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos.	
01 certidão negativa de crimes eleitorais (em original), emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral.	
01 certidão negativa (em original), emitida pelo Conselho Nacional de Justiça no cadastro nacional de condenações cíveis por ato de improbidade administrativa e inelegibilidade, que comprove a inexistência de condenações cíveis por ato de improbidade administrativa e inelegibilidade.	
01 certidão negativa de débito (em original) com o Município de São Gabriel da Palha.	Disponível no sítio eletrônico: https://saogabriel.es.gov.br
01 declaração com firma reconhecida em cartório de bens e valores que constituem o seu patrimônio.	
01 declaração com firma reconhecida em cartório de que não ocupa outro cargo público, salvo as acumulações previstas no artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal.	
01 declaração com firma reconhecida em cartório de que não percebe proventos de aposentadoria que caracterizem acumulação ilícita de cargos, na forma do artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal.	
01 declaração com firma reconhecida em cartório de disponibilidade e compatibilidade diária de horários para o serviço público.	
01 fotocópia da certidão de nascimento; se for casado, cópia da certidão de casamento; se for separado/divorciado, cópia da certidão de casamento com a averbação da separação/divórcio; se for viúvo, cópia da certidão de óbito do cônjuge anexada à certidão de casamento ou ainda, no caso de união estável, apresentar a competente declaração, anexando cópia de documento de identidade do companheiro.	
01 fotocópia do comprovante de residência (água, energia, etc.).	Caso o comprovante de residência esteja em nome de terceiros, o candidato deverá apresentar também declaração em original emitida pelo proprietário do imóvel com firma reconhecida em cartório.
Indicação de número de telefone e de endereço eletrônico (e-mail).	

01 fotocópia do cartão de vacinas.	
01 fotocópia da certidão de nascimento dos dependentes legais menores de 18 anos de idade.	
01 comprovante original de situação cadastral do CPF dos dependentes legais menores de 18 anos de idade, emitido pela Receita Federal do Brasil.	Disponível no sítio eletrônico: www.receita.fazenda.gov.br
01 fotocópia do cartão de vacinas dos dependentes legais menores de 18 anos de idade.	
01 declaração de matrícula escolar dos dependentes legais maiores de 5 anos até 14 anos de idade.	
Situação Cadastral do E-Social	Disponível no sítio eletrônico: https://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/index.xhtml

Protocolo 1481815

Edital

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA N.º 012/2025

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DA PALHA, do Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a realização do Processo Seletivo Para Cadastro de Reserva de Cargos Administrativos, no Âmbito da Administração Pública Municipal/Secretaria Municipal de Educação - nº 02/2024, para Contratação Temporária de servidores para o exercício das atividades de Merendeira e Cuidador, para atuar no âmbito da Administração Pública Municipal, nos termos das Leis Municipais Nº. 2571/2007 e suas alterações, e, Nº. 2651 de 10 de maio de 2017 e Decreto N.º 4281/2024, de 12 de julho de 2024, que "Homologa Resultado de Processo Seletivo Para Cadastro de Reserva de Cargos Administrativos, no Âmbito da Administração Pública Municipal/Secretaria Municipal de Educação - nº 02/2024".

R E S O L V E:

Art. 1.º - **CONVOCAR** os candidatos classificados no Processo Seletivo nº 02/2024, conforme relação constante no Anexo Único que integra este Edital, para comparecer no Departamento de Recursos Humanos/Secretaria Municipal de Educação, no prédio da Prefeitura Municipal, situado à Praça Vicente Glazar, N.º 159, Bairro Glória, nesta Cidade, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, no horário de 12h (doze horas) às 18h (dezoito horas) de segunda-feira a quinta-feira e no horário de 7h (sete horas) às 13h (treze horas) na sexta-feira, para apresentar os documentos exigidos.

Art. 2.º - O não comparecimento do candidato no prazo de 48 horas, contados da data da convocação, implicará na sua reclassificação, assumindo o último lugar na lista de aprovados de cada cargo.

Art. 3.º - No ato da convocação o candidato deverá entregar cópia simples dos seguintes documentos, munidos dos originais:

- Uma Foto 3x4 recente;
- Atestado de Saúde Ocupacional;
- Cópia do CPF (com Comprovante de Situação Cadastral);
- Cópia do Documento de Identidade;
- Cópia do Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;
- Cópia da CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social (frente e verso);
- Cópia do Cartão PIS/PASEP (se possuir);
- Cópia da CNH - Carteira Nacional de Habilitação (Observar Categoria - Cargos que exigem);
- Cópia Comprovante de Residência;
- Comprovante de Conta Bancária (Banco Brasil);
- Cópia do Comprovante de Escolaridade exigida para o Cargo;
- Cópia do Registro no Conselho de Classe (Cargos que exigem);
- Cópia do Certificado de Reservista (sexo masculino);
- Cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento;
- Cópia da Certidão de Nascimento dos Filhos Menores de 18 Anos
- Cópia do CPF dos Dependentes Menores de 18 Anos;
- Cópia do Cartão de Vacina dos Filhos Menores de 18 Anos;
- Certidão Negativa de Dívida à Fazenda Municipal; (Site da Prefeitura);
- Atestado de Antecedentes Criminais;
- Certidão dos distribuidores criminais das Justiças Federal, Estadual ou do Distrito Federal e Militar dos lugares onde resistiu nos últimos 5 (cinco) anos;
- Folha de antecedentes da Polícia Federal e da Polícia Civil Estadual ou do Distrito Federal onde resistiu nos últimos 5 (cinco) anos;
- Certidão emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral, comprovando a inexistência de crime eleitoral;
- Certidão Emitida pelo Conselho Nacional de Justiça no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade que comprove a inexistência de condenações cíveis por ato de improbidade administrativa e inelegibilidade.
- Número de Telefone;
- Declaração de Nepotismo;
- Declaração de não Acumulação de Cargo Público;
- Declaração de Bens que constituem seu Patrimônio;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda;
- Cópia do Cartão de Vacina Atualizado.
- Qualificação cadastral E-Social.

Art. 4.º - O candidato selecionado para o exercício temporário do cargo terá o prazo improrrogável de 05 (cinco) dias para assumir suas atividades, findo o qual perderá o direito de ser contratado, passando a figurar na última colocação entre os classificados.

São Gabriel da Palha - ES, 29 de janeiro de 2025.

JANE LISLIE MARTINELLI DOS SANTOS
Secretária Municipal de Educação

Anexo Único do Edital de Convocação para Contratação Temporária N.º 012/2025

Merendeira

NOME	CLASSIFICAÇÃO
Aldeci Silva dos Santos	38º
Vanessa Fraga Polidoro	39º
Andreia dos Santos	40º
Leidilaura Barbosa de Sousa	41º
Eliane Nunes de Souza	42º

Protocolo 1481037

Termos

EXTRATOS DE CONVÊNIOS DE COOPERAÇÃO MÚTUA:

Convênio Nº 02/2025

Processo Administrativo Nº: 00486/2025

Município: São Gabriel da Palha/ES e São Domingos do Norte/ES

Objeto: O presente CONVÊNIO tem como finalidade estabelecer e regulamentar o intercâmbio entre as partes conveniadas no intuito de promoverem entre si a cessão da servidora **AMANDA PAULA DOS SANTOS VITORINO**, ocupante do cargo efetivo de Professora B MAPB, com carga horária de 25 (vinte e cinco) horas semanais, para atuar no Município de São Domingos do Norte - ES, quando da conveniência e necessidade de serviço.

Vigência: 01/02/2025 a 31/12/2025

Data da Assinatura: 27 de Janeiro de 2025.

Secretaria Municipal de Administração, 29 de janeiro de 2025.

TIAGO ROCHA

Prefeito Municipal

Protocolo 1481870

São Roque do Canaã

Decreto

DECRETO Nº 7.517/2025

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Roque do Canaã, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 57, VIII, XI e XIV da Lei Orgânica Municipal e com fulcro na Lei Complementar n° 006/2023.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada, a senhora **ANDRIELLY CARLINI LIRIO** para o cargo de Coordenador de Turismo Esporte e Lazer, de provimento em comissão, referência CC-08.
Art. 2° A servidora desempenhará suas funções na Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer.
Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 27 de janeiro de 2025.

Gabinete do Prefeito, 29 de janeiro de 2025.

MARCOS GERALDO GUERRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1481023

Contrato

EXTRATO DO CONTRATO Nº 022/2025

Processo Administrativo nº: 000487/2025.
Pregão Eletrônico nº: 00019/2024 - CIM POLINORTE.
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.
Contratada: ACACIA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA.
Objeto: O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada em fornecimento de MATERIAL MÉDICO - HOSPITALAR (CURATIVO), em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS/SRC, nas condições estabelecidas no Termo de Contrato.
Vigência: O prazo de vigência da contratação será de 06 (seis) meses a contar da data de sua publicação.
Data da Assinatura: 29/01/2025.
Valor: R$ 500,00 (quinhentos reais).
Dotação Orçamentária:
I. Fundo Municipal de Saúde:
a) 1515.1030100082.036 - 339030 - FR.: 150000150000 - F.: 034
NAYANE ALLINE DA SILVA MALAVASI
Secretária Municipal de Saúde

Protocolo 1481579

Aditivo

EXTRATO DO 2º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 085/2024

Processo Administrativo n.º: 003711/2024.
Contratante: Município de São Roque do Canaã/ES.
Contratado: M S CONSTRUTORA LTDA.
Objeto: O presente termo tem como objetivo o aditamento de valor ao Contrato n° 085/2024 em R$129.646,81 (cento e vinte e nove mil, seiscentos e quarenta e seis reais e oitenta e um centavos), para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos do Município de São Roque do Canaã/ES.
Assinatura: 29/01/2025.
Valor: O presente aditivo importará no acréscimo no valor de R$ 129.646,81 (cento e vinte e nove mil, seiscentos e quarenta e seis reais e oitenta e um centavos).
Dotação Orçamentária:
I. Secretaria de Obras e Serviços Urbanos:
a) 0707.1545100101.009 - 44905100000 F.: 0000184 - FR.: 250100000003 (R$ 129.646,81).
MARCOS GERALDO GUERRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1481638

Viana

Convocação

20º CHAMADA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO E CADASTRO DE RESERVA SIMPLIFICADO DE PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DO MUNICÍPIO DE VIANA - ES EDITAL Nº 004/2024.

A comissão do Processo seletivo e cadastro de reserva simplificado da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Viana, em referência ao Edital n° 004/2024, convoca para a Chamada os Candidatos Habilitados, seguindo classificação e modalidades abaixo.

Local da chamada: Rua Aspazia Varejão Dias, s/n, Centro, Viana/ES, 29130-013 **(Auditório da Secretaria Municipal de Educação)**.

AMBOS			
DATA	DISCIPLINA OU CARGO	HORÁRIO	CLASSIFICAÇÃO
31/01/2025	PEDAGOGO (ENSINO FUNDAMENTAL)	8:00 ÀS 11:00HS	51º AO 110º
31/01/2025	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS (PEB II) (1º AO 5° ANOS) EDUCAÇÃO URBANA E CAMPO	13:00 ÀS 17:00HS	384º AO 444º
PCD			
DATA	DISCIPLINA OU CARGO	HORÁRIO	CLASSIFICAÇÃO
31/01/2025	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS (PEB II) (1º AO 5° ANOS) EDUCAÇÃO URBANA E CAMPO	13:00 ÀS 17:00HS	4º AO 6º

Protocolo 1481933

Portaria

PORTARIA Nº 0040/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIANA, Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições legais, conferidas pelo artigo 61, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município de Viana, e de acordo com o processo administrativo nº 23892/2024.

RESOLVE:

Art. 1° Conceder à servidora **ROSIANE SIMÕES PASTORA**, efetiva, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo Técnico de Enfermagem, matrícula n°. 025349-01, 02 (dois) meses de Férias-Prêmio, durante o período de 03/02/2025 a 03/04/2025.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Viana - ES, 29 de janeiro de 2025.

WANDERSON BORGHARDT BUENO
Prefeito Municipal de Viana

Protocolo 1481238

AMUNES
www.amunes.org.br
www.amunes.org.br

Termos

MUNICIPIO DE VIANA - ES — **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) — Em Reais

Receitas	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas			% (c/a)	Saldo (a-c)
			No Período (b)	% (b/a)	Até o Período (c)		
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**460.486.717,96**	**496.857.535,18**	**84.619.195,06**	**17,03**	**523.521.300,13**	**105,37**	**(26.663.764,95)**
RECEITAS CORRENTES	430.497.574,58	466.868.391,80	79.812.556,10	17,10	485.848.126,99	104,07	(18.979.735,19)
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	66.827.130,25	66.827.130,25	10.040.723,75	15,02	72.306.726,92	108,20	(5.479.596,67)
Impostos	58.339.150,33	58.339.150,33	9.411.087,23	16,13	64.460.574,52	110,49	(6.121.424,19)
Taxas	8.487.979,92	8.487.979,92	629.636,52	7,42	7.846.152,40	92,44	641.827,52
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	15.916.183,21	16.907.556,48	3.103.164,13	18,35	16.515.945,56	97,68	391.610,92
Contribuições Sociais	6.920.555,04	7.911.928,31	1.553.046,05	19,63	6.571.677,52	83,06	1.340.250,79
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Forma							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	8.995.628,17	8.995.628,17	1.550.118,08	17,23	9.944.268,04	110,55	(948.639,87)
RECEITA PATRIMONIAL	22.778.396,77	22.950.127,84	2.467.515,99	10,75	21.587.196,42	94,06	1.362.931,42
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários	22.778.396,77	22.950.127,84	2.467.515,99	10,75	20.954.652,59	91,31	1.995.475,25
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Au							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos					632.543,83		(632.543,83)
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS							
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	322.001.980,45	357.209.693,33	63.129.300,00	17,67	371.218.754,35	103,92	(14.009.061,02)
Transferências da União e de suas Entidades	110.132.611,71	127.465.775,96	23.499.403,87	18,44	134.370.502,48	105,42	(6.904.726,52)
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	123.218.294,39	131.019.203,71	21.541.509,77	16,44	133.224.379,36	101,68	(2.205.175,65)
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas	88.651.074,35	98.724.713,66	18.088.386,36	18,32	103.623.872,51	104,96	(4.899.158,85)
Transferências do Exterior							
Demais Transferências Correntes							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.973.883,90	2.973.883,90	1.071.852,23	36,04	4.219.503,74	141,89	(1.245.619,84)
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	47.097,62	47.097,62			72.327,48	153,57	(25.229,86)
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	1.295.745,59	1.295.745,59	26.694,48	2,06	1.451.919,53	112,05	(156.173,94)
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							
Demais Receitas Correntes	1.631.040,69	1.631.040,69	1.045.157,75	64,08	2.695.256,73	165,25	(1.064.216,04)
RECEITAS DE CAPITAL	29.989.143,38	29.989.143,38	4.806.638,96	16,03	37.673.173,14	125,62	(7.684.029,76)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS	377.752,05	377.752,05	521.100,00	137,95	521.100,00	137,95	(143.347,95)
Alienação de Bens Móveis	377.752,05	377.752,05	521.100,00	137,95	521.100,00	137,95	(143.347,95)
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	29.611.391,33	29.611.391,33	4.285.538,96	14,47	37.152.073,13	125,47	(7.540.681,80)
Transferências da União e de suas Entidades	4.315.808,52	4.315.808,52	2.595.812,90	60,15	3.335.425,61	77,28	980.382,91
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	25.295.582,81	25.295.582,81	1.689.726,06	6,68	33.816.647,52	133,69	(8.521.064,71)
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Tranferências de Capital							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL					0,01		(0,01)
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital					0,01		(0,01)
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	**10.455.995,76**	**10.455.995,76**	**2.339.240,51**	**22,37**	**10.102.924,08**	**96,62**	**353.071,68**
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	**470.942.713,72**	**507.313.530,94**	**86.958.435,57**	**17,14**	**533.624.224,21**	**105,19**	**(26.310.693,27)**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
Mobiliária							
Contratual							
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	470.942.713,72	507.313.530,94	86.958.435,57	17,14	533.624.224,21	105,19	(26.310.693,27)
DEFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL COM DEFICIT (VII) = (V + VI)	470.942.713,72	507.313.530,94	86.958.435,57	17,14	533.624.224,21	105,19	(26.310.693,27)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	—	63.691.839,43	—	—	63.691.839,43	100,00	—
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	—	—	—	—	—	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	—	63.691.839,43	—	—	63.691.839,43	100,00	—

Despesas	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas		Saldo	Despesas Liquidadas		Saldo	Despesas Pagas Até o Período (j)	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados(k)
			No Período	Até Período (f)	(g) = (e - f)	No Período	Até Período (h)	(i) = (e - h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (	**460.486.717,96**	**561.179.557,17**	**56.766.755,79**	**522.790.902,87**	**38.388.654,30**	**112.450.210,45**	**516.831.138,37**	**44.348.418,80**	**509.607.415,55**	**5.959.764,50**
DESPESAS CORRENTES	343.881.595,57	392.136.844,49	38.116.898,14	375.350.808,31	16.786.036,18	82.913.888,24	373.620.328,19	18.516.516,30	369.940.324,62	1.730.480,12
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	184.607.439,81	200.442.581,92	26.550.904,99	198.034.996,97	2.407.584,95	38.877.868,64	198.030.311,16	2.412.270,76	197.519.766,81	4.685,81
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	5.717.755,01	3.454.000,00	(640.021,62)	3.380.978,38	73.021,62	497.852,95	3.380.978,38	73.021,62	3.380.978,38	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	153.556.400,75	188.240.262,57	12.206.014,77	173.934.832,96	14.305.429,61	43.538.166,65	172.209.038,65	16.031.223,92	169.039.579,43	1.725.794,31
DESPESAS DE CAPITAL	116.595.122,39	169.042.712,68	18.649.857,65	147.440.094,56	21.602.618,12	29.536.322,21	143.210.810,18	25.831.902,50	139.667.090,93	4.229.284,38
INVESTIMENTOS	108.697.798,82	161.635.024,22	18.390.449,95	140.035.098,30	21.599.925,92	28.339.396,04	135.805.813,92	25.829.210,30	132.262.094,67	4.229.284,38
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	7.897.323,57	7.407.688,46	259.407,70	7.404.996,26	2.692,20	1.196.926,17	7.404.996,26	2.692,20	7.404.996,26	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00									
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	**10.455.995,76**	**10.295.813,20**	**(491.120,89)**	**10.109.432,78**	**186.380,42**	**1.615.341,10**	**10.109.432,78**	**186.380,42**	**10.109.432,78**	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	**470.942.713,72**	**571.475.370,37**	**56.275.634,90**	**532.900.335,65**	**38.575.034,72**	**114.065.551,55**	**526.940.571,15**	**44.534.799,22**	**519.716.848,33**	**5.959.764,50**
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI										
Amortização da Dívida Interna										
Dívida Mobiliária										
Dívida Contratual										
Amortização da Dívida Externa										
Dívida Mobiliária										

MUNICIPIO DE VIANA - ES — **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) — Em Reais

Dívida Contratual										
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	470.942.713,72	571.475.370,37	56.275.634,90	532.900.335,65	38.575.034,72	114.065.551,55	526.940.571,15	44.534.799,22	519.716.848,33	5.959.764,50
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	723.888,56		—	6.683.653,06		13.907.375,88	—
TOTAL COM SUPERAVIT (XIV) = (XII + XIII)	470.942.713,72	571.475.370,37	56.275.634,90	533.624.224,21	38.575.034,72	114.065.551,55	533.624.224,21	44.534.799,22	533.624.224,21	5.959.764,50
RESERVA DO RPPS	—	—	—			—				—

Receitas Intra	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas			% (c/a)	Saldo (a-c)
			No Período (b)	% (b/a)	Até o Período (c)		
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	**10.455.995,76**	**10.455.995,76**	**2.339.240,51**	**22,37**	**10.102.924,08**	**96,62**	**353.071,68**
RECEITAS CORRENTES	10.455.995,76	10.455.995,76	2.339.240,51	22,37	10.102.924,08	96,62	353.071,68
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA							
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	10.455.995,76	10.455.995,76	2.339.240,51	22,37	9.331.119,94	89,24	1.124.875,82
Contribuições Sociais	10.455.995,76	10.455.995,76	2.339.240,51	22,37	9.331.119,94	89,24	1.124.875,82
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Forma							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL							
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários							
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Au							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS							
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Transferências Correntes							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES					771.804,14		
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos							
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital							
Demais Receitas Correntes					771.804,14		
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Demais Tranferências de Capital							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							

Despesas Intra	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas		Saldo (g) = (e - f)	Despesas Liquidadas		Saldo (i) = (e - h)	Despesas Pagas Até o Periodo (j)	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados(k)
			No Período	Até Período (f)		No Período	Até Período (h)			
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	**10.455.995,76**	**10.295.813,20**	**(491.120,89)**	**10.109.432,78**	**186.380,42**	**1.615.341,10**	**10.109.432,78**	**186.380,42**	**10.109.432,78**	—
DESPESAS CORRENTES	10.455.995,76	10.295.813,20	(491.120,89)	10.109.432,78	186.380,42	1.615.341,10	10.109.432,78	186.380,42	10.109.432,78	—
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.455.995,76	9.549.000,33	(491.120,89)	9.362.619,91	186.380,42	1.615.341,10	9.362.619,91	186.380,42	9.362.619,91	—
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										—
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		746.812,87		746.812,87			746.812,87		746.812,87	—
DESPESAS DE CAPITAL										—
INVESTIMENTOS										—
INVERSÕES FINANCEIRAS										—
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										—
RESERVA DE CONTINGÊNCIA										—

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Gestão E Finanças, Emissão: 29/01/2025 , às 14:52:17

MUNICIPIO DE VIANA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) Em Reais

WANDERSON BORGHARDT BUENO
PREFEITO MUNICIPAL
CPF - 059.132.797-00

FILIPE LADISLAU LACERDA SILLER
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO E FINANÇAS
CPF - 140.533.057-05

RAFAEL OLIVEIRA KIRMSE
CONTADOR
CRC - ES 021952/O-8

MUNICIPIO DE VIANA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**460.486.717,96**	**561.179.557,17**	**56.766.755,79**	**522.790.902,87**	**98,10**	**38.388.654,30**	**112.450.210,45**	**516.831.138,37**	**98,08**	**44.348.418,80**	**5.959.764,50**
Legislativa	**19.858.000,00**	**18.633.318,87**	**1.310.437,96**	**18.633.101,64**	**3,50**	**217,23**	**2.908.472,42**	**18.633.101,64**	**3,54**	**217,23**	
Ação Legislativa	19.850.000,00	18.633.318,87	1.310.437,96	18.633.101,64	3,50	217,23	2.908.472,42	18.633.101,64	3,54	217,23	
Controle Externo											
Administração Geral											
Demais Subfunções	8.000,00										
Judiciária											
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Essencial à Justiça											
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Administração	**63.051.671,24**	**65.296.855,00**	**769.148,35**	**64.245.010,74**	**12,06**	**1.051.844,26**	**11.919.931,27**	**63.456.543,17**	**12,04**	**1.840.311,83**	**788.467,57**
Planejamento e Orçamento											
Administração Geral	59.385.965,08	63.014.303,55	776.267,31	61.977.740,24	11,63	1.036.563,31	11.321.060,23	61.190.830,50	11,61	1.823.473,05	786.909,74
Administração Financeira											
Controle Interno											
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação	3.659.706,16	2.282.551,45	(7.118,96)	2.267.270,50	0,43	15.280,95	598.871,04	2.265.712,67	0,43	16.838,78	1.557,83
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas	6.000,00										
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
Demais Subfunções											
Defesa Nacional											
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Segurança Pública	**1.606.444,17**	**2.992.750,65**	**(106.098,06)**	**1.584.835,88**	**0,30**	**1.407.914,77**	**764.804,90**	**1.584.835,88**	**0,30**	**1.407.914,77**	
Policiamento											
Defesa Civil	698.000,00	1.495.988,62	(100.027,18)	1.261.226,02	0,24	234.762,60	740.032,00	1.261.226,02	0,24	234.762,60	
Informação e Inteligência											
Administração Geral	908.444,17	1.496.762,03	(6.070,88)	323.609,86	0,06	1.173.152,17	24.772,90	323.609,86	0,06	1.173.152,17	
Demais Subfunções											
Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Assistência Social	**7.192.876,15**	**9.979.103,54**	**898.030,46**	**8.215.523,59**	**1,54**	**1.763.579,95**	**1.515.033,70**	**8.215.523,59**	**1,56**	**1.763.579,95**	
Assistência ao Idoso	215.275,66	123.052,69	(9.698,45)	92.954,24	0,02	30.098,45	400,00	92.954,24	0,02	30.098,45	
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente	3.519.401,01	4.397.467,94	519.974,22	4.159.859,60	0,78	237.608,34	666.922,89	4.159.859,60	0,79	237.608,34	
Assistência Comunitária	3.296.449,48	4.816.630,64	254.738,07	3.637.557,58	0,68	1.179.073,06	615.868,64	3.637.557,58	0,69	1.179.073,06	
Administração Geral	107.750,00	143.148,00	67.200,00	137.150,00	0,03	5.998,00	67.200,00	137.150,00	0,03	5.998,00	
Demais Subfunções	54.000,00	498.804,27	65.816,62	188.002,17	0,04	310.802,10	164.642,17	188.002,17	0,04	310.802,10	
Previdência Social	**45.214.058,89**	**41.918.806,00**	**6.468.331,33**	**39.610.885,59**	**7,43**	**2.307.920,41**	**6.709.473,79**	**39.597.454,18**	**7,51**	**2.321.351,82**	**13.431,41**
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário	44.075.058,89	40.782.731,46	6.378.935,32	38.750.406,80	7,27	2.032.324,66	6.538.935,32	38.750.406,80	7,35	2.032.324,66	
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
Administração Geral	1.139.000,00	1.136.074,54	89.396,01	860.478,79	0,16	275.595,75	170.538,47	847.047,38	0,16	289.027,16	13.431,41
Demais Subfunções											
Saúde	**67.980.574,47**	**87.272.128,82**	**7.239.737,68**	**80.144.473,30**	**15,04**	**7.127.655,52**	**19.230.005,64**	**79.940.757,54**	**15,17**	**7.331.371,28**	**203.715,76**
Atenção Básica	32.207.997,13	42.088.570,19	3.485.269,09	36.169.435,67	6,79	5.919.134,52	9.233.985,05	36.091.475,50	6,85	5.997.094,69	77.960,17
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	23.946.187,08	30.254.008,27	2.694.640,33	29.473.526,72	5,53	780.481,55	6.725.480,75	29.429.550,65	5,58	824.457,62	43.976,07
Suporte Profilático e Terapêutico	3.080.064,50	4.309.913,56	380.475,68	4.139.859,52	0,78	170.054,04	1.051.900,69	4.073.205,18	0,77	236.708,38	66.654,34
Vigilância Sanitária	49.055,00	2.000,00				2.000,00				2.000,00	
Vigilância Epidemiológica	3.796.117,35	5.392.849,94	328.874,06	5.269.305,74	0,99	123.544,20	1.048.808,35	5.261.779,47	1,00	131.070,47	7.526,27

MUNICIPIO DE VIANA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
Alimentação e Nutrição											
Administração Geral	4.875.153,41	5.223.167,06	350.478,52	5.091.856,85	0,96	131.310,21	1.169.830,80	5.084.257,94	0,96	138.909,12	7.598,91
Demais Subfunções	26.000,00	1.619,80		488,80	0,00	1.131,00		488,80	0,00	1.131,00	
Trabalho											
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Educação	**131.284.720,80**	**171.633.868,12**	**30.041.865,84**	**155.873.624,69**	**29,25**	**15.760.243,43**	**45.704.708,61**	**155.020.906,57**	**29,42**	**16.612.961,55**	**852.718,12**
Ensino Fundamental	76.722.341,21	107.069.514,61	17.691.665,27	95.202.468,54	17,86	11.867.046,07	27.264.416,66	95.115.815,83	18,05	11.953.698,78	86.652,71
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil	46.229.379,59	54.966.866,27	12.377.675,27	51.410.330,60	9,65	3.556.535,67	16.234.907,91	50.754.089,04	9,63	4.212.777,23	656.241,56
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial											
Educação Básica											
Administração Geral	4.859.000,00	6.332.129,47	337.978,97	6.199.696,52	1,16	132.432,95	1.570.807,64	6.095.211,44	1,16	236.918,03	104.485,08
Demais Subfunções	3.474.000,00	3.265.357,77	(365.453,67)	3.061.129,03	0,57	204.228,74	634.576,40	3.055.790,26	0,58	209.567,51	5.338,77
Cultura	**2.629.000,00**	**3.562.524,09**	**597.657,52**	**2.713.989,75**	**0,51**	**848.534,34**	**597.672,00**	**2.713.989,75**	**0,52**	**848.534,34**	
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	3.000,00										
Difusão Cultural	2.626.000,00	3.562.524,09	597.657,52	2.713.989,75	0,51	848.534,34	597.672,00	2.713.989,75	0,52	848.534,34	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania	**463.449,93**	**749.638,86**	**369,33**	**700.298,86**	**0,13**	**49.340,00**	**261.189,60**	**700.298,86**	**0,13**	**49.340,00**	
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
Administração Geral											
Demais Subfunções	463.449,93	749.638,86	369,33	700.298,86	0,13	49.340,00	261.189,60	700.298,86	0,13	49.340,00	
Urbanismo	**84.692.275,33**	**129.252.605,13**	**9.988.742,82**	**123.083.419,97**	**23,10**	**6.169.185,16**	**17.815.795,26**	**119.680.612,93**	**22,71**	**9.571.992,20**	**3.402.807,04**
Infra-Estrutura Urbana	84.692.275,33	129.252.605,13	9.988.742,82	123.083.419,97	23,10	6.169.185,16	17.815.795,26	119.680.612,93	22,71	9.571.992,20	3.402.807,04
Serviços Urbanos											
Transportes Coletivos Urbanos											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Habitação	**4.214.461,60**	**2.658.659,23**	**(643.039,85)**	**1.435.174,22**	**0,27**	**1.223.485,01**	**93.859,58**	**1.435.174,22**	**0,27**	**1.223.485,01**	
Habitação Rural											
Habitação Urbana	4.214.461,60	2.658.659,23	(643.039,85)	1.435.174,22	0,27	1.223.485,01	93.859,58	1.435.174,22	0,27	1.223.485,01	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saneamento	**8.209.000,00**	**7.938.330,80**	**382.821,55**	**7.819.979,82**	**1,47**	**118.350,98**	**1.912.047,23**	**7.819.979,82**	**1,48**	**118.350,98**	
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano											
Administração Geral											
Demais Subfunções	8.209.000,00	7.938.330,80	382.821,55	7.819.979,82	1,47	118.350,98	1.912.047,23	7.819.979,82	1,48	118.350,98	
Gestão Ambiental	**333.742,00**	**130.000,00**		**130.000,00**	**0,02**			**130.000,00**	**0,02**		
Preservação e Conservação Ambiental	10.000,00										
Controle Ambiental	315.742,00	130.000,00		130.000,00	0,02			130.000,00	0,02		
Recuperação de Áreas Degradadas	8.000,00										
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia	**494.000,00**	**185.999,05**		**185.999,05**	**0,03**			**185.999,05**	**0,04**		
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	494.000,00	185.999,05		185.999,05	0,03			185.999,05	0,04		
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Agricultura	**1.621.000,00**	**881.167,19**	**(477.899,67)**	**450.202,10**	**0,08**	**430.965,09**	**81.369,12**	**438.620,91**	**0,08**	**442.546,28**	**11.581,19**
Abastecimento											
Extensão Rural	1.272.000,00	849.167,19	(477.899,67)	450.202,10	0,08	398.965,09	81.369,12	438.620,91	0,08	410.546,28	11.581,19
Irrigação											

MUNICIPIO DE VIANA - ES — **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") — Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
Promoção da Produção Agropecuária	349.000,00	32.000,00				32.000,00				32.000,00	
Defesa Agropecuária											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Organização Agrária											
Reforma Agrária											
Colonização											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Indústria											
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	**999.000,00**	**478.343,07**		**469.646,60**	**0,09**	**8.696,47**	**243.508,99**	**401.628,97**	**0,08**	**76.714,10**	**68.017,63**
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo	999.000,00	478.343,07		469.646,60	0,09	8.696,47	243.508,99	401.628,97	0,08	76.714,10	68.017,63
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comunicações	**2.389.197,60**	**1.352.677,03**	**(70.047,60)**	**1.352.677,03**	**0,25**		**118.154,16**	**737.452,45**	**0,14**	**615.224,58**	**615.224,58**
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
Administração Geral											
Demais Subfunções	2.389.197,60	1.352.677,03	(70.047,60)	1.352.677,03	0,25		118.154,16	737.452,45	0,14	615.224,58	615.224,58
Energia											
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Transporte											
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	**774.000,00**	**539.729,82**	**(49.516,34)**	**494.721,96**	**0,09**	**45.007,86**	**79.752,67**	**490.920,76**	**0,09**	**48.809,06**	**3.801,20**
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário	698.000,00	535.729,82	(49.516,34)	494.721,96	0,09	41.007,86	79.752,67	490.920,76	0,09	44.809,06	3.801,20
Lazer											
Administração Geral											
Demais Subfunções	76.000,00	4.000,00				4.000,00				4.000,00	
Encargos Especiais	**17.469.245,78**	**15.723.051,90**	**416.214,47**	**15.647.338,08**	**2,94**	**75.713,82**	**2.494.431,51**	**15.647.338,08**	**2,97**	**75.713,82**	
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna	13.615.078,58	10.861.688,46	(380.613,92)	10.785.974,64	2,02	75.713,82	1.694.779,12	10.785.974,64	2,05	75.713,82	
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais	3.854.167,20	4.861.363,44	796.828,39	4.861.363,44	0,91		799.652,39	4.861.363,44	0,92		
Transferências para a Educação Básica											
Demais Subfunções											
Reserva de Contigência	**10.000,00**		**----**	**----**	**----**		**----**	**----**	**----**		**----**
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	**10.455.995,76**	**10.295.813,20**	**(491.120,89)**	**10.109.432,78**	**1,90**	**186.380,42**	**1.615.341,10**	**10.109.432,78**	**1,92**	**186.380,42**	
TOTAL (III) = (I + II)	**470.942.713,72**	**571.475.370,37**	**56.275.634,90**	**532.900.335,65**	**100,00**	**38.575.034,72**	**114.065.551,55**	**526.940.571,15**	**100,00**	**44.534.799,22**	**5.959.764,50**

MUNICIPIO DE VIANA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	**10.455.995,76**	**10.295.813,20**	**(491.120,89)**	**10.109.432,78**	**1,90**	**186.380,42**	**1.615.341,10**	**10.109.432,78**	**1,92**	**186.380,42**	
Legislativa	**600.000,00**	**423.107,42**	**95.402,00**	**422.047,30**	**0,08**	**1.060,12**	**127.224,70**	**422.047,30**	**0,08**	**1.060,12**	
Ação Legislativa	600.000,00	423.107,42	95.402,00	422.047,30	0,08	1.060,12	127.224,70	422.047,30	0,08	1.060,12	
Controle Externo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Judiciária											
Ação Judiciária											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Essencial à Justiça											
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Administração	**2.006.257,68**	**1.783.057,87**	**(133.317,55)**	**1.654.614,89**	**0,31**	**128.442,98**	**285.937,76**	**1.654.614,89**	**0,31**	**128.442,98**	
Planejamento e Orçamento											
Administração Geral	2.006.257,68	1.783.057,87	(133.317,55)	1.654.614,89	0,31	128.442,98	285.937,76	1.654.614,89	0,31	128.442,98	
Administração Financeira											
Controle Interno											
Normatização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos											
Administração de Receitas											
Administração de Concessões											
Comunicação Social											
Demais Subfunções											
Defesa Nacional											
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Segurança Pública											
Policiamento											
Defesa Civil											
Informação e Inteligência											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Assistência Social	**20.000,00**	**17.500,00**	**(7.914,08)**	**8.585,92**	**0,00**	**8.914,08**	**1.485,68**	**8.585,92**	**0,00**	**8.914,08**	
Assistência ao Idoso											
Assistência ao Portador de Deficiência											
Assistência à Criança e ao Adolescente	7.000,00	4.500,00	(4.500,00)			4.500,00				4.500,00	
Assistência Comunitária	13.000,00	13.000,00	(3.414,08)	8.585,92	0,00	4.414,08	1.485,68	8.585,92	0,00	4.414,08	
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Previdência Social	**61.000,00**	**67.271,63**	**(23,33)**	**65.976,67**	**0,01**	**1.294,96**	**11.599,48**	**65.976,67**	**0,01**	**1.294,96**	
Previdência Básica											
Previdência do Regime Estatutário											
Previdência Complementar											
Previdência Especial											
Administração Geral	61.000,00	67.271,63	(23,33)	65.976,67	0,01	1.294,96	11.599,48	65.976,67	0,01	1.294,96	
Demais Subfunções											
Saúde	**1.200.000,00**	**1.113.118,34**	**(24.171,00)**	**1.105.829,00**	**0,21**	**7.289,34**	**179.807,89**	**1.105.829,00**	**0,21**	**7.289,34**	
Atenção Básica	751.946,63	680.103,31	(20.448,37)	679.551,63	0,13	551,68	111.613,92	679.551,63	0,13	551,68	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	197.052,39	198.141,03	7.533,83	197.533,83	0,04	607,20	30.359,02	197.533,83	0,04	607,20	
Suporte Profilático e Terapêutico											
Vigilância Sanitária											
Vigilância Epidemiológica	66.000,98	65.449,29	(681,17)	59.318,83	0,01	6.130,46	10.646,74	59.318,83	0,01	6.130,46	

MUNICIPIO DE VIANA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
Alimentação e Nutrição											
Administração Geral	185.000,00	169.424,71	(10.575,29)	169.424,71	0,03		27.188,21	169.424,71	0,03		
Demais Subfunções											
Trabalho											
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Educação	**6.549.738,08**	**6.125.945,07**	**(421.096,93)**	**6.105.566,13**	**1,15**	**20.378,94**	**1.009.285,59**	**6.105.566,13**	**1,16**	**20.378,94**	
Ensino Fundamental	4.182.000,00	3.950.337,87	(231.325,19)	3.944.337,87	0,74	6.000,00	651.869,75	3.944.337,87	0,75	6.000,00	
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil	2.317.738,08	2.125.607,20	(186.392,80)	2.123.607,20	0,40	2.000,00	350.771,71	2.123.607,20	0,40	2.000,00	
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial											
Educação Básica											
Administração Geral	50.000,00	50.000,00	(3.378,94)	37.621,06	0,01	12.378,94	6.644,13	37.621,06	0,01	12.378,94	
Demais Subfunções											
Cultura											
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania	**19.000,00**	**19.000,00**				**19.000,00**				**19.000,00**	
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
Administração Geral											
Demais Subfunções	19.000,00	19.000,00				19.000,00				19.000,00	
Urbanismo											
Infra-Estrutura Urbana											
Serviços Urbanos											
Transportes Coletivos Urbanos											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Habitação											
Habitação Rural											
Habitação Urbana											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Saneamento											
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Gestão Ambiental											
Preservação e Conservação Ambiental											
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia											
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Agricultura											
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											

MUNICIPIO DE VIANA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - INTRA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo	Inscritas em Resto a Pagar Não Processados (f)
			No Período	Até Período (b)	% (b/ total b)	(c) = (a - b)	No Período	Até Período (d)	% (d/ total d)	(e) = (a - d)	
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Organização Agrária											
Reforma Agrária											
Colonização											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Indústria											
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comércio e Serviços											
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Comunicações											
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Energia											
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Transporte											
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Desporto e Lazer											
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário											
Lazer											
Administração Geral											
Demais Subfunções											
Encargos Especiais		**746.812,87**		**746.812,87**	**0,14**			**746.812,87**	**0,14**		
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna		746.812,87		746.812,87	0,14			746.812,87	0,14		
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
Demais Subfunções											
Reserva de Contigência											
TOTAL DA INTRA	**10.455.995,76**	**10.295.813,20**	**(491.120,89)**	**10.109.432,78**	**1,90**	**186.380,42**	**1.615.341,10**	**10.109.432,78**	**1,92**	**186.380,42**	

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Gestão E Finanças, Emissão: 29/01/2025 , às 14:53:18

MUNICIPIO DE VIANA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") Em Reais

WANDERSON BORGHARDT BUENO
PREFEITO MUNICIPAL
CPF - 059.132.797-00

FILIPE LADISLAU LACERDA SILLER
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO E FINANÇAS
CPF - 140.533.057-05

RAFAEL OLIVEIRA KIRMSE
CONTADOR
CRC - ES 021952/O-8

MUNICIPIO DE VIANA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - JANEIRO DE 2024 A DEZEMBRO DE 2024
RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2024
	JAN/2024	FEV/2024	MAR/2024	ABR/2024	MAI/2024	JUN/2024	JUL/2024	AGO/2024	SET/2024	OUT/2024	NOV/2024	DEZ/2024		
RECEITAS CORRENTES (I)	**41.895.893,19**	**40.066.800,17**	**41.523.668,47**	**49.117.162,97**	**42.917.861,90**	**47.721.285,29**	**53.661.894,66**	**44.191.009,84**	**42.034.053,97**	**40.475.341,23**	**40.075.838,32**	**47.566.141,92**	**531.246.951,93**	**510.154.507,77**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.226.633,92	5.032.252,25	5.670.339,98	9.882.559,55	6.135.445,50	5.899.726,90	5.973.669,82	6.239.350,20	6.514.725,04	5.691.300,01	4.864.000,58	5.176.723,17	72.306.726,92	66.827.130,25
IPTU	459.129,29	365.313,47	983.781,37	3.678.240,51	1.103.797,41	550.369,20	565.332,20	604.381,15	623.630,18	232.313,23	221.545,85	218.039,14	9.605.873,00	10.673.376,04
ISS	3.828.698,73	3.005.740,25	2.672.128,58	3.080.614,68	2.790.528,45	3.408.843,87	3.591.292,95	3.597.144,59	3.996.213,29	3.664.566,94	2.908.911,97	2.955.196,31	39.499.880,61	32.708.003,91
ITBI	76.464,93	78.313,15	589.917,48	225.260,36	186.888,08	441.447,58	167.203,32	400.360,95	466.903,61	340.533,58	396.046,42	250.753,03	3.620.092,49	3.901.890,53
IRRF	322.072,86	1.127.736,28	808.485,92	901.420,64	890.241,88	955.919,47	1.071.773,39	1.156.468,02	1.005.646,00	1.034.369,45	1.009.713,69	1.450.880,82	11.734.728,42	11.055.879,85
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	540.268,11	455.149,10	616.026,63	1.997.023,36	1.163.989,68	543.146,78	578.067,96	480.995,49	422.331,96	419.516,81	327.782,65	301.853,87	7.846.152,40	8.487.979,92
Contribuições	895.343,37	1.358.703,90	1.304.549,28	1.489.049,74	1.427.569,53	1.492.018,04	1.397.763,32	1.384.952,77	1.373.409,93	1.289.421,55	1.306.819,15	1.796.344,98	16.515.945,56	16.907.556,48
Receita Patrimonial	2.010.938,01	1.873.355,77	2.482.343,24	800.716,17	2.121.753,83	1.577.072,67	2.724.654,11	2.811.949,81	1.341.777,43	1.375.119,39	1.660.485,26	807.030,73	21.587.196,42	22.950.127,84
Rendimentos de Aplicação Financeira	1.378.394,18	1.873.355,77	2.482.343,24	800.716,17	2.121.753,83	1.577.072,67	2.724.654,11	2.811.949,81	1.341.777,43	1.375.119,39	1.660.485,26	807.030,73	20.954.652,59	22.950.127,84
Outras Receitas Patrimoniais	632.543,83												632.543,83	
Receita Agropecuária														
Receita Industrial														
Receita de Serviços														
Transferências Correntes	33.571.182,56	31.670.552,65	31.813.981,47	36.194.633,71	33.072.564,12	37.965.307,41	43.510.962,87	33.441.823,57	32.564.012,59	31.853.834,20	32.142.315,61	38.816.408,53	416.617.579,29	400.495.809,30
Cota-Parte do FPM	5.893.997,28	8.014.368,53	4.996.519,22	5.240.618,04	6.096.790,97	6.546.937,00	7.094.163,52	5.549.571,57	5.779.102,10	4.834.128,77	6.187.905,53	9.981.908,64	76.216.011,17	74.055.505,34
Cota-Parte do ICMS	12.604.841,25	10.520.560,13	10.628.436,54	12.504.301,98	11.908.010,59	12.790.622,82	13.257.325,73	12.600.890,88	12.086.801,48	12.414.299,79	12.622.642,05	12.521.437,11	146.460.170,35	144.918.243,45
Cota-Parte do IPVA	342.458,69	741.251,82	701.423,25	3.212.023,72	694.495,01	628.536,45	764.074,59	612.055,65	694.484,78	519.176,57	258.444,91	264.954,02	9.433.379,46	8.025.030,85
Cota-Parte do ITR	473,47	423,50	997,23	574,25	125,17	292,86	386,07	334,42	3.984,81	60.922,70	1.073,21	277,39	69.865,08	200.300,00
Transferências da LC 61/1989	115.071,62	119.680,71	140.603,03	121.593,37	127.981,12	160.817,02	142.148,45	192.374,31	209.996,01	142.572,65	158.331,56	185.881,61	1.817.051,46	1.372.649,02
Transferências do FUNDEB	10.633.807,71	8.299.923,94	8.841.138,86	10.881.785,18	8.998.839,19	9.849.927,66	9.723.947,22	9.512.276,75	8.264.180,02	10.293.506,38	9.318.847,59	10.888.991,88	115.507.172,38	110.212.145,81
Outras Transferências Correntes	3.980.532,54	3.974.344,02	6.504.863,34	4.233.737,17	5.246.322,07	7.988.173,60	12.528.917,29	4.974.319,99	5.525.463,39	3.589.227,34	3.595.070,76	4.972.957,88	67.113.929,39	61.711.934,83
Outras Receitas Correntes	191.795,33	131.935,60	252.454,50	750.203,80	160.528,92	787.160,27	54.844,54	312.933,49	240.128,98	265.666,08	102.217,72	969.634,51	4.219.503,74	2.973.883,90
DEDUÇÕES (II)	**4.566.722,87**	**5.674.580,50**	**4.719.244,67**	**4.875.995,34**	**5.792.741,01**	**5.552.947,58**	**6.151.053,29**	**6.777.350,82**	**5.271.066,92**	**4.869.875,16**	**5.380.103,21**	**6.123.199,98**	**65.754.881,35**	**52.260.571,00**
Contribuição do Servidor para o Plano de Previdência	50.953,43	523.227,60	489.508,20	528.423,56	571.534,28	606.044,12	542.856,94	583.361,61	561.583,16	561.138,57	500.239,27	1.052.806,78	6.571.677,52	7.911.928,31
Compensação Financeira entre Regimes de Previdência								290.156,67	535.443,48	23.823,45	23.242,16	940.435,51	1.813.101,27	
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	707.533,28	1.271.843,62	935.645,07	127.892,37	1.454.905,54	920.820,66	1.925.759,73	2.112.499,89	667.120,32	690.101,81	1.010.861,37	146.293,96	11.971.277,62	1.062.526,72
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	3.808.236,16	3.879.509,28	3.294.091,40	4.219.679,41	3.766.301,19	4.026.082,80	3.682.436,62	3.791.332,65	3.506.919,96	3.594.811,33	3.845.760,41	3.983.663,73	45.398.824,94	43.286.115,97
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	**37.329.170,32**	**34.392.219,67**	**36.804.423,80**	**44.241.167,63**	**37.125.120,89**	**42.168.337,71**	**47.510.841,37**	**37.413.659,02**	**36.762.987,05**	**35.605.466,07**	**34.695.735,11**	**41.442.941,94**	**465.492.070,58**	**457.893.936,77**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)						241.585,00	500.000,00	700.000,00			(130.000,00)	590.000,00	1.901.585,00	700.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	**37.329.170,32**	**34.392.219,67**	**36.804.423,80**	**44.241.167,63**	**37.125.120,89**	**41.926.752,71**	**47.010.841,37**	**36.713.659,02**	**36.762.987,05**	**35.605.466,07**	**34.825.735,11**	**40.852.941,94**	**463.590.485,58**	**457.193.936,77**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)							8.241.818,00	3.700.000,00				100.000,00	12.041.818,00	9.724.924,78
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)(VII)	186.384,00	186.384,00	175.088,00	175.088,00	175.088,00	175.088,00	175.088,00	175.088,00	175.088,00	175.088,00	175.088,00	344.528,00	2.293.088,00	
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)														
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	**37.142.786,32**	**34.205.835,67**	**36.629.335,80**	**44.066.079,63**	**36.950.032,89**	**41.751.664,71**	**38.593.935,37**	**32.838.571,02**	**36.587.899,05**	**35.430.378,07**	**34.650.647,11**	**40.408.413,94**	**449.255.579,58**	**447.469.011,99**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Gestão E Finanças, Emissão: 29/01/2025 , às 11:49:37

Protocolo 1481920

MUNICIPIO DE VIANA - ES — **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) — Em Reais

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
RECEITAS CORRENTES (I)	**12.458.077,52**	**23.509.245,35**
Receita de Contribuições dos Segurados	4.910.555,04	5.065.648,42
Ativo	4.900.555,04	5.065.638,04
Inativo		
Pensionista	10.000,00	10,38
Receita de Contribuições Patronais	6.785.995,76	6.798.423,64
Ativo	6.785.995,76	6.798.423,64
Inativo		
Pensionista		
Receita Patrimonial	761.526,72	11.561.172,74
Receitas Imobiliárias		
Receitas de Valores Mobiliários	761.526,72	11.561.172,74
Outras Receitas Patrimoniais		
Receita de Serviços		
Outras Receitas Correntes		84.000,55
Compensação Financeira entre os Regimes		84.000,55
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)		
Demais Receitas Correntes		
RECEITAS DE CAPITAL (III)		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		
Amortização de Empréstimos		
Outras Receitas de Capital		
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	**12.458.077,52**	**23.509.245,35**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Benefícios	**1.725.402,61**	**1.329.387,57**	**1.329.387,57**	**1.329.387,57**	
Aposentadorias	1.420.402,61	1.100.589,35	1.100.589,35	1.100.589,35	
Pensões por Morte	305.000,00	228.798,22	228.798,22	228.798,22	
Outras Despesas Previdenciárias	100.000,00				
Compensação Financeira entre os Regimes	80.000,00				
Demais Despesas Previdenciárias	20.000,00				
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	**1.825.402,61**	**1.329.387,57**	**1.329.387,57**	**1.329.387,57**	

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV – V)²	**10.632.674,91**	**22.179.857,78**	**22.179.857,78**	**22.179.857,78**	**23.509.245,35**

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	771.804,14
Outros Aportes para o RPPS	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	55.391,36
Investimentos e Aplicações	133.311.673,14
Outros Bens e Direitos	15.385.516,89

MUNICIPIO DE VIANA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) Em Reais

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
RECEITAS CORRENTES (VII)	**5.242.000,00**	**3.919.818,50**
Receita de Contribuições dos Segurados	2.000.000,00	1.376.208,00
Ativo	1.323.500,00	1.108.548,37
Inativo	670.000,00	257.598,87
Pensionista	6.500,00	10.060,76
Receita de Contribuições Patronais	2.800.000,00	757.891,98
Ativo	2.800.000,00	757.891,98
Inativo		
Pensionista		
Receita Patrimonial	1.000,00	47.245,55
Receitas Imobiliárias		
Receitas de Valores Mobiliários	1.000,00	47.245,55
Outras Receitas Patrimoniais		
Receita de Serviços		
Outras Receitas Correntes	441.000,00	1.738.472,97
Compensação Financeiras entre os Regimes		1.729.100,72
Demais Receitas Correntes	441.000,00	9.372,25
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		
Amortização de Empréstimos		
Outras Receitas de Capital		
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	**5.242.000,00**	**3.919.818,50**

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Benefícios	**38.595.247,07**	**37.412.985,69**	**37.412.985,69**	**37.412.985,69**	
Aposentadorias	36.495.142,92	35.319.881,54	35.319.881,54	35.319.881,54	
Pensões por Morte	2.100.104,15	2.093.104,15	2.093.104,15	2.093.104,15	
Outras Despesas Previdenciárias	75.263,23	8.033,54	8.033,54	8.033,54	
Compensação Previdenciária entre os Regimes	65.263,23	8.033,54	8.033,54	8.033,54	
Demais Despesas Previdenciárias	10.000,00				
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	**38.670.510,30**	**37.421.019,23**	**37.421.019,23**	**37.421.019,23**	

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX – X)²	**(33.428.510,30)**	**(33.501.200,73)**	**(33.501.200,73)**	**(33.501.200,73)**	**3.919.818,50**

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	33.441.856,47
Recursos para Formação de Reserva	

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	227.985,41
Investimentos e Aplicações	
Outros Bens e Direitos	1.672,14

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
Receitas Correntes	1.180.000,00	2.770.207,48
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	**1.180.000,00**	**2.770.207,48**

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	1.142.252,75	926.455,46	913.024,05	913.024,05	13.431,41
Pessoal e Encargos Sociais	821.727,17	782.227,58	782.227,58	782.227,58	
Demais Despesas Correntes	320.525,58	144.227,88	130.796,47	130.796,47	13.431,41
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	51.093,42				
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	**1.193.346,17**	**926.455,46**	**913.024,05**	**913.024,05**	**13.431,41**

RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)	**(13.346,17)**	**1.843.752,02**	**1.857.183,43**	**1.857.183,43**	**2.756.776,07**

MUNICIPIO DE VIANA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) Em Reais

BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	12.153,47
Investimentos e Aplicações	4.959.349,49
Outros Bens e Direitos	

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO					
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)**			
Contribuições dos Servidores	991.373,27	129.821,10			
Demais Receitas Previdenciárias					
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	**991.373,27**	**129.821,10**			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)**	**DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)**	**DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)**	**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)**
Aposentadorias					
Pensões					
Outras Despesas Previdenciárias					
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)					
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)2					

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Gestão E Finanças, Emissão: 29/01/2025 , às 14:53:55

WANDERSON BORGHARDT BUENO
PREFEITO MUNICIPAL
CPF - 059.132.797-00

FILIPE LADISLAU LACERDA SILLER
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO E FINANÇAS
CPF - 140.533.057-05

RAFAEL OLIVEIRA KIRMSE
CONTADOR
CRC - ES 021952/O-8

MUNICIPIO DE VIANA - ES **STN/SICONFI**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) Em Reais

ACIMA DA LINHA

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Período
		RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	**458.444.310,04**	**465.751.779,74**
Impostos, Taxas e Contrinuições de Melhoria	66.827.130,25	72.306.726,92
IPTU	10.673.376,04	9.605.873,00
ISS	32.708.003,91	39.499.880,61
ITBI	3.901.890,53	3.620.092,49
IRRF	11.055.879,85	11.734.728,42
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	8.487.979,92	7.846.152,40
Contribuições	9.987.001,44	10.074.089,14
Receita Patrimonial	21.887.601,12	8.983.374,97
Aplicações Financeiras (II)	21.887.601,12	8.983.374,97
Outras Receitas Patrimoniais		
Transferências Correntes	357.209.693,33	371.218.754,35
Cota-Parte do FPM	60.112.452,17	62.399.192,57
Cota-Parte do ICMS	117.494.776,62	117.160.142,53
Cota-Parte do IPVA	6.420.024,68	7.545.407,26
Cota-Parte do ITR	160.240,00	55.892,20
Transferências da LC 61/1989	1.098.119,22	1.453.641,16
Transferências do FUNDEB	110.212.145,81	115.507.172,38
Outras Transferências Correntes	61.711.934,83	67.097.306,25
Demais Receitas Correntes	2.532.883,90	3.168.834,36
Outras Receitas Financeiras (III)		
Receitas Correntes Restantes	2.532.883,90	3.168.834,36
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	**436.556.708,92**	**456.768.404,77**
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	**17.817.550,80**	**18.227.993,71**
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	**1.062.526,72**	**11.971.277,62**
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	**29.989.143,38**	**37.673.173,13**
Operações de Crédito (VIII)		
Amortização de Empréstimos (IX)		
Alienação de Bens	377.752,05	521.100,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)		
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)		
Outras Alienações de Bens	377.752,05	521.100,00
Transferências de Capital	29.611.391,33	37.152.073,13
Convênios	9.021.462,50	24.403.180,68
Outras Transferências de Capital	20.589.928,83	12.748.892,45
Outras Receitas de Capital		
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)		
Outras Receitas de Capital Primárias		
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	**29.989.143,38**	**37.673.173,13**
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)		**0,01**
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)		
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	**484.363.403,10**	**512.669.571,62**
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	**466.545.852,30**	**494.441.577,90**

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Período					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RP PROC PAGOS (b)	RP NÃO PROC	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	**394.236.348,50**	**379.225.235,30**	**377.508.186,59**	**373.828.183,02**	**4.548.181,56**	**1.140.422,62**	**1.140.422,62**
Pessoal e Encargos Sociais	202.115.798,64	201.306.838,97	201.302.153,16	200.791.608,81	1.561.460,06	3.242,40	3.242,40
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	3.454.000,00	3.380.978,38	3.380.978,38	3.380.978,38			
Outras Despesas Correntes	188.666.549,86	174.537.417,95	172.825.055,05	169.655.595,83	2.986.721,50	1.137.180,22	1.137.180,22
Transferências Constitucionais e Legais							
Demais Depesas Correntes	188.666.549,86	174.537.417,95	172.825.055,05	169.655.595,83	2.986.721,50	1.137.180,22	1.137.180,22
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	**390.782.348,50**	**375.844.256,92**	**374.127.208,21**	**370.447.204,64**	**4.548.181,56**	**1.140.422,62**	**1.140.422,62**
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	**8.196.309,19**	**6.235.005,79**	**6.221.574,38**	**6.221.574,38**		**21.729,02**	**21.729,02**
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)							
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	**168.694.800,71**	**147.440.094,56**	**143.210.810,18**	**139.667.090,93**	**9.523.848,52**	**247.669,58**	**247.669,58**
Investimentos	161.287.112,25	140.035.098,30	135.805.813,92	132.262.094,67	9.523.848,52	247.669,58	247.669,58
Inversões Financeiras							
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)							
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)							
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)							
Demais Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida (XXVII)	7.407.688,46	7.404.996,26	7.404.996,26	7.404.996,26			
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	**161.287.112,25**	**140.035.098,30**	**135.805.813,92**	**132.262.094,67**	**9.523.848,52**	**247.669,58**	**247.669,58**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)							
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	347.911,97						
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)							
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	**560.613.681,91**	**522.114.361,01**	**516.154.596,51**	**508.930.873,69**	**14.072.030,08**	**1.409.821,22**	**1.409.821,22**
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	**552.069.460,75**	**515.879.355,22**	**509.933.022,13**	**502.709.299,31**	**14.072.030,08**	**1.388.092,20**	**1.388.092,20**

RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa +XXXIIb + XXXIIc)]	**(11.743.153,37)**
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa +XXXIIIb + XXXIIIc)]	**(23.727.843,69)**

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	**(9.163.318,19)**

JUROS NOMINAIS	Até o Período
	VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS) (XXXVI)	8.983.374,97
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS) (XXXVII)	3.243.961,73

RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	**(17.988.430,45)**

ABAIXO DA LINHA

CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/ 2023 (a)	Até o Período (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	**45.135.384,05**	**33.381.691,87**
DEDUÇÕES (XL)	**85.660.956,51**	**65.796.408,06**
Disponibilidade de Caixa	85.660.956,51	65.796.408,06
Disponibilidade de Caixa Bruta	102.728.508,09	77.541.524,03
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	14.072.030,08	7.223.722,82
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.995.521,50	4.521.393,15
Demais Haveres Financeiros		
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	**(40.525.572,46)**	**(32.414.716,19)**
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)		**(8.110.856,27)**

MUNICIPIO DE VIANA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) Em Reais

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	**7.897.323,57**

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Período (b)
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIb - XLIa)	(6.848.307,26)
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	787.910,00
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV + XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLXIX)]	(15.747.073,53)

RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	**(21.486.486,77)**

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	**63.691.839,43**
Recursos Arrecados em Exercícios Anteriores - RPPS	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	63.691.839,43
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Gestão E Finanças, Emissão: 29/01/2025 , às 14:56:11

WANDERSON BORGHARDT BUENO
PREFEITO MUNICIPAL
CPF - 059.132.797-00

FILIPE LADISLAU LACERDA SILLER
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO E FINANÇAS
CPF - 140.533.057-05

RAFAEL OLIVEIRA KIRMSE
CONTADOR
CRC - ES 021952/O-8

MUNICIPIO DE VIANA - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024

STN/SICONFI

RREO - Anexo 7 (LRF, art 53, inciso V) R$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	Saldo Total
	Em exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2023				Em exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2023					
	(a)	(b)	(c)	(d)	e = (a+b) - (c+d)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j)	k = (f+g) - (i+j)	L = (e + k)
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)		**14.072.030,08**	**14.072.030,08**				**3.079.064,98**	**1.409.821,22**	**1.409.821,22**	**15,00**	**1.669.228,76**	**1.669.228,76**
EXECUTIVO		14.072.030,08	14.072.030,08				3.064.902,20	1.395.658,44	1.395.658,44	15,00	1.669.228,76	1.669.228,76
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		15.598,66	15.598,66									
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DO FUNDAMENTAL- FMEI		620.640,00	620.640,00									
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		599.101,10	599.101,10				36.259,33	36.258,62	36.258,62		0,71	0,71
IPREVI - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE VIANA							21.744,02	21.729,02	21.729,02	15,00		
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANA		9.563.065,36	9.563.065,36				3.006.898,85	1.337.670,80	1.337.670,80		1.669.228,05	1.669.228,05
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		34.304,99	34.304,99									
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		3.239.319,97	3.239.319,97									
LEGISLATIVO							14.162,78	14.162,78	14.162,78			
CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA							14.162,78	14.162,78	14.162,78			
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)												
Total (III) = (I + II)		**14.072.030,08**	**14.072.030,08**				**3.079.064,98**	**1.409.821,22**	**1.409.821,22**	**15,00**	**1.669.228,76**	**1.669.228,76**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Gestão E Finanças, Emissão: 29/01/2025 , às 15:00:45

WANDERSON BORGHARDT BUENO
PREFEITO MUNICIPAL
CPF - 059.132.797-00

FILIPE LADISLAU LACERDA SILLER
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO E FINANÇAS
CPF - 140.533.057-05

RAFAEL OLIVEIRA KIRMSE
CONTADOR
CRC - ES 021952/O-8

Protocolo 1481951

MUNICIPIO DE VIANA - ES — **STN/SICONFI**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) — R$ 1,00

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	**58.339.150,33**	**64.460.574,52**
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	10.673.376,04	9.605.873,00
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	3.901.890,53	3.620.092,49
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	32.708.003,91	39.499.880,61
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	11.055.879,85	11.734.728,42
2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	**228.571.728,66**	**234.079.593,21**
2.1 - Cota-Parte FPM	**74.055.505,34**	**76.216.011,17**
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	68.055.505,34	69.084.095,24
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d e e	6.000.000,00	7.131.915,93
2.2 - Cota-Parte ICMS	144.918.243,45	146.460.170,35
2.3 - Cota-Parte IPI-Exportação	1.372.649,02	1.817.051,46
2.4 - Cota-Parte ITR	200.300,00	69.865,08
2.5 - Cota-Parte IPVA	8.025.030,85	9.433.379,46
2.6 - Cota-Parte IOF-Ouro		
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais		83.115,69
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	**286.910.878,99**	**298.540.167,73**
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	**43.286.115,97**	**45.398.824,94**
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6)	**27.213.374,01**	**29.245.506,47**

FUNDEB

RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	**111.113.145,81**	**116.521.895,04**
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	**99.625.713,66**	**104.638.595,17**
6.1.1- Principal	98.724.713,66	103.623.872,51
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	901.000,00	1.014.722,66
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF		
6.2.1- Principal		
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira		
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	**8.687.432,15**	**8.743.456,32**
6.3.1- Principal	8.687.432,15	8.743.456,32
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira		
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	**2.800.000,00**	**3.139.843,55**
6.4.1- Principal	2.800.000,00	3.139.843,55
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira		
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb		
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 - 4)[1]	**55.438.597,69**	**58.225.047,57**

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	**634.905,12**
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	624.805,23
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	10.099,89
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 +8)	**117.156.800,16**

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB - (Por Subfunção) 6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	**116.510.979,78**	**116.156.597,72**	**115.970.240,72**	**115.700.506,19**	**186.357,00**
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	**89.753.065,79**	**89.667.632,94**	**89.667.632,94**	**89.398.280,91**	
10.1.1 - Educação Infantil	33.007.883,72	32.974.196,91	32.974.196,91	32.869.523,82	
10.1.2- Ensino Fundamental	56.745.182,07	56.693.436,03	56.693.436,03	56.528.757,09	
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos					
10.1.4- Educação Especial					
10.1.5- Administração Geral					
10.2- OUTRAS DESPESAS	**26.757.913,99**	**26.488.964,78**	**26.302.607,78**	**26.302.225,28**	**186.357,00**
10.2.1- Educação Infantil	7.173.347,35	6.941.958,62	6.755.601,62	6.755.601,62	186.357,00
10.2.2- Ensino Fundamental	19.528.691,62	19.499.131,14	19.499.131,14	19.498.748,64	
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos					
10.2.4- Educação Especial					
10.2.5- Administração Geral	55.875,02	47.875,02	47.875,02	47.875,02	
10.2.6- Transporte (Escolar)					
10.2.7- Outras					

MUNICIPIO DE VIANA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

INDICADORES DO FUNDEB

DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA) (h)	DESPESAS LIQUIDADAS / EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	**115.970.240,72**	**115.970.240,72**	**115.700.506,19**			
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	104.149.953,57	104.149.953,57	103.880.219,04			
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF						
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	8.682.432,15	8.682.432,15	8.682.432,15			
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	3.137.855,00	3.137.855,00	3.137.855,00			
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	89.667.632,94	89.667.632,94	89.398.280,91			
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	8.577.395,95	8.577.395,95	8.577.395,95			
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	1.732.432,15	1.732.432,15	1.732.432,15			

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal2	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15- MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	79.367.436,04	89.667.632,94	89.667.632,94	79,08
16 - PERCENTUAL DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL		8.577.395,95	8.577.395,95	98,10
17- MÍNIMO DE 15% DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL	1.311.518,45	1.732.432,15	1.732.432,15	19,81

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)3	VALOR MÁXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18- TOTAL DA RECEITA RECEBIDA E NÃO APLICADA NO EXERCÍCIO	**11.652.189,50**	**551.654,32**	**551.654,32**		**0,47**

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)3	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL (x)
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	**9.645.720,97**	**2.732.529,38**			**10.099,89**	**2.732.529,38**
19.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	8.805.033,10	2.227.931,54			10.099,89	2.227.931,54
19.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União (VAAF + VAAT + VAAR)	840.687,87	504.597,84				504.597,84

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB - (Por Área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE	**34.378.087,75**	**34.167.043,49**	**33.942.528,64**	**33.565.468,95**	**224.514,85**
20.1- Educação Infantil	10.298.019,32	10.277.714,44	10.229.637,38	10.099.019,20	48.077,06
20.2- Ensino Fundamental	17.760.813,98	17.699.886,49	17.627.933,78	17.416.928,56	71.952,71
20.3- Educação de Jovens e Adultos					
20.4- Educação Especial					
20.5- Administração Geral	6.319.254,45	6.189.442,56	6.084.957,48	6.049.521,19	104.485,08
20.6- Transporte (Escolar)					
20.7- Outras					

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB - (Por Área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE	**150.772.402,66**	**150.209.498,30**	**149.800.538,53**	**149.154.392,79**	**408.959,77**
21.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	**52.300.624,88**	**51.975.871,60**	**51.711.586,16**	**51.466.170,74**	**264.285,44**
21.1.1- Creche	23.697.727,62	23.550.575,11	23.430.822,22	23.319.622,75	119.752,89
21.1.2- Pré-escola	28.602.897,26	28.425.296,49	28.280.763,94	28.146.547,99	144.532,56
21.2- ENSINO FUNDAMENTAL	98.471.777,78	98.233.626,70	98.088.952,37	97.688.222,05	144.674,33

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	34.167.043,49
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	45.398.824,94
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	
25- (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL = L19(x)	2.732.529,38
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4	
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af) + L30.2(af))	
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27)	76.833.339,05

MUNICIPIO DE VIANA - ES — **STN/SICONFI**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) — R$ 1,00

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL2 e 5	VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	74.635.041,93	76.833.339,05	25,74

RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE8	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	**2.098.813,31**		**2.098.813,31**		
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	150.776,64		150.776,64		
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	879.958,67		879.958,67		
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	1.068.078,00		1.068.078,00		

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	**8.744.787,16**	**18.418.149,59**
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	**6.510.313,46**	**11.053.490,60**
31.1.1 - Salário-Educação	4.381.313,46	7.350.634,59
31.1.2 - PDDE	15.000,00	9.571,85
31.1.3 - PNAE	1.958.000,00	1.989.816,10
31.1.4 - PNATE	71.000,00	54.283,82
31.1.5 - Outras Transferências do FNDE	85.000,00	1.649.184,24
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO		
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO		
31.5- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.234.473,70	7.364.658,99

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO - (Por Subfunção)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	**26.870.745,66**	**11.624.491,99**	**10.623.816,45**	**10.247.259,00**	**1.000.675,54**
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	6.613.223,08	3.309.010,21	2.328.373,44	1.951.815,99	980.636,77
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	16.985.164,81	5.254.352,75	5.239.652,75	5.239.652,75	14.700,00
32.3- ENSINO MÉDIO					
32.4- ENSINO SUPERIOR					
32.5- ENSINO PROFISSIONAL					
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS					
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL					
32.8- OUTRAS	3.272.357,77	3.061.129,03	3.055.790,26	3.055.790,26	5.338,77

TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	**177.759.813,19**	**161.979.190,82**	**161.126.472,70**	**160.479.678,48**	**852.718,12**
33.1- Despesas Correntes	**149.714.573,78**	**144.522.224,66**	**144.299.982,31**	**143.653.188,09**	**222.242,35**
33.1.1- Pessoal Ativo	94.441.023,76	94.204.240,17	94.203.913,20	93.923.903,75	326,97
33.1.2- Pessoal Inativo					
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos					
33.1.4- Outras Despesas Correntes	55.273.550,02	50.317.984,49	50.096.069,11	49.729.284,34	221.915,38
33.2- Despesas de Capital	**28.045.239,41**	**17.456.966,16**	**16.826.490,39**	**16.826.490,39**	**630.475,77**
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos					
33.2.2- Outras Despesas de Capital	28.045.239,41	17.456.966,16	16.826.490,39	16.826.490,39	630.475,77

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	5.704.441,51	5.724.812,35
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	116.521.895,04	7.350.634,59
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	117.692.946,52	6.666.624,40
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	4.533.390,03	6.408.822,54
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)		
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)		
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	4.533.390,03	6.408.822,54

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Gestão E Finanças, Emissão: 29/01/2025 , às 15:30:10

MUNICIPIO DE VIANA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

WANDERSON BORGHARDT BUENO
PREFEITO MUNICIPAL
CPF - 059.132.797-00

FILIPE LADISLAU LACERDA SILLER
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO E FINANÇAS
CPF - 140.533.057-05

RAFAEL OLIVEIRA KIRMSE
CONTADOR
CRC - ES 021952/O-8

MUNICIPIO DE VIANA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2024 - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) Em Reais

RECEITAS	PREVISAO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)			
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d – e)
DESPESAS DE CAPITAL	169.042.712,68	147.440.094,56	21.602.618,12
Investimentos	161.635.024,22	140.035.098,30	21.599.925,92
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida	7.407.688,46	7.404.996,26	2.692,20
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte			
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte Por Instituições Financeiras			
DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	169.042.712,68	147.440.094,56	21.602.618,12
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II - I)	169.042.712,68	147.440.094,56	21.602.618,12

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Gestão E Finanças, Emissão: 29/01/2025 , às 15:20:31

WANDERSON BORGHARDT BUENO
PREFEITO MUNICIPAL
CPF - 059.132.797-00

FILIPE LADISLAU LACERDA SILLER
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO E FINANÇAS
CPF - 140.533.057-05

RAFAEL OLIVEIRA KIRMSE
CONTADOR
CRC - ES 021952/O-8

MUNICIPIO DE VIANA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2024 - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2024

RREO – ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III) **Em Reais**

RECEITAS	Pervisão Atualizada (a)	Receitas Realizadas (b)	Saldo (c) = (a - b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	377.752,05	521.100,00	(143.347,95)
Receita de Alienação de Bens Móveis	377.752,05	521.100,00	(143.347,95)
Receita de Alienação de Bens Imóveis			
Receitas de Alienação de Bens Intangíveis			
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras			

DESPESAS	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas (e)	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas (f)	Despesas Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Pagamento de Restos a Pagar (g)	Saldo (h) = (d - e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	375.752,05	347.223,95	347.223,95	347.223,95			28.528,10
DESPESAS DE CAPITAL	375.752,05	347.223,95	347.223,95	347.223,95			28.528,10
Investimentos	375.752,05	347.223,95	347.223,95	347.223,95			28.528,10
Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida							
DESPESAS CORRENTES DO REGIME DE PREVIDÊNCIA							
Regime Próprio dos Servidores Públicos							

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2023 (i)	2024 (j) = (Ib - (IIf + IIg))	Saldo Atual (k)= (IIIi + IIIj)
VALOR (III)	350.306,53	173.876,05	524.182,58

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Gestão E Finanças, Emissão: 29/01/2025 , às 15:21:56

WANDERSON BORGHARDT BUENO
PREFEITO MUNICIPAL
CPF - 059.132.797-00

FILIPE LADISLAU LACERDA SILLER
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO E FINANÇAS
CPF - 140.533.057-05

RAFAEL OLIVEIRA KIRMSE
CONTADOR
CRC - ES 021952/O-8

MUNICIPIO DE VIANA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO– ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) 1,00

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b /a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	**58.339.150,33**	**58.339.150,33**	**64.460.574,52**	**110,49**
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	10.673.376,04	10.673.376,04	9.605.873,00	90,00
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ITBI	3.901.890,53	3.901.890,53	3.620.092,49	92,78
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	32.708.003,91	32.708.003,91	39.499.880,61	120,77
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	11.055.879,85	11.055.879,85	11.734.728,42	106,14
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	**210.430.579,87**	**222.571.728,66**	**226.947.677,28**	**101,97**
Cota-Parte FPM	63.715.265,87	68.055.505,34	69.084.095,24	101,51
Cota-Parte ITR	200.300,00	200.300,00	69.865,08	34,88
Cota-Parte IPVA	8.025.030,85	8.025.030,85	9.433.379,46	117,55
Cota-Parte ICMS	137.117.334,13	144.918.243,45	146.460.170,35	101,06
Cota-Parte IPI - Exportação	1.372.649,02	1.372.649,02	1.817.051,46	132,38
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais			83.115,69	
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	**268.769.730,20**	**280.910.878,99**	**291.408.251,80**	**103,74**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (g)
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x100	Até o <Din> (e)	% (e/c) x100	Até o Bimestre (i)	% (f/c) x100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	**18.722.022,29**	**14.835.543,13**	**14.783.840,37**	**99,65**	**14.740.164,20**	**99,36**	**13.938.698,88**	**93,95**	**43.676,17**
Despesas Correntes	14.852.039,95	12.476.636,47	12.454.091,98	99,82	12.417.723,81	99,53	11.616.258,49	93,10	36.368,17
Despesas de Capital	3.869.982,34	2.358.906,66	2.329.748,39	98,76	2.322.440,39	98,45	2.322.440,39	98,45	7.308,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	**18.398.606,53**	**19.658.081,05**	**19.266.549,45**	**98,01**	**19.225.673,38**	**97,80**	**18.716.179,54**	**95,21**	**40.876,07**
Despesas Correntes	18.296.769,94	19.648.591,79	19.258.971,35	98,02	19.220.426,88	97,82	18.710.933,04	95,23	38.544,47
Despesas de Capital	101.836,59	9.489,26	7.578,10	79,86	5.246,50	55,29	5.246,50	55,29	2.331,60
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	**2.306.000,00**	**3.397.729,43**	**3.360.527,90**	**98,91**	**3.315.693,56**	**97,59**	**3.315.693,56**	**97,59**	**44.834,34**
Despesas Correntes	2.306.000,00	3.397.729,43	3.360.527,90	98,91	3.315.693,56	97,59	3.315.693,56	97,59	44.834,34
Despesas de Capital									
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	**7.000,00**								
Despesas Correntes	6.000,00								
Despesas de Capital	1.000,00								
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	**3.721.958,33**	**4.201.055,47**	**4.134.358,87**	**98,41**	**4.126.832,60**	**98,23**	**4.061.420,44**	**96,68**	**7.526,27**
Despesas Correntes	3.720.958,33	4.201.055,47	4.134.358,87	98,41	4.126.832,60	98,23	4.061.420,44	96,68	7.526,27
Despesas de Capital	1.000,00								
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)									
Despesas Correntes									
Despesas de Capital									
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	**5.086.153,41**	**5.310.050,50**	**5.196.046,06**	**97,85**	**5.188.447,15**	**97,71**	**5.120.046,39**	**96,42**	**7.598,91**
Despesas Correntes	4.890.434,74	5.268.888,50	5.154.884,06	97,84	5.147.285,15	97,69	5.078.884,39	96,39	7.598,91
Despesas de Capital	195.718,67	41.162,00	41.162,00	100,00	41.162,00	100,00	41.162,00	100,00	
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	**48.241.740,56**	**47.402.459,58**	**46.741.322,65**	**98,61**	**46.596.810,89**	**98,30**	**45.152.038,81**	**95,25**	**144.511,76**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	**46.741.322,65**	**46.596.810,89**	**45.152.038,81**
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)			
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)			
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)			
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	**46.741.322,65**	**46.596.810,89**	**45.152.038,81**
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			43.711.237,77
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)			
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)[1]	3.030.084,88	2.885.573,12	1.440.801,04
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)			
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	16,04	15,99	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012LIMITE	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)[1] (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2024 (saldo final = XIXd)					
Diferença de limite não cumprido em 2023 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)					
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)					

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no (n)	Valor aplicado além do limite (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2024										
Empenhos de 2023										
Empenhos de 2022										
Empenhos de 2021										
Empenhos de 2020 e anteriores										

MUNICIPIO DE VIANA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO– ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) 1,00

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "v")	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)	
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)	

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012RESTOS	**RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS**			
	Saldo Inicial (w)	**Despesas Custeadas no Exercício de Referência**		**Saldo Final (não aplicado)[1] (aa) = (w - (x ou y))**
		Empenhadas (x)	**Liquidadas (y)**	**Pagas (z)**
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2024 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial = XXIII)				
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2023 a serem compensados (XXV) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)				
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)				
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)				

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**PREVISÃO INICIAL**	**PREVISÃO ATUALIZADA (a)**	**RECEITAS REALIZADAS**	
			Até o Bimestre (b)	**% (b /a) x 100**
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	**20.249.720,33**	**31.992.645,11**	**38.227.816,45**	**119,49**
Provenientes da União	19.942.177,83	31.685.102,61	37.378.284,58	117,97
Provenientes dos Estados	307.542,50	307.542,50	849.531,87	276,23
Provenientes de Outros Municípios				
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)				
OUTRAS RECEITAS (XXX)				
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	**20.249.720,33**	**31.992.645,11**	**38.227.816,45**	**119,49**

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**		**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (g)**
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c) x100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c) x100**	**Até o Bimestre (i)**	**% (f/c) x100**	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	**14.237.921,47**	**27.933.130,37**	**22.065.146,93**	**78,99**	**22.030.862,93**	**78,87**	**21.665.421,19**	**77,56**	**34.284,00**
Despesas Correntes	11.927.299,79	24.109.089,31	21.100.112,43	87,52	21.065.828,43	87,38	20.700.386,69	85,86	34.284,00
Despesas de Capital	2.310.621,68	3.824.041,06	965.034,50	25,24	965.034,50	25,24	965.034,50	25,24	
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	**5.055.519,36**	**10.154.491,18**	**9.765.170,06**	**96,17**	**9.762.070,06**	**96,14**	**9.746.479,55**	**95,98**	**3.100,00**
Despesas Correntes	5.054.519,36	9.781.615,18	9.746.874,06	99,64	9.743.774,06	99,61	9.728.183,55	99,45	3.100,00
Despesas de Capital	1.000,00	372.876,00	18.296,00	4,91	18.296,00	4,91	18.296,00	4,91	
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	**774.064,50**	**912.184,13**	**779.331,62**	**85,44**	**757.511,62**	**83,04**	**757.511,62**	**83,04**	**21.820,00**
Despesas Correntes	774.064,50	912.184,13	779.331,62	85,44	757.511,62	83,04	757.511,62	83,04	21.820,00
Despesas de Capital									
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	**42.055,00**	**2.000,00**							
Despesas Correntes	42.055,00	2.000,00							
Despesas de Capital									
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	**140.160,00**	**1.257.243,76**	**1.194.265,70**	**94,99**	**1.194.265,70**	**94,99**	**1.193.969,30**	**94,97**	
Despesas Correntes	139.160,00	1.256.243,76	1.194.265,70	95,07	1.194.265,70	95,07	1.193.969,30	95,04	
Despesas de Capital	1.000,00	1.000,00							
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)									
Despesas Correntes									
Despesas de Capital									
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	**26.000,00**	**85.780,87**	**66.213,10**	**77,19**	**66.213,10**	**77,19**	**66.213,10**	**77,19**	
Despesas Correntes	26.000,00	85.780,87	66.213,10	77,19	66.213,10	77,19	66.213,10	77,19	
Despesas de Capital									
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	**20.275.720,33**	**40.344.830,31**	**33.870.127,41**	**83,95**	**33.810.923,41**	**83,80**	**33.429.594,76**	**82,86**	**59.204,00**

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)**	**DESPESAS EMPENHADAS**		**DESPESAS LIQUIDADAS**		**DESPESAS PAGAS**		**INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO (g)**
			Até o Bimestre (d)	**% (d/c) x100**	**Até o Bimestre (e)**	**% (e/c) x100**	**Até o Bimestre (i)**	**% (f/c) x100**	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	**32.959.943,76**	**42.768.673,50**	**36.848.987,30**	**45,71**	**36.771.027,13**	**45,73**	**35.604.120,07**	**45,31**	**77.960,17**
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	**23.454.125,89**	**29.812.572,23**	**29.031.719,51**	**36,01**	**28.987.743,44**	**36,05**	**28.462.659,09**	**36,22**	**43.976,07**
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	**3.080.064,50**	**4.309.913,56**	**4.139.859,52**	**5,14**	**4.073.205,18**	**5,07**	**4.073.205,18**	**5,18**	**66.654,34**
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	**49.055,00**	**2.000,00**							
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	**3.862.118,33**	**5.458.299,23**	**5.328.624,57**	**6,61**	**5.321.098,30**	**6,62**	**5.255.389,74**	**6,69**	**7.526,27**
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)									
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	**5.112.153,41**	**5.395.831,37**	**5.262.259,16**	**6,53**	**5.254.660,25**	**6,54**	**5.186.259,49**	**6,60**	**7.598,91**
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	**68.517.460,89**	**87.747.289,89**	**80.611.450,06**	**100,00**	**80.407.734,30**	**100,00**	**78.581.633,57**	**100,00**	**203.715,76**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Gestão E Finanças, Emissão: 29/01/2025 , às 14:49:22

MUNICIPIO DE VIANA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO– ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) 1,00

WANDERSON BORGHARDT BUENO
PREFEITO MUNICIPAL
CPF - 059.132.797-00

FILIPE LADISLAU LACERDA SILLER
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO E FINANÇAS
CPF - 140.533.057-05

RAFAEL OLIVEIRA KIRMSE
CONTADOR
CRC - ES 021952/O-8

MUNICIPIO DE VIANA - ES **STN/SICONFI**
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48) Em Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até Bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	470.942.713,72
Previsão Atualizada	507.313.530,94
Receitas Realizadas	533.624.224,21
Déficit Orçamentário	
Saldos de Exercícios Anteriores(Utilizados Para Créditos Adicionais)	63.691.839,00
DESPESAS	
Dotação Inicial	470.942.713,72
Dotação Atualizada	571.475.370,37
Despesas Empenhadas	532.900.335,65
Despesas Liquidadas	526.940.571,15
Despesas Pagas	519.716.848,33
Superávit Orçamentário	6.683.653,06

DESPESA POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Até Bimestre
Despesas Empenhadas	**532.900.335,65**
Despesas Liquidadas	**526.940.571,15**

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até Bimestre
Receita Corrente Líquida	465.492.070,58
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	463.590.485,58
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	449.255.579,58

RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES E DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL	Até Bimestre
Fundo em Capitalização - PLANO PREVIDENCIÁRIO	
Receitas Precidenciárias Realizadas	23.509.245,35
Despesas Previdenciárias Empenhadas	1.329.387,57
Despesas Previdenciárias Liquidadas	1.329.387,57
Despesas Previdenciárias Pagas	1.329.387,57
Resultado Previdenciário	22.179.857,78
Fundo em Repartição - PLANO FINANCEIRO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	3.919.818,50
Despesas Previdenciárias Empenhadas	37.421.019,23
Despesas Previdenciárias Liquidadas	37.421.019,23
Despesas Previdenciárias Pagas	37.421.019,23
Resultado Previdenciário	(33.501.200,73)
Sistema de Proteção Social dos Militares - Inativos e Pensionistas	
Receitas Realizadas	
Despesas Empenhadas	
Despesas Liquidadas	
Despesas Pagas	
Resultado Associado às Pensões e aos Inativos Militares	

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	Metas Fixadas no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha	**(9.163.318,19)**	**(23.727.843,69)**	**258,94**
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	**7.897.323,57**	**(8.110.856,27)**	**(102,70)**

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	**14.072.030,08**		**14.072.030,08**	
Poder Executivo	14.072.030,08		14.072.030,08	
Poder Legislativo				
Poder Juduciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	**3.079.064,98**	**15,00**	**1.409.821,22**	**1.669.228,76**
Poder Executivo	3.064.902,20	15,00	1.395.658,44	1.669.228,76
Poder Legislativo	14.162,78		14.162,78	
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
TOTAL	**17.151.095,06**	**15,00**	**15.481.851,30**	**1.669.228,76**

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de <18% a 25%> das Receitas de Impostos em MDE	67.526.709,42	<18% / 25%>	22,62
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	89.667.632,94	70%	79,08
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	8.577.395,95	50%	98,10
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	1.732.432,15	15%	19,81

RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito		
Despesa de Capital Líquida	**147.440.094,56**	**21.602.618,12**

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA E DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DOS MILITARES	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário				
Fundo em Repartição (Plano Financeiro)				
Receitas Previdenciárias				

MUNICIPIO DE VIANA - ES
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
6º BIMESTRE DE 2024 - NOVEMBRO A DEZEMBRO DE 2024
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48) — **STN/SICONFI** — Em Reais

Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário				
Pensões e Inativos Militares				
Receitas de Contribuições				
Despesas com Pensões e Inativos				
Resultado Associado às Pensões e aos Inativos Militares				

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receitas de Alienação de Ativos	**521.100,00**	**(143.347,95)**
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	**347.223,95**	**28.528,10**

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executados com recursos de impostos	**46.596.810,89**	**15,00**	**15,99**

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado No Exercício Corrente
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	

WANDERSON BORGHARDT BUENO
PREFEITO MUNICIPAL
CPF - 059.132.797-00

FILIPE LADISLAU LACERDA SILLER
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO E FINANÇAS
CPF - 140.533.057-05

RAFAEL OLIVEIRA KIRMSE
CONTADOR
CRC - ES 021952/O-8

MUNICIPIO DE VIANA - ES - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
3º QUADRIMESTRE DE 2024 - SETEMBRO A DEZEMBRO DE 2024

STN/SICONFI

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") — R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	JAN/2024	FEV/2024	MAR/2024	ABR/2024	MAI/2024	JUN/2024	JUL/2024	AGO/2024	SET/2024	OUT/2024	NOV/2024	DEZ/2024	Total (Últimos 12 meses) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**16.311.278,25**	**14.429.930,34**	**14.397.965,54**	**15.677.558,13**	**17.269.294,74**	**15.669.159,24**	**15.819.055,11**	**15.880.148,52**	**16.456.098,74**	**15.963.154,28**	**17.180.819,54**	**20.909.173,21**	**195.963.635,64**	**4.685,81**
Pessoal Ativo	13.328.662,19	11.266.659,71	11.323.040,18	12.561.599,83	13.979.183,42	12.479.179,70	12.529.037,40	12.688.864,85	13.236.460,59	12.727.461,21	14.003.198,60	17.638.711,11	157.762.058,79	4.685,81
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis.	12.080.313,95	10.119.431,86	10.646.875,40	11.282.417,75	11.888.502,40	11.586.395,18	11.298.301,25	11.379.424,51	11.375.090,39	11.396.045,66	12.681.740,52	15.922.432,87	141.656.971,74	4.358,84
Obrigações Patronais	1.248.348,24	1.147.227,85	676.164,78	1.279.182,08	2.090.681,02	892.784,52	1.230.736,15	1.309.440,34	1.861.370,20	1.331.415,55	1.321.458,08	1.716.278,24	16.105.087,05	326,97
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.982.616,06	3.163.270,63	3.074.925,36	3.115.958,30	3.290.111,32	3.189.979,54	3.290.017,71	3.191.283,67	3.219.638,15	3.235.693,07	3.177.620,94	3.270.462,10	38.201.576,85	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	2.799.337,70	2.986.134,72	2.884.932,63	2.929.939,92	3.102.180,09	2.996.231,01	3.065.256,13	2.994.387,01	3.024.599,72	3.040.308,30	2.989.377,08	3.061.803,42	35.874.487,73	
Pensões	183.278,36	177.135,91	189.992,73	186.018,38	187.931,23	193.748,53	224.761,58	196.896,66	195.038,43	195.384,77	188.243,86	208.658,68	2.327.089,12	
Outras desp. pessoal decorr. contr. terceir. ou Contrat. de forma indiret														
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	**820.842,72**	**1.039.926,93**	**1.138.880,05**	**917.398,13**	**1.169.550,29**	**833.527,34**	**1.047.712,46**	**1.393.241,23**	**1.174.989,68**	**1.050.543,08**	**1.283.540,61**	**1.628.211,66**	**13.498.364,18**	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	966,66		18.676,44		7.506,42				5.563,28				32.712,80	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	397.222,27	396.221,78	403.067,00	397.857,90	395.367,00	395.367,00	395.367,00	395.367,00	395.367,00	395.367,00	789.322,00	10.412,00	4.766.304,95	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	47.235,91	45.756,00		9.319,66	4.543,65	2.495,57			163,12				109.513,91	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	244.981,81	249.120,02	409.572,67	399.669,85	348.932,55	286.191,21	255.893,21	600.241,81	275.256,96	268.223,94	279.011,27	1.137.438,33	4.754.533,63	
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recu	130.436,07	203.910,40	191.537,05		260.187,39		242.448,16	242.077,55	323.809,01	234.940,35	58.625,54	314.234,81	2.202.206,33	
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de		144.918,73	116.026,89	110.550,72	153.013,28	149.473,56	154.004,09	155.554,87	174.830,31	152.011,79	156.581,80	166.126,52	1.633.092,56	
Outras Deduções Constitucionais ou Legais														
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**15.490.435,53**	**13.390.003,41**	**13.259.085,49**	**14.760.160,00**	**16.099.744,45**	**14.835.631,90**	**14.771.342,65**	**14.486.907,29**	**15.281.109,06**	**14.912.611,20**	**15.897.278,93**	**19.280.961,55**	**182.465.271,46**	**4.685,81**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**465.492.070,58**	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art 166-A, § 1º da CF)	1.901.585,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF)	12.041.818,00	
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)	2.293.088,00	
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais		
= RECEITA CORRENTE LÍ• QUIDA AJUSTADA PARA CALCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	**449.255.579,58**	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III a + III b)	**182.469.957,27**	**40,62**
LIMITE MÁ• XIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	**242.598.012,97**	**54,00**
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	**230.468.112,32**	**51,30**
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	**218.338.211,67**	**48,60**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Gestão E Finanças, Emissão: 29/01/2025 , as 15:26:15

WANDERSON BORGHARDT BUENO
PREFEITO MUNICIPAL
CPF - 059.132.797-00

FILIPE LADISLAU LACERDA SILLER
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO E FINANÇAS
CPF - 140.533.057-05

RAFAEL OLIVEIRA KIRMSE
CONTADOR
CRC - ES 021952/O-8

Protocolo 1481971

MUNICIPIO DE VIANA - ES
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

STN/SICONFI

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") — R$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2024	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	**45.135.384,05**	**42.461.286,64**	**33.381.691,87**
Dívida Mobiliária			
Dívida Contratual	34.404.298,45	34.093.931,04	27.378.066,27
Empréstimos	26.530.415,11	26.700.078,78	20.097.487,18
Internos	26.530.415,11	26.700.078,78	20.097.487,18
Externos			
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios			
Financiamentos			
Internos			
Externos			
Parcelamento e Renegociação de dívidas	7.873.883,34	7.393.852,26	7.280.579,09
De Tributos			
De Contribuições Previdenciárias	5.711.717,02	5.357.354,22	5.263.917,77
De Demais Contribuições Sociais	2.162.166,32	2.036.498,04	2.016.661,32
Do FGTS			
Com Instituição Não Financeira			
Demais Dívidas Contratuais			
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	10.731.085,60	8.367.355,60	6.003.625,60
Outras Dívidas			
DEDUÇÕES (II)	**85.660.956,51**	**111.816.179,92**	**65.796.408,06**
Disponibilidade de Caixa	85.660.956,51	111.816.179,92	65.796.408,06
Disponibilidade de Caixa Bruta	102.728.508,09	115.001.730,83	77.541.524,03
(-) Restos a Pagar Processados	14.072.030,08		7.223.722,82
(-) Depósitos Restituíves e Valores Vinculados	2.995.521,50	3.185.550,91	4.521.393,15
Demais Haveres Financeiros			
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	**(40.525.572,46)**	**(69.354.893,28)**	**(32.414.716,19)**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**412.613.088,77**	**452.570.823,38**	**465.492.070,58**
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	**2.000.000,00**	**2.241.585,00**	**1.901.585,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	**410.613.088,77**	**450.329.238,38**	**463.590.485,58**
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	**10,99**	**9,43**	**7,20**
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	**(9,87)**	**(15,40)**	**(6,99)**
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120,00%	**492.735.706,52**	**540.395.086,06**	**556.308.582,70**
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	**443.462.135,87**	**486.355.577,45**	**500.677.724,43**

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2024	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000			
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	2.750.408,46	2.750.408,46	2.750.408,46
PASSIVO ATUARIAL	624.762.490,39	624.762.490,39	624.762.490,39
RP NÃO-PROCESSADOS	3.057.320,96	1.674.820,76	7.615.561,85
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO			
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP			
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS			

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Gestão E Finanças, Emissão: 29/01/2025 , as 15:33:38

MUNICIPIO DE VIANA - ES
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

STN/SICONFI

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") R$ 1,00

WANDERSON BORGHARDT BUENO
PREFEITO MUNICIPAL
CPF - 059.132.797-00

FILIPE LADISLAU LACERDA SILLER
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO E FINANÇAS
CPF - 140.533.057-05

RAFAEL OLIVEIRA KIRMSE
CONTADOR
CRC - ES 021952/O-8

MUNICIPIO DE VIANA - ES

STN/SICONFI

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

3º QUADRIMESTRE DE 2024 - SETEMBRO A DEZEMBRO DE 2024

RGF - ANEXO 3 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40 § 1º)

R$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2024		
		Até o 1º quadrimestre	Até o 2º quadrimestre	Até o 3º quadrimestre
AOS ESTADOS (I)				
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas				
AOS MUNICÍPIOS (II)				
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas				
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)				
Em Operações de Crédito Externas				
Em Operações de Crédito Internas				
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)				
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	412.613.088,77	436.808.386,04	472.726.217,64	465.492.070,58
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)	2.000.000,00	2.000.000,00	3.441.585,00	1.901.585,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	410.613.088,77	434.808.386,04	469.284.632,64	463.590.485,58
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)				
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22,00 %	90.334.879,53	95.657.844,93	103.242.619,18	101.989.906,83
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 90,00 %	81.301.391,58	86.092.060,44	92.918.357,26	91.790.916,15

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2024		
		Até o 1º quadrimestre	Até o 2º quadrimestre	Até o 3º quadrimestre
DOS ESTADOS (IX)				
Em Garantia às operações de Crédito Externas				
Em Garantia às operações de Crédito Internas				
DOS MUNICÍPIOS (X)				
Em Garantia às operações de Crédito Externas				
Em Garantia às operações de Crédito Internas				
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)				
Em Garantia às operações de Crédito Externas				
Em Garantia às operações de Crédito Internas				
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)				
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)				
MEDIDAS CORRETIVAS				

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Gestão E Finanças, Emissão: 29/01/2025 , as 15:28:52

WANDERSON BORGHARDT BUENO
PREFEITO MUNICIPAL
CPF - 059.132.797-00

FILIPE LADISLAU LACERDA SILLER
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO E FINANÇAS
CPF - 140.533.057-05

RAFAEL OLIVEIRA KIRMSE
CONTADOR
CRC - ES 021952/O-8

MUNICIPIO DE VIANA - ES - CONSOLIDADO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2024 - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2024

RGF - ANEXO 5 (LRF, Art. 55, inciso III, alínea "a") R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g) = (a - (b + c + d + e)-f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)					
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	**16.797.122,89**		**6.505.459,64**	**1.669.228,76**	**2.440.063,87**		**6.182.370,62**	**2.095.395,69**		4.086.974,93
Recursos Não Vinculados de Impostos	13.601.148,37		4.341.663,79	1.669.228,76	2.264.607,18		5.325.648,64	1.518.475,27		3.807.173,37
Outros Recursos não Vinculados	3.195.974,52		2.163.795,85		175.456,69		856.721,98	576.920,42		279.801,56
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS) (II)	**60.744.401,14**		**718.263,18**		**2.153.092,86**		**57.873.045,10**	**3.850.937,40**		54.022.107,70
Recursos Vinculados à Educação	**31.584.037,79**		**269.734,53**		**1.300.555,62**		**30.013.747,64**	**628.203,27**		29.385.544,37
Transferências do FUNDEB	5.307.755,65		269.734,53		1.265.575,27		3.772.445,85	186.357,00		3.586.088,85
Outros Recursos Vinculados à Educação	26.276.282,14				34.980,35		26.241.301,79	441.846,27		25.799.455,52
Recursos Vinculados à Saúde	**10.988.828,98**		**381.328,65**		**346.959,29**		**10.260.541,04**	**59.204,00**		10.201.337,04
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS	10.465.428,83		381.328,65		346.959,29		9.737.140,89	59.204,00		9.677.936,89
Outros Recursos Vinculados à Saúde	523.400,15						523.400,15			523.400,15
Recursos Vinculados à Assistência Social	**2.861.332,63**		**67.200,00**		**23.750,21**		**2.770.382,42**			2.770.382,42
Recursos Vinculados à Previdência Social (Exceto ao RPPS)										
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	**9.019.670,29**				**248.113,39**		**8.771.556,90**	**2.000.934,88**		6.770.622,02
Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres (exceto Educação, Saúde e Assistência)	3.481.404,87				65.058,43		3.416.346,44	1.416.860,76		1.999.485,68
Outras Vinculações Decorrentes de Transferências	5.538.265,42				183.054,96		5.355.210,46	584.074,12		4.771.136,34
Demais Vinculações Legais	**2.300.249,88**				**168.076,31**		**2.132.173,57**	**992,78**		2.131.180,79
Outras Vinculações Legais	1.718.133,69				168.074,68		1.550.059,01	992,78		1.549.066,23
Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à Saúde)	57.933,61				1,63		57.931,98			57.931,98
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	524.182,58						524.182,58			524.182,58
Recursos Vinculados a Fundos (exceto Educação, Saúde, Assistência e Previdência)										
Recursos Extraorçamentários					**4.996,36**		**(4.996,36)**			(4.996,36)
Outras Vinculações	**3.990.281,57**				**60.641,68**		**3.929.639,89**	**1.161.602,47**		2.768.037,42
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS AO RPPS (III)	**297.874,03**				**135.124,69**		**162.749,34**	**13.431,41**		149.317,93
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)²	55.391,36				754,43		54.636,93			54.636,93
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	227.985,41				129.252,87		98.732,54			98.732,54
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	14.497,26				5.117,39		9.379,87	13.431,41		(4.051,54)
TOTAL (IV) = (I + II + III)	**77.839.398,06**		**7.223.722,82**	**1.669.228,76**	**4.728.281,42**		**64.218.165,06**	**5.959.764,50**		58.258.400,56

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: , Emissão: , as

WANDERSON BORGHARDT BUENO
PREFEITO MUNICIPAL
CPF - 059.132.797-00

FILIPE LADISLAU LACERDA SILLER
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO E FINANÇAS
CPF - 140.533.057-05

RAFAEL OLIVEIRA KIRMSE
CONTADOR
CRC - ES 021952/O-8

Protocolo 1481981

MUNICIPIO DE VIANA - ES - CONSOLIDADO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

STN/SICONFI

LRF, art. 48 - Anexo 6 — R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O SEMESTRE
Receita Corrente Líquida	465.492.070,58
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	463.590.485,58
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	449.255.579,58

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	193.331.889,83	43,03
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 60,00 %	269.553.347,75	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 57,00 %	256.075.680,36	57,00
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 54,00 %	242.598.012,97	54,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	(32.414.716,19)	7,20
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	556.308.582,70	120,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	101.989.906,83	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	74.174.477,69	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	32.451.333,99	7,00

RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS NO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	5.959.764,50	58.258.400,56

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Secretaria Municipal De Gestão E Finanças, Emissão: 29/01/2025 , as 15:39:04

WANDERSON BORGHARDT BUENO
PREFEITO MUNICIPAL
CPF - 059.132.797-00

FILIPE LADISLAU LACERDA SILLER
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO E FINANÇAS
CPF - 140.533.057-05

RAFAEL OLIVEIRA KIRMSE
CONTADOR
CRC - ES 021952/O-8

Vila Pavão

Convocação

AVISO DE PESQUISA DE PREÇOS

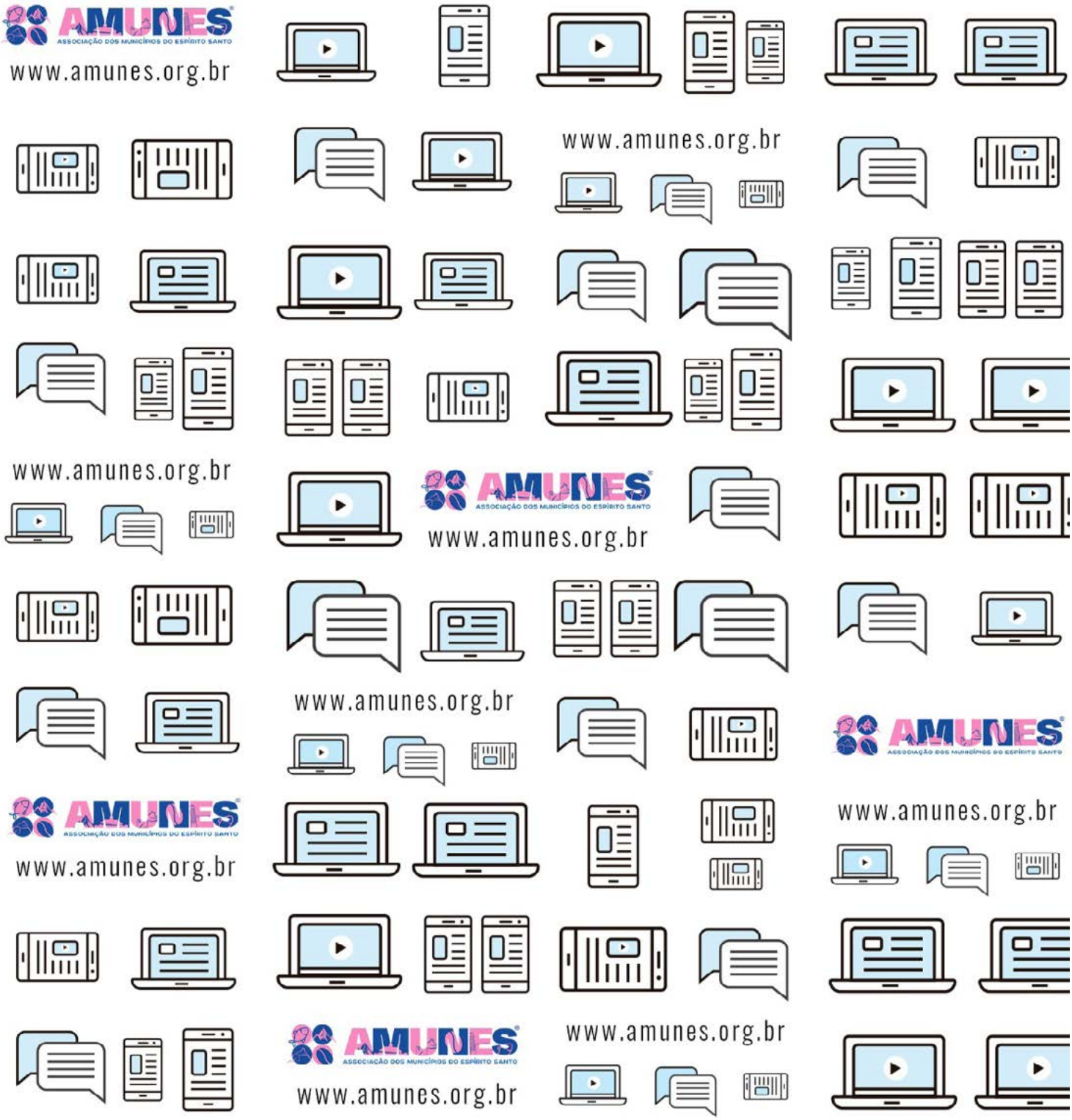
Pesquisa de Preços Nº 002/2025
Órgão/Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Processo Nº 000228/2025

Objeto: Contratação de empresa para aquisição/ prestação de serviço de encadernação e plastificação**.**

PERÍODO DAS PROPOSTAS: 30/01/2025 à 04/02/2025; Termo de Referência, e demais informações referentes a este processo podem ser acessadas no link: https://cmvilapavao-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=862
As propostas deverão ser encaminhadas para o endereço de e-mail: orcamento@vilapavao.es.gov.br

Déborah Maiylla de Melo
Setor de Compras

Protocolo 1481019



Câmaras

Águia Branca

Relatórios

Município de Águia Branca - ES - PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

STN/SICONFI

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	LIQUIDADAS													
	JAN/2024	FEV/2024	MAR/2024	ABR/2024	MAI/2024	JUN/2024	JUL/2024	AGO/2024	SET/2024	OUT/2024	NOV/2024	DEZ/2024	Total (Últimos 12 meses) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**156.497,48**	**144.969,61**	**155.005,32**	**179.327,08**	**177.399,29**	**181.177,50**	**183.585,69**	**178.890,10**	**179.343,22**	**179.339,65**	**181.331,36**	**335.053,59**	**2.231.919,89**	
Pessoal Ativo	156.497,48	144.969,61	155.005,32	179.327,08	177.399,29	181.177,50	183.585,69	178.890,10	179.343,22	179.339,65	181.331,36	335.053,59	2.231.919,89	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis.	118.680,73	107.369,62	114.966,74	132.782,62	124.438,43	126.561,13	128.969,32	124.273,73	124.495,50	124.491,93	125.962,15	228.307,14	1.581.299,04	
Obrigações Patronais	37.816,75	37.599,99	40.038,58	46.544,46	52.960,86	54.616,37	54.616,37	54.616,37	54.847,72	54.847,72	55.369,21	106.746,45	650.620,85	
Pessoal Inativo e Pensionistas														
Aposentadorias, Reserva e Reformas														
Pensões														
Outras desp. pessoal decorr. contr. terceir. ou Contrat. de forma indiret														
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)														
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária														
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração														
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados														
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recu														
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de														
Outras Deduções Constitucionais ou Legais														
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**156.497,48**	**144.969,61**	**155.005,32**	**179.327,08**	**177.399,29**	**181.177,50**	**183.585,69**	**178.890,10**	**179.343,22**	**179.339,65**	**181.331,36**	**335.053,59**	**2.231.919,89**	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**76.581.660,46**	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art 166-A, § 1º da CF)	850.000,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF)		
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)		
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais		
= RECEITA CORRENTE LÍ• QUIDA AJUSTADA PARA CALCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	**75.731.660,46**	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III a + III b)	**2.231.919,89**	**2,95**
LIMITE MÁ• XIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	**4.543.899,63**	**6,00**
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	**4.316.704,65**	**5,70**
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	**4.089.509,67**	**5,40**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Camara Municipal De Aguia Branca, Emissão: 29/01/2025 , as 13:27:16

CLAUDIA CUERCI FEDESZEN MOZDZEN:02271482747
Assinado de forma digital por CLAUDIA CUERCI FEDESZEN MOZDZEN:02271482747
Dados: 2025.01.29 13:35:43 -03'00'

CLAUDIA CUECI FEDESZEN MOZDZEN
CONTADORA
CRC 01645/0

EDIRLEI DO COUTO QUIUQUI:08759122730
Assinado de forma digital por EDIRLEI DO COUTO QUIUQUI:08759122730
Dados: 2025.01.29 13:36:10 -03'00'

IMPRESSÃO: Claudia Cuerci fedeszen Mozdzen

www.amunes.org.br

Município de Águia Branca - ES - PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024
RGF - ANEXO 5 (LRF, Art. 55, inciso III, alínea "a")
R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g) = (a - (b + c + d + e)-f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)					
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)										
Recursos Não Vinculados de Impostos										
Outros Recursos não Vinculados										
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS) (II)										
Recursos Vinculados à Educação										
Transferências do FUNDEB										
Outros Recursos Vinculados à Educação										
Recursos Vinculados à Saúde										
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS										
Outros Recursos Vinculados à Saúde										
Recursos Vinculados à Assistência Social										
Recursos Vinculados à Previdência Social (Exceto ao RPPS)										
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências										
Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres (exceto Educação, Saúde e Assistência)										
Outras Vinculações Decorrentes de Transferências										
Demais Vinculações Legais										
Outras Vinculações Legais										
Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à Saúde)										
Recursos de Alienação de Bens/Ativos										
Recursos Vinculados a Fundos (exceto Educação, Saúde, Assistência e Previdência)										
Recursos Extraorçamentários										
Outras Vinculações										
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS AO RPPS (III)										
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)?										
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)										
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração										
TOTAL (IV) = (I + II + III)										

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: , Emissão: , as

CLAUDIA CUERCI FEDESZEN MOZDZEN:02271482747
Assinado de forma digital por CLAUDIA CUERCI FEDESZEN MOZDZEN:02271482747
Dados: 2025.01.29 13:32:54 -03'00'

CLAUDIA CUERCI FEDESZEN MOZDZEN
CONTADORA
CRC 001645/0

EDIRLEI DO COUTO QUIUQUI:08759122730
Assinado de forma digital por EDIRLEI DO COUTO QUIUQUI:08759122730
Dados: 2025.01.29 13:33:35 -03'00'

Protocolo 1481447

www.amunes.org.br
AMUNES
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ESPÍRITO SANTO
www.amunes.org.br

Município de Águia Branca - ES - PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

STN/SICONFI

LRF, art. 48 - Anexo 6 — R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O SEMESTRE
Receita Corrente Líquida	76.581.660,46
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	75.731.660,46
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	75.731.660,46

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	2.231.919,89	2,95
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 6,00 %	4.543.899,63	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 5,70 %	4.316.704,65	5,70
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 5,40 %	4.089.509,67	5,40

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	16.660.965,30	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		7,00

RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS NO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Camara Municipal De Aguia Branca, Emissão: 29/01/2025 , as 13:28:08

EDIRLEI DO COUTO QUIUQUI:08759122730

Assinado de forma digital por EDIRLEI DO COUTO QUIUQUI:08759122730
Dados: 2025.01.29 13:34:55 -03'00'

CLAUDIA CUERCI FEDESZEN MOZDZEN:02271482747

Assinado de forma digital por CLAUDIA CUERCI FEDESZEN MOZDZEN:02271482747
Dados: 2025.01.29 13:34:28 -03'00'

CLAUDIA CUERCI FEDESZEN MOZDZEN
CONTADORA
CRC 011645/0

Água Doce do Norte

Edital

MUNICIPIO DE ÁGUA DOCE DO NORTE - ES - PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - PODER LEGISLATIVO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

RGF - ANEXO 1 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**1.683.844,60**	
Pessoal Ativo	1.683.844,60	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis.	1.413.410,75	
Obrigações Patronais	270.433,85	
Pessoal Inativo e Pensionistas		
Aposentadorias, Reserva e Reformas		
Pensões		
Outras desp. pessoal decorr. contr. terceir. ou Contrat. de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)		
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)		
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração		
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §11)		
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)		
Outras Deduções Constitucionais ou Legais		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**1.683.844,60**	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	65.418.704,22	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art 166-A, § 1º da (	793.813,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da Cl		
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de c	1.288.308,80	
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais		
= RECEITA CORRENTE LÍ• QUIDA AJUSTADA PARA CALCULO DOS LIMITES DA	63.336.582,42	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III a + III b)	1.683.844,60	2,66
LIMITE MÁ• XIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	3.800.194,95	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	3.610.185,20	5,70
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	3.420.175,46	5,40

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Câmara Municipal, Emissão: 29/01/2025 , as 13:50:31

Eraldo Francisco de Souza
Presidente

Carlos Antonio de Oliveira
Tec. Contabilidade e Finanças CRC. 7.109

Protocolo 1481446

Aracruz

Termos

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2024

RGF - ANEXO 05 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") — R$ Centavos

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA(APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios	Demais Obrigações Financeiras				
	(a)	De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)	(d)	(e)	(f)=(a - (b + c + d + e))	(g)		(h)=(f - g)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	**1.967.058,41**	**0,00**	**142.208,73**	**0,00**	**39.614,26**	**1.785.235,42**	**283.066,62**	**0,00**	**1.502.168,80**
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS) (II)	**147.061,32**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**147.061,32**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Recursos Vinculados a Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados a Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Extraorçamentários Vinculados a Precatórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Extraorçamentários Vinculados a Depósitos Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Extraorçamentários	147.061,32	0,00	0,00	0,00	147.061,32	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	**2.114.119,73**	**0,00**	**142.208,73**	**0,00**	**186.675,58**	**1.785.235,42**	**283.066,62**	**0,00**	**1.502.168,80**

FONTE: SMARapd Informática Ltda — Unidade Responsável: — Emissão: 28/01/2025 14:10:51

ASSINADO DIGITALMENTE ZAMIR GOMES ROSALINO — SERPRO
ASSINADO DIGITALMENTE JEAN CARLO GRATZ PEDRINI — SERPRO
ASSINADO DIGITALMENTE SALETE PEREIRA SANTOS — SERPRO

Câmara Municipal de Aracruz
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2024 / QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 48) — R$ Centavos

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE
Receita Corrente Líquida	775.268.226,79
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	770.339.716,79
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos limites da Despesa com Pessoal	759.732.942,39

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	16.101.399,92	2,11
Limite Máximo (incisos I, II, III, art. 20 da LRF) - 6.00%	45.734.479,43	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 5.70%	43.447.755,45	5,70
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 5.40%	41.161.031,48	5,40

FONTE: SMARapd Informática Ltda — Unidade Responsável: Câmara Municipal de Aracruz — Emissão: 28/01/2025 13:55:26

ASSINADO DIGITALMENTE ZAMIR GOMES ROSALINO — SERPRO
ASSINADO DIGITALMENTE JEAN CARLO GRATZ PEDRINI — SERPRO
ASSINADO DIGITALMENTE SALETE PEREIRA SANTOS — SERPRO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2024 / QUADRIMESTRAL SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - ANEXO I (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a") R$ CENTAVOS

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS <últimos 12 meses> LIQUIDADAS (A)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**17.958.687,91**	**48.628,19**
Pessoal Ativo	**16.290.988,11**	**7.144,45**
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	13.348.252,25	7.144,45
Obrigações Patronais	2.942.735,86	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	**1.415.705,03**	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.388.365,51	0,00
Pensões	27.339,52	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	251.994,77	41.483,74
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	**1.905.916,18**	**0,00**
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária e Deduções Constitucionais	490.211,15	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.415.705,03	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**16.052.771,73**	**48.628,19**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	777.709.262,27	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	4.928.510,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF); e, ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11), acrescido de Outras Deduções Constitucionais ou Legais	10.606.774,40	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII)	**762.173.977,87**	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	**16.101.399,92**	**2,11**
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	**45.730.438,67**	**6,00**
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	**43.443.916,74**	**5,70**
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	**41.157.394,80**	**5,40**

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em: a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da lei 4.320/64; b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas ao encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

ASSINADO DIGITALMENTE ZAMIR GOMES ROSALINO SERPRO
ASSINADO DIGITALMENTE JEAN CARLO GRATZ PEDRINI SERPRO
ASSINADO DIGITALMENTE SALETE PEREIRA SANTOS SERPRO

Protocolo 1481683

Contrato

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 02/2025
Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE ARACRUZ/ES
Processo nº: 1.697/2024
Contratado: VESCOVI & BITTI LTDA.
CNPJ: 36.411.940/0002-00
Objeto: Aquisição de combustível do tipo Gasolina Comum para abastecimento da frota de veículos oficiais da Câmara Municipal de Aracruz, atualmente locados, que culminará com a seleção da proposta de maior percentual de desconto em cima da Tabela de Preços da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), **de 0,40% (zero, virgula, quarenta por cento).**
Valor total: R$ 127.152,72 (cento e vinte e sete mil cento e cinquenta e dois reais e setenta e dois centavos), o equivalente a 20.826 (vinte mil oitocentos e vinte e seis) litros de gasolina comum**.**
Vigência: 27.01.2025 a 26.01.2026
Fonte: Recursos Ordinários- Exercício Corrente da Câmara Municipal de Aracruz-ES.
Responsável pela assinatura: JEAN CARLO GRATZ PEDRINI
Cargo: Presidente da Câmara

Protocolo 1481789

Boa Esperança

Termos

MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA – PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2024

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													
	JAN/24	FEV/24	MAR/24	ABR/24	MAI/24	JUN/24	JUL/24	AGO/24	SET/24	OUT/24	NOV/24	DEZ/24	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	114.322,13	114.138,36	133.625,12	119.282,24	117.286,46	147.044,97	120.795,21	118.199,71	117.201,47	116.717,60	117.773,40	169.725,25	1.506.111,92	
Pessoal Ativo	114.322,13	114.138,36	133.625,12	119.282,24	117.286,46	147.044,97	120.795,21	118.199,71	117.201,47	116.717,60	117.773,40	169.725,25	1.506.111,92	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	95.213,70	95.053,62	114.105,64	99.354,62	97.765,35	126.624,84	101.151,40	98.545,90	97.765,36	97.281,49	98.181,54	142.623,29	1.263.666,75	
Obrigações Patronais	19.108,43	19.084,74	19.519,48	19.927,62	19.521,11	20.420,13	19.643,81	19.653,81	19.436,11	19.436,11	19.591,86	27.101,96	242.445,17	
Pessoal Inativo e Pensionistas														
Aposentadorias, Reserva e Reformas														
Pensões														
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)														
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)														
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária e														
Deduções Constitucionais														
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração														
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados														
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	114.322,13	114.138,36	133.625,12	119.282,24	117.286,46	147.044,97	120.795,21	118.199,71	117.201,47	116.717,60	117.773,40	169.725,25	1.506.111,92	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA *
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	92.237.257,63	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	-	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) e ao	-	-
Vencimento dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (VI)	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	92.237.257,63	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	**1.506.111,92**	**1,63%**
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	5.534.235,46	6,00%
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	5.257.523,68	5,70%
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	4.980.811,91	5,40%

*** O % da DTP é aproximado.**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas - Câmara Municipal de Boa Esperança-ES.

NOTA: A Receita Corrente Líquida foi informada pela Prefeitura Municipal em 24 de janeiro de 2025.

Boa Esperança-ES, 29 de janeiro de 2025.

JOSETH DO LIVRAMENTO AREIA
Presidente

SIMONY CALIMAN
Diretora Geral

CARLOS HENRIQUE TURINI GOMES
Auditor de Controle Interno

NILSON DE OLIVEIRA SOUZA
Analista Contábil – CRC-ES 8.546

Protocolo 1481091

MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA – PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2024

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a") R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a–(b+c+d+e))	(g)		(h) = (f-g)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	**1.633.112,82**		**15.883,05**		**7.721,52**	**1.609.508,25**	**91.794,94**		**1.517.713,31**
Recursos Ordinários	1.633.112,82		15.883,05		7.721,52	1.609.508,25	91.794,94		1.517.713,31
Outros Recursos não Vinculados									
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)									
Recursos Vinculados ao RPPS									
Recursos de Operações de Crédito									
Recursos de Alienação de Bens/Ativos									
Recursos Extraorçamentários Vinculados a Precatórios									
Recursos Extraorçamentários Vinculados a Depósitos Judiciais									
Outros Recursos Extraorçamentários									
Outros Recursos Vinculados									
TOTAL (III) = (I + II)	**1.633.112,82**		**15.883,05**		**7.721,52**	**1.609.508,25**	**91.794,94**		**1.517.713,31**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas - Câmara Municipal de Boa Esperança-ES.
NOTA: A Receita Corrente Líquida foi informada pela Prefeitura Municipal em 24 de janeiro de 2025.

Boa Esperança-ES, 29 de janeiro de 2025.

JOSETH DO LIVRAMENTO AREIA
Presidente

SIMONY CALIMAN
Diretora Geral

CARLOS HENRIQUE TURINI GOMES
Auditor de Controle Interno

NILSON DE OLIVEIRA SOUZA
Analista Contábil – CRC-ES 8.546

Protocolo 1481094

MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA – PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA-ES
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2024

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 48) R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O 2º SEMESTRE DE 2024
Receita Corrente Líquida	92.237.257,63

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	1.506.111,92	1,63%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 6,00%	5.534.235,46	6,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 5,70%	5.257.523,68	5,70%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 5,40%	4.980.811,91	5,40%

RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	91.794,94	1.517.713,31

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas - Câmara Municipal de Boa Esperança-ES.
NOTA: A Receita Corrente Líquida foi informada pela Prefeitura Municipal em 24 de janeiro de 2025.

Boa Esperança-ES, 29 de janeiro de 2025.

JOSETH DO LIVRAMENTO AREIA
Presidente

SIMONY CALIMAN
Diretora Geral

CARLOS HENRIQUE TURINI GOMES
Auditor de Controle Interno

NILSON DE OLIVEIRA SOUZA
Analista Contábil – CRC-ES 8.546

Protocolo 1481095

Castelo

Relatórios

MUNICÍPIO DE CASTELO - ES - PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

STN/SICONFI

LRF, art. 48 - Anexo 6 — R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O SEMESTRE
Receita Corrente Líquida	184.135.431,67
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	179.721.508,67
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	176.029.096,67

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	4.186.470,22	2,38
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 6,00 %	10.561.745,80	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 5,70 %	10.033.658,51	5,70
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 5,40 %	9.505.571,22	5,40

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	39.538.731,91	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		7,00

RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS NO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Câmara Municipal De Castelo, Emissão: 28/01/2025 , as 12:58:12

Domingos Martins

Portaria

PORTARIA Nº 50, DE 29 DE JANEIRO DE 2025.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS, no uso das atribuições que lhe oferece o inciso XXIX, do art. 39 do Regimento Interno, combinado com o artigo 117 da Lei Complementar nº 56, de 20 de maio de 2022 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Domingos Martins e Lei Federal nº 13.135, de 17 de junho de 2015, *resolve:*

Art. 1º Ficam concedidos 2 (dois) dias de afastamento para tratamento de saúde, à servidora Tatiana Guimarães de Sá, no cargo de provimento em Supervisor de Departamento Pessoal e Recursos Humanos, matrícula nº 891, a partir de 29 de janeiro de 2025, conforme Atestado Médico protocolizado sob o nº 104/2025.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Domingos Martins, 29 de janeiro de 2025.

DIOGO ENDLICH
Presidente

Protocolo 1481453

Demonstrativo Contábil

Municipio de Domingos Martins - ES - PODER LEGISLATIVO — **STN/SICONFI**
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") — R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	JAN/2024	FEV/2024	MAR/2024	ABR/2024	MAI/2024	JUN/2024	JUL/2024	AGO/2024	SET/2024	OUT/2024	NOV/2024	DEZ/2024	Total (Últimos 12 meses) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**227.978,29**	**227.358,91**	**226.180,33**	**244.001,57**	**231.181,21**	**228.820,48**	**226.033,29**	**240.044,25**	**233.026,65**	**239.242,36**	**21.395,79**	**673.826,99**	**3.019.090,12**	
Pessoal Ativo	227.978,29	227.358,91	226.180,33	244.001,57	231.181,21	228.820,48	226.033,29	240.044,25	233.026,65	239.242,36	21.395,79	673.826,99	3.019.090,12	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis.	201.373,64	200.975,29	199.376,09	197.518,53	202.957,41	210.492,71	198.154,04	210.041,64	206.074,90	210.631,60	21.395,79	618.851,26	2.677.842,90	
Obrigações Patronais	26.604,65	26.383,62	26.804,24	46.483,04	28.223,80	18.327,77	27.879,25	30.002,61	26.951,75	28.610,76		54.975,73	341.247,22	
Pessoal Inativo e Pensionistas														
Aposentadorias, Reserva e Reformas														
Pensões														
Outras desp. pessoal decorr. contr. terceir. ou Contrat. de forma indiret														
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)														
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária														
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração														
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados														
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recu														
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de														
Outras Deduções Constitucionais ou Legais														
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**227.978,29**	**227.358,91**	**226.180,33**	**244.001,57**	**231.181,21**	**228.820,48**	**226.033,29**	**240.044,25**	**233.026,65**	**239.242,36**	**21.395,79**	**673.826,99**	**3.019.090,12**	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**218.095.644,04**	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art 166-A, § 1º da CF)		
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF)		
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)	2.565.436,00	
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais		
= RECEITA CORRENTE LÍ• QUIDA AJUSTADA PARA CALCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	**215.530.208,04**	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III a + III b)	**3.019.090,12**	**1,40**
LIMITE MÁ• XIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	**12.931.812,48**	**6,00**
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	**12.285.221,86**	**5,70**
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	**11.638.631,23**	**5,40**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Camara Municipal, Emissão: 29/01/2025 , as 10:13:26

Abel Fernando Kiefer	Jessica Aguiar Barcelos	Andréia Aparecida Caldeira Polli Rossi	Beatriz Meyer Miertschink
Presidente	1ª Vice Presidente	Diretora Financeira e Contábil CRC/ES 018971/0-1	Diretora de Controladoria Interna

Sistema de Administração de Finanças Públicas — *Page 1 of 1* — *E&L Produções de Software LTDA*

Protocolo 1481170

Municipio de Domingos Martins - ES - PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

STN/SICONFI

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") — R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	JAN/2024	FEV/2024	MAR/2024	ABR/2024	MAI/2024	JUN/2024	JUL/2024	AGO/2024	SET/2024	OUT/2024	NOV/2024	DEZ/2024	Total (Últimos 12 meses) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**227.978,29**	**227.358,91**	**226.180,33**	**244.001,57**	**231.181,21**	**228.820,48**	**226.033,29**	**240.044,25**	**233.026,65**	**239.242,36**	**21.395,79**	**673.826,99**	**3.019.090,12**	
Pessoal Ativo	227.978,29	227.358,91	226.180,33	244.001,57	231.181,21	228.820,48	226.033,29	240.044,25	233.026,65	239.242,36	21.395,79	673.826,99	3.019.090,12	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis.	201.373,64	200.975,29	199.376,09	197.518,53	202.957,41	210.492,71	198.154,04	210.041,64	206.074,90	210.631,60	21.395,79	618.851,26	2.677.842,90	
Obrigações Patronais	26.604,65	26.383,62	26.804,24	46.483,04	28.223,80	18.327,77	27.879,25	30.002,61	26.951,75	28.610,76		54.975,73	341.247,22	
Pessoal Inativo e Pensionistas														
Aposentadorias, Reserva e Reformas														
Pensões														
Outras desp. pessoal decorr. contr. terceir. ou Contrat. de forma indiret														
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)														
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária														
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração														
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados														
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recu														
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de														
Outras Deduções Constitucionais ou Legais														
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**227.978,29**	**227.358,91**	**226.180,33**	**244.001,57**	**231.181,21**	**228.820,48**	**226.033,29**	**240.044,25**	**233.026,65**	**239.242,36**	**21.395,79**	**673.826,99**	**3.019.090,12**	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**218.095.644,04**	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art 166-A, § 1º da CF)		
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF)		
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)	2.565.436,00	
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais		
= RECEITA CORRENTE LÍ• QUIDA AJUSTADA PARA CALCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	**215.530.208,04**	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III a + III b)	**3.019.090,12**	**1,40**
LIMITE MÁ• XIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	**12.931.812,48**	**6,00**
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	**12.285.221,86**	**5,70**
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	**11.638.631,23**	**5,40**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Camara Municipal, Emissão: 29/01/2025 , as 10:13:26

Abel Fernando Kiefer	Jessica Aguiar Barcelos	Andréia Aparecida Caldeira Polli Rossi	Beatriz Meyer Miertschink
Presidente	1ª Vice Presidente	Diretora Financeira e Contábil CRC/ES 018971/0-1	Diretora de Controladoria Interna

Municipio de Domingos Martins - ES - PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

RGF - ANEXO 5 (LRF, Art. 55, inciso III, alínea "a") — R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g) = (a - (b + c + d + e)-f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)					
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	**2.993.387,50**		**14.002,78**		**15.393,59**		**2.963.991,13**	**26.908,22**		2.937.082,91
Recursos Não Vinculados de Impostos	2.993.387,50		14.002,78		15.393,59		2.963.991,13	26.908,22		2.937.082,91
Outros Recursos não Vinculados										
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS) (II)										
Recursos Vinculados à Educação										
Transferências do FUNDEB										
Outros Recursos Vinculados à Educação										
Recursos Vinculados à Saúde										
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS										
Outros Recursos Vinculados à Saúde										
Recursos Vinculados à Assistência Social										
Recursos Vinculados à Previdência Social (Exceto ao RPPS)										
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências										
Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres (exceto Educação, Saúde e Assistência)										
Outras Vinculações Decorrentes de Transferências										
Demais Vinculações Legais										
Outras Vinculações Legais										
Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à Saúde)										
Recursos de Alienação de Bens/Ativos										
Recursos Vinculados a Fundos (exceto Educação, Saúde, Assistência e Previdência)										
Recursos Extraorçamentários										
Outras Vinculações										
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS AO RPPS (III)										
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)²										
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)										
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração										
TOTAL (IV) = (I + II + III)	**2.993.387,50**		**14.002,78**		**15.393,59**		**2.963.991,13**	**26.908,22**		2.937.082,91

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: , Emissão: , as

Abel Fernando Kiefer	Jessica Aguiar Barcelos	Andréia Aparecida Caldeira Polli Rossi	Beatriz Meyer Miertschink
Presidente	1ª Vice Presidente	Diretora Financeira e Contábil CRC/ES 018971/0-1	Diretora de Controladoria Interna

Protocolo 1481173

Municipio de Domingos Martins - ES - PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

STN/SICONFI

LRF, art. 48 - Anexo 6 — R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O SEMESTRE
Receita Corrente Líquida	218.095.644,04
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	218.095.644,04
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	215.530.208,04

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	3.019.090,12	1,40
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 6,00 %	12.931.812,48	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 5,70 %	12.285.221,86	5,70
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 5,40 %	11.638.631,23	5,40

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	47.981.041,69	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		7,00

RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS NO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	26.908,22	2.937.082,91

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Camara Municipal, Emissão: 29/01/2025 , as 10:15:58

Fundão

Portaria

PORTARIA CMF Nº 026/2025

DISPÕE SOBRE ABONOS DE FALTAS DOS SERVIDORES REFERENTE À COMPETÊNCIA 14/12/2024 A 20/01/2025.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO - ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 25, inciso II da Lei Orgânica Municipal e pelo artigo 24, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno,

Considerando à necessidade da edição de ato para registro dos abonos de faltas deferidos pelo Presidente desta Casa de Leis,

R E S O L V E:
Art. 1º - Ratificar os abonos de faltas concedidas aos servidores da Câmara Municipal de Fundão nos seguintes termos:

Dia (s) Servidor (a) P r o c e s s o C M F n º . Motivação
18/12/2024 JOSÉ PEDRO SCHAIDER NETO 584/2024 ATESTADO MÉDICO
19/12/2024 J A N I A C O U T I N H O M A R T I N S 578/2024 ART. 32 LEI Nº 804/93
20/12/2024 L I V I A M I R A N D A R A M O S 577/2024 ART. 32 LEI Nº 804/93
20/12/2024 MARLI MARIA CORREA HELMER 586/2024 ATESTADO MÉDICO
20 E 23/12/2024 MARIA DA PENHA ALMEIDA CORREA 580/2024 ART. 32 LEI Nº 804/93
09/01/2025 LORRAYNNE LOUREIRO THOMASI 031/2025 ATESTADO MÉDICO
10/01/2025 L I V I A M I R A N D A R A M O S 008/2025 ART. 32 LEI Nº 804/93
17/01/2025 JOSÉ PEDRO SCHAIDER NETO 030/2025 FOLGA DE ANIVERSÁRIO
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO, EM 28 DE JANEIRO DE 2025.

VILCIMAR CORREA
Presidente da Câmara
Biênio 2025-2026

Protocolo 1480836

Termos

Municipio de Fundão - ES - PODER LEGISLATIVO — **STN/SICONFI**
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - PODER LEGISLATIVO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") — R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	JAN/2024	FEV/2024	MAR/2024	ABR/2024	MAI/2024	JUN/2024	JUL/2024	AGO/2024	SET/2024	OUT/2024	NOV/2024	DEZ/2024	Total (Últimos 12 meses) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**571.175,87**	**597.340,73**	**517.435,90**	**604.882,19**	**592.496,55**	**607.528,31**	**580.290,91**	**586.192,68**	**656.323,68**	**590.406,79**	**591.035,66**	**736.899,63**	**7.232.008,90**	
Pessoal Ativo	205.570,57	233.318,03	170.743,81	254.800,27	234.686,99	252.065,91	224.112,90	224.095,50	226.248,82	222.979,16	221.790,19	366.837,94	2.837.250,09	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis.	171.605,83	197.740,29	170.743,81	181.228,02	197.745,20	215.180,80	187.452,88	187.289,74	188.628,58	185.926,36	184.943,74	297.899,77	2.366.385,02	
Obrigações Patronais	33.964,74	35.577,74		73.572,25	36.941,79	36.885,11	36.660,02	36.805,76	37.620,24	37.052,80	36.846,45	68.938,17	470.865,07	
Pessoal Inativo e Pensionistas	365.605,30	364.022,70	346.692,09	350.081,92	357.809,56	355.462,40	356.178,01	362.097,18	430.074,86	367.427,63	369.245,47	370.061,69	4.394.758,81	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	332.458,58	330.875,98	346.692,09	346.805,10	355.462,40	355.462,40	356.178,01	362.097,18	363.781,42	365.192,62	366.883,13	373.134,31	4.255.023,22	
Pensões	33.146,72	33.146,72		3.276,82	2.347,16				66.293,44	2.235,01	2.362,34	(3.072,62)	139.735,59	
Outras desp. pessoal decorr. contr. terceir. ou Contrat. de forma indiret														
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	**365.605,30**	**364.022,70**	**346.692,09**	**350.081,92**	**357.809,56**	**355.462,40**	**356.178,01**	**362.097,18**	**430.074,86**	**367.427,63**	**369.245,47**	**370.061,69**	**4.394.758,81**	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária														
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração														
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	365.605,30	364.022,70	346.692,09	350.081,92	357.809,56	355.462,40	356.178,01	362.097,18	430.074,86	367.427,63	369.245,47	370.061,69	4.394.758,81	
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recur														
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de E														
Outras Deduções Constitucionais ou Legais														
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**205.570,57**	**233.318,03**	**170.743,81**	**254.800,27**	**234.686,99**	**252.065,91**	**224.112,90**	**224.095,50**	**226.248,82**	**222.979,16**	**221.790,19**	**366.837,94**	**2.837.250,09**	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	116.518.604,65	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art 166-A, § 1º da CF)		
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF)		
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)		
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais		
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CALCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	116.518.604,65	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III a + III b)	2.837.250,09	2,44
LIMITE MÁXIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	6.991.116,28	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	6.641.560,47	5,70
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	6.292.004,65	5,40

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Câmara Municipal De Fundão, Emissão: 29/01/2025 , as 13:21:54

Sistema de Administração de Finanças Públicas — *Page 1 of 1* — *E&L Produções de Software LTDA*

Protocolo 1481647

Municipio de Fundão - ES - PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024
RGF - ANEXO 5 (LRF, Art. 55, inciso III, alínea "a") R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g) = (a - (b + c + d + e)-f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)					
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	**542.936,34**		**44.793,50**		**70.923,26**		**427.219,58**	**303.105,99**		124.113,59
Recursos Não Vinculados de Impostos	542.936,34		44.793,50		70.923,26		427.219,58	303.105,99		124.113,59
Outros Recursos não Vinculados										
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS) (II)										
Recursos Vinculados à Educação										
Transferências do FUNDEB										
Outros Recursos Vinculados à Educação										
Recursos Vinculados à Saúde										
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS										
Outros Recursos Vinculados à Saúde										
Recursos Vinculados à Assistência Social										
Recursos Vinculados à Previdência Social (Exceto ao RPPS)										
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências										
Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres (exceto Educação, Saúde e Assistência)										
Outras Vinculações Decorrentes de Transferências										
Demais Vinculações Legais										
Outras Vinculações Legais										
Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à Saúde)										
Recursos de Alienação de Bens/Ativos										
Recursos Vinculados a Fundos (exceto Educação, Saúde, Assistência e Previdência)										
Recursos Extraorçamentários										
Outras Vinculações										
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS AO RPPS (III)										
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)²										
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)										
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração										
TOTAL (IV) = (I + II + III)	**542.936,34**		**44.793,50**		**70.923,26**		**427.219,58**	**303.105,99**		124.113,59

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: , Emissão: , as

Sistema de Administração de Finanças Públicas *Page 1 of 1* *E&L Produções de Software LTDA*

Protocolo 1481676

Guaçuí

Resolução

Resolução Nº. 509/2025

NOMEIA AGENTE DE CONTRATAÇÃO, MEMBROS DE EQUIPE DE APOIO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO E GESTOR E FISCAL DE CONTRATO PARA CONDUZIR OS ATOS DAS LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES DA CAMARA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ DERIVADAS DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ -ES, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Regimento Interno e,

CONSIDERANDO o disposto no art. 8º da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre a nomeação de Agente de Contratação e sua Equipe de Apoio para conduzir os atos das Licitações e Contrações derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021 junto à Câmara Municipal de Guaçuí.

Art. 2º Fica nomeado a servidora MARCIA CRISTINA DE OLIVEIRA SILVA, matrícula nº 0000461, portadora do CPF nº 136.715.597-56, para exercer a função de AGENTE DE CONTRATAÇÃO da Câmara Municipal de Guaçuí, a fim de conduzir os atos das licitações e contratações derivadas da Lei Federal nº. 14.133/2021.

Art. 3º Ficam nomeados os servidores ROBSON DIAS MOURA, matrícula nº 000388, portador do CPF nº 095.866.867-10, o servidor THIAGO PEREIRA SILVA, Matrícula nº 000397, portador do CPF nº 123.319.777-04, e a servidora MARIA IZABELA ALVES VASQUES BOLZAN CASSINI, matrícula nº 0000417, portadora do CPF nº 133.577.547-11, para exercerem a função de EQUIPE DE APOIO das licitações e contratações

derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ **1º** O servidor ROBSON DIAS MOURA, matrícula nº 000388, portador do CPF nº 095.866.867-10, atuará como Agente de Contratação, nas ausências ou afastamentos legais da titular servidora MARCIA CRISTINA DE OLIVEIRA SILVA, constante do artigo 1º, desta Resolução.

§ **2º** Os servidores mencionados no *caput* deste artigo auxiliarão o Agente de Contratação no desempenho de suas atribuições.

Art. 4º Fica nomeado a servidora KARINA ANDRADE SUHETT RODRIGUES, matrícula nº 000382, portadora do CPF 076.953.207-14, para exercer a função de GESTORA E FISCAL DOS CONTRATOS da Câmara Municipal de Guaçuí, a fim de realizar de forma preventiva, rotineira e sistemática a fiscalização e gestão da execução contratual derivadas da Lei Federal nº. 14.133/2021.
§ **1º** O servidor MATEUS DE PAULA MARINHO, matrícula 000384 e CPF nº 042.113.697-92, atuará como Gestora e Fiscal do Contrato, nas ausências ou afastamentos legais da titular servidora Karina Andrade Suhett Rodrigues, constante do artigo 4º, desta Resolução.

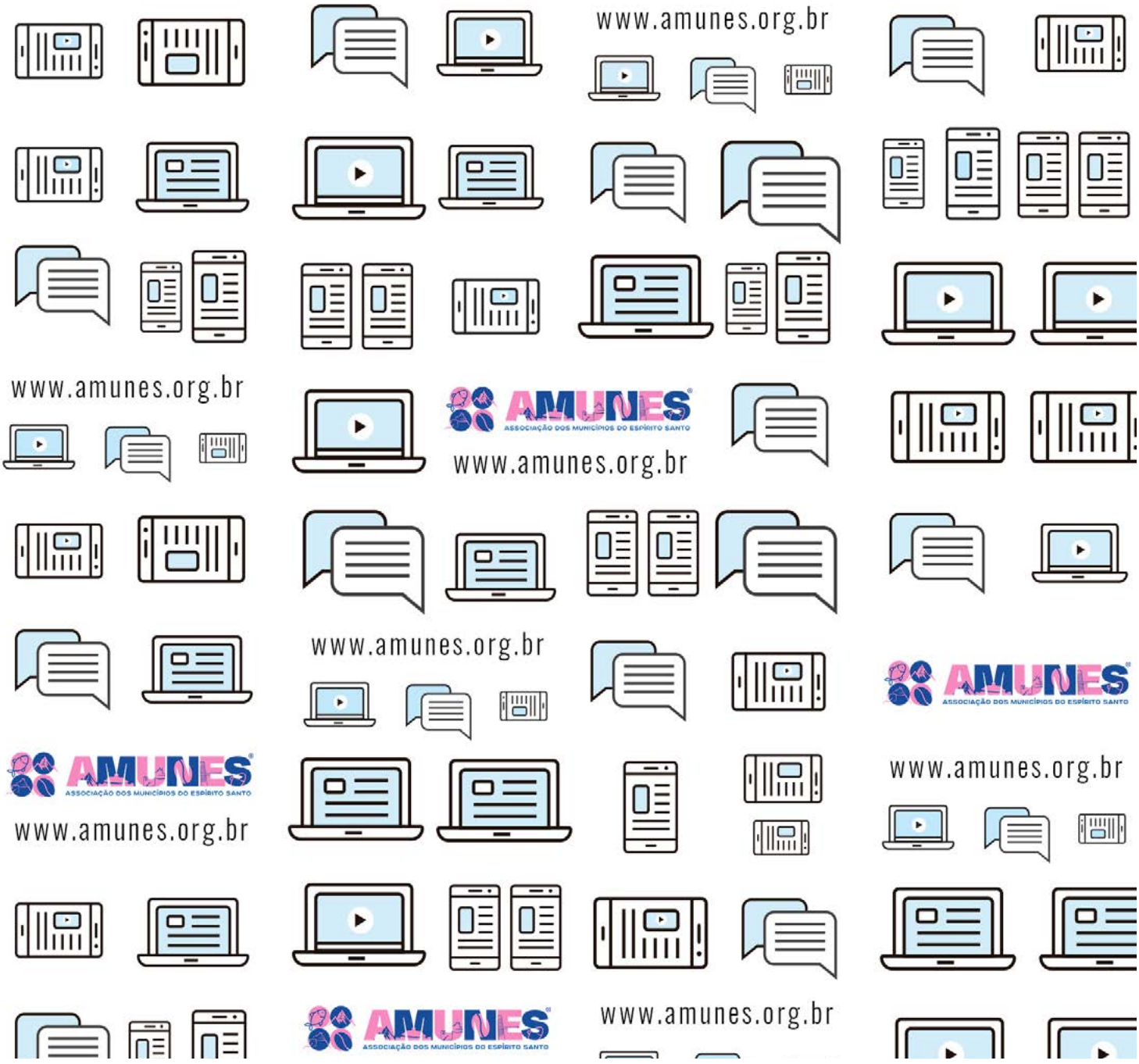
Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrários em especial a Resolução 501/2025.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DA PRESIDENCIA DA CMG, aos 28(vinte e oito) de janeiro de 2025.

Carlos Lomeu de Oliveira
Presidente

Protocolo 1480855



Ibiraçu

Deliberação

Município de Ibiraçu - ES - PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

STN/SICONFI

LRF, art. 48 - Anexo 6 — R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O SEMESTRE
Receita Corrente Líquida	80.703.893,77
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	79.703.893,77
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	79.624.821,77

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	1.585.211,35	1,99
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 6,00 %	4.777.489,31	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 5,70 %	4.538.614,84	5,70
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 5,40 %	4.299.740,38	5,40

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	17.534.856,63	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		7,00

RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS NO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	4.921,38	71.183,24

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Camara Municipal De Ibiracu, Emissão: 28/01/2025 , as 15:57:48

Breno Lucio Andrade Oliveira
Presidente

Maria Lúcia Reali Recla
Oficial Técnico Contador

Priscila Scarpatti Prata
Oficial Técnico Controlador

Município de Ibiraçu - ES - PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

STN/SICONFI

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)												
	LIQUIDADAS												INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	JAN/2024	FEV/2024	MAR/2024	ABR/2024	MAI/2024	JUN/2024	JUL/2024	AGO/2024	SET/2024	OUT/2024	NOV/2024	DEZ/2024	Total (Últimos 12 meses) (a)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**81.517,32**	**112.918,47**	**128.622,32**	**121.289,01**	**127.631,32**	**125.220,83**	**123.627,37**	**122.979,20**	**121.970,92**	**121.508,33**	**136.218,28**	**261.707,98**	**1.585.211,35**	
Pessoal Ativo	81.517,32	112.918,47	128.622,32	121.289,01	127.631,32	125.220,83	123.627,37	122.979,20	121.970,92	121.508,33	136.218,28	261.707,98	1.585.211,35	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis.	77.684,01	108.177,95	105.042,76	107.113,42	107.018,56	107.179,10	109.761,70	107.359,00	107.676,72	107.252,33	119.321,02	233.229,50	1.396.816,07	
Obrigações Patronais	3.833,31	4.740,52	23.579,56	14.175,59	20.612,76	18.041,73	13.865,67	15.620,20	14.294,20	14.256,00	16.897,26	28.478,48	188.395,28	
Pessoal Inativo e Pensionistas														
Aposentadorias, Reserva e Reformas														
Pensões														
Outras desp. pessoal decorr. contr. terceir. ou Contrat. de forma indiret														
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)														
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária														
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração														
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados														
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recu														
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de														
Outras Deduções Constitucionais ou Legais														
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**81.517,32**	**112.918,47**	**128.622,32**	**121.289,01**	**127.631,32**	**125.220,83**	**123.627,37**	**122.979,20**	**121.970,92**	**121.508,33**	**136.218,28**	**261.707,98**	**1.585.211,35**	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**80.703.893,77**	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art 166-A, § 1º da CF)	1.000.000,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF)		
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)	79.072,00	
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais		
= RECEITA CORRENTE LÍ• QUIDA AJUSTADA PARA CALCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	**79.624.821,77**	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III a + III b)	**1.585.211,35**	**1,99**
LIMITE MÁ• XIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	**4.777.489,31**	**6,00**
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	**4.538.614,84**	**5,70**
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	**4.299.740,38**	**5,40**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Camara Municipal De Ibiracu, Emissão: 28/01/2025 , as 15:56:38

Breno Lucio Andrade Oliveira
Presidente

Maria Lúcia Reali Recla
Oficial Técnico Contador

Priscila Scarpatti Prata
Oficial Técnico Controlador

IMPRESSÃO: mlreali

Protocolo 1480773

Município de Ibiraçu - ES - PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024
RGF - ANEXO 5 (LRF, Art. 55, inciso III, alínea "a") R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g) = (a - (b + c + d + e)-f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)					
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	**81.462,42**				**5.357,80**		**76.104,62**	**4.921,38**		71.183,24
Recursos Não Vinculados de Impostos	81.462,42				5.357,80		76.104,62	4.921,38		71.183,24
Outros Recursos não Vinculados										
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS) (II)										
Recursos Vinculados à Educação										
Transferências do FUNDEB										
Outros Recursos Vinculados à Educação										
Recursos Vinculados à Saúde										
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS										
Outros Recursos Vinculados à Saúde										
Recursos Vinculados à Assistência Social										
Recursos Vinculados à Previdência Social (Exceto ao RPPS)										
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências										
Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres (exceto Educação, Saúde e Assistência)										
Outras Vinculações Decorrentes de Transferências										
Demais Vinculações Legais										
Outras Vinculações Legais										
Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à Saúde)										
Recursos de Alienação de Bens/Ativos										
Recursos Vinculados a Fundos (exceto Educação, Saúde, Assistência e Previdência)										
Recursos Extraorçamentários										
Outras Vinculações										
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS AO RPPS (III)										
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)²										
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)										
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração										
TOTAL (IV) = (I + II + III)	**81.462,42**				**5.357,80**		**76.104,62**	**4.921,38**		71.183,24

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: , Emissão: , as

Breno Lucio Andrade Oliveira
Presidente

Maria Lúcia Reali Recla
Oficial Técnico Contador

Priscila Scarpatti Prata
Oficial Técnico Controlador

Sistema de Administração de Finanças Públicas *Page 1 of 1* *E&L Produções de Software LTDA*

Protocolo 1480774

Aditivo

RESUMO DE 3º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/2022
CIDADES ID: 2022.030L0200001.01.0002

Contratante: Câmara Municipal De Ibiraçu, inscrita no CNPJ n.º 27.450.683/0001-35. Contratada: E & L PRODUÇÕES DE SOFTWARE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 39.781.752/0001-72. Cláusula Primeira: Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação do prazo de vigência e o reajuste dos valores do Contrato de Fornecimento/Prestação de Serviços n.º 003/2022 (contrato de fornecimento/prestação de serviços de licença de uso, instalação e manutenção de sistemas informatizados de gestão pública), firmado pelas partes em 08/02/2022 e com prazo final de vigência previsto para 08 de fevereiro de 2025. Cláusula Segunda: Da Prorrogação Da Vigência -Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato de Fornecimento/Prestação de Serviços n.º 003/2022 (firmado pelas partes em 08/02/2022, e renovado através de aditivos, com prazo final previsto para o dia 08/02/2025) por mais 12 (doze) meses, passando o mesmo a ter seu termo final fixado para 08/02/2026. Cláusula Terceira: Do Reajuste Dos Valores - Os valores fixados na Cláusula Décima do contrato de fornecimento/prestação de serviços n.º 003/2022, formalizado entre as partes, são reajustados no percentual de 6,30% (seis vírgula trinta por cento), correspondente à parte do IGP-M - (Índice Geral de Preços do Mercado) acumulado nos últimos 11 (onze) meses (fev./dez./2024), nos termos da Cláusula Décima Primeira do referido contrato. Cláusula Quarta: Do Preço E Condições De Pagamento - Em razão da prorrogação e do reajuste previsto na Cláusula Terceira deste instrumento de Aditivo Contratual, o valor total global (12 meses) fixado no contrato originário (Cláusula Décima), para o período de 08/02/2025 a 08/02/2026 e para fins de remuneração dos serviços decorrentes do contrato ora prorrogado, passa a ser de R$ 70.508,04 (setenta mil, quinhentos e oito reais e quatro centavos), divididos em 12(doze) parcelas mensais e iguais de R$ 5.875,67 (cinco mil, oitocentos e setenta e cinco reais e sessenta e sete centavos), vencíveis até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente ao de prestação de serviços. Cláusula Quinta: Das Demais Cláusulas - Permanecem inalteradas e em plena vigência as demais cláusulas do contrato originário, desde que não conflitem com as do presente Termo, devendo as partes fielmente observá-las nos moldes estabelecidos. Ibiraçu/ES, 23 de janeiro de 2025.

Breno Lucio Andrade Oliveira
Presidente CMI

Protocolo 1481318

Itarana

Termos

Prefeitura Municipal de Itarana - ES - PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

STN/SICONFI

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	JAN/2024	FEV/2024	MAR/2024	ABR/2024	MAI/2024	JUN/2024	JUL/2024	AGO/2024	SET/2024	OUT/2024	NOV/2024	DEZ/2024	Total (Últimos 12 meses) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**116.968,04**	**81.880,05**	**93.763,64**	**89.231,73**	**95.113,96**	**103.760,18**	**91.104,69**	**89.242,33**	**102.873,93**	**110.378,99**	**88.935,68**	**154.971,65**	**1.218.224,87**	
Pessoal Ativo	116.968,04	81.880,05	93.763,64	89.231,73	95.113,96	103.760,18	91.104,69	89.242,33	102.873,93	110.378,99	88.935,68	154.971,65	1.218.224,87	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis.	100.861,39	67.669,47	78.440,10	73.745,24	79.370,59	86.833,07	75.717,13	74.023,71	86.204,37	93.418,04	74.611,35	130.658,95	1.021.553,41	
Obrigações Patronais	16.106,65	14.210,58	15.323,54	15.486,49	15.743,37	16.927,11	15.387,56	15.218,62	16.669,56	16.960,95	14.324,33	24.312,70	196.671,46	
Pessoal Inativo e Pensionistas														
Aposentadorias, Reserva e Reformas														
Pensões														
Outras desp. pessoal decorr. contr. terceir. ou Contrat. de forma indiret														
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)														
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária														
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração														
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados														
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recu														
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de														
Outras Deduções Constitucionais ou Legais														
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**116.968,04**	**81.880,05**	**93.763,64**	**89.231,73**	**95.113,96**	**103.760,18**	**91.104,69**	**89.242,33**	**102.873,93**	**110.378,99**	**88.935,68**	**154.971,65**	**1.218.224,87**	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**68.661.224,89**	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art 166-A, § 1º da CF)		
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF)		
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)		
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais		
= RECEITA CORRENTE LÍ• QUIDA AJUSTADA PARA CALCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	**68.661.224,89**	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III a + III b)	**1.218.224,87**	**1,77**
LIMITE MÁ• XIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	**4.119.673,49**	**6,00**
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	**3.913.689,82**	**5,70**
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	**3.707.706,14**	**5,40**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Camara Municipal De Itarana, Emissão: 29/01/2025 , as 12:00:15

Sabrina Scárdua Fiorotti
Presidente

Fernanda Bergamaschi
Analista Legislativa Contadora CRC/ES 18146/O-ES

Higor Corrêa Mossin
Analista Legislativo Controlador Interno

Prefeitura Municipal de Itarana - ES - PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2024 - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2024

RGF - ANEXO 5 (LRF, Art. 55, inciso III, alínea "a") R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g) = (a - (b + c + d + e)-f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)					
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	**50.981,26**						**50.981,26**			50.981,26
Recursos Não Vinculados de Impostos	50.981,26						50.981,26			50.981,26
Outros Recursos não Vinculados										
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS) (II)										
Recursos Vinculados à Educação										
Transferências do FUNDEB										
Outros Recursos Vinculados à Educação										
Recursos Vinculados à Saúde										
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS										
Outros Recursos Vinculados à Saúde										
Recursos Vinculados à Assistência Social										
Recursos Vinculados à Previdência Social (Exceto ao RPPS)										
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências										
Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres (exceto Educação, Saúde e Assistência)										
Outras Vinculações Decorrentes de Transferências										
Demais Vinculações Legais										
Outras Vinculações Legais										
Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à Saúde)										
Recursos de Alienação de Bens/Ativos										
Recursos Vinculados a Fundos (exceto Educação, Saúde, Assistência e Previdência)										
Recursos Extraorçamentários										
Outras Vinculações										
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS AO RPPS (III)										
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)[2]										
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)										
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração										
TOTAL (IV) = (I + II + III)	**50.981,26**						**50.981,26**			50.981,26

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: , Emissão: , as

Sabrina Scárdua Fiorotti	Fernanda Bergamaschi	Higor Corrêa Mossin
Presidente	Analista Legislativa Contadora CRC/ES 18146/O-ES	Analista Legislativo Controlador Interno

Prefeitura Municipal de Itarana - ES - PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

STN/SICONFI

LRF, art. 48 - Anexo 6 — R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O SEMESTRE
Receita Corrente Líquida	68.661.224,89
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	68.661.224,89
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	68.661.224,89

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	1.218.224,87	1,77
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 6,00 %	4.119.673,49	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 5,70 %	3.913.689,82	5,70
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 5,40 %	3.707.706,14	5,40

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	15.105.469,48	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		7,00

RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS NO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		50.981,26

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Camara Municipal De Itarana, Emissão: 29/01/2025 , as 12:02:33

Sabrina Scárdua Fiorotti
Presidente

Fernanda Bergamaschi
Analista Legislativa Contadora CRC/ES 18146/O-ES

Jaguaré

Decreto

DECRETO Nº 009/2025

"EXONERA SERVIDOR"

O Presidente da Câmara Municipal de Jaguaré, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Regimento Interno e a Lei Orgânica do município de Jaguaré-ES;

RESOLVE

Art. 1° Fica exonerado o servidor **WEBERTON ZORDAN THOMAZ**, do cargo de Assessor de Comunicação desta Casa de Leis.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRA-SE PUBLICA-SE
CUMPRA-SE

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Jaguaré-ES, aos 27 (vinte e sete dias) dias do mês de janeiro do ano dois mil e vinte e cinco (2025).

JOÃO VANES DOS SANTOS
Presidente da Câmara

Registrada e publicada na Secretaria Geral da Câmara Municipal de Jaguaré-ES, na data supra.

JOÃO DANIEL FALQUETTO
Secretário Geral

Protocolo 1480861

DECRETO Nº 010/2025

"Nomeia servidor"

O Presidente da Câmara Municipal de Jaguaré, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Regimento Interno e a Lei Orgânica do município de Jaguaré-ES;

DECRETA:

Art. 1° Fica nomeada a Sra. **ANA CLARA SARTÓRI VIEIRA** para o cargo de provimento em comissão de Assessor de Comunicação desta Casa de Leis.
.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRA-SE PUBLICA-SE
CUMPRA-SE

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Jaguaré-ES, aos 27 (vinte e sete) dias do mês de janeiro do ano dois mil e vinte e cinco (2025).

JOÃO VANES DOS SANTOS
Presidente da Câmara

Registrada e publicada na Secretaria Geral da Câmara Municipal de Jaguaré-ES, na data supra.

JOÃO DANIEL FALQUETTO
Secretário Geral

Protocolo 1480868

Portaria

Portaria nº 009/2025

Institui Comissão Permanente de Avaliação de Documentos e Arquivo da Câmara Municipal de Jaguaré/ES.

O Presidente da Câmara Municipal de Jaguaré, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais;

Considerando, que o Poder Legislativo Municipal deve garantir eficiência na organização e recuperação da informação institucional de seus arquivos;

Considerando que o Arquivo da Câmara Municipal é responsável por recolher, preservar e dar acesso a documentação produzida e acumulada pelo Legislativo Municipal;

Considerando que o arquivo da CMJ comporta em seu acervo documental originários, não tendo espaço físico para tanto, o que vem prejudicando os trabalhos do arquivo;

Considerando, a urgente necessidade de orientar e realizar o processo de análise, avaliação e seleção dos documentos produzidos e acumulados no seu âmbito de atuação para garantir a sua destinação final, nos termos da legislação vigente e das normas;

RESOLVE

Art. 1º - Designar os Servidores: **Sra. Leidiane Morello**, **Sr. José Aparecido Paranhos Cordeiro**, **Sr. João Daniel Falquetto**, **Sr. Benedito dos Santos**, **Sr. Gilberto Aguiar dos Santos**, **Sra. Glenda Ferreira Felix**, **Vanilda Traspadini**, **Wendell Croscopp e Sr. Anderson Scaramussa**, sendo a primeira Presidente e os demais Membros, para comporem a Comissão de Avaliação de Documentos e Arquivo da Câmara Municipal.

Art. 2º - São atribuições da Comissão:

I - Elaborar os códigos de classificação de documentos e as tabelas de temporalidade e destinação de documentos, que são instrumentos técnicos de gestão relativos às atividades-fim;
II - Aplicar e orientar a aplicação do código de classificação de documentos e a tabela de temporalidade e destinação de documentos das atividades do legislativo municipal;
III - Definir, orientar e realizar o processo de análise, avaliação e seleção da documentação produzida e

acumulada no seu âmbito de atuação, tendo em vista a identificação dos documentos para guarda permanente e a eliminação dos destituídos de valor, respeitando as normas e procedimentos instituídos por Instrução Normativa;
IV - Orientar a execução das decisões registradas na tabela envolvendo a eliminação;
V - Aprovar as listagens de Eliminação de Documentos e submetê-los ao Presidente da Câmara para aprovação das mesmas;
VI - Elaborar atas de aprovação de Listagem de Eliminação de Documentos;
VII - Elaborar e publicar o edital de Ciência de Eliminação de Documentos do Diário oficial do Estado e site Institucional;
VIII - Supervisionar as eliminações, que serão efetuadas por meio de fragmentação manual ou mecânica, com garantia de que a descaracterização dos documentos não possa ser revertida;
IX - Supervisionar a elaboração do Termo de Eliminação de Documentos, da Publicidade em Portal ou sítio próprio;
X - Propor critérios e aprovar a seleção de amostragem dos documentos em fase de eliminação, quando for o caso;
XI - Propor a constituição de comissões especiais provisórios ou grupo de trabalho provisórios ou a colaboração de agentes públicos convidados para tratar de assuntos específicos relacionado à execução de suas competências;
XII - Manter o intercâmbio com outras comissões, grupos de trabalhos ou instituições, cujas finalidades sejam relacionadas ou complementares às suas, para promover e receber elementos de informação e juízo, conjugar esforços e encadear ações;
XIII - Promover, juntos aos setores, a divulgação dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão;
XIV - Fomentar, em âmbito institucional, a integração, a padronização de procedimentos e a modernização dos serviços de arquivo;
XV - Elaborar junto aos setores sempre que necessário a alteração do Código de Classificação e Tabela de Temporalidade;
XVI - Realizar o arquivo digital de todos os documentos, bem como, sua correta classificação e armazenamento;
XVII - Realizar reuniões técnicas;
XVIII - Elaborar Plano de Ação anual;
XIX - Elaborar e rever, sempre que necessário, suas competências.
Art. 3º - Os documentos relativos às atividades-meio serão analisados, avaliados e selecionados pela CPAD, respeitando-se os prazos estabelecidos pelo Código de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos relativos às atividades-meio do Poder Legislativo Municipal, por meio de Decreto Legislativo.
Art. 4º - Os documentos relativos às atividades-fim serão analisados, avaliados e selecionados pela CPAD, respeitando-se os prazos estabelecidos pelo Código de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às atividades-fim por meio de Decreto Legislativo.
Art. 5º - Os documentos relativos às atividades-meio e atividades-fim não constantes nas tabelas referidas no art. 3º e art. 4º serão submetidos à CPAD, que estabelecerá os prazos de guarda e destinação daí decorrentes.
Art. 6º - A Tabela de Temporalidade de Documentos é constituída pelos Códigos das Tabelas constantes no art. 3º e art. 4º além dos documentos estabelecidos no art. 5º.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 8º - Torna sem efeito a Portaria nº 006/2025.

REGISTRA-SE PUBLICA-SE
CUMPRA-SE

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Jaguaré-ES, aos 10 (dez) dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco (2025).

JOÃO VANES DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal

Registrada e publicada na Secretaria Geral da Câmara Municipal de Jaguaré-ES, na data supra.

JOÃO DANIEL FALQUETTO
Secretário Geral

Protocolo 1480865

PORTARIA Nº 010/2025

Suspende Férias

O Presidente da Câmara Municipal de Jaguaré, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE

Art. 1º - Suspender férias do **Sr. Anderson Scaramussa**, ocupante do cargo de Agente de Transporte Legislativo desta Câmara Municipal, referente à Portaria nº 008/2025. Restando 15 dias de gozo de férias.

Art. 2º - Este documento entra em vigor a partir de dezesseis (16) dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e cinco (2025).

REGISTRA-SE PUBLICA-SE
CUMPRA-SE

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Jaguaré-ES, aos quinze (15) dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e cinco (2025).

JOÃO VANES DO SANTOS
Presidente da Câmara

Registrada e publicada na Secretaria Geral da Câmara Municipal de Jaguaré-ES, na data supra.

JOÃO DANIEL FALQUETTO
Secretário Geral

Protocolo 1480873

PORTARIA Nº 011/2025

Concede Férias

O Presidente da Câmara Municipal de Jaguaré, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE

Art. 1º - Concede gozo de férias a servidora **Selma**

Chagas de Sales Agrizzi, Técnica Legislativa desta Casa de Leis, no período de 27/01/2025 a 31/01/2025.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir de 27 (vinte e sete) de janeiro de dois mil e vinte e cinco (2025).

REGISTRA-SE PUBLICA-SE
CUMPRA-SE

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Jaguaré-ES, aos 27 (vinte e sete) dias do mês de janeiro do ano dois mil e vinte e cinco (2025).

JOÃO VANES DOS SANTOS
Presidente da Câmara

Registrada e publicada na Secretaria Geral da Câmara Municipal de Jaguaré-ES, na data supra.

JOÃO DANIEL FALQUETTO
Secretário Geral

Protocolo 1480876

Termos

Município de Jaguaré - ES - PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2024 - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2024

RGF - ANEXO 5 (LRF, Art. 55, inciso III, alínea "a") R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g) = (a - (b + c + d + e)-f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)					
		De Execícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	**912.635,98**		**53.237,63**	**10.574,12**	**153.419,94**		**695.404,29**	**120.000,63**		575.403,66
Recursos Não Vinculados de Impostos	912.635,98		53.237,63	10.574,12	153.419,94		695.404,29	120.000,63		575.403,66
Outros Recursos não Vinculados										
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS) (II)										
Recursos Vinculados à Educação										
Transferências do FUNDEB										
Outros Recursos Vinculados à Educação										
Recursos Vinculados à Saúde										
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS										
Outros Recursos Vinculados à Saúde										
Recursos Vinculados à Assistência Social										
Recursos Vinculados à Previdência Social (Exceto ao RPPS)										
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências										
Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres (exceto Educação, Saúde e Assistência)										
Outras Vinculações Decorrentes de Transferências										
Demais Vinculações Legais										
Outras Vinculações Legais										
Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à Saúde)										
Recursos de Alienação de Bens/Ativos										
Recursos Vinculados a Fundos (exceto Educação, Saúde, Assistência e Previdência)										
Recursos Extraorçamentários										
Outras Vinculações										
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS AO RPPS (III)										
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)²										
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)										
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração										
TOTAL (IV) = (I + II + III)	**912.635,98**		**53.237,63**	**10.574,12**	**153.419,94**		**695.404,29**	**120.000,63**		575.403,66

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: , Emissão: , as

João Vanes dos Santos	Leidiane Morello	Gleison Elias Pereira	João Dianiel Falqueto
Presidente	Assessora de Gestão Financeira CRC ES 018293/O-0	Controlador Interno	Secretário Geral

Protocolo 1480841

Município de Jaguaré - ES - PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

STN/SICONFI

LRF, art. 48 - Anexo 6 — R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O SEMESTRE
Receita Corrente Líquida	202.041.232,12
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	199.444.869,12
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	196.582.669,12

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	3.315.203,85	1,69
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 6,00 %	11.794.960,15	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 5,70 %	11.205.212,14	5,70
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 5,40 %	10.615.464,14	5,40

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	43.877.871,21	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		7,00

RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS NO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	120.000,63	575.403,66

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Camara Municipal De Jaguaré, Emissão: 23/01/2025 , as 11:25:40

Leidiane Morello
Assessora de Gestão Financeira
CRC ES 018293/O-0

Gleison Elias Pereira
Controlador Interno

João Daniel Falquetto
Secretário Geral

Protocolo 1480846

Município de Jaguaré - ES - PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

STN/SICONFI

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	JAN/2024	FEV/2024	MAR/2024	ABR/2024	MAI/2024	JUN/2024	JUL/2024	AGO/2024	SET/2024	OUT/2024	NOV/2024	DEZ/2024	Total (Últimos 12 meses) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**240.738,95**	**246.233,45**	**251.780,62**	**276.314,35**	**248.569,59**	**222.166,73**	**249.386,91**	**249.477,57**	**245.119,61**	**259.795,36**	**334.690,98**	**550.569,20**	**3.374.843,32**	
Pessoal Ativo	240.738,95	246.233,45	251.780,62	276.314,35	248.569,59	222.166,73	249.386,91	249.477,57	245.119,61	259.795,36	334.690,98	550.569,20	3.374.843,32	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis.	221.724,07	225.915,87	230.812,02	229.232,23	229.392,08	227.727,88	245.839,56	229.200,79	224.896,06	238.602,29	311.715,49	514.132,66	3.129.191,00	
Obrigações Patronais	19.014,88	20.317,58	20.968,60	47.082,12	19.177,51	(5.561,15)	3.547,35	20.276,78	20.223,55	21.193,07	22.975,49	36.436,54	245.652,32	
Pessoal Inativo e Pensionistas														
Aposentadorias, Reserva e Reformas														
Pensões														
Outras desp. pessoal decorr. contr. terceir. ou Contrat. de forma indiret														
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)											**59.639,47**		**59.639,47**	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária														
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração											59.639,47		59.639,47	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados														
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recu														
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de														
Outras Deduções Constitucionais ou Legais														
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**240.738,95**	**246.233,45**	**251.780,62**	**276.314,35**	**248.569,59**	**222.166,73**	**249.386,91**	**249.477,57**	**245.119,61**	**259.795,36**	**275.051,51**	**550.569,20**	**3.315.203,85**	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**202.041.232,12**	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art 166-A, § 1º da CF)	2.596.363,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF)	250.000,00	
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)	2.612.200,00	
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais		
= RECEITA CORRENTE LÍ• QUIDA AJUSTADA PARA CALCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	**196.582.669,12**	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III a + III b)	**3.315.203,85**	**1,69**
LIMITE MÁ• XIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	**11.794.960,15**	**6,00**
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	**11.205.212,14**	**5,70**
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	**10.615.464,14**	**5,40**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Camara Municipal De Jaguaré, Emissão: 23/01/2025 , as 11:24:29

João Vanes dos Santos	Leidiane Morello	Gleison Elias Pereira	João Dianiel Falquetto
Presidente	Assessor de Gestão FiNanceira CRC ES 018293/O-0	Controlador Interno	Secretário Geral

Protocolo 1480848

Laranja da Terra

Relatório

MUNICIPIO DE LARANJA DA TERRA - ES - PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2024 - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2024

STN/SICONFI

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	JAN/2024	FEV/2024	MAR/2024	ABR/2024	MAI/2024	JUN/2024	JUL/2024	AGO/2024	SET/2024	OUT/2024	NOV/2024	DEZ/2024	Total (Últimos 12 meses) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**146.526,49**	**148.566,05**	**148.566,05**	**150.101,25**	**155.045,44**	**151.137,30**	**165.032,93**	**162.532,67**	**162.118,02**	**159.897,40**	**183.145,40**	**231.875,59**	**1.964.544,59**	
Pessoal Ativo	146.526,49	148.566,05	148.566,05	150.101,25	155.045,44	151.137,30	165.032,93	162.532,67	162.118,02	159.897,40	183.145,40	231.875,59	1.964.544,59	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis.	121.096,28	122.781,87	122.781,87	124.050,63	128.136,74	124.906,87	136.390,86	134.324,53	134.746,59	132.296,76	156.412,36	189.652,15	1.627.577,51	
Obrigações Patronais	25.430,21	25.784,18	25.784,18	26.050,62	26.908,70	26.230,43	28.642,07	28.208,14	27.371,43	27.600,64	26.733,04	42.223,44	336.967,08	
Pessoal Inativo e Pensionistas														
Aposentadorias, Reserva e Reformas														
Pensões														
Outras desp. pessoal decorr. contr. terceir. ou Contrat. de forma indiret														
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)														
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária														
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração														
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados														
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recur														
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de E														
Outras Deduções Constitucionais ou Legais														
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**146.526,49**	**148.566,05**	**148.566,05**	**150.101,25**	**155.045,44**	**151.137,30**	**165.032,93**	**162.532,67**	**162.118,02**	**159.897,40**	**183.145,40**	**231.875,59**	**1.964.544,59**	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**70.374.385,75**	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art 166-A, § 1º da CF)		
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF)		
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)	1.148.104,00	
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais		
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CALCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	**69.226.281,75**	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III a + III b)	**1.964.544,59**	**2,84**
LIMITE MÁXIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	**4.153.576,90**	**6,00**
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	**3.945.898,05**	**5,70**
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	**3.738.219,21**	**5,40**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Câmara Municipal De Laranja Da Terra, Emissão: 29/01/2025 , as 07:29:23

SANDRA REGINA BEZERRA GOMES
Presidente da Câmara Municipal

VERUSKA PEDRO
Controlador Geral Interno

GILMAR VIEIRA DA SILVA
Contador

Protocolo 1481158

MUNICIPIO DE LARANJA DA TERRA - ES - PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2024 - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2024

RGF - ANEXO 5 (LRF, Art. 55, inciso III, alínea "a") R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g) = (a - (b + c + d + e)-f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)					
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	**33.294,06**				**1.452,63**		**31.841,43**	**31.841,43**		
Recursos Não Vinculados de Impostos	33.294,06				1.452,63		31.841,43	31.841,43		
Outros Recursos não Vinculados										
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS) (II)										
Recursos Vinculados à Educação										
Transferências do FUNDEB										
Outros Recursos Vinculados à Educação										
Recursos Vinculados à Saúde										
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS										
Outros Recursos Vinculados à Saúde										
Recursos Vinculados à Assistência Social										
Recursos Vinculados à Previdência Social (Exceto ao RPPS)										
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências										
Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres (exceto Educação, Saúde e Assistência)										
Outras Vinculações Decorrentes de Transferências										
Demais Vinculações Legais										
Outras Vinculações Legais										
Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à Saúde)										
Recursos de Alienação de Bens/Ativos										
Recursos Vinculados a Fundos (exceto Educação, Saúde, Assistência e Previdência)										
Recursos Extraorçamentários										
Outras Vinculações										
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS AO RPPS (III)										
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)²										
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)										
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração										
TOTAL (IV) = (I + II + III)	**33.294,06**				**1.452,63**		**31.841,43**	**31.841,43**		

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Câmara Municipal De Laranja Da Terra, Emissão: 29/01/2025 , as 07:30:21

SANDRA REGINA BEZERRA GOMES
Presidente da Câmara Municipal

VERUSKA PEDRO
Controlador Geral Interno

GILMAR VIEIRA DA SILVA
Contador

Protocolo 1481159

MUNICIPIO DE LARANJA DA TERRA - ES - PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2024 - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2024

STN/SICONFI

LRF, art. 48 - Anexo 6

R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O ANO
Receita Corrente Líquida	70.374.385,75
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	70.374.385,75
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	69.226.281,75

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	1.964.544,59	2,84
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 6,00 %	4.153.576,90	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 5,70 %	3.945.898,05	5,70
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 5,40 %	3.738.219,21	5,40

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	15.482.364,87	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		7,00

RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS NO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	31.841,43	

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Câmara Municipal De Laranja Da Terra, Emissão: 29/01/2025 , as 07:22:48

SANDRA REGINA BEZERRA GOMES
Presidente da Câmara Municipal

VERUSKA PEDRO
Controlador Geral Interno

GIMAR VIEIRA DA SILVA
Contador

Santa Maria de Jetibá

Relatório de Gestão Fiscal

MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ - ES - PODER EXECUTIVO — **ESTADO/TRIBUNAL**
RELATÓRIO DE DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2024 - 2º Semestre
RGF - ANEXO 5 (LRF, Art. 55, inciso III, alínea — R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
		De Execícios Anteriores	Do Exercício							
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = (a - (b + c + d + e) - f)	(h)		(i) = (g - h)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	**2.658.806,28**		**6.198,50**		**30,56**		**2.652.577,22**	**16.039,60**		**2.636.537,62**
RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	2.658.806,28		6.198,50		30,56		2.652.577,22	16.039,60		2.636.537,62
OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS										
RECURSOS NÃO VINCULADOS DA COMPENSAÇÃO DE IMPOSTOS										
APOIO FINANCEIRO DA UNIÃO EM DECORRÊNCIA DE ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA										
AUXÍLIO FINANCEIRO - OUTORGA CRÉDITO TRIBUTÁRIO ICMS - ART. 5º, INCISO V, EC Nº 123/2022										
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)										
Recursos Vinculados à Educação										
RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE										
RECURSOS NÃO VINCULADOS DA COMPENSAÇÃO DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO										
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS (30%)										
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS (70%)										
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAF - 30%										
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAF - 70%										
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT - 30%										
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT - 70%										
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO VAAR										
RECURSOS DE PRECATÓRIOS DO FUNDEF										
TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO EDUCAÇÃO										
TRANSF. DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE)										
TRANSF. DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)										
TRANSF. DE RECUR. DO FNDE REFERENTES AO PROG. NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR (PNATE)										
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE										
TRANSFERÊNCIAS DO GOVERNO FEDERAL REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À EDUCAÇÃO										
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À EDUCAÇÃO										
TRANSFERÊNCIAS DE MUNICÍPIOS REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À EDUCAÇÃO										
ROYALTIES DO PETRÓLEO E GÁS NATURAL VINCULADOS À EDUCAÇÃO										
OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO										
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À EDUCAÇÃO										
TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DOS ESTADOS PARA PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO										
OUTROS RECURSOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO										
AUXÍLIO FINANCEIRO - OUTORGA CRÉDITO TRIBUTÁRIO ICMS - ART.5º, INCISO V, EC 123/2022 - EDUCAÇÃO										
Recursos Vinculados à Saúde										
RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE										
RECURSOS NÃO VINCULADOS DA COMPENSAÇÃO DE IMPOSTOS - SAÚDE										
TRANSF. FUNDO A FUNDO RECUR. DO SUS PROVENIENTES DO GOV. FEDERAL (Bloco de Manutenção das Ações e Serv. Púb. de Saúde)										
TRANSF. FUNDO A FUNDO RECUR. DO SUS PROVENIENTES DO GOV. FEDERAL (Bloco de Estruturação na Rede de Serv. Púb. de Saúde)										
TRANSF. FUNDO A FUNDO DE RECUR. DO SUS PROVENIENTES DO GOV. FEDERAL (Bloco de Manutenção das Ações e Serv. Púb. de Saúde Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21CO)										
TRANSF. FUNDO A FUNDO DE RECUR. DO SUS PROVENIENTES DO GOV. FEDERAL (Bloco de Estruturação na Rede de Serv. Púb. de Saúde Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21CO)										
TRANSF. DO GOVERNO FEDERAL DESTINADAS AO VENCIMENTO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DE COMBATE ÀS ENDEMIAS.										

MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ - ES - PODER EXECUTIVO — ESTADO/TRIBUNAL
RELATÓRIO DE DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2024 - 2º Semestre
RGF - ANEXO 5 (LRF, Art. 55, inciso III, alínea — R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = (a - (b + c + d + e) - f)	(h)		(i) = (g - h)
TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO ESTADUAL										
TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROVENIENTES DOS GOVERNOS MUNICIPAIS										
TRANSFERÊNCIAS DO GOVERNO FEDERAL REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À SAÚDE										
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À SAÚDE										
TRANSFERÊNCIAS DE MUNICÍPIOS REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À SAÚDE										
OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE										
ROYALTIES DO PETRÓLEO E GÁS NATURAL VINCULADOS À SAÚDE										
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À SAÚDE										
OUTROS RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE										
Recursos vinculados à Previdência Social - RPPS										
RECURSOS VINCULADOS AO RPPS FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)										
RECURSOS VINCULADOS AO RPPS FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)										
RECURSOS VINCULADOS AO RPPS TAXA DE ADMINISTRAÇÃO										
Recursos Vinculados à Seguridade Social										
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSINTÊNCIA SOCIAL - FNAS										
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DOS FUNDOS ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL										
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DOS FUNDOS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL										
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À ASSISTÊNCIA SOCIAL										
OUTROS RECURSOS VINCULADOS À ASSINTÊNCIA SOCIAL										
Outras Vinculações de Recursos										
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU REPASSES DA UNIÃO										
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU REPASSES DOS ESTADOS										
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DOS MUNICÍPIOS										
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DE OUTRAS ENTIDADES										
TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTES A COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS										
TRANSFERÊNCIA DOS ESTADOS REFERENTES A COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS										
TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO										
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO INCISO I DO ARTIGO 5º DA LC 173/2020										
TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTE À COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE RECURSOS MINERAIS										
TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTE À COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE RECURSOS HÍDRICOS										
TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DOS ESTADOS										
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS NÃO DECORRENTES DE REPARTIÇÕES DE RECEITAS										
TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO FUNDO PENITENCIÁRIO - FUNPEN										
TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO FUNDO DE SEGURANÇA PÚBLICA - FSP										
TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR - FAT										
TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS AO SETOR CULTURAL - LC 195/2022 - ART. 5º - AUDIOVISUAL										
TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS AO SETOR CULTURAL - LC 195/2022 - ART. 8º - DEMAIS SETORES DA CULTURA										
ASSISTÊNCIA FINANCEIRA TRANSPORTE COLETIVO - ART. 5º, INCISO IV, EC 123/2022										
TRANSFERÊNCIAS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA - LEI Nº 14.399/2022										

MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ - ES - PODER EXECUTIVO **ESTADO/TRIBUNAL**

RELATÓRIO DE DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2024 - 2º Semestre

RGF - ANEXO 5 (LRF, Art. 55, inciso III, alínea R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
		De Execícios Anteriores	Do Exercício							
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = (a - (b + c + d + e) - f)	(h)		(i) = (g - h)
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO REFERENTES ÀS PARTICIPAÇÕES NA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL DESTINADAS AO FEP - LEI 9.478/1997										
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO REFERENTES A CESSÃO ONEROSA DE PETRÓLEO LEI Nº 13.885/2019										
OUTRAS VINCULAÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS										
RECURSOS DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE										
RECURSOS DA CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP										
RECURSOS VINCULADOS AO TRÂNSITO										
RECURSOS PROVENIENTES DE TAXAS, CONTRIBUIÇÕES E PREÇOS PÚBLICOS										
RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO										
RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE BENS/ATIVOS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA										
RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE BENS/ATIVOS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA										
RECURSOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS LIDES DAS QUAIS O ENTE FAZ PARTE										
RECURSOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS LIDES DAS QUAIS O ENTE NÃO FAZ PARTE										
RECURSOS VINCULADOS A FUNDOS										
RECURSOS DE EMOLUMENTOS, TAXAS E CUSTAS										
RECURSOS VINCULADOS AO FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA OBRIGATÓRIAS NÃO DECORRENTES DE REPARTIÇÕES DE RECEITAS										
OUTRAS VINCULAÇÕES LEGAIS										
OUTROS RECURSOS VINCULADOS										
Recursos Extraorçamentários										
RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS VINCULADOS A PRECATÓRIOS										
RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS VINCULADOS A DEPÓSITOS JUDICIAIS										
RECURSOS DE DEPÓSITOS DE TERCEIROS										
OUTROS RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS										
TOTAL (III) = (I + II)	**2.658.806,28**		**6.198,50**		**30,56**		**2.652.577,22**	**16.039,60**		**2.636.537,62**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá, Emissão: 29/01/2025 11:20:50

Protocolo 1481240

MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ - PODER LEGISLATIVO **ESTADO/TRIBUNAL**

RELATÓRIO DE DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - PODER LEGISLATIVO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2024 - 2º Semestre

LRF, art. 48 - Anexo 6 R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O SEMESTRE
Receita Corrente Líquida	255.753.476,69
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	251.231.818,69
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	247.926.998,69

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	4.241.722,69	1,71
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 6.00 %	14.875.619,92	6
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 5.70 %	14.131.838,93	5,7
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 5.40 %	13.388.057,93	5,4

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Dívida Consolidada Líquida		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	301.478.182,43	120

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Total das Garantias Concedidas		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	55.271.000,11	22

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Operações de Crédito Internas e Externas		
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	40.197.090,99	16
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	17.586.227,31	7

RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS NO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	16.039,60	2.636.537,62

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá, Emissão:29/01/2025 11:29:35

Protocolo 1481242

MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ — **ESTADO/TRIBUNAL**

RELATÓRIO DE DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2024 - 2º Semestre

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea

R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	DESPESAS EXECUTADAS (ÚLTIMOS 12 MESES) LIQUIDADAS												INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	Jan/2024	Fev/2024	Mar/2024	Abr/2024	Mai/2024	Jun/2024	Jul/2024	Ago/2024	Set/2024	Out/2024	Nov/2024	Dez/2024	Total (Últimos 12 Meses) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	283.778,62	290.059,12	304.004,27	340.428,12	303.282,86	310.081,46	326.116,29	340.267,93	311.415,53	336.354,89	370.834,01	725.099,59	4.241.722,69	
Pessoal Ativo	283.778,62	290.059,12	304.004,27	340.428,12	303.282,86	310.081,46	326.116,29	340.267,93	311.415,53	336.354,89	370.834,01	725.099,59	4.241.722,69	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis.	260.001,67	265.496,58	278.105,58	288.072,71	278.544,00	310.202,86	300.002,63	312.995,24	286.514,58	309.151,55	345.764,09	686.469,78	3.921.321,77	
Obrigações Patronais	23.776,95	24.562,54	25.898,69	52.355,41	24.738,86	(121,40)	26.113,66	27.272,19	24.900,95	27.203,34	25.069,92	38.629,81	320.400,92	
Pessoal Inativo e Pensionistas														
Aposentadorias, Reserva e Reformas														
Pensões														
Outras desp. pessoal decorr. contr. terceir. ou Contrat. de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)														
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)														
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária e														
Deduções Constitucionais														
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração														
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados														
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §11)														
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)														
Outras Deduções Constitucionais ou Legais														
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	283.778,62	290.059,12	304.004,27	340.428,12	303.282,86	310.081,46	326.116,29	340.267,93	311.415,53	336.354,89	370.834,01	725.099,59	4.241.722,69	

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	255.753.476,69	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art 166-A, § 1º da CF)	4.521.658,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF)	200.000,00	
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)	3.104.820,00	
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais		
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CALCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	247.926.998,69	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III a + III b)	4.241.722,69	1,71
LIMITE MÁXIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	14.875.619,92	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	14.131.838,92	5,70
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	13.388.057,92	5,40

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá, Emissão: 29/01/2025 11:22:47

Sistema de Administração de Finanças Públicas — 1 / 1 — *EL Produções de Software*

Protocolo 1481244

São Gabriel da Palha

Portaria

PORTARIA Nº 054, DE 28 DE JANEIRO DE 2025.

ALTERA PORTARIA Nº 120, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2024, QUE DESIGNA AGENTE DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRO, COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE APOIO RELATIVA ÀS LICITAÇÕES E PROCEDIMENTOS AUXILIARES NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA/ES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE da Câmara Municipal de São Gabriel da Palha, Estado do Espírito Santo, usando de atribuições legais e no exercício do seu cargo,

CONSIDERANDO, a Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021;

CONSIDERANDO, o Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022; e

CONSIDERANDO, a Lei Municipal nº 3.172 de 29 de dezembro de 2023;

CONSIDERANDO, o Memorando do Gabinete da Presidência nº 398, de 28 de janeiro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, Membros de Agente de Contratação/Pregoeiro, Comissão de Contratação

e Equipe de Apoio da Câmara Municipal de São Gabriel da Palha, com a finalidade de receber, examinar e julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares no âmbito deste Poder Legislativo, que passa a ser composta pelos seguintes:

a) AGENTE DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRO:
I - Alisson Cassani - mat. nº 175 - Agente de contratação/pregoeiro atuante - titular;
II - Rodrigo Antônio Manoel - mat. nº 161 -Agente de contratação/pregoeiro atuante - suplente.

b) COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO:
I - Renato Timm Siqueira, mat. nº 159 - Presidente da comissão de contratação;
II - Antônio Maurício Molinário, mat. nº 505 - Membro da comissão de contratação;
III - Oliveira Custodio Filho, mat. nº 506 - Membro da comissão de contratação;

c) EQUIPE DE APOIO:
I - Magna Engelhardt, mat. nº 431 - Membro da equipe de apoio;
II - José Rodrigo dos Santos, mat. nº 480 - Membro da equipe de apoio.
III - Maksuel Fiorotti, mat. nº 496 - Membro da equipe de apoio.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial dos Municípios, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2025..
Art. 3º O Agente de Contratação/Pregoeiro, Comissão de Contratação e Equipe de Apoio farão jus à gratificação mensal prevista na Lei Municipal n.º 3.172/2023.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de São Gabriel da Palha/ES, 28 de janeiro de 2025.

EUCLÉSIO AGUILAR LIMA
Presidente

FABIANO OST
1º Secretário

Protocolo 1480887

PORTARIA Nº. 055, DE 28 DE JANEIRO DE 2025.

DESIGNA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA.

O PRESIDENTE da Câmara Municipal de São Gabriel da Palha, Estado do Espírito Santo, usando de atribuições legais e no exercício do seu cargo,

CONSIDERANDO, o Memorando do Gabinete da Presidência nº 397 de 28 de janeiro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, a Servidora Efetiva **POLLYANA MARIN CLAUDINO** - Mat. 467 - Assessor Administrativo, lotada na Diretoria Administrativa e Recursos Humanos, para exercer a Função Gratificada de Encarregado dos Serviços Administrativos, Referência FG-01, na Diretoria Administrativa e Recursos Humanos.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial dos Municípios, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2025.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de São Gabriel da Palha/ES, 28 de janeiro de 2025.

EUCLÉSIO AGUILAR LIMA
Presidente

FABIANO OST
1º Secretário

Protocolo 1480888

PORTARIA Nº. 056, DE 28 DE JANEIRO DE 2025.

DESIGNA COMISSÃO DE REALIZAÇÃO DE SESSÕES PLENÁRIAS

O PRESIDENTE da Câmara Municipal de São Gabriel da Palha, Estado do Espírito Santo, usando de atribuições legais e no exercício do seu cargo,

CONSIDERANDO, a Lei nº 3065 de 08 de março de 2023 que institui que nos dias de Sessões Plenárias será designada comissão composta por servidores para assessorar as respectivas sessões;

CONSIDERANDO, o Memorando do Gabinete da Presidência nº 399 de 28 de janeiro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º- **DESIGNAR**, a Comissão de Realização de Sessões Plenárias da Câmara Municipal de São Gabriel da Palha, composta pelos seguintes servidores:

1. JOSÉ RODRIGO DOS SANTOS - mat. 480
2. BRAZ MONFERDINI - mat. 492
3. ROMULO CORDEIRO JUSTEN - mat. 503
4. BRUNO FISCHER MARQUES TORRES - mat. 418
5. LAÉRCIO PAIVA - mat. 490
6. DANIELA GARCIA DE OLIVEIRA - mat. 432
7. STEFAN FURTADO CHODACHI - mat. 464
8. JOE FABIO MARIANO DE OLIVEIRA - mat. 028
9. THAIS LOVO DOS SANTOS - mat. 491
10. RODRIGO ANTONIO MANOEL - mat. 161
11. JULIANA CORREA MENEZES - mat. 470
12. CARLOS DANIEL SOUZA DE JESUS - mat. 469

Paragrafo Único A Comissão terá o prazo de 06 (seis) meses, com direito a 05 (cinco) Valores de Referências mensais;

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial dos Municípios, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2025.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de São Gabriel da Palha/ES, 28 de janeiro de 2025.

EUCLÉSIO AGUILAR LIMA
Presidente

FABIANO OST
1º Secretário

Protocolo 1480891

PORTARIA Nº. 057, DE 28 DE JANEIRO DE 2025.

DESIGNA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA.

O PRESIDENTE da Câmara Municipal de São Gabriel da Palha, Estado do Espírito Santo, usando de atribuições legais e no exercício do seu cargo,

CONSIDERANDO, o Memorando do Gabinete da Presidência nº 397 de 28 de janeiro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, a Servidora Efetiva ROSA DO NASCIMENTO ALVES - Mat. 468 - Assistente Legislativo, lotada na Diretoria de Recepção, Protocolo, Documentos e Arquivo para exercer a Função Gratificada de Encarregado de Documentos e Arquivos, Referência FG-01, na Diretoria de Recepção, Protocolo, Documentos e Arquivo.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial dos Municípios, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2025.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de São Gabriel da Palha/ES, 28 de janeiro de 2025.

EUCLÉSIO AGUILAR LIMA
Presidente

FABIANO OST
1º Secretário

Protocolo 1481297

Relatórios

MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DA PALHA - ES - PODER LEGISLATIVO — **STN/SICONFI**
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") — R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	JAN/2024	FEV/2024	MAR/2024	ABR/2024	MAI/2024	JUN/2024	JUL/2024	AGO/2024	SET/2024	OUT/2024	NOV/2024	DEZ/2024	Total (Últimos 12 meses) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**285.664,27**	**305.840,41**	**272.086,73**	**283.365,62**	**324.991,30**	**301.783,19**	**300.982,95**	**297.608,02**	**315.404,45**	**301.505,21**	**330.888,66**	**426.950,17**	**3.747.070,98**	
Pessoal Ativo	285.664,27	305.840,41	272.086,73	283.365,62	324.991,30	301.783,19	300.982,95	297.608,02	315.404,45	301.505,21	330.888,66	426.950,17	3.747.070,98	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis.	268.018,80	262.313,88	254.961,86	255.150,57	265.771,11	272.998,44	270.243,73	268.405,14	276.028,20	263.618,12	284.992,32	366.226,22	3.308.728,39	
Obrigações Patronais	17.645,47	43.526,53	17.124,87	28.215,05	59.220,19	28.784,75	30.739,22	29.202,88	39.376,25	37.887,09	45.896,34	60.723,95	438.342,59	
Pessoal Inativo e Pensionistas														
Aposentadorias, Reserva e Reformas														
Pensões														
Outras desp. pessoal decorr. contr. terceir. ou Contrat. de forma indiret														
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)														
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária														
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração														
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados														
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recu														
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de E														
Outras Deduções Constitucionais ou Legais														
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**285.664,27**	**305.840,41**	**272.086,73**	**283.365,62**	**324.991,30**	**301.783,19**	**300.982,95**	**297.608,02**	**315.404,45**	**301.505,21**	**330.888,66**	**426.950,17**	**3.747.070,98**	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**174.716.784,72**	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art 166-A, § 1º da CF)	130.000,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF)		
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)	3.187.328,00	
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais		
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CALCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	**171.399.456,72**	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III a + III b)	**3.747.070,98**	**2,19**
LIMITE MÁXIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	**10.283.967,40**	**6,00**
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	**9.769.769,03**	**5,70**
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	**9.255.570,66**	**5,40**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Camara Municipal De Sao Gabriel Da Palha, Emissão: 29/01/2025 , as 12:27:20

EUCLÉSIO AGUILAR LIMA	JOÃO AUGUSTO DALCIN	RENATO TIMM SIQUEIRA
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL	COORDENADOR DO NÚCLEO DE CONTROLE INTERNO CRC-ES 10.498/O-1	DIRETOR DE FINANÇAS E GESTÃO FISCAL CRC-ES 16.585/O-6

MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DA PALHA - ES - PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2024 - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2024

RGF - ANEXO 5 (LRF, Art. 55, inciso III, alínea "a") R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g) = (a - (b + c + d + e)-f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)					
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	**51.339,94**				**9.775,61**		**41.564,33**	**41.564,33**		
Recursos Não Vinculados de Impostos	51.339,94				9.775,61		41.564,33	41.564,33		
Outros Recursos não Vinculados										
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS) (II)										
Recursos Vinculados à Educação										
Transferências do FUNDEB										
Outros Recursos Vinculados à Educação										
Recursos Vinculados à Saúde										
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS										
Outros Recursos Vinculados à Saúde										
Recursos Vinculados à Assistência Social										
Recursos Vinculados à Previdência Social (Exceto ao RPPS)										
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências										
Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres (exceto Educação, Saúde e Assistência)										
Outras Vinculações Decorrentes de Transferências										
Demais Vinculações Legais										
Outras Vinculações Legais										
Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à Saúde)										
Recursos de Alienação de Bens/Ativos										
Recursos Vinculados a Fundos (exceto Educação, Saúde, Assistência e Previdência)										
Recursos Extraorçamentários										
Outras Vinculações										
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS AO RPPS (III)										
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)[2]										
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)										
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração										
TOTAL (IV) = (I + II + III)	**51.339,94**				**9.775,61**		**41.564,33**	**41.564,33**		

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: , Emissão: , as

EUCLÉSIO AGUILAR LIMA
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

JOÃO AUGUSTO DALCIN
COORDENADOR DO NÚCLEO DE CONTROLE INTERNO
CRC-ES 10.498/O-1

RENATO TIMM SIQUEIRA
DIRETOR DE FINANÇAS E GESTÃO FISCAL
CRC-ES 16.585/O-6

MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DA PALHA - ES - PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

STN/SICONFI

LRF, art. 48 - Anexo 6 — R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O SEMESTRE
Receita Corrente Líquida	174.716.784,72
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	174.586.784,72
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	171.399.456,72

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	3.747.070,98	2,19
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 6,00 %	10.283.967,40	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 5,70 %	9.769.769,03	5,70
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 5,40 %	9.255.570,66	5,40

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	38.409.092,64	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		7,00

RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS NO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	41.564,33	

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Camara Municipal De Sao Gabriel Da Palha, Emissão: 29/01/2025 , as 12:29:56

EUCLÉSIO AGUILAR LIMA
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

JOÃO AUGUSTO DALCIN
COORDENADOR DO NÚCLEO DE CONTROLE INTERNO
CRC-ES 10.498/O-1

RENATO TIMM SIQUEIRA
DIRETOR DE FINANÇAS E GESTÃO FISCAL
CRC-ES 16.585/O-6

São José do Calçado

Relatórios

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CALÇADO - ES - PODER LEGISLATIVO — **ESTADO/TRIBUNAL**
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - PODER LEGISLATIVO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") — R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)												
	LIQUIDADAS												INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	JAN/2024	FEV/2024	MAR/2024	ABR/2024	MAI/2024	JUN/2024	JUL/2024	AGO/2024	SET/2024	OUT/2024	NOV/2024	DEZ/2024	Total (Últimos 12 meses) (a)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**90.664,69**	**112.275,50**	**111.775,42**	**109.261,85**	**105.717,66**	**101.896,64**	**103.964,70**	**109.591,63**	**103.615,64**	**100.733,96**	**101.896,64**	**181.814,58**	**1.333.208,91**	
Pessoal Ativo	90.664,69	112.275,50	111.775,42	109.261,85	105.717,66	101.896,64	103.964,70	109.591,63	103.615,64	100.733,96	101.896,64	181.814,58	1.333.208,91	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis.	82.175,79	102.488,30	102.171,95	91.277,25	95.516,60	91.980,49	94.048,55	99.675,48	93.699,49	90.913,81	91.980,49	165.352,78	1.201.280,98	
Obrigações Patronais	8.488,90	9.787,20	9.603,47	17.984,60	10.201,06	9.916,15	9.916,15	9.916,15	9.916,15	9.820,15	9.916,15	16.461,80	131.927,93	
Pessoal Inativo e Pensionistas														
Aposentadorias, Reserva e Reformas														
Pensões														
Outras desp. pessoal decorr. contr. terceir. ou Contrat. de forma indiret														
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)														
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária e Ded														
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração														
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados														
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recu														
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de														
Outras Deduções Constitucionais ou Legais														
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**90.664,69**	**112.275,50**	**111.775,42**	**109.261,85**	**105.717,66**	**101.896,64**	**103.964,70**	**109.591,63**	**103.615,64**	**100.733,96**	**101.896,64**	**181.814,58**	**1.333.208,91**	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**96.697.674,35**	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art 166-A, § 1º da CF)		
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF)		
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)		
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais		
= RECEITA CORRENTE LÍ• QUIDA AJUSTADA PARA CALCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	**96.697.674,35**	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III a + III b)	**1.333.208,91**	**1,38**
LIMITE MÁ• XIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	**5.801.860,46**	**6,00**
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	**5.511.767,44**	**5,70**
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	**5.221.674,41**	**5,40**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Câmara Municipal, Emissão: 28/01/2025 , as 14:41:18

VANDERLEIA MARIA ROSA RODRIGUES
PRESIDENTE CMSJC

MARIA DE FÁTIMA TEIXEIRA ROSA
TÉC. CONTABILIDADE
CRC: 009050/0-3

Protocolo 1480825

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CALÇADO - ES - PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

RGF - ANEXO 5 (LRF, Art. 55, inciso III, alínea "a") R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g) = (a - (b + c + d + e)-f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)					
		De Execícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	**35.031,69**						**35.031,69**	**6.125,00**		28.906,69
RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	35.031,69						35.031,69	6.125,00		28.906,69
OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS										
RECURSOS NÃO VINCULADOS DA COMPENSAÇÃO DE IMPOSTOS										
APOIO FINANCEIRO DA UNIÃO EM DECORRÊNCIA DE ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA										
AUXÍLIO FINANCEIRO - OUTORGA CRÉDITO TRIBUTÁRIO ICMS - ART. 5º, INCISO V, EC Nº 123/2022										
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)										
Recursos Vinculados à Educação										
RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE										
RECURSOS NÃO VINCULADOS DA COMPENSAÇÃO DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO										
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS (30%)										
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS (70%)										
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAF - 30%										
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAF - 70%										
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT - 30%										
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT - 70%										
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO – VAAR										
RECURSOS DE PRECATÓRIOS DO FUNDEF										
TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO EDUCAÇÃO										
TRANSF. DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE)										
TRANSF. DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)										
TRANSF. DE RECUR. DO FNDE REFERENTES AO PROG. NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR (PNATE)										
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE										
TRANSFERÊNCIAS DO GOVERNO FEDERAL REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À EDUCAÇÃO										
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À EDUCAÇÃO										
TRANSFERÊNCIAS DE MUNICÍPIOS REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À EDUCAÇÃO										
ROYALTIES DO PETRÓLEO E GÁS NATURAL VINCULADOS À EDUCAÇÃO										
OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO										
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À EDUCAÇÃO										
TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DOS ESTADOS PARA PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO										
OUTROS RECURSOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO										
AUXÍLIO FINANCEIRO - OUTORGA CRÉDITO TRIBUTÁRIO ICMS - ART.5º, INCISO V, EC 123/2022 - EDUCAÇÃO										
Recursos Vinculados à Saúde										
RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE										
RECURSOS NÃO VINCULADOS DA COMPENSAÇÃO DE IMPOSTOS - SAÚDE										
TRANSF. FUNDO A FUNDO RECUR. DO SUS PROVENIENTES DO GOV. FEDERAL (Bloco de Manutenção das Ações e Serv. Púb. de Saúde)										
TRANSF. FUNDO A FUNDO RECUR. DO SUS PROVENIENTES DO GOV. FEDERAL (Bloco de Estruturação na Rede de Serv. Púb. de Saúde)										
TRANSF. FUNDO A FUNDO DE RECUR. DO SUS PROVENIENTES DO GOV. FEDERAL (Bloco de Manutenção das Ações e Serv. Púb. de Saúde – Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21CO)										
TRANSF. FUNDO A FUNDO DE RECUR. DO SUS PROVENIENTES DO GOV. FEDERAL (Bloco de Estruturação na Rede de Serv. Púb. de Saúde – Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21CO)										
TRANSF. DO GOVERNO FEDERAL DESTINADAS AO VENCIMENTO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DE COMBATE ÀS ENDEMIAS.										

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CALÇADO - ES - PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

RGF - ANEXO 5 (LRF, Art. 55, inciso III, alínea "a") R$ 1,00

TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO ESTADUAL										
TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROVENIENTES DOS GOVERNOS MUNICIPAIS										
TRANSFERÊNCIAS DO GOVERNO FEDERAL REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À SAÚDE										
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À SAÚDE										
TRANSFERÊNCIAS DE MUNICÍPIOS REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À SAÚDE										
OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE										
ROYALTIES DO PETRÓLEO E GÁS NATURAL VINCULADOS À SAÚDE										
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À SAÚDE										
OUTROS RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE										
Recursos vinculados à Previdência Social - RPPS										
RECURSOS VINCULADOS AO RPPS – FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)										
RECURSOS VINCULADOS AO RPPS – FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)										
RECURSOS VINCULADOS AO RPPS – TAXA DE ADMINISTRAÇÃO										
Recursos Vinculados à Seguridade Social										
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSINTÊNCIA SOCIAL - FNAS										
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DOS FUNDOS ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL										
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DOS FUNDOS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL										
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À ASSISTÊNCIA SOCIAL										
OUTROS RECURSOS VINCULADOS À ASSINTÊNCIA SOCIAL										
Outras Vinculações de Recursos										
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU REPASSES DA UNIÃO										
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU REPASSES DOS ESTADOS										
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DOS MUNICÍPIOS										
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DE OUTRAS ENTIDADES										
TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTES A COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS										
TRANSFERÊNCIA DOS ESTADOS REFERENTES A COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS										
TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO										
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO – INCISO I DO ARTIGO 5º DA LC 173/2020										
TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTE À COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE RECURSOS MINERAIS										
TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTE À COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE RECURSOS HÍDRICOS										
TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DOS ESTADOS										
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS NÃO DECORRENTES DE REPARTIÇÕES DE RECEITAS										
TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO FUNDO PENITENCIÁRIO - FUNPEN										
TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO FUNDO DE SEGURANÇA PÚBLICA - FSP										
TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR - FAT										
TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS AO SETOR CULTURAL - LC 195/2022 - ART. 5º - AUDIOVISUAL										
TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS AO SETOR CULTURAL - LC 195/2022 - ART. 8º - DEMAIS SETORES DA CULTURA										
ASSISTÊNCIA FINANCEIRA TRANSPORTE COLETIVO - ART. 5º, INCISO IV, EC 123/2022										
TRANSFERÊNCIAS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA - LEI Nº 14.399/2022										
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO REFERENTES ÀS PARTICIPAÇÕES NA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL DESTINADAS AO FEP - LEI 9.478/1997										
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO REFERENTES A CESSÃO ONEROSA DE PETRÓLEO – LEI Nº 13.885/2019										
OUTRAS VINCULAÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS										
RECURSOS DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE										
RECURSOS DA CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP										
RECURSOS VINCULADOS AO TRÂNSITO										

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CALÇADO - ES - PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

RGF - ANEXO 5 (LRF, Art. 55, inciso III, alínea "a") R$ 1,00

RECURSOS PROVENIENTES DE TAXAS, CONTRIBUIÇÕES E PREÇOS PÚBLICOS										
RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO										
RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE BENS/ATIVOS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA										
RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE BENS/ATIVOS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA										
RECURSOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS – LIDES DAS QUAIS O ENTE FAZ PARTE										
RECURSOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS – LIDES DAS QUAIS O ENTE NÃO FAZ PARTE										
RECURSOS VINCULADOS A FUNDOS										
RECURSOS DE EMOLUMENTOS, TAXAS E CUSTAS										
RECURSOS VINCULADOS AO FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA OBRIGATÓRIAS NÃO DECORRENTES DE REPARTIÇÕES DE RECEITAS										
OUTRAS VINCULAÇÕES LEGAIS										
OUTROS RECURSOS VINCULADOS										
Recursos Extraorçamentários										
RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS VINCULADOS A PRECATÓRIOS										
RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS VINCULADOS A DEPÓSITOS JUDICIAIS										
RECURSOS DE DEPÓSITOS DE TERCEIROS										
OUTROS RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS										
TOTAL (III) = (I + II)	**35.031,69**						**35.031,69**	**6.125,00**		28.906,69

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: , Emissão: , as

VANDERLEIA MARIA ROSA RODRIGUES
PRESIDENTE CMSJC

MARIA DE FÁTIMA TEIXEIRA ROSA
TÉC. CONTABILIDADE
CRC: 009050/0-3

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CALÇADO - ES - PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

ESTADO/TRIBUNAL

LRF, art. 48 - Anexo 6 — R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O SEMESTRE
Receita Corrente Líquida	96.697.674,35
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	96.697.674,35
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	1.333.208,91	1,38
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 6,00 %	5.801.860,46	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 5,70 %	5.511.767,44	5,70
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 5,40 %	5.221.674,41	5,40

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	21.273.488,36	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		7,00

RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS NO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Câmara Municipal, Emissão: 28/01/2025 , as 14:54:42

VANDERLEIA MARIA ROSA RODRIGUES
PRESIDENTE CMSJC

MARIA DE FÁTIMA TEIXEIRA ROSA
TÉC. CONTABILIDADE
CRC: 009050/0-3

São Mateus

Deliberação

MUNICÍPIO DE SAO MATEUS - ES - PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
3º QUADRIMESTRE DE 2024 - SETEMBRO A DEZEMBRO DE 2024

RGF - ANEXO 1 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**9.391.140,18**	
Pessoal Ativo	9.043.242,76	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis.	8.411.756,32	
Obrigações Patronais	631.486,44	
Pessoal Inativo e Pensionistas	347.897,42	
Aposentadorias, Reserva e Reformas		
Pensões	347.897,42	
Outras desp. pessoal decorr. contr. terceir. ou Contrat. de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)		
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	**155.224,43**	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária e Deduções Constitucionais	152.789,21	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração		
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	2.435,22	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §11)		
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)		
Outras Deduções Constitucionais ou Legais		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	**9.235.915,75**	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	572.179.338,01	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art 166-A, § 1º da C	1.570.000,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CI		
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de c	6.602.512,00	
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais		
= RECEITA CORRENTE LÍ• QUIDA AJUSTADA PARA CALCULO DOS LIMITES DA	564.006.826,01	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III a + III b)	9.235.915,75	1,64
LIMITE MÁ• XIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	33.840.409,56	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	32.148.389,08	5,70
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	30.456.368,60	5,40

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Câmara Municipal De São Mateus, Emissão: 29/01/2025 , as 14:21:31

WANDERLEI SEGANTINI
PRESIDENTE

JULIANO SCAMPARLE OLIVEIRA
CONTADOR/SECRETÁRIO DE FINANÇAS
CRC 020645

MUNICÍPIO DE SAO MATEUS - ES - PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2024 - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2024

RGF - ANEXO 5 (LRF, Art. 55, inciso III, alínea "a") R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO (f)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g) = (a - (b + c + d + e)-f)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (i) = (g - h)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)					
		De Execícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)							
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	**73.719,73**						**73.719,73**	**73.719,73**		
RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS	73.719,73						73.719,73	73.719,73		
OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS										
RECURSOS NÃO VINCULADOS DA COMPENSAÇÃO DE IMPOSTOS										
APOIO FINANCEIRO DA UNIÃO EM DECORRÊNCIA DE ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA										
AUXÍLIO FINANCEIRO - OUTORGA CRÉDITO TRIBUTÁRIO ICMS - ART. 5º, INCISO V, EC Nº 123/2022										
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)										
Recursos Vinculados à Educação										
RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE										
RECURSOS NÃO VINCULADOS DA COMPENSAÇÃO DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO										
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS (30%)										
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS (70%)										
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAF - 30%										
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAF - 70%										
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT - 30%										
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT - 70%										
TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO – VAAR										
RECURSOS DE PRECATÓRIOS DO FUNDEF										
TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO EDUCAÇÃO										
TRANSF. DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE)										
TRANSF. DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)										
TRANSF. DE RECUR. DO FNDE REFERENTES AO PROG. NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR (PNATE)										
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE										
TRANSFERÊNCIAS DO GOVERNO FEDERAL REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À EDUCAÇÃO										
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À EDUCAÇÃO										
TRANSFERÊNCIAS DE MUNICÍPIOS REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À EDUCAÇÃO										
ROYALTIES DO PETRÓLEO E GÁS NATURAL VINCULADOS À EDUCAÇÃO										
OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO										
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À EDUCAÇÃO										
TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DOS ESTADOS PARA PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO										
OUTROS RECURSOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO										
AUXÍLIO FINANCEIRO - OUTORGA CRÉDITO TRIBUTÁRIO ICMS - ART.5º, INCISO V, EC 123/2022 - EDUCAÇÃO										
Recursos Vinculados à Saúde										
RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE										
RECURSOS NÃO VINCULADOS DA COMPENSAÇÃO DE IMPOSTOS - SAÚDE										
TRANSF. FUNDO A FUNDO RECUR. DO SUS PROVENIENTES DO GOV. FEDERAL (Bloco de Manutenção das Ações e Serv. Púb. de Saúde)										
TRANSF. FUNDO A FUNDO RECUR. DO SUS PROVENIENTES DO GOV. FEDERAL (Bloco de Estruturação na Rede de Serv. Púb. de Saúde)										
TRANSF. FUNDO A FUNDO DE RECUR. DO SUS PROVENIENTES DO GOV. FEDERAL (Bloco de Manutenção das Ações e Serv. Púb. de Saúde – Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21CO)										
TRANSF. FUNDO A FUNDO DE RECUR. DO SUS PROVENIENTES DO GOV. FEDERAL (Bloco de Estruturação na Rede de Serv. Púb. de Saúde – Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21CO)										
TRANSF. DO GOVERNO FEDERAL DESTINADAS AO VENCIMENTO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DE COMBATE ÀS ENDEMIAS.										

MUNICÍPIO DE SAO MATEUS - ES - PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2024 - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2024

RGF - ANEXO 5 (LRF, Art. 55, inciso III, alínea "a") R$ 1,00

TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO ESTADUAL										
TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROVENIENTES DOS GOVERNOS MUNICIPAIS										
TRANSFERÊNCIAS DO GOVERNO FEDERAL REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À SAÚDE										
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À SAÚDE										
TRANSFERÊNCIAS DE MUNICÍPIOS REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À SAÚDE										
OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE										
ROYALTIES DO PETRÓLEO E GÁS NATURAL VINCULADOS À SAÚDE										
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À SAÚDE										
OUTROS RECURSOS VINCULADOS À SAÚDE										
Recursos vinculados à Previdência Social - RPPS										
RECURSOS VINCULADOS AO RPPS – FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)										
RECURSOS VINCULADOS AO RPPS – FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)										
RECURSOS VINCULADOS AO RPPS – TAXA DE ADMINISTRAÇÃO										
Recursos Vinculados à Seguridade Social										
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSINTÊNCIA SOCIAL - FNAS										
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DOS FUNDOS ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL										
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DOS FUNDOS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL										
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À ASSISTÊNCIA SOCIAL										
OUTROS RECURSOS VINCULADOS À ASSINTÊNCIA SOCIAL										
Outras Vinculações de Recursos										
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU REPASSES DA UNIÃO										
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU REPASSES DOS ESTADOS										
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DOS MUNICÍPIOS										
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DE OUTRAS ENTIDADES										
TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTES A COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS										
TRANSFERÊNCIA DOS ESTADOS REFERENTES A COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS										
TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO										
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO – INCISO I DO ARTIGO 5º DA LC 173/2020										
TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTE À COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE RECURSOS MINERAIS										
TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTE À COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DE RECURSOS HÍDRICOS										
TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DOS ESTADOS										
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS NÃO DECORRENTES DE REPARTIÇÕES DE RECEITAS										
TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO FUNDO PENITENCIÁRIO - FUNPEN										
TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO FUNDO DE SEGURANÇA PÚBLICA - FSP										
TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR - FAT										
TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS AO SETOR CULTURAL - LC 195/2022 - ART. 5º - AUDIOVISUAL										
TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS AO SETOR CULTURAL - LC 195/2022 - ART. 8º - DEMAIS SETORES DA CULTURA										
ASSISTÊNCIA FINANCEIRA TRANSPORTE COLETIVO - ART. 5º, INCISO IV, EC 123/2022										
TRANSFERÊNCIAS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA - LEI Nº 14.399/2022										
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO REFERENTES ÀS PARTICIPAÇÕES NA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL DESTINADAS AO FEP - LEI 9.478/1997										
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO REFERENTES A CESSÃO ONEROSA DE PETRÓLEO – LEI Nº 13.885/2019										
OUTRAS VINCULAÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS										
RECURSOS DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - CIDE										
RECURSOS DA CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP										
RECURSOS VINCULADOS AO TRÂNSITO										

MUNICÍPIO DE SAO MATEUS - ES - PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
EXERCÍCIO DE 2024 - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2024

RGF - ANEXO 5 (LRF, Art. 55, inciso III, alínea "a") — R$ 1,00

RECURSOS PROVENIENTES DE TAXAS, CONTRIBUIÇÕES E PREÇOS PÚBLICOS										
RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO										
RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE BENS/ATIVOS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA										
RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE BENS/ATIVOS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA										
RECURSOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS – LIDES DAS QUAIS O ENTE FAZ PARTE										
RECURSOS DE DEPÓSITOS JUDICIAIS – LIDES DAS QUAIS O ENTE NÃO FAZ PARTE										
RECURSOS VINCULADOS A FUNDOS										
RECURSOS DE EMOLUMENTOS, TAXAS E CUSTAS										
RECURSOS VINCULADOS AO FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA OBRIGATÓRIAS NÃO DECORRENTES DE REPARTIÇÕES DE RECEITAS										
OUTRAS VINCULAÇÕES LEGAIS										
OUTROS RECURSOS VINCULADOS										
Recursos Extraorçamentários										
RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS VINCULADOS A PRECATÓRIOS										
RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS VINCULADOS A DEPÓSITOS JUDICIAIS										
RECURSOS DE DEPÓSITOS DE TERCEIROS										
OUTROS RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS										
TOTAL (III) = (I + II)	**73.719,73**						**73.719,73**	**73.719,73**		

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: , Emissão: , as

WANDERLEI SEGANTINI
PRESIDENTE

JULIANO SCAMPARLE OLIVEIRA
CONTADOR/SECRETÁRIO DE FINANÇAS
CRC 020645

MUNICÍPIO DE SAO MATEUS - ES - PODER LEGISLATIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º SEMESTRE DE 2024 - JULHO A DEZEMBRO DE 2024

ESTADO/TRIBUNAL

LRF, art. 48 - Anexo 6 — R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O SEMESTRE
Receita Corrente Líquida	572.179.338,01
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	570.609.338,01
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	6.602.512,00

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	9.235.915,75	1,64
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 6,00 %	33.840.409,56	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 5,70 %	32.148.389,08	5,70
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 5,40 %	30.456.368,60	5,40

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	125.534.054,36	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		7,00

RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS NO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Câmara Municipal De São Mateus, Emissão: 29/01/2025 , as 14:23:33

WANDERLEI SEGANTINI
PRESIDENTE

JULIANO SCAMPARLE OLIVEIRA
CONTADOR/SECRETÁRIO DE FINANÇAS
CRC 020645

Entidades Municipais

Fundo Municipal de Saúde de Santa Teresa

Portaria

PORTARIA/SMSA Nº 010/2025

INTERROMPE FÉRIAS DE SERVIDOR

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e considerando o processo protocolado sob o nº 1169/2025 de 28.01.2025,

RESOLVE:

Art. 1º Interromper os **08** (oito) dias do gozo de férias, do Senhor **JOSE MAURO FONTANA**, contados de **28.01.2025 a 04.02.2025**, servidor Efetivo desta Municipalidade ocupante do cargo de Fiscal de Saneamento, por motivo superior de interesse público.

Parágrafo único - Os dias relativos às férias, ora interrompidas, referente ao período aquisitivo 11.02.2023 a 10.02.2024, serão gozados posteriormente

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia **28 de janeiro de 2025**, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Secretaria Municipal de Saúde de Santa Teresa-ES, em 29 de janeiro de 2025.

SIGRID KERCKHOFF STUHR
Secretária Municipal de Saúde
Protocolo 1481464

Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Barra São Francisco

Portaria

PORTARIA N° 004 de 28 de janeiro de 2025.

O Diretor-Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Município d' e Barra de São Francisco do Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 59 da Lei Complementar Municipal nº 0001/2002,

RESOLVE:

Art.1º - Retificar a Portaria nº 071/2023 de 31/08/2023, para conceder **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROVENTOS PELA INTEGRALIDADE DA ÚLTIMA REMUNERAÇÃO**, de acordo com o artigo 6º, incisos I, II, III e IV da EC nº 41/2003, com proventos reajustados de acordo com a paridade dos servidores ativos, nos termos do artigo 7º da EC nº 41/03 e artigo 2º da EC 47/05, ao Servidor Público Municipal **Sr. ELI DELSON DA SILVA FERNANDES**, ocupante do cargo efetivo de Bombeiro Hidráulico, Padrão A/ A0/ 63, lotado na Secretaria Municipal de Obras. Os proventos serão compostos de 100% do salário base, 38% (trinta e oito por cento) de Adicional de Tempo de Serviço e 50% (cinquenta por cento) de Assiduidade, correspondendo à última remuneração do cargo efetivo, com efeitos retroativos a partir da data de início do benefício, qual seja, 01 de maio de 2019.
Art. 2º - Tornar sem efeito o Decreto nº 009/2019 de 30 de abril de 2019, publicado no DOM de 30/04/2019, que concedeu a aposentadoria voluntária por tempo de contribuição ao servidor **ELI DELSON DA SILVA FERNANDES.**

Barra de São Francisco -ES, 28 de janeiro de 2025.

Valdinei Teodoro dos Reis
Diretor Presidente Barraprev
Protocolo 1480781

Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Serra - IPS -

Portaria

PORTARIA Nº 056/2025

A Diretoria do Instituto de Previdência dos Servidores do Município da Serra - IPS, no uso de suas atribuições e com base no artigo 32, inciso III e artigo 55, § 3º da Lei Complementar nº 007/2024, e, o que consta no processo nº 923/2023.
RESOLVE:
Art. 1º - Retificar o artigo 1º da Portaria nº 44 de 22 de janeiro de 2025, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 1º Designar a Sr.ª Viviane Ferreira Soares como Gestor, matricula 300814-0 e a Sr.ª Adriane Tellarolly Camponez, matricula 174034308-0, como fiscal, no 1º Termo Aditivo no Contrato nº 023/2023, que versa sobre a Prestação de Serviços Especializados de Natureza Continuada de Telefonia Fixa Comutado STFC (Fixo-Fixo e Fixo-Móvel) nas Modalidades Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, celebrado entre o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DA SERRA - IPS e a empresa CLARO S A - CNPJ º 40.432.544/0001-47 - Vigência 22/01/2025 a 21/01/2026."
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 22/01/2025, ficando revogadas as disposições em contrário.
Serra/ES, 29 de janeiro de 2025.
CHRISTIANI MARIA VIEIRA
Diretora Presidente
Protocolo 1481194

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Aracruz

Portaria

PORTARIA SAAE-ARA-019/2025

Dispõe sobre retificação de Portaria

O Diretor Geral do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Aracruz, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Decreto n.º 47.866, de 22/01/2025 e de acordo com a Lei nº 3.943/2015 e suas alterações; resolve:

Art. 1º Retificar a Portaria SAAE-ARA 125/2024.

Onde se lê: PORTARIA SAAE-ARA 125/2021.

Leia-se: PORTARIA SAAE-ARA 125/2024.

Aracruz-ES, 28 de janeiro de 2025.

AMADEU ZONZINI WETLER
Diretor Geral do SAAE
Decreto Municipal 47.866/2025
.

Protocolo 1481007

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Ibiraçu

Portaria

PORTARIA SAAE-IBI - Nº 08/2025

Dispõe sobre concessão de férias ao servidor que especifica.

O Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Ibiraçu, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o que dispõe o inciso XVII, do art. 7º da Constituição Federal; considerando o que dispõem os artigos 88 e 91 da Lei Municipal 2.762, de 25 de junho de 2007;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor efetivo Alexsandro Da Cruz Lacerda, matrícula 214, ocupante do cargo efetivo de Contador, férias regulamentares a que tem direito no período de 20 de janeiro de 2025 a 8 de fevereiro de 2025, referente ao período aquisitivo de 02 de maio de 2023 a 01 de maio de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ibiraçu/ES, 20 de janeiro de 2025.

Aloir Piol
Diretor Executivo

Protocolo 1481508

PORTARIA SAAE-IBI - Nº 09/2025

Dispõe sobre designação e alteração de servidores para fiscalização de contratos administrativos.

O Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Ibiraçu, do Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais;

Considerando os artigos 7º e 117 da Lei Federal 14.133 de 1º de abril de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º - **Designar**, servidores para fiscalização dos Contratos Administrativos, conforme anexo I.

Art. 2º - O Fiscal deverá comunicar ao Diretor Executivo qualquer serviço em desacordo com o contrato, para que este, mediante termo próprio, determine as providências que deverão ser adotadas.

Art. 3º - Fica estabelecido que o Fiscal Substituto só será responsável pelo contrato no período de afastamento do fiscal titular.

Art. 4º - Ao Fiscal do contrato incumbe:
I. representar a administração junto ao contratado, exceto para assinatura de instrumentos contratuais, aditivos;
II. adotar as providências necessárias ao fiel cumprimento do contrato, inclusive notificando o contratado para corrigir irregularidades detectadas e registrando todos os acontecimentos relacionados com a execução do contrato, inclusive as soluções dadas a eventuais consultas;
III. determinar, por escrito, durante o acompanhamento e fiscalização do contrato, o que for necessário para regularizar falha ou inobservância de cláusulas contratuais;
IV. verificar se o contrato está sendo executado de acordo com as cláusulas pactuadas, conferindo prazos, especificações, valores, condições da proposta, etc.;
V. prestar informações sobre a execução do contrato sob sua responsabilidade, encaminhando, sempre que solicitado, relatório circunstanciado;
VI. atestar a execução do contrato, na forma prevista nesta Portaria;
VII. criar mecanismos de controle de qualidade;
VIII. encaminhar expediente ao Diretor Executivo com os elementos necessários à instauração de novo procedimento de compra para substituir contrato em vigor, com antecedência;
IX. exercer outras atribuições compatíveis com sua função e previstas.

Art. 5º - Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ibiraçu/ES, 27 de janeiro de 2025.

Aloir Piol
Diretor Executivo

ANEXO I

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 04/2025
Empresa: CALDAS QUIMICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, CNPJ 01.591.897/0001-38.
Objeto: Aquisição de sulfato de alumínio isento de

ferro e fluossilicato de sódio através da ARP 028/2024 do CISABES, como Autarquia Participante.
Fiscal titular: Eduarda Santos Sfalsin, matrícula 204.
Fiscal substituto: Amanda Tresceno, matrícula 199.

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 05/2025
Empresa: Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo - CISABES, CNPJ 14.934.498/0001-74.
Objeto: Contrato de programa com objeto de desenvolvimento de atividades em nível de planejamento, com transferência parcial de serviços [...].
Fiscal titular: Eduarda Santos Sfalsin, matrícula 204.
Fiscal substituto: Amanda Tresceno Freitas, matrícula 199.

Protocolo 1481520

Contrato

Contrato Administrativo n. 04/2025
Contratante: Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Ibiraçu/ES.
Forma de Contratação: Pregão Eletrônico, conforme lei 14.133/2021.
Contratada: CALDAS QUIMICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, CNPJ 01.591.897/0001-38.
Objeto: Aquisição de sulfato de alumínio isento de ferro e fluossilicato de sódio através da ARP 028/2024 do CISABES, como Autarquia Participante.
Valor total: R$ 41.310,00 (quarenta e um mil, trezentos e dez reais).
Vigência: até 27 de janeiro de 2025.
Dotação Orçamentária: Natureza de Despesa: 339030.00000. Fonte de Recurso: 17.512.17.2116.
Ibiraçu/ES, 29 de janeiro de 2025.
Aloir Piol - Diretor Executivo
--
Contrato Administrativo n. 05/2025
Contratante: Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Ibiraçu/ES.
Forma de Contratação: Dispensa de licitação, conforme art. 74, II da lei 14.133/2021.
Contratada: Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo - CISABES, CNPJ 14.934.498/0001-74.
Objeto: Contrato de programa com objeto de desenvolvimento de atividades em nível de planejamento, com transferência parcial de serviços [...].
Valor total: R$ 44.255,16 (quarenta e quatro mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e dezesseis centavos).
Vigência: até 31 de dezembro de 2025.
Dotação Orçamentária: Projeto Atividade 1712200172.114 - Elemento Despesa 339339.00, Ficha 24.
Ibiraçu/ES, 29 de janeiro de 2025.
Aloir Piol - Diretor Executivo

Protocolo 1481475

Aditivo

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 03/2023.
Forma de Contratação: Pregão Eletrônico, conforme Lei 8.666/93.
Contratante: Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) de Ibiraçu/ES
Contratada: Master Automotores LTDA.
Objeto: Prorrogação de vigência e valor do contrato 003/2023, cujo objeto é a locação de veículo descrito no lote 05 da Ata de Registro de Preços nº 002/2022 do CISABES.
Valor do aditivo: 29.347,08 (vinte e nove mil, trezentos e quarenta e sete reais e oito centavos) para o período de 12 meses.
Data da assinatura: 15/01/2025

Protocolo 1481563

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Linhares

Portaria

PORTARIA SAAE LIN Nº 035/2025, DE 27/01/2025
Dispõe sobre concessão de licença por motivo de luto.
O Diretor Geral do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Linhares, Estado do Espírito Santo, nomeado pelo Decreto nº. 021/2025 de 02/01/2025, no uso das atribuições legais;
Considerando artigo 57, inciso III e artigo 147, inciso II, ambos da Lei Municipal nº 1347/90;
Considerando o Processo número 001557/2024.
R E S O L V E:
Art. 1º Conceder Licença por motivo de luto ao servidor **MARCOS ANTONIO SOPRANI BOBBIO**, ocupante do cargo de Auxiliar de Operação, no total de até oito dias, no período de 19/12/2024 a 26/12/2024, conforme Certidão de Óbito nº 0237880155 2024 4 00092 066 00337 21 27, emitida em 20/12/2024.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos ao dia 19/12/2024.
REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.
Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Linhares, Estado do Espírito Santo, aos vinte e sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco.
YOSHITO DE SOUZA FUKUDA
Diretor Geral do SAAE
Matrícula 1138

Protocolo 1481379

Ordem de Fornecimento

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 044/2025
Processo nº 000557/2024
CONTRATANTE: SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Linhares-ES
CONTRATADA: BAUMINAS QUIMICA N/NE LTDA
CNPJ: 23.647.365/0005-31
OBJETO: Aquisição de 26.069,45 litros de Sulfato de Alumínio Liquido para tratamento de água.
PREGÃO ELETRÔNICO N°.: 000022/2024.

VALOR TOTAL: R$ 46.925,01 (Quarenta e seis mil, novecentos e vinte e cinco reais e um centavo).
DATA DA EMISSÃO DA A.F.: 28/01/2025.
PRAZO DE ENTREGA: 05 (cinco) dias.
RECURSOS:
1 9 0 1 . 1 7 5 1 2 0 0 6 8 2 . 1 9 9 . 3 3 9 0 3 0 0 0 0 0 0.150000000002
Ficha 35.

Linhares-ES, 29/01/2025.
Yoshito de Souza Fukuda
Diretor-Geral

Protocolo 1481423

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Rio Bananal

Aditivo

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE RIO BANANAL - SAAE

QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 010/2022.
Processo: 012/2024.**Contratante:** Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Rio Bananal/ES. **Contratada:** BANCO DO BRASIL S.A **Objeto:** Prestação de serviço de recebimento dos valores devidos ao SAAE por seus usuários, pelo fornecimento de Água e Esgoto, em faturas adequadas ao padrão FEBRABAN de arrecadação, com prestação de contas exclusivamente em meio magnético - transmissão eletrônica, a saber. O presente termo tem por objetivo promover o reajuste do valor a ser pago à Contratada por guia de arrecadação/faturas, com código de barra, recebida e quitada através de débito automático em conta corrente bancária, guichê de caixa dos correspondentes bancários e auto-atendimento por meio da aplicação do percentual de 4,87 % (quatro inteiros e oitenta e sete centésimos por cento) correspondente ao ,índice do IPCA-IBGE acumulado no período de 12 (doze) meses, conforme detalhamento na clausula terceira deste termo, de modo que os valores das tarifas dos serviços abaixo serão reajustados a partir de 26/01/2025 até 31/12/2025. - Em decorrência do presente aditivo, fica definido o seguinte: O novo valor que o SAAE DE RIO BANANAL pagará a CREDENCIADA, por guia de arrecadação/faturas, com código de barra, recebida, e quitada nos itens abaixo:
No item 2.2 de R$ 0,98 para R$ 1,02
No item 2.3 de R$ 1,02 para R$ 1,06. Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato ora aditado. **Data da assinatura do aditivo:** 22/01/2025.

Rio Bananal-ES,29 de Janeiro de 2025.
Romildo Guidini
Diretor Presidente do SAAE

Protocolo 1481757

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE RIO BANANAL - SAAE

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 002/2025.
Processo: 074/2024.**Contratante:** Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Rio Bananal/ES. **Contratada:** BANESTES S.A. - BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Objeto:** Prestação dos seguintes serviços de arrecadação das faturas de Água e Esgoto e Outros Serviços Prestados pelo SAAE, no padrão FEBRABAN contemplando as seguintes atividades: Recebimento por Internet Banking, Recebimento por Autoatendimento, Recebimento por Correspondente Bancário e Recebimento por Débito Automático. incluir o serviço de arrecadação integrada aos tributos e demais receitas emitidas pelo Município, por meio do PIX - solução de pagamento instantâneo do Banco Central do Brasil (BACEN) - e conforme layout padrão Febraban, versão 6 O valor a ser pago à CONTRATADA pelo serviço disposto na Cláusula Primeira será de R$ 1,55 (um real e cinquenta e cinco centavos), que corresponde à mesma tarifa já praticada atualmente pelo recebimento de guias de arrecadação nos meios eletrônicos (Internet banking). Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato ora aditado. **Data da assinatura do aditivo:** 23/01/2025.

Rio Bananal-ES,29 de Janeiro de 2025.
Romildo Guidini
Diretor Presidente do SAAE

Protocolo 1481780

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Itapemirim

Contrato

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO N° 000021/2025

Processo: **000811/2024** - Modalidade: Pregão Eletrônico N°000069/2024

Contratante: **SERVIÇO AUT. DE ÁGUA E ESGOTO DE ITAPEMIRIM-ES.**

Contratada: **ESTAÇÃO EXPRESS TRATAMENTO DE DADOS LTDA** CNPJ sob nº 65.359.200/0001-80.

Objeto: **SERVIÇO DE PROCESSAMENTO E IMPRESSAO DE CONTAS DE ÁGUA E ESGOTO NO FORMATO A5 E RELATÓRIO ANUAL DE ANÁLISE DA QUALIDADE DA ÁGUA QUALIFICADA POR ETAs NO FORMATO A4**

Valor total: R$ 8.194,00
Vigência: 21/01/2025 A 20/01/2030

Itapemirim, 21 de janeiro de 2025

MARCO ANTÔNIO DE SOUZA CARNEIRO
Diretor Geral do SAAE

Protocolo 1481243

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Itarana

Portaria

PORTARIA Nº 0025/2025
PORTARIA N° 0025/2025

NOMEIA FISCAL DE CONTRATO.

O Diretor do SAAE- do Município de Itarana, Estado

do Espírito Santo, no uso de suas atribuições pelo art. 8º e parágrafo único da Lei 590 de 28 de junho de 1999.

CONSIDERANDO o disposto na Instrução Normativa SCL nº 06/2015 do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO a indicação de Servidor(a) no Termo de Referência, para atuar como fiscal do contrato bem como de seu substituto.

Resolve:

Art. 1º Fica nomeado(a) o(a) Servidor(a) **DAVID TIMM**, matrícula nº **04013**, cargo **BIOLOGO**, lotado(a) no SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto, como Fiscal do contrato abaixo discriminado e seu substituto a servidora **NATALLY FARDIN CAETANO DE SOUZA**, matricula **04017**, cargo **ENGENHEIRA.**

DADOS DA CONTRATAÇÃO

CONTRATO N°003/2025
Contratada: Consórcio Intermunicipal de saneamento básico do Espirito Santo - CISABES.
Objeto: Contrato de programa tem por objeto o desenvolvimento das seguintes atividades em nível planejamento, com transferência parcial dos seguintes serviços:
1) Realização de licitações compartilhadas, dentro das áreas de atuação do Consórcio, dos quais decorrem dois ou mais interessados entre os municípios consorciados ou suas autarquias;
2) Aquisição e administração de bens para uso da autarquia, de forma compartilhada com ou entre as demais autarquias integrantes dos municípios consorciados;
3) Capacitação técnica do pessoal da autarquia nas diversas áreas de atuação desta, conforme demanda;
4) Formalização de intercâmbio com entidades de nível regional, estadual e nacional, públicas e privadas, bem como participação em reuniões, cursos, seminários e eventos correlatados;
5) Promoção de gestão junto aos órgãos competentes visando a obtenção de recursos financeiros para futuras melhorias nos serviços de saneamento básico;
6) Apoio à gestão eficiente do saneamento básico nas autarquias.

Valor Global: R$ 31.051,32 (trinta e um mil, cinquenta e um reais e trinta e dois reais), sendo pago o valor mensal de R$ 2.587,61 (dois mil quinhentos e oitenta e sete reais e sessenta e um centavos).

Vigência: A vigência deste contrato será de 21/01/2025 até o dia 31/12/2025.

Art. 2º Ao (À) fiscal nomeado(a) ficam garantidas, pela administração, as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e na Instrução Normativa SCL nº 06/2015, sem prejuízo de outros atos normativos pertinentes. Caberá, ainda, ao(à) fiscal no que for compatível com o contrato em execução:

I - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;
II - Propor a celebração de aditivo ou rescisão, quando necessário;
III - Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade;
IV - Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;
V - Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
VI - Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;
VII - Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;
VIII - Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;
IX - Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
X - Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;
XI - Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;
XII - Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual.

Art. 3º O Setor de Compras/CPL disponibilizará ao(à) fiscal, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no art. 32 da IN SCL Nº 006/2015, cópia do contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas.
Parágrafo único. O(A) Fiscal poderá requerer, além da documentação referida no art. 3º, outros documentos que entender como necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º Os documentos mencionados no art. 4º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada "*Pública*" e em pastas e subpastas específicas com a identificação do(a) respectivo(a) fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º Fica garantido ao(à) fiscal amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao contrato sob sua fiscalização.

Art. 6º Determino ao Departamento de Recursos Humanos que notifique o(a) Servidor(a) ora nomeado(a) para que compareça perante o Departamento no prazo de 02 (dois) dias úteis contados da publicação da presente para ciência expressa da sua nomeação.

Art. 7° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Itarana/ES, 29 de janeiro de 2025.

_____
THYAGO CRISPIM
Diretor geral do SAAE
Portaria 0010/2025

CIÊNCIA DOS SERVIDORES DESIGNADOS.

Declaro-me ciente da nomeação e das funções que são inerentes em razão da função.

_____
Assinatura do(a) Fiscal

Protocolo 1481196

PORTARIA Nº 0026/2025
PORTARIA N° 0026/2025

NOMEIA FISCAL DE CONTRATO.

O Diretor do SAAE- do Município de Itarana, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições pelo art. 8º e parágrafo único da Lei 590 de 28 de junho de 1999.

CONSIDERANDO o disposto na Instrução Normativa SCL nº 06/2015 do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO a indicação de Servidor(a) no Termo de Referência, para atuar como fiscal do contrato bem como de seu substituto.

Resolve:

Art. 1º Fica nomeado(a) o(a) Servidor(a) **NATALLY FARDIN CAETANO DE SOUZA**, matrícula nº **04017**, cargo **ENGENHEIRA**, lotado(a) no SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto, como Fiscal do contrato abaixo discriminado e seu substituto a servidora **GABRIEL POSSIMOSER**, matricula **04002**, cargo **ARTIFICE ESPECIALIZADO.**

DADOS DA CONTRATAÇÃO

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO N° 009/2023
Contratada: FEHLBERG PEÇAS E SERVIÇOS MECANICOS PARA VEICULOS LTDA- EPP
Valor do aditivo: R$10.000,00 (dez mil reais)
Objeto: Prorrogar a contratação de prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, assistência técnica e aquisição de peças e acessórios preferencialmente genuínos ou originais do veículo VOLKSWAGEM KOMBI 2012/12 placa ODG4704 do SAAE - Serviço Autônomo de Água e esgoto.
Vigência: 22/05/2024 à 21/05/2025

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO N° 010/2023
Contratada: ITARANA DIESEL COMERCIO E PEÇAS EIRELI
Valor do aditivo: R$14.000,00 (Quatorze mil reais)
Objeto: Prorrogar a contratação de prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, assistência técnica e aquisição de peças e acessórios preferencialmente genuínos ou originais do veículo TOYOTA BANDEIRANTES 200/00 placa MRF 5499 e CAMINHÃO VOLKS 140190 2022/22 placa SFP4D44 do SAAE - Serviço Autônomo de Água e esgoto.
Vigência: 22/05/2024 à 21/05/2025

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO N° 0011/2023
Contratada: F E G MOTO PEÇAS LTDA
Valor do aditivo: R$3.000,00 (TRES MIL REAIS)
Objeto: Prorrogar a contratação de prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, assistência técnica e aquisição de peças e acessórios preferencialmente genuínos ou originais da moto HONDA CG 150 TITAN MIX ES 2009/2009 placa MSS0972 do SAAE - Serviço Autônomo de Água e esgoto.
Vigência: 22/05/2024 à 21/05/2025

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO N° 0012/2023
Contratada: MECANICA FLEGLER LTDA
Valor: R$8.000,00 (oito mil reais)
Objeto: Prorrogar a contratação de prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, assistência técnica e aquisição de peças e acessórios preferencialmente genuínos ou originais do veículo FORD FIESTA 2011/12 placa MSR2611 do SAAE - Serviço Autônomo de Água e esgoto.
Vigência: 22/05/2024 à 21/05/2025

Art. 2º Ao (À) fiscal nomeado(a) ficam garantidas, pela administração, as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e na Instrução Normativa SCL nº 06/2015, sem prejuízo de outros atos normativos pertinentes. Caberá, ainda, ao(à) fiscal no que for compatível com o contrato em execução:

I - Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;
II - Propor a celebração de aditivo ou rescisão, quando necessário;
III - Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade;
IV - Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, em ordem cronológica, cuidando para que o valor do contrato não seja ultrapassado;
V - Comunicar formalmente à unidade competente, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
VI - Solicitar, à unidade competente, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;
VII - Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada;
VIII - Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;
IX - Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
X - Confrontar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;
XI - Receber e atestar Notas Fiscais e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;

XII - Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual.

Art. 3º O Setor de Compras/CPL disponibilizará ao(à) fiscal, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no art. 32 da IN SCL Nº 006/2015, cópia do contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas.
Parágrafo único. O(A) Fiscal poderá requerer, além da documentação referida no art. 3º, outros documentos que entender como necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º Os documentos mencionados no art. 4º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada "*Pública*" e em pastas e subpastas específicas com a identificação do(a) respectivo(a) fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º Fica garantido ao(à) fiscal amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao contrato sob sua fiscalização.

Art. 6º Determino ao Departamento de Recursos Humanos que notifique o(a) Servidor(a) ora nomeado(a) para que compareça perante o Departamento no prazo de 02 (dois) dias úteis contados da publicação da presente para ciência expressa da sua nomeação.

Art. 7° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Itarana/ES, 29 de janeiro de 2025.

_____
THYAGO CRISPIM
Diretor geral do SAAE
Portaria 0010/2025

CIÊNCIA DOS SERVIDORES DESIGNADOS.

Declaro-me ciente da nomeação e das funções que são inerentes em razão da função.

_____
Assinatura do(a) Fiscal

Protocolo 1481403

Errata

ERRATA AO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2023

ERRATA AO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2023

No segundo aditivo ao contrato nº004/2023 publicada no DIO/ES - do dia 27/01/2025.

Onde se lê:

ESPÉCIE: PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2023
PROCESSO Nº.: 000303/2023 - TOMADA DE PREÇOS Nº 000245/2022

LEIA-SE:

ESPÉCIE: SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2023
PROCESSO Nº.: 00008/2025 - TOMADA DE PREÇOS Nº 000245/2022

Itarana-ES, 29 de janeiro de 2025.

_____

THYAGO CRISPIM
Diretor geral do SAAE
Portaria 010/2025

Protocolo 1481140

ERRATA A PORTARIA Nº 0024/2025

ERRATA A PORTARIA Nº 0024/2025

Na Portaria nº0024/2025, publicada no DIO/ES - do dia 29/01/2025.

Onde se lê:

DADOS DA CONTRATAÇÃO
CONTRATO: 004/2023
PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2023.

LEIA-SE:

DADOS DA CONTRATAÇÃO
CONTRATO: 004/2023
SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2023.

Itarana-ES, 29 de janeiro de 2025.

_____

THYAGO CRISPIM
Diretor geral do SAAE
Portaria 010/2025

Protocolo 1481147

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de João Neiva

Convocação

AVISO DE PESQUISA DE PREÇOS

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de João Neiva/ES, **CONVOCA** todos os interessados no respectivo ramo de atividade para apresentarem, **até o dia 31/01/2025**, orçamento para: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DO SITE INSTITUCIONAL DO SAAE SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE JOÃO NEIVA/ES, ENGLOBANDO A LICENÇA DE USO DE SOFTWARE E LICENÇA DE USO DE SITE, HOSPEDAGEM E USO DE E-MAILS**, conforme

Processo Administrativo nº 034 de 16/01/2025. O Termo de Referência e especificações do objeto poderão ser solicitados através do e-mail compras@saaejn.com.br. Tel.: (27) 9.9905-8740 (Sherlen).

João Neiva/ES, 24 de janeiro de 2025.
EMERSON BRANDÃO ALMEIDA
DIRETOR SAAE/JN
Decreto Municipal nº 9.550/2024.
Protocolo 1478602

AVISO DE PESQUISA DE PREÇOS

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de João Neiva/ES, **CONVOCA** todos os interessados no respectivo ramo de atividade para apresentarem, **até o dia 06/02/2025**, orçamento para: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE**, conforme Processo Administrativo nº 863 de 29/11/24. O Termo de Referência e especificações do objeto poderão ser solicitados através do e-mail compras@saaejn.com.br. Tel.: (27) 9.9905-8740 (Sherlen).

João Neiva/ES, 28 de janeiro de 2025.

EMERSON BRANDÃO ALMEIDA
DIRETOR SAAE/JN
Decreto Municipal nº 9.550/2024.
Protocolo 1480199

AVISO DE PESQUISA DE PREÇOS

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de João Neiva/ES, **CONVOCA** todos os interessados no respectivo ramo de atividade para apresentarem, **até o dia 06/02/2025**, orçamento para: **CONTRATAÇÃO DE AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS**, conforme Processo Administrativo nº 924 de 20/12/24. O Termo de Referência e especificações do objeto poderão ser solicitados através do e-mail compras@saaejn.com.br. Tel.: (27) 9.9905-8740 (Sherlen).

João Neiva/ES, 28 de janeiro de 2025.

EMERSON BRANDÃO ALMEIDA
DIRETOR SAAE/JN
Decreto Municipal nº 9.550/2024.
Protocolo 1480206

AVISO DE PESQUISA DE PREÇOS

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de João Neiva/ES, **CONVOCA** todos os interessados no respectivo ramo de atividade para apresentarem, **até o dia 31/01/2025**, orçamento para: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS**, conforme Processo Administrativo nº 058 de 23/01/25. O Termo de Referência e especificações do objeto poderão ser solicitados através do e-mail compras@saaejn.com.br. Tel.: (27) 9.9905-8740 (Sherlen).

João Neiva/ES, 28 de janeiro de 2025.

EMERSON BRANDÃO ALMEIDA
DIRETOR SAAE/JN
Decreto Municipal nº 9.550/2024.
Protocolo 1480210

Contrato

RESUMO DE CONTRATO N° 005/2025
CONTRATANTE: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de João Neiva/ES CNPJ: 31.776.248/0001-72. CONTRATADA: **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESPÍRITO SANTO** CNPJ 14.934.498/0001-74. OBJETO: o desenvolvimento das seguintes atividades em nível de planejamento, com a transferência parcial dos seguintes serviços: 1) Realização de licitações compartilhadas, dentro das áreas de atuação do Consórcio, dos quais decorram dois ou mais interessados entre os municípios consorciados ou suas autarquias; 2) Aquisição e administração de bens para o uso da autarquia, de forma compartilhada com ou entre as demais autarquias integrantes dos municípios consorciados; 3) Capacitação técnica do pessoal da autarquia nas diversas áreas de atuação desta, conforme demanda; 4) Formalização de intercâmbio com entidades em nível regional, estadual e nacional, públicas e privadas, bem como participação em reuniões, cursos, seminários e eventos correlatos; 5) Promoção de gestões junto aos órgãos competentes visando a obtenção de recursos financeiros para futuras melhorias nos serviços de saneamento básico; 6) Apoio à gestão eficiente do saneamento básico nas autarquias. VALOR TOTAL: R$ 61,773,00 (Sessenta e um mil e Setecentos e Setenta e Três reais). VIGÊNCIA: a partir da data de sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2025. ID CIDADES: 2024.040E0100002.09.0005

João Neiva, 28 de janeiro de 2025.
EMERSON BRANDÃO ALMEIDA
Diretor Geral do SAAE
Decreto Municipal nº 9.550/2024
Protocolo 1481437

Serviço Colatinense de Meio Ambiente e Saneamento Ambiental - SANEAR

Portaria

PORTARIA SANEAR Nº 036, DE 29 DE JANEIRO DE 2025

Designa o servidor para fiscalização da Ata de Registro de Preços nº 001/2025.

O Diretor Geral do SANEAR - Serviço Colatinense de Saneamento Ambiental, no uso das atribuições, e em cumprimento ao que determina a SÚMULA Nº 001, do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo - Processo TC 5300/2016, baixa a seguinte Portaria:

Art. 1º Designa a servidora **Raiane Rodrigues Machado**, matrícula nº 600.165 cargo de **Técnica de Segurança do Trabalho**, para exercer o encargo de **Fiscal da Ata de Registro de Preço nº 001/2025**, cujo objeto é o futuro e eventual aquisição de eletrodomésticos, firmado pelo Serviço Colatinense de Saneamento Ambiental com a empresa **FORTLASER COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº51.275.639/0001-10.

Art. 2º Esta Portaria entra em

vigor na data de sua publicação.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Colatina, 29 de Janeiro de 2025
Gustavo de Castro Neves
Diretor Geral
Protocolo 1480982

PORTARIA SANEAR Nº 037, DE 29 DE JANEIRO DE 2025
Designa servidor para fiscalização do Contrato nº 005/2025.

O Diretor Geral do SANEAR - Serviço Colatinense de Saneamento Ambiental, no uso das atribuições, e em cumprimento ao que determina a SÚMULA Nº 001, do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo - Processo TC 5300/2016, baixa a seguinte Portaria:

Art. 1º Designa o servidor **Welder Hintz da Silva**, matrícula nº 600.179 cargo de **Engenheiro Civil**, para exercer o encargo de **Fiscal do Contrato nº 005/2025**, cujo objeto é o fornecimento de telhas tipo kalhetão 90, firmado pelo Serviço Colatinense de Saneamento Ambiental com a empresa **FORTLASER COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 51.275.639/0001-10.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Colatina, 29 de Janeiro de 2025
Gustavo de Castro Neves
Diretor Geral
Protocolo 1480983

PORTARIA SANEAR Nº 043, 29 DE JANEIRO DE 2025

Designa os servidores para fiscalização da Ata de Registro de Preços nº 002/2025

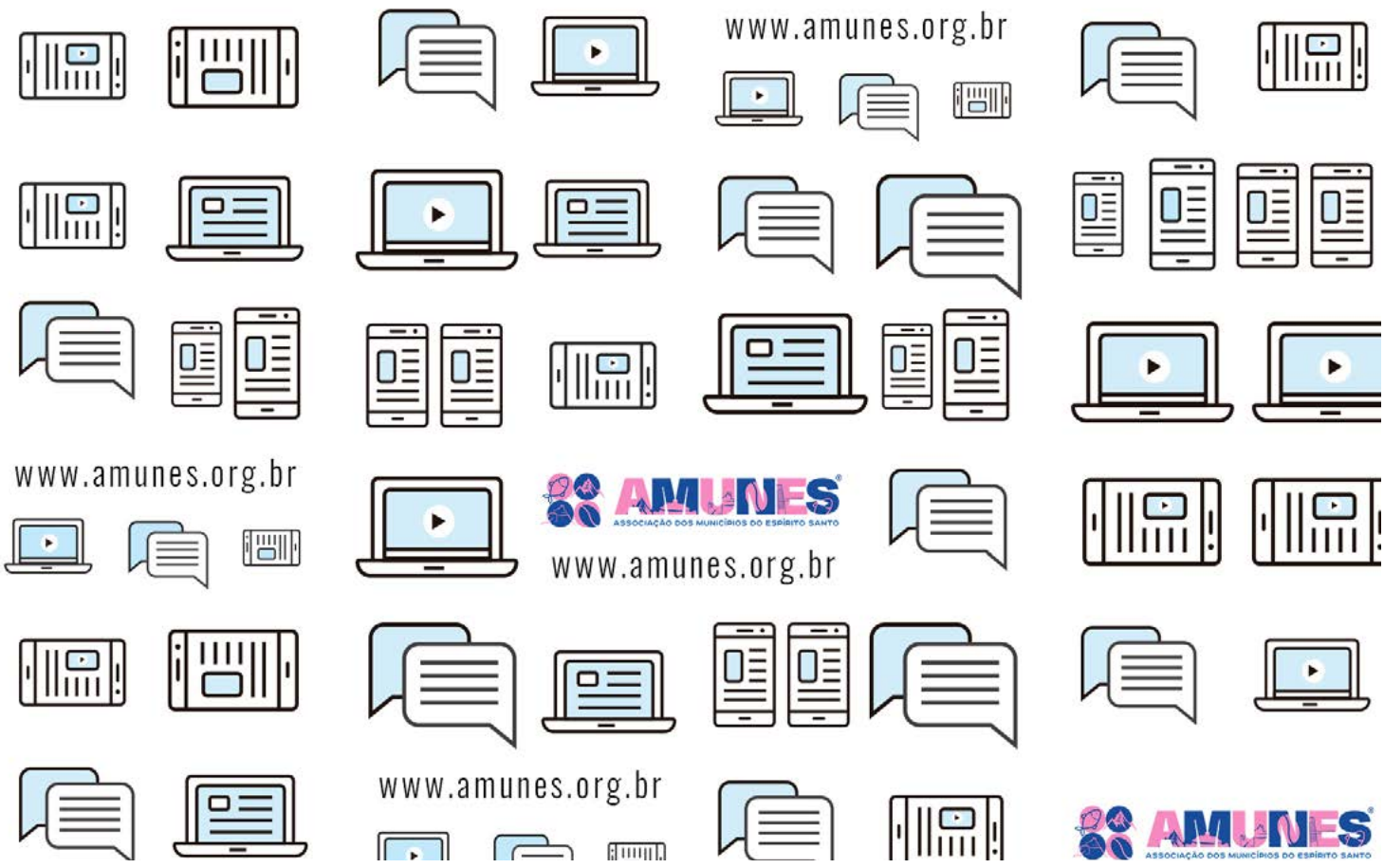
O Diretor Geral do SANEAR - Serviço Colatinense de Saneamento Ambiental, no uso das atribuições, e em cumprimento ao que determina a SÚMULA Nº 001, do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo - Processo TC 5300/2016, baixa a seguinte Portaria:

Art. 1º Designa os servidores **Odimar Ferraz Viana**, matrícula nº 500094, cargo de **Operador de ETA** e **Arthur Batista Ferreira**, matrícula nº 600209, cargo de **Engenheiro Químico**, para exercer o encargo de **Fiscais da Ata de Registro de Preços nº 001/2025**, cujo objeto é o fornecimento de cargas de oxigênio para solda, carga de acetileno dissolvido e eletrodo, firmado pelo Serviço Colatinense de Saneamento Ambiental com a empresa **JOSÉ MARTINS CORRÊA E IRMÃOS LTDA ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 27.145.721/0001-46.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Colatina, 29 de Janeiro de 2025

Gustavo de Castro Neves
Diretor Geral
Protocolo 1481429



Contrato

SERVIÇO COLATINENSE DE SANEAMENTO AMBIENTAL - SANEAR
CNPJ 06.698.248/0001-54
COLATINA-ES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 001/2025
EMPRESA: FORTLASER COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA
OBJETO: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURO E EVENTUAL FORNECIMENTO DE ELETRODOMÉSTICOS
VALOR: GLOBAL DE R$ 50.766,00 (CINQUENTA MIL, SETECENTOS E SESSENTA E SEIS REAIS).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DA DATA DE ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.
DATA: 27/01/2025
Nº DE IDENTIFICAÇÃO TCEES - 2024.019E0100002.02.0027

LOTE 01						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT. MÍNIMA	QUANT. MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	FOGÃO 4 BOCAS, CONTENDO: ESTRUTURA DE CHAPA DE AÇO, COM TAMPA DE VIDRO TEMPERADO E MESA INOX, 127 V OU BIVOLT, CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA A, ESMALTADO, ALIMENTAÇÃO E GÁS, PRESSÃO DO GÁS DE 2,8KPA, COM ACENDIMENTO AUTOMÁTICO TOTAL, ACIONAMENTO ELÉTRICO, FORNO AUTOLIMPANTE COM BOTÕES REMOVÍVEIS PARA SEREM LIMPOS SEPARADAMENTE, PRATELEIRA REGULÁVEL, VÁLVULA DE SEGURANÇA NO FORNO E PROTEÇÃO TÉRMICA TRASEIRA, FORNO COM ILUMINAÇÃO INTERNA E CAPACIDADE MÍNIMA DE 50L, TEMPERATURA MÍNIMA DE 160°C, COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO. REFERÊNCIA DE QUALIDADE: MARCA CONSUL OU ELETROLUX OU SEMELHANTES.	UN	1	5	R$ 900,00	R$ 4.500,00
2	FOGÃO INDUSTRIAL 2 BOCAS SEM FORNO COM PÉ, 2 BOCAS, CONFECCIONADO EM AÇO, COM REGISTRO DE BAIXA PRESSÃO, SEM FORNO, QUEIMADORES SIMPLES E DUPLO, GRADES INDIVIDUAIS, GRELHAS CONFECCIONADAS EM FERRO FUNDIDO DE NO MÍNIMO 30 X 30 CM.	UN	1	3	R$ 760,00	R$ 2.280,00
3	REFRIGERADOR/GELADEIRA FROST FREE 400LT - DUPLEX COM FREEZE CONTROL, COM CAPACIDADE TOTAL DE 400 LITROS, REFRIGERADOR COM 311LTS E FREERZER COM 89LTS, FORMATO VERTICAL, 02 PORTAS, PRATELEIRAS E CESTOS REMOVIVEIS COM ALTURA REGULAVEL, POSSUI PÉS REGULÁVEIS E COM RODÍZIOS. CLASSIFICAÇÃO ENERGETICA A, FREQUENCIA DE OPERAÇÃO DE 60 HZ, TENSÃO/VOLTAGEM - 110V/220V, COM SELO PROCEL DE EFICIENCIA ENERGETICA INMETRO, MANUAL DE INSTRUÇÕES EM IDIOMA PORTUGUES, GARANTIA MINIMA DE 01 (UM) ANO (REFERENCIA: BRASTEMP OU QUALQUER OUTRA MARCA SIMILAR, EQUIVALENTE OU DE MELHOR QUALIDADE)	UN	1	9	R$ 3.000,00	R$ 27.000,00

4	FORNO MICROONDAS DE NO MÍNIMO 32L - 900 A 1200W CAPACIDADE MÍNIMA DE 32L, PAINEL DE CONTROLE ELETRÔNICO, FÁCIL MANUSEIO, AUTO AQUECIMENTO, FUNÇÕES DESCONGELAMENTO AUTOMÁTICO, MULTIONDAS (COZIMENTO RÁPIDO E UNIFORME), NÍVEIS DE POTÊNCIA, PRATO GIRATÓRIO, PREPARO RÁPIDO, RELÓGIO, TECLA +30 SEGUNDOS	UN	1	13	R$ 710,00	R$ 9.230,00
5	TELEVISOR TIPO SMART TV, FULL HD, TAMANHO MINIMO DA TELA: 32 POLEGADAS, TIPO DE TELA: LED, VOLTAGEM BIVOLT, POTENCIA MINIMA DE AUDIO: 20W RMS, CONVERSOS DIGITRAL INTEGRADO, MINIMO 02 ENTRADAS USB, MINIMO 03 ENTRADAS HDMI, WIFI INTEGRADO, ITENS INCLUSOS: 01 BASE PARA TV, MANUAL DO USUÁRIO, CONTROLE REMOTO, 01 PAR DE PILHAS PARA O CONTROLE REMOTO, 04 ADAPTADORES DE SUPORTE DE PAREDE, GARANTIA MINIMA DE 01 (UM) ANO. (REFERENCIA MARCA PHILCO OU QUALQUER OUTRA MARCA SIMILAR, EQUIVALENTE OU DE MELHOR QUALIDADE)	UN	1	7	R$ 1.108,00	R$ 7.756,00

Protocolo 1481198

SERVIÇO COLATINENSE DE SANEAMENTO AMBIENTAL - SANEAR
CNPJ 06.698.248/0001-54
COLATINA-ES

RESUMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº: 005/2025
EMPRESA: FORTLASER COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA
OBJETO: FORNECIMENTO DE TELHA TIPO KALHETÃO 90
VALOR: GLOBAL DE R$ 15.639,90 (QUINZE MIL, SEISCENTOS E TRINTA E NOVE REAIS E NOVENTA CENTAVOS).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 MESES
DATA: 29/01/2025
Nº DE IDENTIFICAÇÃO TCEES - 2024.019E0100001.01.0026

Protocolo 1481200

SERVIÇO COLATINENSE DE SANEAMENTO AMBIENTAL - SANEAR
CNPJ 06.698.248/0001-54
COLATINA-ES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 002/2025
EMPRESA: JOSÉ MARTINS CORREA E IRMÃOS LTDA ME
OBJETO: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURO E EVENTUAL FORNECIMENTO DE CARGAS DE OXIGÊNIO PARA SOLDA, CARGA DE ACETILENO DISSOLVIDO E ELETRODO
VALOR: GLOBAL DE R$ 11.652,00 (ONZE MIL, SEISCENTOS E CINQUENTA E DOIS REAIS).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DA DATA DE ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.
DATA: 27/01/2025
Nº DE IDENTIFICAÇÃO TCEES - 2025.019E0100001.19.0001

LOTE 01							
ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE MÍNIMA	QUANTIDADE MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	CARGA DE OXIGÊNIO CARGA INDUSTRIAL PARA SOLDA 50L - 10M³	UNIDADE	GÁS AIR	2	18	R$ 140,00	R$ 2.520,00
2	ACETILENO PARA SOLDA CARGA DE ACETILENO DISSOLVIDO 2.1 55L - 9KG	UNIDADE	WHITE MARTINS	1	6	R$ 882,00	R$ 5.292,00
3	ELETRODO REVESTIDO 3,25MM AWS E6013	KG	BESTONE	12	120	R$ 32,00	R$ 3.840,00
						TOTAL	R$ 11.652,00

Protocolo 1481427

Aditivo

TERMO ADITIVO CONTRATUAL

ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO.
CONTRATO: 001/2023
EMPRESA: MECÂNICA KENEDDY LTDA
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS PESADOS.
ALTERAÇÃO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO POR MAIS 12 (DOZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DE 01/02/2025; VALOR GLOBAL DO CONTRATO DE R$ 1.125.670,29 (HUM MILHÃO, CENTO E VINTE E CINCO MIL, SEISCENTOS E SETENTA REAIS E VINTE E NOVE CENTAVOS).
DATA: 27/01/2025

Protocolo 1481673

Consórcio Público da Região Noroeste do Espírito Santo - CIM Noroeste -

Portaria

PORTARIA CIM NOROESTE Nº 09-P, DE 29 DE JANEIRO DE 2025.

Torna sem efeito a PORTARIA CIM NOROESTE Nº 07 - P, DE 28 DE JANEIRO DE 2025 e dá outras providências.

O Presidente do Consórcio Público da Região Noroeste - CIM NOROESTE, no uso de suas atribuições, com poderes que lhe confere o Contrato de Consórcio Público e o Estatuto,

RESOLVE:

Art. 1º - Tornar sem efeito a *PORTARIA CIM NOROESTE Nº 07 - P, DE 28 DE JANEIRO DE 2025*, a qual exonera **Arilson Araújo Schumacher** do emprego público de confiança de Assessor de projetos da Área de Turismo e Desenvolvimento Sustentável do Consórcio Público da Região Noroeste - CIM NOROESTE.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Águia Branca/ES, 29 de janeiro de 2025.

Augusto Astori Ferreira
Presidente do CIM NOROESTE

Protocolo 1481029

PORTARIA CIM NOROESTE Nº 10-P, DE 29 DE JANEIRO DE 2025.

Torna sem efeito a PORTARIA CIM NOROESTE Nº 08 - P, DE 28 DE JANEIRO DE 2025 e dá outras providências.

O Presidente do Consórcio Público da Região Noroeste - CIM NOROESTE, no uso de suas atribuições, com poderes que lhe confere o Contrato de Consórcio Público e o Estatuto,

RESOLVE:

Art. 1º - Tornar sem efeito a PORTARIA CIM NOROESTE Nº 08 - P, DE 28 DE JANEIRO DE 2025, a qual exonera **Ester Miriam Gonçalves** do emprego público de confiança de Chefe da Área de Fiscalização Ambiental da Câmara Setorial de Meio Ambiente e Agricultura do Consórcio Público da Região Noroeste - CIM NOROESTE.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Águia Branca/ES, 29 de janeiro de 2025.

Augusto Astori Ferreira
Presidente do CIM NOROESTE

Protocolo 1481031

Contrato

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 003/2025
PROC. ADMINISTRATIVO Nº 154/2025
DISPENSA Nº 005/2025

CONTRATANTE: CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO NOROESTE - CIM NOROESTE.
CONTRATADA: RESTAURANTE E LANCHONETE MUNIZ LTDA.
CNPJ: 31.816.929/0001-17.

DO OBJETO:
1.1 O objeto do presente contrato é o Serviço de **COFFEE BREAK** para atender as demandas, como eventos, reuniões e assembleias gerais do Consórcio Público da Região Noroeste do Espírito Santo, CIM NOROESTE/ES, conforme especificações constantes do Termo de Referência da dispensa nº 005/2025 CIM NOROESTE.

Valor do Contrato: R$ 20.400,00 (vinte mil e quatrocentos reais) na vigência de 12 (doze), conforme menor proposta da Dispensa nº 005/2025, pelo período de 12 (doze) meses, conforme menor proposta da Dispensa nº 005/2025 do CIM NOROESTE/ES.

Vigência: O contrato terá vigência inicial de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura.

AUGUSTO ASTORI FERREIRA
Presidente do CIM NOROESTE

Protocolo 1481384

Consórcio Público da Região Polinorte do Espírito Santo - CIM Polinorte -

Edital

AVISO DE EDITAL
Pregão Eletrônico nº 001/2025
Proc. 755/2024
ID: 2025.501C2600003.02.0001

OBJ: Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada em instalação, desinstalação, manutenção preventiva e corretiva de ar condicionados e cortina de ar com o fornecimento de peças. A licitação será dia 14/02/2025, às 09:00H e se realizará no portal: www.bll.org.br, site: http://www.cimpolinorte.es.gov.br/

Ibiraçu/ES, 29 de janeiro 2025.

Josiane Dias Rosário
Pregoeira
CIM Polinorte

Protocolo 1481944

AVISO DE EDITAL
Pregão Eletrônico nº 002/2025
Proc. 133/2025
ID: 2025.501C2600003.02.0002
OBJ: Registro de preço para R.P. para aquisição de medicamentos controlados (entorpecentes). A licitação será dia 12/02/2025, às 09:00H e se realizará no portal: www.bll.org.br, site: http://www.cimpolinorte.es.gov.br/

Ibiraçu/ES, 29 de janeiro 2025.

Josiane Dias Rosário
Pregoeira
CIM Polinorte

Protocolo 1481954

AVISO DE EDITAL
Pregão Eletrônico nº 004/2025
Proc. 684/2024

ID: 2025.501C2600003.02.0004
OBJ: Registro de preço para aquisição de câmaras de ar e pneus para veículos leves. A licitação será dia 13/02/2025, às 09:00H e se realizará no portal: www.bll.org.br, site: http://www.cimpolinorte.es.gov.br/

Ibiraçu/ES, 29 de janeiro 2025.

Josiane Dias Rosário
Pregoeira
CIM Polinorte

Protocolo 1481985

Convocação

AVISO DE PESQUISA DE PREÇO

O Consórcio Público da Região Polinorte - CIM Polinorte do Estado do Espírito Santo, através do Setor de Compras Compartilhadas, **CONVOCA** todos os interessados no respectivo ramo de atividade para que apresentem, até o dia **31 DE JANEIRO DE 2025**, **PROPOSTA DE PREÇO**, referente a **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, DE QUAISQUER COMPANHIA AÉREA, NOS TRECHOS E HORÁRIOS A SEREM ESTABELECIDOS, COMPREENDENDO A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COTAÇÃO, RESERVA, EMISSÃO, MARCAÇÃO/REMARCAÇÃO DE PASSAGENS, MARCAÇÃO DE ASSENTO, COMPRA DE DESPACHO DE BAGAGEM E ENTREGA DOS BILHETES ELETRÔNICOS, NA MODALIDADE DE DESCONTO FIXO (TAXA DE TRANSAÇÃO NEGATIVA), A FIM DE ATENDER OS MEMBROS E SERVIDORES DO CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE - CIM POLINORTE, ASSIM COMO SERVIDORES E AGENTES POLÍTICOS DOS ENTES CONSORCIADOS**
CASO A QUANTIDADE PRETENDIDA DE ORÇAMENTO SEJA ALCANÇADA ANTES DO PRAZO ESTIPULADO, O PROCESSO SERÁ ENCERRADO PARA COTAÇÃO.
A empresa interessada deverá solicitar o Termo de Referência no e-mail: cotacaocimpolinorte@gmail.com / cotacao@cimpolinorte.es.gov.br.

Ibiraçu/ES, 28 de janeiro de 2025.

DOUGLAS EMENEKWUM
Supervisor Administrativo do Compras Compartilhadas

Protocolo 1480737

Consórcio Público da Região Sudoeste Serrana - CIM Pedra Azul

Decisão

NOTIFICAÇÃO

Afonso Cláudio/ES, 29 de janeiro de 2025

À MÔNACO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ Nº 29.010.039/0001-71
Aos cuidados do Representante Legal, Sr. Rafael Figueiredo Palmeira
End.: Rua São Jorge, nº 144, Bairro Boa Vista II, Serra/ES - CEP. 29.161-025

O **Consórcio Público da Região Sudoeste Serrana - CIM PEDRA AZUL**, neste ato representado pela Diretora Executiva, Sr. Marfiza Machado de Novaes, vem **NOTIFICAR** a empresa **Mônaco Distribuidora de Medicamentos Ltda**, já qualificada na Ata de Registro de Preços Nº 047/2024, da rescisão do respectivo instrumento e aplicação das penalidades: **Multa compensatória por perdas e danos** no montante de 5% (cinco por cento) sob o saldo das Ordem de Fornecimento não executadas (OF 541/2024 Município de Laranja da Terra - saldo R$ 19.238,02 e OF 544/2024 Município de Viana e saldo R$ 17.554,35), e Suspensão **Temporária de Participação em Licitação e Impedimento de Contratar com o CIM PEDRA AZUL**, pelo prazo de 02 (dois), conforme decisão fundamentada da Autoridade Competente, nos autos do Proc. Administrativo nº 09/2025, desde já, com vistas franqueada ao interessado.

Assim, fica a empresa notificada para, querendo, apresentar RECURSO, conforme previsão do art. 109, inc. I, letras "e" e "f" da Lei nº 8.666/93 c/c item 13 da ARP nº 047/2024, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento

desta notificação, dirigido a autoridade máxima do órgão, Sr. Luciano Roncetti Pimenta, à Av. Marechal Deodoro, nº 132, 1º andar, Centro, Afonso Cláudio/ES, CEP. 29.600-000 - Tel. (27) 99923-4554 - e-mail compras@cimpedraazul.com.br.

Atenciosamente,
Marfiza Machado de Novaes
Diretora Executiva - CIM PEDRA AZUL
Protocolo 1481581

Termos

RESUMO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE Nº 06/**2025 ORIUNDO DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2025 - CIM PEDRA AZUL.**
Contratante: Consórcio Público da Região Sudoeste Serrana - CIM PEDRA AZUL, **CNPJ** N° 02.760.004/0001-01
Contratada: MUTUMMED LTDA, CNPJ 56.078.584/0001-72
Objeto: O objeto do presente Termo de Credenciamento é a prestação de serviços de saúde constantes do Anexo I do Edital de chamamento Público n°01/2025.
Vigência: 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.
Data de Assinatura: 28 de janeiro de 2025.
Luciano Roncetti Pimenta
Presidente do Consórcio Público da Região Sudoeste Serrana - CIM PEDRA AZUL
Contratante

MutumMed LTDA
Maria Karollyna Martins de Freitas
Contratada
Protocolo 1481381

Aditivo

1° TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE Nº149/2024.

Credenciando: CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO SUDOESTE SERRANA - CIM PEDRA AZUL - CNPJ nº 02.760.004/0001-01.
Credenciada: ALLIANCE ODONTOLOGIA LTDA - CNPJ nº 01.182.597/0001-03.
Do Objeto: A partir de 29/01/2025, fica acordado pelas partes a alteração do Anexo Único do Termo de Credenciamento em epígrafe, para a inclusão de novos serviços de saúde, conforme descritos no anexo único deste instrumento.
Da Ratificação: Ficam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.
Afonso Cláudio/ES, 29 de janeiro de 2025.

Luciano Roncetti Pimenta
Presidente do CIM Pedra Azul

Irinete Rodrigues da Silva
Alliance Odontologia LTDA
Protocolo 1481324

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 02/2022.

Contratante: Consórcio Público da Região Sudoeste Serrana - CIM PEDRA AZUL, CNPJ Nº 02.760.004/0001-01.
Contratada: Omini Estética e Medicina Integrativa LTDA, CNPJ Nº 31.366.963/0001-37
Objeto: 1.1 - Prorrogação do prazo de vigência do contrato em epígrafe pelo período de 12 (doze) meses, ou seja, de 27 de janeiro de 2025. a 27 de janeiro de 2026
1.2 - Os valores dos serviços e procedimentos a serem executados, conforme foi estabelecido na Cláusula Terceira do instrumento contratual, serão pagos de acordo com a Tabela de Valores de Serviços e Procedimentos de Saúde do CIM Pedra Azul - TVSPS, vigente.
Ratificação: Ficam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

Afonso Cláudio/ES, 29 de janeiro de 2025

Luciano Roncetti Pimenta - Presidente
Consórcio Público da Região Sudoeste Serrana - CIM PEDRA AZUL
Contratante

Douglas Vieira da Cunha
Omini Estética e Medicina Integrativa LTDA
Contratada
Protocolo 1481387

Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Guandu - Cim Guandu

Resolução

RESOLUÇÃO Nº006/2025
AUTORIZA O REAJUSTE, A TÍTULO DE REPOSIÇÃO SALARIAL, DOS VALORES DOS CARGOS PREVISTOS PELO ANEXO II, DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO GUANDU (CIM GUANDU) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Guandu (CIM GUANDU), com poderes que lhe confere a Cláusula Décima Segunda, § 1º, inciso VI do Contrato de Consórcio Público.

Considerando a deliberação e decisão da 3ª Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 28 de novembro de 2024.

R E S O L V E :

Art. 1º - Ficam reajustados, a título de reposição salarial, os valores constantes do Anexo II do Contrato de Consórcio Público (Anexo I parte integrante desta Resolução) no percentual de 4,83% (quatro vírgula oitenta e três por cento).

Art. 2º - A reposição salarial do artigo anterior refere-se ao ano de 2024.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Resolução correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos jurídicos e financeiros retroativos a 1º de janeiro de 2025.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Afonso Claudio - ES, 28 de janeiro de 2025.

_____
LASTÊNIO LUIZ CARDOSO
Presidente do CIM GUANDU
ANEXO I
QUADRO DE PESSOAL DO CIM GUANDU

Empregos Público	Vagas	Carga Horária Semanal	Tipo de EP	Padrão Remuneratório	Salário
Secretário Executivo	01	40h	Cargo de Confiança (CC, Art. 499 da CLT)	CC-A	R$ 7.682,26
Gerente de Meio Ambiente	01	40h	Cargo de Confiança (CC, Art. 499 da CLT)	CC-B	R$ 6.401,87
Gerente de Administração e Planejamento	01	40h	Cargo de Confiança (CC, Art. 499 da CLT)	CC-B	R$ 6.401,87
Assessor de Fiscalização Ambiental	01	40h	Cargo de Confiança (CC, Art. 499 da CLT)	CC-B	R$ 6.401,87
Coordenador de Geoprocessamento e Controle Ambiental	01	40h	Cargo de Confiança (CC, Art. 499 da CLT)	CC-C	R$ 5.487,32
Coordenador de Recursos Naturais	01	40h	Cargo de Confiança (CC, Art. 499 da CLT)	CC-C	R$ 5.487,32
Coordenador de Recursos Humanos e Compras	01	40h	Cargo de Confiança (CC, Art. 499 da CLT)	CC-C	R$ 5.487,32
Agente Administrativo	02	40h	Cargo de Confiança (CC, Art. 499 da CLT)	CC-D	R$ 3.658,38
Agente de Processos	01	40h	Cargo de Confiança (CC, Art. 499 da CLT)	CC-D	R$ 3.658,38
Analista Ambiental I	03	40h	Empregado Público	EP-A	R$ 4.306,43
Analista Ambiental II	03	40h	Empregado Público	EP-B	R$ 2.583,85
Assistente Administrativo	03	40h	Empregado Público	EP-C	R$ 2.194,92
Auxiliar Administrativo	03	40h	Empregado Público	EP-D	1 salário mínimo vigente

Protocolo 1480826

RESOLUÇÃO Nº007/2025

AUTORIZA O REAJUSTE DO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO DOS EMPREGADOS PÚBLICOS DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO GUANDU (CIM GUANDU) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Guandu (CIM GUANDU), com poderes que lhe confere a Cláusula Décima Segunda, § 1º, inciso VI do Contrato de Consórcio Público.

Considerando a deliberação e decisão da 3ª Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 28 de novembro de 2024.

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica reajustado, o Auxílio alimentação dos empregados públicos do CIM GUANDU, no percentual de 4,83% (quatro vírgula oitenta e três por cento), passando a ser de R$ 314,49 (trezentos e quatorze reais e quarenta e nove centavos).

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução desta Resolução correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos jurídicos e financeiros retroativos a 1º de janeiro de 2025.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Afonso Claudio - ES, 28 de janeiro de 2025.

LASTÊNIO LUIZ CARDOSO
Presidente do CIM GUANDU
Protocolo 1480834

Consórcio Público PRODNORTE

Deliberação

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PARA ELEIÇÃO DA DIRETORIA BIÊNIO 2025/2026

COMITÊ ELEITORAL

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL PARA ELEIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA DO PRODNORTE. Aos vinte sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte cinco, às 10h, na sede do PRODNORTE, reuniu-se a Assembleia Geral para a eleição do Conselho de Administração do PRODNORTE, ausente o presidente do comitê eleitoral, Sr. André Sampaio, ex-prefeito de Montanha/ES, presente o Sr. Marcelo Oliveira Almeida, Secretário Executivo e membro do comitê eleitoral, Dr. Wanderson de Oliveira Lourenço, Advogado do consórcio. Presente, o prefeito Edilson Monteiro de Pinheiros, prefeito José Erivan Tavares de Moraes Conceição da Barra, prefeito Mário Sérgio Lubiana (Barrigueira) Nova Venécia, prefeita Claudio Rodrigues da Silva Boa Esperança, prefeito Marcos Azevedo Batista prefeito de São Mateus, prefeito Kleilson Martins Rezende Pedro Canário, prefeito João Trancoso Vila Pavão, prefeito Marcos Antônio Guerra Wandermurem Jaguaré, Adilson Gonçalves Ferreira (Dica) Mucurici, prefeito José Luiz Mendes Ecoporanga e Vice-prefeito de Montanha Ângelo Marcos Cardoso Boldrini. Na forma virtual, participou o prefeito Marcos Coutinho Sant'aguida do Nascimento de Ponto Belo. A assembleia deu-se de forma híbrida (presencial e virtual) via link https://meet.google.com/kpp-dgwk-nte. Com ausência do presidente do Comitê eleitoral, os prefeitos presentes elegeram o prefeito de Pinheiros Edilson Monteiro, para presidir Assembleia Geral e conduzir o processo eleitoral para o Biênio 2025/2026. Iniciando os trabalhos o presidente solicitou ao secretário Marcelo Almeida que fizesse a verificação de quórum. Foi constatada a participação de 11 (onze) prefeitos, representantes consorciados. O presidente declarou aberta a assembleia. Após as apresentações dos presentes, iniciou-se a discursão eleitoral, onde foi franqueada a palavra ao representante da chapa 1 (única) por dez minutos. O prefeito Marcos Antônio Guerra Wandermurem defendeu a união do CONSÓRCIO PRODNORTE, assim como pediu apoio, autorização e empenho aos presentes nas demandas do Biênio 2025/2026. Foi franqueada a palavra aos demais representantes da chapa por dez minutos, onde Secretário Geral: Mário Sérgio Lubiana (Barrigueira) trouxe a preocupação com adesões as atas de licitação, onde preza uma adesão mais apurada com estudos da real necessidade, foi explanado ainda abertura da rodovia de Nova Venécia a Linhares, falando da viabilidade e diminuição de tempo no percurso até capital, o Vice-presidente Marcos Azevedo Batista agradeceu ao Prefeito Marcos Guerra pelo convite para compor a chapa. Edilson Monteiro registrou ausência do Deputado Estadual Antônio Carlos Machado, o qual explanou que o atual Deputado está à disposição deste Consórcio na Assembleia Legislativa, assim como explanou sobre a importância das adesões de atas respeitarem a sua vantajosidade. O prefeito de Conceição da Barra explanou também sua preocupação com a adesão a atas dos Consórcios Públicos. O prefeito Dica, apresentou-se a todos, explanou sobre importância do Consórcio assim como união dos associados. Os Prefeitos Mario Sérgio Lubiano, Kleílson e Erivan Tavares questionaram o uso do cartão cooperativo para abastecimentos de veículos e compras de peças em seus respectivos municípios, questionando as taxas administrativas e valores que não equivalem aos preços mercado e "de bomba". O prefeito Mario Sergio Lubiano solicitou ao Prodnorte que convide a empresa responsável a participar de uma reunião conjunta para deliberação dessa situação. O Prefeito Mario Sergio, solicitou ainda o envio de ofício ao IML (Instituto Médico Legal) para tratativa de ponto no extremo norte do Estado, para diminuir o tempo de atendimento do instituto aos municípios da região. O presidente do Comitê Eleitoral então deu início à votação da chapa 1 (única), nesta ordem os Prefeitos de: Boa Esperança, Votou na Chapa 1; Nova Venécia, Chapa 1, Vila Pavão, chapa 1; Pinheiros, Chapa 1; Ecoporanga, Chapa 1; Ponto Belo, chapa 1; Mucurici, Chapa 1; Jaguaré, Chapa 1; Conceição da Barra, Chapa 1, Pedro Canário Chapa 1, São Mateus Chapa 1;. **Sendo escolhida a CHAPA 1 (Única) vencedora por unanimidade 11 (onze) votos**. O presidente do Comitê Eleitoral, **declarou eleita a CHAPA 1 (única)**. Franqueou a

palavra aos candidatos que agradeceram os votos obtidos, comitantemente, aproveitando ensejo, foi apresentado 5 (cinco) nomes de servidores efetivos da área contábil, indicado pelos prefeitos presentes e (audiovisual), escolhidos para compor os membros do Conselho Fiscal, são eles: João Paulo da Silva Faria, de *Ecoporanga*, Karine da Silva Costa, de *Boa Esperança*, Maxsuel Novais Oliveira, de *Pinheiros*, Adalto Ezídio, de *Nova Venécia*, Jedeias José dos Santos Júnior, de *Pedro Canário*, sendo aprovado por unanimidade e sendo empossados a prestarem compromisso de exercer com probidade e cumprir fielmente todos os deveres que lhe forem atribuídos, assumindo, a partir desta data, todos os encargos do mandato de que se investem. Em ato contínuo, foram apresentados os servidores do Consórcio Prodnorte, que prestam os serviços: **SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL**, **SERVIÇO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL**, **TURISMO**, **ADMINISTRATIVO E JURIDICO**. O Presidente Eleito Marcos Antônio Guerra Wandermurem, convocou para dia 3 (três) de fevereiro às 09 horas a posse dos eleitos na Sede do PRODNORTE, conforme art. 41 do Estatuto. Ordenou a lavratura desta ata, bem como a sua publicação no diário oficial dos municípios da DIOS https://ioes.dio.es.gov.br/dom e no site https://www.prodnorte.es.gov.br/ . Nada mais havendo a tratar, o presidente do comitê eleitoral, juntamente com Presidente Eleito do Prodnorte, encerrou a assembleia e eu Marcelo Oliveira Almeida, secretário ad hoc, redigi esta ata que vai por mim assinada, pelos presidentes (comitê e consórcio) e pelo advogado do PRODNORTE, segue anexo lista de presença.

Marcos Antônio Guerra Wandermurem
Presidente Eleito Prodnorte

Wanderson Oliveira Lourenço
Advogado

Edilson Morais Monteiro
Presidente Comitê Eleitoral

Marcelo Oliveira Almeida
Membro

Protocolo 1481206

Termos

TERMO DE POSSE
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Aos vinte e sete dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e cinco, às 10 horas, de forma presencial **hibrida (videoconferência)** nos termos do artigo 31 §9º do Estatuto, se reuniram em Assembleia Geral Extraordinária os prefeitos associados que elegeram os membros do Conselho de Administração do Consórcio Público Prodnorte para o Biênio de 2025/2026, composto pelos seguintes nomes: **Presidente**: Marcos Antônio Guerra Wandermurem, **Vice-Presidente**: Marcos Azevedo Batista, **Secretário Geral** Mário Sérgio Lubiana.

Tendo atendido às exigências legais de cada município e assumido o compromisso de bem desempenhar as suas funções e cumprir com os deveres na forma da legislação pertinente em vigor, bem como os princípios da legalidade, publicidade e eficiência sob as penas da Lei e, para todos os efeitos legais serão considerados em efetivo exercício, a partir de primeiro de fevereiro de dois mil e vinte cinco, com força do §3º do art.62 do Estatuto do Consórcio Prodnorte , sem mais, o presente termo vai descrito e assinado pelos seus membros que compõem o Conselho de Administração, para que produza seus efeitos legais, dispensado assinatura, visto que Assembleia Geral foi de forma videoconferência, conforme preconiza o artigo 31 §9º do estatuto.

Pinheiros - ES, 27 de janeiro de 2025.
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Cargo	Nome	Ass.
Presidente	Marcos Antônio Guerra Wandermurem	
Vice-Presiden-te	Marcos Azevedo Batista	
Secretário Geral	Mário Sérgio Lubiana.	

Protocolo 1481211

TERMO DE POSSE

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO PÚBLICO PRODNORTE, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e Art. 44, Inciso III e IV do Estatuto do Consórcio Prodnorte, dá posse aos membros do Conselho Fiscal, abaixo discriminados e firmados, indicados pelos entes consorciados de acordo ao Art. 57, § 1º para comporem o Conselho Fiscal do Consórcio Público Prodnorte CNPJ Nº 10.820775/0001-67, situado à rua Av. Agenor Luiz Heringer, 630, Centro, CEP - 29.980-000 Pinheiros, Estado do Espírito Santo, para o mandato que compreenderá o período de 01 de fevereiro de 2025 a 30 de janeiro de 2027.

Os empossados prestaram compromisso de exercer com probidade e cumprir fielmente todos os deveres que lhe forem atribuídos, assumindo, a partir desta data, todos os encargos do mandato de que se investem.

Servidor	CPF	Município
João Paulo da Silva Faria	xxx.246.797-xx	Ecoporanga
Karine da Silva Costa	xxx.040.117-xx	Boa Esperança
Maxsuel Novais Oliveira	xxx.815.577-xx	Pinheiros
Adalto Ezidio	xxx.433.737-xx	Nova Venécia
Jedeias José dos Santos Júnior	xxx.685.097-xx	Pedro Canário

Pinheiros, 27 de janeiro de 2025.

Marcos Antônio Guerra Wandermurem
Presidente Prodnorte

Protocolo 1481215

Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo - ARIES

Resolução

RESOLUÇÃO Nº 088, DE 17 DE JANEIRO DE 2025.

Dispõe sobre a concessão de revisão geral aos empregados públicos da Agência Intermunicipal

de Saneamento Básico do Espírito Santo (ARIES).

O **DIRETOR GERAL DA ARIES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no Contrato de Consórcio Público,

RESOLVE:
Art. 1º Nos termos da Cláusula Vigésima Segunda, parágrafo único do Contrato de Consórcio Público, fica concedida revisão geral anual aos empregados públicos da ARIES no montante de 15,42% (quinze inteiros e quarenta e dois centésimos por cento).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros a 1º de janeiro de 2025.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Vitória, 17 de janeiro de 2025.

ANDRÉ LUIZ TOSCANO DALMÁSIO
Diretor Geral

Protocolo 1481742

RESOLUÇÃO Nº 99, DE 29 DE JANEIRO DE 2025.

Dispõe sobre a atualização do valor do vale-alimentação aos empregados públicos da ARIES.

O PRESIDENTE DA ARIES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 1º, parágrafo único, da Resolução nº 013, de 2022,

RESOLVE:

Art. 1” Fica atualizado para R$ (colocar o valor) o valor mensal do vale-alimentação devido a todos os empregados públicos do ARIES no efetivo exercício de suas funções.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Vitória/ES, 29 de janeiro de 2025.

GEDSON BRANDÃO PAULINO
Presidente

Protocolo 1481751

Licitações

Prefeituras

Afonso Cláudio

Dispensa de Licitação

Dispensa de Licitação N° 002/2025
Processo Nº 846/2025
ID CIDADES:
2025.001E0500001.09.0002
Base Legal: art. 75, inciso XI, da Lei nº 14.133/2021.
Contratado: Consórcio Público da Região Sudoeste Serrana - CIM PEDRA AZUL, inscrito no CNPJ sob o nº 02.760.004/0001-01.
Objeto: Contrato de Programa entre o Município de Afonso Cláudio/ES e o Consórcio Público da Região Sudoeste Serrana - CIM PEDRA AZUL, para o exercício financeiro de 2025, cuja finalidade é a prestação dos serviços públicos de saúde de consultas, exames, procedimentos e consultas especializadas e de apoio para diagnóstico, constante da Tabela de Valores de Serviços e Procedimentos de Saúde - TVSPS, sendo o valor total de R$ 1.715.005,36 (um milhão, setecentos e quinze mil e cinco reais e trinta e seis centavos), divididos em 12 (doze) parcelas mensais, conforme solicitação nº 001/2025 da referida secretaria.
Dotação Orçamentária:
10 - Secretaria Municipal de Saúde 01 - Fundo Municipal de Saúde 1001.1030200502.134 - Manutenção das Atividades do Consórcio Público de Saúde - Cim Pedra Azul 33933900000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - Consórcio Público do qual o ente participe Ficha: 109 Fonte: 150000150000 - Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde / 160000009999 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS Provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção.
Afonso Cláudio, 29 de janeiro de 2025.
Márcia Elisa de Almeida
Gestora/Secretária do Fundo Minicipal de Saúde em Exercício
Luciano Roncetti Pimenta
Prefeito Municipal

Protocolo 1481546

Alegre

Ata Registro de Preço

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 000001/2025		
Data da Assinatura: 08 de janeiro de 2025	Vigência: 12 meses (08 de janeiro de 2026)	
Pregão Eletrônico (RP) nº 000026/2024 da Prefeitura Municipal de Alegre/ES		
Processo(s) nº:	006619/2024	
Cód. ID. CidadES/ TCE-ES:	2024.004E0500001.02.0005	
Cód. ID. Contratação PNCP:	13571334000167-1-000103/2024	
Data da Sessão:	12 de novembro de 2024, às 08:01min horas	
Objeto:	REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL	
Preço:	R$ 12.917,50 (doze mil novecentos e dezessete reais e cinquenta centavos)	
Beneficiária(s):	ABC FARMACEUTICO LTDA	
CNPJ:	52.967.925/0001-00	
Telefones de contato:	(27) +988 - 436718_ / licitacao@abcfarmaceutico.com.br	
Pregoeiro:	CRISTIANE CAMPOS VIEIRA	

Protocolo 1481300

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 000003/2025	
Data da Assinatura: 08 de janeiro de 2025	Vigência: 12 meses (08 de janeiro de 2026)
Pregão Eletrônico (RP) nº 000026/2024 da Prefeitura Municipal de Alegre/ES	
Processo(s) nº:	006619/2024
Cód. ID. CidadES/ TCE-ES:	2024.004E0500001.02.0005
Cód. ID. Contratação PNCP:	13571334000167-1-000103/2024
Data da Sessão:	12 de novembro de 2024, às 08:01min horas
Objeto:	REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL
Preço:	R$ 364,00 (trezentos e sessenta e quatro reais)
Beneficiária(s):	ATTACK MED LTDA
CNPJ:	48.271.204/0001-93
Telefones de contato:	(22) +992 - 096958_ / attack.meed@gmail.com
Pregoeiro:	CRISTIANE CAMPOS VIEIRA

Protocolo 1481309

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 000004/2025	
Data da Assinatura: 08 de janeiro de 2025	Vigência: 12 meses (08 de janeiro de 2026)
Pregão Eletrônico (RP) nº 000026/2024 da Prefeitura Municipal de Alegre/ES	
Processo(s) nº:	006619/2024
Cód. ID. CidadES/ TCE-ES:	2024.004E0500001.02.0005
Cód. ID. Contratação PNCP:	13571334000167-1-000103/2024
Data da Sessão:	12 de novembro de 2024, às 08:01min horas
Objeto:	REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL
Preço:	R$ 20.818,50 (vinte mil oitocentos e dezoito reais e cinquenta centavos)
Beneficiária(s):	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA
CNPJ:	67.729.178/0002-20
Telefones de contato:	(19) 3522 - 5800 / lilian.ribeiro@rioclarense.com.br
Pregoeiro:	CRISTIANE CAMPOS VIEIRA

Protocolo 1481310

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 000005/2025	
Data da Assinatura: 08 de janeiro de 2025	Vigência: 12 meses (08 de janeiro de 2026)
Pregão Eletrônico (RP) nº 000026/2024 da Prefeitura Municipal de Alegre/ES	
Processo(s) nº:	006619/2024
Cód. ID. CidadES/ TCE-ES:	2024.004E0500001.02.0005
Cód. ID. Contratação PNCP:	13571334000167-1-000103/2024
Data da Sessão:	12 de novembro de 2024, às 08:01min horas
Objeto:	REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL
Preço:	R$ 10.890,00 (dez mil oitocentos e noventa reais)
Beneficiária(s):	CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI
CNPJ:	12.418.191/0001-95
Telefones de contato:	(47) 3366 - 7867 / gerencia@conquistamedicamentos.com.br
Pregoeiro:	CRISTIANE CAMPOS VIEIRA

Protocolo 1481311

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 000006/2025	
Data da Assinatura: 08 de janeiro de 2025	Vigência: 12 meses (08 de janeiro de 2026)
Pregão Eletrônico (RP) nº 000026/2024 da Prefeitura Municipal de Alegre/ES	
Processo(s) nº:	006619/2024
Cód. ID. CidadES/ TCE-ES:	2024.004E0500001.02.0005
Cód. ID. Contratação PNCP:	13571334000167-1-000103/2024
Data da Sessão:	12 de novembro de 2024, às 08:01min horas
Objeto:	REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL
Preço:	R$ 290,00 (duzentos e noventa reais)
Beneficiária(s):	DISKMED PADUA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ:	04.216.957/0001-20
Telefones de contato:	(22) 3854 - 9004 / cintiapfister@diskmedpadua.com.br
Pregoeiro:	CRISTIANE CAMPOS VIEIRA

Protocolo 1481312

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 000007/2025	
Data da Assinatura: 09 de janeiro de 2025	Vigência: 12 meses (09 de janeiro de 2026)
Pregão Eletrônico (RP) nº 000026/2024 da Prefeitura Municipal de Alegre/ES	
Processo(s) nº:	006619/2024
Cód. ID. CidadES/ TCE-ES:	2024.004E0500001.02.0005
Cód. ID. Contratação PNCP:	13571334000167-1-000103/2024
Data da Sessão:	12 de novembro de 2024, às 08:01min horas
Objeto:	REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL
Preço:	R$ 1.094,20 (um mil noventa e quatro reais e vinte centavos)

Beneficiária(s):	DISTRIMIX DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ:	01.417.694/0001-20
Telefones de contato:	(33) 3321 - 7000 / distrimixltda@hotmail.com
Pregoeiro:	CRISTIANE CAMPOS VIEIRA

Protocolo 1481336

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 000008/2025	
Data da Assinatura: 09 de janeiro de 2025	Vigência: 12 meses (09 de janeiro de 2026)
Pregão Eletrônico (RP) nº 000026/2024 da Prefeitura Municipal de Alegre/ES	
Processo(s) nº:	006619/2024
Cód. ID. CidadES/ TCE-ES:	2024.004E0500001.02.0005
Cód. ID. Contratação PNCP:	13571334000167-1-000103/2024
Data da Sessão:	12 de novembro de 2024, às 08:01min horas
Objeto:	REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL
Preço:	R$ 151.003,20 (cento e cinquenta e um mil três reais e vinte centavos)
Beneficiária(s):	DROGAFONTE LTDA
CNPJ:	08.778.201/0001-26
Telefones de contato:	(81) 2102 - 1819 / jorge.queiroz@drogafonte.com.br
Pregoeiro:	CRISTIANE CAMPOS VIEIRA

Protocolo 1481341

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 000009/2025	
Data da Assinatura: 09 de janeiro de 2025	Vigência: 12 meses (09 de janeiro de 2026)
Pregão Eletrônico (RP) nº 000026/2024 da Prefeitura Municipal de Alegre/ES	
Processo(s) nº:	006619/2024
Cód. ID. CidadES/ TCE-ES:	2024.004E0500001.02.0005
Cód. ID. Contratação PNCP:	13571334000167-1-000103/2024
Data da Sessão:	12 de novembro de 2024, às 08:01min horas
Objeto:	REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL
Preço:	R$ 57.108,75 (cinquenta e sete mil cento e oito reais e setenta e cinco centavos)
Beneficiária(s):	FARMACIA PRECO JUSTO BJN LTDA
CNPJ:	44.731.194/0001-70
Telefones de contato:	(22) +999 - 040000_ / Precojustobjn@hotmail.com
Pregoeiro:	CRISTIANE CAMPOS VIEIRA

Protocolo 1481348

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 000010/2025	
Data da Assinatura: 09 de janeiro de 2025	Vigência: 12 meses (09 de janeiro de 2026)
Pregão Eletrônico (RP) nº 000026/2024 da Prefeitura Municipal de Alegre/ES	
Processo(s) nº:	006619/2024
Cód. ID. CidadES/ TCE-ES:	2024.004E0500001.02.0005
Cód. ID. Contratação PNCP:	13571334000167-1-000103/2024
Data da Sessão:	12 de novembro de 2024, às 08:01min horas
Objeto:	REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL
Preço:	R$ 38.070,00 (trinta e oito mil setenta reais)
Beneficiária(s):	HOSPIDROGAS COMERCIO DE PROD. HOSPITALARES LTDA
CNPJ:	35.997.345/0001-46
Telefones de contato:	(27) 3229 - 1000 / licitacaopp@hospidrogas-es.com.br
Pregoeiro:	CRISTIANE CAMPOS VIEIRA

Protocolo 1481352

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 000011/2025	
Data da Assinatura: 09 de janeiro de 2025	Vigência: 12 meses (09 de janeiro de 2026)
Pregão Eletrônico (RP) nº 000026/2024 da Prefeitura Municipal de Alegre/ES	
Processo(s) nº:	006619/2024
Cód. ID. CidadES/ TCE-ES:	2024.004E0500001.02.0005
Cód. ID. Contratação PNCP:	13571334000167-1-000103/2024
Data da Sessão:	12 de novembro de 2024, às 08:01min horas
Objeto:	REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL
Preço:	R$ 24.082,93 (vinte e quatro mil oitenta e dois reais e noventa e três centavos)
Beneficiária(s):	INOVAMED HOSPITALAR LTDA
CNPJ:	12.889.035/0002-93
Telefones de contato:	(54) 2106 - 7930 / roselaine.s@inovamedhospitalar.com
Pregoeiro:	CRISTIANE CAMPOS VIEIRA

Protocolo 1481357

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 000012/2025	
Data da Assinatura: 09 de janeiro de 2025	Vigência: 12 meses (09 de janeiro de 2026)
Pregão Eletrônico (RP) nº 000026/2024 da Prefeitura Municipal de Alegre/ES	
Processo(s) nº:	006619/2024
Cód. ID. CidadES/ TCE-ES:	2024.004E0500001.02.0005

Cód. ID. Contratação PNCP:	13571334000167-1-000103/2024
Data da Sessão:	12 de novembro de 2024, às 08:01min horas
Objeto:	REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL
Preço:	R$ 40,00 (quarenta reais)
Beneficiária(s):	JRG DISTRIBUIDORA DE MEDIC. HOSP. LTDA
CNPJ:	04.380.569/0001-80
Telefones de contato:	(27) 3324 - 1878 / jrgdist2gmail.com
Pregoeiro:	CRISTIANE CAMPOS VIEIRA

Protocolo 1481362

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 000013/2025	
Data da Assinatura: 10 de janeiro de 2025	Vigência: 12 meses (10 de janeiro de 2026)
Pregão Eletrônico (RP) nº 000026/2024 da Prefeitura Municipal de Alegre/ES	
Processo(s) nº:	006619/2024
Cód. ID. CidadES/ TCE-ES:	2024.004E0500001.02.0005
Cód. ID. Contratação PNCP:	13571334000167-1-000103/2024
Data da Sessão:	12 de novembro de 2024, às 08:01min horas
Objeto:	REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL
Preço:	R$ 12.763,93 (doze mil setecentos e sessenta e três reais e noventa e três centavos)
Beneficiária(s):	MCW PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA
CNPJ:	94.389.400/0001-84
Telefones de contato:	(51) 3740 - 1450 / contabil@mcwdistribuidora.com.br
Pregoeiro:	CRISTIANE CAMPOS VIEIRA

Protocolo 1481368

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 000014/2025	
Data da Assinatura: 10 de janeiro de 2025	Vigência: 12 meses (10 de janeiro de 2026)
Pregão Eletrônico (RP) nº 000026/2024 da Prefeitura Municipal de Alegre/ES	
Processo(s) nº:	006619/2024
Cód. ID. CidadES/ TCE-ES:	2024.004E0500001.02.0005
Cód. ID. Contratação PNCP:	13571334000167-1-000103/2024
Data da Sessão:	12 de novembro de 2024, às 08:01min horas
Objeto:	REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL
Preço:	R$ 4.250,00 (quatro mil duzentos e cinquenta reais)
Beneficiária(s):	MONACO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ:	29.010.039/0001-71
Telefones de contato:	(27) 9964 - 32211 / licitacoes3@monacoes.com.br
Pregoeiro:	CRISTIANE CAMPOS VIEIRA

Protocolo 1481372

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 000015/2025	
Data da Assinatura: 10 de janeiro de 2025	Vigência: 12 meses (10 de janeiro de 2026)
Pregão Eletrônico (RP) nº 000026/2024 da Prefeitura Municipal de Alegre/ES	
Processo(s) nº:	006619/2024
Cód. ID. CidadES/ TCE-ES:	2024.004E0500001.02.0005
Cód. ID. Contratação PNCP:	13571334000167-1-000103/2024
Data da Sessão:	12 de novembro de 2024, às 08:01min horas
Objeto:	REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL
Preço:	R$ 37.118,00 (trinta e sete mil cento e dezoito reais)
Beneficiária(s):	NSA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI
CNPJ:	34.729.047/0001-02
Telefones de contato:	(27) 3359 - 4714 / licitacao@nsamedicamentos.com.br
Pregoeiro:	CRISTIANE CAMPOS VIEIRA

Protocolo 1481374

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 000016/2025	
Data da Assinatura: 10 de janeiro de 2025	Vigência: 12 meses (10 de janeiro de 2026)
Pregão Eletrônico (RP) nº 000026/2024 da Prefeitura Municipal de Alegre/ES	
Processo(s) nº:	006619/2024
Cód. ID. CidadES/ TCE-ES:	2024.004E0500001.02.0005
Cód. ID. Contratação PNCP:	13571334000167-1-000103/2024
Data da Sessão:	12 de novembro de 2024, às 08:01min horas
Objeto:	REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL
Preço:	R$ 45.255,00 (quarenta e cinco mil duzentos e cinquenta e cinco reais)
Beneficiária(s):	TARGET MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ:	52.969.017/0001-55
Telefones de contato:	(00) 0000 - 0000 / targetmedicamentos@gmail.com
Pregoeiro:	CRISTIANE CAMPOS VIEIRA

Protocolo 1481375

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 000017/2025		
Data da Assinatura: 10 de janeiro de 2025	Vigência: 12 meses (10 de janeiro de 2026)	
Pregão Eletrônico (RP) nº 000026/2024 da Prefeitura Municipal de Alegre/ES		
Processo(s) nº:	006619/2024	
Cód. ID. CidadES/ TCE-ES:	2024.004E0500001.02.0005	
Cód. ID. Contratação PNCP:	13571334000167-1-000103/2024	
Data da Sessão:	12 de novembro de 2024, às 08:01min horas	
Objeto:	REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL	
Preço:	R$ 3.460,00 (três mil quatrocentos e sessenta reais)	
Beneficiária(s):	TIDIMAR COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA	
CNPJ:	25.296.849/0001-85	
Telefones de contato:	(32) 3215 - 3527 / contabilidade@tidimarhospitalar.com.br	
Pregoeiro:	CRISTIANE CAMPOS VIEIRA	

Protocolo 1481377

Alfredo Chaves

Aviso de Licitação

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ALFREDO CHAVES - ES.
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP RETIFICADO N.º 015/2024
PROC. ADM. Nº 009500/2024
ID TCE/ES: 2024.005E0500001.01.0001

O MUNICÍPIO DE ALFREDO CHAVES/ES através da Pregoeira, torna público a ABERTURA da licitação para modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 015/2024** - **PROCESSO ADMINISTRATIVO NO 009500/2024** que realizará licitação na modalidade Pregão, que tem como objetivo a contratação de empresa para registro de preços para futura e eventual aquisição de combustível gasolina aditivada e diesel S-10 da Secretaria Municipal de Saúde. INÍCIO DA PROPOSTA: ÀS 08:00 HORAS DO DIA 30 DE JANEIRO DE 2025. RECEBIMENTO DOS PEDIDOS DE IMPUGNAÇÃO ATÉ: ÀS 23:59 HORAS DO DIA 07 DE FEVEREIRO DE 2025. RECEBIMENTO DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS ATÉ: ÀS 23:59 HORAS DO DIA 07 DE FEVEREIRO DE 2025. LIMITE PARA RECIMENTO DA PROPOSTA: ÀS 08:00 HORAS DO DIA 12 DE FEVEREIRO DE 2025. **DATA E HORÁRIO DE ABERTURA DA SESSÃO: ÀS 09:00 HORAS DO DIA 12 DE FEVEREIRO DE 2025.** Edital através do site do Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br) ou pelo sitio eletrônico: www.alfredochaves.es.gov.br. E-mail: c.pregaoac@gmail.com. Informações no Setor de Licitações por meio do telefone (27) 3441-7071.
Alfredo Chaves/ES, 29 de janeiro de 2025.
WANUSA COSTA DASSIE
Agente de Contratação/Pregoeira

Protocolo 1481979

PREFEITURA MUNICIPAL DE
ALFREDO CHAVES - ES.
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP RETIFICADO N.º 016/2024
PROC. ADM. Nº 008168/2024
ID TCE/ES: 2024.005E0700001.01.0015

O MUNICÍPIO DE ALFREDO CHAVES/ES através da Pregoeira, torna público a ABERTURA da licitação para modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 016/2024** - **PROCESSO ADMINISTRATIVO NO 008168/2024** que realizará licitação na modalidade Pregão, que tem como objetivo a contratação de empresa para registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de combustível (gasolina aditivada, gasolina comum e óleo diesel s10) para atender aos veículos da frota municipal. INÍCIO DA PROPOSTA: ÀS 08:00 HORAS DO DIA 30 DE JANEIRO DE 2025. RECEBIMENTO DOS PEDIDOS DE IMPUGNAÇÃO ATÉ: ÀS 23:59 HORAS DO DIA 10 DE FEVEREIRO DE 2025. RECEBIMENTO DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS ATÉ: ÀS 23:59 HORAS DO DIA 10 DE FEVEREIRO DE 2025. LIMITE PARA RECIMENTO DA PROPOSTA: ÀS 08:00 HORAS DO DIA 13 DE FEVEREIRO DE 2025. **DATA E HORÁRIO DE ABERTURA DA SESSÃO: ÀS 09:00 HORAS DO DIA 13 DE FEVEREIRO DE 2025.** Edital através do site do Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br) ou pelo sitio eletrônico: www.alfredochaves.es.gov.br. E-mail: c.pregaoac@gmail.com. Informações no Setor de Licitações por meio do telefone (27) 3441-7071.
Alfredo Chaves/ES, 29 de janeiro de 2025.
WANUSA COSTA DASSIE
Agente de Contratação/Pregoeira

Protocolo 1481988

Anchieta

Aviso de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO
PE Nº 001/2025
PROCESSO DIGITAL N.º 25194/2024
CÓDIGO ID CIDADES TCEES:
2025.007E0500001.02.0001

O Município de Anchieta, através do Fundo Municipal de Saúde, por meio de sua Pregoeira, torna público a realização do Pregão Eletrônico - PE, cujo objeto é a **contratação de empresa especializada em prestação de serviços de locação de equipamentos de informática, abrangendo a locação de equipamentos para estação de trabalho nas Estratégias da Saúde da Família (ESF), com suporte técnico e manutenção de hardware para os equipamentos fornecidos**, conforme condições e exigências previstas neste Edital e seus anexos, conforme a Lei 14.133/2021, Lei Municipal 1315/2018, Lei Complementar 123/06.

DA SESSÃO: 19/02/2025 às 09:00 (horário de Brasília/DF) em www.portaldecompraspublicas.com.br.

Mais informações: pregão.anchieta@anchieta.es.gov.br

Anchieta, 29 de janeiro de 2024.
Joselia Frontino dos Santos Marvilla
Pregoeira Oficial - PMA

Protocolo 1481631

Resultado de Licitação

RATIFICAÇÃO
CREDENCIAMENTO 005/2024
IDCidadES:2024.007E0700001.17.0004

O **Prefeito de Anchieta**, Estado do Espírito Santo, **Sr. Leonardo Antonio Abrantes**, residente e domiciliado neste Município, no uso de suas atribuições, torna público a ***RATIFICAÇÃO*** dos atos praticados pela Comissão Especial de Avaliação e Credenciamento, Equipe Técnica de Análise de Amostras e a Comissão Permanente de Contratação neste **Procedimento Licitatório**, para ***contratação de pessoas jurídicas para fornecimento de uniforme e material escolar aos estudantes matriculados na rede municipal de ensino.***

Conforme empresas credenciadas abaixo:

☐ **AL&L PAPELARIA**
Razão Social: Felipe Gomes Garcia
CNPJ: 27.808.202/0001-10
Grupos autorizados: Material Escolar e Uniforme

☐ **PAPELARIA BRUNORO**
Razão Social: Brunoro Comercial e Serviços LTDA EPP
CNPJ: 01.119.035/0001-07
Grupos autorizados: Material Escolar e Uniforme

☐ **CAROL PAPELARIA E PRESENTES**
Razão Social: Carol Papelaria e Presentes LTDA
CNPJ: 43.513.156/0001-89
Grupos autorizados: Material Escolar

☐ **GIRASSOL PAPELARIA**
Razão Social: Girassol Papelaria LTDA
CNPJ: 38.344.744/0001-04
Grupos autorizados: Material Escolar e Uniforme

☐ **JHL VARIEDADES E PAPELARIA**
Razão Social: José Júnior Pompermayer
CNPJ: 35.909.116/0001-22
Grupos autorizados: Material Escolar

☐ **MIRINHA**
Razão Social: M. Amélia Portela
CNPJ: 11.386.239/0001-68
Grupos autorizados: Uniforme

☐ **PAPELARIA ANCHIETA**
Razão Social: Elias Loureiro Martins
CNPJ: 30.971.501/0001-86
Grupos autorizados: Material Escolar

☐ **SETE CORES PAPELARIA**
Razão Social: Raiane Miranda Vieira
CNPJ: 30.911.433/0001-60
Grupos autorizados: Material Escolar e Uniforme

☐ **WS PAPELARIA**
Razão Social: Simone Gambine Jacó
CNPJ: 29.873.184/0001-86
Grupos autorizados: Material Escolar e Uniforme

☐ **FESTAN PAPER**
Razão Social: Wesley Correa Pinheiro
CNPJ: 51.938.248/0001-39
Grupos autorizados: Material Escolar

Anchieta/ES, 28 de janeiro de 2025.

LEONARDO ANTONIO ABRANTES
PREFEITO DE ANCHIETA

Protocolo 1480981

Aracruz

Inexigibilidade de Licitação

TERMO DE RATIFICAÇÃO PROCESSO Nº 2316/2025
IDTCE-ES 2025.009E0600016.10007
Ratifico, em todos os seus termos, a inexigibilidade de procedimento licitatório para a contratação da empresa ***AGITUS PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA*** **(CNPJ *40.613.595/0001-75*)**, com sede administrativa na **Rua Luminata Alves Peçanha, n°61, 1°Andar**, **Praia de Itaoca município de Itapemirim/ES**, representada pela **Sra. ANGELA BIANCKI FERREIRA PEÇANHA**, para a realização do show da **Banda UAU**, no dia **1º de fevereiro de 2025**, **às 23h30**, na localidade de Barra do Sahy, município de Aracruz/ES.
A apresentação faz parte da Programação da **Temporada de Verão de Aracruz 2025**, um evento que visa fortalecer o turismo local, promovendo experiências culturais de qualidade, valorizando os atrativos turísticos da região, além de fomentar o desenvolvimento econômico e social do município.
O valor da contratação será de **R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais**), cujas especificações técnicas e demais condições encontram-se detalhadas no presente documento, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.
A contratação será firmada com a empresa ***AGITUS PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA*** **(CNPJ *40.613.595/0001-75*)**, representada pela **Sra. ANGELA BIANCKI FERREIRA PEÇANHA**, com fundamento legal no art. 74, inciso II, e no caput do art. 92 da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, em razão da Inexigibilidade de Licitação, conforme estabelecido pelo referido dispositivo legal.
Aracruz/ES, 29 de janeiro de 2025.
HELDER TABOSA DELFINO
Secretário Interino de Turismo e Cultura
Decreto N.° 47.824, de 16/01/2025

Protocolo 1481952

INEXIGÍVEL DE LICITAÇÃO, CONFORME art. 74, inciso II no Caput do art. 92, da Lei nº 14.133/2021, por Inexigibilidade de Licitação E SUAS ALTERAÇÕES.
Processo N° 3132 /2025.
ID 2026.009E0600016.10.0038
Ratifico em todos os termos e reconheço a inexigibilidade de procedimento licitatório tendo

por objeto a Prestação de Serviços Artísticos, pois o mesmo está obrigado pelo processo de CHAMAMENTO PÚBLICO PRATA DA CASA III realizado através do processo administrativo de n.º 46.106/2024, no qual credencia e habilita artistas e grupos artísticos e culturais para a realização de eventos da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura do Município de Aracruz/ES, assim respeitado todos os procedimentos e etapas contidos no edital, sendo eles o credenciamento e habilitação, segue contratação de 02 (DUAS) apresentação da **22.320.506 MARCILON MOREIRA NETTO** - **GAZU** com duração mínima de 00h:90min. (noventa minutos) por apresentação, a serem realizadas durante a **PROGRAMAÇÃO DO EVENTO "FESTIVAL DE VERÃO DE 2025" no dia 01/02/2024 (21:00 às 21:30) e (21:30 às 23:00) em Coqueiral** - **ARACRUZ-ES**, na forma de apoio por parte desta Secretaria **(SEMTUR)**, no fomento a **Cultura** de nosso **Município**, em **Aracruz/ES**, pelo valor unitário de **R$ 800,00 (oitocentos reais)**, **valor global de R$1.600,00 (Um Mil e seiscentos reais)**, firmado com a sua empresa **522.320.506 MARCILON MOREIRA NETTO**, **pessoa jurídica de direito privado**, **inscrita no CNPJ nº 22.320.506/0001-10**, situada na **RUA GIRASSOL**, **N°40, BAIRRO SÃO MARCOS, ARACRUZ/ES, CEP:29.190-742**, doravante denominado contratado com fundamentação legal no **art. 74**, **inciso II no Caput do art. 92**, **da Lei nº 14.133/2021** e suas alterações.
Aracruz/ES 29 **de janeiro de 2025.**
Helder Tabosa Delfino
Secretário de Turismo e Cultura
Decreto nº 47.893, DE 28/01/2025
Protocolo 1481964

Chamada Pública

ATA DA COMISSÃO INTERNA
DE CREDENCIAMENTO E HABILITAÇÃO
Conforme Portaria 23/2025

1. Ao vigésimo nono dia do mês de janeiro de dois mil e vinte e cinco, reuniram-se na Secretaria Municipal de Turismo e Cultura situada à Rua Zacarias Bento Nascimento, 167, Centro, Aracruz-ES, os membros da Comissão Interna de Credenciamento e Habilitação, Sr. **Thiago Igo Rodrigues da Silva Membro Presidente, Sr° Carlos Eduardo Lyra de Oliveira Membro e o Sr FERNANDO ROCHA LACOURT Membro Secretário**, para deliberar sobre a análise do pedido de Credenciamento e Habilitação do requerente **LOCUTOR DJ WALLACE** representado por **VALDIRENE DOS SANTOS- AGITU'S PRODUCOES**, **CNPJ N° 07.352.028/0001-37**, para realizar apresentações por meio do Edital de Chamamento Público - Prata da Casa III de Credenciamento de Artistas e Grupos Artísticos Culturais para eventos e projetos da Secretaria de Turismo e Cultura do Município de Aracruz/ES. Após análise e conferência das documentações pelos membros da Comissão e tendo o proponente atendido os requisitos constantes no edital conforme prevê: item 5 (Das Inscrições e Requisitos,) - item 9 (Da Apresentação de Documentação de Inscrição), item 10 (Do Indeferimento das Inscrições) e no item 11 (Da Habilitação para Contratação), verificou-se que as mesmas cumpriram com todos os requisitos, estando assim, **HABILITADO** conforme procedimento constante no item 12 (Do Procedimento de Análise e Julgamento dos Proponentes Inscritos). Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada.

_____
Thiago Igo Rodrigues Da Silva
Presidente da Comissão
Matrícula 40.487

_____
Carlos Eduardo Lyra de Oliveira
Membro
Matrícula 40.475

_____
FERNANDO ROCHA LACOURT
Membro Secretário
Matrícula 29.604

HABILITAÇÃO E ALTERAÇÃO DE CREDENCIADOS NO PROJETO PRATA DA CASA III.

RESULTADO DA AVALIAÇÃO PARA HABILITAÇÃO DE ARTISTAS E GRUPOS ARTÍSTICOS CULTURAIS PARA PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS DE FOMENTO DO TURISMO E DA CULTURA NO MUNICÍPIO DE ARACRUZ.

A Comissão Interna da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura - SEMTUR, nomeada conforme Portaria Nº 23/2025, torna pública a habilitação de artistas e grupos artísticos culturais para a participação em eventos de fomento do Turismo e da Cultura no Município de Aracruz, credenciados em atendimento ao exposto no Edital de Chamamento Público - Prata da Casa III da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.
Em cumprimento aos itens 5 - DAS INSCRIÇÕES E REQUISITOS; 9 - DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE INSCRIÇÃO; 11 - DA HABILITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO e item 12 - DO PROCEDIMENTO DE ANÁLISE E JULGAMENTO DOS PROPONENTES INSCRITOS, a Comissão Interna declara e torna público que **LOCUTOR DJ WALLACE** representado por **VALDIRENE DOS SANTOS- AGITU'S PRODUCOES**, **CNPJ N° 07.352.028/0001-37**, está **habilitado** para participar dos eventos de fomento do turismo e da cultura do Município de Aracruz.
Insta frisar que o Edital de Chamamento Público - Prata da Casa III tem o objetivo de Credenciar Artistas e Grupos Artísticos Culturais para a Realização de Eventos de Fomento do Turismo e da Cultura no Município de Aracruz em que em seu subitem prevê:

5.4 - A inscrição não estabelece obrigação da SEMTUR em efetuar a contratação de qualquer natureza, constituindo apenas cadastro de credenciados aptos a atenderem às demandas da SEMTUR no decorrer do período previsto.

Destaca-se também que, uma vez habilitada, a proponente poderá ser contratada dentro do prazo estabelecido no Edital em cumprimento ao que diz o seu Objeto:

1 - DO OBJETO: Este edital tem por objeto a abertura de Processo de Credenciamento por Chamamento Público com vistas à formalização de Contratação com artistas ou grupos artísticos culturais visando à realização de eventos de fomento do turismo e da

cultura a serem realizados no Município de Aracruz até 31 de dezembro de 2028.

A qualquer tempo para efeito de contratação ou abertura de processo de pagamento as documentações e certidões deverão estar dentro do prazo de validade legal (Item 11.3).

Não havendo mais nada a tratar e tendo os proponentes cumprido ao que pede o Edital, a Comissão Interna declara **habilitada** a empresa responsável pela **VALDIRENE DOS SANTOS- AGITU**'S **PRODUCOES**, **CNPJ N° 07.352.028/0001-37.**
Aracruz, **29 de janeiro de** 2025.

_____
Thiago Igo Rodrigues Da Silva
Presidente
Matricula: 40487

HABILITADO CHAMAMENTO PÚBLICO PRATA DA CASA II

O Município de Aracruz, por intermédio da Secretaria de Turismo e Cultura - SEMTUR, através da **Comissão Interna de Avaliação e Seleção da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura - SEMTUR, para Credenciamento de Propostas de Artistas e Grupos Artísticos - Culturais, para a Realização de Eventuais Eventos e Projetos de Fomento do Turismo e da Cultura no Município de Aracruz/ ES**, **Portaria SEMTUR** - **Secretaria de Turismo e Cultura** - **N.º 023**, **de 20 de janeiro de 2025**, **e em** atendimento ao Edital de Chamamento Público Prata da Casa **III, Processo N.° 46.106/2024, declara habilitada a empresa VALDIRENE DOS SANTOS- AGITU**'S **PRODUCOES**, **CNPJ N° 07.352.028/0001-37.**

Validade da Habilitação: A partir da publicação até 31 de Dezembro de 2028.
Maiores Informações: Tel.: (27) 3270-7076

CHAMAMENTO PÚBLICO: Disponibilizado na íntegra no site da PMA - www.aracruz.es.gov.br *e no Diário Oficial dos Municípios - https://ioes.dio.es.gov.br/dom*

Aracruz/ES, 20 de janeiro de 2025.

Helder Tabosa Delfino
Secretário de Turismo e Cultura
Decreto nº 47.893, DE 28/01/2025

Protocolo 1481435

TERMO DE COMPROMISSO
EDITAL DE SELEÇÃO DE PROJETOS N.º 004/2024 - SEMTUR
Lei nº 14.399/2022 - Lei Aldir Blanc
Referência: Processo n.º 38.420/2024
1. COMPROMITENTE: O **MUNICÍPIO DE ARACRUZ - ES**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 27.142.702/0001-66, com sede na Avenida Morobá, nº. 20, Bairro Morobá, Aracruz-ES, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Turismo e Cultura, Moisés dos Santos Mercier, brasileiro, portador do CPF n.º 079.561.897-21 e do RG n.º 1.522.195 - SPTC/ES.
COMPROMISSADO PJ
RAZÃO SOCIAL: PATRICIA JESUS DOS SANTOS
CNPJ: 32.754.405/0001-01
ENDEREÇO: Rua Ananias Netto, nº 55, Centro, Aracruz/ES, CEP 29190-042
TELEFONE: (27) 9977-7755
E-MAIL: patricciajs@hotmail.com
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL: PATRICIA JESUS DOS SANTOS
RG DO REPRESENTANTE LEGAL: 2.210.407
CPF DO REPRESENTANTE LEGAL: 113.557.317-47

3. DO OBJETO:
3.1. O presente Termo tem por objeto a concessão pela SEMTUR de Prêmio ao COMPROMISSADO, cujo projeto intitulado "**Show palestra "Amor, música e empreendedorismo**", **Processo nº 38.420/2024** foi selecionado pela Comissão Julgadora do Edital em epígrafe, conforme Ata e resultado final publicado no Diário Oficial de 16/12/2024.
4. DO VALOR DO PRÊMIO:
4.1. O valor total do Prêmio a ser concedido pela COMPROMITENTE ao COMPROMISSADO é de **R$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais)**, a ser pago em parcela única.
5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
5.1. O pagamento da importância relativa ao Termo de Compromisso correrá por conta de Dotação Orçamentária, já consignada no orçamento vigente, assim discriminada:

12.00.00	Secretaria de Turismo e Cultura - SEMTUR
12.02.00	Fundo Municipal de Cultura de Aracruz - FMCA
13.392.0021.2.0209	Apoio Emergencial Cultural (Aldir Blanc)
3.3.50.41.00	Contribuições
3.3.60.45.00	Subvenções Econômicas
3.3.90.31.00	Premiações Cult. Art. Cient
3.3.90.48.00	Outros Auxílios Financeiros a Pessoa Física

6. DO COMPROMISSO DAS PARTES: As partes signatárias deste Termo comprometem-se, em razão ao seu objeto, ao seguinte:
6.1- Caberá ao COMPROMITENTE:
a) Conceder ao COMPROMISSADO o Prêmio nas condições estabelecidas no Edital de Seleção de Projetos n.º 004/2024 - SEMTUR.
b) Exigir do COMPROMISSADO o relatório de cumprimento do objeto, conforme estabelecido no Edital de Seleção de Projetos n.º 004/2024 - SEMTUR.

6.2- Caberá ao COMPROMISSADO:

6.2.1-DA CONTRAPARTIDA:
Itens Obrigatórios:
Uma apresentação artística e cultural de conteúdo musical, individual ou coletiva, autoral ou não, à serem executadas presencialmente e ao vivo, com duração de, no mínimo, 40 (quarenta) minutos, pública e gratuita no município de Aracruz-ES;
Acesso gratuito às atividades/apresentações;
Itens Adicionais:
Contemplar medidas que promovam a circulação e o fomento cultural, e a inclusão social, as camadas da população menos assistidas ou excluídas do exercício de seus direitos culturais por sua condição socioeconômica, etnia, deficiência, gênero, faixa etária, domicílio, ocupação;
6.2.2- OBRIGAÇÕES:
a) O prazo para execução desta proposta contemplada será de até 180 (cento e oitenta) dias após o recebimento dos recursos, de acordo com

agendamento com a SEMTUR.
b) O proponente contemplado deverá comprovar a realização, de acordo com o projeto selecionado, para apresentação dos resultados e produtos obtidos com a realização do projeto, de forma pública, gratuita e com anuência prévia da SEMTUR.
c) O proponente contemplado será responsável pela completa execução do projeto selecionado, de acordo com o conteúdo apresentado na inscrição e selecionado pela Comissão Julgadora, bem como pelas ações visando à mobilização de público e divulgação. Quaisquer alterações de formato e conteúdo deverão ser solicitadas e autorizadas antecipadamente pela SEMTUR.
d) O proponente contemplado ficará responsável pelas despesas relativas aos direitos autorais (ECAD e SBAT), nos termos da Lei Federal 9.610/98, bem como demais taxas incidentes sobre a execução ou apresentação do projeto cultural a ser executado, eximindo-se a SEMTUR de quaisquer responsabilidades. Deverá, ainda, observar as determinações da Lei 6.533/1978.
e) Ao término de realização do projeto, o contemplado deverá encaminhar relatório detalhado da execução do projeto. Obriga-se, ainda, a manter arquivado ou sob a sua posse comprovantes das despesas realizadas com os recursos financeiros oriundos do Prêmio recebido, referentes a notas fiscais, recibos e outros documentos contábeis, para fim de auditoria, se necessário for, da SEMTUR ou por órgãos de controle externo, inclusive a Receita Federal.
f) O proponente obriga-se a divulgar o que se solicita no item 15.1 do Edital de Seleção de Projetos - SEMTUR - n.º 004/2024, observado cada caso.
g) Na divulgação do projeto contemplado é vedada a utilização de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
h) O proponente contemplado, nos termos do que dispõe a Lei Federal 9.610/98 (Direitos Autorais), autoriza a SEMTUR a arquivar, armazenar e divulgar os resultados do projeto em diferentes plataformas digitais sob sua responsabilidade, com fins educativos e culturais, de acordo com as modalidades previstas na referida Lei.
i) O proponente contemplado que optar pela aquisição de equipamentos, instrumentos musicais e outros itens de estruturação, deverá obrigatoriamente realizar a compra de materiais exclusivamente novos, ficando vedada a aquisição de usados. Na prestação de contas deverão ser apresentadas as notas fiscais dos mesmos.

j) O proponente contemplado será responsável por cumprir integralmente todas as recomendações e exigências deste termo de compromisso bem como do Edital de Seleção de Projetos n.º 004/2024 - SEMTUR.

7. DAS PENALIDADES:

7.1- O não cumprimento das exigências do Edital de Seleção de Projetos - SEMTUR - n.º 004/2024 ou de qualquer das cláusulas do Termo de Compromisso a ser celebrado, implicará, cumulativamente, na impossibilidade do contemplado para firmar novos compromissos, contratar ou licitar com o Município de Aracruz/ES, pelo prazo máximo de 02 (dois) anos, com registro no CADIN-ES (Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Estado) e inscrição em Dívida Ativa, além de ficar o mesmo obrigado a devolver a importância recebida, com correção monetária baseada na conversão do valor pela VRTE (Valor de Referência do Tesouro Estadual) e juros de 1% ao mês, assegurado o contraditório e a ampla defesa previsto no art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal.

8. DAS CONDIÇÕES GERAIS:
8.1. É vedado ao COMPROMISSADO o início ou a realização de despesas em razão ao objeto deste Termo, antes da autorização da SEMTUR.

9. DA LGPD - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS
9.1. Em cumprimento a Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados, o proponente, bem como os demais integrantes que, por este, estejam sendo representados, declaram, inequivocamente, ciência e consente em fornecer, de livre vontade, dados pessoas a serem tratados pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura de Aracruz, para uso, nos termos do Edital nº 004/2024 - Edital da Lei Paulo Gustavo, e para divulgação, institucional ou não, que a Prefeitura Municipal de Aracruz entender necessária.

10. DA VIGÊNCIA:
10.1 O presente Termo vigorará, a partir da data de sua assinatura, até 30 (trinta) dias após entrega do RELATÓRIO DETALHADO DE EXECUÇÃO DA PROPOSTA

11. DO FORO:
11.1. Fica eleito o foro de Aracruz - Espírito Santo, para serem dirimidas as dúvidas ou questões oriundas deste Termo. E por estarem de comum acordo com todos os itens e condições estabelecidos neste Termo, assinam-no as partes, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para os fins de direito, na presença das testemunhas infrafirmadas.
Aracruz/ES, 26 de dezembro de 2024.
MOISÉS DOS SANTOS MERCIER
Secretário Municipal de Turismo e Cultura
DECRETO N.º 39.017, DE 01/01/2021.
PATRICIA JESUS DOS SANTOS

Protocolo 1481444

Baixo Guandu

Dispensa de Licitação

AVISO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS DE PREÇOS PARA PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - N° 025/2025
PROCESSO Nº 007432/2024
O Município de Baixo Guandu, Estado do Espírito Santo, torna público o aviso para "**contratação de empresa especializada em prestação de serviço de seguro predial**", destinado ao atendimento da demanda da Secretaria Municipal de Administração, com fundamento no inciso II, do artigo 75, da Lei Federal n° 14.133/2021.
Os interessados em apresentar proposta de preços e/ou tomar ciência das condições/exigências técnicas, administrativas e financeiras da contratação, poderão acessar o processo completo no sítio eletrônico do município de Baixo Guandu, ES, https://pmbg.es.gov.br/avisos-de-pesquisa-de-precos/, ou

solicitar através do e-mail compras.pmbg@gmail.com ou compras@pmbg.es.gov.br.
O período de apresentação de propostas aos interessados é **30 de janeiro de 2025 a 03 de fevereiro de 2025.**
Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (27) 3732-8900, e-mail: compras.pmbg@gmail.com ou compras@pmbg.es.gov.br.
Baixo Guandu -ES, 30 de janeiro de 2025.
Setor de Compras

Protocolo 1481218

AVISO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS DE PREÇOS PARA PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - N° 026/2025
PROCESSO Nº 000379/2025
O Município de Baixo Guandu, Estado do Espírito Santo, torna público o aviso para "**contratação de empresa devidamente credenciada junto ao Corpo de Bombeiros para prestação de serviço de brigadistas**", destinado ao atendimento da demanda da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, Cultura e Habitação, com fundamento no inciso II, do artigo 75, da Lei Federal n° 14.133/2021.
Os interessados em apresentar proposta de preços e/ ou tomar ciência das condições/exigências técnicas, administrativas e financeiras da contratação, poderão acessar o processo completo no sítio eletrônico do município de Baixo Guandu, ES, https://pmbg.es.gov.br/avisos-de-pesquisa-de-precos/, ou solicitar através do e-mail compras.pmbg@gmail.com ou compras@pmbg.es.gov.br.
O período de apresentação de propostas aos interessados é **30 de janeiro de 2025 a 03 de fevereiro de 2025.**
Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (27) 3732-8900, e-mail: compras.pmbg@gmail.com ou compras@pmbg.es.gov.br.
Baixo Guandu -ES, 30 de janeiro de 2025.
Setor de Compras

Protocolo 1481219

AVISO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS DE PREÇOS PARA PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - N° 028/2025
PROCESSO Nº 000514/2025
O Município de Baixo Guandu, Estado do Espírito Santo, torna público o aviso para "**contratação de empresa para fornecimento de pó de café e açúcar**", destinado ao atendimento da demanda da Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte, Mobilidade, Urbana e Segurança pública, com fundamento no inciso II, do artigo 75, da Lei Federal n° 14.133/2021.
Os interessados em apresentar proposta de preços e/ ou tomar ciência das condições/exigências técnicas, administrativas e financeiras da contratação, poderão acessar o processo completo no sítio eletrônico do município de Baixo Guandu, ES, https://pmbg.es.gov.br/avisos-de-pesquisa-de-precos/, ou solicitar através do e-mail compras.pmbg@gmail.com
O período de apresentação de propostas aos interessados é **30 de janeiro de 2025 a 03 de fevereiro de 2025.**
Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (27) 3732-8900, e-mail: compras.pmbg@gmail.com
Baixo Guandu -ES, 30 de janeiro de 2025.
Setor de Compras

Protocolo 1481667

AVISO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS DE PREÇOS PARA PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - N° 027/2025
PROCESSO Nº 000638/2025
O Município de Baixo Guandu, Estado do Espírito Santo, torna público o aviso para "**contratação de empresa especializada em poda e supressão de árvores e arbustos**", destinado ao atendimento da demanda da Secretaria Municipal de Engenharia e Infraestrutura Urbana, com fundamento no inciso II, do artigo 75, da Lei Federal n° 14.133/2021.
Os interessados em apresentar proposta de preços e/ ou tomar ciência das condições/exigências técnicas, administrativas e financeiras da contratação, poderão acessar o processo completo no sítio eletrônico do município de Baixo Guandu, ES, https://pmbg.es.gov.br/avisos-de-pesquisa-de-precos/, ou solicitar através do e-mail compras.pmbg@gmail.com ou compras@pmbg.es.gov.br.
O período de apresentação de propostas aos interessados é **30 de janeiro de 2025 a 03 de fevereiro de 2025.**
Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (27) 3732-8900, e-mail: compras.pmbg@gmail.com ou compras@pmbg.es.gov.br.
Baixo Guandu -ES, 30 de janeiro de 2025.
Setor de Compras

Protocolo 1481718

Errata

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

Na publicação do dia 29/01/2025 pagina 89 de protocolo nº 1479492 referente EXTRATO DE CONTRATO Nº 006/2025:

ONDE SE LE:
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2024

LEIA-SE:
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2024

PROC. Nº 305/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2024
Processo Administrativo nº 004323/2024 e 004361/2024
LEI FEDERAL Nº 14.133/2021
Cidades/TCE-ES: 2024.011E0600001.02.0001
Objeto: **Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos pesados e máquinas, destinados ao atendimento da demanda da administração municipal, em atendimento a Secretaria Municipal de Infraestrutura Rural, Estradas e Pontes através da Secretaria Municipal de Obras.**

CONTRATADA: PEDRA DA ONÇA LOCAÇÕES LTDA
VALOR TOTAL: R$ 1.031.000,00
VIGENCIA: 12 MESES

Baixo Guandu-ES, 27 de janeiro de 2025.

FABRÍCIO BENÍCIO DE BRITO
Secretário Municipal de Obras

Protocolo 1481653

Barra de São Francisco

Aviso de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico 000002/2025

1. Síntese do objeto: **Aquisição de Sistema de Microgeração de Energia Elétrica a partir da fonte primária solar - ON GRID, para atender às necessidades da EMEFTI, conforme Termo de Referência anexo.**
2. Tipo de licitação: **Pregão Eletrônico 000002/2025 - MENOR PREÇO POR ITEM.**
3. Sessão de julgamento das propostas e documentação: às **09:00** horas do dia **14 de fevereiro de 2025** no Portal de Compras da BNC (Bolsa Nacional de Compras) - https://bnc.org.br/
4. Locais para informações e obtenção do Edital e seus anexos: Portal de Compras da BNC (Bolsa Nacional de Compras) - https://bnc.org.br/, site oficial da Prefeitura Municipal de Barra de São Francisco, ES - www.pmbsf.es.gov.br
5. ID Cidades ES: 2025.012E0700001.01.0001

Barra de São Francisco, 29 de janeiro de 2025.
DELMA DO CARMO KER E AGUIAR
Secretária Municipal de Educação
Protocolo 1481017

Dispensa de Licitação

RESULTADO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0002/2025.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 000323/2024.

Objeto: Aquisição de bolas de futebol de campo, destinadas ao Campeonato Rural 2025 e outras atividades realizadas pela Secretaria de Esportes e Lazer.
A PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE SÃO FRANCISCO, adiante denominado CONTRATANTE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.165.745/0001-67, com sede a Rua Astrogildo Romão dos Anjos, nº 478, Centro Barra de São Estado do Espírito Santo - CEP - 29.800-000, em conformidade com Art. 75, inciso II - da Lei Federal n.º 14.133/2021 torna público para conhecimento dos interessados o RESULTADO DA DISPENSA Nº 0002/2025, que tem o objeto em epígrafe.
Empresa Habilitada e Vencedora: IMPAR SPORTS IND E COM DE MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA - CNPJ: 04.504.429/0001-77, vencedora do Item no valor total de: R$ 4.135,80 (quatro mil, cento e trinta e cinco reais e oitenta centavos).
Outras informações poderão ser obtidas pelo e-mail licitacao@pmbsf.es.gov.br, no horário de 08h às 11h e 13h às 17h, de segunda-feira à sexta feira.
IDCidades: 2025.012E0700001.09.0002
Barra de São Francisco -ES 28 de janeiro de 2025.
GRASIELE MARQUES DE OLIVEIRA SILVA
Secretária Municipal de Esportes e Lazer
Protocolo 1481072

ATO DE DISPENSA DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 0002/2025

A Prefeitura Municipal de Barra de São Francisco - Estado do Espírito Santo, por meio da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, **DISPENSA** a instauração de Procedimento Licitatório para Aquisição de bolas de futebol de campo, destinadas ao Campeonato Rural 2025 e outras atividades realizadas pela Secretaria de Esportes e Lazer, conforme tudo o que consta no **Processo n° 000323/2025.**
Fundamento Legal: Art. 75, II da Lei 14.133/2021.
Valor Total: R$ R$ 4.135,80 (quatro mil, cento e trinta e cinco reais e oitenta centavos)
Contratado: IMPAR SPORTS IND E COM DE MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA - CNPJ: 04.504.429/0001-77
Código CidadES: 2025.012E0700001.09.0002
Barra de São Francisco - ES, 28 de janeiro de 2025.
GRASIELE MARQUES DE OLIVEIRA SILVA
Secretaria Municipal de Esportes e Lazer
Despacho Administrativo
Ratifico o Ato de Dispensa acima, nesta data, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.
Barra de São Francisco - ES, 28 de janeiro de 2025.
ENIVALDO EUZÉBIO DOS ANJOS
Prefeito Municipal
Protocolo 1481074

RETIFICAÇÃO DE RESULTADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 0001/2025 do Fundo Municipal de Saúde de Barra de São Francisco

1. Fica retificado o Aviso de dispensa de Licitação n° 0001/2025, publicado no dia 29 de janeiro de 2025, no DOM, pg 465, cujo objeto é Contrato de Programa que entre si celebram o Município de Barra de São Francisco/,por intermédio do Fundo Municipal de Saúde e o CIM NOROESTE, para gestão associada dos serviços de saúde de urgência e emergência do SAMU.

2.**Onde se lê:** Será contratada para a execução do referido objeto a empresa: **CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO NOROESTE - CIM NOROESTE/ES**, inscrita no CNPJ sob o número 02.236.721/0001-20, no valor Global de R$ 598.787,54(quinhentos e noventa e oito mil setecentos e oitenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos).

3.**Leia-se:** Será contratada para a execução do referido objeto a empresa: **CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO NOROESTE - CIM NOROESTE/ES**, inscrita no CNPJ sob o número 02.236.721/0001-20, no valor Global de R$ $ 647.825,28 (seiscentos e quarenta e sete mil, oitocentos e vinte e cinco Reais e vinte e oito centavos)
DOUGLAS DE PAULA VITAL
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE
Protocolo 1481491

Inexigibilidade de Licitação

ATO DE INEXIGIBILIDADE DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 0007/2025

A Prefeitura Municipal de Barra de São Francisco - Estado do Espírito Santo, por meio da Secretaria Municipal de Comunicação, com fulcro no *caput* do Art. 74 da Lei 14.133/21, procede a INEXIGIBILIDADE de instauração de Procedimento Licitatório para Contratação de serviços de publicações de Atos Oficiais desta Prefeitura, a saber 1) IMPRENSA NACIONAL (Diário Oficial da União), CNPJ Nº 04.196.645/0001-00, no valor de R$ 50.000,00

(cinquenta mil reais); 2) DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL (Diário Oficial do ES), CNPJ: 28.161.362/0001-83 no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
1- A contratação se justifica tendo em vista as necessidades desta municipalidade, quanto a utilização de serviços de publicação de atos oficiais da administração municipal, na imprensa oficial da União, especialmente no que diz respeito à publicação de editais de licitação, resultados, homologação, extrato de contratos, cancelamento de editais e outros atos que se fizerem necessários.
2 - Considerando que a contratação do Diário Oficial da União - DOU é incompatível com a realização de procedimento licitatório, uma vez que Imprensa Nacional, CNPJ/MF nº. 04.196.645/0001- 00, possui competência institucional exclusiva para editar e comercializar o DOU, por ser um órgão específico e singular, integrante da estrutura da Casa Civil da Presidência da República, possuindo, por força normativa e legal o monopólio deste serviço em todo o território nacional, conforme disposto, a exemplo, na Lei de regimenta as licitações no âmbito da Administração Pública. Dessa forma, justifica-se a contratação por inexigibilidade de licitação em face da impossibilidade de concorrência.
3 - Por conseguinte, é clareza solar a legalidade da contratação que se pretende, sendo inexigível procedimento licitatório nos moldes do no *caput* do Art. 74 da Lei 14.133/21, tendo em vista a inviabilidade de competição.
Eis a justificativa.
IDCidadES: 2025.012E0700001.10.0007
Barra de São Francisco - ES, 29 de janeiro de 2025.

LUIZ CARLOS GAVA
Secretário Municipal de Comunicação

DESPACHO ADMINISTRATIVO
RATIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Barra de São Francisco, Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no *caput* do Art. 74 da Lei 14.133/21 RATIFICA a Inexigibilidade de licitação para contratação dos serviços de publicações nos diários oficiais. Nesta data, ratifico o Ato de Inexigibilidade acima, para que produza seus efeitos jurídicos e legais.
Barra de São Francisco - ES, 29 de janeiro de 2025.

ENIVALDO EUZÉBIO DOS ANJOS
Prefeito Municipal

Protocolo 1481558

Bom Jesus do Norte

Dispensa de Licitação

ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
DO ART. 75, II DA LEI FEDERAL N. 14.133/2021.

PROCESSO ADMINISTRATIVO:
N° 2024-8BX2P
IC: 2025.014E0700001.09.0005

RATIFICAR a dispensa de Licitação realizada através do processo administrativo nº 2024-8BX2P e autorizar o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO NORTE-ES** a proceder o empenho prévio no **VALOR TOTAL de R$16.421,20 (dezesseis mil, quatrocentos e vinte e um reais e vinte centavos)**, sendo **R$2.995,00 (dois mil, novecentos e noventa e cinco reais)** em favor da empresa **BORGES E TEIXEIRA MASSAS ALIMENTICIAS LTDA**, CNPJ 05.883.163/0001-83, **R$11.267,00 (onze mil, duzentos e sessenta e sete reais)** em favor da empresa **LETICIA VICENTE AGUIAR 16056273725**, CNPJ 36.273.815/0001-91, **R$719,20 (setecentos e dezenove reais e vinte centavos)** em favor da empresa **B MEDEIROS FERNANDES**, CNPJ 43.135.554/0001-09 e **R$1.440,00 (hum mil quatrocentos e quarenta reais)** em favor da empresa **8.8 EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA**, CNPJ 47.874.479/0001-59, referente ao processo de dispensa de licitação visando a aquisição de gêneros alimentícios (lanche), para atender a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, conforme CI nº 620/2024/SEMEC/PMBJN, cujas despesas correrão por conta da **FICHA 0000180**, **ELEMENTO DE DESPESA 33903000000-MATERIAL DE CONSUMO**, **FONTE DE RECURSO 150000250000 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - MDE**, a qual não condicionaremos ao regime de licitação em face dos termos do Art. 75, II DA LEI FEDERAL N. 14.133/2021.

Bom Jesus do Norte-ES, 27 de janeiro de 2025.

ANTÔNIO GUALHANO AZEVEDO
Prefeito Municipal de Bom Jesus do Norte - ES

Protocolo 1480990

Castelo

Adjudicação e/ou Homologação

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA ELETRÔNICA 038/2024

A Prefeitura Municipal de Castelo, torna público o EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO da **DISPENSA ELETRÔNICA 038/2024** oriundo do processo administrativo nº 18.390/2024.

Objeto: Aquisição de tecido oxford, visando compor os elementos decorativos que criarão o ambiente festivo. O tecido oxford foi selecionado por sua resistência, durabilidade e fácil manuseio, características ideais para a confecção de adereços que exigem boa resistência ao manuseio e à exposição em ambientes abertos ou fechados, onde serão montadas as decorações natalinas.

ADJUDICO E HOMOLOGO, com base nos autos do procedimento licitatório, em consequência fica convocada a empresa: **FC DISTRIBUIDORA TEXTIL LTDA** nos **lotes 1**, **2**, **3**, **5**, **6** e **7** no valor total de **R$ 1.989,00** (um mil novecentos e oitenta e nove reais).

Castelo-ES, 29/01/2025
JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito Municipal de Castelo-ES

Protocolo 1481126

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO 119/2024 E ATA DE REGISTRO DE PREÇO 001/2025

A Prefeitura Municipal de Castelo, torna público o EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO do **PREGÃO ELETRÔNICO 119/2024 E ATA DE REGISTRO DE PREÇO 001/2025** oriundo do processo administrativo 20.030/2024.

Objeto: **Registro de Preços** para futura e eventual aquisição de insumos dependentes para reposição do estoque do almoxarifado da Farmácia Cidadã Municipal visando atender aos usuários do Sus Municipal.

ADJUDICO E HOMOLOGO, com base nos autos do procedimento licitatório, em consequência fica convocada a empresa: **SCIENCE MEDICAL PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** no **lote 1** no valor total de **R$ 79.050,00** (setenta e nove mil cinquenta reais)**.**

Vigência: A presente Ata de Registro de Preço tem validade de 12 (doze) meses podendo ser prorrogada.

Castelo-ES, 29/01/2025
PATRICIA VICENTINI BARBOSA
Secretaria Municipal de Saúde

Protocolo 1481208

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO 091/2024 E ATA DE REGISTRO DE PREÇO 002/2025

A Prefeitura Municipal de Castelo, torna público o EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO do **PREGÃO ELETRÔNICO 0912024 E ATA DE REGISTRO DE PREÇO 002/2025** oriundo do processo administrativo 10.325/2024.

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de monitoramento e rastreamento dos veículos da frota do FMS.

ADJUDICO E HOMOLOGO, com base nos autos do procedimento licitatório, em consequência fica convocada a empresa: **SANTANA RASTREAMENTO E MONITORAMENTO LTDA** no **lote 1** no valor total de **R$ 12.900,00** (doze mil novecentos reais)**.**

Vigência: A presente Ata de Registro de Preço tem validade de 12 (doze) meses podendo ser prorrogada.

Castelo-ES, 29/01/2025
PATRÍCIA VICENTINI BARBOSA
Secretaria Municipal de Saúde

Protocolo 1481212

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO 122/2024 E ATA DE REGISTRO DE PREÇO 003 e 004 DE 2025.

A Prefeitura Municipal de Castelo, torna público o EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO do **PE 122/2024 E ATA DE REGISTRO DE PREÇO 003 e 004 DE 2025** oriundo do processo administrativo nº 13..086/2024.

Objeto: Ata de Registro de Preços para aquisição de 1000 cadeiras e 400 mesas para utilização nos diversos eventos promovidos pela Prefeitura. Esta aquisição é fundamental para garantir o conforto e a acomodação adequada dos participantes, além de proporcionar uma infraestrutura adequada para a realização de eventos culturais, turísticos e comemorativos no município.

ADJUDICO E HOMOLOGO, com base nos autos do procedimento licitatório, em consequência ficar convocadas as empresas: **F.C.A MELO EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS LTDA ME MEE** no **lote 1** no valor total de **R$ 23.992,00** (vinte e três mil novecentos e noventa e dois reais) e **MW NEGOCIOS LTDA** no **lote 2** no valor total de **R$ 38.860,00** (trinta e oito mil oitocentos e sessenta reais).

Vigência: a presente Ata de Registro de Preços tem validade de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação.

Castelo-ES, 29/01/2025
JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito Municipal de Castelo-ES

Protocolo 1481419

Domingos Martins

Dispensa de Licitação

AVISO DE PESQUISA DE PREÇOS PARA COMPRA DIRETA

Pesquisa de Preços Nº11/2025
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Domingos Martins
Processo Nº 841/2025
Objeto: Aquisição de medicamentos e materias para uso veterinário que tem como principal objetivo assegurar a continuidade da saúde e do bem-estar dos animais sob os cuidados do Centro de Bem-Estar Municipal.
Lotes:01 ao 29.
Proposta: As propostas deverão ser enviadas em até 03 (três) dias úteis após a data da publicação.
Contato para solicitar a pesquisa: Tel. whatsapp (27) 93618-2124 e e-mail: compras@domingosmartins.es.gov.br.

Neuza Maria Majevski Vicente
Gerente de Compras

Protocolo 1480979

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico a **Dispensa de Licitação** abaixo descrita, fundamentada no **artigo 75**, **inciso I**, **da Lei 14.133/2021**:

PROCESSO Nº 10935/2024
DISPENSA N° 010/2025

Nome do Credor: TACOGRAFO VIANA - POSTO DE ENSAIO METROLOGICO
CNPJ: 33.636.039/0001-59
Valor: R$ 12.583,06 (doze mil e quinhentos e oitenta e três reais e seis centavos).
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de aferição de tacógrafos com emissão do certificado definitivo de cronotacógrafo com validade de 02 (dois) anos dos veículos da frota própria que atendem ao Transporte Escolar Municipal.
Prazo: O prazo de vigência contratual é de 12 (doze) meses.

Domingos Martins - ES, 29 de janeiro de 2025.
EDUARDO JOSÉ RAMOS
Prefeito

Protocolo 1481388

Dores do Rio Preto

Dispensa de Licitação

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 008/2025
ID: 2025.024E0700001.09.0009

A Divisão de Compras da Prefeitura Municipal de Dores do Rio Preto, torna público de acordo com a Lei 14.133/2021, artigo 75, inciso II, a **Dispensa de Licitação** para Contratação de empresa especializada no fornecimento eventual de refeição e coffee break para os eventos realizados pela Secretaria Municipal de Educação.

Contratada: MARIA DA PENHA MOREIRA NUNES DE ASSIS BASTOS RESTAURANTE PURO SABOR. CNPJ: 39.807.035/0001-72, no valor total de R$ 58.700,00 (CINQUENTA E OITO MIL E SETECENTOS REAIS). Conforme proposta de preço constante no processo nº 000578/2025.
Dores do Rio Preto, 29 de janeiro de 2025.
Esther Simões Oliveira Silva
Secretária de Educação

Ratifico a Dispensa da Licitação conforme parecer da Procuradoria Geral do Município de Dores do Rio preto, conforme artigo 72 da Lei 14.133/2021.
Dores do Rio Preto, 29 de janeiro de 2025.
Thiago Lopes Pessotti
Prefeito Municipal

Protocolo 1481438

Governador Lindenberg

Aviso de Licitação

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2025 (SRP)
Data e hora da Sessão: 13/02/2025 às 12:00 h.
ID CIDADES TCE-ES: 2025.078E0700001.02.0001
O Município de Governador Lindenberg - ES, através de seu Agente de Contratação, torna público que foi instaurada a licitação na modalidade Concorrência Eletrônica de nº 002/2025, objetivando a formalização de registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para execução de revestimento primário com adição de material (escória de aciaria revsol® e solo) em rodovias e estradas rurais não pavimentadas no município de Governador Lindenberg - ES. O Edital poderá ser adquirido na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Adelino Lubiana, s/n, Centro, Governador Lindenberg - ES ou através dos sítios eletrônicos: *www.governadorlindenberg.es.gov.br* e www.licitanet.com.br. Informações pelo e-mail: cpl.51@hotmail.com.
Gov. Lindenberg - ES, 30.01.2025.
Edigar Casagrande
Agente de Contratação

Protocolo 1481398

Guarapari

Resultado de Licitação

AVISO DE RESULTADO
PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 121/2024
Processo nº 21.887/2024
ID TCE/ES: 2024.028E0500001.02.0005

O MUNICÍPIO DE GUARAPARI/ES, por meio de sua **Agente de contratação - Pregoeira**, torna público o resultado da licitação em referência, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS EM GERAL, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E CIDADANIA - SETAC**, devidamente adjudicado e homologado pelo Prefeito, em atendimento à Lei nº 14.133/21.

EMPRESA VENCEDORA:
HEITOR FARIAS TONANI - ME
CNPJ Nº 38.436.005/0001-34
LOTE 1-R$ 380.146,00 (trezentos e oitenta mil, cento e quarenta e seis reais),
LOTE 1A-R$ 126.656,00 (cento e vinte e seis mil, seiscentos e cinquenta e seis reais)
LOTE 2-R$ 217.400,75 (duzentos e dezessete mil, quatrocentos reais e setenta e cinco centavos).
LOTE 2A-R$ 72.448,25 (setenta e dois mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e vinte e cinco centavos).
LOTE 3-DESERTO.

Guarapari, 29 de janeiro de 2025.
Fernanda da S. P. Parente
Agente de contratação - Pregoeiro

Protocolo 1481630

Ibiraçu

Adiamento de Licitação

COMUNICADO
REABERTURA DE PRAZO
EDITAL RETIFICADO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 003/2025
O Município de Ibiraçu, torna público que fica remarcada nova sessão de reabertura de prazo do PE 003/2025, para as 08:20h do dia 12/02/2025, modalidade SRP. Obj.: Aquisição de Medicamento de Processo para atender a Farmácia Básica Municipal, a pedido da SEMUS. Proc. nº 4126/2024. Local derealização:www.portalde-compraspublicas.com.br. O edital Retificado deverá ser solicitado através do e-mail licitacao@ibiracu.es.gov.br ou retirados através do site: www.ibiracu.es.gov.br.
ID: 2025.030E0500001.02.0002

Eduardo Marozzi Zanotti
Prefeito Municipal

Protocolo 1481326

Iconha

Suspensão de Licitação

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2025
ID CidadES: 2025.032E0500001.02.0002

A Prefeitura Municipal de Iconha - ES, através da Pregoeiro Municipal designado pelo Decreto nº 4.387, de 14 de maio de 2024, torna público para conhecimento dos interessados que, fica **SUSPENSO** PREGÃO PRESENCIAL designado para o dia 07/02/2025 (sete de fevereiro de dois mil e vinte e cinco), às 09h (nove horas) do tipo MENOR VALOR POR ITEM, cujo objeto é Registro de Preço para futura aquisição de Manutenção preventiva e corretiva, aquisição de peças, instalação e desinstalação de Ar Condicionado, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de Iconha. Tendo em vista a necessidade de adequação do edital. Informações no endereço acima, Tel.: (28) 3537-1011 - E-mail: licitacao@iconha.es.gov.br e endereço eletrônico: www.iconha.es.gov.br.
Iconha/ES, 29 de janeiro de 2025.

Roger Costa Poloni
Pregoeiro Municipal

Protocolo 1481907

Irupi

Aviso de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº 006/2025
Orgão: Prefeitura Municipal de Irupi-ES
Processo Administrativo nº 000687/2024.
Processo 1Doc: 5.112/2024
Pregão Eletrônico para Registro de Preços.
ID Cidade ES / TCE-ES: 2025.033E0700001.02.0006
Valor Estimado: R$ 2.579.922,34
OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de móveis de escritório, móveis em geral e utensílios, em atendimento a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, conforme condições e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos, através do sistema http://licitanet.com.br.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: de 30/01/2025 à 13/02/2025 até 12h09min.
ABERTURA DAS PROPOSTAS E SESSÃO PUBLICA: ás 12h10min do dia 13/02/2025.
Local de realização da sessão pública eletrônica: www.licitanet.com.br.
O Edital e documentação anexa estarão disponiveis nos sites:
www.irupi.es.gov.br e www.licitanet.com.br.

Daniel Emerick de Oliveira
Pregoeiro

Protocolo 1481439

Jaguaré

Adjudicação e/ou Homologação

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 000015/2024
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVICOS URBANOS, DO MUNICÍPIO DE JAGUARÉ-ES
PROCESSO Nº: 005075/2024
ID CidadES: 2024.038E0600002.01.0011.
OBJETO: Contratação de empresa para elaboração de Projeto Executivo de engenharia padrão DER/ES para implantação de rodovia de pavimento asfáltico no trecho que liga Jaguaré Sede x Comunidade de Japira.
EMPRESA VENCEDORA: PORTICO ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA
CNPJ: 26.717.532/0001-38
VALOR TOTAL: R$ 89.999,95.

Jaguaré-ES, 29 de Janeiro de 2025.

FABIO MACHADO FAJOLI
Secretario Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Protocolo 1481570

Errata

Pregão Eletrônico Nº. 001/2025 - RETIFICADO
A Prefeitura de Municipal de Jaguaré - ES, torna público a retificação dos descritivos, da licitação que tem por objeto Formalização de registro de preços, para execução de serviços de horas maquinas, Código ID: 2025.038E0700001.02.0001, onde será realizada dia 12 de fevereiro de 2025, às 09h, no site: www.portaldecompraspublicas.com.br, informações através do email:licitacoes@jaguare.es.gov.br, site: jaguare.es.gov.br.
Jaguaré-ES, 29 de janeiro 2025.
Marcos Antônio Guerra Wandermurem
Prefeito Municipal

Protocolo 1481651

Itaguaçu

Dispensa de Licitação

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 03/2025
PROCESSO ADMNISTRATIVO N° 967/2025

O MUNICIPIO DE ITAGUAÇU - ESTADO DO ESPIRITO SANTO, pessoa jurídica de direito público, com sede á Rua Vicente Peixoto de Mello, n° 08, inscrita no CNPJ sob o n° 27.167.451/0001-74, através do SETOR DE COMPRAS, torna público para conhecimento dos interessados a realização DISPENSA DE LICITAÇÃO, objetivando a **aquisição de GÁS DE COZINHA TIPO P-13, PRESAO INTERNA DE 2 A 7 KG/CM², EMBALAGEM EM AÇO CARBONO DE 2 A 3MM COM 13KG, CONTENDO NORMA DA ABNT 8614, DISPOSITIVO DE**

SEGURANÇA PLUGUE FUSIVEL, MARCA, PESO, DATA DE FABRICACAO E PRAZO DE VALIDADE para atender as necessidades das Secretarias Municipais, Gabinete do Prefeito (Conselho Tutelar) e do Fundo Municipal de Saúde de Itaguaçu, de acordo com as especificação mínimas e condições descritas no termo de referência e seus anexos, com critério de julgamento **MENOR PREÇO (POR ITEM OU POR LOTE)**, nos termos do Art. N° 75, inciso II, da Lei Federal n° 14.133/2021.

As propostas serão recebidas até o dia 04 de Janeiro 2025, ás 16:00h
Os interessados poderão encaminhar suas propostas, para o e-mail compras@itaguacu.es.gov.br, conforme anexo III.
O Termo de Referência e demais anexos estarão disponíveis no site oficial da Prefeitura de Itaguaçu, na aba LICITAÇÃO.

Itaguaçu - ES, 29 de Janeiro de 2025.

Luiz Fernando Rosa
SETOR DE COMPRAS

Protocolo 1481823

Mantenópolis

Dispensa de Licitação

AVISO DE RESULTADO
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
ID TCEES: 2025.043E0700001.09.0003

A Prefeitura Municipal de Mantenópolis-ES, através de seu Agente de Contratação, com fulcro no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21, bem como no parecer da Procuradoria Municipal, torna público a DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 0003/2025, para a contratação do Instituto Conhecer para realização de Seminário de Abertura do Ano Letivo 2025, no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais), em atendimento a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo de Mantenópolis/ES.

Mantenópolis-ES, 29 de janeiro de 2025.

Dhemerson Bruno Lima de Oliveira
Agente de Contratação

TERMO DE RATIFICAÇÃO
ID TCEES: 2025.043E0700001.09.0003

Ratifico a decisão do Agente de Contratação, pela Dispensa de Licitação nº 003/2025, com fulcro no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21, bem como no parecer da Procuradoria Municipal, para a contratação do Instituto Conhecer para realização de Seminário de Abertura do Ano Letivo 2025, no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais), em atendimento a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo de Mantenópolis/ES.

Mantenópolis-ES, 29 de janeiro de 2025.
Lúcio Marques de Morais
Prefeito Municipal

Protocolo 1481289

Marilândia

Adjudicação e/ou Homologação

TERMO DE RECONHECIMENTO E RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 013/2025

PROCESSO: 6461/2024
OBJETO: CONSÓRCIO PÚBLICO PARA TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL ADEQUADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA REGIÃO DOCE OESTE DO ESTADO DO ESPÍRITO CONDOESTE. CÓD. CIDADES: 2025.046E0700001.09.0008
FORNECEDOR: CONSORCIO PUBLICO PARA TRATAMENTO E DESTINACAO FINAL ADEQUADA DE RESIDUOS SOLIDOS DA REGIAO DOCE OESTE DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO - CONDOESTE
VALOR TOTAL: R$ 42.000,00
FUNDAMENTO: Artigo 75, inciso XI, da Lei nº 14.133/2021.

RECONHEÇO E RATIFICO, nos termos do artigo 72, inciso II e Parágrafo Único, da Lei nº 14.133/2021, a presente **DISPENSA DE LICITAÇÃO** em conformidade com o Termo de Referência.

Augusto Astori Ferreira
Prefeito Municipal

Protocolo 1481380

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2025

Procedimento de Dispensa de Licitação Nº 010/2025, com fulcro art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21, para CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELA DE PROTEÇÃO NO CAMPO BOM DE BOLA NA COMUNIDADE DE MONTE SINAI (PATRIMÔNIO DO RÁDIO). CÓD. CIDADES: 2025.046E0700001.09.0005.
CONTRATADA: **SERRALHERIA MARI FER LTDA ME - CNPJ: 07.429.984/0001-70** no valor total dispensado de ***R$ 12.320,00 (Doze mil e trezentos e vinte reais)***, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Marilândia/ES, 29 de Janeiro de 2025

Augusto Astori Ferreira
Prefeito Municipal

Protocolo 1481382

Mucurici

Aviso de Licitação

AVISO DE COLETA DE PREÇOS DISPENSA DE LICITAÇÃO
A prefeitura de Mucurici/ES, em conformidade com Art. 75, inciso II - da Lei Federal n.º 14.133/2021, torna público aos interessados, que manifesta interesse em obter propostas adicionais, cujo objeto é Contratação de jornal de grande circulação estadual

diária dos atos oficiais Atos pertinentes a Publicação de Editais deste município conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência. Prazo é de até 03 (três) dias úteis após a publicação, podendo os interessados apresentarem Proposta de Preços, a contar desta Publicação, em dias úteis pelo e-mail:**compras@mucurici.es.gov.br** até a data limite. Mucurici/ES, 28 de janeiro de 2025.
Adilson Gonçalves Ferreira
Prefeito

Protocolo 1481569

Inexigibilidade de Licitação

TERMO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE N°001/2025

Considerando a regularidade do presente procedimento, a justificativa da necessidade da contratação pretendida e a consonância com a legislação pertinente, RATIFICO a Inexigibilidade de Licitação, para o fim de AUTORIZAR a contratação por inexigibilidade de licitação da despesa abaixo especificada, cujo objeto é a Contratação de empresa para prestação de serviços de palestrante destinado a Secretaria Municipal de Educação, com o tema: "O meu comportamento faz toda diferença para uma vida mais equilibrada, comprometida e feliz", com fulcro no Artigo 74, inciso I da Lei Federal nº. 14.133/2021, e em consonância com Parecer Jurídico acostado aos autos.
ID. CidadES: 2025.049E0700001.10.0001
Proc. Nº: 169/2025. Contratada: P.C ROCHA DESENVOLVER CURSOS E TREINAMENTO CNPJ Nº: 18.105.200/0001-74.
Valor Total: R$ 6.000,00 (seis mil reais).
Mucurici/ES, 29 de janeiro de 2025.
Adilson Gonçalves Ferreira
Prefeito

Protocolo 1481406

Pancas

Resultado de Licitação

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 15/2024
PROCESSO 2356/2024

O Município de Pancas - Estado do Espírito Santo, torna público o resultado de licitação em referência, objetivando a futura e eventual contratação de empresa especializada para aquisição de **OXIGÊNIO MEDICINAL E ACETILENO**, de responsabilidade da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano e Secretaria Municipal de Saúde**.**
EMPRESAS VENCEDORAS:
- DELTA SHOP - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME - **Valor Final: R$ 39.126,00.**
- PIANNA BERNABE COMERCIO DE GASES LTDA EPP - **Valor Final: R$ 353.111,72**
- WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA - **Valor Final: R$ 41.907,80.**

ADJUDICADO e HOMOLOGADO pela autoridade competente no dia 29 de janeiro de 2025.
Informações através do e-mail: *cpl@pancas.es.gov.br* ou pelo telefone: (27) 3726-1666.
ID TCE/ES: 2024.053E0700001.02.0010
Pancas - ES, em 30 de janeiro de 2025.
Lucas Gomes da Silva
Pregoeiro/Agente de Contratação

Protocolo 1481937

Suspensão de Licitação

AVISO DE SUSPENSÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2025
PROCESSO 2926/2024

O Município de Pancas - ES torna público, através de seu Pregoeiro que o certame em epigrafe, com abertura prevista para o dia 30/01/2025, está sendo **SUSPENSO** para análise de **ESCLARECIMENTOS**, *nos termos do artigo 164 da Lei 14.133/21*. A nova data de abertura será divulgada oportunamente e publicada nos mesmos meios de publicação utilizados. O processo encontra com vistas franqueadas aos interessados. Maiores informações pelo telefone (27) 3726-1543.
ID TCE/ES: 2025.053E0700001.02.0001.
Pancas - ES, em 30 de janeiro de 2024.
Lucas Gomes da Silva
Pregoeiro

Protocolo 1481609

Pedro Canário

Dispensa de Licitação

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Considerando as informações, parecer jurídico, documentos e despachos contidos no processo administrativo nº 406/2025, movido pela Secretaria Municipal de Educação, visando a contratação de empresa especializada em ornamentação para o evento de início do ano letivo de 2025, destinado aos servidores da Secretaria Municipal de Educação, **nos termos do artigo 75, II, da Lei 14.133/21.**

Assim, investido no cargo de Prefeito Municipal de Pedro Canário/ES, considerando a justificativa e parecer jurídico favorável, usando das atribuições legais, **RATIFICO** em todos os seus termos o ato da aplicação da Dispensa de Licitação, com o **VILSON MARIANO SALOMAO 01541863763**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.357.444/0001-09, no valor global de R$ 10.000,00 (dez mil reais).

Publique-se, e após encaminhar ao **SETOR DE CONTRATOS** para elaboração do instrumento.

ID CIDADES: 2025.054E0500001.09.0014

Diligencie-se.

Pedro Canário/ES, 29 de janeiro de 2025.

KLEILSON MARTINS REZENDE
Prefeito Municipal

Protocolo 1481085

Piúma

Ata Registro de Preço

ADESÃO Nº 003/2025
Processo Administrativo nº 010.630/2024
ID CidadES nº 2025.056E0700001.16.0003
Contratante: Prefeitura Municipal de Piúma/ES.
Contratada: GAZIN ATACADO CENTRO-OESTE LTDA - CNPJ nº: 22.962.737/0001-28
Objeto: ADESÃO à Ata de Registro de Preços nº 109/2024 - Pregão Eletrônico nº 021/2024 - Processo Administrativo nº 16575/2023 oriundo do Município de Anchieta/ES, para fornecimento de 02 (duas) geladeiras frost free 352 litros para atendimento das demandas do Município de Piúma/ES.
Valor Total: R$ 4.914,00 (quatro mil, novecentos e quatorze reais).
Piúma/ES, 28 de janeiro de 2025

Ezequias Ferreira do Nascimento
Prefeito Municipal em Exercício
Portaria Interna 001/2025

Protocolo 1481161

Presidente Kennedy

Inexigibilidade de Licitação

T E R M O D E I N E X I G I B I L I D A D E

CÓDIGO CIDADES - TCE/ES Nº 2025.058E0700001.10.0015
O Assessor Técnico da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer do Município de Presidente Kennedy, Estado do Espírito Santo, com fulcro no Art. 74, inciso ll da Lei nº 14.133/2021, bem como no parecer da Douta Procuradoria do Município, em atendimento ao requerido protocolizado sob o **nº 02883/2025**, conclui pela INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO para a contratação da empresa **56.043.911 THIFANY SIMÕES BOLELI**, inscrito no CNPJ sob o **nº 56.043.911/0001-50** o valor global de R$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais), para a realização de Show da **CANTORA THIFANY BOLELI**, para apresentação Na Programação do Verão 2025, a se realizar na Praia das Neves, no Litoral do Município de Presidente Kennedy/ES, **no dia 01 de fevereiro de 2025**, atendendo ao pedido da Secretaria Municipal de Cultura Turismo Esporte e Lazer.
Presidente Kennedy, em 29 de Janeiro de 2025.

Marcio Farge Ceccon
Assessor Técnico
Secretaria Municipal de Cultura Turismo Esporte e Lazer

1) Homologo o parecer jurídico da Procuradoria Geral de fls. **nº 136/142**, desde que preenchidos TODOS os requisitos dos pareceres mencionados.
2) Ratifico o ato de inexigibilidade de licitação constante neste processo para que produza seus efeitos legais, nos termos do Art.74 da Lei nº 14.133//2021;
3) Encaminha-se os autos á Divisão de Contratos para publicação do extrato de ratificação da despesa, elaboração da minuta de contrato, bem como sua respectiva publicação. Ressalto, ainda, que a minuta de contrato elaborada deve ser previamente examinada e aprovada pela Procuradoria Geral, em atendimento ao parágrafo único, do Art.74 da Lei nº 14.133//2021.
4) Encaminhe-se os autos a Secretaria Municipal de Fazenda, AUTORIZO empenho, bem como demais providencias necessárias para o regular tramite processual.
Presidente Kennedy, em 29 de Janeiro de 2025.

Filipe Martins Viana
Secretário Municipal de Cultura Turismo Esporte e Lazer

T E R M O D E I N E X I G I B I L I D A D E

CÓDIGO CIDADES - TCE/ES Nº 2025.058E0700001.10.0016

O Assessor Técnico da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer do Município de Presidente Kennedy, Estado do Espírito Santo, com fulcro no Art. 74, inciso ll da Lei nº 14.133/2021, bem como no parecer da Douta Procuradoria do Município, em atendimento ao requerido protocolizado sob o **nº 02884/2025**, conclui pela INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO para a contratação da empresa **MAJ PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA**, inscrito no CNPJ sob o **nº 13.232.846/0001-07** o valor global de R$ 35.000,00 (Trinta e Cinco Mil Reais), para a realização de Show do **GRUPO PELE MORENA**, para apresentação Na Programação do Verão 2025, a se realizar na Praia de Marobá, no Litoral do Município de Presidente Kennedy/ES, **no dia 02 de fevereiro de 2025**, atendendo ao pedido da Secretaria Municipal de Cultura Turismo Esporte e Lazer.
Presidente Kennedy, em 29 de Janeiro de 2025.

Marcio Farge Ceccon
Assessor Técnico
Secretaria Municipal de Cultura Turismo Esporte e Lazer

5) Homologo o parecer jurídico da Procuradoria Geral de fls. **nº 116/122**, desde que preenchidos TODOS os requisitos dos pareceres mencionados.
6) Ratifico o ato de inexigibilidade de licitação constante neste processo para que produza seus efeitos legais, nos termos do Art.74 da Lei nº 14.133//2021;
7) Encaminha-se os autos á Divisão de Contratos para publicação do extrato de ratificação da despesa, elaboração da minuta de contrato, bem como sua respectiva publicação. Ressalto, ainda, que a minuta de contrato elaborada deve ser previamente examinada e aprovada pela Procuradoria Geral, em atendimento ao parágrafo único, do Art.74 da Lei nº 14.133//2021.
8) Encaminhe-se os autos a Secretaria Municipal de Fazenda, AUTORIZO empenho, bem como demais providencias necessárias para o regular tramite processual.
Presidente Kennedy, em 29 de Janeiro de 2025.

Filipe Martins Viana
Secretário Municipal de Cultura Turismo Esporte e Lazer

Protocolo 1481728

Revogação de Licitação

AVISO DE REVOGAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA Nº 90050/2024 - PROCESSO Nº 011793/2024

Código Cidades nº 2024.058E0500001.09.0024.

O Município de Presidente Kennedy/ES, por ordem da Secretária Municipal de Saúde, através da Gerente de Licitação e Contratação Direta, torna público, com fulcro no inciso II do art. 71 da Lei nº 14.133/2021, a **REVOGAÇÃO** da **Dispensa Eletrônica nº 90050/2024** que objetiva a AQUISIÇÃO DE CARTUCHOS DE TONER DE IMPRESSORA TIPO BROTHER TN - 3472, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE KENNEDY/ES, pelos motivos manifestados nos autos.

Presidente Kennedy/ES, 29/01/2025.

Sheyla Bahiense Mussi
Gerente de Licitação e Contratação Direta

Protocolo 1480973

Cancelamento de Licitação

AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP
N° 90044/2024
PROCESSO 016059/2024
CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO:
2024.058E0600004.02.0001

O Município de Presidente Kennedy- ES, por intermédio do Pregoeiro Oficial, torna público aos interessados a **ANULAÇÃO** do Pregão Eletrônico nº 90044/2024, referente a aquisição de Produtos Químicos, a fim de atender a Secretaria Municipal de Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy-ES, com fulcro no inciso III do Art. 71 da Lei Federal 14.133/21.

Presidente Kennedy, 29 de janeiro de 2025.

Mezaque da S. J. Rodrigues
Pregoeiro Oficial

Protocolo 1481433

Santa Teresa

Aviso de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE SANTA TERESA - ES
PREGÃO ELETRÔNICO N°003/2025
Código do Cidades: 2025.063E0700001.01.0006
OBJETO: Aquisição de materiais de armarinho para atender a demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS e seus Equipamentos e Programas, Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Educação.
ABERTURA DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 9h do dia 12/02/2025.
LOCAL: Prefeitura Municipal de Santa Teresa - Rua Darly Nerty Vervloet, 446 - Centro, Santa Teresa - ES.
Contato para informações adicionais:
Tel: (27) 3259 - 3853.
O EDITAL PODERÁ SER RETIRADO PELO SITE DO MUNICIPIO DE SANTA TERESA.
Site: www.santateresa.es.gov.br
E-mail:licitacao@santateresa.es.gov.br
Endereço Eletrônico: www.**portalde-compraspublicas.com.br**
Santa Teresa, 29 de janeiro de 2025

Iliani Totola Knupp
Pregoeira Oficial - PMST

Protocolo 1481188

São Roque do Canaã

Adjudicação e/ou Homologação

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90009/2024
ID CIDADES: 2024.068E0700001.02.0016
PNCP: 01612865000171-1-000113/2024

Constatada a regularidade dos atos procedimentais, **ADJUDICO** e **HOMOLOGO** o procedimento licitatório referente ao Processo Administrativo Nº 003813/2024, **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90009/2024**, conforme julgamento realizado pela Agente de Contratação e Equipe de Apoio do Município de São Roque do Canaã/ES, em favor de "**LUGARE ENGENHARIA LTDA**", inscrita no CNPJ sob nº 04.670.695/0001-70, vencedor com o valor total global de **R$ 3.999.000,00 (três milhões novecentos e noventa e nove mil reais).**

Desse modo, **AUTORIZO** a convocação do representante legal para assinatura da Ata para formalização de registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para elaboração de projetos rodoviários, topográficos, de tráfego, sondagens, estudos ambientais, muros e contenções visando à pavimentação em áreas rurais no município de São Roque do Canaã, visando angariar recursos do Governo Federal e ou Estadual.

São Roque do Canaã - ES, 29 de janeiro de 2025.

MARCOS GERALDO GUERRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1481677

Venda Nova do Imigrante

Ata Registro de Preço

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PARTICIPATIVA Nº 00022/2025
FUNDAMENTAÇÃO: Lei Federal nº 14.133/21, de 01/04/2021 e suas alterações posteriores, nos termos do Procedimento de Pregão Eletrônico Nº 383/2024.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE-ES
CONTRATADO: ACACIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ATRAVÉS DE ATA PARTICIPATIVA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 1162/2024, ORIUNDA DO PREGÃO ELETRONICO Nº 383/2024 - PROCESSO Nº 2024-CP685 - PROTOCOLO GED Nº 713/2025
CÓDIDO IDENTIFICAÇÃO CIDADES Nº 2024.500E0500019.02.0355
VALOR TOTAL: R$ 5.737,50 (Cinco mil setecentos e trita e sete reais e cinquenta centavos).
VIGENCIA: 24 DE JANEIRO DE 2025 À 08 DE JANEIRO DE 2026.
DATA DE ASSINATURA: 24 DE JANEIRO DE 2025.

DALTON PERIM
Prefeito Municipal

Protocolo 1480804

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARTICIPATIVA Nº 00015/2025

FUNDAMENTAÇÃO: Lei Federal nº 14.133/21, de 01/04/2021 e suas alterações posteriores, nos termos do Procedimento de Pregão Eletrônico Nº 052/2024.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE-ES
CONTRATADO: MCW PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ATRAVÉS DE ATA PARTICIPATIVA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 22/2025, ORIUNDA DO PREGÃO ELETRONICO Nº 052/2024 - PROCESSO Nº 2024-2V8XW - SERP. PROTOCOLO GED Nº 723/2025
CÓDIDO IDENTIFICAÇÃO CIDADES Nº 2024.500E0500019.02.0052
VALOR TOTAL: R$ 334,50 (Trezentos e trinta e quatro reais e cinquenta centavos).
VIGENCIA: 22 DE JANEIRO DE 2025 À 08 DE JANEIRO DE 2026.
DATA DE ASSINATURA: 22 DE JANEIRO DE 2025.

DALTON PERIM
Prefeito Municipal

Protocolo 1480812

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARTICIPATIVA Nº 00024/2025

FUNDAMENTAÇÃO: Lei Federal nº 14.133/21, de 01/04/2021 e suas alterações posteriores, nos termos do Procedimento de Pregão Eletrônico Nº 384/2024.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE-ES
CONTRATADO: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ATRAVÉS DE ATA PARTICIPATIVA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 1108/2024, ORIUNDA DO PREGÃO ELETRONICO Nº 384/2024 - PROCESSO Nº 2024-PSX8T - PROTOCOLO GED Nº 717/2025
CÓDIDO IDENTIFICAÇÃO CIDADES Nº 2024.500E0500019.02.0271
VALOR TOTAL: R$ 636,00 (Seiscentos e trinta e seis reais).
VIGENCIA: 24 DE JANEIRO DE 2025 À 08 DE JANEIRO DE 2026.
DATA DE ASSINATURA: 24 DE JANEIRO DE 2025.

DALTON PERIM
Prefeito Municipal

Protocolo 1480820

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARTICIPATIVA Nº 00025/2025

FUNDAMENTAÇÃO: Lei Federal nº 14.133/21, de 01/04/2021 e suas alterações posteriores, nos termos do Procedimento de Pregão Eletrônico Nº 052/2024.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE-ES
CONTRATADO: ELFA MEDICAMENTOS S.A
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ATRAVÉS DE ATA PARTICIPATIVA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 23/2025, ORIUNDA DO PREGÃO ELETRONICO Nº 052/2024 - PROCESSO Nº 2024-2V8XW - SERP. PROTOCOLO GED Nº 726/2025
CÓDIDO IDENTIFICAÇÃO CIDADES Nº 2024.500E0500019.02.0052
VALOR TOTAL: R$ 1.095,05 (Hum mil e noventa e cinto reais e cinco centavos).
VIGENCIA: 28 DE JANEIRO DE 2025 À 08 DE JANEIRO DE 2026.
DATA DE ASSINATURA: 28 DE JANEIRO DE 2025.

DALTON PERIM
Prefeito Municipal

Protocolo 1480823

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARTICIPATIVA Nº 00026/2025

FUNDAMENTAÇÃO: Lei Federal nº 14.133/21, de 01/04/2021 e suas alterações posteriores, nos termos do Procedimento de Pregão Eletrônico Nº 376/2024.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE-ES
CONTRATADO: NOVA LINEA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ATRAVÉS DE ATA PARTICIPATIVA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 1165/2024, ORIUNDA DO PREGÃO ELETRONICO Nº 383/2024 - PROCESSO Nº 2024-CP685 - SERP. PROTOCOLO GED Nº 718/2025
CÓDIDO IDENTIFICAÇÃO CIDADES Nº 2024.500E0500019.02.0355
VALOR TOTAL: R$ 1.450,80 (Hum mil quatrocentos e cinquenta reais e oitenta centavos).
VIGENCIA: 28 DE JANEIRO DE 2025 À 08 DE JANEIRO DE 2026.
DATA DE ASSINATURA: 28 DE JANEIRO DE 2025.

DALTON PERIM
Prefeito Municipal

Protocolo 1480824

RATIFICAÇÃO ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 0032/2024
PREGÃO ELETRÔNICO N° 011/2024
Código Cidades: 2025.072E0700001.16.0001

Ratifico a Adesão de Ata nº 0032/2024, referente a aquisição de 02 (dois) CAMINHÕES CAÇAMBA TRUCK, no valor de R$ 949.000,00 (Novecentos e quarenta e nove mil reais), da empresa **IVG BRASIL LTDA - CPNJ 36.519.422/0001-15**, pela Secretaria Municipal de Agricultura e Produção Animal.

Venda Nova do Imigrante, 28 de janeiro de 2025.

DALTON PERIM
Prefeito Municipal

Protocolo 1481557

Viana

Dispensa de Licitação

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Dispensa de Licitação, com fulcro no inciso XI, Art. 75 da Lei Federal nº 14.133/21 e no art. 2º, § 1º, inciso III da Lei Federal nº 11.107/2005, para o CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE, COM EXECUÇÃO PARCELADA, a ser firmado junto ao CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE - CIM POLINORTE, inscrito no CNPJ sob o n.º 02.618.132/0001-07, no valor total de R$ 5.519.097,76 (cinco milhões, quinhentos e dezenove mil, noventa e sete reais e setenta e seis centavos), para atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Viana/ES, em conformidade com o parecer jurídico e manifestação técnica presentes nos autos do processo nº 22.404/2024.
Viana/ES, 24 de janeiro de 2025.
WANDERSON BORGHARDT BUENO
Prefeito Municipal de Viana
JAQUELINE D'OLIVEIRA **JUBINI**
Secretária Municipal de Saúde
Protocolo 1481246

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Dispensa de Licitação, com fulcro no inciso III, §1º do Art. 2º da Lei Federal nº 11.107/2005, para o CONTRATO DE RATEIO, a ser firmado junto ao CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE - CIM POLINORTE, inscrito no CNPJ sob o n.º 02.618.132/0001-07, no valor total de R$ 220.030,05 (duzentos e vinte mil, trinta reais e cinco centavos), para atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Viana/ES, em conformidade com o parecer jurídico e manifestação técnica presentes nos autos do processo nº 22.404/2024.
Viana/ES, 24 de janeiro de 2025.
WANDERSON BORGHARDT BUENO
Prefeito Municipal de Viana
JAQUELINE D'OLIVEIRA **JUBINI**
Secretária Municipal de Saúde
Protocolo 1481249

Câmaras

Divino de São Lourenço

Dispensa de Licitação

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA DE LICITAÇÃO
ID: **2025.0022L0200001.09.001**

A Câmara Municipal de Divino de São Lourenço -ES, torna público a todos e manifesta o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados na contratação direta, que será realizada por meio de DISPENSA DE LICITAÇÃO, com fulcro no artigo 75, inciso II o qual torna dispensável a licitação em contratações que envolva valores inferiores como disposto no presente inciso. da Lei nº 14.133/2021 que tem por objeto: contratação de empresa especializada na prestação de serviço de licenciamento de soluções de softwares prontas, e serviços de hospedagem e manutenção do portal de transparência e do sitio oficial do poder legislativo municipal, com suporte técnico e operacional, contínuo, migração de conteúdo, atualização corretiva e evolutiva e serviços de hospedagem (hosting) das soluções de softwares em centros de dados (data center) que proverão o seu acesso via internet pública em favor da Câmara Municipal de Divino de São Lourenço.

Visando atender o disposto no §3º, do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021, abre-se prazo de 03 (três) dias às empresas interessadas neste objeto para apresentarem as propostas adicionais, as quais serão recebidas pelo e-mail: **contato@camaramunicipaldsl.com.br** ou entregues, via protocolo, ao setor de contratações/licitações até às 13:00 horas do dia 04 de fevereiro de 2025.

Os interessados poderão obter o respectivo Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e seus anexos junto ao Portal Oficial da Câmara Municipal de Divino de São Lourenço, link: https://camaramunicipaldsl.com.br/licitacoes.php, por e-mail, ou no endereço Praça 10 de agosto nº 15, centro de Divino de São Lourenço/ES. Fundamento Legal: Artigo 75, II da Lei nº 14.133/2021.
Informações adicionais: **contato@camaramunicipaldsl.com.br**

Divino de São Lourenço - ES, 28 de janeiro de 2025

Graziele Gouvêa Rodrigues
Gerente Administrativa de Compras
Protocolo 1481233

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA DE LICITAÇÃO
ID: **2025.0022L0200001.09.002**

A Câmara Municipal de Divino de São Lourenço -ES, torna público a todos e manifesta o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados na contratação direta, que será realizada por meio de DISPENSA DE LICITAÇÃO, com fulcro no artigo 75, inciso II o qual torna dispensável a licitação em contratações que envolva valores inferiores como disposto no presente inciso. da Lei nº 14.133/2021 que tem por objeto: Contratação de empresa especializada para prestar serviço de assessoria e consultoria jurídica à câmara municipal de divino de são lourenço - es, especificamente aos processos de contratações regidos pela nova lei de licitações e contratos administrativos, assessoria direta ao setor de compras com auxílio nas informações a serem prestadas junto ao tribunal de contas do estado do espírito santo - es, e assessoria na revisão, discussão e implantação das instruções normativas referente às licitações do poder legislativo municipal.

Visando atender o disposto no §3º, do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021, abre-se prazo de 03 (três) dias às empresas interessadas neste objeto para apresentarem as propostas adicionais, as quais serão recebidas pelo e-mail: **contato@camaramunicipaldsl.com.br** ou entregues, via protocolo, ao setor de contratações/licitações até às 13:00 horas do dia 04 de fevereiro de 2025.

Os interessados poderão obter o respectivo Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e seus anexos junto ao Portal Oficial da Câmara Municipal de Divino de São Lourenço, link: https://camaramunicipaldsl.com.br/licitacoes.php, por e-mail, ou no endereço Praça 10 de agosto nº 15, centro de Divino de São Lourenço/ES..Fundamento Legal: Artigo 75, II da Lei nº 14.133/2021.
Informações adicionais: **contato@camaramunicipaldsl.com.br**

Divino de São Lourenço - ES, 28 de janeiro de 2025

Graziele Gouvêa Rodrigues
Gerente Administrativa de Compras

Protocolo 1481237

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA DE LICITAÇÃO
ID: 2025.022L0200001.09.0003

A Câmara Municipal de Divino de São Lourenço -ES, torna público a todos e manifesta o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados na contratação direta, que será realizada por meio de DISPENSA DE LICITAÇÃO, com fulcro no artigo 75, inciso II o qual torna dispensável a licitação em contratações que envolva valores inferiores como disposto no presente inciso. da Lei nº 14.133/2021 que tem por objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios, no valor Global, LOTE ÚNICO.

Visando atender o disposto no §3º, do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021, abre-se prazo de 03 (três) dias às empresas interessadas neste objeto para apresentarem as propostas adicionais, as quais serão recebidas pelo e-mail: **contato@camaramunicipaldsl.com.br** ou entregues, via protocolo, ao setor de contratações/licitações até às 13:00 horas do dia 04 de fevereiro de 2025.

Os interessados poderão obter o respectivo Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e seus anexos junto ao Portal Oficial da Câmara Municipal de Divino de São Lourenço, link: https://camaramunicipaldsl.com.br/licitacoes.php, por e-mail, ou no endereço Praça 10 de agosto nº 15, centro de Divino de São Lourenço/ES. Legal: Artigo 75, II da Lei nº 14.133/2021.
Informações adicionais: **contato@camaramunicipaldsl.com.br**

Divino de São Lourenço - ES, 28 de janeiro de 2025.

Graziele Gouvêa Rodrigues
Agente de Contratação

Protocolo 1481241

Ecoporanga

Adjudicação e/ou Homologação

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA FÍSICA Nº 001/2025
Processo Administrativo nº 9548/2025

O Presidente da Câmara Municipal de Ecoporanga/ES, EDUARDO ALVES MUQUY, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, a vista do Parecer Jurídico nº 002/2025 exarado pela Assessora Jurídica desta Casa de Leis, que certifica que o presente processo encontra-se saneado respeitando os preceitos legais, ADJUDICA e HOMOLOGA a Dispensa Física nº 001/2025, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de Buffet e Ornamentação destinado à realização de Sessão Solene de Inauguração da Sessão Legislativa Anual - Exercício 2025 - Legislatura 2025/2028, com critério de julgamento menor preço global do lote, na hipótese do Art. 75, II, nos termos da Lei nº 14.133 de 1º (primeiro) de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis.
Empresa Vencedora: RESTAURANTE DAS PALMEIRAS LTDA
CNPJ: 07.553.116/0001-05
Valor Lote II: R$ 3.860,00 (três mil e oitocentos e sessenta reais).
ID: 2025.025L0200001.09.0001
Ecoporanga-ES, 29 de janeiro de 2025.

EDUARDO ALVES MUQUY
Vereador/Presidente

Protocolo 1481934

Aviso de Dispensa Eletrônica

RESULTADO DA DISPENSA FÍSICA Nº 001/2025
Processo Administrativo nº 9548/2025

A Câmara Municipal de Ecoporanga/ES, torna público o RESULTADO DA DISPENSA FÍSICA Nº 001/2025, pela autoridade competente, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de Buffet e Ornamentação destinado à realização de Sessão Solene de Inauguração da Sessão Legislativa Anual - Exercício 2025 - Legislatura 2025/2028, com razão de escolha, o critério de julgamento menor preço global do lote, na hipótese do Art. 75, II, nos termos da Lei nº 14.133 de 1º (primeiro) de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis.
Empresa Vencedora: RESTAURANTE DAS PALMEIRAS LTDA
CNPJ: 07.553.116/0001-05
Valor Lote II: R$ 3.860,00 (três mil e oitocentos e sessenta reais).
ID: 2025.025L0200001.09.0001
Ecoporanga-ES, 29 de janeiro de 2025.

EDUARDO ALVES MUQUY
Vereador/Presidente

Protocolo 1481900

Guaçuí

Errata

ERRATA Nº 01/2025 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 040/2024

A Câmara Municipal de Guaçuí vem, por meio deste, informar uma correção referente ao Edital de Aviso de Dispensa nº 040/2024.

ONDE SE LÊ:

O início de recebimento das propostas será a partir das 17h00min do dia 27/01/2025 e o fim do recebimento da proposta será até às 17h00min do dia 03/02/2025.

LEIA-SE:
O início do recebimento das propostas será a partir das 09h00min do dia 30/01/2025 e o fim do recebimento das propostas será até às 16h30min do dia 03/02/2025.

Guaçuí-ES, 29 de Janeiro de 2025.

MARCIA CRISTINA DE OLIVEIRA SILVA
Agente de Contratação

Protocolo 1481701

Mucurici

Aviso de Licitação

AVISO PESQUISA DE PREÇOS
Processo Administrativo nº 187/2025

A Câmara Municipal de Mucurici/ES, para fins de pesquisa de preços de mercado, **CONVOCA** a todos os interessados no respectivo ramo de atividade, para que apresentem, até o dia 03 de fevereiro de 2025. ORÇAMENTO, para **AQUISIÇÃO DE GÁS DE COZINHA LÍQUIDO, P-13 KG, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE MUCURICI-ES.**

O Termo de Referência e demais esclarecimentos poderão ser solicitados através do e-mail: camaramucurici2023@gmail.com ou pelo telefone (27) 3751-1342.
Mucurici, 29 de janeiro de 2025.

Bruna da Rocha Alves
Coordenadora da Equipe de Planejamento da Contratação

Protocolo 1481317

RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO n° 01/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 174/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE 2.400 (DOIS MIL E QUATROCENTOS) LITROS DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA COMUM), PARA ABASTECER O VEÍCULO DESTA CASA DE LEIS.

FORNECEDOR: POSTO OURO NEGRO LTDA
CNPJ: 02.468.894/0001-74
ENDEREÇO: Avenida Samuel Batista Cruz, n° 2319, Bairro Colina, Linhares-ES, CEP: 29.901-401

VALOR TOTAL: R$ 16.536,00 (dezesseis mil quinhentos e trinta e seis reais).

RATIFICO: Nos termos da Lei Federal n° 14.133/2021 Dispensa de Licitação n° 01/2025.

RATIFICAÇÃO Publicada em: https://ioes.dio.es.gov.br/dom

Mucurici (ES), 29 de janeiro de 2025.

Eliane Vieira Silva Ramos
Presidente da Câmara Municipal de Mucurici-ES

Protocolo 1481400

RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO n° 02/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 173/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE 4.950 (QUATRO MIL NOVECENTOS E CINQUENTA) LITROS DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA COMUM), PARA ABASTECER O VEÍCULO DESTA CASA DE LEIS.

FORNECEDOR: AUTO POSTO EMIRADOS ARABES LTDA
CNPJ: 10.491.602/0001-42
ENDEREÇO: Rodovia Asdrubal Martins Soares, s/n°, Centro, Mucurici-ES, CEP: 29.880-000.

VALOR TOTAL: R$ 33.907,50 (trinta e três mil novecentos e sete reais e cinquenta centavos).

RATIFICO: Nos termos da Lei Federal n° 14.133/2021 Dispensa de Licitação n° 02/2025.

RATIFICAÇÃO Publicada em: https://ioes.dio.es.gov.br/dom

Mucurici (ES), 29 de janeiro de 2025.

Eliane Vieira Silva Ramos
Presidente da Câmara Municipal de Mucurici-ES

Protocolo 1481416

Santa Maria de Jetibá

Dispensa de Licitação

PROCESSO Nº 000750/2024
DISPENSA DE LICITAÇÃO 000003/2025
RATIFICAÇÃO

O Presidente da Câmara Municipal de Santa Maria de Jetiba-ES, no uso de suas atribuições legais, torna público o Processo Administrativo nº 750/2024, RATIFICA E HOMOLOGA a contratação por DISPENSA DE LICITAÇÃO da empresa **FINA ESTAMPA CARIMBOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **01.536.865/0001-30**, no valor total de R$ 509,40 (QUINHENTOS E NOVE REAIS E QUARENTA CENTAVOS) nos termos do artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021, referente a contratação de empresa especializada para fornecimento DE CARIMBOS em atendimento às necessidades da Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá.
Santa Maria de Jetibá-ES, 29 de janeiro de 2025.

CARLOS ALBERTO WRUCK ESPINDULA
Presidente da Câmara Municipal de Santa Maria de Jetibá

Protocolo 1481229

Entidades Municipais

Fundo Municipal de Saúde de Anchieta

Errata

ERRATA
Na publicação de edição nº 2.692 Protocolo nº 1479704, realizada no dia 28 de Janeiro de 2025, AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2025, processo nº 725/2025.
Onde se lê:

AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO .Nº 002/2025, processo nº 725/2025, ID TCES: 2025.007E0700001.10.0002

Leia-se:
AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2025, processo nº 725/2025, ID TCES: 2025.007E0500001.10.0002.

Protocolo 1481556

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Guaçuí

Dispensa de Licitação

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO EMERGENCIAL N° 001/2025

Proc. Adm. Nº: 00014/2025
ID CidadES/TCE-ES: 2025.027E0100001.09.0001

O gestor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (S.A.A.E.) de Guaçuí-ES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o **Art. 75**, **inciso II**, **da Lei nº 14.133/2021**, vem, através do presente, **RATIFICAR** a dispensa de licitação e **AUTORIZAR a execução do objeto**, conforme especificado abaixo.

OBJETO: Aquisição de ferramentas e materiais de expediente para o S.A.A.E..

VENCEDOR(A) LOTE 01: COMERCIAL DUDARIO LTDA, CNPJ nº 30.781.371/0001-19, com o valor de R$ 12.820,00 (doze mil, oitocentos e vinte reais).

VENCEDOR(A) LOTE 02: PAPELARIA CENTRAL LTDA ME, CNPJ nº 12.372.204/0001-32, com o valor de R$ 8.447,25 (oito mil, quatrocentos e quarenta e sete reais, vinte e cinto centavos).

VALOR TOTAL: R$ 21.267,25 (vinte e um mil, duzentos e sessenta e sete reais, vinte e cinto centavos).

Guaçuí, 27 de janeiro de 2025.

FRANKLIN HENRIQUE DE OLIVEIRA
Diretor Geral do SAAE

Protocolo 1480987

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 002/2025

Proc. Adm. Nº: 00016/2025

ID CidadES/TCE-ES: 2025.027E0100001.09.0002

O gestor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (S.A.A.E.) de Guaçuí-ES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o **Art. 75**, **inciso XI**, **da Lei nº 14.133/2021**, vem, através do presente, **RATIFICAR** a dispensa de licitação e **AUTORIZAR** a execução do objeto, conforme especificado abaixo.

OBJETO: Formalização de contrato de programa com o CISABES, com o objetivo de transferir parcialmente a execução de serviços essenciais, conforme as necessidades de planejamento e operacionalização da autarquia.

CONTRATADO: Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo - CISABES, inscrito no CNPJ nº 14.934.498/0001-74.

VALOR TOTAL: R$ 85.375,80 (oitenta e cinco mil, trezentos e setenta e cinco reais, oitenta centavos)

Guaçuí-ES, 28 de janeiro de 2025.

FRANKLIN HENRIQUE DE OLIVEIRA
Diretor Geral do SAAE

Protocolo 1480996

Consórcio Público da Região Noroeste do Espírito Santo - CIM Noroeste -

Adjudicação e/ou Homologação

RELATÓRIO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
DISPENSA Nº 005-2025
Processo Administrativo: Nº 154-2025

O Presidente do Consórcio Público da Região Noroeste do Estado do Espírito Santo - CIM NOROESTE/ES, tendo em vista o que consta do processo **nº 154 /2025** referente à licitação na modalidade **Dispensa nº 005/2025**, que tem como o objetivo do presente serviço de dispensa de licitação para serviço de **Coffee Break** para atender as demandas, como eventos, reuniões e assembleias gerais do Consórcio Público da Região Noroeste do Espírito Santo, CIM NOROESTE/ES. No julgamento das propostas de acordo com o critério de julgamento estabelecido no processo, tipificado "***Menor preço***", ***ADJUDICA E HOMOLOGA***, o resultado da presente dispensa, e autoriza a contratação da seguinte empresa: **RESTAURANTE E LANCHONETE MUNIZ, CNPJ n° 31.816.929/0001-17, no valor de R$ 20.400,00 (vinte mil e quatrocentos reais). Vigência de 12 meses de contrato.**
ÁGUIA BRANCA - ES, 28 de janeiro de 2025.

AUGUSTO ASTORI FERREIRA
Presidente do CIM NOROESTE

Protocolo 1480948

RELATÓRIO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
DISPENSA Nº 007-2025
Processo Administrativo: Nº 168-2025

O Presidente do Consórcio Público da Região Noroeste do Estado do Espírito Santo - CIM NOROESTE/ES, tendo em vista o que consta do processo **nº 168 /2025** referente à licitação na modalidade **Dispensa nº 007/2025**, que tem como o objetivo do presente serviço de dispensa de licitação para prestação de serviço de Prestação de Serviços de **Lavagem e Higienização dos Veículos** do Consórcio Público da Região Noroeste do Espírito Santo, CIM NOROESTE/ES. No julgamento das propostas de acordo com o critério de julgamento estabelecido no processo, tipificado "***Menor preço***", ***ADJUDICA E* HOMOLOGA**, o resultado da presente dispensa, e autoriza a contratação da seguinte empresa: **54.227.636 JAIR RODRIGO DA COSTA PAZ LIMA, CNPJ n° 54.227.636/0001-08, no valor de R$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais), com vigência de 12 meses de contrato. Vigência de 12 meses de contrato.**

ÁGUIA BRANCA - ES, 29 de janeiro de 2025.

AUGUSTO ASTORI FERREIRA
Presidente do CIM NOROESTE
Protocolo 1481835

Consórcio Público da Região Polinorte do Espírito Santo - CIM Polinorte -

Aviso de Licitação

AVISO DE EDITAL
Pregão Eletrônico nº 003/2025
Proc. 131/2024
ID: 2025.501C2600003.02.0003
OBJ: Registro de preço para aquisição de medicamentos controlados - Controle Especial (soluções). A licitação será dia 12/02/2025, às 13:00H e se realizará no portal: www.bll.org.br, site: http://www.cimpolinorte.es.gov.br/

Ibiraçu/ES, 29 de janeiro 2025.

Josiane Dias Rosário
Pregoeira
CIM Polinorte
Protocolo 1481976

Ata Registro de Preço

AUTORIZAÇÃO DA CONCESSÃO DE ADESÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 080/2024.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 295/2024 DE 03/04/2024.
PREGÃO ELETRONICO Nº 008/2024

CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE - CIM POLINORTE, CNPJ: 02.618.132/0001-07, torna público que **AUTORIZOU** a adesão a Ata de Registro de Preços n° 080/2024 à **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARACRUZ**, conforme descrito abaixo: **EMPRESA: VETORIAL - DEFENSIVOS AGRICOLAS E DOMISSANITARIOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 39.817.994/0001-79. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESTICIDAS, INSETICIDA E RATICIDA E ÓLEO MINEIRAL DILUENTE, ARP 080/2024.**
ITEM/QUANTIDADE
1-35
2-50
3-50
4-50

Ibiraçu/ES, 29 de janeiro de 2025.
MARCOS GERALDO GUERRA
Presidente CIM POLINORTE
Protocolo 1480975

AUTORIZAÇÃO DA CONCESSÃO DE ADESÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2024.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3513/2023 DE 31/10/2023.
PREGÃO ELETRONICO Nº 071/2023.

CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE - CIM POLINORTE, CNPJ: 02.618.132/0001-07, torna público que **AUTORIZOU** a adesão a Ata de Registro de Preços n° 037/2024 a **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ANDRADINA-SÃO PAULO**, conforme descrito abaixo: **EMPRESA: SOLUÇÃO INDUSTRIA E COMERCIO DE MÓVEIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 25.109.467/0001-03. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO MÓVEIS ESCOLARES ED. INFANTIL E FUNDAMENTAL, ARP 037/2024.**
ITEM/QUANTIDADE
02-25
03-55
04-175

Ibiraçu/ES, 29 de janeiro de 2025.

MARCOS GERALDO GUERRA
Presidente CIM POLINORTE
Protocolo 1480980

AUTORIZAÇÃO DA CONCESSÃO DE ADESÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2024.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3513/2023 DE 31/10/2023.
PREGÃO ELETRONICO Nº 071/2023.

CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE - CIM POLINORTE, CNPJ: 02.618.132/0001-07, torna público que **AUTORIZOU** a adesão a Ata de Registro de Preços n° 037/2024 a **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CACHOEIRINHA- RIO GRANDE DO SUL**, conforme descrito abaixo: **EMPRESA: SOLUÇÃO INDUSTRIA E COMERCIO DE**

MÓVEIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 25.109.467/0001-03. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO MÓVEIS ESCOLARES ED. INFANTIL E FUNDAMENTAL, ARP 037/2024.
ITEM/QUANTIDADE
03-90
04-140
05-190
06-20
LOTE 02-ITEM-2/30
LOTE 02-ITEM-10/10
LOTE 02-ITEM-11/10

Ibiraçu/ES, 29 de janeiro de 2025.

MARCOS GERALDO GUERRA
Presidente CIM POLINORTE

Protocolo 1481000

Consórcio Público da Região Sudoeste Serrana - CIM Pedra Azul

Adjudicação e/ou Homologação

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2025 - CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 166/2024 - TCEES ID Nº 2025.501C2600009.18.0001

TERMO DE CREDENCIAMENTO

A Comissão de Licitação, de posse dos documentos apresentados pela empresa **IMAGEM SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **59.031.846/0001-31**, com base no que disciplina o item 5.1 do Edital de Chamamento Público, procedeu análise dos documentos, concluindo oportunamente, que foram atendidas as exigências previamente estabelecidas, estando assim, a empresa em tela, **HABILITADA E APTA** ao Credenciamento para a Prestação de Serviços de Saúde.

Keyla Monteiro Zanetti de Oliveira
Presidente da Comissão de Licitação - CIM PEDRA AZUL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Verificada a presença dos elementos necessários e a regularidade do feito, no uso das atribuições legais, **HOMOLOGO E ADJUDICO** o credenciamento da empresa **IMAGEM SERVIÇOS LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº **59.031.846/0001-31**, para a prestação de serviços de saúde.

Afonso Cláudio/ES, em 29 de janeiro de 2025.

Luciano Roncetti Pimenta
Presidente do Consórcio Público da Região Sudoeste Serrana do Espírito Santo
CIM PEDRA AZUL

Protocolo 1481670

Consórcio Público Intermunicipal Para Fortalecimento da Produção e Comercialização de Produtos Hortigranjeiros - COINTER

Dispensa de Licitação

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2025
PREÂMBULO

O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O FORTALECIMENTO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS HORTIGRANJEIROS - COINTER, com sede à Rodovia Cônego João Guilherme, S/N, Bairro Santa Helena, Colatina/ES, CEP: 29.705-720, por meio do Setor Administrativo, com fulcro na Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021, Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 e suas alterações, bem como demais legislações aplicáveis à matéria e, de acordo com o disposto no presente Aviso e respectivos anexos, que dele passam a fazer parte integrante para todos os efeitos, independentemente de transcrição, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará Dispensa Presencial, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. O Aviso encontra-se disponível na página do Consórcio COINTER (https://www.cointernoroeste.com.br/), bem como, na página do Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP (https://www.gov.br/pncp/pt-br).

Processo Administrativo Nº 009/2025
Dispensa de Licitação N° 003/2025
ID Contratações 2025.501C2600001.09.0004

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de preparação de certificado digital - assinatura eletrônica - para o Consórcio Público Intermunicipal para o Fortalecimento da Produção e Comercialização de Produtos Hortigranjeiros - COINTER.

DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO: Dia 01/02/2025, às 23h:59min, via e-mail.

REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília-DF

ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO: compras.cointer@gmail.com

LINK DE ACESSO AO EDITAL: https://www.cointernoroeste.com.br/contratacoes-diretas/

Protocolo 1481253

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2025
PREÂMBULO

O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O FORTALECIMENTO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS HORTIGRANJEIROS - COINTER, com sede à Rodovia Cônego João Guilherme, S/N, Bairro Santa Helena, Colatina/ES, CEP: 29.705-720, por meio do Setor Administrativo, com fulcro na Lei Federal nº 14.133,

de 01/04/2021, Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 e suas alterações, bem como demais legislações aplicáveis à matéria e, de acordo com o disposto no presente Aviso e respectivos anexos, que dele passam a fazer parte integrante para todos os efeitos, independentemente de transcrição, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará Dispensa Presencial, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. O Aviso encontra-se disponível na página do Consórcio COINTER (https://www.cointernoroeste.com.br/), bem como, na página do Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP (https://www.gov.br/pncp/pt-br).

Processo Administrativo Nº 488/2024
Dispensa de Licitação N° 002/2025
ID Contratações 2025.501C2600001.09.0003

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de material de limpeza e higiene pessoal para o Consórcio Público Intermunicipal para o Fortalecimento da Produção e Comercialização de Produtos Hortigranjeiros - COINTER.

DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO: Dia 01/02/2025, às 23h:59min, via e-mail.

REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília-DF

ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO: compras.cointer@gmail.com

LINK DE ACESSO AO EDITAL: https://www.cointernoroeste.com.br/contratacoes-diretas/

Protocolo 1481855

